



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 162

TERÇA-FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA-DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 178ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 04 DE JANEIRO DE 1988.

##### I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

##### III – Leitura do Expediente

PRESIDENTE – Expectativa de votação das alterações regimentais da Assembléia Nacional Constituinte. Votos de boas-vindas aos Constituintes, no ensejo da reabertura dos trabalhos. Reconhecimento aos Constituintes Mauro Benevides e Mário Maia por seu desempenho no período de recesso.

##### IV – Pequeno Expediente

NILSON GIBSON – Matéria inserida no **Diário de Pernambuco**: "Ibope: 69,7% aprovam Governo Arraes".

RUY NEDEL – Pesquisa publicada pelo jornalista Jânio de Freitas na **Folha de S. Paulo** a propósito da percentagem do eleitorado representada pelas assinaturas de que dispõe o grupo "Centrão". Artigo do jornalista Sérgio da Costa Franco no jornal **Zero Hora**, a propósito do cooperativismo médico no Rio Grande do Sul. Expansão das atividades da Unimed de Porto Alegre no ano de 1987.

MAURO BENEVIDES – Interesse da sociedade civil na agilização dos trabalhos de elaboração constitucional.

MOZARILDO CAVALCANTI – Atuação do Banco de Roraima S.A., e apelo no sentido de sua consolidação.

COSTA FERREIRA – Conveniência da instalação de agência do Banco do Brasil em Maracáçumé Godofredo Viana, Estado do Maranhão.

AMAURY MÜLLER – Revolta popular ante descumprimento de compromissos assumi-

dos pelo Governo e expectativa de que a nova Constituição reflita a vontade nacional.

JOSÉ GENOÍNO – Razões do atraso na votação da alteração no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ANTÔNIO DE JESUS – Necessidade de entendimento a fim de ser levada a bom termo a atividade de elaboração do texto constitucional.

VIVALDO BARBOSA – Descrédito popular na Assembléia Nacional Constituinte ante atraso na votação do texto constitucional. Requerimento de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar responsabilidades pelo massacre de garimpeiros em Serra Pelada, Estado do Pará.

ADROALDO STRECK – Requerimento de informações ao Ministro dos Transportes sobre gastos relativos à Ferrovia Norte-Sul.

IRMA PASSONI – Preocupação popular com a gravidade da situação econômica do País e atribuição de responsabilidade à Assembléia Nacional Constituinte. Protestos contra aumento concedido pelo Prefeito Jânio Quadros, de São Paulo, aos empresários de transportes coletivos. Artigo do jornalista Jânio de Freitas, publicado na **Folha de S. Paulo**: "A maioria que é minoria".

PAULO DELGADO – Predomínio do pensamento de direita na elaboração do texto constitucional.

SÓLON BORGES DOS REIS – Decepções e expectativas do povo brasileiro no que concerne às necessidades políticas, sociais, econômicas e administrativas do País.

LEITE CHAVES – Definição do regime de governo como pré-requisito para a elaboração de um texto constitucional que responda à realidade nacional.

ADYLSO MOTTA – Satisfação do orador ante intenção do Governo de reduzir seus gastos extinguindo Conselhos. Matéria publicada pelo **Jornal do Brasil**: "Reforma pode atingir CNDM".

SIQUEIRA CAMPOS – Apoio do PDC a alterações propostas pelo "Centrão" no projeto de Constituição.

IVO LECH – Encerramento imediato do mandato do Presidente José Sarney como medida de solução da crise política enfrentada pelo País.

LUIZ SALOMÃO – Realização do I Congresso Nacional em Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, em Belém, Estado do Pará.

LYSÂNEAS MACIEL – Crítica à atuação do grupo "Centrão" e sua responsabilidade pelo adiamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Demissão de funcionários pelo Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Documento da Associação dos Servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

PAULO ZARZUR – Vigésimo quinto aniversário de criação da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – Fapesp.

JÚLIO COSTAMILAN – Expectativas do povo brasileiro em relação aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

ANTÔNIO CÂMARA – Realização em Touros, Rio Grande do Norte, da Primeira Semana da Cultura.

PAULO PAIM – Desgaste do "Centrão" junto à opinião pública do País. Protesto contra demissão de funcionários da Varig. Repressão aos garimpeiros do Estado do Pará.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS – Estabilização da economia nacional.

LÚCIO ALCÂNTARA – Greve dos servidores das universidades federais.

SAMIR ACHÔA – Deterioração dos serviços públicos; necessidade de reestruturação da máquina administrativa brasileira.

LUÍS ROBERTO PONTE – Artigo do jornal **Zero Hora**, sob o título "Constituição: tarefa inovadora".

#### **V – Comunicações das Lideranças**

JOSÉ ELIAS MURAD – Editorial de **O Estado de Minas**, sob o título "Barco sem timoneiro".

FERNANDO SANTANA – As características da nova Constituição em face da História.

EDUARDO BONFIM – Expectativas populares quanto ao perfil da nova Carta Magna brasileira.

JAMIL HADDAD – Problemática da economia do País em face da dívida externa brasileira.

JOSÉ LOURENÇO – Defesa do papel representado pelo "Centrão" na Constituinte.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Apelo do Partido Liberal em prol do entendimento nos trabalhos constituintes.

AMAURY MÜLLER – Protesto contra a demissão de funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Importância da imediata realização de eleições no País.

PAULO PAIM – Imagem do "Centrão" junto à opinião pública brasileira. Protesto contra a demissão de funcionários da VARIG e contra repressão a garimpeiros no Pará.

#### **VI – Apresentação de proposições**

ADYLSO MOTA, ADROALDO STRECK.

#### **VII – Ordem do Dia**

#### **VIII – Encerramento**

**2 – MESA** (Relação dos membros)

**3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** (Relação dos membros)

**4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** (Relação dos membros)

### **Ata da 178ª Sessão, Extraordinária, Vespertina, em 04 de janeiro de 1988**

*Presidência dos Srs: Ulysses Guimarães, Presidente Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente Mário Maia, 2º Secretário*

Às 16:00 HORAS  
COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Alexandre Costa – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Sant'Ana – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dirce Tutu Quadros – PTB; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Rollemberg – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Mainardi – PMDB; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves –

PFL; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Paulo – PT; Jofran Frejat – PFL; Jorge Arbage – PDS; José Egreja – PTB; José Elias Murad – PTB; José Genoíno – PT; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Melo – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Lael Varella – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Marco Maciel – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PDT; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olívio Dutra – PT; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Sousa – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Campos – PDS; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Vivaldo Barbosa – PDT.

#### **I – ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – A lista de presença registra o comparecimento de 119 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

#### **II – LEITURA DA ATA**

**O SR. MÁRIO MAIA, 2º-Secretário,** procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

*Durante a leitura da ata da sessão anterior o Sr. Mauro Benevides 1º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se à leitura do expediente.

#### **III – EXPEDIENTE**

Não há expediente a ser lido.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Srs. Constituintes, dou por abertos os nossos trabalhos. Quero agradecer a presença dos que aqui se encontram. Estamos na expectativa de que, havendo número hoje, ou esperamos sem

falta amanhã, possamos ultimar a votação das alterações regimentais e então, efetivamente, surgir o ciclo em que, no plenário, será votada, em termos substanciais, embora haja uma segunda discussão, a futura Constituição deste País.

Ao abrir os trabalhos, formulando votos de boas-vindas e de um ano venturoso para os Srs. Constituintes e para esta Nação, quero cumprir o dever de agradecer ao Sr. Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Mauro Benevides. Por força do que dispõe o Regimento, passei-lhe a Presidência, e S. Ex.<sup>a</sup> foi exemplar no desempenho de suas funções nesse período; não se ausentou de Brasília para qualquer eventualidade, deu expedientes diariamente e teve a gentileza de, constantemente, inteirar-me das ocorrências principais que pudessem dizer respeito à Constituinte ou ao País.

Igualmente na pessoa do Constituinte Mário Maia, que permaneceu em Brasília, e dos demais Membros da Mesa, especialmente ao Constituinte Mauro Benevides, quero registrar o meu profundo reconhecimento pela atuação de S. Ex.<sup>a</sup> nesse período em que não realizamos trabalhos da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE Ulysses Guimarães):** – Passa-se ao.

#### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Ao retornar desse reduzido recesso, percorrendo quase todo o Estado de Pernambuco, quer seja na Zona da Mata, norte ou sul, no litoral pernambucano, a Zona do Agreste, bem assim atingindo até a área do sertão de Pernambuco, tive a felicidade de constatar que o Governador de meu Estado, Miguel Arraes de Alencar, alcança hoje um Ibope de 69,7% de credibilidade pelos eleitores pernambucanos. É um índice, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que acredito nenhum dos atuais Governantes das várias Unidades do País conseguiu.

Faço esse registro muito satisfeito em decorrência de verificar que realmente o homem que governa Pernambuco mantém ainda aquela chama de quando estávamos na sua campanha eleitoral.

**O Diário de Pernambuco**, de meu Estado, traz a matéria referida sobre esse percentual atingido de aprovação dos pernambucanos. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que a matéria divulgada no **Diário de Pernambuco** ficasse inserida nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte para que, realmente, fique gravado, fique o povo brasileiro sabendo e constatando que efetivamente o Sr. Governador de Pernambuco, apesar das grandes dificuldades que vêm encontrando para governar o nosso Estado, têm ainda a credibilidade de todos os pernambucanos, desmentindo noticiários e informações muitas vezes daqueles que procuram deturpar, prejudicar o andamento da administração no meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE O SR. NILSON GIBSON  
EM SEU DISCURSO:*

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO – 03 DE  
JANEIRO DE 1988.**

**IBOPE: 69,7 POR CENTO  
APROVAM GOVERNO ARRAES**

Texto de **Graça Gouveia**

O Governo Miguel Arraes, ao alcançar o nono mês de administração, tem a aprovação de 69,7 por cento dos pernambucanos, segundo pesquisa do Ibope divulgada ontem pela Secretaria de Imprensa. A avaliação foi feita na primeira quinzena de dezembro junto a mil eleitores do Recife, Região Metropolitana, Agreste e Sertão, a partir dos setores censitários definidos pelo IBGE.

Por faixa de aprovação, 4,8 por cento dos eleitores consultados pelo Ibope consideraram "ótimo" o desempenho do Governo Miguel Arraes nestes primeiros nove meses; 23,8 por cento classificaram a administração como "boa" e 41,1 por cento como "regular". Dos entrevistados, 10,2 por cento têm o governo como "ruim" e 15,7 por cento acham a administração "péssima". Outros 4,4 por cento não souberam ou não quiseram opinar.

O levantamento do Ibope é o terceiro realizado ao longo do Governo Miguel Arraes. No primeiro, em junho passado, aos cem dias de administração, o governo tinha uma aprovação de 73,5 por cento. Este índice caiu para 64 por cento em setembro, aos seis meses, subindo para 69,7 por cento no nono mês. Na opinião do Secretário de Imprensa, Luiz Ricardo Leitão, "tais oscilações são absolutamente naturais e formam uma curva típica em qualquer série de pesquisa. O importante, no caso do Governo Miguel Arraes, é que este movimento voltou a ser ascendente, representativo do apoio que a nova administração, ainda às vésperas de completar um ano, numa conjuntura extremamente desfavorável, vem obtendo da população".

Os eleitores pesquisados pelo Ibope também mantêm uma expectativa positiva em relação ao restante do mandato do governador Miguel Arraes. Para 8,6 por cento deles a administração será "ótima" até março de 1991; "boa", segundo 23,5 por cento e "regular", de acordo com outros 22,4 por cento. As melhores expectativas situam-se, por faixa de renda, entre os que ganham até 2,5 salários mínimos mensais. "É exatamente nesta faixa, onde está a ampla maioria da população pernambucana, que concentra-se a ação do governo", explica o secretário Luiz Ricardo Leitão. "Programas importantes já desencadeados, como o abastecimento d'água nos morros, eletrificação das periferias, urbanização de lotes em mutirão, recuperação dos hospitais estaduais e ampliação das vagas nas escolas públicas estão sintonizados com as prioridades dos mais pobres, deles partindo o apoio mais substancial ao Governo Miguel Arraes".

#### Desempenho

Segundo os entrevistados pelo Ibope, os principais serviços públicos avançaram nos primeiros nove meses da administração. Para 29,9 por cento os hospitais estaduais melhoraram, contra 14,1

por cento de opinião que estes serviços pioraram. Nas escolas estaduais, a relação é de 39,8 por cento de avaliação positiva e 11,7 por cento de avaliação negativa. A proporção pouco se modifica nos casos dos postos de saúde e das estradas estaduais. Na avaliação de 35,7 por cento dos entrevistados os postos melhoraram, enquanto 11 por cento são de opinião que pioraram. Quanto às estradas, 36,3 por cento classificam a atuação do Governo Arraes como "melhor", contra apenas 10,7 por cento que a consideram "pior" do que a de administrações anteriores.

Os serviços de abastecimento d'água melhoraram para 31,7 por cento dos entrevistados e pioraram para 21 por cento. O fornecimento de energia elétrica melhorou segundo 28,2 por cento dos ouvidos pelo Ibope e piorou para 20 por cento. Quanto à assistência à agricultura, a relação se inverte: 16,3 por cento opinaram que a situação é "melhor", sendo superados pelos que acham que o quadro piorou, com o índice de 21,8 por cento. Para o Secretário de Imprensa um resultado aguardado diante do agravamento da seca no agreste e no sertão, que está forçando a Secretaria da Agricultura a voltar-se quase que totalmente ao combate à estiagem, enfrentando limitação de verbas estabelecida pelo Governo Federal para organização das frentes de emergência.

No caso da Polícia Civil, de acordo com os entrevistados os serviços de segurança pública melhoraram (26,9 por cento), contra 14 por cento que os classificaram como "piores". Números semelhantes foram obtidos na avaliação, pelo Ibope, da Polícia Militar: 28,6 por cento de índice positivo e 15,2 por cento de negativo. Os serviços do Bandepe melhoraram para 27,9 por cento e pioraram para apenas 6,3 por cento. A justiça estadual teve uma aprovação de 18,2 por cento dos entrevistados na pesquisa, contra uma desaprovação de 5,1 por cento.

No desempenho destes serviços públicos no Governo Arraes, o Ibope constatou um traço comum: os melhores índices concentram-se nas faixas de renda mais pobres e nas regiões de maior miséria, como o sertão e a zona da mata. No sertão, por exemplo, 46 por cento dos entrevistados acham que as escolas públicas melhoraram, em oposição apenas 10,5 por cento de opinião que pioraram. Entre os de renda de até 2,5 salários, a avaliação das escolas públicas também é positiva: 43,4 por cento consideram seus serviços como melhores, contra apenas 10,7 por cento que os classificam como piores em relação às administrações anteriores.

#### Problemas

A pesquisa Ibope identificou o desemprego como o principal problema a ser enfrentado pelo Governo do Estado, segundo 68,2 por cento dos entrevistados. "É uma questão que lidera desde as pesquisas na fase da campanha eleitoral e tende a se agravar com o avanço da crise econômica nacional, sem que o Governo do Estado disponha dos instrumentos necessários para intervir com profundidade e rapidez", afirma o Secretário de Imprensa Luis Ricardo Leitão. "O combate ao desemprego envolve uma nova política salarial e sindical, a retomada dos investimentos públicos e a execução da reforma agrária. Nas suas limitações, o Governo do Estado está fazendo o possí-

vel, como a quintuplicação da linha de crédito para micro e pequenos empresários pelo Bandepe. O encaminhamento de soluções, no entanto, depende basicamente de políticas nacionais".

A saúde pública surge em seguida, como o segundo maior problema a ser enfrentado, com 41,7 por cento das indicações, sucedido pelo menor abandonado (34,7 por cento), segurança pública (33,5 por cento), habitação (26 por cento), transportes (25,1 por cento), da educação e abastecimento de alimentos, com 23 por cento cada. A soma dos índices supera os 100 por cento porque os entrevistados puderam indicar várias opções num conjunto de problemas.

Na avaliação dos eleitores ouvidos pelo Ibope as maiores dificuldades do Governador Miguel Arraes estão na crise econômica e na falta de apoio do Governo Federal, com 14,3 por cento das indicações. Segue-se a conjuntura política, com 2,7 por cento, e a seca, com 2 por cento. A maior proporção dos entrevistados (32,1 por cento) classificam como "ruins" ou "péssimas" as relações do Governo do Estado com o Governo Federal, responsabilizando este último – 43,9 por cento – pela situação. Apenas 5,3 por cento dos entrevistados responsabilizaram isoladamente o Governo do Estado.

### Política

Segundo o Ibope, o PMDB é o partido que tem a preferência, por larga margem, dos eleitores pernambucanos. Na menção espontânea ele recebeu 37 por cento das opções, seguido do PFL com 13,1 por cento, do PT com 4,3 por cento, do PDS com 2,3 por cento e do PDT com 1,7 por cento. Os demais partidos obtiveram menos de 1 por cento das opções. Na menção estimulada quando o entrevistado é convidado a escolher uma legenda dentre uma lista que lhe é apresentada – as indicações favoráveis ao PMDB crescem para 42,4 por cento, contra um avanço para 15,9 por cento do PFL, 4,7 por cento do PT e 2,1 por cento do PDC. O PDS recua para menos de 1 por cento, posição na qual também permanecem os demais partidos.

A posição do PMDB é especialmente favorável entre os homens (43,4 por cento), eleitores de 25 a 39 anos (46,4 por cento), com renda de até 2,5 salários mínimos (44,8 por cento) e baixo nível de instrução (46,6 por cento). Das regiões do Estado, o partido, segundo o Ibope, tem 45 por cento das preferências na Capital, 51,2 por cento na Região Metropolitana, 37 por cento no Agreste, 47,8 por cento na Zona da Mata e 31,1 por cento no Sertão.

Para o Secretário de Imprensa Luiz Ricardo Leitão, "estes índices permitem concluir que o desgaste sofrido pelo PMDB, ao dividir a administração do País na Aliança Democrática, não alcançou o partido em Pernambuco. Ele vem mantendo suas posições históricas, sobre o lastro de uma linha política firme, ideologicamente definida por suas principais lideranças, ao lado do respaldo da administração do Prefeito Jarbas Vasconcelos, no Recife, com repercussões em toda Região Metropolitana, e da consolidação do Governo Arraes, com nove meses de administração".

Entre os políticos do PMDB, Miguel Arraes é o preferido pelos pernambucanos como candidato a Presidente da República, com 47,2 por

cento das opções, sendo seguido por Ulysses Guimarães (18,2 por cento), Orestes Quêrcia (6,6 por cento) e Mário Covas (5,9 por cento). No confronto com outros nomes lembrados como possíveis candidatos Arraes fica com 28,4 por cento das indicações dos pernambucanos. Antônio Ermírio com 13,2 por cento, Leonel Brizola com 10,2 por cento, Luiz Inácio Lula da Silva com 7 por cento e Aureliano Chaves com 5,2 por cento.

Os eleitores entrevistados pelo Ibope, no entanto, preferem que Miguel Arraes continue à frente do Governo de Pernambuco. Deles 35,6 por cento concordam com a sua saída para disputar a Presidência, sendo superados pelos que discordam: 45,1 por cento. Uma posição que coincide com a do Governador, de opinião que seu principal compromisso político, neste momento, é exercer seu segundo mandato popular à frente do Executivo.

**O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Parece-me válido o registro de um dado que o jornalista Janio de Freitas deixou na **Folha de S. Paulo** de ontem, dia 3 de janeiro, deixando claro, em sua pesquisa, em sua análise o fato de que as 317 assinaturas do Centrão perfazem somente 30,4% do eleitorado que trouxe os Constituintes para esta Casa.

Tenho, inclusive, afirmado repetidamente a necessidade de que a Constituição tenha raios para todos os setores, para que a sociedade possa andar harmonicamente. Tenho dito também que uma minoria de 1% do povo brasileiro é uma minoria insignificante, mas representa 1 milhão e 400 mil brasileiros; e que 1 milhão e 400 mil brasileiros podem promover um caos social gigantesco em nossa Pátria. Se esses 30% comandarem as regras básicas que vão reger a nossa Pátria no novo ordenamento jurídico com a nova Constituição, acabarão descontentando 69,6% do eleitorado. Isto não deixará nossa Nação tranqüila e a sociedade não aceitará.

Eu queria, além deste fato, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, referir-me aqui a um artigo do jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, datado de 30 de dezembro de 1987, de autoria do jornalista Sérgio da Costa Franco, Promotor por muitos anos, é advogado, não é médico, em que elogia o sistema de cooperativismo médico em nosso Estado, o avanço que está tendo, e o espaço gigantesco que existe entre Medicina estatizada e Medicina privatizada.

Quero, especialmente, parabenizar a UNIMED de Porto Alegre pelo crescimento, expansão significativa de 27% de suas atividades apenas no ano de 1987.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. RUY NEDEL EM SEU DISCURSO:**

### MÉDICOS

#### Sérgio da Costa Franco

Sempre fui um crente sincero nas virtudes do cooperativismo. Nem mesmo os desastres freqüentes em que não desaguam muitos experimentos cooperativos são suficientes para abalar minha fé. O sistema em si é perfeito. A falta de educação

específica dos aderentes das cooperativas, a ausência de espírito coletivista e a exacerbação das paixões individuais é que podem fazer naufragar as melhores iniciativas do cooperativismo. Mas sempre resta a esperança de que uma melhor divulgação dos conceitos de cooperação, o estímulo efetivo dos governos e a criação de padrões culturais afeiçoados ao cooperativismo venham a torná-lo plenamente viável, como já é em diversos países.

Li ontem, com prazer, no Informe Econômico do colega Affonso Ritter, que a cooperativa médica Unimed, da Região Metropolitana de Porto Alegre, está terminando o ano de 1987 com uma expansão de 27% em suas atividades. É notícia digna de ser aplaudida com entusiasmo. Porque o sistema de cooperação entre os profissionais da Medicina parece, fora de dúvida, o mais aconselhável para assegurar a autonomia dos profissionais, sem tolher, por outro lado, a liberdade de escolha a ser exercida pelos pacientes. Todos os sistemas, quer de medicina socializada, quer de medicina empresarial, em que não é lícito ao paciente fazer a livre escolha de seu clínico, podem conduzir a um difícil relacionamento entre o profissional e o doente. De outra parte, os crônicos problemas salariais entre o médico e os seus empregadores terminam por gerar situações de desconforto pessoal e incomformidade, que facilmente se descarregam sobre o desarmado e inocente cliente.

Reunindo, a esta altura, cerca de 3.500 médicos cooperativados, a Unimed presta assistência a empresas e a famílias a custos muito satisfatórios, ao mesmo tempo assegurando remuneração digna e pronta ao trabalho dos profissionais associados. Entre a medicina previdenciária e a estritamente privada, existe um largo espaço para a expansão do cooperativismo médico.

**O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Reiniciam-se, hoje, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, após um breve recesso de quinze dias, sob grande expectativa de todos os segmentos da sociedade brasileira, sequiosos por conhecerem, sem mais qualquer protelação, o texto da nossa futura Carta Magna.

Nos últimos sessenta dias, as atenções dos parlamentares concentraram-se em projetos e substitutivos de alteração do Regimento Interno, numa pendência enervante, que exigiu do Presidente Ulysses Guimarães ingentes esforços, em meio a uma articulação frustrada que congregou líderes de partidos e de blocos, em reuniões intermináveis e discussões inconclusas.

Ainda houve quem, através de declarações à imprensa nos últimos dias, irrogasse à face do dirigente máximo da Assembléia a increpação insidiosa e despropositada de ser responsável pela injustificável protelação, quando, nos registros dos principais Órgãos de Comunicação Social, se tomaram patentes as exaustivas gestões que ele empreendera, na busca de soluções consensuais, capazes de impulsionar os trabalhos de elaboração constitucional.

A todos os parlamentares, no contato com as respectivas bases estaduais, chegaram apelos veementes para que concluíssem a tarefa patriótica de feitura da nova Lei Fundamental, sem o

que os rumos da nossa vida política, econômica e social permanecerão indefinidos, à espera de que sejam conhecidos os parâmetros norteadores da estrutura jurídica do País.

Editoriais, artigos e entrevistas tomaram conta dos jornais, rádios e televisões; entidades representativas de categorias econômicas e profissionais se arregimentaram, unissonamente, em favor de uma nova Lei Maior, consubstanciadora de inovações que tragam a desejada segurança política às instituições democráticas; religiosos, nos púlpitos e associações laicas, clamaram por um apressamento do debate a que nos entregamos, desde 1º de fevereiro de 1987; enfim: é a sociedade civil mobilizada para exigir de seus representantes nesta Casa uma celeridade de ação que se reflita na imediata promulgação do novo Documento Básico.

Cada um – Senador ou Deputado – tem consciência formada em torno de tudo o que possa suscitar polêmica na fixação dos títulos, capítulos, seções, subseções, artigos, parágrafos e alíneas já inseridos no projeto originário da Comissão de Sistematização.

Para que a Assembléia Nacional Constituinte não decepcione os milhões de eleitores, responsáveis pelo mandato dos seus 559 integrantes, torna-se imperiosa a imediata efetivação, a nível de plenário, do debate constitucional, pondo-se fim à prolongada demanda em torno da Lei interna que se arrasta há tanto tempo.

Se o sistema de governo será presidencialista ou parlamentarista; se o mandato do Dr. José Sarney será de quatro ou cinco anos; se haverá ou não estabilidade no emprego; se a jornada de trabalho terá 40 ou 44 horas; se a reforma agrária estará assegurada de maneira realística; se o conceito de empresa nacional preservará o País das multinacionais; tudo isso

precisa ser esclarecido, mediante a inserção no bojo da próxima Carta de normas explícitas, em razão de cuja aplicabilidade resultem a consolidação do período de transição democrática, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social do povo brasileiro.

Já agora são os governadores que se dispõem a estimular o afã dos constituintes, partícipes, também, do processo de normalização político-institucional.

Assim, todas as classes sociais – desde as elites dirigentes aos demais setores da nossa população – conscientizaram-se de que devem pressionar legitimamente a Assembléia, induzindo-a a ultimar a missão histórica que lhe foi delegada expressamente, de dotar o Brasil de uma Lei Magna, ajustada às aspirações da nacionalidade.

A partir de agora, ouve-se, em todo o nosso Território, num verdadeiro anseio coletivo, a proclamação reiterada do lema: "Constituição, Já", a que não podem ficar indiferentes os Membros deste Plenário soberano. (Muito bem!)

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso):**  
– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Território Federal de Roraima teve a sorte de ser contemplado com a instalação do Banco de Roraima S/A, em 1969, que tanto empolgou o seu povo, de modo que em apenas um dia as suas ações foram integralmente vendidas. Nos primeiros dez anos o Banco lutou para sobreviver,

tendo a União, acionista majoritária, lhe dedicado um verdadeiro esquecimento, restando-lhe o apoio ténue de pequenos aportes financeiros do orçamento do Governo do Território.

Em 1978, nove anos após a sua instalação, a situação do Banco era tecnicamente muito precária. Nos anos seguintes, a União, através do Ministério do Interior, concedeu pequenos aportes financeiros para o aumento do capital. Nesse mesmo período, o Banco passou a sofrer represálias do próprio Governo do Território, em razão de não ter a sua diretoria aprovado crédito para uma empresa de Belém, recomendada pelo então Governador, culminando essas represálias com a retirada dos recursos do Território que seriam a base de caixa para a recuperação da Instituição.

Nessa época, apesar das dificuldades, foi implantada a Carteira de Desenvolvimento, que embora não representasse um resultado quantitativamente substancial, muito contribuiu em termos de apoio aos setores produtivos, aos microempresários, aos produtores rurais, através de aplicações de recursos do BNDES, BACEN, FINAME, FINEP, EMBRATUR, BNH, CEF, entre outros. Foi intensificado o programa habitacional, com a construção de novos conjuntos habitacionais em Boa Vista, Caracará e Mucajai.

Em 1984 e 1985, eram evidentes os sinais de recuperação do Banco. Porém, em 1986, com o Plano Cruzado, houve uma pesada sangria, reduzindo as taxas de aplicação de 10% ao mês para 2%, enquanto a folha de pagamento dos funcionários era reajustada em 62%, refletindo imediatamente nos resultados financeiros, cujas perdas aumentaram significativamente, agravando-se com a tabela de conversão da moeda e a deflação das operações. Mesmo diante desse quadro, não recebeu o Banco qualquer compensação em termos de aporte de recursos para o seu Capital, por parte da União.

Ora, o capital já enfraquecido por todos esses fatores, além do processo inflacionário, e as necessárias aplicações de caráter de desenvolvimento que quase nada geram de receita, mas que são a função primordial do Banco e que por si só justificam a sua existência.

Com o Plano Bresser e a sua "tablita", mais perdas no combalido patrimônio líquido do Banco.

Para evitar as falências ocorridas em outras Unidades da Federação, o que para a frágil economia do Território seria o caos, o Banco criou um plano de recuperação para salvar os empresários, mas que não poderia lhe render ganhos substanciais.

O Banco de Roraima possui apenas 437 (quatrocentos e trinta e sete) funcionários, não representando, portanto, a sua folha de pagamento despesa significativa a pesar do déficit público do País, de forma a se defender a sua extinção.

A seguir, dou um quadro sintético da situação do Banco, levantada em princípio de dezembro:

1 – não tem nenhuma dívida pendente com o BACEN ou com qualquer agência federal repassadora de créditos para empréstimos a órgãos, empresas, comércio, indústria ou crédito rural;

2 – o BACEN cobrou em 1987 multas relativas a saques eventuais em descoberto desde 1984, somando mais de Cr\$ 400 milhões, inibindo a capacidade de aplicação do Banco. Mesmo assim, a posição atual do Banco é positiva na conta de reservas bancárias;

3 – o Banco tem recorrido ao mercado financeiro capitando e aplicando para gerar receitas adicionais que contribuam para restaurar a sua normalidade operacional;

4 – há cinco anos o Banco não recebe, mesmo sendo federal, aporte da União para o seu capital social. Não deixou, contudo, de exercer o seu papel de agente principal do desenvolvimento regional no Território.

	CZ\$ Milhões
Capital Atual.....	49
Reservas de Correção Monetária do 1º Semestre.....	140
Recurso do Território para aumento de capital 87/88.....	25
Recurso da União para aumento de capital 87/88.....	80
Recurso do Território para aumento de capital 88.....	<u>50</u>
	344
Recurso de Correção Monetária do 2º Semestre (estimativa).....	<u>150</u>
Valor possível de correção de capital 1º trimestre 1988.....	494

Pelo exposto, Sr. Presidente, verifica-se que não há nenhuma justificativa capaz de respaldar a intenção propalada de se extinguir o Banco de Roraima.

Apelo, pois, ao Sr. Ministro do Interior e ao Senhor Presidente da República, bem como ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, no sentido de que garantam a consolidação do nosso Banco de Roraima S/A. (Muito bem!)

**O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Foi-se o tempo em que o dinheiro era guardado, aliás com segurança, em casa. Os negócios eram simples: o comprador entregava a sacola de dinheiro e levava a mercadoria, uma partida de gado, uma safra de arroz, ou qualquer outro produto.

Tudo era feito com simplicidade, sem burocracia, sem papelada. Valia a palavra e a honra de quem a empenhava. Prevalcia a confiança e a seriedade. A base da prosperidade, individual ou local, era a capacidade para o trabalho e a inspiração para decidir.

Mudaram muito as condições de progresso no mundo atual. Hoje, ninguém tem dinheiro próprio para investir, seja na agricultura, na indústria ou no comércio. A atividade econômica ficou na completa dependência do financiamento bancário e dos incentivos públicos.

O progresso se atrelou ao Banco. Não se paga uma conta, não se recebe salário ou provento de aposentadoria, não se faz investimento, sem a participação ostensiva das instituições bancárias.

O Banco tornou-se o símbolo do desenvolvimento. Se a comunidade conta com uma vasta

rede de serviços bancários, é porque ali a vida sócio-econômica é dinâmica.

A recíproca também é verdadeira; se o Banco não se faz presente, a comunidade fica sem condições de dinamizar o seu potencial, obrigada a enormes sacrifícios no seu simples cotidiano.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, trago a esta tribuna um apelo veemente ao Presidente da República para que autorize a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Maracacumé – Godofredo Viana, no Estado do Maranhão.

O Banco do Brasil, instituição do mais elevado sentido social, tem levado a indispensável oportunidade de progresso aos mais afastados pontos do País, sem, contudo, ter alcançado ainda Maracacumé, em Godofredo Viana.

A ausência, ali, de uma agência do Banco do Brasil, ao mesmo tempo em que obriga a população, inclusive aposentados quando do recebimento de seus proventos, a sacrifícios inconcebíveis, impede a dinamização da economia local.

As alternativas de acesso ao Banco do Brasil são todas difíceis: ou se vai a Santa Inês, no Maranhão, a 262 quilômetros, ou se tem de valer-se de Bragança, no Pará, para isso devendo atravessar a fronteira estadual.

A população residente no trecho Bom-Jardim/ Boa Vista do Gurupi, na BR-316, encontra-se, portanto, completamente desassistida em termos de estímulo ao seu desenvolvimento regional.

A agência em reivindicação, como se vê, constitui fator indispensável ao progresso sócio-econômico da população residente.

O povo de Maracacumé – Godofredo Viana aguarda, confiante, a autorização presidencial para contar com o Banco do Brasil na promoção de seu progresso e bem-estar.

*Durante o discurso do Sr. Costa Ferreira o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Amaury Müller.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O breve recesso parlamentar, resultante dos festejos de fim de ano, permitiu a todos nós um retorno às bases e um reencontro com as grandes e legítimas aspirações do povo brasileiro. E o que se vê, Sr. Presidente, é um povo frustrado, vergastado por uma inflação incontrolável, pela violência do custo de vida que erode violentamente os salários minguados daqueles brasileiros que conseguem trabalhar. O que se vê, Sr. Presidente, é o agricultor na expectativa de que o Governo afinal implante uma política agrícola voltada para o setor, capaz de contemplar pequenos e médios proprietários sobretudo, com os instrumentos do progresso social e do desenvolvimento econômico. O que se vê, Sr. Presidente, é um povo descrente, desesperançado, angustiado e à beira da revolta diante da insensibilidade, da incompetência e da irresponsabilidade de quem, sendo Governo, não resgatou, até hoje, sequer 1% dos compromissos formalmente assumidos com a sociedade brasileira.

Apesar das sombrias perspectivas de analistas da área econômica, social e política, apesar deste quadro angustiante, sou dos que creem no Brasil, porque acreditam no seu povo. E esta Assembléia Nacional Constituinte tem um compromisso que precisa honrar urgentemente.

O que quer o povo? – Um texto constitucional que seja síntese e reflexo da vontade nacional; um texto constitucional que contemple os direitos até aqui espezinhados e subtraídos do trabalhador urbano e rural; um texto que autorize o trabalhador a ter a certeza de que, apesar das cólicas hepáticas de seu patrão, cuja fortuna engorda à medida que empobrece quem trabalha, não correrá o risco de ser despedido; um texto que garanta o direito de greve àqueles que pleiteiam melhores condições de trabalho e salários mais justos; um texto que permita o avanço da reforma agrária, de tal modo que seja possível redimir o homem do campo, fixando-o à terra e dando-lhe condições para dela retirar o seu sustento e o sustento dos milhões de bocas que neste País passam fome.

Não serão as forças retrógradas comprometidas com a extrema direita – tenham o nome que tiverem – que irão impedir esses avanços da sociedade brasileira na Assembléia Nacional Constituinte. Se todos nós tivermos dignidade, se honrarmos o mandato popular que recebemos nas eleições passadas, temos o dever e a obrigação de escrever um texto que legitime os direitos da classe trabalhadora, dos assalariados, dos camponeses sem terra, da dona-de-casa, dos milhões de crianças que perambulam pelas ruas, das pequenas, médias e grandes cidades, em procissões dolorosas, percorrendo as latas de lixo em busca de um inatingível pedaço de pão. Se tivermos dignidade e vergonha na cara, rejeitaremos todas as ameaças de a extrema direita tenta arquitetar contra os direitos do trabalhador. Se tivermos dignidade, Sr. Presidente, haveremos de concluir os nossos trabalhos em tempo hábil a fim de que não fiquem prejudicadas as eleições municipais e de modo que a sociedade seja ouvida no seu clamor cotidiano, de que quer eleições presidenciais este ano, para ela própria, através do veredicto das urnas, escolher o seu governante, um governante que tenha compromissos com o povo, com a História e com o futuro deste País.

O que não pode continuar acontecendo, Sr. Presidente, é este lamentável espetáculo, retratado em vários jornais do interior do Rio Grande do Sul, onde empresários, oficialmente, em nome não sei de quê, percorrem os bancos, as grandes empresas, pedindo, – como está aqui, 30 mil cruzados para alimentar **lobbies** que vêm aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, tentar interromper os avanços sociais e econômicos deste País.

Isto aqui Sr. presidente, pode ser um direito, mas não deixa de ser uma afronta aos bons costumes políticos, à própria consciência nacional, na medida em que se arrecada dinheiro para se estabelecerem **lobbies** contrários aos interesses e aos direitos do trabalhador. O julgamento da História não se deterá, nenhuma força, mesmo que use as armas compradas com os impostos escorchantes que o povo paga, nenhuma força será capaz de deter a marcha da História e o julgamento daqueles que traíram e apunhalaram o povo brasileiro. Eles sentarão no banco dos réus e a sua sentença será dura, porque a História

não perdoa os covardes e os pusilânimes, aqueles que traem o povo, embora acerrem para eles, em épocas eleitorais, com fartas promessas de fecundo trabalho em benefício da maioria.

Esse dia está por chegar e todos nós seremos julgados pela História, doa a quem doer, custe o que custar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. JOSÉ GENÓINO (PT – SP. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

São decorridos 44 dias do encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Portanto, podíamos ter vetado, durante esses 44 dias, o projeto de Constituição em cima daquelas questões que realmente interessam ao povo brasileiro; ver, através do voto e do debate nesta Casa, a explicitação de posições. No entanto, reiniciamos hoje, no ano de 1988, nesta primeira sessão, com 112 Constituintes na Casa, isto é, não temos 280 para votar a mudança do Regimento Interno.

Sr. Presidente, estamos também sabendo que algumas lideranças do Centrão dizem que a culpa deste atraso da mudança do Regimento Interno se deve à posição dos Partidos de esquerda, que não retiraram os seus destaques. Ora, Sr. Presidente, parece uma fábula, parece que estamos aqui nos enganando, que estamos aqui a fazer um jogo, para esconder a verdade perante o povo brasileiro. Quem foi que iniciou a história de mudar o Regimento Interno? Quem iniciou o movimento, dizendo que tinha maioria e que essa maioria estava sendo menosprezada pela Comissão de Sistematização? Quem alardeou perante a opinião pública, através da imprensa, que havia 280 Constituintes para aprovar, e até se criou um dispositivo no Regimento Interno, para apresentar emendas com 280 assinaturas?

Pois bem, Sr. Presidente, quem disse isso, os que tomaram tal iniciativa são exatamente os responsáveis por esse atraso na votação do Projeto de Constituição. Há 44 dias não votamos o texto constitucional. Sabemos que, quando à Comissão de Sistematização tentava apressar os seus trabalhos, havia uma pressão muito grande para que eles fossem encerrados e o Projeto viesse a Plenário. Pois bem, o Projeto não chegou ainda ao Plenário, exatamente porque o Centrão iniciou essa proposta de mudança do Regimento Interno, e agora querem simplesmente que os partidos que têm destaques sobre a mesa os retirem.

Não retiraremos esses destaques, porque refletem uma posição política que divide esta Casa entre aqueles que querem fazer uma Constituição, com base num Regimento democrático, e aqueles que querem fazer uma Constituição com base num Regimento antidemocrático. E esses destaques expressam essa diferença; esses destaques dividem campos e posições no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Neste momento, a responsabilidade por esse atraso é exatamente do Centrão, que iniciou este processo de mudanças no Regimento Interno, quando devíamos, aqui, estar votando as matérias substantivas do texto constitucional.

Hoje, esse mesmo Centrão, que quer fazer uma Constituição colocando 280 votos apenas nos dias que lhe interessa, não colocou, aqui, os 280 votos para aprovar ou rejeitar os destaques que

apresentamos à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Mantemos esses destaques e vamos, daqui para a frente, seja na aprovação ou não da mudança do Regimento Interno, seja no texto constitucional, explicitar as posições aqui dentro, deixar claro perante o povo brasileiro – este povo que está ansioso, decepcionado, frustrado e desencantado – quem é quem nesta Assembléia Nacional Constituinte; quais os campos que dividem esta Assembléia; quem quer que essa Constituição represente um avanço, uma mudança, e quem quer, simplesmente, que a Constituição de 1988 seja uma cópia piorada da Constituição de 1967.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fomos eleitos para elaborar a sétima Constituição do nosso País, e é importante, neste momento, que cada cidadão eleito para esta tão importante missão esteja realmente condicionado das melhores virtudes, que possa se desvestir de qualquer paixão ou de qualquer espírito faccioso; a fim de que, juntos, possamos dotar o, Brasil da Constituição que ele merece e que o povo espera.

Para tanto, é necessário que cada um de nós que agora chegamos a esta Casa, no alvorecer deste 1988, estejamos, condicionados da melhor virtude possível; porque muitos de nós ouvimos, por várias vezes, mensagens natalinas, que pelo menos há trouxeram paz à alma e puderam propiciar boa vontade entre os homens, a quem Deus quer bem; e que haja, realmente, boa vontade entre todos nós, os Constituintes, para que possamos, no momento exato, compreender as múltiplas necessidades e problemas, e até as divergências existentes durante o processo constituinte; mas que todos possam colaborar, não com a paixão, não com o ódio ou o rancor, que jamais construíram e jamais darão estabilidade a um povo, que espera aqui estejam homens sensatos e de bem, aqueles que pensam no próximo e sabem legislar em favor dos seus semelhantes.

Para isso aqui estamos; como antes dissera, com uma mensagem que venha trazer alívio a nossa alma e o bom entendimento para a nossa mente, a fim de que possamos trazer, diante desse Projeto, algo que satisfaça, construa ou venha gerar estabilidade e segurança para a Nação brasileira. Preocupa-me – e todos nos devemos preocupar – o fato de que é necessário, para que alcancemos esse objetivo, um entendimento e, às vezes, uma retroatividade de cada Constituinte, porque, retroagindo, iremos adaptar-nos ao melhor caminho, a fim de que o Brasil de amanhã seja assegurado pelo presente Congresso, agora com uma finalidade de suma relevância a de elaborar uma Constituição à altura do Brasil e de todas as características do povo brasileiro. O nosso povo tem uma etnia complexa, e daí resultam complexos problemas para serem dirimidos. Mas acredito que este Parlamento deve ser aquele que Aristóteles pregava – que o povo deve procurá-lo a fim de auferir conhecimentos e dirimir dúvidas. Assim, vamos dirimir as dúvidas existentes, com o propósito sadio da construção de um Brasil melhor, mais humano e mais digno, a partir

da Constituição que ele receberá de nossas mãos. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Antônio de Jesus, o Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Reúne-se esta Assembléia Nacional Constituinte, nesta primeira sessão do novo ano de 1988, sem ainda resolver a questão do seu Regimento Interno.

Comungo das angústias de todos os Constituintes que, desta tribuna, em todas as conversas, reuniões e entrevistas, puderam expressar que é profundamente lamentável que ainda neste começo de ano não possamos estar votando o texto da nova Constituição do País.

No dia 17 de novembro terminaram os trabalhos da Comissão de Sistematização; desde então, o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte já dispõe de um projeto completo para ser votado, modificado, corrigido, aperfeiçoado, emendado, enfim, para produzir o texto da nova Constituição. O País clama, reclama, e lamenta que, a esta altura, não haja um artigo, um preâmbulo sequer do texto da nova Constituição votado.

Sobre esse atraso pairam dúvidas, nítidas e claras responsabilidades; sobre esse atraso paira a angústia da Nação que vê, perplexa, a Assembléia Nacional Constituinte decair, gradativamente, dia após dia de impasse, no seu crédito, no seu prestígio, no seu reconhecimento perante a Nação brasileira.

Srs. Constituintes, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte esteve em recesso, para as festividades de fim de ano, um fato tenebroso, cruel, terrível, aconteceu por sobre um conjunto de trabalhadores brasileiros: o massacre de homens, mulheres e crianças, garimpeiros de Serra Pelada, em Marabá, no Estado do Pará.

Esta Assembléia Nacional Constituinte, sem dúvida alguma, ao se reunir em plenário pela primeira vez após esse acontecimento terrível, macabro mesmo, não pode deixar de expressar a sua angústia, a sua dor até por aqueles sofridos e massacrados trabalhadores, vitimados pela ação truculenta da Polícia Militar ordenada, declarada confessadamente pelo Governo do Estado do Pará. Lamentavelmente, o Governo Constitucional e eleito do Estado do Pará, e, mais lamentavelmente ainda, o Governo eleito sob a bandeira opositorista do PMDB, que sempre, no Congresso Nacional, na oposição, foi um baluarte na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos direitos humanos, dos direitos da cidadania, agora é algoz dos trabalhadores, fere os direitos humanos, e a cidadania brasileira.

Quero comunicar ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte que estou entrando, neste momento, com um requerimento ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, para que seja convocada uma reunião imediata do Congresso Nacional, e seja instaurada uma Comissão Mista de Inquérito para apurar o envolvimento das autori-

dadas constituídas, quer do Governo do Pará, quer da República, nesse massacre dos garimpeiros de Serra Pelada, no Estado do Pará.

As notícias da imprensa, a esta altura, já nos dão a idéia nítida e clara da responsabilidade do Governador do Pará e de sua Polícia Militar, da responsabilidade do Governo do PMDB, no Pará, por esse massacre, mas também nos aponta como é o caso da edição do dia 2 próximo passa do **Jornal do Brasil** – a responsabilidade do Sr. Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard, por ter ordenado a evacuação da ponte, não tendo, mediante a sua ordem, a sua determinação, tomado as medidas e cauteladas devidas para proteger as vidas humanas, naquela demonstração, sendo assim o responsável direto pelo massacre dos garimpeiros do Pará.

Requeri, também, que essa Comissão seja investida dos poderes competentes para ouvir as autoridades, inclusive o Sr. Ministro da Justiça e o Sr. Governador do Estado do Pará; para as apontar as responsabilidades as instituições próprias para lá respondam por seus atos culposos, e apontem ao Congresso Nacional e a Nação brasileira os responsáveis; e que indiquem ao Congresso Nacional as medidas a serem tomadas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, no sentido de que essa violação grave e dramática aos direitos humanos, aos direitos do povo trabalhador deste País fique sem a devida apuração e punição; para que, em nome desses trabalhadores, o Congresso Nacional resgate o seu Prestígio, a sua posição nítida e clara, a sua missão indelével de guardião da soberania popular, dos direitos humanos e da cidadania deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Recebi duas informações a primeira de que já teria sido gasto ou jogado pela janela o equivalente a 12,6 milhões de dólares com a chamada Ferrovia Norte-Sul. A outra informação é a de que os gastos com essa Ferrovia já estariam em torno de 18,6 milhões de dólares.

Encaminho, através da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, requerimento de informação ao Sr. Ministro dos Transportes, através do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, solicitando, primeiro, a quanto montam os gastos feitos até esta data com o projeto da Ferrovia Norte-Sul, com especificação item por item. E, segundo, em que consistirão os gastos previstos para 1988, com a referida ferrovia.

Acho importante que se saiba, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, até que ponto irá essa brincadeira, porque em algumas regiões do País já não há mais trânsito para mercadorias, como no meu Estado, a chamada Estrada de Produção, por onde são escoadas 4 milhões de toneladas de grãos. Hoje essa estrada é intransitável e não tem um centavo de dotação orçamentária para uma estrada que impede o desenvolvimento da chamada Região/Celeiro do meu Estado. No entanto, já existe no Orçamento da união, para este ano, 8 bilhões de cruzados para uma ferrovia que não tem absolutamente nada para carregar, ao menos neste momento, para o transporte de mercadorias.

Então, quero, através desse pedido de informações, que anexo ao presente, que se saiba precisamente quanto já foi jogado pela janela em cruzados com esse projeto da Ferrovia Norte-Sul. Algumas informações, como já disse, são de que o equivalente a 12,9 milhões de cruzados já teriam sido gastos, e em outras informações 18,6, o que, convertamos, é um escândalo que deverá ser esclarecido à Nação, de acordo com a transparência a que se propôs a Nova República, de dar ciência ao povo a respeito de seus atos. E a Nova República que está sendo cobrada aqui desse dinheiro todo que está sendo jogado fora com a chamada Ferrovia Norte-Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª IRMA PASSONI EM SEU PRONUNCIAMENTO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES**  
(Do Sr. Adroaldo Streck)

**Solicita informações ao Ministro dos Transportes sobre gastos com a Ferrovia Norte-Sul.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma do que dispõe o art. 62, § 5º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requiro a V. Ex.ª se digne determinar o encaminhamento do presente.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES**

Ao Ministério dos Transportes, através do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, a fim de que esclareça:

a) a quanto montam os gastos feitos até esta data com o Projeto da Ferrovia Norte-Sul, com especificação item por item; e

b) em que consistirão os gastos previstos para 1988, com a Ferrovia Norte-Sul.

**Justificação**

Recebi uma série de informações desencontradas sobre despesas; já feitas em nome da futura implantação da Ferrovia Norte-Sul. A primeira informação fala que já teriam sido consumidos recursos equivalentes a 12,9 milhões de dólares; a segunda, faz referência ao equivalente a 18,6 milhões de dólares. Como a Nova República instalou-se sob a égide da transparência, será importante que, através deste Poder Constituinte, se dê notícias à Nação sobre gastos feitos até esta data com a chamada Ferrovia Norte-Sul.

Sala das Sessões, janeiro de 1988. – Constituinte **Adroaldo Streck**.

**A SR IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesses 15 dias de recesso, fui cobrada duramente por centenas de pessoas com as quais estive em reuniões ou contatos pessoais, e recebi de todas um apelo, misto de angústia profunda, diante do quadro atual. De um lado, o povo nos responsabilizando pela grave situação econômica e sem perspectivas, com a alta do custo de vida que explode e, na verdade, deixa a todos na incerteza total e aos pobres sem o pão de cada dia, e o amanhã com uma perspectiva evidente de desemprego. E muitos dizem: este disco já é ve-

lho. Isto porque, na prática, a vida do povo continua nova como sempre.

Quero condenar de público, por exemplo, a vergonhosa subserviência do Sr. Jânio Quadros, em São Paulo, aos empresários dos ônibus urbanos, a quem concedeu mais de 700% de aumento nos últimos 12 meses. tendo aqueles transformado os usuários num amontoado de humanos – como demonstram as pesquisas – de 12 pessoas por metro quadrado, dentro de um ônibus.

O Vale-Transporte pode ter sido bom, de um lado, mas agravou a situação dos desempregados, das domésticas, dos estudantes, dos aposentados, e se faz majoração de preços sem perceber o crime que se comete contra estas pessoas.

É criminosa a atitude dos empresários de transportes coletivos em São Paulo. E cito exemplo gritante e desumano da Empresa Jurema, que serve ao meu próprio bairro. O povo nos culpa, culpa a Constituinte por tudo isso, e vêem claro que o desgoverno total do Presidente José Sarney, hoje, é evidente. Hoje, o vazio do Governo é tão claro que tanto faz o Presidente da República estar aqui ao lado, no Palácio do Planalto, ou estar, há quinze dias, no Maranhão, na Ilha de Curupu.

O Centrão, em nome da maioria – e isso não é verdade, é só somar os votos dados a eles – emperra os trabalhos, destrói os direitos conquistados com declarações absurdas e vazias, numa postura clara de quem não conhece, não sente, nem quer saber da realidade da vida do povo, e muito menos da democracia.

Peço perdão ao Constituinte Cardoso Alves, mas, lamentavelmente, queria dizer o que sinto. Respeito a saúde de S. Ex.ª, mas o que, na verdade, queríamos era que o Centrão caísse do cavalo e percebesse, em tempo, a desgraça que pode cometer a este País diante do que quer aprovar nesta Constituinte.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de deixar aqui transcrito, integralmente, o artigo do jornalista Jânio de Freitas, datado de 3 de janeiro de 1988, que se refere à maioria que é minoria, nos seguintes termos:

“Os integrantes do Centrão, mesmo admitindo-se os 317 nomes da lista inverdadeira montada pelos líderes dos grupos, não têm representatividade correspondente nem a um terço das preferências e idéias expressas nas urnas pelo eleitorado. Não passa de impostura, pois o “argumento democrático” com que o Centrão se apresenta, nas palavras adotadas por seus líderes e propagandistas, como “reunião da maioria para acabar com a ditadura da minoria que impôs um projeto de Constituição contrário à vontade da sociedade”. A maioria que o Centrão tem no plenário foi repelida, nas urnas, por 70% do eleitorado brasileiro.”

Continua o Sr. Jânio de Freitas examinando que, na verdade, os que representam o Centrão não representam a maioria do povo brasileiro, pois não recebem a maioria de votos dados aos eleitos para esta Assembléia Nacional Constituinte.

Por isso, solicito, Sr. Presidente, a transcrição integral desse artigo, publicado na **Folha de S. Paulo**, no dia 3-1-88, que reflete claramente o que é o Centrão, qual o impedimento, hoje, para que as eleições diretas para a Presidência da Re-

pública se dêem no próximo ano, quais as razões que imperam nos trabalhos da Constituinte, se na verdade é uma proposta de Constituição democrática, ou se quer, realmente, impedir a democracia, que a Assembléia Nacional Constituinte termine seus trabalhos e que as eleições diretas sejam convocadas como o povo, na sua maioria, deseja, a nível de Brasil. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. IRMA PASSONI EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**A MAIORIA QUE É MINORIA**

**Jânio de Freitas**

Os integrantes do Centrão, mesmo admitindo-se os 317 nomes da lista inverdadeira montada pelos líderes do grupo, não têm representatividade correspondente nem a um terço das preferências e idéias expressas nas urnas pelo eleitorado. Não passa de impostura, pois o “argumento democrático” com que o Centrão se apresenta, nas palavras adotadas por seus líderes e propagandistas, como “reunião da maioria para acabar com a ditadura da minoria que impôs um projeto de Constituição contrário à vontade da sociedade”. A maioria que o Centrão tem no Plenário foi repelida, nas urnas, por 70% do eleitorado brasileiro.

Os 317 listados pelo Centrão obtiveram, nas urnas de 15 de novembro, 24.616.573 votos. Já os que compõem o não-Centrão, em suas diversas correntes conquistaram 56.355.275 votos. (A soma destas duas quantidades é maior do que o eleitorado total porque, ao escolher seus representantes na Constituinte, cada eleitor pôde votar para deputado e para senador). A representatividade do Centrão restringe-se, portanto, a 30,4% das preferências do eleitorado entre seus possíveis representantes na Constituinte e respectivas propostas. Aos 24 milhões de votos do Centrão, aliás só o PMDB liderado pelo senador Mário Covas na Constituinte opõe 50.168.163 votos.

“A Gritante diferença de representatividade entre o Centrão e o não-Centrão é mais ampla ainda, na verdade. Pelo menos seis dos constituintes da lista de 317 “centrãozistas” jamais deram um só voto ao Centrão, nas três ocasiões em que o grupo votou, no plenário, a modificação do regimento interno da Constituinte. Apenas com a exclusão daqueles seis, a massa eleitoral do Centrão já cairia mais 277.373 votos. Dos mesmos 317 listados, 25 só apoiaram o Centrão uma vez e 88 deixaram de fazê-lo pelo menos uma vez nas três oportunidades. E há ainda numerosos que por favoráveis à representação de emendas pelo Plenário, figuram na lista de integrantes do Centrão sem que admitam sê-lo, como Jarbas Passarinho, Sandra Cavalcanti, Joaquim Francisco, Marco Maciel e tantos outros.

Quando se considera a representatividade dos grandes líderes que conduzem o Centrão, chega a ser constrangedor. São precisos os seis maiores – Amaral Netto, José Lourenço, Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiuzza, Bonifácio de Andrade e Daso Coimbra – para chegar a parcos 293 mil votos. Diante do grande José Lourenço, com seus “bint’oitos mil botitos”, teria o efeito de uma tamancada lembrar os 7 milhões 785 mil votos do líder oposto, Mário Covas. Só Covas e Fernando Henrique Cardoso, com seus 14 milhões de votos, representam mais da metade, ou 57% da repre-



sentatividade de toda a lista do Centrão, incluídos os vários acréscimos marotos.

Também sob outro aspecto é falso o "argumento democrático" do Centrão, e de seu ideólogo Saulo Ramos, de que o projeto da Sistematização "foi dominado pelas teses esquerdistas e socializantes, em contraposição ao desejo dominante na sociedade brasileira". Apenas 24% das propostas originárias da esquerda foram aprovadas pela Sistematização e todas com os votos de conservadores (e não só um outro dado por engano, além de indecisivo).

Em termos de representatividade, a maioria do Centrão no plenário precisaria de mais 129% de votos eleitorais, ou o dobro e mais um terço do que lhe deram os brasileiros, para igualar-se à representatividade do não-Centrão. Mas, por força do artifício de maioria no plenário, segundo o qual os 2.372 eleitores de Marluce Pinto valem o mesmo que os 2.486.868 de Nelson Carneiro, a Constituinte que amanhã reabre – haja paciência – encaminha-se para brindar o Brasil com uma Constituição que não exprimirá as aspirações de nem um terço dos eleitores.

#### O SR. PAULO DELGADO (PT – MG):

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O início de mais um ano convida os políticos brasileiros a refletirem sobre as necessidades urgentes deste País. Se o ano é novo, infelizmente, as idéias que aqui predominam não o são. Há nelas a clara concepção que caracteriza o pensamento de direita, um pensamento que é no fundo um contrapensamento. E, no nosso caso, diante da miséria agravada nos últimos anos, elaborar esse contrapensamento em forma de leis e artigos de uma Constituição é trabalhar numa verdadeira oficina de tirania.

Porque, vejamos V. Ex.<sup>as</sup>, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o contrapensamento produzido pela direita não quer a estabilidade e a jornada de 40 horas, substituindo-a por uma indenização progressiva. Estamos há 100 anos da escravidão, pagava-se para adquirir o emprego compulsório, agora quer se pagar para assegurar o desemprego inevitável. Quer-se produzir um conceito de empresa nacional que internacionalize mais ainda o mercado e a economia brasileira. Quer ainda o contrapensamento manter a guerra civil no campo, impedindo, por fim, a luta dos que moram e trabalham na terra. Manter também a educação e a saúde como áreas privatizadas, mercantilizando direitos elementares do ser humano.

De onde vem essa obstinada vontade de manter e reproduzir a dominação, a dependência, a falta de liberdade? Por que tantos homens servem tanto e tão bem a idéias reacionárias, sem que força alguma os obrigue a isto? De onde vem essa irracional decisão de impedir o progresso, o desenvolvimento e a elevação da qualidade de vida dos trabalhadores deste País? Vem – sabemos – de meia dúzia de vícios e deformações próprios das sociedades, onde os homens públicos são movidos por interesses privados de lucro, posse e individualismo; daqueles que querem negociar seus programinhas de TV para projetos como o Minerva, patrocinados pelo Estado; daqueles que querem continuar a receber recursos públicos para sustentarem sua incompetência empresarial, como a Sharp, a Transbrasil e a Engesa;

dos que querem traficar com a saúde e a instrução, e dos que querem manter a terra como bem inatingível ao homem do campo.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a todo esse universo do pensamento da direita, sugiro que comecem o ano lendo uma obra do Século XVI, de Etienne de La Boétie, o "Discurso sobre a Servidão Voluntária", para tentarem se compreender e o ato político aberrante que patrocinam aqui. Em La Boétie, é possível entender por que a insensibilidade quanto à sorte e o destino dos outros é o vício repugnante da direita. E é lá, parafraseando sua obra, que alerto os setores conservadores deste Congresso, de que escrever uma má Constituição é tarefa premeditada de quem é liberticida e antidemocrático, pois é extremo infortúnio estar-se sujeito a um Presidente ou a um Congresso o qual nunca se pode certificar de que seja bom, pois está sempre em seu poderio ser mau quando quiser.

Muito obrigado. (Muito bem!)

#### O SR. SÓLON BORGES DOS REIS

(PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O ano de 1987 exauriu-se com a inteira decepção do povo brasileiro com a política do País.

Duas medidas estão na prioridade do povo para 1988; a opinião pública deste País espera, no plano político, duas medidas de caráter fundamental: a primeira é Constituição já. A pregação do Presidente Ulysses Guimarães corresponde plenamente à ansiedade popular, às necessidades políticas, sociais, econômicas e administrativas do País, e à necessidade que esta Assembléia tem de, cumprindo com a sua responsabilidade, dar à Nação, o quanto antes, uma Constituição que não consista simplesmente em manter o que aí está, mas que projete a Nação no plano social e político, para o futuro.

A outra medida pela qual o povo espera é que se mude o Governo do País. O Governo, sozinho, não tem como elevar este País à condição de grande Nação, nem como dar, sequer, conta das responsabilidades que assumiu. Precisa do apoio popular, mas a opinião pública brasileira, o povo brasileiro não acredita no Governo. O Governo não tem crédito com o povo deste País. Desde que perdeu a credibilidade, o Governo não pode contar com o povo. Só contaria se mudasse o seu discurso e, objetiva, racional, corajosa, cívica e patrioticamente, assumisse um discurso em que reconhecesse as dificuldades a que o País foi levado e em que se encontra. Mas não basta mudar o discurso; é preciso, prioritariamente, mudar os rumos da condução do Governo neste País, mudar a política econômica e preocupar-se seriamente com o social. Como o Governo não muda o seu discurso, não muda a sua política, o povo espera é que se mude o Governo. Isto está também nas mãos da Assembléia Nacional Constituinte, ao promulgar a nova Constituição para o Brasil.

Se fixarmos para 1988 a mudança de Governo, com uma Constituição projetada para o futuro, teremos cumprido com as nossas responsabilidades de Constituintes e teremos contribuído seriamente para retirar o País desta grande dificuldade em que se encontra.

No sistema presidencialista, o Presidente tem toda a autoridade possível. O governo é unipes-

soal, o governo é o próprio Presidente. Não adianta mudar Ministros. Poucas pessoas conhecem o plantel de Ministros que integram o Governo Federal; poucos são os Ministros que, por motivo episódico ou até epidérmico, têm o seu nome conhecido, pois, por uma atuação decisiva, não sei se algum tem o apreço da opinião pública brasileira. Toda a responsabilidade, neste regime, está nas mãos do Presidente. Assim, a eleição presidencial, em 1988, para mudar politicamente o Brasil, é a solução que o povo espera, com uma Constituição já.

#### O SR. LEITE CHAVES (PMDB – PR.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Estamos voltando de um recesso que, se não foi suficiente para um valioso descanso, foi o bastante para que refletíssemos sobre essa nossa realidade nacional.

Convenci-me, Sr. Presidente, de que o nosso compromisso é com uma Constituição para o País, com uma Constituição que satisfaça os problemas atuais e não com uma Constituição ideal, porque isso é muito difícil. Fazemos uma Constituição não apenas com 559 Constituintes; estamos fazendo uma Constituição com 140 milhões de habitantes. V. Ex.<sup>as</sup> são testemunhas de que basta se referir a um problema de terra indígena para que, no dia seguinte, estejam aqui os indígenas, reivindicando os seus direitos. Aqui estiveram juizes, militares, trabalhadores rurais, produtores, todo o País, em síntese, esteve presente nesta Casa, trazendo as suas sugestões. Então, é uma Constituição de consenso, uma Constituição de acordo, uma Constituição de elaboração difícil!

Em Cuba, não houve esse problema. Houve uma revolução. A maioria dominou e, em pouco tempo, fez uma Constituição que conveio aos seus interesses.

Assim, Sr. Presidente, há um ponto fundamental para que esta Constituição chegue a bom termo e não venhamos a continuar tendo os percalços com os quais temos nos deparado até hoje.

Quais são esses percalços? Sr. Presidente, essa é uma questão que volto a percutir nesta Casa: a definição de regime. O regime, nesta Constituição, é pré-requisito. Se não o definirmos antecipadamente, vamos encontrar dificuldades na discussão de cada artigo, na votação de cada capítulo, porque, ainda que um artigo inicial não se refira ao regime, todos os Constituintes ficarão em perplexidade para saber qual o regime que virá a ser instituído, a fim de que possam se posicionar conscientemente em relação a um determinado artigo.

Permito-me falar sobre mim, modestamente, porque não fui outra coisa, ao longo dos anos, senão um advogado. Como tal viver a lei em todas as suas fases, desde a concepção até a sua aplicação, e uma Constituição não é capítulo, não é um artigo; é um conjunto, uma unidade harmônica.

Se não resolvermos essa questão, aprioristicamente, e viermos a relegá-la ao instante determinado pelo Regimento, o que viremos a constatar? Rejeitado que venha a ser o parlamentarismo, por exemplo, inserto no Projeto Cabral, todo esse Projeto haverá de ser reformulado, porque ficará imprestável como estrutura para a discussão de uma Constituição.

Tive oportunidade de falar com o nosso Líder Mário Covas, com os Líderes dos outros Partidos, com o próprio Presidente Ulysses Guimarães, para que consideremos marginal esse ponto do Regimento, para que esse pré-requisito de alta relevância seja resolvida. Se assim não procedermos, Sr. Presidente, não teremos Constituição, teremos uma discussão alongada. O País está em perplexidade conosco. Culpam-nos pelo que não nos cabe de culpa, e a Constituição surge como uma maldição para o País.

Estou voltando do Paraná, um Estado tranquilo mas mesmo assim há uma exasperação e uma descrença em relação à Constituição.

Uma lei vale na medida em que possa merecer credibilidade nacional. A lei pode ser a mais perfeita, mas se não for crível, não é aplicável. Daí vem a segunda posição nossa, Sr. Presidente a questão do plebiscito. Desacreditada como está esta Casa, através de uma campanha injusta, solerte, permanente, ainda que gerássemos a Constituição dos sonhos, esta Constituição seria vista com reservas pelos brasileiros. Então, temos que envolver a Nação no seu compromisso, também, com esta Constituição.

Portanto, volto a defender aquilo que já foi objeto de uma emenda de minha autoria antes da promulgação da Constituição, o povo brasileiro se manifeste sobre a sua aceitabilidade ou não. Isso com ampla crítica e defesa de todos os seus dispositivos pela Nação. Do contrário, ela será condenada, será malsinada e com um pior posicionamento para nós. É que o Povo haverá de nos acusar, a nós Congressistas, de que legislamos em causa própria. Ficaremos com a eterna suspeita de que esta Constituição foi feita em nosso favor, porque subsistiremos nos trabalhos congressuais, depois de promulgada a Constituição nova.

São essas as considerações que me cabe fazer nestes poucos instantes, após voltar desse curto recesso, livre daquele estado emocional do final de dezembro, com tranquilidade, pois, para refletir seriamente sobre este assunto. Não haverá Constituição, nesta Casa, se não adotarmos como pré-requisito a questão do regime que ela estabelece.

Muito obrigado.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inscrevi-me hoje mais para registrar a minha presença, atendendo à convocação do nosso ilustre Presidente Ulysses Guimarães. Faço votos de que todos os Constituintes procedam da mesma maneira, para que possamos ter finalmente elaborada e concluída a nossa Constituição, de acordo com o que está a exigir a sociedade brasileira. Faço votos de que os Constituintes venham aqui espontaneamente, e não por causa dessa campanha que hoje nos envergonha, Sr. Presidente, quando vejo os Líderes desta Casa se socorrerem de Governadores de Estado, como recentemente em Minas Gerais e agora em São Paulo, para que ajudem a mobilizar esta Casa, afim de fazê-la cumprir com o seu papel de elaborar a Constituição para o Brasil.

Aproveitando a oportunidade desta inscrição, quero fazer, hoje, uma coisa inédita para mim nesta Casa: eu, que tantas vezes critiquei o Governo – e não faltaria matéria para continuar o meu

trabalho de oposição, porque os erros são diários, cotidianos frequentes – quero fazer um elogio ao Governo, condicionado, evidentemente, à veracidade do que leio.

Em notícias veiculada na edição de hoje do Jornal de Brasília, o Governo manifesta a sua vontade de reduzir os seus gastos – o que já manifestou tantas vezes e não cumpriu. Mas desta vez ele resolveu partir para um esquema de extinção dos Conselhos. São 55 Conselhos, com 600 Conselheiros, que ganham por reuniões, que ganham **Jeton**, no Conselho da Suframa, por exemplo, vão ao Amazonas uma vez por mês, têm automóvel para fazer compras e toda aquela mordomia que cerca a atividade dos Conselheiros. No momento em que o Governo anuncia que vai reduzir o número de Conselhos, só tenho palavras de aplauso, Sr. Presidente. Faço votos que, efetivamente, o Governo faça isto que está a proclamar. São 55 Conselhos, e no Jornal do Brasília – vou pedir, até, a transcrição de parte da notícia – diz que serão extintos, inclusive, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que é um órgão muito simpático mas que até hoje tem sido ineficiente e de altos custos para a Nação, parece que não justificou, ainda, a sua existência; o Conselho da Suframa, a que já referi, e tantos outros.

Sr. Presidente, sem qualquer prevenção contra esses organismos, acho que é uma medida muito feliz, e quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que vou aguardar que, efetivamente, esse ato se concretize. Vou fazer votos para que isso se realize, e já estou, aqui, a aplaudir o Governo no momento em que anuncia. Agora, quero, fazer uma advertência: caso o Governo não cumpra a sua palavra – o que já não é novidade para nós, a começar pelos 4 anos de mandato, para dar um exemplo – caso o Governo continue não honrando a sua palavra, vou entrar com projetos de lei, extinguindo a maioria desses 55 Conselhos, Sr. Presidente.

Apenas quero fazer este registro e, para começar bem o ano, vou apostar uma vez no Governo, vou acreditar e vou cumprimentá-lo pela intenção de extinguir essas sinecuras que hoje infestam e infelicitam o nosso serviço público, agravando o déficit nacional. Muito obrigado.

*DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE O SR. ADYLSON MOTTA  
EM SEU DISCURSO:*

#### REFORMA PODE ATINGIR CNDM

O Presidente Sarney teve dificuldades para extinguir algumas autarquias no último pacote governamental. A decisão derrubou um ministro de Estado e os órgãos, inoperantes ou não, continuam. Embora não representem uma sangria significativa aos cofres públicos, alguns destes conselhos são considerados, pelo próprio Sarney, excessivos, num País que tem a pretensão de se modernizar.

A reforma administrativa que vai se acelerar no ano que se inicia, já está tratando de eliminar alguns conselhos. Entre os que são considerados passíveis de extinção, encontram-se o Conselho Nacional de Trânsito. Criado em 1941, com o objetivo de estabelecer normas e coordenar a política de trânsito em todo o território nacional, o Contran, na avaliação do Governo pode ser transformado em departamento. Neste caso, os Detran's (Departamentos de Trânsito) passariam à categoria de divisões de trânsito.

O Conselho Superior de Minas, subordinado ao Ministério das Minas e Energia nunca existiu de fato. A política mineral é exercida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e, neste caso, o conselho é mera figura decorativa.

#### Discriminação

Criado pelo Governo da Nova República, o Conselho de Defesa da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça, (presidido por Jacqueline Pitanguy) não é levado a sério na Presidência da República "Por que um Conselho de Defesa da Mulher? Daqui a pouco vão querer um Conselho de Defesa dos Velhos, Conselho de Defesa das Crianças, dos Negros e outros. Isto é discriminação e redundância, porque já existe um Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana".

A observação indignada de um "conselheiro" de Sarney tem fundamento. Homens, mulheres e crianças, negros e índios podem ser defendidos pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, desde que este Conselho cumpra todas as suas atribuições.

É para corrigir superposições deste estilo que o presidente Sarney está disposto a encostar a vida de alguns conselhos, integrando-os a outros ou, simplesmente, passando para o papel situações que já existem de fato, com o exemplo de conselhos que jamais funcionaram. (M. M.)

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com muita satisfação que inicio, conjuntamente com os nobres Colegas, os nossos trabalhos neste 1988, e desejo um ano feliz para a Instituição e para cada um dos seus componentes.

Para a Instituição, Sr. Presidente, a maior felicidade será, efetivamente, poder atender aos grandes anseios da Nação e promulgar, o mais rapidamente possível uma Constituição que corresponda a todas as expectativas deste País imenso, que está numa hora de indefinição que não pode mais ser prolongada.

O Partido Democrata Cristão, Sr. Presidente, observou o Projeto de Constituição, com as alterações que o Centrão promoveu, e ficou, efetivamente, agradavelmente surpreso com o que lhe foi mostrado, com aquilo que se revelou como o projeto ideal para essas forças democráticas que compõem esta Assembléia Nacional Constituinte. Acredito que mesmo aqueles que não sejam desprovidos de bom senso, mas tenham uma postura radical, irão ficar agradavelmente surpresos com as alterações levadas a efeito pelo Centrão.

Esse trabalho, Sr. Presidente, resultou num projeto efetivamente moderno, democrático, de boa elaboração, e que, tanto técnica como politicamente, vai satisfazer a muitas pessoas, à grande maioria da Nação. Tenho certeza que aquela esquerda do Constituinte Fernando Santana e de outros eminentes políticos brasileiros, que sempre atuam com bom senso, tendo em vista os altos interesses do País, vai ficar satisfeita com as mudanças que o Centrão promoveu no Projeto de Constituição, que vai apresentar em termos de emendas e títulos, desde o preâmbulo até o título IX das Disposições Transitórias.

Acho que fizemos avanços extraordinários e que o Centrão foi comedido, atendendo ao grande anseio nacional em termos de uma Constituição que venha, efetivamente, dar um novo rumo ao País. Enfim, uma Constituição que seja um instrumento de realização da democracia em nosso País, de preservação da nossa liberdade e da realização da felicidade do povo brasileiro. Constituição de um País moderno, que quer crescer aos olhos do mundo, quer ser respeitado, quer restaurar a credibilidade que perdemos em razão da atuação de governos medíocres, que não souberam se comportar diante da conjuntura adversa. Acredito que esta Constituição irá restaurar, não só a confiança, a esperança do povo brasileiro, mas a credibilidade que o País vem perdendo em cada ato, em cada ação do Governo da Nova República.

Assim, Sr. Presidente, agradavelmente surpreendido com esse projeto de Constituição, com as modificações introduzidas, o Partido Democrata Cristão vai lutar vigorosamente pela rápida aprovação deste projeto, ainda que com outros aperfeiçoamentos que virão através das emendas dos diversos Constituintes de todas as facções políticas aqui representadas.

Vamos lutar para ter a Constituição, não de um grupo, mas uma Constituição que possa ser aceita, acatada e aplaudida por todos os segmentos da sociedade brasileira. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Siqueira Campos o Sr. Jorge Arbage 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º-Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Ivo Lech.

**O. SR. IVO LECH (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na campanha eleitoral de que resultou minha condição de Constituinte, assegurei ao povo que votaria por um mandato presidencial de 4 anos. Esse era compromisso de Tancredo Neves e o juramento de seu vice, quando já investido na qualidade de Presidente. Os fatos poderiam ter determinado a ocorrência de condições políticas para voltar ao povo, explicando-lhe que o melhor para a Nação seria termos o mandato presidencial limitado nos 5 anos ou até em mais.

Todavia, os fatos orientam minha consciência de Constituinte num sentido diametralmente oposto. Volto agora Rio Grande com a responsabilidade de dizer aqui estar autorizado a propugnar pelo encerramento imediato do mandato do Presidente Sarney, como medida de salvação nacional.

O eleitorado gaúcho está convencido que a avassaladora crise presentemente enfrentada pelos brasileiros é essencialmente política.

O Presidente, neste regime imperial, é o senhor de todas as decisões o responsável final por tudo quanto o Governo orienta, induz ou determina quanto aos rumos da administração pública. Nesse particular, dissociando-se das maiorias e, inclusive, num desatino, tentando com flagrante ilicitude, dividir as maiorias, com o surrado propósito de mais e melhor imperar, se obteve aí algum sucesso, obteve, em contra partida, a mais completa desconfiança dos quadros partidários e a reprovação praticamente unânime do povo – a massa que tentou manipular através de uma polí-

tica social apenas assistencialista, toda alicerçada em chavões, orientada longe, bem longe, de uma efetiva escalada para o desenvolvimento. Na verdade temos regredido. O povo no seu governo, em lugar de mudanças estruturais, viu e sofreu a prática de tudo aquilo que reduziu sua condição humana, durante o reinado tecnocrático. Se àquela época era normativo afirmar ao povo e nenhum valor da política e dos políticos, atualmente, seus áulicos seguem o mesmo caminho antidemocrático. Açoitam os Constituintes com um desfile inaceitável de adjetivos, numa conceituação que se algo exprime certamente exprime o pensamento de homens que por tantos anos serviram ao rem-se até o momento em que a Nação levantou-se decidida a impor sua vontade democrática sobre todas as forças da reação.

Quem não sabe, por exemplo, que o Sr. Saulo Ramos, Procurador-Geral da República, amigo dileto do Presidente Sarney, é uma espécie de alterego do pensamento presidencial? Pois ele tem buscado, de forma ostensiva, achincalhar o nosso trabalho, atingindo a cada um, atingindo a todos, num bestialógico que bem define o nível político do governo que integra. Alterego presidencial é, também, o eminente Deputado Carlos Sant'Anna na sua missão divisionista, como Líder do Governo, retrata a nenhuma convicção do Presidente por governar segundo os compromissos político-partidários assumidos.

Está claro querer por todas as formas o enfraquecimento do Legislativo, pelo mais descarado fisiologismo. Através dele, com acréscimos de retaliações, impor a soberania dos seus interesses pessoais e grupais.

Reconheço que a culpa foi do PMDB. Deixamo-nos invadir por políticos que só viam na nossa legenda a garantia de suas eleições. Hoje, apunhamos o partido pelas costas, desprezando seus compromissos históricos e negando a si mesmos, quando abjuram as mudanças garantidas ao povo na campanha eleitoral.

O povo gaúcho – e quero crer, todo o povo brasileiro – repele com histórica dignidade cívica os empreiteiros da manutenção desse estado de coisas que somente favorece, quando muito, 10% da nossa população condenando 90% ao empobrecimento continuado, na desumanidade de uma espoliação assentada sobretudo no desrespeito ao direito à vida.

Estas as linhas gerais do nosso pensamento. Seguimos parte da maioria do PMDB nesta Casa e por todo o País, o PMDB que não traiu nem trairá seus compromissos históricos com as mudanças essenciais.

Essas mudanças são reclamadas pelos brasileiros de todos os quadrantes da Pátria, sustentam a decisão de colocarmos o social à frente do econômico, dividindo, democraticamente, as responsabilidades pelos sacrifícios que se apresentam como fundamentais às mudanças das estruturas em todos os estratos da sociedade.

Temos o dever de legar às gerações futuras o Brasil de todos os brasileiros, pela edificação de um estado de direito, garantidor da convivência democrática, sustentada no seu ordenamento jurídico e social pelos valores maiores da liberdade, da justiça, da igualdade e do pluralismo político.

Foram essas metas que nos comprometemos a alcançar para o Brasil, das mudanças, que é o anseio firme e forte da nossa gente.

A elas não faltaremos.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna para fazer uma comunicação que diz respeito à realização, nos próximos dias 12 a 15 de janeiro, na cidade de Belém, do I Congresso Nacional em Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia.

Trata-se de um conclave internacional, promovido pela Campanha Nacional em defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, entidade fundada em 1967, portanto, com 21 anos de vida, e que só agora, com o apoio de doze outras entidades, conseguiu organizar este Encontro da maior importância.

É de importância para a Constituinte, porque esta matéria foi reconhecida como relevante, desde que se consagrou, no § 4º do art. 262, que a floresta Amazônica, além da Mata atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal e da Zona Costeira, integra o patrimônio nacional e que por conseguinte prevê que a sua utilização seja feita dentro de condições que assegurem a conservação de seus recursos naturais e do meio ambiente.

É urgente e prioritário abordar essa questão de uma forma profunda a fim de estabelecer diretrizes econômicas e políticas para a adequada ocupação da Amazônia.

É preciso evitar episódios lastimáveis e condenáveis sob todos os aspectos como esse ocorrido ao final do ano com o massacre dos trabalhadores, dos garimpeiros do Pará e que foram vítimas da violência do Governo daquele Estado.

É bom recordar que esse não é o primeiro nem será o último episódio, porquanto já ocorreram fatos semelhantes na região da Cabeça do Cachorro, na própria região de Carajás, como no Acre e em todos os Estados onde a atividade minerária dos garimpeiros se exerce. O mesmo pode ser estendido para os que vivem da extração da castanha, do látex, enfim, de todos aqueles que vivem em condições precárias na Amazônia, construindo a riqueza da região sem o mínimo de assistência, sem uma política específica dirigida para aquela região.

Por isso, saúdo essa iniciativa da Campanha Nacional em Defesa pelo Desenvolvimento da Amazônia presidida pelo grande Geógrafo Orlando Valverde e que, depois de muito esforço, conseguiu organizar esse Congresso, que possivelmente não contará com a presença de muitos parlamentares envolvidos que estão nos trabalhos da Constituinte, mas certamente terá o acompanhamento do Parlamento brasileiro que necessita das diretrizes, da discussão daqueles que vão pensar a Amazônia brasileira.

Era a comunicação que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

**O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Às vésperas do Natal e do recesso, denunciávamos aqui que, na verdade, o chamado Centrão não quer votar coisa alguma e temos hoje mais

um dia de prorrogação dos trabalhos e soube até que foram dadas entrevistas culpando os Partidos menores por mais este adiamento.

Então, a pergunta que temos feito constantemente, Sr. Presidente, é aquela: "o que quer na verdade o Centrão"? De maneira direta ou indireta, quer continuar governando com os mecanismos fornecidos pelo entulho autoritário.

Estivemos com o Sr. Ministro das Comunicações – 20 Srs. Deputados e 2 Srs. Senadores, e o Deputado que se prestou a ser o porta-voz do Ministro das Comunicações dizendo que as demissões de funcionários com mais de vinte anos de serviços eram justificadas porque se tratava de piqueteiros, e que a medida do Governo era, portanto, justa. Houve até uma Parlamentar que, desconhecendo a insensibilidade daquele Ministro apelou até para o espírito de Natal, dizendo que havia encaminhado ao Presidente da República um pedido para que as demissões fossem desfeitas já que não houve baderna desordem ou impedimento para que qualquer pessoa deixasse de trabalhar. Rompemos o ano e essas pessoas, com dez, onze ou doze anos de serviços, homens que receberam medalhas pelos trabalhos desenvolvidos naquelas autarquias, entidades e órgãos, hoje, estão aí amargurados, percorrendo os corredores desta Casa. Isso interessa ao Centrão, senão aquele Ministro não poderia ser tão atrabiliário quanto o é; senão S. Ex.<sup>a</sup> não teria tantos poderes para jogar na rua da amargura tanta gente. Mas pode! Pode porque não temos leis! A lei que existe é aquela decorrente da ditadura por isso interessa protelar o mais possível esse entulho autoritário, até que a Nação tome conhecimento do que realmente quer o Centrão.

Será que o Centrão quer apenas quebrar a estabilidade? Será que o Centrão quer apenas derrubar a jornada de trabalho extraordinária com pagamento especial? Será que pretende apenas impedir o acesso às medidas de iniciativa popular que foram consagradas em 122 emendas? O Centrão quer muito mais do que isso, Sr. Presidente.

O Centrão quer manter este País dentro daquele regime. O Centrão quer manter mesmas condições de 63/64, com os mesmos atores, Sr. Presidente! São os mesmos homens! Quer manter o mesmo regime, com as mesmas desculpas: que está havendo desordem e desestabilização.

Ninguém acredita mais no Sr. José Sarney, um político menor! Ninguém mais acredita nos seus Ministros, que são comandados pela **Rede Globo** de Comunicação! Ninguém mais acredita nisso mais, Sr. Presidente, na verdade, querem continuar dentro dessa mesma história, dessa mesma baderna. E o PMDB, que, felizmente, está começando a encontrar os seus caminhos, pode ajudar o País a encontrar uma solução.

Já que se fala tanto nessa maioria, Sr. Presidente, porque não se submete à apreciação do povo brasileiro, através de um plebiscito, aquilo que estamos fazendo aqui. Se tem certeza de que se fala em nome da maioria do povo brasileiro e não em torno, apenas, de um grupo empedernido, insensível, que coloca nas ruas, todos os dias, funcionários com mais de vinte anos de casa, sem a menor contemplação, e que tem sempre serviços e áulicos para louvarem a ação daquele Ministro, sem serem convidados pelos tra-

balhadores, a justificarem que são "piqueteiros" e baderneiros?

Sr. Presidente, tenho dito sempre, aqui, que eles podem tudo. Podem fazer um Regimento, aqueles que chamamos de "Parlamentares Melina Mercury", que só votam às quartas-feiras. O filme famoso chama-se "Nunca aos domingos", mas para os Parlamentares do Centrão é nunca além das quartas-feiras. Para quem não se lembra deste filme, convém repetir: assina-se um documento mas não se vota, porque o voto descobre e pode desnudar muita gente que fez pregação em praça pública, proclamando democracia, justiça social – que proclamou que haveria um mínimo de mudança quando, na verdade, até na questão da reforma agrária retroagiram a antes de 1964. Nem mesmo a reforma agrária proposta por Castello Branco, Sr. Presidente. É este o esquema que estamos enfrentando.

Que quer o Centrão diretamente? Que querem os representantes do Centrão indiretamente? É claro que podem realizar os maiores leilões do mundo; coletar centenas de milhares de cruzados e de dólares para distribuírem inclusive àqueles que se prestam a ser ou a estabelecer uma certa coordenação. Podem fazer tudo isso, Sr. Presidente, podem até agredir um Constituinte de nosso Partido a socos, mas será que podem mudar o curso do tempo e da História, Sr. Presidente? O curso do tempo e da História um dia vai cair sobre nós e aí, então, vamos ter com manipulações ou não, vamos descobrir quem é quem e a maneira como se está votando. É uma tese de esquerda que se está votando? É uma tese extremista que se está votando? Na verdade, não, Sr. Presidente. São coisas mínimas: 44 ou 40 horas, o direito ao trabalho. Sr. Presidente. Porque a estabilidade não é um bem que pertence apenas ao trabalhador, mas a sua família. Essas conquistas mínimas, Sr. Presidente, e eu me lembro que quando se assentava aqui em 1964, até fiz uma brincadeira na Comissão de Minas e Energia, que presidia, e disse lá ao Ministro que estava depondo. "Esta lei que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço" – e que está sendo ressuscitada agora pelos brilhantes estadistas do Centrão – destina-se a atrair o capital estrangeiro sem o ônus dos encargos sociais e trabalhistas". E o Ministro, então, me respondeu: "Na verdade, V. Ex.<sup>a</sup> é considerado um Parlamentar rigoroso, lutador, inteligente", mas isso é um evidente exagero. Aquele Ministro, Sr. Presidente, não sabia que a exposição de motivos que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço dizia precisamente que aquela lei se destinava a atrair o capital estrangeiro. No primeiro e segundo anos houve a desnacionalização de mais de quinhentas empresas brasileiras, como resultado. E é isso agora que se quer ressuscitar: aquelas medidas que o País não aceita. Não é em nome de nenhum avanço, não é em nome de nenhum progresso, mas simplesmente um mínimo de justiça social, um salário mínimo que não atende às necessidades mínimas de qualquer trabalhador. Essas coisas é que estamos querendo votar e, na verdade, não se vota.

Por quê? – Porque se quer conservar, através de um grupo comandado por aquele mesmo de 1964. Não pensem V. Ex.<sup>a</sup> que são esses pseudo-líderes, que são essas "Melinas Mercourys" de hoje que estão realmente comandando o Centrão.

Por trás disso, temos o mesmo "gordinho sinistro" de 1962 a 1964; temos o mesmo Roberto Campos; temos os mesmos elementos que já entregaram este País e querem continuar a fazê-lo. Hoje, esses homens estão percorrendo este Congresso Nacional: funcionários da Telebrás; funcionários da ECT... E a resposta, Sr. Presidente, por um dia de greve ordeira, é rua, porque eles têm a faca e o cutelo na mão e têm que servir a esse poderoso Ministro das Comunicações que, por sua vez, serve à eminência parda do regime, que se chama Roberto Marinho.

Sr. Presidente, leio para que conste nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, documento por mim recebido nos seguintes termos:

**A Associação dos Servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – DF. S.C.S Quadra 05 Bloco "C" nº 163 – Sobreloja 70.300 – Brasília – DF – CGC 01661784/0001-61)** apresentou ao Chefe da Nação e ao Ministro das Comunicações a seguinte reivindicação:

Os servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, paralisaram suas atividades no dia 10 de dezembro de 1987, visando demonstrar suas insatisfações com os atuais salários e objetivando obter da direção dessa Empresa respostas às pautas de reivindicações apresentadas anteriormente.

Em resposta às reivindicações no dia subsequente ao da paralisação, os servidores foram surpreendidos com o aviso de demissão, sem qualquer possibilidade de entendimento (as demissões iniciaram antes da paralisação). Dos mais de 200 demitidos em todo o Brasil, existem muitos servidores com mais de 10 anos de empresa, participantes da CIPA, com doença ocupacional e até mesmo de atestado médico. Entre os demitidos estão 72 servidores lotados no Serviço de Processamento de Dados em Brasília, caracterizando demissão em massa, o que compromete o desempenho do referido órgão, com reflexos nos serviços essenciais da Empresa.

Cabe ressaltar aqui que:

– A paralisação durou apenas 01 (um) dia;

– O movimento foi ordeiro e pacífico, tendo sido respeitado o direito de trabalho dos demais colegas;

– Todos os servidores são concursados;

– A dedicação dos servidores para com essa Empresa sempre foi demonstrada durante muitos anos de serviços prestados;

– Nem todos os servidores que participaram da paralisação foram demitidos, o que **caracteriza um tratamento discriminatório, contrário ao princípio constitucional de isonomia.**

Esses servidores, tendo conhecimento das decisões do ministro das Comunicações – Antônio Carlos Magalhães, tomaram as seguintes providências:

– Encaminhamento à Presidência da República de uma carta de esclarecimento do ocorrido, solicitando uma intercessão do Presidente junto ao Ministério das Comunicações, no sentido de revogar as demissões;

– Abordagem junto aos Parlamentares, os quais constituíram uma Comissão de 21 (vinte e um) Deputados e 02 (dois) Senadores, que se dirigiram ao Deputado Ulysses Guimarães, o qual encaminhou esta comissão ao Ministro das Co-

municações – Antônio Carlos Magalhães, com a finalidade de solicitar a revogação das referidas demissões.

Magalhães, com a finalidade de solicitar a revogação das referidas demissões.

– Audiência do Ministro com a Comissão Parlamentar, na qual o Ministro informou que a decisão era de Governo, no entanto afirmou que iria rever o caso.

– Com a indefinição do Ministro – ACM – A Comissão Parlamentar retornou ao Deputado Ulysses Guimarães, que os encaminhou ao Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, o qual também não quis se comprometer com a questão, prontificando-se apenas de levar o fato ao conhecimento do Presidente Sarney.

Apesar de toda essa maratona, até a presente data, não obtiveram resposta concreta.

Diante dessa situação absurda em que os servidores se encontram, demitidos injustamente, por reivindicar melhores condições de vida impossíveis com salários atuais, diante de uma inflação que o consome, por esses motivos, não estavam reivindicando nada além de suas necessidades primárias, simplesmente gostariam de tentar viver em condições mais dignas possíveis, que atendessem pelo menos o básico de sua subsistência.

Em outras atividades grevistas que duraram vários dias, em vários setores que são primordiais à população brasileira, como nas áreas de saúde, educação, saneamento, etc, as suas reivindicações foram atendidas sem punições severas.

Por que na ECT, que paralisou suas atividades por um tempo menor foram punidos severamente? Por que essa discriminação, se todos somos brasileiros e trabalhamos por um BRASIL MELHOR?

Os ecetistas informaram à comunidade que os acompanham nesta luta, e a todas as autoridades competentes, que não deram por encerrada essa questão, porque são centenas de trabalhadores conscientes de suas responsabilidades e lutando por uma causa justa.

Os mesmos solicitaram ao Ministro das Comunicações – ACM – e ao Presidente da República José Sarney, que lhes propicie um canal de negociação, no sentido de que as demissões não sejam efetivadas. Fazem este apelo porque têm a certeza de que o seu governo prima pelo social e busca agir sempre no mais alto espírito democrático. **Luiz Antônio Gois e Silva**, Presidente ASECT – DF.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

**O SR. PAULO ZARZUR (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejamos homenagear importante instituição científica de nosso País, Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, que está completando vinte e cinco anos de atividade incansável em prol do desenvolvimento da ciência e na formação de novos pesquisadores.

Prevista no art. 130 da Constituição Estadual de 1947, a FAPESP foi instituída no Governo de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto pela Lei nº 5.918, de 18 de outubro de 1960 e entrou em atividade em 1962, após um período de um ano e meio dedicado à sua organização.

As determinações da Lei nº 5.918 aliadas ao fato de que os destinos da fundação sempre foram mantidos em mãos de pesquisadores ativos

e experientes, têm assegurado a flexibilidade, continuidade e uniformidade que caracterizam a sua atuação.

A FAPESP atende diretamente aos pesquisadores e candidatos a bolsas de estudo e não às instituições. Mesmo os pedidos que possam ser do interesse especial de uma entidade devem ser apresentados por um pesquisador responsável por sua execução.

O atendimento se faz sob a forma de auxílios e bolsas. De 1962 a 1986 foram solicitados 18.188 auxílios e aprovados 12.392, e das 29.233 bolsas solicitadas foram aprovadas 22.235, sendo 19.356 no Brasil e 2.879 no exterior.

Ao lado dos projetos individuais, a Fundação aprova também "projetos especiais" que são propostas de maior amplitude envolvendo um grupo de pesquisadores vinculados a uma ou mais instituições. Entre 18 projetos aprovados até hoje, merecem destaque o Laboratório de Produtos Naturais, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Bioquímica (BIOC-FAPESP), Radar Meteorológico (RADASP), topologia dos Reservatórios de Água do Estado, Estudo das Águas Subterrâneas do Estado e Centro de Bioterismo.

A Fundação atua em todas as áreas do conhecimento, sem prioridades de temas ou setores.

Até 1984, os recursos da FAPESP foram calculados na base dos impostos arrecadados pelo Estado e liberados em parcelas trimestrais com dois anos de atraso o que lhes reduziu, consideravelmente, o valor real, em virtude da inflação. A partir de 1985, graças à Emenda Constitucional nº 39, o orçamento passou a ser calculado como 0,5% do ICM projetado e pago em duodécimos. Esta modificação resultou em considerável aumento de recursos mas, como a diferença entre o ICM programado é paga com 2 anos de atraso, os surtos de inflação continuam causando graves prejuízos.

Por determinação legal, a FAPESP mantém um patrimônio rentável cujo valor tem correspondido, aproximadamente, a um orçamento anual o que dá garantia aos compromissos assumidos em bolsas e auxílios.

O modelo adotado pela FAPESP tem despertado o interesse de outras regiões do País. Além dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro que implantaram modelos semelhantes, os Estados do Nordeste têm defendido um organismo igual com o propósito de acelerar o desenvolvimento científico da região. Mas é importante ter em conta que uma das razões do sucesso da entidade está no fato de sua dotação mínima estar prevista na Constituição do Estado. O que o modelo demonstra, e deve servir de inspiração a outros governos estaduais interessados, é que os pesquisadores em atividade são bons gestores dos recursos destinados ao desenvolvimento da ciência desde que se lhes dê autonomia e se assegure continuidade.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes o trabalho da FAPESP, coordenado pelo seu Diretor-Presidente, Prof. Alberto Carvalho da Silva, merece todo o nosso apoio e a maior divulgação, pela importância que representa para o avanço da ciência e, conseqüentemente, para processo de nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JÚLIO COSTAMILAN (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Voltamos hoje à tribuna para traduzir observações que tivemos oportunidade de fazer, nos poucos dias de permanência no Rio Grande do Sul, mais precisamente na região que nos atribuiu a responsabilidade de representá-la na Assembléia Nacional Constituinte, a encosta superior do nordeste gaúcho.

É generalizada a preocupação do povo com relação aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sendo manifesto o anseio de que a nova Constituição seja promulgada o mais breve possível, estabelecendo assim as definições e os princípios que passarão a orientar e dirigir toda a sociedade. Está acontecendo um certo desencanto da população com a morosidade, no seu entender, dos trabalhos dos Constituintes, surgindo a acusação de que tal fato está concorrendo para o agravamento da crise atual, pela falta de rumos claros e definidos, não sendo dado ao povo e às organizações da sociedade adotar posições, compor projetos e ordenar investimentos com vistas ao futuro.

O povo tem pressa, quer ver soluções, deseja vislumbrar de forma concreta o futuro que irá palmilhar, com certeza e segurança. E tem razão de assim querer, pois votou em novembro de 1986, confiando em que suas aspirações encontrariam acolhida no debate parlamentar e lugar no texto constitucional, desejo reafirmado, posteriormente, através das propostas populares encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, não se conforma com protelações, principalmente quando verifica em alguns casos, serem decorrentes de interesses de grupos. A simples e existência de vários grupos no seio da Constituinte atuando abertamente, enseja a que o povo chegue a esta conclusão.

A conclamação do Presidente da ANC, Deputado Ulysses Guimarães, "Constituição Já", vem muito a propósito, e atua como um alerta a todos nós, de que estamos a dever ao povo brasileiro uma imediata satisfação as suas inquietações, procurando através do diálogo o entendimento necessário e urgente para acelerar e concluir os trabalhos de elaboração constitucional.

Nós, particularmente, estamos imbuídos de tais propósitos, nos integramos àqueles que propugnam por uma "Constituição Já" conscientes das responsabilidades que nos correspondem, determinados a tudo fazer, no sentido de que se concretize com celeridade a nova Constituição, em atenção ao justo reclamo popular.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Touros, um dos mais antigos municípios do Rio Grande do Norte e o quarto em extensão territorial, está realizando a sua Primeira Semana da Cultura, precisamente, de 3 a 9 de janeiro do ano corrente.

Registro este evento cultural com satisfação, não só pelo apoio que seus promotores vêm recebendo de órgãos estaduais, federais, da própria comunidade cultural de Touros, liderada pelo Professor João Bosco Araújo Teixeira, da Prefeitura

Municipal, mas, sobretudo, da presença e atuação do povo tourense.

Foi em Touros que aportou o primeiro marco da Coroa portuguesa em terras do Brasil, e é ainda em Touros que se encontra o maior Rádio Farol da América Latina, sendo a Ponta do Calcanhar o ponto mais próximo do Continente sul-americano ao africano, ou seja, fica a três horas e meia de jato para Dakar, na África. A história dos seus poetas, escritores, a intrepidez dos seus pescadores e as famosas labirintinas daquela cidade fazem ultrapassar as fronteiras provincianas.

É, pois, Sr. Presidente e ilustres colegas Constituintes, com orgulho e alegria que faço este registro.

**O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, passamos o fim de ano visitando os sindicatos, as associações de bairro, enfim as organizações dos assalariados.

Tenham certeza, Senhores, que o desgaste dos parlamentares do Centrão entrou para história do nosso povo, pois o povo tem claro que por trás do Centrão estão a UDR e a UBE, entidades que visam fulminar os avanços sociais aprovados na Comissão de Sistematização.

Por isso, Sr. Presidente, os Parlamentares que continuarem no Centrão, neste momento de conclusão e de decisão final da Constituinte, estarão suicidando-se politicamente e entrando para os Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1987 como aqueles que defenderam uma Constituinte mais atrasada do que a vigente e que foi elaborada há quase meio século.

Espero que isso não aconteça e que prevaleça o bom senso, na perspectiva de que mantenhamos, no texto, questões fundamentais para a classe trabalhadora, como diretas em 88, aposentadoria integral, atualização dos proventos dos já aposentados e pensionistas, a proibição da demissão imotivada, a não prescrição dos direitos adquiridos, o direito de greve, a redução da jornada de trabalho, o direito ao ensino, à saúde, a salários justos e outras questões já aprovadas na Sistematização.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Por outro lado, gostaríamos de denunciar que a Varig demitiu, de forma arbitrária, todos os membros da Diretoria da Associação Sindical, com sede no Rio Grande do Sul, sob a alegação de que a greve do fim do ano foi ilegal.

Apelamos para a direção da Varig no sentido de que readmita os funcionários, pois os mesmos têm responsabilidades no emprego.

A operação-padrão que está sendo feita em solidariedade aos demitidos e em defesa dos salários é o que manda as normas de segurança a nível internacional.

Por tudo isso, deixo aqui registrado o nosso apoio integral a todos os trabalhadores das companhias aéreas envolvidas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>, e Srs. Constituintes:

Gostaríamos, ainda, de deixar os nossos mais veementes protestos contra o verdadeiro massacre feito aos garimpeiros no Pará que protestavam contra a falta de segurança no trabalho.

Fala-se em dezenas de mortes com mais de setenta desaparecidos.

A exemplo do que tem feito no Sul, a PM bate, atira mata e ninguém assume a responsabilidade.

É preciso, Srs. Constituintes, que o PMDB, o único Partido no mundo que consegue, depois de ganhar as eleições, continuar com um discurso de oposição à situação, que é ele mesmo, responda, afinal: a PM é de responsabilidade de seus governadores eleitos, ou não? Ou os governos estaduais assumem a responsabilidade por essas violências e se submetem às estâncias de justiça ou peçam demissão por incompetência, pois os policiais estariam passando por cima dos seus superiores hierárquicos, os próprios governadores.

Fatos lamentáveis como este é que estão levando o conjunto da população a não depositar credibilidade nenhuma nos homens que estão no governo, cujo lema-base é Tudo Pelo Social, que é outra grande farsa nacional.

**O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se há setor que vem causando, sobretudo nos últimos dez anos, graves preocupações a quantos lutam, verdadeiramente, pelo desenvolvimento nacional, pelo nosso progresso econômico, pela redução da inflação a níveis suportáveis e por uma vida melhor para a gente brasileira, é ele, inegavelmente, o das empresas estatais.

Essas preocupações decorrem de sua responsabilidade, de grande significado, sem dúvida, em nossos problemas, do peso que têm no orçamento da União e da competição, até certo ponto desonesta, em relação ao setor privado, já que atuam praticamente em todas as áreas graças à cobertura que lhes dá o Governo Federal, pouco interessado em saber se são deficitárias ou não.

A febre estatizante é uma doença gravíssima de que sofre a Administração Pública do Brasil, resultante do entendimento, já reconhecido falso, de que muitas atividades, por sua importância econômica e social e, especialmente, por questão de segurança nacional, devem ficar a cargo do Estado, que todos identificam, no mundo inteiro, como mau administrador, pois não se utiliza de recursos próprios, o que o leva à liberalidade, seja em sua aplicação, seja em sua fiscalização.

E foi assim, no afã de estender seus tentáculos a todos os setores da economia nacional, que chegamos, em 1981, a mais de 660 empresas estatais, dos mais variados tipos.

Em conseqüência da má administração de grande parte dessas empresas e do paternalismo com que as trata o Governo Federal, a ponto de os recursos orçamentários a elas destinados superarem o montante do Imposto de Renda resultante da taxaçoão do trabalho assalariado, seu déficit corresponde, aproximadamente, à receita fiscal da União.

Diante de tal situação, não tem o Governo Federal outra alternativa senão aumentar os impostos e as tarifas públicas sobrecarregando, ainda mais a população, especialmente os assalariados e lançar, no mercado interno, títulos da dívida pública, para captar dinheiro, o que a tem feito crescer assustadoramente. Além disso, os serviços prestados pelas empresas estatais custam à sociedade muito mais do que deveriam, conforme é o caso da energia elétrica, cujas contas, em vários casos, a partir do chamado Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, subiram mais de 1.150%. É que a estatal, que fornece, está sempre necessitando de mais recurso, para inclusive para atender às exigências

de credores internacionais, segundo tem salientado a imprensa.

Com a utilização dos recursos orçamentários para cobrir o déficit das estatais, a sociedade, que os paga, fica privada dos serviços que o Estado é obrigado a prestar-lhe, em retribuição ao que recebe, destacadamente nas áreas da Justiça, da Saúde, da Educação, do Saneamento Básico, da Segurança Pública e da Agricultura, cujas dotações longe estão das reais necessidades, ainda que mínimas, da população. Sem recursos adequados, o funcionamento da Justiça se torna moroso e, conseqüentemente, prejudicial às partes; as escolas, em número insuficiente, sem o indispensável aparelhamento e com professores ganhando pouco, são, a saúde deficientes; de nossa gente é das piores do mundo, pois vítima de endemias já erradicadas, desde muitos anos, da maioria dos países civilizados, dependente de um saneamento básico falho, comparado com nossa realidade, e com uma alimentação insuficiente, seja porque pouca e fraca, seja porque inatingível, em razão dos preços, pelas camadas menos favorecidas da sociedade, que constituem sua esmagadora maioria.

De tudo o que foi dito e que é apenas parte do que existe, realmente, sobre as estatais, a conclusão lógica é de que exorbitante é o preço que a população paga pelo custo social decorrente das despesas que com elas tem o Governo, utilizando recursos orçamentários, que deveriam ter melhor destino.

Quando da discussão do substitutivo do Relator Bernardo Cabra, pudemos verificar a tendência estatizante da Comissão de Sistematização. Lamento que tal ocorra, justamente no momento em que testemunhamos a inconveniência de tal política, sobretudo porque a quase totalidade das empresas estatais não exerce atividade que tal medida justifique e que melhores serviços prestaríamos ao País, se administradas pela iniciativa privada.

Não sou contra a atuação do Estado na economia nacional, desde que ela se contenha em níveis razoáveis. Uma atuação, conforme a temos, entretanto, é prejudicial, inclusive quanto às exportações, que são limitadas; segundo ocorre nos países comunistas, de economia estatizada, que já estão em busca de novos caminhos.

Entendo que o Estado pode e até mesmo deve intervir na economia nacional, quando o desenvolvimento de determinada atividade se tornar necessário ao progresso do país e não haja interesse da parte da iniciativa privada por sua exploração. Ainda assim, essa interferência deve limitar-se à implantação e a seu completo desenvolvimento, passando-a, a seguir, à iniciativa privada, com o que estará o Governo zelando pelos recursos públicos para atender a suas finalidades.

Quanto às atuais empresas estatais, é conveniente e salutar que o Governo proceda a um detalhado levantamento, para verificar seu desempenho. Se deficitárias, nos últimos três anos, vendê-las contra pagamento até mesmo a médio e longo prazo, inclusive sob a forma de ações, ou, se for o caso, aliená-las como sucata, pois o prejuízo será menor do que mantê-las à custa dos cofres públicos, com o sacrifício do interesse e das necessidades da população, que se vê privada dos serviços a que tem direito por parte do Estado.

Espero que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte examine o problema da estatização de parte de nossa economia com o cuidado que ele requer, tirando, inclusive, proveito da lição que nos oferecem os países comunistas, sobretudo a União Soviética e a República Popular da China, que estão abrindo sua economia ao capital privado, depois de várias décadas de estatização do setor produtivo.

Que o bom senso prevaleça!

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE.**

**Pronuncia o seguinte discurso:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, arrasta-se há mais de quarenta dias a greve dos servidores das universidades federais sem que até agora tenha se encontrado solução para a questão. É inegável o prejuízo decorrente desta situação com destaque para a suspensão dos exames vestibulares e que acarretou enorme frustração para milhares de jovens em todo o País. A paralisação das universidades afeta negativamente a comunidade que está privada dos serviços de extensão e atendimento social costumeiramente prestado por várias unidades integrantes daquelas autarquias. O Ministro da Educação, Senador Hugo Napoleão, é um político experiente e certamente sensível ao assunto. O impasse criado requer uma ação de governo capaz de gerar rapidamente uma solução para o problema. A Concessão da isonomia para professores e servidores das universidades federais autárquicas não se concretizou plenamente e a frustração dos funcionários desencadeou a greve que se prolonga indefinidamente.

Fica aqui meu apelo ao Ministro Hugo Napoleão e ao Governo como um todo, para que retomem os entendimentos com os grevistas, pondo fim a esta paralisação das universidades tantas vezes castigadas pela crônica falta de verbas e apoio oficial.

**O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP**

**Pronuncia o seguinte discurso:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, filósofos e pensadores de diversas correntes e, às vezes, antagônicas, afirmam que devemos aproveitar tudo de bom que existia antes de nós, ou seja, vivificar as contribuições valiosas e evitar que se tomem exangues.

Em nosso País, na maioria das vezes, o novo não significa modernidade e o velho nem sempre é um arcaísmo.

Exemplo bastante ilustrativo é o que se refere ao já antigo Programa Nacional de Desburocratização que, por situar-se cronologicamente anterior à Nova República, assemelha-se a algo antidiluviano, pelo emperramento e deterioração da máquina administrativa dos Poderes constituídos da República, o que levou o atual Presidente da República, no início da sua gestão – quando ainda tinha esperanças e veleidades de governar – a lamentar-se publicamente de que a administração pública não funcionava devido ao emperramento burocrático.

A qualidade dos serviços públicos vem se deteriorando rapidamente. É lamentavelmente triste o que se ouve em qualquer repartição pública, de qualquer nível. Só lamúrias e reclamações; desalentos e desesperanças: o que se escuta nos corredores dos órgãos públicos em relação à abulia e desinformação reinantes nos balcões oficiais.

A opinião pública – infelicizada pelo mal funcionamento da administração pública – recebeu com alvissaras a criação do hoje extinto Ministério da Desburocratização, por onde passaram dois Ministros de Estado, transformado posteriormente em Secretaria, estando atualmente o Programa Nacional de Desburocratização, que deu origem àquela pasta, incorporado à Secretaria de Administração da Presidência da República à qual pertence também a SEMOR (Secretaria de Modernização Administrativa), funcionando, ainda em separado, mas com o mesmo objetivo, ou seja, atender reclamações e ouvir sugestões dos usuários dos serviços públicos, o serviço conhecido pela sigla de CODICE, assim como nos Estados funcionam os Sistemas de Atendimento ao Cidadão.

Todo este aparato; contudo, aliado ao dinamismo e às inegáveis qualidades de administrador do Ministro Aluizio Alves, não foram, ainda, suficientes para tornar a administração pública um instrumento ágil e acelerador do progresso e do bem-estar dos brasileiros.

Veja-se – um dentre muitos exemplos – o caso do Judiciário, onde se avolumam os processos e cujo desafogo só se dará com a necessária e indispensável informatização, sem a qual jamais se poderá chegar à rápida e célere prestação jurisdicional (um direito democrático), enfim, um ideal e desejo de todos.

Como advogado militante, como profissional de imprensa e como homem público, sinto diariamente os reclamos populares pela necessidade de reestruturação dos serviços públicos e, sobretudo, a necessidade de se usar em larga escala as modernas conquistas da tecnologia de forma que a administração pública e o povo se integrem em um único e mesmo objetivo: o desenvolvimento do País. Para tanto, é preciso que se desburocratize a máquina estatal. Quanto à colaboração popular, não há dúvida, como na lei da física, ela é proporcional na medida do que lhe é oferecido.

O País, que vive uma das mais cruéis e duras fases de sua História, necessitando produzir e exportar mais, tanto a produção quanto a exportação seriam ampliadas fossem usadas as modernas técnicas aplicáveis em ambos os casos e, sobretudo, se com os recursos da moderna tecnologia, fossem abandonados os bolorentos métodos burocráticos que, além de manter o País atrasado, abrem brechas à corrupção e aos favorecimentos ilícitos, amorais e discriminatórios.

Juntamente com as reestruturações econômica e política é indispensável que se proceda à implantação de técnicas contemporâneas de administração, sem o que todos e quaisquer projetos políticos e econômicos estarão comprometidos em suas realizações.

**O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao retomarmos nossos trabalhos constituintes, após a interrupção do período de festas natalinas, desejo saudar meus companheiros de jornada e externar minha confiança de que, ao seu final haveremos de mostrar que estivemos à altura da missão que o povo nos confiou.

Nesta fase final, cada um estará aqui expondo suas idéias, defendendo suas convicções na expectativa de convencer, os que delas discordam,

a mudarem de posição ou de que ele próprio venha a descobrir a verdade, se esta, com ele não estiver.

Nos nossos Estados, colhemos a opinião de tantos com que estivemos, para avaliar se o que estamos defendendo corresponde aos anseios dos que nos elegeram.

Algumas pessoas têm tentado nos vilipendiar na imprensa, nos folhetos e nos painéis que se multiplicam pelas ruas, por pugnarmos defendendo posições claramente assumidas na campanha, e que agora, numa atitude irracional e antidemocrática, querem-nos fazer repudiar com ameaças de patrulhamento e através de desinformações com que procuram engodar a opinião dos menos informados, quase sempre, os desafortunados contra quem, no fundo, se voltarão as teses opostas que por esta forma iníqua querem-nos impor, na impossibilidade de a elas nos fazerem incorporar pela razão da lógica

De outra parte, a despeito desta sórdida campanha, nos entusiasma e nos revigora para a luta a palavra de tantos que, voluntariamente, vem em apoio àquelas posições assumidas através de uma madura análise ao longo do tempo.

Há, ainda, satisfações como a de ver manifestações da inteligência da nossa terra assumindo pontos de vista absolutamente coincidentes com aquilo porque estamos, substantivamente, lutando na Constituinte.

Uma das últimas e fortes dessas manifestações está no editorial do jornal **Zero Hora** do dia 3 do corrente, com o título "Constituição: tarefa inovadora" e o subtítulo "É preciso romper com as tradições estatizantes, que estrangulam a sociedade e a desservem", cuja transcrição peço a V. Ex.<sup>a</sup> seja feita nos anais desta Assembléia Nacional Constituinte. Bastaria o conteúdo destes dois trechos luminosos, que passarei a ler, para justificar a pertinência desta transcrição:

"As cartas constitucionais precedentes, desde a de 1934, consagraram uma indesejável intromissão do Estado em todas as esferas de atividade social. O Estado se inculca paternal protetor das classes proletárias, tutor da cultura, gerente e fiscal da vida econômica, senhor da educação. Mas os resultados desse exagerado intervencionismo, que nasceu na década de trinta, acentuou-se durante o 2º conflito mundial, resistiu à redemocratização de 1945, permeou muitas regras da Constituição de 1946 e se exacerbou, além de todos os limites, durante o ciclo autoritário de 1964/85, são, rigorosamente, resultados pífios e desmoralizantes. A desigualdade da distribuição da renda se agravou, a educação vive em crise, a cultura não corresponde às exigências da renovação tecnológica, a previdência social é calamitosa.

Parece-nos que a nova Constituição deva inclinar-se para uma redução das dimensões do Estado, para que a sociedade possa crescer e afirmar-se com mais liberdade, pondo o Estado a serviço da Nação e não o contrário, como presentemente sucede. Precisamos de uma carta constitucional que consagre a livre iniciativa com sinceridade e fé nas suas virtualidades, e não através de normas carregadas de reservas, que consagram a liberdade econômica como regra geral, mas

a estrangulam de todos os modos através de ressalvas e regras de exceção."

E, ao final:

"O País quer crescer. Mas não pode esperar por um crescimento planejado e ordenado nos gabinetes da burocracia. O País quer distribuir mais equitativamente a renda interna. Mas não pode esperar que tal distribuição venha a ser feita segundo os critérios de gananciosos "marajás" da administração pública, nem segundo fórmulas mágicas de distributivismo retórico. O moderno e progressista está muito longe das soluções estatizantes e de estreito nacionalismo. Precisamos de uma Constituição que consagre uma Nação livre, aberta à comunidade mundial, imune a preconceitos e a xenofobias." Muito Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LUÍS ROBERTO PONTE EM SEU DISCURSO:**

É preciso romper com as tradições estatizantes que estrangulam a sociedade e a desservem.

**CONSTITUIÇÃO:  
TAREFA INOVADORA**

A Nação aguarda, com expectativa e perceptível ansiedade, a reabertura dos trabalhos do Congresso Constituinte a partir de amanhã, depois do recesso que assinalou o fim de ano e o impasse político gerado entre a maioria e a Comissão de Sistematização. Seria errado afirmar que a Constituinte se revelou um malogro. Mas, depois de tantos anos de expectativa em torno de um novo ordenamento jurídico-político, a opinião pública se sente frustrada pela demora com que se desenvolvem os trabalhos da elaboração constitucional, estarecida diante do espírito corporativo que a todo o momento eclode e embaraça os debates, preocupada com os radicalismos inconseqüentes que, á cada passo, se insinuam no texto em projeto. Há uma generalizada convicção de que se procura erigir em regras constitucionais normas suscetíveis de um rápido perecimento e que não se ajustam à eminência e hierarquia da Constituição. E há também o reconhecimento, quase universal, de que o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, em vários aspectos relacionados aos direitos sociais e às regras econômicas, extrapolou as conveniências da realidade brasileira e se atritou com as idéias predominantes.

É imperativo que, o quanto antes, sejam superados os impasses que embaraçam a emenda do Regimento Interno. A Nação tem pressa de ver votada a redação final da Constituição e exige definições que permitam a normal realização de eleições em 1988. Mesmo que não seja aprovada a realização do pleito presidencial direito este ano, estavam na pauta eleições municipais, que ninguém deseja que sejam adiadas como decorrência da morosidade dos constituintes.

Resolvidas que sejam as diferenças quanto ao Regimento Interno, urge passar desde logo à votação do texto definitivo, de forma a que se possa ver a nova Carta promulgada ainda antes do mês de maio.

O processo de modernização da sociedade brasileira postula, com urgência, uma Constituição

realmente inovadora. Não uma colcha de declarações retóricas, sem apoio na realidade nacional, mas um estatuto político que estabeleça as dimensões de um País que quer ser economicamente livre e estruturalmente democrático. As cartas constitucionais precedentes, desde a de 1934, consagraram uma indesejável intromissão do Estado em todas as esferas de atividade social. O Estado se inculca paternal protetor das classes proletárias, tutor da cultura, gerente e fiscal da vida econômica, senhor da educação. Mas os resultados desse exagerado intervencionismo, que nasceu na década de trinta, acentuou-se durante o 2º conflito mundial, resistiu à redemocratização de 1945, permeou muitas regras da Constituição de 1946, e se exacerbou, além de todos os limites, durante o ciclo autoritário de 1964-85, são, rigorosamente, resultados pífios e desmoralizantes. A desigualdade da distribuição da renda se agravou, a educação vive em crise, a cultura não corresponde às exigências da renovação tecnológica, a previdência social é calamitosa.

Parece-nos que a nova Constituição deva inclinar-se para uma redução das dimensões do Estado, para que a sociedade possa crescer e afirmar-se com mais liberdade, pondo o Estado a serviço da Nação e não o contrário, como presentemente sucede. Precisamos de uma carta constitucional que consagre a livre iniciativa com sinceridade e fé nas suas virtualidades, e não através de normas carregadas de reservas, que consagram a liberdade econômica como regra geral, mas a estrangulam de todos os modos através de ressalvas e regras de exceção.

O projeto constitucional talvez seja dos mais avançados na definição dos direitos individuais e coletivos. As liberdades políticas têm encontrado no Congresso Constituinte excelentes defensores. Mas falta a compreensão de que as liberdades políticas fenecem, quando a liberdade de trabalhar, de produzir, de intermediar e de fazer circular a riqueza não possa ser exercitada com plena franquia. A livre iniciativa em matéria de ensino, de atividades culturais e de assistência à saúde é outro tópico que deveria merecer o mais caloroso amparo dos constituintes, cerceando o intervencionismo excessivo e absorvente, que termina por desestimular a sociedade e a torna cativa de burocracias emperradas e orçamentívoras.

O País quer crescer. Mas não pode esperar por um crescimento planejado e ordenado nos gabinetes da burocracia. O País quer distribuir mais equitativamente a renda interna. Mas não pode esperar que tal distribuição venha a ser feita segundo os critérios de gananciosos "marajás" da administração pública, nem segundo fórmulas mágicas de distributivismo retórico. O moderno e progressista está muito longe das soluções estatizantes e de estreito nacionalismo. Precisamos de uma Constituição que consagre uma Nação livre, aberta à comunidade mundial, imune a preconceitos e a xenofobias.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de

**V – COMUNICAÇÕES  
DAS LIDERANÇAS**

**O Sr. José Elias Murad:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes

**O Estado de Minas**, o maior jornal de Minas Gerais e um dos maiores do Brasil publicou, no dia 20 de dezembro último, um editorial que, pela sua oportunidade, pelos conceitos políticos de alto tirocínio que contém, merece transcrição nos Anais desta Casa.

Tomou, por isto, a liberdade de ler alguns de seus tópicos aqui no plenário:

**BARCO SEM TIMONEIRO**

Em menos de três anos, o Governo terá o seu quarto ministro da Fazenda. Vale dizer: a economia brasileira vai ganhar o quarto timoneiro em tão curto espaço de tempo e com poucos recursos à mão para recolocá-la no rumo do crescimento sustentado. Com isso, a troca de um ministro, que poderia ser ato rotineiro de governo, ganha contornos preocupantes, agravada pela crise econômica vivida pelo País e pelo descontrole das contas públicas. A Nação brasileira tem ainda a enfrentar o complexo problema da dívida externa, em um momento delicado, de intensificação das negociações com os credores.

A saída de Bresser Pereira, além de postergar a solução do grave problema da desarrumação financeira do governo e o início de um indispensável programa de reorganização administrativa, divorcia ainda mais o Presidente Sarney do principal partido que o apóia, o PMDB. A decisão da cúpula partidária em não indicar o sucessor de Bresser significa o afastamento da agremiação do comando da política econômica, depois do efêmero e equivocado sucesso do Plano Cruzado I, dos dissabores gerados pelo Cruzado II e da ineficácia do Plano Bresser.

Ao mutilar o pacote fiscal elaborado por Bresser, o Presidente Sarney, que ainda sonha com cinco anos de mandato, a partir da vitória do Centrão, procura uma forma de resolver os sérios problemas de caixa da União, sem desagradar aos contribuintes. Nesta travessia do País para novo ordenamento jurídico-institucional o Presidente tenta obter apoio da opinião pública para a sustentação de um mandato de cinco anos. Esse trabalho encontra campo fértil nos vetos ao aumento da carga tributária sobre pessoas físicas e jurídicas, ao corte de despesas, que viria mais explicitamente pela alienação ou fechamento de estatais deficitárias e conseqüentemente demissão de funcionários, além da criação de novos tributos, como o Imposto sobre Patrimônio Líquido. O desafio da mágica contábil fica para o sucessor de Bresser, a quem caberá montar estratégias que possibilitem uma difícil combinação: reforçar a receita sem ampliar impostos sobre determinados tipos de rendimentos financeiros e controlar a despesa sem promover cortes em custeio e subsídios, que levam a pesadas sangrias no Tesouro.

No País da impunidade, incúria administrativa, da iniquidade fiscal, do favorecimento e das gene-



rosidades com o dinheiro público, o Ministro Bresser Pereira caiu foi porque lhe faltou o essencial apoio político do governo e do Congresso. Realidade que reflete, sobretudo, a falta de espírito público nos altos escalões da República. Ao contrário do que se chegou a especular, o ministro que sai não desejava acabar com o déficit e reequilibrar as contas públicas apenas com o aumento de impostos, promovendo indesejáveis transferências do setor privado, reconhecidamente eficaz, para o setor estatal, comprovadamente perdulário e de pouca eficácia. Bresser desejava, basicamente, promover cortes de despesas.

Agora, Sarney deve convocar um nome que possa implementar o pacote fiscal montado por Bresser e refeito pelo Planalto e que reúna condições, ainda, de elaborar novo programa econômico. Com perspectivas de inflação crescente, aguçamento do processo recessivo e dificuldades no plano internacional, é pouco provável que a economia consiga demarcar em 88 um processo de recuperação. Seja qual for o programa a ser idealizado pelo futuro ministro, a solução dos problemas que pressionaram as contas públicas exigirá, além da aceitação popular, o irrestrito apoio do governo e do Congresso, sem o que se irá malhar em ferro frio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!).

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Depois destes dias de justo repouso remunerado para muitos, e nem tanto para todos, estamos de volta, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Constituintes.

Quando a Casa estava repleta, vimos na fisionomia de quase todos um ar de exuberante de alegria, de bom humor, peles tostadas pelo sol das montanhas ou das praias, pulmões lavados com o oxigênio maravilhoso dessas terras do Brasil. Nós esperamos, Sr. Presidente, que depois desses dias, esse espírito de compreensão que aqui sentimos esta tarde, prevaleça e que todos os que estão aqui e os que ainda estão por chegar permaneçam na Casa, para que possamos definitivamente elaborar a constituição que o povo reclama.

Nada de presenças aleatórias, Sr. Presidente, dia sim, dia não, fim de semana aqui, fim de semana lá. Não! A obrigação de todos os Constituintes, hoje, como antes, a obrigação é permanecermos aqui, trabalhando, até que se conclua os trabalhos que o povo está a exigir. Se essa concentração for simplesmente momentânea, ou de poucos dias, Sr. Presidente, estaremos nos desmoralizando diante da opinião pública. Muitos aqui estão permanentemente e nós conhecemos quais são, outros estão aleatoriamente e também conhecemos quais são.

Há pouco, desta tribuna, Sr. Presidente, falava o nobre Constituinte Lysâneas Maciel que, entre outras coisas, disse que o curso da História estava sendo mudado por esse grupo que se autodenominou de Centrão. Não acreditamos que eles estejam mudando o curso da História. O curso da

História, nos países do Terceiro Mundo, vem sendo mudado há muito tempo. São dezenas de grandes organizações, com os homens mais capazes dos Estados Unidos, da Europa, do Japão, que trabalham incessantemente num planejamento tático e estratégico para que o Terceiro Mundo continue assim espoliado, transnacionalizado, com as suas economias dominadas, com as suas dívidas crescendo.

Mas, Sr. Presidente, estamos certos de que os Constituintes precisam informar-se para que possam elaborar uma Carta que venha a abrir para este País pelo menos a esperança de um dia ser livre, porque em verdade, estamos cada dia mais escravizados. Isso não se pode negar, Sr. Presidente. É com esperança no espírito cívico e patriótico desta casa que esperamos, que almejamos, que esta Constituição não seja, simplesmente, um amontoado de interesses mesquinhos desta ou daquela classe, mas que seja uma Constituição que abra as portas do nosso País para o progresso, para o alto desenvolvimento, para a sua auto-affirmação nacional de tal modo que, sem nenhum xenofobismo – como muitos dizem aí – nós, brasileiros, amando, também, a todos os povos do mundo, sem exceção, e com a obrigação precípua de, primeiro, realizarmos a felicidade do nosso povo, do povo brasileiro. Primeiro as escolas para o povo brasileiro, a saúde para o povo brasileiro, o trabalho para o povo brasileiro e o enriquecimento para a Nação brasileira. Se nós não elaborarmos uma Carta que abra esses caminhos para o futuro, teremos faltado ao nosso dever perante a História.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. EDUARDO BONFIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O Brasil viu encerrar-se o ano de 1987 em meio a mais grave crise de toda a sua história e que será bem mais profunda, ainda, neste ano de 1988. É uma crise da economia brasileira, uma crise de profundas raízes sociais, mas essencialmente uma crise estrutural e, prioritariamente, uma crise política. A solução a ser dada para esta crise dependerá, em grande parte, das elites dominantes brasileiras.

Se as conquistas elementares do povo brasileiro, obtidas durante o processo da Comissão de Sistematização, forem liquidadas, trucidadas pelas forças da direita e da reação, uma grande pergunta já começa a ser feita do Oiapoque ao Chuí: Que alternativa restará para o povo brasileiro para encontrar melhores condições de vida? Que alternativa encontrará o povo brasileiro para uma real e efetiva sociedade democrática?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos diante do ano de 1988, que será decisivo, um marco histórico no desdobramento do futuro da sociedade brasileira. Quem andou por este País, quem visitou o Estado pelo qual foi eleito para representar o seu povo aqui na Constituinte, sabe

muito bem que o pavio do povo brasileiro se encontra curto. Não resta a menor dúvida de que, aqui, buscamos um pacto político, não um consenso, mas um pacto político; um pacto que permita que o conjunto da sociedade – é claro que fazendo concessões de lado a lado – encontre uma Constituição efetivamente moderna, democrática, e não uma Constituição, como diria o Senador Afonso Arinos, contentora das aspirações, da modernização, do desenvolvimento e da democratização da sociedade brasileira.

O rumo a ser dado por esta Constituinte, surgindo uma Constituição à marra do desenvolvimento e dos interesses da maioria dos trabalhadores brasileiros, dará ao povo brasileiro todo o direito, inalienável, de buscar, através de outras formas políticas, a conquista dos seus direitos, tão duramente negados ao longo dos tempos deste País.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a nossa responsabilidade é imensa, é histórica neste ano de 88; a nossa responsabilidade, porque paira sobre as nossas consciências, sobre as nossas cabeças, sobre o nosso destino político, a afirmação de um Brasil democrático, a continuação de um processo de transição que haverá de ser conquistado, não através da oferta das elites mas pelo povo brasileiro, ou essas próprias elites não deixarão poucas alternativas para o povo brasileiro encontrar o caminho histórico dessa sociedade, da democracia profunda, da liberdade e dos direitos sociais que serão efetivamente conquistados.

Portanto, fica aqui, Sr. Presidente, neste primeiro dia de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte no ano de 1988, a observação, a ponderação e a preocupação do Partido Comunista do Brasil, engajado efetivamente no processo de transição democrática, mas observando os caminhos que estão sendo tomados pelos setores diversos da burguesia brasileira que aqui muito bem estão representados por parcela ponderável do Centrão.

Estamos ao lado do povo, estaremos ao lado do povo na busca do seu caminho e a afirmação do Partido Comunista do Brasil, neste momento e neste dia em que recomeçam os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, neste ano de 1988, é a afirmação da busca da democratização da sociedade, mas sem a marginalização de dezenas e dezenas de milhões de brasileiros. Queremos uma Constituição surgida da luta democrática aqui e agora. Muito obrigado.

**O SR. JAMIL HADDAD (Líder do PSB):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra nobre Constituinte.

**O SR. JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Poucos dias antes do Natal, caiu o terceiro Ministro da Fazenda do País, Sr Bresser Pereira. Mas houve uma euforia de determinados setores, principalmente da área da elite dominante deste País, com a declaração que a moratória havia sido extinta e que o Brasil estaria pagando todos os juros do ano de 1987.

Sr. Presidente, esse filme é um **replay** e já estamos cansados de assistir-lhe. Declararam uma

moratória, entre aspas, que não era moratória, era uma falência, porque para se pagar 12 a 13 bilhões de dólares anuais de serviços da dívida era necessário que houvesse um **superavit** na balança econômica de 1 Bilhão de dólares mensais e num determinado momento, este **superavit** não chegou a 150 milhões de dólares. Assim, não havia condições de serem pagos os juros da dívida. Em determinado momento, euforia geral, as exportações brasileiras e o saldo da balança comercial chegavam ao ápice, perto de 1 bilhão de dólares mensais.

Sr. Presidente, quando se esperava que este dinheiro fosse aplicado no campo social, o que se fez foi voltar-se a pagar os juros de uma dívida que não devemos mais, Sr. Presidente, porque, por levantamento feito pelo Banco Central, captamos de 1970 a 1986, no exterior, em números redondos, 200 bilhões de dólares, dos quais 184 bilhões retornaram no pagamento do serviço da dívida externa. E, ainda devemos 114 bilhões! É uma matemática **suigeneris!** E cada vez que se exporta mais é subsidiado, o que faz com que haja um aumento do déficit interno e este superávit da balança não é empregado no campo social.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é uma triste realidade que vive o nosso País e não há condições de ser resolver o problema da situação econômico-financeira e social deste País a não ser com a formação de um cartel dos países devedores do Terceiro Mundo, para dizer um basta a essa dívida externa contraída, todos nós sabemos, como e com que intuito.

Eram estas as palavras que eu queria deixar neste momento registradas nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, para que tenhamos a consciência de que não se consegue um superávit neste País para aplicação no campo social. Temos 125 crianças falecendo para cada mil que nascem; um dos índices de mortalidade infantil mais vergonhosos do mundo. E temos assistido, contristados, a ascensão dos índices da malária, da lepra, da tuberculose, enfim, de várias doenças que não ocorrem mais nos países que aplicam no social, que aplicam no campo da saúde.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de me haver permitido suplantar em alguns minutos o tempo, para deixar consignada minha revolta, nesta tribuna quanto a esta política econômico-financeiro nefasta, relacionada com a dívida externa do País.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. JOSÉ LOURENÇO (Líder do PFL):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Como Líder, sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi, aqui, diversas vozes se levantarem para dizer que o Centrão era obrigado a ter número para votar hoje. Devo dizer que esses destaques não são de nossa responsabilidade, mas dos Partidos ou de grupos de esquerda. A eles cabe, portanto, trazer a sua maioria para votar aqui. Ou será que não a têm? Ou será que ela não existe? Será que a Nação não quer soluções que são propostas aqui por este grupo?

A Nação prefere outra proposta. A maioria da Nação prefere uma proposta que não seja radical, uma proposta que viabilize o País em função do mundo com o qual convivemos. Será que o Sr. Gorbachev está errado ao fazer reformas estruturais básicas, ao propô-las e ao iniciá-las na União Soviética? Certamente. Já ouvi, aqui, alguns agredi-lo com palavras de baixo calão dizendo que o Sr. Gorbachev, um revisionista, um traidor dos princípios marxistas, está fazendo coisas inaceitáveis na União Soviética.

Há alguns que gostariam que o nosso País fosse uma cópia fiel da Nicarágua, um bom exemplo para os grandes democratas. Um povo miserável, onde a liberdade deixou de existir. Aqueles que contribuíram para a derrota do Sr. Somoza, e outro ditador que lá está atualmente, um de esquerda e outro de direita, são iguais, tiveram que fugir do país.

Encontrei-me outro dia na capital do meu Estado, Salvador, com a Sr<sup>a</sup> Violeta Chamorro, que me disse: "Cuidado! Não se equivoquem. Os traidores da Pátria, por vezes, são nossos aliados, mas quando chegam ao poder são os primeiros a nos apunhalar. O meu marido morreu pela causa democrática da Nicarágua e hoje sou vítima daqueles que ajudamos levar ao poder". Quem disse isso foi uma das mulheres mais inteligentes e corajosas da América Latina, paradigma da mulher digna, forte, inteligente, que tem objetivos nacionais de defesa intransigente da democracia, no seu país, reconhecida internacionalmente. Mas não! Aqui se aplaude! Querem que o Brasil seja uma fotocópia da Nicarágua. Talvez devemos ter como modelo uma Alemanha Ocidental? Não! Esse não deveríamos seguir. O Japão? Não, esse não! São atrasados, mentalidade que não interessa ao Brasil. Capitalistas! Por que esse modelo? Talvez o modelo francês, italiano, ou como outros países em que se criaram sociedades livres, mas, simultaneamente, sociedades justas. Não, não interessa. Tem que ser a proposta que saiu da Comissão de Sistematização, essa é que tem que ser aqui aprovada, pois foi aprovada por 47 votos na Comissão e, conseqüentemente, aqui deveria ser deixada passar em função de interesses nicaraguenses. Não vai acontecer isso. Porque o retrato fiel de que isso não vai acontecer é que o que V. Ex.<sup>as</sup> propõem não tem votos para aprovar. Não vão aprovar e vamos ter o quê? No momento próprio, o Centrão está aguardando que V. Ex.<sup>as</sup> cheguem com a maioria, que dizem ter e que não têm, e digam: "Não, queremos aqui, no Brasil, o retrato de uma Nicarágua e o retrato é esse. Votem!"

Não tem voto para isso, porque a Nação brasileira não é radical, nem de esquerda, nem de direita. A Nação brasileira é centrista, o povo brasileiro é centrista e, por isso, a maioria dos que aqui estão são também de centro e representam, como a esquerda, a vontade nacional.

Parece, contudo, que não nos querem aqui como representantes da vontade nacional. Somos "vendidos", "traidores" e "corruptos". Aos olhos e na língua dessa gente não temos o direito de expressar as nossas idéias e de defender as causas que, na nossa avaliação, consideramos as melhores para o País.

Respeito profundamente os que defendem aqui as suas idéias – este é o lugar próprio para que

elas se expressem – mas também exijo o mesmo respeito no momento em que defendo as minhas. Se somos Maioria, vamos respeitar a Maioria.

Éramos Minoria na Comissão de Sistematização. Perdemos diversas vezes e não nos desesperamos por isto. É do jogo democrático. Foi uma comissão feita com endereço certo, para a qual os Líderes escolheram as pessoas que mais lhes convinham, dentro de uma avaliação própria.

Agora, não é mais a comissão indicada pelos Líderes; é a comissão indicada pela Nação brasileira, é a expressão da sua vontade. Não adianta nos agredir; não adianta certa imprensa nos caluniar diariamente; não adianta dizerem que somos fascistas. Alguns colegas usam a mesma linguagem. Há gente, aqui, que pensa exatamente como Stalin em 1917, porque este, em 1945, já não pensava da mesma forma: depois de ter matado tanta gente, sofreu também uma lavagem cerebral e viu que estava errado. Já Lênin, não, pois era um homem avançado. Se formos ler os seus discursos, a sua visão da época, e projetá-la hoje, dizia até que é um homem atual, o que não eram outros líderes dessa época, até, também, no Ocidente.

Parece-me que nos querem criar uma camisa-de-força que nos querem impor um campo de visão em que eles sejam os únicos que ocupam este palco. Não! O palco é de todos e o jogo é jogo de maioria. Estamos dispostos ao entendimento e à conversa para que encontremos e façamos uma Constituição que represente a face da maioria da Nação, mas não se irá fazer uma Constituição contra a vontade da Nação, não se irá impor uma Constituição da Comissão de Sistematização desta Casa. Não! Há de sair daqui uma Constituição que seja o reflexo da Assembléia Nacional Constituinte e, portanto, o reflexo da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Um ano novo se inicia para este nosso grande País e, infelizmente, passamos por uma situação difícil, a qual – tenho certeza – aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, vamos reverter.

O Partido Liberal, ao apreciar o Projeto de Resolução nº 21, votado por 80% dos Srs. Constituintes, fez a vontade da maioria do povo brasileiro que, ao nos eleger, o fez consciente, em parte, de que tínhamos de votar esta Constituição e não engolir um projeto, quem sabe já feito há muito tempo!

Naturalmente, as teses do Partido Liberal são frontalmente contrárias às de diversos partidos aqui representados.

Entendemos que, hoje, o povo brasileiro, ao pagar o déficit público deste País, paga o preço que o PMDB, o PFL e amplos setores de outros partidos nos cobram com fisiologismo, com as indicações para cargos, com as negociatas dentro das estatais e com tantos outros desmandos neste País.

O PMDB e o PFL não se podem furtar à responsabilidade que têm. O PMDB, com 16 Ministros, com 22 Governadores, com 305 Constituintes, tem maioria dentro desta Casa. A unidade partidária, que tanto proclamam, tem que ser mostrada também na Assembléia Nacional Constituinte. Essas frentes parlamentares que se formam nos tempos da ditadura, começam hoje a perder a sua identidade, enquanto grupos se formam aqui dentro. E esses grupos têm que representar não os interesses próprios e particulares, mas, sim, os de todo o povo brasileiro.

Nós, do Partido Liberal, ao constatar que mais alguns setores da nossa economia correm o sério risco de estatização – de mais estatização – pois, o País já tem, de 65% a 70% da sua economia nas mãos do Governo, com o poder dos oligopólios, dos cartéis, dos monopólios ampliando-se dia a dia – vemos que há uma necessidade de mudança, cujo exemplo se encontra em todos os países do mundo, ao passo que o Brasil continua num tremendo retrocesso.

Fica o nosso apelo aos Srs. Constituintes para que haja um consenso. Temos questões sociais gravíssimas que podem e devem ser resolvidas, aqui, com o entendimento. Nós, Constituintes, temos a obrigação de chegar a esse entendimento o mais rápido possível. É preciso que essa Constituição seja votada. É preciso que haja eleições gerais em todos os níveis, se Deus quiser! É disso que o País precisa depois da nova Constituição.

Fica, portanto, o apelo do Partido Liberal para que haja esse entendimento é que a votação da Constituição se dê da forma mais rápida e, se Deus quiser, da melhor forma possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Que tempos são estes em que o ódio cego, a intolerância, o revanchismo e o continuado desrespeito aos direitos humanos constituem a marca registrada da ação governamental?

Que democracia é esta que os novos donos do poder pretendem construir, sufocando anseios legítimos e válidos?

Que Governo é este que lança na rua da amargura, sem conceder-lhes sequer o direito de defesa: humildes funcionários que, pelo simples fato de promoverem uma greve de apenas um dia, uma paralisação quase simbólica, tiveram, abruptamente, os seus direitos sonegados e violentados?

Não posso entender, Sr. Presidente, que tipo de transição a Nova República pretende patrocinar, esmagando com violência e ódio, operando verdadeira caça às bruxas, quando os ladrões de casaca, aqueles que enriqueceram ilícitamente antes e depois da Nova República, continuam impunes, passeando pelo País e pelo exterior, a vergonha de terem roubado de um povo faminto e esfarrapado.

Não posso compreender, Sr. Presidente, que um Ministro, que chegou ao poder sem povo e

sem votos, receba uma Comissão de Parlamentares quase às vésperas do Santo Natal e, sem prometer, acene com a possibilidade de rever punições injustas e draconianas e depois mude de opinião.

Sr. Presidente, falo agora não apenas pela Liderança de meu Partido, mas em nome daqueles que estão sendo violentados em seus direitos. São mais de 300 funcionários demitidos sem nenhum critério, sem nenhuma consideração. São mais de 300 funcionários participantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, com doenças ocupacionais e até mesmo com atestado médico, que, de repente, sem mais nem menos, sem nenhuma explicação, foram sumariamente demitidos. E de que adiantaram os apelos? De que adiantou essa Comissão ser recebida pelo Ministro das Comunicações, se tudo continua como está?

Sr. Presidente, essa mesma Comissão esteve hoje com o Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do PMDB – ainda o maior Partido do Ocidente, como a Arena também já o foi – e, eventualmente, Presidente da República, para formular mais um apelo, no sentido de que S. Ex.<sup>a</sup> com o peso do seu prestígio; do seu conceito, da sua responsabilidade, solicite audiência a Presidência da República para tentar reparar esse mal causado a indefesos funcionários.

Oxalá, Sr. Presidente, o Dr. José Sarney tenha sensibilidade e seja capaz de, num gesto de grandeza, de respeito aos direitos humanos, admitir que foi um grave erro essa violência praticada contra funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos, concursados, alguns com mais de dez anos de assinalados serviços à Empresa, e que possam retornar ao trabalho antes do dia 10, que é uma data fatal, porque estarão se cumprindo os 30 dias do aviso prévio.

De nossa parte, Sr. Presidente, vamos iniciar, possivelmente hoje, a coleta de assinaturas dentre os Constituintes que tenham algum tipo de identificação com esses direitos que estão sendo espezinhados, para também apelar ao Presidente da República para que redima o Governo dessa violência praticada contra mais de 300 servidores.

É por isso, Sr. Presidente, que estamos convencidos de que pior o cego é aquele que não quer ver, embora tenha olhos; pior surdo é aquele que não quer ouvir, embora tenha ouvidos aguçados. A Nação toda clama por profundas mudanças no organismo social-econômico debilitado deste País. A Nação quer que a Assembléia Nacional Constituinte complete, dentro de um prazo normal e aceitável, os seus trabalhos, para que o País viva sob o império da lei, possa fixar os parâmetros de um novo pacto econômico e social que contemple plenamente os direitos apedrejados de um povo sofrido e humilhado.

Mas aqueles que pretendem protelar os trabalhos constitucionais, aqueles que apostam no pior, porque a eles parece ser o melhor, aqueles que não querem Constituição voltada para o povo e muito menos eleições presidenciais ou gerais este ano, aqueles estão oferecendo um caldo de cultura para um impasse institucional que pode desembocar, desgraçadamente, em mais um golpe contra as instituições democráticas. Aqueles que enxergam no Governador Leonel Brizola um

inimigo dos seus privilégios, um combatente permanente dos direitos humanos, têm que admitir que a opinião pública está atenta e sabe o que quer. A prova disto é a pesquisa conduzida pelo insuspeitíssimo Ibope e ontem divulgada pelo **Jornal do Brasil**, igualmente insuspeito, que dá ao Governador Leonel Brizola uma liderança incontestável em termos de opinião pública; 19%, contra 14% do empresário, Antônio Ermílio de Moraes, um homem que agride a classe política, esquecendo-se de que também ele é político, que atira pedras no telhado alheio, esquecendo-se de que também o seu telhado é de vidro e de vidro muito frágil, contra 14% do Governador Orestes Quécia, e, surpreendentemente, 14% dado ao último ditador do ciclo militar, João Batista Figueiredo.

Esta é a voz do povo e é em nome dele que estamos, pedindo àqueles que se intitulam maioria, que pensam falar em nome de um povo oprimido e sem voz, aqueles que querem uma Constituição que possa refletir os anseios maiores do povo brasileiro. Que apressemos esses trabalhos e façamos as eleições, gerais, de, preferência, em todos os níveis, mas principalmente para a Presidência da República, a fim de legitimar o Poder, a ele conduzindo um homem, que, sendo resultado do veredicto das urnas, tenha sérios e históricos compromissos com o povo e com o futuro deste País.

Não posso compreender, Sr. Presidente, que alguém compareça à tribuna para dizer que setores da Assembléia Nacional Constituinte, comprometidos com os ideais e os direitos do povo, queiram que o Brasil seja a Nicarágua. As revoluções não se exportam, as revoluções se fazem, e nós temos de fazer essa revolução pacífica e ordeira, elaborando um texto que corresponda aos anseios válidos e legítimos de um povo oprimido e desgraçado.

Não, Sr. Presidente! Este País defende há muito tempo a autodeterminação dos povos, o direito que cada povo tem de construir ele próprio, com a suas forças a sua História. E não há por que não reconhecer que a brava, pequenina, mas corajosa Nicarágua faz a sua revolução popular e abre perspectivas para um diálogo com aqueles que patrocinam a contra-revolução com os dólares provenientes de negociatas para a guerra, para a violência. Não. Não queremos que o Brasil seja a Nicarágua, queremos que o Brasil seja o Brasil dos brasileiros e não um simples quintal do capital estrangeiro, que suga as energias nacionais, que espolia e explora esse povo que apenas trabalha e constrói para enriquecer o gigante do Norte, enquanto aqui há fome, há doença, há analfabetismo, há desesperança, angústia e revolta. Não, Sr. Presidente, queremos um Brasil dos brasileiros, onde todos e cada um de nós tenha um mínimo à mesa para poder robustecer e fortalecer a esperança no coração. Não queremos multidões de descamisados, de famintos, de esfarrapados; não queremos os bolsões de miséria e degradação humana que se multiplicam nas cidades; não queremos crianças perambulando pelas ruas; queremos o nome deles, Sr. Presidente, é que refuto aqui, com veemência, da forma mais contundente possível, qualquer tipo de agressão àqueles que lutam por uma Constituição sadia, democrática, libertaria, capaz de ser a bússola e o grande instrumento

que há de conduzir este País para o seu glorioso destino. Queremos um Brasil dos brasileiros, apenas dos brasileiros. Não construído com o suor, o sacrifício e o sangue de milhões de irmãos nossos, mas voltado para a satisfação dos seus mais elementares direitos. Um país livre, um país com terra para todos, com emprego para todos, com salários justos e não salários de fome. Queremos este País e haveremos de construí-lo. Este dia está por chegar, porque todos nós estamos comparecendo ao "Tribunal da História", e por ele seremos julgados.

Muito obrigado! (Palmas.)

**O SR. PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. e Sr<sup>as</sup> Constituintes:

Passamos esse feriadão de fim de ano visitando sindicatos e associações de bairros. Pudemos constatar, e aqui relatar, que os Parlamentares identificados com o Centrão estão com um desgaste, cada vez maior, junto à base dos trabalhadores.

Colocamos essa questão porque, para a classe trabalhadora, para o povo, está cada vez mais claro que por trás do Centrão estão a UBE, a UDR, entidades voltadas simplesmente para aniquilar os avanços sociais que tivemos na Comissão de Sistematização.

Gostaria, também, de lembrar aos Parlamentares identificados com o Centrão que, neste momento da reta final, da conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, é importante, se eles não querem se suicidar politicamente, que saiam do Centrão e fiquem do lado do povo, fiquem do lado da classe trabalhadora.

Entendemos que em questões que para os trabalhadores são fundamentais, como a aposentadoria integral, o direito à greve, a estabilidade no emprego, a redução de jornada de trabalho, e outras aprovadas na Comissão de Sistematização, queiram ou não, o voto não será secreto e terá o crivo da população.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaríamos também de denunciar, desta tribuna, a Companhia Varig, por ter demitido, de forma arbitrária, toda a sua Comissão Pré-Sindical, do Estado do Rio Grande do Sul, demitiu todos os funcionários, alegando, simplesmente, que a greve do fim de ano foi ilegal.

Lembramos à Varig, que é gaúcha, que esses companheiros que já estavam legalizados na associação tinham estabilidade no emprego. E lembramos, ainda, a todos os Parlamentares, que se hoje os aeronautas desenvolvem a "Operação-Padrão", isto é mais do que um justo direito, porque a "Operação-Padrão" é uma norma de segurança usada a nível internacional.

Deixamos aqui registrado aos aeronautas, que eles têm todo o direito, porque as companhias na hora de aumentar a passagem se baseiam na "Operação-Padrão", só que, depois, exigem uma produtividade maior, só que não transferem o lucro – como faz a maioria dos empresários – para os trabalhadores e, essencialmente, para as companhias.

Terminando, Sr. Presidente, em nome do Partido, eu gostaria também de deixar registrado nosso mais veemente protesto pelo verdadeiro massacre que aconteceu no Pará, onde os companheiros mineiros simplesmente reivindicavam mais segurança no trabalho. E tal foi o absurdo de mais um Governo do PMDB que, tendo dito, consegue o inédito, é o único Partido do mundo que é situação e tem um discurso de oposição à própria situação que ele representa. O PMDB tem que assumir a responsabilidade por cerca de 10 mortes, no Pará, e mais 70 desaparecidos. Ou os governadores do PMDB assumem a responsabilidade, ou fica claro que está havendo uma insubordinação. E a PM, a Polícia Militar, está passando por cima dos governadores. Das duas uma: ou os governadores são incompetentes, ou a polícia passa por cima deles. O que pedimos, neste momento, é que esses governadores ou peçam demissão ou se submetam à justiça e ao julgamento pelo assassinato desses trabalhadores, que apenas reivindicavam, como disse, ter mais segurança no trabalho.

Concluindo, Sr. Presidente, eu gostaria de enfatizar também que fatos lamentáveis como esses é que desmoralizam, cada vez mais, o Governo que hoje está no poder. E dizer uma frase que para mim é conhecida na televisão: que o Governo Sarney é: "Tudo Pelo Social". Está registrado que essa é outra grande farsa da Nova República.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Esgotado o período destinado às Comunicações das Lideranças.

#### COMPARECEM OS SRS:

Adauto Pereira – PDS; Airton Sandoval – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Alysso Paulineili – PFL; Ângelo Magalhães – PFL; Antero de Barros – PMDB; Assis Canuto – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carrel Benevides – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Dioniso Dal Prá – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Santana – PCB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jesus Tajra – PFL; João de Deus Antunes – PDT; José da Conceição – PMDB; José Fernandes – PDT; José Geraldo – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Maria Eymael – PDC; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Márcia Kubitschek – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Oswaldo Trevisan – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Plínio Martins – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Roberto Freire – PCB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sólón Borges dos Reis – PTB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélas – PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – A lista de presença acusa o comparecimento de 176 Srs. Constituintes.

#### VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs:

ADYLSO MOTA – Requerimento de informações ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República sobre a transformação, em Missões Diplomáticas permanentes, em Roma, Londres, e Viena, das Representações Especiais junto à FAO, Nações Unidas e outros organismos internacionais, feitas pelos Decretos n<sup>os</sup> 95.300, 95.301 e 95.302, de 25-11-87.

ADROALDO STRECK – Requerimento de informações ao Ministro dos Transportes sobre gastos com a Ferrovia Norte-Sul.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Vai-se passar à.

#### VII – ORDEM DO DIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO  
Nº 21-A, DE 1987  
(Da Mesa)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte"; tendo parecer, pela aprovação; parecer às emendas de Plenário, concluindo por substitutivo. **(Aprovado.)**

– **(Votação de destaques.)**

Não havendo **quorum** a votação fica adiada para a sessão de amanhã.

#### VIII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS:

Abigail Feitosa – PMDB; Aécio de Borba – PDS; Alarico Abib – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Áureo Mello – PMDB; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Feres Nader – PDT; Fernando Lyra – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Joaci Góes – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jorge Bomhusen – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB;

José Carlos Sabóia – PMDB; José Elias – PTB; José Guedes – PMDB; José Queiroz – PFL; José Serra – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Melo Freire – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilso Sguarezzi – PMDB; Odacir Soares – PFL; Orlando Bezerra – PFL; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zazur – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Ronan Tito – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Wilson Campos – PMDB.

#### DEIXAM DE COMPARECER OS SRS:

Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio Neves – PMDB; Afonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Aírton Cordeiro – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluído Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Amílcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Farias – PMB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feld-

mann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Kuster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rosa – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gil Ce – PFL; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco –; Ivo Cersóssimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Ari – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequet – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nono – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Magalhães – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; **ilegível** – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mello Reis

– PDS; Mendes Botelho – PTB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Silvío Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Viela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Encerro a sessão, convocando outra extraordinária para amanhã, às 15 horas, com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte"; tendo parecer, pela aprovação; parecer às emendas de Plenário, concluindo por substitutivo. **(Aprovado).**

– **(Votação de destaques).**

**(ilegível minutos).**



# ASSEMBLÉIA



# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 163

QUARTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA – DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1988

#### Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e de emendas a dispositivos do Projeto de Constituição.

§ 1º Caso sejam apresentados dois ou mais substitutivos sobre a mesma matéria, terá prioridade para votação aquele que contiver o maior número de subscritores; sendo estes em igual número, terá preferência o oferecido em primeiro lugar.

§ 2º Os substitutivos e as emendas apresentados com base neste artigo terão preferência automática, não sendo submetida a votos, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem de idêntico conteúdo.

§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do Plenário.

Art. 2º Excetuada as emendas populares, consideram-se prejudicadas todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores do processo de elaboração constitucional.

Art. 3º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á o prazo de 7 (sete) dias para apresentação de:

I – substitutivos e emendas coletivas, na forma do art. 1º desta Resolução;

II – emendas individuais, que deverão incidir sobre artigo, parágrafo, inciso ou alínea do Projeto

de Constituição, limitadas ao número máximo de 4 (quatro) para cada Constituinte.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo subemendá-la ou concluir por substitutivo.

§ 2º Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas, desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão, seja assinada pelos primeiros signatários das emendas, que lhe deram origem, e encaminhada à Mesa antes de iniciada a votação respectiva.

§ 3º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

Art. 4º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer do Relator, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, limitados ao número máximo de 6 (seis) para cada Constituinte, que deverão incidir, no todo ou em parte, sobre o texto de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do Projeto de Constituição.

Art. 5º O requerimento de preferência para votação dos destaques de que trata o artigo anterior deverá ser subscrito por, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à apreciação do Título a que diga respeito. No caso de ocorrer o término da votação de um Título e no mesmo dia iniciar-se a votação do Título seguinte, a apresentação de preferência para este último dar-se-á 2 (duas) horas antes de iniciada a sua votação.

§ 1º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores, salvo acordo em contrário.

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 3º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo autorização por escrito do primeiro signatário a um de seus subscritores.

Art. 6º Ao ser anunciada a votação de cada Título do Projeto de Constituição, será facultado o uso da palavra aos Líderes de partido ou aos Constituintes por eles indicados, bem como ao Relator, pelo seguinte prazo:

a) partido com mais de 150 (cento e cinquenta) representantes – 12 (doze) minutos;

b) partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) representantes – 8 (oito) minutos;

c) partido com até 15 (quinze) representantes – 5 (cinco) minutos;

d) Relator – 10 (dez) minutos.

Art. 7º Serão permitidos destaques para aprovação ou supressão de parte do projeto ou de substitutivo, na forma do art. 4º desta resolução, considerando-se incluída ou excluída do texto respectivo a matéria objeto do destaque se este for aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 8º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, poderá ser votado requerimento de destaque, para votação em separado de partes do texto do projeto ou do substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Parágrafo único. A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional, se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto.

Art. 9º Votar-se-á em primeiro lugar o Capítulo do respectivo Título, seguido dos destaques e, sucessivamente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de mérito conexas, salvo o disposto no § 2º do art. 1º e no parágrafo único do art. 8º desta Resolução.

§ 2º No encaminhamento de votação de matéria destacada, poderão falar, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) Constituintes: 2 (dois) a favor, com

preferência para o autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relator.

§ 3º A votação será realizada na ordem crescente dos Capítulos, Seções, Subseções e seus respectivos artigos, não sendo admitido requerimento de preferência de um sobre outro.

Art. 10. Ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo o Relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de oferecer texto, nas mesmas condições do Relator.

Parágrafo único. Verificada a hipótese prevista neste artigo, abrir-se-á o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação de destaques, independentemente do princípio da prejudicialidade, desde que subscritos por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Art. 11. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o Relator redigirá o

vencido, para sua apreciação em segundo turno, no prazo de até 7 (sete) dias.

§ 1º Publicado o texto do Relator no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos, será a matéria incluída em Ordem do Dia durante 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno.

§ 2º Durante a segunda discussão, cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, de acordo com a ordem de inscrição, e os Líderes, por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Durante a discussão em segundo turno, fica facultada a cada Constituinte a apresentação de 4 (quatro) emendas supressivas, além de outras destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou para correção de linguagem.

§ 4º Encerrada a discussão, o Relator emitirá parecer sobre as emendas, no prazo de 5 (cinco) dias, sendo a matéria, depois de publicada, submetida a votação.

Art. 12. Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma Co-

missão de Redação integrada por Constituintes a serem designados pelo Presidente, incluído dentre estes, o Relator.

Parágrafo único. Apresentada a redação final, far-se-á a sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderão usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

Art. 13. Aos Constituintes, obedecido o sistema de rodízio, será entregues, semanalmente, senhas a serem distribuídas ao público em geral, para ingresso às galerias.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 5 de janeiro de 1988. — **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

## SÚMARIO

### 1 - ATA DA 179ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 5 DE JANEIRO DE 1988

#### I - Abertura da sessão II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada III - Leitura do Expediente

#### COMUNICAÇÕES

Do Senhor Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, participando haver convocado sessão conjunta a realizar-se em 6 de janeiro de 1988, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Do Senhor Constituinte Matheus Iensen, participando que se ausentará do País a partir de 27 de dezembro de 1987.

Do Senhor Deputado Flávio Rocha, participando que se ausentará do País a partir de 22 de dezembro de 1987.

#### IV - Pequeno Expediente

**JORGE UEQUED** - Providências da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte para agilização dos trabalhos de elaboração da Carta Constitucional.

**PRESIDENTE** - Empenho da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte para agilização dos trabalhos de elaboração da Carta Constitucional.

**NELSON CARNEIRO** (Questão de ordem) - Preferência para a discussão e votação do Projeto da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

**PRESIDENTE** - Resposta à questão de ordem do Constituinte Nelson Carneiro.

**BRANDÃO MONTEIRO** (Questão de ordem) - Inveracidade nas afirmações de integrantes do grupo "Centrão" de haver obstrução, da parte do PT e do PDT, para a votação do Projeto de Resolução nº 21-A, dispondo sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**PRESIDENTE** - Resposta à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

**ADYLSON MOTTA** (Questão de ordem) - Divulgação, pela imprensa nacional, dos nomes dos Constituintes presentes às seções da Assembléia Nacional Constituinte.

**PRESIDENTE** - Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

**ALDO ARANTES** (Pela ordem) - Responsabilidade dos integrantes do grupo "Centrão" pela falta de **quorum** nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

**OSVALDO BENDER** - Reivindicações da população de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, ao ensejo do transcurso do 44º aniversário de emancipação política do Município.

**PERCIVAL MUNIZ** (Pela ordem) - Definição, pela Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte, de prazo para votação do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia. Aproveitamento do programa "Diário da Constituinte" para divulgação dos nomes dos Constituintes responsáveis pela falta de **quorum** nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

**FRANCISCO KÜSTER** - Desgaste da imagem da Assembléia Nacional Constituinte perante a opinião pública, em face da demora na cotação do texto constitucional. Aproveitamento do programa "Voz da Constituinte" para divulgação dos nomes dos Constituintes responsáveis pela falta de **quorum** nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

**NELSON CARNEIRO** (Questão de ordem) - Existência de **quorum** regimental para votação do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**PRESIDENTE** - Resposta à questão de ordem do Constituinte Nelson Carneiro.

**NELSON SABRA** - Desistência do orador da inscrição para o Pequeno Expediente, em favor da votação do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**SÓLON BORGES DOS REIS** - Desistência do orador da inscrição para o Pequeno Expediente, em favor da votação do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**MENDES RIBEIRO** - Falência do sistema carcerário brasileiro. Recrudescimento da violência urbana.

**NILSON GIBSON** - Importância do BNB e da Sudene na recuperação econômica da região nordestina. Implantação, pelo Presidente José Sarney, do Projeto Padre Cícero, em Simão Dias, Estado de Pernambuco.

PAULO MACARINI – Instalação de varas da Justiça Federal nos Municípios de Joaçaba e Chapecó, Estado de Santa Catarina.

IVALDO GONÇALVES – Homenagem ao empresário Rosiélio Gomes Porto, de Campina Grande, Estado da Paraíba, eleito "Empresário do Mês".

JÚLIO COSTAMILAN – Inconformidade do orador, diante de propostas de supressão de direitos trabalhistas e sociais constantes do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

ÁTILA LIRA – Situação dos produtores rurais do Estado do Piauí.

ADROALDO STRECK – Definição de empresa nacional na futura Constituição.

RUBEN FIQUEIRO – Expectativa da sociedade brasileira em relação aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

IRMA PASSONI – Denúncia de violência contra posseiros em Goianésia do Pará, Estado do Pará.

CÉSAR MAIA – Crises brasileiras: institucional, política, econômica e de convicções.

SIQUEIRA CAMPOS – Inserção, no projeto do grupo "Centrão", de dispositivo que cria o Estado do Tocantins.

FERES NADER – Sugestões para política de ação voltada para o processo migratório no País.

CARLOS VINAGRE – Manutenção, no futuro texto constitucional, de isenção de contribuição da quota patronal para o INPS às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Recusa do Estado de São Paulo em adotar a Lei Complementar nº 57, que aumentou o limite das microempresas de faturamento anual.

## V – Comunicações das Lideranças

ADEMIR ANDRADE – Nota emitida pela Comissão Regional do PSB do Estado do Pará a respeito de violência policial contra garimpeiros de Serra Pelada.

JOSÉ GENOÍNO – Necrológio do cartunista Henrique de Souza Filho, Henfil. Editorial do jornal **Folha de S. Paulo**: "A Censura do Centrão".

SIQUEIRA CAMPOS – Disposição do PDC em colaborar com o Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, para agilização dos trabalhos de elaboração da Carta constitucional.

ROBERTO FREIRE – Protesto contra anunciada demissão do médico Sérgio Arouca da Fundação Osvaldo Cruz.

ALDO ARANTES – Necrológio do cartunista Henrique de Souza Filho, Henfil.

ROBERTO D'ÁVILA – Necrológio do cartunista Henrique de Souza Filho Henfil.

AFIF DOMINGOS – Disposição do PL em colaborar com o Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, para agilização dos trabalhos de elaboração da Carta constitucional.

ROBERTO JEFFERSON – Presença do PTB, na totalidade de sua bancada, para votação do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Pesar do partido pela morte do cartunista Henrique de Souza Filho, Henfil.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Boas-vindas ao Presidente Ulysses Guimarães, no seu retorno do exterior. Apoio do PFL ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte na agilização dos trabalhos de elaboração da Carta constitucional. Votação em globo dos cinco destaques do Projeto de Resolução nº 21-A, dispoendo sobre a reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Agradecimentos ao Constituinte Inocêncio Oliveira, pelas palavras de estímulo ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em face de sua atuação pela promulgação da Carta Magna brasileira.

ANTÔNIO BRITTO – Necrológio do cartunista Henrique de Souza Filho, Henfil.

## VI – Apresentação de Proposições

IVALDO GONÇALVES.

## VII – Ordem do Dia

PRESIDENTE – Associação da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte aos votos de pesar pelo passamento do cartunista Henrique de Souza Filho, Henfil. Homenagem póstuma a José Armando Fonseca, Constituinte de 1946.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo de votação.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Questão de ordem) – Esclarecimento sobre o processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Bonifácio de Andrada.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Esclarecimentos sobre o processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gastone Righi.

VICTOR FACCIONI (Questão de ordem) – Esclarecimento sobre a matéria em votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Victor Faccioni.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo de votação.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Encaminhamento de votação das emendas ao Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe

sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) – Encaminhamento de votação das emendas ao Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Anúncio dos novos prazos a serem obedecidos no processo de votação do Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização ao Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo de votação.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Interstício de 48 horas, para votação da redação final do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre a reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ABIGAIL FEITOSA (Questão de ordem) – Correção do voto da oradora anunciado no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Abigail Feitosa.

ANTÔNIO CÂMARA (Questão de ordem) – Correção do voto do orador anunciado no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Antônio Câmara.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Início da contagem do prazo para apresentação de emendas, a partir da publicação da redação final do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Inconformidade do orador com a decisão da Mesa pela aprovação de redação final do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, sem o interstício de 48 horas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Inconformidade do orador com a decisão da Mesa pela aprovação de redação final do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, sem o interstício de 48 horas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

MÁRIO COVAS (Questão de ordem) – Início da contagem do prazo para apresentação de emendas, a partir da publicação da redação final do Projeto de Resolução nº 21-A, que dispõe sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Falta de amparo regimental para a decisão da Mesa



de aprovação da redação final do Projeto de Resolução nº 21-A, sem o interstício de 48 horas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Mário Covas.

ADHEMAR DE BARROS FILHO (Questão de ordem) – Correção do voto do orador anunciado no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem, do Constituinte Adhemar de Barros Filho.

PROJETO DE RESOLUÇÃO  
Nº 21-A, DE 1987  
(Da Mesa)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte"; tendo parecer, pela aprovação; parecer às emendas de Plenário, concluindo por substitutivo. **(Aprovado).**  
– **(Votação de destaques.)** –  
Rejeitados os destaques.

**VIII – Encerramento**

**2 – Mesa** (Relação dos membros)

**3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** (Relação dos membros)

**4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** (Relação dos membros)

**Ata da 179ª Sessão, em 5 de janeiro de 1988**

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;*

**ÀS 15:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:**

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Muller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Assis Canuto – PFL; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Masconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Neto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB;

Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Paulo – PT; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Ueque – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL;

Luis Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Trevisan – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; – Raul Ferraz – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB;

Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélas – PFL; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

### I – ABERTURA DA SESSÃO

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 274 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### II – LEITURA DA ATA

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – 3º Secretário, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

**A SRª. BENEDITA DA SILVA:** – Suplente de Secretário, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte:

### III – EXPEDIENTE

#### COMUNICAÇÃO

**Do Sr. Presidente do Senado Federal, nos seguintes termos:**

CN/02

Em 5 de janeiro de 1988

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência convocou sessão conjunta a realizar-se amanhã, às dez horas, no plenário desta Casa, destinada à leitura de Mensagens Presidenciais referentes a decretos-leis e à apreciação de matérias em regime de urgência.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> protestos de estima e consideração. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**Do Sr. Matheus Iensen, nos seguintes termos:**

OF. Nº 068/87 – GAB. DEP. MI.

Brasília, 14 de dezembro de 1987

Senhor Deputado,

É com imenso prazer que dirijo-me a Vossa Excelência, para comunicar-lhe, nos termos do Regimento Interno desta Casa, que deverei ausentar-me do País, em viagem aos Estados Unidos, por um período aproximadamente de 5 (cinco) dias, a partir do dia 27-12-87.

Aproveito a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência, os meus protestos de alta estima e admiração.

Atenciosamente, – **Matheus Iensen**, Deputado Federal.

**Do Sr. Flávio Rocha, nos seguintes termos:**

Brasília, 21 de dezembro de 1987

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que me ausentarei do País, a partir do dia 22, em viagem aos Estados Unidos da América do Norte, em caráter particular.

Atenciosamente, – **Flávio Rocha**, Deputado Federal.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao:

### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Jorge Uequed

#### O SR. JORGE UEQUED (PMDB –

**RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, não há quem não sinta, hoje, na Nação brasileira, um clima de expectativa e de falta de credibilidade nas suas instituições. Basta andar pelas vilas e cidades, nos locais onde se concentram estudantes, trabalhadores e empresários, para se ouvirem a uma só voz reclamação quanto demora dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Nesse sentido, todos temos explicações regimentais ou técnicas, no entanto, nenhuma atende aos interesses da Nação.

A demora na elaboração da Carta e agora essa demora inexplicável na modificação do Regimento tornam a opinião pública agressiva para com a Assembléia, como se esta não estivesse cumprindo seu dever.

Por isto, Sr. Presidente, a Mesa dos trabalhos tem a obrigação de zelar pelo bom nome da instituição parlamentar e da Assembléia e o dever de proceder a tantas consultas quantas necessárias para acelerar os seus trabalhos. Demora não quer dizer eficiência; demora não quer dizer bom senso. A Assembléia está ditando o que a sociedade pretende e deve fazê-lo agora com rapidez, para não se tornar um empecilho ao desenvolvimento nacional, a fim de não impedir que a sociedade ande nos caminhos que deseja por inércia da Casa convocada especialmente para elaborar a nova Carta Constitucional.

Assim, Sr. Presidente, a votação imediata do Regimento, visando a acelerar os trabalhos de maneira a proporcionar responsabilmente à sociedade a resposta aos anseios populares torna-se o mister primeiro desta Casa. Venho aqui, na abertura desta sessão, para reclamar da Mesa as providências necessárias no sentido de acelerar a votação. Não mais satisfazem explicações à sociedade brasileira sobre a demora. É preciso eficiência e rapidez na votação, para que cada um possa mostrar perante a sociedade sua verdadeira face e suas propostas.

Sr. Presidente, atribuo a responsabilidade maior por essa demora à Mesa dos trabalhos e por isso peço a V. Ex.<sup>a</sup> que leve à consideração da mesma estes argumentos.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nobre Constituinte Jorge Uequed, o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> obriga esta Presidência a prestar um esclarecimento ao Plenário. Tudo o que se pode exigir da Mesa Diretora dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte é a assiduidade de sua presença na direção dos trabalhos. Posso assegurar a V. Ex.<sup>a</sup>, com o testemunho de toda a

Casa, que o Presidente Ulysses Guimarães e a própria Mesa, como um todo, se têm esforçado denodadamente para agilizar os trabalhos de nossa Carta Fundamental. Infelizmente, o sucesso não depende desse esforço unilateral. Impõe-se, portanto, que a Assembléia Nacional Constituinte, também como um todo, compreenda o dever da sua missão fundamental e aqui compareça para dar **quorum** necessário às votações que estão sob o controle dos nossos trabalhos. Creio que, com essa explicação, podemos contar, nobre Constituinte Jorge Uequed, com a compreensão sempre serena de V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas).

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, quero fazer uma consulta à Mesa.

Leio que o Projeto de Resolução nº 21, está em votação em turno único e altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Ora, Sr. Presidente, se altera é porque existe um Regimento. Enquanto este Regimento não é votado, algum outro deve subsistir. O que prevalece é o já existente, já que o outro ainda não foi votado nos seus termos finais.

Acho que não podemos interromper, na Assembléia Nacional Constituinte, o debate das matérias que compõem o texto da futura Constituição, à espera da votação desse requerimento sobre modificação do Regimento Interno, desse projeto de resolução. Vamos deixar de lado esse projeto de resolução e começar a discutir a Constituição. Se esse projeto já tivesse sido aprovado, muito bem; se não o foi, trata-se do projeto em curso. Há numerosos projetos na Câmara, Sr. Presidente, e V. Ex.<sup>a</sup>, que a integra, sabe que muitos não têm concluído sua tramitação. Estes, no entanto, não atrapalham os outros.

Poderíamos discutir o projeto vindo da Comissão de Sistematização e abrir prazo para apresentação de emendas, independentemente desse projeto de resolução, que poderá não ser votado dentro de um, dois ou três meses. Se não houver número para sua votação, não se fará coisa alguma. E é possível que muitos Constituintes que não querem sua aprovação desejem votar o Projeto de Constituição.

A Nação não pede a aprovação desse requerimento, nem tem interesse em que ele seja votado assim ou assado. À Nação interessa a votação do Projeto de Constituição. Já que há dois projetos – o de Constituição, enviado à Mesa pela Comissão de Sistematização, e o de resolução – deixe-se de lado o de resolução, até que os interessados compareçam para dar número, e abra-se o debate sobre o Projeto de Constituição.

Esta é uma solução que, acredito, atende ao interesse público. Tomada essa decisão, no dia seguinte haverá número para votação nesta Assembléia. Se a Mesa adotar tal providência, se anunciar que amanhã começará a discussão do projeto enviado pela Comissão de Sistematização, em sessão noturna ou extraordinária, amanhã mesmo haverá **quorum**. Falta apenas decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– Nobre Constituinte Nelson Carneiro, a Mesa reconhece, no que foi suscitado por V. Ex.<sup>a</sup> alta dose de inteligência e sabedoria jurídica. Trata-se de tese das mais relevantes. Todavia, lamenta não poder dar guarida à sua questão de ordem, uma vez que o Projeto de Resolução nº 21-A, que consta da Ordem do Dia, já teve iniciada sua votação. E esta não poderá ser interrompida para abrir espaço para votação do Projeto de Constituição, com respaldo no Regimento atual, que está sendo emendado.

Nestas condições, agradecemos a valiosa contribuição a V. Ex.<sup>a</sup>, a qual, entretanto, regimentalmente improcede.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos de restabelecer a verdade sobre o andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> e vários Constituintes são testemunhas de que, ainda no ano passado, levantamos a hipótese da retirada dos destaques para a imediata aprovação e promulgação do Regimento. O Presidente Ulysses Guimarães, pressionado pelo "Centrão", interpretou de forma errônea minha atitude, afirmando ser necessário um prazo de 48 horas para a redação final, quando o Regimento fala em redação final mas não estipula quando se dará.

Fomos buscar subsídios no Regimento Comum, bem como no da Câmara e no do Senado, onde expresso que o prazo de 48 horas para votação da redação final em segundo turno dar-se-á quando houver emendas ou erro grosseiro de redação.

O impasse se estabelece desta forma o chamado "Centrão" afirma, pelo rádio e pela televisão, que estamos obstruindo os trabalhos da Constituinte simplesmente porque temos seis destaques que visam à democratização do Regimento. Em socorro ao que disse o Senador Nelson Carneiro, devo dizer que há um requerimento enviado à Mesa solicitando imediata votação do texto constitucional. Haja vista só existir um Regimento até hoje aprovado – o original, o anterior – não podemos continuar nesse impasse. A Mesa não responde aos requerimentos que a este respeito lhe são dirigidos. Apresentamos referido requerimento solicitando a imediata votação do texto constitucional, tendo em vista haver um impasse e existir um Regimento aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, como de resto existem vários projetos de resolução que continuam dormitando nas gavetas ou na mesa da Presidência, sem nenhuma solução.

Não se venha dizer agora que a Assembléia Nacional Constituinte está com seus trabalhos paralisados porque o PDT e o PT estariam fazendo obstruções. Temos, sim, seis destaques para serem votados. Mas os Constituintes que se dizem maioria não estão aqui. As bancadas do PDT e do PT estão presentes, assim como vários Constituintes do PMDB. Os que aqui não se encontram são os que dizem ser maioria. Repito, é preciso restabelecer a verdade a esse respeito: fiz um requerimento denunciando publicamente isso.

Ademais, meu telefone está censurado permanentemente. Em trouxe um aparelho dos Estados Unidos que permite comprovar isso. Pedi à Mesa da Câmara dos Deputados que tomasse providências, pois o telefone não é meu, é da Casa. Até hoje estou à espera de providências por parte do Ministro Antônio Carlos Magalhães e do general Ivan de Souza Mendes, do SNI.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Brandão Monteiro, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, com o testemunho por inteiro desta Casa, não se desviou um milímetro sequer das normas estabelecidas no Regimento Interno.

Diz o art. 82:

"Art. 82. Encerrada a discussão, com a apresentação de emendas, o projeto voltará à Mesa que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sobre elas emitirá parecer."

Foram apresentadas cerca de cinquenta e poucas emendas ao projeto de resolução. A Mesa, num prazo recorde de setenta e duas horas, as apreciou e ofereceu o substitutivo que já foi votado e aprovado pelo Plenário.

Diz o § 1º do art. 82:

"Publicado o parecer e distribuído em avulsos, o projeto será incluído em Ordem do Dia, para votação."

Muito bem: ei-lo incluído na Ordem do Dia desde o dia dezoito de dezembro até a presente data.

Finalmente, diz o parágrafo 2º:

"Se aprovado, a Mesa oferecerá, dentro de quarenta e oito horas, redação final do projeto, que será submetida ao Plenário da Assembléia, sem discussão ou encaminhamento, sendo a resolução correspondente promulgada pelo seu Presidente."

Logo, não podemos preceder à promulgação do projeto de resolução que está sendo submetido à votação antes da decisão do Plenário. Ai está realmente o grande impasse. A Mesa, em momento algum, diga-se de passagem, pretendeu atribuir ao PDT ou ao PT, ou a qualquer partido político responsabilidade por essa situação.

Está implícito, porém que se não houver a participação de todos os segmentos aqui apresentados, no sentido de assegurar **quorum** para a votação, em vão será todo e esforço qualquer da Mesa Diretora visando à superação desses obstáculos.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, creio que o grande problema que enfrentamos, hoje, na Assembléia Nacional Constituinte, é a falta de **quorum**. Faço um apelo à Mesa no sentido de que, sistematicamente, por ocasião da Ordem do Dia, proceda à chamada para ver quem está presente no plenário. E que se distribua diariamente à imprensa a relação dos Constituintes que estão cumprindo com seu dever, a fim de que a sociedade conheça aqueles que estão obstruindo os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Não aceitamos mais, Sr. Presidente, que os que assiduamente aqui comparecem estejam a pagar, perante a sociedade, por um pecado que não estão cometendo.

Este, o apelo que faço. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Adylson Motta, só podemos constatar a existência de **quorum** em plenário por ocasião das votações. É evidente que a imprensa brasileira está presente, utilizando todo o fulgor da liberdade democrática do País para cumprir sua missão. Conseqüentemente, no momento em que se anunciar a Ordem do Dia, V. Ex.<sup>a</sup> poderá, caso não haja **quorum** em plenário, pedir que se proceda à verificação e à chamada.

**O SR. ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, desejo apenas que se divulgue pela imprensa a presença dos Constituintes em plenário, para que a sociedade cobre dos demais.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, de fato está no momento de iniciarmos a votação do texto constitucional. E tem havido cobranças de todas as partes. V. Ex.<sup>a</sup> disse, há pouco, não haver responsáveis pelas inexistências de **quorum** para se dar início ao processo de votação. Para meu espanto, ouvi o Deputado Cardoso Alves, um dos coordenadores do chamado "Centrão" dizer que a esquerda ou as forças progressistas são responsáveis pelo **quorum** na votação do Regimento Interno. Entretanto, a responsabilidade de estar em Brasília, participando das sessões da Assembléia Nacional Constituinte, é de todos os Constituintes. Na verdade, os integrantes do "Centrão" têm adotado a tática de esvaziar as sessões e culpar os setores progressistas. Se eles representam a maioria, como dizem, e se não há **quorum** para votação, a responsabilidade é do "Centrão".

Estou de acordo com o Constituinte Adylson Motta: é muito importante que a opinião pública brasileira saiba quem está em Brasília e quem não está e quais as forças que de fato estão obstruindo o processo de votação do texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Osvaldo Bender.

**O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, no dia vinte e oito de dezembro próximo passado, o Município de Três Passos, no Rio Grande do Sul, comemorou seu quadragésimo quarto ano de emancipação política.

Três Passos localiza-se no noroeste do Rio Grande do Sul. Quando de sua autonomia, fazia divisa com o Estado de Santa Catarina e com a vizinha República da Argentina. Hoje as fronteiras de Santa Catarina pertencem ao Município de Tenente Portela, mas a fronteira com a Argentina permaneceu, mantendo a separação por uma divisa natural que é o caudaloso rio Uruguai.

Com grande produção agrícola, predomina no Município a criação de pequenos animais, especialmente de suínos, dos quais já foi o maior produtor do País. Com outros Municípios, Três Passos forma uma bacia leiteira. A essa economia junta-se a produção de soja, milho, trigo e outros cereais, em menor quantidade, suficientes para o próprio consumo.

Durante esses quarenta e quatro anos, desmembraram-se do seu território doze Municípios, formando hoje a região-celeiro do Rio Grande do Sul, que se estende até à Grande Santa Rosa Missões e ao Médio-Alto Uruguai, onde predomina o minifúndio e cada colono possui, em média, nove hectares de terra, sendo muito difícil encontrar-se áreas com mais de cem hectares. Conta ainda com um comércio forte e várias indústrias de bom porte. É uma das mais belas regiões, não só do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil. Conhecendo é que se pode acreditar no que é possível construir em menos de meio século, e verificar que o progresso se encontra em franco desenvolvimento, nos treze Municípios celeiros que formam essa região. A terra é das mais férteis, sua localização topográfica é excelente para a agricultura, com planícies, ora verdes como um mar, cobertas por plantações de soja ou trigo, ora louras, quando a safra se aproxima.

As ascendências étnicas predominantes são alemães e italianos, que hoje fazem parte do povo brasileiro, trabalhador, profundamente ligado às suas origens, com princípios de fé sempre voltados ao cultivo das tradições, primando pelo bem-estar de suas famílias e pela preservação de sua índole ordeira e pacífica, comprovada pelo baixo índice de criminalidade, em uma comunidade das mais humanas.

Não poderia deixar de congratular-me, nesta data, com esse povo, que tão bem soube construir, ao longo de anos, uma cidade muito bonita e, pujante, rodeada de uma terra fértil, onde se vêem as melhores instalações para o desenvolvimento da agricultura.

Quero registrar este acontecimento nos Anais desta Casa e, ao mesmo tempo, fazer algumas reivindicações merecidas e tão necessárias à gente de Três Passos.

Embora ligada a uma moderna rodovia asfaltada, a BR-468, ainda necessita, para o seu pleno desenvolvimento, da conclusão de mais duas rodovias, principalmente da continuidade da BR-468, ligando o Município à República da Argentina. Recentemente foi realizada uma licitação, para a elaboração do projeto de construção dessa estrada, mas não existe no Orçamento deste exercício qualquer dotação específica para este fim. Solicito, pois, sejam destinados recursos para a sua construção no Orçamento para 1989, dada sua importância não só para o Município de Três Passos, como para toda a região. Com essa ligação, via Porto Soberbo, abre-se uma nova passagem para Foz de Iguazu, diminuindo a distância em mais de duzentos quilômetros, além de possibilitar maior intercâmbio comercial com a Argentina e o Paraguai.

Ainda em termos de estrada, foi anunciado o início da rodovia que liga Boa Vista do Buricá a Frederico Westphalen, via Três Passos, Tenente Portela, Palmitinho, Vista Alta, Taquaruçu e Hu-

maitá. Deus queira que esta notícia corresponda à verdade, pois trata-se de uma estrada importante, que ligará a região a outras do noroeste do Estado, ao Estado de Santa Catarina e ao restante do País, reduzindo as distâncias em centenas de quilômetros.

Três Passos precisa também, com urgência, de uma faculdade, para formação de profissionais, pois os estudantes de nível superior são obrigados a se deslocar diariamente, para outros Municípios, e os de melhores condições financeiras abandonam a cidade. Não é admissível que uma Região com duzentos mil habitantes se sinta privada de uma faculdade, a mais próxima ficando cerca de 120 quilômetros de distância.

Na região celeiro, onde Três Passos é a sede, em qualquer direção, a distância para outros centros é sempre de cerca de cem quilômetros. Urge, portanto a instalação de uma UTI e de todas as aparelhagens necessários a um atendimento completo de saúde, evitando dessa forma o deslocamento por longas distâncias, com maior risco de vida, de quem tem direito a receber esses benefícios, não só pelo que representa e produz, mas também pela contribuição para a Previdência Social. Nada mais justo que as autoridades responsáveis tenham sua atenção voltada para um Município como Três Passos e para a região celeiro.

Nesta Casa, como representante daquela região, faço um apelo às autoridades competentes pela implantação de todos esses melhoramentos, que não apenas são de justiça, mas também indispensáveis ao bem-estar, à saúde e ao desenvolvimento de sua população. Estou certo de que saberão compreender as minhas palavras não demagógicas como cumprimento do dever de aqui interpretar o desejo e a vontade daqueles que depositaram em mim a sua confiança, o que sempre farei com honra e dignidade. Se assim não procedesse, não haveria necessidade de representação.

Espero estar cumprindo meu compromisso de não silenciar enquanto essas reivindicações não forem atendidas, porque são justas e de extrema necessidade. Sua efetivação é possível e nada mais representa do que a devolução à região de parte dos tributos pagos por sua população. Confio nas autoridades, certo de que não deixarão de cumprir com seus deveres e sua obrigação de promover o bem-estar do povo daquela região.

**O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria, antes do término do Pequeno Expediente, de acrescentar mais uma sugestão às várias aqui apresentadas pelos Srs. Constituintes. Refere-se à agilização do processo de votação do Regimento.

Sr. Presidente, tivemos uma experiência, na Comissão de Sistematização que deu certo. Realizou-se a votação no período determinado, somente porque a Mesa estipulou prazo para se votar cada capítulo, cada parte da Constituição. Esgotado tal prazo, não mais se poderia discutir a questão.

Está na hora de a Mesa estabelecer um prazo para se definir a questão do Regimento. Que seja de uma semana, de três dias, mas que se defina um prazo para sua votação. Esgotado esse prazo, o Regimento ficará como estiver, a fim de se começar a votação no plenário.

Sr. Presidente, outra questão diz respeito ao programa **Diário da Constituinte**, que não está refletindo a realidade do que aqui acontece. Precisamos utilizar aquele espaço na televisão para mostrar claramente ao público quem está prejudicando os trabalhos de conclusão do texto constitucional, principalmente porque não querem eleições diretas para Presidente da República este ano. Querem continuar a emperrar o processo de elaboração do Regimento para que não aconteçam eleições em 1988. Não desejam a realização de novas eleições, nem mesmo das municipais, para Prefeitos e Vereadores.

Sr. Presidente, trata-se de um movimento para passarem para 1989, para 1990 qualquer tipo de eleição, para se libertarem do desgaste que vêm sofrendo, pois vota-se contra o povo. E o responsável por isso é o "Centrão", que não tem outro objetivo senão o de atrasar os trabalhos de conclusão do projeto constitucional.

O **Diário da Constituinte** precisa refletir essa realidade, e não transmitir algo fantasioso e deturpado sobre o que aqui acontece, como se estivesse tudo bem, quando, na verdade, está tudo mal. Está ocorrendo aqui o mesmo que acontece com o povo, que enfrenta péssimas condições de vida. Com essa demora toda, estamos sofrendo na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Francisco Küster.

**O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, pela mensagem os oradores que nos antecederam deu para sentir a preocupação de todos com a necessidade de fazer deslanchar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Recebemos um telex do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, formulando apelo, que classifico como dramático, no sentido de que aqui estivéssemos presentes a fim de dar **quorum** para a votação do Regimento Interno.

Aqui estamos e vamos fazer um comentário até mesmo sobre a mensagem convocatória do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. É bom que saiba o Dr. Ulysses Guimarães, o grande Ulysses, o "Dr. Diretas" do passado, figura da maior respeitabilidade em todo o território nacional, timoneiro maior que atuou na vanguarda do avanço popular para derrotar a ditadura militar, que hoje está tão desgastado perante a opinião pública, que não sei se seus amigos, assessores e informantes lhe têm trazido a triste e trágica realidade do seu desgaste. É lamentável que nós outros, fundadores do PMDB nos idos de 1966, que aprendemos a ver no Dr. Ulysses o grande timoneiro da resistência democrática no País, tenhamos hoje em S. Ex.ª, Presidente da Câmara dos Deputados, da Assembléia Nacional Constituinte, do PMDB, Vice-Presidente da República e Presidente eventual do País, uma figura com imagem tão desgastada, assim como o Presidente Sarney.

Mas não ficamos muito atrás nós outros, constituintes que somos. O desgaste da imagem da Assembléia Nacional Constituinte perante a opinião pública no meu Estado não fica por menos. Urge que providências sérias sejam adotadas para que os trabalhos prossigam normalmente, a fim de que possamos ter logo a Carta Magna. A sociedade como um todo nos responsabiliza pelo caos na economia, pelo descalabro que se constata no País, pela situação de desgoverno que hoje vivemos. É preciso que desençalhemos esse grande carro e façamos logo a Constituição.

Antes de encerrar, quero dizer ainda que as ponderações do Constituinte Adylson Motta devem ser levadas em consideração, Sr. Presidente, o exercício da Presidência, V. Ex.<sup>a</sup> deve fazer com que sejam divulgados os nomes dos faltosos e, depois, eles que se expliquem perante seus eleitores. No horário da "Voz da Constituinte" que sejam divulgados os nomes dos Constituintes que aqui não comparecem, e vêm apenas marcar ponto uma vez por mês, desses que só ficamos conhecendo no dia da votação para a qual o "Centrão" os convocou. Onde estão eles? Desapareceram, o bicho papou, mas em determinado momento terão que aparecer. Esses nomes precisam ser levados a público, para que sejam submetidos ao julgamento popular. Que diariamente sejam divulgados os nomes dos faltosos, que se proceda à chamada dos Srs. Constituintes e seja distribuída à imprensa a relação dos nomes dos faltosos de cada Estado, para que possamos levá-los ao constrangimento público.

Só assim teremos condições de ter **quorum** para deliberar na Assembléia Nacional Constituinte, senão teremos, mais um ano de desgoverno. Isso não é porque o Presidente Sarney está no Governo; poderia ser qualquer outro, vivendo uma situação de transição, cujo Governo se alicerce no consórcio de interesses. Portanto, não se poderia esperar nada melhor do que o que aí está.

É extremamente danoso penalizar este povo paciente e generoso com tanta incompetência e molecagem. Onde está o "Centrão"? Onde estão os que ousaram enfrentar a todos aqui e mudar as regras do jogo no final do campeonato?

Onde estão eles? Esta é a indagação que se faz.

Por isso, Sr. Presidente, sugiro que se divulgue os nomes dos faltosos, porque estamos no mesmo barco. Agora, perante a opinião pública, todos passamos por lacaio por não conseguirmos **quorum** para deliberar na Assembléia Nacional Constituinte. Queremos ser e somos diferentes. Não podemos vestir a carapuça de lacaio. Lacaio são os que não honram os seus compromissos. (Muito bem! Palmas).

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> informasse quantos Constituintes estão presentes na Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, os trabalhos foram abertos com a divulgação de 274 Constituintes presentes.

**O SR. NELSON CARNEIRO:** – Então, Sr. Presidente, está na hora de passarmos à votação, pois já devem estar presentes 280 Constituintes. Assim, poderemos entrar na discussão do mérito. Não há mais o que fazer, Sr. Presidente. Basta de discurso. Vamos votar, e aí veremos quem está e quem não está presente. Apenas isto.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, a Mesa está limitando seus trabalhos aos ditames do Regimento Interno. Terminado o período destinado ao Pequeno Expediente, passaremos às Comunicações das Lideranças e, a seguir, entraremos na Ordem do Dia. Não podemos, **data venia** de V. Ex.<sup>a</sup>, merecedor de nosso respeito, vulnerar a ordem regimental.

**O SR. NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que hoje não há nada mais importante do que votarmos o Projeto de Constituição. (Muito bem! Palmas). Se esse requerimento está atrapalhando, vamos logo votar. Não há necessidade de mais nada. À votação, Sr. Presidente! Vamos, ao menos, saber quem está e quem não está presente.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa informa ao nobre Constituinte que dentro de cinco minutos se esgotará o prazo destinado ao Pequeno Expediente. Há dois oradores inscritos para esse período. Se desistirem de ocupar a tribuna, imediatamente a Mesa anunciará a Ordem do Dia e passaremos à votação do Projeto de Resolução nº 21-A. (Muito bem! Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Nelson Sabrá.

**O SR. NELSON SABRÁ (PFL – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, em virtude dos reclamos dos nobres pares Constituintes, abdicoo do privilégio de usar a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para que seja logo votado o projeto de resolução. (Muito bem! Palmas).

*Durante o discurso do Sr. Nelson Sabrá – o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Sólton Borges dos Reis.

**O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, corroboro e faço meu o apelo do nobre Constituinte Nelson Carneiro e abro mão do direito de me pronunciar no Pequeno Expediente, a fim de apressar a votação.

**O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O Ministro da Justiça confirma o caos. Outra rebelião. Agora, em Porto Alegre. O mesmo quadro. Presídios lotados. Guarda escassa. Nenhum recurso. A violência adubando a violência. E, em cima disso, a sociedade assustada. Muito além, em pânico. Boquiaberta, ante a crise de autoridade. Angustia, temendo pela segurança própria e dos seus. Afônica com o descalabro. Dis-

posta a aceitar qualquer tipo messiânico acenando com soluções milagrosas.

Repasso uma cadeia de acontecimentos. Novela em série. Tevê. Transmissões radiofônicas contínuas, Manchetes. Ora em Recife, ora no Rio, chegando ao Rio Grande. A fuga é ato heróico. Os reféns, tônica dos tempos de capa e espada. E o contexto capaz de colocar no ridículo quem é incapaz de corresponder ao mínimo exigível pelos governados: segurança. Garantia de vida. E, pela distorção, torce-se pelo lado mau. Porque, na realidade, ficam em evidência as mazelas pseudo-encobertas.

O sistema carcerário brasileiro está falido. O nosso, nem se fala. Um barril de pólvora com pavio curto, permanentemente aceso, geraria o quê? Um caso em cima do outro. Repórteres, cinegrafistas, locutores, tudo e todos mobilizados na cobertura do que é fato. Fato altamente negativo, criando ótica perigosíssima.

Há crianças brincando de fugitivos e policiais.

Escrevi e falei – grifo – ontem, sobre o assunto.

Entre os piás, quem quer ser polícia? Polícia é quem leva a pior. E, no fim das contas, nem notícia de coluna em página par consegue quando prende alguém. Pelo contrário. É levada às barras dos tribunais. O inverso para quem se evade usando um "legítimo direito do prisioneiro".

E agora? Qual o caminho certo? Calar ante a rotina do pior, para não correr o risco de incrementar o já corriqueiro?

O Rio Grande tem figurado nos noticiários nacionais como recordista em sonegação. Unidade Federativa mais endividada da União. Pelas tropelias no sistema financeiro. Marcado nas greves e na forma pela qual, exorbitando, órgãos do Governo se atiram e o excesso substitui o comedimento. Pela sinistrose que se abateu sobre seu povo, em face da paralisação até do Judiciário, ou tiradas impossíveis de crer, porém registradas, de gente ameaçando tiros quando agente da paz.

Ontem, nos corredores do Congresso, diziam que nunca tantos, em tão pouco tempo, conseguiram a tarefa, considerada inglória, de reerguer a figura do sistema militar.

Meia-verdade. Porém, sinal vermelho de alerta. De um lado, a frustração, a fome, a desesperança. Do outro, o desprestígio crescente de quem deveria resolver e não resolve. Inclusive o Legislativo, onde me encontro e do qual, por evidente e honesto, não me excluo.

Aproveitando a situação, os anarquistas profissionais. Fermentando ódio entre irmãos, a democracia cambaleante tem por cena de fundo o povo desorientado. Fugas. Reféns. Impotência. Tudo. Menos esperança. O tempo perdido com o pior é o indispensável para fazer. Daí o mosquito sendo eleito. Tal o "Cacareco", tempos atrás.

Cuidado!

A ditadura, relembrem, está na cabeça das novas gerações, mas foi feita pela minha, a dos maduros, um pouco menos ou mais.

Solução? O voto. A bala. Ou a rebelião. Está nos presídios. Temo ganhe as ruas. Está sendo feita pelos delinquentes. Permita Deus não acabe obra dos honestos, asfixiados pela incompetência.

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a história do Nordeste

vem sendo escrita, em grande medida, pelas duas mais importantes instituições de desenvolvimento regional: o BNB e a Sudene. Foram o BNB e a Sudene que introduziram, no Nordeste, o planejamento moderno como instrumento de promoção do desenvolvimento. O conhecimento que hoje temos do Nordeste foi, em grande parte, produzido sob o patrocínio do BNB e da Sudene – conhecimento de seus recursos, naturais: do solo, hídricos, minerais, das oportunidades de sua industrialização, das técnicas agrícolas adaptadas às condições peculiares do trópico semi-árido, das necessidades da infra-estrutura de transportes e energia, de suas carências e deficiências sociais, de seus valores culturais. A capacidade executiva que a região adquiriu, pela formação de seus recursos humanos para o desenvolvimento, muito deve ao BNB e à Sudene.

As muitas iniciativas de desenvolvimento executadas ou em curso no Nordeste contam sempre, em maior ou menor grau, com a participação do BNB e da Sudene, com o seu apoio aos Estados e Municípios, com seu estímulo e financiamento às ações de responsabilidades das empresas privadas ou das comunidades.

Sr. Presidente, considero que hoje o problema do desenvolvimento do Nordeste não é de natureza técnica. Sabe-se o que se deve fazer para promover seu desenvolvimento, combater a pobreza rural, assegurar o dinamismo econômico necessário para que se reduzam as desigualdades regionais. Considero também, Sr. Presidente, que o problema do desenvolvimento do Nordeste não é de natureza operacional. A região nordestina tem capacidade executiva para conduzir seu desenvolvimento, operacionalmente, com eficiência e eficácia. Essas conquistas do Nordeste, no plano do conhecimento de sua realidade como no plano do saber fazer, muito devem ao BNB e à Sudene. Considero ainda, Sr. Presidente, que o problema do desenvolvimento do Nordeste é hoje, essencialmente, de natureza financeira. Isto é, de recursos, em dimensão compatível com a magnitude dos desafios regionais. Este é, no essencial, o problema político regional a necessidade de atingirmos novo patamar financeiro para os programas e projetos de desenvolvimento do Nordeste.

Nos últimos dois anos, grande esforço de planejamento do desenvolvimento regional vem sendo coordenado pelo Presidente José Sarney. O objetivo dos programas lançados no Nordeste visam à erradicação da pobreza rural da região, mediante a ampliação do emprego, da produção e da produtividade agrícola, dos níveis de renda e da melhoria das condições de vida e bem-estar dos pequenos produtores rurais. No seu segmento fundiário, que é visto como essencialmente prioritário pelo Presidente José Sarney, visa a assegurar o acesso à terra aos produtores rurais beneficiados, mediante ações de desapropriações e redistribuição, bem assim reorganização fundiária em todo o Nordeste, ações que já têm os seus resultados benéficos. No seu segmento hídrico, busca proporcionar, na região semi-árida, o acesso permanente à água para consumo humano e animal e para utilização na produção agrícola, mediante a irrigação.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney foi ontem ao Município de Simão Dias inaugurar o Projeto Padre Cícero, de combate à seca, e aproveitou para anunciar seu

primeiro ato público de 1988: lutar contra a onda de descrédito, orquestrada por pessoas com interesses contrários ao Brasil, cujo único objetivo é ocupar o poder.

O Presidente José Sarney afirmou:

"Este povo sofredor do Brasil, do Nordeste, tem, além da seca aqui, três outros problemas mais graves, que são o agitador e o especulador. O demagogo que vem pregar soluções fáceis para problemas difíceis. O agitador que vem inocular o ódio".

Diante das mais de vinte mil pessoas que estavam na praça principal do Município de Simão Dias, o Presidente José Sarney garantiu aos brasileiros nordestinos que o Projeto Padre Cícero é perfeito em seu lema: Tudo Pelo Social. É um projeto com os pés no chão, e está perfeitamente enquadrado no cenário de poucos recursos do governo federal. O programa vai beneficiar 12 milhões de nordestinos, por meio de abertura de 270 mil cisternas em pequenas propriedades, 25 mil poços tubulares, 10 mil poços no amazonas, 4.000 quilômetros de adutoras e açudes comunitários, além de outras obras – um projeto orçado em um bilhão de dólares, o equivalente a 70 bilhões de cruzados.

Esta é a integrado discurso do Presidente José Sarney:

"É com grande emoção, com redobrada alegria que mais uma vez visito o meu querido Nordeste. Como disse o Ministro João Alves, só no Nordeste poderia acontecer que ele, um filho de canoeiro, Valadares, um filho de plantador de algodão, e Sarney, um filho de uma retirante de Torrentes, em Pernambuco, que foi para o Maranhão, poderiam apresentar-se neste palanque como governador, como ministro e como presidente da República.

O Nordeste é sempre, para mim, uma motivação constante e uma fidelidade que não se pode acabar, porque aqui estão plantadas as minhas raízes mais definitivas, que são aquelas raízes as quais quando se abre os olhos vê-se a terra e o sol onde nasceu e onde está vinculado o seu destino.

Aqui estou, nesta terra de Sergipe, um grande Estado pequeno território, terra que tem dado grandes homens ao nosso País, grandes inteligências, homens definitivos na história do nosso pensamento, como Tobias Barreto, como Sílvio Romero, como Gilberto Amado, e como tantos outros. Sergipe, que pode ser apresentado ao Brasil como modelo de um povo que luta com dificuldades, mas que tem a coragem de trabalhar e vencer estas dificuldades, construindo um grande futuro.

Aqui estou para lançar o Projeto Padre Cícero. Quando o Ministro João Alves me trouxe o arcabouço de um projeto que nós desejávamos como mais um instrumento à disposição do Nordeste, para lutar em favor dos pequenos, ele me deu o nome de Vida Nova. E eu lhe disse: "Não, ministro, nós vamos colocar o nome de Padre Cícero". "Por que Padre Cícero num projeto de administração?". Eu disse: "Porque Padre Cícero era um homem que no Nordeste, nos seus con-

selhos e nas suas profecias, aconselhava aquilo que era possível fazer e não aquilo que não era possível fazer. Ele aconselhava as coisas pequenas e as coisas simples. Por isso, se o projeto é destinado aos pequenos, tem que ter o nome do Padre Cícero, que via os pequenos".

Portanto, esse projeto visa atender cerca de 12 milhões de nordestinos. E como não quero que a minha memória seja traída pelos números, eu vou dizer o que ele representa: 270 mil cisternas individuais em pequenas propriedades de até 50 hectares, porque nós sabemos que no Nordeste 75% da produção é oriunda de propriedades de até 50 hectares; nós vamos fazer 25 mil poços, sendo 15 mil tubulares e 10 mil poços amazonas – onde não tiver água nós vamos buscar água de onde ela puder vir e faremos 4 mil quilômetros de adutoras. Vamos fazer açudes comunitários com capacidade entre 50 mil e 150 mil metros cúbicos. Vamos fazer 5 mil unidades de casas de microempresas, entre elas casas de farinha. Vamos fazer plantel para as pequenas propriedades e animais de pequeno porte. Vamos reflorestar 125 mil hectares com algaroba. Vamos fazer lavanderias comunitárias, cerca de 5 mil unidades. Vamos gastar um bilhão de dólares, vamos beneficiar cerca de 2 milhões de famílias e uma população de 11.860.000 nordestinos. Vamos beneficiar cerca de 30 mil pequenas comunidades, isto é, povoados, e beneficiar 250 mil propriedades.

O que nós desejamos com esse projeto é fazer uma coisa simples, é fazer com que o homem do Nordeste tenha condições de sobreviver à seca, tenha condições de ser atendido nas coisas mais elementares de que ele precisa para que possa resistir à estiagem. Não é um projeto que tenha uma visão grandiosa para não ser feito, mas é um projeto com os pés no chão, para realizar aquilo que pode ser feito. Eu agora olhei no caminho do Cumbre. Várias propriedades à margem da estrada já com as cisternas construídas. Já olhamos o primeiro conjunto didático: do poço tubular, da cisterna, da casa de farinha, dos animais de pequeno porte. E assim não vamos ver dentro de alguns anos nenhuma pequena propriedade do Nordeste sem ter a sua própria condição de acumulação de água. Esses projetos sociais, que estou lançando no Governo, são projetos que atingem grandes áreas da população, mas atingem a população mais pobre. Por isso não têm a visibilidade das manchetes diárias. Mas eles vão penetrando, vão ajudando, vão melhorando a vida daqueles que mais precisam. Daí a minha luta de "tudo pelo social". O projeto da distribuição das cestas alimentares, o projeto de distribuição de leite, o projeto de creches, o projeto da melhoria assistencial, o projeto de assistência à gestante, os projetos desenvolvidos pela Pronav, os projetos desenvolvidos como o do Bom Menino, agora aqui no Nordeste, o Projeto São Vicente, o PAP, que é o Projeto Nordestão e, agora, o Projeto Padre Cícero. Nenhum presidente que vier depois de mim terá a coragem de parar um projeto desses.

Pela primeira vez no Brasil se olha pelo social, se olha para aqueles que não têm defensores, aqueles que não têm **lobby** junto ao Governo, aqueles que são esquecidos nas decisões, mas que são alvo dos projetos sociais que estão sendo desenvolvidos e que vão continuar tempo a tempo, e eu tenho certeza de que eles vão atingir no futuro o seu objetivo de resgatar a dívida social, e terei a felicidade de lembrar que eles foram começados no governo de um presidente nordestino, José Sarney.

Nordeste: é preciso ainda que o Brasil tenha uma consciência de que o problema fundamental deste País ainda continua sendo o problema nordestino. O Brasil ainda não tem uma consciência mais profunda desse problema. Eu posso dizer isso e tive o testemunho, há pouco tempo, como não há consciência dos problemas do Nordeste e do que é o Nordeste. A burocracia, este monstro que o Brasil tem, funciona independentemente da vontade dos governantes. Ela tem uma mobilidade própria. Ela tem os seus próprios tentáculos.

Ontem me levaram um projeto para que eu tivesse que reduzir despesas. Pois bem, dentro desse projeto, o que era metade dele? Fechar a Companhia de Tubulação do Nordeste, fechar a Companhia de Colonização do Nordeste, fechar a Companhia de Artesanato do Nordeste, que ajuda os pequenos artesãos, o que não custa nada para o Brasil. Fechar o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que é um órgão que há 78 anos cuida da açudagem da seca na região toda do Nordeste. Acabar com os incentivos do Dnocs. Acabar com os incentivos da Sudene e da Sudam. Tirar os incentivos do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. E se não houvesse um presidente do Nordeste na presidência da República, isto teria sido feito.

Portanto, é preciso que no Brasil, e eu como presidente da República proclamo isso, tenhamos uma consciência mais profunda do que é este sofrido Nordeste, este grande Nordeste. Este grande povo que tem dado ao Brasil mão-de-obra, inteligência, riqueza, e que tem o problema periódico das secas, que como já foi dito aqui, e eu tenho repetido sempre isso algumas vezes, não é um fenômeno climático; a seca é um fenômeno sociológico, porque no Saara não chove porque não tem gente, e ela não significa nada. Aqui é porque tem o homem, e como nós temos que conviver com a seca, devemos dar ao nosso homem condições dele ficar fixado ao nosso solo sem ter de abandoná-lo para ir sofrer nas grandes cidades, que hoje sofrem de uma inchação que é um dos piores problemas que o Brasil tem. Sofrem as grandes cidades, sofrem os homens que daqui saem. Por isso o nosso desejo de estabelecer programas simples que possam fixar o homem do Nordeste ao seu próprio solo.

Escolhi Simão Dias, em Sergipe, porque era a terra do Ministro João Alves, esse ministro que fez um grande governo, que tem os pés no chão, que conhece os problemas do Nordeste e também conhece os problemas

do Brasil. E em seguida escolhi Simão Dias porque é terra do nosso governador Valadares, e, ao mesmo tempo, é uma cidade representativa desse alto sertão, daquilo que é a região semi-árida, e daquilo que é o trabalho do nosso povo para transformá-la, a cada dia, numa fonte de vida. E, portanto, nós estamos aqui em Simão Dias lançando para o Brasil este grande projeto que vai continuar a ir por muito e muito tempo.

Mas não é também, por parte do presidente, senão a manifestação daquilo que ele tem procurado fazer. Eu tenho procurado valorizar o interior do Brasil, muitas vezes esquecido. Eu tenho ido a cidades e regiões onde nenhum outro presidente da República pensou ir. Se falarmos no Paraná, eu fui adiante de Londrina, um pequeno vilarejo, para lá inaugurar uma linha de energia rural. Se falarmos em São Paulo, eu fui a Lençóis, com Orígenes Lessa, lá na inauguração da sua biblioteca. Eu fui a Morungaba, uma pequena cidade, para lá inaugurarmos, com o Ministro Antônio Carlos, uma grande estação de rastreamento de satélites que duplicou a capacidade do Brasil em matéria de DDD, e, ao mesmo tempo, de lá nós falamos com São Gabriel da Cachoeira, lá no Alto Amazonas, nas nossas fronteiras, pequena cidade perdida na selva, onde eu estive, onde também fui visitar o povo da Amazônia. Estive em Vila Bitencourt, dormindo às margens da nossa fronteira com a Colômbia. Estive em Oiapoque, em Clevelândia, estive em Juazeiro, em Petrolina, estive em Sobradinho, estive em Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, na Chapada do Apodi. Estive na Paraíba, no Brejo das Freiras e no Açude do Arroz.

Enfim, eu não vou relatar, mas tenho procurado, como também fiz em Goiás, no interior de Goiás, valorizar o interior, visitando os homens do interior, também para que eles possam dividir com o presidente da República as suas responsabilidades em relação ao nosso País.

Este povo sofrido do Brasil, do Nordeste, que tem, além da seca aqui no Nordeste, três outros problemas mais graves do que a seca, que são o demagogo, o agitador e o especulador. O demagogo, que vem pregar soluções fáceis para problemas difíceis, vem dizer que tudo é possível do dia para a noite ser resolvido. O agitador, que vem inocular o ódio, a revolta em cada um de vocês com o coração já sofrido, para que vocês passem a vida amargurados, porque não há nada pior para o homem do que o ressentimento. E o especulador, aquele que, vendo as dificuldades do Brasil, econômicas, procura explorar todo o mundo e explorar os mais pobres.

Pois bem, nós temos enfrentado tudo isso, temos enfrentado e lutado, vamos continuar enfrentando e o Brasil vai vencer. Este é um país em que ninguém pode temer o futuro. Portanto, eu posso, aqui em Simão Dias, depois de louvar e agradecer ao nosso governador Valadares o trabalho que ele vem fazendo, dizer que eu continuarei a ajudá-lo. Vamos fazer o porto que nós começamos.

Vamos continuar para que ele possa resolver os problemas de saúde. Se no ano passado ele recebeu um bilhão e trezentos, esse ano ele vai receber o dobro para empregar na saúde do povo de Sergipe. Vamos iniciar e desenvolver o Programa Padre Cícero aqui das comunidades rurais. Mas, intercalando esses agradecimentos ao nosso governador, eu quero dizer aqui, no princípio deste ano, que nós, brasileiros, vamos começar este ano de 88 olhando o Brasil com fé, com esperança e com certeza, porque este é um país que não tem medo do futuro. Este é um país que tem um grande futuro. Este é um país que não pode ficar na mão nem dos demagogos, nem dos agitadores, nem dos especuladores. Este é um país que resiste, tem resistido a tudo, que vai continuar a sua grande caminhada para ser um dos grandes países do mundo. Ele não vai se truncar nos caminhos tortuosos da História. Ele vai realmente ocupar o seu lugar. Quem não for otimista não ouça os meus programas no rádio, nem às minhas palavras na televisão, nem as minhas falas nas praças públicas, porque eu sou um brasileiro que acredita no Brasil.

A crise econômica, que não é nossa, é do mundo inteiro, no ano passado abalou até as bolsas de valores, que eram inexpugnáveis montanhas de resistência, de Nova Iorque, de Tóquio, de Londres, de Paris, que varreu o mundo inteiro. Pois ela aqui no Brasil não foi capaz de fazer com que entrássemos na recessão. Continuamos crescendo. O Brasil cresceu no ano passado. Continuamos a aumentar o número de empregos e lutar contra uma orquestrada onda que cria uma mensagem pessimista no Brasil, que é uma maneira política de criar ao povo uma descrença no País, para poder tentar ocupar exclusivamente o poder por interesse, que não são os interesses do povo brasileiro.

Pois bem, nós terminamos o ano, que não foi um ano bom, com a maior safra agrícola da História do Brasil: 65 milhões de toneladas. E este ano nós vamos produzir mais a despeito desses pessimistas, a despeito dessas vozes que querem que o Brasil pare para que eles caminhem, eles avancem, porque querem avançar sobre o terreno das nossas dificuldades, das nossas desesperanças, dos nossos sacrifícios. Portanto, esta é a mensagem que eu podia deixar nesta noite ao povo de Simão Dias, ao povo brasileiro, ao povo nordestino. É a mensagem de confiança. Não é o presidente que faz o país. Quem faz o país é o seu povo. Portanto, não é o presidente que faz o Brasil, quem faz o Brasil é o povo brasileiro.

E, para terminar, eu peço a Santana, padroeira da terra, que, como ela ensinou Nossa Senhora, ela ensine o povo brasileiro a vencer o pessimismo e implantar a certeza e a esperança no seu coração.

"Muito obrigado."

Mas é evidente que o Projeto Padre Cícero não se esgota no programa de apoio ao pequeno produtor rural a que o Presidente José Sarney dá partida neste início de ano, em todos os Estados

da região. Deverá avançar para a consolidação da industrialização do Nordeste, com os complexos industriais integrados, com a siderúrgica, com a agroindústria, com atividades de transformação industrial trabalho-intensivos, com o apoio à pequena e média empresa, às atividades agropecuárias em bases empresariais, com a implantação da indústria Toyota e a Refinaria de Petróleo, em Pernambuco. Deverá complementar-se com programas de saúde, educação, nutrição, saneamento básico, habitação, transporte coletivo, com a complementação da infra-estrutura regional de energia, em Itaparica, Xingó, transportes e comunicações, com o apoio ao setor informal da economia do Nordeste, com a promoção do turismo no Nordeste.

É nesse sentido que o Presidente José Sarney volta seu planejamento de governo para a transformação e a mudança do Nordeste, para a integração nacional, para a redução das desigualdades regionais. O projeto do Presidente José Sarney realmente não será possível sem a Sudene, sem o BNB, sem o muito que se acumulou, nessas últimas décadas, de conhecimento e experiência do Nordeste. Para executar o fortalecimento do Nordeste em suas várias dimensões, é necessário vontade política. É preciso termos uma Sudene forte, capaz de conduzir e Coordenar o desenvolvimento regional, um BNB capacitado financeiramente a exercer seu papel de banco de fomento do desenvolvimento regional. Realmente, tem toda a razão o Presidente José Sarney: vamos iniciar o ano de 1988 olhando o Brasil com fé, esperança, num esforço sem precedentes pela recuperação econômica e pela retomada do crescimento, após cinco anos de recessão, em meio a condições externas ainda adversas, envolvendo elevadas taxas de juros, protecionismo implacável e uma relação de trocas perversas, no que concerne aos produtos básicos, sem medo do futuro. Os pessimistas, os que esperam o pior, que não escutam as palavras do Presidente José Sarney aos que produzem força inspiracional, pois, apesar de tudo, insisto, os brasileiros têm a convicção de que superamos rapidamente esta crise e de que em breve o Brasil aparecerá outra vez com a sua verdadeira dimensão – a de um país continental, com 150 milhões de habitantes, recursos incomensuráveis e um futuro brilhante, ora apenas nublado pelas cifras do opróbrio. (Muito bem. Palmas).

**O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, as regiões do Vale do Rio do Peixe e do oeste catarinense foram brindadas com a instalação de Varas da Justiça Federal nas cidades de Joaçaba e Chapecó, em solenidade presidida pelo Ministro Evandro Gueiros Leite, atual Presidente do egrégio Tribunal Federal de Recursos.

Ao todo, Santa Catarina conta com sete Varas da Justiça Federal, sendo quatro na Capital, uma em Joinville, uma em Joaçaba e uma em Chapecó, contando ainda com a possibilidade de instalação de outras em Criciúma e Blumenau.

Desta forma, o Estado de Santa Catarina se habilita à imediata criação do Tribunal Regional Federal, de que trata o disposto no art. 131 do Projeto de Constituição relatado pelo Constituinte Bernardo Cabral e aprovado pela Comissão de Sistematização.

Com a nova estrutura, a Justiça Federal prepara-se para melhor atender às partes, e a implantação dos Tribunais Regionais Federais assegurará, por outro lado, mais agilidade e maior rapidez na proteção jurisprudencial.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o pioneirismo de Campina Grande é conhecido e respeitado aquém e além fronteiras. Em todos os setores – é bom frisar – a criatividade e o arrojo campinenses se destacam como características marcantes de sua gente. Não é sem razão que se fala numa civilização eminentemente campinense, destacada e autônoma.

Tudo de construtivo nasce e se desenvolve, sob esse clima de entusiasmo incomparável, como se Campina Grande e os campinenses fossem os primeiros grandes colaboradores de Deus na obra da Criação. E é bom ressaltar: se não o são, assim se sentem e se comportam. Daí os prodígios de que são capazes: desde cedo, tornou-se Campina Grande a capital dos tropeiros; foi, em seguida, o maior centro exportador de algodão, detém a condição de maior cidade do interior do Nordeste, pelo seu comércio, sua Universidade e sua produção de serviços. Hoje sedia o Centro Nacional do Algodão, a Federação das Indústrias, a Bolsa de Mercadorias do Nordeste, e é o maior pólo de influência interestadual, em termos de intercâmbio municipal. Por tudo isso, é capital regional.

Teria que ser em Campina Grande, sede de tantos cometimentos audaciosos, que Rosiélcio Gomes Porto haveria de dar asas à sua imaginação criadora e por à prova sua extraordinária capacidade de trabalho. Chegou com humildade e logo se tornou grande.

Fundou a Cotecil – Couro Técnico Indústria Ltda. – em 15 de abril de 1968, fabricando equipamentos de proteção individual, principalmente luvas de couro e PVC, e chegou a tal perfeição que recebeu o quinto troféu de qualidade internacional de 1985, em Frankfurt, na Alemanha. É um autêntico perfeccionista, tudo acompanhando de perto, em sua indústria, a ponto de curtir o couro utilizado como matéria prima dos seus produtos.

Há bem pouco tempo, fundou, em Puxinanã, cidade próxima a Campina Grande, a empresa Equipa-Equipamentos de Segurança da Paraíba, destinadas ao fabrico de luvas para exportação.

Não é sem motivo que o industrial Rosiélcio Gomes Porto é hoje nome nacional, em termos de fabricação de equipamentos de segurança, e vem merecendo, por conta da qualidade dos produtos fabricados pela Cotecil e pela Equipa, a acolhida e a admiração do comércio e da indústria internacionais de material de segurança e proteção ao trabalho. No mês de dezembro último, foi contemplado com o título de "Empresário do Mês", sendo que, pelo seu esforço em criar a Delegacia Regional do Norte e Nordeste, da Associação Nacional da Indústria de Material de Segurança e Proteção do Trabalho, foi escolhido seu primeiro delegado regional.

Para que conste dos Anais da Constituinte e consubstancie nossas homenagens ao mérito de quem soube dar função social aos talentos que

Deus lhe deu, passo a ler, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, matéria publicada no órgão Informativo da Animaseg, o EPI, do mês de dezembro último, sob o título "Empresário do Mês, onde estão ressaltadas as qualidades empresariais do nosso ilustre conterrâneo Rosiélcio Gomes Porto:

## EMPRESÁRIO DO MÊS

**Rosiélcio Gomes Porto**

Natural de Campina Grande, maior cidade do interior nordestino, 47 anos, o químico industrial, Rosiélcio Gomes Porto é hoje um expoente como pioneiro na área de segurança do Nordeste, e no Brasil.

Lançando mão, principalmente, da criatividade, fez com que alguns produtos de criação exclusiva fossem, inclusive, premiados no exterior.

Fundador da empresa Cotecil – Couro Técnico Indústria Ltda., em 15-4-68, dedicou-se tenazmente à fabricação de EPI's, principalmente na área de luvas de couro e PVC. Buscando sempre a perfeição, foi agraciado com o 5º Troféu de qualidade Internacional de 1985 em Frankfurt – Alemanha.

Provando que a sua tenacidade na busca de melhores produtos estava certa, fundou, ainda, a empresa Equipa – Equipamentos de Segurança da Paraíba, com sede na cidade de Puxinanã na Paraíba, com moderna unidade fabril destinada a fabricar luvas para exportação. Na área comercial a Equipa, com lojas em Campina Grande, João Pessoa e Recife, comercializa toda a linha de EPI's.

A Cotecil também atua na região com curtime e agropecuária.

Além de suas atividades empresariais, Rosiélcio é conselheiro do Campinense Futebol Clube, diretor do centro de custos da Fundação Hospitalar Maçônica da Paraíba, membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Estado da Paraíba, membro do Rotary Club Oeste, membro da Loja Maçônica regeneração campinense. Rosiélcio é portador da medalha de Honra ao Mérito Municipal, honraria concedida pela unanimidade da Câmara de Vereadores de Campina Grande.

Diploma de Honra ao Mérito pelos relevantes serviços prestados pelo industrial a Campina Grande e Paraíba.

Foi agraciado recentemente com o título de Cidadão Puxinanaense, como reconhecimento pelo progresso que a cidade está ganhando com a instalação da empresa Equipa naquela comunidade.

É sócio fundador da Animaseg, tendo na Fundação, em Belo Horizonte, lido a ata de criação da entidade, e atualmente participa ativamente pelo crescimento da Animaseg e pela criação da Delegacia Regional Norte e Nordeste."

**O SR. JÚLIO COSTAMILAN (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entre os numerosos Constituintes que se têm manifestado e atuado em favor dos trabalhadores e das classes menos favorecidas de nosso País, temos convicção de estarmos



incluídos, principalmente pelas posições adotadas ao longo dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, onde nossas palavras e nossos votos têm confirmado a coerência com que nos devotamos a esta causa.

Por isso mesmo é que, a esta altura dos debates e das questões suscitadas por grupos formados com diversos objetivos – com anúncio, inclusive, de alterações sensíveis nas conquistas até agora assinaladas, no capítulo referente à ordem social – desejamos deixar expressa a nossa inconformidade com as iniciativas que pretendam, inclusive, suprimir do texto constitucional em elaboração questões como a estabilidade, segurança no emprego e jornada de trabalho, dentre outras.

Da mesma forma, posicionamo-nos contra as propostas que visem impedir que os trabalhadores passem a ter direito ao valor integral do salário de contribuição, quando da respectiva aposentadoria, após trinta anos de trabalho, para o homem, e 25 para a mulher. Não é possível concordar com outra forma de fixação do valor da aposentadoria, quando todos sabem que os funcionários públicos, civis e militares há muito tempo têm direito à aposentadoria integral. Em nosso entendimento, além dos aposentados por tempo de serviço, também devem fazer jus ao mesmo tratamento os trabalhadores aposentados por invalidez, principalmente porque não mais poderão exercer qualquer atividade, dada sua incapacidade física ou mental.

Defendemos – e o Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização assim estabelece – que os professores façam jus à aposentadoria ao completarem 30 (trinta) anos de atividade no magistério, e as professoras, aos 25 (vinte e cinco) anos. Este direito a Constituição atual consagra em virtude de emenda constitucional, de cuja votação, em Legislatura passada, tivemos oportunidade de participar, reconhecendo o desgaste que o exercício do magistério acarreta. É preciso que se reconheça, por outro lado, que o desgaste sofrido pelos trabalhadores, nos diferentes setores de atividade, será sempre superior àquele a que está sujeito o integrante do magistério. Se sustentamos o direito de aposentadoria aos 30 e 25 anos de trabalho, respectivamente, para o professor e para a professora, com igual convicção pretendemos o reconhecimento deste direito aos trabalhadores em geral.

Procedimento contrário a este será discriminar de forma injusta – inaceitável, portanto – aqueles que, na condição de trabalhadores, estão legitimamente credenciados a ver reconhecidos direitos tais como a aposentadoria pelo valor integral do salário de contribuição, ao completarem o tempo de serviço correspondente.

Defenderemos esta posição em todos os momentos que esta Assembléia Constituinte nos permitir, certos de que estaremos resgatando um compromisso, dos mais justos e coerentes, em relação à classe trabalhadora.

**O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PL. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao reiniciarmos os trabalhos da Constituinte quero externar minha preocupação com a situação grave que os produtores rurais do Estado do Piauí estão enfrentando com a falta de chuvas e, principalmente, o crédito rural praticado a juros extorsivos.

A ameaça de estiagem é sentida em quase todo o Estado. A ação governamental, federal ou estadual de apoio ao produtor rural no combate à seca foi ineficiente no ano de 1987, teme-se que o problema venha a agravar-se agora pela ausência de qualquer medida neste sentido.

A Sudene, o Ministério do Interior e o Ministério da Agricultura não têm atuado adequadamente, inclusive estão-se omitindo quando são chamados a participar.

Há um descrédito da população com relação ao Poder Público Federal, quando se trata de ajudar o agricultor.

Por outro aspecto, a questão do crédito rural assusta muito mais o agricultor e o criador. A adoção da cobrança da correção monetária com base na OTN tem levado ao meio rural uma situação de desespero, não havendo condições para se produzir ou criar, tomando financiamento de 250% a 350% ao ano, para custeio ou investimento quando se sabe que as nossas terras e recursos naturais não permitem produtividades iguais ou aproximadas com as regiões Centro-Oeste e Sul.

A ajuda do Governo Federal com subsídios à agricultura de regiões pobres como a nossa, é uma questão de justiça social. A continuar o quadro vigente, é de se esperar um abandono da atividade agrícola no Nordeste.

Entretanto, a mobilização dos Deputados e Senadores torna-se decisiva na cobrança de uma decisão concreta do Ministério da Fazenda para diminuir e retirar a atual correção monetária.

**O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, preocupa-me o excessivo detalhismo que cerca alguns pontos polêmicos em discussão nesta Assembléia Nacional Constituinte. Ou, então, a ambigüidade total, estabelecendo-se, desta forma, o desequilíbrio no trato de questões que, espero, balizem a vida do País nos próximos 50 ou 100 anos. Um exemplo concreto: o conceito de empresa nacional. O que consta no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização é excessivo, chegando ao ponto de transmitir a falsa idéia de que o Brasil não precisa do concurso de empresas transnacionais para o desenvolvimento dos seus negócios internos. Também não podemos tratar de matéria tão relevante, abordando o tema de maneira excessivamente genérica; dizendo que empresa nacional é aquela constituída sob o império das leis brasileiras.

Como integrante do Grupo do Entendimento, fui incumbido por meus colegas de coletar todo o material disponível para um exame mais profundo do que deva ser uma empresa genuinamente nacional. Primeiro, socorri-me de emendas não aproveitadas e apresentadas ao longo dos trabalhos constituintes, iniciados em fevereiro do ano passado. As propostas, via de regra, exigem demais ou, simplesmente, reportam-se à matéria como se ela não tivesse maior importância.

Sobre este assunto procurei informações em países que exercitam um capitalismo moderno, buscando alguns exemplos que nos possam inspirar na criação de um conceito de empresa nacional brasileira.

Na Alemanha, quem obedecer à legislação tributária e trabalhista do País instala sua empresa

sem nenhum problema. Quer dizer, não existe conceito definido do que seja uma empresa eminentemente nacional e a similar estrangeira. No entanto, em 1966, o governo alemão viu-se obrigado a injetar 300 milhões de dólares na Krupp, evitando que grupos multinacionais assumissem o controle acionário daquele famoso conglomerado industrial, que, até certo tempo atrás, confundia-se com a própria Alemanha. Duvido que hoje os alemães ocidentais procedessem da mesma forma, tanto que empresas como a Deimler Benz e AEG têm grande participação de capital árabe.

O Japão, pelo tanto que consegui informar-me, não possui conceito definido sobre empresa nacional. Os japoneses preferem estabelecer bases para que a empresa estrangeira possa instalar-se em seu território, oferecendo limitações em alguns campos, como transportes e comunicações. Esta versão polida que recebi de um funcionário da Embaixada do Japão em Brasília. Todos sabemos, entretanto, que os japoneses são inflexíveis na defesa do seu mercado interno e das suas empresas nacionais.

Como estamos longe da possibilidade de fixar normas rígidas sobre o ingresso de empresas estrangeiras no Brasil – não possuindo o poder de fogo de um Japão ou de uma Alemanha – precisamos andar neste terreno movediço e perigoso, com muita cautela, até que, atingindo uma situação de prosperidade social, sendo donos do nosso nariz, possamos nós, brasileiros, impor as regras do jogo, como, sorrateiramente, vestindo a fantasia do liberalismo e do livre mercado, operam os sete países que dominam a economia do mundo ocidental.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o recesso natalino e de final de ano de 1987 foi útil à Assembléia Nacional Constituinte, pois permitiu a todos os Srs. e Sras. Constituintes que, visitando as bases em seus respectivos Estados, avaliassem a real opinião do povo sobre os trabalhos de elaboração da Carta Magna e a situação econômica do País.

De minha parte, Sr. Presidente, posso afirmar, com absoluta fidelidade ao que vi, ouvi, discuti, que a Assembléia Nacional Constituinte está sob severa observação popular, isto para não dizer que já descamba para o descrédito. Em todas as explicações que procurei oferecer sobre o processo regimental dos trabalhos desta Casa soberana, sempre havia o argumento irrecusável da urgência de se ter já uma Constituição.

Não há, pois, mais argumentos a oferecer à opinião pública. Ela quer Constituição já, e cabe a nós Constituintes, como verdadeiros delegados da confiança nacional, cumprir tal desejo imperativo, ardente na vontade do povo.

Quanto à situação econômica do País, há um clima, diria eu, de pré-desespero, isto para não arriscar expressão mais drástica. Uns acham que a crise econômica só pode ser delibada com uma nova ordem econômica ditada pela Carta Magna, tão esperada. Outros entendem que a responsabilidade é do Governo Federal, que não encontra um caminho certo para combater o déficit público, pagar a dívida externa e conter, enfim, os altos índices de inflação. Acima disso tudo está a deterioração da base salarial dos trabalha-

dores frente ao absoluto descontrolo dos preços, fato que leva de roldão também os produtores, principalmente aqueles que vivem da economia do campo.

Não sou, Sr. Presidente, daqueles que atribuem ao Governo do Presidente Sarney a culpa pela deterioração da economia brasileira. O que aí está é fruto de imensos erros na condução da política econômica cometidos por sucessivos governos, de 1974 a esta parte, e que este, do Presidente Sarney, está colhendo pela pressão do tempo. Acrescido pelo fato de S. Ex.<sup>a</sup> não ter o necessário respaldo das forças políticas que formaram a Nova República.

Na verdade, vive-se neste início de 1988 um ambiente de nervosa expectativa, que pode levar a Assembléia Nacional Constituinte a um vergonhoso descrédito.

Há tempo para se evitar o caos.

**A SRA. IRMA PASSONI (PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, registro meu total apoio aos trabalhadores contra mais um crime do latifúndio.

"Três pistoleiros mataram, no dia 23 de outubro de 1987, João "Ventinha", 25 anos, e no dia 24-10-87 assassinaram Sebastião Pereira de Souza, 51 anos, e seu filho caçula, Clésio, 3 anos, numa estrada vicinal, na altura do Km 170, da PA-150, perto de Goianésia, Município de Rondon do Pará.

Os mandantes desses crimes são três irmãos: Hermínio, dono de uma serraria no Km 42 da PA-150; Joaquim José, dono de uma loja de armas em Imperatriz, Maranhão, e João Manuel.

Mais de 100 posseiros faziam suas roças, 30 quilômetros dentro da mata, à margem direita da PA-150, perto de Goianésia, Km 162; os três irmãos - Hermínio, Joaquim e João Manuel - dizem ter comprado essas quatro glebas de Chico Cacau (famoso pistoleiro - grileiro da PA-150, morto em 1983, num acerto de contas entre pistoleiros).

No dia 23 de outubro, às 15h, três pistoleiros, hospedados na serraria do Sr. Hermínio (Km 142 da PA-150), vão até a casa do Sebastião Pereira de Souza, acusado pelos mandantes de liderar uma "invasão" nas "suas" terras. Os três pistoleiros; chegando a casa, não encontraram o Sebastião, mas matam a tiro de calibre 12, na boca, João "Ventinha", conhecido na região como caçador de passarinhos, que estava de passagem na área. Eles atiraram também em alguns trabalhadores, mas ninguém ficou ferido.

A família de Sebastião (nove pessoas) foge para Goianésia. Ela passa a noite na casa do Sr. Rui Baiano, morador no arrastão do Km 170 da Pa-150, antes de chegar ao destino.

No dia 24 de outubro, às 6h, Joaquim José leva os três pistoleiros no arrastão do Km 170, armado cada um de duas armas - uma espingarda calibre 12 e um revólver, no trajeto eles encontram Antônio, Raimundo e Francisco, filhos de Sebastião. Atiram neles, mas erram os tiros e eles conseguem fugir. Quando os pistoleiros avistam Sebastião, que carregava seu filho caçula no colo, atiram também. Sebastião tenta escapar, mas o seu

filho é alvejado nas costas com um tiro de espingarda, calibre 12, perfurando-o com doze buracos de chumbo grosso.

Não se contentando, os pistoleiros saem ao encalço de Sebastião, que é logo alcançado pelos algozes e é morto com um tiro, à queima-roupa, na cabeça; os estilhaços do tiro esvaziam a cavidade craniana, ficando seu rosto irreconhecível. Sua esposa, Maria de Jesus Santos, um filho de 9 anos e duas mulheres conseguem escapar.

Os familiares de Sebastião chegam a Goianésia e comunicam a chacina à população.

Às 18h uma caçamba da Prefeitura vai buscar os corpos. Não encontrando o médico de Goianésia, o sargento Mendes, o soldado Leal e três sindicalistas se dirigem para Nova Jacundá, ao hospital da SESPA, a fim de que seja feita a autópsia nos corpos. O Dr. João realizou a análise médica. O prefeito ofereceu dois caixões para o sepultamento.

A comunidade de Nova Jacundá prepara os corpos e assume o velório, às 15h do dia 25 de outubro realiza-se o enterro, depois de uma missa de corpo presente.

Soube-se que depois da carnificina o Sr. Lesinho Baiano transportou os três pistoleiros de volta para a serraria do Sr. Hermínio, onde haveria um depósito de armas escondido.

O comandante da Polícia Militar de Tucuruí deu ordens de ir buscar o corpo de João "Ventinha", que estava na mata, perto da casa de Sebastião.

Pela Reforma Agrária já!

Fim da impunidade dos mandantes e pistoleiros!

Contra a violência no campo!

Que a justiça seja feita!

Marabá, PA - 28-10-87

Fetagri-PA - Federação dos Agricultores na Agricultura

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá

Delegacia do STR de Goianésia

Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de nova Jacundá

CUT - Central Única dos Trabalhadores - Sul do Pará

CPT - Comissão Pastoral da Terra - Marabá

SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - Marabá

Paróquia São João Batista de Nova Jacundá

Serviço Paz e Justiça Brasil Norte - Marabá.

**ANEXO AO DISCURSO DA CONSTITUINTE IRMA PASSONI**

**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE GOIANÉSIA DO PARÁ**

AMUGP

Exm<sup>o</sup> Sr.

Jáder Barbalho

Ministro do MIRAD

Brasília - DF

Goianésia, 2 de janeiro de 1988

Prezado Senhor,

Nós, abaixo-assinados, diretores da Associação dos Moradores Unidos de Goianésia do Pará, nos

dirigimos à V. Ex.<sup>a</sup> para denunciar graves conflitos de terras ocorridos em nossa região e exigir imediatas providências, pois muitas vidas correm perigo. São os seguintes os conflitos que ora relacionamos:

**1. COLÔNIA ACAPÚ:** área ocupada desde 1985 por 92 famílias, mas que são ameaçadas pelo Sr. Elvanir Borges que se diz vigilante dessa área.

**2. GLEBA ARARANDEUA:** área ocupada por 120 famílias, ameaçadas pelo Sr. Joaquim José Blanco, que reside em Imperatriz, mandante da chacina ocorrida nos dias 23 e 24 de outubro de 1987 quando foram barbaramente assassinados dois adultos e uma criança de 3 anos de idade. Todos os posseiros dessa área têm benfeitorias mansas e pacíficas.

**3. FAZENDA BARONEZA:** área ocupada por 86 famílias desde 1984, tendo como grileiro o Sr. Onésimo Guerra, sendo seu gerente um tal de "Manezinho da Baroneza", ou seja Manoel Mendes, que continuamente as ameaçam e subornam a Polícia local, nos despejos ilegais.

Nessa área já foi feita vistoria pelo Dr. Ronaldo Barata, do GETAT de Marabá, que ordenou aos posseiros ficar na área. Mas os pistoleiros e a Polícia vivem continuamente ameaçando-os. Vários foram presos, expulsos de forma ilegal e até mortos. Os posseiros são expostos a ameaças de todos os tipos e todos os dias.

Aqui em Goianésia, são 298 famílias que já sofreram espancamentos e ameaças e muitas prisões.

Como membros da diretoria da Associação, bem como da Delegacia Sindical, somos continuamente ameaçados, por estarmos em defesa dos direitos dos nossos companheiros.

Queremos ainda dizer-lhe que, no dia 4 de dezembro de 1984, foi entregue, em Marabá, ao Sr. Simão Jatene, Secretário do MIRAD, um documento, com todos os dados de nossa região, e até hoje não tivemos nenhuma resposta.

Exigimos, mais uma vez, imediatas providências, para que não corramos mais o risco de vida e que os lavradores possam trabalhar em paz em suas terras.

**O SR. CÉSAR MAIA (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil enfrenta hoje, simultaneamente, quatro crises.

A primeira é a crise institucional, característica de um período de democratização sem descontinuidade, onde convivem o passado e o presente, num exercício esquizofrênico do poder.

A segunda é a crise política, relativa às visões divergentes das forças políticas quanto ao encaminhamento da transição, e que transborda nas discussões acerca do tempo de duração do mandato presidencial e da forma de governo.

A terceira é a crise econômica. Vamos chamá-la de crise econômica extraordinária. As crises institucionais e política sugeriam que um governo de transição, de lastro tão heterogêneo, apenas fizesse deslizar as condições econômicas, aplicando medidas corretivas ou reorientadoras tão-somente na margem. A insistência do Governo em se entender permanente terminou por produzir uma ação econômica de maior envergadura, que na realidade tinha por fim a busca da legitimação pelos resultados. Tal voluntarismo economicista

culminou com uma crise dentro da crise, produto da desorganização econômica gerada pelo Plano Cruzado.

A resultante foi a armação de uma "cama de gato" sem saída, já que o caráter extraordinário da crise econômica requer, para seu enfrentamento, condições de representatividade e legitimidade que as crises institucional e política, não desembrulhadas, obstruem.

Vale dizer: tudo o que esse Governo fizer dará errado. Já não se trata de técnica, competência ou probidade, mas do fato de que a política econômica, que deveria introduzir constantes, termina por introduzir novas variáveis, na medida em que os agentes econômicos, por não acreditarem na permanência e coerência das mesmas, atuam de forma divergente às intenções, pulverizando, assim, as decisões originais. Agora não há mais boa ou má medida: nenhuma dará mais certo, porque desapareceu o elemento chave de qualquer política econômica bem-sucedida, ou seja, a autoridade política.

Cabe ao Governo, então, tratar de ajudar a desembrulhar as crises primárias, e não aprofundá-las através da prorrogação de um mandato que o atola na areia movediça de uma política sem base ou via o esoterismo político, com sistemas artificiais na conjuntura, que terminam por não enfrentar as questões centrais de legitimidade e representatividade.

Resta ainda abordar uma quarta crise. Esta, em certa medida, é mais importante que as demais, pois se relaciona com o futuro: é a crise das convicções.

O debate e as reflexões sobre a sociedade brasileira se encontram no mesmo nível de estagnação que a economia nesta década.

A crise estrutural dos anos 70, que se abateu sobre os países desenvolvidos, estimulou o questionamento acerca do futuro deles e introduziu no debate novos elementos, novas categorias e novas prioridades.

Que tipo de sociedade civil, política e econômica corresponde à fase de pós-industrialização? Que questões estão superadas e exigem outras perguntas e outras respostas?

Independentemente deste processo ainda estar em amadurecimento, a abordagem crítica já produziu naqueles países um conjunto de reflexões que começam a reorientar a ação. Aí estão as críticas ao tratamento moderno, isto é, relativo à sociedade industrial dado às grandes dicotomias – estatal X particular, nacional X estrangeiro, proletários X não-proletários,... – da primeira metade do século XX. Aí estão as críticas às grandes totalizações – o indivíduo genérico, o indivíduo coletivo, o indivíduo consumidor, as últimas ditaduras antes do paraíso, a hegemonia e equilíbrio de blocos – reflexões que vão desde o século XIX até ao Marcusianismo.

Como resposta, os pós-modernos oferecem alternativas para a sociedade econômica apoiadas na visão de setores regulamentados x não-regulamentados; oferecem reflexões acerca do estar junto e do pensar junto enquanto questões organizacional; priorizam as relações diretas características de uma sociedade informaticizada; re-situam o papel do indivíduo enquanto tal; recolocam a problemática da gerência na ótica da participação, da descentralização, do local e do pequeno etc.

Enquanto isto, nossas elites, de um lado e de outro, continuam a discutir as mesmas coisas e da mesma forma que discutiam no início dos anos 50. Até alguns personagens se repetem, como o Sr. Campos. Qual a diferença da colocação das dicotomias estatal X particular e nacional X estrangeiro, de hoje para 1954? Nem sequer conseguem compreender o processo britânico que eles, os conservadores, chamam de privatização e classificam, na mesma ótica liberal do século XIX. Não conseguem enxergar que os liberais-conservadores brasileiros são simplesmente a outra face da moeda da esquerda superada que eles criticam.

Exemplo disto são os recentes artigos do Professor Simonsen. A única coisa certa é ele se entender como moderno, ou seja, próprio da sociedade industrial-mecânica. Ao estatal, o professor contrapõe o particular; ao nacional contrapõe o estrangeiro, numa reconstituição proudhoniana de uma dialética ingênua que opõe o bem ao mal e aguarda a vitória de um deles, implodindo a respectiva unidade. Ele só não se apercebe que está reproduzindo, com imagem invertida, a mesma questão e a mesma lógica do pensamento que critica.

Desembrulhar as crises institucional e política permite enfrentar a crise econômica, mas não resolve, **a priori**, a reestruturação com vistas a uma nova dinâmica econômica e social. Já utilizaram o termo "argentinização" para designar os riscos das crises que enfrentamos. Certamente tais riscos se referem, direta e claramente, à quarta crise que comentamos. Urge enfrentar com igual prioridade este nó central, desde as óticas acadêmica, sindical, política e social, no terreno das idéias, de maneira a descongelar nossas possibilidades.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. – Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, durante todo o período do pequeno receso adotado pela Constituinte, isto é, de 18 de dezembro de 1987 até 3 de janeiro corrente, mantive-me em constante contato com os diversos grupos de parlamentares que se formaram suprapartidariamente para a defesa de posições, tendo em vista a elaboração da nova Constituição do País.

Mantive, é verdade, maiores contatos e entrosamento com o Centro Democrático, popularmente conhecido por "Centrão", o mais expressivo grupo de Constituintes.

Minha dedicação aos trabalhos, em conjunto com os parlamentares do "Centrão" e dos outros grupos, foi determinada pela consciência de que temos que lutar muito para que a nova Carta Magna corresponda às expectativas da Nação e reflita a realidade brasileira, ajustando-se às necessidades do nosso povo.

Muitos dispositivos foram introduzidos no projeto do "Centrão" por sugestão minha, em cumprimento aos compromissos assumidos com a população do norte-nordeste de Goiás, com os goianos em geral e com o povo brasileiro.

O primeiro destes compromissos, após a defesa da liberdade, da democracia e da justiça social, refere-se à criação do Estado do Tocantins.

Graças a Deus, após tantos anos de luta, posso anunciar ao povo tocantinense que estamos mui-

to próximos da vitória final; o projeto de Constituição do "Centrão" inclui o artigo que cria o Estado do Tocantins, da mesma forma como consta do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Ao registrar esta informação, que desejo divulgada nacionalmente, reafirmo minha disposição de não me afastar desta Casa e de incansavelmente lutar até a vitória final, com a promulgação de uma nova Constituição que seja instrumento da liberdade, democracia, progresso, justiça social e paz para o povo brasileiro, e da criação do ambicionado Estado do Tocantins, sonho quase bicentenário da altiva gente morena que represento.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o processo migratório, uma contingência imposta aos brasileiros pelas pressões exercidas pelas circunstâncias adversas locais e estimulada por sonhos acalentados e dourados pelo calor de esperança está sufocando os principais centros do País. O fato, preocupante e todos os aspectos, levou-nos a refletir sobre o problema e, concomitantemente, a elaborar uma sugestão que define uma política de ação na qual levamos em consideração quatro necessidades básicas:

- estimular o aproveitamento, em algumas áreas insuficientemente desenvolvidas, das potencialidades locais e regionais ainda inexploradas;

- estimular a desconcentração especial das atividades econômicas, ampliando a oferta de empregos em maior número de pontos do território nacional;

- aprimorar os mecanismos de articulação setorial e vertical, através de uma programação previamente definida e compatibilizada, com vistas a otimizar o aproveitamento dos recursos já investidos nesse setor e os que serão ainda investidos;

- assegurar os recursos necessários para a melhoria das condições locais de infraestrutura e serviços urbanos.

Para se atingir esses objetivos, devem-se adotar medidas que levem a uma descontração apoiada em um conjunto de centros distribuídos em todo o território nacional. Esses centros deverão ser definidos segundo critérios que levem em conta sua posição estratégica e suas potencialidades.

Tarefa fundamental será a de reorganizar o espaço regional e torno dos centros selecionados. Com isso, será assegurado o desenvolvimento desses centros, e também de suas áreas de influência. Através dessa estratégia, o Brasil assegurará a manutenção do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, obterá maior interiorização do desenvolvimento.

Por outro lado, como resultante das dimensões territoriais do País, a questão urbana se apresenta segundo enfoques diferentes de região para região. Em função disso, as soluções serão aplicadas em áreas nas quais os problemas urbanos apresentam um certo grau de homogeneidade, as chamadas categorias espaciais, que foram divididas em quatro grupos, segundo os nossos estudos: áreas de descompressão, áreas de expansão controlada, áreas de dinamização e áreas em função especial.

Esperamos, Sr. Presidente, que o Ministério do Interior, através de sua equipe técnica – uma das mais competentes – atenha-se às nossas sugestões, cujos códigos viabilizam a proposta que apresentamos.

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte Discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebi dos Diretores da Escola Salesiana do Trabalho e do Centro Social Auxilium, ambas de Belém, respectivamente Padre Atílio Bellandi e Irmã Carmem Cronenbold, ofício em que esses educadores advertem sobre a possibilidade de ser extinta a atual isenção legal de que gozam as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos no que tange ao pagamento da quota patronal na contribuição para o INPS.

Para que gozem dessa isenção, Sr. Presidente, tais entidades têm de ser reconhecidas como de utilidade pública federal e devem estar devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, do MEC, para o que precisam provar, entre outras coisas, que as diretorias que as regem não são remuneradas e que elas são entidades filantrópicas, isto é, destinam pelo menos uma parte de suas atividades, gratuitamente, para os que não podem pagar.

Claro está, Srs. Deputados, que entidades que satisfaçam tais condições precisam gozar de algum amparo legal para poderem sobreviver. Uma das modalidades desse amparo legal é exatamente a isenção do pagamento para o INPS da quota patronal de contribuição, que poderá ser extinta pela nova Constituição que nós, os Constituintes, estamos elaborando.

Como nos estamos preparando para começar a votação, em plenário, desse importante documento, apelo daqui a todos os meus ilustres pares no sentido de que mantenhamos essa liberalidade legal, para que as entidades assistenciais possam continuar, **pari passo** com o Estado, a prestar os excelentes serviços que vêm prestando, como é o caso da Escola Salesiana do Trabalho e do Centro Social Auxilium, da capital do meu Estado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes do final de 1987 lutávamos desesperadamente pela aprovação de projeto de lei que aumentava o limite de faturamento anual das microempresas. Após obtermos sua aprovação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente sancionou a lei complementar que recebeu o número 57.

Por entendermos ser a lei auto-aplicável nos Estados, por se tratar de tributos estaduais e municipais, alterando-se a Lei Complementar nº 48, aguardávamos que os governos estaduais baixassem decreto nesse sentido. Com estranheza, no entanto, o Governo do Estado de São Paulo declarou que não adotará a lei complementar, o que prejudicará a maioria das microempresas paulistas.

Estamos fazendo gestões no sentido de que o Governo de São Paulo reformule sua posição, através de contatos políticos. Se não obtivermos êxito, faremos interpelação judicial, para que, através da Justiça, possamos mudar a posição do Governo de São Paulo e de outros Estados que

porventura se mantenham nessa atitude de intransigência, eis que, na verdade, estarão impedindo o progresso das microempresas, verdadeira base da atividade comercial de nosso País.

Será que alguns governos desejam realmente que prosperem as microempresas? Veremos, por suas atitudes; cobraremos, junto com as entidades de classe, a verdade. Ressalve-se de qualquer crítica o Presidente Sarney, que, apesar da pressão burocrática, sancionou o projeto. A S. Ex.<sup>a</sup> os nossos cumprimentos sinceros, os cumprimentos de quem muito o tem criticado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de:

## V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não fosse a gravidade do assunto que me traz à tribuna, eu desistiria de falar neste momento. Entretanto, considerando que demandarei apenas três ou quatro minutos, bem como a importância do assunto que pretendo abordar, peço vênua a V. Ex.<sup>a</sup> e aos companheiros para fazer uso da palavra.

Desejo registrar nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte nota emitida pela Comissão Regional do Partido Socialista Brasileiro do Estado do Pará, que diz respeito ao nosso protesto contra o ato covarde, uma verdadeira chacina praticada pelo Governador daquele Estado, Sr. Hélio Gueiros, contra milhares de trabalhadores do Município de Marabá, no garimpo de Serra Pelada.

Aqueles homens resolveram mobilizar-se para fazer valer os seus direitos, depois de esperarem durante oito meses as providências desse Governo, que tinha a obrigação de ter atendido àquelas reivindicações, em função de uma lei aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e sancionada pelo Presidente da República no dia 15 de maio de 1987. Essa lei estabelece que o Governo tem a obrigação de pagar a sobra de ouro, paládio, prata e platina dos recursos comprados pela Caixa Econômica Federal, bem como criar grupos de trabalho em caráter intensivo, para resolver os problemas daquele garimpo. Passados, pois, oito meses, nada foi resolvido. Os garimpeiros resolveram agir: fecharam a ponte sobre o rio Tocantins. E o Governador do Estado do Pará, num ato de autoritarismo, como um verdadeiro ditador e homem irresponsável que não sabe conviver com a coisa pública nem dialogar, mandou matar esses garimpeiros.

Existe uma lista de cerca de 70 pessoas desaparecidas. Foram achados 3 cadáveres de pessoas mortas a tiros e mais 3 afogadas, supostamente de homens que foram obrigados a pular da ponte sobre o rio Tocantins.

Por tudo isso, Sr. Presidente, comunicamos à Casa que estamos formando uma Comissão composta de todas as forças progressistas do Estado do Pará, a fim de no dia 11, a próxima segunda-feira, visitarmos Serra Pelada e prestarmos nossa solidariedade àqueles garimpeiros. Estendo aqui o convite a todos os Parlamentares que queiram fazer parte dessa caravana.

Sr. Presidente, ao finalizar, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça registrar na íntegra, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, a nota do Partido Socialista Brasileiro.

*NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR:*

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO  
Socialismo com Liberdade  
**Seção do Pará**

Belém, 4 de janeiro de 1988

A Direção Regional do Partido Socialista Brasileiro – PSB, pela totalidade dos seus membros, decidiu manifestar-se sobre a chacina contra os garimpeiros de Serra Pelada.

Primeiro, reconhece como legítima e correta a forma de protesto adotada pelos garimpeiros ao fecharem a ponte rododiferroviária sobre o rio Tocantins, para ver atendidos seus direitos. O Governo Federal, cujos interesses são comprometidos com o monopólio das grandes empresas mineradoras, através do DNPM, durante anos tem sabotado o garimpo de Serra Pelada, tentando matar aqueles trabalhadores pelo cansaço e pelo desespero. A ferrenha luta dos garimpeiros, entretanto, obrigou o Governo a ceder e em 15-5-87 foi sancionada a lei que prorrogou o garimpo até dezembro de 1988, além de criar o grupo de trabalho, com representantes de cinco ministérios, da cooperativa do sindicato e do Governo do Estado, estes últimos propostos pelo Deputado Ademir Andrade, que deveria trabalhar em regime de dedicação exclusiva, para resolver os problemas de Serra Pelada, além de estabelecer que o Governo se obrigava a pagar as sobras de ouro, a platina, a prata e o paládio, tidos como impurezas e nunca pagos pela Caixa Econômica Federal.

O Grupo de Trabalho passou 60 dias do prazo para ser instalado, reuniu-se duas vezes, foi desfeito, refeito e até hoje nada resolveu. O Banco Central se nega a dar informações sobre a sobra do ouro e dos metais nobres adquiridos como impurezas.

Portanto, o PSB entende que os garimpeiros foram extremamente pacientes e moderados com todos os abusos que contra eles estão sendo cometidos.

Segundo, o Governo do Estado, numa atitude covarde, de absoluta ignorância e desespero para com a coisa pública, ordena a chacina daqueles trabalhadores, quando eles, maltrapilhos, de calções, cantaram o Hino Nacional, lutando pacificamente para que o Governo cumprisse a lei. Entendemos que o Governo Estadual tem sido omissivo em todos os sentidos com relação à Serra Pelada, e num ato de irresponsabilidade, nomeou no primeiro instante, sem consultar ninguém, duas pessoas reacionárias para representar o Estado no referido Grupo de Trabalho, que foram para Brasília fazer coro com as mineradoras para destruir

aquele garimpo. O Governo se comporta como se Serra Pelada não estivesse no território paraense e, ao contrário de unir suas forças a dos garimpeiros, contra a sabotagem do DNPM e do Banco Central, apóia e sustenta o agente dos monopólios das mineradoras que é coordenador do DNPM no Pará e manda matar os garimpeiros.

Por fim, o PSB do Pará está ao lado dos garimpeiros, como de todos os espoliados e oprimidos, principalmente os que são alvo do autoritarismo sanguíneo de gente que, tendo recebido o poder do povo, contra o povo o exerce.

O PSB do Pará reafirma sua disposição de lutar pelos direitos dos trabalhadores, apesar das chacinas, como a do dia 13-8-87, quando a PM assassinou três trabalhadores rurais em São Geraldo do Araguaia, ou a que vitimou os garimpeiros.

O PSB do Pará apoiará e estimulará a luta de todos os trabalhadores, por todos os meios de pressão, na burocracia, ou nas ruas, praças, pontes e estradas, para que seus direitos sejam respeitados, pois desejamos construir uma sociedade nova, onde a vida, como direito fundamental do homem, possa ser garantida e valorizada. – Deputado **Ademir Andrade**, Presidente – **João Marques**, Primeiro-Vice-Presidente – **Orlando Bordalo**, Secretário-Geral – **Maria da Graça**, Diretora do Trabalho com as Mulheres – **Sandra Caminha**, Primeira-Secretária – **João Carlos Batista**, Líder do PSB – Assembléia Legislativa – **Almeida dos Santos Saré**, Diretor de Organização Social – **Antônio Carlos Fonteles de Lima**, Secretário para Assuntos do Meio Ambiente – **Leonam Gondim da Cruz**, Secretário para Assuntos Jurídicos – **Oséas Barros da Maia**, Secretária para Assuntos da Juventude – **Maria Aparecida Barros Cavalcante** – Tesoureira.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, aceito o apelo do Constituinte Nelson Carneiro mas sei que estou expressando o sentimento da Casa – não poderíamos deixar de expressar aqui a nossa dor diante do acontecimento infausto que abalou o nosso País. Faleceu ontem à noite vítima da AIDS, o grande Henfil, político e humorista, uma das figuras importantes da resistência democrática, notável cidadão e artista. E a bancada do Partido dos Trabalhadores informa à Casa que o nosso Líder Luiz Inácio Lula da Silva e a companheira Benedita da Silva não estão aqui para votar a matéria constante da pauta porque exatamente neste momento acompanham o enterro do grande companheiro desaparecido, que hoje fez o País ficar mais triste e muito doído.

A tragédia da morte do companheiro Henfil deve servir como um grito de esperança para que as autoridades brasileiras e a consciência do povo encarem esse grande problema da AIDS com outra postura, com maior seriedade e maiores cuidados.

Portanto não poderia deixar de registrar esse triste acontecimento que hoje abalou o Brasil inteiro, razão pela qual – repito mais uma vez – os companheiros "Lula e Bené" não estão pre-

sentes para votar a matéria como os demais membros da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, solicito também a inclusão nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte o editorial de hoje da **Folha de S. Paulo** sobre a censura do "Centrão".

#### EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR:

#### A CENSURA DO CENTRÃO

As emendas que o chamado "Centrão" apresentou ao projeto constitucional revelam, ao lado do empenho correto em retirar do texto alguns de seus maiores absurdos – como o monopólio na distribuição de combustíveis e a estabilidade no emprego –, uma visão arcaica e paternalista do ponto de vista político, ao prever a censura às transmissões de rádio e TV que afrontarem os "valores cívicos" ou a moral, e que incitarem à violência.

Sem dúvida, os meios de telecomunicação conhecem, se comparados à imprensa, uma especificidade que não recomenda a abolição pura e simples da censura. A discriminação de horários segundo as faixas de idade a que se dirige é uma exigência inelutável, quando o acesso de menores de idade a uma programação imprópria, no período em que seus pais não se encontram em casa, é um risco difícil de evitar. Nesse caso, justifica-se a proibição de determinado tipo de programas, nos horários em que possam ser vistos por um público para o qual não é adequado.

Passar desta consideração a um sistema de censura instituída, cuja amplitude e indefinição de critérios dá margem a toda sorte de abusos, é resultado de um zelo paternalista francamente atentatório à liberdade de expressão. Não só é razoável permitir que, após um determinado horário, seja exibido qualquer filme ou programa na TV, como também é imprescindível, a uma sociedade que se quer democrática, a mais límpida e concisa das formulações que garantam, na Constituição, o pleno acesso do público a programas de informação, debate ou entretenimento.

Prevendo o controle sobre emissões supostamente atentatórias aos "valores cívicos", o Centrão abre a possibilidade de censura a qualquer programa que contenha críticas aos poderes constituídos. Ao caráter vago da recomendação, acrescenta-se o intuito ilusório de impor, sobre o conjunto da sociedade, normas de conduta e de julgamento ditadas pelo poder público. A rejeição ou tolerância quanto ao conteúdo de determinados programas não pode ser resultado se não da suscetibilidade, do espírito crítico ou do vigor moral e cívico de quem os assiste. Não cabe a ninguém tutelá-los.

As características de violência e de afronta ao bom gosto – que muitos programas de televisão, inegavelmente, possuem – correspondem antes de tudo a uma realidade social de frustração, de conflitos e pulsões reprimidas, que o rádio e a TV termina por refletir, exercendo tanto a função de retratar o cotidiano como de oferecer, a quem o vive, uma catarse ou derivativo. Defender que a população brasileira ou as instituições devam ser "protegidas" dos meios de comunicação de massa equivale a considerar cada cidadão como um indivíduo imaturo, incapaz de exercer um jul-

gamento próprio – ou de simplesmente desligar um aparelho.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS – Líder do PDC:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, uso a palavra apenas para dizer ao Presidente Ulysses Guimarães que pode contar com o PDC. Precisamos de uma Constituição já.

Ulysses Guimarães não está sozinho. Não há desgaste de Ulysses na opinião pública. O que querem efetivamente é desprestigiar a Constituinte com essas notícias. Ulysses está acima de todas essas questões e essas quizilas. É S. Ex.<sup>a</sup> um homem notável. E estou muito à vontade para dizê-lo, porque sou seu adversário.

O Presidente Ulysses Guimarães pode contar com o PDC nesta luta para que o País defina imediatamente as diversas questões que atrapalham a promulgação da nova Constituição brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Presidência agradece as generosas referências do eminente Líder, Constituinte Siqueira Campos, bem como entende que interpreta não apenas o pensamento dos Constituintes, mas toda a Nação. Precisamos votar a Constituição com urgência, sem prejuízo da sua qualidade. É o que o cidadão, a dona-de-casa, o trabalhador e a empresa desejam. Chegou a hora de votar o Regimento Interno, e sei que todos, procurando traduzir a opinião dos que aqui nos trouxeram, a farão na sessão de hoje. Desejo dizer, já que estamos tratando do assunto, que este apelo pela urgência tem sido comum na elaboração de todas as Constituições. Receava-se que a Constituição de 1891 não fosse promulgada, em virtude de delongas comprometedoras do regime nascente. Rui Barbosa, que foi o patriarca da República e da Constituição, falou uma só vez, dizendo que assim fazia para colaborar, a fim de que se votasse logo a Constituição, já que os assuntos estavam suficientemente amadurecidos.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a deixa que me deu para glosar o seu tema, eminente Constituinte Siqueira Campos.

*Durante o discurso do Sr. Siqueira Campos, o Sr. Mauro Benevides Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. ROBERTO FREIRE (Líder do PCB):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. constituintes, a comunidade científica brasileira, em particular a da área de saúde, bem como todos aqueles que se preocupam com a situação do nosso País nesse setor, acompanha com atenção as pressões ora em curso, que têm como

objetivo a demissão do cientista e médico-sanitarista Sérgio Arouca da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz, considerada hoje a mais importante instituição de pesquisa médica da América Latina.

Depois de muitos anos de descaso e abandono, nos quais predominaram o obscurantismo da ditadura e a perseguição a cientistas, cujo símbolo tristemente célebre foi o conhecido "massacre de Manguinhos", episódio no qual pesquisadores brasileiros de renome internacional foram expulsos daquela instituição de pesquisas por uma "caça às bruxas", comandada pelo Ministro da Saúde Rocha Lagoa (estávamos no ano de 1970) – a Fiocruz vem se recuperando e sendo reorganizada pela operosa e séria Administração Sérgio Arouca.

Dessa forma, grandes êxitos têm sido alcançados. Destacamos aqui a recente conquista que foi o isolamento, pelo laboratório de imunologia da Fundação, do vírus da AIDS. Com isso, passa a ser possível a produção de **Kits** para diagnóstico desta terrível doença sem que seja preciso pagar às multinacionais pesados **royalties** pela importação do vírus.

Mas o problema está exatamente aqui, e é este o nó da questão. Nem todos os brasileiros defendem a auto-suficiência nacional nessa área tão importante e tão crítica no País que é a saúde pública. E devemos afirmar muito claramente que o Ministério da Saúde vem alterando paulatinamente, depois de um começo promissor – e queremos fazer justiça à gestão do Deputado Carlos Sant'Anna – nos primeiros tempos da Nova República, a sua política, no sentido de um favorecimento cada vez maior dos setores mais interessados no lucro fácil do que na saúde do povo brasileiro.

É nesse contexto que está colocada a tentativa insistente desses setores de retirar da direção da Fiocruz Sérgio Arouca, pois o que para nós é um mérito – a busca da auto-suficiência nacional na área de saúde – é para eles defeito inaceitável.

Entretanto, como não é fácil encontrar razão plausível para demiti-lo, em face de sua reconhecida competência técnico-científico-administrativa, os que querem afastá-lo se apegam a um subterfúgio. Afirmando que o Dr. Sérgio Arouca não pode acumular os cargos de Presidente da Fiocruz e da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, cargo para o qual foi convidado pelo Governador Moreira Franco, tendo para isso, inclusive, encomendado até mesmo um parecer de ocasião do Consulado da República.

E, a propósito da acumulação de cargos pelo Dr. Sérgio Arouca, queremos lembrar aqui que ele, já prevendo que isso poderia servir de argumento para retirá-lo da direção da Fiocruz, colocou como condição para a sua posse na Secretaria de Saúde a sua permanência na Fundação, o que afinal foi acordado, não aceitando também acúmulo de vencimentos, o que demonstra a sua probidade. Por outro lado, afirmou que, se tivesse de optar, o faria em favor da Fiocruz, pois tem consciência da importância da entidade para a política científica, de saúde e para o próprio povo brasileiro.

A verdade, que precisa ficar clara neste momento, é que procuram afastar o Dr. Sérgio Arouca não porque ele acumule cargos, um argumento insustentável, ou porque ele seja um homem

de esquerda, a não ser que queiram reeditar os tempos da "caça às bruxas" do Sr. Rocha Lagoa, e sim porque ele é comprometido com uma política nacional de saúde que vai ao encontro aos interesses maiores do povo brasileiro.

Cabe, assim, ao Governo decidir: ou a continuidade de uma política que está resgatando a dignidade da pesquisa e da ciência nacional ou a volta do obscurantismo da ditadura e do descaso com a saúde do nosso povo.

Peço, por fim, a transcrição nos Anais da Assembléia de editorial da revista "Ciência Hoje", editada pela Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC, esclarecedor a respeito das questões aqui tratadas, e de um abaixo-assinado por todos os pesquisadores, professores, tecnólogos e funcionários da Fiocruz em defesa da permanência de Sérgio Arouca à frente da instituição.

#### DOCUMENTOS REFERIDOS PELO ORADOR.

#### Ao Leitor – Revista Ciência Hoje – Vol. 7 – nº 38 – dez/87

#### A ESTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS

O presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Sérgio Arouca, foi convidado pelo Ministro da Saúde a se afastar do cargo. Políticos influentes o exigem. Políticos de que políticas? Não sabemos. As razões não são divulgadas. Podemos apenas supor.

Não é um mero cargo que está em jogo. Nem um centro de pesquisas, entre outros: a Fiocruz é um símbolo das relações entre a ciência e o poder. Em 1970, o "massacre de Manguinhos", de triste memória, marcou a história da ciência em nosso País. Intervir hoje na Fiocruz é ainda mais grave: é ameaçar a política científica que busca a autonomia e a capacitação em áreas fundamentais para o nosso desenvolvimento, como a informática, a Biotecnologia ou a Farmacologia.

Atualmente, a Fiocruz é uma instituição viva, que reúne laboratórios dinâmicos e equipes competentes. Pesquisase, ali, a Biologia molecular do **Trypanosoma cruzi**, a partir da qual se poderá fazer a prevenção e a terapia da doença de Chagas. A quem interessa fechar esse laboratório? A Bio-Manguinhos, juntamente com o Instituto Butantan, está empenhada na produção de vacinas. O objetivo é alcançar a auto-suficiência nacional nessa área crítica da saúde pública isso contraria que interesses? No laboratório de imunologia, isolou-se recentemente o vírus da AIDS. Passa a ser possível produzir **Kits** para diagnóstico sem pagar, às multinacionais de saúde, pesados **royalties** pelo aluguel do vírus (importado). Errou-se em isolar o vírus?

Seriam outras as razões do convite à demissão? Quais? Talvez seja possível encontrá-la no empenho da Fiocruz em defender a reforma sanitária. Ou em apoiar e informar os Constituintes que elaboraram o Capítulo "Saúde" do anteprojeto de Constituição. Ou ainda em contribuir para a discussão e elaboração do capítulo "Ciência e Tecnologia". Nele, se estabelece que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a autonomia e a capacitação tecnológicas e a pesquisa científica básica, e mais: que o "mer-

cado interno integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação" (princípio fundamental, por exemplo para o desenvolvimento de uma indústria farmacêutica nacional). Há políticos influentes a quem tudo isso certamente incomoda. Não seria difícil identificá-los. A história do nosso desenvolvimento científico registra grande número deles. Em 1970, chamavam-se Rocha Lagoa; agora têm outros nomes, pouco importa. Conhecemos suas intenções.

A tentativa de hoje tem clara dimensão política, que deve ser denunciada. É uma agressão a toda a ciência nacional.

No editorial de abril deste ano (**Ciência Hoje nº 30**), insistíamos sobre a necessidade urgente de revalorização da atividade de planejamento, indevidamente associada ao autoritarismo.

Já então apontávamos que o planejamento é incompatível com injunções conjunturais que, com grande frequência, determinam mudanças do pessoal, da estrutura ou de atribuições de órgãos governamentais. Ou seja: antes mesmo de pensar em planejamento em seu sentido mais amplo, é preciso assegurar condições de continuidade política e administrativa.

Esse requisito, de valor geral, converte-se em necessidade primordial no caso das instituições científicas. Estas – bem como os órgãos, agências e ministérios que as apóiam – só podem exercer seu papel quando a continuidade de seu trabalho está garantida, sob diretrizes claras e de longo prazo.

Infelizmente, em vez de avançar, parece que retroagimos neste ponto. Os persistentes rumores, que já duram alguns meses, sobre mudanças na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – onde há fumaça, há fogo – e agora na Fiocruz são exemplos eloqüentes.

Não se trata de defender pessoas, mas princípios e realizações concretas, bem como a credibilidade das instituições. É evidente que não se podem despolitizar as ações do governo. Mas, neste País, o governo diversificou muito suas atividades. A contrapartida do apoio à legitimidade estratégica dessa presença governamental tem que ser o reconhecimento das condições específicas para o seu desempenho adequado.

Entre estas, não se inclui a partidização abusiva no preenchimento de cargos e funções que têm uma dimensão técnica fundamental. Esta pode, ou não, vir acompanhada de uma associação partidária. Deve, porém, ser avaliada com base em seus resultados, aferidos segundo parâmetros construídos por meio de uma atividade de planejamento democrático. Um planejamento que atenda aos mais altos interesses da Nação.

**Os Editores**

DESTAQUE

Fiocruz

**Todo apoio a Sérgio Arouca** – Transcrição do abaixo-assinado enviado ao Ministro da Saúde, Borges da Silveira, por todos os pesquisadores, professores, tecnólogos e funcionários da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz):

"Tendo em vista as informações sobre possíveis mudanças na presidência da Fundação Os-

waldo Cruz, a Comunidade de Manguinhos vem manifestar sua apreensão e afirmar novamente sua discordância com decisões unilaterais que excluem sua participação e a livre e democrática manifestação de sua vontade. Exigimos que qualquer decisão que afete a situação institucional da Fiocruz respeite o processo democrático arduamente construído nos últimos anos, que finalmente permitiu superar um período de obscurantismo que tem seu marco com o Massacre de Manguinhos nos anos 70. Devemos relembrar que a atual Presidência desta Fundação foi consagrada através de um amplo e livre processo de participação de todos os pesquisadores, professores, tecnólogos e funcionários desta instituição. Por esta razão e pela condução lúcida e competente que vem desenvolvendo, exigimos a permanência do professor Antônio Sérgio da Silva Arouca no cargo de presidente da Fundação Oswaldo Cruz. Lembramos ainda que só o processo democrático permitiu que esta Fundação retomasse o lugar de destaque na produção científica nacional e internacional, cumprindo assim seu compromisso com a sociedade brasileira. Nós abaixo-assinados, não abrimos mão da autonomia de Manguinhos."

**O SR. ALDO ARANTES, Líder do PC do B:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, levando em conta as ponderações feitas por V. Ex.<sup>a</sup> e pelo presidente que o antecedeu, trago em nome da Liderança do PC do B, a nossa homenagem ao cartunista Henfil, Henrique de Sousa Filho. Amigo pessoal que fui dele, também sou um reconhecedor do seu trabalho como artista que colocou a sua criação a serviço da liberdade, da luta contra a ditadura militar, da luta pela anistia, da luta pelas diretas já. É importante termos presente que Henfil morreu de Aids, em decorrência de transfusão de sangue. O irmão de Henfil, Herbert José de Sousa, o Betinho, denunciou o que tem havido em termos de descontrole e irresponsabilidade por parte do Governo no que diz respeito à captação de sangue nos bancos de sangue.

Quero, portanto, aqui manifestar o nosso reconhecimento pelo trabalho desse grande companheiro e, ao mesmo tempo, alertar a Nação para a necessidade de que o Ministério da Saúde e os órgãos públicos tomem medidas mais rigorosas de controle em relação à coleta de sangue. Caso contrário, os hemofílicos, como é o caso de Henfil, do Betinho e de um terceiro irmão, continuarão a correr risco de vida.

**O SR. ROBERTO D'ÁVILA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ROBERTO D'ÁVILA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Senador Nelson Carneiro, abrimos mão do nosso tempo de comunicação de lideran-

ça. Mas não poderia deixar, em nome da bancada do PDT, de registrar aqui nosso pesar – e é com emoção que o faço – pela morte do companheiro e amigo Henfil. Henfil – que contou com todo o cuidado de seus amigos – figura importante da cultura brasileira, morreu vítima de Aids, contraída em uma troca de sangue, por ser hemofílico. Imagine então V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, milhões de brasileiros não tão bem assistidos, hemofílicos também, morrendo dia a dia, sem cuidado do Ministério da Saúde e do Governo brasileiro.

É com muito pesar que registro a morte de Henfil, que representou o que há de mais importante na cultura brasileira. Estou profundamente emocionado, e tenho certeza do que todos nós, brasileiros, neste momento choramos a morte do nosso grande amigo. Muito obrigado.

**O SR. AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AFIF DOMINGOS (PL – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Liberal está presente, neste instante, para a imediata votação do Regimento interno e para, por sua bancada, dar apoio para que tenhamos, o mais rápido possível, a nova Constituição brasileira. Conto com o apoio de toda a bancada do Partido Liberal. Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Trabalhista Brasileiro está presente com a totalidade de sua bancada para iniciarmos, neste momento, a votação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Gostaríamos de fazer um apelo às Lideranças do PT e do PDT, que insistem na manobra procrastinatória com textos que modificam o Projeto de Resolução da Mesa e destaques de votação em separado, sem o número suficiente de sua bancada ou de arregimentação, pelo menos ideológica, no mesmo sentido para colocar em votação, hoje, os cinco destaques que desejam ver votados.

Formulamos, também, um apelo às Lideranças do PT e do PDT para que não insistam na tese protelatória e na procrastinação a que vêm submetendo os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, porque diz um ditado antigo: "aquele que não tem competência não pode se estabelecer". No momento em que apresentam cinco destaques, sem ter número nas suas bancadas para aprová-los, geram um clima e uma situação de prorrogação constante das decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

A bancada do PTB aqui está. Tivemos uma reunião hoje com o grupo do "Centrão," e todos os Constituintes estarão no Plenário para votação, ainda hoje, das modificações do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Não poderíamos encerrar esta comunicação, em nome de nosso Partido, sem registrar nosso

voto de pesar, nossa tristeza e nossa emoção pela perda do cartunista Henfil, falecido em decorrência de, sendo hemofílico, ter contraído Aids em uma transfusão de sangue. Apresentamos à família do cartunista Henfil os votos de pesar da bancada e da liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encerrando, concitamos todos os companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro presentes à Assembléia Nacional Constituinte a estarem aqui, para que possamos iniciar o processo de votação das modificações do Regimento Interno e do Projeto de Resolução da Mesa desta Assembléia.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.):** – Abordarei três assuntos, Sr. Presidente. Primeiramente quem trazer, em nome da Assembléia Nacional Constituinte, as boas-vindas ao nosso caro Presidente, que estava no exterior e, há dois dias retornou ao País. Em segundo lugar, gostaria de dizer que todo o Brasil acompanha a luta de V. Ex.<sup>a</sup> pela promulgação, o mais rapidamente possível, da nova Constituição do nosso País. Eu gostada de dizer que V. Ex.<sup>a</sup> não está só, pois o Partido da Frente Liberal encampa essa luta e vai ajudá-lo para que, prontamente, nosso País tenha a sua Carta Magna, o que é a aspiração de todo o nosso povo.

Em terceiro lugar, meu caro Presidente, em nome do Partido da Frente Liberal, gostaríamos solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que colocasse em votação o requerimento do nobre Líder, José Lourenço, que pede sejam votados os cinco destaques em globo, a fim de que assim possamos, de uma vez por todas, encerrar esse assunto e passar realmente ao texto da nova Constituição do Brasil.

Pretendo ainda afirmar que V. Ex.<sup>a</sup>, hoje, com o seu trabalho e a sua luta para que se promulgue em curto prazo a nova Constituição do Brasil, representa a aspiração de todo o nosso povo. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Desejo registrar que as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> evidentemente me estimulam muito, sabendo-se que tenho falado como esperava, traduzindo a consciência e a preocupação de todos os Srs. Constituintes para que elaboremos a Carta Máxima do País. As palavras de V. Ex.<sup>a</sup> foram as do amigo e não as do Constituinte ou as do Parlamentar, considerando generosidade a maneira como focalizou a minha atuação no episódio.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ANTÔNIO BRITTO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Srs. Constituintes, gostaria de em nome do

PMDB, fazer um registro emocionado em consequência da perda que a causa da liberdade no País sofreu com a morte de Henfil. Relembro que, nos piores momentos da história da liberdade deste País, nos momentos mais difíceis da ditadura, Henfil soube encontrar coragem e disposição para, permanentemente, enfrentar o poder que à época silenciava tudo e todos. Henfil, jamais, em nenhum momento, silenciou. A sua pena, o seu traço, o seu humor e a sua vida, pelo engajamento político que sempre teve, haverão de ser um exemplo, a este País, de trabalho pela causa da liberdade. Ironicamente, a morte de Henfil ocorre no dia em que os jornais – e aí estão os jornais de hoje – anunciam que determinados grupos de constituintes apresentarão emendas, propondo que volte, ao texto da Constituição, a censura. Querem, Sr. Presidente, que haja a censura prevista constitucionalmente; mas ela não houve nem na época da ditadura; querem agora que haja, pela letra da Constituição, a censura, que não houve – repito – constitucionalmente, para ofuscar e proibir a ação de figuras como Henfil.

É uma triste ironia que a morte de Henfil ocorra neste mesmo dia. Mas ainda assim, Sr. Presidente, ficam registrados os nossos sentimentos e condolências a todos os companheiros de Henfil.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** –

Antes de passar à votação, como Presidente, desejo associar-me às palavras de profundo pesar proferidas aqui em decorrência do falecimento do cartunista Henfil. Foi um notável brasileiro. Tive a fortuna de conhecê-lo, cidadão de enraizadas convicções democráticas. Inclusive, através do jornal "O Pasquim", numa época muito difícil, dura e arriscada, o seu talento sempre se colocou a serviço da causa democrática. Associei-me às manifestações já havidas, em nome de todos os Constituintes do País, registrando minhas condolências e meu pesar pelo falecimento prematuro, tão trágico e sofrido, do grande intelectual e artista brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** –

*COMPARECEM MAIS OS SRs.:*

Ademir Andrade – PMDB; Afif Domingos – PL; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Anibal Barcellos – PFL; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antonio Farias – PMB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Vinagre – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Doretto Campanari – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL;

Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Fernando Lyra – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Francisco Sales – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gilson Machado – PFL; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Freire – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Maurício – PDT; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; Júlio Campos – PFL; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Levy Dias – PFL; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Lima – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Paes Landim – PFL; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Rollemberg – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Valter Pereira – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Vitor Buaiz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; –Wilson Martins – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A lista de presença registra o comparecimento de 343 Srs. Deputados.

## VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr.:

**IVALDO GONÇALVES:** – Requerimento de inserção, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Everaldo da Costa Agra, em Campina Grande, Estado da Paraíba.

Desejo ainda, em nome da Assembléia Nacional Constituinte, prestar homenagem a um dos últimos Constituintes de 1946, o paulista José Armando Affonseca. Pertenceu ele àquela Assembléia que redigiu documento tão importante na história política do País, que foi a Constituição de 1946. Tratando-se de um Constituinte, cabe, portanto, na Constituinte, através do Presidente, fazer-se uma moção de pesar, reverenciando a saudosa figura de José Armando Affonseca, os serviços por ele prestados à Constituinte, à Nação e a São Paulo.

Tive a fortuna de conhecê-lo, portanto, de admirá-lo. Seus méritos de cidadão, homem público, amigo dedicado, granjearam-lhe respeito e admiração. Por isso seu falecimento enluta São Paulo e os corações de seus inúmeros amigos. Quero que os Anais da histórica Assembléia Nacional Constituinte registrem a sincera homenagem e o respeito à memória e aos edificantes exemplos do pranteado brasileiro. Transmitirei à sua dedicada esposa e seus familiares unânime e comovido sentimento da Nação, através de seus representantes.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Presidência suspende a sessão por 15 minutos. É preciso que todos estejam no plenário em condições de votar, pois a votação só se fará pelo sistema eletrônico. Não é possível proceder-se à votação com a demora que sempre havia na votação nominal, inclusive com a segunda chamada, que exigia a disponibilidade da presença imediata dos Parlamentares, o que agora não ocorre mais. A Mesa vai acionar os sinais para que S. Ex.ªs compareçam e pede, desde já, que todos ocupem os seus lugares, a fim de que se processada à votação. A sessão está suspensa por 15 minutos.

**O SR. Presidente (Ulysses Guimarães):** – Vai se passar à votação da matéria que está sobre a mesa e a constante da

## VII – ORDEM DO DIA

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Está reaberta a sessão.

A Presidência pede, inicialmente, a colaboração dos Srs. Constituintes no sentido de que ocupem os seus lugares. Reitera que a votação, para ter validade, será exclusivamente eletrônica. Não será admitida votação oral. A ciência demonstra que nos computadores a margem de erro é praticamente nula.

Encerrada a votação, se algum Parlamentar quiser fazer declaração esclarecedora a propósito do seu voto, poderá fazê-lo ao final mas isso não afetará o resultado já exposto no painel eletrônico.

Pode suceder que o painel eletrônico anuncie o nome dos votantes sem resultado, se votarem "sim," ou "não". Se por qualquer circunstância, houver um equívoco do Constituinte votante, ele terá o recurso de votar nos quatro postos avulsos de votação existentes aqui à frente, nas mesas destinadas à Taquigrafia. A razão desses postos avulsos é inexistência de condições materiais para que todos os Constituintes possam ter acomodação nas poltronas. Então, os que não puderem



votar por esta ou qualquer outra circunstância terão condição de fazê-lo nos postos avulsos. Assim, haverá plena oportunidade de registro de voto por parte do Constituinte. Se o fez sentado e seu nome não saiu no painel, tem oportunidade de votar no posto avulso. Aqueles que não tiverem cadeira para votar votarão num dos quatro postos avulsos.

Vários dos Srs. Constituintes já tiveram experiência que foi, aliás exitosa de votação eletrônica na Comissão de Sistematização neste mesmo plenário. Na mesa de cada bancada o Constituinte tem a condição de fazer o registro do seu código de votação. A Mesa esclarece a necessidade de que os Srs. Constituintes memorizem o seu código. Eu, por exemplo tenho anotado em minha caderneta de Deputado, o número do meu código que é secreto e deve ser mantido no conhecimento exclusivo de cada Parlamentar. Esse código é formado pelo número da carteira do Constituinte mais dois dígitos, tanto no caso de Senador, como no de Deputado. Então, a providência inicial de cada um neste posto, ou que nome tenha à frente de cada Constituinte, na bancada, será no sentido de registrar o seu código de votação. Feito isto, a Mesa solicitará que sejam acionados dois dispositivos aí existentes, e que devem ser movimentados: um botão preto e a chave, sob a bancada. Deverão eles ser acionados simultaneamente. Os mesmos deverão permanecer acionados até que a luz existente junto a essa chave se apague. Só aí é que podemos deixar de pressionar, para efeito da votação, o botão e a chave.

Passada essa primeira fase, a Mesa pedirá àqueles Constituintes que não votaram para que, atendendo ao mesmo sistema, se repete, procedam à votação acionando o botão avulso.

Então, o resultado será anunciado logo a seguir. Ao lado do nome, já anunciado anteriormente, aparecerá o sinal verde, se votou sim; se votou não aparecerá não, o sinal vermelho; caso tenha votado pela abstenção, aparecerá o sinal amarelo. Essas 3 opções estão à disposição do Constituinte no posto de votação.

Eram estes os esclarecimentos que teriam de ser dados a V. Ex.<sup>a</sup> pela Mesa, antes de se passar à votação. Acredito que atenderia ao desejo daqueles que aqui se encontram – inclusive me incluo nesta condição, pois não tenho a mesma experiência, nessa votação, daqueles que foram membros da Comissão de Sistematização – fazendo, pelo menos, um ensaio de votação, para que, depois, se faça aquele procedimento que terá validade.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, estamos votando o requerimento do nobre Líder José Lourenço, da Frente Liberal. Quem votar "sim", estará votando a favor do requerimento de S. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que votemos em globo as emendas e os destaques relativos ao projeto de reforma do Regimento. Quem votar "sim" – e vamos votar "sim" – estará votando com o nobre Líder da Frente Liberal, e por seu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa agradece a co- Presidência do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, porque iria justamente dar essa explicação. (Palmas.) Agradece a gentileza do amigo, ressaltando a sua inteligente colaboração, no sentido do acerto da votação dos Srs. Constituintes.

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, curiosamente, ao invés de participar da gaiatice geral, fiquei preocupado porque, com a questão de ordem levantada pelo Líder Bonifácio de Andrada, muitos talvez se tenham confundido no tocante à votação. O que estamos votando é o requerimento para junção das emendas que resultaram, que são do PT e do PDT, e votação de todas em bloco. Se aprovarmos, teremos uma votação apenas; se rejeitarmos, teremos seis.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa dará a explicação no momento oportuno.

**O SR. VICTOR FACCIANI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VICTOR FACCIANI (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Creio que seria importante que a Mesa informasse o que propõem essas emendas e quais são elas, porque estão na Mesa, mas não foram distribuídas ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – São destaques sobre as emendas. O material foi fartamente publicado e é do conhecimento de todos os Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa pede aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares. Vamos proceder a votação. A Mesa anuncia o que já é do conhecimento dos Srs. Constituintes: trata-se de retomar uma votação. Já havia sido iniciado o processo de votação da matéria. Não havendo número, chegou à Mesa requerimento formulado pelo nobre Líder Inocêncio Oliveira, no sentido de que a votação dos destaques, portanto das emendas oferecidas ao substitutivo Roberto Cardoso Alves, já aprovado, seja global. Esta é a decisão que a soberania do plenário vai tomar que a votação seja global ou não.

Aqueles que desejarem a votação global, isto é, aprovar o requerimento do Constituinte Inocêncio Oliveira, registrarão o seu voto sim. Sim é a aprovação do requerimento Inocêncio Oliveira, o que vale dizer a votação global posterior, se aprova ou não globalmente as emendas oferecidas à matéria.

Quem desejar a rejeição, para que a votação não se faça globalmente, registrará o voto não.

Os que forem pela abstenção, terão condições de fazê-lo como já foi aqui explicado.

A pequena demora explica-se pela circunstância de que haverá uma listagem para que fique registrado nos Anais e se comprove a votação. O sistema eletrônico está neste momento fazendo

a computação dos nomes e evidentemente a votação de cada Constituinte. Esta é a razão da pequena demora Pedimos aos Srs. Constituintes paciência.

Vamos passar à votação. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeremos a V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos do art. 186, § 8º do Regimento da Câmara dos Deputados, a votação em globo de todos os requerimentos de destaque ao substitutivo da Mesa.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 1987. – **Inocêncio Oliveira**, PFL – **Carlos Sant'Anna** PMDB, **Gastone Righi**, PTB – **Amaral Netto**, PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado da votação.

Votam;

SIM – 224

NÃO – 162

Abstenção – 8

Total – 394

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção

Abigail Feitosa – NÃO

Acival Gomes – NÃO

Adauto Pereira – SIM

Ademir Andrade – NÃO

Adhemar de Barros Filho – NÃO

Adolfo Oliveira – SIM

Adroaldo Streck – SIM

Adylson Motta – SIM

Aécio de Borba – SIM

Afif Domingos – SIM

Airton Cordeiro – SIM

Airton Sandoval – NÃO

Alarico Abib – SIM

Albano Franco – SIM

Albérico Filho – SIM

Aldo Arantes – NÃO

Alexandre Costa – SIM

Alfredo Campos – SIM

Almir Gabriel – NÃO

Aloysio Chaves – SIM

Aloysio Teixeira – SIM

Aluizio Campos – SIM

Alysson Paulinelli – SIM

Amaral Netto – SIM

Amaury Müller – NÃO

Amilcar Moreira – SIM

Ângelo Magalhães – SIM

Annibal Barcelos – SIM

Antero de Barros – NÃO

Antônio Brito – NÃO

Antônio Câmara – SIM

Antônio Carlos Konder Reis – NÃO

Antônio Carlos Mendes Thame – NÃO

Antônio de Jesus – SIM

Antonio Farias – NÃO

Antonio Ferreira – SIM

Antonio Gaspar – NÃO

Antonio Perosa – NÃO

Antonio Salim Curiati – SIM

Antonio Ueno – SIM

Arnaldo Faris de Sa – SIM	Ezio Ferreira – SIM	Joaquin Bevilacqua – NÃO
Arnaldo Martins – NÃO	Fábio Raunheitti – SIM	Joaquin Sucena – SIM
Arnaldo Moraes – SIM	Farabulini Júnior – SIM	Jofran Frejat – SIM
Arnaldo Prieto – SIM	Fausto Rocha – SIM	Jonas Pinheiro – SIM
Arnold Fioravante – SIM	Felipe Mendes – SIM	Jorge Arbage – SIM
Arolde de Oliveira – SIM	Fares Nader – NÃO	Jorge Bomhausen – SIM
Artenir Werner – SIM	Fernando Cunha – NÃO	Jorge Hage – NÃO
Assis Cando – SIM	Fernando GaSIMrian – NÃO	Jorge Leite – SIM
Átila Lira – NÃO	Fernando Gomes – SIM	Jorge Uequed – NÃO
Augusto Carvalho – NÃO	Fernando Henrique Cardoso – NÃO	Jorge Vianna – SIM
Basílio Villani – SIM	Fernando Santana – NÃO	José Agripino – SIM
Benedicto Monteiro – NÃO	FirNÃO de Castro – SIM	José Carlos Coutinho – NÃO
Benito Gama – SIM	Flavio Palmier da Veiga – SIM	José Carlos Grecco – NÃO
Bernardo Cabral – Abstenção	Florestan Fernandes – NÃO	José Carlos Sabóia – NÃO
Beth Azize – NÃO	Floricens Paixão – NÃO	José Carlos Vasconcelos – SIM
Bezerra de Melo – SIM	Francisco Amaral – NÃO	José da Conceição – SIM
Bocayuva Cunha – NÃO	Francisco Benjamin – SIM	José Dutra – SIM
Bonifácio de Andrade – SIM	Francisco Carneiro SIM	José Egreja – SIM
Bosco França – SIM	Francisco Küster – NÃO	José Elias – SIM
Brandao Monteiro – NÃO	Francisco Rollemberg – NÃO	José Elias Murad – SIM
Caio Pompeu – SIM	Francisco Rossi – NÃO	José Fogaça – NÃO
Cardoso Alves – SIM	Francisco Sales – SIM	José Freire – SIM
Carlos Benevides – SIM	Furtado Leite – SIMh	José Genóino – Abstenção
Carlos Cardinal – NÃO	Gandi Jamil – SIM	José Geraldo – SIM
Carlos Chiarelli – Abstenção	Gaston Righi – SIM	José Guedes – NÃO
Carlos Gotta – NÃO	Genebaldo Correia – NÃO	José Ignacio Ferreira – NÃO
Carlos Mosconi – NÃO	Genésio Bernardino – SIM	José Lins – SIM
Carlos Sant'Anna – SIM	Geovah Amarante – NÃO	José Lourenço – SIM
Carlos Vinagre – SIM	Geovani Borges – SIM	José Luiz de Sá – Abstenção
Carrel Benevides – SIM	Geraldo Alckmin Filho – SIM	José Luiz Maia – SIM
Cássio Cunha Lima – NÃO	Geraldo Bulhões – NÃO	José Maranhão – NÃO
Célio de Castro – NÃO	Geraldo Campos – NÃO	José Maria Eymael – NÃO
Celso Dourado – NÃO	Geraldo Fleming – SIM	José Maurício – NÃO
César Cals Neto – SIM	Geraldo Melo – NÃO	José Melo – SIM
César Maia – NÃO	Gerson Camata – SIM	José Moura – SIM
Chagas Duarte – SIM	Gerson Marcondes – NÃO	José Paulo Bisol – NÃO
Chagas Neto – SIM	Gerson Perez – SIM	José Richa – NÃO
Chagas Rodrigues – NÃO	Gidel Dantas – SIM	José Santana de Vasconcelos – SIM
Chico Humberto – NÃO	Gilson Machado – SIM	José Serra – NÃO
Christbvam Chiaradia – SIM	Guilhemre Palmeira – NÃO	José Viana – SIM
Claudio Avila – SIM	Gumercindo Milhomem – NÃO	Juarez Anilines – NÃO
Costa Ferreira – SIM	Gustavo de Faria – SIM	Júlio Campos – SIM
Cunha Bueno – SIM	Haroldo Lima – NÃO	Júlio Costamilan – NÃO
Dálton Canabrava – SIM	Haroldo Sabóia – NÃO	Jutahy Júnior – NÃO
Darcy Deitos – NÃO	Hélio Duque – NÃO	Koyu Iha – NÃO
Darcy Pozza – SIM	Hélio Rosas – SIM	Lael Varela – SIM
Daso Coimbra – SIM	Henrique Cordova – SIM	Leite Chaves – SIM
Del Bosco Amaral – SIM	Henrique Eduardo Alves – SIM	Lélio Souza – NÃO
Delfim Netto – SIM	Heráclito Fortes – NÃO	Leopoldo Bessone – SIM
Délio Braz – SIM	Hermes Zaneti – NÃO	Leopoldo Peres – SIM
Denisar Arneiro – SIM	Homero Santos – SIM	Levy Dias – SIM
Dionísio Dal Prá – SIM	Iberê Ferreira – SIM	Lourival Baptista – SIM
Dionísio Hage – SIM	Inocêncio Oliveira – SIM	Lúcio Alcântara – SIM
Dirce Tutu Quadros – NÃO	Irapuan Costa Junior – SIM	Luís Eduardo – SIM
Divaldo Suruagy – SIM	Irma Passoni – NÃO	Luís Roberto Ponte – SIM
Doreto Campanari – NÃO	Ivo Cersósimo – SIM	Luiz Alberto Rodrigues – NÃO
Edison Lobão – SIM	Ivo Lech – NÃO	Luiz Freire – NÃO
Edme Tavares – SIM	Ivo Mainardi – NÃO	Luiz Gushiken – NÃO
Edmilson Valentim – NÃO	Jacy Scanagatta – SIM	Luiz Marques – SIM
Eduardo Bonfim – NÃO	Jamil Haddad – NÃO	Luiz Salomão – NÃO
Eduardo Moreira – NÃO	Jarbas Passarinho – SIM	Luiz Soyer – SIM
Egídio Ferreira Lima – Abstenção	Jayne Paliarin – SIM	Luiz Viana – SIM
Enoc Vieira – SIM	Jesus Tajra – Ski	Lysâneas Maciel – NÃO
Eraldo Tinoco – SIM	Joaci Góes – SIM	Manoel Castro – SIM
Eraldo Trindade – SIM	João Agripino – NÃO	Manoel Moreira – NÃO
Erico Pegoraro – SIM	João Alves – SIM	Manoel Ribeiro – SIM
Ervin Bonkoski – SIM	João da Mata – SIM	Manuel Vona – SIM
Euclides Scalco – NÃO	João Machado Rollemberg – SIM	Marcelo Cordeiro – SIM
Eunice Michiles – SIM	João Natal – NÃO	Márcia Kubitschek – SIM
Evaldo Gonsalves – SIM	João Paulo – NÃO	Márcio Braga – NÃO
Expedito Machado – SIM	João Rezek – SIM	Márcio Lacerda – NÃO

Marco Maciel – SIM  
 Marcos Lima – SIM  
 Maria de Lourdes Abadia – SIM  
 Maria Lúcia – SIM  
 Mário Covas – NÃO  
 Mário Lima – NÃO  
 Mário Maia – NÃO  
 Matheus Iensen – SIM  
 Maurício Campos – SIM  
 Maurício Corrêa – NÃO  
 Maurício Fruet – NÃO  
 Maurício Nasser – SIM  
 Maurício Pádua – SIM  
 Maurílio Ferreira Lima – NÃO  
 Mauro Benevides – SIM  
 Mauro Borges – SIM  
 Mauro Miranda – SIM  
 Mauro Sampaio – NÃO  
 Meira Filho – SIM  
 Melo Freire – SIM  
 Mendes Botelho – NÃO  
 Mendes Canale – NÃO  
 Mendes Ribeiro – NÃO  
 Messias Góis – SIM  
 Michel Temer – NÃO  
 Milton Barbosa – SIM  
 Milton Lima – SIM  
 Miraldo Gomes – NÃO  
 Moema São Thiago – NÃO  
 Mozarildo Cavalcanti – SIM  
 Nabor Júnior – SIM  
 Naphtali Alves de Souza – SIM  
 Narciso Mendes – SIM  
 Nelson Aguiar – NÃO  
 Nelson Carneiro – NÃO  
 Nelson Jobim – NÃO  
 Nelson Sabrá – SIM  
 Nelson Seixas – NÃO  
 Nelton Friedrich – NÃO  
 Nestor Duarte – NÃO  
 Nilso Sguarezi – NÃO  
 Nilson Gibson – SIM  
 Noel de Carvalho – NÃO  
 Nyder Barbosa – SIM  
 Octávio Elísio – NÃO  
 Olívio Dutra – NÃO  
 Onofre Corrêa – SIM  
 Orlando Bezerra – SIM  
 Orlando Pacheco – SIM  
 Oscar Corrêa – SIM  
 Osmar Leitão – SIM  
 Osmir Lima – NÃO  
 Osmundo Rebouças – SIM  
 Osvaldo Bender – SIM  
 Osvaldo Coelho – SIM  
 Osvaldo Almeida – SIM  
 Osvaldo Trevisan – SIM  
 Paes Landim – SIM  
 Paulo Macarini – NÃO  
 Paulo Paim – NÃO  
 Paulo Pimentel – SIM  
 Paulo Ramos – NÃO  
 Paulo Roberto – NÃO  
 Paulo Silva – NÃO  
 Paulo Zarzur – NÃO  
 Pedro Ceolin – SIM  
 Percival Muniz – NÃO  
 Pimenta da Veiga – NÃO  
 Plínio Arruda Sampaio – NÃO  
 Plínio Martins – NÃO  
 Pompeu de Sousa – NÃO

Rachid Saldanha Derzi – SIM  
 Raquel Capiberibe – NÃO  
 Raul Ferraz – NÃO  
 Renato Johnsson – SIM  
 Ricardo Fiúza – SIM  
 Ricardo Izar – SIM  
 Rita Camata – SIM  
 Roberto Augusto – SIM  
 Roberto Brant – NÃO  
 Roberto Campos – SIM  
 Roberto D'Ávila – NÃO  
 Roberto Freire – NÃO  
 Roberto Jefferson – SIM  
 Roberto Rallemberg – NÃO  
 Roberto Torres – SIM  
 Robson Marinho – NÃO  
 Rodrigues Palma – SIM  
 Ronaldo Carvalho – SIM  
 Ronaldo Cezar Coelho – NÃO  
 Ronan -Tito – NÃO  
 Rosa Prata – SIM  
 Rose de Freitas – NÃO  
 Rubem Medina – SIM  
 Ruben Figueiró – SIM  
 Ruberval Pilotto – SIM  
 Ruy Bacelar – NÃO  
 Ruy Nedel – NÃO  
 Sádía Hauache – SIM  
 Saiotel Carvalho – SIM  
 Sandra Cavalcanti – SIM  
 Santinho Furtado – Abstenção  
 Sarney Filho – SIM  
 Saião Queiroz – SIM  
 Sérgio Brito – SIM  
 Sérgio Werneck – NÃO  
 Severo Gomes – NÃO  
 Sigmaringa Seixas – NÃO  
 Sílvio Abreu – SIM  
 Simão Sessim – SIM  
 Siqueira Campos – SIM  
 Sólon Borges dos Reis – SIM  
 Stélio Dias – SIM  
 Tadeu França – NÃO  
 Telmo Kirst – SIM  
 Theodoro Mendes – SIM  
 Tito Costa – SIM  
 Ubiratan Aguiar – SIM  
 Ubiratan Spinelli – SIM  
 Valter Pereira – NÃO  
 Vasco Alves – NÃO  
 Vicente Bogo – NÃO  
 Victor Faccioni – SIM  
 Victor Fontana – SIM  
 Nilson Souza – NÃO  
 Vingt Rosado – SIM  
 Vinicius Cansanção – SIM  
 Virgildásio de Senna – SIM  
 Virgílio Galassi – SIM  
 Virgílio Guimarães – NÃO  
 Vitor Buaiz – NÃO  
 Vivaldo Barbosa – NÃO  
 Vladimir Palmeira – NÃO  
 Wagner Lago – NÃO  
 Waldec Ornélas – SIM  
 Waldyr Pugliesi – NÃO  
 Wilson Campos – Abstenção  
 Wilson Martins – NÃO  
 Ziza Valadares – NÃO

O requerimento está aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vamos passar à votação, no mérito, das emendas. Temos que esperar a coleta dos nomes para registro do resultado da votação.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, vai ser votado agora o conjunto das emendas ao projeto de reforma do Regimento. As emendas, na sua maioria, são do PDT e, se não me engano, do PT. O “Centrão”, votando “NÃO”, estará dizendo não às emendas que estão sobre a mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Esclareço aos nobres Constituintes que não há mais oportunidade para encaminhamento de votação.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR JOSÉ GENOINO (Pr – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, insistentemente o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada tem feito encaminhamentos de votação em forma de questões de ordem. Infelizmente votaremos em seguida um conjunto de destaques que incidem, inclusive, sobre diferentes partes do projeto da Mesa, apoiado pelo “Centrão”. Esses destaques expressam a visão democrática de elaboração da Constituição, em contraposição do rolo compressor, defendida pelo Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa pede a colaboração dos Srs. Constituintes, no sentido de que ocupem seus lugares, sem o que o prosseguimento dos trabalhos não será possível.

A votação das emendas e destaques oferecidos ao Substitutivo já aprovado será global. Quem desejar aprová-los registrará o voto “SIM”; quem for contrário às emendas apresentadas em destaques deverá votar “NAO”. Os que votarem pela abstenção também devem registrar seu voto. (Pausa.)

A Mesa solicita a colaboração dos Srs. Constituintes, para que tomem seus lugares. Vá-se passar à votação.

(Processo de votação)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Há sobre a mesa e vou submeter a votos os seguintes:

#### REQUERIMENTOS

Exº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos Destaque para votação em separado do (a) no Substitutivo do relator, no art 1º; para supressão das expressões “maioria absoluta”

Salas das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – PDT – **Luiz Inácio Lula da Silva** – PT.

Exmº Sr. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos Destaque para votação em separado do (a) das palavras “títulos, capitais”, constantes ao art. 1º do Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro – PDT – Luiz Indo Lula da Silva – PT.**

Exmº Sr. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos Destaque para votação em separado do (a) e conseqüente rejeição do § 2º, do art. 1º do Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro – PDT – Luiz Indo Lula da Silva – PT.**

Exmº Sr. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos Destaque para votação em separado do (a) conseqüente rejeição do § 3º, do art. 1º, do Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro – PDT – Luiz Inácio Lula da Silva – PT.**

**Sr. Presidente,**

Requeiro destaque para votação em separado do § 3º do art. 1, do Substitutivo do Projeto de Resolução n 21/87

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Egídio Ferreira Lima.**

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Nos termos regimentais requeiro Destaque para votação em separado do § 3º do art. 1º do Substitutivo do Projeto de Resolução nº 21-A, para supressão.

**Haroldo Lima.**

Exmº Sr. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos Destaque para votação em separado do (a) da expressão final “desde que subscrito por, no mínimo, 187 constituintes, constante do art 8º, do substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro – PDT – José Genoíno Neto – PT.**

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado:

Votam:

SIM – 148

NÃO – 228

Abstenção – 24

Total – 400

Presidência: Ulysses Guimarães – Abstenção

Abigail Feitosa – NÃO

Acival Gomes – SIM

Adauto Pereira – NÃO

Ademir Andrade – SIM

Adhemar de Barros Filho – NÃO

Adolfo Oliveira – NÃO

Adroaldo Streck – SIM

Adyson Motta – NÃO

Aécio de Borba – NÃO

Afif Domingos – NÃO

Airton Cordeiro – NÃO

Airton Sandoval – NÃO

Alarico Abib – NÃO

Albano Franco – NÃO

Albérico Cordeiro – NÃO

Albérico Filho – NÃO

Alceni Guerra – ABSTENÇÃO

Aldo Arames – SIM

Alexandre Costa – NÃO

Alfredo Campos – NÃO

Almir Gabriel – SIM

Aloysio Chaves – NÃO

Aloysio Teixeira – NÃO

Aluizio Campos – SIM

Álvaro Pacheco – NÃO

Alysson Paulinelli – NÃO

Amaral Netto – NÃO

Amaury Müller – SIM

Amicar Moreira – NÃO

Ângelo Magalhães – NÃO

Annibal Barcellos – NÃO

Antero de Barros – SIM

Antônio Britto – ABSTENÇÃO

Antônio Câmara – SIM

Antônio Carlos Konder Reis – SIM

Antonio Carlos Mendes Thame – ABSTENÇÃO

Antônio de Jesus – NÃO

Antonio Farias – SIM

Antonio Ferreira – NÃO

Antonio Gaspar – SIM

Antonio Perosa – SIM

Antonio Salim Curiati – NÃO

Antonio Ueno – NÃO

Arnaldo Faria de Sá – MÃO

Arnaldo Martins – NÃO

Arnaldo Moraes – NÃO

Arnaldo Prieto – NÃO

Arnold Fioravante – NÃO

Arolde de Oliveira – NÃO

Artenir Werner – NÃO

Assis Canuto – NÃO

Átila Lira – ABSTENÇÃO

Augusto Carvalho – SIM

Basílio Villani – NÃO

Benedicto Monteiro – SIM

Benito Gama – NÃO

Bernardo Cabral – ABSTENÇÃO

Beth Azize – SIM

Bezerra de Melo – NÃO

Bocayuva Cunha – SIM

Bonifácio de Andrada – NÃO

Bosco França – SIM

Brandão Monteiro – SIM

Caio Pompeu – NÃO

Cardoso Alves – NÃO

Carlos Benevides – NÃO

Carlos Cardinal – SIM

Carlos Chiarelli – ABSTENÇÃO

Carlos Mosconi – SIM

Carlos Sant’Anna – NÃO

Carlos Cotta – SIM

Carlos Vinagre NÃO

Carrel Benevides – NÃO

Cássio Cunha Lima – SIM

Célio de Castro – SIM

Celso Dourado – SIM

César Cals Neto – NÃO

César Maia – SIM

Chagas Duarte – NÃO

Chagas Neto – NÃO

Chagas Rodrigues – SIM

Chico Humberto – SIM

Cláudio Ávila – NÃO

Christóvam Chiaradia – NÃO

Costa Ferreira – NÃO

Cunha Bueno – NÃO

Dalton Canabrava – NÃO

Darcy Deitos – SIM

Darcy Pozza – NÃO

Daso Coimbra – NÃO

Del Basco Amaral – NÃO

Delfim Neto – NÃO

Délio Braz – NÃO

Denisar Arneiro – NÃO

Dionísio Dal Prá – NÃO

Dionísio Hage – NÃO

Dirce Tutu Quadros – SIM

Divaldo Suruagy – NÃO

Doreto Campanari – SIM

Edison Lobão – NÃO

Edme Tavares – NÃO

Edmilson Valentim – SIM

Eduardo Bonfim – SIM

Eduardo Moreira – SIM

Egídio Ferreira Lima – SIM

Enoc Vieira – NÃO

Eraldo Tinoco – NÃO

Eraldo Trindade – SIM

Érico Pegoraro – NÃO

Ervin Bonkoski – NÃO

Euclides Scalco – SIM

Evaldo Gonçalves – NÃO

Expedito Machado – NÃO

Ézio Ferreira – NÃO

Fábio Raunheitti – NÃO

Farabulini Júnior – NÃO

Fausto Rocha – NÃO

Felipe Mendes – NÃO

Fernando Cunha – SIM

Fernando Gasparian – SIM

Fernando Gomes – NÃO

Fernando Henrique Cardoso – SIM

Fernando Santana – SIM

Firmo de Castro – NÃO

Flavio Paimier da Veiga – NÃO

Florestan Fernandes – SIM

Floríceno Paixão – SIM

Francisco Amaral – NÃO

Francisco Benjamim – NÃO

Francisco Carneiro – NÃO

Francisco Küster – SIM

Francisco Rollemberg – SIM

Francisco Rossi – SIM

Francisco Sales – NÃO

Furtado Leite – NÃO

Gandi Jamil – NÃO

Gastone Righi – NÃO

Genebaldo Correia – ABSTENÇÃO

Genésio Bernardino – NÃO

Geovah Amarante – SIM

Geovani Borges – NÃO

Geraldo Aickmin Filho – SIM

Geraldo Bulhões – SIM

Geraldo Campos – SIM

Geraldo Fleming – NÃO

Geraldo Melo – SIM

Gerson Camata – SIM

Gerson Marcondes – NÃO

Gerson Peres – NÃO	José Paulo Bisol – SIM	Narciso Mendes – NÃO
Gidel Dantas – NÃO	José Richa – NÃO	Nelson Aguiar – SIM
Gilson Machado – NÃO	José Santana de Vasconcellos – NÃO	Nelson Carneiro – SIM
Guilherme Palmeira – NÃO	José Serra – SIM	Nelson Jobim – SIM
Gumerindo Milhomem – SIM	José Viana – NÃO	Nelson Sabrá – NÃO
Gustavo de Faria – NÃO	Juarez Antunes – SIM	Nelson Seixas – SIM
Haroldo Lima – SIM	Júlio Campos – NÃO	Nelton Friedrich – SIM
Haroldo Sabóia – SIM	Júlio Costamilan – SIM	Nestor Duarte – NÃO
Hélio Duque – SIM	Jutahy Júnior – ABSTENÇÃO	Nilso Sguarezi – SIM
HélioRosas – NÃO	Koyu Iha – SIM	Nilson Gibson – NÃO
Henrique Córdova – SIM	Lael Varela – NÃO	Noel de Carvalho – SIM
Henrique Eduardo Alves – NÃO	Leite Chaves – SIM	Nyder Barbosa – NÃO
Heráclito Fortes – ABSTENÇÃO	Lélio Souza – SIM	Octávio Elísio – SIM
Hermes Zaneti – SIM	Leopoldo Bessone – NÃO	Olívio Dutra – SIM
Homero Santos – NÃO	Leopoldo Perez – ABSTENÇÃO	Onofre Corrêa – NÃO
Iberê Ferreira – NÃO	Levy Dias – NÃO	Orlando Bezerra – NÃO
Inocêncio Oliveira – NÃO	Lezio Sathler – SIM	Orlando Pacheco – NÃO
Irapuan Costa Júnior – NÃO	Lourival Baptista – NÃO	Oscar Corrêa – NÃO
Irma Passoni – SIM	Lúcio Alcântara – ABSTENÇÃO	Osmar Leitão – NÃO
Ivo Cersósimo – NÃO	Luís Eduardo – NÃO	Osmir Lima – SIM
Ivo Lech – SIM	Luís Roberto Ponte – NÃO	Osmundo Rebouças – NÃO
Ivo Mainardi – SIM	Luiz Alberto Rodrigues – SIM	Oswaldo Bender – NÃO
Jacy Scanagatta – NÃO	Luiz Freire – ABSTENÇÃO	Oswaldo Coelho – NÃO
Jamil Haddad – SIM	Luiz Gushiken – SIM	Oswaldo Almeida – ABSTENÇÃO
Jarbas Passarinho – NÃO	Luiz Marques – NÃO	Oswaldo Trevisan – NÃO
Jayme Paliarin – NÃO	Luiz Salomão – SIM	Paes de Andrade – SIM
Jesus Tajra – NÃO	Luiz Soyer – NÃO	Paes Landim – NÃO
Joaci Góes – SIM	Luiz Viana – SIM	Paulo Macarini – SIM
João Agripino – SIM	Lysâneas Maciel – SIM	Paulo Mincarone – NÃO
João Alves – NÃO	Maluly Neto – NÃO	Paulo Paim – SIM
João da Mata – NÃO	Manoel Castro – NÃO	Paulo Pimentel – NÃO
João Machado Rollemberg – NÃO	Manoel Moreira – NÃO	Paulo Ramos – SIM
João Natal – SIM	Manoel Ribeiro – NÃO	Paulo Roberto – NÃO
João Paulo – SIM	Manuel Viana – NÃO	Paulo Silva – SIM
João Rezek – NÃO	Marcelo Cordeiro – SIM	Paulo Zazur – ABSTENÇÃO
Joaquim Bevilacqua – SIM	Márcia Kubitschek – NÃO	Pedro Ceolin – NÃO
Joaquim Hayckel – NÃO	Márcio Braga – SIM	Percival Muniz – SIM
Joaquim Sucena – NÃO	Márcio Lacerda – SIM	Pimenta da Veiga – NÃO
Jofran Frejat – NÃO	Marco Maciel – NÃO	Plínio Arruda Sampaio – SIM
Jonas Pinheiro – NÃO	Marcos Lima – NÃO	Plínio Martins – ABSTENÇÃO
Jorge Arbage – NÃO	Maria de Lourdes Abadia – NÃO	Pompeu de Sousa – SIM
Jorge Bornhausen – NÃO	Maria Lúcia – NÃO	Rachid Saldanha Derzi – NÃO
Jorge Hage – SIM	Mário Assad – SIM	Raquel Capiberibe – SIM
Jorge Leite – NÃO	Mário Covas – SIM	Raul Ferraz – SIM
Jorge Uequet – SIM	Mário Lima – SIM	Renato Johnsson – NÃO
Jorge Vianna – NÃO	Mário Maia – SIM	Ricardo Fiuza – NÃO
José Agripino – NÃO	Matheus Iensen – NÃO	Ricardo Izar – NÃO
José Carlos Coutinho – ABSTENÇÃO	Maurício Campos – NÃO	Rita Camata – ABSTENÇÃO
José Carlos Grecco – SIM	Maurício Corrêa – SIM	Roberto Augusto – NÃO
José Carlos Sabóia – SIM	Maurício Fruet – SIM	Roberto Balestra – NÃO
José Carlos Vasconcelos – ABSTENÇÃO	Maurício Nasser – NÃO	Roberto Brant – NÃO
José da Conceição – NÃO	Maurício Pádua – NÃO	Roberto Campos – NÃO
José Dutra – NÃO	Maurício Ferreira Lima – SIM	Roberto D'Ávila – SIM
José Egreja – NÃO	Mauro Benevides – NÃO	Roberto Freire – SIM
José Elias – NÃO	Mauro Miranda – NÃO	Roberto Jefferson – NÃO
José Elias Murad – NÃO	Mauro Sampaio – ABSTENÇÃO	Roberto Rollemberg – SIM
José Fogaça – SIM	Meira Filho – NÃO	Roberto Torres – NÃO
José Freire – NÃO	Melo Freire – NÃO	Robson Marinho – SIM
José Genoíno – SIM	Mendes Botelho – SIM	Rodrigues Palma – NÃO
José Geraldo – NÃO	Mendes Canale – SIM	Ronaldo Carvalho – NÃO
José Guedes – SIM	Mendes Ribeiro – SIM	Ronaldo Cezar Coelho – SIM
José Ignácio Ferreira – SIM	Messias Góis – NÃO	Ronan Tito – NÃO
José Lins – NÃO	Michel Temer – SIM	Rosa Prata – NÃO
José Lourenço – NÃO	Milton Barbosa – NÃO	Rose de Freitas – NÃO
José Luiz de Sá – NÃO	Milton Lima – NÃO	Rubem Medina – NÃO
José Luiz Maia – NÃO	Miraldo Gomes – SIM	Ruben Figueiró – NÃO
José Maranhão – NÃO	Miro Teixeira – SIM	Ruberval Pilotto – NÃO
José Maria Eymael – ABSTENÇÃO	Moema São Thiago – SIM	Ruy Bacelar – SIM
José Maurício – SIM	Mozarildo Cavalcanti – NÃO	Ruy Nedel – SIM
José Melo – NÃO	Nabor Júnior – NÃO	Sadie Hauache – NÃO
José Moura – NÃO	Naphtali Alves de Souza – NÃO	Salatiel Carvalho – NÃO

Sandra Cavalcanti – NÃO  
 Santinho Furtado – ABSTENÇÃO  
 Sarney Filho – NÃO  
 Saulo Queiroz – ABSTENÇÃO  
 Sérgio Brito – NÃO  
 Sérgio Werneck – NÃO  
 Severo Gomes – SIM  
 Sigmaringa Seixas – SIM  
 Sílvio Abreu – NÃO  
 Simão Sessim – NÃO  
 Siqueira Campos – NÃO  
 Sólton Borges dos Reis – NÃO  
 Stélio Dias – NÃO  
 Tadeu França – SIM  
 Telmo Kirst – NÃO  
 Theodoro Mendes – NÃO  
 Tito Costa – NÃO  
 Ubiratan Aguiar – NÃO  
 Ubiratan Spinelli – NÃO  
 Valter Pereira – ABSTENÇÃO  
 Vasco Alves – SIM  
 Vicente Bogo – SIM  
 Victor Faccioni – NÃO  
 Victor Fontana – NÃO  
 Vilson Souza – SIM  
 Vingt Rosado – NÃO  
 Vinicius Cansanção – NÃO  
 Virgíldásio de Senna – SIM  
 Virgílio Galassi – NÃO  
 Vitor Buaiz – SIM  
 Vivaldo Barbosa – SIM  
 Vladimir Palmeira – SIM  
 Wagner Lago – NÃO  
 Waldec Ornélas – NÃO  
 Waldyr Pugliesi – SIM  
 Wilson Campos – SIM  
 Wilson Martins – SIM  
 Ziza Valadares – SIM

O requerimento foi rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimaráes):** – Sobre a mesa a:

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Resolução nº 21-B, de 1987:

#### **Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional constituinte.**

Art. 1º. Fica facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e de emendas a dispositivos do Projeto de Constituição.

§ 1º. Caso sejam apresentados dois ou mais substitutivos sobre a mesma matéria, terá prioridade para votação aquele que contiver o maior número de subscritores: sendo estes em igual número, terá preferência o oferecido em primeiro lugar.

§ 2º. Os substitutivos e as emendas apresentados com base neste artigo terão preferência automática, não sendo submetida a votos, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem de idêntico conteúdo.

§ 3º. Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do plenário.

Art. 2º. **ilegível** as as emendas populares, consideram-se prejudicadas todas as emendas e destaques oferecendo em fases anteriores do processo de eleição constitucional.

Art. 3º. Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos, o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á o prazo de 7 (sete) dias para apresentação de:

I – substitutivos e emendas coletivas, na forma do art 1º desta Resolução.

II – emendas individuais, que deverão incidir sobre artigo, parágrafo, inciso ou alínea do Projeto de Constituição, limitadas ao número máximo de 4 (quatro) para cada Constituinte.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo submendá-la ou concluir por substitutivo.

§ 2º Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas, desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão, seja assinada pelos primeiros signatários das emendas, que lhe deram origem, e encaminhada à Mesa antes de iniciada a votação respectiva

§ 3º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

Art. 4º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer do Relator, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, limitados ao número máximo de 6 (seis) para cada Constituinte, que deverão incidir, no todo ou em parte, sobre o texto de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do Projeto de Constituição.

Art. 5º O requerimento de preferência para votação dos destaques de que trata o artigo anterior deverá ser subscrito por, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à apreciação do Título a que diga respeito. No caso de ocorrer o término da votação de um Título e no mesmo dia iniciar-se a votação do Título seguinte, a apresentação de preferência para este último dar-se-á 2 (duas) horas antes de iniciada a sua votação.

§ 1º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores, salvo acordo em contrário.

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 3º Ausente o autor do requerimento o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo autorização por escrito do primeiro signatário a um de seus subscritores.

Art. 6º Ao ser anunciada a votação de cada Título do Projeto de Constituição, será facultado o uso da palavra aos Líderes de partido ou aos Constituintes por eles indicados, bem como ao Relator, pelo seguinte prazo:

a) partido com mais de 150 (cento e cinquenta) representantes – 12 (doze) minutos;

b) partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) representantes – 8 (oito) minutos;

c) partido com até 15 (quinze) representantes – 5 (cinco) minutos

d) Relator – 10 (dez) minutos.

Art. 7º Se ao permitidos destaques para aprovação ou expressão de parte do projeto ou de substitutivo, na forma do art. 4º desta Resolução, considerando-se incluída ou excluída do texto respectivo a matéria objeto do destaque se este for aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 8º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, poderá ser votado requerimento de destaque, para votação em separado de partes do texto do projeto ou do substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Parágrafo único. A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional, se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto.

Art. 9º Votar-se-á em primeiro lugar o Capítulo do respectivo Título, seguido dos destaques e, sucessivamente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de mérito conexas, salvo o disposto no § 2º do art 1º e no parágrafo único do art. 8º desta Resolução.

§ 2º No encaminhamento de votação de matéria destacada, poderão falar, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) Constituintes: 2 (dois) a favor, com preferência para o Autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relator.

§ 3º A votação será realizada na ordem crescente dos Capítulos, Seções, Subseções e seus respectivos artigos, não sendo admitido requerimento de preferência de um sobre outro.

Art. 10. Ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo o Relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de oferecer texto, nas mesmas condições do Relator.

Parágrafo único. Verificada a hipótese prevista neste artigo, abrir-se-á o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação de destaques, independentemente do princípio da prejudicialidade, desde que subscritos por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Art. 11. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o Relator redigirá o vencido, para sua apreciação em segundo turno, no prazo de até 7 (sete) dias.

§ 1º Publicado o texto do Relator no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos, será a matéria incluída em Ordem do Dia durante 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno.

§ 2º Durante a segunda discussão, cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, de acordo com a ordem de inscrição, e os líderes, por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Durante a discussão em segundo turno, fica facultada a cada Constituinte a apresentação de 4 (quatro) emendas supressivas, além de outras destinadas a sanear omissões, erros ou contradições, ou para correção de linguagem.

§ 4º Encerrada a discussão, o Relator emitirá parecer sobre as emendas, no prazo de 5 (cinco)

dias, sendo a matéria, depois de publicada, submetida à votação.

Art. 12. Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada por Constituintes a serem designados pelo Presidente, incluído dentre estes o Relator.

Parágrafo único. Apresentada a redação final, far-se-á a sua publicação no Diário da **Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderão usar da palavra uma única vez por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

Art. 13. Aos Constituintes, obedecido o sistema de rodízio, será entregues, semanalmente, senhas a serem distribuídas ao público em geral, para ingresso às galerias.

Art. 14. Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 5 de janeiro de 1988. – Constituinte **Mauro Benevides**, Relator.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, em sua reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente; Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, 1º Secretário; Mário Maia, 2º Secretário e Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário; resolveu aprovar a Redação Final ao Projeto de Resolução nº 21-B, de 1987, que “altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte”, apresentada pelo relator, Constituinte Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

Sala das Reuniões, 5 de janeiro de 1988. – **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vou submeter a votos a:

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Resolução nº 21-B, de 1987:

#### **Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.**

Art 1º Fica facultada á maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação, de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e de emendas a dispositivos do Projeto de Constituição.

§ 1º Caso sejam apresentados dois ou mais substitutivos sobre a mesma matéria, terá prioridade para votação aquele que contiver o maior número de subscritores; sendo estes em igual número, terá preferência o oferecido em primeiro lugar.

§ 2º Os substitutivos e as emendas apresentados com base neste artigo terão preferência automática, não sendo submetida a votos, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem de idêntico conteúdo.

§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de Intervalo entre uma e outra, para decisão final do plenário.

Art. 2º Excetuadas as emendas populares, consideram-se prejudicadas todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores do processo de elaboração constitucional

Art 3º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos, o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir se á o prazo de 7 (sete) dias para apresentação de:

I – substitutivos e emendas coletivas, na forma do art 1º desta Resolução;

II – emendas individuais, que deverão incidir sobre artigo, parágrafo, inciso ou alínea do Projeto de Constituição, limitadas ao número máximo de 4 (quatro) para cada Constituinte.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo submendá-la ou concluir por substitutivo.

§ 2º Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas, desde que a proposição de constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão, seja assinada pelos primeiros signatários das emendas, que lhe deram origem, e encaminhada à Mesa antes de iniciada a votação respectiva.

§ 3º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação:

Art. 4º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer do Relator, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, limitados ao número máximo de 6 (seis) para cada Constituinte, que deverão incidir, no todo ou em parte, sobre o texto de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do Projeto de Constituição.

Art. 5º O requerimento de preferência para votação dos destaques de que trata o artigo anterior deverá ser subscrito por, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à apreciação do Título a que diga respeito. No caso de ocorrer o término da votação de um Título e no mesmo dia iniciarse a votação dia Título seguinte, a apresentação de preferência para este último dar-se-á 2 (duas) horas antes de iniciada a sua votação.

§ 1º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores, salvo acordo em contrario.

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 3º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo autorização por escrito do primeiro signatário a um de seus subscritores.

Art. 6º Ao ser anunciada a votação de cada Título do Projeto de Constituição, será facultado o uso da palavra aos Líderes de partido ou aos Constituintes por eles indicados, bem como ao Relator, pelo seguinte prazo:

a) partido com mais de 150 (cento e cinquenta) representantes – 12 (doze) minutos;

b) partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) representantes – 8 (oito) minutos;

c) partido com até 15 (quinze) representantes – 5 (cinco) minutos;

d) Relator – 10 (dez) minutos.

Art. 7º Serão permitidos destaques para aprovação ou supressão de parte do projeto ou de substitutivo, na forma do art. 4º desta Resolução, considerando-se incluída ou excluída do texto respectivo a matéria objeto do destaque se este for aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 8º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, poderá ser votado requerimento de destaque, para votação em separado de partes do texto do projeto ou do substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Parágrafo único. A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional, se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto.

Art. 9º Votar-se-á em primeiro lugar o Capítulo do respectivo Título, seguido dos destaques e, sucessivamente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de mérito conexas, salvo o disposto no § 2º do art. 1º e no parágrafo único do art. 8º desta Resolução.

§ 2º No encaminhamento de votação de matéria destacada, poderão falar, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) Constituintes 2 (dois) a favor, com preferência para o Autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relator.

§ 3º A votação será realizada na ordem crescente dos Capítulos, Seções, Subseções e seus respectivos artigos, não sendo admitido requerimento de preferência de um sobre outro.

Art. 10. Ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo o Relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de oferecer texto, nas mesmas condições do Relator.

Parágrafo único. Verificada a hipótese prevista neste artigo, abrir-se-á o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentação de destaques, independentemente do princípio da prejudicialidade, desde que subscritos por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Art. 11. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o Relator redigirá o vencido, para sua apreciação em segundo turno, no prazo de até 7 (sete) dias.

§ 1º Publicado o texto do Relator no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos, será a matéria incluída em Ordem do Dia durante 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno.

§ 2º Durante a segunda discussão, cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, de acordo com a ordem de inscrição, e os líderes, por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Durante a discussão em segundo turno, fica facultada a cada Constituinte a apresentação de 4 (quatro) emendas supressivas, além de outras destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou para correção de linguagem.

§ 4º Encerrada a discussão, o Relator emitirá parecer sobre as emendas, no prazo de 5 (cinco)

dias, sendo a matéria, depois de publicada, submetida à votação.

Art 12. Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada por Constituintes a serem designados pelo Presidente, incluído dentre estes o Relator.

Parágrafo único. Apresentada a redação final, far-se-á a sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderão usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

Art 13. Aos Constituintes, obedecido sistema de rodízio, serão entregues, semanalmente, senhas a serem distribuídas ao público em geral, para ingresso às galerias.

Art. 14. Está Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 5 de janeiro de 1988. – Constituinte **Mauro Benevides**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Os Srs. que a aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa leva ao conhecimento dos Srs. Constituintes que, em consequência da ultimização da votação da matéria regimental, o prazo para apresentação de emendas será de sete dias, a contar de amanhã, até o dia 12.

O prazo do Relator será de sete dias, a partir do dia 13 ao dia 20. O prazo para publicação será de dois dias: 21 e 22.

O prazo para os destaques será de três dias, a partir do dia 23 até o dia 25.

Vencidas ou cumpridas essas fases preliminares, a matéria virá finalmente à tão desejada votação do Plenário, que, na sua soberania, decidirá praticamente em termos terminativos, porque a segunda votação não terá a mesma expressão da primeira.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, quero manifestar meu protesto contra a decisão anterior de V. Ex<sup>a</sup>, que mais uma vez foi modificada hoje.

Fomos à mesa retirar nossos destaques, desde que fosse promulgado o Regimento. V. Ex<sup>a</sup> afirmou, baseado no Regimento atual, que deveria ter o prazo de 48 horas para a redação final. Não estamos querendo que haja esse prazo. Mas V. Ex<sup>a</sup> decidiu, então, de forma diferente de hoje.

Quero lamentar a atitude da Mesa naquela oportunidade, não obstante o respeito que tenho pela Presidência. V. Ex<sup>a</sup> utilizou dois pesos e duas medidas.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Desejo dizer ao eminente Líder e amigo que a Mesa cumpriu o que diz o dispositivo regimental.

O Regimento diz, no art. 82, “dentro de”. Portanto, o prazo não era terminativo de 48 horas e, sim, “dentro de” 48 horas. A Mesa cumpriu o Regimento.

**A SR<sup>a</sup> ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra a nobre Constituinte.

**A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PMDB – BA Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, gostaria que ficasse consignada em Ata que votei “SIM” entretanto no painel eletrônico apareceu “NÃO”. Faço o registro para que fique consignado em Ata.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Fica consignado em Ata. V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem condição para fazer tal pedido.

**O SR. ANTÔNIO CÂMARA:** – Sr. Presidente. peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, houve um engano no momento da votação. O meu voto que apareceu “SIM” deveria ser “NAO”.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A declaração de V. Ex<sup>a</sup> será registrada.

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> acabou de anunciar à Casa que, se promulgada hoje a reforma regimental, com a aprovação da redação final, começaria a transcorrer o prazo para o vencimento das emendas. No entanto, a contagem desse prazo começa a partir da publicação das alterações do Regimento Interno, e só se poderá iniciar, obviamente, amanhã.

O prazo se estará portanto a 13 de janeiro e não no dia 12. Solicito a V. Ex<sup>a</sup>, em questão de ordem, a correção necessária de sua decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai diligenciar, como das vezes anteriores – é tradição, porque também participa do desejo de andamento rápido dos trabalhos constituintes – no sentido de que a publicação ocorra amanhã. Assim, haverá condições de fluir o prazo, logo a partir de amanhã.

Esta a decisão da Mesa.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente. peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que pela primeira vez lamento voltar a tratar do assunto. V. Ex<sup>a</sup> leu o Regimento e tomou agora atitude totalmente diferente da que adotou há cerca de vinte dias, lamento, dizer a V. Ex<sup>a</sup>, pelo respeito que lhe tenho, que isso me induz a crer que V. Ex<sup>a</sup> foi parcial e parcialíssimo

para beneficiar as manobras do “Centrão”. Estou dizendo isso para ficar registrado nos Anais da Casa. V. Ex<sup>a</sup> e todos os Líderes aqui – o Líder Mário Covas, o Líder Haroldo Lima, todos os Líderes, enfim – são testemunhas disso.

V. Ex<sup>a</sup> foi instado pelos Constituintes Ricardo Fiúza, Gastone Righi e Cardoso Alves a fazer isso e tomou uma atitude, evidentemente, contrária àquela interpretação que deu ao Regimento naquela oportunidade. Que isso fique registrado nos Anais, para que a História tome conhecimento desse fato.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Voto a dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, na ocasião, quando se suscitou a oportunidade ou a possibilidade de se retirarem as emendas, surgiu o problema da redação. Houve interpretações regimentais no sentido de que a redação não precisaria ser votada.

A Presidência declarou a todos, naquela ocasião – e à imprensa, inclusive – que a redação é exigida pelo Regimento, pela tradição. Sempre se tem votado a redação como se fez hoje. A Presidência pode ter cometido outros erros. Esse, não cometeu. Cumpriu decisão regimental.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, é necessário que fique registrado para o País – e não vou recorrer da decisão de V. Ex<sup>a</sup> – que a Presidência tomou essa atitude usando dois pesos e duas medidas. Em nome da Liderança do PT, juntamente com os Constituintes Luis Inácio Lula da Silva e Plínio Arruda Sampaio, consultamos a Mesa para saber se V. Ex<sup>a</sup> concordava com que retirássemos os destaques e, se assim fosse, imediatamente se teria a redação final, porque os destaques não modificavam o todo original.

V. Ex<sup>a</sup> afirmou que, consultando a assessoria da Mesa, o Regimento Interno era claro: obrigava à aprovação da redação final e à publicação 48 horas depois. Hoje, portanto, de maneira discriminatória V. Ex<sup>a</sup> atendeu ao desejo do “Centrão”. Isso precisa ficar claro, porque um dos papéis da Constituinte é esclarecer as posições de quem é quem nesse jogo político, para acabarmos com essa encenação.

Muito obrigado.

**O SR. ALOYSIO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para registrar que votei “não” e a máquina consignou “sim”.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa fará o devido registro.

Desejo dizer novamente que não quero contestar os eminentes líderes. Pode ter havido um equívoco. A questão toda é que surgiu o problema da aprovação da redação. Havia interpretação no sentido de que isso não era necessário, por razões aduzidas na ocasião.

A Presidência entendeu, coerentemente com o que tem feito a Câmara dos Deputados, que era preciso aprovar a redação, colocando-a hoje em votação.



**O SR. MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, alguns minutos atrás ouvi de V. Ex<sup>a</sup> a afirmação de que amanhã será publicada a modificação do Regimento, tal qual aprovado aqui. Portanto, a partir dessa aprovação, os prazos começariam a fluir segundo o calendário que o próprio Regimento Interno determina. Os sete primeiros dias seriam destinados à apresentação de emendas.

Por outro lado, reconheço muito válida a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> com a protelação por dois meses da votação na Constituinte. Portanto, é natural a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, na Presidência da Assembléia, no sentido de que se vote o mais rápido possível. A mim me parece – e isto está claro no estatuto, infelizmente – que ocorrendo a publicação no dia de amanhã, o prazo para contagem da apresentação de emendas só poderá fluir a partir do dia subsequente. Não há como fazer coincidir o prazo de publicação, por uma regra que V. Ex<sup>a</sup> outro dia aqui invocou.

Eu, até em nome da velocidade, ficaria com a tese de V. Ex<sup>a</sup>, mas tenho muito medo, quando se passa por cima do Regimento. Por exemplo, quando se vota globalmente uma série de destaques, imediatamente só se admitem duas hipóteses. Uma é ter havido acordo prévio para aprovação ou rejeição global, porque não há outra alternativa para isso. É um paradoxo da natureza operacional que se votem destaques em conjunto; mas de pequenos em pequenos deslizes vamos destruindo algo que, neste instante, muito me interessa defender: o Regimento interno.

Temos explícito no Regimento: "publicado: no "Diário Oficial" o projeto, no dia subsequente começa a contar o prazo".

Portanto, publicado o projeto amanhã, o prazo efetivo para que se possam apresentar emendas, necessariamente, tem de começar no dia subsequente. Volto a insistir em que, partindo da mesma preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, poderíamos estar votando em plenário desde o dia 20 de novembro. A rigor, o calendário que hoje se aprova remete-nos para o dia 26 de janeiro, ou seja perdemos exatamente 66 dias de votação em plenário.

Portanto, natural a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>. Mas não façamos com que a preocupação com este fato acabe por passar por cima de outro fundamental, ou seja, o respeito ao Regimento. Ao contrário do que muitos pensam, o Regimento objetiva garantir minorias, aqueles que, por não terem os votos majoritários, têm no Regimento seu instrumento de ação. Quem tem voto ganha, não precisa ter Regimento como instrumento para isso.

Cumpra, portanto, neste instante responder-lhe. A mim me parece que se não houve mal, a decisão de V. Ex<sup>a</sup> se compadece de uma cobertura de natureza regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa já ouviu as ponderações do eminente Líder Gastone Righi, do PTB, semelhantes às de V. Ex<sup>a</sup>, que vai ao microfone e faz as considerações que toda a Casa ouviu.

A Mesa deseja dizer que no Regimento não há disposição no sentido de que se pudesse obrigatoriamente, compulsoriamente, haver a interpretação defendida por V. Ex<sup>a</sup>. Esta Presidência e a Mesa têm tido sempre uma inclinação liberal, desde que não prejudique fundamentalmente o andamento dos nossos trabalhos, tão ansiosamente esperados pela Nação. O nobre Constituinte Gastone Righi e V. Ex<sup>a</sup> têm razão neste ponto: é uma fase muito importante esta do oferecimento de emendas. Inclusive, havia incerteza de que se pudesse ou não aprovar hoje o Regimento para conhecimento de emendas.

Nesse sentido por uma interpretação liberal e como já fizera outras vezes, a Mesa vai alterar sucessivamente todos os prazos, a fim de que os prazos das emendas passem a fluir posteriormente ao dia da publicação, que será amanhã. A Mesa enviará a cada Constituinte uma comunicação do calendário das várias datas sucessivas de apresentação de emendas, do parecer do Relator e dos destaques.

Esta é a decisão. (Muito bem!)

**O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que retifique meu voto. Em lugar de "não", o voto correto seria "sim". Solicito à Mesa, portanto que faça registrar a retificação de meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – O registro de V. Ex<sup>a</sup> será consignado. V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vem à Mesa e vai à publicação a seguinte "Declaração de Voto".

Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro para efeito de correção nos anais desta Assembléia que o meu voto aos destaques em bloco foi "não" em face do sistema eletrônico ter acusado abstenção. – **Oswaldo Almeida.**

Brasília, 5 de janeiro de 1988.

#### VIII - ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:**

Aécio Neves – PMDB; Afonso Camargo – PTB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vegílio – PDS; Cleonânio Fonseca – PFL; Cristina Tavares –

PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hilário Braun – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Menezes – PFL; Joaquim Francisco – PFL; Jonival Lucas – PFL; José Camargo – PF; José Carlos Martinez – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Jorge – PFL; José Mendonça Bezerra – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Mattos Leão – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Soares – PTR; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Wedekin – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Virgílio Távora – PDS; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Encerro a sessão, convocando a Assembléia Nacional Constituinte para a ordinária de amanhã, quarta-feira, dia 6, às 14:30 horas.

*Encerra-se a sessão às 17 horas e 31 minutos*



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 164

QUINTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA-DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 180ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 6 DE JANEIRO DE 1987

##### I – Abertura da Sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

##### III – Leitura do Expediente

#### OFÍCIOS

Nº 001/88 – Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, participando que o Senhor Constituinte Nelson Jobim passa a integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

Nº 002/88 – Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, indicando o Senhor Constituinte Miro Teixeira para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

##### IV – Pequeno Experiente

NILSON GIBSON – Não participação do Governador Miguel Arraes, de Pernambuco, na reunião do grupo histórico do PMDB. Declaração do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, no sentido da coerência da convocação de eleições gerais caso seja reduzido o tempo de mandato do Presidente José Sarney. Pronunciamento do Ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente por ocasião da assinatura, pelo Presidente da República, de conjunto de medidas que visam a facilitar a aquisição da casa própria. Indicação do jornalista Almeida Filho para Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

FARABULINI JÚNIOR – Discordância do orador de dispositivos do novo texto constitucional que desatendem à assistência social,

em particular no que concerne à Legião Brasileira de Assistência.

CÉSAR MAIA (Pela ordem) – Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento.

MÁRIO LIMA – Obstrução do grupo "Centrão" aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Gravidade da situação do País e necessidade de presteza na elaboração da nova Carta Magna.

IVO LECH – Interferência indébita da Presidência da República na atividade da Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO BENDER – Matéria inserida no jornal **Zero Hora**: "Dom Vicente critica os progressistas da Igreja – Provedor reeleito para mais três anos – e não aceita padres na política". Excelência da administração de Dom Vicente Scherer como Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

NILSON SQUAREZI – Crítica a apelo do Presidente José Sarney a lideranças do "Centrão" no sentido da modificação de dispositivos aprovados pela Comissão de Sistematização relativos à reforma tributária.

OLÍVIO DUTRA – Omissão do Governo na área da política de saúde como causa da morte do cartunista Henfil. Inserção nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte de artigo do jornalista Hélio Pellegrino publicado no **Jornal do Brasil** sob o título "Um exercício de liberdade". Revolta do orador contra chacina de garimpeiros no município de Marabá, Estado do Pará e contra assassinatos cometidos em Goianésia, município de Rondon do Pará, em virtude do conflito agrário.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Crítica a elenco de emendas que o grupo "Centrão" se propõe a apresentar ao Projeto de Constituição.

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Matéria publicada pelo Jornal **O Estado de S. Paulo** a propósito do centenário de nascimento do estadista Armando Salles de Oliveira. Comemoração dos 113 anos de fundação de **O Estado de S. Paulo**.

JOSÉ MOURA – Defesa do estabelecimento do critério da ponderação federativa no novo texto constitucional.

LÉSIO SATHLER – Política nacional de educação de trânsito.

JOSÉ GENOÍNO – Solidariedade a movimento reivindicatório promovido pelos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa. Protesto contra violência praticada pelo Governo do Estado do Pará com relação aos garimpeiros de Serra Pelada

ALDO ARANTES – Crítica à política econômica do Governo Sarney.

DEL BOSCO AMARAL – Ausência do Plenário dos oponentes ao grupo "Centrão" na votação do projeto de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ ELIAS MURAD – Indignação do orador ante falecimento do cartunista Henfil em virtude de contaminação em processo terapêutico.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Eleições diretas já para Presidente da República como protesto contra desacertos do Governo José Sarney.

EDMILSON VALENTIM – Repúdio a massacre de garimpeiros no Estado do Pará.

DIONISIO HAGE – impressões da viagem do orador à Antártica.

DENISAR ARNEIRO – Artigo da jornalista Elvira Lobato publicado na **Folha de S. Paulo** sob o título "Sem correção da dívida, roubo de instituições visa lucro".

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Lançamento, pelo Presidente José Sarney, do Projeto Padre Cícero, em Simão Dias, Estado de Sergipe.

MAURO BENEVIDES – Sessenta anos de fundação do jornal **O Povo**, do Estado do Ceará.

MENDES RIBEIRO – Acerto de observações do Senador Jarbas Passarinho sobre atitudes políticas de Parlamentares.

IVALDO GONÇALVES – Problemática da educação no Estado da Paraíba. Ofícios dirigidos pelo orador ao Presidente da República, José Sarney e ao Ministro da Educação, Jorge Bonhausen, com referência à implantação de escolas agrícolas de 2º Grau nos Municípios de Boqueirão e Princesa Isabel, no Estado.

ERALDO TRINDADE – Indefinição na discussão de matérias como causa de descrédito popular na Assembléia Nacional Constituinte.

FRANCISCO AMARAL – Benefício da criação, pelo Governador Orestes Quércia, do Estado de São Paulo, da Secretaria de Estado do Menor, responsável pela execução do programa "Turma de Rua".

ÁTILA LIRA – Necessidade de maior atenção do Governo para a política habitacional.

PAULO MACARINI – Êxito dos esforços do Ministério da Previdência e Assistência Social no sentido da recuperação financeira do setor. Desempenho do Dr. Lourenço Antônio Brancher à frente da Superintendência Regional do IAPAS em Santa Catarina.

ASDRUBAL BENTES – Massacre de garimpeiros em Serra Pelada e editorial publicado em **O Liberal** a propósito, sob o título "Mais duas vítimas da intervenção indevida."

FURTADO LEITE – Inquietação do povo brasileiro ante morosidade na elaboração da nova Carta Constitucional.

ONOFRE CORRÊA – Seqüestro, no Chile, do Coronel Carlos Carreno: Participação do orador na II Assembléia Parlamentar pela Democracia do Chile.

JESUALDO CAVALCANTI – Carta dirigida ao Deputado Daso Coimbra a propósito de posição do orador no que concerne ao grupo "Centrão."

JÚLIO COSTAMILAN – Reivindicações dos trabalhadores aposentados e pensionistas da Previdência Social.

PEDRO CANEDO – Autonomia das Universidades. Destinação de recursos específicos para a educação. Aposentadoria com salário integral para docentes das Universidades federais.

ANTÔNIO CÂMARA – Relatório do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio Grande do Norte sobre repercussões nefastas da elevação da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre o lucro das empresas concessionárias.

EDUARDO JORGE – Falhas no controle estatal dos bancos de sangue como causa da morte do cartunista Henfil.

CARLOS VINAGRE – Trinta e cinco anos de atividade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e sugestão de investimento maciço de seus recursos na Amazônia Legal.

JORGE ARBAGE – Eleições gerais em 1988.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Insensibilidade governamental para com aposentados e pensionistas consubstanciada em veto a projeto de lei de iniciativa do orador que estabelecia o rendimento mínimo de 95% do Piso Nacional de Salários.

CARLOS BENEVIDES – Direito a voto para menores de 16 anos.

SÓLON BORGES DOS REIS – Reapresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição no sentido de educação orientada prioritariamente para a responsabilidade pessoal, política e social

VICENTE BOGO – Abaixo assinado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé, Rio Grande do Sul, em favor da aprovação de emenda do orador ao Projeto de Constituição que visa ao reconhecimento da profissão da mulher trabalhadora rural.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Protesto contra veto presidencial a projeto de lei que visa à paridade salarial para os aposentados.

#### V – Comunicações das Lideranças

PAULO DELGADO – Degeneração da autoridade pública no País caracterizado pela responsabilidade do Governo na morte do cartunista Henfil, no massacre de garimpeiros em Serra Pelada, Estado do Pará, e no incidente radioativo ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás. A nova Constituição como instrumento de transformação social.

HAROLDO LIMA – Aprovação pela Assembléia Nacional Constituinte da totalidade das emendas apresentadas pelo grupo "Centrão". Artigo do jornalista Jânio de Freitas publicado na **Folha de S. Paulo** sob o título "A maioria que é minoria:

AMARAL NETTO – Réplica ao pronunciamento do Constituinte Haroldo Lima Protesto contra matéria publicada pelo **Jornal de Brasília**: "SARNEY governará com o Centrão". Posicionamento do orador quanto à sua participação no grupo "Centrão".

MAURO BORGES – Protesto contra declaração do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, publicada pelo **Jornal de Brasília** sob o título "Leônidas condiciona os quatro anos à convocação de eleições gerais."

FIRMO DE CASTRO – Inserção nos Anais de trabalho de autoria do orador intitulado "A União e o novo sistema tributário".

RUY NEDEL – Protesto contra atribuição ao PMDB, pelo Constituinte Amaral Netto, da responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas pela Nação.

AMAURY MÜLLER – Apelo no sentido da rejeição, pelo Congresso Nacional, do Decreto-Lei nº 2.351, de 1987, que estabelece o Piso Nacional de Salários.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Irrealidade da abolição da escravatura no País e esperança de libertação por meio da Assembléia Nacional Constituinte.

ADYLSO MOTA – A modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte como única finalidade da aposição da assinatura do orador no documento de iniciativa do "Centrão" e seu descompromisso para com o grupo.

#### VI – Apresentação de Proposições

AMAURY MÜLLER (Questão de ordem) – Pedido de informações ao Presidente da Câmara dos Deputados sobre conclusões da comissão constituída para estudar a situação dos funcionários da firma Sitran encarregados da limpeza das dependências da Casa.

PRESIDENTE – Resposta a questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

#### VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

VASCO ALVES – Decepção do povo com o PMDB pelo descumprimento de promessas que embasaram a Nova República.

FERNANDO GASPARIAN – Crítica à política de privatização de empresas estatais brasileiras. Matéria publicada pela imprensa paulista a propósito do assunto, sob o título "Capitalismo?"

VICENTE BOGO – Abaixo assinado do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bagé, Rio Grande do Sul, em prol da extensão à mulher trabalhadora rural dos benefícios da Previdência Social.

#### VIII – Encerramento

Discurso do Senador João Menezes na sessão de 30-9-87, que se republica por haver saído com omissões.

ADYLSO MOTA – Requerimento de Informações ao Presidente da República sobre notícia veiculada pela revista **Veja** sobre grampeamento de telefones do Ministro do Planejamento e sobre intermediação de parente do Ministro Aníbal Teixeira para liberação de verbas.

- 2 – MESA (Relação dos membros)
- 3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)
- 4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

## Ata da 180ª, Sessão, em 6 de janeiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário

## ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENADORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Abano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Aníbal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antôniocarlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curíati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Arterin Werner – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Melo – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Busco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Cajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PTB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Taja – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bonhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Dias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varela – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés

Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Trevisan – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Víctor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Vigildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaziz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldir Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

#### I – ABERTURA DA SESSÃO

##### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 282 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

#### II – LEITURA DA ATA

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ**, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é sem observações, assinada.

##### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. MÁRIO MAIA**, Segundo-Secretário, servindo como Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

#### III – EXPEDIENTE OFÍCIOS

**Do Sr. Constituinte Mário Covas, Líder do PMDB, nos seguintes termos:**

Ofício GL/001/88

Brasília, 5 de janeiro de 1988

Exmº Sr. Presidente:

Tenho a honra de indicar, nos termos do art 12, § 2º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Nelson Jobim para exercer o cargo de Vice-líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

**Do Sr. Constituinte Mário Covas, Líder do PMDB, nos seguintes termos:**

Of. GL/002/88

Brasília, 5 de janeiro de 1988.

Senhor Presidente

Tenho a honra de indicar, nos termos do Art. 12, § 2º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Miro Teixeira para exercer o cargo de Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

##### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está finda a leitura do expediente. Passa-se ao:

#### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O Governador Miguel Arraes não vai participar da reunião do chamado grupo histórico do PMDB, formado pelos antigos militantes do Partido, que

será realizada dia nove, aqui em Brasília. O Governador Miguel Arraes defende a unidade e seria um contra-senso pretender um resultado divergente e que traga um conflito na agremiação partidária.

A reunião, realmente, foi convocada sem ter a definição de uma pauta ou roteiro de discussões. O Governador Miguel Arraes é favorável à troca de idéias, às conversas, mas coloca em dúvida e receia que o encontro traga um desmoronamento.

Apesar de sua indisposição em participar da reunião de Brasília, o Governador Miguel Arraes é um dos principais articuladores da estratégia de recuperação do PMDB, que vem sendo buscada pelos filiados do Partido para recolocar o PMDB em seu leito natural, a partir dos trabalhos, da Assembléia Nacional Constituinte Foi S. Ex.<sup>a</sup> que propôs a reorganização interna do PMDB aos Governadores do PMDB reunidos no Rio de Janeiro, dia 22 de outubro do ano passado, através de um documento que distribuiu.

O Diretório Nacional do PMDB fixou para 24 de março as Convenções Municipais. É necessário que se encontre uma solução para evitar um confronto entre as várias facções do Partido.

O Governador Miguel Arraes defende a necessidade da troca de idéias sobre como a sociedade deve enfrentar a dívida interna; colocação em prática de um plano plurianual de desenvolvimento social para combate à miséria; correção da distorção na distribuição da receita pública; modernização do sistema político-partidário; e revitalização das universidades e centros de pesquisas.

Mas, desejo fazer um registro todo especial: O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem, na cidade do Recife, quando da passagem do Comando Militar do Nordeste, que se a nova Carta Política deseja reduzir o mandato do Presidente José Sarney para quatro anos, com a eleição do seu sucessor em novembro próximo, deve-se também convocar eleições gerais para a mesma data, para ser coerente. Presidiu S. Ex.<sup>a</sup> a solenidade da passagem do Comando ao novo Comandante Militar do Nordeste, General Hélio Pacheco, e disse o Ministro Leônidas Pires Gonçalves que não acredita que o atraso nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte represente riscos à consolidação do processo democrático, mas teme que isso traga consequências negativas para a economia do país.

Realmente, tem razão o Governador Miguel Arraes quando afirma que as manifestações populares de 1986 legitimaram os mandatos conquistados nas eleições, e que seus detentores asseguram o processo de abertura democrática. Ora, também o mandato do Presidente José Sarney é igualmente legítimo, e Sua Excelência assegurou a transição democrática. Com efeito, concordo totalmente com a declaração do Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, feita ontem em Recife, de que se a Assembléia Nacional Constituinte aprovar o mandato do Presidente José Sarney de quatro anos, devia ser coerente e aprovar também eleições gerais para novembro deste ano. Portanto, contesto veementemente o discurso do Deputado Amaury Müller, feito hoje na sessão do Congresso Nacional, pela manhã, discordando das afirmações do Ministro do Exército. É competência do Ministro fazer declarações sobre assuntos políticos. exerce uma atividade política, é Mi-

nistro de Estado. Não se trata de pressão à Constituinte, não procura boicotar a tese dos quatro anos.

Parabenizo o Ministro Leônidas Pires Gonçalves pela sua maneira correta e bastante lúcida e oportuníssima de lançar uma magnífica idéia aos Constituintes: eleições gerais em novembro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>, e Srs. Constituintes, no dia de ontem, abordei em pronunciamento o lançamento do Projeto Padre Cícero, da área do Ministério do Interior. Hoje, faço outro registro especial: O Presidente José Sarney, facilita a casa própria O Presidente José Sarney, na manhã de hoje, lançou novas regras: reduz juros e aumenta prazos para os futuros mutuários. Foram anunciadas seis resoluções, um decreto-lei, e duas circulares com o elenco de medidas que reduzem de 15 a 30% as prestações da casa própria. O Banco Central reduziu juros, ampliou prazos e estimulou a caderneta de poupança vinculada para ampliar o acesso de novos mutuários ao Sistema Financeiro de Habitação. Os juros máximos dos financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação para imóveis com valor unitário de 2.501 a 5.000 Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), equivalentes Cz\$1.492.946,00 e Cz\$ 2984.700,00, caíram de 12 para 10,5%. Na faixa de até 300 OTN, correspondente a Cz\$179.082,00 os juros reais de 2% ao ano foram zerados. Ainda para reduzir o valor das prestações, o Banco Central ampliou os prazos de financiamento. O teto anterior, de 25 anos, foi estendido das operações até 530 OTN, correspondente a Cz\$316.378,20, para até 2.500 a 3.500 OTN, equivalente a Cz\$1.492.350,00, de 2501 a 3500 OTN, ou seja, de Cz\$1.492.946,00 a Cz\$2.089.290,00 – o prazo máximo subiu de – 16 para 21 a 24 anos. Nas operações de 3.501 a 5.000 OTN, equivalente de Cz\$2.089.886,90 a Cz\$2.984.700,00, o prazo anterior de 15 anos foi alterado para 20 anos.

Passo a fazer registro das novas regras:

1 – JUROS – Os juros dos financiamentos caem de 1,5 a 2 por cento.

2 – PRAZOS – Ampliação de até 8 anos no prazo máximo de financiamento.

3 – FGTS – Permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para os financiamentos concedidos por entidades de previdências privada a seus associados.

4 – DESCONTO – Prorroga, por prazo indeterminado, a concessão do desconto de 25 por cento para a quitação antecipada ou transferência de financiamentos contratados antes de 28 de fevereiro de 1986. Na quitação com desconto, o mutuário também pode utilizar o FGTS.

5 – CES – O peso do Coeficiente de Equivalência Salarial (CES) na formação de cada prestação caiu de 18 para 15 por cento.

6 – USADOS – Até o final do ano, os agentes do SFH podem destinar 40 por cento de suas aplicações para imóveis usados.

7 – POUPANÇA – O prazo mínimo e depósitos obrigatórios na caderneta-vinculada caiu de 36 meses para 12 meses. Para o mesmo saldo de depósitos, aumentou o valor do financiamento a ser concedido. Por exemplo, na faixa de financiamento de 3.501 a 5.000 Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), equivalente a Cz\$ 2.089.886,90 a

2.984.700,00 os agentes liberarão quatro vezes os depósitos acumulados

## B – PARA OS AGENTES

1 – COMPULSÓRIO – O recolhimento compulsório sobre os depósitos de poupança cai de 20 para 15 por cento.

2 – APLICAÇÕES – Liberação dos empréstimos da faixa livre, congelados desde agosto último;

– Para compensar a redução do compulsório, as aplicações obrigatórias no setor habitacional sobem de 60 para 65 por cento dos depósitos de poupança;

– Ainda para cobrir a redução de 1,5 a 2 por cento nos juros dos financiamentos, as aplicações obrigatórias em imóveis com valor inferior a 2.500 OTN, equivalente a Cz\$ 1.492.350,00 caíram de 25 para 10 por cento dos recursos captados.

3 – FUNDOS – Os agentes ganharam também com a redução dos recolhimentos compulsórios a fundos especiais. Por exemplo, a contribuição ao Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Mobiliários (FGDLI) caiu de 1,5 para 0,075 por cento e foi extinto o recolhimento ao Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda (Fahre).

4 – LETRAS – Até 30 por cento das aplicações compulsórias no SFN podem ser atendidas com a compra de letras imobiliárias, com prazo de resgate superior a cinco anos.

5 – FCVS – O Tesouro destinará recursos orçamentários para a cobertura do rombo do Fundo de Compensação de Variações Salariais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, desejo aproveitar a oportunidade para fazer um registro muito especial para Pernambuco. Destaco melhor, para a cidade dos Barreiros: um dos seus filhos foi escolhido pelo Ministro Prisco Viana, do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, como Coordenador de Comunicação Social. Refiro-me ao jornalista Almeida Filho. Foi S. Ex.<sup>a</sup> assessor especial do então Senador José Sarney, quando Presidente do PDS. Jornalista Profissional, foi redator do Jornal do Brasil. Quando estudante, militou na política universitária de Pernambuco e na esfera nacional, exercendo as funções de Secretário-Geral da UBES.

Concluo Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>, e Srs. Constituintes, passando a fazer a leitura do discurso do Ministro Prisco Viana, na solenidade realizada hoje no Palácio do Planalto, quando o Presidente José Sarney assinou as medidas que visam facilitar a aquisição da casa própria pelos trabalhadores e, também outras importantes medidas:

"Senhor Presidente:

Cumpra-se, neste momento a principal determinação dada por Vossa Excelência ao Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, qual seja, a de encontrar, dentro das limitações criadas pelas circunstâncias econômicas em que vivemos, caminhos que permitissem a retomada do dinamismo da política habitacional. Entendia, como ainda

entende Vossa Excelência, que dentre os problemas sociais que nos atormentam e angustiam, e cuja solução representa o compromisso prioritário do seu Governo, o da habitação é o grande desafio a ser enfrentado e vencido sem perda de tempo.

As medidas agora adotadas por Vossa Excelência, e que resultam de estudos responsáveis conduzidos pelo Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, com a participação de outras áreas do Governo e de representantes credenciados do setor privado reunidos em grupo de trabalho introduzem significativas modificações no Sistema Financeiro de Habitação, importando, de fato, no estabelecimento da nova política habitacional que visa alcançar dois objetivos principais: o primeiro, o de facilitar o acesso do povo, especialmente da classe média e nesta as faixas de menor renda, aos programas de moradias financiadas; o segundo, o de criar, através de regras definidas com clareza e de caráter permanente, segurança e estímulo à participação do setor privado nos referidos programas. Visam ainda, essas medidas, corrigirem situações criadas com a extinção do BNH, e que vinham se constituindo em elementos de inibição dos investimentos em habitação, nos últimos meses quase que restritos aos financiamentos realizados pela Caixa Econômica Federal.

Com os atos assinados por Vossa Excelência, hoje publicados no **Diário Oficial** da União, resolve-se a pendência que já perdurava por mais de um ano relativamente ao Fundo de Compensação de Variações Salariais, com o esclarecimento de duas questões fundamentais: o estímulo à transferência e à liquidação antecipada dos imóveis financiados e a definição de normas para o ressarcimento aos Agentes Financeiros dos saldos residuais do FCVS, que passa a ser responsabilidade da União, através do MHU; é criado o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que integra todos os segmentos no processo, inclusive os trabalhadores, elimina-se o IOF das operações com habitação; propõe-se através de mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional, a criação do Conselho Nacional de Habitação, como órgão destinado a elaborar propostas de política habitacional a serem adotadas pelo Governo. Sua composição contemplará a representação de todos os setores envolvidos no processo, inclusive o dos mutuários, e permitirá que se alcance uma das diretrizes traçadas por Vossa Excelência, que é a da unificação do comando da política habitacional do Governo no Ministério da Habitação.

Outros atos, como Resoluções, Portarias e Circulares do Conselho Monetário e do Banco Central igualmente publicadas no **Diário Oficial** de hoje, completam as medidas ora adotadas dentro do objetivo de reformulação da política habitacional.

Com isso, obtêm-se como resultados e medidas da nova política, portanto, como ganhos efetivos para os futuros adquirentes da

casa própria pelo Sistema Financeiro de Habitação, dentre outros, os seguintes:

– ampliação dos prazos de financiamento em até cinco anos, com o que o prazo máximo passa a ser de vinte e cinco anos;

– redução dos juros em até dois pontos percentuais. Os juros passam a ser apurados em função do valor do financiamento concedido pelo agente financeiro e não mais do valor do imóvel financiado;

– os financiamentos de valores inferiores a 301 OTN, isto é, os financiamentos até Cz\$ 139 mil, não pagarão juros. Terão juros zero, como o que se privilegia as classes de menor renda;

– os financiamentos até 5.000 OTN, isto é, até 2,3 milhões de cruzados, que é o teto máximo permitido, terão juros de 10,5%, o que representa uma redução de 2% em relação ao que vigorava antes.

– alterou-se a sistemática para aprovação do comprometimento da renda familiar que passou a ser feita com base no financiamento liberado. Assim, o comprometimento da renda familiar do adquirente vai de um mínimo de 15% a um máximo de 35%. Disso resulta, também, uma melhoria do poder de compra do adquirente da casa própria, que nas faixas de menor renda vai elevar-se em até 60%;

– redução do Coeficiente de Equivalência Salarial, para efeito de cálculo da prestação mensal;

– finalmente; e como resultado desse conjunto de medidas, as prestações **terão uma redução de até trinta por cento**, sendo maiores essas reduções na medida em que menores forem as rendas dos mutuários. Isto é, benefícios maiores para as faixas de rendas menores.

Senhor Presidente:

Temos fundadas esperanças de que com essas medidas readquiriremos o dinamismo desejado. Nossa expectativa é a de que a resposta do setor privado seja imediata e que os investimentos serão retomados, deixando o dinheiro da habitação de servir a especulação financeira para ser colocado a serviço da construção de casas e apartamentos para o povo, reativando a construção civil com todos os seus benéficos resultados para a economia como um todo.

O Governo está cumprindo sua parte, certo, entretanto, de que sozinho, não resolverá nem este como nenhum outro problema do País. Daí a renovação do apelo que vimos fazendo aos empresários do setor habitacional, do sistema financeiro como da construção, para que venham agora trazer sua contribuição para que, juntos, possamos dar solução ao grave problema social, ajudando a reduzir o déficit de habitação que já se eleva a quase dez milhões de unidades, voltando-se basicamente para a construção de habitações populares para as camadas de menor renda da população.

Como afirmou Vossa Excelência em seu discurso em Simão Dias, não há por que descreer do Brasil. Neste instante o pessimismo, deliberadamente difundido, é sinônimo de impatriotismo, caldo de cultura para que

prosperar a demagogia, que poderá por algum tempo ser matéria-prima para a ilusão do povo, jamais o caminho para a solução dos problemas econômicos, sociais e políticos do País. Ao contrário, o momento exige crença nas potencialidades do País e responsabilidade no enfrentamento de seus problemas. E Vossa Excelência tem sido, em todo o tempo de sua Presidência, um exemplo de governante responsável, austero e dedicado ao cumprimento dos seus deveres, sem ambições pessoais de qualquer natureza. E com este ato de hoje V. Ex.<sup>a</sup> reafirma a marca do seu Governo **tudo pelo social**, o compromisso com a melhoria das condições de vida do povo, por maiores que sejam as adversidades a enfrentar. E Vossa Excelência não tem por que mudar de orientação, pois, a despeito da atoarda dos pregoeiros da desesperança, do caos e da ingovernabilidade, o povo entende Vossa Excelência e está a julgá-lo como Presidente leal que nunca escondeu as dificuldades e jamais desertou da luta em favor dos ideais de liberdade de prosperidade e de paz da gente brasileira."

**O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, nobilísimos Constituintes:

O Projeto de Constituição originário da Comissão de Sistematização, no Capítulo da Assistência Social, art. 239, e bem assim o art. 29 das Disposições Transitórias, estabelecem o modelo inaceitável e que desatende à Assistência Social por inteiro. Resulto que o projeto fulmina valores existentes na área assistencial que são imprescindíveis e portanto precisam ser preservados. Por um lado, o texto que vai à discussão anula por inteiro – o sistema atual liderado pela Legião Brasileira de Assistência e, por outro lado, deixa à margem entidades beneficentes de assistência social, quase que desprezando-as.

Falar-se agora aos ilustres Constituintes a respeito da Legião Brasileira de Assistência parece-me ocioso, já que os representantes do povo não desconhecem os 45 anos de atividade ininterrupta dessa Legião. V. Ex.<sup>a</sup> sabem, tenho certeza, que a LBA produziu até aqui, no Brasil, o melhor e o mais fecundo esforço da direção dos mais fracos, dos mais humildes, dos mais necessitados. Desdobrou-se em convênios com entidades as mais ativas para atender à grande massa de carentes deste País. O legislador pátrio sempre preservou a LBA, autorizando-lhe uma estrutura capaz de lhe permitir o trabalho a que se dedicou com raro brilho. O legislador pátrio atribuiu-lhe a alta função de planejar e dispor do planejamento para atingir o grande objetivo, que é o de eliminar os desníveis existentes na sociedade brasileira, onde pululam, aos milhões, necessitados das atenções governamentais. O legislador pátrio sempre lhe destinou recursos que foram muito bem aplicados diretamente e em consonância com entidades assistenciais.

Ao ensejo da Constituinte, ao ensejo de se permitir à Nação melhor e mais completa estrutura que poderá dar ao brasileiro carente igualdade de oportunidades somente atingidas por poderosos, não se pode nem de leve se pensar em eliminar do organograma da estrutura do Estado assis-

tencial a LBA e muito menos as entidades assistenciais que funcionam na linha avançada da assistência direta aos mais fracos.

Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, lamentavelmente, há um equívoco, tanto no artigo 239 como no artigo 29 das Disposições Transitórias, que cumpre reparar. Por isso só, um grupo de Constituintes de vários Partidos se movimentou ou para extirpar o art. ou para alterá-lo, e bem assim o 239, já referido. Um dos Parlamentares que lideram o movimento, Constituinte Siqueira Campos, apresentará, no devido tempo, emenda nesse sentido, que já conta com o apoio deste Constituinte e da Bancada do PTB, uníssona, para cantar em verso e prosa as glórias já conhecidas da LBA e fazer chegar aos jovens Constituintes a notícia de que esta entidade é essencialíssima à vida ativa do organograma do Estado assistencial.

Eliminá-la, diminuir-lhe as funções, constitui um trabalho negativo, inaceitável para quantos pretendem manter o Estado brasileiro com a função assistencial. O programa de ação político-administrativa e assistencial, o modo pelo qual se deve atender aos mais fracos, o planejamento da ordem social, precisa contar com a LBA, que permanecerá aliada a entidades que tratam da assistência social.

Tenho certeza, assim, de que os Constituintes examinarão a matéria e a ela darão todo o apoio, porque, em verdade, a LBA precisa ser prestigiada nesta faixa da vida nacional. (Muito bem!)

**O SR. CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Pela ordem.):** – Sr. Presidente, desejo apenas comunicar que entreguei à Mesa um requerimento de informações, com os seguintes termos:

"Solicita informações sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento ao Ministro da Fazenda."

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 62, § 5º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> seja encaminhado ao Ministro da Fazenda, através do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o presente requerimento, para que nos sejam fornecidas informações acerca de:

1. situação administrativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento, quem são seus membros, quem é o seu Secretário Executivo, quantas reuniões realizou no segundo semestre de 1987, e o que decidiu nelas;

2. balanço em 31-12-87 deste Fundo: receitas, despesas e aplicações;

3. avaliação das "cotas" do Fundo, exemplificando, com caso ou casos determinados, qual seria o valor destas cotas, se o "cotista", ou seja, o contribuinte, as pudesse sacar em 1º-1-88.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Lima.

**O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há exatamente 51 dias, a Comissão de Sistematização concluiu os seus trabalhos, e um grupo de Parlamentares formou o Centrão, a fim de introduzir modificações no Regimento; e os trabalhos se arrastaram por 51 dias, quase dois meses. Felizmente, hoje, o **Diário da Constituinte** publica a Resolução nº 3, que põe termo a essas discussões.

O que é que constatamos, Sr. Presidente? Alguns dos Parlamentares mais influentes no Centrão já vinham fazendo obstrução, desde maio, na Sistematização. É só recordar, é só ver que, muito antes de saber qual seria o trabalho final da Comissão de Sistematização, alguns dos Parlamentares mais influentes no Centrão já faziam obstrução aos trabalhos da Constituinte. Desafio, e é só vermos os Anais da Comissão de Sistematização, para constatar esta minha afirmativa.

Neste recesso informal, que teve a Constituinte, de 18 de dezembro de 87 a 4 de janeiro de 88, eu e, acredito, a maioria dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte, ao nos dirigirmos aos nossos Estados, em contato com os trabalhadores, com os funcionários públicos, com os empresários, recolhemos a impressão de que todos estão ansiosos para que a Constituinte conclua os seus trabalhos.

E por que esses Parlamentares experientes, figuras destacadas nos seus Partidos, insistem na tática de prolongar os trabalhos da Constituinte? Há algum interesse que não se percebe de imediato.

Mas o que eu queria registrar, Sr. Presidente, nos Anais da Constituinte, nós que demos a nossa modesta colaboração como Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, e, conseqüentemente, como Membro da Comissão de Sistematização, queremos registrar o que recolhemos entre os trabalhadores e o povo de nossos Estados. Não há mais desculpas, não há mais meias verdades ou meias mentiras para dizer ao povo. Só há, agora, um caminho, se é que queremos preservar o respeito e a dignidade desta Casa, o de que todos os Parlamentares venham cumprir o seu dever aqui neste plenário, venham dar a sua presença assídua para, no mais breve prazo, fazer uma Constituição. E espero que essa Constituição, realmente, contemple as classes populares com alguns avanços sociais.

Sr. Presidente, a Nação está muito inquieta, muito sofrida. Os 21 anos de ditadura ainda não saíram das memórias do povo, e o Governo de transição pouco mudou. A violência, a corrupção, a mentira do Poder Público continuam. E nós, que fomos às praças públicas pedir ao povo que nos mandasse para esta Casa para fazer uma Constituição, temos a grave responsabilidade de fazê-la no mais breve prazo de tempo possível, e fazer alguns avanços sociais. Porque, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a situação do País é grave. Teremos, neste mês ou no outro, salvo algum milagre, uma inflação de 20%, e qualquer um sabe – não precisa ser um político experiente – qualquer homem do povo sabe que uma inflação de 20% penaliza a quem tem salários menores, penaliza a quem ganha salário mínimo, quem ganha dois ou três salários mínimos.

A situação do País é dramática. Por isso, com otimismo e com esperança, confio em que todos nós, pensando neste País, pensando no povo deste País, particularmente naqueles que têm menores condições de enfrentar esta crise, possamos, dentro do possível, elaborar a nova Constituição, para que este País saia da perplexidade em que está.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. IVO LECH (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Enquanto a Nação, no seu todo, sofre gravíssima crise de empobrecimento, envolvendo seus valores humanos, estamos oferecendo ao povo brasileiro a visão de um espetáculo em cujo contexto alguns buscam, tão-somente, o poder pelo poder.

Não posso entender de outra maneira que a Presidência da República arrogue-se ao direito de interferir, permanentemente, em nossos trabalhos, movida apenas pela determinação egoística de defender o tempo de mandato do atual Presidente, na forma de governo imperialista que atualmente exercita.

Fala-se, e muito, em consciência de cada um dos Srs. Constituintes. Mas o poder estabelecido só procura, por todos os meios de pressão, precisamente, corromper essa consciência individual, após haver cometido o imperdoável pecado democrático de implantar o divisionismo na intimidade dos Partidos em que se apoiava, pela desfiguração daquilo que programaticamente representam.

Se até agora não governou, senão acumulando erros e equívocos. para que o Governo quer mais tempo de mando?

Pelo que fez, até aqui, de há muito deveria ter-se afastado, por incapacidade absoluta na gestão da coisa pública.

Não precisamos dar notícia de nenhum índice de aferição do descontentamento social, posto que aqui se reúne a expressão democrática do povo brasileiro, plenamente cônica dos males que afligem nossa gente, forçando-a desumanamente no sentido do empobrecimento galopante.

Indiferentes a tudo isso, surdos ao reclamo angustiante de um Brasil que quer mudar, e que acreditou sermos capazes de dar-lhe, como base das necessárias mudanças, uma solidariedade social, o que assistimos é a formação de um grupo fisiológico, à direita do pensamento político nacional, preocupado apenas com a garantia e manutenção de seus privilégios de dominantes.

Não os culpo em particular, porém. Somos todos culpados, dentro e fora desta Assembléia Nacional Constituinte. Meu partido, por exemplo, o PMDB, não tinha o direito de escancarar suas fronteiras ideológicas, conseqüentemente aceitando conviver com a própria negação de princípios que, representando "Esperança e Mudança", constituíam e constituem nossa maior conquista política diante da Nação a credibilidade popular com que fomos distinguidos.

Afinal o que somos?

O que representamos?

A reação ou a evolução?

O desenvolvimento ou a estagnação?

O Velho ou o novo?

A maioria despossuída ou a minoria privilegiada?

O bem comum ou o bem de uns poucos em detrimento de todas as esperanças?

Tampouco digo algo de excepcional, ao afirmar ser este um momento para profundas reflexões.

Há um Brasil de mais de 90% da sua população e um Brasil dos menos de 10%.

Para quem estamos construindo o futuro?

Para esses 10%. que já têm, em seu poder, bem mais de 50% de toda a renda nacional? Ou vamos ser justos com os demais brasileiros. estabelecendo as condições institucionais de uma pronta redistribuição da renda, como alicerce para o futuro dessa Nação?

Se a minoria detentora de mais da metade da renda, fruto dos esforços de todos, abrisse mão, por nosso intermédio, de, pelo menos, 10% do possuído, a título de investimento social no Brasil, o qual temos por dever resguardar e projetar para as gerações vindouras, a crise atual seria vencida. Garantiríamos, assim, para o Brasil dos nossos filhos, uma Pátria mais justa, sustentada na solidariedade entre todos os brasileiros.

Este, o apelo à reflexão que trago do meu Rio Grande, de seu povo simples, desesperançado, mas, ainda, com forças para um derradeiro ato de crença em nós, seus representantes, cujos nomes levou às urnas, de modo idêntico aos demais brasileiros, expressando, com seus votos, a confiança nos compromissos que livremente assumimos com cada eleitor, o povo, e mais ninguém.

Era o que tinha a dizer-lhes, neste grave momento por que atravessa a Nação.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, o jornal **Zero Hora** publicou uma reportagem com Sua Excelência Reverendíssima Dom Vicente Scherer.

Reeleito por mais três anos para Provedor da Santa Casa de Porto Alegre, é verdadeiramente admirável a grande capacidade que Sua Excelência Reverendíssima, aos quase 85 anos, possui. Sua administração deu à Santa Casa uma nova imagem. Quando assumiu pela primeira vez, em 1981, essa instituição estava falida, sem credibilidade perante a opinião pública. Hoje, após seis anos, esse hospital encontra-se entre os mais conceituados do País, prestando incalculáveis serviços à população. Quero que conste nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte o reconhecimento pelo seu brilhante trabalho desenvolvido, desejando uma feliz e profícua gestão na continuidade dessa grandiosa obra.

Sua Excelência Reverendíssima, o Cardeal Dom Vicente Scherer, ao tomar posse, fez uma das mais profundas reflexões sobre o momento que vivemos. Idêntico pronunciamento também fez pelo rádio, criticando com veemência, a pregação ideológica que campeia solta, infiltrada em setores da Igreja. Para fazer as denúncias desses acontecimentos, é preciso muita coragem. Sua Excelência Reverendíssima foi muito feliz, e tenho a certeza de que interpretou o pensamento de milhões de brasileiros que, por sua vez, gostariam de dizer isto mesmo, ou muito mais, mas não têm coragem, porque, parece incrível mas é ver-



dade, hoje, quem se opõe a essas idéias é discriminado, perseguido, mal visto e até ameaçado pelos falsos líderes, que não têm mais alma, são como lobos ferozes, pregando o ódio e a discórdia entre o povo que ainda tem fé. Esses falsos pregadores não querem resolver o problema do nosso povo, mas se aproveitam da situação de "quanto pior, melhor" para difundir suas idéias e convencer as famílias queridas e inocentes a comungarem de seus ideais.

Envenenam os jovens, desestimulando-os para o verdadeiro sentido de assumir.

Suas metas, seus objetivos maiores são a transformação do nosso País numa nova Cuba, Nicarágua ou Rússia.

É preciso que haja mais pessoas de coragem que se aliem às manifestações do Cardeal, expressando também os seus protestos. Não podemos silenciar mais: chega de falsos pregadores, enganadores que usam o nome de Deus como revolucionário, como parcial, como classista. Sinceramente é vergonhoso que isso venha acontecendo em nosso País.

Conclamo a todas as pessoas de bem, os silenciosos, que ainda são a grande maioria, pois estão contribuindo com o seu silêncio e a boa-fé, que se aliem a manifestações como essas do Cardeal Scherer e venham falar também. É preciso criar coragem e propagar o bem, o amor, a solidariedade e a fraternidade, sob pena de, amanhã ou depois, sermos todos transformados em escravos desses lobos selvagens.

Requero ainda, Sr. Presidente, que seja transcrito nos Anais desta Casa o pronunciamento de Sua Excelência Reverendíssima o Cardeal Dom Vicente Scherer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. OSVALDO BENDER EM SEU  
DISCURSO**

**Zero Hora**

**DOM VICENTE CRITICA OS  
ROGRESSISTAS DA IGREJA**

**Para ele, a virtude não é  
exclusividade dos pobres.**

O cardeal dom Vicente Scherer criticou duramente ontem a linha progressista da igreja católica, mantida por religiosos, sacerdotes e leigos, que "fazem de Deus apenas um líder e agente social promotor de reformas estruturais". Para ele, que falou no programa radiofônico "A Voz do Pastor" "o caminho de Deus não é contra os ricos, pois dirige a todos a sua mensagem e o convite para segui-lo, mas a qualquer um, pois podem existir vícios no coração dos pobres e virtudes no interior dos possuidores de riquezas.

Sua crítica se estende diretamente para as esquerdas, que projetam esquemas, no seu entender, para apresentar Deus "como classista, bondoso com os pobres e necessitados e duro e implacável na condenação dos que estão melhor na vida". Dom Vicente chegou a dizer que os sacerdotes e religiosos que formam a linha mais esquerdista da igreja, na realidade, não compartilham da mesma sorte dos pobres, mas têm uma vida semelhante aos malsinados burgueses quanto à moradia, transporte e alimentação"

O cardeal salientou que Cristo não julga as pessoas segundo a roupa que vestem ou os depósitos bancários que possuem, mas as distingue pelo

interior de sua consciência. Citou o papa João Paulo II, dizendo que "sobre a fortuna, necessariamente, há de respeitar a hipoteca social que grava toda a propriedade" destacando que aos possuidores de fortunas, a doutrina cristã e o direito natural intimam honestidade, justiça e generosidade em promover os infelizes e necessitados. Para ele, o engajamento na luta por justiça social e pela promoção das multidões carentes "é uma exigência irrecusável do Evangelho e também elementar e efetiva solidariedade".

**PROVEDOR REELEITO  
PARA MAIS 3 ANOS**

Reeleito provedor da Irmandade Santa Casa de Misericórdia por mais três anos, o cardeal dom Vicente Scherer prometeu, ontem, ao tomar posse, que continuará trabalhando pela total recuperação do hospital. Em 1981, quando assumiu a provedoria pela primeira vez, dom Vicente reergueu a Santa Casa, resolvendo os escândalos administrativos, equilibrando as finanças, reconstruindo os prédios e melhorando o atendimento aos doentes pobres.

Dom Vicente Scherer, que fará 85 anos em fevereiro, acha que a Santa Casa está recuperada, "no sentido de equilíbrio". Na sua gestão, foram restaurados os 50 mil metros quadrados de prédios da irmandade (inclusive a sede, construída em 1856), recomposta a rede elétrica (duas subestações com três mil quilowatts (kw) de potência) e reconstruídos os setores de nutrição (4.800 refeições por dia), lavanderia (3,5 toneladas de roupas por dia), laboratório de análises (55 mil exames por mês), e o banco de sangue (1.100 transfusões ao mês). No momento, ainda falta concluir o Serviço de Radiologia Central, que abrange nove salas de exames.

O diretor-geral da Santa Casa, João Polanczyk, também reeleito, disse que foram prestados muitos atendimentos No ano passado, foram 553 mil exames de laboratórios, 29 mil internações, 21.835 cirurgias e 5.810 partos. Para se reequipar, a provedoria teve de comprar vários aparelhos estrangeiros, como de angiografia e tomografia computadorizada de crânio, gastando 1 milhão e 100 mil dólares.

**Sem dúvidas**

Polanczyk disse que a Santa Casa tem uma despesa mensal de Cz\$ 70 a 80 milhões. A principal receita provém de um convênio entre o Ministério da Educação e o Ministério da Previdência e Assistência Social, que cobrem 72% das despesas. As outras são o Bônus da Vida (10% da despesa), doações, aluguéis e cobranças por estacionamento de automóveis. Não há dívidas.

Durante os próximos três anos, dom Vicente Scherer pretende dar prosseguimento aos seus planos. Quer concluir o centro de neurocirurgia, o centro de radiologia, o refeitório dos 2.435 funcionários e da maternidade e ampliar o Pavilhão Pereira Filho.

**E NÃO ACEITA PADRES  
NA POLÍTICA**

Dom Vicente Scherer afirmou, ontem, que o padre Roque Grazziotin, de Caxias do Sul, deve ser afastado do sacerdócio se pretende se candidatar à Prefeitura Municipal por uma coligação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido

Comunista Brasileiro (PCB), PT, PSB e PDT. "Se isso é verdade, ele é um louco", condenou dom Vicente. " Isso ultrapassa qualquer possibilidade de comentário".

Após ser reempossado como provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, na tarde de ontem, dom Vicente, de 84 anos, resolveu condenar o envolvimento político do padre Grazziotin. Mesmo ressaltando que qualquer decisão sobre o caso cabe ao bispo diocesano de Caxias do Sul, dom Paulo Moretto, o cardeal disparou: "Ou ele muda de idéia, ou muda de atividade. É uma total falta de juízo, de compostura, não há como conciliar a atividade religiosa com a política partidária".

Dom Vicente observou que não é a igreja, como instituição, que está se metendo em questões políticas. "São algumas pessoas que são frágeis, falíveis". Em Caxias do Sul, o padre Grazziotin anunciou que pretende confirmar, este mês, a sua candidatura por uma "Frente Popular". O bispo diocesano, dom Paulo Moretto, já avisou que não vai Liberá-lo, mas o padre insiste pelo menos em negociar uma licença. Para dom Vicente, o padre caxiense "compromete a imagem da Igreja".

O ex-arcebispo metropolitano também criticou as recentes pregações do líder comunista Luiz Carlos Prestes, de 90 anos. Dom Vicente disse que uma revolução armada, preconizada por Prestes devido à crise do País, "é fantasia". "O Brasil tem possibilidades de se recuperar, disse dom Vicente. "Outros países, até em situação mais difícil, como a Itália, Alemanha e Japão, conseguiram se reerguer. O povo deve se unir, ser patriótico, dar tudo de si para sair dessa situação".

**O SR. NILSO SGUAREZI (PMDB –  
PR. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Logo após a votação e aprovação do Regimento, algumas Lideranças do Centrão foram levar a notícia ao Presidente da República, e a imprensa retratou do encontro um apelo que o Presidente da República teria feito a essas Lideranças, de que o ajudassem a modificar as disposições que a Comissão de Sistematização aprovou com ralação à Reforma Tributária.

Sinceramente, Sr. Presidente, não acredito que muitos companheiros, integrantes do Centrão, se prestem a fazer uma obra antipatriótica, como essa que quer o Presidente da República.

Um dos poucos temas debatidos na campanha eleitoral foi exatamente o da Reforma Tributária. Este foi o compromisso maior de todos os Constituintes que para aqui vieram para realmente fazerem a coisa mais essencial na administração pública brasileira, que é tirarmos essa condição de mendicância de Prefeitos e Governadores.

Por isso, Sr. Presidente, não acredito que esse apelo do Presidente da República sensibilize aquelas figuras que hoje acreditam ter a maioria na Constituinte, que são os integrantes do Centrão. Não posso acreditar que se despersonalizem, por acreditar que sejam maioria aqueles homens públicos que lutaram e lutam pelo verdadeiro municipalismo; aqueles que querem a autonomia dos Municípios e dos Estados; aqueles que não querem ver um prefeito aprisionado a um governador e um governador aprisionado ao Presidente da República, como ocorre hoje, Sr. Presidente.

Daqui 60 ou 90 dias todos os governadores estaduais estarão defendendo os 4 anos. Se defenderem 5 até hoje, foi porque a centralização tributária exigia isso deles. Isto é uma prática mesquinha, que sempre despersonalizou os governantes brasileiros, principalmente Governadores e Prefeitos.

Fica, pois, o alerta aos integrantes do Centrão, que batem no peito e dizem "Salvar a Constituinte para a Pátria brasileira". Se atenderem ao apelo do Presidente e tentarem reformar o que a Comissão de Sistematização aprovou em relação à reforma tributária, deixando Prefeitos e Governadores mendigando, propiciando a continuação do desregramento da aplicação dos dinheiros públicos pelo Governo Federal, serão vilipendiados pela História e, mais ainda, não só terminarão com um trabalho magnífico que é o resultado de todos os Constituintes, mas levarão a pecha, isto sim, de verdadeiros antipatriotas.

Como disse, não acredito que esse apelo sensibilize muitos integrantes do Centrão que foram Prefeitos, que passaram por experiências administrativas e que sabem que a reforma tributária como está no texto do projeto constitucional é a que se impõe hoje, no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, fica a ressalva para que apelos dessa natureza não tenham prosseguimento, e nemousem integrantes do Centrão apresentar emendas ou tentativas de alterar este trabalho que, na verdade foi patrioticamente realizado por todos os Constituintes.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

A violência contra os direitos fundamentais da pessoa humana campeia neste País da Nova República e do Governo Sarney.

Essa violência institucionalizada se expressa ora na omissão, ora na ação das autoridades do Governo e em todos os níveis.

A morte de Henrique de Souza Filho, o Henfil, que todos pranteamos, faz parte desta violência ou omissão do Governo brasileiro numa área fundamental na definição de políticas de preservação e melhoria da qualidade de vida do povo, a da saúde pública.

Nossa consternação pela morte de Henfil reacende a nossa indignação contra a responsabilidade do Governo na área de política de saúde, na qual este batalhador da criação e da liberdade foi uma das tantas vítimas.

Solicito à Presidência da Mesa que autorize a transcrição, nos Anais desta Assembléia, como parte integrante do pronunciamento que faço, o artigo, texto anexo, de autoria de Hélio Pellegrino, "Um exercício de liberdade", publicado na edição de ontem do **Jornal do Brasil**. Ele sintetiza o nosso pensamento e o do Partido dos Trabalhadores sobre o significado da vida e do trabalho do companheiro Henfil, cuja morte registramos consternados.

Infelizmente, Sr. Presidente Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes temos que registrar outras violências ocorridas por ação e omissão do Governo, que redundaram no sacrifício de dezenas de mais de uma centena de vidas, talvez.

Também com este registro vai nossa indignação contra os responsáveis pela chacina no Pará,

no Município de Marabá, onde a Polícia estadual, sob as ordens do Governador Hélio Gueiros, no dia 29 de dezembro passado, assassinou garimpeiros desarmados e indefesos.

Os garimpeiros, usando legitimamente do seu direito de organização e pressão, já haviam concluído um processo de negociação. O Sr. Governador Hélio Gueiros, a serviço do latifúndio, jogou a polícia, fortemente armada para reprimir os trabalhadores. . . desnecessariamente, ocasionando a morte de vários deles e o desaparecimento de muitos.

A omissão do Governo Federal na solução do problema enfretado pelos garimpeiros em Serra Pelada levou a esta situação. A ação do Governo estadual, do Governador Hélio Gueiros, usando a Polícia, assassinou dezenas, talvez centenas de trabalhadores, não sabemos, porque, o que se sabe, até agora, através do relatório apresentado da Polícia Federal, é que mais de 130 pessoas estão desaparecidas.

É um episódio que mostra a gravidade da situação que estamos vivendo. O Governo Federal, os governos estaduais e municipais agem no interesse dos privilegiados, dos especuladores imobiliários, dos latifundiários e dos capitalistas, de um modo geral. Estas forças têm expressão aqui dentro da Constituinte. Não poderia ser diferente. O processo eleitoral, com predominância do poder do dinheiro, fez com que esses setores tivessem aqui uma maioria eventual. Mas os que são maioria eventual dentro da Constituinte, tenho certeza, não são maioria na sociedade, porque senão estariam conosco na praça pública defendendo, junto com o povo, as posições que dizem defender em nome da maioria.

Queria ver os nobres Constituintes, e Coordenadores do Centrão defendendo o retrocesso no texto constitucional que aqui eles tangenciam com palavras, na praça pública, nos portões de fábricas, nas estações de concentração urbana, nos pontos de ônibus queria ver esses senhores Constituintes dizendo lá que são contra os direitos dos trabalhadores, contra os avanços sociais no texto constitucional. Não fazem isto porque têm certeza de que são minoria, na sociedade brasileira; são apenas maioria eventual, trazida pelo dinheiro, pelo poder do capital aqui dentro da Constituinte.

Queríamos, também, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, denunciar aqui um fato hediondo ocorrido também no Pará, que levou à morte uma família; constituída de pai, irmão e filho. Pelas mãos do latifúndio, numa chacina perto de Goianésia, Município de Rondon do Pará, o companheiro João Ventinha, de 25 anos, o companheiro Sebastião Pereira de Souza, de 51 anos, e seu filho caçula, Clésio, de 3 anos, foram assassinados, um na sua casa, de tocaia, outro, pelas costas, na proximidade da residência do companheiro João Ventinha. Já foram identificados pela população os assassinos. Os mandantes também já foram identificados pela população e pela Polícia, e até hoje a Justiça não os prendeu. É mais uma demonstração dos tantos assassinatos impunes que ocorrem no Pará e em outras regiões onde o conflito agrário vem à tona.

Sr. Presidente, o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, reclama justiça O nosso Partido já encaminhou ao Ministério da Justiça ao Gover-

no do Pará e à Presidência da República, exigências no sentido de que a solução da estrutura fundiária se resolva pela Reforma Agrária e exigências no sentido de que acabemos com esses assassinatos abertos de trabalhadores no campo, com a punição dos responsáveis e a prisão para 5 assassinos.

Queremos aqui deixar registrada a convocação a todas as forças progressistas presentes neste Congresso para que, conosco, se somem no repúdio a esses atos do Governo do Estado do Pará, do Governo da República e do latifúndio brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OLÍVIO DUTRA EM SEU DISCURSO**

**Jornal do Brasil, 5-1-88**

**UM EXERCÍCIO DE LIBERDADE**

Hélio Pellegrino

Há três tipos de mineiros – o banqueiro, o burocrata e o visionário. Henfil, sem dúvida, foi um visionário. Revoltado, indignado, mas também impregnado de uma fagulha de humor. E todo humor, no fundo, é bondade. O humor transforma-se num exercício de liberdade, e dissolve o rancor.

Conhecia Henfil há uns oito, dez anos, e o mais impressionante é que nas muitas vezes que o visitei doente, em casa ou no hospital, ele nunca mostrou um momento de rancor. Pelo contrário. Até na dor, revelar o humor junto às enfermeiras, com os médicos. Há pouco tempo, os médicos estavam preocupados com a sua lucidez, e ele sabia disso. Quando entrei no quarto, ele me perguntou, com uma ponta de ironia: "Quem é você?" "O rei da Bessarábia", respondi. E ele caiu na gargalhada.

Não sei qual seria a relação entre o humor de Henfil e a hemofilia, com a qual conviveu a vida inteira. Me lembro do filme Tesouro de Sierra Madre, de John Houston. Aquele punhado de homens em busca do ouro, que suportam as piores condições, até serem roubados por bandidos, que deixam o ouro escapar. Diante do absurdo da situação aqueles homens riram até não poder, mais. Creio que com Henfil deve ter ocorrido algo parecido. Cultivem a capacidade de rir, com a consciência que o hemofílico tem da morte como permanente ameaça. É a convivência diária com a presença da morte. Alguns poderiam reagir com rancor ou acovardamento. Mas Henfil reagiu com humor. Brincar é se vingar da morte.

Humor é a vingança contra o destino, a vingança contra a injustiça, a vingança contra o opressor. É uma saída através do riso. Henfil conquistou um humor lúcido – foi o sujeito mais extraordinariamente lúcido que conheci. Sempre batalhador, indignado, corajoso – e, o que é raro, original. Podem achar o seu humor agressivo – mas o país em que viveu não merecia outra coisa. E Henfil não podia dar-se ao luxo de ser leve.

Henfil contraiu AIDS através de transfusões de sangue – uma inominável perversidade e um retrato do Brasil, que clama aos céus por vingança, mas não sensibiliza o governo. O Brasil é um País em que os ricos podem ter alguma forma

de controle sobre o sangue, mas não a maior parte da população.

Que a morte de Henfil sirva ao menos como denúncia e protesto deste quadro que configura a apoteose da perversão. A vida inteira, Henfil lutou contra a doença, pela saúde, extravasou sua indignação contra a opressão. O seu humor foi uma vingança de uma força extraordinária. Foi uma libertação do seu destino.

#### MAIS UM CRIME DO LATIFÚNDIO

Três pistoleiros mataram no dia 23-10-87 João "Ventinha", 25 anos, e no dia 24-10-87 assassinaram Sebastião Pereira de Souza, 51 anos, e seu filho caçula, Clésio, 3 anos, numa estrada vicinal na altura do km 170 da PA 150, porto de Goianésia, município de Rondon do Pará.

Os mandantes desses 3 crimes são 3 irmãos: Hermínio, dono de uma serraria no km 142 da PA 150; Joaquim José, dono de uma loja de armas em Imperatriz, MA; João Manuel.

Mais de 100 posseiros faziam suas roças a 30 km dentro de mata, à margem direita da PA 150, perto de Goianésia, (km 162); os 3 irmãos – Hermínio, Joaquim e João Manuel – dizem ter comprado essas 4 glebas de Chico Cacau (famoso pistoleiro – grileiro da PA 150, morto em 1983, num acerto de conta entre pistoleiros).

No dia 23-10 às 15 horas 3 pistoleiros, hospedados na serraria do Sr. Hermínio, (km 142 da PA 150), vão até à casa do Sebastião Pereira de Souza, pois o mesmo é acusado pelos mandantes de liderar uma "invasão" nas "suas" terras. Os 3 pistoleiros, chegando à casa, não encontram o Sebastião, mas matam a tiro de calibre 12, na boca, João "Ventinha", conhecido na região como caçador de passarinhos que estava de passagem na área. Eles atiraram também em alguns trabalhadores, mas ninguém ficou ferido.

A família de Sebastião, (9 pessoas) foge para Goianésia. Ela passa a noite na casa do Sr. Rui Baiano, morador no arrastão do km 170 da PA 150, antes de chegar ao destino.

No dia 24-10, às 6 horas, Joaquim José leva os 3 pistoleiros no arrastão do km 170, armados cada um de duas armas – uma espingarda calibre 12 e um revólver; no trajeto eles encontram com Antônio, Raimundo e Francisco, filhos de Sebastião. Atiram neles, mas erram os tiros e eles conseguem fugir. Quando os pistoleiros avistam Sebastião, que carregava seu filho caçula no colo, eles atiram neles. Sebastião, tenta escapar, mas o seu filho é alvejado nas costas com um tiro de espingarda calibre 12, perfurando-o com 12 buracos de chumbo grosso.

Não se contentando, os pistoleiros saem no percalço do Sebastião que é logo alcançado pelos algozes e é morto com um tiro à queima-roupa na cabeça; os estilhaços do tiro esvaziam a cavidade craniana, ficando seu rosto irreconhecível. Sua esposa, Maria de Jesus Santos, um filho de 9 anos e duas mulheres conseguem escapar.

Os familiares de Sebastião chegam em Goianésia e comunicam a chacina à população.

Às 18 horas uma caçamba da prefeitura vai buscar os corpos. Não encontrando o médico de Goianésia, o sargento Mendes, o soldado Leal e 3 sindicalistas se dirigem para Nova Jacundá, ao hospital de SESPA, a fim de que seja feita a autópsia nos corpos. O Dr. João, é que realizou

a análise médica. O prefeito ofereceu dois caixões para o sepultamento.

A comunidade de Nova Jacundá prepara os corpos e assume o velório. Às 15 horas, do dia 25 de outubro, realiza-se o enterro, depois de uma missa de corpo presente.

Soube-se que depois da carnificina, o Sr. Lesinho Baiano transportou os 3 pistoleiros de volta para a serraria do Sr. Hermínio, onde teria um depósito de armas escondido.

O comandante da polícia militar de Tucuruí deu ordens de ir buscar o corpo de João "Ventinha", que estava na mata, perto da casa de Sebastião.

Pela Reforma Agrária Já!

Fim da impunidade dos mandantes e pistoleiros!

Contra a violência no campo!

Que a Justiça seja feita!

Marabá, PA – 28 de outubro de 1987.

– Fetagri – PA – Federação dos Agricultores na Agricultura – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá – Delegacia do STR de Goianésia – Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá – CUT – Central Única dos Trabalhadores – sul do Pará. – CPT – Comissão Pastoral da Terra – Marabá – SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – Marabá – Paróquia São João Batista de Nova Jacundá – Serviço Paz e Justiça Brasil – Norte – Marabá.

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Leio na Imprensa o elenco de emendas que o chamado Centrão se propõe apresentar na Assembléia Nacional Constituinte.

Como Constituinte e como brasileiro, tenho não só a lamentar duas dessas emendas, como também a me sentir horrorizado com elas. O Centrão se propõe defender uma das maiores pragas deste País, que são os marajás.

Todos sabemos que a sua existência decorre de normas legais, elaboradas por pessoas vinculadas a esses funcionários, que ganham fortunas dos cofres públicos e afrontam a opinião pública.

Quando Governadores como Fernando Collor de Mello pretendem enfrentar o problema dos marajás, encontram a barreira da Justiça, que julga não de acordo com a ética e a moral, mas de acordo com a lei escrita, que protege os direitos dos marajás a partir do reconhecimento da figura do direito adquirido. Só a Assembléia Nacional Constituinte é o foro competente para liquidar de uma vez com os marajás.

No projeto da Comissão de Sistematização, estabeleceram-se os limites máximos a serem pagos aos funcionários públicos do País. Ficou estabelecido que, no Poder Legislativo, ninguém pode receber mais do que um Congressoista; no Poder Judiciário, ninguém pode receber mais do que um Ministro do Supremo Tribunal Federal e, no Poder Executivo, ninguém pode receber mais do que um Ministro de Estado.

Como bem disse um matuto de minha terra, o Centrão é uma das quatro pragas do Egito que caíram sobre o Brasil este ano, e diz o matuto que as outras pragas são: a AIDS, a carestia, o césio-137. O Centrão não podia deixar, também, de ficar solidário com essa imoralidade e pretende

transferir para a legislação ordinária a fixação do teto dos salários dos marajás.

Ora, sabemos que isso é impossível e transferir para a legislação ordinária o problema dos marajás é querer escamotear a opinião pública e é necessário que possamos esclarecer o Brasil inteiro que além de todas as imoralidades que o Centrão pretende, ele pretende essa afronta maior contra a opinião pública brasileira defendendo e protegendo os marajás.

A outra emenda que representa também um retrocesso e que mostra o propósito de cassação que vai na cabeça dos elementos do Centrão, é a emenda que elimina o direito facultativo, àqueles que completaram 16 anos, de exercerem o direito de voto.

O Centrão tem medo da juventude. Somos um mundo onde a precocidade é a marca característica. Qualquer jovem, hoje, de 16 anos que vive nos grandes centros urbanos tem acesso a uma informação altamente qualificada que lhe faculta exercer, com grande consciência, o direito de voto. Pois no elenco das emendas que o Centrão pretende apresentar na Assembléia Nacional Constituinte está a cassação dos jovens brasileiros. O Centrão se coloca não apenas a favor dos marajás, mas contra a juventude brasileira, cassando um direito que foi reconhecido pela Comissão de Sistematização e que vai ao encontro das tendências do mundo contemporâneo; porque negar aos jovens urbanos de 16 anos o direito facultativo de se inscreverem como eleitores, é cassar muito mais de 15 milhões de votos neste País.

Deixo, aqui, o meu protesto e o alerta à Nação brasileira de que o Centrão é um conjunto de lideranças políticas conivente com a imoralidade e que pretende continuar cassando parcelas significativas do povo brasileiro, neste caso, a juventude. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Maurílio Ferreira Lima, o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Antonio Salim Curiati.

**O SR. ANTONIO SALIM CURIATI (PDS – SP):** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes:

Dia 24 de dezembro, esta Casa não estava em atividade e transcorreu um episódio dos mais dignos de registro nesta Assembléia Nacional Constituinte. Foi o Centenário do grande estadista, do grande brasileiro, Armando Salles de Oliveira, homem de origem da melhor estirpe paulista, que governou São Paulo por 30 meses.

E o jornal **O Estado de S. Paulo**, num caderno especial chamado **Cultura**, publica, na íntegra, a obra e vida maravilhosa de Armando Salles de Oliveira.

Desejo aqui, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, deixar registrados alguns tópicos desse caderno cultural de **O Estado de S. Paulo**, para que o Brasil tome conhecimento do trabalho desenvolvido por esse grande estadista nascido em São Paulo. Entre alguns trechos, ele dizia:

"...a disciplina, dentro de fortes quadros partidários, é o último recurso para que po-

dem apelar as democracias que quiserem defender a integridade nacional, e com ela sobreviver."

Em outro trecho, menciona o mesmo caderno a fidelidade e a profissão de fé liberal:

"Armando Salles de Oliveira teve uma atuação política destacada durante um período relativamente curto, a rigor inserido num único decênio. Coube-lhe, entretanto, um papel decisivo no que respeita à sorte do liberalismo em nossa terra, juntamente com um pequeno grupo que congregou em torno de **O Estado de S. Paulo**. Em sua direção confluíram as correntes liberais do País, numa fase verdadeiramente negra da nossa História".

Prosseguindo a leitura nos trechos do Caderno de Cultura, afirmava Armando Salles de Oliveira em uma das suas falas:

"Nenhum entendimento será possível e nenhuma obra realizável se o debate das idéias não se travar sobre a rocha firme e indiscutida da realidade nacional."

Apesar de estar muito doente, Armando Salles de Oliveira desafiava a ditadura para vir morrer, do exílio, na sua terra. No dia 7 de abril de 1945, desembarca no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, empunhando uma bandeira do nosso Brasil. Mais adiante, o caderno especial relata as obras deste estadista, que pregava e fundava a grande Universidade de São Paulo, lançando a semente do Brasil novo.

Assim Armando de Salles Oliveira definia sua maior obra para o escritor Humberto de Campos. E essa semente foi lançada a 25 de janeiro de 1934. Hoje, é a maior universidade da América Latina, com 50 mil alunos de graduação, pós-graduação e extensão, que exigem um orçamento anual de U\$ 300 milhões distribuídos em 33 unidades de ensino e pesquisa, abrangendo todas as áreas do conhecimento humano.

Foi um pioneiro na Saúde no Estado de São Paulo.

"Mais da metade da população do Estado de São Paulo não tinha assistência médica", lembra o médico, escritor e jornalista Mário Graciotti, que em 1934 instalou, por orientação de Armando de Salles Oliveira, o primeiro Serviço de Assistência Social e de Saúde Estadual do Brasil, ligado à Secretaria de Saúde".

Deu nova dimensão à administração e iniciou a construção das hidrelétricas no Estado de São Paulo. Armando Salles de Oliveira era realmente um homem que sabia governar. Morreu na manhã de 17 de maio de 1944 e diante do seu corpo, levado para a tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o povo paulista desfilou durante toda a noite e parte do dia seguinte. Quarenta dias depois de se reunir para receber Armando, que voltava do exílio, essa mesma multidão levava a despedida de São Paulo a seu líder. Por isso, para que sirva de exemplo à geração atual, no centenário de nascimento de Armando Salles de Oliveira, devemos registrar nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, o trabalho desenvolvido por esse grande estadista brasileiro.

Pela oportunidade, Sr. Presidente, cito um trecho do trecho escrito por Armando Salles de Oliveira.

CREIO que o problema da nossa unidade é o nosso problema fundamental e que seria uma geração execrável a que deixasse que se fracionasse em suas mãos a pátria grande herdada de seus Pais.

CREIO que o sistema federativo, com as suas raízes mergulhadas nas origens da formação nacional, é o que melhor resguardará a nossa unidade.

Isto é oportuno quando se prega a divisão Norte, Nordeste e Cone Sul.

Desejo também registrar o aniversário de fundação do jornal **O Estado de S. Paulo** que completou, no dia 4 de janeiro, 113 anos de sua fundação, 113 anos de trabalho realmente proveitoso em benefício da comunidade. Aliás, o jornal considera que são 108 anos de fundação, pois exclui de sua história os cinco anos do período de ditadura.

Gostaria de lembrar que o jornal **O Estado de S. Paulo** e o Jornal da Tarde, dirigidos pelo eminente brasileiro e grande paulista Júlio de Mesquita Neto e Ruy Mesquita realizam um trabalho grandioso em benefício da população de São Paulo e do Brasil.

Fica, então, aqui, a nossa homenagem aos seus diretores, funcionários e leitores, na certeza de que continuarão trabalhando para a grandeza deste País.

Muito obrigado.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI EM SEU DISCURSO*

Domingo, 3 de janeiro de 1988

"O ESTADO" INVESTE NA MODERNIZAÇÃO AO COMPLETAR 113 ANOS"

No dia 4 de janeiro de 1875, um francês chamado Bernard percorreu as 96 ruas então existentes em São Paulo e, tocando uma corneta, anunciou uma novidade: começava a circular o jornal **A Província de S. Paulo**, impresso numa velha máquina "Alauzet", movida por negros libertos, já dentro da campanha do jornal pela Abolição da Escravatura, que veio em 13 de maio de 1888, e iluminada por duas velas de sebo. Amanhã essa publicação completará 113 anos, sendo 108 anos de vida independente (o jornal não conta os cinco anos em que esteve sob a intervenção da ditadura Vargas), mantendo a mesma vitalidade com que despontou no século passado e a preocupação de se modernizar constantemente.

**O Estado**, ex-**Província de S. Paulo**, que já investiu nos últimos dois anos US\$ 4,5 milhões no seu Centro de Processamento de Dados, deverá aplicar mais US\$ 1,2 milhão em 1988. Até março, estarão funcionando integralmente os oito sistemas de computação que atendem às áreas de administração, finanças e controle. Depois terá início a segunda fase do Plano Diretor de Informática, cuja estratégia pretende consolidar o processo de modernização do **Estado e Jornal da Tarde**.

No editorial de apresentação, em 1875, o jornal definia a linha que segue até hoje: "Fazer de sua

independência o apanágio da força e a medida da severa moderação, sisudez, franqueza, lealdade e critério, em que fundará o salutar prestígio a que se destina a imprensa livre e consciente".

Permanece fiel aos seus princípios e é considerado o mais completo jornal da América Latina e um dos dez maiores do mundo.

Em 1987 circularam 81 milhões de exemplares, destinados aos assinantes e à venda em bancas. Por enquanto, só a circulação nas cinco mil bancas da Grande São Paulo é controlada pela informática. Em 88, porém, os computadores da empresa registrarão a distribuição do jornal em todo o País, segundo Ary O. Calessi, chefe do Departamento de Vendas Avulsas, "somos pioneiros em utilizar a informática no setor", diz ele.

Os 165 mil assinantes do jornal se mantêm fiéis à publicação que, em cinco anos, deverá ter computadorizado todos os seus processos – da redação à gráfica, passando por todas as suas etapas de comercialização.

Com a constante modernização, **O Estado** futuramente chegará às residências dos assinantes até as 6 horas da manhã, e os anunciantes poderão elaborar, compor, diagramar e pagar suas inserções diretamente de microcomputadores instalados nas agências de anúncios.

Em outubro, o Departamento de Assinaturas criou o "Atendestado", um esquema dotado de equipamento especial, com 12 telefones seqüenciais. Discando para 858-0222, o assinante pode reclamar, sugerir ou simplesmente comunicar a mudança de endereço. "Está funcionando otimamente bem", alegra-se o chefe do setor, Roberto Koch. "Passamos o ano sem registrar nenhuma queda na carteira. Isso prova a fidelidade do leitor de **O Estado**."

O Jornal, que já circulava com o **Caderno 2**, o **Caderno de Empresas**, o **Suplemento Feminino**, o **Suplemento Agrícola** (agraciado, em 87, como prêmio Esso, pela publicação da matéria "Superinsetos", de Eugênio Araújo), **Turismo**, os encartes **Casa e Família** e **Painel de Negócios**, lançou, no segundo semestre, **O Estadinho**. "Já pegou", afirma Celso Ferri, gerente de publicidade, referindo-se à publicação que "está atraindo o futuro leitor". Para Ferri, 1987, foi "o ano da consolidação de **O Estado** na área comercial: firmamos posição no mercado com relação às equipes de outros veículos".

Outras novidades virão, segundo o gerente de publicidade. "Estamos preparando o lançamento de algumas supresas, que abrirão ainda mais o leque de opções oferecido aos anunciantes". Inovações, afinal são uma constante na empresa que, há 113 anos, começou com equipamentos modestos e hoje, instalada no prédio do bairro do Limão, abriga um amplo parque gráfico. Dali saem, além de **O Estado**, o **Jornal da Tarde**, que hoje completa 22 anos, as listas telefônicas de assinantes de São Paulo e livros.

Assim como **O Estado**, o **Jornal da Tarde** enfrentou a fúria da censura, durante o governo militar. O primeiro protestou publicando, no espaço originalmente destinado às notícias vetadas, poesias de Camões, enquanto que o **JT** recorria a insólitas receitas culinárias. Juntos, os dois jornais registraram a abertura política e o surgimento da Nova República.

**O Estado** e o **Jornal da Tarde** recebem, além do material produzido pelas suas equipes de re-

pórters, redatores, repórteres fotográficos e diagramadores, noticiário fornecido por uma extensa rede de sucursais, correspondentes, colaboradores e serviços das principais agências noticiosas do mundo.

Amanhã, aniversariam outras três empresas ligadas à S/A **O Estado de S. Paulo: a Rádio Eldorado**, que completa 30 anos de atividades (a FM comemora 11), o **Estúdio Eldorado**, (15 anos) e a **Agência Estado**, (16), responsável pela distribuição de material jornalístico e serviços fotográficos a mais de cem clientes entre os principais órgãos de comunicação do País.

**O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes.

Consultando os mais legítimos interesses da sociedade brasileira, tomei a decisão de apresentar, ainda na fase inicial desta Assembléia, proposta que, constituindo elemento essencial para o fortalecimento da Federação, visa a estabelecer, no texto constitucional, ao lado do voto secreto direto e universal para Presidente da República, o critério democrático da ponderação federativa, critério, aliás, que já prevalece para a escolha dos membros do Poder Legislativo.

Como tive a oportunidade de manifestar anteriormente, sou dos que crêem que um dos grandes inconvenientes das eleições para a Suprema Magistratura do País, nos moldes atuais, consiste na exagerada regionalização dos candidatos, fato que conduz, necessariamente, ao predomínio dos Estados mais populosos e concentradores do poder econômico, em prejuízo dos interesses das Unidades menores e, conseqüentemente, da própria Federação brasileira.

A aprovação do princípio do voto ponderado, consagrado em todas ou quase nelas as federações do mundo, torna-se ainda mais recomendável no quadro do aperfeiçoamento institucional do País, quando se sabe que os diferentes espaços brasileiros, exibindo estágios diferenciados do ponto de vista social e econômico; estão a requerer, evidentemente, a implantação de um modelo político que "venha a corrigir a centralização atualmente observada e propicie um processo de desenvolvimento mais integrado."

Como afirma o Professor Roberto Cavalcanti de Albuquerque, citado pelo Senador Marco Maciel, "fosse o País espaço homogêneo, econômico e socialmente, não tivesse dimensão continental, não apresentasse estágios de desenvolvimento tão diversos, talvez essa necessidade não se sentisse e com tanta urgência. A realidade brasileira é a diversidade – a extrema multiplicidade de situações regionais e sub-regionais. É, justamente, essa variedade que, aliada à vastidão do País, aconselha a descentralização das decisões, competências e recursos públicos, no contexto de um novo federalismo, justificando como do interesse nacional a reação política contra a centralização estatal hoje prevalecente."

Sem pretender fazer uma análise histórica em profundidade sobre o assunto, devo salientar contudo, que a introdução do voto ponderado, consagrado, desde a Independência, no que se refere aos representantes do povo junto ao Parlamento, vem sendo objeto de preocupação de congressistas há cerca de um século, já que sua aceitação virá estabelecer um maior equilíbrio entre

a União e todos os Estados, fortalecendo, destarte, o sistema federativo, e propiciando um "desenvolvimento especialmente mais orgânico e homogêneo."

Como afirmou o Senador Marco Maciel, não há na história contemporânea das repúblicas de cunho federal registros que assinalem a eleição de chefe do governo ou de chefe de Estado sem alguma forma de ponderação federativa. Exemplos próximos e eloqüentes ilustram o que afirmo. Assim, nos Estados Unidos da América, onde existe um razoável desequilíbrio demográfico, procura-se, numa eleição direta em duas fases, "combinar salutarmente, em sistema há muito implantado e consolidado, a manifestação popular com o equilíbrio federativo", também na República Argentina se aplica o voto ponderado nas eleições para a Presidência da Nação, o mesmo ocorrendo na República Federal da Alemanha e na Itália, para citar apenas alguns países.

Como tive a oportunidade de afirmar, ao propor a adoção dessa medida, o que se visa, na prática, nada mais é do que a correta participação dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal na eleição para Presidente da República, conciliando "o respeito à vontade soberana do povo com o propósito de robustecimento do nosso sistema federativo."

Na esteira desse pensamento é que além de oferecer a reapresentação de minha proposta inicial nesta fase decisiva da Constituinte, quero ressaltar o trabalho e a iniciativa que nesse sentido tem-se destacado o Constituinte e conterrâneo Osvaldo Coelho, certo que todos nós deveremos dar ao tema a maior atenção, pois aprovado o instituto do voto ponderado, este muito contribuirá para que possamos conduzir a bom termo o processo de construção e consolidação de uma vida democrática

**O SR. LEZIO SATHLER (PMDB – ES. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes.

Continuamos insistindo num tema que tem sido a preferência deste Constituinte e por ser não só da preferência deste Constituinte mas um tema de uma identidade com as próprias com as próprias atividades profissionais, tanto na área técnica, quanto na área específica.

Na militância na educação, temos reiteradas vezes, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trazido para a reflexão, para o debate, nesta Assembléia Nacional Constituinte, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, um tema que vem chamando a atenção do País inteiro pela gravidade, pela amplitude, pela dimensão, pela grandeza, pela seriedade e, acima de tudo, pela ambição como ele tem sido tratado pelos órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal. E pela forma como acontecem os fatos, da maneira gradativa, parece que não têm chamado muito a atenção da Nação, não têm chamado muito a atenção do Governo e não têm chamado muito a atenção desta Assembléia, desta Câmara e deste Congresso. É a insustentável, é a vergonhosa, é a inaceitável taxa de mortalidade em acidentes de trânsito neste País. É inaceitável admitirmos que se chegue ao insuportável de raciocinar, de dizer que é porque cresceu o número dos veículos, porque abriram e asfaltaram muitas estradas, porque a taxa de urbanização cresceu de forma extraordinária

neste País. Esses argumentos se conflitam e se chocam, no momento em que uma sociedade busca aperfeiçoar os mecanismos, em que busca se afirmar diante do concerto das nações do mundo, em que evolui no campo científico, no campo tecnológico como resultado também de um investimento no campo da pesquisa, no campo da educação.

Temos batalhado aqui por uma emenda onde argüimos que seja da responsabilidade do Estado estabelecer os princípios e as diretrizes de uma política nacional de educação de trânsito, que envolva a circulação de pessoas e de veículos automotores.

Esta tese foi defendida aqui, na fase da Comissão de Sistematização, pelo nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, e me parece que ela não tingiu a consciência, o raciocínio dos Constituintes sobre a gravidade e a importância deste tema para apreciação e votação.

Votaremos agora, nós a traremos para nova apreciação, e conclamo os Srs. Constituintes, para que, com a inteligência, descortino e sensibilidade de cada um, possam apreciar esta emenda, porque os números registrados na Imprensa, nos jornais, mostram o derramamento de sangue de pessoas importantes e de verdadeiros anônimos, de vítimas indefesas, a que estamos assistindo a cada dia, quer nas rodovias federais, estaduais, quer nas áreas urbanas.

Esse é um tema, Sr. Presidente, em que vamos continuar, vamos continuar a bater fundo nesta tecla, porque os Srs. Constituintes estão chegando, estão retomando, e pelas notícias e informações, temos que 50 mil brasileiros morrem aí pelas estradas, por ano. Às vezes acontece uma tragédia e morrem, cinco, dez, vinte, cem – o trânsito está matando 50 mil brasileiros por ano, um número correspondente à população de um imensurável número de municípios deste País. Os hospitais e leitos hospitalares estão cheios. É preciso que nós Constituintes aprovemos a emenda que trata da educação para a circulação de veículos e de pedestres. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. JOSÉ GENÓINO – (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Primeiramente, queremos manifestar o nosso apoio e a nossa solidariedade à luta dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista que, num movimento de reivindicações, num movimento coletivo em defesa dos seus interesses, foram atacados, reprimidos e, finalmente, demitidos em número superior a cem. E as autoridades locais e federais não querem ouvir as reivindicações e os reclamos dos trabalhadores demitidos, que chegam a quase duzentos, no sentido da sua reintegração naquela empresa. Esses trabalhadores já fizeram manifestação em São Paulo e certamente virão em caravana a Brasília. Queremos, nesta nossa manifestação de apoio, fazer uma exigência para que as autoridades reintegrem os trabalhadores da Cosipa, que foram, de maneira arbitrária e violenta, dispensados.

Nós sabemos que a situação da Cosipa é grave, principalmente com a crise na direção da empresa, que está usando os trabalhadores como bodes expiatórios para esconder desmandos e irregularidades.

Sr. Presidente, queremos também expressar aqui o nosso protesto diante da atitude violenta, repressiva e de total despreparo do Governo do Estado do Pará em relação aos episódios de Serra Pelada. Existiu um massacre naquela região, que está hoje detalhado nos jornais do País. Em relatório parcial da Polícia Federal, há indicações de 133 trabalhadores desaparecidos e também indicações de que a situação caminhava para a busca de um entendimento e de um acordo. O Governador do Pará, numa atitude violenta, despreparada e incompetente, joga a sua tropa de choque numa verdadeira chacina contra os garimpeiros de Serra Pelada. Esse Governador não tem condições políticas nem morais para continuar à frente daquele Estado. E aqui, ao manifestarmos este nosso protesto, exigimos que a Liderança do PMDB manifeste-se, denunciando o Governador do Estado, que é do seu Partido, e exija providências para apurar as responsabilidades pelo massacre contra os garimpeiros de Serra Pelada. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Constituinte José Genoíno, o Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria Sá, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Temos acompanhado a involução crescente das diretrizes econômicas do Governo José Sarney, que cada vez mais adota posições de caráter conservador e de direita; cada vez mais a política econômica do Governo José Sarney se esboça à imagem e semelhança da política econômica adotada pela ditadura militar.

No que diz respeito à questão da reforma agrária, as medidas iniciais adotadas com o Plano Nacional de Reforma Agrária, na continuidade, foram-se esvaziando até chegar ao resultado final, que foi praticamente uma liquidação do Plano Nacional de Reforma Agrária, com a liquidação do MIRAD e com o processo de negociação realizado com a famigerada União Democrática Ruralista.

Por outro lado, também no que diz respeito ao capital estrangeiro e, particularmente, à renegociação da dívida externa, uma atitude inicial muito limitada tomada pelo Governo José Sarney suspendendo o pagamento das taxas de juros, na continuidade teve como consequência o processo de abertura completa das portas do País para o capital estrangeiro, através da política de conversão da dívida em capital de risco, da chamada nova política industrial, das chamadas plataformas de exportação. Tudo isto com base na política do arrocho salarial. Nada mais, nada menos, do que a repetição da política econômica adotada pela ditadura militar. Portanto, nada mais natural do que um elemento originário da ditadura militar, do que um homem que colocou em prática a política econômica dos militares para ser o Ministro da Fazenda.

O Sr. Mailson da Nóbrega serviu aos regimes militares por mais de oito anos. Ele foi chefe da assessoria econômica do Ministro da Indústria e

do Comércio, Ângelo Calmon de Sá. Foi da assessoria econômica do Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter e foi Secretário-Geral do Ministério da Fazenda durante o período de Ernane Galvêas. Exatamente pelo fato de o Sr. Mailson da Nóbrega ter assumido a Secretaria Geral do Ministério da Fazenda, no Governo do General Figueiredo, é que o PMDB criou obstáculos e vetou o seu nome para Secretário-Geral do Ministro Francisco Dornelles. No entanto, agora assume o Ministério da Fazenda o Sr. Mailson e leva para ser o seu Secretário-Geral o Sr. Mário Jorge Gusmão Berard, que trabalhou juntamente com ele na equipe do Sr. Karlos Rischbieter.

Ora, as poucas medidas adotadas pelo Ministro, no período em que ainda era Secretário-Geral, já foram suficientes para mostrar qual é a sua verdadeira posição. Ele se colocou por exemplo, contra as decisões adotadas pela Comissão de Sistematização em relação ao problema da reforma tributária. E, por isto mesmo, houve um início de movimentação de Constituintes do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste contra o posicionamento do então Secretário-Geral do Ministério da Fazenda. Sabemos também – e a grande imprensa está hoje afirmando – que ele foi o responsável pela retirada de alguns dos aspectos positivos do chamado "Pacote Fiscal".

Diz, hoje, o **Jornal do Brasil** que, após discussão com representantes do mercado financeiro, o então Ministro interino decidiu reduzir para 3%, este ano, a tributação sobre os lucros dos exportadores, que seria de 35%. E garantiu um abrandamento das taxações sobre o mercado financeiro. Esta é a posição do atual Ministro da Fazenda que, na verdade, tem a marca, tem o perfil, tem a concepção da política econômica da ditadura militar. Com isto, o Governo José Sarney, de uma maneira clara, aberta, formaliza a sua política econômica como absolutamente igual, como absolutamente idêntica à política econômica entreguista, reacionária, antipopular e antinacional adotada no período da ditadura militar. (Muito bem!)

**O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes: ontem, aqueles que se auto-rotulam como progressistas produziram aqui, na votação final 148 votos, onde estão computados os votos do PDT, PT, PSB, PCB e PC do A

O Líder Mário Covas e seus vice-Líderes não trouxeram a este plenário 128 dos integrantes do nosso partido, para votar com os interesses dos que são contra as manifestações do chamado Centrão, que, a partir de amanhã, começa a apresentar as suas emendas, algumas assinadas por todos, outras não assinadas, é óbvio. E, mais alguns dias, até o dia 27, estaremos votando neste Plenário, e cada um poderá mostrar a sua verdadeira face.

É de se perguntar, e principalmente àqueles que cobram a ausência das maiorias: se ontem o chamado Centrão, assim como denominam os progressistas, não colocou mais de 240 votos neste Plenário, onde estavam aqueles ativistas progressistas que não vêm completar o resto que falta? Ou a eles é dado o direito de votar por procuração ou dar entrevistas em sua cidade?

Um desses progressistas do meu Estado, progressista chamado em nosso Estado, na giria,

de falsa baiana, deu uma entrevista virulenta contra os retrógrados desta Constituinte. Só que deu essa entrevista lá em sua cidade, não aqui no Plenário.

O Líder Mário Covas, que é o meu Líder tem que cobrar a ausência desses progressistas que falem de suas cidade e não comparecem à Constituinte. S. Ex.<sup>a</sup> não pode deixar que contra nós outros – que somos insubordinados na fase regimental, mas não seremos nas matérias de mérito, é óbvio – caiam as iras da falsidade dos fariseus enquanto esses progressistas, que se abrigam sob as asas quentes, amplas honradas do Sr. Mário Covas, fiquem de lá, dando entrevistas e não compareçam aqui. Eu me dirijo ao Líder pedindo que cobre dos Partidários, que cobre dos peemedebistas a presença neste Plenário, porque senão se tornará uma vergonha esta Constituinte. Quero deixar bem claro que o nobre Líder está sempre presente.

E mais, gostaria de dizer, que realmente ao menos a política paulista está dividida assim: um velho inteligentíssimo, um senhor idoso inteligentíssimo e um crânio em política chamado Ulysses Guimarães, que consegue contornar as crises e colocar aquele aspecto democrático, e de outro lado, o Sr. Orestes Quêrcia, também muito inteligente, em franca ascensão. Esta é a política paulista. E temo logicamente até **hors-concours**, eu diria assim, numa expressão que usaria mais o Senador Fernando Henrique Cardoso, que é o Senador Mário Covas, que, tenho certeza, daqui para frente não vai mais permitir que vice Líderes inábeis realmente marginalizem seus companheiros de Partido, e vai reaglutinar a sua bancada em torno dos temas que interessam realmente ao povo brasileiro.

É o apelo que faço, vendo aqui, neste momento, como sempre, o nosso Líder Mário Covas.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Venho hoje a esta tribuna para falar da morte de um homem, da morte de um brasileiro, da morte de um mineiro. Trata-se de Henrique de Souza filho, mais conhecido como Henfil, que teve a infelicidade de, numa transfusão de sangue hemofílico que era, ser contaminado e morrer da moléstia que está assustando o mundo inteiro, a AIDS.

Sabemos – e aqui particularmente como médico saliento este aspecto – que a AIDS está adquirindo no mundo inteiro as características de uma verdadeira epidemia. Existem aqueles grupos que são denominados grupos de riscos, como, por exemplo, os homossexuais e os usuários de drogas injetáveis. Quando verificamos a morte pela AIDS de alguns componentes desses grupos de risco, pelo menos podemos ter em princípio uma justificativa: Foi uma Opção, uma opção que fizeram em seu estilo de vida.

Mas quando ocorre uma morte como essa do cartunista, do chargista Henfil, contaminado num processo terapêutico, isso nos causa um estado de profunda indignação.

Em todas as epidemias existem três fatores importantes: o primeiro deles é o agente, aquilo que provoca a doença. No caso da AIDS, um vírus;

o segundo fator é o hospedeiro, o indivíduo afetado, que pode ser o homem e, algumas vezes, os animais; o terceiro é o ambiente favorável para que a epidemia se espalhe.

No caso da AIDS, temos verificado que a grande dificuldade em combater tal tipo de epidemia repousa no fato de não podermos atacar ao mesmo tempo os três fatores, isto é, o agente, o hospedeiro e o ambiente favorável. Infelizmente ainda não existem medicamentos capazes de matar o vírus da AIDS no organismo. Por outro lado, não existem vacinas capazes de proteger o hospedeiro. Então, só nos resta atacar o terceiro fator, isto é, o ambiente favorável. É contra o ambiente favorável que temos que lutar. Em primeiro lugar, combatendo a promiscuidade sexual através da educação. As providências sanitárias no Brasil têm sido extremamente tímidas nesse setor educativo, ao contrário do que vem ocorrendo em outros países. Aqui se tem até um certo preconceito em se falar sobre a questão sexual no relacionamento com esta doença.

Dentro desta tese da prevenção no ataque ao terceiro fator ambiental vem o segundo problema correlato, que é o controle de qualidade dos bancos de sangue em nosso País. Tanto assim que, nos Estados Unidos, por exemplo, as transfusões de sangue são responsáveis apenas por 0,1% da transmissão da doença, enquanto que no Brasil este índice, salvo engano é superior a 10%, ou seja, 100 vezes maior.

É este o grande problema a nos preocupar, o controle de qualidade nos bancos de sangue, para que não venham a ocorrer trágicas mortes, como a deste conhecido cartunista, que chegou a transpor as fronteiras nacionais, tendo suas charges publicadas em periódicos até da Inglaterra, dos Estados Unidos, da França e de outros países. E o drama vivido por seus dois irmãos, hemofílicos como ele, e que também se encontram contaminados pelo mesmo motivo.

Trago, hoje, portanto, a minha palavra de solidariedade à família de Henfil, família do interior mineiro, que conheci de perto e que sempre admirei pela sua constância no trabalho, pelo seu vigor e, sobretudo, pelo seu senso de humor, traduzido naquele que foi um dos maiores cartunistas do nosso tempo. E, ao mesmo tempo, o protesto, a indignação que reputo, possivelmente, de todo povo brasileiro, por esta falta de controle em nossos bancos de sangue, contaminando assim milhares de brasileiros com esta terrível moléstia que, temos a esperança, num futuro próximo, deverá estar dominada com a descoberta de drogas eficazes para curá-la, ou então vacinas para proteger aqueles que, eventualmente, possam ser contaminados.

Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, que a morte de Henfil sirva de exemplo para nos mobilizarmos em defesa de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A aspiração pelas eleições diretas para presidente da República faz parte da vontade do povo brasileiro, desde a época da luta contra a ditadura militar, acentuou-se às vésperas da sucessão do último Presidente-General, e volta a se acentuar agora durante o Governo José Sarney.

E tem razão o povo brasileiro em, cada vez mais, exigir as eleições diretas para Presidente da República, porque, afinal de contas, além de uma aspiração democrática, de um dever democrático de qualquer sociedade, de eleger, por via direta, o seu governante, representa a vontade de colocar um ponto final neste Governo que tem trazido agruras para o nosso povo, especialmente para os trabalhadores, para os oprimidos, para os marginalizados. Este é o Governo do arrocho salarial, este é o Governo da demissão em massa de grevistas, de lideranças do movimento dos trabalhadores, haja vista o que ocorreu agora com o pessoal dos correios e os telefônicos, demitidos por se mobilizarem, por se organizarem e por lutarem por seus direitos.

Então, é um governo que nada tem de democrático, é um governo que fracassou no plano econômico, fracassou no plano social, fracassou inteiramente em toda a sua demagogia nacionalista, quando se dobra inteiramente aos ditames dos banqueiros internacionais.

Se não fosse tudo isto, Sr. Presidente, se tudo isto não justificasse as eleições diretas já, esse episódio que ocorreu agora, esse massacre ocorrido no Pará, de, quem sabe, mais de 100 garimpeiros, em qualquer país do mundo significaria um alento para o ponto final deste Governo. O Senhor José Sarney não tem mais como continuar sentado na cadeira presidencial. Eleições diretas já, contra o governo do massacre, este Governo que acoberta aqueles acontecimentos. Não há que se pôr a culpa nos militares que têm também a sua parcela, e na polícia de um Estado que tem também a sua parcela de culpa, mas a parcela significativa se encontra instalada no Palácio do Planalto. É ao Senhor José Sarney que temos que dirigir o nosso reclamo e a exigência da apuração desse massacre.

Como se pode entender, no Brasil de hoje, no Brasil de 1988. num país que se diz de um povo pacífico, ordeiro, assistimos mais um massacre como o que já houve no passado em Ipatinga, quando mais de 60 metalúrgicos e seus familiares foram massacrados pelas balas assassinas do Governo Magalhães Pinto, naquela ocasião.

Mais uma vez, portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a bandeira das diretas já se estende pelo País, como aquele resgate do sangue de 70, 100 ou 133 cidadãos brasileiros, não sei bem o número. Mas é também o momento de reflexão sobre o próprio Governo, pois se é feito isso a nível de Governo Federal e a nível do Governo do Pará, também acontecem desmandos em vários outros Estados como é o caso de Minas Gerais, do Governo do Sr. Newton Cardoso.

Portanto, este é um problema do Senhor José Sarney, mas é também um problema desta Nova República, é uma responsabilidade do PMDB, que é aquele que tem sustentado este Governo; que tem no Senhor José Sarney o seu Presidente de honra; que tem nos seus quadros esse Governador Hélio Gueiros, do Estado do Pará; que tem em seus quadros esse Governador Newton Cardoso, e outros que estão por aí acenando com a bandeira das diretas, que estão aí engrossando os golpes do Centrão, e que são membros do PMDB. Temos que dar os nomes aos "bois". É o Governo José Sarney, é o seu partido, o PMDB, são eles responsáveis por colocarem o Poder Público nacional a serviço da burguesia, a serviço

das multinacionais, a serviço da repressão, a serviço da ditadura, a serviço de tudo aquilo que sustentou o período da ditadura militar, e que continua sustentando a exploração dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Fica daqui, portanto, o nosso grito de diretas já para presidente da República, e o nosso grito para que o Senhor José Sarney, o quanto antes, apeie-se da cadeira presidencial. Antes, porém, esta Assembléia Nacional Constituinte deverá fazer o que é seu dever, ou seja, exigir a apuração dos acontecimentos, do massacre ocorrido no Estado do Pará, para que o Brasil e toda a humanidade possam saber o que aconteceu, de fato, e possam cobrar o que minimamente se exige para aqueles que ceifam vidas humanas: justiça e punição aos assassinos de trabalhadores e aos traidores do povo brasileiro! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaríamos de deixar aqui o nosso apoio e o nosso repúdio. O nosso apoio às colocações feitas por vários Constituintes com relação ao episódio ocorrido com os garimpeiros no Pará, e o nosso repúdio à posição não somente do Governador Hélio Gueiros, do PMDB, mas também da Polícia Federal, em especial a do seu Superintendente, Delegado Romeu Tuma. Este, em entrevista na televisão, disse que o que aconteceu foram apenas três mortes e mais de setenta desaparecimentos.

Os jornais de hoje denunciam que mais de 133 garimpeiros se encontram desaparecidos, e como já foi dito aqui, Srs. Constituintes, esse massacre só pode ser comparado – em ocorrendo no momento atual da nossa História – aos massacres e às guerras ocorridas no Oriente Médio, tal a forma desumana que marca este período de Governo da Nova República e, em especial, este período de Governo do PMDB de diversos Estados.

No ano que se passou viemos a esta tribuna, por diversas vezes, denunciar tratamentos a baionetas, a bala, dados a trabalhadores que legitimamente se levantam contra uma política de arrocho salarial nunca vistas antes no nosso País. Levantam-se eles de maneira legítima e o que encontram, quando não é PM, é o Exército, é a Polícia Federal, Forças estas que deveriam estar mantendo a ordem, protegendo os brasileiros, e não atacando-os, como na prática está acontecendo. Gostaríamos, então, de deixar nossa solidariedade aos nossos companheiros garimpeiros do Estado do Pará.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, também vimos à tribuna, acompanhando as propostas já colocadas na imprensa pelos chamados representantes da maioria, o Centrão, para dizer, como já denunciemos desta tribuna, por diversas vezes, que o objetivo do Centrão não era abrir o Regimento para fazer emendas, não era tornar a participação dos Constituintes mais democrática e sim golpear os tímidos avanços obtidos na Comissão de Sistematização. E entre eles, o que mais nos escandaliza, é a defesa escancarada da institucionalização da demissão por justa causa no texto constitucional. É a proposta que hoje unifica os setores mais comprometidos com os empresários e com todos aqueles que, sem dúvida nenhu-

ma, não têm um mínimo de sensibilidade com a realidade dos trabalhadores do nosso País.

Essas propostas, sem dúvida alguma, são do conhecimento do movimento sindical, dos trabalhadores do nosso País. E sem dúvida, Srs. Constituintes e Srs. componentes do Centrão, saberá a sociedade organizada e, em especial, os trabalhadores, dar a resposta merecida a esses que, realmente, não vieram para cá para defenderem um Brasil grande e, sim, entregar um Brasil grande àqueles que vivem da sua exploração.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Edmilson Valentim, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Dionísio Hage.

**O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em preito de reconhecimento e com espírito de justiça, tive a oportunidade de deixar registradas, em artigos publicados nos jornais **A Província do Pará** e o **Liberal**, ambos da capital paraense, as impressões da viagem que, a convite de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Almirante Henrique Sabóia, Ministro da Marinha, me foi permitido realizar à Antártida, com o objetivo de conhecer o trabalho ali desenvolvido por militares e cientistas brasileiros junto à Estação "Comandante Ferraz", mantida pelo Governo do nosso País naquele Continente.

Tendo em vista, contudo, a importância de que se reveste a matéria, julgo de bom alvitre trazer também ao conhecimento da Casa maiores informações sobre essa viagem, consciente, como estou, de que o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), pelas suas proporções e pelos seus objetivos, além de fortalecer a presença do País no Continente Antártico, representa instrumento valioso para o desenvolvimento de pesquisas consideradas do maior interesse para a comunidade científica nacional, sobretudo nos campos da geofísica marinha, gravimetria, geomagnetismo, física da alta atmosfera e meteorologia. Quer-me parecer, pois, da maior relevância, que se venha a dar toda a divulgação possível ao magnífico trabalho de estudos e pesquisas que identifica o Programa Antártico Brasileiro, aprovado em 1982, e que ensejou a admissão do nosso País como Membro Consultivo do Tratado da Antártida, já no ano seguinte.

Permitido me seja recordar, à guisa de ilustração, que, juntamente com a instalação do Programa, o Governo brasileiro houve por bem adquirir um navio polar, o "Barão de Teffé", e, no mesmo ano, instalou a "Comissão Nacional para Assuntos Antárticos" (CONANTAR), conferindo à "Comissão Interministerial para os Recursos do Mar" (CIRM) a atribuição de implementar o referido Programa.

Vale destacar que esse órgão, responsável direto pelas atividades desenvolvidas pelo Brasil na região, constitui uma Subsecretaria da Secretaria da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar, a qual, por sua vez, tem como Secretário o Contra Almirante Sérgio Tasso Vasquez de

Aquino. O Ministro da Marinha, como se sabe, é o Coordenador da Comissão Interministerial em tela.

A atividade fim do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) é a coordenação e o acompanhamento de todos os projetos desenvolvidos pelo País, projetos esses que congregam e contam com a colaboração de universidades, cientistas e pesquisadores.

O Proantar, ademais, ordena e coordena toda a atividade meio de apoio aos projetos mantidos na área, quais sejam o NAPOC (Navio de Apoio Oceânico Barão de Teffé), a Estação Brasileira na Antártida "Comandante Ferraz", e os vôos de apoio da Força Aérea Brasileira a operações naquele território.

Dentro dos objetivos de sua política na região antártida, o Brasil optou pela aquisição de um outro navio polar, cuja construção já está definida por um estaleiro nacional e que deverá ser um dos mais modernos e completos do gênero existentes em todo o mundo.

Não me parece necessário enfatizar que o Brasil, por sua experiência na Antártida, já está capacitado a prestar assessoria e apoio técnico a outras nações que pretendem desenvolver atividades naquele Continente, designando oficiais brasileiros para acompanhamento das viagens por elas efetuadas. Menciono, entre tais países, o Equador e o Peru.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, honrado com o convite do Ministro da Marinha, Almirante Henrique Sabóia, para visitar a Estação brasileira "Comandante Ferraz", não poderia, efetivamente, deixar de expressar a V. Ex.<sup>a</sup> as ótimas impressões que colhi durante a viagem.

Partimos, a 12 de dezembro último, da cidade do Rio de Janeiro, em um avião Hércules, da Força Aérea Brasileira, comandado pelo Major Aviador Paulo Sérgio Pereira de Oliveira, que realizou escalas em São Paulo, Curitiba e Pelotas, onde recebemos material e vestimentas adequados ao clima daquele Continente. Dirigimo-nos, em seguida, à cidade de Punta Arenas, no Chile, e daí fomos conduzidos à Base "Tenente Rodolfo Marsh", onde tivemos afetuosa acolhida por parte das autoridades daquele país amigo.

Em helicóptero da Força Aérea Chilena, seguimos para a Base "Comandante Ferraz" e, após vinte minutos de vôo, ficamos emocionados ao ver, do alto, nossa bandeira tremulando naquele paraíso do gelo, região que, embora com características tão diferentes, muito se assemelha à Amazônia, seja pelo desafio que representa sua conquista, seja pelas riquezas naturais de que dispõe.

Na ocasião, o Almirante Sérgio Tasso Vasques de Aquino, responsável pelo PROANTAR, dirigiu emocionadas palavras aos seus comandados, o mesmo acontecendo com o Almirante Coaraciara Brício Godinho, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, que cumprimentou os fuzileiros pertencentes à guarnição sediada naquela Base.

Ciceroneados pelo Capitão de Fragata Antônio José Gomes Queiroz, percorremos as magníficas instalações e os laboratórios da Estação Antártica "Comandante Ferraz", que já funciona em caráter permanente, implementando projetos e pesquisas e realizando atividades científicas da maior relevância para o País.

Foi, Sr. Presidente, uma viagem extraordinária, que permitiu uma avaliação objetiva do que pos-

suímos em capacidade e potencial para o desenvolvimento de projetos importantes e arrojados, de interesse do País e da Ciência em geral.

Dentro dessa moldura, quero louvar, especialmente, a participação dos dentistas e militares brasileiros que se encontram na Antártica, distantes das famílias e negligenciando interesses pessoais, com exclusiva dedicação à Pátria, como verdadeiros heróis anônimos, lutando por conquistas que certamente virão a beneficiar apenas às futuras gerações.

A Bandeira brasileira tremula na Antártica, como símbolo do trabalho e do patriotismo do nosso povo, graças à abnegada atuação de oito homens que mantêm em funcionamento suas instalações e seus laboratórios e que ali encarnam o verdadeiro sentido da nacionalidade. São eles o Capitão de Fragata Antônio José Gomes Queiroz, chefe do grupo; o Primeiro-Tenente-Médico Alexandre de Azevedo Dutra, subchefe; o Segundo-Sargento-Eletricista Ezero Izidro Tardim; o Terceiro-Sargento FN Comunicações Dilmar Pereira Araújo; o Terceiro-Sargento Mergulhador Francisco de Assis Góis; o Terceiro-Sargento FN Motores Jorge José Sobrinho; o Cabo-Cozinheiro Francisco Farias Braga; e o Alpinista Luiz Eduardo Consiglia, merecedores que são do mais profundo reconhecimento de todos os brasileiros, pelo que estão realizando em favor do País.

A citação nominal em tela representa, pois, uma homenagem sincera àqueles que tão bem representam a grandeza e a dignidade da Pátria.

Há que se ressaltar, ainda Sr. Presidente, que a cada nova expedição brasileira à Antártica, dezenas de outros estudiosos e pesquisadores se incorporam ao esforço de maior conhecimento e exploração daquela área. Agora mesmo, mais de 30 pesquisadores participaram da viagem, entre os quais, para honra dos paraenses, menciono, o nome da cientista e professora Iza, da Universidade Federal do Pará.

Desejo destacar, por oportuno, o esmero na organização de todo o roteiro da viagem, desde o embarque no Hércules da Força Aérea Brasileira às escalas em território chileno, bem como tratamento que nos foi dispensado durante nossa estada na Antártica.

Tudo isso transformou as naturais apreensões pela visita ao ambiente desconhecido, de características físicas hostis, em notável sensação de segurança e bem estar, sobretudo de emoção e sentimento de brasilidade. Tudo isso – insisto – serviu para estabelecer, entre os que ali estavam, profundos laços de amizade, como a simbolizar o quanto se deve buscar a união dos brasileiros, nessa quadra tão difícil da vida nacional. Efetivamente, se no dia da partida, no Rio de Janeiro, poucos se conheciam, três dias depois tínhamos a impressão de que éramos amigos há mais de 20 anos.

Dentro desse espírito de admiração e de justiça, quero levar, em meu nome pessoal e em nome dos demais integrantes do grupo, nossas homenagens e agradecimentos aos Almirantes Sérgio Tasso Vasques de Aquino, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e responsável pelo Programa Antártico Brasileiro, e Coaraciara Brício Godinho, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, não só pela gentileza com que nos cumularam, mas, sobretudo



pela oportunidade que nos brindaram de testemunhar o trabalho pioneiro desenvolvido na Antártica por brasileiros em favor do Brasil.

Idêntica homenagem estendo ao coordenador da viagem, Comandante Gilberto Richter; ao assessor da Marinha junto ao Congresso Nacional, Comandante Paulo Félix dos Santos Júnior, ao chefe de relações Públicas daquela Pasta, Comandante Aduato Rocha Delamare Leite; ao Delegado da Capitania dos Portos em Pelotas, Comandante Tibério Bucci; ao Major Aviador Paulo Sérgio de Oliveira; ao Comandante Antônio José Teixeira; ao Comandante Paulo Roberto Pinheiro, Adido Naval do Brasil junto ao governo chileno; aos empresários Nelson Zanella dos Santos e Alberto Tomita; ao economista Claudio Luiz Guedes, da Universidade do Rio Grande; ao meu colega, Deputado Osvaldo Sobrinho, cujo aniversário foi comemorado a bordo do avião da FAB, bem como ao Sr. Mário Babaic-Babaic, Cônsul Honorário do Brasil em Punta-Arenas, que tão bem representa o nosso País no Chile.

Outro ponto importante a ressaltar é o relacionamento existente entre os países que desenvolvem trabalhos de pesquisa, naquela região.

Tudo foi perfeito na expedição, tendo o Comandante Queiroz conferido aos participantes da expedição Certificados e Plaquetas alusivos à visita.

Finalizando, quero registrar o excelente trabalho realizado nesta Casa pelos Comandantes Luiz Paulo Aguiar Regulffe, Silveira Couto e Paulo Félix dos Santos Júnior, aumentando, cada vez mais, o excelente relacionamento entre o Poder Legislativo e o Ministério da Marinha.

O que presenciamos na viagem nos dá a convicção de que a situação nacional seria bem diferente se todos os órgãos públicos funcionassem como a Marinha Brasileira.

Parabéns, pois, à nossa Armada, pela exemplar organização da estrutura na Antártica, que tanto eleva o nome do nosso País no concerto internacional, e demonstra que, com seriedade, patriotismo, trabalho e dedicação, podemos desenvolver os mais importantes projetos para o País e os brasileiros, vencendo dificuldades e obstáculos.

**O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quem teve oportunidade de ler na **Folha de S. Paulo** do dia 4 do corrente, artigo da jornalista Elvira Lobato, certamente, ao final, não pôde acreditar na sua íntegra. Sob o título: "Sem correção da dívida, rombo de instituições vira lucro", comenta ela sobre o caso de 9 seguradoras e 2 montepios que, por mal administrados, tiveram que receber a intervenção da Susep para liquidá-los, isto desde os idos de 1966, 67, 69, 70, 78 e 84 e que hoje, por milagre das nossas leis, o roubo virou lucro.

Textualmente, numa parte da reportagem, diz o seguinte: "As seguradoras, sociedades de capitalização e entidades de previdência privada não estão incluídas entre as instituições que sofrem correção monetária do passivo (dívidas) quando em processo de liquidação extrajudicial. O Decreto-lei nº 2.278, de novembro de 85, tornou obrigatória a correção monetária apenas para os bancos comerciais e de investimentos, corretoras, financeiras e distribuidoras, deixando de fora todo

o universo de instituições fiscalizadas pela Susep. A superintendência já tentou, por duas vezes sensibilizar a Presidência da República para o problema, mas até agora não obteve resultados.

Em junho de 87, o superintendente da Susep, João Régis Ricardo dos Santos, encaminhou ao então Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, um projeto de decreto-lei propondo o uso da correção monetária sobre as dívidas das seguradoras, montepios e sociedades de capitalização em liquidação. A Procuradoria Geral da Fazenda aprovou o projeto e o remeteu ao Gabinete Civil da Presidência da República, que rejeitou o uso de decreto-lei para resolver a questão.

A não incidência da correção monetária sobre o passivo destas instituições penaliza exclusivamente os credores, entre eles os mais de duzentos mil pequenos investidores que compraram carnês de capitalização da Delfin e os setenta mil acidentados de trabalho que tinham seguro a receber quando, em 1966, a segurança industrial, do Rio de Janeiro, foi liquidada extrajudicialmente. Estas pessoas tiveram seus créditos congelados desde a época da liquidação. Há casos, como o da Cia. Urano de Capitalização, de São Paulo em que o valor dos créditos a serem pagos já perdeu a expressão monetária: cada um dos dez mil segurados da Urano tem a receber apenas Cr\$ 0,01, quando a menor moeda em circulação é de valor dez vezes maior.

O Diretor Jurídico da Susep, Luiz Tavares, atribui a um "lapso" do Governo o fato de seguradoras, montepios e sociedades de capitalização terem ficado de fora do decreto-lei, assinado por Sarney em novembro de 85, que instituiu a correção monetária para as instituições em igual ao processo de liquidação extrajudicial no âmbito do Banco Central. Este "lapso", no entanto, já custou aos credores das quinze empresas em liquidação no âmbito da Susep um prejuízo de 853%, ou seja, a inflação acumulada desde que o Decreto-lei nº 2.278 foi assinado.

Na exposição de motivos que acompanhou o projeto de decreto-lei encaminhado ao Ministério da Fazenda em junho último, a SUSEP defende a introdução da correção monetária para as instituições sob sua jurisdição argumentando que a diferença de tratamento (em relação ao aplicado às instituições sob jurisdição do Banco Central) constitui uma "violação do princípio constitucional da isonomia, causa sérios prejuízos aos credores das massas, pelo aviltamento de seus créditos e, ao mesmo tempo, mantém os ativos das liquidandas a salvo da corrosão inflacionária". Em outras palavras, ela impõe prejuízo aos credores enquanto os bens das empresas são corrigidos segundo a inflação.

Devido a este tratamento desigual, a inflação, recorde de 366%, em 87 (a maior da história brasileira), virou um grande negócio para as empresas. Já apresentam superávit quatro seguradoras que estão há mais de vinte anos em liquidação extrajudicial: a Equitativa e a Segurança Industrial, do Rio, e a protetora e a Cia. Aliança Rio Grandense, ambas do Rio Grande do Sul. Além delas, estão também com superávit as seguradoras Planalto (do Rio), Cia. Interestadual de Seguros, Cia. Central de Seguros e Delfin Seguradora, todas de São Paulo. A liquidação extrajudicial seria um excelente negócio caso fossem encerradas agora as liquidações dos montepios

Montebancos (do Rio Grande do Sul) e Montiene, do Rio de Janeiro, também com Superávit. O Diretor Jurídico da Susep disse à Folha que seria "imoral" devolver esses saldos aos antigos sócios das empresas. Ele disse que não concorda com o parecer da assessoria do Gabinete Civil da Presidência da República de que o assunto deva ser encaminhado ao Congresso por projeto de lei. "Neste caso se justifica plenamente o decreto-lei" argumenta.

Como parlamentar e constituinte, condenando sempre a maioria dos decretos-leis, salvo raras exceções, neste caso específico, quero aqui deixar o meu apelo, também como empresário e brasileiro, ao Presidente Sarney, para que não perca um dia a mais e use o direito que tem para corrigir esta grande injustiça que está sendo praticada contra uma parcela da população.

Senhor Presidente, não é justo que irresponsáveis, maus administradores, enganadores da boa fé pública sejam beneficiados, por uma omissão em nossas leis. Feliz ainda do País que tem homens como o Dr. João Régis Ricardo dos Santos e, Dr. Luiz Tavares, que revoltando-se contra desatinos como estes agora denunciado pela jornalista Elvira Lobato, rebelam-se contra esta imoralidade e, por unanimidade da diretoria da Susep, decidiram que o assunto vai para o Judiciário.

Poderá, como já disse, o nosso Presidente Sarney, com uma feliz penada, solucionar este assunto. É o que esperam todos os bons brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Último dia 4 do corrente, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe, com a presença de vários ministros de Estado, governadores, parlamentares e outras autoridades federais e estaduais, foi lançado pelo Presidente José Sarney, através do Ministério do Interior, o Projeto Padre Cícero.

O Projeto Padre Cícero não é uma panacéia para solução do problema da seca no Nordeste, porém o pretende que o homem nordestino possa conviver com a seca, utilizando técnicas simples, consagradas e conhecidas no nordeste e em outros países de clima árido e semi-árido do mundo, como a Índia, a China, Israel, etc.

O projeto disporá de recursos no valor de 960 milhões de dólares, procedentes do Banco Mundial, que foram conseguidos de uma parcela do projeto nordeste, que seria liberada daqui a três anos e que foi antecipada graças ao trabalho do Ministro do Interior João Alves Filho. Pretende, em dois anos, construir 270 mil cisternas, para abastecimento de água das residências e hortas, construção de 400 km de adutoras para abastecimento de cidades, vilas, distritos e povoados, construção de casas de farinha para aproveitamento do produto primário, construção de açudes, barragens, poços artesianos e amazonas etc, nas pequenas propriedades, possibilitando a utilização de uma agricultura de subsistência, bem como a plantação de pastagem de capim buffel e plantas xerófitas como a palma forrageira, a algaroba etc., que servirão para manutenção de uma pequena pecuária, pois fará a distribuição de 10 ovelhas e 1 carneiro reprodutor, que serão devolvidos em cinco anos, o que aumentará a capacidade reprodutiva do projeto.

O projeto terá sua maturação em dois anos e possibilitará a fixação do homem no campo, criando uma classe média rural, portanto um mercado consumidor, interessando as regiões mais desenvolvidas.

Pela simplicidade do projeto e pela utilização de técnicas já conhecidas e utilizadas no Nordeste, acreditamos no sucesso do Projeto Padre Cícero.

Por isso, queremos nos congratular com o presidente José Sarney e com o Ministro do Interior João Alves Filho, pelo lançamento do Projeto Padre Cícero, esperando que dê os resultados almejados.

Era o que tinha a dizer.

Sala das Sessões, 6 de janeiro de 1988 – Deputado **Inocência Oliveira**.

**O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Após uma gloriosa Jornada pelos caminhos da vida cearense, influndo, algumas vezes, nos destinos de sua história, completa, amanhã, 60 anos de fundação o jornal **O Povo**, sem qualquer dúvida um dos mais importantes órgãos de comunicação social do Nordeste, como defensor impertérrito dos justos anseios e idéias da comunidade.

O vitorioso periódico teve como fundador o inesquecível homem de letras Demócrito Rocha, contando como seu principal redator o jornalista Paulo Sarazate, que seria, sucessivamente, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Governador do Ceará.

Demócrito permanece na memória dos intelectuais por seus belos versos de inspiração telúrica e social, num dos quais defendeu profeticamente a perenização do rio **Jaguaribe**.

Sarazate, por sua vez, se projetaria nacionalmente como um dos mais dinâmicos políticos da fase de que somos contemporâneos.

Sob tão ilustre e vigilante direção, **O Povo** teria que se transformar, realmente, numa verdadeira instituição cultural, com poderosos instrumentos de difusão jornalística e radiofônica, mantendo sempre, em todos os momentos de sua triunfal ascensão, uma luta de independência e seriedade, como principal diretriz filosófica de sua existência.

E esta foi sempre repleta de êxitos que o consagraram, definitivamente, como um grande veículo de luta em prol das aspirações democráticas do Povo brasileiro.

Essa linha de independência jamais foi desvirtuada, mantendo-se perenemente aceso o facho que ilumina o ideário nascido de Demócrito e Paulo Sarazate, que souberam pugnar, de maneira estrênuo, pelos interesses mais legítimos da coletividade.

Além do jornal, a empresa comandada, hoje, por Demócrito Rocha Dummar, mantém uma Rádio AM, uma FM e outros órgãos subsidiários, contando-se entre as suas mais felizes iniciativas o Projeto de Universidade Aberta, que tem proporcionado benefícios inúmeros aos mais diversos segmentos estudantis da região, ministrando conhecimentos valiosíssimos para quantos pretendam seguir as profissões liberais.

Destacáramos, por igual, como algo que merece as simpatias e os aplausos de todos, a promoção intitulada – "Maio, Mulher" – e o Coral de **O Povo**, que se exhibe, com grande brilho, para a sociedade cearense, despertando vocações e preservando o aprimoramento cultural.

Nos sessenta anos que amanhã se completam, tudo foi feito por Demócrito Rocha, Paulo Sarazate, D. Creuza do Carmo Rocha, D. Albaniza Sarazate e pelos atuais dirigentes, no sentido de cooperar, por todos os modos possíveis, para o desenvolvimento da terra cearense, através de iniciativas pioneiras e corajosas, que alcançaram a maior repercussão no espírito popular.

Daí o motivo do grande respeito de todos pelo veterano diário, que soube resistir à luta contra o tempo e às vicissitudes da ordem econômica, crescendo sempre, enquanto outros lamentavelmente desapareciam, como é o caso do **Correio do Ceará**, de A. C. Mendes; do **Unitário**, de João Brígido; do **Nordeste**, da Arquidiocese; da **Gazeta de Notícias**, de Antônio Drummond.

Ao revés de tantos, **O Povo** ganhou novos espaços e se tornou, em seis décadas, um dos mais respeitáveis sistemas de comunicação do Ceará, a merecer elogios dos mais humildes cidadãos e dos mais altos dirigentes da República.

Tudo isso, porém, se deve à orientação inicial, nunca renegada, no sentido da correta promoção de um jornalismo condizente com o espírito dos novos tempos, a escutar sempre a alma da terra e o coração de sua gente.

**O Povo**, é portanto, um jornal com alta missão a cumprir, sem objurgatórias injustas ou críticas apressadas, olhando para cima e para o alto, como as grandes árvores que oferecem, generosamente, excelentes frutos.

Não poderia, por isso mesmo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, deixar de registrar tão importante evento cultural, que será festivamente comemorado amanhã no Ceará, por todos quantos desejam efetivamente o progresso do Estado, da região e do País, num clima de paz de concórdia e de justiça social.

**O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Jarbas Passarinho, político admirado por quantos têm o privilégio de privar com ele, observa, com a felicidade própria dos inteligentes, na hora certa:

– Roberto Cardoso Alves, denominado conservador, foi cassado em 1969 por ter defendido a derrubada do Governo. Severo Gomes, dito histórico, foi Ministro da Indústria e do Comércio e assinou, com Geisel, a cassação de Alencar Furtado, por uma simples apresentação de tevê.

Autênticos, moderados, históricos, sensatos, mupistas, xiitas, sei eu lá quantos apelidos existem pululando por aí, são resultantes da maior ou menor dose de veneno de quem cobre os acontecimentos quando fala ou escreve, das conveniências momentâneas dos radicais que ditam as regras nos espaços oficiais do Congresso, dos interesses safados de quem faz oposição nos jornais, menos no **Diário Oficial** onde nomeia e emprega com a mesma desenvoltura com que combate o Governo. E de uma impressionante omissão de lideranças.

Roberto é de direita. Assume.

Outros, de esquerda, de igual sorte.

Porém, a esmagadora maioria, vai e vem conforme o sopro do vento acena com vantagens aqui ou ali. Um partido não é um clube de amigos. Pelo contrário, é um agrupamento de adversários. Estou, aliás, sendo moderado. Se fosse "progres-

sista", teria escrito de inimigos. Os tapinhas nas costas ou as pseudodeclarações de solidariedade, fazem parte de um jogo muito triste. Quem não tem voto, com raiva de quem tem, isola e combate quem poderia firmar o partido, para aparecer em sua mediocridade desamparada.

Invariavelmente, quanto mais desatrelado da máquina ultrapassada da política do "me-dá-o-meu-e-eu-voto-em-ti", menos aceito nos círculos autênticos e progressistas autodenominados oficiais. Lanço um desafio. Cotejem quem mais pediu e mais levou. Será prova do que afirmo. Quem desintegra uma agremiação é o poder. Por quê? Porque o parte-reparte desagrega. O fortalecimento tão ardentemente sugerido, é mero pretexto para aparecer. Fazer notícia previamente encomendada. Agitar. Dividir para reinar.

Ridículo ver travestido de oposição quem foi Governo ontem e hoje. Mais. Pediu e ganhou hoje e ontem. Mais. Discricionário hoje e ontem, não tergiversa em se ter por dono da verdade quando defende democracia ou ditadura. Ergue pedestais a Vargas, pensando ser possível lavar o passado onde se registram 15 anos prepotentes. Ou, aplaude Juscelino, após vergastar seu governo apontando Brasília obra faraônica de ladrão visionário.

Triste é o povo atropelado pelas impropriedades do desfile de selos, apelidos, lutas internas e brigas por votos que, cedo ou tarde, descobrirão, pertencem 90% a quem é votado e 10% à "máquina". É a "máquina" que está em Jogo. Em função dela, as distorções.

Todos se ufanam em ser mupistas, sensatos, moderados, autênticos, históricos. Palavra, não consegui notar uma só liderança que desejasse firmar o PMDB, somando para crescer e se impor. Pelo contrário, a ânsia é fragmentar e, no reinado do caos, sobressair.

Brilhante a observação de Jarbas Passarinho.

A história do PMDB também é feita por gente que ainda ontem ordenava cassações. Por que diferente? O presidente de honra do partido é o mesmo do PDS. O Ministro mais forte do Governo nunca deixou de ser Arena. E não nega. Ri de quem deita cátedra, mostrando a lista de favores pedidos. E tem razão.

**O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho-me preocupado, da Tribuna desta Casa, com vários problemas da conjuntura paraibana. Estradas, açudes, irrigação, saúde, municipalismo, fortalecimento dos recursos estaduais, enfim, tenho feito repercutir, nesta Casa, as angústias e os reclamos do povo paraibano. Aí estão os Anais para comprovar tal assertiva. Eles não mentem jamais.

Hoje Sr. Presidente, venho falar da Educação. É assunto importante que deve merecer de todos nós a maior atenção. Sei dos nossos déficits. São vergonhosos e nos esmagam como Nação que pretende ser forte e respeitada. O analfabetismo ainda é uma praga e seus índices nos distanciam dos Países ditos civilizados.

Nosso nível de ensino, de todos os graus, deixa muito a desejar. Continuamos a depender dos outros Países, em termos de ciência e tecnologia. Esse quadro é realmente dramático e doloroso.

Não ignoramos o esforço que vem sendo feito pela Nação, visando os efeitos desastrosos decor-

rentes de nossas deficiências educacionais. São esforços gigantescos, tanto por parte do Governo quanto por parte da iniciativa privada. Por serem maiores as necessidades, aparecem muito mais as defasagens entre os recursos já aplicados e os resultados obtidos. E como o que falta aparece mais do que o esforço feito para a diminuição das dificuldades, as deficiências são mais ostensivas e gritantes.

Haverá de ser sempre assim, até o final dos tempos. Por mais que se faça, haverá sempre muito mais a fazer. Nessa insatisfação crônica reside a inspiração para novas iniciativas construtivas. É apanágio da condição humana até para justificar sua formação superior de ser inteligente e racional.

Dentro desse quadro de permanentes desafios é que o Ministério da Educação criou o programa de implantação de Escolas Técnico-Agrícolas, visando à formação de mão-de-obra qualificada para as atividades agrícolas e pecuárias, como alternativa válida de fortalecimento de nossa economia primária, de que dependem fundamentalmente as demais. Considero da maior validade esse programa, em plena execução e com recursos assegurados no presente exercício.

Dá a minha preocupação de ampliar as oportunidades, na Paraíba, para esse ensino de caráter técnico-agrícola, por entender que, com novos técnico-agrícolas, de nível médio, estaremos mais bem preparados para os desafios do desenvolvimento.

Tenho participado da luta para implantação das Escolas Técnico-Agrícolas de Sumé e Culté, bem como pelo fortalecimento das Escolas Técnicas de Lagoa Seca e Campina Grande — respectivamente a Escolas Assis Chateaubriand e a redentorista — não esquecendo de lutar pela implantação das Escolas de Boqueirão e Princesa Isabel, cujo compromisso é também do Presidente da República e do Ministério da Educação, na pessoa de seu atual titular, o Ministro Hugo Napoleão.

Para comprovação do que está sendo dito peço Sr. Presidente, que sejam transcritos nos Anais desta Casa, como parte integrante deste pronunciamento, os documentos que vão anexos, todos endereçados à Presidência da República e ao Ministério da Educação.

Entendo, Sr. Presidente, que na hora em que estamos cuidando do ensino técnico-agrícola neste País, decisivos passos estão sendo dados no caminho certo do nosso desenvolvimento sócio-econômico. Aplaudo, pois, o Ministério da Educação pela adoção dessa política de valorização dos nossos quadros humanos, sobretudo através da profissionalização do técnico rural. Dele dependerá muito o progresso do interior deste País.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:**

Brasília, 28 de julho de 1987

Exm.º Sr.  
Ministro Jorge Bornhausen  
Ministério da Educação  
Brasília — DF

Sr. Ministro,  
Encarecendo as providências de V. Ex.ª, encaminho, em anexo, cópia do expediente entregue ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dr. José Sarney, pedindo a implantação de duas Escolas Agrícolas de 2º Grau nos Municípios de Boqueirão e Princesa Isabel, na Paraíba.

Contando com o apoio de Vossa Excelência a tais pleitos, antecipo os meus agradecimentos.

Atenciosas saudações. — **Evaldo Gonçalves**, Deputado Federal.

Brasília, 17 de junho de 1987

Excelentíssimo Senhor  
Presidente José Sarney  
Palácio do Planalto  
Brasília — DF

Senhor Presidente,  
Dentre os programas desenvolvidos pelo seu Governo, na área da educação, um, ao meu ver, se reveste de fundamental importância: a implantação de Escolas Técnicas Profissionalizantes, de 2º Grau, destinadas à preparação de mão-de-obra especializada, quer para o setor agrícola, quer para as práticas industriais.

Com o registro dos meus aplausos pelo muito que o Governo de Vossa Excelência vem realizando, no Ensino Técnico, venho encarecer do eminente Presidente seu honroso patrocínio para que o Ministério da Educação adote as providências necessárias, visando a implantação de duas Escolas Técnicas Agrícolas nos Municípios de Boqueirão e Princesa Isabel, no Estado da Paraíba, ainda, se possível, neste exercício financeiro, em convênio com as respectivas prefeituras.

Dispensável salientar, Senhor Presidente, que se trata de iniciativas destinadas ao maior êxito e que vêm ao encontro das aspirações dos habitantes daqueles municípios, cuja vocação natural é o desempenho de atividades ligadas ao campo, e, por via de consequência, ao setor primário da nossa economia.

Faço acompanhar este expediente cópias de exposição de motivos endereçada ao Exm.º Sr. Ministro da Educação, Senador Jorge Bornhausen.

Na oportunidade, reitero a V. Ex.ª os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosas saudações. — **Evaldo Gonçalves**, Deputado Federal.

Brasília, 19 de maio de 1987

Exm.º Sr.  
Ministro Jorge Konder Bornhausen  
Ministério da Educação  
Brasília — DF

Sr. Ministro,  
Atendendo a apelos das lideranças políticas e dos segmentos comunitários da região denominada Sertão, da Paraíba, dirijo-me à V. Ex.ª para solicitar seu apoio no sentido de mandar examinar a possibilidade de instalação de uma Escola Técnica Agrícola no município de Princesa Isabel.

Aquele município é pólo da mencionada região, integrada pelos Municípios de Emas, Desterro, Curral Velho, Santa Terezinha e Passagem, e se relaciona ainda com os Municípios de Manaíra, Juru, Imaculada, Água Branca, exercendo considerável influência na vida sócio-econômica da população destes e de alguns outros municípios paraibanos. Ademais, Princesa Isabel localiza-se na fronteira do Estado de Pernambuco, estando próxima dos Municípios de Flores, Serra Talhada,

São José de Belmonte, para não citar diversos outros.

Essa região, Sr. Ministro, possui forte e destacada vocação agrícola, sendo responsável por dois terços, mais de sessenta por cento, de toda a produção de milho do Estado, e produz considerável quantidade de feijão, valendo citar apenas esses dois produtos básicos e principais.

Assim, entende-se que a instalação de uma Escola Técnica Agrícola em Princesa Isabel representada um benefício a toda uma região, com mais de 3.300 km<sup>2</sup> e uma população superior a 100.000 pessoas, habitantes de onze municípios, e mais 100.000 residentes nos diversos outros não mencionados.

Sem qualquer instituição de ensino técnico-agrícola nessa extensa região, a instalação da escola que se pleiteia favoreceria a permanência do homem no campo, e representaria oportunidade inestimável de aprendizagem na área de conhecimentos vividos por elevado percentual de uma população superior a 200.000 pessoas, incluídos os demais municípios beneficiados.

Considere-se, Sr. Ministro, que somente nesses onze municípios, mais próximos de Princesa Isabel, estima-se um número superior a 13.000 estudantes de 1º Grau, e mais de 9.000 de 2º Grau, conforme informações colhidas na Secretaria Geral desse Ministério da Educação.

Princesa Isabel, hoje com apenas um colégio estadual e um da CENEC, além da rede de 1º Grau, oferece condições privilegiadas para a instalação da Escola Técnica Agrícola, não só pela sua localização geográfica, como também por contar com o açude público Jatobá, que armazena elevado volume d'água, em área eletrificada e irrigável. E a Prefeitura desde já coloca à disposição desse Ministério toda área de terreno que seja necessária, além de oferecer qualquer outra contrapartida para a instalação e o funcionamento da Escola Técnica Agrícola.

Em face destas primeiras informações, estou certo que o pleito merecerá o apoio de V. Ex.ª, determinando aos setores competentes desse Ministério o estudo da viabilidade de instalação da Escola Técnica Agrícola em Princesa Isabel.

Ficarei, Sr. Ministro, à inteira disposição, para prestar toda e qualquer colaboração que estiver ao meu alcance, no exame da viabilidade de atendimento deste pleito.

Com protestos de elevada estima e admiração, renovados, apresento meu cordial abraço. — **Evaldo Gonçalves**, Deputado Federal, PFL/PB.

Brasília, 15 de maio de 1987

Exm.º Sr.  
Ministro Jorge Bornhausen  
Ministério da Educação

Sr. Ministro,  
O Município de Boqueirão, pelas suas condições naturais, está vocacionado para as atividades agrícolas e pecuárias. É grande produtor de feijão e milho, sendo responsável pela produção de dois terços de todo o Estado. Ainda é exportador desses produtos para o vizinho Estado de Pernambuco.

A par dessa sua condição de grande produtor de alimentos, Boqueirão polariza naturalmente municípios outros como Queimadas, Cabaceiras,

Barra de São Miguel, Serra Branca, além de outros situados no Estado de Pernambuco, como São José do Capibaribe e Limoeiro, para falar nos mais próximos.

Presta-se, assim, para sediar uma Escola Técnica Agrícola, de 2º Grau, desde que seus estabelecimentos de ensino não profissionalizam seus discentes, em sua quase totalidade carentes e, por conseqüência, sem condições de ingressarem no 3º Grau.

Quanto à população, é Boqueirão cidade de médio porte, com mais de dez mil habitantes na zona urbana, afora a população flutuante, que virtualmente dobra tais números.

Nestas condições, Sr. Ministro, venho solicitar de V. Ex.<sup>a</sup> a adoção de providências no sentido de incluir Boqueirão dentre as cidades que serão contempladas com uma Escola Técnica Agrícola, visando à absorção de toda uma vasta clientela discente, toda ela, até agora, sem perspectiva de concluir um Curso Profissionalizante.

Na oportunidade, reitero a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosas saudações. — **Evaldo Gonçalves**, Deputado Federal.

**O SR. ERALDO TRINDADE (PFL — AP. Pronuncia o seguinte discurso.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entramos no décimo primeiro mês de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. Convém, neste momento, fazermos um breve retrospecto de nossas atividades. Por divergências naturais, embora que inoportunas em algumas ocasiões, podemos observar que muita coisa foi discutida, no entanto foram poucos os assuntos realmente definidos.

A primeira grande polêmica iniciou-se ainda no começo de 1987 com a formalização do Regimento Interno.

Diante de indefinições, houve a interferência das Lideranças quando finalmente, através do tradicional e indispensável acordo a situação ficou resolvida. Porém, somente com o desenrolar das atividades da Assembléia Nacional Constituinte é que ficou clara a discriminação com relação à participação de direito que todos deveriam ter, como verdadeiros e legítimos representantes da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em outros discursos desta tribuna, deixamos patente nossa preocupação com o tolhimento de propostas discutidas e aprovadas durante cansativas horas nas Subcomissões. Criou-se uma comissão temática central que passou a denominar-se Sistematização, novamente surgem desentendimentos, pois nas decisões visíveis no atual Projeto de Constituição consta a participação minoritária de Constituintes.

A maioria não aceitou tal discriminação, aliás, como jamais poderia aceitar, visto que é preciso que todos façam valer sua voz, suas propostas e votos.

Surge a possibilidade de mudança no Regimento Interno. Nesse sentido um documento foi formalizado, recebendo o apoio da maioria que àquela altura entendia sua responsabilidade quanto à adoção de um processo democrático que possibilite a este Congresso a manifestação da liberdade de pensamento das diferentes camadas sociais aqui representadas.

A propósito disto, Sr. Presidente, como representante de um povo setentrional expondo meu ponto de vista com respeito às conquistas alcançadas no atual Projeto de Constituição. Devem ser mantidas: propostas já concretizadas como a reforma agrária, hora extra em dobro, cento e vinte dias de licença para a mulher gestante, estabilidade no emprego.

As discussões vazias devem ser encerradas; agora com a aprovação de mudanças no Regimento Interno devemos agilizar as resoluções: é preciso a partir de agora termos a conscientização de que as indecisões estão contribuindo para a dilatação da instabilidade, que por sua vez causa insegurança e descrédito no País. Não estamos aqui fazendo uma Constituição para partidos políticos. O povo precisa saber que neste Congresso está havendo interesse pelos reais objetivos de uma nação que precisa estar organizada para poder alcançar estabilidade, segurança e desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A educação e formação moral das crianças abandonadas pelas ruas de nosso Brasil é dever prioritário do Governo e de todos nós, pois, tirá-las do abandono e transformá-las em pessoas dignas e produtivas significa um passo gigantesco para tirar nosso País do subdesenvolvimento em que se arrasta.

O Governo Quêrcia, sensível a essa questão, passou a cumprir sua plataforma eleitoral, criando a Secretaria de Estado do Menor, cujo principal Programa é o "Turma de Rua". O programa pretende "possibilitar a crianças e adolescentes que sobrevivem na rua, uma interação regular com as instituições sociais, para que possam usufruir dos direitos e exercer os deveres implicados no exercício da cidadania".

Através do Decreto nº 26.952, de 10 de abril de 1987, o Governador Orestes Quêrcia determinou que as empresas estaduais celebrem convênios com a Secretaria do Menor para atendimento do programa "Turma de Rua", encarregando-as de implementar as instalações constantes do Programa, a saber.

**Casa Aberta:** prestará apoio aos menores, respeitando-lhes o direito de ir e vir. Em suas dependências, eles poderão tomar banho, lavar roupa, além de exercerem atividades educativas, sob a orientação de uma equipe especialmente treinada. Poderão, ainda, ser encaminhados para assistência médico-hospitalar-odontológica, a outras instituições, a fim de regularizar documentos, frequentar escolas ou exercer alguma profissão.

**Creches:** atenderão crianças entre 0 e 6 anos e 11 meses, enquanto seus pais trabalham, oferecendo, inclusive, atividades de pré-escola para os maiores.

**Casa da Criança/Juventude:** oferecerão moradia para crianças e jovens com idade entre 7 e 13 anos e 11 meses e 14 a 18 anos. Nessas casas, as crianças e jovens exercerão atividades, estudos e/ou trabalhos.

**Casa Esportiva e Cultural da Juventude:** oferecerá atividades esportivas, culturais e produ-

tivas aos jovens e crianças, bem como à sua família, visando melhorar o relacionamento familiar.

**Casas de Unidade Terapêutica:** atenderão aos menores envolvidos com tóxicos, para encaminhá-los a tratamento.

**Iniciação Profissional:** treinamento profissionalizante, a ser oferecido por todas as empresas vinculadas ao Governo Estadual.

Programa tão benéfico e acertado sensibilizou a pessoa do Presidente da Companhia Paulista de Força e Luz Dr. Alfredo Almeida Júnior que, atendendo ao apelo do Governador, se comprometeu a cumprir as seguintes metas, que tanto irão ajudar as crianças carentes de São Paulo: organização de 4 Casas Abertas, 4 Casas da Criança e da Juventude, 5 Creches, 2 Casas Esportivas, Culturais e da Iniciação Profissionalizante para 100 crianças.

Que este exemplo da Companhia Paulista de Força e Luz sirva como modelo a ser seguido pelas empresas particulares ajudando, desta forma, o Governo Quêrcia a recuperar para São Paulo e para o Brasil uma geração de crianças abandonadas que irão constituir, em futuro próximo, na base de nosso desenvolvimento.

**O SR. ÁTILA LIRA (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A questão da moradia da casa popular deve merecer, do poder público através da União, dos Estados e dos Municípios uma atenção básica, ao lado da questão do emprego e do transporte.

Uma análise do Centro de Estudos Migratórios ressalta aspectos interessantes, "a inexistência de uma política habitacional de fato voltada para as necessidades da população, vem negando o teto, pelo menos nos últimos 23 anos, a milhões de famílias, que atiradas à sorte do destino perseveram na realização do grande sonho: a construção ou aquisição da casa própria. Para se ter uma idéia da gravidade do problema da moradia no País, o déficit habitacional no Brasil, hoje, está calculado entre 7 a 12 milhões de residências. E estimativas do atual Governo apontam que até o ano 2000 este déficit será acrescido de mais 6,5 milhões de habitações.

Com a implantação fracassada do Plano Cruzado, o milagre frustrado da nova República, a situação agravou-se ainda: aumenta o número de ações de despejo. Em Belo Horizonte, por exemplo, dados indicam que só nos primeiros 3 meses de 87 foram registradas mais ações do que em todo o ano de 1986. Em São Paulo, o número de despejos cresceu cinco vezes nos últimos dois anos.

O déficit habitacional urbano, agravado pela migração forçada rumo, sobretudo, aos grandes centros, vem provocando nos últimos anos reações na população, que vão desde optar por uma casa menor, portanto com preço de aluguel mais barato, até batalhar por um barraco na favela, ou mesmo partir para uma ocupação de terrenos e casas vazias.

A falta de casas disponíveis à população, principalmente de baixa renda. É uma história antiga. O progresso de marginalização da população mais pobre teve início nos anos 70, quando esta passou a ser empurrada, gradativamente, para loteamentos irregulares da periferia. Como êxodo

rural ocorrido na época de 1970/80, cerca de 16 milhões de brasileiros deixaram o campo rumo à cidade.

A dificuldade para conseguir casa própria não é de hoje. O BNH, Banco Nacional da Habitação, criado em 1964, e já extinto, em seus 22 anos de existência não conseguiu resolver o problema da moradia. No ano de sua criação, o déficit habitacional no País era de 7 milhões de casa. O BNH, então surgiu com o propósito de criar 10 milhões de moradias. Porém, em 1974, ou seja, 10 anos depois, o balanço do banco apontava a construção de apenas 1,3 milhão de casas, 280 mil para trabalhadores pobres, sendo que 63% das casas do BNH foram para quem ganhava mais de 10 salários mínimos. Em contrapartida, só em 1975 o povo, em regime de autoconstrução, no município de São Paulo, construiu 475 mil casas, quase a metade do que o BNH construiu em 10 anos.

Se em 22 anos o problema da moradia não foi tratado com o rigor que a questão requer, agora, então, a resposta das autoridades é bastante clara: não! realmente, com as últimas medidas apresentadas pelo Governo, não há mais condições de adquirir a sonhada casa própria. As novas regras do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), estão aí: o SFH financia 90% do valor do imóvel. Por exemplo, quem faz um financiamento num valor de 5000 mil OTN, que equivale hoje, aproximadamente, a 1,3 milhões de cruzados, e dá uma entrada de Cz\$ 138.412,00 deverá pagar em 15 anos uma prestação no valor de Cz\$ 18.913,00 o acompanhando o aumento da OTN. Para conseguir o financiamento há uma pré-condição: comprovação de uma renda mensal de Cz\$154.000,00. Qual a faixa da população que tem acesso a esta elevada quantia? Nada menos que 18 milhões de famílias brasileiras estão situadas na faixa de até 3 salários mínimos.

A falta de moradia não é um problema isolado na cidade, assim como a chegada de milhares de novos migrantes, nos grandes centros urbanos a cada ano. A degradação da vida na cidade é resultado do modelo capitalista, mantido pela política econômica dos governos autoritários, incompetentes, com arrocho salarial, desemprego, pauperização generalizada, crescimento dos índices de fome e desnutrição, mortalidade infantil, especulação imobiliária, aumento abusivo dos aluguéis, proliferação das favelas e cortiços. A cidade virou um excelente negócio para os donos do capital imobiliário, construtoras, grandes proprietários de terra.

Uma política de moradia deve ser feita com o objetivo amplo de ordenar o crescimento da cidade, seguindo um plano diretor, atender basicamente a população carente através do financiamento de lotes urbanizados, com preços subsidiados, financiamento do material de construção a preços acessíveis e um grande programa de habitação popular com base no regime de autoconstrução.

**O SR. PAULO MACARINI (PMDB/SC. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A recuperação financeira da Previdência Social é fruto de um conjunto de medidas e ações empreendidas, a partir de março de 1985, capitaneado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e desenvolvidas pelo IAPAS, INPS, INAMPS.

No campo financeiro, o IAPAS adotou medidas e posições que asseguram recursos para prover as despesas com assistência médica, aposentados, benefícios, demonstrando a viabilidade da Previdência Social. Por outro lado, o INPS aprimorou o sistema de concessão de aposentadorias, revisou benefícios, e agora através do cadastro dos benefícios, evitará duplicidade, fraudes e outras formas de burlar os interesses maiores das classes trabalhadoras.

De igual modo, o INAMPS introduziu profundas alterações, para assegurar, em parte, tranqüilidade à classe operária e aos seus dependentes.

É bem verdade que há, ainda, uma grande tarefa para aprimorar esta entidade que é patrimônio exclusivo dos trabalhadores. Tarefa esta que depende de um processo de democratização com a participação dos trabalhadores e empregadores na direção regional e nacional de todos os órgãos.

Mas devo reconhecer e ressaltar que a reconstrução da Previdência Social tem, em todos os seus setores, o esforço e o trabalho dos seus servidores em todos os órgãos disseminados por este País afora.

Neste esforço e neste trabalho quero registrar nos anais da ANC o desempenho da Superintendência Regional do IAPAS, em Santa Catarina, sob o comando do Dr. Lourenço Antônio Brancher:

## 1 – PANORAMA ECONÔMICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina, como as demais unidades da Federação, vive momentos difíceis, quer no campo econômico, político ou social.

Ao longo de sua história, os catarinenses, espontaneamente, construíram com suas próprias mãos, uma sociedade peculiar. O resultado deste esforço – produto da fusão de diferentes etnias – com diversificadas identidades culturais, é um patrimônio sem similar no País.

Longe de ser perfeita, esta sociedade apresenta uma boa distribuição espacial da sua população, que se espalha por todo o território estadual ainda sem a presença das grandes aglomerações urbanas que comprometem a qualidade de vida humana.

Este estado de equilíbrio encontrado em Santa Catarina, resulta de um modelo econômico-social, baseado fundamentalmente em cinco pilares:

**1) Diversificação Setorial** que responde pelo equilíbrio na composição do produto interno bruto catarinense, tanto a nível de setor quanto dentro dos próprios setores.

**2) Desconcentração geográfica** que evidencia, de um lado, a presença de todas as regiões na formação da riqueza estadual e de outro, uma estrutura municipal composta exclusivamente de pequenas e médias comunidades.

**3) Predominância da pequena e média unidade produtiva**, tanto no setor industrial quanto na estrutura fundiária, que eleva a incidência da mão-de-obra na participação dos fatores produtivos, permitindo um grau de nacionalidade maior ao parque industrial e provocando a distribuição geográfica das forças econômicas.

**4) Diversificação cultural**, decorrente da contribuição diferenciada de muitas raças na formação da etnia catarinense, com reflexos na cultura empresarial.

**5) Solidez da estrutura econômica-financeira da empresa catarinense**, resultante de um processo histórico, que permite a permanência e desenvolvimento no Estado de empresas tradicionais e modernas e de um núcleo expressivo de empresários privados e locais.

Embora seja um Estado pequeno, possuindo 9,5 milhões de hectares de área, representando pouco mais de 1% do território nacional e 3% da população brasileira, Santa Catarina consegue ocupar espaços definidos e significativos no contexto econômico do País.

Do total de seu território, apenas 6,9 milhões de hectares, ou seja 72% são agriculturáveis, e destes, apenas 5,5 milhões de hectares, estão sendo explorados. Da área explorada, as culturas temporárias ocupam 2.289.00ha., o saldo, de 4.200.00ha., é ocupado por matas naturais e artificiais, por pastagens e por terras em descanso.

O relevo é acidentado e de difícil manejo. A fertilidade deixa a desejar, e as adversidades climáticas têm trazido, nos últimos anos, sérios prejuízos aos agricultores. Mesmo assim, o Estado ocupa a invejável posição de 5º produtor nacional de alimentos.

A população do Estado situa-se hoje ao redor de 4,1 milhões de habitantes, sendo que deste total 60% estão concentrados na área urbana, situação inversa à de 1970 quando 60% das pessoas moravam no campo. É o reflexo do fenômeno nacional da urbanização que, embora em menor escala, atinge também Santa Catarina.

A riqueza de Santa Catarina é gerada por 280 mil estabelecimentos rurais dos quais, cerca de 90% são explorados pelos próprios proprietários, por 18 mil indústrias e mais de 100 mil estabelecimentos prestadores de serviços. No total da riqueza gerada, o setor primário participa com 14,52%, o secundário com 36,63% e o terciário 48,86%.

No setor industrial, o Estado lidera vários segmentos econômicos, possuindo as maiores indústrias do País, e, em vários casos, da América Latina, como na produção de motores elétricos, geladeiras, tubos e conexões de PVC, compressores, pisos e azulejos cerâmicos, conexões em ferro maleável, ferro fundido sob encomenda, malharia em algodão, tecidos para cama, mesa e banho, extração de carvão e coque de fundição.

Significativa ainda, é a produção da indústria têxtil, de vestuário, de calçados, eletromecânica e de produtos plásticos.

No setor agropecuário, destaca-se como 1º produtor nacional de alho, maçã, mel de abelha, fumo, suínos, aves, pescado e em exportação de carne de frango, gado e galinha congelados; o 2º em produção e exportação de açúcar refinado e produção de moluscos; o 3º em crustáceos, óleo de soja refinado e cebola; o 4º de feijão e farelo de soja; o 5º em uva, madeira e milho; o 6º em banana; o 7º em soja, mandioca, leite "in natura" e ovos.

No setor de extração mineral, o Estado detém o primeiro lugar em reservas de fluorita e sílex; o segundo em quartzo, fertilizantes naturais e carvão mineral e o terceiro em argila.

O crescimento da economia catarinense em 1986 foi na ordem de 9,33%. Contribuíram para que fosse atingido este patamar, os seguintes itens:

– agropecuária .....  
0,95%

– indústria .....	16,85%
– comércio .....	21,90%
– transportes e comunicações.....	9,6%

Conforme estes índices, a economia catarinense apresentou resultados superiores ao País, como confirma a participação do Estado no PIB Nacional, em que houve um acréscimo de 3,95% em 86, resultando numa renda "per capita" de US\$ 3.017,00 superior, portanto, à médio, da renda nacional.

## 2 – ANÁLISE CONJUNTURAL

Como já dissemos, embora nosso Estado tenha características próprias, diferenciadas de outros, em razão do modelo catarinense, criado pelas circunstâncias as mais diversas e não organizado pelo Estado, o atual quadro de economia brasileira em função das várias políticas adotadas e da própria conjuntura mundial revela que Santa Catarina também foi vítima no contexto nacional.

Na verdade, embora a busca por parte do governo, do equilíbrio financeiro, lutando contra uma inflação que desestabiliza qualquer plano econômico, ocasionando oscilações da produção, enfim, a crise por que atravessa o País não permite que nenhuma sociedade, mesmo em perfeito estágio de delimitação de seus setores, não sofra seus reflexos.

Assim, apesar de nossa economia ser um tanto sólida, está ocorrendo em nosso Estado, no presente exercício, o início de uma fase de iniciação, embora verificando-se estabilidade em alguns setores.

Apesar das tendências de declínio, em termos reais, de nossa receita, constatamos que os índices aplicados para deflacionar o IPC (índice de Preços ao Consumidor), deixa um hiato muito evidente quando sabemos que nossa arrecadação é obtida em função dos salários. Ao aplicarmos o IPC, de janeiro a outubro, constatamos um índice acumulado na ordem de 231,36%, enquanto o índice de reajuste de salários em quase todas as categorias neste período, foi em torno de 180%. Significa dizer que, se aplicado o índice total de IPC e incidido em todas as folhas de pagamento teríamos no nosso caso, um acréscimo bastante acentuado (11,87%), (quadros 1 e 2), com índices de 1,15% sobre o mês base.

Analogamente, se aplicarmos como deflator os índices de reajustes concedidos para a média dos trabalhadores, teríamos também um acréscimo substancial, (quadro 30), de 14,60%.

Pelos dados coletados, a economia catarinense no 1º semestre de 1987, em comparação com igual período do ano anterior, evidenciou expansão na produção agrícola e industrial, influenciada pela colheita da safra e pela reposição de estoques do comércio e da indústria. Destacam-se os aumentos da produção do trigo (+196,9%), do milho (+24,0%), do feijão (+24,0%) e do arroz (+9,7%). A soja, por sua vez, sofreu redução de 8,6%, tendo em vista a queda das cotações internacionais.

Com relação à produção pecuária, registrou-se no 1º semestre, crescimento de 3,34% no abate de aves, 4,6% no de bovinos e 7,34% no de suínos.

No setor industrial, os indicadores que comprovam sua performance positiva são, especialmente, o consumo industrial de energia elétrica (+12,16%) e os estoques de emprego (+22,18%), em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Outros dados importantes para avaliação do comportamento da indústria em Santa Catarina são o aumento da arrecadação do IPI (+40,17%) e o crescimento do faturamento industrial (+14,13%).

Apesar do 1º semestre apresentar uma pequena expansão, observa-se que no 2º semestre, com os dados levantados até outubro, é iminente o desaquecimento na economia, com redução no ritmo das atividades produtivas e queda no consumo de bens e serviços. Isto se deve à retomada do processo inflacionário e suas conseqüências, tanto em relação à deterioração do poder de compra da população, quanto ao direcionamento dos recursos para atividades especulativas.

O comércio varejista em Florianópolis, por exemplo, apresentou decréscimo de 11,15% em suas vendas, entre janeiro a junho/87, contra o mesmo período do ano passado. Também o número de consultas ao SPC no Estado – que serve como medida do volume de vendas a prazo – caiu 7,96%.

O valor das exportações de produtos catarinenses caiu 20,36% nos seis primeiros meses do ano.

Mesmo com uma elevação de 11,64%, comparado com o ano passado, o que pode ser explicado em parte pela safra catarinense, o ICM evidencia um comportamento bastante decrescente, (quadro 4).

As evidências de recessão estão hoje associadas ao nítido desaquecimento do comércio, com suas repercussões sobre os demais setores.

Os prognósticos são de permanência da crise, devido ao estreitamento do mercado interno, provocado pelo arrocho salarial e creditício, pelas altas taxas de juros e pelo recrudescimento do processo inflacionário, acentuado pelos fatores externos, inibindo a exportação.

Se analisarmos a arrecadação da Receita Federal, em relação aos rendimentos do trabalho assalariado, verificamos que houve um acréscimo no Imposto de Renda para Pessoas Físicas, no período de janeiro a outubro/87, de 580,08%, em relação a igual período do ano passado, porém com acréscimo somente de 231,69% no mesmo período, no Imposto de Renda retido na fonte, significando que houve um decréscimo no Imposto retido, em face do achatamento do ganho auferido pelo trabalhador assalariado, (quadro 5).

Um outro dado importante que pode servir de parâmetro é o número de constituição de empresas na Junta Comercial, que até outubro de 1987, era de 15.778 registros, com projeção para um acumulado/ano, de 18.900, enquanto que em 1986 foram registradas 26.228, identificando, com isso, um decréscimo bastante significativo, (quadro 6).

Referente à construção civil, em função das oscilações da política habitacional e a falta de incentivos a essa atividade, sua evolução tem sido um tanto acanhada, chegando sua variação a ser negativa em algumas cidades do Estado.

Isto posto, podemos concluir que as perspectivas econômicas do Estado dependerão, sobre-maneira, do próprio desempenho da economia

nacional, das políticas de fortalecimento do mercado, da confiança e atuação da classe empresarial, através da reativação dos investimentos, bem como da melhoria do perfil de distribuição da renda.

## 3 – COMPORTAMENTO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA NO ESTADO

A seguir, identificamos alguns fatores que, por certo, influenciaram no comportamento da receita no nosso Estado.

### 3.1 – Reajuste Salarial

A maioria dos empregados do nosso Estado recebe salário acima do SM. Entretanto, a política beneficiou, sensivelmente, a faixa dos que recebiam o salário mínimo (PNS) em função da aplicação de índices superiores em relação às demais faixas salariais. Com isso diminuiu o crescimento real nos Estados cuja média de ganho dos trabalhadores era superior ao piso salarial (quadro 15).

### 3.2 – Movimento Sindical

Com raras exceções, as classes profissionais assalariadas, no Estado, obtiveram aumentos salariais compatíveis com o IPC, ou seja, a inflação.

Assim, somente algumas categorias, dentre elas eletricitários e bancários, receberam índices superiores à média concedida às demais categorias profissionais.

Entretanto, as principais categorias com atividades mais expressivas na economia estadual, industriários e comerciários, receberam apenas os índices estabelecidos pela política governamental.

Este fato é facilmente demonstrado e perceptível no comportamento das classes reunidas nos seus respectivos órgãos classistas, cuja tradição revela atitudes inibidoras quando das reivindicações por melhores níveis salariais.

Para demonstrar tal ocorrência, de acordo com pesquisa realizada junto à Federação do Comércio, para a Grande Florianópolis, constatamos que, de janeiro a julho de 1987, houve um pequeno incremento no número de empregos, na ordem de 8,64%, enquanto na folha de pagamento houve decréscimo, em termos de valores reais, na ordem de 19,00% (quadro 7).

Idêntica tendência verificamos na indústria, com percentual, de janeiro a setembro, no número de empregos de 2,37% e decréscimo na folha de pagamento (quadro 8).

### 3.3 – Setor Pesqueiro

Em face da aprovação da Lei Complementar nº 55/87, que isenta as indústrias pesqueiras da obrigatoriedade da contribuição por comercialização de produtos rurais, e comparando dados preliminares (quadro 9), verificamos que os valores deixados de recolher representam 0,15% do total da receita previdenciária.

### 3.4 – Integrado de Frango

É bastante expressiva a defasagem nos preços dos produtos de origem animal (aves, suínos e bovinos), que constituem a matéria-prima da indústria alimentícia (frigoríficas). Essa indústria apresenta, em 1987, um decréscimo, em termos de arrecadação, em torno de 20% em relação ao ano de 1986.

É de se ressaltar que as referidas indústrias representam significativa parcela da economia catarinense. Assim, se adicionarmos aos valores recolhidos àqueles que, eventualmente, em função

da defasagem, não o foram, teríamos um incremento na ordem de 0,22% sobre a arrecadação total.

### 3.5 – Empresas de Calçados – Mobiliário

É bastante significativo, por representar uma parcela importante da economia catarinense, representando 7% das exportações do Estado e 3º lugar a nível nacional. O número de indústrias de calçados que tiveram suas atividades paralisadas ou extintas, durante o corrente-ano, representa um decréscimo, quanto ao número de empregados, da ordem de 9,2% (4.232 empregados, em janeiro, para 3.850, em setembro). Quanto às exportações de janeiro a agosto do corrente exercício, apresentaram uma queda de 25% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O mesmo comportamento ocorreu no setor mobiliário, onde atingiu, no período de janeiro a setembro/87, o percentual de 14,70% (5.665 empregados, em janeiro, para 4.832, em setembro).

### 3.6 – Inadimplência

O alto valor dos débitos, em processos fiscais instaurados no período de janeiro a setembro/87, foi de Cz\$ 386.166.973,00, comparados ao valor levantado no ano anterior, 1986, Cz\$ 48.432.333,00, revelando o elevado número de empresas em atraso, e, principalmente, as contribuições que deixaram de ser recolhidas pela falta de capital de giro das empresas.

### 3.7 – Limite da Capacidade Arrecadacional

Dos elementos que nos foram permitidos comparar, destacando-se entre eles, ICM, IR na fonte, número de empresas inscritas, número de empregados admitidos e acréscimo de salários, leva-nos a admitir que os resultados obtidos até outubro do corrente exercício, apesar do decréscimo verificado durante o ano no nosso Estado, apresenta um incremento, em relação a 1986, da ordem de 8,70%, em termos reais (quadro 10).

Traremos, para melhor análise do referido comportamento, os dados comparativos entre os Estados de Santa Catarina, Bahia e Distrito Federal, Estados estes que sempre se mantiveram em nível de igualdade, onde se constata que, embora sem razões externas aparentes, nosso Estado subiu, no início do exercício, de 8º para 6º lugar, a nível nacional, com uma participação, na receita global do País, de 3,0% em 1986, para 3,34% (até outubro) em 1987 (quadros 10, 11 e 12).

Verificamos que apesar do relativo decréscimo do nosso Estado, em termos reais permanecemos ainda ocupando o 7º lugar, ultrapassando o Estado da Bahia, e, possivelmente até o final do exercício, em função dos dados analisados, com uma diferença pro nosso Estado de Cz\$ 700.000.000,00, que dificilmente será superada.

Deve-se acrescentar que a ação fiscal dirigida para as empresas de grande porte, em obediência às diretrizes da Direção Geral, como também para as entidades do Poder Público (Decreto nº 94.180/87), municipal e estadual, principalmente, servem para manter o nível razoável de crescimento, comparado a 1986.

Por outro lado, se considerarmos que dessa faixa de empresas (grande porte) quase todas (90%) foram objeto da ação fiscal, e considerando que representam 70% do total de arrecadação no Estado, parece-nos estarmos atingindo quase os limites da nossa maior capacidade da fonte de receita previdenciária.

Os dados obtidos na Junta Comercial do Estado, 15.788 empresas registradas em 1987 e 6.725 cadastradas na Dataprev, para efeito de fiscalização (quadro 6), revelam nossa enorme limitação no dimensionamento do universo de contribuintes a fiscalizar, além da defasagem existente entre o registro e os dados recebidos.

### 3.8 – Evasão de Receitas

A partir de 1987, isto é, da competência 01/87, com recolhimento em fevereiro, houve alterações na legislação, que reputamos significativas no resultado da arrecadação das contribuições, tanto de terceiros, quanto para o lapas.

Referida legislação estabeleceu que as alíquotas de 2,5% incidentes sobre a folha de salários acima de 10 MVR, que até então eram repassadas para o FPAS, obedecido o teto máximo, fossem agora recolhidas às seguintes entidades: Sesi, Senai, Sesc e Senac.

Para recuperar a perda que, por certo, existiria para o FPAS, a citada legislação determinou também que os estabelecimentos de atividades controladas pelo Banco Central, passariam a recolher sobre folha de salários, sem limite, 2,5%, em favor do FPAS.

Em princípio, estaria assim mantido o equilíbrio entre a perda e o ganho, causado pela alteração da legislação citada. Acontece, porém, que em nosso Estado, a maioria, ou quase a totalidade dos estabelecimentos bancários (exceto o Besc), têm suas matrizes em outros Estados, onde mantêm os seus recolhimentos centralizados para a Previdência Social.

Dessa forma, pode-se prever, embora sem condição de avaliar o quanto representaria o acréscimo na arrecadação recolhida pelos bancos, que neste Estado não será mantido o equilíbrio desejado, uma vez que se por um lado a arrecadação do FPAS teve um incremento na ordem de 8,7%, no período de janeiro a outubro/87, comparado com o mesmo período de 1986, a arrecadação de terceiros teve nesse mesmo período, um incremento de 38,84%, em valores reais (quadro 13), razão pela qual podemos afirmar que em nosso Estado houve uma relativa evasão de receitas.

Constitui também evasão de receitas, o procedimento de significativo número de empresas, principalmente, do norte-catarinense, que, em busca de melhores recursos para financiamentos, recolhem suas contribuições nos Estados vizinhos, sem que sejam aquelas apropriadas para nossa receita, já que o critério da Dataprev, utilizando-se da GEA, não permite apropriar a receita

de onde se situa o estabelecimento, mas sim em razão do local onde a contribuição é recolhida, embora pudesse ser feita através do CEP, inserido naquele documento.

Para ilustrar tal disfunção, apuramos os valores de uma dezena de empresas, estabelecidas em Mafra, região norte do Estado, e verificamos que o total recolhido no mês de junho atinge a soma de Cr\$ 7.200.000,00, representando um índice na arrecadação daquela jurisdição de 54% e no Estado de 0,5%.

### 3.9 – Esforço da Superintendência no processo arrecadacional

Identificamos a seguir os principais tópicos que constituíram em fatores positivos no comportamento da receita previdenciária deste Estado.

#### I – Arrecadação e Fiscalização:

a) instalação dos serviços de arrecadação das novas Agências, no interior do Estado, num total de 8, visando a aproximação do lapas ao contribuinte;

b) assistência formal e técnica a todos os setores de execução local, com vistas à atualização dos serviços, uniformidades de procedimentos e agilização nas fases de cobrança administrativa dos débitos previdenciários;

c) orientação aos contribuintes, através de treinamento teórico-prático em número de 8 cursos, abrangendo 302 participantes diretos e 75253 indiretos;

d) participação da Superintendência Regional em reuniões com o Governo Estadual e com a maioria dos Prefeitos Municipais, objetivando a aplicação do Decreto nº 94.180/87 (prestação de serviço);

e) admissão de 44 novos fiscais convenientemente treinados e atuando na sua totalidade nas cidades do interior do Estado;

f) fiscalização e atualização dos débitos de 218 entidades do poder público federal, estadual e municipal, visando a permitir a aplicação do Decreto nº 94.180/87, e, principalmente, obter das mesmas o reinício dos recolhimentos das contribuições vicendas (10% das prefeituras em atraso e todos os órgãos federais e estaduais);

g) comportamento, de janeiro a outubro/87, acima da média Brasil, nos índices da presença fiscal, junto às empresas, ressaltando-se quanto ao porte médio das empresas fiscalizadas, a média de segurados fiscalizados por Fiscal de Contribuições Previdenciárias e os resultados lapas obtidos por empresas, conforme quadro a seguir e quadro 14;

U.F.	Porte Médio Empresa	Média Seg. por FCP	Resultado IAPAS por Empresa (Cr\$ mil)
S.C	78	282	149
Brasil	47	221	87

Se compararmos tais elementos ao ano de 1986, conforme quadro a seguir, verificamos que o desempenho deste ano da ação fiscal foi bastante superior;

U.F	Porte Médio Empresa	Média Seg. por FCP	Resultado IAPAS por Empresa (Cr\$ mil)
S.C	26	230	22*

h) cabe ressaltar que o aproveitamento, tanto para cruzamento de informações, como para subsidiar a ação fiscal dos registros e documentos, mantidos pelos diversos órgãos, responsáveis pelo controle e fiscalização dos tributos, nas áreas federal, estadual e municipal, tem sido por demais eficaz.

Citamos como exemplo o controle de abate de animais mantido pelo Ministério da Agricultura que nos possibilitou a fiscalização dos frigoríficos e apuração de outros débitos decorrentes da constatação de preços atribuídos, principalmente, as aves (frango), inferiores "ao preço torrente de mercado".

Com referência à atualização de cadastro, as prefeituras municipais vêm oferecendo listagem de todos os contribuintes do município, possibilitando dessa forma, detectar inúmeras distorções no quantitativo de cadastro de fiscalização de empresas, hoje fornecidos pela Dataprev, revelando, por conseguinte, o nosso universo de empresa a fiscalizar.

Quanto ao Ministério do Trabalho, o intercâmbio de informações permitiu desenvolver não só trabalhos em conjunto, como cópias dos autos lavrados por infração do artigo 41, da CLT, já julgados, como também, fornecimento de subsídios àquela delegacia, de levantamentos por esta Superintendência Regional, de empregados não registrados, cujos documentos emitidos, revelam todos os dados para lavratura dos respectivos autos.

Do Governo Estadual; e mais especificamente, da Secretaria da Fazenda, continuamos obtendo uma via da Nota Fiscal de Produtos, que nos permite não só identificar os grandes produtores do Estado, como, também, cercar todos os adquirentes uma vez que são eles os responsáveis pelos recolhimentos.

Finalmente, ressaltamos a necessidade de maior intercâmbio, a nível nacional, com a Receita Federal, a fim de permitir que nos Estados se obtenha com maior facilidade as informações daquela entidade, principalmente, quanto à localização de endereço dos devedores, tão importante à cobrança dos débitos na área da Procuradoria.

## II – PROCURADORIA

Quanto à arrecadação na área da Procuradoria Regional temos a acrescentar, o seguinte:

A Arrecadação proveniente de cobranças judiciais e extrajudiciais e parcelamentos se comportou conforme quadro abaixo, onde foi utilizado, para a correção dos valores nominais, o índice oficial de inflação, tendo como mês base janeiro/85.

Período	Valor	Incremento
1985 (jan/out)	3.514.012,00	
1986 (jan/out)	25.789.487,00	633,90%
1987 (jan/out)	57.363.868,00	122,43%

Estão incluídos nestes valores, os honorários advocatícios relativamente à cobrança de 1.342 processos em 1985, 1.154 em 1986 e 1.089 em 1987.

Para execução de cobrança da Dívida Ativa contamos com 6 Procuradores lotados no Serviço de Dívida Ativa Falências e Concordatas e 44 advogados credenciados, para atuação junto às Comarcas do interior do Estado, resultando numa

participação individual, (por profissional) de Cz\$ 1.140.000,00.

Se compararmos com as atividades do Estado, na área de cobrança da sua Procuradoria, observa-se que para arrecadar no período de janeiro a outubro de 1987, o valor de Cz\$ 65.292.000,00, foram utilizados 62 advogados credenciados com uma participação individual de Cz\$ 1.048.000,00, por advogado, valor, portanto, inferior ao alcançado no IAPAS.

Com relação à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional que tem entre suas atribuições as de cobrar o IR, IPI e outros tributos federais, sua arrecadação de jan/out de 1987 foi de Cz\$ 100.180.575,00, enquanto em 1986, alcançou Cz\$ 21.040.695,00, tendo atingido um aumento de 376,12%.

Considerando, entretanto, a arrecadação de 1987, extraordinária e atribuído esse aumento, à edição do Decreto-Lei nº 2.303/86, que concedeu anistia fiscal aos tributos federais.

O número de processo de Execução Fiscal, que tramita na Justiça Federal e Estadual é de aproximadamente, 13.420, que, deduzidos os 3.331 processos de Execução de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), resultou num total de 10.161, os relativos à cobrança de contribuição previdenciária, e que de acordo com a listagem da Dataprev, atingem o valor originário de Cz\$ 2.855.820.222,23 e Cz\$ 5.031.576.129,24, corrigidos.

Esse total de processos, 13.420, atendidos por 6 procuradores e 44 advogados constituídos em todo o Estado, num total de 50 profissionais, representam 268 processos, para cada profissional.

Relativamente aos parcelamentos concedidos temos registrado o seguinte:

– Período de jan/out:

1985 – 389 processos

1986 – 348 processos

1987 – 344 processos,

resultando num valor arrecadado, respectivamente, Cz\$ 2.607.822,00, Cz\$ 13.651.759,24 e Cz\$ 35.054.803,39, representando um acréscimo de 87 para 86, na ordem de 157%.

Dos processos de parcelamentos concedidos, registramos apenas um índice de 6% de rescisão dos mesmos processos, por inadimplência.

Deve-se isso, em grande parte, à exigência de garantia real, quando da formalização do parcelamento, bem como à atuação da Procuradoria Geral da República, na abertura de inquéritos, para apuração do crime de apropriação indébita, que desestimula em muito a inadimplência.

### RAZÕES DA QUEDA DA ARRECADAÇÃO/87:

a) considera-se como fator negativo, com reflexos na arrecadação, a fraca atuação da DATAPREV, quanto à agilização dos serviços por ela prestados, quando, somente em 1987, durante quase 6 meses, constatou-se sua paralisação quanto à remessa a esta Procuradoria Regional de novos débitos inscritos, retidos na DATAPREV, não gerando por isso, novos ajuizamentos.

Verifica-se que 1985 foram ajuizados 2.328 processos, 2.002, em 1986 e apenas 656, em 1987;

b) por parte dos contribuintes, não houve estímulo ao pagamento de contribuições em atraso, pela ausência de qualquer isenção e acréscimos

legais, a exemplo do estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2.088/83 e nº 7.186/84;

c) a greve do Poder Judiciário estadual acarretou a paralisação dos cartórios durante 60 dias, aproximadamente, impedindo o impulso processual, com reflexos na cobrança da dívida, principalmente, no interior do Estado;

d) a fraca atuação da Polícia Federal, no exercício de 1987, quanto ao prosseguimento dos inquéritos abertos pela Procuradoria Geral da República para apuração do crime de apropriação indébita, registrando apenas 48 processos – crimes com 120 intimações aos contribuintes faltosos, enquanto que em 1986 foram concluídos 124 processos, somente referentes à apropriação indébita, sendo efetuadas 217 intimações pessoais, que na maioria, resultaram no pagamento total do débito.

### 4 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA 1988

A par das medidas tomadas para o exercício de 1987, em obediência às diretrizes traçadas pela Portaria nº 3.864/66, com vistas ao processo de planejamento para o triênio 87/89, detectou-se algumas disfunções que deverão ser corrigidas e passarão a constituir-se na principal estratégia de ação para o exercício de 1988.

Assim, objetivando atingir as metas fixadas para o próximo exercício, deverá esta Superintendência Regional, dentro da mesma filosofia, emanada da Direção Geral, promover os seguintes procedimentos:

a) na área de Arrecadação e fiscalização – aprimorar, através de treinamentos específicos, reuniões de serviços e assistência formal e técnica, o pessoal dos órgãos de execução local, visando a melhor qualidade dos serviços, principalmente, aqueles inerentes aos comandos encaminhados a DATAPREV.

Obter, através da Diretoria Regional de atendimento daquela empresa, maior agilização na remessa dos documentos e informações e melhor qualidade dos serviços por ela prestados.

Propiciar, através de censos específicos, capacitação de servidores para desempenho na área da informática, visando a obter, a curto prazo, maior aproveitamento dos microcomputadores colocados a disposição desta superintendência.

Objetivando estender a fiscalização integrada, contactamos com o IBDF para, a partir do próximo exercício sejam realizados cursos a todos os fiscais, no sentido de aprimorá-los e capacitá-los ao manuseio dos controles relativos à extração de madeira.

Obter junto à Secretaria da Fazenda do Estado, através de convênio, se necessário, o acesso, via telex, ao cadastro eletrônico de contribuintes do ICM.

Estreitar o relacionamento entre a SR e o Tribunal Regional do Trabalho, objetivando identificar os valores devidos à Previdência Social quando das decisões nos processos de reclamatórias trabalhistas (individual ou coletiva), principalmente, nos casos de acordo.

Estimular, através de reuniões com os dirigentes de entidades filantrópicas e órgãos do poder público, a realização de convênios nos termos do Decreto nº 94.180/87. Direcionar a fiscalização, obedecida a seguinte, finalidade:

1 – empresas de grande porte que não tenham sido fiscalizadas, no presente exercício e aquelas



que, mesmo já fiscalizadas estejam em situação irregular;

2 – empresas de médio porte, iniciando por aquelas em situação irregular;

3 – empresas e entidades públicas tomadoras de serviços, visando a identificar o número de empresas prestadoras de serviço, para posterior fiscalização;

4 – empresas de construção civil e obras de sua responsabilidade;

5 – adquirentes de produtos rurais, visando a identificar os grandes produtores rurais e por intermédio destes, todos os adquirentes;

6 – adotar critérios de avaliação do trabalho fiscal de modo a permitir que a média de produção do contingente fiscal alcance maiores padrões de quantidade sem a perda da qualidade desejada

## b) Procuradoria

1 – agilizar, concentrando todos os esforços na cobrança dos débitos ajuizados de maior vulto;

2 – solicitar a criação de 9 Procuradorias Locais, no sentido de melhor viabilizar as cobranças judiciais nas comarcas do interior. Referida solicitação já foi objeto de estudo, quando do processo de planejamento 87/89. Ressalte-se como prioridades a criação das Procuradorias Locais em Joaçaba e Chapecó, uma vez que serão instaladas, nestas comarcas, brevemente, as varas de Justiça Federal, enquanto que os serviços jurídicos do IAPAS estão a cargo de advogados constituídos;

3 – treinamento e cursos específicos capacitando servidores para desempenho na área de informática, com vistas a obter o maior aproveitamento dos microcomputadores a disposição desta Superintendência;

4 – obter maior agilização por parte da DATAPREV e melhor qualidade de serviços por ela prestados;

5 – aprimorar, através de treinamento específico e reuniões de serviço, os servidores administrativos e técnicos com vistas à uniformização de procedimentos

6 – obter, da Superintendência Regional da Polícia Federal, através da Procuradoria Regional da República, maior atuação nos processos de inquéritos instaurados, para apuração de crime de apropriação indébita, considerando o imediato reflexo no pagamento da dívida pelos contribuintes envolvidos.

## 5 – SUGESTÕES PARA INCREMENTAR A ARRECADAÇÃO

1 – Incluir o produtor, quando pessoa jurídica, como responsável pelo recolhimento das contribuições incidentes sobre produtos rurais, visando evitar evasão de receitas, quando se tratar de adquirentes não estabelecidos no Estado ou de atravessadores.

2 – Uniformizar a sistemática de contribuição previdenciária do empregador rural nas mesmas bases e condições do empregador urbano.

Observamos que a complexidade de que se reveste a forma atual para se aferir o custo e a arrecadação da contribuição, a cargo do empregador rural (art. 85 a 94 do RCPS), sugere a adoção do mesmo critério de arrecadação do contribuinte urbano, isto é, o salário-base, estabelecido em função do tempo de filiação e dos limites

mínimo e máximo do salário-de-contribuição, observada a escala prevista no art. 43 do RCPS.

3 – Unificação das taxas de contribuições previdenciárias.

Em se tratando de assunto de alto grau de complexidade faz-se necessário a formação de um grupo de trabalho com a finalidade de encontrar um denominador comum, no que concerne à unificação das taxas ora aplicáveis e relativas às contribuições de previdência.

4 – Incidência da contribuição previdenciária sobre o faturamento das empresas intensivas de capital ou de alto grau de automação.

Esse assunto de há muito encontra-se em estudos, inclusive em âmbito ministerial. Parece-nos oportuno o momento para agilizar a matéria, cujo propósito vem de encontro ao necessário e urgente aumento da receita previdenciária. A busca de fontes alternativas de receita, não baseadas única e exclusivamente na mão-de-obra assalariada, já por demais onerada e com profundas conseqüências sócio-econômicas.

5 – Recolhimento direto ao lapas das contribuições decorrentes da quota de previdência.

Essa receita é transferida diretamente do Banco do Brasil, órgão arrecadador específico, aos cofres do Tesouro Nacional. Ora, por que não alterar essa sistemática de tal forma que os valores arrecadados sejam transferidos diretamente ao lapas, entidade responsável pela gestão financeira do Sinpas?

6 – Uniformização das taxas de seguro de acidente do trabalho.

A contribuição adicional para o custeio das prestações por acidentes do trabalho está baseada na folha de pagamento dos empregados e decorrente do percentual cabível, segundo o ramo de atividade da empresa. Esses percentuais, variáveis de 0,4%, 1,2% e 2,5%, originam polêmicas intermináveis, inclusive porque sua aplicação decorre também da existência de CGC indicativo do estabelecimento da empresa. Utilizando-se de processos alternativos de localização, as empresas conseguem o desdobramento de uma unidade indicativa de grau de risco, em diversas unidades, alterando dessa forma, dentro de um único ambiente de trabalho, os percentuais de grau de risco

Assim, quer nos parecer que um único indicativo de grau de risco médio viria a dar uniformidade, que se faz necessária à aplicação do índice base do recolhimento da taxa de seguro.

7 – Dotar a Previdência Social de instrumentos legais adequados à atuação mais eficaz contra a sonegação pelo não-registro de segurados.

Neste caso, caberia incluir, na legislação em vigor, dispositivos de caráter punitivo de máximo vigor, com aplicação de multas, de tal forma que desencorajassem aqueles que deixassem de efetuar o competente registro de seus empregados.

8 – Ampliação de convênios de arrecadação e fiscalização com órgãos do Poder Público.

Cuida-se aqui, de estabelecer-se convênio com as prefeituras municipais, no intuito de credenciá-las à constatação de regularidade da situação das empresas de âmbito rural, com vistas ao incremento da arrecadação. As custas desses convênios implicariam no abatimento das contribuições de previdência devidas pelos órgãos municipais.

9 – Integração com outros órgãos da administração pública, de modo a compulsar cadastros e comparar experiências.

Na expectativa de coibir a evasão de receita previdenciária e buscar novas fontes de receita, faz-se, hoje, necessária a integração entre os centros de processamento de dados existentes nos diversos órgãos componentes da administração pública federal, estadual e municipal.

10 – Convênio com o Ministério da Agricultura para a troca de informações envolvendo produtos rurais.

11 – Utilização, pelo Fiscal de Contribuições Previdenciárias, do Auto de Infração, baseado no art. 41 da CLT, hoje privativo do Ministério do Trabalho.

12 – Transferir ao INPS a tarefa de emitir carnês de contribuintes individuais, retirando-a da rede bancária, para um melhor controle.

13 – Cancelar, pelo lapas, a isenção de contribuição patronal das entidades de fins filantrópicos, a contar do mês em que deixarem de ser cumpridos os requisitos para essa concessão.

14 – Cancelamento gradual da isenção da contribuição patronal das entidades de fins filantrópicos.

## 5 – QUADROS ESTATÍSTICOS QUADRO – Ilegível ARRECADAÇÃO BANCÁRIA – 1987

(Em Cz\$ 1.000,00)

MÊS	SANTA CATARINA				BRASIL		
	VALOR NOMINAL	VALOR REAL	% DE TOTAL	ÍNDICE RELATIVO	VALOR NOMINAL	VALOR REAL	ÍNDICE RELATIVO
JAN.	716.446	716.446	3,50	<b>1,00</b>	20.496.832	20.496.832	1,00
FEV.	743.491	640.722	3,43	0,89	21.813.078	18.672.363	0,91
MAR.	815.442	612.654	3,46	0,86	23.550.575	17.693.896	<b>ILEGÍVEL</b>
ABR.	1.004.373	<b>659.600</b>	3,34	0,92	30.055.140	19.738.057	0,95
MAI.	1.179.678	640.468	3,47	0,89	33.959.046	18.436.965	0,93
JUN.	1.430.207	630.214	3,52	0,88	40.615.587	17.897.060	0,87
JUL.	1.703.923	<b>695.611</b>	3,35	0,83	50.898.145	17.791.576	0,87
AGO.	1.750.080	593.630	3,17	0,83	55.216.520	18.729.527	0,91
SET.	1.856.007	591.914	3,29	0,83	<b>56.334.449</b>	<b>17.956.053</b>	<b>0,83</b>
OUT.	<b>1.983.582</b>	<b>598.500</b>	3,18	0,84	<b>62.330.133</b>	18.809.629	<b>0,93</b>
TOTAL	13.188.229	6.279.859	3,37	–	395.296.503	186.232.210	

### NOTA EXPLICATIVA:

Para correção dos valores nominais foi aplicado o índice oficial da inflação (IPC). Mês base para correção: Janeiro/87.  
Fonte: MPAS / Secretaria de Finanças.

## QUADRO – 2

## ARRECADAÇÃO BANCÁRIA ATÉ OUTUBRO – 1987/IAPAS/SRSC

(Em Cz\$ 1.000)

MÊS	SANTA CATARINA				BRASIL		
	VALOR NOMINAL	VALOR REAL	% DE TOTAL	ÍNDICE RELATIVO	VALOR NOMINAL	VALOR REAL	ÍNDICE RELATIVO
JAN.	716.446	716.446	3,50	1,00	20.496.832	20.435.832	1,00
FEV.	748.491	640.722	3,43	0,89	21.813.078	18.672.363	0,31
MAR.	815.442	612.654	3,46	0,86	23.550.575	17.693.896	0,86
ABR.	1.004.373	659.600	3,34	0,92	30.055.140	19.738.057	0,96
MAI.	1.179.678	640.468	3,47	0,89	33.959.046	18.436.965	<b>llegível</b>
JUN.	1.430.207	630.214	3,52	0,88	40.615.587	17.897.060	0,88
JUL.	2.147.965	750.827	3,35	1,05	64.162.201	22.428.062	1,10
AGO.	2.273.354	771.125	3,17	1,08	71.726.259	24.329.656	1,19
SET.	2.451.043	781.707	3,29	1,09	74.395.273	23.726.765	1,16
OUT.	2.722.268	821.544	3,18	1,15	85.541.872	25.815.389	<b>llegível</b>
TOTAL	15.489.267	7.025.307	3,32	–	466.315.863	209.175.065	–

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 – Para a correção dos valores nominais foi aplicado o índice oficial da inflação (IPC). Mês base para correção: Janeiro/87.
- 2 – A inflação, para efeito de cálculo, foi subtraída de 4,69% nos meses de setembro e outubro (Índice que deixou de ser incluído no reajuste salarial).
- 3 – Os valores nominais de julho à outubro foram inflacionados cumulativamente em: 26,60%, 29,90%, 32,06% e 37,24%, respectivamente.
- 4 – Valores para inflacionamento: julho-3,06%; agosto-6,36%; setembro-0,99% e outubro-4,49%.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O QUADRO 1 E O QUADRO 2

VALORES COM APLICAÇÃO DO IPC		VALORES COM APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DE REAJUSTES + DEFASAGEM SALARIAL		
VALOR NOMINAL	VALOR REAL Q1	VALOR NOMINAL	VALOR REAL Q2	DIFERENÇA 02/01
13.188.229	6.279.859	15.489.267	7.025.307	11,87%

## QUADRO – 3

ARRECADAÇÃO BANCÁRIA – 1987

(Em Czs 1.000,00)

MÊS	VALOR NOMINAL	DEFLAÇÃO PELO ÍNDICE – PISO NACIONAL SAL.	ÍNDICE RELATIVO	DEFLAÇÃO PELO ÍNDICE – SALÁRIO MIN. REF.	ÍNDICE RELATIVO	DEF. PELO IND. MÉDIO REAJ. SAL INDUST/ COMÉRCIO	ÍNDICE RELATIVO
JAN	716.446	716.446	1,00	716.446	1,00	716.446	1,00
FEV	748.491	748.491	1,04	748.491	1,04	623.742	0,87
MAR	815.442	679.535	0,95	679.535	0,95	679.535	0,95
ABR	1.004.373	590.287	0,82	590.287	0,82	697.481	0,97
MAI	1.179.678	577.764	0,81	577.764	0,81	685.540	0,98
JUN	1.430.207	583.734	0,81	583.734	0,81	689.722	0,98
JUL	1.703.923	695.450	0,97	695.450	0,97	821.722	1,15
AGO	1.750.080	714.260	1,00	714,289	1,00	843,981	1,18
SET	1.856.007	621.757	0,87	723.589	1,01	728.303	1,02
OUT	1.983.582	604.088	0,84	738.662	1,03	710.198	0,99
TOTAL	13.188.229	6.531.812	–	6.768.267	–	7.196.670	–

NOTA EXPLICATIVA:

- 1) Para correção dos valores nominais pelos índices do piso nacional de salário é o salário mínimo de referência foram considerados os meses de janeiro e fevereiro como mês base
- 2) Para correção dos valores nominais pelo índice médio de reajuste salarial da indústria e comércio foi considerado o mês de janeiro como mês base.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O QUADRO 1 E QUADRO 3

(Em Cz\$ 1.000,00)

VALOR REAL Q1	VALOR REAL Q3	DIFERENÇA Q3/Q1
6.279.859	7.196.670	14,60%

## QUADRO – 4

ARRECADAÇÃO DO ICM – 1987 – SC

(Em Cz\$ 1.000,00)

MESES	ARRECADAÇÃO – ICM C/ 20% VALOR NOMINAL	ARRECADAÇÃO – VALOR REAL *	ÍNDICE RELATIVO
JAN	963.074	963.074	1,00
FEV	1.016.392	870.050	0,90
MAR	1.009.949	758.790	0,79
ABR	1.470.622	965.799	1,00
MAI	1.473.516	799.998	<b>Ilegível</b>
JUN	1.748.244	770.355	0,80
JUL	1.894.738	662.311	<b>Ilegível</b>
AGO	2.183.242	740.559	0,77
SET	2.763.980	881.512	0,92
OUT	3.013.800	909.524	0,94
TOTAL	17.537.557	8.321.972	–

- Valores deflacionados no mês base JANEIRO/87 = 100

FONTE: Secretária da Fazenda.

## QUADRO – 5

ARRECADAÇÃO DE IRPJ, IRPF e IRRF – RENDIMENTOS DO TRABALHO EM SANTA CATARINA  
(períodos: 1985, 1986 e 1987\*)

(Em Cz\$ 1,0)

ANO TRIB	1985	1986	1987*	86/85 (%)	△ VALOR NOMINAL 87/86 (%)**
IRPF	46.445.365	106.460.817	622.048.976	129,22	580,08
IRPJ	437.439.413	1.840.562.832	4.542.547.721	320,76	227,49
IRRF (RT)	334.428.667	705.944.371	1.810.666.988	111,09	231,96
NOTAS EXPLICATIVAS: 1 - * Valores acumulados de janeiro a outubro 2 - ** Variação Nominal Percentual do período janeiro a outubro/87 em relação ao igual período do ano de 1986. 3 - Devido a tentativa de implantação do sistema de bases correntes o IRRF – F <sup>-</sup> de 1986 teve baixa variação nominal, tendo refletido no IRPF de 1987.					

FONTE: Delegacia da Receita Federal em Florianópolis.

## QUADRO – 6

Registros de novas empresas e abertura de filiais em Santa Catarina de Janeiro a Dezembro de 1986 e de Janeiro a Outubro de 1987.

1986	1987
26.228	15.778

CFE emitidos pela DATAPREV com base em dados fornecidos pela Junta Comercial de Santa Catarina de Janeiro a Dezembro de 1986 e de Janeiro a Novembro de 1987.

1986	1987
14.787	6.725

FONTE: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.  
Secretaria de Arrecadação e Fiscalização.

## QUADRO – 7

FOLHA DE PAGAMENTO – COMÉRCIO VAREJISTA – GRANDE FLORIANÓPOLIS – 1987

(Em Cz\$ 1.000,00)

MÊS	VALOR NOMINAL	VALOR REAL	ÍNDICE RELATIVO	NÚMERO DE EMPREGADOS
JAN	22.272.320	22.272.320	1,00	7.217
FEV	25.626.137	21.936.430	0,98	7.514
MAR	29.020.333	21.803.406	0,98	7.259
ABR	31.464.949	20.663.919	0,93	6.987
MAI	38.019.196	20.641.292	0,93	7.396
JUN	46.356.239	20.426.650	0,92	7.903
JUL	51.607.821	18.039.647	0,81	7.841
TOTAL	244.366.995	145.783.664	–	–

NOTA EXPLICATIVA:

Para correção dos valores nominais foi aplicado o índice oficial de inflação (IPC). Mês base para correção janeiro /87.

FONTE: Federação do Comércio-SC.

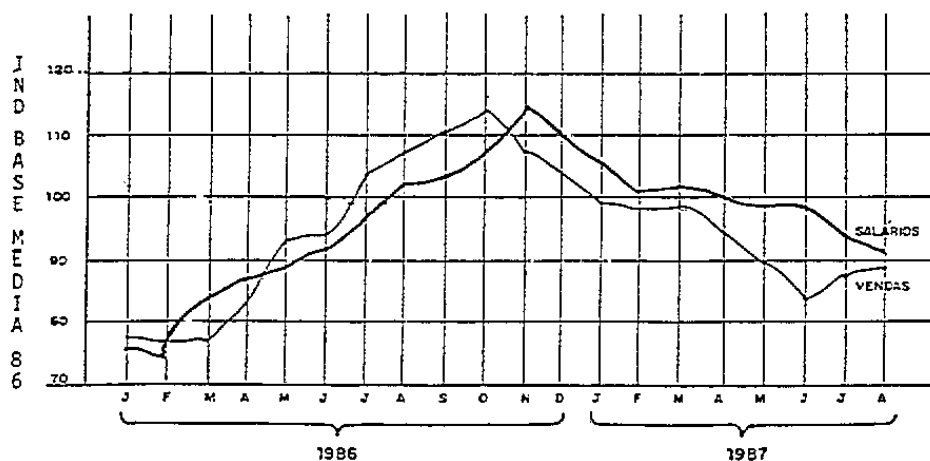
## QUADRO – 8

## NÍVEL DE EMPREGO NA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPRESAS	NÚMERO DE EMPREGADOS JAN/87	NÚMERO DE EMPREGADOS SET/87	SET /87 JAN/87
PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	33	16.021	16.987	6,02
METALÚRGICA	18	7.109	7.242	1,87
MECÂNICA	26	10.440	11.189	7,17
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	11	15.579	16.390	5,20
MATERIAL DE TRANSPORTE	9	3.561	4.014	12,72
MADEIRA	47	9.362	9.558	2,09
MOBILIÁRIA	25	5.665	4.832	-14,70
PAPEL E PAPELÃO	15	7.088	7.593	7,12
COURO, PELES E PRODUTOS SIMILARES	1	271	271	0,00
QUÍMICA	5	1.048	1.082	3,24
PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	10	5.562	5.811	4,47
TÊXTIL	36	46.920	46.763	-0,33
VESTUÁRIO, CALÇADOS E TECIDOS	21	4.232	3.850	-9,02
PRODUTOS ALIMENTARES	35	25.914	27.347	5,52
BEBIDAS	5	1.404	1.188	-15,38
EDITORIAL E GRÁFICA	3	567	591	4,23
DIVERSOS	8	2.998	2.918	-2,66
TOTAL	308	163.741	167.626	2,37

FONTE : FIESC

EVOLUÇÃO, VENDAS X SALÁRIOS



FONTE: FIESC

## QUADRO – 9

## DESEMBARQUES DE PESCADOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE JANEIRO A JULHO /87

<u>PESCA ARTESANAL</u>		
LOCAIS DE DESEMBARQUE	TOTAL EM KG	TOTAL EM CZ\$
Armação do Sul	51.761	636.612,00
Cachoeira do Bom Jesus	45.043	575.017,00
Lagoinha	61.691	1.042.388,00
Ponta das Canas	142.366	1.409.350,00
Pântano do Sul	538.499	8.052.466,00
Praia dos Ingleses	687.815	10.053.945,00
Praia do Santinho	12.148	396.144,00
Costeira	8.700	411.200,00
Sambaqui	13.166	547.438,00
Saco Grande	18.500	517.000,00
Outros Municípios	5.152.846	78.751.955,00
SUB – TOTAL	6.733.535	102.403.516,00
<u>PESCA INDUSTRIAL</u>		
LOCAL DE DESEMBARQUE	TOTAL EM KG	TOTAL EM CZ\$
Navegantes	7.137.214	70.416.203,00
Itajaí	30.018.082	458.940.254,00
Florianópolis	1.381.371	12.398.662,00
Laguna	1.225.602	7.818.868,00
São Fco. do Sul	64.499	2.243.208,00
SUB – TOTAL	39.826.768	551.817.155,00
<u>TOTAL GERAL</u>	44.979.614	654.220.671,00

FONTE: Controle de Desembarque (SUDEPE)

## QUADRO – 10

ARRECADAÇÃO – IAPAS/ SC			(x 1.000 Cz\$)	
ANO/MÊS	VALOR NOMINAL	VALOR REAL	POSIÇÃO S/TOTAL BRASIL	PERCENTUAL S/TOTAL BRASIL
1985/JAN.	76.838	76.838		
FEV.	87.438	76.734		
MAR.	104.323	83.325		
ABR.	105.643	75.438		
MAI.	122.389	79.821		
JUN.	159.265	97.356		
JUL.	165.974	94.100		
AGO.	174.127	90.781		
SET.	197.994	91.598		
OUT.	208.369	87.392		
<b>TOTAL</b>	<b>1.402.360</b>	<b>853.383</b>	<b>8º</b>	<b>Ilegível</b>
1986/JAN.	320.654	97.745		
FEV.	353.878	92.043		
MAR.	394.125	89.280		
ABR.	449.380	103.147		
MAI.	530.320	121.205		
JUN.	527.901	119.362		
JUL.	523.739	117.283		
AGO.	527.990	117.250		
SET.	550.263	120.844		
OUT.	614.534	133.371		
<b>TOTAL</b>	<b>4.792.784</b>	<b>1.111.530</b>	<b>8º</b>	<b>Ilegível</b>
1987/JAN.	681.838	131.672		
FEV.	736.628	121.771		
MAR.	812.844	117.932		
ABR.	1.026.557	130.191		
MAI.	1.175.653	123.285		
JUN.	1.443.812	122.863		
JUL.	1.740.756	117.509		
AGO.	1.746.653	114.418		
SET.	1.827.075	112.529		
OUT.	1.991.799	116.081		
<b>TOTAL</b>	<b>13.183.815</b>	<b>1.208.251</b>	<b>7º</b>	<b>Ilegível</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS:</b>				
1 - Variações: 86/85 = + 30,25%				
87/85 = + 8,70%				
87/85 = + 41,58%				
2 - Para correção dos valores nominais foi aplicado o índice oficial da inflação. Mês base para correção Janeiro/85.				
3 - 1985/1986 – receitas				
1987 – GEA				

FONTE: DATAPREV.



## QUADRO – 11

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO IAPAS E DO ICM EM  
1986, COM INDICAÇÃO DA VARIACÃO  
PERCENTUAL DE 1986 SOBRE 1985

(Cz\$ MIL)

REGIÕES E ESTADOS	RECEITA		PARTICIPAÇÃO RELATIVA		Nº DE ORDEM PELA RECEITA		VARIACÃO PERCENTUAL 86/85	
	IAPAS	ICM	IAPAS	ICM	IAPAS	ICM	IAPAS	ICM
NORTE	4.554.242	5.759.443	2,4	2,6	5º	5º	193,1	254,1
ACRE	1.039.398	1.060.905	0,5	0,5	15º	21º	213,6	228,5
AMAZONAS	1.517.058	2.623.122	0,8	1,2	14º	14º	204,2	277,8
PARA	2.107.786	2.075.515	1,1	0,9	13º	16º	176,9	224,0
<u>NORDESTE</u>	18.505.430	28.044.010	9,4	12,6	3º	3º	186,7	195,5
MARANHÃO	918.736	1.306.093	0,5	0,6	21º	19º	189,0	230,6
PIAUI	656.029	896.231	0,3	0,4	23º	23º	192,8	249,2
CEARÁ	2.419.655	3.296.032	1,2	1,5	11º	11º	182,4	220,5
R.G. NORTE	980.282	1.089.319	0,5	0,5	20º	20º	187,7	210,1
PARAÍBA	1.028.315	1.479.838	0,5	0,7	17º	18º	172,8	208,5
PERNAMBUCO	4.364.478	6.517.568	2,2	2,9	9º	8º	191,5	206,6
ALAGOAS	1.012.225	1.828.269	0,5	0,8	18º	17º	169,0	170,3
SERGIPE	708.683	1.030.404	0,4	0,5	22º	22º	182,9	213,5
BAHIA	6.417.027	10.600.256	3,2	4,8	7º	6º	182,1	175,5
<u>SUDESTE</u>	123.015.812	133.696.275	62,2	60,2	1º	1º	193,5	220,3
M.GERAIS	15.468.446	20.086.804	7,8	9,0	3º	3º	198,0	203,1
ESP. SANTO	12.774.058	4.179.055	1,4	1,9	10º	10º	203,1	231,4
R. DE JANEIRO	26.465.623	21.826.211	13,4	9,8	2º	2º	175,9	221,0
SÃO PAULO	78.307.685	87.604.205	39,6	39,4	1º	1º	197,6	223,8
<u>SUL</u>	28.083.258	40.813.081	14,2	18,4	2º	2º	189,9	203,0
PARANÁ	9.352.715	14.445.884	4,7	6,5	5º	5º	187,0	207,7
SANTA CATARINA	6.002.744	8.380.794	3,0	3,8	8º	7º	205,0	214,4
R. G. DO SUL	12.727.799	17.985.403	6,4	8,1	4º	4º	185,1	194,5
CENTRO OESTE	10.870.116	13.894.041	5,5	6,3	4º	4º	157,5	203,4
MATO GROSSO	984.030	3.146.349	0,5	1,4	19º	12º	204,8	292,4
M.G. DO SUL	1.028.698	2.820.106	0,5	1,3	16º	13º	180,4	183,0
GOIÁS	2.425.474	5.753.628	1,2	2,6	11º	9º	202,0	209,9
D. FEDERAL	6.431.914	2.173.958	3,3	1,0	6º	15º	161,0	136,6
<u>BRASIL</u>	197.701.651	222.206.850	100,0	100,0	–	–	181,0	213,4

(x) Inclusive CzS 12.562.757 de receita da Direção Geral não incluída nas parcelas.

## QUADRO – 12

## COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO IAPAS E DO ICM ATÉ SETEMBRO/87

(Cz\$ MIL)

REGIÕES E ESTADOS	RECEITA		PARTICIPAÇÃO RELATIVA		Nº DE ORDEM PELA RECEITA	
	IAPAS	ICM	IAPAS	ICM	IAPAS	ICM
NORTE	7.786.154	10.057.953	2,3	2,8	–	–
ACRE	1.340.056	173.637	0,4	0,04	21º	24º
AMAZONAS	2.828.012	4.463.235	0,8	1,2	14º	14º
PARÁ	3.618.086	3.616.382	1,1	1,0	13º	15º
RONDÔNIA	–	1.574.494	–	0,4	–	21º
AMAPÁ	–	139.491	–	0,03	–	25º
RORAIMA	–	110.723	–	0,03	–	26º
NORDESTE	30.030.329	44.094.500	9,0	12,2	–	–
MARANHÃO	1.431.078	1.955.374	0,2	0,5	20º	19º
PIAUI	967.250	1.311.455	0,3	0,4	23º	23º
CEARÁ	3.700.333	5.384.099	1,1	1,5	12º	12º
R. G. NORTE	1.681.962	1.784.895	0,5	0,5	17º	20º
PARAÍBA	1.663.753	2.106.669	0,5	0,6	18º	18º
PERNAMBUCO	7.279.953	10.253.439	2,2	2,8	9º	8º
ALAGOAS	1.574.068	2.969.765	0,5	0,8	19º	17º
SERGIPE	1.315.659	1.379.175	0,4	0,4	22º	22º
BAHIA	10.416.273	16.949.629	3,1	4,7	8º	6º
SUDESTE	223.972.916	217.588.853	67,3	60,4	–	–
M. GERAIS	25.967.973	35.623.673	7,8	9,9	3º	2º
ESP. SANTO	4.467.135	5.990.623	1,3	1,7	10º	10º
RIO DE JANEIRO	47.654.783	33.003.837	14,3	9,2	2º	3º
SÃO PAULO	145.883.025	142.970.720	43,8	39,7	1º	1º
SUL	51.084.145	65.150.906	15,2	18,1	–	–
PARANÁ	17.053.955	22.410.383	5,1	6,2	5º	5º
SANTA CATARINA	11.204.647	14.408.253	3,4	4,0	7º	7º
R. G. DO SUL	22.825.543	28.332.270	5,8	7,9	4º	4º
CENTRO OESTE	20.065.828	23.093.905	6,0	6,4	–	–
MATO GROSSO	1.796.810	4.841.338	0,5	1,3	16º	13º
M. G. DO SUL	1.836.564	5.593.326	0,6	1,5	15º	11º
GOIÁS	4.312.823	9.266.112	1,3	2,6	11º	9º
DISTRITO FEDERAL	12.119.631	3.393.130	3,6	0,9	6º	16º
BRASIL	332.939.372	359.995.118	100,0	100,0	–	–

## QUADRO – 13

ARRECAÇÃO: SESI, SENAI, SESC E SENAC

(Em Cz\$ 1.00)

MESES	VALOR NOMINAL	VALOR REAL	VARIAÇÃO
JAN/86	14.327.240,00	14.327.240,00	–
FEV/86	14.877.878,04	12.694.430,41	–
MAR/86	15.665.613,37	11.641.226,95	–
ABR/86	18.749.700,33	14.117.680,61	–
MAI/86	22.429.855,65	16.816.492,69	–
JUN/86	22.527.801,38	16.709.523,59	–
SEMESTRE	108.578.088,77	86.305.594,25	–
JAN/87	34.737.068,83	22.004.960,47	–
FEV/87	37.668.416,93	20.426.414,78	–
MAR/87	35.922.724,87	17.096.271,37	–
ABR/87	45.215.192,13	18.809.881,65	–
MAI/87	52.506.700,72	18.058.419,55	–
JUN/87	83.957.640,35	23.435.431,98	–
SEMESTRE	290.007.743,83	119.831.379,80	+38,84

NOTA EXPLICATIVA:

Os valores foram deflacionados com o IPC base Janeiro/86 = 100.

## QUADRO – 14

QUADRO COMPARATIVO DA AÇÃO FISCAL – 1986/1987

ATÉ 10/87

RUBRICA		QUANTIDADE/VALOR EM MILHARES DE Cz \$			
		1986	1987	%	
AÇÃO FISCAL	ESTABELECIMENTOS	3.479	3.636	+ 4,51	
	EMPREGADOS	92.436	284.595	+ 207,88	
	PORTE MÉDIO ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS	26	78	+ 200,00	
	MESES	161.604	249.638	+ 54,48	
	PERÍODO MÉDIO FISCALIZADO	46	68	+ 47,83	
RESULTADOS DA AÇÃO FISCAL IAPAS	RECOLHIMENTOS	QUANTIDADE	-	-	-
		VALOR	11.829	69.304	+ 485,88
	CDF	QUANTIDADE	13	26	+ 100,00
		VALOR	4.984	3.456	- 30,46
	LEVANTAMENTOS	QUANTIDADE	1.396	2.195	+ 57,23
		VALOR	60.780	430.099	+ 607,63
FCP	AÇÃO FISCAL	401	1.046	+ 160,85	
	SITUAÇÕES II	393	299	- 23,92	
<p><b>OBSERVAÇÕES:</b></p> <p>1986 = Média p/ FCP 8,68 Empresas Fiscalizadas  1987 = Média p/ FCP 3,48 Empresas Fiscalizadas</p> <p>1986 = Média p/ FCP 230 Empregados Fiscalizados  1987 = Média p/ FCP 272 Empregados Fiscalizados</p>					

FONTE: R.P.F. (Relatório de Produção Fiscal)

## QUADRO – 15

## ÍNDICES – 1987

MÊS	PISO NACIONAL SALÁRIO		SALÁRIO MÍNIMO DE REF.		REAJ. SAL. INDÚSTRIA E COMÉRCIO (média)		REAJUSTE SAL. CELESC		REAJ. SAL. ELETROSUL		REAJ. SAL. BANCÁRIOS	
	MÊS	ACUMULADO	MÊS	ACUMULADO	MÊS	ACUMULADO	MÊS	ACUMULADO	MÊS	ACUMULADO	MÊS	ACUMULADO
JAN	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
FEV	–	–	–	–	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
MAR	20,00	20,00	20,00	20,00	–	20,00	20,00	44,00	20,00	44,00	20,00	44,00
ABR	41,79	70,15	41,79	70,15	20,00	44,00	20,00	72,80	20,00	72,80	20,00	72,80
MAI	20,00	104,18	20,00	104,18	20,00	72,08	20,00	107,36	20,00	107,36	20,00	107,36
JUN	20,00	145,01	20,00	145,01	20,00	107,36	20,00	148,83	20,00	148,83	20,00	148,83
JUL	–	145,01	–	145,01	–	107,36	–	148,83	–	148,83	–	148,83
AGO	0,04	145,02	–	145,01	–	107,36	–	148,83	–	148,83	–	148,83
SET	21,83	198,51	4,69	156,50	22,90	154,84	4,69	160,50	4,69	160,50	4,69	160,50
OUT	10,00	228,36	4,69	168,53	9,60	179,30	68,07	337,82	4,69	172,72	51,04	293,46
NOV	–	–	–	–	–	–	–	–	71,00	366,35	–	–

FONTE: Índices fornecidos pela Federação dos Empregados da Indústria de Florianópolis. Sindicatos dos Eletricitários e dos Bancários.

Pois bem, aliado ao esforço que o Governo realiza no campo administrativo, a contribuição desta Assembléia Nacional Constituinte poderá converter-se no grande instrumento de paz e tranqüilidade a todos os trabalhadores brasileiros. (Muito bem!)

**O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Esta é a voz do que tem clamado no deserto; no deserto da insensibilidade do Governo, deserto de indiferença, do desprezo e do menoscabo; deserto da desídia de autoridades. As seqüelas dessa insensibilidade eclodiram no mais sério e triste incidente de Serra Pelada.

Dissemos seqüelas, conseqüências que poderiam ter sido pivô e que poderão vir a ser se continuar a mesma desídia até o momento constatada.

Estamos aqui para apontar o grande pecado original do Governo Central e de seus antigos apaniguados que fizeram da Serra plataforma eleitoral. Que transformaram a Serra em oportunidade para engrossar seus interesses por grandes lucros e para se imporem como falsos líderes.

Todos os conhecemos.

Saibam os nobres Constituintes que as lamentáveis ocorrências que agitaram Serra Pelada ainda não foram a grande eclosão que nós, pessoalmente, de há muito, previmos e denunciámos desta tribuna e poderia ter sido muito pior. E poderá vir a sê-lo se não se puserem em prática as conclusões a que chegou a Comissão Interministerial, que por sugestão nossa e de companheiros de Bancada, foi criada, através de lei, para resolver os problemas dos garimpeiros.

Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, mais uma grave e infeliz conseqüência da ingerência do Governo com o objetivo de auferir lucros e dar respaldo aos interesses inconfessáveis de amigos e protegidos.

Serra Pelada emergiu como uma esperança não apenas para o País, mas para milhares de pessoas que para lá se deslocaram com o fim de encontrar melhores condições de vida. A maior mina a céu aberto do Mundo! O ouro bamburrou! A partir do momento em que Serra Pelada se transformou num problema de segurança nacional e a interferência do Governo se fez cada vez mais permanente, os problemas foram-se tornando cada vez mais graves. À medida que se foram esbugalhando os olhos dos prepostos pelo Governo com o objetivo policialesco. Era véspera de eleições e os interesses políticos cresciam em proporção geométrica. A Nação foi esquecida. O ouro passou a ser contrabandeado e cada vez menos acessível aos órgãos governamentais. É oportuno ressaltar que quanto mais o Governo interfere, mais o ouro foge para o Uruguai, a ponto de este País ser considerado grande produtor de ouro, a despeito de em território uruguaio não existir sequer uma mina de ouro. Em vez de a interferência governamental prevenir os conflitos ou, pelo menos, administrá-los, contribui para agravá-los pelo não-cumprimento do mínimo do que promete: não pagando as dívidas contraídas; não acatando as reivindicações dos garimpeiros que pedem pequenas, mas justas e humanas coisas; a construção de suportes para evitar o desbarrancamento dos taludes, de forma a permitir que trabalhem com mais tranqüilidade e que consigam retirar o ouro com mais segurança. Os garimpeiros vêm pedindo ainda, com insistência,

que o Governo lhes pague os recursos que estão depositando no Banco Central, alusivos à compra de ouro, prata e paládio feito pela Caixa Econômica. Esse dinheiro será aplicado justamente em obras que darão aos garimpeiros mais segurança no desenvolvimento do seu trabalho.

Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, foi precisamente no dia 8 de maio do ano que passou que fizemos o mais candente pronunciamento sobre Serra Pelada, além de muitos outros que caíram no vazio. Naquele dia, alertamos as autoridades responsáveis, de forma veemente. Foi um dia memorável aquele em que centenas de garimpeiros encheram essas galerias e, à oportunidade, dissemos aos nobres pares: "Esses homens trazem no seu semblante o ar de apreensão e ansiedade. A luta deles da cava é árdua e inglória, como árdua e difícil é a sua caminhada até Brasília, para onde o garimpeiro veio em busca de um direito que é seu e que não querem reconhecê-lo. Vieram famintos, demonstrando sua força, sua pujança, sua esperança e sua fé.

Naquele dia, conseguimos uma vitória parcial em benefício dos garimpeiros: a prorrogação, por mais 18 meses, para permanecerem na Serra e a constituição de um grupo de trabalho interministerial para apresentarem uma solução definitiva para Serra Pelada. Evidentemente, não foi uma solução definitiva, mas foi uma solução que lhes deu tranqüilidade para continuarem o seu trabalho.

Desta vez, Senhores e Senhoras Constituintes, apesar de lutarmos contra o tempo, de passarmos 36 horas indormidas, participando das negociações para encontrarmos uma solução pacífica e justa para o desbloqueamento da ponte tomada

pelos garimpeiros, a ação policial chegou primeiro e tudo foi por água abaixo.

Imensa foi a nossa frustração.

O Governo acenou com mil esperanças, abriu a Serra sem dar o mínimo de condições aos mineiros. E quando estes exigem as condições prometidas são massacrados pela ação policial.

Que essa insurreição cujas conseqüências poderiam ter sido maiores e inimagináveis o que poderá vir ainda acontecer na região, a despeito das mortes ocorridas e do desaparecimento de pessoas, sirva de lição.

Pelo amor de Deus, não se espere mais que a eclosão ocorra para se resolver depois. Não se permita que o Governo Central crie problemas e na hora de resolvê-los se transfira a responsabilidade para o Estado do Pará, como ocorreu agora em Serra Pelada e ocorrerá no Pacal. Ao nosso Estado em matéria de minérios e de suas riquezas em geral só lhe tem restado buracos, crateras e os graves problemas sociais.

A propósito, pedimos que seja transcrito nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, o editorial de **O Liberal** do dia 30 de dezembro do ano próximo passado que, de forma imparcial discorre sobre os últimos acontecimentos de Serra Pelada.

Finalmente, apelamos a todos os colegas Constituintes que unam suas vozes à nossa voz e apelemos ao Presidente da República e ao Ministro do Interior que façam cumprir as conclusões da Comissão Interministerial.

Temos a convicção de que o simples cumprimento dessas conclusões dará aos garimpeiros condições mais dignas e humanas de sobreviverem e evitará que Serra Pelada continue a ser o vulcão social a ameaçar com cataclismos cíclicos o sul do Pará, já sacudido por onda de violência.

E já que a própria comissão concluiu que Serra Pelada é irreversível, é a vez de o Governo entregar a Serra definitivamente aos seus verdadeiros donos, os garimpeiros.

**DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE O SR. ASDRUBAL  
BENTES EM SEU DISCURSO:**

Belém, quarta-feira, 30 de dezembro  
de 1987

Mais duas vítimas da intervenção indevida.

A intervenção branca da União no Estado fez mais duas vítimas.

Não foi o primeiro incidente e nem será o último em que a profunda contradição em que vive o Pará resulta no que lamentar, em conseqüência da necessidade de gerenciar conflitos que o Estado não gerou, não desenvolveu, não foi ouvido para apaziguar, tentou intermediar e não pôde.

É uma situação paradoxal: Serra Pelada, como o Pacal, nasceu por obra e graça da ação do Governo federal. Cresceu em impasses, entre promessas e pressões, entre muito engodo e muita exploração. A União ultrapassou todas as instâncias federativas para intervir diretamente na Serra que, embora em território paraense, não conheceu nunca uma administração regional ou qualquer sombra de vida institucional normal. A concentração humana gerou graves, problemas extremamente não apenas na Serra como em todas as redondezas. De tal gravidade que o episódio de ontem se insere perfeitamente na legenda de violência que se criou em torno do ouro – legen-

da que inclui mortos contaminados, mortos assassinatos e mortos soterrados em desabamentos.

A situação dos formigas é afrontosa, do ponto de vista humano. Quem sobrevive na Serra convive com o sangue, ostensivo ou disfarçadamente derramado.

A decadência da Serra, a tensão e a inquietação, o desespero, a imensa cava – eis o que resta ao Pará absorver e resolver. A sufocação da revolta diante das promessas não cumpridas, dos adiamentos intermináveis do calote oficial, da insensibilidade diante do destino de milhares de homens, da falta de coragem em enfrentar a questão – eis o que remete a União ao Pará.

O negociador ministerial, ontem, reclamava de intransigência.

Melhor seria talvez falar de paciência esgotada: compromissos assumidos pela instância governamental que ele representa não foram cumpridos; a União trata a Serra como um problema policial: é a Polícia Federal quem substitui o SNI no mandar e desmandar na Serra. A avaliação séria e necessária para uma solução final para este problema não está nas cogitações federais. Em conseqüência o problema ultrapassa os limites dos barrancos desabados para ganhar as estradas, interferir no trabalho cotidiano e ameaçar uma cidade inteira.

A sobra é estadual: os ossos da caça abatida de que se banquetearam os leões federais.

Como está no contexto da violência do ouro, o incidente de ontem não deverá esgotar-se em si mesmo. Vai contribuir para que mais paixão se coloque na discussão em torno da Serra – tomará mais distante, talvez, uma solução razoável. E também se encadeia na longa história de uma fronteira conquistada a ferro e fogo, dessangrando a Amazônia.

Às pressas, as máquinas serão mobilizadas para rebaixamentos, soluções de emergência, formação de novos barrancos. Haverá uma nova corrida às catas. O dinheiro aparece. Mas ainda desta vez, a cegueira intransigente não vai permitir que se solucione e se humanize a Serra – e nem qualquer garimpo.

**O SR. FURTADO LEITE (PFL/CE.  
Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É crescente a preocupação de todos os brasileiros em geral, e dos nordestinos, em particular, quanto aos benefícios que poderão surgir após a promulgação da nova Carta Magna. As reivindicações que recebemos até agora, sempre que possível, as transformações em emendas ao texto constitucional, para que sejam debatidas no Plenário desta Assembléia Constituinte.

Nosso objetivo, ao ocuparmos esta tribuna, não tem outro sentido que não o de chamar a atenção de todos os Membros Constituintes para a gravidade criada pela morosidade da conclusão da elaboração da Lei Maior do País. A sociedade brasileira está a exigir a sua conclusão, com toda a rapidez, por não ter mais como esperar. O homem do campo está inquieto. As entidades brasileiras vivem dias de preocupação nacional. O povo quer soluções para seus problemas. A população do País está cansada de ser enganada por falsas promessas daqueles que nada fazem para merecer a confiança que neles foi depositada. Cada

brasileiro elegeu seu representante e quer participar, através dele, de todas as decisões importantes para a vida do Brasil.

Precisamos tranquilizar a Nação e a Constituição votada é a única saída para o País.

É neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que mais uma vez queremos contar com a união e sensibilidade de todos para agilizar término da votação de nossa Constituição, pois, a verdade é que a sociedade brasileira está debitando a nós, Constituintes, toda e qualquer crise político-econômica que está destruindo o País.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. ONOFRE CORRÊA  
(PMDB/MA. Pronuncia o seguinte  
discurso):** – Sr. Presidente, Srs.  
Constituintes:

Um fato do maior significado passou despercebido pela maioria dos Srs. Constituintes, antes do recesso desta Casa. Trata-se do seqüestro, no Chile, e liberação, em São Paulo, em território brasileiro, do Coronel Carlos Carreno.

Cumprir-me denunciar este triste fato porque, na época do seqüestro, encontrávamo-nos naquele país irmão, para participar da II Assembléia Parlamentar pela Democracia do Chile, com cerca de outros 20 Parlamentares do Brasil e mais de centena dos demais países.

Naquela ocasião, constatamos que aquela ditadura faz tudo para permanecer massacrando aquele bravo povo do sul do Continente, exemplo histórico de democracia.

Pois bem, lá estivemos e constatamos a luta intensa de todos os segmentos sociais, trabalhadores, clero e estudantes contra a vontade enlouquecida de um tirano em permanecer até o fim do Século à frente daquele País.

O nível de vida caiu, o desemprego ronda os lares, a qualidade de vida está alta somente nas propagandas oficiais, mas nós, que percorremos o sul daquele País, sentimos de perto o que aquela ditadura faz para sufocar o espírito de liberdade da exemplar democracia latino-americana.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que me preocupa mais ainda é que o Brasil nada faz diante dessa situação "escandalosa" e em nada se move em socorro daquele povo. Nosso País vê aquela nação irmã somente pela ótica do comércio exterior. Fica impassivo mesmo diante de fatos como o que aconteceu em São Paulo, como a soltura do Coronel Carlos Carreno e faz "ouvidos de mercador" diante de apelos dos refugiados daquele País, nas portas do Alto Comissariado da ONU aqui instalado. A pior polícia política, a chilena, anda livre pelo nosso País, a perseguir os cidadãos daquela nacionalidade que aqui vivem em busca de asilo e segurança.

Portanto, Sr. Presidente, que esta denúncia vá sensibilizar o Itamarati e o Ministério da Justiça; primeiro, para que oriente o Governo no sentido de que nosso País adote sanções contra aquela ditadura e, segundo, para que apure com rigor, como os órgãos de repressão daquele País andam livre e impunemente pelo território nacional.

Estará, desta forma, nosso País retribuindo a acolhida calorosa e humanitária que nossos conterrâneos tiveram naquele país do Cone Sul, por época da ditadura militar que aqui se instalou e que, com a ajuda do povo, se extinguiu.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JESUALDO CAVALCANTI (PFL – Pl. Pronuncia o seguinte discurso.):**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Encaminhei ao ilustre Deputado Daso Coimbra, em 14 de dezembro último, carta em que esclareço minha posição em face do chamado Centrão, cujo teor peço seja transcrito nos Anais desta Casa.

E o faço em nome da transparência que deve nortear a atuação do homem público, cujas atitudes não de guardar, tanto quanto o permita a dinâmica dos fatos políticos e sociais, irrecusável fidelidade aos princípios que defende e pelos quais se submete ao veredicto popular.

A exemplo dos eminentes companheiros, mas certamente sem o mesmo brilho, aqui me encontro, credenciado pela confiança do povo do Piauí, para praticar um ato de grandeza histórica, qual seja o de contribuir, honestamente, para a edificação de instituições democráticas, vigorosas e duradouras.

Mas não basta a intenção; é preciso a determinação de praticá-lo sem tardança, atentos aos anseios da Nação, que tem pressa.

De fato, em torno desta Constituinte rondam, em dimensões assustadoras, um perigoso pessimismo e uma preocupante descrença. Diria mesmo que o nosso povo, assustado com a sucessão, e artificialidade dos impasses que vêm retardando os trabalhos constituintes, já não mais acredita sejamos capazes de legar-lhe um texto constitucional que modifique profundamente as estruturas econômicas, políticas e sociais vigentes e o conduza a uma sociedade livre, justa e solidária.

No entanto, forçosamente, temos que produzi-lo, pois frustrada esta Constituinte, consumado seu fracasso, é difícil vislumbrar outra saída democrática para a crise de confiança que estamos a viver. E há quem aposte nesse eventual insucesso, e até por ele ardorosamente torça, seja por não acreditar nas virtudes do projeto democrático de vida, seja por ver no retorno do autoritarismo o caminho para a perpetuação de privilégios injustos e descabidos.

Dai a grave responsabilidade que recai sobre os nossos ombros. Certo é que não podemos assumir, perante a posteridade, o desastroso papel de coveiros da democracia.

Mas é necessário, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a nova Constituição realmente consagre avanços sociais e políticos significativos, sem os quais não será contemporâneo da hora presente, caracterizada pelo ânimo da modernidade.

Afinal, se não era para mudar, que viemos fazer aqui? Se era para manter **statu quo**, não haveria necessidade de convocar-se uma pomposa Assembléia Nacional Constituinte, além do mais livre e soberana.

Que ninguém se assuste com as mudanças legítimas e acordes com as realidades do Brasil.

Assim, não deve assustar-nos a ampliação dos direitos dos que trabalham e produzem ou a criação de mecanismos que assegurem o pleno exercício da cidadania. Deve assustar-nos, isto sim, a retrógrada privatização dos cartórios de notas e registros públicos, herança rediviva do feudalismo e eterno berço dos **marajás**, a par da imoral efetivação de seus substitutos com apenas dez meses de serviço, medidas infelizmente previstas no projeto de Constituição.

Concluindo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, reafirmo que, errando ou acertando, seguirei os ditames de minha consciência e que ninguém espere contar com o meu voto para frustrar as aspirações do povo brasileiro.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JESUALDO CAVALCANTI EM SEU DISCURSO:**

Brasília, 14 de dezembro de 1987.

Sr. Deputado Daso Coimbra, Paz!

Fixei uma posição desde que aqui cheguei: não integrar qualquer grupo suprapartidário.

Apesar da insistência dos convites, tenho-a mantido, coerentemente, e não pretendo mudá-la.

Com surpresa, constato, agora, a inclusão de meu modesto nome entre os integrantes do Centrão.

Peço corrigir esse equívoco, pois embora livre para fazê-lo, sem nenhum desdouro, jamais autorizei tal coisa nem participei de qualquer entendimento ou reunião de que se pudesse deduzir algum compromisso com esse grupo.

Simplesmente quero votar segundo minha consciência, preservando-me, desta forma, de pressões, cobranças, lobismos e patrulhamentos.

Assim agindo, subscrevi **todas** as propostas que, reabrindo a faculdade de apresentação de emendas, permitissem o aperfeiçoamento do projeto de Constituição, reconhecidamente falho.

Entendo que a modificação do Regimento Interno da Constituinte, com vistas a democratizar o processo de feitura da Constituição, não tem qualquer conotação ideológica. Afinal, ainda não consegui, ao longo desses dez meses de trabalho, ver discutida e votada nenhuma das emendas que apresentei. Assim, 80% dos demais Constituintes. Nada mais justo e racional, portanto, que pôr fim a essa maquiavélica camisa de força.

Devo acrescentar que, se pertencesse ao Centrão, dele forçosamente teria que me afastar diante das aleivosias recentemente assacadas contra o clero, sobretudo contra a CNBB.

Cordiais saudações, – Deputado **Jesualdo Cavalcanti**, (PFL – Pl)

**O SR. JÚLIO COSTAMILAN (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entre as reivindicações, reclamos, frustrações e anseios sentidos no contato popular, com mais ou menos intensidade, é preciso reconhecer, se situam os trabalhadores aposentados e pensionistas da Previdência Social.

São eles, possivelmente, os que mais sofrem os efeitos da crise que estamos vivendo no País, pois além de estarem sujeitos ao aumento do custo de vida, às dificuldades de toda ordem que são obrigados a enfrentar, à idade avançada, à doença, são alvo de uma situação incomparável à de outros aposentados, por exemplo os servidores públicos, pois o trabalhador segurado da Previdência Social não possui a garantia de reajuste de seus proventos com a preservação de valor igual como se estivesse em plena atividade. Os servidores públicos contam com esta garantia,

o que lhes permite a manutenção das condições de vida ao nível do tempo em que estavam em efetivo exercício de suas funções.

Sempre defendemos que os proventos de aposentadoria devem manter o mesmo nível da remuneração que era percebida, pelo hoje aposentado, quando trabalhava normalmente na fábrica, na oficina, no escritório, etc.

Entretanto, o que é que assistimos em relação aos aposentados e pensionistas da Previdência Social? A defasagem da remuneração já quando requer a sua aposentadoria, pela adoção de um cálculo que lhe retira parcela considerável do ganho normal, decorrente da média salarial dos 36 meses que antes antecederam o pedido de aposentadoria. Neste momento, ao ser efetivado o cálculo dos seus proventos, perde a parcela de mais de trinta por cento do valor percebido em atividade, o que agrava a sua condição de vida, desgastado fisicamente pelo exercício de trinta e cinco anos de trabalho, em geral com alguma doença adquirida no próprio ambiente de trabalho. Será que existe alguém que ouse justificar um tratamento assim como justo?

Aposentado, com os proventos defasados em relação à remuneração até então percebida, passa o trabalhador a viver um novo estágio de sua vida, de aflições, de angústias, de perda progressiva do poder aquisitivo, deterioração de seu padrão de vida com o conseqüentemente agravamento da doença, justamente numa época em que deveria usufruir um pouco do muito que contribuiu com o seu trabalho em favor do desenvolvimento das empresas e do País, pela dedicação dos melhores anos de sua existência.

Impõe-se a correção deste quadro de injustiça e de discriminação. A Assembléia Nacional Constituinte tem esta responsabilidade, que decorre da responsabilidade de cada um dos seus integrantes. De nossa parte voltaremos a oferecer emenda ao texto constitucional, visando corrigir a situação, restaurando para os aposentados e pensionistas o valor de seus proventos na proporção da remuneração percebida quando em serviço. Com tal propósito, reiteramos iniciativa tomada anteriormente, não acolhida no âmbito das Comissões, mas, que esperamos o seja no plenário da Constituinte pela manifestação solidária e soberana de seus integrantes.

Nossa proposta de emenda estabelece nas disposições transitórias que "os benefícios de prestação continuada concedidos pela Previdência Social até a promulgação desta Constituição, serão revistos num prazo de seis meses, a fim de que seja restabelecido o valor real, calculado em salários mínimos à data de sua concessão, efetivado o pagamento dos valores atualizados no prazo de 18 meses, na forma que a lei estabelecer". (Muito bem!)

**O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Defendo a autonomia das Universidades em todos os sentidos; defendo também, como garantia, a destinação de recursos específicos para a Educação, através da Emenda Calmon, ressurgida da Constituição. Defendo a aplicação do princípio de isonomia ampla para o caso dos docentes, vinculados a instituições federais de ensino superior, regidos pela CLT e que se aposentam

na atividade de magistério ou nesta incorporaram tempo de serviço público.

A autonomia das Universidades já se encontra explicitada no Projeto da Constituição. Ela é a garantia para que essas instituições assumam uma política mais justa e mais adequada para os casos de aposentadoria do magistério. Por aí não me distancio da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior, Andes, já que esta, nos primórdios da elaboração da Lei nº 7.596, de 13 de abril de 1987 (Isonomia Salarial das Universidades Federais, autárquicas e fundacionais), impôs, como uma das reivindicações inarredáveis, a **Aposentadoria com salário integral** para os servidores técnico-administrativos, dos docentes das instituições federais de ensino superior.

Por que a atitude da Andes? Simplesmente porque os docentes regidos pela CLT, gerados pela Revolução de 1964, fazem hoje a maioria do pessoal docente das Universidades Federais e tornaram-se elementos decisivos nas instituições federais de ensino superior e dado o tempo decorrido, muitos deles estão a caminho da aposentadoria.

Para que se entenda o problema ou uma proposta de solução, é conveniente que explicitemos três tipos de aposentadoria aplicável ao pessoal docente: a **aposentadoria propriamente dita**, que decorre de dois elementos básicos, o de tempo de magistério e o de tempo de serviço público, entrelaçados ou não; a **aposentadoria por invalidez**, fato que escapa ao controle do tempo, imprevisível, embora possa resultar da atividade docente; a **aposentadoria por limite de idade**, mais aplicável aos professores estatutários e uma forma de expulsória.

A esses três tipos de aposentadoria se acrescenta o afastamento provisório ou não do docente, por questão de saúde ou auxílio-doença, contemplado já pelo Decreto nº 94.664, em seu artigo 41 (complementação salarial) ou o afastamento definitivo, por morte, e a conseqüente concessão de pensão integral ou não à viúva e aos dependentes.

A rebeldia da Andes decorre de uma circunstância injusta enquanto que, em atividade, os salários dos professores estatutários e os dos docentes celetistas são idênticos, por serem isonômicos os direitos e deveres, por força do § 1º do art. 13 da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, já, na inatividade, os proventos se diversificam radicalmente. Assim, se os professores são estatutários, seus proventos são integrais no sentido de equivalência ao último salário em atividade, a que se acrescentam vantagens e benefícios; trata-se de docentes regidos pela CLT, seus proventos são aqueles estatuidos pelo INPS, após cálculos complicados. — Seria o caso de verificarmos ou analisarmos como seriam os proventos do Ministro José Carlos Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal, se viesse a se aposentar como docente da Universidade de Brasília. O mesmo valeria para o caso do Ministro João Leão de Abreu, que se aposentou como Ministro do Supremo Tribunal Federal e como Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, embora prestando colaboração à Universidade de Brasília.

Mas vejamos o concreto dos fatos.

Os nossos exemplos, embora extraídos de documentos da Universidade Federal de Goiás, não se distanciam do sistema de remuneração de ou-

tras Universidades Federais, autárquicas ou fundacionais. Os critérios de cálculos e de remunerações decorrem da Lei nº 7.596 e do Decreto nº 94.664, já citados.

Citemos um caso do professor titular, em final de carreira, portanto estatutário, em Regime de Dedicção Exclusiva. Seu salário ou vencimento, com vantagens, pode atingir a CZ\$ 84.000,00 desde que seja portador de títulos de Doutor (não incluídos os respectivos quinquênios ou que tais); se aposentado, os seus proventos não se alteram, respeitados os reajustes legais e o limite constitucional. No caso de docente celetista, quando se aposenta, seus proventos se reduzem, graças aos cálculos complicados do INPS, a mais ou menos, CZ\$ 17.000,00 na atualidade. Isso porque uma alteração de proventos do INPS depende de um espaço determinado de contribuições, vincula-se à contribuição acima do menor valor-teto e do número de anos a contar de 1973 até a aposentadoria. Tudo isso reflete a defasagem profunda entre o salário de contribuição e o salário de benefício.

A revolução de 1964, ao impor às Universidades Federais e mais ainda às Universidades Funcionais que a admissão de docentes só se fizesse mediante a Legislação Trabalhista, tinha um objetivo implícito: reduzir os custos do pessoal docente, predispor as Universidades Federais a um projeto futuro de privatização ou impor um mecanismo de dependência da área econômica como processo de esvaziamento de uma política educacional. Será que, com a equiparação salarial de docentes das Universidades Federais autárquicas às Fundacionais ou com a unificação do regime jurídico ou a existência de ente único, não haverá um esvaziamento?

O que os docentes estão a reivindicar ao MEC é uma medida justa: que se lhes conceda, na aposentadoria, não os proventos integrais dos professores estatutários mas o salário que eles auferiam, quando em atividade.

Trata-se de uma reivindicação de todos os trabalhadores, intelectuais ou não, nos termos do Projeto de Lei nº 5.438, de 1985, de autoria do então Deputado José Eudes e que se encontra em condições de ser votado. Em resumo: Art. 1º — O pagamento dos benefícios de aposentadoria e auxílio-doença tomam por base a maior remuneração percebida quando em atividade. Art. 2º — O valor do benefício de aposentadoria será reajustado quando for alterado o salário mínimo. § 1º — Para os segurados empregados, cujas empregadoras de que tenham se afastado ou desligado para gozar do benefício de aposentadoria, adotem plano, regulamento ou norma de classificação e promoção, os índices de reajustamento de seus benefícios de aposentadoria manterão sempre a equiparação ou paridade com os vencimentos a que fariam jus se em atividade estivessem. § 2º — Para os demais segurados, serão aplicados os índices de reajustamento do salário mínimo.

Se o salário de um professor titular, estatutário, em atividade, no ápice da carreira, não se equipara ao de "marajá", como se admitir que o INPS só pague 1/3 dos proventos àqueles docentes que se aposentam? O MEC poderia admitir uma solução não definitiva: até que houvesse uma nova Constituição, os proventos do INPS poderiam vir a ser complementados pela instituição federal a

que pertencesse o docente. A mesma norma se poderia aplicar às viúvas de docentes, para que elas e seus dependentes não fossem submetidos a situações vexatórias.

Mas essa proposta minha, ao que parece, está latente no art. 43 do Decreto nº 94.664, como regulamentação da Lei de Isonomia: "Os servidores já aposentados e ou inativos, à data da vigência deste Plano, gozarão dos benefícios e vantagens nele previstos" (Art. 43).

Se a minha formulação estiver correta, é de se propor que as Universidades Federais introduzam duas novas realidades: a extinção da aposentadoria compulsória no magistério superior das instituições oficiais e a possibilidade de o docente aposentado, nas condições e critérios a serem fixados pelas Universidades, retornar à atividade anterior. Ambas as situações não podem, em hipótese alguma, prejudicar a renovação dos quadros, significando antes uma forma de aproveitamento da experiência docente.

Defendemos a permanência dos proventos e o retorno de algumas, não para suprir deficiências de docentes mas como mecanismo de introdução do sistema de tutoria, de orientação didática aos mais jovens.

Não nos esqueçamos de Manguinhos, a aproveitar a máxima competência de seus cientistas, como Tito Arco-Verde, Hugo de Souza Lopes, Sebastião de Oliveira, Augusto Melo Perissé, Haity Moussatché, alguns maiores de 70 anos. Que as Universidades Federais imitem Manguinhos, até em conseguir salários condignos para seus servidores, cientistas, docentes e funcionários. (Muito bem!)

**O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.):** — Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Os empresários do setor de transporte rodoviário coletivo de passageiros do meu Estado têm-se ressentido da elevação para 30% da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre o lucro real aprovado das empresas concessionárias desse serviço, determinado pelo art. 12, inciso X do Decreto-lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987.

Recebi, a propósito, relatório do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio Grande do Norte, através do seu Presidente, Dr. Eudo Laranjeiras, apontando as repercussões nefastas da medida para a atividade.

Segundo estudo elaborado pela entidade, esse aumento, que representa um incremento da ordem de 500% da carga tributária do setor, tende a aprofundar a crise pela qual passam as empresas de transporte coletivo, importando, conseqüentemente, na diminuição da qualidade dos serviços prestados à população, uma vez que esse ônus adicional tomará praticamente impossível a renovação e expansão da frota.

Além disso, será inevitável a pressão no sentido do aumento das tarifas, hoje já mantidos em níveis inferiores aos necessários para a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro das empresas, em função do achatamento salarial e da adoção de modelos de tarifação que remuneram apenas o capital empregado pelas empresas, e não os serviços por elas prestados.

Finalmente, é preciso levar em conta que as empresas do setor, por possuírem grandes somas em ativo imobilizado, apresentam elevado lucro



inflacionário, o que mascara o seu real desempenho econômico e financeiro, tornando ainda mais injusto o aumento da carga fiscal.

Por essas razões, Sr. Presidente, ao tempo em que manifesto meu apoio às ponderações do setor de transporte coletivo de passageiros do Rio Grande do Norte, quero fazer um apelo às autoridades econômicas do Governo, e ao próprio Presidente José Sarney, no sentido de que seja revogado o dispositivo mencionado, tendo em vista os prejuízos dele advindos tanto para a classe empresarial quanto para a população, que poderá afinal de contas, ter que pagar mais caro por um serviço de qualidade inferior.

**DOCUMENTO QUE SE  
REFERE O SR. ANTÔNIO  
CÂMARA EM SEU DISCURSO.**

Efeitos do DL N° 2.397 sobre as empresas de transporte de passageiros por ônibus O DL N° 2.397 em seu artigo 12 item 10 altera a alíquota do Imposto de Renda, passando a tributar às pessoas jurídicas concessionárias de transporte rodoviário coletivo de passageiros em 30% do lucro real aprovado.

Este aumento de 500% na carga tributária do setor, tende a aprofundar a crise pela qual passa o setor, através dos seguintes efeitos:

renovação e expansão da frota;  
manutenção da qualidade do serviço prestado à população;

pressionará o aumento das tarifas;  
as empresas, por possuírem grandes somas em ativo imobilizado, apresentam um elevado lucro inflacionário;

os modelos de tarifação praticados remuneram apenas o capital empregado pelas empresas, não contemplando a remuneração do serviço prestado pelas mesmas;

em função do achatamento dos salários, as tarifas de transporte vêm sendo fixadas em níveis inferiores ao necessário à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro das empresas.

**O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

**A MORTE DE HENFIL E A FALTA DE CONTROLE DOS BANCOS DE SANGUE**

O Brasil assistiu, triste e indignado, à morte de Henfil, após longo período de resistência à AIDS contraída por transfusão de sangue contaminado como vírus desta doença.

Neste momento, é importante mais uma reflexão breve sobre as matérias referentes ao campo da saúde que mais diretamente afetam e provocam vários casos dramáticos como o de Henfil, no Brasil de hoje.

O PT, na sua proposta coletiva sobre a área da saúde, na questão do sangue, coloca claramente:

"Art. 347. Compete ao estado mediante o Sistema único de Saúde:

III – Deter o monopólio da importação de matéria-prima químico-farmacêutica e organizar um Sistema Estatal de produção e distribuição, sob o princípio da soberania nacional, de componentes farmacêuticos básicos, medicamentos, equipamentos médicos e odontológicos, produtos imunobiológicos

e biotecnológicos, sangue, hemoderivados e outros insumos de saúde, estabelecendo uma relação básica de produtos com rigoroso controle de qualidade, visando suprir toda a demanda e torná-los acessíveis a toda a população."

Desta forma, ficaria clara a responsabilidade e também o controle estatal sobre o sangue, sua coleta, o armazenamento, a transfusão e o processamento dos hemoderivados.

Mais adiante, o PT coloca:

"Art. 354 A lei disporá sobre as condições e requisitos que facilitem a remoção de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante e de pesquisa, sendo vedada a prática em incapazes e menores.

Parágrafo único. É vedado todo tipo de comercialização de órgãos e tecidos humanos."

Este conteúdo deixa clara a proibição de qualquer tipo de comercialização de tecidos humanos, o que inclui o sangue. Seria o fim deste comércio absurdo comandado por bancos de sangue privados, verdadeiros vampiros, que sem controle e com a conivência das autoridades sanitárias tantos males vem causando a doadores de sangue e receptores de transfusões.

A consequência desses dispositivos é obrigar o Estado a montar eficiente sistema nacional de hemocentros. Aliás, uma meta muito anunciada por muitos governos e nunca concretizada.

Essas duas propostas, na emenda coletiva do PT, estão inseridas num contexto mais amplo, que prevê:

– saúde como direito de todos e dever do Estado;

– Sistema Único de Saúde;

– saúde como função do Poder Público;

– controle popular sobre todas as ações e órgãos de saúde.

Muitas destas teses foram incorporadas, após debates e votações nas Subcomissões e Comissões, e hoje, de certa forma, constam do Projeto de Constituição que vai a votação em Plenário; senão, vejamos:

"Art. 234 – Cabe ao Poder Público a regulamentação, a execução e o controle das ações e serviços de saúde.

§ 3º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante e pesquisa, vedado todo tipo de comercialização.

Art. 235 – Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições que a lei estabelecer.

I – controlar e fiscalizar a produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos, e dela participar."

Ou seja, por um lado o art. 234, § 3º, proíbe a comercialização, proíbe os bancos de sangue com intuito lucrativo, embora por outro lado o art. 235, inciso I, devesse ser mais incisivo na colocação de que todo esse setor passa a ser estatal.

Na questão de situar esses dispositivos num contexto mais amplo, também o texto que vem da Comissão de Sistematização prevê, embora de forma menos clara e direta que o proposto pelo PT:

– Saúde como direito de todos e dever do Estado;

– Sistema Único de Saúde;

– Saúde como função do Poder Público;

– Participação da comunidade no Sistema Único de Saúde.

Existem diferenças essenciais entre as posições do PT (nós somos a favor da estatização do setor saúde) e o texto da Comissão de Sistematização (o aprovado é apenas uma priorização do setor público, convivendo com um setor privado tanto beneficente, quanto lucrativo).

Embora não deixemos de, em todas as oportunidades, marcar essas diferenças, mesmo assim, somos forçados a reconhecer que se mantido o texto da Comissão de Sistematização, com algumas melhorias, estaremos dando um passo à frente. Um passo à frente para as melhorias das condições de assistência à saúde da população brasileira e para impedir ou reduzir ao mínimo possível a repetição de casos terríveis como o que atingiu o companheiro Henfil, como pode atingir a qualquer momento qualquer dos 5 milhões de brasileiros que se utilizam regularmente de transfusões de sangue, seus componentes e derivados, para fins terapêuticos;

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Principal agente financeiro da política de investimento do Governo Federal, o Sistema "BNDES", que neste ano completa 35 anos de atividades, é formado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e suas agências subsidiárias, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e BNDESPAR – BNDES Participações S.A.

Desde sua criação, o BNDES tem tido como atribuição básica apoiar financeiramente os investimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento, atuando sempre com o precípuo objetivo de estimular iniciativa privada nacional, sem prejuízo, é lógico, do apoio a empreendimentos também prioritários a cargo do setor público.

Visando à formação de capital fixo, o BNDES opera por meio de financiamentos diretos ou, então, indiretamente através de ampla rede nacional, formada pelo Banco do Brasil, pelos Bancos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento e por bancos de investimento, visando à expansão e à modernização de unidades produtivas, bem como à implantação de novas unidades de produção. As operações através de agentes têm como objetivo apoiar iniciativas de alcance regional, normalmente vinculadas às micro, pequenas e médias empresas.

Dado tudo isto, Sr. Presidente, cabe aqui uma pergunta bastante pertinente: se os objetivos básicos, observados pelo Sistema "BNDES" em sua atuação, são a continuidade do processo de desenvolvimento, a atenuação dos desequilíbrios regionais e sociais de renda e o fortalecimento da empresa privada de efetivo controle nacional,

por que esse Sistema não investe maciçamente no Norte do Brasil, a saber, a Amazônia Legal? Com um orçamento para este ano que prevê aplicações da ordem de Cz\$ 210 bilhões, volume esse que confere ao Sistema a posição de principal agente de fomento do País, tendo aplicado em 1986, para apoio a projetos nacionais exatamente a metade do que o Banco Mundial aplicou em todo o mundo, isto é US\$ 4,4 bilhões, por que – insistimos – o BNDES não tem aplicado mais na Amazônia legal?

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Principal agente financeiro da política de investimento do Governo Federal, o Sistema "BNDES", que neste ano completa 35 anos de atividades, é formado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e suas agências subsidiárias, Agência Especial de Financiamento industrial – FINAME e BNDESPAR – BNDES Participações S.A.

Desde sua criação, o BNDES tem tido como atribuição básica apoiar financeiramente os investimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento, atuando sempre com o precípua objetivo de estimular iniciativa privada nacional, sem prejuízo, é lógico, do apoio a empreendimentos também prioritários a cargo do setor público.

Visando à formação de capital fixo, o BNDES opera por meio de financiamentos diretos ou, então, indiretamente através de ampla rede nacional, formada pelo Banco do Brasil, pelos Bancos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento e por bancos de investimento, visando à expansão e à modernização de unidades produtivas, bem como à implantação de novas unidades de produção. As operações através de agentes têm como objetivo apoiar iniciativas de alcance regional, normalmente vinculadas às micro, pequenas e médias empresas.

Dado tudo isto, Sr. Presidente, cabe aqui uma pergunta bastante pertinente: se os objetivos básicos, observados pelo Sistema "BNDES" em sua atuação, são a continuidade do processo de desenvolvimento, a atenuação dos desequilíbrios regionais e sociais de renda e o fortalecimento da empresa privada de efetivo controle nacional, por que esse Sistema não investe maciçamente no Norte do Brasil, a saber, a Amazônia Legal? Com um orçamento para este ano que prevê aplicações da ordem de Cz\$ 210 bilhões, volume esse que confere ao Sistema a posição de principal agente de fomento do País, tendo aplicado em 1986, para apoio a projetos nacionais exatamente a metade do que o Banco Mundial aplicou em todo o mundo, isto é US\$ 4,4 bilhões, por que – insistimos – o BNDES não tem aplicado mais na Amazônia legal?

Para reformar ainda mais o impacto desta indagação, Srs. Constituintes, basta dizer que a partir de 1974 o Sistema BNDES joga principalmente com recursos do Fundo PIS/PASEP, isto é, recursos dos trabalhadores brasileiros, que, junto com o Fundo de Participação Social, dão sugestão a todos os programas desse Sistema.

O dinheiro dos trabalhadores brasileiros precisa ser orientado, no BNDES, para servir melhor àquilo que mais interessa ao Brasil no momento, que

é, indubitavelmente, o desenvolvimento da Amazônia Legal.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>o</sup> Constituintes:

A antecipação de eleições gerais em 1988, para renovação dos atuais mandatos eletivos de Vereadores a Presidente da República, não deve ser interpretada como gesto de revanchismo ou mero golpe demagógico, mas a fórmula sensata de os políticos salvarem a transição de um retrocesso que se mostra iminente, de consequência nada desejável para o futuro do País.

Forçoso lamentar que, em certas circunstâncias como as que estamos na plena travessia, não se compreendem, pelo sentido lógico da razão, os métodos mais elementares de o povo reivindicar seus anseios e vê-los postos em prática por vias pacíficas, mas também inevitáveis.

Se há propósito de respeito a direitos constituídos, que não devam ser confundidos com a mediocridade daqueles que o exerçam, então por que cogitar-se da redução do período de mandato do Presidente da República, que o conquistou em pleito legítimo, ainda que indireto, para que nele permaneça pelo espaço de seis anos?

A partir de uma decisão, cujo acerto ou não caberá à história definir – de fixar o atual mandato do Presidente Sarney em quatro anos, criou-se uma polêmica no âmbito interno da Assembléia Nacional Constituinte, que agora transcende desse limite e ganha dimensões inimagináveis entre os segmentos mais expressivos da sociedade brasileira.

Não nos compete, e nem parece aconselhável utilizar o pretexto de possíveis triunfos das esquerdas avermelhadas, ou do socialismo moreno, para que se torpedeie a idéia de eleições gerais e diretas em novembro deste ano de 1988. O povo demonstra maturidade na sua soberania, para saber escolher os futuros dirigentes do País. Não ignoramos, contudo, que a julgar-se inequívocos os resultados de inúmeras pesquisas consultadoras da opinião pública, nos últimos meses, o processo renovador no quadro da representação política atingirá índices superiores a 80%.

Mesmo diante de perspectivas sombrias para o destino dos grupos conservadores, não há como fugirmos da grande realidade que nos espreita a curto e médio prazos. Tenhamos consciência das nossas responsabilidades em preservar os postulados democráticos que herdamos, e façamos por onde apressar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, de modo a possibilitar que a Carta Fundamental seja promulgada a tempo de a justiça eleitoral ordenar as providências cabíveis, visando à realização de eleições gerais em 15 de novembro de 1988.

Se algo existe na alçada de cada Membro da Assembléia Nacional Constituinte, que se assemelhe ao dever do homem amar a Deus sobre todas as coisas, é entregarmos ao povo brasileiro, sem delongas ou tergiversações, a futura Constituição que regerá os destinos do Estado e da

Nação. Precisamos desfazer a dúvida que tanto nos compromete no conceito da opinião pública. de que há grupos interessados em agilizara feitura da nossa Carta Magna, outros que se mostram favoráveis em dificultar sua tramitação e, por fim, ainda um terceiro segmento que não a deseja concluída em tempo nenhum.

Impõe-se uma resposta a essa terrível panacéia que a maledicência das cassandras difunde com o intuito de tumultuar a vida nacional.

Seria de nenhum efeito positivo exigir daqueles que se enclausuraram no conforto dos gabinetes, opiniões a respeito do que sente e deseja a grande maioria do povo brasileiro.

A tônica que hoje predomina na opinião pública nacional é sem dúvida, que se façam eleições em 15 de novembro de 1988. Para atingir esse desiderato, não se poderá evitar a redução do mandato do Presidente da República. Quem no caso promoveria essa alteração numa regra jurídica de Direito Constitucional preexistente? Claro que os componentes políticos representativos na Assembléia Nacional Constituinte, independentemente de questionamento, em relação ao poder originário ou derivado.

Surge aqui o grande dilema de saber-se, legal, ético e moral, que se atinja apenas a esfera do poder supremo da Nação e não a todos os demais cargos eletivos, a fim de que se processe uma renovação marcada de plenitude nos quadros políticos do País.

Supõe-se necessário visualizar o anseio nacional pelo ângulo mais amplo possível, isto é, que as eleições de 1988 sejam abrangentes a todos os cargos eletivos. Imaginemos fazê-las apenas para Prefeito e Presidente da República, deixando-se os mandatos de Governador e Vice, Senador e Suplente, Deputado Federal e Estadual para 1990. Se assim for e mantido o sistema presidencialista de governo, o futuro chefe da Nação será deito sem qualquer identidade com os atuais representantes políticos, o que certamente lhe obrigará a investir-se no cargo sob forte pressão, de mais uma crise somada às já existentes: refiro-me à crise do fisiologismo nefasto e responsável pela notória desagregação partidária que está levando o País para rumos perigosos e imprevisíveis.

De outro modo, se nos parece inconveniente que o mandato do Presidente da República seja fixado em cinco anos. Nesse caso, o País ficará subjugado a um processo eleitoral sucessivo e altamente danoso à política do desenvolvimento sócio-econômico. Vejamos por que: em novembro de 1988, teremos eleições para Prefeitos e Vereadores: em 1989, para Presidente e Vice-Presidente da República e, em 1990, para Governador e Vice, Senadores e Suplentes e Deputados Federais e Estaduais. Faz mister uma consulta aos homens de bom senso que, a despeito de poucos, ainda existem em nosso País: é possível uma economia em estado agônico, prestes a exalar o último suspiro de misericórdia para mergulhar inerte nas águas do caos, ter condições de resistir aos impactos de três pleitos sucessórios, quase que anuais, sem que isto lhe reduza a capacidade físico-orgânica para manter a estabilidade institucional e a preservação da democracia? Por-

ventura, estamos insensíveis ao quadro de angústia que afeta milhões de assalariados e de outros segmentos nos quais se assenta a força propulsora do trabalho para gerar a riqueza nacional, de cujos clamores partem as mais graves advertências no sentido de uma imediata reformulação para corrigirmos vícios políticos e administrativos que não podem mais subsistir na tolerância já esgotada da sociedade contemporânea?

Até hoje, tem sido fácil conter a cólera popular mediante promessas de soluções para os complexos problemas que nos desafiam. Ocorre que o insucesso de uma política econômica castigada pelas mãos da incompetência e responsável pelas mazelas que atropelam os padrões de uma vida tranqüila de 140 milhões de brasileiros, terminou por envolver e comprometer a credibilidade de todos quantos estejam vinculados ao gerenciamento dos negócios, públicos, inclusive nas Casas Legislativas de todos os níveis atuantes no País.

É da teoria divina que "uma casa não subsiste quando dividida entre os que a habitam". Do mesmo modo, este preceito se aplica no caso da deterioração da confiança entre o Estado e a Nação.

Em princípio, me opus à tese da Constituinte exclusiva e igualmente com relação ao pleito eleitoral amplo em 1988. Poder-se-á interpretar a posição de hoje como sendo uma contradição. Todavia, é imprescindível e oportuno esclarecer que essa mudança de atitude tem raízes na própria conjuntura política e social que agita os sentimentos da nacionalidade brasileira, além do que se ajusta aos parâmetros de coerência quando propomos a uniformidade do sacrifício de nossos mandatos eletivos, os quais, à exceção dos titulares dos cargos de Prefeito e Vereador, que se extinguem em 31 de janeiro de 1989, todos os demais farão uma espécie de doação como exemplo de desprendimento para que o Brasil e os brasileiros respirem, aliviados, o oxigênio de liberdade que lhe parece irreversível, vindo nas asas do direito do voto que legitimará a futura geração de valores compromissados com a sorte do seu destino.

Como qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos, julgo-me no dever de opinar sobre a difícil e complexa transição no itinerário da estabilidade democrática. Não importa tenhamos de contratar interesses ou amizades afetivas, já que estamos coerentes na propugnação de anseio que reflete e está presente no cerne patriótico da Nação. A omissão intencional, ou o indiferentismo medroso, poderão comprometer-nos com a história do futuro e, mais do que isto, colocarmos como responsáveis por eventos que mereçam o inexorável repúdio das gerações do porvir.

Conforta-nos, sobremaneira, as declarações do insigne Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, manifestando-se favorável às eleições de 1988, desde que tenham caráter geral para todos os cargos eletivos no Executivo e Legislativo.

Crescem, assim, as tendências favoráveis à tese que defendemos. À exceção dos acomodados, para os quais tudo parece bem ordenado na vida do País, sente-se palpáveis a vontade da maioria do povo de que as eleições gerais sejam deflagradas este ano, para que se renovem as esperanças

de dias melhores, mesmo que uma nova fatalidade a isto se oponha.

Um exemplo muito grave de que estamos em barco à deriva, de alto risco para o destino da transição democrática, é agora revelado em amargurado desabafo pelo Presidente Sarney. Na compreensível mas arriscada tentativa de mascarar as causas das crises que estão corroendo o organismo já debilitado da Nação, S. Ex.<sup>a</sup> acusa de responsáveis, os "demagogos" e "agitadores". Claro que esses segmentos não mandarão flores para obsequiar o Palácio do Planalto; porém bastará um pouco mais de sensibilidade política, para que o Governo perceba que o grau de dissociamento entre o Estado e a Nação é bem maior que o de restrita insatisfação nas áreas de atuações dos que pregam a agitação e a demagogia.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entramos no ano de 1988 e certamente continuamos amargando, juntamente com os aposentados e pensionistas, a insensibilidade desse Governo no trato com os mesmos. Essa situação continua inalterada pelo fato de ter sido vetado um Projeto de Lei de nossa autoria, aprovado com muita dificuldade de tramitação na Câmara e no Senado. Mas o Ministério da Previdência ofereceu razões (?) à Presidência para que fosse vetado o projeto. Por ele queríamos apenas que os aposentados e pensionistas tivessem direito ao mínimo de um rendimento equivalente a 95% de Piso Nacional de Salários que corresponderia hoje a Cz<sup>s</sup> 4.275 (quatro mil duzentos e setenta e cinco cruzados), quando receberam agora apenas Cz<sup>s</sup> 2.420 (dois mil quatrocentos e vinte cruzados), quase Cz<sup>s</sup> 2.000 (dois mil cruzados) de diferença, o que para esses infelizes representa uma substancial defasagem. Mas não ficaremos quietos, vamos reapresentar o Projeto e vamos novamente lutar para sua aprovação, além de gestonar no sentido de que seja derrubado o veto presidencial. Aliás esse veto não é a um Projeto, esse veto é aos nossos irmãos aposentados e pensionistas que vivem numa miséria "desgraçada" por culpa daqueles que não sentem, não avaliam, não conhecem a verdade das periferias de nosso País.

Iremos lutar constantemente, esperando que, no curso deste ano, esses "dirigentes" lembrem-se das dificuldades por que passam aqueles que poderiam ser nossos pais e nossas mães. A eles, eu que tenho vergonha, peço "a bênção". (Muito bem!)

**O SR. CARLOS BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos a viver, nesta Casa Legislativa, a mais importante do País, momentos da mais alta significação histórica para a vida e os destinos do povo brasileiro, que aguarda, com esperançosa expectativa, a rápida conclusão dos trabalhos referentes à nova Constituição.

Não vou fazer digressões sobre a missão de cada um de nós, nesta hora que exige de todos profunda reflexão, por saber que isso constitui um imperativo decorrente de nossa escolha por parte da comunidade, como seus representantes legítimos no Congresso Nacional.

Acredito que todos estamos imbuídos dos melhores propósitos e haveremos de dar ao País,

no menor espaço de tempo possível, uma Carta Magna que realmente seja uma resposta feliz aos anseios da coletividade, que já não pode entender haja aqui tantas protelações descabidas.

Um assunto, porém, Sr. Presidente, merece o meu especial interesse: o voto para menores de 16 anos, emenda que apresentamos, com outros Parlamentares jovens, e que foi acolhida pela Comissão de Sistematização. Pelo noticiário da imprensa e televisão, contudo, tal conquista não sensibilizou os ilustres líderes do chamado Centrão, que se acham dispostos a retirá-la do texto.

Não podemos, de forma alguma, entender tal procedimento, enxergando-o como um retrocesso prejudicial aos interesses do Brasil. Afinal, se vamos dar o direito de voto aos analfabetos, que nada lêem e nada sabem do que se passa na vida política nacional, como e por quais motivos negar-se aos jovens estudantes com nível de segundo grau o mesmo direito?

A juventude brasileira não entende e não aceita essa discriminação odiosa que se pretende fazer contra ela e isso criará um clima de antipatia à Constituinte, que já está pagando pesado tributo, junto à opinião pública, pela injustificável demora na elaboração e aprovação definitiva do novo texto constitucional.

Os maiores de 16 anos são pessoas que lêem jornais, discutem política nos colégios e participam de comícios e eventos outros relacionados com a vida brasileira. Eles estão politizados e sabem o que querem, jamais podemos compreender que não se lhes dê o direito de voto, se há outras conquistas valiosas no projeto da nova Constituição.

Venho, portanto, rendido aos justos reclamos de milhões de estudantes secundaristas, apelar para os líderes do Centrão no sentido de que não suprimam da Carta que está sendo preparada essa oportuna inovação.

Os jovens estão cansados de pregar cartazes e fazer pichações, em campanhas políticas. Querem, agora, concorrer com o seu voto para a solução de graves problemas brasileiros que alcançam todas as classes sociais. E é justo que sejam atendidos em sua pretensão, que me parece legítima e inadiável, por sua expressão de justiça e de reconhecimento pleno de um direito que não pode ser postergado.

É o meu apelo, o apelo de milhões de jovens brasileiros, o apelo da consciência nova do País!

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Terminada, enfim, a votação final da reforma do Regimento Interno, necessária e oportuna, abre-se agora prazo para que se apresentem de novo propostas de Emendas ao projeto da futura Constituição Brasileira oferecido ao exame do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte pela Comissão de Sistematização.

Tenho, assim ocasião de voltar a insistir na minha proposta de Emenda apresentada no alvorecer dos intensos e profícuos trabalhos da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, há nove meses atrás, a fim de que, definindo uma filosofia de educação para a escola brasileira, a educação, em nosso País, desenvolva prioritariamente, ao lado da liberdade e da solidariedade humana, o valor básico da **responsabilidade**.

Minha proposta, reiterada antes na Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciências, Tecnologia e Comunicações, e depois, na Comissão de Sistematização, quer que a educação, no Brasil, se faça sob o signo da **responsabilidade pessoal, política e social**, ao lado da liberdade e da solidariedade humana, visando à formação integral, como condição básica, prioritária, pré-requisito, para a conquista de uma democracia autêntica, neste país.

Sem que se cultive nas gerações novas o senso de responsabilidade pessoal, política e social, indispensável à efetivação prática do ideal e do princípio da liberdade, não construiremos a civilização a que aspiramos lastreada numa democracia verdadeira, em que os direitos humanos se tornem realidade. Porque os direitos do homem pressupõem o cumprimento dos deveres por parte dos semelhantes, condição sem a qual o direito não sai do campo meramente nominal.

A receita para fazer deste país uma grande Nação é muito simples. Não é nenhuma novidade. Ao contrário, não passa do óbvio. Mas, como todas as receitas, a dificuldade reside mais na sua execução prática do que na sua formulação teóri-

ca. Basta que cada brasileiro cumpra simplesmente o seu dever. Desde o lixeiro, até o Presidente da República, para vencermos todos os obstáculos que ainda nos impedem o desenvolvimento integral, com o progresso social.

Ao reapresentar minha proposta de Emenda ao projeto de Constituição, apelo a Casa, aos Senadores e Deputados Constituintes de todos os partidos e de todas as convicções e posições ideológicas e partidárias, para que votem favoravelmente a essa Emenda, de modo que a educação, neste País, passe a cultivar também prioritariamente, ao lado da liberdade e da solidariedade humana, a **responsabilidade pessoal, política e social**. (Muito bem!)

**O SR. VICENTE BOGO (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

José Luiz Franck, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé (RS), atendendo solicitação das lideranças de trabalhadoras rurais, conforme abaixo assinado em anexo, e atendendo em representação a milhares de companheiras rurais, vimos pelo presente expor o que segue:

Como é de conhecimento do ilustre parlamentar, a discriminação para com a mulher do campo é brutal.

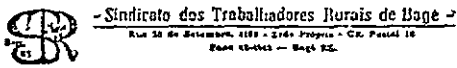
Nela está alicerçada grande parcela do que é produzido pelo setor primário, essencialmente na média e pequena propriedade, já que a mulher trabalha lado a lado com o homem.

Não entende-se, por isso mesmo, por quê até agora essas dedicadas trabalhadoras sejam tratadas como domésticas simplesmente.

Por isso, quando agora já conquistado o reconhecimento da profissão da mulher rural, e conseqüentemente direito a uma aposentadoria justa, esperançosamente, em nome de milhões de trabalhadoras rurais, tenhamos também no plenário da Assembléia Nacional Constituinte aprovado e consagrado essas grandes conquistas, por isso solicitamos ao ilustre representante dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, que deu tão grande esperança à nossa classe, transmita essa mensagem a todos os demais parlamentares.

Atenciosamente. - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé, **José Luiz Frank**, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VICENTE BOGO EM SEU DISCURSO:



*refor*

**ABRILHO ASSINADO**  
NÓS ABAIXO ASSINADOS, TRABALHADORAS RURAIS, VEMOS CHAMAR A ATENÇÃO DE V. Excia. PARA QUE A EMENDA DO DEPUTADO VICENTE BOGO APROVADA PELA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, RECONHECENDO A FUNÇÃO DE TRABALHADORA RURAL PARA AS MULHERES DE PROPRIEDADES E MEIO DIOS RURAIS E CONSEQUENTEMENTE, OS DIREITOS RESPEITADOS CLÁSSICOS RURAIS, INCLUSIVE A APOSENTADORIA, NÃO SEJA CANCELADO NA VOCAÇÃO DO PLÊNARIO, POR SER ARGUE DE TUDO, ISSA EMENDA UM GRANDE AVANÇO SOCIAL QUE VEM ACABAR COM A LUXURANTE INJUSTIÇA E DISCRIMINAÇÃO A QUE SÃO SUJEITADAS AS TRABALHADORAS RURAIS.

- |                                       |                                       |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| <u>Giovanni Darinellas.</u>           | <u>Edson Dornas</u>                   |
| <u>Rubem Elvino</u>                   | <u>Dorival - Rio Grande</u>           |
| <u>Milton Domingues Brasil</u>        | <u>Milton Domingues Brasil</u>        |
| <u>Darci Camalho</u>                  | <u>Darci Camalho</u>                  |
| <u>Garcias Baumhardt</u>              | <u>Garcias Baumhardt</u>              |
| <u>Paulo, Emilio Baumhardt</u>        | <u>Paulo, Emilio Baumhardt</u>        |
| <u>Osvaldo Valério da Cunha</u>       | <u>Osvaldo Valério da Cunha</u>       |
| <u>Rudi Glendon</u>                   | <u>Rudi Glendon</u>                   |
| <u>Pedro Teixeira Brasil</u>          | <u>Pedro Teixeira Brasil</u>          |
| <u>Araújo Domingues Brasil</u>        | <u>Araújo Domingues Brasil</u>        |
| <u>Elvira Elvira Rodrigues Brasil</u> | <u>Elvira Elvira Rodrigues Brasil</u> |
| <u>Celso Rodrigues Peixoto</u>        | <u>Celso Rodrigues Peixoto</u>        |
| <u>Juliana Neves Peixoto</u>          | <u>Juliana Neves Peixoto</u>          |
| <u>Vilson Vieira Domingues</u>        | <u>Vilson Vieira Domingues</u>        |
| <u>Giovanni Juliano Martins</u>       | <u>Giovanni Juliano Martins</u>       |
| <u>Haimy Ferreira</u>                 | <u>Haimy Ferreira</u>                 |
| <u>Hilbert Baumhardt</u>              | <u>Hilbert Baumhardt</u>              |
| <u>Adão Valério da Cunha</u>          | <u>Adão Valério da Cunha</u>          |
| <u>Heitor B. Vasconcelos</u>          | <u>Heitor B. Vasconcelos</u>          |

Angela Maria B. Baumhardt  
Vera Regina Nunes Freitas  
Zulmira Varela  
~~Juliana Soares~~  
Allison Rodrigues Carvalho  
Janete Mesquita Damilley  
Silviana Picas Beltr  
~~Maria Beltr~~  
Thamara Mattos Beltr  
~~Maria Beltr~~  
Aideir Martins  
Amilda Domingues  
Waldemar Domingues Brasil  
Aristides da Silva  
Osvaldo Soares da Silva  
Yôco Carlos Vasconcelos  
Geci Beltr Moraes  
Geci Moraes  
Valmir Dente Maduga  
Dircene Moraes de Oliveira  
Lindalva B. Moraes  
Dalila Moraes  
Luiz Fernando F. Moreira  
Oliveira Lacerda Alleganosa  
Mara Elvise Rezende dos Santos  
Carlos Oliveira dos Santos  
Olivia Carolina Leite  
Carmen Vera S. Rachinhas  
Adão Martins Lemos  
Sandro Alex O. Almeida  
Delvair M. Barros  
Luiz Carlos Domingues  
Marta da S. Escobar  
Francisca de Santana  
Luiz F. Ferreira Monteiro

Angela Maria B Baumhardt  
Vera Regina Nunes Freitas  
Zulmira Varela  
~~Juliana Soares~~  
Allison Rodrigues Carvalho  
Yôco Elio Medina Damilley  
Silviana Picas Beltr  
~~Maria Beltr~~  
Thamara Mattos Beltr  
~~Maria Beltr~~  
Waldemar Domingues  
Amilda B  
~~Maria Beltr~~  
Aristides da Silva  
Osvaldo Soares da Silva  
Yôco Carlos Vasconcelos  
Geci Beltr Moraes  
Geci Moraes  
Valmir Dente Maduga  
Dircene Moraes de Oliveira  
Lindalva B. Moraes  
Dalila Moraes  
Luiz Fernando F. Moreira  
Oliveira Lacerda Alleganosa  
Mara Elvise Rezende dos Santos  
Carlos Oliveira dos Santos  
~~Luiz Carlos Domingues~~  
Carmen Vera S. Rachinhas  
Adão Martins Lemos  
Sandro Alex O. Almeida  
Delvair M. Barros  
Paulo R. Moreira Pina  
Luiz Carlos Domingues  
Kelly da S. Escobar  
Francisca de Santana  
Luiz F. Ferreira Monteiro

Angelina Maria Machado  
Luiz Florio Monteiro  
José Maria Monteiro Passos  
Emília Baumhult  
Arístides Corrêa Sousa  
Lina Domingues Brasil  
Art Teixeira Brasil  
Berenice Maria Rezende  
Pedro Baumhult  
Idemsa Benites  
Ivo Benites da Rocha  
Vandinha Oliveira Rebelo  
João Benites  
Homero dos Santos  
Valmor dos Santos O  
Arthur Gilman

Campanile Moreira  
Ida de Lacerda Moreira  
Raimundo  
José Leonardo L. M.  
Geni Casanova Monteiro  
Geni Teófilo de F. Oliveira  
Luiz Carlos de O. Lemos  
Luiz Carlos de O. Lemos  
José Antônia Soares Domingues  
Luzia da Silva Cavittes  
José Orlando Aponte  
Marlene Dickler  
Nilza W. Dickler  
Luiz Clayton M. Christiano  
José Venâncio de Azevedo  
Waldemar Domingues Brasil  
Brasentana Marques  
Maria Yuraci P. Moraes  
Sandra Maria Garcia Brito  
Elza Maria D. Lemos  
Doroteia Acosta Lopes  
Maria de O. Lemos  
Maria Vitória de O. Lemos  
Flora Val de O. Lemos  
Fani Vanise D. Lemos  
Teodora Domingues Oliveira

Angelina Maria Machado  
Luiz Florio Monteiro  
José Maria Monteiro Passos  
Emília Baumhult  
Arístides Corrêa Sousa  
Lina Domingues Brasil  
Art Teixeira Brasil  
Berenice Maria Rezende  
Idemsa Benites  
Ivo Benites da Rocha  
Vandinha Oliveira Rebelo  
João Benites  
Homero dos Santos  
Valmor dos Santos  
Arthur Gilman

Homero de Moreira  
Ida de Lacerda Moreira  
Raimundo  
José Fernando C. M.  
Geni Casanova Monteiro  
Geni Teófilo de F. Oliveira  
Luiz Carlos de O. Lemos  
Genésio Paulo Oliveira  
José Antônia Soares Domingues  
Luzia da Silva Cavittes  
José Orlando Aponte  
Marlene Dickler  
Nilza W. Dickler  
Luiz Clayton M. Christiano  
José Venâncio de Azevedo  
Waldemar Domingues Brasil  
Brasentana Marques  
Maria Yuraci P. Moraes  
Sandra Maria Garcia Brito  
Elza Maria D. Lemos  
Doroteia Acosta Lopes  
Maria de O. Lemos  
Maria Vitória de O. Lemos  
Flora Val de O. Lemos  
Fani Vanise D. Lemos  
Teodora Domingues Oliveira

Josilma Brasil Queiroz  
Valter Lucas Loureiro  
Yosius Sanchez  
Ueli Sanchez  
Lacemir Albuquerque Agida  
Fuencima Albuquerque Agida  
  
Ruth de Paula Bastos  
Maurício Joaquim da Vinha  
Thalita Maria Barbosa  
Marieta Pereira de Silva  
Maria Izabel de Almeida  
Edenilda S. Silva da Silva  
Flávia Dutra da Silva  
Glória de Barros Rodrigues  
Sofiane Marques Barbosa  
Sergio A. B. Alves  
  
Nelcy do Prado de Oliveira  
Alair Magalhães Alves  
Johny de Jesus  
Marieta Brito  
Silvia da Silva  
Sonia Maria do Nascimento  
Maria Cristina F. Jorgetti  
Lucia Lara Fonseca de Paula  
Eni Patrícia Vieira Espino  
Robert Gênes Montiel  
Teresa Silveira Ferreira  
Grenilda Dutra Machado  
Diamantina Lopes Barcellos  
Mary Afonso de Souza  
Michelle Brito Rodrigues  
Amália Mota da Silva  
Marieta Albuquerque de Vasconcelos  
Dilma Borges Mattos  
Teresianinha de Jesus Dias de P.  
Margarida Esteves  
Claydiva Tavares  
Vera Lúcia B. F. Pereira  
  
Francis Oliveira  
Josiana Zambor Junior  
Edenilda S. Silva da Silva  
Elyci M. A. Cunha  
Hilda Souza de S. L.  
Silvia M. Trindade Ferreira  
Marcos Roberto

Marelma Brasil Queiroz  
Walter Lucas Loureiro  
Yosius Sanchez  
Ueli Sanchez  
Carmem Albuquerque Agida  
Fuencima Albuquerque Agida  
  
Teodora Silva  
Elma de Almeida  
Neira B. Melina  
Wanda Regina Rachim  
Edna Bezerra de Souza Gomes  
Yosilma Marcela Pereira  
Yosilma Carolina da Silva  
Thalita Maria Barbosa  
Fátima Brito de Paula  
Sonia F. Soares  
Maria Th. B. B. Silva  
Fernanda T. B. Bastos  
Claydiva Tavares  
Claydiva Tavares  
Sergio B. de Almeida  
Marta Lúcia Alves Mattos  
Edina T. de Almeida  
Otonário Moraes  
Glória Maria da Silva  
Maria Encarnação J. Ferreira  
Silvia Machado de Moraes  
Denise Lúcia dos Santos Gomes  
Dona Elina Gonalves  
Yosilma Carolina da Silva  
Diamantina Gonalves  
Zenilda Rosa de Albuquerque  
Zenilda Rosa de Albuquerque  
(grupos de trabalho)  
REGIMENTOS DE TRABALHO:  
Milson M. de Almeida  
Madre do Carmo Tavares  
Maria de Jesus B. J.  
  
Maria Gorete Oliveira de Sousa  
Maria Tereza Inácio de  
Maria Lúcia G. Pereira  
Maria Sílvia Lageas  
Glória de Sousa do Amorim  
Maria de Jesus Tavares  
Roberto Garcia Costa





Geneci Lusena Ferreria  
Ariete Erenson F. Formanides  
Solima Costa Brito  
Rozza Alves Louren  
Roberto Alves Louren  
Estrelina Souza Siqueira

Ida Bickman Hartwig  
Geneci de Mello Alves  
Elyza Porto Pires  
Clévia Franco Postes

Margarida S. Bisson  
Ana Luísa de Gouveia  
Judith Maria Rodriguez  
Valdetes de Souza

Helena Figueiredo  
Maria da Glória Figueiredo  
Leontina Campos

Maria Helena de Moraes  
João Rodrigues de Almeida  
Santa Madalena Brito  
Cláudia Teresa Gonçalves  
Stefanora Gonçalves

Eva Maria S. de Deus  
José da Luz  
Francisca Alente  
TERESA OLIVEIRA BRAGA SCAROTE

Cláudia Maria Medeiros  
Osvaldo de Castro  
Santa Helena Almeida  
Margarida Costa  
Laura Helena Machado

Wilson Gomes Sacerda  
Ana Irene Luiz Barbosa  
Castello Castro  
Luiz de Castro  
Laurentina Carvalho  
Neiva da Silva

Fués Silveira Cunha  
Luís Maria Moura Mendes  
Juiz de Castro  
Paula Maria Gonçalves  
Valdeci Fagundes Lopes  
Sandra Maria Alves

Inezete Souza  
Tilda Rodrigues Arco  
Margarida Duarte  
C.F. 50749/2026

Juiz Maria Adelaide  
Rute Nunes Alves  
Teresa de G.  
José Elton Luiz

Maria Eugénia Gomes  
Silvia Brito  
António Silva Salazar  
Wilson Ribeiro

Francisca Rosa  
Alícia  
Teresa de Barba  
Teresa dos Anjos

Dilma Soares Gonçalves  
Adriana Moura Pereira  
António Carlos Brito  
Heráclito de Almeida

Yair Degas de Oliveira  
Helena Lopes da Silva  
Solimar Maria dos Anjos  
Maria Helena dos Anjos  
António José Ramos

Gelzi Cavaleiro  
Maria Beatriz  
Ursula Maria  
Rafael de Castro

Maria Maria Soares  
Maria Mariana Silveira  
Maria Francisca

Balmiudes S Otaviano  
Maria Eduarda Soares  
Gonçes Dutra Mendes  
Maria B. Ther. Franco Kelli  
x Maria Teresinha da Silva Machado  
Glória Helena da S. Soares Braga  
Almir Pinheiro dos Santos  
Dalila Machado Mendes  
Jhermy Ferreira Borges  
Jidair Jardim Alves  
Edoel Garcia Ace  
Angela Maria Jardim Leites  
Oléocia B. Teixeira Borges  
Julio Ferreira Ace  
João Elcio de L. Fernandes  
Almitaz Carvalho Agida  
Elizama Naguira Agida  
Gertrudes Naguira Agida  
Luiz Maria Naguira Agida  
Milama Naguira Agida  
Zelita Agida  
Fátima Barros Ace  
Laudelina Pereira  
Yurelma Rodrigues Barros  
Albino Antonio  
Sergio Antonio Moraes Alvim  
Maria Costa  
Olavo Augusto Madruga  
Luiz Carlos Gonçalves Rezende  
Margarida Canales  
Daniel Canales  
Alfredo Ferreira  
Márcio Canales Ferreira  
Agosto Costa  
Eduardo Canales Canga  
Romão Canga  
Nelson Canales  
Jardina Pereira  
Antônio Honório Ferreira Romero  
Francisca Rosa Klappenstein  
Gertrudes L. Rosa Fátima  
Valéria da Silva  
Rosalia P. Romão  
Militina da Silva  
Luiz Carlos Silva Pereira  
Marcilene Tanguara Silva  
Paula Oliveira Filho  
Penelma R. F. Silva

+ Eva Simão  
Celidina Brasil Sem  
Palma Restip Brasil  
Lianmentes da Boa Brás  
Alfonso de S. in. com  
Alfonso de S. in. com  
Amiana F. (sic) Agida  
Fátima Costa de Agida  
Pasali Almeida Duarte  
+ Milita Marta Ferreira Agida  
+ Turista T. de Agida  
Osvaldo Agida Oliveira  
Antonieta Oliveira  
Gelejo Callaris de Callaris  
Alta Derriva Dias  
Almita Naguira Agida  
Elizama Naguira Agida  
Gertrudes Naguira Agida  
Luiz Maria Naguira Agida  
Milama Naguira Agida  
Zelita Agida  
Fátima Barros Ace  
Laudelina Pereira  
Yurelma Rodrigues Barros  
Albino Antonio  
Sergio Antonio Moraes Alvim  
Maria Costa  
Olavo Augusto Madruga  
Ivo dos Santos Rezende  
Daniel Canales  
Margarida Canales  
Alfredo Ferreira  
Márcio Canales Ferreira  
Agosto Costa  
Eduardo Canales Canga  
Romão Canga  
Nelson Canales  
Jardina Pereira  
Antônio Honório Ferreira Romero  
Francisca Rosa Klappenstein  
Gertrudes L. Rosa Fátima  
Valéria da Silva  
Rosalia P. Romão  
Militina da Silva  
Luiz Carlos Silva Pereira  
Marcilene Tanguara Silva  
Paula Oliveira Filho  
Penelma R. F. Silva

**O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho, mais uma vez, a esta tribuna trazer meu repúdio a um ato que considero impensado do excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney.

Em maio de 1985, o Coordenador da Comissão de Aposentados de Volta Redonda fez a entrega de um esboço de projeto de lei que concedia paridade aos aposentados ao então Deputado José Eudes que o apresentou na Câmara dos Deputados. A partir dessa data, liderados pela Associação de Aposentados de Volta Redonda, as associações, entidades e grupos de aposentados de todo o País se mobilizaram, visando a aprovação de um projeto que, com sua aprovação, estaria apenas fazendo justiça a uma classe tão discriminada e injustiçada pelo Governo.

Sr. Presidente, foi grande a tenacidade dos aposentados de minha cidade na busca daquilo que lhes cabia. Era bonito assistir a presença pacífica, em Brasília, de mais de 2.000 aposentados quando da tramitação do Projeto na Câmara dos Deputados e mais bonito ainda foi colher o fruto de sua aprovação com o voto da maioria dos Senhores Deputados.

Após sua aprovação na Câmara dos Deputados, em outubro do corrente ano, o projeto foi remetido ao Senado Federal para votação e colocado em pauta na Ordem do Dia. Novamente os aposentados de todo o Brasil se mobilizaram, deslocando-se para Brasília, custeando suas despesas com seus próprios recursos e sacrificando, às vezes, sua própria alimentação.

Todo este sacrifício foi recompensado pela aprovação no Senado Federal com o voto da maioria dos Senhores Senadores, comprovando a justiça da proposta.

Tenho, Sr. Presidente, defendido ferrenhamente nesta Casa, como podem comprovar meus discursos e projetos apresentados, os aposentados e pensionistas e lutarei sempre em defesa dessa classe tão prejudicada e ignorada. Portanto, a aprovação do referido projeto foi para mim uma grande vitória.

Aguardávamos apenas a sanção do Presidente da República e acreditávamos ser essa uma etapa vencida.

Qual não foi nossa surpresa, Sr. Presidente, ao tomarmos conhecimento do veto ao projeto pelo Presidente da República.

É inconcebível que um governo que usa o slogan "tudo pelo social" seja capaz de cometer tamanha atrocidade e injustiça contra a classe dos aposentados. Um governo que busca nos palanques o respaldo para seu programa de governo e que gasta milhões de dólares em propaganda oficial, com publicações sofisticadas de órgãos alardeando aquilo que fazem, não merece credibilidade quando é capaz de vetar projetos dessa natureza. Os aposentados do Brasil, Sr. Presidente, dispensam paternalismo e demagogia. Querem apenas que seus direitos sejam reconhecidos. Temos de acabar com a mentalidade do Estado como grande benfeitor e o aposentado um inútil mantido por ele. Isto não é verdade quando sabemos que, através de sua contribuição compulsória, a Previdência Social alimenta sua corrupção e seus desmandos. Se os recursos obtidos fossem canalizados realmente com o objetivo de "tudo pelo social", grande parte de nossos

problemas estariam solucionados. Mas a realidade mostra um quadro completamente diverso. O Governo, a cada dia, se distancia do povo.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui meu repúdio em nome, não só dos atuais aposentados, mas de todos aqueles que trabalham, esperando um dia a aposentadoria com dignidade, mas sabem que ela só lhes proporcionará o abandono, a fome e a miséria.

Acreditamos que o Presidente José Sarney esqueceu-se do significado da palavra aposentar. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

#### V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Delgado.

**O SR. PAULO DELGADO (PT – MG):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Estive ontem, no Rio de Janeiro, em nome da Direção Nacional e da Bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com o nosso Líder na Assembléia Nacional Constituinte, companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e a companheira Benedita da Silva, no velório e no enterro do companheiro Henfil, também do Partido dos Trabalhadores.

O episódio da morte do Henfil – um assassinato legal pela omissão do Estado – nos leva a meditar sobre a gravidade da situação brasileira e daquilo que poderíamos identificar como sendo a criminalização da ação da autoridade pública neste País. O comportamento dos homens públicos vem – se tomando, crescentemente, delinqüencial, fonte e fator de criminalidade social, colocando a sociedade e a Nação brasileira numa situação de perplexidade, insegurança e absoluta falta de perspectiva para sabermos o que virá dos homens públicos hoje, amanhã, nas próximas semanas.

O principal sintoma dessa degeneração da autoridade pública se dá quando homens públicos na sua função política são obrigados a negar o seu próprio partido, a buscar credibilidade para suas ações, criticando as decisões que surgem da sua própria legenda. Quando o homem público não acredita no seu partido, quando o homem público é obrigado a negar a si próprio – não como autocrítica mas como manipulação e dissimulação – nós temos aí o primeiro e o mais importante sinal da decadência e da degenerescência da atividade pública. E vejamos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o retrato desta situação nos jornais de hoje que falam que os desaparecidos em Serra Pelada são 133. O Governador Hélio Gueiros, do PMDB, pode ser responsabilizado criminalmente pela chacina dos garimpeiros de Serra Pelada. Encurralados em uma ponte, ou foram fuzilados ou tiveram que se suicidar. Suicídio compulsório é assassinato em massa, porque ninguém achará esta centena de corpos no Tocantins. Mas o Governador não será

preso, não será processado, não será subtraído da vida pública. Da mesma maneira está hoje, também, na imprensa, que o risco da Aids em transfusão é concreto. Denúncia, pateticamente, não a família da Henfil que comprova isto a cada dia de sua vida. Quem admite isto com a caradura da irresponsabilidade social é o Ministro Borges da Silveira, do PMDB, e da Saúde que diz que, a fiscalização dos bancos de sangue é absolutamente precária, e afirma que o Governo não fiscaliza o sangue como deveria fazer.

Isso significa que o ministro admite que há uma irresponsabilidade das autoridades sanitárias na fiscalização do sangue coletado em doações. Isso é crime, é atitude delinqüencial! Admitir significa produzir a prova que pode processar, julgar, demitir e até encarcerar o ministro. Mas isto, ainda, não ocorrerá neste País.

Assim é que chegamos ao final do ano, e iniciamos um novo ano – que só é novo no calendário com o Sr. Rex Nazareth solto, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear é ele o responsável pela ignorância pública definida como política nuclear, que provocou a tragédia de Goiânia, matou quatro pessoas, mutilou outras para sempre e provocou, inclusive, problemas para a economia do Estado de Goiás. Enfim, um crime em todos os sentidos.

Essa Comissão, que já esteve no Ministério das Minas e Energia, deveria estar no da Ciência e Tecnologia, faz parte da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Ora, qual é o conceito de segurança nacional, senão o da segurança dos cidadãos de um país? Porque não há nação, não há pátria sem que haja, em primeiro lugar, a prevalência dos interesses e dos direitos do indivíduo e não do Estado, e dos seus desqualificados dirigentes.

Esses são sinais, sintomas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, desse comportamento delinqüencial, dessa criminalização da atividade pública que leva a ruína do homem público neste País e que faz com que nós que estamos na luta para recuperar essa dignidade, para que todos os brasileiros possam vir para a política, possam atuar na política no dia-a-dia, para que os partidos políticos sejam cada vez mais fortes, para que os partidos e os homens públicos sejam cada vez mais respeitados, enfrentemos uma luta cada vez mais grave, cada vez mais difícil e cada vez mais sem perspectiva no interior do próprio universo onde atuam os políticos brasileiros.

Se o PMDB não se virar sobre si próprio, não começar a punir, no seu interior, aqueles que degradam a atividade pública, isso há de contaminar a toda a sociedade brasileira, porque a reserva de frustração deste País chegou ao limite, e nós do PT alertamos a esta Constituinte que, juntos com outros setores de vários partidos, não teremos responsabilidade de subscrever um texto constitucional que piore ou que possa servir de alavanca para piorar a vida do povo.

Se esta Constituição não se transformar numa ferramenta de transformações sociais neste País, se esta Constituição não criar um mínimo de inibição para a ação dos homens públicos e para a irresponsabilidade civil que campeia solta neste País, não teremos por que, não teremos como subscrever esse texto que daqui sair.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. HAROLDO LIMA – Líder do PC do B:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. HAROLDO LIMA – (PC do B – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Ontem, consumou-se nesta Assembléia a aprovação das emendas que foram propostas pelo Centrão sobre o Regimento Interno da Casa. Na realidade, foram aprovadas todas as emendas propostas pelo Centrão, e somente elas. O grupo do Centrão, em decorrência desse fato, vai assumindo uma grande responsabilidade perante todo o povo brasileiro.

Na aprovação das emendas do Centrão, há que se destacar a responsabilidade que teve, na nossa opinião, o Presidente desta Casa, Constituinte Ulysses Guimarães. O boletim da Liderança do PC do B, que nesta tarde está circulando, conta, no seu editorial de primeira página, os encaminhamentos que foram feitos por mim, em nome do PC do B, pelo Líder Brandão Monteiro, pelo PDT, e pelo Vice-Líder Plínio de Arruda, pelo PT, com a Presidência da Casa, e relata que, quando consultamos o Presidente sobre o que aconteceria se as emendas que foram encabeçadas pelo PDT fossem retiradas, S. Ex.<sup>a</sup> nos respondeu que, automaticamente, a redação final estaria aprovada porque não foi aproveitada nenhuma emenda. Pouco depois, pressionado pelo Centrão o Presidente nos informou que deveria haver uma sessão especial para aprovação da redação final, em princípio 48 horas após a eventual retirada das nossas emendas, o que fez com que não tivéssemos retirado aquelas emendas. Contudo, vimos ontem que, quando as emendas foram derrotadas, não houve qualquer sessão especial para a votação da redação final, que foi, também, simbolicamente aprovada.

Isto significa que, em nossa opinião, beneficiou-se o Centrão desta atitude da Presidência da Constituinte, no sentido de prorrogar os nossos trabalhos, o que fez com que o Centrão passasse a ter um tempo que ele não teria se a sua emenda ao Regimento Interno fosse aprovada no tempo devido. Ele passou a ter umas três semanas a mais, para elaborar as emendas que, naquele momento, não estavam, segundo consta, elaboradas.

Sr. Presidente, como Líder do Partido Comunista do Brasil nesta Assembléia Nacional Constituinte, quero solicitar a transcrição nos Anais desta Casa, de um artigo do jornalista Jânio de Freitas, da **Folha de S. Paulo**, publicada nesse jornal paulista, no dia 3 de janeiro próximo passado.

O artigo, entre outros aspectos, destaca, primeiro, o que significa a representação eleitoral do Centrão, comparada com a representação dos demais Constituintes desta Casa, não pertencentes aos quadros desse grupo.

Destaca, depois, o jornalista Jânio de Freitas que:

"Os 317 listados pelo Centrão obtiveram, nas urnas de 15 de novembro passado, 24.616.573 votos. Já os que compõem o não-Centrão, em suas diversas correntes, conquistaram 56.355.275 votos."

A conclusão que tira o jornalista Jânio de Freitas, absolutamente procedente, é que a chamada maioria que o Centrão representaria nesta Casa, longe de ser maioria, é uma minoria que corresponde a, aproximadamente, 30% do eleitorado popular que elegeu esta Assembléia Nacional Constituinte.

Diz mais o jornalista Jânio de Freitas, pesquisando sobre a representatividade eleitoral dos líderes direitistas que comandam o Centrão. Chama a atenção para o fato de que somando as votações que conseguiram os Líderes Amaral Netto, José Lourenço, Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiúza, Bonifácio de Andrada e Daso Coimbra, que são os líderes que têm falado de forma enfática em nome do Centrão, todos esses líderes, somando as suas votações, atingiram 293 mil de votos, uma cifra absolutamente irrisória comparada com a votação de diversos outros líderes desta Casa.

Diz ainda o jornalista Jânio de Freitas que um outro argumento muito insistido pelo próprio Centrão, de que o projeto da Constituição que saiu da Comissão de Sistematização seria um projeto que reflete as propostas e as emendas dos grupos de esquerda.

O jornalista Jânio de Freitas investigou, também o assunto e mostrou que isso é um grande sofisma, e, mais do que isso, é uma mentira e uma insolência, porque, segundo as suas pesquisas, apenas 24% das propostas originárias dos grupos e dos Partidos tidos de esquerda nesta Casa foram aprovadas pela Comissão de Sistematização, a ampla maioria delas, não apenas pelos grupos tidos como de esquerda, mas, exatamente, com o apoio de diversos setores liberais e conservadores.

Assim, Sr. Presidente, para encerrar, queremos, nesta oportunidade, reafirmar, primeiro, que o PC do B não participou dos entendimentos com o Centrão para mudar o Regimento Interno da Casa, porque entendia que essas mudanças objetivavam mutilar o projeto da Comissão de Sistematização nos seus aspectos mais importantes para o povo brasileiro. Segundo, porque o PC do B, sintonizado com o povo brasileiro, não está disposto a acatar que o Centrão se comporte como uma espécie de rolo compressor que venha a esmagar os direitos fundamentais que moderadamente estão inscritos no projeto da Comissão de Sistematização. E, finalmente, que o PC do B considera de fundamental importância a mobilização do povo brasileiro, no sentido de se formar uma grande frente popular e democrática para que se defendam, no Plenário desta Assembléia, as posições progressistas relacionadas com o modelo econômico brasileiro, com os direitos sociais e os direitos dos trabalhadores, com o sistema de governo a ser implantado em nosso País e, assim, consigamos, efetivamente, votar uma Constituição que seja moderna e progressista.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR HAROLDO LIMA EM SEU DISCURSO:**

Jânio de Freitas  
A maioria que é minoria

Os integrantes do Centrão, mesmo admitindo-se os 317 nomes da lista verdadeira montada pelos líderes do grupo, não têm representati-

dade correspondente nem a um terço das preferências e idéias expressas nas urnas pelo eleitorado. Não passa de impostura, pois o "argumento democrático" com que o Centrão se apresenta, nas palavras adotadas por seus líderes e propagandistas, como "reunião da maioria para acabar com a ditadura da minoria que impôs um projeto de Constituição contrário à vontade da sociedade". A maioria que o Centrão tem no plenário foi repelida, nas urnas, por 70% do eleitorado brasileiro.

Os 317 listados pelo Centrão obtiveram, nas urnas de 15 de novembro, 24.616.573 votos. Já os que compõem o não-Centrão, em suas diversas correntes, conquistaram 56.355.275 votos. (A soma destas duas quantidades é maior do que o eleitorado total porque, ao escolher seus representantes na Constituinte, cada eleitor pôde votar para deputado e para senador). A representatividade do Centrão restringe-se, portanto a 30,4% das preferências do eleitorado entre seus possíveis representantes na Constituinte e respectivas propostas. Aos 24 milhões de votos do Centrão, aliás, só o PMDB liderado pelo Senador Mário Covas na Constituinte opõe 50.168.163 votos.

A gritante diferença de representatividade entre o Centrão e o não-Centrão é mais ampla ainda, na verdade. Pelo menos seis dos constituintes da lista de 317 "centroistas" jamais deram um só voto ao Centrão, nas três ocasiões em que o grupo votou, no plenário, a modificação do Regimento Interno da Constituinte. Apenas com a exclusão daqueles seis, a massa eleitoral do Centrão já cairia mais 277.373 votos. Dos mesmos 317 listados; 25 só apoiaram o Centrão uma vez e 88 deixaram de fazê-lo pelo menos uma vez nas três oportunidades. E há ainda numerosos que por favoráveis à reapresentação de emendas pelo plenário, figuram na lista de integrantes do Centrão sem que admitam sé-lo, como Jarbas Passarinho, Sandra Cavalcanti, Joaquim Francisco, Marco Maciel e tantos outros.

Quando se considera a representatividade dos grandes líderes que conduzem o Centrão, chega a ser constrangedor. São precisos os seis maiores – Amaral Netto, José Lourenço, Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiúza, Bonifácio de Andrada e Daso Coimbra – para chegar a parcos 293 mil votos. Diante do grande José Lourenço, com seus "bint'oito mil botitos", teria o efeito de uma tamancada, lembrar os 7 milhões 785 mil votos do líder oposto, Mário Covas. Só Covas e Fernando Henrique Cardoso, com seus 14 milhões de votos, representam mais da metade, ou 57% da representatividade de toda a lista do Centrão, incluídos os vários acréscimos marotos.

Também sob outro aspecto é falso o "argumento democrático" do Centrão, e de seu ideólogo Saulo Ramos, de que o projeto da Sistematização "foi dominado pelas teses esquerdistas e socializantes, em contraposição ao desejo dominante na sociedade brasileira". Apenas 24% das propostas originárias da esquerda foram aprovadas pela Sistematização e todas com os votos de conservadores (e não só um ou outro dado por engano, além de indecísivo).

Em termos de representatividade, a maioria do Centrão no plenário precisaria de mais 129% de votos eleitorais, ou o dobro e mais um terço do que lhe deram os brasileiros, para igualar-se à representatividade do não-Centrão. Mas, por força

do artifício de maioria no plenário, segundo o qual os 2.372 eleitores de Marluce Pinto valem o mesmo que os 2.486.868 de Nelson Carneiro, a Constituinte que amanhã reabre – haja paciência – encaminha-se para brindar o Brasil com uma Constituição que não exprimirá as aspirações de nem um terço dos eleitores.

**O SR. AMARAL NETTO – Líder do PDS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer duas palavras ao nobre Líder do Partido Comunista do Brasil, que há pouco, da tribuna, falava o número de votos somados daqueles que seriam líderes do Centrão. Primeiro, o Centrão não tem líderes, tem coordenadores. No entanto, acho que S. Ex.<sup>a</sup>, como parlamentarista, não pode medir a qualidade do Constituinte pelo número de votos que ele obteve, porque no parlamentarismo pode ser Primeiro-Ministro um homem de 10.000 votos, até! Nada tem a ver uma coisa com a outra. É aqui dentro, com 50, 100, 200 ou 300 mil votos, todos nós temos o mesmo mandato. É um acinte aos companheiros dividi-los pelo número de votos.

Recordo-me quando, nesta Casa havia os dois homens mais votados em 1963: Leonel Brizola, com 266.000 votos, e eu, com 130 mil. Se nós nos lembrássemos de falar no nosso contingente eleitoral, estaríamos humilhando uma porção de companheiros que, por diversas contingências, de ordem política ou partidária, ou locais, ou de exploração, ou de condições de campanha, não tinham podido ter mais votos. É um erro, e até uma falta de respeito, que cometeu o Constituinte Haroldo Lima quando declarou o número de votos, em conjunto, de líderes do Centrão. Não é isso que importa, aqui. Importa é a liderança de cada um, a liderança que todos têm, porque todos são líderes por natureza, já que conseguiram ser indicados pelo povo para ingressar nesta Casa.

Srs. Constituintes, passemos agora a um assunto mais difícil:

O **Jornal de Brasília**, estampa, hoje, uma frase, com o título, numa matéria de 5ª página, "Sarney governará com o Centrão". E, nesta página se estampa, também, a visita que Líderes do Centrão teriam feito ao Presidente da República ontem à noite.

Eu quero deixar bem claro, com V. Ex.<sup>as</sup>, o seguinte: jamais me afastei dessa posição. Todas as vezes que subi à tribuna para falar em nome do Centrão, declarei que falava em meu nome, refletindo, uma parcela do eleitorado do Centrão e, refletindo, talvez, uma parcela da minha Bancada do PDS. Nunca falei, nem mesmo como Líder do PDS, nessa questão. Eu não admito que se diga que Sarney governará com o Centrão porque, com todo o respeito devido ao Presidente da República, eu não me submeteria a apoiar este Governo. Este é um Governo do PMDB, do meu querido Presidente Ulysses Guimarães.

Quem enterrou este País foram dois Ministros da Fazenda do PMDB: o Sr. Dilson Funaro e o

Sr. Bresser Pereira. Levaram o País à beira do tumulto e, agora, como se pegou o Sr. Mailson da Nóbrega, que é um rapaz competente, por acaso feito nas hostes do Governo do PDS, este veio para carregar o caixão e jogar as sete pás de terra nos seus sete palmos de fundura – incrivelmente duro para todos nós consentir em concordar com isso, mas é a verdade.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso, ontem, na televisão, fugiu do debate com o meu Presidente, Jarbas Passarinho, no Senado – e, lamento que S. Ex.<sup>a</sup> não esteja aqui, porque podia aproveitar para se redimir comigo – ele fugiu do debate quando o Presidente do PDS, Jarbas Passarinho, declarou isto que estou dizendo agora: a responsabilidade deste Governo, quem comandou o desastre nacional, quem levou o País ao buraco, às trevas, à desgraça, ao salário que nada compra, à vida desgraçada que o brasileiro leva, é um Partido que – com todo o respeito que tenho ao meu querido amigo e Presidente Ulysses Guimarães – se chama Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Foi o PMDB que, com o estelionato eleitoral do Sr. Funaro, conseguiu colocar nesta Casa a maioria e conseguiu fazer 22 Governadores. Esta é a verdade, ninguém pode negar!

Portanto, seria eu um idiota se, estando no Centrão, admitir que nele estou por apoiar um Governo morto e quase insepulto. Esta é que é a verdade, desgraçadamente, para os brasileiros.

Eu continuo líder do maior Partido de oposição desta Casa, que é o PDS, cuja Bancada, na sua maioria absoluta, é pelos quatros anos de mandato. Eu não o sou, posso ser levado a sê-lo, como nunca fui pelos quatro anos, fui sempre pelos cinco, quando Maluf, que era o meu candidato, estava praticamente eleito; quando o Sr. Tancredo Neves estava praticamente eleito e era um grande amigo meu, eu defendi os cinco anos; quando o Sr. Sarney entrou, eu defendi os cinco anos. No entanto, pode ser que as coisas se precipitem e me obriguem a mim e a todos aceitar os quatro anos pacificamente aqui dentro. Agora, não admito que se dê ao Centrão, como organização congressual, apartidária, doutrinária e ideológica, concentração que nada tem a ver com o Governo, com a Oposição, o caráter de governista, porque alguns dos seus líderes, que são do Governo, estiveram no Palácio com o Senhor Presidente da República.

Era esta a ressalva que eu queria fazer em nome da minha Bancada, Sr. Presidente, para deixar claro que o Centrão não é um movimento partidário e não poderia ser, com todo número de Deputados e Senadores que tem dentro dele, oriundos de todos os Partidos, principalmente do PMDB. O Centrão nada tem a ver com o Governo do Sr. José Sarney, o Centrão é um movimento congressual absolutamente afastado dos problemas ligados ao Governo.

Esta mensagem eu a trago em homenagem ao meu Partido, aos homens da minha Bancada, em homenagem a esta Constituinte, que está aqui para fazer uma Constituição e não para apoiar ou desapoiar Presidente nenhum.

**O SR. MAURO BORGES – Líder do PDC:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. MAURO BORGES (PDC – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

**O Jornal de Brasília**, de hoje, publica na página 4, em manchete:

"Leônidas condiciona os quatro anos à convocação de eleições gerais.

Recife – O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem que, se a Assembléia Nacional Constituinte reduzir o mandato do Presidente José Sarney para quatro anos, deve também, para ser bem coerente, convocar eleições gerais para a mesma data."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este é um assunto aparentemente simples, mas não é; tem uma certa gravidade, pois o Ministro do Exército, quando fala em seu nome próprio, como cidadão, deve mencionar essa condição. Todos sabem da ingerência direta no comando das forças terrestres que tem o Ministro do Exército. S. Ex.<sup>a</sup> deveria confirmar ou desmentir essa notícia que é da maior gravidade, porque ele está cobrando coerência da Assembléia Nacional Constituinte, e S. Ex.<sup>a</sup> não pode, absolutamente, ser árbitro da Constituinte, não tem condição legal alguma para fazer isso.

Quase todos aqueles que são contra a decisão da Assembléia Nacional Constituinte de reduzir o mandato do Presidente Sarney para quatro anos estão, de uma forma sibilina, de uma forma enganosa, condicionando uma nova eleição geral para o País a essa redução de mandato, como se uma coisa, necessariamente, dependesse da outra, o que é um absurdo, não tem nada uma coisa a ver com a outra. A Assembléia tem plena condição de soberania de fazer essa redução.

Portanto, Srs. Constituintes, este é um assunto aparentemente simples, sem maior gravidade, mas tem muita gravidade, dadas, ao longo da História do Brasil, justamente, às freqüentes intervenções militares em assunto dessa natureza, sobretudo, quando se trata de matéria institucional.

Faço, aqui, a minha manifestação de protesto quanto a essa declaração – se ela for confirmada – e que se precavem os Constituintes, porque uma declaração do Sr. Ministro do Exército, tem a capacidade de amedrontar, de tirar a vontade daqueles que lutam por quatro anos. Não que queira, absolutamente, diminuir o Presidente, mas é que o Governo de S. Ex.<sup>a</sup>, realmente, é tão negativo, tão incapaz de corrigir os problemas nacionais, que até o Deputado Sarney, seu filho, também, segundo declarações que vi na imprensa, diz que o tamanho do mandato, o seu prazo, vai depender da evolução da economia do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. FIRMO DE CASTRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte, que falará durante parte do tempo atribuído ao PMDB.

**O SR. FIRMO DE CASTRO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entre os diversos questionamentos que têm sido feitos em torno da futura Constituição, um dos mais insistentemente suscitados versa sobre o sistema tributário nacional e suas reais repercussões sobre a sociedade como um todo e, em particular, sobre as já combalidas finanças da União.

Todos se recordam de que, há algum tempo, chegaram a ocorrer polêmicas entre autoridades do Governo Federal, inclusive através do atual Ministro da Fazenda, Dr. Mailson da Nóbrega, e alguns dos Constituintes que estiveram empenhados na elaboração do capítulo sobre o sistema tributário.

Noticia-se, hoje, que o Presidente teria manifestado, em reunião com representantes do Centrão, a sua preocupação com relação aos efeitos da proposta tributária no que diz respeito à situação financeira do Governo Federal.

Tendo em vista contribuir para o esclarecimento e o melhor entendimento dessa questão, elaboramos demorado trabalho e pedimos vênua à Mesa para que possa ser transcrito nos Anais, objetivando maior circulação e conhecimento geral, cujas conclusões principais nós nos permitiríamos aqui alinhar, em nome da Liderança do PMDB.

A primeira questão diz respeito aos efeitos do futuro sistema tributário sobre a sociedade. Nada nos leva a autorizar a dizer, nesta altura, que esse sistema virá acompanhado de uma maior carga tributária bruta. Evidentemente que a carga tributária depende das alíquotas que venham a ser definidas na legislação complementar, a nível de cada tributo. Da mesma forma, nada nos autoriza a dizer que haverá perda absoluta de recursos por parte da União. Os estudos feitos, tanto a nível da Assembléia Nacional Constituinte, como a nível do Governo Federal, demonstram que haverá uma perda de posição relativa da União em favor de Estados e Municípios, com a transferência do que seria o percentual de 4 a 5% dos recursos federais no período 1988 a 1993.

Ora, a simples matemática mostra que esse ganho de Estados e Municípios far-se-á através do crescimento da arrecadação tributária, e não através de perdas de receitas, hoje existentes a nível da União. Portanto, é preciso que se esclareça que não há sentido, e nenhuma verdade, em se dizer que o sistema é uma ameaça à atual situação financeira da União.

O segundo ponto, também, é que essa perda de posição relativa da União, em favor de Estados e Municípios, simplesmente contribuirá para se restabelecer o que existia antes da reforma tributária de 1967.

Com efeito, nos anos iniciais da década de 60, os Estados definham 47% do bolo tributário nacional, ao passo que a União se limitava a 40% desses recursos.

Com o autoritarismo, e com a Constituição de 67, é que se passou a ter um processo exagerado de concentração política e tributária, de forma que a União cresceu a sua receita em detrimento dos Estados.

A nova proposta, inserida no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, simplesmente retém a estrutura de participação anterior à reforma de 67, ou seja, a União volta à posição aproximadamente de 40% desses recursos em favor dos Estados e, agora, também dos Municípios.

Não há, portanto, por que enxergar fantasmas nessa nova distribuição do bolo tributário nacional.

A análise que se tem feito, também em nome de prejuízos inaceitáveis por parte da União, em nenhum momento tem levado em conta a redução dos encargos que forçosamente terá que ocorrer, pois sabe-se que não somente o fortalecimento da Federação, através de uma maior autonomia financeira de Estados e Municípios, propiciará a transferência de encargos para essas unidades, como está em curso o processo de privatização de estruturas governamentais federais.

Se isso ainda não fosse suficiente, teríamos que raciocinar que resta à União o aumento da carga tributária líquida, ou seja, reduzir as suas transferências não prioritárias de forma a conter uma maior receita líquida de recursos.

Do ponto de vista regional, chegou-se a argüir que o novo sistema seria altamente prejudicial às regiões mais pobres. Não é verdade! As simulações mostram que o sistema é neutro, do ponto de vista regional. E não se pode, em absoluto, aceitar que o estado central mais forte significa uma regionalização mais avançada. Não! A experiência brasileira, ao contrário, mostra que a centralização excessiva no Poder Central levou a concentração de renda e poder, tanto a nível regional, quanto a nível social.

Os impostos únicos e especiais também, em sendo transferidos para a tutela do Estado, têm seus efeitos já computados na perda geral de recursos, de forma que não constituem argumento de crítica ao sistema tributário proposto.

É preciso que se identifique a origem de determinadas reações: uma delas está em que com o novo sistema, o processo de transferências negociadas levará, na verdade, à redução do clientelismo. As transferências vão ser reduzidas e, com isso, aquelas esferas que vão perder poder de negociação estão reagindo, sem argumentações técnicas mais fortes.

Em todo esse contexto, portanto, Sr. Presidente, o trabalho que foi elaborado mostra claramente que não tem por que a Assembléia se curvar a essas pressões e a essas argumentações que falecem, na verdade, em suas premissas de base.

Talvez somente dois pontos possam ser objeto de revisão: é a instituição do adicional do Imposto de Renda de 5% e a ausência de uma faculdade de o Senado estabelecer a alíquota máxima na circulação de mercadorias, no âmbito interno, permitindo, na verdade, uma ampla liberalização ao Estado.

Portanto, Sr. Presidente, reitero a V. Ex.<sup>a</sup> que autorize registrar, nos Anais, o trabalho que foi feito, para que possa servir de suporte a uma melhor definição e a uma correta posição da Assembléia Nacional Constituinte, com relação a esse tema que tem sido desvirtuado tão proposadamente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FIRMO DE CASTRO EM SEU DISCURSO:*

## **"A UNIÃO E O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO**

FIRMO DE CASTRO

Entre os diversos questionamentos que têm sido feitos em torno da futura Constituição brasileira, um dos mais insistentemente suscitados, versa a respeito do novo Sistema Tributário Nacional e de suas reais repercussões sobre a sociedade como um todo e sobre as já combalidas finanças da União, em particular. O assunto chegou mesmo a provocar uma ligeira polêmica entre críticos do Governo Federal e alguns Constituintes mais diretamente envolvidos com a elaboração do Capítulo I, Título VI, do atual Projeto de Constituição.

A verdade é que não se pode negar os importantes avanços contidos na proposta de sistema tributário, inserida no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, tanto no que se relaciona com os seus aspectos doutrinários como políticos, nem tampouco se lhe pode atribuir, sob o prisma financeiro, a pecha de desastroso ou inviável, ou mesmo de temerário.

Inicialmente, não cabe deduzir, aprioristicamente, que o Sistema virá, necessariamente, acompanhado de uma maior carga tributária bruta, se bem que a tendência pareça ser esta, dependendo do conjunto de alíquotas a serem estabelecidas em legislação complementar e ordinária. Espera-se que a adoção de níveis diferenciados de tributação proporcione, a um só tempo, um maior volume de recursos ao Estado e uma adequada progressividade ao Sistema.

Mesmo que se venha a ter um aumento de carga tributária bruta – situada nos últimos anos por volta de 22% a 24% do PIB e, portanto, tecnicamente ainda passível de crescimento –, essa expansão terá que advir de uma maior tributação do capital em relação ao trabalho, não comportando ônus adicional sobre a massa dos assalariados, bem como por meio de maiores impostos sobre o consumo conspicuo e o patrimônio. Resta, pois, ficar de olho nas leis que especificarão essa questão.

Analisando-se a distribuição dos recursos tributários pelas três esferas de Poder, as simulações oficiais e as da Comissão do Sistema Tributário indicam que, no período de 1988 a 1993, a União perderá, em comparação com a situação atual, 20% de suas receitas, a serem transferidos para os Estados e Municípios, especialmente através dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), os quais crescerão, respectivamente, de 14% para 21,5% e de 17% para 22,5% (do total do IPI e Imposto de Renda), até o ano de 1993.

A primeira observação a ser feita acerca dessa conclusão é a de que a perda de posição relativa da União – equivalente a cerca de 10% do bolo tributário nacional ao final da implantação do novo Sistema Tributário – não significará, obrigatoriamente, perda absoluta de recursos, pois se estima que a arrecadação global se elevará, no período, a uma taxa anual média superior a 5%, índice que corresponderá à transferência média adicional a ser feita em favor dos Estados e Municípios em cada ano. Ora, a prevalecer tal estimativa,

a União não terá queda de receita real, mas apenas assistirá a destinação temporária, para os cofres estaduais e municipais, de recursos que normalmente fluiriam para as botijas do Tesouro Nacional. Em outras palavras, a descentralização far-se-á às custas de receitas futuras da União, e não das atuais.

Ressalte-se que o Plano de Ação Governamental (PAG) prevê um incremento do PIB da ordem de 5% a 7% ao ano, até 1991, permitindo projetar a expansão de receita pública em níveis semelhantes, observados a atual carga tributária e o fator de correlação entre essas duas variáveis, identificado nos últimos exercícios.

Conforme estudos realizados pela SEPLAN/IPEA (Estudos para a Reforma Tributária – Tomo I), nos anos imediatamente anteriores (1961 a 1968) aos efeitos da reforma fiscal introduzida pela Constituição de 1967, era a seguinte a distribuição dos recursos tributários efetivamente disponíveis por nível de Governo: União, 40%; Estados, 47%; e Municípios, 13%. A partir de então, ocorreu a tão propalada centralização em torno do Governo Federal, em prejuízo, principalmente, dos Estados, do que resultou a seguinte participação das três esferas administrativas no bolo tributário nacional, no triênio 1984/1986: União, 49%; Estados, 35%; e Municípios, 16%. Para se ter idéia de quanto os Estados perderam, calcula-se que somente em 1986 o Governo Federal apropriou mais de quatro bilhões de dólares que lhes seriam destinados caso houvesse se mantido a distribuição de recursos anterior à reforma de 1967. Se somente naquele ano a apropriação atingiu cifra tão alta, quanto não representaram para os Estados os vinte anos de centralização tributária (1968/1987)?

Com o novo Sistema o que se pretende é, basicamente, promover uma repartição de recursos públicos aproximadamente igual à prevalente no início dos anos sessenta, reforçando-se, sobretudo, as finanças municipais, medida considerada imprescindível em face da nova realidade da Federação brasileira.

Outra observação concernente à perda de receita da União é que a esta ainda restará o caminho do aumento dos seus recursos disponíveis por meio da redução dos subsídios e outras transferências de menor prioridade, de modo a obter uma elevação na carga tributária líquida. Considerando que hoje essa carga, segundo fontes oficiais, está reduzida a aproximadamente 10% do PIB, quando no início da década de setenta manteve-se em torno de 17%, reside aí uma das alternativas que terá a União para compensar, pelo menos em parte, a perda de recursos decorrente da futura descentralização em favor dos Estados e Municípios. Aliás, o Governo Federal vem anunciando, repetidamente, sua disposição de se encaminhar nesta direção, visando a um maior controle do gasto e do déficit público.

Outro ponto relevante que não deve ser esquecido é o de que a maior autonomia financeira a ser conferida a Estados e Municípios ocorrerá, **pari passu**, a uma redução dos encargos da União, a qual terá restringida sua competência em diversas áreas de atuação do setor público. Alheias a essa realidade, críticas formuladas ao novo Sistema Tributário, relacionadas com o possível definimento financeiro da União, estão implicitamente associadas à defesa da preservação

do **status quo**, como se o fortalecimento da Federação e a redução da intervenção estatal no domínio econômico não representassem um anseio racional inquestionável e uma via de mão única. Não resta assim, ao Governo Federal senão refazer seus cálculos tendo em vista uma maior eficiência da máquina governamental e a privatização e desativação de empresas e estruturas oriundas de uma visão estatizante distorcida e arcaica.

No que tange a preocupação demonstrada com os graves prejuízos que a proposta acarretaria para as regiões mais pobres do País, sob a argumentação de que o enfraquecimento da União reduzirá sua capacidade de investir e de promover a diminuição das desigualdades regionais, ela não resiste a uma análise objetiva da experiência brasileira. Com efeito, pode parecer paradoxal mas o fortalecimento do Governo Central no Brasil ao invés de ter sido um fator de indução de um desenvolvimento social e regionalmente equilibrado, como seria natural acontecer, representou, ao contrário, um estímulo à concentração de renda e poder.

Assim é que o Nordeste, para citar a região mais atrasada do País, embora detendo quase 30% da população brasileira, vem recebendo somente 12% dos recursos orçamentários federais, menos de 10% dos subsídios e incentivos nacionais e não tem sido contemplado com investimentos estatais importantes ou com crédito oficial compatível com suas necessidades e representatividade. A propósito, estudo elaborado por técnicos do Banco do Nordeste demonstra que a União vem aplicando cada vez menos recursos no Nordeste, onde a despesa pública direta do Governo Central tem sido sempre inferior à saída direta e indireta de recursos da região. No período de 1981 a 1985, particularmente, a evasão de recursos daquela área foi equivalente a uma vez e meia os investimentos da União e a três vezes o valor dos incentivos fiscais regionais.

Como se alegar, agora, que uma menor participação do Governo Federal na receita tributária nacional virá em detrimento dos interesses do Norte e Nordeste? Somente seria correta tal conclusão se os recursos a serem redistribuídos para os Estados e Municípios privilegiassem os mais ricos, em desfavor dos demais, o que não é verdadeiro.

O crescimento dos Fundos de Participação e do Fundo Especial, da ordem de 42%, deverá beneficiar, principalmente, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste se conservada, como se espera, a atual participação (60%) dessas regiões na receita total desses Fundos. Por outro lado, o ressarcimento aos Estados das perdas de ICM decorrentes das exportações de produtos industrializados favorecerá, e não podia ser diferente, às unidades da Federação responsáveis pelos maiores volumes de negócios com o exterior. Em síntese, a soma dos efeitos da expansão dos Fundos com os do ressarcimento do ICM sobre exportações assegurará, pelas simulações feitas, uma redistribuição de recursos equilibrada do ponto de vista regional.

Os alegados prejuízos da União por conta da transferência dos atuais impostos únicos e especiais para a órbita estadual também não repousam em maiores fundamentos visto que já estão computados no balanço global dos recursos re-

distribuídos anteriormente referido, sem se levar em consideração o fato de que parcelas significativas desses tributos já são repassadas aos governos estaduais e municipais. A preocupação tem muito mais a ver com a manutenção, por órgãos setoriais, de receitas vinculadas aos impostos únicos e especiais do que com a queda na arrecadação federal como um todo.

Outro ponto que certamente tem motivado a burocracia federal a reagir contra a descentralização de tributos refere-se ao previsível esvaziamento do processo de transferências intergovernamentais negociadas, que sustenta um intenso tráfico de influências. As perspectivas são de deterioração do sistema clientelista que se instalou ao redor do apoio financeiro concedido pela União a Estados e Municípios, mediante convênios, programas e projetos. O poder político respaldado na administração desses recursos seguramente será afetado. Daí as reações.

Em meio a tantas questões infundadas existem, entretanto, duas que têm sido levantadas com certa frequência, inclusive no âmbito da própria Assembléia Nacional Constituinte, e que parecem procedentes, se examinadas sob a ótica da União.

A primeira diz respeito à faculdade conferida aos Estados para instituírem um adicional ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente sobre lucros e rendimentos do capital, limitado a 5% do mesmo imposto pago a União por pessoas físicas e jurídicas. Em sendo o imposto de renda o tributo federal mais importante e cuja arrecadação apresenta razoável potencial de crescimento, notadamente com uma maior cobrança sobre os ganhos de capital, a interferência estadual nessa área deverá prejudicar os interesses do Governo Federal. Poderá implantar-se uma "disputa de mercado" indesejável, quer sob o aspecto institucional, quer sob o aspecto financeiro, contrariando a moderna doutrina e em prejuízo do contribuinte. Nesse particular, correm risco de redução as transferências para os Estados (FPE) e Municípios (FPM) que têm por base o imposto de renda federal, especialmente os das regiões Norte e Nordeste que são os maiores beneficiários dos referidos Fundos.

A segunda questão tida como procedente decorre de uma omissão do capítulo tributário na parte relativa às atribuições do Senado Federal para a fixação de alíquotas aplicáveis às operações de circulação de mercadorias e prestação de serviços. Como se sabe, aquela Casa tem, no novo texto constitucional, a competência exclusiva para estabelecer, pela maioria de dois terços de seus membros, as alíquotas incidentes nas operações interestaduais e de exportação, bem assim dispõe da faculdade de fixar as alíquotas mínimas nas operações internas, ficando evidenciado o salutar objetivo de se garantir o equilíbrio do Sistema Tributário a nível federativo. Curiosamente as alíquotas máximas continuam na competência exclusiva dos Estados.

A extensão da faculdade atribuída ao Senado às alíquotas máximas torna-se indispensável porquanto o novo ICM terá caráter seletivo e os Estados disporão de ampla liberdade de ação para definir os níveis de incidência deste nas operações internas, podendo surgir conflitos fiscais entre eles e, sobretudo, com a União, que tem o IPI como um tributo concorrente do ICM. Mesmo não existindo razões suficientes para as previsões pessi-

mistas que dão o futuro do IPI como comprometido caso o Senado não adquira essa competência, e, com isso, as transferências através dos Fundos de Participação sofreriam redução de até 40%, com insuportáveis repercussões para os Estados e Municípios, especialmente os do Norte e Nordeste, a constatação sugere claramente que a omissão do atual texto tributário tem que ser corrigida.

Não seria, evidentemente, o caso de o Senado Federal estabelecer alíquotas máximas incidentes nas operações internas de todas as mercadorias e serviços, até porque isso seria operacionalmente inviável, mas lhe ficaria resguardada a competência constitucional de interferir no caso de produtos para tanto considerados especiais e, sobretudo, de eventuais confrontos entre Estados e entre estes e a União, definindo alíquotas de equilíbrio.

Em resumo, pode-se concluir que não se justifica a maioria das restrições apresentadas ao novo Sistema Tributário, mormente em se tratando de críticas motivadas por perda de receita por parte da União. Nada obstante, subsistem questões como a do adicional do Imposto de Renda e a competência exclusiva atribuída aos Estados para a fixação das alíquotas máximas do ICM nas operações internas, aqui abordadas, que indicam a necessidade de uma revisão na proposta aprovada pela Comissão de Sistematização. Por outro, há outras questões a serem posteriormente analisadas, como as referentes à instituição dos impostos sobre fortunas e de vendas a varejo de combustíveis e lubrificantes, exceto o óleo diesel, bem assim à garantia, a nível constitucional, de imunidade tributária à exportação de produtos industrializados, que exigem profundas reflexões e possíveis revisões do novo texto constitucional.

**O SR. RUY NEDEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituinte:

Hoje, o inverno erma a campanha,  
Dói no subúrbio pobretão;  
Gelado, o vento arreda a porta,  
E mal aviva a brasa morta  
Que arde na cinza do fogão.

O nobre Líder do PDS, Deputado Amaral Netto, há poucos instantes, parece que num gosto necrológico, falou em caixão de defuntos, pondo todas as culpas dos azares e desgraças da Nação brasileira, nos ombros do PMDB. Reconhecemos as dificuldades com que se iniciou a caminhada democrática para uma nova história de nossa Pátria. Reconhecemos, inclusive, as dificuldades de entendimento dentro de uma Aliança Democrática, onde haviam visões e posições paralelas e até divergentes. Reconhecemos as dificuldades de um partido quase que mastodonticamente gigante aqui nesta Casa, mas mingudadamente pequeno no poder do próprio Governo. Reconhecemos, também, dificuldades até de entendimento do nosso Presidente da República para esta crise política, de dificuldade de adaptação ou convergência de visões e de interesses. Reconhece-

mos, também, a grande dificuldade, às vezes até do Presidente da República e também do nosso partido, principalmente do nosso partido internamente, em não confundir as questões de Governo com as questões de Assembléia Nacional Constituinte.

Reconhecemos essas dificuldades e, inclusive, reconhecemos os erros de perspectivas do próprio Planalto, que confundiu matéria constitucional com matéria de Governo. Mas não podemos aceitar a miserabilidade que quer o Constituinte Amaral Netto jogar nos ombros do Planalto, nos ombros do Presidente José Sarney e, principalmente, nos ombros desse histórico PMDB; a pecha da desgraça, onde um dos maiores culpados é ele mesmo.

Reconhecemos que Constituinte para alguns não tem valor algum, é até algo detestável, porque o caminho da ditadura se presta mais para as elites, para os seus interesses e subterfúgios:

Então, não vamos considerar isto como um avanço palpável. Da parte de quem veio, parece que esta matéria não interessa. Vamos, objetivamente, falar em coisas concretas. Não vamos também falar nas eleições dos municípios de área de segurança e de prefeitos das capitais, porque esta matéria é detestável, provavelmente até por quem falou pela Liderança do PDS.

Vamos tocar num assunto mais palpável. Vejamos os municípios, como a ditadura os deixou e como se iniciou uma caminhada. Hoje é árduo o caminho dos prefeitos e o trilho da administração municipal. É pesado e muito difícil, mas já se duplicou a renda dos municípios só de 1985 para cá.

Vamos também deixar isto de lado. Vamos analisar um pouco a questão prática do Governo Federal, do ônus. Gostaríamos de partir do zero, sim, senhores! Mas nos deixaram no pior inverno, e o inverno ficou ermando a campanha brasileira e deixou só cinzas nos fogões da nossa Nação e da nossa Pátria. Deixou ermo o País de recursos e de potencialidades.

Em 1985 e 1986, o Governo da Nova República pagou 24 bilhões de dólares para o exterior, quando o Governo Figueiredo iniciou somente com uma dívida de 35 bilhões de dólares. Ele, em 5 anos, triplicou a dívida externa da nossa Pátria, com o ônus exagerado para a Nação inteira, sem avanço, sem conquistas para o seu povo.

Não, meus Senhores, não podemos aceitar a pecha de que um Funaro, um Bresser, tenha gerado ataúde ou caixão de defunto. Se alguém o criou ele se chama, talvez, Delfim Netto, com o apoio de Amaral Netto, não pelo "Netto", porque são os netos que ainda irão pagar essa desgraça que geraram para este grande e imenso País, pela pequenez das idéias para desgraçar a nossa Nação.

Sim, nobre Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos há quase três anos numa nova história. As eleições podem não significar nada, pode a Assembléia Nacional Constituinte não significar nada para um grupo que aqui está, mas nestes 3 anos pagamos todos os ônus e não aumentamos a dívida externa. Pagamos os ônus da tragédia que representa não só a administração pública, mas a moral pública, e ela não foi gerada por nós. A luta é ingente até para reduzir um déficit, mas ainda assim, já, dentro de um mar

de lama, já pusemos alguma coisa na cloaca e já estamos também puxando a descarga.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não tanto para defender os eventuais – e eles existem – erros do nosso partido ou do Governo da Nova República, mas para que não ponham a culpa de uma desgraçada História brasileira em quem quer elevar esta História e esta Pátria.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Amaury Müller.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Em que pese o desvelo com que a Liderança do PMDB procura justificar o injustificável, explicar o inexplicável, a grande verdade é que o Palácio do Planalto, embora repudiado e repellido pela opinião pública brasileira, continua a escarnecer dos direitos do trabalhador.

Já não vou falar do arrocho salarial; não vou falar dos contingentes crescentes, verdadeiros exércitos de maltrapilhos e famintos em que foi transformada a sociedade brasileira. Já não vou falar nos milhares de bóias-frias, camponeses sem-terras ou com pouca terra.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de centrar a minha análise em mais uma violência praticada pelo Governo da Nova República contra os direitos inalienáveis do povo brasileiro. No dia 26 de maio do ano passado, o Presidente José Sarney, que chegou ao poder sem votos e sem povo e que, portanto, não tem compromissos maiores com o povo brasileiro, sancionou a Lei nº 7.604, que em seu art. 1º estabelecia:

“Os benefícios de Previdência Social Urbana, de Pensão por Morte em seu valor global, de Aposentadoria, de Auxílio-Doença e de Auxílio-Reclusão, não poderão ser inferiores a 95% do salário mínimo”.

É claro que isto já é uma espórtula, é uma esmola que o Governo concedia aos aposentados, pensionistas e trabalhadores doentes, mas, mesmo assim, foi um tímido avanço porque passou a definir, em parâmetros reais, direitos que eram sistematicamente escamoteados e que não constavam da lei.

Surpreendentemente, diria, até sem nenhuma surpresa, este Governo que prometeu sepultar para sempre o decreto-lei, que tem uma característica autoritária (fascista) porque não pode sequer ser emendado, e já começa a produzir os seus efeitos, os mais nefastos e perniciosos, á partir da sua publicação, este Governo, que fez tantas promessas, foi exatamente o que mais usou o decreto-lei. Então, não há como defender um governo que não cumpre as promessas que faz que não resgata os compromissos assumidos solenemente com a história e com a sociedade deste País.

Eis que, Sr. Presidente, no dia 7 de agosto de 1987, de forma quase secreta, o governo edita o Decreto-lei 2.351 que, a pretexto de criar o piso nacional de salários, acabou violentando as tímidas conquistas obtidas por aposentados e pensionistas na Lei 7.604. Diz o § 1º desse decreto.



"O valor inicial do piso nacional de salários, será de Cz\$ 1.970,00 mensais."

No Art. 2º, e aí vem a violência, o decreto diz:

"O salário mínimo passa a denominar-se salário mínimo de referência."

E no § 2º deste mesmo artigo, o Presidente José Sarney e sua alegre equipe de incompetentes e irresponsáveis, antigos serviçais da ditadura militar, escrevem:

"O valor do salário mínimo de referência é de Cz\$ 1.969,92 mensais."

Há um perfeito equilíbrio matemático entre ambos os valores, com a diferença de apenas oito centavos para aquilo que substituiu o salário mínimo. Mas como esse valor passou a balizar o que seria pago pela Previdência Social e pensionistas, aposentados, trabalhadores doentes ou, eventualmente, recolhidos a prisões, e como a defasagem, em poucos meses, entre o piso nacional de salários e o salário mínimo de referência cresceu assustadoramente, o Governo acabou cometendo mais uma inominável violência, mais uma inaceitável agressão contra os direitos do trabalhador.

Hoje, as pensões, as aposentadorias, o auxílio-doença e o auxílio-reclusão são pagos com base em 95% do salário mínimo de referência, que tem o valor, Sr. Presidente, de Cz\$ 3.060,00, enquanto o piso nacional de salários já está em Cz\$ 4.500,00.

Esse decreto faz parte do famigerado pacote que está sendo examinado pelo Congresso Nacional a partir de hoje e que deve ser rejeitado, porque, constitui, inquestionavelmente, mais uma traição, mais uma violência que o Governo comete contra os direitos do trabalhador.

Sr. Presidente, tenho em meu poder vários contracheques de aposentados e pensionistas que não chegam, sequer, a 95% dos 3.060 cruzados. Como se quer então defender este Governo? Quem ousa, afinal de contas, navegar contra os ventos da história, perdendo seu tempo inutilmente para justificar o injustificável, para explicar o inexplicável?

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de dizer o seguinte: eu não compactuei com a ditadura militar. Lutei contra ela dentro das minhas conhecidas limitações e, portanto, tenho autoridade para dizer o que estou dizendo; que este Governo voltou as costas para a Nação e para o povo e precisa ser punido por isso, daí por que é absolutamente necessário que ouçamos o clamor popular e partamos, já e agora, para a definição do mandato presidencial, que não pode exceder a quatro anos, sob pena de a Nação revoltar-se e o País desembocar, quem sabe, numa indesejável convulsão. Presidencialismo, quatro anos de mandato e a rejeição de decretos espúrios, criminosos, como esse Decreto-lei nº 2.351.

Assim, apenas assim, Sr. Presidente, construiremos a Nação que todos queremos, mas, sobretudo, respeitando integralmente os direitos inalienáveis do povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PL.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Ano de 1988. Vamos comemorar o Centenário da Abolição da Escravatura. Será que houve, realmente, abolição da escravatura? Hoje, quando vemos este imenso, este maravilhoso País, o País mais viável do mundo, nesta situação, questionamos a forma com que ele vem sendo conduzido. Sobre nós, Constituintes, repousa uma imensa responsabilidade, que, historicamente, decorre dos paralelos que tivemos neste século, e eu poderia citar o Japão, destruído por duas guerras, hoje, uma das maiores potências do mundo; a Rússia, destruída por duas guerras, saindo de uma situação feudal para se transformar num dos países mais poderosos do mundo; a Alemanha, totalmente destruída, hoje, um dos países mais poderosos do mundo. E quando falamos em países poderosos, é porque o seu povo é poderoso. Se lembrarmos da Itália, também arrasada por duas guerras, neste século, hoje com seu povo vivendo uma economia florescente, qual é a diferença que encontramos nesses paralelos aqui citados, com exceção da Rússia e o Brasil? Hoje, em nosso País, temos um imenso cartório, dividido numa série de outros cartórios, com seus proprietários. Ao acordarmos, lavamos nosso rosto com a água que é distribuída neste País só por empresas públicas, quando esta água chega em nossas casas, e pelo preço que sabemos pagar, ao escovarmos nossos dentes, lavarmos nosso rosto, estamos usando pasta de dente e sabonete dominados pelos cartéis, e, muitas vezes, na maioria delas, cartéis multinacionais. Se ficamos doentes e vamos para um hospital, o oxigênio que respiramos é de um cartel de duas empresas – só duas empresas neste País dominam o oxigênio distribuído nos hospitais. Se levantamos a nossa casa, o cimento que consumimos é do cartel do cimento, do qual o Sr. Antônio Ermírio de Moraes detém 65% – faz o preço que quer pelo cimento que pagamos, e paga o funcionário o salário de 4.500 cruzados. Este mesmo cimento é vendido no nosso mercado interno pela cotação do dólar no mercado internacional. Um funcionário americano, japonês ou francês, que fabrica o cimento em seu país, recebe, no mínimo, 1.100 dólares. O funcionário brasileiro, o pobre operário brasileiro ganha, no máximo, 100 dólares, nem 10%.

Os nossos portos e aeroportos são dominados pelo Estado. Sabemos que as multinacionais que exploram bauxita e a transformam em alumínio no Norte recebem 500 milhões de dólares de subsídio, que são pagos com o dinheiro e com a miséria do povo brasileiro. Quando entendemos que tudo neste País passa pelas mãos de uns poucos que exploram a maioria do povo brasileiro, nós chegamos à conclusão, Srs. Constituintes, que este caminho que o Brasil escolheu está errado. E nós, na Assembléia Nacional Constituinte, temos a oportunidade de fazer essa modificação. Naturalmente que terão que votar essas propostas aqueles Constituintes que não se opõem a elas por ideologia, mas não aceitaremos o voto contrário daqueles que usam o poder do Estado, o poder dos cartéis, o poder dos oligopólios, o poder dos monopólios deste País em proveito próprio. Não entendemos aqueles que aqui vieram com o voto popular e fazem do seu mandato uma troca de favores. Entendemos que para

a liberalização da nossa economia, a começar pelo Estado, temos que tirar da mão do Governo Federal, dos Governos estaduais essa orgia que eles têm direito de fazer, têm direitos concedidos por nós deputados ou outros deputados em outras Legislaturas. Chegou a hora de mudarmos! Não podemos ter 2 ou 3 Companhias de aviação. Hoje, para tirarmos licença para uma companhia de aviação temos que ouvir o DAC; para exportarmos café temos que ouvir o IBC; para exportarmos açúcar temos que ouvir o IAA; e a situação do País qual é? São cabides de emprego enterrando a nossa economia, o desenvolvimento nacional. Pagamos baixíssimos salários.

O funcionalismo público – meu Deus do Céu – arrasados. Depois de não sei quantos anos aparece um plano de carreira que sequer foi discutido por esses funcionários. Está na hora de darmos um basta nisso!

A libertação dos escravos, que aconteceu em 1888, talvez venha a se dar, realmente, se unidos, conscientes, aqui na Assembléia Nacional Constituinte elaborarmos os meios para que não sejam libertados só os escravos, só os negros, mas toda a população brasileira, esses 130 milhões de brasileiros que vivem debaixo do chicote do Estado, debaixo do chicote das multinacionais, debaixo do chicote dos cartéis, debaixo do chicote dos oligopólios e debaixo do chicote dos monopólios.

A libertação terá que se dar aqui na Assembléia Nacional Constituinte e, se Deus quiser, neste ano de graça de 1988! Muito obrigado.

**O SR. ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte para completar o tempo atribuído ao PDS.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há pouco usou da tribuna, no tempo do PDS, o Líder do meu Partido, Constituinte Amaral Netto que, com muita correção, como costuma fazer, deu aqui uma série de explicações procurando resguardar a Bancada com relação ao que se denominou aqui de "Centrão."

Não venho aqui para contestar meu Líder, até porque seria, por um lado, deselegante e, por outro, profundamente injusto, uma vez que S. Ex.<sup>a</sup> tem sido de extrema lealdade e tem agido com absoluta democracia dentro da nossa Bancada.

Quero aproveitar este tempo, Sr. Presidente, porque não pude falar na minha inscrição inicial, para um registro que sinto necessidade de fazer.

Há pouco tempo surgiu no Plenário da Constituinte, um movimento de discordância, de insatisfação, com o que ocorria na Comissão de Sistematização e vários Constituintes se propunham a modificar o Regimento Interno. Então, nos reunimos e assinamos uma proposta de modificação do Regimento Interno; fui um dos signatários, porque não aceitávamos mais que fossem fechadas as portas para a nossa participação nos trabalhos de elaboração da Constituição.

Quero dizer, Sr. Presidente que tive a cautela, duas ou três vezes, de vir aqui e dizer que assinava unicamente com o propósito de se proceder à modificação regimental.

De forma que, essas conotações que se dão, hoje, sobre o autodenominado Centrão, sobre as

visitas do mesmo pedindo apoio para o Governador de Minas Gerais, sobre as visitas festejando suas vitórias no Palácio do Planalto, sobre as informações de que o Centrão estaria sendo manipulado pelo inimigo número um da Constituinte, o Consultor Saulo Ramos, sobre as notícias de que o Centrão estaria sendo manipulado pelo Ministro das Comunicações, para mim, isso nada interessa, Sr. Presidente, porque não tenho qualquer compromisso com esse movimento.

Quero deixar registrado que, ontem, foi concluída a votação para alteração do Regimento Interno. Votei com a proposta que assinei anteriormente, porque costume honrar meus compromissos; depois, votei com a proposta Mário Covas, porque entre 280 assinaturas e a democrática manifestação do voto, no plenário, optei pela segunda e, ontem votei contra as emendas. Então, cumpro rigorosamente com o meu compromisso em termos de assinatura de documentos.

Não estou aqui, hoje, sendo um desertor, porque para sair de algum lugar primeiro tem-se que entrar nesse lugar, e não estou saindo do Centrão, porque nunca participei do Centrão.

Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui, hoje, que os meus votos poderão até ser coincidentes com algumas propostas que o Centrão apresenta, mas não preciso vincular-me a qualquer grupo; tenho as minhas convicções, o meu partido; sou um homem de centro, defendendo a livre iniciativa, o direito de propriedade e fundamento toda a minha ação sob a democracia social que é o respaldo doutrinário do Partido em cuja sigla abrigo-me.

A partir de hoje, quero desautorizar qualquer publicação e qualquer movimento que inclua o meu nome como sendo integrante desse movimento que foi desvirtuado das suas finalidades e hoje se transforma num embrião, talvez, de um futuro partido político ou num bloco de sustentação do Governo Federal.

O meu compromisso, Sr. Presidente, cessou ontem; votada a reforma do Regimento, está cumprida a minha participação em termos de assinatura e apoio àquele documento.

Muito obrigado.

## VI - APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs. Constituintes:

**CÉSAR MAIA** – Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre a situação administrativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

**ADYLSO MOTA** – Requerimento de informações ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República a respeito de notícia publicada na seção Radar, da revista **Veja**, de 6-1-88.

**O SR. ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar um pedido de informações.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADYLSO MOTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, encaminho um pedido de informações, dirigido ao Presidente

da República, sobre a notícia veiculada pela revista **Veja**, que trata do grameamento dos telefones do Ministro do Planejamento e a acusação contra um primo do Sr. Aníbal Teixeira, a respeito da sua intermediação para a liberação de verbas naquela Pasta.

Através de V. Ex.<sup>a</sup>, pela gravidade do que contém nesta notícia, encaminho oficialmente este pedido de informações.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – O pedido de V. Ex.<sup>a</sup> será encaminhado ao destinatário.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, a questão que vou suscitar é dirigida muito mais ao Presidente da Câmara do que propriamente ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, como se trata de uma questão que envolve direitos humanos, e a oportunidade é a que se me oferece, gostaria de indagar de V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Câmara, os resultados da Comissão designada para estudar a possibilidade de absorver cerca de 700 funcionários que cuidam da limpeza da Casa, muitos deles, inclusive, com aviso prévio, uma vez que a sua empresa, a Sitran, está disputando uma nova concorrência pública, e se não vencê-la, dispensará todos os seus funcionários, o que constitui, a meu juízo, uma agressão contra os direitos dos trabalhadores.

Sr. Presidente, esse assunto vem sendo suscitado sistematicamente por mim e por outros Parlamentares; a solução está-se arrastando pensosamente há vários meses. Gostaria de conhecer a definição dessa Comissão, a fim de tranquilizar ou não esses funcionários, que recebem um salário de fome e, não obstante, desempenham, com raro vigor, a penosa função de manter esta Casa limpa, pelo menos na aparência.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Presidência, no presente momento, determina ao Sr. Secretário-Geral da Mesa que lhe encaminhe a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>. Chamarei, hoje, o mais tardar amanhã, o Diretor-Geral, para que este assunto seja tratado, a fim de que a solução possa ser tomada.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Convoco sessão extraordinária da Câmara dos Deputados para a próxima sexta-feira, dia 8, às 9:00 horas.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se ao Horário de

## VII - PRONUNCIAMENTO SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Constituinte Vasco Alves.

**O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Após vinte anos de regime autoritário, o povo brasileiro está mostrando evidentes sinais de desalento com o processo de transição democrática. Nos últimos anos do regime militar, o que mais se ouviu, em todo o País, foi uma uníssona pro-

messagem de mudanças estruturais que seriam capazes de recompor a Nação rumo ao seu grande destino.

Aliás, foi na esteira dessa esperança que multidões, antes apáticas e medrosas, saíram às ruas num movimento sem precedentes na nossa História. E não era para menos. Afinal, ao longo de duas décadas, nosso País, apesar de constituir-se na oitava economia do mundo, apesar da sua incalculável riqueza em recursos naturais, apesar da inegável organização de uma base econômica capaz de revelar potencialidades invejáveis, é, ao mesmo tempo, detentor de índices alarmantes no campo social, tanto que está colocado no último pelotão dos subdesenvolvidos.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, todos os que, como eu, formam no rol dos emedebistas históricos, aqueles que, já em 1966, quando da imposição da camisa-de-força do bipartidarismo, optaram pela oposição, sabem o quanto foi difícil a travessia de todo esse período: primeiro, o medo; depois, a desconfiança; mais tarde, a incredulidade e, finalmente, a explosão de fé que nos contagiou a todos.

Músicas, poemas, crônicas, discursos e gritos roucos de esperança, ecoaram de Norte a Sul, de Leste a Oeste, no centro das metrópoles e no arraial mais distante nos sertões, no alto dos morros e nos bares sofisticados dos grandes centros, vindos da lira famosa do menestrel idolatrado ou do cordel anônimo do cantador desconhecido, saídos da boca de um grande nome das nossas artes ou daquela boca desdentada do brasileiro ou da brasileira sem nome e sem endereço que, como todos os outros, viu na promessa de mudança a possibilidade de encontrar o seu lugar dentro da Pátria.

No entanto, as promessas sobre as quais a nova República firmou os seus alicerces não foram cumpridas como esperava o povo brasileiro. Pior que isso, velhas práticas políticas, tão condenadas ao tempo do regime militar, voltam a fazer parte do nosso cotidiano. O fisiologismo, mais do que nunca, passa a ser o vetor pelo qual se orienta a atividade pública no País. O próprio Presidente da República institucionaliza a barganha de cargos e favores, quando negocia abertamente os seus interesses pessoais de permanência no Poder, querendo fazer a Nação acreditar que se assim age é na defesa dos superiores interesses do Estado.

A Aliança Democrática, um aglomerado político de ideais conflitantes, cumpriu o seu papel de viabilizadora da transição. E transição, bem o sabemos, é a passagem de uma fase para outra. No caso, a passagem de um regime de força para o Sistema democrático. Muito natural, pois, a conjugação de esforços das mais diversas correntes ideológicas em busca de um mesmo objetivo: devolver a Nação ao estado de direito.

Convocada, eleita e instalada a Assembléia Nacional Constituinte, era de se esperar que a Aliança Democrática, sob o comando do Presidente da República, desse início ao necessário afastamento da cena política, permitindo, dessa forma, que o poder ordenador e soberano atuasse na plenitude de suas funções.

Todavia, não foi o que aconteceu. Falou mais alto o apego ao poder. Mais importante que o futuro do País, manifestou-se a disputa pelos cargos. A Constituição que deveria ser elaborada para

ser duradoura vai, assim, sendo gestada ante o tumulto causado pelos interesses mesquinhos daqueles que parecem não se conformar com a efêmera glória dos ocupantes eventuais do poder.

No meio de tudo isso, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro faz o papel de Pilatos e lava as mãos ante milhões de brasileiros que, estarecidos, percebem, mais uma vez, que foram enganados.

Claro que àqueles do povo essa nova postura do maior partido brasileiro é inaceitável. No entanto, a nós, políticos acostumados ao dia-a-dia da atividade e conhecedores da forma pela qual o PMDB se estruturou, nada causa surpresa ou espanto. O PMDB jamais foi um partido. Ao contrário, desde a sua fundação, foi e é uma grande frente na qual convivem grupos ideológicos completamente antagonísticos.

Hoje, o PMDB é o próprio Governo. Tem 15 ministros no Governo Sarney e 22 governadores. Por isso, é o responsável pela política de submissão do nosso País ao Fundo Monetário Internacional; por isso, é o responsável pelo atual arrocho salarial da classe trabalhadora; pior ainda, é o responsável pela formação do chamado Centrão na Assembléia Nacional Constituinte, na medida em que de suas fileiras integram esse grupo nada menos que 130 parlamentares! Dessa forma, não há como negar que o PMDB concorre com um número significativo de seus membros para defender e fortalecer os interesses da União Democrática Ruralista – a UDR – e outras forças representativas do reacionarismo brasileiro.

Infelizmente, a dura realidade demonstra que o programa do PMDB, dia após dia, foi sendo rasgada na prática. A reiteração dos decretos-leis, da censura, da violência contra os trabalhadores até a timidez no enfrentamento de problemas cruciais como o da reforma agrária, fez-nos passar por desacertos na área econômica que, com certeza, hão de ficar registrados na nossa História como grotescas iniciativas de neófitos sem nenhuma preocupação real com as conseqüências para o povo. Exemplo maior disso foi o Plano Cruzado, uma pretensa panacéia para os males da nossa economia que muito cedo transformou-se em pesadelo real para os brasileiros de todos os segmentos sociais.

A despeito do lamentável equívoco, para dizer pouco sobre o malfadado plano, foi ele, inegavelmente, o responsável pela extraordinária vitória do PMDB nas eleições de 1986 e, em conseqüência, da maciça maioria que o Partido conseguiu nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Mais uma vez renasceram as esperanças. A soberania da Constituinte, tão defendida e decantada, havia de permitir um PMDB sem peias a ordenar o futuro texto constitucional à imagem e semelhança da sua própria carta programática, o famoso livreto apresentado por Ulysses Guimarães e distribuído fartamente por todo o Território Nacional.

Outro engano! Nova decepção!

O PMDB na Constituinte não pode ser diferente por uma única razão: o PMDB são muitos partidos! Da direita à esquerda, sob o abrigo desta sigla gloriosa, conviveram e convivem grupos que, tal água e óleo, não se misturam. A travessia do deserto da ditadura fê-los companheiros da jornada penosa em direção ao Estado de Direito. Encontrado e conquistado este, no entanto, nada

mais os aproxima; ao contrário, quase tudo os separa e gera conflitos. As provas, já as temos nesses meses de trabalho das Subcomissões, Comissões Temáticas e Comissão de Sistematização.

Tudo o que até aqui foi feito dá, com nitidez cristalina, os contornos de uma Assembléia conservadora. E, antes que alguém discorde, apresso-me a esclarecer: a Constituinte é conservadora porque não avança em praticamente nada no campo econômico; é conservadora porque não inova em nada que possa democratizar a tomada de decisões; é conservadora porque não avança em questões populares como, por exemplo, a questão da reforma agrária, na qual deixa para a lei complementar a disciplinação da emissão de posse; é conservadora porque não soube exercitar a sua soberania na questão da anistia; e, sobretudo, é conservadora porque espelha as vontades e anseios de uma maioria assumidamente conservadora na hora de tomar decisões, mas competente e progressista na hora do discurso eleitoral nas praças públicas.

Os avanços, no que tange a questão institucionais, aos direitos da cidadania e a algumas medidas progressistas no campo social, não bastam para resgatar as promessas de tantos anos. Não estou aqui, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, fazendo nenhum comentário desairoso a esta Assembléia, da qual me orgulho de participar. O que faço é apenas uma melancólica constatação: a de que aqui prevalece o conservadorismo, muito embora a seriedade, a dignidade de cada um no exercício do mandato e a defesa dos próprios ideais estejam fora de qualquer suspeita.

O que lamento, porém – e com relação a isso não devo e não posso me calar – é que muitos desses conservadores tenham usado outra linguagem nos palanques eleitorais. A retórica mais avançada diante do povo, ao contrastar com a ação verificada nestes plenários da Constituinte, não engrandece a atividade política e, ao contrário, concorre para o descrédito e a desconfiança com que tanto os partidos quanto os políticos estão sendo vistos.

Não é por outra razão, aliás, que a juventude está marcada pelo ceticismo. Além da demonstração de tal ordem, a falta de mecanismos partidários que ensejam a participação de forma efetiva gera o desânimo, a apatia e a revolta, que não são bons conselheiros para aqueles a quem, em breve, estarão entregues os destinos do País.

Quero deixar claro que não me agrada ter que fazer discurso. No entanto, não tenho o direito de me omitir. Não faço a crítica pelo desejo de criticar. Antes, o que apresento são fatos concretos. O PMDB, num determinado momento, cumpriu o seu papel. Hoje, é necessário reconhecer, esgotou a sua participação no processo político nacional. E não lhe resta alternativa: ou se dissolve espontaneamente, permitindo às suas facções a escolha dos próprios caminhos, ou repetirá, já nas próximas eleições, a mesma triste e obscura trajetória que levou a ARENA e o PDS para o abismo do esquecimento.

De minha parte, já tomei uma decisão: não vou esperar para ser testemunha de nem uma coisa, nem outra. Neste instante, comunico à Casa e à direção do PMDB a minha desfiliação. Saio acalentando saudades do MDB pequeno e valente a abrir picadas na seiva do arbítrio. Saio sem má-

goas do PMDB de agora, por cuja legenda me elegi, mas na qual, assim como o povo, vi pesaroso sucumbirem minhas derradeiras esperanças quanto ao fiel cumprimento do compromisso programático. Saio, enfim, porque, realista, não posso e não devo acalentar nenhuma ilusão quanto à possibilidade desta sigla vir a se constituir no bastião do socialismo democrático que espero ver implantado no Brasil.

Por enquanto, e não sei por quanto tempo, ficarei sem partido. Vou aguardar a promulgação da nova Carta e esperar o delineamento de um inevitável novo quadro partidário. A mim, antigo defensor das causas populares, mesmo nos anos difíceis do regime militar, mais importante que os partidos políticos formados e dirigidos de cima para baixo é a articulação permanente junto à base social no convívio cotidiano e salutar naquelas organizações representativas dos verdadeiros anseios do povo.

Em Vila, Velha e no Espírito Santo, minha vida pública tem o marco da coerência e do respeito à vontade das maiorias. Não posso compactuar com o que não concordo. Não vou “brigar por dentro”, quando sei que a luta é inglória.

Cumpro-me, neste instante, o dever de prestar a homenagem do meu reconhecimento àqueles companheiros do chamado grupo progressista do PMDB, o MDB, todos, tanto quanto eu, militantes dedicados das causas populares.

E sem a soberania popular, Senhoras e Senhores Constituintes, permaneceremos entregues ao arbítrio de decisões favorecedoras dos interesses dos grupos econômicos e financeiros. Sem a soberania popular continuaremos sendo vítimas do atual tipo de política econômica, através da qual o Governo age criminosamente no verdadeiro sentido da palavra. Pois não é outra coisa o que ocorre no Brasil, atualmente. À falta de maior produção exportável, o Governo decidiu diminuir o consumo interno, usando o velho artifício da compressão dos salários. Assim, sem dúvida, amealham-se alguns milhões de dólares para serem enviados aos nossos credores internacionais de mais de setecentos bancos, cujos cofres já guardam o resultado de muito sangue, suor e lágrimas dos brasileiros. Sem falar, é lógico, na contabilidade trágica dos mortos e dos marcados para sempre em conseqüência das mazelas irreversíveis que a fome causa em todos os quadrantes do País. Terrível paradoxo esse que nos coloca entre as oito maiores economias do mundo, ao mesmo tempo em que sabemos ser fato absolutamente verídico o sono atormentado de oitenta milhões de brasileiros que todas as noites vão dormir com fome.

Não foi por outra razão, aliás, que após a última reforma ministerial, quando o jogo fisiológico ficou plenamente caracterizado, a CNBB fez um repúdio formal que soou aos ouvidos da Nação atenta como um grave e oportuno alerta. Bem na linha dos ensinamentos de São Thomás de Aquino, a linha progressista da Igreja lembra ao homens públicos dos dias atuais que

“QUEM PROMOVE O BEM COMUM PRESTA SERVIÇOS DIRETAMENTE A DEUS”

mas, infelizmente, os ouvidos de mercador de quem decide nesta Nova República só estão atentos para os reclamos veementes dos seus muito patrões nos segmentos empresariais.

A queda do Ministro Bresser e a recente indicação do Senhor Mailson da Nóbrega para o cargo, são provas evidentes disso. Aquele, por razões conhecidas, desagradou setores influentes no Governo e não agüentou a pressão: pediu para sair antes que fosse mandado embora. A confirmação do atual ministro responsável pela área econômica mostra, num primeiro plano, que o PMDB foi posto de lado. Daqui para a frente, sem disfarces, volta a filosofia tão questionada por nós durante o regime militar. Se alguma dúvida ainda persistir, leiam os jornais de hoje e vejam de onde partiram os elogios à escolha do Presidente Sarney.

Por tudo isso, entendo que reagir é a nossa principal tarefa neste momento. E não o conseguiremos jogando as regras do jogo que já conhecemos e no qual estamos perdendo cada vez mais, a ponto de ver, já, a possibilidade de perdermos também a nossa própria identidade.

Mas sou, sobretudo, um homem de fé. E por isso não deponho minhas armas. Aqui, e agora, dou por encerrada mais uma batalha e já parto em busca de novas frentes de luta. Como sempre o fiz, vou sem mágoas e sem ódio. Mas levo comigo aquela vontade cega dos determinados.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes, Santo Agostinho afirmou que “fé é acreditarmos no que não vemos, e a recompensa dessa fé é vermos aquilo em que acreditamos”. Parto, agora, para outras frentes de luta, crendo num Brasil que não vejo: com normalidade política, com a prática democrática das maiorais, com desenvolvimento econômico e com justiça social. Assim espero vê-lo um dia, e até lá não descansarei. Será a recompensa pela minha luta e a confirmação dessa fé que me faz lutar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Vasco Alves, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Gasparian, que disporá de 20 minutos.

**O SR. FERNANDO GASPARIAN (PMDB – SP. Para uma comunicação.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

A privatização das estatais brasileiras vem sendo apresentada pelos defensores dessa política como solução para os problemas financeiros brasileiros. O raciocínio é reduzido à expressão mais simples, de forma a justificar a medida. Afirmar-se que a inflação é alimentada pelo déficit público que, por sua vez, é ocasionado principalmente pelos elevados custos dos projetos das estatais. A venda dessas empresas para a iniciativa privada resolveria o problema.

Como toda panacéia, também esta inspira cautela. De forma genérica, as estatais são pintadas como paradigmas de ineficiência, clientelismo e empreguismo, em contraste com a eficiência e a racionalidade do gerenciamento das empresas privadas. Essa tese é facilmente defendida pelos partidários da política de privatização, na medida em que, mesmo as empresas estatais que mais apresenta viabilidade econômica, como a Petro-

brás, Embraer e CVRD, para citar apenas algumas, são constantemente socorridas, no dizer destes privatizantes entre aspas, com recursos do Governo para financiar não só pesquisas desenvolvimento, mas muitas vezes rombos em seus orçamentos.

De maneira geral, argüi-se que a gestão pública é sempre mais ineficiente que o gerenciamento da iniciativa privada uma vez que a primeira se vê tolhida por sua burocracia e pelo fato de gerir dinheiro público (o que dada a impunidade reinante no País implicaria em ausência de riscos), enquanto que o segundo se beneficiaria de um corpo de técnicos adequado, eficiente, gerente de seus próprios recursos, o que obrigaria a tomar sempre decisões racionais equilibradas e rentáveis.

Em se tratando de capitalismo brasileiro, a verdade é que nem as estatais são necessariamente ineficientes, nem as empresas privadas estão isentas de maiores escrutínios. Os dois setores se socorrem com frequência dos cofres públicos. O BNDES, no ano passado, do total de Cz\$ 172,2 bilhões de empréstimos concedidos, cerca de 10% foram destinados ao saneamento financeiro e capital de giro de empresas de bens de capital, o setor mais atingido pela alta substancial dos juros.

O estabelecimento dessa linha de crédito reflete bem a maneira como são tomadas medidas econômicas no Brasil. A operação de reforço ou de saneamento financeiro de empresas foi implementada sigilosamente para evitar que houvesse uma corrida muito grande das empresas a esta nova linha de crédito. O BNDES comunicou a decisão, através de telex, aos seus agentes de desenvolvimento, fixando prazo exíguo para que as empresas interessadas formalizassem o pedido. Apenas um universo restrito de grandes empresas foi aquinhoado com o empréstimo especial.

Mais urgente do que a privatização de empresas estatais, que também se recomenda em alguns casos, principalmente as que foram estatizadas nos anos de arbítrio, nos vinte anos de ditadura, de autoritarismo, porque os seus detentores eram amigos do rei, é a extirpação de operações viciadas na economia brasileira. Nesse particular, é fundamental que acabemos com as práticas cartoriais, como se verifica no caso das cartas patentes de bancos que, atualmente, são exigidas para a autorização de abertura de novos bancos no Brasil; com as quotas de produção que impedem que regiões mais dinâmicas do País aumentem a produção de determinados produtos para favorecer regiões menos competitivas, sem que essa prática traga real benefício para as populações dessas áreas carentes; com as trocas de favores entre burocratas, diretores de estatais e grandes empresários, que estabelecem vínculos de auxílio mútuo e tráfico de influências, com reflexos ruinosos para a economia brasileira como um todo. Torna-se, enfim, imperioso que se acabe com todo tipo de artifícios que bloqueiam a verdadeira livre iniciativa.

Até o momento a política de privatização de estatais tem englobado apenas as firmas privadas, que, por motivos de inadimplência, ou estatização, estavam em mãos do Estado. Trata-se, portanto, de simples “reprivatização” de empresas.

Esse processo é extremamente danoso para o erário. As firmas são estatizadas em meio a

grandes dificuldades financeiras, gastando o Estado enormes somas de recursos para saneá-las. Quando a situação econômico-financeira das empresas começa a dar mostras de resultados positivos, iniciam os defensores da política de privatização campanha para que as firmas sejam entregues novamente à iniciativa privada

Um exemplo disso é a Mafersa, uma grande empresa que funciona no meu Estado de São Paulo com grande eficiência, dá grandes lucros e, por diversas vezes, despertou a cobiça de algumas pessoas chegadas aos dirigentes estatais, que têm procurado comprá-la sem dinheiro, dentro do espírito do capitalismo sem risco.

Operação típica dessas privatizações que são tentadas por empresas que foram readquiridas pelo Governo foi a aquisição da Light, em 1978, pelo Governo Geisel, ao grupo canadense Brascan, faltando apenas 11 anos para o término do contrato de concessão.

Por força desse contrato, que completaria 90 anos de existência em 1990, a Brascan deveria entregar a empresa com todas as instalações, máquinas e equipamentos da maior parte dos quais já em estado de sucata, segundo várias denúncias feitas na época) às mãos do Estado, gratuitamente. Passados dez anos dessa desastrosa nacionalização, discute-se agora a sua privatização.

Exemplo mais recente é a “reprivatização” da Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida, em Sorocaba, São Paulo. A firma Sorocabana havia recebido auxílio do BNDES no valor de US\$ 45 milhões, que foram convertidos em ações, posteriormente vendidas ao grupo Villares, após licitações. O grupo paulista comprou aquelas ações por Cz\$ 856 milhões, que, à cotação atual do dólar, equivale a cerca de US\$ 12 milhões – isto é, praticamente um quarto do valor do empréstimo que o BNDES havia concedido à Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida, agora “reprivatizada”.

Sr. Presidente, acontece que não houve pagamento algum. A empresa foi vendida por esse valor, 12 milhões de dólares, para iniciar seu pagamento dentro de dois anos, para que, então, nos próximos dez anos, seja feito o pagamento desse valor, portanto bem menor do que o auxílio governamental feito àquela empresa. Além dessas condições extremamente favoráveis de comprar a empresa sem pagar nada, o grupo comprador recebeu um novo empréstimo de mais 24 milhões de dólares para modernizar a empresa adquirida.

Vale a pena ler aqui um comentário feito pelo DCI de um jornal paulista, com o título “Capitalismo?”, nestes termos:

Capitalismo?

O BNDES, banco estatal, decidiu “reprivatizar” a Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida, produtora de aços especiais, e de cujo capital vinha participando há tempos, após “socorrer” o grupo controlador. O débito da empresa, de US\$ 45 milhões junto ao BNDES, foi convertido em ações, posteriormente vendidas a um grande grupo paulista, escolhido através de licitação. Até aí, tudo aparentemente bem. Só que o grupo paulista comprou aquelas ações (ou pouco menos do total) por Cz\$ 856 milhões, que, a cotação atual do dólar, equivale a uns US\$ 12 milhões – isto é, praticamente um quarto do valor do empréstimo que o BNDES havia concedido à empresa “reprivatizada”. Além do

mais, dizer que o grupo paulista "comprou" a empresa é força de expressão. Aqueles US\$ 12 milhões não vão ser pagos agora, não: haverão doze anos para sua quitação junto aos BNDES, com nenhuma prestação vencendo nos dois primeiros anos. Quer dizer: a empresa foi "doada" ao grupo, que só pagará a partir de 1990 – e, ainda assim, carregando apenas um quarto da dívida (nem é do valor do patrimônio, note-se) que ela tinha junto ao BNDES. Mais alguma vantagenzinha para completar esse negócio perfeito? Ah, sim: além de o grupo comprador não pagar nada, agora, ele recebeu – vejam só, outro empréstimo de US\$ 24 milhões para "modernização" da empresa comprada. É a isso que se insiste em chamar de capitalismo, no Brasil. O engraçado é que, diante desses negócios tão especiais, as entidades de classe que sempre defendem a privatização, a livre iniciativa e que tais, permanecem silenciosas como se essas operações não fossem um assalto contra o contribuinte. Um assalto, no caso, de cerca de 47 milhões de dólares ou quase 3 bilhões de cruzados.

Várias entidades de classe, no caso dessa empresa de Sorocaba, têm mostrado profunda preocupação com essa operação. A Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida funciona há mais de meio século, empregando 2.100 pessoas nos setores de produção e administração.

A atual gestão profissional da Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida elaborou um plano diretor que permitiria àquela empresa, em cinco anos, ocupar segmentos de mercado nos quais o Brasil, ainda hoje, depende da importação. Esse plano, inclusive, impediria o monopólio no setor, porque, se realmente o grupo Villares comprar aquela companhia ficará praticamente sozinho no mercado de aços especiais, além do fato de não ter desembolsado dinheiro algum, como colocamos.

Outro problema fundamental que tem que ser levado em consideração é que em outras privatizações desse tipo, como por exemplo, a da Siderúrgica Fiel, de São José dos Campos também em São Paulo, foi feita uma privatização pelo BNDES; quem comprou a empresa foi a Mannesmann, que a sucateou, ficando em funcionamento somente o laminador, aumentando dessa forma, o desemprego na região. Essa é a ocupação da cidade de Sorocaba. E de que esse empreendimento, que dá emprego a 2.000 pessoas, seja amanhã desativado pela compradora, empresa que, como colocamos, está na mesma situação desta que estaria sendo privatizada, porque deve mais de 260 milhões de dólares ao próprio BNDE.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, não é bem esse o modelo que se espera para a implementação de uma política de privatização. E estes não são os únicos casos. Existe, ainda, o de outra Siderúrgica de Mogi das Cruzes, em São Paulo, a COSIN, que, no dia 4 de janeiro teve assembleia em que foi eleito um liquidante para liquidá-la, empresa que, ainda hoje, tem 600 empregados e é a única fabricante de tubos sem costura, do Brasil. É a única concorrente que a Mannesmann tem no Brasil, na produção de tubos sem costura.

Liquidando-se a empresa, se a mesma for desativada, empresa faturando dois milhões de dólares

por mês de tubos sem costura, e trazendo lucros – evidentemente, não suficientes para limpar o seu passivo, quando for estatizada, se essa empresa, como unidade produtiva, fosse separada e, talvez, vendidas suas ações ao público, inclusive para os diretores e funcionários da empresa, o que ocorreria é que o País manteria a produção de tubos sem costura; haveria concorrência no setor, o que faria com que o nosso produto bruto pudesse ter uma contribuição a mais, de um investimento que já está realizado.

Por isto, Sr. Presidente, é que estamos aqui pedindo uma reformulação, não só dessa política chamada de privatização, que é muito diferente da política de privatização que existe na Inglaterra, na França, ou em qualquer outro país desenvolvido, que é uma privatização simples: as ações são colocadas na bolsa e vendidas à vista. Então, esses recursos ajudam a equilibrar o orçamento, mas não da forma como está sendo feita no Brasil, em que esta privatização é feita, muitas vezes, para grupos que são favorecidos nessa venda, porque compram essas empresas por preços baixos e sem realmente desembolsar recurso algum, para depois pagá-las com o próprio lucro das empresas. Quero colocar que seria fundamental não só a reformulação da política de privatização, como também que, no caso específico dessa empresa, não ajudássemos para que fosse modificada a decisão do BNDE de "privatizar" essa empresa dessa forma, fazendo com que ela ficasse separada do outro grupo, para que continuasse havendo competição na produção de aços especiais e para que não houvesse o risco dessa empresa ser desativada em Sorocaba, como ocorreu com a empresa Fiel, em São José dos Campos, que depois de comprada pela Mannesmann, foi sucateada e somente o laminador é que está sendo aproveitado até o momento. E, neste caso, seria fundamental que essa ameaça não ocorresse e esses 2.100 operários daquela empresa e os seus dependentes não ficassem ameaçados de desemprego.

Terminaria a minha intervenção, Sr. Presidente, fazendo essa consideração. Vamos ver se será possível, através de uma pressão do nosso partido e gestão do nosso governador de São Paulo, enfim, dos Parlamentares, que evitássemos essa ameaça contra os empregados e a economia de uma cidade como Sorocaba e até da economia brasileira.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero encaminhar à Mesa cópia de uma correspondência, acompanhada de um abaixo-assinado, com 501 assinaturas, que eu recebi nesta data, remetida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé, no Rio Grande do Sul, pedindo-me que levasse ao conhecimento dos demais Constituintes a sua posição, no sentido de que mantido no projeto de Constituição atual, na ocasião em que venha a ser votado no Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, especialmente

o art. 9º, que trata do reconhecimento da profissão da mulher trabalhadora rural e a extensão à mulher trabalhadora do campo, dos benefícios da Previdência Social do direito da aposentadoria, do qual hoje se encontra discriminada. Nessa correspondência, ficou registrado o descontentamento dos trabalhadores, dos pequenos, mini e médios produtores rurais do Rio Grande do sul, particularmente daquele município, quanto ao tratamento discriminatório em que ainda vive, hoje, a mulher que trabalha no campo.

Então, nesse sentido, queria solicitar à Mesa que fosse incluída, nos Anais desta Casa, essa correspondência e, também, o abaixo-assinado com as respectivas assinaturas, para que os demais integrantes da Assembleia Nacional Constituinte tomassem conhecimento desta reivindicação.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – A Mesa defere a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> e encaminhará o documento.

## VIII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

*DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:*

Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antonio Farias – PMB; Artur da Távola – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cristina Tavares – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hilário Braun – PMDB; Itamar Franco; Ivo Vanderlinda – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; João Calmon – PMDB; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; Joaquim Francisco – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Jorge – PFL; José Mendonça Bezerra – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Mattos Leão – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PTR; Milton Reis – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Wedekin – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima

Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Marques – PFL; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Victor Trovão – PFL; Wilma Maia – PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para uma outra a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

*Encerra-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.*

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 30-9-87, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DANC DE 1º-10-87;*

**O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, popularmente se

diz que os mineiros trabalham em silêncio, mas não são só os mineiros que trabalham em silêncio; existe uma classe que trabalha em silêncio, a classe das secretárias, que hoje faz aniversário.

As secretárias representam um papel importante na vida administrativa, social e política do País. Aqui mesmo, nesta votação da Constituinte, vemos o papel preponderante que elas têm desempenhado. E são trabalhadoras anônimas. No exercício da sua função, as secretárias, nos gabinetes, nos escritórios, são peça principal, compram os presentes na hora necessária, dão telefonemas, lembram os aniversários a que temos que comparecer, atendem àquelas pessoas que estão mais nervosas, acalmam-nas, sabem, enfim, tudo o que os seus chefes, seus superiores fazem.

Pois bem, Srs. Constituintes, é ela com sua capacidade de observação e seu alto grau de intuição e sensibilidade que age como se fosse um termostato, um pára-raios; ela é uma reguladora de tensões dentro do ambiente de trabalho.

Quando surgem problemas, o primeiro impacto é para ela, que procura minimizá-lo e, após a triagem, ainda escolhe o momento certo de

levá-los ao seu superior, chegando, muitas vezes, a solucionar até problemas de ordem familiar-doméstico. Com essa atitude, ela está contribuindo para diminuir o **stress** e, muito mais, está deixando mais tempo livre para podermos pensar e realizar.

Há muitos anos, venho-me dedicando a esse problema, chegando, certa vez, a apresentar um projeto de lei para regularizar a profissão de secretária, o que não consegui. Agora, vejo que isso já existe, e o fato me causa imensa satisfação.

Por isso, nesta oportunidade, a essas trabalhadoras anônimas que, com a sua inteligência, com o seu carinho e com a sua capacidade, vêm ajudando o desenvolvimento deste País, quero apresentar as minhas felicitações e deixar-lhes, ao mesmo tempo, as congratulações do Partido da Frente Liberal.

Outro assunto, Sr. Presidente, para terminar, quero dizer que me oponho, formalmente, às agressões feitas contra o Exército Nacional – feitas emocionalmente. Em outra oportunidade, se necessário for, falarei sobre o assunto. (Muito bem! Palmas.)



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 165

SEXTA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA – DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 181ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 7 DE JANEIRO DE 1988

##### I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

##### III – Leitura do Expediente

##### COMUNICAÇÕES

Da Bancada do Partido Socialista Brasileiro- PSB, participando a escolha do Senhor Constituinte Ademir Andrade para exercer, junto à Assembléia Nacional Constituinte, a função de Líder do Partido.

##### IV – Pequeno Expediente

IVO LECH – Política de tributação na futura Constituição.

ADYLSO MOTA – Apoio, pelo orador, a toda e qualquer proposição apresentada por parlamentares, sem compromisso do voto.

AMAURY MÜLLER – Irrealidade dos resultados de pesquisa realizada pelo jornal **Correio Braziliense** acerca do período de duração do mandato do Presidente José Sarney.

PAULO RAMOS – Reais intenções do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regi-

mento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Situação dos aposentados e pensionistas na futura Constituição.

VICTOR FACCONI – Preocupações da sociedade brasileira com a crise econômico-financeira e social vivida pelo País. Protesto contra veto apostado pelo Presidente da República a projeto de lei que dispõe sobre o reajuste das aposentadorias e pensões da Previdência Social. Repúdio ao pacote fiscal editado por decreto-lei pelo Governo Federal. Uso excessivo, pelo Poder Executivo, do instituto do decreto-lei.

ADROALDO STRECK – Definição do período de duração do mandato do Presidente José Sarney na futura Constituição.

MENDES RIBEIRO – Impunidade dos devedores ao Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.

AMAURY MÜLLER (Questão de ordem) – Acesso do público às galerias e critério de proporcionalidade na distribuição de senhas para os partidos.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

PEDRO CANEDO (Pela ordem) – Posição do orador quanto ao período de duração do mandato do Presidente José Sarney.

PAULO DELGADO – Demora na resposta a requerimento de informações à Secretaria do Planejamento e Coordenação da Presidência da República, a respeito de liberação de verbas para a empresa Hidro-Sistemas de Engenharia de Recursos Hídricos, Estado do Rio de Janeiro.

JOSÉ GUEDES (Pela ordem) – Posição do orador quanto ao período de duração do mandato do Presidente José Sarney e o sistema de governo no Brasil.

JESUS TAJRA – Restabelecimento dos benefícios das Resoluções nºs 1.131 e 1.132, do Banco Central do Brasil, após 31 de dezembro de 1987, para os pequenos produtores e empresários.

VIVALDO BARBOSA – Protesto contra ato do Governador do Estado do Rio de Janeiro que devolveu à iniciativa privada empresas de ônibus de transporte coletivo.

OSWALDO TREVISAN – Atuação ineficiente do BNCC no sistema cooperativo nacional.

GERSON PERES – Inconveniência da mudança, pela Petrobrás, de Belém, Estado do Pará, para Manaus, Estado do Amazonas, do Distrito de Perfuração do Norte.

VIRGÍLIO GALASSI – Reivindicações da agropecuária brasileira.

RAUL FERRAZ – Adoção, no Brasil, do sistema parlamentarista de governo. Duração do período do mandato do Presidente José Sarney.

MAURO SAMPAIO – lançamento da “Enciclopédia da Escola do Recife – Tobias Barreto”, no transcurso do sesquicentenário do nascimento e centenário da morte de Tobias Barreto.

NILSON GIBSON – Emenda do orador ao Projeto de Constituição sobre duração do mandato do atual Presidente da República. “Limitações de Poderes e Competências do Congresso Nacional nas Funções Constituintes”, trabalho de Saulo Ramos, Consultor Jurídico da Presidência da República.

PAULO PAIM – Reais intenções do grupo “Centrão” no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Protesto contra a apresentação, pelo programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, de história ofensiva à raça negra.

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Inconveniência da adoção do monopólio da distribuição dos derivados de petróleo na futura Constituição.

FÉRES NADER – Preservação das reservas florestais da Serra da Mantiqueira e do Parque Nacional de Itatiaia, no Sul do País.

PEDRO CANEDO – O menor abandonado no Brasil e a “Declaração Universal dos Direitos da Criança”.

ANTÔNIO DE JESUS – Reelection dos Prefeitos municipais, na futura Constituição.

SANTINHO FURTADO – Posição do Governador Álvaro Dias, do Estado do Paraná, acerca da extinção da Sudesul.

ÁTILA LIRA – Paridade entre os valores dos benefícios pagos pela Previdência Social a aposentados e pensionistas urbanos e rurais.

JESUALDO CAVALCANTI – Aplicação, pelo BNDES, de correção monetária a financiamentos do POC e do Promicro, em Floriano, Estado do Piauí.

COSTA FERREIRA – Implantação, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de escritório de representação do Funrural em Maracaçumé ou em Godofredo Viana, Estado do Maranhão.

CARLOS VINAGRE – Adoção, no Brasil, do parlamentarismo híbrido e presidencialismo atenuado como sistema de governo.

JOVANNI MASINI – Incentivo a investimentos externos no Brasil.

BOCAYUVA CUNHA – Instalação do Pólo Petroquímico em Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.

JORGE ARBAGE – Acertos do Governo Federal no setor habitacional brasileiro.

EDUARDO BONFIM (Pela ordem) – Violência policial contra garimpeiros em Marabá, Estado do Pará.

VICTOR FACCIANI (Pela ordem): – Posição do orador quanto ao período de duração do mandato do Presidente José Sarney.

MARIA DE LOURDES ABADIA (Pela ordem) – Posição da oradora quanto ao período de duração do mandato do Presidente José Sarney.

#### **V – Comunicações das Lideranças**

ADEMIR ANDRADE – Ato de protesto de parlamentares e lideranças sindicais contra a violência policial no Estado do Pará.

VICTOR FACCIANI – Responsabilidade do PMDB pelas crises econômico-financeira e sócio-política vividas pelo País.

SÓLON BORGES DOS REIS – Posição do orador quanto ao período de duração do mandato do Presidente José Sarney.

JOSÉ ELIAS MURAD – Autorização do Ministério da Saúde para importação do inumo básico e fabricação no País do cloridrato de morfina destinado ao tratamento de portadores de câncer.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Posição do orador quanto ao período de duração do mandato do Presidente José Sarney. Insuficiência das medidas governamentais na área da habitação para a população de baixa renda.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Não-participação do orador no grupo “Centrão”. Atuação parlamentar independente na Assembléia Nacional Constituinte no tocante a temas polêmicos.

ALDO ARANTES – Violência policial contra garimpeiros de Serra Pelada, em Marabá, Estado do Pará.

FERNANDO SANTANA – Controle das multinacionais em vários setores da economia brasileira

ALOÍSIO VASCONCELOS – Atuação do Ministro Aníbal Teixeira à frente da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

PAULO MACARINI – Responsabilidade do PDS e de Governos anteriores pelas crises econômico-financeira e sócio-política vividas pelo País.

DARCY DEITOS – Responsabilidade do PDS e de Governos anteriores pelas crises econômico-financeira e sócio-política vividas pelo País. Agricultura e sistema de produção na futura Carta Magna.

VIVALDO BARBOSA – Posição da bancada do PDT quanto ao período de duração do mandato do Presidente José Sarney.

VALMIR CAMPELO – Posição do orador quanto ao período de duração do mandato do Presidente José Sarney. Readmissão de funcionários da Telebrás e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dispensados por participação em greves das categorias.

VICTOR FACCIONE – (Art. 55 – VII do Regimento Interno) – Isenção do PDS e de Governos anteriores na responsabilidade pelas crises econômico-financeira e sócio-política vividas pelo País.

#### **VI – Apresentação de proposições**

EDUARDO BONFIM, MAURICIO FRUET, VICTOR FACCIONE.

#### **VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL**

LYSÂNEAS MACIEL – Forças progressistas **versus** “Centrão”, na Assembléia Nacional Constituinte. Artigo “A maioria que é minoria”, publicado no jornal “Folha de S. Paulo”.

AMAURY MÜLLER – Omissão e indiferença do Governo da Nova República à crise social por que passa o País. Favorecimento às elites. Elaboração de texto constitucional que contempla as aspirações do povo brasileiro.

#### **VIII – ENCERRAMENTO**

**2 – MESA** (Relação dos membros)

**3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** (Relação dos membros)

**4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** (Relação dos membros)

**5 – SUGESTÕES** (As sugestões nº 11.001 a 12.000 serão publicadas em suplemento a esse Diário.)



## Ata da 181ª Sessão, em 7 de janeiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;  
Jorge Arbage, Primeiro-Vice-Presidente.

## ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyra – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Fioravante – PDS; Artenir Wemer – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentas – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Vladimir – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'ana – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nadei – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gondi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homem Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarini – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignacio Ferreira – PMDB; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro – Benevides – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PT; Osvaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Rompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Wemeck – PMDB; Sigmaringa Seivas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Fi-

Iho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Victor Fraccione – PDS; Victor Fontana – PFL; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

## I – ABERTURA DE SESSÃO

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)

– A lista de presença registra o comparecimento de 238 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II – LEITURA DA ATA

### O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ –

Terceiro- Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)

– Passa-se à leitura do expediente.

### O SR. NILSON GIBSON,

servindo como Primeiro- Secretário procede à leitura do seguinte:

## III – EXPEDIENTE

### COMUNICAÇÃO

#### Da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, nos seguintes termos:

Brasília, 6 de janeiro de 1988.

Senhor Presidente.

Os parlamentares do Partido Socialista Brasileiro – PSB, abaixo assinados, vêm, mui respeitosamente, comunicar a Vossa Excelência que, a partir desta data, o Deputado Ademir Galvão Andrade, PSB – PA, responderá pela liderança do Partido na Assembléia Nacional Constituinte.

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de real estima e distinta consideração. – Senador **Jamil Haddad** – Deputado **Beth Azize** – Deputado **Ademir Andrade**.

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)

– Está finda a leitura do expediente. Passa-se ao:

## IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Evo Lech

### O SR. IVO LECH (PMDB – RS.

**Pronuncia o seguinte discurso.:** – Sr. Presidente, Sras e Srs Constituintes, está na imprensa que as lideranças do Centrão subiram a rampa do Planalto, onde ofereceram ao Presidente Sarney as modificações que ditaram às regras regimentais relativas à Constituição em preparo.

Entre manifestações do júbilo presidencial, ouviram um pedido – ou, melhor seria dizer, determinação! – no sentido de alterarem os princípios estabelecidos no texto final da douta e diligente Comissão de Sistematização quanto à política de tributação.

Nesse texto, buscando devolver autenticidade e expressão real à Federação brasileira, do volume tributário caberá à União 46%; aos Estados, 35%; e aos Municípios, 19%.

O nosso Presidente imperial quer mais para a União, certamente pela redução dos percentuais fixados aos Estados e Municípios.

É mais uma prova da “desconversão à democracia”, de que nos deu notícia o eminente Senador Fernando Henrique Cardoso em oportuníssima entrevista à “Folha de S. Paulo”.

Até aqui, com origem nas regras autoritárias ainda vigentes, governadores e prefeitos seguem esmolando recursos ao Presidente. Nestes termos, apesar das garantias constitucionais à Federação e à República, o que temos, concretamente, é um Estado unitário, marcadamente absolutista.

Mendigos de recursos para a gestão do desenvolvimento em seus Estados e Municípios, governadores e prefeitos aqui vieram, ou nos procuraram em nossas bases eleitorais, reclamando a ação civilizadora que os libertará da tutela do Executivo central.

Afirmo, certo de expressar uma realidade indesmentível, que todos nós, sem qualquer exceção, recebemos esses justos apelos em favor da Federação, a partir de um equilíbrio mais correto entre os ganhos da União e aqueles reservados aos Estados e Municípios.

Comprometi-me a atender a esses apelos, entendendo-os, como os entendo, essenciais à fluência da ordem democrática que temos por dever reconstruir no País.

Mas o Presidente deu ordem ao Centrão – encerrando o beija-mão que suas lideranças, em nome próprio e no dos seus seguidores, foram perpetrar no Planalto – para ser contra justiça tributária, riscando-a do texto da Constituição que devemos à Nação.

Acho que aí – uma vez mais – o Sr. Presidente nada vai obter. Esqueceu ele que muitos dos que integram o Centrão foram governadores e prefeitos e por experiência própria sabem que devem justiça a seus Estados e Municípios. E muitos, embora não tenham exercido essas responsabilidades, por inteligência e senso de justiça, não podem simplesmente dizer não a um reclamo que está na consciência dos cidadãos de todo este País.

Confio, neste passo democrático tão importante, em que não haverá recuos. Antes, avançaremos para cumprir quanto acordamos em nossos Estados e Municípios, assim procedendo em nome e em favor de uma Federação brasileira de verdade, digna e capaz de realizar, com plena autonomia, o desenvolvimento desta grande Nação.

O Presidente não poderia ter ousado tanto. Perdeu mais essa oportunidade de ficar calado e não documentar tão flagrantemente sua “desconversão à democracia”.

### O SR. ADYLSO MOTA (PDS –

**RS. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, é praxe nesta

Casa agora, e atualmente por exigência regimental, que para uma proposição seguir seus trâmites normais na Assembléia Nacional Constituinte tenha de contar com determinado número de assinaturas. Muitas vezes, o fato de um colega pedir assinatura gera algum constrangimento pelo conteúdo da proposta que está apresentando, embora seja apenas para cumprir essa formalidade que necessita de apoio.

Quero, nesta oportunidade, fixar uma posição, para que amanhã ou depois ninguém venha fazer-me cobranças por isso – nem a imprensa, nem colega meu. Eu teria uma opção a fazer ou não assinar proposição alguma, ou assinar todas. Então, hoje tomei esta deliberação: ponho-me à disposição de todos os meus colegas, da extrema esquerda à extrema direita, para assinar, como apoio a toda e qualquer proposição, tendo em vista, unicamente, a sua viabilização para ser apreciada em plenário. Ao mesmo tempo, não assumo qualquer compromisso de voto em relação às proposições às quais darei apoio. Faço este registro para que conste nos Anais, para que não seja a minha assinatura, amanhã ou depois, vinculada a esse ou àquele grupo. É uma posição que estou adotando genericamente, abstraindo a questão dos cinco anos de mandato do Presidente da República, uma vez que luto pelos quatro anos de duração. Todas as demais proposições que precisarem de assinatura para apoio para ter curso, para poderem ser submetidas a voto do Plenário terão o meu apoio, Sr. Presidente, até porque defendi sempre que as preferências deveriam ser decididas por votos no plenário e não por assinaturas.

Assim fazendo, penso estar agindo democraticamente, possibilitando a todos aqueles que desejam a oportunidade de ter suas posições apreciadas a nível de votação no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Essa a posição que adoto a partir de hoje, para evitar constrangimentos pessoais, para não cometer alguma injustiça com colegas meus e também para evitar juízos equivocados amanhã ou depois. Vou dar assinatura de apoio. Não assumo um compromisso de voto com qualquer Deputado ou grupo. Vou votar de acordo com minha consciência, com toda a liberdade com que tenho até hoje desempenhado meu mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o “Correio Brasileiro” de hoje publica resultado de uma pesquisa feita no universo constitucional, acerca da duração do mandato do atual Presidente da República, revelando, entre outros detalhes, que a concessão de um período de 5 anos para o Sr. José Sarney alcançaria maioria, o que consagraria exatamente o oposto do que pensa, sente e aspira a sociedade brasileira.

Mas o curioso, Sr. Presidente, é que essa pesquisa, cuja validade não contesto, já não corresponde à realidade dos fatos. Do período em que foi realizada até aqui – e nesse interregno ocorreu um breve recesso dos trabalhos de elaboração constitucional – muita gente mudou de opinião, depois de ouvir o clamor das suas bases, o pensamento do conjunto da sociedade brasileira.

Na verdade, ninguém mais agüenta o Governo do Sr. José Sarney. Não há segmento social que suporte os desmandos praticados por governo marcadamente ilegítimo, que precisa urgentemente ser substituído por um governo popular, democrático, que resulte da vontade soberana e indiscutível das urnas.

Da bancada do Rio Grande do Sul são mencionados nessa pesquisa alguns parlamentares que certamente, no início dos trabalhos constitucionais, até aceitariam para o Sr. José Sarney um mandato de cinco anos. Não vou citar nomes, Sr. Presidente, mas conheço na intimidade o pensamento desses parlamentares gaúchos que aparecem como defensores de um mandato de cinco anos e que hoje já não têm esta opinião; ao contrário, sustentam até a necessidade de anteciparmos a fixação do mandato presidencial e do sistema de Governo, a fim de que essa definição permita desde logo o encaminhamento das candidaturas dos diversos partidos para o primeiro turno das eleições que se haverá de ferir no dia 15 de novembro deste ano. Então, divulga-se com algum espalhamento uma pesquisa que já não corresponde à realidade, está muito distante dela, porque, entre o período em que foi feita e o atual, ocorreram mudanças, o que é natural, não resultantes de pressão e **lobbies** do capital que pretendem comercializar e insultar a própria dignidade parlamentar, mas mudanças resultantes da simples observação do Constituinte ao tornar contato com suas bases e sentir que o povo brasileiro não quer mais saber do Sr. José Sarney.

Por isso, Sr. Presidente, faço este registro convencido de que o jornal **Correio Brasiliense** haverá de efetuar, com a maior brevidade, uma nova pesquisa consultando, se possível, os 559 Constituintes, identificando-os ou não, para restabelecer a verdade. Esse tipo de divulgação pode, de algum modo, contribuir para que se tenha a falsa impressão de que todos nós estamos satisfeitos e felizes com os desatinos, as loucuras e as sandices do atual Governo Federal.

A Nova República veio com a responsabilidade de mudar a face obscura e sombria de um país que é potencialmente rico, mas que relega a um plano secundário, mais do que secundário, de pobreza explícita, de miséria, de degradação, a esmagadora maioria de sua população. Se a Nova República não cumpriu praticamente nada dos compromissos assumidos, há que substituir o atual Governo por um que seja capaz de recolocar o País nos pródigos caminhos da liberdade, da democracia, do progresso social e do desenvolvimento econômico.

Por isso, no mínimo, cabe-me, como presidencialista e defensor de um mandato de quatro anos para o atual Presidente, raptar o jornal "Correio Brasiliense", desafiá-lo para que ouça agora, exatamente agora, o conjunto da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de saber se realmente a tendência é por cinco anos ou se a decisão sábia, inteligente e histórica é por um mandato de quatro anos. Sr. Presidente, para concluir, nenhum de nós, que temos compromissos com a História deste País, tem o direito da desrespeitar a vontade popular expressa em manifestações, tais como: eleições já, agora, para mudar tudo, a começar pelo comando da Nação, expulsando do Palácio do Planalto, com o chicote do voto, quem não soube honrar o mandato que recebeu.

**O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ, Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Nação brasileira acompanha, perplexa, as manobras de um grupo de Constituintes, eleitos pelo povo, certamente manobrado pela extrema direita, que se convencionou chamar de "Centrão". Hoje, tal grupo, que tem em seu bojo inúmeros Constituintes bem-intencionados e que podemos considerar desavisados, vem sendo identificada como de que representa a traição aos mais caros interesses nacionais e às mais claras reivindicações do povo brasileiro.

O "Centrão" conseguiu perpetrar um golpe contra os interesses nacionais e os interesses do povo brasileiro, promovendo mudanças no Regimento Interno que significam, pelo menos, a possibilidade de impedir que avancemos na construção de um modelo de sociedade que permita à classe trabalhadora efetuar transformações no País. Perpetrando o golpe no Regimento, com a anuência da maioria dos Constituintes – golpe que podemos chamar de democrático mas que é, acima de tudo, um golpe – o que verificamos na Assembléia Nacional Constituinte? Um pequeno recesso permitiu que os Constituintes, de alguma forma, travassem contatos com suas bases. Este rápido contato foi suficiente para que muitos constatassem o equívoco em que "estavam incorrendo, e começaram a assumir posições, distanciando-se do "Centrão". Muitos têm assomado a esta tribuna para dizer que só participaram do "Centrão" para tornar o Regimento Interno mais democrático. O que é mentira! Muitos o fizeram desavisadamente, e agora estão sendo cobrados nas suas bases.

Mas o que causa maior perplexidade e surpresa é o fato de que a cada suposta vitória do "Centrão", a cada suposta conquista, os que lideram esse movimento e que são reconhecidos como os próceres da ditadura acorrem ao Palácio do Planalto para dizer ao patrono da causa – um patrono que não conduz mais os destinos da Nação – que conseguiram mais uma vitória.

Ontem, a liderança do PDS, através do Constituinte Amaral Netto, ocupou a tribuna para dizer quer o PDS, o grande sucessor da Arena e o grande partido de sustentação da ditadura, é hoje o maior partido de oposição nesta Casa. Chega a ser contraditório e até ridículo que o Líder do PDS ocupe a tribuna para dizer que o PDS é o grande partido de oposição. E causa surpresa também que o Partido Trabalhista Brasileiro, que já deu sustentação à ditadura, que participou do poder – e até alguns de seus quadros ficaram conhecidos como integrantes do "PTB – Cobal", pela altíssima corrupção da qual participavam - diga, agora, que integra o "Centrão", mas pretendendo preservar as conquistas da classe trabalhadora no texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Chamo, pois, a atenção daqueles que integram a Assembléia Nacional Constituinte, daqueles que integram o "Centrão" e hoje caem em tais contradições. O povo brasileiro está atento, vigilante, e os Constituintes que têm compromissos com a transformação deste País, com a democracia, vão denunciar esses outros em praça pública, vão denunciar nominalmente, vão exigir que os que traem aqui dentro não possam fazer seu voto cair no anonimato. Serão denunciados, serão nominados. Não vamos permitir que a Assembléia Nacio-

nal Constituinte seja um instrumento para institucionalização daquilo que a ditadura fizera pela força. Não vamos permitir isso, vamos denunciar. O povo brasileiro está atento e vai tomar conhecimento de tudo o que aqui se passa.

E faço esta advertência: aqueles que não compreenderem o momento histórico, que não compreenderem as reivindicações do povo brasileiro, estarão conduzindo o País para um impasse muito mais grave. E esse impasse dar-se-á nas ruas, porque o povo promoverá a desordem, lutando por suas reivindicações. Portanto, é vital que não nos distancie das justas aspirações nacionais.

O "Correio Brasiliense", em sua edição de hoje, nomina aqueles que defendem os cinco anos para o atual Presidente da República. Sabemos que, não fora o "Centrão", 1987 teria sido também o ano da conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Mas 1988 há de ser o ano da conclusão da Assembléia Nacional Constituinte, que promulgará uma Constituição democrática. Há de ser também, 1988, o ano da realização de eleições diretas para Presidente da República.

Os que estão com o "Centrão" e como os cinco anos serão apontados como os grandes traidores da Nação".

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a discussão política é muito bonita, mas, no tocante a toda essa problemática de emendas para a alteração do texto aprovado pela Comissão de Sistematização tenho ouvido falar pouco a respeito dos aposentados e pensionistas. Certamente esta é uma preocupação séria. haja vista que nas Disposições Transitórias nenhuma forma de revisão e atualização dos benefícios já concedidos até esta época foi estabelecida. Os futuros benefícios estão sendo torpedeados em razão de ter-se aprovado na Comissão de Sistematização o salário integral para a aposentadoria, como se os funcionários públicos, os militares e todos os demais ligados ao funcionalismo não tivessem direito ao último salário integral na época de sua aposentadoria. Esse artigo – é certo – poderá ser burilado, mas mesmo assim teremos de garantir aos aposentados e pensionistas a manutenção do seu último salário. Temos de garantir também à viúva o valor da pensão integral e não a pensão defasada que ela hoje recebe. Urge também estabelecer no novo texto constitucional que o valor mínimo a ser pago seja correspondente ao que é pago ao trabalhador da ativa. O texto prega o salário mínimo, mas eis que de repente o Governo altera a forma de pagamento, criando o Piso Nacional de Salários, ou outra coisa que seja, e acaba prejudicando, de certa forma, o trabalhador aposentado e o pensionista.

Não iria ao extremo do nobre Constituinte que me antecedeu. Paulo Ramos, de criticar todo o PMDB, mas parte do PMDB não quer o avanço relativo aos pagamentos dos aposentados e pensionistas. Embora o Presidente da República tenha vetado um projeto de lei, aprovado por este Congresso, que estabelece que o aposentado e pensionista teriam direito a 95% do Piso Nacional de Salários – aliás, temo que não haja número suficiente para derrubar esse veto – mesmo assim o reapresentaremos agora no novo exercício, neste novo ano legislativo de 1988. E quero ver os companheiros de todos os partidos engajados

nesta luta, porque aposentados e pensionistas certamente não têm partido político, mas têm uma série de dificuldades com as quais, infelizmente, o Governo não se preocupa. Eu até deixo uma mensagem ao Governo: seria melhor mudar o **slogan** de "Tudo pelo social" para "Nada para o social".

**O SR. VICTOR FACCIÓNI (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, cá estamos já há alguns dias da reabertura dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, trazendo todas as angústias e apreensões possíveis e passíveis de serem vividas por um povo, por uma Nação, à exceção de uma só, a única que o povo brasileiro não está experimentando, que é a da guerra civil. Fora a guerra civil, tudo o mais está sendo vivido pelo povo brasileiro em matéria de preocupações, de tensão e de angústia. E até há a hipótese de ela ocorrer, dada a caótica situação em que está mergulhada a vida política nacional. Outros já dizem que de forma indireta ela já está ocorrendo no alto índice de insegurança, assaltos e criminalidade.

O descrédito da classe política é generalizado, notadamente depois do que fizeram com o Plano Cruzado, em plena campanha política e logo após as eleições, quando haviam suscitado no povo brasileiro a idéia de um novo maná em caráter permanente, como se o próprio maná, dado por Deus ao povo judeu, não tivesse sido distribuído uma vez apenas.

Mas, a propósito das responsabilidades, dos desdobramentos da política nacional, desejo, ainda hoje, retomar à tribuna no período das Comunicações das Lideranças. Por isso, ao tempo em que trago o registro dessas preocupações, quero também formular alguns protestos para, mais tarde, retomar aos seus registros e análises em pronunciamento posterior.

O primeiro protesto, Sr. Residente, é com relação ao veto do Sr. Presidente da República ao projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, no mês de novembro último, numa das últimas sessões, que determina o reajuste do valor real dos vencimentos dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Não é possível, Sr. Presidente, que, mesmo após a aprovação nas duas Casas do Congresso do reajuste dos benefícios a que têm direito e de a Justiça Federal acolher favoravelmente as ações neste sentido de aposentados e pensionistas da Previdência Social, que contribuíram com os seus salários para a formação do Fundo de Previdência dos Aposentados, o Presidente da República ainda vete o projeto de lei. Seria demais esperarmos que o Congresso Nacional derrubasse o veto do Sr. Presidente da República? É a pergunta que faço a este Plenário.

É evidente que está aí a Constituinte com propostas já acolhidas, determinando a atualização desses valores. Mas esse direito já está consagrado na legislação atual e não está sendo cumprido. Não bastam novas leis, enquanto não se cumprirem as já existentes.

Protesto também, Sr. Presidente, contra o pacote fiscal com que foi brindado o povo brasileiro às vésperas do Natal, no dia 21 de dezembro. É um presente de grego, como bem observa o Constituinte Floresta Fernandes. Mais uma exagerada carga sobre o já esmagado contribuinte

brasileiro, notadamente os assalariados da classe média e a microempresa. O Congresso se reuniu ontem para apreciar 23 decretos-leis, editados no mês de dezembro, e mais 117 editados durante o atual Governo, sendo que oito deles foram editados em 1984, mais doze ou treze em janeiro de 1985. E não foram lidos durante todo esse tempo pela Mesa do Congresso Nacional, para evitar o constrangimento dos Deputados e Senadores votarem a favor do Governo e contra o povo brasileiro.

Este autoritarismo – pelo menos faço essa ressalva ao PDS e à Arena, quando estes eram maioria do Congresso Nacional e o dirigiam não acontecia. Mas está ocorrendo agora com a atual Mesa do Congresso Nacional, liderada pelo PMDB que engavetava as mensagens presidenciais e, com isso, não há o decurso de prazo, funcionando o decreto-lei como se tivesse sido aprovado. Chegamos à hipótese absurda de um decreto-lei – o que instituiu o empréstimo compulsório sobre a compra de automóveis – ter vigido durante um ano, e ter sido assinado outro derogando aquele, sem que o primeiro tivesse sequer sido lido em sessão do Congresso Nacional.

Não dá para os partidos que compõem a maioria da Mesa e do Plenário, PMDB e PFL dizerem que não têm nada a ver com a política econômica do Governo, porque nesta Casa adotam a postura de defesa tão intransigente e radical que nem sequer permitem a leitura dos decretos, para que possam ser discutidos, criticados e votados.

Eram esses os dois protestos que gostaria de fazer nesta oportunidade, ao reinício deste período legislativo, reservando-me fazer a análise da política atual posteriormente, no período de Comunicações de Liderança.

Muito obrigado.

**O SR. ADRIVALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, meu constrangimento com a publicação, hoje, de uma pesquisa sobre o tempo de duração do mandato do Presidente Sarney é tamanho, que corro o risco de morrer de vergonha, se tal previsão se confirmar em plenário.

Nada contra a pessoa do Presidente da República. Refiro-me ao homem público José Sarney, ao administrador dos interesses de 140 milhões de brasileiros, que fracassou redondamente, jogando-se à condição de um povo sem perspectivas. Pode existir algo mais dramático, mais triste, mais lamentável para uma população inteira, Sr. Presidente, do que se sentir à deriva, sem comando de espécie alguma?

Ontem, com outros colegas parlamentares, fazíamos um levantamento sobre o que manifestarão os Constituintes na hora de votar o tempo de duração do mandato do atual Presidente. Fiquei profundamente preocupado com as considerações feitas sobre votos comprometidos em virtude de favores recebidos ou de favores em tramitação. Um país constituído por homens que orientam suas consciências por vantagens pessoais recebidas ou que pretendem ainda receber, certamente está a perigo, suas instituições correm riscos sérios. É assim que sinto o quadro dramático por que passa a Nação brasileira. De um lado, um governo desmoralizado, ilegítimo, que vende a alma ao diabo para continuar no poder. De outro, cidadãos impotentes que a tudo assistem sem condições de se livrarem dessa tirania

feroz implantada por aproveitadores inescrupulosos.

A imprensa internacional tem-se referido ao grau de deterioração do atual governo brasileiro, comparando-o ao governo da Rússia imperial dos Czares, que caiu de podre. E nós, pacificamente, assistimos ao desmoroamento das nossas instituições, sem nos darmos conta dos custos desta subserviência.

Se amanhã o povo sair às ruas e fizer justiça pelas próprias mãos, nada mais estará fazendo do que se redimir, perante o mundo, dos danos causados por falsas lideranças, capazes de dobrar-se ao simples aceno de um benefício pessoal.

Faço todas estas constatações duras, exprimindo o pensamento das minhas bases eleitorais, que num pleno memorável, quando tivemos que lutar contra a farsa chamada Plano Cruzado, conferiu-me o direito de representar seus anseios e aspirações neste Congresso Constituinte.

Embora assustado com o sangue frio com que alguns parlamentares enfrentam suas bases, dando cinco anos para o desgoverno Sarney, ainda creio numa retomada do bom senso quando esta matéria chegar a plenário para ser votada. Quero ver quem terá coragem de, publicamente, nos impor o sacrifício de suportar José Sarney até 1990.

Por isto, junto-me aos que querem votar imediatamente, na Constituinte, a forma de governo e a duração do mandato do atual Presidente. Mais importante do que conquistas do novo texto constitucional, será oferecer à nossa gente sofrida a certeza de que vai livrar-se, no final deste ano, do maior pesadelo da história: o desgoverno Sarney.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, quero abordar assunto que me parece extremamente grave. Para não abusar da gentileza da Presidência, serei breve.

O Estado do Rio Grande do Sul tem uma dívida imensa, mas seu Governo declara que há dificuldades quase invencíveis no sentido de cobrar seus devedores. Não se pode entender a coisa pública despendida de coerção e muito menos a impunidade dos devedores do Tesouro, passeando, rindo de quem paga, e, sobretudo, penalizando apenas os pequenos devedores que tenham o seu nome no Serviço de Proteção ao Crédito, ou os que não pagam os próprios serviços prestados pelo Estado. Perguntei então ao Secretário da Fazenda do meu Governo – e gostaria de perguntar o mesmo aos Secretários da Fazenda das outras unidades federativas – a razão pela qual não se divulgava o nome dos devedores, como no SPC se tem a qualquer momento a nominata dos que não pagam prestações; ou como a CRT, ou a CEEE do meu Estado, ou de qualquer outra unidade federativa, onde cortam luz e telefone de quem fica devendo um dia. A resposta é que o Código Tributário Nacional proíbia isso. Confesso lisamente que não encontrei essa vedação. Mas, sem querer entrar em detalhe estéril, oficiei ao Governador e ao Secretário da Fazenda do meu Estado e aqui está a resposta oficial: o ofício do Sr. Secretário e a nominata dos devedores ao Erário do Rio Grande do Sul num valor astronômico de Cr\$ 10395.941.148,96, sendo que ape-

nas um, do qual vou declinar o nome, Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul, deve Cr\$ 1.750.832.913,05.

Tudo aquilo que é dito no Parlamento passa a ter notoriedade ou a ser de pertence público. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, transcrito nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, já não existe nenhum segredo, e todos os órgãos de divulgação poderão lançar mão da relação de quem deve e não paga, tal como qualquer um pode ficar sabendo quem é devedor de qualquer loja comercial ou teve seu título protestado e divulgado no jornal. Nunca vi essa relação sequer no **Diário Oficial**, mas gostaria de vê-la.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, gostaria que a Mesa me informasse qual o número de lugares destinados ao público nas galerias do plenário da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, bem como os critérios adotados para a distribuição de senhas às diversas bancadas que compõem a Assembléia Nacional Constituinte a fim de franquear o acesso do público às galerias.

Minha indagação, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, louva-se no fato de que estamos vivendo, um momento de poucos debates, em virtude de estar fluindo o prazo regimental para apresentação de emendas. Isso, naturalmente, leva à conclusão de que a presença do público, longe de causar traumas ou possíveis aborrecimentos aos Constituintes, constitui saudável participação. Além disso, há muitas pessoas que, na condição de turistas, estão visitando neste momento o Congresso Nacional e estão impedidas de ter acesso às galerias, face a essa determinação da Mesa, que considero até louvável, mas em momentos de tensão, em que os debates assumem um calor inusitado; não, hoje.

De resto, Sr. Presidente, aqui permaneço com minhas interrogações e dúvidas. Pelo que sei, são quatrocentos e trinta e oito os lugares destinados ao público, o que já constitui uma aberração. Mas, não vamos discutir isso. Em função do fato de que meu partido tem uma representação que corresponde, praticamente, a 5% do total de Constituintes, não há sentido em que a bancada do PDT receba apenas meia dúzia de senhas, quando pelo critério de proporcionalidade, deveria receber, no mínimo, vinte senhas.

Por isso, Sr. Presidente, suscito esta questão de ordem e faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, se não há senhas disponíveis para facilitar o acesso do público às galerias na sessão desta tarde, em que os debates estão tranquilos – até um pouco gélidos – eu apelaria à generosa compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de determinar à Segurança que não impeça a entrada do público que se encontra na Casa, integrado, inclusive, por turistas que não fazem parte de **lobbies** nem de grupos de pressão, a fim de que tais pessoas possam pelo menos conhecer o prédio na sua totalidade, visitando as galerias. Insisto que, se o critério é o da proporcionalidade, meu partido está sendo violentado

em seus direitos ao receber apenas seis senhas, quando deveria receber, no mínimo, vinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– Nobre Constituinte Amaury Müller, a Mesa acolhe com grande respeito a questão de ordem suscitada por V. Ex.<sup>a</sup> e a responde.

De acordo com o § 2º, do art. 40. do Regimento Interno:

“Haverá lugares reservados nas galerias especialmente para membros do Corpo Diplomático, altas autoridades, funcionários e representantes da imprensa.”

O § 3º diz:

“Aos partidos, na proporção do número dos seus membros, serão destinados convites, a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias.”

De acordo com as normas adotadas pela Mesa Diretora dos trabalhos, obediente à norma regimental, foram destinados quatrocentos e trinta e oito lugares para o público em geral, oitenta e oito para as autoridades do corpo diplomático e o restante para a imprensa. V. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento de que senhas foram distribuídas proporcionalmente aos partidos políticos. Esta norma vigorou até o dia de ontem, quando passou a vigir o novo Regimento interno aprovado por esta Assembléia. E está expresso, no art 13 da Resolução nº 3, que alterou o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que “aos Constituintes, obedecido o sistema de rodízio, serão entregues, semanalmente, senhas a serem distribuídas ao público em geral, para ingresso às galerias”.

Esta norma estará sendo posta em prática dentro de, no Máximo, cinco a oito dias, eis que fomos obrigados a elaborar novas senhas para dar cumprimento à norma regimental.

De sorte que a Mesa deseja tranquilizar V. Ex.<sup>a</sup>, afirmando que o público, dentro das limitações aqui estabelecidas não será prejudicado na sua participação durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

É a informação que presto a V. Ex.<sup>a</sup>, em nome da Mesa.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Perdoe V. Ex.<sup>a</sup> se volto ao assunto. Como ainda não estão confeccionados os convites pessoais que serão entregues a cada um dos Constituintes – V. Ex.<sup>a</sup>, disse que isto demorará entre cinco a oito dias – fica a presunção de que o critério anterior será mantido.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– Permanecem vigentes as senhas distribuídas de acordo com as normas do Regimento Interno que acaba de ser alterado.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Nessa hipótese, Sr. Presidente, reivindico para meu partido o direito deter, proporcionalmente, o número de senhas que não vem tendo. Nós recebemos apenas meia dúzia de convites, quando teríamos direito a, no mínimo, 20 por esse critério, porque temos 26 Constituintes num universo de 559. Isso representa 4,5%, aproximadamente; em 438, seriam mais de 20 convites.

Peço providências a V. Ex.<sup>a</sup>, para que à Liderança do meu partido sejam entregues os 15 ou 16

convites que não recebeu, os quais estão sendo escamoteados por quem certamente não tem interesse em ver cumpridas as normas regimentais e pretende que o povo participe dos debates apenas como observador.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– A Mesa examinará a questão suscitada por V. Ex.<sup>a</sup> com relação à proporcionalidade e voltará a informá-lo sobre as decisões que adotará.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Com urgência urgentíssima, Sr. Presidente.

**O SR. PEDRO CANEDO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, o

jornal **Correio Brasiliense** publicou hoje uma pesquisa em que relaciona meu nome como favorável ao mandato de 5 anos para o atual Presidente. Tendo, desde o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, manifestado minha posição de defensor de eleições para Presidente da República em 1988, uso esta tribuna, com a aquiescência de V. Ex.<sup>a</sup>, para sanar o equívoco. O jornal já me esclareceu ter recebido das lideranças do “Centrão” a informação de que eu teria respondido à pesquisa favoravelmente ao mandato de 5 anos. Prefiro realmente acreditar que tenha sido um equívoco, já que minha posição é firme em favor das eleições presidenciais neste ano.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– Tem a palavra o Sr. Paulo Delgado.

**O SR. PAULO DELGADO – (PT –**

**MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, no dia 16 de setembro do ano passado encaminhei, por intermédio da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, requerimento de informações à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República sobre a liberação de 16 milhões de cruzados, a fundo perdido, à empresa Hidro- Sistemas de Engenharia de Recursos Hídricos, de Minas Gerais, a fim de executar obras na prefeitura de Valença, no Estado do Rio de Janeiro. Essa empresa é de propriedade de um primo do Ministro, de nome Sérgio Menin Teixeira de Sousa. No dia 23 de novembro, recebi da Secretaria Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte a comunicação de que o pedido de informação havia sido encaminhado ao Gabinete Civil da Presidência da República. Até hoje não recebi as informações da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Há alguns dias, a imprensa vem noticiando que o Ministro do Planejamento está envolvido em operações nebulosas – possível corrupção. A revista *Veja*, de nº 1.009, afirma que o SNI está grameando os telefones e fiscalizando cortas de telefonemas dados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, numa verdadeira triagem na Esplanada dos Ministérios, no sentido de captar informações que possam produzir provas, atestar o ilícito da atividade do Ministro Aníbal Teixeira.

Hoje, em manchete de primeira página no **Jornal do Brasil**, afirma-se que:

“O Presidente Sarney prepara a saída de Aníbal, do Planejamento”.

O Ministro (...) está para sair do cargo até o início da semana que vem. Sem apoio político e com o seu Ministério bombardeado por acusações de corrupção, o Ministro será afastado pelo Presidente José Sarney...”

Já o jornal **O Globo** traz matéria com o seguinte título: “Aníbal já admite sair para disputar a prefeitura”. A prefeitura é a de Belo Horizonte, capital do meu Estado.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, se o Ministro é acusado de corrupção, se a corrupção é provada, se o SNI apura, o Presidente comprova e a Câmara dos Deputados ou a Assembléia Nacional Constituinte tenta interferir para averiguar, produzir a prova, se houver, esse Ministro, ou qualquer outro, não pode sair para ser candidato, tem que sair para a cadeia. Isso é o mínimo.

Qualquer brasileiro que não tenha a proteção do vício da política brasileira vai para a cadeia, menos os homens públicos, os apaniguados, os protegidos dos membros da classe dominante. Que país podemos construir? Que Constituição poderá sair daqui? O que exigir do nosso povo? Como criar reflexo moral no nosso povo para que cumpra as leis? É um absurdo não ter um Deputado Constituinte, eleito como qualquer um de nós, com mais votos do que a maioria dos Ministros que ai estão, condições de produzir prova, de receber informações, de ajudar a fiscalizar a atividade pública.

Aqui deixo, Sr. Presidente, meu protesto por esses quase 120 dias sem as informações que requeri, fato que me impede de ser um Parlamentar como esperam os quase 45 mil mineiros que me elegeram. Protesto por não conseguir essas informações, por não poder fazer nada. O Presidente da República vai apurar os fatos por meio do SNI. S. Ex.<sup>a</sup> ontem chamou a Brasília o Governador de São Paulo – que, segundo dizem, protege esse Ministro – provavelmente para dizer-lhe que com essas provas não poderá mantê-lo no cargo. Mas o Ministro enfraqueceu porque outro Governador, que também opera de maneira nebulosa com o dinheiro público – o do meu Estado, Sr. Newton Cardoso – retirou sua proteção ao Ministro, porque este começou a ofuscá-lo em Minas no uso indevido da verba pública.

É o que enfraquece o Ministro, e não o fato de ser um Ministro inadequado, incompetente, com a clara possibilidade de estar envolvido em corrupção, como a imprensa vem acusando, ou se processa a imprensa ou se demite o Ministro, mas jamais se admita que, com esse expediente, saia para ser candidato à Prefeitura de minha Capital, Belo Horizonte, ou de qualquer um dos mais de quatro mil municípios brasileiros.

Este, o meu protesto, Sr. Presidente. Ao mesmo tempo solicito à Mesa que reclame a informação antes de S. Ex.<sup>a</sup> sair, a fim de que se possa produzir provas para processar criminalmente um Ministro envolvido na malversação do dinheiro público. Milhares de brasileiros passam fome, e esta Assembléia não pode patrocinar esse tipo de atitude.

**O SR. JOSÉ GUEDES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ GUEDES (PMDB – RO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, inscrevi-me para me pronunciar nesta hora, mas solicito a

V. Ex.<sup>a</sup> retirar meu nome da lista do Pequeno Expediente, pois o assunto de que trataria refere-se a matéria publicada no **Correio Brasiliense**, que me relaciona como defensor do mandato de 5 anos para o Presidente Sarney. Como vi que não se trata de qualquer novidade, mas de informação totalmente deturpada, quero acrescentar que somente no meu Estado o índice de incorreções como esta chega a 30%. Também quero informar às pessoas que prestaram tal informação, que já evolui do presidencialismo para o parlamentarismo.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Jesus Tajra.

**O SR. JESUS TAJRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, no primeiro semestre do ano passado quando a inflação acelerou seu ritmo e alcançou índice assustador, o Banco Central, diante do clamor dos pequenos produtores e empresários que se viam numa situação vexatória de inadimplência com relação aos compromissos assumidos com os bancos no País, baixou a Resolução nº 1.131 e, posteriormente, a Resolução nº 1.132, para exatamente atender a esses clamores e buscar uma solução capaz de aliviar o quadro assustador com que se deparavam os pequenos produtores e empresários. Só que, Sr. Presidente, essas resoluções estabeleciam o prazo de até 31 de dezembro último para a reformulação do débito, com a concessão de correção monetária reduzida e taxas de juros também subsidiadas. Ocorre que, vencido esse prazo, novamente esses pequenos produtores e empresários voltam a deparar-se com o mesmo quadro dantesco, com a inflação voltando à escala ascensional e atemorizando novamente aqueles que terão de fazer a reformulação dos seus débitos com os bancos.

Fazemo-nos presentes neste momento para apelar ao Sr. Presidente do Banco Central, responsável por essas portarias e ontem mantido no posto, no sentido de que restabeleça os benefícios visando a amparar os pequenos produtores e empresários e a aliviá-los do peso de uma correção monetária que corresponde à inflação crescente que nos está asfixiando.

Era este, Sr. Presidente, o apelo que gostaríamos de fazer ao Presidente do Banco Central, e, por via de consequência, ao próprio Presidente da República, que há de voltar sua atenção para esse segmento de nossa sociedade que se vê sufocado com o peso de uma dívida tão assustadora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, no Rio de Janeiro, conforme notícias os jornais, o Governador do PMDB daquele Estado devolveu aos antigos acionistas empresas de ônibus que haviam sido desapropriadas pelo Governador Leonel Brizola. Com este gesto – naturalmente S. Ex.<sup>a</sup> ficou sensível a uma febre que assola os setores mais conservadores deste País – o Governador do Rio de Janeiro privatizou empresas de transportes coletivos destinadas a servir à população da região metropolitana do Rio de Janeiro, devolvendo-as a seus antigos donos para que novamente reacumulem os grandes

lucros que aquelas empresas sempre lhes propiciaram à custa de elevadas tarifas pagas pelos sofridos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense e de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Este gesto, este ato, esta atitude do Governador do PMDB do Rio de Janeiro, que, segundo as notícias das últimas semanas, é integrante do chamado “Grupo dos Históricos” do PMDB, sem dúvida alguma, diante da análise a mais simples, a mais simplória de qualquer observador, de qualquer analista, representa rasgar, violentar quaisquer dos compromissos que o MDB e o seu sucessor, o PMDB, já assumiram diante da Nação brasileira, quer como oposição, quer na sua recente passagem pelos governos dos Estados e pelo Governo da Nova República.

Qualquer analista tem a percepção de que esse debate, mesmo frívolo, superficial e irrelevante, entre privatização e estatização é um mal para este País, porque os nossos problemas nunca serão resolvidos através da opção entre uma ou outra. Daí representar um grande malefício o aprofundamento do debate político nesse sentido. Mas a mais comezinha análise, a observação mais simplória jamais poderia indicar que, nessa discussão, o PMDB estaria do lado da privatização.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não deve ocorrer a privatização no setor de transportes coletivos, pois as populações das cidades deste País e do mundo inteiro já têm a consciência de que o transporte coletivo é um bem essencial a toda a população e a todo o povo e, acima de tudo, um componente indispensável à vida do trabalhador e ao bom funcionamento de qualquer modelo econômico, pois sem o transporte apropriado não é possível fazer-se chegar a mão-de-obra aos locais de trabalho, especialmente na realidade do Rio de Janeiro, em que o transporte privado significa 95% do transporte de massa da população trabalhadora daquele capital. Enquanto nas outras cidades a média era de, no máximo, 60 a 70%, no Rio de Janeiro o transporte coletivo privado sempre representou, no mínimo, 95%. Daí imporem às administrações anteriores da cidade e do Estado do Rio de Janeiro as tarifas mais escorchantes e mais elevadas que o sofrido povo trabalhador era obrigado a pagar. Essas pessoas também praticaram diversos atos anti-sociais, contra a cidadania do povo brasileiro, como o que ocorreu no dia da eleição para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em que os empresários de ônibus fizeram um **lockout** para impossibilitar que os trabalhadores se deslocassem de seus bairros e favelas para votar nos candidatos a prefeito de sua cidade, provocando uma crise política. Por pouco, aliás, o Tribunal Regional Eleitoral não foi obrigado a anular essa eleição, dada a ausência de transportes que possibilitassem aos trabalhadores e moradores das zonas mais carentes e mais distantes chegar aos locais de votação.

Agora essas empresas voltaram aos seus antigos donos, pelo ato do Governador do PMDB histórico, assim chamado pela imprensa e assim considerado atualmente pelos dirigentes do PMDB, pelo Governador do Rio de Janeiro, eleito pelo PMDB. S. Ex.<sup>a</sup>, sem dúvida alguma, no entanto, tripudiando sobre os compromissos históricos do seu partido, acaba de praticar um ato anti-social, porque lesivo ao patrimônio daquela população, que passará a pagar mais caro pelas tarifas

de um transporte ineficiente. Praticou S. Ex.<sup>a</sup> um ato anti-social e lesivo ao trabalhador. Não foi à toa que, ontem, os trabalhadores de uma das empresas pararam suas atividades quando souberam da notícia. É que, encampadas, as empresas lhes propiciavam melhores condições de trabalho. Havia participação direta dos trabalhadores na direção das próprias empresas, desde o Governo Leonel Brizola, que encerrou suas atividades há quase um ano.

Esse ato governamental merece a reflexão da Assembléia Nacional Constituinte. Nas votações que faremos, em plenário, do projeto definitivo da Constituição, certamente este ato pesará na definição da questão relacionada com os transportes coletivos urbanos deste País. Esperamos que a Assembléia Nacional Constituinte chegue a uma formulação que impeça atitudes anti-sociais como a que acaba de tomar o Governo do PMDB no Rio de Janeiro. Muito obrigado.

**O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB – PR. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, ouvi, há pouco, o discurso do nobre Constituinte Mendes Ribeiro, do Rio Grande do Sul, quando S. Ex.<sup>a</sup> apresentou aqui, uma relação, consentemente ao seu Estado, de devedores do ICM, e pediu sua transcrição nos Anais desta Casa. O maior entre todos esses devedores é a Central-sul, uma cooperativa, cujo débito ascende a mais de um bilhão de cruzados.

Depois, examinando mais detidamente a relação lida por S. Ex.<sup>a</sup>, verificamos que mais de uma dezena de cooperativa são igualmente ali devedoras de ICM. Se considerarmos a situação dessas entidades por este Brasil afora, vamos encontrar uma grande quantidade delas em situação financeira difícil.

Após perguntarmos, a respeito, analisarmos o assunto e refletimos sobre quais as razões que fazem com que tenhamos neste Brasil, de alguns anos para cá, este quadro no que diz respeito a essas instituições, chegamos à conclusão, Sr. Presidente, de que o início dessas dificuldades coincide com a criação do BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Referido estabelecimento, uma vez criado, deveria objetivar o atendimento às cooperativas com assistência financeira, técnica e tudo o mais. No entanto, não é assim que vem ocorrendo. Antes da criação do BNCC, essas cooperativas eram assistidas pelo Banco do Brasil, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Naquele tempo não havia esses problemas que hoje afetam as cooperativas do País. O Banco do Brasil, através da sua carteira especializada, prestava àquelas entidades assistência financeira, técnica e orientação jurídica, inclusive. Toda vez que o Banco do Brasil, presente em todos os 4 mil Municípios deste País e, portanto, bem próximo do seu cliente, concedia um crédito a uma cooperativa, constantemente ele estava ali junto a ela através dos seus fiscais, acompanhando a correta aplicação desse empréstimo. Toda vez que uma cooperativa realiza uma assembléia geral, ali estavam também os assessores do Banco do Brasil orientando-a até na lavratura da ata. O fato é que quando as cooperativas eram assistidas pelo Banco do Brasil, recebiam, constantemente, a sua orientação, sempre no sentido de realizar os seus objetivos econômicos e sociais no interesse da comunidade e também dos seus

cooperados. Com a criação do BNCC, que tem agências tão-somente nas capitais dos Estados e nas principais cidades deste País, isso acabou, pois o BNCC se tornou distante das cooperativas e, no mais, transformou-se num mero repassador de recursos externos oriundos da Resolução nº 63.

É preciso, Sr. Presidente, para que possamos ter neste País um sistema cooperativo sadio e eficiente, extinguirmos o BNCC, aproveitando agora esta idéia de enxugamento da máquina pública, para entregarmos, novamente o encargo de dar assistência às cooperativas ao Banco do Brasil.

**O SR GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, preocupa-nos a decisão que quer tomar o eminente Presidente da Petrobrás, Coronel Osires. Faria daqui, desta tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, um apelo a S. Ex.<sup>a</sup> para que refletisse bem no que diz respeito à decisão de transferir o Distrito de Perfuração Norte, de Belém do Pará, para a cidade de Manaus.

Faço este apelo, não pelo lado sentimental ou regionalista, mas tão-somente levando em consideração argumentos fundamentais que se compatibilizam com o desejo e a manifestação do próprio Presidente da República no que diz respeito à contenção dos gastos públicos.

Srs. Constituintes, se o Presidente da Petrobrás transferir o Distrito de Perfuração Norte, de Belém, para Manaus, vai gastar cerca de Cz\$ 1.806.200.000,00 – este é um dado oficial que consta do meu telex dirigido ao Ministro Aureliano Chaves – distribuídos, portanto, da seguinte maneira: 72 milhões para ajuda de custo; 960 milhões para auxílio-residência; 20 milhões para frete de bagagens; 24 milhões para passagens aéreas de empregados e dependentes; 32 milhões para hospedagem e alimentação, durante 10 dias para cada família; 45 milhões para adaptações do mesmo edifício da sede; 43,2 milhões para aluguel mensal do mesmo edifício da sede durante 3 anos à base de 1,2 milhão mensal; 240 milhões para a construção do edifício novo; 120 milhões para a compra de um porto em Manaus e 250 milhões para as obras desse porto.

Com esses dados o Presidente da Petrobrás está cuspidando nas afirmações do Presidente da República, ou está brincando com o País, ou está querendo levar a Petrobrás caminhos tortuosos pelos quais passa a Nação atualmente.

Desta tribuna, faço um apelo ao Cel. Osires, que, até o presente momento, para mim se apresenta com uma imagem de patriota, para que me convença com argumentos de que essa transferência não é um ônus desnecessário para o País. Deslocar de Belém o Distrito de Perfuração Norte, com seu pessoal, para Manaus só porque temos agora uma província do ouro negro bem ampla no Estado do Amazonas é uma desconsideração para com meu Estado – o Pará. É verdade que naquele Estado há petróleo, mas também é verdade – e a Petrobrás sabe disso – que existe petróleo em vastas regiões do Pará. O próprio Presidente da República declarou-me pessoalmente que a Petrobrás acabou de detectar a presença de petróleo na região do baixo Tocantins, em meu Estado. Ora, para que fazer gastos à-toa? Que se construa o porto, mas que se man-

tenha sua base em Belém. Com as facilidades das comunicações, das telecomunicações se resolvem os problemas. Ainda teremos de gastar 960 milhões para dar de auxílio a novos habitantes do Amazonas porque estão alocados em Belém? Isso é ser perdulário, é querer brincar com nossa triste realidade, é entristecer-nos, é fazer com que não acreditemos nesses governantes.

Não posso crer que essa mudança, Sr. Presidente, tenha fundamento de ordem técnica, porque em Belém se assentou o Distrito Norte de Perfuração, e, através dele, descobriram-se os grandes reservatórios de petróleo no Amazonas. E agora vamos carregar nas costas essa infra-estrutura, levando ainda o pessoal com seus teréns, e a Nação é que irá desembolsar o dinheiro.

Assim, o Ministro Aureliano Chaves não conseguirá impedir a marcha mensal dos aumentos de energia elétrica, sacandoo do bolso dos assalariados brasileiros. E S. Ex.<sup>a</sup> também não conseguirá reduzir os custos de energia para os setores produtivos do País.

Faço um apelo ao Sr. Ministro no sentido de que atenda ao telex que dirigi a S. Ex.<sup>a</sup>, no dia 26 de dezembro próximo passado, para que suste esta medida desnecessária e encontre outra fórmula mais econômica que resolva a situação. Que não arranque do meu Estado um centro de desenvolvimento de trabalho, em prejuízo dos interesses do Pará, pois estará cometendo dois graves erros: primeiro, gastará desnecessariamente; segundo, ferirá os altos interesses do meu Estado, o Pará, que tem prestado ao País relevante contribuição no que diz respeito às suas riquezas e à sua matéria-prima

Deixo, portanto, meu apelo, que espero seja atendido não só pelo Sr. Ministro, como também pelo Coronel Ozires, Presidente da Petrobrás.

Era o que tinha a dizer.

**O SR VIRGÍLIO GALASSI (PDS – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a agropecuária em nosso País vem sofrendo um violento processo de empobrecimento, em razão da desastrosa atuação governamental junto ao setor, caracterizada pela falta de estímulos e de diretrizes determinantes de uma política de médio e longo prazos.

Há segmentos, por exemplo, que apresentam índices assustadores de queda na produção e consumo, cuja persistência levará certamente à absoluta paralisação das atividades, o desemprego e o abandono de mais famílias do meio rural, com conseqüências econômico-sociais caóticas e irreversíveis.

Não é possível ao agricultor ou pecuarista, como a quem se dedica a qualquer ramo empresarial, trabalhar com a perspectiva de receitas inferiores ao próprio custo, porque isso significa o contra-senso, a irracionalidade, a evidente contradição ao mais elementar princípio do espírito empreendedor. Pois a situação que emerge nesse recente período alardeado como da “Nova República” demonstra que o atual Governo escolheu um caminho irracional e ilógico no tratamento das questões da agropecuária, permitindo absurda defasagem entre os custos de produção e os preços pagos aos produtores, um desequilíbrio que provoca a descapitalização no meio rural, com a transferência de recursos para a indústria e o sistema financeiro.

Não obstante, os preços finais dos alimentos continuam elevados para a maioria dos brasileiros, diante da constante redução do poder aquisitivo de nossa população.

Os números referentes à pecuária, Sr. Presidente, são especialmente preocupantes porque revelam profundo agravamento da crise nos últimos meses, exigindo-se, por isso, do Governo, imediata adoção de providências para o estímulo à produção e à comercialização.

Em 1979, os brasileiros consumiam 22 kg **per capita**, ao ano, de carne bovina, enquanto que nos dias de hoje essa relação caiu à metade, ou seja, 11 kg **per capita** ao ano.

Há exatamente um ano, o preço do boi gordo chegara a 40 dólares a arroba, mas atualmente não ultrapassa 17 dólares, caracterizando, portanto, um empobrecimento da ordem de 58%. Enquanto o preço do boi evolui apenas 83%, a inflação dos últimos doze meses situa-se em torno de 370%.

Tal desestímulo reflete-se na progressiva dizimação dos nossos rebanhos, conforme atestam os recentes percentuais de abate de matrizes, em torno de 40% do total de cortes, quando em 1986 registrávamos uma taxa normal, de 6%.

Há ainda a questão do contingenciamento das exportações em 1987, arbitrado em 40% das vendas externas praticadas em 1985, uma imposição que redundou na perda, para o Brasil de significativa participação no mercado internacional.

É preciso que se estabeleça urgentemente um conjunto de medidas capazes de atender aos seguintes pontos: a) formação de carne bovina; b) liberação das exportações, de modo que se possa comercializar, a preços justos, os volumes não absorvidos pelo mercado interno; c) recuperação do poder aquisitivo da massa de trabalhadores brasileiros, mediante reajustes reais nos salários; d) controle sobre os preços dos insumos, visando evitar-se a exacerbação elevação dos custos, como vem ocorrendo.

Sr. Presidente, essas sugestões, por serem exequíveis e facilmente implantáveis, demonstram que a classe pecuarista mantém-se aberta ao diálogo e oferece propostas concretas de solução para a grave crise.

Cabe ao Governo demonstrar sensibilidade, acolhendo e executando tais medidas, sob pena de seus atuais representantes virem a figurar nos registros da História como os responsáveis pelo desaparecimento de uma das mais notáveis e tradicionais atividades produtivas de nossa economia, a outrora pujante pecuária brasileira.

**O SR. RAUL FERRAZ (PMDB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nós, que andamos pelo interior do Brasil durante o recesso, pudemos perceber a perplexidade em que vive o povo brasileiro. Sofremos questionamentos de toda ordem, provenientes do povo, em geral, e das bases partidárias. O povo questionando os partidos e os políticos em geral: as bases partidárias questionando as lideranças políticas. Esse questionamento decorre do fato de termos um Presidente da República que vive prometendo assumir o poder e não o faz, culpando sempre os políticos e o Congresso Nacional, por tudo de mal que ocorre neste País.

E eu pergunto: será que não somos realmente os culpados por tudo isso que existe hoje no País?

É bem possível, Sr. Presidente, até porque, em nossa região, em nossas áreas de atuação, cada um de nós, individualmente, é tido como uma verdadeira raposa dentro do Congresso Nacional. Porém, aqui, quando nós reunimos, viramos, coletivamente, um bando de patos.

É o que parece ser a composição desta Assembléia, porque uma só raposa põe todo o Congresso, todos os políticos a correr de maneira humilhante.

Isto revela, muito bem o que é o presidencialismo: um só homem a mandar num país inteiro, à revelia dos políticos, que são considerados culpados pelos seus erros, inclusive sem poder influir no Governo. Temos, então, de mudar. Não é possível que possamos ser humilhados a esse ponto, sem poder de influência no Governo e sendo humilhados por qualquer tecnocrata. Quando vamos conversar com um desses tecnocratas do Governo levamos como bagagem cinquenta, cem, duzentos mil votos que o povo nos deu. Entretanto, quando conversamos com eles, saímos de lá tendo a impressão de que eles é que tiveram esses votos para estarem ali, quando lá estão, muitas vezes, apadrinhados por certos interesses escusos. Temos de reagir e implantar o parlamentarismo no Brasil. Custa-me crer que, dentro do Congresso Nacional, e da Assembléia Nacional Constituinte, possa ter parlamentares que votem contra o parlamentarismo. Temos que adotar, imediatamente, um sistema de governo que nos de condições de realmente representar nosso povo. Assim, quando nos questionarem, poderemos responder pelas ações governamentais, porque teremos poder e participação no Governo.

Temos também, Sr. Presidente, que resolver o problema do mandato presidencial, e fazer eleições imediatamente, no parlamentarismo ou no presidencialismo. Do jeito que está, parece até que há muita gente querendo que, na União Soviética, haja eleição direta primeiro que no Brasil. Se não fizermos eleições agora, irão querer protelá-las para 1989, porque em 1988, com certeza, não poderá haver eleição isolada para Presidente da República. Depois de 1989, vão querer mandar as eleições para as calendas gregas. Temos de evitar essa vergonha internacional, pois, como disse, é possível desenhar-se a possibilidade de haver eleições diretas na União Soviética e na China primeiro do que no Brasil – e não sei para onde irá a vontade do povo brasileiro, que clama por influir no processo político.

**O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Fundação Tobias Barreto trabalha em silêncio para conseguir o apoio necessário à publicação de um livro que, desde já, deve ser **best-seller**, em 1989.

Será uma espécie da Enciclopédia da Escola do Recife – Tobias Barreto, à frente, este que, em 1989, estará completando 150 anos de nascimento e 100 de morte. O lançamento da obra, com mais de mil páginas, deverá ser simultaneamente em três línguas – alemão, inglês e francês – além do português. Os autores deverão ser de preferência, nordestinos, e a obra terá capítulo inteiramente dedicados à Escola do Recife, na Proclamação da República e também ao seu apoio à Guerra do Paraguai, dentre outros.

Razões de fé históricas, práticas e culturais explicam esta escolha: a Escola do Recife, chefiada por Tobias Barreto, a famosa Faculdade de Direito, por onde passaram professores e alunos que ouviram o mestre e propagaram fielmente as teorias impregnadas de germanismo que lhe deram relevo e singularidade na vida cultural do País. Daquela geração, foram por demais conhecidos: Clóvis Beviláqua, Sílvio Romero, Artur Orlando, Virgílio de Sá Pereira, Martins Júnior, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa, Faelante Câmara e França Pereira. Ainda Augusto Franco, nascido em Barbacena, Minas Gerais, e falecido em Freyburg, na Alemanha Federal, o qual seguiu a crítica metodicamente orientada segundo o mestre Tobias Barreto.

A Proclamação da República teve a influência da Escola de Recife. E a Guerra do Paraguai – a maior campanha do Exército e da Armada brasileiros em prol da soberania nacional, em todos os tempos – foi também um **leit-motiv** nas pugnas literárias daqueles pelejadores e fertilizadores da história filosófico-jurídica nacional.

Uma escola é um conjunto cultural. É uma instituição no espaço e um movimento no tempo. É um **leit-motiv**, um tema. Além do que, o critério da personalidade marcante é o que deve prevalecer como primordial na consideração de uma literatura, diz Alceu de Amoroso Lima.

Quem melhor e maior, naquele tempo, do que Tobias Barreto, foi porta-voz de uma escola literária?

A cultura apoiada no germanismo foi o **panache** da Escola do Recife.

Tobias Barreto buscou o manto kantiano, dentre outros. Foi o filósofo e o jurista de prestígio. Foi o intelectual e o liberal que emprestou caráter científico às letras e ao pensamento brasileiros, visto especialmente no que concerne ao ambiente ideológico e aos fatores de variação de unidades morais, sociais, estéticos e geográficos do Nordeste brasileiro, bem como ao exaltamento da influência revolucionária de uma Weltkultur, de um Bismarck e mesmo de um Guilherme II.

De Frederico Guilherme II, da Prússia, pode-se dizer que possuía um talento: o de atrair assessores de gênio e deixá-los trabalhar. Ele mesmo preconizava que o “Estado deve compensar suas perdas materiais com energias espirituais”.

Numa conjuração fracassada contra Hitler, no dia 20 de julho de 1944, foram executados Molke, Kleist, York, Schwerin e Schulenburg, os melhores nomes da nobreza prussiana, que mostraram, por última vez, os 200 anos de história de uma concepção de serviço ao Estado.

Depois daquela guerra, a segunda mundial, nenhum dos adversários soube compreender melhor o nível de motivação ética deste sacrifício do que Sir Winston Churchill.

Paradoxalmente, no dia 29 de maio de 1947, ainda após aquela proeza do Conselho Aliado de Controle promulgou a Lei nº 46 para a Alemanha Federal: “O Estado da Prússia, desde sempre reduto do militarismo e do reacionarismo na Alemanha, deixa de existir...”

A Prússia, como Estado, pertence à História, e já não existe, como Atenas, Esparta, a Roma antiga, a França monárquica. No decurso da História, contudo, ainda, resta algo da Prússia: seu patriotismo cultural, reunido vagarosa e pacientemente, por conhecedores sábios e aplicados, ao



longo de gerações, na Áustria, na Alemanha Federal e em quase toda a Europa.

Analogamente, na Escola do Recife poder-se-ia buscar o modelo expressivo que a intelectualidade brasileira parodiou, a esmerada conduta germânica no pensamento e nas letras nacionais.

Ressalte-se que Tobias Barreto insurgiu-se contra o Estado brasileiro, por impor-se à Nação. E que, prevendo os desastrosos do totalitarismo, não aceitou o socialismo e nem entendeu a mudança deste para o comunismo; e mesmo não aceitou a Sociologia, a não ser como filosofia social.

Ressalte-se, outrossim, aspectos de sua filosofia...

Numa filosofia, deve-se começar dos conceitos mais simples a passar aos mais concretos. O interesse da filosofia, como o da sua própria história, é o do pensamento que se autodetermina, num processo estritamente científico.

Evidentemente, o que interessa é a conexão da filosofia com as outras manifestações do espírito, o que dele se poderá pôr em sua relação e o que se há de separar de novo, historicamente falando, ou melhor, dentro de uma perspectiva da própria história da filosofia.

Tais produtos do espírito, diz Hegel, estão relacionados com a filosofia, e são: a Constituição, o Direito, a História Política, as ciências, a arte, a religião e a cultura em geral.

Trata-se de relacionar a filosofia e sua história com os outros produtos do espírito, notadamente a cultura.

Todos sabemos que filosofia é o próprio espírito, no mais elevado florescimento de si próprio; ela é o saber conceitual de si mesma, como diz Hegel.

Cultura é algo vinculado ao homem, tanto que cultura não se desenvolve por si, mas pelo homem.

O primeiro modo de existência de um povo é cultural: a moral simples, a religião singela, a vida particular. A elevação do espírito dá-se mais tarde, com a filosofia.

Toda vez entretanto, que uma civilização desaparece, com ela inevitavelmente sucumbem valores culturais.

Tobias Barreto foi o reformulador de toda a cultura brasileira. No dizer de Jorge Amado, equivocadamente ao escrever, em "O Amor do Soldado", que aquele "gigante mulato não quis ver os escravos negros que seguiam nas senzalas...", e ao ressaltar que os duelos poéticos duraram todo o ano de 1866, com Castro Alves e Tobias Barreto disputando a liderança dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife. "Mas Tobias tinha compromissos com os latifundiários escravocratas da época. E silenciou o problema maior do Brasil do seu tempo, que era o dos negros escravos". "...Castro Alves, ao contrário, joga-se por inteiro na luta pela libertação dos negros. Funda, com Rui Barbosa, a primeira sociedade abolicionista do Brasil."

Enganou-se Jorge Amado, pois é evidente que, pela própria leitura do famoso "Discurso em Manga de Camisa", na cidade de Escada, ao fundar o seu Clube Popular, mestre Tobias já defendia o povo" perseguido, humilhado, abatido, a ponto de sobre ele os grandes disputarem e lançarem dados, para ver quem os possui, como os judeus

sortearam a túnica inconsútil do mártir do Calvário". Na verdade, Tobias insurgiu-se contra a nobreza – a que pertenciam Castro Alves e Rui Barbosa – "feita a mão, pela mor parte estúpida, pretenciosa; e ainda pior que a clerezia, pois esta, aos menos, não manda açoiar os cidadãos, nem prendê-los no tronco dos engenhos." (sic). Tobias fala dos "privilégios sociais, se não criados pela lei, criados pelos costumes, de cujas dislates a lei é cúmplice, não lhes opondo a precisa resistência. Debalde se fala de uma indistinção civil, a ser a diferenças produzidas pelos talentos e virtudes, quando a verdade é que o talento e a virtude não servem para marcar distinção entre indivíduos, considerados como frações sociais. O denominador comum é a fidalguia, ou o seu subrogado – o dinheiro."

O exemplo de Tobias Barreto e de todos os brilhantes talentos da Escola do Recife, como construtores do pensamento brasileiro, é o que intentamos apresentar às novas gerações estudiosas brasileiras, mormente as mais jovens.

Necessitamos de ajuda. De sua colaboração. Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Srs. Constituintes, volto a apresentar emenda ao Projeto de Constituição, no Título "Ato das disposições constitucionais gerais e transitórias", ao art 4<sup>a</sup>, que dispõe "O Mandato do Atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1989", portanto, fixando o mandato do Presidente José Sarney; em quatro anos, para que esse dispositivo seja supresso na nova Carta, permanecendo em plena vigência a atual Constituição, que fixa o mandato do Presidente da República em seis anos.

A justificativa que apresento está vazada nos seguintes termos:

"A Constituição em vigor, no seu art. 75, § 3º dispõe que o mandato do Presidente é de seis anos. Portanto, **data venia**, não se identifica motivo plausível para que a Nova Carta Política pretenda reduzir e alterar a Constituição em vigor. Entendo que só através de Emenda, na conformidade do inciso I, do art. 46, poderá ser o mandato do Presidente da República alterado".

Ora, defendo uma posição jurídico-legal, face ao fato jurídico pré-existente e ao direito adquirido.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Constituintes, passo a ler excelente trabalho preparado pelo Prof. Dr. Saulo Ramos, Consultor Jurídico da Presidência da República, sob o título "Limitações de poderes e competência do Congresso Nacional nas funções constituintes:"

#### LIMITAÇÕES DE PODERES E COMPETÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL NAS FUNÇÕES CONSTITUINTE

"Pode-se reformar, porém não substituir as instituições." (Carlos Maximiliano, Comentário à Constituição de 1946, vol. III, pág. 311.)

"Isto não é reforma da Constituição, mas sua destruição." (Carl Shimit, Teoria de La Constitución, Trad. mexicana, 1966, pág. 121.)

Órgão derivado da Constituição em vigor, que o condiciona e limita. Submissão jurídica e política à ordem constitucional vigente reconhecida no próprio Regimento Interno da Assembléia Constituinte. Impropriedade da designação "Assembléia Nacional Constituinte" para o Congresso Nacional reunido com poderes de reforma constitucional, que já detinha, pela simples redução do quorum de votação. Poder de reforma é poder constituído, sujeito às regras de separação e respeito aos demais poderes constituídos. Distinção entre assembléia constituinte originária, política e juridicamente incondicionada, e assembléia constituinte derivada, de segundo grau, submetida aos rigores da disciplina jurídica. Desvio de poder e excesso de representação, que podem caracterizar ato revolucionário. A inconstitucionalidade das reformas constitucionais e o controle judicial. Unanimidade da doutrina estrangeira e da doutrina brasileira. Perigo de usurpação da soberania do povo. Desordem jurídica e social que uma Constituição derivada pode implantar no país por simples erro de avaliação dos próprios poderes.

Encontra-se o Brasil, neste ano de 1987, em pleno exercício de funções constituintes. Esta incomum circunstância é fascinante para a ciência juspolítica, mesmo porque tal atividade desperta paixões extremadas, impulsiona debates calorosos, faz explodir sinceras reivindicações políticas há muito represadas e, ao mesmo tempo, acende ambições pessoais, dispara oportunismos, deflagra perigosamente muitas lutas pela conquista do poder através da oportunidade de alterar, casuisticamente, as regras institucionais que possibilitam conquistá-lo.

Da prevalência de uma ou outra fonte de pressão dependerá a qualidade da Constituição e, em consequência direta, a duração dela e da ordem que instituir.

Não importa que o entusiasmo ou a desinformação de políticos possam infundir no povo idéias errôneas sobre os poderes constituintes; e que tais idéias sejam mais sedutoras do que a serena análise dos especialistas em ciência política e, portanto, em direito constitucional.

O que importa é que a imagem que se fez da Constituição ou do poder constituinte não tem o condão de fazer modificar a natureza de nenhum deles.

Nestas horas cumpre aos constitucionalistas o dever preventivo de evitar "non tante l'erreur elle-même, que la desillusion qu'elle ne manque pas de provoquer". (Burdeau, traité, Tome IV, pág. 11. ed. 1984, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris).

A desilusão popular pode comprometer os fundamentos da ordem social, já que estes não foram (ou quando estes não são) respeitados pelo processo constituinte.

Note-se: na consciência coletiva, os fundamentos da ordem social preexistem às Constituições.

O direito constitucional, que alimenta "the living constitution", é, sobretudo, o conjunto

de normas universais e imutáveis da razão, a vivência e a experiência de gerações e gerações não é a especulação abstrata do impulso momentâneo, ou a porta que se pretende abrir numa parede sem porta para chegar-se ao poder no instante apenas determinado pelo oportunismo.

## II

A CONSTITUINTE BRASILEIRA  
DE 1987  
COMO SE CLASSIFICA

Para prevenir um desastre social, que pode advir do processo constituinte conduzido com desvio e abuso de poder, com excesso de representação ou por infidelidade a ela, torna-se necessário definir-se o limite dos poderes da Constituinte (originários ou secundários), o que depende da forma e da circunstância de sua convocação (revolucionária ou derivada).

Não há a menor dúvida que a Assembléia Nacional Constituinte instalada no Brasil, em 1987, é derivada, e que os seus poderes são secundários, o que vale dizer que ela tem poderes de reforma, e que, por mais amplos que sejam, não se revestem de força e autoridade suficientes para permitir deliberações sobre o que não poderia o Congresso decidir por simples emenda.

Porque é o próprio Congresso – Senado e Câmara dos Deputados – que forma a assembléia Constituinte com permissão para deliberar por maioria absoluta, e não por dois terços, permissão que lhe foi dada pela Constituição vigente, na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, *verbis*:

“Art. 1º Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicamente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.”

“Art. 2º O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição de seu Presidente.”

“Art. 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação de seus textos, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.”

Resultou a Emenda nº 26 de Mensagem do Poder Executivo e, portanto, de poder constituído; foi aprovada pelo Poder Legislativo e promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, poderes constituídos, que se deram a si mesmos, sob condições expressas, funções de reforma constitucional com redução do quorum previsto para emendas na Constituição vigente e exigência de votação em dois turnos.

Mandou-se que a instalação fosse presidida pelo Chefe do Poder Judiciário, poder constituído, e que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal formariam a Assembléia Constituinte, embora eleitos pelo sistema previsto na Constituição vigente, tanto que a instalação da assembléia foi marcada para depois do recesso do Congresso.

Deputados e Senadores tiveram seus mandatos conquistados na forma da legislação vigorante, mantidos os senadores eleitos em 1982, tudo sob as regras institucionais da atual Constituição, a que se prestou juramento na abertura dos trabalhos parlamentares, elegendo-se as Mesas da Câmara e do Senado pela forma estabelecida na ordem constitucional em vigor.

Houve, no início dos trabalhos do Congresso, tentativa de abolir-se a atual ordem institucional através de ato que suprimisse a constituição, posto que a tanto equivaleria a proclamação de não estar a Assembléia a ela submetida. Nem assim houve ruptura, pois a tentativa só contou com o apoio, sem êxito de inexpressivo bloco minoritário.

Era seguida, a Assembléia Constituinte elaborou e promulgou seu Regimento Interno, onde deixou inequivocamente proclamado:

“A memorável campanha em prol das eleições diretas – “diretas já” – e, mais tarde as eleições dos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney tornaram viável essa transição democrática.

“A Emenda nº 26, de 27 de novembro de 1985, à Constituição em vigor representou um novo passo no caminho da democratização. Por ela o povo, detentor originário da soberania nos regimes democráticos, delegou aos Constituintes – Deputados e Senadores – poderes para elaborar, livre e soberanamente, a nova Constituição.”

Vê-se, por aí, que a própria Assembléia reconhece e proclama a legitimidade e a legalidade das eleições dos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney, que “tornaram viável essa transição democrática”, isto é, que deram origem a ela própria, a Assembléia Constituinte, convocada pelo Presidente José Sarney.

Proclama que a Emenda nº 26/85 “à Constituição em vigor” representou novo passo no caminho da democratização no § 1º do artigo 1º do Regimento a Constituinte declara:

“Compõem a Assembléia Nacional Constituinte os membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no exercício do mandato”.

Esse mandato, a cujo exercício se refere a solene proclamação, tem sua legalidade instituída na Constituição em vigor, a mesma que assegura a legalidade do mandato do Presidente José Sarney e a independência dos poderes constituídos.

No artigo 3º, o Regimento Interno da Assembléia Constituinte estabelece competências para sua Mesa “requisitar às Mesas da Câmara e do Senado Federal, quaisquer servidores, serviços e dependências”, reconhecendo o pleno funcionamento daqueles poderes constituídos (item IV), e “solicitar da Presidência da República providências para abertura de crédito, etc” (item VI), reconhecendo igualmente a autonomia e o pleno funcionamento do Poder Executivo, tanto que para Câmara e Senado fala em requisitar e para a Presidência da República, em solicitar.

No § 11 do artigo 13, confere competência às Assembléias Legislativas, Câmara de Vereadores e Tribunais para a apresentação de sugestões, ampliando o reconhecimento da plena vigência da ordem constitucional e política do País assegurada pela Constituição em vigor.

Vai mais longe o Regimento: no artigo 22, dispõe que, “ao receber o Projeto de Constituição, o Presidente da Assembléia ordenará a sua leitura e a publicação no **Diário Oficial** da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos para serem distribuídos às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.”

É a proclamação inequívoca da autoridade dos três poderes constituídos e do reconhecimento de seu funcionamento pleno e autônomo, o que atesta a existência das instituições constituídas e amparadas pela ordem constitucional em vigor em momento algum derogado. Além disto, prevista distribuição do projeto de Constituição às autoridades constituídas demonstra a participação delas no processo de reforma.

O artigo 32 dispõe, finalmente, que da Constituição serão feitos cinco autógrafos, “que se destinarão à Presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional”.

São, pois, indiscutíveis as características da convocação e do funcionamento, ambos condicionados pela Constituição atual: a Assembléia Constituinte é órgão reformador, o que a caracteriza como detentora de poderes secundários por ser derivada da Constituição em vigor. E esta a impede, já de início, de abolir a forma republicana de Governo e a Federação, e de interferir no direito instituído dos demais poderes constituídos, isto é, nas estruturas institucionais profundas dos Poderes Executivo e Judiciário.

A expressão livre e soberana diz respeito à liberdade e soberania com que pode e deve deliberar sobre assuntos de sua competência dentro dos limites – e não fora deles – do poder secundário de reforma, como o faria, e por certo o fará, o Congresso nacional quando emendar a Constituição, usando dos poderes constituintes residuais. Ao proclamar sentença, um juiz de direito é, igualmente, livre e soberano, mas é-lhe proibido incorrer em ilegalidade por estar agindo sob condicionamento jurídico.

O eminente Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em obra que veio a lume recentemente, bem enfatizou o caráter limitado dos poderes deferidos à Assembléia Nacional Constituinte:

“Mas o caminho escolhido mostra bem que a Assembléia Constituinte da Nova República é juridicamente Poder Constituinte Derivado. E tanto o é que o artigo 1º do projeto governamental dispõe que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sem prejuízo de suas outras atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte.”

E conclui:

“Quer dizer, de acordo com o projeto, a Câmara dos Deputados desempenhará suas funções normais, o Senado Federal, idem, o Congresso Nacional, também, mas, para elaborar normas de hierarquia constitucional, os seus membros integrarão uma chamada Assembléia Nacional Constituinte. Esta outra coisa não é senão o Congresso Nacional enquanto Poder Constituinte derivado.” (V. Idéias para a Nova Constituição Brasileira, Saraiva, p. 17, 1987.)

#### CONSTITUINTE DERIVADA

Muitos autores, como veremos, trataram da diferença entre Constituinte com poderes originários e Constituinte com poderes derivados. Agrada-me, pela simplicidade e clareza, a definição de Marcel Prelot, antigo Vice-Presidente da Comissão de Leis Constitucionais do Senado francês:

“– Le pouvoir constituant, qui dote d'une constitution un pays qui n'en a pas ou qui n'a plus, pose de règles constituconnelles non proprement initiales, mais cependant assez nouvelles pour qu'il y voie longine de l'Etat ou du regime. On l'appelle, en conséquence, pouvoir constituant originaire.

“ – Le pouvoir constituant qui modifie une constitution déjà en vigueur, selon les règles posées par celle-ci. Il derive ainsi de cette dernière qui le prévoit et l'organise on l'appelle, par suite, pouvoir constituant institué (R. Rosard)” (Institutions Politiques et Droit Constitutionnel, Dalloz, Paris, 1984, pág. 214.

O país que não tem Constituição, ou que não a tem mais, nem sempre terá chegado a isso por ter sofrido processo de ruptura interna e violenta poderá ter sido resultado de uma separação territorial, de um desmembramento, de uma absorção.

Em geral, porém, as Constituições no mundo moderno são abolidas pelas revoluções ou pela destruição do regime político ou econômico, em circunstâncias que fazem cessar a vigência da ordem constitucional anterior há supressão da carta política. Os novos donos do poder se instalam e, em sendo democráticos seus propósitos, convocam assembléia constituinte, geralmente dócil ou ideologicamente afinada com o poder revolucionário vitorioso. Funda-se o Estado. Aí temos Constituinte com poderes originários, mesmo se elaborar constituição com regras clássicas, posto que isto depende unicamente de sua vontade, na ausência de balizamento jurídico, e anterior, que a delimite.

Em havendo, porém, Constituição em vigor, a Constituinte convocada é poder reformador pela vontade da ordem constituída, que deseja modernizar-se, adaptar-se a novas reivindicações sociais, atender a reclamo de novas gerações:

“As melhores e mais perfeitas leis são obras dos homens, e por isso mesmo serão imperfeitas, como seus autores. Embora sejam as mais apropriadas as circunstâncias da sociedade, ao tempo em que são decretadas, essas circunstâncias mudam; a ação

do tempo opera revoluções mais ou menos lentas, porém importantes, nas idéias, costumes e necessidades sociais, revoluções que é impossível obstar. Se um ou outro princípio pode e deve ser imutável, outro tanto não acontece com o todo das disposições constitucionais” (Pimenta Bueno, Direito Público Brasileiro, pág. 485, 1857).

Quando isto ocorre, a Constituinte convocada pela ordem constitucional estabelecida é reformadora e, portanto, secundária:

“Pode parecer que se deveria dizer que se reforma a constituição quando se lhe alteram, no máximo, todos menos um dos enunciados constitucionais). Porém, se lhe mudam, todos eles, reforma ainda há, e não supressão seguida de outra Constituição”, na arguta observação de Pontes de Miranda in Técnica de Reforma e Emenda da Constituição”, Revista de Direito Administrativo, vol. 5, 1946, pág. 19.

Acrescenta o elho mestre no mesmo trabalho:

“A reforma ou revisão pode ser total, se ao poder reformador (constituente de segundo grau) é dado, no momento, mudar todas as regras jurídicas constitucionais, ou parcial, se só se lhe conferir mudar alguma regra ou algumas regras. Tem-se chamado à reforma parcial emenda.”

Em seguida chama a atenção para o fato de que alguns juristas identificam em senso estrito o poder constituinte com o poder de reforma ou de emenda da Constituição: “tal confusão é danosa”. E adverte que o poder constituinte (o reformador) é de segundo grau e, nestas condições, pode cometer inconstitucionalidades.

No mesmo sentido, ensina Nelson de Souza Sampaio na sua magistral obra O Poder de Reforma Constitucional:

“O poder de reforma jamais atingirá, portanto, a eminência representada pela ilimitação da atividade constituinte. Chamemo-lo um “poder constituinte constituído”, como fez agesta; “poder constituinte derivado”, conforme Pelayo; ou “poder constituinte instituído”, segundo Burdeau; devemos encará-lo, nas palavras de Pontes de Miranda, como uma “atividade constituída diferida” ou um “poder constituinte de segundo grau” (págs. 42/43, Livraria Progresso Editora, Bahia, 1954).

João de Oliveira Filho, no Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, ensina:

“No caso de um Estado que não tenha constituição, pode-se, pois, dizer que o Poder Constituinte opera in natura. No caso de um Estado que tenha Constituição e sob ela se faça outra, pode-se dizer que o Poder Constituinte é um poder de direito, que deriva do direito que se acha estabelecido.

“Neste sentido é lapidar a expressão de Carré de Malberg: La constitución nueva nace en cierto modo de la antigua y la sucede, encadenándose com ella sin solución de continuidad.” (pág. 33).

E mais:

“A limitação, pelo poder convocador, do Poder Constituinte significa que este é um

poder de direito, que tem sua fonte em uma ordem estatutária anterior e se exerce conforme essa ordem preestabelecida”. (Carré de Malberg, apud João de Oliveira Filho, ob. e loc. cit.)

Gonzales Calderón, em sua obra monumental Por la libertad y el Derecho, observa:

“Si es convocada por la legislatura para reformar a constitución de la provincia no puede llamarse constituyente, sino convencion reformadora.”

“Las assembleas o convenciones que por primera vez dotaram a las provincias de un régimen de Gobierno propio, las que por primera vez les dieron Constituciones, esas sí que fueran constituyentes. Todas las demás assembleas que se reunen para emendar o modificar las primeras Constituciones no tienen por objeto crear, fundar o instituir el régimen de Gobierno propio, no sino convenciones reformadoras.” (Ed. Lagouane, B. Aires, 1921, págs. 112, 113, e 114).

Voltemos aos brasileiros e a João de Oliveira Filho, que nos deixou esta lição precisa:

“O falseamento da Constituição é o esbulho do Poder Constituinte que os detentores dos Poderes Constituídos cometem contra o povo.”

“Emendar tanto significa modificar um artigo ou uma redação de um texto, como substituir a Constituição por inteiro”. (João Oliveira Filho, Ob. cit, pág. 35).

Diz Souza Sampaio que “a modalidade mais conhecida no mundo moderno e que mais concorreu para a fixação da teoria do poder constituinte é a das assembléias constituintes ou convenções constitucionais. O nome convenção, muito usado nos países anglo-saxônicos, deriva das assembléias inglesas de 1660 e 1689”.

E acrescenta:

“O normal, entretanto, nos países de constituição escrita, e a fortiori quando essa constituição é rígida, é que o poder constituinte tenha uma organização transitória e se limite à tarefa de fazer a carta constitucional. Feita a constituição, a assembléia constituinte se dissolve, a função constituinte entra em fase de latência, e somente volta a manifestar-se de modo intermitente, quando é trazida à tona por subversões revolucionárias, ou, o que é mais raro, por convocação pacífica”. (ob. cit. págs. 41/42).

No Brasil, o mais raro aconteceu. Vejamos, pois, os

#### LIMITES DOS PODERES DE CONSTITUINTE DERIVADA

Não há dúvida que o poder de reforma deveria ser atribuído a uma Constituinte exclusiva, convocada especialmente para isto. E concluída a tarefa, seus membros voltariam para casa.

Tal processo evitaria o incômodo entendimento de estar o Congresso, com poderes de reforma constitucional, legislando em causa própria.

Registre-se que a Comissão da Assembléia Constituinte brasileira do Império, em 1823, fez constar do art. 272 do Projeto de Constituição: “a assembléia revisora não se ocupará

senão daquilo para que foi convocada e findo o trabalho dissolver-se-á”.

Não prevaleceu o instituto, mas ficou na história a prova de que nossos maiores cuidavam e conheciam mais a ciência constitucional.

Não há dúvida que a assembléa constituinte exclusiva teria melhores condições de aprofundar reformas e, pela insuspeição, pela relevante tarefa sem proveito próprio, maiores poderes lhe teriam sido reconhecidos, mesmo porque poucos políticos profissionais se animariam a candidatar-se para alguns meses de mandato. Isto abriria, talvez, oportunidade para homens desprendidos encorajarem-se à tarefa. Pelo menos o debate público pelos votos travar-se-ia em torno das teses constituintes e, quem sabe, o povo tivesse ouvido falar em parlamentarismo.

E teríamos tido, talvez, aventura de ver realizado o sonho de um constituinte de Filadélfia quando, em seu voto pela Constituição norte-americana em 1787, declarou que “as leis serão obra dos melhores homens da comunidade” (intervenção de Gerry Massachusetts), Madison Papers, ed. de 1920, pág. 52).

Não sendo, pois, exclusivamente, a atual Constituição Brasileira tem ainda menores poderes, porque, em sendo de segundo grau é-lhe defeso investir contra os poderes constituídos, alterar mandato do Presidente da República, alterar a autonomia do Poder Judiciário submetendo-o a controle externo, abolir a República e a Federação, e, finalmente, dúvida existe se poderá modificar o sistema de governo na forma proposta; isto é, numa evidente escalada para tomada do Poder Executivo, o que, partindo do Legislativo, é, a toda evidência, golpe parlamentar de Estado:

“Sempre que uma convocação constitucional, convocada do modo usual que depois veremos e para fim específico previsto na Constituição, se atreve a ultrapassar os limites impostos pelo seu mandato, pelo costume ou pelos princípios da prudência política, e a praticar atos próprios do exercício de uma discricção revolucionária, cessa de ser uma convenção constitucional e torna-se, ab initio, aos olhos do direito, uma convenção revolucionária.” (Jameson, A Treatise on Constitutional Conventions, § 12).

E Souza Sampaio completa:

“Em nossa linguagem, diríamos que tal assembléa teria deixado de obedecer à sua missão reformadora para usurpar a função constituinte. Teria agido, portanto, ultra vires, dando margem à decretação da inconstitucionalidade de sua obra, caso haja órgão incumbido de velar pela constitucionalidade dos atos dos poderes constituídos, entre os quais como vimos – está incluído o poder reformador.”

A Constituição vigente coloca fora do alcance de qualquer reforma a estrutura federal e a forma republicana de Governo. A atual Assembléa Constituinte brasileira está sujeita a esta limitação expressa, e tal restrição, ou qualquer restrição, somente pode ser feita

ao poder de reforma, pois uma assembléa constituinte poderia – falando juridicamente e não sociologicamente – regredir ao Estado unitário e restaurar a monarquia. Se não pode, é secundário seu poder. E que mais não pode o poder secundário?

Depois de advertir que as proibições, de reforma de institutos constitucionais não necessitam ser expressas, mencionando como exemplo os direitos individuais, e o artigo 29 da Constituição da Alemanha Ocidental, Souza Sampaio também pergunta:

“Diante de textos tão claros a ninguém é lícito duvidar de que contém limites intransponíveis à ação do reformador constitucional. Mas, além dessas limitações explícitas quanto ao objeto da reforma constitucional, não há outras que se impõem ainda no silêncio do texto da Constituição?” (Ob. cit. pág. 87.)

Com apoio em Carl Schmitt:

“Quando as decisões políticas fundamentais são modificadas, não temos reforma, mas, sim, destruição ou supressão da Constituição, segundo a importância das partes atingidas:

E explica:

“É que, num sistema de constituição rígida, o poder revisor não pode subir até o poder constituinte, de onde ele deriva com constituição, para, a pretexto de reformá-la, alterar suas próprias bases, numa espécie de revolta da criatura contra o criador”. (Ob. Cit. págs. 95/96.)

George Liet-Veaux adverte com clareza:

“Il faut tenir pour certain que les dispositions de revision d'une constitution lient les constituants et que leur violation peut caracteriser une revolution.” (Essai d'une Theorie Juridique des Revolutions, pág. 62).

Nosso atual Congresso Constituinte, a menos que pretenda declarar-se revolucionário e suprimir a vigência da atual Constituição, de que derivam seus poderes e os mandatos de seus membros, não pode:

I – abolir a República e a Federação;

II – alterar os direitos e garantias individuais;

III) – abolir a independência dos poderes constituídos;

IV – alterar o tempo de mandato e os poderes do Presidente da República investido no cargo;

V – Submeter o Poder Judiciário a controle externo;

VI – abolir os direitos políticos, o voto direto, universal e secreto, e a periodicidade dos mandatos eletivos;

VII – o regime democrático, o sistema representativo de Governo, o pluralismo partidário;

VIII – as regras instituidoras das Forças Armadas e segurança do Estado;

IX – fundamentos da soberania nacional na autodeterminação e sobre o território brasileiro;

X – o Estado laico;

XI – os princípios fundamentais de cada um dos institutos acima enumerados, constituídos pelos fundadores do nosso Estado e que são os alicerces basilares da sociedade

brasileira, inclusive o direito de propriedade, a economia de mercado e a liberdade de imprensa.

Contra a abolição da República e do Estado Federal há vedação constitucional expressa, a que o Congresso Constituinte está submetido. Pontes de Miranda ensina que todas as regras de republicanidade são intocáveis, inclusive não se pode, por uma eventual maioria de deputados alterar a competência do Senado ou a representação dos Estados-membros na Câmara Alta.

Os direitos individuais e humanos, que existem onde quer que se encontre o homem, sem distinção de época, lugar, cor, origem, sexo, meio ambiente, profissão, posses, religião, cultura, são imutáveis por quaisquer constituintes, mesmo os de primeiro grau detentores de poderes ogimários ou revolucionários, porque os direitos do homem constituem patrimônio da humanidade e situam-se em nível supra-estatal:

“As próprias Assembléas Constituintes, em revisão, não podem revogar ou derogar. (Pontes de Miranda, Comentários à Constituição de 1946, vol. III, pág. 149).

Nosso Congresso Constituinte apenas pode acrescentar novos direitos individuais aos já existentes, mas não alterá-los como se pretende, a pretexto de dar-lhes novas redações que, por ambíguas, vão, na verdade, derrogá-los.

“Há quem julgue que uma Constituinte se reúne liberta de toda e qualquer limitação, por ser a mais alta expressão da soberania nacional. É um equívoco que merece ser desfeito. Como o direito é incompatível com o arbítrio, uma Assembléa Constituinte não pode tratar como papel de refúgio o seu ato convocatório, no caso atual, a Emenda Constitucional aprovada, nesse sentido, pelo Congresso Nacional.” (Miguel Reale, in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 60/61, janeiro-julho de 1985, pág. 15).

Depois de advertir que as instituições não podem ficar sujeitas à “picareta dos demolidores”, Carlos Maximiliano, nos seus Comentários à Constituição de 1946, conclui:

“Em regra os espirito superficiais, em vez de estudarem a fundo os problemas, suas causas próximas ou remotas e as soluções experimentais e complexas, agravam o mal com o excesso de regulamentação, tentam precipitar, a golpe que só o tempo, a prática do regime e o estudo de especialistas, lograriam tornar completa, definitiva, eficaz. Como o processo é falho, a desilusão vem logo; o demolidor triunfante de ontem é sempre o opositor irritado de hoje.” (Vol. III, pág. 303.)

## II

Georges Burdeau, o maior cientista político e maior constitucionalista francês, em seu Manuel de Droit Constitutionnel, insurgiu-se contra a proibição constitucional de abolir-se a República, sustentando que o poder constituinte de um dia não tem nenhum título para limitar o poder constituinte do futuro.

Depois admitiu que estava errado e repudiou aquela posição. Liderando a ciência

constitucional moderna advertiu, como sólidos argumentos científicos, que o poder constituinte originário assenta as bases do Estado e não se confunde com o poder constituinte instituído ou poder reformador, caracterizando este último como dotado intrinsecamente de competência limitada. Disse ele:

“Nenhuma disposição constitucional, afirma-se, pode consagrar a intangibilidade absoluta de uma parte da Constituição. Eu mesmo, tendo sustentado uma tese análoga, creio, depois de mais ampla reflexão, que ela não tem fundamento. Com efeito, quando a Constituição proíbe que se fira a forma de regime ou o seu espírito geral, não proclama de nenhum modo a imutabilidade absoluta das instituições, o que seria um contra-senso. Ela recusa apenas ao órgão de revisão a faculdade de promover reformas que, pela sua natureza, ou importância, ultrapassam as possibilidades de um poder instituído. Mas essas reformas podem ser redigidas por um poder constituinte originário.” (Ob. cit., vol.III, págs. 254/255).

Todas as Constituições brasileiras, com exceção da de 1937, proibiram a apreciação de emenda que visasse abolir a República e a Federação e, portanto, proibiram que se abolisse o espírito constitucional que preside a tais sistemas. Convém lembrar o disposto no artigo 112 da Constituição na Noruega, quando determina que reformas “somente deverão recair sobre disposições particulares e não poderão transformar o espírito da Constituição”.

Idêntica disposição existe na Constituição da Baviera (art. 75, nº 1). E na Constituição de Baden de 1947 (art. 92). A Constituição grega foi mais longe: não admite revisão total, as reformas são parceladas e parciais (art. 108).

A Constituição suíça admite reforma total, mas condiciona à convocação de assembleia exclusiva, que se dissolve após a revisão. E impõe a regra inefastável de que a alteração de profundidade depende de prévia consulta popular, sem o que as assembleias de Confederação não têm poder para deliberar. Convém lembrar que a expressão “referendo” (do latim *ad referendum*) ingressou na prática das democracias semidiretas pela Constituição suíça de 1848, embora e atualmente os suíços prefiram a designação de “plebiscito” tanto para a consulta prévia, quanto para aprovação ou veto popular “a posteriori” (Bernard Chantebout, *Droit Constitutionnel et Science Politique*, pág. 226, ed. 1985).

Desde a Constituinte francesa de 1875, entende-se que a forma de governo não é passível de revisão porque é parte essencial do modelo republicano adotado pelos fundadores do Estado. A República que nasceu parlamentarista continuará parlamentarista. A República que se proclamou presidencialista continuará presidencialista.

Somente o detentor do poder constituinte absoluto e originário, isto é, o povo, tem soberania para tão profunda alteração. Esta verdade jurídica e sociológica impõe consulta prévia ao povo para qualquer tentativa de reforma de sistema de Governo, que altere subs-

tancialmente o modelo instituído pelos fundadores do Estado.

Ao ser votado o artigo 8º da Lei de 25 de fevereiro de 1875, que previa reforma da Constituição francesa “em todo ou em parte”, Paul Contin objetou: “gostaria de saber se, por direito de reforma, a comissão compreende, para as assembleias de que trata, o direito, eminentemente revolucionário, de mudar, num dado momento a própria forma de governo. Declaro que, se a comissão assim entende o direito de revisão, não votarei esse artigo” (apud Esmein, *Elements de Droit Constitutionnel Français et Comparé*, 2º vol., pág. 544.)

Na obra *De la Revision des Constitutions* (pá. 280), lembrada por Souza Sampaio, Arnould enfatiza que o poder de revisão somente permite “modificar a Constituição, em seu conjunto, para aperfeiçoá-la. Mas que se possa usar deste direito consagrado pela Constituição para destruí-la, que se possa voltar assim contra a Constituição uma arma fornecida por ela, são pretensões que não podemos admitir.”

### III

Na instalação do nosso atual Congresso Constituinte, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, ilustre jurista e eminente Ministro José Carlos Moreira Alves, deixou registrado no seu excelente discurso de abertura da sessão a seguinte advertência:

“Ao instalar-se esta Assembleia Nacional Constituinte, chega-se ao termo final do período de transição com que, sem ruptura constitucional, e por via de conciliação, se encerra ciclo revolucionário.”

“Como só acontecer em momentos como este, reacendem-se as esperanças, e, de certa forma, renascem devaneios utópicos” (Ed. Senado Federal, nº 93, pág. 12.)

Não podem, porém, os devaneios utópicos transformar o Congresso em Constituinte originária sem ruptura constitucional, porque somente.

“Les fondateurs de l'État detiennent le pouvoir constituant originaire.” (Bernard Chantebout, *Droit Constitutionnel et Science Politique*, Tême ed., pág. 40.)

Convém recordar que a França, a despeito de constantes crises políticas, teve completa estabilidade constitucional durante os sessenta anos da III República, sob regime parlamentarista do tipo inglês e adotado em 1875, até que em 1958 De Gaulle entendeu ser impossível governar o País sem maiores poderes para o Presidente da República. Já estavam os franceses na IV República, instalada após a guerra, com a Constituição de 1946, submetida a vários referendos. Pois o lendário herói francês renunciou à Presidência do Conselho de Ministros, comoveu o País e criou grave impasse nas instituições políticas.

O Congresso submeteu-se ao capricho do grande estadista e autorizou seu governo a preparar nova Constituição, sem votação do Parlamento e unicamente submetida a referendo popular.

Pois bem, esta excepcional forma constituinte (De Gaulle confiou a redação do novo texto a um grupo de juristas liderados por

Michel Debré) não levou os autores da Constituição francesa da V República a alterar o sistema de governo, permanecendo fiéis aos fundadores do Estado. Os gaullistas desejam instalar o presidencialismo, mas a consciência jurídica dos franceses prevaleceu não se altera o sistema adotado na origem do Estado.

Mantido o sistema, houve transferência de maiores poderes administrativos para o Presidente da República, posto que o parlamentarismo francês do século passado, em represália aos napoleões e à monarquia restaurada, fez o poder inclinar-se todo para o Parlamento, o que deu origem a intermináveis crises políticas até que, em 1958, restabeleceu-se o equilíbrio, com ligeira preponderância dos poderes do Presidente da República. O sistema de Governo na França de hoje é semi-presidencialista. (Cf. Jean Luc Parode, diretor do Instituto de Ciência Política da França.)

De Gaulle apenas restabeleceu o equilíbrio necessário e benéfico entre o Presidente e o Parlamento, entre o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro, Chefe de Governo, em circunstâncias a que os franceses chamam de “coabitação, quando pertencerem eles a partidos políticos diferentes. Mas não chegou ao presidencialismo puro porque havia ordem constitucional vigente, a que deve obediência a qualquer processo de reforma.”

Poderia De Gaulle ter implantado o presidencialismo em 1958? Seria golpe de estado. Seus juristas o advertiram e, súdito da ordem constitucional, alterou as estruturas, mas não aboliu o sistema de governo.

### IV

No Brasil de 1961, induzido pelas circunstâncias, houve golpe parlamentar de Estado com a implantação do parlamentarismo, a que o povo reagiu impressionantemente (87%) um ano e pouco depois, desaprovando a alteração. Na época, o Presidente João Goulart não desfrutava de grande prestígio. A sociedade não decidiu em razão dele, e, sim, do próprio presidencialismo.

O doutor professor Nelson Saldanha, da Faculdade de Direito do Recife, discorda das designações de poder constituinte instituído e critica a expressão “poder constituinte” quando o poder é apenas de reforma.

Observe com propriedade que “o poder de reforma é simplesmente um poder constituído, um poder especial, anexo ao constituinte... é competente para a reforma o corpo legislativo ordinário”. (O Poder Constituinte, RT, 1986, pág. 87).

Com sabedoria, adverte o professor pernambucano: “Considerar a todo o poder de criar constituição como poder ilimitado seria omitir-lhe o caráter jurídico”. (Ob. cit., pág. 91).

Seu raciocínio desenvolve-se na mesma linha de Souza Sampaio, quando este autor afirma:

“Aqui podemos identificar o poder reformador como uma competência intermediária entre o poder constituinte e o legislativo ordinário”. (Ob. cit., pág. 42.)

Impõe-se a citação da excelente definição do professor José Celso de Mello Filho:

“O poder constituinte de segundo grau, no entanto, supõe uma Constituição já em vigor, que lhe fixa os limites e lhe impõe os modos de atuação. É um poder essencialmente jurídico, de exercício vinculado, que sofre restrições normativas definidas, em caráter prévio e superior, pelo órgão exercente das funções constituintes originárias”. (Constituição Federal Anotada, Saraiva, ed. 1986, pág. 14.)

Em sendo, pois, poder constituído, o Congresso Nacional, com funções de reforma, está impedido de subverter as instituições fundamentais do Estado de Direito, entendimento que:

“Dentro da ordem estrutural e funcional dos poderes políticos da Nação, inconstitucionais seriam, portanto, todas as normas e todos os atos de qualquer dos três poderes constituídos: a) que importassem cerceamento do livre exercício das atribuições próprias de cada poder, b) que visassem estabelecer intromissões indebitas de um poder em outro; c) que acarretassem delegações de poderes; d) que equivalassem à livre destituição ou demissão dos membros de um por outro poder; e) que desrespeitassem as medidas de segurança e as garantias outorgadas aos membros do Legislativo, Executivo ou Judiciário” (Vicente Rao, in *Justitia*, vol. 123, SP, pág. 137).

Não foi por outra razão que a Ordem dos Advogados do Brasil pregou a necessidade de convocar-se uma assembléia constituinte exclusiva, sabendo das limitações do poder congressual simplesmente por ser constituído, sem levar-se em conta a não ruptura constitucional já suficiente para impor limites a uma e a outro.

Depois de afirmar que o Congresso não pode substituir-se ao poder constituinte originário, Raymundo Faoro observa:

“...conferir ao Congresso o poder de reformar a Constituição não significa instituir uma Constituinte, mas um jogo de palavras dentro de uma mentira. Poderes de reforma constitucional o Congresso já tem, inerente à sua finalidade. O que se chama falsamente de Constituinte é uma redução da maioria para deliberar de 2/3 para maioria absoluta ou simples (“Constituição e Constituinte”, RT, Cadernos Apamajis, vol. 6, pág. 16).

Depois de dizer “querer-se, pura e simplesmente que o legislador ordinário atualize seus poderes constituintes, na miragem semântica que confunde os ingênuos, o ex-presidente da OAB lembra que “todas as constituintes se reuniram quando não havia parlamento ou quando o Congresso estava dissolvido.” (Ob. cit, pág. 18).

Dir-se-á que a Mensagem Presidencial (Mensagem nº 330, de 28 de junho de 1985), que propôs a emenda constitucional convocatória, referiu-se a “poder constituinte pleno” e que tal expressão equivale a “poder constituinte originário”, como a interpretam apressadamente alguns membros do Congresso.

Para desfazer o equívoco intencional do intérprete interessado, lembre-se que a mensagem partiu do Chefe do Poder Executivo (poder constituído) e mencionou “poder constituinte pleno nos Deputados Federais e Senadores”, mas advertiu que o Congresso, no sistema bicameral, “subsistirá nos trabalhos da Legislatura, enquanto poder constituído e segundo as normas constitucionais em vigor”.

Teve, ainda, a mensagem o cuidado de deixar registrado o fato jurídico e histórico – o único que classifica o tipo de constituinte convocada –, é a vigência da atual Constituinte, frisando: “...é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela própria admitidos...”

Logo, os adjetivos pleno, livre e soberano devem ser entendidos como relativos ao exercício dos poderes de segundo grau, dos plenos poderes de reforma e não de poderes de reforma plena.

Basta a convocação ter sido feita por emenda à Constituição em vigor para que a Constituinte nasça derivada e instituída. O ato-fato jurídico é o que é, e não se altera seu conteúdo com meras interpretações adjetivadas.

Por isto a Constituinte derivada da Constituição em vigor está presa à ordem jurídica que a instituiu:

“Uma ordem é um sistema de normas cuja unidade é constituída pelo fato de todas terem o mesmo fundamento de validade. E o fundamento de uma ordem normativa é – como veremos – uma norma fundamental da qual se retira a validade de todas as normas pertencentes a essa ordem”. (Kelsen, *Teoria Pura do Direito*, 3ª ed., trad. portuguesa, Coimbra, 1974, pág. 57.)

Mandato político (de Presidente, de Senador, Deputado, Governador e Prefeito), constituído na vigência da Constituição reformanda, independência do Poder Judiciário, Sistema de Governo, têm o mesmo fundamento de validade da Assembléia Constituinte, e esta, segundo adverte Burdeau, voltando-se contra a ordem que lhe serviu de fundamento, corre o risco de perder a própria validade.

## V

Na verdade, o Brasil republicano somente teve uma constituinte com poderes originários: a Constituinte de 1890. Embora tivesse havido ruptura em 1930, a Constituinte de 1934 foi tutelada pela ditadura e por decretos do Governo Provisório: a Constituição que promulgou teve existência efêmera. A Constituinte de 1946, aparentemente de primeiro grau, foi balizada pela Carta nazista de 1937, na convocação, na eleição e durante o funcionamento, visto que nem José Linhares, nem Eurico Gaspar Dutra consideraram extinta a Constituição de Francisco Campos, e com ela governaram até a promulgação da nova Carta. O que não impediu que esta viesse a ser, na época, excelente documento democrático para a retomada dos caminhos republicanos e, sobretudo, pela restauração da autonomia dos Estados. Mas foi condicionada e, portanto, de segundo grau.

Convém, pois, continuar-se com a firme crença na ortodoxia democrática, isto é, a Nação é a depositária do poder constituinte originário, e a soberania somente ao povo pertence. Nenhuma outra figura, desde um general a um congresso, pode usurpar este poder. Sem esta concepção fielmente cultivada, a história constitucional prova que ela não é nada.

Afasta-se, é claro, a esperteza de alguns messianismos políticos, que vão buscar no povo respaldo para as ilegitimidades furtadas de situações emocionais momentâneas. Povo, nação, sociedade, não são a multidão histórica e hipnotizada que, muitas vezes, transforma em falsa esperança o próprio desespero, tal como ocorreu no nazismo e no fascismo, ambos nascidos de sistemas parlamentaristas de governo.

Invoca-se isto sim, a vontade popular chamada à reflexão e ao debate democrático, sob liberdades plenas de opinião e de comunicação de massas. Assim poderá o titular único da soberania eleger representantes para as reformas previamente pregadas e discutidas em campanhas populares livres e amplas.

## VI

A maioria absoluta do atual Congresso brasileiro elegeu-se à sombra do Plano Cruzado, proclamando juras de fidelidade ao Presidente Sarney. Em nenhum momento colocou-se em debate a alteração do sistema de governo e muito menos o mandato do Chefe do Executivo ou autonomia do Poder Judiciário.

Não há, pois, delegação para que a reforma abranja tais institutos. E outros e outros.

Burdeau adverte em várias passagens de seu *Traité* (citando o brasileiro Souza Sampaio, Tome IV, pág. 231, ed. 1984) que a assembléia criada pela Constituição “par consequence, en abrogeant celle-ci, il détruirait le fondement de sa propre compétence...”

E acrescenta: “un organe ainsé marqué par son origine est incapable à la fois moralement e juridiquement d’entreprendre l’elaboration d’une constitution s’inspirant d’un esprit différent de celle dont il procede. Moralement une telle entreprise serait une Trahison de la volonté des constitutants qui, encreant l’orgne, ont songé à l’ouvre qu’il accomplirait. Juridiquement, l’attitude de l’authorité revisioniste aboutirait à lepriver de son titre par le fait même qu’elle repudierait le fondement constitutionnel du Povoir politique.” (pág. 232/233. ob. e vol. cit.)

Lembra o tratadista francês precisa definição de G. Liet-Veaux, ao classificar o excesso de pode da Constituinte reformadora como prática de fraude à Constituição enumerando fatos históricos como a alteração em sistemas parlamentares de governo, do sistema de governo italiano, por Mussolini em 1925; a violação da Constituição de Weimar, por Adolf Hitler, a violação da Constituição francesa, em Vichy, por Pétain – todas procedidas por assembléias nacionais constituintes de poderes secundários.

Agiu com sabedoria a nossa vizinha Argentina a libertar-se do último regime militar. Revogou a ordem constitucional em vigor e restabeleceu a vigência da Constituição do século passado (1853), nomeando uma comissão de juristas para sugerir ao Congresso emendas que julgasse necessárias à modernização do direito fundamental originário, concebido pelos fundadores da República vizinha.

Evitou, assim a exacerbação dos propósitos revolucionários por via oblíqua e a histeria dos “devaneios utópicos.”

Por quê?

Porque seguiu a lição de seus juristas, dentre eles o professor Carlos Sanches Viamonte: “Como se reforma uma Constituição: a primeira questão que o problema de revisão constitucional apresenta é concerner à estrita separação entre o poder constituinte e os poderes constituídos, como o requer a defesa do constitucionalismo. Pelo caminho de sucessivas concessões formais e de aparência intranscendente chega-se à destruição da ordem jurídica fundamental, integral e estável, sem a qual não pode existir o Estado de Direito e por isto a primeira questão que se coloca se deve admitir o exercício de poder constituinte aos corpos legislativos ordinários, como se fez em grande parte dos países europeus e americanos. Tal sistema deve ser descartado de maneira terminante. Seus defeitos não sanam com o pronunciamento reiterado de várias legislaturas e nem sequer com consulta popular ou referendo plebiscitários.” (Enciclopédia Jurídica OMEBA, tomo IV, pg. 60, B. Aires, 1975).

## VII

Em excelente trabalho sobre o atual caso brasileiro, o professor Armindo Guedes da Silva clama pela vigilância do povo e dos juristas sobre os trabalhos do Congresso Nacional que, ao pretender alterar o tempo de mandato do Chefe do Executivo, está agindo com excesso de representação:

“Pelo tempo que foi eleito ou nomeado para representar o povo em qualquer dos Poderes do Estado, não se pode negar ao cidadão o direito de exercer o seu mandato. Nem mesmo a Assembléia Nacional Constituinte, a quem o povo só delegará poderes limitados por um ato de insanidade, disporá de competência para alterar tal situação jurídica constituída definitivamente”. (Soberania e Poder Constituinte, pág. 10).

Após afirmar que “impedida, política e juridicamente, de desconstituir mandato político estará sempre qualquer Assembléia Constituinte e após proclamar que “comete insensatez quem se propõe a negar o caráter definitivo do **animus** da norma constitucional que fixa a duração do mandato político”, o Dr. A. Guedes da Silva adverte:

“A anulação, com efeito ex-tunc, portanto, do ato que o individualizou, por decisão política será juridicamente impossível e inconcebível, porque com poder apenas político não se decide matéria jurídica. Se alterarem o tempo de um mandato político, praticarão ato revolucionário.” (ob. cit., pág. 13).

E poderá ser o primeiro de uma série de outros, ou todos virão em conjunto na promulgação da violação constitucional:

“Não se deve esquecer, por outro lado, que a ruptura da ordem jurídica, tal como desejam a maioria dos constituintes e outros políticos, retiraria de todos os atos jurídicos, praticados na vigência do texto constitucional condenado, a validade que se supunha terem. Se assim vier a acontecer, aos brasileiros não restariam senão o caos e a anarquia para serem administrados pela sociedade civil. O povo brasileiro merece melhor sorte e não deve ser essa a lição política e jurídica que o Brasil tem a dar ao mundo.” (A. Guedes da Silva, ob. cit. pág. 14.)

Depois de sustentar que essas injuridicidades do Congresso Nacional poderão ser fulminadas pelo Supremo Tribunal Federal, o ilustre jurista arremata seu trabalho com este trecho primoroso:

“A acalorada controvérsia em torno da extensão de um mandato político apenas, o do Presidente da República, tem servido, desgraçadamente, para identificar a vocação ditatorial de determinados cidadãos, que condenam o autoritarismo, se declaram liberais e até democratas, mas, no íntimo: gostariam de exercer o poder de forma absoluta. Com essa lamentável revelarão, talvez o povo brasileiro se convença da necessidade de adquirir consciência política para decidir, sem tutela, seu destino político, não permitindo mais que outros o façam por de.” (Ob. cit., pág. 15.)

Na doutrina constitucional não há divergência:

“Está fora de toda discussão que o Poder constituinte que intervém nas reformas constitucionais fica sujeito a **limites formais** que não se ligam aos originários. É da essência da Constituição rígida conter normas que estabelecem procedimentos especiais para sua reforma, por cuja virtude os órgãos que atuam sem tais modificações constitucionais (Poder Constituinte derivado) devem ajustar sua atuação aos mecanismos estabelecidos. E isto não ocorre obviamente com o Poder Constituinte que estabelece a primeira Constituição, porque esta não está precedida de outra” (Dr. José Korzemiak, “Classificação das Normas Constitucionais”, **Enciclopédia Jurídica OMEBA**, vol. III, pág. 152).

Dissertando sobre as limitações de competência do atual Congresso Nacional em funções de reforma constitucional, Gonçalves Ferreira, após apontar as vedações expressas, conclui:

“Isto sem falar nas alterações implícitas (definição do sistema político, etc.), como querem alguns na linha de Carl Schmitt, ou alteração do próprio órgão de reforma ou de seu procedimento, tal qual sustenta, no Brasil, Souza Sampaio.

E não se olvide que, sendo poder constituído, o Poder Constituinte derivado está sujeito à condição de constitucionalidade. A sua obra só é válida se houver obedecido às regras constitucionais. Do contrário, incide em inconstitucionalidade e, assim, de acordo

com a doutrina de Marshall, os seus atos são nulos e írritos” (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, janeiro/junho de 1985, pág. 135).

Surgem, e rapidamente, os primeiros protestos de juristas contra a pretensão ao esbulho. Este clamor irá para as ruas se o esbulho consumar-se, porque o poder político não pode ser exercido contrariamente ao direito, e se isto ocorrer a sociedade acionará seus mecanismos de defesa, a começar pelo Poder Judiciário, pois, em casos tais

“le controle judiciaire de constitutionnalité se transforme ainsi en intervention politique.” (Marcel Prelot et Jean Boulouis, **Institutions Politiques e Droit Constitutionnel**, Dalioz, 1984, pág. 228).

Nosso saudoso Souza Sampaio, na obra citada, dedica um capítulo especial ao “Controle de Constitucionalidade de Reforma da Constituição”, do qual se destaca:

“De qualquer modo é estranho que se tivesse tanto cuidado em fiscalizar o legislador ordinário para que este não desrespeitasse a Constituição, e se deixasse de mãos livres o revisor desta, recusando-se aplicar ao mesmo um instrumento cujo principal objetivo é o de impedir reformas **inconstitucionais da Constituição**.” (Pág. 108.)

E registra:

“Na Argentina, Linares Quintana defende tese semelhante, admitindo, em obra recente, que não poderia ser válida nenhuma reforma total ou parcial da Constituição que afetasse os princípios fundamentais que formam a essência da lei suprema da Nação, e que o poder judicial, como guarda da Constituição, teria competência para declarar a inconstitucionalidade de uma emenda semelhante, que importaria em destruição da Constituição – segundo a terminologia de Schmitt – ou uma fraude à Constituição – conforme a qualificação de Liet-Veaux.” (Ob. cit., págs. 111 e 112.)

Hoje não há mais dúvida sobre a “inconstitucionalidade das reformas constitucionais”. A reação do direito às teratologias políticas que, sob o manto de reforma constitucional, atingem o espírito da Constituição reformada, manifesta-se em todos os tribunais do mundo democrático, desde a prática institucionalizada pela Suprema Corte dos EE.UU até a atual escola alemã da “Konstitutionelle Vervassung” (Constituição Constitucional).

Se a supremacia da Constituição supõe um sistema básico de normas, é lógico concluir-se que **deve existir um poder capaz de resguardar os grandes princípios da Constituição**, princípios que o povo estimou necessários para a existência do Estado e sua origem jurídica. Ao Supremo Tribunal Federal incumbe esta máxima obrigação.

Na obra definitiva sobre esta matéria, Otto Bachof, professor da Universidade de Tübingen, Alemanha, observou incisivamente:

“O Tribunal Constitucional Federal, do mesmo modo que outros Tribunais alemães, reconheceu em várias decisões a existência de direito **suprapositivo**, obrigando também o legislador constituinte. Considera-se ele competente para aferir por esse direito

o direito escrito. Também uma norma constitucional pode **ser nula**, se desrespeitar em medida insuportável os postulados fundamentais da Justiça.

É certo que o Tribunal também declarou que a probabilidade de um legislador democrático e livre ultrapassar algures estes limites é tão pequena que a possibilidade teórica de ocorrerem num Estado-de-direito normas constitucionais **originárias inconstitucionais** quase equivale a uma impossibilidade prática. Isto corrobora a afirmação feita de que o problema das normas constitucionais inconstitucionais se põe menos em período de uma vida constitucional normal do que em mudanças de uma vida política radical.

Deixe-se todavia em suspenso a questão de saber se a possibilidade de um legislador democrático ultrapassar os limites indicados é, na verdade, tão pequena como o Tribunal Constitucional Federal crê.

Em qualquer caso, o fenómeno (só na aparência paradoxal) de normas constitucionais inconstitucionais não deverá ser esquecido, como advertência permanente de que a onipotência do Estado tem limites". (O notável jurista alemão escreveu o trecho citado no prefácio de sua obra traduzida para o português em 1977, editada pela Atlântida Editora, Coimbra – O título original da obra é "Verfassungswidrige – Verfassungsnormen?" – "Normas Constitucionais Inconstitucionais?")

Previa o célebre professor que "algures" essa aberração poderia acontecer. E aconteceu. Ou está para acontecer no Brasil, caso o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte não ponha um paradeiro definitivo às teratologias gessadas pela Comissão de Sistematização, onde uma doídivana minoria conspira até contra a República, posto que se pretende, no processo legislativo, excluir a vedação de emenda constitucional que vise abolir o regime republicano de governo.

Seguindo, pois, as lições do sábio constitucionalista moderno Otto Bachof, que recomenda uma permanente advertência contra inconstitucionalidades da Constituição, transcrevo decisão do Tribunal da Baviera, por ele mencionada (pág. 23, trad. port.) e relativa ao artigo 184 da Constituição daquele Estado alemão:

"A nulidade inclusivamente de uma disposição constitucional não está **a priori** e por definição excluída pelo fato de tal disposição, ela própria, ser parte integrante da Constituição. Há princípios constitucionais tão elementares, e expressão tão evidente de um direito anterior mesmo à Constituição, que obrigam o próprio legislador constitucional e que, por infração deles, outras disposições da Constituição sem a mesma dignidade podem ser nulas." (DOU, 24/411.950, 470, Verw Rspr. II, nº 65).

A esperança da sociedade brasileira está na maioria dos membros do Congresso Constituinte, que haverá de barrar a escalada pretensiosa da minoria da Comissão de Sistematização, começando por varrer do Regimento Interno o astuto inciso que faz prevalecer o tento da minoria não vencido por 280

votos (maioria absoluta) e pelo qual 47 constituintes valem mais do que 279, manobra que contraria frontalmente a norma constitucional vigente que deu vida jurídica à própria constituinte (artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 26/1985).

Se isto não for desmascarado pelo Plenário da Constituinte, caberá, então, ao Supremo Tribunal Federal a missão histórica de declarar a inconstitucionalidade de uma Constituição imposta e aprovada pela minoria dos Constituintes, nulidade formal que fulminará a nova Carta no nascedouro.

CONGRESSO CONSTITUINTE

À luz da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, surge um congresso com poderes constituintes, solenemente convocado, neste momento singular de nosso processo histórico, para construir **nos limites da função constituinte secundária**, uma nova ordem jurídica para o Estado.

A análise mesma dos elementos do ato convocatório evidencia o **caráter limitado** dos poderes deferidos ao Congresso.

Seria absolutamente inconsistente reconhecer a possibilidade de um órgão investido de funções constituintes **derivadas e subordinadas** – o Congresso Nacional – convocar outro para o exercício da atividade constituinte **primária e subordinante** – a Assembléia Nacional Constituinte.

Semelhante inversão não encontra precedentes em nossa história constitucional.

O conteúdo da Emenda nº 26, de 1985, por sua vez, registra formulações absolutamente **incompatíveis** com os pressupostos conceituais inerentes ao poder constituinte em sua dimensão originária.

Com efeito, há, na Emenda, regras que introduzem limitações, de caráter ritual, ao processo de elaboração das normas constitucionais, que não se justificariam, por inadmissíveis, em face do poder constituinte originário ou de primeiro grau. São elas, no

entanto, aceitáveis e pertinentes, na medida em que incidem sobre o exercício, pelo Congresso, de uma atividade constituinte meramente secundária.

Note-se, neste ponto, que o Regimento Interno do Congresso Constituinte **rendeu-se** às limitações **impostas** pelo Congresso Nacional, no artigo 3º da Emenda nº 26, de 1985, que dispõe **como e de que forma** deverá a nova Constituição ser discutida, votada e promulgada. Volto a citá-lo:

"Art. 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte."

Além desta limitação formal, muitas outras existem:

"Quando o poder constituinte derivado, no estrito cumprimento da normatividade existente, sem a ocorrência de revolução, procura retrair o modelo constitucional novo, **as limitações são bem maiores.**" (Pf. José Alfredo de Oliveira Baracho, "Teoria Geral das Constituições Escritas," **In Revista Brasileira de Estudos Políticos**, janeiro/julho de 1985, pág. 80).

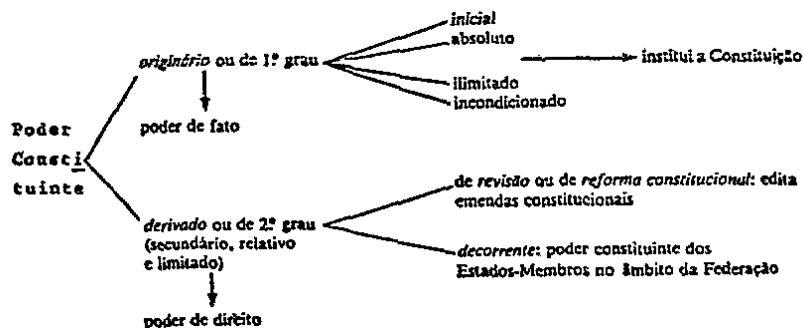
E acrescenta:

"A produção originária surge descomprometida com as normas positivas anteriores. ao passo que a derivada surge do sistema político já constituído, através da competência e procedimentos estabelecidos anteriormente." (José Alfredo de Oliveira Baracho, Teoria Geral das Constituições". **ob. cit.**, Pág. 83).

PODER CONSTITUINTE

O poder constituinte traduz a expressão da suprema vontade política do povo.

As normas constitucionais emanam de órgão investido, por delegação popular, do poder constituinte, que, esquematicamente, assim se classifica:



(apud José Celso de Mello Filho, **ob. cit.**, pág. 13)

O eminente constitucionalista Paulo Bonavides, versando a matéria assim a resume:



"A teoria constitucional costuma distinguir duas formas básicas de poder constituinte: o **poder constituinte originário** e o **poder constituinte derivado ou poder de reforma e revisão da lei suprema**. Ambos consideravelmente polémicos: o primeiro pela sua natureza política de poder iniciador ou primário, dotado de competência soberana, que faz a Constituição e só aparece e intervém em ocasiões excepcionais de crise; o segundo, pela sua índole intrinsecamente jurídica, de poder que se insere no interior da Constituição, sujeito a determinados limites e mediador entre o poder constituinte originário e o sistema de governo representativo, com o qual busca compadecer-se de maneira permanente." (v. **Política e Constituição – Os Caminhos da Democracia**, pág. 219, 1985, Forense).

Igual orientação é perfilhada pela ilustre publicista Anna Cândida da Cunha Ferraz, que assim se manifesta sobre o tema:

"Quando se cogita da organização fundamental de um Estado, seja para estabelecê-la, seja para modificá-la, seja para complementá-la, intervém necessariamente o Poder Constituinte, único dotado de competência para tais fins. Assim, tudo o que diz respeito a uma Constituição formal requer o exercício do Poder Constituinte, em qualquer tempo ou circunstância."

Tendo em vista, porém, a finalidade da intervenção do Poder Constituinte, a doutrina distingue dois tipos de Poder Constituinte: o **poder constituinte originário** e o **poder constituinte instituído** (...). Normalmente, o Poder Constituinte intervém para estabelecer uma Constituição, quando não há ou quando não há mais Constituição em vigor. Ao longo da História, tal manifestação tem ocorrido com frequência, ou quando surge um novo Estado que dá a si mesmo uma Constituição, ou quando se cuida de estabelecer as instituições de um Estado cuja Constituição tenha sido revolucionariamente suprimida.

"Esse poder constituinte é qualificado de **Poder Constituinte originário** (...). A doutrina aponta, ainda, um segundo tipo de Poder Constituinte aquele que intervém para modificar a Constituição ou para complementar sua obra."

"A intervenção desse Poder Constituinte pressupõe uma Constituição em vigor, sua atuação se dá nos moldes, processos e sob as formas nela previstas; entre sua intervenção e a Constituição em vigor não há solução de continuidade. Há então, numa Lei Maior, a instituição de um tipo de poder destinado a estabelecer normas com a mesma força das normas constitucionais ou da mesma natureza dessas."

"Esse segundo tipo do Poder Constituinte, o chamado **Poder Constituinte Instituído**, atuando em virtude da Constituição em vigor, é, portanto, criado ou instituído pela própria Lei Fundamental."

"O Poder Constituinte Instituído recebe outras denominações: **derivado, remanescente, poder constituinte de segundo grau ou poder constituinte constituído**." (v. Poder Constituinte do Estado-membro, págs. 13/15, 1979, RT).

Não há divergência entre os constitucionalistas.

## II

A produção normativa, resultante do exercício da atividade constituinte, concentra-se formalmente, na Constituição. Esta, porém, não deve ser vista ou analisada como um instrumento do poder, mas, sim, como a lei fundamental que rege a sociedade política, enquanto sistema de relações de poder.

Entre governantes e governados, detentores do poder e destinatários do poder, entre autoridade e liberdade, há, inegavelmente, um **estado de permanente tensão dialética**. A experiência constitucional, que se revista de conteúdo democrático, há de refletir, pela prática das instituições do Estado, uma realidade de harmoniosa convivência. Para que isso ocorra, no entanto, é preciso inviabilizar o **monopólio do poder**, quer pela institucionalização da divisão funcional do poder, **quer pela criação de processos de controle político e jurídico do próprio poder**.

Como adequadamente exprime Karl Loewenstein, em clássica obra sobre a análise teórica do processo político e a prática constitucional, onde o poder se acha distribuído, o domínio está necessariamente limitado.

O exercício da função constituinte originária decorre de um poder pré e suprajurídico, de conteúdo exclusivamente político, desvestido de qualquer estabilidade, mesmo porque a sua atuação concreta se situa fora do âmbito do Estado que vai ser criado por ele.

Ao poder constituinte originário, ou de 1º grau, pertence uma só função: a de instaurar o Estado e inaugurar a ordem jurídica da sociedade política. É um poder de decisão, cujo exercício antecede, necessariamente, a formulação do texto constitucional.

O poder constituinte de 2º grau, no entanto, supõe uma Constituição já em vigor, que lhe fixa os limites e lhe impõe os modos de atuação. É um poder essencialmente jurídico, de exercício vinculado, que sofre as restrições normativas definidas, de caráter superior, pelo órgão exercente das funções constituintes originárias:

"A Nova República não nasceu de uma revolução. Surgiu do exato cumprimento da Constituição em vigor. Não pode invocar o poder constituinte revolucionário, em consequência."

Esta (Assembléia), assim convocada será sempre, apesar dos disfarces que a possam vestir, poder constituinte derivado, poder de reforma." (Gonçalves Ferreira, **ob. cit.**, pg. 144).

A titularidade do poder constituinte, em qualquer de suas modalidades, pertence ao

povo; enquanto comunidade dos cidadãos ou eleitores. A vontade constituinte deve ser, sempre, a vontade do povo, que a exprime através de convenções ou Assembléias constituintes: Estas não titularizam o poder constituinte. São apenas órgãos aos quais se atribuiu, por delegação popular, o exercício dessa magna prerrogativa. De igual forma, o Congresso Nacional não é o titular do poder de revisão constitucional. É o instrumento de que se vale o povo para, através dele, exercê-lo concretamente. Por isso mesmo, o coeficiente de legitimidade de uma Constituição deve ser aferido em função da adequação e da subordinação de seus preceitos ao consenso dos governados. O estudo do poder constituinte, em suma, não pode prescindir da noção do povo como sujeito e titular soberano do poder. (Cf. José Celso de Mello Filho, **ob. e loc. citados.**)

Os poderes do Congresso Constituinte são limitados

A Emenda Constitucional nº 26, de 1985, não conferiu o exercício do poder constituinte originário à Assembléia Nacional Constituinte.

E não o fez por absoluta impossibilidade político-jurídica decorrente da significativa circunstância de que um órgão constituído, como o Congresso Nacional, não dispõe da prerrogativa de outorgar poderes, que não possui, caracterizados por sua ilimitação jurídica e incondicionamento formal.

Repita-se, por necessário, que a autoridade e a competência da atual Assembléia Nacional Constituinte provém de uma fonte formal, manifestada no Ato Convocatório de 1985.

A Assembléia que aí está deriva da decisão emanada do Congresso Nacional. Não tem, pois, caráter inicial.

Acha-se, também, despojada de outra característica do poder originário, que é o absoluto incondicionamento formal.

Como já vimos, a Assembléia submeteu-se, por inteiro, ao regramento procedimental instituído no art. 3º da emenda convocatória. Tanto que o reproduziu, com estrita fidelidade, em seus preceitos regimentais.

A Assembléia Nacional Constituinte não detém, por isso mesmo, "poder supremo, originário, dotado de soberania, com uma capacidade de decisão em última instância", segundo a preciosa definição que, do poder constituinte de 1º grau, nos dá o eminente Pinto Ferreira (in **Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno**, vol. 1, p. 52, 6ª ed., 1983, Saraiva).

A substituição de uma Constituição, por outra, não significa, necessariamente, o exercício do poder constituinte originário.

O doutor Pinto Ferreira, em sua obra já citada, invocando o magistério de Recaséns-Siches, Carl Friedrich, Barthélemy e Duez, Heller e Carl Schmitt, observa que, segundo tais autores,

"nem toda substituição ou reforma da Constituição representa produção originária do direito, nem, portanto, inaugura um novo sistema jurídico, nem tampouco determina

uma solução de continuidade com referência à ordem anterior. Uma Constituição pode ser modificada ou substituída normalmente, legalmente, quer dizer, seguindo para tanto o processo de reforma previsto explícita ou tacitamente na Constituição anterior, i.e., a que se modifica ou substitui. Então em nada se rompe a continuidade da vida jurídica, posto que ao anterior cimento constitucional se superpõe um outro, nele alicerçado. De sorte que a validade da nova Constituição não representa algo primário, não é algo radicalmente originário, não é algo de uma essência nova, mas deriva da Constituição precedente, que serve de fundamento à nova" (v. **op. cit.** vol. 1, p. 49).

Também sob o ponto de vista formal, o atual Congresso Constituinte brasileiro não pode afastar-se daquilo que foi disposto pela emenda constitucional que o convocou.

Qualquer disposição regimental que restrinja o disposto no art. 3º da EC nº 26/85, isto é, a discussão e votação de todo o projeto pelo plenário e aprovação por maioria absoluta, será inconstitucional, e isto pode ser declarado pelo Supremo Tribunal Federal.

A inobservância de qualquer disposição regimental no procedimento constituinte, como enviaram-se ao plenário fragmentos do projeto e não o projeto todo, contaminará de ilegalidade formal a elaboração da nova Carta, que não deve nascer sob tal estigma.

Tudo isto é possível, embora não desejável, e deve, a meu ver, merecer redobrada atenção dos senhores constituintes para que a Assembléia não os divida em duas classes: os constituintes privilegiados da Comissão de Sistematização e os constituintes comuns do plenário.

#### Limitações implícitas

##### I

Estabelecida a premissa de que a Assembléia Nacional Constituinte exerce poderes constituintes secundários ou derivados, cumpre assinalar que sofrem, eles, a incidência de certas restrições, que limitam a sua prática.

Os direitos fundamentais, como já vimos, inscrevem-se dentre aqueles que se colocam, pela supra-estatalidade de que se revestem, além do alcance desse poder constituinte.

O direito à segurança jurídica, que decorre da intangibilidade de situações já consolidadas, validamente, sob o ordenamento constitucional, situa-se no rol das liberdades públicas que não podem ser afetadas por qualquer deliberação emanada do Congresso Constituinte, entre elas o mandato do Presidente da República, o sistema de governo e a autonomia dos Poderes, inclusive o do Judiciário que não pode, como se pretende, ser submetido a controle externo de outros órgãos.

A teoria dos limites naturais e implícitos do poder constituinte derivado encontra suporte no magistério de todos os constitucionalistas modernos e de grande expressão científica.

Também Maurice Hauriou afirma que há princípios não escritos que servem de fundamento a qualquer Constituição, antepondo-se-lhe e superpondo-se-lhe.

Esses princípios, dentre os quais podem ser identificados os que se referem aos direitos e garantias individuais e à separação de poderes entre os órgãos do Estado, enfatiza o eminente jurista, mostram-se superiores aos textos e condicionam o exercício do poder derivado, cujas decisões devem ser prospectivas, visando, nesses temas, ao futuro e preservando, íntegro, o passado (v. **Princípios de Derecho Publico y Constitucional**, págs. 327/328 e 334, 1927, Madri).

##### II

A proposta de criação de um Conselho Superior de Justiça, que exerça controle externo sobre o Poder Judiciário, é, inquestionavelmente, grave ofensa e perigosa lesão à democracia.

Alberto Brunois, em sua obra "La Liberté Judiciaire, Honeurs des Hommes" (ed. Apil, Versailles, 1978), observa:

"La liberté Judiciaire n'est nulle part définie; son contenu fait de droits, d'obligations, d'interdictions, de garanties, n'est pas exactement déterminé. Pourtant elle appartient à la mentalité Judiciaire des états civilisés."

Os governos que, para satisfazerem necessidades circunstanciais, impõem restrições à liberdade judiciária, asseguram às vezes a vitória de seus projetos. Brunois lembra que tal vitória, por ser traição à democracia, representa ganhos efêmeros e apenas retarda a marcha do progresso. E acrescenta:

"Il faut ensuite que chacun ait toujours la disposition d'une garantie objective de sa liberté, c'est-à-dire, qu'il puisse recourir à une force, une autorité, un pouvoir, présentant par ses structures et ses procédures tous les conditions de la neutralité."

La liberté judiciaire est donc la liberté par excellence.

Ainsi la liberté judiciaire est l'illustration solennelle e spectaculaire de la liberté. Et, c'est bien de la liberté dont il faut assurer le regne."

Não pode, pois, o Congresso Constituinte introduzir, na reforma constitucional, o controle externo do Judiciário, pois estaria algemando a liberdade em si mesma e estaria assassinando a democracia.

##### III

Salutar para qualquer regime político é o exercício da democracia semidireta, ainda que limitado apenas às questões fundamentais.

Em períodos de transição, como o atual, é preciso que o povo fale pelo voto, antes que alguém se arvore em seu intérprete.

Plebiscito para as questões fundamentais e eleições gerais, mas eleições sempre e com debates de programas e propósitos, são caminhos que legitimarão as pretendidas mu-

danças no sistema de governo se o povo disser, sim, pelo voto e eleger os mandatários, que publicamente defendam tais idéias.

O atual Presidente da República já declarou que abrirá mão de um ano de seu mandato para permitir eleições diretas de seu sucessor. Está certo. Ele é o titular do mandato e somente ele pode renunciar a um ano ou ao tempo de mandato que julgar necessário para a pacificação política do País. Seu mandato não pode ser restado pelo Congresso. Seria golpe de Estado.

Reformado o direito constitucional, o País terá que completar a institucionalização da ordem estatal, pela edição de leis complementares e ordinárias, sob pena de cair, o processo constituinte, no vácuo jurídico, de graves conseqüências.

Nesse momento de sérias responsabilidades de todos, é preciso que se meça o caminho exato: promulga-se a Constituição, completa-se a nova ordem institucional com a legislação necessária e, estabelecido o regramento legal, promovem-se eleições gerais para que se passe a limpo a vida política do País.

Não pode mais o Brasil continuar vivendo em concubinato com a ilegalidade.

#### CONCLUSÃO

##### I

A atual realidade política brasileira reclama extremo cuidado dos homens e mulheres responsáveis pelo destino deste País.

Começa-se pela duvidosa representação constituinte-reformadora do atual Congresso, que ficou apenas no ato formal da convocação e em momento algum suscitou debates populares sobre a extensão da reforma e os pontos fundamentais da revisão constitucional.

Ninguém pode negar que a campanha eleitoral travou-se singelamente em torno de eleições de governadores estaduais e que os candidatos ao Congresso – e, portanto, a "delegados" constituintes – limitaram seus pronunciamentos públicos ao apoio a seu candidato ao Governo do Estado, ao Plano Cruzado, ao congelamento de preços, ao confisco de bois, tecendo críticas ao ágio nos preços de mercadorias, críticas aos supermercados e, por vezes, fazendo vagas referências ao "entulho autoritário".

Proposta de solução ou alteração institucional não houve uma única.

Não há, pois, delegação popular para proceder-se a nenhuma.

Essa circunstância aconselha cautela redobrada, porque a Carta Constitucional não pode ser elaborada pelo processo de revelação, mesmo porque a única legislação revelada, os Dez Mandamentos, mereceu-a um homem isolado, Moisés. O fenômeno não se repete com assembléias numerosas pela impossibilidade da santificação coletiva.

As profundas alterações pretendidas pelo nosso Congresso Constituinte ao preconizar novas formas de Governo, a que serão submetidos os governados, torna absolutamente

necessário que estes consintam na alteração e. para que consintam, é preciso que sejam chamados a discutir as condições sob as quais consentirão: "Leur consentement est donc subordonné a l'acceptation de ces conditions" (Burdeau, *Traité*, vol. IV, pág. 51, 1984).

### III

Merece ser aqui transcrita a sensata observação do Deputado Theodoro Mendes, na justificação de sua emenda presidencialista à Comissão de Sistematização da atual Assembléia Constituinte:

"Finalmente pretendemos, com esta emenda, atender objetivamente às aspirações legítimas do povo brasileiro, que se manifestou com inédita vibração e emoção em favor das eleições diretas para Presidente da República, e o fez no regime presidencialista.

"Não seria prudente que a Assembléia Nacional Constituinte, também nascida naquela memorável campanha, viesse a frustrar a vontade popular, subtraindo aos brasileiros o direito de votar no Chefe de Estado e de Governo".

"O regime parlamentarista, além das já apontadas incompatibilidades com a realidade brasileira, traria mais uma semente de insatisfação pelo retorno ao sistema de eleição indireta para o Chefe de Governo, o que aos olhos do povo equivaleria à volta ao Colégio Eleitoral".

"Por último, convém registrar que, há pouco mais de vinte anos, o povo brasileiro manifestou-se pelo presidencialismo em consulta plebiscitária com cerca de oitenta por cento de votos favoráveis a este sistema de governo. Aquela decisão histórico-institucional, enquanto não revista por outro, e pelo mesmo processo, é vinculativa no sistema representativo das democracias, e obriga, também, e sem dúvida, o Poder Constituinte, sem o que de nada valerá a declaração preliminar de que todo o poder emana do povo."

### III

Toda reforma política, que não leve em conta a arrumação dos órgãos constitucionais assentada na ordem de Constituição Vigente, é artificial e perigosa. Pode ela investir a título secundário para satisfazer-se com um aspecto da vida política em determinado momento.

Mas este momento é provisório e este aspecto é instável, decorrentes que são, um e outro, da análise emocional que levou o raciocínio a ser impulsionado pelo interesse imediato no desfecho de um debate circunstancial.

Mas não é ciência política, nem direito constitucional.

A ciência política tem por fundamento a busca da solução duradoura na estabilidade social permanente, ainda que tal solução tenha que nascer permanentemente, das apaixonadas posições e contraposições de uma episódica disputa pelo poder político, mas assegurada a estabilidade pelos fundamentos do direito constitucional.

Porque o direito constitucional, na moderna ordem moral da humanidade, é a fonte dos princípios de todas as ciências jurídicas.

Não se espera que disto saiba o constituinte que se elegeu debatendo congelamento de preços e ágios nos preços da carne e dos ovos. Muitos sabem, mas não todos.

Para os que não sabem, e podem formar uma desinformada e eventual maioria, cumpre-nos a nós, juristas, adverti-los sobre os princípios gerais da ordem que deve reinar nos atos resultantes da livre vontade humana e da forma que esta vontade deve observar no momento de estabelecer leis fundamentais para a nação, cuja vontade é a única soberana.

É bom e convém que se lhes diga que o povo conhece o direito por sabedoria milenar, e que, antes da codificação das leis, o direito natural, inerente à natureza dos homens, dotou a estes de vida física, de razão, de moral e de consciência.

Impulsionada, há milênios, por estas forças, é irreversível a tendência do povo ao aperfeiçoamento.

Nenhum cientista político, nenhum jurista é necessário para advertir o povo contra as lesões ao seu poder, contra os furtos à sua soberania, conta as traições à sua vontade. Ele sabe por intuição, sabe por ciência própria. A advertência poderá alertá-lo mais rapidamente, mas, mesmo sem ela, ele saberá.

E não há povo que perdoe a quebra da ordem. Todas as revoluções foram feitas contra regimes em desordem. A desordem precede às revoluções, não são estas que a provocam, pois as revoluções nascem dela e têm como objetivo sempre implantar de novo a ordem, antiga ou nova, mas a ordem:

"Ora, o mínimo, o indispensável social é a ordem pública, sem a qual as mais simples atividades sociais, individuais ou coletivas, nem sequer podem existir. Os governantes naturalmente indicados por um Estado de Transição são, pois, aqueles cuja função social seja particularmente a manutenção da ordem. Se uma Nação fosse uma aldeia, bastaria a política." (Fernando Pessoa, *Idéias Políticas, Obras em Prosa*, Ed. Nova Aguilar S.A., 1986.)

### IV

Não há, para a sociedade, maior ameaça contra a ordem do que uma reforma constitucional caótica, com riscos evidentes de destruir o ordenamento constitucional último que nos resta, em vez de expugni-lo dos defeitos e dotá-lo das modernas conquistas sociais consentidas pelo povo.

E a ilegitimidade para a implantação de uma reforma **ultra viris**, pelo órgão congressual sem poderes originários, é ameaça maior do que a insensatez que por ele possa ser promulgada.

Cabe, aqui, lembrar a prudente e sábia advertência que nos legou Teotônio Vilela – quando debateu a institucionalização do regime brasileiro, defendendo a reforma da Constituição como solução para a transitoriedade: "No entanto, acredito que a reforma no contexto atual deveria ser feita através de emendas e não pela revisão de todo o texto constitucional, pois, por etapas, haveria me-

nos tumulto político e seria mais rápido, além de haver um consenso parlamentar já indicativo da preferência das emendas". (**O Estado de S. Paulo**, 13 de maio de 1975, pág. 4).

Como diria nosso saudoso mestre Pontes de Miranda, neste projeto de Constituição está havendo "mais subversidade do que revolucionariedade". E acrescentaria: "Os povos puderam errar no passado; hoje, não podem mais". (**Comentários à Constituição de 1969**, pág. 18).

E lembrando que não se pode contrariar a perseverança multimilenar da técnica jurídica, concluiria: "Fora daí, tudo é insânia". (**Ob. e loc. cit.**)

### V

Penso ter cumprido meu dever de cidadão e de jurista neste rápido trabalho sobre nosso momento institucional, ao menos para que os futuros estudantes de Direito não se estarçam com o silêncio dos que tinham o dever de falar e calaram.

Edward S. Crowin, um dos maiores constitucionalistas norte-americanos disse "Aqueles a quem foi dado o privilégio do estudo estão obrigados a pronunciar-se sobre as questões debatidas nos campos de sua competência" (**A Constituição Norte-Americana e seu Significado Atual**, edição IZE, Rio, 1986, pág. XIII.)

Na elaboração de uma Constituição, que é a carta da nacionalidade e do direito fundamental, todo cidadão tem a prerrogativa de opinar, e o jurista tem o dever. Unamuno já advertiu que, em certos momentos históricos, calar é crime.

Creio – e o digo sinceramente – no Congresso Nacional, na competência e patriotismo de muitos e muitos deputados federais e senadores. Estes homens farão prevalecer nas decisões do plenário do Congresso Constituinte, recinto onde se exerce a soberania em nome do povo, o bom senso da sociedade brasileira, impedindo o predomínio da incapacidade, dos simulacros de locutórios vazios, do mercado dos conchavos, da praça de negócios, dos inimigos da liberdade, que sabem servir-se dela para comprometé-la ou destruí-la.

Assim creio, espero e rezo para que seja. O Brasil não pode mais sofrer retrocessos institucionais ou patologias constitucionais, nem a silenciosa e triste psicose da resignação.

Brasília, 10 de setembro de 1987.  
– **J. Souto Ramos**, advogado.

### BIBLIOGRAFIA

- Alberto Brunois – "liberté Judiciaire, Honeurs des Hommes, Ed. Apil, Versailles, 1978.
- Anna Cândida da Cunha Ferraz – "Poder Constituinte do Estado-membro", págs. 13/15, 1979, RT.
- Armindo Guedes A.Silva – "Soberania do Poder Constituinte", págs. 10, 13, 14 e 15.
- Amoult – "De la Revision des Constitutions", pág. 280.

Bernard Chantebout – "Droit Constitutionnel et Science Politique", Gerné ede., págs. 40, 226 ed. 1985.

– Cari Schmitt – "Teoria de la Constitución", Tradução mexicana, 1966, pág. 121.

Carlos Maximiliano – "Comentários à Constituição de 1946, Vol. 111, págs. 303, 311.

Carlos Sanches Viamonte – "Enciclopédia Jurídica OMEBA", tomo IV, pág. 60, Buenos Aires, 1975.

– Carré de Malberg – apud João de Oliveira Filho (ob. e loc. cit)

– Edward S. Crowin – "A Constituição Norte-Americana e seu Significado Atual", edição IZE, Rio, 1986, pág. XIII.

Fernando Pessoa – "Idéias Políticas, Obras em Prosa", Ed. Nova Aguilar S.A., 1986.

– Georges Burdeau – "Traité", Tome IV, págs. 11, 51, 231, 232, 233, ed. 1984, Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, Paris;

Ob. cit, Tome III, págs. 254/255

"Manuel de Droit Constitutionnel".

– George Liet-Veaux "Essai d'une Theorie Juridique des Revolutions", pág. 62.

– Gerry – (Constituinte da Filadélfia) "Intervenção de Gerry em Massachusetts", Madison Papers, ed. 1920, pág. 52.

– Gonçalves Ferreira – ob. cit, pág. 144 (Kari Loewenstein).

– Gonçalves Calderon – "Por la liberda y el Derecho", Ed. Lagouane, Buenos Aires, 1921, págs. 112, 113 e 114.

– Jameson – "A Transe on Constitucional Conventions". § 12.

– João de Oliveira Filho – "Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro". págs. 33, 35.

– José Alfredo de Oliveira Baracho – "Teoria Geral das Constituições Escritas" – in Revista Brasileira de Estudos Políticos, janeiro/julho, 1985, pág. 80.

– José Carlos Moreira Alves – Ed. Senado Federal nº 93, pág. 12.

José Celso de Mello Filho – "Constituição Federal Anotada", Ed. Saraiva, 1986, pág. 14.

– apud ob cit, pág. 13.

– cf. ob. e loc. citados (Karl Loewenstein).

– José Kormiak – "Classificação das Normas Constitucionais" – Enciclopédia Jurídica – OMEBA, vol. III, pág. 152.

– Kelsen – "Teoria Pura do Direito", 3ª ed, tradução portuguesa, Coimbra, 1974, pág. 57.

– Linares Quintana – (Ob. cit, págs. 111 e 112) – Nelson de Souza Sampaio.

– Manoel Gonçalves Ferreira Filho (prof.) – "Idéias para a Nova Constituição Brasileira", Saraiva. 1987, pág. 17.

– Revista Brasileira de Estudos Políticos, janeiro/junho, 1985, pág. 135.

Marcel Prelot – "Institutions Politiques et Droit Constitutionnel". Dalloz, Paris, 1984, págs. 214 e 228.

– Maurice Hauriou – Princípios de Decredo Publico Y Constitucional", págs. 327/328, 1927, Madrid.

– Miguel Reale – Revista Brasileira de Estudos Políticos nº 60/61, janeiro/julho, 1985, pág. 15.

– Nelson Saldanha – "O Poder Constituinte". RT, 1986, pág. 87.

– ob. cit., pág. 91.

– ob. cit., pág. 41.

– Nelson de Souza Sampaio – "O Poder de Reforma Constitucional", págs. 42, 43 e 87, Livraria Progresso, Editora Bahia, 1954.

– "O Controle de Constitucionalidade de Reforma da Constituição" (ob., págs. 108, 111 e 112).

– Otto Bachof – "Normas Constitucionais Inconstitucionais?" – trad. port, Atlântida Editora, Coimbra, 1977.

– Paulo Bonavides – "Política e Constituição – Os Caminhos da Democracia", págs. 219, 1985, Forense.

Paul Contin – apud "Esmein, Elements de Droit Constitutionnel Français et Comparé", 2º Vol., pág. 544.

– Paulo Sarasate.

– Pimenta Bueno – "Direito Público Brasileiro", pág. 485, 1857.

– Pinto Ferreira – "Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno", vol. 1, pág. 52, 6ª ed. 1983, Saraiva.

– em sua obra invoca Recaséns siches, Caris Friedrich, Barthélemy e Duez, Heller e Carl Schmitt

– Pontes de Miranda – "Técnica de Reforma e Emenda da Constituição", Revista de Direito Administrativo, vol. 5, pág. 19, 1946;

– "Comentários à Constituição de 1946, vol. III, pág. 149;

– "Comentários à Constituição de 1969", Pág. 18.

– Raymundo Faoro – "Constituição e constituinte", RT, Cadernos Apamajis, vol. 6, pág. 16 (ob. cit., pág. 18).

Teotônio Vilela) – "O Estado de São Paulo" de 13 de maio de 1975, pág. 4.

– Theodoro Mendes – "Justificação de sua emenda presidencialista à Comissão de Sistematização" da atual Assembléia Constituinte.

– Vicente Ráo – "Justitia", vol 123, SP, pág. 137 Artigo 29 – Constituição da Alemanha Ocidental

Artigo 75 – Constituição da Baviera

Artigo 92 – Constituição de Baden 1947

Artigo 108 – Constituição Grega – Constituição Norte-Americana em 1787

artigo 112 – Constituição da Noruega

– Constituição Suíça"

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, afirmei à diligente jornalista Deborah, do "Jornal do Brasil", que caso o Governador Miguel Arraes, pessoalmente, formulasse apelo para que eu votasse, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, pela manutenção do artigo 4º, do Título "Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitorias", do Projeto da Constituição, que diz-me "o mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1989", realmente, atenderia ao pedido de S. Ex.<sup>a</sup>. Entretanto, também disse à zelosa jornalista que, nesse caso, eu defenderia a hipótese levantada pelo Ministro do Exército, Gen. Leônidas Pires Gonçalves, que só enten-

de a realização de eleições para Presidente da República em 15 de novembro próximo se, em consequência, forem convocadas eleições gerais no País".

Ora, entendo, que uma alteração como esta, no calendário eleitoral, só será coerente se vier acompanhada da convocação de eleições gerais.

E uma questão de coerência, não contraditória.

Estou com o Presidente José Sarney, com seis ou cinco anos. Quem viver verá.

Oportunamente voltarei ao assunto.

**O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sras, e Srs. Constituintes, caiu a máscara do Centrão! A farsa ficou evidenciada mais uma vez. Este movimento suprapartidário, autodenominado Centrão, vem mostrando para que veio realmente. No começo afirmavam que o único objetivo era "democratizar" o Regimento Interno, que entendiam não servir aos seus interesses.

Foi dito aqui, da tribuna por muitos de seus líderes, que o Centrão se propunha, após as mudanças do Regimento, a "verificar" os excessos contidos no texto, propondo mudanças. Todavia, afirmaram que as questões políticas, pelas divergências internas, eram questões a que o Centrão não se ateria, liberando seus constituintes a votarem por suas posições.

Sr. Presidente, essas afirmações todas tinham o objetivo de ocultar as verdadeiras intenções desse grupo chamado Centrão. E, hoje, podemos ver, claramente, os desdobramentos disso tudo. Num primeiro plano, abortaram as poucas conquistas sociais aprovadas na Comissão de Sistematização. Retiraram a proibição contra a despedida imotivada, retiraram a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas, reduziram a remuneração da hora extra em cinquenta por cento, o que, hoje, já é uma realidade para um número grande de trabalhadores; não aceitam a licença à gestante de 120 dias e assim por diante.

O Centrão não se contenta com o pouco e orquestra mudanças em todos os pontos do projeto, fundamentalmente, na espinha dorsal do sistema econômico. Muda o conceito de empresa nacional, cria mecanismos de proteção ao latifúndio, pondo por terra qualquer possibilidade de reforma agrária. Não aceita o monopólio da distribuição de petróleo e muito mais.

Por outro lado, a audácia dessa maioria parlamentar, que representa tão-somente algo em torno de 30% dos eleitores brasileiros, se alça a discutir propostas de resoluções políticas, como mandato do Presidente Sarney e sistema de governo.

A imprensa nacional tem informado diariamente as articulações entre o Palácio do Planalto e a Liderança do Centrão. O tráfico de influências aumenta dia a dia; a distribuição de cargos, doravante só para o Centrão; investimentos públicos. financiamentos, favores e empréstimos só para membros do Centrão e as suas bases eleitorais.

E essa vergonha, essa corrupção, que enoja o povo brasileiro, que não aceita mais esta situação. A articulação bem montada do Centrão trazia, por baixo do pano, as intenções de tirar proveito pessoal, pois uma possível sustentação política ao Governo tem seu preço, e todos nós sabemos que ele é muito alto, pois esta gente não se satisfaz com café pequeno. E o povo paga por tudo isso.

Poderíamos afirmar, para sintetizar o processo político em que vivemos, que o poder foi assaltado, no Brasil, por uma minoria de direita, que se isola em si mesma, disparando farpas contra tudo e contra todos, passando por cima dos partidos políticos e do processo democrático. São ávidos pelos privilégios, que parece ser o único combustível que mantém ativos esses políticos tão impacientes com a democracia e a vontade da maioria do povo brasileiro.

Sr. Presidente, muitos nos chamam de radicais, xiitas e não sei que mais, tudo porque optamos por fazer a leitura fiel dos fatos, sem distorções ou conotações inverídicas. Ontem tive a satisfação de ouvir em meu gabinete o pronunciamento de um constituinte do PDS, de meu Estado, o Deputado Adylson Motta, que contrariado com a direção e rumo que o Centrão estava tomando, se desligava do grupo, pois a sua participação estava balizada unicamente pela alteração do Regimento Interno.

Isto demonstra, Srs. e Sras. Constituintes, o caráter que este grupo chamado Centrão está construindo, onde quem pode mais chora menos. E será assim, daqui para diante. A fase agora é de acomodação política, com o Centrão assumindo o Governo e fazendo a sustentação política. Por isso, mais do que nunca, a proposta de quatro anos para Sarney é urgente.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de fazer outro registro. Chegou ao nosso conhecimento – e confesso que não assisti ao programa "Fantástico" que no último domingo, dia 3 de janeiro, a Rede Globo de televisão levou ao ar – uma história, contada por Lima Duarte, de autoria do escritor Guimarães Rosa, sobre um negro que foi confundido com um macaco.

Segundo as informações que me chegaram, a história dava conta de um grupo de pessoas que, famintas, mataram um negro, o assaram e o comeram, pensando que fosse um macaco. E que, momentos mais tarde, foram indagados por uma senhora se não avistaram o seu filho que havia se perdido.

Essa história, se teve certa conotação ou não, por si só ofende a raça negra, justamente no ano do centenário de sua abolição.

Espero que haja uma retratação da Rede Globo, pois não podemos aceitar essa discriminação.

**O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS – SR. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dentre alguns dos equívocos a que a Comissão de Sistematização foi levada em função da adoção de forma defeituosa de aferição da vontade média dos Constituintes sobressai um, pela total inconveniência de sua inclusão no corpo do Projeto "A" de nossa futura Magna Carta. Este é, indubitavelmente, o referente à proibição de distribuição dos derivados de petróleo pelas empresas estrangeiras.

Es o que estipula o art 207, item V, do Projeto em questão:

"Art. 207. Constituem monopólio da União:

I – .....

.....

.....

– a distribuição dos derivados de petróleo, facultada a delegação a empresas priva-

das constituídas e sediadas no País, com maioria de capital nacional, por prazo determinado, no interesse nacional, e só transferível mediante prévia anuência do poder concedente".

Nenhum argumento convincente foi produzido para justificar a aprovação de tal dispositivo. Não atende ele aos varejistas brasileiros de óleos e combustíveis, nem aos estrangeiros, nem à Petrobrás, sempre zelosa de suas prerrogativas monopolísticas de pesquisa, lavra e produção.

Seu Presidente, Coronel Ozires Silva, homem insuspeito e com brilhante passagem pela direção da Embraer, ocupou as televisões duas ou três vezes, declarando francamente que a Petrobrás não deseja o monopólio da distribuição dos derivados do petróleo. Chegou mesmo, na entrevista concedida dia 5 ou 6 de dezembro, a externar o receio de que a aplicação da proibição em foco viesse a acarretar desemprego, pelo fechamento de postos de abastecimento muito próximos de outros, circunstância encontrada em várias cidades de porte grande ou médio e que aconselharia a menor dispersão de investimentos, caso a distribuição fosse atribuída a uma só empresa.

Poderia o Sr. Ozires Silva ter acrescentado que o afastamento das grandes empresas do ramo, donas de extraordinária experiência, acumulada, representaria também a dispensa de milhares de trabalhadores, muitos deles com estabilidade legal e já tendo alcançado idade que lhes dificultaria sobremodo conseguir novas colocações, ao mesmo nível e na mesma especialidade.

O que teria concorrido para fazer a douta Comissão de Sistematização ver alguma utilidade na desatinada emenda é logo incompreensível, mas interessa agora elidi-la do texto constitucional, para o que certamente se mobilizarão todos os Constituintes lúcidos deste Plenário, que são, felizmente, a maioria das duas Casas do Congresso, ou seja, da Assembléia, estou convicto disso.

**O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, retomo a esta tribuna para fazer mais uma denúncia contra a agressão ao meio ambiente, que tem sido uma das nossas bandeiras. A área de proteção ambiental da Serra da Mantiqueira, a maior do Brasil, com 400 mil hectares, que vão de Campos de Jordão, Estado de São Paulo, a Santa Rita do Jacutinga, Minas Gerais, está sendo devastada na região de Bocaina de Minas, cidade localizada perto da divisa entre Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro. Os proprietários de madeiras estão comandando o desmatamento das encostas das montanhas.

A devastação começou em 1985, quando um madeireiro, aproveitando a não-regulamentação do decreto que criou a reserva, começou a desmatar a área. Nestes dois anos, já forma desmatados, somente em Bocaina de Minas, 450 quilômetros quadrados de florestas. À derrubada de árvores segue-se sempre uma queimada, que transforma os tocos restantes em carvão vegetal e mata as espécies animais nativas: tatus, onças, capivaras, porcos-do-mato, quatis e outras, inclusive aves.

O desmatamento ameaça também o rio Preto, um dos principais afluentes do Rio Paraíba do Sul, responsável por 80% do abastecimento de água do Rio de Janeiro. No inverno deste ano,

o rio Preto teve sua vazão reduzida em 75%, o que não ocorria desde a seca de 1957. O rio Grande, que nasce na Serra da Mantiqueira, sofre igualmente os efeitos do desmatamento e está secando.

E não só dos ecologistas que atuam na área protestam contra o desmatamento da Serra da Mantiqueira. Comerciantes, fazendeiros e pequenos agricultores afirmam que a devastação da área tem sido responsável pela queima do pasto do gado leiteiro, gerando grandes prejuízos à pecuária. Alguns criadores de gado, inclusive, já desistiram e mudaram de ramo: agora alugam as fazendas a turistas, que buscam aproveitar o bom clima da região.

Pouco mais ao Sul, outra reserva enfrenta problemas. O Parque Nacional de Itatiaia sofre com os incêndios, que são combatidos apenas pelos poucos guardas. Aliás, já denunciemos por várias vezes desta tribuna o que os devastadores têm feito de criminoso ao Parque Nacional de Itatiaia.

Por isso, Sr. Presidente, solicitamos ao Governo Federal providências imediatas no sentido de que sejam preservadas estas áreas de proteção ambiental, inclusive propiciando condições ao IBDF, a fim de que possa exercer, com mais eficiência, sua tarefa.

Precisamos salvar nossas florestas!

**O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Constituintes, durante muitos anos, o problema do menor for entendido como de responsabilidade da família ou da própria comunidade. No século passado, houve uma forma de "filantropia caritativa das elites provinciais". Durante cerca de 40 anos, vigiu, no Brasil, um Código de Menores, elaborado por Mello Mattos e transformado em legislação coercitiva do pátrio poder.

Justiça seja feita à Magistratura de São Paulo, pois, durante muitos anos, promoveu Semanas de Estudos do Problema de Menores, de que foi um dos grandes propulsores o Desembargador João Baptista de Arruda Sampaio, pai de nosso ilustre colega, Deputado Plínio de Arruda Sampaio.

Muitas das propostas apresentadas nessas Semanas nunca chegaram a ser encaradas a sério, inclusive aqueles que visavam transformar radicalmente o sistema penitenciário, a política de tratamento de menores ditos infratores, ou a propor melhor estrutura para a Justiça de Menores. Outras recomendações tomaram-se realidade com a criação da Funabem e das Febens. Com a Funabem, ou sem ela, com as Febens, ou sem elas, pouco se fez, no Brasil, em favor de uma solução drástica para o problema do menor. Até agora, a Justiça não assumiu um papel crítico de sua atuação nem se preocupou mais profundamente em solucionar o problema.

O problema do menor é basicamente dos grandes centros urbanos. As estatísticas confirmam o que afirmo; no campo das delinquências sociais, destaca-se a prostituição; no campo das delinquências contra a vida, aumentam os homicídios e as tentativas de suicídio; nas delinquências contra o patrimônio particular e público, incontáveis são os assaltos e todo tipo de atos de latrocínio; no campo dos vícios, grassam por toda a parte a toxicomania e o alcoolismo.

Os números são indicadores irrefutáveis do precário e desastroso estado de desintegração social que caracteriza nossa sociedade, essencialmente urbana.

I – Filosofia subjacente das denominações "Menor Carente" e "Menor Abandonado."

Criaram-se alguns vocábulos que passaram a polarizar os estudiosos ou entusiastas, mais entusiastas do que estudiosos, do problema do menor, menor carente e menor abandonado. Ora, se procedermos a uma análise semântica dessas denominações, verificamos imediatamente uma mentalidade e uma consciência social de caráter filantrópico tradicional, em que as responsabilidades recaem diretamente sobre o próprio menor ou sobre a própria família.

A sociedade, como um todo, e o Estado, em particular, não estão frontalmente comprometidos com o problema, e assumem um papel meramente suplementar e não principal.

II – O menor é um problema do Estado Moderno.

Nas sociedades modernas, pelo dinamismo e complexidade de novas situações de adaptação que exige a civilização industrial e urbana, o Estado assume, cada vez mais, um papel central na preparação e treinamento de seus membros, sobremaneira de menores, para fazer frente a esta nova e premente realidade.

Afirma-se o papel da família na área afetiva e como fator de identidade individual, mas restringe-se sua importância e responsabilidade no campo da integração social, segundo o sentido amplo da palavra.

Ora, ao Estado Moderno compete tão-somente alfabetizar e ministrar a instrução escolar básica. Mas seu dever se estende também ao atendimento das condições necessárias para um desenvolvimento saudável de todas as potencialidades do indivíduo, de maneira a possibilitar-lhe ajustamento e participação efetivo e constitutivo da vida da comunidade.

Nesta nova perspectiva, os desajustes sociais dos menores são considerados fenômenos que escapam da esfera familiar, ou restritos a grupos confessionais ou filantrópicos, e passaram a ser vistos como problemas, cuja solução é dever precípua do Estado.

Sabe-se que a personalidade se cristaliza como uma matriz constante de ajustamento ou desajustamento a certos padrões de comportamento, que definem o grau de desenvolvimento cultural de determinada sociedade. Essa matriz comportamental é fruto de treinamento elícito e apropriado.

A falta de capacidade de integração e interação social de um indivíduo constitui sintoma de falta de desenvolvimento de sua personalidade e, por isso mesmo, sinal de falta de saúde mental.

Aplica-se, assim, o conceito de saúde, e seus limites se confundem também com os da educação global. Saúde e educação se conjugam num mesmo e único dever do Estado. Por esta razão, em algumas sociedades avançadas, no campo do menor, as instituições da área educacional estendem suas funções e atribuições a campos que incluem também as áreas de saúde, do judicial e do lazer, visando um atendimento global e unificado do menor em todos os seus múltiplos problemas e aspectos.

II – A escolaridade básica e iniciação profissional como fator básico de integração social.

As pesquisas estão a demonstrar o seguinte:

a) os menores que possuem escolaridade bem sucedida e ocupação apresentam alta integração social;

b) os menores que possuem escolaridade, faltando-lhes ocupação ou, possuindo ocupação, não têm escolaridade satisfatória, seu grau de integração social é bem menor.

c) os menores, com escolaridade ou ocupação, apresentam baixo nível de integração social e altos índices de delinquência.

IV – A necessidade de um atendimento (escolar e ocupacional) em horário integral para os menores de classe social

Contra a possibilidade de implantação desse sistema não se pode argumentar com o fato lastimável de que ainda não conseguimos atender a todos os menores no sistema vigente. Trata-se de questão de prioridade. A recente experiência do Estado do Rio de Janeiro mostrou que o padrão dos Centros Integrados, embora louável na intenção – o modelo é nórdico-europeu – excede às reais possibilidades de nosso atual nível de desenvolvimento econômico.

Devemos criar nossos modelos próprios, adaptados às condições de cada Estado, município ou cidade. A experiência dos Cursos Complementares em Minas Gerais, nos anos 60, pode ser atualizada. Abre-se um campo de possibilidades, nascidas das necessidades imperiosas que afloram dia a dia.

Concluindo, urge uma nova mentalidade. O problema do menor não é só assunto de família, como até agora tem sido enfatizado. O direito à instrução básica e o conseqüente dever sagrado do Estado são muito mais abrangentes do que sugere o conceito de escolar/acadêmico.

Urge a implantação de serviços estaduais que possibilitem a real e efetiva socialização dos menores.

Na área profilática ou preventiva, o maior e mais urgente investimento deve ser feito na implantação de um sistema de escolaridade em tempo integral, principalmente para os menores de classe social baixa.

Se o famoso SAM – Serviço de Assistência ao Menor – foi extinto porque preparou, de certo modo, a Universidade dos Criminosos Adultos, habitantes de nossas Penitenciarías hoje; se, em São Paulo, o Recolhimento Provisório de Menores ou RPM, e, no plano nacional, a Funabem, ou, nos Estados, as inúmeras Febens nada resolveram, é porque o problema do menor não se reduz a instituições artificiais, distantes da realidade social ou formas de internato. O Estado deve assumir, assim, o seu papel, e não passar o problema para a comunidade ou para a família, como se estas fossem as exclusivas responsáveis.

O fator educação é um dado essencial.

Muito se tem falado e pouco se tem feito de efetivo. A criança merece o melhor de cada um de nós. Seu direito à educação, a uma alimentação condizente com um bom aprendizado, à vida, enfim, tem de ser preservado.

Nessa hora, como meio de manter vivo o meu dever para com a criança, reporto-me à Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro de 1959, que requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente,

seja transcrita nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR**

**"DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA**

Aprovada Pela Assembléia Geral da ONU Em 20 de novembro de 1959.

*Princípio I*

**Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.**

– A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão outorgados a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção, ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família.

*Princípio II*

**Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.**

– A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidades e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança.

*Princípio III*

**Direito a um nome e a uma nacionalidade.**

– A criança tem direito, desde o seu nascimento, a um nome e a uma nacionalidade.

*Princípio IV*

**Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe.**

– A criança deve gozar dos benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e desenvolver-se embora saúde; para essa finalidade deverão ser proporcionados, tanto a ela, quanto à sua mãe, cuidados especiais, incluindo-se a alimentação pré e pós-natal. A criança terá direito a desfrutar de alimentação, moradia, lazer e serviços médicos adequados.

*Princípio V*

**Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.**

– A criança física ou mentalmente deficiente ou aquela que sofre de algum impedimento social deve receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais que requeira o seu caso particular.

*Princípio VI*

**Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.**

– A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade; sempre que possível, deverá crescer com o amparo e sob a responsabilidade de seus pais, mas,

em qualquer caso, em um ambiente de Meto e segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, não se deverá separar a criança de tenra idade de sua mãe. A sociedade e as autoridades públicas terão a obrigação de cuidar especialmente do menor abandonado ou daqueles que careçam de meios adequados de subsistência. Convém que se concedam subsídios governamentais, ou de outra espécie, para a manutenção dos filhos de famílias numerosas.

*Princípio VII*

**Direito à educação gratuita e ao lazar infantil.**

– A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita – em condições de igualdade de oportunidades – desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deverá ser o interesse direto daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação; tal responsabilidade incumbe, em primeira instância, a seus pais. A criança deve, desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os ir quais deverão estar dirigidos para a educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito.

*Princípio VIII*

**Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes.**

– A criança deve – em todas as circunstâncias – figurar ente os primeiros a receber proteção e auxílio.

*Princípio IX*

**Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho.**

– A criança deve ser protegida contra toda forma de abandono, crueldade e exploração. Não será objeto de nenhum tipo de tráfico. Não se deverá permitir que a criança trabalhe antes de uma idade mínima adequada; em caso algum será permitido que a criança dedique-se, ou a ela se imponha, qualquer ocupação ou emprego que possa prejudicar sua a saúde ou impedir seu desenvolvimento físicos mental ou moral.

*Princípio X*

**Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.**

– A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa, ou de qualquer outra de índole. Deve ser educada dentro de um espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universais e com plena consciência de que deve consagrar suas energias e aptidões ao serviço de seus semelhantes."

**O SR. ANTONIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. e Sr. Constituintes, um dos pontos que tem suscitado discussões, nesta egrégia Assembléia Nacional Constituinte, diz respeito à possibilidade

de recondução dos titulares de cargos eletivos do Poder Executivo a esses mesmos cargos, desde o Presidente da República até os Prefeitos municipais.

Gostaria de me deter sobre a questão da reeleição dos Prefeitos, uma vez que me parece existir certa polêmica em relação a ela.

Parece-me que à proibição constitucional, que envolve a reeleição dos Executivos Municipais, reflete uma incongruência democrática, uma vez que Vereadores, Deputados estaduais e federais, Senadores, e até mesmo Presidentes de entidades de classe, não são atingidos pela medida.

Quanto ao Prefeito, é bastante conhecido pela população do Município que governa, conte intimamente com os eleitores e seus atos são conhecidos e fiscalizados diretamente pelos municípios que, por isto mesmo, num pleito, visando sua recondução ao cargo, estão em perfeitas condições de \_reqü-lo e decidir sobre a conveniência ou não de sua permanência à frente dos negócios da cidade.

A administração municipal é a esfera mais transparente da estrutura pública e, uma vez permitida a reeleição, essa constituirá mais um móvel para que o titular do Executivo se empenhe o máximo possível para realizar um governo profícuo. As realizações de um período governamental irão constituir a plataforma eleitoral daqueles que aspiram a ser reconduzidos ao cargo, não havendo a mínima possibilidade de engodo, nem de mistificação perante o eleitorado.

Um bom administrador terá reconhecidos nas umas seus méritos, ao passo que aqueles que falharam no desempenho de seus misteres executivos serão inexoravelmente banidos da vida pública.

As urnas, nesses casos, representarão o veredito irrecorrível da opinião pública.

Mas o que me parece relevante é o fato de ser dada aos Municípios a oportunidade de ter na direção de seus negócios pessoa que, por evidências anteriores, já provou ser competente e adequada para exercer aquelas funções.

Temos, na elaboração da nova Constituição, recorrido \_reqüentemente aos exemplos de outros países, cujos procedimentos democráticos nos 5 parecemos meritórios. Por que, então, neste caso específico, referente à reeleição para cargos executivos, não nos reportarmos às diversas nações democráticas que permitem que Presidentes e Primeiros-Ministros sejam reeleitos?

Existe ainda outra faceta muito importante nesta questão: é aquela relacionada ao mecanismo partidário e político. Para ser candidato à reeleição, qualquer titular de cargo executivo precisa passar pelo crivo da convenção do partido, que é soberano para julgar da conveniência ou não de suas pretensões.

E não podemos nos esquecer de que a sociedade política tem como base indiscutível os Municípios, sede da vida partidária e de onde saem as lideranças que, em última instância, vão constituir os contatos entre eleitores e candidatos.

Sabemos, por experiência própria, que sem o apoio dos Prefeitos não é possível a ninguém eleger-se, quer para as várias Casas do Legislativo, quer para níveis mais altos do Executivo.

Os Prefeitos representam, sem sombra de dúvida, as bases sobre as quais repousa a vida política da Nação. São, portanto, políticos do mais alto

gabarito, aos quais, uma vez provada sua eficiência administrativa, não devemos recusar o direito de renovação de mandato.

Além de constituir uma questão de direito e de justiça, não temos autoridade para recusar à população brasileira a prerrogativa de julgar direta, democrática e soberanamente seus governantes, beneficiando-se da permanência de bons executivos e condenando ao ostracismo político aqueles que porventura tenham falhado no cumprimento de seus mandatos.

**O SR. SANTINHO FURTADO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Governo do Paraná tem-se projetado diante da Nação pela austeridade dos atos administrativos e pela moralização impostas pelo Governador Alvaro Dias.

Mesmo arrostando prejuízos de ordem política, o Chefe do Executivo paranaense vem procurando imprimir o seu governo uma feição de absoluta probidade no tocante ao emprego dos recursos públicos que lhe são confiados.

Tendo já firmado um admirável conceito junto à sociedade, o Governo Alvaro Dias ficou imunizado contra determinadas críticas, como as que recentemente formulou o superintendente da Sudesul, Francisco Pereira, segundo as quais o Governo do Paraná teria desviado, nos anos de 85 e 86, cerca de 40 milhões de cruzados. Embora a denúncia não atinja o atual Governo, Alvaro Dias não hesitou em desmentir-la, atribuindo aos atos do superintendente o caráter de reação pela posição do Governador em favor da extinção da Sudesul, em face da sua inexpressiva atuação.

Mas, enquanto ainda se discute a extinção desse organismo, já soubemos que aquele funcionário foi despedido de suas funções, evidentemente, por infelizes calúnias e injúrias por ele as sacadas contra os administradores estaduais.

O episódio veio mostrar à população o esforço do Governo do Paraná no combate à erosão. Enquanto a Sudesul destinava a este fim verba de apenas 40 milhões de cruzados, o Estado aplicou mais de 100 milhões.

Esperamos que agora, desfeitas as falsas acusações e já demitido o funcionário irresponsável, venha também o Governo Federal a tratar de extinguir aquela empresa, que tem servido muito mais como cabide de empregos e para promover distribuição discriminatória dos recursos que manipula.

No momento em que se cogita da eliminação de estatais e organismos públicos ineficazes ou deficitários, deve ser feita a inclusão da Sudesul no rol dos que devem ser prioritariamente extintos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs., Constituintes, o Ministério da Previdência reajustou o valor dos benefícios previdenciários estabelecendo os valores de Cz\$ 4.120,00 para os aposentados da Previdência urbana e Cz\$ 2.250,00 para o trabalhador rural. O aumento terá efeito a partir de 19 de janeiro.

A decisão do Ministério define ainda que em janeiro os benefícios estarão recebendo, além dos benefícios mensais, o reajuste concedido em novembro de 1/12 de abono anual. Em fevereiro

deverão receber o aumento de dezembro e o de janeiro.

Mas é de se abordar, mais uma vez, a questão da diferença da aposentadoria e dos outros benefícios do trabalhador rural em relação ao urbano. Permanece a situação de inferioridade, acentuando o desnível, o quadro de pobreza do País, sobre tudo do homem do meio rural. É inaceitável pendure uma sistemática que marginaliza o previdenciário rural. Não se entende que a Ministério da Previdência, com o compromisso democrático da fase em que vivemos, não tenha superado essa desigualdade.

Neste ponto, apelo novamente às autoridades do Governo Federal com o propósito de buscar igualdade de tratamento para todos os brasileiros.

**O SR. JESUALDO CAVALCANTI (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna para dar conhecimento a esta Casa e, por seu intermédio, às autoridades financeiras e monetárias do País, do dramático apelo que lhes faz o Clube dos Diretores Lojistas de Floriano e a Associação Comercial do Sul do Piauí, no sentido de ser revogada a descabida decisão do BNDES de reajustar em 70,7%, na data de 19.3.87, o saldo devedor das operações do POC e Promicro.

Verberam essas entidades, com justa razão o brutal reajuste de que foram vítimas seus associados, medida que os colocou em situação vexatória e de inadimplência perante os agentes repassadores desses recursos.

Em animo dessas afirmativas, convém citar o caso do Grupo Jorge Batista. Tendo recebido um financiamento de 750 mil cruzados, em 22 de janeiro de 1987, e após amortizar o valor de 378.782 mil cruzados e 89 centavos, até o mês passado, isto é, menos de um ano, já devia exatos 3243.150 milhões cruzados e 90 centavos.

Na mesma situação se encontram a firma Gescimar Miranda e toda uma extensa lista de clientes do Banco do Nordeste e do Banco do Estado do Piauí, todos penalizados por terem acreditado que a malsinada correção monetária havia sido banida definitivamente dos manuais de operações de crédito em nosso país.

Num ponto creio que todos estamos de acordo: ninguém será capaz, exercendo atividade honesta, de obter rendimentos que suportem tão absurdos encargos financeiros.

Em verdade, compreender este País é tarefa acima da capacidade de simples mortais. Medidas que são apresentadas para salvar a Pátria, segundo os porta-vozes oficiais, não raro escondem, perigosas armadilhas, graças à imprevidência e descontinuidade da ação governamental, pondo em risco a atividade produtiva, inibindo os investimentos e minando a credibilidade do Poder Público Enquanto isso, ampliam-se os bolsões de miséria, o desemprego, as doenças e a fome.

Desejo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, finalizando este pronunciamento, secundar esse apelo do aguerrido empresariado florianense, na esperança de que o Ministro Mailson da Nóbrega, ontem empossado, devidamente o acolha.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:**

Durante a vigência do Plano Cruzado viveu-se no País a euforia de que tudo dava certo, e o

caminho mais seguro para a concretização desse fato consistia em investir notadamente na atividade produtiva.

Convencido dessa assertiva, o Governo veio de conchamar os empresários de todo o País a investir, oferecendo para tanto, recursos abundantes no âmbito do POC e Promicro, geridos pelo BNDES e repassados aos bancos de desenvolvimento.

Como a palavra de ordem naquele período era crescer, e havendo meios para isso, posto que existiam requisitos essenciais, sob a forma de recursos e demanda, era natural que todos os empresários, identificados com os objetivos do Governo naquele momento, passassem a responder positivamente ao chamamento e ampliassem seus negócios, com vistas a uma maior oferta de bens e serviços, reclamada pela demanda crescente e geração de novos empregos. Inexistindo, todavia, poupança própria para investir, recorreram obviamente aos recursos do BNDES, convencidos de que, com o Plano Cruzado, a correção monetária havia sido abolida definitivamente do País.

Surpreendentemente, todo o empresariado nacional, que havia contraído dívida pelo sistema BNDES, foi penalizado em 1º de março de 1987 com a imputação, em suas contas; de um débito de 70, 70% sobre o saldo devedor existente em 28 de fevereiro de 1987, independentemente da data em que os recursos foram efetivamente colocados à disposição dos empresários, sob a alegação de que esse havia sido o percentual de reajuste da OTN, ao longo do Plano Cruzado.

Não se pode conceber medida mais injusta, uma vez que, segundo as autoridades monetárias, especificamente o Ministro da Fazenda de então, a correção monetária havia sido exorcizada do País, em razão do que não se configura aceitável, sob qualquer aspecto, a cobrança de correção durante o Plano Cruzado.

A incongruência assume proporções mais alarmantes e descabidas, desprovida de qualquer base de sustentação legal na medida em que as empresas que receberam os recursos em 25 de fevereiro de 1987, já tivessem sua dívida aumentada em 70, 70% no dia 1º de março de 1987. Convenhamos que nenhuma atividade honesta, em todos os tempos, suporta tamanho custo, mas a decisão traz em seu bojo a virtude de quebrar, em quatro dias, empresas antes sólidas, geradoras de empregos, de produção e de impostos.

Após o fracasso do Plano Cruzado, aqueles empresários que nele acreditaram ficaram órfãos e indefesos, diante do fantasma da inflação, que voltou a ameaçá-los, com redobrada intensidade, porque agora se encontram endividados e pagando juros atrelados a galopante inflação.

Sem qualquer exagero, constitui-se hoje a maior preocupação dos empresários o crescimento desenfreado do saldo de suas dívidas do POC e Promicro, porquanto, além de seus negócios, experimentam continuado declínio, os custos teimam em se elevar, esvaindo-se o íntimo capital de giro de que eventualmente se poderia dispor, para sustentação da atividade.

No ensejo, enviamo-lhes, com a presente, cópias dos instrumentos contratuais, além de relação contendo assinaturas de todos os empresários que contraíram empréstimos amparados pelos programas retromencionados.

Por todo exposto, Srs. Constituintes, os empresários vêm a V. Ex.<sup>a</sup>, num gesto de apelação de uma classe que se encontra nos limites de suas forças, pedindo-lhe que intercedam junto ao Presidente e as demais autoridades competentes, no sentido de que seja revogada a decisão do BNDES de cobrar 70, 70 por cento de correção em todas as operações do POC e Promicro em 1º de março de 1987, por se configurar uma medida não só de justiça como de sensatez.

Finalizando, queremos enfatizar que a não-revogação do ato do BNDES trará conseqüências desastrosas a esse município e àqueles vizinhos, pela quebra de cadeia que acarretará redundando conseqüentemente na extinção de milhares de empregos, na redução da oferta de bens e serviços e na diminuição de impostos, cuja dimensão seria prematuro quantificar.

Clube de Diretores Lojistas de Floriano  
**Alainy Rosado Leitão** – Presidente  
Associação Comercial do Sul do Piauí  
**Edilberto Batista de Araújo** – Presidente

**Relação Discriminativa dos Devedores do POC e Pronto (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil SA. (BNB)**

- 1) ECC-86/07 – Pedro Borges de Sousa
- 2) ECC-86/011 – R. Borges & irmão
- 3) ECC-86/014 – F. Salim & Cia. Com. Ind.
- 4) ECC-86/009 – Conegundes Gançalves de Oliveira
- 5) ECC-86/018 – G. M. Sousa Comércio
- 6) ECC-86/013 – Jorge Batista & Ga. Ltda.
- 7) ECC-86/012 – José Borges de Oliveira
- 8) ECC-86/015 – Pedro Simplicio & Filhos
- 9) ECC-86/002 – Teodoro F. Sobral & Cia.
- 10) CC-86/017 – M Demes & Cia. Ltda.
- 11) ECC-86/020 – Maria de Lourdes Neiva – Martins
- 12) ECC-86/019 – José Ribamar Alves
- 13) ECI-86/004 – Luiz Barbosa Viana
- 14) ECC-86/016 – M. M Drumond
- 15) ECC-86/1008 – A Especialista Otica Ltda.
- 16) ECC-86/010 – Olemar Alves & Ga.
- 17) ECC-86/1001 – Raimundo Vieira Lima
- 18) ECI-86/004 – Rita de Cassia Freitas e Silva
- 19) ECI-86/003 – J. Viana Ind. Comércio

**Relação Discriminativa dos Devedores do POC e Promicro (BNDES) Banco do Estado do Piauí S/A. (BEP)**

- 20) EPI-86/461 – A.S.A Nunes Indústria Comércio
- 21) ESP-86/534 Clínica Assist. Médica Odontológica
- 22) ESF-86235 – Feitosa & Feitosa
- 23) EPI-86/173 – G. Tavares Cavalcante
- 24) ESF-86564 – Garantia Assist. Med. Mibul.
- 25) ECM-861666 – Hagem Mazuad & Cia.
- 26) 86/433 – Ivone Dernes Martins A. Costa
- 27) N-86/472 – Luis Tavares & Ga. Indústria Comércio
- 28) EOG-86/405 – M Santos Com. Rep. Public.
- 29) EIG-86236 – Oséas Rabelo de A. Filho
- 30) EIM-87/005 – Kuri Ind. Confecções Ltda.
- 31) EIM-86/692-4 – Teodoro F. Sobral



**O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, grande número de localidades, espalhadas por nosso vasto território, não dispõem de uma representação do INAMPS e, muito menos, do Funrural, para atendimento a seus segurados e pensionistas.

São cidadãos brasileiros, geralmente idosos, aposentados ou próximos a atingir tal condição e, não raro, doentes, que não têm um órgão oficial a que recorrer quanto aos problemas que os afligem, tanto maiores e mais difíceis quanto mais velhos ficam e quanto maior é a inflação e, conseqüentemente, quanto mais grave sua situação.

Esses nossos patrícios necessitam de um órgão do Governo para o esclarecimento de suas dúvidas e, em muitos casos, para tratar da própria aposentadoria, que, mesmo correspondendo, quanto ao Funrural, a apenas meio salário mínimo, é a única fonte de onde poderão retirar algum recurso para fazer face a suas necessidades mais prementes.

Em tais condições, agravadas ainda mais pela extrema pobreza, encontram-se Maracatumé e Godofredo Viana, Estado do Maranhão, onde reside uma população relativamente numerosa, contada a das adjacências, que não tem, no particular, a quem recorrer.

Atendendo às justas reclamações daquela gente, que também contribui para a Previdência Social, malgrado as dificuldades que enfrenta, levo meu apelo ao Sr. Presidente da República solicitando determine ao Ministro da Previdência e Assistência Social, também maranhense e conhecedor de nossos graves problemas, que faça instalar, com a maior urgência possível, em Maracatumé ou Godofredo Viana, uma representação do Funrural, para atender aos que necessitam da assistência da Previdência Social, no caso os habitantes de Luis Domingues, Carutapera, Cândido Mendes, Santa Luzia do Pará, somando um total de aproximadamente cem mil pessoas.

Aquelas populações agradecerão as providências que, em tal sentido, forem adotadas.

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqueles que pensam que o episódio da aprovação, no seio da Comissão de Sistematização, do regime parlamentarista de governo para o Brasil esgotou definitivamente a questão estão redondamente enganados. Não a esgotou. Pelo contrário, pode ter sido até uma concessão de liberalidade, pois o assunto vai ser resolvido definitivamente no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e tenho certeza de que em favor do presidencialismo.

Quando digo isto, Sr. Presidente, minha afirmação não significa que eu defenda esse tipo de presidencialismo imperialista de hoje, em que o Presidente da República só não tem poder de vida e morte sobre seus súditos. Da mesma forma, não defendo o parlamentarismo puro, praticado na Europa por nações pequenas, com maioria da população altamente politizada e com grau de cultura suficiente para vãos políticos dessa magnitude e em cujo território é fácil exercer fiscalização cerrada, por parte da população, sobre os atos de Governo.

Advogo, por conseqüência, a implantação no Brasil de um regime de governo misto de parla-

mentarismo híbrido e de presidencialismo atenuado, em que o Chefe de Estado e do Governo seja obrigado, pela Constituição, a dividir com o Congresso Nacional suas obrigações de governar.

Nesse sentido, Srs. Constituintes, achei bastante aceitáveis as declarações que recentemente fez em Belém do Pará, após audiência com o Governador Hélio Gueiros no Palácio Lauro Sodré, o eminente Senador Almir Gabriel, coestadano e correligionário dos mais ilustres, que honra sobre maneira o Parlamento brasileiro.

Eximindo-se de qualquer pronunciamento sobre o problema da duração do mandato do Presidente Sarney, asseverou ele que esse presidencialismo atenuado permitiria uma participação muito mais efetiva do povo não só no Parlamento, mas também no Poder Executivo e até no Poder Judiciário, que se transformariam (muito mais do que agora) em fortes e poderosas "caixas-de-ressonância" da vontade do povo.

O trabalho da Assembléia Nacional Constituinte vai chegando ao seu fim, e espero, com os anseios da maioria absoluta do povo brasileiro, que a nova Carta Constitucional deste País possa ser promulgada ainda este ano. Seja agora ou mais tarde, entretanto, o importante é que esse novo ordenamento da vida pública brasileira seja moderno e ágil, a ponto de permitir que o desenvolvimento político de nossa gente ande **pari passu** com nosso desenvolvimento industrial e econômico-financeiro, a fim de que o Brasil adentre o portal do terceiro milênio, que está a apenas treze anos, em condições de exercer efetivamente seu destino de líder no cenário mundial.

Era o que tinha para dizer.

**O SR. JOVANNI MASINI (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes brevemente estaremos tomando, em plenário, decisões fundamentais para o destino de nossa Pátria e de nossa gente. Lamentavelmente, quis o destino que alguns dos pontos mais importantes da futura Constituição fossem encarados, até aqui, sob um prisma predominantemente emocional, sem objetividade, sem a lucidez necessária para perceber as reais nuances e implicações que lhes são inerentes. Assim, por exemplo, a questão dos investimentos estrangeiros, que pretendo abordar aqui e agora.

Recentemente, em contato com prefeitos da minha região, tive a oportunidade de constatar, mais uma vez, a acirrada disputa que as lideranças municipais travam entre si para trazer as suas comunas novas indústrias. Com efeito, as autoridades municipais e estaduais percebem, com exemplar clareza, a importância de atrair novos investimentos, pois compreendem que, dessa forma, se amplia a geração de empregos e a arrecadação de tributos.

Fico então a me perguntar. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, por que tal consciência não prevalece também, nos debates de nível nacional, com relação à necessidade de atrair para o Brasil investimentos externos. Nesse âmbito, prevalecem ainda avaliações que até poderiam ter sua razão de ser há duas ou três décadas, mas que hoje constituem apenas mais um dos traços arcaicos e reacionários de nossa sociedade.

Em todo o mundo prospera, nos tempos que correm, a verificação de que a economia está

definitivamente internacionalizada e que isto não configura mal algum. Daí o esforço dos mais diferentes países, inclusive os chamados socialistas, pôr atrair capitais externos. Tal esforço é informado pela necessidade de desenvolver as economias internas, gerar empregos, arrecadar mais e, assim, conseguir propiciar aos seus povos um padrão de vida mais digno e contemporâneo.

Enquanto isso, persistimos aqui nos discursos xenofóbicos e nacionalistas, que apontam nos investimentos estrangeiros a personificação do mal absoluto. Não se trata de ignorar, ingenuamente, que as transnacionais têm interesses próprios, que, por vezes, não coincidem com os interesses pátrios. Trata-se, sim de deixar o emocionalismo de lado e compreender que, se optamos por manter nosso País numa via capitalista de desenvolvimento, a primeira coisa de que necessitamos é exatamente mais capital. Trata-se de apostar na capacidade de o Estado e o povo brasileiros conviverem com empreendimentos estrangeiros, sem macular o interesse nacional.

Precisamos gerar empregos, precisamos criar aqui nossos bens de produção, precisamos arrecadar mais, para melhor resolver os graves problemas sociais que afligem nossa gente. Por que, então, criar dificuldade, por que afugentar aqueles que aqui pretendem empregar seus capitais, como investimento e não como empréstimo? Por que essa má vontade a **priori** contra aqueles que para cá pretendem trazer recursos e aqui gerar riquezas?

Testemunhamos diariamente, pelos noticiários, a ânsia emigratória de brasileiros que não encontram oportunidades de realização em nossa Pátria. É uma vaidade fútil, é uma auto-suficiência interiorana assumir posturas de rejeição às inversões estrangeiras, enquanto jovens profissionais, nossos patrícios estão fazendo de tudo para emigrar, para encontrar menores oportunidades de trabalho. Por que não fazer o contrário? Por que não parar de exportar gente e começar a importar recursos, sob a forma de investimento? Por que não criar aqui as condições de realização que milhares de brasileiros estão indo buscar no exterior?

Infelizmente, a vocação xenófoba não é privilégio das chamadas esquerdas. Também aqueles que se acostumaram a um falso capitalismo, sem risco, sem concorrência, sem competição, vêm com temor a entrada de capitais estrangeiros em nosso País.

Enquanto isto, a União Soviética, a China, o Vietnã, Angola e tantos outros países disputam os investimentos que poderiam estar beneficiando o nosso processo de desenvolvimento.

Nossas classes produtoras são incansáveis e, enfrentando enormes dificuldades, têm contribuído para o progresso nacional. Mas os desafios que devemos enfrentar na arena econômica exigem quantidades de capital maiores do que aquelas que o empresariado nacional pode fornecer. Se não queremos perpetuar ou agigantar a presença do Estado na esfera produtiva, se não queremos nos endividar ainda mais externamente, precisamos atrair para cá os investimentos de que necessitamos.

Isto nem de longe implica uma atitude de submissão aos interesses alienígenas, ou de confusão entre tais interesses e os nossos. No entanto, estamos prestes a inaugurar um Estado de Direito,

onde o primado da lei, como expressão da soberania popular, poderá dar conta de todas as medidas necessárias para resguardar nossa integridade. Só um patológico sentimento de inferioridade ou de impotência poderia ditar as máximas de que não estamos preparados para conviver com os investimentos estrangeiros, ou de que seremos inevitavelmente prejudicados se permitirmos que aqui se instalem novos empreendimentos transnacionais.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes não estamos preparados para enfrentar o estado de indignação a que condenaremos a maioria dos brasileiros se a economia continuar estagnada; seremos inevitavelmente prejudicados se perdermos o trem da história e assistirmos à instalação e à aplicação em outros países dos empreendimentos e capitais que poderiam nos auxiliar a superar o subdesenvolvimento.

Impõe-se, portanto, que neste plenário deixemos de lado o emocionalismo e os receios infantis e traremos, de forma lúcida e madura, a questão das inversões externas. Do contrário, estaremos legando às futuras gerações o enorme prejuízo decorrente das deformações de ótica que nos impedem de admitir o que até em Hanói e Luanda já é percebido: o capital estrangeiro não encarna os desígnios de Satã; se devidamente atraído e disciplinado, poderá ser fator de progresso, desenvolvimento e bem-estar do povo, em nome do qual tanto se fala e pelo qual pouco se faz.

Muito obrigado.

**O SR. BOCAIYUVA CUNHA (PDT – RJ.**

**Pronuncia o seguinte discurso:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebi aqui em Brasília expressiva manifestação da Associação dos Engenheiros da Cia, Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, alarmada com a possibilidade do atentado que se deseja praticar contra a indústria siderúrgica símbolo de nosso País. Trata-se da farsa montada pelo Sr. Wellington Moreira Franco, com a "inauguração" do Pólo Petroquímico em Itaguaí. O audaz Governador arvorou-se em "dono" do Pólo Petroquímico, já "acolheu" sua localização e até, se duvidarem, "deu início" às obras. Pois, pasmem V. Ex.<sup>as</sup>, não há nenhum poder para fazer nem dizer o que fez e o que disse o nosso impetuoso Moreira.

A localização do Pólo Petroquímico é uma decisão política do Governo Sarney, através do Ministro José Hugo Castelo Branco, do Ministro da Indústria e do Comércio, que sequer foram convidados para as solenidades!

O terreno "designado" pelo Governador pertence à Cia. Siderúrgica Nacional por força de um decreto de 1975, do Presidente Ernesto Geisel, que desapropriou uma área em Itaguaí, esta "do Pólo", com o fim específico de servir de base física para a instalação de uma nova unidade siderúrgica. Nem que, por artes do demônio, a Assembléia Geral da CSN resolvesse ceder o terreno, isto não seria possível. Assim, com esta leviandade são feitas as coisas em nosso Estado. E a inauguração, com discursos, de algo que é apenas uma hipótese, aliás possível de se realizar, se a CSN concordar, se o Ministro José Hugo estiver de acordo e se o Presidente Sarney se dispuser a fazer outro decreto tomando sem efeito o anterior, do Presidente Geisel.

Pode o Governador ficar certo de uma coisa: este Pólo Petroquímico, que é uma conquista do

povo fluminense e uma aspiração antiga, vai sair; e talvez até em Itaguaí, ou em Duque de Caxias, ou em Campos. Mas nada até agora está acertado quanto à sua localização definitiva. Vamos deixar de fanfarrônicas e de mistificações. Muita água tem de rolar ainda, até chegar-se a uma definição a respeito.

**O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA.**

**Pronuncia o seguinte discurso:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, é por demais conhecida a importância, como também a complexidade que envolve o problema da habitação em nosso País. Os governos revolucionários foram sensíveis à necessidade de reduzir o déficit entre as famílias carentes de moradia e, em que pese haverem alcançado alguns avanços mercedores de registros, não foi possível encontrar soluções compatíveis com o quadro da realidade nacional.

O papel desempenhado pelo BNH, se, de um lado, teve o mérito de desvendar o flagelo que vem afetando milhões de compatriotas nossos a maioria vítima dos graves problemas gerados nas favelas, fracassou no campo social – é forçoso admitir – eis que a cobrança de juros excessivamente absurdos inviabilizou às populações de baixa renda a aquisição da casa própria.

Extinto o BNH e transferida sua atribuição para a Caixa Econômica Federal, surgiram luzes alvissareiros no fundo do túnel. Mas é curial afirmar que a conquista de melhores perspectivas na dinamização do setor tornou-se possível graças ao empenho e à dedicação assumidos pelo Ministro Prisco Viana, que a partir de amanhã dará início a um plano de financiamento capaz de atender às verdadeiras aspirações do mutuário que dele deseje participar.

Quem procurar a Caixa Econômica encontrará condições bem mais favoráveis para aquisição de imóveis. Houve redução das prestações em todas as faixas de renda e para os diversos valores do financiamento. Para exemplificar: a renda familiar bruta mínima exigida, isto é, Cz<sup>s</sup> 4.500,00 ou 1,47 salários mínimos de referência, teve um ganho de 63% em sua capacidade aquisitiva no SFH. A maior variação, no entanto, é para quem tem renda familiar de cinco mil cruzados (1,63 salários mínimos de referência), com 65%. A faixa de renda com menor ganho foi justamente a mais alta, de 105 mil cruzados (34,31 salários), que teve uma variação positiva de 18%.

Merece destaque a redução das prestações, que variou entre 15,3%, para financiamentos acima de 5 mil OTN (Cz<sup>s</sup> 2.984.700,00) e 31,6%, quando o financiamento estiver na faixa de 600 a 899 OTN (Cz<sup>s</sup> 358.164,00 a Cz<sup>s</sup> 536.649,00). Se o valor for financiado na ordem de 600 OTN, a prestação cai de acordo com as novas regras do SFH, de Cz<sup>s</sup> 2.618,00 para Cz<sup>s</sup> 1.998,00.

Haveria outros exemplos a citar o que parece desnecessário, diante do que acabamos de expor.

Não diríamos que o problema habitacional tenha chegado à solução desejável. Mas reconhecemos que as medidas adotadas pelo Governo, certamente apresentadas como sugestões pelo Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Prisco Viana, constituirão um passo bastante seguro para equacionar as dificuldades das populações carentes, considerado o espírito da flexibilidade no que concerne aos valores redutivos nas prestações e nos juros anuais.

Diríamos, Sr. Presidente, que onde quer que esteja presente a inteligência do representante político – e o Ministro Prisco Viana é um exemplo singular – algo de positivo resultará em benefício do Estado e da Nação.

Oxalá possamos registrar outros acertos no setor administrativo do Governo Federal, como os que acabam de ser revelados na difícil política habitacional deste País.

**O SR. EDUARDO BONFIM:** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, o jornal "Folha de S. Paulo", em sua edição do último dia 6 de janeiro, publica em manchete a informação de um relatório confidencial, elaborado por delegado da Polícia Federal, que aponta o desaparecimento de 133 pessoas durante a violenta ação repressiva desencadeada pela Polícia Militar do Pará contra os garimpeiros que ocupavam pacificamente a ponte rodoviária existente sobre o rio Tocantins, em Marabá. O jornal afirma, nesta reportagem assinada pelo jornalista João Batista Natal, que a operação foi um verdadeiro massacre.

Diante da gravidade dessas informações e da necessidade de se informar corretamente a opinião pública sobre esses episódios, com base no inciso IV do art. 62 e seu § 5º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, encaminho à Mesa da Assembléia requerimento de informação para que o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento da Polícia Federal, responda oficialmente às seguintes indagações: 1) – Qual o conteúdo do relatório elaborado pelo Delegado Wilson Alfredo Perpétuo? 2) – Qual é o número real de mortos e desaparecidos neste incidente? 3) – Quais as providências tomadas pela Polícia Federal para apurar as responsabilidades pelo massacre? e 4) – Quais as medidas tomadas contra os responsáveis por este massacre?

Encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> o pedido de informações.

**O SR. VICTOR FACCIANI:** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VICTOR FACCIANI (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, estou encaminhando, por intermédio de V. Ex.<sup>a</sup>, à Mesa, representação para apuração de responsabilidade, por divulgação feita pelo Deputado Basílio Villani, Secretário Executivo do Centrão, publicada na edição de hoje do **Correio Brasileiro**. Diz o Deputado, entre outras afirmações, que foi feita pesquisa ouvindo-se a opinião de cada parlamentar. Não tendo sido ouvido, fui citado, entretanto, como sendo a favor de cinco anos para o mandato do Presidente da República, o que não procede. Creio que é hora de se estabelecer a responsabilidade de cada um nesta Casa. Não admito, seja quem for, colega de partido ou não, que alguém possa arvorar-se o direito de falar em nome de outros colegas Constituintes. Cada um tem representação própria. Não deleguei a ninguém o direito de anunciar minhas posições, pois

as tenho anunciado publicamente: sou a favor de quatro anos para o mandato presidencial, de eleições gerais e diretas já, o quanto antes, pois quanto mais esperamos, pior ficará a situação econômica nacional, mais irá agravar-se a nossa situação política e social. E estamos marchando para o impasse, a não ser que haja eleições logo.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA DE LOURDES ABADIA:** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra a nobre Constituinte.

**A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PFL – DF. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, a título de esclarecimento, gostaria de dizer que o **Correio Braziliense** publicou hoje a relação de todos os parlamentares brasileiros e seus votos, relativamente à questão do mando do Presidente da República. Desejo registrar que, desde o primeiro momento, minha posição foi favorável a quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney.

Hoje, recebi vários telefonemas e várias cobranças dos meus eleitores, bem como dos meus colegas, com relação a uma possível mudança de posicionamento. A bem de verdade e da transparência que os atos de cada Parlamentar devem ter, votarei pelos quatro anos e também por eleições gerais.

Acredito ter sido uma das primeiras a assinar a lista que convoca eleições gerais no Brasil. Uma vez que haverá uma nova Constituição brasileira, o povo terá oportunidade de escolher seus representantes. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de:

## V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. ADEMIR ANDRADE, (Líder do PSB):** – Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra a nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Concedo a palavra ao Constituinte Ademir Andrade, que falará pela Liderança do PSB.

**A SR<sup>a</sup> DIRCE TUTU QUADROS:** – Sr. Presidente, peça a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Presidência já havia concedido a palavra ao nobre Líder Ademir Andrade, mas, com a aquiescência de S. Ex.<sup>a</sup>, atenderá à solicitação da Constituinte Dirce Tutu Quadros.

**A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de consignar aqui, formal e claramente, o meu protesto contra o jornal **Correio Braziliense**, que, em meu nome, dá cinco anos de mandato ao Presidente José Sarney. Isso é um absurdo. Não sei em que se basearam. Até apresentei emenda em que propunha eleições gerais neste ano. Reitero o meu protesto. Isso é coisa de imprensa irresponsável.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Com a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em virtude da extrema violência que vem sendo praticada pela Polícia Militar do Estado do Pará – não apenas o massacre que houve contra os garimpeiros de Serra Pelada, mas também os assassinatos de lavradores e lideranças sindicais no Município de Xinguara, em Paraopeba e em Curionópolis, inclusive com a participação ativa da Cia. Vale do Rio Doce nas prisões efetuadas, torturas e assassinatos de trabalhadores rurais – o Partido Socialista Brasileiro do Estado do Pará, reunido com o Partido dos Trabalhadores, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, os representantes da CUT, da CGT e da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, resolveu fazer uma caravana que sairá, no domingo, de Belém e irá para Marabá na segunda-feira. No mesmo dia, à noite, estaremos em Serra Pelada, onde dormiremos. Vários Deputados, Vereadores e lideranças sindicais participarão dessa caravana. Saindo de Serra Pelada, iremos realizar um comício em Curionópolis, na terça-feira, às dez horas da manhã; estaremos em Paraopeba, que fica vizinha ao Projeto Carajás, às dezesseis horas da terça-feira. Na quarta-feira pela manhã estaremos em Xinguara, encontrando-nos com as lideranças e os trabalhadores rurais daquele Município, para recebermos as notícias e as denúncias das barbaridades que contra eles vêm sendo praticadas por pistoleiros, policiais militares e latifundiários. Em seguida, iremos a Goianésia, na PA-150, ainda na quarta-feira à noite. Na quinta-feira pela manhã estaremos em Tailândia e à tarde estaremos no Moju.

Em todos esses lugares as lideranças dos trabalhadores estão sendo avisadas, aglutinadas e coordenadas. Faremos atos de protestos em todas essas áreas, numa convocação de todo o sul do Estado, a fim de levar a Belém, no dia 18 de janeiro, mais de cinco mil trabalhadores, entre garimpeiros e trabalhadores rurais, para um ato de protesto na Capital do Pará. Levaremos mais de cinco mil trabalhadores de todo o Estado para um grande ato público, para ver se desta forma conseguimos conter a violência indiscriminada praticada pelo governador do Estado do Pará por meio de sua polícia militar, que está a serviço dos latifundiários e das grandes empresas mineradoras daquele Estado.

Este é o recado do nosso Partido e dos companheiros do Estado do Pará.

*Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Jorge Arbage, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra a nobre Constituinte.

**O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Judas vendeu Cristo por 30 moedas de prata. O PMDB quer vender Sarney por um

Ministério ou por 30 votos. Paulo não voltou a ser Saulo depois que se converteu na estrada de Damasco. Mas Pedro, que renegou Cristo 3 vezes diante dos soldados, voltou a ser Pedro, porque em tempo se arrependeu"

A referência que faço a passagens da Bíblia e a analogia com a situação do PMDB vêm a propósito de declarações do Senador Fernando Henrique Cardoso, querendo isentar o PMDB das responsabilidades que assumiu perante o povo brasileiro nas eleições do Colégio Eleitoral de 84, ampliadas consideravelmente pelo resultado das eleições de 86.

O equívoco da analogia produzida pelo Senador Líder do PMDB talvez se explique em se tratando de um agnóstico declarado, e por certo pouco afeito à Bíblia. Por suas qualidades, eu não desejaria comparar suas declarações ao bailado de Salomé, cobrando de Herodes a cabeça de João Batista numa bandeja.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, retornei do meu Estado, o Rio Grande do Sul, no dia da reabertura dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, e aqui cheguei trazendo o clamor das ruas, dos lares, das fábricas, lojas, escolas, igrejas, campos e lavouras do meu Rio Grande, perplexo e angustiado com o que se passa na política estadual e nacional, e suas maléficas conseqüências na vida econômica e social do País. A sociedade clama por Constituição já, por definições já, por eleições já, por responsabilidade, competência e punibilidade já. Num país onde o Governo e os políticos nada definem, a sociedade atônita reclama que os partidos assumam suas responsabilidades, se estabeleçam a responsabilidade e a punibilidade, a competência e a justiça de que tanto carecemos na vida pública nacional. Enquanto isso, o PMDB discute o poder, os cargos, usando e abusando das mordomias oficiais e querendo fugir das eleições como o diabo foge da cruz.

O povo deplora e se revolta diante do descaso com que os vitoriosos nas eleições de 86, tão logo realizadas, passaram a tratar a coisa pública, como se nenhum compromisso tivessem com as urnas, com o Plano Cruzado, com as esperanças colocadas no coração de cada rio-grandense e de todos os brasileiros. Nunca se viu tanto descaso, verdadeiro deboche, tanta irresponsabilidade, tanta corrupção, tanta malversação de dinheiro público, tanta orgia de gastos publicitários, tanta inflação, tanta politicalha, tanto achatamento salarial, tanto esmagamento e autoritarismo econômico e social, tanto populismo, tanta destruição e tanta traição, quanto depois que o PMDB chegou ao poder, ao poder pleno de todo o País.

É hora de o PMDB assumir as suas responsabilidades, pois estamos na undécima hora para ele se redimir, se é que ainda consegue fazê-lo, pois duvido que a opinião pública ainda possa perdô-lo, tais as frustrações, a decepção, o descalabro, o caos e desesperança que suscitou. É que o PMDB logo aprendeu a gostar do bônus, mas não quer assumir o ônus. Quer os cargos, mas renega os encargos, e daí a Nação ficou à deriva.

Quem diria que seria necessário o PMDB assumir o poder para que o Brasil batesse o recorde de inflação, e chegasse ao maior achatamento salarial da nossa história? Onde estão aqueles

que na oposição cobravam pelo trabalhador brasileiro?

Quem diria que seria necessário o PMDB assumir o poder para que fosse batido o recorde de inflação e da mais deslavada corrupção que destrói a moral nacional? A inflação, a recessão, a irresponsabilidade e a impunidade comprometem, como nunca, todos os setores da vida política, econômica e social deste Brasil.

Na Roma antiga, os generais e imperadores diziam: "ai dos vencidos! pois deles faremos escravos e deles tomaremos terras, casas, mulheres e filhos".

O PMDB pensa que, tendo vencido as eleições em todo o Brasil, poderia tomar de assalto a tudo e a todos neste País, sem que houvesse conseqüência alguma, desdobramento algum, com passividade e submissão total de tudo e de todos?

Ocorre que os tempos mudaram, e agora não são mais os generais romanos que falam, mas o povo que diz: "ai dos vencedores!... ai dos vencedores se não souberem corresponder às suas responsabilidades".

Antes da revolta popular que já se esboça e prenuncia, as leis da economia e da sociologia provocadas deram sua resposta à incúria e irresponsabilidade do PMDB no Governo, do PMDB no Congresso Nacional, do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, do PMDB nos governos de quase todos os Estados do Brasil, a começar pelo meu, o Rio Grande do Sul, e do PMDB nas Assembléias Legislativas, Prefeituras e Câmaras Municipais. E, com a reação negativa na economia e na vida social do País, começa também a se esboçar a resposta do próprio povo brasileiro, a pedir um basta a tanto desperdício, a tanta incúria e incompetência, a tanta demagogia e irresponsabilidade.

Dizem uns, que ainda encontram coragem para falar, que a situação caótica que vivemos seria fruto de herança dos vinte anos. Ledo engano ou grossa mentira, pois sequer a infra-estrutura material montada nos vinte anos o PMDB está sabendo conservar, já não digo ampliar. Sequer a expansão industrial e agrícola herdada estão sabendo estimular, nem os onze bilhões de dólares das reservas cambiais que herdaram conseguiram manter ou multiplicar, como seria lícito esperar. Ao contrário, tudo gastaram, importando carne deteriorada, leite contaminado na orgia irresponsável do Plano Cruzado, que a tantos traiu, mas que a alguns poucos serviu e enriqueceu e a outros muitos mais elegeram. E, ademais, foi o próprio Ministro da Fazenda do PMDB, o milagreiro Dílson Funaro, quem o disse, e não eu ou outro qualquer, mas o próprio Funaro, Ministro do PMDB, ao lançar o Plano Cruzado, "que podiam fazê-lo porque haviam zerado o déficit público". Logo nenhuma herança mais o PMDB pode cobrar dos Governos anteriores, ou, se quiser fazê-lo, apesar de tudo, que cobre do seu ex-Ministro, Dílson Funaro, da Fazenda Nacional e do próprio PMDB, partido que se beneficiou eleitoral e irresponsavelmente de tal situação.

Dizem outros que foi a aliança com o PFL que inviabilizou um programa nacional do PMDB, e a estes eu respondo com a observação de que, na maioria dos Estados, a começar pelo meu Rio Grande do Sul, o PMDB chegou sozinho ao Governo, e o Governo do PMDB do Rio Grande do Sul não poderia ser pior, porque é o pior gover-

no que já teve o Rio Grande do Sul, tanto pior que pior não poderia ser.

Lá no Rio Grande do Sul o Governo do PMDB histórico brigou com a Assembléia Legislativa, com o próprio Judiciário de tantas tradições, e antes com o bravo magistério gaúcho, e tantos outros setores. Chegou ao ponto de aticar a Brigada Militar contra professores e funcionários públicos e deixou liberar presos e assassinos, estabelecendo o caos e a morte nos presídios.

E que dizer do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte, onde o PMDB é maioria, domina as Mesas diretivas da Câmara, do Senado, do Congresso Nacional e da Constituinte, domina as Comissões e o plenário? Domina o Centrão, o MUP, e tudo o mais. Que mais querem senão fugir das urnas que fatalmente virão?

É, pois, hora de ação. O povo está cansado de esperar.

De minha parte, estou aqui, e aqui estive desde o primeiro dia e a primeira hora. Meu partido, minha bancada, mesmo minoritários, cá estamos tentando dar nossa contribuição, modesta mas sincera, honesta e autêntica, para a causa da redenção nacional.

Tenho procurado juntar-me aos que sinto igualmente imbuídos de boa vontade. Com alguns tenho ficado, de outros tenho-me afastado na medida em que os vejo saindo da trilha do bom senso e da autenticidade da representação popular. É o caso do Centrão, que ainda hoje divulgou, indevidamente, meu nome, quando todos sabem minha posição nesta Casa, em especial no que diz respeito ao sistema de governo e à duração do mandato presidencial.

Vim e ficarei, até a última hora, fiel aos eleitores que me confiaram o mandato popular. E tal fidelidade me leva a renovar a defesa do Parlamentarismo como sistema de governo, a defesa da Constituinte já, e a defesa de eleições já, eleições gerais agora, porque a Nação não agüentaria os cinco anos, nem a continuidade do presidencialismo, sistema que tantos males já fez ao Brasil nesses quase cem anos de República presidencialista que temos urgentemente de mudar. É hora de Constituição! É hora de eleição! É hora de responsabilidades! Ainda é hora para salvar a democracia e o Brasil.

Disse.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:**

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS**

**(PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fui hoje surpreendido com a leitura, no **Correio Braziliense**, de matéria, que lhe teria sido oferecida por um parlamentar, informando que este Constituinte votaria por um mandato de cinco anos para o Presidente Sarney. O equívoco é evidente. O que estranho não é que o jornal tenha recebido uma relação de Constituintes que irão votar em quatro ou cinco anos, mas sim que não tenha ele acompanhado o pronunciamento dos Constituintes. Que não o registre em seu noticiário, vá lá, mas que não saiba que este Constituinte, no ano passado, tenha n vezes, na tribuna, não só dito que votaria nos

quatro anos, mas também demonstrado por que devemos votar nos quatro anos, é estranho.

Também neste ano, nos dias 4, 5 e 6, desta tribuna, procurei demonstrar as razões pelas quais o povo brasileiro deseja que o mandato do Presidente José Sarney seja de apenas quatro anos. Se há nesta Casa um voto claro pelos quatro anos, este é o meu. Daí ter estranhado a minha inclusão, no **Correio Braziliense** hoje, na relação daqueles que votarão pelos cinco anos. Isso é problema deles. O meu voto é pelos quatro anos, o que já é muito.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB –**

**MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, uma das propostas da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, que tivemos a honra de presidir, dizia respeito à exclusividade, de importação de insumos farmacêuticos pelo Poder Público, em determinados casos. Infelizmente, este item não encontrou guarida na Comissão de Sistematização. É até mesmo interessante salientar que a chamada Ala Progressista da Assembléia Nacional Constituinte colaborou também para a recusa dessa proposta. Agora, o País todo vem sofrendo brutalmente com a falta de insumos farmacêuticos, principalmente para a fabricação de medicamentos essenciais, que, por estarem muito baratos ou então rigidamente controlados, são pouco rentáveis. Referimo-nos particularmente à falta do Cloridrato de Morfina no mercado farmacêutico brasileiro, deixando centenas de cancerosos terminais sem o alívio das terríveis dores que os acometem principalmente na fase final da doença.

O Cloridrato de Morfina é originalmente fabricado por uma multinacional alemã, o laboratório Merk. No entanto, por ser uma substância relativamente barata e esta sob o rígido controle estabelecido pelas autoridades sanitárias, uma vez que a morfina é forte indutora de dependência, não há rentabilidade. É um produto de difícil colocação e de controle muito rigoroso, o que torna bastante problemática a sua comercialização. Entretanto, não nos devemos esquecer de que essas drogas de sacrifício são indispensáveis para a cura de determinadas moléstias ou para o alívio da dor, como é o caso que estamos acabando de citar.

Hoje mesmo fiz contato com o Ministro da Saúde, nosso ex-companheiro de plenário na Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Borges da Silveira, que nos prometeu providências urgentes, através da Ceme – Central de Medicamentos – para a fabricação deste medicamento tão importante para o alívio da dor nas pessoas que sofrem, principalmente aquelas acometidas pela terrível doença que é o câncer.

Reitero meu apelo às autoridades governamentais, particularmente ao Ministério da Saúde e à Ceme – Central de Medicamentos – a fim de que esse produto seja importado como insumo básico necessário, indispensável mesmo à fabricação do medicamento, para ser fornecido principalmente aos hospitais destinados a cancerosos

no País. Espero, com fé, que nosso apelo seja compreendido e atendido o mais depressa possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

**O SR. PRESIDENTE Ulysses Guimarães:** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, inicialmente peço permissão à Presidência para usar a tribuna não como Líder da Democracia Cristã, mas em meu próprio nome.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está no horário de Comunicações das Lideranças.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Aprendendo a lição do companheiro Fernando Santana, falarei como Líder.

Existem certos fatos, Sr. Presidente, que têm o condão de desmoralizar as notícias. Hoje, fui surpreendido, e estou verdadeiramente perplexo, com a inclusão do meu nome em uma pretensa pesquisa elaborada por determinado parlamentar como sendo favorável ao mandato de cinco anos para o Presidente Sarney. Ora, isto é uma piada, porque sou um dos autores da emenda dos quatro anos. Juntamente com o Parlamentar Jorge Hage, fui subscritor da emenda votada na Comissão de Sistematização, estabelecendo quatro anos para o Presidente da República.

Portanto, Sr. Presidente, só este fato serve para atestar a falácia dessa notícia, a mentira desse noticiário e a má-fé que orientou quem forneceu esses dados.

Agora, Sr. Presidente, desejo registrar a preocupação do Partido Democrata Cristão com relação às recentes medidas tomadas, visando a atenuar a problemática da casa própria. Lendo e analisando o teor das medidas, verificamos que somente 10% dos recursos serão destinados às moradias de baixa renda. Não conseguimos entender qual o alcance, qual o sentido desta orientação, se praticamente mais de 90% do déficit habitacional brasileiro repousam nas camadas menos favorecidas da população. O que pode orientar uma política governamental que reserva a 90% dos brasileiros apenas a migalha de 10% do total da verba alocada? Não há lógica nem correção de programa. O que há é uma injustiça contra os desvalidos, que não têm voz mais forte para reclamar os seus direitos, entre os quais a moradia. A moradia digna é direito fundamental, basilar.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, aqui fica esta dura reclamação da Democracia Cristã. Não aceitamos o fato de que para 90% dos brasileiros que necessitam de casa própria se reservem apenas minguados 10% da verba alocada.

Esperamos que as autoridades governamentais reflitam sobre a matéria e refluam desse posicionamento equivocado e enganoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, neste momento em que me é dada a oportunidade de manifestar-me desta tribuna, quero dissipar de uma vez por todas as dúvidas que porventura possam existir sobre minhas posições políticas. Vejo, com surpresa e desagrado, o meu nome ser incluído entre aqueles que compõem o "Centrão". Em nenhum momento, Sr. Presidente, autorizei tal inclusão. O fato de ter votado com o "Centrão", na alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, refletia apenas o meu ponto de vista, o que não me imputa o ingresso incontinenti em tal grupo.

Votei porque não poderia admitir que, neste momento histórico e tão importante na elaboração de nossa Carta Magna, fossemos aliados de participação, pela Comissão de Sistematização, com dispositivos que nos impediam de apresentar novas emendas, contrariando, inclusive, a razão que nos trouxe a esta Casa como constituintes encarregados de elaborar e votar a Constituição.

Quero deixar bem clara a minha independência na Assembléia Nacional Constituinte, defendendo os meus princípios. Venho de uma cidade operária e convivo, diuturnamente, com grande contingente de trabalhadores que buscam avanços sociais que lhes permitam justas condições de vida. Vivo o seu cotidiano, porque sou também um trabalhador, e buscarei, com todos os dispositivos de que possa dispor, impedir que conquistas sociais alcançadas a duras penas nesta fase da Constituição sejam confiscadas do trabalhador brasileiro.

Desautorizo, neste momento, a utilização indevida de meu nome como membro do "Centrão", e aproveito o ensejo para manifestar-me sobre alguns itens do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização que apoiarei incondicionalmente, buscando, inclusive, este apoio junto aos meus companheiros: quanto aos direitos dos trabalhadores, votarei pelo seguro-desemprego; pelo FGTS; por um salário mínimo mais justo; pelo piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; pela irredutibilidade do salário; por nenhuma remuneração inferior ao salário mínimo; décimo-terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria em dezembro de cada ano; salário do trabalhador noturno superior ao do diurno; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais; jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; repouso semanal remunerado; remuneração em dobro da hora extra; gozo de férias anuais; licença gestante de 120 dias; redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; aposentadoria com salário integral; reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; seguro contra acidentes de trabalho que realmente protejam o trabalhador; proibição de diferença de salários e de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil; proibição de distinção entre

trabalho manual, técnico e intelectual ou entre profissionais respectivos; igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso; liberdade de associação profissional ou sindical; o direito ao aposentado de votar e ser votado nas organizações sindicais; a liberdade de greve; a competência da União, dos Estados e dos Municípios no combate às causas da pobreza e os fatores de marginalização social do homem, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; a autonomia dos Municípios; a reforma tributária; a proteção pela Previdência Social dos dependentes dos segurados de baixa renda; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; garantia de reajustamento dos benefícios de aposentadoria de modo a preservar seu valor real; aposentadoria às donas-de-casa que contribuírem para a seguridade social; nenhum benefício de prestação continuada com valor mensal inferior ao salário mínimo; concessão de pensão mensal vitalícia, na forma da lei, a todo cidadão, a partir de 65 anos, independentemente de prova de recolhimento de contribuição para a seguridade social e desde que não possua outra fonte de renda que lhe permita viver com dignidade; a democratização do acesso e permanência na escola e gestão democrática do ensino, com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade; a gratuidade do ensino público; a valorização dos profissionais de ensino; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

Quero também, Sr. Presidente, manifestar aqui meu apoio a favor da micro, pequena e média empresas que sofrem com os desmandos e a danosa interferência excessiva do Estado na economia. Lutarei para que seja mantido um tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte; para que haja incentivos e benefícios fiscais e creditícios para que a intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só sejam permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

Este é o meu posicionamento diante de algumas questões polêmicas. São apenas alguns tópicos que acredito serem de maior relevância, mas existem muitos outros que não mencionei por absoluta falta de tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, deixando bem claro meu posicionamento com relação à minha independência nesta Casa da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos dias o Constituinte Ademir Andrade, do PSB, denunciou a opinião pública brasileira o massacre de garimpeiros ocorrido em Marabá. Ontem, a **Folha de S. Paulo** veiculou informação de que seria de mais de cento e trinta

o número de garimpeiros assassinados nesse episódio. Hoje, o jornal **O Globo** estampa a notícia sob o título "SNI investiga conflito com garimpeiros", e diz que o Serviço Nacional de Informações está investigando o confronto havido entre a Polícia do Pará e os garimpeiros de Serra Pelada.

Em primeiro lugar, quero dizer – já foi reafirmado pelo Constituinte Ademir Andrade e também pelo colega de partido, Eduardo Bonfim – que em hipótese alguma se tratou de um conflito, mas sim de uma covarde agressão, de um massacre de trabalhadores e garimpeiros, que se manifestavam de forma democrática e absolutamente pacífica. A Polícia Militar do Pará, por ordem do Governador Hélio Gueiros, desenvolveu uma ação agressiva, atirando covardemente nos garimpeiros.

Fonte do SNI afirma que o ambiente de Serra Pelada, em Marabá, hoje, é extremamente tenso, porque, segundo informa, o incidente envolveu pessoas rudes, acostumadas à violência. Diria que quem está acostumada à agressão é a Polícia Militar do Estado do Pará, praticando atos de vandalismo contra os trabalhadores rurais, particularmente no sul do Estado. Não são os garimpeiros os violentos; ao contrário, foram vítimas da agressão da Polícia Militar do Estado.

Diz mais a fonte do SNI: "o Governo do Pará agiu com correção e firmeza". Na verdade, ele se conduziu de forma antidemocrática, assassinando trabalhadores. Isto é tão evidente, e claro, que o próprio Ministro da Justiça, conhecido por sua truculência, afirma, também no jornal **O Globo**, que pode ter havido um grave erro por parte da Polícia estadual, ao cercar os manifestantes pelos dois acessos à ponte, sem lhes dar chance de escapar. E mais: a polícia não só bloqueou as duas entradas da ponte, como, sobretudo, desencadeou um tiroteio contra os garimpeiros.

Quero, portanto, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PC do B, manifestar meu mais veemente protesto contra esse ato de vandalismo e violência praticado contra os garimpeiros, bem como expressar meu repúdio à atitude do Serviço Nacional de Informações, que apresenta essa versão dos acontecimentos. Espero que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, representada por seu Presidente, Dr. Ulysses Guimarães – que no passado esteve sensível às causas democráticas e à defesa dos direitos humanos –, tenha sensibilidade para captar a gravidade deste problema.

Hoje, o Constituinte Eduardo Bonfim entrou com pedido de informações sobre os acontecimentos de Marabá. Importante seria que a Mesa desta Assembléia constituísse uma comissão oficial para verificar, **in loco**, esses fatos, porque, na verdade, está em julgamento a situação política e, em particular, o Governo do Pará e a Polícia Militar daquele Estado.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há pouco ocupou esta tribuna o Constituinte Elias Murad e, em nome do Partido

Trabalhista Brasileiro, denunciou a falta absoluta do cloridrato de morfina, medicamento de baixo custo, mas de extraordinária importância no tratamento, sobretudo daqueles que padecem grave dores, como é o caso dos cancerosos e de outros.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, enquanto o Plenário está mais ou menos atento ao que se trata nesta Casa, infelizmente, na retaguarda da mesa há uma verdadeira conturbação. As risadas tomam conta do recinto, de tal modo que os oradores da tribuna não podem ser ouvidos. É bom registrar este fato, para que esse hábito, inteiramente antiparlamentar, não progrida, sobretudo, quando a Casa está sendo presidida pelo Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Voltando ao caso aqui abordado pelo representante do PTB, Constituinte Elias Murad, essa falta de medicamentos é sempre uma maneira que as multinacionais encontram não só para forçar a elevação dos preços como também para desatender às populações de baixa renda.

O que se passa em torno do cloridrato de morfina pode verificar-se também em relação ao Lexotan, medicamento para aqueles que sofrem problemas cardíacos e também próprio de preço não muito elevado. Hoje, em Brasília, os doentes cardíacos não encontram uma só caixa de Lexotan para aliviar suas dores e possibilitar-lhes melhores condições de sobrevivência.

Este é o resultado do controle absoluto da indústria farmacêutica do País pelas empresas multinacionais. A indústria farmacêutica, no ano de 1954, era mais de 80% nacional, e hoje 98% estão sob o controle das multinacionais.

Infelizmente, Sr. Presidente, apesar disto, muitos brasileiros acham que devemos modernizar o País, abrindo ainda mais as portas de nossa Pátria para o controle das empresas internacionais. E alguns deles dão-nos os seguintes exemplos: estamos seguindo o caminho da Coreia e de outros países, como Formosa, que foi praticamente dominada pelos Estados Unidos; uma ilha, que foi cercada de navios americanos por todos os lados. A Coreia foi invadida e tornou-se uma plataforma da aplicação do capital internacional. Evidentemente, esses exemplos não se coadunam com a realidade de um país como o Brasil, com oito milhões e meio de quilômetros quadrados e um potencial extraordinário para formar sua própria economia – conseqüentemente, sua independência.

Sr. Presidente, consideramos inaceitável essa ansiedade de modernização do Brasil, abrindo ainda mais as nossas fronteiras ao capital estrangeiro, sem limitação. Inclusive, segundo os jornais, as definições propostas para substituir o Projeto da Comissão de Sistematização são as mais horripilantes. Por exemplo, segundo o jornal "O Globo", de domingo último, ao setor mineral terão acesso os brasileiros e as empresas de capital estrangeiro. É evidente que nem as próprias empresas nacionais estão incluídas no setor mineral. A fim de que V. Ex.<sup>as</sup> possam imaginar o risco que essas posições vão acarretar para o futuro do povo brasileiro e do Brasil como um todo, basta dizer que atualmente mais de 87% do setor mineral são controlados pelas empresas internacionais. A Brascan, antiga Light, tinha um contrato de 99 anos para explorar a distribuição e a produção de energia no eixo Rio-São Paulo, mas o

Ministro das Minas e Energia da época, Sr. Shigeaki Ueiki, resolveu encampar a Light, quando esta teria, dois anos depois, pelo contrato de 99 anos, de ser entregue ao patrimônio nacional, sem pagamento de um centavo sequer. Pois bem, além de receber esses milhões de dólares indevidamente, pela encampação da Light no término do seu contrato de 99 anos, a Brascan é hoje uma das empresas que detêm o maior número de concessões de lavra de minérios no País. A Brascan associou-se à **British Petroleum**, uma empresa poderosíssima, uma das Sete Irmãs, que dominaram por completo não só a exploração como a refinação, a distribuição e o comércio de petróleo no mundo. A **British Petroleum** está consciente de que o petróleo é um bem precioso a curto prazo, pois um balanço do potencial energético mundial, feito nos Estados Unidos, pelos maiores conhecedores do assunto de todo o mundo, prevê que o petróleo será extinto por volta do ano 2030. E, conseqüentemente, essa grande empresa, detentora de bilhões de capital, está diversificando a sua atividade no setor mineral além de petróleo. A Brascan e a **British Petroleum**, numa associação totalmente estrangeira, possui hoje, sob controle regiões imensas deste País. As duas somadas, têm concessões praticamente superiores a todas as demais empresas que operam no ramo da mineração neste País.

Ora, Sr. Presidente, isto serve a todos nós como exemplo, para que, diante do processo constitucional, não sejamos tão incompetentes, ao ponto de entregar o setor mineral e outros da economia nacional ao controle absoluto das multinacionais, transnacionalizando definitivamente a economia do País. Este exemplo, que o Constituinte José Elias Murad trouxe a esta tribuna, poderia ser citado aos milhares no setor de medicamentos.

Pois bem, Sr. Presidente, é para esse aspecto da falsa modernização que queremos chamar mais uma vez atenção dos nossos colegas, sejam eles de que partido forem. É preciso cuidado especial ao elaborar um texto que não entregue a nossa Pátria definitivamente ao controle do capital internacional. Essa transnacionalização que hoje defendem só interessa às potências centrais. Todo o mundo que estuda essa questão, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, sabe que a estratégia traçada para o controle do Terceiro Mundo – a tática e até as particularidades sobre como elas devem fazer anúncios em nosso País – é assunto estudado, tratado e examinado pelos melhores cérebros dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Suécia e Japão.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, a situação chega a tal ponto que até a imprensa de um país como o Brasil, seja ela falada, escrita ou televisada, está sob absoluto controle dos interesses internacionais. A prova é que na última sessão da primeira Assembléia Parlamentar Latino-Americana para tratar da Dívida Externa, à qual compareceram todas as televisões, e filmaram de maneira demorada todo o decorrer daquela sessão de encerramento; os fotógrafos bateram mais de seiscentas fotografias e, no dia seguinte, nenhum jornal consignou uma só notícia a respeito do belo discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, simplesmente porque se colocava numa posição correta em relação à discussão da dívida externa. Estamos sendo induzidos a assumir posições falsas, contrárias ao interesse

nacional e fundamentalmente favoráveis às grandes empresas internacionais.

**O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães)** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB – MG. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, numa deferência do nosso Líder, gostaria de fazer uma manifestação, por justiça e dever de consciência.

Em 1966, por inspiração do Presidente Juscelino Kubitschek, eu, ainda rapazinho, iniciava, juntamente com o Dr. Aníbal Teixeira, a criação de diretórios do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, na Zona da Mata de Minas Gerais. O mesmo Dr. Aníbal Teixeira viria a ser candidato a Deputado em Minas Gerais e foi o mais votado do nosso partido. Cassado pela Revolução, veio a realizar-se na vida profissional como empresário. Mais tarde voltou à vida política como Deputado Federal pelo então PMDB, dos mais votados, tendo sido um dos mais leais amigos e companheiros de Tancredo Neves. Fruto da sua inteligência, do seu preparo e da sua competência, Aníbal Teixeira foi guindado à assessoria do Presidente José Sarney, vindo mais tarde a ser Ministro do Planejamento. S. Ex.<sup>a</sup> é eficiente – tem dado provas disso – e o seu trabalho já se faz sentir. O Presidente José Sarney mais de uma vez – e hoje está estampado nos jornais – enfatizou que está satisfeito com seu Ministério e não pretende modificá-lo a curto prazo.

Alega-se e aí vai a minha defesa – que o Ministro Aníbal Teixeira não tem apoio político. Tem, sim, do seu Estado, de parte da bancada de Minas – não posso falar por toda ela – e tem apoio inclusive das bancadas de outros partidos que compõem os 56 Constituintes de Minas Gerais. Tem apoio de Deputados e Senadores e até de Governadores. A sua relação com o Governador do meu Estado, Dr. Newton Cardoso, sempre foi, e é será cordial e muito salutar, em defesa dos interesses do nosso partido, o PMDB, do Governo e de todo o povo de Minas Gerais.

O Ministro trabalha, por isso aparece. É nessa esfinge que é hoje Governo em todo o Brasil – porque ser Governo, na tese do "decifra-me, ou devoro-te", passou a ser um tomar pedras – S. Ex.<sup>a</sup> tem sido um dos que mais têm trabalhado no atual Governo. Eliminou ele, o intermediário entre o cofre do Estado e as obras comunitárias que a sociedade, principalmente a mais carente, reclama. Setenta bilhões de cruzados serão repassados para a construção de 500 mil casas populares sem intermediação de intermediário. Talvez aí estejam aqueles interessados em prejudicar o relacionamento do Ministro com a Presidência da República.

Minha defesa é absolutamente espontânea. Estive uma única vez no Ministério do Planejamento, acompanhado de oito Prefeitos do sul de Minas, reivindicando recursos para obras de interesse da comunidade, e fui muito bem atendido. É evidente que, nesta hora, não poderia deixar calar minha voz e não salienta a tradição política, o preparo, a inteligência e a competência do Ministro Aníbal Teixeira. Também, nesta hora, é impor-

tante dizer que S. Ex.<sup>a</sup> foi, e será, um dos mais dedicados auxiliares do Presidente José Sarney, e não podemos aceitar essa campanha encetada contra o Ministro, feita principalmente por aqueles que perderão a facilidade de ganhar como intermediários.

Esta é a palavra modesta de um constituinte do PMDB de Minas Gerais, que representa o sentimento de muitos Constituintes de todo o Brasil, solidarizando-se com a ação e a pessoa do Ministro Aníbal Teixeira.

*Durante o discurso do Sr. Aloísio Vasconcelos o Sr. Presidente Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Primeiro-Vice-Presidente.*

**O SR. PAULO MACARINI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, o ilustre Constituinte Victor Faccioni, que se perdeu na estrada de Damasco, caiu nas trevas e cometeu uma série de injustiças contra o PMDB. Se eu não conhecesse um pouco de Direito Canônico, pleitear perante o Vaticano sua canonização pela santa ingenuidade e pelos lapsos de memória a que sofre ultimamente. Ao contrário do que afirma S. Ex.<sup>a</sup>, o País vive hoje os efeitos e as conseqüências da corrupção e do desastre administrativo que aqui se instalaram a partir de 1964 e sempre com o apoio do Constituinte Victor Faccioni, do seu partido, a Arena e do seu sucedâneo PDS – aliás, severamente julgado pelo povo brasileiro no dia 15 de novembro de 1986.

Poderia aqui, Sr. Presidente, citar uma catilinária, mas vou-me fixar apenas em alguns episódios, todos de triste memória para a Nação: primeiro, o BNH, que apresenta o déficit de 500 bilhões de cruzados; segundo, os bancos estaduais, sob intervenção administrativa quase exclusivamente do PDS – estão-lhe custando 250 bilhões de cruzados. Isso, sem falar nos escândalos financeiros, no empreguismo e na malversação do dinheiro público e na falência do Estado do Rio Grande do Sul, patrocinada pelo ex-Governador daquela unidade federativa.

Sr. Presidente não quero alongar-me, mas apenas fazer um cálculo para avivar a memória do ilustre Deputado Victor Faccioni. O estouro do BNH e dos bancos estaduais, somando hoje mais de 750 bilhões de cruzados, quase resolveria o déficit habitacional do País, pois permitiria a construção de 15 milhões de residências pelo sistema de mutirão. Essa impressionante cifra – 750 bilhões de cruzados – de furos do BNH e nos bancos particulares, provocados pela administração do PDS e da Arena, criaria condições para formidável mercado de mão-de-obra, incentivaria a construção civil, além de eliminar por completo o déficit habitacional para as camadas mais carentes desta Nação.

Em suma, Sr. Presidente, a Nação paga elevadíssimos ônus por causa, única e exclusivamente, do partido a que pertence o ilustre Deputado Victor Faccioni.

Por isso, consigno aqui o protesto do PMDB, voltado a defender os interesses do povo brasileiro.

**O SR. DARCY DEITOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. DARCY DEITOS (PMDB – PR. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda complementando a fala do Constituinte Paulo Macarini, Vice-Líder do PMDB, que nesta sessão representa a Liderança, gostaria de dizer que ao partido realmente cabe alguma culpa por ter ido ao Colégio Eleitoral e feito as composições que fez. Todavia, há que se dizer que o mal que na terra se faz se paga aqui mesmo.

E o PMDB está nesse período de transitoriedade no poder, ou supostamente está no poder, por menos de três anos. Quanto ao mal a que me referi, o de que na terra se paga o que aqui se faz, Sr. Presidente, para se entrar no céu, segundo a Sagrada Escritura, vai-se primeira ao purgatório. E quando a condenação é muito pesada, vai-se diretamente queimar no fogo do inferno por toda a eternidade, quando não se paga na terra o que aqui se faz.

Gostaria de dizer ao Constituinte Victor Faccioni que o mal causado a este País, por mais de 20 anos, pela Arena, hoje PDS, pela nefasta política econômica colocada em prática pelos Robertos Campos e Delfins da vida, fará com que o PDS, durante toda a eternidade, seja queimado nas supremas caldeiras do inferno em fogo brando, para que sinta o mal causado à Nação durante mais de 20 anos de autoritarismo.

Sr. Presidente, utilizo o horário de Liderança para dizer também que finalmente a Assembléia Nacional Constituinte tem seu Regimento Interno aprovado, depois da paralisação ocasionada pela mobilização do "Centrao", que aqui mostrou a sua maioria e está fazendo valer a sua vontade. Finalmente, repito, temos o Regimento aprovado. E a partir de hoje começamos a contar prazo para apresentação de emendas em cima do projeto da Comissão de Sistematização, aprovado em meados de novembro.

Sr. Presidente, apresentaremos algumas emendas, dentre as quais uma que entendo de relevância. O Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, em seu art. 226, determina o Poder Público a obrigação de promover políticas adequadas, estímulos, assistência técnica, desenvolvimento e financiamento para atividades agrícolas, agroindustriais, pecuárias e pesqueiras. Em seu parágrafo único diz que a política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva dos setores de produção, comercialização, armazenamento e transportes, levando em conta instrumentos creditícios e fiscais, bem como a prestação de assistência e incentivos à tecnologia e à pesquisa, na forma da lei.

Entendemos, Sr. Presidente, que o enunciado no art. 226 e seu parágrafo único, estabelecendo que o planejamento e a execução terão participação dos setores de produção, é muito vago.

Apresentaremos uma emenda, Sr. Presidente, para que fique definida a participação dos setores de produção. Apresentaremos uma emenda esta-

belecendo que a política agrícola será promovida por órgão permanente composto por representantes do Ministério da Agricultura, dos produtores rurais, dos trabalhadores rurais e do Congresso Nacional, porque o País precisa de uma política agrícola estável, com regras claras, cristalinas.

O projeto da Comissão de Sistematização prevê a participação dos setores de produção, mas não dá garantia de que efetivamente participarão na definição das regras da política agrícola que precisa ter este País. Então, apresentaremos esta emenda e lutaremos para que seja aprovada. A agricultura deste País não pode mais viver da improvisação, não pode mais pagar o progresso como sempre pagou ao longo de nossa História. E o produtor, mais do que nunca, precisa de regras claras, definidas, sobre a política de médio e de longo prazo na agricultura brasileira. Esperamos que ao receber nossa emenda o Relator a avalie com profundidade, porque precisamos dar à Nação a Carta Constitucional por ela esperada ansiosamente. Oxalá na nova Constituição todos os temas, tudo aquilo que envolve os interesses do povo, especialmente para o desenvolvimento e o bem-estar da Nação, tenham regras claras e definidas. Entendo que o desenvolvimento e o progresso deste País passam por uma agricultura forte, com regras claras e definidas, onde o produtor brasileiro não continue pagando o progresso como sempre pagou ao longo de toda a nossa história.

**O SR. VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, hoje o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, embora esvaziado da presença numerosa dos integrantes do "Centrão", tem sido um palco de discussões sobre a data das próximas eleições. Um após outro, diversos Constituintes aqui vieram desmentir notícia publicada pelo **Correio Braziliense**, na sua edição de hoje, segundo a qual 327 Constituintes já se teriam definido e comprometido a dar o seu voto por eleições gerais em 1989. Esses Constituintes seriam, portanto, favoráveis ao mandato de 5 anos para o Presidente José Sarney.

Repetidos desmentidos trouxeram à baila a reflexão sobre a necessidade inadiável de se mudar, ainda este ano e o quanto antes, o Governo da Nova República, do PMDB e do PFL.

Quero também, em coro com estes protestos e em nome da bancada do Partido Democrático Trabalhista, dizer que todos nós do PDT, pelas compromissões democráticas que temos diante da Nação brasileira, estamos coesos e firmes na determinação de votar por eleições neste ano de 1988. Votaremos, portanto, pelo mandato de 4 anos para o Presidente José Sarney, em consonância com a tese, que vimos defendendo, de que essas eleições já deveriam ter sido realizadas há muito tempo, e de que na Nova República temos um governo de transição, que já deveria também ter sido substituído, ao tempo da eleição da Assembléia Nacional Constituinte. Entendemos que a eleição presidencial deveria ter sido realizada em 1986, juntamente com a realização das eleições para a Assembléia Nacional Consti-

tuinte. Mas, não querendo o PMDB eleições diretas naquele ano: não desejando o PMDB, nem o PFL, especialmente o PMDB, honrar os compromissos assumidos em praça pública pelas diretas, conformamo-nos com vir a esta Assembléia Nacional Constituinte expressar o clamor popular, na tentativa de cumprir nossas promessas, feitas diante da população, de votar pelo mandato de 4 anos para o Presidente José Sarney e pelas eleições diretas ainda em 1988. Desejamos que aqui se inicie uma nova era – tão logo ocorram as mudanças prometidas, mas não honradas, e sim desrespeitadas diante do povo brasileiro – a fim de que, ainda neste ano de 1988, se operem, com eleições gerais, as mudanças, as transformações que a Nação brasileira há décadas reclama, exige e requer.

Assomo à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte por considerar caluniosas as notícias que envolvem nomes de integrantes do PDT como favoráveis ao mandato de 5 anos para o Presidente Sarney. Desejo reafirmar que os compromissos dos Constituintes João de Deus, Feres Nader, José Fernandes e, evidentemente, do Senador Constituinte Maurício Corrêa são por eleições diretas em 1988, e que todos eles votarão favoravelmente à nossa emenda pelas eleições gerais, ainda este ano, para o Congresso Nacional e para a Presidência da República.

Quero dizer que, nesta hora, os sucessivos desmentidos surtiram efeito contrário ao desejado. Foi um tiro saído pela culatra que o "Centrão" hoje experimentou. Os sucessivos desmentidos não apenas desmoralizam a idéia do mandato de 5 anos para o Presidente Sarney, mas, acima de tudo, reforçam a tese das eleições em 1988.

Os Deputados que tiveram seus nomes revelados e aqueles que ainda têm alguma dúvida quanto a votar pelo mandato de 4 anos e pelas eleições gerais neste ano certamente serão observados pelo povo brasileiro, que sobre eles exercerá uma pressão legítima, no exercício da sua cidadania, clamando aos seus ouvidos, dia e noite, por eleições em 1988. O povo quer mudar o Governo da República através dessas eleições. Nós, do PDT, vamos oferecer-lhe esta oportunidade, votando pelas eleições em 1988 e pela manutenção do presidencialismo. Esta é a hora de o povo mudar o atual Governo.

**O SR. VALMIR CAMPELO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Como Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero também abordar a questão da pesquisa publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, veículo de comunicação de grande circulação no Distrito Federal e no País. A V. Ex.<sup>a</sup> e aos demais colegas afirmo que não há um posicionamento meu referente à duração do mandato do Presidente da República José Sarney. Neste momento, se eu tivesse de votar, poderia ser a favor do mandato de quatro anos. Não há, pois, razão para uma pesquisa apontar-me como favorável aos cinco anos, visto que, na realidade, não houve pronunciamento deste Parlamentar a esse respeito.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Jorge Arbage, que preside nossos trabalhos nesta tarde, que

transmita ao titular da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, a preocupação dos funcionários do sistema Telebrás e também dos da ETC. Amanhã completará um mês que foram dispensados. Estamos fazendo um grande esforço no sentido da reintegração desses funcionários nos quadros de suas empresas, pois não é justo que os que foram demitidos por participarem de uma greve que não foi greve, mas apenas uma advertência, estejam sendo punidos. São pais de família necessitados, são pessoas, principalmente da comunidade do Distrito Federal, que conhecemos, que precisam de seus empregos, pois a época não é propícia para se tomar medidas dessa natureza.

Apelamos para o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, no sentido de que entre em contato diretamente com o Presidente da República, para que, principalmente em nome da justiça social que S. Ex.<sup>a</sup> tanto defende, seja revisto o ato punitivo contra os pais de família que hoje estão passando dificuldades. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que transmita ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte nossa preocupação, no sentido de defender a valorização da pessoa humana, o direito à vida, o direito à habitação, o direito a melhores dias para essas pessoas que lutam no dia-a-dia da Capital da República. (Palmas nas galerias.)

**O SR. VICTOR FACCONI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VICTOR VACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, diz o Constituinte Amaury Müller que três segundos seriam suficientes para contestar a suposta defesa, pelos nobres Constituintes Paulo Macarini e Darcy Deitos, do PMDB, à cobrança que eu fiz das responsabilidades daquele partido perante o momento histórico por que passa o nosso País. O PMDB procura fugir de suas responsabilidades como o diabo foge da cruz. A manifestação de ambos os Constituintes, dos quais tenho o melhor conceito, mostrou um equívoco no qual não adianta persistir, transferir as responsabilidades aos partidos que estiveram no poder durante os vinte anos anteriores. O povo brasileiro não está julgando o passado, e sim o presente. O passado já foi julgado. Se o passado for recolocado em questão, como estão fazendo S. Ex.<sup>as</sup>, pior para o PMDB, pois até comparativamente a responsabilidade do PMDB no presente agravar-se-á. Quem derrotou o PDS, o PDT, nas últimas eleições, a começar pelo Rio Grande do Sul, e outros Estados, não foi o povo brasileiro, foi o Plano Cruzado, no dizer do nobre Constituinte Adylson Motta, que estava a meu lado quando a afirmação era feita pelo Constituinte Paulo Macarini.

Quanto à afirmação do Constituinte Darcy Deitos de que o que se faz na terra na terra se paga, se verdadeira, o PMDB deve esperar as próximas eleições para ver a quanto terá que pagar pelos seus erros, pelos seus equívocos, pela frustração, pela decepção que causou ao nosso povo, pelo agravamento da situação econômica e social do País e pela corrupção que aí está. Já não é apenas o BNH; agora é o IAA, a Sunamam, a importação de carne deteriorada, de leite contaminado, o es-



banjamento das reservas cambiais do País e tudo mais. Não fomos derrotados pelo povo brasileiro, e sim pelo Plano Cruzado. Talvez a afirmação do Constituinte Darcy Deitos de que aquilo que aqui se faz aqui se paga justifique o temor que o PMDB está tendo em relação às eleições gerais agora. É por isso que o PMDB domina o "Centrão" de um lado, o MUB de outro e faz um jogo duplo que acaba inviabilizando as próprias definições da Assembléia Nacional Constituinte.

No dizer do nobre Constituinte Paulo Macarini, o BNH teria sido o grande problema da herança maldita dos anos anteriores. Mas que herança maldita? O problema do BNH foi agravado no período em que o PMDB assumiu o Governo. Extinguiu o BNH e até hoje não explicou por que nem quais as causas e conseqüências desse ato.

Pedi a respeito a constituição de uma CPI na Câmara dos Deputados, no ano passado, e até hoje a Mesa, comandada pelo PMDB, não atendeu ao meu requerimento no sentido de se criar aquela CPI para avaliar as causas e conseqüências da extinção do BNH. Se o BNH estava tão equivocado em sua política durante os governos anteriores, porque o PMDB, depois de três anos patinando com a política habitacional, está agora voltando a tomar exatamente as mesmas medidas de política habitacional anunciadas ainda anteontem pelo Presidente da República e pelo Ministro do Desenvolvimento Urbano? O mais famoso estouro dos bancos estaduais foi o do Banco do Estado de São Paulo, o Banespa, do PMDB, cujo Presidente ainda foi promovido pelo Banco Central. É bom lembrar para refrescar a memória do Deputado Macarini, que quis imputar ao PDS. Por que o PMDB, que está no Governo, não traz a público os responsáveis pôr esses escândalos? Por que não os incrimina judicial e politicamente? Ninguém é punido por nada. Chegaram ao ponto de beatificar e santificar Paulo Maluf, depois de tudo que disseram contra ele. S. Ex.<sup>a</sup> está hoje beatificado pelo PMDB de São Paulo, pelo Governo Federal e pelo PMDB nacional.

Sr. Presidente, evidentemente não iríamos justificar as nossas posições, os nossos possíveis erros em cima dos de outros partidos. Não é isto. De nossa parte temos respondido e proclamado o que conseguimos fazer de bom para o País. Mas o PMDB que se cuide, pois o julgamento do que estão fazendo com o País virá logo mais, com as eleições. Não temos medo de eleições. O PMDB é que o tem. Queremo-las realizadas para que o povo se manifeste, restabelecendo a credibilidade das lideranças políticas deste País, credibilidade gasta irresponsavelmente pelo PMDB do Plano Cruzado. O quadro de lideranças, as dívidas estaduais e federais estão se deteriorando exatamente por culpa dessas situações equivocadas do PMDB, que tenta inutilmente transferi-la a terceiros. Repito, para concluir: ainda é tempo de o PMDB assumir suas responsabilidades, mas logo será tarde demais.

Disse.

## VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs:

EDUARDO BONFIM – Requerimento de informações ao Ministério da Justiça sobre ação da Política Militar contra garimpeiros de Marabá, Estado do Pará.

MAURÍCIO FRUET – Projeto de resolução que dispõe sobre a frequência e perda do mandato de Constituinte.

VICTOR FACCIONI – Requerimento de designação de Comissão Especial para apreciar responsabilidade do Constituinte Basílio Vilani por divulgação de informação relativa a opção de Constituintes quanto à duração do mandato do atual Presidente da República.

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se ao horário de:

## VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Lysâneas Maciel.

**O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, as publicações nos jornais, e os vários artigos que têm sido dados a público sobre o resultado dos primeiros embates na votação do Regimento Interno têm provocado muita discussão no sentido do qual a atitude do "Centrão" na Assembléia Nacional Constituinte. Há um artigo do jornalista Jânio de Freitas, publicado na \*087 Folha de S. Paulo de domingo, que faz uma análise sobre a famosa maioria do "Centrão".

A propósito da discussão da Liderança do PFL com a Liderança do PMDB, convém notar que sempre tenho chamado a atenção aqui para o fato de que os mesmos atores de até pouco tempo estão hoje no comando do espetáculo, infelizmente circense, que se observa no Brasil a respeito da farsa democrática que está aqui instalada.

Observamos aqui hoje, por exemplo, como temos feito todos os dias, que, usando do mesmo entulho autoritário pelo mesmo beneficiário da ditadura, esse homem menor que se chama Presidente Sarney está deixando na rua da amargura a existência de várias pessoas, simplesmente porque reivindicaram melhores condições de trabalhos, como é o caso do pessoal das comunicações.

Mas, Sr. Presidente, o que é centro? O que tem sido centro no Brasil? Tudo indica que estamos na reta final da elaboração da nova Carta Magna, com prazos praticamente vencidos e as articulações definidas para votação final. Com todas as dificuldades que ocorreram no decurso dos prazos de elaboração e votação da matéria até agora, não consigo deixar de constatar um avanço significativo das chamadas forças progressistas.

Talvez seja um paradoxo. Não o faço em função de esperar que uma Constituição realmente avançada vá sair dos fornos do Congresso, mas por considerar que a mudança da prática parlamentar já se anuncia. Em primeiro lugar, é preciso atentar para o fato de que as forças da sociedade têm aparecido com mais clareza perante a população e os cidadãos deste País e de uma forma que, talvez, jamais se tenham manifestado em nossa História.

Vemos hoje que essa publicação do **Correio Braziliense** está começando a preocupar porque estão sendo desnudados aqueles que fazem um determinado pronunciamento, que usam uma determinada retórica e que, na verdade, quando chegam aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, têm um posicionamento inteiramente diverso ao levá-los à prática.

Os empresários, os banqueiros e os latifundiários estão com as mangas arregaçadas mostrando abertamente o que temem na futura Carta, alguns indo mais longe ao dizer. "Isto pode; isto não pode". Às vezes, respaldados por pronunciamentos militares.

Como os partidos, em sua atual formação, não representam nem o contingente que abrigam, com as poucas exceções conhecidas, é de esperar que, após a promulgação da Carta Magna tenhamos uma redefinição que torne mais claros os componentes ideológicos dos seus participantes, e que será, sem nenhuma dúvida, melhor do que os que temos agora.

Convém não se esquecer de que essa definição maior implica mais conhecimento do que se propõe, de quem propõe e de que armas se utiliza para alcançar seus objetivos.

Mesmo que o acontecimento com a Autolatina, apenas para citar um exemplo, tenha mostrado a tibieza do então Ministro da Fazenda e do Governo em geral, atualmente mais atrapalhado e mais antipovo do que nunca, o que fica evidenciado é a desobediência civil, em alta escala, no momento mesmo em que se tenta recuperar a liberdade essencial para a classe trabalhadora.

Cumprir notar, Sr. Presidente, que na época em que eles colocaram os tanques nas fábricas de Volta Redonda era Presidente da República o atual presidente Ulysses Guimarães e, Ministro do Trabalho, o Sr. Almir Pazzianotto. Quer dizer que não se tem ainda um controle da situação, o que se pode reclamar de uma maneira justa. Isso não impediu que, naquela mesma ocasião, um militar fardado, com cinquenta acompanhantes, invadisse uma Prefeitura. E para quê? Para reclamar os mesmos direitos que os trabalhadores estavam reivindicando e que esse homem atrabiliário e violento, que ocupa o Ministério das Comunicações, sequer lhes deu o direito de respeitar. Então, repito, vemos que esses banqueiros, latifundiários, empresários e os Parlamentares que estão a seu serviço, estão com as mangas arregaçadas, mostrando abertamente o que temem na futura Carta. Alguns indo mais longe, ao dizer: isto pode e isto não pode dela constar. Como os partidos na sua atual formação não representam nem o contingente que abrigam, conforme já disse, temos agora uma situação mais perfeitamente definida. Convém não esquecer que mesmo todos esses incidentes que ocorreram aqui têm tido o condão de colocar a nu o que está acontecendo neste Parlamento e quais os parlamentares que aqui estão dizendo ser representantes do povo. Agora torna-se claro quais os únicos que não podem desobedecer e quais os que devem obedecer, mesmo através da miséria, da fome e do desespero em que estão mergulhados os trabalhadores brasileiros. Estes não podem nada reclamar. São colocados no olho da rua, sofrem os efeitos dos tanques, das pressões e da repressão policial.

Assim sendo, no capitalismo selvagem do Terceiro Mundo a única fatia que resta ao trabalhador é a salvação de sua alma, e para isto já estão a postos os mercenários da salvação, com sua parafarnália eletrônica, imensamente abençoados pelo Governo. Todos sabemos que o atual Governo tentou cooptar e de uma certa forma cooptou, o contingente religioso desta Casa, na sua grande maioria. E há honrosas exceções. O que quero dizer com isto é que este é o momento didático por excelência para que os setores oprimidos da sociedade tomem uma consciência mais nítida de seu funcionamento.

Mas não me refiro somente à clareza com que algumas questões estão sendo postas em nossa vida social e política, mas a uma arregimentação de forças que se mostra, além de interinamente nova, perfeitamente consentânea com a situação que vimos enfrentando: refiro-me aqui ao fato de que a face de nosso Parlamento maior está mudando, e para melhor.

Não se trata de um otimismo ingênuo e baseado em fatos de pouca monta no cenário nacional, mas da concreta alteração de forças na composição de nosso Congresso. Claro está que ainda devemos perder algumas das conquistas que, a duras penas, alcançamos desde as Subcomissões, mas o que deve ser ressaltado é que, com uma situação adversa, estes avanços foram possíveis porque um número significativo de – progressistas favelados, trabalhadores e religiosos – de longas lutas participou dos debates. Acrescente-se a isto o fato, de que o número de trabalhadores na Câmara tende a crescer, uma vez que os caminhos estão sendo abertos em dimensão superior ao que tínhamos presenciado até agora em nossa vida parlamentar.

As articulações do chamado "Centrão" mostram pânico em nossas camadas conservadoras. É óbvio que mudar as regras do jogo no meio da partida – mudança de Regimento – significa um golpe a mais na credibilidade dessas mesmas camadas, mas também representa uma reação (no sentido exato do termo), face àquelas conquistas.

O afastamento de última hora, por parte de lideranças significativas, mostra que políticos mais responsáveis não quiserem se identificar com as verdadeiras razões do "Centrão": o combate a avanços populares. No mais, isto tudo ficou muito evidente quando, há algum tempo, vários setores conservadores da sociedade se arregimentaram, protestaram e vociferaram contra a ANC tentando denegri-la perante a opinião pública. Mais uma vez lançam mão de seus privilégios para assacar diatribes contra uma instituição que, apesar de falha, representa um avanço significativo na direção da democracia. O Congresso só serve quando vota suas teses.

Compete aos progressistas um papel da maior relevância para os próximos anos. Se por um lado podemos considerar que sua presença no Parlamento é um fato alvissareiro, é imperioso observar que sua capacidade de articulação, a nível de plenário, é precária. Quando as teses coincidem, os progressistas têm votado em conjunto, mas é óbvio que falta uma articulação maior quando se trata de votar pontos em que não existe uma coincidência direta. É a famosa incompetência das esquerdas.

Finalmente, é hoje claro, para a maior parte dos observadores, que uma mudança de retórica se faz imperiosa, não por simples estratégia mas por questões de fundo. Para maior credibilidade junto aos setores explorados é preciso reconhecer o esvaziamento dos jargões esquerdistas e procurar uma linguagem que mostre com maior clareza tanto os mecanismos da sociedade em que vivem como o caminho a percorrer.

Não se quer dizer com isto que a exploração, a miséria e a doença não estejam aí evidenciando a exploração, a mais desumana, a mais vergonhosa, mas sim que é preciso encontrar uma linguagem que os faça ver melhor e não aquela que obscurece o que se tenta mostrar. Um claro exemplo do que estou querendo mostrar é a repercussão que teve o artigo do ex-Ministro Simonsen, que pretensamente fala de nossas necessidades de modernização enquanto encobre as verdadeiras relações das nações do Terceiro Mundo com o capitalismo central. Enquanto ataca o discurso progressista, esconde de maneira grosseira o que se passa nessas relações, que nossa burguesia, por incompetência e interesses imediatos, sempre deixou de enfrentar. Assim, não basta tachá-lo de imperialista, entreguista etc., mas é necessário mostrar que uma linguagem precisa e pertinente atinge mais seus objetivos do que uma terminologia surrada e pouco convincente.

No caso específico é preciso desmistificar a intervenção de Simonsen através do esclarecimento de suas posições e interesses enquanto se mostra a impossibilidade da modernização através do sacrifício da população, uma vez que querem trazer para cá o comportamento típico das empresas multinacionais sem que os trabalhadores tenham alcançado a satisfação de suas necessidades mínimas e essenciais e ainda não tenham sindicatos fortes, exatamente porque os governos aos quais serviu o ex-Ministro o tenham impedido.

Em nenhum momento o fator povo entrou em qualquer das considerações de Simonsen.

Alguns jornais, como o **Jornal do Brasil**, e articulistas como Vilas-Boas Corrêa e especialmente Jânio de Freitas, na **Folha de S. Paulo**, têm concluído que, ao longo dos anos, o Centro vem decidindo as coisas no Brasil.

Mas o que tem sido o Centro no Brasil?

Na verdade, são forças ultraconservadoras que se escondem sob esta denominação e que tentam assumir uma atitude liberal, mas que vêm lutando, ao longo dos anos, contra qualquer proposta de mudança.

Querem passar ao público a idéia de que são forças moderadas, mas são forças de direita.

A chamada direita no Brasil é na verdade, puro fascismo, como a FTP na esfera religiosa, ou truculência e o militarismo nas ruas e nas fábricas, como a invasão de fábricas, assassinatos de garimpeiros e de "bóias-frias", ou despedida de funcionários do setor de comunicações.

O movimento de pânico, dias atrás, entre os donos do poder e de capital, os leilões acintosos, o estipêndio de lideranças menores, a multimilionária movimentação de dinheiro, seguidos pelos pronunciamentos militares, trouxeram como resultado a pressão sobre os Constituintes para fazer retroceder o pouco que se avançou e que se impunha como medida social.

Nossa proposta e nosso alerta.

Nosso problema e nossa estratégia devem ser dirigidos para resguardar a democracia representativa e aperfeiçoar seus mecanismos.

Este sistema representativo, fracionário, distorcido pelos abusos de poder econômico e fragmentado pela incompetente desarticulação das forças progressistas e alvejado constantemente pelos meios de comunicação, ainda é instrumento importante para as mudanças.

Mas não nos iludamos. Devemos conviver com um dado doloroso, mas não desesperador. O aperfeiçoamento que buscamos possibilitará os avanços necessários, mas estes, em sua grande maioria, não serão alcançados nesta atual proposta de Constituição.

De qualquer forma, se as forças progressistas não tomarem cuidado, seus representantes no Congresso serão signatários de uma Constituição pífia (devido a claros retrocessos e avanços tímidos) em sua essência um Estatuto das Classes Dominantes.

Então, este é o centro. Tem-se dito que esse centro representa a maioria deste País.

A análise feita pelo articulista Jânio de Freitas merece ser repetida nos Anais deste Congresso Nacional. Apenas para que se tenha uma idéia, os 317 listados pelo "Centrão" obtiveram 24 milhões de votos, arredondando, nas urnas de 15 de novembro, enquanto que as diversas correntes não componentes do "Centrão" conquistaram cinquenta e seis milhões de votos.

E diz mais:

"Quando se considera a representatividade dos grandes líderes que conduzem o "Centrão", chega a ser constrangedor. São precisos os seis "maiorais" – e "maiorais", aqui, tem uma conotação toda especial dos estadistas do "Centrão" – "Amaral Netto, José Lourenço, Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiúza, Bonifácio de Andrada e Daso Coimbra" – para chegar aos parcos 293 mil votos. Diante do grande José Lourenço, com seus "bint'oito mil botitos", teria o efeito de uma tamancada lembrar os 7 milhões 785 mil votos do Líder oposto, Mário Covas".

Então, essa maioria, na verdade, não constitui maioria, conforme está demonstrado aritmeticamente. Mas o Centro, no Brasil, que tem conduzido este País de maneira profundamente infeliz ao longo dos anos, não apenas de 64 para cá, precisa ser desmascarado, porque está aí presente, e manipulou o Regimento assim como também quer manipular a feitura da Constituição.

Agora, sobretudo, Sr. Presidente, cumpre lembrar, é a advertência que sempre faço: não vamos incluir nesta Constituição os avanços que esperamos, mas é importante continuar na luta, porque muitos elementos do Centro ou do "Centrão" já estão percebendo que estão sendo julgados. Todos os dias temos tido desmentidos de pessoas que não querem pertencer ao "Centrão", porque sabem que não é centro, não é moderação, não é liberalismo coisa alguma, mas é simplesmente a representação da direita que tem sempre dominado este País. (Palmas.)

ANEXO AO DISCURSO DO  
CONSTITUINTE LYSÂNEAS  
MACIEL

A MAIORIA QUE É MINORIA

Os integrantes do Centrão, mesmo admitindo-se os 317 nomes da lista inverdadeira montada pelos líderes do grupo, não têm representatividade correspondente nem a um terço das preferências e idéias expressas nas urnas pelo eleitorado. Não passa de impostura, pois, o "argumento democrático" com que o Centrão se apresenta, nas palavras adotadas por seus líderes e propagandistas, como "reunião da maioria para acabar com a ditadura da minoria que impôs um projeto de Constituição contrária à vontade da sociedade". A maioria que o Centrão tem no plenário foi repelida, nas urnas, por 70% do eleitorado brasileiro.

Os 317 listados pelo Centrão obtiveram, nas urnas de 15 de novembro, 24.616.573 votos. Já os que compõem o não-Centrão, em suas diversas correntes, conquistaram 56.355.275 votos. (A soma destas duas quantidades é maior do que o eleitorado total porque, ao escolher seus representantes na Constituinte, cada eleitor pôde votar para deputado e para senador). A representatividade do Centrão restringe-se, ponto a 30,4% das preferências do eleitorado entre seus possíveis representantes na Constituinte e respectivas propostas. Aos 24 milhões de votos do Centrão, aliás, só o PMDB liderado pelo Senador Mário Covas na Constituinte opõe 50.168.163 votos.

A gritante diferença de representatividade entre o Centrão e o não-Centrão é mais ampla ainda, na verdade. Pelo menos seis dos Constituintes da lista de 317 "centrãozistas" jamais deram um só voto ao Centrão, nas três ocasiões em que o grupo votou, no plenário, a modificação do regimento interno da Constituinte. Apenas com a exclusão daqueles seis, a massa eleitoral do Centrão já cairia mais 277.373 votos. Dos mesmos 317 listados, 25 só apoiaram o Centrão uma vez e 83 deixaram de fazê-lo pelo menos uma vez nas três oportunidades. E há ainda numerosos que por favoráveis à representação de emendas pelo plenário, figuram na lista de integrantes do Centrão sem que admitam sê-lo, como Jarbas Passarinho, Sandra Cavalcanti, Joaquim Francisco, Marco Maciel e tantos outros.

Quando se considera a representatividade dos grandes líderes que conduzem o Centrão, chega a ser constrangedor.

São precisos os seis maiores – Amaral Netto, José Lourenço, Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiuza, Bonifácio Andrade e Daso Coimbra – para chegar a parcos 293 mil votos. Diante do grande José Lourenço, com seus "bint'oito mil botitos", teria o efeito de um tamancada lembrar os 7 milhões 785 mil votos do líder oposto, Mário Covas. Só Covas e Fernando Henrique Cardoso, com seus 14 milhões de votos, representam mais da metade, ou 57% por cento da representatividade de toda a lista do Centrão, incluídos os vários acréscimos marotos.

Também sob outro aspecto é falso o "argumento democrático" do Centrão, e de seu ideólogo Saulo Ramos de que o projeto da Sistematização "foi dominado pelas teses esquerdistas e socializastes, em contraposição ao desejo dominante na sociedade brasileira". Apenas 24% das

propostas originárias da esquerda foram aprovadas pela Sistematização e todas com os votos de conservadores (e não só um ou outro dado por engano, além de indecísivo).

Em termos de representatividade, a maioria do Centrão no plenário precisaria de mais 129% de votos eleitorais, ou o dobro e mais um terço do que lhe deram os brasileiros, para igualar-se à representatividade do não-Centrão. Mas, por força do artifício de maioria no plenário, segundo o qual os 2.372 eleitores de Marluce Pinto valem o mesmo que os 2.486.868 de Nelson Carneiro, a Constituinte que amanhã reabre – haja paciência – encaminha-se para brindar o Brasil com uma Constituição que não exprimirá as aspirações de nem um terço dos eleitores.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o Brasil da Nova República, dos cartões postais, das praias ensolaradas, do carnaval, do futebol certamente não é o Brasil dos 80 milhões de brasileiros que vegetam melancolicamente na fimbria da miséria das cidades e na pobreza explícita dos campos. O Brasil da Nova República, da falida Aliança Democrática, certamente não é o Brasil dos elevados e comprometedores índices de mortalidade infantil, que entre outras aberrações comprometedoras demonstram que a cada cinco minutos morrem, em consequência de desnutrição crônica, sete crianças com menos de cinco anos de idade. Este Brasil que a Nova República teima em ignorar registra, por hora, 82 mortes de crianças com menos de 5 anos de idade como resultado da fome, 1.968 mortes de crianças por mês, e a soma impressionante de 718 mil mortes de crianças todos os anos. Esta população, proibida de viver e impediria de desfrutar os avanços da ciência e da tecnologia, que é dizimada todos os anos pela incoerência, pela irresponsabilidade e pela insensibilidade dos que governam ilegítimamente este País, corresponde, praticamente, à população da capital do meu Estado, Porto Alegre.

Este Brasil, Sr. Presidente, que a Nova República comprometeu-se em modificar, não é um Brasil moderado, centrista, porque o cidadão brasileiro, aquele que produz e gera riqueza mas dela não participa, não pode tolerar que em nome do direito de propriedade – para alguns até direito divino – uns poucos tenham tudo e a esmagadora maioria nada possua. Não é essa maioria, Sr. Presidente, tão moderada ao ponto de aceitar que a terra – que não é dádiva divina mas um direito de todos – continue concentrada fortemente em poucas mãos. Os dados não são do PDT e muito menos meus: são do próprio Governo. Das 4 milhões e 433 mil propriedades cadastradas pelo extinto INCRA, nada menos do que 3 milhões e 705 mil têm menos de 100 hectares. Isto corresponde a 83,6% de todos os proprietários rurais. No entanto, esses 3 milhões e 700 mil pequenos proprietários representam apenas 14,4% de todas as terras disponíveis no País. Detêm, então somente 85 milhões e 648 mil hectares. De outro lado, em situação oposta, estão exatamente essas minorias que empolgaram, que desfrutaram e usam o poder para oprimir desrespeitar direitos. Estes são os que possuem mais de 10 mil hectares e que representam tão-somente 4 mil e 550 proprietários, ou 0,1% do

total de propriedades do País, mas abocanham nada menos do que 24% de todas as terras do País, ou 142 milhões e 819 mil hectares. No meio, com mais de 100 hectares e menos de 10 mil, situam-se também setores privilegiadíssimos, que, representando só 16,3% de todas as propriedades rurais do País, ou 723 mil e 400 propriedades, são detentores de 366 milhões e 903 mil hectares e detêm nada menos de 61,6% de todas as terras agricultáveis do País. Este é o quadro com o qual se defronta a Assembléia Nacional Constituinte no meio rural. Empresas como a Manasa, Madeireira Nacional S.A., encravadas no coração da Amazônia, possuem a bagatela de 4 milhões e 300 mil hectares e não produzem alimentos para o povo faminto e não geram excedentes exportáveis para armazenar dívidas que o Brasil já não possui. Ao contrário, estão destruindo criminosamente a mata amazônica, prospectando o subsolo em busca de minerais estratégicos, ilegal e criminosamente. E o que faz o Governo da Nova República para modificar este quadro? Lança um Plano Nacional de Reforma Agrária, que patinou e continua patinando nas suas próprias contradições, sem avançar um milímetro, e permite que organismos paramilitares comprem armas quando querem e como querem, amedrontem e aterrorizem 12 milhões de brasileiras sem terras ou com pouca terra que lutam desesperadamente por um pedaço de chão. Enquanto a reforma agrária é executada apenas na retórica dos defensores da Nova República, a famigerada UDR, União Democrática Ruralista, que de democrática nada tem, promove leilões nas barbas do Governo Federal, insultando a consciência de um povo pobre e miserável, para arrecadar fundos e tentar interferir indevidamente nas decisões da Assembléia Nacional Constituinte. Que faz o Governo da Nova República? Fecha os olhos, numa indiferença criminosa para a ação ilegal desses grupos, que se armam para resistir às profundas mudanças que precisam ser operadas na estrutura fundiária do País. Isso não é mentira nem retórica das chamadas "esquerdas canalhas", na opinião dos patrocinadores desse grupo fascista de extrema direita que se autodenominou "Centrão" e que ainda manipula a insatisfação e o descontentamento de numerosos constituintes.

Este, realmente, Sr. Presidente, é o país do futebol e do carnaval.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que, além da Madeireira Nacional S.A., detentora de 4 milhões e 300 mil hectares, outras empresas, talvez estrangeiras, com fisionomia nacional, detêm enormes extensões de terra, enquanto grande parte do meio rural brasileiro continua abandonado e miserável.

A Companhia Florestal Monte Dourado, do Projeto Jari I, em Almeirim, no Pará, Estado de V. Ex.<sup>a</sup>, tem 1 milhão e 300 mil hectares; a Fazenda Montenegro, no Amapá, tem 1 milhão de hectares; a Cotriguaçu Colonização do Aripuanã S/A no Mato Grosso, tem também 1 milhão de hectares, a Fazenda de Manoel Meireles de Queiroz, em Santa Rosa, no Acre, tem 975 mil hectares; a Agroindustrial do Amapá, em Mazagão, no Amapá, detém 540 mil hectares; a Fazenda Boqueirão, em Formosa do Rio Preto, na Bahia, possui 491 mil hectares. Outro Projeto, o Jari II, da Companhia Florestal Monte Dourado, em Mazagão, no Amapá, tem a incrível soma de 480 mil hectares.

E vai aí afora, Sr. Presidente: apenas 15 grandes propriedades localizadas, notadamente, no Norte. Em algumas regiões no Nordeste, como a Bahia, apenas 15 grandes empresas possuem mais de 13 milhões de hectares. Para fazer o quê? Para especular, atrair desempregados impor o trabalho escravo, assassinando, pelas mãos armadas de pistoleiros profissionais, as lideranças sindicais e religiosas que se opõem à concentração da terra em poucas mãos. E a Nova República continua indiferente e insensível, olhando a banda passar, e o País, a cada dia que passa, mais se encaminha para o caos social, talvez até cumprindo uma determinação histórica que o núcleo autoritário do "Centrão" deseja: inviabilizar a Assembléia Nacional Constituinte, dar gratuitamente um mandato de cinco anos a um presidente ilegítimo, para que se multipliquem as greves, as manifestações de rua, o protesto popular, os quebra-quebras, os saques e, aí sim, autorizar, uma vez mais, a intervenção militar, impondo uma nova ditadura a um país que sonha com a liberdade e com a democracia. Por isso, Sr. Presidente, expressando uma preocupação generalizada dos segmentos majoritários da população e dos setores progressistas, não da "esquerda canalha", a que se referem os líderes do "Centrão", mas dos setores progressistas que querem mudanças, porque o povo as quer, estou rerepresentando, na convicção de que desta vez poderá sensibilizar a insensibilidade dos que pretendem representar o povo, emenda para, de uma vez por todas, limitar a propriedade neste País.

O § 38 do art. 6º, que trata dos direitos individuais e coletivos, passaria, por essa emenda, ter a seguinte redação:

"A propriedade privada é protegida pelo Estado e terá seu uso e limite fixados em lei."

Já não estamos lutando, como o fazíamos na Subcomissão da Reforma Agrária e da Política Agrícola, para estabelecer no texto constitucional essa limitação, de modo a não permitir que ninguém, brasileiro ou estrangeiro, bom ou mau, justo ou injusto, pudesse ter uma área superior a cem módulos rurais, para melhor ilustrar a tese, o que, corresponderia, no Rio Grande do Sul, a 2.500 hectares, que – convenhamos – constitui verdadeiro latifúndio, considerando a situação fundiária do meu Estado. Já não estamos lutando por isso, na presunção de que um dia o Congresso Nacional haverá de ser realmente representativo e nele estará representado legitimamente o sofrido, espoliado, oprimido e miserável povo deste País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há que se limitar a propriedade, tanto a urbana como a rural, a fim de que poucos não tenham tudo e muitos nada possuam.

De outra parte, é preciso, uma vez mais, salientar a imperiosa necessidade da consciência política de a Assembléia Nacional Constituinte refletir o que deseja a sociedade brasileira em termos de direitos sociais. Não consigo compreender também que se pretenda, em nome da propriedade privada, da empresa, esmagar ou continuar esmagando os direitos da classe trabalhadora. Não há como fazer eco às manifestações das elites ou dos seus representantes no Congresso Constituinte de que a proibição das demissões

imotivadas, definida, tal como está no Projeto da Comissão de Sistematização, possa causar traumas ou prejuízos, a empresas nacionais ou estrangeiras.

Ora, o capital não e, existe sem o trabalho. De nada adiantariam as fortunas, que foram engravidadas muitas vezes ilicitamente mediante o saque institucionalizado, se não houvesse o braço do trabalhador para multiplicar essa riqueza. E se o capital depende do trabalho, não há como negar a garantia no emprego para o trabalhador.

E por que esta rebelião dos que se dizem moderados e representantes de uma sociedade brasileira, que não é moderada, porque anseia, por mudanças, tentando sepultar esse texto que ainda não é aquilo que o trabalhador brasileiro deveria receber em termos de garantias constitucionais? Por que essa preocupação, esse desejo mal dissimulado de continuar sendo servil a interesses que não são os da maioria? Por que essa subserviência ao capital, quando o trabalho tem que estar sempre à frente do capital?

De nossa parte, Sr. Presidente, empenharemos, guardadas as nossas conhecidas limitações, o melhor dos nossos esforços no sentido de manter esse texto ou até aperfeiçoá-lo, a fim de avançarmos mais, para que este País possa ser um dia aquele que procuram mostrar nos cartões postais: praias cheias de sol e de mulheres bonitas, mas com gente morrendo de fome na fimbria das cidades.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– A Mesa informa que o nobre orador dispõe de dois minutos.

**O SR. AMAURY MÜLLER:**

– Concedo com muito prazer aparte ao nobre Constituinte Carlos Cardinal.

**O SR. CARLOS CARDINAL:**

– Ao cumprimentá-lo pelo brilhante discurso, não poderia, absolutamente, nobre Constituinte Amaury Müller, deixar de registrar aqui duas linhas básicas do seu pronunciamento, exatamente no sentido de esclarecer tanto a classe rural, a classe produtora, quanto a classe trabalhadora. Agora mesmo tive a oportunidade de percorrer vários Municípios no nosso Estado e encontrei uma campanha insidiosa, mentirosa, exatamente promovida por esses setores da direita que se organizam aqui na Assembléia Nacional Constituinte, o chamado "Centrão", tentando enganar pequenos produtores rurais e trabalhadores. Aos trabalhadores, dizendo que estaríamos aprovando a estabilidade aos noventa dias. Ora, esta é uma mentira deslavada. O que consta no todo do Anteprojeto Bernardo Cabral é exatamente o contrato a termo, definido em lei, que poderá ser de dois, três ou cinco anos. E ainda traz a despedida imotivada com uma série de ressalvas, que a rigor a tomam praticamente sem motivos, porque essa série de ressalvas dá muitas garantias aos empresários. No entanto, propala-se em todo o Brasil que a estabilidade será adquirida com noventa dias de trabalho. Por outro lado, a UDR, que deve representar um setor muito pequeno dos produtores brasileiros – e representa, porque, em média, há 100, 150 filiados nos municípios de produção pecuária no Rio Grande do Sul, e isso significa que são pouquíssimos os privilegiados que ainda têm dinheiro para comprar bonezinho assinado pelo Sr.

Caiado por 100 mil cruzados ou mais – está exatamente defendendo os privilégios de quem não é produtor rural. Pode-se dizer que quem está por trás da UDR são esses agiotas que o Governo oficializou, que andam por aí açambarcando, isto sim, o suor e o trabalho dos produtores brasileiros compram terras até para sonegar imposto de renda. Não são produtores, são sonegadores de Imposto de Renda. Milhares de hectares em todo o Brasil são adquiridos por este motivo. E ainda ganham juros subsidiados, créditos com 20 anos! Que produtor rural do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina consegue isso? Mas eles conseguem! Refiro-me a essa minoria a que V. Ex.<sup>a</sup> fez referência no seu discurso. A UDR tenta mentir, mentir sob a bandeira da proteção da propriedade privada, enquanto que essa União Brasileira dos Empresários tenta mentir sob a bandeira da livre iniciativa.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – De fato, V. Ex.<sup>a</sup> coloca com muita propriedade a questão. A proposta proibindo as demissões imotivadas leva em conta, além da justa causa, o contrato a termo. Esta contempla, por exemplo, a indústria da construção civil. Além do mais, permite que a empresa possa demitir toda vez que enfrentar dificuldade econômico-financeira ou por motivos técnicos relevantes. De modo que o texto constitucional abre uma enorme avenida para que o empresário continue a burlar a lei e violentar os direitos do trabalhador. Entretanto, ainda a consideramos um avanço, em relação à proposta hipócrita precedente, para infelicidade nossa, da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto a essa minoria, que a UDR diz representar, corresponde exatamente àquele 0,1% dos grandes proprietários rurais, que não passam de quatro mil e poucos em relação aos quase quatro milhões e setecentos mil proprietários rurais do País. E são exatamente esses, nobre Constituinte Carlos Cardinal, que deram, numa vergonhosa manobra, um prejuízo de nove bilhões de dólares aos cofres públicos, que engordamos à custa do imposto escorchantemente cobrado do povo, apenas na base da falcatrua, ou seja, são os fabricantes de destilarias e os que destilam álcool carburante, que substituíram as lavouras de grãos por lavouras de cana-de-açúcar para enriquecerem às custas do sofrimento e da miséria do povo brasileiro.

Ora, Sr. Presidente, estou convencido de que, se não pensarmos um momento sequer sobre o direito à felicidade que todos os brasileiros têm; se não nos lembramos de que há milhões de pessoas perambulando pelas ruas, pelas latas de lixo, famintas, esfarrapadas, doentes e analfabetas, que também têm direitos – e o direito fundamental à vida não pode ser ignorado – se não nos lembrarmos de que a ditadura, que continua de algum modo a desrespeitar a história e o povo brasileiro, cassou, exilou, prendeu, torturou, assassinou impunemente e continua a praticar atos de violência, como aconteceu agora na cidade de Marabá, na suposta desobstrução da ponte rododiferroviária sobre o rio Tocantins, ou como aconteceu, também há pouco, com os funcionários do setor de comunicações, demitidos porque fizeram uma greve simbólica de 24 horas, reivindicando melhores condições de trabalho e salários mais justos; se não pensarmos que a anistia faz parte da própria história nacional e que,

sem uma anistia para valer, não nos reconciliaremos jamais, todos os que aqui estão presentes e os eternos ausentes, que só comparecem à Assembléia Nacional Constituinte quando é para agredir os direitos do trabalhador, estaremos cumprindo um triste papel: perderemos não só a perspectiva histórica, mas também a própria dignidade e não teremos condições de amanhã olhar nos olhos dos nossos filhos e netos pelo crime de lesa-pátria que estaremos cometendo aqui.

Espero que tenhamos vergonha na cara, dignidade, grandeza e altruísmo para elaborar um texto constitucional que possa sintetizar as grandes aspirações e os direitos inalienáveis do povo brasileiro, porque, do contrário, este texto irá para a lata de lixo da História e jamais seremos absolvidos pela sociedade brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

## VIII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

*DEIXAM  
COMPARECER  
SENHORES:*

Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio de Borba – PDS; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Aírton Cordeiro – PFL; Aírton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amílcar Moreira – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antônio Ueno – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Aureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; César Maia

– PDT; Cláudio Avila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dirceu Carneiro – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Egreja – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Maurício – PDT; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto

PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Soares – PTR; Milton Lima – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Olavo Pires – PMDB; **Illegível** – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vitor Buaziz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB;

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Encerro a Sessão, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 12, às 1430 horas.

*Encerra-se a Sessão às  
18 horas e 11 minutos.*



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 166

QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA – DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 182ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 12 DE JANEIRO DE 1988

##### I – Abertura da Sessão

II – Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

##### III – Leitura do Expediente

##### IV – Pequeno Expediente

NILSON GIBSON – Artigo do jornalista Luiz Adolfo Pinheiro publicado pelo **Correio Braziliense** sob o título "Golpismos à brasileira".

UBIRATAN AGUIAR – Nova etapa das atividades do DNOCS com a criação do Ministério da Irrigação.

ERALDO TRINDADE – Reparos a dispositivos do Projeto de Constituição relativos à transformação de Territórios em Estados.

GERSON PERES – Crítica à atuação do ex-Ministro Bresser Pereira na Pasta da Fazenda. Requerimento de convocação do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados.

JOSÉ GENOÍNO – Apelo à Reitoria da Universidade de São Paulo no sentido da reintegração de funcionários demitidos em virtude de manifestação reivindicatória. Apoio à proposta de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar violência praticada, contra os garimpeiros de Serra Pelada, Estado do Pará. Protestos contra emenda apresentada pelo "Centrão" ao projeto de Constituição, em favor de empresários e em prejuízo dos trabalhadores.

JOSÉ ELIAS MURAD – Solidariedade ao Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República,

Aníbal Teixeira, antes acusações de malversação de verbas.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

PERCIVAL MUNIZ – Emenda apresentada pelo orador ao projeto de Constituição visando a garantir à União a exploração das Telecomunicações. Discordância de portaria do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que permite a utilização do potencial hidrelétrico do País por empresas particulares.

OSMIR LIMA – Emenda apresentada pelo orador ao projeto de Constituição visando à transformação do Estado do Acre em república independente, em protesto contra descaso do Governo para com a região.

AMAURY MÜLLER – Incoerência governamental consubstanciada no retorno do País ao Fundo Monetário Internacional. Provável inautenticidade de assinaturas apostas a documento em favor de 5 anos de governo para o Presidente José Sarney. Posição do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, a propósito do tempo de mandato do Presidente da República, contrária a declarações anteriormente feitas. Eleições gerais em 1988.

ADYLSO MOTA – Intenção do orador de apresentar ao projeto de Constituição emendas alusivas à filiação partidária e ao resguardo do direito adquirido.

SÓLON BORGES DOS REIS – Razões da total descrença do povo brasileiro dos Poderes da República e dos partidos políticos.

IRAJÁ RODRIGUES – Inconvenientes da volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional.

AUGUSTO CARVALHO – Preocupação do orador com reforma bancária do País sob pa-

tracínio do Banco Mundial e sem tramitação pelo Parlamento.

NELSON SEIXAS – Posicionamento do orador contrário à proibição legal à prática da esterilização.

OSWALDO TREVISAN – Análise do art. 16 do projeto de Constituição, que trata dos direitos políticos.

MENDES RIBEIRO – Atribuição indevida, pelo cantor Erasmo Carlos, de responsabilidade aos Constituintes pela não-repetição de acidentes radioativos como o ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás, com o Césio-737.

SAMIR ACHÔA – Informe nº 1-A, da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias – Anfip, sobre exclusão dos aposentados e pensionistas do Plano de Sistema de Carreiras, Cargos e Salários da Previdência Social. Apoio a medidas preconizadas pelo Presidente da Petrobrás, Osires Silva, e sugestão do orador no sentido da criação do Mercado Comum de Combustíveis Latino-Americano.

FERES NADER – Importância de atenção governamental para o desenvolvimento regional brasileiro.

CARLOS VINAGRE – Apoio a conceitos emitidos pelos Constituintes Benito Gama e Fernando Bezerra Coelho em artigo publicado no jornal **O Liberal**, de Belém, Estado do Pará, sob o título "Reforma para sairmos do desastre".

CHRISTOVAM CHIARADIA – Conveniência da instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

SIQUEIRA CAMPOS – Coordenação do aeroposto de Araguaína, Estado de Goiás, pela

Infraero, para fins de consolidação de serviço aéreo.

JORGE ARBAGE – Artigo do Cardeal Dom Eugênio Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, intitulado "A Mãe não decepciona", a propósito da vinda ao Brasil da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima.

GONZAGA PATRIOTA – Apelo ao Presidente José Sarney no sentido do envio ao Congresso Nacional e ao Conselho Monetário Nacional de mensagem visando à anistia de débitos contraídos pelos microempresários junto a estabelecimentos bancários.

JOSÉ MOURA – Eleições gerais em 15 de novembro de 1988.

PEDRO CANEDO – A Lei de Isonomia e a autonomia para as universidades federais, autárquicas e fundacionais.

ANTONIO SALIM CURIATI – Proposta de instalação de Comissão Especial de Inquérito, apresentada pelo Deputado Estadual Abdo Hadade, de São Paulo, para apurar a veracidade de reclamações populares contra o Projeto Aramar, em Iperó região de Sorocaba, criado com a finalidade de enriquecimento de urânio e construção e operação de reatores nucleares.

#### V – Comunicações de Lideranças

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Artigo do ex-Constituinte Euzébio Rocha intitulado "No Brasil, novo escândalo do petróleo".

JOSÉ MARIA EYMAEL – Apelo ao "Centrão" no sentido de maior reflexão sobre emendas apresentadas ao projeto de Constituição que contrariam o espírito de justiça social.

EDUARDO BONFIM – Conclamação do PC do B no sentido da realização de eleições diretas já.

BENEDITA DA SILVA – Denúncia de discriminação racial contra mulheres policiais militares que prestavam serviços no Aeroporto Internacional do Galeão, Rio de Janeiro.

PAULO RAMOS – Solicitação de divulgação pela Assembléia Nacional Constituinte de equívoco na denúncia do Constituinte Mansueto de Lavor quanto à falsificação de sua assinatura em documento que propõe mandato de 5 anos para o Presidente José Sarney.

MENDES RIBEIRO – Aceitação pacífica de 85% do Projeto do Constituinte Bernardo Cabral. Relator da Comissão de Sistematização. Sugestão de agilização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, pelo debate apenas de matéria polêmica.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mendes Ribeiro.

#### VI – Apresentação de Proposições

Não há proposições a serem apresentadas.

ADYLSON MOTTA – (Questão de ordem) – Processo de apresentação de emendas pelos Constituintes.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

#### VII – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

FERNANDO SANTANA – Presença de lobby de empresas internacionais do setor de distribuição de petróleo nos gabinetes dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Interesse de multinacionais na modificação da definição de empresa nacional conforme consta do Projeto Cabral. O êxodo rural como causa do aumento da violência nos centros urbanos e necessidade de revisão da legislação agrária.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Paralisação das atividades dos panificadores em protesto contra a Portaria nº 2/88, da Sunab, que atribui competência às delegacias regionais do Ministério da Fazenda para a fixação do preço do pão francês. Posse da nova diretoria da Associação dos delegados de Polícia.

#### VIII – Encerramento

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

### Ata da 182ª Sessão, em 12 de janeiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; e Mário Maia, Segundo-Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Alfonso Camargo – PTB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Neto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Ar-

nold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Arterir Werner – PDS; Augusto Carvalho – PCB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – do B; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Euni-

ce Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira –

PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Itamar Franco – ; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Tavares – PMDB; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varela – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Narciso Mendes – PDS; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Osvaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincaroni – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricar-

do Fiuza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Waldec Ornêlas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

### I – ABERTURA DA SESSÃO

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 195 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### II – LEITURA DA ATA

#### O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ,

Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

### III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se ao:

### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Faço hoje um registro muito especial, principalmente, pela correção e lisura do jornalista Luiz Adolfo Pinheiro, comentando a discussão dos Constituintes a respeito da duração do mandato do Presidente José Sarney. Realmente, o trabalho é excelente, demonstrando que o mandato do Presidente José Sarney é legítimo, constitucional e legal, de seis anos.

Ora, até agora ninguém no País, seja quem for, civil ou militar, tem o direito de pôr em dúvida a total legitimidade, constitucional e legalidade do mandato de que está investido o Presidente José Sarney.

A propósito, informo à Assembléia Nacional Constituinte que o mestre Pires Sabóia, emérito professor de Direito Constitucional, sustentou em trabalho, divulgado pelo **Correio Brasileiro**, em janeiro de 1986, que só e exclusivamente a renúncia do Presidente José Sarney pode reduzir a duração do seu mandato para o exercício da Presidência da República.

Esse gesto do jornalista Luiz Adolfo Pinheiro, é preciso que a Assembléia Nacional Constituinte tome boa nota, porquanto vejo aqui, no **Correio Brasileiro**, edição de 10 de janeiro, a alegria dos constitucionalistas brasileiros Luiz Pinto Ferreira e outros. Passo a fazer leitura de tópicos do trabalho:

É conveniente registrar que o catedrático de Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional, da Universidade do Rio de Janeiro, professor Pires Sabóia, autor do "Tratado das Constituições Brasileiras", em 14 volumes, doutrina: "O acatamento às obrigações preexistentes pelo Poder Constituinte é fato jurídico perfeito e acabado". Pelo tempo que foi eleito para representar o povo, qualquer dos Poderes do Estado, não se pode negar ao político o direito de exercer o seu mandato. E conclui o constitucionalista: "Impedida, política e juridicamente, de desconstituir mandato político estará sempre qualquer Assembléia Constituinte e comete insensatez quem se propõe a negar o caráter definitivo do **animus** da norma constitucional que fixa a duração do mandato político. A anulação, com efeito **ex-tunc**, do ato que individualizou, por decisão política será juridicamente impossível e inconcebível, porque com poder apenas político não se decide matéria jurídica. Se alterarem o tempo de um mandato político, praticarão ato revolucionário".

Realmente, o Supremo Tribunal Federal poderá fulminar essa decisão pela injuridicidade. A acalorada controvérsia em torno da extensão de um mandato político apenas, o do Presidente da República, tem servido, para identificar a vocação ditatorial de políticos, que condenaram o autoritarismo, e se declararam liberais e até democratas, mas gostariam de exercer o poder de forma absoluta.

Oportunamente, voltarei ao assunto. (Palmas. Muito bem!)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NILSON GIBSON EM SEU DISCURSO.

#### GOLPISMOS À BRASILEIRA

O mandato do Presidente da República é de seis anos de duração, pela atual Constituição, que fixou o dos senadores em oito e os demais em quatro anos. Mas já que o Presidente Sarney anunciou voluntariamente pela televisão, no ano passado, que abria mão de um ano para ficar com cinco, não podem os constituintes, agora, pretender cortar mais um ano para estabelecer em quatro anos o período presidencial.

Todos os mandatos nasceram da mesma Constituição e, portanto, salvo iniciativas pessoais como a de Sarney, devem ser respeitados na sua integridade. Ninguém pode pretender reduzir o mandato do senador Mário Covas, por exemplo, para cinco anos, em lugar de oito. Ou o mandato do governador Moreira Franco para três.

Não se pode aceitar que alguns constituintes pretendam tratar o mandato presidencial como



coisa à parte, como mercadorias que pode ser depreciada a pretexto de que "o Governo está ruim". A Constituinte também está muito ruim, e nem por isso o povo está pedindo a sua dissolução. Há numerosos governos estaduais péssimos, mas devem ir até o final de seus mandatos. Isso é próprio do regime democrático.

Os constituintes que pretendem reduzir o mandato do Presidente Sarney para quatro anos, sob a alegação de que "o Governo está ruim"; são golpistas da mesma nata dos que em 64, aperearam João Goulart do poder sob o mesmo argumento.

Golpismo não é privilégio da direita. Na verdade, há muito mais golpismo nas esquerdas, só que são mais bem mascarados de "revolução popular". Desse modo, o golpe de Estado de outubro de 1917 em Petrogrado ganhou o título de Grande Revolução de Outubro. E assim por diante.

A única forma ética, moral e politicamente decente de se reduzir o mandato presidencial para quatro anos seria, simultaneamente a redução de todos os demais mandatos, de governadores, senadores, de deputados federais e estaduais. Só escapariam os prefeitos e vereadores porque já terminam seus mandatos no início de 1989.

Os partidários dos quatro anos para Sarney têm o direito de defender seu posicionamento, mas precisam saber que são golpistas, de fato e de direito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: quando se fala em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, quase que se instantaneamente nos lembramos da famosa (e para muitos lendária) frase do Imperador Dom Pedro II, que teria dito que "empenharia o último brilhante de sua coroa para que nenhum nordestino morresse de fome". São passados já quase cem anos da implantação da República e do concomitante desaparecimento do governo monárquico no Brasil e a História não registra (que me perdoem os monarquistas de hoje, que eu respeito) nenhum ato do governo imperial brasileiro que, na prática, resultasse em algum programa de combate às secas no Nordeste.

Foi a República, que no dia 15 de novembro de 1989 (portanto daqui a menos de dois anos) completará seu primeiro centenário, que começou efetivamente, com a implantação do DNOCS, a encarar, para resolver, esse angustiante problema da falta de água no Nordeste, especialmente no chamado "Polígono das Secas".

O Nordeste estende-se por território de 1.542.271 Km<sup>2</sup>, dos quais 950.000 compõem o Polígono das Secas, região em que vivem 21.311.761 pessoas, de acordo com os números do IBGE, com sete anos defasados. São estatísticas de 1980.

É sobre esse território que se desenvolve a ação do DNOCS. Até dezembro de 1986, o DNOCS construiu, na área, nada menos de 283 açudes públicos – a grande açudagem –, acumulando 15.434 bilhões de metros cúbicos d'água, a que vêm se juntar mais 1.271 bilhões, armazenados em 610 açudes em cooperação com particulares, construídos até 1960, quando esse programa foi interrompido.

Dentro do preceituado pela política nacional de águas, definida pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia; pela Política Nacional de Irrigação, de competência do Ministério da Irrigação; da Política do Controle Ambiental, da Secretaria Especial do Meio Ambiente, do Ministério do Interior, e da Política Regional de Águas, e ainda buscando uma articulação com os Estados, estabelecida pelo Ministério do Interior, via Sudene, passou o DNOCS a uma atuação solidária com os órgãos enumerados, com vistas à prática do uso racional e otimizado dos recursos hídricos do Polígono das Secas.

Esse uso racional e otimizado dos recursos hídricos, Sr. Presidente, esbarra, entretanto, sempre com um problema cada vez maior e cada vez mais incompreensível: a carência de recursos, sempre muito além do desafio. Neste sentido, temos de nos render à realidade de que nenhum governo foi mais generoso com o Nordeste do que o governo do Presidente José Sarney, através do Ministério da Irrigação, ao qual agora está afeto o DNOCS, sob a direção do Dr. Uirandé Augusto Borges.

Com um bem elaborado programa, parte agora o Ministério da Irrigação para uma nova etapa na história do DNOCS, que pode se resumir em três itens principais: gerenciamento de recursos hídricos, execução de obras hidráulicas e aproveitamento hidroagrícola, dos quais é oriundo o já citado programa de recursos hídricos.

Esperamos que essa nova fase traga para o Polígono das Secas as soluções há tantas décadas esperadas, mesmo porque também agora surge um fenômeno político, que esperamos não se esgote no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte – a união inquebrantável dos parlamentares de todas as siglas partidárias do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. São 292 presenças numa só presença poderosa, capazes, de mudar, de uma vez por todas, a face do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago, hoje, à tribuna alguma reflexão, vamos assim considerar, com respeito ao que já consta do texto das Disposições Transitórias.

Chegamos a este Congresso com a proposta de eleições diretas para Governadores dos Territórios, mas observamos, Sr. Presidente, – com os trabalhos sendo desenvolvidos na Comissão da Organização do Estado, Distrito Federal e Territórios – que havia, de parte das Bancadas dos Territórios do Amapá e Roraima, a vontade de transformá-los em Estados. Até porque observamos que determinados segmentos que participam do Congresso Constituinte mostravam uma visível preocupação em trabalhar para que os Territórios continuassem em tal condição que, segundo a nossa opinião, são instrumentos de exploração da própria União, em outras palavras, continuam como colônias. A partir de então, começamos um trabalho com todos os nobres Constituintes do Amapá e Roraima, buscando a transformação dos Territórios em Estados, e na Comissão da Organização do Estado ficou, basicamente, definida essa transformação. Ocorre

que, com o passar do tempo, notamos, no parecer do Relator Bernardo Cabral – no Cabral II, para ser mais explícito – art. 39, destacando:

"Lei federal disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios".

Uma profunda contradição com relação ao que já havia sido definido na Comissão da Organização do Estado – a proposta discutida e amplamente aprovada.

A partir da colocação do art. 39; iniciamos todo um trabalho na Comissão de Sistematização, que culminou com a aprovação da proposta de transformação dos Territórios em Estados, por 92 votos contra 2, que foi resultado obtido na Comissão de Sistematização. Notamos, agora, que nas Disposições Transitórias, art. 62, temos:

"Art. 62. Os Territórios Federais de Roraima e Amapá são transformados em Estados federados, mantidos os seus atuais limites geográficos."

Até aí, tudo bem. Ocorre, que, no § 2º, ainda no art. 62, temos o seguinte texto:

"Aplicam-se à criação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e os critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia."

Com a palavra "criação" portanto, observa-se uma contradição do que já está definido no art. 62, quando temos a palavra "transformação". Estamos apresentando a emenda; Sr. Presidente, propondo, exatamente, a mudança no texto: ao invés de "criação" mantermos a palavra "transformação".

No art. 63 notamos que há um certo impedimento com respeito à criação de novos Estados. Aí estamos novamente apresentando outra emenda supressiva ao art. 63:

"É vedada à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estados, encargos referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida interna e externa da Administração Pública, inclusive da indireta."

Então, se prevalecer o texto do § 2º, fatalmente, teremos como inviabilizada a transformação dos Territórios em Estados, até porque, também, é uma contradição, conforme se verifica no § 2º do art. 62 das Disposições Transitórias; e observando-se a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, assinada pelo então Presidente da República João Figueiredo, temos no Capítulo I:

"Fica criado o Estado de Rondônia, mediante a elevação do Território Federal do mesmo nome a esta condição, mantidos os seus atuais limites geográficos."

Mais adiante, no art. 36 da mesma Lei Complementar, temos: "As despesas, até o exercício de 1991" – dez anos, portanto, Sr. Presidente – inclusive com os servidores, de que trata o parágrafo único do art. 18, e os arts. 22 e 29 desta lei serão de responsabilidade da União. Então, aí, há uma profunda contradição no que diz o inciso II do § 62, exatamente o art. 63 das Disposições Transitórias.

Esperamos que realmente a nossa proposta seja aceita com a supressão desse artigo, até por-

que também defendemos a redivisão territorial. Achamos que é um meio prático e eficaz para impulsionarmos o desenvolvimento deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas).

**O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O País recebe agora o novo Ministro da Fazenda, um técnico do Ministério da Fazenda sem o rótulo e estrela, mas apresentando-se como um serventuário com relevantes serviços prestados ao País.

Parece-nos, pela maneira como vem se pronunciando, estar colocando os pés no chão e traduzindo com mais realismo aquilo que pretende fazer.

Os Parlamentares, entretanto, gostariam de ouvi-lo pessoalmente, gostariam de tê-lo aqui – tenho certeza – sobretudo quando ele anuncia novas medidas de grande alcance para a modificação da política econômica, até agora traçada pela Nova República. Diga-se de passagem a Nova República não foi feliz nas diretrizes, no Plano e no Programa Econômico que traçou para o Brasil; "quebrou a cara" com o Plano Cruzado I, embora tenha recebido como prêmio a maciça votação do povo, nos Partidos que lhe davam, até ontem, sustentação política no Congresso: o PMDB e o PFL.

Pois bem, Sr. Presidente, depois "quebrou a cara" com o Plano Bresser. Com linguagem simples, um sorriso aberto, o Ministro Bresser pensava conquistar a confiança do País, mas logo, logo, sua equipe tombava, por um ou outro motivo, que não nos cabe no momento e neste curto espaço de tempo analisar. A situação do brasileiro piorava cada vez mais; a inflação estourava a níveis nunca alcançados na Velha República; a vida das famílias brasileiras cada vez mais sufocadas; os preços não parando de aumentar dia a dia, enfim, um tormento para todos nós.

Cai Bresser e aparece agora o serventuário, o técnico, que vem com uma mensagem realista, e esperamos que ao menos comecemos a restaurar a desorganização econômica implantada pelo Sr. Dílson Funaro e prosseguida pelos pacotes de choque do Sr. Bresser. Enfim, a política econômica do PMDB é esta que está aí. Esperamos que não fosse essa, fosse melhor do que aquela que foi adotada pelo PDS, no tempo da Velha República. Os números, os fatos e a verdade está aí para mostrar que fracassaram no plano econômico destinado ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, gostaríamos de dizer, ante estas considerações, que queremos convocar aqui o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, à semelhança do que fizemos com os demais Ministros, que ao assumirem a Pasta da Fazenda vieram ao Congresso Nacional e disseram o que iam fazer, como iam fazer e por que iam fazer a política econômica para o País. Não vamos quebrar a coerência, não vamos quebrar, portanto, essa boa e salutar tradição democrática. Queremos ter S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, aqui nesta tribuna, para indagarmos de S. Ex.<sup>a</sup> qual será a sua linha de ação administrativa com relação ao Plano Econômico-Financeiro deixado pelo seu antecessor.

Se pudesse, daria um aparte ao eminente Líder do PMDB histórico, que é o Constituinte Mário Covas.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, também queremos indagar sobre a volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional, e no caso desta hipótese ser positiva, em que condições vai-se dar esse retorno? O que o Brasil vai lucrar com isto? Concomitantemente, queremos também saber: que prejuízos o Brasil teve durante a sua desvinculação com o FMI? Que prejuízos ou atropelos causaram ao Brasil e ao seu povo esta ausência?

A duração e a suspensão da moratória poderão torná-la pendente e por quanto tempo, Sr. Presidente?

Também queremos saber sobre a operacionalidade do pagamento de juros aos bancos externos credores do Brasil, e a possibilidade de anunciar-se o exato valor da dívida externa brasileira, e quanto às medidas que estão sendo negociadas para o seu pagamento. Entre essas indagações, outras – acredito – virão, mas essas são fundamentais para tirarmos a nossa conclusão do que será a linha de administração do novo Ministro da Fazenda.

Não o convocamos aqui com intenções menores, convocamos, sim, com todo o respeito e admiração que temos por S. Ex.<sup>a</sup>, embora o conheçamos à distância, pelos relevantes serviços prestados ao País no Ministério da Fazenda; convocamos S. Ex.<sup>a</sup> para depois podermos avaliar o seu comportamento e criticarmos com consciência a sua política à frente do Ministério da Fazenda. Deus queira que o Sr. Mailson da Nóbrega tenha a "varinha de condão", pelo menos, de espantar a mentira, o engodo, as promessas que foram feitas pelos Ministros anteriores, e que não foram cumpridas com êxito, porque não beneficiaram a população. A população, com os dois Ministros antecessores, ficou cada vez mais pobre, comeu cada vez mais caro e paga ainda um preço bem alto pela política de arranjo, pela política empírica que eles quiserem introduzir, na linha de ação administrativa, à frente do Ministério da Fazenda.

São essas considerações, Sr. Presidente, que faço aqui, anunciando o meu requerimento de convocação do novo Ministro da Fazenda à Câmara dos Deputados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente, assomo à tribuna para fazer um apelo à Reitoria da Universidade de São Paulo, hoje dirigida por um Professor que viveu e conviveu com o processo de perseguição naquela Universidade e que, hoje à frente daquela Reitoria, aplica uma política discriminatória e repressiva, principalmente em relação aos funcionários da Universidade de São Paulo.

Temos recebido constantes denúncias do processo de demissão, por motivos exclusivamente políticos, em função da última greve dos trabalhadores daquela Universidade, de trabalhadores vinculados à Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo, e não se admite a possibilidade de rever essas punições. É uma política autoritária de não permitir a liberdade de manifes-

tação e de organização dos funcionários da Universidade de São Paulo. Gostaria de fazer um apelo no sentido de que essas punições fossem revistas. Há inclusive um documento que está sendo enviado a vários Srs. Constituintes, principalmente de São Paulo, no sentido de solicitarem, de apelarem e de exigirem, do Reitor daquela Universidade, que esse processo de punição, que se abriu na Universidade de São Paulo, seja revisto, com a reintegração dos funcionários demitidos.

A outra questão que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é para deixar claro que vamos insistir diariamente, permanentemente, sobre um fato político a que a Nação brasileira não pode dar as costas, e que principalmente esta Casa não pode usar o silêncio conivente; o silêncio de esquecer, o silêncio como se o fato não existisse. Refiro-me à reivindicação de vários Parlamentares que estão apoiando a proposta do Deputado Vivaldo Barbosa, para a instalação de uma CPI sobre o massacre de Serra Pelada.

Achamos que o Congresso Nacional, não aprovando essa CPI, está dando um exemplo e uma demonstração clara de conivência com esse processo de violência generalizada que aconteceu naquela região. Não podemos ficar ouvindo explicações do Governo do Estado do Pará ou do Comandante da PM, quando existem fatos e indícios concretos de que houve um massacre covarde de milhares de trabalhadores indefesos, com um ataque de surpresa, numa situação em que lhes restava apenas cair da ponte ou receber um tiro no corpo.

Essa situação de violência, Sr. Presidente, que hoje existe numa escala de massa, numa verdadeira guerra civil encoberta que acontece no País, seja na cidade, seja no campo, merece um tratamento político por parte dos representantes que têm compromisso com os trabalhadores e com o povo brasileiro.

Todos os dias, os jornais estão estampando esse clima de desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Todos os dias está surgindo notícia do nível de degradação e violência que está dominando as relações entre o Poder Público e a maioria da população brasileira. É essa situação que vamos trazer, permanentemente, à tribuna desta Casa, principalmente porque, hoje, usando a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, temos que discutir esses fatos concretos que estão acontecendo, para que, na discussão sobre os direitos individuais e coletivos, esta Assembléia não aceite a selvageria e o reacionarismo truculento do Centrão, que quer aprovar emendas que estão retornando o período da Idade Média.

Vou citar exemplos, Sr. Presidente, como o de se dizer, numa das emendas que vi, que o empresário somente não poderá reter salário se for uma detenção dolosa, o que é uma barbaridade. Quer dizer que os empresários podem reter salários de trabalho realizado; salário líquido e certo poderá ser retido. Somente aquela retenção que for dolosa, isto é, aquela feita no sentido de cometer um crime, será proibida.

Ora, Sr. Presidente, estamos em pleno Século XX! Uma proposta como essa não tem condições! Na discussão desse clima de problemas sociais que acontecem no Brasil, espero que as cabeças lúcidas – inclusive da burguesia brasileira –, nesta Casa –, não endossem essas propostas de medievalismo político, para não falar da censu-

ra, para não falar da limitação do **habeas data**, para não falar da limitação ao mandado de segurança coletivo, para não falar numa das outras aberrações, como colocar a propriedade e a livre iniciativa no preâmbulo e nos princípios fundamentais da Constituição.

Afinal de contas, as elites brasileiras querem fazer uma Constituição para consagrar simplesmente a repressão à violência e ao fascismo, e não ouvir essa realidade que está estampada na vida, na cara e nas manifestações do povo brasileiro, e tentar criar um clima de que há apoio para essas propostas de ultradireita, usando inclusive traidores dos trabalhadores e do povo brasileiro, como se está fazendo, recentemente, com esse dirigente sindical de São Paulo, que está sendo usado pelo que há de mais truculento e reacionário da burguesia brasileira, para tirar bandeiras que o levaram à vice-presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, inclusive agora à Presidência daquele Sindicato.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em mais de 40 vezes que ocupei esta tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, a maioria delas foi para fazer propostas ou críticas contra certos atos do atual Governo nas áreas econômica, social, e, principalmente, no setor sanitário. Reconheço até mesmo que alguns de meus pronunciamentos – principalmente em relação ao Governo de Minas Gerais – foram duros e contundentes, se bem que nenhum deles tenha descido ao nível da ofensa pessoal, o que não é do meu feito.

Hoje, entretanto, encontro-me aqui para defender um homem do Governo. Trata-se do Ministro Aníbal Teixeira, da Seplan. E o faço com isenção e imparcialidade, pois nem sequer pertenço ao seu partido. Ao contrário, é até mesmo possível que eu venha a tê-lo como meu adversário na campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte, nas próximas eleições de novembro deste ano.

Esses fatos, em si, me deixam mais livre e desembaraçado, porque não estarei defendendo um correligionário político, mas sim um antagonista, em uma luta que se prevê disputadíssima, onde, talvez, todos os trunfos devam ser colocados em jogo, e seria, dessa forma, muito mais cômodo para mim silenciar-me.

Mas é que conheço Aníbal Teixeira há muitos anos, desde a época em que trabalhou com Juscelino Kubitschek, tendo sido cassado pela revolução, em 1969. Sei de sua probidade de homem público, da sua honestidade e da maneira correta e ativa com que tem se comportado ao longo de sua já extensa vida pública. Outrossim, como mineiro, sei que até agora Aníbal Teixeira nunca perdeu uma eleição das inúmeras que disputou. (Faço votos pessoais que a próxima seja a primeira). Sempre foi prestigiado pelos mais duros críticos do homem público deste País: os eleitores.

Lembro-me de que, quando abandonou um possível mandato parlamentar para assumir a SEAC – Secretaria de Ação Comunitária – criada àquela época pelo Presidente Sarney, Aníbal Teixeira afirmou: "Assumo a Secretaria de Ação Comunitária em tempo integral e dedicação exclusiva, porque desejo fazer algo pelos brasileiros,

principalmente aqueles mais sofridos das periferias, das favelas, dos bairros e das vilas, geralmente desprezados e esquecidos pela administração pública."

Realmente, Aníbal Teixeira, na SEAC, foi o responsável pelos melhores programas da área social do atual Governo, como, por exemplo, a construção de milhares de casas para as famílias pobres pelo sistema do mutirão comunitário e a distribuição gratuita de leite para milhões de carentes em todo o Brasil.

Lembro-me de que, certa vez, respondendo uma crítica sobre a distribuição do leite, quando diziam que ao invés de dar peixes aos pobres melhor seria ensiná-los a pescar, Aníbal respondeu: "É muito difícil aprender a pescar com o estômago vazio".

E é exatamente a este homem que agora pretende se acusar, sem provas evidentes, de corrupção e malversação de dinheiro público. É necessário antes pensar em quais são os interesses secundários e excusos que existem por trás dessas acusações, e se elas não estariam sendo orquestradas por aqueles que desejam solapar o pouco que tem realmente feito este Governo no campo social.

Trago-lhe aqui, hoje e agora, a solidariedade e o apoio, não de um correligionário, mas sim de um adversário político. E com eles também a minha palavra de fé e esperança de que tudo será esclarecido e que, se Aníbal Teixeira tiver realmente que deixar a Seplan, ele sairá de cabeça erguida, como um homem que cumpriu o seu dever até o fim. Tenho a certeza de que, nesse dia, ele poderá repetir, com orgulho, as palavras de São Paulo Apóstolo em uma de suas epístolas: "Combati o bom combate. Não desfaleci. Mantive a fé".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos de volta para iniciarmos o nosso segundo ano de mandato. Como no primeiro, aqui chegamos mais uma vez cheios de esperança, desta feita com um pouco mais de visão referente à política brasileira, esperando que o ano de 1988 seja mais promissor na área econômica, política e social.

Que o trabalhador brasileiro não sirva mais de massa de manobra para elementos aventureiros que aqui estão vendendo idéias de salvadores da pátria, de defensores dos pobres, dos humildes e sofridos mais que na verdade rasgam o Brasil de ponta a ponta em viagens demagógicas e eleitoreiras subvencionados por capital estrangeiro ativista.

Que o trabalhador brasileiro, trabalhador mesmo, continue ordeiro no seu labor e não se espelhe nos maus exemplos deixados por pretensos trabalhadores que aqui estiveram, já no final do ano, dando uma péssima demonstração de civismo e democracia. Dizem-se democráticos, mas não passam de incendiários, anarquistas, que facilmente são dirigidos e orquestrados por pretensos líderes que deixam o seu posto, a trincheira que lhes foi delegada por confiança de alguns eleitores incautos.

Que a maioria do povo brasileiro possa receber de Deus o pleno discernimento, para ver, ouvir

e finalmente saber separar os bons dos maus, os falsos dos verdadeiros, aqueles que estão se esforçando por um Brasil melhor daqueles que lhes oferecem sonhos, utopias, visões que não chegarão a se cumprir diante de sua impraticabilidade.

Que o povo brasileiro saiba que "nem tudo o que reluz é ouro"; que nem tudo aquilo que se vende como idéia é verdadeiro; que nem todos aqueles que hoje estão nos painéis da CUT nas grandes cidades são inimigos.

Não esqueçam que Judas também em muito "preocupado com os pobres", porém era ladrão e furtava o dinheiro que lhe era confiado. Conseguiu enganar os iguais, os humildes, mas não enganou aquele que vigiava, aquele tinha o espírito de discernir.

Esperamos que o trabalhador brasileiro, que é ordeiro, possa entender que a pretensa idéia vendida hoje em todo o Brasil, através dos chamados "democráticos salvadores da pátria" não passa de uma falácia apoiada por aqueles que, tendo um belo discurso, vivem viajando pela Europa toda, pelo Oriente, sempre às custas do capital estrangeiro que eles "tanto condenam". A retórica deles não se coaduna com as suas ações. Bem, mas eles estão no papel deles, pois foram feitos "líderes" para assim agirem.

Não podemos nos insurgir contra essas "grandes lideranças" que andam distribuindo panfletos na Grande Porto Alegre.

São líderes que preparam movimentos trabalhistas e depois fogem, deixando, como aconteceu na cidade de Sapiranga, no Rio Grande do Sul, centenas de trabalhadores de setor coureiro-calçadista abandonados num movimento paredista que nasceu fracassado e que levou centenas de famílias à miséria pelo desemprego que ocorreu diante da má organização e falsa liderança.

São "líderes" que não se cansam de tomar pela cabeça diante de suas poucas qualidades e "idéias" que chegam às raias do absurdo, quebrando, destruindo, jogando pedras com estilingue, furando pneus do ônibus como aconteceu na cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul, e abandonando seus comandados, tão logo eles eram presos e identificados pelos fatos ocorridos. Agora, esses líderes que estiveram debaixo de um regime ditatorial durante 20 anos querem dar uma "mãozinha" para a instalação de um novo regime de exceção.

Queremos deixar bem claro que somos presidencialista e votaremos como os avanços sociais que possam melhorar o nível de vida do trabalhador brasileiro. Só queremos, e todos nós esperamos, que os ativistas e incendiários, que não passam de burgueses comandantes e enganadores dos humildes e incautos, sejam identificados pelos brasileiros, para que possam ser responsabilizados por tudo que venha a acontecer nesta Pátria diante do radicalismo de suas ações, que eles chamam de "exercício da democracia".

Ao finalizar, queremos crer e não acreditamos que o povo do Rio Grande do Sul não queira nos ouvir. Há apenas uma versão que está sendo exposta e vendida nas portas das fábricas. Democracia se faz com diálogo, e é o que estamos tentando fazer aqui nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Queremos acreditar que a Carta que vamos fazer, não será para 2 ou 3 anos, mas duradoura,

e que possa ser praticada. Letra morta não interessa para ninguém, muito menos para o trabalhador.

Não seremos nós que irá inviabilizar as conquistas e avanços sociais conseguidos pelo trabalhador na Comissão de Sistematização.

Vamos participar, dando o melhor, e não só essas vantagens, mas também um salário digno para aquele que gera riquezas à nossa Nação.

Agora queremos que V. Ex.<sup>a</sup> entenda que não estamos aqui fazendo Carta para uma meia-dúzia de desordeiros, mal-educados que não respeitam Deputados, Senadores e a própria Assembléia Nacional Constituinte, que é a maior autoridade hoje no Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assíduo à sessão da Assembléia Nacional Constituinte, quero inicialmente alertar os poucos companheiros que estão aqui para o texto da Comissão de Sistematização que trata do monopólio do Estado nos meios de comunicação.

O art. 256, Sr. Presidente, no § 2º, proíbe o monopólio ou oligopólio público ou privado dos meios de comunicação. Isso, na prática, é revogar o art. 23 do mesmo projeto, que garante que os meios de comunicação, principalmente na questão da telecomunicação, seriam explorados exclusivamente pela União, não podendo ser, portanto, objeto de monopólio ou oligopólio de grupos privados.

Apresentei uma emenda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, modificando o art. 23, garantindo que a União continue explorando as telecomunicações neste País. Mas é preciso que algum outro Constituinte, já que não posso mais, já que apresentei quatro emendas, é preciso que algum outro – e aqui conchamo algum colega, se é que alguém já não o fez – modifique a redação do art. 256 do projeto de Constituição, através de emenda, para que seja garantido que o serviço de telecomunicações continue pertencendo à União, para que, amanhã não tenhamos uma Embratel pertencente à Rede Globo que hoje já controla, praticamente, a telecomunicação em nosso País. Se não se modificar o art. 256, no seu § 2º, ficará proibido o monopólio da União sobre os serviços de telecomunicação, permitindo-se, com isto, que empresa particular, como a Rede Globo ou, então, o Bradesco; na área de sinal de computador, possa ter o controle, o monopólio, desses meios de comunicação que são fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Outra questão, Sr. Presidente, que quero aqui abordar e alertar a Assembléia Nacional Constituinte, é sobre a Portaria que o Sr. Ministro Aureliano Chaves assinou hoje, permitindo que a iniciativa privada possa produzir e comercializar energia elétrica. Essa portaria está sendo assinada hoje, e dela não consegui, até este momento, uma cópia, já que a Assessoria do Ministro não dispõe ainda de cópias, mas a imprensa já noticiou, no **Correio Brasileiro** de hoje, que o Sr. Ministro estaria assinando, nesta data, uma portaria que permite que empresas particulares – e não diz se é multinacional ou nacional – possa utilizar do potencial hidrelétrico do País, tanto na

construção de hidrelétricas como, também, na comercialização da energia elétrica por ela construída. Isso, Sr. Presidente, no momento em que a Constituinte, através do texto da Comissão de Sistematização, colocou no art. 205 que "as jazidas, as minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituíam propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União".

Então, no momento em que a Constituinte busca garantir o monopólio da União sobre o potencial hidrelétrico do País, o Ministro das Minas e Energia, no apagar das luzes, como poderia se dizer, permite e abre a possibilidade de que várias empresas possam construir usinas hidrelétricas e comercializar o seu produto. Isto poderá, nesse período que vai de hoje até a promulgação da Constituição, abrir todo este setor da economia para as empresas particulares, e aí não diz se é multinacional ou nacional, para depois que a Constituição estiver aprovada já encontrar um monstro controlando a economia do País, nesse setor que é fundamental. Imaginem, amanhã, este setor controlado por empresas que queiram, em um determinado momento, boicotar o fornecimento de energia para uma determinada cidade ou para determinado Estado, o que será da população? Quem resguardará o interesse da população consumidora? Porque hoje o País controla, mas amanhã poderá estar nas mãos de grupos econômicos com interesses que não sejam os do povo brasileiro.

É este alerta que faço aos Constituintes, à imprensa e às autoridades deste País. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. OSMIR LIMA (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Sempre que venho à tribuna, procuro, especificamente, fazer uma defesa do meu Estado, e sempre raciocinando que o que é bom para o Acre é bom para o Brasil.

Há precisamente 25 anos, o Acre se tornou Estado.

A sua transformação política decorreu da própria constatação de que o então Território era dotado de potencialidades econômicas que permitiriam a sua ascensão política, em decorrência mesmo da necessidade nacional de explorar as suas riquezas, o que seria grandemente facilitado pela estrutura de governo, com autonomia e maiores responsabilidades.

Apresentei à Assembléia Nacional Constituinte uma emenda que está sendo extremamente polemizada, quer no meu Estado, quer através da principal, ou da maior imprensa do País, no sentido de transformar o meu Estado numa República independente.

Li no Editorial do **Correio Brasileiro** uma crítica contundente dizendo que esse tipo de proposta jamais poderia ser apresentada a um parlamentar ou até mesmo numa câmara municipal. É que, talvez, o editorialista não conheça nossa história, porque não vive os nossos problemas, e não cita, acima de tudo, a grande mágoa que têm os acreanos para o descaso com que o Governo Federal vem olhando aquele território, um território que já foi a terceira economia deste País, que tinha tudo para ser um grande Estado. E

o Brasil começou enganando o Acre, que era uma nação independente quando foi incorporado a ele; começou enganando o Acre quando, maculando a Constituição em vigor, criou a figura esdrúxula de território federal, porque se naquela época a Constituição tivesse sido observada, o Acre já teria sido um Estado-membro da Federação, desde 1903. E por que não foi transformado em Estado? Porque a imensa riqueza, o grande potencial, acima de tudo, de borracha, servia aos interesses das grandes capitais do Brasil, notadamente da Capital Federal que na época era o Rio de Janeiro, e o Acre teve sua riqueza sugada de uma forma irresponsável. O Governo Federal deixou de fazer uma política séria, correta, conseqüente, do Programa Nacional da Borracha. O Brasil era o grande produtor de borracha e o Acre, como o seu principal produtor, passou a produzir, hoje, apenas 20% das suas necessidades. O programa implantado teve conseqüências danosas para a economia do País, servindo apenas a outros estados federados.

Acredito que essa emenda – e é preciso entender esta questão – é principalmente o mais veemente protesto que um parlamentar da Bancada do Estado do Acre faz no Congresso Nacional à Nação e, acima de tudo, à Assembléia Nacional Constituinte. Não tenho a veleidade de pensar que os Srs. Constituintes irão aprová-la. Quero chamar a atenção do Governo Federal para com esse Estado, que tem condições de ser um grande Estado da Federação brasileira, porque se sucederam vários presidentes no Palácio do Planalto e com eles se foram as promessas e as esperanças da integração última da Unidade federada.

Fazemos limite com dois países vizinhos; podemos ser um entreposto do Brasil e abrir as portas para o Pacífico; temos as terras mais férteis, já comprovado através de projetos técnicos, inclusive, do Radam, mas ainda não houve, acima de tudo, sensibilidade para o homem do Acre e com o homem da Amazônia, que luta bravamente pela sua simples subsistência, desassistido e em completo abandono. Foi o que disse no início deste meu pronunciamento, para os grandes temas nacionais aqui, dentro da Constituinte, onde temos grandes líderes para abordá-los. A nossa necessidade permanente, doravante, vai ser de pelo menos tratar aqui, da tribuna da Constituinte, para que o Acre e a Amazônia seja assistido, porque acredito que a Amazônia seja a solução para os graves problemas brasileiros, e para isso apenas precisamos criar a infra-estrutura necessária.

O povo acreano compreendeu a nova missão que lhe estava confiada.

A transformação em Estado não foi apenas o reconhecimento da vitalidade do Acre, mas, fundamentalmente, a entrega a seu povo de novas tarefas a desempenhar.

Desde então o Acre vem tentando conquistar o seu espaço e garantir a sua participação no espaço nacional de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando o Brasil se tornar um País de dois oceanos, pelas ligações terrestres com o Pacífico, o Acre se beneficiará dessa estratégica posição geográfica, constituindo-se no mais promissor Estado da Amazônia na área de investimentos privados.

E, segundo as previsões técnicas e as recentes providências do Governo Federal, em determi-

nando, através de contratos de trabalho já firmados, para a execução de obras rodoviárias federais, o Acre em breve será o grande e amplo portal da entrada para os países irmãos do Pacífico.

Neste pronunciamento, não me permitiria deixar de registrar o espaço da jornada federal de meu Estado, visando tornar efetiva a pavimentação das rodovias federais 364 e 317, consideradas como a redenção econômica do Acre, pelos grandes benefícios que delas advirão para a Amazônia, em geral, para o Acre, em particular, e, por extensão, para os países andinos: Bolívia e Peru, de modo especial.

Não fora a fibra e a têmpera da gente de nosso Estado, mescla de boa cepa nordestina e da valentia dos naturais, o Acre já não se orgulharia tanto de sua opção pela nacionalidade brasileira, tanto se tem penalizado nossa terra, que quis ser Brasil, lutou bravamente para sê-lo, e nem isto sensibiliza os governantes do Brasil, em sua grande maioria, de mentalidade marítima e costeira.

A nossa mediterraneidade tem-nos custado o isolamento sócio-cultural, o isolamento político-administrativo.

A marcha para o nosso progresso esbarra em dois principais obstáculos, que, removidos, dariam ao povo acreano os principais instrumentos, para a construção de seu progresso e abertura de novos horizontes.

Faltam-nos estradas de tráfego permanente.

Sucederam-se no Palácio do Planalto os presidentes e com eles se foram as promessas e as esperanças da integração da última unidade federada ao Sistema Rodoviário Nacional.

Tantas têm sido as decisões, constantemente anunciadas e tantos os contatos que caducaram à falta de execução, que mesmo, agora, persiste a desconfiança de que, realmente, o governo do Presidente José Sarney esteja disposto a honrar seus recentes e enfáticos compromissos com o povo de nosso Estado e da Amazônia.

A problemática do transporte na Amazônia, de modo especial no Acre, assume a sua própria dimensão territorial.

Seu equacionamento, considerando-se a necessidade da integração regional e nacional; dependerá de sistemas intermodais, através de corredores-troncos, quer hidroviários, rodoviários ou ferroviário, interligados entre si e alimentados por redes de vias vicinais, as quais proporcionarão o tráfego permanente em todo o sistema viário amazônico.

São inúmeros os entraves que esta deficiência vem acarretando a um processo racional de desenvolvimento integral para o nosso Estado e para toda a região da Amazônia Ocidental.

A abertura das grandes vias acarretam, sem dúvida, problemas sociais graves.

Mas, não será pelo receio dos riscos do progresso que se privará meu povo dos benefícios reais do desenvolvimento.

E não se faz desenvolvimento, sem boas estradas, sem vias de comunicação.

Esta é, por conseguinte, a maior entre as grandes reivindicações de nosso Estado.

Feitas as estradas, clame-se por energia farta necessária, à implantação de um parque industrial capaz de transformar nossas abundantes e ricas matérias-primas, que ofereçam emprego e gerem

bem-estar sócio-econômico para as suas populações.

O homem da Amazônia luta bravamente pela sua simples subsistência, desassistido e em completo abandono.

A ele não chega o braço curto do Governo que só alcança e assiste àqueles que detêm real poder de barganha política e ou econômica.

Outro setor que convém ser olhado, com cuidado e decisão, é o energético, pela sua importância econômica e social, em uma região que busca o desenvolvimento.

E é nesse particular que a situação do Acre é a mais grave de toda a região Amazônica.

Aberta uma estrada, por ela passam, imediatamente, o homem e o progresso.

O crescimento demográfico do Acre é uma questão à mesa, para o diálogo responsável das autoridades.

O fluxo migratório é conseqüência, é efeito da movimentação interna de massas humanas que buscam novas terras para nossa vida.

Sendo o Acre a última fronteira agrícola a ser explorada abriga anualmente, em suas fronteiras, grandes contingentes de pessoas a busca de novas oportunidades de vida.

A geração de novo mercado de trabalho, igualmente, requer a geração de energia para acionar a máquina do desenvolvimento diversificado.

O Acre tem uma economia tradicional que hoje não responde mais às exigências sociais do momento, perdem no próprio mercado interno seu poder de competitividade.

Ainda permanece, porém, como lastro e suporte da nossa atividade econômica, embora, a cada ano, por falta de apoio governamental e de incentivos estimuladores, se esvaziem enormes espaços onde, no passado, eram ricas e florescentes fontes de trabalho e riqueza.

O Brasil tem, já foi dito, uma enorme dívida para com o Acre.

É preciso que se comece a resgatá-la e que não sejam apenas por palavras de palanques em ocasiões de campanhas eleitorais.

O problema energético é absolutamente essencial para a execução de um projeto viável de desenvolvimento.

O Acre não tem energia que atenda 20% da demanda social e industrial.

Esta situação insustentável, provoca a desistência de pessoas com recursos que poderiam investir no Acre e assim formar uma base sólida, para o aproveitamento de nossos recursos naturais, que são exportadores para outros centros do País, quando não para o exterior com enormes e irreparáveis prejuízos para o povo acreano.

Falta interesse para a solução desse grave problema.

Existem nas gavetas dos técnicos, dos órgãos setoriais específicos, levantamentos e estudos técnicos que indicam soluções viáveis para dotar meu Estado de energia suficiente ao seu natural desenvolvimento.

O Governo Federal se diz satisfeito em acenar com a remota possibilidade de que ao chegar a energia produzida em hidrelétrica de Samuel, no Estado de Rondônia, o Acre disporia de energia farta e abundante.

Sabe-se que hoje Rondônia atravessa, também, um sério período de falta de energia para o seu

consumo interno: quando, então, sobriaria energia para o Acre? Nunca.

E é o binômio – transporte e energia – que entra e torna, praticamente, impossível o nosso desenvolvimento em bases sociais e econômicas.

Já Euclides da Cunha julgava, em seu tempo, importantes para a segurança das fronteiras e integração nacional os seguintes itens, que incluímos em nosso pronunciamento com apreço às idéias que esposamos:

- povoamento;
- circulação social;
- ocupação dos espaços políticos;
- interiorização da política agrícola e industrial (eletrificação rural), em bases sustentáveis e dinâmica;

• estratificação de núcleos populacionais, dando-lhes sentido social e organizacional, que tornou realizáveis os trabalhos sociais de educação e saneamento.

Perfeito o posicionamento, mas ainda hoje, não executado.

Outro assunto da maior relevância é da organização ou reestruturação agrária.

A chegada ao Acre de milhares de famílias, em sua grande maioria trabalhadores rurais, há de se pensar em uma política agrária específica para a Amazônia e dentro da região, respeitadas as peculiaridades de cada Estado e Território.

Uma estratificação de Assentamentos Dirigidos – PAD'S – estabelecendo uma estrutura agrária mínima compatível, para que o homem rural possa viver, crescer e prosperar e que, igualmente, vise-fazer retornar ao campo muitas famílias que se encontram na periferia das cidades, vivendo sem dignidade humana, em condições humilhantes.

Na adoção de uma diretriz à solução do problema fundiário, é imprescindível que se atente para:

a) a função social da terra: para tanto é necessário um novo equacionamento institucional da problemática fundiária, a fim de resguardar o direito da propriedade legítima e os interesses comuns;

b) as definições que possibilitam consolidar, racionalmente, investimentos, produção e fixação do homem à terra, o que, no meu entender, eliminada as tensões sociais originadas no confronto entre a posse e a propriedade legal da terra;

c) a exploração econômica dos recursos naturais da Amazônia e a sua ocupação espacial que deverão ser objeto de uma legislação específica, em que se assegure a manutenção ecológica do sistema;

d) a defesa dos recursos naturais, através de uma educação ambiental que conscientize o homem de que deve conviver com a natureza, dela tirando seu sustento e formando o patrimônio sócio-econômico, sem depredá-la, e racionalmente:

- O zoneamento das áreas de reservas, preservação e de ocupação permanente, balizando assim a conduta empresarial para o setor rural da Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nas últimas décadas, o desenvolvimento nacional tem sido insuficiente frente aos grandes problemas de nosso País, que por outro lado, também tem sido socialmente injusto.

Mas, não se pode ignorar que houve avanços como:

- a industrialização;
- a produção de bens de capital;
- o acervo tecnológico;
- a valorização dos recursos humanos;
- o aumento e diversificação das exportações;

• O crescimento dos mercados internos que ampliou as fronteiras do desenvolvimento e sua capacidade de resolver seus problemas mais graves, nas áreas social e econômica.

A pobreza e a injustiça continuam imensas, mas o nosso potencial econômico é muito maior, restando-nos a grande esperança de que temos reais condições de contornar ou ultrapassar todos os obstáculos que se apresentam.

O que nos surpreende, falando como amazônica, é constatar como o fez, nesta Casa, o ilustre ex-Deputado amazonense Nivaldo Frota, ao afirmar:

"É um paradoxo que o Brasil tão rico na Amazônia, em potencial hidráulico, em recursos madeireiros, em minérios, em extensão de terras cultiváveis e em bacia fluvial navegável, esse mesmo Brasil continue ainda hoje, um país carente, que sofre as drásticas conseqüências de não se haver conscientizado ser a Amazônia a grande solução nacional. E mais, de não haver percebido de que aquele celeiro de incógnitas; conhecido apenas em fragmentos deverá um dia – justificando conceitos de Euclides da Cunha – com a descoberta de todos os seus segmentos, ser a última página da História Natural."

Mas, Sr. Presidente, um estudioso dos problemas amazônicos, cujas palavras transcrevemos, em apoio às nossas afirmações, neste pronunciamento, assim se manifesta:

"Tanta coisa tem sido tentada na Amazônia, de maneira errônea, mal-conduzida, ou sem continuidade que quase inviabiliza uma proposta séria e viável para a real e efetiva solução de nossos graves problemas".

Do que se deve convencer o Governo Federal, é que, aos seus projetos, para a Amazônia, falta o enfoque e a ótica regional.

Os teóricos e planejadores especiais criam, em seus gabinetes de Brasília, programas para aquela região, sem real conhecimento do que seja a sua problemática humana e social. Não se põe, aqui, em dúvidas, seus conhecimentos estratégicos sobre a área, mas não é só com números, que se monta um esquema de desenvolvimento social, mas é, sobretudo, sentindo *in loco* a sua realidade e vivenciando o seu dia-a-dia.

Este pronunciamento é mais uma alerta, para que os governantes da Nação e do meu Estado se dignem determinar aos órgãos competentes de suas estruturas administrativas, que sejam repensados os programas direcionados para a região e que deles surjam diretrizes de ação governamental mais eficientes na solução de nossos antigos e acumulados problemas.

Enumerei o transporte, a energia, o problema fundiário, como urgentes, para um exame responsável pelas autoridades governamentais, mas existem outras, que seqüenciam esses, como: educação, saúde e saneamento básico; que serão

materia de outro pronunciamento sobre a Amazônia e o meu Estado.

A Amazônia é, como fica registrado em minhas palavras, "solução" e não um eterno problema para os dirigentes de nosso País.

Que do novo texto constitucional, não se descuidem os Srs. Constituintes e especialmente a competente bancada da Amazônia, de que é esta uma oportunidade ímpar de preservar e desenvolver a Amazônia, sob o amparo de uma legislação atualizada, moderna e patriótica.

Cabe-nos essa histórica missão. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O Governo da Nova República desmantelado politicamente, círrótico e, irremediavelmente aidético, apressa-se em cometer mais uma inominável violência contra os interesses nacionais, aprontou suas malas e bagagens e viaja para Nova Iorque para, uma vez mais, submeter-se aos desígnios subalternos do Fundo Monetário Internacional.

Não posso entender onde quer chegar o Senhor José Sarney. Ontem proclamava de forma enfática, utilizando uma escandalosa máquina publicitária, a moratória da dívida externa, negando-se a pagar os juros escorchantes dos débitos de curto e médio prazo de bancos privados. E este argumento que até certo ponto poderia ser convalidado pela própria Oposição, foi filiado largamente pelo PMDB para proclamar que o Presidente da República, apesar dos pesares, não obstante os tropeços nas suas incoerências, estava fiel ao programa do Partido que também pregava a moratória.

De uns tempos para cá as coisas mudaram e o Brasil, ou pelo menos o Governo brasileiro, que não foi ungido pela vontade popular, resolveu contradizer tudo que havia dito e voltar a pagar os juros do endividamento externo. Agora, uma vez mais, com o rabo no meio das pernas, de forma humilhante, retorna ao Fundo Monetário Internacional. E volta a sacrificar o esforço, o trabalho, o suor, do povo brasileiro, no pagamento de **spread** e juros escorchantes, alimentando a ganância dos escroques internacionais que fazem parte desse famigerado FMI.

Esta é mais uma das incoerências, das contradições de um governo que teve, mas não tem mais, a responsabilidade de operar a transição e de tentar solucionar os graves problemas que asoberbam a Nação e empobrecem o povo brasileiro.

Mas o curioso apesar de todas essas tropelias, de todas essas loucuras, ainda há pessoas que defendem o mandato de cinco anos para o Senhor José Sarney. Circulam por aí notícias que mais parecem boatos infundados, sem base técnica ou matemática, de que o Sr. Carlos Sant'Anna, ilustre Constituinte, Líder do Governo na Assembléia Nacional Constituinte, já teria um número superior a 280 assinaturas e poderia ultrapassar as 300 quando bem entendesse, para conferir ao Senhor José Sarney um mandato de cinco anos, contrariando, de forma acintosa e desrespeitosa, a imensa maioria do povo brasileiro, que quer ver o Senhor José Sarney longe do Governo e distante do País.

Gostaria de conhecer essas assinaturas, porque já existem falsificações por aí. O Constituinte Mansueto de Lavor denunciou isso e V. Ex.<sup>a</sup> está encarregado de presidir essa investigação, porque a sua assinatura foi tomada indevidamente, o seu nome foi utilizado indevidamente, numa lista com números bastante elevado de constituintes que apoiariam o mandato de cinco anos.

Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, porque – quem sabe? – até a minha assinatura lá estará também de forma indevida.

Não pretendo ser a palmatória de ninguém, Sr. Presidente, mas quem tem as provas tem o dever de também exibi-las. Se realmente são apenas assinaturas e não apoios, não compromisso de votar aqui, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, um mandato inaceitável de cinco anos para que o Senhor José Sarney continue mutilando a Nação com a sua irresponsabilidade, violentando direitos fundamentais da pessoa humana, eu gostaria de saber quem são os signatários desse documento, porque eles estarão atraindo a vontade popular.

E, para encerrar, tomo aqui a declaração feita em 1974, no início de um mandato de Senador que o Rio Grande do Sul lhe conferiu como oposição à ditadura militar, do atual Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto – meu querido ex-professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica, de onde por sinal fui expulso, sem direito de defesa, porque era contrário ao Golpe de 64 – e que disse – pasmem V. Ex.<sup>a</sup> e os Srs. Constituintes – o seguinte:

"Em qualquer país o exercício da Presidência da República pelo Presidente de sua mais alta Corte de Justiça seria motivo de confiança, de tranqüilidade. Que país é esse em que o Juiz-Presidente da mais alta Corte, por motivo de segurança, não pode assumir a Presidência da República, por Deus, que insegurança!"

Pois, Sr. Presidente, o hoje Ministro da Justiça, para manter o seu emprego, quer, naturalmente que Sarney permaneça 5 anos no poder; esquece o que disse há 13 anos quando, como nós ocupava uma trincheira de luta contra o regime opressor e militarista. Faço a mesma patética indagação do Sr. Paulo Brossard. Que País é este, onde, por motivo de segurança, não pode o Presidente da República saldar os compromissos que assumiu com o povo e com a história?

O Senhor José Sarney, infelizmente para Sua Excelência e desgraçadamente para a Nação, divorciou-se do povo, do País, dos problemas cruciais que afligem a nossa gente e apedreja o processo histórico na medida em que pleiteia os 5 anos, quando o clamor popular, que cresce dia a dia, exige que Sua Excelência saia já e agora.

Por isso, Sr. Presidente, continuo a me indagar: até onde vai a irresponsabilidade daqueles que têm o dever de governar um país de mais de 140 milhões de habitantes, onde seguramente 60% passam fome; onde humildes funcionários, que nem sequer participaram de uma greve simbólica de um dia que não prejudicaram as comunicações deste País são despedidos, sem nenhum direito, e continuam lançados à rua da amargura, pleiteando o seu retorno até com abaixo-assinado de mais de 230 Constituintes que não foi sequer

considerado pelo Presidente, pedindo anistia para eles? Este é o País do Senhor José Sarney? Este é o País do Sr. Paulo Brossard? Este é o País dos 5 anos? Não Sr. Presidente. Queremos eleições gerais, se possível, mas presidenciais este ano, para que o povo decida o seu destino e escreva a sua história. (Muito bem!)

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão o orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Desejo registrar, neste espaço de tempo, duas das quatro emendas que vou apresentar nesta fase final, sendo que o registro das outras duas deverei fazer amanhã, neste Plenário. Uma das emendas tem o seguinte teor:

"Acrescente-se parágrafo com a seguinte redação:

Art. 16. Perderá o mandato quem se filiar a partido diverso daquele pelo qual se apresentou a sufrágio, salvo em caso da extinção do anterior".

Sr. Presidente, quando alguém é candidato, uma condição básica é que esteja filiado a um partido político. Ao momento em que alguém se filia a um partido político, assina no verso da ficha um compromisso de adotar o seu programa. Baseado nesse programa, ele vai visitar seus eleitores e vai tentar conquistar os votos. Vai conseguir, então, uma procuração desses eleitores para no seu nome falar ou no seu nome desempenhar um cargo eletivo. Lamentavelmente, a nossa legislação não tem nenhuma regra que vincule o mandato ao Partido. Hoje, um dos motivos de maior desmoralização da classe política brasileira, não tenho nenhuma dúvida em afirmar, é essa constante migração que existe, de parlamentares e de executivos de um partido para outro, durante seu mandato.

O meu Partido, por exemplo, que tinha trezentos e poucos deputados, terminou com sessenta na legislatura passada. E, o que é mais grave, aqueles que saíram do Partido fizeram tudo para acabar com o Partido que os elegeu. Essa emenda, aliás, não é nenhuma novidade. Ela é uma reprodução, um pouco modificada do art. 163 da Constituição portuguesa que sabiamente adotou o instituto da fidelidade partidária, que é uma necessidade em qualquer país sério, para se repor, também, um pouco de seriedade na classe política.

Vou apresentar essa emenda, Sr. Presidente, sem grandes ilusões, porque uma Assembléia Constituinte Congressional dificilmente vai proceder a alterações mais profundas. Mas vou apresentar por uma questão de convicção pessoal, uma questão de consciência. Não posso aceitar que uma pessoa, eleita por um partido, volte-se, depois, contra o Partido que a elegeu, como se não tivesse nenhum compromisso. Essa pessoa só terá dois caminhos por essa emenda discordando do Partido, ela, se tiver dignidade, vai renunciar ao seu mandato; ou, então, será cassada, se sair do Partido e tentar se filiar a outra legenda.

Isto aparentemente antipático, é um instituto que visa, exatamente, a resguardar o bom nome da classe política principalmente num país onde o atual Presidente da República era Senador de um partido, saiu desse partido, se filiou a outro, não renunciou a mandato e foi eleito Presidente

de Honra de um terceiro partido. Isto só no Brasil acontece.

Temos vários Senadores, Sr. Presidente, pois os Deputados já foram eleitos pelos Partidos atuais, e vários eleitos pela legenda do PDS, mas que não renunciaram e continuam em outros Partidos, combatendo o Partido que os elegeu.

Vou apresentar esta emenda com absoluta convicção de que estou tentando dar um passo para devolver um pouco de seriedade ao exercício da atividade política neste País.

A segunda emenda, para ser inserida no Capítulo das Disposições Transitórias, sobre a qual já fiz referência na Comissão de Sistematização, objetiva resguardar um direito adquirido, repor justiça num caso em que houve uma falha gritante da Assembléia Nacional Constituinte a nível da Comissão de Sistematização. Fui um dos proponentes do término do acúmulo de cargos, daqueles cargos que existem hoje no art. 99 da Constituição Federal. São quatro situações de acúmulo de cargo: juiz e professor, dois cargos de professor, um cargo de professor com outro técnico ou científico, ou dois cargos privativos de médico. Essas são situações legais, morais, que devem ser resguardadas para aqueles que, até a promulgação da Constituição, estiverem sendo titulares desses dois cargos.

Lamentavelmente, nas Disposições Transitórias propostas na Comissão de Sistematização, apenas se reconheceu como direito adquirido os dois cargos de médico, o que foi mais grave do que não se tivesse reconhecido nenhum, porque aí passou-se a consagrar uma odiosa discriminação em termos de Texto Constitucional. Vou apresentar essa emenda para que seja assegurada como direito adquirido do seus titulares a acumulação remunerada de cargos e funções reconhecidas em lei até a data da promulgação da nova Constituição. É evidente que a partir da promulgação não haverá mais a possibilidade de uma pessoa ter dois cargos, nem teríamos como justificar, Sr. Presidente, pois como digo, num país de desempregados, não se pode justificar o privilégio de alguém ter dois empregos.

Sr. Presidente, muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Assembléia Nacional Constituinte já foi uma reivindicação popular. Era uma prioridade no plano político, e o povo, na praça pública e por intermédio de suas organizações e representantes, clamava por ela.

Hoje, não é mais. Em matéria de Constituinte, hoje, a única esperança – se é que existe alguma – é uma Constituição quanto antes. A esta altura dos acontecimentos, o povo brasileiro já não acredita mais em nada e em ninguém. Não acredita no Poder Executivo, em nenhum de seus níveis, nem federal, nem estadual, nem municipal. Não acredita no Poder Judiciário: sente na própria carne que a Justiça é morosa e cara e, por isso mesmo, não consegue ser justa. Não acredita no Poder legislativo: no Congresso Nacional, encontram-se em pauta mais de duzentos decretos-leis, que esperam o pronunciamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal há alguns anos

– agora, sobrecarregada essa pauta com os últimos do pacote econômico, que ninguém sabe quando vai ser examinado e decidido. E não acredita na Assembléia Nacional Constituinte, que já vai para um ano de instalação e nós ainda estamos marcando passo, patinando, sem uma perspectiva de conclusão dos trabalhos. O mais patriótico que se pode fazer, hoje, é apressar, na plenitude de nossas possibilidades, a conclusão da votação do Projeto de Constituição. O que já se estudou nesta Casa em matéria de Constituição é suficiente: ouvimos, como nenhuma outra Constituinte no passado ouviu, as instituições populares, governamentais, culturais de todos os níveis e naturezas e pontos de vista.

Ouvimos, desta mesma tribuna, gente vinda diretamente do povo, para falar sobre os anseios populares. Fizemos um curso intensivo, num ano de estudos, de toda a problemática nacional, desde o aborto até a estabilidade no emprego, desde o parlamentarismo até o papel das Forças Armadas, desde o ensino público até a situação dos cartórios. Tudo se estudou e se estuda ainda, mas não há perspectiva de dar à Nação a Constituição que e lá espera. E que não pode ser uma Constituição que reproduza pura e simplesmente o que está aí, porque para isso não seria necessário convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. Poderíamos ficar com a Constituição imposta pela Junta Militar em 1969, e não teríamos a responsabilidade de dar forma jurídica a uma situação que o povo quer mudar, a responsabilidade continuada na conta dos militares. Agora, não podemos mais pôr a responsabilidade na conta das Forças Armadas; somos nós que temos que dar, e já vamos dar tarde, uma Constituição socialmente projetada para o futuro. Óbvio que não vamos fazer uma revolução com a Constituição, porque não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida, mas vamos reformar o que está aí, porque mudar é realmente a aspiração popular. O povo não acredita mais em nada e nem em ninguém, nos Poderes Públicos, nas instituições públicas e, em particular, nos partidos políticos, e nos políticos menos ainda. O povo não acredita em nenhum sistema de governo, não acredita na pregação revolucionária marxista, porque não quer sair da exploração para cair na escravidão; não acredita em palavras e está cansado de debatedores e planejadores, reclamando urgentemente por fazedores. E continuamos marcando passo, com prazos em cima de prazos, como se estivéssemos jejunos sobre a matéria que vamos votar, quando cada um já tem aqui sua posição.

Façamos. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o quanto antes, a conclusão do trabalho. Vamos começar pela definição do sistema de governo, porque o que está aí é um imperialismo presidencial, ou um presidencialismo imperial e unipessoal, em que os Ministros não contam, porque só vale a voz e a palavra do Senhor Presidente; vamos começar mudando o Governo, definindo o mandato em quatro anos, pois já que o Governo, para ter o apoio do povo, não quer mudar o seu discurso e não quer mudar a sua política, mudemos, então, o Governo, porque o que o povo espera, ainda, na sua desesperança está no binômio: "Constituinte já!" e "Eleições para Presidente da República o quanto antes!" (Muito bem!)

**O SR. IRAJÁ RODRIGUES (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Srs. Constituintes:

Enquanto a Assembléia Nacional Constituinte e alguns políticos brasileiros discutem em torno do mandato do Presidente da República – se de 4 ou 5 anos – o Brasil marcha, aceleradamente, para os braços do Fundo Monetário Internacional. E marchar para os braços do Fundo Monetário internacional representa dizer que terá que cumprir a receita subscrita, tradicionalmente, pelo Fundo, através da recessão, através da estagnação, através do desemprego, através do arrocho salarial, pior do que tudo isto que está acontecendo ainda hoje. Por esse motivo, estamos acompanhando, com enorme apreensão, esta entrega. Em troca de que o Brasil fez o seu acordo, no final do ano passado, com os bancos credores, comprometendo-se a ir ao Fundo Monetário Internacional? Em troca de nada. O que, na verdade, naquele instante, o Brasil queria era que fossem os juros fixados até um determinado patamar, os juros internacionais, e que houvesse a possibilidade de securitização da dívida, ou que fossem reduzidos os **spreads**. Pois bem, depois de uma negociação de meses e meses, nada disso o Brasil conseguiu, e acabou assinando um acordo em que simplesmente suspendeu a moratória e se comprometeu a voltar a negociar com o Fundo Monetário Internacional. Naquele momento ainda se dizia que o acordo com os bancos comerciais seria fechado primeiro, para que, depois, então, o Brasil voltasse a negociar com o Fundo.

O Presidente da República José Sarney, de acordo com o que nos declara a imprensa – e não foi desmentido – determina, no entanto, que o acordo com o Fundo seja feito imediatamente, e já se vê a grande imprensa nacional reproduzindo manifestações, como se pode ver nos jornais de hoje, que seriam oriundas do Palácio do Planalto, buscando dourar a pílula. Diz-se hoje, em letras garrafais, na imprensa do Brasil, que a ida ao FMI daria 10,5 bilhões de dólares ao Brasil. O que se pretende com este anúncio? Pretende-se tornar "palatável" a entrega deste País, mais uma vez, ao domínio do Sistema Financeiro Internacional, pior do que já está hoje entregue. E vai-se a alguns excessos que simplesmente representam um acinte ao povo brasileiro. Diz-se aqui que desses 10,5 bilhões de dólares, viriam ainda este ano 7,5 bilhões de dólares. Sabemos que nada disso vai acontecer. O Brasil sabe disso.

Há alguns meses estivemos, junto com outros Deputados, nos Estados Unidos, e lá colhemos informação, junto ao Sistema Financeiro Internacional, de que nos próximos 15 anos a América Latina não receberia um dólar novo, isto é, só teria dinheiro para rolar a sua dívida.

Fala-se aqui que teríamos 7,5 bilhões de dólares, mas de onde é que vem esse dinheiro? Teoricamente, viria o montante de 1 bilhão de dólares do Fundo Monetário Internacional. Na realidade, entretanto, seriam apenas direitos especiais de Saque, que não representam o ingresso de capitais novos.

Fala-se que 1,5 bilhão de dólares seriam representados por conversão da dívida em capital de risco. Mas, desde quando conversão de dívida já feita, de dólares que já entraram em outros anos no Brasil, desde quando dívida já existente pode representar, a sua conversão, capital de ris-

co, dinheiro novo? Isto é tentar enganar o povo. Conversão de dívida não é, não pode ser, jamais será dinheiro novo.

Portanto, dos 7,5 bilhões de dólares apregoados para este ano, já temos 2,5 bilhões a menos.

Fala-se na hipotética vinda de 3 bilhões de dólares do Japão. Pois recentemente, quando estive no Brasil, a missão japonesa deixou bem claro que a disponibilidade para toda a América Latina seria de 4 bilhões de dólares.

Como vamos esperar que de quatro bilhões de dólares para a América Latina, onde há países como a Argentina, como o México e a Venezuela, que precisam de recursos, como vamos esperar que, desses quatro bilhões de dólares do Japão, três bilhões de dólares venham para o Brasil? É ingenuidade, se não for má fé. Então, podemos reduzir, tranquilamente, esses três bilhões de dólares pela metade. E dos sete bilhões de dólares, de onde já tínhamos reduzido 2,5 bilhões, teremos que reduzir mais 7,5 bilhão, ou seja, quatro bilhões de dólares. Sobram-se três bilhões de dólares que, fazendo todas as contas pela notícia, eu não sei, não consigo saber de onde viriam.

Fala-se aqui que o Brasil, tendo de pagar este ano apenas cerca de dez bilhões de dólares do serviço da dívida, teria disponibilidade de mais ou menos vinte. Não existe isso. O Brasil terá que pagar, este ano, do serviço da dívida, cerca de doze bilhões de dólares, mas existe ainda o empréstimo ponte de três bilhões de dólares, que foi feito para atender aos reclamos dos bancos comerciais, o que vai representar, então, uma necessidade de despender este ano, com o serviço da dívida externa, quinze bilhões de dólares, dos quais parece que nós só vamos poder rolar pouco mais de seis a sete bilhões.

Por isto, sou daqueles que vê com profundo desagrado, depois de todas as promessas feitas a de que a dívida não seria paga com a fome do povo, que o povo continua com fome, a dívida recomeça a ser paga nos seus encargos e, mais do que isso, vamos ter mais recessão, miséria, fome e atrelamento ao Sistema Financeiro Internacional por essa ida inconseqüente, irresponsável, de braços e mãos atados, ao Fundo Monetário Internacional.

Cabe ao Parlamento lutar contra isso, seja adotando uma postura através de uma resolução imediata que proíba a continuidade dessas negociações lesivas, seja fazendo aquilo que nós, inclusive, estamos propondo à Casa, através das Disposições Transitórias da futura Constituição, a suspensão imediata do pagamento da dívida externa por cinco anos, para que o Brasil possa respirar e seu povo possa, ao menos, comer, viver e deixar de mandar todo o resultado do suor, do trabalho dessa gente para os bolsos dos banqueiros internacionais.

Muito obrigado! (Muito bem!)

**O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

De há muito temos acompanhado pela imprensa, em todo o País, notícias as mais desencontradas a respeito de uma próxima reforma bancária, a ser realizada com o patrocínio do Banco Mundial, que, para tanto, repassará ao Banco Central cerca de 500 milhões de dólares.

Reformas bancárias, falsas ou verdadeiras, têm sido tentadas ou realizadas no Brasil no correr dos anos, a última das quais datada de 31 de dezembro de 1964.

Por isso nos assombra que uma nova e profunda modificação em nosso sistema financeiro venha a ser feita sob planejamento e orientação de entidade estrangeira, profundamente comprometida com os interesses das multinacionais em nossa terra.

É certo que não fica fácil defender o Sistema Financeiro Nacional no seu conjunto. A orgia especulativa, os desmandos, o desvio continuado de recursos retirados do setor produtivo para a pura e exacerbada especulação financeira, isso tudo por si e em si, já seriam elementos bastantes para mostrar que esse sistema precisa de modificação, de controle.

Aqui, talvez um dado nos bastasse. Enquanto a dívida externa, por volta dos 100 bilhões de dólares, nos custa pouco mais de 10 bilhões ao ano, em juros e serviços de administração, o setor produtivo nacional, que deve ao nosso setor financeiro cerca de 90 bilhões, paga, por esses mesmos acessórios, quase 80 bilhões de dólares. Oitenta bilhões – é mais que óbvio – são repassados ao consumidor final, ao povo.

Dentro desse mesmo sistema financeiro, assim tão deformado, gira uma dívida interna que ultrapassa os 4 trilhões de cruzados (mais de 50 bilhões de dólares), valor muito superior ao total da arrecadação governamental a cada ano, arrecadação que não consegue atingir os 2 trilhões de cruzados.

Mas estas preocupações, que estamos aqui expondo, de forma sucinta, já eram preocupações presentes às idéias dos Constituintes que, na comissão temática respectiva, cuidaram de nosso sistema financeiro.

Ali, e à base de debates os mais amplos, quando se procurou ouvir todos os segmentos da sociedade diretamente ou indiretamente dependentes das finanças nacionais, foram apresentadas e estarão em breve sendo votadas aquelas proposições que, no entender de expressiva maioria, poderão fazer retornar nosso sistema financeiro aos trilhos da produtividade, da geração de empregos, da baixa de juros, da redução drástica da especulação, enfim, ao caminho que a Nação quer que ele siga.

O Governo, no entanto, e mais uma vez, faz por desconhecer este nosso trabalho, este trabalho expressivo de nossos caros colegas Constituintes e procura, com medidas assim apressadas, discutidas em gabinetes fechados a que apenas uns poucos iluminados tiveram acesso, procura, repetimos, atropelar os trabalhos da Constituinte, como que desconhecendo, na prática sua existência.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nem nos caberia aqui entrar no mérito de modificações que desconhecemos no seu conjunto, na sua origem e nos seus propósitos, porquanto delas tivemos conhecimento pelo noticiário da imprensa que, por ser divulgação, não pode apresentar, em meia página, em uma página de jornal toda a complexidade de que se devem revestir tais modificações.

Preocupa-nos, e contra isso protestamos, o açodamento com que o Governo pretende ver implementada essa nova reforma bancária sem



que ela transite pelo social, para aprofundar sua discussão, sem que ela transite pelo Parlamento, para conhecimento mais perfeito, mais completo de toda a Nação.

Esse comportamento governamental, Sr. Presidente, divorciado dos interesses da Nação, a que interessa, antes de mais, a promulgação de um texto constitucional que possa fixar, em definitivo, as novas regras do jogo democrático, tal comportamento, repetimos, precisa sofrer imediata correção de rumo, para que não tenhamos uma reforma bancária a atropelar os trabalhos que, na Assembléia Nacional Constituinte, procuraram, exatamente, reordenar nosso sistema financeiro.

Assombra-nos, ainda, ouvir o novo Ministro da Fazenda, interino de idéia e conceitos próprios, voltar a defender nosso urgente retorno ao processo recessivo, antipopular, fixado pelo FMI, como esquecido de que, ao seguirmos tal normativo, levamos o País, cada vez mais, próximo à miséria do povo, da falência mesmo de suas intenções políticas.

É gente desse inexpressivo gabarito que se pretende cercar o Presidente da República, sem saber que, antes de atender a outros reclamos, melhor faria se procurasse assumir com a Nação o compromisso histórico de abandonar de pronto o Poder para que o povo, enfim pudesse, dentro das regras do jogo democrático a serem fixadas pela Constituinte, definir seus próprios destinos, porque é da essência da democracia que o povo tenha em suas próprias mãos seu próprio destino.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

É pelo respeito ao ser humano que venho a esta tribuna denunciar uma situação de afronta à capacidade de auto-decisão do povo brasileiro. Trata-se da proibição legal à prática da esterilização. Durante vários momentos da história brasileira, estivemos sofrendo as influências de regimes políticos autoritários, que se julgavam com legitimidade para até decidir sobre a vida íntima do cidadão.

Hoje, a situação é outra. Atravessamos uma transição para a democracia e discutimos, na Constituinte, a base de uma sociedade mais justa e menos opressora. Todos nós, cada um em sua área, partimos para uma análise crítica que visa remover os entulhos do autoritarismo histórico do País.

Como médico, sempre vislumbrei esta situação deprimente do cidadão que não deseja aumentar sua prole, que não pode, por questões médicas ou pessoais, usar outro método que não a ligadura de trompas ou a vasectomia, mas que se vê impedido pela pesada mão do Estado a se imiscuir na sua vida pessoal.

A norma legal que proíbe a esterilização voluntária é o Decreto nº 20.931, de 11-1-32, que regula e fiscaliza o exercício da medicina, no art. 16, item f. Há que se considerar que tal disposição legal representa o senso comum de 66 anos atrás (ditadura Vargas). A sociedade mudou. Prova disso é que, neste período, existiram já três Constituições e partimos para a quarta, e todas elas representaram uma ruptura no sistema social. Prova mais fática disto é o fato de a esterilização estar crescendo 50% ao ano, por "baixo do pano".

Verdade é que a sociedade, na sua maioria, não coaduna com a idéia da lei, e lei que não representa os anseios da sociedade é letra morta. Assim é que os médicos têm sempre usado expedientes cirúrgicos outros, válidos ou não, para praticar a esterilização, tais como a correção do desvio do útero, retirada de um inocente cisto do ovário, apendicectomia SIC e principalmente através de cesarianas. Outras vezes somos obrigados a fazer a salpingectomia, por perigo de ruptura do útero em próxima gravidez, pois as mulheres "forçam" a repetição de cesarianas e o médico, prevendo a possibilidade de ruptura uterina na segunda, terceira ou no máximo na quarta cesariana, é obrigado a ligar as trompas. Neste processo não culpo, absolutamente os médicos, pois estes não fazem mais do que sua obrigação.

A hipocrisia é a base de todo processo de depreciação das instituições. Leis, que ao tempo em que atacam a liberdade individual, trazem descrédito as instituições por falta de vínculo com a realidade do País, são leis que devem ser substituídas, que devem dar lugar a outras mais condizentes com a realidade.

Quanto a operação de esterilização em si, e necessário acabar com os preconceitos machistas e mesmo o medo da impotência, que fazem que o homem se negue a prática de vasectomia, só criando riscos para a mulher. A vasectomia é uma operação simples, barata, que exige apenas anestesia local e não exige internação. A laqueadura de trompas exige a abertura do abdômen, anestesia geral e internação. Não há motivos para que a mulher passe por operação tão complexa, se o homem pode obter o mesmo resultado através de operação tão simples.

Quero enfim, deixar claro que, como médico e como Parlamentar, sou pelo fim do preconceito legal contra este método anticonceptivo, sou pelo fim da intromissão do Estado em assuntos tão particulares, intromissão que só pode criar a hipocrisia, que vem minar as instituições que pretendemos defender.

Os casais devem entre si decidir quantos filhos querem e que métodos pretendem utilizar para o planejamento familiar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Nelson Seixas, o Sr. Jorge Arbage Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Oswaldo Trevisan.

**O SR. OSWALDO TREVISAN – (PMDB – PR. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Temos analisado desta tribuna, nos últimos dias, alguns aspectos do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Hoje, trazemos aqui para análise o art. 16, que trata dos Direitos Políticos, e cuja redação é a seguinte:

"Art. 16. O sufrágio é universal, e o voto direto e secreto, com igual valor para todos."

No § 4º, o projeto inicia a relação dos casos de inelegibilidade, onde está escrito:

"São inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos e os que não tenham completado dezoito anos na data da eleição."

No § 5º, prossegue:

"São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores à eleição."

No § 6º ainda trata que:

"Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito."

Mas, Sr. Presidente, quando chega no § 7º, parece-me que se esgota o assunto, ao remeter para a lei complementar os demais casos de inelegibilidade, assim redigido:

"§ 7º Lei Complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta."

Então, parece-me, Sr. Presidente, que com este § 7º se esgota, dentro do Projeto de Constituição, o assunto com respeito à inelegibilidade, porque a Constituição manda para a lei complementar todos os demais casos.

No entanto, Sr. Presidente, examinando aqui os §§ 8º, 9º e 10º, eles também vão tratar de inelegibilidade, ao dizer:

e "§ 8º São elegíveis os militares alistáveis com mais de dez anos de serviço ativo, os quais serão agregados, a partir da filiação partidária, pela autoridade superior, se eleitos, passarão automaticamente para a inatividade quando diplomados. Os de menos dez anos de serviço ativo só são elegíveis caso se afastem espontaneamente da atividade."

"§ 9º São inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge ou os parentes até segundo grau, por consangüinidade, afinidade ou adoção, do Presidente da República, do Governador e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato, ressalvados os que já exercem mandato eletivo."

Então, o que nos parece, Sr. Presidente? Precisamos procurar enxugar este Projeto de Constituição, entendendo que uma Constituição e um documento substantivo, não podendo adjetivar as coisas, sob pena de ter a sua duração encurtada, de ter a sua durabilidade diminuída.

Precisamos escrever uma Constituição de maneira substantiva escrevendo nela somente aquilo que vai estabelecer o principal ordenamento jurídico da Nação. Por isso fazer com ela contenha os pressupostos básicos de uma Constituição. (Muito bem!)

**O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quantas pessoas assistiram o espetáculo habitual de fim de ano de Roberto Carlos?

Por baixo, 100 milhões?

O dado, no caso, é relevante. Impacto parecido somente poderia acontecer em outra noite de gala, revestida de ineditismo. Com espera e expectativa programadas e essenciais à manutenção de um contexto onde um homem se condicionou e foi condicionado a ser, invariavelmente, brilhante.

Logo, conclusão primeira, tudo quanto é afirmado, visto e ouvido em ocasiões similares, raríssimas, entendam, tem cunho definitivo.

Marca. Faz opinião pública. Firma conceito. Em uma palavra: dirige.

Crítica ou aplauso, em cena de tal porte, platéia de dimensões incalculáveis, sem fronteiras, ganham contornos superlativos. Consagram ou liquidam.

Pois bem, fui um dos 100 milhões.

Abismado, ouvi Erasmo Carlos "O meu amigo Erasmo Carlos," no dizer de Roberto. Acusador sobre a tragédia de Goiânia e, no rastro da intervenção: "Vamos ver se os Constituintes impedem a repetição de tais fatos, responsáveis que são..."

Por Deus!

Há leis sobrando. Não é temática constitucional. Nada, em matéria de Carta Maior, fará quem quer que seja cumprir as regras. Criar responsabilidades. Quando? Onde? Como? Em qualquer país do mundo, nenhum legislador tem ou terá a onipotência de ser obstáculo intransponível para alguém abandonar um aparelho de uso médico. Um caçador de ferro velho ver a peça. Ignorante, quebrar. E crianças ou adultos, de igual sorte incultos e desinformados, acharem lindo o brilho mortífero da luz azulada e se banharem com ela.

Respondam os esclarecidos ou nem tanto: quem reparará a falsa idéia semeada? Quem vai mostrar ao povo não ser da seara dos Constituintes fatos assim? Afastar a frustração e o descrédito fatais, se e quando algo semelhante voltar a ocorrer?

**Lei não é mentalidade.**

A regra para a sociedade, não pode e não deve ser confundida com o exercício da autoridade. A afirmação de quem comanda. A punição de quem transgredir. A manutenção da ordem. O respeitar para ser respeitado. O cada um em sua seara. A participação de todos.

Inoportunamente, disseminada a desinformação, os frutos serão os piores possíveis. Temo, constatando a facilidade com que as pessoas totalmente despreparadas, incapazes de distinguir espécies de diplomas, atribuições e outros dados primários para quem legisla ou quer informar com segurança, se arvoram em orientar a opinião pública e a insuflar falsos valores.

Nem toda a Assembléia Nacional usando seus espaços disponíveis será capaz de derrubar o "dogma" de Erasmo Carlos: "Os senhores da Constituinte não podem permitir tragédias como a de Goiânia."

Tenho lido, ouvido, assistido, coisas seríssimas. Há que impedir ladrões de fugir. Assassinos de matar. Safados de colarinho branco ou cor qualquer passarem impunes. Sonegadores, sonegar. Série infundável de providências e reformas!

Quanta bobagem!

Lembro, na campanha, repeti até a exaustão, a verdade de Ruy Barbosa. Bastariam dois artigos: "Ter vergonha na cara e revogar as disposições em contrário." Teríamos a Regra das Regras. Os Dez Mandamentos, por que não?

Inoportunamente, vital a guinada de mentalidade. Para conseguir, inexistem leis. Há que educar. E o primeiro cuidado é impedir, por qualquer meio ou forma, que gente dotada de poder de comunicação acima do comum, atropela a verdade. O bom senso. A razão e o próprio interesse nacional, blasfemando. É blasfêmia dar ao povo como corretas, impropriedades.

Pensem. Erasmo não é réu isolado em tal contexto.

**O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias – AMFIP, em seu Informe de nº 1-a, dirigida a seus associados versa, como não poderia deixar de ser, sobre os assuntos atinentes aos servidores aposentados e pensionistas da Previdência Social, dizendo que vão ser "cassados" em pleno regime democrático, ao serem excluídos do plano de "Sistema de Carreiras, Cargos e Salários", da Previdência a ser enviado ao Congresso Nacional.

Segundo o informe da AMFIP os motivos são os costumeiros: "A alegada falta de recursos financeiros para conceder os benefícios do novo Plano (reajuste médio de 100%) aos aposentados e pensionistas". Contudo, eles mesmos lembram que o IAPAS possui, hoje, um saldo de caixa de 120 bilhões de cruzados e as despesas com pessoal (ativo, pensionistas e aposentados) não chegam a 6% da receita previdenciária. Por outro lado, o custeio de proventos e pensões não chega a 20% da remuneração do pessoal ativo.

Não é justo, Sr. Presidente, venha a persistir essa ignominiosa marginalização dos servidores inativos depois de toda uma vida dedicada ao trabalho, vendo, angustiosamente, de ano a ano serem vorazmente diminuídos seus proventos os quais não fazem face sequer às necessidades mínimas de sobrevivência. E tudo isso ocorre ao arrepio do "Plano de Classificação de Cargos" (Lei nº 5.645/70) que determina a extensão de seus benefícios aos aposentados e pensionistas, como se verifica também pelo Decreto-Lei nº 1.325/74 e diversas instruções do DASP.

Tal fato chega a ser odioso, além de discriminatório, pois outras carreiras já foram reclassificadas com base no referido Plano. Só como exemplo, encontram-se beneficiados pelas reformulações os aposentados e pensionistas das seguintes carreiras: Auditor da Receita Federal e Técnico de Tesouro Federal (art. 7º, do Decreto-Lei nº 2.225, de 1985); Polícia Federal (Delegados de Polícia, Perito Criminal e Médico Legista), reajustados com fulvo no art. 11, do Decreto-Lei nº 2.266, de 1985; Professores das Universidades Federais (Lei nº 7.595, de 1986 e Decreto nº 94.664, de 1987, art. 43); e Procurador e Advogado da União e Autarquias (Decreto-Lei nº 2.344, de 1987, art. 2º).

Não é justo, portanto, que, no momento em que se cuida da reestruturação dos quadros da Previdência Social, fiquem excluídos todos os

aposentados e pensionistas do plano de "Sistema de Carreiras, Cargos e Salários", uma medida inédita e sem precedentes na história do serviço público federal.

O Congresso Nacional não pode permitir que permaneça no aludido "Plano" essa clamorosa injustiça contra os aposentados e pensionistas.

Por essas razões, Sr. Presidente, apelamos sejam merecidamente contemplados no "Sistema de Carreiras, Cargos e Salários" da Previdência Social, os aposentados e pensionistas, por ser de justiça.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Há muito tempo o Brasil vem exportando gasolina a um preço muito inferior ao do mercado interno. Pela última entrevista do Presidente da Petrobrás com o Presidente da República, no último dia 8 p.p., viu-se, contudo, que o preço atual situa-se em 9 cruzados, estando a Petrobrás exportando por dia 120 mil barris de gasolina e, o que é mais grave, importando óleo diesel a um preço mais elevado que o do mercado interno.

Imediatamente, segundo o Sr. Ozires Silva, é necessário diminuir a exportação de gasolina para em torno de 80 mil barris diários e diminuir a importação de óleo diesel.

Vê, também, como alternativas imediatas para se atingir o necessário equilíbrio no consumo de combustíveis, estudar-se "uma forma de se estimular um pouco o consumo de gasolina" e, por outro lado, queixa-se do fato de o preço do álcool ser atrelado ao preço da gasolina embora reconhecemos que o Proálcool não pode ser prejudicado, dentre outros motivos, por sustentar uma frota de 3 milhões de veículos, esclarecendo mesmo que: "Não faz o menor sentido colocar esse programa em risco e, por isso a CNE vem tendo dificuldades para encontrar uma solução que compatibilize o consumo de álcool com o de gasolina".

A tese do Presidente da Petrobrás fundamenta-se no princípio de que: "Nós temos de vender a energia não pelo seu volume, mas pelo seu valor energético. E como a diesel tem mais ou menos o mesmo valor energético da gasolina, não faz sentido nós o vendermos a um preço 40% mais baixo. Isto está levando ao excesso de consumo de diesel e provocando uma grande distorção na matriz energética brasileira, obrigando-nos a importar diesel, em quantidades crescentes, a preços mais elevados que os do mercado interno. Isto resulta em grande prejuízo para o País".

Diante desse impasse, acha o Presidente da Petrobrás que a solução do problema é o uso racional do diesel, o que, no seu próprio modo de visualizar o problema é muito difícil de se fazer, devido a diferença de preços e, também, porque o motor a diesel é mais eficiente que o motor a gasolina, além de ser mais barato.

O fator preço serve, igualmente, para sustentar a tese do Sr. Ozires Silva diante da constatação óbvia de que a quilometragem rodada do diesel é muito mais barata que a da gasolina e do álcool.

Daí a sugestão do Presidente da Petrobrás de que o CNE altere a sua política a fim de corrigir a estrutura energética de hoje. Isto só se consegue, no entender do presidente da estatal petrolífera, através da racionalização do diesel, ou seja, "utiliza-lo apenas onde ele é necessário, fazendo

uma melhor diversificação dos combustíveis. Sugere como medidas de racionalização: a proibição do uso de diesel em automóveis de passeio e, segundo o Presidente da Petrobrás, um melhor resultado da racionalização seria o "aumento no seu preço em relação aos demais combustíveis", pois, para ele, o diesel não tem grande participação nos custos das tarifas".

Outro exemplo do Sr. Ozires Silva é a troca de veículos a álcool da Petrobrás por veículos a gasolina, o que demonstra a dificuldade da colocação da gasolina no exterior.

Não deixa de ser elogiável o esforço do Presidente da Petrobrás em procurar soluções e alternativas para a diminuição da venda de gasolina ao exterior e, conseqüentemente, a menor importação de óleo diesel, vendido a preço subsidiado ao consumidor brasileiro.

Acreditamos, contudo, que, sem prejudicar as medidas preconizadas pelo ilustre Presidente da Petrobrás, o Brasil, que já deu um exemplo de bom entendimento com a Argentina, poderia desenvolver esforços no sentido de criar um Mercado Comum de Combustíveis Latino-Americano visando a uma melhor utilização e racionalização do uso dos combustíveis de forma a que o produto que sobre em um país falta em outro não venha a tornar-se um fator de desequilíbrio na balança comercial, mas, ao contrário, possa atender às necessidades dos países produtores e consumidores.

Esse sistema funcionaria não somente no que concerne à troca de derivados de petróleo, após a fixação prévia, acertada e justa dos produtos derivados de petróleo, evitando, desse modo, a causa que vem provocando perda nas reservas cambiais dos países latino-americanos, como, também, serviria como uma grande mola indutora para a realização e concretização do incremento do comércio exterior entre os países latino-americanos, cuja integração, há muito discutida, não somente nos foros internacionais oficiais, mas, sobretudo e principalmente, entre as entidades de classe representativas dos empresários da indústria e do comércio.

Acreditamos, Sr. Presidente, que através desse meio atingiremos a tão almejada racionalização do consumo dos derivados do petróleo (evitando-se prejuízos e preços subsidiados) e, também, o aumento do intercâmbio comercial tão vital à nossa integração e sobrevivência, sobretudo em face da cruel dívida externa que tira o sangue das nossas veias.

**O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O que fazer para que o Brasil, país continental que luta para se pôr de pé, conquistar um desenvolvimento compatível com suas disponibilidades, potencialidades e aspirações? Como descobrir o fio da meada que, desdobrando-se sem embaraçar, revele o melhor caminho, a melhor forma de crescer social e economicamente.

Entendemos que antes do planejamento, da fixação das diretrizes, é indispensável considerar o desenvolvimento regional brasileiro, sob a ótica de seus problemas e perspectivas. E é a economia que nos fornece o melhor enfoque dentre as ciências sociais para se compreender esse desempenho na sua projeção temporal, muito mais do

que a dimensão espacial do comportamento humano. Com efeito, seus métodos, seus modelos de análise têm-se revelado mais aptos para captar, compreender e explicar as ações humanas no tempo do que a sua projeção no espaço.

Esse efeito ocorre no plano teórico, como no aplicado, inclusive, no planejamento. E a dimensão espacial só vem preocupar quando se diagnosticam desequilíbrios de níveis ou ritmos de desenvolvimento, especialmente quando se localizam, regionalmente, defasagens "temporais" de crescimento, ou seja, "atrasos" relativos, localizados na dinâmica do processo econômico-social.

A longa e polêmica discussão sobre as desigualdades regionais de desenvolvimento tem sido vista sob dois aspectos principais: o primeiro, que se limita a um exercício de estática comparativa; e a segunda, que se atém ao exame de desempenho ou de dinâmica de crescimento.

Na estático-comparativa, constatamos o confronto dos indicadores de desenvolvimento relativo – o produto interno "per capita", principalmente, para chegar-se à conclusão de que as disparidades regionais de níveis de renda permanecem virtualmente as mesmas, sobretudo no Nordeste, cujo produto "per capita" se mantém em torno de 25 a 40%.

Já no tocante à análise da dinâmica de crescimento, considera-se isoladamente uma região – o Nordeste é o modelo preferido – examinando-se o seu desempenho nos últimos anos, com base em indicadores econômico-sociais, a fim de verificar se a região foi capaz de acompanhar o ritmo de desenvolvimento levado a efeito no País como um todo.

Na verdade, Sr. Presidente, não é fácil escapar à tentação das comparações estáticas de níveis de desenvolvimento ou de considerar indicadores de desempenho. E, mais impossível, é escapar aos juízes de valor, implícitos ou explícitos, na procura de uma objetividade que não é inerente às ciências sociais. E, muitas vezes, o que é apenas uma tentativa de compreender uma sociedade humana transforma-se em proposta para transformá-la.

Desse modo, entendemos que este é o fio da meada, o ponto de partida para o desenvolvimento, em particular o regional.

Obrigado.

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os Nobres Deputados Constituintes Benito Gama (PFL da Bahia) e Fernando Bezerra Coelho (PMDB de Pernambuco) publicaram na edição de 5 de outubro próximo passado, no jornal **O Liberal**, de Belém do Pará, importantíssimo artigo intitulado "Reforma para sairmos do Desastre" que analisa profundamente a tão falada reforma tributária que se está esboçando.

A tese que eles ali defenderam, Sr. Presidente, e que encampo em sua totalidade, pode ser resumida em uma frase, que eu copio do citado artigo:

"É preciso deixar clara a essência da questão. O que se retira da União não são recursos, mas poder político".

Aprofundando-se ao âmago de sua tese, os articulistas sentenciam caustivamente:

"Alega-se que sua (do Governo Federal) participação no "bolo" tributário nacional ficará em 35%, caindo 10%. É verdade. Não se noticia, porém, que parte dos recursos da atual fatia dos 45% já é transferida aos Estados e Municípios através de convênios, programas e fundos. Analisam-se projetos para manter a "indústria" de consultorias e assessorias. Leva os recursos quem é do Partido ou da região da autoridade, ou pior, quem faz doações para "caixinhas". Isso tudo denunciado na imprensa recentemente pelo Ministro do Planejamento".

Cada vez ficamos mais convencidos, Srs. Constituintes, de que o principal problema que temos de resolver com a nova Carta Magna da República Federativa do nosso querido Brasil é o do sistema clientelista que se encastelou, não se sabe como nem quando, mas que foi aos poucos tomando de nosso arcabouço administrativo de modo tal que, quando apenas se fala em reforma tributária, o Governo Federal ameaça colocar "Urutus" na rua, por assim dizer. Nenhum dos argumentos que o Governo Federal tem apresentado até agora, contra uma reforma tributária equânime e justa, resiste a qualquer exame mais profundo, e os nobres Deputados Benito Gama e Fernando Bezerra Coelho, em seu já citado artigo, provaram isto à sociedade. Eu gostaria até de dispor de tempo e espaço suficientes para transcrever na íntegra esse seríssimo documento.

Basta, entretanto, repetir a frase que o resume muito bem: a reforma tributária que queremos, e que vamos aprovar, há de retirar das mãos do Governo Federal, não apenas o dinheiro com que ele corrompe administrações estaduais e municipais, mas também – e principalmente – o poder político demasiado que ele tem, e que tanto mal tem feito ao Brasil há muitas décadas.

Era o que tinha para dizer.

**O SR. CHRISTOVAM CHIARADIA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

São Lourenço, a acolhedora estância hidromineral do sul de Minas Gerais, é nacionalmente conhecida e justificadamente famosa, já que proporciona aos seus hóspedes e habitantes, quer brasileiros, quer oriundos de outras partes do mundo, além de suas magníficas fontes medicinais, boa hotelaria, o belo e espaçoso parque das águas e lazer turístico adequado. Em posição geográfica privilegiada, fica ao alcance de um passeio rodoviário de poucas horas, a partir de Belo Horizonte, do Rio e de São Paulo, situação vantajosa essa que compartilha com suas amistosas concorrentes Caxambu, Cambuquira e Lambari.

Pelas suas características, São Lourenço tem uma vocação natural, que desenvolveu ao longo dos anos, de centro de prestação de serviços, uns para o atendimento de sua população, da qual parcela importante é flutuante, e outros voltados para os são-lourençanos, de sorte a propiciar-lhes meios de subsistência e fixação na região, com a oferta de empregos decentes, bons educandários, repartições de saúde e segurança públicas, assistência social, laboratorial e judiciária, e assim por diante.

Vou abordar agora caso peculiar, de alto interesse para o Município. **O Minas Gerais**, publi-

cando atos da Justiça do Trabalho, noticiou a composição das sub-regiões jurisdicionais, sendo que a 4ª, com sede em Pouso Alegre, é formada por Itajubá, Varginha e Poços de Caldas e prevê a inclusão de Caxambu, mas ainda não foi criada nem instalada.

Acho necessário enfatizar as peculiaridades de São Lourenço, o menor município de Minas Gerais, que sente dificuldades em receber os investimentos de que necessita na busca constante de meios de desenvolvimento o progresso econômico e social.

Vale lembrar os esforços de São Lourenço, quer no setor público, quer no particular, assim tentando garantir a todos os que necessitam de saúde o direito de consegui-la através de nosso clima, de nossas águas e de uma infra-estrutura admirável e custosa.

Em que pese o seu minúsculo território, o Parque das Águas, que é o maior dos similares, sendo com a área de proteção das fontes, ocupa áreas nobres e de um tamanho tal que afeta a capacidade de abrigar muitos empreendimentos; daí, com toda razão, surgiu a idéia de, paralelamente ao turismo, transformar a cidade em uma grande prestadora de serviços. Por isso, desejam suas lideranças instalar ali uma junta de Conciliação e Julgamento.

A mesma coisa não ocorre com a simpática concorrente Caxambu, que tem um território várias vezes maior, explora com desenvoltura a pecuária, a lavoura, a avicultura e tem até uma siderúrgica.

Quando da criação e instalação da Junta de Varginha, para lá foram levadas as Comarcas Cambuquira e Lambari; restaram na região as Comarcas de Passa Quatro, Itanhandu, São Lourenço, Carmo de Minas, Cristina, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Baependi e Aiuruoca, somando aproximadamente 30 cidades, e que têm, em seus respectivos juízes de direito, os magistrados das questões trabalhistas, num acúmulo prejudicial de atribuições.

Sei que a Comarca de Andrelândia deverá ser anexada à Justiça Trabalhista de Juiz de Fora de onde se conclui que São Lourenço será o ponto mais central para todos, ligado praticamente a todas as cidades por diversos horários de ônibus e com o maior hospital da região.

Vale registrar que as cidades de Congonhas, Muriaé, Araxá, Araguari, Bom Despacho, Pitangui, Lavras, Itaúna, Manhuaçu, Amorés, Curvelo, Diamantina, Januário, Pirapora, Guaxupé, Patos de Minas, Paracatu, Patrocínio, Almenara e Monte Azul também se encontram no mesmo ponto de Caxambu: estão reivindicando, mas também ainda não tiveram os seus pedidos atendidos.

Para finalizar, adianto que além do meu empenho pessoal, o que ora reivindico é em atenção à Câmara Municipal, que se encontra mobilizada para levar para São Lourenço mais este benefício, importantíssimo para todos os que querem realmente o progresso dessa terra formosa.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Por diversas vezes tenho insistido junto ao Ministro da Aeronáutica no sentido de consolidar

o serviço aéreo, com avião de todos os níveis, em Araguaína, Goiás, a mais importante e populosa cidade do futuro Estado do Tocantins.

Para consolidação do serviço aéreo, com equipamento de primeiro nível e, portanto, dos demais, será necessário que a Infraero, ou o DAC, assuma a Coordenação do Aeroporto.

O aeroporto de Araguaína, apesar de funcionar há mais de dez anos e ter todas as condições de segurança, está abandonado, operando com aviões a jato, sem a coordenação da Infraero ou do DAC.

A Infraero diz que não assume o aeroporto de Araguaína porque a área de terras sobre a qual ele foi construído não foi ainda doada àquela empresa.

Embora estranhando que o aeroporto tenha sido construído pela Comara, órgão do Ministério da Aeronáutica, sem a prévia legalização do terreno, estou fazendo gestões, no sentido de atender às exigências da Infraero o mais rapidamente possível.

Necessário, no entanto, se faz que o Sr. Ministro da Aeronáutica e a Infraero determinem a ida de um assessor jurídico a Araguaína a fim de receber a doação da área do Prefeito Cornéliano Barros, que já me assegurou que está pronto para fazer a doação.

Ao concluir este meu pronunciamento, conduzo a certeza das prontas providências do Ministro Moreira Lima e do Presidente Ney Menezes, da Infraero, para a consolidação do serviço aéreo em Araguaína.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na sessão noturna de ontem, do Congresso Nacional, ocupei a tribuna e solicitei a transcrição do artigo "Convite à Conversão", de autoria do Cardeal Eugênio Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro. Agora, retorno à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, para cumprir idêntico objetivo. Desta feita, leio para inserção nos anais dos nossos trabalhos, artigo da lavra de Dom Eugênio Sales, que tem como título "A Mãe não decepciona".

No documentário a que me reporto, ambos tratam da Imagem Peregrina de Fátima ao Brasil, nos quais são ressaltados aspectos emocionantes do encontro de milhares de fiéis acotovelados nos aeroportos ou nos imensos trajetos de improvisadas procissões nos diversos Estados que tiveram o privilégio de recebê-la para bênção das suas populações.

Em recente artigo que divulguei no jornal **A Província do Pará**, editado no meu Estado, demonstrei plena convicção de que a vinda ao Brasil, da Imagem de Nossa Senhora de Fátima, não resultara de obra do acaso. O plano de Deus se fez presente nesse maravilhoso acontecimento, por que não haveria de faltar-nos em momento tão difícil e angustiante como o que enfrentamos nos dias atuais.

Com efeito, se podemos sentir a bondade Divina na grandeza do seu desígnio, forçoso é admitir que a Mãe de Jesus e nossa, trouxe-nos a força da revitalização na fé, como único caminho capaz de renovar as esperanças quase esmaecidas no amanhã incerto e pleno de surpresas.

Preza a Deus que tenhamos lucidez suficiente para compreendermos a verdadeira razão da visita da Imagem Peregrina de Fátima ao nosso País no preciso e oportuno momento das graves dificuldades que a todos nós afligem. Era o que tínhamos a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:**

**A MÃE NÃO DECEPCIONA**

Dom Eugênio de Araújo Sales

Ao trazer a imagem peregrina de Fátima ao Brasil, pude antecipar o êxito dessa sua visita pela reação que provocou entre tripulantes e passageiros do avião da Varig que a transportava. Tive de improvisar uma procissão a cerca de dez mil metros de altitude para atender aos apelos.

Muitos se comoveram.

A inspiração dessas viagens com a imagem de Nossa Senhora de Fátima partiu de um Conselho Internacional da Juventude Católica Feminina, reunida em Gand, abril de 1946. Tinham diante dos olhos os escombros da 2ª Grande Guerra.

A escultura da Mãe de Jesus foi feita segundo as indicações da Irmã Lúcia, uma das videntes. Coroada pelo arcebispo de Évora em maio de 1947, no mesmo dia iniciou a primeira peregrinação internacional, percorrendo a Espanha, França, Bélgica, chegando à Holanda a 1º de setembro, para o Congresso Mariano Internacional de Maastricht. Grande era o entusiasmo e o carinho. A fronteira entre a Espanha e a França, fechada havia anos, foi aberta para a passagem da Senhora. Por toda a parte levava uma mensagem de paz entre as ruínas da última guerra.

Regressou por via marítima e foi homenageada na cidade do Porto. Ainda hoje, no pedestal consta uma placa indicativa do evento. Chegou à Cova da Iria a 4 de março de 1948.

A 8ª peregrinação internacional foi ao Brasil. Começou pela Bahia a 12 de junho de 1952. Em outubro, após um acidente em Fortaleza, regressou a Portugal. A segunda etapa teve início a 7 de janeiro de 1953. A imagem chegou às 2 horas da madrugada ao Rio de Janeiro. Aqui um espetáculo inolvidável foi reativado no Maracanã a 13 de maio. Retornou a Portugal por via marítima, a 15 de janeiro de 1954, após percorrer os mais distantes rincões de nossa Pátria.

E continuou a levar aos quadrantes do mundo a pregação de Cristo aos homens desatentos.

Por ocasião da visita da Senhora de Fátima a muitas dioceses do Brasil, nestes dias, é possível que a uns essa presença cause fastídio, a outras, indiferença; entretanto, esses não são os únicos brasileiros. A Nação está bem representada pelas multidões que acorrem à passagem da Mãe de Jesus (Lc 1,43) e Mãe dos homens (Jo 19,25-27).

No Brasil, o convite para o Ano Mariano e outras celebrações da Arquidiocese do Rio se transformou no que vemos, uma peregrinação que abrange 33 dioceses e mais de 50 cidades, de Florianópolis a Belém. Mesmo reduzindo a permanência no Rio, não foi possível atender a todos os pedidos.

Para mim o importante não é o entusiasmo que desperta. Reconheço o valor desses choques emocionais, como contribuição a uma mudança de comportamento religioso. Também secundá-

rio, o aspecto dos milagres. Válida, sim, e extraordinária nessa devoção a Nossa Senhora sob esse título, é a insistência contida na Mensagem de Fátima: a oração, a penitência, a conversão.

Podemos dizer que assim é a vida cristã, conforme a Sagrada Escritura. Acresce outro fator saber pôr em prática essa doutrina. Toda a história bíblica até nossos dias se resume em apelos de Deus e na resposta, negativa ou positiva, dos homens. O uso – bom ou mau – de nossa liberdade condiciona não apenas a eternidade mas também o presente.

A Providência divina lança mão de vários meios para nos conduzir ao bom caminho. Vão do simples apelo e instrução, como no catecismo, aos sofrimentos e dificuldades no dia-a-dia. Isso ocorre com indivíduos e nações. Em épocas difíceis, ela costuma acrescentar outros elementos. Ora é um Santo, como Francisco de Assis para corrigir desvios na Igreja naquela fase de sua história. Lembro o Cisma do Ocidente, a Renascença, o tempo de Alexandre VI e os corretivos enviados. Ora, são fatos extraordinários, como Lourdes e Fátima, cuja aceitação não envolve diretamente a fé, que atingem profundamente os corações abertos à palavra de Deus, de ordinário, os mais simples. Essas aparições de Nossa Senhora tiveram de vencer tropeços sem conta, também por parte de autoridades. Deus, entretanto, caminha e vence.

Neste momento em nossa Pátria o prazer, em suas ousadas formas, exerce um domínio despótico. E eis que percorre milhares de quilômetros a Virgem de Fátima pregando a doutrina do Cristo com voz suave – por ser mãe – mas firme, também por ser de verdadeira mãe. Ensina a penitência, exorta à austeridade, por amor ao Evangelho.

Numa época de esquecimento dos valores sagrados, de abandono de Deus, vem Ela insistir na importância da oração. E desce a um pormenor prático, eficaz, fácil também aos simples, a recitação do Terço: Nossa Senhora do Rosário de Fátima!

Neste período que antecede o carnaval, eis que surge uma voz, estranha ao ruído característico desta época, mas autêntica, verdadeiro é o convite à conversão. Sem dúvida, poderemos ter as melhores instituições e as leis mais perfeitas, uma estrutura social, símbolo da justiça e no entanto permanecerá o Brasil imerso no desânimo, na insatisfação, os indivíduos mergulhados na tristeza. Sem a conversão dos corações; toda a estrutura será opressiva.

Esta viagem de Nossa Senhora de Fátima vem com a delicadeza de mãe, vem convidar. Dirige-se aos fiéis e aos transviados. Atinge, mesmo que cerrem os ouvidos, os assaltantes dos bancos e das ruas, os corruptos, os violentos, os malversadores dos dinheiros públicos, os homens religiosos que antepuseram o bem material do homem aos direitos inalienáveis de Deus.

Praticamente ninguém deixou de tomar conhecimento dessa peregrinação da Mãe de Deus e nossa Mãe. Uns tentarão esquecer, outros responderão negativamente aos apelos da oração, da penitência e da conversão. Entretanto; estou certo de que esta viagem não será em vão.

Sem dúvida, ajudará o Brasil, nesta hora tão importante de nossa História. A presença da Mãe jamais decepciona.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE, Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Faço desta tribuna, neste momento, um veemente apelo ao senhor Presidente José Sarney, no sentido de encaminhar ao Congresso Nacional e ao Conselho Monetário Nacional, mensagem anistiando os microempresários dos débitos contraídos em estabelecimentos bancários, durante e após a vigência do Plano Cruzado.

A existência da empresa e da economia brasileira dependem, basicamente do microempresário que faz o intercâmbio comercial entre o produtor, revendedor e o consumidor. É o microempresário o esteio do desenvolvimento econômico de uma nação organizada, não devendo ser marginalizada por desacertos de governos.

A Associação dos Microempresários de Petrolina, Estado de Pernambuco, em trabalho conjunto com o Clube de Diretores Lojistas daquela cidade, mostraram às autoridades brasileiras a iminência em que se encontra a classe, muitos dos quais já fecharam as suas portas, venderam estoques e patrimônios para liquidar débitos contraídos a juros de 7% e quitados a juros de mais de vinte por cento, outros, esperam as providências do Governo Federal.

Nosso apelo, Sr. Presidente, atendido na forma requerida, dará condições a que permaneçam em atividades milhões de microempresários para sustentação das milhares grandes empresas existentes no País.

**O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com determinação e senso de responsabilidade, tomei a iniciativa de submeter à apreciação desta augusta assembléia, nos termos regimentais, emenda que visa estabelecer a realização, a 15 de novembro do corrente ano, de eleições gerais para todos os cargos eletivos pertencentes aos poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios.

E o fiz por considerar que a convocação das eleições gerais constitui um instrumento de consenso da vontade popular, refletindo o sentimento nacional de aperfeiçoamento democrático, e se mostra fundamental para que o País encontre resposta institucional adequada aos padrões civilizados da convivência política.

A experiência histórica ensina que, após um período de transição política, como o que vivemos, o desenvolvimento democrático repousa na valorização do processo eleitoral, capaz de propiciar uma reforma pacífica e sem traumatismos das instituições, permitindo, por outro lado, participação de todos os cidadãos na construção do futuro.

Não podemos esquecer, como tive a oportunidade de expressar na Justificação da emenda, que a Assembléia Nacional Constituinte – instante perfeito para a concretização dos melhores anseios da nacionalidade – deve retratar a vontade de sociedade brasileira, sociedade que está a exigir eleições gerais, por entender que as mesmas, obedecendo às linhas naturais do interesse nacional, conciliam a reivindicação de uma nova ordem social, aberta e pluralista, com o critério essencial da legitimação do poder.

Compartilho a convicção de que seja qual for o sistema de governo a vigorar após a Constituinte, a aplicação do novo ordenamento jurídico não pode prescindir da legitimação dos mandatos, que foram outorgados durante a vigência do antigo regime, oferecendo, aos novos titulares da representação popular, condições efetivas de evitar as crises que se superpõem, com enorme prejuízo para o País, num processo vicioso, desafiando a capacidade de ação de governantes e legisladores. Só eleições gerais, em todos os níveis, poderão propiciar, pelo diálogo responsável entre as diversas esferas governamentais, o apoio político ao Presidente da República e o grau de consenso necessário à solução de conflitos e dos grandes problemas nacionais.

Não podemos escamotear o fato de que tais eleições, renovando os mandatos eletivos em todos os níveis, possibilitarão à Nação a escolha de um governo coerente, seja canalizando de maneira adequada as demandas populares, seja costurando pactos sociais mais sólidos e duradouros.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que a inspiração democrática já impregnou nossa política nos seus valores e na sua prática, e deu ao povo brasileiro uma visão clara dos interesses e das prioridades do País.

Dentro desse marco, tenho a certeza de que não devemos remeter para o futuro, e, com isso, prejudicar as gerações vindouras, os problemas que não queremos, por egoísmo ou insensatez, enfrentar agora.

Como já se disse, para a consolidação e o bom funcionamento de um regime político desenvolvido, o sistema das forças políticas é tão importante quanto o das instituições constitucionais propriamente ditas.

As tensões políticas, sociais e econômicas continuam a dominar e constituem, mesmo, a moldura dentro da qual tecemos, em clima de progressivas dificuldades, a vida nacional.

Estou seguro, nessas condições, de que sem convocação de eleições gerais, após a promulgação do novo texto constitucional, persistirão entre nós o elevado nível de instabilidade política, o crescente descontentamento popular e a notória deterioração da estrutura partidária.

As eleições gerais que defendo impedirão, efetivamente, o recrudescimento de novas crises, dará maior unidade político-administrativa à vida nacional e exorcizará o perigo de impasses constitucionais.

Analisando, pois, de forma abrangente, os principais problemas do País, parece-me inequívoco que as possibilidades de futuro da nossa sociedade como um todo poderão periclitar, se continuarmos a acumular antigas frustrações sobre ficções novas.

O que estou a propor não é utopia. A realização de eleições gerais a 15 de novembro do corrente, além de identificar-se com a imagem mais positiva do espírito brasileiro, além do seu caráter eminentemente ético, harmoniza-se com os interesses nacionais permanentes.

A Assembléia Constituinte, neste momento dramático de nossa história, tem demonstrado, de maneira inequívoca, sua capacidade de ajustar-se às exigências da evolução da nacionalidade, colocando-se, sem preconceitos ou inibições, como decisivo fator de progresso social e político. Vem

agindo sem se deixar levar pela visão unidimensional de problemas complexos e, sobretudo, a partir da adesão aos valores que servem de fundamentos às nossas crenças e ideais.

Com esse entendimento, encareço aos meus nobres pares o indispensável apoio para a emenda em questão que representa – insisto – uma exigência da consciência nacional.

A consolidação da democracia não será alcançada sem que se reconheça aos brasileiros, com o advento da nova Constituição, o direito de escolher seus governantes, dando por definitivamente encerrados os períodos de autoritarismo e de transição política.

Diria mesmo que esse direito representa a base da autoridade e da legitimidade do poder futuro.

Aos que persistem em defender tese contrária, como que não querendo aceitar a evidência, repito, por oportuno, a frase imortal de Sócrates a Górgias: "Tenhamos a coragem de assumir a verdade".

Na contextura desse pensamento, e ao deixar o assunto à histórica decisão deste plenário, quero manifestar a esperança de que, dentro de perspectivas afeiçãoadoras, saberemos ser fiéis aos legítimos interesses da nossa coletividade, propiciando ao País, através de eleições gerais, a 15 de novembro vindouro, a capacidade de resolver os problemas institucionais do presente, sem perder de vista seu compromisso com o futuro.

**O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pela primeira vez na história do ensino superior no Brasil, a Lei de Isonomia, que contempla pessoal docente e técnico-administrativo foi gerada, se não plenamente ao menos em linhas gerais, a partir da colaboração, ora repudiada ora atraída, de três entidades: o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), a Federação das Associações de Servidores de Universidades Brasileiras (FASUBRA) e a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (ANDES). Se não houve avanços ou conquistas significativas, estas talvez se darão em sua plenitude, quando os representantes governamentais se despirem de sua condição funcional ou de cúpula de poder e partirem para a negociação sem preconceitos; quando os representantes de entidades não assumirem posições aprioristicamente radicais; quando nós, como representantes do povo, envolvermo-nos numa postura que permeabilize o diálogo a entre as partes às vezes em litígio e entendermos que educação é um compromisso prioritário.

Os órgãos governamentais resistem ainda à idéia de autonomia para a universidade brasileira, principalmente se esta for estatal. A autonomia deve ser unificada e nunca multiplicada, para eles. Assim é que na Lei nº 7.596, a que aludimos, ao fundamento da isonomia é, justamente, o Decreto-Lei nº 200. Ora, o Decreto-Lei nº 200 precisou ser alterado para atender à Lei de Isonomia e ele é ainda o grande redutor ou limitador para a autonomia universitária. E a prova disso se encontra no parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei nº 94.664, **verbis**: "Respeitada a autonomia das universidades definida em Lei, o Ministério da Educação exercerá as atribuições de estudos, coordenação, supervisão e controle, previstas no

art. 115 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1987, no que se refere às entidades alcançadas pelo art. 1º. Donde se segue que a autonomia da universidade ou das universidades, enquanto depender dos limites da lei, será sempre cerceada. Dai a razão porque apresentei, na época, ao artigo 377 do Projeto de Constituição, a seguinte redação: "As Universidades gozam, **nos termos desta Constituição**, de autonomia didático-científica, administrativa, econômica e financeira..."

Se os limites da autonomia decorrem da Constituição, não será um simples Decreto-Lei nº 200, em que pesem suas intenções moralizadoras, que se tomará o fundamento para que um Ministério, qual anjo tutelar, exerça as atribuições de coordenação, de supervisão e de controle do sistema universitário estatal. Aceitar-se-ia, quando muito, que houvesse um controle a **posteriori**, via Tribunal de Contas da União. Infelizmente, inúmeros decretos, leis, pareceres, resoluções, que, ao contrariarem a própria legislação que reconhece nossa autonomia, penetram tudo na universidade hoje, fazendo da instituição marionete da burocracia do Estado e mera caudatária de abscôndita política de prioridades.

A autonomia da universidade é a salvaguarda de um conjunto de liberdades sociais e individuais, em especial a liberdade de comunicação de conhecimentos, que é a liberdade de cátedra. À semelhança da liberdade de imprensa, melhor dito, liberdade de informação, da liberdade no exercício do pensamento, da convicção política ou filosófica, liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

Não se defende a autonomia por si ou em si, como fórmula que se esgota no processo de poder: a "autonomia da universidade não pode ser privilégio de grupos, não é liberdade corporativa de professores, funcionários ou alunos, nem tampouco direito apenas da instituição como um todo, de realizar a natureza institucional que lhe é própria".

Mas autonomia, se não é submissão, não é tampouco separação; é liberdade e é obrigação: autonomia é o princípio, o ponto de partida, também o projeto e meta. É tudo e é nada.

A universidade é essencialmente uma relação: relação exigente que intrinsecamente a obriga e compromete, embora a liberte e defina o que é a sua autonomia.

Segundo Paul Ricoeur, "não é a vontade arbitrária dos dirigentes universitários; nem tampouco a vontade Conjunta dos pesquisadores e estudantes que faz a universidade, mas a relação deles com a ciência, que é constitutiva da própria humanidade antes de toda instituição". E conclui Ricoeur: "O direito de contestação dos estudantes; a liberdade de expressão dos professores no exercício de sua função; a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da universidade não são mais que expressões e órgãos desta responsabilidade de uns e de outros a respeito do saber". A universidade nunca pode deixar de ser a sua **arché**, de seu princípio originário, ou seja, da idéia que desde a sua origem é sua razão de ser e preside a sua instituição: centro humanizante, produtor e transmissor de um saber sistemático, crítico, ao mesmo tempo independente – porque essencialmente comprometido com a verdade, visto estar nisto a vocação e intencio-

nalidade do saber, – e dependente, isto é, a sua realidade é histórica e socialmente determinada.

Na superação desta contradição de uma independência dependente repousa a essência da instituição universitária, – o que faz da universidade algo sempre **in fieri**, dinâmico, enfim um processo histórico permanente de afirmação e negociação de si mesma, portanto, de auto-superação.

É isto o que coloca a universidade necessariamente acima – embora ela seja histórica e socialmente determinada – dos interesses particulares de qualquer pessoa ou grupo de pessoas, inclusive do Estado, dentro ou fora dele. Pela sua essência mesma, a universidade traz consigo a marca e vocação da instituição pública – no sentido mais profundo da idéia de **res publica** latina.

Se a universidade mantém com a sociedade uma relação dialética (a universidade é a única instituição que reflete, como o espelho, a sociedade, e ao mesmo tempo reflete sobre ela), a universidade só conquistará de fato sua autonomia de direito quando for capaz de assumir, em face da História, o papel inovador de protagonista crítico de mudanças; quando for capaz de entender que a condição básica do exercício da autonomia não se esgota na legalidade, mas que o próprio princípio da legalidade tem sua condição básica no exercício do princípio da democracia

Para que o ideal de autonomia da Universidade não se torne uma abstração ou mero projeto mas se transforme a própria Universidade em **tópos neotós** ou lugar do inteligível, é então fundamental que se crie um novo entre jurídico, a Universidade no Brasil, cujos delineamentos se encontram, por incrível que pareça, na Lei de Isonomia e no Decreto nº 94.664. Isso desde que se expurquem as premissas autoritárias ou os mecanismos de dependência de que fala o Decreto-Lei nº 200/67. Um ente jurídico tão autônomo que seja o espaço e a liberdade do debate, da busca, da contestação, da interrogação, da polêmica sem castrá-la, mutilá-la, sufocá-la, matá-la. Que seja o resultado das contradições, da experiência do passado e dos impulsos do presente.

Quando se fala da experiência, não se pode desconhecer a grande contribuição de mestres que, em decorrência de fórmulas expulsórias, se aposentaram. Por uma redescoberta do passado, é que propus, através da emenda, que não mais houvesse aposentadoria compulsória para os docentes das instituições federais de ensino superior. E como se exigisse que o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, se recolhesse ao lar. – E para isso me pesou bastante o que li na **Folha de S. Paulo**, de 16 de maio de 1987: "UFRJ permite a Celso Cunha lecionar depois da aposentadoria". Uma atitude inédita no dizer do escritor, jornalista e professor Affonso Romano de Santana, assumida pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Horácio Macedo, ao declarar: "a partir de agora, quem completar 70 anos não será mais expulso da Universidade". Só que essa "atitude inédita" foi também tomada bem antes pela Universidade Federal de Goiás, ao entregar ao professor Paulo Tormim, a responsabilidade pelo Curso de Direito Agrário, apesar de seus já 70 anos. Se o ex-DASP não se opusesse, mas se opôs.

Autonomia diz respeito à possibilidade ou capacidade de se recorrer àqueles que, por motivos estranhos ou políticos, se afastaram radicalmente da atividade universitária, sepulcrados pelas instituições políticas brasileiras. É o que aconteceu com Álvaro Vieira Pinto, filósofo por excelência, talvez dos últimos dos grandes filósofos brasileiros, expulso do ISEB morto no mais profundo estracismo e infenso a qualquer mecanismo de contato com a universidade brasileira. O mesmo valeria para o caso de alguém do porte de Plínio Sussekind da Rocha, que era capaz de se multiplicar tanto nos desvãos da Física Moderna ou em Nietzsche como na análise de uma dita obra-prima do cinema brasileiro, **O Limite**, de Mário Peixoto.

Autonomia também respeita à possibilidade de a Universidade reconhecer os méritos de um Simão Carneiro de Mendonça, sábio não por ser médico mas por ser grande especialista em Lógica Simbólica e que, infelizmente, veio a se aposentar como Auxiliar de Ensino.

Daí que autonomia também se confunde com a capacidade de as instituições federais de ensino superior atualizarem e complementarem os parcíssimos, escandalosamente humilhantes, proventos de antigos docentes que, ao ingressarem na Universidade, após a Revolução de 1964, vieram a se aposentar, submetidos hoje a um sistema previdenciário perverso. A Lei de Isonomia e o Decreto nº 94.664, pasmem nobres Constituintes, elevaram os vencimentos dos Professores Titulares, em Regime de Dedicção Exclusiva e Titulação de Doutor, a 84.000,00. Mas a Previdência Social, com a suposta "recomposição" por força da Lei nº 7.604, não deixou que alguns Titulares chegassem a Cz\$ 17.000,00. Querem um exemplo, cito o do professor Genesco Ferreira Bretas (que aos 74 anos, prepara um alentado trabalho sobre a História da Educação em Goiás): apesar de 50 anos de magistério, seus proventos não atingem Cz\$ 12.000,00. Aguarda ele que o MEC dê uma interpretação mais flexível e mais semântica ao disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Ora, esse artigo 37, inciso II, estabelece que o docente, regido pela CLT, ao se aposentar aos 70 anos, teria seus proventos do INPS, complementados pela instituição universitária, se estes não fossem integrais. (E quando são integrais?)

Se a Lei de Isonomia e o Decreto nº 94.664 (art. 43 e parágrafo único) não forem uma camisa-de-força, é possível que uma das principais reivindicações dos servidores (docentes e técnicos-administrativos) das Universidades Federais, autárquicas e fundacionais, venha ser atendida. Afinal, a lei e o decreto não reduziram as Universidades a um ente jurídico único?

Mas a autonomia que defendemos só será plena, quando a Educação dispuser de recursos específicos. Daí a importância do art. 245 do Projeto de Constituição, uma tradição da Emenda Calmon: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferência na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Donde se conclui que a autonomia das Universidades Federais, autárquicas e fundacionais, só terá validade, se ela for fundada em norma consti-

tucional e os recursos destinados ao ensino também uma imposição constitucional específica.

Muito obrigado.

**O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS - SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recebi do nobre Deputado Estadual Abdo Hadade cópia do requerimento de constituição de uma Comissão Especial de Inquérito para averiguar o que está acontecendo na cidade de Iperó, região de Sorocaba, com o Projeto Aramar.

Solicito a transcrição da manifestação do nobre Deputado Abdo Hadade, para que esta Casa tome conhecimento de mais um evento de processamento nuclear (enriquecimento de urânio, construir reatores nucleares, etc).

Há necessidade premente deste Congresso de tomar uma posição cristalina nesse campo para resguardar a segurança da população que se encontra assustada com os problemas advindos com a manipulação da atual tecnologia nuclear.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

São Paulo, 4 de dezembro de 1987  
Of. nº 226/87

Prezado Senhor,

Recebi em meu gabinete intensos protestos, dos moradores da cidade de Iperó, próxima de Sorocaba, contra a instalação do Projeto Aramar naquela região.

Em vista disso, apresentamos um Requerimento de Constituição de uma Comissão Especial de Inquérito para averiguar tais reclamações.

Encaminho-lhe cópia do referido Requerimento, com o intuito de informá-lo e solicitar seu apoio para que este assunto seja devidamente analisado e debatido na esfera de competência federal.

Cordialmente. - **Abdo Hadade**, Deputado Estadual.

#### REQUERIMENTO Nº , DE 1987

Requeremos, nos termos do art. 34 da VI Consolidação do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito, composta por 7 (sete) membros, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, investigar os verdadeiros objetivos, as condições de prioridade (dentro do contexto de desenvolvimento nacional), de viabilização, de segurança e, particularmente, a origem e o montante dos recursos destinados para a manutenção do Projeto Aramar.

#### Justificação

É crescente o número de informes sobre acidentes em instalações nucleares em todo o mundo.

Recentemente no Brasil, fomos testemunha de lamentável episódio decorrente, não da experimentação ou da produção de combustível nuclear, mas da simples (e irresponsável) manipulação de elemento radiativo.

Por ocasião do encontro do Presidente José Sarney com o Presidente Raul Alfonsin, fomos surpreendidos com a notícia de que o Brasil já se encontra em condições de processar o enriquecimento do urânio:

Sabemos que a breve incursão deste País no mundo das realidades nucleares, tem sido, para dizer o mínimo, uma investida mal refletida, haja vista o programa de usinas atômicas que consumiu enormes recursos e não produziu, nem de longe, resultados ponderáveis.

Consideramos que, em tempos de Constituinte, este País necessita tomar uma atitude competente diante da questão nuclear, que nunca foi devidamente debatida e analisada.

O Ministério da Marinha fundou o Centro Experimental de Aramar na Região de Sorocaba, em área contígua à Fazenda Ipanema, na cidade de Iperó, unidade esta, aparentemente destinada a: produzir o enriquecimento do urânio; construir e operar reatores nucleares.

Disto resulta que, na esteira do bem-sucedido empreendimento de fabricação e comercialização de armas convencionais, pretende-se agora, a construção de submarinos atômica neste País e, por que também não supor a construção da bomba atômica naquelas instalações, com seus posteriores testes...?

Desconsiderando-se o mérito da questão da comercialização de armas, estará este País insuspeitadamente redefinindo sua diretriz de uso pacífico da tecnologia nuclear, e isso, a despeito de seus problemas de conjuntura sócio-econômica?

Estas inquietantes considerações vêm sendo levantadas por toda sociedade brasileira, e principalmente, pela população da região de Sorocaba que é manifestamente contrária a este empreendimento.

Concluimos, diante deste quadro alarmante, justificar-se uma intervenção enérgica deste Parlamento, através da instauração de uma Comissão Especial de Inquérito, para que sejam definitivamente apurados e discutidos os citados fatos.

Sala das Sessões, - **Abdo Hadade** e outros.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** - Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de

#### V - COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO:** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** - Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT - SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para inserir nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte, leio o artigo de autoria do ilustre companheiro e ex-Constituinte Euzébio Rocha, que denuncia algo da maior importância. Trata-se de um novo escândalo sobre o petróleo brasileiro.

Diz o artigo:

NO BRASIL, NOVO  
ESCÂNDALO DO PETRÓLEO

**Euzébio Rocha**

Em nenhum país do mundo, na política contemporânea e internacional do petróleo,

se tem notícia de que uma empresa nacional, depois de ter entregue a uma multinacional petrolífera, por contrato, o ônus e a responsabilidade da exploração ou da pesquisa de determinada área geológica, concorde em assumir o dispêndio com os trabalhos de exploração ou pesquisa, garantindo ainda remuneração à referida empresa estrangeira que continuará com 30% da área nos termos do contrato inicial. Significa que a Petrobrás vai assumir as despesas com a exploração de petróleo na área cedida a Texaco Exploration Brazil Company, subsidiária da Texaco INC, referente a 70% do total inicial, passando a referida empresa estrangeira a ganhar o direito de receber dólares com o petróleo que for encontrado pela Petrobrás, na Bacia Sedimentar de Marajó. É o que pretende a empresa norte-americana na proposta que fez à Petrobrás, e já apreciada pela Consultoria Geral da República. O que a moderna história internacional do petróleo nos dá notícia, é da decisão do Governo do Iraque, quando a Petrobrás encontrou as maiores reservas petrolíferas do mundo, depois da Segunda Guerra Mundial, em área que as multinacionais exploraram e declararam não haver petróleo. Em nome dos interesses nacionais, o Governo Nacional do Iraque cancelou o contrato. Em nome dos interesses do povo iraquiano não vacilou em tomar a referida medida. Se tivermos um governo nacional, a inconstitucional Associação Petrobrás & Texaco não será autorizada.

O Governo Sarney já está em fim de mandato, caso o Plenário da Constituinte aprove os quatro anos, e não há de querer que a sua Presidência seja maculada por uma decisão que representa o pior desse serviço à dignidade do nosso povo, que lutou pelo monopólio estatal do petróleo, unindo civis e Militares, governo e oposição. Tal escândalo comprometerá a autoridade presidencial perante a História.

A Texaco firmou o contrato de risco em 19-3-84. Segundo parecer publicado do DOU, de 6-1-1988; os trabalhos exploratórios teriam levantado 20.000 Km de aeromagnetometria regional e coletou cerca de 300 Km de linhas sísmicas terrestre e fluvial. Em 3 anos, uma vez que os trabalhos se desenvolvem satisfatoriamente, pode-se ter uma apreciação satisfatória da área. Positivamente, a Texaco não é uma sociedade beneficente. Se os levantamentos realizados revelaram que a área é de alto risco, ela será de baixa prioridade para a aplicação de novos investimentos. Tendo em vista que os contratos já assinados com a Texaco lhe asseguram, unicamente em caso de descoberta e desenvolvimento de petróleo em quantidades comerciais, o reembolso dos custos de exploração e de desenvolvimento, assim como remuneração pelos serviços prestados, pagamentos esses em dólares dos EUA, não seria a possibilidade de a empresa ter que devolver a área sem remuneração nenhuma, que a estaria levando a propor o novo contrato de associação com a Petrobrás? E evidente que se positiva a exploração, a Texaco não concordaria em reduzir a remuneração

contratual. Conseqüentemente a solução conveniente à Petrobrás seria esperar a devolução da área da Texaco por fluência do prazo, já que a Texaco se tornou inadimplente, desde setembro de 1987, por não ter realizado as perfurações contratuais. A Petrobrás tem tido como norma, e já aplicada várias vezes, cancelar contratos com empresas pré-falimentar que é o caso da Texaco. Por que no caso de uma multinacional socorrê-la, comprometendo a sua política de investimento no setor?

Pelo parecer, publicado no DO de 6-1-88, pág. 262 nº 1 – item 10, afirma-se que a Petrobrás deverá aplicar, a curto prazo, na Bacia de Marajó, recursos deslocados de outras áreas. De quais?!

Marlin e Albacora, campos de petróleo gigantes, descobertos pelos dedicados servidores da Petrobrás, comprovam que nos contratos de "risco", o risco é só para o Brasil. Com um investimento exploratório de US\$ 250 milhões, obteve-se uma descoberta de petróleo que vale hoje US\$ 70 bilhões, cerca de 3,5 bilhões de barris.

O Governo Sarney, alegando falta de recursos, reduziu em US\$ 500 milhões os recursos para a Petrobrás continuar sua obra que deu ao País uma produção de 700 mil b/d. E, agora, já tem recursos para ajudar a Texaco?

É por tudo isso que a associação Petrobrás & Texaco é inconstitucional, prejudicial ao País e imoral.

Hoje, de boa fé, ninguém mais ignora que os contratos de "risco" são inconstitucionais.

Os debates travados na Câmara dos Deputados, particularmente na Comissão Especial da qual eu fazia parte, criada pela Resolução nº 327, em 14-7-53, repeliram a Emenda nº 32, que correspondia a Subemenda do Senador Ismar Góes à Emenda nº 56, emenda esta que defendia o contrato de risco. Os pareceres dos Deputados Lúcio Bittencourt e Gustavo Capanema, aprovados na Comissão Especial e no Plenário, rejeitaram a emenda com o seguinte fundamento:

"A Emenda nº 32 anula o monopólio estatal, tomando-o letra morta, fornecendo uma chave fácil para que se burlem os mandamentos sobre o assunto. É até inconstitucional."

Barbosa Lima Sobrinho, como sempre, com muito acerto, afirmou que, na verdade, os contratos de "risco" foram introduzidos no Brasil de forma clandestina, já que não existe qualquer dispositivo legal que autorize a desobediência ao estabelecido na Lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953.

É tão grave o precedente aberto na associação Petrobrás & Texaco que o parecer, já citado, considera imprescindível a aprovação pelo Presidente da República. De fato, quebra-se definitivamente um dos maiores argumentos dos defensores dos chamados contratos de risco, segundo os quais a Petrobrás se beneficiaria por continuar de posse das áreas geológicas contíguas. No caso, é a Texaco que continuaria com 30% da área.

Por fim, decorrido 13 anos, os chamados contratos de risco não propiciaram a desco-

berta sequer de uma gota de petróleo. E, agora, o Governo, com recursos que alega não ter e nega à Petrobrás, quer fazer a empresa nacional encontrar petróleo para beneficiar uma multinacional, a Texaco!

"Será o fim melancólico de um governo sem sensibilidade nacional."

Esperamos que o pior não aconteça.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente. peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

O Partido Democrata Cristão ocupa, neste momento, a tribuna no horário destinado às Lideranças para solicitar aos Constituintes que compõem o movimento denominado "Centrão" um momento de reflexão sobre alguns aspectos que passo a enumerar.

Todos nós, brasileiros, brasileiras, reivindicamos a criação de uma sociedade que seja, no seu cerne, marcadamente livre. E não foi ao acaso, não, foi de forma inconsciente ou casuísta que no art. 1º, do projeto constitucional, foi inscrito que a sociedade que nós brasileiros desejamos construir é uma sociedade que, ao mesmo tempo, livre, justa e solidária.

É com muita apreensão, Sr. Presidente, que vemos esse texto mutilado, substituindo-se a expressão "sociedade livre" pela expressão, tão pequena e tão maior "sociedade aberta". Sociedade aberta pode ser apenas um dos exemplos de sociedade livre, mas a abrangência de liberdade é muitas vezes maior. A liberdade é indescritível, é eterna, é universal. Sociedade aberta é apenas um conceito limitativo de liberdade.

De outro lado, Sr. Presidente, notamos que na questão das horas extras existe, no mínimo, uma impropriedade, porque lá no texto está registrado que o trabalho extraordinário deverá ter uma remuneração superior, em 50%, à remuneração normal. Pelo texto, como está escrito, não é mais nem menos do que 50%, o que representa um retrocesso com relação à legislação atual, que já contempla várias hipóteses onde essa remuneração é de 100% ,e representa, também, um retrocesso em relação aos julgados, nos tribunais trabalhistas, de que nos dissídios coletivos já está assegurada a remuneração de 100% de horas extraordinárias. Portanto, sugerimos, recomendamos e solicitamos que este assunto seja reanalisado, porque acreditamos que ali há uma impropriedade, pois, no mínimo, o que tem que constar é que será, no mínimo, de 50% superior à hora normal de trabalho.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, queremos, novamente, voltar ao assunto do aviso prévio proporcional. Na semana que findou, desta tribuna, denunciávamos a nossa preocupação de que fosse rasgado, de que fosse retirado do texto constitucional este instituto que, hoje, já é festejado por todos os trabalhadores brasileiros, ou seja, a possibilidade do aviso prévio proporcional que a lei



estabeleceria em sua graduação, assim como já existe na França, na Itália, na Alemanha, na Suécia e em tantas outras democracias socialmente avançadas.

Confirmou-se, Sr. Presidente, a nossa preocupação; e, hoje, os trabalhadores brasileiros já temem que se torne realidade a brusca retirada, o corte que foi feito, e no projeto constitucional que está circulando, apresentado pelos Constituintes que compõe o Centrão, eliminou-se, completamente, a possibilidade do aviso prévio proporcional; e lá está escrito, única e simplesmente, aviso prévio, tirando o comando, tirando a norma, tirando o mandamento que estabelecia que este aviso prévio deveria ser proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei, o que é profundamente justo. Não se pode imaginar tratar da mesma forma um empregado que tem seis meses, oito meses de casa com trabalhador com oito, dez, quinze anos, que já identificou e já incorporou a sua própria vida com a vida da empresa em que trabalha.

Mas fica aqui, Sr. Presidente, a esperança de que esses assuntos sejam melhor meditados, e que se imponha, acima de tudo, o espírito da justiça social. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. EDUARDO BONFIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes

Reinicia-se o açodamento do Palácio do Planalto contra a Assembléia Nacional Constituinte, com o objetivo de impor à Nação os cinco anos para o Presidente José Sarney.

Assistiremos mais uma vez ao escândalo da distribuição de cargos, da concessão de rádios FM e canais de televisão àqueles que votarem contra a Pátria e contra o povo. Aliás, Sr. Presidente, é importante frisar que nenhum dos escândalos da Nova República foi até hoje elucidado. O Presidente José Sarney insiste em permanecer ilegitimamente no cargo, contra tudo e contra todos.

Segundo pesquisas do jornal **Folha de S. Paulo**, 86% dos brasileiros querem, exigem quatro anos, e eleições em 1988. Insiste o Presidente José Sarney em permanecer no cargo contra a vontade da maioria dos Governadores, principalmente dos que representam a maioria do eleitorado brasileiro.

E neste caminho, Sr. Presidente, o Centrão manobra claramente com o objetivo não só de impor, com o apoio do Palácio do Planalto, os cinco anos para o Presidente José Sarney, mas inclusive insinua uma outra tática, haja vista a perspectiva de uma grande mobilização nacional, de uma indignação nacional a favor dos quatro anos contra o continuísmo da Nova República, de uma transição já fracassada, exigindo democracia já. E esta outra manobra está insinuada, inclusive, na coluna do jornalista Haroldo Holanda, do **Jornal de Brasília**, de hoje, de a perspectiva dessa Assembléia Nacional Constituinte ser protelada até fevereiro de 1989.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, busca sim a direita jogar o País no impasse; a Nação agredida pela inflação, pelo desgoverno, pela ausência de uma política econômica, pela entrega total ao capital internacional, pela ausência de uma política social de emergência, pela ausência de tudo. A Nação assistirá, e nela viverá, este ano, a uma profunda crise econômica e social, e sobre essa crise econômica e social buscam os setores de direita, busca o Centrão, busca o Palácio do Planalto jogar uma crise institucional de profunda gravidade.

Sabemos, Sr. Presidente, que o Senhor Presidente da República, inclusive ilegitimamente no poder, não poderá permanecer nesse mesmo poder, na Presidência da República, contra a esmagadora maioria dos brasileiros, a quase totalidade dos brasileiros, contra a vontade dos Governadores que representam o poder político no Brasil – porque representam a maioria da população brasileira. Sua Excelência só poderá permanecer no Poder através de uma crise institucional, apelando para a força, para a violência, para a tirania e para o militarismo, e este é o objetivo estratégico do Governo do Presidente José Sarney.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, aqui fica, em nome do Partido Comunista do Brasil, uma conclamação ampla a todos os democratas, a todos aqueles que, independentemente de siglas partidárias, desejam a retomada da democracia no Brasil, que não desejam que o Brasil mergulhe no caos institucional, porque no caos econômico e social já se encontra: que não aceitem esta manobra estratégica do Palácio do Planalto de levar o País à crise institucional para permanecer, através da tirania, sabe-se lá quanto tempo mais no poder, fazendo com que o povo brasileiro retome a resistência democrática e o caminho das diretas-já, antes que seja o caminho da violência, da tirania, do continuísmo e de mais golpes de Estado neste País.

Sr. Presidente, concluo alertando os Srs. Constituintes para que a campanha pelas diretas-já retome todo o seu esplendor, toda a sua amplitude, a fim de que esta manobra protelatória, que não é uma simples manobra protelatória, mas é a busca da tirania, não atinja o rumo que busca o Palácio do Planalto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**A SRA. BENEDITA DA SILVA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Benedita da Silva.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O Partido dos Trabalhadores tem denunciado as várias formas de violência, as várias formas de discriminação e preconceitos neste País. Hoje, em particular, estamos aqui para uma denúncia que já é do conhecimento da população, porque ocorreu há alguns dias, pouco antes do Natal e próximo ao Ano Novo. E com relação à retirada do Aeroporto Internacional das PMS que ali prestavam serviços, com ou sem motivo nenhum, porque sabemos que as pessoas que estavam pres-

tando serviço – neste caso as PMS – tinham e têm formação intelectual, algumas dominando várias línguas, e foram retiradas do Aeroporto Internacional. Recorremos a partir do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra, do Movimento Negro, de partidos políticos, enfim, de todos aqueles que estão com o compromisso de fazer avançar esta luta contra a discriminação, e procuramos também o Governador do Estado, que deliberou que elas deveriam voltar ao seu lugar de trabalho. Com surpresa, realmente, voltaram as mulheres – 10 PMS – sendo 6 negras e 4 brancas. Como estávamos perto dos festejos do final do ano; e aproveitando-se disto, não sei por que, e com que autoridade – talvez mais uma vez extrapolando – estas PMS foram retiradas definitivamente do Aeroporto Internacional; aí já não se tratava de ser branca ou negra, todas as PMS foram retiradas do Aeroporto Internacional.

Estou hoje aqui para denunciar, porque não quero que mais uma vez caia no esquecimento uma violência como essa, em que não se tem garantia no exercício de uma função. Sabemos, colocamos e não temos nenhuma dúvida de que o critério inicial, ali, desse afastamento, foi exatamente o da cor da pele. Isto porque tivemos a discussão e também as PMS tomaram conhecimento de que – e o IPCN acompanhando – essas policiais, ao fazerem ali a sua denúncia, colocavam que aquilo era devido à cor da pele. Algumas tinham cursos universitários, dominavam bem o inglês, outras o francês, e no entanto elas foram dali retiradas. O Governador também se sentiu sensível, naquele momento, não havendo, portanto, como deixar de assisti-las. Mas para nossa surpresa – e não sabemos como o arbítrio aí está – os critérios pelos quais o Comandante afastou as PMS, até agora não os sabemos, e não os saberemos senão denunciarmos, mais uma vez, que novamente não teremos a colaboração daqueles que estão exercendo altos cargos, que estão no comando e que não estão sendo sensíveis a esta nossa preocupação.

Como este Plenário tem sido alvo de várias denúncias e de combate a toda prática de violência, o Partido dos Trabalhadores vale do seu direito, neste momento, de tentar, junto aos Constituintes, fazer com que não caia no esquecimento mais esta manobra cometida pelo Comandante da PM, no Rio de Janeiro.

Não queremos, de maneira alguma, neste exato momento em que aqui estamos colocando esta questão, que haja um silêncio total, e que, mais uma vez, isto não passe pura e simplesmente de uma panfletagem, de um discurso na tribuna e de mais uma denúncia na imprensa. Desejamos que, concretamente, esta Assembléia Nacional Constituinte possa, nos termos da lei, garantir que haja o direito de os negros, nas suas funções, no trabalho, nos seus cargos, terem preservada a sua permanência.

Quero dar um voto de louvor pela iniciativa do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra, porque foi ousado ao levantar essa questão, até com certo êxito. Se não fossem os festejos, talvez estivéssemos melhor informados a respeito de toda essa iniciativa.

Mas não podemos deixar de lado esse fato, e apelo às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes para que nos ajudem nesta tarefa, que considero árdua, e com

cujo apoio contaremos, certamente, quando da votação, neste plenário, de propostas que dizem respeito à cidadania, tanto do negro quanto das mulheres.

Sr. Presidente, leio para que conste dos Anais o meu pronunciamento, na íntegra:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, senti-me profundamente violentada com a notícia publicada no jornal **O Dia**, de 17 de dezembro de 1987, sobre o afastamento das policiais militares negras do Aeroporto Internacional do Galeão. Na oportunidade, fiz contatos com a imprensa, autoridades e entidades do movimento negro e direitos humanos do Rio de Janeiro, a fim de esclarecer a denúncia. E as informações recolhidas por mim confirmam tudo aquilo que já é do conhecimento público: as policiais militares negras foram afastadas do serviço no Aeroporto Internacional do Galeão, porque a cor da pele traz a imagem negativa para a corporação e para os turistas que visitam aquela cidade. A tentativa do Comando da PM era a de melhorar a imagem, porque a questão era a boa aparência".

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, companheiras da imprensa, apesar de ninguém na PM até hoje não assumir as responsabilidades quanto à prática racista, tal medida não tem justificativa, pois entre as policiais militares negras afastadas havia quem falasse inglês, francês e cursando universidade. Isto comprova o que afirmaram os policiais: "Fomos afastadas por discriminação".

Com o respeito que se deva ao Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que teve recentemente como Comandante um negro, o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, não posso deixar de dizer: ele era uma exceção no Comando Geral da PM, como sou uma exceção na Câmara dos Deputados, e a exceção nesses, casos não confirma a regra; a regra geral, tanto no âmbito das Casas Legislativas quanto nas Corporações Militares é que os altos postos hierárquicos não são ocupados por negros e no caso da PM, os negros estão na sua esmagadora maioria na tropa.

Por isso, não tenho a menor dúvida de que os critérios iniciais para o afastamento das policiais militares negras foram com base na cor da pele, e foi confirmado em reunião ocorrida no 17º BPM da Ilha do Governador, pelas policiais militares, aos representantes do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra – IPCN, à imprensa e representante do Comando-Geral da Corporação.

Os fatos da prática racista ficaram tão evidentes, que o próprio Governador reconheceu que não houve qualquer "coincidência" na transferência das policiais por razões técnico-administrativas assim o Governador do Estado autorizou a recondução das policiais a suas funções no aeroporto. No entanto, o Comando da PM enviou outras policiais, ao todo 10, sendo 6 negras, não reconhecendo a exigência das policiais afastadas, que ficaram lotadas no 29 BPM – Humaitá, de onde haviam saído voluntariamente para exercerem serviço no aeroporto.

Na verdade, a situação continua, de certa forma, inalterada, a sociedade permanece perplexa diante de tal acontecimento e exige uma resposta convincente, pois do contrário podemos recorrer à justiça, através de ação popular, para restabe-

lecer a dignidade das policiais militares atingidas, e por extensão toda a Comunidade Negra.

Curioso é que notícias recentes denunciam que as policiais militares reconduzidas às suas funções no aeroporto, por ordem expressa do Sr. Governador, voltaram a ser afastadas pela passagem das comemorações natalinas e de fim de ano.

Que fique registrada nos Anais desta Casa, e quero chamar a atenção das autoridades, no caso, o Sr. Secretário de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro, Coronel Manoel Elísio dos Santos, para que se apurem as responsabilidades e se reconduzam as policiais militares negras aos seus serviços no Aeroporto Internacional do Galeão, atendendo ao nosso apelo por justiça e igualdade de direitos, para que a decisão do Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro seja respeitada e cumprida.

Quero finalizar, dando um voto de louvor e um alerta para o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra – IPCN, do Rio de Janeiro – na pessoa do seu combativo Presidente, nosso companheiro Januário Garcia, um voto de louvor pela lucidez política ao encaminhamento desta dolorosa questão, e um alerta para que continue vigilante, através do programa S. O. S – Racismo, coibindo todas as práticas racistas ainda existentes.

Não podemos deixar tal fato de lado, isto não pode cair no anonimato, no esquecimento, e chamo mais uma vez a atenção das autoridades, pois tal fato deve ser totalmente esclarecido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!).

**O SR. PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço apalavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Tivemos oportunidade, ontem, de assistir a uma ampla divulgação de um suposto fato ocorrido na Assembléia Nacional Constituinte que, certamente, deu a sua contribuição para que a Assembléia Nacional Constituinte ficasse mais desacreditada diante da sociedade. Trata-se da denúncia feita pelo Ex<sup>m</sup> Sr. Constituinte Mansueto de favor. Denunciou S. Ex.<sup>a</sup>, que, no documento elaborado pelo Sr. Matheus lensen, propondo o mandato de 5 anos para o Presidente da República, a assinatura relativa ao seu nome não teria sido subscrita por ele próprio. Entretanto, foi constatado o equívoco. Na verdade, aquela assinatura pertencia a outro, que a reconheceu, o Constituinte Gerson Peres.

Acontece, Sr. Presidente, que em todos os horários de ontem de divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a denúncia do Senador Mansueto de Labor foi levada ao ar.

É preciso, portanto, que igual esforço de comunicação seja feito com o objetivo de desmentir aquela notícia.

Sabemos que muitas vezes o desmentido ao invés de atenuar agrava a notícia anterior mas, neste caso específico, não podemos – a Assembléia Nacional Constituinte não pode – aquiescer com o silêncio, é preciso que haja igual divulgação, inclusive com a participação, se possível, des-

de que se proponha, do próprio Senador Mansueto de Labor, para que a opinião pública tome conhecimento de que tal fato ainda não aconteceu.

Sinto-me muito à vontade, até autorizado para, em nome da liderança do PMDB, subir a esta Tribuna para fazer a recomendação, visto que tive a oportunidade, há cerca de um mês, de encaminhar à Mesa requerimento solicitando a relação das verdadeiras assinaturas dos Constituintes para que eu pudesse comparar com as assinaturas que subscreveram o documento do chamado Centrão, objetivando a mudança do Regimento. Já àquela época ouvi rumores, nesta Casa, de que várias assinaturas haviam sido apostas, pelo menos, com a autorização, mas que várias assinaturas haviam sido apostas não pelo próprio Constituinte. Quando surgiu o fato denunciado pelo Constituinte Mansueto de Labor, imaginei que estaríamos diante de um caso concreto. De qualquer forma, em nome da liderança do PMDB, solicito à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que providencie para os próximos dias a divulgação de que a denúncia baseou-se num equívoco, porque estamos convencidos de que o Constituinte Mansueto de Labor, pela lisura do seu comportamento, por tudo que representa nesta Casa, em nenhum momento faria uma denúncia se não tivesse a convicção do que estava fazendo.

É preciso que haja um esclarecimento, porque a Assembléia Nacional Constituinte precisa da credibilidade da sociedade! Agora, quando vamos começar as votações finais, em que a posição de cada Constituinte há de ficar nos Anais da História, é preciso que a Assembléia Nacional Constituinte conquiste a credibilidade, porque o povo brasileiro há de acompanhar os seus trabalhos e de fiscalizar os votos dos Constituintes, especialmente daqueles que imaginam que vão poder, através da votação de títulos e capítulos, sem as discussões dos temas específicos, fazer do seu posicionamento um anonimato, para que nos próximos pleitos possam, com um discurso mentiroso, iludir a opinião pública, iludir o trabalhador e voltar para cá com um voto que não tem correspondido ao seu posicionamento nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. MENDES RIBEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Acabo de terminar a tarefa, que me impus, de ler detidamente os substitutivos apresentados pelo Centrão, as idéias coletadas pelo chamado Centrinho, aquilo que foi resolvido pelo dito Grupo dos 32 e, ainda, conversar com os demais que procuram se inteirar das posições do restante da Casa.

Chego a uma conclusão que, também, dialogando com os meus demais pares, parece-me ser indiscutível: 85% do Projeto do Relator Bernardo Cabral é matéria pacificamente aceita, pacifica-

mente aceita! Creio mesmo que tal constatação foi antecedida pela palavra do Presidente desta Casa; só não afirmo porque não tenho disso absoluta certeza, mas me parece que S. Ex.<sup>a</sup> também agonizou este detalhe: 85% da matéria poderia, tranqüilamente, ser votada sem nenhuma discussão e ser pacificamente aceita pela unanimidade dos Srs. Constituintes.

Mas, Sr. Presidente, pacientemente, como repórter de origem, como Constituinte, perquiri das emendas que estão sendo apresentadas, e elas dizem respeito a dez ou doze pontos conflitantes, que não tenho dificuldade alguma em enumerar sistema de governo, duração de mandato, estabilidade no emprego, imprescritibilidade, reforma agrária, que não será assunto de discussão porque, praticamente, todos aceitam que seja remetida para a lei ordinária, horas extras, coisa dessa espécie; nada mais do que isso, e ficamos por aí.

É lógico que existirão as tendências daqueles que estão radicalizados de um lado ou de outro, e que também a média sabe que pedem um, entendendo negociar por dez. Seria elementar, seria um ovo de Colombo, seria aquilo que a opinião pública aplaudiria de pé, se nós, Constituintes, acordássemos sobre os pontos de consenso, onde pouquíssima discussão houvesse, para nos determos, apressando os trabalhos naqueles pontos que realmente darão origem a conflitos e maiores polêmicas.

Sou insuspeito para falar. Tenho discordado, muitas vezes, publicamente do Presidente desta Casa, porque política não é sempre concordância. Mas, acho que se não fosse a argúcia do Presidente, esta Assembléia Nacional Constituinte terminaria num impasse e, portanto, não concluiria seus trabalhos. Rogo, pois, que se atente para isto: se 85% é consenso, por que, consensualmente, não aceitarmos aquilo que não tem discussão, para nos determos, abertamente, naquilo que tem?

Não é uma sugestão, porque não é novidade, é um apelo, isto sim, para que a Assembléia Nacional Constituinte possa chegar, o quanto antes, ao término de sua tarefa.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> e aos meus ilustres Pares.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Quero felicitar, aqui, de público, o nobre Constituinte Mendes Ribeiro, pela sua preocupação para que possamos, sem prejuízo da qualidade de matéria já exaustivamente debatida, pesquisada, examinada e emendada, encontrar meios e formas para uma votação rápida. Desejo dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que tenho tido conversas com lideranças nesse sentido, e alguns esquemas já se põem, evidentemente, como uma contribuição. Por exemplo: as emendas serão apresentadas e terão pareceres favoráveis ou contrários. Se não forem destacadas, poderão ser votadas globalmente, o que já significará um ganho de tempo. Sobre a matéria não destacada, evidentemente, o Regimento já prevê uma votação do capítulo, sem prejuízo daquilo que deva ser votado apartadamente; então, já é uma votação também global. Mas se poderia, eventualmente, se prosperasse esse raciocínio, admitir que como o resto da matéria é insuscetível de dúvida, que quando se estabelece a votação por capítulo é para votação de

matéria que evidentemente se pressupõe seja objeto de uma dúvida, pois se escrutinará, até, quem vota a favor, ou quem vota contrário; há um pressuposto, pelo menos em uma votação favorável do Plenário, se poderia imaginar e isto vai depender, não de uma decisão do Presidente, nem da Mesa, mas de entendimentos, das forças representativas, preliminarmente, aqui do Plenário, no sentido de que, ao invés da votação só do capítulo, se votassem todos os capítulos, ou todos os títulos que tivessem essa situação – o que vai acontecer depois, que aconteça logo, já se votaria e, inclusive, num reflexo da opinião pública, para o que ficasse já se teria, aqui, metade da Constituição ou um número maior já decidido. O resto da matéria, então, teria a votação determinada pelo Regimento, mesmo porque, como todos sabem, haverá uma segunda discussão. É claro que, na segunda discussão, ela é insuscetível para que não seja repetitiva de apresentação de emendas novas, mas emendas supressivas, emendas sobre erros evidentes, contradições, emendas de redação, emendas de omissão – como está no Regimento – isso pode ser feito.

De maneira que não é necessário que nós nos preocupemos que seja uma votação conclusiva e que depois desta primeira votação de toda a Constituição não haverá erros, e que eles serão insuscetíveis de se corrigir. Pode-se corrigir na segunda discussão, e ainda há a redação final.

De forma que esse procedimento no sentido de uma votação mais veloz têm, inclusive, esses mecanismos de eventuais correções, futuramente.

A dificuldade poderia vir dessa votação global, quanto aos substitutivos. Se são apresentados substitutivos na sua abrangência, evidentemente a matéria coberta pelo substitutivo teria uma dificuldade nessa votação global. Mas isso é um assunto sobre o qual já conversei com o Secretário da Mesa. Faremos um levantamento e o levaremos às Lideranças, às forças representativas e, também, ao próprio Plenário, para que possamos consertar um entendimento, em que todos estejam de acordo, e que se manifestem logo, e essa parte da Constituição já estaria votada.

Eu agradeço a deixa e a contribuição do eminente Parlamentar pelo Rio Grande do Sul, Mendes Ribeiro.

#### VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo. (Pausa).

Não há proposições a serem apresentadas.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Para questão de ordem. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

É sabido que, pelo que foi acertado, o Constituinte só tem direito a apresentar 4 emendas e por artigos. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se uma das minhas emendas implicar na modificação de 4 ou 5 artigos, uma vez que eu não tenha o direito de apresentar mais de 4 emendas, como seria isso resol-

vido? E vou dar um exemplo a V. Ex.<sup>a</sup>: pretendo apresentar uma emenda sobre a adoção da sistema distrital misto. E é evidente que isso vai implicar na alteração de outros artigos do Texto Constitucional. E como eu não posso apresentar além de 4 emendas eu poderei, inclusive, ao invés de resolver um problema, criar uma inviabilidade nessa parte do texto constitucional, se aprovada a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Acudo à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> dizendo que, se a matéria for conexa, se admite a apresentação da emenda pelo vínculo da conexão.

**O SR. ADYLSON MOTTA** – No mesmo texto da emenda então?

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Claro!

**O SR. ADYLSON MOTTA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se ao horário de:

#### VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Santana.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

#### SUSPENSO

Diariamente, somos surpreendidos, na descida ou na subida dos elevadores para os nossos gabinetes, com informação de que grupos de empresas internacionais – a exemplo das cinco que exercem atividades distribuidoras de derivados de petróleo – visitam os gabinetes dos Srs. e Sr<sup>as</sup>. Deputados e Senadores Constituintes.

Ora, como empresas internacionais têm o desprazer de frequentar gabinetes e pedir insistentemente aos Constituintes que votem essa ou aquela proposição? No caso específico, vamos deixar claro, trata-se de um grupo constituído pela Shell, Atlantic, Esso, Texaco, e a São Paulo, que são as cinco internacionais que trabalham no setor de distribuição de petróleo e que têm a ousadia – eu chamo ousadia mesmo –, porque, evidentemente, não deixa de ser uma intromissão indébita, essa comissão estar visitando todos os gabinetes, pedindo insistentemente aos Srs. Constituintes que votem contra a emenda que nacionaliza a distribuição de petróleo! Nós consideramos essa atitude contrária aos interesses da Nação. E mais do que isso, eles estão querendo escrever a Constituição que é do povo brasileiro, pressionando os Constituintes, pedindo aos Constituintes, exigindo até que votem contra. Evidentemente, esta situação merece ser repelida, inclusive da tribuna desta Casa, por aqueles que estão recebendo essas visitas. Eu não digo que os Constituintes ponham para fora a comissão, dizendo: "Saíam do meu gabinete, não quero conversa com os senhores!". Não, pode atendê-los, ouvi-los, etc. educadamente. Mas, educadamente, também, dizer a esses Senhores que nós, brasileiros,

queremos elaborar a nossa Constituição sem pressões de companhias estrangeiras que aqui estão defendendo, simplesmente, os seus interesses, para mandar mais lucros para o exterior, para os seus países de origem.

Sr. Presidente, as coisas estão andando de tal modo, que começamos a recear pelos destinos deste País, como nação livre e independente. Começamos, na semana passada, a fazer um exame de certas proposições, que estão aqui, Capítulo da Ordem Econômica e Financeira, e, interiormente, já havíamos denunciado, desta tribuna – os jornais publicaram isso diversas vezes –, e tivemos oportunidade de citar uma notícia que vinha no **Correio Brasiliense**, com uma página, etc, que dizia: "As Multi desejam mudar". Dois artigos; e a notícia informava que elas estavam profundamente interessadas em modificar a definição de empresa nacional no Projeto Cabral. A definição de empresa nacional, no projeto, a nosso ver, já era uma definição demasiadamente elástica, demasiadamente complacente, porque dizia bastar que as pessoas físicas fossem domiciliadas no País. Então, qualquer cidadão estrangeiro poderia ser proprietário de uma empresa nacional, bastando que tivesse domicílio aqui.

Mas elas queriam ir além. Nesse mesmo projeto falava-se que só as empresas nacionais, mesmo com essa definição extremamente elástica e complacente, poderiam explorar o setor mineral. Isso, de certo modo, criava um certo mal-estar com as chamadas mineradoras, as grandes empresas de mineração neste País, que nós podemos citar rapidamente: BRASCAN - que foi a antiga Light; British Petroleum; a própria Shell, que tem uma inserção muito grande no setor mineral e a Shell que recebe energia para sua fábrica, a Billington, que produz lingotes de alumínio, que é a matéria-prima, simplesmente porque a bauxita tem um teor de 10 a 15% e eles, através da energia, transformam, conseguem aglomerar em lingotes de alumínio aquela fração do metal que existe na matéria-prima. É muita vantagem deixar de levar para o exterior um milhão de toneladas e aproveitar apenas 140 mil tendo energia praticamente de graça, porque nós temos um contrato que a Eletronorte fez com essas empresas, por determinação do Ministro das Minas e Energia da época, o Ministro César Cals, onde fica estabelecido um preço realmente vil, porque, meus caros colegas, o preço que a Eletronorte está recebendo pela energia, a nosso ver, não dá nem para o pagamento dos dólares tomados emprestados para construir essa hidroelétrica; é pior do que isso, o preço está abaixo do custo de produção.

Temos a planura, do mês de outubro, da Eletronorte, onde a Billington, que é uma das empresas representativas da Shell, se dedica exclusivamente à produção do alumínio. É uma associação da Billington com a Alcoa americana. A Alcoa tem 60% e a Billington 40%. Logo deram o nome de Alumar a este conjugado da Alcoa, que domina 30% do mercado mundial de alumínio, bem como a Shell que também domina a mesma porcentagem desse mercado. Praticamente, eles têm energia subvencionada. Nenhum industrial brasileiro tem energia por preço tão barato, quanto a Alumar, fornecida pela Eletronorte.

Esse concentrado de energia, que é o lingote de alumínio, não é industrializado no País, e sim remetido para as fábricas da Shell e da Alcoa no exterior, pelo preço internacional do alumínio taxado por eles mesmo como no caso da matéria-prima.

Ora, a Billington, sediada em São Luiz do Maranhão, segundo Deputados de lá, anualmente dá prejuízo. E isso é feito deliberadamente, porque o que se produz aqui é a matéria-prima. A industrialização, tudo o que o alumínio serve hoje na indústria automobilística, na indústria da construção civil, nas luminárias, nas portas e etc, o grande emprego da placa de alumínio em todos os setores da indústria moderna na Europa, e é lá que eles tiram os grandes lucros. Mas aqui a Billington só dá prejuízo, nem Imposto de Renda paga. Então, damos a matéria-prima praticamente de graça, a energia altamente subvencionada; e tem mais um dispositivo no contrato que diz que o custo da energia jamais poderá ser superior a 20% do preço internacional do alumínio - preço internacional que é realmente ditado pelas grandes empresas.

Vejam os Srs. como essas empresas não distribuem só petróleo, porque, a não ser uma, as demais têm grandes interesses no setor mineral.

Mas essa definição que hoje se restabelece no art. 200: "Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenham no País sua sede de administração" - é uma luva para as grandes empresas mineradoras, porque elas continuarão açambarcando, como açambarcaram até agora, depois da constituição de 46, o setor mineral. Chega a tal ponto que a British Petroleum e a Brascan, que se associaram aqui, têm mais de 50% de todas as concessões do setor mineral, isto é, das empresas internacionais; elas têm mais de 50% de todas as concessões a todas as demais empresas internacionais.

Ora, evidentemente que os jornais já anunciavam que eles queriam mudar a definição de empresa nacional. E mudaram. Não sei por que caminhos andaram, mas a verdade é que já está aqui inserida outra definição, e aquela do Projeto Bernardo Cabral passou a ser o § 1º, art. 200, aqui deste Capítulo que, dizem, é a proposta do grupo que se formou nesta Casa e que se auto denunciou de Centro.

Acreditamos que existam, no meio desse grupo, muitas pessoas que talvez, não estejam de acordo com essa maneira de definir as questões essenciais, porque ou nós temos o controle da economia do País ou então tudo o mais passa a ser devaneio, declaração de intenção, direitos sociais, direitos coletivos, **habeas corpus**, **habeas data**, tudo isso. E inclusive esse Capítulo dos Direitos Sociais, que é uma inovação no Direito Constitucional brasileiro, tudo isso passa a ser conversa fiada, declaração de intenção, simples declaração de intenção, porque quem não tem dinheiro, quem não tem recurso, quem não tem poder econômico, jamais poderá garantir educação para todos, saúde, lazer, trabalho, tudo isso ficará como está hoje, talvez pior ainda.

Somos uma população de 145 milhões e, segundo as estatísticas, temos 40 milhões de pessoas que passam fome, 40 milhões de carentes, e essa multidão de brasileiros sem terra estão inva-

dando as cidades; vamos ter dentro de pouco tempo conflitos tremendos – hoje já estamos vivendo em estado de guerra civil.

No Rio de Janeiro, só num fim de semana, mataram 63 pessoas. Então, a guerra civil já está praticamente declarada é a guerra dos que não comem contra os que comem. Além disso, a guerra faz-se contra os mais fracos, porque nós somos aqueles que estão sujeitos aos assaltos e à morte, porque os responsáveis pela situação da economia do País, esses grandes grupos internacionais que espoliam este País e que levam tudo daqui, desde a Colônia até agora, estão guardados nos seus palacetes, com muros de cinco metros de altura, com aparelhagem para anunciar, a qualquer momento, quem chega e quem sai. Esses não sofrem coisa nenhuma. Nós, pobres mortais, é que ficamos sujeitos aos assaltos, principalmente os motoristas de táxis. Ainda ontem, em Brasília, isso voltou a acontecer.

E por que essa gente está assaltando? Por que essa gente está usando de tanta violência? Será que isso é próprio do caráter brasileiro? Nunca o foi. Isso tudo é em decorrência da pressão da fome; a pressão da família em desespero que leva essa gente ao crime e, depois, tornam-se habituados a essa prática e matam como se estivessem praticando um ato muito simples, muito comum.

Nós não acreditamos que possa haver uma reversão desse quadro de infelicidade, de miséria, de fome, de violência nos grandes centros, nas grandes cidades, sem modernizar o País. E modernizar significa fazer uma reforma agrária que absolutamente não atingirá nem aos médios, nem aos pequenos produtores; fazer com que essa grande massa venha a produzir no campo e não venha a ser bóias-frias nas cidades; não venha a ser faminta nas cidades, nessas miseráveis favelas. Isso já foi estudado amplamente, e o Brasil, em menos de 20 anos, jogou, do campo para a cidade, mais gente do que toda a população da Argentina. De 1960 a 1980, houve uma migração de 32 milhões de brasileiros. Não é migração porque eles queiram migrar, é migração forçada pela expulsão do homem da terra. Isso também está provado no estudo do Sr. Jorge Martine, que é um canadense naturalizado brasileiro e que fez este estudo para a Seplan, o órgão oficial do Governo. Iniciou esse estudo no começo do Governo do General Geisel e veio a terminar quase ao fim do Governo do General Figueiredo. É um estudo seríssimo. Não se refere apenas à contabilidade do pessoal que migrou, que saiu do campo. Não! É a explicação, inclusive, do motivo pelo qual uma população superior a da Argentina, em menos de 20 anos, foi forçada a sair do campo para a cidade. Não é, como dizem os latifundiários, que a cidade seja um atrativo para o homem do campo. Não foi isso. A explicação sociológica está lá, em Jorge Martine. Ele questionou, em todas essas favelas, fez um inquérito e chegou à conclusão de que 86% dos favelados não tinham saído do campo por vontade própria. Isso é preciso ser dito e repetido, para que não se diga que são as luzes da cidade ou as luzes da ribalta, como queiram, que faz com que esse pessoal esteja saindo de suas casas, no meio rural, para vir inchar as cidades brasileiras. Não, não é isso. Por outro lado, eles sabem que nas cidades não há facilidade de trabalho.

Evidentemente, é uma tendência natural a transferência de pessoas do campo para a cidade, mas quando há desenvolvimento. Isso se deu nos grandes países, sem prejudicar a agricultura, porque, na medida em que havia o desenvolvimento do comércio, da indústria, dos serviços, etc., havia uma demanda maior de mão-de-obra. Mas esse pessoal dos grandes países, que morava no campo, tinha pelo menos o curso médio. Com uma reciclagem de um mês ou dois, poderiam ser não só operários especializados numa indústria, como poderiam ser homens de serviços bancários, serviços comerciais ou dos próprios serviços que se instalam nas grandes cidades, para resolver os problemas das populações que ali estão.

No Brasil, não se deu esse desenvolvimento, porque o próprio crescimento das cidades, sem essa invasão, sem essa migração dos campos, era maior do que a demanda do desenvolvimento dos serviços, das indústrias e do comércio. Então, esse grande exército que veio dos campos chega às cidades para não fazer nada.

E, geralmente, o homem do campo traz aqueles valores morais muito duros, muito firmes, de respeito, de dignidade, de honradez. Mas um pai de família, que vê, sucessivamente, seus filhos, dias e dias, passando fome; a mulher numa verdadeira tragédia, dentro de casa, então, esse homem vai-se revoltando. Às vezes, ele jamais pensou em furtar, mas as necessidades o obrigaram a iniciar o processo da violência.

Agora, chega-me à memória o exemplo do Rio Grande do Sul: um cidadão preso por vinte anos, depois de cumprir 2/3 da pena, — isso foi registrado nos jornais do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre — foi liberado para a vida normal. Encontrou dificuldades de emprego, porque ele era um homem vindo da cadeia, um ex-presidiário. Então, resolveu lavar carros. Mas, em cada lugar que ele chegava, Sr. Presidente, tinha o dono do ponto. Então, ele lavava o carro e tinha que dividir com o dono do ponto. A situação foi chegando a um clima de tal ordem que ele teve que morar debaixo das pontes, durante o inverno, e todos sabem que no Rio Grande do Sul o inverno é duro.

Pois bem, Sr. Presidente, esse homem teve, várias vezes, — como diz na reportagem — vontade de voltar ao crime. Mas, ele pensou duas vezes e fez uma petição ao Juiz, pedindo para ser novamente preso. O Juiz se assombrou: “como é que um homem, que teve a liberdade, pede novamente para voltar à cadeia”. Então, o Juiz designou uma assistente social para ouvir esse ex-presidiário. E ele fez aquele rosário de queixas, contando para a assistente social tudo que vinha passando. Realmente, ele tinha sido liberado pelo seu bom comportamento, mas não achava trabalho. O que fazia não dava para sobreviver, e estava passando miséria, dormindo debaixo das pontes, num frio horrível. Já tinha pensado, duas ou três vezes, em cometer crimes e em roubar de novo. Mas a consciência dele repeliu isso. De modo que ele achou melhor pedir para voltar para o presidio, evitando assim voltar para o crime. Assim, a assistente social encaminhou um parecer ao Juiz, sugerindo que S. Ex.<sup>a</sup> atendesse àquele pedido do ex-detento, para que ele retomasse ao presidio.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vejam a que situações sociais chegam neste País, quando um

homem que conquista a liberdade pede para voltar a ser preso, porque não pode viver em liberdade por absoluta falta de meios. Às vezes, Sr. Presidente, costumamos ler os noticiários das páginas policiais, que atualmente são extraordinariamente elucidativos. Gostaríamos de sugerir aos Srs. Constituintes que, de quando em quando, lessem esses noticiários que trazem os acontecimentos registrados nas delegacias de polícia, porque ali vão encontrar exemplos reais da situação em que vive o povo brasileiro.

Agora, Sr. Presidente, eu indagaria, “um País, que tem todas essas condições objetivas, com esse potencial extraordinário de riqueza, um continente com oito milhões e meio de quilômetros quadrados, enfim, um País, com todo esse potencial, como pode estar às voltas com tantos problemas sociais?”

Convém registrar, Sr. Presidente, que, ao criarmos a Comissão de Reforma Agrária, não tínhamos em mente a pretensão de modificar a legislação agrária, porque sabíamos que, se nesta Casa, tentássemos melhorar o Estatuto da Terra, ele seria piorado, ao invés de ser melhorado. O nosso intuito principal, Sr. Presidente, foi o de debater a reforma agrária, criando consciência da sua necessidade.

Com esse objetivo, convocamos todos os Governadores desses Estados, ainda não totalmente ocupados — Goiás, Maranhão, Pará, Amazonas, Piauí etc. —, e o Sr. Íris Rezende, atual Ministro da Agricultura, deunos a informação de que uma equipe da FAO, que ele inclusive ajudou, como Governador do Estado, dando meios de locomoção para que ela percorresse toda a área do Estado de Goiás, deu-lhe em caráter confidencial, uma cópia do relatório que ela iria remeter à FAO. E nesse relatório está, segundo o Sr. Íris Rezende, o seguinte: O Vale do Araguaia Tocantins era a maior região contínua de terras férteis do Globo, e que só a região do Araguaia — Tocantins e seus afluentes daria para alimentar 500 milhões — de pessoas. Entretanto, com o Vale do Araguaia — Tocantins, e muitos outros milhões de hectares agricultáveis, não estamos conseguindo alimentar 145 milhões.

É um paradoxo; é uma realidade cruel. E é em cima dessa realidade que se impõe uma reformulação do latifúndio, da propriedade fundiária. Os nossos antepassados já diziam isto, Sr. Presidente José Bonifácio, que era tetravô ou “quadravô” do nosso colega Bonifácio de Andrade, formulava, ainda antes da Libertação dos escravos, uma lei em que determinava, no art. 7º, que a cada preto-fórro o Estado doasse uma pequena sesmaria. Era tanta terra que ele poderia se dar ao luxo de doar a um preto-fórro uma pequena sesmaria, como uma necessidade, porque aquele homem era agricultor. Ele pagava ou conquistava a sua libertação e ia fazer o que, Sr. Presidente? Mas José Bonifácio teve que ir para o exílio por causa dessa lei! Vejam só: há mais de 150 anos que se luta, neste País, pela modificação da estrutura fundiária, e não conseguimos nada, até hoje, realmente, de efetivo.

Evidentemente, o Governo atual fez um plano de reforma agrária que, a nosso ver, satisfazia, dentro do sistema capitalista, mas as críticas que se fizeram a esse plano foram de tal ordem que desestabilizaram qualquer possibilidade de execução desse plano. Não falamos isto com a intenção

de ser agradável ao Presidente ou a qualquer corrente política. mas em respeito a justiça.

Pois bem, Sr. Presidente, continuamos assistindo a essas propostas que, dizem, são modernizadoras.

Querem modernizar o Brasil tendo como exemplo a Coréia do Sul, que resultou da divisão da Coréia em Coréia do Sul e Coréia do Norte depois daquela guerra estúpida que o General MacArthur teve que fazer para impedir que a Coréia fosse um país socializado! A Coréia do Sul tornou-se uma plataforma para a instalação das grandes empresas internacionais, sobretudo no setor da eletrônica.

Famosa não é exemplo, também, que sirva para o Brasil. Formosa foi uma ilha que ficou livre porque foi cercada por navios americanos por todos os lados. E então a China não tinha condições de retornar a sua propriedade na Ilha de Formosa, que é, hoje, um país falsamente independente. Também Formosa não pode constituir exemplo para o Brasil. Cingapura e Hong Kong muito menos.

Eles querem dizer que Angola agora está abrindo as suas fronteiras, mas Angola está vivendo uma situação aflitíssima. Angola saiu do domínio português e tem agora, pior, a guerra com a África do Sul, que é permanente, financiando Savimbi, que fica constantemente destruindo a população e as riquezas de Angola. Por maior que seja o respeito que temos por aquele país, a luta do povo angolano merece todo o nosso apoio, Angola não pode servir de exemplo, como norma, para o Brasil.

Nós devemos modernizar, sim. Modernizar! Modernização, Sr. Presidente, não quer dizer entregação.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Fernando Santana, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** — Tem a palavra o Sr. Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB — SP. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente:

Tomei conhecimento que, em assembléia, os panificadores designaram o dia 20 de janeiro para uma paralisação. Fico muito preocupado, porque se isto efetivamente ocorrer, por causa da inabilidade do Ministério da Fazenda, a população brasileira vai perder o único alimento que ainda pode adquirir, que é o pão. Tudo ocorreu em razão da Portaria Super nº 2/88, da Sunab, que delegou competência às delegacias regionais para fixarem o preço do pão francês no interior dos Estados, marginalizando as capitais. Logicamente sabemos por que houve essa jogada de marginalizar as capitais. Justamente nas capitais é onde se colhem os percentuais para medir a inflação. Acho que não é desta forma que poderemos controlar a inflação, colocando numa situação crítica a população brasileira, impedindo-a de adquirir o seu alimento mais barato e o único que realmente pode representar-lhe alguma coisa.

Temos em mão um telex da ABIP — Associação Brasileira da Indústria de Panificação, e um telex do Dr. Celso Antônio Lorderes, Superintendente Nacional de Abastecimento, demonstrando que não há uma solução para o caso. E nós esta-

mos preocupados, porque o convênio retirou o subsídio da farinha e não encontrou nenhuma alternativa para que a indústria da panificação pudesse continuar produzindo. Tomamos conhecimento de que aqui, em Goiás, o Ministério da Agricultura apurou que alguns fazendeiros estão dando farinha de trigo para alimentar os seus porcos.

Então, realmente, há um descontrole total, um descalabro, e nós ficamos preocupados, com a situação, porque jamais podemos admitir que isso ocorra.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar, aqui, que ontem tomou posse, em São Paulo, a nova Diretoria da Associação dos Delegados de Polícia, que passa a ser dirigida pelo Dr. Abrahão Kfoury, e para cumprimentar o Dr. Amir Neves, que deixa essa entidade, na qual procurou, durante esse tempo, dar atenção necessária a categoria.

Era o que eu queria registrar, Sr. Presidente.

#### VIII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

#### DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Ângelo Magalhães – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antonio Ferreira – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Artur de Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Aureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi

Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Érico Pegoraro – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Alckmim Filho – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Bevilacqua – PTB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Egreja – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Magalhães – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Lélcio Souza – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyler – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly

Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezzi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rospide Netto – PMDB; Sarney Filho – PFL; Severo Gomes – PMDB; Simão Sessim – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vítor Buaiz – PT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.)



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 167

QUINTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA – DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 183ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 13 DE JANEIRO DE 1988

##### I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

##### III – Leitura do Expediente

##### IV – Pequeno Expediente

PAULO RAMOS – Pretensões do grupo “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte.

RENATO JOHNSON – Política de reflorestamento. Importação de trigo.

EDMILSON VALENTIM – Rigor por parte da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte no acompanhamento e identificação de assinaturas de parlamentares em propostas para a futura Constituição.

JUAREZ ANTUNES – Pretensões do grupo “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte, no tocante à definição do período do mandato do Presidente José Sarney. Participação de Constituintes evangélicos no grupo “Centrão”.

ALDO ARANTES – Atuação do grupo “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte. Retaliações por parte de proprietários de escolas do Estado de Goiás contra professores líderes de movimentos grevistas.

JOSÉ THOMAZ NONÔ – Demora nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Omissão do Governo do Estado de Alagoas na solução dos problemas oriundos da seca que assola a região.

GERSON PERES – Reforma agrária na Região Amazônica.

LUIZ SALOMÃO – Criação de subsidiária da Petrobrás, a Petrobrás Overseas, no exterior.

VICTOR FACCIONI – Adoção do sistema parlamentarista de governo no Brasil.

WILSON CAMPOS – Necrológio do Desembargador Agamenon Duarte Lima, do Estado de Pernambuco. Irregularidades na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Diretas já para Presidente da República.

ASDRUBAL BENTES – O papel da Hidrelétrica de Tucuruí no desenvolvimento da Região Amazônica.

LÉZIO SATHLER – Mobilização do setor cafeeiro pela reformulação do Instituto Brasileiro do Café.

CHAGAS RODRIGUES – Propostas do orador para o futuro texto constitucional.

OSWALDO TREVISAN – Situação da agricultura no Estado do Paraná.

GONZAGA PATRIOTA – Inelegibilidade de parentes até segundo grau para cargos executivos, no futuro texto constitucional.

NELSON SEIXAS – Garantia de direitos imprescritíveis ao portador de deficiência física, na futura Constituição.

AUGUSTO CARVALHO – Posição do PCB em relação à anunciada reforma administrativa no Governo do Distrito Federal.

MAURO BENEVIDES – Jornada de trabalho dos cirurgiões-dentistas no Plano de Car-

reiras, Cargos e Salários do Servidor Público Federal.

PERCIVAL MUNIZ – Pressão popular na definição do período do mandato do Presidente José Sarney.

AMAURY MÜLLER – Protesto contra a ação do Governo de Israel em relação ao povo palestino.

ERALDO TRINDADE – O pequeno agricultor diante da reforma agrária no País.

SÓLON BORGES DOS REIS – Privatização de praias no litoral brasileiro.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Propostas do orador para a futura Constituição.

JOAQUIM FRANCISCO – Importância do Real Hospital Português de Beneficência de Recife, Estado de Pernambuco.

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Sugestões do Secovi – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo para o anteprojeto da Lei do Inquilinato.

NILSON GIBSON – Definição de diretrizes para o Proálcool.

CARLOS VINAGRE – A Nova Carta Magna e a legislação ordinária.

SIQUEIRA CAMPOS – Reivindicações dos servidores públicos do Estado de Goiás em relação ao Plano de Cargos e Salários.

DENISAR ARNEIRO – A nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo no Brasil, na futura Constituição.

UBIRATAN AGUIAR – A Educação na futura Carta Magna.

<p>TEOTÔNIO VILELA FILHO – Expectativas da sociedade brasileira em torno da futura Constituição.</p>	<p>ção, através do entendimento, dos trabalhos de elaboração do texto constitucional.</p>	<p><b>VI – Apresentação de proposições</b></p>
<p>RITA CAMATA – Integração do Brasil legal ao Brasil real, no futuro texto constitucional.</p>	<p>JOSÉ ELIAS MURAD – Comprometimento do ecossistema da Região Amazônica pela plantação de folhas de coca e maconha.</p>	<p>Não houve apresentação de proposições.</p>
<p>MENDES BOTELHO – Urgência na implantação do Plano de Cargos e Salários da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos.</p>	<p>EDUARDO BONFIM – Criação de comissão suprapartidária de parlamentares para acompanhar e identificar com rigor assinaturas apostas em proposições para a futura Constituição.</p>	<p><b>VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional</b></p>
<p>ARNALDO FARIA DE SÁ – Atraso no pagamento, pela Previdência Social, de diferença do benefício aos aposentados e pensionistas.</p>	<p>AMAURY MÜLLER – Pretensões do grupo “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte, no tocante à definição do período do mandato do Presidente José Sarney. Monopólio da distribuição de derivados de petróleo no País.</p>	<p>ALÚZIO BEZERRA – Presença do PMDB na luta por transformações sociais em favor do povo brasileiro.</p>
<p>ANTERO DE BARROS – Rompimento do PMDB com o Governo Federal tendo em vista a unidade do partido.</p>	<p>JOSÉ GENOÍNO – Criação de comissão suprapartidária de parlamentares para acompanhar e identificar com rigor as assinaturas apostas em proposições para a futura Constituição. Protesto contra a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Constituição.</p>	<p>BETH AZIZE – Utilização, por integrantes do grupo “Centrão”, de aviões da FAB na coleta de assinaturas em propostas para a futura Constituição. Protesto contra a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Constituição. Posição do PSB no tocante à questão palestina.</p>
<p>FERES NADER – Mutirão nacional de combate às drogas.</p>	<p>OSWALDO LIMA FILHO (Retirado pelo orador sem revisão.) – Administração Miguel Arraes, Estado de Pernambuco. Solidariedade ao Ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, em face de críticas publicadas em editorial do “Jornal do Brasil”.</p>	<p>ADYLSON MOTTA – Inconveniência de confronto em plenário em prejuízo dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.</p>
<p><b>V – Comunicações das Lideranças</b></p>	<p>ADYLSON MOTTA – Irregularidades na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.</p>	<p><b>VIII – Encerramento</b></p>
<p>WILSON CAMPOS – Administração Miguel Arraes, Estado de Pernambuco. Eleições diretas já.</p>	<p>ADYLSON MOTTA – Irregularidades na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.</p>	<p>Discurso proferido pelo Sr. Ottomar Pinto na sessão de 17-12-87: Transcurso do Dia Nacional do Ministério Público. Anunciada extinção do Banco de Roraima.</p>
<p>FERNANDO SANTANA – Ação das TRRs – transportadoras, revendedoras e retalhistas de óleo diesel, querosene, óleo lubrificante e graxa, no Brasil. Monopólio da distribuição de derivados de petróleo na futura Carta Magna.</p>	<p>ADYLSON MOTTA – Irregularidades na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.</p>	<p><b>2 – MESA (Relação dos membros)</b> <b>3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)</b></p>
<p>SIQUEIRA CAMPOS – Solidariedade do PDC ao Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, pela agiliza-</p>	<p>ADYLSON MOTTA – Irregularidades na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.</p>	<p><b>4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)</b></p>

### Ata da 183ª Sessão, em 13 de janeiro de 1988

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;

Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;

Mário Maia, Segundo-Secretário; Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretário;

#### ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PTB; Aff Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Anto-

nio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Arterir Werner – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant’Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânicio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli –

PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; GeDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira –



PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Itamar Franco – ; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bomhusen – PFL; Jorge Hage – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marccondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes

Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Maysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiuzu – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansação – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

### I – ABERTURA DA SESSÃO

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 309 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### II – Leitura da Ata

**O SR. NILSON GIBSON**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**  
– Passa-se à Leitura do expediente:

### III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**  
– Está finda a leitura do expediente.  
Passa-se ao:

### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos verificando que o grupo que se convencionou chamar de "Centrão" está afixando nas portas dos gabinetes de vários Srs. Constituintes e em inúmeros outros locais da Casa, uma mensagem dizendo que o "Centrão" representa a maioria do povo brasileiro. É preciso dizer, até de forma respeitosa, que o "Centrão" representa a "maioria parlamentar".

Mas, conforme publicação feita no jornal **Folha de S. Paulo**, em matéria de autoria do Jornalista Jânio de Freitas, fica evidenciado que o "Centrão" não representa a maioria do povo brasileiro, na medida em que os Constituintes que o compõem não receberam, nas últimas eleições, o sufrágio da maioria do povo brasileiro. Entretanto, prosseguem aqueles que se dizem os coordenadores do "Centrão" – que devem ter sido os elaboradores do documento, do artigo publicitário, do panfleto ou prospecto – dizendo que o povo pretende saúde, assistência, educação e liberdade. Em outra coluna, dizem tudo aquilo que o povo não pretende.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, não podemos permitir – e agora este fato já está confirmado – que uma minoria, aliada ao retrocesso, à ditadura, ao que há e que houve de pior neste País, consiga manipular a maioria desta Assembléia, procurando, sob o pretexto de que tal maioria foi formada simplesmente para a modificação do Regimento, impingir-lhe propostas com as quais ela não concorda.

A cada dia, vêem-se que são muitos os Constituintes que afirmam ter assinado a emenda do "Centrão" simplesmente com vistas à mudança do Regimento e que não vão concordar com as propostas dessa minoria que tenta manipulá-los, por saberem que contrariam os mais caros interesses nacionais. No entanto, é preciso ser dito que a minoria que elaborou esse documento, esse panfleto não vai conseguir fazer com que as votações na Assembléia Nacional Constituinte privilegiem o anonimato. Todo o povo brasileiro, toda a classe trabalhadora, todos os cidadãos, enfim, tomarão conhecimento das questões específicas. A sociedade brasileira, hoje, identifica o "Centrão" como algo nocivo à Nação – antinacional, por-

tanto –, que, a bem da verdade, pretende apenas privilegiar o capital, em meio a esse capitalismo selvagem que prospera no Brasil, deixando à míngua a classe trabalhadora, jogando a maioria expressiva do povo brasileiro em situação de penúria.

Que pretendem os mentores do "Centrão"? O que pretende a extrema direita – vou concluir, Sr. Presidente – é institucionalizar aquilo que a ditadura só conseguiu pela força. Mas os Constituintes bem informados, os comprometidos com os interesses nacionais, mesmo aqueles que foram signatários do documento do "Centrão" visando a mudança do Regimento, os que são comprometidos com os interesses nacionais e compreendem a necessidade e a urgência da construção de uma Carta que, democrática, fixe as bases da justiça social neste País, esses não votarão como "Centrão", porque sabem que não poderão votar contra as suas consciências, contra os interesses maiores do povo brasileiro.

**O SR. RENATO JOHNSON (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o pacote fiscal, editado pelo Poder Executivo, em 21 de dezembro último, trouxe uma sucessão de erros desastrosos.

O Decreto-lei nº 2.397, em seu art. 12, limita as aplicações em reflorestamento às áreas abrangidas pela Sudene, Estado do Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha, de Minas Gerais.

Desta forma, alija da prerrogativa o sul de Minas e os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, região onde justamente o incentivo trouxe resultados positivos, pelo retorno do investimento aplicado em face da utilização de matéria-prima dele decorrente. É a consagração da política de penalizar a competência, eis que todas as conquistas e os avanços na área florestal das últimas duas décadas ficam definitivamente comprometidas.

Na qualidade de representante do Paraná e conhecedor deste setor da economia, tenho a obrigação de alertar meus companheiros de Parlamento para os riscos econômicos, sociais e ecológicos que a visão fiscalista orientadora do ato pode acarretar à área e ao País. Nos Estados do Centro-Sul, cerca de 160 mil empregos diretos estão comprometidos com a atividade reflorestadora, o que envolve uma população dependente de cerca de 640 mil pessoas. Só em meu Estado estes números atingem cerca de 50 mil e 200 mil pessoas, respectivamente.

Esta dependência fica ampliada com os inúmeros serviços relacionados a ela, o que diz bem dos efeitos sociais que sua paralisação causaria. Mais realce adquire a questão quando se atenta para o grande fixador que o reflorestamento tem para o homem rural, particularmente num país de extraordinária marginalização urbana.

A demanda de madeira, na região Centro-Sul, alcança dimensões fantásticas. Somente para fins energéticos, consumimos 52 milhões de metros cúbicos anuais, o que representa cerca de 260 mil hectares/ano de área a ser reposta. Para sustentar este consumo faz-se necessário um estoque florestal de 1,8 milhões de hectares, o que representa um terço de tudo o que foi reflorestado no Brasil em vinte anos. Para a área de papel, celulose e madeira processada, esta necessidade

sobe a 26 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a 130 mil hectares/ano.

Com escassa cobertura florestal que detêm os Estados do Centro-Sul, será fácil deduzir o quanto de risco encerra o corte abrupto dos recursos para esta área. Em meu Estado, o Paraná, o reflorestamento deu certo. Lá não mais necessitamos de longos períodos de experimentação. As florestas, implantadas com recursos de incentivos fiscais, lá estão para ser vistas por quem quer que seja. É pena que o déficit de plantio anual ainda seja elevado, mesmo considerando a implantação de cerca de 30 mil hectares/ano, nos últimos 10 anos. Ocorre que a demanda por floresta aumenta anualmente, e a cobertura florestal nativa é insignificante, devendo ser preservada a qualquer custo. Apenas cerca de 7% de nosso Estado ainda conta com florestas nativas em disponibilidade. Em algumas regiões, essencialmente agrícolas, este índice cai a menos de 1% de seu território.

Compreendemos as dificuldades econômicas por que passa o País, consequência do elevado déficit público resultante do excesso de participação do Estado na área econômica e do empreguismo desenfreado. Vamos atacar as causas. O setor florestal está disposto a discutir com as autoridades governamentais uma política de reflorestamento, na qual o empresário possa, preparar-se para menor incentivo e maior participação das empresas. O que não tem sentido é o corte abrupto desse incentivo, justamente na região em que ele colabora decisivamente no campo social e econômico para a elevada geração de empregos, arrecadação de tributos, geração de divisa e o que é mais importante, para a produção, único caminho para a nossa redenção econômica.

O que faz o Governo? Privatiza estatais deficitárias, dá prioridade a obras públicas efetivamente necessárias, corta cargos e funções supérfluas na administração pública? Não! Afunda mais a economia do País, suprimindo estímulos à área produtiva.

Estamos diante de mais um engodo de cunho regionalista. Os incentivos fiscais, em sua plenitude, não foram reduzidos: ao contrário, estão ampliados para as regiões Norte e Nordeste. Este, o motivo por que afirmamos ser uma medida de penalização à competência, pois retira o incentivo de uma atividade dele dependente e em que deu resposta positiva, além de desestimular o investidor, totalmente concentrado na região Centro-Sul.

Diante disto, não tenho dúvidas em afirmar que até o Presidente da República está sendo enganado, quando se afirma que o incentivo fiscal ao reflorestamento, na região Nordeste, foi preservado. A lógica nos conduz à certeza de que o Fiset não mais terá investidores, e, nestas condições, não passará de um "Fundo" sem fundos. O objetivo fiscal do Decreto-Lei nº 2.397 se traduzirá numa receita adicional tão insignificante que não compensará as desvantagens econômicas, sociais e ecológicas dele advindas.

Não hesitamos em afirmar, pois que estamos diante de um grande equívoco. O estímulo fiscal pode ser suprimido antes de ser completado com outras medidas que façam chegar à atividade reflorestadora os meios necessários a uma gradual e não traumática adaptação.

A visão fiscalista prevalescente põe em risco o que já se fez e ainda o muito que há por cons-

truir. Neste campo não há lugar para retrocessos nem esperas, porque se joga com investimentos de longa maturação e de elevado risco.

Pelas razões expostas, temos certeza de que o Congresso Nacional não apoiará o Decreto-Lei nº 2.397, de 21-12-87.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o País, nos últimos anos, vem aumentando consideravelmente a produção de trigo, a ponto de em 1987, atingir cerca de 6,3 milhões de toneladas, quantidade 10% inferior ao nosso consumo.

O Governo adquiriu aproximadamente 2 milhões de toneladas de trigo da Argentina e do Canadá, prevendo uma produção menor que a colhida, para suprir nosso mercado interno.

Sucede que este trigo importado deve ser embarcado nas próximas semanas e, caso o Governo não adie estes embarques, teremos um colapso na armazenagem do trigo, com sérias consequências para a safra de soja – cuja colheita se inicia no próximo mês de fevereiro – e de milho – em abril –, sem falar de outras culturas, como as de algodão, amendoim e mandioca.

Todos sabemos que nossa capacidade armazenadora, incluindo silos estatais, cooperativas e rede privada, já será insuficiente para armazenar essa produção de cereais.

Apelamos ao Sr. Ministro da Agricultura no sentido de adiar essa importação, pois os custos de remoção dos produtos serão excessivamente onerosos e o País não terá condições de armazená-los satisfatoriamente.

**O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estão caindo e tornando-se claros para a opinião pública os objetivos nefastos e antipopulares que motivaram a organização do "Centrão", no que concerne a várias questões que dizem respeito à democracia, à soberania nacional e, mais especialmente, ao que foi a espinha dorsal da articulação do "Centão": os setores empresariais. E as propostas até o momento divulgadas pelo "Centrão", no que diz respeito aos direitos sociais dos trabalhadores, são o que de mais atrasado foi apresentado até agora na Assembléia Nacional Constituinte, desde a fase das Subcomissões.

O que me chamou a atenção foi o fato de que noventa por cento dos artigos e incisos que fazem parte desse capítulo foram alterados pelos líderes do "Centrão". Trata-se daqueles que significaram pequenos avanços, como o que estabelece que "a lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado". É um pequeno avanço. Eles sugerem que se modifique para: "A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção dolosa". Ou seja, é o caso de quem não pagar por má fé, pois o que não pagar por boa fé não terá qualquer problema. Tentam, ainda, Sr. Presidente, modificar, além de questões fundamentais como a proibição da demissão imotivada – um tímido avanço em relação à situação atual – a unidade sindical, golpeando importante arma dos trabalhadores, qual seja, sua unidade na luta. Golpeiam, igualmente, a redução da jornada de trabalho, que beneficia aqueles que trabalham em turnos ininterruptos, assim como o dispositivo que fixa remuneração em dobro para serviços extraordinários. O mesmo com relação

a artigos que garantiam ao trabalhador o direito de participar dos órgãos de direção das respectivas empresas. Quer dizer, pequenos avanços que dizem respeito aos direitos dos trabalhadores, à sua organização para ampliar a participação na luta sindical e na luta política do nosso País, foram golpeados pela liderança do "Centrão".

Como já foi dito pelo Constituinte Paulo Ramos, que me antecedeu, o movimento sindical dos trabalhadores tomou conhecimento – e nós também, a partir do momento em que retomamos os trabalhos da Constituinte – de que o "Centrão" não está conseguindo as 280 assinaturas, a propalada "maioria absoluta", para apresentar emendas e com isso obter a preferência automática em relação ao projeto da Comissão de Sistematização.

Acompanhamos também a questão que envolveu o Constituinte Mansueto de Lavor com relação à assinatura de emenda que defende cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney, quando S. Ex.<sup>a</sup> não a assinara. Isso se dá num momento decisivo, em que uma assinatura poderá colocar na frente do texto da Comissão de Sistematização, já aprovado, uma proposta sobre temas polêmicos, como o que reflete a importância do texto para os trabalhadores e para a sociedade brasileira como um todo.

Sr. Presidente, transmitimos nossa preocupação à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no que diz respeito à votação de temas de importância capital e que hoje acirram os debates nesta Casa. Sugerimos que as assinaturas constantes das propostas sejam muito bem identificadas, que a Mesa seja rigorosa nessa verificação, para que na votação em plenário não haja qualquer dúvida e a fim de que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte fiquem isentos de qualquer irregularidade.

Esta, a sugestão que gostaríamos de fazer à Mesa. No horário destinado às Lideranças, em nome da Bancada do PC do B, vamos apresentar proposição concreta, concernente a esta preocupação que agora manifestamos.

**O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, colegas Constituintes, aproveitamos cada período de folga nos trabalhos para visitar o interior do nosso Estado, indo aos municípios onde fomos votados, quando constatamos a decepção e a revolta do povo com o Governo que aí está.

Distribuindo algumas cestas de alimentos no Norte e no Nordeste, o Governo já pensa, a exemplo do Projeto Padre Cícero, implantar o chamado Projeto Chico Mineiro, em Minas Gerais, e outro para o interior de São Paulo, com o intuito de conchamar as massas ignorantes a apoiarem a tese de cinco anos de mandato. Os bajuladores, os rastejadores de sempre, os que não auscultam, porque não querem, a opinião pública, os que não respeitam os eleitores, os que se elegem na base do poder econômico já voltam a falar em cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney. E somente um cego, aquele que não quer ver, não tem consciência de que este Governo é um fracasso. Ainda há pouco, às vésperas do Natal, o Governo vetou o projeto de paridade salarial dos aposentados. O Governo Sarney é uma nulidade total, e a Nova República, um fracasso.

Mas, enquanto as eleições forem manipuladas, de nada adianta a Constituinte; enquanto o poder econômico e os poderosos meios de comunicação deturparem a vontade popular, haverá sempre, nos corredores do Congresso Nacional, panfletos caríssimos dizendo: "O Centrão representa a maioria absoluta do povo brasileiro". Será que representa? Teoricamente, sim, porque as últimas eleições foram manipuladas pelo poder econômico e pela poderosa cadeia "Globo" de comunicação.

Como podem os Constituintes enganar seus eleitores, traindo a classe trabalhadora, traindo os princípios jurados e sacramentados nos palcos durante a campanha eleitoral?

Agora, o "Centrão" pode fazer a Constituição, e o povo que votou poderá ser novamente enganado em outras eleições quanto mais distantes elas estiverem do dia de hoje – e é por isso que os enganadores querem cinco anos de mandato para o Presidente Sarney – quanto mais distantes estivermos da farsa do Plano Cruzado e da corrupção eleitoral de 86.

No Município de Barra Mansa, Rio de Janeiro, por exemplo, a partir do segundo dia de apuração – no total foram seis dias – ocorreu um fenômeno que é nacional: os votos em branco e nulos eram cinco ou seis por uma, enquanto, no restante do Brasil, eram em torno de cem, cento e vinte, cento e trinta. É por isso que naquela região três Deputados – José Luiz de Sá, Denisar Arneiro e Feres Nader, este do meu partido – pertencem ao "Centrão". E eles traem o povo porque em Barra Mansa os votos em branco e nulos foram divididos com os amigos do juiz eleitoral, com aqueles que podem beber e jantar com o juiz eleitoral, para alcançar o **quorum** mínimo para a eleição.

Então, quando tivermos eleições lisas, limpas, isentas da manipulação do poder econômico e dos grandes órgãos de comunicação, aí, sim, teremos um Congresso onde alguém que obtenha 280 assinaturas poderá escrever nos corredores que o grupo tal, de 280 membros, representa a maioria absoluta do povo brasileiro.

E, para terminar, Sr. Presidente, faço um apelo aos evangélicos do Estado do Rio de Janeiro: não embarquem na canoa dos que jogam sempre, nos evangélicos, a resignação. Será que não há aí uma contradição? Os evangélicos são, todos, humildes trabalhadores; então, como podem seus representantes votar com o "Centrão" e pleitear e um mandato de cinco anos que beneficia este Governo, nefasto para os trabalhadores?

**O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, termina hoje o prazo para entrega das emendas ao Projeto aprovado na Comissão de Sistematização.

Tivemos oportunidade de ocupar esta tribuna para denunciar à Nação o significado do chamado "Centrão" elucidando suas posições e as razões do seu surgimento. A prática foi demonstrando que nossas afirmações têm respaldo na realidade e que o "Centrão" surgiu como grupo comandado pela extrema direita desta Casa, tendo sido inspirado pelos empresários, industriais, grandes empresas multinacionais e latifundiários, e "soprado" pelos ventos do Planalto.

O surgimento "Centrão" foi a expressão política, na Assembléia Nacional Constituinte, da articulação entre a classe brasileira dos empresários através da UDR, União Democrática Ruralista, e as forças conservadoras da sociedade. Hoje temos a certeza da veracidade dessas afirmações e a confirmação de que a política defendida pelo "Centrão" é contrária aos interesses dos trabalhadores e contrária à política nacional, que visa ao processo de democratização do País.

Não ficaremos na irmação genérica; queremos situar alguns pontos absurdos, componentes do conjunto das propostas que estão sendo apresentadas pelo chamado "Centrão."

Uma pálida idéia do assunto nos é dada já no preâmbulo, onde o grupo retira a questão da soberania do povo, e no Título II, introduzindo a defesa da propriedade como fundamental à construção da sociedade brasileira.

Mais grave é a retirada da imprescritibilidade da tortura, um dos mais hediondos crimes praticados contra os democratas e mesmo contra os criminosos comuns. Ainda assim se retirou a imprescritibilidade da tortura.

Por outro lado, – para indentificarmos o caráter político daqueles que compõe o "Centrão" – na Comissão de Sistematização ficou estabelecido como critério para prisão, o flagrante delito ou a ordem escrita de autoridade judiciária competente. No entanto, foi retirada a obrigatoriedade da ordem por escrito e fundamentada, passando pura e simplesmente a ser erigida "ordem de autoridade competente".

Na questão do direito de propriedade, coloca-se o problema da indenização justa, prévia e em dinheiro, criando um obstáculo a mais no processo de sua democratização.

Quanto à questão de estabilidade no emprego, a Comissão de Sistematização não conseguiu incorporá-la ao texto, mas estabeleceu a proibição da despedida imotivada. Nem isto o "Centrão" aceitou. O que é a demissão sem justa causa, a indenização compensatória, como dizem, criando condições para a continuação da rotatividade da mão-de-obra no País.

A questão da prescrição dos direitos dos trabalhadores também foi colocada de lado, e praticamente se restabeleceu a norma hoje existente no Direito Trabalhista.

Uma série de outras questões foram modificadas pelo "Centrão", como a do voto aos 16 anos e o direito de greve, que praticamente aniquilou, jogando-o para a regulamentação por lei ordinária, e proibindo greve nos serviços e atividades essenciais, norma imposta pela ditadura militar.

No que tange aos princípios gerais da economia, introduz uma definição de empresa brasileira que abre as portas do Brasil ao capital multinacional e estabelece critérios permissivos da exploração de minerais por empresas estrangeiras, ditas brasileiras.

O mais grave é o retrocesso, remontando à década de 30, quando a Constituição elaborada em 1934 estabeleceu que o subsolo brasileiro é de propriedade da União. O "Centrão", agora contrariando esta norma constitucional, quer retirar o subsolo da responsabilidade da União, e anular avanços conseguidos na Comissão de Sistematização, ao proibir os contratos de riscos e

estabelecer não um monopólio estatal, mas a nacionalização na distribuição do petróleo.

Quero deixar claro que as propostas do "Centrão" representam setores mais retrógrados e reacionários da sociedade brasileira, que não querem avançar no sentido da democracia política e, sobretudo, não desejam progressos na democracia econômica. No que diz respeito à questão da reforma agrária, colocam tais e tamanhos empecilhos que a tornam praticamente impossível no País.

É necessário, portanto, que aqueles segmentos desta Assembléia Nacional Constituinte, que, por uma razão ou outra, terminaram sendo envolvidos pelo "Centrão", compreendam as aspirações por mudanças do povo brasileiro e se juntem aos setores democráticos, a fim de conseguirmos alguns avanços na elaboração desta Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, outro assunto me traz hoje à tribuna.

No dia 16 de setembro de 1988 ocupei a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte e manifestei a minha solidariedade à greve dos professores da rede particular de ensino de Goiás e o meu repúdio à ação dos proprietários de escolas de meu Estado. Nessa oportunidade, denunciei a postura arbitrária do Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino, que, além de não cumprir a convenção coletiva de trabalho, da qual é signatário, desenvolvia uma campanha de intimidação aos professores e lideranças grevistas.

Naquela época, há quatro meses, como agora, a Justiça do Trabalho no Estado de Goiás insiste em permanecer calada, mesmo tendo todas as condições de fazer cumprir uma convenção coletiva que assegura aos professores um reajuste de salários de 121,48%, a partir de agosto de 1987.

Contudo, as arbitrariedades continuaram e tomaram proporções inaceitáveis. Os proprietários de estabelecimentos de ensino em Goiás, além de não pagarem o aumento que é direito dos professores, também se recusam a pagar até mesmo o índice fixado pela URP, do fracassado Plano Bresser, e iniciaram um processo de demissões em massa, procurando atingir todas as lideranças do movimento grevista de setembro de 1987. Usam da momentânea desmobilização dos professores, devido ao período de férias, para colocar na rua as maiores lideranças da categoria, visando a impedir novas mobilizações e intimidar aqueles que permanecem em seus quadros funcionais.

Desde o dia 21 de dezembro de 1987 foram demitidos 150 professores da rede particular de ensino do Estado de Goiás. Destes, a esmagadora maioria é formada por professores com mais de 5 anos de trabalho em cada escola, o que comprova que a razão das demissões não é profissional e, sim, perseguição política. Para se ter um exemplo da arbitrariedade, cometida, basta citar o caso do Colégio Agostiniano, que demitiu 22 professores, alguns dos quais com mais de 10 anos de casa. O Colégio Santa Clara demitiu 17 professores, número equivalente a 1/3 de seu quadro de pessoal, e quatro desses têm mais de 20 anos de trabalho no estabelecimento. O Colégio Atheneu Dom Bosco demitiu 30 professores; o Colégio Marista demitiu 9, sendo que 6 desses têm mais de 10 anos de casa. O Externato São José demitiu 5 professores; o Colégio Bom Con-

selho de Jataí, demitiu 7, sendo que 2 deles têm 19 anos de casa. O Colégio Objetivo, que acaba de abrir uma faculdade em Goiânia, demitiu 22 professores e ameaça com a mesma punição outros 80. A Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, notabilizada por sua direção truculenta e reacionária, demite 7 professores, entre eles o professor Gildo Faustino, que havia sido eleito há pouco presidente da Associação dos Professores daquela escola.

O que motivou esta escalada de arbitrariedades? Qual o objetivo destes proprietários de escola? Em primeiro lugar, as demissões significam uma represália à greve de setembro último e uma tentativa de coibir novas mobilizações neste ano. Em segundo, planejam os gananciosos proprietários de escolas dar um calote generalizado e não pagar o que devem aos professores. Em terceiro lugar, querem reduzir o custo de suas folhas de pagamento, demitindo professores antigos e contratando novos mestres, a preços mais baixos, pouco se importando com a qualidade do ensino. Por último, tentam se antecipar a qualquer conquista que os trabalhadores possam obter na Constituinte, como a proibição da demissão imotivada, e procuram logo "limpar" os seus quadros de professores.

Como podem estas escolas querer verbas públicas para praticar tais atos? O que visam esses empresários senão o lucro abusivo à custa de altas mensalidades e salários de fome? Somente nesta lista há seis escolas ditas comunitárias e a prática que desenvolvem em nada difere do Colégio Objetivo, reconhecido como uma empresa na área da educação.

Esta realidade que hoje vivem os professores goianos se repete de Norte a Sul do País e é um exemplo para que lutemos pela aprovação do dispositivo constitucional garantido da exclusividade de verba estatal para a escola pública. O dinheiro do povo não pode ser destinado a gananciosos empresários, que usam a educação para enriquecer, ignorando as mais elementares regras de justiça.

Por outro lado, é necessário observar a inércia da Justiça do Trabalho, tão prestimosa em decretar ilegalidade de greves e competente para organizar os seus **lobbyes** na Constituinte, mas que, na hora de punir empresários, enrola-se nas próprias pernas e acaba nada fazendo.

Manifesto minha solidariedade aos professores arbitrariamente demitidos e faço mais um apelo aos Srs. Congressistas, para que não permitamos a permanência deste quadro injusto na futura Constituição do Brasil. Devemos aprovar a estabilidade no emprego, a exclusividade de verba governamental para a escola pública, e a instituição de mecanismos que garantam uma justiça trabalhista verdadeiramente imparcial, ágil e competente.

**O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com um indisfarçável preocupação que observamos o ritmo dos trabalhos desta Assembléia. Estive ausente desde meados de dezembro último, às vésperas do oferecimento de emendas à Assembléia Nacional Constituinte. Cheguei sexta-feira próxima passada, no mesmo "momento processual", digamos, que vivia esta Casa.

Acho que essa demora e as propostas esdrúxulas que vimos chegar à Mesa, para serem devidamente apreciadas posteriormente, vêm contribuindo inequivocamente para o descrédito desta Assembléia.

No meu Estado, por exemplo, as preocupações legitimamente populares não se circunscrevem ao âmbito polêmico da Assembléia Nacional Constituinte. Visitando minhas bases, neste fim de semana, notei certa preocupação, não com o que se discute aqui, mas com uma realidade mais palpável, concreta, imediata e de gravidade sem precedentes.

O Estado de Alagoas vê-se atormentado concomitantemente por dois flagelos de igual dimensão: de um lado, uma seca que só encontra precedentes no longínquo ano de 1970. Municípios completamente arrasados, saques sucessivos, açudes totalmente secos, rios temporários desaparecidos do mapa. Esse é o quadro desolador, cujas conseqüências se somam à mais absoluta impossibilidade de produção de alimentos para o povo sertanejo. Na zona litorânea, cuja situação é também de uma gravidade impressionante, constata-se que a redução da safra canieira vai antecipar em dois meses a dispensa de operários. Há previsão de que as indústrias locais deverão demitir cerca de trezentos operários qualificados por empresa e mais de mil famílias que trabalham no setor rural. A essa calamidade soma-se outra mais preocupante ainda: a absoluta ausência de governo. O "paladino da moralidade", que hoje administra meu Estado, encontra-se há quinze dias em Paris, após uma visita à China, e o Governador de plantão no local não consegue, evidentemente, administrar com eficácia e contornar a calamidade que nos aflige.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso que, paralelamente aos trabalhos de feitura de uma nova ordem constitucional, não nos esqueçamos de que existe um Brasil real com altas taxas de juros, um Nordeste tangível com problemas de seca, de irrigação, de falta de alimentos e de trabalho, enfim, há uma nação preocupada com um futuro bem mais palpável do que as intermináveis discussões a que assistimos nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Registro, portanto, essa preocupação com o povo de minha terra e meu veemente protesto contra o descaso do Governo Estadual em relação às intempéries físicas e espirituais que nos afligem.

**O SR. GERSON PERES (PDS – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, aqui estamos para fazer um apelo ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, relacionado, justamente, com as terras da Amazônia.

O Estabelecimento Rural do Tapajós, com uma área de 1.040.000 hectares, tornou-se um grande latifúndio do Ministério da Agricultura, visto que apenas 100.000 hectares da área total são utilizados como seringal, campos, setores residenciais e administrativos, restando 940.000 hectares, ocupados por posseiros e floresta. As terras do Estabelecimento Rural do Tapajós ficaram numa posição estratégica em relação aos grandes centros consumidores, a partir do momento da construção das estradas Santarém-Cuiabá e Transamazônica. Com as estradas citadas, Santarém e Itaituba aumentaram de população e as áreas do

ERT ficaram mais próximas destas duas cidades, já que as estradas passaram nas terras da entidade.

Da área de Belterra, que é de 281500ha, o Ministério da Agricultura, através da Portaria nº 323, de 24 de outubro de 1980, estabeleceu que precisava, para seus serviços na região do Baixo Amazonas, de apenas 50.000ha, sendo que 231.500ha restantes foram transferidos ao Incra, para efeito de reforma agrária, de acordo com a Portaria nº 344, do Ministério da Agricultura, publicada no **Diário Oficial** de 30 de outubro de 1980. Da área da Fazenda Daniel Carvalho, situada no Município de Aveiro, em frente à cidade de Aveiro, à margem esquerda do rio Tapajós, com uma área de 40.000ha, o Ministério da Agricultura, de acordo com as portarias antes citadas, quis apenas 10.000ha e entregou 30.000ha para o Incra fazer reforma agrária. Da área da Fordlândia, que é de 718500ha, localizados nos Municípios de Aveiro e Itaituba, cortada pelas estradas Santarém-Cuiabá e Transamazônica, o Ministério da Agricultura só se interessou por mais ou menos 40.000ha, entregando ao antigo 678500ha, para efeito de reforma agrária, como se observa nas portarias já citadas.

Conclui-se, portanto, que dos 1.040.000ha foram entregues ao Incra, para efeito de reforma agrária, mais ou menos 940.000ha. Se forem distribuídos para agricultores, cada lote de 100ha, atenderá a uma média de 9.000 famílias de agricultores distribuídas em Belterra, Fordlândia e Daniel de Carvalho, beneficiando os Municípios de Santarém, Aveiro e Itaituba.

Propõem-se lotes de 100ha, para cada agricultor. Isto porque a área de Belterra dista 30km de Santarém; a área de Fordlândia, pela Transamazônica, fica a 50km de Itaituba e a 100km de Santarém, e a área de Daniel de Carvalho fica em frente a Aveiro. Todas as três, que podemos considerar de futura colonização, estão próximas das duas grandes cidades consumidoras, isto é, Santarém e Itaituba, sendo, em consequência, aconselhável a exploração de fruticultores, levando-se em consideração a necessidade de abastecimento da população.

Na colonização da área de Belterra, podemos contar com a energia da hidroelétrica de Curuáuna, bem como com o acesso da estrada Santarém - Cuiabá e a infra-estrutura de apoio ali existente, em termos de saúde, educação e administração. Quanto à colonização da área de Fordlândia, onde será assentado o maior número de agricultores, é preciso que o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário construa uma estrada, ligando Fordlândia a Rurópolis Presidente Médici para facilitar a penetração dos agricultores na área. Com a infra-estrutura de Fordlândia - saúde, educação e porto - alcançará sucesso a implantação da referida colonização. No caso da fazenda Daniel de Carvalho, será preciso uma estrada de penetração da margem esquerda do rio Tapajós em direção ao rio Madeira, para que se possa fazer o assentamento dos colonos nos 30.000ha.

Podemos, assim, sentir a grandeza do trabalho que temos pela frente, com a realização de uma reforma agrária nas terras do próprio Governo na região do Tapajós, que podemos denominar de Projeto de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Tapajós - PREDATA.

Diante de todo o descrito com referência à área do ERT, desocupada e colocada à disposição do Incra pelo Ministério da Agricultura, apelo para o Ministro Jäder Barbalho e para o Ministro Íris Rezende no sentido de que, em comum acordo, criem o Projeto de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Tapajós - PREDATA, para executar a reforma agrária na área do Estabelecimento Rural do Tapajós, onde as localidades de Belterra, Fordlândia e Daniel de Carvalho servirão de pontos de apoio para o desenvolvimento dos trabalhos no decorrer dos anos em que a colonização se estiver implantando.

O Estabelecimento Rural do Tapajós já pertenceu à antiga SUPRA, com base na Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, até a publicação da Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra, que, no art. 113, transfere a entidade para o Ministério da Agricultura. No período de 1964/1984 muita coisa mudou no Brasil. No caso do Ministério da Agricultura, ele deixou de ter a promoção agropecuária para ficar com as funções de normatização, coordenação e supervisão dos projetos - atividades agropecuárias desenvolvidas em todo o País, lacuna a ser preenchida pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

A autarquia do Estabelecimento Rural do Tapajós, criada pela Lei nº 3.431/1958, tem por finalidade a promoção agropecuária na região do Baixo Amazonas. Considerando-se a transferência de 90% de suas terras ao INCRA para efeito de Reforma Agrária, apelo para o Presidente da República, Dr. José Sarney, para o Ministro da Agricultura, Íris Rezende, e para o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jäder Barbalho, no sentido de que a transferência se processe efetivamente, com dotação orçamentária e pessoal do Estabelecimento Rural do Tapajós - Belterra, Fordlândia e Daniel de Carvalho - do Ministério da Agricultura para o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, tendo o ERT sob sua coordenação, ganhará infra-estrutura de água, saúde, educação, porto, embarcação, energia elétrica, oficina, criação de gado, estradas, armazéns, tanto em Belterra como em Fordlândia e Daniel de Carvalho, para atender à futura colonização que deverá ser implantada nestas localidades.

Concluo, reiterando as seguintes sugestões ao Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário: 1 - Criação do Projeto da Reforma e Desenvolvimento Agrário do Tapajós - PREDATA. 2 - Transferência do Estabelecimento Rural do Tapajós (Belterra, Fordlândia, Daniel de Carvalho), do Ministério da Agricultura para o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Se assim for feito, estaremos efetivamente tornando uma realidade a Reforma Agrária no Brasil, especialmente na Amazônia.

Sr. Presidente, Srº e Srs. Constituintes, este pronunciamento traz, com todos os detalhes, sugestões e dados incontestáveis que podem contribuir para a implantação da reforma agrária e para que se assentem já, na Amazônia, mil famílias de agricultores, com a distribuição de 100 hectares para cada uma, aumentando, assim, a produção, de modo a abastecer centros populacionais como Santarém, Aveiro e Itaituba.

Era o que tinha a dizer.

**O SR, LUIZ SALOMÃO (PDT - RJ. Sem revisão do orador):** - Sr. Presidente, Srºs e Srs. Constituintes, a cada dia fico mais perplexo, confuso e desconfiado com relação às decisões do Governo José Sarney. Vejam que, nesse quadro de grande conturbação da economia nacional, elegeram-se o déficit público como o vilão da história brasileira, o responsável por todas as mazelas que sofre a nossa sociedade.

Nesse quadro em que se conseguiu mudar a ideologia de um partido, o PMDB, que acabou acolhendo essa explicação para as dificuldades econômicas do País e que hoje está afinado com o discurso liberalóide no sentido de conter e podar o Estado, de fazê-lo encolher e murchar a demitir funcionários em massa, o Governo José Sarney decide criar uma nova empresa estatal, a 087 Petrobrás Overseas, para atuar em escala internacional, dentro do Sistema Petrobrás, que já tem larga experiência de atuação no exterior. Essa empresa seria mais uma multinacional para concorrer com o Departamento Comercial da Petrobrás, Decom, com a Braspetro, que foi criada em 1972 para atuar internacionalmente na prospecção, pesquisa e lavra de petróleo no exterior, e com a Interbrás, que é uma **trading company**, criada como subsidiária da Petrobrás para viabilizar as trocas comerciais entre o Brasil e os fornecedores de petróleo importado, assim como vender e colocar os nossos produtos de exportação nos mercados internacionais.

Ora, essa medida talvez fosse razoável nos velhos tempos de ditadura militar, do milagre econômico, quando se criavam empresas a três por dois. Seria razoável se estivessemos ainda naquele período de fazer crescer o Estado para dar emprego aos amigos. Mas hoje, diante de, discurso liberalóide de contenção do Estado, estranhamos a intenção do Presidente Ozires Silva, da Petrobrás, de criara ferro e fogo, mais essa subsidiária, contrariando o ponto de vista do corpo técnico da Petrobrás, das suas associações de servidores, notadamente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, a Aepet. Em primeiro lugar, transferir-se-ia do Brasil para o exterior o centro de decisões sobre o suprimento de petróleo ao País, isto porque a **Petrobrás Overseas** seria uma empresa sediada na Inglaterra com possibilidade de ser administrada por estrangeiros. Segundo palavras do Presidente da Petrobrás, Ozires Silva, a sua preferência é que o "chairman" dessa subsidiária fosse um inglês, talvez para conferir certo grau de formalidade a essa empresa, para assemelhá-la a alguma das sete irmãs do petróleo, como a Shell ou a Texaco, por exemplo. Mas, de qualquer maneira, o que preocupa, essencialmente, é a possibilidade de se retirar dos técnicos da Petrobrás, brasileiros que têm prestado relevantíssimo serviço à Nação, a responsabilidade das decisões sobre trocas internacionais envolvendo petróleo. Só de derivados de petróleo e de petróleo bruto tivemos um movimento comercial da ordem de 4,3 bilhões de dólares, no ano passada Três e meio bilhões de dólares correspondentes a petróleo bruto e oitocentos milhões de exportação de derivados.

Essa decisão é ainda mais estranha quando se tem em conta que a Petrobrás está sendo vitimada por corte nos seus investimentos de nada menos de quinhentos milhões de dólares, o que pode comprometer a produção nacional de petró-

leo em futuro não muito remoto. Como fazer gastos perdulários criando novas empresas numa época de contenção, como esta?

Tudo isso nos leva a indagar os motivos da insistência do Presidente da Petrobrás, que forçou um grupo de trabalho a concluir favoravelmente à criação da **Petrobrás Overseas**, que levou ao Conselho de Administração, com o peso do seu cargo, uma proposta que também fez aprovar e agora obteve autorização do Sr. Presidente da República para transformar o escritório comercial da Petrobrás, que funciona junto à Embaixada brasileira em Londres, numa empresa inglesa

Ora, isto significa perder o **status** diplomático de que dispõe o escritório comercial da Petrobrás em Londres, que lhe dá enormes facilidades para transitar nos países do Oriente Médio, entre todos os fornecedores internacionais de petróleo, e que permite ao Brasil operar 24 horas por dia com os mercados de petróleo, independentemente de fusos horários, apenas para satisfazer o capricho do Sr. Ozires Silva de criar mais uma subsidiária. Entretanto, o que me parece ainda mais assustador é fazê-lo exatamente num ano em que a Petrobrás está recém-saindo das dificuldades financeiras a que foi compelida pela péssima administração do Ministério das Minas e Energia e das autoridades fazendárias, com relação aos preços dos derivados, gerando um enorme prejuízo. Parece absurda essa decisão de gastar recursos na criação de uma empresa para concorrer com o Departamento de Comercialização da Petrobrás, com a Interbrás e com a Braspetro, que vêm prestando serviço altamente satisfatório.

As nossas preocupações aumentam ainda mais com a notícia veiculada do "Jornal do Brasil", coluna do jornalista Zózimo do Amaral, de que um dos três dirigentes dessa subsidiária da Petrobrás seria exatamente o Sr. Shigeald Ueki de tão lastimável memória quando passou pelo Ministério das Minas e Energia e pela Presidência da Petrobrás.

Sr Presidente, chamo a atenção dos Srs. Constituintes quanto a esta questão, pois uma das deliberações unânimes desta Casa foi no sentido de que a criação de qualquer empresa estatal deveria ser precedida de um pré-requisito, do qual não se pode abrir mão, qual seja a prévia autorização legislativa do Congresso Nacional.

Criar a **Petrobrás Overseas** da maneira como quer o Presidente da Petrobrás, com a anuência do Presidente da República, é uma providência desnecessária e perdulária. Falo sem a audiência do Congresso Nacional é um desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte, contra o qual quero registrar o protesto de bancada do PDT.

Peço ainda que integre o meu pronunciamento a publicação que anexo a respeito desta questão.

### **PUBLICAÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR**

#### **Petrobrás Overseas UM TEMA POLÊMICO**

A grandiosidade da Petrobrás, a natureza da indústria do petróleo, a situação econômico-financeira do País, o volume das exportações e importações do Sistema Petrobrás e a maturidade gerencial e tecnológica da Companhia, indicam a necessidade e a oportunidade de aperfeiçoarmos e ampliarmos a nossa presença no mercado internacional Ninguém discute que está no exte-

rrior uma possibilidade de ganho que não pode ser desprezada Discute-se muito, como, onde e com qual prioridade?

O Departamento Comercial – DECOM – atua no exterior, com competência reconhecida, desde a criação da Companhia. Quem não sabe que durante os "choques do petróleo" o suprimento do mercado nacional foi tranqüilamente mantido enquanto a Rainha da Bélgica teve que andar de bicicleta. Em 1972 foi criada a Braspetro e em 1976 a Interbrás, duas subsidiárias cujas prioridades estão concentradas na exportação de produtos e serviços brasileiros. Para se ter uma idéia da importância da comercialização internacional desenvolvida pela Petrobrás, somente área de petróleo e derivados, em 1986, importamos US\$ 3,5 bilhões, e exportamos US\$ 800 milhões, negócios portanto que atingem US\$ 4,3 bilhões.

A idéia da criação de uma subsidiária no exterior é antiga. Há muitos anos questiona-se a viabilidade técnica e econômica da Petrobrás contar com uma empresa fundada e localizada no exterior que poderia gozar de privilégios fiscais e facilidades inatingíveis para a Petrobrás e suas subsidiárias. Até hoje essa "onda não pegou" porque não está perfeitamente definida a relação custo X benefícios da medida, afinal de contas já temos o DECOM, a Braspetro e a Interbrás atuando na possível área de interesse dessa "empresa estrangeira verde-amarela".

Em 18-9-86 foi criado pelo Presidente da Petrobrás um Grupo de Trabalho com o objetivo de "estudar e propor medidas no sentido de melhor adequar a atuação do Sistema Petrobrás no exterior" O GT teve a Coordenação do Diretor Carlos Sant'Anna e contou com a participação dos seguintes membros: Vice-Presidente da Braspetro, Vice-Presidente da Interbrás, Chefe do Serviço de Planejamento, Chefe do Serviço Financeiro, Chefe do Serviço Jurídico e Superintendente do Departamento Comercial.

Depois de prorrogações de prazo o GT finalmente entregou em fevereiro/87 um relatório ao Presidente da Companhia Vale ressaltar o caráter ultra-sigiloso estabelecido para este documento. Pouquíssimas pessoas tiveram acesso ao relatório, fato estranho, pois traía-se de assunto que interessa à maioria dos Departamentos, Serviços e Subsidiárias. Temos informações que mesmo os participantes do chamado "Grupo 1", que reúne os gerentes de primeira linha da Petrobrás, não tiveram acesso ao relatório do Grupo de Trabalho.

Os membros do GT, segundo chegou ao nosso conhecimento, não conseguiram obter acordo em vários itens, no entanto, apresentaram de forma consensual diversas recomendações, sendo que algumas delas demonstraram a necessidade de análises, estudos e modificações que deveriam ser realizadas tendo em vista a criação da Subsidiária em Londres.

Em 4-6-87 o Conselho de Administração aprovou a criação da Petrobrás Overseas acatando uma proposição do Presidente Ozires Silva. Logo em seguida o Presidente encaminhou ao Ministro das Minas e Energia expediente comunicando a decisão do Conselho e solicitando que fosse dada a tramitação necessária (MME-SEPLAN-Presidência da República). Ficou estabelecido que o objetivo social da empresa seria o mais amplo possível – incluído precipuamente o suprimen-

to de petróleo, que seriam nomeados até três diretores que ficariam sediados em Londres; sendo que o Presidente seria o próprio Presidente da Petrobrás, e que a Petrobrás manteria permanentemente 51% do capital votante da "Overseas".

Esses fatos geraram uma inquietação muito grande no corpo técnico da Companhia e em especial no Departamento Comercial. Técnicos com vasta experiências no mercado internacional, que inclusive já atuaram nos nossos Escritórios de Londres, Nova Iorque, etc, não foram convidados a opinar. As informações começaram a ser passadas de forma desencontrada, tudo baseado em suposições, o que é absolutamente natural que a posição oficial não era divulgada.

A Petrobrás Overseas ganhou as manchetes dos jornais – inclusive colunas sociais. A imprensa informava que a Subsidiária iria atuar na distribuição de derivados em Portugal, refinar petróleo na Itália, comprar reservas em Angola etc, etc. O Presidente Ozires admitiu, segundo a imprensa, a possibilidade da contratação de um executivo inglês para dirigir a Overseas.

### **Presidente recebe AEPET**

A direção da AEPET se interessou de imediato pelo assunto, afinal temos um compromisso estatutário de defender o monopólio estatal do petróleo, a Petrobrás e o corpo técnico da Companhia, sempre tendo como ponto de referência o interesse nacional. Inúmeros associados procuraram a AEPET para transmitir a preocupação e para se colocar à disposição para colaborar no estudo do tema. A imprensa também logo procurou a AEPET para obter uma posição da entidade que hoje já representa 3500 técnicos da Petrobrás. Conforme tradição da AEPET procuramos analisar a situação sob todos os ângulos possíveis antes de tomar qualquer posição. Discutimos muito com o pessoal do Decom e dos departamentos e serviços que têm maior interface com o comércio exterior. Conversamos com o diretor Carlos Sant'Anna e com o Superintendente do Decom, Arthur Carvalho e Fernandes Netto. Finalmente chegamos a conclusão que deveríamos solicitar uma audiência ao Presidente Ozires Silva.

Após um "mal-entendido", esclarecemos ao presidente, por escrito, que não estávamos querendo, interferir na sua gestão na nossa Petrobrás, e sim, simplesmente buscando contribuir na construção de uma Petrobrás melhor e maior. A audiência foi então marcada para o dia 1, de setembro de 1987, às 15:00hs. Nesse ínterim, o Diretor Sant'Anna e o Presidente Ozires realizaram reuniões com diversos técnicos do Decom, abrindo um debate importante e fundamental sobre as idéias que estavam sendo desenvolvidas tendo em vista a criação da nova subsidiária, Temos informações que o superintendente do Decom encaminhou, após os debates, um documento à alta administração da Companhia externando as preocupações do corpo técnico do departamento e alinhando algumas sugestões para o prosseguimento da questão.

Na audiência com o Presidente Ozires Silva, representaram a AEPET, o Presidente Antonio Maciel Neto e o Conselheiro Ricardo Maranhão. Participou ainda da reunião o chefe de gabinete do Presidente, Antonio Fragomeni. A conversa

durou 2 horas e dez minutos e transcorreu num clima amistoso, franco, objetivo e sobretudo construtivo. O presidente da AEPET fez questão de sublinhar mais uma vez os objetivos da entidade e que a vontade de contribuir está presente em todos nós. Passamos então a descrever os tópicos discutidos com o Presidente Ozires:

### **DESLOCAMENTO PARA O EXTERIOR DO CENTRO DE DECISÕES**

A AEPET disse ao Presidente que "corria" a informação que a Overseas seria responsável pelo suprimento de petróleo ao País, substituindo em grande parte as atividades desenvolvidas pelo Decom. Demonstramos a nossa preocupação com a transferência para Londres do centro de decisões quanto à aquisição de petróleo no mercado internacional. Destacamos a complexidade desse tipo de decisão que envolve além do Decom, pelo menos o Depin, Sefin e Detran exigindo uma abordagem sistemática para o problema, o que seria dificultado com a ida desse assunto para a Overseas.

O Presidente Ozires declarou que "isso seria uma grande burrice" e que a "notícia" não tinha qualquer fundamento. Disse pretender que a Overseas seja mais uma fonte de suprimento para a Petrobrás, competindo com as outras dezenas de agências que hoje mantêm negócios com a Companhia, sem qualquer exclusividade. O Decom continuaria atuando da mesma forma, no entanto, com mais uma alternativa de negócios, mantendo intocável o centro de decisões na Petrobrás.

### **• Capital**

A AEPET comentou com o Presidente que não via motivos para que a Petrobrás mantivesse apenas 51% do capital da Overseas. Lembramos ao Presidente que todas as nossas subsidiárias têm 100% do capital votante em poder da Companhia, e que no caso particular da Overseas, onde não há necessidade de grandes investimentos iniciais e que não requer tecnologia especial (dois dos argumentos mais usuais para justificar associações com empresas estrangeiras), não se justificaria a presença de outros sócios.

O Presidente argumentou que os 49% do capital em aberto permitiria associações com outras empresas para o desenvolvimento de projetos específicos, citando várias oportunidades que ele tinha conhecimento. Depois de vários debates o Presidente Ozires informou que já havia reformulado a decisão, e que iria colocar nos estatutos da Overseas o controle por parte da Petrobrás de 100% do capital votante.

### **• Investimentos**

A AEPET demonstrou ao Presidente uma grande preocupação com as notícias da imprensa que anunciaram diversos investimentos no exterior através da Overseas. Argumentamos que estávamos vivendo a dramática decisão dos cortes nos investimentos da Petrobrás que terão péssimas repercussões já no próximo ano como não cumprimento da meta de produção estabelecida. Deixaremos de investir em 87 cerca de (US\$ 500 milhões, e já em 88 importaremos, em consequência, mais de 66 mil barris/dia o que significará dispêndios similares aos cortes – aproximada-

mente US\$ 500 milhões – com uma grande diferença – os investimentos da Petrobrás são realizados em cruzados junto à indústria nacional (mais de 93%) enquanto que a compra de petróleo é feita em dólares, com custos financeiros altíssimos. Comentamos o primeiro prejuízo da história da Petrobrás e a asfixia financeira que está sendo imposta à Companhia. Dentro desse quadro de perplexidade não conseguíamos imaginar de onde sairiam os recursos para a Overseas investir.

O Presidente Ozires informou que nos primeiros anos a Overseas não iria fazer investimentos significativos e que as notícias veiculadas eram meras especulações. Disse que o capital inicial da nova empresa seria de um milhão de libras, valor equivalente ao custo anual do escritório de Londres. Nos próximos anos, frente a conjuntura, a Petrobrás decidiria se investiria mais, ou menos, na Overseas.

### **• Clientelismo político**

A AEPET externou ao Presidente uma grande preocupação com a possibilidade dos cargos de diretores da Overseas – 3 a princípio – entrarem como cacife do governo, nas negociações em curso na Constituinte em torno da duração do mandato do Presidente da República e sistema de governo. Dissemos ao Presidente que na história brasileira não é possível se encontrar um outro momento como o atual, onde o governo mais parece um balcão de negócios. Lembramos ao Presidente Ozires que hoje há briga entre Ministros de Estado para nomear representantes do Funrural na Paraíba, agentes do Inamps no interior do Rio Grande do Sul e representantes da Receita Federal nas fronteiras do Estado de São Paulo e que os cargos em Londres, para comandar bilhões de dólares, despertariam pressões irresistíveis. Argumentamos que o clientelismo político é o câncer das empresas estatais, e que o momento político é muito crítico.

O Presidente disse que existia a possibilidade de não se nomear os diretores de imediato e que a Overseas poderia operar perfeitamente, na fase inicial, com a própria estrutura do escritório de Londres. afirmou o Presidente que tem se esforçado muito para preservar os quadros técnicos da Petrobrás, que confia no Presidente Sarney e que precisamos ter coragem para enfrentar as dificuldades inerentes ao processo de crescimento da Companhia.

### **A posição da AEPET**

A AEPET apresentou ao presidente a preocupação com as repercussões da criação de mais uma subsidiária da Petrobrás para atuar em atividades que hoje são desenvolvidas pelo Decom Interbrás e Braspetro, exatamente no momento em que o debate sobre a presença do Estado na economia está presente na Assembléia Nacional Constituinte, e quando a imprensa volta a atacar duramente as empresas estatais, dentro do processo que o Dr. Hélio Beltrão compara ao "Impaludismo".

O Presidente Ozires contra-argumentou voltando à base de coragem para crescer. Discorreu sobre a necessidade de ampliarmos urgentemente o faturamento da Companhia que está estabilizando há praticamente cinco anos.

Depois de todos os debates relatados, a AEPET, naturalmente e respeitosamente perguntou ao presidente: se a Overseas não será a responsável pelo suprimento de petróleo no País, se o capital vai ser 100% Petrobrás, se os investimentos iniciais serão equivalentes aos custos do Escritório de Londres, se existe a possibilidade de não nomeação dos diretores, qual é então a razão da criação de imediato da nova subsidiária??? O Presidente Ozires disse que deseja logo que possível fazer modificações no funcionamento do Escritório de Londres que hoje opera vinculado à Embaixada Brasileira, na forma de representação comercial, e que pretende aproveitar essa mudança para criar a "Subsidiária Estrangeira" da Petrobrás. O Presidente relatou a sua experiência com a criação de uma subsidiária da Embraer nos Estados Unidos – 100% do capital votante é da Embraer – que tem operado com sucesso. Conseguindo grandes oportunidades de negócios e obtendo descontos importantes na compra de equipamentos. Disse inclusive que a Embraer Aircraft, por ser uma empresa americana, mesmo com o capital 100%, brasileiro, obtém financiamentos em condições melhores que a Embraer.

Afirmou o presidente que tem certeza absoluta que a Overseas, que seria uma empresa inglesa, obterá financiamentos para investimentos, que a Petrobrás, Braspetro e interbrás não conseguiriam por serem empresas brasileiras.

A AEPET argumentou ainda que considerava que esse assunto merecia um debate mais amplo, particularmente nesse momento em que finalmente se discute o planejamento estratégico da Companhia. Aliás, o assunto é importantíssimo para o futuro da Petrobrás, e envolve Órgãos da Companhia, sendo portanto, exemplo típico de questão que deve ser tratada no planejamento estratégico. O Presidente Ozires relatou as dificuldades que está tendo com o trabalho de planejamento estratégico e afirmou que não há tempo para se perder.

O Presidente da AEPET – Engº Maciel comentou com o Presidente Ozires que os esclarecimentos prestados tinham sido de extrema importância e que mais uma vez a falta de informações precisas e amplas sobre as decisões da Direção da Petrobrás tinham causado um grande problema. O Presidente disse que é um mal brasileiro – a comunicação é sempre difícil e preconceituosa. afirmou que a comunicação da AEPET também não é eficaz, e que as nossas decisões também tem gerado problemas de interpretação. O Engº Maciel disse que a nossa estrutura é "armadora", que só trabalhamos na AEPET à noite depois de uma jornada de no mínimo 8 horas de trabalho na Petrobrás e que certamente cometemos alguns erros, mas que as decisões são tomadas em reuniões abertas à presença dos associados. Essa parte do debate foi em clima descontraído embora o assunto seja dos mais sérios.

### **A Posição da AEPET**

Pelos motivos expostos somos de opinião que a questão da criação da Petrobrás Overseas merece mais debates, e que o fórum adequado para tal, é aquele onde está sendo discutido o planejamento estratégico da Companhia. Dessa forma, as gerências dos Departamentos e Serviços poderão contribuir construtivamente com as experiências e inteligências para que a decisão seja a mais

certada possível. Logicamente temos convicções que o corpo técnico será consultado pelos superintendentes, chefes de serviços e vice-presidentes de subsidiárias.

Acreditamos, que entre outros, os seguintes pontos deverão ser discutidos e aprofundados no contexto da criação de uma subsidiária estrangeira da Petrobrás:

1) análise dos cenários da economia internacional e nacional até pelo menos o ano 2000, verificando se a estrutura atual não é adequada para o aperfeiçoamento e ampliação da ação no exterior da Petrobrás.

2) verificação da real situação do escritório de Londres incluindo uma análise de custos x benefícios com a retirada do "status" diplomático do mesmo.

3) Análise da estrutura decisória das diversas Companhias de Petróleo no que se refere à atuação internacional, especialmente suprimento de petróleo, localização de sedes, subsidiárias e escritórios de representação.

4) Definição das possibilidades de investimentos reais no exterior frente as necessidades presentes para que a Petrobrás possa cumprir adequadamente os seus compromissos para com a sociedade brasileira, especialmente no que tange à auto-suficiência de petróleo.

5) Definição da área de atuação da Subsidiária de forma a evitar a duplicidade de atividades com Órgãos da Petrobrás tais como: DECOM, DEPIN, DETRAN, SEFIN, SERMAT, BRASPEFRO e INTERBRÁS.

6) Definição de política para a realização de operações no exterior que envolva contrapartidas de produtos brasileiros, de forma que os subsídios sejam "bancados" pelo governo federal ou pelo setor privado do beneficiado e não pela Petrobrás como já ocorreu.

7) Definição do cenário político mais adequado para possíveis modificações na estrutura atual.

Deve ficar claro portanto que a AEPET não está se posicionando contra a criação da Petrobrás Overseas, e sim, está reclamando mais discussão e mais transparência para a decisão. Há que se evitar a criação de mais uma empresa sem o seu negócio muito bem definido e suas vantagens comprovadas.

Defendemos também a proposição que já obteve a grande maioria das forças políticas representadas na Assembléia Nacional Constituinte no sentido que a criação, ou extinção, de qualquer empresa estatal deve necessariamente obter o "de acordo" do Congresso Nacional."

Não queremos ainda que no futuro, a área de comércio exterior da Petrobrás seja comparada à Teresinha de Jesus, da ópera do Malandro, que foi criada e envernizada com todos os requisitos para ter sucesso na vida, ser competente e honesta, e que de repente, por descuido de seus pais – Fernandes de Duran e Vitória Régia – e também do chefe de polícia local, inspetor Chaves, caiu nas mãos de Max Overseas, que segundo Chico Buarque era um "estelionatário, muambeiro e inimigo público nº 1. Esse descuido provocou uma confusão monumental!!

Comício na Cinelândia  
reúne duas mil pessoas

Quase 2.000 pessoas participaram na Cinelândia do comício organizado pela Comissão em

Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e Contra os Contratos de Risco, presidida pelo presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, no dia 28 de agosto passado. A volta da campanha "O Petróleo É Nosso" às ruas, iniciada com o ato público na Associação Brasileira de Imprensa em 6 de julho, foi mais uma demonstração de que o povo está vigilante na defesa do monopólio e exige a eliminação definitiva dos contratos de risco hoje ainda existentes. Com a presença de Euzébio Rocha, autor da Lei nº 2004, de Parlamentares, e de representantes das mais de 60 entidades que compõem a comissão, o comício, animado pelo conjunto "Exporta Samba", foi aberto com um discurso veemente e apaixonado de Maria Augusta Tibiriçá Miranda, uma combatente da luta pelo monopólio desde a vitoriosa campanha "O Petróleo É Nosso" dos anos 50, que culminou com a criação da Petrobrás e com assinatura da Lei nº 2.004 que garantiu o monopólio. Em seguida falaram parlamentares de vários partidos políticos, todos unânimes em afirmar a necessidade de garantirmos o monopólio e eliminarmos os contratos de risco da nova Constituição. O ato foi encerrado com discursos de Barbosa Lima Sobrinho e do General Antonio Carlos de Andrada Serpa.

#### Estados

A volta da campanha "O Petróleo É Nosso" às ruas foi marcada também por atos públicos em todo o país. Em São Paulo, tivemos na Refinaria de Capuava, uma manifestação que contou com a presença de mais de 300 empregados da campanha. Em Porto Alegre, Macaé, Natal e Salvador também tivemos manifestações de apoio à campanha.

#### Aepet falo em Universidade

O Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Antonio Maciel Neto, fez uma palestra para mais de 300 alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a convite do Centro de Tecnologia, onde deu conhecimento aos alunos do andamento da campanha em defesa do monopólio e contra os contratos de risco, fazendo também uma análise da situação atual da Petrobrás, posição da empresa no mundo e respondeu a algumas questões de interesse dos estudantes. Antonio Maciel Neto já tem marcada urna outra palestra, desta vez na UERJ, no próximo dia 21 de outubro, às 17h30min.

#### Bandeira

O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, vai receber a semana que vem, a bandeira da Petrobrás, que recebeu mais de 500 assinaturas de pessoas presentes ao ato público do dia 6 de julho de 1987, que relançou a campanha, "O Petróleo á Nosso", no auditório da ABI. A bandeira foi hasteada simbolicamente no pátio da Petrobrás pelo Presidente da Comissão em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e Contra os Contratos de Risco, Barbosa Lima Sobrinho, pelo Diretor da Petrobrás, Armando Coelho, e pelo Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás-Aepet – Antônio Maciel Neto, no dia 30 de julho. O Presidente da Petrobrás, Ozires Silva, não pôde comparecer ao ato, que contou com a participação do Coral da Petrobrás.

**O SR. VICTOR FACCIÓNI (PDS-RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>o</sup> e Srs. Constituintes:

"Os homens e as moscas continuam os mesmos no presidencialismo. Somente no parlamentarismo pode ocorrer a mudança e substituição dos homens no Governo e até no Parlamento."

Uma agência de publicidade de Porto Alegre produziu e mandou fixar nas ruas da capital gaúcha painéis que pretendem defender o sistema presidencialista de governo. A diretora de atendimento da agência diz que tal promoção faz parte da filosofia da agência de questionar "engodos", quando, na verdade, o presidencialismo é um dos maiores engodos da política brasileira. Disse eu que "pretendem defender" o sistema parlamentarista porque, na prática, a mensagem escolhida provoca efeito contrário ao presidencialismo, ao dizer que, se as moscas são as mesmas, não é o sistema que vai mudar o País. É que, Sr. Presidente, as moscas continuam as mesmas no presidencialismo, como estamos vendo acontecer ainda agora, ou como já vimos antes, nesses quase cem anos de República presidencialista.

Acrescenta a diretora da Agência Nova Forma de Propaganda, Maria Medeiros, em entrevista publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, que "estamos dizendo o que as pessoas gostariam de ver estampado. É evidente que de nada adiantará o parlamentarismo se os homens continuarão". Mas não é assim. Ao contrário, pois só com o parlamentarismo é que mudarão.

Pois bem, no presidencialismo continuam e continuarão tanto as "moscas" como os homens, pois só no parlamentarismo pode haver troca e substituição, com a derrubada do Governo pelo voto de desconfiança da Câmara dos Deputados, ou pela dissolução da própria Câmara e convocação de novas eleições. Isso não é possível no presidencialismo. Então, a agência pecou na escolha da mensagem de seus painéis fixados em pontos estratégicos de Porto Alegre, e acabou, na verdade, promovendo a idéia básica do parlamentarismo, a da possibilidade de troca dos governantes e até dos representantes do povo, porque no parlamentarismo o povo é o soberano político de todos os dias, no dizer de Raul Pilla, que acrescentava: "... enquanto que no presidencialismo o povo é o soberano de apenas um dia, o dia das eleições". Depois, no dia seguinte, o eleito é quem passa a mandar, até o dia das eleições seguintes, como senhor soberano exclusivo e único a mandar e desmandar, enquanto o seu mandato durar. E só lembrar o que aconteceu com o Plano Cruzado, poucos dias depois das eleições, contrariando exatamente o voto maciço do povo brasileiro, dado alguns dias antes.

Não é por nada que os candidatos a Presidente defendem o presidencialismo; eles querem o poder todo para si, como verdadeiros "imperadores" com prazo fixo, e isso quando não ocorre o golpe e a prorrogação do mandato.

Para tentar a mudança desse estado de coisas, tenho defendido a mais fundamental das mudanças, o sistema de governo, sabendo, é claro, que não vão depender apenas disso as demais mudanças exigidas pelo povo brasileiro, mas que se trata do caminho sem o qual jamais se chegará à democracia em nosso Brasil.



**O SR. WILSON CAMPOS (PMDB – PE. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, faço um registro fúnebre. Pernambuco está de luto. Um dos seus mais ilustres filhos, o Desembargador Agamenon Duarte Lima, faleceu na cidade do Recife. Desembargador aposentado e jurista renomado, com grandes serviços prestados a Pernambuco, foi, durante mais de 50 anos, filho ilustre daquele Estado, que o perdeu ontem.

Em nome da nossa bancada, registro nossa saudade, transmitindo a família enlutada nossos pêsames.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Por incrível que pareça, o **Jornal do Brasil** de hoje traz a seguinte manchete "Aníbal investiu em candidatura com fundos da União". Foram gastos, no caso, mais de 1 bilhão e 700 milhões de cruzados. O jornal se refere ao Ministro Aníbal Teixeira, que em sua passagem pela SEAC autorizou uma prefeitura de Minas Gerais a comprar uma fábrica de cachaça para, junto a uma escola, produzir o precioso líquido. Esse Ministro é motivo, hoje, de reportagem na 4ª página do **Jornal do Brasil**. S. Ex.<sup>a</sup>, que pensa em disputar a Prefeitura de Belo Horizonte, ou o Governo de Minas, desviou, segundo o jornal a importância de Cz\$ 1.723.000.000,00, da seguinte maneira: para o Município de Belo Horizonte, Cz\$ 773.000.000,00; para Fortaleza, Cz\$ 24.000.000,00; para Goiânia, Cz\$ 230.000.000,00; para Cuiabá, Cz\$ 20.000.000,00; para Manaus, Cz\$ 187.000.000,00; para João Pessoa, Cz\$ 20.000.000,00; para Natal, Cz\$ 184.000.000,00; para Teresina, Cz\$ 20.000.000,00; para São Paulo, Cz\$ 125.000.000,00; para Vitória, Cz\$ 15.000.000,00; para Aracaju, Cz\$ 70.000.000,00; para Maceió, Cz\$ 50.000.000,00; para São Luís, Cz\$ 5.000.000,00; para Florianópolis, Cz\$ 40.000.000,00; para Rio Branco, Cz\$ 5.000.000,00. Deixou de fazê-lo, talvez por motivos políticos, para o Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belém, Curitiba, Campo Grande, Macapá e Boa Vista.

Entendemos perfeitamente por que o Ministro usou o dinheiro público dessa maneira. S. Ex.<sup>a</sup> quis, na oportunidade, identificar as capitais em que os Governadores já se declararam por quatro anos de mandato para o Presidente que mais desmanda neste País.

Justamente por isso, queremos registrar nossos protestos nesta tribuna, no dia de hoje, mostrando que realmente o Brasil precisa mudar. Fazemos um apelo a todos os componentes de qualquer segmento da sociedade e a todos os membros da classe política com assento nesta Assembléia, pois o povo não mais pode esperar, Sr. Presidente. Queremos, em homenagem ao Presidente Ulysses Guimarães, Constituição já! Queremos também, homenageando nosso Líder Mário Covas, eleições diretas já! Não podemos mais esperar eleições diretas em 1988, para o bem do Brasil e dos brasileiros!

**O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>. E Srs. Constituintes, a despeito do pessimismo reinante no País, a despeito de toda a crise, a despeito da fome, a despeito de todas as mazelas propaladas e realmente existentes nesta Nação,

o Brasil é suficientemente potente. Seu potencial é deveras inesgotável e poderá sobreviver à corrupção e aos desgovernos.

A minha região, que até agora tem sido a mais discriminada, a mais esquecida, a mais abandonada, a mais espoliada, vai renascer, vai começar a ser integrada de fato ao Brasil. A Amazônia vai se tomar, com a ajuda de Deus e da construção das eclusas na usina hidroelétrica, o vector do desenvolvimento do Brasil. Acompanho as obras da maior hidroelétrica nacional, desde os seus primórdios. Tucuruí, antes da idéia da construção da grande usina, era uma cidadezinha perdida na selva, com menos de 3.000 habitantes, a 280 quilômetros de Belém. Sua vida era meramente vegetativa. Havia uma estrada de ferro com 200 quilômetros de extensão, com a única finalidade de permitir a exploração da castanha e da madeira, nas margens do Tocantins. Esta estrada de ferro foi aos poucos sendo extinta e, com a sua morte, Tucuruí também ia morrendo.

A partir de 1973, a simples idéia da construção da hidroelétrica fez eclodir toda a região e Tucuruí começou a renascer, a explodir para o desenvolvimento. Um sem-número de migrantes, a princípio técnicos da Eletronorte, seguidos de operários, depois peões, fazendeiros e aventureiros, para lá afluíram. Em menos de 3 anos a População de Tucuruí passou para 7 mil.

Hoje, Tucuruí é uma das maiores cidades do Pará.

Sr<sup>a</sup> e Srs. Constituintes, precisamente no dia 24 de janeiro próximo, fará 11 anos da assinatura dos contratos de financiamento do projeto da maior hidroelétrica nacional do País.

Não sei se por acaso, ou providencialmente depois de 11 anos, depois de lutas, sacrifícios, incompreensões e enorme jogo de interesses dos inimigos inconfessáveis deste País, vão ser construídas as duas eclusas na grande hidroelétrica.

Meu contentamento, como o de todos os amazônidas, é enorme. Não porque serão construídas eclusas, mas porque da Amazônia partirá a grande hidrovia, que será formada desde o Brasil Central até Belém, por meio dos rios Araguaia e Tocantins, num total de 2.220km. Permitirá a navegação de Santa Isabel para jusante, até Belém, numa extensão de 680km, o que não se esgota aí. O restante da hidrovia ficará apenas na dependência da construção da barragem de Santa Isabel, cujo represamento submergirá um trecho de 340km de navegabilidade precária, no período de águas baixas.

As eclusas de Tucuruí vão finalmente abrir perspectivas novas e promissoras para a Amazônia. É o momento de o Brasil e os brasileiros descobrirem a Amazônia e as riquezas infinitas do meu Estado.

E hora de o mundo voltar-se para o maior ecossistema ecológico do universo e unir-se ao Brasil para preservá-lo, para dizer um basta aos invasores da Amazônia, que unicamente com o objetivo do lucro fácil procuram transformá-lo lentamente, quem sabe celereamente, numa vasta região desértica

Só almejamos que, tomando-se o meu Estado do Pará, ponto de partida para a verdadeira integração nacional e manancial de riquezas, mereça, doravante, mais atenção dos Governos e dos brasileiros Sr<sup>a</sup> e Srs. Constituintes, a Amazônia não

é apenas dos amazônidas. Ela faz parte do Brasil e integra o maior sistema ecológico do mundo.

A construção das eclusas irá, a curto prazo, colocar o Tocantins e o Araguaia no mesmo nível de integração do rio São Francisco.

As eclusas não irão acelerar apenas a ocupação e o crescimento da Amazônia, mas primordialmente, irão erradicar o Brasil da crise institucional em que se encontra.

Alegrem-se, pois, todos os amazônidas e brasileiros, porque a construção das duas eclusas, agora, será irreversível.

Alegremo-nos, Sr<sup>a</sup> e Srs. Constituintes, ante este grande anúncio que lhes fazemos neste instante.

Mesmo que não concordássemos com todas as ações do atual Governo, só a injustiça far-nos-ia omitir a coragem e a determinação do Presidente Sarney, do Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, e do Governador do Pará, aos quais, em nome dos habitantes de toda a região do sul paraense, prestamos nossas homenagens.

Para finalizar, não é possível esquecer um dos homens que nunca deixaram de acreditar no Brasil e particularmente na Amazônia. Este cidadão, chamado Sebastião Camargo, proprietário da empresa que construírá as eclusas, a Camargo Corrêa, um Jovem de 80 anos, diante do que a Amazônia representa para o Brasil e para todos os brasileiros, pronunciou a seguinte frase que merece uma lápide que a perpetue, para que sirva de exemplo para a posteridade, de estímulo e confiança para todos nós "Gostaria de ser neto de mim mesmo para ver a Amazônia com a qual os verdadeiros patriotas, os brasileiros de todos os pontos do Brasil sempre sonhamos".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB – ES. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sras., Srs. Constituintes, os setores que compõe a indústria cafeeira no Brasil, como os do solúvel, dos torrefadores, do comércio, representado pelos maquinistas e exportadores de café do País, da lavoura, do Conselho Nacional do Café, e outras entidades ligadas, têm-se mobilizado no sentido não só da preservação do IBC, mas da exigência de um debate mais transparente entre todos que tratam da reformulação daquele órgão.

Ao longo de sua história, o IBC tem desempenhado importante papel na condução das mais diversas políticas. Agora – justiça seja feita, Sr. Presidente – o IBC, órgão subordinado ao Ministério da Indústria e do Comércio, está encabeçado por um brasileiro extraordinário, responsável e competente, que tem conduzido, com inteligência e conhecimento de causa, a política do setor cafeeiro, refiro-me ao Dr. Jório Dauster. Por intermédio do Conselho Nacional da Política Cafeeira, através de um debate com esses setores, que citamos ainda há pouco, S. S<sup>o</sup> tem procurado encontrar uma solução no momento em que, de um lado, existe um verdadeiro bombardeio, um desejo inarredável de extinguir o IBC e, de outro a reivindicação de mecanismos que valorizem e, acima de tudo, defendam esse setor importante da economia primária deste País que sempre marcou posição. Apenas para uma retrospectiva histórica, basta convocar a memória de todos para o registro de como o café, esse setor da economia primária, marcou e abriu caminhos além do País,

definindo-se como produto de exportação e trazendo para este País os dólares das bolsas de Londres e de Nova Iorque.

Trago para os Srs. Constituintes e representantes de vários setores da política cafeeira, aqueles que têm realmente sensibilidade, os produtores, que vêm sofrendo com o desgaste do preço do seu produto, o registro sobre notícia da "Gazeta Mercantil", edição de hoje, afirma que historicamente o preço de café de 60kg sempre teve um referencial em torno de 70 dólares. No entanto hoje a saca desse produto não passa de 40 dólares. É sabido, ao mesmo tempo – e lamentamos – que, no campo da interferência da tributação, das taxas hoje cobradas, a chamada cota de contribuição, torna daquele que produz aproximadamente 50 dólares por saca de café.

Isso é inaceitável, Sr. Presidente. Que seja adotada uma política de reformulação desse órgão, como está na proposta feita pelo Conselho Nacional do Café, que é transformar o Conselho Nacional da Política Cafeeira num órgão deliberador, fortalecido pelo processo da representação da lavoura, do comércio e da indústria, e também implantar o Museu do Café. Que seja criado esse organismo para dar amparo a um setor há muito negligenciado pela política brasileira, com mais apoio à pesquisa e ao setor tecnológico.

Sr. Presidente, estamos hoje com cerca de nove milhões de sacas de café batidas nos armazéns do IBC, e há mais de três milhões de sacas a serem quitadas pelo Governo. Fazemos daqui um apelo ao Sr. Ministro Mailson da Ferreira da Nóbrega para que, num entendimento, o mais rapidamente possível, libere o pagamento. Oxalá possa haver uma verdadeira correção, estímulo e motivação nos preços do café no mercado brasileiro.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB – PL Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta fase dos trabalhos na Constituinte, temos um último dia para oferecimento das chamadas quatro emendas individuais ou das emendas com preferência automática.

Quero comunicar aos nossos eminentes colegas Constituintes que ontem ofereci minhas quatro emenda Entendo que, hoje, mais do que nunca, precisamos adotar o regime de governo parlamentarista, sem que nosso País continuará palco de golpes de estado, de tentativas de golpes e de ditaduras. Respeito aqueles que ainda acreditam no presidencialismo, apesar de cem anos de fracasso deste regime no Brasil. Nossas raízes estão na Península Ibérica, nossas relações profundas são com os povos português, espanhol, francês, italiano e não com o povo norte-americano, única nação do mundo onde o presidencialismo realmente se firmou e produziu frutos. Sr. Presidente, este é um assunto de ordem geral. Desejo, porém, comunicar aos eminentes colegas que as quatro emendas que ofereci dizem respeito, em síntese, ao seguinte. Uma delas estabelece que quem for condenado, em sentença irrecorrível, por homicídio doloso, perderá 25% dos seus bens em favor dos herdeiros e dependentes do assassinado, na forma da lei.

É uma tentativa de acabar, Sr. Presidente, com os pistoleiros profissionais, que não apenas agem nas áreas rurais, mas até nos grandes centros urbanos.

Outra emenda trata da estabilidade no emprego, na forma da lei. Se não for possível aprovar texto melhor, devemos falar, pelo menos, em estabilidade, por estar prevista no programa do PMDB.

Outra emenda as ações trabalhistas prescrevem em dez anos, contados da data em que poderiam ter sido propostas. Se não for possível, que o início prescricional ocorra depois da extinção do contrato de trabalho, que, pelo menos, como segunda opção, se adote a emenda. Se o Código Civil diz que as ações pessoais prescrevem em vinte anos e as ações reais, em dez, e se o Código Civil de 1916 já estabelecia, em favor dos jornalistas e operários, prescrição de cinco anos, não se justifica tenhamos hoje prescrição inferior, ou seja, de dois anos.

Finalmente, Sr. Presidente, a quarta emenda determina que dentro de cinco anos, a contar da promulgação desta Constituição, a União deverá concluir a Rodovia Fortaleza – Brasília. A Constituição de 1946 determinava que em dois anos se concluísse a Rodovia Nordeste – Rio de Janeiro. Hoje, estando a Capital da República plantada no coração do País, justifica-se mais ainda que se conclua essa estrada de integração nacional.

Sr. Presidente, se hoje lutarmos pela integração da América do Sul com mais razão devemos lutar pela integração nacional. Estas, as minhas palavras, com meu apelo a todos os Srs. Constituintes, para que votemos com a maior brevidade possível esta Constituição e possamos partir para a segunda luta, não mais em direção à democracia política, à democracia formal, mas à democracia substancial, social, que atenda aos reclamos e reivindicações das massas populares deste País.

**O SR. OSVALDO TREVISAN (PMDB – PR. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho hoje falar do meu Estado, o Paraná, o maior produtor de grãos deste País. No entanto, o Paraná tem sido muito prejudicado pela oscilante política governamental, que fez subir os juros, diminuiu os financiamentos e não tem atendido à promessa de garantia dos preços mínimos em condições adequadas.

Estamos aqui para pedir às autoridades maior apoio ao agricultor, sob pena de se comprometer toda a economia nacional. Há poucos dias, a cafeicultura do Paraná – e, de resto, a de todo o Brasil – reclamava a Liberação de recursos para a comercialização e o custeio das lavouras, bem como a melhoria dos preços de garantia do café, defasados há muito tempo.

Sr. Presidente, o Paraná, grande Estado agrícola, também tem sido prejudicado pela enorme quantidade de usinas hidroelétricas em seu território. As bacias hidrográficas do Paraná estão quase todas totalmente comprometidas com as hidroelétricas ali já construídas. O Estado perdeu muito com as terras férteis inundadas e não recebeu a indenização correspondente. Pior, ainda: grande parte dessa energia gerada no Paraná vai servir a outros Estados que ainda mantêm boa reserva de potencial hídrico.

É preciso que o Paraná seja ressarcido pelo fato de terem essas usinas hidroelétricas inundado grande parte de suas melhores terras. São terras que poderiam estar produzindo alimentos em quantidade, com eficiência e produtividade, o que caracteriza a agricultura do Paraná. Mas

as inundações impedem que essas consideráveis extensões de terras produzam alimentos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sendo um grande Estado agrícola, uma das importantes vocações da produção deste País, o Paraná precisa ter maior representação política, à altura de sua importância na Federação. É preciso que nas grandes decisões deste País seja também ouvido o Paraná, dada sua importância econômica, social e política.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Constituintes, o art 16, § 9º, do Projeto de Constituição, ressalva que "são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge ou parentes até segundo grau, por cousa consanguinidade, afinidade ou adoção, do Presidente da República, do Governador e do Prefeito, que tenham exercido mais da metade do mandato, ressalvados os que já exerçam mandato eletivo.

Esta ressalva, Sr. Presidente, é danosa à sociedade brasileira, pois, se aprovada em plenário, a maioria dos Prefeitos e Governadores brasileiros, e até o Presidente José Sarney, serão substituídos por filhos, esposas, irmãos, cunhados, pais e outros parentes próximos, que farão do órgão público uma propriedade privada da família.

A Constituição atual, mesmo flexível e ditada pelos militares que golpearam a Nação em 1964, proíbe a sucessão de cargos executivos por parentes até o segundo grau – o que se estranha é que tenha sido aceito tal dispositivo pelo eminente Relator Bernardo Cabral no projeto em discussão.

Apresentamos, pois, a Emenda nº 2P00203-0, que suprime a parte final – "ressalvados os que já exercem mandato eletivo" – do § 9º do art. 16 do Projeto de Constituição.

Diante destas considerações, espero receber o apoio não apenas da minha bancada, mas de, todos os Constituintes desta colenda Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes, ocupo esta tribuna, mais uma vez, para defender os direitos dos deficientes.

Como sabem os nobres Constituintes, minha maior e mais importante luta é em favor da garantia de direitos imprescindíveis à pessoa deficiente no texto de nossa lei Maior. Neste sentido, já apresentei inúmeras emendas na fase das subcomissões e das comissões temáticas, as quais foram em grande número aprovadas. Agora estou apresentando quatro emendas que visam a maior integração da pessoa portadora de deficiência na sociedade nacional, possibilitando-lhe o trabalho digno, o tratamento necessário, a pensão, no caso de não dispor de meios para prover a própria subsistência e o deslocamento físico apropriado.

Gostaria de obter junto aos colegas Constituintes toda a atenção e apoio pois minha intenção é, acima de tudo, humanitária. E tenho certeza de que os problemas da pessoa portadora de deficiência não serão esquecidos. Voltarei, em outra ocasião, a comentar mais detidamente as emendas apresentadas.

Meu objetivo principal, hoje, é a defesa da reserva de empregos públicos também para a pessoa

portadora de deficiência mental. O que parece absurdo à pessoa desavisada é, no entanto, a realidade com a qual tenho convivido como médico, pai de dois excepcionais e Presidente da Federação Nacional das APAEs.

A intenção maior de entidades como as APAEs é a integração da pessoa deficiente na sociedade. Na verdade, sabemos que o trabalho é o melhor meio para que se concretize essa integração. Na atual redação do Projeto de Constituição há reserva apenas para a pessoa portadora de deficiência física; no projeto do "centrão", para a pessoa deficiente física e para o idoso. Quero dizer que não sou contra a inclusão do idoso na reserva de empregos públicos. Ao contrário, concordo plenamente com essa sugestão.

Como está a redação, excluindo-se o deficiente mental excluem-se, na realidade, mais da metade das pessoas deficientes. É assim mesmo quando se fala em deficiente físico. A rigor, trata-se do deficiente motor e aí não se incluiria a deficiência sensorial, isto é, a cegueira e a surdez. Outros, porém, falam, englobadamente, em deficiência física para todos os tipos citados. Comete-se, assim, injustiça clamorosa, que agride o escopo principal das APAEs, das Pestalozzi e outras entidades que visam a integração da pessoa deficiente mental na sociedade.

Quero salientar que os empregos para a pessoa deficiente mental serão limitados. É evidente que não poderão exercer funções de natureza intelectual, mas, como porteiros, **office-boys**, guardas de estacionamento, trabalhadores braçais e em outras ocupações pré-definidas, poderão ser muito úteis. Neste sentido dou meu testemunho de vinte e, quatro anos de atividades na área.

Outro grave problema da atual redação é a exigência de concurso público para qualquer investidura em função pública. Em tese, sou favorável à idéia. No entanto, seria um absurdo exigir conhecimentos acadêmicos da pessoa deficiente mental que pretende ser um trabalhador braçal ou um jardineiro. Assim, é necessária a exclusão, neste particular, do concurso público normal, substituindo-o por um exame específico, definido pela lei.

O que defendo hoje é realidade em países desenvolvidos, como a Holanda (que tem uma reserva de 9%), a Dinamarca, a Suécia e outros. Sabemos que as conquistas não são imediatas, pois obedecem à dialética histórica e por isso resultam de uma luta perseverante. Gostaríamos de ver a reserva abranger também os empregos privados, mas os empregos públicos já representam uma grande conquista.

No momento certo, apresentarei destaque supressivo ao art 45, § 7º do Projeto de Constituição, que retirará as expressões "física" e "observado o disposto no § 1º", fazendo com que o dispositivo passe a ter a seguinte redação:

"§ 7º A Lei reservará percentual dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão."

Para esta iniciativa conto com o apoio de V. Ex.<sup>a</sup>, que desta forma estarão contribuindo para que se faça justiça em relação aos deficientes mentais.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, os brasileiros foram surpreendidos nos últimos dias com ameaça do Governo do Distrito Federal de promover uma profunda reforma administrativa, através da qual secretarias seriam extintas ou fundidas, empresas públicas seriam privatizadas ou extintas, o que gerou grande intranquilidade no seio do funcionalismo público do Distrito Federal.

Gostaríamos de expressar a posição do Partido Comunista Brasileiro, que sempre foi favorável a uma reforma da máquina administrativa nos planos federal e estadual. A duplicidade de comando existente, a dubiedade de vários órgãos, superpondo-se para executar uma mesma política, têm gerado perda de eficiência, sendo prejudicados principalmente os trabalhadores, que recebem salários aviltados, e a comunidade, que, muitas vezes, é punida com a ineficiência da máquina administrativa.

Não podemos concordar com a forma arbitrária e tecnocrática pela qual o Governo do Distrito Federal pretende impor essa reforma, sem ouvir a comunidade e os sindicatos de trabalhadores, tendo, pelo contrário, como objetivo a redução do poder, da combatividade do sindicato dos trabalhadores dos diversos órgãos da máquina do Distrito Federal. O Partido Comunista Brasileiro do Distrito Federal denuncia essa reforma – contra a qual lutará – exatamente no momento em que o Governador do Distrito Federal, Sr. José Aparecido, anuncia que já tem o seu projeto político definido: será candidato à Prefeitura de Belo Horizonte.

Ora, trata-se de irresponsabilidade por parte do Sr. Governador pretender realizar uma reforma administrativa que não poderá acompanhar o cotidiano. Mesmo que esse projeto venha a se concretizar, S. Ex.<sup>a</sup> já anunciou a disposição de se desincompatibilizar do cargo que ocupa a partir de março. Como realizar uma reforma administrativa sem a fiscalização e o devido acompanhamento por parte de seu executor?

Deixamos aqui nosso protesto, que representa também a voz dos servidores do Distrito Federal, contra essas medidas que se anunciam, profundamente lesivas aos interesses da coletividade e dos trabalhadores do Governo do Distrito Federal, principalmente contra a privatização de órgãos, como a SAB, a Codeplan e outras empresas, que têm desempenhado um relevante papel na vida da cidade. A proposta de privatização favorecerá grupos econômicos poderosos instalados na Capital da República.

Muito obrigado.

**O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE, Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, enquanto os servidores federais acompanhavam a tramitação, no Congresso, do Projeto de Carreira, Cargos e Salários na administração pública, do Governo Central, o Sr. Presidente José Sarney solicitou a devolução da matéria, preferindo legislar, em torno do assunto, por decreto-lei, assinado no final do exercício de 1987.

Sem a participação dos Senadores é dos Deputados, que poderiam debater mais aprofundadamente a matéria, muitas categorias se sentiram prejudicadas pelo novo texto, que subtrai, em alguns casos, conquistas já asseguradas a vários grupos ocupacionais.

A classe odontológica, por exemplo, é daquelas que se sentem atingidas desfavoravelmente pela nova preceituação legal, no que tange à ampliação da jornada de trabalho, disciplinada anteriormente em 20 horas semanais, de acordo com a lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

Na minha recente estada no Ceará, fui visitado por uma comissão daquela classe para discutir o assunto, recebendo, na ocasião, um expediente vazado nos seguintes termos:

"Fortaleza, 8 de janeiro de 1988.

Sr. Senador,

Encarecemos os bons ofícios de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de interceder junto ao Ministro da Administração de que no Projeto de Carreira, Cargos e Salários do Servidor Público Federal, elaborado por esse Ministério, o Cirurgião Dentista tenha sua carga horária de 20 horas semanais de acordo com a Lei nº 3.999, de 15-12-61 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que altera o salário mínimo dos Médicos e Cirurgiões-Dentistas, bem como estabelece a carga horária dos mesmos.

Na certeza de contarmos com a aquiescência de V. Ex.<sup>a</sup>, subscrevemo-nos atenciosamente.

Dr. Jorge Eduardo de Aguiar Ellery, Presidente."

Srs. Constituintes, ao trazer o assunto à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte, desejo apelar para o Presidente José Sarney e o Ministro Aluizio Alves no sentido de que rejeitem a carga horária atribuída aos odontologistas brasileiros, mantendo a atual preceituação, sem o acréscimo na jornada de trabalho, prejudicial aos interesses da categoria.

Tenho a certeza de que o Chefe da Nação e o titular da referida Pasta mostrar-se-ão sensíveis à postulação ora trazida a este plenário, determinando a retificação no texto do decreto-lei referendado.

**O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT, Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há alguns dias o Presidente Ulysses Guimarães, ao entrar neste plenário, estranhou a terminologia usada pelos Constituintes. Antigamente era PDS, PMDB, PC do B, PT, PDT etc., e ultimamente é "Centrão", "Centrinho" e "Consenso".

As siglas partidárias praticamente ficaram em desuso. Ultimamente estamos observando o surgimento de fatos novos em nosso País.

No último período de recesso tivemos novidades no quadro político nacional. E a principal foi a mudança de comportamento do Governador Orestes Quêrcia, que antes defendia o mandato de cinco anos e, devido à pressão popular, modificou sua posição para quatro anos, e de algumas importantes lideranças da política brasileira

Hoje, na reunião da bancada do PMDB, em contato com alguns colegas do partido, Constituintes que eram do "Centrão" demonstravam mudança de posição devido a pressões da rua. Com isso está surgindo uma nova síndrome, a síndrome da pressão popular adquirida nos períodos de recesso. Isso tende a se agravar e a aumentar, principalmente hoje com o término do período de apresentação de emendas, e o início de um

breve recesso. A previsão que se faz é de que a síndrome da pressão popular adquirida voltará a atacar os Constituintes. Teremos, já no período de votação em plenário, depois desse recesso, mais Constituintes convertidos da posição de cinco para quatro anos, por terem sido atacados e contagiados pela APPS, como o colega Osvaldo definiu em inglês, que seria uma proximidade da AIDS, só que é APPS, exatamente a síndrome da pressão popular adquirida, que está atacando muita gente neste País. Isso é importante, porque dá uma perspectiva de sintonia dos Constituintes com suas bases. Tornara-que-haja mais oportunidades de os Constituintes poderem participar de reuniões, atividades e solenidades em suas bases eleitorais, para que, na hora da votação no plenário, S. Ex.<sup>a</sup> possam votar em maior sintonia com a pressão popular e os compromissos assumidos nas ruas, com o povo brasileiro.

É nesse sentido que, ao unificar uma nova sigla para representar e simbolizar o novo que está acontecendo na Assembléia Nacional Constituinte, nós, ao mesmo tempo em que repudiamos a AIDS e desejamos que ela acabe o mais rapidamente possível, queremos que a APPS – principalmente nesse período de convocação extraordinária do Congresso – cresça tanto que faça com que a maioria dos Constituintes modifique suas posições fisiológicas e volte a votar de acordo com os compromissos assumidos nas ruas com o povo brasileiro.

Esta é a esperança, e desejamos que no período do carnaval haja mais um recesso, para que a APPS – síndrome da pressão popular adquirida – contagie maior número de Constituintes até o final da elaboração da Constituição.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>tes</sup> e Srs. Constituintes, há pouco mais de um mês, quando visitou oficialmente o Brasil e, mais especificamente, a Câmara dos Deputados, o Ministro das Relações Exteriores de Israel, Shimon Peres, falou em nome da paz. Veio com as mãos rigorosamente vazias, sem nenhuma proposta, mas pretendeu falar em nome da paz. Hoje, diante dos deploráveis acontecimentos que há cinco semanas enlutam os territórios ocupados por Israel, na Cisjordânia e em Gaza, fico a indagar que paz é esta que promove a guerra, patrocina e estimula a violência e pretende ignorar direitos humanos?

Recordo-me, Sr. Presidente, de que, na oportunidade, quando recebido pelo Dr. Ulysses Guimarães, o Chanceler israelense não quis acolher um documento que lhe foi encaminhado por uma comissão de mulheres Constituintes, pleiteando, com justa e justificada razão, o indulto e a expulsão da brasileira Lamia Maruf Hassan, condenada à prisão perpétua por um tribunal militar de Israel. Diria até que o Chanceler Shimon Peres foi grosseiro, frio e indiferente ao apelo impregnado de calor humano da mulher Constituinte brasileira. S. Ex.<sup>a</sup> disse apenas que Israel não costumava perdoar quem roubasse a vida de alguém, fosse homem ou mulher.

Ora, Sr. Presidente, Lamia Maruf Hassan não matou ninguém. É bem verdade que participou de um episódio lamentável que desembocou na morte de um soldado israelense, mas não foi sua a mão que abateu um militar de Israel. Em conse-

quência, o argumento de S. Ex.<sup>a</sup> além de esfarrapado, foi cínico e debochado, na medida em que, sem nenhuma razão, afirmou que essa moça brasileira era uma assassina.

Sr. Presidente, essa é a paz de que fala Israel.

Passados cerca de trinta e cinco dias do início desses episódios que ensangüentam as regiões palestinas ocupadas por Israel, até mesmo um enviado especial da Organização das Nações Unidas, Marrach Goulding, foi impedido, pelo exército israelense, de fazer uma avaliação do quadro gravíssimo nos territórios ocupados de Gaza e da Cisjordânia.

Sr. Presidente, não posso aceitar que alguém venha ao Brasil em missão oficial, em nome do seu governo, falar em paz quando está promovendo a guerra, quando usurpa direitos e, mais grave ainda, quando não reconhece duas condenações formais da Organização das Nações Unidas: a primeira delas, relativa às violências que estão sendo praticadas contra o povo palestino na Cisjordânia e em Gaza; a segunda, sobre algo muito mais grave, e que obteve unanimidade – inclusive com o voto do seu aliado tradicional, os Estados Unidos – referente à tentativa de deportação, da sua própria terra, de palestinos acusados de atividades subversivas. Repete-se lá o que o nazismo fez com os judeus, que toda a humanidade condenou.

Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs. Constituintes, não podemos aceitar isso. Sei que uma missão composta de Parlamentares brasileiros pretende visitar essa região exatamente em nome dos direitos humanos, que lá estão sendo desrespeitados. Se o enviado especial do Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, foi impedido de visitar os campos de refugiados para avaliar a gravidade da situação, certamente os Parlamentares brasileiros também serão proibidos de conhecer essa triste e trágica realidade.

De qualquer modo, porém, quero registrar, desta tribuna, que quem fala em nome da paz tem de fazer a paz, tem de respeitar os direitos humanos e, sobretudo, o sagrado e histórico direito do povo palestino de ter seu próprio território, sua pátria, para lá construir sua história, a fim de que seus filhos tenham um berço e seus ante-passados, um túmulo.

Se Israel continuar intransigente e não sentar-se à mesa das negociações com a OLP, legítima representante do povo palestino, segundo posição oficial do Governo brasileiro, certamente não estará desejando a paz. Quem não quiser a paz, terá a guerra, que não é boa para ninguém.

Espero que o governo de Israel reveja o que está fazendo e considere a condenação formal de todos os países livres e democráticos às violências inomináveis que está praticando contra um povo desarmado, mas decidido a construir, um dia, a sua pátria.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Amaury Müller, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Eraldo Trindade.

**O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, entre os temas tidos como importantes debatidos diariamente, nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte, trouxemos hoje um que trata da política agrícola no País, ou seja, a reforma agrária.

Fala-se muito sobre reforma administrativa, reforma tributária e também agrária. O assunto vem sendo tratado com muita emoção, e a razão vem, sendo deixada de lado.

Fazendo algumas pesquisas em torno desse assunto, conseguimos obter informações, principalmente sobre a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que definiu como reforma agrária "o conjunto de medidas que visa promover melhor distribuição de terras, observando modificações do regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade". Na realidade, trata-se de mais uma lei, entre tantas outras, que não foi e não será cumprida neste País.

Observa-se que a situação dos conflitos de terra se tem agravado nos últimos anos, especialmente nos últimos meses, em vários Estados do País, como é o caso do Pará, onde um episódio lamentável chegou a ser discutido com veemência na tribuna da Assembléia Nacional Constituinte. Além disso, podemos dizer que o pequeno agricultor conta com várias dificuldades, e a principal delas está ligada ao financiamento que lhe é concedido, que poderia ser subsidiado, mas que, na verdade, é dificultado nas instituições financeiras que lhe poderiam dar o apoio de que realmente necessita para continuar trabalhando na terra.

A lei nº 4.829, de 5-11-65, que institucionalizou o crédito rural, tal como previsto na Lei nº 4504, de 30-11-64, determinou que o mesmo seria distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção do País e tendo em vista o bem-estar do povo. Na realidade, é mais uma lei que virou ficção. As dificuldades enfrentadas pelo pequeno agricultor são muitas. O Banco do Brasil, em 9 de outubro de 1974, baixou a Resolução nº 301, aprovando o regulamento do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, o chamado Proagro, com a finalidade de exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas às operações típicas de crédito rural. Sem condições financeiras, sem apoio técnico, sem garantia de estocagem, sem garantia de escoamento e comercialização, além de não contar ainda, no campo, com a saúde e a educação, o agricultor vem para a cidade, aumentando assim o índice do êxodo rural, criando sérios problemas sociais nas grandes cidades. É preciso que a nova Constituição estabeleça mecanismos que façam com que a reforma agrária exista de fato e de direito e que as leis complementares possam assegurar, especialmente ao pequeno agricultor, segurança, para que ele permaneça trabalhando no campo. Mais importante do que fazermos novas leis neste Congresso seria todos os segmentos sociais – povo, políticos e o próprio governo – trabalharem para que as leis já existentes sejam cumpridas. Entendo que só assim o Brasil encontrará os verdadeiros caminhos para seu integral desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o acesso às praias é,

em toda parte, direito de todos. No Brasil, também já foi assim. Mas, de uns tempos a esta parte, várias porções do litoral brasileiro estão sendo transformadas em praias de uso particular, reservadas ao uso privativo de privilegiados ou à exploração comercial de outros.

Embora a nossa Lei Maior consagre o princípio de que as áreas de marinha são bens de uso comum do povo, a omissão da legislação federal que disciplina a matéria tem permitido o abuso que, com a omissão ou convivência de autoridades locais ou regionais, está subtraindo ao uso popular trechos cada vez maiores das praias brasileiras.

Para enfrentar esse processo de privatização das praias brasileiras, que são um patrimônio ecológico ao qual deve ter acesso todo e qualquer brasileiro, e que deve estar aberto à frequência de quantos venham a conhecer ou visitar este País, encaminhei hoje à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte emenda na qual expresso: "São vedados empreendimentos imobiliários e a construção de muros e cercas, de qualquer natureza, em terrenos públicos ou particulares inclusive alodiais, que impeçam o livre acesso às praias, salvo caso de área considerada de interesse da segurança nacional" Esta emenda recebeu o nº 2P00824-I.

No município de Guarujá, por exemplo, no Estado de São Paulo, numerosas praias vêm sendo impunemente isoladas para uso exclusivo de alguns, em detrimento dos demais, o que contraria frontalmente o princípio inscrito na Carta Magna do País e a legislação sobre o assunto, que, por ser falha, permite o abuso que se generaliza, apesar do clamor de muitos, entre os quais o nosso alerta, desta tribuna, desde a Legislatura passada, quando propusemos mudar a lei ordinária tentando pôr fim à irregularidade que é pública e notória.

Se a Constituição não dispuser expressa e objetivamente sobre a matéria, qualquer princípio democrático a propósito do acesso livre às praias não se concretizará na prática. Frustrar-se-á, no uso e no abuso do que já está tomando corpo em vários pontos do País, não só no Estado de São Paulo mas também no litoral de outras Unidades da Federação.

Espero que os Srs. Constituintes se coloquem ao lado do povo e do princípio democrático do livre acesso às praias do País, de maneira prática. Debater, tem-se debatido muito. Planejar, também. O que falta é fazer. O Brasil é rico de debatedores e de planejadores e precisamos deles. Mas é pobre de fazedores. E de fazedores é do que mais carecemos nesta fase difícil de que descrença do povo brasileiro.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB - SE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que nos empenhamos na elaboração de uma nova Constituição, temos real oportunidade de fazer justiça, conduzindo nossa sociedade a novos rumos de liberdade, paz e prosperidade.

Nos termos da Resolução nº 3, de 1988, que alterou o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, permitindo, no inciso II do art. 3º, a formulação de quatro emendas, tivemos a preocupação de apresentar, no dia 12 de janeiro de 1988, as seguintes proposições, que refletem e norteiam nossa atuação parlamentar, a saber.

1) a primeira emenda se instrui muito menos em ingredientes sentimentais que na intransigen-

te luta pelo saneamento de um secular ato de injustiça, cometido contra o Estado de Sergipe e o povo sergipano.

Seu conteúdo, em síntese, trata da devolução a Sergipe de área territorial apossada pela Província da Bahia, em frontal desobediência não só a todo o princípio jurídico, mas também a qualquer apego ao bom senso que deve imperar na relação federativa.

A área reclamada, inferior a três mil quilômetros, quadrados, representa menos de 1% da extensão territorial do Estado da Bahia.

Os três municípios que a compõem estão ligados indissociavelmente a Sergipe por fatores econômicos, geográficos e culturais, tomando-os um prolongamento natural do solo sergipano, com suas peculiaridades afinidades, vida econômica e social.

Esperam eles anferir ganhos notáveis pela reincorporação ao Estado de origem dos quais a maior beneficiária será a própria população da área. Se não, vejamos a proximidade de Aracaju, em contraposição à longa distância que a separa de Salvador, propicia maiores condições de desenvolvimento à área em litígio, por possibilitar uma interação mais efetiva com o centro de decisões estadual. Além disto, a superioridade da concentração demográfica de Sergipe e a existência de uma malha viária mais eficiente tornam-se pontos destacados para o crescimento econômico da área.

Sua reincorporação pouco acrescerá a Sergipe, que passará a contar com menos de 25.000 km<sup>2</sup>, quando a Subcomissão dos Estados considerou de 100 mil a 300 mil quilômetros quadrados como o ideal, em termos de extensão tensão territorial das Unidades da Federação.

A reivindicação de Sergipe remonta os inícios do século passado.

O decreto de 8 de julho de 1820 determinou a restauração da superfície original da Província, o mesmo ocorrendo no texto da Carta Régia de 5 de dezembro de 1822.

A Ata da Sessão do Conselho de Governo da Província, de 1º de junho de 1827, firmava a posição do rio Itapicuru como demarcatória do limite sul da Província, conforme assentado, em 1590, por Cristóvão de Barros.

Consta da Ata:

"Foi sujeitada pelo Excelentíssimo Vice-Presidente a matéria indicada na Ata da sessão ordinária do ano passado, lavrada em dezesseis de fevereiro desse ano a folhas vinte e nove, deste mesmo livro, acerca de ser dividida esta Província da Bahia não pelo Rio Real, e sim pelo Rio Itapicuru; fazendo-se a divisa pela barra deste rio acima até onde divide a Comarca da Bahia da de Jacobina, e seguindo sempre pela divisão destas Comarcas até encontrar no Rio de São Francisco; ficando desta forma pertencendo a esta Província de Sergipe as vilas da Abadia e de Itapicuru de Cima; e o Julgado de Jeremoabo; cada uma das quais distam da Capital da Bahia mais do dobro do que distam desta Capital; porque além de que parece ter a natureza dado para divisa das duas Províncias o Rio Itapicuru, que é caudal e perene, e não o regato Rio Real, que ao toque da menor seca corta e fica inteiramente seco;

evitar-se-á com isto que as cinco lagoas intermediárias entre os dois rios não sirvam como atualmente servem de valhacouto de malfeitores e facinorosos, que até se evadem da vindicta da lei..."

Na primeira metade do século XVII por ocasião da posse holandesa, Sergipe limitava-se pelo rio Real, que já era conhecido em 1515, em mapas europeus, devido, principalmente, à sua exploração pelos franceses, aliados dos indígenas. Era tão importante quanto o São Francisco, pela navegabilidade da foz, em alguns quilômetros.

O armistício de Haia, assinado em 12 de janeiro de 1641, estabeleceu que o rio Real demarcaria, por dez anos, o limite da Capitania de Sergipe com a Nova Holanda brasileira.

No entanto, expulsos os holandeses, convencionou-se pela Bahia o hábito de considerar o rio Itapicuru como fronteira entre ela e Sergipe, conforme narra Francisco Carvalho de Lima Júnior, em sua **História dos Limites entre Sergipe e Bahia**, páginas 172 e 387 a 392.

Adite-se o caso do povoado da Abadia, que avançou por terras reclamadas por Sergipe, aproveitando-se do rio Real. Seus habitantes recusavam-se a aceitar a jurisdição do Capitão-Mor de Sergipe e seus Governadores. Isso complicou e retardou a fixação definitiva da fronteira no Itapicuru.

No século passado, em 1830, Bahia e Sergipe trocavam pareceres sobre o assunto. O Decreto Imperial nº 323, de 23 de setembro de 1843, marcou os limites provisórios entre as duas províncias.

A demanda prosseguiu. Em agosto de 1882, o Senador José Luiz de Coelho Campos advogou, com veemência, na Câmara Alta, a causa de Sergipe. No dia 11 daquele mês, com o apoio de Prado Pimentel (o Barão de Estância) e de Geminiano B. O. Goês, apresentou projeto tratando dos limites em questão.

Em 4 de agosto de 1891, como apoio de Ivo do Prado, M. Valadão e Leandro Ribeiro Siqueira Maciel, o Deputado e historiador Dr. Felisbello Freire apresentou o seguinte projeto, restabelecendo parte dos primitivos limites do Estado de Sergipe, ou seja, até o planalto divisor de águas do rio Itapicuru

"Traça o limite do Estado de Sergipe e providência para que seja este observado.

O Congresso Nacional decreta:

Art 7º Fica o Estado de Sergipe limitado pelo modo seguinte:

a) ao norte, com os Estados das Alagoas e Pernambuco, pelo rio S. Francisco, respeitadas as posses e direitos desses Estados;

b) ao ocidente, com o Estado da Bahia, pelo rio Pontal desde a sua foz no rio S. Francisco até as suas cabeceiras, na serra da Tiuba;

c) ao sul, ainda com o Estado da Bahia pelo meio do planalto divisor das águas dos rios Itapicuru e Vaza-Barris, até encontrar o planalto divisor das águas do mesmo rio Itapicuru e o rio Real, e pelo meio deste planalto até o oceano Atlântico.

Parágrafo único. A demarcação destes limites será feita de maneira que todo o Vale do rio Vaza-Barris fique compreendido no território do Estado de Sergipe.

Art 2º Fica o governo do Estado de Sergipe autorizado a tomar posse de todo território, a que se refere o artigo precedente e nele exercer a

mais completa jurisdição, logo que tiver conhecimento oficial da promulgação deste decreto.

Art 3º Fica o Governo da União autorizado a empregar os meios precisos para tomar efetiva a posse e jurisdição de que trata o artigo precedente, caso seja reclamada pelo governo do Estado de Sergipe, a sua intervenção para esse fim.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário."

Ainda nessa época, em 1891, o livro **Estudo sobre a Origem Histórica dos limites entre Sergipe e Bahia**, de autoria dos Doutores José de Oliveira Campos, Diretor da Biblioteca Pública, e Francisco Vicente Vianna, Diretor do Arquivo Público, elaborado por ordem do Governador da Bahia, José Gonçalves da Silva, aborda, nas páginas 8, 9 e 31, aspectos interessantes relativos à questão:

"O argumento tirado do conceito enunciado a fl. 160, vol.1, de Ignácio Accioli, onde diz: "Para as sobreditas criações foi auctorizado pela provisão de 9 de fevereiro de 1725, e outras anteriores; e enquanto tal auctorisação fosse ilimitada, todavia, para effigir em villas as povoações de Itapicurú, Inhambupe e Abbadia, esperou por ordens ultteriores, que se expediram à sua exigência; estas três villas ficaram pertencentes a Sergipe, até que, a requerimento de seus habitantes, as incorporou de novo à comarca da Bahia", de que por estas expressões conclui-se que Itapicurú, Inhambupe e Abbadia foram de Sergipe." (op. cit págs.8-9)

#### "X – Província de Sergipe

**HISTÓRIA** – O território de Sergipe foi conquistado e colonizado em 1590 por Christovão de Barros, governador interino da Bahia que ahi fundou a actual cidade de S. Christovão; Sergipe ficou sujeito à Bahia, de que formava uma comarca, até o anno 1820, em que foi elevado a capitania independente e passou na fundação do Império a ser uma de suas províncias.

**LIMITES** – Ao N. a província das Alagoas; a L o Oceano Atlântico; ao S. e ao O. a Bahia.

**SUPERFÍCIE** – 39,090 Kilometros quadrados.

**POPULAÇÃO** – 234.643 habitantes, dos quaes 22.623 escravos segundo o recenseamento de 1872." (id. ib., pág. 31)

Observe-se que essa obra, uma publicação oficial da Bahia, consigna a nosso Estado a área de 39.090km<sup>2</sup>, enquanto sua área actual é de 21.059km<sup>2</sup>. Onde foram parar os 18.033km<sup>2</sup> da diferença?

Da mesma forma, Arthur Sias, em seu **O Brasil Atual** (Rio, Imprensa Nacional, 1904, verbete "Sergipe"), documenta possuir Sergipe 39.090km<sup>2</sup> onde a diferença?

E não é tudo.

A **Encyclopaedia Britannica**, vol. XXIV, edição de 1911 no verbete "Sergipe" informa que a área do nosso Estado é de 15.093 milhas quadradas, o que equivale a 38.939km<sup>2</sup>. Onde a diferença?

A **Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana** (Madri, Espasa – Calpe, 1927) informa possuir Sergipe 39.200km<sup>2</sup>. Onde a diferença de mais de 18.000km<sup>2</sup>? Essa mesma enciclopédia consigna à Bahia, na mesma época,

420.427km<sup>2</sup>, em desacordo com os atuais 559.951 do grande Estado.

O que mais intriga é que não consta ter o Estado, a partir de 1915, feito doação ou abdicado desta área. Erro de cálculo cartográfico não é admissível, porque nestas contas os cartógrafos já eram especialistas desde o tempo das grandes navegações, pelos idos de 1.500.

A explicação inicial para tal fato é que a Bahia incorporou grande área de Sergipe na divisa Oeste.

Outra coisa incompreensível é aceitar-se, com o quase silêncio que hoje paira sobre o assunto, a fronteira oeste do Estado, definida como uma **linha imaginária** que vai da foz do Riacho Singó, afluente do rio São Francisco; divisa oficial com Alagoas, até as nascentes do rio Real, no sul, que separa Sergipe da Bahia, assim como essa tal linha (que deveria ser reta) o divide desse mesmo Estado, a oeste. Em todos os livros de geografia, cartografia e geometria, as linhas imaginárias são retas, indicando a menor distância entre dois pontos. Exemplos: os paralelos, os meridianos, a linha do Equador, o meridiano de Greenwich, a partir do qual são determinados os fusos horários. Entretanto, quem verifica a área de nosso Estado, em sua fronteira a oeste, constata que a nossa "linha imaginária é a mais torta possível, uma cerca sinuosa que entra em nossas terras para deixar a maior parte do lado da Bahia!

A outra explicação é a que fronteira sul legítima do Estado é o Itapicuru.

Como se vê, a pretensão de nossa emenda, no sentido de restabelecer a fronteira sul histórica do Estado no rio Itapicuru, é modesta e recupera para Sergipe somente uma parte da área temporariamente perdida para Bahia: não mais que cerca de três mil quilômetros quadrados. Tanto isso é verdade que, se fôssemos nos basear rigorosamente nos sólidos fundamentos históricos que dão ação à causa sergipana, nossas fronteiras com o Estado da Bahia partiriam das margens do rio São Francisco, seguiriam em linha reta até as margens do rio Itapicuru e por este atingiriam o Oceano Atlântico. Essa linha teria, como pontos intermediários de apoio, no seu trajeto São Francisco Itapicuru as nascentes dos rios Xingó e Vaza-Barris. Essas seriam as nossas legítimas fronteiras.

Seguindo-se ao de Felisbello Freire, vem o projeto de Moreira Guimarães que, na sessão da Câmara dos Deputados de 18 de novembro de 1913 (DCN da mesma data, p. 2585), dizendo tratar-se de um dever sagrado, e apoiando-se na plataforma lida, em 26 de dezembro de 1909, pelo Marechal Hermes da Fonseca, no trecho relativo à divisão territorial do Brasil, que afirmava não ser equitativa, assim se expressa a certa altura do seu discurso:

"De sorte que, Sr. Presidente, está pelo norte a questão dos limites de Sergipe inteiramente resolvida; mas pelo sul, a despeito desse *modus vivendi*, deste regimen creado pelo decreto a que há pouco fiz referência, lutas aparecem, conflito surgem e cada Presidente de Estado, quer da Bahia, quer de Sergipe, cada um delles tem procurado resolver a questão. E não ha duvida, é preciso resol-

vel-a, porque o que existe relativamente aos limites sul é o seguinte:

"Os limites sul foram fixados pelo Decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, que determinou que a parte da freguezia de Abbadia, na Província da Bahia, que passa além do rio Real, fique pertencendo à Província de Sergipe, servindo o dito rio Real de linha divisaria entre as duas mencionadas Províncias emquanto pela Assembléa Geral Legislativa outra cousa não fosse determinada".

"Nós, portanto, da Câmara Federal, tínhamos de ser chamados a resolver a matéria: o Congresso Nacional tem que aparecer para resolver a espécie. Mas a questão capital, essencial, não está no sul; a questão está no ocidente. É' ahí que a questão tem dado logar a conflictos de tal natureza que não se sabe como a administração, quer de Sergipe, quer da Bahia, pôde resolver os seus problemas de economia do Estado.

A Câmara, conseqüentemente, carece de resolver a questão momentosa. E tanto mais quanto, no caso ella surge como uma medida de conciliação entre os dous Estados. Quando fui encarregado pelo eminente Presidente de Sergipe, Sr. General Siqueira, de tratar desta questão, em que com a luzes dos meus collegas de bancada, pude confeccionar o projeto de agora, desde logo procurei o distincto leader da bancada da Bahia, meu bom collega e distincto Deputado Mário Hermes, e travei com elle mais de uma palestra sobre o assumpto e mostrei, então, nessas palestras, os intuitos nobres de Sergipe e, ao ouvir a palavra do illustre representante da Bahia, immediatamente comprehendí que o cerebro delle, todo o seu coração, todo o seu espirito estavam animados pelos mesmos nobres intuitos que inspiraram e inspiram a alma de Sergipe".

Francisco A. de Carvalho Lima Júnior, em sua *História dos Limites entre Sergipe e Bahia* (Aracaju, Imprensa Official, 1918), assinala:

"Quando foi constituída a Capitania de Sergipe, ainda não existia a chamada Capitania da Bahia... O que se constituía então (pela Carta Régia de 7 de janeiro de 1549) não era uma Capitania, propriamente, como as outras, mas a séde do Governo Geral colonial encarregado da Administração de todo o Bazil, impondo obediência às demais capitanias e donatárias" (pp. 137 e 138 – grafia original). Prossegue Lima Júnior.

"Lançados os fundamentos da cidade, Thomé de Souza, de conformidade com as ordens que trazia, tratou logo da criação do Município da Capital, que depois tornou o nome de Recôncavo, dando-lhe por termo 6 léguas para cada lado, dentro de cujo limite exerceria a Câmara respectiva a sua jurisdição... Era, pois o Recôncavo, uma espécie de Município Neutro. Só um e meio século depois foram erectas as suas primeiras villas... Jaguaripe, em Dezembro de 1697; Cachoiera e São Francisco, em Janeiro e Fevereiro de 1698. Dado a conquista de Sergipe e constituição de sua capitania independente, a Corôa, usando como lhe aprouvera, de seu patrimônio dividiu ao meio a doação de Cou-

tinho, pelo rio Itapicuru, ficando o domínio de Sergipe para o lado do Norte até o São Francisco. O restante, a outra metade, para o Sul, ficou incorporada à sede do Governo Colonial... Era, pois, um território igual ou menor que o de Sergipe actual, o que possuía a Bahia... Outro facto: documentos authenticos, em manuscrito, Cartas e Ordens Régias, referindo-se à Comarca da Bahia nunca o dizem – da Capitania, mas da cidade da Bahia, e isto até fins do século 18º entretanto que os mesmos documentos nunca deixaram de dizer – Comarca da Capitania de Sergipe" (pp. 138, 139, 140 e 141 – grafia original).

Dentre as amostras referidas pelo autor, colhemos a mais expressiva:

"Faço saber a vós Vasco Fernandes Cezar de Menezes, Vice-Rey e Capitão General de mar e terra do Estado do Brazil, que attendendo ao que me informou o Ouvidor Geral de Capitania de Sergipe d'El-Rey, sobre ser conveniente que os moradores do Rio Real, freguezia de Nossa Senhora da Abbadia, fiquem sujeitos à correção da dita Capitania de Sergipe d'El-Rey, e não à Comarca da cidade da Bahia" (Carta Régia de 10 de maio de 1728, – Liv. 24 – O. R. Fl. 91. – Dr. F. V. Vianna. – Estudos sobre os Limites Sergipe e Bahia, p. 55 – op. cit, p. 141).

Em seguida, Lima Júnior arrola o testemunho histórico de autores insuspeitos:

"Entre as muitas autoridades que assignalam os limites de Sergipe ao Sul pelo Rio Itapicuru, citamos em primeiro lugar Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva ("Memórias Históricas e Políticas da Bahia"), autoridade insuspeita, por ter estado sempre a serviço da Bahia, que adoptou como pátria, elle, nascido em Portugal. Este autor não foi, nesta parte, lembrado pelos escriptores bahianos... mas não passou despercebido ao Senador Cândido Mendes de Almeida ("Atlas do Brazil").

"Outra autoridade que não pode ser posta em dúvida, e talvez a mais respeitada de todas: "Sergipe d'El-Rei (a província) – Divisão administrativa do Império do Brazil, limitada, ao N. pelas províncias de Alagôas e Pernambuco; a O. e ao S. pela Bahia. O Itapicuru, o S. Francisco, e o Vaza-Barris, são os seus principais cursos d'água (Do grande Dic. Universal de Larousse – vol. 14º – pág. 588)... Esta passagem de Larousse, bem como todas da letra – S – foi achada em manuscritos dos séculos 16º e 17º, quando teve origem a Capitania de Sergipe... A fonte não pode ser suspeita..." (pp. 152 a 154).

"Corroborar a informação de Larousse, um dos cronistas de maior valor quando, de passagem, ao falar de Sergipe, escreveu: "Não trato do rio de Sergipe, do rio Real e outros que ficam nos limites desta Capitania da Bahia, por não ser prolixo, e também porque ao diante pode ser tenha lugar (Fr. Vicente do Salvador. História do Brazil, pág. 44, Publicação da Biblioteca Nacional – 1889). Vê-se dos termos grifados que, excluídos o Sergipe e o rio Real, os limites com a Bahia acham-se mais ao Sul" (p. 154).

"Para reforçar as opiniões dos autores citados, eis o que diz outro mundialmente acatado: "Bahia – Divisão administrativa do Brazil. – Superfície 230,000 Kil. quadrados, dividida em 3 districtos, com uma população de 800,000 hab. – Seus limites são os rios São Francisco, de Contas e Itapicuru, e outros rios menores e o oceano (Dicc. de La Conversationet de la Lecture, Torno III – 1933 – Paris)" (id., ib., p. 155).

Analisando a parte do Regimento dos Capitães-Mores de Sergipe, que dá à então Capitania a extensão de 25 (vinte e cinco) léguas, a partir da barra do São Francisco para o sul, diz Lima Júnior, quanto às interpretações erradas a respeito, diminuidoras da área de Sergipe:

"...como não havia dois pesos e duas medidas, o padrão pelo qual foi medida a doação de Francisco Pereira Coutinho, com os mesmos instrumentos e o mesmo agrimensor, não podia deixar de ter sido o mesmo que serviu para medir as vinte e cinco léguas do Regimento dos Capitães-Mores de Sergipe... Se, pelo contrário, a medida que serviu para a doação foi verdadeira, as vinte e cinco léguas da Capitania de Sergipe, conforme o Regimento citado na sesmaria de Muniz Alvares, ajustam-se perfeitamente à metade da doação do Coutinho, que foram 50 léguas; e neste caso a Capitania de Sergipe, sendo metade das 50, vai ter a barra do rio Itapicuru, e a Bahia nunca poderia legalmente transpô-lo. O Regimento, pois, dos Capitães-Mores de Sergipe, passado pelo Rei, resolve categoricamente o caso dos limites territoriais das capitánias de Sergipe e Bahia pelo álveo do Itapicuru, de modo a não deixar nenhuma dúvida e dispensar outras indagações, como se tem feito."

"Em outros termos: se 25 é metade de 50 (25 = 50 - 25), e 50 é igual a 25, (25 + 25 = 50) segue-se que o Rei partiu ao meio a doação de Coutinho revertida à Coroa, dotando a Capitania de Sergipe d'El-Rei com a metade, que vai do rio Itapicuru ao rio São Francisco.

"E eis a razão porque os primeiros Capitães-Mores de Sergipe concederam sesmarias de terras da margem esquerda do Itapicuru para o Norte, como, entre outros, Porto Carreiro e Cosme Barboza".

"Certamente a medição de 50 léguas de Coutinho não foi bem feita, foi um mais ou menos; obedeceu a um cálculo muito desaproximado, porque, do padrão da barra da Bahia à barra do São Francisco, devem ir umas 214 milhas marítimas, que correspondem a 71 léguas, isto é, 50 e mais 21 de quebra. Bem aproximado. Neste caso Sergipe tem entrar por igual na partilha da quebra, ficando com um total correspondente à metade de 71, ou sejam, 35 léguas, que é a distância do S. Francisco ao Itapicuru. Aproximadamente".

"... Também 36 léguas é a extensão da costa de Sergipe (até Itapicuru), segundo o ilustre chronista Augusto Fausto de Souza, propugnador da Iguualdade territorial dos Estados (Estudo sobre a Divisão Territorial do

Brazil. Rev. do Inst. Histórico Brasileiro – 1880 – Tom. II – pág. 50)".

"Ninguém, porém, media com tanta precisão a donataria de Francisco Pereira Coutinho, como Sebastião Rocha Pitta (Hist da America Portuguesa – pág. 10, n. e c), dando-lhe 70 léguas, ou sejam 35 até o rio Itapicuru, e d'ahi outras tantas até o São Francisco, pertencentes a Sergipe, de accôrdo com as 25 do Regimento" (id., ib., pp 207 a 209 e 211 – grafia original).

Além disso,

"...a Capitania de Sergipe, fundada cerca de dous séculos antes de ser dada à Bahia o titulo honorário de Capitania, já contava uma serie de Capitães-Mores que, por nomeação do Rei, governava-a de accôrdo com o seu Regimento dado pelo mesmo, e com tal independência, que lhes era facultada a concessão de sesmarias, poder que mais tarde foi limitado, não só a ella, mas às outras Capitánias, para cohibir abusos de concessões demasiadas, consistindo a limitação em sujeitar as doações à aprovação régia" (id., ib., p. 226).

"O mesmo Francisco A. de Carvalho Júnior adverte às pp. 247 a 258:

"Os limites territoriais da antiga Capitania de Sergipe com a Bahia, desde 1590, foram pelo rio Itapicuru". Logo acrescenta o ilustre historiador:

"A própria Junta Provisional da Bahia, apesar de revolucionária e armada do arbítrio, reconheceu e respeitou os limites da Capitania autônoma em 1820, pelo rio Itapicuru, deixando em sossego os moradores entre ele e o rio Real, sentando-os do serviço militar obrigatório, como se viu do tópico citado na proclamação de César Burlamaqui."

"A restauração, pela segunda vez, da autonomia da capitania em dezembro de 1822, com a denominação de Província, não alterou os limites de Itapicuru."

Ivo do Prado, disputando com o baiano Braz do Amaral, por ocasião do 6º Congresso Nacional de Geografia, sustenta, a propósito da alegação de que Sergipe pertencera à Bahia:

"Fôra o tempo decorrido entre 1763 e 1820, durante o qual Sergipe, Ilhéus, Porto Seguro, São Salvador e seu reconcavo, juntos formaram uma só Capitania, a História não revela o menor facto que demonstre haver chegado ao médio e baixo São Francisco a Pequena Capitania formada em todos os Santos" (A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias, Memoria sobre questões de limites – Rio, Papelaria Brazil, 1919, p. 355 – grafia original).

O mesmo Ivo do Prado fez consignar em ata, na 11ª Sessão da Conferência dos Delegados dos Estados, realizada a 4 de setembro de 1919, protesto em cujo primeiro item consta, nítido, o inconformismo de Sergipe com o esbulho territorial de que é vítima na fronteira sul:

"...Sergipe vem declarar, se bem que muito e muito esperançoso: 1º – que tolera, simplesmente, a divisão pelo rio Real da

Praia, antigo Itanhy, até que o poder competente decida sobre o arbitrário e provisório Decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, e que mantém seus direitos às antigas villas de Abbadia, Itapicurú e Inhambupe, villas que lhe pertencem, desde a origem de cada uma dellas, motivo pelo qual protesto contra a manutenção de tal decreto que fica sem valor, por não existirem mais, da Assembléia Geral Legislativa do Império, nem o Senado nem a Câmara dos Deputados, câmaras a que elle (o decreto) allude e de cujo poder e critério dependia sua existência toda" ... (op. cit, p. 363 – grafia original).

Rebatendo outra proposição de Braz do Amaral, aduz:

"Ainda em 1679, vinte anos depois, conforme o bello testemunho de Frei Raphael de Jesus (Castrinho Luzitano, p. 5) Sergipe tinha cinquenta léguas de costa e a Bahia, então menor, tinha, apenas umas trinta. Não é tudo; vamos diante. Em 1695, trinta e seis anos depois, o Conselho Ultramarino, em um parecer, dado a 09 de fevereiro, parecer que V. Ex.<sup>a</sup> publica em seu Memorial, informa, que Sergipe tinha cincoenta léguas do São Francisco à Bahia... Em 1755, já sessenta anos depois, D. Joseph Vaissete, o grande banedectino, em seu trabalho célebre (Geographie, Historie, Ecclesiastique et Civile, etc.) a Sergipe dá, mais ou menos setenta e cinco léguas de costa... Tudo confirmando, veio a palavra official (de accordo com ella, estão os ilustres bahianos Drs. Eduardo Espinola e Teive Argollo) de Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V: "A oitava Capitania, ou Província, é a de Sergipe: esta capitania se estende a uma outra parte das companhias por onde passão os rios São Francisco e Real, até as nações obacatiaries..." (op. cit., p. 370).

Sobre a fantasiosa subordinação da Capitania de Sergipe à Capitania da Bahia, em determinada época do período colonial, argui, ainda, Ivo do Prado:

"...em 1659, quando os sesmos foram dados, a pequenina Capitania de São Salvador e seu reconcavo ou a Bahia de Todos os Santos não tinha ascendente algum sobre a Capitania de Sergipe. Esta nem só fora subalterna, como ainda, era maior que a pretendida mandante. Sergipe eu subordinada; não a tal capitania, como diz V. Ex.<sup>a</sup>, mas, como todas as irmãs, São Salvador inclusive, ao Governo Geral do Estado do Brazil. V. Ex.<sup>a</sup>, quer alludir talvez a capitania geral da Bahia; esta, porém, surge na História, 104 annos depois!" (op. cit, p. 381).

Decretada, como foi visto, a independência de Sergipe em relação à Bahia (Decreto de 18 de julho de 1820, de D. João VI), as vicissitudes por que passou o primeiro Governador da nova Província, o Brigadeiro Carlos César Burlamaqui, sua conduta altaneira e sua fidelidade ao monarca fizeram dele, na verdade, o primeiro governante do Estado a se manifestar corajosamente contra a inconformidade da Bahia em aceitar a emancipação política dos sergipanos.

Seja, portanto, inscrito aqui o seu nome, com o realce que merece entre os que, há mais de um século, vêm se batendo pela integridade territorial do nosso Estado.

Em 1920, os governos da Bahia e Sergipe concordam numa comissão arbitral, que levaria o laudo definitivo aos Congressos dos dois Estados, não tendo chegado a termo esse protocolo de intenções.

Assim, torna-se público acordo firmado entre os Presidentes J. J. Seabra, da Bahia, e Pereira Lobo, de Sergipe, no sentido de constituir-se uma Comissão de seis membros, três de cada Estado, para discutir o problema que, na base de laudo ie um árbitro neutro, seria levado ao Congresso e cada um dos Estados.

É de toda justiça que se realce, nessa ocasião, o trabalho realizado pelo General, Engenheiro, Geógrafo e Parlamentar Ivo do Prado, por ter sido de quem melhor estudou a questão dos limites entre Sergipe e a Bahia, conforme se depreende e sua obra A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias.

O historiador J. Pires Wynne, em sua História de Sergipe – 1575/1930, a respeito desse acordo de 27 de outubro de 1920, assinala:

"Também muito se fazia notar o interesse revelado pelo Presidente relativamente à solução da emperrada questão dos limites, e com a presença do Governador Seabra, ele, aproveitando-se da oportunidade, tratou do acordo:

"Dentro de trinta dias a contar da data da assinatura do presente acordo, Sergipe se louvará em pessoa competente assim como no mesmo prazo o Governador da Bahia e em terceiro árbitro desempatador escolhido por acordo das partes entre seis cidadãos de capacidade reconhecida, cujos nomes serão apresentados, três pelo Presidente de Sergipe, três pelo Governador da Bahia. Serão entregues aos árbitros todos os documentos e provas de cada qual dos Estados, a fim de, firmados neles, ser resolvida a pendência, ficando, entretanto, dependendo o laudo final da aprovação em duas sessões ordinárias ou extraordinárias do Congresso de cada um dos Estados. O laudo dos árbitros deverá ser apresentado dentro do prazo de oito meses, a contar da data da assinatura do presente acordo, pelos Excelentíssimos Srs. Presidente e Governador respectivamente dos Estados de Sergipe e Bahia, e demais pessoas presentes a este ato. Estado Federado de Sergipe, Aracaju, aos vinte e sete dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte. Em tempo do presente acordo que será transcrito em livro de Notas de Tabelaio público, serão extraídas seis cópias, três das quais serão entregues ao Exmº Sr. Governador da Bahia. Aracaju, 27 de outubro de 1920. – José Joaquim Pereira Lôbo – Presidente de Sergipe. J. J. Seabra, Governador do Estado da Bahia.

"Em discordância, naturalmente, desde o Congresso de Geografia, realizado em setembro de 1919, na cidade de Belo Horizonte, os representantes da Bahia e de Sergipe. Dr. Braz do Amaral e General Ivo do Prado Montes Pires da Franca, indicava, logo depois, o Presidente Pereira Lôbo para louvado o

ilustre engenheiro Dr. Getúlio das Neves, e fazendo razoáveis considerações pedia ao Governador da Bahia a indicação de outro, que não o Dr. Braz, já declaradamente em posição oposta, e já de comum acordo para desempatador se escolhia o Dr. F. A. Bueno de Paiva, Vice-Presidente da República.

"Sergipe viveu momentos de grande expectativa e por um momento a figura do Presidente cercada de maior simpatia, todos numa justa euforia cívica e a louvar a sua iniciativa.

"O acordo lavrado no dia 27 de outubro de 1920, feliz iniciativa, encontrara franca acolhida por parte do Governador J. J. Seabra, mas fruto das alegrias daqueles dias e da aproximação dos dois homens de Governo, também não passava de uma fácil solução em se tratando de um caso tão debatido, de uma questão tão postergada por uma das partes.

"Encerrando o prazo estabelecido no dia 27 de junho de 1921, logo o General Ivo do Prado entregava o seu laudo ao árbitro desempatador, mas o mesmo não fazia o Dr. Braz do Amaral, e logo uma Mensagem do Governador J. J. Seabra elucidava, dirigida ao Presidente de Sergipe.

"Terminado hoje o prazo para ser proferido o laudo no arbitramento de que trata o Convênio de 27 de outubro último, sem que houvessem chegado a um acordo os louvados dos dois Estados conforme a correspondência que aí vai junta por cópia, sobre o assunto a discutir, denuncio pelo presente o referido Convênio de 27 de outubro. Declaro, entretanto, estar pronto a recomençar as negociações precisas para ser feito outro, a fim de levar a uma solução próxima a dúvida sobre a linha de fronteira, pedindo a Vossa Excelência que, no caso de aceitar este alvitre, se digne de indicar os meios práticos de sua realização.

O Presidente Pereira Lôbo respondia:

"Estou disposto a novas negociações para liquidação do caso, dependendo isso de um entendimento com o delegado do meu Estado. Penso, entretanto, não constituir motivo suficiente o não terem tido os dois louvados um entendimento, por isso que, em face da letra inofismável do contrato lavrado em notas de Tabelaio público, não havendo entendimento entre os louvados, funcionará o desempatador por ambos os Estados escolhidos. Cumpre salientar que era a questão de limites muito antiga e quando não houvesse o louvado de Sergipe determinado sua proposta por demais debatida, já tendo havido troca de idéias entre o Sr. General Ivo do Prado Monte Pires da Franca e o Dr. Braz Hermenegildo do Amaral quando do Congresso de Geografia de Belo Horizonte e da reunião para a solução das questões de limites, promovida pelo Exmº Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, ilustre Ministro da Justiça – era muito antiga para que não fosse bastante conhecida pelo proficiente louvado de Bahia a proposta do de Sergipe. Diante disto, penso não tinha o ilustre louvado de Bahia outro caminho que defender o que julgasse o direito de seu Estado, abordando todas



as linhas da proposta do louvado de Sergipe, expressa em documento público de caráter oficial, e registrada taxativamente no telegrama de 6 de maio de 1921, o qual assim diz Exm<sup>o</sup> Dr. Braz Amaral – Bahia – Recebi carta 19, Insiste V. Ex.<sup>a</sup> em dizer que fujo de informar qual a tese sergipana. Eu penso, entretanto, ser a quarta vez que o faço. Fi-lo pelo telegrama de 20 de dezembro de 1920. Depois ainda a 24 de fevereiro e ainda em março de 1921, não obstante repetirei: Meu Estado reclama a regular execução das conhecidas leis formadoras da Província de Sergipe, execução perturbada pela Província da Bahia. Quer, portanto, a execução da carta régia de 5 de dezembro de 1822 e decreto de 8 de julho de 1820. Sendo assim, para conhecer os fatos, não há entendimento nenhum porquanto o decreto de 8 de julho de 1820 declarou a Capitania de Sergipe independente do Governo Regional existente na Bahia, e a carta régia de 5 de dezembro de 1822 manda que se limite a Província tomando como norma uma comarca mais antiga que a existente em 1822. Ora, o limite ao sul dessa Ouvidoria era o Rio Subaúma, conforme a carta régia de 28 de abril de 1729, logo a mais antiga era a de 1695, limitada pela portaria de 13 de julho de 1696. Como, pois, ficou isto indeterminado para Vossa Ex.<sup>a</sup> que tais documentos conhece e publica em seus trabalhos? Diante desta afirmação, julgo não poder o honrado louvado de Bahia alegar o não conhecimento da proposta do Estado de Sergipe, porquanto ela é clara e inequivocamente determinada. Ao invés de nortear a defesa dos interesses de seu Estado por este lado, o ilustre louvado passou a impor ao louvado de Sergipe o só aspecto pelo qual poderia ser encarado o caso: – O Governo da Bahia só admite discussão no terreno em que foi colocada a questão de limites pela proposta feita ao mesmo Governo em 1913, que é a reprodução do projeto apresentado ao Congresso pelos Srs. Deputados sergipanos, a saber: o competente senhor Felisbello Freire e mais os senhores Moreira Guimarães, Dias de Barros, Joviniano de Carvalho e outros, em 13 de novembro do mesmo ano de 1913. Compreende-se, nitidamente, que não havia boa vontade maior que a do louvado de Sergipe, pois que procurou logo e logo declarar qual o seu objetivo, o que continuou fazendo, sendo que, quando não pôde mais o seu interpellante alegar que não lhe conhecia a proposta, passou a limitar a face da questão. Como se desprende da correspondência trocada, o ilustre louvado da Bahia procurou com o estabelecimento de preliminares e condições não um meio prático para a solução do caso, meio que seria a entrega ao desempatador das suas razões, o que também faria o louvado de Sergipe, a fim de que da divergência entre os dois louvados pudesse emergir a linha definitiva que os reconhecidos sentimentos de justiça e os conhecimentos do eminente desempatador houvessem por bem traçar, contrariamente, porém, o honrado louvado do Estado da Bahia procurou ainda uma vez debater a multissecular ques-

tão tentando a análise de tópicos e particularidades estranhas ao interesse atual dos dois Estados amigos, irmãos pela raça, pela tradição e pelos feitos assinalados, e, melhor ainda entrou de negar valor a documentos de indubitável veracidade, muitos deles da Bahia e citados, tendo sido apreciados como verdadeiros quando se resolveram delicadas questões internacionais de interesse do Brasil. Em suma: enquanto o louvado de Sergipe determinava sua proposta – de se dar execução ao decreto de 8 de julho de 1820 e à carta régia de 5 de dezembro de 1822 – o operoso louvado da Bahia impunha que só aceitaria discussão colocado o caso dentro da proposta de novembro de 1913.

"Em cumprindo, o ilustre louvado de Bahia, a letra do Convênio, teria de apresentar ao eminente desempatador, dentro do prazo marcado, seu laudo, como o deveria fazer o louvado de Sergipe, não um laudo constante de preliminares, mas encarando pontos históricos, determinando razões, tudo documentado devidamente. Tenho a declarar a V. Ex.<sup>a</sup> que o louvado de Sergipe cumpriu a letra do Convênio, apresentando a 27 de junho findo ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Francisco Álvaro Bueno de Paiva o seu laudo devidamente instruído, visto saber, por informação oficial, que o proficiente louvado de Bahia não tinha uma proposta a fazer, por isso que se firmava em proposta de outrem, critério, aliás, por ele mesmo condenado. Assim, pois, o louvado de Sergipe, General Ivo do Prado Monte Pires da Franca tendo conhecimento de que a proposta do Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, honrado louvado de Bahia, era a mesma apresentada à Câmara Federal em novembro de 1913, entregou no prazo prefixo ao ilustre desempatador o seu laudo e os documentos a respeito da multissecular questão de limites entre o glorioso Estado da Bahia e o pequenino Estado de Sergipe".

Amostra expressiva desse comportamento sinuoso deuse nos idos de 1930, quando o Chefe do Governo Provisório da República dos (então) Estados Unidos do Brasil editou o Decreto nº 20.139, de 22 de junho de 1931, instituindo "uma comissão especial, composta de sete membros, incumbida de dirimir as questões de limites interestaduais, ainda não submetidas à apreciação judiciária" e dando outras providências.

Cópias desse Decreto e da expressiva correspondência por ele suscitada me foram encaminhadas pela competente Diretora do Arquivo Público Nacional, Dr.<sup>a</sup> Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco.

Destaco, por exemplo, o telegrama endereçado ao Chefe do Governo Provisório, a 11-12-1931, pelo inclito Major Augusto Maynard, Interventor Federal em Sergipe, refletindo a intensa expectativa despertada por aquele ato de Getúlio Vargas, que abaixo transcrevo na íntegra:

"Aracaju-SE, 11-12-31  
Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Getúlio Vargas  
Chefe do Governo Provisório do

Rio.

Releve-me V. Ex<sup>o</sup> vir mais uma vez importuná-lo depondo sob seu alto patrocínio solução pendência limites Sergipe-Baía. Com a vitória revolução e, sobretudo, após publica-

ção decreto 20.137, de 22 junho corrente ano, em que Governo Provisório República, com autoridade decisiva de que está revestido, revela patriótico propósito dirimir todas questões limites interestaduais, litígio entrou numa fase que não permite mais ao meu Estado a mesma posição de expectativa e de ludíbrio em que esteve condenado por mais de século a manter-se. Já hoje não são somente os sergipanos que aspiram volta à posse este Estado território ilegitimamente sob domínio Baía, as próprias populações da zona contestada, comungando mesmo pensamento seus irmãos de Sergipe, transmitem repetidas representações ao meu Governo, contendo milhares de assinaturas, num pronunciamento sem reservas, desassombado, pela incorporação dos respectivos municípios a jurisdição deste Estado a que sentem pertencer por direito. Na impossibilidade solução dissídio mediante acordo direto já diversas vezes tentado inutilmente, sergipanos esperam V. Ex.<sup>a</sup> autorize exame e estudo questão por uma delegação esclarecida e de sua exclusiva escolha, isenta qualquer parcialidade, isto é, que tenha cumprimento quanto antes a promessa constante do decreto já citado relativamente a nomeação da comissão arbitral, cujo veredito venha pôr cobro para sempre irritante pleito. Esta é a nobre ambição de Sergipe e tudo quanto impetra no caso ao benemérito Governo V. Ex.<sup>a</sup> como elemento sua tranqüillidade no presente e no futuro. Efusivas saudações.

"Augusto Maynard, Interventor Federal".

A resposta de Getúlio Vargas não tardou e, a 12-12-31, ele expedia este telegrama:

"Interventor Major Augusto Maynard – Aracaju – Referência vosso telegrama ontem, sobre assunto limites Sergipe-Baía, determinei necessárias providências – Cordiais Saudações".

A 7 de abril de 1932, o zeloso Interventor de Sergipe, certamente alertado para os inconvenientes de se aplicar à espécie a figura do **uti possidetis**, retoma à presença do Chefe do Governo Provisório, com novo telegrama abaixo transcrito:

"Aracaju, SE, 7-4-1932

Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas  
Chefe Governo Provisório-Rio

Informado patriótico intento V. Ex.<sup>a</sup> solução questões limites interestaduaes, solicito permissão breves considerações sentido esclarecer justos reclamos Estado Sergipe. Não se justifica critério **uti possidetis** como meio aquisitivo território fronteiras estados irmãos, regidos mesma soberania União. Limites conhecidos, assentes leis, documentos, história, repelem usucapião plantada força, ocupação, esbulho, rasgando legítimos títulos assegurado reconhecimento Constituições Império e República. Além disto posse sempre contestada, negada, repelida, é usurpação e não direito gerador prescrição aquisitiva. Sergipe toda sua história protestou sempre, ininterruptamente, por atos públicos e notórios ocupação violenta Estado sozinho. Privado posse material largo trato seu territó-

rio, não abriu mão, tempo nenhum, seus títulos domínio integridade limites. E pelo valor esses justos títulos, exame imparcial questão documentos história, verdade jurídica, que revolução fará justiça Estados usurpados e não consagrando usurpação **uti possidetis**. Brasileiros todos acima veleidades estaduais, acreditamos sinceramente que a cultura e sentimentos do direito, que exalçam personalidade eminente Chefe Governo Provisório, sejam garantias solução problema se encaminhe respeito linhas divisórias, verdade história, documentos, títulos, além dos quais ou contra os quais toda posse é ilegítima sem valor jurídico. Com estas considerações acredita Sergipe triunfo seus direitos que é tudo e que é o triunfo da verdade. Respeitosas saudações,

Augusto Maynard, Interventor Federal".

Getúlio Vargas parecia sensível ao problema de Sergipe e disposto, realmente, a solucionar os conflitos de fronteiras interestaduais.

Eis o telegrama-resposta que endereça ao interventor, um mês após:

"Major Maynard Gomes, Interventor Federal.

Sergipe

Em vista do êxito obtido com a mediação do Governo Federal na solução velha questão limites entre Minas e São Paulo, julgo excelente alvitre praticar o mesmo em relação esse Estado e o da Bahia, devendo, para isso, cada um desses Estados nomear o seu representante para entender-se com o Delegado do Governo Federal General Augusto Ximenes Villeroy.

Cordiais saudações".

No dia seguinte, 8-5-32, seguia novo telegrama de Augusto Maynard, dando conta da empolgação dos sergipanos com a decisão de Getúlio Vargas e comunicando-lhe a designação do Desembargador Gervásio de Carvalho Prata para, "encarregando-se defesa direitos Sergipe junto delegado Governo Provisório General Augusto Ximenes Villeroy, colaborar ultimamente estudos necessários proferimento laudo arbitral".

A 18 de junho e a 20 de outubro de 1932, o incansável interventor sergipano expede ainda dois telegramas ao Chefe do Governo Provisório, cujo teor transcrevo integralmente, porquanto nele se retrata fielmente o comportamento dos representantes da Bahia, sempre que o histórico litígio esteve próximo de ser apreciado por árbitro neutro:

"Dr. Getúlio Vargas  
Palácio Catete, Rio

Tenho honra dirigir-me V. Ex.<sup>a</sup> levar conhecimento V. Ex.<sup>a</sup> veemente protesto manobras desleais está pondo em prática representante Baía na questão limites Sergipe, Dr. Braz Amaral, no intuito protelar término contenda, sobre pretexto completar estudos em que, aliás, se tem especializado através mais de duas dezenas anos. Ao mesmo expediente inescrupuloso recorrera ele em 1921, quando os dois Estados escolheram árbitro desempataador o Dr. Bueno de Paiva, fugindo última hora apresentar documentos e provas direitos Baía, para base laudo arbitral, inutili-

zando deste modo tudo quanto havíamos feito e com grande esforço afim por cobrir pendência. Revolução, que tem como um dos pontos capitais seu programa de limitação fronteira Estados, a autoridade V. Ex.<sup>a</sup>, que cumpre ser prestigiada todo transe, não poderão tolerar se reedite nesta grande hora vida nacional mesmo recurso irritante chicana, com manifesto descaso e desrespeito acertada patriótica resolução Governo Provisório tomar sob sua mediação solução secular litígio. Em existindo a liquidez que a Baía supõe dos seus direitos a larga faixa de terra contra cuja posse protestamos, nada deverá ela receber nesse pleito, pois da imparcialidade e justiça sob patrocínio seu governo e a luz conclusões apresentadas pelo delegado escolhido V. Ex.<sup>a</sup>, General Villeroy, não seria dado de modo algum a ninguém duvidar. Efusivas saudações.

Augusto Maynard, Interventor Federal."

"Aracaju, Sergipe, 20-10-32  
Exm<sup>o</sup> Sr. Getúlio Vargas  
Chefe Governo Provisório – Rio

Como era esperado e eu já havia feio sentir V. Ex.<sup>a</sup> em telegrama 10 junho último, representante Baía na questão limites com este Estado continua tudo fazendo para evitar solução pleito, tendo mesmo declarado ao representante sergipano que não se submeterá decisão nem sequer comparecerá presença delegado federal para tratar caso. Inteirando V. Ex.<sup>a</sup> grave fato, descaso na confiança de que, a despeito recursos protelatórios chicana, velha pendência terá de qualquer sorte tenho definitivo em breve prazo, sob mediação seu patriótico Governo, baseando-se decisão nos documentos lá sobejamente conhecidos dos direitos das partes contendoras,

Cordiais Saudações.

Augusto Maynard, Interventor Federal.

Depois disso, abre-se um longo hiato na toca de correspondência entre o Sergipe e o Catete. O último documento que me resta, dos obtidos no Arquivo Nacional, é este telegrama datado de 12-11-1933, que novamente transcrevo, por inteiro, porque, de forma eloquente, ele ilumina uma época, elucida um episódio e, sobretudo, põe em relevo a grandeza da alma sergipana:

"Vila Nova, Sergipe, 13-11-33  
Exm<sup>o</sup> Dr. Getúlio Vargas,  
P. Catete, Rio

Jornais recebidos última hora meu Estado noticiam resolução V. Ex.<sup>a</sup> limites Sergipe – Baía. Permita Vossência que último sergipano, brasileiro como V. Ex.<sup>a</sup>, porém, acima tudo sergipano, como tal sempre ativo, sincero, venha perante Vossência, protestar contra resolução tomada pelo primeiro magistrado Nação, como declara a imprensa sobre essa antiga pendência. Os sergipanos não podem compreender tal solução nem lhe dar seu placet.

Nada sou, Exm<sup>o</sup> Sr. Ditador. Não tenho valia nenhuma mas tenho honra ser sergipano: isto há ser causa excruciente para protesto que faço. V. Ex.<sup>a</sup> prometeu nosso emi-

nente interventor major Augusto Maynard Gomes, homem de ideais superiores prol nossa Pátria, que antes Constituinte resolveria satisfatoriamente como fosse julgado de direito pelo Tribunal que V. Ex.<sup>a</sup>, constituiu. Nossa pendência por demais justa, por demais provada limites com Estado Baía – Sergipe confiou palavra V. Ex.<sup>a</sup> que não poderia caso nenhum ser desvirtuada pelo honesto revolucionário que atualmente dirige nossos destinos.

A palavra de V. Ex.<sup>a</sup>, como consta das declarações patrioticamente feitas sem rebuços perante Instituto Histórico Geográfico Sergipe, em sessão memorável, foi empenhada como ponto de honra do honesto Juiz.

Nosso digno interventor seria e é incapaz falsear pensamento Vossência perante seus patrícios sergipanos. Temos, desde longo tempo, provado e ainda ultimamente inofismavelmente provamos pelos documentos apresentados pelo nosso egrégio representante todos nossos direitos; não valeu o esforço hercúleo todos meus patrícios; não valeu verdade inofismável; ficou nula exuberância titânica de Ivo do Prado; Sergipe vai ficar, afinal, territorialmente, pequenino como estava, Exm.<sup>o</sup> Senhor, porém, cria V. Ex.<sup>a</sup> que infinitamente engrandecido. Saiba V. Ex.<sup>a</sup> que, de geração em geração, protestaremos. Não podemos, não queremos não devemos nos submeter às conveniências de ocasião. Sergipe brioso e orgulhoso dos seus direitos provados.

Peço respeitosamente que V. Ex.<sup>a</sup> não leve a mal, antes intérprete patriótica e brasileiroamente, este protesto angustiado e pleno de revoltada desilusão do menor dos sergipanos, respeitador da alta dignidade a que foi elevado V. Excelência.

Padre Artur Alfredo Passos."

O Interventor Federal, à época do Estado Novo, Major Augusto Maynard, em 11 de dezembro de 1931, expediu correspondência a Vargas, logo após a vitória sobre os constitucionalistas, apelando ao Chefe do Governo Provisório para que seja reexaminada a questão relativa a limitação geográfica sul de seu Estado. Observe-se um trecho de seu telegrama:

"...(O) litígio entrou numa fase que não permite mais ao meu Estado a mesma posição de expectativa e de ludíbrio em que esteve condenado por mais de século a manter-se. Já hoje não são somente os sergipanos que aspiram volta à posse este Estado território ilegitimamente sob domínio Baía. As próprias populações da zona contestada, comungando mesmo pensamento seus irmãos de Sergipe, transmitem repetidas representações ao meu Governo, contendo milhares de assinaturas, num pronunciamento sem reservas, desassombado, pela incorporação dos respectivos municípios a jurisdição deste estado a que sentem pertencer por direito."

No dia seguinte veio a resposta de Vargas, animando os sergipanos para as "necessárias providências" que ele havia determinado fossem tomadas.

Numa inequívoca demonstração de altíssimo zelo, o Major Maynard, ciente dos inconvenientes de se vir aplicar o **uti possidetis**, enviou novo telegrama Getúlio, alertando-o para isso.

Foi a partir de então que se nomeou o General Villeroy Delegado do Governo Federal para arbitrar a pendência entre os dois Estados, por meio da audiência a seus respectivos representantes, conclusão por que até hoje aguarda, com o otimismo próprio dos crentes na lei e na justiça, o nobre povo sergipano.

Bahia tem fugido inclusive a compromissos solenes de submeter o litígio à arbitragem neutra, conforme é nosso desejo. Quando não tanto, vale-se da displicência do Governo Central, conforme relata J. Fraga Lima, nas **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**, editadas pela Fundação Estadual de Cultura. É dele o seguinte trecho, colhido da página 151 daquela obra histórica, e que tão bem auxilia no esclarecimento de meu raciocínio:

"Em 1932, o Governo Provisório da República fez criar, junto ao Ministério da Justiça, uma comissão de arbitragem, tendo em vista resolver a questão de limites existentes desde o tempo dos vice-reis, entre os Estados da Bahia e Sergipe. Para Presidente da Comissão, designou o general reformado Augusto Ximeno de Villeroy.

"Por ato do interventor de Sergipe, Major Augusto Maynard Gomes, foi nomeado representante do Estado o desembargador Gervásio Prata, o qual devia oferecer ao árbitro um memorial em que seria exposto o direito de Sergipe e oferecida sugestão de uma linha que, aceita pelo árbitro, diminuiria uma pendência secular.

"Apresentou-se o delegado de Sergipe ao ministério, e a seguir ao árbitro, o mesmo fazendo o delegado da Bahia. A eles foi dado, pelo Presidente da Comissão, prazo para entrega dos respectivos Memoriais.

"Dentro do prazo, o delegado de Sergipe entregou seu trabalho ao árbitro.

"O Delegado da Bahia pediu prorrogação a qual, uma vez terminada, teve outro pedido de dilatação do prazo, que foi concedido.

"Ante a negligência do representante da Bahia, constou ter declarado o árbitro que se o delegado da Bahia não apresentasse o Memorial, ele daria o favorável a Sergipe.

"Naquele ano de 1932, no dia 9 de julho, São Paulo levantou-se em armas contra a ditadura, a pretexto de reconstitucionalizar o País. Chamou-se o movimento de Revolução Constitucionalista.

O ditador chamou em seu socorro os batalhões federais sediados no Norte e Nordeste. Os interventores acionaram as polícias estaduais, que foram em reforço às tropas federais.

"Está claro que a Bahia havia de mandar um forte contingente da sua polícia.

"Por uma questão de gratidão para com o interventor da Bahia, o ditador não deixou que se resolvesse a questão, mormente dando ganho de causa a Sergipe. Como interessava a Getúlio manter o 087 estatuto, foi posta "uma pedra por cima" indicando que o destino era nada resolver.

"A Imprensa Oficial do Estado publicou o Memorial apresentado pelo Dr. Gervásio, com o título – "Limites de Sergipe".

E conclui, ironicamente, J. Fraga Lima:

"Convém ser dito, como sinal dos tempos de Getúlio, que o General Villeroy faleceu, vários anos depois, sem ter sido destituído do cargo de Presidente da Comissão de Arbitragem..."

É bastante esclarecedor o telegrama endereçado pelo Padre Arthur Alfredo Passos ao Chefe do Governo Provisório, em 12 de novembro de 1933, que bem sintetiza o otimismo e a confiança da justiça dos homens próprios do povo de Sergipe. Dessa mensagem, transcrevo o seguinte excerto:

"Sergipe vai ficar, afinal, territorialmente, pequenino como estava, porém, creia V. Ex.<sup>a</sup> que infinitamente engrandecido. Saiba V. Ex.<sup>a</sup> que, de geração em geração, protestaremos. Não podemos, não queremos, não devemos

nos submeter às conveniências de ocasião. Sergipe é brioso e é orgulhoso dos seus direitos."

Existe uma carta do Conde dos Arcos(8°) que, indevidamente, gerou jurisprudência a favor da Bahia. Há confusão e superposição de jurisdições, civis, militares e eclesiásticas, o que não implica, como não acontecia habitualmente, reflexos sobre a integridade do território fisicamente considerado. Confundi-se a favor da Bahia, dada sua importância política e cultural, "**JURISDIÇÃO**" com "**TERRITÓRIO**".

Algumas vezes, por conveniência administrativa, da justiça e do clero, houve dualidade hierárquica nesta região "rebelde à lei, e incidência de criminalidade e abusos". Até 1843, nenhuma lei alterou a fronteira no Itapicuru. Faltou a Sergipe mais agressividade em dar consequência, ao protocolo de intenções dos governadores em 1920 J.J. Seabra e Pereira Lobo.

O quadro a seguir dimensiona a relação existente entre os Estados litigantes:

ESTADO	Número de Município	População (hab.)	Área (Km)	Densidade (hab/km <sup>2</sup> )
Bahia	336	9.597.393	559.951	16,93
Sergipe	74	1.156.642	21.942	51,92

Quanto aos municípios sergipanos, atualmente na Bahia, os dados são os seguintes:

Município	População (hab.)	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade (hab/km <sup>2</sup> )
Jandaíra	6.575	679	9,58
Itapicuru	19.690	1.508	13,06
Rio Real	19.246	708	27,18

Mas não se trata, aqui, pura e simplesmente, de defender um pleito, mais do que sesquicentenário, de Sergipe, senão demonstrar, também, que ele se harmoniza com as premissas do desenvolvimento nacional integrado.

Assim é que a Bahia, numa área de quase seiscentos mil quilômetros quadrados e menos de dez habitantes, apresenta uma densidade populacional de cerca de dezessete habitantes por quilômetro quadrado. Sergipe, com menos de vinte e dois mil quilômetros quadrados, apresenta uma densidade demográfica de cerca de cinquenta e dois habitantes por quilômetro quadrado.

Na área discutida, de quase três mil quilômetros quadrados, em três municípios – Jandaíra, Itapicuru e Rio Real – vivem cerca de quarenta e cinco mil habitantes.

Fisicamente, Sergipe tem condições para integrar os Municípios de Jandaíra, Itapicuru e Rio Real, com cerca de quarenta e seis mil habitantes e menos de três mil quilômetros quadrado.

A densidade dessa área é de cerca de cinquenta e dois habitantes, e a da Bahia, de pouco mais de dezesseis habitantes por quilômetro quadrado.

Está claramente demonstrado que a grande latitude da Bahia prejudicou seu crescimento demográfico, em algumas regiões, como na área

reclamada, com repercussão, também, no desenvolvimento econômico.

Recuperadas as fronteiras históricas de Sergipe com a Bahia, os três municípios teriam, em breve tempo, um novo impulso econômico, aproximando-se do crescimento de Sergipe, que cuida de apenas setenta e quatro, enquanto a Bahia detém nada menos de trezentos e trinta e seis municípios.

Quando se fala em redivisão territorial do Brasil pensa-se, justamente, em reduzir a larga extensão de alguns Estados, como os da Amazônia, do Centro-Oeste e, no Centro Leste, o da Bahia.

Busca-se, apenas, restabelecer os limites históricos de Sergipe, com proveito econômico para a região a ser reintegrada em sua unidade territorial.

Não é uma reivindicação recente, mas uma causa com fundo assentamento histórico, uma reclamação que tem quase dois séculos, sempre reiterada e nunca esquecida, como demonstramos, com o testemunho da História.

Essa questão jamais se resolveu pelos Tribunais, nem teria cabimento na legislação ordinária – proibida de interferir na autonomia dos Estados – sendo portanto impossível solucioná-la mediante arbitragem.

O caminho único, para dirigir, definitivamente, a questão, está na via constitucional, no Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, pelo qual também se expressa o órgão supremo da soberania nacional, sobranceiro a qualquer outra autonomia.

Assim sendo, estes são os fundamentos históricos e jurídicos em que nos apoiamos para, em nome do povo sergipano, reclamar a reintegração ao território de nosso Estado da área referida ao longo desta proposição.

Se não bastassem outros argumentos e as manifestações valiosas que acabamos de mencionar, cumpriria lembrar que a primeira Constituição do Estado de Sergipe, promulga em 18 de maio de 1892, portanto há quase um século, assim estabelecia em seu art. 2º:

"Seu território (do estado de Sergipe) compreende não só o que se achava sob a jurisdição da antiga Província de Sergipe, como ainda o que, embora à sua jurisdição, todavia lhe pertencia por direito."

A luta é histórica e necessita de ser reparada, em última instância, pela decisão irrecorrível do Plenário, após um século de injustiça contra Sergipe. O apelo não é só meu, a luta não é apenas, do autor da propositura. Ela é, sem sombra de dúvida, de todos os sergipanos, independentemente de credo religioso, partidário ou posição social. Trata-se de uma luta vitoriosa, por sintetizar a garra com que Sergipe se apegou a suas raízes, sejam elas culturais, políticas ou históricas, como a que hoje se trava no palco da mais legítima representação da vontade nacional: a Assembléia Constituinte livre e soberana para decidir acerca da nova realidade jurídica de nosso País.

O texto da presente emenda é o seguinte:

"Inclua-se o seguinte art. 61 ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição (A), renumerando-se os demais:

Art. 61 A superfície territorial do estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se a linha divisória entre ambos os Estados.

§ 1º Os Municípios de Jandaíra, Itapicuru e Rio Real, localizados na área a que se refere este artigo, passam a integrar o território do Estado de Sergipe.

§ 2º Para o atendimento ao disposto neste artigo, a legislação federal e estadual competente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Constituição, estabelecerá as modificações que se fizerem necessárias à aplicação dos efeitos decorrentes."

A segunda emenda objetiva solucionar as questões relativas às pendências existentes quanto aos limites territoriais, inegavelmente se constituem num conjunto indissociável e requerem soluções globais.

Ao oferecer esta Emenda a exame do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, proponho seja restaurada, no Projeto de Constituição, a Comissão de Revisão Territorial, responsável por viabilizar soluções destinadas a dirimir as questões de limites pendentes entre os Estados.

Por outro lado, cumpre reiterar que há tarefas que, por suas inter-relações e complexidade, precisam ser abordadas a um só tempo e pela mesma instância decisória, como é o caso da reivindicação territorial e das questões relativas aos limites interestaduais em litígio.

O desempenho da atribuição arbitral é árduo, pelos inúmeros condicionantes próprios da situação: econômicos, culturais, psicológicos, a afetar as populações das áreas.

Num primeiro momento, as decisões podem ser traumáticas. Ao longo do tempo, entretanto, seus benefícios se conjugarão para o bem-estar da sociedade envolvida.

Assim, as soluções devem ser conjuntas e centralizadas numa mesma Comissão, para que se estabeleçam no primado da coerência.

Tal é o princípio que rege a presente Emenda.

O texto da citada emenda é o seguinte: "Inclui-se o seguinte artigo 62 ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição (A), renumerando-se os demais.

"Art. 62. É criada a Comissão de Redivisão Territorial com cinco membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco membros do executivo, com a finalidade de apresentar estudos e anteprojetos de redivisão territorial, bem como solucionar as questões de limites pendentes entre os Estados."

A terceira emenda, visa, sobretudo, a colocar as coisas nos seus devidos lugares, evitando, assim, que assuntos bancários estejam sob o mesmo comando oficial das operações de seguros, previdência e capitalização, pois tais transações comerciais são inteiramente diferentes.

Voltamos a dizer, utilizando uma velha frase feita, que é fora de vila e termo colocar sob a égide do mesmo órgão governamental seguros, capitalização e previdência. assuntos comerciais tão diferentes, pois a emissão de uma apólice de seguro, a aquisição de um título de capitalização e a filiação a um órgão de previdência privada nada têm a ver com descontos de duplicatas, empréstimos bancários e outras transações pelos bancos comerciais. Daí a razão desta emenda.

O texto da presente emenda é o seguinte:

Redija-se, assim, o item 1, do artigo 228.

"Item 1 – A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização através dos órgãos governamentais competentes,

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a cidade do Recife possui um modelar estabelecimento hospitalar: o Real Hospital Português de Beneficência, instituição já centenária e que tantos serviços tem prestado à população pernambucana e dos Estados do Nordeste.

Criado em 1855, para atender a dificuldades enfrentadas por constantes epidemias de febre amarela, cólera, varíola e disenterias, sua inauguração deu-se no dia 16 de setembro e foi patrocinada por elementos influentes da colônia portuguesa, em Pernambuco. Daí por diante, sua atuação foi sempre marcante e, diga-se, dentro do verdadeiro espírito cristão que presidiu sua criação, passou a atender, também, independentemente de qualquer pré-questionamento, a todos os indigentes que ali acorriam.

Com o tempo, a comunidade começou a reconhecer os elevados serviços prestados, e assim foi que a Lei nº 77, do Senado Estadual de Pernambuco, de 16 de maio de 1906, passou a considerá-la uma entidade de utilidade pública. Por igual, D. Carlos I, Rei de Portugal, mediante Decreto de 7 de novembro de 1907, houve por bem autorizar o Hospital a usar a denominação de Real,

conforme se encontra registrado no Livro 21, fls. 262, do Registro de Mercês, ainda hoje arquivado na Torre do Tombo.

Nos dias atuais, mercê de um constante aperfeiçoamento de seu corpo clínico e da ampliação de suas condições físicas e de equipamentos, o Real Hospital Português de Beneficência é considerado um dos melhores e mais modernos do País. Pode, com perfeição, prestar atendimento médico e hospitalar em todos os setores da medicina, merecendo especial destaque os campos da tomografia computadorizada, endoscopia digestiva, radioterapia e ultravoltagem, emergência de coração, neurologia e neurocenogia, bem como raio X computadorizado.

Deve ser ressaltado, ainda, o moderno complexo de pediatria, de ortopedia e traumatologia, bem como bloco cirúrgico, com oito salas, o Instituto de Doenças do Tórax, para cirurgias de coração, aplicação de válvulas e safenas. Também o seu Serviço de Ambulatório atende a pacientes carentes, em média mensal de 1.500 a 1.800 pessoas, através do Ambulatório Filantrópico Maria Fernanda Costa.

O Hospital Português emprega hoje cerca de 1.200 funcionários e possui um corpo profissional congregando 300 médicos, mantendo convênios com 62 entidades empresariais, além do INAMPS e do Instituto de Previdência de Pernambuco. Pela sua localização geográfica, equidistante de São Paulo e dos Estados mais do Norte, vem, a cada dia mais, tomando-se um pólo de atendimento de urgências para todo o Nordeste.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de ressaltar, de modo bastante enfático, o Setor de Nefrologia. Ali são realizados transplantes renais e hemodiálises, estas num total de 2.400 por mês, através de 40 máquinas específicas. Quanto aos transplantes, vale acentuar que já foram realizadas operações em número superior a uma centena, com êxito incontestável, o que é fato inédito em todo o Nordeste. Seria uma injustiça não serem mencionados os nomes dos Drs. William Stanford e José Nogueira, que se têm notabilizado nesse setor de atendimento.

Por último, desejo fazer constar nos Anais desta Assembléia que a Direção Geral do Real Hospital Português de Beneficência, no Recife, está a cargo do Dr. Paulo Sérgio R. de Oliveira, tendo como Assistente-Geral o Dr. Alfredo Xavier Pinto Coelho Afonso. A Junta Administrativa tem como provedor o Dr. Virgílio Rodrigues Calado, que é auxiliado por vinte dedicados mordomos.

Ao fazer este registro, desejo prestar uma homenagem à colônia portuguesa no Recife, pelo passado da instituição do Hospital e sua manutenção durante longo período; à comunidade pernambucana, em geral, que tem sabido reconhecer os serviços prestados, e a todos aqueles que, dedicadamente, com o seu trabalho e sem o auxílio de verbas governamentais têm podido manter o Hospital em pleno funcionamento e em constante expansão e melhoria dos serviços prestados.

Todo esse conjunto de ações, Sr. Presidente, fez do Real Hospital Português de Beneficência, glória do Recife, honra de Pernambuco e orgulho do Nordeste.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ANTÔNIO SALIAM CURIATI (PDS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presi-

dente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o Secovi – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo, apresentou ao Governo Federal suas considerações sobre o Anteprojeto de Lei do Inquilinato, por intermédio do Exm<sup>o</sup>, Sr. Consultor-Geral da República, Dr. Saulo Ramos.

O trabalho é resultado de estudos realizados pelo Conselho Técnico de Locação e Administração desse Sindicato, objetivando uma lei duradoura que venha a atender, da melhor maneira possível, aos interesses de locadores e locatários e, mais que isso, harmonizar importante setor da economia pátria, qual seja o habitacional.

Por isso, solicitamos ao Sr. Presidente José Sarney que tome medidas urgentes para resolver o problema desse setor angustiante da população.

Reproduzo agora, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a mensagem mais adequada sobre o problema oferecido pelo Dr. Miguel Sérgio Mauad em defesa das famílias que dependem da casa de aluguel para morar; em defesa de um mercado livre e que tenha oferta de mais e mais imóveis novos de aluguel; em defesa do investidor do ramo imobiliário; em defesa da constitucionalidade; em defesa da Justiça; em defesa da livre iniciativa, precisamos nos unir para, com investimentos em massa, voltarmos a ter oferta, equilibrando a demanda e regularizando o mercado de Locação.

Solicito a transcrição do projeto de lei oferecido pelo Secovi.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.)

São Paulo, 3 de dezembro de 1987. GP/CEB/epf.  
Exp.: 887/87.

Excelentíssimo Senhor  
Dr. Saulo Ramos  
Digníssimo Consultor Geral da República  
Brasília – DF.

Sr. Consultor Geral, o Secovi – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo vem trazer sua colaboração, no sentido de que o anteprojeto de Lei do Inquilinato, oferecido pelo Governo, se constitua em um diploma legal adequado ao atendimento da presente conjuntura. Traduz eia o resultado de estudos realizados pelo Conselho Técnico de Locação e Administração deste Sindicato, objetivando uma lei duradoura que venha a atender, da melhor maneira possível, aos interesses de locadores e locatários e, mais que isso, harmonizar importante setor da economia pátria, qual seja o habitacional.

Desde já, honrado com a atenção que Vossa Excelência haja por bem dispensar às sugestões em anexo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração e me subscrevo.

Respeitosamente, – **Miguel Sérgio Mauad**, Presidente.

#### PROJETO DE LEI

**Dispõe sobre convenção e reajustamento de aluguéis nas locações residenciais de prédio urbano, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre a estipulação inicial do aluguel, nas locações residenciais de prédio urbano, estabelecido, em todas elas, o período mínimo de um ano para o respectivo contrato.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Art. 1º É livre a estipulação inicial do aluguel, nas locações residenciais de prédio urbano, estabelecido, em todas elas, o período mínimo de um ano para o respectivo contrato, ressalvadas as locações previstas no inciso II do Art. 54 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979.

#### Justificação

O art 1º, como está redigido, inviabiliza, quanto ao prazo, a locação de imóveis situados na orla marítima ou em estações climáticas.

Art. 2º Ressalvadas as locações sociais, de que trata o artigo seguinte, o índice para reajuste, quando não adotado pelas partes outro sistema de indexação legalmente permitido, será o da variação nominal da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Parágrafo único. Os aluguéis das locações residenciais serão reajustados semestralmente, podendo as partes pactuar periodicidade superior a seis meses.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Transformar o parágrafo único em § 1º, acrescentando o § 2º, a saber:

§ 2º As locações residenciais que estiverem prorrogadas por força do artigo 48 da Lei nº 6.649/79, passam, no seu aniversário, a ser reajustadas semestralmente, aplicando-se o índice da variação do valor nominal da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

#### Justificação

Considerando que a regra geral de reajuste de aluguel passa a ser a semestralidade; considerando que a locação residencial é prorrogada compulsoriamente, justifica-se a adoção da semestralidade para os contratos antigos.

Art. 3º Quando se tratar de imóvel residencial, submetido ao regime de locação social, o índice de reajuste, observado o disposto no parágrafo único do artigo anterior, será indicado pelo Poder Executivo, que levará em conta o sistema vigente de reajuste de salários.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Art. 3º Quando se tratar de imóvel residencial, submetido ao regime de locação social, o índice de reajuste, observado o disposto no § 1º do artigo anterior, será o equivalente à variação do salário mínimo de referência.

#### Justificação

É necessário fixar o índice de correção de aluguel na locação social, não deixando ao Poder Executivo a faculdade de fixá-lo, evitando interpretações diversas.

§ 1º O Poder Executivo editará regulamento definindo os critérios para caracterização dos imóveis referidos neste artigo, qualificando-os de acordo com os seguintes fatores, sem prejuízo de outros considerados relevantes:

a) região geo-econômica em que se situem;

b) dimensão, estado e demais características físicas;  
c) valor inicial do aluguel;  
d) proporcionalidade ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;  
e) zoneamento municipal.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Dar nova redação ao § 1º e eliminar as letras **a, b, c, d e c**, por impraticáveis, considerando:

a) a extensão territorial do País;  
b) existência de imóveis de dimensão reduzida, entretanto, de semi luxo ou luxo;  
c) valor inicial do aluguel, como ponto de partida subjetivo;

d) o valor do IPTU é consequência da vontade ou necessidade de Prefeituras e decisões de Câmaras Municipais, nem sempre compatíveis com a situação, condição e valor do imóvel.

e) a maioria dos municípios do Brasil não tem zoneamento.

O parágrafo passará a ter a seguinte redação:

§ 1º – O poder Executivo editará regulamento definindo os critérios para a caracterização dos imóveis referidos neste artigo.

#### Justificativa

No Artigo 9º, pela sua redação, deverão ser explicitadas todas as características e critérios da locação social.

§ 2º Nas locações sociais, observar-se-ão as seguintes regras em matéria tributária:

a) o locador ficará isento do Imposto de Renda incidente sobre os alugueres por ele auferidos, qualquer que seja o número de imóveis por de alugados;

b) o locatário poderá abater da renda bruta em seu valor integral, as despesas por ele realizadas com o pagamento dos alugueres.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

A letra "a" do § 2º, passa a ter a seguinte redação:

a) o locador ficará isento do Imposto de Renda incidente sobre o reembolso de encargos e os aluguéis por ele auferidos, qualquer que seja o número de imóveis por ele alugados.

#### Justificativa

Sobre os encargos, que constituem tão-somente reembolso, não se justifica a incidência do Imposto de Renda.

§ 3º A recusa injusta do locador, em receber o aluguel ou fornecer o recibo correspondente, autorizará o locatário, no dia do vencimento da obrigação, a efetuar o depósito do valor devido em conta corrente aberta em instituição financeira, no local do imóvel, comunicando-se ao credor por via bancária, com aviso de recebimento.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

§ 3º A recusa injusta do locador em receber o aluguel ou fornecer o recibo correspondente, autorizará o locatário, até 5 (cinco) dias úteis após vencimento da obrigação, a efetuar o depósito do valor devido em conta corrente aberta em instituição financeira, no local do imóvel, comunicando ao credor por via bancária, com aviso de recebimento.

**Justificativa**

É impraticável o depósito no dia do vencimento da obrigação. Dando prazo maior, viabiliza-se a eficácia do dispositivo legal.

§ 4º Decorridos cinco dias após o recebimento da comunicação a que se refere o parágrafo anterior, considerar-se à efetuado o pagamento e extinta a obrigação a menos que o locador, alegando inadimplemento do locatário, ajuíze, imediatamente, ação de despejo por falta de pagamento.

**PROPOSIÇÃO SECOVI**

§ 4º do Art. 3º Eliminar o parágrafo.

**Justificação**

Se o locador não receber a comunicação de pagamento no prazo previsto, poderá, na defesa de seus interesses, ajuizar a competente ação de despejo.

Art. 4º O locador poderá requerer a revisão judicial do aluguel, após três anos de vigência do contrato.

**PROPOSIÇÃO SECOVI**

Art. 4º O locador poderá requerer a revisão judicial do aluguel, a cada três anos de vigência do contrato.

**Justificativa**

Como está regido, o Art. 4º possibilita a interpretação de que a revisional só poderá ser exercida uma vez. A exemplo do § 5º do Art. 49 da Lei nº 6.649/79, deve-se utilizar a expressão "de três em três anos".

§ 1º O novo valor do aluguel será arbitrado pelo juiz, que apreciará, para proferir a sentença, além das regras de direito, os princípios de equidade, tendo em vista sobretudo, as circunstâncias especiais de cada caso concreto.

**PROPOSIÇÃO SECOVI**

§ 1º O novo valor do aluguel será arbitrado pelo juiz, a fim de ajustá-lo ao preço de mercado.

**Justificação**

a) O Juiz não pode julgar fora das regras de direito.

b) Se estamos diante de uma lei de incentivo à construção civil para fins de locação, a aplicação do princípio de equidade, por ser estritamente subjetivo, representaria um retrocesso incompatível com o espírito da própria lei.

§ 2º A revisão judicial do aluguel processar-se-á pelo rito sumaríssimo, independentemente do valor da causa.

§ 3º Os acréscimos de aluguel correspondentes aos meses decorridos durante a ação de revisão serão pagos pelo locatário, corrigidos na proporção da variação do índice de reajuste aplicável ao regime da locação, em parcelas mensais fixadas pelo juiz, até o máximo de doze, a partir do mês seguinte ao em que transitar em julgado a sentença.

Art. 5º As ações de despejo e as revisionais de aluguel não terão curso durante as férias forenses e suspender-se-ão pela superveniência delas,

ressalvado o disposto no Artigo 173, do Código de Processo Civil.

**PROPOSIÇÃO SECOVI**

Art. 5º As ações de despejo por falta de pagamento e as revisionais de aluguel, terão curso durante as férias forenses.

**Justificação**

Há dois períodos de férias forenses em cada ano. Além disso há os sábados, domingos e feriados. Assim, o ano judiciário é de mais ou menos 9 meses. A paralisação das ações de despejo por falta de pagamento e das revisionais nas férias, provocará retardamento prejudicial aos interesses das partes e da própria justiça.

Art. 6º Quando se tratar de venda de imóveis ao próprio locatário, ficará isento de tributação, o lucro imobiliário auferido pelo locador alienante na operação, desde que a locação tenha mais de dois anos, devidamente registrado o contrato no Registro de Títulos e Documentos.

**PROPOSIÇÃO SECOVI**

Art. 6º Quando se tratar de venda de imóveis ao próprio locatário, ficará isento de tributação o lucro imobiliário auferido pelo locador alienante na operação, desde que a locação tenha mais de dois anos, devidamente comprovada.

**Justificação**

Não é usual o registo de contratos no Registro de Títulos e Documentos. Mantendo-se o artigo como está, só depois de 2 (dois) anos, a partir da publicação da lei, será possível ao locatário a compra do imóvel. A comprovação de sua qualidade de locatário pode ser feita pela exibição do respectivo contrato, geralmente com firma reconhecida do locatário e dos fiadores, recibos de aluguel, contas de luz, declaração de imposto de renda, do locatário, etc, possibilitando, assim, o exercício da operação, evitando fraudes.

Art. 7º Os dispositivos adiante indicados da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12...

1 - nas locações residenciais, o cônjuge sobrevivente e, sucessivamente, os herdeiros necessários, a companheira que com ele vivia, em união estável, há mais de um ano, e as pessoas que mantinham relação de dependência econômica com o locatário, desde que residentes no prédio..."

Art. 13. Extinta, por separação judicial ou divórcio, a sociedade conjugal do locatário, ou dissolvida a sociedade de fato que o mantinha unido a sua companheira, ou declarada, judicialmente, a sua ausência, ou ordenada, ainda, nos termos da lei, a separação de corpos, prosseguirá a locação com o cônjuge ou companheiro que, por acordo ou decisão judicial continuar residindo no prédio."

Art. 39. Ficarão o retomante sujeito a pagar ao locatário multa arbitrada pelo juiz que variará entre 12 a 48 meses de aluguel, e mais vinte por cento de honorários de advogado, se, salvo motivo de força maior, nos casos dos incisos III

a V e VII a X do Artigo 52, não usar o prédio para o fim declarado, dentro de sessenta dias, ou nele não permanecer durante um ano.

§ 1º A multa será arbitrada pelo juiz, quando for o caso, com base no valor do novo aluguel, desde que superior ao que vinha sendo pago pelo locatário despejado, se o retomante vier, em desconformidade com o seu pedido, e nos prazos assinalados neste artigo, a alugar o imóvel a terceiro.

§ 2º Se o locador, antes de decorrido um ano, vender o imóvel, deixando de dar-lhe a destinação indicada em seu pedido, a multa a que se refere este artigo será arbitrada em até dez por cento do valor da alienação, desde que superior ao máximo cominado no **caput**.

§ 3º A cobrança da multa e honorários far-se-á nos próprios autos da ação de despejo pelo procedimento comum.

§ 4º Incorrente o motivo alegado, é devida a multa, a que se refere este artigo, mesmo que a desocupação do imóvel, por provocação do locador, não teria resultado de ação de despejo.

**PROPOSIÇÃO SECOVI**

§ 4º do Art. 39 Inocorrente o motivo alegado, é devida a multa a que se refere este artigo, mesmo que a desocupação do imóvel, por solicitação do locador, não tenha resultado de ação de despejo.

**Justificação**

A expressão "solicitação" é mais clara e não permite dúvidas.

"Art. 43..."

§ 4º Os oficiais de justiça, sob as mesmas penas referidas no parágrafo anterior e sem prejuízo de sua responsabilidade penal, não executarão o despejo, se constatarem que, no imóvel, convertido em habitação coletiva ou multifamiliar, residem sublocatários ilegítimos.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, os oficiais de justiça certificarão o fato ao juiz do processo, o qual marcará dia e hora para que, dentro em quinze dias a contar de sua intimação, procedam, os sublocatários ilegítimos, à emenda da mora.

§ 6º A importância depositada em juízo é compensável com os alugueres devidos pelos sublocatários ilegítimos ao seu sublocador."

**PROPOSIÇÃO SECOVI**

Art. 43. Excluir os parágrafos 4º, 5º e 6º do Artigo 43.

**Justificação**

Propomos a eliminação desses parágrafos, porque legitimam a sublocação clandestina e ilegítima, contrariando toda a sistemática legal atual, que somente reconhece direitos ao sublocatário legítimo. O locatário maldoso poderá, com habilidade, servir-se desses novos dispositivos para retardar por muito tempo a execução de um despejo.

"Art. 45. Constitui contravenção penal, punível, com prisão simples, de cinco dias

a seis meses, e multa entre o valor de cinco a dez alugueres vigentes à época da infração:

I – exigir, por motivo de locação ou sublocação, quantia ou valor além do aluguel e dos encargos permitidos;

II – recusar-se a fornecer recibo de aluguel ou de encargos;

III – cobrar o aluguel antecipadamente, salvo no caso do inciso II do Art. 54;

IV – exigir, cobrar ou receber, abusivamente, do locatário ou da pessoa que pretenda alugar o imóvel, valores não autorizados por esta lei, mesmo que para atender a despesas de intermediação, de administração, de elaboração de contrato ou de realização de pesquisa e outras diligências associadas à celebração do contrato de locação.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Inciso IV do Art. 45. Exigir, cobrar ou receber do locatário, ou da pessoa que pretenda alugar o imóvel, valores não autorizados por esta lei, mesmo que para atender a despesas de intermediação, de administração, de elaboração de contrato e outras diligências associadas à celebração do contrato de locação, salvo as decorrentes de pesquisas quanto a idoneidade moral e financeira do pretendente à locação, e seus fiadores.

#### Justificação

A expressão "abusivamente", inserida no texto, precisa ser eliminada, pois dá a entender que não sendo "abusivo", pode-se cobrar qualquer dos itens enumerados. Outrossim, cabe ao candidato à locação, a comprovação de que tem condições de locar o imóvel pretendido e que seus fiadores também são idôneos, do ponto de vista moral e patrimonial.

§ 1º A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

§ 2º O valor da multa imposta pelo juiz reverterá em favor da vítima.

§ 3º Na cobrança da multa penal reparatória, observar-se-á o que dispõem os artigos 164 e seguintes da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal)."

"Art. 52 O despejo será concedida..."

XI – se não mais convier ao locador, nos contratos por prazo indeterminado, continuar a locação de imóvel, cujo "habite-se" tenha sido expedido após a vigência deste dispositivo."

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Inclusão do inciso XII, com a seguinte redação:

XII – se não mais convier ao locador, nos contratos por prazo indeterminado, continuar a locação do imóvel com mais de cinco anos, contados da data do início do contrato, ou da revisão judicial ou amigável do aluguel.

#### Justificação

Ao se criar a possibilidade de despejo por denúncia imotivada em locação por mais de cinco anos, dá-se a oportunidade ao locador de manter o imóvel em condições de atualização do aluguel,

equilibrando, parcialmente, o mercado, além de criar incentivo à construção civil para fins de locação.

Por outro lado, a denúncia imotivada somente poderá ser utilizada após cinco anos do início da locação ou de reajuste amigável ou revisão judicial do aluguel.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Incluir um parágrafo ao Art. 52:

Parágrafo único. A aplicação dos incisos XI e XII, depende de notificação prévia na forma do art. 1.209, do Código Civil.

#### Justificação

O locador poderá não usar do direito de propor a ação revisional decorridos três anos, e o locatário não será surpreendido com a decisão do locador.

Art 8º Constitui crime, punível com detenção, de seis meses a dois anos, e multa entre o valor de dez a vinte alugueres vigentes à época da infração:

I – deixar o retomante, dentro de cento e oitenta dias após a entrega do prédio nos casos dos incisos III, V e X do Art. 52, da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, de usá-lo para o fim declarado;

II – não iniciar o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário, nos casos dos incisos VIII e IX do citado Art. 52, a demolição ou a reparação do prédio, dentro de sessenta dias contados da entrega do imóvel, salvo motivo de força maior;

III – não permanecer no imóvel, salvo motivo de força maior, durante um ano, nos casos dos incisos III a V e X do mesmo Art. 52;

IV – promover, ordenar ou executar, sem ordem judicial, a retomada do imóvel locado com oposição do locatário;

V – estipular, por motivo de locação ou sublocação, cláusula de reajuste do aluguel, em desacordo com o que esta lei determina.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Propomos a eliminação do inciso V.

#### Justificação

É de muito rigor considerar crime o reajuste de aluguel diferente do proposto na lei. Muitas das vezes não há má fé e não há prejuízo ao locatário que está protegido pelo disposto no texto da lei.

Parágrafo único. Aplica-se à multa de que trata o **caput** deste artigo o disposto nos incisos I, II e III do Artigo 45 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, na redação dada por esta lei.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Parágrafo único do art. 8º Eliminar este parágrafo.

#### Justificação

Já está inserido no Art. 45 a multa no valor de cinco a dez alugueres vigentes à época da infração.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Inclua-se o seguinte artigo:

Art. Cabe a União, aos Estados e aos Municípios, a responsabilidade pela locação destinada às pessoas de baixa renda.

#### Justificação

A inclusão deste artigo deixa perfeitamente esclarecido, que é somente de responsabilidade do Estado, suprir a existência de locações destinadas às pessoas de baixa renda, considerando que não há outra alternativa que possa propiciar moradia popular, de caráter social.

Art. 9º A União Federal, na realização de seu programa habitacional poderá:

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

O Artigo 9º passa a ter a seguinte redação:

Art 9º A União Federal, na realização de seu programa habitacional, para fins de locação, deverá:

#### Justificação

a) A presente emenda visa esclarecer qual a finalidade do programa habitacional;

b) A expressão poderá é vaga, e desestimulará os investimentos privados para fins de locação social.

I – instituir sistemas de incentivos fiscais a empresas privadas, na execução de projetos de construção de habitações populares, destinadas a locação por pessoas de baixa renda;

II – estimular e apoiar a construção ou construir, diretamente, quando julgado necessário ou conveniente, unidades habitacionais populares, destinadas a pessoas de reduzida ou insuficiente capacidade econômico-financeira, valendo-se, inclusive, do que dispõe o Artigo 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Nova redação:

II – estimular e apoiar a construção de unidades habitacionais populares destinadas a pessoas de reduzida ou insuficiente capacidade econômico-financeira, valendo-se, inclusive, do que dispõe o Artigo 7º e seus parágrafos, do decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

#### Justificação

A nova redação, ora proposta, está em perfeita harmonia com os deveres da União, dos Estados e dos Municípios, objeto do pedido de inclusão de novo artigo, no sentido de ficarem como responsáveis pela locação destinada às pessoas de baixa renda.

Parágrafo único. Na hipótese de construção direta de habitações sociais, o Poder Público poderá dá-las em locação ou sobre elas conceder o direito real de uso por tempo determinado e sob condições resolutivas, transmissível intervivos, com anuência do poder concedente, ou por sucessão legítima ou testamentária.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Suprimir o parágrafo único do Art. 9º.

#### Justificação

O pedido de supressão ora sugerido, é consequência direta da nova redação proposta para o inciso II do Art. 9º, onde se procura evitar a Estatização da Construção Civil.

Art. 10. Observadas as condições e os limites estipulados pelo Conselho Monetário Nacional, os agentes do Sistema Financeiro da Habitação destinarão, até 31 de dezembro de 1990, um percentual, periodicamente fixado por aquele órgão,

que incidirá sobre o total de suas aplicações no setor habitacional, com o objetivo de viabilizar a concessão de empréstimos a locatários para aquisição do imóvel em que residam, qualquer que seja a data da concessão do "habite-se", desde que nele estejam morando, comprovadamente, há mais de um ano.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Incluiu no Artigo 10 dois parágrafos:

§ 1º Os recursos obtidos pelo locador em decorrência da operação de venda, deverão, obrigatoriamente, ser aplicados, pelo mesmo, na aquisição de nova unidade financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação.

§ 2º Em não havendo compra imediata do imóvel, o numerário será depositado em uma Caderneta de Poupança vinculada à oportunidade de aquisição de nova unidade habitacional.

#### Justificação

Com essa medida, não ficará prejudicada a necessidade de produção de novas unidades habitacionais.

Art. 11. O Poder Executivo, em sessenta dias, contados da vigência desta lei, editará os atos a que se refere o Artigo 3º e o Banco Central do Brasil disciplinará o depósito nele previsto.

Art. 12. Esta lei não se aplica às locações residenciais em que figure pessoa jurídica como locatária, as quais reger-se-ão pelas mesmas normas que disciplinam a locação de imóveis para fins não-residenciais.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário, e em especial o disposto no § 2º do Artigo 18 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979.

#### PROPOSIÇÃO SECOVI

Art. 14. Eliminar do artigo a expressão "e, em especial, o disposto no § 2º do Artigo 18 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979".

#### Justificação

A revogação do § 2º não teria efeito retroativo, pelo óbvio, respeitando-se as estipulações anteriores à nova lei. Somente seria aplicável, destarte, a locações avençadas após a vigência do novo texto, o que, na prática, iria prejudicar o locatário (a quem se pretende beneficiar), visto que os valores das novas locações seriam sempre estipulados em patamares elevados, exatamente para absorverem os encargos que seriam suportados pelo locador.

#### SUGESTÕES OUTRAS:

1. Sugerimos que seja inserido na lei, dispositivo estendendo às sublocações o regimento criado para as locações: "Nas sublocações aplicam-se, ao reajuste e revisão do aluguel, as mesmas regras adotadas para as locações."

2. Sugerimos, ainda, que todos os aluguéis resultantes de locações avençadas antes de 28 de fevereiro de 1986, possam ser realinhadas pela sua equivalência inicial ao valor da ORTN, independentemente de revisão judicial, a menos que eventual acordo tenha elevado o valor locativo a níveis superiores àqueles que resultariam do realinhamento. "Mutatis mutandis", o dispositivo seria semelhante ao contido no Artigo 53, § 1º,

da Lei nº 6.649/79, exatamente para que as locações antigas, defasadas pela aplicação do INPC e da Tabela do Plano Cruzado, possam voltar a ter a sua equivalência inicial em relação à ORTN, hoje, OTN. A operação seria feita pelo próprio locador, extrajudicialmente, alterando-se automaticamente, a periodicidade de reajuste do aluguel constante do contrato. As partes somente recorreriam à Justiça caso houvesse divergências na operação aritmética de que resultasse o novo valor do aluguel.

O SECOVI se coloca à disposição das autoridades constituídas, dos Parlamentares e demais interessados, para debater suas propostas e justificativas, bem como debater críticas e sugestões que venham de maneira definitiva estabelecer normas que atendam ao mercado de locação, já bastante conturbado por indefinições e aplicação de decretos, decretos-lei e leis excepcionais, durante estes últimos 5 anos.

Nós acreditamos no poder de realização da livre iniciativa. Nós acreditamos no Brasil. Nós queremos ver solucionado o problema habitacional, através da adoção de uma política a longo prazo e direcionada para esse fim.

São Paulo, 1º de dezembro de 1987.

Contatos:

Fones: 285.0122 – ramal 106/229.7702

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE.**

**Pronuncia o seguinte discurso:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, venho hoje à tribuna formular um apelo ao ilustre, ao eminente Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves, referente a uma definição das diretrizes para o Proálcool, pois na Comissão Nacional de Energia as discussões prolongam-se há mais de um ano, sem resultados. Realmente, a sociedade brasileira, bem assim os produtores e trabalhadores do setor alcooleiro, estão dispostos a discutir todos os assuntos de maneira responsável, para chegarem a uma posição de consenso quanto ao futuro do programa, a médio e longo prazos.

Recentemente, tivemos conhecimento de que o Presidente da Coperucar, Sr. Werther Annicchino, pediu ao Ministro Aureliano Chaves, a fim de serem definidas as ações para o Proálcool. Segundo o Presidente da Coperucar, os produtores de álcool estão abertos para discutir o assunto, e as diretrizes-programas pelo Ministério das Minas e Energia deverão levar em conta a tanto as necessidades da Petrobrás quanto as dificuldades próprias dos produtores. Afamou ainda que os usineiros terminaram o ano de 1987 com uma defasagem de 58% nos preços do açúcar e do álcool e de 50% nos preços da cana, em relação à inflação. Isto aconteceu porque a inflação do setor sucroalcooleiro foi bem maior do que a inflação oficial do País. O item que mais pressionou os custos do setor foi a conservação dos estoques, que subiu 400% em relação a maio passado. Outros itens, como adubo e veículos e implementas agrícolas, também evoluíram acima da inflação oficial. Os estoques pesam mais em períodos de inflação ascendente e juros absurdos como os que temos atualmente.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, concluo meu pronunciamento fazendo um veemente apelo ao Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves, para que urgentemente estabeleça as di-

retrizes definitivas para o Proálcool. Impossível continuar sem políticas enunciadas.

Oportunamente voltaremos ao problema.

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho percebido, nos trabalhos da Constituinte, um forte, generalizado e generoso desejo de inscrever na futura Carta Magna uns tantos preceitos que assegurem ao povo brasileiro um razoável elenco de direitos sociais e trabalhistas. Certamente a hora é própria para ventilar novas idéias e reavivar o debate democrático e salutar sobre ideais talvez adormecidos mas nunca esquecidos.

Está atento o legislador, no entanto, para tratar constitucionalmente a matéria constitucional, deixando à lei ordinária tudo aquilo que deva ser por ela regulado; na Lei Maior definir-se-ão os princípios gerais de nossa organização política, social e econômica e uns quantos dispositivos específicos, tudo se revestindo do caráter de essencialidade e durabilidade.

Muito se tem discutido a respeito de questões relativas à jornada de trabalho semanal, que deveria ser de 40 horas, sobre o pagamento em dobro de férias anuais e também sobre a proibição de serviço extraordinário, e já detectamos a mais recente tendência da Constituinte, que parece ser a de tratar esses assuntos como objeto de legislação ordinária.

No concernente a um outro tópico de alta importância, qual seja, o da estabilidade no emprego, temos de reconhecer que o ideal é até mais completo do que essa estabilidade e, por assim dizer, ambicioso: o ideal será o da garantia permanente de ocupação remunerada – não num mesmo emprego, que pode inclusive não convir ao trabalhador, mas numa situação que lhe proporcione, de modo concreto, o exercício do direito de sobrevivência. Em último caso, o seguro-desemprego enquanto necessário e durante todo o período em que não seja oferecida uma opção ao cidadão desejoso de trabalhar.

No capítulo da tributação, a criação de um adicional de 5% sobre o Imposto de Renda devido, ou a pagar, não está tendo boa receptividade junto à população, assoberbada pela carga fiscal atual. Também o comércio não vê essa autorização constitucional com bons olhos. Recebemos dezenas de cartas dos pequenos e médios empresários de meu Estado, externando suas preocupações com essa e outras iniciativas constantes do substitutivo sob emendas. É idêntica a reação contrária, em face da instituição do imposto de vendas a varejo, e tem sido de inconformismo a atitude geral para com a tributação dos acréscimos financeiros pelo ICM e pelo ISS.

Leis ordinárias, quando couberem, ou complementares, nos casos aplicáveis, agasalharão corretamente determinados deveres e direitos, mas as linhas mestras de nosso arcabouço jurídico constarão devidamente da nova Constituição brasileira.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO.**

**Pronuncia o seguinte discurso:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, da mais alta tribuna política do País, dirijo-me ao Governador insistente Henrique Santillo, de Goiás, para transmitir-lhe instante apelo no sentido de serem adotadas providências que tornam justo e humanizado o Plano de Cargos



e Salários que vem de submeter à Assembléia Legislativa.

Pelo mencionado Plano de Cargos e Salários (PCS), o Governo deseja instituir um piso salarial de Cz\$ 7.500,00 a partir de março próximo, para o servidor do Estado de Goiás e sua estabilidade somente após os dez anos de serviços.

Ora, Sr. Presidente, o piso salarial de Cr\$ 7500,00, a partiu de março, não representará, sequer, mais do que o salário mínimo corrigido, eis que, hoje, ele está em Cz\$ 4500,00, pelo que não se justifica tal proposta do Governo.

Por outro lado, o Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização já assegura a estabilidade dos servidores públicos, municipais, estaduais e federais, com cinco anos de serviço.

Assim, reconhecendo ser o Governador Henrique Santillo um governante justo, transmito-lhe apelo no sentido de concordar com a proposta do Partido Democrata Cristão, o PDC, de ter vigência o piso salarial de Cz\$ 10.000,00 a partir de 1º de janeiro corrente e de o servidor público goiano conquistar a estabilidade aos cinco anos de atividade.

Ao concluir este pronunciamento, fica-me a certeza de que o Governador Henrique Santillo atenderá as justas reivindicações dos servidores públicos goianos, de que estou sendo intérprete neste momento.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que o País discute a feitura de sua nova Constituição, em que os olhos de todas as forças vivas da Nação estão voltados para esta Casa, é importante termos em nossas mãos uma carta, que agora passa a ser um documento, subscrita por um engenheiro amigo, carta que presta um grande depoimento.

Discute-se a inclusão no texto constitucional do art. 207 – item V – "nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo em todo o território nacional".

Considero importante sejam levantados todos os possíveis testemunhos sobre o assunto antes da votação em plenário da Constituinte para um esclarecimento global e perfeito a toda a Nação.

Isto posto, Sr. Presidente, leio carta que, a propósito do assunto, recebi:

"Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1987 – Prezado companheiro Denisar Arneiro, através dos meios de comunicação e por informações de amigos comuns, tenho acompanhado o dinâmico e eficiente desempenho do prezado amigo no Congresso Nacional, sempre em defesa da livre iniciativa e conseqüentemente combatendo a crescente estatização da economia brasileira.

Por isso mesmo, estou confiante em que você e inúmeros outros Constituintes, que sinceramente desejam ver o Brasil um país rico e desenvolvido, saberão impedir a aprovação pelo Plenário da Constituinte da absurda emenda recentemente introduzida na Comissão de Sistematização, e que, se endossada, significará a nefasta extensão do monopólio estatal à distribuição de derivados de petróleo.

Companheiro Denisar, trabalhei durante 39 anos para a Esso. Ingresssei como estagiário, então no quarto ano de Engenharia, e me aposentei como gerente do Departamento de Assuntos Públicos. Ao longo de minha carreira na Esso, ocupei funções técnicas e administrativas em diversos setores da companhia, no Brasil e nos Estados Unidos da América.

Assim sendo, e plagiando o **slogan** do famoso Repórter Esso, fui quase "uma testemunha ocular da história" dessa grande empresa. Como decorrência de minhas funções, tomei íntimo conhecimento dos planos e políticas da companhia, inerentes à administração de seus negócios, e posso afirmar que constatei sempre absoluta lisura, elevado padrão de ética e rigorosa obediência à legislação do País.

Não tenho dúvidas, portanto, em afirmar que o afastamento ou a restrição às empresas distribuidoras privadas das atividades que vem exercendo há 75 anos seria prejudicial aos verdadeiros interesses da Nação.

Aproveito a oportunidade para, em meu nome e no de Lourdinha, agradecer o cartão que me enviou quando de meu aniversário e o de Boas Festas e desejar a você, Teresinha e família, os nossos mais sinceros votos de um Feliz Natal e que o ano de 1988 seja cheio de venturas. Com um abraço do companheiro de Rotary, Engº Roberto Petis Fernandes".

Achei ser de minha obrigação trazer ao conhecimento desta Casa o testemunho de um brasileiro que militou durante 39 anos nos bastidores de uma multinacional que seria altamente prejudicada com esse item do art. 207, que nada de benefício traria ao nosso País.

Somos nacionalistas, mas Deus nos deu inteligência para podermos raciocinar e verificar onde são realmente prejudicados os interesses do povo brasileiro e onde existe forte dose de demagogia eleitoral.

Era o que tinha para dizer.

**O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando nos apresentamos para a votação, em Plenário, do texto aprovado na Comissão de Sistematização, é-me grato relembrar as vitoriosas lutas travadas no âmbito da Subcomissão da Educação, bem assim as batalhas enfrentadas na Comissão Temática VIII, em favor da educação-e, em particular, em defesa da escola pública.

Hoje, ao reler o texto do Capítulo III do Título VIII do Projeto de Constituição, sinto-me recompensado de todo o esforço desenvolvido nas sucessivas reuniões, auscultando o pensamento da sociedade, através de suas entidades mais representativas, ou debatendo e votando matérias de transcendental importância para o futuro do País.

A obstinação de companheiros em dotar o Brasil de uma infra-estrutura educacional que lhe possibilite o desenvolvimento, acolhendo milhões de crianças sem escola e assegurando-lhes ensino gratuito e acesso ao ensino médio, bem como em determinar que o acesso ao ensino obrigatório é direito público subjetivo e que o não oferecimento deste ensino pelo Estado, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade das autoridades competentes; possibilitar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiên-

cia e as crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas; ensejar acesso aos níveis mais elevados do ensino da pesquisa científica e da criação artística, bem assim possibilitar o noturno, adequado às condições sociais do educando, em todos os graus, e o apoio suplementar ao educando, através de programas de material didático, escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, assinala de forma indelével a participação de Constituintes como Hermes Zanetti, João Calmon, Sólton Borges dos Reis, Florestan-Fernandes, Octávio Elísio, Pedro Canedo, Atila Lira, Artur da Távola e Chico Humberto, por sua valiosa e inestimável contribuição.

A estes e a tantos outros companheiros devem ser creditados as memoráveis conquistas da elevação dos percentuais incidentes sobre as receitas de impostos de 13 para 18% por parte da União e a fixação de 25% para Estados e Municípios, para manutenção e desenvolvimento do ensino, assim como da destinação dos recursos públicos para a escola pública, com as ressalvas feitas às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos dos itens I e II do art. 147.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a fase final e decisiva tem seu início no próximo dia 27. Necessário se faz o reaglutinar dessas forças, no sentido de que não se permitam alterações no texto consagrado no capítulo da Educação, espelho do sentimento da comunidade educacional brasileira.

Tenho sido vítima de campanha torpe e insidiosa, por minha participação na linha de frente em favor da escola pública. Faço-a com desassombro; porém, por saber estar traduzindo o pensamento do magistério brasileiro, mercê de depoimentos pessoais e dos representantes das entidades classistas e pelo fato de conhecer uma realidade nacional que não admite a pulverização dos recursos destinados à educação, deixando entregues ao analfabetismo, à delinqüência e à marginalidade milhões de crianças e adolescentes, filhos de uma classe operária cuja remuneração por seu trabalho não lhe assegura sequer os meios para garantir a subsistência da família.

Em nenhum momento inibi, através de qualquer sugestão ou emenda, a existência da escola particular. Todavia, entendo que, a exemplo de outros setores da iniciativa privada, deva ela subsistir à conta da sua clientela e dos mecanismos que lhe são postos à disposição.

Apregoam que sou contrário à concessão de bolsas de estudo aos estudantes pobres e que defendo a posição de que filho de pobre é para estudar em escola pública e a particular deve ser privilégio dos ricos. Não dizem, entretanto, que a manipulação que fazem da palavra esconde a grande verdade, a única verdade pelo qual luto e assumi compromisso, a de resgatar a credibilidade da escola pública, através da melhoria da qualidade do ensino. Para que isto aconteça, mister se faz reaparelhar as escolas oferecer um salário condigno ao professor e aos que integram a área educacional, treinar e reciclar periodicamente o pessoal, otimizar os níveis de gerenciamento e administração, modificar a grade curricular, de forma a se obter um elevado nível de consciência e politização da classe estudantil, enfim, abrir a escola à participação da comunidade,

da qual ela deve ser o agente de transformação e desenvolvimento.

Caminho para a votação derradeira com a mesma disposição do primeiro momento. Sigo em frente, fiel aos compromissos que fiz perante os educadores cearenses, cujo documento que me foi entregue e que guardo com carinho tem sido meu norte e meu guia, nestes dias atribulados da vida nacional.

Votarei pelo texto aprovado na Comissão de Sistematização, por entender que se ele não traduz todos os sonhos e desejos acalentados pelos educadores, reflete o esforço maior dos Constituintes comprometidos com a educação e com o povo brasileiro.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PMDB – AL Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma das raras unanimidades nacionais é hoje o anseio brasileiro de uma nova Constituição já. Não nos basta, porém, a pressa da urgência. Não nos basta um texto constitucional. É preciso, antes de tudo, que ele responda à expectativa nacional de uma Constituição que crie condições efetivas para a superação urgente das gritantes desigualdades de renda entre regiões e entre pessoas e para um desenvolvimento mais harmônico do País. Não nos basta assegurar, no texto constitucional, o funcionamento normal das instituições. Sequer nos basta a garantia de liberdade puramente individual. A nova Constituição brasileira tem que avançar no sentido de uma democracia social e econômica, que consagra igualmente os direitos sociais e a igualdade de oportunidades.

Isso é o que se espera do PMDB. É tempo de o partido olhar para fora de sua própria crise, e para além de seu próprio presente. É tempo de resgatar bandeiras do passado para que elas sirvam de balizas da construção do futuro. É tempo de que as lutas de ontem se transformem e se consagrem, em definitivo, como idéias de hoje e como sonhos do amanhã.

A Constituição já que nos exige o País todo tem de possibilitar que desarme a explosão iminente da crise social. As elites brasileiras têm, hoje, mais do que nunca, de abrir mão de seus arraigados e centenários privilégios, se não por inspiração de justiça social, ao menos por imperativo de inteligência. Se continuarem esses privilégios que escarnecem da miséria e do subdesenvolvimento da maioria do povo brasileiro, a explosão da dívida social se encarregará talvez de sepultá-los no rescaldo de uma crise social inevitável e incontrolável.

Os setores mais conservadores pedem um texto moderno para um país moderno. Modernidade não pode significar atraso social. Nem pode ser sinônimo das desigualdades que forçam a convivência de escassas elites de abrangentes privilégios com a maioria espezinhada de subcidadãos de segunda e terceira categorias. Modernidade, ao contrário, exige avanço social. Modernidade é ter coragem de consagrar, no texto constitucional, hoje, os direitos sociais e a visão de fato revolucionária de que o homem já não é apenas indivíduo, mas faz parte de um todo social indivisível.

Os americanos pareciam sonhadores e foram revolucionários quando proclamaram em sua constituição, há 200 anos, as liberdades individuais do cidadão. A ousadia que nos pede a História, hoje, e a de consagração desses direitos sociais ao trabalho, à alimentação, moradia, escolas, saúde e à própria vida. O PMDB, que jamais faltou à História não pode hoje fugir ao encontro com o futuro. É isso o que espera o presente do partido e da Nação. Em nome das lutas e das figuras de ontem. Em favor dos sonhos e dos ideais de sempre, de mais democracia política, mais democracia econômica, mais justiça social.

**A SRA. RITA CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a redução do hiato entre o Brasil Legal e o Brasil Real é o maior desafio que se apresenta à Assembléia Nacional Constituinte na virada do século que se avizinha.

O Brasil legal que temos ainda é aquele muito influenciado pelos dispositivos da Constituição de 1946, alterada pelas disposições constitucionais de 24 de janeiro de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, acrescida das alterações feitas pelas emendas constitucionais n.º 2, de 1972, e n.º 27, de 1985.

A Constituição de 1946, elaborada em sete meses e treze dias, de tendências liberais, permitiu a liberdade de organização e expressão estendendo o direito de voto aos maiores de 18 anos, de ambos os sexos – até então as mulheres não tinham direito de voto – e restabeleceu os direitos individuais. Manteve, porém o ranço conservador e corporativista do regime anterior – varguista – em dois pontos: manutenção de uma estrutura sindical atrelada do Estado e o enunciado constitucional do direito de greve, que permitia, na prática, sua proibição por lei comum. Por outro lado, devolveu autonomia aos Estados e Municípios e restabeleceu a interdependência dos três poderes. Sofreu mais de vinte emendas e cerca de 40 atos complementares, até ser revogada em 1967.

Promulgada pelo Congresso Nacional em 24 de janeiro de 1967 e com vigência a partir de 15 de março daquele ano, esta Constituição traduzia as necessidades da ordem estabelecida a partir da Revolução de 1964, como eleições indiretas para a Presidência da República, e também estendia ao Presidente da República a iniciativa de propor emenda à Constituição.

O Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, baixado pelo Presidente Costa e Silva, praticamente revogou as disposições de 1967, pois, enquanto o Presidente julgasse necessário, o ato estaria em vigência, e estipulava que o Chefe do Governo poderia cassar mandatos, suspender direitos políticos e legislar em substituição ao Congresso após colocá-lo em recesso.

A atual Constituição, chamada de Emenda Constitucional n.º 1, foi outorgada pela Junta Militar que assumiu o poder por ocasião da morte do Presidente Costa e Silva, em 17 de outubro de 1969. Recebeu muitas emendas, entre as quais as de n.ºs 7 e 8, que, introduzidas pelo então Presidente Geisel reformaram o Poder Judiciário e a legislação eleitoral e eliminaram a necessidade do **quorum de dois terços do Congresso para aprovação de reformas constitucionais; a de**

**n.º 11, de 17 de dezembro de 1987, que permitia ao Presidente decretar o estado de sítio e de emergência; e outras emendas em 1980 e 1982, que restabeleceram as eleições diretas para governador e vice e o quorum de dois terços para aprovação de emendas constitucionais, além de algumas mudanças na legislação eleitoral. Já no Governo Sarney, foram restabelecidas as eleições diretas para a Presidência da República.**

Temos ai, portanto, um breve histórico das mudanças constitucionais a partir de 1946, marco do avanço democrático estipulado pelo pós-guerra, mas interrompido pelo movimento militar de 1964, que restabeleceu o autoritarismo, que vigiu durante 21 anos. A transição democrática sonhada pelo País ainda não foi concluída, e isto é muito grave, pois corremos ainda o risco de vê-la confundida com democracia transitória, à menos que se promulgue uma Constituição moderna, progressista e sintonizada com o Brasil real, com os verdadeiros anseios nacionais.

O projeto constitucional que temos é um bom caminho para a redução do hiato entre os dois Brasis; ele amplia a participação popular, no momento em que quase 68% da população brasileira situa-se na zona urbana; amplia as conquistas dos trabalhadores; assegura os direitos dos cidadãos; fortalece as instituições básicas da sociedade em desenvolvimento e introduz novo modelo de interação entre o capital e o trabalho, não há constituição no mundo que dedique tanta atenção à proteção dos recursos naturais e do meio ambiente. No campo político, projeto é avançado, pois altera o sistema de governo, restabelece a verdadeira autonomia dos Estados e Municípios e aprimora, o sistema representativo, através de inovações no processo legislativo e na legislação eleitoral-partidária.

Temos, agora, a oportunidade histórica de reduzir a um mínimo excepcional a distância entre o Brasil que temos e o Brasil que queremos, aprimorando em plenário o projeto aprovado na Comissão de Sistematização.

**O SR. MENDES BOTELHO (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** Sr. Presidente, Srs. Constituintes, embora o horário seja dedicado preferencialmente a questões constitucionais, não posso deixar de aproveitá-lo para fazer um regido que considero importante.

Encontram-se em Brasília, desde ontem, Presidentes e representantes de todo os Sindicatos dos Ferroviários da Rede Ferroviária Federal S/A e da CBTU, bem como dos Sindicatos de Metroviários do Rio Grande do Sul e do Recife. Eles vieram aqui numa tentativa, até agora frustrada, de sensibilizar o Governador para que acelere o processo de implantação do Plano de Cargos e Salários – PCS, da Rede Ferroviária Federal e da CBTU, caso deseje de fato evitar o deflagramento de greve geral da categoria a partir de 1º de fevereiro próximo.

O PCS encontra-se atualmente em poder do Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais – CISE, cuja demora em se pronunciar sobre o mesmo trouxe os sindicalistas a Brasília.

A implantação do PCS é uma antiga aspiração da classe ferroviária, e sua história já se arrasta por quase três anos. Começou em 1985, quando,

por ocasião do Acordo Coletivo de Trabalhos entre a Rede, CBTU e os sindicatos da categoria, o Ministro dos Transportes e o próprio CISE comprometeram-se a reavaliar os salários dos ferroviários, de acordo com o mercado de trabalho.

Em decorrência desse compromisso, a Rede Ferroviária elaborou um plano de carreira, estabelecendo sua vigência a partir de janeiro de 1987.

Mas, assim que foi divulgado, esse plano só trouxe decepções e descontentamento aos ferroviários, pois os valores dele constantes já estavam totalmente defasados, porquanto fixados com base em dados já ultrapassados. Além disso, deveria ter retroagido a maio de 1986, o que, aliás, motivou verdadeiro festival de ações trabalhistas contra a empresa, em vários Estados.

Não obstante a reação dos ferroviários, a empresa manteve seu plano, só se decidindo a revê-lo em maio do ano passado; quando, por acordo coletivo, comprometeu-se a atualizá-lo dentro de noventa dias, contados a partir da celebração do acordo.

Esse prazo esgotou-se no princípio de agosto último, e só recentemente o novo PCS ficou concluído por uma comissão paritária integrada por representantes da Rede, CBTU e dos sindicatos representativos da classe ferroviária.

O trabalho só chegou a esse ponto depois de muita insistência das lideranças sindicais, que semanalmente se deslocavam ora ao Rio de Janeiro, ora a Brasília, tentando o abreviamento do processo.

Durante todas as fases de revisão do PCS, várias lideranças contiveram, por mais de uma vez, a eclosão de movimentos grevistas em suas bases que, esmagados pelos baixos salários, impacientavam-se com a demora da Rede e da CBTU em cumprir o compromisso assumido no acordo coletivo.

Agora, porém, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nenhuma liderança sindical sequer se arriscará a conter a determinação dos ferroviários de recorrerem à greve como última alternativa para se tentar a implantação imediata do PCS revisto. A categoria está unida em todo o País e uma greve geral só não acontecer a partir do dia 1º próximo se a reivindicação for atendida.

É esse o apelo e o alerta que fazemos desta tribuna pois os ferroviários não suportam mais o protelamento dessa medida. Chega!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quanta confusão nos benefícios da Previdência Social! Se os aposentados e pensionistas corriam o risco de morrer de fome ou de inanição, agora correm o risco de ficar loucos. Se antes alguns eram levados para o cemitério, agora muitos vão para o manicômio, pois não sabem quanto e quando vão receber.

Para este mês, depois de muita pressão a Previdência baixou portaria fixando o benefício mínimo urbano em Cz\$ 4.125,00 a partir de 1º de janeiro, mas só será pago em março ou abril. Nem mesmo o reajuste anterior de dezembro, fixado em Cz\$ 3.300,00, foi ou será pago neste mês. E pasmem, Senhores, nem o reajuste mínimo de novembro, de Cz\$ 2.750,00, será pago neste mês. Os mortos de fome, os loucos aposentados vão receber neste mês o benefício de Cz\$ 2.420,00, fixado a partir de outubro de 1987. É verdade

que as diferenças serão pagas, mas, quando isso acontecer, não valerão o que hoje valem.

Se os computadores da Dataprev não estão dentro da sua capacidade ou estão quebrados, não cabe culpa aos aposentados e pensionistas. Se não estão quebrados, vamos ter de quebrá-los, para, aí então, passar a usar os da Loto/Esportiva, que funcionam.

Pelo amor de Deus, Presidente Sarney, tome providências, ou então, se quiser sentir na carne o problema, pague à sua mãe esse benefício, e sinta se dá para sobreviver.

Consideremos todos os aposentados – nossos pais, nossas mães – ou seremos filhos...

**O SR. ANTERO DE BARROS (PMDB**

**– MT. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o PMDB terá que decidir em poucos dias o seu destino. Por mais que setores do partido e do governo tentassem diminuir as repercussões do encontro dos históricos do último dia 9, ficou claro, para a sociedade brasileira, o esforço dos que assumem as propostas peemedebistas, no sentido de fazer o partido retornar ao seu leito natural – de lutas, de resistência, de construção e de identidade com as causas do povo brasileiro.

Para as bases do PMDB, o encontro do dia 9, as suas deliberações e a decisão de estabelecer a luta interna para conquistarmos a unidade do partido ressaram em toda a Nação como a última tentativa de salvá-lo, romper uma aliança interna que não faz mais sentido e não permitir que os direitistas, que se autodenominam de "Centrão," possam jogar na lata do lixo a nossa história.

O encontro do dia 9 significou a última tentativa de nos reencontrarmos com a grande história do PMDB. Deflagrada a luta, cabe aqui colocar que o Brasil inteiro reconhece que as esperanças ressurgiram, graças ao empenho dos ex-Governadores Richa e Montoro e das nossas lideranças na Constituinte, Fernando Henrique e Mário Covas.

O encontro do dia 9, que parte da imprensa fez questão de ignorar, mostrou o empenho das bases em evitar que o PMDB se transforme no "Arenão" do futuro, no partido da traição nacional, pecha que nos tem sido atribuída por causa dos oportunistas do "Centrão", que não se elegeram na Arena foram aceitos no PMDB e hoje usam o mandato conquistado por causa das nossas lutas, para fazerem as maiores negociatas a que esta República já assistiu com o Palácio do Planalto.

A luta interna está deflagrada. Neste instante cabe aqui cobrar responsabilidades. A começar pelo Presidente Nacional do PMDB, Dr. Ulysses Guimarães, que necessita entender que a sua maior obra será deixar ao País um grande partido de massas, identificado com as lutas populares e dos trabalhadores brasileiros. Para que isso seja possível, sem pretender nada ensinar ao mestre de todos nós, peemedebistas, é necessário ter claro que é verdadeiro o paradoxo. "a unidade só é possível com o racha". O "Centrão" é a negação do PMDB, das nossas lutas, da nossa história, dos nossos compromissos. E o Dr. Ulysses sabe disso.

Responsabilidade não menos significativa têm os Governadores que se elegeram pelo PMDB. Na época da ditadura, quando no Planalto estava o General Figueiredo, os governadores do nosso

partido lideraram a grande campanha das diretas e, depois, o movimento para eleger Tancredo Neves. Tiveram dificuldades, mas o Brasil reconhece que fizeram grandes administrações e possibilitaram com suas lutas a derrota da ditadura e a transição democrática.

Hoje, os Governadores do nosso partido estão vendo o País caminhar para a ingovernabilidade, o Presidente Sarney trai todas as nossas bandeiras e por causa de alguns cruzados, alguns renegam os compromissos assumidos em praça pública e transformam-se em Iscariotes do povo brasileiro.

Os nossos Ministros, pobres Ministros, nem são mais convidados para as reuniões no Planalto. Ainda assim, permanecem no cargo, alegando ser este um compromisso com a transição democrática. Não! Celso Furtado não pode continuar servindo ao poeta Sarney, traidor do POVO. Renato Archer não pode ter a ilusão de que o seu adversário do Maranhão tem hoje atitudes maiores, em função do cargo que ocupa. Não é verdade! Ao invés de crescer, o Presidente Sarney faz uma política que, temos certeza, não é aceita pelo povo maranhense. Almir Pazzianotto, o advogado dos trabalhadores, não pode continuar servindo a um Governo que tem como meta principal o arrocho da classe operária. O nosso líder Luís Henrique não pode ter a ilusão de que, permanecendo no Ministério da Ciência e Tecnologia, vai conseguir manter a reserva de mercado na área da informática. O Sr. Mailson já visitou o Presidente do nosso partido, mostrando de daqui para a frente a política do Governo é a da capitulação diante das forças imperialistas.

Não há outro caminho se não o do rompimento com um governo que há muito tempo já rompeu com o programa do nosso partido. É necessário que Ulysses, os nossos Ministros e os Governadores entendam isso. Do contrário, estarão rompidos com a rua e somente lhes restará a responsabilidade pelo fim do PMDB.

Sem o racha, não haverá unidade.

**O SR. FERES NADER (PDT–RJ.**

**Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em que pese a rudeza da realidade, somos obrigados a reconhecer que o fantasma do tóxico está entristecendo o País. Milhares de jovens, que simbolizavam a esperança de tantos pais e que chegaram, com certeza, a cultuar o sonho de um porvir alvissareiro, hoje estão curvados diante do eversivo vício das drogas, levando a decepção e o desespero para o interior de incontáveis lares brasileiros.

Recentemente lemos nos jornais a entrevista do psiquiatra francês Claude Olievenstein, onde afirmou que a classe política brasileira tem pouca credibilidade, razão pela qual não participa mais ativamente dos movimentos de combate às drogas. Para que não continuemos sendo alvos de críticas dessa natureza e para que possamos provar que Olievenstein está equivocado, decidimos vir a esta tribuna mostrar aos brasileiros que sempre estivemos engajados nos esforços que visam a combater as drogas.

Entendemos que num país como o Brasil, cercado pelos maiores produtores de cocaína do mundo, com enormes problemas econômico-sociais, a tendência é agravar ainda mais o já dramático panorama do consumo de drogas. Por isso,

precisamos, com urgência, enfatizar alternativas de prevenção, que, na realidade, exigem a participação ativa dos cidadãos.

Acreditamos, por exemplo, na necessidade de se encontrarem estratégias modernas, utilizarem com eficiência os meios de comunicação, apelarem para artistas famosos e para ídolos do esporte no sentido de que divulguem seus depoimentos contra os tóxicos. Na França, o goleador Michel Platini fez isso. Fundou uma instituição de apoio aos viciados que tentam abandonar a droga. São eficientes os depoimentos de músicos que já foram viciados e que narram o verdadeiro inferno que foi a droga para eles, fazendo apelos contra o consumo de tóxicos. É preciso utilizar a técnica da publicidade, com os mesmos recursos com que se vende uma geladeira ou um televisor ao mercado consumidor.

Obviamente, ao lado desse trabalho, não se pode menosprezar a necessidade de um programa econômico-social. É preciso dar uma boa formação profissional aos jovens, garantindo-lhes também o emprego. É preciso reativar o papel do pai, aprender a dizer não, acabar com a permissividade familiar, hoje responsável por grandes problemas. Não queremos dizer que com isso será solucionado o problema dos tóxicos no Brasil, mas será o início de uma reação em cadeia, que poderá a curto e médio prazos apresentar resultados otimizados.

Há meninos e meninas que, por múltiplas razões, não têm um modelo de identificação satisfatório. Ajudar o drogado não é apenas fazer com que pare de drogar-se. É imprescindível permitir que ele tenha personalidade. As pessoas devem deixar de ser egoístas e passarem a trabalhar juntas. Somente adotando estas estratégias é que poderemos desencadear um movimento mais eficiente de combate às drogas.

Assim, Sr. Presidente, precisamos unir-nos, criando, se possível, um mutirão nacional de combate às drogas, mas assistindo, concomitantemente, através de técnicas especiais, aqueles que já foram envolvidos pelos tentáculos do vício.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de:

## V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. WILSON CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. WILSON CAMPOS (PMDB – PE Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, os jornais de Recife, Capital do meu Estado, noticiam, de segunda-feira para cá, os reclamos que acreditamos sejam de religiosos equivocados, os quais resolveram censurar quase os dez meses de gestão do nosso Governador, o Sr. Miguel Arraes de Alencar.

Disse que são equivocados porque aqueles que, durante esta semana, em Pernambuco, resolveram trazer a público as suas mágoas, não têm, realmente, no meu entender, conhecimento das

dificuldades administrativas existentes em nosso Estado, fruto do que o atual Governo herdou dos anteriores Reclamam como se o Governador Miguel Arraes fosse um milagreiro, que pudesse realizar maravilhas em apenas nove meses de administração.

Todos sabem – vários jornais publicaram esse fato – que, no momento em que o Sr. Miguel Arraes assumiu o Governo, encontrou o Estado com mais de cento e cinquenta mil funcionários, dos quais cinquenta ou sessenta mil admitidos nos Governos dos Srs. Marco Maciel, Roberto Magalhães e Gustavo Krause. Hoje, o Governo Miguel Arraes, sensibilizado com a situação do funcionalismo, procura fazer justiça àqueles que realmente prestam o serviço público. Como é sabido, só com despesas, hoje, para pagamento do funcionalismo público, o Governo de Pernambuco tem que utilizar 105% da arrecadação do ICM. Só isto já representa o caos.

Assim, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, não é possível censurar um Governo que dura apenas nove meses; não é possível deixar de levar em consideração as grandes dificuldades por que passam o Governador de Pernambuco e seu Secretariado. É preciso, pois, que daqui façamos um apelo àqueles que, nas páginas dos jornais, foram citados como religiosos – eles que, em outras horas, sabem até perdoar pecados cuja dimensão ignoramos, quando revelados no confessionário ou em outro qualquer lugar: que façam justiça ao governo popular que se implantou em Pernambuco. É um governo que, mercê de Deus e com a ajuda dos que compreendem a realidade e vêem em Miguel Arraes um homem sério, destemido, veio realmente, em boa hora, salvar Pernambuco.

Faço estas afirmações, em nome da minha bancada. Aqui se encontra presente, por exemplo, o Constituinte Oswaldo Lima Filho, que poderá dizer oportunamente, já que não são permitidos apartes nesta fase da sessão, do esforço, da dedicação e da honradez do Governo Miguel Arraes, que procura acertar, cuidando de todos os recantos do Estado de Pernambuco. Haja vista a visita que S Ex.<sup>a</sup> fez, durante três dias, ao interior, ao sertão pernambucano, ao Pajeú, ao Moxotô, ao São Francisco e às imediações de grandes cidades como Caruaru, Petrolina, Salgueiro e tantas outras. Houve, então, verdadeira romaria. Homens, mulheres e crianças queriam até tocar na pessoa do Governador, para ver se em mesmo Miguel Arraes que ali estava, levando ao povo o incentivo de sua presença, a certeza de que dias melhores virão para Pernambuco.

Infelizmente, porém, os problemas não são poucos, repetimos. Como todo o Nordeste, nosso Estado anda a braços com uma seca terrível. E sabemos bem os prejuízos causados por esse fenômeno climático. Há cinco anos, ali se dizimava os rebanhos, perdia-se a agricultura. Tudo isso, no entanto, não vem a crédito do Governo, que faz um esforço enorme para ajudar, principalmente, os menos favorecidos.

Vemos Miguel Arraes, ainda, constantemente preocupado com a questão da habitação e com o problema educacional. Constrói, onde pode, salas de aula e procura dotar as cidades de saneamento básico. Isto, na medida do possível, já que nada tem recebido do Governo Sarney.

Permitam Deus e os integrantes desta Assembléia Constituinte que o Governo Sarney não ultrapasse o ano de 1988, para que tenha fim esta Administração nefasta, que tem castigado sobremaneira o meu Estado, voltando as costas para o Nordeste de modo geral, atendendo apenas, por incrível que pareça, ao Estado do Maranhão.

Manifesto, pois, minha solidariedade pessoal ao Governador Miguel Arraes. Tenho certeza de que falo em nome da bancada do PMDB, que sabe das dificuldades por que passa Pernambuco, em face da miserável herança depositada nas mãos de Miguel Arraes. Vamos continuar lutando. Estou seguro de que Miguel Arraes e seu Secretariado, tendo a seu lado, no dia-a-dia, o jovem Vice-Governador Carlos Wilson, que honrou esta Casa por 12 anos, saberão administrar Pernambuco.

Todos os que, mesmo não sendo pernambucanos, desejarem ir àquele Estado, serão nossos convidados para ver o grande esforço que Miguel Arraes vem fazendo para governá-lo, dotando-o de nova estrutura e nele implantando a verdadeira ordem. A esperança voltou pela porta da frente, como dizíamos na memorável campanha de 1986, quando Pernambuco fez justiça a um homem do quilate, do equilíbrio, do discernimento e da honradez de Miguel Arraes que, graças a Deus, em boa hora regressou para comandar o Estado.

Portanto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, este nosso depoimento decorre do equívoco que se vem cometendo, para nós ainda mais duvidoso, se não fosse partido de religiosos que, como disse antes, têm o dever maior de perdoar. Lembro-me bem de quando Miguel Arraes, na sua campanha de 1986, convocara todos os segmentos sociais – e sempre se referia à Igreja, qualquer que fosse, protestante, católica ou outra qualquer, bem como aos centros espíritas – a ajudarem-no a traçar os destinos de Pernambuco. Contudo, tão cedo já está havendo discrepância O que, aliás, para mim não constitui surpresa.

Continuarei acreditando e colaborando, modestamente, dentro de minhas possibilidades, para que Miguel Arraes realize o Governo que Pernambuco esperava. Tenho certeza de que isto está sendo feito. E as coisas haverão de melhorar ainda mais, se conseguirmos uma Constituição já, com a realização de eleições imediatamente após sua promulgação, o que possibilitará varrer a podridão administrativa que aí está e que tanto infelicitou o País.

O defeito não está lá, mas, sim, aqui, em Brasília. Vamos unir-nos, e de mãos dadas – repito – lutar por uma Constituição já, com a realização de eleições diretas já, para Presidente, Vice-Presidente, Prefeitos e Vereadores, ainda em 1988, empossando-se neste mesmo ano os vitoriosos. (Palmas.)

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, este Brasil é um país extraordinariamente grande. Há coisas que acontecem desde 1917, isto é, há 71 anos, mas só agora

delas tomamos conhecimento, o que demonstra que, por mais que nos preocupemos com a leitura e os acontecimentos, nem sempre somos capazes de dominar todos os assuntos.

Hoje tomamos consciência de que existe no Brasil uma organização conhecida por três letras: TRR. O que é a TRR? É uma entidade transportadora, revendedora e retalhista de óleo diesel, querosene, óleo lubrificante e graxa, enquanto que as grandes distribuidoras têm acesso a todos os derivados de petróleo. Por que surgiram essas transportadoras, revendedoras e retalhistas? Simplesmente porque os pequenos consumidores não poderiam transportar os combustíveis e lubrificantes acima descritos, pois gastariam muito dinheiro.

Desde 1917, essas empresas têm o trabalho de ir de porta em porta aos hospitais, às pequenas empresas, aos agricultores, facilitando a produção agrícola, mas apenas até o limite de 20 mil litros. Quando o pequeno consumidor ultrapassa essa quantidade, obrigatoriamente tem de buscar os produtos em postos revendedores.

Sr. Presidente, são cerca de 500 as empresas distribuidoras localizadas em todo o País. A pequena empresa está abandonada. Na Região Norte há 28 TRR; no Nordeste, 39; no Centro-Oeste, 112; no Sudeste, 119; no Sul, 168. Somadas, representam 466 pequenas empresas distribuidoras, repito, de óleo diesel, de combustíveis, de querosene, de óleos lubrificantes e de graxa. Como eu disse antes, elas trabalham até que o pequeno produtor atinja o limite de 20 mil litros. A partir daí, torna-se ele obrigatoriamente cliente das grandes distribuidoras.

As TRR são obrigadas a transferir o encargo às companhias distribuidoras, consumidoras, que agora alcançam a média de 240 metros cúbicos ao ano. Comercializam o produto a preço de bomba, para o pequeno consumidor. Só podem utilizar frota própria, 5 mil veículos para atendimento aos pequenos consumidores. Por outro lado, não podem abrir filiais, só podem adquirir o produto nas distribuidoras. Não têm a opção de influenciar politicamente os empresários, embora prestem relevantes serviços à cidade em que atuam. Em caso de qualquer anormalidade no abastecimento, são os primeiros prejudicados as distribuidoras não o são. Não podem ser donos de postos nem de transportadoras. O capital é nacional e o lucro é aqui reinvestido, o que não ocorre com as companhias de capital estrangeiro, que remetem seus lucros para o exterior. Atendem a cerca de 200 mil clientes e distribuem 1 bilhão, 753 milhões de litros de óleo diesel, distribuídos entre suas 466 empresas em todo o território nacional. O lucro dessas empresas, aliás, o mínimo possível. Têm direito a dez centavos e mais cinco centésimos, que a distribuidora é obrigada a descontar do preço que elas cobram aos postos distribuidores.

Sr. Presidente, o sacrifício dessa gente é enorme. Entretanto, os chamados defensores da micro e da pequena empresa aqui, como os Srs. Afif Domingos e Albano Franco, brasileiro de Sergipe e que teve a glória de ser o primeiro a apresentar emenda ao atual texto constitucional suprimindo o item que nacionalizava a distribuição de petróleo. S. Ex.<sup>a</sup> o fez com orgulho de empresário, como se realmente estivesse defendendo a empresa brasileira. Melhor faria se tivesse o cuidado

de defender as TRRs, que distribuem petróleo aos pequenos consumidores, propiciando enormes lucros às distribuidoras estrangeiras, que os faturam para o exterior.

Sr. Presidente, enquanto o País estiver sob o comando dos chamados modernizadores da economia nacional, que a nosso ver, com base nessa "modernização", estão amarrando nossas mãos e nossos pés, teremos assegurada definitivamente a condição de país colonizado. Este, em última instância, o objetivo da decantada modernização da economia brasileira.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Fernando Santana, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.*

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC-GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão desenvolve uma ação de conciliação, de entendimento entre os diversos grupos, partidos e Lideranças da Constituinte, no sentido de atender ao apelo que o Presidente Ulysses Guimarães tem reiterado e que cala fundo na consciência nacional: o de termos, o quanto antes, uma Constituição promulgada, cujos preceitos possam definir os rumos deste País. Não podemos permanecer num clima de perplexidade, de indefinição, tão prejudicial às atividades dos diversos segmentos da comunidade brasileira.

Temos reiterado este apelo, Sr. Presidente, o que tem encontrado, eco, tendo em vista os bons propósitos de todos os Srs. Constituintes. Há questões envolvendo minorias, que não são inexpressivas porque na Constituinte não há ninguém inexpressivo, mas minorias que bem poderiam deixar de fazer média com a opinião pública e criar um clima propício ao entendimento, à conciliação, ao acordo, a fim de darmos seqüência aos nossos trabalhos e iniciarmos o período de votação.

Deveríamos votar em bloco toda a matéria que obteve consenso e, a seguir, as questões polêmicas, mas com espírito público, sem obstrução, sem obstáculos maiores, para que o grande anseio da Nação seja satisfeito, qual seja, a promulgação da nova Carta Magna.

O Partido Democrata Cristão, fiel à sua tradição de luta, mais de conciliação, de entendimento, de diálogo, insiste em que nos entendamos e elaboremos uma Constituição que efetivamente se transforme no instrumento para nossa total democratização, a partir de uma sociedade livre, justa e solidária. É o que desejam milhões de brasileiros, seguindo o lema do Partido Democrata Cristão.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recentemente no Congresso Internacional sobre Drogas realizado em Atlanta, Georgia, Estados Unidos, do qual participamos representando o Brasil, o especialista sobre meio ambiente das Nações Unidas, Wayne Mooneyhan, alertou para o fato de que as plantações clandestinas de folha de coca e de maconha estão ameaçando o ecossistema da Região Amazônica, eis que o cultivo dessas plantas psicotrópicas seria sério e prolongado dano ao meio ambiente local, através de erosão do solo, sedimentação de lagos, riachos e rios e perda de parte da floresta tropical.

O problema se estende praticamente por vasta região da América do Sul. O cultivo da coca e da maconha é geralmente feito em terras férteis, as quais, de outra forma, poderiam ser usadas para a produção de alimentos. Na Colômbia, por exemplo, danos ambientais têm ocorrido em conseqüência cultivo de plantações de drogas, com a cultura sendo feita em áreas de ecossistemas delicados, como a floresta tropical que anteriormente se encontrava intocada. Ali, a folha de coca cresce em locais montanhosos, com inclinações que variam de 60 a 75 graus, e que os fazendeiros antes não utilizavam para a produção de alimentos.

Uma conseqüência dessa cultura de plantas psicotrópicas em tais condições é a erosão do solo. Durante as tempestades – comuns na região – a terra é carregada pelas enxurradas, eventualmente atingindo lagos e rios, enchendo-os com sedimentos e lodo. E mais: quando esses rios desaguam no oceano, o sedimento pode sepultar nas praias os bancos de corais, que constituem importante **habitat** para os peixes. Tais danos aos bancos de corais resultam na perda, portanto, de rica fonte de alimentação. Essas plantações têm também danificado imensas áreas da floresta virgem, que vêm sendo destruídas para dar lugar ao cultivo da coca e da maconha. Como se sabe, a exposição da terra ao sol tropical e às chuvas torrenciais leva a uma rápida perda da fertilidade, além de causar erosão. A folha de coca é cultivada em certas regiões, até total destruição ou exaustão do solo, de tal modo que se torna difícil o restabelecimento da sua fertilidade.

Esses problemas ligados à destruição do ecossistema na Amazônia ocorrem principalmente na Colômbia e no Peru, países tradicionalmente plantadores da folha de coca e também de maconha. Entretanto, não se deve esquecer que após a forte repressão do governo colombiano aos traficantes, principalmente depois do assassino de seu Ministro da Justiça, Lara Bonilla, por membros do narcotráfico, houve um êxodo desses marginais para os países vizinhos, especialmente para o Brasil, onde atualmente os traficantes estimulam os nativos à plantação do epadu.

O epadu é uma variedade da folha de coca que cresce em certas regiões do Estado do Amazonas, tendo ainda a característica de ser uma planta maior e mais forte do que o tradicional arbusto da coca. Por isso mesmo, suas exigências do solo são maiores e, possivelmente, também os danos que poderá provocar à floresta amazônica.

Em várias operações bem programadas – por exemplo, a operação **Eccentric** – a polícia fede-

ral do Brasil tem destruído vastas plantações de epadu, em plena selva amazônica. Entretanto, convém lembrar que essas regiões de cultivo do epadu são inóspitas, dificilmente acessíveis, e habitadas por nativos que geralmente tiram sua subsistência do cultivo dessa planta. Por isso, não basta chegar ao local com forças policiais bem equipadas que destroem as plantações existentes, eis que, após a retirada da polícia, o nativo volta e planta novamente a droga, por precisar dela para seu sustento e da sua família.

É, portanto, necessário oferecer aos nativos dessas regiões opções válidas, como, por exemplo, a substituição de suas culturas destruídas de coca por outras mais úteis.

Há cerca de um ano, quando ainda membro do CONFEN – Conselho Federal de Entorpecentes, fiz à Embrapa, em reunião conjunta, sugestão para que fossem feitos estudos visando à substituição das plantações de epadu e maconha, nessas regiões, por outras espécies, de características, de características, medicinais. Especificamente, sugeri a **ipeca** (ipecacuanha), planta nativa do Estado do Mato Grosso, que contém emetina, substância utilizada como emético – vomitivo – em medicina. Outra sugestão foi a do cultivo de certas plantas de características químicas semelhantes aos hormônios esteróides, usados nas pílulas anticoncepcionais. Salvo engano, já há, no México e em países da América Central, vastas culturas de tais plantas, que crescem muito bem em climas tropicais e são extremamente úteis e valiosas. Há também a possibilidade do cultivo de tubérculos, como a mandioca e a batata, que podem propiciar mais de uma colheita por ano.

Através de convênios com as Nações Unidas e a Itália, o Peru já tem um grande programa para a substituição de plantações da folha de coca por outras mais úteis. O Brasil poderia tentar estabelecer também convênios semelhantes, neste sentido, o mais rápido possível. Do contrário, poderá ser tarde demais!

**O SR. PRESIDENTE (ARNALDO FARIA DE SÁ):** – Atendendo à solicitação do Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados convoco sessão extraordinária da Câmara dos Deputados para 6ª feira, dia 15, às 9:00 horas.

**O SR. EDUARDO BONFIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, por iniciativa do "Centrão", impôs-se à Assembléia Nacional Constituinte e à Nação, através da mudança do Regimento, a possibilidade de um rolo compressor sobre as elementares conquistas dos trabalhadores obtidas na Comissão de Sistematização. Essa modificação regimental faz como que 280 votos possam ser anulados capítulos inteiros do Projeto de Constituição elaborado até agora.

Ora, Sr. Presidente, sabemos das dificuldades concretas dos Constituintes em conseguirem 280 assinaturas para tal artifício, embora o "Centrão" esteja alardeando dispor de grande número de assinaturas, as quais serão obtidas no tempo hábil. Mas, diante das dificuldades impostas aos

Constituintes e à Assembléia Nacional Constituinte pelo "Centrão", pela direita e pelo Palácio do Planalto, que fizeram modificar tudo o que na Comissão de Sistematização foi conseguido de positivo para o País para os trabalhadores, para a democracia, com vistas à implantação de uma verdadeira justiça social na Comissão de Sistematização, percebemos que começam a proliferar rumores sobre falsificação de assinaturas.

A preocupação que trazemos aqui, neste momento, é de que esses rumores comecem a se intensificar e se espalhem notícias sobre falsificação de assinaturas para emendas, a fim de serem obtidos 280 votos.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, como sugestão da bancada do Partido Comunista do Brasil, que, de forma democrática, observando-se a representação, o peso das diversas bancadas atuantes na Assembléia Nacional Constituinte, seja formada uma Comissão que, sob a coordenação da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, acompanhe de forma rigorosa essas assinaturas na medida em que forem entregues à Secretaria da Constituinte. O objetivo seria evitar que a imagem da Assembléia Nacional Constituinte se deteriore perante a opinião pública, com denúncias de falsificação de assinaturas para obtenção do número exigido pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Aqui fica a sugestão a V. Ex.<sup>a</sup> Espero que dada a importância desta sugestão para garantir a lisura dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ela seja acatada pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – O pedido do nobre Constituinte Eduardo Bonfim será, por decisão da Mesa, deferido determinando-se à Secretaria que confronte todas as assinaturas constantes dos pedidos de apoio. Havendo qualquer dúvida, a Mesa irá diligenciar no sentido da formação de uma Comissão com esse objetivo.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, um matrimônio incestuoso de interesses subalternos, caracterizado pela união de esforços, de pressão nada democrática em setores comprometidos com a direita conservadora, vai acabar gerando um monstro, que certamente se revoltará contra seus criadores.

O império da televisão, por exemplo; que penetra, sem pedir permissão, em todos os lares brasileiros, fazendo da mídia eletrônica um dos mais poderosos instrumentos de persuasão, transformando coisas erradas em certas, pretendendo ensinar ao brasileiro o que deve ou não fazer, orquestra agora; particularmente através da TV-Globo, poderoso movimento para dar a conhecer à opinião pública brasileira o fato de que, no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, há um sentimento generalizado em favor do mandato de cinco anos para o Sr. José Sarney.

Eu não ousaria sequer, Sr. Presidente, contestar a legitimidade das assinaturas das diversas emendas que pleiteiam cinco anos para o atual Presi-

dente. É possível, porém, que haja, sem dolo ou má fé, assinaturas em duplicata e até em triplicata, o que pode levar à precipitada conclusão de que esse movimento já ultrapassou os trezentos Constituintes, assegurando, ao menos em tese e antecipadamente, a vitória de um movimento que não tem raízes populares. Muito ao contrário, navega açodadamente contra a opinião generalizada da sociedade brasileira.

Onde quer que se vá, a par das críticas duras contra os desmandos governamentais, contra determinadas posições assumidas na Assembléia Nacional Constituinte, o que se ouve, o que se vê é um clamor generalizado por eleições já, de tal forma que o cidadão simples do povo, que paga impostos escorchantes, tenha, afinal, o direito de participar ativa e diretamente das grandes decisões nacionais e possa, ele próprio, com seu voto, modelar uma nova ordem institucional e propor um novo pacto econômico-social, capaz de redimir este País de todas as iniquidades que o enodoam, de todas as mazelas que comprometem os nossos foros de nação civilizada.

O povo quer eleições, e a Assembléia Nacional Constituinte não tem o direito de falar em nome da maioria. A maioria não está instalada na Assembléia Nacional Constituinte, mas nos campos, como bóias-frias, como meeiros, como parceiros, que não são os donos da terra, na fimbria das cidades, nos bolsões e guetos de miséria e degradação humana. Não pode, portanto, essa suposta maioria falar em nome de uma maioria que existe – vegeta tristemente, é verdade, mas existe – e quer opinar, falar e decidir, inclinando-se por um mandato de cinco anos, para quem já não merece quatro.

Insisto em dizer que assinatura não é voto. Essas trezentas ou mais assinaturas que estariam dando força a um mandato de cinco anos muito mais por interesses secundários, subalternos, que não têm agasalho no sentimento nacional, não podem refletir o pensamento da sociedade brasileira, quando ela quer mudar, e mudar agora, imediatamente, antes que seja tarde demais.

Desse "casamento" a que me referi no início, também resultaram outros monstros que atentam contra o interesse nacional. Formidável e caríssima campanha publicitária, veiculada através de todos os meios de comunicação, muito especialmente da mídia eletrônica, dá a entender à opinião pública que o inciso V do art. 207 do Projeto de Constituição proveniente da Comissão de Sistematização, constitui um atentado contra o interesse nacional, quando propõe exatamente o contrário. Essa orquestração toma conta do País inteiro: até mesmo humildes posteiros, que estão pagando uma dívida às empresas multinacionais, por terem tido seus postos de gasolina por elas financiados, estão aderindo a esta campanha, na medida em que em suas mentes penetra a todo momento essa escandalosa campanha publicitária de empresas estrangeiras.

Exatamente para evitar que este matrimônio incestuoso acabe agredindo o monopólio estatal da distribuição do petróleo e seus derivados, estou propondo a seguinte emenda:

"Inclua-se como § 1º, renumerando o atual parágrafo único, o seguinte dispositivo: 'Ficam excluídas do monopólio estatal estabelecido no inciso V, as distribuidoras estran-

geiras em funcionamento no País, às quais não será autorizada a ampliação de suas atividades.

O que se pretende é salvar, fundamentalmente, o monopólio estatal da distribuição e evitar que, através desta campanha, esse dispositivo seja rejeitado em plenário.

Age-se como na época da Lei nº 2.004, de 1953, que criou a Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo. As empresas nacional – é verdade que época refinavam o petróleo, entre elas a Ipiranga – tiveram seus direitos preservados, mas não o de ampliar suas instalações. Hoje a Petrobrás é uma realidade, apesar de todas as loucuras cometidas pelo militarismo para sepultá-la. Nem por isso, no entanto, a Ipiranga deixou de ser uma empresa importante no contexto empresarial do País. Ora, se agirmos assim, apresentando como alternativa essa possibilidade de repetir no texto constitucional a concessão feita na Lei nº 2.004, certamente o apetite voraz do capital estrangeiro se satisfará, mas não continuará devorando as entranhas do País e carreando para fora das fronteiras nacionais os dólares de que este País precisa não só para pagar a sua impagável dívida externa, mas para promover um desenvolvimento harmônico e racional, capaz de contemplar todos e cada um dos brasileiros com o fundamental direito à vida que hoje lhes é negado.

Fica, pois, essa sugestão para reflexão, sobretudo dos setores mais comprometidos com o nacionalismo e com o interesse do País. Creio que talvez esse caminho seja o mais adequado diante do verdadeiro rolo compressor que a extrema direita está instalando aqui para derrotar uma a uma todas as tímidas conquistas alcançadas em nome do sacrificado, humilhado e esquecido povo brasileiro.

**O SR. JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, em primeiro lugar – e este assunto eu deveria ter levantado como questão de ordem, mas não o fiz para não tomar mais tempo dos Srs. Constituintes que estão no plenário da Assembléia Nacional Constituinte – há um fato que merece ser registrado nesta Casa e que exige providências. É pública a dificuldade que o "Centrão" está encontrando para coletar as 280 assinaturas para apresentar as tão faladas emendas coletivas. Até agora, informa-se que elas não existem, porque faltam algumas dezenas para completar tal número.

Há dois problemas: sabemos que a emenda que tem 280 assinaturas tem preferência automática, e a Secretaria da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte recebe a emenda. É claro que – estive lá há pouco entregando as emendas do PT – não há condições técnicas para o grupo de funcionários dedicados, que está fazendo um trabalho sério, conferir as 280 assinaturas. É impossível fazer tal conferência na Secretaria, pelo volume de trabalho que aqueles funcionários estão tendo. Por isso apóio a proposta já formulada à Mesa pela Liderança do PC do B, no sentido de criar uma comissão de Constituintes para fazer

o trabalho de detalhar, na verificação, essas 280 assinaturas. Insistimos no apoio a essa proposta até com base em outra reclamação que aqui fazemos todos os partidos e Constituintes receberam uma comunicação oficial do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte informando que o prazo para apresentar emendas encerra-se hoje, às 19h. Hoje a Presidência da Constituinte comunica à Secretaria de Mesa, que recebe as emendas, que o prazo foi dilatado até às 24h.

Trabalhamos para apresentar as emendas. O Partido dos Trabalhadores convocou os funcionários, inclusive à noite, para datilografar as emendas. Entregamos essas emendas há pouco e fomos informados de que poderiam ser entregues até às 24h. Estranhamente, o "Centrão" ainda está colhendo assinaturas para apresentar suas emendas. Ainda há alguns aviões com Constituintes recolhendo assinaturas. Ainda há um movimento para completar a quantidade de assinaturas. Com essa autorização do Presidente da Constituinte, eles têm até à meia-noite para fazê-lo.

Já ficou claro, inclusive na votação do Regimento Interno, que o Presidente da Constituinte tem feito tudo para facilitar a atuação do "Centrão". Mas eu não esperava que hoje à tarde se tomasse uma atitude no sentido de se prorrogar o prazo até à meia-noite, porque há uma autorização por escrito do Presidente da Constituinte estabelecendo que o prazo se encerra hoje às 19h, que foi prorrogado até às 24 horas.

Quem está correndo para colher assinaturas? Quem está com dificuldades para colher assinaturas? Quem precisa desse prazo? É exatamente o "Centrão" que precisa de 280 assinaturas. Estamos apresentando nossas emendas individualmente. O PDT estava lá juntamente com o PT, e PCB, e PC do B e os companheiros do PMDB apresentando emendas, de acordo com a orientação da Mesa. Quem está precisando de prazo para apresentar as emendas coletivas? O "Centrão". Esse prazo foi prorrogado de maneira casuística pela Presidência da Constituinte até às 24h de hoje.

Sr. Presidente, registro essa denúncia para que o País saiba que a maioria que quer aplicar o rolo compressor nesta Casa não só tem a força do rolo compressor e do casuismo, como tem a convidência – o termo correto é este – do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que inexplicavelmente prorrogou o prazo até meia-noite de hoje. Este o fato que espero fique registrado. Certamente, não terá o grande espaço que terão as emendas do "Centrão" na grande imprensa do País, mas, pelo menos, ficará registrado em nossa História que o grupo de ultradireita que está fazendo uma Constituição, no tocante aos direitos individuais, é pior do que os militares, pois estes não inseriram nas disposições relativas aos direitos individuais o que pretendem inserir aqueles.

Os militares, quando implantaram o autoritarismo, fizeram-no com lei excepcional, com ato institucional e outros. Estão promovendo um verdadeiro escândalo na parte referente à ordem econômica, revogando uma legislação vinda da Constituição de 1934 relativa às jazidas e aos minérios pertencentes à União. Simplesmente suprimiram essa parte. Não quero falar sobre os direitos dos trabalhadores, porque considero uma ver-

dadeira aberração, um verdadeiro crime contra os trabalhadores dizer que pode haver retenção de salário, pois o dispositivo próprio estabelece que é proibida a retenção dolosa. O dolo ocorre quando há vontade de se cometer um crime. Nenhum empresário retém salário com esse objetivo. A retenção é criminosa, e isso está na proposta do "Centrão". Pois bem, é esse o grupo da direita, que espero não seja a maioria da Assembléia Nacional Constituinte, pois a maioria não vai concordar com essa truculência que nem os militares colocaram na Constituição de 1967. Espero que o "Centrão" não represente a maioria desta Casa nem conte com a convidência do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Quando estávamos trabalhando na Comissão de Sistematização aos sábados e domingos, pela manhã, à tarde e à noite, o Dr. Ulysses Guimarães, em entrevista coletiva, afirmava que precisávamos apressar os trabalhos da referida comissão para o projeto ir a plenário.

O "Centrão" demorou 46 dias para mudar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, e não houve qualquer declaração de seu Presidente.

O prazo concedido a todos os partidos – repito – terminaria às 19h de hoje, mas o Dr. Ulysses Guimarães prorrogou-o até as 24h, exatamente o tempo necessário para que o "Centrão" colha as vinte ou trinta assinaturas que estão faltando e devem ser enviadas pelos Constituintes que estão administrando suas fazendas, suas indústrias e que não querem sequer ter o trabalho de vir aqui assinar, como estamos fazendo. Eles continuarão lá e mandarão suas assinaturas. O Dr. Ulysses Guimarães concedeu essas cinco horas, prazo suficiente para que os aviões cheguem com as assinaturas dos Constituintes, a fim de completar as 280. Eis a triste realidade.

É lamentável que fatos como esses aconteçam com a convidência do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, porque a legitimidade da Constituição nascida nessas condições está maculada. Isto precisa ser dito. Certamente esta denúncia, feita num plenário vazio, não terá grande repercussão, mas espero que a História deste País registre esse tipo de casuismo realizado com a convidência do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que inexplicavelmente prorrogou o prazo até às 24h de hoje.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte José Genoino, o Sr. Araldo Farias de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.*

**O SR. OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

*O SR. OSWALDO LIMA FILHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. ADILSON MOTTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes usando há pouco a tribuna, um ilustre parlamentar do PMDB terminou seu pronunciamento fazendo alusão a uma solicitação de transcrição de um artigo do "Jornal do Brasil" que, de certa forma, atingiria a pessoa do Ministro Aníbal Teixeira. Quem pediu a V. Ex.<sup>a</sup> autorizasse a transcrição desse artigo nos Anais foi o orador que neste momento ocupa a tribuna. Não fiz qualquer acusação contra a honorabilidade ou a respeitabilidade do Ministro Aníbal Teixeira, a quem sequer conheço pessoalmente. Mas, pela gravidade do que contém aquele artigo, solicitei a V. Ex.<sup>a</sup> fosse ele transcrito, pois requer uma resposta por parte de S. Ex.<sup>a</sup>, o Ministro, sob pena de ficar seu nome envolvido numa série de falcatruas ali relacionados. A acusação não partiu de quem pediu a transcrição do editorial, mas, sim, do artigo, aliás, assinado por um jornalista bastante conhecido. Não tenho qualquer acusação de ordem pessoal contra o Sr. Ministro Aníbal Teixeira. Apenas me preocupa a falta de resposta das autoridades governamentais às acusações feitas diariamente pelos jornais.

Sr. Presidente, quando um Ministro é acusado, quando problemas de falta de idoneidade são levantados, envolvendo a pessoa de representantes do Governo e ocupantes de cargos públicos neste País, tenho tido muito cuidado e tomado sempre o caminho que me compete: levantar o fato desta tribuna – e haverei de fazê-lo sempre – ou então propor a convocação dessas autoridades para que aqui venham prestar os necessários esclarecimentos. Fico muito tranqüilo, porque já pedi que se convoque o Ministro Aníbal Teixeira, pedido aprovado pela Câmara dos Deputados. Mas até hoje não tivemos a sorte da vinda de S. Ex.<sup>a</sup> aqui para prestar esclarecimentos, até para evitar que seu nome seja envolvido em fatos com os quais realmente nada tenha a ver. Acrescento, ainda – já que esse assunto foi levantado – que o "Jornal do Brasil" de hoje, casualmente o mesmo de que estamos falando, noticia que o Ministro Aníbal Teixeira investiu fundos da União na sua candidatura a Prefeito de Belo Horizonte.

Há aqui uma relação, Sr. Presidente – a linguagem dos números é irrefutável – que quero deixar para que aqueles que defendem o Sr. Ministro expliquem realmente quais os critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Reserva Especial e do EGU, Encargos Gerais da União, entregues às capitais brasileiras em 1987: Belo Horizonte, 773 milhões; Fortaleza, 24; Goiânia, 230, isto por motivo do acidente com o césio 137, e mesmo assim chega à terça parte dos recursos destinados a Belo Horizonte; Cuiabá, 20; Manaus, 187; João Pessoa, 20; Natal, 184; Teresina, 20; São Paulo, 125; Vitória, 15; Aracaju, 70; Porto Velho, 14; Maceió, 50; São Luís, 5; Florianópolis, 40; Rio Branco, 5. Vêm agora Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belém, Curitiba, Campo Grande, Macapá e Boa Vista, que não receberam nem um centavo.

Sr. Presidente, este é o registro que faço mais uma vez. Não é por má vontade, não teria razão para isso, pois nunca tive contato com o Ministério do Sr. Aníbal Teixeira, mas me parece que os fatos exigem uma explicação. São dinheiros públicos que não podem ser distribuídos sem um critério pelo menos justo. Aqui está evidente que foi

privilegiado o Estado de Minas Gerais, especificamente a capital, Belo Horizonte. E os jornais noticiam fartamente que uma das pretensões do atual Ministro é exatamente concorrer à Prefeitura de Belo Horizonte. Coincidência ou não, creio que S. Ex.<sup>a</sup> deve explicar essas coisas.

Quanto ao fato de pedir a transcrição desse artigo nos Anais da Casa, sem uma acusação pessoal – tenho muita cautela, jamais direi qualquer palavra que enxovalhe o nome de quem quer que seja – quero dizer que aquele artigo requer algumas explicações. Por que até hoje o Governo não agiu com relação aos casos que são ali denunciados? Sobre isso esperamos um esclarecimento. Não adianta solidariedade ao Ministro. É S. Ex.<sup>a</sup> muito simpático, poderá até abrir as portas do Ministério àqueles que lhe são solidários, mas acho que a Nação brasileira precisa, merece e tem direito a uma resposta, a uma explicação em torno de assuntos que se apresentam com contornos de gravidade e que poderão até comprometer o nome do Ministro Aníbal Teixeira, contra o qual, repito, não tenho pessoalmente nenhuma acusação a fazer. Não conheço o fato concretamente. Louvo-me no que a imprensa diz. Com certa constância tem aparecido nos jornais o nome do Sr. Ministro envolvido com esse assunto. É, portanto, de interesse do próprio Ministro vir à Câmara Federal, segundo convocação que fiz, explicar os critérios com que hoje administra aquela Pasta. Inclusive chegaram-me às mãos denúncias de que para se conseguir, no Ministério, qualquer verba para os Estados é preciso provar que é filiado ao PMDB. Isto está nos jornais – não estou inventando, tenho os recortes comigo – e não foi desmentido em nenhum momento.

Aceito que a administração seja política, que o governo administre com seus filiados. Este é um direito. Agora, que se canalize o dinheiro público apenas para os que estão hoje no partido que apóia o Governo, isso é discriminação e não exação administrativa. Insurjo-me contra esses fatos. Acredito que agora, mais do que antes, é necessária a presença do Ministro nesta casa antes que S. Ex.<sup>a</sup> deixe o Ministério, a fim de que possa desfazer essas nuvens que hoje surgem no horizonte de sua administração, no Ministério do Planejamento.

Muito obrigado. (Palmas.)

## VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Passa-se ao horário de

## VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluízio Bezerra.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA (PMDB – AC. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos vivendo um momento singular da vida nacional, justamente a ocasião em que discutimos os princípios, os critérios e as

bases para elaboração de uma nova Constituição, fato esperado há longos anos pela população brasileira. Neste instante da vida nacional temos muitas considerações a fazer, começando por entrar no tema central do debate, buscando conduzi-lo a todas as instâncias, a partir das bases do PMDB, partido a que tenho a honra de pertencer desde os seus primeiros embates contra a ditadura militar nos gloriosos momentos que essa agremiação partidária trouxe para seu centro os cidadãos mais combativos e destemidos na busca da redemocratização do País. Sua trajetória histórica traz esse grande trunfo e não pode hoje deixar-se cair no casuismo, não se pode perder no carreirismo, nem no oportunismo, nem no clientelismo estimulado pelos organismos do Governo Federal.

Os verdadeiros quadros do PMDB têm de ostentar as bandeiras da luta pelas transformações sócio-econômicas que está reclamando o povo brasileiro, para dar as passadas seguintes dessa continuidade histórica.

Ao fazer uma crítica ao partido, entendo que o que é um avanço para colaborar nessas transformações não pode mais ser feito apenas nos recintos das reuniões partidárias, tendo em vista seu aspecto majoritário como sigla no contexto da Constituinte.

O PMDB chega na mais difícil encruzilhada de sua história no exato momento em que junto com ele o Governo sofre o mais agudo questionamento por parte da população. Nos três anos de Governo da Nova República, o PMDB, como parte do poder, como parte fundamental do Governo e como instrumento que garantiu com mais empenho a nova situação política surgida após a superação dos governos militares, não conseguiu aplicar com consequência pelos menos uma parte substancial de seu programa.

Diante disso, ou o PMDB assume sua fisionomia de movimento nacionalista, antiimperialista, na luta por uma democratização verdadeira do País, que não pode excluir a justiça social, ou então será levado de roldão, perdendo sua autoridade conquistada durante anos de enfrentamento com a ditadura.

Não se pode discutir o atual momento político brasileiro, onde o esforço progressista expressado na Comissão de Sistematização e refletindo anos e anos de lutas populares corre o risco de ser completamente anulado pela articulação feita pelo capital estrangeiro, pela oligarquia e grandes empresários nacionais, organizada no Centrão. Há, na realidade, um **ilegível** ate de forças de progresso, forças que querem a transformação social, que querem tirar este País da miséria, contra as forças que querem ampliar sua dominação sobre nosso País, aprofundando sua capacidade de rapina sobre as riquezas nacionais, sobre o trabalho de nossos trabalhadores. Esse embate que divide o País dividiu também o PMDB. Mas por que o PMDB se dividiu, se em seu programa original consta a defesa da economia nacional, a luta contra a exploração estrangeira e outras teses democráticas e nacionalistas? E por que tal divisão se deu exatamente no âmbito de uma Assembléia Nacional Constituinte, que sempre foi a palavra de ordem mais cara ao PMDB ao longo dos anos?

Jamais houve no PMDB a defesa consequente e coerente de um programa que, além da democratização política do País, apresentasse uma alternativa



so Brasil da condição de uma semicolônia. O processo político avançou, os sindicatos estão amadurecidos, surgiram novos partidos progressistas na cena política, o movimento popular adquiriu imensa força e combatividade, constituindo-se uma imensa pressão popular que não pode ser equacionada com um processo de democratização formal, lenta, gradual, regulada sorrateiramente, enquanto as condições de vida do povo brasileiro continuam decaindo de forma violenta e desumana. O verdadeiro PMDB não pode deixar de encarar de frente sua responsabilidade diante desse fato! Assim como não pode deixar de compreender a cobrança popular diante da falta de soluções para os problemas da inflação desenfreada, do desemprego, da evasão de riquezas para o exterior, apesar de, nos últimos dois anos, o País ter tido, a frente do Ministério da Fazenda, Ministros peemedebistas. O Brasil tem hoje o menor salário mínimo de sua História, e o PMDB tem parte da responsabilidade por isso. O Governo fala muito em prioridade social, mas, efetivamente, os investimentos nos setores sociais não registraram elevações, se comparados com o Governo Figueiredo. O PMDB tem que reconhecer que todas as mazelas comuns aos modelos capitalistas selvagens, subdesenvolvidos, continuam sem respostas ou mesmo sem perspectivas de solução, como é o caso do crescente afastamento do País, do êxodo rural, do assassinato de índios e posseiros que lutam contra a concentração da terra, da originalidade, da contaminação do meio ambiente, do desrespeito aos direitos humanos, das mulheres, dos negros, das crianças, dos trabalhadores. Tudo isso continua perseguindo o PMDB, desafiando-o diariamente, exigindo-lhe mudança substancial, para que assuma, junto com as demais forças progressistas, inclusive aquelas que não são peemedebistas, a responsabilidade pela organização de um gigantesco movimento de massas para exigir a verdadeira democratização do País, que a curto prazo passa pela convocação de eleições diretas para Presidente da República ainda em 1988.

O PMDB permitiu que a moratória dos juros da dívida externa, uma oportunidade excelente para a mobilização nacionalista do povo brasileiro, se esvaziasse e retrocedesse. O PMDB não foi capaz de incorporar a população brasileira que apoiou efetivamente o Plano Cruzado, no que toca ao congelamento de preços, no controle e na fiscalização concreta desse programa. Uma série de outras oportunidades como estas foi desperdiçada pelo PMDB, porque de fato o PMDB não atuou como um partido, como um instrumento de mobilização popular, mas apenas como um partido com características eleitorais, onde exerce sua capacidade de recolher o descontentamento popular. Mas como fará agora o PMDB, quando o descontentamento é contra nossa própria incapacidade de apresentar saída e soluções para o impasse que o Brasil atravessa, especialmente a não-apresentação de uma proposta alternativa para o desenvolvimento do País e a elevação das condições de vida dos brasileiros?

A parte verdadeira do PMDB, a sua parte nacionalista, antiimperialista, democrática até as últimas consequências; como já foi provado nos duros períodos de luta contra a ditadura e não apenas nos palanques, precisa reagir. Mas para reagir não basta apenas dizer que é parlamentarista. É

preciso dizer o que pretende fazer, caso o parlamentarismo seja implantado.

O PMDB assume ainda maiores responsabilidades no Governo. Para a população, definir-se como parlamentarista não é algo que se auto-explique. Mesmo porque governos presidencialistas, como, por exemplo, o do Presidente Alan Garcia, no Peru, estão tomando uma série de, medidas populares e antiimperialistas, como a estatização dos bancos, a nacionalização de empresas multinacionais, como a Nestlé e outras.

O PMDB precisa apresentar soluções para as grandes questões nacionais. A começar pelo questionamento da submissão do Brasil ao capital estrangeiro, não permitindo, por exemplo, que as retaliações que os Estados Unidos ameaçam adotar contra nós passem impunemente. Essas retaliações apenas mostram que o caminho para o desenvolvimento brasileiro não está arquetetado na continuidade dessa submissão ao imperialismo norte-americano. Ao contrário, o PMDB deve informar o povo brasileiro de que os países socialistas oferecem uma alternativa real e concreta de relacionamento comercial e econômico, no qual são respeitadas as características nacionais de cada país. Aí está o exemplo do acordo assinado pelo Governador Carlos Bezerra, de Mato Grosso, que prevê um intercâmbio na área agropecuária de saúde com o Governo da Província de Havana, Cuba. Aí está o exemplo da Prefeitura de Recife, que assinou um acordo com Cuba, de onde compra toneladas de peixes, a preços populares, que assim são revendidos diretamente para a população carente da periferia da capital pernambucana. Esses são exemplos de que existem alternativas concretas à dominação norte-americana. É o PMDB que deve assumir isso defendendo o maior relacionamento com os países socialistas.

Obviamente, essa mudança política deve vir acompanhada de uma defesa veemente de um programa de transformações sociais para o Brasil do atraso. É preciso defender a estatização dos principais ramos da economia, como base fundamental para que se possa planificá-la e concentrar recursos nas mãos do Estado, para que assim possam ser investidos nas áreas de maiores necessidades para a população, como é o caso de programas de saúde, alimentação, moradia e transporte. Nesse sentido, não podemos deixar de responder às retaliações dos Estados Unidos, mobilizando o povo e defendendo junto a ele a nacionalização de empresas fundamentais para o desenvolvimento de um transporte popular, como, por exemplo, a Volkswagen, a Ford, que deveria passar a produzir ônibus, tratores, caminhões, ao invés de carros de luxo para exportação, como ocorre atualmente.

Alguns poderão assustar-se com a defesa desse programa, mas susto muito maior a população já levou com o programa que o Governo Sarney vem praticando, provocando o agravamento da miséria, a alta dos alugueis, o achatamento dos... etc. Os setores progressistas do PMDB têm a função insubstituível de, junto à população, nos sindicatos, nas praças públicas, nas associações de bairros, nas escolas e universidades, procurarem defender esse programa de transformações sociais. Não será ao lado de tráfugas do naipe de Prisco Viana ou de traidores da Pátria como Amaral Netto que o PMDB vai conseguir recon-

quistar a confiança popular, mas, sim, ao lado dos trabalhadores, dos sindicatos, dos intelectuais e artistas, dos cientistas, dos militares nacionalistas, desde que sustentando um programa de estatização dos bancos, de realização de uma reforma agrária que priorize a produção de alimentos para eliminar a fome, a construção de moradias, as obras de saneamento básico etc. Os setores progressistas do PMDB não podem mais falar em democracia em abstrato, porque o processo objetivo já avançou no Brasil, e a população brasileira está cobrando medidas concretas para o desenvolvimento do nível de vida; de estudos, de trabalho, de saúde etc.

Aí está o crescimento da popularidade do Presidente Alan Garcia, porque enfrenta as multinacionais, porque propõe medidas concretas de nacionalização e de estatização. Enquanto isso, todos os governos, mesmo aqueles eleitos pela via do voto direto, que não assumem posições contra a internacionalização da economia, sua privatização, a concentração da terra, das riquezas, encontram-se em crise, em impasses.

Isso apenas confirma a tese, desde muito tempo defendida por vários setores das forças progressistas, de que a democratização formal, institucional, quando apóia um modelo econômico dependente e antidemocrático, como é o caso do brasileiro, não consegue dar estabilidade política para o desenvolvimento das liberdades democráticas. Para que essas liberdades não sejam ameaçadas pelos que pregam o retrocesso histórico e social, são necessárias medidas de transformações concretas na estrutura econômica. Essa é a responsabilidade que os setores progressistas do PMDB têm em suas mãos. Essa é, na realidade, a grande tarefa para fazer com que o PMDB se recupere diante da credibilidade popular, que o quer nacionalista, antiimperialista, popular e democrático. Mas não democrático no sentido apenas liberal da palavra, e sim democrático como instrumento que não abandona a luta pela justiça social, enquanto tivermos esse exército de crianças famintas nas ruas, de desempregados, de explorados e de doentes reclamando o seu direito democráticos de viver.

**O SR. OSVALDO LIMA FILHO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA:** – Com muito prazer.

**O SR. OSVALDO LIMA FILHO:** – Nobre Constituinte Aluizio Bezerra, é com grande satisfação que ouço V. Ex.<sup>a</sup> levantar, neste plenário da Constituinte, as grandes bandeiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, antigo MDB, que estão sendo, em grande parte, recusadas e negadas pelos reacionários que, eleitos sob a bandeira do PMDB, hoje se filiam ao "Centrão" e a outras formas atentatórias às aspirações populares no Brasil.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA:** – Agradeço ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho o aparte, que incorporo ao meu discurso. Ele bem caracteriza a sua atuação ao longo dos anos, de um dos grandes defensores das transformações da estrutura econômica e social, em favor do povo brasileiro, e de uma postura de defesa soberana dos interesses nacionais diante da ganância do imperialismo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste momento histórico da Constituinte, em que rememoramos a trajetória de luta do nosso partido, não bastam as vitórias aqui dentro; temos que levar essa luta a todos os recantos longínquos da Pátria, a todos os Municípios e a todas as bases do partido. Nessa grande mobilização popular vamos fazer triunfar a luta pelas transformações sociais em benefício do povo e em defesa dos soberanos interesses, diante do imperialismo e das multinacionais. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Maia):** – Concedo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Constituinte Beth Azize.

**A SRA. BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão da oradora):** – Sr. Presidente, Srs Constituintes, antes de entrar na razão principal do meu pronunciamento, nesta tarde, quero manifestar, em nome do meu partido, uma preocupação em vista de notícias que correm nos corredores do Congresso. Segundo essas notícias, emissários estão saindo de Brasília em aviões para ir a alguns Estados da Federação brasileira colher assinaturas de membros do "Centrão para completar o número, estabelecido no Regimento Interno, para apresentação de emendas coletivas e de substitutivos. Há ainda informação de que estão sendo utilizados aviões da FAB para esses emissários colherem tais assinaturas. Também fui informada de que até mesmo para o meu Estado, o Amazonas, foi designado um emissário para colher assinaturas de membros do "Centrão".

Ora, sendo a informação confirmada – e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que transmita minha preocupação ao Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituintes, Dr. Ulysses Guimarães –, sendo verdadeira a denuncia que aqui faço, o fato é bem pior do que se imagina. Este Governo realmente chegou ao fundo do poço da seriedade e da credibilidade, quando usa o dinheiro do povo para satisfazer o comodismo e respaldar a omissão daqueles que, se pertencem a um grupo político e é direito deles pertencerem a qualquer grupo – deveriam pelo menos ser atenciosos e diligentes, ficando em Brasília para apoiar as emendas que os dirigentes do "Centrão" estão apresentando.

O fato torna-se mais grave diante da informação transmitida pelo ilustre Constituinte José Genoíno de que o Presidente Ulysses Guimarães teria prorrogado o prazo de apresentação dessas emendas até as 24h de hoje, em razão da exigência do "Centrão", que precisa da prorrogação do prazo para que os aviões retornem a Brasília com os emissários.

Sr. Presidente, é lamentável que o povo brasileiro esteja assistindo a toda essa situação promovida por pessoas e grupos que não entendem que o momento é de muita seriedade, e sobretudo, de muita sensatez; o que está faltando a muitos homens públicos deste País.

Mas, Sr. Presidente, a veia do meu discurso nesta tarde é exatamente a questão palestina. O Partido Socialista Brasileiro tem uma posição definida e objetiva quanto à questão palestina. No momento em que o mundo inteiro assiste pela televisão, através das agências de notícias internacionais, ao massacre de palestinos civis na zona ocupada pelo Governo de Israel na faixa de Gaza, na chamada região da Cisjordânia, sinceramente, paro para pensar e, ao mesmo tempo, fico perplexa ao ver como um povo que sofreu tanto, que

passou por momentos terríveis de angústia, e de tortura durante o domínio do nazismo em uma parte da Europa, como este mesmo povo hoje se esquece de todo o seu sofrimento, pois o Governo de Israel praticamente usa dos mesmos métodos do nazismo com a população civil palestina.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o mais grave é quando se verifica que não se trata de uma guerra em si: o que está havendo ali não é uma luta bélica, mas, sim, o massacre de uma população civil, que foi despojada, humilhada e expulsa do seu território. Aqueles que conseguiram sobreviver na chamada faixa ocupada pelo Governo de Israel são submetidos a maus-tratos, sem qualquer respeito aos direitos humanos.

Ainda ontem, eu assistia com o coração nas mãos ao espancamento de mulheres palestinas que protestavam junto aos campos de concentração da população civil palestina – simplesmente protestavam – contra a prisão de seus filhos. Essas mulheres eram violentamente espancadas por soldados do Governo de Israel. Não entendo como agora, quando os governos dos Estados Unidos e da União Soviética se reúnem para aprimorar e conduzir o processo da paz no mundo, questionam o desarmamento bélico, assinam acordos de paz, o Governo de Israel insiste em massacrar criminosamente e matar palestinos civis na faixa ocupada por Israel.

Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Eduardo Bonfim.

**O SR. EDUARDO BONFIM:** – Ouço atentamente o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Beth Azize, Vice-líder do PSB na Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup>, de forma coerente com o seu pensamento, com a sua ideologia e a sua postura política, faz hoje, nesta noite esvaziada da Assembléia Nacional Constituinte, um pronunciamento contundente, infelizmente sem a presença necessária da maioria dos membros desta Assembléia, o qual tenho certeza, terá repercussão, pois é uma denúncia vigorosa do massacre a que esta sendo submetido o povo palestino, que, de armas na mão, luta como a última forma possível de defender a sua integridade como nação e como pátria. É verdade que os métodos que o sionismo israelense usa contra o povo palestino são os mesmos usados por Hitler contra o povo judeu. A posição do Partido Comunista do Brasil não poderia ser outra senão a de solidarizar-se inteiramente com o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> alertando, ainda, para dois fatos, que rapidamente abordarei. O primeiro é que o enviado especial da ONU foi proibido de visitar o território do povo palestino ocupado por Israel. Este é um fato gravíssimo, porque não se trata de um país que Israel considere inimigo ou adversário, mas da ONU cujo enviado especial foi proibido de visitar o território ocupado pelas imperialistas e sionistas de Israel, tal a gravidade do massacre a que está submetido o povo palestino. Se isso não estivesse acontecendo, se se tratasse apenas de ocupação do território sem o genocídio de que tomamos conhecimento e estamos denunciando, Israel não proibiria a presença da ONU naquele território.

O segundo fato corroborando e consubstanciando a denúncia que V. Ex.<sup>a</sup> faz hoje, é que o Sr. Shimon Peres deu entrevista em uma das

emissoras de televisão brasileira, fazendo apologia do sionismo, com cara de bom moço. Constituinte Beth Azize, é necessário que os brasileiros se levantem e tomem uma atitude vigorosa, que os partidos políticos clamem, falem, denunciem a situação do glorioso povo palestino, que está dando exemplo ao mundo não só de resistência, mas de certeza – que temos também – de que sua causa é justa e que será vigorosa.

**A SRA. BETH AZIZE:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> seu vigoroso aparte. Sinto-me ate na obrigação de incorporá-lo ao meu pronunciamento, tal a seriedade com que o ilustre Constituinte aborda o assunto.

Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Amaury Müller.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – De fato, nobre Constituinte Beth Azize, V. Ex.<sup>a</sup> coloca a questão nos seus termos dramáticos e trágicos. Ouço na propaganda sionista sucessivos e seguidos apelos à paz e fico a me perguntar que tipo de paz é esta que se orienta pela bússola do ódio cego, revanchista, que não respeita os mais mezinhos e elementares direitos humanos. O que ocorre hoje tanto na Cisjordânia como em Gaza, territórios não apenas ocupados, mas militarizados, com toque de recolher, deferindo às Forças Armadas israelenses todas as prerrogativas para fazerem o que bem entenderem dos palestinos, é a resposta mais vigorosa de que a paz que Israel prega é uma farsa, é uma mentira grotesca. É tanto isto é verdade que a própria Organização das Nações Unidas, com o voto favorável do seu mais fiel aliado, os Estados Unidos, aprovou uma resolução condenando não só o genocídio que está sendo praticado lá, como também a tentativa, já denunciada de Israel expulsar do seu próprio território os palestinos. Trata-se, na verdade, de um projeto a médio ou longo prazo, que visa a incorporar definitivamente a Cisjordânia e Gaza ao território de Israel. Ora, ninguém, nobre Constituinte Beth Azize, é contra o Estado de Israel ou contra o povo de Israel. É um direito do povo israelense ter o seu território, ter a sua Pátria, mas também é um direito do povo palestino ter o seu território para lá escrever a sua história. E é isso que Israel não quer. Por que não se senta à Mesa de negociações com a OLP, com o Conselho de Segurança da ONU, com todos os países que direita ou indiretamente estão envolvidos nesse conflito que pode, inclusive, desencadear uma Terceira Guerra que varreria a humanidade da face da terra? Por que não se tenta, através do diálogo, encontrar uma solução para esse conflito, que já dura anos e que tem custado tantas e tão preciosas vidas? Na medida em que repudia uma decisão da Organização das Nações Unidas e que pretende continuar expulsando palestinos da sua própria terra, da sua própria Pátria, Israel desrespeita ludo e todos. Não digo o povo de Israel, mas o Governo de Israel. E agora seria a grande oportunidade, desmascarada essa proposta de paz, que na verdade é um ato belicoso de guerra, de o Brasil assumir na prática toda a retórica da sua política exterior. Se falarmos em autodeterminação dos povos como fulcro da nossa política externa, temos o dever de sair do discurso eplumado e de punhos de renda para uma posição pragmática. O caminho mais correto a essa altura dos acontecimentos, e que até

respeitada um pedido da própria Assembléia Nacional Constituinte através de numerosos Parlamentares, seria o reconhecimento formal do escritório da OLP no Brasil, dando-lhe **status** diplomático. Ai, sim, estaríamos a um só tempo apoiando a luta do povo palestino para a construção da sua pátria, da sua história e, ao mesmo tempo, dando mecanismos oficiais para que a OLP prossiga na sua luta para alcançar esse objetivo. Por o de apoio e solidariedade ao magnífico discurso de V. Ex.<sup>a</sup> e com ela a minha convicção de que o Itamaraty e o Sr. José Sarney devem cumprir aquilo que pregam em discursos. Se a OLP é a legítima representante do povo palestino, há que se dar ao seu escritório no Brasil **status** diplomático. Do contrário, continuaremos demonstrando aquilo que não somos e pregando aquilo que não queremos.

**A SR<sup>a</sup> BETH AZIZE:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte ao meu pronunciamento, nobre Constituinte Amaury Müller. Quero dizer que entendo a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup>, como a do ilustre representante do PC do B quanto a este assunto. Diria até que a questão palestina tem sido encarada pelo Governo brasileiro com muita hipocrisia, porque a solidariedade não pode ficar apenas no discurso para consumo da opinião pública; precisa, como bem disse V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Amaury Müller, ser consubstanciada na prática. Até hoje a Organização pela Libertação da Palestina, no Brasil, é tratada de maneira totalmente discriminada, sem qualquer respeito por parte do Governo brasileiro, sem reconhecer que a OLP representa, se não o governo do direito, o governo de fato de um povo que foi despojado do seu território e que não quer nada além do que instalar a sua pátria numa faixa ou numa área a ser questionada, a ser discutida e a ser acordada com o país em litígio, no caso, o Estado de Israel.

Ora, Sr. Presidente, surpreendo-me quando vejo o chanceler de Israel chegar ao Brasil – e note-se foi recebido com muita pompa pelo Governo brasileiro – como emissário da paz e, logo em seguida, na entrevista coletiva que deu à imprensa brasileira, dizer que o Governo de Israel é contra a criação do estado palestino. Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que Israel, que recebeu o apoio da quase totalidade dos governos do mundo, quando instalou o seu Estado, com território, com povo, com governo, que são atributos necessários para a criação de um estado soberano, se opõe à reinstalação do Estado Palestino, de cujo território o próprio Estado de Israel despojou: O que quer o povo palestino hoje? Já chego até a dizer que o povo palestino já nem briga tanto pela ocupação do espaço físico, mas, sim pela ocupação do espaço moral como povo, como gente, como cidadãos. O que o Governo de Israel hoje pratica contra o povo palestino é algo de absurdamente desumano. E hoje vê-se, por exemplo, o povo palestino lutando para que os seus direitos humanos sejam respeitados. Agora mesmo a imprensa internacional denuncia que o Governo de Israel não permite a entrada de alimentos nos territórios ocupados para que os palestinos morram de fome. Eles querem matar o povo palestino de qualquer jeito. Para não matá-lo, de uma vez só, a bala, já que, aos poucos, eles já o estão fazendo, matam-no de fome, de inanição, para impedi-lo de lutar pela sua própria libertação.

Como sei que V. Ex.<sup>a</sup> vai pedir-me um aparte, nobre Constituinte Moema São Thiago, cede-o com muito prazer.

**A SR<sup>a</sup> MOEMA SÃO THIAGO:** – Constituinte Beth Azize, gostaria de cumprimentá-la pelo brilhantismo de sua análise sobre a questão dos direitos humanos em Israel. Todos reconhecemos a importância da criação do Estado de Israel como uma vitória de um povo que lutava por sua terra e, sobretudo, por sua liberdade. Essa vitória da criação do Estado de Israel aconteceu através é do seu reconhecimento pelas Nações Unidas, em 1948. Gostaria de destacar a contradição que Israel, hoje, vive e de refletir sobre esse fato. Esse estado nasceu como exemplo da pujança, da luta por uma pátria, pela terra e pela liberdade. Foi exatamente a ONU o fator fundamental da criação do Estado de Israel. Hoje, quando a ONU reconhece os direitos dos palestinos e condena a expatriação dos palestinos de seus territórios, essa mesma ONU não tem o reconhecimento de sua validade por parte do Estado de Israel. Há muito tempo, infelizmente, a política de direita que o Governo de Israel tem ostentado, principalmente na última década, representa realmente a negação dos princípios da sua própria criação. Gostaria de destacar, também, a importância de um acontecimento que V. Ex.<sup>a</sup> inclusive presenciou juntamente com a companheira Tutu Quadros. Foi quando a bancada feminina, desta Casa, numa decisão majoritária, assinou uma carta e a entregou pessoalmente ao Ministro Shimon Peres, pedindo a libertação de uma brasileira condenada injustamente à prisão perpétua em Israel, em um território de guerra, em um território, hoje, bélico, em um território sob leis marciais, leis essas que, sabemos, são perfeitamente mutáveis com o transcorrer da História. Aqui, nesta Casa, hoje, pudemos falar acerca deste assunto, bem como uma série de outros Constituintes. Todavia, exatamente há uma década também as mesmas leis militares, de um estado de exceção, que estão em vigor no Estado de Israel, não permitiram que a liberdade fosse concretizada neste País, como agora a estamos concretizando, na elaboração desta Constituinte. Era essa a questão que queria registrar.

**A SRA. BETH AZIZE:** – Agradeço o brilhante aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, gostaria de pedir-lhe que incorporasse todos esses apartes ao meu pronunciamento.

Finalizando, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que encaminhe o meu pronunciamento ao representante da OLP no Brasil e ao Embaixador de Israel em nosso País. Faço esse pedido a V. EX.<sup>a</sup>, na certeza de que, malgrado o endurecimento e o propósito determinado do Governo de Israel de continuar massacrando o povo palestino, esse meu pronunciamento, que reflete a opinião da maioria desta Casa, servir de reflexão para que não traga a este século todo aquele passado que o próprio povo israelense quer esquecer, que é a prática do nazismo. Ocorre que, hoje, o Governo israelense está adotando os mesmos métodos que o nazismo alemão aplicou contra o povo judeu. Não queremos isso. Queremos o povo de Israel livre, mas queremos também que ele respeite a liberdade de outros povos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Adylson Motta.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos há praticamente um ano da instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Desde o primeiro momento dos nossos debates manifestei minha preocupação no sentido de que deveríamos, ao longo dos trabalhos desta Casa, procurar fazer com que surgisse uma Constituição decorrente de entendimentos e negociações realizados em termos elevados, com transigência recíproca e concessões de ambos os lados. Desejava que se desse à Nação brasileira um documento que fosse respeitável e, por isso mesmo, respeitado.

Ao final de onze meses, é com tristeza que vejo essa possibilidade de negociação cada vez mais afastada, pela intransigência de grupos, pela pequenez de alguns, pela omissão e ausência de outros.

A verdade é que estamos às vésperas do início de uma votação que poderá, neste plenário, transformar-se em confronto. E tenho absoluta certeza de que a Constituição que venha a nascer desse confronto será imediatamente contestada pela sociedade brasileira, pois no mínimo a metade dos brasileiros não a aceitará.

Hoje temos na Constituinte o "Centrão", o Grupo dos 32, o Grupo do Entendimento. Dividiu-se o plenário em diversos grupos e não chegamos a conclusão alguma. É lamentável que tenhamos uma semana, ou dez dias, para começar uma votação, sem qualquer perspectiva de que, acima dessa pequenez, se imponham os interesses maiores da Nação. Um trabalho consensual, de entendimento, de transigência é o único caminho para chegarmos a alguma coisa que se aproxime do que de nós espera o povo brasileiro.

Ouçõ, com prazer, o nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho.

**O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Ilustre Constituinte, não posso deixar de exprimir, neste breve aparte, que tenho as mesmas preocupações que V. Ex.<sup>a</sup> com relação a um possível confronto em plenário, que venha prejudicar e atrasar o andamento dos nossos trabalhos. Mas, pior do que o confronto. Sr. Constituinte, é aquilo a que estamos assistindo: ouvimos nos gabinetes; nos elevadores, nos corredores e lugares de conversa desta Casa que é enorme o processo de barganha, atingindo hoje todos os membros do grupo Constituinte. Mas se diz que não nasce aqui dentro essa barganha; tem origem no outro lado da Praça dos Três Poderes, representando uma verdadeira obsessão quase neurótica, do Governo Sarney. Fixou-se ele nos cinco anos de mandato, e, em troca desse período, vale tudo.

Entendo que este quadro, mais grave que o confronto, terá de ser encarado com muita seriedade por todos nós, independentemente das legendas a que pertencamos. A frustração popular que se seguirá à vitória dos cinco anos – a meu ver, vitória de Pierrô – custará a esta Casa um preço muito caro. Barganha-se hoje abertamente; um voto vale uma estação de rádio; dois ou três, uma estação de televisão, linhas de crédito da Caixa Econômica Federal, e assim por diante, em um processo que realmente mancha alguns

nomes desta Casa. É claro que com as honrosas exceções de praxe. Faço este aparte para inserir na preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> esta outra, maior ainda. Esperamos que nossos companheiros tenham sensibilidade e consciência de que nem tudo pode ser barganhado. A duração do mandato do Presidente Sarney, discutida nas ruas de qualquer cidade brasileira, é muito mais a expectativa de uma substituição democrática pelo processo eleitoral, do que a questão do sistema de governo. Assim, ao expressar esta preocupação, quero congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> e dizer que pior que o confronto é este enorme e vergonhoso complexo de barganha que, hoje, realmente, atinge esta Casa e do qual não estamos livres nem em nossos gabinetes.

**O SR. ADYLSON MOTTA:** – Agradeço ao nobre Constituinte o aparte.

Realmente tem chegado aos meus ouvidos o comentário desse tipo de comportamento, no qual procurei, até certo momento, não acreditar. Mas quando vejo um homem da responsabilidade, da serenidade e da ponderação de V. Ex.<sup>a</sup> trazer esses fatos a plenário, sinto uma preocupação redobrada com relação ao sucesso dos nossos trabalhos.

Concedo um aparte à nobre Constituinte Tutu Quadros.

**A SR.<sup>a</sup> DIRCE TUTU QUADROS:** – Sr. Presidente, justamente dentro do tema que está sendo discutido, quer dizer que o jornal **O Globo** – não li, mas ouvi – apresentou uma nota dizendo que estive ontem no Palácio do Planalto, e que lá, na presença de Ministros, assinei a opção por cinco anos de duração para o mandato do Presidente Sarney. Sr. Presidente, preciso esclarecer que ontem não saí desta Casa. Sou autora de uma emenda exigindo eleições gerais para a abertura democrática neste País, que começou com o Ato Institucional nº 11, do Presidente Ernesto Geisel, e até hoje não se finalizou. A abertura pode ser mais longa que a própria ditadura – algo tem de ser feito a este respeito. Portanto, quero deixar registrado meu protesto contra a notícia de **O Globo** e hipotecar solidariedade ao Constituinte que ocupa a tribuna, bem como ao que me antecedeu no aparte.

**O SR. ADYLSON MOTTA:** – Muito obrigado.

Quando fui apartado pelos nobres Constituintes Adhemar de Barros Filho e Dirce Tutu Quadros, falava justamente da preocupação dos Constituintes que procuram fazer um trabalho sério nesta Casa. Levantou-se aqui o problema dos quatro anos de mandato. Este é um exemplo. É com tristeza que se vê que o Presidente da República, hoje, tenta constranger os Srs. Constituintes a votarem pelos cinco anos, agora através de uma ação ministerial, é o mesmo que foi ao palanque defender a transição democrática, afirmando como também no seu primeiro discurso à Nação, que reconhecia estar assumindo o Governo num período de transição. S. Ex.<sup>a</sup> dizia: "Transição, para mim, são quatro anos". É ainda o mesmo Presidente que reconhecia a soberania da Assembléia Nacional Constituinte para fixar o período presidencial...

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Peço licença a V. Ex.<sup>a</sup> por um instante, a fim de prorrogar

a sessão pelo tempo necessário à conclusão de seu pronunciamento.

Está prorrogada a sessão por quinze minutos.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – É o mesmo Presidente que defendia, na fundamentação da sua mensagem restabelecida de eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente, tese de que cabia à Assembléia Nacional Constituinte fixar a data da eleição do seu sucessor, ou seja, determinar o período governamental.

Num primeiro momento, Sr. Presidente, tentou-se, aqui, negar a competência da Assembléia Nacional Constituinte para fixar o mandato do Presidente da República. Essa tese andou por aí há muito tempo. Não aceita, partiu-se para uma nova investida em torno do período de cinco anos.

Estou preocupado, porque tenho dito que quatro anos de mandato seria o período de transição e até um ato de bondade para com o Presidente da República –, afirmo com toda sinceridade – porque tal é o índice de rejeição ao seu Governo, neste País, que recente pesquisa encomendada pelo Palácio do Planalto não foi publicada. Seu resultado era de 76% dos entrevistados pela rejeição ao Governo Sarney. Tão grande índice de rejeição ao Governo demonstra que por mais de quatro anos, realmente, o povo brasileiro não o aceitará.

Penso que a fixação do período do Governo em quatro anos é uma oportunidade que se está dando ao Presidente da República para sair com dignidade, pela porta da frente do Palácio do Planalto. Após esse tempo, não sei se S. Ex.<sup>a</sup> não terá de sair pelos fundos, agredido pela Nação brasileira.

É uma realidade existente em todos os quadrantes deste País. Não há um só segmento da sociedade contente com o atual Governo, com uma inflação confessada de 365% que, na verdade, segundo fontes fidedignas, ultrapassou os 400%, chegando a 418%. Um governo que estabeleceu recordes de emissão de papel-moeda no mês de dezembro último – a maior expansão da base monetária já registrada neste País – parece-me que de 40%.

Aí estão o desemprego, o empresário receoso, os trabalhadores com salários achatados. Ninguém está contente neste País. Por isso, Sr. Presidente, acho que com quatro anos estaríamos não apenas cumprindo aquilo que o Presidente afirmou publicamente ser seu pensamento, mas caracterizando uma transição que não deve ser um período longo. E daríamos uma oportunidade ao Presidente de sair com dignidade do Palácio do Planalto.

Quanto à tese das eleições gerais, com todo o respeito por aqueles que a defendem, não vejo como se estabelecer a correlação entre a eleição do Presidente da República e a dos Parlamentares, porque, pelo menos eu – e acredito que a maioria possa dizer o mesmo – fui eleito legitimamente pelo voto direto, por um período de quatro anos. Não tenho por que questionar nem por que recorrer a uma nova eleição. Entretanto, o Presidente da República foi eleito por intermédio de um Colégio Eleitoral até então contestado e chamado de espúrio. O Presidente da República e os Governadores dos Territórios são os únicos biônicos existentes hoje neste País.

Já houve eleição direta para Governadores, para Prefeitos de Capital, para Prefeitos de Estâncias Hidrominerais, Municípios considerados áreas de segurança. Só falta, no Brasil, eleição para Presidente e Vice-Presidente da República para completar o quadro de transição democrática.

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Ruy Nadel.

**O SR. RUY NADEL:** – Nobre Constituinte Adylson Motta, patricio, gaúcho missioneiro da nossa terra conjunta, sabemos que nossas campanhas foram feitas numa pobreza franciscana, como eremitas dentro dos automóveis, na solidão das noites, atravessando o Estado, sem sequer um motorista. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> fez uma campanha nesses moldes, como eu a fiz, não com tanta angústia quanto a minha, não desempregado como eu. V. Ex.<sup>a</sup> iniciou sua vida pública ocupando cargos públicos e, aí se projetando, tornou-se político com um mandato, o qual tem exercido com comprovada competência, dedicação e também lealdade. Divergimos muito na visão de ação política – e digo isso porque nos conhecemos politicamente. Minha ação tem sido pautada não em candidaturas, não em cargos, mas na ação social, na visão social e na mensagem social deixada, onde sabemos perfeitamente que somos resultado do voto popular e das lideranças das bases municipais. Mas também somos uma resultante porque, pelas nossas mensagens, pelo nosso trabalho, pela nossa história, temos merecido a confiança das lideranças das bases e do povo da nossa região, do nosso Estado. Tenho pautado minha ação política e social e minha visão dentro de um processo histórico e social. E me agarrando nisso – perdoe-me a abrangência maior deste aparte – repassando o passado histórico nossa situação do momento atual, lembro-me da Revolução Francesa, com a Queda da Bastilha, em 1789. Derrubou-se um cancro da humanidade, onde o feudalismo dominava e criava injustiças, gerando ratos de esgotos que acabaram se juntando aos burgueses do setor comercial que destruíram a sociedade européia. Mas essas coisas vão devagar. Em 1789 ocorreu este fato. Em 1848, a Europa estava socialmente em piores condições do que no tempo do feudalismo, antes da Queda da Bastilha, e ainda não havia conseguido concertar-se para uma nova ordem social. Isto é tão grave, tão importante que Gabriel Garcia Márquez, literato-mor da América Latina, recebendo o Prêmio Nobel de Literatura, em Estocolmo, dizia das nossas incertezas, das nossas angústias, das nossas tiranias, das nossas ditaduras, dos nossos crimes sociais quotidianos, e que teríamos uma outra História se o mundo europeu, o mundo industrializado tivesse nos deixado construir nosso caminho. Em cima desses fatos, nota-se que, na Europa, já num processo de industrialização relativamente avançado, sessenta anos após o episódio, a situação ainda estava mais instável que antes. Houve mais mortes na Guerra de 1848 do que na própria Revolução Francesa, que desestruou o feudalismo, e eles levaram um século para se organizar. Não podemos centralizar a questão de 365 dias, ou 350 dias, dentro do mandato de um indivíduo, o Presidente, e achar que, com isto, resolvemos os problemas da História da nossa Pátria. Perdoe-me nobre Constituinte Adylson Motta, sei das suas convicções, mas me

sinto na obrigação de extrapolar porque isto não entra no fisiologismo de quem recebeu pressões de Ministérios A, B, ou C. É uma posição clara, de tempo de campanha, logo do início da chegada aqui na Assembléia Nacional Constituinte. Não assinei lista do "Centrão" em momento algum. Não me envolvi diretamente com o "Centrão". Acho que tenho, até por isso, autoridade para demonstrar essa preocupação histórica conosco. Encurtando este aparte que vai longe, que me exigiu esse preâmbulo, um ponto é claro. Ouvimos das Forças Armadas, do Poder Executivo e do Poder Judiciário claramente a sua posição, pública, dizendo que a redução do mandato do Sr. Presidente da República José Sarney para quatro anos representaria uma cassação se o mandato de cinco anos fosse adotado para os outros Presidentes. Tenho pensamento diferente. Acho que somos um Poder emanado a partir do momento em que se determinou a existência de uma Assembléia Nacional Constituinte, mas esses Poderes deixam bem claro que isto é um fato. Nós, Assembléia Nacional Constituinte, formamos o Congresso, que é o Poder mais frágil e o mais desarmado. Tenho certeza de que, pensando na História, também devemos pensar em nossa fragilidade como Poder parlamentar. Quanto às eleições gerais, concordo em gênero, número e grau. Eleições gerais agora, de âmbito geral, em todos os níveis, é a melhor forma para não se abrir o Congresso logo adiante. É a melhor forma para se conseguir algo como no Haiti ou em Serra Pelada, uma meia dúzia de mortos. E mostrar que pela convulsão que se gerar não haverá condições de fazermos as eleições e de que não teremos nada de democracia logo após.

Nobre Deputado Adylson Motta, perdoe-me pela extensão do aparte.

**O SR. ADILSON MOTTA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda alguns minutos para poder concluir o meu pronunciamento.

Agradeço o aparte ao Deputado Ruy Nedel e quero dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que divergimos em poucas coisas dentro das colocações que fez. Quanto ao mandato do Presidente é uma questão de aceitar ou não a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. A Assembléia Nacional Constituinte, com todos os vícios que pode ter na sua origem, é soberana, tanto que à próprio Presidente da República recuou na sua posição e admite hoje este fato e proclama que acatará a decisão que for aqui adotada, com relação ao seu mandato. Nesta parte, realmente, divirjo, porque tenho a Assembléia Nacional Constituinte como soberana, como um poder inicial, ilimitado, incondicionado.

Sr. Presidente, pretendia hoje fazer uma rápida abordagem das emendas que apresentei e do Capítulo dos Servidores Públicos constantes da proposta do que se convencionou chamar de "Centrão". Por deferência do Constituinte Luiz Roberto Ponte consegui um exemplar desse trabalho feito pelo "Centrão", já que não sou integrante do grupo, e gostaria de fazer algumas colocações. Primeiro, quero dar conhecimento das emendas que aqui apresentei. Ontem me referi a duas delas: uma é sobre a perda de mandato, de quem se filiar a partido diverso daquele pelo qual se apresentou a sufrágio, salvo em caso de extensão da anterior, a outra assegurando o direito adquirido,

no caso de acumulação remunerada de cargos e funções reconhecidas em lei até a data da promulgação da Constituição. A terceira visa a implantar no País o sistema eleitoral distrital misto. Essas três emendas já apresentei, e as duas primeiras já as justifiquei aqui no Pequeno Expediente de ontem. Quanto à terceira, sobre o voto distrital, já fiz dois ou três pronunciamentos justificando-os. Apesar do protesto dos pequenos partidos – e eu acho que a luta do pequeno partido é se tornar um dia um grande partido – esse sistema visa exatamente a fortalecer os partidos políticos, a prestigiar o partido político, a vincular o Parlamentar à sua base eleitoral: a metade seria eleita pelo sistema majoritário e ficaria vinculada ao distrito e a outra metade seria eleita pelo sistema proporcional, como hoje. Os primeiros se dedicariam mais às questões locais e regionais; os segundos se dedicariam mais às questões genéricas, temáticas, dentro de uma visão mais universal. Essa é a terceira emenda que apresento. Sr. Presidente, e acredito que seria mais um passo muito importante para modificar o conceito do exercício da atividade política neste País.

Quanto ao trabalho feito pelo "Centrão", quero dizer que neste Capítulo referente ao funcionário público houve poucas alterações. Agora, poucas alterações que significam um retrocesso, e vou citar dois casos, já que o tempo não me permite entrar em maiores detalhes, numa análise mais profunda. Pela proposta do "Centrão", foi excluído o direito de greve e de sindicalização do funcionário público. Sei que a greve sempre foi ilegal neste País para o funcionário público, mas até os governos militares aceitaram a greve de funcionários. Não tenho conhecimento de atos repressivos ou de maiores punições a funcionários que tenham entrado em greve no último Governo militar. E isso continuou com a abertura política. Então, aquilo que é ilegal hoje, é um fato real e passa a constar do elenco de avanços sociais. Nunca defendi greve de funcionários, mas no momento em que o Governo tacitamente aceitou a sua existência, sem tomar uma medida, ou por negligência, ou por pusilanidade, desse momento em diante passou a ser uma conquista social.

Hoje, defendo o direito de greve para o servidor público. Evidente que deveria sofrer algumas limitações, no que respeita aos serviços essenciais. Como é o caso dos serviços hospitalares e outros. O funcionário público tem, atualmente, todo o direito do trabalhador, recorrendo à greve como último recurso para sensibilizar o Governo a atender às suas reivindicações. Então, a exclusão disso, que está nos textos anteriores, é um retrocesso em termos de avanços sociais, porque os funcionários públicos também são uma categoria social neste País.

Outro aspecto, Sr. Presidente, diz respeito a uma emenda que apresentei e que vinha vencendo todas as etapas aqui no trabalho constitucional.

Para surpresa minha, ela vinha vencendo todas as etapas, porque é uma emenda que vai tocar muita gente, pois vai ferir privilégios e combater a acomodação. Mas seria um dos passos mais importantes para restabelecer um pouco de vergonha na Administração Pública deste País. A emenda a que me refiro refere-se à proibição de Ministros, Chefes de repartições colocarem parentes em cargos de confiança, a eles subordinados.

É uma emenda contra o nepotismo, a grande chaga, a grande desgraça que empesta e infesta esta Nação, como tantas outras que recorreram ao triste expediente de acomodação de parentes em cargos públicos. Não sei se é por interesse próprio de parlamentares que têm parentes nos seus gabinetes. Seria pequeno demais pensar desta maneira na ocasião de feitura de uma Constituição. Mas a verdade é que, no texto apresentado agora pelo chamado Centrão, foi excluído essa medida, que considero uma das altamente saneadoras da função pública. Quero aqui deixar o meu protesto como um dos autores desta idéia, aprovada por unanimidade no seio de algumas Comissões e que até agora não tinha sido contestada. Entretanto, de maneira sorrateira, apresentam um novo texto aqui que poderá tirá-la do elenco das conquistas em prol da moralização da Administração Pública, exatamente esta proibição em torno de algo nefasto, que vem enodoando nossa Administração, que é essa transferência da família para dentro das repartições, no momento em que alguém assume um Ministério, uma autarquia, um alto cargo.

Quero, pois, deixar aqui já antecipadamente este protesto, porque vou lutar no plenário, vou fazer um esforço em todos os setores que puder para que não seja revogado esse artigo que consta do Projeto Cabral. Só esses dois artigos já demonstram claramente que as alterações havidas não foram para melhorar o que consta no texto constitucional.

Finalmente, Sr. Presidente, foi restabelecido, nas Disposições Transitórias, o princípio do direito adquirido para aqueles que detêm dois cargos públicos. Fui muito claro. Até estou apresentando emenda nesse sentido. Modéstia à parte, a minha é bem redigida, e a do "Centrão" é pessimamente. Só se pode reconhecer um direito que já existia. Direito adquirido em torno do que não existia, em termos de Direito, não é direito adquirido. No momento em que, nas Disposições Transitórias, se estabelecer que será reconhecido o direito adquirido de quem, até a data da promulgação da Constituição, é detentor de dois cargos, refiro-me aos quatro cargos elencados no art. 99 da Constituição Federal. Nenhum outro caso está tutelado pela lei vigente. Não sei por que incluir médico militar no texto como direito adquirido; afirmo que isto não existe no art. 99 que estamos tentando preservar. Minha emenda procura restabelecer aquilo que existe no art. 99, que são as quatro situações legais de acúmulo de cargos, que terminarão daqui para frente, mas que aos atuais detentores tem de ser asseguradas: dois cargos de médico, dois cargos de professor, um cargo de magistrado e professor, e um cargo de técnico ou científico com professor de matéria correlata, desde que exista compatibilidade de horário. Não sei de onde tiraram a idéia de incluir como direito adquirido o exercício do cargo de médico militar e outras situações que nada têm a ver com o que estamos defendendo em termos de direito no atual texto constitucional.

Quereria fazer esta colocação, porque me parece que as alterações não foram muitas, mas, no capítulo da Administração pública foram infelizes, regrediram, recuaram, restabeleceram privilégios. Não é preciso muita coisa, neste País, para pôr um pouco de ordem na Administração Pública: ingresso por concurso público, organização em

carreira, limitação dos cargos de confiança e estabelecimento de um teto e de um piso salarial. Com essas medidas, estaremos dando todas as condições para o Governo restabelecer a dignidade da função pública e o funcionário ser profissionalizado e valorizado.

Agora, o grande problema que vamos encontrar é no famoso cargo em comissão, que seguidamente são rifados em troca de votos e de apoio, segundo a imprensa notícia.

Aquela palavra "preferencialmente" inutiliza o artigo – seria melhor até extingui-lo. No momento em que diz que os cargos em comissão serão providos "preferencialmente" por funcionários de carreira, este vocábulo anula o texto, pois lhe tira a compulsoriedade. Também a proibição de admissão de parentes, que colocamos por meio de uma proposta, é agora retirada.

Digo isso, Sr. Presidente, porque, depois de 35 anos de serviço público, estou me aposentando. Se algum título levo para casa é os de nunca – embora tendo exercido chefia de Casa Civil, Secretaria de Estado, nove anos de mandato – ter empregado parentes meus na Administração Pública. Admito até que, em alguns casos, o funcionário ideal seja alguém aproximado, até por laços de consanguinidade. Mas, como regra geral – perdoem-me aqueles casos isolados, que respeito – para se repensar este País e se devolver um conceito altivo ao funcionário público, temos que fazer algumas cirurgias que vão causar dor. Essa será uma que vai atingir muita gente. Mas, em nome de um bem maior, que é o futuro deste País, temos de submeter-nos a esse tipo de impopularidade, muitas vezes. (Palmas.)

### VIII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:**

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Álvaro Valle – PL; Ângelo Magalhães – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Cados Mendes Thame – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Aureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expe-

dito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Geraldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; Joaquim Bevilacqua – PTB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Ueque – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Fernandes – PDT; José Luiz de Sá – PL; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Júlio Campos – PFL; Jutahy Magalhães – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manuel Viana – PMDB; Mário Braga – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Borges – PDC; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; o Portella – PDS; Nabor Júnior – PDT; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rospide Netto – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Severo Gomes – PMDB; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Ubiratan Spinelli – PDS; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaz – PT; Vladimir Palmeira –

PT; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Encerro a sessão, convocando Sessão Extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte para amanhã, dia 14, quinta-feira, às 14:30 horas.

*Encerra-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.*

*DISCURSO PROFERIDO PELO SR. OTTOMAR PINTO, NA SESSÃO DE 17-12-87.*

**O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – RR.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo expressar nesta sessão da Assembléia Nacional Constituinte a homenagem dos Constituintes aos membros do Ministério Público pelo transcurso do seu dia nacional, 14 de dezembro.

Tem sido longa e penosa a caminhada dos membros desse importante segmento da estrutura do Estado, devotados à fiscalização do cumprimento das leis, à conquista dos predicamentos essenciais ao desempenho sereno, tranqüilo e firme do seu valoroso Ministério. A Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, representou um avanço na direção dos objetivos dos membros do Ministério Público; foi um marco importante nessa caminhada ao definir normas a serem seguidas pelos Estados na composição do seu Ministério Público.

Outro avanço que trouxe alento aos fiscais da lei constitui a Lei Ordinária nº 7.347/85, que protege o direito do consumidor, do meio ambiente, do patrimônio artístico, histórico, cultural e paisagístico da União; atribui ampla competência ao Ministério Público, inclusive o direito da iniciativa dos procedimentos legais, o direito de peticionar e de decidir sobre medidas cautelares.

Nessa mesma linha de fortalecimento insere-se a Lei nº 7.244/86, que cria o Juizado Especial de Pequenas Causas, e, no parágrafo único do seu art. 55, amplia a competência dos membros do Ministério Público para referendar acordos extrajudiciais assegurados a esses decisórios valor de documentos executivos. Agora, a nova Constituição vai mais além, estendendo ao Ministério Público os predicamentos da magistratura, orçamento próprio e outras competências que se enquadram plenamente entre as aspirações dos seus membros.

Antes de encerrar desejo tecer breves comentários sobre as proclamadas medidas de ordem econômica que o Governo pretende adotar, visando à redução do déficit público, tido como uma das causas fundamentais do processo inflacionário e das dificuldades em que se debate a economia brasileira. Entre essas medidas está inserida a extinção do Banco de Roraima. Entendemos que essa solução não contribui para enxugar as despesas com pessoal da União, porque o quadro de servidores desse banco é irrisório. Em verdade, foi ele o instrumento da incompetência de pessoas que não souberam geri-lo, pois esse banco já foi outrora alavanca de fomento da agricultura, do comércio e da indústria de Roraima. Transformaram-no de alavanca do progresso em uma espécie de guitarra de auto-enriquecimento, usando-o inclusive em procedimentos político-e-eleitorais. A extinção do Banco de Roraima equi-

vale, na anedota, à retirada pura e simples do sofá. Os prevaricadores continuarão prevaricando. Empresários, agricultores e comerciantes do Território serão efetivamente os apenados, enquanto aqueles que malversaram o banco, malbaratando seus recursos, continuarão impunes, desfrutando o enorme patrimônio que adquiriram de forma desonesta.

Apelamos para o Sr. Presidente da República e para o Ministro Bresser Pereira no sentido de

adotarem com esse banco os mesmos processos adotados em relação aos bancos estaduais de maior porte: intervenção do Banco Central; apurar a responsabilidade daqueles que são realmente os indigitados autores do processo de esbanjamento dos recursos do banco; sanear esse banco localizado em área estratégica, numa nova, importante, e em franca expansão, fronteira econômica do País; onde prestará serviços de inobjetável essencialidade.

Deixo aqui meu apelo, que acredito será de toda a bancada federal de Roraima, no sentido de que não se saia pela tangente e, nesta hora de decisões, não se mergulhe a cabeça na areia como avestruz procurando fugir da tempestade. Busquemos enfrentar resolutamente esse problema com coragem e espírito público, mantendo saneado o banco e punindo aqueles que malbarataram e arruinaram o prestígio e o patrimônio dessa entidade que tão relevantes serviços prestou e prestará à comunidade roraimense.



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 168

SEXTA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA-DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 184ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 14 DE JANEIRO DE 1988.

##### I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

##### III – Leitura do Expediente

##### OFÍCIOS

Nº 006/88 – Do Senhor Constituinte Gastone Righi, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, encaminhando a declaração da Bancada do Partido indicando-o para responder pela Liderança daquela agremiação partidária junto à Assembléia Nacional Constituinte.

Nº 009/88 – Do Senhor Constituinte Gastone Righi, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, indicando o Senhor Constituinte José Elias Murad para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária em substituição ao Senhor Constituinte Ottomar Pinto.

##### IV – Pequeno Expediente

ARMANDO FARIA DE SÁ – Substitutivo apresentado pelo PTB ao capítulo de Previdência Social do Projeto de Constituição.

IVO LECH – Conveniência da utilização de medicinas alternativas e da implantação do Sistema Único de Saúde.

CHICO HUMBERTO – Pronunciamento do ex-Deputado Mário Palmério, publicado no **Diário do Congresso Nacional** de 5/6/52, sobre a emancipação do Triângulo Mineiro e do Alto Parnaíba. Emenda apresentada ao Projeto de Constituição pelos representantes da região visando a realização de plebiscito sobre o assunto.

JOSÉ GENOÍNO – Protesto contra dilatação do prazo para entrega de emendas ao Projeto de Constituição, por ordem verbal do Presidente Ulysses Guimarães. Necessidade de verificação da autenticidade das assinaturas em propostas de emendas apresentadas pelo "Centrão."

AMAURY MÜLLER – Protesto contra prorrogação, à revelia do Plenário, pelo Presidente Ulysses Guimarães, do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Constituição Crítica as emendas apresentadas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaury Müller.

AMAURY MÜLLER (Questão de ordem) – Horário de publicação do novo Regimento Interno em relação ao término do prazo para apresentação de emendas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

TITO COSTA – Editorial publicado pela **Folha de S. Paulo** sob o título "Negritude festiva"

DASO COIMBRA – Defesa do "Centrão" ante afirmações dos Constituintes Brandão Monteiro e José Genoíno.

MAURO BENEVIDES – Telex dirigido ao orador pelo Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a propósito do término do racionamento de energia elétrica no Nordeste.

CÉSAR CALS NETO – Repúdio ante declarações do economista Amaury Fassy ao **Jornal de Brasília** a propósito da venda do Nordeste para fins de pagamento da dívida externa brasileira.

VICTOR FACCIONI – Inserção nos Anais de justificativas de emendas do orador que

visam ao investimento de recursos na educação.

ADYLSON MOTTA – Noticiário da imprensa a propósito da acusação ao Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Aníbal Teixeira, Editorial publicado pelo **Jornal do Brasil** sob o título "Longe demais".

UBIRATAN AGUIAR – Emenda apresentada pelo orador ao Projeto de Constituição a propósito do direito à acumulação de cargos. Congresso Nacional de Servidores Públicos, a realizar-se em Brasília, e defesa da estabilidade.

ANTÔNIO DE JESUS – Emenda modificativa apresentada pelo orador ao art. 124 do Projeto de Constituição, que cria os Juizados de Instrução Criminal.

JORGE ARBAGE – Artigo do jornalista Clóvis Meira publicado no jornal **O Liberal**, de Belém, Estado do Pará, sob o título "E a prevenção?"

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Proporcionalidade na composição da Câmara Federal.

JOSÉ GUEDES – Posicionamento do orador favorável a quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney.

NILSON GIBSON – Construção da Ferrovia Norte-Sul como fator de desenvolvimento do Brasil Central.

JUAREZ ANTUNES – Greve dos trabalhadores das empreiteiras executoras de serviços para a Companhia Siderúrgica Nacional.

MAURO SAMPAIO (Retirado pelo orador para revisão) – Implantação de escolas de iniciação agrícola e de irrigação.



FERES NADER – Motivos do desligamento do orador do PDT.

DORETO CAMPANARI – Protesto contra utilização da máquina administrativa para coleta de assinaturas em emenda constitucional que visa a garantir mandato de 5 anos para o Presidente José Sarney.

FÁBIO RAUNHEITTI – Tratamento discriminatório dos poderes públicos com relação à rede particular de ensino.

JOSE SANTANA DE VASCONCELOS – Repúdio à inclusão, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, entre as áreas que deverão receber lixo atômico proveniente de usinas nucleares e hospitais para tratamento de câncer.

VICTOR FACCIONI – Encaminhamento à Mesa da Câmara dos Deputados de reclamação contra falta de providências no que concerne a requerimentos de convocação do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Aníbal Teixeira, para prestar esclarecimentos à Casa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Victor Faccioni.

#### V – Comunicações das Lideranças

GONZAGA PATRIOTA – Agressão cometida contra o pároco de Araripina Estado de Pernambuco. A impunidade como causa do aumento da violência no País.

VICTOR FACCIONI – Reiteração de reclamação contra falta de providências da Mesa da Câmara dos Deputados no sentido da con-

cretiração de medidas relativas à convocação do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Aníbal Teixeira, para prestar esclarecimentos à Casa.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Victor Faccioni.

ROSA PRATA – Acerto de medidas propostas pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em particular da transferência da política de abastecimento para o Ministério da Agricultura.

HAROLDO LIMA – Carta dirigida pela Liderança do PC do B às entidades sindicais brasileiras, sobre propostas apresentadas pelo "Centrão" ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO SANTANA – Perplexidade do PCB ante prorrogação, sem consulta ao Plenário, do prazo para apresentação de emendas ao projeto de Constituição.

JOSE ELIAS MURAD – Inconveniência da construção de complexo administrativo faraônico, pretendida pelo Prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara.

AMAURY MÜLLER – Entrevista concedida pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Aníbal Teixeira, a **O Estado de S. Paulo**, a propósito de acusações de malversação de verbas. Apelo no sentido de envio urgente de convite ao Ministro Aníbal Teixeira, para comparecimento à Câmara dos Deputados, a fim de prestar esclarecimentos ao Plenário, conforme requerimento do Deputado Adylson Motta aprovado em setembro último. Eleições presidenciais em 1988. Protesto con-

tra tentativa do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, de tolher os trabalhos de elaboração constitucional.

GUMERCINDO MILHOMEM – Visita a Serra Pelada, Estado do Pará, e constatação de veracidade das notícias de massacre dos garimpeiros pela Polícia Militar.

SIQUEIRA CAMPOS – Expansão do PDC no País.

#### VI – Apresentação de proposições

ADYLSON MOTTA.

#### VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

LÉZIO SATHLER – Documento da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte a propósito de acidentes de tráfego. Matéria inserida no **Diário da Tarde**, do Estado de Minas Gerais, de autoria do jornalista Victor Purri, sob o título "Em nome da vida, parem de matar!". Emendas apresentadas pelo orador ao Projeto de Constituição que visam a estabelecer diretrizes para o Sistema Nacional de Trânsito e Transportes.

RONALDO CARVALHO – Reivindicações dos bataticultores do sul de Minas Gerais.

FERNANDO SANTANA – Lucros das empresas transnacionais e multinacionais que operam no Brasil, em particular das distribuidoras de petróleo.

#### VIII – Encerramento

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

### Ata da 184ª Sessão, em 14 de janeiro de 1988

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;*

*Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário;*

*Wilson Martins, nos termos do parágrafo único do art. 6º da Res. nº 2/87, da ANC*

#### ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PTB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de

Barros – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiani – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; – Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vi-

nagre – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dirceu Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eraldo Tino-

co - PFL; Eraldo Trindade - PFL; Ervin Bonkoski - PMDB; Euclides Scalco - PMDB; Ézio Ferreira - PFL; Fábio Raunheitti - PTB; Felipe Mendes - PDS; Feres Nader - PDT; Fernando Cunha - PMDB; Fernando Gasparian - PMDB; Fernando Henrique Cardoso - PMDB; Fernando Santana - PCB; Firmo de Castro - PMDB; Floriceno Paixão - PDT; Francisco Carneiro - PMDB; Francisco Coelho - PFL; Francisco Dornelles - PFL; Francisco Rollemberg - PMDB; Francisco Sales - PMDB; Furtado Leite - PFL; Gandi Jamil - PFL; Gastone Righi - PTB; Geovani Borges - PFL; Geraldo Alckmin Filho - PMDB; Geraldo Bulhões - PMDB; Geraldo Campos - PMDB; Gerson Camata - PMDB; Gerson Peres - PDS; Gidel Dantas - PMDB; Gil César - PMDB; Gilson Machado - PFL; Gonzaga Patriota - PMDB; Guilherme Palmeira - PFL; Gumercindo Milhomem - PT; Gustavo de Faria - PMDB; Haroldo Lima - PC do B; Haroldo Sabóia - PMDB; Hélio Duque - PMDB; Hélio Manhães - PMDB; Hélio Rosas - PMDB; Heráclito Fortes - PMDB; Hermes Zaneti - PMDB; Hilário Braun - PMDB; Homero Santos - PFL; Humberto Lucena - PMDB; Humberto Souto - PFL; Iberê Ferreira - PFL; Ibsen Pinheiro - PMDB; Inocência Oliveira - PFL; Irajá Rodrigues - PMDB; Iram Saraiva - PMDB; Irupuan Costa Júnior - PMDB; Itamar Franco - **ilegível**; - Ivo Lech - PMDB; Jairo Azi - PFL; Jairo Carneiro - PFL; Jalles Fontoura - PFL; Jamil Haddad - PSB; Jarbas Passarinho - PDS; Jayme Paliarin - PTB; Jayme Santana - PFL; Jesualdo Cavalcanti - PFL; Jesus Tajra - PFL; Joaci Góes - PMDB; João Agripino - PMDB; João Alves - PFL; João Calmon - PMDB; João Cunha - PMDB; João da Mata - PFL; João de Deus Antunes - PDT; João Menezes - PFL; João Natal - PMDB; João Paulo - PT; Joaquim Sucena - PMDB; Jofran Frejat - PFL; Jonas Pinheiro - PFL; Jonival Lucas - PFL; Jorge Arbage - PDS; Jorge Bomhusen - PFL; Jorge Hage - PMDB; José Agripino - PFL; José Carlos Grecco - PMDB; José Carlos Sabóia - PMDB; José Carlos Vasconcelos - PMDB; José Costa - PMDB; José da Conceição - PMDB; José Dutra - PMDB; José Egreja - PTB; José Elias - PTB; José Elias Murad - PTB; José Fogaça - PMDB; José Genoíno - PT; José Geraldo - PMDB; José Guedes - PMDB; José Ignácio Ferreira - PMDB; José Lins - PFL; José Lourenço - PFL; José Luiz Maia - PDS; José Maria Eymael - PDC; José Melo - PMDB; José Moura - PFL; José Paulo Bisol - PMDB; José Queiroz - PFL; José Richa - PMDB; José Tavares - PMDB; José Thomaz Nonó - PFL; José Tinoco - PFL; José Viana - PMDB; Juarez Antunes - PDT; Júlio Costamilan - PMDB; Jutahy Júnior - PMDB; Lael Varella - PFL; Lavoisier Maia - PDS; Leite Chaves - PMDB; Leopoldo Perez - PMDB; Lezio Sathler - PMDB; Lídice da Mata - PC do B; Louremberg Nunes Rocha - PMDB; Lourival Baptista - PFL; Lúcio Alcântara - PFL; Luís Eduardo - PFL; Luís Roberto Ponte - PMDB; Luiz Alberto Rodrigues - PMDB; Luiz Gushiken - PT; Luiz Inácio Lula da Silva - PT; Luiz Salomão - PDT; Luiz Viana - PMDB; Lysâneas Maciel - PDT; Maguito Vilela - PMDB; Manoel Moreira - PMDB; Mansueto de Lavor - PMDB; Marcelo Cordeiro - PMDB; Márcia Kubitschek - PMDB; Marco Maciel - PFL; Marcondes Gadelha - PFL; Marcos Lima - PMDB; Maria

de Lourdes Abadia - PFL; Mário Covas - PMDB; Mário Lima - PMDB; Mário Maia - PDT; Marluce Pinto - PTB; Matheus Iensen - PMDB; Maurício Nasser - PMDB; Mauro Benevides - PMDB; Mauro Sampaio - PMDB; Meira Filho - PMDB; Melo Freire - PMDB; Mello Reis - PDS; Mendes Botelho - PTB; Mendes Canale - PMDB; Mendes Ribeiro - PMDB; Messias Góis - PFL; Milton Reis - PMDB; Miraldo Gomes - PMDB; Miro Teixeira - PMDB; Moema São Thiago - PDT; Moysés Pimentel - PMDB; Mozarildo Cavalcanti - PFL; Mussa Demes - PFL; Naphtali Alves de Souza - PMDB; Narciso Mendes - PDS; Nelson Jobim - PMDB; Nelson Sabrá - PFL; Nelson Seixas - PDT; Nelton Friedrich - PMDB; Nilson Gibson - PMDB; Octávio Elísio - PMDB; Odacir Soares - PFL; Olavo Pires - PMDB; Orlando Bezerra - PFL; Orlando Pacheco - PFL; Osmar Leitão - PFL; Osmar Lima - PMDB; Osmundo Rebouças - PMDB; Osvaldo Coelho - PFL; Osvaldo Macedo - PMDB; Osvaldo Sobrinho - PMDB; Osvaldo Lima Filho - PMDB; Oswaldo Trevisan - PMDB; Ottomar Pinto - PTB; Paes de Andrade - PMDB; Paes Landim - PFL; Paulo Macarini - PMDB; Paulo Mincaroni - PMDB; Paulo Pimentel - PFL; Paulo Ramos - PMDB; Paulo Roberto - PMDB; Paulo Zazur - PMDB; Pedro Canedo - PFL; Plínio Arruda Sampaio - PT; Plínio Martins - PMDB; Pompeu de Sousa quel Capiberibe - PMDB; Ricardo Fiuzza - PFL; Rita Camata - PMDB; Rita Furtado - PFL; Roberto Brant - PMDB; Roberto Campos - PDS; Roberto Freire - PCB; Roberto Jefferson - PTB; Roberto Rollemberg - PMDB; Roberto Torres - PTB; Ronaldo Aragão - PMDB; Ronaldo Carvalho - PMDB; Ronan Tito - PMDB; Rosa Prata - PMDB; Rose de Freitas - PMDB; Rubem Branquinho - PMDB; Ruben Figueiró - PMDB; Ruy Bacelar - PMDB; Ruy Nedel - PMDB; Sandra Cavalcanti - PFL; Saulo Queiroz - PFL; Sérgio Werneck - PMDB; Sigmaringa Seixas - PMDB; Sílvio Abreu - PMDB; Siqueira Campos - PDC; Sotero Cunha - PDC; Stélio Dias - PFL; Teotonio Vilela Filho - PMDB; Theodoro Mendes - PMDB; Tido Costa - PMDB; Ubiratan Aguiar - PMDB; Ulysses Guimarães - PMDB; Victor Faccioni - PDS; Victor Fontana - PFL; Vilson Souza - PMDB; Vinicius Cansanção - PFL; Virgildásio de Senna - PMDB; Virgílio Galassi - PDS; Virgílio Távora - PDS; Vivaldo Barbosa - PDT; Wagner Lago - PMDB; Waldec Ornélas - PFL; Waldyr Pugliesi - PMDB; Wilma Maia - PDS; Wilson Campos - PMDB.

### I - ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** - A lista de presença registra o comparecimento de 193 Srs. Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### II - LEITURA DA ATA

**O SR. MÁRIO MAIA**, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** - Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. MARCELO CORDEIRO**, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

### III - EXPEDIENTE

#### OFÍCIOS

**Do Sr. Gastone Righi, nos seguintes termos:**

Ofício nº 006/88

Brasília, 7 de janeiro de 1988.

Sr. Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup>, para os devidos fins e efeitos, a declaração da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro indicando o signatário da presente como Líder do Partido na Assembléia Nacional Constituinte.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> protestos de estima e consideração - Deputado **Gastone Righi**, Líder do PTB.

Brasília, 7 de janeiro de 1988.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Os integrantes da Bancada Federal do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa vêm comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que, em reunião hoje realizada, elegeram como Líder do Partido na Assembléia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados para a 2ª Sessão Legislativa de 1988, o Deputado Gastone Righi.

Na oportunidade, renovam a V. Ex.<sup>a</sup> protestos de elevada consideração e apreço.

**Do Sr. Gastone Righi nos seguintes termos:**

Ofício nº 009/88

Brasília, 12 de janeiro de 1988.

Sr. Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Ex.<sup>a</sup> o Deputado José Elias Murad para integrar o Colégio de Vice-Líderes do Partido Trabalhista Brasileiro, em substituição ao Deputado Ottomar de Souza Pinto.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.<sup>a</sup> protestos de estima e distinta consideração. - Deputado **Gastone Righi**, Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** - Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao:

### IV - Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP. Sem revisão do orador.):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tendo terminado, ontem, o prazo de apresentação de emendas à Assembléia Nacional Constituinte, conseguimos, através do apoio de 304 companheiros, apresentar o substitutivo ao

Capítulo da Previdência Social, e, por esse substitutivo, procuramos garantir o direito de pensão comum, tanto para o homem como para a mulher, como ocorre nos dias atuais, assim como o inverso, já que quando a mulher trabalha também contribui à Previdência, seu companheiro, evidentemente, tem o direito. Queremos garantir que o valor da pensão passará a ser igual ao benefício da aposentadoria, e não como hoje, em que há a redução desse benefício.

Queremos garantir, também, que o menor piso pago ao trabalhador da ativa também o seja ao previdenciário, e não como hoje, em que o valor do piso nacional de salários não está vinculado aos benefícios da Previdência Social. E queremos, também, que, quando for concedido qualquer tipo de reajuste, este seja pago no mês imediatamente posterior, e não como hoje, pago depois de muito tempo, com uma defasagem bastante ampla. Nas emendas individuais propusemos que a lei deverá estabelecer formas de garantia para os trabalhadores com mais de 45 anos, pois estes trabalhadores ficam totalmente prejudicados e sem condições de trabalho.

Queremos, também, nas Disposições Transitórias, que seja estabelecida a forma de reposição da atualização dos benefícios da Previdência, já concedidos até a presente data.

E queremos, também, através de uma proposta, a extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas e de todos os Institutos de previdência parlamentares, dos Estados e/ou Municípios, se existirem, incorporando-se o patrimônio de todos esses institutos à Previdência Social, e, em contrapartida, a Previdência computará como anos trabalhados os de exercício de mandato. Essa proposta de extinção do IPC fora feita ontem, e hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**, com estranheza, tomamos conhecimento de um decreto assinado pelo Governador do Estado de São Paulo, Orestes Quércia, que a ele destinou 36 milhões de cruzados, como diz a notícia:

"O governador Orestes Quércia assinou decreto destinando 36 milhões de cruzados para a carteira previdenciária dos deputados, com a justificativa de que o crédito será coberto com recursos de uma "redução orçamentária". A carteira de aposentadoria dos deputados vive de contribuições mensais e é administrada pelo Ipesp, mas como tem mais beneficiários do que contribuintes, invariavelmente fica sem dinheiro à espera de uma ajuda do governo."

Não podemos concordar que alguns tenham o privilégio, quando sabemos que os aposentados e pensionistas estão recebendo, com grandes dificuldades, míseras importâncias. Portanto, todas as nossas propostas a nível de Constituinte – as emendas apresentadas são ligadas a aposentados e pensionistas, por isso, a nossa preocupação será no sentido de que essa emenda coletiva tenha o acolhimento do Relator, e se não tiver iremos fazer o destaque, e já obtivemos assinaturas para isso, para que seja votado preferencialmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. IVO LECH (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Os frutos de lutas em prol das medicinas alternativas populares estão começando a surgir em todo o mundo. Diversos países conseguiram a oficialização e a regulamentação das referidas medicinas, com todo seu leque de opções terapêuticas, como ocorreu em La Paz, na Bolívia, durante o I Congresso Continental de Medicinas Alternativas Naturais, realizado em setembro de 1987 próximo passado.

O primeiro passo em nosso País vem sendo dado através de exaustivo trabalho da Federação Nacional de Associações de Medicinas Alternativas Naturais (Fenaman sediada em Belo Horizonte.)

Alguns Constituintes que, como eu, comungam nesta Assembléia Nacional Constituinte do ideal de ver-se estendidas ao Brasil idênticas conquistas, têm empunhado com ardor a bandeira em defesa de formas e métodos alternativos de assistência à saúde.

Preocupados em sensibilizar o Governo em relação à urgência de constitucionalizar-se o pleno direito de acesso ao ensino, à pesquisa, ao exercício e à organização profissional de terapias e métodos alternativos de tratamento, para preservação e recuperação da saúde, individual e coletiva, têm reiterado, desde a primeira fase de atividades da Constituinte, ainda nas Subcomissões, sugestões e emendas que atendessem ao permanente anseio de nosso povo de ver aplicados tratamentos naturais, porque mais adequados às atuais condições precárias de nosso sistema e passíveis de satisfazer os problemas de nossa gente.

É do conhecimento de todos que o Brasil, infelizmente, padece, dentre muitos males, do desinteresse governamental e da omissão das autoridades, principalmente nessa área da saúde. Em nosso País, aliás, de há muito se vem sofrendo verdadeira miopia mental, pois só se enxerga os problemas quando estes já assumiram dimensões críticas.

Na medida em que o Estado e os responsáveis governamentais não respondam às demandas do povo, a sabedoria desse mesmo povo força-o a voltar-se, de forma criativa e alternativa, à prática de terapias naturais de mais fácil acesso (como é o caso do uso da fitoterapia, do emprego da acupuntura, da homeopatia, radiestesia, fisioterapia, acupuntura, naturopatia, bioenergética, etc.)

Vários são os médicos que, após décadas de exercício profissional, voltam-se ao estudo e prática de métodos alternativos naturais, por verificarem que a medicina se afastara de sua proposta básica – arte/ciência vitalista, integral e sem efeitos colaterais, tão danosos quanto as próprias doenças. As novas gerações têm sido impulsionadas à pesquisa desses métodos milenares, em sua grande maioria, e, no entanto, não têm qualquer apoio ministerial ou universitário.

Alcançado o Sistema Único de Saúde, que se atinja sua universalização, pleno acesso aos diversos métodos, sem discriminação. Que o brasileiro possa escolher a terapia que lhe seja mais acessível. Que seja permitido o incremento e estímulo de estudos sobre as diversas formas alternativas, de modo que aproveitemos a experiência bem sucedida de países como a Bolívia, que consagrou a fitoterapia, fruto de transmissão oral e conhecimento tradicional dos índios "kalawayos", bem como a Espanha, cuja legislação incorporou a

medicina natural e integral em seu Sistema Nacional de Assistência à Saúde.

A permanecer o atual texto, tudo indica que, apesar da dedicação de parlamentares companheiros, de continuarem na luta contra interesses espúrios de empresas estrangeiras, a futura Carta Magna não apresentará soluções à famigerada exploração do povo pelos laboratórios indústrias fármaco-químicas que, além de onerarem o preço dos medicamentos e deixarem vazias as prateleiras das farmácias, atingem não só o bolso, como a saúde mesma de nosso sofrido povo, que continuará a pensar sob os efeitos da institucionalização de doenças. Muito obrigado! (Muito bem!)

**O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fazendo uma busca no **Diário do Congresso Nacional**, encontramos um relato, feito no dia 5 de junho de 1952 pelo então Deputado, ex-Embaixador e hoje imortal Mário Palmério, de um ensaio feito pelo seu irmão, Dr. Félix Renato Palmério, sobre a emancipação do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba.

Trago a esta Casa, hoje, algumas ponderações feitas pelo então Deputado Mário Palmério, quando dizia que:

"Debater esse problema, porém, como ineficaz represália ou espalhafatosa ameaça contra o indiferentismo real ou inexistente – dos governos estaduais com relação às nossas necessidades, ou contra a sua negativa em corresponder às pretensões de pessoas ou grupos partidários, é praticar demagogia extremamente nociva aos nossos interesses.."

Mais à frente ele diz que uma carta chamada Carta aos Triangulinos, transformando o seu autor em candidato a Deputado Federal, foi a sua modesta mas sincera plataforma. E coerente com esse ponto de vista é que ocupava aquela tribuna na Câmara Federal, para defender o movimento de emancipação do Triângulo, solidário com os triangulinos que almejavam e que estavam decididos a constituir-se num novo Estado da Federação brasileira.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, em 1988, a 13 de janeiro de 1988, foi entregue a esta Casa uma emenda de autoria de todos os representantes daquela região, de Homero Santos, Chico Humberto, Virgílio Galassi, Raul Belém, Rosa Prata, Roberto Vital, onde se propõe a realização de um plebiscito para que a nossa população possa dizer livremente se quer ou não a sua emancipação. Essa emenda teve o apoio de 337 Srs. Constituintes. A emenda popular que deu entrada nesta Casa, no ano passado, trouxe mais de 202 mil assinaturas.

Aproveitando ainda a observação feita pelo **Correio Braziliense** de hoje, que diz que o Constituinte Bernardo Cabral dará parecer favorável à emenda que propõe cinco anos

de mandato para o atual Presidente, apesar de ser contrário a essa proposta, esperamos que a sua atitude seja também de dar parecer favorável a essa proposta, apoiada por 337 Constituintes, e que vem ao encontro dos anseios dos meus companheiros triangulinos, aqueles que pretendem a emanci-

pação e a transformação daquela região em mais uma Unidade da Federação.

Portanto, peço agora aos companheiros da Assembléia Nacional Constituinte que nos dêem o direito de decidir através do voto, através de um plebiscito, com a liberdade que nos é permitida, mas decidirmos sobre o nosso futuro político, uma vez que já temos, dentro dessa região, a nossa emancipação social, econômica e cultural.

O Triângulo não vem para pesar como mais um Estado da Federação. O Triângulo vem para somar com a força do seu povo, com a força do nosso povo, para se transformar, sim, num Estado exemplo, não só para o Brasil, mas para o mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os fatos comprovaram as nossas preocupações levantadas na sessão de ontem da Assembléia Nacional Constituinte, em relação à dilatação do prazo para entrega das emendas. O Centrão, para apresentar as emendas com 280 assinaturas, entregou-os quatro minutos antes da meia-noite. Esse prazo foi dilatado exatamente beneficiando esse setor da Constituinte, e o Dr. Ulysses Guimarães mudou uma circular com sua assinatura e, por uma ordem verbal, dilatou esse prazo, que favoreceu claramente a entrega das assinaturas do grupo de direita que não é todo o Centrão.

Estamos – e levantamos essa preocupação agora junto à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte – preocupados com o exame que deve ser feito dessas 280 assinaturas. Se foi difícil colher essas 280 assinaturas, se as emendas foram entregues faltando apenas quatro minutos para o término do prazo, deve ser feito um exame cuidadoso, uma verificação dessas assinaturas, e nós já estamos pedindo uma cópia xerox para que possamos não ter nenhuma dúvida a veracidade das 280 assinaturas. Porque se um grupo aqui na Assembléia Nacional Constituinte, que teve uma semana para colher assinaturas, que alardeou perante o Brasil inteiro que tinha maioria na Assembléia Nacional Constituinte, teve dificuldade para colher assinaturas e entregou essas assinaturas faltando quatro minutos para o término do prazo, nós temos todo o dever e a obrigação de ter acesso, através de cópia xerox, a essas 280 assinaturas, para fazermos também o trabalho de verificação das mesmas. Por que Sr. Presidente? – Porque a emenda que tem 280 assinaturas tem preferência automática. Embutiram esse casuismo dentro do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Sabemos, pelo conhecimento do teor das emendas, que elas visam, exatamente, no terreno dos direitos individuais, sociais e da ordem econômica, tentar aprovar o que há de pior, o que já existiu de pior em matéria de legislação neste País.

Tive o cuidado de analisar alguns dispositivos do chamado Centrão, e os mesmos não constam nem na Constituição militar de 1967, nem na Emenda Constitucional de 1969, principalmente no que diz respeito aos direitos individuais, sociais e da ordem econômica. Precisamos ter cuidado em relação a essas emendas e a essas assinaturas, porque levantaremos, na primeira sessão do plenário da Assembléia Nacional Constituinte – já

o dissemos aqui e vamos comunicar isso a toda a Casa – a nulidade das emendas apresentadas após as 19 horas.

Solicitamos também o acesso a essas listas de assinaturas. É fácil dar-nos uma cópia xerox para que tenhamos acesso a essas listas, a fim de que não exista nenhuma dúvida sobre a seriedade e a autenticidade das assinaturas; porque é estranho que esse grupo tenha tido essas dificuldades e tenha entregue as assinaturas quatro minutos antes da dilatação do prazo.

Mais uma vez, existiu, aqui na Casa, dois pesos e duas medidas. Eu, por exemplo, fiquei sabendo que o prazo estava dilatado às 17 horas, quando fui entregar as emendas do Partido dos Trabalhadores. Não recebemos nenhum comunicado por escrito, nenhum comunicado oficial, e não vamos deixar essa questão de lado, não vamos aceitar que a Assembléia Nacional Constituinte trate os sumos dessa importância como se fosse um assunto menor. Eles dizem respeito a uma Constituição, dizem respeito à História deste País, dizem respeito aos assuntos políticos, econômicos e sociais da maior importância para o povo e para o País, e não vamos aceitar nenhum cambalacho. Vamos aqui cumprir o nosso papel, mesmo como Partido minoritário, de denunciar e de chamar a atenção para esses fatos.

Assim como fizemos ontem, vamos fazer na abertura do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e estamos solicitando uma cópia xerox das assinaturas entregues quatro minutos antes da meia-noite.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>, Srs. Constituintes, de fato, pessoalmente estranho, e meu Partido deplora as excessivas concessões que a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte vem fazendo a determinados grupos, notadamente àqueles que se opõem aos avanços da sociedade brasileira.

Não posso concordar, Sr. Presidente, com qualquer tipo de explicação ou justificativa para a prorrogação do prazo, feita à revelia, inclusive, do Plenário desta Casa, para apresentação de emendas ao projeto da Comissão de Sistematização.

Não acredito, Sr. Presidente, que o Dr. Ulysses Guimarães, pessoa por quem nutro grande admiração, grande respeito, tenha agido de má-fé, dolosamente. Mas o fato concreto é que S. Ex.<sup>a</sup> simplificou, minimizou as coisas para esse segmento direitista que continua a brandir os instrumentos do poder econômico contra os avanços sociais que pretendemos conquistar no texto constitucional.

Entretanto, o fato de ter eu essa admiração e esse apreço pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte não, me impede de criticar S. Ex.<sup>a</sup> e faço coro, portanto, às denúncias do Partido dos Trabalhadores, mais especificamente do Constituinte José Genoíno, em torno desse acerto estranho, porque, se não tivesse havido essa dilatação do prazo para a entrega das emendas, certamente o Centrão, ou tenha o nome que tiver, não teria encaminhado essa enxurrada de agressões às conquistas dos trabalhadores do texto constitucional.

Pelo que li nos jornais, essas emendas foram entregues quando faltavam exatamente três mi-

nutos para a zero hora. E se houvesse sido mantido o prazo anteriormente estabelecido e que resultou de um entendimento, de um acordo das lideranças de todos os Partidos com representação na Assembléia Nacional Constituinte, certamente essas onze emendas, que constituem, pelo seu conteúdo, uma violência inaceitável contra os tímidos avanços conquistados na Comissão de Sistematização, não teriam sido aceitas.

Então, Sr. Presidente, também quero lamentar e mais do que isso, condenar esse tipo de concessão, que apenas satisfaz os interesses de um grupo que não representa, como pretende, o pensamento da sociedade brasileira, porque todas as suas posições, assumidas abertas e ostensivamente, são contrárias àquilo que anseia o conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo, na medida em que pretende derogar, sepultar pare sempre alguns avanços, dentre os quais a proibição das demissões imotivadas, a jornada de trabalho de 44 horas, o pagamento em dobro das horas extras, a definição correta de empresa nacional, a questão agrária, inclusive a tentativa de estabelecer um freio para a concentração da terra em poucas mãos.

Por isso, Sr. Presidente, quero, em meu nome e em nome do PDT, lamentar profundamente o comportamento até antedemocrático do Dr. Ulysses Guimarães, porque não ouviu ninguém, não consultou ninguém. S. Ex.<sup>a</sup> decidiu por conta própria, a seu talento, fazer essa concessão eternamente perigosa ao grupamento de extrema direita que atua na Assembléia Nacional Constituinte.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria também de fazer uma breve análise sobre essas, emendas que foram encaminhadas até a zero hora de hoje. Pelo que vi os defensores de um mandato de cinco anos para o Senhor José Sarney obtiveram 317 assinaturas. Fica a impressão de que já está consagrado no texto o mandato de cinco anos. Creio que essa impressão é um equívoco de perspectiva histórica.

Veja bem, Sr. Presidente, a emenda que pretende introduzir o parlamentarismo como sistema de governo ideal para o País obteve 325 assinaturas. Já a emenda presidencialista contava com 335. Somando ambas, chegamos a 660 assinaturas, o que significa 101 a mais do que o número de Constituintes. Ou os Constituintes estão assinando qualquer emenda, para não constranger os seus autores, ou estão sendo constrangidos a assiná-las, ou essa matemática esdrúxula não vai levar a nada, a nenhuma conclusão.

A partir deste argumento, quero dizer que as 317 assinaturas apostas à emenda, que pretende manter uma situação intolerável, visa a dar mais um ano à incompetência, à irresponsabilidade, atropelando a vontade popular, o clamor da sociedade brasileira, não terá os 317 votos no plenário. Duvido, honestamente duvido que muitos dos signatários dessa emenda tenham a coragem de dizer publicamente que apóiam aquilo que o povo não quer, porque, aí, estarão traindo a confiança popular, estarão enodando seu mandato e, certamente, contra os ventos da História.

Essa euforia, essa vitória antecipada não passa, na verdade, de um argumento roto, esfarrapado que busca apenas, quem sabe, até obter favores especiais, as benesses do poder, que continua

a interferir indevidamente na vida íntima da Assembléia Nacional Constituinte.

Não sei, Sr. Presidente, se não estarão em jogo nessas assinaturas vantagens pessoais para esses grupos; não sei se não estarão sendo distribuídos ou mantidos canais de rádio e televisão para os signatários dessa emenda; não sei em que medida os favores oficiais estão sendo distribuídos àqueles que querem 4 anos, mas estão assinando 5 anos. Por isso, fica a advertência: quem tem compromissos com o povo, quem pretende honrá-los, para operar profundas mudanças neste País, que se está tornando inviável, exatamente por não ter Governo, tem que rever a sua posição, se não assinou apenas por assinar, do contrário, Sr. Presidente, mergulharemos numa crise de dimensões e conseqüências imprevisíveis.

Os trabalhadores que recebem salários de fome, os desempregados, os subempregados, os bóias-frias, os maltrapilhos da cidade e do campo, ocuparão as ruas e as praças para protestar contra essa obscenidade que é conceder mais um ano de mandato ao Senhor José Sarney. As greves se multiplicarão, haverá manifestações populares, poderão ocorrer até saques e quebra-quebras, e a Nação poderá mergulhar numa convulsão social. Está aí o caldo de cultura ideal para aqueles que não conseguem conviver com a liberdade e com a democracia, e que sempre estão pensando em apunhá-las, em propor novas tutelas, regime de força que, a exemplo do autoritarismo militar, só apunhalarão, violentarão os direitos humanos e farão com que o País continue pobre, miserável, subdesenvolvido política, econômica, cultural e socialmente.

Que fiquem atentos para essa realidade os profetas do caos, aqueles que querem se valer de uma situação difícil para tirar proveitos pessoais. A realidade brasileira não comporta mais concessões desse tipo. Por isso, fica a crítica à concessão feita pelo Dr. Ulysses Guimarães e aqueles que estão com as costas voltadas para o povo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Amaury Müller, é legítimo, regimental e legal o direito de crítica. Todavia, impõe a Mesa que preside os trabalhos o dever de prestar um esclarecimento quanto à crítica que V. Ex.<sup>a</sup> formula ao Presidente da Casa, Dr. Ulysses Guimarães.

Deve ser observado, em princípio, o disposto no art. 3º da Resolução nº 3, de 1988, que **ilegível** o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Ali está expresso que:

**"ilegível no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e ilegível em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á o prazo de 7(sete) dias para apresentação de:**

I) substitutivos e emendas coletivas, na forma do art. 1º desta Resolução;

II) emendas individuais, que deverão incidir sobre artigo, parágrafo, inciso ou alínea do Projeto de Constituição, limitadas ao número de 4 (quatro) para cada Constituinte."

Ora, o Presidente Ulysses Guimarães, ao tomar a decisão de admitir a apresentação de emendas, na forma expressa nos incisos I e II do § 3º da alteração regimental, até às 24 horas do dia de

ontem, S. Ex.<sup>a</sup> não extrapolou nem violentou a norma regimental.

Observe V. Ex.<sup>a</sup> que o Regimento fala em sete dias. Considera-se que o dia tem 24 horas, que se exaurem exatamente a zero hora do dia em que decorrem. Conseqüentemente, a Mesa informa a V. Ex.<sup>a</sup> que não observa nenhum ato de violência ao Regimento por parte do Presidente Ulysses Guimarães.

E, ainda, não fora assim, S. Ex.<sup>a</sup>, que tantas e tantas vezes tem demonstrado a sua flexibilidade para democratizar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, poderia, o que não é o caso, ter adotado essa norma por decisão própria, independentemente de qualquer reunião da Mesa Executiva, uma vez que as suas decisões por serem acertadas, sábias e bem diligentes têm merecido o apoio integral dos membros que compõem a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

A Mesa reconhece que V. Ex.<sup>a</sup> é um parlamentar e um Constituinte dos mais diligentes, sempre atento aos mínimos detalhes das ocorrências no volumoso trabalho desta Casa. Porém, é forçoso, também, reconhecer a improcedência e a injustiça da crítica que faz ao Presidente Ulysses Guimarães, em função da sua decisão de ter apenas se limitado a respeitar a norma regimental.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa, lamentavelmente, não pode dialogar.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Quero formular uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Não é questão de ordem!

A Mesa ouviu o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> e presta a V. Ex.<sup>a</sup> e à Casa um esclarecimento que me parece desnecessário ser submetido a questionamento.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Antes de colocar a questão de ordem, gostaria de agradecer as generosas referências de V. Ex.<sup>a</sup> a meu modesto trabalho parlamentar. Cumpro apenas o meu dever e exerço meu mandato de acordo com os compromissos que assumi com o eleitorado que, pela quarta vez, me trouxe a esta Casa.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> afirmou, invocando o Regimento Interno, que o prazo para apresentação de emendas foi de sete dias. Gostaria de saber – V. Ex.<sup>a</sup> pode informar a Casa o horário certo em que foi publicado o novo Regimento Interno. **ilegível** de V. Ex.<sup>a</sup>, fica a impressão de que **ilegível** foi publicada exatamente às 24 horas do dia sete, ou a zero hora do dia oito. Tamanho e milimétrica precisão poderia dar razão aos argumentos que V. Ex.<sup>a</sup> expendeu em defesa do Presidente Ulysses Guimarães.

Mas, V. Ex.<sup>a</sup> terá que provar a mim e à Casa que a publicação, exatamente, à meia-noite, do dia sete, abriria, então, o prazo de sete dias até hoje, 14 de janeiro, até ontem, 13 de janeiro, a zero hora. Do contrário, fica sempre a dúvida e, com a dúvida, a suspeição.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa, ainda em atenção à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, informa que o Regimento estabelece o prazo de sete dias. É evidente que esse prazo

ção social do negro no Brasil de hoje, a data de 13 de Maio assoma como um marco incontornável – não de uma "libertação" abstrata, mas da passagem de um sistema de dominação explícita para uma outra situação social, evidentemente dramática e injusta. É esta situação – que se inaugura em 1988 – que cumpre criticar, e que o 13 de Maio coloca na ordem do dia.

**O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos tendo certeza de que o Centrão está incomodando muita gente. Lamentavelmente, o Centrão não teve a oportunidade de pedir a palavra aqui, pela ordem, e nem falar como Liderança, o que propicia que o Sr. Constituinte Brandão Monteiro e o Sr. Constituinte José Genoíno constantemente falem, e parece que ninguém responde às afirmativas de S. Ex.<sup>as</sup>, informações caluniosas, em que o tempo tem sido o responsável por desmentir-las.

Sr. Presidente, na segunda-feira, o testemunho de jornalistas desta Casa, quando todos foram me procurar para saber em que hora iríamos apresentar as nossas propostas, e eu disse que seria quando faltassem 5 minutos para a meia-noite só errei, Sr. Presidente – peço permissão para lamentar a mentira que contei, porque quando disse que eram 5 minutos, eram, de fato, 4 minutos para a meia-noite – errei por 1 minuto, é porque, desde aquele dia, havíamos sido informados pela Secretaria da Presidência de que o prazo tinha sido estendido até à meia-noite. Então, como não tenho condições materiais de em sete dias estabelecer uma série de trabalhos, contando com os meus funcionários e funcionários de colegas meus, em pequena quantidade, resolvi aproveitar todos os minutos que me eram destinados.

Sr. Presidente, até hoje, ao que saiba, o dia termina à meia-noite. Então, sempre, nesta Casa, a meia-noite tem sido a hora marcada: se o Presidente desta Casa tinha, anteriormente, marcado o prazo para até às 19:00 horas. Verificou que deveria transferir para a meia-noite, e o fez, através de comunicação, transmitida pelo Secretário da Presidência. Mas, Sr. Presidente, não houve nenhum benefício. E, se o Constituinte José Genoíno quiser fazer a coleta, o exame das emendas, pode sair comigo agora e fazê-lo.

Sr. Presidente, estou há 33 anos na Casa, e sou responsável pelo que faço. Não minto, Sr. Presidente! Não blefo! Quando eu disse que tinha 240 assinaturas, de manhã cedo, é porque havia 240 assinaturas. Disse aos jornalistas, às 8 horas da noite: não precisam ficar, podem ir para casa, temos 283 assinaturas completas e mais onze parciais, temos o número suficiente. E os jornalistas já aprenderam a acreditar na minha palavra, precisavam ficar aqui até a última hora, para ver a palavra dos Constituintes José Genoíno e Brandão Monteiro. Então alguns foram para casa, redigiram o seu noticiário, e este saiu certinho na Imprensa. Agora, aqueles outros que foram na conversa dos meus colegas, ficaram aqui até a meia-noite, para poder ter o mesmo resultado e não poder transmiti-lo aos seus jornais, porque já havia sido fechada a redação.

Sr. Presidente, é preciso acabar também com outra história sobre a frota de aviões. Mostrem-me

a frota de aviões. Alugamos um avião que fez uma viagem para colher algumas assinaturas, no Nordeste, de colegas que estavam doentes, e que não podiam trazê-las. Temos mandado essas assinaturas através de coordenadores, como também os estudos. O que acontece de diferente no Centrão é que seus seguidores têm cabeça, têm independência e desejam examinar as emendas.

Então, sete dias não são suficientes para que todas as 280 pessoas, em pontos diferentes do País, examinem as emendas, porque se fosse, o PT teria que vir assiná-las, se fosse, o PDT, ou assina ou sai do Partido, ou assina ou nós disciplinamos. Não, no Centrão não se expulsa ninguém, Sr. Presidente. Essa é a diferença, e que é difícil entrar na cabeça do Constituinte José Genoíno; é difícil entrar na cabeça do Constituinte Brandão Monteiro, também, pois estão eles acostumados com a ditadura de esquerda e não podem entender uma democracia de centro.

Este é um grande problema, Sr. Presidente. Nesta Casa eu disse, desde o princípio, que o Centrão não iria apresentar emenda sobre presidencialismo ou parlamentarismo. Isto foi confirmado. Quero agora que, os que subiram nesta tribuna e disseram que iríamos apresentar tais emendas, venham pedir desculpas pela mentira que afirmaram.

Quando eu disse que o Centrão não iria apresentar a emenda de cinco anos, foi outra verdade. Quem apresentou a emenda foi o Constituinte, Matheus Lensen, que é um independente e pôde fazê-lo. Se ele faz parte do Centrão, não quer dizer nada, Sr. Presidente. Vamos supor que no Centrão tenhamos um grande número de elementos torcedores do Flamengo, não quer dizer que o Centrão seja Flamengo. Ora, Sr. Presidente, se a maioria da Casa assinou pelos cinco anos, tem que haver uma parte dessa maioria dentro do Centrão.

Outra coisa, Sr. Presidente, que quero ver! Quantas assinaturas exatas – eu digo quantas tem – tem a emenda parlamentarista, que foi anunciada aqui como tendo trezentas e tantas, e com duplicatas?

Mas, Sr. Presidente, as duplicatas não foram por maldade, porque nesta Casa, por vezes, a pessoa se esquece de que já pediu para um colega, e novamente pede o apoio para uma emenda. No Centrão todas as duplicatas foram marcadas. Tanto é que os funcionários que estavam recolhendo as assinaturas contaram 326. Eu disse que não tem 326, mas 296, porque sei o número.

Sr. Presidente, obrigado pela advertência. Vou continuar dizendo os nomes, se quiserem. Tenho os nomes todos no computador, e posso fornecê-los antes da Casa.

Sr. Presidente, sabe qual a frota de automóveis que tínhamos? O meu carro, o carro do Basílio Villani e o carro do Ricardo Fiúza. Essa era a grande frota de automóveis que tínhamos. Meu carro saiu duas vezes para o aeroporto, o do Basílio saiu duas vezes, o do Ricardo Fiúza saiu três vezes. Para quê? Para buscar emendas que tinham vindo por passageiros que – por cortesia, haviam viajado dos seus Estados trazendo papéis para nós.

Sabe qual o segredo do trabalho, Sr. Presidente? Por que conseguimos essas assinaturas todas? Porque nós trabalhamos. E sabe qual é o segredo

do Centrão? É um lugar onde cada um tem o direito a ter sua independência, não é obrigado a apoiar todas as teses. Essa é a falta de unanimidade que eles dizem. Temos uma unanimidade de pensamento: não temos uniformidade de ação. Sim, porque quem for do PDT e do PT tem que vestir uniforme.

**O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no exercício de 1987, diante da implantação de drástico racionamento de energia elétrica no Nordeste, ocupei, algumas vezes, a tribuna desta Assembléia e a do Senado para reclamar a adoção de medidas urgentes que representassem o término de vigência daquela medida extrema.

Várias entidades de classe fizeram chegar ao Presidente José Sarney, ao Ministro Aureliano Chaves, ao Presidente da CHESF e a outros importantes setores governamentais veementes apelos no sentido de que se assegurasse ao chamado Polígono das Secas condições de conviver com os baixos índices de hidraulicidade do Rio São Francisco, buscando-se soluções definitivas, como a ultimização das obras da Usina de Itaparica, a aceleração dos trabalhos da Usina do Xingó, e a construção do linhão de transmissão de Tucuruí a Presidente Dutra, no Maranhão.

Hoje, Sr. Presidente, recebi telex do Ministro das Minas e Energia anunciando o término do racionamento em razão dos níveis de pluviosidade que aumentou sensivelmente, favorecendo aquela área geográfica do País.

O telex está assim redigido:

Telegrama  
Exm.º Sr.  
Senador Mauro Benevides  
Senado Federal  
Brasília/DF (70160)

Cumprimentando a V. Ex.<sup>a</sup>, vg retransmito-lhe o inteiro teor da Mensagem dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República referente à possibilidade de suspender-se o racionamento de energia no Nordeste.

"Excelentíssimo Senhor  
Doutor José Sarney  
Digníssimo Presidente da República

Tenho a honra em dirigir-me a Vossa Excelência para informar que os estudos desenvolvidos no âmbito deste Ministério é que serão apresentados na reunião do comitê coordenador de operação Norte-Nordeste – CCONvg, do dia 12-1-88vg indicam a possibilidade de se encerrar a partir do dia 1º-1-88vg o racionamento de energia elétrica iniciado naquela região em março de 1987pt Os resultados obtidos junto aos consumidores e o andamento das obras previstas no programa de emergência (Decreto nº 94.608vg de 27-7-87 e a melhoria das condições hidrológicas no rio São Franciscovg foram os fatores que propiciaram condições para encerrar o mencionado racionamentopt Nesta datavg estamos comunicando o fato aos governadores daquela regiãopt Ao agradecer pelo apoio e a colaboração prestada durante o racionamentopt reafirmo a Vossa

Excelência a expressão do meu mais profundo respeito".

Antônio Aureliano Chaves de Mendonça  
Ministro das Minas e Energia

Srs. Constituintes:

Os prejuízos causados ao Nordeste pelo racionamento de energia elétrica foram enormes.

É preciso, pois, que não se repitam tais emergências capazes de alcançar cruelmente os anseios de desenvolvimento econômico e bem-estar social de nossa região.

Que as obras programadas não sofram solução de continuidade, nem as tradicionais reduções nos cronogramas de desembolso previamente estabelecido incidam sobre tais empreendimentos de relevância inquestionável.

É esta, Sr. Presidente, a solicitação empenhada que faço — em nome da representação do meu Estado — ao Primeiro Mandatário do País e ao titular da Pasta de Minas e Energia, convicto de que não faltarão dotações para a continuidade de todas as iniciativas em curso que, quando concretizadas, ampliarão o potencial de megawatts naquela faixa do Território brasileiro.

**O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS — CE. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu queria registrar o nosso mais veemente protesto contra o ato de insanidade concretizado através das declarações, hoje, no **Jornal de Brasília** pelo Economista Amaury Fassy.

O referido economista propõe, nesta reportagem, vender o Nordeste por 250 bilhões de dólares para pagar a dívida externa brasileira. Não poderia haver uma atitude de desrespeito, e de insulto mais significativa em relação ao povo nordestino do que as declarações, eu diria até, mal-intencionadas desse malsinado economista.

É bem verdade que o Nordeste tem muitas razões para ter grandes mágoas em relação ao próprio processo de desenvolvimento nacional; é bem verdade que o Nordeste tem suas razões para que, aqui nesta Constituinte, possa lutar por uma manifestação de afirmação e, sobretudo, de justiça; é bem verdade que o povo nordestino tem razões fundadas para lançar, até mesmo, o seu mais veemente protesto, mas não tem sentido, nem ao menos expressar-se, a não ser por insulto, com uma idéia desse tipo.

O Nordeste tem muito pouco aves com a dívida externa brasileira. Pergunto: quantos metrô foram construídos no Nordeste? Quantas pontes Rio-Niterói foram construídas no Nordeste? Quantas Ferrovias do Aço ou Usiminas e outras foram construídas no Nordeste?

Esse malsinado articulista propõe, então, que o Nordeste, que não tem nada a ver com a dívida externa nacional, venha a trocar a sua própria terra, a sua própria razão de existir por uma dívida da qual não tem responsabilidade.

O Nordeste muitas vezes protesta, mas o nordestino sempre pediu justiça, ele jamais procurou manifestar qualquer tipo de ruptura com a nacionalidade brasileira. O Nordeste protesta através de seus Parlamentares, o Nordeste protesta através das suas músicas. Existe até uma música muito bonita da Elba Ramalho, que foi censurada durante muito tempo, que manifesta não o desejo, mas sobretudo um protesto, que se chama "Nordeste Independente", e a música diz que se o

Nordeste fosse independente, a "Asa Branca" seria o Hino Nacional, o Lâmpião seria herói nacional e a bandeira brasileira seria feita com as rendas de lã, do Nordeste. Mas isto não é uma manifestação de desejo; é uma manifestação de protesto, é uma forma de expressão, porque o que o Nordeste quer é um Brasil uno, um Brasil forte, um Brasil independente político e economicamente, em todas as suas manifestações, inclusive culturalmente. É este o protesto que queria deixar com muita clareza. Não queria jamais manifestar a idéia de que o Nordeste fosse independente, porque se o Nordeste fosse independente seria membro da OPEP; se o Nordeste fosse independente estaria exportando petróleo; se o Nordeste fosse independente teria um superávit no seu balanço comercial. Mas isso não é motivo para se querer qualquer tipo de ruptura nacional. Pelo contrário; o que os nordestinos estão procurando — e todos os companheiros Constituintes são testemunhas — é costurar o tecido nacional, procurando consolidar as instituições nacionais, procurando consolidar a própria soberania nacional. É esta a manifestação do povo nordestino.

E aqui fica, meus caros companheiros, a minha manifestação de repúdio contra o Sr. escritor Amaury Fassy.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CÉSAR CALS NETO EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**VAMOS NOS VENDER?**

O escritor Amaury Fassy quer o Nordeste para o capital estrangeiro

O Brasil atingiu um tal clima de desesperança que há gente querendo "vender" uma região do país, onde se tem as mais ricas e autênticas manifestações culturais, o Nordeste. O economista Amaury Fassy, pós-graduado em Política Tecnológica e um dos idealizadores do Proálcool, lançou um livro — "Brasil, a sexta potência mundial" — onde propõe a venda da região Nordeste do país ao Japão. A transação valeria 250 bilhões de dólares e o país do sol nascente assumiria a dívida externa brasileira. Isso resolveria o problema da limitação geográfica do Japão e o problema de indigência econômica e social do Nordeste.

**JBr — Você afirma em seu último livro Brasil: a Sexta Potência Mundial, que somente a renda da Região Nordeste pode salvar o nosso País da crise econômica. De que maneira chegou a esta conclusão?**

**Fassy —** Para elaborar este livro me aprofundi nos estudos geopolíticos de Golbery do Couto e Silva e do general Meira Mattos, além do maior técnico da geopolítica mundial que foi o alemão Ratzel. Pegando a escola anglo-saxônica de cientistas políticos americanos, a chamada escola Funcionalista ou Comportamental, me detive nos estudos sobre a quantificação de países como potência, principalmente no melhor deles: "The Anatomy of Influence — Decision Making in International Organization" (Yale University Press, 1973).

— *Este trabalho diz que o Brasil está entre as maiores potências mundiais?*

— Este modelo foi feito para até 1967, quando o Brasil era um País no início do processo de industrialização. Eu atualizei as variáveis desta avaliação, que requer um profundo conhecimento econômico. Graças ao esforço de modernização feito pelos militares, este estudo prova que o Brasil é a sexta potência mundial atrás da União Soviética, Estados Unidos, França, China e Japão.

— *Que variáveis são levadas em consideração para se fazer tal avaliação?*

— Em relação aos itens quantificáveis, é observado o Produto Nacional Bruto (PNB), o PNB por habitante ou renda **per capita**, e população. Nos itens qualitativos é avaliada a capacidade nuclear, ou seja, o estágio tecnológico alcançado — no caso do Brasil, a posse de armas nucleares — e o prestígio político da nação medido através de: — Política exterior não-independente; — Alinhamento no quadro de uma aliança (que é o caso do Brasil em face da sua atual dependência dos Estados Unidos); — Neutro ou não-alinhado; — Líder de um sistema de aliança.

— *E a quais constatações você pôde chegar?*

— Após o estudo, cheguei a conclusão terríveis. A principal é que o Brasil, em função do atual estágio do capitalismo mundial, através do endividamento e pela desorganização interna da economia — inflação, baixa poupança e desemprego estrutural, sem precedentes na História — só irá, a partir de agora, regredir e caminhar rapidamente para um processo de "argentinização", ou seja, voltar a ser nação pobre. A realidade é que o Brasil não tem possibilidade de continuar a se desenvolver até a virada do século e não se pode esperar tanto.

— *A solução então é vender um pedaço do Brasil?*

— A única alternativa para o Brasil continuar a ser potência e aumentar o bem-estar da população dentro de um modelo capitalista é a imediata venda, ou alienação, do Nordeste, excluindo a Bahia, para o Japão, por 250 bilhões de dólares.

— *Por que exatamente o Nordeste deve ser posto à venda?*

— Os cinco Estados do Nordeste (já excluída a Bahia) representam menos de um terço da população brasileira e 10% do PNB e possui 40 milhões de pessoas, em sua maioria absoluta em subempregos e vivendo em condições subumanas. Para que esta população possa sair do seu estágio pré-histórico há uma profunda necessidade de capital e tecnologia.

— *E por que o Japão é que deve comprá-la?*

— O Japão tem a melhor tecnologia do mundo e cerca de 300 bilhões de dólares em caixa. Além do mais, falta-lhe espaço vital. No prazo de 10 a 15 anos, mesmo com a vinda maciça dos japoneses (cerca de 10 milhões de pessoas), esta região já estará em nível econômico igual ou superior ao do

Brasil do ano 2000. Em compensação, o Brasil duplicará o seu comércio internacional, em igual período, e poderá fazer com aquela nação grandes projetos de **joint – venture** exploração com metade de capital brasileiro e metade japonês para a conquista da Amazônia. Isto, em prazo médio, colocará o Brasil e Japão entre as quatro potências mundiais.

– *Como esta quantia de 250 bilhões de dólares deverá ser paga?*

– Na prática, o Japão não irá desembolsar dólares de imediato. Ele assumiria a dívida de 100 bilhões de dólares a longo prazo e os outros 150 bilhões seriam pagos em dez anos a 15 bilhões por ano. Esta anuidade representa dez por cento do PNB do Brasil, enquanto a poupança atual é de 17%. Deste modo, estaria resolvido o problema de crescimento das taxas em dez por cento ao ano e teríamos a absorção de dois milhões de pessoas que procuram mercado de trabalho todos os anos.

– *Caso o Nordeste fosse realmente posto à venda, por que não fazer uma licitação dando chances de concorrência a outros grandes países?*

– Na minha opinião, somente dois países teriam condições de entrar na concorrência: Estados Unidos e Alemanha. No entanto, os Estados Unidos têm alguns problemas de relacionamento com o Brasil que traria, futuramente, transtornos políticos. A Alemanha também não recomendo por ser o maior país racista do mundo – Hitler provou isto – e a experiência histórica mostra que ainda nos próximos anos a Alemanha irá armar uma nova guerra no Cone Sul.

– *Onde fica o cidadão nordestino nesta história toda?*

Na troca de soberania, seria acordado que os nordestinos teriam dupla cidadania: brasileira e japonesa. Todas as propriedades privadas seriam respeitadas pelos japoneses, que no caso de necessidade de utilização teriam que fazer a indenização a preço de mercado.

– *Você não acha que entregar uma região brasileira a uma outra nação não configuraria um crime cultural?*

– Na verdade, um mecanismo desses vai efetuar profundas modificações de caráter cultural. Não acredito em cultura regional a não ser as apresentadas nos livros de História. E o Japão tem mostrado historicamente sua grande competência em dominar os recursos naturais e de se mesclar com o povo brasileiro. Assim como eles se adaptaram muito bem em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, eles se adaptariam ao Nordeste.

– *O que seria feito com os nordestinos que resolvessem ficar do lado de cá, ou seja, do Brasil?*

– O problema básico do homem é se alimentar, constituir sua família, trabalhar e ter o seu grau de liberdade. Como os japoneses vão ter condições de efetuar maciços investimentos no Nordeste, a médio prazo haverá emprego para todo mundo, com salário médio mais elevado do que o Brasil. O Brasil é que deverá tomar cuidado para, no

futuro, não haver emigração maciça para o lado de lá.

– *Por que você excluiu a Bahia da transação?*

– Para que possamos preservar estes valores culturais e para se fazer história, já que a Bahia é a simbiose de todos os Estados brasileiros. Inclui-se a negritude, que é responsável pela maior parte da cultura artística brasileira.

– *Você não tem medo de ser taxado de nazista por estar propondo a eliminação de uma região inteira?*

– Eu vou correr o risco, porque o sentimento nacionalista do brasileiro é brutal. O Nordeste é um cancro para o Brasil porque não produz quase nada e ainda esvazia os cofres públicos do País, em gastos na centenária e fantasma indústria da seca. O meu projeto parte do princípio de que a sociedade moderna líquida ou acaba com o conceito de Nação, que existia até antes da Segunda Guerra Mundial. A ciência e a tecnologia liquidaram as barreiras do nacionalismo xenófobo.

*Durante o discurso do Sr. César Cals Neto, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira, da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Víctor Faccioni.

**O SR. VICTOR FACCIÓNI (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho a esta tribuna para destacar uma emenda que ontem apresentei com o apoio de cerca de 283 Constituintes, e exaltar o apoio desses Constituintes, conclamando os demais também a cerrarem fileiras. Ela se refere a uma das áreas mais importantes, quiçá a mais importante de todas da vida nacional, que é a área da educação.

Vejo aqui o Senador João Calmon, que tem sido um dos grandes soldados da causa da educação nacional. A Deputada Rita Camata, que junto conosco participou de um esforço dentro do Grupo Entendimento com os demais grupos, o 32, o grupo do Centrão, o MUP e todos os demais, para podermos chegar a um consenso em torno da factibilidade prática do direito de educação.

A educação, para ser um direito, precisa ter condições práticas de se concretizar, caso contrário se transforma em uma abstração, e uma abstração na área da educação pior do que essa, quiçá, somente a falta da saúde, porque as duas juntas levam à falta de independência, levam à precária condição de cidadania e à falta de liberdade. Refiro-me, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, à Emenda coletiva nº 2P-01811/04 e também à Emenda 2P-01810/06 que, em conjunto, estabelecem as condições de acesso do aluno à escola, seja ela pública ou privada. Na escola pública, com a gratuidade plena e na escola privada através do sistema de bolsas de estudo a todo aquele que comprovar insuficiência de recursos e bom aproveitamento na forma que a lei vier a dispor.

Diz a primeira das emendas:

Acrescente-se ao art. 247 do Projeto de Constituição (A), aprovado pela Comissão

de Sistematização, o seguinte parágrafo único:

Art. 247.....

Parágrafo único. Os recursos públicos de que trata este artigo poderão, ainda, ser destinados a bolsas de estudo, na forma da lei, para os que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos.

E no art 241:

Acrescente-se ao art. 241 do Projeto de Constituição (A) o seguinte inciso III, renumerando-se o atual e os seguintes:

Art. 241.....

III – gratuidade de educação pré-escolar e de ensino de qualquer nível aos que demonstrarem insuficiência de recursos, mesmo quando matriculados em estabelecimentos não-estatais.

É sabido, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que em inúmeras cidades, bairros, vilas e povoados deste nosso imenso Brasil não existem escolas públicas e longe está o dia em que o País terá condições de montá-las, fazendo, conseqüentemente, com que se concretize o ideal da escola pública e gratuita para todos.

Na minha cidade natal mesmo, Caxias do Sul, da área do ensino de 3º grau à universidade, que mais de onze mil alunos frequentam, uma universidade comunitária, é das mais difíceis a situação da maior parte deles, pois são trabalhadores ou filhos de trabalhadores que não têm como pagar a anuidade. Assim, a universidade vive em crises constantes. O poder público que não tem recursos para supri-la, para assumi-la, poderá, evidentemente, através de um sistema racional de bolsas de estudo, complementar esse direito legítimo de acesso à escola.

Não é só do interesse do próprio indivíduo, do próprio cidadão, mas é do maior interesse da Nação formar uma nova geração, com educação, habituada aos tempos modernos que estamos vivendo, quer do ponto de vista humanístico, evidentemente, quer do profissional.

Se quisermos, efetivamente, fazer deste País uma grande potência do próximo século, ou ainda deste século, capaz de sombrear com as maiores potências do mundo na disputa do progresso, do desenvolvimento, da paz mundial, da ciência, da tecnologia e do bem-estar social, precisamos investir em educação.

O investimento na educação é o mais importante de todos e não é por outro motivo que apoiamos, já antes do Congresso Nacional, a Emenda Calmon. Depois, nesta Constituinte, a repetição da Emenda Calmon, já em novos termos, com novos percentuais, para a destinação obrigatória no orçamento nacional em educação, tanto na área do Município, como do Estado e do Governo Federal.

Fica pois, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o registro da proposta, o reconhecimento ao apoio de quantos ajudaram que se colocasse tal proposta nos termos em que foi colocada, em busca de um consenso e, mais do que isso, o apelo para que possamos votá-la, a exemplo da emenda que votamos aqui, garantindo os percentuais de investimento para a educação, pela unani-



midade da Casa, nesta Assembléa Nacional Constituinte.

Rogo, Sr. Presidente, deixando o texto das emendas, que sua justificação possa fazer parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE O SR. VICTOR FACCIONI  
EM SEU DISCURSO:**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Constituinte Victor Faccioni – Coletiva Plenário

**Emenda Aditiva**

Dispositivo emendado: art. 247  
(acréscimo de §)

**TÍTULO VIII**

**Da Ordem Social**

**CAPÍTULO III**

**Da Educação, da Cultura e do Desporto**

Acrescente-se ao artigo 247 do Projeto de Constituição (A), aprovado pela Comissão de Sistematização, o seguinte parágrafo único:

"Art. 247. ....

Parágrafo único. Os recursos públicos de que trata este artigo poderão, ainda, ser destinados a bolsas de estudo, na forma da lei, para os que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos.

**Justificação**

Exceto nos casos excepcionais que prevê, o texto aprovado na Comissão de Sistematização objetiva coibir o emprego dos recursos públicos nas escolas particulares.

A bolsa de estudo, entretanto, constitui benefício prestado ao aluno, não se destinando, de forma nenhuma, à criação e manutenção da escola particular.

Assim, para evitar que a proibição atinja também o aluno carente que não conseguir vaga ou não puder matricular-se em escola mantida pelo Estado, necessário se torna a previsão da possibilidade de concessão de bolsas de estudo.

A bolsa de estudo tem o objetivo de assegurar o atendimento pleno a todos, atendendo o princípio fundamental do art. 240 do Projeto de Constituição, que diz:

"Art. 240. A educação de cada é um dever do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu compromisso com o repúdio a todas as formas de preconceito e discriminação."

A democratização da educação pressupõe a igualdade de oportunidades, sem discriminação entre ricos e pobres, na garantia de matrícula e acesso alternativo a qualquer escola do sistema educacional, seja ela da rede oficial ou privada. Se assim não for, estaremos oportunizando aos ricos a alternativa de escolha entre escola pública e particular, opção à qual não teriam acesso os trabalhadores e filhos de trabalhadores, ou, então, como ocorre atualmente em muitas cidades, bairros ou vilas de nosso País, o aluno proveniente

de família de menor renda não teria acesso a escola alguma, pela inexistência de escola pública próxima à sua casa ou, ainda, pela insuficiência de vagas na rede oficial.

Por todos motivos, e também por uma questão de justiça e de cumprimento do preceito constitucional relativo ao direito de educação, devemos assegurar aos alunos carentes a oportunidade de matricular-se e de freqüentar a escola, inclusive da rede particular, através da concessão de bolsas de estudo, entendida como benefício prestado ao aluno e não como meio de manutenção das escolas particulares.

A presente Emenda vem a suprir lacuna de outra, apresentada anteriormente, e que deixou de ser escolhida na Comissão de Sistematização por não ter expresso o condicionamento de norma legal complementar.

Ao atender tal disposição, acreditamos na plena aceitação desta Emenda pelo Plenário, de grande importância para a concretização do ideal de "Educação para todos".

**Emenda Aditiva**

Dispositivo emendado: art. 241, incisos

**TÍTULO VIII**

**Da Ordem Social**

**CAPÍTULO III**

**Da Educação, da Cultura e do Desporto**

Acrescente-se ao art. 241 do Projeto de Constituição (A) o seguinte inciso III, renumerando-se o atual e os seguintes:

"Art. 241. ....

III – gratuidade de educação pré-escolar e de ensino de qualquer nível aos que demonstrarem insuficiência de recursos, mesmo quando matriculados em estabelecimentos não-estatais"

**Justificação**

A educação dos alunos carentes deve ser garantida pelo Estado desde o pré-escolar e também nos demais níveis, mesmo quando, por qualquer motivo, não puderem matricular-se em escola oficial sem o que permaneceria letra morta o mandamento constitucional relativo ao direito da educação.

Nunca será demais observar a inexistência de escola pública, em número suficiente, em todos os municípios, cidades, bairros, vilas e povoados deste imenso Brasil, assim como a impossibilidade fática de concretizar tal possibilidade, mesmo a médio e quicá até a prazo razoável, o que condiciona o aluno carente, sem recursos para o custeio respectivo, a procurar a escola não-oficial, ou simplesmente, como via de regra acontece, a deixar de estudar.

A Emenda procura corrigir tal distorção do direito de educação, que deve ser estendido a todo cidadão brasileiro.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS):**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Anteontem pedi a transcrição, nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, de um editorial que lançava algumas dúvidas, ou mais precisamente, fazia sérias acusações sobre a administração do Ministro Aníbal Teixeira, na Seplan. Não

fiz nenhuma acusação pessoal. Ontem voltou-se ao assunto, através de uma intervenção de um Deputado do PMDB, que se solidarizava com o Ministro; hoje toda a imprensa brasileira, através de seus principais jornais, abre manchete sobre esse assunto, que é mais um assunto a ganhar foros de escândalo nacional e a engrossar o rosário de escândalos que vêm caracterizando este Governo.

O **Jornal do Brasil** dedica, mais uma vez, seu editorial, e veja-se que um jornal desse porte dar dois editoriais em uma semana sobre o mesmo assunto é sinal de que merece mesmo alguma reflexão. O editorial tem por título "Longe demais", e peço que conste do meu pronunciamento, onde tece algumas considerações sobre esse assunto que hoje preocupa este Casa, especialmente com respeito à malversação de recursos públicos, através da má distribuição, da má aplicação pelo Ministério do Planejamento.

O **Jornal O Estado de S. Paulo**, estampa, na sua primeira página, Sr. Presidente, "Aníbal confessa: há corrupção mesmo".

O **Jornal Correio Braziliense** também noticia, embora ressaltando a figura do Ministro, que joga a culpa em cima de seus assessores.

Quero dizer que estamos cansados de ouvir, ler e ver declarações dentro do próprio Governo, no sentido de que este Governo está hoje enlameado, está apodrecendo. Vou citar os casos, e não são palavras minhas. "O Ministro Dilson Funaro, que patrocinou o maior escândalo e o maior ato de corrupção deste País, que foi a importação criminosa de alimentos, S. Ex.<sup>a</sup> próprio saiu dizendo que este País era o País da impunidade. Até hoje não se chegou a uma conclusão, embora a comissão designada pelo Governo incriminasse órgãos do Governo e o Ministro por ter assinado 42 das 55 autorizações de importação **ad referendum** do Conselho Ministerial.

Veio depois o capataz da ilha de Fernando de Noronha, que era o Ouvidor da República, e declarou que não se podia conter a corrupção dentro do Governo. Saiu e não houve nenhum esclarecimento sobre as suas declarações. O Ministro Aníbal Teixeira várias vezes acusou que, para liberar verbas do Governo, tem que pagar propinas a funcionários, e repete hoje, Sr. Presidente. O Ministro Dilson Funaro, apesar de todas as coisas que se levantou, recusou-se a vir a este Plenário, jogou com todos os artifícios e com a eventual maioria de que aqui dispunha, e não veio depor na Câmara. Veja-se a diferença de comportamento: o Ministro da Previdência Social, sobre cuja administração se levantaram acusações sérias, assim que soube de uma manifestação neste Plenário, tomou a iniciativa e se pôs à disposição para atender ao ato convocatório, e realmente aqui veio. Embora não tenha respondido nada do que se questionou, pelo menos demonstrou boa vontade e respeito por esta Casa, e veio aqui dialogar com os Deputados Federais. E o Ministro Aníbal Teixeira recorre novamente ao expediente da fuga, e terça-feira, segundo se anuncia, vai sair do Ministério e não vem a esta Casa para a qual está convocado, através de solicitação minha, aprovada na Câmara Federal, e ficará mais uma vez o dito pelo não dito.

Quero fazer esse registro, Sr. Presidente, porque o assunto ganha hoje foros de maior gravidade.

O Ministro se defendendo, e não sei se ele tem culpa em cartório ou não, não quero acusá-lo, tenho muita cautela ao dirigir uma acusação contra uma pessoa, tenho que ter provas irrefutáveis em mãos para fazê-lo, mas o Ministro, para se defender, acusa o Secretário-Geral do Ministério, e acusa o Presidente José Sarney, que é quem autoriza as liberações, dizendo ainda que reconhece que as empreiteiras têm pago taxas de intermediação para liberação de verbas. Então é a corrupção confessada por agentes do próprio Governo.

Pretendia levantar esse problema na Câmara Federal, que seria o foro adequado, mas tendo em vista que já há manifestações anteriores sobre esse assunto, quero deixar registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte essa minha manifestação de preocupação, e dizer a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, que vou estudar a possibilidade de requerer uma CPI para que, definitivamente, se esclareçam essas acusações e essas confissões feitas pelos próprios agentes do Governo, em torno de atos de corrupção que estariam envolvendo altos funcionários da Administração Pública Federal.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR ADYLSON MOTTA EM SEU DISCURSO:**

**LONGE DEMAIS**

Do Ministro Aníbal Teixeira não se pode dizer que ainda vai longe – e sim que já foi longe demais. Tão longe que não tem como voltar atrás. Deixou nuas as capitais dos estados para vestir com verbas nababescas a capital de Minas, que ele corteja com olhos cúpidos de candidato a prefeito.

A opinião pública continua esperando que o próprio Ministro do Planejamento se demita ou que o Presidente da República tome a decisão de demiti-lo. Não é possível que o governo queira, inadvertidamente, naufragar com o timoneiro das verbas federais, na seqüência de escândalos que prometem um espetáculo com as emoções da canoagem. É indispensável advertir para a necessidade de providenciar alguma reparação pública enquanto houver governo?

Com a mão na massa dos recursos à sua disposição, o Ministro Aníbal Teixeira desviou nada menos de 41,1% das verbas do Planejamento para favorecer Belo Horizonte, onde quer ser candidato, em prejuízo de São Paulo, onde não é candidato, contemplado com a sexta parte do que coube a Minas. A injustiça é maior ainda em relação ao Rio, Salvador e Recife, que não viram a cor dos recursos do Fundo de Reservas Especiais e os de Encargos Gerais da União.

Os artificios da mentalidade burocrática são versáteis, mas administrativamente injustos e moralmente inaceitáveis. O ministro calculou os gastos tendo em vista exclusivamente a hipótese da sua candidatura. Dependia somente dele a destinação – e da assinatura presidencial obviamente. Até a isenção depõe contra o governo: a prefeita de São Luís só foi agraciada com 5 milhões de cruzados, não por ser capital da terra do presi-

dente, mas por ser prefeita de partido contrário.

Os atos desabonadores eram perfeitamente previsíveis: o Ministro Aníbal Teixeira tinha antecedentes que autorizavam a suspeita e desautorizavam a sua nomeação. O governo não os levou em conta, mas não poderá descartar as conseqüências. Nada recomendava a promoção do antigo ocupante da SEAC (Secretaria Especial de Ação Comunitária) o Ministro do Planejamento. O governo que não nasceu da vontade popular, no entanto, paga na mesma moeda: não considera a opinião pública. Quem não é devedor de votos não se considera obrigado a pagar em confiança.

De abril a dezembro, o Ministro Aníbal Teixeira planejou eleitoralmente a distribuição das verbas de que podia se servir sem prestar contas a ninguém. Nem ninguém lhe exigiu isenção política para destiná-las de acordo com o interesse público. Na hora em que as denúncias começam a demolir a sua gestão, esperava-se que o governo assasse à frente do escândalo e o demitisse. Até nisso a hesitação prevalece. A questão moral ficou na dependência do próprio ministro, que se mostrou insensível na hora de autorizar e na hora de desfazer com provas as suspeitas que o envolvem. O contribuinte não agüenta a indignação acumulada, mas o governo não quer tomar conhecimento da degradação dos costumes públicos: o Planejamento se tornou um caso suspeito, que confirmou inteiramente o alerta disparado antes.

Aspecto desprimoroso para um regime que se fez chamar de nova República foi ver o governo, confrontado pela confirmação da suspeita, cruzar os braços como demonstração de indiferença (pois não deve ao eleitorado a confiança que só os votos exprimem) e testar a indignação da sociedade. Em vez da demissão do Ministro Aníbal Teixeira, o governo finge uma saída, que nada tem de honrosa, para não passar recibo no seu erro de escolha: espera que o prazo eleitoral para a desincompatibilização facilite a saída do Ministro Aníbal Teixeira sem a pecha de ímprobo que o espera como um título digno de quem lidou mal com dinheiros públicos.

Os eleitores que contam os meses pelos dedos da mão, à espera da sucessão presidencial este ano, não conseguem entender à luz do bem público qual o motivo que leva o governo a afrontar a opinião pública com a insistência em adquirir – seja pelo meio que for – uma prorrogação de um ano no mandato cedido ao Presidente Sarney para conduzir a transição. Promulgada a nova Constituição, estará finda a missão. Não tem direito a nem mais um dia além dos quatro anos que foram confiados a Tancredo Neves. Têm – isto sim – é o dever de entregar, dentro do prazo, o poder a quem seja indicado pela vontade da maioria dos brasileiros.

**O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tivemos a oportunidade de, nesse período destinado à apresentação de emendas, fazer as proposições que entendíamos necessárias à melhoria do texto do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. E dentre essas emendas apresentadas, uma delas diz respeito à modificação do art. 19 do Capítulo das Disposições Transitórias, que assegura, como direito adquirido aos médicos, o direito às acumulações atendidas na legislação vigente, mas deixa de lado todas as outras acumulações, como aquelas que desfrutam, no momento, os Professores quando em cargo de magistério, ou a do magistrado com magistério de ensino superior.

Se formos examinar o art. 44, no seu § 12, iremos encontrar que aquela Comissão de Sistematização remeteu para a legislação complementar o disciplinamento dessa matéria. Estamos de acordo que seja a legislação ordinária a competente para cuidar de assuntos dessa natureza; todavia a ressalva que queremos fazer é que, quando se assegurou apenas aos médicos o direito de acumulação e considerou-se como direito adquirido, deixou-se a descoberto os direitos já consagrados àqueles que exercem o magistério; deixou-se a descoberto o direito consagrado àqueles que acumulam cargo técnico com o de magistério ou o do magistrado com o do magistério de nível superior. E tenho certeza de que não foi essa a intenção do legislador, do autor da proposta, do Constituinte, em promover discriminações; apenas um lapso que se registrou e que procuramos corrigir, numa homenagem toda especial àqueles que pela natureza, pela relevância do serviço que prestam não poderiam ver postergados direitos adquiridos há tantos anos.

Sr. Presidente, anda gostaríamos de registrar que Brasília, neste final de semana, vai sediar um Congresso Nacional de Servidores Públicos, cujas delegações já chegam à cidade e percorrem os nossos gabinetes, pleiteando de cada um de nós a defesa intransigente daqueles artigos que consagraram vantagens, direitos, reclamados há muito pela classe dos servidores públicos. Preocupam-se com o movimento de alguns setores e de alguns Partidos que anunciam, pela imprensa, a disposição de suprimir, de retirar do capítulo das Disposições Transitórias o art. 47, que assegura a estabilidade ao servidor público com mais de cinco anos de serviço público. Quando são ouvidos reclamamos, desta tribuna, de que se conceda estabilidade com 90 dias ao trabalhador da iniciativa privada, parece-nos uma incoerência pleitear ou distinguir trabalhadores privados ou públicos, negando-se a estabilidade como uma garantia pelo efetivo serviço prestado ao longo dos anos.

Comprometi-me com os servidores a defender, nesta Casa, a permanência desse dispositivo, que já passou pela Comissão de Sistematização e chega, agora, ao Plenário, da Assembléia Nacional Constituinte para apreciação pelos Srs. Constituintes.

Mais ainda, afirmam os nossos amigos servidores públicos que não se deve apenar aquele que está no exercício do cargo, porque não se submeteu ao concurso público como forma exigida na norma constitucional para ingresso no Serviço Público. Não deve ser ele, trabalhador de salário mínimo, que não tem rótulo de marajá

mas, sim, que se deve apenas, a quem deu causa; a quem o nomeou e o fez ingressar no Serviço Público desrespeitando as normas vigentes. Do contrário, provoca-se um problema de natureza social sem precedentes neste País, um país de desempregados.

Concluo, Sr. Presidente, com um argumento que aduziram naquele instante. Numa terra de desemprego como está, quem se inscreve nos concursos públicos para empregos de auxiliares de serviço, empregos subalternos que constituem a maioria neste caso, são exatamente os que concluíram a faculdade ou que estão nos bancos das universidades, frustrados pelo desemprego e pela concorrência desleal, e isso agrava cada vez mais o problema social do País.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pela tolerância. (Muito bem!)

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. presidente, Srs. Constituintes:

O Projeto de Constituição que ora se discute nesta egrégia Assembléia traz, em seu art. 124, dispositivo instituindo os Juizados de Instrução Criminal.

Tendo em vista a relevância da matéria, especialmente no que se refere ao zelo pelos direitos e garantias individuais e aos mais elementares princípios da democracia, que nos cabe preservar a eles amoldando o Texto Constitucional, pareceu-nos conveniente apresentar àquele artigo uma emenda modificativa.

Isso porque não se pode concordar com a forma extremamente simples dada à redação do citado dispositivo legal, sem que fossem estabelecidos, de forma mais discriminada, os moldes e princípios em que tais juizados deverão basear sua atuação.

Dessa forma, e por julgar imprescindível a compatibilização do preceito estabelecido no art. 124 com o restante do texto do Projeto, introduzi as seguintes modificações: em primeiro lugar, a alteração da expressão "a lei criará", substituindo-a por "ficam instituídos".

A técnica legislativa e jurídica recomenda que **instituir** é melhor, em certos casos, do que **criar**, pois a instituição não implica, obrigatoriamente, instalação imediata. Estas considerações são cabíveis e necessárias, diante dos desdobramentos burocráticos relacionados com a instalação do órgão que se está instituindo, como a dependência de lei posterior que crie os cargos necessários a seu funcionamento e regule suas atividades.

Esse é um dos pontos alterados. Outra modificação introduzida pela emenda de nossa autoria diz respeito à expressão contida no Projeto da Comissão de Sistematização, qual seja, "fixando-lhes atribuições e competência".

Ora, os termos são extremamente redundantes, conforme explicação detalhada, que consta da justificativa da emenda e que, com a permissão dos nobres Pares, me permito reproduzir aqui:

"a lei, ao certo deve fixar a competência dos Juizados de Instrução Criminal, sendo redundância dizer "atribuições e competência".

José Cretella Júnior (Curso de Direito Administrativo, 5<sup>a</sup> Edição, Forense, 1977, página 284) ensina que a noção de capacidade e a de competência caminham sempre juntas e não é de alçada de nenhum ramo particular

da ciência jurídica, cabendo à teoria geral do direito a sua conceituação. Após tal afirmação, diz: "Competência é o complexo de atribuições e de faculdades, das quais o sujeito é o Estado, que dizem respeito a cada cargo".

Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos de Araújo Cintra e Cândido Rangel Dinamarco (Teoria Geral do Processo, 3<sup>a</sup> Edição, Ed. Revista dos Tribunais, 1981, página 194) lembram que "o poder jurisdicional, que é um só e atribuído abstratamente a todos os órgãos que compõem o Poder Judiciário, passa por um processo gradativo de concretização, até chegar-se à determinação do juiz competente para determinado processo; - através das regras que atribuem a cada órgão o exercício da jurisdição com referência a cada categoria de processo (regras de competência), excluem-se os demais órgãos jurisdicionais para que só aquele deva exercê-la ali, em concreto".

Assim, mais do que justificada a referida alteração, passemos a outro ponto: a introdução de parágrafo estabelecido que "a autoridade judiciária requisitará à Polícia diligências necessárias à instrução criminal", com a finalidade precípua de evitar que, durante a fase de instrução de um processo, o Magistrado por ele responsável seja obrigado a abandonar sua função específica de julgar para assumir a atribuição policial típica de proceder a investigações e coleta de provas.

Além do mais, pareceu-nos conveniente estabelecer, desde já, a limitação da instrução judicial aos crimes de autoria conhecida, como aqueles em que o acusado é preso em flagrante e os demais que não têm margem a dúvidas relativas à sua autoria, quando a intervenção policial se torna meramente burocrática.

Essa será, de fato, a forma mais eficaz de fortalecer a Justiça e, dentro do espírito que regeu a criação dos Tribunais de Instrução Criminal, apressar a conclusão de processos e julgamentos hoje prejudicados, em termos de prestação, pelos diversos passos impostos pela legislação processual, uma vez em que há, reconhecidamente, inúmeros casos em que os procedimentos podem – e devem – ser simplificados.

Para os menos avisados, cumpre salientar que tais providências não implicarão redução do direito de contraditar e, portanto, de defender-se, que deve Caber a qualquer réu.

A instituição dos Tribunais de Instrução Criminal, além disso, constituir importante medida para desafogar o Poder Judiciário, atualmente sem condições de atender à enorme quantidade de casos que abarrotam nossos Foros, à espera de oportunidade para serem julgados.

A nova Constituição precisa preocupar-se em aparelhar os organismos judiciários adequadamente, dando-lhes condições de trabalho mais eficientes e compatíveis com o ritmo do mundo moderno, levando em consideração, ainda, que os excessos burocráticos, além de condenáveis, são dispendiosos, e seus custos sempre oneram as finanças públicas e a própria sociedade, que, em última instância, é que as mantém.

Diante destas considerações, espero contar com o apoio e aprovação de todos os Consti-

tuintes para essa Emenda Modificativa, necessária e relevante, como acabo de expor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a Tribuna para solicitar a inserção nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, de matéria da lavra do jornalista Clóvis Meira, publicada no Jornal, **O Liberal**, conceituado órgão da Imprensa do Estado do Pará.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:*

**O Liberal**, 13 de janeiro de 1988

**Clóvis Meira**

**E A PREVENÇÃO?**

Estava pelas bandas do Acre, recentemente, quando os jornais locais chamaram a atenção para o recrudescimento da malária em certas regiões do Estado, principalmente as banhadas pelos rios Purus e Iaco, município de Sena-Madureira, referindo seringais em que as populações estavam indefesas, as mortes se sucedendo.

Ao passar por Santarém, ouvi a mesma coisa referente a Itaituba, os garimpos às margens dos afluentes do Tapajós, a busca do ouro acompanhada por dois flagelos: a violência e a malária, o extermínio feito por um ou outro, sem que encontrasse solução para o problema, cada dia mais grave. Não somente Itaituba estava na rota do impudismo, mas o sul do Pará, compreendendo Serra Pelada e, até mesmo, a Transamazônica.

Na década dos anos trinta e no início dos anos quarenta, quando estudava medicina e logo depois de formado, Belém convivía com a malária, o tifo e a filariose, além de outros males menores. Era mesmo imperativo, para qualquer médico, em doente febril, a providência preliminar de uma pesquisa de plasmódios no sangue periférico, reação de Vidal e coprocultura. Só com a negatividade desses exames é que se pensava em outra coisa, e, mesmo quando negativos, o pensamento não saía da cabeça, a malária em primeiro lugar. Esse quadro foi alterado completamente pelo trabalho desenvolvido por vários órgãos, todos com o mesmo objetivo, o de erradicar essas patologias, participando o SESP, o Serviço de Endemias Rurais do Ministério da Saúde, o Instituto Evandro Chagas e o próprio Departamento Estadual de Saúde, além de outras organizações, como drenagens feitas pela Prefeitura. Os anos que se seguiram foram tranquilos, faltando até lâminas para as aulas na Faculdade de Medicina, os mosquitos transmissores zerados, as mulheres com as pernas grossas, com elefantíases deixam as ruas, como era freqüente, as operações de linfoescroto rarearam e não mais se viu nos hospitais.

Hoje o panorama já está sendo outro, os casos começam a aparecer, principalmente de malária, com o recrudescimento pelo interior, praticamente indene.

Vale recordar o trabalho espetacular desenvolvido no Nordeste, quase que a mesma época, invadido que foi pelo **anopheles gambiae**, mosquito que se reproduzia em águas paradas, trazidos pelos aviões que provinham da África, em plena guerra, e que não eram inspecionados na

chegada, principalmente em Natal. A malária tomou conta, os nordestinos pagando com a vida, principalmente no Rio Grande do Norte, onde a quantidade de mosquitos era de tal ordem que certos pacientes chegavam a ter até seis acessos febris em 24h, como aconteceu com dois de meus irmãos, a Decélia e o Augusto, salvos por milagre de Deus, recambiados para Belém. Muitos dos médicos que participaram dessa jornada de salvação nacional eram do Pará, dos quais recordo bem o Nizomar Azevedo, o Álvaro Simões, o Mário Machado Sampaio e Elexson Cardoso que já se tornara paraense por opção, além de muitos outros de quem não recordo. Naquela ocasião, lembro bem, em certas localidades do território potiguar não restou uma criança ou um velho para contar a estória.

Mas, não somente a malária deve preocupar. Tenho em mãos um primoroso trabalho do colega Rubens da Silveira Brito, Diretor de Saúde do Departamento de Recursos Humanos da Sudam, em que analisa os "Estágios da Hanseníase na Região Norte – triênio 1983/1985", que é um verdadeiro brado de alerta, bastando que se refira alguns tópicos mais significativos, baseados nos dados colhidos, como: "No Brasil, como média aproximada do quinquênio 1981/1985, a cada 21/2 horas são cadastrados 5 novos doentes, dentre os quais 1 é oriundo da Região Norte" e ainda mais, "portanto o Brasil registra 2.1 doentes novos por hora, ou, praticamente, 1 doente a cada meia hora; e a Região Norte, por possuir apenas 5.5% da população do país, deveria, à base desse cálculo, descobrir 0,11 de doente por hora (5,5% de 2.1) ou um doente novo a cada nove horas, quando, na verdade, cadastra cerca de 0,43 de doente/hora, ou seja, quase quatro vezes mais, isto é, pouco mais de um doente a cada 2.1/2 hora".

Continuando na análise e interpretação criteriosa dos números, Rubens Brito tira a sua conclusão:

"Mas, por outro lado, isso pode talvez indicar a vigência de mais intenso processo de disseminação da doença, pelo contágio mais susceptível, dada a constatação de elevadas percentagens, em torno de 53%, de rastos de formas **V** mais **D**, no país, para finalmente concluir de modo incisivo: "esses dados todos põem a nu, sem sofismas, a importância do problema do mal de Hansen no Brasil, que ainda mais severo se torna na Região Norte e, particularmente, no Amazonas e no Acre, onde se concentra a mais elevada prevalência, no país, da endemia hanseníase".

O que observou Rubens Brito vinha ocorrendo no biênio 983/985, quando os cuidados com a hanseníase pareciam mais racionais, os Dispensários fazendo os controles periódicos, o laboratório cuidando de identificar novos casos, proporcionando conhecimento aproximado da realidade, as colônias participando através do isolamento e tratamento do paciente identificado como possível transmissor. Essa política, seguida durante muitos anos, foi deixada de lado, os Dispensários especializados encenam as portas, os médicos "generalistas" a todos atendendo, sem conhecimentos especializados. Nem mesmo com muita boa vontade, com desvelo e alta capacidade intelectual, não me parece possível que um pediatra possa atender, a um só tempo, um hanseniano, uma criança distrófica, um portador da AIDS ou de malária.

Os serviços de saúde pública, de saneamento de base, estão estagnados ou desvirtuados de suas missões, dando como resultado o que se está vendo: a malária recrudescer, a hanseníase ameaçar, a tuberculose volta a preocupar como problema de saúde pública. Enquanto isso os órgãos de saúde distraem-se com Postos rudimentares, sem médicos, entregando pílulas aos pacientes, quando existem.

Todos sentem o problema. Rubens da Silveira Brito tem a vida dedicada aos problemas de saúde, fez um trabalho criterioso e bem conduzido na tentativa de abrir os olhos dos que comandam.

**O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A pujança do Estado bandeirante, sua grandeza, sua imensa potencialidade e sua magna contribuição para o desenvolvimento nacional têm sido, não digo motivo de inveja por parte de outras unidades da Federação, mas talvez de excessiva precaução, quando da análise dos reflexos da futura Constituição, principalmente no que respeita às consequências financeiras das alterações do sistema tributário, que se prevê sejam aprovadas.

É importante salientarmos como São Paulo encara tal posicionamento.

Não somos, nós, os paulistas, tirânicos irmãos mais fortes tentando espolar os mais fracos, tentando subtrair-lhes receitas orçamentárias, dotações federais, favores governamentais que nos façam mais ricos em detrimento de seus projetos de desenvolvimento. Ao contrário, São Paulo é um Estado que sempre acolheu vultosas levas de migrantes, precisamente por apresentar melhores condições para o sucesso pessoal de brasileiros que não encontravam possibilidades de realização em suas terras natais.

Essas migrações, precisamente, permitiram a grandeza de nosso Estado, não apenas o ingresso de brasileiros de outros rincões, mas também o acolhimento de estrangeiros que, principalmente seduzidos pela potencialidade das terras de cultura, formaram a base sobre a qual se assentou o crescimento daquela região.

São Paulo é a maior cidade nordestina do Brasil, se considerarmos os migrantes que lá se originaram e seus descendentes; é a maior cidade de colônia italiana, com exceção de Nova Iorque, abriga uma numerosíssima colônia nipônica e assim por diante, sem que nenhuma nacionalidade deixa de se fazer presente.

Essa característica faz com que o Estado seja um mosaico onde se encaixam diversos componentes, igualmente importantes para a vida da região, igualmente significativos em termos de contribuição para o desenvolvimento.

Ocorre que, abrigando uma população numerosa, estimada em cerca de 31 milhões de habitantes, vê-se o Estado às voltas com problemas de atendimento das necessidades sociais que se elevam a patamares em que fica dificultada a ação governamental, exigindo-se formidável empenho no sentido de se dar solução a carências relacionadas com moradia, segurança, alimentação, transportes, cuidados com os menores, excepcionais, idosos, marginalizados de toda espécie, os quais, cidadãos que são, merecem tratamento condigno por parte do Estado.

Nesse sentido, apresenta-se extremamente injusta a proporcionalidade adotada na composição da Câmara Federal, já que São Paulo, com uma população duas vezes maior que a de Minas Gerais, por exemplo, tem somente sete Deputados a mais; com quase um quarto da população brasileira, tem apenas 12,3% do total de representantes da população. O Paraná, por sua vez, com 8,5 milhões de habitantes tem 30 Deputados, em proporção duplicada, se relacionada com a de São Paulo.

Em nosso sistema bicameral, a representação senatorial se refere à unidade federativa devendo, portanto, ser igual para todos os Estados; mas a representação popular, esta que exercemos na Câmara dos Deputados, deveria ser simplesmente proporcional à população verificada segundo os abalizados critérios do IBGE, com o que estariam todas as unidades igualmente representadas, na proporção de seus habitantes.

Um dos reflexos mais imediatos dessa disparidade na representação popular se refere à dotação orçamentária da União sob a rubrica das dotações do Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação: cada Deputado Federal pode destinar um milhão de cruzados a entidades assistenciais e Prefeituras de seu Estado; segundo o critério da proporcionalidade hoje adotado na composição desta Casa legislativa, São Paulo recebe, portanto, 60 milhões de cruzados, à razão de cerca de dois cruzados por habitantes; já o Espírito Santo recebe dotação equivalente a quase cinco cruzados por habitante e o território do Amapá, cerca de 20 cruzados por habitante!

Não desejamos aqui afirmar que essas unidades da Federação têm recebido verbas vultosas, já que as carências que apresentam são de significativa expressão; mas deve-se considerar que o critério não é justo, principalmente porque em Estados menores tais verbas podem ser concentradas em poucas localidades, devendo, no caso de São Paulo, ser distribuídas por centenas de municípios, cada qual com suas carências próprias.

Quem sofre com essa disparidade? Precisamente as populações mais carentes, aquelas a quem a administração não consegue estender os benefícios da assistência social mais necessária. Sofrem, portanto, em São Paulo, precisamente os migrantes recém-chegados, aqueles que não encontraram condições de uma vida condigna em seus Estados de origem e buscam melhorar na grande e acolhedora terra bandeirante.

Emenda de nossa autoria, reduzindo a 225, o número de Deputados à Câmara Federal e instituindo proporcionalidade direta tem condições de ser aprovada, corrigindo as graves distorções hoje verificadas por todos os Estados mais populosos – e não apenas por São Paulo – podendo acarretar mais justiça na representação popular federal.

Além disso, todos os procedimentos legislativos que a Constituição Federal remete à competência da Câmara dos Deputados seriam grandemente beneficiados com a redução do número de Parlamentares desta Casa, possibilitando maior aprofundamento no exame das matérias, impedindo acordos espúrios que muitas vezes visam contribuir para uma indesejável segregação de Estados mais populosos, favorecendo o aprofundamento do exame de matérias de relevância nacional, pos-

sibilitando menores custos na administração do Poder Legislativo e ocasionando inevitável melhoria no padrão de atendimento das necessidades funcionais de cada representante, além de simplificar a obtenção de acordos interpartidários necessários à vida política da Nação.

Com esse intuito, que nos parece imbuído dos mais elevados princípios de justiça, encarecemos aos nobres Constituintes a aprovação da redução do número de Deputados Federais de 487 para 225, já a partir da próxima legislatura, o que nos possibilitará condições para um trabalho mais efetivo e producente em prol da população brasileira.

**O SR. JOSÉ GUEDES (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não há dúvida que o tema mais polêmico da constituinte é a duração do mandato do Presidente José Sarney. Em segundo lugar está a discussão em torno do sistema de governo. Confesso que por algumas vezes teimei em acreditar que mais importante deveria ser temas como: Direitos Sociais, Reforma Tributária, Reformas Agrária e Urbana, Educação, Sistema Financeiro e tantos outros.

Agora penso que entendi a razão da empolgação da opinião pública brasileira sobre a discussão do mandato presidencial. É num passado bem recente que o Brasil viveu as grandes campanhas pelas "Diretas Já" e "Tancredo Já". É natural, portanto, a ânsia do povo em ver rompidas as amarras de uma transição interminável.

É também na discussão do mandato presidencial que o povo está medindo o nível de caráter dos componentes dos Poderes Legislativo e Executivo.

Senhor Presidente,  
Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes,

O Brasil tem lembranças bem vivas da memorável campanha pelas diretas já que tanto empolgou o nosso povo e foi para extravasar esta esperança contida pela não aprovação da emenda "Dante de Oliveira" que Tancredo Neves apesar de eleito indiretamente simbolizou a vontade nacional.

Bem viva está em nossa memória a entrevista coletiva concedida pelo recém-eleito Presidente Tancredo Neves quando ele afirmou que seu mandato seria de quatro anos. Tancredo faleceu logo depois. O Vice-Presidente José Sarney assumiu a Presidência da República e reafirmou os compromissos assumidos por Tancredo Neves, dentre eles que seu mandato seria o fixado pela Constituinte, mas que pela sua vontade deveria ser fixado em quatro anos.

Senhor Presidente,

Composta a Assembléia Nacional Constituinte e constatada a vontade nacional para que o Brasil fosse governado pelo PMDB, inicia-se, concomitantemente, gigantesca operação de descaracterização dos partidos. Primeiro não refletindo no Governo o resultado das urnas, depois solicitando ao PMDB que se pronunciasse sobre o mandato do atual Presidente, mas anunciando no dia anterior ao da reunião da Bancada do PMDB, em cadeia nacional de rádio e televisão que seu mandato era de seis anos, mas que permaneceria por cinco anos. Com esta declaração o Presidente José Sarney deixou não só o PMDB, mas a Assem-

bléia Nacional Constituinte em situação delicada, pois ficou na opinião pública a dúvida quanto aos poderes da Constituinte.

A partir daquela data o Governo iniciou trabalho de "convencimento" dos constituintes à segunda palavra do Presidente, neste tema.

Sr. Presidente,  
Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes,

O mandatário maior da nação deve ser um exemplo para o povo. Não se pode dizer que o Presidente José Sarney seja um bom exemplo. Pelo menos é um exemplo que não pretendo seguir.

Por outro lado a imprensa tem publicado, e parece ser verdade, que recursos federais são trocados por votos em favor dos cinco anos. Estes "argumentos" são mais que suficientes para consolidar cada vez mais as teses anti-governo. A opinião pública está gritando por mudanças estruturais e isto só é possível através de eleições. O Governo "convença" Constituintes quando deveria convencer o povo.

Por estes, dentre outros motivos, e em homenagem ao povo brasileiro é que votarei por mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney.

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os desafios de um país que precisa crescer a taxas elevadas em todos os campos de atividade econômica, notadamente naqueles que constituem pontos estratégicos para a consolidação do desenvolvimento não podem ser objeto de interesses regionalizados.

Pelo contrário, esses desafios só serão definitivamente equacionados a partir de um esforço nacional, conjunto e coerente com os destinos que se esperam para o Brasil.

Vários desses problemas, que hoje já se apresentam bastante graves, tendem a se tornar insolúveis dentro de poucos anos, caso não sejam enfrentados com determinação e coragem.

Dentro de uma década, o Brasil terá uma população de 180 milhões de habitantes. A maior parte estará concentrada ao redor das grandes cidades localizadas no eixo Sul-Sudeste, vivendo em condições inadequadas.

A persistir o quadro atual, como esperar solução para resolver os gravíssimos problemas decorrentes de tamanha concentração populacional?

Como sustar um Fluxo migratório irracional e perverso?

Como superar o déficit alimentar de 30 milhões de toneladas de grãos previstos para daqui a oito anos?

Como gerar os milhões de empregos necessários para a absorção de um contingente de trabalhadores que a cada ano tenta ingressar na atividade produtiva?

Como sanar o déficit habitacional, extremamente grave hoje, mas que tende a aumentar cada vez mais, em ritmo explosivo?

O Brasil precisa investir e criar condições de desenvolvimento nas regiões que reúnem capacidade de resposta para os desafios lançados. A Ferrovia Norte-Sul, integrante de um conjunto de investimentos que irá contribuir de forma efetiva para o crescimento do país, com maior equi-

brio e maior integração, é elemento fundamental para a solução de graves problemas brasileiros.

Diante desse quadro é um grande equívoco dizer que a Norte-Sul liga o nada a coisa nenhuma. Quando o nada é a maior província mineral do mundo, o Projeto Carajás, e a coisa nenhuma são as regiões Sul e Sudeste, onde está localizado o maior parque industrial da América latina.

E é esse elo de desenvolvimento que precisa ser forjado. Eliminar a contradição entre um Brasil abandonado e esquecido, e outro desenvolvido e industrializado. É fundamental para a racionalização do nosso crescimento e nossa interiorização e integração econômica.

A área de influência da Ferrovia Norte-Sul abrange uma área de mais de 100 milhões de hectares e dela faz parte a quase totalidade do Estado de Goiás e parcela significativa dos Estados limítrofes ao norte, leste e oeste. Nessa área está localizada uma região com capacidade para produção de grãos em quantidades extraordinárias, a região dos Cerrados.

Esse potencial precisa ser estimulado, com infra-estrutura de transporte rápido, barato e eficiente. O Brasil Central tem potencial para produzir anualmente 75 milhões de toneladas de grãos de (soja, milho, arroz, etc.), 30 milhões de produtos florestais, como madeira, 10 milhões de toneladas de carvão vegetal, 20 milhões de calcários, 5 milhões de cobre, 10 milhões de granito e mármore e 3 milhões de toneladas de carne bovina, além de milhões de toneladas de outros tipos de riquezas.

A partir da sua implantação, a Norte-Sul, num período de três anos estará transportando cerca de 3 milhões de toneladas de grãos, o que permite prever que num período de 15 anos estará transportando, perto de 23 milhões de toneladas de grãos, quase cinquenta por cento da produção atual de grãos do País, calculada em torno de 60 milhões de toneladas.

Se a estes valores estimados forem acrescentadas as cargas potenciais de outros produtos (calcário, fertilizantes, derivados de petróleo, produtos florestais, produtos e insumos pecuários, cimentos, minérios entre outros), a Norte-Sul estará transportando, em três anos de implantação, quase 10 milhões de toneladas, e mais de 35 milhões de toneladas nos próximos 15 anos.

Estas coisas têm que ser analisadas quando se busca criticar a construção dessa ferrovia, acusando-a de deficitária e desnecessária.

Esta é a principal característica da criação desse corredor ferroviário Norte-Sul. Possibilitar a abertura de novas fronteiras agrícolas e capacitar o País para, nas próximas décadas, atingir plena soberania em termos de produção de alimentos para abastecimento interno, criando, ainda, excedentes para exportação, o que será importante para o equilíbrio da nossa balança comercial.

Não se pode esquecer que a população mundial cresce a níveis assustadores e a carência de alimentos é um problema que todas as nações têm buscado enfrentar com políticas e programas de caráter estratégico. O Brasil precisa pensar estrategicamente.

Se hoje reconhecemos que o País passa por graves problemas econômicos e esse fato tem sido utilizado pelos críticos do projeto, temos que

entender, também, algumas causas dessa crise e trabalharmos para sair dela. E isso não será possível em detrimento do crescimento e desenvolvimento do País.

Se hoje nossa situação é difícil, amanhã certamente ficará pior se nada fizermos para mudar esse nebuloso perfil. Se não buscarmos racionalizar nossa matriz de transporte de cargas, na qual o modo rodoviário participa com um absurdo indica de 62%, o País continuará tendo que importar quantidade cada vez mais crescente de petróleo.

Se não buscarmos racionalizar nossa matriz de transporte de cargas, o País continuará desembolsando milhões de dólares do tesouro nacional todos os anos, a fim de subsidiar o alto custo do transporte de cargas que aqui é realizado. E esse custo inibe o surgimento de novas fronteiras agrícolas.

Como um país como o nosso, possuidor de solo fértil, clima favorável, grandes extensões de terra altamente produtivas, pode dar-se ao luxo de importar alimentos? Porque o custo do transporte para longas distâncias, feito na sua grande maioria por caminhão, é tão alto, que acaba sendo preferível não plantar. Ou, como ocorre muitas vezes, queimar e destruir o que se torna economicamente inviável transportar.

Nenhum país de grande extensão territorial como o Brasil possui uma matriz de transporte de cargas tão deformada. Todos os países desenvolvidos buscam formas mais eficientes e baratas para a circulação de suas riquezas, mas no Brasil, não.

A partir dos anos cinqüenta, com a febre do rodoviarismo, o País não só deixou de construir ferrovias, como também abandonou à própria sorte as já existentes. Muitos ramais foram desativadas e outros apresentam péssimo estado de conservação.

Recuperar a malha ferroviária atual é importante, mas não nos basta os 30 quilômetros de ferrovias existentes. Construir mais ferrovias é fundamental. Como também é fundamental a implantação de um sistema de transportes integrado, ficando na intermodalidade e numa distribuição equilibrada do papel de cada modo de transporte, na circulação de riquezas no interior do País.

O País passa por um momento difícil. Grandes desafios temos pela frente. Não podemos adiar o enfrentamento a essas questões, nem tampouco os instrumentos que podemos dispor para resolvê-las. Um desses instrumentos é o Programa de Desenvolvimento do Brasil Central, onde se destaca a implantação de um corredor ferroviário Norte-Sul.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, sete empresas apresentaram nesta semana propostas para a construção do primeiro trecho da Ferrovia Norte-Sul, com 48 quilômetros e que irá do entroncamento da Ferrovia de Carajás até Açailândia, em Goiás. Esse lote deverá custar entre Cz\$ 3 e 5 bilhões. No dia 27, a Valec receberá as propostas para a construção do segundo lote, 2-AC, com 59 quilômetros, ligando Açailândia até Imperatriz do Maranhão. Estes dois lotes são os mais críticos de todo o traçado da ferrovia, porque passam pela serra do Cravim e exigem grande

movimentação de terra. Até o final deste ano, o programa da Valec é de investir Cz\$ 8 bilhões na construção de 200 quilômetros da ferrovia, com na parte Norte e o restante na outra frente de trabalho a começar em Porangatu, próximo a Brasília.

Oportunamente volto ao assunto. (Palmas. Muito bem!)

**O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, mais de 5 mil trabalhadores de empreiteiras que trabalham para aquela Estatal, encontram-se em greve porque os donos dessas locadoras de homens, não cumprem acordo sindical.

São mais de 30 firmas empreiteiras que executam obras e serviços para a CSN. Nos contratos com a Estatal, ficam as empreiteiras comprometidas a fornecer uniformes, material de proteção, refeições etc. Entretanto, não existe de parte da Siderúrgica Nacional nenhuma preocupação em que esses exploradores de trabalhadores, cumpram ao menos, o acordo coletivo firmado com os sindicatos das respectivas categorias.

A CSN lava as mãos, porque, com toda certeza, deve existir interesse de diretores da Estatal em melhorar o lucro dos donos das empreiteiras, muitos deles amigos de altos figurões da Siderúrgica Nacional.

É bom ressaltar que não são somente serviços temporários que a Estatal entrega às empreiteiras. Cada trabalhador de empreiteira custa à CSN 4 vezes mais do que ganha este trabalhador na empreiteira. É uma vergonha! A exploração do homem pelo homem numa Estatal de um país, cujo Governo proclama tanto o "tudo pelo social".

Sr. Presidente:

O que ocorre em Volta Redonda devia ser averiguado pelo Governo. Aos poucos, todos os serviços da Estatal vão sendo repassadas às empreiteiras, por custos muito maiores do que se a CSN contratasse diretamente os seus empregados.

Esta é uma das razões por que aquela Estatal também não dá lucro. E vejamos bem que fabricar aço ainda é ramo bem lucrativo.

Esperamos que o Governo ponha um paradeiro nessa situação, já que não pode ou não quer eliminar as milhares de mazelas que afligem os trabalhadores.

A greve desses 5 mil trabalhadores é mais um grito de alerta para que o Governo saia da rotina e governe.

Esta greve pode se alastrar e alcançar os 20 mil funcionários da CSN, já que o sufoco em que o governo Sarney meteu os trabalhadores é coisa terrível.

Então, Sr. Presidente, porque o Governo não chama a direção da CSN para cobrar-lhe mais fiscalização no sentido de que as empreiteiras cumpram ao menos aquilo que diz respeito ao escrito nos contratos de empreiteiras. Do jeito como está, só pode estar havendo conivências entre os que repassam serviços e os que pegam tais empreiteiras.

Com quem fica o dinheiro desses milhares de uniformes, pares de botinas e material de proteção que não chegam aos operários?

**O SR. MAURO SAMPAIO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao comunicar ontem ao Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro, que estava desligando-me daquele Partido, recebi veemente apelo para que reconsiderasse a minha decisão e ficasse com os quatro anos de mandato para o Presidente Sarney. O mesmo aconteceu com o ilustre colega Deputado Federal João de Deus, que também se desligou do PDT e que me acompanhava naquela oportunidade.

Por defender um mandato de cinco anos para o Presidente da República e para não descumprir as diretrizes do Partido, resolvi desligar-me do PDT.

Fiquei bem com a minha consciência e coerente com o que venho defendendo, antes mesmo de ter sido eleito Deputado Federal. Basta verificar publicação do jornal **O Globo** mais ou menos trinta dias antes da eleição de 15 de novembro de 1986, para comprovar que o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney sempre foi defendido por mim.

Recebi convite de quase todos os partidos políticos para a minha nova filiação. Por enquanto ficarei sem partido, aguardando o desenvolver da Constituinte.

Não admito de forma alguma a redução do meu mandato de Deputado Federal que não me pertence exclusivamente, mas para o qual fui dignamente escolhido pelo povo do meu Estado, com a nobre missão de, aqui, representá-lo. Dessa forma, também, não posso admitir que reduzam o mandato do Presidente José Sarney, homem digno, honrado e correto, com longa experiência político-administrativa, que momentaneamente enfrenta, como Chefe da Nação, dificuldades políticas e financeiras, diante de uma economia de um País que se encontra debilitado.

Coerente com as minhas convicções sou e serei solidário com o Presidente José Sarney sem qualquer retribuição ou favores de ordem pessoal da mesma forma que fui no PDT, apenas dando sem nada desejar ou receber em troca.

Não continuei no PDT porque não quis. Saio com dignidade para não desrespeitar as diretrizes do Partido. Saio e deixo muitos amigos, mas deixo ali também alguns colegas com os quais não tenho condições de conviver partidariamente.

**O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Assistimos, pasmos e boquiabertos, à mais insólita campanha contra as instituições democráticas deste País quando grupo de parlamentares, todos ligados ao poder central, aboletados no Palácio do Planalto utilizaram-se indistinta e indiscriminadamente, da máquina administrativa, para

coletar simples assinaturas para emenda constitucional, com garantia de votação preferencial.

A Nação, consternada e vilipendiada, assistiu ao espetáculo de ontem, quando aviões do governo e da Lider, órgãos da administração pública e funcionários públicos, no interesse de particulares, acorreram à súplica do chefe maior para garantir um mandato de cinco anos e, por conseguinte, à certeza de continuidade dos desmandos administrativos e políticos de toda a sorte, prevalecendo o continuísmo, o clientelismo, a corrupção e conspurcação da honra da Pátria, à seriedade e lisura na gerência da coisa pública.

Tal desatino, acrescido da benevolência do nobre Deputado Ulysses Guimarães que permitiu, desavisadamente, à prorrogação de prazo para a apresentação das referidas emendas, vem minando a paciência do eleitorado brasileiro, denegrindo a imagem dos nobres Constituintes e espalhando a cizânia, a descrença e o descrédito nas instituições democráticas.

Ora, o Poder Legislativo, manietado e aviltado em seu mister, nos tempos mais negros do golpe de 1964, não pode, passivamente, assistir a tão hediondo descalabro.

É hora de moralizar e oxigenar a administração pública com o gás da probidade e da exação.

Relembrando um saudoso estadista, verdadeiro patriota, devemos dar um basta e este estado de coisas:

Moralizemos este país ou locupletemo-nos todos.

**O SR. FÁBIO RAUNHEITII (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A rede de ensino particular no Brasil, não obstante todo o reconhecimento que encontra na opinião pública nacional, graças à importância do seu papel era nosso contexto educacional, vem sofrendo as consequências de um tratamento discriminatório e preconceituoso dos poderes públicos, que insiste em estigmatizar as instituições privadas como se estas fossem entidades voltadas para o comércio, quando, na verdade, elas cumprem com eficiência é muito zelo os mais nobres pressupostos da Educação.

Não se justifica, por exemplo, Sr. Presidente, a irracional intervenção do Governo na regulamentação dos valores das anuidades escolares, ora fixando parâmetros inferiores aos próprios custos de manutenção dos cursos e instalações, ora proibindo a periodicidade semestral de reajustes, além de outros instrumentos já consagrados nos mais diversos campos da vida brasileira, caracterizando sistematicamente uma intenção demagógica e populista dos atuais governantes.

As escolas particulares de todos os graus de ensino têm-se notabilizado por uma constante preocupação em melhorar as condições pedagógicas e em remunerar mais condignamente os professores, sem dúvida, o caminho adequado para a valorização do magistério e consequentemente do próprio nível da educação oferecida aos brasileiros.

Daí a elevada consciência, no País, sobre a importante participação dos estabelecimentos particulares, amplamente majoritária na esfera do ensino superior e igualmente tradicional nas áreas do primeiro grau e dos cursos secundários, de-

monstrando competência não apenas no aspecto gerencial, mas sobretudo na questão pedagógica.

Em contrapartida, as escolas públicas, apesar da abnegação de professores e diretores, não conseguem apresentar níveis satisfatórios de rendimentos, seguindo, lamentavelmente, processo de desgaste e empobrecimento, com graves reflexos na formação de significativas parcelas de crianças e jovens, tudo isso por causa da comprovada incapacidade da administração pública brasileira, no tato de tão fundamental direito de todos.

Por isso, as constantes intervenções oficiais no funcionamento das instituições particulares, sobre ser indevida e ilegítima, apenas provocam problemas à regular atividade desses estabelecimentos, além de naturais divergências com o alunos, e da impossibilidade de novos investimentos no aprimoramento das condições de ensino.

Ademais, Sr. Presidente, a postura do Governo revela-se incoerente, contraditória.

Para produtos e serviços que administra, sua atual posição traduz-se pelo realismo dos preços e das tarifas, eliminando subsídios embutidos na composição dos custos finais para o consumidor, conforme comprovam os recentes reajustes, por exemplo, dos combustíveis, energia elétrica, serviços telefônicos, transportes e matérias-primas como caço, cujos percentuais das últimas majorações estão bem acima das taxas de inflação.

Por que, então, as escolas particulares devam cobrar mensalidades defasadas, inferiores aos custos de manutenção e, por conseguinte, sem poderem estabelecer as necessárias reservas à reposição do patrimônio que se deteriora e à aplicação em novos investimentos?

Será que o Governo pretende levar o ensino particular à completa inviabilização, destruindo toda uma histórica trajetória na formação de milhões de brasileiros, e ignorando que na Alemanha, França e outros países o desenvolvimento fez-se com incentivo público à escola privada?

Este pronunciamento, Sr. Presidente, suscitando pontos fundamentais na problemática da Educação em nosso País, tem o propósito do alerta ao Governo, a esta Casa e à Nação, para risco de fechamento da maioria dos estabelecimentos particulares de ensino, antes mesmo de se iniciar o ano letivo de 1988 se mantidas as limitações de reajustes das anuidades, porque será impossível o regular funcionamento dos cursos, diante de receitas inferiores as reais necessidades de despesas.

O próprio alunado reconhece que a preservação da qualidade do ensino e de digna remuneração do professor, ideais perseguidos permanentemente pela escola particular, só é alcançada quando se trabalha em situação financeira que não represente prejuízos à instituição.

**O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O esquecido Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais, foi incluído entre as áreas do território nacional que deverão receber o lixo atômico proveniente das usinas nucleares e dos hospitais para cancerosos de todo o País. Autoritariamente, o Governo Federal, por intermédio da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), com base em estudos que ninguém conhece, resolveu selecionar locais para abrigar o rejeito

atômico em vários Estados da Federação, passando por cima dos governos estaduais e das respectivas populações.

Colhida de surpresa pelo acidente radioativo de Goiânia, que pôs a nu o seu absoluto despreparo para lidar com eventos dessa natureza, e sem saber o que fazer com os detritos nucleares, a autarquia federal viu-se, de repente, no centro das atenções nacionais, obrigada a reconhecer sua incompetência e incuria.

Na verdade, foi a reação do povo goiano à permanência do lixo em suas fronteiras que ensejou a decisão apressada da Comissão de anunciar os possíveis locais capazes de abrigá-lo, sem que tivessem sido realizados estudos técnicos aprofundados, indispensáveis para servir de base à escolha dessas áreas.

O açodamento com que se houve a entidade, ante a pressão do Estado de Goiás, levou-a a cometer gritantes absurdos, como este da escolha da região do Jequitinhonha, no meu Estado, para compor o rol dos cemitérios dos rejeitos letais.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quem acompanhou o desenrolar da tragédia de Goiânia sabe o risco que representa o lixo atômico. Ali, a irradiação proveniente de um minúsculo tablete de céso-137 provocou a morte de quatro pessoas e afetou diretamente mais cinqüenta, condenadas a morrer de leucemia a médio prazo ou a terem de submeter-se a uma arriscada operação de transplante de medula. A pequena cápsula responsável pela tragédia produziu enorme quantidade de material contaminado, posteriormente armazenado em depósitos de chumbo, mas que, mesmo assim, durante mais de um século ainda, haverá de emitir radiação em níveis considerados perigosos.

Atento às consequências que poderão advir para o Vale do Jequitinhonha em razão da decisão da CNEN, tomada sob o impacto do episódio de Goiânia, apresso-me a manifestar meu inteiro repúdio aos propósitos da autarquia. Não posso, aceitar que o Vale se transforme em depósito de lixo radioativo, por imposição do Governo Federal. Considero a medida uma afronta a Minas Gerais, um achincalhe à autonomia do Estado, um desrespeito ao seu povo.

Nunca é demais lembrar, Sr. Presidente, que o Vale do Jequitinhonha é, ainda hoje, uma das regiões mais pobres do País. Abrigando mais de um milhão de penas nos seus 52 municípios, luta, há anos, para romper o ciclo do atraso e da miséria, sem que tenha recebido o devido apoio do Governo Federal. A região é carente de infraestrutura, são precárias as condições sociais da grande maioria da população, é baixíssima a renda **per capita**.

Entendo, por isso, que Minas tem de protestar contra o crime que se pretende cometer no Vale. Em vez de lixo atômico, o Jequitinhonha precisa de estradas, de habitações, de saneamento; em vez de contaminação, necessita de irrigação para as suas terras férteis, de assistência para o agricultor, em vez do céso que destrói e mata, carece do adubo que avigora e vivifica!

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que fiquem assentados nos fastos desta Casa a minha repulsa à atitude arbitrária da Comissão Nacional de Energia Nuclear e o meu apelo para que as autoridades do Governo Federal, em vez de somar novos pro-

blemas aos tantos com que já é obrigado a conviver o nordeste mineiro, tragam soluções para os dramas do seu povo.

**O SR. VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> anuncie o primeiro orador no horário destinado às Comunicações de Lideranças, peço a palavra para fazer uma comunicação à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni, para uma comunicação.

**O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, estou encaminhando ao Presidente da Câmara dos Deputados uma reclamação vazada nos seguintes termos:

Sr. Presidente, para uma reclamação:

Pelo Requerimento de nº 5, de 27-4-87, aprovado em plenário em 24-6-87, foram convocados o Ministro da Seplan e o da Fazenda; compareceu apenas este último, no dia 30-6-87.

Pelo Requerimento nº 26, de 28-9-87, cuja aprovação em plenário se deu em 22-10-87, novamente se convocou o Ministro da Seplan, aguardando-se até a presente data que Sua Excelência se digne comparecer à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos ligados a sua Pasta.

Nestes últimos dias, em especial nos jornais de hoje, vem a imprensa divulgando notícias de denúncias formuladas por vários prefeitos contra o titular da Seplan, o qual dentre outras irregularidades, através de prepostos, estaria exigindo percentuais sobre as verbas liberadas em favor de vários municípios.

Sr. Presidente, se antes apenas indícios apontavam uma desonesta administração de dinheiro público, agora a Câmara dos Deputados, no cumprimento de sua ação fiscalizadora dos atos do Governo, dispõe de fatos comprobatórios de nocivas atividades de autoridades do Poder Executivo. Fatos esses que devem ser apreciados pelo Congresso Nacional, promovendo-se, de imediato, o afastamento dos agentes dos ilícitos, se tiverem ocorrido.

Permitindo-nos indagar dessa Presidência, à vista do que dispõe o art. 267 do Regimento Interno:

1. Quais foram as providências adotadas pela Mesa da Câmara dos Deputados para que o Sr. Ministro da Seplan aqui comparecesse no prazo de 20 (vinte) sessões conforme determina o Regimento Interno?

2. Se aquela autoridade não foi ainda comunicada, quando o será e com que data prevista para o seu comparecimento a esta Casa do Congresso Nacional?

Deputado **Victor Faccioni**, PDS – RS

A

Sua Excelência

Dep. Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Em Mãos

Era esta a comunicação que gostaria de fazer à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, eis que não temos sessão, hoje, da Câmara dos De-

putados – do Ofício que, contendo reclamações, estamos dirigindo ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte encaminhará ao Presidente da Câmara dos Deputados, o nobre Deputado Ulysses Guimarães, o requerimento agora lido pelo eminente Constituinte Victor Faccioni.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente Vai-se passar ao horário de

#### V – COMUNICAÇÃO DAS LIDERANÇAS

**O SR. GONZAGA PATRIOTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte

**O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes.

O nosso pronunciamento desta tarde prende-se à violência e à impunidade que reinam em nosso País. Antes, Sr. Presidente, de iniciar o meu pronunciamento, devo dizer que, neste instante, estou recebendo informações da cidade pernambucana de Araripina, de que um político influente penetrou na Igreja Católica e surrou o pároco da freguesia de Araripina. Coincidência ou não, neste instante recebo a informação e quero solidarizar com o padre da freguesia de Araripina. Conheço o seu trabalho pastoral e desejo repudiar a atitude desse político violento que também vive as benesses da impunidade.

E digo mais, Sr. Presidente:

#### A IMPUNIDADE GERA A VIOLÊNCIA

"Quando perdermos a capacidade de nos indignarmos ante atrocidades sofridas por outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos"

(Na lápide de Wladimir Herzog – 1975)

Voltamos a apelar desta tribuna, em nome da sociedade brasileira, maior empenho das autoridades no combate à violência e à insegurança, resultantes da impunidade.

É mais um apelo e um esforço que encetamos contra a violência que mete medo a todos os cidadãos deste País.

A prova de que estamos vivendo dias terríveis está nos noticiários de rádios, na imprensa escrita e televisada, e também testemunhada pela própria sociedade em via pública.

A verdade é que a violência já atinge números insuportáveis, saindo do rotineiro para um grau seriamente comprometedor.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente e dignos colegas Constituintes, não quero ir mais distante, vou apresentar a esta colenda Assembléia apenas os problemas causados por marginais ao patrimônio da sociedade brasileira.

É aqui onde trabalha e reside o Presidente da República, os Ministros de Estado e do Poder Judiciário, os Congressistas. Senadores e Deputados, as mais altas autoridades da Nação. E aqui em "Brasília", onde a estatística registra o mais alto índice de crimes de estupro. É aqui em Brasília onde se furta e rouba mais veículos em todo o universo.

Quatro chevettes, quatro fuscas 1.300; três Brasília's; duas camionetas D-20; dois opalas; um gol; um reboque e até uma jamanta Scania Vabis.

Dezenove veículos furtados e tomados por assalto ontem à noite aqui em Brasília.

E a polícia onde está, Sr. Presidente? e a polícia o que está fazendo para evitar esses crimes? Coitada da polícia! Polícia sem autoridade, sem lei que a ampare ou pelo menos lhe dê condições de prender os bandidos. Polícia que quando entende promover um trabalho ostensivo para diminuir o índice de criminalidade é processada por ter ultrapassado os limites da lei. Leis que favorecem mais os marginais que os cidadãos.

Vejamos, Srs. Constituintes, no vergonhoso quadro, abaixo, a ascensão do número de veículas furtadas e roubados aqui em Brasília, nos últimos oito anos:

ANO	CARROS FURTADOS	FROTA DE BRASÍLIA	PERCENTUAL	M/DIA
1980	2.973	244.723	1,21	9
1981	3.390	262.196	1,29	10

ANO	CARROS FURTADOS	FROTA DE BRASÍLIA	PERCENTUAL	M/ANO
1982	2.718	289.180	0,98	8
1983	1.865	322.542	0,57	5
1984	2.094	284.614	0,73	6
1985	3.263	305.774	1,06	9
1986	3.662	323.229	1,13	10

Em 1987, quase cinco mil veículos foram furtados aqui em Brasília. Neste início de 1988, houve uma média de vinte veículos furtados por dia.

Sr. Presidente, no demonstrativo acima observa-se uma diminuição nos furtos de veículos em Brasília superior a 40%, nos anos de 1983 e 1984, cuja beneficiária foi a população, devendo-se a

delegados que fizeram policiar ostensivamente o Distrito Federal, prender e indiciar em inquéritos os infratores.

Sr. Presidente, todos conhecemos os fatos geradores destas e de outras violências no Brasil. Elas têm origem e causas muito comuns de uma sociedade que não tem emprego, que atravessa



a pior crise econômico-financeiro-institucional, resultado de um regime cruel que não permite sequer o direito à escolha do nosso presidente da República através do voto popular, após promulgada a sua Lei Maior, porque uns poucos, eleitos pela minoria dos votantes brasileiros, formaram um conjunto nesta Casa, para impor à Nação inteira mais alguns anos ao presidente biônico José Sarney.

Esse mesmo grupo, "o Centão", deseja suprimir do projeto de Constituição todos os avanços que a Nação conquistou durante o ano passado, através de um trabalho transparente e incansável dos progressistas que aqui representam a Nação inteira e não apenas "os poderosos capitalistas selvagens".

Dentre os artigos a serem suprimidos pelo Centrão estão os que fortalecem o Poder Legislativo, com o resgate das suas prerrogativas para fazer leis rígidas para serem cumpridas por um também forte Poder, o Judiciário.

O Brasil é vítima da impunidade, e quando nos referimos à impunidade, à permissividade, fatores dos mais influentes na evolução da violência e da criminalidade como um todo, estamos cobrando do Governo uma providência urgente para pôr fim a este estado de coisas.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos apelar a todos os constituintes no sentido de dotar a nova Carta Magna de instrumentos que coibam de uma vez por todos esses abusos contra os que trabalham para sobreviver neste País desgovernado.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Gonzaga Patriota o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. VICTOR FACCIANI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VICTOR FACCIANI (PDS – RS. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Estamos vivendo uma fase da vida pública brasileira sobre a qual desgraçadamente se pode reproduzir a referência, a corrupção que em determinado momento se desenvolveu no "Reino da Dinamarca" e plagiar, desgraçadamente, a observação "de que há algo de podre no Reino da Dinamarca."

Sr. Presidente, anteriormente uma comunicação dizendo que estava dirigindo a S. Ex.<sup>a</sup>, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados, o nobre Deputado Ulysses Guimarães, um ofício contendo reclamação referente à falta de providências e de concretização quanto à presença de Ministros de Estado convocados para comparecerem perante a Câmara dos Deputados.

E o caso presente refere-se, especificamente, à convocação de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Planejamento, cuja gestão está sendo objeto de graves denúncias na imprensa nacional. A imprensa de hoje, apenas para exemplificar, traz as seguintes manchetes a respeito: **Correio Braziliense** "De-

nunciado o complô para a derrubada de Aníbal"; "Orientação do Ministro contraria Secretaria-Geral, empreiteiros e governador"; "Computador mostra execução do PAG". **Jornal do Brasil** – "Prefeito acusa Ministro e SNI vai a Valença buscar as provas"; "Aníbal diz se sai terça-feira"; **O Estado de S. Paulo** – "Aníbal confessa: Há corrupção mesmo. Quem autoriza é Sarney"; "Aníbal denuncia corrupção dos empreiteiros e diz que quem dá verbas aos prefeitos é o Presidente"; "Favores em troca de dinheiro".

Assim, Sr. Presidente, seguem-se as manchetes dando idéia da erupção de um triste episódio de mais um grave escândalo público. É que, Sr. Presidente, nos preocupar a repetição de escândalo sobre escândalo, sem que uma só providência seja tomada no âmbito do Executivo nem do Congresso Nacional.

Aqui convocamos certa feita o Ministro da Previdência Social Rafael de Almeida Magalhães, questionamos S. Ex.<sup>a</sup> sobre uma série de graves irregularidades ocorridas em sua gestão frente ao Ministério da Previdência, e todas as denúncias que formulamos e as colocações que fizemos foram tangenciadas pelo então Ministro e também de certa forma amortecidas na imprensa nacional. No dia seguinte o noticiário parecia um **pres srelease** do Gabinete do Ministro da Previdência, dando idéia de que ele havia satisfeito plenamente as questões aqui levantadas quando tal não aconteceu.

Sr. Presidente, efetivamente a impunidade que grassa na vida pública do País é uma das piores coisas que poderia acontecer, por que está levando o descrédito a tudo e a todos. Junto com a impunidade, há a irresponsabilidade. A falta de providências e responsabilização faz com que ninguém mais acredite em ninguém. Os pais já não sabem dizer para os filhos o que é bom e o que não é, o que é honesto e o que não é honesto.

Imagino os professores, na sala de aula, o que devem dizer, mormente um professor de Direito Constitucional, de Teoria Geral do Estado, de Direito Penal, de Direito Civil ou de Direito Administrativo. Sei lá! Já não falo de alguém que lecionou Introdução à Filosofia do Distrito, Filosofia Pura, Humanismo, Religião, Ética ou Moral.

Sei, Sr. Presidente, quando falo desta tribuna, tendo V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Ulysses Guimarães, presidindo os trabalhos, que V. Ex.<sup>a</sup> é um homem digno, honrado. Mas V. Ex.<sup>a</sup> mesmo está, com as responsabilidades que carrega em seus ombros, de Presidente Nacional do maior Partido político deste País, o PMDB, juntamente com as de Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e de Presidente da Câmara dos Deputados, vivendo uma situação muito singular.

Evidentemente, não dependerá de V. Ex.<sup>a</sup> uma série de providências, até porque já um homônimo de V. Ex.<sup>a</sup>, famoso, teve que pedir aos marinheiros pra que o amarrassem ao mastro do barco para não cair no canto das sereias. V. Ex.<sup>a</sup>, por certo, é tão humano quanto ele.

Não caia no canto das sereias, Sr. Presidente. O poder é mais sedutor do que as sereias, mas o poder pelo poder não interessa a ninguém, muito menos a V. Ex.<sup>a</sup>, que tem um passado de honra e de dignidade, de lutas pelas grandes causas de nosso País. Estivemos, e estamos, em campos opostos em função de partidos políticos, mas nem isso seria o suficiente para impedir que eu mani-

festasse a admiração e o apreço que tenho pela conduta moral e pelas posições públicas e cívicas de V. Ex.<sup>a</sup>.

Mas, confesso, Sr. Presidente, que não invejo a posição de V. Ex.<sup>a</sup>. Invejo a conduta retilínea que tem e procuro ser até um fiel seguidor, mas é difícil V. Ex.<sup>a</sup> exercer tais funções de responsabilidade numa hora em que a vida pública, a começar pelos maus exemplos do Executivo, vai apodrecendo de forma tão célere, como se vê, como se nota, como se apercebe, como se sente estar acontecendo. E, por mais que a imprensa nacional dedique suas páginas, ou negue espaço nas suas páginas, até nela própria tudo isso se apercebe.

Não deixemos que as coisas se deterioreem a tal ponto que daqui a pouco fique tudo irreversível. Até com o intuito de contribuir com V. Ex.<sup>a</sup> é que estamos encaminhando o seguinte ofício – não na condição de Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, mas sim na condição de Presidente da Câmara dos Deputados:

Brasília, 14-1-88

Sr. Presidente, para uma reclamação:

Pelo Requerimento de nº 5, de 27-4-87, aprovado em plenário em 24-6-87, foram convocados o Ministro da SEPLAN e o da Fazenda; compareceu apenas este último, no dia 30-6-87.

Pelo Requerimento nº 26, de 28-9-87, cuja aprovação em plenário se deu em 22-10-87, novamente se convocou o Ministro da SEPLAN, aguardando-se até a presente data que Sua Excelência se digne comparecer à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos ligados a sua Pasta.

Nestes últimos dias, em especial nos jornais de hoje, vem a imprensa divulgando notícias de denúncias formuladas por vários prefeitos contra o titular da SEPLAN, o qual dentre outras irregularidades, através de prepostos, estaria exigindo percentuais sobre as verbas liberadas em favor de vários municípios.

Senhor Presidente, se antes apenas indícios apontavam uma desonestidade administração de dinheiro público, agora a Câmara dos Deputados, no cumprimento de sua ação fiscalizadora dos atos do Governo, dispõe de fatos comprobatórios de nocivas atividades de autoridades do Poder Executivo. Fatos esses que devem ser apreciados pelo Congresso Nacional, promovendo-se, de imediato, o afastamento dos agentes dos ilícitos, se tiverem ocorrido.

Permitimo-nos indagar dessa Presidência, à vista do que dispõe o art. 267 do Regimento Interno:

1. Quais foram as providências adotadas pela Mesa da Câmara dos Deputados para que o Sr. Ministro da SEPLAN aqui comparecesse no prazo de 20 (vinte) sessões conforme o determina o regimento Interno?

2. Se aquela autoridade não foi ainda comunicada, quando o será e com que data prevista para o seu comparecimento a esta Casa do Congresso Nacional?

Sr. Presidente, sou daqueles que imaginam que o Sr. Ministro Aníbal Teixeira talvez esteja sendo objeto, sujeito passivo de uma manobra de calú-

nias, mas aqui está a Câmara dos Deputados e o Plenário à disposição, para que S. Ex.<sup>a</sup> venha esclarecer, elucidar os fatos, pois não podemos é ficar envolvidos nessa escuridão em torno da realidade do que acontece numa das pastas mais importantes do Governo.

Estão aqui presentes figuras como os Constituintes Afonso Arinos e Fernando Santana. Permita-me, não só pela qualidade moral de ambos, como a de V. Ex.<sup>a</sup> – e poderia citar todos os demais aqui presentes – porque representam pensamentos opostos na política nacional, dizer que, mesmo pensamentos opostos são unânimes numa coisa: na necessidade de moralização da coisa pública. Se esta Constituinte não fizer outra coisa, mas conseguir impor mecanismos de moralização da vida pública, ela terá já justificado a sua razão de ser.

Era este o pronunciamento que desejava fazer nesta oportunidade. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa informa ao eminente orador que irá verificar os elementos feridos por V. Ex.<sup>a</sup>, inclusive solicitando a sua brilhante intervenção para as providências regimentais que deseja tomar, acudindo à solicitação de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. ROSA PRATA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte, que falará pelo PMDB nos minutos restantes.

**O SR. ROSA PRATA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A ascensão de um novo Ministro da Fazenda em nosso País sempre cria grandes expectativas tanto nos setores do próprio Governo quanto na população.

Desta vez, o Ministro Mailson da Nóbrega surpreende a todos. Recebendo pesada herança que se manifesta por uma economia doente cujo estado de saúde se evidencia, muitas vezes, por escassez de demanda, redução dos níveis de investimento, grande risco de hiperinflação, embaraços na negociação da dívida externa e, sobretudo, enorme descrença da população com relação ao êxito das medidas de governo em áreas de preços, fiscal, tributária e financeira, S. Ex.<sup>a</sup> se propõe, com entusiasmo, enfrentar as dificuldades, com medidas simples, baseadas no exemplo de austeridade que deve partir em primeiro lugar do Governo.

Creio que todos concordam que a tarefa do Ministro Mailson da Nóbrega é tarefa ingente. Mas há predicados do Ministro da Fazenda que poderão lhe ajudar muito: primeiro, o seu conhecimento tanto da matéria quanto da gravidade da situação; em seguida, a sua falta de presunção que chega a ser manifestação de humildade, o que é bom no momento...

O grande trabalho do Ministro da Fazenda pode muito bem começar por uma ação que me parece da mais alta prioridade e para a qual ele já deu sinal verde: a transferência da política de abastecimento do Ministério da Fazenda para o Ministério da Agricultura. O desejável é que esta decisão possa marcar o início de um processo de fortalecimento institucional do Ministério da Agricultura,

dando-lhe maior participação nas decisões da política econômica nacional, unificando os recursos do setor agrícola em seu orçamento e recolocando no âmbito de suas ações, atividades que estão dispersas em outros ministérios.

A produção agropecuária e o abastecimento formam um complexo indissolúvel no qual se encontram, numa ponta, o consumidor, e na outra o produtor rural. São atividades que não podem estar dissociadas já que para ambos – produtor e consumidor – o ciclo de oferta natural permanente é fator de equilíbrio e interessa profundamente a uma sociedade democrática estável.

Não foi esta a visão que teve a área econômica nos últimos anos. Desde que a política de abastecimento passou a funcionar como um regulador das altas inflacionárias, a oferta de alimentos na mesa dos brasileiros ficou à mercê de produtores fatigados, desgastados com importações criminosas de alimentos que nos envergonharam e serviram de estímulo a outros países em detrimento de nós próprios. Não vamos falar, aqui, das inúmeras suspeitas havidas, envolvendo possíveis escândalos em tais importações; nós vamos reafirmar que foi uma política quase suicida, que levou a atividade agrícola à penúria.

A lucidez do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, deixou-nos à vontade para fazer este pronunciamento. S. Ex.<sup>a</sup> mesmo tem vindo a público para revelar que nenhum país de economia "mais ou menos organizada" se atribui ao Ministério da Fazenda a política de abastecimento. Essa é e sempre foi de competência da área específica, a Agricultura, que deve ter a responsabilidade e a competência de formular a política agrícola do País, que vai da produção ao abastecimento passando por todos os elos de uma mesma corrente, quais sejam: produção, armazenamento, processamento, preços mínimos, crédito agrícola, estoques reguladores, preços finais, exportação, enfim, englobando tudo que diz respeito aos compromissos do País com a alimentação da população.

A chegada, portanto, de Mailson da Nóbrega traz novo alento que se soma, naturalmente, às intenções do Ministro da Agricultura, Iris Rezende, que estão ajustadas a este mesmo propósito.

Era só, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Rosa Prata o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º-Secretário.*

**O SR. HAROLDO LIMA (Líder do PC do B):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Constituintes:

Na noite de ontem, tomamos conhecimento da íntegra das propostas apresentadas pelo Centrão ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

A Liderança do Partido Comunista do Brasil realizou, na manhã de hoje, uma reunião com a sua Bancada para tomar conhecimento do mérito das principais propostas.

Estamos divulgando, na tarde de hoje, endereçada a todas as entidades sindicais do Brasil, em nome da Liderança do Partido Comunista do Brasil, uma carta esclarecendo os líderes sindicalistas brasileiros a respeito das principais propostas que foram apresentadas pelo Centrão. Em nossa opinião, elas agridem frontalmente os direitos individuais do povo brasileiro, os direitos dos trabalhadores, o modelo econômico brasileiro e as questões políticas da nossa sociedade.

A nossa carta encerra doze pontos fundamentais. O primeiro diz respeito à revogação, proposta pelo Centrão, da exigência de que as prisões no Brasil sejam feitas por ordem escrita e fundamentada por autoridade judiciária. O Centrão propõe, portanto, que não haja ordem escrita e fundamentada e que não seja necessária a participação de autoridade judiciária.

Nós, que somos originários do interior e que vivemos no Nordeste brasileiro, sabemos que isso significa a mais completa arbitrariedade, em que prisões poderiam ser feitas indiscriminadamente por qualquer delegado do interior, com as mais diferentes injunções políticas e pessoais. A vingar um preceito dessa ordem, estar-se-ia estabelecendo o império da mais absoluta anarquia.

O segundo ponto refere-se à revogação, proposta pelo Centrão, de uma medida limitada que a Comissão de Sistematização adotou com relação aos trabalhadores, que é a garantia do emprego, protegendo-o contra a demissão imotivada. A propósito, o Centrão divulgou a notícia de que a esquerda teria manipulado a Comissão de Sistematização para aprovar, ali, a estabilidade no emprego. Nós defendemos a estabilidade no emprego, como, de resto, até já existiu no Brasil e existe em vários países do mundo, mas não conseguimos fazer passar esta medida na Comissão de Sistematização. Não existe proposta de estabilidade no projeto dessa Comissão; o que há é uma tímida proposta de garantia de emprego contra a demissão sem motivo. E é precisamente contra essa tímida proposta que o Centrão se insurge e propõe que seja feita demissão sem motivo, a qualquer instante, por qualquer patrão, desde que ele – segundo aqui está posto – pague uma indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviços prestados. Desde que isto seja feito, não existe nem estabilidade nem tampouco a chamada garantia de emprego contra a demissão imotivada.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é relacionado à questão da jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. Assim estava escrito na proposta da Comissão de Sistematização. O Centrão se insurge contra esse ponto, um direito dos trabalhadores, porque é absolutamente refratário a qualquer afirmação de direito do trabalhador, e propõe que em vez de jornada máxima de seis horas para os turnos ininterruptos de revezamento se estabeleça uma jornada especial, a ser definida em lei.

O quarto ponto é relacionado à remuneração em dobro por serviços extraordinários, estabelecida na Comissão de Sistematização. O Centrão propõe que o serviço extraordinário sofra uma remuneração de apenas 50% sobre o salário normal.

O quinto ponto refere-se a um avanço dado na Comissão de Sistematização, de se considerar como crime a retenção de qualquer forma de remuneração do trabalho. Vem o Centrão e diz: sim, crime, desde que a retenção seja dolosa; ou seja, desde que o trabalhador consiga provar que o patrão que reteve o seu salário o fez de má fé.

O sexto ponto, Sr. Presidente, está ligado a uma questão inusitada; jamais se viu na História do Brasil tamanha desfaçatez. O Centrão vem de público e propõe que haja unicidade sindical para os patrões e pluralidade sindical para os trabalhadores, ou seja, unicidade sindical para os patrões, unidade; e para os trabalhadores, divisão e por conseguinte fraqueza.

Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup> só para citar os pontos últimos que estão expostos mais desenvolvidamente na carta que em nome do PC do B estamos encaminhando a todas as entidades sindicais do Brasil.

O sétimo ponto fala sobre a derrubada do direito de greve que o Centrão propõe, que já não estava posto de forma clara, explícita, incondicional. Mas, agora, fica de forma clara, explícita e incondicional que não existe mais direito de greve, salvo em situações absolutamente excepcionais, como a lei que vai regular o assunto, como tantas leis que já regularam esse assunto no Brasil e que na prática são leis, não de greve, mas leis contra a greve.

O oitavo ponto é a famosa caracterização de empresa nacional. Aqui, mutila-se tudo; existe o prevailecimento do ponto de vista das multinacionais. Define-se o que é empresa brasileira de capital nacional e esta, sim, poderia se ver que é empresa propriamente nacional; para essa, nada; para essa, nenhum direito; para essa se diz que poderá gozar, de acordo com a lei a ser feita, de proteção temporária, ou seja, nada. Agora, para a chamada empresa brasileira, que são aquelas organizadas no Brasil, segundo as leis brasileiras, com sede no Brasil e administração brasileira, ou seja, qualquer Esso, Shell, Texaco, IBM, qualquer multinacional, para essas existe a seguinte informação: "é considerada empresa brasileira".

Sr. Presidente, quanto ao nosso ponto, desde a Revolução de 30 não existe sequer insinuação em contrário na História do Brasil. Com a Revolução de 30, com Getúlio Vargas, inaugurou-se no Brasil a propriedade do subsolo da União. O que há debaixo do solo – seja de quem for o solo – o que há debaixo, as jazidas minerais são propriedades do Brasil, da União, da República brasileira. Nunca se protestou contra isso no Brasil. Durante todo o período de ditadura militar, dos governos reacionários, entreguistas, nunca se ouviu falar que alguém tivesse tido a petulância, a ousadia, desfaçatez de vir de público dizer o contrário. Dizia a proposta da Comissão de Sistematização: "a propriedade do subsolo é da União". Precisamente esta frase "é da União" foi cortada na proposta do Centrão que, por conseguinte, revoga ou pretende revogar uma das pedras basilares da soberania brasileira, da propriedade do subsolo pela União.

O décimo ponto diz respeito à reforma agrária. A Comissão de Sistematização não fez grandes avanços nesse terreno. Penso que foi um dos problemas mais delicados. Mas, lá existia a idéia de que se uma propriedade não preencher simul-

taneamente quatro requisitos, ela não tem assegurada a função social e, por conseguinte, pode ser desapropriada; quer dizer, se uma propriedade preencher somente três dos requisitos, poderá ser desapropriada. Vem o Centrão e diz o contrário: se a propriedade preencher um requisito e não preencher os outros três, ela tem função social, porque basta preencher um dos quatro pré-requisitos; corta a palavra simultaneamente. E, se já estava difícil fazer reforma agrária, no Brasil, com isso aqui fica, não digo impossível, mas muito difícil. E não digo impossível porque confio na luta do povo, pois este, sim, fará a reforma agrária mais cedo ou mais tarde.

O décimo primeiro ponto, Sr. Presidente, diz respeito a algo que considero também, um atentado à soberania brasileira. Aprovamos na própria Comissão de Sistematização que qualquer empresa brasileira ou estrangeira – e sabemos quem está interessado neste assunto a que vou aqui me referir, são as multinacionais, interessadas em assaltar o interior do Brasil, para explorar as riquezas minerais do nosso subsolo – precisaria, literalmente, segundo a proposta da Sistematização, passar pela autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, que são as comunidades indígenas. Pois bem, agora, pela proposta do Centrão, pode-se explorar qualquer riqueza mineral sem prévia autorização do Congresso Nacional, sem ouvir as comunidades afetadas.

E, finalmente, os 4 anos do mandato do Presidente Sarney. São estes 12 pontos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que o PC do B está apresentando, na tarde de hoje, numa primeira análise das propostas do Centrão, como atentatórias à soberania nacional brasileira, ao progresso do nosso País e aos direitos dos trabalhadores.

Era só, Sr. Presidente.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes:

Todos sabem que, nesta Casa, por diversas vezes já declaramos a nossa incompetência no que se refere aos problemas regimentais. Não somos regimentalista, não conhecemos de regimento e temos até uma certa dificuldade em lê-lo, porque os regimentos, em geral, servem para tudo, para o sim, para o não, para o mais ou para o menos, para o mais ou menos. De sorte que, dentro dessa manipulação que todo regimento permite, e na qualidade de engenheiro, sinto-me mal dentro dele, porque o engenheiro é um ser habituado a tratar das coisas de uma maneira objetiva; a verdade que a engenharia busca é uma, pode ter vários caminhos, mas se chega lá. Nesses regimentos, em geral, não tem nada. O sujeito, hoje, diz que uma questão pode ser resolvida a favor, e, amanhã, no mesmo regimento, ele pode resolver a questão contra. Por isso mesmo Sr. Presidente, apesar de toda nossa admiração e respeito ao Sr. Presidente da Casa, Constituinte Ulysses Guimarães, queremos trazer ao conhecimento dos Srs. Constituintes o seguinte: no dia 5 de janeiro recebemos em nossos gabinetes a Resolução nº

3 de 1988, que altera o regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e determina prazos para as diversas etapas que deveriam ser percorridas, até que se chegasse à discussão do texto em plenário. A primeira parte refere-se ao prazo do dia 7 ao dia 13, que era a chamada apresentação de emendas. Em seguida determinava a quantidade de emendas que cada Constituinte teria direito a apresentar assim como o número de assinaturas necessárias para que uma emenda tivesse preferência automática.

Evidentemente que o dia 13 foi ontem e, pelo que está escrito aqui, o prazo deveria ter-se encerrado dentro do que foi decidido naquela grande sessão, com a presença de mais de quatrocentos Constituintes.

Por isso mesmo, nós, do Partido Comunista Brasileiro, estamos perplexos com a decisão tomada ontem, prorrogando, sem nenhuma consulta, o prazo de dezenove para vinte e quatro horas.

A mim não cabe indagar se o dia termina às sete ou à meia-noite. Essa é uma questão astronômica, que pode reger ou não as decisões do Plenário. Mas, o que foi decidido realmente aqui é que o prazo para apresentação de emendas esgotava-se às dezenove horas do dia treze. Não quer dizer que se estivesse, com isso, querendo atender ao fim do dia, astronomicamente falando, isto é, às vinte e quatro horas ou à meia-noite. O que foi estabelecido e aprovado, por unanimidade, é que esse prazo se esgotaria, fatalmente, às dezenove horas.

E nada obriga a que um prazo qualquer da Assembléia Nacional Constituinte ou da Justiça peremptoriamente estabelecido, deva terminar às vinte e quatro horas, porque a decisão geral da Assembléia Nacional Constituinte foi no sentido de que o prazo para apresentação de emendas esgotar-se-ia, fatalmente, às dezenove horas.

Se a prorrogação foi feita, nós a consideramos, do ponto de vista do engenheiro, ilegal e, conseqüentemente, tudo o que foi apresentado a partir das dezenove horas, se é que houve o registro das horas, todas essas emendas apresentadas posteriormente, a nosso ver, estão prejudicadas de plano.

Se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, eu poderia entrar em outros assuntos, que não esse, se é que o meu tempo já não foi esgotado.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado, lamentavelmente!

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Então, nós nos reservamos para o horário da discussão dos problemas constitucionais e voltaremos à tribuna para discutir a questão das multinacionais distribuidoras de petróleo.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

#### A SÍNDROME DOS FARAÓS

Alguns governadores deste País estão atacados do que poderíamos chamar de "Síndrome dos

Faraós", isto é, mania de grandeza, seja através de projetos de obras monumentais, ou então por meio de uma propaganda massacrante e condicionadora na mídia brasileira. É o que acontece, por exemplo, no momento, no governo de Minas Gerais e também em certos municípios do Estado.

A propaganda oficial, através dos meios de comunicação, é diária em horário nobre, devendo, portanto, custar caríssimo aos cofres públicos. No grave período econômico que o País atravessa, com um elevado índice de desemprego, salários aviltantes e defasados para o funcionalismo público, particularmente o de Minas Gerais, tal propaganda é um acinte a todos os brasileiros, principalmente aos mineiros.

E o mais grave da estória é que muitas vezes a propaganda divulga obras ainda por realizar ou em simples processo de iniciação. Ou, então, inacabadas, que vieram de outras administrações e que estão sendo apenas completadas. Asfalta-se – e mal – alguns quilômetros de estrada, e divulga-se, na mídia, que o governo pavimentou uma quilometragem correspondente a distância de Belo Horizonte a Paris. Talvez não saibam sequer qual é a distância, ou então, na verdade tenham querido dizer Belo Horizonte a Paris, cidade a pouco menos de 200 km da capital mineira.

Quem divulga através da mídia é porque deseja propagar ou vender alguma coisa. E o que é que o governo do Estado de Minas Gerais pretende vender? Só se for a sua imagem pouco popular diante da opinião pública.

O mais lamentável de tudo é que os maus exemplos frutificam. Calcados no exemplo superior do administrador-mor do Estado, qualquer prefeito, mesmo de pequenas cidades do interior, julga-se com o direito de fazer o mesmo. Gastam verbas que seriam necessárias e úteis à infra-estrutura da área social, como esgoto sanitário e água potável, pulverizando-as para satisfazer o ego de administradores que, a não ser assim, não conseguiriam divulgar o seu trabalho.

É interessante observar que qualquer obra de elevado alcance popular ou social não necessita ser paga para ser divulgada. O seu próprio elevado interesse público encarregar-se-á de divulgá-la adequadamente. E de graça.

Agora, há um ano apenas do término do seu mandato, o prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, anuncia que vai construir em 36.000 m<sup>2</sup>, de uma área das mais valorizadas da capital mineira, um fabuloso complexo administrativo que deverá comportar a sede da Prefeitura e os edifícios de suas 14 Secretarias. Tudo está orçado em cerca de 1,5 bilhão de cruzados.

Tal projeto apresenta graves e sérios inconvenientes que temos a obrigação de denunciar, apesar do respeito que temos pelo prefeito Sérgio Ferrara. Em primeiro lugar, o seu elevado custo num momento de grandes dificuldades financeiras em todo o País e Belo Horizonte não é exceção. Em segundo lugar, o curto período que ainda resta à administração municipal, o que, além de encarecer a obra para poder inaugurá-la antes de sua saída, deixará provavelmente o ônus do seu pagamento ao seu sucessor. Isto quer dizer que o Sr. Sérgio Ferrara ficará com os bônus da obra e seu sucessor com os ônus do seu pagamento. Em terceiro lugar, a vultosa quantia a ser gasta em tal obra de necessidade duvidosa na

atualidade, desviando recursos que seriam muito mais úteis se aplicados na área social. E Belo Horizonte tem várias delas: ruas sem calçamento, bairros de periferia e favelas sem nenhuma infra-estrutura na área de esgoto sanitário e distribuição de água potável. Isto sem falar no abandono em que se encontra a bela região da Pampulha, que sempre foi a "sala de visitas" de Belo Horizonte, com sua lagoa ameaçada pelo assoreamento impiedoso proveniente de uma urbanização desenfreada e destruidora e também a proliferação de algas que ameaçam liquidar o belo lago que, no passado, foi um dos orgulhos turísticos de Belo Horizonte. Ao invés de tentar recuperá-la e transnaquilo que já orgulhosamente foi no passado, isto é, o mais sugestivo e belo local de turismo e lazer da capital mineira, o prefeito de Belo Horizonte faz planos de construir um conjunto administrativo de utilidade duvidosa, pelo menos no momento.

Obras monumentais, faraônicas e propagandas que só servem ao altar-ego de certos dirigentes, constituem um acinte diante das enormes dificuldades que nos cercam. Não é necessário ser economista para ver isto. Basta ter um pouco de bom senso, que é o que mais falta aos nossos atuais administradores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Como Líder, sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Equívocos acontecem, Sr. Presidente V. Ex.<sup>a</sup>, um simples mortal como eu, tem todo o direito de equivocarse. Só lamento que me tenha confundido com o ex-Deputado e ex-Senador Gastão Müller, cujo pensamento é inteiramente diverso do meu. Não descendo do Sr. Filinto Müller, e jamais serviria a um senhor que não fosse o povo, muito menos a ditaduras sejam civis ou militares.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Eu gostaria de pedir desculpas. É que o ex-Senador Gastão Müller foi meu colega no Senado e, por traição da minha memória, enganei-me.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Feita essa observação, Sr. Presidente, gostaria de dizer, em nome da Liderança do PDT, que se William Shakespeare fosse vivo, e vivesse a trágica e dramática realidade brasileira, certamente escreveria entre perplexo e surpresa: "há muito de podre no reino da Nova República".

Freqüentemente, os jornais menos comprometidos com o poder central veiculam sucessivas denúncias de desmandos, de malversação do dinheiro do povo, envolvendo vários escalões governamentais.

O jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje dá seqüência a uma série de denúncias, agora envolvendo o Ministro do Planejamento, o Sr. Aníbal Teixeira, e traz uma entrevista do ex-Deputado e ex-Chefe da Secretaria Especial de Ação Comunitária, em que ele tenta defender-se, dizendo, entre outras coisas, que as verbas distribuídas, a mancheias, a determinadas prefeituras foram autorizadas pelo Presidente José Sarney.

Fica a impressão de que há um conluio, que quadrilheiros tomaram de assalto o Palácio do Planalto para distribuir benesses e favores e usar ilegal e imoralmente o dinheiro público.

O Sr. Aníbal Teixeira, sobre quem não faço nenhuma acusação, mas apenas tento ecoar as denúncias da imprensa, ao defender-se diz textualmente:

"A maior fonte de corrupção dentro do governo são os fornecedores e as empreiteiras que estão com seus pagamentos atrasados, "porque quando um empresário se vê em dificuldades, quando tem dinheiro para receber do governo, não se importa em pagar taxas de intermediação para quem se propõe a conseguir a liberação desses recursos. Portanto, a única solução moralizadora é eliminar esses pontos que propiciam a corrupção, e isso só é possível com medidas de ordem institucional."

A acusação, agora sim, concreta e formal é grave. Transitam pelos tapetes palacianos centenas de empresários que são fornecedores do Governo, que executam obras para o Governo, e ao dizer que esses empresários, quando em dificuldades financeiras, não hesitam em aceitar intermediação ilegal e imoral, para a liberação de recursos que o Governo lhes deve, estão, evidentemente, dando curso a um processo de substituição dos costumes públicos deste País, que precisa ser coarctado urgentemente.

Dependendo da Assembléia Nacional Constituinte, da forma como as coisas estão caminhando aqui, com o Palácio do Planalto intervindo indevidamente nos trabalhos de elaboração constitucional, a solução proposta pelo Sr. Aníbal Teixeira jamais será conseguida.

Cabe ao Governo, portanto a obrigação e o dever de localizar esses pontos de corrupção, denunciá-los publicamente, e fazer com que a lei, sem nenhum revanchismo, se abata sobre os corruptos e os corruptores. Mas na sua defesa o Sr. Aníbal Teixeira nada explica a respeito da denúncia do Deputado Milton Sales, Líder do PFL na Assembléia Legislativa de Minas Gerais que, uma vez mais, garantiu que ele, Aníbal Teixeira, favoreceu o seu irmão Asdrúbal Teixeira de Souza com verbas distribuídas pela Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República. Diz textualmente Milton Sales:

"Vários Prefeitos foram forçados a adquirir alambiques fabricados pelo irmão de Aníbal Teixeira em troca de aplicações federais a fundo perdido."

Isto é igualmente grave, Sr. Presidente! É preciso ver que a preocupação com o uso criminoso do dinheiro que falta à mesa do trabalhador, do dinheiro que escasseia para promover profundas reformas econômicas e sociais neste País não vem de agora. O Ilustre Deputado Adylson Motta, em requerimento datada de 19 de setembro do ano passado e aprovado pela Câmara dos Deputados solicitou a convocação do titular do Ministério do Planejamento para prestar esclarecimentos a respeito de notícias veiculadas pela imprensa, envolvendo a liberação de verbas públicas com pagamento de propinas a funcionários de ministérios e sobre assuntos atinentes àquele órgão.

Esse requerimento está datado de 19 de setembro, e foi aprovado na sessão subsequente.

Até agora, a Presidência da Câmara dos Deputados não deu nenhuma satisfação à Casa sobre o encaminhamento desse assunto à Chefia da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que o Sr. Aníbal Teixeira marcasse a data para comparecer ao Plenário e oferecer as explicações que a Nação e o povo estão a reclamar.

Por isso, Sr. Presidente, é que muitas vezes, colocamos sob suspeição determinadas manobras que acontecem na intimidade da Câmara dos Deputados e da própria Assembléia Nacional Constituinte. Fato dessa gravidade, de uma dimensão que estremece a Nação, não é levado em consideração, nem é tratado com o devido respeito. O Sr. Aníbal Teixeira já deveria ter comparecido ao Plenário da Câmara dos Deputados, no ano passado mesmo, para esclarecer esses e outros assuntos sobre os quais os jornais têm dedicado muita matéria, denunciando ações ilegítimas, imorais a respeito de altos funcionários do Governo, inclusive Ministros, na manipulação de recursos públicos.

Sr. Presidente, quero, uma vez mais, formular um apelo, dentro do espírito pacífico que caracteriza a ação do PDT, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, ou na Assembléia Nacional Constituinte, ao Sr. Ulysses Guimarães, que é também o Presidente da Câmara dos Deputados, para que providencie urgentemente a remessa do convite ao Sr. Aníbal Teixeira, e S. Ex.<sup>a</sup> compareça aqui, e aqui, aos representantes do povo, ofereça as explicações necessárias. O que não pode continuar é esse mar de lama que, infelizmente, cerca o Palácio do Planalto; daí por que cresce, se agiganta e se robustece a tese de que é preciso convocar eleições para a Presidência da República urgentemente.

Tudo o que está ocorrendo neste País é igual ou pior ao que aconteceu durante os 21 anos de ditadura militar; a corrupção grassa e campeia abertamente, sem que nenhuma medida, punitiva ou não, esclarecedora ou não, seja adotada pelo Presidente José Sarney.

Apesar das 317 assinaturas da emenda que pretende conceder mais um ano ao Senhor José Sarney, estou convencido, Sr. Presidente – o meu Partido também está convencido – de que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte não aprovará esta medida, que depõe contra os bons costumes, que atenta contra os direitos do povo, determinando eleições presidenciais este ano, encurtando o mandato ilegítimo do Senhor José Sarney para quatro anos, porque esta é a vontade soberana do povo.

Para concluir, gostaria de dar uma resposta ao Sr. Saulo Ramos; um simples serviço, um escriba do Palácio do Planalto, um homem regemente pago, que deveria preocupar-se com os assuntos que lhe dizem respeito e para os quais recebe, não deveria ficar tentando tolher os trabalhos de elaboração constitucional, pretendendo ditar regras que nós não aceitamos e, sobretudo, colocar em cheque a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Espero que o Sr. Saulo Ramos se recolha a sua insignificância, continue sendo o prestador de serviço do Palácio do Planalto, mas deixe em paz os Constituintes que têm a histórica tarefa

de fazer uma Carta voltada para os direitos e para os interesses do povo.

Muito obrigado.

**O SR. GUMERCINDO MILHOMEM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: por determinação da Bancada Federal do Partido dos Trabalhadores, estive de sexta-feira passada, à noite, até terça-feira pela manhã, na cidade de Marabá, no Estado do Pará, ocasião em que visitei também a localidade conhecida pelo nome de Serra Pelada. Durante o tempo em que permaneci na cidade de Marabá, infelizmente, embora tenha procurado, não consegui falar com o prefeito da cidade, porque não havia horário disponível em sua agenda. Falei com ele apenas rapidamente por telefone. Não consegui também falar com o Presidente da Câmara de Vereadores, mas felizmente consegui participar de reuniões com entidades populares, democráticas, entidades sindicais, representantes de moradores, inclusive pude também participar de uma reunião convocada pelo Partido dos Trabalhadores em um bairro da cidade de Marabá, próximo à tristemente famosa ponte rodoferroviária do rio Tocantins.

Infelizmente, de tudo que vi e ouvi, somente posso dizer que confirmo o que foi noticiado pela imprensa. Queria acrescentar alguns elementos para convencimento dos Srs. Constituintes, que são também membros do Congresso Nacional, plenário em que se discute a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar deste assunto.

A verdade é que houve um massacre na cidade de Marabá, como já disse o próprio delegado Wilson Perpétuo, da Polícia Federal. Imagine-se que a Polícia Militar do Estado do Pará, bloqueando os dois acessos à ponte rodoferroviária, investiu contra os garimpeiros com bombas e balas. Muitos foram atingidos; muitos pularam de uma altura de mais de 70 metros sobre o rio Tocantins; muitos foram atirados desta mesma altura para o rio Tocantins; vários morreram; 46 foram contados como feridos a bala; dezenas de garimpeiros desapareceram. Um garimpeiro que deu entrevista a uma rede de televisão, dizendo que seria capaz de reconhecer os policiais que estavam envolvidos na chacina, também foi morto, posteriormente. Antes desse incidente, a Polícia Militar espalhou um verdadeiro pânico na cidade de Marabá, informando que os garimpeiros estavam preparados para invadir e para saquear a cidade.

Antes disso, porém, realizaram-se também cenas de terror em uma localidade conhecida pelo nome de "km 100", que fica na estrada que leva da cidade de Marabá ao garimpo de Serra Pelada. Lá, onde havia também um grupo de garimpeiros realizando bloqueios na estrada, a Polícia Militar agiu com tamanha violência, agredindo os garimpeiros, fazendo-os deitar de bruços no chão, agredindo-os a socos e a coronhadas, roubando relógios, roubando dinheiro, saqueando a localidade

– e fala-se que lá também houve um número elevado de mortos pela Polícia Militar.

Segundo testemunhas, nas proximidades da ponte rodoferroviária, foram vistos policiais colocando pessoas em peruas kombis, e não se tem certeza se estavam vivos.

Segundo a Polícia Federal, a Polícia Militar seqüestrou corpos que hoje são dados como desaparecidos. Tudo isto aconteceu depois que o acordo já estava firmado entre os garimpeiros, representantes do Governo Federal e do Governo Municipal de Marabá.

Pessoas que acompanharam o desenrolar das reuniões, com tentativas de negociação, dizem que o Prefeito da cidade havia solicitado algumas horas a mais ao Governador, uma vez que tendo firmado acordo em longas horas de reunião na Prefeitura, havia necessidade da concordância daqueles garimpeiros que estavam em Serra Pelada reunidos em assembléia, para deliberarem sobre aquele acordo, e que o Governador, tendo avisado das suas intenções, disse que daria apenas meia hora a mais para os garimpeiros.

Frise-se que o garimpo de Serra Pelada está a 150 quilômetros da cidade de Marabá, e que tendo o Prefeito insistido com o Governador, este simplesmente desligou o telefone, sem dar prosseguimento à conversação.

Lá na cidade de Marabá, no garimpo de Serra Pelada, é voz corrente que as autoridades que acompanhavam as negociações sabiam das intenções do Governador, e não foram a tempo avisar os garimpeiros sobre a possibilidade do que, infelizmente, acabou acontecendo.

O Comandante da Polícia Militar da cidade de Marabá disse que está com a consciência tranqüila, e que está disposto a responder a qualquer inquérito. A televisão mostrou policiais realizando buscas. Seria o caso de se perguntar se havia, como há, essas informações, que são contraditadas pelas autoridades da Polícia Militar, por que a Polícia não realizou essas buscas acompanhada de representantes dos garimpeiros, da Câmara Municipal da cidade e de entidades representativas de moradores? Não. Nada disso aconteceu. E o que é voz corrente na cidade – é a voz do povo – é que a Polícia Militar escondeu os corpos vitimados pela sua própria ação.

Estive na cidade de Marabá, participei de uma reunião na Câmara Municipal, em companhia do Deputado Olívio Dutra, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, lá estava também o Deputado Ademir Andrade, Deputado Constituinte pelo Estado do Pará, vários Deputados Estaduais do Estado do Pará, vários vereadores da Cidade de Marabá, da cidade de Belém, entidades representativas, diversos partidos políticos e todos estes representantes estão de olhos voltados para a ação do Congresso Nacional, interessados na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que sejam apurados esses fatos, para que sejam levados a conhecimento público do Estado, do País e de todo o mundo, do que realmente aconteceu em Serra Pelada, daquilo que está sendo apontado como, talvez, o maior massacre que já aconteceu em toda a História do País.

Aqui, no entanto, neste mesmo plenário, já pude presenciar atitudes protelatórias, obstáculos sendo colocados pela Liderança do PMDB. Se é verdade que o Comandante da Polícia Militar de Marabá está com a consciência tranqüila, por

que estaria a direção do PMDB criando obstáculos à instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito?

Na sessão do Congresso Nacional de hoje, vou me pronunciar sobre o mesmo assunto, objetivando convencer os Srs. Congressistas da necessidade da instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, instalação oportuna para que não parem quaisquer dúvidas e para que, ao final dos seus trabalhos, sejam tomadas medidas que serão encaminhadas no sentido de que se punam aqueles que foram responsáveis por aquele massacre conta os garimpeiros de Serra Pelada, no Município de Marabá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com muita alegria. Sr. Presidente, que venho informar à Casa e à Nação do grande crescimento atualmente do Partido Democrático Cristão, em todo o País.

Sr. Presidente, chegamos ao pedido de implantação de comissões executivas municipais de todos os Estados brasileiros. Nenhum Partido cresce no momento tanto quanto o PDC. Há, efetivamente, uma grande busca à Democracia Cristã Brasileira, porque os outros Partidos, e principalmente os velhos e grandes Partidos, não corresponderam às expectativas da Nação; não contam mais com a confiança do povo; o povo, efetivamente, nada mais tem a esperar dos velhos Partidos, dos grandes Partidos, dos que são os maiores Partidos nacionais, um deles, que poderia muito bem, hoje, ser designado, como o foi a Arena, de maior partido do Ocidente, o PMDB.

A democracia cristã, que prega a integração de todos os brasileiros, de todas as classes, e abjura a luta de classes, a luta entre irmãos; democracia cristã que condena o liberalismo, que quer manter privilégios, quer reduzir o número de proprietários, porque entende a democracia cristã que só com a ampliação do número de proprietários, ampliação de tal nível que possa atingir a todos os brasileiros, levando a cada um o direito sagrado de um teto, de emprego, de proteção à saúde, de educação e de condições dignas de vida, somente com a ampliação desses direitos a todos os brasileiros é que daremos segurança à Pátria, à sociedade brasileira.

Queremos democratizar as oportunidades, queremos democratizar a propriedade, queremos, efetivamente, tornar justa a distribuição de renda em nosso País, queremos fazer todo o possível, Sr. Presidente, para que a sociedade brasileira seja livre, justa e solidária, e possa levar prosperidade a todos os nossos homens e mulheres que lutam por uma melhor qualidade de vida, que lutam por um País mais forte e respeitado também no plano externo, luta para que o Brasil possa ter aquele papel que lhe cabe por direito, porque é uma grande Nação e tem que se transformar, pelo potencial de riqueza que tem, pela força e pela alta qualidade do seu povo, numa grande potência mundial, não numa potência pa-

ra agredir ninguém, para submeter ninguém, mas para conviver pacificamente com todos os povos.

Registro, Sr. Presidente, com a mais viva alegria, esse crescimento espantoso para alguns; para nós, um fato que realmente sabíamos que ia acontecer, não é surpresa. Mas é muito bom! É com muita alegria que trazemos a esta Casa a realidade que demonstra a opção pela democracia cristã que homens e mulheres deste País estão fazendo, cada vez mais, porque procuram democratizar este País, e a única forma de democratizá-lo, de humanizá-lo, é pela dada democracia cristã. (Muito bem!)

## VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr.

ADYLSON MOTTA – Requerimento de informações ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central sobre verba para reordenamento do sistema financeiro internacional disciplinada por grupo de economistas do Banco Mundial.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Passa-se ao horário de

## VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Constituinte Lezio Sathler.

**O SR. LEZIO SATHLER (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes:

Um documento do GEIPOT, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte, registra que:

Na década de 1950, o Brasil entrou em peso na era rodoviária. Em poucos anos, a indústria automobilística nacional deixaria suas modestas origens para transformar-se em uma das maiores do mundo. O automóvel, antes reservado a uma reduzida elite, tornou-se um artigo de consumo de classe média e, mais significativamente, um símbolo de "progresso" e "desenvolvimento" a nível nacional. Multiplicaram-se as estradas, ruas, avenidas e estacionamentos para acomodar um número cada vez maior de automóveis, ônibus e caminhões. Abriam-se novas oportunidades econômicas nas fronteiras agrícolas, diminuíram-se os custos de transporte e os tempos das viagens que os brasileiros fariam, com uma frequência cada vez maior.

Havia, no entanto, um lado negativo do rodoviarismo, ao qual povo e autoridades por muito tempo ficaram alheios: dependência excessiva de petróleo importado; congestionamento, ruído e poluição nos centros urbanos; acidentes de trânsito. Incôscio desses fatores, o País não encarou esses fenômenos inerentes ao rodoviarismo como problemas, no sentido de questões propostas para solução. Sofreu, em consequência, os efeitos da crise energética, os quebra-quebras nos transportes públicos e registra, anualmente,

um número de mortos e feridos em acidentes de trânsito que pode, sem exageros, ser comparado ao de uma guerra.

As circunstâncias adversas da década de 1970 fizeram com que se evidenciassem esforços para reduzir a dependência energética e as deficiências dos transportes públicos, e tudo indica que existem condições latentes para que isto também ocorra no caso dos acidentes de trânsito.

No entanto, dois fatores precisam estar presentes para que as condições latentes se transformem em esforços concretos. Primeiro, a sociedade precisa ter uma idéia melhor da magnitude dos prejuízos humanos a materiais decorrentes de acidentes de trânsito, pois poucas pessoas reconhecem a gravidade do problema e os meios de comunicação tardaram em perceber a sua urgência. Segundo, os acidentes não podem mais ser encarados com fatalismo, como "coisas que acontecem", fora do controle humano, e, sim, como questões propostas para solução.

A mensagem básica é esta: os acidentes de trânsito trazem um prejuízo incalculável aos lares e à economia dos brasileiros, realizam-se a taxas até dez vezes superiores às de outros países, e existem soluções capazes de reduzi-los drasticamente nos próximos anos.

Este documento é o relato de um documento mais recente de análise nacional feita por várias entidades de vários Ministérios, entidades públicas e privadas, sobre a análise dos problemas de acidentes de trânsito no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em manchete do **Diário da Tarde**, do Estado de Minas Gerais, jornal renomado na Capital mineira, na edição de 21 de setembro de 1987, um jornalista, entre tantos outros da imprensa, que tem demonstrado preocupação com o assunto, Victor Purri, dá um grito para a Nação inteira, dizendo:

"Em nome da vida, parem de matar!"

E o Jornalista Victor Purri, assinalando como tragédia rodoviária, como tragédias automobilísticas, como assassinatos institucionalizados, nas ruas, nas estradas e nas rodovias deste País, lamenta, acompanha e registra, em minúcias, o acidente dos companheiros da imprensa da **TV Alterosa** de Minas Gerais.

Diz, ainda, no seu artigo, muito apropriado para este momento da Assembléia Nacional Constituinte, quando trazemos uma emenda a propósito deste assunto:

Mas afinal, o que está acontecendo com os homens deste País? Por onde andarão o bom senso, a responsabilidade, o respeito pelo semelhante? Para onde caminhamos nós, os chamados seres racionais, capazes até mesmo de mandar um engenheiro à Lua nesta loucura chamada trânsito? E o respeito pela vida alheia, onde estaria escondido? Será que não haveria, em cada ser humano, um pouquinho de sensibilidade, de civilização? E a consciência de cada um estaria atacada pela devastadora moléstia do esquecimento de princípios comportamentais que até mesmo os animais conseguem manter em seu meio?

As perguntas fervilham, desafiando a capacidade de pensar e de comportar das pessoas em pleno século XX, era da mais alta tecnologia alcançada pela humanidade. Dizer que os acidentes de trânsito no Brasil matam mais que o câncer já virou lugar comum, "música de má qualidade", cantada por todos mas não assimilada, em sua plenitude, pela população assustada. Diariamente os jornais ocupam espaços e mais espaços com as tragédias e, nos órgãos do Governo, o muito que se fala é na realização de campanhas educativas.

Uma palavra de alento, que tanto buscamos nesses mesmos órgãos governamentais, não é ouvida. A tática de "fazer ouvido de mercador" é uma constante no Governo, que não ataca, em seu âmago, a questão dos acidentes. Ele também não ataca problema na origem, examinando, com atenção, as causas que provocam tantas tragédias automobilísticas pelo simples fato de ser mais cômodo ficar conivente com esses tristes acontecimentos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trazemos três emendas, especificamente, sobre o tema trânsito, em campos distintos. Quando colocamos uma proposta para estabelecer os princípios e diretrizes para o Sistema Nacional de Trânsito e Transportes, numa alteração do art. 23, no campo da competência da União, justificamos o que, até então, parecia palavra que fugia do extraordinário avanço do progresso e do crescimento urbano neste País; os problemas de uma concentração de 70% da população nas áreas urbanas. E é ali, onde, de forma mais direta e mais acentuada, vem chamando a atenção da população para esse problema.

Os sistemas de trânsito e transporte guardam entre si interdependência e jamais poderão ser dissociados – nós justificamos – face às funções inter-relacionadas que se estabelecem a partir da implementação de qualquer plano ou projeto sobre circulação de área. Um novo modelo constitucional não dispensaria uma formulação de diretrizes nacionais de trânsito, estabelecendo uma política nacional prioritária dentro da distribuição das competências e peculiares interesses da própria União, Estados e Municípios. Seria de todo inadmissível mantermos a hiperconcentração de poderes, sem que houvesse substancial melhoria na aplicação e na coordenação das diretrizes para um sistema nacional de trânsito.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, avocamos novamente a defesa pelo que foi colocado como discriminação num texto constitucional ainda na competência da União, quando registram a implantação de um sistema nacional de desenvolvimento urbano e fazem referência, e muito justa, de que nesse sistema nacional de desenvolvimento urbano esteja registrada a defesa pela habitação, que é justa e um problema sério que este País enfrenta.

Uma outra conquista que aproveitamos para registrar, como fator que venha realmente conter o êxodo urbano, é a necessidade de uma política definida de habitação, no meio rural, que preserve a dignidade humana, iniciando-se pelo direito sagrado de morar, de ter um teto no meio rural, de ter saúde, educação, assistência. Uma política

definida de habitação no meio rural é uma forma de conter o êxodo rural e as grandes concentrações urbanas. As estatísticas mostram que muitos desses que morrem no trânsito são pessoas indefesas, despreparadas e pouco adaptadas à convulsão do conflito da máquina com o homem no estreito e não planejado espaço urbano.

Então, reivindicamos aqui, para inserir dentro do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, que seja incluído como está: "habitação," preserve; "saneamento básico", preserve; e incluído: "trânsito," porque lá está "transporte" e não existe transporte sem trânsito. E, aqui, temos a presença de um ex-Secretário de Transportes, que conhece muito bem o assunto. E nós justificamos aqui, então, que o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano é matéria de caráter imperioso na sociedade moderna, quando cerca de 70% da população brasileira vive nas cidades.

Quando era escrita a Constituição de 1946, na Constituição de 1946, 70% da população morava no meio rural. E o processo inverteu. Hoje temos 70% na área urbana. Dentre as funções sociais integrantes desse sistema estão o trânsito e o transporte, que são interdependentes. Só se têm um sistema eficiente de transportes quando o trânsito local proporciona aos usuários conforto, segurança e rapidez em toda a malha viária. E, nestas condições, devem prevalecer os componentes previstos no projeto em apreciação, acrescidos da função trânsito, por entendermos que o mesmo deverá funcionar integrado ao sistema de transportes, eliminando, destarte, os sérios conflitos existentes no meio urbano.

E na última emenda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que trazemos para apreciação dos Srs. Constituintes, referente à matéria trânsito, nós conclamamos o óbvio. Nós só vamos encontrar redução acentuada nas dramáticas estatísticas de acidentes de trânsito, de mortes violentas, no dia em que nós tivermos consciência de que passa pelo processo da educação, e formarmos, prepararmos e adaptarmos o comportamento adequado ao homem para conviver com a máquina, para conviver numa sociedade tecnologicamente avançada, em progresso, onde a velocidade, onde a busca do conforto é a necessidade de se deslocar com rapidez dentro de determinados princípios de preservação das leis de trânsito, então o homem precisa ter comportamentos adequados. E para isso avocamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, um trabalho que elaboramos quando Diretor-Geral do Detran do Espírito Santo, implantando um projeto que chamou a atenção do Brasil inteiro, e até de algumas universidades do exterior, que tiveram a oportunidade de acompanhar um processo que achamos importante quando se implanta um projeto, que é a constante e permanente avaliação desse projeto, para que os seus resultados sejam aferidos, não a curto prazo, porque quando se fala em educação, quando se investe em educação, os resultados não vêm a curto prazo.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o mundo tem estado às voltas com problemas cruciais, e o homem tem agilizadoforças no sentido de solucioná-los. Para conter a explosão demográfica, buscam-se melhores métodos de controle da natalidade. Diante da ameaça de um holocausto nuclear, poderosas forças armadas de intimida-

ção e sistemas de mísseis antibalísticos são criados. Tenta-se aplacar a fome do mundo com novos alimentos e melhores métodos de cultivo.

Nós colocamos, ainda, que espera-se que o aperfeiçoamento dos serviços sanitários, de medicina e de controle às doenças, melhores condições de habitação e de transporte, resolvam os problemas das favelas, e que os novos meios de diminuição e de acondicionamento dos detritos paralise a poluição ambiental. Notáveis realizações em todos esses campos podem ser apontadas, e não é surpreendente que se procure expandi-las. Contudo, a situação continuará evoluindo inflexivelmente para o pior, devido a erros da própria tecnologia e a ganância do homem desumanizado.

Apesar de todos esses esforços aqui registrados, no sentido de se buscar soluções para os problemas do homem, é desalentador constatar que onde começa o comportamento humano cessa a tecnologia e a pesquisa, prosseguindo-se, como no passado, com o que se aprende na experiência pessoal ou da compilação de experiências pessoais, chamada História ou destilação de experiências encontradas na sabedoria popular e nas regras práticas do costume.

Entretanto, tudo isso esteve a nossa disposição durante séculos, e tudo o que se tem para demonstrá-lo é o estado atual do mundo em que vivemos. Aí está a fome, aí está a miséria, aí está o homem não sabendo conviver com a máquina, aí estão todas as marcas registradas de que a inteligência do homem cria e às vezes se transforma para destruir a si mesmo.

Colocamos ainda, Sr. Presidente, que há 2.500 anos poder-se-ia dizer que o homem compreendia-a si mesmo tão bem quanto a qualquer outro aspecto do seu mundo. Hoje, é a si mesmo que menos o homem conhece. Houve um grande progresso no controle físico do mundo biológico, mas o sistema político, educacional e mesmo os modelos econômicos, embora adaptados às condições muito diferentes, não melhoraram muito. Contudo, o avanço tecnológico possibilitou ao homem a conquista do espaço sideral. Colocar o homem na lua foi mais fácil do que melhorar a educação escolar, do que construir melhores tipos de habitação para todos, do que proporcionar bons empregos para todos e, conseqüentemente, elevar o padrão de vida? É claro que ninguém poderá dizer que não foi mais importante chegar à lua, mas o estimulante na viagem foi justamente a sua viabilidade.

Não há estímulo comparável nos problemas propostos pelo comportamento humano, não há soluções à vista, por isso não se trata cientificamente os fatores causais do comportamento inadequado para se promover sua mudança. Segundo o ponto de vista tradicional, o indivíduo é livre, é autônomo no sentido de que seu comportamento não tem causa. Portanto, pode-se considerá-lo responsável por seus atos, e puni-lo, mercidamente, por seus erros. Tem sido esse o procedimento adotado no que se refere ao comportamento do homem no trânsito, e seu comportamento inadequado tem sido punido, por um lado, para que se pudesse tolerar o controle externo, até certo ponto, e, por outro, que o homem está predestinado a fazer o que um Deus onisciente sabe que fará. E o drama inexorável aconte-

ceu porque Deus quis, quase que numa interpretação de um fatalismo.

O homem, autônomo, lê que milhares de pessoas morrem em acidentes de trânsito num fim de semana e ganha a estrada, como se estivesse livre de tudo isso. Antropólogos, sociólogos e psicólogos têm utilizado seus conhecimentos específicos para provar que o homem é livre e responsável, defendendo sua dignidade e seu valor. Não se pretende aqui questionar isto, mas que, além desta defesa da dignidade, da liberdade do homem, é preciso descobrir e estudar os fatores que o levam a se desumanizar, principalmente no trânsito, que é nosso objetivo.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já se acha esgotado, nobre Constituinte.

**O SR. LÉZIO SATHLER:** – Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos mostrando, através dessas teses de ordem científica, e, ao mesmo tempo, do comportamento do homem no campo prático, no dia-a-dia no trânsito, que há uma urgente necessidade, há uma intransferível necessidade de se formar uma consciência individual, coletiva e crítica no homem, para que ele possa continuar convivendo pacificamente com a máquina. E por aí passa a defesa da nossa tese, da nossa emenda, de que há necessidade de se instituir e se estabelecer os princípios e as diretrizes para um sistema nacional de trânsito e de transporte, e há necessidade de se estabelecer e implantar uma política de educação para a segurança no trânsito.

E justificamos com um verdadeiro paradoxo: convocamos aqui, na Constituinte, que a coletividade precisa de segurança nas ruas e nas estradas, porém nem sempre apóia as medidas necessárias para assegurá-las. Os acidentes de trânsito são uma das maiores fábricas de deficientes físicos no Brasil. E como estamos assegurando, justamente, no texto constitucional legislação específica para os deficientes físicos, é necessário atacar a causa principal, que são os acidentes de trânsito. E aqui registramos: 50 mil mortes por ano; 350 mil vítimas; 700 mil acidentes por ano; 1 milhão de veículos em colisão por ano, e um prejuízo de 1,5 bilhão de dólares por ano. Para se ter idéia, 1,5 bilhão de dólares é um valor superior ao orçamento de muitos Ministérios da União. O mais trágico, no entanto, é que a grande maioria desses prejuízos humanos e econômicos podemos dizer que é evitável.

Concluimos: a média de idade de mortes no trânsito é de apenas 33 anos, enquanto que nas doenças cardiovasculares e no câncer a média está entre 52 e 53 anos. Acredita-se que a visão sistemática das causas e da prevenção representa um avanço significativo com relação à compreensão do fenômeno do acidente de trânsito. Registra-se, com satisfação, que existe competência técnica bastante no Brasil para se implementar medidas preventivas e eficazes.

Para que o ser humano possa enfrentar o ambiente de trânsito, com o máximo de eficiência, necessita ele desenvolver de modo integrado certas habilidades prévias que constituem um sistema de ação que apóia e contribui para a compreensão e interpretação de eventos relevantes

a uma educação para o trânsito verdadeiramente significativa. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Lézio Sathler o Sr. Mário Maia, 2º-Secretário, deita a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Martins, nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 2/87, da ANC.*

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Ronaldo Carvalho.

**O SR. RONALDO CARVALHO (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, dia 13 de janeiro, tive a oportunidade de acompanhar dezenas de bataticultores do sul de Minas em audiência com o Ministro da Agricultura, quando foram levar àquela autoridade a enorme preocupação do setor com o futuro da cultura da batata no País.

Durante a audiência, o Ministro ouviu dos agricultores suas queixas e reivindicações a respeito do preço de comercialização do produto. No ano passado, a saca de 60 Kg foi vendida no Ceasa ao preço de Cz\$ 1.000,00. Este ano, a mesma saca não alcança valores acima de Cz\$ 300,00, o que significa um preço de Cz\$ 5,00 o quilo.

No entanto, o preço do quilo de batata nos supermercados e mercearias já ultrapassa a Cz\$ 20,00, ou seja, o produto sofre um aumento de quatro vezes, do Ceasa ao consumidor final. Mais uma vez aparece a figura do atravessador sem que o Governo tome nenhuma providência.

Estas crises, antes cíclicas, já são constantes atualmente. O Sul de Minas tem seu papel fundamental na produção de batata pois representa aproximadamente 80% da produção do Estado de Minas, este, por sua vez responsável por 30% da produção nacional.

Ao todo, 250 mil pessoas são ocupadas na cultura da batata e nas suas culturas de sucessoras de grão e que podem perder seus empregos.

Para salvarmos os produtores de batatas de uma irreversível falência, o Governo deve tomar as seguintes providências:

**Primeira:** Eliminação da correção monetária, estabelecendo modalidades do Sistema de Crédito Rural para Crédito de Custeio e Comercialização.

**Segunda:** Prorrogação dos financiamentos vencidos e a vencer.

**Terceira: A solicitação anterior deverá ser aplicada em três etapas, uma vez que os plantios são feitos em três épocas do ano (água, secas e inverno). Para cada financiamento deverá ser concedido o prazo de 12 meses a contar do seu respectivo vencimento.**

**Quarta:** Concessão de novos financiamentos para que os produtores tenham condições de efetuar novos plantios, para ressarcirem seus débitos atrasados, pois sem isto não terão condições de recuperação, nem a curto nem a longo prazo.

**Quinta:** Transferência dos títulos e empréstimos de bataticultores vencidos em carteiras comerciais para as carteiras agrícolas, para que esses produtores sejam também beneficiados pelo atendimento de outras solicitações.

**Sexta:** Liberações para aquisição de insumos depositadas diretamente nas contas dos produtores.

**Sétima:** Financiamento de equipamentos de irrigação aos produtores através do PROFIR com 5 anos de prazo e 2 de carência, ou seja, nos 2 primeiros anos somente o pagamento dos juros em parcelas semestrais. O principal com pagamento em 7 parcelas semestrais, vencendo a 1ª no quinto semestre. Estes financiamentos de irrigação e de outros investimentos são necessários devido à descapitalização dos produtores e às constantes oscilações climáticas regionais. Em todas as épocas de plantio, inclusive nas águas, deverá ser exigida e apoiada financeiramente a segurança das irrigações.

**Oitava:** Maior apoio à pesquisa; extensão rural e às entidades certificadoras de batatas sementes.

**Nona:** Construção estratégicas de câmara frigorífica com crescimento modular para armazenamento de 120.000 caixas de batata semente.

Estes são, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os procedimentos mínimos para manter de pé uma laboriosa classe de agricultores que acreditem na terra como geradora de riquezas e produtoras de alimentos para o povo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Santana.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

De qualquer maneira, estamos discutindo, nesta fase da História da nossa Pátria, o destino do povo e do próprio País.

Não é demais repetir, Sr. Presidente e Srs. Constituintes – já que não há nenhuma Constituinte presente – que a economia é o setor que comanda, em última instância, o destino e a vida de qualquer povo. Quando se perde o controle da economia, perde-se, na realidade, o controle da soberania. Esta é a síntese final que se pode fazer em qualquer país do mundo.

Temos apreciado, nesses últimos tempos, uma campanha intensa em que as distribuidoras de petróleo no Brasil – a Shell, a Esso, a Atlantic, a Texaco, a Hudsom, parece-nos também a São Paulo, todas as empresas internacionais ou transnacionais – mostram as grandes vantagens que o Brasil e o seu povo têm com a sua permanência no setor de distribuição de petróleo.

Todos sabem que esse setor não exige nenhuma tecnologia, não exige nenhum preparo especial. Já em 1961, o ex-Ministro das Minas e Energia, João Agripino, que, aliás, era da "Banda de Música da UDN" – homem por quem tenho o mais profundo respeito pelo seu espírito público, pelo seu patriotismo – já nesta época, o Ministro João Agripino, em documento enviado ao Presidente de então, o Sr. Jânio Quadros, propunha que a distribuição dos derivados de petróleo passasse a ser feita por empresas exclusivamente nacionais. E por quê? Esta proposta resultava da capacidade que o Brasil alcançaria, no ano de 1962, de refinar todos os derivados necessários ao seu consumo. Então, era a chamada auto-suficiência na refinação. E como tínhamos, já naquela época, a auto-suficiência na refinação, era justo que, investindo como investimos bilhões de dólares na construção e operação dessas refinarias todas – hoje estão espalhadas do Norte ao Extremo-Sul – era justo que a rentabilidade fosse acu-



mulada no País e não exportada ou apropriada por empresas internacionais. O Ministro João Agripino tinha razão.

Sr. Presidente, a coisa mais difícil do mundo, hoje, é a gente ser brasileiro. Estou chegando a esta conclusão. Fizemos um esforço enorme para obter dados, desde 1917 até agora, quando essas empresas se instalaram no Brasil, isto é, há 70 anos! E com dificuldade conseguimos alguns dados, mas que não revelam todo o quadro, todo o período de 70 anos.

Esses dados que conseguimos obter, podemos resumir-los, simplesmente, em três números: os investimentos, durante todo esse período, dos anos a que tivemos acesso, foram de 429 milhões, 625 mil, 595 dólares e 26 centavos. Nesses mesmos dados, interrompidos, que não são contínuos, conseguimos apurar que eles reinvestiram 245 milhões, 478 mil, 205 dólares e 59 centavos, e remeteram para o exterior 247 milhões, 978 mil, 205 dólares e 59 centavos.

Se tivermos a preocupação de somar os reinvestimentos que são lucros com as remessas para o exterior, vamos ver que essas duas parcelas já são bastante superiores – mesmo não sendo completas – aos investimentos feitos aqui.

E, nesse mesmo período, o estoque de investimentos alcançava 642 milhões de dólares e 500 mil. Esse estoque, geralmente, é a soma dos investimentos e dos reinvestimentos.

Mas, Sr. Presidente, a coisa não fica só nisso. Temos aqui o jornal **PO**, que significa Posto de Observação, onde há um artigo imenso com o título "O Cartel", onde se lê o seguinte:

"Desde o ano de 1984, considerando todos os aumentos realizados, o estoque especulativo em poder das distribuidoras proporcionou a essas distribuidoras um lucro de 1 trilhão e 200 bilhões de cruzeiros, ao preço de 1984".

Isto significa, Sr. Presidente, que quando há um aumento no preço dos combustíveis e dos derivados, o estoque que essas empresas tem passa a ser vendido pelo novo preço, e aí eles acumulam lucros fantásticos! No Governo Jânio Quadros esses estoques eram medidos, e a diferença entre o preço novo e o preço velho era recolhido aos cofres da PETROBRAS. Mas isso deixou de ser feito.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> Como a lucratividade dessas empresas cresce assustadoramente, ainda mais agora que, de mês em mês ou duas vezes por mês, temos um aumento de 20 a 30% nos combustíveis. Por exemplo: elas guardam seus estoques e na hora em que vai haver um aumento não sai caminhão nenhum, esperam um aumento e a partir da meia-noite já faturam pelo preço novo, isto é, aquilo que eles compraram por menos 30%, passam a faturar mais 30%, e isso sai dos cofres da Nação para o benefício das empresas distribuidoras.

É tão lucrativo esse sistema, Sr. Presidente, que essas empresas têm um grande destaque entre as vinte maiores empresas privadas do Brasil. Sob o título "As 20 maiores empresas privadas, por vendas", publica o **Almanaque Abril 88** uma extensa relação, que não vou ler para não cansá-los. Entre as vinte empresas citadas, sabem os Srs. Constituintes quantas são brasileiras? Cinco apenas; quer dizer 25% e as quinze restantes são multinacionais, a começar pela Shell, terminando

com a Rhodia. Todas as empresas distribuidoras de petróleo estão entre as maiores empresas privadas, inclusive a nossa Ipiranga, que, distribuindo apenas 8% de todo o combustível no País, está colocada em 12º lugar, tanto em 1987 quanto em 1986.

Sr. Presidente, podemos verificar por essa publicação insuspeita, como é o **Almanaque Abril 88**, como a nossa economia é drenada, porque entre as vinte empresas de maior faturamento apenas cinco são nacionais; as outras quinze são empresas transnacionais ou multinacionais.

Quando tivemos ocasião de apresentar a nossa emenda, que foi aprovada – hoje ela é da constituinte, não tem mais dono, nem quero reclamar paternidade de coisa alguma – o que estamos tentávamos era a aprovação deste texto conforme está no Relatório do Projeto Cabral I, porque ele irá beneficiar enormemente a economia do País retendo milhões de dólares em território brasileiro. Porque não há quem possa nos explicar que um País possa se tornar capitalista, entregando todos os setores essenciais de sua economia à exploração internacional. Não podemos entender isto. Porque o sistema capitalista tem como norma básica a acumulação de capital, e aqui se trata de um comunista histórico falando desta tribuna: quem não acumula capital não enriquece, qual o operário que pode enriquecer? Nenhum!

O enriquecimento do industrial, do empresário, resulta da mais valia do trabalho que ele apropria. Por exemplo: quando a Votorantin apropria a mais valia de seus milhares de operários, essa apropriação julgamos conveniente ao País, embora seja drasticamente ruim para o operário, mas, do ponto de vista do futuro do País é conveniente, porque é uma empresa nacional, ela se apropria do capital e ele fica nas nossas fronteiras.

Mas o que ocorre com empresas transnacionais como a Shell, a Volkswagen, a Ford, a General Motors e outras tantas que estão aqui? Elas se apropriam da mais valia e, evidentemente, alguma parte de seus lucros pode ser reinvestida aqui, mas os seus acionistas, no exterior, estão atrás dos dividendos. E elas têm que remeter esses dividendos para que os seus acionistas possam continuar confiando naqueles que estão dirigindo a empresa. Isto é uma fatalidade!

Sr. Presidente, o nosso País – e há pouco eu estava falando com jornalistas jovens – é considerado a 7ª potência econômica do mundo, na palavra do Sr. Abreu Sodré, que, em entrevista no programa Crítica e Autocrítica, disse que o Brasil era a 7ª economia do mundo. Sabemos que é a 8ª, mas sendo a 8ª ou a 7ª não tem a menor importância. O fato concreto é que esta 7ª economia do mundo deveria ser também a 7ª Nação do ponto de vista social, de saúde, de educação, de lazer, etc. Mas quando a ONU pega os seus parâmetros e os aplica a todos os países do mundo, no que se refere à educação, saúde, lazer, nível da vida, moradia, o Brasil, que é a 7ª potência econômica do mundo, passa à sexagésima posição. Isto significa que descemos da 7ª ou da 8ª e vamos parar na sexagésima posição e outros 52 ou 51 países menos desenvolvidos, com tecnologia muito menos avançada que a nossa, com um Produto Interno Bruto, às vezes, insignificante, têm uma situação social muito melhor que a do povo brasileiro.

Aí está, Sr. Presidente, por que, apesar de sermos a 7ª ou 8ª potência econômica do mundo, continuamos sendo este País de 40 milhões de famintos, de 40 milhões de carentes, e, se formos fazer a estatística real do analfabetismo – porque alfabetizado no Brasil é aquele que escreve o nome – se formos procurar saber quem lê jornal, no mínimo, vamos ter 60% de analfabetos, sendo a 7ª ou 8ª potência econômica.

O resultado é este, Sr. Presidente: do ponto de vista internacional, podemos nos considerar como um País operário, um País que trabalha para os outros, porque não somos donos do nosso próprio trabalho, e o que nos enriquece mesmo é o trabalho. Podemos ter as maiores reservas do mundo em qualquer setor, mas sem o trabalho do homem elas não têm nenhuma potencialidade de riqueza. É um potencial, mas não está dinamizado. Quem dinamiza o potencial é o trabalho mas se não somos donos do trabalho, estamos vendendo a nossa força, e quem vende força de trabalho continua sendo escravizado.

O Brasil, hoje, a nosso ver, é um País que está marchando aceleradamente para um estado de escravidão permanente, sobretudo se esse projeto do Capítulo da Ordem Econômica e Social, que dizem ser de autoria de um grupo que se denominou Centrão, for aprovado como está, "**Bye, Bye Brasil**", como diz o filme. Aí vamos selar definitivamente a nossa condição de País dominado, colonizado, explorado, espoliado, humilhado e ofendido.

A "santa" Shell se apresenta como uma empresa benéfica, que tantos favores tem prestado a este País. Vejam o esquema da Shell no Brasil: controla 50 empresas, até de reflorestamento e de hotelaria, que são altamente subsidiadas com o dinheiro do povo brasileiro; a grande maioria dessas 50 empresas, que estão sob o controle da Shell no Brasil são do setor de mineração.

Todos sabem que a Billinton está situada no Município de São Luís do Maranhão, e tem uma pequena área, onde funciona a fábrica, com 12 mil hectares. Pois bem, espantem-se os Srs. Constituintes: a Billinton, inicialmente, era Alcoa. O contrato foi feito no dia 9 de setembro de 1974, parece-me, e logo no dia 25 assinaram outro, porque o primeiro foi feito em nome da Alcoa, que é a grande transnacional de alumínio dos Estados Unidos, controladora de 30 por cento do mercado mundial. Vinte dias depois, fizeram um adendo ao contrato, substituindo o nome Alcoa por Alumar, que era a união da Alcoa com a Billinton, que é Shell. E, aí, dividiram o capital: 60% da Alcoa e 40% da Shell. Vale dizer, também, que a Shell domina 30% do mercado mundial de alumínio; Alcoa e Shell controlam 60% do mercado internacional de alumínio. Pois bem! A Billinton, situada no Município de São Luís, do Maranhão, através da Portaria nº 1.654, de 13 de agosto de 1979, então, realmente, os contratos foram assinados em 1979, porque a Portaria é de 13 de agosto e os contratos foram, respectivamente, de 9 e 29 de setembro, por determinação dessa portaria que colocou abaixo toda a legislação do País sobre produção e distribuição de energia, toda essa legislação que garante a depreciação, juros e reequipamentos. Tudo foi abaixo, prevalecendo a Portaria do Ministro. Então, fez-se um contrato de 20 anos para o fornecimento de

energia da Eletronorte a essas empresas, por um preço altamente subsidiado. Basta que V. Ex.<sup>as</sup> saibam que nenhum empresário brasileiro tem energia por preço tão vil, como tem a Billinton, que é a associação da Alcoa com a Shell.

Esse preço, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é algo irrisório; segundo, também, palavras de diretores da Eletronorte, não dá nem para pagar o financiamento dos empréstimos feitos para construir Tucuruí. V. Ex.<sup>as</sup> sabem que alumínio é energia elétrica concentrada, e a Billinton, em São Luís, só produz lingote de alumínio, que é matéria-prima pura, pois a bauxita, que é o minério que produz o alumínio, tem um teor de 14 ou 15% metálico de alumínio.

Ora, se fossem exportar um milhão de toneladas para produzir o alumínio fora, iriam obter praticamente 110 mil toneladas de alumínio. Então, é muito melhor que façam a matéria-prima aqui. E o que é que eles fazem? Fazem o lingote de alumínio, que é energia concentrada. Basta dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que só essa fábrica consome duas vezes mais energia do que todo o Estado do Maranhão, pois essa concentração de energia e de matéria-prima é praticamente de graça, por que a preço vil. Inclusive, houve uma proibição do atual Ministro de que nenhum contrato desses seja feito. Acontece que esses contratos foram assinados por vinte anos, e a Eletronorte vai ficar na fome e na miséria, porque 2/3 da sua energia estão sendo destinados à produção de alumínio a ser exportado como matéria-prima.

Agora, a Billinton, a empresa produtora desses lingotes, segundo, também, depoimento de um Colega nosso do Maranhão, anualmente dá prejuízo. Então, não pagam nem Imposto de Renda, no Brasil, porque dá prejuízo. Agora, o lucro extraordinário é feito na Europa. Eles mandam os lingotes e lá é que isso é industrializado, isso que a construção civil usa, hoje, em esquadrias, tanto portas, como janelas, essa grande aplicação do alumínio na indústria automobilística e outras indústrias. Tudo isso é feito lá, e, lá, eles têm os grandes lucros. E a "santa" Shell quer ficar aqui distribuindo petróleo...

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins):** – Nobre Constituinte, o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já se acha esgotado.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Vou encerrar, Sr. Presidente, simplesmente dizendo o seguinte: a "santa" Shel, que tanto está sofrendo com essa proposta de nacionalização de derivados de petróleo, "come" nossa energia a preço vil, recebe a matéria-prima por quase nada e vai ter seus lucros na Inglaterra, na França, nos países europeus. Aqui só fica o prejuízo à Eletronorte, a matéria-prima fornecida quase que gratuitamente, e o prejuízo da fábrica de São Luís, que não paga Imposto de Renda. É este o Programa da Shell.

Devo declarar, Sr. Presidente, que apenas uma dessas multinacionais distribuidoras de petróleo não se acha inserida no setor mineral brasileiro. Todas as demais estão, levando tudo na base em que a própria Shell está levando.

Mas, Sr. Presidente, para concluir, gostaríamos simplesmente de fazer uma breve referência ao ato feito assim com um gesto de grande patriotismo: queremos nos referir à posição altaneira do Constituinte Albano Franco, que pôs alguém

na fila para que ele fosse o primeiro a apresentar uma emenda ao texto constitucional. Conseguiu ser o primeiro. As televisões o filmaram e, ele, num arroubo de patriotismo, de civismo, de defesa dos interesses nacionais e da empresa nacional, declarou que aquela emenda visava retirar do texto constitucional a nacionalização da distribuição do petróleo, e ele falava isso em nome do empresariado. Triste representante do empresariado, porque, na realidade, quem está fazendo a defesa do empresariado não é o rico, o milionário, o homem que tem quase que o Estado de Sergipe na mão. Não é Albano Franco que está fazendo a defesa do empresariado brasileiro. Paradoxalmente, essa defesa, nesse caso, está sendo feita pelo velho comunista Fernando Santana.

Mas, é a dialética! Nós não estamos nesta posição para sermos agradáveis ao empresariado brasileiro. Não! Estamos nesta posição porque, conscientemente, achamos que este País não será coisa alguma, e muito menos socialista, se através dessas manobras que estão sendo feitas aqui, dentro deste corpo constituinte, elaborarmos um texto que abra ainda mais as portas do País à trans-nacionalização de sua economia.

O Sr. Albano Franco esqueceu-se de que a TRR – Transporte, Revendedores, Retalhistas – que tem quase 500 empresas em todo o País, que não tem o direito de comprar os derivados de petróleo na Petrobrás, mas se abastece nos postos das empresas internacionais, para atender ao pequeno agricultor, ao pequeno comerciante, ao hospital, que nem a Esso, nem a Shell nem nenhuma empresa deseja ir lá para satisfazer as necessidades do homem que trabalha no campo ou nos hospitais, que atende aos doentes, então, essas quase 466 empresas, Sr. Presidente, foram criadas pelas próprias empresas internacionais para fazerem um serviço que elas não desejavam fazer. Pois bem! Agora, elas foram reconhecidas pelo Conselho Nacional de Petróleo, mas só podem fornecer os derivados de petróleo: óleo diesel, graxas, óleos lubrificantes e querosene. Não podem entrar nem no setor da gasolina, nem do álcool.

Mas, dentro desse campo restrito, essas 466 empresas prestaram um serviço inestimável ao País, na hora do choque do petróleo. Fizeram economia de bilhões de cruzados, reduzindo os transportes daqueles que teriam necessidade de vir até o posto para buscar um pouco de óleo para atender o seu trator na agricultura. Mas, vejamos bem, na hora em que esse pequeno consumidor – porque elas só têm o direito de atender aos pequenos consumidores – seja ele na cidade ou no campo, chegar a utilizar 20 mil e um litros por mês, imediatamente eles passam a ser clientes das distribuidoras.

Então, essas 466 empresas, que preparam o Brasil e o desenvolvimento brasileiro, só podem permanecer com aquele cliente até ele chegar a 20 mil litros. Na hora em que ele ultrapassa esse limite, passa a ser independente das distribuidoras, sobretudo das internacionais. Com esse ato o Senador Albano Franco, – não chegou a atestar porque sou um homem de boa-fé – quis dar a impressão ao povo e à Nação de que S. Ex.<sup>a</sup> estava assumindo uma posição patriótica. Embora não acredite, que Deus o perdoe. (Palmas.)

## VIII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:**

Abigail Feitosa – PSB; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airtton Cordeiro – PFL; Airtton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Perosa – PMDB; Antônio Ueno – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Artur da Távola – PMDB; Átila Lira – PFL; Aúreo Mello – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Cleonânio Fonseca – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Ueque – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Jorge – PFL; José Luíz

de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PDT; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Almeida – PL; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto D'Ávila – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rospide Neto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólon Borges dos Reis – PTB; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaziz – PT; Vladimir Palmeira – PT; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins):** – Encerro a sessão, convocando outra para terça-feira, dia 19, às 14 horas e 30 minutos.

*(Encerra-se a sessão às 18 horas e 8 minutos.)*



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 169

QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA-DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 185ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 19 DE JANEIRO DE 1988.

##### I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

##### III – Leitura do Expediente

##### IV – Pequeno Expediente

HERMES ZANETI – Definição do período do mandato do Presidente José Sarney e do sistema de governo brasileiro pela Assembléia Nacional Constituinte. Propostas do orador para a futura Constituição.

FRANCISCO KÜSTER – Irregularidades na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

FERNANDO SANTANA – Artigo "Múltis tentam influenciar a Constituinte", publicado no jornal **Correio Braziliense**. Definição de empresa nacional na futura Constituição. Artigo "Reciprocidade", de Barbosa Lima Sobrinho, publicado no **Jornal do Brasil**.

OSVALDO BENDER – Falta de apoio governamental aos produtores de batatinhas no Sul do País.

FERES NADER – Afastamento do orador do PDT.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Afastamento do orador do PDT.

PAULO MACARINI – Manutenção do monopólio do trigo, no País, no futuro texto constitucional.

OSWALDO LIMA FILHO – Apoio ao Presidente José Sarney na construção da Ferrovia Norte-Sul.

MANOEL DE CASTRO – Congratulações com o povo argentino pela vitória do processo

democrático naquele País. Inconveniência da privatização da empresa Caraíba Metais.

VICTOR FACCIONI – Solidariedade aos aposentados da Previdência Social na luta pelo reajuste dos benefícios. Omissão do Governo na fixação de preço mínimo para a uva. Corrupção na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

OLÍVIO DUTRA – Apuração de responsabilidade na violência policial contra garimpeiros, em Marabá, Estado do Pará.

GONZAGA PATRIOTA – Reivindicações da Associação dos Microempresários de Petrolina, Estado de Pernambuco.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Solidariedade ao povo argentino pela vitória do processo democrático naquele país.

FARABULINI JÚNIOR – Agilização, pelo Ministério da Justiça, dos processos por corrupção no País.

DASO COIMBRA – Posição ideológica do orador em relação ao grupo "Centrão".

NILSON GIBSON – Definição do período do mandato do Presidente José Sarney.

JUTAHY JÚNIOR – Indicação do orador para ocupar a Secretaria da Justiça do Estado da Bahia

MENDES RIBEIRO – A verdade sobre o "vale-transporte".

ANTÔNIO DE JESUS – Engajamento do Jovem à sociedade.

CARLOS VINAGRE – Reivindicações dos funcionários da arrecadação e fiscalização da Administração Financeira da Previdência Social.

ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME – Repúdio à idéia de prorrogação dos mandatos dos atuais Prefeitos e Vereadores.

JORGE ARBAGE – Artigo "Queremos Deus", publicado no jornal **O Globo**.

JÚLIO COSTAMILAN – Solidariedade ao Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, pela agilização dos trabalhos de elaboração do texto constitucional.

ANNA MARIA RATTES – Solidariedade ao povo palestino diante da repressão desencadeada pelas tropas israelenses de ocupação.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Situação dos aposentados e pensionistas da Previdência Social na futura Constituição.

##### V – Comunicações das Lideranças

ROBERTO ROLLEMBERG – Coerência na posição do orador favorável ao mandato de 5 anos para o Presidente José Sarney.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Posição do PMDB com relação à apuração de responsabilidades na violência policial contra garimpeiros, em Marabá, Estado do Pará. Exploração artesanal da serra Pelada.

HAROLDO LIMA – Protesto contra interferência do Poder Executivo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

ADYLSO Motta – Solidariedade ao Presidente Ulysses Guimarães, da Assembléia Nacional Constituinte, pela agilização dos trabalhos de elaboração do texto constitucional.

BRANDÃO MONTEIRO – Razões da expulsão dos Deputados João de Deus Antunes e Feres Nader dos quadros do PDT.

ADEMIR ANDRADE – Apuração de responsabilidades na violência policial contra garimpeiros, em Marabá, Estado do Pará. Serra Pelada e a política mineral brasileira.

FERNANDO SANTANA – Teoria de segurança nacional na América Latina.

VICTOR FACCIONI – Comparhecimento do Anibal Teixeira, do por convocação, à Deputados. Câmara dos	IRMA PASSONI – Reforma bancária no Brasil.	Miguel Arraes, Estado de Pernambuco. Solidariedade ao Ministro Anibal Teixeira, do Planejamento, em face de críticas publicadas em editorial do <b>Jornal do Brasil.</b>
SIQUEIRA CAMPOS – Responsabilidade do Governo Federal pela crise sócio-econômica e financeira vivida pelo País.	<b>VI – Apresentação de proposições</b> <b>VII – Pronunciamento sobre matéria</b> <b>Constitucional</b>	Discurso proferido pelo Sr. Mário Lima na sessão de 15-8-87: Discussão do Projeto de Constituição.
JOSÉ LOURENÇO – Condenação à violência como meio para atingir fins políticos. Solidariedade ao Senador Álvaro Pacheco, em face dos incidentes ocorridos no casamento de sua filha, na cidade do Rio de Janeiro.	JOFRAN FREJAT – Campanha do Sindicato dos Bancários de Brasília contra Parlamentares do Distrito Federal integrantes do grupo "Centrao".	<b>2 – MESA</b> (Relação dos membros)
	<b>VII – Encerramento</b>	<b>3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE</b> <b>PARTIDOS</b> (Relação dos membros)
	Discurso proferido pelo Sr. Oswaldo Lima Filho na sessão de 13-1-88: Administração	<b>4 – COMISSÃO DE</b> <b>SISTEMATIZAÇÃO</b> – (Relação dos membros)

### ATA DA 185ª SESSÃO, EM 19 DE JANEIRO DE 1988

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides,  
Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro,  
Primeiro-Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário*

#### ÀS 14:30 HORAS COMPAREM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir  
Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL;  
Adylson Motta – PDS; Afonso Arinos – PFL;  
Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico  
Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL;  
Alexandre Costa – PFL; Aluizio Bezerra –  
PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto  
– PDS; Amilcar Moreira – PMDB;  
Antônio Carlos Konder Reis – PDS;  
Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio  
de Jesus – PMDB; Antônio Gaspar – PMDB;  
Arnaldo Faria de Sá – PTB; Artur da Távola –  
PMDB; Áureo Mello – PMDB; Benedicto  
Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL;  
Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo –  
PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco  
França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT;  
Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB;  
Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna –  
PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas  
Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB;  
Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cunha  
Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB;  
Daso Coimbra – PMDB; Denisar Arneiro –  
PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal  
Gonçalves – PMDB; Edésio Frias – PDT;  
Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB;  
Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL;  
Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL;  
Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco –  
PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio  
Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB;  
Fausto Rocha – PFL; Feres Nader – PDT;  
Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian  
– PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB;  
Fernando Santana – PCB; Francisco Coelho  
– PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco  
Küster – PMDB; Francisco Rollemberg –  
PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões  
– PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo  
Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB;  
Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota –  
PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Heráclito  
Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário  
Braun – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pi-

neiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL;  
Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior  
– PMDB; Irma Passoni – PT; Jalles Fontoura  
– PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jesus  
Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João  
Alves – PFL; João de Deus Antunes – PDT;  
João Menezes – PFL; Joaquim Sucena –  
PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jorge Arbage –  
PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage  
– PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge  
Vianna – PMDB; José Carlos Grecco –  
PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra –  
PMDB; José Fogaça – PMDB; José Guedes –  
PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço –  
PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz  
– PFL; José Richa – PMDB; José Viana –  
PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Koyu Iha –  
PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Peres  
– PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg  
Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista –  
PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Inácio Lula da  
Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Manoel  
Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB;  
Marcelo Cordeiro – PMDB; Marco Maciel –  
PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos  
Lima – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário  
Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Maurício  
Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB;  
Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro  
Benevides – PMDB; Mauro Miranda – PMDB;  
Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS;  
Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis –  
PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa –  
PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés  
Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti –  
PFL; Mussa Demes – PFL; Naphtali Alves  
de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS;  
Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim  
– PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson  
Seixas – PDT; Nilson Gibson – PMDB;  
Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL;  
Olvio Dutra – PT; Oscar Corrêa – PFL;  
Oswaldo Bender – PDS; Oswaldo Coelho  
– PFL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo  
Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB;  
Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim  
– PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini  
– PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo

Pimentel – PFL; Paulo Roberto –  
PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro  
Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB;  
Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa  
– PMDB; Rachid Saldanha Derzi –  
PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Ricardo Fiúza –  
PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata  
– PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto  
Rollemberg – PMDB; Ronan Tito –  
PMDB; Rosa Prata – PMDB; Ruben  
Figueiró – PMDB; Sigmaringa Seixas  
– PMDB; Siqueira Campos – PDC;  
Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL;  
Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli –  
PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Víctor  
Faccioni – PDS; Virgildásio de Senna –  
PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo  
Barbosa – PDT; Wilma Maia – PDS; Wilson  
Martins – PMDB.

#### I – ABERTURA DA SESSÃO

##### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o  
comparecimento de 95 Senhores  
Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome  
do povo brasileiro, iniciamos nossos  
trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura  
da ata da sessão anterior.

#### II – LEITURA DA ATA

– O SR. MENDES RIBEIRO, servindo  
como Segundo-Secretário, procede à leitura  
da ata da Sessão antecedente, a qual é, sem  
observações assinada.

##### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

#### III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

##### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao:

## IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Hermes Zaneti.

**O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, nobres Constituintes, quero reafirmar hoje minha posição favorável ao regime parlamentarista de governo e a um período máximo de mandato de 4 anos para o Presidente Sarney. Depois de contatos junto às bases que nos deram sustentação política para que aqui estivéssemos como Constituintes, volto com essa convicção reafirmada e ainda mais fortalecida, pensando que este caminho institucional precisa ser afirmado aqui, com urgência. Há uma expectativa muito grande no sentido de que aproveamos de uma vez por todas o novo texto constitucional e que ele traga no seu bojo uma nova proposta institucional e uma nova perspectiva de futuro para o nosso País. Nesse sentido, trago também meu apoio à idéia de votarmos antes o mandato do Presidente e o regime de governo, porque assim poderíamos depois, com mais tranquilidade e coerência, aprovar todo o texto constitucional, já que evidentemente o sistema de governo permeia a maioria do texto constitucional e, por isso, a importância de defini-lo antes de apreciarmos o texto como um todo. Quanto ao período de mandato do Presidente Sarney, também é muito importante que se suspenda de uma vez por todas essa discussão, que tem tomado a atenção da opinião pública. Mas esta já está completa e definitivamente formada há muito tempo e por isso precisa ser respeitada, devendo a matéria ser aqui decidida, a nível de Constituinte, no menor prazo possível.

Por outro lado, Sr. Presidente, também gostaria de dar conhecimento à Casa, desta tribuna, de três das quatro emendas que apresentei, nos termos da alteração regimental que deu essa oportunidade aos Constituintes, nos últimos dias. A primeira é no sentido de que a política fundiária e a reforma agrária terão como um de seus objetivos fundamentais assegurar a todo trabalhador rural o acesso à propriedade na forma individual, cooperativa, condominial, comunitária, coletiva ou mista, para o desenvolvimento de suas atividades. Entendo que a garantia desse princípio constitucional coloca desde logo um norte para os projetos de reforma agrária que haveremos de desenvolver em nosso País.

Por outro lado, a segunda emenda, Sr. Presidente e eminentes Constituintes, diz respeito à supressão de parte dos arts. 182, 184 e 185. Somos um dos países do Terceiro Mundo, e muito de nossa produção é exportada para países que têm um povo com poder aquisitivo muito maior do que o nosso. Por isso, não é justo que coloquemos como princípio constitucional a isenção tributária para os produtos a serem exportados. Sabemos que as transações internacionais operadas atualmente nos termos do GATT, entre os diferentes países do mundo, são isentas de cobrança de tributos. No entanto, este princípio não poderá ser inserido no texto constitucional, porque o consideramos danoso ao povo brasileiro. Se eventualmente tivermos necessidade, para efeito de mercado internacional, de darmos essas isenções, que sejam objeto de legislação ordinária e que, à medida que se possa construir maior justiça

no relacionamento comercial e internacional, possa essa legislação ser mudada de acordo com as novas evoluções que vierem a se introduzir a nível de comércio internacional. Por outro lado, trago também uma proposta que acredito estar revestida do mais profundo senso de justiça. Estamos alterando todo o sistema tributário brasileiro por meio do novo texto constitucional. Conheço – e seguramente os Srs. Constituintes também, conhecem – muitas pessoas físicas e jurídicas em todo este País que vivem sob o esmagamento de tributos fiscais ou para fiscais decorrentes de toda uma situação muitas vezes injusta, da qual fomos todos vítimas ao longo desses anos. À medida que formos implantar um novo sistema tributário e que a Constituinte, ao promulgar uma nova Constituição para o País, está oferecendo uma nova perspectiva devida à Nação brasileira, entendemos que é justo também que se ofereça uma nova perspectiva àqueles que foram vítimas desse esmagamento tributário e para-fiscal e que não tiveram condições, por isso mesmo, de se manterem atualizados junto ao fisco. Por isso, propomos uma anistia de débitos oriundos de contribuições tributárias e para-fiscais até o limite de 50 mil OTN, como soma total consolidada e atualizada, para a União, Estados, Municípios e Distrito Federal e para as respectivas autarquias, dando um prazo de seis meses para que, em um pagamento à vista, nesse prazo de seis meses, ou que em seis parcelas sucessivas, a partir do quarto mês da promulgação da Constituição, os devedores possam colocar-se em dia com a receita pública, dispensados da multa de 50% da correção monetária e de 50% dos juros. Evidentemente, Sr. Presidente, esse benefício não alcança os débitos que tenham como causa fatos delituosos definidos como crime.

Assim, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, trago à apreciação desta Casa – e nos próximos dias estaremos votando essa matéria neste plenário – esse conjunto de emendas que ofereci, na convicção de que se trata de uma contribuição ao processo econômico brasileiro, ou seja, salvando as empresas e dando oportunidade ao poder público, de uma forma acelerada, de recolher tributos que venham a fortalecer as finanças públicas combatidas neste momento e, além disso, quando na oportunidade de fortalecimento das empresas, dar chance a que elas possam re-erguer-se e manter um nível de emprego, já que este também é um dos pontos altamente críticos da economia nacional. Portanto, o trabalhador também será beneficiado com essa medida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, nossa manifestação na tarde de hoje ocorre em função da necessidade de exercermos pressão sobre o Governo Federal para que a verdade seja trazida à tona sobre o escândalo da Secretaria de Planejamento, envolvendo a figura do Ministro Aníbal Teixeira.

A Nova República, que nada mudou, tem como base de sustentação, além das duas agremiações partidárias que consorciadamente lhe dão sustentação política, no caso o PFL e o PMDB, todos os demais membros e autoridades da Velha República – não quero generalizar para não incorrer em injustiça – a maioria dos quais totalmente

viciada em maus hábitos e procedimentos dos remanescentes da Velha República. E infelizmente tiveram adicionados a esses, que qualifiquemos de viciados, um elenco razoável de mal-intencionados. Claro, ressalvadas figuras da maior grandeza, respeitabilidade, seriedade e honestidade, também chegaram com a Nova República alguns mal-intencionados. Vejamos coisas imóveis, à altura de lances de genialidade como, por exemplo, o caso do Ministro Aníbal Teixeira – que se diz do meu partido – que disse o seguinte, entre outras coisas, em uma reunião no Estado de Minas Gerais:

"O Ministro sugeriu que há jornais que recebem dinheiro para publicar as denúncias de corrupção contra ele: "Infelizmente, a grande imprensa recebe essas calúnias. Se me perguntarem o nome dos caluniadores, direi que é possível descobrir isso na tesouraria dos grandes jornais." O Ministro prometeu também doar 30% de seu patrimônio para as associações comunitárias."

Aqui, vou repetir: trata-se de um negócio fantástico, incrível, e deveria ser registrado no programa do Silvio Santos, o "Isto é Incrível".

"O Ministro prometeu também doar 30% do seu patrimônio para as associações comunitárias. E após lembrar que quando era deputado estadual "tinha apenas a metade de uma casa em Belo Horizonte" – apenas a metade de uma casa em Belo Horizonte – "ressaltou que conseguiu construir o seu patrimônio na iniciativa privada, enumerando, a seguir, os seus bens: "quatro fábricas, 2.500 lotes, 600 tratores e caminhões, imóveis e um avião."

Uma pessoa que era um humilde Deputado Estadual, há bem pouco tempo, consegue, em tão pouco tempo, esse milagre. Nem que tivesse ganho algumas vezes sozinho na Loteria Esportiva, ou na Loto, imagino que não poderia ter construído este gigantesco império.

Entretanto, digamos que seja inocente, que seja realmente um gênio e tenha conseguido tudo isso honestamente. Mas, para finalizar, quero dizer que é preciso promover uma devassa na Secretaria de Planejamento. A Nação cobra isto, e nós outros, representantes do povo, devemos exigir que a verdade venha a público e sejam esclarecidos os fatos para que a classe política possa recuperar um pouco sua credibilidade abalada, porque esse Ministro é um político que exerceu um cargo de grande importância. Deixa, hoje, o Ministério, segundo notícias dos jornais. Isto só não basta. É fundamental vermos esclarecidos os fatos; se existem ladrões na Secretaria de Planejamento, que sejam trancafiados na cadeia; e, se roubaram, que tenham seus bens confiscados. A Nação enxovalhada, agredida, desanimada e desalentada com a maioria de seus políticos e com os Poderes constituídos cobra de todos nós uma resposta séria, honesta e decente.

Ouvi que estão propondo a criação de uma CPI para apurar os fatos. Mas o Parlamento padece de uma trágica realidade as CPI dão em nada. É fundamental, então, uma CPI, é claro, mas que se estabeleça uma auditoria e se promova uma devassa, para apuração da verdade cristalina, para

que se possa dizer ao povo que os ladrões estão na cadeia. Roubaram, seus bens foram confiscados e restituídos ao patrimônio público. Do contrário, não tardará o dia em que o povo lavar a sua honra. E aí, não sei de que maneira, voltará o "parédón", como aconteceu na história recente de um país da América latina, onde era praxe a corrupção.

Para que se evitem acontecimentos trágicos nesta Pátria, é fundamental que a Assembléia Nacional Constituinte, o Congresso Nacional, os partidos políticos, Deputados e Senadores, exijam do Presidente José Sarney, que foi atingido com as denúncias feitas, e dos demais poderes, que se esclareça a verdade e sejam punidos os culpados.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, é motivo de renovado orgulho a leitura, aos domingos, do artigo do grande varão que se chama Barbosa Lima Sobrinho. É um homem que, já na avançada idade de noventa anos, envelhece sem se envilecer. É um dos homens que mais conhecem a situação real do Brasil, e sempre se dedicou ao estudo dos graves problemas nacionais. Todos os seus livros, todos os seus artigos, fora aqueles que estão diretamente ligados à questão literária, aprofundam-se no exame dos nossos problemas, os questionam e colocam a sua solução sempre no interesse nacional. O artigo de domingo último, dia 17, termina assim:

"Falta-nos, sobretudo, sentimento nacional profundo, capaz de traduzir-se no instinto de defesa para a preservação do patrimônio nacional."

Isso nos traz alegria, quando estamos cercados de tantas vozes que falam em "modernização", o que, de fato, vai comprometer o futuro desta Pátria.

No dia 8, em manifestação nesta Casa, chamávamos a atenção para a edição do "Correio Braziliense" daquele dia. Na página três, havia o seguinte título: "Muitos tentam influenciar a Constituinte". No texto, essas empresas transnacionais revelavam o que queriam mudar na Constituição, e claramente diziam: "a definição de empresa nacional."

Ora, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> vem acompanhando os trabalhos da Constituinte e sabe que a definição de empresa nacional dada por Cabral, no Projeto A, é por demais elástica e ampla. Assegura que, para definir-se uma empresa como nacional, basta que seus sócios, pessoas físicas, sejam domiciliados no País.

Esta definição tão ampla que permite, de saída, a participação de 49% do capital votante, não satisfazia as multinacionais – e, de fato, elas mudaram.

No Capítulo "Da Ordem Econômica e Financeira", se for vitoriosa a proposta do grupo chamado "Centrão", empresa nacional será aquela constituída segundo as leis e com sede no País. Então, todas as Volkswagen da vida, todas as british petroleum, todas as brascans da vida, todas as union oil da vida serão empresas nacionais.

Constatamos tristemente, Sr. Presidente, que não ouvimos ainda, nesta Casa, sequer um dos homens visitados pela comissão das quatro irmãs,

ou das cinco. Deliberadamente, elas estão visitando gabinete por gabinete de todos os Constituintes e têm, como objetivo, não faltar a um só. Naturalmente, parece que não irão ao nosso gabinete e a alguns outros, também. Mas, até a semana passada, já haviam visitado 359 gabinetes. Dizem que as quatro irmãs, que estão no Brasil desde 1917 – a santa Shell, a santa Esso, a santa Atlantic, a santa Texaco – não sabem fazer **lobby** e estão aqui para pedir que se vote contra a emenda que nacionaliza a distribuição de petróleo.

Ora, Sr. Presidente, isso é uma intromissão indébita, porque são empresas multinacionais. Aqui se reclama muito, às vezes, quando uma autoridade brasileira dá opinião que interfere nos dispositivos da chamada Constituição que estamos elaborando. Por mais indébita que seja essas intervenções de brasileiros, diante do que está acontecendo, elas passam a ser legitimíssimas, porque as multinacionais estão a intervir, e ninguém fala, protesta ou reclama. Parece que já somos um país absolutamente dominado ou praticamente colonizado.

Sr. Presidente, terminarei simplesmente dizendo o seguinte: as empresas que operam no mundo estão organizadas internacionalmente. Há organismos que pensam sobre a situação do Brasil nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Itália, na Suécia, no Japão, e estabelecendo verdadeiros objetivos que devem ser alcançados. Está aqui um artigo, publicado no "Jornal do Brasil", edição de domingo, onde se lê o seguinte: "Urna firma especializada em **lobby** e análise de risco, a **Multinacional Strategic Inc.** – empresa internacional – tem como finalidade levantar o ânimo da opinião pública em cada país". Nessa empresa, que é paga pelas internacionais, há muito mais previsões negativas do que positivas, no seu mais recente prognóstico.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que somos examinados e diagnosticados com todos os elementos da técnica moderna. Não se faz mais aquele diagnóstico do médico antigo, que auscultava o doente com o ouvido. Hoje aplicam-se instrumentos da mais alta tecnologia para alcançar as verdadeiras reações da opinião pública.

São essas as razões que nos levam a pedir a transcrição do artigo do grande jornalista e patriota Barbosa Lima Sobrinho. Ao mesmo tempo, mantemos a esperança de que esta Casa, ao fim dos nossos trabalhos, saberá colocar acima de qualquer interesse os objetivos permanentes de nossa Pátria.

#### ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

##### "RECIPROCIDADE"

Faço questão de esclarecer que não tenho, pessoalmente, qualquer prevenção com a palavra "reciprocidade". Até a considero simpática, pela substância da igualdade que pretende impor. Mas, como se trata de uma troca, só existe, na verdade, quando há equivalência de valores e perfeita ou aproximada igualdade nas vantagens com que ela se compõe, o que reclama o maior rigor na sua invocação. Pois que, sem isso, não há reciprocidade, mas simplesmente espoliação, como no caso daquela permuta de dinheiro vivo por um maço de jornais velhos.

tão comum na atividade dos vigaristas, que agem, também, nessa mesma base de reciprocidade.

Aprendi essas verdades em mestre Hipólito da Costa, no seu **Correio Braziliense**, quando comentava, no segundo semestre de 1810, o tratado que se fizera entre a Inglaterra e o Brasil, para regularizar as suas relações comerciais. O tratado se fizera numa base de reciprocidade, mas só continha vantagens para a Inglaterra. Nem precisara de outro argumento o imperialismo britânico, quando abria o mercado inglês a manufaturas de países que não possuíam manufaturas, como compensação pela troca de liberdade ampla para as manufaturas com que a Inglaterra ia invadindo os mercados coloniais. Tudo, como estamos vendo, na base da reciprocidade.

Nem precisamos atravessar a Mancha para conhecer essa realidade, quando a troca da instalação de agências bancárias, entre os Estados Unidos e o Brasil, pode trazer, como consequência, os edifícios monumentais do City Bank em S. Paulo e no Rio de Janeiro, em troca da pequena loja que o Banco do Brasil ocupa em Nova Iorque. Uma imensa desigualdade de vantagens e benefícios, não precisando de outra base do que da simpática reciprocidade.

Não consegui compreender, até hoje, que ela aparecesse como remédio no caso dos contratos de risco da Petrobrás. Talvez possa valer de argumento para o comércio de armas. Mas tanto não tem nenhuma significação, que a Petrobrás já desempenha atividade em cerca de vinte países estrangeiros, sem que nunca se invocasse a reciprocidade. Por que surge agora de sopetão, para salvar contratos de risco em fase de extinção? E até aparece parecer jurídico, ou que se diz tal, para privar a Petrobrás do privilégio incluído no próprio monopólio que ela vem exercendo, ao longo dos trinta anos de sua existência. Não há nenhuma dúvida de que o monopólio autoriza contratos de serviço, mas a cláusula de risco transformaria o contratante num sócio eventual, mutilando, por isso mesmo, o monopólio estatal da Petrobrás e transformando o monopólio num duopólio, sem qualquer base legal. Vale a pena insistir em que os contratos de risco se introduziram no Brasil sem qualquer decreto-lei, ou simples decreto do Poder Executivo. Não tiveram hoje, entrada na legislação brasileira, razão pela qual os técnicos da própria Organização das Nações Unidas já incluíram o Brasil entre os países que estão abandonando o monopólio, estabelecido na criação da Petrobrás. Não há maior exemplo de clandestinidade que a presença desses contratos de risco contra letra expressa, não somente de leis ordinárias, como de dispositivos constitucionais. Contrato de serviço não se confunde com contratos de risco com a cláusula de risco.

Basta considerar que esses contratos demarcam extensa faixa no território brasileiro e autorizam, nela, a pesquisa e a exploração dos titulares do contrato. No prazo de cinco anos, a Petrobrás não tem o direito de inter-

ferir na execução do contrato. Quem de fato, exerce o monopólio nessas áreas não é a Petrobrás, mas a empresa que obteve esse estranho contrato de risco, invalidando copiosa legislação, criando o monopólio da Petrobrás. E, se imaginarmos que esses contratos totalizam a maior parte da bacia sedimentar do petróleo, não podemos fugir à conclusão de que o monopólio da Petrobrás, sem qualquer lei que o autorize, está limitado a uma simples parcela da bacia sedimentar brasileira. Pode haver explicação para um absurdo de tal magnitude? Sob um pretexto de trazer investimentos que, até hoje, não chegam a alcançar dois por cento dos investimentos realizados pela Petrobrás.

Foi uma felicidade que as empresas estrangeiras, titulares desses contratos de risco com cláusula de risco, não houvessem, até agora, descoberto nem uma gota de petróleo. Podemos imaginar o que elas pleiteariam e conseguiriam, num país em que as leis não valem nada, e até mesmo um preceito constitucional é arrastado na lama por uma simples medida administrativa, que não teve nem a lisura de se transformar num decreto-lei, ou num simples decreto de um Poder Executivo, que gozava de poderes ilimitados, inclusive o de cassar os direitos políticos dos adversários.

Não há necessidade de falar em reciprocidade para que a Petrobrás continue a ajudar, sem preocupação de lucro, ou sem sentimentos de espoliação, os países do Terceiro Mundo que desejam valer-se de sua tecnologia, mundialmente famosa e respeitada. O povo brasileiro aplaudiria que ela agisse, em todos esses casos, com ânimo fraternal, pois que não se enquadra nos processos de espoliação das Sete Irmãs. Tanto mais que ela não possui, ao que me consta, nenhum posto de distribuição do petróleo nos Estados Unidos, na Holanda ou na Inglaterra. O que não impede que faça questão de proporcionar benefícios que vão a mais de 170 milhões de dólares, para uma distribuição que poderia ser confiada a empresas privadas brasileiras. Embora esse problema não tenha a mesma importância de proibição de um contrato de risco que, nos termos em que vem funcionando, poderá servir até de pretexto para combater a Petrobrás, entregando a empresas estrangeiras, os poços de maior produção já descobertos pela Petrobrás. Como duvidar dessa hipótese, quando o contrato de risco foi admitido sem qualquer lei que o autorizasse, e contra preceito expresso da Constituição em vigor?

Razão de sobra tinha Alberto Torres quando escrevia, que "não possuíamos nem economia, nem opinião, nem consciência dos nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as cousas mais simples da vida social". Falta-nos, sobretudo, sentimento nacional profundo, capaz de traduzir-se num instinto de defesa, para a preservação do patrimônio nacional."

**O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na semana passada tive oportu-

nidade de visitar alguns municípios do Rio Grande do Sul que tenho a honra de aqui representar.

Dessa vez percorri parte da região do planalto. Constatei, surpresa, a grande safra de batatinhas em Lagoa Vermelha, Ibiraiaras e outros municípios. Os plantadores chegaram a colher quinhentas sacas por hectare, numa das maiores safras de que se tem lembrança. Um rendimento extraordinário e um produto de primeira qualidade.

Entretanto, é de se lamentar que, sempre que isso ocorre, quando se colhem boas safras o produto não tem valor. Imaginem os senhores: a batatinha está sendo negociada pelos produtores a preços irrisórios, que variam de setenta cruzados até cento e cinquenta, no máximo, a saca. A este preço não conseguem obter lucro nem ao menos para pagar ao banco na proporção dos empréstimos, ou seja, o valor líquido sem acréscimo dos juros e da correção.

As informações obtidas são as de que os produtores receberam sessenta mil cruzados de empréstimos por hectare, levando-se em conta a produção máxima, que foi de quinhentas sacas por hectare. Ao preço de cento e cinquenta cruzados, obtém-se um resultado de setenta e cinco mil. Como sobre o empréstimo incidem a correção monetária e os juros, os produtores ficam devendo ao banco, isto numa safra recorde e sem precedentes.

Quero desta tribuna, fazer um veemente apelo às autoridades responsáveis pelo abastecimento, a fim de que tomem providências para resolver a situação desses produtores sofridos.

Isso está ocorrendo também em outras regiões do Rio Grande do Sul, como foi amplamente noticiado pela imprensa, através da qual tomei conhecimento de que idêntica calamidade acontece com os plantadores de outros Estados, especialmente no Estado do Paraná. Enquanto nessas regiões os produtores não conseguem vender seu produto, ou o vendem por preços muito além da realidade, quando não apodrecem por falta de silos e armazenagem, aqui em Brasília chegam a vender um quilo de batatinhas a quarenta cruzados! Vejam V. Ex.<sup>a</sup> que absurdo, que falta de controle no abastecimento! É humanamente impossível existir tamanha falta de atenção para com um setor tão importante na economia e tão necessário para a alimentação básica da nossa população. E preciso que esse produto tenha um preço mínimo para que possa ser plantado com tranquilidade e segurança.

É preciso que o Governo crie mecanismos para a absorção do excedente e para melhor redistribuição e abastecimento dos grandes centros e das regiões não produtoras da batatinha, e que providencie, urgentemente, armazenagem própria para o produto para, pelo menos, conservá-lo durante os meses da entressafra, mantendo, desta forma, um preço médio, evitando, assim, que o produto chegue à mesa dos consumidores a preços exorbitantes; que dê ao produtor um preço justo e que cubra as suas despesas com o plantio. Poderia receber, no mínimo, quinhentos cruzados por saca e, mesmo com esse preço, o consumidor nunca chegaria a pagar vinte cruzados o quilo. Esse preço, no máximo, poderia oscilar entre dez e vinte cruzados o quilo, conforme a época, safra ou entressafra.

Esse controle é possível. Basta que as autoridades assim o desejem e queiram fazer alguma

coisa pelos agricultores abandonados. É preciso adquirir o produto com urgência, e por um preço mínimo. Se o Governo pagasse ao produtor cerca de trezentos cruzados por saca, já seria uma solução pela grande safra produzida e pela impossibilidade da colocação no mercado, no momento do produto.

Faço este pronunciamento para levar ao conhecimento das autoridades este problema gravíssimo vivido por boa parcela de nossos produtores rurais, talvez não suficientemente numerosos para um movimento popular de protesto. Faço, então, em seu nome, este protesto, na certeza de ser compreendido e na esperança de que sejam tomadas urgentes providências.

**O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebi, entre surpreso e perplexo, a notícia de que, na reunião do Diretório Nacional do PDT, realizada no último dia 15, teria sido proposta a minha expulsão e a do Deputado João de Deus. A ser verdade que isto aconteceu, o PDT e sua direção incidiram em outro dos seus muitos procedimentos insensatos, uma vez que pretenderam expulsar quem já se havia desligado dos seus quadros partidários, e disto tinha conhecimento.

É público e notório que, no dia 13 do corrente, antes de qualquer reunião do PDT ou de sua bancada nesta Constituinte, eu me havia desligado dos quadros pedetistas, e já no dia 14 pronunciava discurso na Câmara Federal, comunicando o fato à Casa e ao País, ao mesmo tempo em que dele dava ciência ao Dr. Juiz Eleitoral de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, meu domicílio eleitoral, em ofício protocolado, acompanhado de cópia da carta que, neste sentido, endereçara ao Presidente Nacional do meu antigo Partido.

A divulgação da proposta de expulsão não passou, e não passa, pois, de mais uma artimanha maliciosa, de mais uma manobra sórdida e vulgar, de mais um jogo para arquivancada, de mais um artifício, entre outros tantos processos utilizados pela direção e pelas lideranças do PDT para ludibriar a opinião pública.

Admito que fui ingênuo quando acreditei na democracia que o PDT ostenta no seu nome e que o seu grande líder procura pregar através de palavras que realmente seduzem, mas enganam, porque não se compatibilizam com a ação que ele emprega. Na verdade, sempre desconheci e nunca soube da existência de qualquer disposição programática, estatutária ou regimental do PDT que falasse ou até mesmo fale em tempo de mandato do Presidente da República. O que soube e sei é que sua luta se desenvolvia em favor de eleições diretas. Ao tomar posição, pois, em favor dos cinco anos de mandato para o atual Presidente da República, não contrariei qualquer princípio partidário nem faltei a qualquer compromisso que haja assumido. Agi com a coerência e o respeito dos que têm na lei e na ordem a sua norma de ação.

O PDT não parece ter preocupação com a lei, nem com a ordem, nem com qualquer princípio sério. Sua preocupação é casuística e pessoal quer o poder para o seu fundador e em razão dele, neste sentido e para este efeito, não cuidando de ética ou de coerência, posto que, para alcan-



çá-lo chegou ao despudor de sugerir a prorrogação do mandato do ex-Presidente João Figueiredo.

No episódio do meu afastamento do PDT não vou descer a mesquinhas, nem revidar infâmias, soléncias ou verrinas. O desconforto e o infortúnio do homem público é ver-me igualado aos que se desiguam. Antes de ingressar na vida pública, o trabalho pertinaz e contínuo me havia ensejado, na atividade privada, uma carreira vitoriosa como comerciante, industrial, educador ou comunicador. Foi através desse trabalho intenso que o reconhecimento do povo do Vale do Paraíba me conduziu à vida pública, dando-me o prestígio e a confiança de votos que não ousa trair.

Não sou na Constituinte um delegado do PDT, como não o seria de qualquer outra associação partidária, posto que a minha história política diz a quantos a contemplem que os meus votos são de natureza pessoal e fraterna; sou um procurador dos fluminenses e, em especial, do povo do Vale do Paraíba, cujos direitos e regalias luto desesperadamente por assegurar, resguardando suas conquistas trabalhistas de ontem, criando e adotando novas conquistas sociais para amanhã.

**O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, volto a esta tribuna para dar uma resposta a determinado senhor, que finalmente mostrou seu outro lado, quem realmente ele é.

Como é do conhecimento geral, no dia 14 de janeiro próximo passado, encaminhei meu pedido de desligamento do Partido Democrático Trabalhista – PDT – pelo fato de assinar a emenda do Deputado Matheus lensen.

A partir daquele momento, passei a ser considerado inimigo número um do partido.

Vejam que o partido é democrático, mas, mesmo assim, o Sr. Leonel Brizola ficou apenas com um lado da verdade, visto que não se dignou ao menos a atender ao telefone na chamada que lhe fiz.

Quando o assunto não é programático ou não fere o manifesto do partido, ou mesmo quando não tenhamos assinado nenhum fechamento de questão, ninguém poderá obrigar um Constituinte a votar favoravelmente aquilo que ele não quer.

Na reunião do Diretório Nacional realizada no dia 15 de janeiro, portanto, um dia depois do meu pedido de desligamento, que já era do conhecimento do meu ex-líder, fui "julgado" democraticamente e perdi, é lógico, por 11 a 3, sendo proposta a minha exclusão da bancada.

Não pode haver exclusão, pois eu mesmo já me havia afastado.

Então por que expulsão ou ameaça de tomar mandato?

Pelo simples fato de que eu me estaria insurgindo contra um projeto pessoal do dono do PDT.

A partir desse momento, o Sr. Leonel Brizola passou a usar de palavras que para mim, ao menos, só foram ouvidas um pouco antes de ele abandonar o País em 1964.

Sinceramente pensei que o linguajar desse senhor, que quer ser imortalizado como um grande estadista, havia mudado, mas me parece que os anos de exílio apenas lhe deram condições de aperfeiçoá-lo. Eu digo por quê.

No jornal "Zero Hora" de ontem, dia 18 de janeiro, aparece um artigo onde esse amável vovô, de voz macia e aparência educada, teria dado declarações à Rádio Imembuí, de Santa Maria/RS, na qual entre outros adjetivos, ele usa de termos pejorativos contra a minha pessoa. Para alguém que se diz líder, é inconcebível.

Recordo que certa vez, numa cidade do Rio Grande do Sul, onde trabalhei como Delegado de Polícia, existia um valentão que obrigava os mais fracos a fazerem o que ele queria. Tantas foram as queixas que deram margem a inquéritos, processo, e finalmente eu o prendi e coloquei-o na cadeia.

Insurgi-me na defesa dos direitos dos municípios contra a prepotência daquele elemento. Na cadeia, não tendo do que me acusar, ele vociferava os mesmos termos pejorativos.

Não seria o caso desse senhor a que estou respondendo?

Muitos que me telefonaram, solidários com a minha decisão, lembravam que 1964 esse senhor chamava os militares de gorilas, lembram?

O linguajar é próprio de quem disse que para chegar à Presidência faria aliança até com o diabo.

Parece-me que "para ele chegar à presidência é capaz de pisar até no pescoço da sua mãe", como disse alguém.

E dizer que eu estava fazendo campanha para esse senhor. Gostaria, Sr. presidente, de ver transcrita nos Anais a carta que eu estava remetendo (7 mil, a princípio) ao Rio Grande do Sul, em favor dele.

Srs. Constituintes, todos nós fizemos um esforço para nos ver livres do regime militar, que durou 20 anos, e como agora eu iria querer ficar debaixo de uma ditadura civil?

Não me interessa trocar apenas o nome do ditador. Eu quero sacudir também os resquícios da poeira do autoritarismo que ainda pesa sobre os meus ombros, ditadura que me impede até de pensar em voz alta, ditadura que é capaz de cercear até meu pensamento.

Quero pensar que a Constituinte é superior a tudo que é temporal, e eu sou Constituinte, o mais votado do partido, com mais de 50 mil votos conseguidos mercê do meu trabalho e qualificação. Agora, quem é esse senhor para dizer que vai tirar-me o mandato?

Ele é meu, foi-me dado pelos meus eleitores, e não pelo dono do partido que nada fez por mim.

O delírio, a ânsia do poder entorpeceram a mente.

Não foi sem razão que os anarquistas preferiram palavras de baixo calão cantadas em coro aqui nestas galerias. Se os grandes dizem... Estou fora do partido através de documento entregue no TSE, protocolado e numerado. Deixo o convívio de grandes amigos que espero ver em breve noutro partido.

Graças a Deus que a minha luta não é "contra a carne e o sangue, mas contra os dominadores deste século".

Para essa luta eu tenho a confiança no braço forte e poderoso d'Aquele que diz que "toda a ferramenta preparada contra mim não prosperará", e ainda: "Resisti ao inimigo e ele fugirá de vós".

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. João de Deus Antunes, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Paulo Macarini (Pausa.)

**O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, alguns setores do Governo estão anunciando uma possível extinção do monopólio do trigo em todo o País. Parece-me que essa medida não deve merecer o apoio do Congresso Nacional nem mesmo da Assembléia Nacional Constituinte, já que no texto do Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral criaram-se alguns conceitos e parâmetros para se fixar uma política agrícola destinada a aumentar o poder aquisitivo dos agricultores, a produzir mais alimentos e a eliminar os bolsões de fome e de miséria que estão humilhando este País.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de tecer algumas considerações em defesa da tese pela manutenção do monopólio do trigo, nacional e importado, a fim de se manter este serviço de real interesse, não apenas do Governo, mas também dos produtores tritícolas deste País.

Em 1959, pelo decreto 47.491, surge a primeira medida coerente do Governo para sistematizar o setor trigo.

Até aquela época prevaleceram: especulação, desabastecimento, trigo-papel, superinvestimento no setor industrial e insipiência da triticultura nacional.

Em fevereiro de 1967, pelo DL 210, foi aperfeiçoado o sistema existente, consolidando: compra estatal da produção nacional e das importações, aferição das capacidades reais de moagem, zoneamento do consumo e pleno abastecimento e limites de intervenção.

A prática operacional do sistema tem demonstrado eficácia, pois regularizou o abastecimento, normalizou e regularizou o segmento moageiro; determinando que os custos industriais hoje estejam a 1/4 do que eram 15 anos atrás; reduziu os dispêndios globais com importações e também serviu de base para acordos bilaterais; reduziu e racionalizou os fluxos de transportes, estoques médios e respectivos gastos (fretes, seguros, armazenagem etc); permitiu a sobrevivência dos pequenos e médios moinhos; permitiu a adoção de preço nacional e, assim de políticas de controle de preços e abastecimentos; favoreceu a expansão da produção nacional, que passou de 200 mil toneladas, em 1962 para 5,6 milhões de toneladas, em 1986, e para cerca de 7,5, em 1987/8; limitou a intervenção governamental de tal forma que, com menos de 120 funcionários, controla toda a aquisição, armazenagem, movimentação, industrialização, distribuição, comercialização e preços de aproximadamente 7 milhões de toneladas, com um custo inferior a 0,01% do valor da conta-trigo; determinou um modelo de comercialização, onde é a iniciativa privada quem opera todas as tarefas, dentro dos parâmetros definidos pelo governo, mas correndo os seus próprios riscos; dada a ausência de intermediários e especuladores no processo de comercialização, a diferença entre o preço pago ao produtor e o pago pelo consumidor é mínima; não há registro nos

últimos 20 anos de compra de produtos deteriorados, perdas, desvios e desmandos, como se conhece para outros produtos.

Há um forte movimento, de longa data, reivindicando a retirada dos subsídios, pela perturbação causada no sistema, mas o governo resolveu eliminá-lo paulatinamente.

O que ainda provoca ônus para o Governo é a manutenção parcial do subsídio, e não o sistema, que é altamente eficiente, bastando compará-lo com os dos produtos geridos por outras entidades.

O trigo transferido às indústrias é pago à vista.

O mercado internacional do trigo é todo subsidiado, e cria algumas vezes a falsa imagem de ineficiência da triticultura nacional. A França, por exemplo, paga aos seus produtores perto de 200 dólares por tonelada, e vende os excedentes no mercado internacional a menos de 100 (inclusive para o Brasil).

A retirada do subsídio ao consumo é medida salutar para ajustar os preços relativos entre trigo, milho, arroz, mandioca, etc., e também para eliminar o impacto no déficit público.

A eliminação da compra estatal, administrada pelo Banco do Brasil, determinará o caos no setor, desde a produção rural, cooperativas, pequenos e médios moinhos nacionais, até ao abastecimento.

Por tudo isto, faço um apelo aos Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura no sentido da manutenção da compra estatal do trigo nacional e importado, porque representa a defesa do produtor e do consumidor.

Sr. Presidente, este País caminha inexoravelmente para a auto-suficiência no consumo do trigo, mediante grandes lavouras que se verificam no Sul do País. Por isso, a manutenção do monopólio estatal na aquisição do trigo nacional é medida salutar, capaz de manter a prosperidade deste setor e fazer com que, em breve tempo, o Brasil elimine a importação, superando essas dificuldades e economizando preciosas divisas para seu progresso e desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB – PE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, venho tratar de assunto claramente polêmico, conforme formulação dada pelo Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente da República e pelo Ministro dos Transportes: a Ferrovia Norte-Sul.

Todavia, creio que essa obra pode ser harmonizada com o interesse nacional, na forma que hoje proponho ao Sr. Presidente da República, em texto que trago ao conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte:

1. O estudo da fértil região dos vales do rio Araguaia e do Tocantins tem demonstrado que essa região é, hoje, a única no País com terras agricultáveis e contínuas, com pequeno contingente de população.

2. Por esse motivo, a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> de construir a Ferrovia Norte-Sul, encontra naturais resistências da opinião pública dos grandes centros urbanos a braços com gravíssimos problemas de transporte, habitação, saúde e emprego, cuja solução reclama grandes e imediatos investimentos.

3. Os próprios estudos realizados pelos órgãos técnicos do Governo, como o Geipot, concluem:

"...finalmente, quando considerada em toda sua extensão, a Ferrovia Norte-Sul exigirá, para sua viabilização, acréscimos de 60% e 50% da demanda que ora se projeta com base nos atuais modelos de ocupação..."

4. É verdade que, a longo prazo, a ligação ferroviária Norte/Sul, cuja maturação é prevista para o ano 2025, permitirá inestimáveis benefícios, como a ligação das ferrovias do Centro-Oeste com os centros urbanos de maior importância para o futuro da nossa economia: Manaus, Belém e São Luís, e a interligação com a Estrada de Ferro Carajás.

5. E igualmente indiscutível a necessidade econômica de deduzir o transporte rodoviário de cargas a longas distâncias, como hoje se verifica na Rodovia Belém-Brasília.

6. Por todos esses motivos, venho submeter ao exame de V. Ex.<sup>a</sup>, a sugestão básica desta carta: que o Governo da União decrete como prioritárias para a Reforma Agrária as áreas rurais que ladeiam, em um raio de 20 (vinte) quilômetros, o eixo da Ferrovia Norte-Sul, em todo o seu percurso, de um mil, quatrocentos e sessenta quilômetros, desde Açailândia, no Estado do Maranhão, até Anápolis, no Estado de Goiás.

No referido decreto, a exemplo de outros diplomas legais, deveriam ser excluídos os imóveis rurais que não excedam 500 (quinhentos) hectares e cujos proprietários outro imóvel não possuam.

7. Essa providência harmonizaria o objetivo de construção da Ferrovia Norte-Sul com as aspirações legítimas das populações dos grandes centros urbanos, pelos seguintes resultados:

a) a redução da intensidade do êxodo rural. Como afirmou o Presidente Tancredo Neves: "A democratização da propriedade rural facilitará a desconcentração industrial e o fim do êxodo rumo às imensas metrópoles, que já se tornam inabitáveis".

Segundo o Prof. George Martine, pesquisador da ONU no Brasil, "Estimamos que cerca de 28,5 milhões de pessoas (equivalente à população da Argentina) teriam deixado as áreas rurais, apenas nas últimas décadas". "...Mais da metade da imigração rural total observada na década de 60 se concentra na Região Sudeste..."

E diria S. Ex.<sup>a</sup>: É notório que esse êxodo rural desordenado é a causa principal da violência urbana que inquieta o País;

b) restabeleceria junto a milhões de trabalhadores rurais sem terra a credibilidade no Programa de Reforma Agrária do Governo (PNRA);

c) criaria uma nova área, de 2.920.000 hectares de produção de alimentos para o mercado interno, dotada de transporte seguro e fácil para os grandes centros urbanos, pelo assentamento de cento e quarenta e seis mil novos pequenos produtores rurais na região.

8. É evidente o efeito antiinflacionário e normalizador da vida brasileira de uma iniciativa desse porte, pela oferta de alimentos ao

mercado interno, ao incorporar vastas terras ociosas à produção agropecuária de alimentos.

9. A medida, ora sugerida, poderá consagrar o Governo de V. Ex.<sup>a</sup> e impedirá certamente a ação dos grileiros, naturalmente agindo na área da projetada ferrovia, como é tradicional ocorrer em obras semelhantes e ocorreu ao longo da Rodovia Belém-Brasília.

10. Finalmente, não compreenderá o País a execução de projeto de tal magnitude mediante a aplicação de recursos orçamentários superiores a cento e quarenta bilhões de cruzados, para exclusivo benefício de alguns milhares de latifundiários de baixa produtividade, mantendo suas propriedades naquela região como reserva de valor.

Estas sugestões, ora apresentadas a V. Ex.<sup>a</sup>, decorrem de estudos feitos como membro do Congresso Nacional desde 1955 e, recentemente, na qualidade de relator da Comissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária da Assembléia Nacional Constituinte, interessado no progresso e na paz social em nosso País, que espero poderão ser promovidos por V. Ex.<sup>a</sup>.

Esta é uma solução que, acredito, harmonizará os interesses da região Centro-Oeste e os sonhos do Presidente da República com a dura realidade, de desespero e fome, dos trabalhadores rurais do Brasil.

**O SR. MANOEL CASTRO (PFL – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, venho à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para questionar a privatização da Caraíba Metais.

Registro minha alegria e congratulo-me com os argentinos pela vitória da democracia do seu país, que é extremamente importante para o processo democrático brasileiro, pela interdependência, ligação e sentido de solidariedade existente entre os povos da América Latina, em especial da América do Sul.

As Forças Armadas dessa nação vizinha e amiga, a Argentina, decidiram apoiar o processo democrático, assegurando a ordem pública contra aqueles que queriam lançar novamente o país em uma aventura. Esse procedimento certamente desestimulara, não só no Brasil, como em outros países, tentativas de golpes semelhantes.

Foi também muito importante a decisão tomada pelo Superior Tribunal Militar de punir exemplarmente o oficial que recentemente adotou posição de indiscutível indisciplina, invadindo a sede da prefeitura de um município do interior do Estado do Paraná. Ficam, portanto, registradas minhas congratulações pela vitória do processo democrático na Argentina e a expectativa de que a Liderança do meu Partido aqui também se pronuncie em defesa da democracia.

Minha posição de liberal, de associado do PFL e defensor da tese do liberalismo social não me impede de ser contrário à privatização da Caraíba Metais, importante e estratégica empresa brasileira.

Devo salientar que, ao longo de minha vida profissional, tive oportunidade de trabalhar na implantação do projeto da Caraíba, no setor privado. Mais tarde, fui membro de seu Conselho de Administração, durante quatro anos, representando o Governo da Bahia, na condição de Secretário da Indústria e Comércio.

Hoje vários Parlamentares baianos, tanto participantes da Assembléia Nacional Constituinte como da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, apóiam a iniciativa da Comissão de Minas e Energia de promover um seminário em defesa da Caraíba Metais. O evento contou com a participação ostensiva de várias lideranças sindicais e operárias, tanto da área de metalurgia como na de mineração, e de inúmeras outras entidades de classe, entre elas a Abranfe.

A Caraíba Metais é uma empresa que tem importância estratégica, pois é um projeto integrado que envolve, além da mineração do cobre, sua metalurgia, a produção de ácido fosfórico, que é extremamente importante para o programa de fertilizantes no Nordeste e ainda a produção de metais preciosos, entre eles o ouro e a prata. Esse projeto mereceu investimento superior a um bilhão de dólares. Recentemente, o BNDES investiu na sua regularização financeira cerca de oitocentos milhões de dólares. Um processo de privatização implicaria separação entre metalurgia e mineração. A metalurgia é um projeto rentável, enquanto a mineração é um investimento muito menos rendoso, como processo de maturação mais lento e que precisa abastecer o mercado interno com um aumento da produção.

O Brasil importa atualmente até concentrado de cobre. Ficamos, portanto, surpresos com essa decisão, porque conhecemos a história do projeto Caraíba; sabemos que originalmente ele era da iniciativa privada e que foi estatizado durante o Governo Geisel, justamente para assegurar o fornecimento do cobre, considerado um insumo básico, a nível dos interesses nacionais.

Sr. Presidente, o evento de hoje seguir-se-á amanhã, com a participação, inclusive, de outras entidades, da própria Diretoria e do Conselho Diretor da Caraíba Metais, e culminará com ato público em sua defesa. Nesta oportunidade, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que autorize seja transcrito nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte um dos documentos apresentados, hoje de manhã, no seminário em defesa da Caraíba Metais, dando o posicionamento das entidades profissionais, técnicas e científicas ligadas à empresa, e que está assinado por cerca de uma dúzia de entidades representativas de profissionais liberais do Brasil, na área da administração, da engenharia, da geologia, da arquitetura, da economia e do direito, entre outras. E um documento bastante explicativo, não só do ponto de vista histórico, mas principalmente esclarecedor do processo que hoje se verifica com relação à privatização da Caraíba Metais. Certamente, esse testemunho contribuirá para que esta Assembléia Nacional Constituinte apóie a tese da defesa da Caraíba Metais, que, além de ser um projeto de relevante interesse nacional, é também de grande significação para o Estado da Bahia e todo o Nordeste brasileiro.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
ORADOR:  
EM DEFESA DA CARAIBA METAIS  
Posicionamento das entidades profissionais  
e técnico-Científicas**

**Breve histórico**

O cobre está ligado à história da Bahia há bastante tempo. Desde o século passado já se conhecia a existência desse mineral na região de Caraíba. Providências concretas no sentido do seu aproveitamento só ocorreram em 1940 com a criação da Caraíba Metais S/A empresa privada, e a realização das primeiras pesquisas pelo DNPM quatro anos após, destinadas a avaliação das suas reservas.

Em 1969, o Grupo Pignatari deu início aos trabalhos de desenvolvimento da jazida, não demonstrando capacidade financeira, técnica e gerencial para implementar o projeto, paralisado logo no início da década de 70. Diante desta situação e considerando a grande dependência externa do país para abastecer o mercado interno do cobre, elemento estratégico para o desenvolvimento do país, o Governo Federal resolveu, em 1974, assumir a totalidade do empreendimento através da Fibase – Insumos Básicos S/A (atual BNDESPAR) subsidiária do BNDS, estatizando a Caraíba Metais. A mina a céu aberto e a instalação da unidade de concentração em Jaguarari entraram em operação em 1978. Concomitantemente instalava-se a unidade metalúrgica em Camaçari que começou a processar o concentrado de cobre em 1982.

Atualmente a Caraíba Metais dispõe de uma estrutura integrada que vai da mineração/concentração de minério à obtenção final do cobre metálico (produção de 140.000 toneladas em 1987) e seus subprodutos, ou seja ácido sulfúrico, sulfato de níquel, ouro e prata, além de gerar mais de 3 mil empregos diretos.

O projeto Caraíba representou um investimento público de 1,5 bilhão de dólares a preços históricos e, hoje, a Caraíba Metais praticamente monopoliza a produção e o mercado interno do cobre primário, suprindo 80% da demanda instalada no país o que representa um faturamento anual superior a 300 milhões de dólares.

A importância econômica e estratégica da Caraíba pode ser visualizada caso se observe que, entre os anos de 80 e 86, o custo de importação de cobre metálico caiu de US\$ 489 milhões para US\$ 258 milhões, em função da entrada de Caraíba Metais no mercado.

O Projeto Caraíba foi implantado em pleno período autoritário, quando vigorava no País, em seu ápice, o modelo tecnocrático dos megaprojetos, baseados em pacotes tecnológicos importados que não levavam em consideração a capacitação técnica nacional. Assim, neste ambiente megalômano, sem o Brasil ter a necessária experiência anterior na área minero-metalúrgica do cobre em empreendimentos industriais menores e menos sofisticados tecnologicamente, partiu-se para a implantação imediata de um enorme e complexo projeto de 150.000 t/ano de cobre metálico, baseado unicamente em um médio depósito mineral. Além disso, cometeu-se o grave equívoco de se transplantar automaticamente projeto

de lavra próprio para os grandes depósitos estrangeiros do tipo "pofiry cooper" para uma jazida de geologia completa e radicalmente diferente. As consequências do conhecimento de todos, foram desastrosas: compras desnecessárias de equipamentos superdimensionados e inadequados às condições reais das mineralizações, com conseqüente dimensionamento errado da escala de produção de minério e da usina de beneficiamento que, aliado ao treinamento deficiente de pessoal, à incapacidade gerencial na implantação das obras, nos atrasos de cronogramas, etc e à tradicional corrupção que impera no País, levaram a um investimento total do projeto de cerca de 1,5 bilhão de dólares, muito acima de qualquer empreendimento similar, a nível internacional. A comunidade técnica nacional, considerando que não foi democraticamente consultada sobre tal projeto, com suas decisões políticas, técnicas e econômicas sendo tomadas na solidão dos gabinetes governamentais, não tem qualquer responsabilidade nos erros nele cometidos, que são somente dos seus idealizadores e executores, ao nível decisório e gerencial. As lições de tal projeto deveriam ser bem estudadas e debatidas, de modo a se evitar, doravante, os mesmos erros nele cometidos.

A Caraíba Metais, à semelhança da imensa maioria das estatais brasileiras, vítimas do compadrio e do clientelismo político, com o resultante empreguismo, aliado à pressão dos seus elevadíssimos encargos financeiros, veio acumulando grandes prejuízos até 1986. Neste ano, atingindo nível de produção próximo daquele de sua capacidade instalada, e com os ajustes administrativos e operacionais realizados, bem como com o saneamento financeiro nela promovido pelo BNDES, que custou 800 milhões de dólares, a Caraíba Metais deu um lucro líquido de 358 milhões de cruzados.

Como elemento indutor do desenvolvimento regional, a importância da Caraíba não se restringe à mineração, metalurgia e comercialização de cobre. No processo metalúrgico, compulsoriamente, obtém-se o ácido sulfúrico, insumo para fabricação de fertilizantes fosfatados, indispensáveis ao desenvolvimento de uma agricultura moderna e racional. A descoberta recente no Estado da Bahia de dois (2) promissores depósitos (Campo Alegre de Lourdes e Irecê) de rocha fosfática, com reservas prováveis superiores a 30 milhões de toneladas poderá transformar a Bahia em importante pólo industrial de fertilizantes, desde que a Caraíba Metais conclua sua planta de ácido fosfórico, viabilizando, além disso, a aplicação verticalizada do seu ácido sulfúrico.

Diante da relevância econômica do Projeto Caraíba, seria de se esperar a concretização e ampliação desse complexo pelo Governo Federal, viabilizando todo o seu potencial germinativo, em especial a sua integração com a indústria de fertilizantes. Em total confronto a esta perspectiva, o Governo Federal anunciou intempestivamente a privatização da sua unidade metalúrgica, mantendo sob controle estatal a mina de Jaguarari, logo após o referido saneamento financeiro promovido pelo BNDES que custou ao povo brasileiro cerca de US\$ 800 milhões e motiva o presente simpósio.

### A questão da privatização da Caraíba Metais

Inicialmente, é importante falar do papel histórico que a estatização brasileira vem tendo.

A estatização no Brasil sempre foi planejada e conduzida no sentido de favorecer e/ou viabilizar a empresa privada. O papel do Estado, enquanto produtor, historicamente tem sido aquele de atuar em setores caracterizados por investimentos elevados, alto risco, longa maturação e baixa rentabilidade, relacionados fundamentalmente com o suprimento de energia e insumos básicos. Este papel tem sido vital para a viabilização do parque industrial brasileiro e para a geração de importantes economias externas, que tem beneficiado principalmente a iniciativa privada. Em vez de contradição entre a estatização e iniciativa privada o que tem sido verificado é a sua subordinação à dinâmica do capital privado, contribuindo decisivamente para sua rápida reprodução. A questão da privatização ou não da Caraíba Metais insere-se perfeitamente neste contexto.

As entidades aqui representadas questionam neste momento a forma fechada e autoritária com que o BNDES vem conduzindo o processo de privatização de Caraíba Metais, omitindo questões fundamentais dentre as quais podem ser ressaltadas: critérios gerais, dados técnicos e condições de negociação.

Questiona-se, igualmente, as razões que levaram à adoção de uma política absurda de preços, imprimida pelo governo através do CIP que fez com que os preços de vergalhões e catodos produzidos pela Caraíba Metais fossem vendidos a valores inferiores aos praticados internacionalmente e, incredivelmente: aos preços de produção, levando a empresa a vivenciar uma nova crise financeira, descapitalizando-se violentamente, ao passo em que os grandes transformadores de cobre capitalizam-se na mesma razão, ocorrendo, mais uma vez, grande transferência de renda do povo brasileiro, dono da Caraíba Metais, para uns poucos beneficiários do setor metalúrgico.

Atualmente, os preços dos produtos da Caraíba estão totalmente desvinculados da realidade do mercado, haja vista que no mercado internacional o cobre está cotado em torno de US\$ 3.500.00/tonelada, valor interno, enquanto tal empresa está praticando o preço de US\$ 2.272.00/tonelada no mercado interno.

Isso constitui numa verdadeira sabotagem a uma empresa estatal estratégica para o desenvolvimento do País, uma vez que a mesma vem acumulando, artificialmente, prejuízos fantásticos e, com o seu conseqüente descrédito perante a opinião pública como mais uma estatal incompetente e gastadora. À semelhança do que ocorre em outras grandes estatais brasileiras, a exemplo da Petrobrás, o Governo Federal adota políticas de preços e medidas administrativas que conduzam a suas desmoralizações, de modo a justificar suas privatizações.

Que interesses empresariais privadas estão embutidos nesta privatização a preços aviltados, em torno de 500 milhões de dólares de um meio de produção altamente estratégico e lucrativo, como a unidade metalúrgica da Caraíba Metais? Será a repetição, mais uma vez, do malfadado costume nacional de se privatizar os lucros e socializar os prejuízos?

As entidades profissionais e técnico-científicas têm plena convicção de que isto está ocorrendo e que tal prática não interessa à sociedade brasileira. Socializar a dívida, os custos e prejuízos de um projeto mal gerenciado e privatizar o lucro, através de sua parte produtiva, já saneada e viabilizada, não atende o interesse do povo brasileiro. No processo de privatização em curso, também não é levado em consideração o patrimônio tecnológico desenvolvido pelos recursos públicos a custos altíssimos, e que há pouco tempo era privilégio dos países altamente industrializados.

Na prática isto significa transferir para poucos e grandes grupos privados, alguns deles estrangeiros, recursos da União, contrariando os propósitos do governo de contenção do déficit público. Significa, ainda, impor à Caraíba Metais prática administrativa desastrosa, representada pela separação operacional das atividades de lavra e metalurgia, colocando em risco a sua consolidação e o interesse nacional no setor minero-metalúrgico, contrariando todo o avanço da experiência mundial que aponta para a verticalização. A recente lei do Congresso dos EUA que obriga a verticalização da mineração com a metalurgia é um relevante exemplo desta tendência internacional. Com este pano de fundo, ou em decorrência deste, como afirmam alguns, planeja-se privatizar a Caraíba Metais.

Ora, se a argumentação que dá suporte à transferência do empreendimento prende-se a situação deficitária da empresa, pergunta-se interessa à iniciativa privada assumir o controle da Caraíba Metais, mantidos os preços atuais do Cobre metálico? Matematicamente, não.

Contudo, a forma que vem propondo o BNDES para a privatização da empresa é bastante danosa ao País e particularmente ao Estado da Bahia.

O BNDES propõe que os consumidores (transformadores) assumam o controle da empresa. Para isto, segundo a imprensa, estimou-se o valor patrimonial da planta metalúrgica em cerca de 500 milhões de dólares. Destes, 300 milhões poderão ser financiados pelo próprio BNDES e os 200 milhões restantes serão transformados em ações, das quais 2/3 (aproximadamente 130 milhões) seriam ações preferenciais sem direito a voto e 1/3 (aproximadamente 70 milhões) ações ordinárias com direito a voto. As ações preferenciais continuariam em poder do Sistema BNDES. Nestas condições, com apenas 70 milhões de dólares a iniciativa privada poderia assumir o controle acionário de um empreendimento que custou várias centenas de milhões de dólares ao povo brasileiro.

Estes 70 milhões de dólares seriam rateados entre os transformadores de cobre de acordo com sua participação no mercado consumidor, hoje constituído por 149 empresas, sendo que as 10 maiores concentram 70% da demanda e as 4 maiores cerca de 40%. Logo o controle da empresa ficaria concentrado nas mãos dos grandes transformadores, dos quais 3 (três) deles são estrangeiros, oligopolizando brutalmente o mercado. Não é à toa que os pequenos e médios transformadores de cobre, através de sua entidade representativa, vêm se posicionando contrariamente a esta pretendida privatização que, a médio prazo, poderá redundar nas suas sentenças de morte, com suas respectivas exclusões do mercado oligopolizado.

Outra questão que se coloca é se interessaria a esta nova empresa (pool dos consumidores) dar lucro. Para a compreensão desta questão pelos senhores colocaremos a título de exercício duas hipóteses:

1ª hipótese:

– Preço de custo de US\$ 2.500.00/tonelada (abaixo do preço atualmente praticado no mercado internacional).

– Preço de venda com remuneração e valor metalúrgico agregado de US\$ 3.000.00/tonelada.

– Para uma produção de 150.000 toneladas/ano a empresa teria um lucro anual de 75 milhões de dólares e proporcionaria uma arrecadação de ICM da ordem de 70 milhões de dólares.

2ª hipótese:

– Varia-se simplesmente o preço de venda do cobre para US\$ 2.000.00/tonelada, próximo ao atualmente praticado pela Caraíba.

– Para a mesma produção de 150.000 toneladas/ano acumularia-se um prejuízo de 75 milhões de dólares e uma arrecadação de ICM de 50 milhões de dólares.

Implementada a primeira hipótese a empresa disporia de 70 milhões de dólares para serem rateados entre os acionistas preferenciais (o Sistema BNDES) e ordinários que seriam os próprios consumidores da Caraíba Metais. Porém, senhores, a grande jogada estaria na implementação da 2ª hipótese, próxima da realidade atual da empresa, em que não haveria lucros para distribuir. Conseqüentemente não se teria avanços sociais para os trabalhadores da empresa e nem dividendos para distribuir com os acionistas preferenciais, ou seja, o povo brasileiro, representado pelo BNDES, pois a empresa seria deficitária. Porém, comprando a US\$ 2.000.00 a tonelada os transformadores ganhariam em cada tonelada aproximadamente US\$ 1.000.00, representando anualmente uma transferência de 150 milhões de dólares para suas empresas e não os 25 milhões de dólares que lhes caberia caso prevalecesse a 1ª hipótese, por serem os acionistas ordinários. Evidentemente, os grandes beneficiários de tal jogada seriam os quatro grandes transformadores existentes, 3 (três) deles estrangeiros, na medida em que os pequenos seriam, a médio prazo, expulsos do mercado. Isto, senhores, representaria a adoção de nefasta política de transferência de renda do povo brasileiro para os grandes transformadores, em sua maioria empresas transnacionais. Este desfecho tem que ser evitado para que não se agrave ainda mais o perverso modelo de concentração de renda que vem acompanhando a industrialização brasileira e que, cada vez mais, sufoca os pequenos e médios empresários, em da oligopolização da economia a que fatalmente conduz.

O Presidente da República, Dr. José Sarney, em discurso à Nação, em julho de 1985, relata a dramaticidade do processo de concentração da renda nacional, após 25 (vinte e cinco) anos de industrialização acelerada, ao enunciar que "a metade mais pobre da população brasileira, que em 1960 detinha 4% da renda nacional, tem hoje menos de 3%. Os 10% mais ricos que possuíam 39% da riqueza nacional, passaram a comandar 51%. Os pobres, mais pobres; os ricos, mais ricos". Trágico o destino de um povo que tem um Presidente, por ele não eleito, que passados

somente 2 (dois) anos após ter emocionadamente feito tão terrível constatação, tem um governo que propõe a privatização da Caraíba Metais em uma forma tal que, fatalmente, agravará, ainda mais, o perverso modelo de desenvolvimento que denunciou à Nação.

#### **A Questão Específica da Mina Caraíba e a Pesquisa Nacional do Cobre**

Analisando a questão da unidade de mineração de Jaguarari, responsável pela produção de 25% do concentrado consumido pela metalurgia, observa-se que a única forma de minimizar os erros decorrentes da adoção de um projeto inadequado e megalômano, é a sua permanência vinculada a planta metalúrgica, com um processo racional de produção.

Por outro lado, sabe-se que o BNDES visa "exaurir" a mina da Caraíba Metais no mais curto espaço de tempo, falando-se em um prazo máximo de 3 anos. Esta lavra predatória além de inviabilizar o aproveitamento da reserva remanescente, avaliada em mais de 300.000t de cobre contido, trará sérios problemas sociais para ampla região de nordeste baiano, castigado pela seca e que tem na mineração do cobre a sua principal atividade econômica. Tal postura contraria estudos internos da própria Caraíba Metais, que tem estrado alternativo de aproveitamento das reservas do Vale do Curaçá indicando uma vida útil até o ano 2000, com a entrada em operação inclusive de uma mina em Surubim, depósito situado nas vizinhanças da atual mina. Vale salientar que estes estudos consideraram o preço de mercado do cobre metálico na faixa de US\$ 1.800/t, preço hoje totalmente superado, atingindo o cobre internado cotações de até US\$ 3.500,00/t.

Também a exaustão precoce da Mina Caraíba, — tomando inaproveitável 300.000t de cobre nela contido — inviabilizará a continuidade das pesquisas de cobre no Vale do Curaçá, pois, devido ao alto investimento feito na Caraíba, qualquer depósito ali descoberto tem que ter o seu aproveitamento vinculado à infra-estrutura lá existente.

Vale salientar que o Vale do Curaçá, ao contrário do que se afirmava, ainda está por ser suficientemente pesquisado pois até o momento só os corpos básicos-ultrabásicos aflorantes foram pesquisados.

Contando nos últimos 3 anos com recursos financeiros garantidos para a pesquisa mineral, a equipe técnica da Caraíba Metais teve sucesso no Vale do Curaçá onde foi descoberto recentemente o depósito de Vermelhos. Este depósito já tem bloqueada uma reserva de aproximadamente 18 milhões de toneladas, a um teor médio de 0,8% com ouro associado. Caso se confirmem as expectativas geofísicas estas reservas poderão vir a ser duplicadas ou mesmo triplicadas. Este sucesso mostra pois que deve se continuar de forma maciça com a pesquisa no Vale do Curaçá, pois até o momento somente cerca de 20% do mesmo foi pesquisado dentro da nova metodologia de prospecção em curso pela Caraíba Metais que tem mostrado ser eficiente. Um grande equívoco que se verifica atualmente no País é aquele de que as reservas de cobre de Carajás pode tornar o País auto-suficiente em cobre. Sabe-se hoje que a reserva de 1,2 bilhão de toneladas, representam na verdade cerca de 300 milhões de toneladas lavráveis. Isto representa, no máxi-

mo, um consumo de aproximadamente 20 anos da planta metalúrgica da Caraíba Metais, ao nível atual de produção de 150.000 toneladas/ano, quando a demanda em 1987 foi de 288.000t devendo atingir 687.000t no ano 2.000. Urge pois, que se discuta de imediato uma política nacional de cobre, em todos os seus segmentos, ou seja, a pesquisa, lavra, metalurgia e comercialização. E de relevante significado que o MME rompa seu estado de apatia e perplexidade frente as complexas questões do setor mineral e planeje e execute uma política de cobre para o Brasil.

É necessário, além disso, que tal política procure acabar, a médio e longo prazos, com a brutal dependência que o Brasil tem dos mercados internacionais de concentrados de cobre, pois, além das instabilidades políticas reinantes nos principais países produtores observa-se também que eles discutem, e alguns já implementam, uma política de transformação de seus concentrados e, conseqüentemente; de suspensão das suas exportações. Esta política que procura agregar valores em suas matérias-primas é factível uma vez que o processo para se conseguir o cobre refinado, principalmente a partir do **blister**, é bastante simples e economicamente mais compensador, deverá ter o seu desenvolvimento acelerado em todo o mundo, nos próximos anos.

Torna-se necessário que se invista cada vez mais em pesquisa mineral de cobre, minério que representa uma das nossas maiores pautas de importação, para que o país deixe de gastar os dólares tão necessários ao seu desenvolvimento (em 1987, 170 milhões de dólares). Os investimentos necessários, em cruzados, além de gerarem novos empregos, poderão desenvolver a indústria nacional, minimizando ou mesmo acatando com a dependência nacional aos mercados externos do cobre.

#### **Conclusões**

Pelo exposto, as seguintes conclusões podem ser tiradas:

— a produção de cobre pela Caraíba Metais tem caráter estratégico para o País;

— na implantação do seu projeto minero metalúrgico houveram graves erros que necessitam ser avaliados de maneira a que o Brasil não venha a repeti-los. Membros da comunidade técnica nacional vêm com preocupação crescente o processo de aproveitamento do cobre de Carajás que, em muitos aspectos, pode conduzir a erros semelhantes aqueles cometidos pela Caraíba Metais. Prevalece, ainda, a mentalidade dos megaprojetos e a importação de pacotes tecnológicos estrangeiros;

— a proposta do BNDES de privatizar a metalurgia da Caraíba Metais, com a mineração continuando ser estatal, é de caráter anti nacional, na medida em que privatiza o lucro e socializa o prejuízo. Dá o "filé" para uns poucos empresários (cerca de 4 grupos econômicos que realmente estão interessados em tal privatização) e deixa o "osso" por conta de todo o povo brasileiro;

— a eventual privatização da metalurgia da Caraíba Metais, oligopolizará o setor de transformação do cobre, levando à exclusão do mercado, a médio prazo, dos pequenos e médios transformadores deste metal. Tal constatação é tão factível que a imensa maioria dos transformadores de cobre, pequenos, médios e até grandes, estão,

através de sua entidade representativa, repudiando a iniciativa do Governo Federal. Sabem que, em realidade, ela somente interessa a cerca de 4 (quatro) grandes transformadores, 3(três) deles, de capital estrangeiro;

— a proposta do BNDES aparenta ter uma roupagem democrática, na medida em que procura incluir todos os transformadores. No entanto, ela constitui apenas uma camuflagem bem feita para encobrir o interesse de grupos econômicos poderosos que visam oligopolizar o mercado produtor e transformador do cobre no Brasil. Além disso, forçar compulsoriamente um industrial transformador a entrar em um negócio que, eventualmente, não lhe interessa ou, por outro lado, impedir que qualquer outro capitalista que tenha capital disponível de entrar para o ramo da produção do cobre, caso tenha interesse nisso, não tem nada de democrático;

— a privatização da Caraíba Metais, nos moldes em que está proposta, poderá levar a um agravamento do processo de transferência de renda da população para alguns poderosos grupos econômicos, tornando ainda mais excludente o atual modelo de desenvolvimento econômico praticado no Brasil;

— uma proposta de privatização da Caraíba Metais que pudesse merecer a discussão e análise da população brasileira, através de suas entidades representativas da sociedade civil, teria que contemplar a mineração e a metalurgia, bem como a devida indenização ao poder público, tendo por base o patrimônio daquela empresa, auditado por organizações sérias e capazes, com o controle da sociedade. Além disso, não poderiam haver financiamentos subsidiados, transferências de rendas interestores sociais, bem como se deveria evitar a oligopolização do setor transformador, garantindo-se a permanência das várias dezenas de pequenas e médias empresas que nele atuam;

— o Governo Federal deveria planejar e implementar uma correta política nacional do cobre que contemple a pesquisa mineral, a lavra, a metalurgia e a comercialização deste metal no País.

Finalmente, as entidades que subscrevem este documento denunciam à Nação o plano de privatização da Caraíba Metais como sendo danoso à soberania nacional, ao desenvolvimento equilibrado do País e às economias nacional e regional, particularmente aquelas da Bahia e do Nordeste brasileiro. Tal privatização, se consumada nos moldes propostos, socializará os prejuízos e privatizará os lucros, além de favorecer unicamente a uns poucos grupos monopolistas privados que poderão, inclusive, acarretar a desnacionalização de um empreendimento edificado com o sacrifício de todo o povo brasileiro.

Associação Baiana de Administradores.  
Associação Baiana dos Engenheiros de Minas.

Associação Baiana de Geólogos.  
Clube de Engenharia da Bahia.  
Conselho Regional de Administradores.  
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia.

Conselho Regional de Economia da Bahia.

Coordenação Nacional dos Geólogos.  
Coordenação Contra a Privatização da CMSA (empregados).

Sindicato dos Engenheiros da Bahia.  
Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia.

Sociedade Brasileira de Geologia (Núcleo da Bahia).

\* Pronunciamento feito pelo geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos – CONAGE, em nome das entidades acima, por ocasião do Seminário Nacional sobre a Política do Cobre e a Privatização da Caraíba Metais, no Congresso Nacional, nos dias 19 e 20 de janeiro de 1988.

**O SR. VICTOR FACCIÓNI (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr Srs. Constituintes, estamos numa sessão da Assembléia Nacional Constituinte e, a rigor, deveríamos aqui debater os temas a ela pertinentes. Venho à tribuna para fazê-lo, mas de forma indireta. Em primeiro lugar, quero, diretamente, mostrar como de nada adianta uma Constituição e de nada adiantam as leis, neste País, se não forem para valer, pois a Constituição e as leis estão sendo descumpridas todos os dias ou por omissão ou por transgressão a das.

Vejamos rapidamente, Sr. Presidente, três assuntos que exemplificam minha assertiva. Em primeiro lugar, os aposentados e pensionistas farão uma passeata de joelhos, pelas ruas do Rio, no dia 22, quando a Previdência Social completa 65 anos, segundo informa o jornal **Última Hora**, do Rio de Janeiro. O jornal **Zero Hora**, de ontem, anuncia:

"Aposentados farão passeata de protesto em Porto Alegre.

A manifestação será na sexta-feira à tarde."

É isto. Há uma lei que determina o reajuste do valor das aposentadorias e pensões, e que pura e simplesmente não está sendo cumprida. Hipotecamos mais uma vez nossa solidariedade aos aposentados e pensionistas e renovamos nosso apelo ao Governo, para que cumpra a legislação, deixe de recorrer contra as decisões da Justiça Federal em favor dos aposentados, os quais demandaram, na Justiça, buscando o reajuste real dos seus proventos.

Outra notícia, esta do jornal **O Pioneiro**, de Caxias do Sul:

"Agora, quinta-feira, em Bento Gonçalves, produtores de uva farão manifestações na rua."

Por quê? Porque nem a lei que foi sancionada pelo atual Presidente está sendo cumprida no que diz respeito à fixação do preço mínimo da uva. A Lei nº 7.628, de 13 de novembro de 1987, determina a fixação do preço mínimo da uva, pela CFP, no período de agosto a novembro do ano anterior à safra. Já transcorreram os meses de agosto, novembro, dezembro; está em curso o mês de janeiro do ano seguinte, e até agora o preço mínimo da uva nos termos propostos pelos produtores, para cobrir a diferença de custo. Já falamos também sobre a elevação do IPI do vinho e derivados promovida pelo Governo atual, mais precisamente pelo miraculoso Ministro Dílson Funaro, que tantos males fez à economia nacional.

Sr. Presidente, se não são cumpridas leis mezinhas, simples regras da área social ou econômica, como as relacionadas como problema dos aposentados, pensionistas e produtores de uva, o que dizer-se das leis maiores, daquelas que em-

basam todo o comportamento ético, moral e legal da vida nacional?

Basta ver o que diz o **Zero Hora** de segunda-feira, 18 de janeiro:

"Corrupção está solta no País, diz Ministro Aníbal Teixeira. Ao sair dará nome de todos os corruptos?"

Pois bem, Sr. Presidente, vamos encaminhar, tanto à Mesa da Câmara dos Deputados quanto à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte – para que a repetição faça o Sr. Presidente Ulysses Guimarães cumprir o que determina o Regimento Interno de ambas – um pedido de informações, requisitando a relação dos nomes de todos os corruptos denunciados ou a serem anunciados pelo Sr. Ministro Aníbal Teixeira, para que a mesma faça parte dos Anais, tanto da Câmara quanto da Assembléia Nacional Constituinte.

O "Zero Hora" de hoje, na coluna do prestigioso jornalista Carlos Fehlberg, diz "Novo problema tem o Planalto". Trata-se de mais um Ministro envolvido em corrupção, o quarto Ministro que sai envolvido em corrupção, quer em acusações contra si ou conta terceiros. Basta recordar: o ex-Ministro Dílson Funaro renunciou um dia antes de comparecer a esta Casa. Descumpriu o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, descumpriu a Constituição Federal, que determina, sob pena de responsabilidade, o atendimento da convocação dos Ministros de Estados votada pela Câmara dos Deputados. O Regimento determina o prazo de vinte sessões, e aqui o ex-Ministro não compareceu e, quando marcou a data, o fez às vésperas de se afastar do Governo. E aí já não compareceu mais. E o pior: saiu dizendo que a corrupção e a impunidade haviam prejudicado e sabotado o Plano Cruzado. Qual corrupção e qual impunidade? Até hoje S. Ex.<sup>a</sup> aqui não compareceu para dizer. Por isso, na sessão de quinta-feira próxima passada, indagamos do Presidente titular da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, quais as providências que a Mesa adotou com relação à convocação do Ministro do Planejamento, ocorrida há seis meses, quando o Regimento Interno estabelece o prazo de vinte sessões. Esperávamos, na sessão de ontem ou na de hoje, obter uma resposta do Sr. Presidente, que estava presidindo os trabalhos. Entreguei pessoalmente o requerimento a S. Ex.<sup>a</sup>, que nos disse que tomaria as providências necessárias.

Consta que o Ministro Aníbal Teixeira está deixando o Governo. Será que esse morceguamento, engavetamento, é para permitir que S. Ex.<sup>a</sup> saia impunemente, sem aqui comparecer para prestar esclarecimentos? Tal hipótese deixaria mal o Presidente Ulysses Guimarães, que também preside o partido do Ministro convocado e agora acusado.

O jornal "O Estado de S. Paulo" diz em editorial de hoje: "O País não suporta mais", e lá pelas tantas mostra que o Ministro, afinal de contas e depois de tudo, ainda está-se dizendo honrado e honesto. Então, por que não propiciarmos a um Ministro honrado e honesto o direito de defender-se e explicar ao País o que há de podre neste Governo? Onde é que está exatamente a podridão?

Pela oportunidade dos conceitos e da análise, como pela importância do jornal, permitam que eu feia o editorial de "O Estado de S. Paulo":

## O PAÍS NÃO SUPORTA MAIS

Eis que o Sr. Aníbal Teixeira surge como o paradigma para a juventude brasileira: marido prestimoso, que só se candidatará à prefeitura de Belo Horizonte se sua esposa permitir. Não são comuns procedimentos desse tipo, tão dignificantes, nestes tempos marcados por acendrado individualismo. Mas não é somente por essa reverência pública aos princípios matriarcais que governam sua família que o ministro do Planejamento se recomenda à admiração dos jovens. Ele é exemplo vivo de como se faz para enriquecer fora da vida política. Quando deputado estadual, antes de ser cassado pelos governos revolucionários, possuía apenas metade de uma casa; a outra parte estava comprometida por dívidas. Hoje, depois de eleger-se deputado federal (posto que pouco ocupou) e de ser por breve período chefe da Seac – Secretaria Especial de Ação Comunitária – e ministro do Planejamento, acumula a fortuna traduzida nos seguintes bens que, com olhos marejados de lágrimas, arrolou à imprensa: 2.500 lotes de terrenos, automóveis, tratores, caminhões, um avião e outros imóveis. A uns a Revolução abriu as portas para a consagração intelectual, a outros deu poderes iguais aos de Midas. O Sr. Aníbal Teixeira é um desses últimos, tendo o fabuloso dom de transformar em ouro tudo aquilo que toca. Tanto assim é, tanto tem consciência de que é um dom sobre-humano, o que tem, que descobriu a maneira de retribuir os benefícios que usufruiu por essa dádiva da natureza: doará um terço dessa fortuna a obras comunitárias.

Haverá alguém mais digno de comiserarção do que esse senhor, conta o qual se voltam as iras da imprensa burguesa, corrompida não se sabe por quem, a qual aremeteu contra ele em troca do recebimento de polpudos cheques? Como incriminar alguém que favorece as ações comunitárias, em detrimento dos poderosos? Com que autoridade se acusa um cidadão prestante, disposto a dar aos brasileiros, em campanha eleitoral, um terço de sua fortuna? Apenas os invejosos, ou então aqueles que poderiam ter construído casas por processos convencionais mas não o fizeram deixando assim de ganhar rios de dinheiro, podem protestar contra a ação desse homem que antes de mais nada ouve a voz da experiência feminina.

Na defesa de sua honra, o ministro do Planejamento chora. Derrama lágrimas copiosas, protestando inocência – e mais uma vez lança acusações contra todos. Da primeira vez, quando se viu acuado por poderes que não eram os da imprensa subornada por polpudos cheques, disse que o culpado era o mordomo, perdão, o presidente da República e o secretário-geral indicado por seu genro. Agora, os culpados são os jornais. Hoje, quando dará os "nomes aos bois", talvez acuse o bispo. Afinal, quem é apontado como tendo manipulado um orçamento da União para poder continuar prestando serviços comunitários (alambiques e leite para as crian-

cinhas) pode até julgar que o bispo tem interesses em vê-lo em má situação. Se o ministro for progressista, será porque o bispo é tradicionalista; se o ministro for reacionário, será porque o bispo é adepto da teologia da libertação. O Sr. Aníbal Teixeira terá sempre alguém para acusar. Afinal, ele sabe quão difícil é amealhar essa fortuna nada desprezível e não tem interesse em que bisbilhoteiros queiram saber como de proprietário de meia casa em 1964, pode distribuir agora um terço de seus incontáveis haveres aos pobres sem cometer crime eleitoral.

É justo que o Sr. Aníbal Teixeira acuse Deus e o mundo para defender-se. É compreensível que mostre que sua fortuna foi acumulada fora da política. O que não é justo, nem compreensível, é que as autoridades da República compactuem com esse espetáculo imoral, que são as lágrimas do ministro do Planejamento, a comédia das acusações, o exibir humilde de uma modéstia que não possui – para mascarar a cobiça que desponta nua em cada uma das denúncias que se fazem da intermediação na Seplan. Nesta república em que a "Coisa Nossa" foi substituída pelos "irmãos da opa", tementes ao poder das mulheres, tudo se perdoará se hoje, terça-feira, Aníbal Teixeira pedir demissão publicamente para concorrer à prefeitura de Belo Horizonte. Que o ministro seja acusado de crime contra a administração pública, não conta. Que ele tenha acusado o presidente da República, seu genro e o preposto desse último, também não. Que se vendam alambiques às prefeituras, para que produzam cachaça, não tem a menor importância.

Na Novíssima República, os "irmãos da opa" são todo-poderosos. Tão fortes, que um deles pode até modificar impunemente o orçamento da República a seu bel-prazer, sem que ninguém proteste. Este é um país estranho: falsifica-se um orçamento para permitir à repartição do Sr. Aníbal Teixeira ter mais verbas, e ninguém sabe. E preciso que o escândalo da cachaça venha a furo; é necessário que o Sr. Bresser Pereira seja apontado como o homem que impediu a moralização da administração federal para que o antigo ministro venha a público dizer que, no seu tempo, o Sr. Aníbal Teixeira alterou de maneira escandalosa o orçamento da União, e que a única coisa que ele, ministro da Fazenda, fez, foi dizer ao presidente que era melhor não permitir que se gastasse o dinheiro alocado de maneira ardilosa à Seplan. O mais grave é que o presidente consentiu no congelamento das verbas, não chamou o Sr. Aníbal Teixeira às falas (chamará, hoje?) e tudo continuaria no sigilo de confissão se as águas não rolassem conforme o refrão da marchinha carnavalesca.

É esse presidente, acusado de crime contra a administração pública por seu ministro do Planejamento; é esse chefe de governo, apontado como aceitando que se falsifique um orçamento, que deseja governar o País até março de 1990. Para fazer o quê? S. Ex.<sup>a</sup> não tem sensibilidade política para demitir o Sr. Aníbal Teixeira ou seu genro – ou demitir-se, em gesto de grandeza ímpar na História

brasileira. Que fará com os cinco anos? Acusado de permitir o "mar de lama", Vargas suicidou-se; acusado de distribuir verbas de maneira irregular, o presidente Sarney fecha-se em mutismo comprometedor. Quem será o confessor dessa irmandade, que se apossou da República, e de cuja existência se tomou conhecimento quando veio a furo o escândalo da cachaça? Quem absolve os irmãos da opa de todos os pecados contra a administração, e ainda lhes assegura que terão cinco anos de mandato? Terá esse misterioso capelão o controle da força, ou da burra? Quem quer que seja de, o País não suporta o mandato de cinco anos. Sim, não suporta, porque, depois do escândalo da cachaça, qual será o próximo?."

É o segundo Ministro deste Governo que chora em público diante de graves acusações de corrupção. O primeiro foi o então Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães. E agora o Ministro do Planejamento.

Sr. Presidente, vamos requisitar não somente a relação dos nomes dos acusados e acusadores a que se refere o Ministro Aníbal Teixeira, em declarações à imprensa nacional, mas pretendemos encaminhar também outro requerimento, solicitando cópia da sindicância ou da Comissão de Inquérito que no Executivo foi constituída para apurar as irregularidades da importação de alimentos, da distribuição de alimentos e da venda de alimentos. É o próprio Ministro Aníbal Teixeira quem confirma a existência de corrupção na área da Seac Secretaria de Ação Comunitária, que é a principal responsável pela proposta, pelo projeto "Tudo pelo social". Mas, que social é esse? Seriam aqueles incluídos pelo editorial de "O Estado de S. Paulo" na "Coisa Nossa", que foi substituída, segundo o editorial, pelos "irmãos da opa"? Esta a pergunta que deixamos, e prometemos voltar, Sr. Presidente, à tribuna, para dar continuidade a este momentoso assunto, que parece ser um escândalo dos maiores, e de cuja amplitude apenas começamos a tomar conhecimento. É hora de acabarmos com a impunidade, Sr. Presidente. Nada acontece contra os que atentam contra a moral, contra os costumes, contra a ética, contra a lei, contra a Constituição, contra a sociedade, contra a Nação. Até quando, Sr. Presidente?

**O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, nos dias 11, 12 e 13 deste mês estivemos na região de Serra Pelada, sul do Pará, visitando as Cidades de Marabá, Curionópolis, Paraopeba e a própria Serra Pelada. Em todas estas cidades há vítimas do massacre ocorrido no dia 29 de dezembro passado, sobre a ponte do rio Tocantins, a 10 km de Marabá.

Fazíamos parte de uma comissão suprapartidária integrada pelos Constituintes Ademir Andrade, do PSB; Gumercindo Milhomem do PT; por Deputados Estaduais do PDT, por representantes do PC, do PC do B, da OAB, da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Pará, da CUT e da CGT.

Entendeu a consciência democrática do povo do Pará – acreditamos que interpretando também a vontade e a consciência democrática de muitos dos que aqui estão – que a chacina de Marabá não pode cair no esquecimento. O que ocorreu

no dia 29 de dezembro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sobre a ponte do rio Tocantins foi, na verdade, um massacre. A Polícia Militar do Pará investiu armada, como se fosse enfrentar um inimigo poderosamente armado, e, na verdade, lá estava não mais do que uma centena de garimpeiros desarmados, lutando pelos seus direitos, por reivindicações básicas que há muito tempo o Governo Federal deveria ter atendido. A Polícia Militar, sob as ordens do Governador Hélio Gueiros e com o aval do Ministério da Justiça, portanto, do próprio Governo federal, matou oito garimpeiros e fez tom que desaparecessem noventa e três, conforme um relatório preliminar, e cento e trinta e três segundo relatório posterior da própria Polícia Federal, à guisa de desobstruir a ponte rodoferroviária, quando, na verdade, os próprios garimpeiros já haviam decidido que, no dia seguinte, se retirariam para Serra Pelada. Portanto, a violência não tinha qualquer justificativa, a não ser a de que o Governo atual, em todas as suas instâncias – Municipal, Estadual e Federal – só se garante ou pela corrupção, ou pela violência.

Em razão disso, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, se soma à reivindicação feita aqui pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, do PDT, de constituição imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o massacre na ponte do rio Tocantins. Estranhamos que o PMDB, de tradição na luta contra a ditadura, a violência e a opressão – e hoje o maior partido de sustentação do Governo – seja aquele que tenha a maior preocupação de barrar a constituição dessa Comissão. Entendemos que não é todo o PMDB, mas o PMDB do "Centrão", a direita, porque há muitas consciências democráticas ainda no PMDB que já usaram este microfone para também reivindicar a constituição dessa CPI.

Conclamamos, pois, a Liderança do PMDB no Congresso, as suas vozes mais conscientes, honestas e democráticas, a que, na sessão de hoje do Congresso, apoiem a constituição dessa CPI, a fim de que a Nação fique sabendo o que o Governo do Pará e o Governo Federal querem esconder quanto à chacina que cometeram sobre garimpeiros indefesos, no dia 29 de dezembro passado.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>, e Srs. Constituintes, no último dia 12 fizemos um pronunciamento e uma solicitação ao Presidente da República, no sentido de que procurasse maneira, inclusive através das redes oficiais de crédito (Banco do Brasil, Banco do Nordeste), de anistiar os débitos de mais de dois milhões de microempresários, contraídos durante o Plano Cruzado I, com correção monetária zero e juros de 1% ao mês.

Recebemos agora, da Associação das Microempresas de Petrolina, carta aberta com o título "Um Alerta às Autoridades Econômicas", na qual considera que.

"a situação é desesperadora, com relação aos débitos contraídos no período do Plano Cruzado, com juros baixos e correção monetária igual a zero. Com a volta desenfreada da especulação sem controle por parte do Governo Federal deitando elevar-se a pata-

mares injustos as taxas de juros, e a criminosa e alarmante correção monetária tendo voltado a patamares insuportáveis, devorando toda a economia dos negócios de pequenos, médios e de microempresários, a Amepe alerta as autoridades constituídas que as micro, pequenas e médias constituem um universo de mais de três milhões de empresas, globalizando 72% da economia nacional e 83,75% da mão-de-obra do País."

A Associação das Microempresas de Petrolina adverte ainda que o segmento das micro, pequenas e médias empresas, em todo o País, representando mais de dois terços da economia, está morrendo, e com ele desaparece a única oportunidade real de sobrevivência do trabalhador.

A Associação das Microempresas de Petrolina pede, encarecidamente, que o Governo Federal reúna todo o seu esforço junto às diretrizes bancárias do País, para resolverem, a partir de janeiro, os pagamentos das primeiras parcelas referentes ao sétimo mês das negociações da Portaria nº 1.335, pois o negro quadro pintado pelos grandes arquitetos da economia nacional corroeu o poder aquisitivo da população, fonte única de reforço nos rendimentos desses pequenos e médios sustentáculos da grande empresa nacional.

Sr. Presidente, peço transcrição, nos Anais desta Casa, da carta aberta intitulada "Um Alerta às Autoridades Econômicas", da Associação das Microempresas de Petrolina.

#### CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

##### — UM ALERTA ÀS AUTORIDADES ECONÔMICAS.

A Amepe — Associação das Microempresas de Petrolina, considera que a situação é desesperadora com relação aos débitos contraídos no período do Plano Cruzado, com juros baixos e correção monetária igual a zero. Com a volta desenfreada da especulação sem controle por parte do Governo Federal, deixando elevar-se a patamares injustos as taxas de juros, e a criminosa e alarmante correção monetária tendo voltado a patamares insuportáveis, devorando toda a economia dos negócios de pequeno porte, a Amepe alerta as autoridades constituídas que as micro, pequenas e médias constituem um universo de mais de três milhões de pequenas empresas nacionais, globalizando 73% da economia nacional e 83,75% da mão-de-obra do País. No entanto, a Amepe ainda adverte que o seguimento das micro, pequenas e médias empresas — ao todo, mais de dois terços da economia — está morrendo, e com eles desaparece a única oportunidade real de sobrevivência do trabalhador.

A Amepe pede encarecidamente que o Governo Federal una e reúna todo o esforço junto às diretrizes bancárias do País para resolverem, a partir de janeiro próximo, os pagamentos das primeiras parcelas que se referem ao sétimo mês das negociações, pela Portaria nº 1.335, pois o negro quadro pintado pelos grandes arquitetos da economia nacional corroeu o poder aquisitivo da população, fonte única de reforço nos rendimentos que engordam os recursos dos microempresários.

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a opinião pública latino-ame-

ricana acompanhou, com muita preocupação, as tentativas golpistas de militares fascistas da vizinha nação Argentina. E, hoje, não são apenas os argentinos, mas todos os latino-americanos e o mundo civilizado que respiram aliviados, depois da palhaçada provocada na Argentina por um tenente-coronel fascista e, talvez, desequilibrado mentalmente, que, como todos os militares do Terceiro Mundo, é valente diante do povo desarmado, mas um tirinho apenas de alguma tropa organizada faz, como fez, esse tenente-coronel borrar nas calças, baixar as armas e entregar-se às autoridades constituídas.

Mas o que quero destacar do episódio da Argentina, nessa derrota esmagadora do militarismo, é que pela primeira vez um militar fascista toma um quartel e não tem a coragem, no seu discurso, de dizer que pretende a derrocada do poder civil, a destituição do Governo e apresentar as Forças Armadas como a salvação da nação. O discurso do desequilibrado coronel não ousou ir contra o poder civil legitimamente eleito na Argentina. Ele dizia que estava apenas contra o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e que queria o restabelecimento da dignidade do Exército. As poucas vezes que tivemos ocasião de vê-lo na televisão mostram quase aquele desequilibrado militar argentino tivesse oportunidade de ver sua tentativa golpista ter sucesso, os paredões, as câmaras de tortura, tudo o que havia de pior no regime militar anterior seria reaberto na Argentina.

É importante para o Brasil, para a América Latina que o militarismo seja derrotado diante da dignidade do poder civil, diante do respeito que o mundo inteiro tributa às instituições democráticas.

Não teve coragem o tenente-coronel Aldo Rico de afrontar, no seu discurso, o Presidente Alfonsín, de ir de encontro às instituições democráticas e de enfrentar a opinião pública Argentina.

Leio nos jornais de hoje que certa mãe de família, com sua criança, gritava para aqueles palhaços que pintavam a cara como se estivessem numa batalha carnavalesca "milico assassino, não te pagamos para golpear a democracia".

Quero louvar a vitória do poder civil na Argentina no momento em que a América Latina só tem duas manchas, que muito em breve serão apagadas pelos povos paraguaio e chileno, que vivem sob as ditaduras de Alfredo Stroessner e Augusto Pinochet.

Ganhou não apenas a democracia Argentina — ganhou a liberdade no mundo, ganhou a democracia na América Latina.

Creio que não apenas em meu nome, mas no do meu partido, posso dizer da satisfação que as lideranças políticas brasileiras têm hoje com a consolidação do regime democrático na Argentina. Que o exemplo desse militar tresloucado fique na memória de outros fascistas que certamente existem nas Forças Armadas da América Latina, enrustidos diante das fortalezas das instituições democráticas, e fique, então, o militarismo inibido sabendo que não só a nação Argentina, mas toda a opinião pública latino-americana deseja o respeito às liberdades e às instituições democráticas.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente,

e Srs. Constituintes, a grande realidade é que estamos urdindo, preparando, discutindo a norma constitucional que haverá de impor-se à Nação como medida do Poder Legislativo, de uma Assembléia Nacional Constituinte. Se pesquisarmos, constataremos que não há na História deste País outra Constituinte que tenha passado pela lama e pela corrupção. Urde-se aqui a nova Carta Constitucional brasileira.

Ao longo desse trabalho deparamo-nos com fatos gravíssimos registrados na História e que dizem respeito à alta corrupção nos meandros do Poder Executivo deste País. No momento em que aqui se discute e vota matéria para moralizar, para que o Tribunal de Contas da União tenha mais poderes, para que as Comissões Parlamentares de Inquérito tenham mais eficácia, o réu confesso, Ministro de Estado, assegura, ele mesmo, que a corrupção está minando o Ministério do Planejamento. Ora, é de aceitar-se isso como bom, firme, valioso? É de aceitar-se tal estado de corrupção permanente? Fica evidente que a resposta é negativa. Mas o povo aí fora confunde as coisas. O povo sabe da Constituinte, sabe dos Constituintes e pouco sabe que o Poder Executivo, por seus Ministros e seu Presidente, é que labora em erros e equívocos, levando esta Nação ao caos devido à corrupção dominante. Se o Ministro do Planejamento confessa que há tráfico de influência, que a liberação de verbas na verdade se desdobra à custa de intermediações danosas, se ele próprio confessa isso, então tudo está perdido neste País.

O pior de tudo é que, quando temos também um ministério que se chama Ministério da Justiça e, ao longo deste organograma, o Procurador-Geral da República, os Constituintes, à distância, verificam que lá, muito distante daqui, a podridão nem é conhecida pelo Ministério da Justiça e pelo Procurador-Geral da República O que se sabe, entretanto, é que há processos volumosos no Ministério da Justiça que poderiam ser agilizados para pôr cobro a esta situação danosa à moral pública do País. A Nação está sedenta de justiça e o País também precisa melhorar a sua entranha.

Sr. Presidente, nobres Constituintes, enquanto discutimos aqui as filigranas da lei no País reina a corrupção desenfreada.

O Constituinte Adylson Motta pede uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Parabéns! Pedirei que venha aqui o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, para nos dizer quais os processos que não deseja sejam conhecidos pela opinião pública brasileira. Quero saber de S. Ex.<sup>a</sup> por que não agiliza o processo conta os corruptos deste País. Isto vem acontecendo desde o tempo da Coroa-Brastel, da Capemi — todos de triste memória. Ainda estamos esperando que seja realizada uma auditoria para explicação da dívida externa. Agora vem a deslavada corrupção do tráfico de influência para a liberação de verbas no Poder Executivo. Que venha o Ministro e diga aos Constituintes e à Nação a realidade desse fato delituoso, que nos causa nojo e faz com que todos coremos, pois não temos condições de coibir tais abusos.

**O SR. DASO COIMBRA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no mês de novembro, quando o Centrão começava a arrecadar as suas assinaturas foi dito aqui — naquele dia tínhamos cento e cinquenta



assinaturas – que elas não chegariam a duzentas. O tempo passou e chegamos a duzentas e cinquenta assinaturas. Disseram então: não passará de duzentas e cinquenta. E chegamos a trezentas e dezenove assinaturas. Disseram: são apenas assinaturas pelo correio, não haverá ninguém para votar. Veio a primeira votação, e o Centrão aqui compareceu e votou. Aí disseram: "É só hoje". Vieram a segunda e a terceira votações, e as afirmações eram feitas no sentido de que o Centrão não estaria unido e não conseguiria os seus objetivos. O nosso objetivo era duplo: o primeiro, a participação de todos os Constituintes nas discussões, em plenário, dos temas importantes – conseguimos vencer essa parte; o segundo era a defesa da livre iniciativa, o aperfeiçoamento da Constituição e também o combate à excessiva estatização. Também conseguimos isso, porque o Centrão apresentou um conjunto de emendas favoráveis àquele objetivo. Disseram que o Centrão tinha por meta apenas mudar o sistema de governo preconizado pela Comissão de Sistematização. Provamos que isso não era verdade, porque omitimos os Capítulos II e III, que tratam deste assunto no Título IV da proposta de Constituição.

Depois disseram que o nosso objetivo era conseguir as assinaturas para que o Presidente da República pudesse ter cinco anos de mandato. Provamos que isso não era verdade, porque quem centralizava e colhia as assinaturas do Centrão, como coordenador de mobilização, era eu, e não apanhei nenhuma assinatura a favor dos cinco anos de mandato para o Presidente da República.

Portanto, o tempo vai desfazendo as inverdades. Mas a última balela dizia que o Centrão era contra os trabalhadores, que tiraria todas as suas conquistas. E quando saiu a nossa proposta, como se diz na gíria, caiu a cara dos acusadores. Estamos preconizando também a licença da gestante por 120 dias e aumentando a remuneração das horas extraordinárias. Todas as outras conquistas do trabalhador ali se encontram. Modificamos uma: o conceito de estabilidade. Não deixamos a estabilidade como era, ou seja, uma casca de banana, mas a garantia do emprego contra a demissão imotivada.

Sr. Presidente isso é ser contra o povo? O Centrão é traidor do povo quando coloca crime inafiançável o seqüestro? Quando coloca como crime inafiançável, ao lado da tortura, o combate às drogas e entorpecentes? Não porque o povo quer isso. Ser contra o povo é preconizar a aposentadoria do trabalhador, na média dos últimos trinta e seis meses, sem correção alguma, como acontece agora, e não preconizar, como preconizamos, a média dos últimos doze meses, com correção. Ser contra o povo é impedir aqueles que não conseguem vagas em colégios oficiais de estarem em colégios particulares, não tendo bolsas de estudos, como queria a Comissão de Sistematização: Não. Admitimos que os colégios particulares, em locais onde não haja vagas suficientes nos colégios oficiais, ofereçam bolsas de estudos aos alunos carentes. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inúmeras são as propostas apresentadas pelo Centro, não contra o povo, mas em favor dele.

Acontece que existem dois povos neste Brasil, pelo que vejo: um, manobrado por um grupo que deseja tumultuar o processo de evolução do

País, e outro, que não é manobrado por esse grupo.

Um Jornal do Rio de Janeiro, por telefone, perguntou-me o que eu achava da afirmação de duas organizações que haviam dito que eu era traidor do povo e como eu responderia a isso. Respondi que, quando fui candidato, essas duas mesmas entidades disseram que eu era traidor do povo, e tive mais votos que da outra vez. Meu povo vota comigo, eu o conheço. Não sou comerciante, industrial, fazendeiro, dono de colégio, de estabelecimento hospitalar ou de cartório. Muitos Constituintes que viviam votando a favor da estatização, na hora da estatização dos cartórios, votaram contra. Não sou dono de cartório, por isso tenho independência para falar o que sinto.

Passei quatro dias percorrendo, no Estado do Rio de Janeiro, os locais onde tive voto. É claro que não vou ao reduto do meu colega e companheiro Constituinte Vivaldo Barbosa, porque S. Ex.<sup>a</sup> tem um tipo de voto, nem no do meu colega Constituinte Brandão Monteiro. No reduto onde tive votos, só recebi cumprimentos pela minha atitude. Portanto, estou em paz com minha consciência. Não me impressionam afirmações e cartazes que queiram dizer que estou traindo o povo, porque isso foi dito antes da minha eleição. Meu povo me elegeu, e portanto, não o estou traindo. (Palmas.)

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> se Srs. Constituintes, uso esta tribuna para, respeitosamente, esclarecer especialmente ao povo pernambucano, minha posição referente ao discutido mandato do Presidente José Sarney.

O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, tem toda razão em discordar da afirmação feita pelo Presidente José Sarney de que já está garantida a aprovação do mandato de cinco anos. No programa "conversa ao pé do rádio", na sexta-feira passada, S. Ex.<sup>a</sup> disse que a Constituinte já decidiu lhe dar cinco anos de mandato, pois as 317 assinaturas com que foi apresentada a emenda do Constituinte Matheus lensen representam "Muito mais do que a maioria absoluta" dos 559 Constituintes.

O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte esclareceu recentemente à imprensa que nesta Assembléia tudo se decide por votação. Portanto, antes de ser votada no plenário essa matéria não poder ser considerada decidida. Temos que aguardar, indiscutivelmente, até por respeito à independência do Plenário e da Constituição, a manifestação dos Constituintes.

Trago ao conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte notícia divulgada pelo "Jornal de Brasília", de sábado passado, dezesseis de janeiro a Executiva do PMDB de Pernambuco decidiu comunicar aos Constituintes Luiz Freire, José Carlos Vasconcelos e a mim, em decorrência de nossas assinaturas na emenda que propõe cinco anos para o mandato do Presidente José Sarney, que o PMDB é favorável aos quatro anos, e avisamos que, caso não acatemos a decisão partidária regional, "seremos advertidos publicamente e isolados dentro da própria agremiação partidária".

Conforme afirmou o Vereador Liberato Costa Júnior, um dos membros do Diretório Regional, a advertência é a única punição possível de ser aplicada aos três Constituintes que defendem o

mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, fato que o PMDB pernambucano considera lamentável, pois o partido fechou questão quanto aos quatro anos, e agora estaríamos quebrando essa linha.

O Prefeito do Município de Olinda ameaça o Constituinte Luiz Freire, alegando que não terá condições de defendê-lo junto às bases, caso S. Ex.<sup>a</sup> não mude de posição, pois tem pretensões de candidatar-se a Prefeito de Olinda.

Por decisão da Executiva, o Presidente do PMDB pernambucano, Dorany Sampaio, vem procurar os Constituintes Luiz Freire e José Carlos Vasconcelos, e a mim para informar da decisão do PMDB – PE de punir-nos.

**O Jornal do Brasil** recentemente divulgou que eu votada pelos quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney, atendendo a pedido do Governador Miguel Arraes. Realmente, volto a afirmar: caso haja pedido do Governador Miguel Arraes, votarei nos quatro anos, todavia desde que hajam eleições gerais, em todos os níveis, conforme idéia do Ministro Leônidas Pires Gonçalves, lançada na cidade do Recife, quando da passagem do comando da Região Nordeste, inclusive na presença do Governador Miguel Arraes. Esclareço, ainda, que minha posição foi declarada de viva voz no programa do excelente comentarista político Geraldo Freire, pela Rádio Jornal do Comércio, em dezembro passado.

Não mudarei. Efetivamente, declaro que a hora, as circunstâncias da votação definirão o voto dos que saltam de um lado para outro e se equilibram em cima do muro.

Ocorre que, desde os trabalhos da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, venho apresentando emenda no sentido de que, na Nova Carta Política, o mandato do presidente José Sarney não é objeto de discussão, de apreciação ou de modificação. A atual Assembléia Nacional Constituinte, a menos que pretenda declarar-se revolucionária e suprimir a vigência da atual Constituição, da qual derivam seus poderes e os nossos mandatos, não pode abolir a República e a Federação; alterar os direitos e garantias individuais; alterar o tempo de mandato e os poderes do Presidente da República investido no cargo; submeter o Poder Judiciário a controle externo; alterar o regime democrático, o sistema representativo de Governo e o pluralismo partidário. A Assembléia Constituinte apenas pode acrescentar novos direitos individuais aos já existentes, mas não lhe é permitido alterá-los, como se pretende, a pretexto de dar-lhes novas redações que, por ambíguas, vão, na verdade, derrogá-los.

Tem razão o jurista Raymundo Faoro quando observa:

"...conferir ao Congresso o poder de reformar a Constituição não significa instituir uma Constituinte, mas um jogo de palavras dentro de uma mentira. Poderes de reformar constitucionalmente o Congresso já tem, inerentes à sua finalidade. O que se chama falsamente de Constituinte é uma redução da maioria para deliberar de 2/3 para maioria absoluta simples." (Constituição e Constituinte, RJ, Cadernos Apamajis, vol. 6, pág. 16).

Em excelente trabalho sobre o atual caso brasileiro, o professor Anuindo Guedes da Silva, autor

de "Soberania do Poder Constituinte", na página 10, clama pela vigilância do povo, dos juristas e do próprio Judiciário sobre os trabalhos do Congresso Nacional, que, ao pretender alterar o tempo de mandato do Presidente José Sarney, está agindo com excesso de representação:

"Pelo tempo que foi eleito para representar o povo em qualquer dos Poderes do Estado, não pode negar ao cidadão o direito de exercer o seu mandato. Nem mesmo a Assembléia Nacional Constituinte, a quem o povo só delegará poderes ilimitados por um ato de insanidade, disporá de competência para alterar tal situação jurídica constituída definitivamente."

E conclui o mestre constitucionalista:

"A anulação, com efeito *ex tunc*, portanto, do ato que a individualizou, por decisão política será juridicamente impossível e inconcebível, porque com poder apenas político não se decide matéria jurídica. Se alterarem o tempo de um mandato político, praticarão ato revolucionário."

Realmente, está a Assembléia Nacional Constituinte impedida, política e juridicamente, de desconstituir mandato político. Ao fazê-lo comete insensatez.

Não se deve esquecer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que a ruptura da ordem jurídica, tal como desejam a liderança do PMDB nesta Assembléia Nacional e alguns Constituintes, retiraria de todos os atos jurídicos, praticados na vigência do texto constitucional condenado, a validade de que se supunha terem. Se assim vier a acontecer, ao povo brasileiro não restará senão o caos e a anarquia, para serem administrados pela sociedade civil. Os brasileiros merecem melhor sorte e não deve ser essa a lição política e jurídica que o Brasil dará ao mundo. Efetivamente, essas injuridicidades do Congresso Nacional poderão ser fulminadas pelo Excelso Pretório.

A acalorada controvérsia em torno da extensão de um mandato político apenas, o do Presidente da República, tem servidor desgraçadamente, para identificar a vocação ditatorial de determinados políticos pseudos progressistas, que condenam o autoritarismo, declaram-se liberais e comunistas, mas, no íntimo, gostariam de exercer o poder de forma fácil com essa lamentável revelação, talvez o povo brasileiro se convença da necessidade de adquirir consciência política, para decidir, sem tutela, seu destino, não mais permitindo que outros o façam por ele.

O Presidente José Sarney já declarou que abrirá mão de um ano de seu mandato para permitir eleições diretas de seu sucessor. E S. Ex.<sup>a</sup> titular de mandato e somente ele pode renunciar a um ano ou ao tempo de mandato que julgar necessário para a pacificação política do País. Seu mandato não pode ser cassado pelo Congresso Nacional, através de uma Constituinte derivada. Seria golpe de Estado.

A Nova República não nasceu de uma revolução, Surgiu do exato cumprimento da Constituição em vigor.

Esta Assembléia Nacional Constituinte, assim convocada será sempre, apesar dos disfarces que possam vesti-la, poder constituinte derivado, poder de reforma.

**O SR. JUTAHY JÚNIOR (PMDB – BA Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo agora esta tribuna para deixar registrado um fato que se relaciona, diretamente, com minha atividade política, mas cujas motivações e conseqüências no plano estadual e no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, sobretudo frente aos meus eleitores e aos que comungam das mesmas idéias, esperanças e convicções, precisam ficar bem esclarecidas.

Trata-se, Sr. Presidente, da convocação que me fez nosso querido e honrado Governador Waldir Pires para ocupar a Secretaria de Estado da Justiça, com a elevada missão de coordenar a ação política de nosso partido em toda a Bahia, visando as eleições municipais deste ano.

Na realidade, desde o momento em que o convite me foi formulado, percebi estar diante de um honroso desafio e de um indesejável sacrifício.

O desafio da enorme responsabilidade da missão que me destinaram, principalmente se considerarmos o exíguo prazo de cerca de 60 dias, até as convenções de 15 de março próximo. Não obstante os momentos difíceis que se avizinham, creio firmemente no êxito da missão, porque acredito no apoio e na capacidade de entendimento político de meus coestaduanos e companheiros de partido. Confio na força partidária e na coesão de seus integrantes, que impuseram a avassaladora derrota de nossos adversários, tanto no plano estadual quanto no federal, assim como estou seguro da liderança do nosso Governador. Ademais, tenho consciência plena da coragem com que sempre enfrentei os desafios de minha vida política, forjado na têmpera de minha família, que a história aí está para comprovar.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o convite com que fui honrado tem um elevado preço, aquele, como há pouco me referia, do indesejável sacrifício de meu afastamento desta Assembléia Constituinte.

Estar aqui significa, sem dúvida, a maior de todas as missões conferida ao homem público brasileiro. Missão de representar, legitimamente, parcela da soberania popular, com o poder de participar da elaboração do novo texto constitucional, que traçará os novos rumos desta Nação, que de nós espera o melhor como sua derradeira esperança.

Para mim, como para V. Ex.<sup>a</sup>, estar há quase um ano nesta incansável maratona dos trabalhos constituintes, participando sempre das discussões, da apresentação de sugestões – na fase das subcomissões – e de emendas, nas etapas seguintes e até o atual momento do processo, presente às indormidas sessões em que com cada voto estamos erguendo um novo e definitivo marco da história brasileira, para mim, repito, é duro, muito duro, é triste, muito triste, estar diante de circunstâncias que me levam ao afastamento temporário desta fase decisiva da recente história política de nosso País.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quero, desta tribuna, reiterar minha certeza de que as conquistas obtidas até aqui serão sufragadas, afinal, pela maioria de meus nobres pares. No campo político, creio na aprovação dos 4 anos de mandato para o atual Presidente – nos quais já votei por duas vezes – e na implantação do parlamentarismo, sistema de governo com o qual poderemos consolidar as instituições democrá-

ticas, que já se demonstraram extremamente frágeis na instabilidade gerada pelo presidencialismo imperial e personalista. No campo social e econômico, creio, igualmente, na aprovação de tudo aquilo que representa conquistas há muito esperadas. E o caso da propriedade, como direito e princípio do modelo sócio-econômico que adotamos, mas com seu desfrute restrito ao uso social que dela se deva fazer. É o caso do usucapião urbano e outros exemplos.

Meu tempo é curto, Sr. Presidente, mas uma palavra final aos colegas Constituintes e aos meus eleitores é indispensável. Aos primeiros – e me dirijo especialmente aos colegas do partido – desejo que Deus os inspire, como até aqui o tem feito, na certeza de que marcharão unidos para a grande vitória, a despeito das ameaças e dos casuísmos, os quais, como simples fantasmas, não devem amedrontar.

Aos meus eleitores, a minha promessa ou o meu compromisso de que, mais próximos doravante, conseguiremos, juntos, fortalecer ainda mais o PMDB em nosso Estado, sob a bandeira vitoriosa desfaldada por Waldir Pires. A tarefa que me cabe nesta hora é, no fundo, um compromisso irrecusável com o próprio eleitor, pois a mudança, que apenas iniciamos nas eleições de 86, tem de continuar agora com o fortalecimento das bases municipais.

Mas o principal compromisso que agora assumo com meus eleitores é o de aqui estar para por eles assinar a futura Constituição brasileira. Muito obrigado.

**O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Brasília. Horário nobre.

Ligo a TV.

Vejo e escuto um anúncio safado. Notem: é o anúncio.

Pago pelo Governo. Por sinal, do último dos governadores "biônicos" existentes. O outro Chefe do executivo sem voto não é o governador. E o Presidente.

Uma carinha linda emoldura a mensagem:

– Você vai pagar um pouquinho mais pela sua passagem O mínimo necessário para cobrir os aumentos com combustível, peças, pneus e salários dos que trabalham no transporte coletivo. Mesmo assim, é o mais barato do Brasil. E você não precisa se preocupar. Em hipótese alguma, gastará mais do que 6% do ordenado. O vale-transporte cuidará do resto...

Aí acarinha bonita desaparece. Mlhões de ingênuos correram o risco de acreditar na falácia.

Brincadeira tem hora. E a que vivemos é totalmente inoportuna. Discute-se uma Nova República. Não nasceu. Dá-se por terminada a dita velha, mais presente do que nunca. Aclamam-se executivos e parlamentares – e até posso ser um deles – eleitos em cima do blefe do Cruzado. Prometem a obrigação primária da honestidade, e a corrupção é manchete diária. Acenam com segurança. O Brasil veria, agradecido, uma Organização dos Direitos Humanos atuando em favor de quem é assaltado, guarda a lei, não faz terrorismo político e quer uma sociedade sem subversão, dirigida pelo voto secreto e consciente. A invasão de valores é absoluta.

Na base, a dificuldade em dizer a verdade. Ninguém é dono dela. Não obstante, se todos falas-

sem francamente, com a predisposição de, se enganados, confessarem o erro e persistirem na busca do correto, tudo iria para os eixos.

Essa história de vale-transporte é uma forma engenhosa de cobrar muito com a aparência de ser generoso. As estatísticas – de todas as origens são unânimes em afirmar, transporte, saúde, e moradia, eis os itens cujo aumento esmaga a correção salarial. Imprescindível acentuar, ainda, a perda do poder aquisitivo. Comparando o crescimento da inflação com as migalhas atiradas ao ganho do trabalhador, a resultante é a revolta, o descontentamento homérico, fazendo do Governo e, especialmente, de sua primeira figura o alvo de um descrédito pasmoso, jamais verificado em nossa terra.

Por evidente, o Zé paga tudo, como sempre, embora recebendo cada vez menos e não apenas os 6%. Quem paga os 94%? O Estado ou a iniciativa privada? A última repassa todos os custos. Caso contrário, seria a falência. É a regra do jogo. Essência do capitalismo. A coisa pública não faz diferente. Coloca os subsídios em cima dos serviços. Com a agravante de ser um saco sem fundo, inventa outro, agora nos transportes, infernizando a nossa vida. Balela essa história dos 6%.

Em síntese, acentuando que a mocinha bonita não tem nada a ver com isso, o anúncio e feito para blefar. O preço das passagens, nem entro no mérito, asfixia o Zé pagante. Nos 6% custeados diretamente e nos 94% embutidos nos preços dos serviços ou produtos, compoendo o contexto indispensável à sua sobrevivência. Teimosa sobrevivência.

Desligo a televisão.

Ela, TV, também não tem culpa.

Afinal, atrás da mentira está, sempre, o primeiro a distorcer o fato. O povo sabe quem conta as grandes lorotas.

**O SR ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, se é verdade que o esforço para inserir mais estreitamente o jovem na sociedade – reconhecendo a importância de seu papel social – constitui tarefa louvável em numerosas nações, é igualmente certo que, entre nós, a preocupação com essa parcela apreciável de nossa população ainda não atingiu o grau desejado.

Considerando, de maneira genérica, que o termo juventude abrange indivíduos de uma faixa etária que vai dos quinze aos vinte e quatro anos, integrada por estudantes de cursos secundários e superior, bem como por trabalhadores, forçoso é reconhecer que, em nosso País, os problemas que afetam a condição do jovem são múltiplos e graves, situando-se, entre esses, as dificuldades de pleno acesso à educação e a igualdade de oportunidades no campo do trabalho.

No que tange à Educação, vemos, por exemplo, que, embora o investimento no setor seja de fundamental relevância – já que é na escola que se forja a matéria-prima de que é construída uma nação poderosa – é constrangedor o que o País vem oferecendo aos jovens em termos de escolarização, formação profissional ou educação extra-escolar.

A evasão escolar é problema crônico na sociedade brasileira. Recorde-se, a propósito, que apenas um por cento dos alunos que ingressam no 1º Grau chega aos bancos universitários.

Como já foi dito, durante os onze anos que medeiame entre a primeira série do curso primário e a terceira do 2º Grau, vão "saindo da batalha os soldadinhos que haviam partido alegres para a luta", mas tiveram de abandoná-la por fatores diversos, tais como desnutrição, rejeição familiar, conquista da subsistência, condições inadequadas de saúde, segurança afetiva e social.

Mas as preocupações sobre a matéria não podem limitar-se ao desempenho escolar do jovem, já que seus efeitos se fazem sentir igualmente no mundo do trabalho e da produção.

Devem ingressar anualmente no mercado de trabalho mais de um milhão e quinhentos mil jovens brasileiros. Diante das dificuldades econômicas por que atravessa o País, o desemprego atinge sobretudo os moços, desejosos de ingressarem na vida profissional, fenômeno que aparece sempre ligado aos problemas vinculados às tensões sociais, à marginalidade e à delinqüência juvenil.

A preparação moral e espiritual de nossos jovens, de reflexos indiscutíveis na vida social e cultural do País, representa outro fator que não pode deixar de ser questionado por todos os que temos alguma parcela de responsabilidade nos destinos da Pátria. Constatase, a respeito, a utilização insuficiente dos recursos humanos da juventude, bem como a pequena mobilização dos jovens para as tarefas de edificação moral da sociedade brasileira.

Ninguém põe em dúvida, Sr. Presidente, que o desenvolvimento do País está a exigir de todos nós, governantes e legisladores, a implantação de programas efetivos, de caráter educacional, cultural e espiritual, bem como de preparação de mão-de-obra e de natureza recreativa, em favor dos jovens, a exemplo, inclusive, do que já se faz, de alguma forma, em favor da criança e do idoso.

Temos responsabilidades urgentes e intransferíveis com a juventude brasileira. A incrível desproporção entre o escopo dos problemas dos jovens e a natureza das medidas para solucioná-los não precisa ser enfatizada.

Precisamos mobilizar recursos, financeiros e humanos, para cuidar com desvelo da nossa juventude, preciosa matéria-prima sobre cujos ombros recairá a responsabilidade de conferir a dimensão futura da Pátria.

Assim, com o espírito mais construtivo, quero deixar o assunto à reflexão das autoridades competentes dos Ministérios da Educação e do Trabalho, bem como dos demais órgãos vinculados ao assunto, na esperança de que venha a matéria a ter a devida acolhida, e possam aqueles que haverão de receber o País que soubemos construir dizer que não desmerecemos a confiança que nos foi outorgada, criando condições favoráveis para a plena realização do Jovem como pessoa humana, feita à imagem e semelhança de Deus.

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há mais de um decênio os funcionários da arrecadação e fiscalização do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social encontram-se numa situação injusta, por não terem sido contemplados, a partir de 1973, pelo Plano de Classificação de Cargos, que reestruturou as carreiras existentes, criando novas.

Dispõe o art. 1º da Lei nº 1.973:

"O Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização, designado pelo Código TAF-600, compreende Categorias Funcionais Integradas de classes constituídas de cargos de provimento efetivo, a que são inerentes atividades de nível superior de administração tributária, envolvendo planejamento, organização, coordenação, avaliação, controle e execução relacionadas com tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais, abrangendo, inclusive, as de fiscalização e controle de arrecadação das contribuições previdenciárias".

Criava-se, também, a categoria funcional de fiscal de Contribuições Previdenciárias, mas não se viabilizou plenamente a composição do Grupo TAF-600, resultando em que a Previdência Social e o IAPAS contem apenas com a categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias, função correlata com a arrecadação e a fiscalização.

Torna-se, portanto, imperiosa a criação de uma categoria funcional específica na área de arrecadação, embasando um Sistema de Controle de Arrecadação da Previdência com um Sistema de Débitos, certo de que a dívida previdenciária se constitui, em grande parte, da arrecadação não realizada pelos meios normais.

A função arrecadação é realizada por variadas categorias funcionais, sem área específica para controle de dívida ativa, cálculo de contribuições ou análise de processos.

Configura-se, portanto, grave injustiça social, impondo-se uma alteração no art. 53 do anteprojeto em estudos, impondo-se a seguinte redação:

"À inclusão em categoria que não possua clientela correlata específica concorrerão, independentemente da escolaridade, inclusive em se tratando de categoria de nível superior, exclusivamente na primeira composição, os servidores que comprovarem, à data desta lei, o exercício de atividades correspondentes à da nova categoria".

Essa emenda fará justiça a todos os servidores efetivados na linha de Arrecadação e Fiscalização. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIOCARLOS MENDES THAME (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, diante das notícias veiculadas pela imprensa de que se está articulando a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, vimos manifestar nossa profunda estranheza e repúdio a essa pretensão.

É bom lembrar que os atuais prefeitos já tiveram seus mandatos excepcionalmente estabelecidos em seis anos, o que se apresenta como um fato merecedor de fortes ressalvas.

Para que o exercício do regime democrático seja aprimorado ha duas condições *sine quibus non*: que as regras do jogo democrático sejam definidas e estáveis e que se façam eleições com a maior constância possível, de tal forma que possamos, com maior brevidade, corrigir equívocos porventura cometidos e com a prática se tenha crescente motivação para aceitar a democracia representativa como o regime ideal que viabilize a realização dos ideais de liberdade e justiça social em que acreditamos.

Ao contrário disso tudo, a prorrogação viria aumentar a frustração popular, contribuindo para o desgaste não apenas dos representantes do povo, mas também (o que é muito mais grave) para o desgaste das instituições.

A Nova República não pode incidir na repetição dos mesmos casuísmos e artifícios que acabam por minar a confiança de nosso povo e só contribuem para prestigiar a exceção, para incentivar a excepcionalidade que todos queremos ver definitivamente afastada da vida política da Nação.

**O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, muito me honra requerer a transcrição do artigo de D. Eugênio Sales, Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, publicado no Jornal **O Globo**, de domingo último, e que tem como título "Queremos Deus".

Ao proceder a leitura do texto deste documento, para inserção nos Anais dos nossos trabalhos, ressalto a importância histórica que representa para o nosso País, em relação ao momento mais crucial que o povo enfrenta, porém, confiante no desígnio de Deus procura reativar as esperanças, na certeza de que Ele, e somente Ele, é o caminho, a verdade e a vida.

O insigne pastor espiritual da família católica no Rio de Janeiro descreve com notável precisão o esplendoroso espetáculo de fé e emoção religiosa que teve como palco o Estádio do Maracanã, quando ali se realizou a tarde de oração, sob o título "Queremos Deus, com Maria, Mãe do Redentor".

São manifestações como estas, plenas de orações aos céus, que ainda sustentam os alicerces da fé que devotamos a Virgem Maria, na certeza da sua intermediação entre a terra e o Filho que está à direita do Pai.

O Brasil se orgulha do Povo de Deus que habita o seu território.

Era o que tínhamos a dizer.

#### ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR: QUEREMOS DEUS

A festa de São Sebastião nos faz refletir sobre a tarde de oração, ocorrida no Estádio do Maracanã em 20 de dezembro, sob o título "Queremos Deus com Maria, Mãe do Redentor". O povo de Deus, humilde e piedoso, lotou o maior estádio do Mundo e durante sete horas vibrou de pura emoção religiosa, fruto de autêntica vida cristã.

Esse acontecimento não pode ser reduzido a um mero número a mais na série de festejos natalinos. A razão desta originalidade é simples: tratava-se de uma celebração de fé. Os mais de 150.000 participantes – cálculo prudente fala de 180.000 – ali foram unicamente movidos pela sua crença filial no Senhor Jesus e devoção a Nossa Senhora.

Este fato, em si mesmo, tem um sentido profundo: traz uma mensagem de transcendental importância, que deve ser relembrada agora, por ocasião da festa do Padroeiro de nossa Cidade. E a seguinte: nossos fiéis querem Deus porque a referência última desta vida é a doutrina ensinada por Cristo. Queremos Deus com Maria, Mãe do Redentor.

Nossa Pátria vive uma conjuntura difícil de decepções e frustrações. Uma onda de pessimismo se alastra perigosamente sobre todas as camadas

da população, com as conseqüências desastrosas e contrastantes; de um lado a apatia, de outro, a violência. Seria muito superficial pretender atribuir esse quadro angustioso unicamente aos fracassos dos planos emergenciais sucessivos com que as autoridades procuraram enfrentar a situação.

Eu não subestimo a importância dessas tentativas que buscam atender os desafios da hora, prevenir os de amanhã. Muito ao contrário. Acho inadiável fazer esforços que, sem propostas demagógicas, infundam credibilidade bastante para recuperar a confiança da Nação em seu próprio destino. Acredito no Brasil e tenho certeza de que ele tem toda as condições para encaminhar-se para o ano 2000 como Nação justa e saudável.

Entretanto, o êxito dependerá de uma fundamentação nos valores morais e espirituais. Excluindo grupos político-ideológicos, determinadas camadas sociais, elementos organizados afeitos ao prazer desenfreado, dominados pelo dinheiro, ânsia do poder, vítimas de paixões libertinas ou propugnadores da violência como solução, pode-se afirmar que parte ponderável da população quer Deus em primeiro lugar. Queremos Deus! Muitos estão decepcionados e frustrados porque vêem e sentem que se perdeu o senso do Sagrado, que se quer tudo, menos esses princípios essenciais a uma sociedade onde reinam a justiça, a paz e a concórdia.

O consumismo, o prazer, o poder, o prestígio, a demagogia barata, as retaliações mesquinhas, os privilégios escandalosos, tido isto que nos pode aproximar perigosamente do caos social, é incompatível com a profunda aspiração expressa no "Queremos Deus, com Maria, Mãe do Redentor", no Maracanã.

Esse trabalho, contudo, não é apenas de alguns mas de toda a comunidade, governantes e governados.

A passagem da Virgem de Fátima vem-nos revelar este caminho pacífico para resgatar a dignidade da Nação brasileira. Queremos Deus! Esse brado de Fé contém em si mesmo grande advertência.

Outra lição da manifestação de regozijo pelo Ano Mariano e os 70 anos das aparições de Fátima se refere à vida eclesial. Maria é chamada "Mãe da Igreja". Como Pastor desta comunidade, eu proponho que façamos uma reflexão sobre alguns aspectos da nossa vida religiosa, exatamente para darmos uma resposta a este anseio de Deus, expresso no Maracanã.

O Cardeal Henri De Lubac, numa entrevista dada há dois anos e recentemente publicada pela revista Católica "30 Giorni", edição portuguesa, trata com extraordinária argúcia, inteligência e cultura teológica de problemas enfrentados pela Igreja universal. Somos parte dessa mesma Igreja. Qualquer equívoco em matéria de Doutrina é preocupante, pois ela é como o ar que respiramos.

De Lubac, ainda sobre esse período pós-conciliar, diz que "existe, ainda hoje, uma atitude de contestação "a priori" contra o Papado. Na mesma revista Hans Urs Von Balthazar, considerado um entre os maiores teólogos em nossa época, ao comentar um documento básico do Vaticano II, o "Lumen Gentium", constata que o nacionalismo parece ser um dos mais perigosos inimigos da "comunhão". E também indica um complexo anti-romano, com manifestações em todos os

continentes. Infelizmente, os atos de obediência afetiva e efetiva nem sempre correspondem aos aplausos externos tributados ao Sucessor de Pedro. Em nosso meio, constitui o Papa uma rocha viva, ponta de referência para todos os nossos ensinamentos?

Outro aspecto da crise religiosa é a recusa de qualquer proposição de Fé que não se adapte a uma concepção pessoal. O domínio do subjetivismo destrói a verdadeira Revelação. Ganha terreno uma atitude que denominam de "modernidade", que é um auto-suficientismo do homem diante do eterno. Em conseqüência, vêm a rejeição do Ministério e a eliminação das exigências do Redentor.

Esses e outros problemas se infiltram, apesar da vigilância dos pastores.

Eu creio que há, hoje, uma virtude de extraordinária importância: a coragem. Tê-la e vivê-la, mesmo com sacrifício do próprio nome e até da vida. Não é fácil ser diferente para não se afastar de Jesus Cristo. Entretanto, é necessário.

E São Sebastião nos dá magnífico exemplo, sendo leal ao Imperador e acima de tudo, a Cristo. O amor à própria subsistência ocupava um lugar subalterno em sua consciência cristã. E, por isso, foi martirizado. Exatamente porque morreu, ele, hoje, no esplendor da Glória, é nosso Patrono.

São Sebastião, Padroeiro de nossa Cidade, com seu martírio reacendeu a chama da esperança imortal. Celebrando sua memória vamos pedir-lhe que o brado do nosso povo no Maracanã seja ouvido. Possa nossa Cidade, fundada na Fé pela qual ele deu a vida, fortalecer sua confiança no futuro justo, pacífico e fraterno de nossa Pátria. "Queremos Deus com Maria, Mãe do Redentor".

**O SR. JÚLIO COSTAMILAN (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** –

Sr. Presidente, Srs. Constituinte, no dia 27 do corrente, tudo leva a crer, serão iniciadas a discussão e a votação em plenário do novo texto constitucional, ansiosamente esperado e reclamado pela população brasileira, e com razão é importante que os Constituintes passem a dedicar-se inteiramente a esta tarefa, fazendo com que o compromisso assumido seja devidamente resgatado com a promulgação, no mais breve tempo possível, da nova Constituição.

Várias idéias e sugestões já surgiram com a finalidade de promover a agilização dos trabalhos, algumas das quais ainda se mantêm, pela sua exequibilidade, levando a acreditar que serão adotadas efetivamente no reinício das sessões de debates e votações. É necessário que se adotem decisões, que todos colaborem no sentido de facilitar o curso dos trabalhos de elaboração constitucional, principalmente agora em que será votada a nova Carta Magna.

Não se pode descartar a possibilidade de inversão de pauta, para que sejam votados inicialmente o sistema de governo e o tempo do mandato presidencial, bastando que as lideranças se reúnam e debatam a viabilidade ou não da adoção de tal providência, de qual a sua influência no apressamento dos trabalhos, já que não se trata de questões essencialmente programáticas, e também porque definiria de logo um assunto que, de uma forma ou outra, tem sensíveis reflexos na atividade governamental e na vida do País. Todos sabem do interesse e do cuidado sempre

demonstrado pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, no sentido de que a Assembléia Nacional ofereça ao povo brasileiro a melhor resposta, com a promulgação de uma Constituição que represente o desejo nacional e que se constitua no alicerce das grandes reformas de que o Brasil precisa, no caminho de sua reconstrução, na conquista de uma posição de destaque entre as nações mais desenvolvidas do mundo.

Por isso, parece-nos da maior importância neste momento emprestarmos toda nossa confiança e solidariedade, de nossa parte tantas vezes reiterada, aos diálogos, entendimentos e deliberações de iniciativa do ilustre colega, Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em tudo o que objetive abreviar o caminho que nos separa da conclusão dos trabalhos desta Assembléia. Temos certeza de que, pela sua sabedoria e experiência, S. Ex.<sup>a</sup> nos conduzirá ao objetivo de vermos consagrados os trabalhos constituintes, com brevidade, colocando-nos a todos dignos do aplauso popular e do respeito da Nação. Para tanto precisa contar com a colaboração de todos. É o que esperamos.

**A SRA. ANNA MARIA RATTES (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a questão palestina, que há muito inquieta todos aqueles comprometidos com questões básicas de justiça e direitos humanos, volta a manifestar, nos meses de dezembro e janeiro, sua face dramática.

Os desmandos das tropas de ocupação, que têm reprimido violentamente os manifestantes palestinos dos territórios ocupados de Cisjordânia e Gaza, deixaram, só nos últimos dias, um saldo de 20 mortos, dos quais 9 crianças de 11 a 16 anos; uma centena de feridos; e vários detidos que, sem nenhuma acusação, são mantidos presos e incommunicáveis.

A repressão israelense aos palestinos dos territórios ocupados não é, contudo, fato novo. Se hoje volta a ocupar o primeiro plano dos noticiários internacionais é porque o arbítrio dos ocupantes vem, nos últimos três anos, criando uma situação de tal forma insustentável que aos palestinos foi deixada a única opção de recorrer às grandes manifestações de massa, saindo às ruas e afirmando os anseios de justiça e liberdade desse povo tão oprimido.

Como informa um artigo publicado no "Le Monde Diplomatique" de janeiro corrente, a violência militar contra os palestinos dos territórios ocupados é uma tendência que se vem afirmando cada vez mais, desde a formação do governo de união nacional, em 1984, com a ascensão do Ministro (trabalhista) da Defesa, Sr. Itzhar Rabin. Assim, as estatísticas mostram que, se entre 1977 e 1984 as prisões sem julgamento eram um fenômeno esporádico, só no ano de 1987 estas prisões arbitrárias atingiram 205 palestinos, aos quais se somam os cerca de 5 mil detidos e condenados, nos últimos anos, por atividades contra os ocupantes. As expulsões, por sua vez, têm-se tornado também muito mais numerosas. Não sem razão, o General Rabin se vangloria, ao rechaçar as críticas da extrema direita que recebe no Parlamento. "– Eu já expulsei três vezes mais palestinos que vocês do Likud", afirma ele, numa alusão ao governo do Likud, de 1977 a 1984.

Mas, se a repressão militar tem sido, sobretudo em virtude dos acontecimentos mais recentes, a face mais visível da opressão israelense sobre o povo palestino, é preciso não esquecer que a ocupação tem sido, nos últimos vinte anos, o exercício ostensivo e diário da opressão tanto no plano político quanto econômico, tanto no plano jurídico quanto moral. Assim é que, para descrever a situação dos palestinos que habitam Gaza e Cisjordânia, lamentavelmente é comum encontrar paralelos que vão da brutal perseguição nazista dos judeus à vergonhosa discriminação sul-africana do **apartheid**.

Para citar apenas alguns exemplos, basta recordar que nos territórios ocupados coabitam dois grupos nacionais com **status** nitidamente diferenciado: de um lado, 60 mil colonos judeus com plenos direitos de cidadãos israelenses; de outro 1 milhão e 150 mil árabes submetidos ao regime de ocupação militar e privados de direitos. Para cada um desses grupos há uma justiça e uma lei, separadamente. Os palestinos não podem eleger representantes locais; seus tribunais não têm quase nenhum poder, praticamente se limitando ao julgamento de disputas entre vizinhos. Já os veredictos dos tribunais militares israelenses não possuem instância superior à qual se possa recorrer, nem são submetidos a qualquer forma de controle parlamentar.

As condições de vida são também inferiores para os palestinos. Em Gaza, onde a situação é ainda pior do que na Cisjordânia, 2 mil e 500 colonos israelense possuem 28% das terras, para uma população total de 634 mil habitantes, que apresenta a maior densidade demográfica do mundo: mil habitantes por 340 km. Enquanto cada israelense tem direito a 27.600 m<sup>3</sup> de água por ano, os palestinos só têm direito a 200 m<sup>3</sup> **per capita**, pagando por essa água um preço quatro vezes superior ao que pagam os israelenses.

A tortura, por sua vez, tem sido, ao longo desses vinte anos de ocupação, uma prática corrente nos porões da repressão, e continua hoje a se fazer sentir sobre o dorso de muitos dos que se revoltam contra esta situação de injustiça. Em outubro passado foi divulgado o relatório de uma comissão estatal de inquérito conhecida como "Comissão Landau", que confirma a prática da tortura, apesar dos esforços do Governo de Israel em desmentir que ela ocorra.

A violação sistemática dos direitos do povo palestino nos territórios ocupados por Israel representa um desrespeito tão flagrante aos critérios mínimos de justiça expressos na Carta dos Direitos Humanos, que a comunidade internacional, através da ONU, e com o voto do Governo brasileiro, condenou o sionismo como uma forma de racismo. Israel, contudo, faz letra morta dessa condenação, bem como de todas as resoluções da ONU que reconhecem aos palestinos o direito à autodeterminação, ao retorno ao solo de origem e à criação de um Estado palestino independente, nas terras que seu povo habita.

Voltando periodicamente às primeiras páginas da imprensa internacional, os conflitos entre os ocupantes israelenses e o povo palestino, que luta pelo seu direito à autodeterminação, são vividos diariamente nas ruas de Gaza e Cisjordânia. A constante discriminação e violência a que estão submetidos os palestinos sob a ocupação isra-

lense é o pano de fundo que, ao longo desses vinte anos, tem feito dos territórios de Gaza e Cisjordânia verdadeiras "bombas humanas sempre prestes à explosão", como os descreveu um jornalista estrangeiro.

O povo brasileiro – tenho certeza disto – é solidário com a luta cotidiana que trava o povo palestino. É, portanto, na condição de representante do povo brasileiro que não posso me calar ante os últimos acontecimentos, nem deixar de registrar repúdio à violenta repressão desencadeada pelas tropas israelenses de ocupação.

Com o voto do Governo brasileiro, a ONU condenou o sionismo como forma de racismo, pois viola todos os trinta itens da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Exemplificando:

– todo palestino pode ser expulso de sua terra, bastando para isso uma ordem da Corte Militar Israelense, que não pode ser contestada;

– todo palestino pode ter sua propriedade arbitrariamente confiscada e entregue a colonos de fé judaica;

– todas as aldeias palestinas podem ser, a critério do governo de Israel, destruídas para dar lugar a colônias de imigrantes;

– todas as comunidades palestinas sofrem, por força da política colonialista de Israel, discriminação quanto a habitação, serviços públicos, previdência social e educação;

– os palestinos não têm direito a nacionalidade nem a cidadania;

– qualquer palestino pode ser preso arbitrariamente e condenado sem julgamento e sem direito a apelação;

– todo palestino tem sua liberdade de movimento tolhida e não pode deslocar-se de uma região a outra, em sua própria pátria, sem permissão das autoridades de ocupação israelense;

– todo palestino tem vetada qualquer manifestação de pensamento, a não ser as permitidas pelas autoridades sionistas;

– nenhum palestino, onde quer que se encontre, pode expressar opiniões em defesa de seus direitos inalienáveis à autodeterminação. Fazendo isto, corre o risco de ter na Palestina a prisão arbitrária de seus familiares.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a autodeterminação do povo palestino, mediante a constituição de um Estado independente em solo palestino, é a única forma de pôr fim a essa violência.

Estejamos com o povo palestino!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes nossa luta em prol dos aposentados e pensionistas continua, depois de termos conseguido mais de trezentas assinaturas de Constituintes, para apresentarmos uma proposta de capítulo para Previdência Social, assegurarmos e acrescentar vantagens aos aposentados e pensionistas. Desta forma, aqueles que tinham a intenção de suprimir vantagens estarão prejudicados, pois a emenda coletiva, de acordo com o Regimento, tem preferência e, independentemente do parecer do relator, virá ao plenário.

Sendo a proposta ampla, teremos com ela garantido pensão integral, a pensão comum, a ambos os sexos; pagamento mínimo, equivalente atualmente ao piso nacional de salários, ou outra nova denominação que lhe venha a ser atribuído;

revisão permanente dos benefícios, inclusive quanto aos atuais, já concedidos; pagamento de reajustamento no mês imediato; concessão do benefício, tornando-se por base os salários corrigidos mês a mês, garantia através de Lei de Aposentadoria às donas de casa; aposentadoria, por idade à mulher, aos 60 anos aposentadoria às professoras, aos 25 anos, e professores, aos 30 anos de serviço.

Além do mais, a nível de Congresso Ordinário, apresentamos à Câmara o Projeto de Lei nº 312/88, que, alterando os dispositivos da Lei nº 7.604/87, dispõe sobre a atualização dos benefícios da Previdência Social; em outras palavras garante a vinculação dos benefícios ao Piso Nacional de Salários.

Tivemos essa preocupação anteriormente, quando apresentamos o Projeto de Lei nº 197/87, aprovado pelo Congresso, mas vetado pelo Presidente. Retornamos com a proposta, por querermos que os aposentados e pensionistas sejam atendidos, e o fazemos em sua homenagem, na Semana do Aposentado, cujo dia nacional, 24 de janeiro haveremos de comemorar condignamente.

*Durante o discurso do Sr. Arnaldo Faria de Sá o Sr. Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Arnaldo Faria de Sá, o Sr. Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário, deixa a Cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de:

#### V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. ROBERTO ROLLEMBERG:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ROBERTO ROLLEMBERG (PMDB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Constituintes, queiram ou não aceitar, o aspecto da duração do mandato do Presidente da República e do sistema de Governo acabaram dominando a grande discussão da Assembléia Nacional Constituinte. Em razão disso, já se discute a antecipação desses temas. Venho hoje à tribuna fazer uma reflexão a esse respeito.

Na semana passada, um jornal de Brasília relacionava os Deputados que haviam assinado o documento dos 5 anos, e dizia que os Constituintes que, possivelmente pela sua conduta ideológica, política ou em relação a determinados temas, votaram contra o "Centrão" naturalmente, para serem coerentes, deveriam votar pelos 4 anos. Isso queria dizer mais ou menos que este Constituinte, coordenador da bancada de São Paulo, estaria incoerente com suas posturas em relação às questões nacionais, de ordem social e econômica, com a posição política de assinar uma emenda pelos 5 anos e pelo presidencialismo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não há aí nenhuma incoerência. A posição que temos no PMDB obedece às decisões da convenção do partido; e a posição em relação a 4 ou 5 anos não foi submetida ao exame do partido. Portanto, é individual e de responsabilidade política e pessoal de cada Constituinte. Entendo, ao assinar a emenda a favor dos 5 anos, que sempre defendi nesta Casa, não estar mudando de posição por influências de ordem pessoal, fisiológica nem política, mas, sim, compreendendo a necessidade da transição. Tenho ouvido Constituintes dizerem que estamos querendo aumentar o mandato do Presidente da República em um ano. Como se consegue transformar a realidade política através dos debates e das posições assumidas! Há três posições muito claras. A primeira, a legislativa, defende o mandato presidencial de 6 anos. É que, quando apenas Deputados, a maioria dos Constituintes que retomaram a esta Casa votaram pelo mandato de 6 anos para o Presidente da República. Foi uma decisão democrática adotada neste Parlamento. As outras duas opções são políticas, defendem mandato de 4 e 5 anos, respectivamente, pró-diretas em 1988, em 1989, ou em 1990. Ocorre que não se pode fraudar a opinião pública e encaminhar o processo de decisão desse assunto como se quem defendesse eleições em 1988 fosse efetivamente a favor das diretas. Esta é uma mentira que se está levando à população, fato que percebemos em nossas bases quando abordamos essa discussão.

Quem é a favor das eleições diretas? São aqueles que defendem e votaram, como nós, neste Congresso Constituinte, eleições diretas com mandato de 6 anos para o Presidente da República. As opções políticas de redução do mandato para 4 ou 5 anos surgiram com tanta avidez que, alegando até falta de credibilidade dos políticos, alguns, autopenindo-se ou entendendo haver ilegitimidade em seus mandatos também, começaram a preconizar eleições gerais.

O que houve foi uma contaminação, a falta de credibilidade que se quer endereçar ao Presidente da República ou ao Governo se estendeu a todos os Constituintes, Deputados estaduais e Governadores eleitos.

Este é processo que se trama contra o PMDB, muito antidemocrático, pois a falta de credibilidade em determinado setor não se pode estender a todos nós, que fomos eleitos pelo povo. Nesta oportunidade, queremos cobrar de nós mesmos, do PMDB, pois estamos com nossos Ministros no Governo, e Eventualmente do PFL. O partido não decidiu por 4, 5 ou 6 anos; não decidiu sobre presidencialismo e parlamentarismo. O Governo não anunciou seu programa num projeto de 5 anos. Estamos a cobrar dos partidos que se posicionem em relação aos 4 ou 5 anos. Se a adoção de 4 ou 5 anos são opções políticas, nós membros do partido temos de analisar a questão, assumir uma posição e fazer uma opção política, de acordo com nossa agremiação. Não ocorrendo isso, as condutas serão individuais, de responsabilidade individual e, portanto, válidas as assinaturas de quem já se comprometeu publicamente nesse assunto. Essas, as posições que o povo deve saber. E ainda: que o desgaste de todos nós, Constituintes, decorrentes dessa discussão, passa pela falta de atuação concreta e efetiva

em relação às definições partidárias e a um programa de governo para 5 anos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falo, por enquanto, em nome da transição democrática e da necessidade de levarmos nossas instituições à democratização, de maneira geral, até atingir o Município. Isto para que, depois, o povo possa, com instituições democráticas livres, atingindo até a base municipal, ser detentor do direito de escolher seus governantes.

Entendo, então, encerrando minha participação em nossos debates, que está equivocado o jornal quando diz que, tendo em vista as posições progressistas em favor do trabalhador, da reforma agrária, do monopólio estatal, há incompatibilidade diante das posições em relação ao presidencialismo e ao parlamentarismo. Essas duas decisões são opções políticas de cada Deputado. As outras pertencem a quem devemos respeito: ao partido e à população.

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falando durante o Pequeno Expediente, o Presidente do Partido dos Trabalhadores, o ilustre Deputado Olívio Dutra, referiu-se à chacina ocorrida em Serra Pelada e ao comportamento do meu partido diante da convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar os tristes acontecimentos que ali tiveram lugar.

Gostaria de lembrar a esta Casa que a Nação e a democracia brasileiras estão diante de um imperativo: resolver o problema de Serra Pelada. Não pode continuar sendo feita ali uma exploração artesanal por 80 mil garimpeiros, porque é uma solução tecnologicamente não recomendada, haja vista o grande prejuízo causado à Nação brasileira, além do risco de vida de todos os que trabalham naquele local. Todavia, se temos hoje esse problema a resolver, devemos reconhecer que ele não é na realidade, nada mais nada menos que a explosão de uma bomba de efeito retardado, que começou na época do regime militar. É necessário que se aponte à opinião pública quem é o responsável por Serra Pelada. O responsável por Serra Pelada é a famigerada comunidade de informação que manipulava as Forças Armadas brasileiras e que transferiu para aquela localidade milhares de garimpeiros. Aquele garimpo foi transformado numa província fechada da comunidade repressiva, sob as ordens de um xerife, conhecido torturador que teve assento nesta Casa, o Major Curió. Manipularam os garimpeiros com o objetivo de fazer frente a uma pretensa agitação social numa área onde se dizia que havia tentativas de guerrilhas feitas por militantes do Partido Comunista do Brasil. Aqueles homens foram manipulados pelos que controlaram as Forças Armadas durante o regime militar. Foram manipulados pela comunidade de informação. E hoje, um regime civil é que tem de resolver esse problema, insolúvel sob o ponto de vista técnico, já que é possível a manutenção de número tão grande de garimpeiros trabalha-

do em condições de grandes riscos de vida e em condições que vão de encontro aos interesses da Nação brasileira. Sabe-se que, da maneira como está sendo feito aquele garimpo, o prejuízo anual do Brasil é de mais de vinte e cinco toneladas de ouro.

O que ocorreu em Serra Pelada não é só lamentável, mas é um episódio vergonhoso dentro de uma democracia. Li, quando viajava, reportagem publicada na **Folha de S. Paulo** sobre o desespero de mulheres, crianças e homens que se jogaram da ponte a uma altura de setenta e três metros, e que encontraram a morte nas águas do rio Tocantins, atingidos pelas balas assassinas de policiais que atuaram igualmente assim na época da repressão militar.

Quero dizer ao Constituinte Olívio Dutra que, se há resistência no meu partido à criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito – S. Ex.<sup>a</sup> bem identificou de onde essa resistência pode vir – vou falar com o nobre Constituinte Ibsen Pinheiro, Líder do PMDB na câmara dos Deputados, no sentido de que ela seja formada, porque o Partido do Movimento Democrático Brasileiro não pode, de maneira alguma, confraternizar-se com a repressão, com atos como aqueles que ocorreram na ponte sobre o rio Tocantins e que constitui mancha indelével na democracia brasileira.

Mas, ao mesmo tempo em que queremos contribuir para que essa Comissão de Inquérito se instale e os responsáveis sejam punidos, é necessário que todos nós também alertemos a opinião pública para o fato de que o problema existe – o que é grave hoje será gravíssimo amanhã. A maioria dos oitenta mil homens que estão em Serra Pelada possui armas pois é uma região onde predomina a lei do cão. Aqueles homens não sairão de lá pacificamente. E será no regime democrático, sob o signo do poder civil, que teremos de enfrentar um problema que herdamos da famigerada comunidade de informações, da época em que neste Brasil predominava o regime militar?

Portanto, quero dizer a S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente do PT, que vou ao Colégio de Vice-Líderes defender o apoio do meu partido à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como estarei com o Líder Ibsen Pinheiro, a fim de que o PMDB contribua para que fatos como este não se repitam no momento em que na América Latina a democracia triunfa sobre o totalitarismo, como ocorreu na nação Argentina. (Palmas.)

**O SR. HAROLDO LIMA (Líder do PC do B):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos dias tomamos conhecimento de que o Presidente José Sarney, em sua fala semanal em rede de rádio e televisão afirmou que a Assembléia Nacional Constituinte já havia decidido a favor do mandato de cinco anos para o seu Governo. O Sr. Presidente pautou seu pensamento por uma emenda que estava sendo elaborada e que já havia atingido um número razoável de assinaturas – ao que falam, mais de 300. Supunha o Sr. Presidente que isso significaria a

manifestação soberana da Constituinte, razão pela qual S. Ex.<sup>a</sup> considerava que a Constituinte já havia decidido a respeito da extensão de seu mandato. Hoje, o Presidente Sarney, em audiência com o Prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, afirmou que o País está mergulhado numa situação de indefinição política, com muitos problemas, dentre os quais inibição dos investimentos estrangeiros, e que, por conseguinte, a Assembléia Nacional Constituinte deveria, o mais rapidamente possível, deliberar sobre a extensão do seu mandato, confirmando os cinco anos pretendidos por S. Ex.<sup>a</sup>

Ainda no dia de hoje, o Ministro Ronaldo Costa Couto declarou à imprensa que considera inadiável e imprescindível que a Assembléia Nacional Constituinte delibere, logo no início dos seus trabalhos de sua votação, sobre a extensão do mandato do Presidente Sarney. Ora, nós Constituinte já estamos absolutamente exaustos com a interferência indébita, insolente e atrevida do Poder Executivo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Mais uma vez, essas pessoas, que estão levando a sociedade brasileira ao naufrágio, e o Presidente Sarney, que se tem revelado um dos Presidentes mais incompetentes que o Brasil já conheceu, vêm dizer que a Nação está com definições em suspenso, que há uma situação de inibição dos investimentos e que o governo de S. Ex.<sup>a</sup> não pode tomar iniciativas porque a Assembléia Nacional Constituinte ainda não definiu a extensão do seu mandato.

Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido Comunista do Brasil, protestamos pela enésima vez – desde o início do ano passado manifestamo-nos freqüentemente contrários a esse tipo de interferência do Poder Executivo na Assembléia Nacional Constituinte –, protestamos contra esse tipo de intervenção do Poder Executivo no Legislativo. E acrescentamos que, no que diz respeito ao mérito da questão em tela, somos contra a inversão da pauta. Consideramos esta mais outra manobra do Poder Executivo, que conta com o apoio de setores de direita desta Casa que pretendem aproveitar o que supõem ser uma situação aparentemente favorável, o início da votação, para aprovar emenda que estabelece mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Por conta da corrupção patrocinada pelo Poder Executivo, diversos setores da Assembléia Nacional Constituinte, amedrontados e querendo fazer média com aquele Poder, assinaram a emenda que postula os cinco anos, assegurando-lhe preferência. S. Ex.<sup>a</sup> e toda a turma que o cerca querem ficar mais dois anos no poder e pretendem aproveitar-se dessa conjuntura e, rapidamente, antes que o povo tome conhecimento do que se passa e antes que os Constituintes reflitam sobre o alcance de medida dessa natureza, querem pôr em votação a duração do mandato, fazendo prevalecer – quem sabe? – os cinco anos.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que nós, dos diversos partidos, que estamos em contato com o povo, visitando as bases, temos certeza de que "Sarney até 90 o povo não agüenta". Por esta razão, protestamos contra a ingerência indevida do Presidente Sarney e do Executivo na Constituinte, bem como contra a idéia levantada por alguns setores de inversão da pauta dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou usar de apenas parte do tempo da liderança de meu partido, já que o Constituinte Victor Faccioni também está inscrito. Nesta oportunidade gostaria de dizer que tendo viajado mais uma vez pelo meu Estado, voltei preocupado com o desprestígio, o descrédito e a desilusão que hoje existem no povo brasileiro com relação à Assembléia Nacional Constituinte e, principalmente, pela pouca responsabilidade com que se está levando o trabalho aqui nesta Casa. Mas no meio disso tudo há alguns aspectos positivos que têm de ser destacados.

Não sou do partido de V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Ulysses Guimarães, não me alinho com a maioria das idéias da sua agremiação mas quero dizer que sinto orgulho de participar de uma Assembléia Nacional Constituinte que tem em V. Ex.<sup>a</sup> o Presidente. Com mais de setenta anos de idade, refazendo-se de recente problema de saúde, mas pessoa que sai a viajar por este País fazendo apelo aos governadores no sentido de que façam seus Constituintes virem ao plenário para cumprir com sua obrigação, V. Ex.<sup>a</sup> está dando um exemplo de preocupação, de patriotismo, e de responsabilidade. E nunca se deixou dominar, nesta Casa, por radicalismo. Manteve-se sempre numa conduta de magistrado. Tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> haverá de envidar todos os esforços para que saia desta Casa uma Constituinte fruto de negociação, porque a ninguém interessa o confronto. Uma Constituinte nascida do confronto que será questionada no dia seguinte, na rua.

Então, Sr. Presidente, apenas por uma questão de justiça, já que não é muito de meu feitio fazer elogios públicos, quero fazer essa colocação porque reconheço o esforço que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo. Tenho certeza de que haveremos de ter uma nova Constituição neste País, graças à pertinácia que V. Ex.<sup>a</sup> demonstrou na Presidência desta Casa. Por este motivo, Sr. Presidente, é que estou sempre presente aqui. Quando vejo o exemplo que V. Ex.<sup>a</sup> dá, que deveria ser imitado por todos os outros parlamentares, quando outra razão não tivesse, me sentiria constrangido em não vir aqui cumprir com as minhas obrigações.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Desejo, evidentemente, manifestar o estímulo que me dá a palavra de um Constituinte da envergadura e da competência do nobre Deputado Adylson Motta, pela experiência haurida principalmente no seu Estado, como Deputado Estadual, e pela exemplar freqüência de S. Ex.<sup>a</sup> a esta Casa. Quero reafirmar, mais uma vez, Srs. Constituintes, aproveitando esta deixa, que sou um homem apaixonado pela Constituinte. Aguardo a promulgação da Constituição com a ansiedade com que um pai espera pelo filho. Se pudesse abreviar o tempo para que esse faustoso acontecimento se realizasse. Pode parecer de certa sorte paradoxal que um cidadão que ocupa um posto desta culminância queira, com a maior brevidade possível, deixar de ocupá-lo. Saibam que, realmente,

dá um grande **élan** a minha vida estar na presidência destes trabalhos. Porém um dos dias, mais felizes da minha vida será, quando desta cadeira, assinando a promulgação da Constituição brasileira, eu der por encerrada a alta função que recebi da grande maioria dos Srs. Constituintes. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> as palavras e aproveito o ensejo para pedir a V. Ex.<sup>a</sup> tendo mandado uma circular aos Srs. Constituintes, embora julgue isso dispensável, pois todos estão imbuídos da necessidade do andamento dos trabalhos da Constituinte – que façamos todos um sacrifício pela Nação, que espera a Constituição, pois já está tendo prejuízos. Há a expectativa em todo o País de que, de manhã, de tarde, à noite, aos sábados e domingos, quando isso for necessário, tragamos a nossa contribuição, a fim de que o documento máximo do País seja conhecido nas suas estruturas e definições por todo o País e até pelo exterior. Muito obrigado, nobre Constituinte Adylson Motta. (Palmas.)

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (Líder do PDT):** – Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, acho-me na obrigação de fazer um relatório, de dar, enfim, uma satisfação à Assembléia Nacional Constituinte e ao povo brasileiro a respeito dos episódios que culminaram com a exclusão dos Deputados João de Deus e Feres Nadar da Bancada do PDT. Causa-me estranha surpresa que os dois Deputados apresentem da tribuna versões muito distantes da realidade e que, sobretudo depois de insistentemente jurarem fidelidade ao Governador Leonel Brizola, venham fazer-lhe ataques pessoais.

Os dois Deputados deveriam fazer pregações contra a Bancada Federal do PDT, que, em boa hora, depois de extrema paciência, decidiu excluí-los do seu convívio. É preciso que nos Anais desta Casa fiquem relatados Todos os fatos que antecederam essa medida.

Os partidos políticos não podem e não devem ser um aglomerado de pessoas subordinadas a interesses menos dignos. Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, já por várias ocasiões, aqueles Deputados buscaram tomar posições diametralmente opostas às do programa do Partido e ao entendimento de sua bancada. Assim foi quando discutíamos nesta Casa, nas Comissões e Subcomissões que antecederam a Comissão de Sistematização. Ambos tomaram posições que não dizem respeito à filosofia política e programática do nosso partido.

É preciso que a vida pública brasileira tenha outras características. Ser Deputado não significa somente ingressar numa legenda, utilizá-la e, depois, buscar exatamente esse mandato com discursos e com propostas diferentes daquelas feitas ao povo antes das eleições.

Posteriormente, quando do episódio da ocorrência da modificação do Regimento interno, aqueles Deputados, além de assinarem a proposta do chamado Centrão, votaram a favor da modificação do Regimento Interno.

Chamados à responsabilidade pela Bancada Federal do PDT, ambos fizeram autocrítica. Trago, inclusive, aqui, com clareza, nota da bancada que buscou esclarecer, junto àqueles Deputados, as suas posições. Disseram claramente que votaram a favor da modificação do Regimento Interno porque entendiam necessário democratizá-lo. A bancada se reuniu e decidiu aferir dez pontos que considerava fundamentais para a sua atuação e votação na Assembléia Nacional Constituinte, com a presença de ambos os Deputados, tais como: o mandato de 4 anos, presidencialismo, manutenção do dispositivo que proíbe a dispensa imotivada, a definição melhor de empresa nacional, 120 dias de licença para gestante, monopólio estatal do petróleo, direito de greve, liberdade sindical, jornada de 40 horas semanais e nacionalização da mineração. Ambos os parlamentares se comprometeram a votar com essas propostas.

É bom que se diga que a legislação hoje já não é mais rígida como antigamente, em questões relativas ao fechamento de propostas. Após esse fato e esse compromisso junto à Bancada Federal do PDT, os dois Deputados – e quero relatar à Casa os acontecimentos – assinaram as emendas substitutivas do Centrão e nos procuraram. O Deputado Feres Nader foi explícito ao dizer que veio do PDS, que tinha vínculos muito estreitos com o Presidente José Sarney, a quem devia favores e que, em consequência deles e de outros que almejava junto ao Presidente, não tinha condições de deixar de votar por cinco anos de mandato. Já o Deputado João de Deus foi mais curioso, se não curial, porque disse que suas razões eram diferentes: ele consultara as bases do seu partido e estas clamavam por cinco anos de mandato. E, nesse sentido, formalizavam uma posição diametralmente oposta não daquela que o Governador Leonel Brizola decidira que devesse ser, mas daquela da bancada.

Na última reunião do Diretório Nacional, houve uma reunião da Bancada Federal do Partido, que decidiu que aqueles Deputados não representavam o pensamento da bancada. E, para que não começemos a fazer política de forma diferente daquela a que nos comprometemos fazer – eu, desta tribuna, disse, várias vezes, que não esperava muito desta Assembléia Nacional Constituinte – aqueles Deputados foram convidados para a reunião da bancada e para a reunião do Diretório Nacional. Pois bem, a ela não compareceram, e a bancada, como já fizera com o ex-Deputado Agnaldo Timóteo, decidiu, por onze votos contra três, excluí-los do convívio dos nossos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte.

Não vou descer a comentários mais baixos. Talvez as "bases" sejam a nomeação do diretor da Sudepe no Rio Grande do Sul e os comentários se oficializem sobre as concessões de rádio e televisão; talvez os compromissos com o Presidente Sarney sejam a manutenção dos interesses do Deputado Feres Nader em relação às suas emissoras de televisão e propagandas na sua rádio e na sua televisão em Barra Mansa com verbas do povo brasileiro, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, além de dinheiro liberado, como ele nos disse pessoalmente, para a prefeitura de Barra do Pirai, onde ele tem interesses. Não se trata de questão programática. Quatro anos é muito mais do que uma questão programática, isto é, é uma questão que envolve a manutenção

do processo democrático. Um governo que chega às raíais do clientelismo, que produz o que vimos na televisão, ou seja, um deputado de Minas Gerais chamado Canabrava dizendo, na Tevé Manchete, que ganhou pouco, pois só ganhou dois milhões e meio na concessão de rádio; um governo que desce às raíais do clientelismo no momento em que o País alcança 400% de inflação; um governo que, na história deste País, tem um dos mais baixos níveis de relacionamento político com o Congresso Nacional, com o povo, este governo está a ameaçar o processo democrático.

Não se trata de quatro anos por quatro anos. Trata-se de entendermos que o processo democrático tem sido deteriorado neste País por um governo que se comprometeu com a democracia, com a transição democrática e que declara hoje, no "Informe JB", que a punição do capitão do Pará deveria ser um exemplo para os dirigentes civis deste País, porque existe, na verdade, um compadrismo, uma conciliação de interesses pessoais. Tememos muito que, se este processo continuar na forma como se desenvolveu até hoje, talvez não cheguemos a 1989.

Esta é uma questão muito mais de interesse do povo brasileiro do que interesse eventual de uma eleição. Todos sabemos o que tem ocorrido neste País.

Estas eram as explicações que tínhamos de dar. Nosso partido pode ser pequeno, mas precisa ter a face limpa, precisa ser límpido na sua posição; não é o partido da época das campanhas e das promessas e que, depois, chegando aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, permite que seus militantes busquem, em favor de interesses pessoais, a venda dos compromissos assumidos com a Nação brasileira.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (Líder do PSB):** – Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é lamentável que, tantas vezes, tenhamos de voltar ao mesmo assunto da tribuna desta Casa: Serra Pelada.

Queremos aproveitar o ensejo também para fazer um apelo à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no sentido de que aprove a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre essa questão.

Queremos ainda registrar outra reclamação, para qual chamaria a atenção do Sr. Presidente e do Sr. Diretor da Casa: Trata-se de pedido de informação que oficialmente apresentamos, através da Assembléia Nacional Constituinte, dirigido ao Banco Central do Brasil, para que este informasse a esta Casa os exatos valores da sobra de ouro, prata, paládio e platina adquiridos pela Caixa Econômica Federal dos garimpeiros de Serra Pelada. Até hoje as informações não foram encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte, num desrespeito, portanto, a todos nós.

Mas o que queremos denunciar, neste instante, é que toda essa questão que envolve Serra Pelada tem um fundamento básico. Porque é uma questão tão polêmica? Por que o Governo, durante qua-



se cinco anos, tem perseguido, sabotado, interferido, a fim de que o garimpo de Serra Pelada não funcione através de sua cooperativa? Porque Serra Pelada pode representar uma mudança no rumo da política mineral brasileira. Serra Pelada é a única mina no Brasil de minérios centralizados, ou seja, não é de ouro de aluvião, mas de ouro concentrado e que não está nas mãos de uma empresa mineradora. É a única. É, exceção a regra em todo o País. Está nas mãos de uma cooperativa de garimpeiros. E é isto, Srs. Constituintes, o que o governo, que o DNPM, que as grandes empresas mineradoras, que o Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram – não conseguem engolir. Eles trabalham árdua e assiduamente para destruir de maneira definitiva aquele garimpo. Não querem que ele tenha sucesso, porque isso representa uma na mudança política mineral brasileira a criação de novas cooperativas no Brasil e a democratização da exploração da riqueza mineral. Eles não aceitam isso, porque defendem o monopólio da grande empresa mineradora.

Por esta razão o DNPM, comprometido com essa política, tem, ao longo de tantos anos, perseguido de maneira tão drástica os garimpeiros de Serra Pelada. É bem verdade que a cooperativa teve problemas. Nas suas duas primeiras administrações houve sérios problemas. Administradores não corretos, corruptos, não administraram bem. O Governo nunca tomou providências. No momento em que os garimpeiros elegeram uma diretoria honesta, competente, ainda no ano de 1987, cujo Presidente era o Sr. Zequinha Rocha, só neste instante o Governo interveio na cooperativa. E ela está, neste instante, sob intervenção do Governo Federal. Através de uma lei assinada pelo Presidente José Sarney, no dia 15 de maio do ano passado, foi criado um grupo de trabalho para resolver os problemas de Serra Pelada. Esse grupo levou sessenta dias para ser instalado e não trabalhou em caráter efetivo em nenhum momento. No entanto, nesse grupo há um representante dos garimpeiros, por meio do sindicato, e outro da cooperativa. E agora nem este tem, porque a Cooperativa está sob intervenção.

Chega-se hoje a Serra Pelada e não se sabe quem a comanda, quem decide os seus destinos, um garimpo que envolve interesses de 80 mil pessoas. Por quê? Porque o Governo interveio no único órgão que podia falar pela administração de Serra Pelada. Hoje lá está a Polícia Federal a fazer o jogo do Governo, a enganar os garimpeiros, a jogar lideranças contra lideranças, a promover as lideranças que lhe interessam e a denegrir aquelas que interessam aos garimpeiros. Existe em Serra Pelada um palanque para ser utilizado em determinadas horas do dia e a Polícia Federal só permite que se utilizem daquele palanque as lideranças que tem interesse em promover. E ela tem conseguido convencer uma certa faixa de garimpeiros pelo paternalismo que vem desenvolvendo, pelo roubo que faz nas cavas dos garimpeiros, arcaçando parte do ouro para prestar benefícios de hospital, escolas, passagens ect para socorrer aqueles garimpeiros mais necessita. dos, conquistando-os com isso e enganando-os todo o tempo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaríamos de deixar aqui claro que o que o DNPM e o Ibram, através deste Governo, estão fazendo com os ga-

rimpeiros de Serra Pelada é um crime covarde, monstruoso. Estão querendo matar os garimpeiros pelo cansaço, querem destruir o garimpo pelo desespero, porque já não conseguem mais expulsar os garimpeiros de maneira normal. Recentemente, o próprio Governador do Estado promoveu uma chacina contra esses garimpeiros. Tenho dito constantemente que esses garimpeiros têm sido externamente pacientes com o Governo. Eu, no lugar deles, teria feito muito pior.

Mas agora, Sr. Presidente, que V.Exa. está atento ao nosso pronunciamento, gostaria de deixar registrado aqui uma reclamação, para que seja tomada uma providência pela Mesa. Foi aprovado em maio do ano passado pedido de informações dirigido ao Banco Central, no sentido de que dissesse a esta Casa qual a sobra de ouro, paládio, prata e platina que foi adquirida pela Caixa Econômica Federal aos garimpeiros de Serra Pelada e não restituída a eles. Até hoje o Banco Central está escondendo isso, inclusive do grupo de trabalho que foi criado por uma lei aprovada nas duas Casas legislativas e sancionada pelo Presidente da República. Gostaria que V. Exa. diligenciasse junto ao Presidente do Banco Central para que fosse feito.

Gostaria ainda de solicitar ao Governo que acabe com a intervenção na Cooperativa de Serra Pelada, ou então que se prepare, porque acidentes muito piores do que os ocorridos no dia 29 de dezembro ainda acontecerão com certeza, e a culpa não será dos garimpeiros, mas do Governo pela sua omissão.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a situação na República Argentina ainda não está decidida. Observamos que em quase todos os exércitos da América Latina ainda prevalece, de certo modo, a chamada teoria da segurança nacional. Os que provocaram o motim, sob a liderança do Tenente-Coronel Aldo Rico, são descendentes diretos dessa formação militar que tanto tem infelicitado a América Latina no seu conjunto.

No espírito dessa teoria da segurança, o militarismo dominante na Argentina era favorável ao Tratado do Atlântico Sul, de interesse da política externa global dos Estados Unidos, tratado que permitia a nuclearização dessa área do Continente em nome da segurança do Mundo Ocidental.

Por outro lado, o poder militar argentino colaborou no treinamento de soldados mercenários para atender ao intervencionismo ianque na América Central. Havia essas duas estreitas colaborações com os Estados Unidos e mais a invocação do TIAR (Tratado Interamericano do Rio de Janeiro), que consolidava essa política de segurança nacional, na base do guarda-chuva dos Estados Unidos para resistência a qualquer ataque de países estrangeiros a qualquer país latino-americano signatário do Acordo.

Na base desse pressupostos, deu-se, então, a chamada Guerra das Malvinas, e a avaliação dos militares da Argentina era a de que, sendo eles

partidários da nuclearização do Atlântico Sul, da formação de mercenários e sob o amparo do TIAR, teriam a solidariedade dos Estados Unidos contra a Inglaterra. Isso não se deu. Todos nós sabíamos que, entre a Argentina ou a América Latina e a Inglaterra, do ponto de vista do balanço do poder mundial, a Inglaterra era muito mais importante para os Estados Unidos, e eles fizeram aquela tentativa de estabelecer um acordo de paz a curto prazo. Não obtendo resultado, a guerras e desfechou, e os Estados Unidos passaram a ser um aliado da Inglaterra, ajudando-a na estratégia e no apoio necessário para vencer a Guerra das Malvinas.

Ora, Sr. Presidente, a teoria de segurança era aquela que transformava os Exércitos da América Latina em gendarmes dos interesses americanos. Essa teoria fundamentava-se principalmente no combate interno a qualquer pensamento que não fosse aquele ditado pelo poder dominante. Ainda hoje esses fatos da Argentina, que se deram próximo à cidade de Uruguiana, na área de Monte Caseros, não nos garantem que esteja definitivamente resolvida a questão militar. Esperamos que realmente, a partir de agora, não haja mais levantes no país vizinho tentando desestabilizar o Governo legitimamente eleito. O problema não é só da Argentina, porque em quase todos os exércitos da América Latina ainda existem importantes setores que continuam na defesa da chamada doutrina de segurança nacional. De sorte, Sr. Presidente, que desejamos, neste instante, levar ao Governo argentino a nossa solidariedade. Por outro lado, acreditamos que as forças populares e democráticas da Argentina dêem sustentação ao seu Governo, no sentido de que, se outro levante se fizerem, venha ele a obter o apoio da Nação e das Forças Armadas, que, a nosso ver, devem passar da teoria da segurança nacional para a teoria da defesa nacional, isto é, dos interesses de cada país latino-americano. O caminho para isso, Sr. Presidente, é a integração da América latina, que estamos iniciando, fator importantíssimo não só para o desenvolvimento do Continente, mas também para a afirmação da sua soberania e independência.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Convoco Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados para quinta-feira, dia 21, às 10:00 horas.

**O SR. VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos hoje possivelmente vivendo a repetição de mais uma fuga à responsabilidade ministerial determinada pela Constituição da República, qual seja, a de os Ministros de Estado comparecerem à Câmara dos Deputados quando convocados pela Casa do povo.

Isso lá aconteceu antes com o Ministro Dilson Funaro, que, tendo protelado tanto o seu comparecimento acabou renunciando na véspera de aqui comparecer, depois de esgotados todos os prazos regimentais.

Hoje, a imprensa especula sobre a saída do Ministro Aníbal Teixeira. S. Ex.<sup>a</sup> deveria ter comparecido a esta Casa, atendendo à convocação de 24-6-87. Já estamos em janeiro de 1988. A época, evidentemente, os esclarecimentos seriam sobre a política econômica, sobre a situação financeira do País, sobre planejamento e desenvolvimento; hoje, envolveriam outras matérias.

Por isso, na semana passada, dia 14, dirigi ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães – que lamentavelmente teve que se retirar neste momento – um ofício de reclamação pelo não-comparecimento do Ministro a esta Casa e pela falta de providências por parte da Mesa da Câmara dos Deputados.

Hoje, dia 19, já passados cinco dias, venho a esta tribuna cobrar do Presidente Ulysses Guimarães os esclarecimentos que eu solicitava no dia 14. Vou insistir até obtê-los e, mais do que isso, até saber da Mesa ou da sua assessoria que providências cabem, de parte de um Deputado, diante de eventual omissão da Mesa; que providências cabem, de parte de um Deputado, da Mesa ou da própria Câmara como tal, diante do descumprimento de determinação constitucional por parte de um Ministro.

Diz a Constituição que o Ministro deve atender a tal determinação, sob pena de crime de responsabilidade.

Vamos aprofundar esta questão, mesmo porque a imprensa nacional – e o próprio Ministro Aníbal Teixeira está-se encarregando de fazê-lo – dá a idéia de que estamos diante de um dos mais rumorosos casos de corrupção da história republicana. Basta ler as manchetes de alguns jornais dos últimos dias. **Zero Hora**, de 18 de janeiro: "Corrupção Está Solta no País. Diz Ministro Aníbal Teixeira"; "Ao Sair, Dará Nome de Todos os Corruptos" – vamos querer esses nomes: **O Estado de S. Paulo**: "O País Não Suporta Mais". **Zero Hora** de hoje, coluna de Carlos Fehlbarg: "Novo Problema Para o Planalto". **Zero Hora**, também de hoje: "Teixeira Deve Demitir-se Hoje"; Polícia Federal já tem provas" – vamos ter de arrolar essas provas, obtê-las, consegui-las. **Jornal do Comércio**, de Porto Alegre, de 15 de janeiro: "Aníbal Teixeira Vai Denunciar Corruptos" – quando? Vamos aguardar. **Jornal do Brasil** de hoje: "IBDF Incrimina Empresa de Aníbal em Desvio de Verbas"; "DPF Apura Escândalos Paulistas". **Correio Braziliense** de hoje: "Michal, da SEPLAN, Demite-se"; "Saída do Secretário-Geral Complica a Situação do Ministro"; "Tuma já Tem Nome de Envolvidos". **Última Hora**, página de economia: "Polida Federal Apura Corrupção de Ministro".

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quem tem medo de comparecer a esta Casa? Por quê? Se o Ministro diz que conhece os corruptos e que é honesto, por que não vem aqui defender-se e dizer quem são esses corruptos? Afinal de contas, a Nação precisa saber. Não vamos conseguir viver muito tempo em meio a essa empulhação, a essa cortina de fumaça, a esse melodrama que não se pode traduzir em pura e simples encenação de alguém que quer transformar-se em vítima para se situar em uma candidatura a Prefeito da capital do seu Estado. Absolutamente. Minas Gerais, como o Brasil, merece muito mais, merece, no mínimo, um esclarecimento. Até quando a impunidade vai continuar?

É por isso que tenho ouvido muitas vezes, vindas do povo, cobrando os quatro anos de mandato para o Presidente da República. Sábado, encontrei-me com uma senhora que me perguntou qual a diferença entre os quatro e os cinco anos. Eu lhe expliquei que, efetivamente, a realização de eleições este ano seria complicada e difícil para o País, mas, de qualquer forma, seria menos pior do que aguardarmos até o ano seguinte. Ela, então, me respondeu: "Deputado, sou de origem alemã, e na cultura alemã há um verbete que diz que é melhor "um fim com terror do que um terror sem fim".

Desgraçadamente, é esta a opção que o Brasil está vivendo neste momento, até que se tomem as providências necessárias para recolocar a vida pública deste País num patamar que corresponda às expectativas do povo e da sociedade brasileira. Não é possível que a situação continue assim até o fencimento total.

Lembrem-se, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, do que aconteceu com a Argentina – vamos refrescar a memória, já que o Constituinte Fernando Santana invocou aqui a atual situação daquele país – mas a Argentina de Isabelita Perón, porque a mim, que moro perto da Argentina, no meu Rio Grande do Sul, parece-me que há traços de infeliz coincidência e semelhança.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Victor Faccioni o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário.*

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS – (Líder do PDC):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão, como os demais partidos responsáveis, está muito preocupado com a deterioração da situação econômica nacional e – por que não dizer? – também com a situação política do País.

A crise que o Governo criou – e tão somente o Governo – pela má condução da administração federal, da política administrativa, da política econômica e de todas as políticas que deveriam ser bem conduzidas e coordenadas neste País, está levando o Brasil ao caos e a uma situação de pré-revolução. Não tenham dúvida, aqueles que só se preocupam com o Tempo de duração do mandato do Presidente, de que o País poderá sofrer proximamente um golpe ou ver espocar focos de terrorismo em todo o seu território. O povo está por demais insatisfeito.

O Governo continua irresponsável. Todo dia decreta aumento de impostos e de preços, chegando ao cúmulo, como fez ontem, de liberar do controle de preços produtos de consumo popular. Mas o salário dos trabalhadores e os proventos dos aposentados estão mais do que controlados, condicionados e cada vez mais defasados, numa dura e triste realidade para o assalariado brasileiro.

O Partido Democrata Cristão insurge-se contra esse estado de coisas e adverte o Governo da sua responsabilidade diante da situação desesta-

bilizadora em marcha, que pode trazer-nos um golpe de forças direitistas, bem como atos de terrorismo em todo o território nacional com a explosão de violência, o que prejudicará milhares e milhares de pessoas.

Esta Nação tem tudo para ser pacífica. O povo brasileiro é de boa índole e, como vemos, está suportando o salário mínimo de quarenta e poucos dólares e o aumento de preços e impostos. Todavia, tudo tem limite. Não será agora que o Presidente José Sarney, político com larga experiência e extensa folha de serviços prestados à Nação, irá perder a responsabilidade com que sempre se conduziu na vida pública.

O Partido Democrata Cristão chama o Presidente José Sarney à praça pública para pedir trégua ao povo, demonstrando humildade, pedindo ao povo conselhos, sugestões e que venha beber na fonte, como forma de acertar as próximas medidas governamentais que arranquem o País da difícil situação por que passa, isto é, uma situação pré-revolucionária. Queremos que o Brasil saia disso, mas isto só acontecerá se o Presidente José Sarney, com eficiência e responsabilidade, conduzir o Governo em direção ao povo e não contra o povo. Vivemos uma situação difícil que já não podemos segurar. (Palmas.)

**O SR. JOSÉ LOURENÇO (Líder do PFL):** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a imprensa noticiou amplamente fatos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, sábado próximo passado, envolvendo um Senador da República, pessoas de sua família e especialmente sua filha, uma noiva que se dirigia à igreja para o casamento. Tal fato, inédito em nossa história, leva-me a ocupar a tribuna para expressar a preocupação do meu partido e da sociedade brasileira. Em minha vida de 54 anos, jamais encontrei registro de acontecimento nesse sentido que pudesse transformar o casamento de filha de senador, deste ou daquele partido, num instrumento de ação política, com apedrejamento do carro da noiva e prática de violência de toda espécie. A sociedade encontra-se perplexa diante de tais fatos. Jamais poderíamos aceitar a volta a dois milênios, quando alguns selvagens eram capazes de atuar dessa maneira. O que vimos no Rio de Janeiro foi um Deputado de um partido com assento nesta Casa envolvido nos acontecimentos. Era um dos que comandavam a turba raivosa, cheia de ódio, querendo, por meio da violência, mostrar que era capaz de tudo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se seguirmos esse caminho, talvez nos depararemos com a lei de Newton, que diz: "A toda ação corresponde uma reação de igual intensidade". Ninguém mais se casará no Brasil, tranquilamente, porque, se se tratar de alguém do PT, pode ser que um integrante do PFL diga: "Essa hoje não casa" – e quebra o pai da noiva e a noiva. Se for do PC do B, poderá acontecer a mesma coisa. Se for do PDS, idem. E certamente não haverá mais casamentos no Brasil.

Não podemos continuar seguindo nossas tradições por causa de meia dúzia de irresponsáveis

existentes no País e conhecida da sociedade brasileira; minoria insignificante em todos os aspectos, mas que acha que a violência é o caminho mais curto para atingir seus objetivos políticos. Mas não vão atingir objetivos políticos por este caminho. Este atalho é por demais conhecido. Nós, que costumamos andar pela estrada real da vida, não permitiremos que esses atalhistas rotineiros e conhecidos continuem andando pela calada da noite, pensando que não estão sendo vistos nem identificados e que amanhã, perante a Justiça, não paguem pelos atos de barbárie que praticam.

Minha presença nesta tribuna significa não a presença de um partido, mas a de uma sociedade triste, que foi atingida em sua dignidade, em seu espírito de fraternidade e de convívio. Como se sentiria qualquer um de nós, qualquer uma das senhoras ou dos companheiros que aqui vejo se uma filha fosse apedrejada no momento em que se dirigisse ao altar para se casar, na Igreja católica, ou na protestante, ou até, se não acreditasse em nada, a um simples juiz para cumprir uma formalidade legal? E se, além de apedrejado, fosse arrancada de seu automóvel e transferida para outro, desconhecido da segurança a fim de se livrar das mãos daqueles que não têm consciência de onde começa e termina o direito, a liberdade e a responsabilidade de cada um?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna não para protestar, mas para fazer um apelo ao bom senso, ao respeito que deve haver entre o cidadão e a cidadã de qualquer corrente de pensamento. Não pensem que porque são de determinado partido, de determinada agremiação, passarão impunes perante a sociedade. Não tememos seus braços, suas mãos ou suas armas. Se insistirem nesse tipo de agressão, seguiremos o mesmo caminho. A impunidade não cessará nem nos atemorizaremos em função do comportamento irresponsável que tentam impor.

Sr. Presidente, apresento ao Constituinte Álvaro Pacheco minha solidariedade, em nome dos Constituintes do meu partido e do meu País, à exceção, certamente, de alguns poucos irresponsáveis, como o Vladimir Palmeira, que lá se encontrava, filho de uma das famílias mais tradicionais do Brasil, de um Senador da República, de fina educação, mas que, talvez em função do convívio com alguns perdidos – se assim posso classificá-los – transformou-se também num perdido, num pária. Sobre o nobre Constituinte Vladimir Palmeira, de quem gosto e por quem tenho apreço de longa data, devo dizer que o respeito como ser humano e respeito suas idéias, mas exijo que se contenham em seu campo, que não atinjam a dignidade do cidadão ou da cidadã. Meu partido está vigilante nesse campo da ação política. Entendemos que os direitos individuais ou coletivos têm que ser respeitados, custe o que custar, pois esta é uma exigência nacional.

**A SRª IRMA PASSONI (Líder do PT.):** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, o *Jornal de Brasília*, de hoje, publica nota segundo qual até abril sairá a reforma bancária. Diz o seguinte a nota:

"A missão do Banco Mundial (BIRD) que chegou ontem ao Brasil inicia hoje no Banco Central a análise do projeto de reforma do sistema financeiro. Integrada por Roberto Mosse, Valeriano Garcia, Thomas Glaessner, Maurício Larrain e Maria Helena Carvalho, a missão deve permanecer no país até o fim do mês para aprovar o direcionamento dos US\$ 500 milhões que o Banco Mundial vai liberar para a execução do projeto."

O diretor da área bancária, Wadico Waldir Bucchi, espera definir a reforma bancária e o financiamento do BIRD até o mês de abril próximo – a idéia é reordenar o sistema financeiro ainda neste semestre. Para isso, o BC leva a proposta à aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que se reúne no dia 29 deste mês."

Comento esta matéria porque, amanhã, a Comissão de Fiscalização, instalada na Câmara Federal, terá sua primeira reunião, e o Deputado Luiz Gushiken já pediu a instalação de uma Subcomissão para analisar essa reforma bancária.

Missões internacionais vem ao País, fazem suas investigações, obtêm suas informações, e sequer a Câmara Federal, o Congresso Nacional ou a Constituinte conhecem o teor dessa reforma. Nenhuma informação é dada a esta Casa. Acompanho a questão da reforma do Banco do Brasil há três anos e, na prática, não se tem objetivamente as informações corretas e precisas dessas reformas.

Portanto, quero lamentar que essa missão venha ao País, sem que este Congresso Nacional, sem que a Constituinte, sem que nós, brasileiros, sejamos informados de sua ação, sem possibilidade de acompanharmos o que se passa, quando na verdade gastaremos 500 milhões de dólares sem nenhum controle. Se não há controle sequer pelo Poder Legislativo, imaginem se o povo sabe alguma coisa. Ação secreta governamental é uma ação própria de um sistema ditatorial. Se a ditadura civil já está instalada e as ações secretas estão em andamento, é bom que se diga isso claramente, e um dos exemplos é o que registramos neste instante.

Espero que amanhã o Constituinte Fernando Gasparian aceite o requerimento de aprovação da subcomissão da Reforma Bancária; desejamos votar imediatamente essa proposta do Constituinte Luiz Gushiken, do PT. Que essa subcomissão passe a trabalhar imediatamente, e que se antecipem as decisões do Conselho Monetário Nacional e principalmente de órgãos estrangeiros, que nos vêm fiscalizar se quer informando ao Poder Legislativo.

#### VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Não há proposição apresentada.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Passa-se ao horário de:

#### VIII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Jofran Frejat.

**O SR. JOFRAN FREJAT (PFL – DF. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, diz a sabedoria popular que é mais fácil pegar um mentiroso do que um coxo. Vamos conferir esse adágio. Nas últimas semanas, Brasília amanheceu coberta de cartazes com papel de boa qualidade, impressos em três cores, com o retrato de cinco Constituintes e com os seguintes dizeres:

"Procuram-se traidores do povo, todos eles eleitos pelo Distrito Federal, são do Centrão e estão contra a garantia de emprego, jornada de trabalho de 44 horas, horas extras pagas em dobro, licença-maternidade de 120 dias, aviso-prévio mais justo, direito trabalhista sem prescrição, aposentadoria com salário da ativa e mandato de 4 anos:"

Muito bem. Vamos verificar a seriedade de quem imprime esse tipo de publicidade.

Em primeiro lugar, está assinado pelo Sindicato dos Bancários de Brasília. O Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília é o Sr. José Sampaio de Lacerda Júnior, membro da Executiva do Partido Comunista Brasileiro aqui em Brasília. Não teria maior importância se não pertencesse a esse partido, que tem um passado de lutas.

Vamos verificar a seriedade disso.

"Emenda do Constituinte Jofran Frejat, apresentada à Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos: às gestantes serão concedidos 120 dias de licença remunerada, para proteção à gravidez e puerpério, divididos, tanto quanto possível, em 60 dias antes e 60 dias depois do parto. A nutriz serão oferecidas facilidades laborais que lhe permitam amamentar pelo período de 6 meses após o parto."

No entanto, colocam-me contra a proposta de licença remunerada da gestante por 120 dias. Está aqui a minha proposta e também a resposta do Prodasen, dando-a como aprovada na comissão devida. Primeira mentira.

Diz o panfleto que sou contra a aposentadoria com o salário da ativa. Emenda de minha autoria, Constituinte Jofran Frejat, apresentada ao plenário:

"Nenhum benefício de prestação continuada poderá ser inferior ao salário percebido quando em atividade."

Tenho aqui documento do Prodasen informando que a emenda está aprovada. Segunda mentira.

Mandato de 4 anos. Proposta de minha autoria, assegurando que os mandatos dos atuais Presidente da República, Governadores de Estado, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores terminarão em 15 de março de 1989 – ou seja, propondo eleições gerais, em todos os níveis, em 1988. Terceira mentira.

Ademais, além de apresentar também a igualdade do valor da pensão ao valor da remuneração na ativa e de ter sido o Deputado que veio defender a emenda do Constituinte Floriceno Paixão, nesta tribuna, em favor da igualdade do valor dos proventos e do salário-inatividade, está aqui a demonstração. E vemos que o Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília se propõe a apresentar uma aleivosia, uma falácia, uma mentira ao povo brasileiro, como se ele fosse o dono da verdade. Não bastasse isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foram distribuídos, neste bom papel, mais de cem mil folhetos, em tamanhos diversificados, em toda a cidade. A minha preocupação foi de tal ordem que escrevi uma carta a esse presidente alertando-o para o equívoco que estava cometendo. Não recebi resposta. Fui à televisão e lancei um repto: se ele comprovasse que eu havia votado em qualquer uma dessas proposições, eu renunciaria ao meu mandato; do contrário, ele renunciaria ao seu mandato a Presidente do Sindicato. Pois bem. Qual a resposta do Presidente do Sindicato, pela televisão? Foi a seguinte:

"O meu mandato é da categoria. Não posso renunciar". A renúncia do mandato é um ato volitivo. Quem tem vergonha na cara e é apanhado em mentira vê-se obrigado a deixar a função de representatividade. E quantos milhões foram gastos do dinheiro dos bancários de Brasília? E quem autorizou esse pagamento?

Além disso, esse militante do Partido Comunista Brasileiro, partido de tradição, de lutas, de respeito, que tem mantido, dentro de suas posições, convergentes ou divergentes, o direito de assentir ou dissentir, se utiliza dos mesmos métodos que os governos revolucionários utilizaram no passado: colocar os retratos daqueles que eram chamados subversivos nas rodovias e aeroportos de todo o País.

Vejam como agem diferentemente, quando estão do lado do látego, ou do lado do cabo do chicote. Quando eles estavam sendo execrados à opinião pública, com seus retratos expostos no Brasil inteiro, que tanta repulsa causou à sociedade brasileira, souberam condenar. Hoje, são os primeiros a utilizar os mesmos métodos fascistas condenados no passado. Há uma grande diferença entre a ação e o discurso. Eles cometem os mesmos erros que cometeram os governos revolucionários no passado.

Ouço com muito prazer o aparte do nobre Constituinte Jesus Tajra.

**O SR. JESUS TAJRA:** – Nobre Constituinte, vejo que essa campanha promovida em Brasília é uma repetição do que foi feita em outros Estados, até mesmo lá no meu, o Piauí. São campanhas orquestradas e dirigidas para tentar intimidar aqueles que têm atitudes sérias e desassombradas. O que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer vale para todos aqueles que tiveram a tranqüilidade e o bom senso de assinar a favor da aprovação de uma emenda que reformava o Regimento Interno, possibilitando a todos nós o direito de apresentarmos, mais uma vez, emendas no plenário e exercermos nossas atribuições de Constituintes em toda a sua plenitude. O trabalho da Comissão de Sistematização foi louvável pelo esforço desenvolvido nesta Casa, mas ninguém poderá impedir-nos de voltar a lutar pelas idéias, pelos pontos de vista que defendíamos anteriormente e que gostaria-

mos de continuar a defender, uma vez que não foram aprovados. Essa foi a posição, tenho plena convicção, de cada um de nós. Agora se por trás de tudo isso houve certo temor que motivou a campanha falsa, mentirosa – como V. Ex.<sup>a</sup> disse, a mentira tem pernas curtas, porque é mais fácil pegar o mentiroso de que o coxo –, ela não nos pode jamais atingir, porque é a negação de um passado de luta que cada um de nós tem na sua terra.

Tive oportunidade de me dirigir ao povo do Piauí, pelas rádios e pela televisão, para exatamente mostrar que essa atitude era eminentemente ditatorial, autocrática, e visava, única e exclusivamente, a intimidar aqueles que tinham atitudes desassombradas. V. Ex.<sup>a</sup> como eu e tantos outros aqui, vai continuar enfrentando qualquer situação sem temor de ninguém, muito menos do povo, porque estamos aqui para servi-lo, e o temos feito das formas mais variadas, não só neste Plenário, como em outras situações e locais.

**O SR. JOFRAN FREJAT:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte que enriquece meu discurso.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não me preocupa a atitude isolada de um presidente de sindicato, a quem eu não daria maior importância, porque estava agindo incorretamente e talvez não tenha maturidade política para verificar que as suas mentiras poderiam ser apanhadas. Ele representa uma categoria importante, mas, em si, não o é. Importante é a categoria dos bancários.

O Partido Comunista Brasileiro é um partido de tradições, de lutas, de homens sérios, dignos, que, na adversidade, sempre lutaram. Podemos não concordar com as suas teses, mas temos que respeitar a sua vontade de lutar e de implantar aquilo em que acredita.

Não é possível que os líderes desse partido não exijam desse militante, que é membro de uma Executiva, que faça a sua autocrítica e reconheça o seu erro, para que não repita a indecência, a imoralidade, a inverdade que está cometendo contra homens sérios, dignos que estão lutando por este País.

Mas, Sr. Presidente, se o Partido Comunista Brasileiro não tomar uma providência com relação a esse militante, faltar-lhe-á condições morais para condenar qualquer arbítrio que tenha sido cometido contra ele no passado, porque estará repetindo aqui o que foi feito contra ele anteriormente.

Não tenho o hábito de fazer acusações levianas, e não gostaria de fazê-las, mas alguns fatos e coincidências estão chamando a minha atenção. Gostaria de esclarecê-los, para que não ficasse em minha cabeça nenhuma preocupação, nenhuma dúvida com relação ao procedimento dos colegas.

Refiro-me ao Constituinte federal, eleito pelo PCB, em Brasília, Augusto Carvalho. Por ocasião da votação da proposta da alteração do Regimento Interno, S. Ex.<sup>a</sup> foi à televisão denunciar os cinco Parlamentares de Brasília que tinham assinado a favor da proposta de mudança do Regimento Interno. Segundo S. Ex.<sup>a</sup>, eles estavam colocando em risco as eleições e a autonomia política do Distrito Federal. Conversei pessoalmente com o eminente Constituinte, que me disse que aquela era a sua posição. Repetiu S. Ex.<sup>a</sup> a denúncia, posteriormente, nos jornais de Brasília. Ora, o Constituinte Augusto Carvalho é ex-presi-

dente do Sindicato dos Bancários de Brasília, pertence ao mesmo partido do atual Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, que foi eleito com o apoio de S. Ex.<sup>a</sup>, foi o seu substituto imediato e pertence à mesma Executiva.

Por último, para que não restasse alguma dúvida sobre meu procedimento, mandei pessoalmente duas pessoas apanharem este folheto no gabinete do Constituinte Augusto Carvalho. Essas pessoas conseguiram, por intermédio de outras que lá se encontravam – não sei se funcionários ou não –, encontrar panfletos e os trouxeram à minha presença. Não quero acusá-lo. Pode S. Ex.<sup>a</sup> até ser completamente inocente, mas há muita coincidência. Se S. Ex.<sup>a</sup> está inocente, então venha à tribuna dizer que não participou dessa programação leviana, mentirosa e indevida.

Sr. Presidente, para terminar gostaria de dizer o que afirmei na televisão ontem, em repto ao Presidente do Sindicatos dos Bancários de Brasília como S. S<sup>o</sup> não conseguiu provar que votei em qualquer uma dessas emendas, deve renunciar. Se não o fizer, trata-se de um mentiroso, irresponsável, cínico, que não honra as calças que veste.

Concedo o aparte ao nobre colega Stélio Dias.

**O SR. STÉLIO DIAS:** – Nobre Constituinte Jofran Frejat, aproveitando a generosidade da Mesa, quero, em primeiro lugar, prestar minha solidariedade a V. Ex.<sup>a</sup>, um dos mais brilhantes, capazes e lídimos representantes do Distrito Federal na Constituinte. Quando V. Ex.<sup>a</sup> estava discursando, me veio à memória um pensamento de Mahatma Gandhi, que se encaixa perfeitamente nas preocupações de V. Ex.<sup>a</sup>: "quando me avoco o direito da verdade única, da razão, da razão única, estou usurpando uma função que pertence à divindade". A pretensão de V. Ex.<sup>a</sup>, nesta Casa, foi somente quebrar o tabu das quarenta e sete divindades da Comissão de Sistematização. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> tem uma conduta exemplar e sempre defende os lídimos interesses da classe trabalhadora do Distrito Federal e de todo o País. Quero, nobre Constituinte Jofran Frejat, solidarizar-me com V. Ex.<sup>a</sup> e dizer-lhe que não deve aceitar essas provocações. Trate-as com a prudência e a cautela com que sempre agiu. O que eles estão querendo é o confronto, e não transformar a Assembléia Nacional Constituinte numa instituição que leve a um grande pacto nacional. Com o confronto, nada conseguiremos para a Nação brasileira.

**O SR. JOSÉ FREJAT:** – Nobre Constituinte, não tive o temor de agir de acordo com a minha consciência. Votei pela mudança do Regimento. Tive o cuidado de não assinar nenhuma das emendas do "Centrão", não porque estivesse receoso, não porque não pretendesse votar por elas, mas porque quero analisá-las com cuidado. Vejo que a tentativa de mudar o Regimento Interno foi capaz de despertar nessa gente um ódio imenso, a ponto de levantar-se uma mentira contra um Constituinte que procura agir e decidir com sua consciência. (Palmas.)

## VIII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**DEIXARAM DE COMPARECER OS SENHORES:**

Abigail Feitosa – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Aroldo de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benedites – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benedites – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah

Amarante – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Paliarini – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcante – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Genuíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes

Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; **Illegível** – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PDT; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albarnaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Piloto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedei – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólon Borges dos Reis – PTB; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldeck Ornéas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 20, às 14:30 horas.

*(Encerra-se a Sessão às 17 horas e 46 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. OSWALDO LIMA FILHO NA SESSÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1988.**

**O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB – PE.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a nobre Constituinte Wilson Campos, em nome da bancada do PMDB de Pernambuco, tratou, com muita propriedade, da situação do Governo Miguel Arraes e das suas realizações em Pernam-

bucu, do que representa para o povo humilde daquele Estado a esperança criada pelo exercício democrático de Governo de um dos homens públicos deste País mais dedicados à causa do homem comum, da justiça social, da correção dos graves desníveis de renda, educação e da dívida social que ocorrem no Brasil.

Companheiro do Governador Miguel Arraes desde os longínquos idos de 1947, quando a sua ação à frente da Secretaria da Fazenda do Governo de Barbosa Lima Sobrinho já o fazia criticado pelas forças de direita por tentar estabelecer um limitado modelo de justiça fiscal em relação ao Imposto Territorial Rural, tendo lutado a seu lado na gloriosa campanha eleitoral de 1962 e na campanha das reformas de base e de disciplina do capital estrangeiro que realizamos no Brasil na década de 1960, é com satisfação que me associo às afirmações feitas pelo nobre constituinte Wilson Campos.

Tendo recebido o Estado de Pernambuco em situação de pré-falência, com uma dívida, tanto interna quanto externa, astronômica, tendo o seu principal estabelecimento de crédito, o Banco do Estado de Pernambuco, reduzido à pré-falência, o Governador Miguel Arraes, em nove meses de Governo criterioso, severo, austero, conseguiu restabelecer a normalidade da atividade administrativa. Mesmo os efeitos inflacionários de uma política econômica perversa, mantida pelo Governo Federal, e que atinge severamente o funcionário público, puderam ser administrados com justiça e equilíbrio pelo Governo Estadual de Pernambuco.

Sou testemunha também, Srs. constituintes, da sua dedicação à causa dos trabalhadores. Companheiro de chapa do advogado Evandro Cavalcanti, com quem trabalhei nas eleições de 1986, e que foi morto pelos que seriam posteriormente os fanáticos da UDR no meu Estado, posso assegurar que hoje nenhuma violência ocorre no Estado de Pernambuco sem que se procure fazer, através do Poder Público, imediata justiça, assegurando aos trabalhadores as garantias constitucionais devidas.

Por isso, Sr. Presidente, quero ainda salientar que o Governo do Estado, através das Secretarias da Saúde, da Justiça e do Trabalho, tem garantido aos posseiros, aos trabalhadores rurais sem terra, que lutam pela desapropriação de áreas ociosas, toda a ajuda possível, quer pelo fornecimento de alimentos, quer pela assistência médica, quer pela assistência jurídica, por todas as formas de assistência que o Estado pode assegurar.

Por isso, Sr. Presidente, é profundamente contristado que saliento a injustiça que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela sua seccional Nordeste, vem fazendo, através da imprensa, nos últimos dias, com as críticas ao Governador Miguel Arraes no que diz respeito a sua suposta inação quanto ao problema da reforma agrária. Esquecem os ilustres bispos da minha igreja, aquela em que nasci – e espero em Deus morrer sob as suas bênçãos – que estão cometendo uma injustiça grave e estão incorrendo num pecado capital, porque nenhum Governo Estadual tem competência legal para iniciar processos de reforma agrária. Nos termos da Constituição, a desapropriação por interesse social, para a realização da reforma agrária, quando S. Ex.<sup>a</sup> não tem competência legal para fazê-lo? Sabe-se que o Gover-

no do Estado tem interferido, sempre que possível, junto ao Governo Federal, reclamando providências para uma efetiva ação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Assim fez o governo de Pernambuco junto ao ex-Ministro Nelson Ribeiro, junto ao ex-Ministro Dante de Oliveira, junto ao saudoso Ministro Marcos Freire, e só recentemente, quando o Governo Federal se afastou injustamente e passou a negar a sua colaboração ao Governo do Estado em diversos aspectos da administração pública, é que o Governo do Estado se viu impossibilitado de reclamar essa colaboração.

Como membro do Congresso Nacional, desde 1955, tenho lutado pela realização da reforma agrária. Creio que ninguém poderá apresentar uma soma maior de trabalhos pela modificação da estrutura da propriedade rural brasileira, no sentido da desconcentração dessa propriedade e da elevação do nível de vida dos trabalhadores rurais, e no sentido de que os camponeses possam ser proprietários da terra que trabalham, do que o modesto orador que ora fala ao Congresso Constituinte. Posso, portanto, com a autoridade que me advém desse trabalho de três décadas, que está testemunhado pela ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, dar meu testemunho leal e sincero de que o governo Miguel Arraes tem tido uma ação exemplar na questão da reforma agrária. A sua solidariedade e o seu apoio jamais faltaram à Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, e este é que é o depoimento necessário, cabal e que não faltará ao Governo de Pernambuco. Os bispos da minha igreja precisam meditar. Eles têm realizado uma grande tarefa na mobilização social pela reforma agrária, mas essa mobilização não pode ser confundida com a injustiça de negar o trabalho de pioneiros na causa da reforma agrária, nem pode compactuar com a simples subversão de todos os valores legais.

Ninguém pode reclamar do Governo do Estado de Pernambuco que tome a Lei em suas mãos, que rasgue a Constituição da República, que rasgue os diplomas legais em vigor e procure realizar a reforma agrária pela violência, a margem da lei.

Espero que homens comprometidos com a reforma agrária, como são os ilustres dirigentes da Igreja católica do Nordeste, como Dom Fragoço, ilustre Bispo de Crateús, como Dom Augustão de Mesquita, Bispo de Afogados da Ingazeira, como Dom Aduauto, bispo de Palmares, como Dom Marcelo Carvalheira, Bispo de Guarabira, como tantos que lutam no Nordeste por uma nova ordem social, façam justiça ao Governador de Pernambuco.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, hoje, aqui, um ilustre colega de Pernambuco, a quem muito estimo e admiro, leu um editorial profundamente faccioso e injusto do *Jornal do Brasil* contra o Ministro Aníbal Teixeira, que é acusado, nessa publicação, de uma série de crimes fantasiosos.

O Ministro Aníbal Teixeira foi nosso companheiro na legislatura passada, honrou a bancada do Estado de Minas Gerais, foi um companheiro leal e dedicado na campanha da eleição do Presidente Tancredo Neves, e tem sido no Brasil, hoje, talvez um dos poucos homens públicos à frente

da administração dedicado à realização de uma obra social de inegável valor e eficiência. Já se somam a centenas de milhares as habitações populares construídas pela Secretaria de Ação Comunitária, criada pelo gênio de Aníbal Teixeira, e que têm tido prosseguimento na sua ação no Ministério e Secretaria do Planejamento. Posso dar testemunho dessas realizações. No meu Estado natal Pernambuco, vi modestas comunidades de pescadores terem suas casas e vilas populares construídas em regime de mutirão, graças à ação da Secretaria de Ação Comunitária. Vi modestas prefeituras do interior construírem centenas de casas em regime de mutirão, reunindo humildes trabalhadores, e tenho ainda na minha visão a demonstração incontida de alegria daqueles homens e trabalhadores humildes, quando ingressavam na posse da casa que haviam construído com o trabalho e o suor dos seus rostos e com o esforço dos seus braços, graças à ajuda da Secretaria de Ação Comunitária.

Por tudo isso, quaisquer que sejam as forças que se unam contra o Ministro do Planejamento, de quem se diz estar prestes a deixar o Ministério, quero também fazer aqui o registro, que me parece indispensável, da justiça devida ao administrador que mais tem realizado em proveito das camadas mais humildes da população brasileira.

*DISCURSO PROFERIDO PELO  
SR. MÁRIO LIMA NA SESSÃO DE  
15 DE AGOSTO DE 1957.*

**O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estão sendo veiculadas em diversos órgãos da imprensa, notícias realmente incosequentes de que nesta Casa se está elaborando uma espécie de Constituição paralela. Trata-se de grupos eminentemente suprapartidários, cuja pretensão é a de trazer para esta Casa os famosos "pratos feitos".

Na oportunidade em que o nosso País vive um dos momentos mais importantes de sua história, tanto a nível político quanto econômico e social, faz-se mister que as forças dos homens de bem se somem em favor da elaboração de uma Constituição que garanta aos brasileiros o norteamento dentro dos parâmetros imprescindíveis da seriedade, honradez e dignidade.

O compromisso que assumi diante de mim mesmo e de todos os conterrâneos que em mim depositaram a sua confiança – e dos quais sinto-me na condição de lido representante nesta Casa –, permite-me, nesta oportunidade, propor aos nobres companheiros da Assembléia Nacional Constituinte, àqueles que, como eu, aqui se encontram para emprestar à Nação a sua colaboração séria e desinteressada, a formação de um grupo coeso, cujo objetivo precípuo é o de levantar a bandeira em favor de pessoas que vivem do trabalho: operários, funcionários públicos etc.

Esta minha proposição se fundamenta no repúdio ao **lobby** da imprensa comprometida com Parlamentares que aqui vêm, uma vez por mês, para defender o indefensável. Foge a qualquer discernimento consciente que a preservação de interesses de segmentos privilegiados da sociedade, eis que vivem de alta renda, de ganho de investimento de capital, seja prioritária diante da realidade e da problemática que aflige a classe trabalhadora. Esse nosso grupo, nobres compa-

nheiros, certamente terá dificuldades. Nosso trabalho não será, com a mesma certeza, divulgado oportunamente ao mesmo nível, com o mesmo destaque, nas emissoras de rádio e televisão. Contudo, em contrapartida, terá o apoio incondicional dos funcionários públicos e dos trabalhadores das mais diferenciadas categorias. Na condição de operário, de presidente de um sindicato, proponho que o nosso trabalho seja desenvolvido nos moldes que venho exercitando, ou seja, visitando as bases, conversando pessoalmente com os trabalhadores, enfim sentindo de perto o que os aflige. O que posso adiantar, pela minha experiência, é que os trabalhadores estão banidos, deixando seu espaço para a luta e para as conquistas de que são merecedores. Se os "donos da verdade" pensam que irão enganar a nação, estão equivocados. A consciência nacional, hoje, é outra.

A Assembléia Nacional Constituinte está sendo acenada ao povo brasileiro como a salvação da lavoura, e isso pode acarretar uma grande frustração.

Gostaria, neste momento, de colocar, como contribuição preliminar, algumas idéias que poderão nortear esse novo grupo. Dentro da coesão desejada, não serão estas idéias imperativas, tampouco únicas. Elas poderão ser somadas às de outros companheiros que, imbuídos do alto espírito patriótico, público e humanitário – e nesta Casa o número de Parlamentares com esses predicados é muito glande –, vierem a constituir essa força emergente.

O programa básico do nosso partido, em uni de seus princípios, recomenda ao povo brasileiro algumas lições.

"A primeira e a mais importante é a da superioridade das massas sobre as elites que pretenderam tutelar. O povo, sempre que teve o mínimo de opção e informação, recusou os apelos à insurreição revolucionária e rejeitou a mentira oficial."

Os temas ora em discussão são da mais alta importância e gostaria de me fixar naqueles que falam mais de perto às reivindicações dessa parcela do povo brasileiro que vive do seu trabalho.

A greve, por exemplo, tem sido assunto polêmico e desgastante:

"O PMDB defende o direito de greve, garantido constitucionalmente e exercido livremente, mediante deliberação dos interessados, sem proibição do seu exercício por qualquer categoria. O Partido considera urgente estabelecer formas de representação que permitam aos servidores públicos a defesa dos seus interesses, duramente prejudicados pelo arrocho salarial do regime autoritário. É preciso assegurar-lhes o direito de greve, o 13º salário e demais benefícios garantidos aos trabalhadores do setor privado, além de um novo estatuto que estabeleça o regime jurídico único para todos os que trabalham no serviço público."

Ainda sobre o direito de greve:

"O ponto de partida para uma política efetiva de distribuição defenda é a elevação dos salários e a participação dos trabalhadores na renda nacional. Isto requer, em primeiro lugar, novo esquema de relações trabalhistas,

com autonomia sindical, negociações coletivas e direito de greve."

Outro tema que tem merecido um debate muito grande é o problema do monopólio estatal do petróleo. Nesse documento que passo a ler, o assunto é tratado da seguinte forma:

"Com relação ao petróleo, o Partido defende a manutenção integral do monopólio estatal na pesquisa, lavra, refinação e transporte, como previsto na Lei nº 2.004. Conseqüentemente, exige o fim dos contratos de risco, que derogam, na prática, aquela lei".

Quanto à estrutura agrária e à produção rural, o problema é tratado nos seguintes termos:

"O Partido defende a necessidade de reforma agrária, em especial onde coexiste o latifúndio improdutivo com o minifúndio inviável, redistribuindo-se a propriedade da terra em favor dos que a trabalham, segundo critérios simultâneos de conveniência econômica e equidade social, dando ensejo à diversidade de formas de propriedade rural: familiar, cooperativa e coletiva"

Outro problema que tem suscitado o debate desses grupos que se formam distantes dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte é o da Previdência Social, que é tratado nos seguintes termos:

"Se há terreno no qual se mede o avanço de uma sociedade, é o previdenciário. A cobertura pela Previdência Social deve atingir todos os maiores de 65 anos que necessitem, inclusive donas-de-casa e empregadas domésticas, independentemente de terem ou não contribuído anteriormente, sem prejuízo dos direitos de aposentadoria por tempo de serviço. A mesma regra há de aplicar-se aos doentes e inválidos. Por outro lado, os países desenvolvidos, reconhecendo os efeitos destruidores do desemprego que esse tipo de economia gera, atribuem um seguro-desemprego a todo cidadão que, tendo trabalhado e deixado de fazê-lo porque foi despedido e não encontra emprego, necessita de recursos para sobreviver."

Estes são alguns dos temas que, por sua natureza e importância, mais têm suscitado o debate nesta Casa. E o que vemos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, é que esta Casa está sempre vazia. É preciso que esta Assembléia tome conhecimento de que não se pode mais enganar o povo. Caso esta Assembléia venha a fracassar, o terreno ficará livre para os radicais e para os aventureiros que rondam, de preferência, e muito bem, os quartéis e os sindicatos. Visa aos quartéis para golpear as instituições e, aos sindicatos para levarem o País à anarquia.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos nesta Casa desde os idos de 1964, e vimos os democratas de todos os matizes participarem de um golpe de Estado e implantarem uma ditadura. Durante vinte e um anos, o que se fez neste País? Aumentaram-se as desigualdades, destruíram-se as instituições, e, hoje, o País vive mergulhado na perplexidade. Nós, Sr. Presidente, Senador Mário Maia, que naquela época fazia parte da renovação desta Casa, assim como eu, chegamos aqui jovens, acalentando sonhos, desejosos de emprestarmos a

nossa contribuição para fazermos do nosso País o melhor de todos; entretanto, vimos todas essas forças a imprensa, a Igreja, a Embaixada Americana – unirem-se para inviabilizar um governo democraticamente eleito, Governo que ainda resistiu por cerca de mais de dois anos. Os Governos de Minas, de São Paulo e da Guanabara, Estados economicamente expressivos, deram as mãos a este golpe. Mas hoje acho que ninguém mais tem dúvidas de que não é por este caminho que se resolve o problema de uma nação. Toda vez que a ordem institucional se rompe, todos sofrem; porém, a maior parcela de sofrimento cabe ao assalariado, ao trabalhador e ao funcionário público.

Nada tem sido diferente nesses 21 anos. A vida é dinâmica, e caminhar para a frente é preciso. Não se deve mudar o que está dando certo; porém, a situação contrária merece ser revista cuidadosamente. E é por isso que assomo a esta tribuna para, de alto e bom som, propor aos meus companheiros a formação desse bloco. O presente convite é extensivo a todos os Parlamentares, independentemente de partido.

A Constituição, na minha modesta opinião, é um pacto da Nação, e não um diploma partidário. E esse pacto tem de ser feito aqui, às claras, embora venha sendo exercitado às escondidas por meia dúzia de iluminados. Há os que aceitam a participação do povo. Um Senador, que faz parte da bancada dos iluminados, que raramente está presente neste plenário, mas que quando faz um pronunciamento todos os jornais e revistas lhe dão destaque, disse recentemente que esta seria a pior de todas as Constituições deste País. S. Ex.<sup>a</sup> está totalmente enganado. Ele não acredita no povo porque sempre esteve do lado oposto ao do povo. Esta Constituição será eficiente exatamente porque está sofrendo a influência do povo. Pela primeira vez neste País se faz uma Constituição onde o povo é ouvido. Cabe a nós a grande responsabilidade de ouvir o povo e atender à sua vontade. Esses iluminados ficam dizendo que este ou aquele tema não é constitucional porque a Constituição desta ou daquela nação não tem isso; quando se afirma que a Constituição brasileira deve trazer de maneira expressa determinados direitos dos trabalhadores, dizem que o País não tem isso. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Esquecem-se de que naqueles países o capital já se humanizou, não é tão selvagem quanto o nosso, que lá o ganho de capital representa apenas 20% do Produto Interno Bruto, enquanto no Brasil representa quase 60%. São situações inteiramente diversas. Temos de fazer uma Constituição que reflita as contradições da sociedade brasileira. Os trabalhadores já estão conscientes disso e não serão enganados por esses pretensos iluminados, "donos da verdade".

Fica a minha convocação, sem nenhuma pretensão de liderar. Esse grupo será formado neste plenário. Não terá sala secreta para se reunir ou privilégios de qualquer natureza. Que cada um responda diante dos seus eleitores e se lembre da promessa que fez nas campanhas eleitorais.

As idéias que enumerei tirei-as do programa do meu Partido, o PMDB, que, nos seus estatutos, diz, de maneira clara, que alguém, ao filiar-se, compromete, se com seu estatuto, com seu programa e com seu código de ética. E muitos dos

iluminados que anunciam substitutivos à Constituinte esquecem-se de que eles estão em perfeito desacordo com o estatuto e o programa do partido pelo qual se elegeram.

Está claro nos estatutos do partido a que pertenço, o que eu gostaria de registrar:

"São deveres dos filiados do partido: defender o ideário partidário e seus objetivos."

O art. 8, § 3º, diz o seguinte:

"No ato da filiação, o eleitor deverá manifestar sua concordância com o programa e o estatuto do partido."

Todo Constituinte, antes de ser Deputado ou Senador, é um eleitor que se filia ao partido. Daí, Sr. Presidente, eu conclamar os meus companheiros da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Como Relator filiado ao PMDB, tive mais dificuldades em convencer companheiros do meu partido e tive mais apoio e solidariedade de companheiros de outros partidos que, a bem da verdade, gostaria de destacar companheiros do PFL, PC do B, PCB, PDS, PT e PDT, que, compromissados com os trabalhadores e funcionários públicos, deram uma efetiva contribuição para que nossa Comissão fizesse um relatório que representasse os anseios dos assalariados.

Destaco, por justiça, neste instante em que assume a Presidência desta sessão o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o ilustre companheiro Ulysses Guimarães, homem que nos vinte e um anos de arbítrio traduziu com firmeza e equilíbrio o inconformismo da sociedade civil

brasileira, que, se conseguimos, sem maiores perdas, sem maiores vítimas, até sem violência, sepultar o autoritarismo neste País, devemos, na sua maior parte, ao comando firme, sereno e seguro do Constituinte Ulysses Guimarães.

Queria pedir a S. Ex.<sup>a</sup> aproveitando sua presença – sei que sua vida é muito atribulada e seu tempo é pouco, diante de suas graves responsabilidades para com a Nação –, que me distinguisse com sua valiosa atenção, lendo meu pronunciamento, onde lembro aos meus companheiros de partido que está na hora de considerarmos o programa, o estatuto e o código de ética do nosso partido. Nenhuma posição radical pode prevalecer. Esses radicais minoritários, esse grupo de iluminados, pretendem fazer a Constituição à revelia deste plenário. E se não tentarmos a solução que ora proponho, a nossa Carta Magna será inviável e levaremos o povo brasileiro à desilusão.

Daí, Sr. Presidente, nosso apelo veemente, cheio de esperança e de compreensão: ou entendemos que somos maioria para fazer uma Constituição que reflita o pensamento médio do povo brasileiro, ou os dias de amanhã serão de incerteza, porque os mesmos radicais – aqueles que rondam os quartéis, sonhando com golpes de Estado, ou miram os sindicatos instigando a baderna e a anarquia – estão acordados e atuantes. E nós, conscientes de que nem uma coisa nem outra resolve – ao contrário, só complica –, pretendemos apenas que esta Casa e este plenário sejam o foro para se discutir e decidir os problemas da Constituinte.

Como Constituinte do PMDB e como presidente de um sindicato de trabalhadores e de uma

federação de trabalhadores, faço um último apelo a esses iluminados: vamos adotar o artigo da Constituição de 1934, que trata do problema da estabilidade no emprego e do horário de trabalho. A Constituição de 1934 dizia, de maneira expressa, que a jornada de trabalho era de oito horas, podendo ser reduzida de acordo com a lei. Hoje, 53 anos depois, quando este País é a oitava economia do mundo, fabricando do computador ao avião, e agora começando a fabricar submarino, vamos retornar à Constituição de 1934, à era de Getúlio Vargas. Queiram ou não, aquele Presidente foi um dos poucos estadistas deste País que se preocupou com o trabalhador, e, por isso, está sempre sendo lembrado.

Dizem que este assunto não é da Constituição. Se quisermos, para os 59 Constituintes que representam a vontade soberana do povo brasileiro, todo assunto será constitucional.

Concluo minha fala, S.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, com um apelo, agora partidário: que nosso partido – que o Presidente Ulysses Guimarães com muita firmeza, equilíbrio e patriotismo dirige, para tranqüilidade dos seus membros e da Nação – se lembre do seu compromisso histórico com os trabalhadores e com os funcionários públicos e inscreva, de maneira clara e expressa, na Constituição, os direitos dos trabalhadores e dos funcionários públicos, calcados no anteprojeto elaborado pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que teve como Relator este humilde Constituinte que usa da palavra, e como Presidente o ilustre Constituinte Geraldo Campos, também do PMDB.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Palmas.)





# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 170

QUINTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA-DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 186ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 20 DE JANEIRO DE 1988

##### 1 – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

##### III – Leitura do Expediente

##### IV – Pequeno Expediente

JOSÉ GENOÍNO – Falta de credibilidade no Governo Sarney caracterizada na demissão do Ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento. Concessões feitas pelo Presidente da República visando à obtenção de mandato de 5 anos.

IRMA PASSONI – Esforços da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Fernando Gasparian, para realização do trabalho para o qual foi instalada. Estudo comparativo entre o Projeto do "Centrão" e da Comissão de Sistematização.

JOSÉ ELIAS MURAD – Excelência das reportagens do programa "Globo Repórter" sobre o problema das drogas no País.

GIL CÉSAR – Crítica à condução da política do setor energético nacional. Emendas apresentadas pelo orador ao Projeto de Constituição visando ao exercício simultâneo dos direitos minerários pelo Estado e pelo Município.

OSVALDO BENDER – Apelo ao Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no sentido de que não se concretize o pretendido confisco da soja.

EDUARDO JORGE – Discordância do orador ao Projeto de iniciativa do "Centrão" no que concerne à saúde e à educação.

RICARDO IZAR – Representação proporcional dos Estados na Câmara dos Deputados.

EDÉSIO FRIAS – Inserção nos Anais de Carteira de Trabalho e Previdência Social de servidor aposentado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para fins de comprovação do prejuízo financeiro advindo da aposentadoria.

DIRCE TUTU QUADROS – Emenda apresentada pela oradora ao Projeto de Constituição visando a eleições gerais. Duração do mandato do Presidente da República. Requerimento de convocação do ex-Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira apresentado por intermédio da Comissão de Fiscalização e Controle, para prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados.

NILSO SGUAREZI – Primeira reunião ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle e convocação do ex-Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, para prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados. Requerimento de convocação do Ministro da Habitação, Urbanização e Meio Ambiente, Prisco Viana, e do ex-Ministro Deni Schwartz para comparecimento à Câmara dos Deputados.

LÍDICE DA MATA – Política do cobre e privatização da Caraíba Metais. Inserção nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte do documento intitulado "Em defesa da Caraíba Metais".

ADYLSON MOTTA – Afastamento do Ministro Aníbal Teixeira da Pasta do Planejamento e seu comparecimento à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos. Protesto contra alegação, pela Mesa da Câmara dos Deputados, de improcedência de requerimento de informações dirigido pelo orador à Presidência da República a propósito de intermediários para recebimento de verbas da Seplan – Secretaria de Planejamento. Matéria publicada pelo **Jornal do Brasil** sob o título "Suspeitos e culpados".

LÉZIO SATHLER – Política cafeeira nacional. Documento de técnicos da Coordenação Estadual de Planejamento Agrícola do Espírito Santo e informações do Mercado Agrícola do SIMA a propósito de produtos agrícolas.

OCTÁVIO ELÍSIO – Abaixo-assinado em defesa da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, ante situação de crise institucional.

OLÍVIO DUTRA – Falta de **quorum** em sessões do Congresso Nacional e demora na Constituição de CPI para apurar o massacre de garimpeiros de Serra Pelada, no Estado do Pará. Sonegação, pelo Governo, de informações a propósito da reforma bancária.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Protesto contra aposição de assinaturas de Constituintes do PMDB à emenda que visa fixar em 5 anos o mandato do Presidente da República.

FERNANDO SANTANA – Inconveniência da privatização da Caraíba Metais. Documento do I Seminário Nacional do Cobre, intitulado "Denúncia à Nação".

BOCAYUVA CUNHA – Instalação de pólo petroquímico no Estado do Rio de Janeiro.

VICTOR FACCIONI – Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de notificação judicial, contra o Presidente da Câmara dos Deputados visando à adoção de providências para comparecimento do ex-Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, a fim de protestar esclarecimentos à Casa.

CHICO HUMBERTO – Protesto contra proposta do Presidente do PMDB municipal no sentido da suspensão do ato de posse da Vereadora Martha Azevedo Pannunzio, em Uberlândia, Minas Gerais.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Pela ordem – Defesa do Presidente do PMDB de Uberlândia, Minas Gerais, ante declaração do Constituinte Chico Humberto.

CHICO HUMBERTO – Contradita ao pronunciamento do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

BENITO GAMA – Acerto da indicação do Dr. Reinaldo Mustafa para Secretário da Receita Federal

KOYU IHA – A indefinição como causa dos problemas sócio-políticos e econômicos do País.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Indignação do orador ante veto presidencial ao Projeto de Lei nº 197/87, que vinculava os benefícios da Previdência Social ao Piso Nacional de Salários.

CARLOS VINAGRE – Controvérsia em torno do Projeto Carajás.

MENDES RIBEIRO – Desnecessidade do cargo de porta-voz do Governo.

GONZAGA PATRIOTA – Instalação de centro de cultura no Município de Arcoverde, Estado de Pernambuco.

ONOFRE CORRÊA – Proposta de criação de comissão que visa a solucionar o problema do garimpo de Serra Pelada, Estado do Pará.

SAMIR ACHÔA – Necessidade da implantação de novas técnicas de administração pública, a par da reestruturação político-econômica.

LUIZ GUSHIKEN – Requerimento apresentado pelo orador à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados no sentido de serem solicitados ao Banco Central informações e documentos referentes à reforma bancária.

FÉRES NADER – Apoio à política da Petrobrás no que concerne ao abastecimento direto de gás natural às indústrias consumidoras.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Tratamento injusto dispensado aos aposentados e pensionistas.

#### V – Comunicações das Lideranças

SIQUEIRA CAMPOS – Satisfação do orador com o crescimento do Partido Democrata Cristão. Crise de autoridade como causa da crise moral existente no País e apelo no sentido de providências do Presidente José Sarney.

BRANDÃO MONTEIRO – Solidariedade ao Constituinte Siqueira Campos por seu pronunciamento. Concessões de rádios e televisões feitas pelo Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Necessidade de rapidez na deliberação sobre o tempo de mandato do Presidente da República e sobre o sistema de governo a ser adotado no País.

ADEMIR ANDRADE – Implantação da reforma agrária conforme o Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização, com acréscimos relativos a dotação orçamentária fixa e a descentralização da execução.

#### VI – Apresentação de proposições

OLÍVIO DUTRA – Motivos de encaminhamento à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte de novo requerimento de informações ao Ministério da Aeronáutica sobre aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento no projeto Aeronave Militar AMX.

#### VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

ADYLSON MOTTA (Pela Ordem) – Falta de **quorum** regimental como impedimento à apresentação de destaques.

ADEMIR ANDRADE (Questão de Ordem) – Processo de votação em separado de des-

taques aprovados em substitutivo global completo. Prioridade de substitutivos subscritos pela maioria absoluta da Assembléia Nacional Constituinte sobre as demais matérias.

PRESIDENTE – Resposta à Questão de Ordem do Constituinte Ademir Andrade.

FARABULINI JÚNIOR – Emenda apresentada pelo orador ao Projeto de Constituição visando a defender direitos dos aposentados.

MÁRIO LIMA – Proibição, pela Petrobrás, de contratos de risco e assinatura de acordo com a Texaco para exploração de petróleo na bacia de Marajó. Trabalho elaborado pela Associação de Engenheiros da Petrobrás a Propósito.

ÁUREO MELLO (Pela Ordem) – Voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado João Veiga, do Estado do Amazonas.

PRESIDENTE – Solidariedade da Mesa ao voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado João Veiga.

VICTOR FACCIONI – Ingresso de notificação judicial no Supremo Tribunal Federal contra omissão do Presidente da Câmara dos Deputados no que concerne à convocação dos ex-Ministros da Fazenda e do Planejamento e de ex-Presidentes do Banco Central para prestarem esclarecimentos à Casa. Noticiário da imprensa sobre denúncias de corrupção de autoridades governamentais.

LUIZ SOYER (Pela Ordem) – Intenção do orador de contestar matéria publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** que não corresponde à verdade, quanto, a declarações feitas por Constituintes.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Luiz Soyer.

#### VIII – Encerramento

##### 2 – MESA (Relação dos Membros)

##### 3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

##### 4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

#### Ata da 186ª Sessão, em 20 de janeiro de 1988

*Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Primeiro-Vice Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; e Adilson Motta, parágrafo único do art. 6º do Regimento Interno.*

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adylson Motta – PDS; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Aldo Arantes

– PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amilcar Moreira – PMDB; Anniba! Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Gaspar

– PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Artur da Távola – PMDB; Aureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Chiarelli – PFL;

Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dirceu Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Jorge – PT; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scako – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Raunheitti – **ilegível** – PFL; Feres Nadar – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Menezes – PFL; João Rezek – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bomhusen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Viana – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Dias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; L.ourival Baptista – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavar – PMDB; Manoel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Michel Temer – PMDB; Moema São

Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Octavio Elfsio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Ricardo Fiuzu – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Sandra Cavalcanti – PR; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Victor Faccioni – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB.

## I – ABERTURA DA SESSÃO

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 164 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da data da sessão anterior.

## II – LEITURA DA ATA

**A SRA. IRMA PASSONI,** servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

## III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se ao

## IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

### O SR. JOSE GENOÍNO (PT – SP.

**Sem a revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os fatos divulgados pela imprensa, que envolvem a demissão do Ministro da Secretaria do Pla-

nejamento, Aníbal Teixeira, não dizem respeito a um problema específico, a um detalhe; não é uma questão particular daquele Ministro e daquela Secretaria; é o retrato do Governo José Sarney. O episódio da demissão do Ministro Aníbal Teixeira é a cara deste Governo: um governo corrupto, desmoralizado, sem credibilidade e que ainda insiste em cinco anos de mandato, certamente para terminar o processo de dilapidação dos cofres públicos, porque os episódios que estão sendo revelados pela imprensa mostram o nível baixo de corrupção que tomou conta das entranhas do Governo da Nova República.

Sr. Presidente, sabemos – e não é a primeira vez que isto vai ser falado nesta tribuna – que o próprio Chefe do Governo estabelece uma relação com a Assembléia Nacional Constituinte, em torno da duração do seu mandato, de natureza fisiológica, corrupta e que coloca em xeque este Governo.

A imprensa começa a levantar e divulgar os indícios do leilão de cargos, de nomeações. Cada assinatura nas emendas que interessam ao Governo, particularmente e de cinco anos de mandato, custou, certamente, algumas concessões de rádio, alguns canais de televisão, custou alguns empregos nos altos escalões desta República, que se está transformando, Sr. Presidente, num verdadeiro mercado persa, onde o favorecimento, o enriquecimento, a falta de escrúpulo em tratar de assuntos públicos coloca em xeque este Governo.

A questão da eleição de Presidente da República em 1988, instrumento para substituir este Governo, além de uma questão democrática; além de ser uma exigência popular, constitui hoje uma saída para a moralização política da vida nacional. Não podemos aceitar que um Ministro do Palácio do Planalto – um Ministro da confiança exclusiva do Presidente José Sarney, um Ministro que chega e diz que as nomeações, os favores tinham a aprovação do Presidente José Sarney – faça as declarações que está fazendo. O Governo diz que vai apurar; a Polícia Federal diz que vai apurar; o SNI diz que tem um dossiê. E estas coisas acontecem numa normalidade em que a corrupção fica institucionalizada. E o pior, ela surge – esta é a pretensão do Governo – e se incorpora no cotidiano de uma vida política, e parece ser inevitável. As pessoas, sejam do Governo ou de fora dele, parece que não se revoltam mais contra o grau de cinismo de um Ministro do Palácio do Planalto que se envolveu em tanta maracutaia – o termo correto é este –, e não há revolta. Está aí uma proposta – de criação de CPI, que tinha que se instalar imediatamente. Tinha que haver cadeia para os autores dessa corrupção, Sr. Presidente, principalmente se considerarmos que o País está vivendo uma situação de crise econômica profunda e a maioria do povo brasileiro, hoje, não vive dignamente, sobrevive com este arrocho salarial, com esta inflação, com ameaça de desemprego e outros problemas provenientes desta crise econômica.

Neste quadro, este Governo mostra a sua cara. E a cara que melhor identifica este Governo, hoje, é a da corrupção, não é um problema específico, pessoal, do Ministro Aníbal Teixeira, mas do Governo Sarney, que está em xeque, está em julgamento. Este governo é o maior responsável por

esses escândalos que estão por trás da demissão do ex-Ministro do Planejamento, Aníbal Texeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.):** –Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Nação fica realmente estarecida diante da desordem institucional, principalmente aquela relacionada com o Ministério do Planejamento, que deveria planejar a ordem e, na verdade, não o faz.

Gostaria de comunicar à Casa, mais em meu nome do que pela própria Comissão, que a Câmara dos Deputados, realmente, está preocupada com esta questão. V. Ex.<sup>a</sup> mesmo, Sr. Presidente, participou, hoje de manhã, do esforço que a Comissão de Orçamento, já instalada, fez para convocar o Ministro do Planejamento, para receber relatórios oficiais, agora da Polícia Federal. É incrível que tenhamos que pedir um relatório da Polícia Federal sobre o que está acontecendo na Seplan, isto é terrível, mas é importante que aconteça, para mostrar em que grau de degradação estão os próprios Ministérios. Devo dizer que fizemos muitos requerimentos, porque essa Comissão é de eterna importância, e seus Membros estão dispostos a levar muito a sério o seu trabalho, sob a Presidência do Deputado Fernando Gasparian.

A Câmara Federal não se furta da responsabilidade de apurar, de investigar denúncias em relação aos desmandos e às desordens institucionais.

**Percebi**, hoje, seriedade e empenho na Comissão para que seja rápida, urgente e imediata a apuração das responsabilidades. Portanto, a Comissão se empenha em fazer o seu trabalho. Apenas há um pedido urgente para que quem faz parte dessa Comissão participe das reuniões. Encaminhei proposta no sentido de que quem não participar de três reuniões deva dela ser eliminado, a fim de que seja substituído por outro. Esta é a proposta de seriedade dessa Comissão.

Por outro lado, Sr. Presidente, registro, hoje, uma comparação entre o projeto do Centrão e o da Comissão de Sistematização. Aquele, infelizmente, em vez de ajudar esse processo sério de fiscalização, amolece, desorganiza, e é um projeto pré-capitalista. Por quê? Porque, na prática, quando define empresa nacional, diz "Empresa brasileira, de capital nacional, sob o controle de pessoas físicas domiciliadas no País, ou entidades de Direito Público Interno". Não define quais são os conceitos de empresa estrangeira e os de empresa brasileira de capital estrangeiro. Simplesmente nega isto.

Assim, deixa esta Casa, este grande Brasil, ao léu e sujeitos à intervenção direta de multinacionais, desfazendo o princípio já aprovado pela Comissão de Sistematização, que define como empresa nacional aquela de controle direto de pessoas físicas domiciliadas no País, entidade de Direito Público Interno e empresa brasileira de capital estrangeiro a que não preencher os requisitos acima especificados.

Portanto, o projeto da Comissão de Sistematização, que já foi prejudicado em relação a outras propostas, mas que ainda permanecia com a definição de empresa nacional, aqui perde, também.

Outra mudança do "Centrão":

"O Poder Público dará tratamento preferencial à aquisição de bens e serviços produzidos no País por empresas brasileiras."

No entanto, definem-se empresas brasileiras como sendo simplesmente, aquelas domiciliadas no País. Então, na verdade, brasileiros são todos, menos, talvez, os reais brasileiros nascidos aqui.

"Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados, no interesse nacional, e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais."

Isto não consta do Projeto da Comissão de Sistematização.

Quanto à intervenção do Estado, modificam-na da seguinte forma:

"Intervenção do domínio econômico e exploração direta, pelo Estado, de atividade econômica, somente serão permitidas quando comprovadamente necessárias para atender aos imperativos de segurança nacional e relativamente a interesse coletivo, conforme definido em leis."

Antes, a redação era a seguinte:

"A intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio..."

Portanto, foi suprimida a questão do monopólio. Na verdade, continua este País a dar privilégios a alguns poucos, para que monopolizem o capital.

Foi suprimido, também, que:

"O estatuto estabelecido por lei regulamentara as relações ente empresa pública, Estado e sociedade."

A lei permitirá, entre outros, o aumento arbitrário do lucro. Então, qualquer um pode tirar o lucro que quiser, não há mais esse princípio constitucional.

"A lei... estabelecerá responsabilidade criminal individual dos integrantes de pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade criminal desta, sujeitando-se às penas compatíveis com sua natureza, nos crimes praticados contra a ordem econômica e financeira, econômica e popular."

O próprio Centrão retirou este dispositivo que constava do art. 202, § 5º. Portanto, a lei não estabelece mais nenhuma responsabilidade criminal, e por aí vai a desordem que o próprio Centrão está introduzindo.

Art. 203

§ 2º A lei disporá que obras, serviços, compras e alienações da administração pública direta e indireta... somente serão contratadas mediante processo de licitação..."

Modificou-se o mesmo teor, acrescentando: "respeitadas as exigências de qualificação técnica"

Até que podemos concordar com isto, mas, depois, que prioridade deverá satisfazer os requisitos técnicos, econômicos etc., na relação do Estado quando organiza a atividade econômica?

O que me chama muito mais a atenção, Sr. Presidente, é a questão principalmente das jazidas minerais, que é tratada no art 205:

"As jazidas, minas, recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem prioridade distinta da do solo... e pertencem à União."

O próprio Centrão retirou a expressão "pertencem à União". Portanto, as jazidas, minas e os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulicas não serão mais patrimônio da União. Isto é crime e não podemos permitir. Por quê? Porque, na verdade, hoje, na prática, 50% ou 60% de minérios estão nas mãos dos estrangeiros, e, na verdade, não temos nenhum controle. O nosso ouro está indo embora. As nossas jazidas, na verdade, estão indo embora, há o nosso empobrecimento real. E o que quer o Centrão? Quer o empobrecimento efetivo e real da população e do povo brasileiro e a deterioração, a destruição das nossas jazidas.

Não podemos concordar, Sr. Presidente, com essas propostas do Centrão, porque destroem a Nação brasileira, destroem a soberania.

Apenas para deixar registrado, Sr. Presidente, faço as seguintes ponderações sobre o Projeto oriundo da Comissão de Sistematização, confrontando-o com o Projeto do Centrão, pois o tempo exigiu me impede de analisar todas as questões.

No título I, "Aos Princípios" do projeto da Comissão de Sistematização, está assim disposto:

"Art 1º A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direita visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade das pessoas e o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder pertence ao povo que o exerce diretamente... ou por intermédio de representantes eleitos."

O Centrão tira a sociedade como fundamento dos valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e coloca simplesmente a expressão vazia, como sempre existiu, que "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". Portanto, as propostas do Centrão não são medidas efetivas, mas contra a democracia, contra a soberania nacional, porque no seu próprio preâmbulo retira a expressão "convivência democrática".

Considero, desta forma, que as propostas do Centrão devem ser profundamente examinadas por esta Casa, porque são contra os interesses da soberania e da Nação, contra os interesses do povo brasileiro e contra a democracia. É importante examinarmos as propostas do Centrão e as consequências de um projeto constitucional com essas premissas que estão aqui colocadas.

Ela o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO.*  
 COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO  
 CENTRÃO

TÍTULO VII  
**Da Ordem Econômica**

199 – VIII – princípio da ordem econômica: pleno emprego

IX – tratamento favorecido para as empresas nacionais de pequeno porte

200 – empresa nacional controle direto de pessoas físicas domiciliadas no país ou entidades de direito público interno

§ 1º empresa brasileira de capital estrangeiro (a que não preenche os requisitos (a que não preenche os requisitos acima especificados) 200, § 3º na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa nacional não consta

202, a intervenção do Estado no domínio econômico e o **monopólio** só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

202, § 3º – Estatuto estabelecido por lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a Sociedade

202, § 4º – lei reprimirá, entre outros suprimido o aumento arbitrário do lucro

202, § 5º – lei estabelecerá responsabilidade criminal individual dos integrantes da pessoa jurídica, bem como desta, nos crimes contra a ordem econômica e financeira e a economia popular

203, § 2º obrigatoriedade de licitação, na contratação de obras, serviços e compras, pela Administração Pública

203, § 3º O Estado organizará a atividade garimpeira em cooperativas, dando aos garimpeiros prioridade na concessão ou autorização na lavra e pesquisa nas áreas em que já estejam atuando

203, § 4º Lei Complementar estabelecerá diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado nada consta

205 – **Pertencem à União** as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica

205, § 1º Lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso dos potenciais de energia elétrica

206 – O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por brasileiros ou empresa nacionais, mediante autorização ou concessão da União, por tempo determinado, no interesse nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas

207 – Monopólio da União: inclui gases raros e gás natural (além da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos)

TÍTULO VII  
**Da Ordem Econômica**

busca de pleno emprego

199 – IX – tratamento favorecido para empresas brasileiras de pequeno porte

200 – § 1º **empresa brasileira de capital nacional** – sob controle de pessoas físicas domiciliadas no país ou entidades de direito público interno não define conceito de empresa estrangeira ou "brasileira de capital estrangeiro"

200, § O Poder Público dará tratamento preferencial à aquisição de bens e serviços produzidos no país, por **empresas brasileiras**

201 – os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais

202 – A intervenção no domínio econômico e a **exploração** direta pelo Estado de atividade econômica só serão permitidas quando comprovadamente necessárias para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei

suprimido

suprimido

suprimido

203, § 2º mesmo teor, acrescentando:

..."respeitadas as exigências de qualificações técnicas e econômicas e garantido o pagamento pelo valor corrigido" e "ressalvados os **casos especificados em lei**"

203, § 3º prioridade deverá satisfazer requisitos técnicos e econômicos, acrescentando: na forma da lei

suprimido

204, inciso II – acrescenta: os direitos dos usuários (prestação dos serviços públicos deve considerar)

205 – retirada a expressão "pertencem à União"

nada consta

suprimido

retira gases raros e gás natural

- 207 – IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, gases raros e gás natural, de qualquer origem.
- 207 – V – Monopólio da União: distribuição dos derivados de petróleo, facultada a delegação a empresas privadas, com maioria de capital nacional, por prazo determinado, etc.
- 207 – Parágrafo único. O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural
- 208 – Lei disporá sobre transportes aéreos, terrestre e marítimo
- 210 – obrigatoriamente de serem brasileiros os armadores, proprietários e afretadores das embarcações nacionais
- 210, § 1º Lei regulará a armação, a propriedade e a tripulação das embarcações de pesca, esporte, turismo, recreio e apoio marítimo
- 213 – A requisição de documento ou informação de natureza comercial, por autoridade estrangeira administrativa ou judicial, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do Poder competente
- 214 – A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressa em plano urbanístico, aprovado por lei Municipal, obrigatório para os municípios com mais de cinquenta mil habitantes
- 217 – transporte coletivo urbano: responsabilidade do Estado, podendo ser operado através de concessão ou permissão
- 218 – Ao direito de propriedade da terra corresponde uma função social
- 218, parágrafo único. Função social é cumprida quando a propriedade é racional; conserva os recursos naturais e preserva o meio ambiente, favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores
- 219 – desapropriação para fins de reforma agrária em títulos da Dívida Agrária
- § 1º benfeitorias **úteis e necessárias** serão indenizadas em dinheiro
- 219, § 3º valor da indenização da terra e das benfeitorias: determinado por lei .
- 220, § 2º insuscetíveis de desapropriação: pequenos e médios imóveis rurais, desde que seus proprietários não possuam outro
- 221 – alienação ou concessão de terra pública superior a 500 ha. a uma só pessoa depende de aprovação prévia do Congresso Nacional
- 222 – título de domínio e a concessão de uso: ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente, do estado civil
- 206 – IV – o transporte marítimo ou por meio de conduto do petróleo bruto e do gás natural e de derivados combustíveis de petróleo produzidos no País.
- suprimido
- suprimido
- 207, Parágrafo único. Serviços de transporte terrestre só poderão ser explorados pelo Poder Público, por brasileiros ou por empresas brasileiras
- 208 – suprime os **afretadores**
- 208, Parágrafo único. Lei regulará a utilização das embarcações de pesca e outras
- suprimido
- 213, § 1º mantido apenas: "o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades acima de 50 mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana
- 215 – transporte coletivo urbano: responsabilidade do Município, ou das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos
- 216 – É garantido o direito de propriedade de imóvel rural, cujo uso corresponde a uma função social
- 216 – função social é cumprida quando: é adequadamente aproveitada, é explorada de modo a preservar o meio ambiente; a exploração favorece o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores
- 217 – mesmo teor, acrescentando: indenização **"pelo justo valor.**
- 217, § 1º as benfeitorias serão indenizadas em dinheiro
- suprimido. Acrescenta parágrafo determinando que a desapropriação será precedida de processo administrativo, baseada em vistoria com a participação do proprietário
- 217 – III – inclui entre propriedades insuscetíveis de desapropriação: "a parte produtiva da propriedade, limitada a desapropriação ao máximo de 75% da área se assim o desejar o proprietário".
- 219 – aumenta a área de 500 ha para 5.000 ha, submetendo à aprovação do Senado e não do Congresso
- 220, Parágrafo único. Acrescenta: "nos termos e condições previstas em lei."

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em uma série de duas reportagens, nos dias 7 e 14 deste mês, o programa "Globo Repórter" divulgou para todo o País o grave problema das drogas no Brasil.

Foram reportagens realistas, duras, pesadas, chocantes, mas sobretudo corajosas. Em uma linguagem telejornalística da melhor qualidade e mostrando o resultado de um longo e possivelmente penoso trabalho, a equipe de reportagens da TV Globo conseguiu pôr à mostra essa chaga que corrói, na atualidade, parte da comunidade brasileira.

Mostrando uma linguagem de comunicação limpa e escorreita, praticamente, o programa não deixou de fora quase nenhum dos ângulos desse problema que se nos afigura como um dos mais graves desse último quartel de século.

Não se limitou a mostrar os intrincados meandros do submundo das drogas apenas nas favelas e nas periferias. Foi além. Mostrou também a rota do tráfico que envolve as instituições e órgãos de alto escalão e que se encontram enquistados em certos setores sociais. Além disso, mostrou a correlação entre o crime organizado e o narcotráfico.

Costumo sempre dizer, e nesta oportunidade o repito, que a mídia é a universidade do povo. A escola, no Brasil, nem sempre chega às favelas e às periferias. Mas, o rádio e a televisão chegam. E é auspicioso observar que alguns setores dessa mídia já estão compreendendo o seu elevado potencial educativo. Programas como esse, que desnudam, colocam a nu um dos mais graves problemas do Brasil atual, têm um elevado sentido social na educação de massas.

Tal foi o impacto provocado pela divulgação desse programa, que várias autoridades, além de parlamentares, se manifestaram sobre ele, tendo o Sr. Ministro da Justiça declarado que necessitamos urgentemente rever a nossa legislação sobre o assunto, considerada por ele como ultrapassada e algo tolerante, tendo em vista a nova realidade do País. E não se combatem as drogas com tolerância. É uma guerra sem fronteiras e sem quartel. E sob este aspecto, o programa "Globo Repórter" é um marco importante nesta luta.

Por isso faço este pronunciamento da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, congratulando-me com todos os organizadores e técnicos do programa. É auspicioso verificar que a mídia, acusada às vezes, até por mim mesmo, de glamourizar e propagar as drogas, mostre agora uma mudança nítida nessa posição. Que programas como esse se repitam para alertar não somente as nossas autoridades, como também o povo brasileiro, a fim de que todos se mobilizem para combater esse flagelo dos nossos dias, as drogas.

Parabéns à TV Globo por mais esse serviço prestado ao País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. CÉSAR (PMDB – MG. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje me traz a esta tribuna assunto que já abordei há alguns meses, que diz respeito à política do setor energético do Brasil.

Quando Secretário de Minas e Energia nos Governos Tancredo Neves e Hélio Garcia, pude aprender alguma coisa do setor mineral e do setor de energia. Como engenheiro civil profissional, afirmei na Comissão da Ordem Econômica, e algumas vezes neste plenário, que me surpreendi muito com o que se diz como política no setor mineral e no setor de energia. Por quê? Porque, na realidade, quem acompanhou, como eu, aqui, no plenário e na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e de Atividade Econômica, da qual participei, pude observar que alguns assuntos não são discutidos com a profundidade necessária, porque – e saliento isto para os colegas, os **lobbles** que aqui trabalham, às vezes, trabalham tão bem que não conseguimos identificar quem é contra e quem é a favor.

Naquela Subcomissão, por exemplo, depois de uma série de acordos, consegui empurrar duas propostas e uma delas desapareceu no trabalho do Relator Bernardo Cabral. A primeira diz respeito a que os direitos minerários fossem exercidos simultaneamente pelo Estado e pelo Município.

Para se tomar conhecimento da realidade do setor mineral no Brasil, hoje, é só ler os jornais: contrabando de ouro, mortes em Serra Pelada, rios poluídos, etc. Não vou repetir aquilo que se transformou em rotina na nossa imprensa.

É interessante frisar que somente uma pessoa, o Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, dá o alvará, dá o direito de lavra, aquilo que se denominou chamar direitos minerários. O que se quer com esta proposta é fazer com que o alvará passe pela autoridade do Estado e do Município. Portanto, trata-se de uma simplicidade que não necessita de maiores explicações. O quadro da realidade brasileira o aconselha. Basta dizer que o Uruguai, hoje, é um grande exportador de ouro e não produz um grama; nós, brasileiros, o fornecemos.

O meu colega José Elias Murad acabou de falar sobre o problema de tóxico. Todos sabem que se compra tóxico com ouro. Queremos que a fiscalização passe a ser exercida com maior presença do Município e do Estado.

Quando fui Secretário de Estado, o Professor José Goldemberg ajudou-me muito na formulação e no entendimento da política energética.

Na realidade, temos que confessar, São Paulo exporta **Know-how** para o resto do Brasil e nos ensina como pressionar o Governo Federal.

A Petrobrás está investindo de Volta Redonda até São José dos Campos, e de São José dos Campos até Guarulhos, para atender à distribuição de gás na Grande São Paulo, cerca de 350 milhões de dólares. Isto para atender a Grande São Paulo com 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

A pergunta que faço ao Ministro Aureliano Chaves – e já a fiz várias vezes, repetindo-a hoje, já que o documento que S. Ex.<sup>a</sup> mandou a esta Casa, "através do Presidente Ulysses Guimarães, não faz nenhuma referência aos direitos minerários nem àquilo que se propõe como política nacional no setor de energia – é a seguinte: por que se está processando esse investimento por conta da Petrobrás, empresa estatal da União? Quais as justificativas técnicas, políticas e admi-

nistrativas? Por quê? Por que não se faz, paralelamente, esse investimento no meu Estado? Nem vou falar na Bahia, Estado do Deputado Fernando Santana, porque lá o gás está no litoral e assim fica fácil tirá-lo para atender à frota de ônibus, às necessidades industriais e, possivelmente, às residenciais. A Petrobrás, de acordo com a proposta mandada pelo ilustre Ministro e mineiro Aureliano Chaves, também é contra que a distribuição, a nível estadual, seja feita pelas companhias estaduais de gás. O gás residencial, ou seja, o gás canalizado, só se justifica economicamente, se a empresa encarregada da distribuição, distribuir também o gás a nível residencial. Todos queremos, particularmente nas metrópoles brasileiras, ter o gás canalizado para uso residencial, em vez daquele trambolho, o botijão de gás. Mas, como sempre, evidentemente considerando a pressão que sofreu a Petrobrás dos jornais **O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo**, o gás vai para São Paulo.

Insisto numa questão de que já falei aqui da tribuna: como se dá o processo decisório, a nível da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, que define esses investimentos?

Para surpresa minha, depois de quatro reuniões como o Presidente da Petrobrás e de dezoito com a sua Assessoria Técnica, tomei conhecimento, pelos jornais, de que havia sido assinado um contrato prevendo investimentos de cerca de 350 milhões de dólares, para levar o gás para São Paulo. Isso se deu há cerca de um ano e meio, quando eu ainda era Secretário de Estado.

Isto se repetiu dentro desta estrutura burocrática em que vivemos, chamada Conselho do Grande Carajás. Foram 17 entidades de desse falar com o Sr. Ministro das Minas e Energia a respeito do subsídio dado ao gusa para se instala em Carajás. No final da história, tomei conhecimento, através de publicação no **Diário Oficial**, de que foi concedido subsídio para a empresa de construção civil que construía a Ferrovia Carajás-Itaquí, no Maranhão, recém-terminada na época.

Já que estamos elaborando a Constituição e carro há artigos consagrados, quer no trabalho do Redator Constituinte Bernardo Cabral, quer no trabalho do chamado Centrão, gostaria de alerta a Casa para a necessidade de a distribuição de gás se fazer a nível local e de as empresas estatais não criarem subsidiárias.

Afinal de contas, é preciso saber-se quem formula a política é a empresa ou o Ministério?

Quero deixar claro, com a minha experiência de dois anos e meio na Secretaria de Estado, quem formula a política, no caso específico do setor mineral nacional, é a empresa Vale do Rio Doce, e quem formula a política de energia são a Eletrobrás e a Petrobrás. Quando Secretário de Estado, só tomava conhecimento de decisões que importavam diretamente à economia interna do meu Estado através de publicação no **Diário Oficial**.

Portanto, é preciso que se mude a forma de tratar esses problemas, que haja a mais ampla discussão sobre essas políticas e que, posteriormente, após promulgada a Constituição, possamos, no plenário, ao discutirmos o Código de Minas e o Código de Águas a serem implantados a nível nacional deixar bem claro isso. Não cabe à empresa formular política, é evidente. Os desti-

nos do País não são os destinos da empresa. Já ouvi um colega meu dizer que o que é importante para a Vale do Rio Doce é importante para o Brasil. Discordo desta posição, porque convivi com a Vale, uma empresa eficiente, da mesma maneira que convivi com a Petrobrás. Não se discute eficiência. Discute-se a formulação de política de investimentos que devem ser distribuídos harmonicamente pelo Território Nacional, e não, como no caso específico que citei, o da assinatura de um contrato de 350 milhões de dólares para levar para o "pobre" Estado de São Paulo, a fim de ter um combustível mais barato, menos poluente, de maior poder calorífico para atender à indústria de São Paulo. Seria o caso de se perguntar: por que não se concentra tudo em São Paulo e nós, brasileiros de outros Estados, compramos tudo em São Paulo? Seria uma solução mais simples.

Portanto, alerto a Casa para esta questão, particularmente para essas duas emendas apresentadas, uma delas constando do Bernardo Cabral-3, e outra, do José Lins-1.

Deste modo, espero que compareçam ao plenário os Constituintes que são contra o exercício de um legítimo direito dos Municípios, o de participar do processo decisório, no alvará de pesquisas, no direito de lavra, na fiscalização do processo. Ao mesmo tempo – é um direito já histórico, particularmente do meu Estado, exportador histórico de tudo quanto se fala em minério neste País – participar, também, do processo através do chamado Fundo de Exaustão Mineral – que se destine um percentual da extração mineral para o Município. Não basta o ICM substituir o IUM. É preciso que haja uma vinculação direta do resultado da extração com o Município onde se processa a jazida. É a maneira de o cidadão cobrar diretamente do prefeito as suas responsabilidades perante as empresas que ali venham a se implantar.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes:

Este ano, sem dúvida, vamos ter uma das mais pujantes safras de soja no Sul do País – no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná –, onde o cereal é plantado em larga escala. Os produtores estão eufóricos, estão vibrando, porque parece que receberam um preço mais compensador do que o do ano passado. No ano passado, todos que venderam o seu produto tiveram, praticamente, prejuízos, ou, mal e mal, conseguiram pagar o custeio da produção, devido à correção monetária e aos altos juros. Ainda muitos fizeram contratos antecipados, vendendo seu produto praticamente ao preço mínimo, e, quando ainda não tinham recebido o numerário, o produto já estava valendo o dobro.

Este ano, os produtores se deparam com melhores perspectivas. Exceto nas regiões onde se apresentam estiagens, nas demais está prevista uma das maiores safras dos últimos anos.

Porém, o que acontece, Sr. Presidente, Srs. Constituintes?

Quando, finalmente, o nosso produtor obtém um preço compensador, vemos crescer o olho

do próprio Governo em cima desses preços, ao querer instituir já um confisco. Ouvimos e tomamos conhecimento, através dos jornais, de que isto está previsto. Fomos procurados por muitos produtores para que preveníssemos as autoridades no sentido de que não fosse instituído esse confisco para um produto que, finalmente, após, talvez, várias safras, promete uma compensação aos produtores. Seria lamentável, Sr. Presidente, se isto viesse a acontecer.

Faço desta tribuna um veemente apelo, especialmente a S. Ex.ª o Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de descartar a hipótese de se vir a instituir esse confisco. É verdade que, se o preço na Bolsa de Valores de Chicago continuar como está, os produtores poderão, desta vez, acumular quem sabe, um pequeno capital de giro que há muito tempo não conseguiam. Não seria justo que o Governo viesse a intervir e lhes confiscasse justamente o rendimento, o lucro que pudessem obter.

Neste sentido, Sr. Presidente, é o nosso apelo. As autoridades responsáveis não devem querer a reposição do capital praticamente confiscado dos produtores, através da alta correção monetária durante vários anos.

Por isso, acredito sinceramente que, após analisarem profundamente o estado de empobrecimento dos nossos plantadores, os governantes permitirão que os produtores possam vender os seus produtos no mercado livre por um preço compensador, dando-lhes um lucro há tanto tempo esperado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Analisando o projeto e as emendas substitutivas da articulação chamada Centrão na área social, verifica-se que a questão da saúde e da educação, o projeto e as emendas substitutivas praticamente quebram a coluna dorsal das sugestões que foram aprovadas a partir das Subcomissões, Comissões e Comissão de Sistematização.

No caso da saúde, por exemplo, pequenas palavras trocadas, pequenas palavras suprimidas são suficientes para, praticamente, inutilizar o texto que foi elaborado a partir de debates de quase um ano, aqui, na Constituinte, e o resultado de todos os debates de muitos e muitos anos da sociedade brasileira.

O Sistema Único de Saúde toma-se na versão do Centrão, um Sistema Único Público de Saúde, ou seja, visa manter a separação, a dicotomia que existe atualmente entre o setor privado e o setor público, isto é, a proposta do imobilismo. Mais adiante, chama-se de um Sistema Nacional de Saúde e o setor dito privado, lucrativo, entra, não de forma supletiva, como estava na proposta do Substitutivo Cabral, e sim de forma complementar, ou seja, outra vez se quer cristalizar a situação atual, quer-se a situação atual.

A responsabilidade de quem está apresentando um substitutivo imobilista, como é este do Centrão, na área da saúde, é muito grande, e a responsabilidade maior ainda vai ser daqueles Constituintes que convalidarem esta emenda, derruban-

do o que já está aprovado na Comissão de Sistematização.

Este, o alerta que faço à Assembléia Nacional Constituinte. São pequenas palavras que são mudadas, que são trocadas de posição, mas são plenamente suficientes para invalidar todo o trabalho que foi feito até agora, aqui, na Comissão de Sistematização, no campo da saúde.

Estamos vivendo, agora, no País, uma crise muito grande quanto à questão do sangue, da AIDS. Então, são manchetes, são debates na TV. O Ministro da Saúde praticamente não fala de outro assunto. Outra coisa o Ministro da Saúde não faz além de debater o assunto dos bancos de sangue, do hemocentro, das transfusões, da AIDS. Esta questão, por exemplo, pode pegar-se como um setor emblemático da situação atual do sistema de saúde no Brasil: são os bancos de sangue atuando, visando lucro na extração, na coleta de sangue, principalmente na divisão do sangue depois, porque o roubo do sangue não fica nesses bancos de sangue privados, não fica na transfusão, embora haja um grande lucro. Por exemplo, a transfusão de um sangue O negativo, em São Paulo, hoje, custa quinze mil cruzados. Mas o grande lucro vem do fracionamento de parcelas desse sangue. O sangue é dividido em fator 9, em fator 8, para os hemofílicos, em papa de leucócitos, em plaquetas, em plasma para a indústria farmacêutica, e o lucro é gigantesco. No entanto, o lucro acumulado, décadas e décadas, por esse setor privado chegou a essa situação de total incuria, um verdadeiro crime que é cometido contra a população brasileira, por esse setor que vive do lucro na área da saúde, que vive do lucro com o sangue do povo brasileiro. Isso que se verifica e que choca muito no comércio do sangue pode extrapolar para todos os outros setores, para todos os outros campos praticamente, onde essas empresas que vivem de lucrar com a saúde e com a doença do povo brasileiro massacram e levam a este sistema atual de saúde.

Ora, o que se verifica e que está chocando a população toda, no caso do sangue, aplica-se exatamente aos outros setores.

Então, a responsabilidade do Centrão, a responsabilidade de pessoas que votarem contra o que está no Projeto da Comissão de Sistematização é muito grande, porque o que se quer com a emenda do Centrão é manter a situação do jeito que está, é manter a situação criminosa contra a saúde do povo brasileiro do jeito que está. É isso que na prática vai acontecer.

Faço uma observação, após essa consideração mais geral, em relação a dois pontos mais específicos: primeira, existe uma reivindicação dos gaps, os Grupos de Apoio ao tratamento da AIDS em todo o Brasil, que haja mudança na legislação, que pode prever que o trabalhador, ao ser detectado que está com AIDS, possa imediatamente aposentar-se pelo INPS, sem a carência dos 12 meses, tirar o auxílio-doença. Essa legislação, esse pedido de alteração da legislação está na mão do Presidente da República para ser encaminhado ao Congresso Nacional há mais de 5 meses, morando na Presidência da República. É um alerta que faço ao Governo vidência é preciso mandar imediatamente para o Congresso a alteração da legislação específica da Presidência quanto aos doentes de AIDS.



A segunda observação específica é em relação a esse projeto que está para ser votado pela Câmara Federal, que prevê que os bancos de sangue têm que cadastrar obrigatoriamente os doadores e fazer todos os exames necessários para detectar doenças que são transmitidas através do sangue. É um projeto do PMDB, de um ex-Senador de Mato Grosso, que estava há 2 anos parado no Congresso e agora está prestes a ser votado. Há duas semanas que esse projeto já poderia ter sido votado, e não foi. Há uma cobrança imensa de toda a sociedade e da imprensa em relação à Câmara, para que esse projeto venha à votação.

Alerto as Lideranças dos Partidos que amanhã é necessário votarmos esse projeto. É necessário aprovemos em uma sessão a urgência do projeto do Senador Gastão Müller e, numa sessão extraordinária, no mesmo dia, votemos esse projeto, porque a cobrança da sociedade em torno da Câmara dos Deputados é enorme, é imensa, e os Partidos não podem omitir-se. Há inclusive, uma ameaça do Ministro da Saúde – uma ameaça à própria Câmara dos Deputados, que reputo incorreta – de que se esta Casa não aprovar até amanhã o projeto, o Governo Federal vai baixar um decreto-lei regulamentando o assunto.

Então, o apelo que faço às Lideranças do PDS, do PFL e dos vários Partidos aqui presentes, é no sentido de que pressionem também a Liderança do PMDB, para que amanhã se resolva, de uma vez por todas, a votação do projeto do Senador Gastão Müller na Câmara dos Deputados. (Muito bem!)

**O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assomo a esta tribuna para fazer um apelo aos meus nobres Pares Constituintes na Comissão de Sistematização, quando o Anteprojeto constitucional elaborado pelo Constituinte Bernardo Cabral, na parte referente à Câmara de Deputados, foi apresentado para votação, constava que o número de Deputados por Estado ou pelo Distrito Federal, seria estabelecido pela Justiça Eleitoral proporcionalmente à população, com os ajustes necessários, para que nenhum Estado ou o Distrito Federal tivesse menos de 8 ou mais de 80 Srs. Deputados. Naquela época, na Comissão de Sistematização, o Constituinte Osvaldo Coelho, do PFL, apresentou uma emenda no sentido de que o teto não poderia ultrapassar 60 Srs. Deputados. Naquela ocasião, com a diferença de um voto apenas, foi aprovado na Comissão de Sistematização, e, hoje, o Anteprojeto Constitucional estabelece que o teto para a Câmara dos Deputados será de 60 Deputados para os Estados e o mínimo de 8.

Foi uma grande injustiça, especialmente para São Paulo. Nós de São Paulo não estamos pleiteando o correto e o justo, que seria 116 Srs. Deputados. Hoje, São Paulo tem 8 milhões de habitantes que não têm representação no Congresso Nacional. Impressiona-me Srs. Constituintes, que os mesmos que votaram a favor da emenda de Osvaldo Coelho estão aprovando a criação dos Estados de Roraima e Amapá, onde, no máximo, haverá 50 mil eleitores. Vai acontecer o seguinte, se isto permanecer na Constituição: um

eleitor de Roraima valerá 22 eleitores de São Paulo. Para mim, é uma agressão. Nós de São Paulo estamos pleiteando que se chegue mais próximo da realidade. A nossa Bancada apresentou uma emenda, aumentando o teto novamente para 80 Srs. Deputados.

Faço um apelo aos Srs. Constituintes para que terminemos com esta guerra existente dentro da Constituinte, esta agressão contínua de alguns Parlamentares ao Estado de São Paulo e ao Sul. Só nos estamos defendendo, não estamos atacando ninguém. Queremos a união do Brasil e não a sua divisão.

Vejo um vereador de Pernambuco, vejo Deputados e Senadores pedindo a divisão do Brasil. Não queremos a sua divisão, mas a sua união, como também não queremos esse ódio existente a São Paulo e ao Sul. Não dá para entender, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Faço um apelo, mais uma vez, aos meus Pares, para que na hora da votação, neste plenário, voltemos a trazer um pouco de justiça para São Paulo e para os Estados com grande população. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não estamos vivendo em um País sem Constituição. Existe em vigor um Ordenamento Jurídico. Estamos elaborando uma nova Constituição, na qual devam ser suprimidas da existente tanto os excessos quanto as letras mortas, acrescentando novas conquistas sociais e direitos até então subjetivos que, comprovadamente se objetivaram seja pelo uso, pelos costumes ou até pela própria sedimentação lenta e gradual de nossa ténue civilização.

Muito se tem falado, daqui, desta Tribuna (que se alardeia livre e do povo), denunciando engodos oficiais praticados e a falta de probidade e de bom senso de inúmeras autoridades desta República – sem quaisquer resultados – tornando-se, cada dia, mais patente o desejo de alguns em apresentar ao povo esta Casa, que é parte de outro Poder da República, como um circo, onde diariamente em sessões matutinas, vespertinas e noturnas, na condição de comediantes, representamos peças tragicômicas para uma platéia diversificada: em cadeiras especiais, as autoridades governamentais; em arquibancadas, os brasileiros da classe média, que vivem nos centros urbanos, e na geral, os trabalhadores e operários brasileiros, assim como os agricultores.

Sobre a "palhaçada" da aposentadoria, para a qual o trabalhador contribuiu durante todo o período produtivo de sua vida, trazemos aqui, agora, e pedimos que conste dos Anais, para que ninguém que tenha equilíbrio mental possa contestar, uma prova contundente de que está o Governo deste País, inconfessavelmente, criando uma casta de párias, mendigos oficiais e subnutridos, que se denominam aposentados, os quais, durante os melhores anos de sua vida, cometeram o hediondo crime de colaborar, produzindo, com seu esforço e talento, para o desenvolvimento desta Nação.

Trata-se de um trabalhador que ingressou no antigo Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT), substituído pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT). Citada empresa, sucessora do DCT, à qual foi transferido o direito de comercialização do transporte e distribuição da comunicação escrita, ao receber tal concessão do Governo, nos anos de arbítrio, convidou seus servidores estatutários a continuarem com a relação de emprego na nova empresa, exigindo sua opção pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prometendo, em troca, o direito à manutenção da aposentadoria dos mesmos, com as vantagens concedidas aos servidores estatutários, regidos pela Lei nº 1.711 (Estatuto dos Funcionários Públicos, Civis da União), isto é, aposentadoria com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos auferidos na data do pedido da aposentadoria, e com a participação nos aumentos da categoria, em idênticas condições. Pois bem. No presente caso, um Técnico Postal II, que percebia em 1º-10-87, Cz\$ 27.475,12, acrescidos de Cz\$ 2.979,46 da Gratificação de Chefia, perfazendo o total de Cz\$ 30.454,58 (trinta mil quatrocentos e cinquenta e quatro cruzados e cinquenta e oito centavos), ex-estatutário do DCT, tendo requerido aposentadoria, esta lhe foi concedida a partir de 29-10-87, depois de 38 anos, 4 meses e 21 dias de serviço, com a renda mensal de Cz\$ 15.603,75 (quinze mil seiscentos e três cruzados e setenta e cinco centavos), ou seja, em números redondos, 50% (cinquenta por cento) dos seus vencimentos, quando os companheiros que continuaram em atividade, três meses passados, já estão com os vencimentos de Cz\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil cruzados). E o mesmo Governo, que comete tamanha sandice, anuncia a inflação oficial de 340% no mesmo ano.

Pedidos de informação, já se sabe, que existe determinação do Governo Federal para não atender.

O que estão pretendendo, afinal? Indução ao desespero? Motivação para outro regime discricionário? Ou um pedido de **impeachment** para maus governantes?

E o Congresso Nacional? Continuará passivamente permitindo o espetáculo circense? Que é da honradez do Poder Legislativo? como explicar aos eleitores a falta de vértebras nesse espetáculo permanente de contorcionismo? Afinal, quem são os "donos" do Circo?

Fica, pois, Senhor Presidente e Senhores Constituintes, o nosso pedido às lideranças desta Casa, no sentido de examinarmos, com honestidade e seriedade, em nome da maioria do povo brasileiro, o problema da aposentadoria deste povo, porque, enquanto o ex-Ministro da Previdência, quando aqui esteve respondendo a algumas perguntas, informava que 110 milhões de cruzados estavam aplicados no **open**, os trabalhadores continuam sofrendo injustiças como esta.

Sr. Presidente, pedimos que esses documentos fiquem transcritos nos Anais desta Casa, para que haja, na realidade, na votação da nova Constituição, um interesse maior pelo trabalhador brasileiro. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:


**A CARTEIRA PROFISSIONAL**

O principal defensor dos interesses do trabalhador é o próprio trabalhador. Sem sua participação nenhuma conquista é legítima e duradoura.


A Carteira de Trabalho, que a lei instituiu para proteger o trabalhador e documentar a história de sua vida no emprego, é uma dessas conquistas.

Compete ao trabalhador zelar pela sua posse e integridade para que dela faça uso, quando necessário, na obtenção de direitos que a lei consagrou.

Murillo Macêdo


**MINISTERIO DO TRABALHO**  
 SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO  
**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

  
 Polegar Dir/emp.



Número: **91325**  
 Série: **(5301)**

*Assinado por: Francisco de Assis*  
 ASSINATURA DO EMPREGADOR

(Documentos a que se refere o Sr. Edésio Frias)

**ALTERAÇÕES DE SALÁRIO**

Aumentado em 01.10.87 Para Cr\$ 24.475,12  
 Na função de PROFESSOR TITULAR II  
 C.B.O. \_\_\_\_\_ por motivo de ESLOAP  
  
Edésio M. Frias  
 Assinatura do empregador  
 PORT. 1558/79  
 Aumentado em \_\_\_\_\_ Para Cr\$ \_\_\_\_\_  
 Na função de \_\_\_\_\_  
 C.B.O. \_\_\_\_\_ por motivo de \_\_\_\_\_  
 Assinatura do empregador  
  
 Aumentado em \_\_\_\_\_ Para Cr\$ \_\_\_\_\_  
 Na função de \_\_\_\_\_  
 C.B.O. \_\_\_\_\_ por motivo de \_\_\_\_\_  
 Assinatura do empregador  
  
 Aumentado em \_\_\_\_\_ Para Cr\$ \_\_\_\_\_  
 Na função de \_\_\_\_\_  
 C.B.O. \_\_\_\_\_ por motivo de \_\_\_\_\_  
 Assinatura do empregador

**ALTERAÇÕES DE SALÁRIO**

38

Aumentado em \_\_\_\_\_ Para Cr\$ \_\_\_\_\_  
 Na função de \_\_\_\_\_  
 C.B.O. \_\_\_\_\_ por motivo de \_\_\_\_\_  
 Assinatura do empregador  
  
 Aumentado em \_\_\_\_\_ Para Cr\$ \_\_\_\_\_  
 Na função de \_\_\_\_\_  
 C.B.O. \_\_\_\_\_ por motivo de \_\_\_\_\_  
 Assinatura do empregador  
  
 Aumentado em \_\_\_\_\_ Para Cr\$ \_\_\_\_\_  
 Na função de \_\_\_\_\_  
 C.B.O. \_\_\_\_\_ por motivo de \_\_\_\_\_  
 Assinatura do empregador  
  
 Aumentado em \_\_\_\_\_ Para Cr\$ \_\_\_\_\_  
 Na função de \_\_\_\_\_  
 C.B.O. \_\_\_\_\_ por motivo de \_\_\_\_\_  
 Assinatura do empregador

(Documento a que se refere o Sr. ~~Adésio~~ Frías).

PARA USO DA AET

NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO

IMÓVEL FECHADO

ENDEREÇO IMPOSSÍVEL IMPOSSÍVEL LOCALIZAÇÃO

PRÉDIO DEMOLIDO

PRÉDIO EM CONSTRUÇÃO

NÃO É CONHECIDO NO LOCAL

Mudou-se para

O CARTÃO

REQUERENTE IMPLANT 17.203.30



INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ENILDO FRIAS DE ASAÚJO  
 RUA RAIMUNDO CORREA 00000 COS 03  
 COPACABANA RJ  
 22040 - CEP

15 DE 01 DE 1987

821215/30000-00000 DR = 10/04/1981 CTPS = 31.320/433 EP. 071.171/2 DOCUMENTO DE INSCRIÇÃO - Nº DO INSCRIÇÃO

APOSENTADORIA TEMPO SERVIÇO

1 - Comunico que lhe, foi concedida a aposentadoria tempo serviço requerida em 30 / 07 / 87 com as seguintes características:

RENDA MENSAL	Cr\$	15.403,75
COEFICIENTE DE CÁLCULO		95 1
TEMPO DE SERVIÇO		33 ANOS, 04 MESES, 21 DIAS.
DATA DO INÍCIO		29 12 57

2 - Para efeito de recebimento da Autorização de Pagamento de Benefício (CARNÊ), compareça ao endereço acima, trazendo Cartão de Protocolo, Carteira Profissional ou, se não a possuir, outro documento de identidade.

3 - SE VITAL, AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE VINCULADA AO REGIME DO INPS. FIDUCIARIEDADE COMPARTILHAS REVERENTE.

DE 11 PARTICIPANTES/INSCRIÇÃO NÚMERO 1811

ORÇAO LOCAL  
ENDEFFCO  
HORARIO.

10 15 10081  
R. F. ...  
COPACABANA - RJ

SAUDAÇÕES  
SERVIÇO SOCIALISTAS  
*[Handwritten signature]*

**A SR<sup>as</sup> DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Sem revisão da oradora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho-lhes pedir apoio e atenção especial à minha Emenda nº 2-P00552/7, que diz respeito a eleições gerais.

Sr. Presidente, está acontecendo neste País que o Senhor Presidente da República, esta Casa, os Governos dos Estados, dos Municípios, enfim todos aqueles que representam o povo brasileiro só têm uma preocupação: o mandato do Presidente José Sarney, infelizmente, dentro de nossa crise político-econômica, é o tema principal, é o tema político da atualidade.

As administrações estão paradas; não mais administram, mas, pura e simplesmente, fazem política, preocupadas com a eleição de Prefeitos e de bancadas de Vereadores, com os interesses políticos que envolvem as grandes Prefeituras deste País, com o empreguismo, as manobras políticas e o abuso de poder. São Paulo está impregnada, inclusive, pela poluição sonora e visual. Nos nossos ouvidos gritam constantemente os candidatos a Vereadores, e a cidade se suja e se em papel a terrivelmente. Este País, dentro dessa estrutura crítica em que se encontra, terá que enfrentar anos para se recuperar e não há condições de agüentar eleições ano sim, ano não.

Estou, inclusive, disposta a um entendimento e peço a ajuda dos meus Colegas a respeito, porque, quem sabe, dando-se uma pequena extensão de mandato aos Prefeitos e diminuindo parte desse mandato de cinco anos – é o assunto privilegiado da política brasileira –, encontraríamos esse consenso e entendimento para as eleições gerais. Precisamos abrir mão de alguma coisa e preocupar-nos mais com o povo e com a situação brasileira.

Naturalmente ouvimos vários discursos de pessoas muito importantes e muito respeitáveis neste País que dizem que as eleições desestabilizam a democracia, que o povo não sabe votar, que o povo é conservador, e que não se abre mão de mandato, porque é uma cassação.

Não se trata de abrir mão de mandato. Nós, nesta Casa, poderemos muito bem, em nome da democracia, finalizar essa abertura que começou com o Presidente Geisel, com o Ato Institucional nº 11, e ainda não se concretizou. Alguém tem de abrir a mão de alguma coisa, alguém tem de se preocupar com os interesses do povo brasileiro.

Parabenizo o nosso Presidente, que esteve presente aos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Controle do Governo, e nobre Constituinte Fernando Gasparian, que nos honram com a sua presença, e participo à Casa que apresentei requerimento, apoiada pela Constituinte Irma Passoni, convocando para amanhã o Ministro do Planejamento. Infelizmente, o Ministro se nega a comparecer amanhã, dizendo que não está preparado e nos promete a sua presença na semana que vem, na quarta-feira. Na quarta-feira teremos nesta Casa, a primeira votação da Constituinte, que chamará a atenção de toda a Imprensa e do povo brasileiro, desvirtuando o impacto da presença do Ministro, naturalmente, virá como cidadão brasileiro e não mais como Ministro. Não temos certeza absoluta se, como cidadão brasileiro, poderá ser forçado a vir.

Chamaria a atenção de todos os meus Colegas para o fato, pois talvez pudéssemos exercer outro tipo de força para que esse Ministro se apresente e preste contas ao povo brasileiro. (Muito bem!)

**O SR. NILSO SGUAREZI (PMDB – PR. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

De igual modo, sou membro da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, que, hoje, teve sua primeira reunião ordinária de trabalhos, e esta Comissão, acredito, terá, na nova vida legislativa em que esta Casa, o Congresso, terá recuperado suas prerrogativas, uma função muito importante.

A convocação do Ministro Aníbal Teixeira, Sr. Presidente, na verdade, é a ponta de um **iceberg** que esta Comissão começa a levantar.

O requerimento das Deputadas Dirce Tutu Quadros e Irma Passoni, convocando o Ministro, é a primeira medida que a Comissão toma, de um elenco de medidas que haverá de tomar. Aliás, V. Ex.<sup>a</sup> presente, participando dos debates, bem sabe que de minha parte também dei entrada a um requerimento convocando o Ministro Prisco Viana e o ex-Ministro Deni Schwartz, porque apresentei à Comissão, **fac-simile** de um contrato de prestação de serviços no Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, em que uma empresa de assessoria e prestação de serviços de Brasília, a BRC, está cobrando a insignificância de 16% para liberar recursos desse Ministério, um contrato com cópias enviadas a todas as Prefeituras, com data de 3 de dezembro, que tenham recursos para serem liberados no Governo Federal.

Ora, Sr. Presidente, chegamos ao cúmulo, nesta República, de uma prefeitura de um Estado, de uma entidade pública terem que pagar a um particular para receber uma verba que é constitucional, que é legal, que é do povo, têm que pagar a intermediação dos serviços particulares para liberação de verbas públicas.

Sr. Presidente, a denúncia desses fatos, dessas irregularidades, redundaram na queda do Ministro do Planejamento. Como digo, aí está a ponta do grande **iceberg** da corrupção que se institucionalizou em todos os Ministérios.

Por isto, acredito que esta Casa tem que prestar atenção, a partir do instante em que concluída a Constituição, ao fato de que, como Deputados, como Senadores, teremos uma das tarefas da maior responsabilidade – dar seqüência a essas infinitas denúncias. Até hoje, da Velha República à Nova República, não conseguimos, na verdade, punir ninguém, muito embora as coisas aconteçam, as coisas são claras, os Ministros saem, falam dos "bois", o nome dos "bois" não são ditos, o pasto é comido, a fazenda é dilapidada, e os "bois" engordam, e o povo empobrece e os recursos públicos emagrecem.

Por isto, Sr. Presidente, ponho fé, realmente, na capacitação, na responsabilidade e no tirocínio dos membros da Comissão de Fiscalização e Controle que terão esta incumbência permanente: dar seqüência a todas as denúncias que venham ao Legislativo, como fiscais que somos e como representantes do povo.

A grande tarefa de legislar termina com a Constituinte. Após, começaremos a outra, a tarefa permanente, que é a da fiscalização. É necessário, então, que esta Casa tenha por parte da Direção

da Mesa, principalmente da Câmara dos Deputados, o respaldo para que esta Comissão possa, não só em Brasília, como em todos os Municípios e todos os Estados brasileiros, ter condições de, efetivamente, dar curso ao seu trabalho, que é um trabalho permanente, que é um trabalho diuturno e que é um trabalho que, muitas vezes, pode, inclusive, desgastar o Legislativo, se não conseguirmos mostrar à Nação o mar de lama que corre nos bastidores desta República.

Sr. Presidente, finalizando, devo dizer que a demonstração desses fatos que ocorrem nos bastidores e que não chegam ao conhecimento público é que fazem com que o Governo tente acelerar o processo de votação sobre a questão da duração do mandato presidencial, porque, dia mais, dia menos que passar, a Nação toma consciência do desgoverno que temos, e a corrida do tempo é contra o Governo, que vê dia mais, dia menos, hora mais que passe, mais um escândalo que estoura nesta República e faz com que o povo, então, exija, cobre dos seus representantes o posicionamento para acelerar esse desgoverno, a fim de que tenhamos um novo Governo que Venha respaldado pela opinião pública, com credibilidade. Ninguém mais recupera a credibilidade deste Governo, porque os Ministros que saem são homens de confiança do Presidente – o fazem "mandando brasa" contra o Presidente, contra o grupo que está instalado no Palácio do Governo.

Ora, Sr. Presidente, esta situação nunca aconteceu no Brasil. O titular de um cargo de confiança, como o de Ministro, sai "bronqueado" com o Presidente, sai denunciando irregularidades no Governo. São fatos que caracterizam a ingovernabilidade. Se estivermos realmente na defesa dos interesses populares, deveremos abreviar este Governo. Está em nossas mãos abreviar este Governo, está em nossas mãos prolongar o martírio da sociedade brasileira, está em nossas mãos deixar que a corrupção se estenda mais e mais, corrupção pela qual se dá, hoje, canal de televisão e se dá, hoje, canal de rádio para quem votar nos cinco anos de mandato.

Denuncio aqui, de público, Sr. Presidente, que o Constituinte Matheus lensen, corre à boca pequena e à boca grande no Paraná, ganhou uma rádio para propor a emenda dos cinco anos. Essa patifaria, essa corrupção deve ter um ponto final, e esse ponto final é termos eleições logo após a promulgação da Constituinte. (Muito bem!)

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA. Sem revisão da Oradora):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Está-se realizando aqui, em Brasília, um Seminário Nacional sobre a Política do Cobre e a Privatização da Caraiíba Metais. Participam desse Evento os Sindicatos de Trabalhadores, Prefeituras vinculadas à região onde está a Mina da Caraiíba Metais, Deputados Federais da Bahia, representantes do Governo do Estado da Bahia. Lá não compareceram os representantes da empresa para dar a satisfação que deveriam prestar à comunidade política e organizada da Bahia. No entanto, através do Deputado Luís Nova, foi-nos entregue um documento que surpreendeu a todos, não pelo seu conteúdo propriamente dito, mas, principalmente, porque no momento em que ainda estamos a travar a discussão, no nosso Estado, em

relação à questão da privatização da Caraíba Metais, quando o Governo do Estado da Bahia já deu pronunciamentos públicos contrários a essa privatização, o Deputado Luiz Nova nos apresenta exatamente o documento de Resolução do Ministério, já assinado, em primeira mão, pelo ex-Ministro Aníbal Teixeira, privatizando a Caraíba Metais. Esse projeto de privatização segue à risca todo o arcabouço da privatização das estatais no nosso País neste momento – a privatização visando trazer para o setor privado o filé **mignon**, aquilo que dá lucro, visando manter para o Estado o que lhe pode dar prejuízo. A privatização da Caraíba Metais, sem dúvida alguma, vem; contrariamente, aos interesses da economia baiana e da economia nacional, significando o desemprego de mais de três mil trabalhadores, a desativação da economia de toda uma região do Estado da Bahia e um profundo ataque na possibilidade de desenvolvimento da tecnologia vinculada à produção de cobre no Brasil.

A forma como está colocada a privatização da Caraíba nesse documento oficial é, acima de tudo, cínica, insuportável. Não é possível conviver-se com tamanho cinismo comandando a política econômica desta Nação.

Aqui já temos o nome, ainda não assinado, do novíssimo Ministro Mailson Ferreira da Nóbrega, de quem não esperamos muito, porque S. Ex.<sup>a</sup> já se vem colocando a favor da volta do País ao FMI, portanto, pondo-se no caminho do entreguismo, como tantos outros.

Por isto, Sr. Presidente, gostaríamos de dizer que esperamos que todos os políticos da Bahia, independentemente da facção política que representem ou da legenda de que participem, assumam o compromisso com o nosso Estado e com o Brasil de se colocarem contra a desnacionalização da Caraíba Metais, mantendo-a estatizada, ela que é uma das principais empresas baianas, portanto, mantendo a sua responsabilidade com os destinos do Estado. Para isto, contamos com o pronunciamento de Ministros, como o Sr. Ministro Antônio Carlos Magalhães, hoje considerado um dos Ministros-chave da Nova República, o ministro Prisco Viana, do PMDB, e de tantos outros baianos hoje muito próximos do Governo Federal.

Esta questão passará por quem está a favor e por quem está contra a Bahia. Esperamos um mínimo de dignidade dos políticos baianos na defesa da estatização da Caraíba Metais. É o que esperam os trabalhadores dessa Empresa e o povo baiano. Não esperaremos calados e de braços cruzados, mas em luta, na defesa da estatização e contra a privatização, e o nosso Partido estará dando apoio a todas as formas de luta que forem decididas.

Também solicitamos a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente a transcrição, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, do documento "Em Defesa da Caraíba Metais", elaborado pelas entidades profissionais técnicas e científicas do Estado.

Fica a nossa consideração sobre a importância que tem esse documento, da história que ele faz de toda a situação da economia da Caraíba Metais, do peso que joga a Caraíba Metais na economia brasileira. Esperamos não apenas o posicionamento dos políticos baianos, como de todos os políticos realmente interessados no desenvolvimento econômico nacional, autônomo, indepen-

dente e contrário à dominação das multinacionais no nosso País. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE A ORADORA)

EM DEFESA DA CARAÍBA METAIS

**Posicionamento das Entidades  
Profissionais e Técnico-Científicas**

**Breve Histórico**

O cobre está ligado à história da Bahia há bastante tempo. Desde o século passado já se conhecia a existência desse mineral na região de Caraíba. Providências concretas no sentido do seu aproveitamento só ocorreram em 1940 com a criação da Caraíba Metais S/A, empresa privada, e a realização das primeiras pesquisas pelo DNPM quatro anos após, destinadas a avaliação das suas reservas.

Em 1969, o Grupo Pignatari deu início aos trabalhos de desenvolvimento da jazida, não demonstrando capacidade financeira, técnica e gerencial para implementar o projeto, paralisado logo no início da década de 70. Diante desta situação e considerando a grande dependência externa do País para abastecer o mercado interno do cobre, elemento estratégico para o desenvolvimento do País, o Governo Federal resolveu, em 1974, assumir a totalidade do empreendimento através da FIBASE – Insumos Básicos S/A (atual BNDESPAR) subsidiária do BNDES, estatizando a Caraíba Metais. A mina a céu aberto e a instalação da unidade de concentração em Jaguarari entraram em operação em 1978. Concomitantemente instalava-se a unidade metalúrgica em Camaçari que começou a processar o concentrado de cobre em 1982.

Atualmente a Caraíba Metais dispõe de uma estrutura integrada que vai da mineração/concentração de minério à obtenção final do cobre metálico (produção de 140.000 toneladas em 1987) e seus subprodutos, ou seja ácido sulfúrico, sulfato de níquel, ouro e prata, além de gerar mais de 3 mil empregos diretos.

O projeto Caraíba representou um investimento público de 1,5 bilhão de dólares a preços históricos e, hoje, a Caraíba Metais praticamente monopoliza a produção e o mercado interno do cobre primário, suprimindo 80% da demanda instalada no País o que representa um faturamento anual superior a 300 milhões de dólares.

A importância econômica e estratégica da Caraíba pode ser visualizada caso se observe que, entre os anos de 80 e 86, o custo de importação de cobre metálico caiu de US\$ 489 milhões para US\$ 258 milhões, em função da entrada da Caraíba Metais no mercado.

O Projeto Caraíba foi implantado em pleno período autoritário, quando vigorava no País, em seu ápice, o modelo tecnocrático dos megaprojetos, baseados em pacotes tecnológicos importados que não levavam em consideração a capacitação técnica nacional. Assim, neste ambiente megalômano, sem o Brasil ter a necessária experiência anterior na área minero-metalúrgica do cobre em empreendimentos industriais menores e menos sofisticados tecnologicamente, partiu-se para a implantação imediata de um enorme e complexo projeto de 150.000 t/ano de cobre metálico, baseado unicamente em um médio depó-

sito mineral Além disso, cometeu-se o grave equívoco de se transplantar automaticamente um projeto de lavra próprio para os grandes depósitos estrangeiros do tipo **porphyry cooper** para uma jazida de geologia completa e radicalmente diferente. As conseqüências, do conhecimento de todos, foram desastrosas: compras desnecessárias de equipamentos superdimensionados e inadequados às condições reais das mineralizações, com conseqüente dimensionamento errado da escala de produção de minério e da usina de beneficiamento que, aliado ao treinamento deficiente de pessoal, à incapacidade gerencial na implantação das obras, nos atrasos de cronogramas etc. e à tradicional corrupção que impera no País, levaram a um investimento total do projeto de cerca de 1,5 bilhão de dólares, muito acima de qualquer empreendimento similar, a nível internacional. A comunidade técnica nacional, considerando que não foi democraticamente consultada sobre tal projeto, com suas decisões políticas, técnicas e econômicas sendo tomadas na solidão dos gabinetes governamentais, não tem qualquer responsabilidade nos erros nele cometidos, que são somente dos seus idealizadores e executores, ao nível decisório e gerencial. As lições de tal projeto deveriam ser bem estudadas e debatidas, de modo a se evitar, doravante, os mesmos erros nele cometidos.

A Caraíba Metais, à semelhança da imensa maioria das estatais brasileiras, vítimas do compadrio e do clientelismo político, com o resultante empreguismo, aliado à pressão dos seus elevadíssimos encargos financeiros, veio acumulando grandes prejuízos até 1986. Neste ano, atingindo nível de produção próximo daquele de sua capacidade instalada, e com os ajustes administrativos e operacionais realizados, bem como com o saneamento financeiro nela promovido pelo BNDES, que custou 800 milhões de dólares, a Caraíba Metais deu um lucro líquido de 358 milhões de cruzados.

Como elemento indutor do desenvolvimento regional, a importância da Caraíba não se restringe à mineração, metalurgia e comercialização de cobre. No processo metalúrgico, compulsoriamente, obtém-se o ácido sulfúrico, insumo para fabricação de fertilizantes fosfatados, indispensáveis ao desenvolvimento de uma agricultura moderna e racional. A descoberta recente no Estado da Bahia de dois (2) promissores depósitos (Campo Alegre de Lourdes e Irecê) de rocha fosfática, com reservas prováveis superiores a 30 milhões de toneladas poderá transformar a Bahia em importante pólo industrial de fertilizantes, desde que a Caraíba Metais conclua sua planta de ácido sulfúrico, viabilizando, além disso, a aplicação verticalizada seu ácido sulfúrico.

Diante da relevância econômica do Projeto Caraíba, seria de se esperar a concretização e ampliação desse Complexo pelo Governo Federal, viabilizando todo o seu potencial germinativo, em especial a sua integração com a indústria de fertilizantes. Em total confronto a esta perspectiva, o Governo Federal, anunciou intempestivamente a privatização da sua unidade metalúrgica, mantendo sob controle estatal a Mina de Jaguarari, logo após o referido saneamento financeiro promovido pelo BNDES que custou ao povo brasileiro cerca de US\$ 800 milhões e motiva o presente simpósio.

### A Questão da Privatização Da Caraíbas Metais

Inicialmente, é importante falar do papel histórico que a estatização brasileira vem tendo.

A estatização no Brasil sempre foi planejada e conduzida no sentido de favorecer e/ou viabilizar a empresa privada. O papel do Estado, enquanto produtor, historicamente tem sido aquele de atuar em setores caracterizados por investimentos elevados, alto risco, longa maturação e baixa rentabilidade, relacionados fundamentalmente com o suprimento de energia e insumos básicos. Este papel tem sido vital para a viabilização do parque industrial brasileiro e para a geração de importantes economias externas, que tem beneficiado principalmente a iniciativa privada. Em vez de contradição entre a estatização e iniciativa privada o que tem sido verificado é a sua subordinação à dinâmica do capital privado, contribuindo decisivamente para sua rápida reprodução. A questão da privatização ou não da Caraíbas Metais insere-se perfeitamente neste contexto.

As entidades aqui representadas questionam neste momento a forma fechada e autoritária com que o BNDES vem conduzindo o processo de privatização da Caraíbas Metais, omitindo questões fundamentais dentre as quais podem ser ressaltadas: critérios gerais, dados técnicos e condições de negociação.

Questiona-se, igualmente, as razões que levaram à adoção de uma política absurda de preços, imprimida pelo governo através do CIP que fez com que os preços de vergalhões e catados produzidos pela Caraíbas Metais fossem vendidos a valores inferiores aos praticados internacionalmente e, inacreditavelmente, aos preços de produção, levando a Empresa a vivenciar uma nova crise financeira, descapitalizando-se violentamente, ao passo em que os grandes transformadores de cobre capitalizam-se na mesma razão, ocorrendo, mais uma vez, grande transferência de renda do povo brasileiro, dono da Caraíbas Metais, para uns poucos beneficiários do setor metalúrgico.

Atualmente, os preços dos produtos da Caraíbas estão totalmente desvinculados da realidade do mercado, haja vista que no mercado internacional o cobre está cotado em torno de US\$ 3.500,00/tonelada, valor internado, enquanto tal Empresa está praticando o preço de US\$ 2.272,00/tonelada no mercado interno.

Isto constitui numa verdadeira sabotagem a uma empresa estatal estratégica para o desenvolvimento do País, uma vez que a mesma vem acumulando, artificialmente, prejuízos fantásticos e, com o seu conseqüente descrédito perante a opinião pública como mais uma estatal incompetente e gastadora. À semelhança do que ocorre em outras grandes estatais brasileiras, a exemplo da PETROBRÁS, o Governo Federal adota políticas de preços e medidas administrativas que conduzam a suas desmoralizações, de modo a justificar suas privatizações.

Que interesses empresariais privados estão embutidos nesta privatização a preços aviltados, em torno de 500 milhões de dólares de um meio de produção altamente estratégico e lucrativo como a unidade metalúrgica da Caraíbas Metais? Será a repetição, mais uma vez, do malfadado costume nacional de se privatizar os lucros e socializar os prejuízos?

As entidades profissionais e técnico-científicas têm plena convicção de que isto está ocorrendo e que tal prática não interessa a sociedade brasileira. Socializar a dívida, os custos e prejuízos de um projeto mal gerenciado e privatizar o lucro, através de sua parte produtiva, já saneada e viabilizada, não atende o interesse do povo brasileiro. No processo de privatização em curso, também não é levado em consideração o patrimônio tecnológico desenvolvido pelos recursos públicos a custos altíssimos, e que há pouco tempo era privilégio dos países altamente industrializados.

Na prática isto significa transferir para poucos e grandes grupos privados, alguns deles estrangeiros, recursos da União, contrariando os propósitos do governo de contenção do déficit público. Significa ainda, impor à Caraíbas Metais prática administrativa desastrosa, representada pela separação operacional das atividades de lavra e metalurgia, colocando em risco a sua consolidação e o interesse nacional no setor minero-metalúrgico, contrariando todo o avanço da experiência mundial que aponta para a verticalização. A recente lei do Congresso dos EUA que obriga a verticalização da mineração com a metalurgia é um relevante exemplo desta tendência internacional. Com este pano de fundo, ou em decorrência deste, como afirmam alguns, planeja-se privatizar a Caraíbas Metais.

Ora, se a argumentação que dá suporte a transferência do empreendimento, prende-se a situação deficitária da empresa, pergunta-se: interessa a iniciativa privada assumir o controle da Caraíbas Metais mantidos os preços atuais do cobre metálico? Matematicamente não.

Contudo, a forma que vem propondo o BNDES para a privatização da empresa é bastante danosa ao país e particularmente ao Estado da Bahia.

O BNDES propõe que os consumidores (transformadores) assumam o controle da empresa. Para isto, segundo a imprensa, estimou-se o valor patrimonial da planta metalúrgica em cerca de 500 milhões de dólares. Destes, 300 milhões poderão ser financiados pelo próprio BNDES e os 200 milhões restantes serão transformados em ações das quais 2/3 (aproximadamente 130 milhões) seriam ações preferenciais sem direito a voto e 1/3 (aproximadamente 70 milhões) ações ordinárias com direito a voto. As ações preferenciais continuariam em poder do Sistema BNDES. Nestas condições, com apenas 70 milhões de dólares a iniciativa privada poderia assumir o controle acionário de um empreendimento que custou várias centenas de milhões de dólares ao povo brasileiro.

Estes 70 milhões de dólares seriam rateados entre os transformadores de cobre de acordo com sua participação no mercado consumidor, hoje constituído por 149 empresas, sendo que as 10 maiores concentram 70% da demanda e as 4 maiores cerca de 40%. Logo o controle da empresa ficaria concentrado nas mãos dos grandes transformadores, dos quais 3 (três) deles são estrangeiros, oligopolizando brutalmente o mercado. Não é à toa que os pequenos e médios transformadores de cobre, através de sua entidade representativa, vêm se posicionando contrariamente a esta pretendida privatização que, a médio prazo, poderá redundar nas suas sentenças de morte, com suas respectivas exclusões do mercado oligopolizado.

Outra questão que se coloca é se interessaria a esta nova empresa (pool dos consumidores) dar lucro. Para a compreensão desta questão pelos senhores colocaremos a título de exercício duas hipóteses:

1ª Hipótese:

– Preço de custo de US\$ 2.500,00/tonelada (abaixo do preço atualmente praticado no mercado internacional).

– Preço de venda com remuneração e valor metalúrgico agregado de US\$ 3.000,00/tonelada.

– Para uma produção de 150.000 toneladas/ano a empresa teria um lucro anual de 75 milhões de dólares e proporcionaria uma arrecadação de ICM da ordem de 70 milhões de dólares.

2ª Hipótese:

– Varia-se simplesmente o preço de venda do cobre para US\$ 2.000,00/tonelada, próximo ao atualmente praticado pela Caraíbas.

– Para a mesma produção de 150.000 toneladas/ano acumularia-se um prejuízo de 75 milhões de dólares e uma arrecadação de ICM de 50 milhões de dólares.

Implementada a primeira hipótese, a empresa disporia de 70 milhões de dólares para serem rateados entre os acionistas preferenciais (o Sistema BNDES) e ordinários que seriam os próprios consumidores da Caraíbas Metais. Porém, senhores, a grande jogada estaria na implementação da 2ª hipótese, próxima da realidade atual da empresa, em que não haveria lucros para distribuir. Conseqüentemente não se teria avanços sociais para os trabalhadores da empresa e nem dividendos para distribuir com os acionistas preferenciais, ou seja, o povo brasileiro, representado pelo BNDES, pois a empresa seria deficitária. Porém, comprando a US\$ 2.000,00 a tonelada, os transformadores ganhariam em cada tonelada aproximadamente US\$ 1.000,00, representando anualmente uma transferência de 150 milhões de dólares para suas empresas e não os 25 milhões de dólares que lhes caberia caso prevalecesse a 1ª hipótese, por serem os acionistas ordinários. Evidentemente, os grandes beneficiários de tal jogada seriam os quatro grandes transformadores existentes, 3 (três) deles estrangeiros, na medida em que os pequenos seriam, a médio prazo, expulsos do mercado. Isto senhores, representaria a adoção de nefasta política de transferência de renda do povo brasileiro para os grandes transformadores, em sua maioria empresas transnacionais. Este desfecho tem que ser evitado para que não se agrave ainda mais o perverso modelo de concentração de renda que vem acompanhando a industrialização brasileira e que, cada vez mais, sufoca os pequenos e médios empresários, em face da oligopolização da economia a que fatalmente conduz.

O Presidente da República, Dr. José Sarney, em discurso à Nação, em julho de 1985, relata a dramaticidade do processo de concentração da renda nacional, após 25 (vinte e cinco) anos de industrialização acelerada, ao enunciar que "a metade mais pobre da população brasileira, que em 1960 detinha 4% da renda nacional, tem hoje menos de 3%. Os 10% mais ricos que possuíam 39% da riqueza nacional, passaram a comandar 51%. Os pobres, mais pobres; os ricos mais ricos". Trágico o destino de um povo que tem um Presidente, por ele não eleito, que passados somente 2 (dois) anos após ter emocionadamen-

te feito tão terrível constatação, tem um governo que propõe a privatização da Caraíba Metais em uma forma tal que, fatalmente, agravará, ainda mais, o perverso modelo de desenvolvimento que denunciou à Nação.

#### **A Questão Específica Da Mina Caraíba e a Pesquisa Nacional**

Analisando a questão da unidade de mineração de Jaguarari, responsável pela produção de 25% do concentrado consumido pela metalurgia, observa-se que a única forma de minimizar os erros decorrentes da adoção de um projeto inadequado e megalômano, é a sua permanência vinculada a planta metalúrgica, com um processo racional de produção.

Por outro lado, sabe-se que o BNDES visa "exaurir" a mina da Caraíba Metais no mais curto espaço de tempo, falando-se em um prazo máximo de 3 anos. Esta lavra predatória além de inviabilizar o aproveitamento da reserva remanescente, avaliada em mais de 300.000 t de cobre contido, trará sérios problemas sociais para ampla região do nordeste baiano, castigado pela seca e que tem na mineração do cobre a sua principal atividade econômica. Tal postura contraria estudos internos da própria Caraíba Metais, que tem estudo alternativo de aproveitamento das reservas do Vale do Curaçá indicando uma vida útil até o ano 2.000, com a entrada em operação inclusive de uma mina em Surubim, depósito situado nas vizinhanças da atual mina. Vale salientar que estes estudos consideraram o preço de mercado do cobre metálico na faixa de US\$ 1.800/t, preço hoje totalmente superado, atingindo o cobre internado cotações de até US\$ 3.500,00/t.

Também exaustão precoce da Mina Caraíba, tornando inaproveitável 300.000 t de cobre nela contido, inviabilizará a continuidade das pesquisas de cobre no Vale do Curaçá, pois, devido ao alto investimento feito na Caraíba, qualquer depósito ali descoberto tem que ter o seu aproveitamento vinculado a infra-estrutura lá existente.

Vale salientar que o Vale do Curaçá, ao contrário do que se afirmava, ainda está por ser suficientemente pesquisado pois até o momento só os corpos básicos-ultrabásicos aflorantes foram pesquisados.

Contando nos últimos 3 anos com recursos financeiros garantidos para a pesquisa mineral, a equipe técnica da Caraíba Metais teve sucesso no vale do Curaçá, onde foi descoberto recentemente o depósito de Vermelhos. Este depósito já tem bloqueada uma reserva de aproximadamente 18 milhões de toneladas, a um teor médio de 0,8% com ouro associado. Caso se confirmem as expectativas geofísicas estas reservas poderão vir a ser duplicadas ou mesmo triplicadas. Este sucesso mostra pois que deve se continuar de forma maciça com a pesquisa no Vale do Curaçá, pois até o momento somente cerca de 20% do mesmo foi pesquisado dentro da nova metodologia de prospecção em curso pela Caraíba Metais que tem mostrado ser eficiente. Um grande equívoco que se verifica atualmente no País é aquele de que as reservas de cobre de Carajás pode tornar o País auto-suficiente em cobre. Sabe-se hoje que a reserva de 1,2 bilhão de toneladas,

representa na verdade cerca de 300 milhões de toneladas lavráveis. Isto representa, no máximo, um consumo de aproximadamente 20 anos da planta metalúrgica da Caraíba Metais, ao nível atual de produção de 150.000 toneladas/ano, quando a demanda em 1987 foi de 288.000t, devendo atingir 687.000t. no ano 2000. Urge pois, que se discuta de imediato uma política nacional de cobre, em todos os seus segmentos, ou seja a pesquisa, lavra, metalurgia e comercialização. É de relevante significado que o MME rompa seu estado de apatia e perplexidade frente as complexas questões do setor mineral e planeje e execute uma política de cobre para o Brasil.

É necessário, além disso, que tal política procure acabar, a médio e longo prazos, com a brutal dependência que o Brasil tem dos mercados internacionais de concentrados de cobre, pois, além das instabilidades políticas reinantes nos principais países produtores observa-se também que eles discutem, e alguns já implementam, uma política de transformação de seus concentrados e, conseqüentemente, de suspensão das suas exportações. Esta política que procura agregar valores em suas matérias-primas é factível uma vez que o processo para se conseguir o cobre refinado, principalmente a partir do "blister", é bastante simples e economicamente mais compensador, deverá ter o seu desenvolvimento acelerado em todo o mundo, nos próximos anos.

Torna-se necessário que se invista cada vez mais em pesquisa mineral de cobre, minério que representa uma das nossas maiores pautas de importação, para que o País deixe de gastar os dólares tão necessários ao seu desenvolvimento (em 1987, 170 milhões de dólares). Os investimentos necessários, em cruzados, além de gerarem novos empregos poderão desenvolver a indústria nacional, minimizando ou mesmo acabando com a dependência nacional aos mercados externos do cobre.

#### **Conclusões**

Pelo exposto, as seguintes conclusões podem ser tiradas:

– a produção de cobre pela Caraíba Metais tem caráter estratégico para o País;

– na implantação do seu projeto mínero-metalúrgico houveram graves erros que necessitam ser avaliados de maneira a que o Brasil não venha a repetidos. Membros da comunidade técnica nacional vêm com preocupação crescente o processo de aproveitamento do cobre de Carajás que, em muitos aspectos, pode conduzir a erros semelhantes àqueles cometidos pela Caraíba Metais. Prevalece, ainda, a mentalidade dos megaprojetos e a importação de pacotes tecnológicos estrangeiros;

– a proposta do BNDES de privatizar a metalurgia da Caraíba Metais, com a mineração continuando a ser estatal, é de caráter antinacional, na medida em que privatiza o lucro e socializa o prejuízo. Dá o "filé" para uns poucos empresários (cerca de 4 grupos econômicos que realmente estão interessados em tal privatização) e deixa o "osso" por conta de todo o povo brasileiro;

– a eventual privatização da metalurgia da Caraíba Metais, oligopolizará o setor de transformação do cobre, levando à exclusão do mercado, a médio prazo, dos pequenos e médios transformadores deste metal. Tal constatação é tão factí-

vel que a imensa maioria dos transformadores de cobre, pequenos, médios e até grandes, estão, através de sua entidade representativa, repudiando a iniciativa do Governo Federal. Sabem que, em realidade, ela somente interessa a cerca de 4 (quatro) grandes transformadores, 3 (três) deles, de capital estrangeiro;

– a proposta do BNDES aparenta ter uma roupagem democrática, na medida em que procura incluir todos os transformadores. No entanto, ela constitui apenas uma camuflagem bem feita para encobrir o interesse de grupos econômicos poderosos que visam oligopolizar o mercado produtor e transformador do cobre no Brasil. Além disso, forçar compulsoriamente um industrial transformador a entrar em um negócio que, eventualmente não lhe interessa ou, por outro lado, impedir que qualquer outro capitalista que tenha capital disponível de entrar para o ramo da produção do cobre, caso tenha interesse nisso, não tem nada de democrático;

– a privatização da Caraíba Metais, nos moldes em que está proposta, poderá levar a um agravamento do processo de transferência de renda da população para alguns poderosos grupos econômicos, tornando ainda mais excludente o atual modelo de desenvolvimento econômico praticado no Brasil;

– uma proposta de privatização da Caraíba Metais que pudesse merecer a discussão e análise da população brasileira, através de suas entidades representativas da sociedade civil, teria que contemplar a mineração e a metalurgia, bem como a devida indenização ao poder público, tendo por base o patrimônio daquela empresa, auditado por organizações sérias e capazes, com o controle da sociedade. Além disso, não poderiam haver financiamentos subsidiados, transferências de rendas inter-setores sociais, bem como se deveria evitar a oligopolização do setor transformador, garantindo-se a permanência das várias dezenas de pequenas e médias empresas que nele atuam;

– O Governo Federal deveria planejar e implementar uma correta política nacional do cobre que contemple a pesquisa mineral, a lavra, a metalurgia e a comercialização deste metal no País.

Finalmente, as entidades que subscrevem este documento denunciam à Nação, o plano de privatização da Caraíba Metais como sendo danoso a soberania nacional, ao desenvolvimento equilibrado do País e às economias nacional e regionais, particularmente, àquelas da Bahia e do Nordeste brasileiro. Tal privatização, se consultada nos moldes propostos, socializará os prejuízos e privatizará os lucros, além de favorecer unicamente a uns poucos grupos monopolistas privados que poderão, inclusive, acarretar a desnacionalização de um empreendimento edificado com o sacrifício de todo o povo brasileiro. – Associação Baiana de Administradores – Associação Baiana dos Engenheiros de Minas – Associação Baiana de Geólogos – Clube de Engenharia da Bahia – Conselho Regional de Administradores – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia – Conselho Regional de Economia da Bahia – Coordenação Nacional dos Geólogos – Coordenação Contra a Privatização da CMSA (empregados) – Sindicato dos Economistas da Bahia – Sindicato dos Engenheiros da Bahia – Sindicato dos Metalúrgicos

da Bahia Sociedade Brasileira de Geologia (Núcleo da Bahia)

Pronunciamento feito pelo geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos – CONAGE, em nome das entidades acima, por ocasião do Seminário Nacional sobre a política do Cobre e a Privatização da Caraliba Metais, no Congresso Nacional, nos dias 19 e 20 de janeiro de 1988.

**O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS):**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, a imprensa nos dá notícias de mais uma etapa dessa novela que se desenvolve na Nova República, reprisando cena que já conhecemos: o Ministro acusado de corrupção vai para uma reunião, chora, pede demissão, acusa o Governo, vai para casa demitido e não acontece nada.

No dia 19 de setembro entrei com um pedido para que fosse convocado o Ministro Aníbal Teixeira a vir depor nesta Casa. No dia 29 de setembro o Constituinte Victor Faccioni procedeu da mesma forma. Foram aprovados os dois requerimentos e o Ministro não veio.

Entre com um pedido de informações sobre os fatos veiculados pela imprensa e que nos pareciam muito graves. Recentemente, requeri uma CPI, e espero que a Câmara dos Deputados não engavete meu pedido como ocorreu em casos anteriores. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, e para que fique aqui frisado, fui autor do primeiro requerimento pedindo que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro fosse convidado a depor na Comissão de Fiscalização e Controle. Exatamente no momento em que pedi a CPI, com a remessa da cópia do meu pedido de CPI à Comissão de Fiscalização e Controle, solicitei que se convocasse o Ministro, ou o ex-Ministro, para vir aqui depor e explicar as suas acusações.

Parece-nos, Sr. Presidente, que estamos revivendo, numa versão elitizada, aquele episódio que aconteceu lá nos morros do Rio de Janeiro: uma briga por "ponto". Hoje, na Nova República se está brigando por "ponto", tipo bicheiro, como lá no Rio de Janeiro. É o Ministro a acusar o Secretário-Geral; é o Secretário-Geral a acusar o Ministro; é o Ministro a acusar o Senhor Presidente da República que era responsável por tudo que ele fazia no Ministério e coisas dessa ordem. E não acontece nada!

Sr. Presidente, já que o Ministro não vai ser convocado, uma vez que já foi demitido ou se demitiu – sairá sexta-feira – e a Câmara se reúne amanhã e não está prevista a vinda de S. Ex.<sup>a</sup>, apenas quero fazer esta colocação e agradecer a V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Jorge Arbage, porque sei que foi quem diligenciou para que, baseado no meu requerimento, no requerimento da Constituinte Irma Passoni e da Constituinte Dirce Tutu Quadros, o Sr. Aníbal Teixeira fosse chamado a prestar os esclarecimentos que a Nação espera.

Quero fazer referência, embora devesse fazê-lo na Câmara mas, já que o assunto está sendo tratado aqui, ao fato de que recebi do Vice-Presidente da Câmara, de volta, um pedido de informações que encaminhei à Presidência da República. Um pedido de informação é para esclarecer alguma coisa. Se eu tivesse certeza, se de posse de documentos oficiais, não precisaria pedir informações. A informação é para quando existe a

dúvida, existe a insinuação, quando há suspeita de envolvimento de um órgão do governo, quando há um fato noticiado e comprometedor. Isso é que caracteriza o pedido de informações. Pois pedi, Sr. Presidente, e, permita-me ler aqui. Fiz um pedido de informações ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, no dia 19 de setembro, para que esclarecesse a esta Casa, no caso a Câmara Federal, e ao Congresso Nacional sobre a procedência de notícia publicada pelo **O Estado de S. Paulo**, afirmando que o Sr. Sérgio Teixeira, primo do Ministro Aníbal Teixeira, seria um dos principais intermediários na obtenção de verbas junto à SEPLAN.

Pois bem, recebo do Primeiro-Vice-Presidente da Mesa o seguinte ofício, dando conhecimento do seu voto:

"O requerimento apresentado pelo nobre Deputado se baseia em notícias veiculadas, pela imprensa, publicação do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 19-9-87, sobre intermediários de verbas junto a SEPLAN cujo exemplar anexou ao requerimento.

Aqui diz, Sr. Presidente, o Deputado Homem Santos, Relator.

"Entendo que não há como encaminhar o Pedido de Informação formalizado em circunstâncias de publicações de matérias jornalísticas."

Sr. Presidente, tanto era procedente o meu Pedido de Informações que o evoluir dos acontecimentos, baseados naquela denúncia que saía no **O Estado de S. Paulo**, levou, nada mais nada menos, do que à deposição do Ministro do Planejamento.

Quem, portanto, aqui como vou fazer amanhã na Câmara, apresentar a minha inconformidade, o meu protesto por essa atitude discriminatória, facciosa, em que se sonega a um membro desta Casa o direito de obter as informações necessárias ao esclarecimento de fatos que comprometem esse Governo que está aí, apodrecendo dia a dia, e que nós temos que, por isto mesmo, abreviá-lo na sua duração. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR)*

#### SUSPEITOS E CULPADOS

É deplorável, sob todos os sentidos, que termine bem uma história que deveria acabar em cadeia. O Brasil está carente de atos moralizadores em defesa da coisa pública. No caso do Planejamento, o roteiro autorizava a penosa impressão de que se tratava de um velho filme, esse protagonizado por Aníbal Teixeira. Quando chegou ao ministério, estava implícito o que iria acontecer. Tratava-se de suspeito que já havia sido personagem de um processo.

Não devia o presidente da República tê-lo nomeado, pois não tinha motivo político, técnico ou administrativo para valer-se dos seus suspeitos préstimos. Uma vez, no entanto, que incorreu no engano, o presidente deveria ter sido o primeiro a querer manter-se longe de qualquer suspeita, a partir do momento em que os rumores ganharam consistência. Todas as oportunidades diárias para demitir o ministro Aníbal Teixeira foram desperdiçadas.

Desde o final da semana passada, a expectativa era a de que o presidente tinha em mãos provas suficientes para demiti-lo, mas não providenciava a demissão à espera de que o próprio ministro tivesse a iniciativa de pedir a demissão. De fato, ontem se consumou a ida do ministro do Planejamento ao presidente da República. Sai por sua vontade, e não por exigência da moralidade pública, levando o saldo político com que se apresentará à disputa da indicação de candidato a prefeito de Belo Horizonte.

Mais do que o documento de que saiu espontaneamente e por sua vontade, Aníbal Teixeira se reforça politicamente com a acusação, por ele feita publicamente, de que todas as irregularidades para se usar um eufemismo elegante – foram cometidas no círculo da confiança presidencial. O ministro que sai deixa, para ser fraternalmente distribuída entre outras figuras da confiança do Planalto, a suspeita das piores práticas com o dinheiro retirado do contribuinte.

Além de pedir e obter a demissão, em vez de ser simplesmente, demitido, o ministro foi agraciado com o pedido do próprio presidente para se manter no cargo até que seja nomeado o substituto. É uma honra administrativa e um reforço político, para quem se tomou na Nova República o mais acintoso símbolo de imoralidades cometidas com dinheiro do contribuinte. Levando-se em conta que Aníbal Teixeira havia denunciado na presidência da República presenças altamente envolvidas em corrupção, fica muito difícil para o cidadão desconhecer que essa consideração final tem alguma oculta razão de ser. O mínimo que se esperava, desde que o ministro se defendeu com a acusação genérica de imoralidade, em a demissão que lavasse a testada do Planalto.

A nação quer ver esclarecidas as denúncias de que há gente que abusou da confiança presidencial. É um direito dos cidadãos – e uma obrigação do Governo – a apuração do que se diz do ex-ministro do Planejamento, e do que o ex-ministro diz de outras figuras que compõem a confiança presidencial. Pois o primeiro dever de qualquer governo é com a moralidade pública, e o presidente Sarney – não figurando nas suspeitas – tem todas as condições para determinar que não paire sobre o seu governo a menor dúvida. Os suspeitos e os culpados terão que ser sumariamente afastados. Toda contemporização política – como a anunciada permanência de Aníbal Teixeira, até que seja nomeado o substituto – joga desconfiança sobre o governo, em vez de atingindo apenas os suspeitos.

Do ex-ministro que marca passo, à espera de uma candidatura e não de um processo, a opinião pública não esperava mesmo nada de útil nem de moral. Mas ao apontar nomes e citar exemplos dentro do governo, embora não melhore a sua situação moral, o ex-ministro detona uma suspeita que não o deixa sozinho nem em maior destaque. E deixa o governo como devedor de uma reparação moral.

**O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB – ES. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A imprensa nacional comunica que estão reunidos, neste momento, o Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, Dr. Luís André Rico Vicente, o Assessor para Assuntos Econô-



micos do Ministério da Fazenda, Dr. Paulo César Ximenes, e ainda o Presidente do Instituto Brasil leiro do Café, para tratarem de um assunto, nesta tarde memorável e tão esperada pelo já sofrido cafeicultor brasileiro; estão tratando justamente do assunto da análise para o novo preço mínima de garantia, a ser pago para a safra de 1988.

Temos assistido e registrado em toda a imprensa a mobilização dos setores que representam os produtores, através das cooperativas, dos sindicatos, através do Conselho Nacional do Café e das iniciativas. Que justiça seja feita – e não me canso de repetir desta tribuna – a um brasileiro ilustre que hoje administra o Instituto Brasileiro do Café, Dr. Jorio Dausler Magalhães e Silva pelos seus esforços para que seja dado um preço justo a um produto que representou e que representa um índice extraordinário na economia nacional, que é o nosso ouro verde, o nosso café.

E nós do Espírito Santo, Estado em que a economia é altamente dependente da produção de café, somos, neste momento, intérpretes do pensamento, das preocupações, das agruras que vem sofrendo a lavoura cafeeira em todo o Brasil, especialmente no Espírito Santo.

Os votos e, ao mesmo tempo, o apelo que fazemos aos representantes desses Ministérios e deste órgão federal, o Instituto Brasileiro do Café, são no sentido de que não mais seja adiada esta decisão. É sabido, também, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que já está convocada, para o próximo dia 29 de janeiro, uma reunião do Conselho Executivo da Organização Internacional do Café, onde, também, temas da maior importância estão em pauta para ali serem tratados, como por exemplo, a análise da situação mundial do mercado de café. Hoje, inclusive, a imprensa estampa a ameaça do corte de mais de um milhão de sacas nas já sofridas quotas brasileiras, o que foi feito no último Acordo Internacional do Café, em Londres.

Outra situação que está em pauta, nesta reunião da OIC, é justamente a análise do sistema de quotas de café. E ainda, o que é tão esperado, como na reunião de hoje dos Ministérios e do IBC, a correção do preço, conforme foi decidido no acordo, correspondente a um valor no intervalo, variando de 120 a 140 centavos de dólares libra-peso, correspondente ao preço.

Trago, aqui, ainda, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, matéria que representa um estudo feito pelos técnicos que fazem parte da Coordenação Estadual de Planejamento Agrícola e as informações do Mercado Agrícola do SIMA, com análise, feita entre 1986 e 1987, da variação de vários produtos, inclusive ganhando destaque a perda 24,57%, ou seja, percentual negativo, repito, de 24,57%, no valor, correspondente da safra 86/87, da média anual do preço do café Conilon tipo 7/8.

Enquanto isso, ressaltamos, oficialmente divulgado, que numa inflação, nesse período, correspondente a 365,98%, o Café Conilon 7/8, saca de 60 quilos apresentou uma correção ínfima de 6,98%.

Concluo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, solicitando conste a transcrição do relatório dessa instituição renomada, no Espírito Santo, de análise de produtos agrícolas, dando destaque para esses dois pontos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE  
C ORADOR:)

**Denise Zandonate** (Jornalista)

A melhor opção de investimento no ano passado não foi a agricultura, e sim, como já vem ocorrendo há algum tempo, o mercado financeiro. A essa conclusão chegaram técnicos ligados ao Serviço de Informações de Mercado Agrícola (Sima) e da Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa), após analisarem o desempenho no setor.

De acordo com levantamentos destes técnicos, dentre os 13 produtos mais cultivados pelos agricultores capixabas no ano passado, nenhum obteve variação de preços superior ao índice de inflação recorde do período, que chegou a 365,98%. Também a carne de boi, frango e ovos tiveram uma variação média anual de preços pagos ao produtor inferior à inflação oficial.

Quando explicam que o mercado financeiro foi a melhor opção, os técnicos levam em consideração o fato de os reajustes de preços para insumos básicos utilizados pelos agricultores terem sido superiores em alguns casos a 700%, ficando claro que as primeiras estimativas de safra para 88 não são muito otimistas.

#### Ceticismo

No ano passado, o Brasil colheu uma safra recorde de 65 milhões de toneladas de grãos, incluindo neste total a safra também recorde de 35,4 milhões de sacas de café. No entanto, pessoas ligadas ao setor não acreditam que o país repetirá este bom desempenho, que foi consequência dos estímulos dados pelo governo com o Plano Cruzado I. Este, quando terminou, deixou o setor ruralista numa situação muito grave, com centenas de produtores sendo obrigados a vender suas terras para o pagamento das dívidas de financiamento, que foram feitos sem correção monetária e com taxas de juros baixíssimas, que se elevaram com o fim do Cruzado.

Os próprios produtores rurais são os primeiros a reconhecer que terão muitas dificuldades neste ano, caso continue esta política agrícola do Governo Federal. A volta aos subsídios é um dos pontos básicos, segundo os produtores, para que a agricultura continue crescendo no Brasil, a exemplo do que ocorre na maioria dos países desenvolvidos.

Os técnicos da Cepa é da Sima chegaram a uma variação média anual de cada um dos principais produtos cultivados no Estado. Desta forma é possível perceber que no caso do café arábica, por exemplo, a variação média anual de 86 comparada com 87 apresentou um índice negativo de 24,57%, e o conilon um índice positivo de 6,98%.

Dos 13 produtos agrícolas pesquisados, o que obteve uma variação média maior foi a mandioca, que chegou a 278,34%. Isto, mais em função da seca no norte do Estado em 87, que durou 11 meses, do que pela variação do produto em si. Outro produto com variação acima de 200% foi a pimenta-do-reino (230,58%), se comparada à média anual de 86 com 87. A pimenta continua obtendo bons preços, principalmente em função da boa cotação no mercado internacional.

A carne de boi também ficou em situação melhor do que muitos produtos, apesar de também abaixo da inflação, com uma variação média

anual de 204,46%. O frango de corte teve uma variação de 157,25% e o ovo extra um índice de 134,44%. Tal variação positiva não significou muito para os avicultores, visto que só no Espírito Santo, nos últimos três meses, já foi reduzido em mais de 50% o plantel de aves de corte e de postura em função dos preços baixos (pelo excesso de produção) e redução no consumo, consequência da queda do poder aquisitivo.

#### Alho

O Brasil vem aumentando sua produção de alho consideravelmente nos últimos anos, mas não o suficiente para reduzir a importação do produto de países como Argentina e Espanha, posto que a variação negativa no índice de preços do alho comparando 86 a 87 foi de 0,92. O excesso de produção, que na maioria das vezes significa um não-planejamento agrícola adequado, levou o tomate a obter uma variação de preços de um ano para o outro de apenas 94,93% e a batata inglesa de 34,53%.

O feijão-preto, outro produto importante para o agricultor capixaba, obteve somente 184,70% e o arroz uma variação de 151,41%. O milho, que em boa parte é importado de outros Estados, conseguiu uma variação média de 194,56%. Boa valorização, mas também abaixo da inflação, teve a cana-de-açúcar, com 221,62%. Também o cacau, com 208,16%, e o abacaxi, com um índice de 55,17%.

Para o secretário da Agricultura, Paulo Galvão, a situação enfrentada pela agricultura é muito grave "e uma fonte de preocupação para quem lida diretamente com este problema". Galvão, que também é produtor, disse que o mais grave é que esta é uma situação nacional que só se alterará a partir de uma modificação na política agrícola do Governo Federal.

#### Projeção

Ele acredita que a safra de 88 será bem menor que a do ano passado, em função do desestímulo dos produtores e "da incapacidade financeira da maioria para a aquisição de sementes, adubos, defensivos e outros insumos importantes para a agricultura". O mais importante, segundo ele, é que o Governo entenda que não existe agricultura sem subsídios. "Eu mesmo vi isso nos Estados Unidos, onde uma boa parte dos produtores recebe algum tipo de incentivo por parte do Governo".

Um pouco mais pessimista se mostra o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (Fetaes), Adevaír Nogueira, que prevê enormes dificuldades caso 88 seja tão ruim para o produtor e o trabalhador como foi o ano passado. Ele disse que é impossível não ter uma visão pessimista para o homem do campo, depois de uma análise dos problemas enfrentados pelos produtores.

Hoje, na opinião de Adevaír Nogueira, os produtores e os meeiros não querem saber de plantar porque estão com medo de, ao fazer a colheita, não conseguirem preço decente e, com isso, a produção diminui e diminuem os lucros".

#### Saída

Hoje, o produtor, o meeiro ou o trabalhador rural dependem de crédito para investir na lavou-

ra, "mas as taxas de juros são altas, a correção monetária é plena e o homem do campo está completamente descapitalizado, e fica sem saber o que fazer". Segundo Adevaír Nogueira, em reuniões mantidas, tanto no Norte como no Sul do Estado, a opção a que chegaram os produtores é a mesma: vender as terras e aplicar o dinheiro na poupança como única maneira de sobrevivência.

Ele afirma que a situação é mais grave do que os governantes querem enxergar. "Hoje, o trabalhador e o meieiro estão devendo ao armazém, ao patrão e não conseguem sequer bons preços pela sua produção, como é o caso do café". Para Adevaír Nogueira, a solução é a formulação de uma política agrícola coerente por parte do Governo e a continuação da liberação de crédito subsidiado.

repenha, institucionalmente, através de uma Constituição nacional e, depois, de Constituições estaduais, no Estado de Minas Gerais a contribuição de uma entidade como a Fundação João Pinheiro, seria da maior relevância. Entretanto, instituições, como esta, de pesquisa científica, de pesquisa acadêmica, de pesquisa da economia e das ciências sociais são entidades que não se ajustam àqueles governos que só pensam em, investimentos com retorno imediato de fim eleitoral. Minas Gerais tem que sobreviver a este furor que não quer que permaneçam instituições críticas e instituições capazes de pensar e de planejar o seu futuro.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que transcreva nos Anais desta Casa o abaixo-assinado em defesa da Fundação João Pinheiro.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: URGENTE,

A Fundação João Pinheiro, órgão do Sistema de Planejamento do Estado de Minas Gerais, vem contribuindo, nestes 17 anos de sua existência, para o desenvolvimento de áreas e setores e para a modernização das instituições governamentais, através da realização de pesquisas, da formulação e avaliação de políticos públicos e de atividades de ensino e de consultoria organizacional. Antecipando-se e respondendo as necessidades sociais de melhor aparelhamento do Estado para o desempenho de novas e específicas funções, foram criados, a partir de algumas de suas diretorias, órgãos como o Plambel (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte), o Cetec (Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais), e o Ceag (Centro de apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Minas Gerais). Além de sua contribuição ao desenvolvimento de Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro realiza trabalhos para instituições públicas e privadas para além do âmbito estadual, o que lhe conferiu, com justiça, prestígio e renome nacionais.

Não obstante, a Fundação João Pinheiro, desde 1987, vem passando por grave crise institucional e presencia a evasão de grande número de seus melhores técnicos, que deixam a instituição em busca de remuneração mais justa e condições de trabalho condizentes com a produção científica e pedagógica de qualidade.

Nós, intelectuais e membros da comunidade acadêmica e científica, julgamos a sobrevivência da Fundação João Pinheiro fundamental para a consolidação e o avanço da pesquisa econômica, social, política e cultural deste País. Portanto, aguardamos, com inquietação, soluções que preservem a dignidade e as condições de trabalho de seus técnicos, cuja competência e seriedade tomaram a Fundação João Pinheiro uma instituição conceituada e reconhecida por essa comunidade.

Signatários:

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA, Escritor; ALUISIO PIMENTA, Prof. UFMG; AMILCAR VIANA MARTINS, Prof. Emérito UFMG; ANGELO MACHADO, Prof. UFMG e membro titular da Academia Brasileira de Ciências; ANTÔNIO AUGUSTO PEREIRA PRATES, Prof. Dept<sup>o</sup> de Sociologia

PRINCIPAIS PRODUTOS				
Variação de Preços da Média Anual de 1986/1987				
Preços recebidos pelos produtores				
Produto	Unidade	Média anual 86	Média anual 87	Variação em %
Abacaxi	cento	606,55	941,20	55,17
Alho	sc. 10 Kg.	335,35	332,25	-0,92
Arroz em casca	sc. 50 Kg.	126,40	317,78	151,41
Batata-inglesa	sc. 60 Kg.	316,03	425,14	34,53
Cacau	sc. 60 Kg.	1.054,64	3.250,00	208,16
Café arábica 7/8	sc. 60 Kg.	2.406,28	1.815,17	-24,57
Café Conilon 7/8	sc. 60 Kg.	1.825,49	1.952,88	6,98
Cana-de-açúcar	T	95,56	307,34	221,62
Feijão-preto	sc. 60 Kg.	348,43	1.094,46	184,70
Mandioca	T	174,97	661,98	278,34
Pimenta-do-reino	Kg	46,14	152,53	230,58
Tomate	cx. 22/24 Kg.	112,07	218,46	94,93
Boi gordo	arroba	274,81	836,70	204,46
Frango para corte	Kg	10,76	27,68	157,25
Ovo extra	sc. 60 Kg	7,23	16,95	134,44
Milho amarelo		95,51	281,33	194,56
<b>Inflação 365,98%</b>				

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Lézio Sathler, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente; Srs. Constituintes:

Há cerca de 18 anos, iniciava-se em Minas Gerais um esforço de modernização de sua máquina pública, para dar suporte a um processo de reversão de uma expectativa negativa em termos do crescimento econômico mineiro.

No fim do Governo Israel Pinheiro, foram criadas instituições como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Desenvolvimento Industrial. Logo no ano seguinte foi criado o Cetec – Fundação Tecnológica de Minas Gerais – a qual veio a ficar ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia criada no Governo Aureliano Chaves.

Pois bem, essas instituições passaram a formar a estrutura pensante do Estado de Minas Gerais. Instituições como a Fundação João Pinheiro e o Cetec, o mesmo modo que a Cemig e o Banco de Desenvolvimento, sempre ficaram à margem das influências político-partidárias e sempre foram preservadas como instituições pela tradição de seriedade do trabalho que sempre desenvolveram.

O atual Governo Newton Cardoso, fundamentalmente populista e eleitoreiro, vem levando essas instituições a crises sucessivas. O desrespeito do Governo àqueles que trabalham no Estado, os do funcionalismo público, vem gerando uma permanente insatisfação com o trabalho que fazem. Aqueles que têm tido oportunidade pedem demissão e se afastam, outros vêm sendo demitidos porque se revoltam com o desprezo com que esse Governo vem tratando essas instituições. As greves se sucedem. Ontem foi no Cetec, hoje é na Fundação João Pinheiro. A Fundação João Pinheiro está em greve há 34 dias. Amanhã haverá o julgamento do dissídio pela Delegacia Regional do Trabalho, havendo uma enorme expectativa do que venha a ser decidido. Os jornais de domingo publicaram um abaixo-assinado de toda a comunidade científica e acadêmica e de intelectuais de Minas Gerais e do País pela sobrevivência da Fundação João Pinheiro.

Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, assomo a esta tribuna para trazer a esta Casa a minha preocupação – e tenho certeza que falo em que nome daqueles que se preocupam com o futuro de Minas Gerais com o que vem acontecendo, com o que há de mais sério e de mais moderno em termos de Administração Pública neste País, que é aquilo que durante 18 anos vem-se formando no nosso Estado – a Fundação João Pinheiro. Esta fundação firmou-se durante toda a sua história como uma casa de idéias. Dotada de um corpo técnico de alta qualidade, vem prestando serviços dentro e fora de Minas Gerais. Não tenho a menor dúvida de que, no momento em que o País, se

UFMG; ANTÔNIO CÂNDIDO MELLO E SOUZA, Escritor, Prof. USP; ANTÔNIO LUIS PAIXÃO, Sociólogo, Prof. Deptº de Sociologia e Antropologia UFMG e Diretor do Centro de Estudos Mineiros; ANTÔNIO CARLOS MARTINS DE CAMARGO, Prof. Dr. Titular de Ciências Biomédicas USP; ANTÔNIO KANDIR, Economista Prof. UNICAMP e Pesquisador CEBRAP; ARIOSVALDO CAMPOS PIRES, Doutor em Direito e Prof. UFMG; AZIS MARTINS SIMÃO, Escritor e Prof. USP.

BALDUR LIESEMBERG, Músico da Orquestra Sinfônica SP; BAYARD DEMARIA BOITEUX, Prof. e Membro do Conselho de Educação/RJ; BARBOSA LIMA SOBRINHO, Jornalista; BENTO BARRETO, Escritor, BOULIVAR LAMOUNIER, Cientista Político, Prof. USP e Pesquisador IDESP.

CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO, Prof. USP; CARLOS EDUARDO BAESSE DE SOUZA, Prof. Deptº de Ciência Política UFMG; CARLOS ESTEVAM MARTINS, Cientista Político, Prof. USP; CARLOS JOSÉ CALDAS LINS, Prof. da UFPE e Geógrafo CARLOS RODRIGUES BRANDÃO, Antropólogo UNICAMP; CARMEM SYLVIA VIDIGAL MORAES, Profº de Sociologia da Faculdade de Educação USP; CAROLINA M. BORI, Presidente da SBPC e Profº USP; CELINA ALBANO, Socióloga, Profº UFMG; CELIUS AULICUS, Jornalista; CESAR MANOEL DE MEDEIROS, Economista do Banco do Brasil; CINTIA GUIMARÃES, Economista Fundap/SP; CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ CEDEPLAR/UFMG.

DARCY RIBEIRO, Antropólogo; DÉLIO MENDES, Sociólogo PUC/PE e SUDENE; DIDINO PAIVA, Jornalista; DORIS ACCIOLY E SILVA, Profº Fac. de Economia e Administração PUC/SP.

EDER SADER, Sociólogo, Pres. ASEP, Prof. Deptº Sociologia USP e Pesquisador CEDEC; EDGAR MAGALHÃES, Prof. Deptº Ciência Política/UFMG; EDIMILSON ANTÔNIO BIZELLI, Profº Dr. de Sociologia PUC/SP; EDMUNDO MONIZ, Escritor e Jornalista; EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA, Economista FUNDAP/SP; EDUARDO FAGNANI, economista FUNDAP/SP e Prof. UNICAMP; EDUARDO OSÓRIO CISALPINO, ex-Reitor da UFMG; ELIAS ANTÔNIO JORGE, Pres. Assoc. Prof. Universitários/BH; EVALDO AMARO VIEIRA, Prof. Dr. Titular da UNICAMP, PUC/SP e FAE/USP.

FABRÍCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA, Economista CEDEPLAR/UFMG; FERNANDO BRANT, Compositor, FERNANDO COUTINHO GARCIA, Cientista Político e Prof. Dr. UFMG; FERNANDO ORTEGA DE A. CARNEIRO, Economista FUNDAP/SP; FERREIRA GULLAR, Poeta; FLORESTAN FERNANDES; Sociólogo, Prof., Emérito USP e Prof. da PUC/SP e Dep. Federal; FRANCISCO IGLESIAS, Prog. UFMG; FRANCISCO DE OLIVEIRA, Economista e Pesquisador CEBRAP; FULVIO ABRAMO, Centro Mário Pedrosa/SP.

GIANFRANCESCO GUARNIERI, Teatrólogo, ex-Secretário da Cultura do Município de São Paulo.

HELENE BARROS, Diretora da Faculdade de Educação/UnB; HÉLIO PELLEGRINO, Psicanalista; HELOISA FERNANDES, Cientista Social/USP, HENRY CORREA DE ARAÚJO, Poeta e Jornalista.

IGNÁCIO LOYOLA BRANDÃO, Escritor; IREDE CARDOSO, Jornalista.

JACY GARCIA DUARTE MENDES, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UNESP/Araraquara; JOÃO BATISTA DOS MARES GUIA,

Sociólogo; JOÃO CARLOS ARAUJO DOS SANTOS, Economista FUNDAP/SP; JOÃO FRANCISCO, Prof. PUC e Diretor da Vox Populi; JOSÉ ARTHUR GIANOTTI, Filósofo e Prof. OSP e Pres. CEBRAP; JOSÉ AUGUSTO GUILLON DE ALBUQUERQUE, Cientista Político Prof. USP; JOSÉ BENTO TEIXEIRA DE SALLES, Escritor, JOSÉ CARLOS BRAGA, Economista FUNDAP/SP e Prof. UNICAMP; JOSÉ GIUSTI TAVARES, Cientista Político UFRS e PUC/RS; JOSÉ MARCIUS CARVALHO VALLE, Presidente Sindicato dos Engenheiros/MG; JOSÉ SERRA, Economista, Prof. UNICAMP e Dep. Federal; JOSÉ SILVÉRIO SANTOS DINIZ; Diretor do Hospital das Clínicas da UFMG e Prof. Dr. da Faculdade de Medicina da UFMG; JUAREZ RUBENS BRANDÃO LOPES, Sociólogo e Prof. UNICAMP; JUDITH KLOERZEL, Profº Drº Instituto de Ciências Biomédicas e de Medicina Tropical/USP.

LAIS CORREA DE ARAUJO Escritora; LETÍCIA MALLARD, Profº Titular; UFMG LÚDIA GOLDSTEIN, Economista, Profº UNICAMP, Pesquisadora CEBRAP, LÚCIA EMÍLIA NUEVO BARRETO BRUNO, Profº Sociologia da Fac. Educação/USP; LUIS ANTÔNIO CASTRO SANTOS, Sociólogo Pesquisador CEBRAP; LUIS FELIPE DUALENCASTRO, Pesquisador CEBRAP; LUIS PINGUELLI ROSA, Físico, Diretor COPPE/UFRJ e Membro Conselho Deliberativo do CNPq; LUIS VERNECK VIANNA, Soliólogo, Pres. IUPERJ; LUIS DE CARVALHO, Filósofo; LUIS GONZAGA DE MELLO BELLUZZO, Economista, Profº UNICAMP e Diretor do Inst. de Economia do Setor Público da FUNDAP.

MÁRCIA BARBOSA D'ALESSIO, Profº Drº Deptº História PUC/SP; MARCOS COIMBRA, Prof. Dr. Deptº Ciência Política/UFMG, e Diretor da Vox Populi; MARIA AURORA DE MEIRELES RABELO, Profº Deptº Ciência Política/UFMG; MARIA DE FÁTIMA CARNEIRO DA CUNHA, Economista UNICAMP, MARIA DE LOURDES AMARAL HADDAD, profª Fac. Educação/UFMG; MARIALICE PITANGUARY, Profº Fac/Educação/UnB; MARIJANE VIEIRA LISBOA, Profª Deptº Ciências Sociais PUC/SP; MARILENA CHAUI, Filósofa; MARIA COLASANTI, Escritora; MÁRIO ROQUE BONNI, Economista FUNDASP/SP, MARTIN OSCAR SMOLKA, Prof. UFRJ; MAURICIO TRAGTEMBERG, Prof. Dr. UNICAMP; da PUC/S e da FGV; MAURO WERKEMA, Jornalista, MILTON MARQUES DO NASCIMENTO, Prof. PUC e Diretor da Vox Populi; MOACIR LATERZA, Filósofo; MOACYR FELIX, Poeta; MÔNICA BAER, Economista Prof. UNICAMP e Pesquisadora CEBRAP; MURILO RUBIÃO, Escritor.

NELSON WERNECK SODRÉ, Historiador OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO, Prof. UFMG, Dep. Federal.

ODILON GUEDES PINTO JUNIOR, Pres. Sindicato dos Economistas Est. São Paulo; OSVALDO FRANÇA JÚNIOR, Escritor; OTÁVIO SOARES DULCE, Cientista Político e Social UFMG.

PAULO HENRIQUE OSÓRIO COELHO, Sociólogo Casa Rui Barbosa; PAULO PAIVA, Pres. ABEP e Diretor do CEDEPLAR/UFMG; PAULO SILVEIRA, Sociólogo USP; PAULO RENATO COSTA SOUZA, Economista e Reitor, **INICAMP** PAULO ROBERTO HADDAD, Prof. Titular UFMG Ex-Secretário da Fazenda e do Planejamento/MG e Ex-Diretor Planejamento, da FJP; PAULO ROBERTO SATURNINO FIGUEIREDO, Sociólogo/Comunicólogo, Diretor Fac. Filosofia e Ciências Huma

nas/UFMG; PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO FILHO, Economista Prof. UNICAMP e Pesquisador CEBRAP.

RACHID JOSÉ XAVIER, Mestre do Deptº de Ciência Política e Diretor da Vox Populi; RAFAEL BUONGERMINO NETO, ex-Prof. Estética FAAF RITA GUEDES, Profº Drº Linguística e Leitura FAAP; ROBERTO DRUMMOND; Escritor, RODRIGO ANDRADE, Engenheiro Urbanista UFMG e ex-Diretor, CDU/FJP ROSÉLIA PIQUET, Decana da UFRJ; RUI AFONSO, Economista, Pesquisador CEBRAP e Prof. UNICAMP.

TAVINHO MOURA, Compositor; TERESINHA ROSA CRUZ, Profª Fac. de Educação/UnB; TOMAS BRUGINSKI DE PAULA, Economista FUNDASP/SP e Prof. PU/SP.

VANIA MUNDIM SANTANA, Socióloga, Profª Escola de Administração de Empresas/FGV WALDEMIR LUIZ DE QUADROS, Economista FUNDAP/SP E Prof. **PUC/SP**.

WILMAR FARIA, Sociólogo, Prof. UNICAMP; WILSON TEIXEIRA BERALDO, Pres. de Honra da SBPC e Prof. Emérito da UFMG.

ZIRALDO, Cartonista.

**O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, na reunião do Congresso Nacional, no início da noite, mais uma vez, muito mais por falta de acordo de Lideranças e pela intransigência do PMDB de que por falta de **quorum**, se perdeu a oportunidade de ser constituída a CPI sobre a chacina dos garimpeiros na ponte do rio Tocantins, no dia 29 passado, pela Polícia militar do Pará, com o aval do Ministério da Justiça.

Não deixaremos de fazer esta cobrança, enquanto a Comissão Parlamentar de Inquérito não for formada para apurar as responsabilidades das autoridades estaduais e federais naquele episódio que ceifou a vida de oito pessoas e fez desaparecer mais de uma centena delas.

Este Governo sonega informações em todas as áreas, nos crimes que ele mesmo comete – como no caso de Marabá e também com respeito a outros assuntos da maior relevância para o nosso País. É o caso da reforma bancária de que queremos falar agora. Uma equipe do BIRD, do Banco Mundial, está visitando o País e se reunindo, hoje, com técnicos do Ministério da Fazenda e de outras áreas do setor financeiro do Governo. Esses técnicos estrangeiros têm acesso a informações e documentos desconhecidos do Congresso Nacional e não debatidas pela sociedade brasileira.

A reforma bancária algum tempo refugada nos gabinetes do oficialismo visa a atender aos interesses do grande capital financeiro privado, diminuindo o papel dos bancos estatais, dos bancos de economia mista e dos bancos públicos. A reforma bancária, que está sendo preparada à socapa da Nação, pretende extinguir as Caixas Econômicas estaduais, sem que a Nação saiba com base em que argumentos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como bancário, como integrante da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na Assembléia Constituinte, fizemos, junto com os Deputados Luiz Gushiken e Augusto Carvalho, do PCB, de Brasília, um ofício que encaminhamos ao nobre Deputado Fernando Gasparian, Presidente da Comissão de

Fiscalização e controle da Câmara dos Deputados. Esse ofício, conjunto, assinado pelos Deputados Luiz Gushiken, Augusto de Carvalho e Olívio Dutra, reivindica que aquela Comissão requeira do Banco Central todas as informações concernentes à reforma bancária, bem como requirite todos os documentos referentes a este assunto, inclusive os de caráter sigiloso, de acordo com o Artigo 4º, da Lei nº 7.295, de 19-12-84.

A reforma bancária não é um tema que interessa apenas aos banqueiros e à Nova República, ao Governo José Sarney e aos tecnocratas. A reforma bancária, também, não interessa apenas aos 600 mil bancários que querem discuti-la, interessa ao povo brasileiro, ao pequeno e médio empresário, microempresário, ao pequeno produtor e ao trabalhador sem terra que quer recursos para a execução da Reforma Agrária. Portanto, a reforma bancária não pode ser discutida às escondidas e implementada por decreto-lei. Reivindicamos a transparência nessa discussão e chamamos a atenção desta Casa para o fato de que essa reforma, como vem sendo anunciada, poderá gerar demissões em massa na categoria bancária e encarecer ainda mais o custo do dinheiro, tornando-o inacessível a quem dele, efetivamente, precisa: o pequeno produtor, o micro e o pequeno empresários.

Reivindicamos transparência e acesso a essas informações. Antes de serem encaminhadas aos técnicos do Banco Mundial e ao conhecimento da inteligência estrangeira, elas devem ser conhecidas desta Casa, do Congresso Nacional, da Assembléia Constituinte e da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não me encontrava em Brasília quando foi divulgada, pela imprensa, a lista dos 317 Constituintes que deram o seu apoio a uma emenda acordando cinco anos de mandato ao Presidente José Sarney. Encontrava-me fora desta Casa e tive a oportunidade de sentir, por parte da opinião pública, a profunda decepção com o comportamento daqueles que estão querendo, mais uma vez, cassar o povo brasileiro na sua legítima expectativa de eleger este ano o futuro Presidente da República.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que entre os 317 Constituintes que assinaram a emenda que dá cinco anos de mandato ao Presidente José Sarney estão 169 assinaturas de Deputados e Senadores do PMDB. Isso é uma vergonha para o nosso Partido. Não posso deixar de reconhecer que os Companheiros do PMDB que assinaram a lista de apoio à transferência das eleições diretas este ano cometeram, no mínimo, estelionato político. Nenhum dos Companheiros do PMDB signatários dessa emenda, nenhum desses – que eu sabia – jamais teve a coragem, durante o período em que postularam seus mandatos à Assembléia Nacional Constituinte, de anunciar na campanha que eram favoráveis a um mandato de 5 anos para o Presidente da República.

Diz-se inclusive que é injusto diminuir o mandato do Presidente José Sarney. Já tive oportu-

nidade, várias vezes, nesta Casa e nesta tribuna, de dizer que não estamos encurtando o mandato de ninguém, porque o do atual Presidente da República foi fixado solenemente pelo falecido Presidente Tancredo Neves, quando assumiu, com a opinião pública, o compromisso solene e irrevogável de que o Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral deveria governar apenas 4 anos, que seria, na visão de Tancredo Neves, o período mínimo necessário para que houvesse a transição pacífica entre o regime de arbítrio militar e uma democracia plena que o povo brasileiro quer ver instalada no nosso País. Portanto, não se trata de encurtar o mandato de Sua Excelência, mas de se cumprir, formalmente, aquilo que já tinha sido decidido politicamente há muito tempo, e um compromisso que foi solenemente assumido com a Nova República.

Dizem alguns outros que o Presidente José Sarney já teve oportunidade, neste País, de ser até Imperador se quisesse, na época do Plano Cruzado. Ora, mas como não estamos mais na época do Plano Cruzado, mais uma razão nós temos para definir o processo eleitoral este ano diante da grave conjuntura política que o País atravessa. Todos nós estamos de acordo que vivemos num país onde o que mais falta é governo e autoridade. A nossa Nação caminha para uma situação de ingovernabilidade, a nossa Nação caminha para uma trágica situação onde estamos virando um país de espertos, na visão da opinião pública que vive um cotidiano angustiante diante de salários que não dão mais para nada. Na visão da opinião pública os governantes deste País vivem todos a se locupletarem dos cofres públicos. Então, raciocina o povão e a opinião pública: se os graúdos e os “tubarões” roubam, por que não rouba todo mundo? Diria, hoje, que a dimensão moral da crise brasileira é talvez muito mais importante do que a sua dimensão social e a sua dimensão econômica.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, dizer a esta Casa o que ouvi da opinião pública, o que ouvi de todos que ficaram decepcionados com aquelas 317 assinaturas, sobretudo, com as assinaturas dadas pelos Parlamentares do PMDB: de que nós não temos nesta Casa o direito de frustrar mais uma vez os anseios do povo brasileiro. Só quem tem mais de 47 anos no Brasil, algum dia já votou para Presidente da República.

Qualquer poder precisa de legitimidade para se sustentar. É uma constatação factual se afirmar que está faltando legitimidade a este Governo. É uma irresponsabilidade querer dar 5 anos de mandato ao Presidente José Sarney, porque todos nós sabemos que este Governo não tem mais condições políticas de se agüentar por esse período, e pode cair em cima de todos nós, criando um grave impasse institucional. (Muito bem!)

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É preocupação hoje de todo o Brasil, e não apenas da Bahia ou do Nordeste, a privatização da Caraiíba Metais. Acreditamos mesmo que há muitas empresas que não deviam existir, mas a Caraiíba Metais é uma empresa que tem todas as condições de apresentar uma alta lucratividade. Faz parte do Planejamento global, a que já nos referimos aqui em outras oportunidades, o com-

trole dos nossos infelizes países do Terceiro Mundo.

O pior, Sr. Presidente, é que essa privatização atinge fundamentalmente os interesses do povo e da Nação. Querem privatizar separando a metalurgia da mineração. Nessa separação, há também a idéia de intensificar uma exploração predatória na região de Caraiíba, onde está a maior reserva de cobre do nosso Estado. Se isto acontecer, nós vamos deixar sem aproveitamento mais de 300 mil toneladas de cobre. E por que isso? Porque na época do chamado Brasil Grande, dos projetos megalômanos, é verdade, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o investimento feito para a mineração foi exorbitante, devemos reconhecer isso. Talvez 200 ou 300 milhões de dólares seriam suficientes para equipar toda a exploração da mina. Entretanto, aqueles grandiosos projetos, à época do Brasil potência – que virá um dia a ser Brasil potência – superestimaram as coisas e fizeram investimentos quase dobrados. Mas esse erro não justifica absolutamente a tal privatização de hoje. Basta ver que o preço internacional do cobre está na base de 3.500 dólares. Entretanto, o cobre produzido pela Caraiíba Metais é vendido no mercado interno por 2.100 dólares a tonelada, isto é, uma diferença de 1.400 dólares. No ano passado, a empresa deu um lucro de 385 milhões de cruzados, o que não está ocorrendo agora devido a esse preço vil determinado pelo CIP, para beneficiar as indústrias de São Paulo, a Pirelli, a Goodyear, a Eluma, a Ficap, a Termomecânica e outras, para citar as principais que, com esse preço, já ganham mil e tantos dólares, porque os produtos industrializados são lançados no mercado tendo em vista o preço do cobre no mercado internacional.

Ora, se a Caraiíba Metais, mesmo nessas condições, produz hoje 1 milhão de dólares por dia, ou seja, uma renda anual de mais de 300 milhões de dólares, vejamos os Srs. Constituintes quanto não lucrariam se acrescentassem 1.100 dólares por tonelada; teríamos uma rentabilidade de aproximadamente 450 milhões de dólares/ano.

Sr. Presidente, não é só isso. A privatização agora está sendo tentada para beneficiar, infelizmente, quatro empresas, sendo três multinacionais: a Pirelli, a Ficap, a Eluma, que se diz nacional mas é ligada ao Grupo Noranda, o grande grupo canadense que também explora o setor de cobre: brasileira só mesmo a Termomecânica; a menor de todas.

O que vai ocorrer, Sr. Presidente? Naturalmente a privatização vai ser do filé **mignon**, a metalurgia, que vai ser separada da mineração; a mineração vai ficar a cargo da Caraiíba, não só na Bahia, como também no Rio Grande do Sul. A metalurgia é justamente o setor que vai ser entregue às chamadas empresas internacionais, e por um preço vil, porque a implantação da metalurgia da Caraiíba Metais em Salvador foi da ordem de 650 milhões de dólares. Ora dizem aí os chamados modernizadores que é necessário abrir o País às multinacionais, porque vamos ter investimento de capital estrangeiro. Ora, vejamos só! O que custou ao povo brasileiro 650 milhões de dólares está sendo colocado à venda 500 milhões. E vejamos, eles não vão gastar nada. Quem vai financiar é o BNDES; 130 milhões eles vão aplicar no mercado de ações, e as quatro empresas vão adquirir apenas 70 milhões de dólares, Sr. Presi-

dente, Srs. Constituintes. Naturalmente que a Termomecânica, que é a nacional e a menor, é que vai contribuir com menos recursos. Vejam bem: 70 milhões de dólares é o dinheiro necessário para a privatização de uma empresa de interesse nacional, de interesse estratégico, inclusive das Forças Armadas, porque o cobre é um minério da maior importância no setor dos armamentos. Depois de a Nação ter investido na mineração e na metalurgia 1 bilhão e 500 milhões de dólares, vamos dá-las de bandeja a essas empresas internacionais, por 500 milhões de dólares, sem que elas despendam coisíssima nenhuma, porque apenas vão gastar 70 milhões divididos entre a Pirelli, a Eluma, a Ficap e a Termomecânica, a única brasileira que deverá entrar com 5 ou 6 milhões de dólares.

Pasmem os Srs. Constituintes com essa privatização. Aqui estamos nesta tribuna, para pedir a atenção do Senhor Presidente da República para a manobra que está sendo feita e que vai de encontro aos interesses do País, aos interesses da segurança brasileira e a tudo enfim, Sr. Presidente.

Tínhamos aqui um elenco de outros problemas para apresentar ainda dentro desta comunicação, mas vejo que o meu tempo está a se esgotar. Assim, Sr. Presidente, concluo para continuar este mesmo assunto no Horário da Liderança, pedindo a transcrição do documento "Denúncia à Nação", do I Seminário Nacional do Cobre, realizado nos dias 18 e 19 próximo passados, aqui em Brasília, assinado por diversas associações da Bahia. Oportunamente, continuarei o assunto, dando novos elementos para que a Casa possa pensar com bastantes esclarecimentos sobre esse problema. (Muito bem!)

*(DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE O ORADOR)*

**DENÚNCIA À NAÇÃO**  
I Seminário Nacional do Cobre

A Comissão de Minas, Energia, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa da Bahia e as entidades infrafirmadas, reunidas em Brasília no I Seminário Nacional do Cobre, vêm de público posicionar-se frontalmente contra o processo de desmembramento das Unidades de Mineração e Metalurgia da Caraíba Metais e sua posterior privatização. Esta estatal é responsável pelo suprimento de 80% da demanda de cobre instalada no País e por um faturamento anual superior a 300 milhões de dólares. A importância econômica e estratégica da Caraíba Metais reflete-se na economia de divisas de cerca de 310 milhões de dólares anuais e na garantia do suprimento do cobre eletrolítico ao mercado nacional, que permitiu o florescimento e manutenção da indústria transformadora de cobre no País, abrangendo atualmente cerca de 200 secundárias, e algumas milhares de 3ª geração que desenvolveram e consolidaram toda uma tecnologia estritamente nacional.

Os preços fixados pelo Governo Federal aos produtos da Caraíba Metais configuram uma política de transferência de renda para a iniciativa privada, haja vista que enquanto os preços internacionais estão em torno de US\$ 3.500/ta empresa pratica preços aviltados em US\$ 2.100,00/t incredivelmente inferiores aos custos de produção. Ainda que em 1986, a empresa tenha obtido um lucro de 358 milhões de cruzados, já no último ano, em decorrência desta absurda política

de preços, a Caraíba vem acumulando grandes prejuízos, o que se entende como uma política deliberada no sentido de comprometer a imagem desta empresa perante a opinião pública, de modo a justificar a sua privatização.

O avançado processo de desmembramento das unidades de mineração e metalurgia, previsto para ser efetivado até o dia 31 de janeiro, acompanhado de um programa de exaustão da mina em 3 anos trará, com certeza, graves problemas sociais e econômicos para a ampla região do nordeste baiano, afetando uma população superior a 300.000 habitantes, já submetida a sérias dificuldades da seca. Este programa redundará no não aproveitamento econômico de uma reserva remanescente de 300.000 toneladas de cobre contido na Mina Caraíba e inviabilizará o aproveitamento de outros importantes depósitos no Vale do Curaçá.

Essa pretendida privatização atende exclusivamente aos interesses de 4 grandes grupos econômicos, sendo 3 estrangeiros, e contraria centenas de pequenos e médios empresários no setor de transformação do cobre em face da inevitável oligopolização do seu mercado.

Finalmente, as entidades que subscrevem este documento denunciam à Nação o plano de privatização da Caraíba Metais como sendo danoso à soberania nacional, ao desenvolvimento equilibrado no País e às economias nacional e regional, particularmente, aquelas da Bahia e do Nordeste brasileiro. Tal privatização, se consumada nos moldes propostos, socializará os prejuízos e privatizará os lucros, além de favorecer unicamente a uns poucos grupos monopolistas privados que poderão, inclusive, acarretar a desnacionalização de um empreendimento edificado com o sacrifício de todo o povo brasileiro, a um custo de 1,5 bilhão de dólares e prestes a ter o seu controle entregue a um preço aviltante de 70 milhões de dólares.

Os parlamentares e as entidades participantes do I Seminário Nacional do Cobre exigem:

– a imediata paralisação do espúrio processo de desmembramento e privatização da Caraíba Metais.

– Que o Governo Federal adote uma política de preços de cobre compatível com o mercado e que sejam dadas condições administrativas e financeiras à Caraíba Metais de modo que a mesma tenha normalizado o seu funcionamento.

– A sociedade baiana merece maior consideração e respeito por parte dos organismos federais, que vêm, sistematicamente, boicotando todo o processo de discussão democrática desse tema tão importante para o povo brasileiro. – Associação Baiana de Administradores – Associação Baiana de Engenheiros de Minas – Associação Baiana de Geólogos – Clube de Engenharia da Bahia – Conselho Regional de Administradores – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia – Conselho Regional de Economia da Bahia – Coordenação Nacional dos Geólogos – Coordenação Contra a Privatização da CMSA (empregados) – Sindicato dos Economistas da Bahia – Sindicato dos Engenheiros da Bahia – Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia – Sociedade Brasileira de Geologia – Apromina – União dos Prefeitos da Bahia – Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia.

**O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É uma sentida reivindicação do povo carioca e do povo fluminense – e não é de hoje, é de há muito tempo – a instalação de um pólo petroquímico no Estado do Rio de Janeiro.

Infelizmente, na hora em que se viabiliza essa hipótese, o nosso trêfego Governador do Estado do Rio de Janeiro se precipita e resolve decretar que a localização do pólo petroquímico é em Itaguaí. Decide que é em Itaguaí, avisa a população, solta foguetes, enfim, anuncia aos quatro ventos que o pólo petroquímico vai ser instalado no Rio de Janeiro, no Município de Itaguaí, esquecendo-se de que o terreno que "escolheu" – porque não tem poder para isso, quem o tem é o Governo Federal, o Ministério da Indústria e do Comércio e a Presidência da República – o terreno que indevidamente designou para servir de base física, territorial ao pólo petroquímico é o que pertence à Companhia Siderúrgica Nacional.

A Companhia Siderúrgica Nacional é a maior pagadora de ICM do Estado do Rio de Janeiro. É uma conquista, inclusive, da luta dos nacionalistas, de toda uma geração que lutou para que o Brasil tivesse a sua indústria siderúrgica. Volta Redonda é o símbolo da emancipação econômica do nosso povo.

Pois bem, inadvertidamente e por leviandade foi escolhido o terreno da Companhia Siderúrgica Nacional – terreno que foi desapropriado por um decreto do General Ernesto Geisel, quando era Presidente da República, para servir de expansão à Companhia Siderúrgica Nacional –, escolhido por esse Governador para a construção do pólo petroquímico em Itaguaí, como, aliás, podia ser feito em Macaé, em Campos ou em Duque de Caxias.

É certo que não estou realmente por dentro das razões que levaram os técnicos a essa decisão – e acredito que são competentes. Inclusive, a Presidência dessa empresa criada pelo Estado está entregue ao Dr. Rodrigo Lopes, um técnico de muita boa qualidade. Enfim, o problema não é técnico, é político, global. O terreno se destina à expansão da Companhia Siderúrgica Nacional e não pode, pela vontade desse trêfego Governador, ser instalado lá, em prejuízo da referida Companhia.

Fiz um artigo no **Jornal do Brasil** sobre esse assunto; no dia seguinte o Secretário da Indústria e do Comércio tentou desmentir-me, não o consegui e acabou por me confirmar. Veio dizer que nós, do PDT, não queremos pólo petroquímico, o que é uma grossa mentira, é uma calúnia, pois queremos o pólo petroquímico e queremos, também, compatibilizá-lo com a expansão da siderúrgica. Não podemos castrar a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional por causa de uma localização indevida.

Felizmente, parece que o bom senso está prevalecendo. Tenho notícias da Associação dos Engenheiros de Volta Redonda de que esta semana eles estão sentados frente às pranchetas, os técnicos do pólo petroquímico com os técnicos da Companhia Siderúrgica Nacional, para ver se, tomando um pouco de terreno da Portobrás e da Cosigua, há uma maneira de se compatibilizar a manutenção da área necessária à expansão da

Companhia Siderúrgica Nacional com a área necessária ao pólo petroquímico.

Fica aqui este registro, que é de indignação, pelo fato de que fomos acusados de ser contrários ao pólo petroquímico. Não somos contrários, só não queremos que ele venha prejudicar a Companhia Siderúrgica Nacional, que constitui um marco da independência econômica do nosso País e motivo de orgulho para todos nós, fluminenses, Deputados. Inclusive, a Companhia foi fundada pelo avô da mulher do Governador Moreira Franco: Getúlio Vargas. S. Ex.<sup>a</sup> deveria ter cuidado para não prejudicar essa grande obra do imortal Presidente Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, faço votos para que os técnicos do pólo petroquímico e da Companhia Siderúrgica Nacional entrem em entendimento, a fim de que possamos realmente ter o pólo petroquímico onde for mais conveniente, mas que não prejudique a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional. (Muito bem!)

**O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo comunicar a esta Assembléia Nacional Constituinte que assim que eu deixar esta tribuna estarei me dirigindo ao Supremo Tribunal Federal, para encaminhar uma notificação judicial contra o Presidente da Câmara dos Deputados, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup>, conforme dispõe o Código de Processo Civil, em 24 horas, informe as providências que adotou, ou irá adotar, para que o Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, compareça perante o Plenário da Câmara dos Deputados, atendendo a dois requerimentos de convocação aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao Requerimento nº 5, de 1987, apresentado em 27/4, aprovado em 24/6, de minha autoria; e ao Requerimento nº 26, de 1987, também de minha autoria, apresentado em 28/9 e aprovado em 22/10. E neste, o encaminhamento foi feito em aditamento ao Requerimento de convocação nº 5/87, e já, então, para que o Ministro viesse prestar esclarecimentos sobre as denúncias de corrupção na concessão de verbas públicas.

Ocorre, Sr. Presidente, que no dia 14/1 encaminharei ao Presidente da Câmara dos Deputados, numa sessão da Assembléia Nacional Constituinte, presidida por S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Ulysses Guimarães, um requerimento de reclamação sobre a falta de providências da Mesa da Câmara ou do Ministro de Estado, em consonância com o art. 38 da Constituição Federal, que estabelece crime de responsabilidade o não cumprimento de convocação. Como até hoje não recebi também do Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, qualquer informação das providências solicitadas em requerimento de reclamação do dia 14/1, e diante do noticiário de que o Ministro do Planejamento já anunciou a sua saída, a sua demissão – está apenas por mais alguns dias respondendo pelo Ministério, Sr. Presidente, e não tendo mais a quem recorrer, só nos restará apelar ao Supremo Tribunal Federal.

Não é possível que se repita mais uma vez o que aconteceu com o Ministro Dílson Funaro, que descumpriu o mandamento constitucional, não comparecendo, nos prazos estabelecidos pela lei, a uma convocação da Câmara dos Depu-

tados e, depois, quando já vencidos os prazos, marcou data para fazê-lo e acabou renunciando na véspera do seu comparecimento, e na renúncia pela imprensa S. Ex.<sup>a</sup> disse que a corrupção e a impunidade haviam feito fracassar o Plano Cruzado. Até hoje não sabemos, corrupção de quem, impunidade de quem? “Sabe-se evidentemente”, “e não se sabe”.

O Ministro Aníbal Teixeira está sendo acusado de corrupção e acusando a outros mais. S. Ex.<sup>a</sup> disse que daria os nomes aos bois. Não o fez, não respondeu às acusações e, mais uma vez, parece que a impunidade vai acontecer nesta Nova República. É preciso romper o círculo vicioso da irresponsabilidade e da impunidade.

Se a Mesa da Câmara dos Deputados não exerce sua autoridade para tanto, nós do Plenário teremos que provocar uma ação correspondente. E tendo esgotado todos os recursos no Plenário da Câmara dos Deputados, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, só nos resta, agora, recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Irei a essa Corte de Justiça para encaminhar essa notificação judicial e retomarei a esta sessão para falar ainda, inscrito que estou, na parte da sessão dedicada à discussão dos temas constitucionais, porque desejo falar exatamente sobre um dos mandamentos que considero dos mais importantes em matéria constitucional, que é aquele que determina que a Constituição deve ser cumprida. De que adianta fazermos uma nova Constituição se for para repetir o que está acontecendo com a atual, o seu descumprimento, o seu desconhecimento? Já não pelo povo, não pela Nação, mas pelos responsáveis pelo Estado, pelos responsáveis pela Nação brasileira.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, era esta a informação que tínhamos a fazer e o renovado apelo para que se comece, de uma vez por todas, a dar um basta a essa situação de inconseqüência, de irresponsabilidade, de impunidade, antes que seja tarde demais. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Victor Faccioni, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Chico Humberto.

**O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Peço permissão, nesta tarde, para relatar um fato, se não inusitado, pelo menos hilariante, ocorrido na minha terra, na minha cidade natal, Uberlândia, onde o Presidente do PMDB Municipal propôs, através de um requerimento, a suspensão do ato de posse da Vereadora Martha Azevedo Pannunzio. Baseava-se esse Senhor no AI-2 de 1965, no Código Eleitoral de 1950 e ainda, segundo ele, na Constituição de 1946. O motivo do pedido de suspensão da posse foi a infidelidade partidária.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Vereadora Martha Azevedo Pannunzio, do PDT de Uberlândia, a 12 de dezembro de 1982, foi diplomada como 1<sup>o</sup>-Suplente de Vereador do PMDB; a 15 de maio de 1985, a Emenda Constitucional de

nº 25 revogou o parágrafo único do art. 152 da Constituição Federal, extinguindo a figura jurídica da fidelidade partidária. Em 13 de agosto de 1985, a Vereadora cancela a sua filiação no PMDB e se inscreve no PDT; em 2 de fevereiro de 1987, a Vereadora toma posse na vaga deixada pela renúncia de um vereador do PMDB, que se elegeu Deputado Estadual; em 21/12/87, através de requerimento, o Presidente do PMDB local de Uberlândia reivindica a vaga da vereadora, alegando infidelidade partidária e argumentando que essa vaga seria de um suplente do PMDB.

O fato ao qual aludimos como hilariante refere-se às recentes alegações do Presidente do PMDB local a uma negativa do Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Silas Alves Guimarães, onde declara pela imprensa a legalidade do mandato da Vereadora. É que o PMDB local, após a omissão do TRE, em dezembro de 1986, a uma consulta referente à ocupação da vaga criada com a renúncia do Vereador do PMDB, declarou que era preciso acabar com o fisiologismo político no Brasil, pois todo dia o sujeito muda de partido. É dessa forma que vamos fazer com que, de agora em diante, os políticos pensem mais seriamente nos compromissos que assumiram. “Queremos acabar com isso” – diz o ilustre Presidente – acrescentando ainda “sentir-se no dever de corrigir esse defeito clássico da política brasileira”.

Ora, Srs. Constituintes, quem pensa que é esse pseudo-advogado? Será que se sente um deus? Será que não sabe que os Atos institucionais deixaram de existir – assim como deixou de existir a ditadura, ou será que a ditadura entortou a boca de todos esses representantes de uma pseudodemocracia participativa, como é pregada na minha terra?

Uberlândia se prepara, em 1988, para fazer 100 anos, e dá o pior exemplo de participação política para o Brasil, através de elementos como esse e de outros que, da vizinha cidade de Uberaba, também propuseram a cassação de outro vereador, que era do PMDB e se inscreveu no PFL.

Disse ainda esse Presidente que irá às últimas conseqüências para reaver a cadeira de vereador do seu Partido. Pois bem, devo avisar a esse senhor que topamos a parada, que não nos vamos intimidar, que estaremos prontos para responder ao confronto que propõe, que não aceitamos intimidação. Enganam-se redondamente os que nos tentam intimidar, isso não nos afeta. Há um ditado latino que diz **Dormientibus non succurrit jus** – a lei não socorre os que dormem. E não estamos dormindo nesta hora; vamos lutar ao lado da Vereadora, que conta com seus companheiros, com bons advogados e como seu Partido.

Só não entendemos o porquê de todo esse terrorismo político que o PMDB local instala nas duas cidades e em toda a região. Só não entendemos por que tanta gente, nessa região, abandona o PMDB. Também não entendemos quais os motivos dessa interferência maléfica, esse exemplo funesto e, acima de tudo, antidemocrático, dos representantes municipais do maior Partido do Ocidente. Talvez tenha sido a gota d'água, a participação coerente, honesta e competente da Vereadora, quando solicitou o perdão aos seis dias de greve dos servidores municipais. Na verdade, não é nada disso. Tentam-nos intimidar! Tentam o enfrentamento!

Quero dizer a todos que topamos a parada, sim!. Estamos atentos. Atentos a todos os atos de tirania política que se instalou em Minas Gerais; que nunca teve o seu conceito político tão denegrado, com a imagem e o papel do político tão disfarçado, tão desfeito em termos de política nacional.

Fica, portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o alerta não só ao Presidente do PMDB de Uberlândia, como a todos os Presidentes Municipais de Partidos, que não aceitamos mais os atos de tirania que são impostos goela abaixo nas Câmaras Municipais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

**O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não pretendia entrar neste assunto, até porque a matéria que o Constituinte Francisco Humberto de Freitas Azevedo traz à tribuna é paroquial, do interesse de Uberlândia, não propriamente do interesse da Assembléia Nacional Constituinte, nem de normas constitucionais. É um assunto doméstico. De outro lado, S. Ex.<sup>a</sup> é irmão da Vereadora que está tendo a sua posse contestada em Uberlândia.

Devo apenas dizer a S. Ex.<sup>a</sup> e a esta Casa que não vou realmente entrar nessa briga familiar, nessa questão de ordem íntima, nesse problema de fundo de quintal de Uberlândia, que S. Ex.<sup>a</sup> traz à Assembléia Nacional Constituinte.

Devo dizer, em defesa do Presidente do PMDB de Uberlândia, Dr. Irani Gonçalves da Costa, meu amigo, Jurista competente, que não existe terrorismo político, que não existe Ato Institucional; simplesmente o Presidente do PMDB, naquela cidade, está questionando, na Justiça, a posse da citada Vereadora.

Ora, o Constituinte Francisco Humberto de Freitas Azevedo sabe que a Justiça existe para isso, e, na medida em que se pede o veredicto, na medida em que se pede a opinião, na medida em que se questiona, jurídica e judicialmente, um ato tido como ilegal, demonstra-se o respeito às normas de convivência democrática, e o acatamento implícito ao que vier a ser decidido pela Justiça.

É um assunto de ordem emocional. O Sr. Constituinte exagerou um pouco, até porque é neófito nesses assuntos e, provavelmente, não saiba que a Justiça existe exatamente para tal fim. Seguramente S. Ex.<sup>a</sup> tem o registro do seu exagero pelas minhas palavras.

**O SR. CHICO HUMBERTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, já que fui citado nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Chico Humberto, não houve nenhuma citação ofensiva a V. Ex.<sup>a</sup> que justifique a utilização da tribuna. A Mesa faz um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que permita se passe às Comunicações de Liderança e, após este período, V. Ex.<sup>a</sup> poderá solicitar a palavra para uma explicação pessoal, e a Mesa deferirão o seu pedido.

**O SR. CHICO HUMBERTO:** – Sr. Presidente, a bem da verdade, estou chegando hoje da minha cidade: ou não tenho a consciência do que ocorre no lugar, ou o nobre representante da minha cidade não está informado do caso ou daquilo que está se passando nas bases eleitorais, que também são dele. Não corre na Justiça nenhum processo, nada foi entregue ao Juiz Eleitoral, e sim ao Presidente da Câmara de Vereadores, que pertence ao PMDB.

Gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> provasse o que disse, já que, segundo ele, sou neófito. Não se discute aqui a figura da minha irmã como vereadora, mas o cargo de vereador, e isso tem que ser respeitado. Como S. Ex.<sup>a</sup> disse que o processo corre na Justiça, gostaria que o provasse aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Benito Gama.

**O SR. BENITO GAMA (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero na presente sessão da Assembléia Nacional Constituinte congratular-me com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República José Sarney e com o Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, pela feliz escolha do novo Secretário da Receita Federal na pessoa do Dr. Reinaldo Mustafa. A Secretaria da Receita Federal, órgão extremamente técnico e de grande importância na execução da política econômico-financeira do País, conta agora com funcionário de seu próprio quadro, conhecedor profundo das questões tributárias, provado nos cargos que já exerceu em sua vida pública, entre os quais destaco os de Secretário de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Diretor da Escola de Administração Fazendária, Assessor da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, da Constituinte, e, tenho certeza, desempenhará o seu papel com capacidade e lealdade ao Governo Sarney.

A Secretaria da Receita tem hoje uma função extremamente importante, na medida em que a questão tributária é o assunto mais polêmico da sociedade brasileira, uma vez que uma grande maioria de brasileiros é contribuinte e a cada dia se ouve mais discussões sobre o assunto. A classe média, o assalariado que hoje paga impostos na fonte descontados no contracheque está cada vez mais a exigir do Governo Federal equidade na cobrança de tributos e justiça fiscal. Hoje, a grande discussão no País é a tributação do trabalho **versus** a tributação do capital. Sabemos todos quanto sofre a sociedade com a inflação, que considero o maior tributo que paga, mas também não podemos deixar de reconhecer que a carga tributária do assalariado é muito forte e muito alta. É necessário que a Receita Federal encontre meios de reduzir a carga líquida de impostos no assalariado e conseguir tributar mais os ganhos de capital, com novas medidas tributárias de aspecto legal, bem como aperfeiçoar a fiscalização para que se evite a sonegação. Para isso, tenho certeza, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o Dr. Reinaldo Mustafa, que hoje foi empossado como Secretário da Receita Federal, dispõe de qualidades e vontade de trabalhar no sentido de ajudar o Ministro Mailson da Nóbrega a corrigir essas distorções.

Muito Obrigado.

**O SR. KOYU IHA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil começa este ano de 1986 sob o signo da indefinição, e não da esperança, como quer fazer crer o Executivo. Uma indefinição que tem origem principal no setor político espraia-se acentuadamente no campo econômico e atinge, por consequência lógica, todo o setor produtivo, ocasionando danos irreparáveis à sociedade e ao País. Esta indefinição é o início do processo de recessão, tendo em vista o baixo poder aquisitivo dos salários, conseqüentemente o baixo consumo, gerando a redução de emprego, e a falta de investimentos. Isto, transferido para a sociedade como um todo, traz a instabilidade, o que nos leva a temer por uma convulsão social de conseqüências imprevisíveis, capaz de atropelar os acontecimentos, sobrepor-se à Assembléia Nacional Constituinte e desaguar em um retrocesso institucional que, acredito, ninguém deseja.

O Governo continua sem rumo nem perspectiva. O clima de liberdade que hoje se respira no País está toldado pela imagem de indecisão e insegurança de um Executivo que tinha tudo para ser politicamente sólido, mas que, por artimanhas palacianas, tem hoje o andar titubeante e procura sobrevida em alianças que não visam o interesse da Nação. A posse do quarto Ministro da Fazenda em três anos, a inflação recorde e os pacotes periódicos evidenciam a ausência de uma política econômica consistente, ao mesmo tempo em que a predominância decisória de um agrupamento, que não venceu as eleições de 1986, mostra o caráter personalista e essencialmente imperialista do nosso sistema de Governo, em que a vontade de um sobrepõe à vontade da maioria e ao desejo da Nação. Esse barco à deriva em que se transformou hoje o nosso País apresenta o supremo exemplo de desigualdade e distorção social, consubstanciado no fato de 1% dos brasileiros participar de 14% da renda nacional, enquanto que 42% participam de apenas 13%. Isto significa que 1% de brasileiros privilegiados detém mais poder econômico do que 42% de brasileiros juntos. É uma distorção impressionante, uma situação vergonhosa, que põe por terra a tão decantada opção pelo social; "isto sem falarmos na acumulação de riqueza, pois esta é acumulada através da parcela de renda não consumida, que no caso dos pobres é zero e a de 1% (um por cento) mais rica poupa e/ou investe em especulações financeiras, que crescem a uma velocidade altíssima, já que no Brasil as taxas de juros são superiores à taxa de crescimento da economia. Esta concentração de renda e riqueza aglutina e aguça a demanda de bens sofisticados em detrimento daquilo que é essencial à maioria da população brasileira (alimentação, saúde, educação, habitação, transporte). A redistribuição da renda e da riqueza é um imperativo do ponto de vista humanista, mas também uma exigência para o funcionamento da economia." Economista José Pascoal Vaz – Membro do Conselho Superior da Ordem dos Economistas de São Paulo.

Ninguém se atreve a investir, porque não há balizamento seguro, e sem investimentos corremos o risco de ver sucateado nosso parque industrial, reduzido mais ainda o nível de empregos e a perda da competitividade de nossos produtos

no mercado internacional. O Executivo, por seu lado, continua gastando mais do que arrecada, e insiste em tentar gravar indelevelmente seu nome em obras não compatíveis com a realidade brasileira. Releva destacar, ainda, a sangria representada pelos subsídios, que podemos dividir em três tipos, os concedidos às estatais, os de caráter social e os fornecidos a empresários amigos do Governo, na forma de auxílio-financeiro, estes amplamente condenáveis. Aliás, é estranho que quando este último tipo de subsídio ocorre, como recentemente, os empresários não protestem com a veemência que protestam quando, por exemplo, é concedido um subsídio a uma estatal produtiva e essencial ao desenvolvimento industrial nacional, que tem normalmente os preços defasados de seus valores reais de custo, como incentivo ao processo produtivo privado. (Energia – Siderurgia – Transporte).

Quanto a nós, fomos eleitos para escrever uma nova Constituição para o País, uma nova Constituição que reunisse os avanços institucionais e sociais, compatível com os avanços econômico alcançados nos últimos anos, transformando o País em 8ª economia mundial.

Estamos nesse trabalho há um ano e chegamos ao ponto em que sequer podemos dizer que existe um arcabouço de Constituição, pois a vontade da maioria dos Constituintes, e não do povo, representada pelo grupo denominado “Centrão” poderá levar a uma nova Carta Magna, que pode desfigurar pontos essenciais do projeto elaborado até agora. Reconheço que isso faz parte do jogo democrático, mas preocupa-me a feição dessa nova Carta, pois os brasileiros esperam avanços reais, significativos, capazes de consolidar uma sociedade melhor, em que a relação capital-trabalho não tenha os contornos desumanos de hoje, que dê aos brasileiros instrumentos constitucionais que permitam exercer o seu direito de cidadania; questionar as ações e/ou omissões das autoridades constituídas; reivindicar, sem o medo de serem perseguidos, só assim teremos as mudanças estruturais para podermos enfrentar os problemas conjunturais, enfim liberdade para exercermos a Democracia, é a questão democrática que está em jogo.

Enfrentarmos este jogo é oferecer uma nova Constituição aos brasileiros o quanto antes, sem mais delongas, pois a Nação já está enfasiada com a demora, acreditando que estamos defendendo interesses menores, que não a minha consciência e os meus princípios e os compromissos assumidos em praça pública, os quais, asseguro, não serão trocados pela mais alta benesse que possa existir. Quero ter a cabeça erguida quando sofrer o julgamento de meus compatriotas e da história.

Partidariamente, estou convencido de que a população brasileira está confusa e decepcionada com o meu Partido, o PMDB, que continua carregando o ônus de ser Governo, sem dele fazer parte efetivamente e, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte dividiu-se, emergindo com duas faces que, ao mesmo tempo, confundem e descaracterizam a agremiação, sepultando anos de um trabalho político voltado para a busca da democracia e a defesa das necessidades básicas do povo. Entristece-me ver o PMDB nessa situação e, sobretudo, verificar que o partido que saiu das urnas de 86 nada tem a ver com aquele que

foi aos palanques pedir votos. Os atos e atitudes de muitos parlamentares peemedebistas, hoje, guardam surpreendente e lamentável distância dos discursos eleitorais de ontem, tornando impossível, ao eleitor, manter-se crédulo e confiante. O PMDB que vemos nesta Casa é um PMDB bifronte, ambíguo, um partido sem identidade, que sequer pode vislumbrar seu futuro. Entristece-me, também, constatar que a população desconhece o esforço de um grupo de parlamentares para resistir às pressões e manterem-se em uma linha de atuação progressista, tentando responder às expectativas dos que acorreram às urnas em 86. Vejo, com incontido pesar, o PMDB caminhando célere para um processo de decisão a nível nacional, sem que ninguém da cúpula, efetivamente, com isenção e vontade, faça algo em contrário. Temos assistido, por exemplo, cento e poucos senhores parlamentares votarem com o chamado “Centrão”, sem que se verificasse qualquer manifestação da cúpula partidária. No entanto, chovem críticas e acusações aos peemedebistas que tentam definir o comportamento do partido. Positivamente, esse não é o PMDB que vi como legítimo sucessor do PMDB que abracei ao início de minha vida pública e ao qual me orgulhei de pertencer, sobretudo no período em trincheira avançada na luta pela democracia. Agora precisamos construir a Democracia.

Estou firmemente convencido de que boa parte da responsabilidade por um possível ajustamento da situação está em nossas mãos, e esse ajustamento começa, a meu ver, pela convocação de eleições presidencialistas o mais rápido possível; por uma ampla e completa reforma partidária, e pela entrega à Nação, no menor prazo possível, da nova Constituição. Nós seremos os agentes capazes de tornar viável a mudança, mas os executores reais dela deverão ser os brasileiros, os únicos capacitados a isso e a quem caberá definir o futuro político do País. Não vejo outra forma de superarmos institucionalmente a atual crise política e econômica. Acima de nós está o Brasil, que permanecerá mesmo depois que passarmos e a quem devemos nosso maior compromisso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já nos manifestamos em sessão do Congresso quanto ao voto Presidencial ao Projeto de Lei nº 197/87 que vinculava os Benefícios da Previdência ao Piso Nacional de Salários.

Mas a indignação é tanta que precisamos voltar ao assunto, pois na Mensagem nº 38 que apresenta o veto, vem o Executivo querer dar lições. Que governo é esse para ditar regras, dizendo que a proposta de nova redação do art 3º da Lei nº 7.604 não atingiria alguns tipos de benefícios? Em primeiro lugar, a Previdência Social não se preocupa com os beneficiários, e, em segundo, a alteração foi só na expressão “salário mínimo” por “piso salarial de”, salários se erro houver é na lei original que é de autoria do Executivo. Diz o veto:

“Atesta a impropriedade da Redação do Projeto, destoando dos objetivos previstos na sua justificativa.”

Ora, quem demonstra impropriedade em suas atitudes é o Governo, quem destoa dos objetivos é também o Governo.

Afirma o veto que o Governo quis, com a criação do Piso e sua desvinculação do mínimo, criar mecanismos para se defender da inflação e quer fazê-lo às custas dos aposentados e pensionistas.

Diz que o projeto afronta os princípios que inspiraram a nova política governamental sobre o assunto (grande inspiração!) e que é competência do Presidente legislar sobre a matéria (então legisle ou mostrará incompetência).

“Quanto à extensão do abono salarial, a hipótese poderia ocorrer, através de projeto de redação **precisa**, caso a política ministerial indique como oportuna e conveniente.”

Ora, quem é esse Governo para falar em redação **precisa**, quando ele é impreciso, e além do mais o protesto passou por comissões inclusive de Redação e Justiça e foi aprovado; quanto à conveniência, sabemos qual é a desse Governo.

Além do mais, é preciso que o Executivo que desrespeita constantemente o Legislativo, respeite o legislador e tome lições para depois pensar em dar lições já que é um mau professor – que o digam os aposentados e pensionistas.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:)

MENSAGEM Nº 38, DE 1988-CN  
(Nº 402/87, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, nos termos dos arts. 59, § 1º, e 81, inciso IV, da Constituição, resolvi vetar, na íntegra, por ser inconstitucional e contrário ao interesse público, o Projeto de lei da Câmara nº 36, de 1987 (nº 197, de 1987, na origem), que “altera dispositivos da Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987, e determina outras providências”.

O Ministério da Previdência e Assistência social manifestou-se sobre a matéria segundo os seguintes fundamentos:

Considera o eminente autor que os Decretos-Leis nº 2.351 e 2.352, ambos de 27 de agosto de 1987, o primeiro instituindo o Piso Nacional de Salários e o último, um abono salarial de Cz\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzados), aos trabalhadores que percebem salário igual ou inferior a Cz\$ 9.599,60 (nove mil, quinhentos e noventa e nove cruzados e sessenta centavos), não favoreceram os aposentados e pensionistas da previdência social, fato que, a seu juízo, justifica a extensão do direito a esse piso aos beneficiários do regime previdenciário urbano e ao valor das prestações de auxílio-reclusão e auxílio-doença acrescidas ao plano de benefícios do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – Prorural, pela Lei nº 7.604/87, pretendendo, outrossim, que o abono salarial seja extensivo aos benefícios previdenciários.

A nova redação dada ao art. 3º da Lei nº 7.604, de 1987, entretanto, não atingiria aos detentores de aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice e pensão, que, permaneceriam, paradoxalmente, sujeitos ao salário mínimo de referência. Assim, em relação ao Prorural, o proponente alcançaria apenas os beneficiários que estivessem em gozo de auxílio-reclusão, e auxílio-doença, que, na hipótese, teriam as suas prestações vinculadas ao Piso Nacional de Salários, detalhe que,



pelo menos, atesta a impropriedade da redação do projeto, destoando dos objetivos previstos na sua justificação.

Cabe ponderar, por importante, que o governo quis, certamente, através dos instrumentos legais postos a sua disposição, intervir no sistema econômico para evitar que a expansão do salário mínimo decorrente da necessidade de compensar os índices inflacionários continuasse a provocar o crescimento da inflação, motivo de haver decidido desindexar a economia mediante os decretos-leis citados, dissociando do salário mínimo, ora denominado Piso Nacional de Salários, todas as obrigações financeiras a ele anteriormente vinculadas.

Observe-se, ainda, que o Projeto de Lei em questão afronta os princípios que inspiram a nova política governamental sobre o assunto, e, que, por tratar de matéria financeira, a medida não encontra respaldo constitucional para prosperar, visto ser da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de legislar nesse sentido.

No tocante à extensão do abono salarial aos beneficiários do seguro social, a hipótese poderia ser levada a efeito, porém, isoladamente, através de Projeto de lei de redação precisa e de iniciativa do Poder Executivo, caso a política ministerial indique essa medida como oportuna e conveniente, e desde que comprovada sua viabilidade financeira.

Por todo o exposto, não pode este Ministério deixar de posicionar-se favorável à rejeição do Projeto de Lei nº 197, de 1987.

Estas, as razões que me levaram a vetar o referido Projeto e que ora tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 10 de novembro de 1987. —  
**José Sarney.**

#### PROJETO A QUE SE

#### REFERE O VETO

(PL 197/87, na Câmara dos Deputados)  
(PLC 36/87, no Senado Federal)

#### **Altera dispositivos da Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987, e determina outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os benefícios da previdência social urbana, de pensão por morte em seu valor global, de aposentadoria, de auxílio doença e de auxílio-reclusão não poderão ser inferiores a 95% (noventa e cinco por cento) do Piso Nacional de Salários referido no § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987.

Parágrafo único. É extensivo aos segurados desta Lei o abono salarial previsto no Decreto-Lei nº 2.352, de 7 de agosto de 1987.

Art. 3º Além dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, ficam acrescidos ao Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — Prorural — o auxílio-reclusão e o auxílio-doença, no valor de 50% (cinquenta por cento) do piso Nacional de Salários.”

Art 2º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º E revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Grande controvérsia nacional se estabeleceu, à época, em torno do Projeto Carajás, em função de sua importância e dadas as expectativas de que sua correta solução fosse adequadamente encaminhada.

Não se tratava apenas de optar pela alternativa hidroviária ou ferroviária para o escoamento do minério de ferro da serra dos Carajás, no sul do Pará, com destino ao porto de Espadarte, no Pará, ou ao de Itaqui, em São Luís, no Maranhão.

Essa questão se projetava de maneira bem mais ampla, envolvendo aspectos geoeconômicos e geopolíticos, de repercussão nacional e internacional, a partir do desenvolvimento e integração da Amazônia e da posição do Brasil no mercado mundial.

Dessa forma, a própria opção entre hidrovia e ferrovia no transporte dos minérios de Carajás deixava de ser matéria de interesse exclusivo das empresas mineradoras, para merecer urgente e cuidadoso reexame de todos os aspectos envolvidos no Projeto.

Hoje, a dinâmica da evolução das questões relacionadas com o Projeto, especialmente a partir da crise mundial de energia, da depressão econômica em vários países e da nova consciência internacional do problema das matérias-primas, acentua a necessidade de reformulação urgente do que já se fez e se vem fazendo em torno de Carajás.

Carajás e áreas vizinhas, no Vale do Tocantins, constituem uma das maiores ocorrências de minério de ferro e manganês, dispondo, ainda, nas proximidades, de jazidas de carvão mineral atrativo dos vales dos rios Xingu e Tapajós, além de calcários, caulim e outras matérias-primas.

Situa-se Carajás transversalmente entre os rios Xingu e Tocantins, o que permitirá a utilização integrada dos imensos recursos hídricos das duas bacias, incluindo a do Araguaia e, mediante integração de sistemas energéticos, as dos rios Tapajós, Parnaíba, São Francisco e outros.

Configura-se, portanto, uma das maiores constelações de recursos naturais de toda ordem, à espera de sua racional utilização em prol do Brasil e da humanidade.

Qualquer precipitação em sua utilização parcial, fora de uma visão integrada de aproveitamento, ainda que para atender a programas de exportação de minérios de ferro, poderá prejudicar seriamente o aproveitamento integrado desejável e onerar definitivamente o País com soluções de afogadilho que exijam altíssimos investimentos.

Datam do fim da década dos cinquenta as primeiras informações da ocorrência de minérios de ferro na serra dos Carajás.

Não chegaram a ser divulgadas tão auspiciosas notícias, inclusive pelo receio, à época, de desequilibrar o mercado mundial de minérios de ferro, no momento em que eram negociados pelo Brasil vultosos contratos de exportação de minérios do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

Em meados da década dos sessenta, a Companhia Meridional de Mineração, ligada à United States Steel, solicitou autorização para pesquisa dos minérios de ferro de Carajás. O Governo brasileiro pressionou no sentido de associar ao empreendimento a Companhia Vale do Rio Doce, o que se concretizou afinal em 1970.

Como resultado, foi constituída a Amazônia Mineração S/A. (AMZA), de que eram acionistas as duas empresas citadas.

Desde aquela época, o Governo pendia para a construção de uma estrada de ferro de Carajás a São Luís. Mas o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) contratou, com o Consórcio LASA-SGTE, o estudo da navegabilidade de diversos rios, com o detalhamento do sistema Tocantins-Itacaiunas, visando ao escoamento hidroviário dos minérios de Carajás.

Revelou o Diretor do DNPVN, na CPI das multinacionais, na Câmara dos Deputados, que, durante todo esse tempo, o Departamento de Portos tentou obter informações e manter entendimentos, para estudos de interesse comum visando Carajás, mas a isso sempre se recusou o grupo do Vale do Rio Doce.

Com esse bloqueio de informações, tomou-se impraticável um amplo estudo comparativo de viabilidade técnica entre soluções alternativas de escoamento viário.

Porém, as estimativas de custo da implantação da ferrovia Carajás-Itaqui, apresentadas pela U.S. Steel, mais adiante, pelo Grupo CVRD — USS, foram crescendo, passando de US\$ 300 milhões (1968) — segundo declarações do Presidente da CVRD na CPI das multinacionais — para US\$ 2,6 bilhões. Depois foram admitidos valores iguais ou superiores a US\$ 2,8 bilhões, o que evidencia o aspecto preconcebido inicial da solução ferroviária, pelo subdimensionamento daquela primeira estimativa.

Quanto às estimativas de custo da solução hidroviária, que foram superdimensionadas inicialmente em US\$ 1,4 bilhão, teriam possibilidade concreta de sua redução, pelos raios de dispêndios e pela efetivação da solução de aproveitamento integral da hidrovia do Tocantins para fins energéticos, pela Eletronorte, e pelo DNPVN, quanto à navegação.

Outro aspecto que tem sido mantido propositadamente obscuro, visando favorecer a solução ferroviária pelo terminal de Itaqui, é o da escolha do porto de exportação dos minérios.

Foram selecionados alguns pontos no estuário do rio Amazonas e confrontados, mediante mapas antigos e segundo critérios de informação sedimentológica, com base em pareceres de dois técnicos em Hidrologia.

Esses pareceres apontam riscos “aleatórios” e “imprevisíveis” que podem, mesmo, ser “benéficos”, para o caso da solução pelo porto de Espadarte, o que denota a insegurança de suas conclusões; e, ao mesmo tempo, concentram-se nos elogios às vantagens de Itaqui.

No depoimento à CPI das multinacionais, o Diretor-Geral do DNPVN mostrou, todavia, com base em estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias, que o porto de Espadarte é viável tecnicamente, inclusive para operação de navios supergraneleiros de grande porte, a exemplo dos que podem operar em Itaqui.

Haveria diferenças na necessidade de permanente dragagem e acompanhamento; mas, em termos de dispêndio, este seria bem menor do que o decorrente da manutenção de uma ferrovia de 890 quilômetros, em região hidrográfica e geomorfologicamente difícil, entre a selva amazônica e os extensos e inudáveis campos de cocais maranhenses.

Desaparecia, pois, a vantagem que a solução via Itaqui oferecia. Vale a palavra oficial do DNPVN, de que a solução via porto de Espardarte, previsto no Plano Nacional de Viação, é viável, tecnicamente, para supergraneleiros.

Observe-se que a tendência recente é a volta ao emprego de graneleiros de porte médio, da ordem de 70 a 80 mil tpb, ao invés dos de 200 a 400 mil tpb.

Comprou a Docenave graneleiros de 70 mil tpb, tendo em vista a maior flexibilidade operacional de sua frota, pois são raríssimos os portos onde podem operar os supergraneleiros de 200 mil tpb em diante.

Em conclusão, se o porto de Espardarte reúne, como o de Itaqui, condições de operar supergraneleiros, se ele é viável tecnicamente, por que não construí-lo?

Ora, como se sabe, o atual porto de Belém já não satisfaz em termos de demandá previsível, a curto, médio e longo prazos.

Por outro lado, a maior rede hidrográfica do mundo, que é a da Amazônia, toda a Pan-Amazônia, necessita de um grande porto oceânico; melhor dito, de um imenso Complexo Portuário Oceânico. Este é o momento de projetá-lo: as razões são óbvias dos pontos de vista geoeconômico e geopolítico.

O porto de Vila do Conde, para atender à exploração da bauxita, do Pará será dimensionado para finalidade tão ampla e, também, não é um porto oceânico.

Evidencia-se, portanto, relevância do grande Porto Oceânico na Amazônia, servindo ao Brasil e a todos os países irmãos.

Na Amazônia, há cerca de três dezenas de pequenos e médios estaleiros que têm boa experiência na fabricação de chatas ou balsas, empurradores e rebocadores, para operar na hidrovía do Tocantins.

O Brasil dispõe, hoje, além de uma grande indústria de construção naval, de um dos maiores complexos de indústria de caldeiraria e mecânica pesada, capaz de produzir todo o equipamento necessário às usinas hidroelétricas e estações de eclusas, comportas, **stop-logs** e material complementar.

O Plano Siderúrgico Nacional poderá, assim, incluir, entre seus empreendimentos, a Grande Siderurgia da Amazônia Oriental e, em futuro não remoto, a da Amazônia Ocidental, com base no carvão de Jatapu e no linhito do Alto-Solimões.

Não há por que poluir São Luís, Belém e Manaus. A localização junto à boca da mina é a mais econômica, rentável e não poluente.

Cada vez mais se afirma a necessidade de integração dos projetos na Amazônia, superando bloqueios de informações e desentrosamento de órgãos e entidades, sobretudo oficiais, como entre o DNPVN, a ELETRONORTE e a Vale do Rio Doce.

Deve pairar, acima de tudo, o espírito de integração de esforços em prol do desenvolvimento.

Carajás deve beneficiar não apenas o Maranhão ou o Pará, mas toda a região Norte e, conseqüentemente, o País por inteiro.

Para o povo paraense, a hidrovía será uma benesse e uma compensação mais do que merecida.

**O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sarney desistiu da figura do porta-voz.

O cargo nasceu no tempo do arbítrio.

Os ditadores gostam mais do cheiro dos cavalos do que do povo. Essencial então, ficar longe.

Passaram pelo cargo homens altamente capazes. Ou, nem tanto. Porém, marcar e preciso, não está em causa quem foi. Vale assuntar sobre a decisão presidencial. Aplaudido. Demoradamente.

O homem público é seu próprio porta-voz. Afinal, fala a mesma língua de sua gente. Deve saber dizer o que pensa. Por pior que o diga, dirá de forma infinitamente superior ao preposto.

Sei. Outras democracias adotam o tipo. Problema alheio ao Brasil. Aqui, quanto mais estreita a ligação entre governantes e governados, menor o distanciamento. Maior a sensação de segurança transmitida. Sem o encastelamento dos intocáveis, dos impossíveis de ver e ouvir. Foi inteligente o chefe do Executivo. Assoberbado pelos problemas, com baixa aceitação na opinião pública, o contato direto será saudável.

Longe de mim ditar comportamentos. Inobstante, não me conformo com a rotina das primeiras figuras dos governos. Da área municipal à Presidência da República.

Quando resolvem? Estudam questões fundamentais? Pedem conta aos auxiliares imediatos? Tomam ciência dos problemas ou aprofundam soluções? Sei lá!

As agendas, sem exceção, dão conta de mil e uma solenidades. Inaugurações de obras descerrando placas (indispensáveis, como se sabe). Audiências infundáveis, das quais 99,9% resultam em pedidos de favores. Discursos e esquemas mágicos perseguindo este ou aquele objetivo.

Quem governa, constatação de jornalista calejado e Constituinte, é o terceiro escalão. Duvido qualquer Ministro, ou seu substituto imediato, decifrar os mistérios do mundo onde pensa reinar. Vale o mesmo para os Secretários de Estado. E, guardadas as proporções, nos municípios.

Presidentes, governadores, prefeitos, vezes sem conta, assinam em cruz. Irresponsáveis? Não impotentes. Triturados pela anarquia administrativa.

A burocracia, fábrica de empregos, pulveriza a responsabilidade. Impossibilita o controle.

Um dia surgirá alguém abençoado, disposto a mandar às favas a camisa-de-força na qual se embretam os escravos de costumes irracionais. Sem justificativa.

O sistema (ainda) é presidencialista. O Chefe de Estado é Chefe de Governo. O último não teria, a rigor, disponibilidade para os salamaleques dos compromissos sociais do primeiro.

Urge, falando direto e simples, o gerente sabedor das coisas empurrando o barco. Sem a monstruosa dependência da parafernália dita ingovernável. E que, de tanto ser adjetivada assim, dentro de um nada, efetivamente será.

Porta-voz? Um intermediário a menos.

Os intermediários entre eleitos e eleitores, ressaltadas as qualidades pessoais e as figuras, evitando melindres e preservando a ética, são dispensáveis no jogo aberto.

Por que poeta, escritor e parlamentar, Sarney precisa de intérprete?

Falar pela própria boca é o mínimo exigível de quem se afirma capaz de comandar alguém. Quanto mais, um país-continente.

Napoleão dizia ser preferível um general ruim do que dois bons generais. Parafraseando, é sempre melhor uma só voz para dar as más notícias de hábito, do que duas recitando o mesmo estribilho.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Acreditamos firmemente que todos sabem da importância de se preservar os valores culturais de cada povo. Um povo sem cultura é um povo sem história. Na nossa região – já tão combatida por uma série de outros problemas – isso é difícil. As dificuldades entretanto, longe de deixar-nos desanimados, são apenas molas que nos impulsionam para a luta. É esse um exemplo que eu trago aqui hoje para essa tribuna. A população da cidade de Arcoverde, município distante 250Km do Recife, está, de há muito, com a esperança de ver concretizado o antigo desejo: da construção do Centro de Cultura de Arcoverde.

O Centro já tem inclusive um local. Bem no centro da cidade, na Praça da Bandeira, onde funcionava o antigo cinema Bandeirantes. Esse cinema – como muitos outros de diversas cidades do interior – hoje não existe mais. Mas o seu prédio imponente resiste. Suas fachadas e características também. Como a lembrar que foi palco das principais manifestações artísticas e culturais do povo de Arcoverde por mais de 40 anos. Para reconquistá-lo os diversos segmentos da sociedade arcoverdense não têm medido esforços.

Foi assim que há um ano atrás, atendendo apelos das entidades estudantis, partidos políticos, associações de moradores dentre outras, a Câmara Municipal daquela cidade deu início à campanha pela reconquista do cine Bandeirantes, logo encampada pela sociedade teatral de Arcoverde que passou a liderar o movimento que culminou com a realização do I Encontro de Política Cultural de Arcoverde, realizado em agosto último.

Um projeto de lei da Câmara os Vereadores já existe, determinando a desapropriação do prédio do cinema Bandeirantes. O município, entretanto, não pode arcar sozinho com o alto preço da indenização que terá que ser paga ao atual proprietário que hoje já chega à casa dos 10 milhões. Para isso urge de imediato a intervenção dos órgãos federais e estaduais que têm a missão de preservar os valores do nosso País. Em Pernambuco, já estamos mantendo contato com a Fundação Assistência de Salgueiro e com o Governador no sentido de também contribuírem para esse fim.

Em relação ao Governo Federal, estivemos recentemente com o Exmº Sr. Ministro da Cultura, Dr. Celso Furtado, juntamente com o Presidente da Câmara dos Vereadores do Município, Vereador Israel Guerra Filho, para solicitar o tombamento do prédio do cine Bandeirantes de Arco-verde e a sua conseqüente transformação em ca-

sa da cultura Dele tivemos a garantia que o MINC dará todos os meios e condições para a consecução dessa grande aspiração do povo arcoverdense.

Tenho a certeza de que o Ministro Celso Furtado, como um homem umbilicalmente ligado a cultura nacional, terá sensibilidade para transformar o que é hoje um sonho dos arcoverdenses em concreta realidade. O atendimento desta reivindicação representará uma conquista ímpar na história da nossa região, bem como talvez a mais importante ação cultural realizada no interior do Estado, nos últimos anos.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. ONOFRE CORRÊA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 23 de março do ano que se passou, denunciávamos aqui desta tribuna, as péssimas condições e a falta de perspectivas para o garimpo de Serra Pelada, no Pará.

Falávamos e transcrevíamos nos Anais desta Casa, um alerta do jornalista Oliveira Júnior, para o "estopim" que era o rico garimpo, tais quais eram as condições subumanas e de desesperanças que ali imperavam para aqueles milhares de brasileiros que ali jogaram tudo de suas vidas; material, moral e espiritual, na tentativa de um futuro mais promissor e seguro.

Reafirmo serem, na sua maioria, homens que, expulsos de suas terras pela ação dos grandes grupos latifundiários, ou pela falta de assistência do Governo, viram no garimpo, o seu último e único refúgio. Por que não dizer eldorado? São, na maioria, maranhenses, que, ali, além de perderem tudo, até mesmo suas famílias, foram vítimas do massacre criminoso imposto pelo Governador paraense, Hélio Gueiros.

É de se lamentar o fato ocorrido e aqui estou na qualidade de Deputado de uma região ligada àquele garimpo. Por isso, lanço aqui neste momento a proposta de que se crie uma comissão para acompanhar de perto as investigações e que se dê uma solução definitiva para aquele estado de penúria e incerteza que vivem aqueles bravos brasileiros de Serra Pelada, que não só estão buscando um melhor futuro, como com o seu esforço diário e constante, estão ajudando a mais engrandecer o nosso País.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Filósofos e pensadores de diversas correntes e, às vezes, antagônicas, afirmam que devemos aproveitar tudo de bom que existia antes de nós, ou seja, vivificar as contribuições valiosas e evitar que se tornem exangues.

Em nosso País, na maioria das vezes, o novo não significa modernidade e o velho nem sempre é um arcaísmo.

Exemplo bastante ilustrativo é o que se refere ao já antigo Programa Nacional de Desburocratização que, por situar-se cronologicamente anterior à Nova República, assemelha-se a algo entediluviano, pelo emparramento e deterioração da máquina administrativa dos Poderes constituídos

da República, o que levou o atual Presidente da República, no início da sua gestão – quando ainda tinha esperanças e veleidades de governar – a lamentar-se publicamente de que a administração pública não funcionava devido ao emperramento burocráticos.

A qualidade dos serviços públicos vem se deteriorando rapidamente. É lamentavelmente triste o que se ouve em qualquer repartição pública, de qualquer nível. Só lamúrias e reclamações, desalentos e desesperanças: o que se escuta nos corredores dos órgãos públicos em relação à abulia e desinformação reinantes nos balcões oficiais.

A opinião pública – infelicitada pelo mau funcionamento da administração pública – recebeu com alvissaras a criação do hoje extinto Ministério da Desburocratização, por onde passaram dois Ministros de Estado, transformado posteriormente em Secretaria, estando atualmente o Programa Nacional de Desburocratização, que deu origem àquela pasta, incorporado à Secretaria de Administração da Presidência da República à qual pertence, também, a SEMOR (Secretaria de Modernização Administrativa), funcionando, ainda, em separado, mas com o mesmo objetivo, ou seja, atender reclamações e ouvir sugestões dos usuários dos serviços públicos, o serviço conhecido pela sigla de CODICE, assim como nos Estados funcionam os Sistemas de Atendimento ao Cidadão.

Todo este aparato, contudo, aliado ao dinamismo e às inegáveis qualidades de administrador do Ministro Aluizio Alves, não foram, ainda, suficientes para tornar a administração pública um instrumento ágil e acelerador do progresso e do bem estar dos brasileiros.

Veja-se – um, dentre muitos exemplos – o caso do Judiciário onde se avolumam os processos e cujo desafogo só se dará com a necessária e indispensável informatização, sem a qual jamais se poderá chegar à rápida e célere prestação jurisdicional (um direito democrático), enfim, um ideal e desejo de todos.

Como advogado militante, como profissional de imprensa e como homem público sinto diariamente os reclamos populares pela necessidade de reestruturação dos serviços públicos e, sobretudo, a necessidade de se usar em larga escala as modernas conquistas da tecnologia de forma que a administração pública e o povo se integrem em um único e mesmo objetivo: o desenvolvimento do País. Para tanto, é preciso que se desburocratize a máquina estatal. Quanto à colaboração popular, não há dúvida, como na lei da física, ela é proporcional na medida do que lhe é oferecido.

O País que vive uma das mais cruéis e duras fases de sua História, necessitando produzir e exportar mais, tanto a produção quanto a exportação seriam ampliadas se fossem usadas as modernas técnicas aplicáveis em ambos os casos e, sobretudo, se com os recursos da moderna tecnologia, fossem abandonados os bolorentos métodos burocráticos que além de manter o País atrasado abrem brechas à corrupção e aos favorecimentos ilícitos, amorais e discriminatórios.

Juntamente com as reestruturações econômica e política é indispensável que se proceda a implantação de técnicas contemporâneas de administração, sem o que todo e qualquer projeto político e econômico estarão comprometidos em suas realizações.

**O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo hoje esta tribuna para comunicar aos Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes que na última quarta-feira, dia 13 de janeiro, apresentei à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados um requerimento no sentido de que esta Comissão requirite a reforma bancária.

A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados é uma das mais importantes do Congresso Nacional. Seu papel é fundamental no contexto político da Nação, uma vez que lhe cabe fiscalizar os atos do Poder Executivo. Sua importância é ainda maior se considerarmos a atual fase da política brasileira, em que o Poder Legislativo ainda não recuperou as prerrogativas que lhe foram arrancadas pela ditadura militar. Vem a ser, além disso, uma forma de ampliar o debate em torno dos atos do Governo, permitindo o conhecimento destes atos pela opinião pública.

Foi partindo destes princípios que, já na primeira reunião, tornei a iniciativa de propor que a Comissão requisitasse, junto ao Banco Central, todas as informações e documentos referentes à reforma bancária, inclusive os de caráter sigiloso. Nesta minha iniciativa fui apoiado pelos Deputados Olívio Dutra (PT – RS) e Augusto Carvalho (PCB – DF), ex-Presidente dos Sindicatos de Bancários de Porto Alegre e Brasília, respectivamente.

A reforma bancária, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, é assunto da maior importância para a sociedade brasileira. E tenho a dizer que, como dirigente sindical bancário, não me posiciono contrariamente a mudanças no sistema financeiro nacional. Ao contrário, a necessidade de modificações neste setor é evidente, considerando-se que a especulação desenfreada vem inviabilizando cada vez mais os investimentos no setor produtivo. Sem contar as profundas distorções no caráter das instituições financeiras estatais, que perderam progressivamente a sua função social, tanto no incentivo aos pequenos empresários, quanto no que diz respeito ao seu papel no financiamento da infraestrutura básica das cidades (habitação, escolas, creches, hospitais, postos de saúde, etc).

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a complexidade e a amplitude das medidas que se anunciam, no tocante à reforma do sistema financeiro, são de tal monta, que não podem de maneira nenhuma ser tratadas exclusivamente pelos órgãos do Poder Executivo. Num primeiro momento, é imprescindível que o Congresso Nacional tome conhecimento do que está sendo planejado no Banco Central e até agora não veio a público.

Não podemos omitir, muito menos se considerarmos que informações da imprensa anunciam a detonação da reforma bancária pelo Conselho Monetário Nacional ainda neste semestre. Nossa omissão será ainda mais grave quando se verifica que a reforma poderá incluir algumas medidas que foram impostas pelo FMI como condição para que o Governo brasileiro obtenha, do Banco Mundial, os 500 milhões de dólares necessários à viabilização da mesma.

Conseguir, junto ao Banco Central, todas as informações referentes à reforma bancária é, por-

tanto, o primeiro passo que devemos dar no sentido de nos posicionarmos sobre este assunto.

**O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Petrobrás, como suas congêneres no mundo todo, foi organizada como uma empresa petrolífera dedicada à compra, pesquisa e comercialização de petróleo e seus derivados. O gás natural, associado ou não ao petróleo, era visto como uma consequência positiva da procura do que realmente interessava, que era o petróleo.

Mesmo na época em que a produção nacional de petróleo era pequena, a Petrobrás tratou de instalar um amplo parque de refino, importando petróleo e assumindo completamente o fornecimento de derivados.

Hoje, com um volume de processamento de um milhão de barris diários, negócios de compra de petróleo e sua troca por produtos industrializados brasileiros, a empresa se tornou uma potência econômica invejável e no instrumento útil para a política comercial do País. Daí a sua ascensão desde que foi criada na década de 50, como símbolo da visão nacionalista da campanha "o petróleo é nosso".

Na última década, surgiram três colaboradores da PETROBRÁS na área energética o Programa do Álcool, o uso da eletrotermia e o gás natural.

O Programa do Álcool foi uma solução para o setor canavieiro, que atravessava grave crise, e acabou por deslocar mais de cem mil barris de gasolina distribuídos pela PETROBRÁS.

A eletrotermia foi uma solução transitória que o setor elétrico encontrou para utilizar o excesso de capacidade geradora do início da década dos anos 80. O uso da eletricidade vendida a preços irrisórios em caldeiras elétricas acabou por substituir cerca de 20 mil barris de óleo combustível por dia, o que influiu no perfil de refino da Petrobrás. Este programa, no entanto, foi assaz efêmero, e, passada a época em que ocorreu o excesso de geração de eletricidade, entrou em declínio acentuado.

Em face das descobertas de gás pela própria estatal e da pressão desencadeada pelas indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro, ansiosas por encontrar um substituto eficiente para a eletricidade, foi criado o Programa do Gás Natural. Além de custar mais barato, o gás substitui também o óleo combustível utilizado pelas empresas, contribuindo para a minimização dos problemas de poluição que cingem as cidades industriais.

Não é desconhecido o fato de a demanda reprimida de gás atingir, no momento, cerca de dez milhões de metros cúbicos por dia, o que substitui 70 mil barris de óleo diesel. Por isso, a PETROBRÁS tem procurado, até com uma certa criatividade, atender às exigências ditadas pela realidade, distribuindo o gás às indústrias e cedendo às empresas COMGÁS e CEG, do Rio de Janeiro, a distribuição domiciliar.

No que pese a transparência do quadro, tem-se ouvido contestações à atuação da estatal, acusando-a de invadir a área de distribuição em Cubatão e Paulínia e de oferecer o produto diretamente a indústrias consumidoras na área de São José dos Campos, por onde vai passar o gasoduto de Volta Redonda e Guarulhos. Ora, pelo que está delineado na política da PETROBRÁS, não se po-

de aceitar que o passionalismo que emoldura o discurso dos críticos, cuja totalidade transita pelas quadras anexas às concessionárias urbanas, que se julgam prejudicadas.

Fez-se, por tudo isto, uma análise isenta do quadro e chegou-se à conclusão de que a preocupação da PETROBRÁS é tornar o gás natural um energético importante no País, o que ampliará sobremaneira a sua expressão histórica. Ao contrário do que pensam os críticos, a estatal deseja abastecer diretamente as indústrias consumidoras, que ficarão livres de outras despesas decorrentes de um fornecimento através de uma empresa intermediária. Com isto, as indústrias terão mobilidade orçamentária para reduzirem os seus custos, transferindo-os para o preço final dos seus produtos. Já as concessionárias, que recebem o gás no atacado, ficarão absolutas na distribuição domiciliar. Não se justifica, portanto, as pretensões dos críticos, que defendem o monopólio da distribuição do gás às indústrias e gás residências por empresas municipais ou estaduais. Esta fórmula seria penosa para todos os consumidores, pois nenhum intermediário deixa de computar os seus lucros, o que, aliás, é bastante justo.

Apoiamos, Sr. Presidente, a política adotada pela Petrobrás, que faz justiça às indústrias e às concessionárias, que terão a sua área de ação assegurada. Estamos certos de que os nossos ilustres pares comungam conosco nesta apologia à estatal, que caracteriza uma das peças mais importantes da nossa economia.

Obrigado.

**O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na última viagem que fiz ao Rio Grande do Sul, mais uma vez fui procurado por dezenas de eleitores que pediam justiça aos aposentados e pensionistas deste País.

É lamentável, mas infelizmente a falência desse, que durante anos gerou riquezas a esta Nação, é patente.

Constatee que alguns que pagaram durante anos o desconto sobre 6, 10, 15, ou mais salários, foram aposentados com menos da metade.

Ao cabo de alguns anos eles estão recebendo menos de 3 salários.

Para alguém que muito fez por esta Nação, para alguém que deu o melhor de si, é terrível vê-lo agora como um indigente.

É um desrespeito que se pratica para com todos esses humildes brasileiros.

A começar pelas imensas filas que têm que enfrentar nas portas dos bancos, do lado de fora, enfrentando as intempéries do tempo, ainda são mal atendidos como se ali estivessem pedindo favores.

Nossos aposentados e pensionistas não são trapos para viverem maltratados, como inúteis e imprestáveis.

Enquanto que a inflação campeia solta já neste início de ano, os salários estão aquém da realidade.

Enquanto o salário no ano que passou chegou a casa de quase 400%, o salário desses nossos irmãos não passou de pouco mais de 100%.

Enquanto se apregoa em alto e bom som sobre os avanços sociais do trabalhador nesta Carta, este mesmo trabalhador está vegetando, abando-

nado à própria sorte, fazendo um esforço para sobreviver com este salário de fome e de miséria.

Assine e votei com o Centrão mas não me dissocie das minhas origens, que é o trabalhador, e a este eu estarei sempre defendendo.

Justiça, Sr. Presidente, justiça, Sr. Ministro da Previdência, é apenas isto que estamos a exigir imediatamente aos nossos irmãos aposentados e pensionistas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de:

## V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido Democrata Cristão, que vem crescendo por todo o País, de forma a deixar muito satisfeitos não somente os seus dirigentes, os seus integrantes, mas todos aqueles que buscam uma opção democrática, fundada nos princípios do cristianismo, todos aqueles que apóiam a livre iniciativa, que defendem a liberdade de mercado, que defendem o direito de propriedade, que combatem a impunidade e a corrupção; todos os que querem restaurar a moralidade na administração pública brasileira, que querem moralizar os costumes em nosso País e todos aqueles que desejam a felicidade da grande Nação brasileira estão, efetivamente, cada vez mais contentes pelo crescimento do Partido Democrata Cristão. Sr. Presidente, é exatamente para dar notícia desse crescimento que venho, hoje, a esta tribuna, dizer que nós – o Partido Democrata Cristão – vamos realizar Convenções Municipais por todo o Brasil em 20 de março próximo. Depois de realizadas essas Convenções Municipais, teremos as convenções regionais em todos os Estados da Federação, inclusive nos Territórios, em maio, para, finalmente, fazermos a grande Convenção Nacional do Partido, no início de junho deste ano, estando, assim, o PDC definitivamente preparado para concorrer às eleições de 1988.

O Partido Democrata Cristão, através de todos os seus Constituintes, vota pelos 4 anos, para que haja eleição para Presidente da República este ano, da mesma forma como também votou pelo parlamentarismo, que é o sistema superior de governo, e que irá propiciar as mudanças que a Nação exige desde os primórdios da República, porque esta Nação não pode mais continuar sem fazer mudanças profundas.

Como sabemos, Sr. Presidente, há uma crise de autoridade que fez surgir essa crise moral no País. Estamos vendo que a impunidade está crescente. Homens da maior responsabilidade denunciam, todos os dias, a existência de corrupção. Homens do Governo, Ministros de Estado, com a responsabilidade do exercício de cargos da mais

alta importância, do primeiro escalão, denunciam corrupção e nada acontece neste País... Os ministros saem denunciando corrupção, Ministros permanecem denunciando corrupção e a impunidade está aí, ninguém é punido, não existe nada. Tudo isso é decorrente da crise de autoridade de que o País está sofrendo.

Apelamos ao Presidente José Sarney, contra quem não temos nada, para que Sua Excelência retome as rédeas do Governo, para que chame às falas os Ministros, a fim de que se estabeleça um sistema que faça com que os corruptos sejam punidos e colocados na cadeia, para que haja a instalação da moralidade na administração pública, ou melhor, que seja restaurada, porque ela existiu em outros Governos que já vão distantes, mas, infelizmente, no Governo de Sua Excelência as coisas estão-se deteriorando tanto que, hoje, já não é somente a preocupação que nos assalta, mas o pavor! O que acontecerá a este País? Como o entregaremos às gerações futuras?

É lamentável que isso tudo esteja correndo sob a Presidência de um homem que saiu desta Casa para a Presidência da República, um homem que faz política desde a mais tenra idade, um homem que é fidalgo no tratamento, estudioso, um homem que, todos acreditamos, é bem-intencionado.

Assim esperamos que o presidente José Sarney atenda a este nosso apelo e tome as rédeas do Governo, fazendo punir os corruptos que os seus Ministros estão denunciando, que restaure a moralidade na Administração Pública brasileira e parta para levar esta Nação a melhores destinos.

A democracia cristã está atenta, fiscalizando, mas também pronta para colaborar, se for desejo do Governo, para a restauração da moralidade, se realmente o Governo quiser implantar um sistema de justiça e de paz neste País.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (Líder do PDT):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tivemos oportunidade de ouvir o pronunciamento do Constituinte Siqueira Campos, Líder do PDC, profundamente preocupado com o quadro atual da vida brasileira, informando que o seu Partido está crescendo, que fará as suas Convenções, tecendo, também, uma crítica, que é crítica de todos nós, brasileiros, às questões relativas ao Poder Executivo, e, mais do que isto, S. Ex<sup>a</sup> disse que o seu Partido está disposto a colaborar com o Presidente José Sarney, desde que Sua Excelência tome as rédeas do Poder e possa restaurar a moralidade.

Saúdo o Constituinte Siqueira Campos, e, mais do que saudá-lo pessoalmente, quero saudar o seu otimismo, porque toda crítica que S. Ex<sup>a</sup> fez é a mesma que o País faz, porque não é mais possível que, no Brasil, o Governo, constituído sob a direção e liderança do Presidente da República, se mantenha diante de fatos tão graves, sucessivamente graves: os Ministros participam do Governo, se retiram do Governo, e todos fazem acusações de corrupção. Nunca se viu isto na História do Brasil.

Sobretudo nos últimos dias, temos assistido a um festival de clientelismo neste País, muito mais grave do que todos aqueles que observamos durante uma curta vida pública, no entanto, uma longa vida pessoal de quase 50 anos.

Esse clientelismo tem como objetivo, obviamente, aquilo que o Presidente da República mais persegue, o "fiquismo"; ficar no Governo a qualquer preço e a qualquer custo.

Concordo com o Constituinte Siqueira Campos: todos nós, quando da tragédia que acabou levando desta vida para a outra Tancredo Neves, ficamos muito desconfiados da chegada do Presidente José Sarney à Presidência da República.

Confesso que toda a Nação brasileira teve esperanças de que Sua Excelência estivesse exatamente à altura do momento histórico que a vida lhe colocou. Lamentavelmente o Presidente José Sarney não teve essa visão.

O seu Governo, que seria um Governo para fazer a transição democrática, para implantar o processo democrático no País, se Sua Excelência o tivesse feito, bastaria esse gesto, esse ato, para que passasse à História do Brasil como o Presidente da transição.

Srs. Constituintes, Sr. Presidente, lembro-me dos anos 50 e 60, quando se discutia no Brasil a corrupção, o clientelismo, que muitos setores democráticos e progressistas diziam que a bandeira da luta contra a corrupção no Brasil era uma bandeira da direita. Estou convencido de que a manutenção da corrupção é, na verdade, a bandeira que os conservadores, os direitistas mantêm no País para continuar no poder e, sobretudo, desacreditar a classe política no Brasil.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de utilizar a tribuna, ainda nesta Legislatura, no início do ano, quando denunciei uma listagem de concessões de rádios e televisões feitas pelo Presidente José Sarney, sob a batuta e a direção do Primeiro-Ministro deste País. Já houve – e chamo a atenção dos parlamentaristas –, já houve muitos Primeiros-Ministros no Governo do Senhor José Sarney. O atual é o Dr. Antônio Carlos Magalhães, que, quando chegou ao Ministério das Comunicações, denunciava o fato de concessões de rádio no Governo Figueiredo e mandou suspendê-las, sob a alegação de que era necessário fazer um levantamento nas concessões de rádio e televisão. "Era preciso moralizar", enfim, dizia o Ministro naquele pronunciamento. Relacionamos o número de concessões de rádio e televisões feitas pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães. Em dois anos, foram relativamente superiores aos seis anos do Governo anterior. Trago aqui a listagem de mais de 12 rádios concedidos pelo Governo, e dizem, não posso provar, muitas delas em troca de assinatura pelo mandato de cinco anos, e duas televisões.

Na minha terra, sou maranhense, embora seja Deputado pelo Rio de Janeiro, não há mais cidade nem buraco no Maranhão para a concessão de rádio AM e FM. São elas:

2 NO Piauí: Rádio Tacajus, São Miguel do Tapuio/Piauí; Rádio Cantoense Ltda. Canto do Buriti/Piauí.

1 Rio Grande do Norte Rádio novos Tempos Ltda-Ceará Mirim/RN.

1 Rádio e 1 TV no Maranhão – Rádio Cultura de Açailândia, Açailândia/Maranhão; Rádio

Educadora Vale do Munin Ltda – Chapadinha/Maranhão; TV Itapicoro – Codó/Maranhão.

1 Rio Grande do Sul: Rádio Querência de Santo Augusto/RS.

1 Bahia: Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda. Canavieiras/Bahia.

1 São Paulo: Rádio Jornal de Barretos Ltda Barretos/São Paulo.

1 Santa Catarina: Rádio Difusora Alto do Vale Ltda – Rio Grande do Sul/SC

1 TV no Ceará: TV Jangadeiro Ltda. Fortaleza/Ceará.

1 Rádio Carajá de Anápolis Ltda. Anápolis, Goiás (renovação).

1 Rádio Jornal Sul de Minas: Bueno Brandão Minas Gerais (renovação).

Sr. Presidente, estou realizando um levantamento dos nomes dos Parlamentares que estão sendo aquinhoados com rádio e televisão.

No meu conceito, essa concessão é inconstitucional, porque diz a nossa Carta Magna que o Deputado, a partir do momento que tomou posse, não pode ser concessionário de serviço público.

Estão distribuindo a mancheias rádio, televisão, verba. A Cabra Econômica Federal e o Ministério do Desenvolvimento Urbano transformaram-se numa caixa da corrupção no País.

Hoje, e aqui a minha última colocação, era necessário que resolvêssemos a questão do mandato e do sistema de governo o mais rápido possível, de forma a que se aliviasses as tensões existentes no País. Chegamos a fazer um projeto de resolução, onde o sistema de governo e o mandato seriam decididos antecipadamente. Colhemos as assinaturas, mas não lhe daremos entrada, porque nos últimos 30 dias vimos o mais tenebroso festival de clientelismo que ocorreu no País.

É preciso que se dê ao povo o direito de se organizar, de forma a pressionar aqueles que venderam suas consciências, venderam os seus mandatos em troca de um prato de lentilhas.

Que a sociedade se organize e tenha tempo para pressionar aqueles que, à época das eleições, apareciam fazendo belos discursos prometendo o paraíso para o povo e, logo depois de eleitos, comprometeram-se irremediavelmente, como disse o nobre Deputado Dalton Canabrava, na televisão: "Mas estão me acusando de quê? Eu só ganhei uma concessão de rádio que custou 2 bilhões e meio; é muito pouco. Não foi por isso que votei em 5 anos". (Muito bem!)

O Sr. Ademir Andrade: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA.) – Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Continuamos extremamente preocupados e defendendo de maneira intransigente, nesta Assembléia Nacional Constituinte, normas que permitam a implantação e a realização da reforma agrária no Brasil.

O nosso Estado tem sido palco das maiores violências e se esta Assembléia Nacional Constituinte não der solução a esses problemas, essas violências haverão de crescer indefinidamente e geometricamente.

Entendemos, Sr. Presidente, que deva ser mantido o atual projeto saído da Comissão de Sistematização, e a ele gostaríamos de acrescentar duas questões e que entendemos ser fundamentais para a realização da reforma agrária.

A primeira delas é a questão dos recursos. Deve haver, na Constituição, uma vinculação direta, um fundo de reforma agrária, com vinculação orçamentária fixa, para que esta possa ser realizada independente, até, da vontade de determinados governos.

Durante os trabalhos da Comissão de Sistematização, apresentamos uma emenda, nas "Disposições Transitórias", criando um fundo de reforma agrária, que teria uma dotação orçamentária mínima de 5% do Orçamento da União, durante 30 anos, para que, durante esses trinta anos, todo esse valor fosse totalmente destinado à implantação da reforma agrária no Brasil.

Essa emenda deixou de ser aprovada por um voto; obteve 46 votos, contra 37. Foram 37 votos contra e 46 a favor. Perdeu, portanto, por um voto. Não perdeu, ganhou, mas não se fez o **quorum** de maioria absoluta necessário na Comissão de Sistematização.

Em entendimento com os outros Constituintes da Bancada do PSB, concluímos que este ponto é questão vital para a implantada reforma agrária, e apresentamos três emendas neste sentido.

Primeiro, diminuimos o tempo, porque muitos Constituintes, aqui, na Comissão de Sistematização, alegaram que trinta anos era um longo espaço de tempo. Baixamos este tempo, portanto, para doze anos e colocamos três opções de valores de vinculação no Orçamento da União: uma, mantendo a proposta original, que foi a proposta da CONTAG e de dezoito entidades, que foi a proposta da emenda popular assinada por 1 milhão e 300 mil eleitores do Brasil, que é a de 5%, outra foi uma proposta de 4% e chegamos, inclusive, a apresentar uma proposta de 3.5% para a vinculação. Temos trabalhado, temos conversado com inúmeros Constituintes e esperamos que haja sensibilidade para esta proposta.

Outra questão, Sr. Presidente, refere-se à descentralização da execução da reforma agrária. Propomos, acrescentando um § 4º ao artigo, que define a questão da reforma agrária, que a União pode delegar aos Municípios e aos Estados brasileiros, também, o poder de desapropriar para efeito de reforma agrária. Aprovado, será muito mais tranqüila, será muito mais democrática a decisão a nível de Município, a nível de Estado, a nível dos interesses locais, do que confirmar essas decisões de desapropriação na mão de um Presidente da República, com tanto protocolo e com tanto trabalho, como tem ocorrido até o presente momento.

São estas as propostas que apresentamos ao capítulo que trata da política agrícola, da reforma agrária, e de comum acordo com os outros companheiros da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, esperamos ver aprovadas na Assembléia Nacional Constituinte.

## VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr. Constituinte:

OLÍVIO DUTRA – Requerimento de informações ao Ministério da Aeronáutica sobre a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento no projeto da aeronave militar AMX.

### O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador):

– Sr. Presidente: É com base num requerimento anteriormente encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que quero justificar o encaminhamento de novo requerimento.

Foi em agosto do ano passado que encaminhei à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte um pedido de esclarecimento sobre a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento na produção da aeronave militar AMX que o Brasil está construindo em cooperação com a Itália. Esse requerimento foi encaminhado em 19 de agosto de 1987 à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Somente há alguns dias, – portanto, 5 meses após – recebemos uma resposta, que entendemos insatisfatória para todos os requisitos, resposta essa vinda através de S. Exª o Dr. Ronaldo Costa Couto, Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, que recebeu os esclarecimentos vindos da Seplan. Portanto, a resposta dos requisitos, no fundo mesmo, foi assinada pelo Ministro demissionário Anibal Teixeira, e, na verdade, não responde praticamente a nada do conteúdo das nossas indagações.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento, segundo artigo da revista **Veja**, de 12 de agosto de 1987, estava tendo parcelas consideráveis sendo desviadas para a produção de armamento e quatro babões e meio de cruzados encaminhados para a Embraer, uma estatal que fabrica aviões para o Ministério da Aeronáutica, para que pudesse cumprir sua parte no acordo firmado com a Itália para a produção do caça-bombardeiro AMX.

O Ministério não esclareceu as nossas perguntas nem desmentiu a revista **Veja**. Então, há coisas não explicadas que nos colocam a necessidade de, através da Mesa da Câmara, reencaminhar o pedido de esclarecimento. Estamos, desta forma, entregando à Mesa, hoje, um pedido de esclarecimento, desta feita para que tenhamos respostas claras e objetivas.

O Ministro demissionário sugeria que o Ministério da Aeronáutica fosse indagado a respeito do uso de dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento na construção do AMX. Por que a Mesa já não teria feito isso? O fato de a Mesa não ter ido às fontes que poderiam informar, já que o Ministro Anibal Teixeira não tinha essa condição, como alegou, está-nos obrigando a reencaminhar esse requerimento, para o qual vamos exigir maior presteza do que o que aconteceu com o outro, que demorou 5 meses, para não termos resposta alguma.

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se ao horário de:

## VII – PRONUNCIAMENTO SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

O SR. ADYLSON MOTTA: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

### O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Pela ordem):

Sr. Presidente, apenas para registrar aqui um aspecto que me parece importante nesta fase de apresentação de destaques, e corrija-me V. Exª se estiver errado.

Hoje termina o período do Relator. A partir de amanhã, contarão três dias para apresentação de destaques. Segundo estou informado – e quarta-feira é o dia de maior frequência neste plenário – estão hoje presentes, em Brasília, 164 Constituintes, entre Deputados Federais e Senadores. Para apresentar um destaque pedindo votação em separado para artigo do Projeto de Constituição, do Substitutivo que virá a plenário, são necessárias 187 assinaturas.

Então, é praticamente inviável, é impraticável a apresentação de destaque, pela falta de número suficiente, no momento, aqui, em Brasília. Assim, quero deixar registrado que não poderei apresentar os destaques – e quero que isso conste dos Anais –, pela impossibilidade de colher as assinaturas, porque não existem, hoje, 187 assinaturas em Brasília.

Era apenas esta colocação, Sr. Presidente.

O SR. ADEMAR ANDRADE: – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Exª a palavra para uma questão de ordem.

### O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, uma dúvida me assalta. No momento em que apresentarmos ou desejarmos que determinado artigo do projeto de Constituição – A tenha votação em separado, e apresentemos o destaque com 187 assinaturas, este naturalmente terá que ter, para voltar ao texto, uma votação em separado.

A minha dúvida – inclusive questioneiro o Diretor-Geral da Casa, que também ficou em dúvida para dar a resposta – é a seguinte: se quero retirar determinado artigo do projeto para votação em separado, e faço o requerimento com 187 assinaturas, o aprovo e entrego-o à Mesa, mas vem em seguida um substitutivo de um determinado capítulo que é aprovado por completo – aí é que quero saber –, qual o destaque que é ressaltado? O meu destaque é sobre o projeto, mas, se é votado e aprovado um substitutivo, como fica o meu destaque de 187 assinaturas que quis ver votado em separado e que, de repente, foi aprovado num substitutivo global completo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Ademir Andrade, V. Exª faz uma indagação de cunho técnico e, logicamente, regimental. Se V. Exª requer destaque para determinada matéria, evidentemente, no projeto, colocado em votação o projeto, a Presidência, necessariamente, o fará com a ressalva dos destaques. Logo, o projeto aprovado não implica, de imediato, na rejeição ou na aprovação do destaque, porque a matéria foi separada. Então, dentro da hierarquia da apresentação dos destaques, o destaque de V. Exª será submetido a votação. Para obter aprovação, necessários se tornarão 280 votos positivos.

V. Exª coloca outra indagação: no caso de haver a matéria destacada e a apresentação de um substitutiva Evidentemente, se a matéria destacada for conexa com a do substitutivo e esta seja apro-

vada, é evidente que o destaque estará prejudicado.

Creio que a Mesa respondeu à solicitação de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço paciência a V. Ex<sup>a</sup>, gostada que a questão ficasse bem clara. Em primeiro lugar, esses substitutivos com 280 assinaturas têm prioridade sobre o projeto original? Gostaria de ter bem claro se esses substitutivos de 280 assinaturas têm prioridade sobre o projeto original. Em segundo lugar, gostaria de saber: se colocou um pedido de destaque para votação em separado com 187 assinaturas, para o projeto original, e um substitutivo é aprovado em lugar do projeto original, ora, se neste substitutivo houver o mesmo artigo, ou artigo igual, o meu destaque – no meu entendimento – tanto deve valer para o projeto original como para o substitutivo. Portanto, o substitutivo teria sido aprovado, com esse destaque votado em separado.

No nosso entendimento, é assim que deveria ser.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa volta a informar a V. Ex<sup>a</sup> que um substitutivo subscrito por 280 Parlamentares, isto é, pela maioria absoluta da Assembléia Nacional Constituinte, tem preferência automática sobre as demais matérias, inclusive sobre o Projeto.

Então, volta a Mesa a reiterar que, se o destaque solicitado for pertinente à matéria conexa com aquela constante do substitutivo, evidentemente que, aprovado o substitutivo, ainda que ressalvado o destaque, a matéria estará prejudicada. É evidente que a norma se está.

**O SR. ADEMIR ANDRADE:** – O destaque estará prejudicado ou a matéria?

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Sim, porque se trata de matéria conexa.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem – a palavra o Sr. Constituinte Farabulini Júnior. S. Ex<sup>a</sup> disporá de 20 minutos na tribuna.

**O SR. FARABULINI JUNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Já na fase em que se antecipa para daqui a poucos dias a votação do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização desta Casa, bem assim as emendas por acaso apresentadas à consideração do ilustre e vertical Relator Bernardo Cabral, e mais as emendas coletivas que alteram, mais ou menos, 20% do texto originário, ao ensejo dessa fase, Sr. Presidente, venho à tribuna para que ao menos fique consignado nos Anais, para que a Nação conheça, o ponto de vista de um Constituinte, e para que o ressoar dos instrumentos mecânicos que levam o som aos Gabinetes façam os Constituintes verificarem a preocupação que na verdade existe, e que tange a problemas sociais.

Durante mais ou menos 5 anos de permanência nesta Casa – quatro da legislatura anterior, e mais ou menos um ano e tanto agora –, verifico o quanto se fala a propósito dos aposentados, desfilando, pelos microfones de apartes, Constituintes que apóiam os aposentados. Fiz, Sr. Presidente, uma pesquisa e verifiquei nada menos do

que 1.500 emendas, desde a origem da Constituinte, desde as Subcomissões, passando pelas Comissões Temáticas, chegando na de Sistematização e, agora, mais ou menos 1500 emendas de ilustres Constituintes, tendo em vista dar guarida à pretensão dos aposentados deste País. No permeio do exame dessas emendas, verifico que tudo aquilo que ali se contém é realmente nobre e atende às dificuldades dos aposentados.

Infelizmente, Sr. Presidente, entre tantas emendas, 1500, eu poderia até citar nomes dos Constituintes que subscritaram tão importante matéria. Verifico no texto, já quase na hora de ser discutido e votado, que os aposentados brasileiros, mais ou menos entre 12 e 14 milhões neste País, não estão contemplados no Projeto de Constituição que veio da Comissão de Sistematização. Não estão contemplados os aposentados e também não estão contempladas as viúvas.

Sabe-se perfeitamente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que a classe dos aposentados é, na verdade, organizada. Hoje há a Confederação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, liderada pelo ínclito homem público Osvaldo Lourenço, ex-Deputado Estadual do meu Estado, do Partido Trabalhista Brasileiro e cassado, punido pelo ato discricionário violento da revolução. Há o Presidente da Federação dos Aposentados do Estado de São Paulo, esse lutador Enos Amorina, do Partido dos Trabalhadores, e, como se nota, neste âmbito, não há política partidária. Há a reivindicação sentida que, parece, não encontra guarida aqui, no seio dos Constituintes, ao menos nos que votaram na Comissão de Sistematização. Não há, Sr. Presidente, podemos verificar. Aqui está escrito que os aposentados terão – e aqui se contém a média dos últimos doze meses do salário que percebem na ativa – e quem saber quem vai disciplinar a norma, para que haja, desde logo, a reposição de toda essa distorção que vem desde o tempo da ditadura; quero saber como se poderá atender a essa grande massa de aposentados no Brasil, 14 milhões de brasileiros, para que estes possam, na verdade, verificar ao menos o que a Assembléia Nacional Constituinte conheceu da sua existência.

Sr. Presidente, sabe-se que os aposentados se movimentaram no Brasil e trouxeram para cá a emenda popular. Na ocasião, falei, em plena Comissão de Sistematização, como porta-voz da emenda popular dos aposentados, sobre clamor, o sofrimento e apelo dos aposentados à Assembléia Nacional Constituinte.

Tudo foi em vão, Sr. Presidente, porque a Comissão de Sistematização não tornou conhecimento do apelo e nada inseriu no texto, capaz de atender aos aposentados.

Apresentei emenda, Sr. Presidente, que poderá vir a ser acolhida pelo Relator, que lhe dará, tenho certeza, parecer favorável. A emenda está assim articulada:

“Os benefícios de prestação continuada já concedidos pela Previdência Social à data da promulgação desta Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo que ostentavam à época de sua concessão.”

É esta a revisão de valores que quero seja examinada. É esta reposição que quero seja feita agora, promulgada a Carta. Entretanto, Sr. Presi-

dente – não sei se V. Ex<sup>a</sup> sabe, mas sei que os Constituintes, na maioria, sabem –, o Poder Executivo chega e diz que, se for aprovada uma emenda dessa natureza, promovendo a reposição daquilo que foi furtado dos aposentados durante tanto tempo, a Previdência Social estoura.

Ilustres Constituintes, a Previdência Social não vai estourar por causa disso. Ela estoura, implode, pela incompetência administrativa que campeia nesse Ministério faz tempo, pelos danos ao erário da Previdência que é coisa notória, e as fraudes na Previdência, que nunca ninguém apura. Tudo isto, Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, é que leva a Previdência ao descalabro e ao caos. Pagar o justo ao aposentado, pagar o que o aposentado precisa receber, não como prêmio, mas como direito que é, não vai promover rombo nenhum na Previdência, pois, afinal, os recursos vêm do bolso do trabalhador. Milhões de trabalhadores braçais, milhões de trabalhadores intelectuais, milhões de assalariados pagam para a Previdência sobreviver. E o empregador também paga. A União, Sr. Presidente, não paga nada, foi sempre devedora, e devedora contumaz. Nunca pagou nada, é devedora. Então, o cofre da Previdência, se subsiste, é à custa da mão-de-obra e à custa da administração dessa mão-de-obra. É aí que está a razão histórica por que os aposentados podem exigir.

Mas os aposentados, na verdade, não podem promover a greve. E por quê? Por que não estão na ativa? Felizmente, aqui neste texto já há alguma coisa capaz de dar aos aposentados o direito até de serem votados nos sindicatos. A emenda é de minha autoria. Os aposentados podem ser votados hoje nos sindicatos. Desta forma, tenho certeza de que conduzirão a massa de trabalhadores para que o representante do povo sinta de perto as suas necessidades.

Não podemos aqui ser insensíveis aos reclamos dos aposentados; não podemos fazer ouvidos moucos àqueles reclamos, porque sabemos que estamos hoje na ativa e, amanhã, seremos todos aposentados. A verdade é que os aposentados deste País não encontraram ainda aquilo que precisariam ter encontrado, de plano, no seio da Constituinte. Milhões e milhões de brasileiros vieram aqui trazendo emenda popular. O Plenário se levantou e aplaudiu. Naquele dia, eu falava desta tribuna. Vi desfilando pelo microfone todos os Constituintes, Membros da Comissão de Sistematização. No entanto, aqui não se contém nada capaz de atender aos aposentados. Nada Sr. Presidente, nada!

O ilustre e vertical Relator Bernardo Cabral, e repito a palavra vertical, porque lhe reconheço autoridade bastante, não só para ser o Relator desta Constituinte, como também porque S. Ex<sup>a</sup> é homem de bem, moral acendrada, homem de ilibada idoneidade, ao receber a emenda, quem sabe, S. Ex<sup>a</sup> verificará os benefícios da prestação continuada.

E a pensão dos dependentes? Aqui não se contém coisa alguma em favor dos dependentes. Nada Zero. Nem nas emendas coletivas.

Imaginem: 280 Constituintes apresentam emendas coletivas e nem um níquel para os aposentados. Nada. Isto é vilipêndio à dignidade da Constituinte. É um vilipêndio. Aqui está a emenda:

"Pensão aos dependentes com valor igual à totalidade do salário-de-benefício ou dos proventos do segurado que vier a falecer",

Se compulsarmos o texto, vamos encontrar para os funcionários públicos: tudo. Ótimo. Parabéns! Assim teria que ser e assim foi feito. Mas para os aposentados trabalhadores das fábricas nada. Nada!

O problema da aposentadoria com proventos de valor igual à remuneração dos últimos 12 meses; isto está consignado. Aqui está: o último salário. Não vejo como poder refutar, também não faço com calor defesa do texto. Entretanto, o melhor é realmente a média dos 12 meses, evita muita bandalheira na área em que não queremos que haja.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna encaminhar um apelo, e este apelo não sou eu quem o faz, centenas de Deputados o fazem. Ainda hoje, 4 Constituintes ocuparam a tribuna para falar a respeito de aposentados, mas no dia da votação, no dia em que 280 Deputados precisarão dizer sim ou não, aí é que precisamos tomar cuidado com os destaques, destaques que beneficiem o trabalhador da ativa e destaques que beneficiem o trabalhador aposentado. Precisamos defender e votar, para que consignemos na Carta Constitucional ou, melhor, firmarmos na Constituição brasileira aquilo que corresponde ao direito sagrado de quem já trabalhou, de quem já trabalhou tanto tempo – 30 anos de trabalho para o homem – aqui está escrito – e 25 anos para a mulher, na linha proporcional, também 30 para a mulher e 35 para o homem. Depois de trabalhar 35 anos, depois de tanta labuta, na hora em que se aposenta, examinar e verificar a defasagem de seus proventos que são diluídos no tempo, não tem cabimento, Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes. É imperioso que se estabeleça na norma, na Carta Maior desta Nação, o direito sagrado do aposentado, porque, em verdade, o aposentado tem sido preferido.

Sr. Presidente, hoje os aposentados se organizam, ao menos no meu Estado, em São Paulo. Lá, em cada um dos municípios – e são mais de 500 municípios – há aposentados que se organizam em nível distrital, pois há Federação estadual e agora há a Confederação Brasileira, para fazer sentir à Nação que eles existem, cansados tantas vezes de tanto trabalho nas fábricas, no campo, mas ativos agora para as grandes reivindicações que, na verdade, precisam encontrar aqui ressonância.

Sr. Presidente, encerro, para pedir aos Srs. Constituintes que acompanhem as emendas. Deve haver, no mínimo, umas 500 que atendem aos aposentados. Atendamos e busquemos as melhores emendas, pesquisemos e encontremos as melhores emendas, independentemente de assinatura de Constituinte tal ou qual, independentemente de partido político, seja qual for, mas quanto ao mérito, que escolhamos a melhor e enfrentemos o Poder Executivo agora, porque, se formos consultá-lo sobre a emenda, sobre a concessão aos aposentados daquilo que eles precisam ter, é evidente que o Executivo negará, porque não há recursos para pagar, será o rombo na Previdência, não é o caso de se fazer agora, remeta-se para a lei ordinária. Tudo isso para postergar, para procrastinar, para levar o aposentado à morte, enquanto persegue o seu direito e não encon-

tra, frustrado já enquanto trabalhava e frustrado novamente, agora, sem que se lhes dê o mínimo de guarida nas pretensões mais justas.

Então, lanço daqui, finalmente, o meu apelo dramático, primeiro ao Relator que está apreciando as emendas, o ínclito Constituinte Bernardo Cabral, e aos demais Membros da Assembléia Nacional Constituinte, porque sei perfeitamente que ninguém aqui, ninguém que tem assento nesta Casa, ninguém que ocupa uma das suas poltronas, ninguém contraria a pretensão dos aposentados. Ninguém. Só que é preciso votar, Deputado João de Deus, é preciso votar. Ora, se não houver o voto, não haverá a concretização do direito. E a concretização desse direito, o que é natural, se dará tão-somente enquanto haja votação, e, em havendo votação, teremos colimado o nosso objetivo. É por causa disto mesmo que me repito na tribuna tantas vezes, para fazer sentir da necessidade de sermos agora independentes, porque, se formos contar com o beneplácito do Poder Executivo, virá de lá somente um pedido, o dos 5 anos; só, mão aberta para todos os escaninhos da corrupção. É a mão aberta de 5 anos para todos os escaninhos da corrupção, e nunca se viu tanta neste País. Nem no tempo da Velha República.

Ocupei o microfone para desgastar, todo o tempo, a corrupção, e agora preciso refazer todos os meus discursos do passado.

Estava fazendo, outro dia, um discurso...

**O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta):** – A Mesa comunica ao orador que o seu tempo está esgotado.

**O SR. PARABULINI JÚNIOR:** – Vou encerrar, Sr. Presidente. Estava outro dia fazendo um discurso e substituindo a Velha pela Nova República. Verifico que, na verdade, a correção monetária está bem atingida. Está também bem atendida agora pela correção monetária, a corrupção agora é bem maior.

Então, quando alguém do Partido Democrático Social se levanta e faz críticas à República atual, tenho de dar a mão à palmatória, porque, realmente, corresponde à verdade histórica.

Encerro, Sr. Presidente, agora em exercício, Adylson Motta, e também digo a V. Ex<sup>a</sup> que não vou fazer apelo algum, porque sei que V. Ex<sup>a</sup> encaminhará a votação em favor dos aposentados, como sabe fazer nas grandes causas que lhe são afeitas.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Farabulini Júnior, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adilson Motta, § 4º art 2º do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Lima.

**O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Projeto Constitucional que iremos discutir e votar preceitua, no seu art. 207:

"Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa, a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos, gases raros e gás natural."

No seu parágrafo único, define:

"O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas. Vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural."

Daí, Sr. Presidente, a perplexidade com que recebemos a notícia de que a Petrobrás, mesmo diante da perspectiva do texto constitucional, proibiu os contratos de riscos e está, a toque de caixa, pretendendo celebrar com uma empresa estrangeira, a Texaco, um contrato não muito bem explicado e que vai comprometer o monopólio e a soberania nacional.

Sr. Presidente, não se entende que uma empresa estatal conceda a uma empresa privada estrangeira vantagens e prerrogativas que não concede a uma empresa privada nacional. Essa companhia estrangeira está à beira da falência. Quando uma empresa nacional, fornecedora de bens e serviços, chega a essa situação, a Petrobrás a refira do seu cadastro de fornecedores. No entanto, com essa empresa estrangeira a Petrobrás está tendo uma posição altamente condescendente.

Passarei a ler um trabalho elaborado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás, entidade que representa, de fato e de direito, o corpo técnico da grande empresa estatal:

"A Petrobrás acaba de aceitar uma proposta de associação da multinacional Texaco para exploração de petróleo na Bacia de Marajó, modificando os termos de 14 contratos de risco, firmados em março de 1984. Com graves problemas financeiros, causados por uma questão judicial que a obrigou a recorrer à Lei de Bancarrota nos EUA – equivalente à nossa Lei de Falência e Concordatas – a companhia estrangeira não tem recursos para investir nas áreas que mantém sob contrato de risco em território brasileiro. Os motivos que a direção da PETROBRÁS alega para aceitar a proposta – que detalharemos mais adiante – são uma declaração eloqüente dos prejuízos que o País terá caso uma empresa como a Texaco encontre petróleo em áreas sob contrato de risco, denúncia que fazemos desde sua adoção."

Antes de prosseguir na leitura, eu gostaria de afirmar que pessoalmente – e creio que a maioria do povo brasileiro – confio na eficiência e no patriotismo do Ministro Aureliano Chaves. Recentemente a Nação viu a sua ação positiva, quando anunciou para todo o Brasil que não mais haverá racionamento de energia elétrica no Nordeste, pois as obras que tão bem vem executando a Diretoria da Chesf nas suas usinas hidrelétricas, e as chuvas que caíram fortemente na nascente do São Francisco, fazem com que o racionamento seja suspenso. Tem mostrado o Ministro Aureliano Chaves competência, patriotismo firmeza.

Temos esperança de que essa operação entre a Petrobrás e a multinacional Texaco será examinada minuciosamente pelo Ministro, pois ainda depende de sua apreciação e do Conselho Nacional do Petróleo, órgão vinculado à sua Pasta, operação essa que se afigura altamente danosa para os interesses nacionais.



Sr. Presidente, prossigo na leitura do documento:

"Os contratos de prestação de serviços com cláusula de risco não têm nenhuma lei ou regulamento que os autorize. Eles foram criados a partir, apenas, de um pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel, na televisão, em 9 de outubro de 1975, autorizando a Petrobrás a realizá-los. A opinião dos defensores dos contratos de que eles não ferem o monopólio estatal do petróleo foi largamente contestada ao longo destes 12 anos de existência dos contratos. Juristas da credibilidade de Afonso Arinos, Hely Lopes Meireles, Pontes de Miranda, Paulo Sabóia e Carlos Mauricio Martins Rodrigues já demonstraram inequivocamente que os contratos de risco são ilegais e inconstitucionais por infringirem, sem qualquer sombra de dúvida, a Lei nº 2.004/53, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobrás, e o artigo 169 da Constituição em vigor. O mesmo entendimento tem o advogado Euzébio Rocha, ex-parlamentar, constituinte em 1946, e autor do substitutivo que criou a Lei nº 2.004. O próprio Poder Legislativo já se manifestou sobre a ilegalidade e inconstitucionalidade dos contratos de risco. Em 1953, ao apreciar emenda que criava a figura dos contratos com cláusula de risco, o Deputado Lúcio Bittencourt deu parecer considerando que os contratos anulavam o monopólio estatal do petróleo, tornando-o letra morta, o que levou à rejeição da emenda pelo Congresso Nacional.

Ao criarem os contratos em 1975, à margem da Lei e da Constituição, o motivo alegado em permitir que as empresas estrangeiras participassem do esforço da Petrobrás para minorar os graves problemas econômicos decorrentes da evasão de divisas na importação de combustíveis, em plena crise mundial de petróleo. De lá para cá, passados mais de 12 anos, as empresas estrangeiras não produziram nenhuma gota de petróleo. Investiram muito poucos dólares e não trouxeram nenhuma tecnologia que ajudasse o desenvolvimento do País, outro argumento usado para se permitir os contratos de risco. Nestes mesmos 12 anos, a Petrobrás triplicou nossa produção de petróleo, passando-a de cerca de 170 mil barris por dia para os mais de 600 Mil barris atuais. Isto é uma amostra incontestável de que a Petrobrás tem hoje todas as condições de levar o País à auto-suficiência em petróleo sozinha, tendo inclusive atingido estágio tecnológico que a coloca à frente das empresas estrangeiras na exploração de petróleo em águas profundas, com recordes mundiais em exploração **off-shore** sendo batidos sucessivamente na Bacia de Campos.

Mas voltando ao acordo da Bacia de Marajó. Decorridos já quase 4 anos da assinatura dos contratos, assinatura que já vimos foi feita ao arrepio da Lei e da Constituição, a Texaco se limitou a realizar estudos preliminares correspondentes à fase de prospecção sísmica, ou seja, 20.000 quilômetros de aeromagnetometria regional e cerca de 4300

quilômetros de linhas sísmicas, mesmo tendo obtido, a preços irrisórios, informações levantadas pelo CNP e pela Petrobrás, desde 1950, provenientes, inclusive, de perfuração de 16 poços pioneiros. Estas informações é que motivaram o interesse da multinacional naquela região. Para fazer estes estudos preliminares, a Texaco gastou apenas 20 milhões de dólares, montante que evidentemente não pode ser considerado como entrada de divisas no País, já que uma parcela significativa foi usada no pagamento de mão-de-obra estrangeira e importação e aluguel de equipamentos no exterior. Como se sabe, a fase da sísmica é a que requer menor volume de recursos, se comparada com as posteriores.

A Texaco teria agora, na forma dos contratos, de manifestar sua opção pela continuidade das atividades exploratórias e iniciar a perfuração de poços pioneiros nas áreas que mantém sob contrato de risco na Bacia de Marajó, o que acarretará dispêndio de recursos muito superiores aos feitos na fase preliminar de prospecção já terminada. No entanto, por falta de recursos, em função de estado de insolvência nos EUA, onde terá de pagar bilhões de dólares à concorrente penzoil, ao perder ação judicial, a Texaco propôs à Petrobrás que os investimentos em 70% da área objeto do novo contrato, onde se presume existir reservas de petróleo consideráveis, sejam feitos pela nossa Petrobrás, diminuindo-se em troca a remuneração que seria paga à empresa estrangeira, caso a perfuração fosse feita sozinha por ela. A proposta se completa com a Texaco se reservando o direito de explorar os 30% restantes da área promissora e devolvendo 50% da área inicial.

Para aceitar tão absurda proposta da empresa multinacional, a direção da Petrobrás foi buscar respaldo do Presidente da República e parecer favorável do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, porque nem mesmo os ilegais e inconstitucionais contratos de risco permitem a associação da Petrobrás para investimentos na fase de exploração. Os argumentos usados para conseguir da Consultoria Geral da República anuência às suas pretensões, levaram a atual direção da Petrobrás a admitir publicamente o quanto são nocivos ao País os contratos de risco com empresas multinacionais. Economicamente, diz o ofício encaminhado pela Petrobrás e analisado pela Consultoria Geral da República, admitindo-se a ocorrência de petróleo na área, nas proporções previstas, seria do maior interesse para a Petrobrás a redução da remuneração contratual, pois isso redundaria em menor dispêndio em divisas para pagamento da contratante durante 15 anos. Por outro lado, diz mais adiante o ofício, tem-se como necessária e oportuna a redução da participação da Texaco na exploração daquela área, assumindo a Petrobrás posição preponderante, de modo que qualquer possível descoberta não venha a determinar substancial transferência de recursos, inclusive em divisas, para a contratante de risco.

O que significa esta preocupação da direção da Petrobrás com a transferência de divi-

sas para a contratante de risco? Significa apenas confirmar o que temos denunciado em relação aos contratos de risco durante todos estes anos de sua existência ilegal. Se as empresas multinacionais explorarem um campo de petróleo vamos ter de dividir com elas nossas riquezas, nosso petróleo e deixar que sejam remetidas para o exterior divisas que poderiam ser aplicadas aqui na melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Chegamos, então, a uma singularíssima conclusão que nos leva a pedir a reflexão da sociedade brasileira sobre a nocividade dos contratos de risco. Se a Petrobrás tem todas as condições de, sozinha, levar o País à auto-suficiência em petróleo, desde que não cerceie sua capacidade de investir, por que vamos ceder a empresas estrangeiras este direito e dividir com elas as nossas riquezas? Por que vamos deslocar recursos de outras regiões para exploração na Bacia de Marajó onde nos, por força de contratos ilegais, de dividir nosso petróleo com a multinacional Texaco? Por que aceitar, então, a proposta de uma empresa insolvente que parece considerar como sua uma parte do território brasileiro? Por que se associar a arrivistas em estado de falência que têm coragem de propor que a Petrobrás corta risco em seu lugar num contrato em pleno solo brasileiro e ainda dívida com eles os lucros da exploração em caso de sucesso?

A direção da Petrobrás se apressa de todo o exposto, a aceitar tal proposta Alega que, se não o fizer, a empresa Texaco poderia encontrar outros parceiros interessados no negócio, segundo prevê o contrato assinado em 1984. Se esquece, deliberada ou negligentemente, de dizer os motivos por que não diz um sonoro NÃO às pretensões de cessão ou transferência a terceiros pela Texaco dos direitos de exploração se o contrato determina na Cláusula nº 27, item 27.5, que a empresa contratante de risco só poder fazê-lo mediante prévia e expressa autorização da Petrobrás. A direção da Petrobrás precisa explicar à Nação brasileira que outros interesses estarão ocultos por detrás de tamanha condescendência com uma empresa estrangeira que tenta escapar da falência.

Por fim, causa estranheza que decisões de tamanha importância, que envolvem inclusive a soberania nacional, sejam tomadas às pressas, de modo nada transparente, às vésperas de termos a promulgação de uma nova Constituição que irá eliminar, temos certeza, os contratos de risco de forma definitiva. É necessário que a Assembléia Nacional Constituinte dê uma resposta àqueles que teimam em afrontar a sua soberania, apressando decisões que põem em risco conquistas históricas do povo brasileiro, como o monopólio estatal do petróleo. É necessário que Deputados e Senadores Constituintes tomem a si a tarefa de fazer uma investigação rigorosa sobre a associação entre a Petrobrás e a Texaco na Bacia de Marajó, inclusive com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito; é necessário que Deputados e Senadores Constituintes tenham em mente que só a aprovação do parágrafo único do art.

207, que elimina definitivamente os contratos de risco, conseguirá evitar que nossa riqueza e nossa soberania continuem a correr risco nas mãos de entreguistas de conveniência ou de formação."

Sr. Presidente, sintetizaria todo esse documento com a seguinte argumentação: a Petrobrás cedeu a uma empresa estrangeira o direito de pesquisar petróleo sob contrato de risco. Essa empresa está falindo, não tem condições de prosseguir com o contato e devolve essa área à Petrobrás, que corre o risco de perfurar e, se descobrir petróleo, paga a metade dos direitos que essa empresa teria se corresse o risco.

Vamos explorar petróleo no solo brasileiro com técnicos brasileiros, com equipamentos brasileiros – porque a Petrobrás só importa 5% das suas necessidades de materiais para operar – e vamos pagar em dólar a uma empresa internacional que está á beira da falência esse petróleo descoberto em nosso solo, com equipamentos brasileiros? Quando uma empresa nacional – volto a repetir, Srs. e Sras. Constituintes – se encontra nessa situação, a Petrobrás a retira de seu cadastro de fornecedores. No entanto, agora, uma empresa multinacional está nessa situação e a Petrobrás, desesperadamente, às carreiras, de maneira inteiramente absurda, quer fazer um contrato com essa empresa envolvendo milhões de dólares, que poderá, inclusive, salvá-la da falência.

É inacreditável que nos dias atuais, quando a Nação brasileira espera de todos nós uma nova Carta Constitucional com avanços políticos, econômicos e sociais, com uma nova ordem que traga melhores dias para o País, uma empresa do Estado, onde o Governo é majoritário, tenha a coragem de partir para uma aventura desse porte. Ainda acreditamos que o Ministro Aureliano Chaves e o Presidente José Sarney não permitirão que se faça um atentado dessa natureza contra a Nação.

Não é preciso pressa! Vamos examinar com calma! Vamos permitir que o corpo técnico da Petrobrás, pois quem mais entende desse assunto não é a Consultoria Geral da República, quem mais entende de pesquisa e produção de petróleo é o corpo técnico da Petrobrás, que hoje é respeitado e reconhecido em todo o Mundo como um dos mais capazes. Vamos permitir que o corpo técnico da Petrobrás se manifeste sobre o assunto. Se ficar provado que esse contrato não é nocivo aos interesses nacionais, que, não prejudica o monopólio e não vai carrear nossas riquezas para o exterior, então, esse contrato poderá ser assinado. Caso contrário, estaremos traindo a Nação, estaremos traindo o povo brasileiro, e tenho certeza de que este não é o sentimento da maioria ou da quase totalidade dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Devemos preservar para o Brasil e para os brasileiros as suas riquezas minerais que não são renováveis. Petróleo é soberania. Estamos na contra-mão da História. Enquanto todas as nações do Mundo que produzem petróleo estão acabando com os contratos de risco, no Brasil estamos dando força a esses famigerados contratos. Em todas as nações do Mundo, ao se firmar um contrato de risco; esse contrato é publicado no Diário Oficial daquelas nações. No Brasil, os contratos de risco são ultra-secretos. Não há um Deputado

ou Senador que tenha conhecimento do teor dos contratos de risco: eles foram feitos no socarão da ditadura, onde a violência e a corrupção desserviavam este País. Desafio a que entre os 559 Constituintes haja um só, inclusive eu, que conheça o teor dos contratos de risco. Nos países da África e do Oriente Médio, os contratos de risco são publicados no **Diário Oficial**. Aqui, são segredos de Estado. Mas que Estado é este? É o Estado do povo brasileiro? É o Estado dos Constituintes brasileiros? Não, Senhores! É, o Estado das minorias que assaltaram o poder, que corromperam e que traíram esta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Mário Lima, o Sr. Adylson Motta, § 4º do art 2º do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.*

**O SR. ÁUREO MELLO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ÁUREO MELLO (PMDB – AM. Pela ordem sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na semana passada, faleceu na Capital pernambucana, nosso ex-companheiro Deputado João Veiga que, durante algumas décadas, até iluminou, pelo seu talento, pela sua competência pelo seu espírito público, os Parlamentares Estadual e Federal do nosso Brasil, representando o Estado do Amazonas.

João Veiga, inclusive nessa Câmara dos Deputados, agora abrigando representantes Constituintes, se destacava como o mais dinâmico e o mais assíduo Parlamentar no Plenário e, na tribuna, incansavelmente, veiculava os assuntos de interesse nacional, as reivindicações populares, os problemas do povo, e especialmente da nossa querida Amazônia.

O desaparecimento de João Veiga é um episódio realmente comovente e entristece como toda vez em que desaparece um grande homem, em que uma personalidade se ausenta desse porto de nave que é a vida encaminhando-se para um rumo de sombras e de caminho ignorados, até se perder da nossa observação e da nossa compreensão.

Neste ensejo, Sr. Presidente, V. Exª que é também filho da Amazônia, que é um Parlamentar vocacional, como a maioria de todos aqueles que participam deste grande Colegiado, há de estar sentindo, porque conheceu, sem dúvida a trajetória rutilante de João Brito de Albuquerque Veiga através dos Parlamentares Estadual e Federal, o passamento e a definitiva ausência desse companheiro.

Em nome do povo do Amazonas, nesta oportunidade que me é dada, através desta questão de ordem, Sr. Presidente, talvez com apenas a audiência de poucas pessoas que a esta hora avançada do tempo ainda escutam o realizador desta sessão, formulo aquele pesar, aquele voto de saudade e a manifestação de emoção profunda, de comoção definitiva pelo desaparecimento de João Veiga do mundo dos vivos. João Veiga, certamente em outras esferas, há de ser sempre aquele rutilante planeta que foi aqui, aquele astro

de reverberações maravilhosas que foi no cenário político e há, sem dúvida, de irradiar como mesmo fulgor aquilo que transmitiu a todos que admiraram, o amaram e observaram.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Áureo Mello, a Mesa se associa à manifestação de pesar pela morte do nosso saudoso companheiro, o ex-Deputado João Veiga. Fica o registro feito por V. Exª, ao qual nos juntamos nesta manifestação de pesar. (Pausa)

Tem a palavra o Constituinte Victor Faccioni. S. Exª disporá de 20 minutos na tribuna.

**O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Como Líder.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Com o plenário praticamente vazio, tenho, de qualquer forma, a honra de contar com a audiência de V. Exª, nobre Constituinte Jorge Arbage, do Pará, que preside os trabalhos, e dos meus coestaduanos, Adylson Motta e João de Deus, de Áureo Mello, do Amazonas e de Dirce Tutu Quadros; mas tenho, mais do que isto, os funcionários da Casa, os Anais e a possível ressonância que sempre se imagina possa ocorrer, via imprensa nacional, dos pronunciamentos aqui feitos.

É que, Sr. Presidente, a pauta ou a ordem da sessão para este momento é de discussão de temas constitucionais. Assim, assomo à tribuna para discutir o art. 38, da Constituição vigente, que enquanto não for feita a nova Constituição, está em vigor, na expectativa de que a nova Constituição não só venha atender aos cedamos do povo brasileiro, da Nação brasileira, do Estado brasileiro, mas também venha ser cumprida, para que não se repita o que está acontecendo com a Constituição e com as leis atuais, que não são cumpridas. Não são cumpridas nem sequer pelos principais responsáveis, os chefes de poder; do Poder Executivo, do Poder Legislativo, notadamente.

O art 38 da Constituição, por exemplo, estabelece:

"Os Ministros de Estado, serão obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer de suas comissões, quando uma ou outra Câmara, por deliberação da maioria, os convocar para prestarem, pessoalmente, informações acerca de assunto previamente determinado."

"§ 1) – A falta de comparecimento, sem justificação, importa crime de responsabilidade."

Pois bem, o Regimento Interno da Câmara estabelece no seu art 267, no título XI:

"... dentro do prazo que não pode ser superior a vinte sessões, salvo deliberação de Plenário, o dia e a hora da sessão a que deva comparecer."

Sr. Presidente, tudo isso é letra morta; nada disso está sendo cumprido, absolutamente nada. Eu mesmo tenho oito requerimentos de convocação de Ministros de Estado, aprovados pelo Plenário, dos quais apenas dois compareceram. Seis não compareceram e ninguém toma providências em razão do não atendimento da convocação. Então, o crime de responsabilidade, estabelecido no art. 38, acaba, por vias de consequências, atingindo a quem? A Mesa da Câmara

dos Deputados que não adota as providências, por conexão.

E por isso, Sr. Presidente, que entrei, hoje à tarde, com uma notificação judicial perante o Supremo Tribunal Federal contra a omissão do Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães.

Esta notificação judicial, no protocolo do Supremo, tomou o número 001162, desta data, 20 de janeiro:

Excelentíssimo Senhor Ministro Rafael Mayer

Eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal

Victor José Faccioni, Deputado Federal, Advogado, residente e domiciliado nesta Capital, à SQN 302, bloco "C, apartamento 501, em causa própria, com fundamento no que dispõe o art 867, do Código de Processo Civil, a fim de prevenir responsabilidades e prover a conservação de seus direitos, vem à presença de Vossa Excelência requerer a

#### Notificação

do Excelentíssimo Senhor Deputado Ulysses Guimarães, na qualidade de Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados, para em 24 (vinte e quatro) horas, prestar, em Cartório, determinadas informações, tendo em vista o seguinte.

1. Em 27 de abril de 1987, através do Requerimento nº 5, de 1987 (doc. 1), o Requerente encaminhou à Mesa da Câmara dos Deputados, na forma regimental, um requerimento solicitando a convocação dos Senhores Ministros da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira, e do Planejamento, Dr. Aníbal Teixeira; do ex-Presidente do Banco Central, Dr. Fernão Bracher, e do Dr. Francisco Gross, à época, Presidente do Banco Central, para exposição e debates em torno da política do Governo nas áreas econômica e social e os números da economia nacional.

2. Em 28 de setembro de 1987, através do Requerimento de Convocação nº 26, de 1987 (doc. 2), em aditamento ao Requerimento nº 5, de 1987, o Requerente dirigiu à Mesa da Câmara dos Deputados, novo requerimento solicitando a convocação do titular da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Sr. Aníbal Teixeira, a fim de prestar esclarecimentos sobre a denúncia de corrupção na concessão de verbas públicas.

3. Nenhuma providência foi tomada pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pela sua Presidência.

Em 14 de janeiro de 1988, o Requerente dirigiu ao Dr. Ulysses Guimarães Reclamação (doc. 3) indagando daquela Presidência quais foram as providências adotadas pela Mesa da Câmara dos Deputados para que o Senhor Ministro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República aqui comparecesse no prazo regimental. Pretendeu-se saber, também, quando seria a data designada para o seu comparecimento a esta Casa do Congresso Nacional.

5. Diante da anunciada demissão do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, noticiada em toda a imprensa do País

(docs. 4, 5 e 6), o Requerente ficará impedido de interpelá-lo, e, conseqüentemente, de exercer o seu dever de parlamentar. Ao que se noticia, aquela Autoridade somente exercerá o cargo até a próxima segunda-feira, dia 25, havendo, em decorrência disto, ainda, tempo para o seu comparecimento ao Plenário da Câmara dos Deputados, mesmo em sessão extraordinária, já que o Congresso Nacional está em pleno funcionamento.

6. Não o fazendo a Mesa da Câmara dos Deputados estará praticando desídia no cumprimento de suas obrigações, não atendendo, de maneira contumaz, os requerimentos formulados pelo Requerente. Além dos requerimentos já mencionados, encontram-se, no aguardo de solução, os de nº 19/87, pedindo a convocação do Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; 21/87, pedindo a convocação do Ministro das Minas e Energia; 30/87, pedindo a convocação do Ministro da Indústria e do Comércio; 31/87, pedindo a convocação dos Ministros-Chefes do Gabinete Militar, da Saúde e da Ciência e Tecnologia, bem como o 61/87, pedindo a convocação do Consultor-Geral da República, o Dr. Saulo Ramos.

7. Pode parecer, para o Requerente, que a Mesa da Câmara dos Deputados, presidida por um parlamentar que também é Presidente do Partido do Governo, mantém-se em estreita convivência com os atos escabrosos praticados pelo Poder Executivo, evitando a vinda de seus ministros ao plenário.

Assim sendo, na forma do que dispõe o art. 867, do Código de Processo Civil, pede-se a Notificação do referido Dr. Ulysses Guimarães, para que, em 24 (vinte e quatro) horas, compareça à Mesa de Processos Originários, na Secretaria dessa Corte, e preste as seguintes informações:

1. Foi convocado o Sr. Aníbal Teixeira, Ministro de Estado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para comparecer ao Plenário da Câmara dos Deputados, antes de deixar o referido cargo?

2. Em caso negativo, por que razões?

3. Por que a Câmara dos Deputados, através de sua Mesa Diretora, não atende, sistematicamente, nos prazos regimentais, os requerimentos de convocação de Ministros de Estado formulados pelo Requerente?

4. No caso específico da convocação do Sr. Ministro do Planejamento, há convivência do Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados, que também é Presidente do Partido Político do Governo à que está filiado o referido Ministro, com as denúncias de corrupção na concessão de verbas ocorridas na Seplan?

Dessa forma, feita a intimação em regime de urgência, e decorrido o prazo legal, com ou sem as respostas do Notificado, pede que sejam os autos entregues ao Requerente, independentemente de traslado, na forma do que dispõe o artigo 872, do Código de Processo Civil, para os fins legais.

Pede deferimento.

Brasília, 20 de janeiro de 1988. – Victor José Faccioni, Advogado – OAB – RS 8020.

#### REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº 26, DE 1987

(Do Sr. Victor Faccioni)

**Solicita seja convocado o titular da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – Seplan a fim de prestar esclarecimentos sobre as denúncias de corrupção na concessão de verbas públicas. (Em aditamento ao Requerimento de Convocação nº 5/87.)**

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência informações sobre que providências foram tomadas pela dita Mesa desta Casa para convocação do Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Dr. Aníbal Teixeira, para exposição e debate em torno da política do Governo, nas áreas econômica e social, e os rumos da economia nacional, objeto do Requerimento de Convocação nº 5, de 27 de abril de 1987, de minha autoria.

Persistindo as razões da referida convocação, solicito a Vossa Excelência se digne aditar aos motivos de meu pedido de convocação, já aprovado por esta Casa, mais a necessidade de explicações, pelo Senhor Ministro, sobre as denúncias de corrupção na concessão de verbas públicas.

#### Justificação

No requerimento de convocação encaminhado à Mesa desta Casa, em 27 de abril de 1987, solicitamos a presença do Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Luís Carlos Bresser Pereira, do Sr. Ministro do Planejamento, Dr. Aníbal Teixeira, bem como do ex-Presidente do Banco Central, Dr. Fernão Bracher e de seu sucessor, Dr. Francisco Gross, para exposição e debate em torno da política do Governo, nas áreas econômica e social e sobre os rumos da economia nacional.

Aprovado o requerimento, e atendendo à convocação, compareceu ao Plenário desta Casa o Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, no dia 30 de junho do corrente ano.

Ocorre, Senhor Presidente, que muitas das questões formuladas ao Sr. Ministro foram respondidas de modo incompleto ou ficaram sem resposta, motivo pelo qual já reiteramos a V. Ex.<sup>a</sup> através de ofício de 8 de julho último, que fossem tomadas as providências cabíveis a fim de obter os esclarecimentos pretendidos, de acordo com o Requerimento de Informações nº 15/87, também de nossa autoria.

No requerimento inicial de convocação, já dizíamos que "a Nação, perplexa, toma conhecimento da escalada de fatos e indícios que caracterizam a desordem nacional. O reflexo sobre o social é inevitável e pode vir a ser catastrófico, afetando de maneira vital o quadro político de nossa transição para a democracia plena".

Desde então, e os fatos aí estão a comprovar, a situação ainda mais se agravou, e dia a dia tomam-se mais freqüentes e mais contundentes as críticas dirigidas ao Governo: não há decisão, não existe orientação, adiam-se definições, falta disciplina, falta competência, falta seriedade e a corrupção campeia solta no Planalto Central.

Declarações neste sentido foram feitas pelo próprio titular da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Dr. Aníbal Teixeira.

A propósito do controle do déficit público, por exemplo, afirmou ele que "deve haver disciplina nos dispêndios e é incrível que não se tenha feito até hoje o orçamento das estatais. Isso só não ocorreu até agora por incompetência".

Da mesma forma o Sr. Ministro do Planejamento denunciou através da imprensa a existência de focos de corrupção na administração pública federal, no que se refere à concessão de verbas públicas, inclusive no seu ministério, envolvendo a liberação de recursos pela Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (Sarem) para as prefeituras.

Fatos como estes, denunciados por S. Ex<sup>a</sup> não podem ser minimizados e necessitam ser apurados sem mais tardar, com a conseqüente punição dos responsáveis, requerendo, também, um posicionamento enérgico por parte do Congresso Nacional.

Esta Casa, Sr. Presidente, não pode ficar omissa diante de questões de tal gravidade, sob pena de ficar ainda mais desacreditada perante a sociedade brasileira, devendo buscar e receber informações sobre toda e qualquer matéria, sobre fatos, intenções, projetos e planos governamentais, a fim de munir de instrumental que permita uma visão tão abrangente quanto possível de todas estas questões que, por sua natureza, exercem influência primordial não só no que se refere aos rumos da Nação, como na elaboração da nova Carta Constitucional.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, valem-nos mais uma vez do Requerimento de Convocação, Instituto do Direito Parlamentar destinado a conferir aos parlamentares os instrumentos adequados para exercerem o seu direito e dever de fiscalizar os atos dos agentes do Estado, para solicitar que V. Ex<sup>a</sup> ultime as providências necessárias para o comparecimento do Eminentíssimo Ministro do Planejamento a esta Casa, a fim de prestar esclarecimento sobre o novo Programa de Ação do Governo, que se diz estar em fase de conclusão, bem como sobre todos os demais assuntos aqui mencionados.

Brasília, 28 de setembro de 1987. – Deputado **Victor Faccioni**.

#### REQUERIMENTO Nº 5, DE 1987

(Convocação)  
(Do Sr. Victor Faccioni)

**Solicita sejam convocados os Senhores Ministros da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira, do Planejamento, Dr. Aníbal Teixeira, Dr. Fernão Bracher, ex-Presidente do Banco Central e o Dr. Francisco Gros, atual Presidente do Banco Central, para exposição o e debate em torno da política do Governo, nas áreas econômica e social, e os rumos da economia nacional.**

Exm<sup>o</sup>. Sr.  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados Nesta.

Senhor Presidente,  
Tendo em conta a aprovação o unânime das bancadas do PDS na Câmara e no Senado, em 25 de fevereiro último, rerepresentamos na Câmara dos Deputados requerimento antes derrotado no

plenário da Constituinte e convocatório de Sua Excelência o Ministro da Fazenda, Dr. Dílson Funaro, "para exposição o e debate a respeito das providências tomadas e a tomar pelo Governo, com o fim de restaurar a ordem econômica nacional, bem como para informar das causas que levaram ao insucesso o Plano de Estabilização Econômica", o chamado "Plano Cruzado".

Dizíamos na ocasião o que "a Nação, perplexa, toma conhecimento da escalada de fatos e indícios que caracterizam a desordem nacional. O reflexo sobre o social é inevitável e pode vir a ser catastrófico, afetando de maneira vital o quadro político de nossa transição para a democracia plena".

Ocorre, Senhor Presidente, que daquela data para cá, passados já sessenta dias, ainda mais se agravou o quadro da crise nacional e, a despeito da gravidade da situação e do disposto no item XVI do art. 128, combinado com o art. 131 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Governo não se fez presente à convocação o desta Casa, nos termos do requerimento e, representado na pessoa do Ministro da Fazenda, e o que deveria acontecer nesta sessão o, na data de hoje, já não ocorrerá, pois Sua Excelência o Dr. Dílson Funaro vem de se demitir do cargo.

Creio, Senhor Presidente, embora estejamos não só em plena democracia e em época de Constituinte, tratar-se de situação inédita, esta da Nova República de não o concretizar a presença de um Ministro de Estado no plenário da Câmara dos Deputados para esclarecimento e debate dos assuntos pertinentes à sua Pasta, demitindo-se à véspera, com data aprazada pela segunda ou terceira vez, e depois de negociação de Vossa Excelência e da liderança do PMDB e do Governo, com o líder de minha Bancada, o Deputado Amaral Netto.

Esperamos que tal fato não o caracterize uma frontal desconsideração ao Poder Legislativo e ao povo aqui representado como nação, uma afronta e unia fuga às responsabilidades, eis que elas não são inerentes apenas à pessoa do Ministro como ao próprio Governo e ao Partido que representa no mesmo.

A demissão do Ministro, por si só, não o resolve a séria problemática a que está às voltas a Nação brasileira, já em pleno caos econômico, antes até pode agravar a situação diante das naturais e novas incertezas que advêm do fato, além de tomar ainda mais misterioso tudo quanto se passou no atual período de Governo, desde a data em que foi lançado o Plano Cruzado até os dias de hoje.

O Governo anunciou há poucos dias que havia determinado a elaboração o de um plano econômico para ser conhecido daí a 60 dias; enquanto isso, o Congresso Nacional e a Nação, perplexos, aguardam as novas grandes linhas de política econômica, paralisados os investimentos e o País pela falta de definição do Governo.

Pois bem, se aqui, no Brasil Senhor Presidente, se aguardavam as definições como se aguarda até hoje, e se esperava esclarecidas viessem a ser com a presença do Ministro na Casa, já em Nova Iorque, antes de submetê-las ao Congresso Nacional e à Nação, o Ministro Funaro levou aos credores internacionais em sua última viagem os planos que faltavam aqui, e traduzidos em versão inglesa, cerca de dois volumes, edições de fevereiro e outro de março do corrente ano, em capa

amarela, dos quais obtive cópia xerox, e lá apelidados de "Golden Book" ou Livro Ouro, segundo narrou-me o Deputado Amaral Netto, que esteve recentemente em Washington confirmando a denúncia que eu transmitiria a ele, da existência prévia do plano aqui desconhecido e que lá no exterior era submetido à apreciação internacional.

Trata-se de "Brazil Economic and Program the Financing of Economic Development in the period 1987-1991".

Porque foram sonegados ao Congresso Nacional e à Nação os Planos Econômicos, e antes colocados à apreciação dos credores internacionais, cabe sabermos, Senhor Presidente como urge saber quais são enfim esses planos.

No requerimento inicial de convocação que fizemos à Mesa desta Casa solicitávamos igualmente a presença do "Dr. Fernão Bracher, ex-Presidente do Banco Central, e o Dr. Francisco Gros, novo Presidente do Banco Central", para, junto do Ministro Funaro, que aqui estivera um ano antes depondo em plena "glória" do lançamento do Plano Cruzado, poderem melhor explicar por que não deu certo tudo quanto se dizia que "tinha de dar certo".

Persistindo as razões das referidas convocações, estamos pelo presente renovando as mesmas, acrescidas, desde logo, da convocação do Ministro do Planejamento, Dr. Aníbal Teixeira, e tão logo seja designado igualmente, do novo Ministro da Fazenda, para aqui comparecerem, tendo em vista o esclarecimento e debate em torno da política do Governo nas áreas econômica e social, e os rumos da economia nacional.

Brasília, 27 de abril de 1987. – Deputado **Victor Faccioni**.

Sr. Presidente, para uma reclamação:

Pelo Requerimento de nº. 5, de 27-4-87, aprovado em plenário em 24-6-87, foram convocados o Ministro da SEPLAN e o da Fazenda; compareceu apenas este último, no dia 30-6-87.

Pelo Requerimento nº 26, de 28-9-87, cuja aprovação em plenário se deu em 22-10-87, novamente se convocou o Ministro da Seplan, aguardando-se até a presente data que Sua Excelência se digne comparecer à Cismam dos Deputados para prestar esclarecimentos ligados a sua Pasta.

Nestes últimos dias, em especial nos jomais de hoje, vem a imprensa divulgando notícias de denúncias formuladas por vários prefeitos contra o titular da Seplan, o qual, dentre outras irregularidades, através de propostas, estaria exigindo percentuais sobre as verbas liberadas em favor de vários municípios.

Sr. Presidente, se antes apenas indícios apontavam uma desonesta administração de dinheiro público, agora a Câmara dos Deputados, no cumprimento de sua ação fiscalizadora dos atos do Governo, dispõe de fatos comprobatórios de nocivas atividades de autoridades do Poder Executivo. Fatos esses que devem ser apreciados pelo Congresso Nacional, promovendo-se, de imediato, o afastamento dos agentes dos ilícitos, se tiverem ocorrido.

Permitimo-nos indagar dessa Presidência, à vista do que dispõe o art.267 do Regimento Interno:

1. quais foram as providências adotadas pela Mesa da Câmara dos Deputados para que o Sr. Ministro da Seplan aqui comparecesse no prazo de 20 (vinte) sessões conforme o determina o Regimento Interno?

2. se aquela autoridade, não foi ainda comunicada, quando o será e qual a data prevista para o seu comparecimento a esta Casa do Congresso Nacional? – Deputado **Victor Faccioni**, PDS – RS.

Sr. Presidente, não preciso dizer mais, senão que é hora de se pôr um fim à inconseqüência de tudo que caracteriza a vida pública atual. É preciso se pôr um fim à irresponsabilidade e à impunidade. Há um círculo vicioso, que se estabeleceu no nosso País, de impunidade, de irresponsabilidade e de inconseqüência. Parece que as coisas não são com ninguém.

Há pouco, um funcionário desta Casa ainda me dizia “Deputado Victor Faccioni, não adianta V. Exª reclamar. É mais um Ministro denunciado por corrupção que sai, e fica nisso mesmo. Não seqüestram os seus bens, não co-responsabilizam o patrimônio do mesmo, não se apura se são verdadeiras ou não as acusações, e fica por isso mesmo. Agora, eu, que sou um simples funcionário, às vezes, sou solicitado a assinar um aval de promissória para um colega de trabalho. Se esse colega não pagar essa promissória, eu terei que fazê-lo, e minha mulher e meus filhos responderão com o meu patrimônio, com o nosso patrimônio. Mas os Ministros de Estado, os homens do Governo, os grandes da República, parece que estão acima da lei, da ordem, da moral, da ética, dos costumes, da Nação, do Estado. São cidadãos acima de qualquer suspeita”.

Seria assim? Não, Sr. Presidente. Tanto é verdade que outras são as afirmações da imprensa nacional. Assim é pela forma como os responsáveis da Nova República conduzem as coisas neste País, embora não seja o que está estabelecido na Constituição e nas leis.

Ainda há pouco, o Constituinte Farabulini Júnior cobrava da tribuna o reajuste do valor real das aposentadorias para, os aposentados e pensionistas do INPS. A Lei já existe, mas não é cumprida. Muitos dos aposentados entraram com ação na Justiça. Ganharam na demanda. Tiveram ganho de causa dado pela Justiça Federal, mas o INPS recorre perante o Supremo Tribunal Federal e vai adiando, postergando, conseqüentemente a lei em favor dos aposentados não é cumprida. Agora o aval de um simples funcionário, de um trabalhador, esse é cumprido pelos bancos que são os verdadeiros donos do poder.

Vejam o que diz a imprensa nacional de hoje. Vou ler apenas as manchetes de cada matéria e rogo a V. Exª, que dê como lidas, depois, todas as matérias para efeito de Anais.

**O Estado de S. Paulo**, 4ª-feira, 20 de janeiro:

“A farsa de Aníbal só encoberta a corrupção”, “Newton Cardoso indica:

É Abreu”: “Turma confirma que há desvios.”

Na outra página do mesmo jornal:

“Aníbal sai e não conta nada Ministro pede demissão e diz que Sarney pediu para ele ficar mais alguns dias no lugar.”

Ótimo, para que S. Exª possa aqui comparecer. Afinal de contas, quem já ficou tanto, pode ficar mais uns dias.

“Quis ficar, Sarney disse não”. “O Brasil vive crise moral” “Prometeu e não cumpriu”.

Quem disse que o Brasil vive crise moral?

“A corrupção no Brasil tem a idade do País, que vive hoje uma crise moral sem precedentes – disser ontem, em tom de desabafo, o Ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, ao comentar o episódio de afastamento do seu colega Aníbal Teixeira, da Pasta do Planejamento”.

Sr. Presidente, teme que se pôr um basta a esta crise moral: não vai ser à base do desabafo do Ministro-Chefe da Casa Civil sobre a crise moral que a impunidade vai continuar, com a complacência, a convivência do Governo e da maioria parlamentar desta Casa, da Mesa dirigente e do Presidente desta Casa – homem, que já disse desta tribuna, pelo qual tenho a maior consideração, o maior respeito, o Deputado Ulysses Guimarães, mas que corre o risco de jogar fora todo o seu passado de luta e de honra por uma eventual omissão ou convivência que possa estar cometendo no presente. Seria por que acumula muitos cargos e não dá tempo para exercê-los, a presidência da Constituinte, a Presidência da Câmara, a Presidência do PMDB, a Vice-Presidência da República? Então, deixe alguns, afinal de contas há tanta gente a procura de cargos.

Diz a manchete de **O Estado de S. Paulo**:

Para Ulysses, rotina de país democrático.

Santo Deus! parece que o Ulysses de ontem já não é o Ulysses de hoje. Rotina de país democrático pode ser substituição de um ministro, mas num país democrático as responsabilidades são apuradas e têm conseqüências a lei é respeitada, a ordem é respeitada, a moral é respeitada, a Nação é respeitada, o povo é respeitado, o Poder Legislativo é respeitado.

Pois bem, vamos a outras manchetes. **O Correio Brasiliense** de hoje:

“Aníbal saiu devendo as acusações anunciadas.”

Ele havia dito que ia dar nomes aos bois, não deu “O seu trunfo era a capacidade de promover obras”; “Mais força para feijão com arroz”; “Ulysses: O PMDB não faz indicações” – imagine se fizesse – “ex-Secretário leva acusador à justiça”; “Couto: Governo procura provas” – Será que vai encontrar? Será que quer encontrar? – “Sarney indica Abreu para a Seplan – novo Ministro era Secretário em Minas e não tem vínculo partidário”.

Vejam como são as coisas, de repente ter vínculo partidário chega a ser ruim. Daqui a pouco o sujeito para integrar o Governo, para ter aceitação e respeitabilidade não pode ter passado nem presente político nem partidário. Isto é ruim para a democracia.

**O SR. LUIZ SOYER**: – Permite V. Exª, um aparte?

**O SR. VICTOR FACCIÓNI** – Não sei se o Regimento Interno permite apartes, mas, se V. Exª permitir, só quero terminar uma pequena referência e depois darei o aparte com todo o prazer.

**O SR. PRESIDENTE (MÁRIO MAIA)**: – V. Exª querendo ser apartado, o Regimento permite.

**O SR. VICTOR FACCIÓNI** – Pois não, em seguida darei o aparte. Obrigado, Sr. Presidente.

**Jornal de Brasília** de hoje:

“Aníbal sai e Costa Couto vê País em crise moral.”

E o que se faz para combater essa crise moral? O que se faz? “Acusações sem dar nomes aos bois”.

Para refrescar a memória e os Anais, na sessão de ontem disse que o Ministro Aníbal havia dito à imprensa que daria nomes aos bois, dois tipos de bois, raça de bois que o acusa, segundo ele, por ter desatendido a interesse, e uma outra raça de bois que seriam os verdadeiros corruptos Não sei se são os mesmos tipos de bois ou a mesma raça que forneceu carne para Chemobyl para depois ser importada pelo Governo da Nova República, quando da época do Ministro Dilson Funaro, e vendida ao povo brasileiro carne contaminada. Ou os bois – aí já seriam as vacas que forneceram o leite contaminado, deteriorado, que também foi importado e está sendo distribuído, ou foi distribuído pela Seac aos pobres e carentes do País ou vendido nos mercados.

Outra manchete:

“Ministro se defende e pede fim da corrupção; “Costa Couto vê grave crise moral”; “Novo titular foge das entrevistas”; “Inquérito apura tudo em 30 dias”.

Então; aquele funcionário que me disse que não adianta vir falar, respondo: Não! Adianta sim! Veja, em trinta dias todos ficarão sabendo.

“CPI poderá hoje ter sua aprovação”.

Aliás, nesta Casa, o Deputado Adylson Motta pediu, na semana passada, uma CPI Depois disso foi solicitada no Senado Federal. Não sei que andamento teve a CPI solicitada.

“Sarney também demite Michal”; Abreu sai de Minas e substitui Aníbal na Seplan”; “Ministro se defende e pede fim da corrupção”; Acusações sem dar nome aos bois”.

Bem, se o Ministro pede fim da corrupção, ela terminará.

O jornal **O Globo** de hoje

“Aníbal se demite, fica por poucas horas, e é substituído”; “Governo já pensou em acabar a Seplan.”

Está aí a solução. Acaba-se a Seplan. Afinal de contas, não acabaram com o BNH? Está tudo resolvido. A crise da habitação está resolvida Não há mais problema de inquilinato, de falta de moradias, de financiamentos de casa própria, de aluguel, tudo resolvido, e até mais do que resolvido, sobrou um belo e majestoso prédio que se presta para mais uma negociata. Os funcionários do BNH, oito mil e poucos, estão todos na Caixa Econômica Federal, e a Caixa Econômica federal vai fazer um concurso para abrir novas vagas. Poxa vida! Como é que a Caixa fazia para funcionar? Conseguia funcionar sem o oito mil funcio-

nários do BNH, e agora que os tem, ainda precisa de novos? Não sei, em todo caso está aí. Mas, apesar da promessa, a lista dos corruptos não sai. Outra manchete: "Costa Couto afirma que inquérito prossegue na SEPLAN"; Turma indica hoje delegado responsável pelo inquérito"; "Michal diz, em nota, que vai processar ex-Ministro". Apesar da promessa a lista de corruptos não sai. Na entrevista, resposta às acusações.

A revista **Veja** desta semana: "Aníbal perde no fim". "Acusado de corrupção, o Ministro do Planejamento se defende transferindo as denúncias ao Governo, que planeja a sua demissão". Pois bem e aí vai uma longa matéria que eu gostaria de comentar, não vou fazer para acolher o aparte que me é solicitado.

**O SR. PRESIDENTE (MÁRIO MAIA):** – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. LUIZ SOYER:** – Caro Deputado Victor Faccioni, vendo V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, lembro-me dos tempos em que vivi na oposição no MDB, no PMDB, e durante aquele tempo, da tribuna da Assembléia Legislativa de Goiás, fazia também severas críticas ao Governo da época, à ARENA e ao PDS, e, a bem da verdade, críticas também parecidas com estas que V. Ex<sup>a</sup> faz, neste momento. Em que sendo do PMDB, e o Presidente da República também, sou favorável a que fatos iguais a estes – e este, evidentemente – sejam apurados, todos, e que devam ser, após a apuração dos fatos, realmente apenas aqueles responsáveis. A impunidade realmente é um dos grandes males deste País e não podemos, em absoluto, deixar que assim continue. Mesmo sendo do PMDB, congratulome com V. Ex<sup>a</sup>, porque está fazendo determinadas acusações que têm os seus fundamentos. É necessário que sejam apuradas, e os culpados punidos. Por outro lado, discordo de V. Ex<sup>a</sup> quando menciona o Presidente Ulysses Guimarães e o fato de S. Ex<sup>a</sup> ocupar vários cargos. É bom que se deixe claro que Ulysses Guimarães foi eleito Presidente do PMDB, foi eleito Presidente da Constituinte, por força de lei é o Vice-Presidente da República. Eleito para esses cargos, termos é que nos congratular com S. Ex<sup>a</sup> porque houve oportunidade de concorrer. Outros companheiros do PMDB concorreram e não ganharam a eleição. Tenho é que cumprimentar o Presidente Ulysses Guimarães por ter conquistado, pela urna, pelo voto, esses cargos. Parabéns ao Constituinte Ulysses Guimarães. Quem dera que nós outros tivéssemos essa força moral, essa força que S. Ex<sup>a</sup> tem – força moral temos – essa força eleitoral que S. Ex<sup>a</sup> tem, esta autoridade que S. Ex<sup>a</sup> tem; para que pudéssemos também exercer vários cargos, porém todos eleitos. Por isso, tenho que cumprimentar e discordar de V. Ex<sup>a</sup> e cumprimentar o Deputado Ulysses Guimarães pelos cargos que ocupa. Quanto a rotineiro que ele disse, evidentemente se refere, única e exclusivamente, ao fato de se substituir ministros e não de se deixar qualquer fato danoso ao interesse público.

**O SR. VICTOR FACCIONI:** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado Luiz Soyer, pelo oportuno e brilhante aparte. Em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup> mostra que nem tudo este perdido, nem na Nação, muito menos do PMDB, porque também há dentro do PMDB vozes que querem, efetivamente,

o resguardo do direito, da lei, da moral, o combate à corrupção, à impunidade é irresponsabilidade. Isto acontecia também à época em que militava, como continuo militando, no PDS ou na ARENA do Governo. Éramos, também, vozes como a de V. Ex<sup>a</sup> hoje, cobrando efetivamente uma linha de coerência de cumprimento da lei, da ordem e da moral. Mas isto parece que não basta. V. Ex<sup>a</sup> exalta a figura de Ulysses Guimarães, que eu não cansei de exaltar e volto a repetir que S. Ex<sup>a</sup> tem, efetivamente, toda força e todos os predicados, mas está cometendo um risco; o tempo está passando. Não adiantará S. Ex<sup>a</sup> tomar certas providências depois de as coisas acontecerem.

Nobre Constituinte Luiz Soyer, sabe V. Ex<sup>a</sup> que o fato de alguém ocupar um cargo eleito pelo voto, não é tudo. Basta lembrarmos o que foi a eleição do ano passado, do Plano-Cruzado. O Plano Cruzado elegeu. E aí? E depois da eleição? Vem a responsabilidade, o atendimento, o cumprimento. Não é tudo.

Agora, ao fazer a notificação judicial, eu não estou nada mais, nada menos, do que ensejando mais uma oportunidade, acreditando que o Constituinte Ulysses Guimarães não vai perdê-la, porque, se antes S. Ex<sup>a</sup> pudesse ter algum constrangimento, ou algum motivo para esperar mais de 24 horas, quem sabe mais oportuno até para a Câmara, para o calendário, para o Governo, para o Ministro, para o Partido, para a Constituinte, agora S. Ex<sup>a</sup> não terá mais esse constrangimento, ou o desdobramento de uma das suas proeminentes qualidades, que o de saber ajustar e acomodar as coisas. É que, Constituinte Luiz Soyer, não dá mais para acomodar certas coisas, apenas isto. Então, estamos ensejando ao Constituinte Ulysses Guimarães a oportunidade dele romper qualquer constrangimento, e qualquer respeito a qualquer calendário. Agora tem que fazê-lo, veja, Deputado Luiz Soyer, que lembrou a situação anterior do PDS e da ARENA, pois quando estes dois Partidos estiveram na presidência da Câmara jamais engavetaram ou se omitiram, de qualquer forma, diante de uma decisão do Plenário.

O engavetamento das mensagens presidências sobre os decretos-leis editados pela Nova República, postergando, assim, a leitura em sessão é invenção das Mesas dirigidas pelo PMDB no Congresso Nacional, portanto, fórmula pior do que o decurso de prazo, pois chegamos ao ridículo de ter o decreto que instituiu o empréstimo compulsório para automóveis ser revogado sem ter sido apreciado pelo Congresso Nacional, decorrido um ano de sua permanência no Congresso.

Se antes um decreto podia ser aprovado por decurso de prazo, o PMDB na Mesa do Congresso Nacional inventou a aprovação da gaveta, um novo entulho autoritário, não mais militar ou executivo, mas pasmem, no próprio Legislativo.

Veja, nobre Constituinte, o jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem diz o seguinte, manchete.

"Aníbal falará? Michal pede para sair"; "Confirmada a denúncia de Bresser".

Qual é a denúncia?

Mais em baixo vem:

"Os escândalos da Nova República": e logo depois: "Cruzada nacional contra a corrupção, sem políticos".

Será que é isto que querem para este País? Um desdobramento do quadro institucional que

exclua os políticos e que, conseqüentemente, signifique o rompimento da ordem institucional da democracia e o retorno à ditadura, seja militar ou civil?

Está aqui. Então, a situação pode parecer, assim, até simples, mas na verdade, não é.

O problema que estamos vivendo é muito mais complicado do que possa parecer. Mas creio que ainda é tempo de se tomar algumas atitudes. Ainda é tempo, quem sabe, de cada um salvar o seu Partido; os peemedebistas o seu PMDB, salvar o Governo, se puderem salvar o Governo, e o Governo salvar o País. Ótimo. Mas não adianta querer salvar o Governo se isto não salva o País. A Nação e o povo estão acima do Governo e sei que este é o pensamento dominante nesta Casa Mas, esta Casa mesmo tem que começar a transformar o seu pensamento, a sua vontade, em ações concretas, porque de boa vontade o inferno está cheio.

Vamos, por conseguinte, partir para o rompimento deste círculo vicioso que se estabeleceu no País; da irresponsabilidade, da impunidade, da corrupção. Aí, voltarei a acreditar nas possibilidades da democracia, voltarei a acreditar nas possibilidades do progresso, do bem-estar e do desenvolvimento nacional.

Era isto, Sr. Presidente.

#### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

#### A FARSA DE ANÍBAL SÓ ENCOBERTA A CORRUPÇÃO

Ao contrário do que havia prometido, o ministro do Planejamento Aníbal Teixeira não deu "nomes aos bois" nem esclareceu sua denúncia de que há corrupção no governo, depois de uma longa reunião, ontem, com o presidente José Sarney, que não o demitiu e ainda lhe pediu para continuar no cargo mais alguns dias, para dar tempo de "resolver alguns problemas políticos". Aníbal acusara o presidente Sarney, o genro dele, Jorge Murad, e o secretário-geral de seu próprio ministério, Michal Gartenkraut, de ser responsáveis pela manipulação de verbas públicas. Ontem, não quis esclarecer o assunto e ainda cobrou do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, os nomes dos corruptos no governo. Enquanto o presidente Sarney se calava, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, desabafava "A corrupção é praticada por gente qualificada e competente, fica difícil comprovar". Ele admitiu que o País vive "uma crise moral sem precedentes".

#### NEWTON CARDOSO INDICA: É ABREU

O Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, levou o nome do sucessor de Aníbal Teixeira no Ministério do Planejamento ontem à noite para o presidente Sarney. O presidente concordou com a indicação, por achar que o cargo deveria ser de um mineiro. O novo ministro, João Batista Abreu é secretário da Fazenda de Minas. Tem 44 anos, é economista e trabalhou com os ministros Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto. Depois, na Nova República, fez parte das equipes de Francisco Dornelles e Dilson Funaro. "Escolhi o melhor dos meus secretários", disse Newton Cardoso.

**TUMA CONFIRMA QUE HÁ DESVIOS**

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, disse ontem que já havia enviado telex a Aníbal Teixeira informando ter comprovado a intermediação de verbas no Ministério do Planejamento em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. "Alguns prefeitos confirmam, a maior parte nega, mas há vários indicativos de crime", disse. Tuma mandou abrir inquérito para apurar a corrupção. A polícia terá 30 dias para investigar e apresentar as conclusões à Justiça. O secretário-geral demissionário da Seplan, Michal Gartenkraut, anunciou que vai entrar com uma queixa-crime contra Aníbal Teixeira.

O Estado de S. Paulo

**ANÍBAL SAI E NÃO CONTA NADA**

Ministro pede demissão. E diz que Sarney pediu para ele ficar mais alguns dias no lugar Brasília.

**Agência Estado**

O ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, pediu ontem demissão do cargo, em caráter irrevogável, ao presidente José Sarney, justificando que pretende concorrer à prefeitura de Belo Horizonte nas próximas eleições. Mesmo assim, ele não deixará a Seplan já. Depois que saiu do gabinete do presidente, disse que Sarney lhe pediu para ficar até a escolha de seu substituto e antecipou que na terça-feira ainda terá despacho no Palácio do Planalto. O presidente lhe comunicou também a demissão do secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkraut, a quem o ministro acusou de "sabotador dos programas sociais do governo."

Apesar de ter prometido que ontem daria uma entrevista revelando os nomes de todas as pessoas que, por se sentirem prejudicadas por sua administração, estavam lançando notícias falsas contra ele, Aníbal Teixeira não denunciou ninguém, salvo as acusações feitas a Michal Gartenkraut. Mas lançou um desafio à Imprensa. "Nós trocamos os nomes dessas pessoas pelos informantes das notícias publicadas no jornal contra mim, que são sabidamente falsas, mas que o jornal protege".

**Fontes a Descoberto**

"Dê-me os nomes deles e as contas dos cheques", prosseguiu o ministro sem, contudo, explicar sua referência aos cheques, apesar da insistência dos jornalistas. "Fui um pouco acre", argumentou Aníbal Teixeira, admitindo que não teria nomes de pessoas que pagam ou jornais que recebem pelas notícias falsas. E justificou que, na verdade, estava apenas defendendo a tese de que os jornais não deveriam proteger as fontes que, resguardadas pelo sigilo, dão notícias que não correspondem à verdade. Quando ficar comprovado que a informação é mentirosa, o jornal deve divulgar a fonte que a forneceu, de acordo com o ministro.

Michal Gartenkraut não foi poupado por Aníbal Teixeira, que acusou o secretário-geral de ter sabotado sistematicamente o trabalho social do governo. Ele cortou verbas, manipulou e fez violên-

cias contra o orçamento elaborado e aprovado pelo Congresso Nacional", disse o ministro. Mas depois ressaltou que sua divergência com Gartenkraut era apenas doutrinária: enquanto ele queria aplicar mais nos programas sociais, o secretário-geral defendia a prioridade dos recursos para obras de infraestrutura.

Ao se esquivar de "dar nome aos bois", conforme havia prometido, Aníbal Teixeira disse que desde setembro pediu um levantamento da situação à Polícia Federal, até mesmo sobre as denúncias lançadas contra ele, porque essa não é sua função. Esse relatório, contudo, ainda não ficou pronto e, por essa razão, argumentou que não poderia dar nomes. Aí voltou a insistir que a imprensa poderia ajudar se lhe dissesse os nomes das pessoas que fazem as denúncias contra ele nos jornais, e reafirmou a tese de que essas notícias estão sendo divulgadas por aqueles que tiveram seus interesses prejudicados por sua atuação na Seplan e na Secretaria de Ações Comunitárias. "É claro que ninguém economiza Cz<sup>5</sup> 100 bilhões como eu economizei, em um ano de governo, sem criar alguns embaraços", disse. Em seguida, aconselhou aos repórteres que lessem o livro do jornalista Samuel Wainer, para saber como tratar as fontes.

**Pequenas Intrigas**

Mesmo já tendo afirmado que Gartenkraut foi indicação de Jorge Murad, genro do presidente, para a Secretaria Geral da Seplan, Aníbal Teixeira negou qualquer desentendimento com o secretário-particular de Sarney e criticou-o apenas por ser contra o programa de distribuição de leite à população carente, que é a "menina dos olhos" do presidente. O ministro completou que, de sua parte, sempre mereceu a confiança do presidente Sarney. Jorge Murad, de acordo com Aníbal Teixeira, é um homem de bem, mas Michal Gartenkraut o procurava para fazer "pequenas intrigas", dizendo, por exemplo, que o orçamento não estaria sendo cumprido.

As queixas de Aníbal Teixeira contra Gartenkraut, segundo ele disse, já existem há algum tempo. Há dois meses, contou que havia falado do problema com o presidente Sarney, que ponderou que o secretário-geral tinha qualidades e iria providenciar outro lugar no governo para ele. O ministro do Planejamento ainda respondeu ao ex-ministro Bresser Pereira, da Fazenda, que o acusou de ter manipulado o orçamento unificado da União para 1988. Segundo Aníbal Teixeira, se houve manipulação ela foi praticada pelo Ministério da Fazenda, que contrariou até a disposição do Congresso Nacional.

Aníbal Teixeira ficou com o presidente Sarney durante uma hora e 35 minutos. Ao começar sua entrevista, somente depois que o presidente saiu do Palácio do Planalto, o ministro não permitiu que lhe fosse feita nenhuma pergunta. Passou mais de 30 minutos fazendo sua própria biografia, desde os tempos de estudante, quando dirigiu oito entidades estudantis, até chegar ao governo Sarney. E contou que enriqueceu durante os 14 anos em que esteve cassado politicamente. Começando com duas salas do Banco Nacional, onde atuou em projetos industriais, partindo depois para o reflorestamento, disse que no final possuía mais de mil lotes, 600 chácaras, quatro fábricas e dois aviões.

**Pétalas de Rosa**

Mas negou que tivesse empregado filho e neto e fretado um avião para jogar pétalas de rosas no sítio de uma amiga. Negou e o presidente Sarney, segundo contou, até achou a história engraçada, ainda comentando: "Devia ser realmente uma mulher muito bonita para justificar uma mobilização logística deste porte". O ministro continuou negando todas as acusações feitas na imprensa contra ele. Confirmou que, efetivamente, um primo seu alertou para a necessidade de uma obra hidroviária no município de Valença, no Rio de Janeiro e que depois esse parente ganhou a concorrência, com mais três empresas, para executar essa obra em um projeto que custou Cz<sup>5</sup> 1,4 bilhão.

Apesar de seu primo ter ganhado a concorrência, Aníbal Teixeira disse que está com a consciência absolutamente tranqüila, porque Sérgio Teixeira de Souza não lhe antecipou que tinha interesse no assunto. Garantiu que depois chegou a reclamar com o primo sobre o caso, mas defendeu o seu projeto dizendo que ele foi feito dentro dos critérios técnicos e preço razoável. Também defendeu o seu irmão Asdrúbal Teixeira, acusado de intermediar recursos da Seac para beneficiar alambiques. "Asdrúbal vive sempre inventando coisas", disse, rindo, o ministro, para argumentar que o interesse de seu irmão era incentivar empresas a investir na área de equipamentos para energia alternativa, seu ramo de especialidade. Mas Asdrúbal não é intermediador, nem sócio dessas empresas. Apenas usava as instalações de uma delas, de acordo com Aníbal Teixeira, para fazer seus estudos e pagava por esse uso fazendo consertos para os estabelecimentos.

Sobre a compra de equipamentos de computação pela Seplan para iniciar uma experiência de informatização nos municípios, Aníbal Teixeira disse que a proposta surgiu do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele gostou e levou para o presidente, mas os equipamentos foram comprados pela Associação Brasileira de Municípios. Depois rebateu a acusação de que o filho de seu ex-chefe de gabinete era um dos professores responsáveis pelo treinamento das pessoas que irão executar o programa. E garantiu que mandou a Divisão de Segurança e Informações investigar. A DSI, o SNI e a Polícia Federal, segundo o ministro, são os órgãos de investigação de que ele dispõe para apurar todas as denúncias de corrupção que pairam contra a Seplan.

Ele ainda acusou ministros, sem dar nomes, de também estarem insatisfeitos com sua atuação em favor dos programas sociais, além dos escritórios de intermediação que foram prejudicados em sua administração. E, falando de política, disse que não contava com o apoio do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. Desse modo, se não conseguir sair candidato do PMDB para a prefeitura de Belo Horizonte, afirmou que vai apoiar o candidato de seu partido. Depois disso, vai se dedicar à construção do Museu de Tecnologia em Belo Horizonte. "Entre um lugar no governo e um lugar na História, prefiro um lugar na História, de onde não se pode ser cassado, aposentado ou demitido", disse.

**"Noite Misteriosa"**

O ministro demissionário do Planejamento reuniu-se ontem, às 20h30min, com Mailson da NÓ-

brega da Fazenda. "Afim de contas, permaneço no cargo ainda alguns dias, até o presidente resolver seus problemas políticos", afirmou.

Teixeira prometeu também revelações significativas sobre o que ele chama de "noite misteriosa" – a noite do falecimento de Tancredo Neves. "A madrugada da Nova República foi muito densa de acontecimentos, que eu não posso revelar agora, pois o assunto ainda está muito quente. Isto ficará para os livros de História, para o futuro."

Após o encontro com Mailson da Nóbrega, insistiu em que permanecia no cargo a pedido do presidente Sarney. "O presidente pediu que eu aguardasse uns dias." Esse pedido visaria a resolução de alguns problemas que ainda se encontram pendentes na Seplan. Sua permanência, pelo que disse depois da audiência, será meramente formal, pois ele já adiantou que não comparecerá às reuniões do Conin e do Cise, realizadas hoje, nos quais o Planejamento tem assento.

#### QUIS FICAR. SARNEY DISSE NÃO

**Brasília**  
**Agência Estado**

O ministro Aníbal Teixeira queria ficar na Secretaria de Planejamento até o dia 14 de fevereiro, prazo legal exigido para sua desincompatibilização do cargo, no processo eleitoral. Mas o presidente Sarney não concordou. Essa era a versão que circulava ontem no Palácio do Planalto em contraste com a declaração do ministro de que havia pedido demissão do cargo e o presidente da República solicitara que aguardasse até a escolha de seu sucessor.

O presidente Sarney, segundo um assessor, apenas preferiu o ministro do Planejamento não deixasse o cargo imediatamente depois de ter anunciado sua demissão para diminuir a repercussão do fato. Ou seja, Aníbal Teixeira sai do governo aos poucos, enquanto são dissociadas da administração Sarney as denúncias de corrupção.

O fato é que o próprio Aníbal Teixeira tratou de transmitir à imprensa de que poderia ficar até o dia 14 de fevereiro, dizendo que se até lá o presidente Sarney não escolhesse o seu substituto, ele poderia deixar respondendo pelo Seplan o seu chefe de gabinete, Geraldo Alencar. Assessores do presidente antecipavam, porém, que ele já tinha um nome de Minas para o lugar de Aníbal Teixeira, faltando apenas fechar ontem mesmo alguns acordos com o governador mineiro.

#### "BRASIL VIVE CRISE MORAL"

**Brasília**  
**Agência Estado**

"A corrupção no Brasil tem a idade do País, que vive hoje uma crise moral sem precedentes", disse ontem, em tom de desabafo, o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, ao comentar o episódio de afastamento do seu colega Aníbal Teixeira, da Pasta do Planejamento.

Segundo Costa Couto, o ministro Aníbal Teixeira, após prestar esclarecimentos ao presidente Sarney das acusações recebidas, decidiu colocar

o seu cargo à disposição. O presidente Sarney, explicou Costa Couto, resolveu aceitar o cargo de volta, providenciando imediatamente um substituto, cujo nome deverá ser anunciado nas próximas 24 horas.

Apesar do anúncio do nome do novo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira deverá permanecer no cargo até meados da próxima semana, pois o presidente, segundo se informou no Palácio do Planalto, não quis prejudicar a carreira política de Aníbal, que pretende disputar na convenção do PMDB a candidatura a prefeito de Belo Horizonte, o que ocorreria em maior escala se fosse efetivada uma demissão sumária ontem.

Costa Couto informou que o presidente Sarney procurou agir com muita cautela no caso da Seplan para evitar cometer injustiças. O caso de corrupção naquele ministério ainda está sendo apurado pela Polícia Federal, e somente será possível tirar conclusões mais precisas após o encerramento dos trabalhos daquele órgão.

#### PROMETEU E NÃO CUMPRIU

"Vou botar os pingos nos is." (Em 8 de janeiro, ao sair de uma audiência com o presidente Sarney, logo após as primeiras denúncias de corrupção na Seplan.)

"As forças que se mobilizaram para deter os programas sociais da Seac evoluíram para dentro e para fora do Executivo, chegando até as empreiteiras e construtoras de moradias." (Em 9 de janeiro.)

"As mãos ocultas da corrupção estão sempre ocultas. Mas, desta vez, estão identificadas" (No dia 12 de janeiro, em Belo Horizonte.)

"Quando um empresário se vê em dificuldades, quando tem dinheiro para receber do governo, não se importa de pagar taxas de intermediação para quem se propõe a conseguir a liberação desses recursos." (Em entrevista exclusiva ao **Estado**, publicada no dia 14 de janeiro.)

"Quando cheguei a Seplan, vi que o problema da intermediação era um problema sério."

"Eu não autorizo nada. Quem autoriza é o presidente da República e o secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkraut."

"Acho que temos de eliminar os pontos que propiciam a corrupção e isso só será possível com medidas de ordem institucional." (Todas no **Estado** de 14/1.)

"O que estamos assistindo contra mim é a orquestração de grandes interesses contrariados, que mencionarei na entrevista que darei na próxima semana" (Em 14 de janeiro, ao comentar a entrevista dada no dia anterior ao **Estado**.)

"Tenho plena consciência dos efeitos dessas medidas (moralizadoras, segundo ele), pois ferem interesses de grandes grupos e dos referidos escritórios de intermediação, de quem, agora, recebo retaliações e a orquestração de denúncias não comprovadas, veiculadas nos órgãos de comunicação, que têm o estroito e primeiro propósito de desestabilizar as instituições democráticas e a luta contra a corrupção." (Em carta enviada ao **Estado** no dia 15 de janeiro.)

"Procurem na tesouraria dos grandes jornais os cheques que mostram que a imprensa foi paga para me caluniar." (Dia 16 de janeiro, em Belo Horizonte, durante reunião com líderes comunitários.)

"Quando me encontrar com o presidente Sarney, darei o nome aos bois." (Idem.)

#### PARA ULYSSES, ROTINA DE PAÍS DEMOCRÁTICO

**Brasília**  
**Agência Estado**

"Um ato de rotina em qualquer país democrático." É o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, comentando o pedido de demissão do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. Explicando que não tinha informações sobre os motivos que levaram o ministro a solicitar sua exoneração, Ulysses garantiu que o PMDB não vai influenciar no processo de substituição de Aníbal.

"Tomaremos a mesma posição adotada por ocasião da saída do ministro da Fazenda, Bresser Pereira", garantiu ele. "O cargo pertence ao presidente Sarney. É ele o responsável pela escolha dos ministros. Se escolhe bem ou se a escolha não é apropriada, é decisão pessoal dele", acrescentou Ulysses Guimarães, explicando que o partido segue os preceitos constitucionais, que postulam que esses cargos são da confiança "imediate e direta" do presidente.

Ulysses não se manifestou sobre as denúncias do envolvimento do ministro do Planejamento em desvios de verbas para beneficiar parentes e cabos eleitorais. "Não me manifesto sobre o que não tenho conhecimento", afirmou. Mas comentou que se as denúncias contra Aníbal forem realmente comprovadas o fato não trará repercussões negativas para o PMDB. "Se uma pessoa não procede bem em sua classe, seja qual for, não vai comprometer toda a categoria", argumentou. "Somente o responsável deve ser punido"

#### Rigor

O governador do Paraná, Álvaro Dias, defendeu ontem em Curitiba a "rigorosa apuração" das denúncias feitas pelo demissionário ministro do Planejamento Aníbal Teixeira. "Não posso julgar o ministro pelo que ele afirmou – disse Álvaro – mas sempre que existe uma denúncia sua veracidade deve ser levantada." Citando o seu próprio exemplo – "mando apurar até denúncias feitas em conversas de rua" – Álvaro advertiu que o governo federal "deve estar sempre atento a isso, pois na medida em que abre o flanco, na medida em que concede e facilita, a tendência é o aumento da corrupção".

O governador paranaense admitiu saber da existência de corrupção na administração, comentando: "Ela existe nessa estrutura, e todos a conhecemos". Mas não citou nenhum caso concreto, em relação ao governo federal.

Em discurso pronunciado ontem no plenário da Constituinte, o deputado Francisco Küster (PMDB – SC) também reclamou a necessidade de uma devassa na Secretaria do Planejamento. "A Nação cobra – disse – e nós, os representantes do povo, devemos exigir que a verdade venha a público. Se existem ladrões, que sejam trancafiados na cadeia e tenham os seus bens confiscados." E comentou que o ministro Aníbal Teixeira, quando era deputado estadual, "tinha apenas a metade de uma casa, e hoje, é dono



de um patrimônio que inclui quatro fábricas, 2.500 lotes de terras, 500 tratores e caminhões, vários imóveis, e até um avião".

Já o deputado Victor Faccioni (PDS – RS) voltou a lembrar que Aníbal Teixeira não atendeu a dois requerimentos de convocação para prestar esclarecimentos em plenário sobre a Seplan, um dos quais aprovado há seis meses. E perguntou: "Por que é que o ministro não veio aqui se defender? Ele garante que, ao sair, dará os nomes de todos os corruptos. Pois vamos exigir esses nomes".

#### ANÍBAL SAI DEVENDO AS ACUSAÇÕES ANUNCIADAS

Ao anunciar o afastamento do governo, após um encontro de mais de duas horas com o presidente Sarney e depois com o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o ex-ministro Aníbal Teixeira não deu, como anunciara diversas vezes, os nomes de pessoas ou empresas envolvidas em corrupção e que vinham denunciando irregularidades dentro da Seplan.

Aníbal fez, entretanto, acusações ao ex-secretário-geral Michal Gartenkraut, que ontem também teve seu pedido de demissão aceito por Sarney, que o indicará para outro posto no governo, segundo garantia do próprio presidente. O ex-ministro classificou Michal de "todo-poderoso", "autor de intrigas," que decidia sobre liberação de recursos até mesmo sem o conhecimento do presidente da República. Mas a acusação mais grave foi de que Gartenkraut era um "sabotador do programa social do governo", contrariando inclusive o **slogan** "Tudo pelo Social" usado pelo presidente como característica de sua administração.

De acordo com o ex-ministro, a preocupação do secretário-geral era carrear recursos para o setor industrial, tarefa para a qual tinha total cobertura do genro e secretário particular do presidente, Jorge Murad, com quem o ex-ministro chegou a ter desentendimentos por causa de corte de recursos para os programas sociais. Segundo Aníbal, a concepção de seu auxiliar direto – que não cumpria suas determinações – era de que o governo deve dar prioridade para o setor de investimento, objetivando o crescimento da economia do País, deixando os programas sociais para o segundo plano.

Aníbal Teixeira informou que há dois meses, quando a situação tornou-se insuportável, levou ao conhecimento do Presidente José Sarney o comportamento de Michal Gartenkraut. O presidente, disse o ex-ministro, ouviu suas declarações mas preferiu contemporizar o problema, com o argumento de que o secretário-geral é um homem de valor e competente. O ministro preferiu, entretanto, agir dentro da filosofia mineira, sem criar atrito e passou a levar os assuntos diretamente ao presidente.

O ex-secretário-geral, disse Teixeira, atuava livremente dentro da Seplan com sua equipe, que sabotou o quanto pôde o Plano de Ação do Governo (PAG) fazendo cortes de recursos para o setor social. O ex-ministro informou que por três vezes ele constatou o trabalho da equipe de Michal contra os programas sociais; em julho do ano passado, o então secretário-geral, a pretexto de se viabilizar o Plano Bresser, promoveu um corte de Cz<sup>5</sup> 31 bilhões e, no mês seguinte, cortou outros Cz<sup>5</sup>

49 bilhões dos programas sociais. No orçamento para este ano foi feito também um corte de Cz<sup>5</sup> 98 bilhões, mesmo depois de a mensagem já ter sido aprovada pelo Congresso. Posteriormente, para corrigir essa intromissão num documento aprovado pelo Legislativo, o ex-ministro Bresser Pereira, assessorado por Michal, conseguiu a assinatura de um decreto do presidente José Sarney, no qual Aníbal Teixeira disse que encontrou 14 irregularidades. O ex-ministro afirmou que numa segunda etapa, conseguiu recuperar todos esses recursos para os programas que dirigia junto ao presidente da República.

#### Corrupção

O ex-ministro voltou a se defender de todas as acusações de corrupção dentro da Seplan, fazendo questão de afirmar que essa imagem é falsa quanto aos técnicos da Secretaria. Mas, ao contrário do que vinha garantindo, não citou um só nome de pessoa ou empresa envolvida no processo de intermediação de recursos da Seac e da própria Seplan. Segundo disse, é difícil o trabalho de investigação e que até mesmo a Polícia Federal não conseguiu apurar todas as irregularidades apontadas.

Apesar da insistência dos repórteres para que ele desse os "nomes aos bois", como havia prometido, Teixeira preferiu adiar mais uma vez sua revelação. Mas lançou um desafio à imprensa: "Eu troco os nomes das pessoas envolvidas pelos nomes que dão as informações ao jornal e que o jornal protege". E foi mais além em seu desafio, ao pedir "os nomes e as contas dos cheques" Mas, em seguida, a ser questionado sobre a existência de cheques, o ex-ministro recuou dizendo que tinha sido muito acre na afirmação, explicando que aquela seria uma maneira de procurar defender a exatidão das informações passadas aos jornalistas e publicadas pelos jornais.

Muito genérico, Aníbal Teixeira declarou que os que são contra a execução de programas sociais, como a construção de casas populares pelo sistema de mutirão, são aqueles que compram equipamentos com 10 anos de antecedência e defendem a realização de grandes obras ou constroem um aeroporto em Belo Horizonte por US<sup>5</sup> 250 milhões. Mais uma vez, ele se recusou a dar nomes de quem assim age.

O ex-ministro explicou todas as operações de liberação de recursos da Seplan para as prefeituras, citando o caso específico de Valença no Rio de Janeiro, no qual seu primo foi intermediário na aprovação de um projeto hidroviário, que, "depois descobri que ele tinha interesse". Ele também inocentou seu irmão Asdrubal Teixeira, que ele classificou de "inventor", pois desenvolveu vários projetos de energia alternativa. Negou que o irmão seja sócio da firma Embrab, que fabrica alambiques. Todas as denúncias de corrupção o ex-ministro atribui a interesses políticos e econômicos contrariados.

#### O SEU TRUNFO ERA A CAPACIDADE DE PROMOVER OBRAS

A.C. Scartezini  
Especial para o Correio

O mineiro Aníbal Teixeira embarcou no governo da Nova República porque detinha uma qualidade rara na política de Minas Gerais e com a

qual conquistou a amizade de Tancredo Neves: a capacidade de organização. Morreu Tancredo, mas Aníbal permaneceu no Governo porque soube conquistar José Sarney com outra qualidade rara entre os políticos: a capacidade de fazer coisas, promover obras.

Ao chegar ao Planalto, Aníbal Teixeira era um assessor operoso, mas não era ilustre ou prestigiado. Chegou à assessoria presidencial por uma promoção automática desde que conseguiu a proeza de introduzir o computador na campanha de Tancredo pela Presidência, no segundo semestre de 1984. Não apenas introduzia, mas operava que armazenava os compromissos eleitorais de Tancredo.

"Dr. Tancredo tem medo até de telefone com tecla", desconfiava outro colaborador da campanha, deputado Fernando Lyra, mais tarde ministro da Justiça, que Tancredo pudesse confiar no sofisticado computador de Aníbal. De fato, Tancredo confiava mais nos apontamentos feitos no caderno de Antônia Gonçalves de Araújo, a fiel secretária que o acompanhava há 15 anos.

#### A prova

A prova da prevalência do íntimo caderno de Antônia sobre o computador de Aníbal aconteceu na metade da segunda quinzena de março de 1985, quando Tancredo agonizava no hospital em Brasília e Sarney, perplexo, exercia a presidência inesperada. A prova foi provocada pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, que num final de tarde procurou o presidente interino com um apelo:

– Está forte a pressão dos governadores do Nordeste pela nomeação do superintendente da Sudene. Não podemos nomear alguém?

Preferia Sarney que a escolha do superintendente fosse feita por Tancredo, mas, diante do apelo do ministro, resolveu guiar-se pelo roteiro que sentia mais seguro: mandou chamar Antônia com o seu caderno nas mãos, a surpresa: Tancredo prometera a Sudene a três políticos diferentes.

Desempatou Sarney com o seu critério pessoal, sem levar em conta uma consulta ao computador de Aníbal. Como a Sudene foi prometida a vários, Sarney colocou na sua direção um amigo pessoal, José Reinaldo Tavares, que poderia abandonar o cargo assim que Tancredo voltasse do hospital e o pedisse.

Mas Aníbal livrou-se do computador e passou a assessorar Sarney, assim como um dia ligou-se a Tancredo e, antes de todos, a Juscelino Kubitschek, seu introdutor na vida pública ao colocá-lo no Geia – Grupo Executivo da Indústria Automobilística, encarregado de instalar a indústria nacional de carros.

#### Surpresa

A nomeação de Aníbal surpreendeu a amigos de Juscelino porque ambos possuíam vertentes diferentes na política de Minas. Aníbal era mais da UDN e PRP – na juventude, foi integralista com Plínio Salgado a quem acompanhou no PRP. Juscelino era PSD, mas preferiu confirmar a nomeação investindo no novo amigo.

Elegeu-se pelo MDB deputado federal em 1966. Três anos depois foi cassado na companhia

de mais dois deputados federais mineiros. Edgard da Matta Machado e Silvio Menicucci. Sem mandato, mas muito organizado, criou a Lança, uma empresa de reflorestamento, e ficou rico. Aníbal é esperto para ganhar dinheiro", conta, sem malícia, um amigo em Belo Horizonte.

Com a anistia em 1979, reingressou na política e começou a sobressair novamente em 1981, quando se uniu a um grupo de amigos para promover articulações políticas. Tornou-se um centro de estudos políticos, para usá-lo na sua projeção pessoal na imprensa mineira.

Projetou-se também junto a Tancredo, que, no começo de 1982 chamou Aníbal e seu grupo para organizar a convenção que, em Minas, incorporaria o falecido PP ao PMDB. No mesmo ano Tancredo elegeu-se governador e Aníbal ficou por perto.

Uniu-se, ao mesmo tempo, ao prefeito de Contagem, Newton Cardoso, e investiu no seu futuro. Candidatou-se, com apoio de Newton, a deputado federal em 1986 e foi eleito. Na mesma eleição, foi um dos primeiros políticos do PMDB a apoiar Newton Cardoso a governador, ao lado do senador Alfredo Campos.

O engajamento deles irritou o governador Hélio Garcia, sucessor de Tancredo em Minas. Na reunião em que indicou o deputado Mello Freire como candidato do PMDB a governador, em agosto de 1986, contra Newton Cardoso cometeu Hélio Garcia um dos maiores equívocos de sua bem sucedida carreira política:

— Um emissário do Palácio do Planalto tentou de madrugada corromper dona Risoleta Neves.

A denúncia de Hélio Garcia, errada, baseava-se num relatório do serviço secreto da Polícia Militar que, numa madrugada, dias antes, notara Aníbal Teixeira entrar no edifício onde mora a viúva de Tancredo em Belo Horizonte. Mas, Aníbal, assessor da Presidência da República, não pretendia corromper dona Risoleta em favor de Newton. Nem era um intruso. Apenas residia no mesmo edifício na Praça da Liberdade.

Mas uma outra briga com Hélio Garcia foi para valer, em meados de 1985, no salão do restaurante do Hotel Carlton, em Brasília. Morto Tancredo, Hélio, como governador, reunia a bancada de Minas no Congresso Nacional para discutir a posição de todos face ao novo governo de Sarney. "Não entendo como um deputado federal pode renunciar ao seu mandato para assumir uma assessoria na presidência da República...", provocou o governador.

O deputado era Aníbal que trocava a cadeira na Câmara pela sala no Planalto da Secretaria Especial de Ação Comunitária — Seac. Não resistiu o peso médio Aníbal Teixeira. Investiu sobre o peso pesado Hélio Garcia e trocou socos. Revelava mais uma qualidade, além da organização e iniciativa realizadora: era brioso.

#### MAIS FORÇA PARA "FEIJÃO COM ARROZ"

A escolha do atual secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais, João Batista de Abreu, para novo ministro do Planejamento, em substituição ao demissionário Aníbal Teixeira, reforça a política do feijão com arroz do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. A exemplo de Mailson, João Batista faz a transição tranquila da Velha para a Nova República, com propostas

idênticas de domínio da máquina governamental e política econômica ortodoxa, sem grandes ousadias.

O novo ministro do Planejamento ingressou na burocracia do Governo, no governo Geisel, como membro da então Coordenadoria — hoje Secretaria Especial — para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, de Mário Henrique Simonsen. João Batista foi o único técnico do escalão intermediário de Simonsen, já no Planejamento — início do Governo Figueiredo, a ser mantido por Delfim Netto.

No início do governo Sarney, o então ministro da Fazenda, Francisco Neves Dornelles, trouxe João Batista para secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério. Depois, João Batista substituiu Sebastião Vital na secretária geral do ministério da Fazenda, até a gestão de Dilson Funaro. Espremido pela presença dos dois principais assessores econômicos de Funaro, Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, João Batista aceitou o convite do governador Newton Cardoso e trocou a secretaria geral do Ministério da Fazenda pela secretaria de Minas Gerais.

Com mestrado de Economia pela Fundação Getúlio Vargas, João Batista fez carreira no governo muito parecida à de Mailson, de quem é muito amigo. Entre os técnicos da equipe econômica de Mailson, a aceitação do nome de João Batista teve repercussão extremamente favorável. "Ele é muito competente, ponderado, organizado, e sério para desenvolver a política de austeridade.

#### ULYSSES: O PMDB NÃO FAZ INDICAÇÕES

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, ao comentar ontem a demissão do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, afirmou que seu partido permanecerá afastado da disputa que envolve nomeações e demissões no governo do presidente José Sarney, a exemplo do que fez, quando da saída de Bresser Pereira, do Ministério da Fazenda.

Essa postura de neutralidade, Ulysses disse que vale para os demais ministros, já que, argumentou, esses cargos são de confiança direta do Presidente da República. Se as acusações feitas contra o ministro Aníbal Teixeira, de corrupção e uso indevido do dinheiro público, não prejudicariam o PMDB, Ulysses Guimarães acha que não. E explicou por que: "Qualquer pessoa que não proceda bem, na classe jornalística, na classe dos sacerdotes ou em qualquer classe dos jornalística, na classe, os responsáveis é que devem ser punidos."

Ulysses Guimarães afirmou desconhecer as razões que levaram a saída do ministro Aníbal Teixeira, mas frisou que "nomeação e saída de ministros pertencem à mecânica do sistema presidencialista, e até do sistema parlamentarista.

#### EX-SECRETÁRIO LEVA ACUSADOR A JUSTIÇA

O ex-secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkraut, divulgou nota à imprensa respondendo às declarações do ministro Aníbal Teixeira a seu respeito. Para o ex-secretário, essas declarações são profundamente lamentáveis e, na sua opinião,

"dão a dimensão exata da ignorância do ministro Aníbal Teixeira em matéria que é objeto central da pasta que ocupa". Quanto às "virtuais e descabidas" acusações de que foi vítima, Michal informou já estar tomando as providências cabíveis para oferecer uma queixa-crime contra Aníbal Teixeira. "O ministro será obrigado a prestar contas na Justiça sobre o que falou", concluiu.

#### Quem é

Quando o professor Luís Paulo Rosemberg assumiu, em junho de 1985, o cargo de assessor econômico do presidente Sarney, instalando-se no Palácio do Planalto e entre os então ministros Francisco Dornelles, da Fazenda, e João Sayad do Planejamento, em plena disputa de poder, trouxe para sua equipe o desconhecido economista polonês, naturalizado brasileiro, Michal Gartenkraut, pertencente à equipe do IPEA.

Três meses depois, com a queda de Dornelles e a ascensão de Funaro, Rosemberg foi dispensado, mas Gartenkraut ficou no Planalto, contando com o entusiasmo e o apoio do genro do presidente, Jorge Murad, que passou a ter nele seu principal assessor para assuntos econômicos. Com a saída de Sayad surgiu a chance de Gartenkraut, indicado por Murad para a secretaria-geral da Seplan, conta a vontade do ministro indicado, Aníbal Teixeira, cujo candidato era o economista Carlos Lessa.

Murad conseguiu impor Gartenkraut, mas este viveu um inferno na Seplan até que pediu ao presidente Sarney para dispensá-lo. Embora tenha nomeado todos os seus assessores, suas relações com o ministro sempre foram tensas, e mais ainda com o restante da equipe, que o acusava de ser fiel ao ministro da Fazenda e não ao do Planejamento.

Por ser polonês de nascimento, Gartenkraut jamais assumiu o Ministério nas ausências de Aníbal Teixeira, e entre os que o fustigavam estava o então chefe de gabinete de Teixeira, Lúcio Veríssimo, que posteriormente deixou o cargo sob a acusação de prática de irregularidades. O secretário-geral, no entanto, além da frieza do ministro, enfrentava a oposição de Geraldo Alencar, que veio da Seac para a Seplan a fim de montar o PAG — Programa de Ação Governamental — tendo posteriormente assumido a chefia do gabinete, em substituição a Veríssimo.

#### COUTO: GOVERNO PROCURA PROVAS

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, garantiu, ontem, que "foram tomadas todas as providências que o Governo dispõe, no campo da investigação, para apurar as denúncias de corrupção na Seplan. Mas, infelizmente, o processo ainda não está concluído." Ao ser indagado por que até hoje o Governo não puniu nenhum dos responsáveis por corrupção, Costa Couto respondeu: "Para punir é necessário que existam provas concretas. E quando a corrupção é praticada por gente qualificada e competente fica difícil comprovar".

Costa Couto negou-se, contudo, a entrar no mérito das denúncias contra Aníbal Teixeira: "Não me cabe entrar no julgamento de colegas". Com relação às acusações do ministro de que o ex-secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkraut, e o

secretário particular do Presidente, Jorge Murad, estariam sabotando os programas sociais, limitou-se a dizer que desconhecia essas acusações e que "tanto Gartenkraut quanto Murad vêm demonstrando o melhor de seus esforços para o bem do País." O ministro confirmou por volta das 20h35min, a escolha de João Batista Abreu para substituir o ministro do Planejamento.

Segundo Costa Couto, João Batista Abreu foi uma escolha pessoal do presidente Sarney, porque ele já o conhecia há muito tempo. A confirmação do nome do novo ministro, que deve tomar posse na próxima segunda-feira, só foi autorizada por Sarney depois de um encontro que teve com o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso; depois das 19h30min.

Depois do encontro, Sarney telefonou para o ministro Costa Couto e autorizou a confirmação do nome.

#### SARNEY INDICA ABREU PARA SEPLAN

#### NOVO MINISTRO ERA SECRETÁRIO EM MINAS E NÃO TEM VÍNCULO PARTIDÁRIO

O ministro João Batista de Abreu, atual secretário da Fazenda do governo de Minas Gerais será o novo ministro da Seplan – Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em substituição a Aníbal Teixeira cujo pedido de demissão foi aceito ontem pelo Presidente José Sarney. O convite a João Batista foi feito ontem à tarde através de uma ligação telefônica e imediatamente aceito. O futuro secretário-geral da Seplan será escolhido pelo ministro.

Minutos depois do convite, indagado por um assessor que queria saber se haveria despacho do presidente com Aníbal Teixeira, como ele havia anunciado na entrevista coletiva que deu à imprensa no início da tarde, Sarney respondeu: "Já o dispensei, se ele quiser despachar na sexta-feira não me negarei a recebê-lo, mas já escolhi o seu sucessor." Com esta resposta, o Presidente desmentiu a versão do ex-ministro de que havia sido convidados a permanecer no cargo até a escolha do seu substituto.

João Batista de Abreu se ajusta integralmente ao perfil desenhado na véspera por um assessor presidencial quando disse que o futuro ministro do Planejamento seria um mineiro, sem vinculação política, identificado com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. João Batista, como Mailson, participou da equipe do ex-ministro Delfim Netto.

O novo ministro é um economista e um técnico profundamente familiarizado com a área econômica, tendo servido como secretário de Assuntos Econômicos da Seplan até a gestão de Dilson Funaro, com cuja equipe não se ajustou. Com a posse de Newton Cardoso no governo de Minas, Sarney indicou-o para a Secretaria da Fazenda, cargo que ocupa até hoje, agradando ao atual chefe Executivo mineiro pelo "senso de disciplina e de organização".

Ele também trabalhou sob as ordens do ex-ministro da Fazenda de Tancredo, Francisco Dornelles. É considerado um executivo disciplinado e organizador. O presidente José Sarney conhece-o de longa data e confia em sua capacidade de trabalho e competência.

#### MINISTRO GOIABADA COM QUEIJO

#### Ronaldo Junqueira Editor Geral

Newton Cardoso foi consultado, encenou a paternidade da indicação, cumpriu o ritual de ser "chamado a Brasília", mas a ascensão de João Batista de Abreu nada tem a ver com sua presumível força junto ao Presidente. João é um dos economistas "in pectore" do Presidente, muito antes de Sarney pensar em, efetivamente, assumir à Chefia do Governo.

Em outubro de 1984, já na condição de candidato a vice na chapa de Tancredo, Sarney convidava com frequência ao seu apartamento de senador na 309 Sul, um grupo de pessoas (jornalistas, economistas) para conversar sobre os problemas do País. Entre elas, João Batista de Abreu, levado por Augusto Jefferson Lemos, ex-chefe da assessoria econômica de Simonsen e grande amigo de Sarney, que logo gostou de João Batista e imaginava fazê-lo chefe de uma pequena assessoria econômica que pretendia criar na vice-presidência.

Aí, vejo a eleição no Colégio Eleitoral, a doença e morte de Tancredo e Sarney assumiu com um ministério feito por outro. João Batista ficou na "reserva técnica". Quando Funaro virou ministro acabou secretário-geral. Discriminado pelos enlouquecidos cruzados, acabou pedindo para sair. Newton Cardoso, eleito, de olho nas gordas verbas federais, pediu ao Presidente um nome para a sua Secretaria da Fazenda Sarney "emprestou" João Batista.

Postos os fatos em sua real dimensão e seqüência é preciso lembrar que o novo titular da Seplan, somado a Mailson da Nóbrega na Fazenda, criará condições para que o Chefe do Governo comande efetivamente toda a política econômica.

Depois do arroz com feijão na Fazenda, goiabada com queijo no Planejamento. Em tempo: João Batista, a exemplo de Mailson, conhece muito bem a máquina, Delfim, Simonsen, e a voracidade de certos governadores do PMDB.

#### ANÍBAL SAI E COSTA COUTO VÊ PAIS EM CRISE MORAL

O Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, pediu demissão ontem e já tem substituto: é o economista João Batista de Abreu, atual secretário da Fazenda de Minas Gerais, que toma posse na semana que vem. Até lá, a pedido do Presidente José Sarney, o ministro demissionário permanecerá no cargo. A saída de Aníbal da Seplan era dada como certa há 15 dias, por causa das denúncias de corrupção, favorecimento de parentes e desvio de verbas de programas sociais. Na audiência com o Presidente, Aníbal apresentou documentos defendendo-se das acusações de irregularidades na liberação de verbas às prefeituras, mas não distribuiu cópias a imprensa, como havia prometido, nem deu "nomes aos bois". Mas acusou o seu secretário-geral, Michal Gartenkraut, também demitido, de ser um "sabotador sistemático dos programas sociais do Governo", o secretário particular do Presidente, Jorge Murad, de fazer campanha contra o programa de distribui-

ção de leite às famílias carentes; e o ex-ministro Bresser Pereira de violentar o Congresso ao exigir "cortes de verbas exatamente nos programas sociais". Aníbal disse que agora vai trabalhar por sua candidatura à prefeitura de Belo Horizonte. Para o ministro Costa Couto, do Gabinete Civil, o episódio que culminou com a demissão de Aníbal **prova que o País está enterrado numa grave crise moral: "É preciso punir os corruptos e também os que agem de má fé para resgatar o respeito pela coisa pública"**

#### ACUSAÇÕES "SEM DAR NOME AOS BOIS"

O ex-secretário-geral do Ministério do Planejamento, Michal Gartenkraut é um sabotador sistemático dos programas sociais do Governo", o secretário particular do Presidente Sarney, Jorge Murad, discorda do programa do leite – menina dos olhos do Presidente – e o ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira, "violentou o Congresso Nacional porque queria cortes exatamente nos programas sociais".

Estas foram as acusações feitas pelo ministro do Planejamento Aníbal Teixeira, logo após entregar seu pedido de demissão ao presidente José Sarney. A entrevista durou duas horas e, apesar da insistência que cobraram do ministro sua promessa de "dar nomes aos bois", denunciando os nomes das pessoas envolvidas em irregularidades na administração federal, o ministro se justificou dizendo que esta é uma função da polícia e "estes bois pastam nas grandes construções"

"Não sou policial – disse Aníbal – estes bois pastam nas grandes intermediações, nas grandes compras, nas grandes construções que sempre custam o dobro de seu valor real. Eu não tenho mecanismos de investigação, mas tenho três órgãos que estão promovendo estas investigações: DSI (Departamento de Segurança e Informação), SNI e Polícia Federal".

#### Cheque

Ainda se recusando a dizer quais os interesses que contrariou, afirmando entretanto que foram estes interesses contrariados que desencadearam a campanha "sórdida" contra sua pessoa, Aníbal Teixeira se irritou com um repórter diante da insistência de todos que, quase em coro, pediam os nomes dos corruptos.

"Ministro – indagou o repórter –, o senhor diz quais são os interesses contrariados, dá o nome aos bois, falou que há convivência". A esta observação, Aníbal respondeu: "Qual é o seu jornal". E o jornalista Alexandre Polesi respondeu: "Folha de S. Paulo". Diante da resposta, o ministro retrucou: "Eu lanço um repto. As notícias que saíram contra mim tiveram um informante, não tiveram? E o jornal defende esses informantes, certo? Nós trocamos os nomes dessas pessoas pelo dos informantes das notícias falsas. Me dê os nomes deles e as contas dos cheques".

Quando se encerrou a entrevista, já sem microfone, o ministro se desculpou, dizendo que não queria falar em cheque, mas continuou mantendo sigilo sobre o nome dos envolvidos.

#### Doutrinária

"Vocês querem nomes?" indagou o ministro diante dos jornalistas, e continuou: Eu dou o nome

de uma pessoa, que é meu secretário-geral, que sistematicamente sabotou o trabalho social do Governo. Ele cortou verbas, ele manipulou, ele fez violências contra o orçamento elaborado e aprovado pelo Congresso. É uma questão doutrinária, ele achava que os recursos deveriam ir para obras de infra-estrutura."

Disse ainda o ministro que Michal Gartenkraut tinha superpoderes. "fez todas as nomeações que quis, firmou contratos, fez convênios sem prévia autorização do ministro ou do Presidente da República".

O ex-secretário-geral sabotava o "slogan" do Governo, "Tudo pelo Social" e, informou o ministro, essa sabotagem era especificamente na área de orçamento, mas o mesmo não aconteceu na área prática porque, segundo Teixeira, nesta área, atua a SEAC (Secretaria Especial de Ação Comunitária).

Aníbal Teixeira disse ainda que todas estas sabotagens foram levadas ao conhecimento do presidente Sarney que, informado, disse que procuraria "um outro lugar" para Michal, pessoa considerada "de alto valor" pelo Presidente e "honesto" para o ministro demissionário.

### Intrigas

Os superpoderes de Michal Gartenkraut, segundo o ministro, não inverteram a hierarquia. Teixeira admitiu que o ex-secretário-geral, escolhido por Jorge Murad, tinha a função de suprir o ministro na área de política monetária. E o ministro, apesar de conhecer que a convivência era insuportável, não quis fazer críticas mais duras ao padrinho político de Gartenkraut.

"Qualquer coisa que surgia – disse Aníbal – eu procurava o doutor Murad, que é um homem de bem, explicava a ele e as coisas eram esclarecidas. Mas ele, permanentemente fazia umas pequenas intrigas dizendo, por exemplo, que nós não estávamos cumprindo o orçamento, pequenas intrigas e, às vezes pequenas más informações."

O último nome citado pelo ministro foi o do economista Bresser Pereira. Disse Aníbal Teixeira que o ex-ministro da Fazenda elaborou um decreto "desastroso".

### MINISTRO SE DEFENDE E PEDE FIM DA CORRUPÇÃO

As empresas de intermediação deveriam ser cadastradas pelo Governo. Elas muitas vezes podem prestar serviços. O Ministro Aníbal Teixeira é favorável a esta tese como forma, inclusive, de se combater a corrupção. Ele é favorável também à legalização dos lobbies no Congresso Nacional, para que os parlamentares possam saber que interesses estão em jogo.

Ontem, carregando volumosas pastas com papéis, o ministro demissionário fez sua defesa, contra as acusações de aceitar intermediação de empresas junto às prefeituras que solicitam recursos da Seplan, negando ainda que seu irmão, Asdrubal Teixeira, impusesse condições de compra de alambiques para os municípios em troca de recursos federais e finalmente, informando que a Seplan jamais comprou computadores.

Antes de começar sua defesa, Aníbal fez um relato de sua vida, dizendo que depois de sua cassação pelo regime militar, trabalhou "duro", chegando inclusive a construir com suas próprias

mãos os primeiros barracões de madeira de sua empresa de reflorestamento, no interior de Minas. Ele inventariou seus bens adquiridos com este trabalho. São 600 chácaras, mil lotes, quatro fábricas e dois aviões. Esse patrimônio, segundo o ministro, foi conquistado nos 14 anos de sua cassação política.

### Primo

"O primo não me falou que tinha interesses na prefeitura de Valença", afirmou o ministro para se defender da primeira acusação. Ela foi feita pelo prefeito da cidade de Valença (RJ). Graciosa, afirmando que foi contatado por um primo do ministro que intermediaria a transação de recursos da Seplan, em troca de dinheiro. "Esse rapaz" disse o ministro referindo-se ao seu primo – não é um intermediador. É talvez uma das maiores autoridades em hidrologia. Tem uma empresa há mais de dez anos e não era com isso que ia se sujar".

O projeto apresentado para a prefeitura de Valença, segundo o ministro, foi orçado em 1.450 milhões de cruzados, "dentro de critérios técnicos", e Aníbal Teixeira revelou que lamenta apenas que seu primo não tenha dito que tinha interesse na cidade de Valença. Segundo Aníbal, o cidadão Alencar Guimarães, que teria participado da transação, "não é meu parente, é parente do prefeito. Ele foi muito agressivo comigo, o prefeito, mas acho que ele devia cuidar mais de seus familiares. Dos meus parentes cuidei eu, mas não tão bem quanto gostaria".

A questão de Valença continua sob investigação, disse o ministro demissionário, que encomendou à Polícia Federal toda investigação, sobre as possíveis irregularidades cometidas durante a administração de Aníbal Teixeira. O delegado Romeu Tuma, informou o ministro, não concluiu a investigação ontem conforme ficara acertado e não há data para a entrega do trabalho.

### Inventor

Quanto à acusação da venda de alambiques, segundo a qual as prefeituras deveriam comprar alambiques fabricados por uma empresa à qual estaria vinculado. Asdrubal Teixeira, irmão do ministro Aníbal Teixeira negou a vinculação, dizendo que seu irmão "é um inventor. Ele vive tendo invenções". Entre essas invenções, o ministro citou o aproveitamento de bagaço para uso de energia alternativa. O ministro afirmou que Asdrubal, na verdade, apenas incentivou os empresários a construir o equipamento, mas não tem interesse ou vinculação com a empresa Embarp.

"O Brasil – disse o ministro – viveu o ciclo da megalomania." Asdrubal estimulou duas empresas a entrar no ramo alternativo. O caso foi denunciado pelo Deputado Milton Sales, porque é uma briga política de Amparo (MG), onde o Deputado estadual é do PMDB e o prefeito é do PFL.

### Aníbal: favorável aos "lobbies"

### COSTA COUTO VÊ GRAVE CRISE MORAL

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ao comentar ontem as denúncias de irregularidades na Seplan que forçaram o Ministro Aníbal Teixeira a pedir demissão em caráter irrevogável, disse que o País "vive hoje uma grave

crise moral". Para ele, é necessário "resgatar o respeito pela coisa pública e os valores morais em todos os níveis, sob pena de não se reverter o desencanto e ceticismo que tomaram conta da população em relação aos homens públicos".

Costa Couto fez estas afirmações em tom enfático, acrescentando que não basta, nos inquéritos policiais em curso sobre as denúncias de corrupção na administração, "apenas identificar os culpados, é preciso punir quem age de má fé". Especificamente no caso das denúncias que envolvem o Ministro do Planejamento, demissionário, bem como seu Secretário-Geral, Michal Gartenkraut (também demissionário), ele observou que ainda não há conclusão das investigações e não quis fazer julgamento: "Quando se trata de julgar a honra de alguém é preciso muito cuidado", disse.

Mas, na opinião de Costa Couto, esclarecidos os fatos denunciados pelas investigações em curso, "os nomes têm que vir a público".

### NOVO TITULAR FOGE DAS ENTREVISTAS

Belo Horizonte – O Secretário da Fazenda de Minas, João Batista de Abreu, se recolheu para um local desconhecido da imprensa, em Belo Horizonte, imediatamente após se alastrarem, a partir do início da tarde de ontem, as especulações em torno de seu nome para suceder Aníbal Teixeira no Ministério do Planejamento. Antes, informou a um assessor direto que até o momento não havia sido sequer sondado e muito menos convidado para o cargo, razão pela qual "sumiu de circulação para não causar constrangimentos", pelo menos até que surgisse alguma definição.

João Batista de Abreu preenche todas as características citadas pelo Ministro Ronaldo Costa Couto ao traçar o perfil do novo Ministro: "Um técnico, mineiro, afinado com Mailson e não muito distante dos políticos", mas, segundo o mesmo assessor, logo ao surgirem "os boatos", ele comentou que achava tudo "sem o menor sentido".

Nascido em Lavras, no sul de Minas, 44 anos, João Batista de Abreu formou-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pós-graduando-se pela Fundação Getúlio Vargas. É funcionário a 12 anos do IPEA, tendo ingressado na assessoria econômica do Ministério da Fazenda, na gestão de Mário Henrique Simonsen, passando por Delfim Netto e alcançando a chefia do órgão quando Francisco Dornelles assumiu o Ministério. Com Dílson Funaro foi elevado a Secretário-Geral transferindo-se em março de 1987, a convite do Governador Newton Cardoso, para o cargo de Secretário da Fazenda de Minas. A ele é atribuído "o saneamento das finanças mineiras". Conforme sua assessoria, conseguiu elevar a receita de ICM do Estado de um montante mensal estagnado em Cz<sup>5</sup> 2 bilhões mensais no início do ano para Cz<sup>5</sup> 8 bilhões em dezembro último.

### INQUÉRITO APURA TUDO EM 30 DIAS

O Diretor-Geral da Polícia Federal, Delegado Romeu Tuma, anunciou ontem que, com base em depoimentos de prefeitos que indicaram a exigência de irregularidade na liberação de verbas pelo Ministério do Planejamento, foi determinada

a abertura de inquérito policial, que deve ser concluído um prazo de 30 dias.

Tuma fez um apelo a outros prefeitos para que, como testemunhas das intermediações, prestem depoimento, que serão valiosos para a Polícia Federal. Ele garantiu que os prefeitos não serão indiciados.

#### CPI PODERÁ HOJE TER SUA APROVAÇÃO.

Com a assinatura de todas as lideranças partidárias no Senado, foi apresentado ontem o projeto de resolução do Líder do PFL, Senador Carlos Chiarelli, que, no prazo de noventa dias, deverá identificar responsabilidades pela corrupção na administração pública.

O projeto, que não foi aprovado ontem por falta de um mínimo de 38 Senadores em Plenário na sessão matutina do Senado, deverá ser aprovado hoje. O Líder do PFL admitiu que a inspiração maior da iniciativa surgiu em consequência do noticiário da imprensa relativo às irregularidades que estariam ocorrendo na Seplan, negando responsabilidade nos fatos mas denunciando a corrupção no Governo.

#### SARNEY TAMBÉM DEMITE MICHAL

Dois semanas depois de iniciadas as especulações sobre sua saída, o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, encaminhou ontem, ao presidente da República, o seu pedido de demissão, em caráter irrevogável. Sarney aceitou, solicitando apenas que Aníbal permanecesse no cargo "mais alguns dias", enquanto o substituto, o economista João Batista de Abreu, não assume. Aníbal afirmou que o presidente lhe comunicou a demissão, ontem, do secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkraut.

Aníbal Teixeira chegou ao Palácio do Planalto pouco antes da audiência marcada para 11h30min. Durante uma hora e meia, quando prometia "colocar os pingos nos is", ele apresentou ao presidente da República documentos onde se defende das acusações de irregularidades na aplicação de recursos do Ministério do Planejamento e de favorecimento a empresas de propriedade de seus parentes. "Sarney riu quando fui falar do caso do meu irmão Asdrubal", disse o ministro referindo-se a acusação segundo a qual a liberação de verbas para determinados municípios dependia da compra de alambicados fabricados por uma empresa à qual Asdrubal estaria vinculado.

A audiência, de acordo com o relato feito pelo ministro, ocorreu num clima de harmonia e Sarney, contou Aníbal Teixeira, chegou a fazer comentários sobre a denúncia segundo a qual o ministro teria mandado um avião jogar pétalas de rosas sobre a casa de uma senhora. "Deve ser uma mulher muito bonita para mobilizar toda esta logística", foi o comentário feito pelo presidente, quando Teixeira negou a acusação.

Ele pretende agora, depois de deixar o ministério, dedicar-se à campanha pela prefeitura de Belo Horizonte. O ministro, segundo ele mesmo informou durante a entrevista coletiva, não é candidato do governador Newton Cardoso. O governador mineiro prefere esperar a convenção para apoiar o candidato e o ainda ministro do Planejamento vai se lançar a conquista dos votos dos

convencionais. E acredita que as acusações segundo as quais estava favorecendo o município de Belo Horizonte favorecerão suas pretensões de tornar-se prefeito da cidade.

Os documentos apresentados pelo ministro ao presidente José Sarney não foram distribuídos à imprensa. Durante a entrevista coletiva concedida no Palácio do Planalto após o pedido de demissão, Aníbal Teixeira remexeu os documentos, prometeu cópias para os jornalistas mas foi embora sem deixá-las no Palácio do Planalto.

Em tom pausado, o ministro explicou que sua passagem pela Secretaria Especial de Ação Comunitária, a Seac, provocou "ciúmes" nos ministros e, encerrada a coletiva, ele admitiu inclusive que alguns políticos "estão criando uma caixinha para publicar essas denúncias contra minha pessoa". E esta informação, disse Aníbal, chegou-lhe "através de um telefonema anônimo".

Quarta-feira, 20-1-88

#### ABREU SAI DE MINAS E SUBSTITUI ANÍBAL NA SEPLAN

O economista João Batista de Abreu, 44 anos, atual Secretário da Fazenda de Minas Gerais, assumirá na próxima semana a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), em substituição a Aníbal Teixeira, que está demissionário. Sua nomeação para o cargo foi comunicada ontem pelo Presidente José Sarney ao Governador de Minas, Newton Cardoso, em encontro de uma hora no Palácio da Alvorada, encerrado às 20:00h.

À saída do encontro, o Governador Newton Cardoso, tentando auferir dividendos políticos pela indicação de Abreu, disse que havia submetido seu nome ao Presidente Sarney, que o endossou prontamente. Mas às 20:30h, no Palácio do Planalto, o Ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ao anunciar oficialmente o nome do novo Ministro do Planejamento, disse que foi "uma escolha pessoal do Presidente Sarney", de quem é amigo pessoal e a quem já prestou assessoria informal quando o então maranhense articulava a Frente Liberal.

#### Ostracismo

João Batista de Abreu é o segundo ex-Secretário-Geral do Ministério da Fazenda a assumir um posto ministerial no espaço de um mês (o primeiro foi o atual Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega). Ocupou a Secretaria Geral da Fazenda na gestão de Dilson Funaro, quando amargou um período de ostracismo e se dedicava exclusivamente a questões burocráticas do Ministério, apesar de ter sido indicado para o cargo pelo Presidente José Sarney, que com isso procurava contrabalançar a influência do Deputado Ulysses Guimarães, que se aliou ao Ministro.

Mineiro de Lavras, considerado um economista de corrente ortodoxa, João Batista de Abreu é afinado com o Ministro Mailson da Nóbrega, com quem já trabalhou na equipe econômica dos ex-Ministros Ernãne Galvêas e Delfim Netto. Embora do círculo de economistas mineiros, ficou conhecido como "delfim-boy" (assim designado os assessores fiéis àquele ex-Ministro), quando respondeu, no Governo Figueiredo, por uma Secretária Geral Adjunta da Seplan, então dirigida pelo Minis-

tro Delfim Netto. Tornou-se na época um dos braços direitos do Secretário-Geral de Delfim, José Flávio Pécora. Antes disso, participou também da assessoria do ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen.

#### Minas

Sempre apontado como um técnico competente e apatidário, como reiterou ontem o Governador Newton Cardoso, João Batista de Abreu, por vínculos mineiros, assumiu no início do atual Governo a chefia da Assessoria Econômica do então Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Com a saída de Dornelles, em agosto de 1985 – solidário com a demissão de seu Secretário-Geral, Sebastião Marcos Vital, quando se encontrava em viagem no exterior –, e a ascensão de Funaro, Abreu assumiu a Secretária Geral, indicada por Sarney.

"Como o Ministro anterior era de Minas", disse o Governador Newton Cardoso, ao deixar o Alvorada, onde, na versão do Planalto, Sarney apenas lhe pediu autorização para convidar o seu Secretário da Fazenda. De qualquer forma, Cardoso era de fato o avalista de Aníbal Teixeira na Seplan, de quem retirou recentemente o apoio e a quem não apoiará na pretensão de candidato a prefeito de Belo Horizonte, conforme disse. O Governador mineiro soma-se entre os defensores de um mandato de cinco anos para Sarney.

A escolha do economista João Batista de Abreu representou mais uma frustração para os partidários da indicação de Andrea Calabré, titular da Secretaria do Tesouro Nacional, entre os quais estaria o próprio Ministro demissionário, Aníbal Teixeira. Essa foi a quarta vez que o nome de Calabré é cogitado para ministro e, em seguida, abortado. O mesmo ocorreu quando da exoneração de João Sayad, do Planejamento. Dilson Funaro e Bresser Pereira, da Fazenda.

Antecedendo à indicação de Batista de Abreu, o Ministro Costa Couto afirmara, no meio da tarde de ontem, que as chances maiores apontavam na direção de um mineiro para o Planejamento, mas que não seria ele próprio, como também se especulava. "Agora, vestimos um santo e desvestimos outro", disse o Governador de Minas à noite, referindo-se à transferência de João Batista de Abreu para a esfera federal. Descartando influência política na escolha de Abreu, por ser o Governador defensor dos cinco anos. Cardoso disse: "Ele não é político, é um técnico competente que entende de finanças, administração e com uma linguagem **sui generis**".

O novo Ministro do Planejamento deverá assumir no início da próxima semana, segundo informaram ontem no Palácio do Planalto. Assim como seu colega da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ele é defensor de um rígido controle orçamentário capaz de reduzir o déficit público e da volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

#### ANÍBAL SE DEMITE, FICA POR POUCAS HORAS E É SUBSTITUÍDO

Brasília – O Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, solicitou ontem, durante audiência de duas horas com o Presidente José Sarney, sua

demissão do cargo, em caráter irrevogável. Embora a princípio, segundo o ex-Ministro, Sarney o tenha mantido, já no início da noite, o Presidente nomeava para substituí-lo o Secretário de Fazenda do Governo de Minas Gerais, o economista João Batista de Abreu. Aníbal justificou sua atitude alegando que pretende se candidatar à Prefeitura de Belo Horizonte pelo PMDB.

Segundo Aníbal Teixeira, o Presidente Sarney voltou a lhe pedir ontem que permanecesse no cargo, sem estabelecer por quanto tempo para que pudesse refletir sobre a sua substituição. Disse o ex-Ministro ter ouvido do Presidente, porém que o pedido de demissão do Secretário Geral da Seplan, Michal Gartenkraut, já fora aceita e providenciada.

Após a audiência com Sarney, Aníbal desceu à sala de entrevistas do Palácio do Planalto para cumprir o que havia prometido há duas semanas – de que "colocaria os pingos nos is" e daria "nomes aos bois", em resposta às denúncias de corrupção na Seplan. Na entrevista, porém disse que não podia cumprir a promessa porque dependia de um relatório do Departamento de Polícia Federal, que lhe havia sido prometido pelo Delegado Romeu Tuma, mas que não pôde ser entregue antes de sua audiência com o Presidente.

No entanto, Aníbal cedeu aos pedidos para citar nomes de eventuais inimigos seus na Seplan e acusou diretamente o ex-Secretário Geral Michal Gartenkraut, indicado pelo secretário particular e genro do Presidente, Jorge Murad, de boicotar o seu trabalho.

Ainda Ministro, Aníbal desmentiu que tivesse pedido ao Presidente Sarney para permanecer no cargo o tempo que julgasse suficiente para preparar a sua defesa. Segundo ele, Sarney o dispensou até de explicar as acusações que pesam contra seu irmão Asdrubal Teixeira.

Para reforçar sua argumentação, o Ministro apresentou telex recebido da Polícia Federal, confirmando a apuração de irregularidades junto a Prefeituras que assinaram programas com a Seplan e junto às quais os intermediadores teriam atuado com vantagem financeira extraída dos recursos repassados pela área federal. O telex, contudo, não confirma qualquer atraso ou mesmo compromisso do Delegado Romeu Tuma com relação a prazos de entrega.

Segundo Aníbal, Tuma teria prometido o relatório para sexta-feira passada, mas o atraso implicou o cancelamento da audiência marcada para aquele dia com Sarney. Segunda-feira, segundo Aníbal, novamente a Polícia Federal desculpou-se por não conseguir preparar o relatório a tempo da audiência. O telex apresentado pelo Ministro diz apenas que a Polícia Federal está promovendo investigações em todo o Brasil sobre intermediações de verbas públicas e que será instaurado inquérito policial, a ser conduzido por delegado especial, já que as investigações preliminares confirmaram fatos irregulares. O telex não menciona qualquer pedido de Aníbal Teixeira para que fossem realizadas tais investigações.

#### **Governo já pensou em acabar com a Seplan**

Brasília – A extinção da Secretaria do Planejamento (Seplan), após o afastamento do Ministro Aníbal Teixeira, esteve nos planos do Palácio do

Planalto. A idéia não foi levada adiante porque esbarrou na resistência do Ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, embora a supressão da pasta fosse ampliar seu raio de ação.

Do ponto de vista do Planalto, a medida se justificaria pela dificuldade na condução da política econômica a partir de um comando dividido entre Fazenda e Planejamento.

A extinção da Seplan implicaria, entretanto, a transferência da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) na para a Fazenda, tendo Mailson argumentado que não seria adequado manter num só ministério a formulação e a execução do Orçamento da União.

O que animava o Planalto a acabar com a Seplan era a constatação de que, no Governo Sarney, nenhuma das combinações tentadas entre os comandos da Fazenda e da Seplan foi bem-sucedida. Na primeira fase, as divergências entre as duas áreas foram alimentadas pelos então Ministros Francisco Dornelles, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento. Posteriormente, com a ascensão de Dilson Funaro à Fazenda, acreditou-se que seria possível obter a harmonia entre as equipes econômicas, o que também não se confirmou. Finalmente, a última combinação entre um comando forte na Fazenda com Bresser Pereira, e outro enfraquecido em seus poderes, com Aníbal Teixeira na Seplan, também não teve sucesso. Resta esperar pelo resultado de uma nova dupla com a nomeação de Mailson para a Fazenda e um nome que se pretende afinado com sua orientação, para o Planejamento.

Quarta-feira, 20 de janeiro de 1988

#### **COSTA COUTO AFIRMA QUE INQUÉRITO PROSSEGUE NA SEPLAN**

BRASÍLIA – O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, garantiu ontem que, apesar do afastamento do Ministro Aníbal Teixeira, vai prosseguir a investigação sobre as denúncias de corrupção na Seplan. Reconheceu, porém, que a identificação dos responsáveis é muito difícil, partindo-se do princípio de que a trama que leva à corrupção "normalmente é feita por gente qualificada e competente".

– O Presidente é prudente no tratamento deste tema. Ele precisa ter elementos confiáveis ou provas das denúncias para não liquidar o conceito de pessoas antes de dar a elas o direito de defesa.

Diante de fatos comprovados, defende que o Governo deva ser implacável, sob pena de fortalecer a descrença da população nos homens públicos.

Com veemência pouco habitual, o Ministro reconheceu a necessidade de medidas imediatas.

– O País vive uma grande crise moral e é preciso esgotar todos os valores que devolvam a confiança aos brasileiros.

No caso específico das acusações existentes contra o Ministro do Planejamento, evitou comentá-las, alegando que não é capaz de fazer julgamentos "de colegas ou de qualquer outra pessoa".

Também evitou comentar as declarações de Aníbal quanto à sabotagem do programa social do governo por seus auxiliares, sustentando que tanto Gartenkraut quanto o secretário particular do Presidente, Jorge Murad, na sua opinião, "têm

se empenhado pelo sucesso do governo em todos os setores, dando o melhor para o País".

#### **TUMA INDICA HOJE DELEGADO RESPONSÁVEL PELO INQUÉRITO**

BRASÍLIA – O delegado que presidirá o inquérito da Polícia Federal sobre a intermediação de verbas por funcionários da Secretaria de Planejamento será indicado hoje pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, Delegado Romeu Tuma. Ele informou que a confirmação das denúncias por alguns prefeitos justifica o inquérito.

Romeu Tuma confirmou ter recebido um telex do ex-Ministro do Planejamento, há alguns dias, pedindo informações sobre as investigações e que respondeu dizendo que a Polícia Federal estava apurando as denúncias, chegadas ao seu conhecimento pela imprensa. Explicou ainda que a Seplan foi quem forneceu a relação de todas as liberações ocorridas durante a gestão de Aníbal Teixeira.

#### **MICHAL DIZ EM NOTA QUE VAI PROCESSAR EX-MINISTRO**

O Secretário-Geral do Ministro do Planejamento, Michal Gartenkraut, destruiu nota, no fim da noite de ontem, respondendo às declarações do Ministro. Eis a íntegra: "A propósito das declarações do Ministro Aníbal Teixeira, veiculadas pela imprensa a meu respeito, quero salientar que as considero profundamente lamentáveis, dando a dimensão exata da ignorância do Ministro em matéria que é objeto central do posto que ainda ocupa. Quanto às virtuais e descabidas acusações quero aduzir que já estou tomando as providências cabíveis para oferecer queixa-crime contra o Ministro Aníbal Teixeira, que delas prestará contas na Justiça".

#### **ANÍBAL PERDE NO FIM ACUSADO DE CORRUPÇÃO, O MINISTRO DO PLANEJAMENTO SE DEFENDE TRANSFERINDO AS DENÚNCIAS AO GOVERNO, QUE PLANEJA SUA DEMISSÃO**

A bancada de ex-ministros do presidente José Sarney obedece a uma espécie de reflexo condicionado – sempre que um de seus integrantes passa pela guilhotina do Planalto, dá uma entrevista para denunciar as mazelas do governo. Na semana passada, o ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, que há quinze dias foi instalado no patíbulo de Brasília para ser decapitado nos próximos dias, resolveu inovar. Às voltas com uma carga de denúncias de corrupção tão gorda quanto nebulosa, na qual é acusado de proteger altos funcionários de sua pasta que cobram caixinha para liberar verbas públicas e até de usar o dinheiro dos programas sociais do governo, como o da distribuição do leite, para patrocinar os negócios de um irmão que fabrica alambiques onde se produz cachaça, Aníbal Teixeira resolveu partir para a contra-ofensiva.

Numa entrevista publicada quinta-feira passada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, o ministro produziu o mais duro ataque que o governo do presidente José Sarney já recebeu de um subordinado. Para defender-se das denúncias, Aníbal Tei-

xeira valeu-se de um dedo giratório – atingiu o presidente José Sarney e também voltou-se para baixo, indicando o economista Michal Gartenkraut secretário-geral do ministério e apadrinhado de Jorge Murad, secretário particular do presidente. "Eu não autorizo nada", disse o ministro referindo-se às denúncias de que funcionários do governo ganham comissões em dinheiro para ter acesso às verbas sob seu controle. "Quem autoriza é o presidente da República e o secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkraut", acrescentou. Por fim, Aníbal Teixeira fez uma das mais explícitas confissões a respeito das relações incestuosas que os grandes empreiteiros de obras públicas mantêm com os cofres do governo, que gosta de fazer encomendas gigantescas, mas, com frequência, não tem verbas disponíveis para honrar seus pagamentos. "Quando um empresário se vê em dificuldades, quando tem dinheiro para receber do governo, não se importa em pagar taxas de intermediação para quem se propõe a conseguir a liberação desses recursos". O problema não é que não de impacto...

"JÁ VAI TARDE" – Com sua denúncia, Aníbal Teixeira assumiu aquele tipo de atitude que pode ser examinada sob vários ângulos – e conforme o olhar de cada uma das partes interessadas. No Planalto, onde circulam estimativas de que o ministro não terá oxigênio para manter-se no cargo até o final desta semana, a acusação provocou irritação. "Cada ato que o presidente Sarney assina é elaborado por um ministro de sua confiança", afirma Ronaldo Costa Couto, ministro-chefe do Gabinete Civil, escalado pelo presidente para defendê-lo numa entrevista coletiva, na tarde de quinta-feira. "Imagina-se que o ministro responsável pelo ato o tenha examinado cuidadosamente. Se não fosse assim, para que um presidente iria ter funcionários de sua confiança?", Pergunta Costa Couto.

Entre ex-colegas de governo, a denúncia de Aníbal Teixeira chegou a provocar constrangimento. "Parece que o Aníbal ficou louco", afirma Luiz Carlos Bresser Pereira, também golpeado pela saravada verbal do titular da Seplan, que o acusou de impedir, em sua estada no Ministério da Fazenda, que o governo tomasse um conjunto de medidas capazes de controlar o fantasma de déficit público. Para o empresário Olacyr de Moraes, dono da Constran, uma das cinco maiores empreiteiras do País, a denúncia constitui um problema que não lhe diz respeito. "Nem prestei muita atenção ao que o ministro falou", afirma Olacyr. "Esses problemas com intermediários, se existem, dizem respeito a empreiteiras pequenas, que têm maiores dificuldades de caixa quando há problemas de atraso nos pagamentos".

"Aníbal já vai tarde", afirma um íntimo assessor do presidente. Para a opinião pública, a denúncia é um enigma que só o futuro poderá resolver – e esse passo, no caso, depende do próprio ministro. Quando deixou o governo, no início de 1987, Dílson Funaro fez pesada denúncia da impunidade, chegou a contar que passara dez meses para conseguir demitir um funcionário comprovadamente envolvido num caso de corrupção – e até hoje, nove meses depois, o antigo titular da Fazenda nem sequer revelou o nome do servidor apanhado em flagrante.

**Veja, 20 de janeiro de 1988**

Caso Humilhante – A vocação denunciatória de ministro em situação de dificuldade é tão antiga como os casos de corrupção a que eles costumam se referir – a diferença é que, com o passar do tempo, a vocação encolhe, enquanto a corrupção fica do mesmo tamanho. Num governo que mantém uma máquina historicamente enferrujada, montou-se, em Brasília, uma aparelhagem paralela destinada a fazer a liberação de verbas andar mais depressa – apenas na capital federal funciona 66 escritórios com funcionários especializados em percorrer gabinetes e garantir a abertura dos cofres oficiais. A favor de sua denúncia, existe o fato de que Aníbal Teixeira encomendou. Há dias, ao superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, uma investigação sobre desvio de verbas numa das secretarias de sua pasta, vinculada ao secretário-geral, Michal Gartenkraut. Na terça-feira passada, em Brasília, Aníbal Teixeira chegou a ligar para Tuma de seu gabinete, à espera de um primeiro resultado nas investigações. "É muito difícil chegar aos culpados", argumentou Tuma. "O senhor tem de apressar a investigação", pediu o ministro.

A outra dificuldade que persegue Aníbal Teixeira é que, em vários pontos do país, explodem denúncias contra sua pasta. No rol de denúncias, há projetos milionários aprovados com base em requerimentos que pedem dinheiro mas não especificam a qual obra se destinam, também não faltam histórias de comissões para intermediários – e pede-se descobrir pelo menos um caso humilhante. Antes de ocupar a cadeira de João Sayad, Aníbal Teixeira foi o comandante de um dos raros sucessos do governo Sarney, o programa de distribuição de leite, que atinge mais de 3 milhões de crianças carentes no País inteiro. Na semana passada, conforme denúncia do deputado Milton Salles, do PFL de Minas Gerais, o programa das crianças carentes seria a face de um projeto mais amplo destinado a beneficiar, também, adultos alcoólatras. Segundo Salles, o Ministério do Planejamento está trocando verbas da Secretaria Especial de Ação Comunitária, a Seac, que distribui o leite, pelo dinheiro de prefeitos interessados na compra de alambiques fabricados por um irmão do ministro, Asdrubal Teixeira de Souza.

"Uma série de prefeituras sofreu essa imposição", diz o deputado.

Exemplo Intrigante – "Isso é uma vergonha clamorosa, que parece se acentuar cada vez mais", afirma o prefeito de Olinda, José Arnaldo Amaral, do PMDB. Entre várias denúncias, porém, o caso do prefeito José Gomes Graciosa, de Valença, a 160 quilômetros do Rio de Janeiro, configura um exemplo bastante intrigante, que envolve uma verba de 16 milhões de cruzados. Desde sua posse, há quase cinco anos, José Gomes vinha batalhando naquela atividade em que consiste o dia-a-dia da maioria dos 4.000 prefeitos do País, a romaria pelos gabinetes de Brasília – sem sucesso. Numa ocasião, graças à insistência de um velho conhecido seu, Alencar Pentagna Guimarães, resolveu fazer um pedido diretamente ao gabinete de Aníbal Teixeira. Num documento improvisado com não mais de dez linhas, José Gomes enviou o requerimento a Brasília. Ele assinou a carta a 16 de julho e, exatamente uma semana depois, no dia 23, o despacho era aprovado por Aníbal Teixeira.

"Eu não podia acreditar", lembra José Gomes. "Eu não tinha nem escrito o requerimento com aquele estilo protocolar dos documentos oficiais. Nem tinha falado em projetos, só pedia a verba, a fundo perdido. E o dinheiro chegou", acrescenta o prefeito, referindo-se a uma verba que, hoje em dia, não dá para comprar um apartamento de luxo no eixo Rio – São Paulo – na época, no entanto, aqueles 16 milhões de cruzados significavam oito meses de folha de salários de sua prefeitura. Com o cofre recheado, José Gomes resolveu tocar um projeto de urbanização e, então, ocorrera, novos fatos que o deixaram ainda mais atordoado.

Descobriu que o dinheiro só seria liberado caso promovesse uma concorrência para o projeto – quando o fez, ficou com a suspeita de que um grupo de empreiteiras fizera um acerto, anterior, para que uma delas fosse a vencedora. Entre uma coisa e outra, o prefeito comprou, por 1,4 milhões de cruzados, um projeto para a obra – produção da empresa Hidrosistemas, que, segundo lhe informaram depois, mantém Sérgio Menin Teixeira de Souza, primo do ministro, entre seus sócios, diz o prefeito. "Tudo indica que foi Sérgio quem levou meu requerimento para ser assinado em Brasília", afirma José Gomes. Nessa jornada de descobrimento pelas sombras do dinheiro público, o prefeito de Valença achou melhor aconselhar-se com o senador Nelson Carneiro. "Você não acha que isso tudo que está aí é uma grande velhacaria, uma grande patifaria?", perguntou o senador. "Então faça uma molecagem: receba o dinheiro, não dê nada a eles e depois mele tudo". Foi isso o que José Gomes fez, na semana passada, criando uma nova dor de cabeça para Aníbal Teixeira.

Lá Longe – Na semana passada, o ministro fazia sua defesa. "Quando cheguei à Seplan, determinei que fosse encaminhada uma carta circular para deixar claro que não seria permitido nenhum tipo de intermediação na burocracia do ministério", afirma ele. "Pelo que percebo, as ordens não foram cumpridas", acrescenta, referindo-se a denúncia que há vários meses freqüentam as páginas dos grandes jornais do País. No Planalto, Aníbal Teixeira enfrenta dificuldades de dois tipos. Uma diz respeito a seu próprio desempenho – auxiliar competente na elaboração do programa do leite, estaria enfrentando dificuldades para dar conta de uma pasta rica em verbas e em pressões para obtê-las. "Ele mostrou que não tem a dimensão para o cargo", afirma um ministro, para quem o horizonte de Aníbal limita-se a um órgão como a Seac. A outra diz respeito a um quadro fatal para sua sobrevivência – aquele momento em que se consuma a unidade de seus adversários no governo.

Há assessores de Sarney que não gostam de Aníbal Teixeira porque estão convencidos de que em sua administração a Seplan transformou-se num paraíso para a má gestão do dinheiro público. Também existem governadores que se queixam de suas preferências – acusam o ministro de ser injusto na distribuição do dinheiro. "Esse rapaz vai longe", dizia o presidente José Sarney, na época em que o programa do leite fazia sua popularidade ir longe também. Há três semanas, quando recebeu o ministro para uma conversa em seu gabinete, Sarney ouviu Aníbal Teixeira dizer que gostaria de se afastar do cargo para concorrer

à prefeitura de Belo Horizonte no final de 1988 – e disse ao auxiliar que era livre para agir da maneira que achasse melhor.

Desgraça Mineira – Empresário rico, dono de centenas de lotes imobiliários e até de um avião particular, Aníbal Teixeira chegou a Brasília como o homem que manipulava o computador onde o presidente Tancredo Neves arquivava os números e os nomes de sua campanha para vencer o ex-deputado Paulo Maluf no Colégio Eleitoral – e começa a naufragar numa agonia em que parte do horizonte é mineira. "Eu quero a saída do Aníbal", disse o governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, ao longo de uma conversa com Moreira Franco, no Rio de Janeiro, na semana passada. "Não dá mais para ele ficar, pois foi o único ministro que indiquei. O José Hugo e o Ronaldo nunca falaram uaf", acrescentou o governador, referindo-se a José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil.

A desgraça mineira do titular da Seplan teve início há dois meses, quando desembarcou em Belo Horizonte em companhia de Sarney para inaugurar um programa de 2.500 casas populares – num auditório recheado de faixas com seu nome e até de cabos eleitorais usando camisetas com seu retrato. "Minas faz e derruba ministros", afirmou Newton Cardoso na ocasião, quando Aníbal Teixeira estava sentado a seu lado.

Velho inimigo de Jorge Murad, secretário particular do presidente, o ministro da Seplan enfrenta, há meses, uma outra pressão de seus inimigos – um dossiê de denúncias contra o ministério, reunido pelo SNI do general Ivan de Souza Mendes. Há um mês, depois de ler o documento, de 2 centímetros de espessura, no qual fala-se em atividades como "negociatas" e se utilizam jargões como "corrupção ativa e passiva", o novo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ficou impressionado. "Não há dúvida de que existe corrupção", disse a um amigo. Recurso que se destina a produzir um terrorismo vulgar, os chamados dossiês do SNI têm algumas características marcantes. Seu documento público mais conhecido é o relatório sobre o caso Baumgarten – que o serviço não resolveu. Uma de suas obras antológicas ficou famosa pela estupidez. Era um dossiê sobre o diplomata João Cabral de Melo Neto, que, segundo o SNI, seria o autor da peça de teatro Morte e Vida Severina – conforme os analistas da xeretice, tratava-se de um estímulo à luta de classes. Ocorre que Morte e Vida Severina não é peça de teatro, mas poema que celebra o amor à vida.

Há quatro meses, quando começou a empilhar seu volume de denúncias contra o ministro, o general Ivan chegou a comentar com o Presidente Sarney: "Isso é muito grave, vai acabar respingando em todo mundo". Na semana passada, o próprio Aníbal Teixeira tentou repartir as acusações que rondam sua pasta com vários escalões do governo – com isso, fez ranger, de forma barulhenta, a porta de saída de seu gabinete. Quando isso vai ocorrer, não se pode saber com certeza. O fato é que, nos últimos dias, o próprio Aníbal Teixeira cuidava de sua sucessão – e movimentava-se para garantir apoio ao candidato de sua escolha, o economista André Calabi, hoje secretário do Tesouro.

## CONVERTIDOS À OPOSIÇÃO

Filiada ao PMDB ou ao PFL, a equipe de 27 ex-ministros do governo do Presidente José Sarney mostra um traço comum na personalidade – sempre que ouvem o ruído do caminhão de mudanças dobrando a esquina de suas casas, em Brasília, aprontam a bagagem para morar no endereço da oposição. No governo, são solidários ao Presidente José Sarney. Quando saem da máquina administrativa, tornam-se críticos mais duros que os opositoristas de carteira assinada. Exemplos:

Dílson Funaro – Tão logo deixou o Ministério da Fazenda, em abril do ano passado, Funaro criticou seu ministério com duros golpes. "Há no governo impunidade generalizada", acusou o ex-ministro. "Demorei dez meses para demitir um funcionário corrupto de meu ministério e ele nem sequer foi preso", desabafou Funaro, que até hoje não revelou o nome do funcionário. "Se a cadeia fosse mais bem utilizada, teríamos maior arrecadação", avaliou. Durante o ano de 1986, quando Funaro passou os doze meses no cargo a sonegação do Imposto de Renda chegou a 330 bilhões de cruzados – uma vez e meia a arrecadação nacional daquele período.

Raphael de Almeida Magalhães – Amigo pessoal do Presidente José Sarney, Raphael deixou o Ministério da Previdência Social em outubro do ano passado e não poupou críticas ao governo. "Eu tive vergonha de ver o chefe da Casa Civil, Marco Maciel, o Presidente da República, os Deputados, todos tratando das nomeações nessa coisa menor que é o Funrural", disparou. "A tradição do Brasil é patrimonialista e a Previdência sempre foi usada para atender às demandas político-eleitorais", arrematou o ex-ministro. Raphael passou o cargo a seu companheiro de partido, Renato Archer, o Funrural continua a plenos pulmões – e o próprio ex-ministro enfrenta o estigma de ter comprado, no final de seu mandato, 328 apartamentos para a Previdência, sem licitação pública, destinadas a funcionários de alto escalão no ministério.

Afonso Camargo – Quando abandonou o Ministério dos Transportes para concorrer ao Senado pelo Paraná, em fevereiro de 1986, Afonso Camargo prometeu apoiar o presidente e o PMDB. No ano seguinte, transformou-se num dos mais empenhados críticos da Ferrovia Norte-Sul, bandeou-se para o PTB e, atualmente, distribui ataques contra todos os ex-companheiros.

"Falta transparência no governo", afirma Camargo. "O povo não sabe se quem governa é o Ulysses ou o Sarney".

Joaquim Francisco Cavalcanti – Ao anunciar sua demissão, em agosto de 1987, o ex-ministro do Interior dava estocadas violentas no governo. "O loteamento desbragado de cargos acaba atrapalhando o dia-a-dia do governo", denunciou Cavalcanti. "É preciso uma moratória de interesses pessoais", apelou. "A Aliança Democrática está paralisada e falta autoridade ao Presidente José Sarney".

Marco Maciel – Fica por conta do ex-ministro da Casa Civil uma das maiores ironias da história do governo José Sarney. "Tenho orgulho de ser o único ex-ministro da Nova República que ainda é amigo pessoal do Presidente Sarney", declarou

o Senador Marco Maciel no ano passado, pouco depois de deixar o ministério. Duas semanas depois, Maciel rompeu com a Aliança Democrática, com o governo e com o amigo.

**Terça-feira – 19 de janeiro de 1988**

**ANÍBAL FALARÁ.  
MICHAL PEDE PARA SAIR**

**Brasília  
Agência Estado**

Acusado de corrupção e desvio de verbas públicas para beneficiar parentes e cabos eleitorais, o Ministro do Planejamento Aníbal Teixeira vai defender-se, hoje, em reunião com o Presidente Sarney – a quem responsabilizou pela liberação das verbas –, entregando-lhe um dossiê em que, segundo afirma, "dá nome aos bois e põe os pingos nos is". Ontem, outro dos acusados por Aníbal, seu secretário-geral Michal Gartenkraut, indicado para o cargo pelo genro de Sarney, Jorge Murad, pediu demissão.

Em carta encaminhada a Sarney pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, Gartenkraut colocou o cargo a disposição para que o presidente "tenha a liberdade, se assim o desejar", de mudar toda a equipe de comando da pasta. Costa Couto não quis confirmar, mas também não desmentiu, os rumores de que Aníbal Teixeira será afastado hoje do governo, limitando-se a dizer que o presidente vai "analisar o caso com extremo cuidado, para não cometer nenhuma injustiça, já que a honra de pessoas é um bem muito precioso e vulnerável. Por isso, todo cuidado é pouco, para que se adotem as decisões cabíveis mas sem se correr o risco de cometer leviandades ou injustiças". Segundo Costa Couto, Sarney tem um grande apreço por Aníbal Teixeira, "o que é mais um motivo para que tenha com ele, hoje, uma conversa muito franca". O presidente, disse Costa Couto, já está muito bem informado sobre o caso, graças a levantamentos feitos pela sua assessoria direta, pelo ministério da Justiça e pelo SNI.

Ontem, no Palácio do Planalto, eram apontados como candidatos mais fortes à sucessão de Teixeira os nomes do secretário do Tesouro, Andrea Calabi, e do presidente da LBA, Marcos Villaça. E Aníbal Teixeira prometeu que reservará o dia de hoje, depois do encontro com o presidente, para revelar à imprensa tudo o que conseguiu apurar sobre o caso Seplan. Após fazer as revelações, comentava-se ontem no Planalto, o ministro deverá anunciar à imprensa o seu desligamento do governo.

**INQUÉRITO TERÁ DELEGADO EXCLUSIVO**

**Brasília  
Agência Estado**

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, informou ontem que vai designar um delegado para cuidar do inquérito sobre as denúncias



de corrupção na intermediação de verbas na Secretária do Planejamento (Seplan) para municípios em vários Estados. O inquérito será instaurado a partir dos dados de depoimentos de prefeitos, que foram enviados à Divisão de Polícia Fazendária por superintendências estaduais do órgão.

Segundo Tuma, os dados coletados até o momento pelas superintendências estaduais ainda não estão centralizadas. Alguns relatórios, segundo disse, são mais conclusivos, como o enviado pela superintendência da Polícia Federal de São Paulo, que reúne vários depoimentos de prefeitos. A Divisão de Polícia Fazendária, há duas semanas, instaurou investigação policial preliminar, determinando que as superintendências estaduais se engajassem na coleta de informações que subsidiassem a abertura de inquérito, agora definida.

Ainda hoje, segundo Tuma, a Polícia Federal no Rio de Janeiro tentará localizar o prefeito de Valença, José Gomes Graciosa, que também denunciou procedimentos ilícitos na liberação de verbas da Seplan, que envolvem o Ministro Aníbal Teixeira e alguns de seus parentes.

CONFIRMADA A  
DENÚNCIA DE BRESSER

**Brasília**  
**Agência Estado**

A decisão de mudar o orçamento da União para 1988 resultou de uma negociação direta entre o Ministério do Planejamento e a Comissão Mista de Orçamento do Congresso, sem conhecimento do Ministério da Fazenda. Foi o que afirmou ontem o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Márcio Reinaldo Dias Moreira, confirmando a denúncia do ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, publicada pelo Estado no domingo.

Essa alteração do parâmetro inflacionário, de 60% para 120%, produziu uma Acréscimo de Cz\$ 1 trilhão na receita, a qual foi distribuída em apenas cinco itens da despesa, especialmente encargos gerais da União e reserva de contingência.

Os contatos foram feitos diretamente pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), do Ministério do Planejamento, através de seu titular, Márcio Reginaldo Dias Moreira, com o Deputado João Alves, presidente da Comissão Mista de Orçamento. Márcio garante que a idéia de concentração da receita adicional em poucos itens da despesa, ao invés de sua distribuição linear para todos os Ministérios, obedeceu a duas razões práticas.

A primeira, relacionada com a falta de tempo. Já era final de novembro e o Congresso teria de votar a nova lei de meios até 5 de dezembro, data de encerramento dos trabalhos da sessão legislativa, sob pena do orçamento não entrar em vigor a 1º de janeiro deste ano. E como não havia tempo disponível para sessões do Congresso, por causa dos trabalhos constituintes, era importante não perder tempo fazendo uma distribuição que praticamente implicaria na elaboração de um novo orçamento, recalculando-se todas as verbas alocadas no projeto inicial.

A segunda, referente à Constituinte. Conforme o secretário da SOF, havia naquela ocasião –

meados de novembro – muita indefinição quanto à forma definitiva do capítulo tributário da nova Constituição, assim como uma grande incerteza quanto à sua vigência. Em tais condições, considerou a SOF, em comum acordo com a Comissão Mista de Orçamento, concentrar a distribuição da receita adicional em poucos itens da despesa orçamentária, a fim de que, conhecidas as novas disposições constitucionais a respeito da distribuição do bolo tributário, houvesse condições de promover as transferências necessárias.

O secretário da SOF disse não entender a celeuma feita em torno da matéria, em primeiro lugar porque nem todos os recursos adicionais foram concentrados nas dotações administradas pela Seplan. Em segundo lugar, as transferências para outros itens da despesa orçamentária podem ser feitas a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para a execução do orçamento fiscal.

Para o SOF não havia razão de consultar o Ministério da Fazenda, tendo em vista que a elaboração orçamentária é atribuição do Ministério do Planejamento através de sua secretaria específica.

CRUZADA NACIONAL CONTRA  
CORRUPÇÃO, SEM POLÍTICOS

Uma entidade que reúne juristas, empresários, advogados e líderes comunitários, mas não admite políticos, está sendo formada em São Paulo para desenvolver uma verdadeira cruzada nacional contra a corrupção. A idéia surgiu há vários meses, em uma conversa entre o cardiologista Radi Macruz e o advogado trabalhista Márcio Carvalho de Jesus. Desde então, não parou de ganhar adeptos. Coordenado por Carvalho de Jesus, um grupo de 15 pessoas reuniu-se, na semana passada, para estruturar a Fundação Nacional Anticorrupção, que já tem até o terreno para instalar a sede, doado por Macruz.

Outro advogado, Márcio Simas, que possivelmente será o coordenador jurídico da Fundação Anticorrupção, adiantou que não será permitida a participação de políticos na entidade, pelo menos em nível de decisões. "Isso distorceria os objetivos do grupo", esclareceu, lembrando que o processo eleitoral, em que os candidatos buscam apoio financeiro de grupos econômicos, "prima pela prática de corrupção".

Aliás, uma das denúncias que a entidade vai investigar tão logo tenha condições, segundo o seu coordenador, Carvalho de Jesus, será a do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. O ministro disse que existe pagamento de "taxas" para liberação de verbas federais a empreiteiros e fornecedores, ao defender-se das acusações semelhantes que são feitas contra ele. O advogado entende que essas e outras denúncias refletem o "fisiologismo da corrupção", explicando que ela é denunciada, mas que dificilmente os responsáveis são identificados.

Para evitar esta situação, a nova entidade terá, segundo Carvalho de Jesus, uma equipe de advogados, a área cível e criminal, que vai levar as denúncias ao Ministério Público e acompanhar os processos. Carvalho de Jesus considerou a corrupção uma "doença nacional". Ela é estimulada, de acordo com o advogado, por políticos e administradores públicos que "arrumaram uma forma de ganhar dinheiro fazendo negociatas com particulares, em nome do Estado. E o episódio

que envolve o ministro Aníbal Teixeira está dentro deste quadro: só denunciou porque se viu acuado".

Por sua vez, o advogado Márcio Simas está surpreso com o apoio que a iniciativa vem recebendo. "Muita gente telefona, oferecendo ajuda de todo tipo. Até empresários nacionais", disse, preferindo não revelar os nomes, antes de ser elaborado o estatuto da entidade. Uma nova reunião está marcada para o dia 26, quando os organizadores do movimento esperam contar com 100 pessoas que formarão uma associação, que, depois, será transformada em fundação. "A imprensa não pode comprometer a seriedade do movimento", finalizou Carvalho de Jesus.

OS ESCÂNDALOS DA  
NOVA REPÚBLICA

**Brasília Agência Estado**

Os escândalos não são criação deste governo, mas os discursos do presidente José Sarney, pregando austeridade e seriedade no uso do dinheiro público, não têm sido obedecidos pelos seus auxiliares. Em 1986, os escândalos já eram tantos que motivaram a criação da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão (Codici), a princípio defensora do dinheiro pago pelo contribuinte, mas na falta de providências dentro do próprio governo, transformada em letra morta.

Atualmente, a Codici, que teve à frente o ex-porta-voz Fernando César Mesquita, está confinada a um conjunto de salas no edifício-sede do Banco do Brasil, longe do Palácio do Planalto. Quando cumpria suas finalidades, serviu para apurar as irregularidades na importação de alimentos durante a crise de abastecimento provocada pelo Plano Cruzado. A comissão apurou que uma grande quantidade de alimentos deteriorados procedentes da Europa – leite e carne, principalmente – foi adquirido por preços mais altos do que ofereciam outros mercados. Os técnicos do governo que aprovaram essas importações ganharam passagens aéreas e estadas para visitar a Alemanha com suas esposas e passaram à condição de suspeitos.

Também no início do governo Sarney, pouco antes da entrada de Jório Dauster na presidência do instituto Brasileiro do Café (IBC), quando Roberto Gusmão ainda era ministro da Indústria e do Comércio, o órgão vendeu café irregularmente, desobedecendo a cotação internacional, trazendo sérios prejuízos ao País.

Órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Conselho Federal da Produção (CFP) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) tiveram suas diretorias afastadas durante o governo Sarney também por suspeitas de corrupção. O afastamento, no entanto, até agora foi a punição mais séria.

No caso da Ferrovia Norte-Sul, com a concorrência fraudulenta promovida pelo Ministério dos Transportes para favorecer um grupo de empreiteiras, os escândalos assumiram grandes proporções, até desaguiarem nas intermediações de verbas federais envolvendo a Secretaria do Planejamento.

Segundo confidencia uma fonte do Palácio do Planalto, nas mãos do ministro da Justiça, Paulo Brossard, estão oito casos considerados "peso-

pesado", que podem causar um grande impacto na opinião pública. Todos eles fazem parte de inquéritos encomendados pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), Romeu Tuma. O objetivo do governo, assegura o informante, é torná-los conhecidos, mas quando a ocasião for conveniente.

CHIARELLI QUER CPI  
SOBRE IRREGULARIDADE

**Brasília**  
**Agência Estado**

O Senado deverá votar hoje projeto de resolução de autoria do líder do PFL, Carlos Chiarelli, constituindo CPI para investigar as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na Administração Pública, veiculadas pelos meios de comunicação.

O requerimento será formalizado na sessão do Senado prevista para as 10 horas de hoje, faltando apenas a assinatura do líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, para que fique apto a ser votado por um mínimo de 38 senadores.

A CPI, a ser formada a partir do momento em que as lideranças indicarem seus representantes, tem o prazo de 90 dias para apresentar suas conclusões e propõe, especificamente, identificar responsabilidade no setor da Administração Pública, em decorrência de qualquer tipo de corrupção, e sugerir medidas capazes de estabelecer controles e oferecer condições para a moralização da Administração Pública. Embora a CPI se destine à Administração Pública em seu conjunto, Chiarelli admitiu, em pronunciamento no Senado, que o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira (v: caricatura), ao admitir a existência de correlação no governo, está no dever de prestar ao País, através desta CPI, todas as informações de que dispõe sobre os fatos denunciados. Mais: o próprio ministro está na obrigação de se defender das acusações que têm sido feitas à Seplan e a ele, pessoalmente.

Não apurar as denúncias, segundo o senador, poderá ser interpretado pela sociedade como descaso ou conveniência, "o que não seria admissível, pois significaria o caos administrativo ou intuito de beneficiar o infrator".

"Agora mesmo – disse o senador do Rio Grande do Sul – quando autoridades do mais alto escalão do governo vêm a público denunciar fatos que significam envolvimento em procedimentos corruptos, não pode o poder Legislativo permanecer omissivo, se considerarmos que sua função fiscalizadora representa compromisso intransferível, legado pelo povo, e que deve ser cumprido com altivez e independência"

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Victor Faccioni, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º Secretário.*

**O SR. LUIZ SOYER:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Luiz Soyer.

**O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO):** – **Pela ordem. Sem revisão do orador.** – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do dia 17 próximo passado, nominou diversos Constituintes, com fotografia de alguns deles, inclusive a minha, fazendo determinadas afirmações que, quanto a mim e a muitos dos quais as atuações conheço, não correspondem à verdade.

Deixo este registro para dizer que, amanhã, farei um pronunciamento a respeito, em defesa daquilo que entendo atingir, não só a mim, mas à Assembléia Nacional Constituinte. Farei, amanhã, um pronunciamento, mas quero deixar neste momento o registro da minha contestação quanto àquela matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – A Mesa acolhe o registro de V. Ex.<sup>a</sup>.

**VII – ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:**

Abigail Feitosa – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Aírton Cordeiro – PFL; Aírton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Beth Azeite – PSB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egdíio Ferreira Lima – PMDB; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL;

Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco –; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme PaGazin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joáci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Hemmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Leite – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Elias – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão

– PMDB; Maurício Campos – PFL; – PMDB; Raimundo Bezerra – – PFL; Sólon Borges dos Reis – Maurício Corrêa – PDT; Maurício PMDB; Raimundo Rezende – PTB; Sotero Cunha – PDC; Tadeu Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Raquel Cândido – PFL; França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Teotônio Vilela Filho – PMDB; Campos – PMDB; Mauro Sampaio – Belém – PMDB; Renan Calheiros – Theodoro Mendes – PMDB; Tito PMDB; Mendes Canale – PMDB; PMDB; Renato Berto Johnsson – Costa – PMDB; Uldurico Pinto – Messias Góis – PFL; Messias PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita PMDB; Ulysses Guimarães – Soares – PTR; Milton Barbosa – Furtado – PFL; Roberto Augusto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton PTB; Roberto Brant – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves Reis – PMDB; Miraldo Gomes – Roberto Campos – PDS; Roberto D' – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PFL; Vieira da Silva – PDS; Nilson – PMDB; Nelson Aguiar – PDT; – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Souza – PMDB; Vinícius Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Cansanção – PFL; Virgílio Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PT; Vitor Buaiz – PT; Vladimir Nyder Barbosa – PMDB; Olavo Pires PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose Palmeira – PT; Waldec Ornélas – – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; de Freitas – PMDB; Rospide Neto – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB: Rubem Branquinho – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson PMDB; Osmundo Rebouças – Rubem Medina – PFL; Ruberval Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho PFL; Samir Achôa – PMDB; Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para terça-feira próxima, dia 26, às 14 horas e 30 minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):**

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 35 minutos)



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – 171

QUINTA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA-DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 187ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 26 DE JANEIRO DE 1988.

##### I – Abertura da Sessão

II – Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

##### III – Leitura do Expediente

##### REQUERIMENTOS

Do Senhor Constituinte Bernardo Cabral Relator da Comissão de Sistematização, encaminhando diversas erratas a respeito das emendas de plenário ao Projeto de Constituição e requerendo a sua retificação.

Do Senhor Constituinte Adroaldo Streck, requerendo retificação no texto da Emenda nº 2P00330-3, de sua autoria.

Do Senhor Constituinte Lysâneas Maciel, requerendo, a inscrição dos Senhores Constituintes Brandão Monteiro e Luís Inácio Lula da Silva como co-autores da Emenda nº 2P01879-3, de sua autoria.

Do Senhor Constituinte Paes Landim, requerendo a retirada do Destaque nº 1.326, de sua autoria.

Projeto de Resolução nº 22, de 1988 (ANC) – (Do Sr. Maurício Fruet) – Dispõe sobre a frequência e perda do mandato de Constituinte.

##### IV – Pequeno expediente

CARDOSO ALVES – Expectativas do povo brasileiro no que concerne ao novo texto constitucional. Necessidade da criação, pelas lideranças partidárias, de ambiente de entendimento na Assembléia Nacional Constituinte.

SÓLON BORGES DOS REIS (Questão de ordem) – Inclusão indébita do nome do orador entre os signatários de emenda substitutiva do Título VIII – "Da Ordem Social" – do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Sólton Borges dos Reis.

NELSON AGUIAR – Saudação a grupo de evangélicos batistas presente nas galerias. Esperança popular nas reformas constitucionais. Crítica à exclusão, no Projeto do grupo "Centrão", de dispositivos do Projeto Cabral que visavam aos direitos das crianças.

ERALDO TRINDADE (Pela ordem) – Falta de resposta a requerimento de informações do orador ao Departamento Nacional da Produção Mineral sobre a política de concessão de alvarás de pesquisa e lavra.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Eraldo Trindade.

OSWALDO BENDER – Apelo no sentido do reajuste dos proventos dos aposentados.

LÚCIA BRAGA – Denúncia de política de perseguições levada a efeito pelo Governador Tarcísio Burity, da Paraíba. Noticiário da imprensa a propósito.

RAIMUNDO BEZERRA – Sistema Monofilar com Retorno por Terra – MRT, para eletrificação rural, como meio de combate ao êxodo rural e à violência urbana.

JOSÉ GENOÍNO – Restrições a emendas apresentadas ao Título "Dos Direitos Fundamentais e Individuais" do Projeto de Constituição.

NILSON GIBSON – Voto de pesar pelo falecimento do Deputado Paulo Leite, da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

JOSÉ ELIAS MURAD – Protesto contra possibilidade de destruição da Estação Ecológica de Tripuí, em Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

VICENTE BOGO – Apreciação de emendas substitutivas apresentadas pelo "Centão"

ao Projeto de Constituição no que concerne a ordem econômica, em especial à reforma agrária.

SÓLON BORGES DOS REIS – Eleição presidencial em 1988.

ROBERTO JEFFERSON – Desacerto do relógio do plenário. Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas. Matéria publicada pelo **Jornal do Brasil** a propósito da situação da Previdência Social, sob o título "Penúria".

PAULO DELGADO – Medidas antidemocráticas autorizadas pelo Governador do Estado de Minas Gerais.

EDME TAVARES – Apelo no sentido de dispensa de juros e correção monetária em empréstimos bancários contraídos por pequenos agricultores nordestinos.

BENEDITA DA SILVA – Indignação popular ante possibilidade de prorrogação do mandato do Presidente Jose Sarney. Corte de relações diplomáticas do Brasil com países de regime segregacionista.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Repúdio a comunicado da Previdência Social publicado na imprensa sob o título "Lugar de aposentado é no computador".

VICTOR FACCIANI – Solidariedade as reivindicações dos aposentados e pensionistas da Previdência Social. Noticiário da imprensa a propósito.

ADYLSO MOTA – Retificação de posicionamento do orador no que concerne à inversão de pauta para votação prioritária do período de governo do Presidente da Republica. Protesto contra fisiologismo na distribuição de verbas públicas. Sugestões, visando à agilização dos trabalhos de elaboração constitucional.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Adylson Motta.

ANTÔNIO DE JESUS – Necessidade de medidas governamentais no sentido de reduzir os índices da inflação e de permitir aos produtores rurais contraírem empréstimos em condições especiais.

VILSON SOUZA – Acerto do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização no que concerne a correções do sistema representativo. Crítica aos objetivos do grupo "Centrão".

SIQUEIRA CAMPOS – Filiação dos Deputados estaduais baianos Cristóvão Ferreira e Raimundo Sobreira ao PDC.

COSTA FERREIRA – Reivindicações dos Agentes de Inspeção do Trabalho em memorial dirigido ao Presidente José Sarney.

JORGE ARBAGE – Artigo do jurista Flávio Moreira publicado pelo jornal **O Liberal**, de Belém, Estado do Pará, sob o título " Cenário marajoara".

LUIZ GUSHIKEN – Protesto contra decisão do Conselho Nacional de informática e Automação – Conin, no sentido de liberar para comercialização no Brasil o **software** MS-DOS 3.3, fabricado pela firma norte-americana Microsoft.

MAURO BENEVIDES – Expectativa de restabelecimento, pelo Conselho Monetário Nacional, do subsídio ao crédito rural, reivindicado pelos rurícolas do Nordeste.

JOSÉ VIANA – A questão da linha demarcatória da fronteira entre os Estados de Rondônia e do Acre.

ANNA MARIA RATTES – Reportagem do jornalista João Batista Natali publicada pela **Folha de S. Paulo** sob o título "Corrida do Ouro agora invade reserva indígena".

MAURÍCIO FRUET – Telex dirigido pelo orador ao Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em protesto contra financiamento pelo Governo brasileiro de viagens de representantes de bancos estrangeiros a Nova Iorque, para reuniões de renegociação da dívida externa do País.

JOSÉ MOURA – Posse de nova diretoria da Casa de Pernambuco em Brasília, Distrito Federal.

#### V – Comunicações de Lideranças

VALMIR CAMPELO – Distribuição de panfletos, pelo sindicato dos bancários de Brasília, ofensivos ao posicionamento do orador na Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO SANTANA – Déficit na produção de petróleo da Petrobrás. ineficácia dos Contratos de Serviços com Cláusula de Risco e da reciprocidade na exploração de petróleo brasileiro. Conveniência de revisão na política de investimento da Petrobrás na exploração e lavra de petróleo.

ALDO ARANTES – Repúdio a declarações do Ministro da Educação, Hugo Napoleão, ao Jornal "Folha de S. Paulo", contra a gratuidade nas universidades públicas. Liberação, dos índices de reajuste das mensalidades escolares, Posicionamento do PC do B quanto à pretendida inversão da pauta de votação na Assembléia Nacional Constituinte.

ADEMIR DANDRADE – Crítica a emendas do "Centrão" ao texto constitucional que dispõe sobre trabalhadores rurais e reforma agrária.

EDUARDO JORGE – Presença da Polícia Militar em local designado para manifestação pública de entidades sindicais e políticas em Brasília, Distrito Federal. Tentativa de mudança na legislação que regulamenta o acesso dos partidos políticos ao rádio e à televisão.

AMAURY MÜLLER – Matéria jornalística publicada pelo ex-Ministro Aníbal Teixeira sobre sua gestão na Seplan. Atuação do Governo em processo de desapropriação por interesse social no Rio Grande do Sul, Pará e Goiás.

#### VI – Apresentação de Proposições

Não houve apresentação de proposições.

PAULO DELGADO (Pela ordem) – Reiteração de requerimento de informações à Casa Civil da Presidência da República sobre uso de verbas públicas pela Seplan, na administração do Ministro Aníbal Teixeira.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Paulo Delgado.

JOSÉ ELIAS MURAD (Pela ordem) – Louvor ao noticiário **A Voz do Brasil** pela excelência da divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Elias Murad.

AMAURY MÜLLER (Pela ordem) – Reiteração de requerimento de informações à Casa Civil da Presidência da República sobre importação de alimentos deteriorados ou atingidos pela poluição nuclear de Chernobyl.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

#### VII – Pronunciamentos sobre matéria Constitucional

GERALDO CAMPOS – Criação da Associação Profissional dos Servidores do Legislativo.

ADOLFO OLIVEIRA (Pela ordem) – Conveniência de convocação da Câmara dos Deputados para apreciar projeto do Senador Afonso Camargo que dispõe sobre acesso gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adolfo Oliveira.

#### VIII – Encerramento

Discurso pronunciado pelo Sr. Mauro Sampaio no Pequeno Expediente da sessão da Assembléia Nacional Constituinte de 14.1.88: Implantação de escolas de iniciação agrícola e de irrigação.

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

ATAS DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Referentes às reuniões realizadas ente os dias 6 de agosto a 23 de setembro de 1987, serão publicadas em suplemento a este diário.

### ATA DA 187ª SESSÃO, EM 26 DE JANEIRO DE 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente e Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretário.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PSB; Adolfo Oliveira – PL; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Afonso Camargo – PTB; Aff Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC

do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Ferreira – PFL;

Antônio Mariz – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Aroldo de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Átila Lira – PFL; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal –

PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovah Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alickmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Itamar Franco – ; Ivo Cersósimo – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bonhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Coutinho – PL ; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Dias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Lézio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B;

Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Lensen – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; – Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nadel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Víctor Fontana – PFL; Wilson Souza – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vítor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornêlas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

### I – ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A lista de presença registra o comparecimento de 207 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### II – LEITURA DA ATA

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS,** servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. MÁRIO MAIA,** 2º Secretário, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte:

### III – EXPEDIENTE

#### REQUERIMENTOS

**Do Sr. Constituinte Bernardo Cabral, Relator, nos seguintes termos:**

Brasília, 22 de janeiro de 1988

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
Digníssimo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
NESTA

Senhor Presidente,

Ao encerrar-se o trabalho de revisão do conteúdo dos Pareceres apresentados às Emendas individuais dos Senhores Constituintes ao Projeto de Constituição, foi verificada a existência de novas Emendas cujo parecer deve ser objeto de revisão, em virtude de erro material:

As emendas nº 2P00726-1, 2P00749-0, 2P01260-4, 2P01350-3, 2P01455-1, 2P01493-3, 2P01970-6 e 2P01976-5, que figuram como tendo recebido parecer pela aprovação, na verdade o tiveram pela rejeição.

A de nº 2P01564-6 é uma Emenda que constou com o parecer contrário mas na verdade recebeu parecer favorável.

Assim sendo, solicito a Vossa Excelência a devida correção quando da publicação final do Parecer.

– Atenciosamente – **Bernardo Cabral, Relator.**

**Do Sr. Constituinte Bernardo Cabral, Relator, nos seguintes termos:**

Brasília, 25 de janeiro de 1988

Exmº Sr.

Constituinte Ulysses Guimarães  
M.D. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
NESTA

Senhor Presidente,

Volto à presença de V. Ex.<sup>a</sup> para solicitar suas obsequiosas providências no sentido de determinar a correção de dois erros materiais constantes do parecer que ofereci às Emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização pelos Senhores Constituintes.

1. A emenda 2P01043-1 de autoria do Constituinte Koyu Iha, que figura como rejeitada, deve figurar como aprovada. De fato, o texto do art. 126, inciso I, alínea "d", na expressão "do Superior Tribunal de Justiça", se contrapõe ao texto do art. 129, inciso, I alínea "b", no que toca a expressão "do próprio Tribunal".

O sistema do Projeto é o do próprio Tribunal julgar mandado de segurança contra ato seu.

Pelo Projeto, da decisão do Tribunal, julgando mandado de segurança contra ato seu, cabe re-

curso ordinário (art. 26, II, "a", por exemplo). Exclusivamente por erro material a Emenda 2P01043-1 constou como rejeitada. O Parecer contudo é pela aprovação.

2. No que toca à Emenda 2P01007-5, de autoria do Constituinte Paulo Pimentel, o parecer é contrário, de acordo com aquele oferecido à Emenda 2P013384 de autoria do Constituinte Messias Góis. Erro material conduziu a essa contradição, uma vez que as duas emendas são idênticas. Assim, as Emendas 2P01007-5 e 2P013384 mereceram parecer pela rejeição.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V. Ex.<sup>a</sup> meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – **Bernardo Cabral**.

**Do Sr. Constituinte Bernardo Cabral, Relator, nos seguintes termos:**

OF. Nº 0008/88

Brasília, 25 de janeiro de 1988

Senhor Presidente,

Quando da revisão do conteúdo dos Pareceres exarados às Emendas Coletivas, apresentadas ao Projeto de Constituição, foi detectado um erro gráfico à página 24, referente à Emenda Coletiva de nº 2P02045-3, que modifica o Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. Assim, na relação dos dispositivos para os quais o Parecer recomenda aprovação, consta "Art. 44 **caput** e seu parágrafo único" e na relação dos dispositivos para os quais o Parecer recomenda a rejeição, consta " Art. 44 **caput**."

Esta aparente contradição resultou de um erro datilográfico, uma vez que o Art. 44 da citada Emenda nº 2P02045-3, não tem parágrafo único; tem parágrafo único, o Art. 46.

Desse modo, onde se lê "Art. 44 **caput** e seu parágrafo único", na relação dos dispositivos que o Parecer recomenda a aprovação, alia-se "Art. 46 **caput** e seu parágrafo único".

A referência ao Art. 44 permanece na relação dos dispositivos que o Parecer recomenda rejeição.

Pelo exposto venho solicitar de Vossa Excelência o acolhimento e a publicação da presente retificação.

Sendo o que tinha a tratar no momento subscrevo-me.

Atenciosamente, – **Bernardo Cabral**.

**Do Sr. Constituinte Adroaldo Streck, nos seguintes termos:**

Brasília, 25 de janeiro de 1988

Senhor Presidente,

Solicito de Vossa Excelência seja determinada a retificação, para todos os efeitos, do texto da minha Emenda nº 2P00330-3, tendo em vista que, por erro datilográfico, foi omitida a palavra "e papel".

O texto correto da proposta é o seguinte:

"Art. 178, II, letra **d** – livros, jornais e periódicos, inclusive insumos e papel destinados à sua impressão."

Certo de que Vossa Excelência tomará as providências cabíveis, apresento meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – **Adroaldo Streck**.

**Do Sr. Constituinte Lysâneas Maciel, nos seguintes termos:**

Brasília, 25 de janeiro de 1988

Exmº Sr.

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da ANC

N/C

Senhor Presidente,

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que autorize a inscrição como co-autores da Emenda nº 2P01879-3 de minha autoria, dos Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva – PT/SP e Brandão Monteiro – PDT/RJ.

Na certeza de sua atenção, renovo os meus protestos de estima e consideração, subscrevendo-me;

Atenciosamente, – **Lysâneas Maciel – Brandão Monteiro – Luiz Inácio Lula da Silva**.

**Do Sr. Constituinte Paes Landim, nos seguintes termos:**

Brasília, 26 de janeiro de 1988

Exmº Sr.

Constituinte Ulysses Guimarães

MD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente,

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> o especial obséquio em determinar a retirada do destaque de nº D01326, de minha autoria, para que não haja a sua repetição, em virtude da apresentação de requerimento de Destaque da mesma Emenda pelo Deputado João Alves.

Atenciosamente, – **Paes Landim**.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

**Nº 22, de 1988 (ANC)**

(Do Sr. Maurício Fruet)

**Dispõe sobre a freqüência e perda do mandato de Constituinte.**  
(À Mesa)

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Será descontado um trinta avos do subsídio do Constituinte ausente às Sessões Plenárias da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 2º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, perderá o mandato o Deputado ou Senador que faltar, sem justa causa, a três Sessões Plenárias consecutivas ou a cinco sessões interpoladas.

§ 1º Verificadas as faltas nos termos deste artigo, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de ofício, ou a requerimento de partido político nela representado ou de qualquer Constituinte, declarará extinto o mandato do faltante.

§ 2º Caso a Mesa não cumpra o disposto no parágrafo anterior, qualquer Constituinte ou partido político recorrerá ao Plenário que decidirá, em Sessão Extraordinária, dentro de setenta e duas horas.

§ 3º Da decisão da Mesa pela extinção do mandato, caberá recurso para o Plenário.

#### Justificação

O povo elegeu os Constituintes para elaborar a Carta Magna do País, o que pressupõe a presença efetiva do parlamentar às sessões e atividades necessárias ao exercício da missão constitucional.

Na medida em que vem verificando falta de **quorum** em grande número de sessões, é perceptível a decepção e o descrédito do povo em relação aos trabalhos da Constituinte e aos membros da Assembléia.

Em defesa do conceito da Constituinte e da agilização de seus trabalhos, impõe-se criar meios para sancionar os Constituintes reiteradamente faltosos, que deixam de cumprir suas obrigações de assiduidade parlamentar, preferindo tratar de seus interesses particulares e de suas atividades político-eleitorais.

Sala das Sessões. – **Maurício Fruet**, Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**  
– Está finda a leitura do expediente. Passa-se ao:

#### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Cardoso Alves.

**O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicia-se amanhã o período de votação da matéria constitucional até agora em exame na Casa.

Muito se tem falado numa Constituição de entendimento, numa Constituição que congregue a todos os Deputados e Senadores no esforço de se conseguir a média do pensamento dos Srs. Constituintes. Muito se tem falado que a Constituição não deve refletir o pensamento dos vencedores sobre os vencidos. Muito se tem falado no sentido de que a Maioria deve sempre respeitar a Minoria e procurar com ela um acordo, procurar com ela celebrar uma convenção em torno da matéria a ser votada. Também assim entendo, Sr. Presidente. Não pode haver uma Constituição de batalha, de guerra, de luta, e sim uma Constituição que procure, na realidade, dar condições de solução aos problemas brasileiros, uma Constituição que reflita o gênio e a alma nacional, que reflita os anseios e as esperanças do povo brasileiro, que traduza as suas amarguras, que procure horizontes novos e promissores para o nosso povo, que procure desenvolver o País com liberdade, que procure humanizar as relações de trabalho dignificando o trabalhador e humanizando e modernizando a empresa, fazendo com que os senhores das empresas compreendam que sem a força do trabalho elas nada representam, senão máquinas paradas; que são os trabalhadores homens que, pela dignidade de seu trabalho, fazem com que as máquinas produzam.

Enfim, uma Constituição que possa garantir à família brasileira o emprego de seu chefe, e a ele todas as condições necessárias para uma vida digna, humanamente respeitável. Uma Constituição que garanta a absorção das grandes massas marginalizadas existentes em nosso País, para que elas possam passar a desfrutar do convívio de todos os cidadãos, do bem-estar e do conforto

que o Estado moderno e uma sociedade solidária estão no dever de garantir a todos. Uma Constituição que garanta a permanência, aqui, do capital estrangeiro, obviamente sujeito a regras e a leis nacionais que o submetam ao interesse público, sem, contudo, impedir condições que o atraiam para cá, uma vez que não temos capitais e riquezas na medida demandada pelo nosso desenvolvimento. Uma Constituição que garanta a presença do Brasil no universo, não como um corpo autárquico ou uma ilha incommunicável, mas como um povo presente no desenvolvimento da vida de toda a Humanidade. Uma Constituição que garanta, Sr. Presidente, finalmente, que o cidadão brasileiro sintá-se com uma alma de rei, como lembra Paul Berge no **Démon de Midi**, uma Constituição de um país onde não haja súditos, mas somente haja cidadãos.

Sr. Presidente, para que isso ocorra é preciso que se comece, desde logo, a criar, neste plenário, nesta Casa e fora dela, um ambiente de acordo, um ambiente de entendimento, um ambiente de conversas, um ambiente de troca de impressões, um ambiente em que cada um se disponha a convencer seu companheiro de sua tese e que encontre no companheiro uma voz aberta, uma consciência aberta para esse entendimento. Quem quer flores, Sr. Presidente, planta um jardim; quem quer frutos, planta um pomar, quem quer tempestades, planta ventos.

Francamente, Sr. Presidente, não tenho sentido até agora, na Casa, um ambiente propício ao entendimento. Não tenho sentido a elaboração de um nicho capaz de nos agasalhar na luta por esse entendimento.

Faço, também, um apelo às Lideranças: a Constituinte é livre e é soberana; soberania é o poder de decidir em última instância. O soberano não tem líder, ou deixa de ser soberano, e a soberania da Constituinte nasce do somatório da soberania de cada um dos Constituintes em matéria constitucional. A liderança é o poder de conduzir, é o poder de orientar, é o poder de disciplinar uma Bancada para obter o voto.

Ora, Sr. Presidente, a Constituinte não deve ter líderes neste sentido. Os seus líderes devem ser coordenadores da Bancada, informadores dos Companheiros; devem avisá-los da importância das matérias que serão examinadas, fazer chegar a desinformações que busquem formar a convicção de cada uma agenda dos trabalhos; devem procurar facilitar, como coordenadores, os seus companheiros. Não devem procurar atirar sobre eles a força da Bancada; não devem procurar atirar sobre eles a força dos diretórios partidários, tampouco das convenções partidárias. A Constituição garante a liberdade e a soberania da Constituinte. E elas só poderão operar num ambiente em que os líderes sejam coordenadores, em que os Constituintes sejam interlocutores, e a Câmara dos Deputados, que é o local onde se reúne a Assembléia Nacional Constituinte, seja um nicho de solidariedade, de entendimento, de conversações de alma aberta, de coração franco e de espírito totalmente disposto a se obter esses entendimentos em favor de uma Constituinte que reflita, realmente, a fisionomia e a alma da nossa Nação brasileira. (Palmas.)

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:**  
– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, indago-me e indago de V. Ex.<sup>a</sup> qual o significado da assinatura dos Parlamentares nas emendas coletivas para que possam tramitar nos pedidos de destaques e nos pedidos de preferência? Gostaria de saber se subscrever tais proposituras implica responsabilidade regimental, ou se apenas quer dizer que queremos ver discutido ou colocado o tema. Em qualquer hipótese, há sempre uma conotação de solidariedade quando se subscreve uma propositura.

Sou surpreendido, Sr. Presidente, com a minha assinatura numa emenda que figura na folha nº 807 do Projeto de Constituição. Emendas Oferecidas em Plenário, Volume II, uma emenda com 288 signatários, que tornou o nº 2P02044-0, apresentada em plenário, emenda substitutiva, dispositivo emendado: Título VIII.

Fui convidado e recebi apelos de numerosos Parlamentares para subscrever essa emenda. Resisti ao apelo afetivo de muitos amigos, os mais chegados nesta Casa, do meu próprio Líder de Bancada, que me pediu a assinatura para essa emenda. Não pude assinar, Sr. Presidente, porque ela substitua, no Título Da Ordem Social, Título VIII, por inteiro, o que decidi a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, onde atuei em plena harmonia com os Companheiros de todas as Bancadas e onde tive uma atuação que mereceu, na aprovação das emendas que ofereci, um êxito que considero de interesse do ensino e do povo brasileiro. Ora, como poderia querer substituir em plenário aquele Capítulo Da Educação, Da Cultura e Do Desporto pelo qual lutei e para cuja aprovação contribuí grandemente na Subcomissão, e que sustentei a todo preço na Comissão Temática? Seria uma contradição.

Por isso, Sr. Presidente, deixo claro que não sou signatário dessa emenda, embora apareça aqui o meu nome, e que votarei contra o Capítulo Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, que pretende substituir a conquista da Subcomissão competente. É com a Subcomissão que fico e não vejo motivo para sair do que decidi na Subcomissão, na Comissão Temática e na própria Comissão de Sistematização, como Suplente que fui.

Assim, deixo claro que não sou signatário e atribuo a um equívoco de quem organizou essa lista a inclusão, indevidamente, do meu nome. Não assinei essa emenda de 288 assinaturas que pretende substituir na Ordem Social o Capítulo Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, em boa hora aprovado pela Subcomissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**  
– A Mesa anota a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> para as providências cabíveis, na devida oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**  
– Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Aguiar.

**O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Solicitei a palavra para saudar um grupo de cidadãos e cidadãs evangélicos batistas que se encontram nas galerias desta Casa, em visita ao

Congresso Nacional, acompanhando os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Encontram-se eles em convenção, já há seis dias, cujos trabalhos serão encerrados hoje, e aproveitaram sua vinda à Capital da República para também trazer as suas impressões a respeito dos problemas desta Nação.

São homens e mulheres do povo. São homens e mulheres trabalhadores pacíficos, honrados, são homens e mulheres representativos da sociedade brasileira, que vêm aqui para visitar a Casa e para dizer aos Srs. Membros da Assembléia Nacional Constituinte da sua expectativa de que façamos a Constituição que a República merece, a Constituição pela qual clama o povo brasileiro.

Estamos voltando de 11 dias de visita ao nosso Estado, onde encontramos uma população angustiada, tremendamente descrente, apelando a todo instante no sentido de que elaboremos aqui a Lei Maior através da qual possamos realizar as reformas que venham a resgatar milhões de brasileiros que hoje, em todos os recantos da Pátria, passam por uma dramática experiência de fome, de miséria, a ponto de a própria criança não ser poupada.

Temos dito e repetido aqui que quando uma nação chega ao ponto de abandonar sua infância, e onde se alastram a fome, a miséria, a violência, a prostituição e a morte prematura, é porque essa nação terá chegado a um dos índices de valores mais baixos na sua escala de convivência social. O que está ocorrendo, hoje, no Brasil, no trato da questão da infância, é inaceitável, é degradante. Está a criança deste País atirada ao abandono, lançada à prostituição, violentada, traída, escorraçada, entregue à morte ainda nos primeiros anos de vida.

Fica, pois, a saudação do povo batista, a cuja denominação, com muita honra, pertença, para dizer que cerca de um milhão de batistas em todo os recantos da Pátria estão trabalhando com honra, com dignidade, com muito afinho e muita esperança de que possamos construir aqui uma Nação justa, uma Nação onde reine a paz, uma Nação cujo povo possa participar do fruto do trabalho comum, sem as distorções que ocorrem hoje, em que uns poucos constroem as suas ilhas de felicidade, fazem fortunas, como em poucas nações do Mundo, enquanto o homem do povo que trabalha, que labora, que constrói a riqueza desta Nação, encontra-se por aí habitando as favelas, os morros, as choupanas, a tapera do campo, experimentando dura vida e passando por tremendas necessidades.

Ouvi, há pouco, o Constituinte Cardoso Alves. S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se numa cadeira de rodas e esperamos que se restabeleça de pronto, para poder, na plenitude da sua atividade, exercer, aqui, o seu mandato de Constituinte.

Examinamos o texto do projeto do Centrão. A nossa esperança é a de que não venha a prevalecer no texto da futura Constituição, a respeito da qual falou o Constituinte Cardoso Alves o que se contém no referido projeto.

Fui Presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, e o Constituinte Mendes Ribeiro muitas vezes nela esteve presente e participou dos trabalhos. Durante 46 dias, recebemos entidades procedentes de toda parte deste País, todos ali deram a sua colaboração, e, finalmente, entida-



das do povo elaboraram um rol de reivindicações, que acabaram por constar do chamado Projeto Bernardo Cabral. No entanto, o Grupo Centrão não teve complacência e fez subtrair quase todos os princípios do direito da criança, os quais nós, com muito carinho, muita luta, fizemos constar do texto do Projeto Cabral.

Chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>, Srs. Constituintes, porque a criança não é do Estado, a criança não é da esquerda nem da direita. A criança é da família, a criança é do povo. Aquele direito da criança, aquela expectativa de direito que colocamos ali, o fizemos empregando a nossa luta, o nosso trabalho, o nosso amor à criança, acima das injunções dos interesses que temos visto acontecer nesta Casa.

Chamo a atenção dos Srs. Constituintes membros do Centrão, no sentido de que olhem com carinho a questão dos direitos da criança. Ela não pode continuar sendo submetida às atuais condições de vida num País rico como o nosso. Fôssemos nós uma pobre republiquetá da América do Sul ou da África, aí, sim, mas um País que ostenta a vanglória de possuir a oitava economia do mundo capitalista, atirar a sua criança à fome, à miséria, ao abandono, é porque alguma coisa de muito grave, muito sério, está ocorrendo.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade que me concedeu de saudar os irmãos e de fazer esta exposição, e de reafirmar, mais uma vez, que vamos continuar travando aqui uma dura luta. Não será sem muita resistência que irão subtrair o direito da criação, como foi feito no Projeto do Centrão. Lutaremos muito, aqui, e não nos daremos por vencidos, pois sabemos que muitos homens e mulheres, nesta Casa, vieram para cá, não açodados por interesses de grupos poderosos, de grandes proprietários das cidades e dos campos, mas para cá vieram pensando no interesse maior do País, colocando os interesses nacionais acima de tudo para atender às expectativas daqueles que aqui vêm clamar pelos seus direitos.

Concluo. Sr. Presidente, desejando que, a partir de agora, possamos colocar os interesses nacionais acima das injunções de pessoas ou de grupos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas das galerias. O orador é cumprimentado.)

**O SR. ERALDO TRINDADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, há bastante tempo, usando a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, temo-nos reportado à questão da política de mineração do País.

No dia 20 de julho de 1987 – atentemos bem para esta data – apresentamos requerimento à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, solicitando informações junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral sobre a política de concessão de alvará de pesquisa e lavra, em função do grande monopólio, especialmente das multinacionais, principalmente em se tratando da Região Amazônica.

Este assunto foi tema de pronunciamento que fizemos na semana passada desta tribuna.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, evidentemente dentro das possibilidades, informasse o que está ocorrendo. Esse requerimento foi apresentado à Mesa no dia 20 de julho de 1987, e, até hoje, não obtive nenhuma informação sobre seu andamento e se realmente a resposta vai ser dada.

Gostaria, então, que V. Ex.<sup>a</sup> me informasse a respeito, se possível.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa vai examinar a situação do requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> e prestará as informações na devida oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Osvaldo Bender.

**O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 23 do corrente realizaram-se em todo o Brasil várias passeatas dos aposentados. Saíram às ruas para protestar contra os salários de fome que estão recebendo. Estas manifestações se realizaram de norte a sul, de oeste a leste, evidentemente com maiores proporções e participações nas capitais. Em Porto Alegre fizeram o trânsito parar por algumas horas, para fazer sentir, com mais intensidade, suas reivindicações.

Quero aliar-me, desta tribuna, a estes milhares e milhares de aposentados, em sua grande maioria idosos, os rostos enrugados pelo tempo, marcados profundamente pelos longos anos de trabalho, emagrecidos e sofridos, as fisionomias tristes, demonstrando a grande dor da injustiça com que são tratados pelas autoridades responsáveis. Imaginem que após 35 anos de trabalho, quando já não tem mais forças para, paralelamente, ganhar mais algum dinheiro a fim de, pelo menos, ter o suficiente para a alimentação, já velho e sem forças, tem que se sujeitar às migalhas da aposentadoria. Como isto deve doer à lembrança de quem ofereceu todos os seus anos de vigor ao trabalho, para o bem da sociedade e da Pátria, recebendo por prêmio, a cada ano que passa, uma aposentadoria menor.

Do meio da passeata ouviram-se os gritos de desespero, clamando por misericórdia e compreensão, protesto pela maneira como são tratados e pelo que recebem, pedindo por amor de Deus para que haja um reajuste correto, pela reposição da defasagem ocorrida nos últimos anos.

Quem não se sensibiliza com uma manifestação desta natureza? Somente os corações duros, petrificados e aqueles que não querem sentir e ver, achando que não ficarão velhos e que nunca vão fazer parte deste quadro. Enganam-se! Ali estavam muitos que se aposentaram bem, com 10 ou mais salários, e agora apenas estavam recebendo dois. Ontem eram da classe média, hoje são pobres. Quando se aposentaram, viveram bem. Aquilo era suficiente para um casal de velhinhos, mas hoje não dá nem ao menos para uma boa alimentação, e não há como adquirir vestuário. Daí a razão de protestarem e mostrarem suas roupas velhas e desbotadas, pois, pelo que ganham, dificilmente poderão comprar coisas novas.

A vida, por vezes, após a aposentadoria, ainda é longa e é necessária a renovação de muitos utensílios; as pessoas contribuem com a terça parte dos seus salários na esperança de, pelo me-

nos, poder receber uma aposentadoria atualizada. É o mínimo que se pode esperar. No entanto, acontece o que vimos. Protestos, gritos, clamores que até agora infelizmente ainda não encontraram eco. Morreram no espaço, foram em vão. E este é um problema que interessa a toda sociedade, pois de uma ou de outra forma, todos têm parentes entre os aposentados e, mais dia ou menos dia, esperam fazer parte deste grupo. Não é admissível que esta situação continue. É preciso que também nós outros gritemos, nós que ainda não somos aposentados, mas que podemos ajudar e influenciar os responsáveis, devemos fazê-lo.

Quero gritar e clamar desta tribuna. Enquanto estiver aqui, e a situação não estiver resolvida, falarei tantas vezes quantas forem necessárias.

A Previdência anuncia pelos jornais que tem cento e vinte bilhões em caixa. Faz pomposos convênios filantrópicos para o atendimento às pessoas que nunca contribuíram para a Previdência. Não temos nada contra o atendimento às pessoas necessitadas e que nunca pagaram, mas que este atendimento seja dado com outros recursos, que se use parte do Imposto de Renda, ou, quem sabe, de outras fontes, e que se dê preferência aos que contribuíram durante 35 anos para ter uma aposentadoria condigna.

Faço um veemente apelo para que a contribuição dos segurados seja usada, tão-somente, em benefício deles. Esta norma deveria ser observada como prioritária até a solução completa dos estudos que se fazem de revisão das aposentadorias, e deveria ser empregada também para reajustar os salários dos aposentados e melhorar o atendimento médico e hospitalar dos mesmos.

Antes do atendimento filantrópico, os produtores rurais, que também contribuíram com 2,5% sobre a venda dos seus produtos, deveriam receber, pelo menos, um salário mínimo, e não a terça parte que estão recebendo, embora a lei lhes assegure um meio salário, mas até este que recebem, já vem defasado. Há ainda que lembrar da mulher camponesa, que apesar de também contribuir, nada recebe.

Gostaria de que estas minhas palavras fossem ouvidas pelo Sr. Ministro da Previdência Social, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e que as vozes dos meus colegas Parlamentares viessem juntar-se à nossa voz, para que, em uníssono, gritássemos desta tribuna, até que fôssemos ouvidos, e atendidos os gritos dos nossos pais, mães, vovós e vovós, que são forçados a viver com migalhas nos seus últimos dias de vida, e então pudessem, como derradeira recompensa, receber com prêmio, justo e merecido, o reajustamento em seus proventos. (Muito bem! Palmas.)

**A SRA LÚCIA BRAGA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup> para fazer um pronunciamento que, à primeira vista, pode parecer que não está dentro dos temas constitucionais. Trata-se de uma denúncia contra o arbítrio e a violência, instaurados pelo Governo do meu Estado, a Paraíba.

Como a questão dos Direitos Humanos está implícita em todas as Constituições democráticas, acredito que o tema é constitucional. Como a questão do respeito do mandato parlamentar, a

imunidade parlamentar, se encontra inserida em todas as Constituições democráticas, acredito que o tema merece a atenção dos nobres Constituintes.

"Os inimigos não merecem flores"

Esta é a mensagem do Governador Tarcísio Burity, da Paraíba, cuja insanidade inaugurou naquele Estado uma política de ódio e perseguições, não só aos seus adversários mas também àqueles a quem o Governador considera os seus maiores inimigos – as pessoas simples, aquelas que não têm o mínimo de condições para uma existência digna, pois tudo lhes falta, desde o pão para mitigar a fome, ao teto para abrigar a família.

A prática do ódio e da violência, meus Senhores, reflete-se sobretudo nas ações da Polícia Militar daquele Governo, cujos métodos causariam inveja aos mais féis seguidores do regime fascista.

É preciso que a Nação tome conhecimento de fatos ocorridos atualmente no meu Estado, a Paraíba, e que causam revolta a todos os que acreditam na paz, na democracia, e no direito.

É preciso que denunciemos o clima de violência impune, que vem sendo uma constante na atuação selvagem da Polícia Militar do atual Governo da Paraíba.

Sim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, aquele Governador, que pregou a paz e a concórdia, quando era candidato, joga a Polícia contra o povo.

O seu pavor ao povo fê-lo esmerar-se em atos de selvageria e covardia inauditos!

A sua polícia já investiu contra estudantes que reclamavam do aumento das anuidades escolares, de forma pacífica e ordeira. Foram agredidos a cassetetes e pontapés.

Também os camponeses que reivindicavam terra sofreram agressões da polícia, num ato de barbárie que atingiu mulheres grávidas, velhos e crianças.

E agora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a Polícia do Governador da Paraíba mais uma vez se excede, em episódio ocorrido no dia 22 do corrente mês, e que nos atingiu diretamente, porque nós também sofremos agressão da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Participávamos naquele dia, ao lado de moradores das favelas, liderados pela Federação das Favelas da Paraíba, de uma caminhada pacífica onde os representantes da periferia reclamavam moradia e melhoria habitacional, quando fomos agredidos a cassetetes, empurrões e pontapés, pelos policiais do atual Governador, sem que dessa fúria assassina fossem poupados sequer mulheres grávidas e crianças, alguns gravemente contundidos. A nossa imunidade de Parlamentar também foi desrespeitada. Sofremos agressões físicas da força policial do Estado.

O povo das favelas nos convocou para essa caminhada, porque sempre trabalhamos juntos, lado a lado. Convocou também, através da Rádio Sanhauá, políticos de todos os partidos que desejassem apoiar a sua causa.

Apoiamos o movimento, participando da caminhada, pois não podíamos nos recusar a uma convocação do povo – a multidão dos sem-casa, dos que desejavam tão-somente solicitar ao Governador soluções para os problemas que os pe-

nalizam e que ameaçam agravar-se com a chegada do inverno.

O Governador não nos recebeu, mas em seu lugar encontramos a "recepção calorosa" do forte contingente policial, que nos cercou logo na entrada da praça do Centro Administrativo e que a golpes de cassetetes e pontapés tentou dissolver a passeata.

A multidão, no entanto, continuou firme e unida, transpondo a barreira da violência e chegando à frente do Palácio do Governo.

Sr. Presidente, o mais grave de tudo isso é que a selvageria praticada pela polícia do Governo da Paraíba trouxe conseqüências funestas, que não foram noticiadas pela maioria dos órgãos da imprensa paraibana, não por omissão dos seus dignos profissionais, mas porque aqueles órgãos de comunicação foram silenciados pelo atual Governo.

Uma repórter, grávida, recebeu pancadas de cassetetes no ventre.

A esposa de Aristeu Ulisses, Presidente da Federação das Favelas da Paraíba, a nossa brava líder comunitária, Terezinha de Lima Ferreira, uma das líderes da caminhada, sofreu agressões físicas da Polícia e faleceu algumas horas depois, ao regressar à sua casa, vítima de um enfarte fulminante e também vítima indireta da violência praticada pela Polícia do Estado.

Isto é muito grave, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Uma comunitária, Vanda, em estado adiantado de gravidez, corre o risco de perder o filho, pelos golpes de cassetetes que recebeu da Polícia.

Fatos como esses, que deveriam merecer destaque na imprensa nacional, até agora não receberam a ênfase adequada à gravidade dos acontecimentos.

Perguntamos então: até quando fatos semelhantes a esses continuarão a ocorrer na Paraíba?

Até quando o atual Governador da Paraíba continuará impunemente substituindo o diálogo com o povo pela selvageria da sua Polícia?

Deixo aqui o meu mais veemente protesto contra mais esse atentado à democracia, à livre manifestação do pensamento, ao lítimo direito de reivindicar e de comunicar, que, na Paraíba, é negado e reprimido pela força.

Deixo aqui a minha denúncia ao Ex.<sup>o</sup> Sr. Ministro da Justiça, com quem estarei em audiência, solicitando providências que venham impedir a continuidade desse clima de violência na Paraíba.

Quero deixar também anexados a este pronunciamento, para que sejam registrados nos Anais da Câmara, o brilhante artigo do jornalista Luiz Augusto Crispim, do jornal **O Norte** e recortes do jornal **A Tribuna**, parabenizando o cronista e os dois referidos órgãos de comunicação pela coragem de divulgar a verdade, bem como aos jornalistas Frei Marcelino, Cardivando de Oliveira e Malvino, da **Rádio Sanhauá**, que cobriram os acontecimentos.

Aproveito a oportunidade para também registrar a solidariedade que o episódio recebeu por parte do Presidente do PT paraibano, Carlos Alberto, e por parte dos Vereadores Dervaldo Mendonça e Bonifácio Lobo.

Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A ORADORA:*

O NORTE  
A Opinião

João Pessoa, 24 de janeiro de 1988

A PONTAPÉS

**Luiz Augusto Crispim**

A ponta do coturno daquele soldado atinge em cheio a imagem de um Governo que se prometeu pacífico e decidido, com a ênfase de quem promete não se perder na volta.

E não é a primeira vez, que a reúna da Polícia pisoteia a legenda do Governo. Durante uma manifestação de estudantes, no ano passado, uma tropa de choque reprimiu com violência a marcha de um punhado de adolescentes, com a disposição de uma brigada a enfrentar terroristas pelas ruas de Beirute.

Naquele dia, até mesmo companheiro de O NORTE, foram atingidos pelas bolinas da soldadesca enfurecida.

Depois, a pretexto de conter a onda de criminalidade em redor da cidade, organizara-se **blitzen** equipados com o aparato militar digno de uma operação de guerra, como se a Paraíba estivesse prestes a ser invadida por inimigo solerte, como se o inimigo já não estivesse infiltrado, definitivamente, entrincheirado por trás de cada barraco, debaixo de cada latada, fardado com os andrajos da miséria. Mas os estrategistas do Governo preferem combater os miseráveis pelos flancos. Nunca a miséria de frente.

Houve casos de Procuradores do Estado, professores universitários convidados a se identificar sob a mira de metralhadoras engatilhadas.

É a primeira vez que o tema aparece neste espaço. Evitei-o, até hoje, para que não se dissesse que aqui se faz proselitismo. Ontem porém, não deu mais para segurar. A rapaziada da praça João Pessoa, afinal, originária de boas famílias, havia de sobreviver aos hematomas, com os pais tomando as suas dores. Os procuradores e os professores veriam reparadas as ofensas em notas de solidariedade de classe.

E quanto a essa horda de favelados, quem pode resgatar dos coturnos da PM?

A marcha que vinha por entre as alamedas do Centro Administrativo não era engrossada por celerados de Antônio Silvino, tampouco reunia tribos sanguinárias comandadas por Átila, o Rei dos Hunos. Ali não se organizavam forças revolucionárias com as de Emiliano Zapata ou Ernesto Che Guevara, dispostos a fazer carga contra o Palácio dos Despachos.

Não, aquela gente estava longe de ser a mestra que marchou sobre o Palácio de Inverno do Tzar.

Não vinha ninguém das Estepes Geladas da Ucrânia. Eram todos daqui mesmo do Baixo Róger, da Beira Molhada, da Favela do Cachorro Morto. Também não queriam abater do trono a dinastia dos Romanov. Bastava ler os seus cartazes, a pedir casa para morar. Era tudo quanto queriam. Mas a guerra estava declarada. A tropa de prontidão. Os inimigos bem ali, ao alcance dos cassetetes. Bater era preciso.

Eis que os inimigos não merecem flores.

## A TRIBUNA

João Pessoa – Paraíba – 24 a 30-1-88

O TRUNFO  
É CASSETETE  
NO DIÁLOGO DE BURITI  
COM OS SEM-CASA  
DA PERIFERIA PESSOENSE

Cerca de 2.000 favelados reuniram-se e caminharam, em passeata, até o Centro Administrativo para pedir uma audiência ao Governador Tarcísio Buriti. Como convidada dos sem-casa, a deputada Lúcia Braga participou da caminhada. Os manifestantes desejavam apenas solicitar do Governador do Estado, soluções para os problemas que os penalizam e que ameaçam a agravar-se com a chegada do inverno.

Ao chegarem em frente do Palácio dos Despachos, os sem-casa foram cercados por um contingente da Polícia Militar do Estado, que os dispersou a pancada e ponta pés.

Como sempre, no jogo de cartas marcadas que o Governo peemedebista vem bancando, o trunfo foi cassetete. Pág. 3

COM GOLPES DE  
CASSETETES BURITI  
RECONSTRÓI A PAZ

Os caminhos da paz são misteriosos e cheios de encruzilhadas. Os povos ditos civilizados e desenvolvidos buscam normas de convivência que lhes permitam trilhar os caminhos do progresso, e alcançar os portos da riqueza e da paz. Os subdesenvolvidos, os terceiro-mundistas, os que ainda não alcançaram o estágio de conhecimentos que o transporte da condição de primários para os patamares sócio-comunitários, lutam por conquistas que lhes possibilitem alcançar a paz que, em última análise, nada mais é do que a conquista do bem-estar coletivo, a liberdade de conviver, pensar, manifestar o pensamento e participar dos bens naturais e culturais. E para conseguir isso, violentam direitos alheios, sufocam a palavra e o pensamento, apossam-se da liberdade uns dos outros, torturam e matam os que lhes servem de obstáculo. Tudo em nome da paz.

Estranhos são, pois, os caminhos da paz.

Hitler determinou o sacrifício e o holocausto de milhões de pessoas em nome da paz e do desenvolvimento do povo alemão.

Milhares e milhares de cristãos foram queimados e crucificados para que o império romano vivesse em paz.

Os norte-americanos de Reagan, de Kennedy e de Nixon, promovem o extermínio de nações, e da sua própria mocidade, para que os privilégios da prosperidade não se tornem comuns a todos.

Os russos, durante décadas, ergueram, em torno do seu povo, cortinas de ferro e colunas de silêncio, para que os outros não participassem da sua paz e do seu desenvolvimento.

Esses são os caminhos da paz.

Na Paraíba, o exemplo

Há dez meses o nosso Estado começou a percorrer os itinerários da "reconstrução", sob o ins-

pirado comando do Governador Tarcísio Buriti, que buscou no ideário do fascismo os melhores indicativos para a efetivação do desenvolvimento e da paz social.

Para alcançar o seu objetivo, primeiro convocou autoridades policiais treinadas para reprimir os movimentos que pudessem ter ligações com essa idéia subversiva traduzida pela palavra liberdade. Depois, mandou espancar crianças e adolescentes, na mais salutar e aplausível programação pedagógica de que se tem notícia. Em seguida foram os camponeses que, atrevidamente, solicitavam terras para trabalhar e produzir, também espancados em nome do desenvolvimento dos costumes. Audaciosos e despreparados, jornalistas que procuravam subverter a ordem e a tranqüilidade pública, revelando as pacíficas e educativas cacetadas deferidas aos trabalhadores rurais, receberam pescoções, bofetadas, coturnadas e outras nadas, que deixam escuriações e manchas, mas educam e disciplinam os rebeldes e subversivos.

Funcionários públicos, mal-acostumados e ambiciosos, tentaram desafiar a nova ordem, e foram conduzidos, por carinhosos policiais, aos caminhos da submissão. Os assassinatos, as torturas, os seqüestros e outros modernos métodos de educação ideológica foram instituídos e sacramentados. E a paz e a tranqüilidade sendo reconstruídas. Sexta-feira passada foi a vez dos favelados da periferia João Pessoa. Confiantes e sem o sentimento cristão da resignação, pensaram que existem bens de duração eterna e que os males nunca retornam. Viram, nos quatro anos que antecederam ao advento da nova ordem, casas serem construídas onde antes só havia miséria; acostumaram-se com escolas que ofereciam aos seus filhos oportunidades que eles próprios jamais tiveram; chegaram a pensar que teto e trabalho eram direito de todos. E sentiram-se homens, participantes dos direitos e das responsabilidades gerais.

Crentes que as suas conquistas eram sólidas, muitos acolheram e seguiram as palavras dos iluminados pregadores da nova ordem. E vibraram quando a sua instalação efetivou-se.

Então, começaram as decepções. Descobriram que os seus tetos não eram mais seus, mesmo aqueles que haviam sido construídos pelos mutirões da solidariedade. Viram que as escolas, os clubes comunitários, as creches iam sendo sistematicamente desativadas, enquanto as pregações de paz e desenvolvimento enchiam os espaços dos rádios de pilha, seu último lazer. Inquietos e sem compreender bem o que está acontecendo uniram-se em mais um mutirão, e caminharam até o Palácio do Despacho para pedir ao Governador e inspirador da nova ordem, que atendessem às suas necessidades mais aflitivas e, pelo menos cumprisse as promessas feitas nos palanques eleitorais, e repetidas, exaustivamente, nestes primeiros dez meses do novo regime.

Convidaram para acompanhá-los na caminhada, a uma deputada constituinte, e uma companheira de lutas e conquistas, que sempre esteve presente quando a necessidade rondava as suas vidas. A Deputada Lúcia Braga.

Queriam dialogar com o chefe. Foram recebidos pela polícia e pela violência.

As fotos que ilustram esta página falam melhor do que qualquer notícia.

O resto é silêncio... e revolta!

**O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes;

Acreditamos que a violência urbana, em grande parte, é decorrente da falta de acesso da população rural a determinados progressos que já se constituem bens da Humanidade.

Queremo-nos referir à eletricidade, que atinge, hoje, apenas 20% das propriedades rurais brasileiras, 12.950, quando a maior parte dos países da Europa e dos Estados Unidos, têm todas suas propriedades rurais eletrificadas.

Como consideramos atualmente, na vida moderna, a violência como o principal cancro que impede uma vida digna, principalmente nos grandes centros, trazemos hoje aqui, numa sessão da Assembléia Nacional Constituinte, um tema que, à primeira vista, pode parecer despropositado em tal sessão. Porém, com esta justificativa que antecede a leitura que iremos fazer em breve, deixamos patente a importância do tema que vamos abordar, qual seja, a eletrificação rural.

O Sistema Monofilar com Retorno por Terra, MRT, para eletrificação rural, usado há mais de quarenta anos em determinados países, como Estados Unidos, Rússia, Austrália, é o ideal para o Brasil, que conta com apenas 20% de suas propriedades eletrificadas. Há cerca de dois anos, quando éramos Deputado Estadual, no Ceará, tomamos conhecimento desse sistema e estivemos com engenheiros da Eletrobrás e da Companhia de Eletrificação do Paraná, visitando a região de Guarapuava, conhecendo "in loco" este sistema, que teve, no Governo Richa, grande utilização, pois mais de 100.000 propriedades foram eletrificadas. A visita nos transformou em apologista de seu uso e, por nossa insistência, o então Governador do Ceará, Gonzaga Motta, autorizou a Companhia de Eletrificação, COELCE, a construir uma linha de 9 quilômetros e 300 metros, no Município de Brejo Santo, região sul do Estado e que funciona, sem problemas, até o momento.

O Sistema Monofilar com Retorno por Terra é muito simplificado: usa apenas um fio de aço, de 3mm de espessura, e tem seu apoio em postes de madeira tratada, fazendo com que o custo da eletrificação fique reduzido a até 10% do preço das linhas trifásicas, tradicionais, com postes de cimento.

No momento, desenvolvemos estudos para a implantação de um projeto, com a participação do BNDES, Governo do Estado, Eletrobrás e da Light. Esta última se prontificou a dar assistência técnica, quando solicitada. Neste projeto estão incluídos 28 municípios da região do Cariri cearense e terá como norma a universidade pela livre adesão, podendo atingir a todas as propriedades, desde quando seja este o desejo de seus donos. Aqueles que não contam com recursos financeiros terão um abatimento de 50% das despesas, que será a fundo perdido, e o restante, em parte, pago com o seu próprio trabalho, pois o sistema é implantado em regime de mutirão, tanto o posteamento como a extensão dos fios.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, desejamos, com este pronunciamento, deixar registrado, nesta Casa, nossa adesão a esse sistema de eletrificação rural e estimular nossos pares, no sentido de procurarem viabilizar projetos semelhantes em seus Estados, pela racionalidade e

custo reduzido de suas implantações e também porque, assim fazendo, estarão resgatando uma dívida para com os rurícolas, que é o acesso à eletricidade, já incorporada aos bens essenciais da humanidade.

Sr. Presidente, se realmente tivermos eletricidade em 100% das nossas propriedades rurais, daremos um combate efetivo ao êxodo rural e um combate eficaz à violência urbana.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Amanhã a Assembléia Nacional Constituinte iniciará a votação e a discussão do texto constitucional. Numa análise preliminar das diferentes emendas é importante chamar a atenção da opinião pública e desta Casa para o fato de que, além daqueles temas polêmicos que dizem respeito a uma relação direta entre as classes da sociedade que envolvem a Ordem Econômica, dos Direitos Sociais e a Ordem Social, há um tema da maior importância para a democracia política do País na discussão que iniciaremos amanhã, o Título Dos Direitos Fundamentais e Individuais. Há diferentes emendas, e chamo a atenção para algumas delas, que têm 280 assinaturas, e representam um grave retrocesso na definição de alguns direitos individuais, em relação, inclusive, à Constituição em vigor, no que diz respeito às liberdades individuais, ao direito de informação, ao direito do prisioneiro e à liberdade de imprensa.

Só para citar um exemplo, o texto garantia a livre manifestação do pensamento, independentemente de censura ou licença, e isso foi suprimido numa das emendas que tem 280 assinaturas. Isso para não falar em questões importantes, como os avanços inovadores na legislação constitucional brasileira, o **habeas data** e o mandado de segurança. Normalmente esses temas não têm polemizado o debate e a atenção, razão por que sugiro, exatamente, a discussão da importância, para a liberdade política, dos direitos individuais. Mesmo no Título I, Dos Princípios Fundamentais, quando vamos discutir a origem do poder e aquilo que é fundamental ser preservado no Estado democrático, vamos encontrar duas concepções diferentes: de um lado, emendas que caminham no sentido de uma concepção autoritária na relação Estado-cidade; de outro, algumas inovações que foram incluídas no texto da Comissão de Sistematização e que vieram das Comissões Temáticas e das Subcomissões.

Esse debate é importante, Sr. Presidente, por que não podemos apenas nos cindir a uma discussão, muitas vezes, corporativa em relação a temas importantes. Temos que relacionar aquelas polêmicas, no que diz respeito à ordem econômica e à ordem social, com essa questão das liberdades individuais, com a questão dos princípios fundamentais, porque é exatamente aí que estará o retrato, a fisionomia, a cara e a cor da futura Constituição brasileira.

O processo que veio das Subcomissões até à Comissão de Sistematização – aparentemente sem grandes polêmicas – avançou e podemos compará-lo em situação de igualdade aos textos constitucionais modernos de Portugal, da Espanha, da França e até mesmo de Constituições

anteriores, como a da Alemanha. As propostas visam exatamente cortar esses avanços em definições desses princípios gerais que, se às vezes não têm uma incidência direta no conflito de classe, nos interesses dos diferentes agrupamentos econômicos e sociais, têm uma importância para conformar, para definir o contorno, os parâmetros de uma definição democrática – repito, Sr. Presidente – na relação Estado e cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Registro, com profundo pesar, o falecimento do Deputado Paulo Leite, PMDB, com assento na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Morreu às 7 horas da manhã do sábado, na Assistência Hospitalar Osvaldo Cruz, em São Paulo, vítima de uma infecção generalizada, provocada por uma hepatite de caráter virótico, quadro agravado por uma cirrose hepática e esquistossomose.

Fundador, juntamente com o orador, do Movimento Democrático Brasileiro, no Município de Escada, além de trabalhadores das Usinas Massassu e Barão de Lucena. Era considerado um peemedebista histórico e, apesar de apoiar a administração do Governo Miguel Arraes, não poupava críticas aos seus Secretários.

Vibrante na tribuna e com um ativo trabalho nas Comissões Técnicas, o Deputado Paulo Leite foi uma liderança política na cidade de Escada. Vereador e Vice-Prefeito durante quatro anos, disputou e perdeu as eleições municipais de 1976. Depois disputou novamente e foi o mais votado, mas perdeu na sublegenda. Em 1982, graças a seu apoio, seu irmão José Mário Leite foi eleito Prefeito de Escada.

Pernambuco perdeu excelente Parlamentar. Deputado sério, corajoso e trabalhador. Era um grande companheiro, inteligência brilhante.

Era o Deputado Paulo Leite uma das mais destacadas figuras dos círculos políticos e sociais de Escada, cidade da mata sul pernambucana, a cujas causas dedicou sempre o melhor dos seus esforços, inscrevendo-se, desse modo, entre os que mais contribuíram para o seu progresso e libertação do jugo dos usineiros. Homem de larga visão, Paulo Leite distinguia-se sobretudo por ser um homem bom. Para ele não havia momento ruim para atender ao povo pobre da zona canavieira de sua terra. Exemplar como amigo, de altíssimo espírito público, toda sua vida foi dedicada a Escada. Ele nasceu Líder, foi líder nato da mocidade e permaneceu líder até o túmulo. Paulo Leite foi um ser de exceção, um fenômeno singular e raro no mistério da criação. Era uma pessoa polivalente, íntegra, total e única, cujos traços marcantes caminharam paralelos, cada um com sua grandeza plena e múltipla.

A cidade de Escada está de luto. O crepe da dor se espelha em todas as fisionomias. É como se uma tragédia de imensas proporções tivesse desabado sobre toda a urbe. Piedade, Senhor!

Não por nós, políticos, que somos mortais e que devemos, como os outros, estar espiritualmente preparados para a longa viagem, mas por vosso povo, por essa boa gente de Escada, em meio a qual se encontram tantas pessoas carentes

de assistência e órfãos de um gesto amigo, de uma palavra de conforto e de um sorriso, até.

Toda Escada pranteia a falta que ele faz, pelo quanto de bem semeara. Sua morte deixa um grande vazio. Conforta, contudo, o seu legado de exemplo que, certamente, será sustentado pelos filhos menores Paulo Gustavo, 11 anos; Francisco Eugênio, 9 anos, e Rafael com apenas 4 anos. A Sr<sup>a</sup> Maria Galindo Leite, esposa do Deputado Paulo Leite, guarda o legado de exemplo que, certamente, será sustentado pelos filhos que está educando.

Nossas homenagens pessoais e do povo pernambucano à memória do Deputado Paulo Leite. Deus o tenha bem perto de si.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Nem fóssil de 300 milhões de anos resiste à fúria destruidora do Governador Newton Cardoso." A frase não é minha. É do professor Ângelo Machado, uma das maiores autoridades brasileiras em meio ambiente, titular da UFMG e Vice-Presidente da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –, talvez a maior instituição científica do Brasil.

A frase diz respeito a sua repulsa pela possível destruição pela Estação Ecológica de Tripuí, localizada em Ouro Preto, MG.

É que o Governador Newton Cardoso revogou, há poucos dias, o decreto do seu antecessor Hélio Garcia, que, desapropriou uma área que seria incluída na reserva, tendo em vista protegê-la de uma possível destruição por agressões à natureza circunvizinha. O decreto revogado é o de nº 25.599, de 9-3-87, que declarava ser de utilidade pública, para finalidade de desapropriação, um terreno de 52 hectares considerado como "área tampão", indispensável à proteção da reserva.

Convém lembrar que tal área não está propriamente nos limites da estação ecológica, mas a sua preservação é importante, principalmente tendo em vista conservar o **habitat** de um fóssil arqueológico, o **Peripatus acacioi**, descoberto na região em 1952.

Esse fóssil é considerado uma reserva nacional e, no Brasil, só é encontrado nessa região. O **Peripatus acacioi** é um ser milenar; nem inseto nem verme, é um elo vivo entre os nematóides (vermes) e os artrópodes (insetos) de grande importância para o estudo da evolução das espécies, pois apresenta sistemas altamente desenvolvidos. Um exemplo apenas; tem um minúsculo sistema renal que funciona com os mesmos princípios fisiológicos dos rins humanos. Entretanto, deixado desprotegido, sem as proteções de seu **habitat**, ele seca e morre.

As notícias são de que a retirada da área dos limites de desapropriação levará, fatalmente, à destruição da vizinhança por causa do desmatamento, a abertura de estradas ou vias de acesso, o assoreamento da região etc. É que pretende-se construir, no terreno de 52 hectares, um hotel, um posto de gasolina, ou então, um loteamento para especulação imobiliária. Isto levará a danos irreparáveis e fatais à Estação Biológica do Tripuí e o desaparecimento completo do **Peripatus**.

A população da centenária cidade de Ouro Preto – elevada, há pouco tempo atrás, pela ONU,

a patrimônio da humanidade – está indignada com a atitude do Governo mineiro e criou uma entidade denominada "SOS Tripul", a fim de proteger a região.

Por tudo isso, trazemos aqui e agora, da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, a nossa solidariedade à população de Ouro Preto, esperando que a sua luta pela preservação da área do fóssil **Peripatus** possa sensibilizar toda a Nação e, assim, levar o Sr. Governador de Minas Gerais a rever a sua atitude; atitude esta que tem tido uma repercussão negativa, não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, nem fóssil de 300 milhões de anos resiste a este Governo que aí está.

Muito obrigado! (Muito bem!)

**O SR. VICENTE BOGO (PMDB-RS.**

**Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Constituintes:

Apresentadas que foram as emendas e devidamente publicadas, já é possível estabelecermos mais ou menos ou observarmos o que pleiteia cada um dos Srs. Constituintes ou grupos de Constituintes. Nesse sentido, embora na próxima sessão da Assembléia Nacional Constituinte esteja prevista a discussão e votação do preâmbulo e do Título I do Projeto de Constituição, pretende neste momento fazer uma apreciação de uma das emendas substitutivas apresentadas na parte referente à ordem econômica, especificamente à questão da reforma agrária, isto é, uma apreciação da emenda do Centrão sobre a reforma agrária.

Na minha avaliação, a inviabilidade da reforma agrária começa no primeiro artigo do Centrão. Ao invés de vincular a propriedade a sua função social, propõe que a propriedade seja sempre garantida desde que o seu uso corresponda à função social.

Assim, a propriedade não será redistribuída de quando terceiros a tornam produtiva. Mantém as propriedades arrendadas, por exemplo, intocáveis. O que socialmente é injustificado.

No elenco dos quesitos da função social, o Centrão arditosamente mexe pouco mas muda muito. Diz que os recursos naturais não precisam ser preservados e substitui a expressão racionalmente por adequadamente aproveitada. Essa troca de palavras não se constitui em mera adjetivação. Se fosse, não proporia a mudança. Ocorre que o racional se afere, enquanto oferece maior elasticidade de interpretação.

A inclusão da palavra prévia antes da indenização por Títulos da Dívida Agrária deve ser analisada em combinação com a proposta da existência e aprovação do plano e do orçamento de assentamento.

Como a indenização é em títulos, a expressão prévia não alteraria muito a questão; pois os TDAS são dinheiro e sempre acompanham a petição inicial de ação de desapropriação. Mas o fator complicador é a previsão de que nenhum imóvel rural poderá ser desapropriado sem aprovação antecipada de um plano e de um orçamento do assentamento que será feito.

É um dos maiores absurdos! Como planejar e orçar o assentamento antes de desapropriar. O próprio custo da desapropriação compõe um

item do orçamento para o assentamento. Trata-se de uma verdadeira "carreta à frente dos bois".

Além desses artifícios impeditivos da reforma agrária, o grupo reacionário vai mais longe enumerando em artigo próprio os imóveis insuscetíveis de desapropriação. É justo que não se desapropriam as pequenas e médias propriedades. Essa exceção deve ser mantida. Mas só esta, nenhuma outra. Estender a exceção para a "PROPRIEDADE PRODUTIVA" ou a "parte produtiva do Imóvel" é contrariar toda a nossa tradição quanto ao instituto da desapropriação. A legislação e a jurisprudência pátria nunca acolheram a tese da desapropriação nula, como abre a possibilidade na emenda do Centrão.

Desapropriação desapropria, tira a propriedade. E assim deve ser o instrumento para viabilizar a Reforma Agrária. Seria admissível, e concordante com a nossa tradição, a condenação do órgão expropriante ao pagamento em dinheiro quando verificada uma desapropriação de imóvel que esteja cumprindo os quesitos da função social. Porém, entre pagar à vista uma desapropriação ou torná-la nula, retornando o bem ao domínio particular, com o pagamento de perdas e danos, há uma enorme diferença.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer ainda que outro ponto do projeto do Centrão coincide com o do grupo dos 32, – o grupo chamado Hércules IV. Eleva, desavergonhadamente, de 500 para 5.000 hectares o limite de concessão ou alienação de terras públicas a uma só pessoa.

Por fim, cabe apreciar os preceitos referentes à política agrícola. Neste particular Sr. Presidente, o Centrão melhora o Projeto da Sistematização quando prevê a extensão rural, o seguro agrícola e o cooperativismo. Mas no mesmo artigo obscurece os verdadeiros fins da política agrícola quando inscreve a colonização – oficial ou particular – como mecanismo da reforma agrária.

Conclusivamente afirmo que o texto da sistematização já não era suficiente diante do quadro real da estrutura fundiária brasileira. Porém, o que quer o Centrão é inviabilizar a mudança de forma constitucional. É criar um conceito legal de que mudar a estrutura fundiária contraria a Constituição. Obrigada. (Muito bem!)

**O SR. SÓLON DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um dos argumentos, frágil argumento, que se invoca cada vez que a opinião pública insiste na eleição, este ano, para Presidente da República, é o de que não haveria tempo para isso, que a Constituinte ainda não aprontou a Constituição, que as Assembléias estaduais terão que fazer as respectivas Constituições regionais, etc.

Ora, como dizia Linco "enganar parte do povo durante todo o tempo, é possível; enganar todo o povo durante parte do tempo, também é possível; mas enganar todo o povo durante todo o tempo é impossível".

Tivemos na História recente deste País – recente para a história de um país, porque 40 anos não são nada na história de um povo – a Constituinte e a eleição presidencial de 1945.

No dia 29 de outubro de 1945, como decorrência da vitória das forças democráticas, com a participação da FEB, da FAB e da Marinha brasi-

leira, na Europa, caiu o Governo no Brasil, tendo sido deposto o Presidente da República nessa data. No dia 2 de dezembro, portanto, 33 dias depois, realizavam-se, em todo o País, eleições diretas para presidente da República e para a Assembléia Nacional Constituinte.

Cabe bem a pergunta: regredimos politicamente? A nossa capacidade de organização involuiu? Já não somos mais capazes hoje do que fomos há quarenta anos? É um argumento que não procede.

A opinião pública reclama eleições para presidente da República ainda este ano, porque o Governo, sozinho, não conduz a Nação, não tira o carro do atolador; precisa do apoio do povo, e este não acredita no Governo.

Para recuperar, ou melhor, para conquistar e obter credibilidade popular, é preciso que o Governo mude o seu discurso; que tire os óculos de Pangloss, reconheça e assumo a realidade brasileira na sua palavra; e, depois, mude a sua política nos seus atos.

Enquanto o Governo não mudar o seu discurso, a sua ação e o seu procedimento por pensamento, palavras e atos, ele não terá credibilidade popular. E, sem o apoio do povo, não vai tirar o carro do atolador.

E como o Governo não muda nem o discurso e muito menos a sua ação, a solução é única, é mudar o Governo. E não venham com argumento irrisórios como esse, de que não daria tempo. O que foi possível em 1945, hoje com os meios de comunicação e o progresso deste País, apesar dos governos, é muito mais possível, mais do que possível, é muito fácil, é fácilimo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente, faria à Presidência uma questão de ordem, para reclamar desse relógio de plenário que me parece anarquista. Esse relógio do plenário, eu tenho a impressão de que ele está nos acusando de atrasar o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. Afinal de contas, neste momento já temos 15 horas e 40 minutos, e o relógio de plenário ainda marca 15 horas e 10 minutos – parece-me que é uma anarquia do relógio, tentando confundir a Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente.

Em segundo lugar, eu gostaria de hipotecar solidariedade aos aposentados e pensionistas, que no dia 24 de janeiro comemoram o seu dia nacional. Mas o **Jornal do Brasil** do dia 21 de janeiro, num informe **JB** traz uma notícia que diz da atual realidade da Previdência Social no País:

"Penúria" – "As finanças do Estado de Alagoas não andam bem. Para não deixar de pagar a folha de funcionários, o Governador Fernando Collor de Melo teve que lançar mão de 2,5 bilhões de cruzados que recebeu do Ministério da Previdência Social".

E recebeu como, da Previdência Social? Do Sistema Único de Saúde, o SUDS, que nós sabemos – e seria bom que o Senador Fernando Henrique Cardoso também o soubesse – que está financiando todo aquele Governador con-

trário ao Governo Federal. E, o que é curioso, Sr. Presidente, com o dinheiro do aposentado e do pensionista.

É o mesmo **Jornal do Brasil** – que, aliás, me parece um jornal muito isento, porque é um jornal que faz aberta oposição ao Governo Federal – que publica, inclusive com uma frase pomposa do próprio periódico, dizendo o seguinte: "Hoje, a Previdência Social repassa mais recursos aos Estados e Municípios do que o restante da administração federal". E publica um quadro: "transferência federal aos Estados" e ao lado "transferências do Sistema Único de Saúde", "Fundo de Participação dos Estados" e outras rubricas que no ano de 1987 transferiram aos Estados 51 bilhões, 858 milhões de cruzados. O USDS, Sistema Único de Saúde, na correta do Ministério da Previdência Social ou do seu assecla Hélio Cordeiro – 55 bilhões e 766 milhões de cruzados.

Quer dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o Presidente do INAMPS mais o Ministro da Previdência Social têm mais poder de transferir recursos aos Estados e Municípios do que o Ministro da Fazenda e o Presidente da República. É por isto que o ex-Ministro Raphael de Almeida Magalhães era saudado por todos os matizes Ideológicos do Brasil como um grande estadista, independente dos escândalos, onde envolveu a Previdência Social. S. Ex.<sup>a</sup> transferiu no ano passado 55 bilhões e 766 milhões de cruzados. Inclusive o **Jornal do Brasil** publica – os Estados do Amapá e Amazonas, por coincidência, os Estados que mais recursos receberam: Alagoas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Esse dinheiro é a fundo perdido, porque extinguiram as Superintendências Regionais do INAMPS. O que existe hoje: o Secretário de Saúde do Estado acumula a função de Superintendente do INAMPS. Isto quer dizer o seguinte: ele se investe na parte da manhã como Secretário de Saúde, faz um planejamento de despesas, remetendo-o para o INAMPS. À tarde, ele atravessa a rua e se investe na função de Superintendente do INAMPS, assina o cheque, bota na pasta, atravessa a rua, se investe na função de Secretário, gasta o dinheiro, justifica, pega a documentação que justifica, atravessa a rua, se investe na função de Superintendente do INAMPS e acolhe a receita que ele, Secretário, gastou como Superintendente do INAMPS.

Então, não há fiscalização para esse dinheiro. E o que é mais grave: esse dinheiro não está financiando ações de saúde, esse dinheiro não está fazendo a medicina curativa, não está fazendo a medicina preventiva, não está estipendiando à altura o aposentado e o pensionista que estão aí nas filas brandando contra a situação de miséria em que se encontram. E hoje quando nós sabemos que os Estados receberam 55 bilhões e 776 bilhões de cruzados do SUDS, nós também temos a notícia no jornal **O Globo** do dia 17 de janeiro de 1988: "Previdência de novo com déficit de 33 bilhões de cruzados". Pela primeira vez, no Governo Sarney, a Previdência Social fechou um ano com um déficit operacional de 33 bilhões e 400 milhões de cruzados. Isso quer dizer, e eu gostaria de chamar a atenção do Senador Fernando Henrique Cardoso, que quer obstruir a votação no Senado, para não permitir que os Estados que apóiam o Presidente da República possam obter empréstimos ou rolar as suas divi-

das, quero lembrar que o SUDS do camarada Hélio Cordeiro, do Partido Comunista, hoje administrado pelo Sr. Renato Archer.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– A Mesa pede ao nobre Constituinte que conclua o seu pronunciamento.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON:**

– Anteriormente administrado pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, inclusive passou muitos recursos à Prefeitura de Pelotas, onde nós sabemos que o Prefeito é seu colega. Esses homens, transferindo recursos do aposentado, do trabalhador e do pensionista, a fundo perdido, aos governos de seus colegas, estão infelicitando a Previdência Social que hoje tem a anunciar um déficit de 33 milhões de cruzados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PAULO DELGADO (PT – MG.**

**Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Trago ao Plenário desta Constituinte uma denúncia que pode servir para consideração dos Srs. Constituintes, a respeito dos ritmos diferentes com que se movem as concepções de democracia no nosso País.

Na cidade de Sete Lagoas, em Minas Gerais, meu Estado, a professora Maria da Conceição Santana Ferreira, Diretora da Escola Estadual Professor Rosset, foi eleita pela comunidade há um ano e meio como Diretora e destituída do Cargo por ato da Delegada de Ensino da 23<sup>a</sup> Delegacia Regional, Marília Francisco da Silva, a pedido do Prefeito Municipal, Sr. Marcelo Vasconcelos de Oliveira, que é do PMDB. A alegação para a destituição autoritária, peremptória contrária às propostas de democracia, que prega o Partido do Prefeito Municipal e da Delegada de Ensino, é de que a Diretora é de esquerda, está ligada ao PSB e é filiada à União dos Trabalhadores do Ensino, entidade da qual sou dirigente no Estado de Minas Gerais e na cidade, Juiz de Fora.

Ao mesmo tempo, Sr<sup>as</sup> e Sr Constituintes, o Secretário de Educação, a pedido do Governador de Estado, envia para as 35 Delegacias Regionais de ensino do meu Estado um telex pedindo o nome e o endereço das entidades, dos seus presidentes, dos seus dirigentes ligados à União dos Trabalhadores do Ensino. O Secretário de Educação não quer o MASP, não quer o endereço da escola, não quer o endereço onde o professor trabalha. O que o Delegado de Ensino quer, a pedido do Secretário de Educação, é que as Delegacias de Ensino forneçam os endereços onde moram os professores que são dirigentes sindicais.

Essa situação que ocorre no meu Estado e provavelmente em outros Estados da Federação, de maneira mais grave, vem mostrar claramente que o Governador de Minas Gerais e muitos Parlamentares que atuam nesta Constituinte, seguindo as orientações do Governador do meu Estado, ou seguindo as orientações do Presidente da República, que orienta o Governador do meu Estado, ou de forças políticas que orientam o Presidente da República, estão a perseguir dirigentes sindicais que atuam no quadro legal de entidades sindicais registradas, que atuam na defesa das suas categorias, como é a União dos Trabalhadores

do Ensino do meu Estado, entidade da qual faço parte. O que o Governador, o Presidente da República e muitos Deputados e Senadores Constituintes aqui podem estar patrocinando é, na verdade, a falência da atuação no quadro institucional brasileiro. Se falir a possibilidade de atuação legal, se falir e se esgotar a possibilidade de atuação no campo democrático, pergunto ao Governador do meu Estado, pergunto ao Presidente da República e pergunto a muitos Deputados e Senadores, aqui nesta Constituinte, qual é o campo de atuação possível, previsível e tolerável para aqueles que são perseguidos por atuarem no quadro legal! Sei que muitos Parlamentares que se organizam em torno do grupo suprapartidário chamado Centrão estão apostando na falência da atuação institucional-legal e na falência da democracia representativa, com o objetivo de colocar no lugar provavelmente múmias anteriores ao golpe de 64 que retornaram em cima de hoje, governam Prefeituras importantes deste País. Se falir a possibilidade de atuação legal, não sobrando espaço para a subversão da ordem nos campos conservadores e reacionários da direita, não acusem os setores que se opõem ao campo da direita, os setores de esquerda, de proporem saídas que não sejam aquelas do campo legal.

O Partido dos Trabalhadores defende, intransigentemente, os princípios da democracia representativa e de participação ampliada, mas não terá nenhuma dúvida de abandonar a democracia representativa se ela não mais existir no País. Seremos o campeão da democracia representativa, mas não seremos o campeão da ordem autoritária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. EDME TAVARES (PFL – PB.**

**Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto a repetir desta tribuna uma frase que caracterizei como importante para a defesa dos problemas do Nordeste: o que queremos é o lugar que nos cabe neste País, que é de todos e não de alguns.

Sr. Presidente, estamos vivendo no Nordeste brasileiro, e de modo particular na Paraíba, o Estado que com muita honra represento nesta Casa, uma seca que assola a todos nós nordestinos, levando angústia, desespero, desesperança e sobretudo a perspectiva de mudanças nesta imagem de dor e sofrimento.

Mas é preciso alertar as autoridades federais para um problema que vem angustiando a todos os pequenos produtores rurais. Antes da seca, esses produtores rurais tiveram oportunidade de contrair empréstimos nos bancos oficiais para financiamento da sua agricultura. E agora, com juros exorbitantes e correção monetária, esses produtores rurais estão impossibilitados de pagar os empréstimos.

O que está ocorrendo, Sr. Presidente, é que há uma nova esperança. As chuvas começaram a cair em muitas partes do Nordeste brasileiro e de modo especial da Paraíba. E como fazer agora se não há condições de esse pequeno produtor rural pagar nem as dívidas contraídas através destes empréstimos pelos juros e a correção

monetária? Como vai agora esse pequeno produtor rural retirar dos bancos oficiais ou contrair novos empréstimos, agora, para plantio de sua lavoura?

Sr. Presidente, venho desta tribuna apelar à sensibilidade, ao espírito público, sobretudo, ao espírito humano do Presidente José Sarney, ao Ministro da Fazenda, o ilustre paraibano Mailson da Nóbrega; ao Ministro da Agricultura, Íris Rezende, para que S. Ex.<sup>as</sup> concedam, primeiro, o perdão desses juros e dessa correção monetária, para esses pequenos agricultores que passaram todo o ano numa tremenda seca no Nordeste. Em segundo lugar, Sr. Presidente, que possam abrir novos financiamentos, para que esses pequenos produtores rurais tenham condições de, sem esses juros exorbitantes e com a concessão especial, sem a correção monetária, contrair novos empréstimos, para que possam plantar e, mais tarde, colher, pelo menos, para sobrevivência de cada pequeno produtor de sua família.

Pois bem, Sr. Presidente, é este o apelo que faço desta tribuna em nome da justiça social para o Nordeste. (Muito bem!)

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos vivendo um momento difícil na conjuntura deste País, e uma atuação parlamentar não deverá se dar pura e simplesmente no Plenário da Constituinte. Digo isto porque sei que, às vezes, a momentânea ausência dos Parlamentares deste Plenário pode significar para alguns a ausência total às discussões ou acompanhamento geral da conjuntura.

Tive a oportunidade de visitar alguns Estados, porque a população carece de esclarecimento não apenas pela imprensa, mas também por nós representantes dos vários segmentos sociais nesta Casa de Leis. Tive a oportunidade de ver a indignação com que a população nos olha, na medida em que, dentre as propostas de emendas e destaques, encontra-se a da prorrogação do mandato do Presidente José Sarney. Percebemos que esta indignação vem acompanhada, também, de uma desconfiança, de uma incerteza daqueles que, hoje, estão defendendo essa prorrogação, que envolve, diretamente, os que não concordam com isso.

A hostilização é notória para os que ainda podem sair às ruas, andar de ônibus, conversar e visitar a comunidade, que a recebem de imediato, sem ter, muitas vezes, nada com isso.

Mas o dia de amanhã virá. Amanhã começaremos, aqui, a votação e espero, depois das grandes discussões travadas, dos entendimentos feitos, da vontade cumprida ou não, do resultado das discussões nas Subcomissões, Comissões e na Comissão de Sistematização, poder contar com este Plenário na votação de emendas e destaques que dizem respeito aos segmentos sociais discriminados e marginalizados neste País.

Sem ter um comportamento corporativista, de apenas olhar para uma ou outra situação, quero destacar – porque sei que, de imediato, terei que enfrentar, neste Plenário, juntamente com meus Pares – a discussão em torno das relações que o Brasil mantém com países que têm como sistema de governo o racismo.

Desde já apelo a este Plenário examine bem por que estamos apresentando essa emenda, por que estamos desejosos de que este País, a segunda nação do Mundo, no Centenário da Abolição, tome esta medida concreta de cortar as suas relações com países que tenham como sistema de governo o racismo.

Irei, desta tribuna, na defesa dessa emenda, dizer por que devemos fazer esse corte, não apenas numa situação emocional, mas num compromisso político e humano nas relações que se devem dar entre os povos. Um povo sem história não é um povo. E um dos mecanismos pelos quais perdemos a identidade é a falta de uma política que possa contar e delinear todos os caminhos traçados por uma população. É neste sentido que também teremos nesta Casa emendas que visem dar a essa comunidade, tanto à comunidade negra como à indígena, o reconhecimento de sua contribuição cultural e, a partir do ensino da educação, introduzir a história desse povo.

Portanto, peço a esta Casa que, a partir de amanhã, deixe as paixões de lado e possamos compreender essas diferenças nas nossas composições até ideológicas, e poder votar, com toda a isenção, favoravelmente às propostas que aqui serão apresentadas.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, na história das relações exteriores do Brasil, nosso País marcou sua independência com uma série de posturas ousadas, diante da conjuntura internacional e que se voltaram para o nosso futuro. Assim é como vejo o reconhecimento da independência de Angola em 1975, a escolha de parceiros na questão da energia nuclear e, mais recentemente, o manifesto apoio, sem reservas, à emancipação da Namíbia. A posição independente do governo brasileiro, nesses casos, tem sido freqüentemente lembrada, porque ela orgulha a cada um de nós, cidadãos brasileiros.

O tema fundamental de minha fala de hoje é a luta do povo negro sul-africano contra o regime segregacionista do **apartheid**, considerado um típico regime ditatorial-militar.

Não é possível falar de **apartheid** sem falar em África Austral, e não é possível combater o **apartheid** sem falar no sistema totalitário de governo que é o da África do Sul, onde brancos, negros, mestiços e hindus sul-africanos são vítimas, em maior ou menor grau, dessa expressão neonazista com a qual o Brasil não tem o direito de compactuar. E manter relações diplomáticas com o governo sul-africano é – mesmo involuntariamente – compactuar com o **apartheid**.

Lidemos com a realidade. E a realidade sul-africana é a violência institucionalizada, a repressão, a censura à imprensa, a falta de liberdade individual ou de grupo.

Os setores políticos, com exceção óbvia do grupo dominante (afrikaners), admitem que a estrutura do **apartheid** é inaceitável. O **apartheid** está em crise. Diante da pressão interna e externa, o presidente Peter Botha foi obrigado a introduzir algumas reformas, as chamadas "reformas constitucionais", onde o ponto mais significativo foi a introdução do Parlamento Tricameral, que deu um número limitado de cadeiras para os indianos e mulatos. Esse foi mais um passo para dividir o povo sul-africano e, ao mesmo tempo, consolidar e perpetuar o **apartheid** e o regime de dominação de minoria branca.

Quaisquer que sejam as reformas propostas pelo governo, é pouco provável que elas eliminem o princípio da segregação racial. E o poder continuará nas mãos da minoria branca. O povo sul-africano rejeita as reformas propostas pelo presidente Peter Botha, porque acredita que elas não passam de uma tentativa para apenas modificar o **apartheid**, e não para destruí-lo, como deseja a maioria negra daquele país.

A população negra e parte da população branca e mestiça têm nos ideais da "**Carta da Liberdade**" seus princípios de convivência futura, uma vez derrubado o **apartheid**. Ela sintetiza o programa de um governo democrático e expressa a visão popular de uma sociedade justa e multirracial.

Nos princípios ideológicos da "**Carta da Liberdade**", adotada pelo Congresso Nacional Africano, está acima de tudo a defesa dos Direitos Humanos para todos os cidadãos da futura África do Sul, liberada da esquizofrenia que caracteriza seu governo. O nível e o caráter das aspirações nela contidas refletem bem o grau da dominação e do sofrimento desse povo.

O caráter desumano do **apartheid** é, ao mesmo tempo, anacrônico e retrógrado. Só o sistema de escravidão pode ser comparado ao regime sul-africano atual. Opor-se a tal regime é ser lúcido; é ter espírito crítico; é recusar a institucionalização do racismo, da violência, da opressão. E o povo brasileiro não pode admitir, não pode conciliar com os seus, os interesses de um sistema de governo onde uma pequena minoria se utiliza do sacrifício e exploração violenta de um povo para manter o princípio da dominação.

Por pensarmos assim é que decidimos apresentar, dentre tantas outras, dez razões fundamentais pelas quais o Brasil deverá romper relações diplomáticas com o governo racista da África do Sul, como demonstração expressa de solidariedade e do firme e incondicional apoio de nosso País à luta pela liberdade e emancipação do povo oprimido deste país.

São estes os elementos concretos que colocam em evidência a adoção dessa medida:

**1º) A vontade do povo brasileiro**, manifestada das mais diversas formas de protestos, condenando o regime segregacionista, organizados por entidades de classe e, por diversas vezes, também pelo próprio governo, utilizando-se do Itamaraty para divulgar notas condenando veementemente ações do governo de Pretória contra a maioria negra.

**2º) A posição concreta do Brasil em relação à aprovação da Resolução nº 41/11, de 27-10-86, da Organização das Nações Unidas, que instituiu a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.**

A decisão de preservar o Atlântico Sul como área de paz foi iniciativa pioneira do Brasil e representa o reconhecimento, pela comunidade internacional, da determinação dos países sul-americanos e africanos de manter sua independência, soberania e integridade territorial, promovendo a cooperação para que haja desenvolvimento econômico e social em condições de paz e liberdade. E nós sabemos que persistem sérios focos de tensão na região, especialmente na África Austral, provocado pelo regime do **apartheid**.

### 3ª) A posição antiapartheid do Brasil junto à ONU.

Essa posição foi assumida pelo Brasil reiteradas vezes junto à ONU, especialmente quando da abertura da 37ª sessão de sua Assembleia Geral, em 1982, feita pelo então Presidente João Baptista Figueiredo; e no discurso de abertura da 40ª sessão, em 1985, feito pelo Presidente José Sarney, que reiterou veemente condenação ao **apartheid**, afirmando que "o racismo é contra a humanidade e contra o futuro".

Mais recentemente, em setembro passado, o Ministro Abreu Sodré, na abertura da 42ª sessão da ONU, renovou os protestos contra a "insensatez da política racista do regime sul-africano".

### 4ª) A disposição do Brasil em apoiar a cooperação entre países sul-americanos e africanos (Cooperação Sul).

Essa decisão parte do princípio de que, se a África, sobretudo sua parte meridional, vive atualmente momentos dramáticos na luta pela libertação, o Brasil pode não apenas oferecer-lhe a simples solidariedade política, como vem fazendo, mas é imprescindível o apoio material, mediante a implantação de projetos de cooperação entre os dois continentes. E a cooperação brasileiro-africana deve tornar-se um dos setores mais dinâmicos do relacionamento com aquele continente.

### 5ª) A composição étnica da população brasileira: 60% é de origem africana.

O Brasil é um país mestiço. E como tal, deve reconhecer a orgulhar-se de sua identidade.

É importante lembrar o quanto nosso País deve, na formação de sua cultura popular, às raças negra e índia. Várias das maiores expressões criadoras da nossa cultura tiveram origem mestiça, como o Aleijadinho, Machado de Assis e Vilas-Lobos. É preciso ter presente a contribuição das raças negra e índia na formação de nossa etnia.

Na atualidade, pode-se dizer que os índios representam apenas 0,2% da população (seriam em torno de 200 mil segundo o Conselho Indigenista Missionário – CMI) e os negros representam 41% da população, conforme os dados oficiais. De acordo com o levantamento feito pelo Movimento Negro Unificado, os descendentes de africanos, entre "puros" e mestiços, chegariam a 60% da população brasileira atual.

### 6ª) A prática institucionalizada da violência.

Na África do Sul o recurso à violência funciona como única forma de diálogo entre o governo e a população, levando a intranquilidade cotidiana aos negros, mestiços e brancos e alimentando uma batalha racial que, a cada dia, aumenta o número de pessoas vitimadas pelo emprego da violência e da agressividade nas relações sociais.

### 7ª) O subdesenvolvimento e a miséria de mais de 70% da população.

A miséria dos distantes **bantustans** contrastando como o "paraíso racista" criado para a minoria branca, provocou o êxodo de trabalhadores negros para a periferia das grandes cidades, em busca de alimentos e de sobrevivência, o que aumentou o contingente de desempregados vivendo miseravelmente em favelas da periferia das cidades.

Um operário negro ganha três vezes menos que um operário branco. O salário de um trabalhador negro corresponde, em média, a 25% do

salário pago ao trabalhador branco; e todos os benefícios do sistema capitalista sul-africano são destinados à população branca. Apenas pequena parcela se destina aos "não-brancos".

### 8ª) Cerceamento das liberdades de imprensa.

A verdade sobre os atos criminosos e a repressão brutal praticados pelo regime fascista do **apartheid** contra os negros sul-africanos tem sido mantida fora do conhecimento do público internacional pelo recrudescimento da censura à imprensa, contribuindo decisivamente para a ignorância do mundo com relação aos verdadeiros fatos que ocorrem na África do Sul.

### 9ª) Risco de perpetuação do sistema colonialista.

Chamamos a atenção para os sinistros planos do governo de Pretória que pretende perpetuar o **apartheid**, através da desestabilização política, militar e econômica dos estados vizinhos independentes. Até hoje, não ficou esclarecido as causas do acidente aéreo que vitimou o Presidente moçambicano Samora Machel, cujas origens são altamente suspeitas.

É preciso impor severas restrições a um regime que cria, arma, financia e utiliza grupos contra-revolucionários, compostos por bandidos e mercenários, como uma extensão de seu próprio exército, para provocar a instabilidade na região.

A aliança pública e notória do capital internacional com o **apartheid** tem encorajado esse regime a intensificar sua repressão contra o povo sul-africano, aumentar sua agressão aos países vizinhos e tornar-se intransigente na questão da independência da Namíbia.

### 10ª) A impossibilidade de superar a crise com reformas falaciosas.

A introdução das chamadas "reformas constitucionais" significa mais um passo para dividir o povo oprimido e explorado. É também um subterfúgio para enganar a opinião pública mundial, sobre a existência de uma suposta "democracia racial", funcionando na África do Sul, ao mesmo tempo que solidifica o governo de minoria branca.

O parlamento tricameral do **apartheid** é uma instituição que faz parte da estrutura do governo racista, utilizado como instrumento para a perpetuação do sistema. Pensar que sua criação é um avanço nas reações sociais e políticas desde país é engano e só ajuda a consolidar o governo do terror.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pelas razões aqui enumeradas, nos sentimos no direito de exigir do Governo brasileiro que declare ilegítimo o regime racista da África do Sul, rompendo relações diplomáticas com este governo.

Dirigentes do Congresso Nacional africano acreditam e esperam a tomada de posições energéticas e concretas pela comunidade internacional, com o objetivo de isolar o **apartheid**. O povo sul-africano aguarda essas providências como uma forma de reconhecimento da luta desigual desencadeada, pela conquista da liberdade.

O Brasil não pode mais ficar apenas na retórica em relação às questões da África Austral. Precisa partir para ações mais pragmáticas e objetivas. Um país signatário de vários acordos de paz e cooperação internacionais não pode compactuar com a expansão da violência institucionalizada,

com a escalada da marginalização promovida pelo regime de Pretória.

Se o Brasil tem insistido, através do processo constituinte, na modernização de seu Estado, na criação de uma legislação social avançada que contemple com a plena cidadania não apenas os negros, mas a todos os segmentos marginalizados da população, não pode – mesmo involuntariamente – estar comprometido com um sistema de governo como o **apartheid**. Se deseja para seu povo uma democracia consolidada e independente, se condena os regimes totalitários, não pode compactuar com o regime racista da África do Sul. Para isso, é preciso a condenação vigorosa e direta, através do corte de relações diplomáticas com esse país, objetivando encorajar a comunidade internacional a assumir essa mesma posição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com vergonha que li nos jornais de hoje um comunicado da Previdência Social intitulado "Lugar de Aposentado é no Computador".

Ora, a Previdência Social está brincando demais com os aposentados e não tem o direito de usar esta expressão. Realmente, lugar de aposentado é no computador nos dias de hoje, pois a dor é muito grande. Mas não posso admitir que a Previdência trate o aposentado desta forma. O lugar de aposentado é ser tratado com decência por essa Previdência Social, e não posso, em hipótese alguma, concordar com esta expressão. No computador têm que estar os corruptos, os ladrões e todos aqueles que passaram pela Previdência Social e que deveriam ter ido para o computador da Polícia, para deixarem marcadas as suas impressões digitais.

É impressionante que as pessoas que cuidam de relações públicas da Previdência Social não tenham atentado para esse detalhe. As pessoas que prepararam esse anúncio certamente estavam preocupadas com outro objetivo.

Registro, dentro do espírito da maior veemência, um repúdio à Previdência Social por tratar os aposentados e pensionistas dessa forma. Jamais poder-se-ia usar esta expressão. Hoje em dia, a Previdência tem reservado lugar para aposentados no cemitério, tantas são as dificuldades em que vivem os nossos aposentados. Alguns outros aposentados têm lugar reservado nas casas de psiquiatria, porque têm ficado loucos justamente pela maneira como a Previdência os trata. Mas esta é demais: "Lugar de Aposentado é no Computador"... Os homens que mandam na Previdência é que deveriam ir para o computador e jamais serem digitados, pois são verdadeiros elementos que não merecem nenhuma classificação e nenhum outro tipo de adjetivo.

É duro termos que fazer um registro desta espécie, usar deste espaço para lançar o repúdio, que peço seja registrado nos Anais da Constituinte.

Que fique o respeito a todos os aposentados, a todos os pensionistas e o desagravo, da forma mais sensata, mais veemente, mas um desagravo sincero por todos os que aqui não têm oportunidade de estar e serem simplesmente classificados como meros registros levados ao compu-



tador. Deveríamos registrar os indignados que não sabem o que fazem da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. VICTOR FACCIANI (PDS –RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho mais uma vez a esta tribuna para traduzir a solidariedade às justas reivindicações dos aposentados e pensionistas da Previdência Social que esperam, de uma vez por todas, que o Governo cumpra com a legislação no reajuste do valor da aposentadoria e pensão.

Transcorreu o "Dia do Aposentado" na semana que findou. A imprensa do meu Estado e a nacional registram diversas passeatas que foram promovidas pelas Associações dos Aposentados. Trago o registro das manifestações que foram feitas em minha cidade natal – Caxias do Sul, na Capital do meu Estado – Porto Alegre, no Rio de Janeiro, aqui em Brasília e em todo o Brasil. Os aposentados, uníssonos, reclamando do Governo da Nova República o cumprimento, pelo menos, da lei que os beneficia e que vem sendo descumprida sistematicamente.

Aliás, este Governo descumpre não apenas a lei que determina o reajuste do valor real das aposentadorias e pensões dos aposentados e pensionistas. Também descumpre no que diz respeito à Constituição Federal, em termos de requerimentos de convocação e de informação de parte da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte. Eu mesmo fui autor de diversos requerimentos de informações, no que diz respeito ao problema da Previdência Social e ao problema dos aposentados e pensionistas, sistematicamente não respondidos, numa flagrante omissão e desrespeito à lei, em questões tão mezinhas e rotineiras quanto a de responder a um requerimento de informação.

Se não é uma questão de educação e bom relacionamento entre os Poderes, é também matéria capitulada na Constituição Federal e na lei que estabelece as disposições da aplicação dos crimes de responsabilidades.

Sr. Presidente, diz o jornal **Zero Hora**, do dia 23:

Passeata contra a Previdência

"Mais de 1000 aposentados e pensionistas enfrentaram um calor de 33 graus, registrados ontem a tarde no centro de Porto Alegre, para protestar contra a política de arrocho de seus benefícios, imposta pela Previdência Social."

O Presidente da Fetapersg, Divo do Canto, destacou a passagem do "Dia do Aposentado" como

"mercado não por festas, mas pela miséria quase total em que está jogada a maioria dos que vivem (ou sobrevivem) de benefícios da Previdência."

**O Jornal do Comércio**, de Porto Alegre, do dia 25, destaca a luta dos aposentados por melhores benefícios:

"Cerca de 75% dos aposentados e pensionistas recebem "menos que o salário mínimo."

O jornal **Pioneiro**, de Caxias do Sul, publica a manifestação do Presidente da Associação dos Aposentados de Caxias do Sul:

"A situação atual é de desespero e sacrifício, o aposentado sofre o castigo da miséria e da fome", desabafou o dirigente, ao comentar que 75% dos aposentados e pensionistas recebem "menos que o salário mínimo". "A Previdência Social arrecadou Cz\$ 660 bilhões em 87 e deste total apenas 8% é destinado aos benefícios, enquanto o resto não se sabe pra onde vai."

**O Jornal de Brasília**, do dia 23, informa:

Aposentados saem às ruas contra os baixos proventos.

Rio – "O Governo quer matar os velhos do Brasil". O desabafo foi feito ontem pelo presidente da Associação dos Aposentados do Rio, Roberto Pires, durante uma manifestação diante da sede do INPS, no centro do Rio."

O jornal **O Estado de S. Paulo**, também do dia 23 de janeiro:

"Centenas de aposentados, muitos fantasiados de mendigos, participaram da manifestação.

Aposentados protestam no INPS

Os jornalistas eram a todo momento abordados por aposentados, que pediam que divulgassem suas denúncias quanto aos valores das aposentadorias, muitas delas de menos de Cz\$ 1 mil por mês. Alguns levaram contracheques antigos, mostrando que há dois anos ganhavam seis salários mínimos e hoje ganham dois.

Os aposentados denunciaram também, a morte de muitos por falta de condições para comprar remédios, que no ano passado tiveram reajustes de até 1.200%, enquanto o reajuste máximo que tiveram em suas pensões foi de 12%".

Esta é a situação, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, dos aposentados e pensionistas, cujos recursos, como destacado por um orador que me antecedeu estão sendo aplicados por Governadores de Estado no Sistema único de Saúde em convênio com a Previdência Social, feito ao arripio da lei, inclusive para o pagamento de marajás. Aliás, não é a primeira vez que a Previdência Social custeia o pagamento de marajás.

Já tive oportunidade de mostrar na Câmara dos Deputados, com o então Ministro Raphael de Almeida Magalhães, que um convenio realizado entre a Previdência Social, a Dataprev e Furnas Centrais Elétricas estava propiciando, a valores de maio do ano passado, o pagamento de 600 mil cruzados por mês de proventos, conveniados, à custa da Previdência Social.

Foi a instituição feita pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães ao marajá da Previdência Social, enquanto cerca de 11 milhões de aposentados e pensionistas padecem a fome e a miséria.

Até quando, Sr. Presidente? (Muito bem!)

**O SR. ADYLSO MOTA (PDS – RS):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há poucos dias, defendi, aqui desta tribuna, a necessidade de que se votasse prioritariamente o período de Governo, para se evitar o estabelecimento de um tumulto nos trabalhos Constituintes.

Hoje, quero retificar a minha posição. Desde o momento em que detectei que esse processo está sendo comandado a partir do Palácio do Planalto, a minha posição é contrária à inversão de pauta, exatamente porque creio que temos que ter autonomia aqui dentro desta Casa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero deixar o meu protesto contra o fisiologismo descarado que hoje se pratica na distribuição das verbas públicas. A imprensa noticia fartamente, sem qualquer desmentido, que hoje o Governo está dando recursos apenas aos Governadores que apóiam os cinco anos, o que ensejou, também, o pouco recomendável procedimento do Senado, de retaliar, de obstruir todos os pedidos de empréstimos ou rolagem de dívida para Estados e Municípios.

Aqui, não me preocupo com os Estados, porque sei que os Governadores são freqüentadores da Casa, são do Partido que hoje é Governo. Preocupo-me, Sr. Presidente, é com os pequenos Municípios de nosso País que hoje serão prejudicados através dessas retaliações, o que demonstra claramente a necessidade de se proceder a uma reforma tributária que melhor faça justiça a Estados e Municípios brasileiros. Felizmente, essa proposta está inserida no Projeto de Constituição aprovado a nível de Comissão de Sistematização.

Finalmente, quero aqui dirigir ao Presidente Ulysses Guimarães, tão preocupado com o andamento dos trabalhos desta Casa, quatro sugestões para que esta Casa funcione, e tenha a certeza que as faço com a maior seriedade: em primeiro lugar, reuniões sábados, domingos e feriados, e, se for preciso, pela manhã, tarde e à noite; em segundo lugar, proibir viagens de Constituintes em missões oficiais ao exterior durante o período de realização dos trabalhos Constituintes, porque me parece que é mais importante um constituinte ajudar os problemas do Brasil do que os da Palestina, de Cuba, da Nicarágua e de outros países. Embora sejamos solidários com vários países, parece-me que a prioridade hoje é nacional. Então sugiro que não mais se permita, em missão oficial, a saída de Constituintes enquanto houver trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, sugiro que se restrinjam – e sei que vem um carnê por aí – as viagens de cortesia do Presidente da República ao exterior. Cada viagem dessas leva V. Ex.<sup>a</sup> a assumir o Governo, mas, em decorrência, temos enormes prejuízos na direção dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, onde já se comprovou a importância da presença de V. Ex.<sup>a</sup>.

Em quarto lugar, Sr. Presidente, sugiro que, no **Diário da Constituinte** e na **A Voz da Constituinte**, diariamente se publique o nome dos Constituintes que faltarem às votações na Assembléia Constituinte.

São quatro sugestões, e as faço dentro da minha ótica de que a Constituição é o que de mais importante temos hoje para ser tratado neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Adylson Motta, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa agradece ao nosso eminente Companheiro as sugestões formuladas, informando que vai examiná-las. Algumas decorrem até de prescrição regimental, devendo, portanto, ser cumpridas.

Após examinar essas sugestões, a Mesa levará as decisões que tomar a respeito ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e, se for o caso, da própria Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio de Jesus.

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Grave é a situação econômica nacional, e seus reflexos incidem impiedosamente sobre os trabalhadores de todas as faixas de renda e sobre os pequenos e médios empresários, tanta no setor industrial e comercial quanto no ramo primário, da produção rural.

A inflação elevada induz necessariamente à elevação dos juros, tornando impraticável a sustentação de empreendimentos que exijam crédito.

Se se mostra inviável operar com crédito a taxas muito elevadas, então é necessário que o produtor aplique em sua atividade recursos próprios. Ora, ocorre que com o retorno da chamada "ciranda financeira", qualquer cidadão que detenha um certo capital preferirá aplicá-lo especulativamente, auferindo um ganho mensal mínimo equivalente à variação das Obrigações do Tesouro Nacional mais meio por cento de juros (no caso mais simples da aplicação em cadernetas de poupança). Outras modalidades de investimento poderão carrear-lhe ganhos superiores.

Nessa perspectiva, Sr. Presidente, é de espantar que alguns abnegados brasileiros ainda tenham fé na potencialidade agropecuária de nosso solo e persistam na atividade primária, mesmo sabendo que seu investimento, se originar retorno, será remunerado em índices muito inferiores aos de aplicações financeiras.

Esse desestímulo à atividade produtiva, mormente à produção agropecuária, acarreta inevitavelmente a redução da oferta de bens, com o conseqüente encarecimento de seus preços e a decorrente aceleração inflacionária.

Diante desse risco, Sr. Presidente, torna-se mister ao governo agir em dois sentidos: primeiro e fundamentalmente, envidar todos os esforços possíveis para debelar a inflação ou, ao menos, reduzir seus índices; concomitantemente, como segunda tarefa impostergável, proteger efetivamente a produção primária, de forma a que possam os produtores rurais assumir empréstimos em condições especiais.

Somente assim poder-se-á garantir a continuidade da produção, assegurando-se à sociedade fornecimento regular de gêneros de primeira necessidade a preços compatíveis com os custos de produção e com o poder aquisitivo dos assalariados.

É importante, pois, que se conceda à agropecuária condições creditícias compatíveis com a significação que assume enquanto geradora de bens de alimentação imprescindíveis. Assim, vi-

mos encarecer ao Presidente da República a determinação de duas providências:

1º – a redução a zero da correção monetária incidente sobre débitos já vencidos das carteiras de crédito rural; e

2º – a fixação de um teto de, no máximo, 50% da correção monetária a indicar sobre novos financiamentos.

Temos a certeza de que tais medidas poderão aliviar as dificuldades de milhões de produtores agropecuários, permitindo-lhes persistir em sua atividade em benefício da economia nacional.

**O SR. VILSON SOUZA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

A palavra democracia significa Governo do Povo. Como este não pode estar constantemente reunido para tomar decisões de governo, delega a alguns cidadãos poderes para, em seu nome, participarem do processo decisório. Isso não significa, no entanto, que ao escolher seus representantes o povo se despe de sua soberania, pois pode exercê-la através dos mecanismos de democracia direta ou participativa.

A democracia representativa, assentada em eleições livres, constitui-se assim na organização política dos estados modernos. Os representantes do povo (deputados e senadores), como delegados da vontade popular, passam a organizar e controlar o governo, bem como a elaborar as leis no interesse de toda a coletividade.

A simplicidade aparente de tal sistema na verdade encobre um monstro: por mais livres e democráticas que sejam as eleições, a influência do poder econômico, do poder político, dos meios de comunicação e a apatia crescente da sociedade, levam a uma deformação da representação. Esta não corresponde à organização e à pluralidade que caracterizam a formação social. E, com isto, o governo e as leis passam a ser produtos da classe dominante, acionados no sentido de satisfazer seus interesses particulares.

A deformação da representação está clara e nítida na composição da Assembléia Nacional Constituinte, formada majoritariamente pelos representantes orgânicos do latifúndio e do grande capital nacional e internacional. Num país composto de uma maioria esmagadora de trabalhadores, onde estão os seus representantes orgânicos? E as mulheres, que compõem mais da metade da população, de que forma estão representadas, se a bancada feminina não chega a 7% das cadeiras? E os negros? Os índios? Os idosos? E os jovens?

Percebe-se, pois, que o sistema representativo que temos não é tão representativo assim, e que sua deformação é decorrente da debilidade das nossas instituições democráticas, da fragilidade dos partidos políticos, da desorganização da sociedade, do monopólio dos meios de produção, do controle da informação e da influência do poder político.

Cientes dessa deformação nossa preocupação foi a de procedermos as correções e aperfeiçoamentos ao sistema representativo. Com a introdução de mecanismos de participação direta, concebemos um modelo híbrido, nos moldes de sistemas políticos europeus e americanos, pelo qual reservou-se a sociedade o poder soberano de manifestar-se e participar das diversas decisões to-

modas no aparelho de Estado, como forma de controlar e fiscalizar o poder político.

Nessa linha, o Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, reconhecendo a primazia da soberania popular, já no preâmbulo e no artigo primeiro, prevê a participação direta do povo nos negócios e decisões de governo.

Como condição do exercício desse direito, o projeto consagra os direitos irrestritos de associação, de reunião, de organização sindical, de greve (inclusive para os funcionários públicos) e de obter informações verdadeiras, dentre outros.

Visando submeter o poder político às determinações populares e ao conteúdo das leis, o projeto amplia os instrumentos de controle do Governo e da representação política. Além dos mecanismos tradicionais como o **habeas corpus**, mandado de segurança e ação popular, criou o **habeas data**, o mandado de injunção, o mandado de segurança coletivo e ação direta de Inconstitucionalidade. Como forma de incentivar o seu exercício e torná-los acessíveis a toda população estabeleceu a gratuidade das custas judiciais.

Quebrando o monopólio político da representação parlamentar, o projeto da Comissão de Sistematização, reconhecendo a anterioridade e primazia da soberania popular, institui uma série de mecanismos de participação direta. Possibilita a iniciativa popular na apresentação de emendas e na reforma da Constituição e no processo de elaboração das leis. Permite igualmente que as emendas à Constituição e os projetos de lei, antes de serem promulgados ou sancionadas, sejam submetidos a **referendum** mediante provocação de dois por cento do eleitorado nacional. Reconhece às organizações comunitárias o direito de participarem no planejamento municipal. Faculta às entidades representativas da sociedade, com âmbito nacional (Confederações de Trabalhadores, Empresariais e Profissionais) o direito de participarem da elaboração da lei de diretrizes Orçamentárias da União.

Busca a democratização da Justiça com a criação do Conselho Nacional da Justiça como órgão de controle externo do Poder Judiciário. Da mesma forma, atribui aos trabalhadores o direito de elegerem diretamente os juízes classistas.

Ainda que vencidos na proposta da instituição do Defensor do Povo, o Projeto atribui muitas de suas funções aos membros do Ministério Público, que também elegerão o seu Procurador-Geral, como forma de assegurar sua independência e autonomia frente ao poder político.

Cria o juizado de instrução criminal como instrumento de contenção dos abusos e arbítrios perpetrados pela polícia contra os menos favorecidos.

Na área de saúde, previdência e assistência social o Projeto institui mecanismos de gestão democrática pelos quais a comunidade obrigatoriamente participará na orientação e nas decisões do poder público no setor, bem como garante sua participação na elaboração do orçamento da seguridade social.

Democratiza a educação mediante o reconhecimento da obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental e a gratuidade do ensino público. A gestão das escolas e das universidades será feita com participação da comunidade, que tam-

bém participará da estipulação do conteúdo dos currículos.

Finalmente, procurando ampliar a participação da sociedade no processo político, chama à cena pública milhões de jovens com o reconhecimento do direito de voto aos maiores de dezesseis anos.

Tais avanços no sentido de democratizar o Aparelho de Estado e a Sociedade, fazendo com que o povo não seja esta entidade abstrata e ausente das decisões políticas, e sim o titular da soberania e agente ativo da própria história alarmaram os representantes orgânicos do grande capital e do latifúndio. Com medo de perderem o monopólio do poder político e o uso do Estado na satisfação de seus interesses privados reagiram.

Sob o véu retórico de um liberalismo ultrapassado, o mesmo liberalismo que permitiu aos "democratas" do império conviverem com a escravidão, organizaram-se em torno da entidade denominada Centrão.

Formado majoritariamente por parlamentares ligados à ditadura militar (Arena e PDS) e representando os interesses privados da oligarquia dominante, mantidos pelo cimento ideológico do conservadorismo, pelo fisiologismo, clientelismo e toda sorte de corrupção, os 317 Constituintes do Centrão, em que pese sua maioria parlamentar, são minoria junto à população, já que nas últimas eleições receberam menos de 30% dos votos do eleitorado nacional.

Sob o falso argumento de serem maioria parlamentar, pretendem impingir à Nação numa Constituição que represente sua visão do mundo, tornando públicos seus interesses privados, com a manutenção do atual sistema de representação política como forma de se perpetuarem no comando dos destinos do Estado.

Derrotados na Comissão de Sistematização alteraram o Regimento Interno da Assembléia, e com o auxílio do multipresidente, apresentam um conjunto de emendas a todos os títulos do Projeto que o desfiguraram na sua essência.

O projeto do Centrão concebe um regime democrático sem a participação do povo, abre as fronteiras do País à exploração do capital internacional, e coloca os interesses dos grandes grupos econômicos como objetivo do Estado e a acumulação, via privilégios e subsídios, como fundamento da ação de governo.

As alterações que propõe em relação à constituição militar são cosméticas e superficiais e em alguns casos constituem-se em evidente retrocesso, como na questão do subsolo e da exploração mineral, hoje controlada por grupos estrangeiros.

Suprime praticamente todos os instrumentos de participação popular e das organizações da sociedade nas decisões políticas e no controle do governo, transformando a democracia numa quimera.

O projeto do Centrão é uma declaração de guerra contra a sociedade, o instrumento desesperado de uma classe que quer se manter no poder para conduzir a ação do Estado no seu interesse. Suprimem a democracia participativa porque sabem que ela é subversiva, pois no dia em que o povo penetrar no interior do Estado, e tomá-lo em suas mãos, deslocará para baixo o eixo das decisões que hoje são tomadas pelo alto.

Muito obrigado.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo registrar nos anais do Parlamento brasileiro, para que conste da memória política do País, o ingresso de dois novos e ilustres membros do Partido Democrata Cristão que, unidos a todos nós, irão dar maior pujança à nossa agremiação e permitir que, a cada dia mais, possamos buscar o aperfeiçoamento de nossas instituições políticas e democráticas.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos nobres colegas Cristovão Ferreira e Raimundo Sobreira, ilustres Deputados à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia que fizeram essa opção de militância política ingressando na democracia cristã. Todos nós – e aqui falo em nome da direção nacional do Partido e das bancadas na Assembléia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados – os recebemos de braços abertos, com o coração alegre e fortalecidos para as novas caminhadas. Somos um partido de vanguarda que busca, neste momento histórico da vida política brasileira, oferecer opções democráticas e cristãs, respondendo aos verdadeiros anseios do povo brasileiro.

Com estes novos companheiros, Sr. Presidente, e com sua incontestável liderança, muito ganha o Partido Democrata Cristão em suas pugnâncias e em sua caminhada. Estaremos mais fortalecidos com os conselhos e a atuação desses novos companheiros. Estamos felizes, pois, a cada dia que passa, novos políticos fazem a sua opção pela democracia cristã e pelos postulados de atuação consciente: necessitamos imprimir novos rumos ao País para que ocorram substanciais mudanças, de todos desejadas, em nossa vida política, econômica e social.

Estou certo de que, antes mesmo da chegada do 3º milênio, o Brasil estará muito agradecido à democracia cristã e saberá o seu povo, na manifestação incontestável das urnas, reconhecer a excelência de nossa pregação cívica, conferindo-nos importantes e primordiais cargos e funções na vida política do País.

Ao fazer este registro, Sr. Presidente, faço-o na certeza de que os novos companheiros, com toda a experiência que trazem da política baiana, saberão engrandecer os nossos quadros partidários e promover o engrandecimento de nossas instituições.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos preparando uma nova Constituição para o nosso País, norteados pelos princípios da justiça social. E um dos grandes pilares da justiça social é precisamente o trabalho – sobretudo a prevalência deste sobre o capital – e o aperfeiçoamento das relações patrão-empregado.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, justamente os que têm por mister ser o "fiel da balança entre o capital e o trabalho, ora instruindo, ora orientando, funcionando como mediadores extrajudiciais, propondo acordos, no sentido de que o emprego seja mantido, observado o direito e, principalmente, o respeito recíproco, razão de ser do pacto laboral", esses, Sr. Presidente, por uma triste ironia, vivem uma situação flagrante-

mente injusta no seio do funcionalismo público federal.

Trata-se dos Agentes de Inspeção do Trabalho, categoria pertencente ao Ministério do Trabalho, e que têm "a incumbência de efetivar a Inspeção do Trabalho, instituição de caráter mundial, sobre tudo no momento em que o Brasil vem de retificar a Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, constituindo-se numa das maiores garantias de aplicação das leis de proteção ao trabalho em nosso País".

Chegou-me às mãos cópia de um memorial dirigido ao Exmº Sr. Presidente José Sarney pelos Agentes de Inspeção do Trabalho do meu Estado, onde relatam as dificuldades por que passam e reclamam contra o injusto tratamento que vêm recebendo em relação aos demais agentes da fiscalização federal.

"Apesar", dizem eles, "de pertencerem ao gênero Agentes da Fiscalização Federal do qual são espécies os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, os Auditores da Receita Federal, os Agentes da Inspeção do Trabalho, antigos Inspectores do Trabalho, vêm sofrendo nos últimos anos uma discriminação atroz relativamente às demais categorias, no que diz respeito a direitos e vantagens adquiridos, o que lhes faz serem considerados os primeiros pobres da Fiscalização, o que é deveras lamentável e injustificável sob todos os aspectos."

"Atualmente", prosseguem os signatários, "eles vêm sentindo, a cada dia que passa, seu desgaste, a sua desmoralização e a sua desimportância, tanto interna como externamente, notadamente no que concerne à falta de apoio, de consideração e tudo o mais que diz respeito ao desempenho, a contento, de suas atribuições legais e funcionais e, nesse particular, sobleva destacar o aspecto econômico-financeiro da questão."

"Com efeito, Sr. Presidente, enquanto outras fiscalizações têm direito à produtividade de 100% (cem por cento), à Gratificação de Desempenho de 70% (setenta por cento), recebem Gratificação de Estímulo, Diárias constantes para viagens, empréstimos a título de aumento e a fundo perdido, por assim dizer, a Fiscalização do Trabalho, apesar de desempenhar uma função eminentemente social, recebe apenas e tão-somente as Gratificações de Produtividade de até 80% (oitenta por cento) e Desempenho de 40% (quarenta por cento), tendo ficado ao largo de todo e qualquer benefício que representa aumento de sua receita, embora sujeito, por outro lado, aos efeitos da tabela progressiva do Imposto de Renda na Fonte."

"O mais interessante de tudo isso, Sr. Presidente, é que apesar de todos os problemas e dificuldades para prover ao próprio sustento, o que não é tarefa fácil nos dias correntes, o Fiscal do Trabalho, bacharel em Direito, ainda por cima, não pode sequer exercer a profissão, portanto, advogar e, na maioria das vezes, não tem direito ao menos de requerer sua inscrição no Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil."

"Essa discriminação legal e funcional contraria os mais simples ditames do Direito, sobretudo do Direito Constitucional vigente, cujo princípio norteador é expresso no sentido de que todos são iguais perante a lei."

Os Agentes de Inspeção do Trabalho do Maranhão estabelecem ainda "um paralelo entre seus ganhos e os de qualquer outra Fiscalização Federal" explicitando que "enquanto um Agente de

Inspeção de Trabalho e um Fiscal de Contribuições Previdenciárias da mesma referência têm vencimentos iguais, este último, em razão de vantagens não percebidas pelo primeiro, passa a ter uma remuneração geométrica, o que implica dizer uma diferença que se avulta, chegando às raias do absurdo, se se considerar que ao vencimento-base desse último são acrescentadas vantagens outras que o faz dobrar e, até mesmo, às vezes, triplicar, numa discriminação injusta e nociva."

Nada mais justo, portanto, que os pleiteantes "sejam equiparados aos Agentes das demais fiscalizações federais, tanto em termos materiais quanto em termos de remuneração".

Nesse sentido, conto com a sensibilidade do Exmo<sup>o</sup> Sr. Presidente José Sarney, que não há de faltar, corno nunca faltou, a seu fiel compromisso com a justiça!

**O SR. JORGE ARBAGE (PDS - PA. Pronuncia o seguinte discurso):** - Sr. Presidente. Sr.<sup>s</sup> Constituintes:

O jornal **O Literai**, edição de domingo último, divulgou o artigo que traz corno título "Cenário Marajoara", de autoria do renomado jurista e historiador Flávio Moreira.

O articulista, com notável senso de autoridade e serenidade, faz um relato a respeito da tragédia nos campos do arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, onde as chuvas não respondem presença desde o mês de julho do ano próximo findo.

O "Cenário Marajoara", tal como descrito pelo também pecuarista Flávio Moreira, representa um sério desafio ao descaso das autoridades para com uma região que supomos criatório do maior rebanho bubalino no mundo contemporâneo.

Numa fase de crise de alimentos para o nosso País, revolta as nossas consciências os desperdícios de bilhões de dólares investidos na importação de carne, leite e arroz deteriorados e sem condições de consumo, enquanto os rebanhos marajoaras se estiolam na caminhada da extinção inexorável, pelo indiferentismo do poder público, que não lhe assiste convenientemente, visando o mínimo da sua preservação.

O registro que faço com o pedido de transcrição do artigo, transcende o caráter da homenagem que tributo ao Dr. Flavio Moreira pela lucidez e coragem com que o produziu, a par do que se materializa num comovente apelo ao Presidente José Sarney e o Ministro" Íris Rezende, para que se mostrem sensíveis ao drama dos incontáveis pecuaristas que fazem da Ilha do Marajó, um espécie de sacrário, pois sendo ela a sua "querença", não a abandonam, nem mesmo quando impõe seus fenômenos climáticos e deixa os rastros da implacável destruição nas imensas crateras do solo enriquecido pela seca.

Era o que tínhamos a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:**

**CENÁRIO MARAJOARA**

**Flávio Moreira**

Fim de dezembro de 1987. Desde julho não chove nos campos de Marajó. Apenas caíram chuviscos, sem deixar vestígios, tragados pela secura do solo, evaporados pelas soalheiras, carregados pela ventania constante.

As campinas, ressequidas pela adustão solar, compõem um panorama de desolação. Aqui e ali, em largos trechos, vê-se aterra nua e estorricada. Freqüentes redemoinhos fazem subir, dezenas de metros, espessas nuvens de poeira, volitando, dentro delas, grãos de areia e partículas de palha, antes gramíneas exuberantes

O fogo acrescenta uma tonalidade tétrica à paisagem. Ateado no pasto, perversa e estupidamente, completa a devastação, penalizando o rebanho, já torturado pela sede, com a morte pela fome. Não pode mais, o gado, aproveitando os momentos em que o orvalho umedece a pastagem, colher o pouco alimento que lhe resta.

Onde era, ao longe, tênue coluna de fumaça, logo se ergue uma onda de chamas, deslizando, velozes, contra o vento, num ímpeto de destruição, carbonizando o capim, ao crepitar assustador das hastes secas invadindo os bosques, queimando as folhas caídas e a ramagem baixa. Espalha-se o bafo quente do fogaréu e a fumaceira, em grossos rolos, enegrece os ares. Ao furioso avanço das labaredas fogem, correndo, por vezes sem conseguir, jacarés, cobras, sapos, muçãs e outros animais rasteiros.

A cremação das pradarias, à noite, assume o aspecto de fantasmagórico incêndio, refletindo, no céu, imenso clarão.

Cessada a queimada que, em certas regiões, dura semanas, quilômetros de chão recobrem-se de cinzas, a cada momento suspensas, em voluteios, ao sopro da brisa.

O belo lago Arari, com vinte e dois mil metros de comprimento e sete mil de largura, com trezentos e vinte e dois milhões de metros cúbicos de água, quando em plenitude, é, então, apenas, uma extensa depressão, fundo enxuto e fragmentado, com largas poças pútricas, nas quais, se agitam, às vésperas do fim, os tamuatás, derradeiros sobreviventes da fabulosa riqueza ictiológica, outrora existente no local.

O rio Arari, o mais longo da grande Ilha, transitado, anualmente, por trinta e tantas mil cabeças de gado, rumo aos abatedouros, passou a ser pouco mais que comprida vala onde, uns poucos e pequenos barcos "boieiros", teimosamente, arrastam a quilha, e não raro, encaham, safando-se a custo.

Das margens lamacentas, propagam-se, até ao longe, exalações repugnantes, da decomposição de centenas de cadáveres de bovinos atolados.

Ao correr da estiagem, paulatinamente, foram secando as baixas, descendo o nível dos igarapés temporários, represados, laboriosamente, no fim do inverno, e diminuindo o volume dos grandes reservatórios de águas pluviais, escavados com possantes tratores.

Afinal, sem nenhuma chuva para lhes repor o duplo desfalque, da evaporação equatorial e do consumo dos animais, os bebedouros, transformam-se em lamarões fatais.

Vem a rês, trôpega, costelas salientes, ilíacos quase furando o couro, em busca da aguada, reduzida a estreita camada viscosa, recobrida o tremedal mortífero. Desesperada pela sede precipita-se sobre a pouca água escura. Suas forças, debilitadas, se exaurem completamente e queda, inerte, presa inexoravelmente no atoleiro.

Planando, no alto, em círculos, os negros urubus, visão vigilante varando lonjuras, percebem a cena. Descem às dezenas, em vôo picado, ateri-

sagem curta, asas abertas, peito levantado e, saltitantes. crocitando em bulha, cercam o bovino inerte, atacando-o pelas partes moles. Os bicos aduncos e fortes, as garras possantes e afiadas, rasgam-lhe o ânus, tiram-lhe nacos das narinas, arrancam-lhe os olhos e vão, céleres, vorazes, implacáveis, abrindo caminho pelo intestino da vítima que, ainda em dolorosa agonia, já exhibe horrenda cara, com a alvura de ossos no lugar das fuças, e dois buracos, esvaziados dos globos oculares, drenando sangue vivo.

O fazendeiro, cavalgando magra alimária, dessentada pelo poço doméstico que ainda não secou, vai pelos campos, dirigindo os serviços dos peões, para salvar as reses, puxando-as, à laço, do amplexo traiçoeiro da lama, ou tangendo-as para remotas áreas onde ainda resta o líquido vital.

A poeira e as cinzas endurecem-lhe os cabelos, atingem-lhe os olhos, adentram-lhe as narinas, alcançam-lhe a garganta. Levanta a vista para cima, a todo instante, perscrutando os céus, vendo, ilusoriamente, em cada nuvem erradia e cinzenta o desejado aguaceiro prestes a desabar. Logo uma lufada mais forte dissipa a sua esperança na amplidão azul e ele recai na triste realidade, vendo, impotente, o seu patrimônio se consumir na tragédia da seca.

Amargas reflexões lhe redobram as atribuições. Vítima das freqüentes inclemências da natureza, da indiferença dos governos, do abigeato em larga escala, é injustamente apontado como perverso barão feudal, insensível aos problemas sociais. Os que, de boa fé, dão crédito, a esse pejorativo conceito, não fazem idéia de como é o criatório. O urbanista ignora as angustiantes expectativas do criador ilhéu: no verão, preocupado com a possibilidade da seca calamitosa; no inverno, dá proporção que a alagação vai subindo, interrogando, no esteio do trapiche, no moirão do curral, no tronco das árvores a marca do nível máximo das cheias dos anos anteriores, em face da eventual inundação desastrosa que lhe roubará as crias mais novas e os adultos mais fracos. Aumentando-lhe as aflições, irrompem, a qualquer tempo, as costumeiras ipizootias, a par do mortal botulismo, introduzido, há poucos anos, na ilha do Marajó. A esses prejuízos somam-se os causados pelos vultosos furtos de gado perpetrados com a cobertura de primários e inescrupulosos políticos que, servindo-se de cedios e desmoralizados chavões demagógicos, exploram a credulidade da gente rural, astuciosamente utilizada para barganhas eleitorais. E os protegidos salteadores não somente furtam bovinos, bubalinos e cavaleares. Também pilham as criações de suínos, caprinos, ovinos e galináceos pertencentes aos empregados das estâncias marajoaras. Indigitado como patrão impiedoso é, todavia, um empregador singular que, todos os meses, aumenta os salários dos seus empregados. Não podendo os vaqueiros, sem prejuízo de suas tarefas diárias, viajar para as cidades a fim de adquirir o necessário para a sua manutenção, recebem, em pagamento de seus serviços, uma parte em dinheiro com o percentual mínimo de 55% sobre o piso salarial, conforme a lei, e outra, em utilidades, como moradia e alimentos em quantidade certa, independente da constante elevação inflacionária dos preços. A alimentação farta, compatível com a natureza do trabalho que exige vigor

físico, é constituída de leite à vontade, café, açúcar, arroz, farinha, feijão, carne de reses abatidas na fazenda, além de sal, sabão, querolose, fósforos etc. Nem falta ao peão, ante a ineficiência e as delongas burocráticas do serviço médico previdenciário, a assistência do empregador que o traz para a capital e paga o seu tratamento.

Vai findando 1987, a inflação chegando aos trezentos e sessenta por cento e o valor da arroba do boi sem atingir; ao menos, metade dessa percentagem.

Imerso nesses pensamentos, o cavaleiro chega à sua casa ao anoitecer. No dia seguinte continuará a estafante rotina. E não lhe ocorre a idéia de se retirar definitivamente, daquelas plagas, vendendo a fazenda.

Os lotes do rebanho se afeiçoam ao lugar que habitam nas pradarias. Deslocados pelo flagelo do excesso, ou da escassez das chuvas, regressam, invariavelmente desprezando os melhores pastos e os perenes bebedouros doutras paragens. Estão vinculados por irresistível compulsão ao seu local de origem, onde "trabalham", segundo a nomenclatura regional, ou, onde é a sua querença, conforme o vernáculo.

Assim, o fazendeiro marajoara. Supliciado pelas variações pluviométricas extremadas, submetido ao duro labor do manejo do gado, vulnerado no seu direito pelos abígeos impunes agredidos pela demagogia insana, não se desliga da terra. Não pode. É a sua querença.

**O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os jornais da última quarta-feira, 20 de janeiro, estamparam um farto noticiário sobre a decisão do Conselho Nacional de Informática e Automação (Conin) de liberar, para comercialização no Brasil, o **software** (programa de computador) MS-DOS 3.3, fabricado pela empresa norte-americana Microsoft.

A decisão do Conin fez apenas oficializar o que já tinha sido resolvido pelo Presidente Sarney poucos dias antes e significa uma tentativa de evitar um confronto com os Estados Unidos, que ameaçam retaliar nossos produtos de exportação, tendo em vista a política brasileira de reserva de mercado no setor de informática.

Srs. e Sr<sup>as</sup> Constituinte, enquanto os americanos vêem este episódio como uma vitória, nós brasileiros só temos o que lamentar. Isto porque, se por um lado a decisão do Coni poderá influir para evitar retaliações aos produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos, por outro lado significa a abertura de uma brecha no que diz respeito à nossa reserva de mercado no setor de informática. Os americanos têm um ótimo motivo para se regosijarem, pois a partir desta decisão, o Governo brasileiro se tornou mais vulnerável aos interesses e pressões dos Estados Unidos.

A política de informática, Srs. e Sr<sup>as</sup> Constituintes, é fundamental para a capacitação tecnológica do Brasil. Um país só é independente de verdade quando desenvolve sua própria tecnologia, principalmente nos setores de ponta da economia, do qual a informática é hoje um setor chave. E vale lembrar aqui que é o próprio presidente da SBPC, Daniel Menascé, quem afirma que a recente deci-

são do Conin coloca uma pedra sobre o desenvolvimento nacional neste setor.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda que nem todos o admitam, não resta mais nenhuma dúvida sobre o caráter de calamidade pública de que se reveste para a Nação o que podemos chamar de "desgoverno Sarney" no que diz respeito à política interna. Com este recuo na política da informática, o caráter de calamidade se estende também à política externa. Nossa soberania foi fortemente abalada. Como bem disse um brasileiro esclarecido em carta enviada à **Folha de S. Paulo** e publicada na edição de ontem deste jornal "o Brasil baixou a voz e desceu mais degrau no que diz respeito à sua autonomia". Registre-se também que os próprios empresários do setor, com raras exceções, se colocam na retaguarda, mais interessados em atender às suas necessidades imediatas do que em defender a manutenção da política de informática que os beneficiou no passado.

Diante da aparente fragilidade e do imediatismo do governo (e de grande parte dos empresários) perante uma questão de tamanha importância para o conjunto da sociedade brasileira, podemos concluir, Srs. e Sr<sup>as</sup> Constituintes, que a luta pela defesa da nossa tecnologia no setor de informática caberá aos trabalhadores, à comunidade científica e às entidades democráticas, setores que sempre se mostram decididos a defender os interesses nacionais.

**O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sob grande expectativa dos rurícolas do Nordeste, realiza-se, amanhã, mais uma reunião do Conselho Monetário Nacional, quando novas medidas deverão ser adotadas em relação à vida econômico-financeira do País.

O restabelecimento do subsídio ao crédito rural é reivindicado, com o maior empenho, pelos agricultores daquela região, que não suportam correção monetária plena da forma preconizada por Resolução do Banco Central, já em vigor.

Todos os Senadores e Deputados do Nordeste têm-se revezado nesta tribuna reclamando aquela providência ao novo Ministro da Fazenda e ao próprio Presidente José Sarney.

Até agora, porém, nenhuma providência concreta foi definida, embora o Dr. Mailson da Nóbrega haja acenado com a possibilidade de se subsidiar os recursos destinados àquela faixa do território brasileiro.

Com as primeiras chuvas atingindo numerosos municípios, renascem as esperanças dos produtores rurais, que passam a depender, porém, de uma política creditícia diferenciada, como sempre ocorreu em oportunidades anteriores.

Pelas peculiaridades de seu desenvolvimento, com reduzidos índices de produtividade e problemas climáticos como a recente "seca verde", o Nordeste necessita de apoio do Governo da União, representado, neste momento, pela concessão de recursos bancários compatíveis com a realidade daquela área, habitada por 40 milhões de brasileiros.

Transmito, pois, mais uma vez, ao titular da Fazenda, apelo veemente no sentido de que submeta, amanhã, aos seus eminentes pares do Con-

selho Monetário Voto Especial, reassegurando, pelo menos uma expressiva diminuição da correção monetária nas operações efetuadas sob as rubricas de custeio agrícola e investimentos.

Como prioridade da Nova República, o Nordeste não pode prescindir de uma ajuda concreta e eficaz do Executivo Federal para a aceleração de seu desenvolvimento.

O subsídio, ora postulado, insere-se entre as maiores aspirações do Polígono das Secas, na presente conjuntura.

**O SR. JOSÉ VIANA (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governador Jerônimo Santana, com costumeiro zelo com que tem pautado seu governo á frente do Estado de Rondônia, fez distribuir uma oportuna nota de esclarecimento mediante a qual procura demonstrar à opinião pública, a verdadeira situação existente no tocante à linha demarcatória da fronteira entre os Estados de Rondônia e Acre.

Infelizmente, a vaidade de uns e a intolerância de outros tentam manipular a opinião pública, visando um clima de hostilidade e ódio, em uma população notoriamente pacífica que foi para aquela região rondoniense, à procura de oportunidade de trabalho, nas terras férteis de castanheiras centenárias e maravilhosa potencialidade!

Embora muito se fale em Conflito de Fronteira, não pode existir conflitos nem fronteiras, entre os homens de um mesmo Brasil!...

O órgão competente para demarcar as linhas divisórias entre os estados brasileiros, em reincidente parecer suscitado pelos Governos dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia já se manifestou quanto à questão dos limites, reportando-se, inclusive à copiosa legislação sobre a matéria.

a) Decreto nº 9.831, de 23 de outubro de 1912

"Art. 1º O Território do Acre é limitado:

.....  
ao Norte pelo Estado do Amazonas, ao Sul pela República da Bolívia e pela República do Peru, e a Oeste pela República do Peru.

§ 1º O limite setentrional com o Estado do Amazonas é formado pela linha geodésica, traçada da nascente do rio Javari, em 7º 19' 17,5" da latitude sul e 74º 8' 27,07" de longitude ocidental de Greenwich, à confluência dos rios Mamoré e Beni, onde começa o rio Madeira, em 10º 20' de latitude sul, tal como foi calculado e em parte demarcado nos anos de 1895 e 1986, e desde a nascente do Javari acompanha essa mesma linha até sua interseção com o rio Abunã onde começa o território boliviano nesse ponto, na forma do tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903."

Como se depreende da descrição legal, o legislador estabelece os limites do então Território do Acre com o Estado do Amazonas, segundo a geodésica limitada pelos pontos cabeceira do rio Javari e confluência dos rios Beni e Mamoré, que nesse ponto formam o rio Madeira.

Os pontos extremos desse segmento de geodésica foram monumentados pelas demarcatórias da Comissão Mista Brasil – Bolívia e Brasil – Perú, no período de 1895 à 1911.

b) Decreto-lei nº 51.812, de 13 de setembro de 1943

Esse segundo diploma legal cria o Território do Guaporé, fixando como limites:

Art.1º.....  
§ 3º O Território do Guaporé terá os seguintes limites:

.....  
- ao Sul, Sudoeste e Oeste pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi no rio Guaporé, até a linha Geodésica Cunha Gomes, no limite como o Território do Acre, e por esta até encontrar a margem direita do rio Ituxi ou Iquiri;...”

A “linha Geodésica Cunha Gomes” corresponde ao segmento da geodésica entre a cabeceira do rio Javari e a foz dos rios Beni e Mamoré, na formação do rio Madeira.

C) Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944

O decreto-lei redefine os limites do Território Federal do Guaporé, ao enunciar:

“Art. 1º.....  
C) ao Sul, Sudeste e Oeste, pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi com o rio Guaporé, até o limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limitrofe continua até encontrar o divisor de águas Ituxi-Abunã;...”

Este decreto-lei difere do anterior ao indicar os limites do Território Federal do Guaporé e o Estado do Amazonas, que passa ao divisor de águas Ituxi-Abunã, em lugar margem direita do Ituxi ou Iquiri, mantendo entre o Território do Acre e do Guaporé a divisa na linha geodésica.

D) Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962  
O diploma legal eleva o Território do Acre à categoria de Estado, fixando seus limites de acordo com os decretos anteriormente explicitados, nesse particular revigorados ao enunciar:

“Art 1º O Território do Acre, com seus atuais limites é erigido em Estado do Acre.”

Os limites do novo estado são os enunciados no Decreto nº 9.831, de 1912, sem qualquer alteração.

E) Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.

Este último dispositivo cria o Estado de Rondônia enunciando:

“Art. 1º Fica criado o Estado de Rondônia, mediante a elevação do Território Federal de mesmo nome a essa condição, mantidos os seus atuais limites e confrontações.”

De forma semelhante à da criação do Estado do Acre, os limites do novo estado são mantidos, revigorando o enunciado no Decreto-Lei nº 6.550, de 1944.

Baseado nos fundamentos de ordem Jurídica para a descrição dos limites interestaduais, o IBGE buscou a caracterização de pontos e acidentes essenciais notáveis explicitados nas leis e nos decretos, elementos essenciais para o reconhecimento dos mesmos no terreno, posicionamento Geodésico e Representação Cartográfica.

A primeira questão que surge é a da caracterização física e geodésica dos extremos da linha

cabeceira do rio Javari e foz dos rios Beni e Mamoré, divisa dos Estados do Acre e de Rondônia. A segunda é a identificação dos cursos dos rios Ituxi e Abunã com vista ao estabelecimento do divisor de águas e, conseqüentemente, divisa dos Estados do Amazonas e de Rondônia.

Para atender à primeira questão, se faz necessário recuperar, historicamente, a consolidação das fronteiras internacionais do Brasil com a República da Bolívia e a República do Peru.

A) Recuperação dos marcos de divisas internacionais

O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, entre os reinos de Portugal e Espanha, ao fixar os limites para a progressão de portugueses e espanhóis no Continente Sul-Americano, convencionou:

“.....  
Art. 7

Desde a boca do Jaurú pela parte ocidental prosseguirá a fronteira em linha reta até a margem austral do rio Guaporé defronte da boca do rio Sararé que entra no dito Guaporé pela sua margem setentrional; com declação que se os comissários, que se não de despachar para o regulamento dos confins nesta parte, na face do país, acharemos entre os rios Jaurú e Guaporé outros rios, de balizas naturais por onde mais comodamente, e com maior certeza, se possa assinalar a raia naquela paragem; salvando sempre a navegação do Jaurú, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho que eles costumam fazer do Cuiabá para Mato Grosso; os dois Altos contraentes consentem e aprovam que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno que possa ficar a uma ou outra parte. Desde o lugar que na margem austral do Guaporé for assinalada para termo da raia, como fica explicado, baixará a fronteira por todo o curso do rio Guapore até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré que nasce na província de Santa Cruz de La Sierra, e atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado Madeira que entra na das Amazonas, ou Maranhão, pela sua margem austral.

Artigo 8º

Baixará pelo álveo destes dois rios, já unidos, até a paragem situada em igual distância do dito rio Amazonas, ou Maranhão, e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Javari que entra no rio das Amazonas pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do Javari até onde desemboca no rio das Amazonas ou Maranhão prosseguirá por está rio abaixo até a boca mais ocidental do Japurá que deságua nele pela margem setentrional.”

A linha leste-oeste da foz do Guaporé e do Mamoré, na formação do rio Madeira, até o encontro do rio Javari, constitui uma geodésica, que por seu curso marca a fronteira naquelas paragens. Esta aproximação pode ser reconhecida como a primeira para uma linha que mais tarde viria a ser a divisa entre o Brasil-Peru-Bolívia.

A 27 de março de 1867 era firmado o Tratado de Ayacucho, entre o Império do Brasil e a Repú-

blica da Bolívia, apresentando, em seu artigo 2º, a descrição da fronteira Brasil-Bolívia:

“Artigo 2º

...aos Quatro Irmãos; destes, também em linha reta, até as nascentes do rio Verde baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e de Mamoré até o Beni onde principia o Madeira. Deste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada de sua margem esquerda na latitude sul 10º 20', até encontrar o rio Javari. Se o Javari tiver suas nascentes no norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari.”

Este novo tratado mantém a idéia de um paralelo de latitude (linha leste-oeste), como fronteira entre o Brasil e a Bolívia, na presunção de que as cabeceiras do Javari e a foz dos rios Beni e Mamoré ao formarem o rio Madeira, teriam a mesma latitude (10º 20' Sul). Diante das incertezas nas medições astronômicas e geodésicas, os signatários se acautelaram ressalvado que caso as cabeceiras do Javari ficasse ao norte do paralelo, a linha de limite seguiria uma “reta” da margem esquerda do Madeira, na sua formação (pressuposta a latitude de 10º 20' Sul) até a cabeceira pretendida do Javari.

Com a assinatura do tratado são buscadas as comissões demarcadoras que buscam exaustivamente as cabeceiras do Javari, sendo de 1874 a primeira identificação por parte do Barão de Tefé, que por observações astronômicas fixa a posição 7º 1' 17,5' de latitude sul e 74º 8' 24,07' de longitude oeste de Greenwich. Em 17 de novembro de 1877 é lavrado o termo de inauguração do marco do Madeira, posição 10º, 21' 13,65' de latitude Sul e 65º 24' 57,65' de longitude oeste de Greenwich. No ano de 1895 são reiniciados os trabalhos de demarcação da fronteira Brasil - Bolívia, adotando-se como correta a identificação das cabeceiras do Javari em 1877, os trabalhos prosseguem até 1897, quando a 1º de maio o Gen Thaumaturgo exonera-se da Comissão de Limites e aponta incertezas quanto a localização das cabeceiras do Javari, a 25 de abril de 1898, em nota da Comissão Brasileira, o Capitão-Tenente da Armada Augusto da Cunha Gomes apresenta nova determinação das Cabeceiras do Javari, como estando posicionada a 7º 11' 48,1' de latitude sul e 73º,47'44,5' de longitude Oeste de Greenwich. As tentativas de demarcação da fronteira prosseguiram até a eclosão da questão acreana ao início deste século.

O Tratado de Petrópolis, assinado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 17 de novembro de 1903, ao pôr cabo à questão acreana estipulou:

“Artigo 1º

§ 4º Da entrada sul do canal Pedro Segundo ou Rio Pando até a confluência do Beni e Mamoré, os limites serão os mesmos determinados no artigo 2º do Tratado de 27 de março de 1867.

§ 5º Da confluência do Beni e do Mamoré descerá a fronteira pelo Rio Madeira até a boca do Abunã, seu afluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunã até a latitude

10° 20'. Daí irá pelo paralelo de 10° 20', para oeste até o Rio Rapinam e subirá por ele até a sua nascente principal.

§ 6º Da nascente principal do Rapinam, irá pelo paralelo da nascente, encontrar a oeste o rio Iquiry e subirá por este até a sua origem donde seguirá até o Igarapé Bahia pelos mais pronunciados acidentes do terreno ou por uma linha reta, como aos comissários demarcadores dos dois países parecer mais conveniente....”

O Tratado de Petrópolis mantém a identificação da foz dos rios Beni e Mamoré na formação do Rio Madeira, como um ponto notável dos limites entre o Brasil e a Bolívia.

Em 1907 é constituída a comissão demarcadora, que aos poucos estabelece os marcos de fronteira. No ano de 1913, são fixados os marcos da confluência dos rios Abunã e Madeira e os marcos dos rios Beni e Mamoré, materializando o início do curso do Madeira. Na 7ª Conferência da Comissão Mista, a 27 de dezembro de 1913, foram reconhecidos os marcos fixados como materializações da fronteira.

A Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores, facilitou o acesso às descrições dos marcos e participou dos trabalhos de localização e identificação dos mesmos no terreno. No ano de 1986 foram ocupados os pilares da cabeceira do Rio Javari e foz dos rios Beni e Mamoré, tendo sido, através de processos geodésicos apoiados em rastreamento de satélites artificiais, determinadas as coordenadas no Sistema Geodésico Brasileiro:

– Cabeceiras do Rio Javari

Latitude Sul.....07° 07' 01",  
140°

Longitude Oeste de Greenwich.73° 47'  
40, 781°

Foz dos rios Beni e Mamoré

Latitude Sul.10° 22' 56,812°

Longitude Oeste de Greenwich 65° 22'  
58,324°

O azimute da geodésia (SONE) 110° 38' 13,304", no sentido Foz Beni-Mamoré para cabeceira do Javari, garante a recuperação da linha fixada no artigo 1º do Decreto nº 9.831, 23-10-1912, como limite dos Estados do Amazonas e do Acre – Anexo I.

B) Divisa Acre – Amazonas

A recuperação dos marcos internacionais, com a correspondente identificação em fotografias aéreas e determinação de coordenadas no Sistema Geodésico Brasileiro permitiu estabelecer o traçado da linha geodésica Beni – Javari confirmando-se que as cidades de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Feijó encontram-se ao norte da Geodésica, desta forma e na estrita interpretação dos diplomas legais, localizadas em território amazonense. (Anexo I).

Diante deste fato, buscou-se junto aos representantes dos Estados do Amazonas e do Acre, a indicação de locais para implantação de marcos, que fossem entendidos como possíveis materializações das divisas entre os Estados. Esses pontos foram objeto de observações que conduziram à determinação de suas coordenadas geodésicas, levando as denominações Cruzeiro do Sul (91.004), Feijó (91.005), Sena Madureira (91.007), Caquetá (91.008) e BR-317 (91.006). (Anexo II).

Cabe destacar que o marco Feijó (91.005) foi localizado na foz do Jurupari no rio Euvira, cerca de 45Km ao norte da cidade de Feijó, em território amazonense. No desdobrar dos trabalhos, os representantes do Estado do Amazonas contestaram os marcos Cruzeiro do Sul (91.004) e Feijó (91.005), por adentrarem excessivamente em território amazonense. Propuseram como pontos de limites Remanso e Estirão do Eliezer, tendo ficado ajustado em atas que os representantes dos estados do Acre e do Amazonas posteriormente se manifestariam quanto a um posicionamento consensual dos marcos definitivos, o que não ocorreu até o presente.

Os posicionamentos adotados objetivaram a substituição da linha Geodésica Beni-Javari, por uma poligonal cujos vértices seriam os pontos acima anunciados, balizada pelos marcos internacionais na cabeceira do Javari e margem direita (lado brasileiro) do ponto frontal de confluência dos rios Beni e Mamoré.

As coordenadas para os marcos implantados:

– Cruzeiro do Sul (91.004)

Latitude Sul .07° 33' 05,914°

Longitude Oeste de

Greenwich...72°35'03,29

(Não aceito pelos Estado do Amazonas)

– Feijó (91.005)

Latitude Sul .07° 50' 41,220°

Longitude Oeste de

Greenwich...70°03'16,075°

(Não aceito pelos Estados do Acre/Amazonas)

– Sena Madureira (91.007)

Latitude Sul .09° 02' 56,569°

Longitude Oeste de Greenwich

68°38'48,021°

(Aceito pelos Estados do Acre/Amazonas)

– Caquetá (91.008)

Latitude Sul .09°33' 37,918°

Longitude Oeste de

Greenwich67°30'58,936°

(Aceito pelos Estados do Acre/Amazonas)

– BR-317 (91.006)

Latitude Sul .09° 35' 31,226°

Longitude Oeste

Greenwich...67°19'31,104°

(Aceito pelos Estados do Acre/Amazonas)

No atual momento, os representantes dos Estados do Acre e do Amazonas não concordaram quanto aos pontos que poderiam vir a serem de divisa entre os Estados, nas vizinhanças das Cidades de Cruzeiro do Sul e Feijó.

C) Divisas Amazonas – Rondônia

A divisa legal entre os Estados do Amazonas e Rondônia, na área em estudo, encontra-se definida, pela linha de cumeada do divisor de águas das sub-bacias dos rios Ituxi e Abunã, até o porto de interseção do divisor com a linha geodésica Beni-Javari.

Os trabalhos de campo e gabinete exploraram os cursos dos rios Ituxi e Abunã, buscando dentre os cursos d'água existentes na área aqueles que levam estas denominações, de forma a propiciar representação cartográfica conveniente a partir de trabalhos geodésicos e restituição fotogramétrica. No Anexo III, a linha foi lançada a partir da determinação sucessiva do pontos mais altos, em instrumental fotogramétrico. Destaca-se que

esta linha não se encontra materializada no terreno por marcos. A cobertura vegetal e a topográfica plana da área assinalam as dificuldades dessa materialização, embora nos trechos vizinhos ao traçado da BR-364 se tenha lançado marcos identificadores da cumeada com a rodovia.

No conjunto de folhas na escala de 1:50.000 a linha foi lançada e permite a identificação dos territórios amazonenses e rondoniense.

Cabe apontar a existência de um Ponto Fiscal do Estado de Rondônia, que foi objeto de determinação de coordenadas, comprovando-se que o mesmo encontra-se localizado em território amazonense. As observações efetuadas conduziram à definição da posição do marco geodésico no Posto Fiscal de Rondônia (91.002):

Latitude Sul.....	09°46'12,057°
Longitude Oeste de	
Greenwich.....	66°48'0,6950°

Este trecho da divisão não apresenta pendências por parte dos Estados envolvidos.

D) – Divisão Acre – Rondônia

Como pode ser depreendido da citação dos diplomas legais vigentes, a divisa entre os Estados de Acre e de Rondônia é definida pelo trecho da linha geodésica Beni-Javari, entre a interseção com o curso do rio Abunã, limite internacional Brasil – Bolívia, e o cruzamento do divisor das sub-bacias dos rios Ituxi e Abunã com a citada geodésica – Anexo III.

Os pontos extremos do segmento geodésico são abstratos, sem representação rio terreno, cabendo a determinação de suas coordenadas por cálculo geodésico ou fotogramétrico. Nesse sentido foram estabelecidos marcos que permitiram o cálculo de coordenadas dos pontos extremos, representados aerofotograficamente no Anexo III.

O Estado de Rondônia reconhece este trecho da geodésica como sendo o limite em questão. O representante do Estado do Acre não considera tal limite, reivindicando como território acreano a extensão de terras que vai até a foz do rio Abunã na Madeira, subindo por este até a boca do Igarapé dos Ferreira e deste ponto em diante até as cabeceiras do Igarapé, no divisor das águas das sub-bacias do Ituxi-Abunã, limite legal entre os Estados de Rondônia e do Amazonas. Tal pretensão pode ser melhor visualizada no anexo IV, cópia do cartograma encaminhado pelo representante ao IBGE, elaborado pela empresa Minerva Engenharia Ltda.

Como ainda pode ser visualizado no cartograma citado, a pretensão do Estado do Acre engloba também terras do Estado do Amazonas, ao fixar a geodésica entre os pontos Caquetá e divisor de águas dos rios Ituxi e Abunã.

Analísada a ocupação da área pretendida pelo Estado do Acre, observou-se que a mesma ocorre mais intensivamente ao longo da BR-364, onde, cerca de uma década, teve início o processo mais acentuado de migrações. O Governo do Estado do Acre instalou um posto fiscal nas proximidades do povoado Vila Estema, objeto de determinações de coordenadas, além de outras instalações de infra-estrutura urbana. As coordenadas obtidas dão o posicionamento do Posto Fiscal em Território Rondoniense (Vila Estrema – (91.001):

Latitude	09°46'16,639°
Sul.....	
Longitude Oeste de	
Greeniwch.....	66°21'35,42025°

A análise geográfica que se quer completa não descuida, em uma avaliação do processo de ocu-

pação espacial, de levar em conta os diversos níveis ou escalas que informam o que ocorreu em determinada área que se estuda. Em suma, por mais singular que possa parecer o padrão de ocupação de determinado segmento do espaço, existem determinantes que se situam por vezes bem distantes da área de estudo, e que se materializam em escalas maiores (ou menores, cartograficamente falando) que aquela de estudo.

Neste sentido é que se dá a ocupação que ora ocorre ao longo do trecho Porto Velho – Rio Branco, da Rodovia 364, faz parte do processo já decenal, da ocupação do Estado de Rondônia por contingentes externos à região, notadamente do sul do país, e que deram origem aos núcleos urbanos às margens da referida rodovia no seu trecho já asfaltado (Cuiabá – Porto Velho): Vilhena, Presidente Médici, Cerejeira, Caccoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Jarú, Ariquemes, para ficarmos nos principais. Quer parecer, por documentos recentes e informações junto a órgãos públicos, que, tanto migrantes já estabelecidos há alguns anos nessa área, como aqueles que para lá se deslocaram mais recentemente têm, por motivos diversos, se direcionado para outras áreas fora do Estado, destacadamente: a de Humaitá, no Sul do Amazonas, e da porção sul do Acre, que inclui a BR-364 no seu trecho Porto Velho – Rio Branco e vizinhanças das cidades de Sena Madureira e Plácido de Castro, além da reserva garimpeira do Alto Rio Madeira, entre Guajará Mirim e Porto Velho. Da mesma forma, é marcante a ocupação desta área pela penetração da fronteira agrícola por projetos agropecuários motivados tanto por capitalistas e grupos de Rio Branco e Porto Velho, como do Centro-Sul do País. Tal ocupação é bem visível ao longo de toda a BR-364, no trecho estudado.

Neste segundo semestre de expansão da frente, que é o que nos interessa essencialmente, acresce o fato da perspectiva de asfaltamento da rodovia, o que faz aumentar a expectativa e a tendência de ocupação de temas, com o objetivo de formar fazendas para exploração imediata ou "reserva de valor". É assim que se percebe extensas áreas desmatadas e cercadas com pouca ou nenhuma atividade agrícola ou pastoril. Concorrendo para caracterizar a ocupação produtiva e improdutiva, **lato sensu**, o processo de povoamento desta área-eixo, sobre a qual se situa nosso interesse.

#### REGIÃO IMEDIATA DE VILA EXTREMA: ASPECTOS DO POVOAMENTO RECENTE

A região onde se localiza o povoado Vila Extrema, situa-se, na atual divisão administrativa da Federação, no estado de Rondônia: Trata-se de uma projeção, em forma de cunha, daquela unidade da federação no sentido dos paralelos Anexo III. Foge aos propósitos deste documento a descrição histórica da ocupação desta área. Cumpre, no entanto, observar que a mesma, há bem poucos anos, encontrava-se ainda entregue à atividade extrativa da hévea em antigos seringais da bacia do Madeira e seus principais tributários brasileiros e bolivianos: o Abonã, o Beni, Madre de Dias e Ituxi, entre outros.

Tal atividade vem decaindo já há alguns anos, fruto de problemas estruturais, dentre os quais se alinham o declínio do preço da borracha e o abandono de seringais em favor da cidade.

Tal situação veio a se combinar com o avanço da frente que delineamos no item anterior, dando a tônica da ocupação da área em tela que passamos a tratar.

As terras sobre as quais se assenta hoje Vila Extrema bolivianas antes do Tratado de Petrópolis, se constituem em antigos seringais, ao longo do Abunã, que corta toda a área. "Não havia começado ainda o século XX e já os bolivianos que partiam da cidade de Riberlta, no Rio Madre de Dios, em 1898, invadiram as suas nascentes e exploravam, segundo Octávio Reis, vários seringais neste rio, sendo a parte amazônica explorada pela firma comercial Bercado e Balivan (citado por Antonio Leite de Oliveira – À deriva da geodésia Cunha Gomes – Alto Moreira – 15 de setembro de 1987)".

No entanto, a ocupação intensiva desta área é algo muito recente, cabe dizer, de dois anos para cá. O depoimento de uma das moradoras mais antigas de Vila Extrema é elucidativo. Chegada a esta localidade em 1979, com o objetivo de se estabelecer como comerciante para atender aos colonos que começavam a chegar, encontrou a estrada mal conservada, e a presença apenas do Posto Fiscal do Acre e algumas casas. Mesmo depoimentos mais recentes dão conta de um aumento considerável nos últimos dois anos.

Segundo o informante mais antigo que se pode contatar na área, chegado em 1975, foi feito pelos idos de 1978 que se deu a intensificação do processo migratório com a entrada do "pessoal" do sul pela BR da Balsa (no Rio Madeira) até o Rio Branco", montando serrarias ou ocupando terras de seringueiros que as vendiam por qualquer valor. Dessa leva muitos retrocederam devido ao surto de malária ocorrido na primeira mudança de estação. Daquela época, estima o informante, só restaram, além dele, três famílias.

A reativação da migração, ainda segundo o mesmo informante, ocorreu no final do ano de 1981 e 1982; com a conclusão do asfaltamento da BR-364 no trecho Cuiabá-Porto Velho. A notícia de que esse asfaltamento seguiria até a capital acreana, aliado à presença do "Projeto de Assentamento do Alto Madeira", do INCRA sediado em Abunã, só fez aumentar o fluxo migratório.

No ápice deste processo, a estimativa era da chegada de 5 a 6 mudanças em Vila Extrema. Hoje, este número é estimado de uma mudança diária.

Como resultado de tudo isso, temos a morfologia de ocupação da área. Estima-se que existam 5 a 6 famílias dentro dos "ramais" e quanto à área urbana, a SUCAM informa ter borrifado, em Abril deste ano, 937 residências.

Os colonos praticam, geralmente, além de culturas de subsistência, uma agricultura onde predominam o café e o cacau. O primeiro é comercializado localmente e em Rio Branco, de acordo com as condições da estrada, estimando-se em 100 a 120 mil pés de café produtivos. O extrativismo de borracha é pouco praticado, pois não faz parte da tradição do migrante que para aí se dirige.

Na estrutura fundiária, predominam os lotes de aproximadamente 100 ha, módulo do Incri, embora já se perceba o processo de concentração de terras. Colonos que, por um motivo ou outro se vêem sem perspectiva, vendem sua terra a terceiros e há informações de um proprietário

já possuindo extensões razoáveis de terra. Percebe-se, também, a entrada de grandes projetos agropecuários e madeireiros, a exemplo da Agropecuária Rio Novo, de propriedade do Banco Real S/A, situada entre Vila Extrema e Nova Califórnia, com aproximadamente 40.00ha.

A situação jurídica das terras não fica bem definida. Segundo informações obtidas inicialmente junto ao morador antigo já referido, o Incri não estaria fornecendo nenhuma espécie de documento de posse, em função do litígio entre Rondônia e Acre. No entanto, segundo outro informante, o que existe é uma questão judicial entre a família Moura Reis, proprietária do antigo Seringal Califórnia, cujos herdeiros perderam para o Incri em primeira instância e recorrem agora em segunda instância. Isso impediria o Incri de regularizar a questão fundiária.

Na parte urbana, Vila Extrema propriamente dita, é um aglomerado que se estende à esquerda da BR-364 no sentido Porto Velho – Rio Branco. O sítio urbano desenvolve-se ao redor de um igarapé e a parte mais antiga fica às margens da rodovia. Aí, encontram-se alguns bares, a agência bancária do BANACRE e outros serviços.

Perpendicularmente à rodovia, temos a principal rua de comércio da localidade: armazéns, farmácias e outros que se estendem até a parte sobre o igarapé, onde começa a ocupação mais recente do povoado. Por fim, já limitando com a floresta, temos a área em ocupação, podendo-se observar o trabalho de derrubada da mata e capina do terreno.

O núcleo não obedece a nenhum plano de ordenamento, nem se materializa segundo os padrões clássicos de urbanização, pois se trata de um núcleo em área pioneira. Os serviços urbanos são incompletos, apesar da presença de infraestrutura básica, provida pelo Governo do Acre: energia elétrica, algum saneamento e, mais recentemente, um posto telefônico da TELEACRE.

Apesar disso, quer parecer que Vila Extrema cumpre os seus objetivos: abrigar, ainda que precariamente, aqueles que aguardam a ocasião de conseguir alguma "data" para cultivo e as famílias dos que lá se encontram, além de fornecer bens e serviços, pouco mais que elementares, a essa gente. É surpreendente encontrarmos embriões de associativismos: associações de moradores, de comerciantes – existentes ou em vias de formação.

Foram investigadas os fluxos de compra de mercadorias de diferentes casas comerciais, procurando saber dos proprietários em que locais adquiriram mercadorias, se em Rio Branco, Porto Velho ou em outras praças.

No caso de aviamentos e tecidos, os comerciantes entrevistados declararam adquirir suas mercadorias no Rio de Janeiro e São Paulo, pessoalmente ou através de representantes. Já os farmacêuticos são abastecidos a partir de Porto Velho, onde os grandes laboratórios do Sul do País mantêm distribuidores. Em se tratando de bebidas, a compra é feita em Rio Branco, pelo custo mais baixo em função da maior proximidade.

No entanto, é no aspecto fiscal que Rio Branco se impõe, a quase totalidade dos comerciantes tem aí seu registro e recolhem impostos para o Governo do Acre.



A seguir, apresenta-se uma amostra de "histórias de vida" levantadas na área. Na busca da representatividade, entrevistaram-se pessoas morando em pontos diferentes e, tanto quanto seja possível numa área nova, chegada em épocas diferentes.

Cumpram ressaltar que a grande maioria das pessoas chegou na área há não mais que dois anos, e os "antigos" chegaram há pouco mais de uma década.

Os "Antigos"

a) Comerciante, dona de hotel e restaurante, natural de Rio Branco (AC), sem declaração de idade, veio para Extrema por volta de 1980 no intuito de ajudar o pai, que tinha negócios na área. Como não havia, na época, venda de gêneros básicos alugou um avião e trouxe arroz, feijão, açúcar, café, e outros gêneros. Atualmente é proprietária da principal churrascaria e hotel à beira da BR-364. Pretende continuar na área na esperança do asfaltamento da estrada.

b) Agricultor e madeireiro, natural do Paraná, chegou à Extrema em 1975. Comprou o direito de uma posse e começou a plantar, mas tinha dificuldade de comercialização. Auferiu renda com uma serrada que trouxe do Paraná, aproveitando o "verão" é as melhores condições da estrada para a venda da madeira em Rio Branco. Foi um dos poucos que não retornou quando os índices de malária aumentaram ao final da década de 1970. É, hoje, uma pessoa com boa situação, possuindo um sobrado à beira da Rodovia BR-364.

Os "Novos"

a) Pedreiro e construtor, natural de Brejo Santo (CE – 1948), chegou em 1986. Sua última procedência foi Rolim de Moura/RO, onde era metalúrgico. Foi para a área com o objetivo de adquirir terras e hoje possui uma "data" de 15 x 30 m. Pretende conseguir um lote de terra, dentro da mata. Não cogita de mudança, já que tem uma pequena firma construtora, registrada em Rio Branco.

b) Comerciante, natural de Paranaíba (PR – 1952). Era agricultor em Paranaíba e migrou para Mato Grosso e Rondônia sempre em busca de terras maiores e melhores. Chegou à Extrema em 1986, procedente de Rolim de Moura/RO, porque "estavam dando terra" (sic).

c) Biscateiro, natural de Governador Valadares (MG-1948). Sua última procedência foi Caracol/RO, e chegou em 1986, pois soube "que havia disponibilidade de terra."

d) Farmacêutico, natural de Ivaiporã (PR – 1963), sempre trabalhou neste ramo em Ji – Paraná/RO, sua última procedência.

Não veio em busca de terras, mas sim, com o propósito de abrir uma farmácia, pois soube do grande fluxo migratório para a área. Pretende se fixar, a menos que a questão do litígio não seja resolvida em prazo hábil.

e) Comerciante, natural de Currais Novos (RN – 1925); é o único dos entrevistados que, desde a época de 1950, exerce atividades no Acre. Antigo "Soldado da Borracha" e depois seringueiro, estabeleceu-se em Extrema com um bazar, vende a prazo e mascateia no garimpo.

f) Autônoma, natural de Mantena (MG – 1948). Sua última procedência foi Colorado do Oeste, chegando em Extrema em 1986. Pretende

dedicar-se à lavoura, pois comprou, juntamente com o marido, um lote perto do núcleo urbano, mas como não há comunicação, ocuparam outro lote na Vila. Começou a produzir tijolos para construir sua casa e hoje administra, com a ajuda de 4 filhos, uma olaria doméstica.

As entrevistas mostram, de imediato, a diversidade profissional dos que se encaminham para Extrema e corroboram, ainda, a idéia de que a preponderância é de pessoas que já estavam em Rondônia.

Entendemos, contudo, que, independentemente da resolução de litígio, é preciso atentar para o fato de se repetir, nesse trecho da BR, o que aconteceu no trecho Porto Velho-Cuiabá: o surgimento de "cidades de posseiros", numa situação onde "cidade e campo se confundem". A origem das cidades, mesmo as que se formam hoje, é sempre a invasão de terras, devolutas ou com tributação antiga, visando à produção agrícola (Becker, Bertha K. e Natureza na Amazônia" – Tubinger Geog. Studien – p. 247).

Cumpra destacar que das atividades desenvolvidas pelo IBGE perdura uma pendência, relativa às divisas entre os Estados do Amazonas e do Acre, quanto ao abandono da linha geodésica Beni – Javari e adoção de uma poligonal que considere em território acreano as cidades de Cruzeiro do Sul, Serra Madureira, Tarauacá, e Feijó. Em parte, os pontos determinados pelo IBGE e aceitos pelos representantes dos Estados, atendem à regularização dos limites, constituindo exceção a falta de um entendimento quanto a passagem dos limites nas vizinhanças de Cruzeiro do Sul e Feijó. Conforme acordado em reuniões com os representantes, o IBGE está disposto a determinar as coordenadas de novos marcos tão logo os governos dos Estados comuniquem a solução consensual.

Conforme se vê da citada legislação, existem muitas dúvidas a serem dirimidas na questão dos limites entre os Estados da Rondônia, Acre e Amazonas.

Mas não existe a menor dúvida de que a Região de Vila Estrema onde o Estado do Acre instalou um Posto Fiscal é Território pertencente ao Estado de Rondônia, segundo a melhor técnica de Geodésia e Topografia emprestada pelo IBGE.

Dessa forma, o Governador Jerônimo Santana não está pedindo favor algum ao querer exercitar sua atividade administrativa naquela Região. Trata-se de "Dar a César o que é de César...", dando aos bravos desbravadores rondonienses daquela Região a assistência médica que tanto necessitam naqueles perdidos confins da Região Amazônica.

Pouco importa que alguns moradores insistam em considerar a Região como pertencente ao Estado do Acre. O que importa é que se reconheça de uma vez por todas que a Região onde se localiza a povoação de Vila Estrema situa-se de fato e de direito na atual divisão administrativa da Federação do Estado de Rondônia.

Trago o presente pronunciamento à elevada apreciação de meus ilustres Pares, para que fique registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, como forma de evitar a eclosão de conflitos futuros, gerados e estimulados pela cobiça e vaidade de maus brasileiros que não querem ver o óbvio:

"Vila Estrema pertence ao Estado de Rondônia.

**A SRA. ANNA MARIA RATTES – (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uma questão que, ao longo dos séculos, desde o descobrimento, tem desafiado a inteligência dos governantes brasileiros é a da utilização da terra. Aliás, é bom lembrar que as potencialidades do nosso solo merecem, logo na primeira carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, referências que aguçaram a curiosidade e o interesse dos europeus.

Após a viagem de Cabral, muitos visitantes deixaram escrito o registro da sua admiração pelo que aqui viram. Entre eles, destacaram-se as cartas de Lopo Homem, Diogo Ribeiro, Gaspar Viegas, Bartolomeu Velho e Luis Teixeira, os quais anteciparam para o Brasil um futuro grandioso, não só como produtor de alimentos mas, também, como fornecedor de ouro para o mundo.

De todos, porém, foi Pero de Magalhães Gandavo que em duas obras – Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz – descreveu, como ninguém até então o fizera, as riquezas da terra e os recursos naturais de um continente desabitado. Sem dúvida, estas duas obras podem hoje ser apresentadas como autêntico material de propaganda do nosso País.

Aguçada a curiosidade dos exploradores e aventureiros do mundo, os saques começaram e, como sabemos, continuam ainda hoje. A terra, desde o primeiro instante objeto da curiosidade e da ganância, tem sido, século após século, a razão de muita dor e sofrimento. Desnecessário falar sobre os tantos episódios que se confundem com a nossa própria evolução histórica. O que importa, principalmente a nós Constituintes, é ter consciência do quanto a problemática fundiária, a despeito de sua antiguidade, é fundamental para o futuro do nosso povo.

Enquanto aqui, nesta Assembléia Nacional Constituinte, principalmente quando se trata do ordenamento relativo à organização produtiva dos, nossos solo e subsolo, o que tem prevalecido é o interesse dos grupos econômicos, pelo Brasil afora, todos os dias, milhões de brasileiros de todas as idades padecem o sofrimento e a desesperança na permanente busca de um pedacinho de chão onde possam trabalhar.

Poderíamos citar, ainda, as centenas de mortes em conflitos pela posse da terra nos últimos cinco anos. No entanto, e infelizmente, isso seria repetir mais uma vez o que tanto já foi dito neste plenário sem o resultado de uma providência por parte do Governo.

Todavia, Sras. e Srs. Constituintes, não pretendo me reportar especificamente à questão da posse da terra, conquanto já seja do conhecimento de todos o meu posicionamento favorável a mudanças profundas na organização fundiária do nosso País. Venho hoje à tribuna motivada por uma reportagem publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição do último dia 23, sob o título "Corrida do ouro agora invade reserva indígena".

A matéria, trabalho do jornalista João Batista Natali, faz revelações que, sem dúvida, nos levam à uma necessária reflexão sobre o risco iminente de novos e graves conflitos na Amazônia.

Desde 1964 se tem notícia da presença de garimpeiros naquele extremo do país, no Território Federal de Roraima, numa área limítrofe com a Venezuela. Todavia, só agora, nos últimos meses,

pode ser caracterizada, como bem definem os habitantes locais, a "febre do ouro". Para se ter uma idéia, do começo de dezembro de 1987 até agora, portanto em menos de dois meses, a população de garimpeiros saltou de 2.500 para aproximadamente 10.000! Trabalham com métodos rudimentares e retiram do subsolo, em média, trinta quilos de minério!

Por isso montou-se uma operação gigante de ocupação. A pé ou de avião, todos os dias, dezenas de novos aventureiros estão chegando. Segundo o repórter, apenas em um sábado, aterrissaram quarenta aviões, apesar da pista ter sido interditada pela Funai.

E, aqui. Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o problema fica mais grave. Não bastasse o permanente risco de uma atividade assim, sem controle – e exemplos nós temos muitos, tanto no passado remoto quanto no presente – esse filão está situado em terras da reserva Yanomamis.

Acontece que a Funai, com oito funcionários, e o Governo, que dispõe na região de apenas 700 policiais, não podem conter a descontrolada invasão desses aventureiros que embrenham na selva em busca da fortuna, correndo todos os riscos imagináveis e indiferentes ao aspecto da legalidade.

Assim, cada dia mais, vai se caracterizando o que lá já chamam de "vazio de autoridade". A violência, como não poderia deixar de ser, campeia solta. As mortes são freqüentes. Os crimes, com certeza, permanecerão impunes até porque raramente se saberá ao certo os nomes de quem mata e de quem morre. Naquela imensidão verde, como já ocorreu em tantos lugares nos séculos passados e, recentemente, em Serra Pelada, os seres humanos não passam de componentes anônimos de uma estranha paisagem e integrantes esquecidos de um quadro dantesco de dor e sofrimento.

Pior que isso, trazem com eles a sentença de extermínio, "Lento mas irreversível", como denuncia a Comissão pela Criação do Parque Yanomani, dos índios que representam o que o repórter diz ser "o último grupo étnico com pouco ou nenhum contato com a chamada civilização".

Muito oportunamente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a matéria de duas páginas é acompanhada por uma pequena nota a respeito do incidente ocorrido em 29 de dezembro último na ponte sobre o rio Tocantins. Dois garimpeiros de Serra Pelada, ao prestarem depoimento na Divisão de Polícia Fazendária da Polícia Federal apresentaram três documentos. Em um pedem a permanência da Polícia Federal no garimpo, noutro dão os nomes de 93 pessoas desaparecidas depois da desobstrução da ponte e, finalmente, confirmam o **massacre** de que foram vítimas.

A reportagem da **Folha de S. Paulo** é muito mais do que o simples registro do que se passa num lugar distante no Brasil. João Batista Natali, tal qual aqueles missivistas do primeiro período pós-descobrimto, nos manda a todos uma carta que é, ao mesmo tempo, uma propaganda das nossas potencialidades, um alerta sobre o risco de novas tragédias e, sobretudo, uma denúncia sobre a inoperância de um governo tão incapaz que um índio, como ladulce Yanomani, mal articulando palavras em português, com uma arma apenas, desrespeita uma proibição da Funai

e assume o controle do pequeno campo de aviação local.

O fato, a despeito de ser hilariante, é sem dúvida, revelador. O índio impõe a sua autoridade onde não há autoridade e já amealhou uma fortuna cobrando pedágio dos aviões que passam no local. Mesmo um avião do governo de Roraima que levava dois investigadores da Polícia Civil não escapou à cobrança!

Talvez inconscientemente esse índio esteja revidando ao branco invasor com a mesma moeda. O branco está ocupando suas terras, levando morte e destruição em busca de riqueza e ele responde à altura extorquindo-lhe dinheiro vivo enquanto submete toda uma estrutura de governo à revelação cristalina da própria incapacidade.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, não digam que é o fim. Ao contrário, isto é só o começo.

A palavra e a ação com quem de direito.

**O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em 27 de agosto de 1987, pronunciamo-nos, neste plenário, a respeito da forma surrealista como é conduzido o processo de negociação da dívida externa brasileira em Nova Iorque: a pressão exercida de forma desproporcional pelos representantes dos bancos credores; o desconforto a que é submetida a delegação do nosso País, mostrando, ao final, que todas as despesas com as conversações correm por conta do Brasil, isto é, nós financiamentos nossos carrascos.

Esperávamos que o relato servisse de alerta para uma mudança de orientação. Infelizmente, isso não ocorreu. Pior, ao que parece, aumentou.

Segundo o diretor da área bancária do Banco Central, esta fase de negociação da dívida tem despesas previstas no montante de 18 milhões de dólares, para financiar as despesas de viagem dos representantes de 14 bancos estrangeiros (viagens, estadia em hotel, alimentação, etc...), pagando até os honorários do advogado brasileiro que defendem interesse dos nossos credores.

Ao fazermos este novo registro, participo à Casa, também, que, nesta data, enviamos telex ao atual Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, nos seguintes termos:

– Alerto Vossa Excelência absurda manutenção compromisso Governo brasileiro assumir pagamento despesas representantes bancos estrangeiros nas reuniões renegociação da dívida em Nova Iorque. Necessária firme e urgente intervenção Vossa Excelência para terminar injusta discriminação nosso País, cordialmente, Maurício Fruet, Deputado Federal, PMDB/PR.

**O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de registrar a reestruturação da Casa de Pernambuco, em Brasília, fundada pelo insigne Senador José Ermírio de Moraes, em 1963 que, se propondo a congregar pernambucanos e amigos de Pernambuco, com fins de promover uma funda integração entre Pernambuco/Nordeste e a Capital Federal, no que tange aos aspectos sócio-econômicos culturais, muito há o que nos oferecer.

A sua Diretoria atual está composta pelas seguintes pessoas:

– Cícero Amorim Gallinfo (Presidente);

– Aristeu Plácido Júnior (Vice-Presidente);

– Antonio Ferreira Jardim (1º Secretário);

– Renan Monteiro Soares (2º Secretário);

– Petronilo Santa Cruz Oliveira Filho (1º Tesoureiro);

– Maristela Costa Lordelo (2ª Tesoureira).

No Conselho Fiscal:

– Sebastião Barreto Campello;

– Raimundo Ferreira da Silva;

– Sílvio Brecknfeld.

Venho, portanto, congratular-me, em nome dos pernambucanos radicados no Distrito Federal, com esta diretoria.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de

## V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. VALMIR CAMPELO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Nas décadas de 60 e 70, eu, jovem cearense radicado aqui no Distrito Federal, lutava por conquistar o meu lugar. Estudava e trabalhava pois, filho de uma família humilde, não tinha privilégios nem proteções. Como todo jovem, revoltava-me com o que via, ouvia ou lia. Aos poucos fui crescendo e conquistando meu espaço, graças, faço questão de dizer, ao meu esforço pessoal. Tudo que conquistei foi às minhas custas, sem proteção, sem imunidades ou estabilidades ganhas pela demagogia.

Naquela época, eu, a exemplo de muitos, vivia em sobressaltos. E não era para menos. A minha geração vivia sob o fogo direto de arbítrio, a pressão das forças da extrema direita, as perseguições, as calúnias, as difamações, as ameaças a integridade física e, acima de tudo, a visão do que estava ocorrendo com os nossos irmãos brasileiros.

Lembro que, já naquela época, assistíamos, temerosos e espantados, à colagem de cartazes, por todos os cantos do País, com fotos de pessoas procuradas pelas forças de repressão. Essas fotos mostravam brasileiros, homens e mulheres, jovens e velhos, colocados como se fossem bandidos. Lembavam, até, os filmes de faroeste, com os cartazes de procurados vivos ou mortos. Muitos deles foram mortos pela identificação dos cartazes.

Acabado o período negro de nossa história, acreditei que não mais veria brasileiros extremados, loucos, colocando em risco a integridade física e moral de seus irmãos através de calúnias, difamações e adotando o mesmo sistema daqueles tempos.

Mas não, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Parece que a extrema esquerda não só copiou o sistema como aperfeiçoou a arte de denegrir, mentir, pressionar e ameaçar.

Vejam só que falsos líderes políticos e sindicais, pessoas desqualificadas, mentirosas, demagogas e covardes se escondem por detrás do Sindicato dos Bancários para repetir, na democracia, o que foi feito no tempo do arbítrio. Pior ainda, pois se aproveitam da boa fé dos brasileiros a quem enganam todos os dias usando a imunidade e o mandato sindical que lhes foi conferido para se autopromoverem politicamente e não para defenderem os interesses das classes que representam.

Estamos assistindo, hoje, um macartismo à brasileira. A esquerda, oportunista e desesperada, que nada apresentou de útil à sociedade e nem em favor das classes sociais menos favorecidas, aplica os métodos daqueles a quem combateu.

A mim não surpreende, pois esses falsos líderes acompanham exatamente as determinações de seus líderes e superiores de outros centros alienígenas, ou seja, querem a desordem, a discórdia, disseminam a mentira mas não são, na realidade, menos ditadores do que os que combateram. São contrários às eleições, como as ideologias que representam o são, pois lá, de onde partem as ordens, não se elege ninguém.

Hoje, gritam por eleições, mas não as querem democráticas. Querem, apenas, usá-las como forma de agitação, sem compromissos sociais ou políticos honestos e francos.

Fomos atingidos por estes panfletos idealizados por estes covardes que se escondem atrás da sigla de um sindicato formado por gente trabalhadora. Ao invés de lutarem por melhores dias para seus companheiros, eles lutaram por si próprios e só conquistaram a triste estatística de um número recorde de desempregados, pois enquanto eles ficaram protegidos pelo manto da isenção sindical, seus colegas foram demitidos e para isso eles nada fizeram.

Não queremos responder a esses falsos líderes. Queremos, sim, dar uma satisfação ao povo que nos elegeu. E este sabe bem que nenhuma daquelas acusações tem a verdade. Elas têm, isto sim, ódio, mentira, calúnia e escondem intenções de mediocres que até agora só levaram vantagens na luta sindical, chegando, inclusive, ao Congresso, onde, além de discursos demagogos, usando chavões tradicionais e fáceis, tentam enganar os que não acompanham os trabalhos e a vida pública daquele que, com um passado de lutas e realizações, chegou aqui trazido pela confiança do povo.

Mas não vão conseguir. Brasília me conhece, conhece bem o meu trabalho diário, honesto e sempre em favor dos menos favorecidos. Só na vida pública tenho mais de vinte e cinco anos ininterruptos de trabalho e dedicação. Enquanto isso, nos dezesseis anos em que administrei três das maiores cidades-satélites do Distrito Federal, morando em cada uma delas, vivendo com essas comunidades o seu drama do cotidiano, o que faziam esses que agora querem a todo custo destruir a honra de um homem de bem? Eles falavam, intrigavam, e, por trás dos panos, usufruíam de tudo quanto lhes fosse possível, em benefício próprio e de seus comparsas.

Eleito o Deputado mais votado do Distrito Federal, o que fazem esses irresponsáveis e enganadores? Tentam dizer ao povo que estou contra ele. Caluniam-me ao dizer, por exemplo, que votei

contra os aposentados. Esta agora é demais! Ao assumir o meu mandato, o primeiro projeto que apresentei, o de nº 7/87, ora em tramitação na Câmara, foi exatamente igualando os vencimentos e vantagens dos funcionários aposentados aos da ativa. A igualdade dos trabalhadores aposentados com os da ativa é uma bandeira minha, que defendo desde minha campanha eleitoral. Como poderia ser contra a emenda que apresentei depois, na Constituinte, com o mesmo objetivo?

Outra mentira, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é dizer que votei em favor dos cinco anos de mandato do Presidente José Sarney. Não votei nem assinei qualquer lista de adesão.

Enquanto eles falam e caluniam, gastam panfletos com recursos de sindicatos, eu trabalho e defendo minhas propostas em favor dos mais humildes e dos mais carentes.

Sou um dos poucos Constituintes que tiveram aproveitadas três das quatro emendas apresentadas ao projeto de Constituição, nesta fase final, todas em benefício das classes trabalhadoras.

Eles falam e eu trabalho. Esta é a diferença!

Meu mandato é um mandato limpo. Não foi financiado por assaltantes de bancos na Bahia nem em qualquer outro Estado; não foi financiado com dinheiro da Alemanha, da Albânia, nem de qualquer outro país; não foi às custas de trambiques e cheques sem fundo nem de calotes na praça de Brasília. Meu mandato tem o legítimo respaldo popular. E isto é o que os caluniadores não perdoam.

Ao tempo da campanha eleitoral, todos eles, sem exceção, foram ao Tribunal Eleitoral pedir vista de meu processo de inscrição, para ver se descobriam qualquer coisa que me desabonasse. Nada encontraram. Desesperados, buscam – e só então o fizeram – o caminho das cidades-satélites na tentativa de se misturar com o povo de quem jamais chegaram perto. Enquanto nós, afeitos às dificuldades e agruras dos mais humildes, mantemos um diálogo simples e espontâneo com as nossas comunidades, eles tiveram que aprender a se aproximar delas. Enquanto nós conhecemos o Distrito Federal, palmo a palmo, eles fizeram um arremedo de trabalho, uma demagogia barata, com a intenção de iludir a boa gente de Brasília. Mas o povo sabe.

Por isso até hoje esses mentirosos são vistos com desconfiança pela comunidade. O povo já descobriu, em sua sabedoria nata, que esses falsos líderes populares têm receio de se misturar com os mais humildes, talvez para que a lama das ruas da periferia e de seus miseráveis barracos não lhes respingue as luxuosas camisas de seda pura italiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente e Sr. Constituintes:

Anunciam os jornais que, em 1989, a Petrobrás terá um déficit de 140 mil barris/dia, na sua produção. Isso, Sr. Presidente e Sr. Constituintes, re-

sulta no corte de investimentos do setor de pesquisa e exploração. No ano de 1987 foram cortados, nos investimentos da Petrobrás, quinhentos e oitenta milhões de dólares. No ano de 1988 – este que vamos percorrendo – eles vão reduzir um bilhão e novecentos milhões de dólares, na aplicação de pesquisas e exploração.

Sr. Presidente, isto vai resultar que, em 1989, a Petrobrás deveria produzir mais cento e quarenta mil barris do que os seiscentos e quarenta que irá alcançar. Evidentemente isso mostra que a Braspetro, na medida em que deseja, em que força contratos de risco no exterior, não deixa a Petrobrás de estar investindo na pesquisa, na lavra e na exploração, em terras estranhas. Um contrato de risco, por melhor que seja, a Petrobrás, irá participar de 30 a 50%, enquanto os investimentos feitos aqui nos dariam total de recuperação, sem pagamento de nenhum **royalty** àqueles que nos deram contrato de risco.

Veja bem, Sr. Presidente, que essa questão interessa a todos nós, porque na medida em que não temos petróleo para atender às necessidades nacionais, na medida em que não somos auto-suficientes, temos que importar, o nos irá custar bilhões de dólares, durante esse período em que a redução da produção da Petrobrás vai caindo sensivelmente.

Por outro lado, isso tem implicação interna nos chamados contratos de risco. Como todos sabem, o Presidente Geisel, em 1976, anunciou quase em lágrimas, que era obrigado a ceder a empresas internacionais os chamados Contatos de Serviço com Cláusulas de Risco. Pois bem Alienamos mais de um milhão e 500 mil quilômetros quadrados de terras sedimentares, para que essas empresas internacionais viessem tentar descobrir petróleo e, conseqüentemente, atender à demanda nacional. Ora, não se verificou, até hoje nenhum contrato de risco que desse à Petrobrás um aumento na sua produção. Ou eles encontram o petróleo e ficam silenciosos, o que é um crime, porque, neste caso estão intervindo para reduzir a nossa capacidade de investimento e nos obrigando a comprar mais petróleo, que custa dólar, ou segunda hipótese, não têm capacidade de descobrir. Só a Petrobrás duplicou ou triplicou as nossas reservas em petróleo.

Ora, Sr. Presidente, isso mostra também que os chamados Contratos de Serviços com Cláusula de Risco não necessitam de nenhuma contra-partida, porque a Braspetro, de 1972 a 1976, quando o Presidente Geisel, resolveu fazer os contratos de risco, explorava petróleo em mais de vinte países. Ela tinha contratos firmados com oito empresas estatais e com mais de oito empresas internacionais, empresas, digamos, transnacionais, de grande trustes de petróleo.

No Iraque, por exemplo, a Petrobrás foi explorar uma região chamada Majnoon, por onde já haviam passado diversas empresas estrangeiras, nenhuma delas tendo encontrado petróleo.

Pois bem, nessa área, a Petrobrás descobriu o maior lençol do Iraque conhecido até hoje. Foram bilhões de barris. E por que as empresas estrangeiras não encontraram? Naturalmente porque queriam reduzir a possibilidade do Iraque, coroadado no Brasil, onde também não encontram petróleo. Logo, não adianta fazer contratos de risco nem querer impor na Constituição a chamada

reciprocidade, porque, muito antes da existência desses contratos no Brasil a Braspetro explorava petróleo – como disse anteriormente – em vários países, inclusive contratos com as multinacionais. Ora, se a Petrobrás descobriu petróleo numa região onde as outras não o descobriram, é evidente que nessas áreas do Brasil deve também existir petróleo, mas as multinacionais, as transnacionais, as chamadas Sete Irmãs, que controlam e exploram o petróleo mundialmente, não têm nenhum interesse em descobri-lo, para que o Brasil não atinja a sua auto-suficiência, ficando, portanto, cada dia mais dependente da importação.

Por todas estas razões, Sr. presidente, a Petrobrás deve modificar, em parte, a sua política de investimentos, não reduzindo as verbas de pesquisa e exploração no País, e sim reduzindo a sua atividade no exterior, porque, entre um contrato de risco em qualquer país do Mundo e a aplicação do recurso no Brasil, a vantagem está muito maior no sentido de não se cortar as verbas. Para que possamos, dentro de cinco ou dez anos, ou antes disso, ter a auto-suficiência na produção e, em consequência, alivia consideravelmente a nossa balança de pagamentos.

Era esta a denúncia que queríamos fazer, esperando que a Direção da Petrobrás e as autoridades supremas deste País, inclusive o Ministro das Minas e Energia e o Presidente da República, revejam essa política de investimento, no que concerne à pesquisa, exploração e lavra do petróleo.

**O SR. ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho, em nome da Liderança do PC do B, manifestar o meu repúdio e o repúdio de todos os segmentos ligados à área da educação a algumas declarações do Ministro da Educação, Hugo Napoleão.

Diz, hoje a **Folha de S. Paulo** que o Ministro da Educação anunciou a realização de estudos para acabar com a gratuidade do ensino nas universidades públicas.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a questão da escola pública e gratuita envolve o processo de democratização da cultura e do ensino. Sabemos muito bem que num país atrasado, num país subdesenvolvido, num país, também, como o nosso, em processo de desenvolvimento, a questão da educação é um dos problemas fundamentais no processo de desenvolvimento da sociedade e a privatização do ensino leva a uma elitização do conhecimento, a uma elitização do saber.

Neste sentido, em nome da Liderança do PC do B, manifesto o nosso repúdio à política privativa – política esta que já vem de muito tempo, estimulada pela ditadura militar e que agora ganha contornos cada vez mais acentuados na Nova República.

Se isso não bastasse, o jornal de hoje diz que o MEC propõe ao Ministério da Fazenda a liberação total dos índices de reajuste para as mensa-

lidades escolares. Isso não só é um ataque à questão da universidade pública como também um ataque aos estudantes carentes, que pagam altas taxas para frequentar as escolas particulares, e que, agora, teriam completamente liberadas as taxas para as matrículas e para os cursos a serem realizados.

Portanto, aqui manifesto o nosso repúdio, porque essa questão da educação é extremamente importante e o Ministro da Educação, ao adotar essa medida, se coloca numa posição contrária aos interesses da comunidade educacional desde País.

Por outro lado, também aproveito o Horário de liderança do PC do B para manifestar o nosso repúdio às tentativas de inversão de pauta que estão sendo articuladas no Palácio do Planalto.

**O Jornal do Brasil** de hoje diz que o chamado Centrão inicia a coleta de assinaturas de Parlamentares interessados na inversão de pauta dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Preliminarmente, devo dizer aos Srs. Constituintes que a mudança introduzida no Regimento Interno pelo chamado Centrão diz, taxativamente, no **art. 9 § 3** que "a votação será realizada na ordem crescente dos capítulos, seções, subseções e seus respectivos artigos, não sendo admitido requerimento de preferência de um sobre outro".

Na verdade, o que se pretende é alterar, é inverter a pauta, para se colocar em discussão a questão do mandato Sarney, porque o Centrão quer atropelar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. É necessário deixar claro que esta medida, esta proposta é anti-regimental, é contra o próprio Regimento votado, aprovado e sugerido pelo próprio Centrão.

Em nome da Liderança do PC do B, não admitimos, não aceitamos qualquer inversão de pauta; não aceitamos a tentativa de impor à Assembléia Nacional Constituinte um processo de votação a toque de caixa. Se está havendo demora nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte é porque o Centrão reformulou o Regimento Interno, apresentou emendas a todos os títulos, e é absolutamente necessário que tenhamos tempo para discutir as novas matérias que serão submetidas ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Não aceitamos certas formulações, como a do Ministro da Fazenda, que diz que a incerteza sobre o mandato impede a luta anti-inflacionária, estampado ontem na **Folha de S. Paulo**.

É necessário que desenvolvamos aqui um trabalho profícuo de debate, de discussão, de tal forma que tenhamos condições de sair daqui com uma Carta Magna que corresponda às aspirações da maioria do povo brasileiro.

**O SR. ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvi, há poucos instantes, um colega Constituinte fazer queixas de que se tem falado dele por pertencer ao Centrão.

Creio, Sr. Presidente, que o povo brasileiro tem muita razão hoje de falar e de criticar aqueles que assinaram as emendas do chamado Centrão.

Eu gostaria de chamar a atenção principalmente para a emenda apresentada no que se refere ao interesse dos trabalhadores rurais brasileiros e da reforma agrária. O Centrão substituiu o art. 7º, que trouxe, pela primeira vez na História deste País, uma garantia clara e efetiva de que ao trabalhador rural se dá o mesmo direito do trabalhador urbano. O Centrão dividiu isso num art. 7º e num art. 8º, garantindo apenas como direito do trabalhador, como está na atual Constituição, sem colocar de maneira clara e nítida que ao trabalhador rural deve também ser dado o mesmo direito que é dado ao trabalhador urbano.

Creio que muitos Constituintes que assinaram a emenda da reforma agrária não a devem ter lido, porque, se a tivessem lido, não creio que pudesse haver 280 Constituintes nesta Casa capazes de a assinarem.

Um dos maiores absurdos cometidos nesta emenda é o artigo que se refere à alienação de terras públicas. A atual Constituição brasileira, a Constituição da ditadura militar, estabelece que terras públicas acima de 3 mil hectares não podem ser alienadas sem a autorização do Senado Federal. A Comissão de Sistematização, junto, naturalmente, com o trabalho que vem desde o começo da instalação desta Assembléia Nacional Constituinte, decidiu que as terras públicas não poderiam ser alienadas numa área superior a 500 hectares sem autorização do Senado Federal. Esta é uma medida justa, uma medida correta, se queremos fazer a reforma agrária no Brasil, se queremos modernizar o campo brasileiro, como são as propostas levantadas pelo Centrão e, muitas vezes, até defendidas pela UDR.

Pois bem, Srs. Constituintes, o Centrão apresentou uma emenda aqui que diz o seguinte: "as terras públicas alienadas podem ser feitas até 5 mil hectares". O Centrão expandiu a área estabelecida na Constituição da ditadura militar, que é de 3 mil hectares, pois ele quer que a área seja de 5 mil hectares, para, só a partir daí, ter autorização do Senado Federal.

Sr. Presidente, por estas e por muitas outras razões é que o povo brasileiro identifica o Centrão como os representantes da classe dominante brasileira, como os integrantes da classe dominante, aliada do imperialismo internacional, e que querem continuar massacrando e explorando o trabalhador brasileiro.

Continuaremos, em todos os instantes que nos for permitido, a mostrar os absurdos e os abusos que esses Parlamentares – muitos dos quais creio inocentes, muitos dos quais creio que pressionados pelo fisiologismo do Presidente da República e dos seus Governadores de Estado – assinam e se submetem a essa pressão, sem saber que estão cometendo verdadeiros crimes contra os trabalhadores, contra o povo brasileiro e contra a Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte. S. Ex.<sup>a</sup> tem cinco minutos para sua intervenção.

**O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, gostaria inicialmente de denunciar que há milhares de soldados da Polícia Militar presentes no local escolhido para manifestação pacífica convocada por entidades sindicais e partidos políticos, a realizar-se hoje às 18 horas, aqui em Brasília. A presença dos soldados é para intimidar a população para que não demonstre mais uma vez sua insatisfação para com o Governo José Sarney e para com a necessidade de mudanças a nível da política nacional.

O assunto principal que eu gostaria de tratar nesta Comunicação de Liderança é relativo à tentativa de alteração da legislação que regulamenta o acesso dos partidos políticos à televisão e ao rádio. Há uma grande discussão a respeito deste assunto em todos os meios de comunicação. Na semana passada o PT e o PC do B se uniram para barrar uma votação apressada e sem debates. Hoje voltamos a ter uma discussão com todas as Lideranças, e ficou claro que é preciso uma discussão mais aprofundada a respeito deste tema, porque o acesso à televisão e ao rádio atualmente é a principal forma de se ter acesso à opinião pública, é o principal meio de formação da opinião pública.

De modo que não pode votar de forma urgente, sem discussão, enfim, não se pode votar tão apressadamente matéria de tal relevância. A posição do Partido dos Trabalhadores, que foi coerente na semana passada, continua coerente na reunião de hoje, para que se realize discussão mais ampla a respeito. Não se pode, a pretexto de evitar que tal ou qual pessoa menos qualificada tenha acesso à televisão, procurar atender aos interesses das empresas de comunicação. Essas empresas, sim, e que detêm o monopólio do acesso à opinião pública, através da TV e do rádio, para ali chegar à censura – porque isto é censura – e, numa etapa seguinte, atingir outros setores. Começa-se atingindo um, atingi-se outro, e mais outro...

Com este tipo de censura, o Partido dos Trabalhadores não vai concordar. Se determinado partido político seguir as tramitações legais, normais, e conseguir acesso à TV a que hoje tem direito não será nem por interesse das empresas de comunicação nem pelo interesse de criar uma censura prática, uma censura política ideológica, que o Partido dos Trabalhadores vai ceder e impedir o acesso de quem quer que seja à televisão para discutir sobre política

Nossa posição na reunião de Lideranças em torno deste caso é de que, primeiro, não concordamos, em hipótese alguma, que o tempo a que os partidos políticos têm direito, ou seja, uma hora em cada semestre, mais o programa estadual, seja reduzido. Podemos discutir se esse tempo de uma hora pode ser fracionado a critério do partido, pois pode ser que um partido entenda que é melhor desenvolver a sua teoria, as suas exposições em uma hora, e outro, considere que, para acompanhar a conjuntura e ser mais ágil, seja mais interessante quatro vezes meia hora.

Agora, concordar em reduzir o tempo, o Partido dos Trabalhadores não vai.

Em segundo lugar, o Partido dos Trabalhadores entende que precisa ficar claro que o acesso ao programa nacional dá direito também ao acesso aos programas estaduais, porque hoje muitos Partidos não têm conseguido realizar os seus programas estaduais por uma interpretação equivocada da lei em cada Estado.

Em terceiro lugar, a questão do critério para o acesso à televisão. Esta questão é muito complexa, todas as sugestões que estão aparecendo têm brechas. É preciso, então, aprofundar o debate sobre o critério, e o Partido dos Trabalhadores está disposto a aprofundar esse debate, mas não vai concordar com nenhum critério que impeça o desenvolvimento de Partidos políticos que estão iniciando, Partidos políticos que tenham representação pequena aqui dentro, mas têm uma representação grande lá fora, a nível da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a posição do Partido dos Trabalhadores é clara, não vamos ceder a interesses de televisão, não vamos ceder a pressões, venham elas de qualquer setor do Governo, para modificar essa legislação, sem uma discussão profunda. Então, que fique claro, para toda a sociedade, qual é a posição do Partido dos Trabalhadores e qual é a melhor posição para ser votada aqui na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O processo de banalização da vida pública brasileira, levado às últimas consequências pela irresponsabilidade governamental, continua a gerar distorções que confundem e levam à perplexidade a opinião pública do País. Os jornais de várias capitais, inclusive os de Brasília, publicam hoje uma página inteira assinada pelo ex-Ministro Aníbal Teixeira, sob o título "Pondo os Pingos nos is". O ex-Ministro relata a forma pela qual tentou agir, sobretudo num projeto patrocinado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária, e denuncia poderosos grupos que agiram contrariamente às medidas que ele propunha para dinamizar a participação comunitária em projetos populares, capazes não de solucionar como de minimizar os gravíssimos problemas que, hoje, como ontem, afligem a esmagadora maioria da sociedade. No final, o Sr. Aníbal Teixeira, que deve ser um homem muito rico e que saiu com as mãos vazias do Ministério do Planejamento, diz que pagou do seu bolso a publicação desse farto e pouco esclarecedor material.

Acontece, Sr. Presidente, antes mesmo de deixar a Pasta que ocupava, o Sr. Aníbal Teixeira responsabilizou, com todas as letras, o Presidente José Sarney pela liberação de verbas às prefeituras municipais contempladas com recursos da Secretaria Especial de Ação Comunitária. Não houve nenhuma contestação, nem mesmo no telefonema pessoal que o Sr. José Sarney teria feito ao Sr. Aníbal Teixeira. Disse mais: muitas empresas que têm crédito junto ao Governo Federal, na impossibilidade de recebê-lo, utilizavam, sem o menor escrúpulo, intermediários, pagando recursos incalculáveis para que essas verbas fossem

liberadas. Também de parte do Governo Federal não houve nenhuma contestação.

Ora, Sr. Presidente, toda vez que alguém, dentro do próprio Governo, faz uma acusação tão grave ao Presidente da República e àqueles que pululam em torno do poder, e toda vez que não há uma resposta, cabe à sociedade brasileira ficar com a dúvida e concluir que, realmente, o processo de corrupção que corrói as entranhas do Palácio do Planalto e da própria economia nacional precisa ter um fim.

Agora, mais recentemente, recebo informações de que, na ânsia de dar algum sentido prático à reforma agrária, que continua patinando nas suas próprias contradições, o Governo estaria negociando, sem os processos de desapropriação por interesse social, diretamente com os latifundiários, pagando preços altíssimos por terras que não valem sequer a metade do dinheiro público que nelas foi aplicado. Em Goiás, no Pará e no Rio Grande do Sul, há negócios desse tipo: quando um hectare, em áreas nobres do Rio Grande do Sul não está acima de 100 mil cruzados, o Governo estaria pagando no mínimo o dobro. Esse dinheiro, Sr. Presidente, sai dos cofres públicos, que engordam na medida em que o povo é massacrado com impostos escorchantes, imorais, que o incapacitam sequer de ter o mínimo indispensável a uma vida digna. Este é o quadro que aí está.

Sr. Presidente, chamo, em nome da liderança do PDT, a atenção da Casa e da Nação para essas loucuras, para esses desmandos que o Governo continua cometendo, em nome de uma suposta moralidade pública. Pagar pela terra, sem o processo de desapropriação, no mínimo o dobro do que ela vale, constitui uma grave lesão ao patrimônio público. Diria até um crime gravíssimo de lesa-pátria.

Este País, sobretudo o Governo, Sr. Presidente, precisa de uma assepsia. E esta só acontecerá no dia em que o povo for chamado a opinar e a decidir, e ele próprio, segundo a sua vontade e a sua inclinação democrática, escolher um Presidente que tenha compromissos com o seu povo, com a História e com o futuro do seu País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Amaury Müller o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário.*

## VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo. (Pausa.)

Não há proposições a serem apresentadas.

**O SR. PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Reitero os termos do requerimento de informações que encaminhei à Mesa da Constituinte, em 16 de setembro do ano passado, em que

pedia informações à Casa Civil da Presidência da República sobre o uso do dinheiro público pela Secretaria do Planejamento, pelo ex-Ministro Aníbal Teixeira.

Reitero os termos do requerimento de informações, com certo tédio, no exercício do mandato parlamentar, porque o Ministro caiu e está se tornando praxe, em seguida à queda de um Ministro, o mesmo publicar na imprensa nacional as explicações da sua queda.

Encaminhei pedido de informações em agosto, quando era Ministro da Previdência e Assistência Social, o Sr. Raphael de Almeida Magalhães. S. Ex.<sup>a</sup> não respondeu, caiu, veio aos jornais e respondeu. Agora é o Ministro Aníbal Teixeira que cai e diz que vai por os "pingos nos is". As informações que ele dá dizem que existe uma série de calúnias – pelo menos, oito, – contra a sua atuação.

Vários dos pedidos de informações que fiz referem-se ao que o ex-Ministro chama de calúnia.

Reitero à Mesa da Constituinte, faça chegar à casa Civil da Presidência da República, pedido oficial de informações, para que este Constituinte e a Liderança do meu Partido tenhamos condição de saber se isso é ou não calúnia.

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** – Esta Presidência vai providenciar junto à Secretaria da Mesa para que o requerimento de informações tenha retorno com as respostas requeridas pelo nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pela ordem, sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Gostaria de fazer uma proposta.

Há muitos anos, talvez, décadas, foi criada no Brasil a chamada **A Hora do Brasil**, hoje **A Voz do Brasil**, veiculada através do rádio em todo o País.

Assim, neste momento, solicito à Mesa encaminhe à EBN, Empresa Brasileira de Notícias, entidade que congrega os órgãos de informações oficiais, um voto de congratulações pela maneira imparcial, concisa, direta e, sobretudo, sucinta com que **A Voz do Brasil** tem veiculado, em toda a Nação os noticiários referentes aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Já disse certa vez – e aqui repito – que, salvo honrosas exceções, a mídia de rua dá cobertura à esquerda e a mídia de gabinete dá cobertura ao poder. Nós, que somos do centro e não temos nenhum poder, ficamos no meio, órfãos da mídia. Entretanto, faço hoje, de público, esta exceção, porque, se há um órgão que tem veiculado todos os nossos pronunciamentos – e tenho recebido informações de todo o País – é **A Voz do Brasil**.

Assim, é de justiça, neste momento, solicitar à Mesa encaminhe o nosso voto de louvor a essa instituição, que, apesar de pertencer ao Governo, de uma maneira imparcial, concisa, sintética, não tem deixado de veicular nenhuma notícia do que se passa neste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** – O voto de louvor requerido pelo nobre Constituinte será transmitido à ADIRP, da Câmara dos Deputados e ao Serviços de Divulgação e Relações Públicas do Senado, que são órgãos da própria Casa.

**O SR. AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Encaminhei, e a Mesa o aprovou, em abril do ano passado, um requerimento de informações à Chefia da Casa Civil da Presidência da República, para que o Governo esclarecesse a rumorosa, a escandalosa questão da importação de alimentos, sobretudo de alimentos deteriorados ou atingidos pelo desastre nuclear de Chernobyl.

Já estamos no final de janeiro, Sr. Presidente, e até hoje não tive o prazer de tomar conhecimento da resposta do Governo a respeito dessa questão. Foram elaborados vários itens a respeito da forma pela qual foram realizadas aquelas operações altamente lesivas ao interesse nacional e à saúde já precária do povo brasileiro.

Faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, sob a forma de reclamação, para que insista junto ao Governo ou a quem de direito, a fim de que, pelo menos, respeite um pouco mais o Poder Legislativo ou a Assembléia Nacional Constituinte e dê uma satisfação acerca desse requerimento de informações.

Fica a reclamação e a certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> tomará as providências cabíveis, a fim de que conheçamos, em toda a sua extensão, em toda a sua dimensão, mais esse escândalo que o Governo da Nova República patrocinou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** – Faremos gestões junto ao 1º-Vice-Presidente da Constituinte no sentido de que seja cobrado do Gabinete da Casa Civil o requerimento de informações solicitado pelo nobre Constituinte. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** – Passa-se ao horário de

## VII – PRONUNCIAMENTOS

### SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Constituinte Geraldo Campos.

**O SR. GERALDO CAMPOS (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao fazer um registro que considero de significativa importância na vida desta instituição, quero trazer ao conhecimento da Casa a fundação, por quase mil funcionários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do seu Centro de Processamento de Dados e de seu Centro Gráfico, da Associação Profissional dos Servidores do Legislativo.

Não se trata, como poderá verificar V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, de uma instituição a mais, além da ASCADE e da ASSEFE, que já congregam os interesses dos servidores de ambas as Casas do Congresso, no que diz respeito aos aspectos social, assistencial e recreativo. De acordo com o que fizeram questão de ressaltar no manifesto de lançamento da entidade, trata-se de uma tomada de consciência, em relação à importância da instituição legislativa, para a preservação da democracia e do sistema representativo em nosso País. É um traço essencial do engajamento dos servidores que nos ajudam a dar vida a este Poder. E um passo entre nós, circunstância sem a qual, a democracia jamais transcenderá o seu aspecto formal, em prejuízo da vivência prática, cotidiana e sistemática que deve ter a democracia participativa.

Ao congratular-me, portanto, com esses servidores, leio para que conste dos Anais desta Casa, a íntegra do manifesto de lançamento dessa entidade, para a qual peço a indispensável compreensão e colaboração das Mesas das duas casas do Congresso, dirigir-me, na convicção de que todos os leais combatentes da Legislação, aliados conscientes e fiéis na valorização deste Poder.

### ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO – PRÓ PARLAMENTO

#### Manifesto

Os servidores do Congresso Nacional que fundaram a Associação Profissional dos Servidores do Legislativo estão conscientes de que o fortalecimento do regime democrático e do sistema representativo é condição indispensável e necessária para a valorização das instituições a que pertencem e a que emprestam, na qualidade de funcionários, o esforço de sua contribuição profissional.

Entendem, ainda, que o prestígio das instituições políticas do País impõe não apenas a mobilização de toda a sociedade, mas, sobretudo, a observância de critérios éticos no desempenho dos mandatos legislativos, para cujo exercício devem os servidores do parlamento contribuir, na medida de suas possibilidades, a partir de seu crescente aprimoramento e qualificação profissional, por constituírem o suporte indispensável das tarefas constitucionais historicamente atribuídas ao Poder Legislativo em todos os níveis.

#### Valorização do Legislativo

A fundação da entidade que os congrega, portanto, não faz parte apenas do processo histórico de restauração democrática a que se entrega a Nação através da Assembléia Nacional Constituinte. Representa, antes de mais nada, o empenho de considerável parcela dos dez mil servidores do Congresso Nacional, com vistas à criação de instituições políticas fortes, representativas e de incontestável legitimidade, sem as quais a Democracia, no País, continuará a ser aspiração nacional permanentemente adiada.

O processo de institucionalização democrática, sem dúvida, implica o prestígio e o fortalecimento do Poder Legislativo, expressão da soberania popular nos regimes repre-

sentativos. Requer, por isso mesmo, a existência de um sistema partidário autêntico, atuante e pluralista e de um sistema eleitoral crescentemente aprimorado, para de fato traduzir a vontade política de toda a Nação.

A atividade política e as instituições legislativas sofreram, ao longo dos últimos anos, um processo de contínua marginalização, que se reflete na descrença intermitentemente revelada por inúmeras pesquisas de opinião pública e ostensivamente documentada nos resultados eleitorais que em sucessivos pleitos mostram, pelo número de votos nulos e em branco perigoso ceticismo na atuação política dos partidos brasileiros.

#### Importância da Atividade Política

Para reverter esse quadro de insegurança, descrença e pessimismo que ameaça dominar a Nação, torna-se inadiável um esforço contínuo, persistente e obstinado de esclarecimento da opinião pública e de politização de toda a sociedade quanto à importância da atividade política e das instituições representativas no fortalecimento do regime democrático. A Associação Profissional dos Servidores do Legislativo nasceu para, como parte de suas responsabilidades, contribuir nesse esforço, que deve ser permanente e sistemático e que nem sempre tem sido exercido de modo eficaz e competente, em face dos agravos de que é vítima o Poder Legislativo, invariavelmente responsabilizado, como instituição, por erros e desvios de natureza ética de parcela reconhecidamente infima de alguns de seus eventuais e transitórios integrantes.

O Legislativo não é o mais desarmado dos Poderes políticos por ser o mais fraco, mas, sim, por ser o mais democrático, na medida em que haure sua força, sua representatividade e suas prerrogativas na fonte legítima da vontade popular. O exercício indispensável da crítica e da vigilância é um sinal de vitalidade de todo o organismo social. Exatamente por isso ela será mais forte, mais contundente e mais aguda quanto mais democrática for a estrutura da sociedade. A crítica, por conseguinte — especialmente a da Imprensa — não pode nem deve ser recebida como exercício gratuito de agravos e ataques, que serão tão mais procedentes quanto mais frágeis e inoperantes se mostrarem as instituições democráticas. A passividade perante os erros denunciados é que enfraquece as instituições. E enfraquece exatamente porque a omissão e o pecado capital da Política.

#### Fortalecimento do Regime Democrático

Incluindo entre seus objetivos primordiais “promover estudos que contribuam para a valorização do Poder Legislativo” e “adotar e patrocinar iniciativas que tenham por objetivo fortalecer o sistema representativo e o regime democrático”, a Associação Profissional dos Servidores do Legislativo se engaja no esforço de disseminar, de forma permanente, em todo o País — e, em especial, coadjuvando o papel que neste sentido devem exercer os Partidos — a importância da instituição legislativa para a consolidação democrática em que toda a Nação está empenhada.

Para tanto, inicia suas atividades patrocinando, já no decorrer do histórico e decisivo ano de 1988, quando se deve promulgar a nova Constituição, cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento em diversos níveis, cobrindo áreas institucionais relativas a:

- a) Evolução constitucional brasileira;
- b) Iniciação à Ciência Política;
- c) Legislação eleitoral e partidária;
- d) História do Poder legislativo;
- e) Ideologias Políticas Contemporâneas.

Ao mesmo tempo, desenvolverá esforços junto por duas Casas do Congresso Nacional, bem como aos Partidos políticos e a outras instituições políticas e acadêmicas do País, para que, num trabalho multidisciplinar, se instale em Brasília um Instituto Brasileiro de Estudos políticos, cuja finalidade precípua seja a investigação, pesquisa e documentação da vida política brasileira, em estreita e íntima cooperação com as universidades nacionais e estrangeiras, o sindicatos do País e os parlamentos de outras nações, notadamente as latino-americanas

#### Democratização Interna

Como entidade representativa dos interesses profissionais dos servidores do legislativo, desenvolverá também estudos tendentes a aprimorar a estrutura administrativa das duas Casas do Congresso Nacional, buscando dar-lhes maior racionalidade e produtividade, a fim de que possa oferecer aos membros do Congresso Nacional, às suas Comissões Técnicas, aos Partidos políticos nele representados e às Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, o aporte de conhecimentos técnicos e especializados, que o exercício da elaboração e da fiscalização legislativa exige e impõe, num país de profundas transformações e num mundo em constante e acelerada mudança.

Lutará, pois, a Associação Profissional dos Servidores do Legislativo pela valorização dos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, oferecendo-lhes condições e oportunidades de constante aprimoramento, no sentido de lhes serem assegurados meios de progredirem em suas carreiras, ascenderem a postos de direção e, ao mesmo tempo, criando condições para que possam dedicar-se integral e devotadamente à instituição a que servem, democratizando seus mecanismos decisórios internos, exatamente como deve ser da natureza das instituições legislativas, a fim de que possam ser democráticas e representativas da Democracia a que todos aspiramos.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA:** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todo o País tomou conhecimento, através da Imprensa, da decisão em boa hora adotada pelo

Senado Federal, por iniciativa do ilustre Senador Afonso Camargo, para pôr fim a uma das situações mais esdrúxulas, interpretação de uma lei dos tempos do autoritarismo, do bipartidarismo, quando existiam apenas a ARENA e o MDB.

Sr. Presidente, falo a respeito da revolta de milhões e milhões de telespectadores deste País contra o mau uso do espaço destinado aos partidos políticos que têm funcionamento, organização e representação no Congresso Nacional. Esse projeto foi votado pelo Senado Federal em 24 horas, vindo em seguida para a Câmara dos Deputados e até agora não foi apreciado pelo Plenário.

Esta questão de ordem tem por objetivo pedir a V. Ex.<sup>a</sup> promova, junto à Mesa da Câmara dos Deputados, a convocação de uma sessão extraordinária, para que se possa apreciar a matéria votada pelo Senado, se possível e se necessário emendando-a, mas dando uma satisfação à opinião pública de todo o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** — Faremos gestões junto à Mesa da Câmara para saber quando será realizada a próxima sessão extraordinária.

#### VIII — ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá):** — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

*DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:*

Abigail Feitosa — PMDB; Adhemar de Barros Filho — PDT; Adroaldo Streck — PDT; Aécio Neves — PMDB; Agassiz Almeida — PMDB; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Alarico Abib — PMDB; Albano Franco — PMDB; Albérico Filho — PMDB; Alfredo Campos — PMDB; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Álvaro Pacheco — PFL; Álvaro Valle — PL; Amílcar Moreira — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Annibal Barcellos — PFL; Antero de Barros — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Carlos Franco — PMDB; Antonio Farias — PMDB; Antonio Gaspar — PMDB; Antonio Perosa — PMDB; Antonio Salim Curiani — PDS; Antonio Ueno — PFL; Arnaldo Prieto — PFL; Arnold Fioravante — PDS; Asdrubal Bentes — PMDB; Assis Canuto — PFL; Augusto Carvalho — PCB; Áureo Mello — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Benito Gama — PFL; Beth Azize — PSB; Bezerra de Melo — PMDB; Bosco França — PMDB; Caio Pompeu — PMDB; Carlos Alberto — PTB; Carlos Benevides — PMDB; Carlos De'Caril — PMDB; Carlos Mosconi — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Carrel Benevides — PMDB; Celso Dourado — PMDB; César Cals Neto — PDS; César Maia — PDT; Chagas Neto — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Cleonânio Fonseca — PFL; Cristina Tavares — PMDB; Dálton Canabrava — PMDB; Davi Alves Silva — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Dionísio Hage — PFL; Dirce Tutu Quadros — PTB; Dirceu Carneiro — PMDB; Divaldo Suruagy — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Edésio Frias — PDT; Eduardo Moreira — PMDB; Eliézer Moreira — PFL; Erico

Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Fogaça – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Queiroz – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Correa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Wedekin – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando

Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimenta – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zazur – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Viana – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rollemberg – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sívio Abreu – PMDB; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansação – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Vladimir Palmeira – PT; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Ziza Valadares – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Encerro a sessão, designando para amanhã dia 27, às 14:00 horas a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, do Preâmbulo e Título I do Projeto de Constituição.

*Encerra-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MAURO SAMPAIO NA SESSÃO DE 14-1-88 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O encurtamento da diferença do PIB brasileiro em relação ao norte-americano poderá ser conseguido, ainda, no Governo do Presidente José Sarney, apenas com duas estratégias simples: via escolas de iniciação agrícola e de irrigação elementares e a nível secundário, e via a mecanização agrícola.

**a)** A escola de iniciação agrícola e de irrigação:

As atividades que as escolas do interior fizerem com os alunos do primário e do secundário, o estímulo e a conscientização de um Brasil voltado para o campo representa o resgate de uma geração, hoje com a idade entre 20 e 30 anos, que não teve a chance de participar e refletir sobre os grandes projetos de irrigação e ocupação do solo, como os do DNOCS, os da CODEVASF e outros no Nordeste.

Hoje, as escolas mais elementares deverão ser iniciadas na discussão das questões do campo, sob a ótica prima e essencialmente educacional, pois as questões rurais estão acima de políticos ou economistas e influenciam realmente a vida do homem nordestino.

Implantando escolas agrotécnicas e aparelhando-as com material e com pessoal, construindo estações experimentais e campos de sementes, e constituindo concursos, promovendo debates e aulas práticas e teóricas no campo, e fazendo com que as crianças cheguem em casa e questionem o pai acerca dos assuntos rurais, em pouco tempo acontecerá com que o mais modesto agricultor sente-se à mesa, falando sobre irrigação, agricultura e pecuária, identificando sua vontade e sua responsabilidade.

Neste contexto, surge a idéia de criação de uma Escola de 1º grau, de 5ª a 8ª séries, com terminalidade em irrigação e agropecuária, além de cursos de extensão e reciclagem, a ser instalada dentro do perímetro irrigado Curu-Paraipaba, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, do Ministério da Irrigação.

A proposta pedagógica da escola de iniciação agrícola e de irrigação baseia-se nos princípios do sistema escola-fazenda. Essa metodologia busca conciliar educação, trabalho e produção, possibilitando ao aluno desenvolver habilidades e experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teórico-práticas. A escola planejará as atividades, definindo seu projeto educativo, funcionando em tempo integral, com base nos seguintes parâmetros: 2 turnos de 30 alunos por séries, perfazendo um total de 240 alunos nas quatro séries; regime de semi-internatos, com 8 horas de trabalhos diários, e, em casos especiais, regime de internato; grade curricular com a distribuição quantitativa das matérias e disciplinas de Educação Geral e de Formação Especial e respectivas cargas horárias semanal e anual por séries, perfazendo um total geral de 4.500 horas/aulas, sendo 2.844 destinadas à Educação Geral e 1.656 horas/aulas à Formação Especial, conforme planejamento anexo; 3 unidades educativas nas áreas de irrigação, agricultura e zootecnia rurais que funcionam como ambientes de ensino em que os educandos adquirem conhecimentos teórico-práticos e desenvolvem atividades relacionadas com os conteúdos das disciplinas de Formação Especial.

O Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba foi efetuado nos moldes e com tecnologia dos **Kibutz** – fazendas coletivas instaladas no deserto do Estado de **Israel**, as quais desempenharam um papel primordial na colonização daquela Nação, como pioneiros na preparação da terra e na formação do Exército israelense –, numa área de aproximadamente 12.346ha, no Vale do rio Curu – um dos rios não perenes do Ceará –, nas proximidades da cidade de Paraipaba, a pouco mais de 100km de Fortaleza, no litoral norte do Estado.

Embora não seja um **kibutz**, mas apenas um projeto de irrigação mesclando a tecnologia israelense de irrigação e colonização com a tradição do DNOCS em açudagem, o Governo federal tem no projeto de irrigação do Perímetro Curu-Paraipaba uma das melhores experiências encorajadoras no sentido de os rurícolas aderirem ao esforço coletivo de vencer os obstáculos que se opõem à determinação do presidente da Repú-



blica José Sarney de promover a reformulação fundiária do País. O consenso que se está formando, através desse esforço titânico, será a base duma solução aceitável e duradoura para os problemas aparentemente insolúveis de fomentar-se o crescimento da produtividade agropecuária ten-

do por base a irrigação e, conectadamente, da reforma agrária, tendo por base o comodato agrícola, na figura jurídica de Clóvis Bevilácqua. Além de uma bem montada estrutura fundiária, com módulos residenciais, áreas irrigadas e de exploração, destacamos a educação já existente:

### EDUCAÇÃO

Escolas	Salas de aulas	Turmas conv.	1º grau	TV-E	Pessoal		
					Prof.	Adm.	Total
07	30	58	1.231	215	45	12	57

Ressalte-se que, para a instalação do Colégio de iniciação em irrigação e agropecuária, há o local do antigo gerenciamento do projeto, atualmente em abandono, com instalações de alvenaria, numa área de aproximadamente 40ha., já solicitada, para tanto, ao DNOCS, pela associação dos servidores – ASSECAS.

“O balanço atual da irrigação é um tanto desalentador. As estatísticas de áreas irrigadas advertem para a necessidade de mudar os critérios institucionais do trabalho. E é o que vamos procurar fazer.” – foi o depoimento do Diretor-Geral do DNOCS, Engº Uirandé Augusto Borges, em depoimento na CPI que investiga os prejuízos da seca no Nordeste brasileiro, a 5 de novembro do ano passado, no documento intitulado “Atuação do DNOCS no Nordeste”, conforme já nos reportamos no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, respectivamente em 27 de novembro de 11 de dezembro passados, ao falarmos sobre a necessidade de alta tecnologia mesmo a de ponta no combate às secas e da biotecnologia na produção prioritária de alimentos (**Vide Diário da ANC**, respectivamente de 27-11-87, págs. 5902/3 e de 11-12-87, págs. 6100/1).

Faz-se, necessário, que o Governo Federal proporcione recursos aos Ministério da Educação e da Irrigação necessários ao funcionamento destas escolas de iniciação agrícola e de irrigação.

**b) Mecanização agrícola, além da irrigação:**

Desde que, em 1730, foi construído na Holanda o primeiro arado com aiveca em substituição aos

tradicional arados de madeira dos egípcios, passando-se pelas melhorias da relha de Roberto Ransome, em 1803, e pela construção do arado metálico composto de peças desmontáveis, que o norte-americano Jetho Wopd conseguiu realizar em 1819, ouve-se a toda hora: precisamos mecanizar a nossa agricultura...

Contudo, nada parece-nos haver sido feito melhor até agora do que o feito na década 40/50.

Naquela década, um gerente do Banco do Brasil em Cachoeira do Itapemirim, o cearense Raimundo de Andrade, não satisfeito com o amplo financiamento à lavoura que vinha sendo feito àquela época, resolveu levar mais longe os benefícios do crédito agrícola, providenciou a importação de 25 tratores que foram entregues a preço de custos aos lavradores inscritos na agência e para pagamentos em 3 anos a juros de 7%, sendo a primeira prestação efetuada um ano após o recebimento da máquina. Pena foi que a falta de divisas tenha interrompido os planos traçados com o fim de atender a novos lavradores já inscritos e ansiosos para adquiri-los. Ficou, porém, o registro do espírito compreensivo e prático do gerente daquela agência do BB, um caboclo cearense da melhor estirpe e credor de honras e louvores na história econômica capixaba.

A mecanização da lavoura foi sempre, e ainda o é, o prato do dia de nossos dirigentes, sobretudo de nossos “doutores”.

Estas considerações acima mostram dois aspectos importantes para o desenvolvimento da

agricultura no País, sobretudo neste Governo do Presidente José Sarney, que se tem voltado para a irrigação. Por outro lado, continua a migração intensa dos agricultores para a cidade e, de outro, um aumento considerável da produção e produtividade agrícolas, embora as condições reais de vida do agricultor não tenham melhorado como um todo.

O alto nível técnico da agricultura brasileira deverá advir quando for dada prioridade ao desenvolvimento de técnicas e, ao mesmo tempo, à racionalização e à melhoria dos velhos métodos.

Deve ser aumentado o número de escolas de iniciação agrícola cada vez mais; melhorar os implementos, ou máquinas ou sistemas de plantios; as informações e orientações devem ser dadas individualmente, aos agricultores, e cursos de aperfeiçoamentos e palestras.

O aumento da mão-de-obra na agricultura e, conseqüentemente, a produção cada vez mais elevada só será possível através da intensificação do desenvolvimento tecnológico.

No mais, o que nos falta é espírito de brasilidade; é amor à tarefa que se executa; é entusiasmo pela solução dos magnos problemas do nosso homem rural e da gleba nordestina; é renúncia aos interesses pessoais; é, em última análise, união de vida e esforço de quantos têm sobre os seus ombros a honrosa responsabilidade de defender, com unhas e dentes, a obra que lhes é confiada, e de pugnar, desassombadamente, pelo bem-estar e felicidade pessoal dos seus subordinados para que possam, assim, desfrutar do respeito e da admiração deles, assim como merecer a consagração da Pátria agradecida.

Estas são, pois, as minhas considerações ao Governo do Presidente José Sarney, através dos Ministérios da Educação e da Irrigação e do Banco do Brasil, no sentido de que continue a investir no campo, conclamando a todos para a prática da atividade do assessoramento político, que não deve ser entendido apenas como assessoria governamental, mas também como um tipo de orientação da opinião pública.

Era o que tínhamos a dizer Sr. Presidente.



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 172

QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA-DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 188ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 27 DE JANEIRO DE 1988.

##### I – Abertura da sessão

##### II – Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

##### III – Leitura do Expediente

##### OFÍCIOS

Nº 80/88 – Da Senhora Constituinte Márcia Kubitschek, solicitando a retirada dos Destaques nºs 1.114 e 1.115.

##### IV – Pequeno Expediente

##### PRESIDENTE

Esclarecimento sobre tempo do período destinado ao Pequeno Expediente e às Comunicações das Lideranças.

**NILSON GIBSON** – Desemprego, prioridade do Governo Miguel Arraes, Estado de Pernambuco. Importância da construção da Ferrovia Transnordestina.

**IVO VANDERLINDE** – Duração do mandato do atual Presidente da República.

**NELSON AGUIAR** – Inexplicabilidade da pretensão do grupo “Centrão” de suprimir a expressão “proteção especial à criança e ao adolescente” do texto constitucional.

**AROLD DE OLIVEIRA** – Importância do preâmbulo da futura Constituição.

**OSVALDO BENDER** – Realização, em Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, do 17º Rodeio Criolo.

**VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Repúdio á tentativa de adiamento das eleições municipais marcadas para 1988.

**LÉZIO SATHLER** – Editorial “Retrato do Centrão”, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**.

**JOSÉ TAVARES** – Responsabilidade da União nas despesas com a manutenção do ensino superior nas escolas públicas estaduais.

**HERMES ZANETI** – Preocupações do orador com a preferência regimental dada às emendas do grupo “Centrão” em relação ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

**CÉSAR MAIA** – Análise do Projeto de Constituição.

**RENATO JOHNSSON** – Exigência da publicação das declarações de bens de ocupantes de cargos de direção e assessoramento em órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.

**JALLES FONTOURA** – Duração do mandato do atual Presidente da República.

**IVALDO GONÇALVES** – Esclarecimento sobre verdadeira naturalidade do orador.

**EDIVALDO MOTTA** – Comportamento da Polícia Militar da Paraíba durante tentativa de invasão do Palácio do Governo do Estado.

**JORGE ARBAGE** – Artigo “Aids e a moral sexual”, publicado no jornal **O Globo**.

**DAVI ALVES SILVA** – Criação do Estado do Maranhão do Sul.

**BOCAYUVA CUNHA** – Eleições imediatas para renovação dos mandatos legislativos e para Presidente da República.

**SÓLON BORGES DO REIS** – Defesa ecológica do meio ambiente na futura Constituição.

**COSTA FERREIRA** – Expectativa em relação ao futuro texto constitucional.

**CARLOS VINAGRE** – Confronto entre a UDR/Norte-Pará e a CNBB Regional norte II com vistas à reforma agrária.

**JORGE UEQUED** – Expectativas dos aposentados e pensionistas em relação aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

**JUAREZ ANTUNES** – Ocupação das instalações da Companhia Siderúrgica Nacional por tropas do Exército.

**ARNALDO FARIA DE SÁ** – Atendimento, na futura Constituição, dos compromissos assumidos na área social.

**JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS** – Aprimoramento, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte da Comissão de Sistematização.

**SIQUEIRA CAMPOS** – Criação do Estado do Tocantins.

PEDRO CANEDO – Data de realização das próximas eleições presidenciais.

#### V – Comunicações das Lideranças

JOSÉ ELIAS MURAD – Males decorrentes do agravamento do narcotráfico na América Latina.

ROBERTO ROLLEMBERG – Duração do mandato do atual Presidente da República.

GIDEL DANTAS – Estrito cumprimento, pela Sudepe, das determinações presidenciais para redução de gastos.

ADROALDO STRECK – Degradação do conceito dos políticos perante a opinião pública.

PAULO DELGADO – Propósitos do Governo de Minas Gerais com a demissão de milhares de professores estaduais.

ADEMIR ANDRADE – Inquietude reinante no seio da população com a situação da economia nacional.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Prevalência dos ideais do liberalismo social na elaboração das normas constitucionais.

HAROLDO LIMA – Repúdio à tese da limitação dos poderes da Assembléia Nacional Constituinte, defendida pelo Consultor-Geral da República.

JOSÉ LOURENÇO – Disposições do PFL para o diálogo e o entendimento em prol de uma Constituição moderna.

ROBERTO FREIRE – Importância do processo adotado para a elaboração constitucio-

nal. Existência de opções para escolha do texto final.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Exortação do PDC à união de todos os Constituintes por uma Carta Magna que vise a construir uma sociedade livre, justa e solidária no Brasil.

#### VI – Apresentação de Proposições

SAMIR ACHÔA.

#### VII – Ordem do Dia

PRESIDENTE – Agradecimentos da Presidência pela significativa presença de Constituintes. Cronograma das sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Processo de discussão e votação do Projeto de Constituição.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Questão de ordem) – Participação do Presidente da Mesa Diretora nas deliberações da Assembléia Nacional Constituinte, além dos casos de desempate de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

HAROLDO LIMA, FAUSTO ROCHA, AMARAL NETTO, PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO, JOSÉ MARIA EYMAEL, MÁRIO COVAS, BRANDÃO MONTEIRO, ROBERTO AUGUSTO, ADOLFO OLIVEIRA, ADEMIR ANDRADE, AFONSO ARINOS, JOSÉ GENOÍNO, ALUÍZIO CAMPOS – (Retirado pelo orador para revisão). Encaminhamento da votação do Preâmbulo e do Título I – Dos Princípios Fundamentais – da Constituição.

CRISTINA TAVARES (Questão de ordem) – Apressamento do processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Cristina Tavares.

NELSON JOBIM – Encaminhamento da votação do Preâmbulo e do Título 1 – Dos Princípios Fundamentais – da Constituição.

BERNARDO CABRAL – Desistência da inscrição como relator, por estar o plenário suficientemente esclarecido a respeito da matéria em votação.

ALUÍZIO CAMPOS (Questão de ordem) – (retirado pelo orador para revisão). Existência de destaque para o Preâmbulo da Constituição.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Aluizio Campos.

PRESIDENTE – Esclarecimento à Casa sobre o processo de votação eletrônica.

AMARAL NETTO (Pela ordem) – Estranheza da bancada do PDS pela falta de **quorum** na sessão.

#### VIII – Encerramento

Discurso do Sr. Fernando Santana publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** de 13-1-88, que se republica por haver saído com omissões: Ação das TRR – Transportadoras, Revendedoras e Retalhistas de óleo diesel, querosene, óleo lubrificante e graxa, no Brasil. Monopólio da distribuição de derivados de petróleo na futura Carta Magna.

**2 – MESA** (Relação dos membros)

**3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** (Relação dos membros)

**4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** (Relação dos membros)

### Ata da 188ª Sessão, em 27 de janeiro de 1988

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;*

#### ÀS 14 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PSB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL;

Alexandre Puzyna – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arol-

de de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de

Castro – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Ameiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovah Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irupuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Rocha – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL;

José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Pares – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysáneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marco Maciel – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Solon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vicente Bogó – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Wilson Souza – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vítor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB.

## 1 – ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A lista de presença registra o comparecimento de 319 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II – LEITURA DA ATA

**O SR. MÁRIO MAIA, 2º-Secretário,** procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º-Secretário,** procede à leitura do seguinte.

## III – EXPEDIENTE

### OFÍCIO

**Da Srª Márcia Kubitschek, nos seguintes termos:**

Brasília, 26 de janeiro de 1988

MK-80/88

Exmo. Sr.  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Câmara dos Deputados  
Brasília – DF

Senhor Presidente,

No uso das prerrogativas que me faculta o artigo 4º da Resolução nº 3/88, que alterou o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, apresentei, dia 25 último, quatro pedidos de destaque: o de nº DO 1.199, sobre a Emenda nº 2P 00610-8, de minha autoria; o de nº DO 1.200, sobre a Emenda nº 2P 01564-6, de autoria do Senador Nelson Carneiro; o de nº DO 1.201, sobre a Emenda nº 2P 00572-1 e o de nº DO 1.202, sobre a Emenda nº 2P 00571-3, ambas de minha autoria.

Estranhamente, porém, ao dar entrada nesses quatro destaques, constatei que outros dois pedidos de destaque, os de nº DO 1.114 e DO 1.115 haviam sido apresentados como de minha autoria, fato que desconheço e com o qual não concordo.

Em primeiro lugar, porque o pedido de Destaque nº DO 1.114 se refere à Emenda nº 2P 00571-3, de minha autoria e para a qual pedi destaque através do Pedido nº DO 1.202. É óbvio, Senhor Presidente, que eu não iria pedir, como não pedi, dois destaques para a mesma emenda.

Em segundo lugar, porque o pedido nº DO 1115, pede destaque para a Emenda nº 2P 00835-6, de autoria do Senador Roberto Campos e que, em seus termos, colide com o disposto na minha Emenda de nº 2P 00571-3, aprovada pelo relator Bernardo Cabral.

É óbvio, repito, Senhor Presidente, que eu não iria apresentar, como não apresentei, dois pedidos de destaque, um anulando o outro.

O que me deixou surpresa, porém, é que esses dois pedidos de destaque, que eu estou contestando como sendo de minha autoria, (os de nºs DO 1114 e DO 1115) contém minha assinatura na 3ª linha, quando eu tenho por norma, em sendo autora, assinar sempre na 1ª linha.

É possível que, a pedido de alguém, eu tenha, como apoio e em confiança a quem pediu, assinado o requerimento na 3ª linha, sendo o mesmo usado indevidamente para autoria, o que é deplorável.

Em vista do exposto, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que sejam retirados os pedidos de destaque de nºs DO 1114 e DO 1115, que constam como sendo de minha autoria.

Renovo a V. Ex.<sup>a</sup> meus votos de estima pessoal e crescente admiração.

Cordialmente – **Márcia Kubitschek**, Vice-Líder/PMDB.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE PARA O PLENÁRIO (\*)

Senhor Presidente,  
Requeiro, nos termos do art 4º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para Emenda nº 2P 00835-6. – **Márcia Kubitschek**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE PARA O PLENÁRIO (\*)

Senhor Presidente,  
Requeiro, nos termos do art. 4º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para Emenda nº 2P 00571-3. – **Márcia Kubitschek**.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**  
– A mesa deseja esclarecer aos Srs. Constituintes que, de acordo com o § 8º do art. 34 do nosso Regimento, havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da Ata e do Expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de Liderança, reduzidos pela metade. Conseqüentemente, cada um dos oradores inscritos para o Pequeno Expediente disporá de dois e meio minutos na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Está finda a leitura do expediente. Passa-se ao

#### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Nilson Gibson  
**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o combate ao desemprego continua a ser prioritário, no Governo Miguel Arraes, através de uma vasta programação

nas áreas econômica e social. Na estratégia para atacar problema – **Desemprego** –, é considerado fundamental pelo Governador Miguel Arraes o fortalecimento das pequenas, médias e microempresas, principalmente nos setores econômicos tradicionais. Aliás, essa diretriz foi salientada pelo Sr. Newton Gibson, em discurso de posse na Presidência do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga no Estado de Pernambuco, quando afirmou de maneira categórica:

“Na qualidade de líder sindical, continuarei lutando contra as forças que se opõem à livre empresa, convicto de que o gigantismo do Estado e sua exagerada intervenção na economia, assim como a opulência das multinacionais e o desmesurado tamanho das empresas estatais estão invalidando os esforços dos pequenos e microempresários para subsistir e desestimulando os que pretendem dedicar-se à atividade de transporte rodoviário de carga.”

E conclui o líder dos transportes de carga de Pernambuco:

“Urge que o Governo apóie a livre iniciativa, mediante a redução da tendência concentradora da economia, conjugada com uma proteção especial à microempresa do setor, única forma de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento dessas pequenas unidades produtivas.”

Para apoiar essa política e a ação global do Governo Miguel Arraes contra o desemprego, o Bandepe, já saneado, vem-se transformando em um instrumento fundamental, canalizando recursos para as micro e pequenas empresas, que não eram incluídas em programas preferenciais nas administrações passadas. Apenas através de uma linha de financiamento, o Pronicro, o Bandepe aplicou, de abril a dezembro último (período do Governo Miguel Arraes), quase Cz\$ 60 milhões, distribuídos a 340 empresas de variados setores e contribuindo para a manutenção e criação de mais de 2 mil empregos.

Mas desejo fazer um registro especial, destacar no conjunto de ações integradas contra os grandes índices de desemprego em **Pernambuco** o grande investimento, capaz de modificar as relações econômicas de regiões inteiras. É o caso da Ferrovia Transnordestina, defendida pelo Governador Miguel Arraes ainda na fase da campanha eleitoral. Trata-se da construção de 350 quilômetros de linhas e da recuperação de outros 100 quilômetros de ferrovias, o que permitirá a integração à Região Metropolitana do Recife e portos da capital e de Suape ao sertão de Pernambuco, do Ceará e, principalmente, ao rio São Francisco.

A Transnordestina dará lugar, ainda, à integração da maior área irrigada do Estado aos sertões da Bahia e de Minas Gerais, permitindo o escoamento da produção dos campos do São Francisco para o mercado do **Sudeste** e do litoral pernambucano, por trem, e custos bem mais baixos do que os atuais. A nova ferrovia ainda viabilizará o transporte do saldo do Rio Grande do Norte para os rebanhos do centro-sul e a ampliação dos empreendimentos do pólo de gipsita do oeste de Pernambuco – que hoje tem nas dificuldades de transporte da matéria-prima um dos obstáculos ao seu crescimento.

O financiamento total da obra está sendo negociado pela Secretaria dos Transportes, através do Engº Paulo Cassunde e Ministério dos Transportes, junto à União Soviética.

A Transnordestina, segundo esboço de projeto em estudo no Ministério dos Transportes, terá a participação dos soviéticos, conforme decisão do embaixador da URSS no Brasil, Victor Issacov. Inclusive a concorrência para elaboração de projeto executivo teve como vencedor o consórcio paranaense Esteio/Ampla, que tem quatro meses para elaborar um levantamento de alternativas. Vencida esta fase, o consórcio disporá, então, de oito meses para entregar o projeto final. Os estudos preliminares indicam, entretanto, que a ferrovia tem três opções de traçado. A primeira, de Morada Nova a Salgueiro, iria até Ouricuri (a 660 quilômetros de Recife), seguindo depois para Petrolina. Com este traçado, a ferrovia teria uma extensão de 400 quilômetros. Outra opção a seguir será de Salgueiro mais ou menos o traçado da rodovia Parnamirim-Petrolina, com 350 quilômetros. Finalmente, a terceira opção será uma estrada de ferro marginalizando o rio São Francisco, com extensão de 320 quilômetros.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, ainda registro que o Governador Miguel Arraes está mantendo gestões para que no próximo mês de março uma missão comercial soviética visite o Estado de Pernambuco para discutir os detalhes finais da negociação, evidentemente com a participação do Governo Federal, através dos Ministérios das Relações Exteriores e dos Transportes. O primeiro trecho da obra, de 80 quilômetros, deverá ser iniciado no primeiro trimestre do próximo ano.

Concluo, Sr. Presidente, deixando registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte ações que estão sendo executadas pelo Governo Miguel Arraes, afirmando que **saúde, saneamento e educação** são outras áreas em que a política governamental está sendo amplamente desenvolvida.

Oportunamente voltarei a analisar o Governo Miguel Arraes.  
(Muito bem! Palmas)

**O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB – SC. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabo de chegar de uma viagem em que visitei 46 Municípios de meu Estado, debatendo com as lideranças comunitárias e partidárias a Constituinte, seus temas mais polêmicos e a própria crise que hoje afeta todos os brasileiros. Volto para esta nova etapa que se inicia na Assembléia Nacional Constituinte – a etapa decisiva, quando vamos efetivamente votar o texto da nova Carta – mais convencido, mais seguro das posições que tenho defendido nesta Casa.

A crise econômica que aí está leva à desesperança o povo, que confunde a crise com a própria Constituinte. Assim, que nós todos nos esforcemos para terminar a nova Carta o quanto antes, para que possamos vislumbrar novos rumos e novas expectativas para a sociedade brasileira.

Trago aqui a posição da minha gente. Quero dizer aos Constituintes que aproveitei este roteiro de viagem para auscultar a opinião dos meus eleitores, daqueles que me confiaram um mandato nesta Assembléia Nacional Constituinte, sobre os temas mais polêmicos. E o que maior

interesse tem despertado, além da crise econômica que afeta a sociedade brasileira, é a duração do mandato do Presidente da República. Quero, nesta sessão, reafirmar a posição por mim assumida quando da apresentação das emendas propostas à Constituição no sentido de fixar o mandato de 4 anos para o Presidente da República, não apenas para o Presidente Sarney, mas para todos os Presidentes da República.

Quero também dizer que, percorrendo esse roteiro, fazendo uma pesquisa junto às bases, obtive um resultado que deixa incontestável a vontade da sociedade brasileira neste momento em que precisa de um fato novo, de alento para novamente ter esperanças e acreditar no seu País. Essa pesquisa apontou que 95,3% manifestaram-se a favor de 4 anos de mandato para o Presidente da República, e apenas 4,5% a favor de 5 anos. Isto mostra de forma clara e inconfundível a vontade majoritária da sociedade brasileira.

É este o registro que aqui deixo, nesta tarde, conclamando todos os companheiros, todos os Constituintes a que, efetivamente, nos esforcemos para que a nossa Constituição possa ser em breve aprovada. Quiçá até abril tenhamos a nova Constituição, e, a partir dela, novos parâmetros e perspectivas para uma sociedade mais justa.

**O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, nos últimos dias, tenho-me dado ao trabalho de fazer um estudo comparativo entre o Projeto de Constituição, do agrupamento parlamentar chamado “Centrão” é aquele de autoria da Comissão de Sistematização.

Começo – e peço vênia a V. Ex.<sup>a</sup> – fazendo uma advertência, a partir do preâmbulo. Não sei por que nem com que interesse o “Centrão” fez suprimir ali a expressão “proteção especial à criança e ao adolescente”. Esta foi uma reivindicação feita por todas as entidades que compareceram à Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, para apresentar suas propostas. A intenção era a de que, já a partir do preâmbulo, ficasse assentado na Carta Magna esse compromisso da sociedade brasileira. Ora, no preâmbulo na Nova Constituição, fazer referência a outros compromissos e suprimir aquele de proteger, de forma especial, a criança e adolescência, é algo curioso, que não consigo entender.

Desta forma, a partir de agora, chamo a atenção dos Srs. membros do “Centrão” para que reponham no preâmbulo da Constituição esse compromisso. Acho que não há dívida social mais grave, mais profunda, mais séria nem mais dramática do que aquela que, por omissão, negligência e irresponsabilidade, esta Nação tem contraído com sua infância. Acho que do preâmbulo da Constituição, que não possui força de lei, mas representa uma previsão dos compromissos que a Nação assume, isso precisa constar agora. É necessário, portanto, restabelecer esse compromisso, assumido no texto oriundo da Comissão de Sistematização.

Quero fazer este apelo porque, nos artigos que tratam especificamente da matéria, a partir do número 254, foram suprimidos princípios fundamentais que teremos de repor. Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que estou muito apreensivo por perceber que há aqui o dedo de certo jurista, constantemente crítico da Assembléia Nacional Constituinte. Mais es-

pecificamente, num relatório que apresentou ao Ex.<sup>o</sup> Sr. Presidente da República, fez ele críticas a esta formulação.

Este apelo foi ao Relator Bernardo Cabral, que, com muita sabedoria e percuência, o acolheu e fez constar do Preâmbulo da Constituição, de onde, infelizmente, o grupo chamado “Centrão”, o suprimiu. Muito obrigado.

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PFL – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, finalmente chegamos à última e decisiva fase dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Após um início febricitante de grande participação de todos os membros desta Casa nas Subcomissões e nas Comissões, houve um vazio nos trabalhos, com marginalização da massa esmagadora da Constituinte. Hoje, retornamos à plenitude das atividades de plenário. A matéria aí está para ser votada. O Brasil é grande e está acima e além dos interesses pessoais ou grupais existentes aqui dentro. Precisamos pensar no País e ter visão de estadista, a partir da elaboração de um texto que corresponda aos anseios, às necessidades, à índole e à vocação de nossa gente. Com esse espírito devemos iniciar a votação do Preâmbulo da Constituinte. Preâmbulo que representa aquele marco inicial, que dá o perfil da futura Carta Magna e que, por conseguinte, deve ter uma redação elevada e compatível com o que desejamos seja o Texto Constitucional. Portanto, fazemos um apelo no sentido de que a grandeza que deve estar predominando em cada um de nós se manifeste a partir deste Preâmbulo – expectativa do povo brasileiro – para que possamos, já agora, demonstrar que nossos interesses são subalternos aos interesses maiores da Nação.

Sob a proteção de Deus, como diz o próprio texto que vai ser votado, vamos começar nossos trabalhos e pedir a esse Deus de todos que nos dê sabedoria, paz e muito amor, para que possamos interpretar de maneira adequada o que é melhor para a nossa gente.

**O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o Centro de Tradições Gaúchas “Porteira do Rio Grande”, de Vacaria – RS, abriu no dia 24 do corrente, mais uma vez, suas porteirosas para receber os gaúchos que queiram participar do XVII Rodeio Criolo Internacional de Vacaria, cujas programações se estendem até o dia 31 do corrente.

Quero, desta tribuna, parabenizar os organizadores deste evento. Trata-se, sem dúvida, de uma das maiores festas tradicionais e populares que se realizam em Vacaria, já que há muito tempo essas festividades ultrapassaram as fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil. Que bom haver interesse da população de vacaria em promover uma festa tradicional de tamanha envergadura! Sabemos que o gaúcho é uma mistura das mais diversas etnias e que se espalhou pelo Brasil afora. Não existe, hoje, sequer um estado brasileiro onde não esteja presente o gaúcho, sendo que nos estados mais próximos do Rio Grande encontra-se em maior número; em outros estados, sua presença tem menores proporções, mas, de uma forma ou de outra, sempre está presente.

Não poderia existir festa mais própria do que essa, quando há oportunidade de esses valorosos desbravadores, vindos dos mais longínquos re-

cantos da Pátria, aliados a tantos outros brasileiros e estrangeiros, confraternizarem-se, festejando em conjunto e participando dos mais diversos concursos, para, através de competições sadias, brilharem perante o povo ordeiro e laborioso de Vacaria e do Rio Grande do Sul.

O Rodeio Criolo Internacional é um dos maiores acontecimentos do Sul do País. Não poderia deixar passar em branco este acontecimento nem deixar de registrá-lo nos Anais desta Casa, parabenizando especialmente seus organizadores, dizendo-lhes que continuem a promover Vacaria, Porteira do Rio Grande.

Promover a tradição é uma das coisas mais belas que podemos fazer. Não podemos jogar no lixo aquilo que nossos antepassados nos delegaram com suor e lágrimas. Continuem a cultivar a tradição gaúcha! Pai isto, nada melhor do que a realização de um rodeio como esse. Faço votos para que este acontecimento se repita por muitas e muitas vezes.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, em fins do ano passado, antes do recesso de Natal e Ano Novo, já ocupara eu a tribuna para denunciar a existência de um movimento subterrâneo, quase que clandestino, dada a sua falta de rosto. Um movimento, enfim, que não tinha pai nem mãe, mas tinha força e objetivava adiar as eleições municipais marcadas para este ano. Essa denúncia não encontrou muito eco na imprensa ou no Parlamento entre aqueles que nela viam uma espécie de catastrofismo, como se procurássemos bruxas ao meio-dia. Entretanto, esse movimento, que não tinha rosto, finalmente começa a ganhar as páginas dos jornais e já se configurou em termos de emendas concretas e, mesmo, de movimento de pressão de lobistas sobre esta Assembléia Nacional Constituinte.

O movimento, hoje tem um responsável que se chama PMDB, partido que tem medo das urnas porque traiu o povo brasileiro e agora corre como nunca, corre como o seu chefe, o Presidente José Sarney, que se recusa a encarar o povo do Rio de Janeiro. Brevemente todo o povo brasileiro estará escuraçando esse Presidente comprometido com o latifúndio e com as multinacionais. Os Prefeitos e Constituintes que se estão curvando a essa manobra para adiar as eleições municipais deste ano prestam o desserviço de fechar as urnas para o povo, de prorrogar o tempo de permanência daqueles que nada mais representam a não ser o capital, a corrupção e as falcaturras que o PMDB tem imposto a centenas de municípios por este País afora.

É preciso que, no dia de hoje, quando iniciamos a votação final do Projeto de Constituição, se declare que esta Constituinte não aceitará essa manobra golpista, esse casuísmo, que denunciará essa falcaturra ao povo brasileiro e marcará eleições municipais para este ano. E mais: juntamente com as eleições municipais, ao contrário de se cassar esse direito do povo brasileiro, convocará eleições presidenciais para 15 de novembro deste ano, a fim de que o povo possa, soberanamente, eleger não apenas seus Vereadores e Prefeitos, mas o Presidente da República, retirando do poder o principal responsável por tudo o que acontece de ruim ao povo, pelo arrocho salarial e entreguismo: o Presidente José Sarney.

Basta de Sarney! Basta de golpismos! Diretas já, para Presidente da República, para Prefeitos e Vereadores.

**O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, chamo a atenção dos nobres colegas, principalmente dos que defendem os pontos de vista e as teses do “Centrão”, para o seguinte editorial da **Folha de S. Paulo** de hoje:

#### “RETRATO DO CENTRÃO

O cinismo tem suas virtudes. Despindo-se de qualquer senso das conveniências, traça um retrato fiel da realidade. É assim que algumas palavras, pronunciadas por líderes do Centrão, resumem toda a desfaçatez, o fisiologismo e a ausência de compromisso público com que orientam as ações do grupo.

O Deputado José Lourenço (PFL – BA) explicitou as condições de seu apoio à tese dos 5 (cinco) anos de mandato: ela só passará se o Presidente Sarney distribuir cargos públicos a quem sustentar essa pretensão. A oferta é vantajosa. Ministérios não são o fundamental. “Há o segundo e o terceiro escalão”, diz José Lourenço. Para os padrões políticos brasileiros, até que o Centrão se vende com modéstia. O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB – SP) recobre de um tom evangélico sua proposta de barganha política. “É dando que se recebe”, afirma com vil serenidade. Reitera, aliás, o preço do negócio – não reivindica, por enquanto, nada além de postos secundários no governo.

Reconheça-se que os representantes do Centrão sabem a quem se estão dirigindo. Um governo que concede emissoras de FM e contabiliza financiamentos públicos aos que defendem 5 (cinco) anos é, sem dúvida, um destinatário suficientemente adequado – pela mesquinhez, pelo oportunismo e pela estatura moral – a propostas desse nível.

É, de resto, o nível de que se aproxima grande parte da atividade política no Brasil. O Congresso constituinte parece concentrar, salvo as exceções costumeiras, os mais destacados e trêfegos artifices de todo um processo que pretende reduzir as instituições civis a um simples mercado de interesses pessoais, a democracia a uma feira de oportunidades negociadas com estrépito, o governo a um balcão de ofertas de enriquecimento ilícito.

Na vanguarda desse processo encontra-se o Centrão, reduto de um desmoralizado e ridículo “liberalismo” – o liberalismo à brasileira, que apóia a censura aos meios de comunicação, que defende uma moralidade de tartufo na questão da família, que impede o Congresso de fiscalizar as estatais, que produz um projeto constitucional equivalente, em seus disparates e superfluídades, ao documento teratológico que imaginou a Comissão de Sistematização.

Em meio à febre do grande leilão político brasileiro, estes membros do Centrão não mais se preocupam em guardar as aparências. Apostam na desorganização da sociedade, na desinformação tolerante e desenganada dos cidadãos, no declínio ético por que passa o País inteiro. Reduzem a política a um exercício escuso, misto de negociata e cartorialismo. Confirmam, com uma limpidez baseada na certeza de impunidade, a

imagem de contravenção pública, violência ao eleitorado, abastardamento da democracia, astúcia barata e venal subserviência que se associa à atividade política no Brasil.

De representantes da população, estes exemplares do atraso, da mediocridade e da baixaza parlamentar nada mais possuem. São o mero reflexo, tão explícito e desavergonhado como nunca, do fisiologismo, da desagregação moral, desse indisfarçado oportunismo de colarinho branco que – tendo na questão do mandato presidencial nada mais que um caso especialmente flagrante e odioso – pretende fazer de toda a população a vítima, sempre iludida, sempre explorada, sempre sem memória de seu parasitismo, de seus golpes grandes e pequenos, de sua inclinação insaciável pelos cargos públicos, de seu talento para a farsa, de sua tentação descontrolada pela vigarice.”

**O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB – PR. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, ocupo a tribuna, neste começo de sessão, que espero possa ser realmente o início da votação do Projeto de Constituição, para solicitar aos meus nobres colegas a defesa de emenda que estou reapresentando nesta fase, relacionada com o ensino superior nas escolas estaduais do País. São muitos os Estados brasileiros que mantêm com extrema dificuldade escolas de nível superior, em razão da falta de assistência do Governo Federal. Um deles é o Paraná, que aqui represento. Temos três universidades estaduais, faculdades isoladas, todas mantidas pelos cofres do Governo do Estado. Ao todo, quarenta mil alunos frequentam essas universidades e escolas. E a cada dia está mais difícil, para um Estado como o nosso, que continua a deter a primazia na produção de grãos, a manutenção dessas escolas.

Neste sentido, reapresentamos a emenda para que o Governo Federal, tradicionalmente responsável pela manutenção do ensino superior – ele fundou as universidades federais – assumia pelo menos metade das despesas de manutenção dessas escolas.

Para se ter uma idéia da situação, Sr. Presidente, basta dizer que o Paraná estará consumindo, neste ano, 8% de sua receita tributária para manutenção dessas escolas que dos 40 mil alunos que as frequentam, boa parte oriunda de outros Estados, principalmente de São Paulo. Ainda agora, o Governador Álvaro Dias, cumprindo compromisso assumido em praça pública, instituiu a gratuidade em nossas universidades.

Pode até parecer um paradoxo o fato de que, ao mesmo tempo em que anúncio a gratuidade do ensino nas universidades estaduais, peço ajuda ao Governo Federal para a manutenção dessas escolas. Nosso Governador, porém, sensível às dificuldades dos alunos que as frequentam e sabedor de que as mensalidades representam muito pouco na receita das universidades, instituiu a gratuidade. Com isso, está atraindo maior número de alunos de outros Estados. Por isso mesmo, torna-se cada vez mais difícil a manutenção dessas escolas exclusivamente pelo Erário público estadual.

Ao concluir, conclamo os nobres colegas a nos ajudarem a aprovar essa emenda, quando for analisado o capítulo específico da educação. Trata-se

de matéria da maior importância, de assunto do maior interesse, não só para o Paraná, mas para muitos Estados cujas universidades são mantidas pelo Erário estadual.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, eminentes Constituintes, iniciamos hoje, neste plenário a votação da nova Carta constitucional.

Preocupa-me sobretudo a preferência adquirida pelo texto do “Centrão” sobre o Projeto da Comissão de Sistematização, especialmente na parte referente à educação, que tive oportunidade de estudar com mais acuidade.

Posso dizer que o que foi ontem uma esperança para a comunidade educacional brasileira, a Constituinte, transforma-se, hoje, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, numa ameaça contra o presente e contra o futuro da educação e da Nação brasileira como um todo.

Mancomunado com essa proposta do “Centrão” está o Ministro da Educação, Sr. Hugo Napoleão, ao aprovar a liberação das anuidades escolares, por parte da escola particular, a partir do ano de 1988. No texto da Comissão de Sistematização, defendíamos o princípio do ensino público e gratuito, para todos e em todos os níveis; defendíamos a destinação das verbas públicas para a escola pública, com exceção de verbas possíveis de serem destinadas à escola comunitária. Vemos, agora, o “Centrão”, com sua proposta, a ameaçar, Sr. Relator Bernardo Cabral o texto que, neste plenário, depois de muito trabalho e dedicação, conseguimos construir, cedendo, aqui e ali, para alguns com quem tínhamos divergências fundamentais, como era o caso do Grupo dos 32. Mas chegamos a um acordo, e aprovamos, hoje, um texto ameaçado pela proposta do “Centrão”. Mais do que isso, Sr. Presidente, o Ministro da Educação, ao liberar a cobrança das anuidades por parte das escolas particulares, está liberando a sanha assassina daqueles que querem enriquecer às custas do ensino como mercadoria. É um assalto aos estudantes e suas famílias, a nível nacional.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que concordamos com a existência da escola particular, que concordamos que ela seja livre para cobrar o quanto quiser. Mas, no dia em que houver, neste País, escola pública de qualidade, gratuita, para todos e em todos os níveis, aí sim, quem quiser ir para a escola particular como opção livre, que vá. No entanto, essa escola não pode ser destinatária das verbas públicas.

O Sr. Ministro da Educação não pode, agora, na falta de vagas nas escolas públicas, liberar a sanha do lucro fácil e do assalto às mensalidades nas escolas particulares.

**O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Pronúncio o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quem ingenuamente imaginava que o projeto de Constituição do Centrão representasse qualquer conexão com um liberalismo avançado deve ter se sentido frustrado ao lê-lo. Até mesmo quem o imaginava conservador, orgânico, teve uma surpresa. A melhor palavra para caracterizá-lo é feudal. Sua marca está numa espécie de costura nobiliárquica de interesses, sobre o Estado e sobre a sociedade.

Sua impressão digital impregna fortemente os direitos sociais. Poderíamos ficar nas restrições do direito ao emprego e a sua defesa, com base na idéia, ainda presente na economia brasileira, do trabalhador descartável. Já seria suficiente. Mas veio coisa pior. Por incrível que pareça são reintroduzidas pelo Centrão as discriminações contra o trabalho doméstico rural e de pesca artesanal. Estes, ao contrário do trabalho urbano formal, requererão adaptações legais para usufruírem dos mesmos direitos. Compare os artigos 8º e 9º do Cabral com os parágrafos 4º e 6º do artigo 8º do Centrão, e verifique a recaída feudal.

A responsabilidade criminal por retenção de salários foi substituída por uma inacreditável "retenção dolosa" como se fosse possível precisar tal intenção. Se colocarmos este dispositivo ao lado das restrições criadas ao direito de greve, veremos que a liberdade e igualdade de direitos dos fatores só valem para o capital.

O odor feudal se expande na organização do Estado. Sua visão de Estado é pré-capitalista e colonial. A exclusão dos recursos minerais e do subsolo dos bens da União aponta nesta direção. Aqui não há sequer liberalismo já que tratamos com Estados Nacionais que têm interesses estratégicos, como o nosso deve ter. A propriedade do subsolo é garantia para a mobilidade dos fatores a curto e médio prazo, na medida que o Estado, e só o Estado, pode compatibilizar o acesso aleatório, a identificação através de instrumentos relativamente indisponíveis em mercado, a escassez relativa e absoluta e a preservação, aqui e agora.

É igualmente atrasada sua visão de serviço público. Se se dispuserem a analisar a experiência britânica recente, verificarão que tais serviços, assim como as estatais em setores estratégicos, conformam a esfera do público. Sempre que a gestão se torna privada, resguarda-se em lei obrigações e estatutos. Aqui e nos capítulos que tratam das Ordens Econômica e Social, identificaremos este rastro. Se a União perde a condição de proprietária dos bens do subsolo, os Estados perdem a condição de controladores da distribuição de gás combustível canalizado.

No capítulo da Administração Pública emerge saliente o Estado clientelista. O Centrão elimina a proibição para nomear parentes em funções de confiança. Reintroduz de forma ampla, geral e irrestrita o nepotismo. Os cargos em comissão continuam ao sabor da decisão discricionária da autoridade de plantão. Exclui-se o regime único para o servidor público, numa clara indicação que se deseja manter a flexibilidade de contratação, em regime privado. Finalmente a combinação de certos direitos adicionais, como a citação ao reajuste real, com as vedações à greve e à sindicalização, aponta também na direção de um Estado nobiliárquico, cartorial.

No capítulo que trata da Tributação, o Centrão ao tempo que preservou a descentralização dos recursos, elemento central para seu apoio, introduziu, onde pôde, desvios de uma efetiva justiça fiscal.

A alteração na definição de taxa, com a introdução do termo divisíveis, objetiva dificultar o financiamento dos serviços públicos. Como dividir, no sentido de individualizar, a utilização potencial de um serviço público ou a sua disponibilidade geral. A possibilidade de utilização de empréstimo com-

pulsório é restringida à União. Os municípios perdem o direito de aplicar a contribuição de custeio. Este havia sido um avanço, que permitia ao poder público municipal se ressarcir de decisões particulares que terminavam exigindo uma ampliação, localizada, de serviços públicos.

É criada uma "esperta" imunidade tributária para as doações a entidades sem fins lucrativos, num velho expediente de descarga em fundações criadas para tal fim.

Na costura de interesses são excluídos da isenção para exportação do IPI e o ICM, os manufaturados semi-elaborados; é criado um imposto sobre metais nobres e pedras preciosas; é eliminado o ICM sobre operações de crédito ao consumidor. No primeiro caso é uma tentativa disfarçada de restituir à União o Imposto sobre Minerais. No segundo se procura aumentar a arrecadação dos Estados onde é importante a exportação de tais bens, sem consultar princípios. E no terceiro se mantém a discriminação contra os pequenos e médios comerciantes que financiam diretamente, por não ter acesso a financeiras, em função das exigências formais e do valor, e pagam ICM sobre o total.

Finalmente é acrescido, 1%, ao fundo do IPI que compensa os Estados exportadores. A este por cento terão acesso os municípios portuários exportadores. Talvez se não fosse assim um deputado santista não assinasse.

O capítulo que trata do Orçamento é dos que apresentam maior quantidade de cenas de clientelismo explícito.

O horror ao planejamento e ao controle começa com a agregação do termo "Aplicações" ao "Plano Plurianual". Com isto o Centrão quer que o Plano Plurianual seja um mero registro dos desdobramentos das despesas de capital, como é hoje. Atenção! Atenção! Elimina-se a aprovação legislativa do orçamento de investimentos das empresas estatais. Em seu lugar surge um óbvio e repetitivo orçamento da União para as estatais, ou seja, as simples transferências intra-governamentais. Inclui no orçamento da seguridade social apenas os órgãos que participem de suas receitas ao invés dos órgãos vinculados, como no Cabral.

Mantém o direito constitucional ao déficit público corrente, com a possibilidade de cobertura por operações de crédito, dos encargos da dívida além das despesas de capital.

O capítulo da Ordem Econômica é a cristalização de todas estas idéias. Dispensa o Centrão, qualquer definição de empresa nacional, remetendo o tema à legislação ordinária. Com isto abre espaço, não para o liberalismo, mas para o enfraquecimento do Estado Nacional. Elimina o dispositivo que exigia a aprovação por lei do estatuto das estatais. Com isto reafirma o Estado manipulável. Elimina também qualquer menção aos crimes contra a economia popular e a ordem econômica, talvez atendendo aos reclamos da Brastel, Delfim, Brasilinvest e outros. Cria um estranhíssimo incentivo ao capital estrangeiro, numa curiosa repetição de mecanismos criados no Brasil Império para atrair capital.

Elimina os dispositivos que faziam referência ao planejamento. Dá seqüência ao descontrole sobre o setor mineral, abrindo-o de forma irrestrita. Retoma com o contrato de risco. Os Estados perdem o direito prioritário, à exploração de potenciais de energia elétrica, menores.

Os gases raros e o gás natural deixam de ser monopólio da União numa agressão a qualquer tipo de análise de interesse estratégico. O Centrão continua esfrangalhando o Estado nacional ao retirar do monopólio da União os condutos para os derivados de petróleo importados.

Não satisfeitos abrem o sistema de transportes indiscriminadamente ao capital estrangeiro, fato que afeta a própria segurança nacional. Isto não é observável em qualquer outro Estado nacional. Recentemente tivemos dois exemplos deste fato, nos casos da PANAM nos EUA, e da British Airways, na GB. Fecha o quadro com a possibilidade dos afretadores estrangeiros operarem amplamente.

O Capítulo da Política Urbana transfere dos Estados para os Municípios o controle dos transportes coletivos. Tanta generosidade descentralizadora do Centrão deve estar relacionada a menor capacidade de controle de recursos dos municípios expondo o transporte coletivo às conhecidas pressões de "mercado".

No capítulo que trata da política agrícola e da reforma agrária, o Centrão não satisfeito com o acordo que permitiu afastar a posse imediata nos atos de desapropriação, exclui também o rito sumário, e introduz um processo administrativo possivelmente mais lento que o atual. A venda de terras públicas que acima de 500 ha exigiria aprovação legislativa passa, por incrível que pareça, para 5.000 ha. Com esperteza, altera o dispositivo que permite a transferência de terras públicas a cooperativas originárias do processo de reforma agrária, citando cooperativas sem fazer referência à sua origem.

Aqui também abre indiscriminadamente o acesso de estrangeiros à terra, outra vez desguarnecendo áreas estratégicas de qualquer Estado Nacional, principalmente aqueles que, como o nosso, não se encontram ocupados, explorados e conhecidos.

No capítulo que trata da seguridade social, começa impedindo o financiamento via lucro.

Coerentemente com sua visão feudal dos direitos sociais implode a equivalência para fins de seguridade entre o trabalhador urbano e rural.

Com vistas, talvez, a fraturar o sistema público de saúde, torna responsabilidade exclusiva da União o financiamento do sistema único de saúde. Substitui o termo Supletiva por Complementar com a intenção de entender os sistemas de saúde privados como integrantes básicos do sistema público. Abre espaços ao capital estrangeiro na área de saúde, como aplicação externa direta enquanto exceção e amplamente como empresa brasileira.

O capítulo da Educação introduz graves aberturas contra o ensino público. A começar por excluir dos "princípios" a gratuidade do ensino público. Como está gratuidade é introduzida totalmente no ensino primário e progressivamente no ensino secundário, fica evidente a idéia de privatização do ensino superior. Exclui também dos princípios a liberdade de aprender, o que fere a educação como direito.

Como não podia deixar de ser, o Centrão elimina o dispositivo que orienta o salário-educação para o ensino público. E reintroduz o distorcido sistema atual de bobas de estudo.

Não é segredo para ninguém que os setores nobiliárquicos interessados nos sistemas de saúde e educação contam, isoladamente, com a ter-



ceira bancada no Congresso. Suas necessidades foram contempladas inteiramente na costura.

Os cuidados públicos e estratégicos com as comunicações desaparecem. A tramitação urgente entre a concessão pelo Executivo e a ratificação pelo Legislativo é suprimida.

O Meio Ambiente preservado não é mais um direito dos cidadãos e sim uma espécie de serviço público. Os próprios atos predatórios de mineradoras ficam livres na medida que não mais terão a obrigação de preservar ou recuperar.

Discretamente o Centrão, ao contrário do que anuncia, introduz o mandato de cinco anos, pois elimina o dispositivo que trata do assunto nas disposições transitórias, sem suprimir o mesmo texto do corpo do projeto, o que reduna na aplicação deste último. Este é uma espécie de fecho de ouro para um anteprojeto absolutamente inaceitável. O processo constituinte ou tem como base um pacto político ou passa a ser o projeto de um grupo. No caso, de um grupo atrasado que nada tem que ver com um Estado, democrático e nacional, moderno. Sua inspiração feudal, desdobrada numa visão rural superada, numa relação colonial com o exterior, na supressão de salvaguardas nacionais, na discriminação dos trabalhadores em tarefas de base pré-capitalistas, no exercício de um Estado clientelista de baixo controle social, e como seria natural, nas regras constitucionais atendendo, através de uma costura grosseira, as diversas casas mobiliárias, representadas no Centrão.

Apura e simples eliminação de toda e qualquer citação encontrada no texto de Cabral, a palavras ou dispositivos que se ocupem da participação, é a demonstração final que o que o Centrão imagina, na verdade, é um Estado não democrático, sem unidade nacional e marginalizador, correspondente a uma sociedade com idênticas características.

Na hipótese, que ainda não queremos acreditar, de sua aprovação plena e total, ter-se-ia conseguido o que ninguém deseja uma crise institucional sem precedentes já que parcela considerável dos constituintes não se sentiria representada sequer como minoria. O não reconhecimento do texto final por uma minoria expressiva desqualificaria o processo constituinte criando de fato um vazio institucional.

Ainda há tempo. As negociações devem ganhar a característica do Jogo de vetos e não de uma busca exclusiva de acordos prepositivos de ajuste de texto. De nossa parte o permanente espírito conciliador não pode dar passagem ao jogo autoritário do ou perde ou ganha, de um processo constituinte. A Constituição de todos, sem ser uma panacéia, deve contemplar a mobilidade social e política, e garantir o funcionamento de um Estado nacional e democrático.

**O SR. RENATO JOHNSON (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.)** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos assistido, nos últimos meses, a uma onda crescente de denúncias de corrupção nos órgãos da administração pública, instituições financeiras e outras entidades, o que nos leva a sugerir aos governos federal, estadual e municipal, que façam publicar nos respectivos diários oficiais as declarações de bens das pessoas que venham a ocupar cargos de direção e assessoramento nessas entidades.

Aliás, já existe esta exigência, a qual, entretanto, não é cumprida, dando margem a que muitas homens honrados saiam com sua imagem denegrida do exercício de função pública.

A obrigatoriedade da publicação da declaração de bens, ao assumir e ao deixar o cargo, será, sem dúvida, uma providência moralizadora que, em parte, reprimira abusos na administração pública.

Será uma proteção aos homens honrados e uma barreira àqueles que tentarem se aproveitar dos cofres públicos.

**O SR. JALLES FONTOURA (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.)** – Sr. Presidenta Srs. Constituintes, venho manifestar-me a favor do mandato de quatro anos para o Presidente da República. Todos os que participaram da Aliança Democrática lembram-se de que o falecido Presidente Tancredo Neves, o líder que catalisou – a opinião pública brasileira, reconduzindo o País ao caminho da redemocratização, considerava que este seda forçosamente um governo de transição. Deveria coincidir, apenas, com o tempo necessário à "arrumação da casa", ou seja, o suficiente para que uma Constituinte livre e soberana reorganizasse as leis do País, adaptando-as às exigências dos tempos modernos e às necessidades de seus cidadãos.

O "Compromisso com a Nação", documento que concretizou a formação dessa Aliança, e que já previa a convocação da Constituinte, estipula como primeiro compromisso "impostergável e fundamental para com a Nação brasileira", o "restabelecimento imediato das eleições diretas, livres, e com sufrágio universal, para Presidente da República". E não faz sentido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que, após a promulgação da nova Carta, e contrariando seus dispositivos, o único representante do povo brasileiro não escolhido pelo voto popular seja justamente o Presidente da República, o representante máximo da Nação brasileira.

Principalmente porque o que temos visto ao longo desses três anos é um inacreditável rosário de erros, de vacilações inadmissíveis, quando o momento exigia decisões seguras e definidas. Podemos comparar o Brasil, no momento, a uma nau sem rumo, a um grande navio entregue ao comando de um marinheiro desorientado, que não sabe ler bússola ou carta náutica; que, se sabe qual é seu porto de destino, não tem idéia de para que lado este fica e, muito menos, de como chegar lá.

A situação se agrava quando se sabe que esse navio não navega em águas tranquilas. Ora, se um marinheiro incompetente e despreparado pode afundar até mesmo um navio que deslize em mar calmo, com tempo bom, que não dizer da habilidade necessária e do pulso firme indispensável, quando se enfrenta uma tempestade do vulto desta, representada pela crise econômica, de âmbito mundial, em que nos debatemos no momento?

Foi o que aconteceu com esse barco chamado Brasil: terminados os preparativos para a grande viagem que deveria empreender rumo à democracia, à paz e à justiça social, foi surpreendido com a morte repentina do comandante que deveria dirigi-lo. Na premência de atingir seu destino, teve guindado ao seu comando um imediato ato

nito e, infelizmente, despreparado para a difícil missão.

Como cidadãos responsáveis e passageiros desse barco, não podemos, Senhores e Senhoras, continuar à deriva, sendo levados ao sabor das ondas e dos ventos. Não podemos assistir, impassíveis, a manobras que podem precipitar-nos no abismo.

Não se pode admitir, de um governo que se diz democrático, que a Assembléia Nacional Constituinte tenha sua soberania desrespeitada por ameaças presidenciais, feitas oficialmente pelo porta-voz da Presidência, como no lamentável episódio em que o Sr. Frota Neto transmitiu, via televisão, o recado do Presidente José Sarney, de que consideraria como inimigos pessoais os parlamentares que votassem a favor do mandato de quatro anos.

Não se pode admitir, de um governo responsável, as bruscas mudanças de rumo na economia do País, as quais têm deixado atônitos não só a comunidade financeira internacional, com que o Brasil assumiu pesados compromissos, como o próprio empresariado nacional, temeroso de investir num futuro que se apresenta tão nebuloso. Em três anos, quatro Ministros já se revezaram no cargo mais importante do Brasil atual: o de Ministro da Fazenda. E cada um imprimindo uma linha totalmente oposta à de seu antecessor. Assim, com os Srs. Francisco Dornelles, Dilson Funaro, Bresser Pereira e, agora, Maison da Nóbrega, o Brasil foi ao FMI, rompeu com o FMI decretou a moratória, suspendeu a moratória e, agora, volta ao FMI.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ninguém desconhece o imenso potencial deste País e de seu povo. É hora de começar um trabalho sério, com objetivos definidos. É só o que o povo pede a oportunidade de trabalhar e de crescer, com tranquilidade e segurança.

Governo nenhum conseguiu tão grande unanimidade de opinião pública quanto este contra ele Mesmo nos vinte anos de governo de exceção que tivemos, não se viu essa unanimidade. O Governo Sarney conseguiu desagradar a todos: aos pobres e aos ricos, aos patrões e aos empregados, aos intelectuais e aos analfabetos.

Apesar do quadro caótico em que se encontra o Brasil, não lhe pedimos que renuncie, mas apenas que não dificulte o desenrolar natural de um processo que deve à realização de eleições diretas para a escolha do Presidente da República ainda este ano.

Obrigado.

**O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. – Pronuncia o seguinte discurso.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, uma indagação que eu pensava encontrar-se já respondida: de onde você é? Afinal, de Campina Grande, do Cariri ou do Curimataú paraibanos? De Puxananã ou de Sumé? Imaginava que essa curiosidade já estava satisfeita. Quando fui candidato a Vereador em Campina Grande, no ano de 1958, esta pergunta se tornou freqüente: de onde você é? De São José da Mata?

Vê-se que a confusão ficou estabelecida. Todavia, com o passar do tempo, sobretudo ao longo do exercício de três mandatos de Deputado Estadual, muita coisa ficou esclarecida: começaram a ser-me outorgados os títulos de cidadania. No

Cariri, o de Sumé; no Curimataú, quase todos os municípios daquela região me fizeram seu Cidadão Honorário. O mesmo acontece em Campina e na Grande Campinas. As dúvidas foram, então, dissipando-se. A velha pergunta parecia adormecida. Ninguém ousava mais perguntar-me de onde, afinal, eu era mesmo. Meu destino de judeu errante não despertava maior interesse, naturalmente em função das múltiplas áreas de minha atuação política e pelo fato deter transposto as barreiras municipais.

Agora, a indagação recrudescer, em virtude de ter recebido o título de Cidadão Puxinanaense. Havia uma jurisprudência tácita de que eu era filho de Puxinanã e, conseqüentemente, de Campina Grande, desde que aquele Município fora distrito campinense durante muito tempo, exatamente quando eu fiz ali o curso primário, vindo de Sumé, onde meu pai era professor.

Com o anúncio da entrega do título de Cidadão Puxinanaense, no último dia 24, as dúvidas voltaram em torno de minha real procedência. Afinal, a oportunidade é importante para um esclarecimento definitivo. Nasci mesmo no distrito de Santo André, então Município de São João do Cariri, hoje pertencente ao Município de Gurjão. Fui, em seguida, para Sumé, depois, para Puxinanã, e dali concentrei minhas atividades em Campina Grande, até minha escolha para Secretário de Estado, quando fui obrigado a transferir-me para João Pessoa. Tudo o mais é sobejamente sabido. A única dúvida poderia residir nessas origens. Quanto ao mais, tudo ficou muito claro.

Espero, depois da festa de Puxinanã, ao lado de Pedro Rodrigues, atual Prefeito, e do Dr. Rosiélio Porto, da Cotecil e da Equipa, aduzidas as explicações necessárias ao cabal esclarecimento do fato, que a pergunta – de onde é você? – não tenha mais sentido. Na Paraíba, todos saberão por que tive que peregrinar, a duras penas, por vários sítios, perseguindo as oportunidades para servir, que, afinal, chegaram.

Felizmente, ainda estou contando a história, e as graças que, porventura, possa render ao Todo-poderoso ainda são poucas, diante do muito que generosamente me foi concedido.

Que Deus salve todos quantos, de uma forma ou de outra, me ajudaram nessa caminhada. Só peço que jamais venha a decepcionar tantos benfeitores, negando aqueles princípios de lealdade e companheirismo que marcaram minha formação, ao longo de mais de trinta anos de vida pública.

De onde é você? Sou filho da terra paraibana, berço de belas tradições e irmão de tantos heróis, – que sobreviveram às limitações da vida física, servindo à sua gente.

Que fique, nos Anais desta Casa, este depoimento. É fruto da verdade e, por via de consequência, insusceptível de contestações.

**O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, como vem procedendo sistematicamente desde que assumiu o mandato federal, no início do ano, a Deputada Lúcia Braga voltou ontem a ocupar espaço destinado exclusivamente a assuntos constitucionais, durante sessão da Assembléia Nacional constituinte, para destilar seu rancor, ódio e recalques pessoais contra o Governador Tarcísio Burity, que, eleito com

maioria irrefutável de 300 mil votos, contribuiu decisivamente para a derrota do seu competidor, Nilson Braga, marido da Parlamentar, na busca de uma vaga no Senado.

Dizia a Deputada Lúcia Braga, na tarde de ontem, desta tribuna, que a Polícia Militar da Paraíba usara de violência contra o povo, em praça pública, durante manifestação ocorrida no último fim de semana, em João Pessoa, fato que teria levado uma gestante a correr o risco de perder o filho. Nada mais irreal e fantasioso poderia partir de uma mente perturbada e por uma série de acontecimentos que ocorrem na Paraíba.

Esta a versão da Deputada Lúcia Braga, ao contar a sua estória. A verdade, porém, é bem diferente, e deve ser restabelecida desta mesma tribuna, para que os fatos possam ser colocados nos seus devidos lugares, e a opinião pública deles tome conhecimento.

No último fim de semana, a Paraíba recebia, em festa e com euforia, o seu filho, Ministro Mailson da Nóbrega, na primeira visita ao Estado após assumir a Pasta da Fazenda, levando à praça pública centenas de pessoas desejosas de aplaudir o conterrâneo, prestando-lhe justa homenagem.

Durante a manifestação, a Deputada Lúcia Braga, à frente de um grupo de aproximadamente 200 favelados, recolhidos na periferia da cidade, articulou plano de invasão do Palácio da Redenção. No comando da turba, a Deputada comandou o avanço, empunhando faixas e articulando impropérios contra os Secretários de Estado, o Governador Tarcísio Burity e o Presidente José Sarney. O Secretário Luciano Maia, que, ao contrário do Governador Tarcísio Burity, encontrava-se no Palácio, tomou conhecimento da baderna e tentou dialogar com a Deputada Lúcia Braga para fazê-la parar com as provocações, não conseguindo êxito nesta ação. Furiosa por não ter conseguido invadir o prédio pelo portão principal, a Deputada Lúcia Braga, no comando da agitação, nele tentou entrar pela porta dos fundos, atirando os pobres favelados contra a modesta guarda do Palácio, formada por alguns policiais militares não graduados.

Não é verdade, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que tenha havido violência e que tenha ocorrido espancamento ou truculência por parte da guarda palaciana, porque a ação dos militares em serviço restringiu-se apenas ao resguardo do território que lhes é confiado. Não é verdade, igualmente, que uma gestante corre o risco de perder o filho. São fantasias criadas pela fértil imaginação da Deputada Lúcia Braga, que deseja empinar sua campanha à Prefeitura de João Pessoa através de insultos e provocações. A nobre Parlamentar deveria reconhecer que só existem duas maneiras de adentrar o Palácio: solicitando audiência ao Governador Tarcísio Burity ou através dos votos dos paraibanos, em 1990.

É provável que a Deputada Lúcia Braga tenha sido encorajada a ocupar esta tribuna por matéria publicada no jornal **A Tribuna**. Toda a Paraíba sabe, porém, que **A Tribuna** é um jornaleco de propriedade dos Braga. A resposta a todas as verdades contidas no pronunciamento da ilustre Constituinte foi oferecida pela televisão, que tudo registrou durante os momentos de provocação e de baderna.

Essa sucessão de fatos provocados pela Deputada Lúcia Braga conta o Governador Tarcísio

Burity certamente tem mais uma justificativa: o desespero diante da ação do atual Chefe de governo, de punir com rigor todos os personagens envolvidos no sindicato do crime e nas **gangs** de puxadores de automóveis que atemorizaram a Paraíba durante a Administração Wilson Braga e que mantinham vinculações com aquele Governo, ao qual serviu a Deputada Lúcia Braga como destacada Secretária Social.

Esta, pois, é a verdade que deve ser dita para que a opinião pública não venha a ser confundida. Muito obrigado.

**O SR. JORGE ARGAGE (PDS – PA Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, ocupo esta tribuna para registrar nos Mais dos nossos trabalhos texto do artigo "Aids e a Moral Sexual", de autoria do Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales".

Trata-se de assunto que merece ser analisado com muita reflexão pela sociedade contemporânea. A Nação brasileira enfrenta crises agudas que envolvem a economia e se expandem até o campo da depravação da moral e dos costumes.

Vivemos o momento histórico mais relevante de nossa vida política, quando aqui reunidos, sob a proteção de Deus, estamos escrevendo a Carta fundamental que ditará os rumos do Estado e da Nação no Itinerário do futuro.

Praza aos céus que possamos cumprir esta missão com as consciências tranqüilas de que atendemos aos verdadeiros anseios de todos os, cidadãos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

ARTIGO A QUE REFERE O ORADOR.

"AIDS E A MORAL SEXUAL

**Dona Eugenio Sales**

A edição portuguesa do "L'Osservatore Romano", de 29 de novembro último traz a seguinte notícia que transcrevo na íntegra "Afirmando que a indústria dos promotores e exploradores da pornografia infantil tem os seus dias contados, o Presidente Ronald Reagan solicitou ao Congresso dos Estados Unidos da América a aprovação de uma proposta de lei que assegure à Magistratura federal novas e decisivas armas para a eliminação de toda a forma de exploração sexual dos menores".

Dando início a uma decisiva batalha contra tal Indústria que, segundo cálculos recentes do Ministério da Justiça, emprega cerca de US\$ 10 milhões por ano, o Presidente Reagan apresentou a proposta de lei que põe a pornografia infantil no mesmo nível dos delitos correlatos à criminalidade organizada, assegurando, assim, à Magistratura, amplas possibilidades para a incriminação e punição dos responsáveis.

Essa depravação, infelizmente, existe no Brasil. Lembro, como sinal de sua presença, a utilização de crianças nuas para aumentar a venda de produtos domésticos. O programa, por ser tecnicamente bem feito, tomou-se ainda mais perigosa. Na imprensa daqui e do estrangeiro, são freqüentes as alusões a abusos sexuais de menores.

O problema é decorrência de um quadro mais amplo. A exploração de menores nesse campo, que provoca incontida revolta, é, apenas, uma face da triste degenerescência humana que ad-

quire **status** na sociedade. A libertação sexual ou a escravização ao instinto de reprodução se constituiu numa autêntica e perversa revolução dos costumes, com repercussão negativa em toda a ordem moral.

Mercê de Deus, vem se avolumando uma reação do bom senso. Sem fazer qualquer referência a princípios religiosos, surgem, na imprensa, por diversas vezes, mesmo antes do pavor da Aids, estatísticas que indicam mudança de comportamento, agora, para melhor. Ao lado da sugestão tirânica, apoiada por grupos interessados ou pelos que vivem imersos nesse lamaçal, há vozes que, progressivamente, expressam sensível fortalecimento da dignidade humana.

A par da destruição dos princípios morais, aparece uma terrível enfermidade, a Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida (Aids). No começo, houve até manifestação pública contra a própria realidade da doença. Tal infecção não existia, afirmavam, ou era promoção para o restabelecimento dos padrões morais destruídos pela revolução da década de 60. Até o ridículo foi usado contra quem tivesse a coragem de pôr o dedo na chaga, ir à raiz da propagação da enfermidade.

No entanto, a ciência – não a Fé – categoricamente reconhece a gravidade da epidemia: mata! Não tem cura. Não há vacina para prevenir. E, quando for descoberta – o que todos desejam – restará um lapso de tempo bastante grande para os testes e demais exigências, antes que seja uma força contra a doença. A cura ainda está por ser alcançada. O número de infectados cresce assustadoramente. Em minhas anotações tenho dados de que uma pessoa da zona do meretrício pode contaminar 800 pessoas em um ano, em Copacabana. Por ignorância? Por desejar levar consigo outros, como vingança? Não sei.

Ainda que se busque encobrir ou distorcer a realidade, continua sem contestação a gravidade do flagelo. O combate eficiente à Aids só se alcança com uma profunda modificação nos hábitos sexuais e o restabelecimento de uma vida dentro de critérios morais. O caso dos hemofílicos tem solução sob controle: as agulhas descartáveis e o exame na transfusão de sangue.

Os outros grupos de risco, homossexuais ou heterossexuais já contaminados, não são eficazmente protegidos pelo simples uso de preservativos. Esta campanha, mesmo reconhecida por autoridades médicas, pode tomar-se um logro. Como há somente 90 por cento, no máximo, de segurança na sua utilização, muitos que adotariam as restrições indicadas – como a fidelidade, a escolha de parceiros – são desprezados pela propalada eficiência dos mesmos que incita a não por limites aos instintos. Os contatos, então, se multiplicam. E estes 10 por cento também se somam podendo, assim, esse tipo de campanha, no cômputo final, ser incentivo à propagação do vírus e não recurso contra a epidemia.

Tenho comigo uma cópia de documento sobre a matéria, publicada pela Arquidiocese de Newark, Estado de Nova Jersey, com data de 29 de novembro último. O zeloso Arcebispo afirma que essa epidemia "coloca a família humana diante" de uma crise de tremendas proporções". A Igreja reconhece os imensos sofrimentos dos aidéticos e suas famílias e propõe, como para os demais padecimentos humanos, o exemplo de Cristo que nos salvou com Sua morte.

Ao mesmo tempo em que busca o lenitivo espiritual, adverte para a irresponsabilidade de encerrar o terrível flagelo fora de sua principal fonte de propagação: os desregramentos de ordem moral. Ilusório buscar outro caminho. O preservativo não é a solução segura, pois não elimina totalmente a contaminação e deixa na mente da juventude a falsa impressão de que o sexo é aceitável fora da instituição matrimonial. Ou ainda, que a prática do homossexualismo, evitando o risco da Aids, é permitida.

Sobre essa doença que tanto preocupa a humanidade, o Presidente Ronald Reagan assinou um documento, com data de 29 de setembro último, de grande importância. Infelizmente, teve pequena repercussão entre nós. Diz ele: "A Medicina e a moral coincidem na mesma lição a ser tirada a respeito da preservação da Aids. Surge o General, Conselheiro de Saúde, já informou a todos os americanos que a melhor maneira de evitar a Aids é a abstenção das relações sexuais até a idade adulta e a restrição do sexo a uma relação monogâmica fiel. Esta advertência e o conselho para dizer "não" às drogas podem, sem dúvida, evitar a difusão de numerosos casos de Aids".

Aí está o problema. Aí estão tentativas de fuga da realidade, ao tentar enfrentar a doença. Busquemos os remédios e, com os enfermos, o exercício da fraternidade. Não se pode, contudo, cerrar os olhos à verdade. No atual estado da Medicina, muitos só salvarão a própria vida e a de parceiros se obedecerem à lei de Deus."

**O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS-MA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, mais uma vez, ocupo esta tribuna para falar sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul. Desejo fazer chegar ao conhecimento dessa Presidência e de meus colegas Constituintes a decepção do povo da região tocantina, por terem sido esquecidos os seus anseios, no momento em que ele confiava no voto de cada um de nós.

O povo daquela região continua inconformado com a decisão da Comissão de Sistematização. Falando com aquela gente, nos últimos dias, senti que tenho, mais que a obrigação, também o dever de continuar lutando pela criação desse Estado, pois só com a realização deste propósito a população tocantinense conseguirá acreditar num futuro mais promissor.

Sr. Presidente, pediu destaque e darei entrada, com as necessárias assinaturas, a um pedido de preferência, acreditando que poderei contar com decisão favorável de meus colegas. independentemente do Estado a que pertencamos, nossos ideais constitucionais são os mesmos, visando ao desenvolvimento global deste País. Por diversas vezes vim a esta tribuna para falar sobre o potencial produtivo do Maranhão do Sul, referindo e documentando seu potencial financeiro. Na oportunidade, registrei também as vantagens que os cofres da União teriam com a criação do Estado. É bem certo que, de início, o governo teria de investir na região, mas os dados de que dispomos nos dão a certeza de que o retorno seria obtido em curto prazo. A divisão territorial traria, sem dúvida, grandes benefícios para as áreas da cultura, da saúde, da habitação, criando melhores condições de emprego, valorizando, enfim, o ser humano.

Aquela população, mesmo a mais humilde, sabe, Sr. Presidente, que sua ascensão cultural e financeira depende da coragem e do bom senso dos Srs. Constituintes, no sentido de reconhecerem que todo brasileiro merece uma oportunidade, na caminhada para o desenvolvimento da Nação. O sul do Maranhão acredita ainda na concretização de seu grande sonho: ver aprovada a criação do Estado do Maranhão do Sul.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. BOCAYVA CUNRA (PDT- RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda durante a campanha eleitoral de 1986, no Instituto Pasqualini, do PDT, e depois em vários pronunciamentos públicos, sempre defendi a tese das chamadas eleições gerais. Entendase: defendemos a eleição para Presidente da República em novembro deste ano, de 1988, conjuntamente com as eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal.

Assim, em novembro teríamos, além das eleições já estabelecidas para Prefeitos e Câmaras – Municipais, as indispensáveis e inadiáveis eleições para Presidente e para as duas casas do Congresso Nacional.

Isto é o que denomino eleições gerais. A direita mais reacionária e golpista vem defendendo também as eleições para Governadores e Deputados estaduais. Para isso não há justificativa, nem política, nem ética, nem moral. E olhe que, como a maioria do povo carioca e fluminense, desejamos todos, o mais breve possível, ver pelas costas este esperto Governador que nos infelicitou.

Especialista em tapeação, o Governador do Rio não está mais conseguindo obter êxito nesta tarefa que ele persegue com tanto vigor tapear todos que não o conhecem, ou se esqueceram de seu passado; ora aqui, ora ali, sempre escorregadio e traiçoeiro. Que o digam o Governador Brizola e já agora o Presidente Sarney. Mas, apesar disso; queremos que ele, o Moreira, cumpra o seu mandato até o fim, isto é, governe 4 anos. Já nós outros, deputado e Senadores, temos o dever de cassar nossos próprios mandatos ao fim da elaboração constitucional.

Assim como o Presidente Sarney deve ter (a menos que concorra à reeleição – e somos a favor do instituto da reeleição para Presidentes, – Governadores e Prefeitos) o seu mandato encerrado com a tarefa institucional de dotar o País com uma nova Constituição, também nós, Constituintes, temos o mesmo dever.

Desde que se instalou o Congresso, em fevereiro passado, tenho apresentado reiteradamente esta emenda: os nossos mandatos se encerram no dia da posse dos novos Deputados e Senadores eleitos juntamente com o Presidente da República em novembro de 1988.

Não se trata apenas de motivos éticos ou de fundamentos morais pequeno-burgueses, mas de uma indispensável providência para assegurar a consolidação da democracia em nosso País.

Cada dia mais me convence de que sem democracia consolidada não alcançaremos jamais uma ordem social mais justa, nem nossa plena soberania econômica.

Para surpresa dos mais céticos, a emenda de minha autoria, nº ES 30803-3, instituindo a obrigatoriedade das eleições gerais, votada coinciden-

temente num domingo, 15 de novembro, do ano passado, obteve na Comissão da Sistematização 38 votos a favor. Faltaram 9 votos. Os representantes do PDT, do PT, do PTB, do PCB e do PC do B votaram sem omissões, e, no PMDB e PFL, obtivemos 25 votos. Estranhamente, o único voto do PSB foi contra as eleições. Espero que agora, em plenário, este resultado mude e que seja vitoriosa a emenda que novamente estou apresentando. Porque a verdade é que os prefeitos devem ser eleitos ao mesmo tempo em que são eleitos as Câmaras Municipais. E, se Governadores devem ser eleitos no mesmo dia em que são eleitos os Deputados Estaduais, o Presidente da República precisa ser eleito no mesmo tempo político do Congresso. E indispensável esta coincidência. Aí está uma das razões das crises que temos vivido, Sr. Presidente – a falta desta coincidência. Os acontecimentos se sucedem com tanta rapidez hoje, em nosso mundo, que as coisas e as pessoas envelhecem também com rapidez. O Congresso eleito, em 1986, não exprime mais a vontade popular.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os políticos e, sobretudo, os Deputados e Senadores estão desgastados perante a opinião pública. E, se vamos ter um novo Presidente eleito pelo povo, é indispensável que tenhamos um novo Congresso.

Em breve, teremos que fazer na Constituinte a opção final e definitiva. E ao povo cabe acompanhar esta votação. Vamos ver se os Constituintes possuem coragem moral e patriotismo para tentarmos consolidar definitivamente a democracia em nosso País.

Em 1988, precisamos eleger não só o Presidente da República, como novamente Deputados Federais e Senadores.

Vamos às eleições gerais,  
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PCB –SR. Pronuncia o seguinte discurso):**—Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um dos cinco principais pontos de meu programa de candidato federal, na campanha eleitoral de 1986, para a Assembléia Nacional Constituinte, foi a defesa ecológica do meio ambiente.

E na defesa ecológica do meio ambiente venho atuando, nesta Assembléia, seja nas suas Subcomissões e Comissões, inclusive a de Sistematização, seja em Plenário. Nos pronunciamentos da tribuna, na apresentação de propostas e principalmente na votação da matéria relativa a ecologia, a meio ambiente, a defesa da natureza, insiste na mesma linha, pois a considero prioritária e do maior interesse público.

A nova Constituição brasileira, que já estamos votando, em sua fase final, tem de considerar a importância da ecologia e a necessidade de prever e adotar, além de princípios e posições, medidas de defesa do solo, da água, do clima, da flora, da fauna, como integrantes indissociáveis do harmônico, complexo, maravilhoso sistema que nos permite a vida.

Assim como já votamos recentemente, no Congresso Nacional, projetos de lei para preservar as baleias e demais elementos da fauna em nossas águas e terras, temos de implantar no novo texto constitucional diretriz e dispositivo que, perenes em termos constitucionais, assegurem

a duração das medidas imprescindíveis à defesa ecológica do meio ambiente.

A visão privilegiada de José Bonifácio de Andrada e Silva, figura exponencial da cultura e do civismo brasileiros, Patriarca da Independência Nacional – já advertiram sua época e seus contemporâneos da necessidade de preservação das matas, em 1823, há 165 anos, portanto – vale para os nossos dias como uma lição a ser cumprida, sem postergá-la, na legítima defesa da natureza e da vida.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que, chegada a hora, esta Casa não hesitará em adotar no texto da nova Constituição brasileira os princípios e, além deles, as medidas que, com a eficácia indispensável, possam contribuir para a defesa ecológica do meio ambiente em nosso País. É o mínimo que a necessidade exige; é o mínimo que a realidade ecológica do País impõe, que a nossa consciência social, humana e cívica quer e que a nossa cultura recomenda.

**O SR. COSTA FERREIRA (PFL –MA Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, embora não tenhamos conseguido dar ao povo brasileiro a nova Constituição no ano que passou, tenho certeza de que o Brasil haverá de vê-la promulgada neste primeiro trimestre de 1988. Para tanto, conclamamos os companheiros a procurar dirimir as divergências pelo caminho do entendimento, sem que haja vencidos e vencedores, e que todos os segmentos de nossa sociedade se façam presentes por seus legítimos representante, numa demonstração de maturidade e equilíbrio emocional. Assim estaremos sendo úteis não somente aos nossos ideais, mas aqueles que nos constituíram seus bastantes representantes.

Com a promulgação da Lei Maior, estaremos consolidando a democracia representativa: definiremos o novo sistema de governo e a duração do mandato do atual Presidente da República; serão restabelecidas as prerrogativas do Poder Legislativo; o Poder Judiciário sairá melhor reestruturado, com maior autonomia, e o Governo, é claro, será harmônico – cada Poder cumprirá suas atribuições. Enfim, com a nova Carta, todas as inclusões desaparecerão, e o Brasil somente lucrará com este gesto que só nos países de tendência democrática e princípios cristãos é possível acontecer. Seus aspectos positivos serão os mais benéficos possíveis não só para o Governo, que terá melhores condições de administrar, mas também para o povo, que receberá as benesses do fruto do trabalho árduo e difícil dos Constituintes, que em tempo souberam propiciar aos brasileiros o lenitivo adequado à sobrevivência de rumo povo, de um sistema de governo e da unidade territorial e nacional desta gente que deseja longevidade para ver o bem para si, seus filhos e toda a sua posteridade, na expectativa de construir um Brasil digno das nossas tradições, a ostentar o cetro da sua vitória, mantendo a sua liberdade sem o sacrifício do seu povo, já bastante traumatizado pelas marcas indelével do sofrimento. Por isso, seus Constituintes não se assustarão diante desses acontecimentos; antes, estarão atentos para dar a seu povo o que há de mais sagrado: nossa liberdade, a soberania sobre nosso território, nossas riquezas e, acima de tudo, a emancipação política, econômica e social da nossa Pátria amada Brasil.

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – BA Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes "Recusai a violência como meio de resolver os problemas da sociedade, pois a violência é contra a vida, é destruidora do homem". Com essas prudentes palavras, o Papa João Paulo II, por ocasião de sua visita ao Brasil, em 1980, exortou a Igreja a trilhar o caminho da paz, fiel à sua histórica missão evangelizadora.

Este é – e tem sido desde os tempos de colonização, com os jesuítas – o papel primordial do clero: levar a palavra de Deus às mais recônditas regiões do País, ser arauto do Evangelho e da "paz aos homens de boa vontade".

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, alguns membros da CNBB e da Comissão Pastoral da Terra – Regional Norte II, pertencentes à corrente dita progressista, prosélitos da Teologia da Libertação – afastam-se dos mais elementares princípios cristãos e enveredam pelo terreno perigoso do confronto, conforme nos dá ciência o Sr. Luís Bueno, da Comissão Executiva da UDR/Norte Pará, através de cópias dos debates fiava dos pela imprensa do meu Estado, entre a UDR e a CNBB – Regional Norte II.

De um lado, a Comissão Executiva da UDR/Norte Pará procura alertar a população contra uma minoria radical da CNBB que, segundo o Sr. Luís Bueno, "realiza intenso trabalho de mobilização do meio rural, tendo grande parcela de responsabilidade nos conflitos fundiários, insuflando o homem do campo à luta pela terra, instituindo até mesmo um código de conduta para os casos de invasões, emboscadas e resistências".

Por outro lado, a CNBB-Regional Norte II, por intermédio do seu Presidente, Dom José Elias Chaves, divulgou um documento onde acusa a UDR de "defender, como direito absoluto, uma escandalosa concentração de terras", e concita os cristãos a não participarem de entidades como a UDR, "quem vêm atacando, sistematicamente, trabalhadores rurais e religiosos e obstruindo o " caminho da democratização da sociedade brasileira".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, impedir que cidadãos, em pleno gozo de seus direitos, participem de uma entidade civil, negar-lhes o direito à livre associação-justamente agora que nós. Constituintes, procuramos assegurá-lo através da nova Constituição – reflete um grande retrocesso democrático.

O principal objetivo da União Democrática Ruralista é promover a defesa da livre iniciativa e do direito de propriedade. Em outras palavras, é defender o direito de trabalhar a terra e produzir para alimentar esta imensa Nação.

Um regime democrático não se esgota na existência de partidos políticos. Portanto, nada impede que a sociedade também se organize em entidades de classe e que se faça presente nas decisões nacionais, da mesma forma como a CNBB se articula.

Acreditamos que neste momento histórico em que buscamos a consolidação de nossa incipiente democracia, todas as entidades de classe devam canalizar seus esforços em favor de uma convivência social mais fraterna

Confiamos na capacidade política das duas associações para confluírem a um ponto de conciliação, no sentido de pôr um fim a provocações que poderão desaguar nas torrentes da discórdia

e das lutas fratricidas. E hora de dar um basta aos intermináveis conflitos fundiários que tantas mortes já provocaram em nossa região.

Em outras situações bem mais graves, soubemos atravessar o rio caudaloso das divergências, alcançando a outra margem com fôlego para prosseguir o caminho rumo à paz e ao desenvolvimento do Brasil. Então será desta vez que iremos afogar-nos nas dissensões e na violência.

**O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a Assembléia Nacional Constituinte inicia hoje a votação da nova Constituição brasileira.

Os aposentados e pensionistas esperam e desejam que os Constituintes eleitos pelo povo brasileiro se preocupem, em permanentemente, proteger os aposentados e pensionistas, por constituírem estes os que maiores prejuízos sofreram em seus proventos nos últimos dez anos.

As perdas ocasionadas pela Previdência Social transformaram as aposentadorias em miséria e as pensões em migalhas. Nenhum povo pode assistir silencioso à vergonha em que milhões de trabalhadores, viúvas e órfãos se encontram no Brasil de hoje. Urge, pois, conservar os avanços obtidos na Comissão de Sistematização, quanto à Previdência Social, aprimorando-os com as emendas aceitas pelo Relator. É preciso não esquecer de, nas Disposições Transitórias, incluir a revisão dos proventos e das pensões, para que se restabeleça seu poder aquisitivo.

Preservando a Previdência Social, que é uma conquista do povo, defendendo os aposentados e pensionistas, que são patrimônio da Nação, os Constituintes estarão cumprindo seu dever, ajudando a construir uma ordem social mais humana e abrindo os caminhos para um progresso que efetivamente atenda aos interesses do povo brasileiro.

É indispensável também democratizar a gestão da Previdência, incluindo na sua administração representantes dos trabalhadores e dos empresários, para ampliar a fiscalização do setor e dar mais eficiência à máquina previdenciária.

A alteração dos critérios de manutenção da Previdência, com a ampliação das fontes de sustento e custeio e a incidência sobre a receita global das empresas, vai ampliar a arrecadação e reduzir as possibilidades de sonegação ou de apropriação indébita dos recursos sociais.

O reajuste dos proventos e das pensões deverá obedecer aos mesmos critérios e às mesmas datas dos reajustes dos trabalhadores da ativa.

Nenhum benefício da Previdência poderá ser inferior ao piso nacional de salários.

Os trabalhadores devem ser protegidos, na sua aposentadoria, com a correção dos valores utilizados para o cálculo da aposentadoria final, evitando-se que a aposentadoria se transforme em castigo. Ele deve ser, na verdade, o reconhecimento da sociedade aos que contribuíram com seu trabalho para a grandeza da Nação, servindo de exemplo para a juventude, no sentido de que com trabalho honesto garante-se a segurança do futuro.

Tenho certeza de que os Constituintes não faltarão aos aposentados e pensionistas brasileiros.

**O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente.

Srs. Constituintes, recentemente o Exército brasileiro voltou a ocupar as dependências da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Uma simples greve de trabalhadores de firmas empreiteiras. Um corriqueiro movimento sindical. Movimento operário de cunho eminentemente salarial.

Virou moda em Volta Redonda a Direção da Cia Siderúrgica Nacional acionar o Exército para reprimir operários. Parece que o Diretor Administrativo daquela estatal, Eng. André Martins, com essa prática, vem realizando o trabalho de desgastar o Exército nacional. E é ó que vem acontecendo. Hoje, se uma briga de comadres acontece dentro da usina, chega o Exército com seus apetrechos bélicos e estarrece a população da cidade.

Desta vez, o Exército ocupou a usina por 4 dias. Uma simples greve operária Trabalhadores que ganhavam a miséria de Cz\$ 4.500,00 por mês passaram a receber Cz\$ 6.800,00, graças à greve e à incompetência da CSN para "queimar" o Exército.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes, entramos na reta final. Esperamos que todos cumpram seus compromissos e seus objetivos. Certamente conseguirmo-los.

Os compromissos assumidos com os micro, pequenos e médios empresários serão buscados, como já o foram na legislação ordinária no Plenário da Câmara, através da aprovação e sanção da Lei Complementar nº 57/87.

Os compromissos assumidos com o fim dos privilégios da isenção do Imposto de Renda para alguns já foi aprovado nas fases anteriores do processo constituinte. Vamos querer mante-los para mudar o disparate existente.

Os compromissos assumidos com o drama dos desapropriados têm alternativas no projeto Os compromissos assumidos com relação ao fim do privilégio de aposentadoria parlamentar serão votados nesta fase. E, apesar do parecer contrário da Relatora, providenciamos destaque para ser votado.

Os compromissos maiores assumidos com os aposentados e pensionistas já têm algumas vitórias, que alguns querem tirar. Por isso mesmo, usamos de um direito regimental e, com o apoio de mais de trezentos constituintes, apresentamos emenda coletiva que garantirá o direito à pensão integral, bem como à revisão e atualização dos benefícios, benefício mínimo e reajuste automático, além de várias outras garantias que terão direito de preferência na votação.

O caminho está delineado, e por ele trilharemos, a partir dos compromissos assumidos, carregando sempre como bandeira principal as conquistas e os anseios dos aposentados e pensionistas, que permitiram que hoje tivéssemos o País que aí está. No entanto, viramos-lhes as costas. Mas eu não, pois os encaro, com todo afeto, carinho e respeito.

**O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que se tem visto nas discussões acerca dos tópicos a serem votados pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte é um incessante curso de decepções e inconformismos por parte de vários segmentos políticos. É natural que assim seja, já que às pro

postas originárias das subcomissões sucederam-se adaptações tendentes a levar o novo texto constitucional a moldes mais consentâneos com a realidade nacional.

Propostas duvidosamente progressistas cederam lugar a idéias liberais, à medida que a consolidação de textos se afeiçoava à inequívoca vontade majoritária da Nação.

E compreensível, pois, a insatisfação de representantes de grupos que radicalizam posições e, conseqüentemente, se inconformados, quando frustrados seus objetivos. São sempre os mesmos: integérrimos defensores da democracia, quando esta lhes convém aos propósitos.

Democracia é o livre embate de idéias, desaguardo em natural seleção, em que prevalece a vontade da maioria. Não pode, por conseguinte, ser resultado de imposições minoritárias, mesmo que acalentadas por pressões populares adrede preparadas.

Podemos discordar deste ou daquele mecanismo de seleção de medidas, e os pequenos partidos políticos têm inteira razão quando argumentam em favor do direito de apresentarem propostas ao voto do Plenário; se representamos a sociedade brasileira e se o voto é o instrumento democrático de avaliação da preferência da maioria, então haveremos de remeter ao voto as divergências que porventura surjam, não importando mesmo se tal procedimento redundar em atraso na edição do novo texto constitucional.

Análise isenta e desapaixonada nos leva à conclusão de que os sucessivos projetos de Constituição têm sido significativamente aprimorados, passando de uma colcha de retalhos extremamente demagógica e irreal a um projeto mais consistente e dotado de maior coerência interna, mais de acordo com as aspirações de autêntico progresso da sociedade.

Esse aprimoramento não chegará a termo antes da promulgação da nova Carta. Houvesse texto perfeito, aprová-lo-íamos, e não precisaríamos alterar-lhe dispositivos. Como tal não existe, haveremos de aprovar um texto básico que, no decurso do tempo, poderá adaptar-se a novas realidades, sem traumas que o desfigurem em sua essência e na sua conformação com a vontade majoritária dos brasileiros.

Temos tradição constitucional republicana e, somada a ela, a experiência constitucional anterior a 1889, o que nos dá embasamento razoável para podermos analisar os benefícios e as desvantagens de certas propostas contidas no trabalho da Comissão de Sistematização.

A simples observação da realidade nos permite avaliar a oportunidade de determinados dispositivos e prenunciar a irrelevância ou mesmo a inadequação de outros.

Assim, não nos adiantará aprovar a garantia contra demissões imotivadas na forma em que a desejam os mais radicais. Ela será, antes que instrumento de proteção ao emprego, mecanismo de desestruturação da relação trabalhista, elemento de instabilidade econômica das empresas, obstáculo às intenções de crescimento de inúmeros pequenos e médios empreendimentos, que se absterão de contratar novos empregados temendo a superveniência de fatores econômicos adversos.

Melhor que a garantia pretendida, será criar-se um instrumento de afinação àquelas empresas,

que se valem da rotatividade da mão-de-obra para enxugar suas folhas de pagamento, com o intuito de auferir vantagens não declaradas e lucros exorbitantes, o que seria ordenado juridicamente, através de legislação ordinária e não do tendo constitucional.

Não podemos aceitar que as companhias estrangeiras distribuidoras de derivados de petróleo sejam banidas do País como vilãs, já que não a são. Ademais, por que razão não lhes seria permitido permanecer em atividade? Somente por que auferem lucros? Lembremo-nos que em uma sociedade capitalista como a nossa o lucro não é crime, não é espoliação, desde que buscando dentro de critérios aceitáveis. No caso das distribuidoras, é a autoridade governamental quem determina as margens de lucros, o que significa a certeza de controle e de fiscalização. Além disso, por que transferir a tarefa da distribuição à Petrobrás, que confessa a impossibilidade de realizá-la a contento das necessidades do povo e do desenvolvimento da economia? Seria tirarmos de empresas produtivas a capacidade de operação do sistema gigantesco ao risco de distribuição ineficiente, que findada por não apresentar benefício social.

A se manter o texto da Comissão de Sistematização, estaremos, sob a sombra de falso nacionalismo, comprometendo um sistema de preponderante significação social no aproveitamento de farta mão-de-obra por ele absorvida.

Não se pode admitir que, no tocante à reforma agrária, permita a Constituição sejam desapropriadas terras produtivas. Tal concessão seria excessiva, possibilitando até mesmo o emprego da expropriação como instrumento de retaliação por parte do Poder Público contra proprietários rurais não simpáticos à autoridade expropriante. Cristalizar-se-ia na Constituição o despotismo inconveniente, por todos os títulos, a sociedade brasileira.

A estrutura sindical a ser implantada pelo novo texto deverá ser pautada pelos princípios da livre associação e do desatrelamento do Estado, sem o que não será legítima a representação laboral.

Somos pelo voto não obrigatório, pelo simples fato de que a obrigação não conduzirá à conscientização política. Ao contrário, sendo facultativo, o voto será consciente, racional, responsável, induzindo a maior legitimidade no resultado dos pleitos. Não é à-toa que nas democracias mais desenvolvidas do mundo já há muito se abandonou a obrigatoriedade do sufrágio, possibilitando que a escolha das representações, políticas seja efetuada por quem se supõe ter descortino suficiente para o ato de eleger administradores e legisladores.

Outra dúvida nossa é quanto à impossibilidade de reeleição para cargos executivos.

Qual a motivação jurídica, ou até mesmo ética, para essa discriminação? Segundo nosso entendimento, o argumento do abuso dos recursos do Estado na condução das campanhas eleitorais não chega a justificar a proibição. Seria perfeitamente factível a reeleição, desde que franqueadas as campanhas à fiscalização da Justiça Eleitoral, com o auxílio das Cortes de Contas. Dessa forma o governo eficiente poderia ser premiado com recondução ao cargo, premiação essa que beneficiaria principalmente as populações dirigidas. Novamente nos reportamos aos exemplos de democracias mais consolidadas, como os Estados Uni-

dos da América, onde se permite a reeleição e onde o Presidente Roosevelt – exceção à regra – foi conduzido por quatro vezes à Chefia do Executivo.

O texto em tramitação parece agravar a dependência financeira dos Estados e Municípios em relação à União, ao mesmo tempo em que deixa os contribuintes mais expostos a elevações de impostos por parte da União, Estados e Municípios, cada qual em sua esfera de competência e com o aval das respectivas casas legislativas.

Além disso, a Comissão de Sistematização propõe o sistema parlamentar de governo, o que nos parece uma ventura e um visível casuismo contra o atual Presidente da República. Podemos até mesmo assumir posição contrária à atual administração. Entretanto, sabemos que não se conseguirá solucionar as aflições porque passa a Nação através do sugerido sistema de governo, a nosso ver, não adequado à índole do brasileiro, que poderá vir, se admitido, a conturbar a ordem institucional, democraticamente retomada e que gradualmente se vai consolidando.

Implantar o parlamentarismo de maneira açodada e tendente a resolver problemas de curto prazo é risco desaconselhável. Acreditamos que o sensato seria furar esse sistema de governo a partir de prévia aprovação do povo em consulta plebiscitária.

Assim agindo, estaríamos evitando o açodamento, que poderá possibilitar, de início, o já não velado objetivo de que se pretende destituir de poder o Presidente Sarney, mas que fatalmente redundará em séria e inconveniente crise institucional, que poderá conduzir a sociedade brasileira aos perigos de penoso retrocesso político.

Acreditamos não ser esse o caminho natural da transição política entre os anos passados sob o autoritarismo e a institucionalização democrática, que todos pretendemos consolidada.

No campo da educação e da saúde, é recomendável que se elimine excessiva presença do Estado. E preciso reconhecer que é indispensável a cooperação da livre iniciativa nos sistemas de saúde e da educação. A sociedade, em nome mesmo do progresso, não pode ser marginalizada, e, portanto, que reservar-lhe destaque no desempenho de tão relevantes serviços.

Embora o Projeto da Comissão de Sistematização apresente esses pontos que, a nosso ver, são falhos e críticos, havemos de convir que muitas de suas disposições são realmente benéficas e prenunciam uma convivência mais harmoniosa entre os diversos segmentos que compõem a nacionalidade.

A liberdade de expressão é grandemente propiciada, mantido apenas o critério classificatório de censura, o que não nos parece antidemocrático.

Há grandes avanços no campo dos direitos individuais e da organização da família.

O projeto extingue o papel de filtragem exercido pelo Procurador-Geral da República no encaminhamento de ações de contestação de constitucionalidade, o que parece-nos conferirá forma mais democrática à possibilidade de recurso à Justiça nas questões de interpretação legal, extraindo do arbítrio de uma só pessoa a capacidade de obstar processos de inconstitucionalidade.

Ao ser implantada a participação do Congresso na decretação do estado de sítio, caminha-se para uma ordem mais natural no procedimento de de-

fera do Estado e da sociedade. Sem dúvida, o Poder Legislativo, instituição colegiada, é síntese das aspirações populares e há de co-responsabilizar-se em providências desse caráter.

A exigência de concurso para ingresso no serviço público é altamente salutar, bem como o estabelecimento do sistema de mérito para as promoções nas diversas carreiras do funcionalismo.

Filhos legítimos e ilegítimos passam a ter direitos iguais perante a lei, contrariamente ao que representa um odioso anacronismo na nossa legislação atual.

A instituição do **habeas-data** é outro avanço democrático importante e não deve ser olvidado no rol dos benefícios do projeto.

A instituição da imprescritibilidade e da inafiançabilidade dos crimes de tortura, bem assim tê-los como insuscetíveis de graça e anistia são providências que se coadunam com o pensamento democrático e deverão impedir a ocorrência desse delito, ou, pelo menos reduzir substancialmente sua prática.

Acresçam-se o ato de terrorismo e o seqüestro no mesmo ordenamento de repressão.

A criação dos Juizados de Instrução é passo importantíssimo para a agilização e democratização da Justiça, hoje morosa e cara, a que só tem acesso a aqueles que disponham de recursos para custeio das lides. Essa inovação trará maior desafogo à Justiça comum e às instâncias superiores, que previsivelmente se ocuparão de demandas de maior vulto, ficando restritos aos Juizados de Instrução casos mais corriqueiros e que ocorrem em maior número.

Além disso, torna o Projeto da Comissão de Sistematização possível à iniciativa popular na apresentação de propostas de emendas à legislação, o que sem dúvida alguma conferirá à sociedade maior capacidade de influir na condução dos destinos do País, ao mesmo tempo em que acarretará sensível elevação do interesse e da conscientização política.

É importante que, tendo em vista esses avanços reais na elaboração constitucional, possamos ter o bom senso e a sabedoria necessária para buscarmos o entendimento nas questões de princípios, naquelas em que se mostre possível o consenso. É natural que em outros pontos haverá impasse, e os posicionamentos podem mostrar-se inconciliáveis. Então, valer-nos-emos da livre decisão da maioria, através do voto, para superação dos conflitos. É esse o instrumento que a democracia oferece para dirimir questões, onde se mostre visível a controvérsia.

Não nos seja permitido agir de modo casuista, aproveitando-nos de situações conjunturais para promovermos alterações estruturais que, não suficientemente fundamentadas, acarretarão fatalmente instabilidade e desassossego.

O casuismo é de envelhecimento precoce. Seus objetivos finais, não recomendáveis, se tornam transparentes e tiram das instituições a credibilidade que devem ter para que funcionem em harmonia, em prol da estabilidade da Nação e de seu desejável progresso.

Não nos seja permitido inviabilizar a Nação na busca cega e ferrenha da vitória de posições que não refletem o desejo da maioria. Essa prática se inscreveria na História como ato irresponsável de quem não soube conformar-se com os ditames da democracia, com os anseios legítimos da so-

cidade brasileira, ávida de liberdade e de participação, imbuída da necessidade de nós, Constituintes, estabelecermos os princípios basilares de uma sociedade que deseja ingressar no próximo milênio em condições de ocupar o lugar que acreditamos lhe seja devido, com justiça social, superior qualidade de vida, amplas oportunidades para todos, onde seja possível ao cidadão progredir por seus próprios méritos. Isto, Sim, é realizar, na mais dilatada escala, o tão decantado desenvolvimento social. Não se pode pensar seja avançadamente social uma comunidade privada de igualdade e de oportunidade para todos os seus membros, sem distinção de credos, cores e origens. É a democracia, efetivamente, causa geradora de liberação do homem no rumo de sua plena realização social. Pratiquemo-la com denodo e devoção, e o resto virá por acréscimo.

Nossa responsabilidade é extremamente grande, porque estamos legislando o futuro. Não nos deixemos amesquinhar, deturpando o futuro em razão de dificuldades presentes. Tenhamos em mente o futuro como objetivo, e dele nos tomaremos não apenas contemporâneos, mas seus efetivos construtores.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, iniciamos hoje a etapa final dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, ao começarmos a votação, pelo Plenário, do Projeto de Constituição.

Durante todos os momentos dos nossos trabalhos, desenvolvi os esforços possíveis, como contribuição individual, para que o nosso País venha a ter uma nova Carta Magna que corresponda às expectativas da Nação e para que nela esteja inserido o dispositivo criador do ambicionado Estado do Tocantins, sonho acalentado há 177 anos pela altiva gente morena que tenho a honra de representar.

Estou certo de que a Assembléia Nacional Constituinte não faltará, como não faltou até aqui, ao povo goiano que, unanimemente, apóia a criação do Estado do Tocantins.

E a minha confiança se estende à aprovação da Emenda nº 002-9, que prevê eleição direta para Governador, Vice-Governador, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais em 15 de novembro próximo, e aos Destaques nºs. 193 e 198, o primeiro para suprimir a figura de Governador **pro tempore**, indireto, ou melhor, nomeado, e a segunda para suprimir o art. 63, do **Ato das Disposições Transitórias**, o qual, coma está, gera confusões e traz desvantagens para todos.

Conto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com o apoio de todos para que o Estado do Tocantins nasça deste Plenário sob o signo da liberdade, da democracia e da justiça e possamos erigir um Estado moderno e desenvolvido nas belas e ensolaradas paragens do Araguaia e do Tocantins, onde todos os seus habitantes possam realizar o ambicionado sonho da felicidade e da paz.

Quanto à nova Constituição do Brasil, que estamos elaborando, tenho as mais justificadas razões para acreditar venham os seus diversos dispositivos e as suas belas páginas, que a História consagrará, a refletir todos os anseios e esperanças do povo brasileiro, a nossa realidade e os rumos definitivos para superação dos nossos

problemas, projetando o Brasil em direção ao seu grandioso destino.

Que Deus nos proteja, a todos os brasileiros.

**O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o dia de hoje ficará marcado na História de nosso País por ter realizado uma das mais proveitosas e objetivas reuniões para debater o tema que vem polarizando a atenção de toda a sociedade brasileira: a data da realização das próximas eleições presidenciais.

A necessidade que temos como representantes do povo brasileiro, legitimamente eleitos para bem defendê-lo e, acima de tudo, cumprir democraticamente nosso mandato, faz com que atendamos aos anseios da Nação, que quer, o mais rapidamente possível, eleger o mais alto mandatário do País pelo sufrágio universal. E esse atendimento só se dará se os Constituintes, os verdadeiros democratas, decidirem pelas eleições presidenciais para o próximo dia 15 de novembro, data perfeitamente compatível para elegermos alguém que certamente mudará os destinos do Brasil, juntamente com toda a sociedade, tirando o País do atual desgoverno.

O atual Governo foi legitimado através do Colégio Eleitoral para um período de transição, e este não pode ser longo. Entendemos que a transição se finda com o término dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, com a promulgação de nossa nova Carta Magna. Não bastasse este argumento, real e fortíssimo, temos ainda o fato de que o País se encontra sem rumo, com um governo desgastado e desacreditado, fazendo por merecerem, o Palácio do Planalto e seus ocupantes, as críticas e o repúdio que a sociedade lhe tem imposto.

Voltando à reunião desta manhã, quero, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, enaltecer a participação valiosa, juntamente conosco, parlamentares, de entidades da sociedade civil, como a **Ordem dos Advogados do Brasil** e a **Confederação dos Professores do Brasil**, presenças estas que, irmanadas conosco, serão de fundamental importância para que a pressão popular possa modificar a opinião daqueles que insistem, por motivos os mais inexplicáveis, em votar nos cinco anos para o atual Presidente da República, contra fiando a maioria esmagadora do povo brasileira

**O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao Horário de

#### V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, em editorial do dia de hoje, o jornal **Correio Braziliense** publica um assunto da mais alta importância, que diz respeito à morte – assassinado pelos criminosos do narcotráfico – do Procurador-Geral do país nosso irmão, a vizinha Colômbia.

O referido editorial faz uma advertência relacionada como problema das drogas, particularmente em países da América Latina, e da ousadia cada vez maior dos narcotraficantes. Mostra o seu relacionamento com três problemas vitais que afetam vários países: o primeiro deles, o contrabando de armas; o segundo, o terrorismo; e o terceiro, essa moléstia nova que vem preocupando o mundo inteiro, a AIDS.

Conhece-se bastante a respeito do contrabando de armas e as suas relações íntimas com o contrabando de drogas. Sabe-se também que está interrelacionada ao terrorismo, porque em muitos países, como na vizinha Colômbia, os narcotraficantes – com o seu elevado poder de corrupção e a quantidade de dinheiro que se envolve no tráfico de drogas – representam quase que um governo paralelo a enfrentar e a desafiar o governo legalmente estabelecido.

Basta dizer que há poucos anos assassinaram o Ministro da Justiça Lara Bonilla e, agora, o Procurador-Geral da República naquele país.

Há também o problema que se está difundindo no mundo inteiro, relacionado com a AIDS. Hoje, já se sabe que enquanto o primeiro grupo de risco na AIDS, os homossexuais, está percentualmente caindo, o outro, o segundo grupo de risco – os usuários de drogas injetáveis –, está aumentando dramaticamente. Daí a nossa advertência, lembrando aos colegas Constituintes a importância de algumas emendas e propostas à nova Constituição brasileira no sentido de proteger o nosso País do flagelo das drogas em futuro próximo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Elias Murad, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deva a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.*

**O SR. ROBERTO ROLLEMBERG:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ROBERTO ROLLEMBERG (PMDB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na condição de Deputado pelo PMDB, quero, nesta oportunidade, deixar claro que as declarações atribuídas ao Líder José Lourenço e ao Constituinte Cardoso Alves publicadas nos Jornais, a respeito da posição daqueles que assinaram a emenda pelos cinco anos, nada têm a ver com o grupo de Constituintes que, como eu, assinou esta emenda.

Repudiamos veementemente a falta de com postura dessas pessoas que afirmaram que aquele que assinou a emenda pelos cinco anos trocou cargos ou benefícios ilícitos com o Governo. Desafio esses cavalheiros a apontarem a transação ilícita ou irregular que este ou qualquer outro Constituinte tenha feito com o Governo para, em troca, apoiar a emenda de mandato de cinco anos para o Presidente da República.

Nesta Casa, sempre estive com o partido, sempre tomei parte nas Convenções do partido, dando as nossas posições institucionais e acreditando na transição. Esta é uma posição política muito

clara. Reivindicações junto ao Governo todos nós as termos, em benefício da nossa comunidade, Mas nada há que nos Identifique com a filosofia do "Centrão", pois votaremos com o PMDB, com as teses populares, com os pontos programáticos do nosso partido, no cumprimento da obrigação que temos com a Liderança das nossas agremiações. E, por estarmos livres de uma decisão partidária em relação ao sistema de governo e ao mandato do Presidente da República, assumimos pessoalmente esta tese e a manteremos, a não ser que se estabeleça nesta Casa que a corrupção hoje é que define a conduta e a postura política de cada um.

Estamos absolutamente tranquilos com relação ao cumprimento das obrigações partidárias e ao apoio às teses populares constantes do Relatório da Comissão de Sistematização e de outras emendas. No entanto, a questão do sistema de governo e do prazo do mandato do Presidente da República está aberta no PMDB; é questão de convicção individual. Esta postura, portanto, será mantida até que o partido discuta politicamente qual a atitude em conjunto que se deva tomar.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que não aceito que, em plena Constituinte, duas figuras importantes deste Parlamento digam aos jornais que a nossa posição política depende de barganhas. Talvez seja esse o costume daqueles que afirmaram isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. GIDEL DANTAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. GIDEL DANTAS (PMDB – CE Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Srs. Constituintes, temos ouvido com frequência o apelo que o Sr. Presidente da República tem dirigido à Nação e, em particular, aos órgãos e entidades da administração pública, para que sejam evitados os gastos supérfluos. Desde o momento em que assumiu a Presidência, S. Ex.<sup>a</sup> tem manifestado, quer pelo cumprimento da legislação específica, quer por um comportamento pessoal exemplar, que o País precisa produzir, evitar o esbanjamento e controlar as despesas desnecessárias, sobretudo nesta linha de ação. Mais recentemente, o serviço público federal passou a conviver com a execução de medidas que visam a cumprir essa determinação superior, qual seja a de regularizar a situação dos servidores da União, muitos dos quais, ao longo dos anos, deixaram seus órgãos de origem e passaram a conviver com a troca sistemática de órgãos, utilizando, para tanto, o recurso legal da cedência. Mas é essa cedência, Srs. Constituintes, que foi acumulando despesas, daqui e dali, já que muitos órgãos detinham a maior parte do orçamento para salários, sem que, na realidade, pudessem contar com todo o efetivo que lhes era atribuído. Conseqüentemente, a instituição que recebia o cedido, em muitas situações, era obrigada a dar complementos salariais, gerando, com isso, uma despesa dupla aos cofres da União.

Faço este retrospecto para melhor encaminhar este pronunciamento, que visa a situar-se numa

autarquia específica, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, Sudepe, responsável pela condução de toda a política pesqueira nacional.

Pois é lá que constatei, por ação prática de seu Superintendente, o Dr. Aécio Moura da Silva, que determinou imediato cumprimento às normas governamentais, numa medida que lhe permitirá, paralelamente, adequar a sua força de trabalho às reais necessidades funcionais da autarquia, de acordo com as prioridades que traçou logo que assumiu aquele cargo, com o apoio decisivo do Exm<sup>o</sup>. Sr. Ministro Íris Rezende.

Na prática, Srs. Constituintes, isto quer dizer que a Sudepe vai reduzir custos sem demitir, já que os cedidos, inicialmente, deverão permanecer nos seus órgãos, mas que, a partir de agora, passam a assumir o ônus salarial. Numa outra etapa, os funcionários colocados à disposição da Sedap vão atender a outros órgãos e entidades governamentais que, por um ou outro motivo, hoje carecem de mão-de-obra específica. Racionaliza-se finalmente esta questão, possibilitando distribuição funcional equânime e equilibrando os orçamentos hoje tão sacrificados, como todos sabemos.

Na Sudepe, especificamente, constatei que a medida é mero ato formal de cumprimento às determinações governamentais. Pelo contrário. Da quando de sua posse, há cerca de dois ou três meses, o Superintendente Aécio Moura da Silva fixava, entre outras diretrizes, o que chamou de "Mudanças do Funcionamento Interno". É o item V de sua proposta de trabalho, que visa, no geral, a aumentar em 500 mil toneladas a atual produção de pescado, em torno das 900 mil toneladas.

Mas, para tanto, julgou imprescindível contar com uma estrutura funcional adequada e capacitada, eliminando as disfunções e superposições, tão comuns na administração pública com um todo. O projeto continuará com a introdução de um novo sistema de planejamento, isto após identificar os problemas que hoje obstaculizam o desempenho do setor pesqueiro. Na recente publicação "Diretrizes", editada por aquela autarquia, pode-se observar que a programação na área funcional será ainda atendida com a introdução de um sistema de coordenação interinstitucional, para finalmente implantar melhorias na área de pessoal, como a definição da lotação ideal nas suas várias unidades, identificando cargos, funções e especialidades necessárias.

Faço este registro, Srs. Constituintes, por entendê-lo oportuno e por ver o entusiasmo com que a nova direção de uma autarquia se lança ao trabalho de recuperação institucional de um dos setores mais importantes da economia brasileira, o da pesca.

Essa iniciativa da Sudepe, além de dar cumprimento às determinações governamentais de regularização funcional, ultrapassa a proposta de fortalecer-se organizacionalmente, reduzindo gastos, adequando o orçamento e, ao mesmo tempo, multiplica, pela qualificação profissional, sua força de trabalho na busca de seus já bem definidos objetivos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ADROALDO STRECK** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, visitei o interior do meu Estado. Preocupa-me a forma com que os gaúchos encaram o verdadeiro mercado persa em que se transformou esta República, com os negócios em torno do mandato de cinco anos para o Presidente da República.

Algumas pessoas diziam-me que o Poder Legislativo, com isso, caiu no seu conceito e que seria necessário trabalhar muito para fazer com que este Poder voltasse a ser o que já foi e o que deverá ser. Respondi-lhes que em todas as atividades profissionais existe um processo de melhoria e dei-lhes o exemplo do rádio e do jornal, que, lá pela década de 50, eram atividades de boêmios, mas com o tempo foram-se desenvolvendo de tal forma que hoje, no rádio, no jornal e na televisão, só trabalham pessoas que têm conteúdo e que sabem o que dizer e informar à população brasileira.

Da mesma forma, entendo que, depois desse verdadeiro fiasco nacional a que estamos assistindo, da compra de votos nesta Constituinte pelo mandato de cinco anos, teremos uma depuração. O descaramento a que chegaram alguns Constituintes vai impedi-los de pedir votos para retornarem à atividade política.

Sr. Presidente, creio que teremos, em seguida, uma depuração deste Poder. Foi um marco lamentável o que ocorreu e ainda hoje ocorre nesta República. Mas vamos redimir-nos de tudo isso, através do voto popular, na primeira oportunidade que tivermos de conferir o ato de alguns Constituintes que estão contra o desejo da maioria da população brasileira de mudar o Governo – se possível, ontem. Creio no Poder Legislativo e sei que se reabilitará, na medida em que tivermos, de novo, possibilidade de realizar eleições.

Era o que gostaria de dizer no horário da Liderança do meu partido.

**O SR. PAULO DELGADO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a notícia que vem de Minas Gerais sobre a ação do Governador daquele Estado serve para avaliarmos que tipo de Poder queremos fortalecer, ao iniciarmos a votação da Constituição brasileira neste momento, quase um ano depois de instalada a Assembléia Nacional Constituinte. O Governador de Minas Gerais demitiu, pelo Decreto nº 27.826,114 mil professores daquele Estado nesta semana, justamente a poucos dias do início do ano letivo.

Alguns desses professores já estão no Estado há mais de 10,15 ou 20 anos. Estão sem contrato de trabalho, sem 13º salário e sem direito a férias; não são celetistas, nem estatutários, nem representam nada do ponto de vista da legislação trabalhista.

É o Estado que descumpra a lei e deixa inseguros seus trabalhadores e professores. Além de demitir, definiu que a readmissão, se houver, vai



passar a ser feita pelo critério da política clientelista, aplicada no Estado pelo Governador, mas que faz parte da política mais geral do Governo José Sarney. Nesta política clientelista e do fisiologismo, o Governo vai passar a recontratar por meio da Secretaria de Governo e da Casa Civil. Essa decisão mantém clara a mais baixa politicagem do empreguismo na composição do quadro do magistério no Estado de Minas Gerais. Sem educação no Governo, o algoz estende seu obscurantismo e ira sobre a sociedade.

Essa assombrosa e desrespeitosa atitude do Governador de Minas é uma afronta às entidades do magistério naquele Estado. Ela repete a política da Nova República. Isso nos leva a meditar sobre o que se vai votar hoje, aqui, no preâmbulo e no parágrafo único do art. 1º do Projeto de Constituição. Se queremos a prevalência do Estado sobre os interesses dos cidadãos e trabalhadores, ou se queremos inverter essa lógica perversa da dominação, onde o Poder do Estado massacrava seus cidadãos e impede que eles se organizem de maneira democrática, fazendo pressão legítima.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, votaremos com a concepção que afirma que a sociedade vale mais do que o Estado e que o poder é exercido em seu nome. A tradição brasileira é a de que o poder mama no povo e contra ele é exercido. Esta má tradição precisa ser rompida.

**O SR. ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos lamentar que estejamos elaborando a nova Constituição do Brasil e, pelas circunstâncias econômicas do País, sejamos forçados a acelerar nossos trabalhos dada a inquietação que se generaliza em toda a Nação.

O Governo do Presidente José Sarney caminha no sentido de paralisar completamente nossa economia, em virtude do estímulo desenfreado à especulação financeira, à poupança, às aplicações no **over** e no **open** etc.

Temos andado pelo interior e notamos que há muita inquietação em todos os setores da economia. Ninguém quer comprar, construir ou fazer mais nada. As pessoas que tem um pouco de recursos só se preocupam em aplicá-los na especulação financeira, o que está gerando desemprego, desocupação absoluta e causando verdadeira perplexidade no País. A política adotada pelo Governo, tenho certeza tem como principal objetivo conter o consumo da população, a fim de aumentar nosso superávit comercial e com isso obter dólares suficientes para saldar os compromissos da dívida externa tão irresponsavelmente contraída por este Governo.

Queremos aqui deixar a mensagem do Partido Socialista Brasileiro: a Constituinte não é culpada pela atual situação econômica em que vivemos; a Constituinte tem que trabalhar com calma e serenidade, para elaborar um texto que atenda aos interesses da maioria do povo brasileiro. E o que todos devemos fazer neste instante é lutar para concluir o processo de transição, a fim de

termos eleições gerais em 15 de novembro de 1988. Isso levará a Nação e o novo Governo a assumirem o compromisso com os interesses populares e não os dos banqueiros e do imperialismo internacional, como ocorre neste instante.

Vamos ter paciência. O culpado pelo que está ocorrendo é o Governo, não a Assembléia Nacional Constituinte.

Esta, a nossa mensagem, Sr. Presidente

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL

**O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, graças a Deus chegamos a este dia tão esperado, depois de um ano de muito trabalho, conversa, entendimento e desentendimento. A Nação brasileira está de olhos postos em nós. São milhões de esperanças depositadas nesta Assembléia Nacional Constituinte, reclamadas há tantos e tantos anos! A responsabilidade que pesa sobre nós é a de elaborarmos uma Constituição que atenda aos interesses e aos anseios do povo brasileiro, que absorva o que há de moderno no Brasil e no mundo, enfim, que venha a minorar a desesperadora situação por que passa o nosso País, em benefício do futuro dos nossos filhos.

Srs. Constituintes, não podemos, não devemos e não queremos ter uma Constituição que perpetue a situação em que se encontra o País. O que observamos hoje é um imenso déficit público das empresas estatais e da gigantesca máquina do Governo, o qual é pago por todo o povo brasileiro. A modernidade da nossa Constituição, a par de avanços nos direitos individuais e coletivos, passa pela liberalização da nossa economia e pela desestatização. Não podemos socializar a miséria, nem deixar que o povo brasileiro pague o preço do fisiologismo, do empreguismo, da corrupção que grassa nas empresas públicas e nos órgãos do Governo. A livre iniciativa, a livre empresa, molas propulsoras do País, têm que conquistar seu espaço nesta Constituinte. O mundo nos dá, em diversos países, o seu exemplo.

É necessário que, para o bem-estar do povo brasileiro, para a grandeza do nosso País, haja a prevalência dos ideais liberais, o liberalismo social, condizente com o verdadeiro espírito do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. HAROLDO LIMA (Líder do PC do B):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. HAROLDO LIMA (PC do B. – BA Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos iniciar hoje nova fase dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Esta fase, da mesma forma que as outras, começa também sob o signo das ameaças, das interferências indevidas, das pretensões de condicionar os trabalhos da Constituinte aos interesses do Governo Federal. Sabemos que, durante todo o ano

passado e no início deste, dois temas centrais foram alvo da Assembléia Nacional Constituinte: o mandato do Presidente José Sarney e o sistema de governo.

Para interferir nos trabalhos da Constituinte, o Governo Federal tentou impor, quanto aos dois temas, sua visão específica, não o conseguindo até então. E agora, no começo deste ano, procura por todos os meios vender a proposta de que a Constituinte, logo no início de seus trabalhos, deveria inverter a pauta, fazer nova mudança regimental e votar o mandato do Presidente José Sarney no sistema presidencialista de governo que defende.

Sr. Presidente, a esta altura, percebemos que já está havendo mudança de tática na linha de condução dessa batalha, por parte dos órgãos oficiais do Governo, porquanto o Sr. Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, acaba de lançar o livro "Assembléia Constituinte – Natureza, Extensão e Limitação dos seus Poderes". Nele, S. Ex.<sup>a</sup>, um dos adversários mais ferrenhos da Assembléia Nacional Constituinte, um dos lacaios mais ligados ao Governo do Presidente José Sarney, que pretende usurpar o Poder da República, defende outra proposta. Já não insiste S. Ex.<sup>a</sup> na necessidade de se inverter a pauta para se estabelecer a normalidade na vida política brasileira, idéia que vinha defendendo até há bem pouco tempo. Percebendo que a inversão de pauta é um objetivo mais ou menos derrotado na Assembléia Nacional Constituinte, que, em definitivo, não está mais disposta a sujeitar-se a uma nova e casuística mudança no Regimento Interno, o Sr. Saulo Ramos levanta agora nova tese, a de que a Assembléia Nacional Constituinte tem poderes limitados. Ou seja, afana S. Ex.<sup>a</sup>, abertamente, que a Assembléia Nacional Constituinte, eleita pelo povo brasileiro como soberana e livre, não é soberana, tampouco livre. Diz formalmente o Sr. Saulo Ramos que a Constituinte derivada exerce a soberania relativa por intermédio de representação, mas que está condicionada à Constituição da qual derivou.

Sr. Presidente, pretende o Sr. Saulo Ramos seja acatada por esta Constituinte a Carta em vigor, oriunda da ditadura militar. Esta, a nova bandeira do Sr. Saulo Ramos: impor a Constituinte respeito à Constituição que, segundo ele, convocou esta Assembléia. Não percebe o Sr. Saulo Ramos que a Constituinte foi convocada e eleita pelo povo para extirpar da vida política nacional o que resta do entulho autoritário, consubstanciando, em última instância, na chamada Constituição Federal que quer seja respeitada.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO (LÍDER DO PFL):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, iniciamos hoje nova etapa da Constituinte no País. Neste momento histórico para a vida institucional brasileira, conclamamos a todos para que na divergência possamos encontrar a convergência, de acordo com os interesses maiores da Nação.

Sabemos que aqui se encontram homens e mulheres das mais diversas tendências e corren-

tes políticas, a quem saudamos e respeitamos. No entanto, queremos deixar claro que, se nossa disposição permanente é para o diálogo, no sentido de encontrarmos uma solução que seja a mais abrangente possível, também temos de afirmar que representamos provavelmente a maioria.

Não queremos esmagar quem quer que seja, mas desejamos permanentemente ser instrumento de entendimento. Quando necessário se fizer, entretanto, e dentro de um natural princípio democrático, iremos disputar pelo voto aquilo que entendermos ser do interesse da Nação, na visão do grupo ao qual pertencemos.

Sr. Presidente, neste momento, cabe a cada um de nós proceder a uma avaliação do quadro político do País, projetando-o na vida da Nação, hoje e amanhã. A Constituição que temos a responsabilidade de redigir não será voltada para o passado: terá vínculos com nossa história, cultura e tradições, mas seu objetivo maior será alicerçar o futuro desta Nação, fazendo-o tão grande quanto o seu espaço territorial.

A vontade do povo brasileiro nos trouxe a esta Casa para, em seu nome, exercermos um papel de singular importância neste momento da vida nacional: legar ao País uma Constituição que esteja à altura da sua grandeza. Não faremos uma Constituição de radicais. Redigiremos uma Carta contemporânea do mundo do qual somos parte importante.

O Brasil não é um país qualquer, é Nação da maior relevância no contexto internacional. Temos peso significativo e decisivo na América Latina. Avaliando permanentemente essa situação, haveremos de fazer uma Constituição que viabilize o País internamente. Ao mesmo tempo, com os olhos voltados para o exterior, permitiremos investimentos que nos possam levar a um nível de desenvolvimento compatível com os anseios maiores da sociedade brasileira, possibilitando que o capital e a tecnologia estrangeiros aqui cheguem. Somando esforços com a vontade do povo brasileiro, construiremos a sociedade justa que o meu partido e o "Centrão" defendem.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero dizer que estamos de mãos dadas para construir e redigir uma Constituição da qual o povo brasileiro se possa orgulhar.

*Durante o discurso do Sr. José Lourenço o Sr. Mauro Benevides, 2º-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. ROBERTO FREIRE (LÍDER DO PCB):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE.Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos iniciando a última etapa do momento mais democrático da história da República brasileira.

A Assembléia Nacional Constituinte, apesar dos problemas que enfrentou, quando de sua convocação, representa o avanço democrático alcançado pela sociedade brasileira. fazemos esta afirmativa não apenas por aqui estarem presentes

representantes eleitos pelo povo, sem discriminação Ideológica, nem por se ter permitido, na formulação do Regimento, a participação popular, através das emendas apresentadas pelos cidadãos brasileiros. Somos democratas, particularmente, pelas discussões que aqui se desenvolvem, pelo contraditório, sempre presente, enfim, por todo um processo, no início meio caótico, que possibilitou a participação efetiva dos Srs. Constituintes na formação, concepção e até mesmo formalização do que é hoje o Projeto de Constituição.

Falar, neste momento, particularmente para nós, comunistas do PCB, é significativo, porque, na Assembléia Nacional Constituinte, a bandeira de luta contra a ditadura foi levantada primeiramente por nosso partido, e só depois foi assumida pela gloriosa legenda de resistência democrática do Movimento Democrático Brasileiro. Esta é uma etapa significativa na luta pela superação da ditadura e pela instauração de uma República com instituições verdadeiramente democráticas. E isto o que nos cabe fazer. Corremos o risco, quando se tentou evitar, na etapa final, exatamente o contraditório, a discussão das alternativas, as opções que poderiam ser apresentadas pelos Srs. Constituintes. Articulação feita por um setor que se sentiu derrotado na Comissão de Sistematização imaginou que, através de reformas regimentais, poderia inviabilizar o processo de discussões de alternativas e opções. Conseguimos evitar esse risco. Teremos opções e alternativas. Isto é fundamental. Agora veremos as características da maioria que se instalou nesta Constituinte se deseja um Brasil moderno e avançado, uma democracia ampla, ou se quer olhar para trás, para um país retrógrado, onde a democracia não existiu.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

**O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, longa e sacrificada foi a jornada que todos trilhamos para chegarmos a este momento, quando se inicia o processo final da configuração da nova Constituição brasileira.

Em que pese às diversas críticas quanto a sistemática adotada, a posteridade registrará – estamos convictos o amplo processo democrático que se instalou em nossa terra, quando toda a sociedade foi convocada e se fez presente através de seus representantes, de suas lideranças civis e das emendas populares, na sua ânsia de tomar-se co-participante na realização da nova Carta Magna.

Dentro de pouco tempo, a começar por seu preâmbulo, nós, Constituintes brasileiros, passa-remos a decidir em definitivo o conteúdo e o mérito do novo texto.

Em nome do Partido Democrata Cristão e da democracia cristã, deixamos aqui, Sr. Presidente, nossa exortação e, ao mesmo tempo, nossa prece, para que este mesmo Deus que invocamos no Preâmbulo ilumine a consciência de todos, a fim de que, juntos, irmanados, impulsionados, incentivados e inspirados pelo melhor sentimento de brasilidade, façamos efetivamente uma Consti-

tuição que concretize o enunciado no seu art. 19, quanto à construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Há que se instaurar, neste plenário, a prática do diálogo e do entendimento, perseguindo, até o final, soluções que realmente reflitam os melhores e maiores sentimentos da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, não podemos concluir esses trabalhos sem que entreguemos ao presente e ofereçamos ao futuro o instrumento constitucional que realmente conduza nosso povo à felicidade e à justiça a que tem direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**COMPARECEM MAIS OS SRS:**

Abigail Feitosa – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Uma – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL Álvaro Valle – PL; Angelo Magalhães –PFL – Anníbal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antônio Salim Curiati –PDS; Antônio Ueno – PFL; Arnaldo Prieto – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Bento Gama – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carrel Benevides –PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonânio Fonseca – PFL; Dalton Canabrava – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Expedito Machado –PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL Francisco Coelho – PFL Francisco Diógenes – PDS; Francisco Kuster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Humberto Souto – PFL Itamar Franco –; Ivo Lech – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jesus Tajra – PFL João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João, Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Hermann Neto – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Agripino – PFL José Carlos Martinez – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PIB; José Fogaça – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL José Mendonça Bezerra –PFL José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Teixeira – PFL Jovanni Masini – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélcio Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara

– PFL; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyler – PMDB; Maluly Neto – PFL; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Wedekin – PMDB; Nilso Sguarezzi – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Marques – PFL; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rollemberg – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo – Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Silvío Abreu – PMDB; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vingt Rosado PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A lista de presença registra o comparecimento de 410 Srs. Deputados.

#### VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr:

**SAMIR ACHÔA:** – Projeto de Decisão que determina o sobrestamento da edição de decretos-leis.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vai-se passar à

#### VII – ORDEM DO DIA

**“Votação, em primeiro turno, do Preâmbulo e Título I do Projeto de Constituição.”**

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa pela palavra da Presidência, inicialmente agradece, fervorosamente, a presença tão significativa de Constituintes para esta etapa decisiva da elaboração da Lei Maior desta Nação.

A Presidência roga – não pede, roga – aos Srs. Constituintes, certa de que interpreta o pensamento e o senso de dever de cada um, que, deste

dia, desta hora, até aquele momento histórico em que for promulgada a Constituição, tenhamos **quorum** necessário para que, dentro dos dispositivos regulamentares, se possa decidir sobre a matéria constitucional.

A Mesa pede, sabendo que os Constituintes representam a Nação, que, nos dias em que, como regra, vamos anunciar agora, de votação do texto constitucional, todos aqui estejam; que não assumam outros compromissos; que não haja incidência de falta de **quorum**, para que se decida a matéria.

As sessões inclusive de acordo com um processo elaborado no sentido de auscultar a opinião majoritária dos Srs. Constituintes, das Lideranças e das forças representativas, realizar-se-ão de segunda à sexta-feira de cada semana. As sessões de segunda-feira terão início às 15h. As sessões de sexta-feira terão início às 9h. As demais sessões, dos outros dias, como hoje, isto é, de terça à quinta-feira, iniciar-se-ão às 14h, com antecedência de meia hora para as pequenas comunicações e para o “pinga-fogo”, redução imposto pelo Regimento Interno. Também o tempo das comunicações das lideranças foi reduzido à metade, 43 minutos. Além de se cumprir o dispositivo regimental exigido, a Mesa se assegurará da existência de **quorum** cerca de uma hora depois de iniciada a sessão.

A Mesa – vale dizer, o Presidente – consoante o art. 34, § 9º, do nosso Regimento, bem como o Plenário tem o poder de prorrogar a sessão pelo tempo que entender necessário, para regular a tramitação da matéria. O Presidente pode prorrogar a sessão de ofício.

Desejo dizer que, ao invés de convocar sessões posteriores àquela que se encerra no prazo regimental, a Presidência fará as prorrogações necessárias no período da noite, a fim de que se dê curso à decisão da matéria em causa. O encaminhamento de votação se faz, em cada título, pelos Líderes ou por Constituintes pelos mesmos indicados, dentro do prazo assinalado na Assembléia Nacional Constituinte. Só esse encaminhamento é possível, na discussão dos títulos. Desde já adiantamos que, na votação do Preâmbulo, como este se vincula a toda a matéria constitucional, o dispositivo regimental será obedecido. Os Líderes que quiserem encaminhar a votação do Preâmbulo terão condições de fazê-lo. O encaminhamento da votação das matérias destacadas poderá ser feito por cinco Constituintes. Para haver contraditório, falarão dois, cada um tendo cinco minutos, para se manifestar a favor; dois falarão contra; e o Relator, finalmente, irá exarar seu parecer, manifestando sua posição, seu entendimento.

A Mesa faz um apelo no sentido de que esta disposição só realmente ocorra quando os Constituintes precisarem fazer um encaminhamento de votação em que tiver preferência o autor da emenda destacada. Em face de razões óbvias, devido ao grande número de destaques, a Mesa vai cumprir o Regimento no que diz respeito ao tempo estritamente estabelecido. Do contrário, iríamos prorrogar, de maneira anti-regimental, a decisão sobre a matéria. Existe, como sabemos, uma disposição estabelecendo que a votação não se fará por títulos, mas por capítulos; votaremos os capítulos de cada um dos nove títulos, em ordem crescente deste e dos respectivos capítulos. A preferência pode ser requerida e deverá ser subme-

tida a votos. Se aprovada por votação simbólica, a não ser que haja verificação de votação, a Casa será convocada para decidir sobre a matéria. O Regimento da Constituinte criou a figura da preferência automática, ou seja, não necessitam ser submetidas ao Plenário proposições que tenham acima de 280 assinaturas. Se existirem proposições semelhantes, versando sobre o mesmo tema, será aprovada àquela com o maior número de assinaturas.

Seguir-se-á a votação dos destaques, com 187 assinaturas, valendo dizer que a parte destacada é que deverá ter as 280 assinaturas para que se incorpore no texto. Seguir-se-á a votação de matéria regida pelo art 7º do Regimento. Finalmente, serão votadas em globo as emendas com parecer favorável e as com parecer contrário.

É claro que se, no substitutivo, uma emenda coletiva ou outras sobre a mesma matéria forem recusadas, votar-se-á o projeto objeto da emenda substitutiva. Se ocorrer a rejeição total do capítulo abrir-se-á um prazo de até, e não de, 48 horas para que a maioria absoluta ou o Relator ofereçam um texto para resolver o problema.

No caso das que têm a preferência automática, com 280 assinaturas ou mais, quando forem submetidas à votação se não atingirem a maioria qualificada de 280 votos, isto é, metade mais um, arcar-se-á uma sessão, com interregno de vinte e quatro horas, para que se repita a votação que será conclusiva para aprovação ou rejeição da matéria.

De maneira que, **à vol doiseau**, procuramos fazer uma pequena síntese dos dispositivos regimentais mais importantes que vão regular as decisões mais importantes sobre o que deverá ser o texto da Constituição.

É claro que, surgindo dúvidas, os Srs. Constituintes poderão suscitar questões de ordem para esclarecê-las, desde que sejam pertinentes. A Mesa de pronto as resolverá, ou, se for uma questão complexa, as atenderá oportunamente.

**O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, a questão de ordem que pretendo levantar diz respeito à participação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte no processo de votação.

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, em seu artigo 21, § 3º, diz o seguinte:

“Presidente votará em todas as deliberações, tendo ainda voto de desempate.”

E terá ainda voto de desempate, no que diz respeito às Subcomissões, às Comissões Temáticas e à própria Comissão de Sistematização.

O art. 5º, que trata das atribuições do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, diz em seu inciso XVII, o seguinte:

“XVII – Desempatar as votações, salvo nos escrutínios secretos.”

Diz o Regimento, portanto, “desempatar as votações”. Não diz não votar. E o antecedente mostra que todos os outros Presidentes votaram quan-

do se tratava de matéria constitucional. Há um Ato da Mesa – nº 22 – de 1987, que, no seu art. 1º, inciso II, estabelece:

“O Presidente somente votará em caso de empate.”

Portanto, o Ato nº 22, da Mesa, colide com o Regimento Interno e cassa o voto do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> pode abster-se, ou se quiser, pode votar favoravelmente ou contrariamente. Podemos ter 279 votos favoráveis, e o Presidente, com seu voto, nesse caso, pode garantir o **quorum** para aprovação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa agradece, em primeiro lugar, o propósito que tem o nobre companheiro e particular amigo de me dar a oportunidade de decidir as proposições submetidas à Constituinte.

Acontece que, desde o Império, desde a República Velha, Nova ou “Novíssima” e nos parlamentos do mundo inteiro, os Presidentes são isentos de votar. Têm um voto que não quero advogar para mim, porque seria muita pretensão: o voto de minerva, o voto da sabedoria. Não o tenho mas, pelo menos, terei o voto de desempate. Empatando, é preciso que se decida, e, então, o Presidente tem o voto. Fora disso, o Presidente vota, sim, com base em dispositivo regimental, mas o faz pela abstenção. É claro que assim age no intuito de que, mesmo fora do plenário, procure sempre abster-se de manifestar-se sobre assuntos mais agudos, para não ser envolvido nessas decisões. Não é, portanto, propósito meu, mas do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Haroldo Lima, para encaminhar a votação, pelo PC do B.

**O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no tempo reduzido de que disponho em nome do Partido Comunista do Brasil, quero destacar três questões relativas ao Preâmbulo e ao Título I do Projeto de Constituição ora em votação.

A primeira questão refere-se à supressão feita pelo “Centrão” da referência à soberania popular...

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa deseja esclarecer a respeito de um direito que V. Ex.<sup>a</sup> tem, o direito de falar no Preâmbulo e, também, se o entender, no Título I. Porém, se deseja usar da palavra conjuntamente, é uma decisão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. HAROLDO LIMA:** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sendo assim, eu me permitirei falar pela segunda vez quanto ao Título I.

Com relação ao preâmbulo, Sr. Presidente, o “Centrão” encaminhou a supressão da referência à soberania popular como fonte de poder, questão que estava posta claramente no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Isto revela a marca de que o “Centrão” impregnou suas propostas, todas avessas ao interesse popular, expressões, em geral retocadas de interesses das classes dominantes e de elites reacionárias. Votaremos pela restauração do texto da Comissão de Sistematização, neste parágrafo específico.

Finalmente, algumas palavras sobre a referência à expressão “sob a proteção de Deus”, incluída no Preâmbulo do Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização e mantida no Substitutivo do “Centrão”.

A questão não é nova. A Constituição de 1842 afirma ter sido escrita “sob a inspiração da Santíssima Trindade”. A de 1891, logo após a separação entre o Estado e a Igreja, não se refere a Deus. Os Constituintes de 34 declaram ter feito seu trabalho “pondo a confiança em Deus”. A despeito disso, três anos após, a Constituição foi rasgada, com o apoio de muitos dos que a elaboraram pondo sua confiança em Deus. A Constituinte de 46 travou demorado debate a respeito desse tema. Prevaleceu a posição de se colocar no Preâmbulo da Constituição a fórmula “sob a proteção de Deus”. Mas a rica polêmica então travada trouxe à tona opiniões diversas e contrárias, entre as quais algumas memoráveis, como as de Café Filho, Hermes de Lima, Clemente Mariano, Nestor Duarte, Alimor Baleeiro, Caíres de Brito, que encaminhou a votação em nome da bancada do PC do Brasil, ricas discussões que lamentavelmente, não houve nesta Constituinte.

O debate, desde então, levantou argumentos que permaneceram e se robusteceram.

De logo é mister acentuar que não se trata de nenhum problema religioso ou filosófico. Não está em discussão a existência ou não de Deus. Está em discussão é um problema político.

A Constituição objetiva ser a Lei Magna para todo o povo brasileiro e não para uma facção – ainda que amplamente majoritária – desse povo. Em um país onde existe a separação entre o Estado e a Igreja, colocar o documento básico do Estado sob o primado da religião é uma contradição. Grande número de países, majoritariamente católicos ou protestantes, tiveram o cuidado de não colocar o nome de Deus em suas Constituições, que são inevitavelmente documentos laicos, históricos, limitados, defeituosos e superáveis.

Assim é que não se fala em Deus nas Constituições da França, da Espanha, de Portugal, dos Estados Unidos e na Constituição de um País que tem a maior representação católica do mundo, a Itália.

Outras Constituições que usaram o nome de Deus em seus preâmbulos, foram rudemente desmascaradas pela História, como a brasileira de 1824, que, “em nome da Santíssima Trindade” aceitou a escravidão dos negros. Percebe-se, por exemplo, que o nome de Deus, na maioria das vezes, é usado para sugerir uma origem divina para interesses terrestres e muitas vezes mesquinhos.

Ademais, a formulação que se quer empregar – “sob a proteção de Deus” – flagra uma presunção desmedida. Os Constituintes declaram estar “sob a proteção de Deus” ao elaborar a Constituição. Suponhamos que a Constituição venha a definir uma ordem econômica que sacrifique a economia nacional em benefício do capital estrangeiro, que não estabeleça normas para a reforma agrária efetiva, que não garanta as 40 horas de trabalho, a estabilidade, que conceda 5 anos de mandato para o Presidente Sarney, contrariando todas as aspirações populares. Por que apresentar posições desse tipo como se tivessem sido tomadas “sob a proteção de Deus”?

A fórmula usada em 1934 é menos presunçosa. Os Constituintes declaram ter elaborado a Constituição “pondo a sua confiança em Deus”. Essa fórmula, mais humilde, hoje não está sendo proposta. E se estivesse resultaria em nova imposição. Porque nem todos os Constituintes que assinarão a Constituição poderiam dizer, honestamente, que o fizeram “pondo sua confiança em Deus”. A maioria, que pode ter fé, não pode obrigar que todos declarem uma fé que não possuem.

Não tenho autorização, talvez porque não a pedi, para citar o nome de uma veneranda figura da Igreja Católica da Bahia que, sabedor dessa questão, referindo-se à fórmula que se pretende usar no preâmbulo, disse que isso é uma verdadeira “blasfêmia”.

O uso do nome de Deus em documentos e símbolos oficiais não era feito no antigo Império Romano. Daí o episódio em que Jesus, tendo pedido a alguém para dizer-lhe o que via em um denário – a moeda do Império – obteve a resposta de que era a efigie e a legenda de César, o que permitiu sua réplica famosa: “Então, dê a César o que é de César”.

A utilização oportunista, desrespeitosa e farisaica do nome de Deus com objetivos políticos é repetida, após, em inúmeras oportunidades da História. Na época do fascismo, na Espanha, moedas ostentavam a legenda: “Francisco Franco, caudilho de esparsa, por la gracia de Dios”. E ainda agora, aqui no Brasil do Sr. José Sarney, nosso denário de 1000 cruzados circula com a inscrição: “Deus seja louvado”.

Para que a separação entre o Estado e a Igreja prevalecesse, para que ninguém fosse obrigado a assinar texto contrário a suas convicções, para que não se evocassem poderes divinos para documentos políticos, relativos e temporários que servem mais a uns que a outros, para que não parecesse, enfim, que se estava utilizando Deus como cabo eleitoral é que votamos, na Comissão de Sistematização, pela supressão da expressão “sob a proteção de Deus” do preâmbulo da Constituição.

Como o nosso voto, o voto do PC do B foi o único contrário, e como não temos disponibilidade de emendas a apresentar no plenário, deixamos de encaminhar essa proposta de retirar a expressão “sob a proteção de Deus” da referida Constituição. Aproveitamos, entretanto, a oportunidade para reafirmar a nossa posição, o que agora aqui faço.

Encerro dizendo que neste particular a posição que seguramente vai prevalecer, contra a nossa vontade, dá lugar a que se diga ser mais realista que o rei, por que, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, nem mesma Lei fundamental do Estado do Vaticano – a Constituição do Vaticano – em seu preâmbulo e em nenhum de seus artigos, invoca o nome de Deus, ou sua proteção.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Fausto Rocha, para encaminhar a votação, pelo PFL.

**O SR. FAUSTO ROCHA (PFL – SP):** Exmº Sr. Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Srs Senadores e Deputados Federais Constituintes.

Como Vice-Líder do PFL, fui escolhido pela segunda maior bancada deste Parlamento, um par-

tido do centro, equilibrado, e por conclamação do Bloco Parlamentar Evangélico, para responder às palavras que o Constituinte Haroldo Lima, do PC do B Partido Comunista do Brasil, acaba de proferir com voz alterada, em tom de guerra, pretendendo exigir que a palavra Deus não conste do Preâmbulo da Constituição brasileira.

Falo como cristão, serena mas firmemente, neste momento em que se dá início à votação definitiva do primeiro item da nossa Constituição, e já fica mais uma vez evidenciado que a palavra Deus é considerada uma afronta pelo Partido Comunista do Brasil e pelos partidos totalitários de esquerda. Fica mais uma vez consignada a posição dos comunistas, dos radicais de esquerda daqueles que querem o regime totalitário, daqueles que defendem a estatização total, que querem transformar o País numa repartição pública do tamanho do Brasil, e não aceitam a idéia de que Deus possa existir, de que Deus possa ser respeitado.

É pena que assim seja, pois do mesmo modo como não há liberdade de culto na Rússia e nos países da órbita comunista, não há também liberdade sindical, não há liberdade de imprensa nem liberdade partidária – quatro liberdades fundamentais. Parece que a palavra Deus provoca uma ojeriza incontornável aos radicais do socialismo e do comunismo.

Mas é exatamente aí, no início da nossa Constituição, que Deus deve estar, pois, “no princípio, criou Deus o céu e a terra e tudo o que neles há”. “Mas buscai primeiro o reino de Deus e a sua justiça e todas as demais coisas vos serão acrescentadas”. “Ama a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo”. “Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”.

De fato, todas as promessas de Deus se cumprem. Não há uma sequer que não tenha sido cumprida ao longo de toda a história da humanidade. Mas as promessas da palavra de Deus – a Bíblia Sagrada – contém, todas, uma condicionante, um pré-requisito. Exemplo: “Honra teu pai e tua mãe para que se prolonguem os teus dias sobre a face da Terra”. E preciso conhecer e viver os princípios da palavra de Deus para ser abençoado.

O apóstolo Paulo, que dá nome ao grande Estado de São Paulo, o querido “apóstolo dos gentios”, disse: “Porque não me envergonho do Evangelho de Cristo”. Os Estados Unidos, a grande Nação americana, não se envergonhou do nome de Deus. Cita-o não somente em seus textos legais mas coloca-o também em suas moedas, no meio circulante, na mão de cada cidadão, nesta frase cunhada para a perpetuidade: **In God we trust** – nós confiamos em Deus. Na Bíblia lemos: “Bem está, servo bom e fiel. Sobre o pouco foste fiel, sobre o muito te colocarei.”

É claro que nem toda a Nação brasileira é constituída de cristãos, mas o Brasil é a maior Nação cristã do mundo. Se outros países colocam em suas constituições e até na moeda que circula na mão de cada um o respeito, a admiração e a aceitação de que Deus é Senhor, de que estão debaixo do senhorio daquele que orienta suas vidas, queremos, como a maior Nação cristã do mundo – evangélicos, católicos, diversas denominações – ter a honra, o orgulho e o privilégio, como maioria, de ver cumprida essa nossa aspiração. E isso se fará. Sabemos que venceremos

tranqüilamente esta votação. Mesmo aqueles que não são cristãos, vão respeitar o fato de que a maioria deseja consignar, logo no Preâmbulo da Constituição a expressão “sob a proteção de Deus”. Pessoalmente, eu até preferida outra redação, por isso sugeri a expressão que me parece mais própria: “pedindo a inspiração de Deus”, mas isso é particularidade, e aceito o texto do “Centrão”, que têm representado o consenso da maioria desta Casa. O principal é que o nome de Deus esteja logo no início da Constituição.

Isso causa asco aos comunistas, que não aceitam as 4 liberdades de que falamos: de culto, de expressão (que contém a de imprensa), a liberdade sindical e partidária. Os comunistas do mundo inteiro continuam fazendo a mesma coisa: usam a Igreja para fechá-la no final do processo; usam a imprensa e extinguem sua liberdade assim que assumem o poder, usam os sindicatos e os fecham quando chegam ao comando de seus países; usam os partidos políticos (e estão aqui neste Parlamento, em vários partidos comunistas confessos) e depois fecham todos os partidos, estabelecendo o partido único. (Palmas.)

Respeitamos os comunistas. Cristo morreu também pelos comunistas, ateus, agnósticos. Deus sua vida para que essas pessoas possam reformular o seu pensamento e, em aceitando a Jesus Cristo como seu único e suficiente salvador, regenerar sua vida, ter amor pelo próximo e defender todas as liberdades; inclusive essas que citei.

Os cristãos desejam justiça social com liberdade, e isso é possível. Na Inglaterra, de Margaret Thatcher, a presença do Estado na economia foi diminuída e assim diminuíram os impostos, a economia se expandiu, a inflação diminuiu, os trabalhadores cresceram em seus direitos e seus ganhos reais. E tudo isso em liberdade. Esse é o verdadeiro modelo progressista. O mesmo ocorre no Japão e também na social-democracia da Alemanha Ocidental, onde há igualdade de oportunidade e há incentivo (melhor pagamento) para quem produz mais e melhor. Isso traz eficiência, produção maior e mais o que distribuir.

No socialismo, todos são funcionários públicos e não têm estímulo, pois quem produz mais e melhor ganha apenas uma medalhinha do partido comunista. Todos têm cartão de racionamento e vivem nas filas para receber pouco daquilo que nem desejam, pois tudo é planejado pelo centralismo totalitário da auto-denominada “ditadura do proletariado”. Nunca vi nenhum proletário no poder. O que vemos é o grande Líder polonês Lech Walesa, do sindicato “Solidariedade” (fechado pela intervenção comunista), sem poder se pronunciar em seu país nem ir receber pessoalmente o prêmio Nobel da Paz.

Lamentavelmente, os socialistas comunistas, no Brasil, ainda sonham com o antigo; estão mais na linha Stalin. A Europa toda está voltando da experiência socialista, como a França e a Itália. Até a China e mesmo a Rússia de Gorbachev começam a viver uma abertura espetacular para o Ocidente. Estão entrando no caminho certo.

No Brasil, como sempre 20 anos atrasados, querem nos levar a “pôr o rosto pra bater onde todo o mundo já apanhou”. Estamos agora na plenitude do estado de direito. Superamos o radicalismo de direita e não há lógica em caminharmos para o radicalismo de esquerda: Todo o radi-

calismo é igualmente nefasto. Os cristãos desejam justiça social, mas com liberdade! Em Gálatas lemos: “Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade”. Nenhum regime é justo e bom se precisar extinguir a liberdade para se impor e manter.

Deus deu ao homem o livre arbítrio. No Apocalipse, Jesus diz: “Eis que eu estou à porta e bato. Se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta; eu entrarei e cearei com ele”. A porta do nosso coração só tem trinco por dentro. Só nós podemos abri-la. Deus, que nos criou, nos ama e deseja dar tudo de melhor, não arromba a porta. Espera que o aceitemos. Aceita a nossa decisão.

Quando tive a honra de levar a Bíblia a Fidel Castro, pedindo-lhe ampla liberdade de culto em seu país, disse-lhe com respeito e amor cristão “Os homens passam, os regimes mudam, mas a palavra de Deus permanece para sempre”. Faltavam poucos dias para o Natal e, em todo o lugar, se via “Feliz Año Nuevo”, mas tendo passado uma semana em Havana e outros lugares de Cuba, não encontrei em nenhum lugar “Feliz Navidad”. O Natal não é comemorado em Cuba. Cultos ao ar livre são proibidos e o ensino bíblico não é permitido na televisão nem nos meios de comunicação.

Há os que procuram semelhança entre cristianismo e comunismo, mas ninguém poderia usar o nome de Cristo em vão para tentar estabelecer um regime político, ainda mais suprimindo as liberdades e até a de culto. Cristo não estabeleceu formas de governo. Ele foi enfático ao dizer “meu reino não é deste mundo”. Quando muitos cristãos primitivos vendiam suas propriedades para ajudar seus irmãos da comunidade cristã à medida que cada um deles necessitava, faziam-no voluntariamente e não por imposição governamental, o que retiraria todo o mérito da decisão pessoal. Jesus olha para o coração. Ele disse que a mão esquerda não deveria saber o que a direita fizesse ao ajudar o próximo.

Deus nunca condenou a riqueza mas sim “o amor ao dinheiro, que é a raiz de todos os males”. Mais que leis justas e mais que o desejo de cumpri-las, necessitamos mesmo é de renovação moral e comportamental para extinguir a corrupção, que é a devastadora de todo os regimes, mormente os estatizados e totalitários, pois, “se o poder corrompe, o poder total corrompe totalmente”, ainda mais sem a vigilância de uma imprensa livre.

Para essa renovação moral, só com embasamento espiritual. Daí, a necessidade fundamental de Deus antes e acima de qualquer lei.

Sr. Presidente Ulysses Guimarães, o meu tempo está para se esgotar e não desejo que ocorra comigo o que se verificou há instantes, quando os Constituintes, em sua grande maioria, diziam “chega, chega, chega” a Haroldo Lima do PC do B, que ultrapassou em quase o dobro o tempo que o Regimento desta Casa lhe permitia, demonstrando claramente que não queriam mais ouvir impérios ao nome de Deus.

Assim, concluo dentro do tempo este meu pronunciamento lembrando que “o temor do Senhor (o respeito a Deus) é o princípio de toda a sabedoria”. Meu desejo é que seja feliz esta Nação, tendo a Deus como Senhor. (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Amaral Netto, para encaminhar a votação, pelo PDS.

**O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para apressar nossos trabalhos, vou-me limitar a prestar uma homenagem ao grupo de Deputados, Senadores e juristas que preparou um projeto de Constituição e substitutivo a títulos e capítulos, mas que não pode ser apresentado por falta de número. Sem nenhum desmente e sem denegrir aqueles que estão em votação, considere esse o melhor. Homenageio o Deputado João Alves, que concatenou esse trabalho, e, de antemão, digo que, embora votando com aquele que é o substitutivo do “Centrão”, não posso deixar de afirmar que a melhor apresentação de preâmbulo está contida nesse substitutivo.

Vou limitar-me a ler isto:

“Reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, nós, representantes do povo brasileiro, em nome dele e invocando a proteção de Deus para o País, legítima expressão do Estado de Direito republicano, federal e livre, aprovamos e promulgamos a Constituição da República Federativa do Brasil.”

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Plínio Arruda Sampaio, para encaminhar a votação, pelo PT.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, caros colegas, o preâmbulo de um texto constitucional deve ser uma declaração sintética que resume a diretriz dos Constituintes e a maneira como visualizam o arcabouço jurídico e constitucional de Nação. Desde a clássica elaboração da Constituição norte-americana, todas as Assembléias Constituintes colocam no preâmbulo do texto constitucional uma espécie de formulação dizendo a que vem.

Esta Assembléia Nacional Constituinte abre-se para recompor as feridas de vinte anos de ditadura militar e para render um preito à consciência democrática da Nação, renovando aqueles anseios de liberdade política e de democracia que caracterizam a cultura brasileira. No preâmbulo aprovado pela Comissão de Sistematização reproduzem-se aqueles princípios clássicos da democracia liberal, princípios de liberdade, de igualdade e de fraternidade. E dizemos isso de uma nova forma, para reafirmar princípios e liberdades, garantias e direitos que foram espezinhados nos vinte anos de autoritarismo. E o fazemos bem, com precisão, com grandeza, para recompor a Nação brasileira.

Introduzimos, na Comissão de Sistematização, algo de novo que o povo brasileiro está esperando e que responde a evolução das lutas de resistência democrática que desaguam nesta nossa Assembléia, a única coisa que pode salvar a democracia: a participação popular. Então, combinamos e firmamos no Preâmbulo que este texto constitucional vai criar no nosso País uma democracia representativa, mas também uma democracia que não permitirá que a representação se transforme em usurpação oligárquica de uma classe política, mas que será sempre equilibrada e medida com as formas de democracia direta.

Estas formas de democracia direta nós colocamos nas iniciativas populares de lei nós as coloca-

mos no Capítulo “Dos Direitos Individuais”; nós as colocamos na possibilidade de as associações transformarem-se em substitutos processuais; nós as colocamos num mandado de segurança coletivo; nós as colocamos na gratuidade da ação popular; nós as colocamos, enfim, em uma série de dispositivos e anunciamos no Preâmbulo que esta democracia que vamos construir aqui vai ser da representação popular clássica, harmonizada com a presença direta, organizada, constitucional, jurídica, do povo, para que a sociedade civil controle o Estado, para que a sociedade civil tenha o poder de, democraticamente, fiscalizar a autoridade para que ela funcione como um mecanismo corretor daquilo que poderia ser uma deturpação, um desvio da representação democrática.

É por isso, Srs. Constituintes e meus colegas, que neste primeiro dia ocupo a tribuna na qualidade de líder por delegação do Líder do meu partido, Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Em nome do meu partido, venho expressar aqui um apelo aos Srs. Constituintes: vamos restabelecer aquele parágrafo do Preâmbulo do Substitutivo da Comissão de Sistematização que diz que, além da representação popular indireta, pelo voto que nos traz aqui, essa Constituição consagra como forma superior de democracia a representação direta juridicamente assegurada em seu bojo.

Acho que é isso que o povo brasileiro espera de nós e tenho a certeza de que é isso que lhe daremos como resposta. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. José Maria Eymael, para encaminhar a votação, pelo PDC.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a história de todos os povos, desde os primórdios tribais, assinala preocupações básicas nos indivíduos, quer isoladamente, quer aglutinados naqueles pequenos grupos nômades, depois nos grupos já sedentários e, mais adiante, na forma de nações.

São princípios, anseios que se foram cristalizando, edificando, construindo e que resistiram ao tempo. São os princípios que aspiram à liberdade, à justiça e à solidariedade.

É interessante como essas idéias de liberdade, justiça, fraternidade e solidariedade, na alma, no conceito e na linguagem das nações, acabam sempre desembocando em um vocábulo que em todas as línguas acaba por traduzir-se em poucas, mas profundas e eternas letras: Deus.

Sr. Presidente, é por isso por delegação do eminente Líder do PDC e da democracia cristã na constituinte, o Senador e Constituinte Mauro Borges, e por delegação de toda a bancada do meu partido, que venho à tribuna reafirmar que a democracia cristã não considera um aspecto meramente adjetivo, decorativo ou formal a implantação do apelo a Deus para que ilumine esta Assembléia Nacional Constituinte.

Ao colocarmos essa premissa fazemos eco à História e, mais, Sr. Presidente, fazemos justiça, sob dois aspectos fundamentais. De um lado a própria alma da Nação brasileira, na sua maioria absoluta irmanada no sentimento de cristandade, acreditando no poder básico da oração, na palavra do Senhor, acreditando que é válido invocar-se o nome de Deus nas horas de dificuldade ou

para agradecer-lhe nas horas de regozijo. (Palmas.)

Por outro lado, Sr. Presidente, desde criança aprendemos, em todas as famílias brasileiras, que quão forte e profundo é o poder da oração, o poder da prece, e atrás dessa crença está uma crença maior ainda: a crença na promessa do evangelho. Não é por acaso que se desenvolveu entre nós esta prática. Temos a nosso favor, cristãos do País e de todo o mundo, a promessa eterna do próprio Cristo, que diz em todas as palavras do Evangelho que todo aquele que pediu receberá, e que quando dois ou mais se reunirem em nome de Deus, Ele ali estará presente.

Por acreditarmos profundamente nisso, queremos não abrir mão do direito de invocar o nome de Deus para que, junto conosco, ilumine nossas consciências, nossas vontades e faça com que todos nós construamos a Constituição que a Nação brasileira espera e que leve nosso País a uma sociedade livre, justa e solidária. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Mário Covas, para encaminhar a votação, pelo PMDB.

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Srs. Constituintes, serei bastante breve, pois creio que o povo e todos nós esperamos que no mais breve espaço de tempo ultimemos os trabalhos de elaboração constitucional e possamos retirar da Nação a interrogação que a oprime: qual será o texto de natureza constitucional?

A Nação tem uma quantidade enorme de interrogações. Não é possível adiar por mais tempo uma decisão final a respeito dos trabalhos constitucionais.

Iniciamos nesta Casa a última das fases, o estuário final de um trabalho que – quero proclamar como testemunha – não fez por merecer número enorme de críticas que alguns setores tendem a lhe oferecer.

Houve divergências, sim; houve dificuldades: mas se há alguém que pensa que a democracia e seu exercício constituem a tarefa de buscar permanentemente a voz única, a rigor não merece o exercício da própria democracia. (Palmas.) A democracia é o exercício dos dissensos, da contradição e da eventual busca pelo caminho da negociação, através da Mesa onde se negociam soluções que, tanto quanto possível, possam ser consensuais ou eventualmente possam representar a ampla maioria da vontade brasileira. Creio que isto ocorre neste instante, por aquilo a que pude assistir ao longo da elaboração da nova Constituição. Recordo-me de alguma das fases dessa nossa luta, desde o trabalho inicial das subcomissões, quando o Senador João Calmon fez a gentileza de procurar-me para oferecer o Relatório da Subcomissão de Educação, quando S. Ex.<sup>a</sup> me afirmava: “Durante 45 dias de trabalho ouvimos exatamente 78 pessoas”. Até aí, nada de extraordinário, embora o número impressione. A rigor, complementava ele, entre essas 78 pessoas estavam desde uma camponesa até o Ministro da Educação. Isso efetivamente demonstra que o perfil, o retrato, a fisionomia, o corte da sociedade brasileira aqui esteve durante esse período.

Sr. Presidente, entramos agora na fase da discussão final. Começamos, como não podia deixar

de ser, pelo Preâmbulo e pelo seu Capítulo I. Aparentemente, as escaramuças preliminares da votação, artigos que não são profundamente contraditórios, mas ocasião, pelo menos, para que firmemos alguns pontos de vista. Deploro chegar a esta tribuna e dizer que o PMDB sustenta a invocação a Deus colocada no preâmbulo. Lamento ter que dizê-lo porque Deus, efetivamente, não é patrimônio de qualquer coloração política, de qualquer partido ou de qualquer individualidade de natureza política. Mas, já que o fizemos, Sr. Presidente, devo dizer que, para meu gosto – sem que seja eu um especialista, mas para meu gosto – até me parece que, no Preâmbulo, a invocação a Deus no projeto original está muito melhor colocada que a do Substitutivo, porque no primeiro se diz:

“Os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte...”

Portanto, a invocação é feita para a tarefa de elaborar a Constituição, enquanto que no substitutivo se diz:

“Nós, representantes do povo,” etc, “tanto na ordem interna como na ordem internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição.”

A invocação aqui, é feita, não para o ato de elaboração da Constituição, e sim para o, ato de assinatura da mesma – o que, para quem tem fé, é pedir muito pouco a Deus.

Todavia, Sr. Presidente, não é essa a única razão para, neste instante, nos pronunciarmos sobre a matéria ora em curso. Estaríamos dispostos, inclusive, a votar o substitutivo do “Centrão”, no que se refere ao Preâmbulo. Mas gostaríamos que algo que o próprio “Centrão” reconheceu, em alguns dos dispositivos do projeto – a presença do povo no próprio processo político, aquilo que se chama de “participação popular” – fosse também um tópico nesse Preâmbulo. Propusemos que votaríamos o Preâmbulo sugerido, na medida em que nele se inserisse o texto final constante do Preâmbulo nascido na Comissão de Sistematização, onde se consagra, como conquista do povo brasileiro, a possibilidade de participação popular. Não houve concordância. Votaremos com esta inclusão.

Sr. Presidente, no início dos trabalhos de votação, quero deixar registrada não apenas a minha certeza, mas minha convicção de que cada um dos que aqui chegaram veio portando uma bagagem oferecida pela mais legítima fonte de poder, que é o povo, para o exercício da tarefa constitucional. Tenho convicção e certeza de que, ao longo deste período, ainda que muitas vezes através de decisões pelo mecanismo do voto, muitas vezes sem a obtenção do consenso, que muitos julgam absolutamente indispensável, mas sempre pelo caminho da altivez, na representação de que cada um é portador na sua presença aqui, tenho certeza e convicção repito – de que esta Assembléia Nacional Constituinte será capaz de oferecer ao povo brasileiro uma razoável satisfação das suas expectativas e dos seus anseios. Lembra-me há pouco; ao falar com o eminente Constituinte Afonso Arinos, de uma passagem de Vieira. Dizia o Padre Vieira, certa ocasião, que “aquele que fala por ver faz história; aquele que fala por saber profetiza”.

Todos nós, agora e ao final desta Constituinte, poderemos declarar, fazendo história, que vimos o povo brasileiro reunido nesta Casa na tarefa de elaboração constitucional. Mas me arrisco, Sr. Presidente, com audácia e, ousadia, podendo até correr o risco da omissão e do erro, a profetizar. Arrisco-me, ainda assim, a profetizar – por saber do esforço que vislumbro em cada um – que, ao final, o povo brasileiro se orgulhará do trabalho desta Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Brandão Monteiro, para encaminhar a votação, pelo PDT.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT –RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, desejo saudar esta ocorrência que marca definitivamente assim esperamos o início de uma era democrática no País, quando os Constituintes, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, estão prontos a vencer a última etapa do processo constitucional, isto é, a votação para elaboração da futura Constituição brasileira.

Não nos alongaremos porque entendemos necessário iniciar-se o processo de votação, que todo o povo brasileiro espera terminemos o mais breve possível. Mas não podíamos deixar, neste momento solene, de trazer as posições do Partido Democrata Trabalhista no que diz respeito ao Título I. Esperamos que a Assembléia Nacional Constituinte, composta de representantes eleitos pelo povo brasileiro, tenha em mente a grande responsabilidade histórica que lhe cabe neste momento, na correlação básica entre a confiança que lhe foi depositada pelo povo e a resposta a essa confiança. Dizemos, alto e bom som, que após examinarmos as propostas relativas ao Preâmbulo optamos por votar favoravelmente à proposta do projeto da Comissão de Sistematização. Queremos destacar, além dos conceitos ali emitidos, como vivermos em paz, em fraternidade e em liberdade, dois pontos básicos. Achamos fundamental que se mantenha a tradição brasileira no que se refere à invocação do nome de Deus presente na promulgação da Assembléia Nacional Constituinte. Aqui, não discutimos filosofias ou posições políticas individuais, mas reconhecemos que a maioria do povo brasileiro, como nós, invoca o nome de Deus. Da mesma forma achamos que há uma profunda ligação entre invocar o nome de Deus e a participação popular. Ninguém mais do que Cristo se preocupou com os humildes, com os pobres e com aqueles que não tinham as dádivas que só os grandes possuem. É preciso que corrijamos nossos erros com a permanente e sempre conseqüente participação do povo. Não podemos esquecer, de forma alguma, essa participação, porque todo poder emana do povo.

O regime democrático, grosso modo, já dizia Churchill, não pode ser o mais perfeito – talvez até tenha grandes defeitos – mas o homem ainda não encontrou melhor regime. E não devemos pensar em democracia sem antes pensar na participação popular, na correção de rumos, pois, às vezes, somos trazidos a esta Casa, ou apostos no Executivo pelas mãos generosas do povo. E, às vezes, por não mantermos permanente contato com o povo, erramos em nossas posições. Mas

é preciso corrigi-las da melhor maneira, ou seja, com a perene ligação entre homem público e povo. Essa participação popular deve ser consagrada em qualquer regime político democrático, porque as elites podem arvorar-se no direito de representar o povo. Mas conhecemos a História do mundo, dos regimes políticos e dos sistemas, quando muitos invocaram Deus e o povo, para negar Deus e escravizar o povo. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Roberto Augusto, para encaminhar a votação, pelo PTB.

**O SR. ROBERTO AUGUSTO (PTB – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, nesta oportunidade, a Liderança do meu partido, o PTB, optou por que me manifestasse a respeito da parte final dos trabalhos desta Constituinte.

Falando a respeito do Preâmbulo da Constituição estamos optando pelo do “Centrão” – desde que aqui chegamos, encontramos nele inserida a frase “sob a proteção de Deus”. Assim, minha felicidade é dupla, porque, além de Parlamentar eleito pelo Rio de Janeiro, sou bispo evangélico protestante.

Aqui se disse, há pouco, que apesar de existirem vários segmentos religiosos, como o católico, o católico carismático, o evangélico, o protestante, o pentecostal, o espírita e outros, no coração de cada brasileiro há o temor a Deus. E o grande sábio da história da humanidade, o Rei Salomão, disse que o temor a Deus, ao Criador, é o princípio de toda sabedoria. Se nos apoiássemos nesta sabedoria, não estaríamos, hoje, no grande caos em que vivemos, porque o homem, apesar de se julgar sábio, se não inserir na sua vida, no seu coração, a inspiração divina, do Todo Poderoso, nada pode fazer.

O princípio da sabedoria, segundo o Rei Salomão, vem do temor a Deus, mas do nosso dicionário temor significa medo. Entretanto, em Teologia – e sou teólogo – temor significa um sentimento de respeito ao Criador.

Devemos elaborar uma Constituição que venha ao encontro dos anseios desta Nação, totalmente cristã. Por isso, nada mais correto que inserirmos no início desta Carta a expressão “Sob a proteção de Deus”, porque o sentimento de respeito a Deus vai nos trazer a sabedoria, humildade, bom-senso e prudência que só Deus pode colocar em nossas vidas. Com eles, elaboraremos uma Constituição que realmente irá ao encontro dos desejos de nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Adolfo Oliveira, para encaminhar a votação, pelo PL.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o Partido liberal vem assinalar, com muito júbilo e entusiasmo, nova e importante etapa da Jornada da Assembléia Nacional Constituinte. Na verdade, o grande Plenário, estuário dos anseios e paixões de milhões de brasileiros, dá início à fase das votações.

E um privilégio representarmos essa imensa legião de brasileiros desesperançados, quase desesperados, mas que ainda confiam porque sa-

bem que legítimos representantes, aqui estão para defender seus interesses.

A classe média empobrecida, e a massa de trabalhadores, tantas vezes esmagadas e vilipendiadas pela inobservância dos seus direitos, confiam ainda no futuro e encontram sintonia com o partido que agora surge, sem laços com o passado, mas pleno de compromissos com o porvir. O PL aqui estará para votar a melhor Constituição para este País.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, teremos a humildade de procurar a melhor fórmula. Não importa que ela esteja no texto de uma modesta emenda individual, que se for a melhor, deverá ser preferida. Não importa que alguém, tantas vezes injustiçado, ao final venha colher os louros do seu sacrifício e do seu trabalho.

É o preito de justiça que faço ao Reator Bernardo Cabral. V. Ex.<sup>a</sup> ainda não receberam o catálogo, de quatrocentas e tantas páginas, onde está o parecer pormenorizado sobre cada uma das duas mil e tantas emendas apresentadas num trabalho que se desenvolveu durante 14 dias e 14 noites.

Por tudo isto, por esta soma de vontades diferentes, por este amálgama que, na verdade, é o Brasil real, confiamos em que daqui sairá uma Constituição para o futuro, voltada para nossos filhos, e que vai representar, acima de tudo, um passo à frente.

O nosso País não admite retrocesso na caminhada em busca de um futuro que esteja à altura das suas riquezas e do seu patrimônio, entre os quais o maior é a tenacidade, o valor e o caráter de seus filhos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Ademir Andrade, para encaminhar a votação, pelo PSB.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Socialista Brasileiro vem manifestar seu ponto de vista sobre esta votação.

Aproveitamos a oportunidade para conclamar todos os Constituintes desta Casa a esse trabalho, que será extremamente longo e penoso. Haverá necessidade da presença constante de todos aqueles que querem trabalhar pelo bem do Brasil.

Não desejamos ser atropelados. Queremos lutar para que este projeto de Constituição, artigo e por artigo, parágrafo por parágrafo, seja minuciosamente discutido. Este, inclusive, foi o desejo manifestado pelo “Centrão”.

A participação de todos é também nosso desejo. Esperamos, no momento da abertura destes trabalhos, que a Assembléia Nacional Constituinte não decida votar apenas os itens mais importantes, mas que a contribuição e o pensamento de cada Constituinte, nesta Casa, possam manifestar-se, ao longo dos dias que teremos pela frente.

Com relação ao Preâmbulo agora submetido a votação, de autoria do chamado “Centrão”, e que tem a assinatura do Constituinte Aluizio Campos, entendemos que ele dá o significado da nossa intenção, definindo o que queremos na Constituição brasileira. O Relator Bernardo Cabral colocou isto muito bem, no Preâmbulo que ora se apresenta, e que foi aprovado, emendado e construído pela Comissão de Sistematização.

Precisamos ter clareza nos nossos ideais e objetivos, e o Preâmbulo da Comissão de Sistematização é muito mais explícito, em relação ao que pretendemos, do que aquele apresentado pelo “Centrão”, quando afirma que nos propomos a respeitar a cultura e os direitos fundamentais da pessoa humana, através da proteção especial à criança e ao adolescente e, principalmente, pela observância da equitativa distribuição dos bens materiais e culturais. No final, concordamos em que o poder existe na soberania e na vontade do povo.

Por todas essas razões e por ser mais claro e mais coerente com as necessidades e o sofrimento do povo brasileiro, nós, do Partido Socialista Brasileiro, votamos pela manutenção do Preâmbulo da Comissão de Sistematização, portanto nos colocamos conta o Preâmbulo apresentado pelo nobre Constituinte Aluizio Campos e assinado pelo “Centrão”.

Esta é a nossa manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Afonso Arinos, para encaminhar a votação, a favor.

**O SR. AFONSO ARINOS (PFL – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao manifestar o meu apoio ao texto do Preâmbulo que está sendo oferecido a esta nobre Assembléia, gostaria de juntar algumas considerações sobre o seu tema, o seu significado.

O Preâmbulo, para nós, que fomos professor desta matéria em época em que éramos mais jovens, tem o significado do início de uma marcha: **preambulare**, começar a andar. Preâmbulo significa os primeiros passos no sentido de uma direção. A existência dos preâmbulos nas Constituições escritas não é continua nem regular, não obedece a padrões uniformes, mas ela tem sempre uma significação especial muito digna de atenção. Por exemplo: a primeira Constituição escrita é a dos Estados da América, que no ano passado foi festejada com comemorações universais. O Preâmbulo da Constituição americana consta de poucas palavras, que não faziam parte do texto aprovado por aquele grupo de Filadélfia, mas que representa enorme significação na vida daquele País e nas conseqüências da sua evolução histórica nesses duzentos anos de sistema nacional. “Nós, o povo dos Estados Unidos”, este é o Preâmbulo da Constituição, na sua simplicidade, mas a inclusão deste Preâmbulo no texto não foi feita no decurso das discussões havidas naquela comissão de 55 grandes Líderes que se reuniu num terrível verão de Filadélfia. Naquele tremendo verão de Filadélfia reuniu-se a camada mais extraordinária de intelectuais de uma geração privilegiada que subitamente desabrochou no seio de um País. Mas não foram eles que escreveram as palavras “Nós, o povo dos Estados Unidos da América”. Essas palavras vêm do que eles chamavam “Committee on Style”, Comitê de Redação, o Comitê do estilo. E não se sabe bem quem colocou esta frase no início da Constituição: “Nós, o povo dos Estados Unidos”. Isso significava a vitória intelectual do desejo, da ansiedade, da procura – da dolorosa, e terrível procura – da união entre os Estados que se arrogavam direitos de soberania. Os estados reunidos, depois da luta da Independência, pretendiam ser soberanos. A idéia de autonomia só veio com a construção

política progressiva. De forma que este passo, esta frase, estas palavras – “Nós, o povo dos Estados Unidos” – significavam a intenção da união federal, da união do povo, conformado num só Estado. Vê-se por aí o valor, o peso, o significado, a importância que têm as palavras preambulares de uma Constituição.

Poderia oferecer outros exemplos, como o caso da França. O Conselho de Estado francês – instância administrativa importante do Poder Judiciário Parlamentar – é, no fundo, uma instância administrativa jurídica. O Conselho de Estado, em determinadas decisões na França, se apóia nas palavras do Preâmbulo da Constituição francesa, e não nas palavras do texto, tal o significado que o Conselho do Estado habitualmente atribui à importância do Preâmbulo como uma síntese, como uma direção, como uma orientação, como – ele diz no próprio nome – o início de uma marcha para o futuro, que é constante, que é permanente, que nunca termina. Então, as palavras deste Preâmbulo são aquelas que marcam o significado desta partida de uma Nação, de um Estado para o futuro.

Dou, Sr. Presidente, meu apoio. Não vou opor-me à redação que os nossos ilustres colegas vão hoje provavelmente aprovar. Queria apenas recordar, a fim de que se coloque nos Anais desta Constituinte, algumas informações sobre a elaboração deste Preâmbulo.

Este Preâmbulo – que estamos aprovando – parte do início dos trabalhos daquela Comissão de Estudos Constitucionais, criada pelo saudoso Presidente Tancredo Neves e instalada pelo ilustre Presidente José Sarney, estava realmente muito longo e foi redigido naquela época por quem ocupa neste momento a tribuna, investido em grande parte da experiência do Preâmbulo da Constituição francesa de 1946, que é longo. Esse Preâmbulo foi considerado demasiadamente minucioso, para que pudesse figurar como introdução a um texto. Com esse espírito, procurei sintetizá-lo. Sua síntese transformou-se no seguinte texto, que tenho a honra de ler não apenas para ocupar por alguns minutos a generosa atenção de V. Ex.<sup>as</sup>, mas também para fazer com que figure nos Anais dos nossos trabalhos, e possa, oportunamente, servir de base à interpretação sobre o Preâmbulo, em qualquer emergência em que ela seja necessária.

Apóio o texto atual. Não tenho restrições. Ele foi elaborado por um colega a quem devo sincera amizade, o Constituinte Aluizio Campos. Estou de acordo com o texto que ele configurou. Apenas quero fornecer, dada a importância da figura do Preâmbulo nas Constituições, um elemento adicional do texto que estava sendo preparado anteriormente na Comissão de Sistematização.

Vejo ali o meu severo observador, o Constituinte José Genoíno, atento para o que estou dizendo. Peço-lhe que confirme se estou dizendo a verdade. O texto depois sintetizado, está concebido nos termos que passo a ler não para que ele seja substitutivo do outro – insisto em apoiar o outro. Apóio o texto do meu amigo e eminente jurista Aluizio Campos. Vou apenas ler o texto que de início tive a honra de apresentar, para que ele figure nos Anais desta Casa:

**“Preâmbulo Afonso Arinos**  
(Por ele sintetizado) a partir do Preâmbulo, de sua auto-



ria, ao Anteprojeto da Comissão de Est. Const.)

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte, proclamamos a necessidade de, ao termo deste primeiro século de regime republicano, superar as causas das crises passadas e assegurar à Nação uma era contínua de paz, liberdade, segurança, bem-estar e desenvolvimento, decorrente da aplicação de princípios políticos, econômicos e sociais adequados à nossa formação nacional e, como estes, historicamente em evolução progressista.

Contactas de que estes objetivos somente serão atingidos, na ordem interna, por via de um regime social justo, fraternal, representativo e participativo, que possibilite o efetivo exercício dos direitos fundamentais, e, na ordem internacional, com a perseverança na tradicional política de solução pacífica das controvérsias, sem descurar da defesa da soberania, após intensivo trabalho, enriquecido por milhares de contribuições populares, meditadas experiências e animadoras esperanças, visando a dotar o Brasil de instituições que atendam às mais sentidas necessidades do nosso povo, agora e para o futuro, promulgamos esta Constituição?

Esta, prezados colegas, eminentes Constituintes, era a pequena contribuição que eu queria dar não ao texto que vai ser aprovado, mas à história desse texto, se algum dia quiserem fazer um estudo mais demorado sobre a evolução dos nossos trabalhos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. José Genoíno, para encaminhar a votação, contra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, se é verdade que o Preâmbulo da Constituição não tem incidência direta e imediata como outros dispositivos constitucionais, ele tem importância pelo caráter abrangente, pela idéia de totalidade, pois o Preâmbulo abre o texto constitucional definindo os limites e o perfil com que esta Constituição vai tratar os dispositivos concretos, onde há incidência concreta dos problemas econômicos, sociais e políticos.

Sempre, em todo o momento de feitura das Constituições, o debate sobre seu Preâmbulo envolve a visão mais geral que está permeando os diferentes dispositivos constitucionais. E é exatamente por isso que firmei na Comissão de Sistematização uma posição pessoal: se respeito profundamente todos os que vieram a esta tribuna invocar a proteção de Deus para defender a Constituição e as suas vidas, não podemos admitir que essa invocação seja o estabelecimento geral e global para a Constituição de um país com materialistas e pessoas que não acreditam em Deus.

Mas esta não é a questão central que envolve a discussão do Preâmbulo. Envolve sim, o núcleo central da diferença. É o conceito geral, o valor genérico da democracia no Preâmbulo da Constituição.

A Comissão de Sistematização, com a contribuição das Comissões Temáticas e das Subcomissões, buscou, através de uma forma mista de democracia representativa e de mecanismos previstos no texto constitucional, a implantação de uma democracia direta, exercida a partir das aspirações, dos instrumentos e dos meios estabelecidos na Constituição.

Essa mistura da democracia direta com a democracia representativa é defendida por um dos maiores juristas deste País: Pontes de Miranda. Ele é um dos maiores defensores dessa democracia mista, em que há uma combinação da forma representativa com a democracia direta.

O Preâmbulo elaborado pela Comissão de Sistematização é claro. E chamo a atenção dos meus colegas Constituintes para o fato de que a soberania reside no povo. A soberania dos nossos mandatos, a soberania do Poder, a soberania das vontades, a soberania intrínseca à vida do País reside ou não reside no povo? Se essa soberania das maiorias, se essa soberania das vontades, se essa Soberania do pulsar das esperanças, se essa soberania das frustrações reside no povo, este é um valor universal, este é um valor intrínseco que deverá estar presente no Preâmbulo da Constituição. E vou mais além: é a fonte de todo o poder, dos poderes inerentes a esta soberania. E aí o texto se define. Os poderes inerentes a esta soberania serão exercidos pelos representantes eleitos pelo povo ou diretamente pelo povo?

Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a soberania dos nossos mandatos, a soberania de um representante do Poder Executivo, a soberania em todas as suas esferas e em todas as instâncias do Poder reside ou não no povo, pertence ao não ao povo? Esta é a questão central que a Assembléia não pode deixar de incluir no Preâmbulo. Este é o valor, esta é a marca que abre a Constituição brasileira e que vai estar presente nos diferentes dispositivos constitucionais.

Já no Capítulo I esta matéria aparece concretamente, quando há a definição do Poder. Ela vai aparecer concretamente nas iniciativas em relação às leis. Ela vai aparecer, por exemplo, nas iniciativas populares, em relação à reforma urbana, que esta, inclusive, presente em uma das propostas, assinada por 280 Constituintes.

Portanto, não há razão para excluirmos do Preâmbulo da Constituição este valor, esta definição básica de que a soberania reside no povo. Pergunto: se a soberania não reside no povo, reside em quê? Se a soberania não está calcada no povo, está calcada em quê? Se a soberania não nasce como fonte geradora de poder, ela nasce como fonte geradora de quê? Se não colocarmos no texto essas interrogações, essas lacunas existirão, no meu entendimento e, certamente, no de grande número de Constituintes. Essa lacuna é uma definição, pois assim se apresenta no texto constitucional, e não vamos deixar que permaneça: vamos fazer um Preâmbulo que seja uma totalidade para uma Constituição que também é uma totalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Aluizio Campos, para encaminhar a votação, a favor.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS PRONUNCIAM O SEGUINTE DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**A SR<sup>a</sup> CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra a nobre Constituinte.

**A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE Sem revisão da oradora):** – Sr. Presidente, estamos votando uma Constituição que exige de cada um não apenas patriotismo, mas também lucidez.

Desde as 14 horas, vimos ouvindo as lideranças deste País, todas muito lúcidas. O pluralismo das opiniões é muito importante, mas, na verdade, estamos aqui para votar e queremos votar. (Muito bem! Palmas.)

Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça um apelo às lideranças. Sabemos da importância do recado de cada um, mas o mais importante, o que o País espera de nós, constituintes, é o voto. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Esta Presidência faz suas palavras da nobre Constituinte Cristina Tavares, por entender que S. Ex.<sup>a</sup> falou pela Presidência e pela Casa, no apelo que formulou.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Nelson Jobim, para encaminhar a votação, contra.

**O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente,

Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, é difícil para mim, ao verificar que o eminente Constituinte Afonso Arinos de Melo Franco assomou a esta tribuna para defender o texto proposto pelo eminente Constituinte Aluizio Campos, encaminhar contra esse texto. Efetivamente, faço-o não pelo que nele se contém, mas, sim, pelo que não está contido. Na comparação a que procedemos e ainda deveremos fazer, entre o texto da Comissão de Sistematização e o que foi proposto pelo eminente Constituinte Aluizio Campos, notamos ausência da referência modernizadora da Constituição que começamos a votar hoje, deixando-a para o futuro, para o Terceiro Milênio. Trata-se notoriamente da parte relativa à participação popular, como uma das modalidades do exercício da soberania do povo nas democracias modernas.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é necessário que se tenha presente que o Preâmbulo, embora não possua conteúdo normativo, nem se destine a fixar normas de condutas institucionais, se destina a fixar linhas interpretativas genéricas. E foi esta a palavra do eminente Constituinte Afonso Arinos, quando aqui disse que é a voz do futuro que se encontra no Preâmbulo.

Apelo a este Plenário para que a voz do futuro, referida no texto da Comissão de Sistematização, seja mantida. Por que a voz de futuro? Porque é necessário lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial as constituições começaram a se referir a algo que não continham anteriormente: a compatibilização entre democracia representativa e democracia participativa. Por isto, Srs. Constituintes, precisamos manter o texto da Sistematização, para que a soberania ali mencionada resida no povo, como fonte de todo poder.

Os poderes inerente à soberania são exercidos por representantes eleitos diretamente pelo povo, e isto o eminente Constituinte Aluizio Campos não mencionou na sua redação. Fundamentalmente, precisamos manter o texto da Sistematização. Afinal, neste Plenário, em fevereiro do ano passado, esta mesma Assembléia Nacional Constituinte, na redação de seu Regimento Interno, admitiu que a este Projeto de Constituição fossem oferecidas emendas populares. Precisamos, pois, manter o compromisso já assumido quando aprovamos o Regimento Interno. A própria emenda substitutiva do capítulo, elaborada pelo grupo denominado "Centrão", reconhece em seu texto, no art. 212, § 2º, a existência de um mecanismo de participação popular direta no que diz respeito aos Municípios e às leis de participação do solo urbano. Desta forma a invocação que se faz do texto da Comissão de Sistematização é uma necessidade, porque importa manter a coerência, estabelecida em fevereiro do ano passado, em janeiro de 1988. Por isto encaminhamos no sentido de aprovar e manter o texto da Comissão de Sistematização, como requisito de coerência e de modernidade.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Bernardo Cabral, para encaminhar a votação, como Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Plenário já está suficientemente esclarecido. Não há por que o Relator ocupar 10 minutos. Portanto, abre mão do tempo que lhe é concedido.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

*O SR. ALUÍZIO CAMPOS  
PRONUNCIA O SEGUINTE  
DISCURSO QUE, ENTREGUE À  
REVISÃO DO ORADOR, SERÁ  
PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA  
Nº 2.036  
(Aluizio Campos)

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Presidência pede a colaboração dos Srs. Constituintes. A votação somente será possível com os Srs. Constituintes ocupando seus respectivos lugares.

Como disse o Relator, todos estão esclarecidos, mas, por dever de ofício, devo prestar uma informação.

Vai-se votar uma emenda substitutiva, que tem preferência por ser coletiva. Obviamente, quem quiser aprovar a emenda, que substitui o texto da Comissão de Sistematização, acionará o dispositivo correspondente a "sim", na mesa de votação; quem for contrário a ela, acionará o dispositivo correspondente a "não", havendo também a possibilidade de se optar pela abstenção.

Aqueles que não tiverem lugar para a votação ou que, por qualquer motivo, após terem registrado seus nomes, verificarem a existência de qualquer equívoco, deverão dirigir-se aos postos avulsos de votação. (Pausa.)

Como ainda há Constituintes de pé, informo que não é possível iniciar a votação. Peço a todos que ocupem seus lugares. Esperamos que haja espaço para a votação por todos os Srs. Constituintes.

Vai-se passar à votação.

*(Procede-se à votação)*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

VOTAM:

SIM – 248

NÃO – 227

ABSTENÇÃO – 9

TOTAL – 484

Não houve **quorum** para aprovação, ficando adiada a votação.

*Votaram os Srs. Constituintes:*

Presidente: (Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Não.  
Acival Gomes – Não.  
Adauto Pereira – Sim.  
Ademir Andrade – Não.  
Adhemar de Barros Filho – Não.  
Adolfo Oliveira – Sim.  
Adroaldo Sreck – Não.  
Adylson Mota – Não.  
Aécio de Borba – Sim.  
Aécio Neves – Não.  
Affonso Camargo – Não.  
Afif Domingos – Sim.  
Agripino de Oliveira Lima – Sim.  
Airton Cordeiro – Não.  
Airton Sandoval – Não.  
Abano Franco – Sim.  
Albérico Cordeiro – Sim.  
Albérico Filho – Sim.  
Alceni Guerra – Não.  
Aldo Arantes – Não.  
Alércio Dias – Sim.  
Alexandre Costa – Sim.  
Alexandre Puzyna – Não.  
Alfredo Campos – Sim.  
Almir Gabriel – Não.  
Aloísio Vasconcelos – Sim.  
Aloysio Chaves – Sim.  
Aloysio Teixeira – Sim.  
Aluizio Bezerra – Sim.  
Aluizio Campos – Sim.  
Álvaro Antônio – Sim.  
Álvaro Valle – Sim.  
Amaury Müller – Não.  
Ângelo Magalhães – Sim.  
Anna Maria Rattes – Não.

Anníbal Barcellos – Sim.  
Antero de Barros – Não.  
Antônio Britto – Não.  
Antônio Câmara – Sim.  
Antônio Carlos Franco – Sim.  
Antônio Carlos Konder Reis – Não.  
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.  
Antônio de Jesus – Sim.  
Antonio Farias – Não.  
Antonio Ferreira – Sim.  
Antonio Gaspar – Não.  
Antonio Mariz – Não.  
Antonio Perosa – Sim.  
Antonio Salim Curiati – Sim.  
Arnaldo Faria de Sá – Sim.  
Arnaldo Martins – Sim.  
Arnaldo Moraes – Sim.  
Arnaldo Prieto – Sim.  
Arnold Fioravante – Sim.  
Arolde de Oliveira – Sim.  
Artur da Távola – Não.  
Asdrubal Bentes – Sim.  
Átila Lira – Sim.  
Augusto Carvalho – Sim.  
Áureo Mello – Sim.  
Basílio Villani – Sim.  
Benedicto Monteiro – Não.  
Benedita da Silva – Não.  
Benito Gama – Sim.  
Bernardo Cabral – Não.  
Beth Azeite – Não.  
Bezerra de Melo – Sim.  
Bocayuva Cunha – Não.  
Bonifácio de Andrada – Sim.  
Brandão Monteiro – Não.  
Caio Pompeu – Sim.  
Cardoso Alves – Sim.  
Carlos Alberto Caó – Não.  
Carlos Cardinal – Não.  
Carlos Chiarelli – Sim.  
Carlos Costa – Não.  
Carlos Sant'Anna – Sim.  
Carlos Vinagre – Sim.  
Carlos Virgílio – Sim.  
Carrel Benevides – Sim.  
Cássio Cunha Lima – Não.  
Célio de Castro – Não.  
Celso Dourado – Não.  
César Cals Neto – Sim.  
César Maia – Não.  
Chagas Duarte – Sim.  
Chagas Neto – Sim.  
Chagas Rodrigues – Não.  
Chico Humberto – Não.  
Christóvam Chiaradia – Sim.  
Cid Carvalho – Não.  
Cid Sabóia de Carvalho – Não.  
Cláudio Ávila – Não.  
Cleonânio Fonseca – Sim.  
Costa Ferreira – Sim.  
Cristina Tavares – Não.  
Cunha Bueno – Sim.  
Dálmton Canabrava – Sim.  
Darcy Deites – Não.  
Darcy Pozza – Sim.  
Daso Coimbra – Sim.  
Davi Alves Silva – Sim.  
Del Bosco Amaral – Não.  
Delfim Netto – Sim.  
Délio Braz – Sim.  
Denisar Arneiro – Sim.

Dionísio Dal Prá – Sim.  
 Dionísio Hage – Sim.  
 Dirce Tutu Quadros – Não.  
 Djenal Gonçalves – Sim.  
 Domingos Juvenil – Não.  
 Domingos Leonelli – Não.  
 Doreto Campanari – Não.  
 Edésio Frias – Não.  
 Edison Lobão – Sim.  
 Edme Tavares – Sim.  
 Edmilson Valentim – Não.  
 Eduardo Bonfim – Abstenção.  
 Eduardo Jorge – Não.  
 Eduardo Moreira – Não.  
 Egídio Ferreira Lima – Não.  
 Eliel Rodrigues – Sim.  
 Eliézer Moreira – Sim.  
 Enoc Vieira – Sim.  
 Eraldo Tinoco – Sim.  
 Eraldo Trindade – Não.  
 Erico Pegoraro – Não.  
 Euclides Scalco – Não.  
 Evaldo Gonçalves – Sim.  
 Expedito Machado – Sim.  
 Ézio Ferreira – Sim.  
 Fábio Feldmann – Não.  
 Fausto Fernandes – Sim.  
 Fausto Rocha – Sim.  
 Felipe Mendes – Sim.  
 Feres Nader – Sim.  
 Fernando Bezerra Coelho – Não.  
 Fernando Cunha – Não.  
 Fernando Gasparian – Não.  
 Fernando Gomes – Abstenção.  
 Fernando Henrique Cardoso – Não.  
 Fernando Lyra – Não.  
 Fernando Santana – Não.  
 Fernando Velasco – Sim.  
 Firmo de Castro – Não.  
 Flavio Palmier da Veiga – Sim.  
 Florestan Fernandes – Não.  
 Floriceno Paixão – Não.  
 França Teixeira – Não.  
 Francisco Amaral – Não.  
 Francisco Benjamim – Sim.  
 Francisco Carneiro – Sim.  
 Francisco Coelho – Sim.  
 Francisco Diógenes – Sim.  
 Francisco Dornelles – Sim.  
 Francisco Küster – Não.  
 Francisco Rollemberg – Sim.  
 Francisco Rossi – Não.  
 Francisco Sales – Sim.  
 Furtado Leite – Sim.  
 Gabriel Guerreiro – Não.  
 Gandi Jamil – Sim.  
 Gastone Righi – Sim.  
 Genésio Bernardino – Sim.  
 Geovah Amarante – Não.  
 Geovani Borges – Sim.  
 Geraldo Alckmin Filho – Não.  
 Geraldo Campos – Não.  
 Geraldo Fleming – Sim.  
 Geraldo Melo – Não.  
 Gerson Marcondes – Não.  
 Gerson Marcondes – Não.  
 Gerson Peres – Sim.  
 Gidel Dantas – Sim.  
 Gil César – Sim.  
 Gilson Machado – Sim.  
 Gumercindo Milhomem – Não.  
 Gustavo de Faria – Sim.  
 Harlan Gadelha – Não.  
 Haroldo Lima – Não.  
 Haroldo Saboia – Não.  
 Hélio Duque – Abstenção.  
 Hélio Manhães – Não.  
 Hélio Rosas – Sim.  
 Henrique Córdova – Não.  
 Henrique Eduardo Alves – Sim.  
 Heráclito Fortes – Não.  
 Hermes Zaneti – Não.  
 Hilário Braun – Sim.  
 Humberto Lucena – Não.  
 Iberê Ferreira – Sim.  
 Ibsen Pinheiro – Não.  
 Inocêncio Oliveira – Sim.  
 Irajá Rodrigues – Não.  
 Iram Saraiva – Não.  
 Irapuan Costa Júnior – Sim.  
 Irma Passoni – Não.  
 Ismael Wanderley – Não.  
 Itamar Franco – Não.  
 Ivo Cersósimo – Sim.  
 Ivo Lech – Não.  
 Ivo Mainardi – Não.  
 Ivo Vanderlinde – Não.  
 Jacy Scanagatta – Sim.  
 Jairo Azi – Sim.  
 Jalles Fontoura – Sim.  
 Jamil Haddad – Não.  
 Jarbas Passarinho – Sim.  
 Jayme Paliarin – Sim.  
 Jayme Santana – Não.  
 Jessé Freire – Sim.  
 Jesualdo Cavalcanti – Sim.  
 Jesus Tajra – Sim.  
 Joaci Góes – Não.  
 João Agripino – Não.  
 João Calmon – Sim.  
 João Carlos Bacelar – Sim.  
 João Castelo – Sim.  
 João Cunha – Sim.  
 João da Mata – Não.  
 João de Deus Antunes – Sim.  
 João Hermann Neto – Não.  
 João Lobo – Sim.  
 João Machado Rollemberg – Sim.  
 João Menezes – Sim.  
 João Natal – Não.  
 João Paulo – Não.  
 João Rezek – Sim.  
 Joaquim Bevilacqua – Não.  
 Joaquim Haickel – Sim.  
 Joaquim Sucena – Sim.  
 Jofran Frejat – Sim.  
 Jonas Pinheiro – Sim.  
 Jonival Lucas – Sim.  
 Jorge Arbage – Abstenção.  
 Jorge Bornhausen – Sim.  
 Jorge Hage – Não.  
 Jorge Leite – Sim.  
 Jorge Medauar – Não.  
 Jorge Uequet – Não.  
 Jorge Viana – Sim.  
 José Agripino – Sim.  
 José Camargo – Sim.  
 José Carlos Coutinho – Sim.  
 José Carlos Grecco – Não.  
 José Carlos Martinez – Sim.  
 José Carlos Saboia – Não.  
 José Carlos Vasconcelos – Não.  
 José Costa – Não.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Sim.  
 José Elias – Sim.  
 José Elias Murad – Sim.  
 José Fernandes – Não.  
 José Fogaça – Não.  
 José Freire – Sim.  
 José Genoíno – Não.  
 José Geraldo – Sim.  
 José Guedes – Não.  
 José Jorge – Sim.  
 José Lins – Sim.  
 José Lourenço – Sim.  
 José Luiz de Sá – Não.  
 José Luiz Maia – Sim.  
 José Maria Eymael – Sim.  
 José Maurício – Não.  
 José Melo – Sim.  
 José Mendonça Bezerra – Sim.  
 José Moura – Sim.  
 José Paulo Bisol – Não.  
 José Queiroz – Não.  
 José Richa – Não.  
 José Santana de Vasconcellos – Sim.  
 José Serra – Não.  
 José Tavares – Não.  
 José Teixeira – Sim.  
 José Thomaz Nonô – Não.  
 José Tinoco – Sim.  
 José Viana – Sim.  
 Jovanni Masini – Sim.  
 Juarez Antunes – Não.  
 Júlio Campos – Sim.  
 Júlio Costamilan – Não.  
 Jutahy Magalhães – Não.  
 Koyu Iha – Não.  
 Lael Varella – Abstenção.  
 Lavoisier Maia – Não.  
 Leite Chaves – Não.  
 Lélio Souza – Não.  
 Leopoldo Perez – Sim.  
 Leur Lomanto – Sim.  
 Levy Dias – Sim.  
 Lézio Sathler – Não.  
 Lídice da Mata – Não.  
 Louremberg Nunes Rocha – Sim.  
 Lourival Baptista – Sim.  
 Lúcia Braga – Não.  
 Lúcia Vânia – Sim.  
 Lúcio Alcântara – Não.  
 Luís Eduardo – Sim.  
 Luís Roberto Ponte – Sim.  
 Luiz Alberto Rodrigues – Não.  
 Luiz Freire – Não.  
 Luiz Gushiken – Não.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Não.  
 Luiz Leal – Sim.  
 Luiz Marques – Sim.  
 Luiz Salomão – Não.  
 Luiz Soyer – Não.  
 Luiz Viana – Não.  
 Luiz Viana Neto – Não.  
 Lysâneas Maciel – Não.  
 Maluluy Neto – Sim.  
 Manoel Castro – Sim.  
 Manoel Ribeiro – Sim.  
 Mansueto de Lavor – Não.  
 Marcelo Cordeiro – Não.  
 Márcia Kubitschek – Sim.  
 Márcio Braga – Não.

Márcio Lacerda – Não.  
 Marco Maciel – Sim.  
 Marcondes Gadelha – Sim.  
 Maria de Lourdes Abadia – Não.  
 Maria Lúcia – Sim.  
 Mário Assad – Não.  
 Mário Bouchardet – Sim.  
 Mário Covas – Não.  
 Mário de Oliveira – Sim.  
 Mário Maia – Não.  
 Marluce Pinto – Sim.  
 Matheus Iensen – Sim.  
 Maurício Campos – Não.  
 Maurício Corrêa – Não.  
 Maurício Fruet – Não.  
 Maurício Nasser – Sim.  
 Maurício Pádua – Sim.  
 Maurílio Ferreira Lima – Não.  
 Mauro Benevides – Não.  
 Mauro Borges – Sim.  
 Mauro Campos – Não.  
 Mauro Miranda – Não.  
 Max Rosenmann – Sim.  
 Meira Filho – Sim.  
 Mello Reis – Sim.  
 Melo Freire – Sim.  
 Mendes Botelho – Sim.  
 Mendes Canale – Não.  
 Mendes Ribeiro – Não.  
 Messias Góis – Sim.  
 Michel Temer – Não.  
 Milton Barbosa – Sim.  
 Milton Lima – Sim.  
 Milton Reis – Sim.  
 Miraldo Gomes – Abstenção.  
 Miro Teixeira – Não.  
 Moema São Thiago – Não.  
 Mozarildo Cavalcanti – Sim.  
 Mussa Demes – Sim.  
 Myrian Portella – Sim.  
 Nabor Júnior – Sim.  
 Naphtali Alves de Souza – Sim.  
 Narciso Mendes – Sim.  
 Nelson Aguiar – Não.  
 Nelson Carneiro – Não.  
 Nelson Jobim – Não.  
 Nelson Sabra – Sim.  
 Nelson Seixas – Não.  
 Nelson Wedekin – Não.  
 Nelton Friedrich – Não.  
 Nestor Duarte – Não.  
 Nilso Sguarezi – Não.  
 Nilson Gibson – Sim.  
 Nion Albernaz – Não.  
 Nyder Barbosa – Sim.  
 Octávio Elísio – Não.  
 Olavo Pires – Sim.  
 Olívio Dutra – Não.  
 Orlando Pacheco – Sim.  
 Oscar Corrêa – Sim.  
 Osmar Leitão – Sim.  
 Osmundo Rebouças – Sim.  
 Osvaldo Bender – Sim.  
 Osvaldo Coelho – Sim.  
 Osvaldo Macedo – Sim.  
 Osvaldo Sobrinho – Sim.  
 Osvaldo Almeida – Sim.  
 Ottomar Pinto – Sim.  
 Paes de Andrade – Não.  
 Paes Landim – Sim.  
 Paulo Delgado – Não.

Paulo Macarini – Não.  
 Paulo Paim – Não.  
 Paulo Ramos – Não.  
 Paulo Roberto – Sim.  
 Paulo Zarzur – Não.  
 Pedro Canedo – Sim.  
 Pedro Ceolin – Sim.  
 Percival Muniz – Não.  
 Pimenta da Veiga – Não.  
 Plínio Arruda Sampaio – Não.  
 Plínio Martins – Não.  
 Pompeu de Sousa – Não.  
 Rachid Saldanha Derzi – Sim.  
 Raimundo Bezerra – Não.  
 Raul Ferraz – Não.  
 Renan Calheiros – Não.  
 Renato Johnsson – Sim.  
 Renato Vianna – Não.  
 Ricardo Fiuza – Sim.  
 Ricardo Izar – Sim.  
 Rita Camata – Não.  
 Roberto Augusto – Sim.  
 Roberto Balestra – Sim.  
 Roberto Brant – Não.  
 Roberto Campos – Sim.  
 Roberto D'Ávila – Não.  
 Roberto Freire – Não.  
 Roberto Jefferson – Sim.  
 Roberto Rollemberg – Não.  
 Roberto Torres – Não.  
 Roberto Vital – Sim.  
 Robson Marinho – Não.  
 Rodrigues Palma – Sim.  
 Ronaldo Aragão – Não.  
 Ronaldo Carvalho – Não.  
 Ronaldo Cezar Coelho – Não.  
 Ronan Tito – Não.  
 Ronaro Corrêa – Sim.  
 Rosa Prata – Sim.  
 Rospide Netto – Não.  
 Rubem Branquinho – Sim.  
 Rubem Medina – Sim.  
 Ruben Figueiró – Sim.  
 Ruberval Pilotto – Sim.  
 Ruy Baccelar – Não.  
 Ruy Nedel – Não.  
 Sadie Hauache – Sim.  
 Samir Achôa – Sim.  
 Sandra Cavalcanti – Sim.  
 Santinho Furtado – Abstenção.  
 Sarney Filho – Sim.  
 Sérgio Brito – Sim.  
 Sérgio Spada – Não.  
 Sérgio Werneck – Sim.  
 Severo Gomes – Não.  
 Sigmaringa Seixas – Não.  
 Sílvio Abreu – Sim.  
 Simão Sessim – Sim.  
 Siqueira Campos – Sim.  
 Sólon Borges dos Reis – Sim.  
 Sotero Cunha – Sim.  
 Stélio Dias – Não.  
 Tadeu França – Não.  
 Telmo Kirst – Abstenção.  
 Teotônio Vilela Filho – Não.  
 Theodoro Mendes – Sim.  
 Tito Costa – Sim.  
 Ubiratan Aguiar – Não.  
 Ubiratan Spinelli – Sim.  
 Valmir Campelo – Não.  
 Valtér Pereira – Não.

Vasco Alves – Não.  
 Vicente Bogó – Não.  
 Victor Faccioni – Sim.  
 Victor Fontana – Sim.  
 Victor Trovão – Sim.  
 Vieira da Silva – Sim.  
 Vilson Souza – Não.  
 Vingt Rosado – Sim.  
 Vinicius Cansanção – Sim.  
 Virgildásio de Senna – Não.  
 Virgílio Galassi – Sim.  
 Virgílio Guimarães – Não.  
 Virgílio Távora – Sim.  
 Vitor Buaiz – Não.  
 Vivaldo Barbosa – Não.  
 Vladimir Palmeira – Não.  
 Wagner Lago – Sim.  
 Waldec Ornélas – Sim.  
 Waldyr Pugliesi – Não.  
 Walmor de Luca – Não.  
 Wilma Maia – Não.  
 Wilson Campos – Não.  
 Wilson Martins – Não.  
 Elza Valadares – Não.

**O SR. AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, pela ordem. Permita-me V. Ex.<sup>a</sup>, em nome da bancada do meu partido e do próprio "Centrão", tão amaldiçoado por querer obstruir a Constituinte, manifestar a estranheza de todos nós, diante da alegria da esquerda, comemorando a interrupção da sessão por 48 horas. São estes os homens que dizem que querem a Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa pede atenção à palavra do Presidente. Votaram "sim" 248 Srs. Constituintes; "não"; 227; e houve 9 abstenções.

Portanto, ocorre o disposto no § 3º do art. 1º da modificação regimental recentemente votada. Se a matéria destacada, nos termos desse artigo – trata-se de emenda coletiva com 280 assinaturas ou mais – não alcançar **quorum** da maioria absoluta, de 280 votos, repetir-se-á a mesma votação na sessão seguinte, com 24 horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do Plenário.

Portanto, para cumprir a decisão regimental, a Mesa convoca sessão para amanhã, às 14h, a fim de se repetir a votação, nos termos do § 3º do art. 1º

## VII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:**

Aécio Neves – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Amílcar Moreira – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Artenir Werner – PDS; Assis Canuto – PFL; Beth Azize – PSB; Bosco França – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu

Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michilles – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Felipe Cheidde – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumercindo Milhormem – PT; Hélio Costa – PMDB; Homero Santos – PFL; Ismael Wanderley – PMDB; Jessé Freire – PFL; João Cunha – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Leopoldo Ressone – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Sampaio – PMDB; Messias Soares – PTR; Moysés Pimentel – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Osmir Lima – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Rita Furtado – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Uldurico Pinto – PMDB; Vieira da Silva – PDS;

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Encerro a sessão, designando para amanhã dia 28, às 14:00 horas, a seguinte

### ORDEM DO DIA

#### PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação em primeiro turno:

- a) Preâmbulo (votação já iniciada)
- b) Título 1

Encerra-se a Sessão às 17 horas e 37 minutos.

*DISCURSO DO SR FERNANDO SANTANA PUBLICADO NO DCN DE 13-1-1988 QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.*

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB-BA. Sem revisão do orador.):** – Sem Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, este Brasil é um país extraordinariamente grande. Há coisas que acontecem desde 1917, isto é, há 71 anos, mas só agora delas tomamos conhecimento, o que demonstra que, por mais que nos preocupemos com a leitura e os fatos do dia-a-dia, nem sempre somos capazes de dominar todos os assuntos.

Hoje, temos consciência de que existe no Brasil uma organização conhecida por três letras: TRR. O que é TRR? É uma entidade transportadora, revendedora e retalhista de óleo diesel, querosene, óleo lubrificante e graxa, enquanto que as grandes distribuidoras têm acesso a todos os derivados de petróleo. Por que surgiram essas transportadoras, revendedoras e retalhistas? Simplesmente porque os pequenos consumidores não poderiam transportar esses produtos – combustíveis e lubrificantes – pois gastariam muito dinheiro.

Desde 1917, essas empresas fazem o trabalho de ir de porta em porta de hospitais, pequenas empresas, agricultores, facilitando a produção, mas o fazem, apenas até o limite de 20 mil litros. Quando o pequeno consumidor ultrapassa essa quantidade, obrigatoriamente ele tem que buscar os produtos nos postos revendedores.

Sr. Presidente, são aproximadamente 500 empresas distribuidoras localizadas em todos o País. A pequena empresa está abandonada. Na Região Norte existem 28 TRR; no Nordeste, 39; no Centro-Oeste, 112; no Sudeste, 119; no Sul, 168; somando 466 pequenas empresas distribuidoras, repito, de óleo diesel, querosene, óleos lubrificantes e graxa.

Como já disse antes, elas trabalham até que o produtor atinja o limite de 20 mil litros. A partir daí, torna-se ele obrigatoriamente cliente das distribuidoras. As TRR são obrigadas a transferir às companhias distribuidoras todos os clientes que alcancem a média de 240 metros cúbicos ao ano. Comercializam a preço de bomba ao pequeno consumidor. Só podem utilizar frota própria, que não têm as grandes empresas, as distribuidoras.

Essas TRR já possuem 5 mil veículos para atendimento de seus pequenos fregueses. Por outro lado, não podem abrir filiais; só podem adquirir o produto nas distribuidoras. Não têm a opção de influenciar politicamente os empresários, embora prestem relevantes serviços à comunidade. Em caso de qualquer anormalidade no abastecimento, são os primeiros a serem prejudicados – ao contrário das distribuidoras. Não podem ser donos de postos nem de transportadoras. O capital é nacional e o lucro é aqui investido, enquanto que as companhias de capital estrangeiro fazem remessas de lucros para o exterior. Atendem a cerca de 200 mil clientes e distribuem 1 bilhão 753 milhões de litros de óleo diesel através de suas 466 empresas em todo o território nacional. Enquanto isso, o lucro dessas empresas é mínimo. Têm direito a dez centavos e mais cinco centésimos que a distribuidora é obrigada a descontar-lhes no preço que elas fornecem aos postos distribuidores.

Sr. Presidente, o sacrifício dessa gente é enorme. Entretanto, os chamados defensores da micro e da pequena empresa, como os Srs. Afif Domingos e esse outro brasileiro de Sergipe, Albano Franco, que teve a glória de ser o primeiro a apresentar emenda ao atual texto constitucional suprimindo o item que nacionaliza a distribuição de petróleo – S. Ex.<sup>a</sup> o fez com orgulho de empresário, como se realmente estivesse defendendo a empresa brasileira – melhor fariam se tivessem o cuidado de defender as TRR que distribuem petróleo aos pequenos consumidores, dando enormes lucros às distribuidoras estrangeiras, que os faturam para o exterior.

Sr. Presidente, enquanto o País estiver sob o comando dos chamados modernizadores da economia nacional, que a nosso ver estão, pela modernização, amarrando nossas mãos e pés, teremos assegurada definitivamente a condição de país colonizado. É esse, em última instância, o objetivo da chamada modernização da economia brasileira.



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 173

SEXTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA-DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 189ª. SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 28 DE JANEIRO DE 1988.

##### I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior da sessão que é, sem observações, assinada.

##### III – Leitura do Expediente

#### PROJETO A IMPRIMIR

Projeto de Decisão nº 5-A, de 1987 (Do Sr Iram Saraiva) – Torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no Plenário da Constituinte; tendo parecer da Mesa pela prejudicialidade. (Projeto de Decisão nº 5, de 1987, a que se refere o parecer.)

ADYLSO MOTA (Explicação pessoal) – Carta encaminhada pelo orador ao Constituinte Daso Coimbra, dirigente do "Centrão", no sentido de sua não-vinculação ao grupo.

IRMA PASSONI (Pela ordem) – Protesto contra processo de identificação de Constituintes, pelos inspetores de Segurança da Casa, à entrada do plenário.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Irma Passoni.

FARABULINI JÚNIOR (Pela ordem) – Protesto contra interpelações a Constituintes, pelos inspetores de segurança da Casa, para fins de identificação.

DEL BOSCO AMARAL (Pela ordem) – Disponibilidade do orador para identificar-se pe-

rante a segurança sempre que lhe for solicitado, para fins de proteção.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Del Bosco Amaral.

VIRGÍLIO GUIMARÃES (Pela ordem) – Desistência do uso da palavra.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Virgílio Guimarães.

#### IV – Pequeno Expediente

CARDOSO ALVES – Descompromisso do grupo "Centrão" no que concerne ao tempo de mandato do Presidente da República. Caráter pessoal dos pronunciamentos do orador a propósito do tempo de mandato do Presidente da República e do sistema de governo a ser implantado no País.

DEL BOSCO AMARAL – Proposta de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades na siderurgia brasileira.

IVO VANDERLINDE – Contradita ao noticiário da imprensa intitulado "As baixas", e telegrama do orador ao Constituinte Ulysses Guimarães a propósito de posicionamento descompromissado no que concerne ao grupo "Centrão".

GERSON PERES – Posição de independência do orador quanto a grupos formados na periferia dos partidos políticos. Crítica à paralisação dos trabalhos constituintes em virtude de discussão sobre o preâmbulo do projeto de Constituição.

PAULO RAMOS – Reais objetivos do grupo "Centrão".

AROLDE DE OLIVEIRA – Apelo no sentido da suspensão do Plano Unificado de Saúde, em vista de seus efeitos negativos sobre os proventos dos aposentados.

IRMA PASSONI – Transcrição nos Anais do documento "Educação através do Trânsito", de autoria da Sr Maria Beatriz Pinheiro, e de declarações do ex-Ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, em justificativa ante acusações recebidas.

OSVALDO BENDER – Documento do Movimento Pró-Duplicação da BR-116, Curitiba-São Paulo.

JOSÉ ELIAS MURAD – inconveniência da criação do Estado do Triângulo. Artigo publicado pelo Sr. Olavo Nogueira Dell'Isola a propósito.

ANTÔNIO FERREIRA – Acolhimento de emenda de autoria do orador ao projeto de Constituição, que visa à valorização das atividades da Legião Brasileira de Assistência. Rejeição de emenda supressiva do art. 19 das Disposições Transitórias que excepciona os médicos da proibição de acumular cargos públicos, e de emenda relativa à relação de valor entra a maior e a menor remuneração do serviço público.

DJENAL GONÇALVES – Crise econômico-financeira do Nordeste. Documento elaborado pela Fundação João Pinheiro, da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais, intitulado "Um reexame da questão nordestina". Situação desesperadora do funcionalismo público do Estado de Sergipe.

NILSON GIBSON – Transferência da responsabilidade pelas exportações de açúcar do Instituto do Açúcar e do Alcool para o setor privado. Instituição de sociedades centralizadoras de operações das empresas produtoras de açúcar ou de álcool.

AGASSIZ ALMEIDA – Aplauso à iniciativa do Governador Miguel Arraes, de Pernambuco, no sentido da construção de ferrovia ente os Municípios de Petrolina, em Pernambuco, e Morada Nova, no Ceará. Sugestão de que o projeto inclua os Municípios de Cajazeiros, na Paraíba, e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

DENISAR ARNEIRO – Poluição do rio Paraíba do Sul.

DAVI ALVES SILVA – Morosidade na apuração dos fatos relativos a agressões contra garimpeiros de Serra Pelada, Estado do Pará.

SÓLON BORGES DOS REIS – Emendas apresentadas pelo orador ao projeto de Constituição visando a conter o abuso de carga fiscal contra o povo brasileiro.

FERNANDO BEZERRA COELHO – Importância de manutenção, pela CHESF, do nível de investimento em obras de geração de energia. Necessidade de ativação dos processos de indenização de famílias atingidas pelo projeto de irrigação da Codevasp, no Município de Petrolândia, Pernambuco:

TADEU FRANÇA – Crítica à atuação do, Ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, em favor de mandato de 5 anos para o Presidente José Sarney.

DORETO CAMPANARI – Restrições ao comportamento político do Constituinte José Lourenço.

ÁTILA LIRA – Solidariedade aos funcionários das instituições de saúde do Estado do Piauí em suas reivindicações salariais.

JORGE UEQUED – Apoio à fusão dos textos da Comissão de Sistematização e do grupo "Centrão" no que diz respeito ao preâmbulo do projeto de Constituição.

GUSTAVO DE FARIA – Acerto da construção do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro no Município de Itaguaí e injustiça de sua transferência para Campos ou Macaé.

MAURÍCIO FRUET – Projeto de resolução de autoria do orador que dispõe sobre frequência e perda de mandato de Constituintes.

JUAREZ ANTUNES – Protesto conta gastos excessivos da Companhia Siderúrgica Nacional.

LUIZ SOYER – Fraude na realização do exame vestibular.

VASCO ALVES – Críticas publicadas pela imprensa à atuação do grupo "Centrão". Urgência de eleições presidenciais.

ANTÔNIO DE JESUS – Reparos a caráter da votação favorável ou contrária à perma-

ênica da expressão "sob a proteção de Deus" no texto da nova Carta Magna.

ANNA MARIA RATTES – Erro político e administrativo consubstanciado na provável instalação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro em Campos, em vez de em Itaguaí.

ITAMAR FRANCO (Pela ordem) – Pedido de retificação de notícia publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** a propósito de voto do orador em sessão da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Itamar Franco.

VICTOR FACCIONE (Questão de ordem) – Transcrição nos Anais de informação prestada ao orador pelo ex-Ministro Aníbal Teixeira no sentido do não recebimento de qualquer convocação para comparecimento à Câmara dos Deputados. Retificação de notícia publicada pelo **Jornal do Brasil** quanto à participação do orador grupo "Centrão" e a seu apoio a mandato de 5 anos para o Presidente da República.

VIRGÍLIO GUIMARÃES (Questão de ordem)

– Não-encaminhamento ao Plenário, para votação, de projeto de resolução de autoria do orador visando à consulta plebiscitária.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Virgílio Guimarães.

AIRTON CORDEIRO (Questão de ordem)

– Posicionamento do orador no que concerne à participação no grupo "Centrão".

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Airtton Cordeiro.

PERCIVAL MUNIZ (Questão de ordem) – Inserção nos Anais de editorial publicado na Folha de S. Paulo sob o título "Retrato do Condão".

EDUARDO BONFIM (Pela ordem) – Retificação de voto do orador ao preâmbulo da Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Eduardo Bonfim.

#### V – Comunicações das Lideranças

POMPEU DE SOUSA – Projeto de resolução que acrescenta parágrafo ao art. 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, visando a assegurar às emendas populares as mesmas prerrogativas fixadas para as emendas coletivas.

ANTÔNIO DE JESUS – Determinação regimental no sentido da permanência da Bíblia Sagrada sobre a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Apoio do orador à inclusão da expressão "sob a proteção de Deus" no preâmbulo da nova Carta constitucional.

AMARAL NETTO – Caráter apartidário do grupo "Centrão".

DIRCE TUTU QUADROS – Informação do ex-Ministro Aníbal Teixeira à Comissão de Fiscalização e Controle no sentido do não-rece-

bimento de qualquer convocação para comparecimento à Câmara dos Deputados e conveniência de apuração dos responsáveis pelo não-encaminhamento dos requerimentos de convocação.

ABIGAIL FEITOSA – Motivos do desligamento da oradora do PMDB e seu ingresso no PSB.

OSWALDO ALMEIDA – Concessão de subsídios aos juros agrícolas do norte fluminense, a exemplo do que ocorre no Nordeste.

BRANDÃO MONTEIRO – Transcrição nos Anais de editorial publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** sob o título "Vendilhões da Soberania".

ALDO ARANTES – Insucesso do "Centrão" na obtenção de votos para aprovação do preâmbulo da nova Carta constitucional.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Expectativa do PDC de não serem retirados do texto constitucional os avanços conquistados pela sociedade brasileira.

OLÍVIO DUTRA – Manobras do "Centrão" para levar o processo constituinte a impasse. Conveniência de agilização dos trabalhos de elaboração constitucional.

GASTONE RIGHI – Apoio à atuação do – "Centrão" ante críticas decorrentes de declarações dos Líderes José Lourenço e Cardoso Alves.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Rapidez na votação do texto constitucional como fruto de entendimento entre as lideranças partidárias.

FERNANDO SANTANA – Apoio ao pronunciamento do Constituinte Inocêncio Oliveira e interesse do PCB em colaborar no sentido de que o texto constitucional atenda às esperanças da Nação. Decisão por voto dos pontos sobre os quais não haja acordo.

PRESIDENTE – Apelo aos Constituintes no sentido de que compareçam ao plenário para fins de votação da matéria constante da Ordem do Dia.

AMARAL NETTO (Reclamação) – Falha no painel eletrônico ao computar ausência do orador, apesar de voto registrado no placar. – Protesto contra declaração do Secretário-Geral da Mesa, Paulo Affonso Martins de Oliveira, ao jornal O Globo, a propósito do assunto.

PRESIDENTE – Esclarecimento ao Sr. Constituinte Amaral Netto.

LÚCIO ALCÂNTARA (Pela ordem) – Reiteração de pedido de informações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre funcionamento do sistema eletrônico de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Lúcio Alcântara.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Prazo para entrega de preferências para o Título II, Capítulos I e II, do projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

GERSON PERES (Questão de ordem) – Interpretação do § 3º do art 1º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, em face do art 10, a propósito de intervalo entre votações para decisão final do plenário.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gerson Peres.

#### VI – Apresentação de proposições

JOÃO CUNHA – POMPEU DE SOUSA

#### VII – Ordem do Dia

##### VOTAÇÃO EM 1º TURNO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

- a) Preâmbulo (votação já iniciada)  
b) Título I

PRESIDENTE – Esclarecimento ao plenário sobre votação do preâmbulo da Constituição, nos termos da Emenda Substitutiva nº 2.036, do Constituinte Aluído Campos.

MÁRIO COVAS – Pedido de esclarecimento sobre o processo de votação.

BONIFÁCIO DE ANDRADA – Esclarecimentos a propósito de entendimentos sobre o processo de votação.

JOSÉ GENOÍNO – Esclarecimentos sobre acordo para votação da Ordem do Dia.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

EDUARDO BONFIM (Pela ordem) – Esclarecimento à Mesa sobre duplicação de código no processo de eletrônico de votação, e declaração de voto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Bernardo Bonfim.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da matéria a ser votada: Emenda Substitutiva nº 2.037, do Constituinte Irapuan Costa Júnior, ressalvados os destaques.

MÁRIO COVAS (Questão de ordem) – Pedido de esclarecimento sobre a votação do substitutivo do Título I do projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Covas.

ROBERTO JEFFERSON (Questão de ordem) – Pedido de esclarecimento sobre votação do substitutivo do Título I do projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Roberto Jefferson. Esclarecimentos sobre a matéria em votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação.

EDUARDO BONFIM (Pela ordem) – Declaração de voto na votação anterior.

PRESIDENTE – Anúncio da matéria a ser votada: art. 1º do Título I do projeto de Constituição, ressalvado o destaque ao parágrafo único.

ANTÔNIO MARIZ (Pela ordem) – Pedido de retirada do destaque ressalvado.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Pela ordem) – Retirada, a pedido da Liderança do PMDB, da Emenda nº 1.479-0, que propõe modificação do art. 1º do projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Anúncio da retirada do destaque e da emenda; da votação de emendas ao parágrafo único do art. 1º da Constituição, dos Constituintes Ricardo Izar, João – Agripino, Ricardo Fiuza e Irapuan Costa Júnior: e solicitação da presença de Constituintes em plenário para participarem do processo de votação.

(Procede-se à votação.)

CLÁUDIO ÁVILA (Pela ordem) – Esclarecimentos à Mesa sobre duplicação de código no processo eletrônico de votação, e declaração de voto.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Cláudio Ávila.

JESUS TAJRA (Pela ordem) – Declaração de voto.

VICTOR FACCIONI – Declaração de voto não registrado no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Victor Faccioni.

DARCY POZZA – Declaração de voto não registrado no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Darcy Pozza. Anúncio da matéria a ser votada: Emenda Substitutiva nº 2.004, do Constituinte Paes Landim. ao art. 2º do projeto de Constituição.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Acordo favorável à aprovação da emenda em votação.

GERSON PERES (Pela ordem) – Falta de coincidência dos termos da emenda em votação com os dispositivos constitucionais sobre – sistema de governo.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre a votação.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Apoio do PMDB à emenda em votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncios do resultado da votação e da matéria a ser votada: Emenda Aditiva nº 1225, do Constituinte José Genoíno, ao inciso III do art. 3º do projeto de Constituição.

JOSÉ GENOÍNO, BONIFÁCIO DE ANDRADA, MÁRIO COVAS, BERNARDO CABRAL, COSTA FERREIRA – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da matéria a ser votada Emenda Aditiva nº 1.477, do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, ao art. 3º inciso IV, do projeto de Constituição.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Pela ordem) – Retirada da emenda em votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Luiz Alberto Rodrigues. Anúncio da matéria a ser votada: Emenda Aditiva nº 826, do Constituinte Vasco Alves, que acrescenta parágrafo ao art. 5º do projeto de Constituição.

VASCO ALVES, BONIFÁCIO DE ANDRADA, VIVALDO BARBOSA, BERNARDO CABRAL – Encaminhamento da votação da Emenda Aditiva nº 826.

(Procede-se à votação.)

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) – Aprovação da Emenda Aditiva nº 826 com insuficiência regimental de **quorum**.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Contestação aos comentários do Constituinte Roberto Freire sobre aprovação da Emenda Aditiva nº 826 com insuficiência regimental de **quorum**

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) – Esclarecimentos, em auxílio à Mesa, sobre o processo, de votação do texto básico, ressalvados destaques substitutivos ou supressivos.

DEL BOSCO AMARAL Reclamação sobre o processo de encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Resposta às questões de ordem. Anúncio do resultado da votação.

FERNANDO SANTANA – Declaração de voto.

PRESIDENTE – Anúncio da votação da Emenda Aditiva Nº 40, do Constituinte Antônio Mariz, ao art 49 do projeto de Constituição.

ANTONIO MARIZ – Encaminhamento da – votação.

GERSON PERES (Pela ordem) – Requerimento de leitura da emenda a ser votada.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gerson Peres.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Posicionamento do PMDB favorável à emenda a ser votada.

CARLOS SANTANNA (Pela ordem) – Inserção da emenda a ser votada nas Disposições Transitórias. ao invés de no Título I.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna.



BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem) – impraticabilidade regimental de votação de emenda a ser inserida nas Disposições Gerais e Transitórias quando da apreciação do Título I do projeto de Constituição.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – Impraticabilidade regimental de votação de emenda a ser inserida nas Disposições Gerais e Transitórias quando da apreciação do Título 1 do projeto de Constituição.

ALUÍZIO CAMPOS (Pela ordem) – Esclarecimentos sobre transposição da emenda, sem implicar votação de mérito.

ANTÔNIO MARIZ (Pela ordem) – Desistência da votação da Emenda Aditiva nº 40, para que seja apreciada quando votadas as Disposições Gerais e Transitórias.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Antônio Mariz. Anúncio da matéria a ser votada: Emenda Aditiva, do Constituinte José Fogaça, ao art. 4º do Projeto de Constituição.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Posicionamento do grupo "Centrão" favorável à Emenda a ser votada.

JOSÉ FOGAÇA – Encaminhamento da votação.

(Procede-se à votação.)

PERCIVAL MUNIZ (Questão de ordem) – Demora no processo eletrônico de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Percival Muniz.

MEIRA FILHO – Declaração de voto.

PRESIDENTE – Anúncio da matéria a ser votada Emenda Aditiva nº 1.194, da Constituinte Benedita da Silva, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º do Projeto de Constituição.

BENEDITA DA SILVA – Encaminhamento da votação.

DEL BOSCO AMARAL (Questão de ordem) – Desautorização para que, na Entenda a ser votada, o Constituinte Bonifácio de Andrada e outros falem em nome do grupo "Centrão".

JOSÉ LOURENÇO, CARLOS ALBERTO CAÓ, BERNARDO CABRAL – Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE – Anúncio do resultado da votação e da matéria a ser votada: Emenda do Constituinte Marcondes Gadelha ao art. 59 do Projeto de Constituição.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) – Pedido de preferência de destaque oferecido pelo Constituinte José Carlos Vasconcelos.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Roberto Freire.

MARCONDES GADELHA NELSON CARNEIRO, JOSÉ FOGAÇA – Encaminhamento da votação.

MARCONDES GADELHA (Pela ordem) – Requerimento à Mesa de retirada do Destaque nº 150.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Marcondes Gadelha.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Posicionamento do grupo "Centrão" favorável à fusão das Emendas Marcondes Gadelha e José Carlos Vasconcelos.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Posicionamento do PMDB favorável à fusão das Emendas Marcondes Gadelha e José Carlos Vasconcelos.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – Anúncio de apresentação de emenda substitutiva às emendas a serem votadas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem) – Posicionamento do PDT favorável à Emenda Marcondes Gadelha.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre emendas a serem votadas pelo Plenário.

(Procede-se à votação dos Destques nºs 152 e 1217.)

JOSÉ CARLOS COUTINHO (Pela ordem) – Declaração de voto não registrado no painel eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte José Carlos Coutinho. Anúncio das Emendas, não destacadas: Substitutiva no 136, do Constituinte Leur Lomanto, ao art. 5º Modificativa nº 363, do Constituinte Agassiz Almeida, aos incisos II e III do art. 3º Modificativa nº 467, do Constituinte Raimundo Bezerra, ao parágrafo único do art. 4º, Aditiva nº 881, do Constituinte Sarney Filho, que suprime artigos conflitantes no Título 1º Aditiva nº 882, do Constituinte Sarney Filho, ao Título I; Aditiva nº 1.359, do Constituinte Haroldo Lima, ao art. 4º.

NELSON JOBIM (Pela ordem) – Pedido de esclarecimento sobre o processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Nelson Jobim.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Pedido de esclarecimento sobre emenda com parecer favorável.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Covas.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Pedido de esclarecimento sobre o processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

ALUÍZIO CAMPOS (Pela ordem) – Esclarecimento sobre existência de emenda apresentada pelo Constituinte Jutahy Magalhães com parecer favorável.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Aluizio Campos.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) – Esclarecimento sobre o processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Mário Covas.

ADEMIR ANDRADE (Pela ordem) – Pedido de esclarecimento sobre o processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Ademir Andrade.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – Pedida de preferência na votação para Parlamentares usuários de cadeira de rodas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

EXPEDITO MACHADO (Pela ordem) – Esclarecimentos sobre o processo de votações conformidade do art. 9, da Resolução nº 3.

PRESIDENTE–Resposta ao Constituinte Expedito Machado.

(Procede-se à votação.)

## VIII – Encerramento

**2 – MESA** (Relação dos membros)

**3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** (Relação dos membros)

**4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** (Relação dos membros)

**Ata da 189ª Sessão, em 28 de janeiro de 1988**

*Presidência dos Srs. Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;*

*Jorge Arbage Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretário;*

ÁS 14 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PSB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Alfonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airtton Cordeiro – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Fran-

cisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Luiz Maia – POS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lézio Sathler – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito

Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL Manoel Castro – PFL; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL Maria de Lourdes Abadia – PFL Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL Matheus Iensen – PMDB; Maurício Campos – PFL Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL Mussa Demes – PFL Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Orlando Bezerra – PFL Orlando Pacheco – PFL Oscar Corrêa – PFL Osmar Leitão – PFL Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Pimentel – PFL Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio – Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuzza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo

Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

### I – ABERTURA DA SESSÃO

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

A lista de presença registra o comparecimento de 346 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da Ata da sessão anterior.

### II – LEITURA DA ATA

#### O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ,

Terceiro Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Passa-se à leitura do expediente.

### III – EXPEDIENTE

#### PROJETO DE DECISÃO Nº 5-A, de 1987

(Do Sr. Iram Saraiva)

**Torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela prejudicialidade.**

(Projeto de Decisão nº 5, de 1987, a que se refere o parecer.)

Art 1º É criada a obrigatoriedade de transmissão, por emissoras de televisão e de rádio, de todas as votações nominais realizadas no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. As transmissões deverão ser efetuadas ao vivo, na sua totalidade ou em **flashes** e, no que se refere à televisão, também em **vídeo tape**.

#### Justificação

A medida visa a permitir uma divulgação detalhada da atuação dos Senhores Parlamentares, o que facilitará a fiscalização, por parte do povo, do posicionamento dos Constituintes frente aos compromissos assumidos perante seus eleitores.

É preciso também ressaltar que a exigüidade do espaço destinado ao público nas galerias do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, aliada ao grande interesse pelos temas a serem debatidos, torna indispensável a previsão de expansão dos recursos para divulgação dos eventos do dia-a-dia. De outra forma, impossível seria a manutenção da ordem no recinto dos trabalhos, dada a inevitável invasão das galerias por multidões acima de sua capacidade de acolhimento.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, de 1987. – Iram Saraiva – José Paulo Bisol – Leite Chaves – Pompeu de Sousa – José Fogaça – Mansueto de Lavour – Mauro Borges – José Genoíno –

Brandão Monteiro – Vitor Buaiz – Mauro Banevides – Luiz Gushiken – Moema São Thiago – Luiz Inácio Lula da Silva – Rubem Branquinho – Carlos Aberto Caó – Roberto Freire – Edivaldo Motta – Augusto Carvalho – Meira Filho – Ervin Bonkoski – Alexandre Puzyna – Lúcia Vânia – Antonio Mariz – Valmir Campelo – Lúcia Braga – Átila Lira – Francisco Diógenes – Afonso Camargo – Benedita da Silva – Olavo Pires – Lúcio Maia – Miro Teixeira – Octávio Elísio – Juarez Antunes – Nyder Barbosa – Cristina Tavares – Euclides Scalco – Manoel Castro – Celso Dourado – José Tinoco – Carlos Mosconi – Arnaldo Martins – Roberto Balestra – José Maria Eymael – Paulo Roberto Cunha – Antônio de Jesus – Geraldo Fleming – Hélio Duque – Plínio Martins – Francisco Pinto – Francisco Rossi – José Guedes – Fernando Cunha – José Freire – Amaury Müller – Chico Humberto – Pimenta da Veiga – Osmundo Rebouças – Joaquim Sucena – Israel Pinheiro – Ziza Valadares – Sotero Cunha – Davi Alves Silva – Costa Ferreira Roberto Vital – Raimundo Rezende – Jonas Pinheiro – José Melo – Renato Viana – Nelson Aguiar – Raul Ferraz – Nilson Gibson – Agripino de Oliveira Lima – Maria Lúcia – Ubiratan Aguiar – Iberê Ferreira – Francisco Küster – Orlando Pacheco – Vivaldo Barbosa – Alécio Dias – Maria de Lourdes Abadia – Raquel Cândido – Aldo Arantes – Onofre Corrêa – Renan Calheiros – Leur Lomanto – Mário Lima – Gonzaga Patriota – João Natal – Fernando Gomes – Arnaldo Prieto – Maurício Nasser – Wilson Souza – Carrel Benevides – Ruben Figueiró – Amaral Netto – Bezerra de Mello João Herrman Neto – Osmir Lima – Rachid Saldanha Derzi – Alfredo Campos – Ronaldo Aragão – Divaldo Suruagy – Naphtali Alves – Nion Abernaz – Luiz Alberto Rodrigues – Luiz Salomão – Adroaldo Streck – Sérgio Werneck – Erico Pegoraro – Stélio Dias César Maia – Ruy Nedel – Wilson Martins – Raimundo Bezerra – Rita Camata – Albérico Filho – Plínio Arruda Sampaio – Nelton Friedch – Domingos Leonel – Manoel Moreira – Gumercindo Milhomem – Geraldo Campos – Haroldo Sabóia – José Carlos Grecco – Luiz Soyler – Chagas Rodrigues – Ronan Tito – João Lobo – Francisco Rollemberg – Maurício Corrêa – Rui Bacelar – Alexandre Costa – Vladimir Palmeira – João Machado Rollemberg – Maurício Campos – Sílvio Abreu – José Luiz Maia – Teotônio Vilela Filho – Fábio Feldmann – Francisco Amaral – José Dutra – Narciso Mendes – Domingos Juvenil (apoioamento) – Nelson Jobim – Luiz Marques – Jovanni Masini – Christóvam Chiaradia – Geraldo Alckmin Filho – Aécio Neves – Basílio Vilani – Gustavo de Faria – Adhemar de Barros Filho – Rodrigues Palma – Paes Landim – Jairo Azi – Antônio Ferreira – Ronaldo César Coelho – Jutahy Júnior – Nestor Duarte – Nabor Júnior – Almir Gabriel Mendes Canale – João Menezes – Severo Gomes – Irapuan Costa Júnior – Jutahy Magalhães – Márcio Lacerda – João Castelo – Hélio Rosas – Jairo Carneiro – Darcy Deitos – Messias Soares – José Tavares – Hilário Braun – Henrique Córdova – Cid Carvalho – Vingt Rosado – Louremberg Nunes Rocha – Hugo Napoleão – Nelson Wedekin – Jamil Haddad – Antônio Farias – Cid Sabóia de Carvalho – Aluizio

Bezerra – Virgílio Guimarães – José Ulisses de Oliveira – Paulo Roberto – José Teixeira – Maguito Vilela – Tadeu França – Djenal Gonçalves – Valter Pereira – Fausto Fernandes – Walmor de Luca – Maurício Fruet – Cláudio Ávila – Mauro Campos – Manoel Ribeiro – Paulo Macarini – Márcio Braga – Aécio de Borba – Etevaldo Nogueira – Eduardo Moreira – Flávio Rocha – Artur da Távola – Osvaldo Lima Filho; – Vicente Bogo – Ivo Lech – Carlos De'Carli – Guilherme Palmeira.

#### Parecer do Relator na Comissão de Sistematização

#### Relatório

Duzentos e quatorze membros desta Assembléia, liderados, na iniciativa, pelo nobre Constituinte Iram Saraiva, que encabeça a lista de signatários respectiva proposição, submetem ao exame preliminar desta Comissão o Projeto de Decisão nº 5, de 1987, objetivando tornar "obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte".

Consoante a justificação apresentada a teor de convencer sobre a pertinência da proposição ora sob exame, tem ela em vista permitir maior amplitude na divulgação da "atuação" desta Constituinte, tornando transparentes os posicionamentos dos representantes do povo, em relação aos temas nacionais geradores das expectativas as mais relevantes da Nação neste momento, mediante a transmissão obrigatória, pelo rádio e pela televisão, da manifestação do voto nas deliberações de Plenário.

É o relatório.

Inegável – e desnecessário seria mesmo frisá-lo – a inteira conveniência de criar-se meios para a ampla divulgação dos trabalhos constituintes, notadamente quando eles se referam ao processo decisório, que marca de maneira incontestável a posição de cada um de nós neste momento tão significativo do viver de nossas instituições, quando se fazem ecoar as mais importantes – manifestações do mais elevado foro de debates e decisões da Nação brasileira.

Ocorre, no entanto, Senhores, que a apreciação da presente iniciativa neste órgão, como projeto de decisão, encontra o embaraço intransponível do óbice legal inscrito no § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, eis que, como de todos nós sabidos, as proposições a que se refere o preceito regimental retroapontado se limitam às que tenham como objetivo "sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte".

Mas o empecilho regimental a que nos acabamos de referir não impedirá, no entanto, torne esta Assembléia a decisão buscada com, a apresentação do presente projeto de decisão, pelas seguintes razões.

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, em seu art. 76, já prevê a obrigatoriedade da divulgação dos trabalhos constituintes pelas emissoras de rádio e televisão. Ora, se assim é, a iniciativa apropriada à edição do comando legal objetivado com a apresentação do presente projeto de decisão deverá ser tomada através de

projeto de resolução intentando alterar o referido Regimento.

Como, de outra parte, o presente projeto de decisão satisfaz, com largueza, ao requisito do número de assinaturas mínimo necessário à propositura de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, a teor da exigência constante do item II do art. 81 desse repertório legal, a nossa proposição, alternativa, que desejamos submeter a esta Comissão neste momento, é no sentido de que seja o projeto de decisão em causa remetido à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, requerendo a sua transformação em projeto de modificação do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

A presente alternativa, se adotada, trará dois proveitos óbvios, a saber, a eliminação do obstáculo regimental à tramitação e aprovação da iniciativa que ora estamos a examinar e uma tramitação mais célere para a mesma desde quando, recebida a proposição liderada pelo nobre Constituinte Iram Saraiva como Projeto de Resolução de modificação regimental, caberá à Mesa da Assembléia emitir parecer sobre ela, indo diretamente ao Plenário da Constituinte, para deliberação definitiva.

#### Voto

Pelas precedentes razões, o meu voto – e neste sentido proponho – é pela remessa do Projeto de Decisão nº 5, de 1987, à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que o mesmo seja transformado em Projeto de Resolução modificativo do Regimento Interno.

Este, o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, 9 de julho de 1987. – Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator da Comissão de Sistematização.

#### COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Ofício nº P-037/87

Brasília, 14 de julho de 1987.

Exmº Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da  
Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a V. Ex.<sup>a</sup> para encaminhar o Projeto de Decisão nº 5, de 1987, de autoria do ilustre Constituinte Iram Saraiva, que "torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominiais realizadas no Plenário da Constituinte", que foi encaminhado a esta Comissão com vistas a receber o competente parecer.

Recebida a proposição, no dia 6 de julho corrente, foi a mesma imediatamente distribuída ao Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que ofereceu parecer concluindo por seu encaminhamento à Presidência da Assembléia com a proposta de transformá-lo em projeto de resolução modificativo do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Submetido à apreciação do Plenário deste órgão, o Projeto de Decisão nº 5/87-ANC não chegou a ser votado, por insuficiência de **quorum**, muito embora tenha constado da pauta dos nossos trabalhos, em cinco reuniões, nos dias 9, 10, 11 e 13 do corrente mês.

Isto posto, considerando exaurido o prazo regimental sem que sobre a matéria se tenha posicio-

nado conclusivamente esta Comissão, devolvo o projeto à superior consideração de V. Ex.<sup>a</sup>.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente.

#### Parecer do Relator

Em razão da sistemática eletrônica adotada pela Mesa, considera-se prejudicado o presente projeto. – **Mauro Benevides**, Relator. 1º-12-87.

#### Parecer da Mesa da Assembléia

#### Nacional Constituinte

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães. Presidente Mauro Benevides. 1º-Vice-Presidente, Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente Mário Maia, 2º-Secretário aprovou, o Parecer do Relator, Constituinte Mauro Benevides. 1º-Vice-Presidente, pela prejudicialidade do Projeto de Decisão nº 5, de 1987, do Senhor Constituinte Iram Saraiva, que "torna obrigatória a transmissão, através de televisão e do rádio, das votações nominiais realizadas no Plenário da Constituinte."

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 1987. – Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Adylson Motta.

**O SR. ADYLSO MOTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sinto necessidade de fazer uma declaração pelo uso indevido que se tem feito, aqui, de uma assinatura que eu apus a um documento.

E para que definitivamente seja esclarecido o assunto, é com respeito ao tal de Centrão, que existe aí, ao qual teimosamente tentam vincular o meu nome, Sr. Presidente, que vou ler uma carta, que encaminharei aos dirigentes do Centrão:

Sr. Deputado Daso Coimbra  
Dirigente do Centrão

Tem esta o objetivo de ratificar a posição que adotei desde o início na ANC e que manifestei diversas vezes na tribuna, qual seja a de não me vincular a qualquer grupo que não seja o partido que me elegeu e ao qual me mantenho fiel.

Assinei proposta para alterar o Regimento Interno com o único propósito de buscar uma abertura que democratizasse o processo de elaboração constitucional, mas frisei que minha assinatura não devia ser usada para qualquer outro objetivo.

Cumpri, rigorosamente, o meu compromisso, apesar de arrependido pela má qualidade da proposta, em vista das alterações que sofreu.

No entanto, no momento em que se deu ao aludido abaixo-assinado o sentido de formação de um bloco político-parlamentar, considero-me eximido de qualquer compromisso.

Poderei até votar com algumas propostas do Centrão, desde que coincidam com as minhas convicções, mas não aceito qualquer atrelamento a um grupo que hoje festeja suas vitórias no Palácio do Planalto, de onde está sendo dirigido, segundo notícia a imprensa, ao lado de declarações sobre supostas trocas de votos por cargos e favores.

Não estou saindo do Centrão, porque nele nunca estive, não participei de qualquer reunião e com ele não assumi qualquer compromisso.

"Meu compromisso é com os meus eleitores, com o meu partido e com a minha Pátria."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SR IRMA PASSONI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra a Sra. Constituinte Irma Passoni.

**A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente Jorge Arbage:

V. Ex.<sup>a</sup> é responsável, nesta Casa, pelo esquema de segurança. Gostaria de deixar registrado aqui, com muito respeito a V. Ex.<sup>a</sup>, que o sistema foi implantado de uma forma muito militarizada. Os funcionários não têm tido o treinamento necessário para abordar os Srs. Parlamentares e, principalmente, os Srs. Parlamentares não foram avisados de que têm que trazer uma identificação na lapela para poderem vir a este plenário.

Solicito, Sr. Presidente, primeiro, que haja um treinamento imediato dos agentes de segurança – nesta Casa, para saber como tratar dos Parlamentares, a fim de que eles realmente sejam identificados de uma maneira correta, de uma maneira segura e que confiem na palavra do Deputado que se identifica.

Eu, como Parlamentar, Membro da Mesa da Câmara dos Deputados, considero que não se pode fazer o que se está fazendo aqui: barrando Deputados na porta, que se identificam, dizem que são Deputados, que são conhecidos como, por exemplo, o Deputado Florestan Fernandes, que há um ano está nesta Casa, e que agora mesmo foi barrado na porta. Por quê? Porque não havia um **botton** na lapela. Quer dizer, a palavra do Deputado não vale? A minha palavra como Parlamentar não vale, o que vale é um **botton**? Qualquer um pode emprestar um **botton** para qualquer um.

Portanto, Sr. Presidente, que a forma de agir da Segurança desta Casa seja revista imediatamente, que seja retreinado o pessoal, porque esta maneira é deselegante, é deseducada e nos tira a autoridade que é nossa, de Parlamentar, e de todo o povo. Portanto, que seja revista essa forma de agir.

Não admitimos mais que se passe por cima das autoridades – dos Constituintes – aqui na porta deste plenário; isto é injusto e incorreto. Talvez não tenha sido má vontade do funcionário, eu sei, com certeza é responsabilidade de quem o colocou aí, ou seja, da Chefia da Segurança desta Casa, e me perdoe, Sr. Presidente, também sua, como Membro da Mesa, que é responsável por esta segurança.

Solicito providências imediatas no sentido de que esse assunto seja resolvido.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Irma Passoni, V. Ex.<sup>a</sup> registra uma reclamação. A Mesa informa que todo o esquema de segurança, instituído sob inspiração de um ato, que teve o nº 19, visou, única e exclusivamente, assegurar e garantir o normal desempenho das atividades dos Srs. Constituintes nesta Assembléia. É evidente que, pela dimensão da responsabilidade e do próprio contexto que deve estar sob a vigilância dessa segurança, possam ocorrer alguns excessos. A Mesa tem sido muito atenta para evitar que tais anormalidades aconteçam no desempenho da segurança.

Quero comunicar que vou solicitar à taquigrafia as notas taquigráficas da reclamação que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de formular, para ser examinada e, se for o caso, determinaremos as providências cabíveis.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE):** – A Presidência concede a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, mas formulando um apelo para que os pedidos de palavra pela ordem ou para questão de ordem sejam efetivadas na devida oportunidade e não dentro do tempo destinado ao Pequeno Expediente, que é bastante exigiu e poderá prejudicar a inscrição dos oradores que desejam pronunciar-se na tribuna.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, o Regimento da Casa estabelece que o ir e vir do Deputado tem que ser acatado com alto respeito por quem quer que seja e que esteja nos bastidores da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Ocorre, Sr. Presidente, que inclusive eu há pouco fui interceptado aí, ao entrar no Plenário da Casa. Que V. Ex.<sup>a</sup> discipline e retire esses cidadãos que estão aí à porta do plenário ou, então, coloque alguém que na verdade conheça os Deputados da Casa, para que nos poupe, a todos os minutos do vexame das interpelações.

Isto é um absurdo, Sr. Presidente, que quero declarar aqui, alto e em bom tom: retire, por favor, esses beaguins dali porque se Deputados não podem transitar livremente na Casa, se têm que levar crachá, que há de acontecer aqui, Sr. Presidente, quando vierem os populares? Tenho a certeza de que esses beaguins vão chicoteá-los. Esta Casa tem que estar aberta para que qualquer popular venha até aqui, transite livremente aqui, até para fiscalizar os atos praticados pelos seus representantes. (Muito bem!)

**O SR. DEL BOSCO AMARAL:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Del Bosco Amaral.

**O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, de minha parte, desde que seja de forma cortês e rápida, autorizo qualquer funcionário, até para minha própria segurança e proteção e respeito a este Plenário, a me identificar, caso ele não me conheça e não me identifique como Deputado. Eu, com a maior tranqüilidade,

faria, como faria qualquer um do povo a minha identificação como Deputado. De minha parte, estão autorizados a me perguntar se sou Deputado, para que o plenário não seja realmente aqui o picadeiro de uma porção de estranhos que entram sem ser Deputados. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa agradece a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente:

Fui o primeiro a aqui chegar e esse aspecto não foi observado. Não vou usar da palavra agora, deixarei para o intervalo entre a Comunicação de Liderança e o Pequeno Expediente, registrando apenas que fui o primeiro a ocupar o lugar, antes de outros Deputados que assaltaram o microfone antes de mim.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa agradece a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Passa-se ao

#### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Cardoso Alves.

**O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uso da palavra, neste instante, Sr. Presidente, para fazer uma sucinta declaração. Relembro e reafirmo, neste instante, que não existe nenhum compromisso dentre os membros do Centrão, com relação ao tempo de mandato e ao sistema de governo que deverão ser examinados pela atual Constituição. Tanto o sistema de governo, quanto o tempo de mandato estão acima dos compromissos e das intenções do Centrão. Seus compromissos e suas intenções são no sentido de dotar este País de uma Constituição que tenha a sua fisionomia e que reflita os anseios e as esperanças do povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, não abro mão dos meus direitos parlamentares. Sempre que eu falar em tempo de mandato ou sistema de governo, estou falando em meu nome pessoal, e quero fazer esta advertência, para não ser mal interpretado pelos meus companheiros e pela imprensa. Sempre que eu falar em sistema de governo ou em tempo de mandato do Presidente da República, falo exclusivamente em meu nome pessoal, muito embora não possa me despir da minha condição de um dos membros do Centrão, de um dos seus componentes. Continuo sendo o Deputado na plenitude dos seus direitos e deveres nesta Casa.

Era o que eu desejava dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos propondo uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – para a siderurgia brasileira, para apurar as irregularidades da Siderbrás.

Li no Jornal a **Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo**, os dois maiores noticiários do meu Estado, e que o Ministério, de um lado, está considerando o caso como político, e que alguns políticos estão considerando as investigações que se fazem, principalmente a respeito da Cosipa, como um outro caso político.

O Deputado Koyu Iha, da minha região, cosipano, será o primeiro, se não for o primeiro, será o segundo signatário dessa CPI que visa apurar não os efeitos, mas as causas desse caos reinante na siderurgia brasileira.

Não há dúvida que a (Usiminas, Cosipa, CSN, padecem de uma séria investigação. Mas, muito mais do que elas, a própria Siderbrás, a **holding**, nestes últimos anos, com autorização do Ministério da Indústria e do Comércio, contraiu empréstimos no exterior para repassar à siderurgia. Precisamos apurar, numa CPI, se o repasse realmente ocorreu. Precisamos, sim, apurar as irregularidades da Cosipa e da CSN, mas precisamos começar a ver as irregularidades da própria siderurgia nacional. É necessário saber por que uma minoria representa, em termos de **tradings**, os interesses das nossas siderúrgicas no exterior. Precisamos saber por que existem 80 privilegiados, menos de uma centena, distribuindo o aço da Cosipa, inclusive com preços aumentados, quando o preço do aço para as usinas é "cipado". É preciso saber por que existem esses privilégios, que não são só do Governo Sarney, mas vêm de outros governos ou desgovernos.

Hoje, alguns companheiros não quiseram assinar a CPI da siderurgia, dizendo que era um golpe político, principalmente contra a figura do Senador Fernando Henrique Cardoso. Tenho certeza de que vou obter, ainda hoje, a assinatura de S. Ex.<sup>a</sup> para essa CPI, começando a investigação pelo Ministério da Indústria e do Comércio, passando pela Siderbrás e, como deve passar, pela própria Companhia Siderúrgica Paulista.

Desta forma, este Constituinte e o Constituinte Koyu Iha, ambos do PMDB e eleitos principalmente pela Baixada Santista, vamos encaminhar os pedidos de assinatura para uma CPI sobre a siderurgia brasileira. E isto já vai um pouco tarde, já o devíamos ter feito há algum tempo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB – SC. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de deixar clara, nesta tribuna, para a Constituinte, para a história que se fará sobre esta Constituinte, a minha posição de independência dentro desta Casa, quando vejo no jornal uma nota sob o título "As Baixas".

Quero deixar bem claro que isto aqui está incorreto, porque o Constituinte Ivo Vanderlinde não é nenhuma "baixa" do Centrão! Fui um dos Constituintes que subscreveu uma emenda, enquanto esse grupo não tinha apelido nenhum, para mudar o Regimento desta Casa e o faria novamente, se hoje tivesse que fazê-lo. Então acho que nós temos que deixar de rotular as pessoas.

Quero responder perante à sociedade brasileira, perante à história e os meus eleitores pelas 190 propostas que apresentei nesta Constituinte, e pelos votos que eu vier a proferir na sua votação, por que até agora eu não votei nisso que está aí.

Então, quero deixar clara a minha posição, assumida desde quando essa questão se polemizou, com a transcrição deste telegrama que passei no dia 8-1-88 simultaneamente ao Dr. Ulysses Guimarães. Presidente da Constituinte, ao meu Líder Mário Covas, Líder do PMDB na Constituinte e ao Deputado Ibsen Pinheiro, Líder do PMDB na Câmara.

"Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Câmara dos  
Deputados.

Constituinte  
Brasília-DF

Venho através desta esclarecer minha posição, com relação a votação na Assembléia Nacional Constituinte. Fui um dos 319 Constituintes signatários da emenda que propôs a mudança do Regimento por entender que o mesmo deveria ser adequado ao processo final de votação em plenário.

Além disso, não tenho nenhum compromisso com qualquer grupo ou facção, a não ser o compromisso com a minha consciência, o meu povo e os compromissos de meu partido com a sociedade brasileira.

Espero assim ter esclarecido minha posição, colocando-me a vossa inteira disposição.

Atenciosamente,  
**Vanderlindo,** – Deputado  
Constituinte."

Quero votar com Independência; concordo com muitas das idéias que estão na proposta do Centrão, mas não assinei as emendas coletivas por causa dessa questão de rotulação. Algumas pessoas se exibem como donas de um grupo, as quais respeito como Parlamentares e colegas, mas, infelizmente, a opinião pública brasileira passou a julgar todos os signatários de uma proposta de mudança do Regimento à imagem e semelhança destes. Então, não quero que as minhas posições sejam confundidas e deixo este registro neste plenário e nesta tribuna. Não saí do Centrão, porque não entrei em nenhum grupo nesta Casa.

Para completar faço minhas as palavras do Deputado Adylson Motta, proferidas anteriormente desta tribuna. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. GERSON PERES (PDS PA Sem revisão do orador.):** Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo registrar nos Anais da Casa a minha posição com relação aos grupos que aqui se formaram na periferia dos partidos políticos que compõem a Assembléia Nacional Constituinte. Não assinei nenhum compromisso com nenhum – dos grupos nem com o Centrão, nem com o Centrinho, nem com MUP, nem com o Grupo dos 32 nem com os grupos das esquerdas. Gostaria de declarar que por um princípio democrático da minha formação democrática, eu assinei todas as emendas de todos os grupos do Grupo Centrão, do grupo das esquerdas, do Centrinho, do grupo dos 32 e de todos os colegas, com todas as suas idéias ou ideologias que me pediram para assinar. Fiz, com muito prazer, e o farei sempre, porque sou daqueles que pensam que assinaturas nesses documentos devem servir para viabilizar a idéia do Constituinte a tramitar na Assembléia, ser discutida, criticada, votada, aprovada ou não. Assim que penso e, por isso mesmo, declaro que assinei as emendas de todos os grupos, sem distinção.

Gostaria de fazer uma ligeira crítica, Sr. Presidente, quanto à paralisação dos nossos trabalhos com relação ao preâmbulo da nossa Constituição. O preâmbulo não deveria ser motivo, inicialmente, de um pequeno atropelo no início dos nossos trabalhos, porque quem lê o que está aqui deduz que apenas são princípios genéricos, traçados no início de uma Constituição, que poderiam até ser dispensados. Esse preâmbulo não tem força de lei, mas é apenas o princípio ou o resumo de todos os princípios inseridos nas normas delimitadoras das demais normas jurídicas da Constituição brasileira. Por isso, não deveríamos dar tanta importância a esse preâmbulo, porque, tanto um quanto o outro estão bem redigidos. Aliás, o preâmbulo do Centrão é um pouco melhor, porque ele é mais sintético e deveria ser mais sintético ainda. Se eu tivesse que escrever um preâmbulo, apenas diria que os representantes do povo brasileiro, sob a bênção de Deus e pela vontade da maioria da Nação escrevem esta Constituição. Isso seria o suficiente para escrever o preâmbulo.

Sr. Presidente, concluindo, discutir se se deve inserir a palavra Deus no preâmbulo é uma discussão inútil, porque a Constituição é a vontade da maioria de um povo, e, se a maioria do povo brasileiro acredita em Deus, nenhum Constituinte da minoria deve recusar essa vontade; deve aceitar com humildade a presença da palavra "Deus" na Constituição do nosso País. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO RAMOS (PMDB RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O resultado da votação do preâmbulo, na sessão da Assembléia Nacional Constituinte de ontem, é uma demonstração de que o grupo denominado Centrão, que na verdade nada mais é do que a representação da extrema direita que conseguiu atrair, por uma manobra regimental, uma parcela expressiva dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, evidencia que não pretendia, a bem da verdade, possibilitar a participação, nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, de todos aqueles que compõem esta Assembléia. A bem da verdade, a manobra regimental teve uma finalidade clara: criar impasses na Assembléia Nacional Constituinte. Mas hoje aqueles que de boa fé admitiram como verdadeiras as afirmações feitas para a mudança do Regimento, hoje um a um assomam à tribuna para dizer que não pretendiam apoiar as manobras nem as propostas desse grupo de extrema-direita, que procura, com o rótulo de Centrão, ocultar a sua verdadeira fisionomia. Um a um subindo à tribuna para dizer que esperavam, simplesmente, uma mudança do Regimento que permitisse maior participação de todos. Mas é preciso, Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes, que todos saibam que a Nação e o povo brasileiro estão atentos, e cobrando de cada um dos Constituintes o que prometeram, nesse mar de corrupção que impera hoje no País, mar de corrupção que envolve, inclusive, lideranças expressivas do chamado Centrão, lideranças que não correspondem podem à verdadeira expressão daqueles que foram signatários das emendas do Centrão. Hoje o povo brasileiro cobrará, está cobrando, e aqueles que votarem contra os interesses nacionais, contra os interesses da classe trabalhadora certamente se-

rão cobrados em praça pública. Precisamos compreender que o povo brasileiro espera mudanças, e a grande mudança que há de ser feita é a mudança para a democracia, com eleições diretas para Presidente da República em 1988. O povo não permitirá o anonimato, e todos nós, democratas, temos o dever de denunciar, em praça pública, aqueles que votarem contra os interesses do povo, contra os interesses nacionais. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PFL RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejava, nesta oportunidade, reafirmar a minha postura a favor do pleito da sofrida classe dos milhões de aposentados do Brasil que, por não possuir o poder maior de barganha junto às autoridades responsáveis pelas decisões que repercutem diretamente sobre seus salários, vivem hoje na penúria, em nosso País.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para mostrar um aspecto desse Plano Unificado de Saúde que vai repercutir negativamente, mais uma vez, sobre o provento dos aposentados. É ele que, finalmente, vai pagar a conta. Os recursos, pelo decreto presidencial, foram repassados para os Estados e Municípios sem muitos mecanismos ou critérios de controle, através de convênios firmados com a cláusula de rescisão de denúncia de 90 dias. Imagine, Sr. Presidente, noventa dias para um convênio que fixa a transferência material, que envolve aplicação de mão-de-obra, e esses recursos são assim repassados. Ao serem repassados, evidentemente, e ao ser firmado um convênio, com justiça, os funcionários estaduais e municipais que irão trabalhar de acordo com esse convênio, naturalmente pedirão isonomia e equiparação salarial. Com isto os salários serão ampliados, os recursos, que se destinavam à saúde, vão pagar os cabos eleitorais dos respectivos governadores e prefeitos.

Sr. Presidente, peço vênica a V. Ex.<sup>a</sup>, falei apenas 60 segundos. Estou controlando pelo meu relógio.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – V. Ex.<sup>a</sup> fique tranqüilo que a Presidência está cronometrando com a maior honestidade e o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já se exauriu.

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** – Concluo, Sr. Presidente. Quero dizer que já há governadores de Estados utilizando esses recursos, repassados sem controle, para pagar folhas de pagamento do seu funcionalismo. E, mais uma vez, quem paga a conta é o aposentado.

Vou encerrar, apelando ao Senhor Presidente da República para que suspenda a Execução desse decreto, que é inconstitucional. Estamos, neste momento, elaborando uma Constituição que vai, naturalmente, definir tais mecanismos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**A SRA. IRMA PASSONI (PT SP. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, tomo a palavra para registrar dois documentos que considero de extrema importância.

O Governo anuncia que gastará milhões de cruzados em campanhas de educação no trânsito. Nenhuma campanha de massa resultará em trabalho efetivo se não for um processo de constru-

ção de uma nova educação, de um novo comportamento efetivo da população. Baseio-me nisto porque só em São Paulo, em 1987, houve 60.051 atropelamentos com 16.232 vítimas. É um problema gravíssimo a questão da educação para o trânsito. É no trânsito que a população trava as suas relações sociais.

Portanto, é de extrema importância que o Governo, se pensa em fazer realmente campanha por televisão, por um processo de comunicação de massa, o faça por um processo sério, efetivo, a fim de ajudar a população a melhorar as suas relações sociais, em vista desse problema grave de acidentes que ocorrem nas grandes áreas metropolitanas e também em outras cidades.

Por outro lado, peço que seja transcrita a declaração do ex-Ministro Aníbal Teixeira, justificando-se das várias acusações que tem recebido. S. Ex.<sup>a</sup> esteve hoje, de manhã, na Comissão de Fiscalização e Controle. Infelizmente, S. Ex.<sup>a</sup> alega que suas declarações são sigilosas e que, assim, só as faria numa reunião secreta. Lamentavelmente, muitas das informações nós ainda não pudemos obter. Vamos continuar a sessão às 19 horas e a Comissão de Fiscalização e Controle será firme, será decisiva para que continuemos a fiscalizar este Governo e cobrar os fatos acontecidos no Ministério do Planejamento em relação às grandes corrupções que rolam por este País afora. Desejo registrar este documento para que, depois, possamos cobrar de S. Ex.<sup>a</sup> a continuidade da prestação de contas ao País sobre as várias denúncias que estão sendo feitas quanto ao Ministério.

#### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO

##### Documento 1

Projeto Educação através do Trânsito  
(Maria Beatriz Pinheiro)  
(Arvoredo – Grupo Especializado em  
Educação)

Este é um projeto ousado, inovador, que pensa na Educação de modo bem mais avançado do que se tem pensado até agora.

Trata-se de macro educação: uma intervenção educativa na população da cidade de São Paulo, como um todo.

##### Conceito de Educação

Inicialmente é necessário colocar-se de lado a forma como a educação tem sido pensada até agora: informativa e corretiva, disciplina imposta ao sujeito de fora para dentro, de modo hierarquizado.

A educação, aplicada segundo este conceito, não trazido os resultados necessários, porque lhe falta base, solidez: inicialmente as pessoas seguem o que está sendo imposto mas, depois, ao se darem conta de que agudo não tem significado em suas vidas, elas deixam tudo de lado, promovendo, por exemplo, o caos no qual estamos vivendo neste momento da nossa história (falta de liderança, consciência, respeito, segurança, cooperação, etc).

O conceito real de educação (real no sentido de diretamente ligado à etimologia da palavra) é o de processo de transformação da pessoa e, conseqüentemente, da sociedade, em direção ao desenvolvimento.

Este, como qualquer outro processo, é dinâmico, constante, aumentando sempre o nível de consciência da pessoa e da comunidade. A grande diferença deste conceito para o primeiro é que neste, a pessoa é sujeito e objeto do seu próprio processo de desenvolvimento, enquanto que, no, outro, ela é apenas objeto – e, como tal, não pode responder às necessidades concretas de participação no desenvolvimento do País

##### Situação geral da nossa sociedade

A Educação no Brasil, até hoje, foi sempre abordada segundo as necessidades políticas de cada momento. Ela, em si, ainda não mereceu ser encarada como a base da vida de uma sociedade. É mais do que nunca, hora de se pensar nisto. Entretanto, temos um problema de primeira importância: a forma como caminhou-se no desenvolvimento e na tecnologia, durante o século XX, fez com que as estruturas de funcionamento da sociedade fossem todas colocadas em cheque: a família, a escola, a religião, a política. Tudo isto está sendo questionado tanto e tão rapidamente que as soluções, antes conhecidas, não resolvem mais. E preciso, então, darmos um salto para o século XXI porque os nossos problemas educacionais não serão mais resolvidos como antes, ou seja, através do próprio sistema educacional. A situação é nova: os meios de comunicação, a informatização e todas as tecnologias deixaram o Sistema Educacional Formal para um segundo plano. Agora a saída é fazer-se uso do próprio rumo que a situação tomou para se ter algum êxito.

##### Como sair do caos

Toma-se urgente a saída do caos e com soluções rápidas e novas projetos imediatos, de grande alcance, de tal forma que a população seja atingida como um todo e que, rapidamente, ela tenha acesso a um nível de desenvolvimento mais alto – o que se toma possível, apenas, se elevar o nível de educação, ou seja, de consciência da população sobre seu próprio desenvolvimento. Daí a proposta deste projeto.

##### Educação através do trânsito

O que as pessoas de uma mesma cidade têm em comum é que elas saem a rua elas se expõem num grande grupo que se relaciona no trânsito. O trânsito nada mais é do que a comunidade em relação dinâmica; ele é uma amostra da sociedade; ele traduz o seu nível de desenvolvimento, de educação, de cultura.

Observando-se o trânsito de uma cidade, temos idéia de como as pessoas aí vivem: qual o seu grau de cooperação ou competição, respeito ou agressividade, ignorância ou conhecimento, poder aquisitivo, cuidado e conservação dos meios de se transportar, individualismo ou sentido do coletivo e muitas outras características. É nas mas que as relações sociais se repetem, as diferenças de classe aparecem e as pessoas mostram até que ponto estão comprometidas com o tempo e o lugar em que vivem.

O trânsito supõe as relações entre os pedestres, entre os que estão munidos de algum veículo e, ainda, entre os primeiros e os últimos. Talvez seja ele a única possibilidade de se fazer uma intervenção educativa eficaz.

##### O Trânsito da cidade de São Paulo

Em São Paulo foram registrados, no ano de 87, até o mês de agosto, um total de 60.051 atropelamentos, sendo 16.232 com vítimas. O número de vítimas fatais de acidentes no trânsito, durante o mesmo tempo, foi de 1.952, sendo 1.151 pedestres e 801 passageiros ou condutores de veículos. Muitos acidentes, sem vítima fatal, nem são registrados. Além disso, a agressividade da população nas ruas é evidente para qualquer leigo.

Estes dados demonstram claramente que se trata de uma população desorganizada, insegura, desinformada, desprotegida, desrespeitosa e desrespeitada, tentando sobreviver como pode.

Do nosso ponto de vista, as soluções normalmente apresentadas para esses problemas (maior fiscalização do trânsito, melhoria da infra-estrutura da cidade, aumento do número de policiais nas ruas, etc., só surtirão algum efeito se forem executadas como subsidiárias da única questão realmente básica: o investimento no ser humano, como tal, na sua educação (no sentido amplo), no seu desenvolvimento.

##### Intervenção educativa na dinâmica da população de São Paulo

###### Objetivos:

I – tomar a população informada sobre a dinâmica que acontece na sua convivência no trânsito;

II – permitir que, através desta informação, as pessoas tomem consciência do seu papel nesta dinâmica;

III – tratar a informação de tal forma que a população possa "se ver" nas relações sociais da rua, como se estivesse de longe e de fora, como observadora, para melhor compreender e criticar a situação atual;

IV – abrir espaço para uma participação diferente das pessoas, na dinâmica populacional, transformando a situação de caótica em cada vez mais organizada, porque consciente (estaremos assim, ao mesmo tempo, resolvendo os problemas da convivência no trânsito e fazendo educação, no verdadeiro sentido).

###### Estratégia:

I – filmagens de cenas do cotidiano das ruas, em dois níveis:

1º) uma situação imediata (por exemplo, uma dificuldade específica entre dois motoristas numa esquina);

2º) a mesma situação vista de longe, englobando todas as conseqüências que ela acarreta na região (por exemplo: a mesma dificuldade acima, promovendo outros problemas para os pedestres, os habitantes vizinhos e outras dificuldades do trânsito nos arredores daquele cruzamento).

Este segundo nível daria, depois, ao espectador do vídeo a consciência de que ele, na rua, não só é responsável por si mesmo mas também pelo outro imediato e, ainda, pelos outros como um todo, isto é, consciência de ser participante de uma comunidade.

II – comentários das cenas, levando-se em consideração três orientações.

1º (esclarecimentos objetivos) informações sobre as leis e regras que estão envolvidas na situação comentada.

2º (explicitação das relações subjetivas e interpessoais) esclarecimentos dos sentimentos, emoções e atitudes contidos na situação comentada, tais como: cooperação ou competição, gentileza ou agressividade, egoísmo ou disponibilidade, preconceitos de classe, raça ou sexo ai contidos, respeito ou desrespeito à vida etc.

3º (transformação criativa) sugestões de várias saídas diferentes para a dificuldade surgida.

III – Apresentação do vídeo em televisão, de forma tão atraente quanto uma novela, em horário nobre, para ser visto pela maior parte da população.

IV – Montagem de uma rede de apoio ao trabalho central:

– de outros meios de comunicação: rádio, jornal, revista, cinema, vídeo, outdoors;

– de projetos complementares de outras instituições: escolas, departamento de treinamento e educação para o trânsito, DSV, secretaria da cultura, associações de bairros etc.

### Temas

Inicialmente seriam escolhidos 16 temas para quatro meses de funcionamento do programa, semanalmente. Deveriam eles abordar os aspectos mais críticos e básicos das relações na sociedade.

### Equipe de trabalho

A amplitude deste projeto exige uma equipe de trabalho extremamente competente e coesa. O detalhamento total do projeto necessita de muitos cuidados para que não se perca uma intervenção tão delicada. São necessários profissionais das áreas de: educação, psicologia social, sociologia, jornalismo, comunicação visual, engenharia e educação de trânsito e informática. Além disso, é necessário contar-se com uma boa equipe especialista em vídeos e uma equipe de avaliação do plano como um todo.

### Duração do projeto

Este é um projeto para ser aplicado nos meses de maior presença da população fixa na cidade de São Paulo ou seja: março, abril, maio e junho, num primeiro semestre e agosto, setembro, outubro e novembro, num segundo semestre.

Uma intervenção educativa muito longa pode ser contraproducente. É necessário que este seja um trabalho intenso, de alta qualidade e na medida certa. O que propomos é uma primeira série de quatro meses de programa, com um sistema de avaliação constante que indicarão tempo de continuação do mesmo. Lembremos que, diante dos antigos e imensos problemas que temos na nossa cidade, uma intervenção muito rápida não vai fazer milagres.

### Sistema de avaliação

Educação, no seu sentido mais amplo e autêntico, promove transformação e exige avaliação constante. Portanto, este projeto não tem nenhuma razão de ser sem este sistema.

Durante todo o projeto, é necessário fazer funcionar uma rede de informações que cumprisse duas tarefas:

– a de alimentação do programa; e  
– a de abertura para a participação da população na transformação da convivência política (da pólis).

Esta rede seria diretamente ligada à rede de apoio ao trabalho: através dos meios de comunicação, dos alunos e professores das escolas, de caixas instaladas em lugares estratégicos da cidade (fábricas, firmas, instituições públicas e particulares etc.) teríamos sempre a informação de como o programa estaria atingindo a população. Através destes mesmos meios, receberíamos propostas da população com relação à melhoria da, qualidade de vida de São Paulo.

A equipe de avaliação dos trabalhos deve ser altamente especializada em educação e deve funcionar diretamente ligada à coordenação do projeto.

São Paulo. 10-11-87. – **Maria Beatriz Pinheiro.**

### Documento 2

Deus poupou-me do apego a cargos é honorários.

Em 1969, em discursos e livros, defendi a honra do grande brasileiro Juscelino Kubitschek quando caluniado pelos mesmos jornais que hoje me atacam. Fui cassado e perseguido.

Deputado por duas vezes, Secretário de Estado e Diretor de órgãos federais, meu patrimônio se resumia, naquela época, a meia casa, que estava construindo com sacrifício.

Com as próprias mãos, sem governo, construí a minha vida empresarial; quando voltei ao Congresso, pelo voto popular, a pedido de Tancredo Neves, tinha um respeitável patrimônio e, sobretudo, uma grande vontade de servir.

Entendo que a vida pública é renúncia e sacrifício. E a isto estarei sempre disposto quando em jogo os interesses do meu povo.

Em 1986, renunciei ao meu mandato de deputado e, recebendo um quinto do que recebia como parlamentar, passei a organizar a SEAC. Os frutos logo apareceram. São 45 mil programas e comunitários, com três milhões de voluntários e 33 milhões de pessoas beneficiadas diretamente; milhares de pontes, estradas, postos médicos, creches, escolas, feitos pelo povo por um oitavo dos custos usuais.

Implantamos o Programa do Leite, hoje atendendo a seis milhões de crianças, com a ajuda a de 18 mil associações e entidades. Tudo sem ir burocracia, sem intermediários e, sobretudo, com os custos administrativos, mais baixos do mundo.

Agora estamos construindo 500 mil casas por um, quinto do preço usual. O que o BNH não fez em 20 anos estamos fazendo em 150 dias.

A minha ida para o Ministério do Planejamento não foi fácil. A luta pelo social é bandeira difícil, onde imperam os vícios de 20 anos de centralismo e autocracia. Do Presidente Sarney recebi estímulo e apoio. Na SEAC, desde 12 de maio d, de 1986, com cartas, telegramas e manuais, combati os intermediários de projetos e recursos. Na Seplan, fiz o mesmo. E mais solicitei à Polícia Federal que investigasse, junto a todos os prefeitos, as denúncias de intermediações.

Forças poderosas se mobilizaram contra mim. Economizei, com a forma revolucionária de manter programas sociais, em um ano, 100 bilhões ar de cruzados para o povo. E isto contrariou muitos interesses. Levantaram-se contra os programas sociais, especialmente do leite e o das casas. Tornava-se importante difamar e caluniar. Tecer a complicada teia das intrigas. Até a violência contra

o orçamento aprovado pelo Congresso foi praticada para tirar o leite das crianças, impedir a humanização de favelas, a execução do programa de construção de casas.

As calúnias, respondo com documentos e provas. Aos inimigos da ação comunitária e dos programas sociais, respondo com a organização do Movimento Comunitário Brasileiro, ao qual me dedico agora de corpo e alma.

Enfrento os obstáculos com naturalidade e desprendimento.

Aos amigos que me perguntam se tanta luta vale a pena, eu respondo que tudo vale a pena, "quando a alma não é pequena".

Pelo povo, recomeço tudo, de comunidade em comunidade, de cidade em cidade, de Estado em Estado.

Pelo Brasil, recomeçarei mil vezes.

A um lugar no Governo, ou na História. prefiro um lugar na História, de onde não poderei ser cassado, aposentado ou demitido. **Aníbal Teixeira.**

**O SR. OSVALDO RENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há poucos dias houve mais um protesto para a duplicação da BR-116 que liga Curitiba a São Paulo.

Recebi correspondência dos organizadores do movimento que, com suas informações, me surpreenderam. Fiquei estarecido ao tomar conhecimento de tantos acidentes que acontecem nesta rodovia, aumentando assustadoramente, ano após anos, conforme as estatísticas em anexo.

Quero pedir a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que o expediente anexo seja transcrito nos Anais desta Casa, a fim de que todos os Senhores Parlamentares e demais autoridades possam tomar conhecimento do assunto que requer atenção do setor competente.

É preciso que se faça alguma coisa. Alguém precisa tomar providências para que esta obra possa ser realizada.

O movimento feito pelos moradores residentes ao longo desta rodovia é pacífico, ordeiro: apenas, interromperam o trânsito por algumas horas para chamar atenção para a gravidade do assunto e buscar urgente solução para o problema.

Urge a duplicação desta rodovia. É uma das mais importantes do País e, principalmente, uma das de maior trânsito ligando os Estados do Sul ao Centro, ou ainda, à maior cidade do País – São Paulo – por isso mesmo, única via para o escoamento da grande produção agrícola do Sul do País e o retomo de incalculável quantidade de mercadorias industrializadas para o abastecimento de uma das maiores regiões consumidoras.

Quero, desta tribuna, fazer um veemente apelo às autoridades responsáveis para que se conscientizem e tomem as providências cabíveis, antes que novas manifestações ocorram e que poderão ter consequências mais graves e ainda, antes que aconteçam mortes, mais e mais acidentes, muitas vezes condenando a invalidez muitas pessoas. E preciso solucionar este problema de uma vez por todas, colocando-se um ponto final ao tombamento de vidas muitas vezes arrebatadas na fia da idade do seio de suas famílias.



Espero não ter falado em vão. Que minhas palavras encontrem eco e que aliado aos clamores dos manifestantes sensibilizem as autoridades e, em breve, que esta duplicação se tome uma realidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE O SR. OSVALDO BENDER  
EM SEU DISCURSO:**

O Movimento Pró-Duplicação da BR-116, tem a honra de dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> para convidá-lo a participar da paralisação da BR-116 (Régis Bittencourt), no dia 22-01-88, por 2 horas, das 15 às 17 horas, no km 326, em Juquitiba/SP, de caráter pacífico e ordeiro.

O objetivo da paralisação é um protesto veemente contra o Governo Federal que até agora não se sensibilizou da necessidade urgente da duplicação da BR-116, entre São Paulo – Curitiba, de 250 km, trecho que é recordista em sinistros, com milhares de acidentes e centenas de mortes anualmente.

Essa importante rodovia que liga São Paulo aos Estados e Países do Cone Sul, suporta atualmente um tráfego diário de 16.000 veículos, sendo 170% de caminhões, por uma pista única, em péssimo estado de conservação é de uso obrigatório para milhares de motoristas e usuários.

A situação da BR-116 é grave. Trágica. Aberrante. Seu tráfego cresce vertiginosamente. Se nada for feito a Régis Bittencourt estará totalmente congestionada e intransitável daqui a 2 anos, e, infelizmente, continuará matando mais do que uma guerra.

Dados abaixo comprovam que esta "Estrada. da Morte" ceifou, só no local do acidente, 25 vidas por mês e a cada ano aumenta assustadoramente o número de mortes, entre São Paulo e Curitiba:

Ano	Acidentes	Feridos	Mortos
1985	2.174	1.183	155
1986	2.664	1.463	210
até 30-11-1987	3.249	1.759	276

O Movimento Pró-Duplicação da BR-116, reunido no dia 9-11-87, na cidade de Registro-SP, juntamente e por iniciativa de lideranças de Juquitiba-SP, decidiu o seguinte:

1) Prosseguir as atividades do Movimento, de forma pacífica e ordeira, persistindo na luta pela duplicação da BR-116 (Régis Bittencourt), até que a obra se concretize, pois só há promessas por parte do Governo.

2) Salientamos que, a exemplo da paralisação que já ocorreu no dia 22-8-87, em Registro-SP, paralisação em Juquitiba-SP, é um recurso extremo, sem dúvida, porém é o único meio depressão lícita que termos, mas será realizada dentro da ordem e da paz.

Repudiamos o tratamento que o Governo Federal vem dando aos Estados sulinos na liberação de recursos para as rodovias, seja na conservação, melhorias e duplicação de pistas. Estes Estados que mais trabalham e produzem, poucos recursos têm recebido. A maior arrecadação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) é destes importantes Estados. Mas são distribuídos sem nenhum

critério, por exemplo: na construção da faraônica Ferrovia Norte-Sul.

E na região Sul do País que circulam 80% dos veículos de transportes, mas recebem minguas verbas, e o elo de ligação entre as importantes Capitais e por onde se escoam a mais relevante produção do Brasil.

Maiores informações podem ser obtidas pelos telefones:

DDD – (0138) 21-1090/21-1834 – Aciar – Lázaro; (011) 490-4711 – Juquitiba – Neves; (0138) 21-1580 – Erp – Lauriano; (0138) 54-1210 – Serrana – Caetano.

Contamos com o significativo apoio e a presença de V. Ex.<sup>a</sup> que prestigiará esse ato que é, sobretudo em defesa da vida; revestindo-o de respeitabilidade, pelo que, antecipadamente, agradecemos e firmamos.

Atentamente, **Hiroshi Sumida,**  
Presidente; **Lázaro Gomes Silva,** 1º-Secretário:

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Sem revisão do orador,):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo hoje esta tribuna para falar sobre uma emenda ao Projeto de Constituição, que tem 337 assinaturas e que propõe a criação do Estado do Triângulo, separando o Triângulo Mineiro do meu Estado, Minas Gerais. Respeito a opinião daqueles parlamentares que apóiam tal proposta. Entretanto, tomo a liberdade de discordar de alguns dados que vêm sendo apresentados.

Há algum tempo, um Parlamentar disse, desta mesma tribuna, que o Triângulo Mineiro representa cerca de 30% do ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias – em Minas Gerais. Trago dados que mostram que esses números não estão corretos. Tenho, aqui, a publicação de uma revista especializada, que informa quais são as cinquenta cidades mineiras que têm a maior arrecadação de ICM, e entre elas apenas quatro pertencem ou situam-se no chamado Triângulo Mineiro. Ainda mais, a soma dos percentuais de ICM dessas quatro cidades representa menos de 7% e não 30%, como foi aqui afirmado há algum tempo, da arrecadação total de ICM do nosso Estado.

Portanto, é uma afirmativa incorreta que mostra que, realmente, não nos devemos basear nesses dados, porque, de um modo geral, tem-se tomado como base para uma possível separação do Triângulo Mineiro a sua independência financeira.

Outrossim, gostaria de ler, para que fique registrado nos Anais desta Casa, pequenos trechos de um, artigo publicado, há pouco tempo, pelo Sr. Olavo Nogueira Dell'Isola, a respeito do desmembramento do Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais. Entre outras coisas, diz o seguinte:

"Os desmembramentos de regiões sempre foram e sempre serão traumáticos para as populações dos Estados mutilados. Os cidadãos se orgulham de suas cidades e Estados de origem e rejeitam até mesmo simples e, às vezes, convenientes mudanças de topônimos. Eu mesmo orgulho-me de Uberlândia e não gostaria, jamais, de deixar de ser mineiro."

Mais à frente, diz o mesmo autor relacionando os problemas de desequilíbrios das várias regiões do Estado:

"São Paulo e Rio Grande do Sul, dois dos mais ricos e bem-estruturados Estados do Brasil, também apresentam desequilíbrios regionais, com municípios mais e menos desenvolvidos e, no entanto, nenhum constituinte desses Estados propôs a sua divisão."

Finalmente, Sr. Presidente, colegas Constituintes, propõe-se um plebiscito para saber se o Estado de Minas Gerais poderia ser desmembrado com a criação do chamado Estado do Triângulo, mas, curiosamente, tal plebiscito seria realizada apenas e exclusivamente no Triângulo Mineiro. Acho que tal plebiscito, se vier a existir, deverá abarcar todo o Estado de Minas Gerais, por uma questão de justiça, porque a parte a ser desmembrada e aquela restante deverão opinar a respeito.

Lembro-me, aqui e agora, uma proposta do amigo e colega Constituinte Cunha Bueno a respeito da criação da monarquia no Brasil. S. Ex.<sup>a</sup> dizia-me que também está propondo um plebiscito para saber se o povo brasileiro aceita, como sistema de governo, a monarquia. Neste caso, então, seria a questão de se apresentar, ou melhor, fazer-se tal plebiscito apenas na cidade de Petropolis.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. ANTÔNIO FERREIRA (PFL – AL. Pronuncia o seguinte discurso,):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Das emendas que, nesta fase, apresentei ao texto do Projeto de Constituição, pelo menos três merecem um breve comentário acerca do posicionamento que sobre elas adotou a Relatoria.

A primeira, referente ao art 29 das Disposições Transitórias, foi acolhida. Na forma da redação dada originalmente pelo Relator, transferia-se, sem maiores cuidados, aos Municípios, a prestação da assistência social que vem sendo assegurada pela benemérita Instituição dirigida por Dona Marly Sarney.

Como constava do texto, desconhecia-se o mérito dos serviços prestados pela Legião Brasileira de Assistência, que se tomava passível de extinção, criando-se para os abnegados funcionários da Fundação a obrigatoriedade da escolha de uma entre três opções: aceitar emprego municipal, concordar com a aposentadoria proporcional ou, simplesmente, com a demissão.

Discordando das disposições assim colocadas, defendi a sobrevivência da LBA como órgão líder da luta em favor dos necessitados, ainda que a nível federal e em caráter de repartição normatizadora dos serviços descentralizados, e a preservação do seu quadro de servidores, mesmo porque, sendo o número de prefeituras infinitivamente superior ao de servidores a absorver, estaríamos os prefeitos obrigados a recrutar candidatos para o preenchimento das vagas, onerando enormemente o Tesouro municipal.

Conquanto a Relatoria seja credora do meu aplauso pelo acolhimento dessa proposição, deixou escapar excelente oportunidade de aprimorar o novo texto constitucional ao rejeitar. Incompreensivelmente, as duas outras.

Uma cuidava de suprimir, por discriminatório, o art. 19 das Disposições Transitórias, que excepciona os médicos – aos quais duplamente reco-

nhece o direito adquirido – da proibição de acumular cargos públicos. Conforme argumetei na justificação da emenda, as exceções à proibição de acumular remuneradamente cargos, empregos ou funções públicas serão previstas em lei complementar, na forma estatuída pelo § 11, do art. 43, do projeto. Além disso, o novo texto constitucional consagra, como princípio geral, a instituição do direito adquirido, conforme se lê no § 4º do art. 5º.

Conseqüentemente, é dispensável a manutenção do artigo que a emenda pretendia suprimir, e que de forma inaceitável pretende privilegiar determinada categoria de profissionais em detrimento de outras que acintosamente discrimina, como as dos professores, magistrados, cientistas etc.:

A outra, por fim, intentava substancialmente imprimir, como convém à verdade, no texto constitucional, a real valoração dos limites remuneratórios das autoridades relacionadas no § 6º do art. 44, embora mantendo, na sua essência, as finalidades das disposições modificadas.

Tal como está redigido o dispositivo, a relação de valor entre a maior e a menor remuneração do serviço público deverá observar, como limite máximo e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos, em espécie, a qualquer título, pelos membros do Congresso Nacional, ministros do Supremo Tribunal e ministros de Estado, e seus correspondentes nos Estados e Municípios.

Nesse caso, enfatizando que o limite do que pode perceber o servidor público federal de mais alto nível não poderá exceder o que recebe, em espécie, o ministro de Estado, deixa o texto de considerar que essa parcela constitui na verdade a menor remuneração dessa autoridade.

A emenda, não obstante concordar em que se deve impor limitações à proliferação dos denominados "marajás", e em que, para tanto, é imperativo estabelecer o texto máximo dos vencimentos do funcionalismo público, defende a idéia de que o vencimento máximo deve considerar a totalidade do que a Nação defere a essas autoridades – e não apenas o que lhes paga em espécie –, porque, nesta última hipótese, não se consideram justamente as parcelas de maior valor pagas, não em espécie, aos ministros, tais como residência oficial, empregados, veículos oficiais, alimentação, assistência à saúde no exterior, viagens em jatos oficiais, etc., etc.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DJENAL GONÇALVES (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero que se faça registrar nos Mais do Congresso Nacional o fato mais que pertinente e que vem nos preocupando, pois deve merecer a atenção renovada do Governo Federal: é a lamentável situação financeira que vem atravessando muitos Estados, principalmente os do Nordeste, e, neste âmbito, o Estado de Sergipe.

Pensávamos que a crise econômica que vem grassando e avassalando o País não chegaria a ter um espectro tão amplo e difuso, com cenários tão devastadores. Nos três últimos meses, contudo, há um visível acerbamento de crise, é a situação de alguns Estados, principalmente no Nordeste, devem agora merecer uma atenção especial, diante do quadro anacrônico em que se en-

contram, principalmente no que concerne ao equilíbrio das suas finanças públicas, via a destruturação das atividades econômicas.

É preciso que, ao se exarar a difusão da crise econômica atual, não se perca de vista a forma como ela grassa em todo o espaço nacional. Tinha-se como uma abordagem com certo nível de cientificidade a seguinte: que a crise econômica atual teria um perfil mais forte e cenários bem mais devastadores, nos Estados como Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde a dominância do setor industrial já é significativa.

Porém, nesta fase final do ano, o que se registra é que os Estados tidos como mais industrializados estão em crise também, é verdade, mas hoje tem um perfil muito mais equilibrado que os Estados, digamos, sem uma estrutura econômica bem definida e sem a dominância do setor secundário ou moderno bem aclarada na sua economia. Nestes últimos Estados – e quase todo o Nordeste se enquadra nesta colagem –, o quadro da crise agora é preocupante.

Acresce que é justamente nestes Estados do Nordeste que a falta de chuva nos últimos seis meses, ou seja, uma grande estiagem, vem fazendo com que a economia dita camponesa chegue a níveis de desorganização impressionante. É evidente que a crise econômica no Nordeste é também social, e se toma necessária uma intervenção do Governo Federal de forma planejada, e com muita objetividade com o intuito de se encontrar, soluções, e não paliativos apenas para aplacar a situação da região.

Queremos pois chamar a atenção desta Casa, para o fato concreto, que é justamente a junção entre a crise econômica, com a outra crise, gerada pela grande estiagem. A conjunção destas duas vertentes na desorganização da via econômica de uma região como o Nordeste, já bastante atrasada, no que concerne ao desenvolvimento social, vem gerando consequências políticas e sociais imprevisíveis.

É preciso que fique bem claro que a junção da crise econômica com a crise provocada com a grande estiagem, que vem devastando áreas significativas da região nordestina, já desfigurou alguns instrumentos importantes como seja, o arcabouço do aparelho fiscalista, que cada dia vem arrecadando menos, e, conseqüentemente, fazendo com que os Estados da minha sofrida região sintam-se impossibilitados em muitos casos até de saldar os seus compromissos com a pontualidade costumeira.

O cenário de muitos Estados do Nordeste, Sr. Presidente, é desalentado. A cada dia, cai a arrecadação, e em contrapartida vem aumentando todas as despesas de custeio. É a crise econômico-financeira já em seu âmbito maior, e, o que é mais sério, sem que se vislumbre qualquer possibilidade de solução à vista.

Ora, já não é segredo para esta Casa o fato de que, no Nordeste, os preços das principais mercadorias sempre são mais altos, e, o que é mais grave, justamente na mesma região onde os salários são os mais baixos do Brasil. Ora, a queda geral do poder de compra das populações nordestinas, agora, chegou ao limite máximo onde qualquer passo à frente é um perigo inusitado.

Quero agora registrar que a crise econômica do Nordeste que tem uma característica ímpar a perda cada dia por parte da população do seu poder de compra, neste estágio que adentramos, não sofrerá uma significativa reversão, pelo simples fato de se encontrar meios de dar um basta à recessão na economia brasileira.

O que estamos desejosos de afirmar é que a crise da economia nordestina hoje já tem dimensões bem mais amplas, já não é possível se reestruturar e intervir de forma profunda na região, sem que se faça profundas transformações no arcabouço do próprio aparelho do Estado.

Temos de recordar aos Srs. Deputados que o programa que o Presidente Tancredo Neves houvera pensado para o Nordeste está consolidado no documento "em Reexame da Questão Nordestina", e que foi preparado pela Fundação João Pinheiro da Secretaria de Estado do Planejamento de Minas Gerais, no ano de 1984.

Pois bem, já no documento de Tancredo Neves, para o Nordeste, Sr. Presidente, dizia-se que "uma proposta de mudança para o Nordeste não pode-se limitar a um projeto econômico para a região. Em vista da concentrada estrutura sócio-econômica regional, é estratégico modificar as relações de produção vigentes, sem o que a maioria da população não terá acesso aos benefícios do projeto de reorganização econômica aqui proposto".

Mais adiante, o documento elaborado pela equipe de Tancredo Neves para o Nordeste, "Um Reexame da Questão Nordestina", dizia textualmente o seguinte:

"A experiência recente mostrou que, tão importante quanto a expansão da economia e a constituição de uma base econômica integrada, dinâmica e menos vulnerável, é a alteração substancial de relações de produção que mantêm e perpetuam as precárias condições de emprego e de baixos níveis de remuneração dos nordestinos"

Se três anos antes era assim, é preciso que esta Casa tome consciência de como vem padecendo alguns Estados do Nordeste, e, neste rol tenho de incluir Sergipe. Chamo a atenção do Governo Federal para a situação concreta de Sergipe, onde o Governo do Estado não teve as condições objetivas de pagar os "gatilhos" aos servidores públicos do Estado e agora, com o Plano Cruzado vem deixando de pagar a URP.

Sr. Presidente, meu pronunciamento neste dia tem o objetivo de chamar a atenção desta Casa e da Nação para a situação dos servidores públicos do meu Estado, Sergipe, e dizer que é das mais desesperadoras já registrada na história de Sergipe e do Nordeste.

Posso dizer que a grande maioria dos servidores públicos do meu Estado, como os professores, como os médicos ou os funcionários autárquicos, estão a ganhar salários que não há justificação possível. Como exemplo direi que a grande maioria das servidores de Sergipe estão a ganhar apenas um ou menos de um salário mínimo. Mais de 75% chegam a ganhar algo em torno de dois salários mínimos.

E os salários mais altos, de nível superior, tanto na administração direta como nas autarquias, atualmente estão em torno de 7,02 salários mínimos. O que estamos a dizer é que um engenheiro agrônomo, um engenheiro civil, um economista,

um arquiteto quando chegam ao fim da carreira, e, no final da vida estão a perceber algo como 25.060 cruzados, e isto nas autarquias, sendo menor ainda na administração direta.

Este é um quadro real, concreto, do qual a Nação precisa tomar consciência e o Governo Federal há de encontrar meios, há de encontrar

formas para que situações como a que passa Sergipe sejam logo eliminadas, pois além de profundamente injustas, conspurcam o setor público.

Vamos concluir, Sr. Presidente, afirmando a minha solidariedade à nobre classe de servidores públicos de Sergipe – autárquicos e da administração direta – que, mesmo via diversas paralisa-

ções e greves, não têm conseguido reverter o triste quadro em que estão envolvidos. Mas há de ficar nos Mais desta Casa o registro e a nossa preocupação, que é também da Bancada do meu partido, que já vem desembocando em um cenário como o que acabamos de revelar.

Muito obrigado.

#### SALÁRIOS DAS AUTARQUIAS DO ESTADO DE SERGIPE

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O
MÍNIMO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
II	1	1	1	1	1,01	1,02	1,04	1,06	1,08	1,10	1,12	1,13	1,15	1,19
IV	1,06	1,08	1,10	1,11	1,13	1,15	1,17	1,18	1,20	1,22	1,23	1,25	1,26	1,32
V	1,19	1,22	1,24	1,27	1,30	1,32	1,35	1,37	1,40	1,42	1,45	1,47	1,49	1,52
VI	1,32	1,37	1,43	1,49	1,54	1,59	1,65	1,70	1,76	1,81	1,87	1,92	1,97	2,02
VII	1,45	1,52	1,58	1,66	1,73	1,79	1,86	1,93	2,00	2,07	2,14	2,21	2,27	2,34
VIII	1,55	1,69	1,80	1,92	2,03	2,14	2,26	2,37	2,49	2,60	2,71	2,83	2,94	3,14
IX	1,57	1,80	1,94	2,08	2,22	2,37	2,51	2,65	2,79	2,94	3,08	3,22	3,36	3,51
X	3,14	3,60	3,88	4,17	4,45	4,74	5,02	5,31	5,59	5,88	6,16	6,45	6,73	7,02

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Formulei perante todas as etapas da elaboração da Nova Carta Política sugestão visando a extinção da intervenção estatal do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), na agroindústria açucareira, visando privatizar as exportações de açúcar. Agora, o Presidente José Sarney, admitindo nossa proposta, decidiu mesmo privatizar as exportações de açúcar e, na próxima segunda-feira, dia 1º de fevereiro, será instalado o grupo de trabalho formado por especialistas dos Ministérios da Fazenda e da Indústria e do Comércio, que se encarregarão de apresentar, provavelmente no final de abril, a proposta definitiva ao Presidente da República. O IAA acumulou um déficit de US\$ 80 milhões, no ano passado, somente com as exportações de açúcar.

Registro, Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, que o Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, pretende que o IAA fique com o mínimo de atribuições na área de exportação de açúcar, restringindo-se ao estabelecimento do número de cotas dos produtores e do preço mínimo de garantia. A transferência da responsabilidade das exportações de açúcar para o setor privado poderá tomar essa operação lucrativa. Realmente, o IAA, vem atuando com incompetência e sem planejamento. Compra mais caro dos produtores do que recebe no mercado inter-

nacional. É um absurdo, é ilógico. Privatizar é a melhor saída para se obter melhores condições e mais eficiência na comercialização do açúcar. Pelo menos, acredito, o Governo não terá mais prejuízos.

E importante registrar que o Brasil é o maior exportador de açúcar de cana do mundo, com a venda de 2 milhões e 500 mil toneladas do produto no ano passado; 90% da produção destinada ao mercado internacional é do Nordeste, onde os usineiros recebem subsídios para produzir. É tarefa do grupo de estudo encontrar formas para que os usineiros nordestinos continuem recebendo incentivos para produzir, mas tendo de conquistar mercado para vender.

Sobre a ineficiência do IAA, na sua tarefa de exportação, registro que recentemente os armazéns estão superlotados e o excedente da produção não está sendo embarcado, e não há previsões de embarques para os próximos dois meses, segundo informações da autarquia açucareira.

Acredito, Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, que o setor privado não terá dificuldades de operar com lucro. E é para verificar melhor as condições do mercado e as fórmulas que podem substituir a ação do IAA que os usineiros do Nordeste embarcaram no final deste mês para a Inglaterra, Austrália, França e África do Sul – os maiores produtores de açúcar. Também participaram da viagem técnicos do Governo que levarão subsídios para discussão e conclusão do trabalho.

Sr. Presidente, por duas vezes apresentei proposta no Congresso Nacional, visando a criação, de uma Sociedade Centralizadora de Vendas, que daria forma jurídica às cooperativas dos produtores de açúcar e álcool, uma vez que essas entidades não se enquadram na legislação que regulamenta o funcionamento das cooperativas. Infelizmente, ambos projetos de lei foram vetados pelo Governo. A nossa proposta foi um projeto propondo a criação da figura jurídica da sociedade centralizadora de vendas, tal como existe na França, o que daria forma jurídica às cooperativas de açúcar e do álcool. Essas sugestões incluíam os benefícios existentes para as cooperativas e, como o Congresso não podia legislar sobre matéria tributária, houve uma Emenda do Senador Luiz Cavalcanti retirando essa parte. O Governo entendeu que à criação da Sociedade Centralizadora de Vendas, tal como estava proposto, seria o mesmo que legalizar um cartel. Dai por que foi vetado. E interessante frisar que a Presidência da República, realmente, vetou o projeto de lei, em decorrência uma manifestação de irritação, com a "Carta Aberta às Autoridades Ligadas ao Setor Canavieiro, Açucareiro e Alcooleiro", e outra dirigida ao Presidente, onde o setor fez duas críticas aos Ministros do Planejamento e da Fazenda, em face da demora dos novos preços para a agroindústria canavieira, isto em julho de 1982. Portanto, a decisão do veto foi meramente político e não técnico-legal.

Ora, a proposta apresentada realmente, foi uma excelente contribuição ao aprimoramento das atividades, distribuições e comercialização do açúcar e álcool, conciliando os interesses de produtores e consumidores.

Nos últimos anos, a atividade açucareira e alcooleira tem enfrentado problemas difíceis, que se intensificam cada vez mais, precisando de soluções que estabilizem o setor e propiciem seu desenvolvimento. Em vista dessa necessidade, e animados pelo reconhecimento geral da existência de certas distorções na evolução sócio-econômica brasileira, sempre entendi que a instituição de sociedades centralizadoras de operações das empresas produtoras de açúcar ou de álcool e pressuposto da experimentação de um sistema de legislação especial à economia nacional.

Estamos sabendo que será levada a Grupo de Trabalho uma boa contribuição: união dos usineiros para a formação de uma **trading**. As empresas teriam de 15 a 20 funcionários especializados, conhecedores do mercado internacional, e disporiam de todos os mecanismos para encontrar oportunidades de venda no mercado interno.

Parabenizo aos Ministérios da Indústria e do Comércio, bem assim, da Fazenda pela feliz iniciativa. (Palmas. Muito bem!)

**O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uma notícia alvissareira para o Nordeste brasileiro é a construção de uma ferrovia ligando os municípios de Petrolina, em Pernambuco, a Morada Nova, no Ceará, cortando aproximadamente 350 a 400 quilômetros de sertão, e que a imprensa nacional registrou nesta terça-feira, 21 de janeiro.

A iniciativa se deve a esse grande Governador que é Miguel Arraes, cuja maior façanha foi a de sensibilizar o governo soviético para a importância da obra, em contatos promovidos no ano passado.

Hoje deve partir de Moscou uma delegação soviética com a finalidade de aprofundar os entendimentos que levem à aprovação de um financiamento em torno de 250 milhões de dólares, ou seja, cerca de Cz\$ 20 bilhões.

A ferrovia, de inegável barateamento nos custos de transporte, com supremacia sobre o sistema rodoviário, terá condições de escoar toda a produção de soja, algodão, sisal e grãos do Nordeste, levando-a ao porto de Recife.

Os estudos preliminares, segunda o mesmo noticiário, estão oferecendo três opções de traçado. A primeira, de Morada Nova a Salgueiro, iria até Curicuri, a 670 quilômetros de Recife, seguindo depois para Petrolina. Com isso, a ferrovia teria uma extensão de 400 quilômetros. Outra opção seria de Salgueiro, acompanhando a Rodovia Parnamirim – Petrolina, com 350 quilômetros. Finalmente, a terceira alternativa seria uma estrada às margens do rio São Francisco, com extensão estimada de 320 quilômetros, mas que poderá resultar em custos mais altos com desapropriações, porém com a vantagem de cortar a área do Projeto Pontal, irrigada com recursos do Proine.

Mas, Sr. Presidente, se nós, representantes daquela região do Brasil tão duramente castigada pela natureza e pela incompreensão de setores

que ainda não aquilataram a importância do Nordeste para o Brasil, recebemos a notícia com a mais justificada alegria, queremos fazer notar ao dinâmico Governador Miguel Arraes, que sua Transnordestina, como já está sendo cognominada, somente fará jus a este nome quando a projetada ferrovia cumprir um traçado que efetivamente integre todos os Estados nordestinos.

O projeto, dado agora a conhecer, interliga Pernambuco com o Ceará, através do traçado entre Petrolina e Morada Nova, passando por Salgueiro.

Na oportunidade de aplaudir o esforço desenvolvido pelo nosso valoroso companheiro de partido, o Governador Miguel Arraes, conseguindo recursos externos num momento crucial em que o País enfrenta sérias dificuldades junto aos organismos internacionais de crédito, queremos lhe dirigir apelo para que o projeto da futura ferrovia contemple também os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Para tanto, basta que a linha férrea, partindo de Petrolina, passe por Cajazeiros, na Paraíba, e dali siga até Mossoró, no Rio Grande do Norte, para depois alcançar Morada Nova, no Ceará.

Estará então estabelecido um eficiente sistema de transporte ferroviário para atender ao escoamento de toda a produção desses quatro Estados e, também, estimular o desenvolvimento sócio-econômico regional, fazendo jus, tal sistema, à denominação de Transnordestina".

Também cumpre destacar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a importância de uma maior aproximação do Brasil com a União Soviética, intensificando laços culturais e comerciais, especialmente hoje quando aquela grande nação passa por um processo de transformação idealizado e executado por seu Líder Michael Korbachev.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já tivemos oportunidade, na legislatura passada, de, por três vezes, ocupar a tribuna da Câmara dos Deputados, para chamar a atenção dos nossos governantes sobre um dos mais graves problemas que o nosso Estado do Rio vai enfrentar dentro de mais alguns anos. Talvez, até antes de atingirmos o próximo milênio, já estaremos sucumbindo diante do problema que volto a abordar – "Decomposição do rio Paraíba do Sul" – rio que abrange 154 municípios dos Estados de São Paulo, onde nasce. Rio de Janeiro, onde corta toda sua extensão em Minas Gerais. Nos seus 1.050 quilômetros de extensão, praticamente morre e nasce várias vezes, devido a um processo de auto depuração. O secretário do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba (CEIVAP), Dr. Klaus Dietmar Alvarez, lança uma advertência das mais graves: "A capacidade de autolimpeza poderá se extinguir nos próximos anos, com o aumento, cada vez maior, da carga poluidora. Se chegarmos lá, talvez seja prudente decretar de vez a sua morte, oficializando sua condição de um grande esgoto". Se isto acontecer, será o maior desastre ecológico na região, calculam os técnicos, pois o Paraíba o responsável pelo abastecimento de uma população superior a doze milhões de pessoas; mais de três milhões da própria região e quase nove milhões da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para quem não conhece a sua importância a neste setor, basta atentar para o seguinte dado: 2/3 de suas águas – cerca de 160 metros cúbicos, por segundo, são desviados em Santa Cecília para o rio Guandu, que serve ao sistema Guandu a é que abastece, praticamente, toda população da cidade do Rio de Janeiro, serviço este implantado na década de 1960, pelo então governador da Guanabara, Dr. Carlos Lacerda.

Este rio, de tão importantes funções, nasce na serra da Bocaina no Estado de São Paulo, e, após dirigir-se no sentido leste-oeste, dá uma guinada de 180 graus em seu curso e ruma para o território fluminense, após percorrer 350 quilômetros em terras paulistas. No Estado do Rio ele serve, em algumas áreas, como divisa com o Estado de Minas Gerais e deságua no oceano Atlântico, na cidade de São João da Barra. Em seu percurso, forma uma bacia de 62.500 quilômetros quadrados, onde atualmente se processa um surto industrial sem precedentes, cujo poderio, pelo total de investimentos ultrapassa a casa dos seis bilhões de dólares. Com este desenvolvimento, entretanto, o Paraíba é aos poucos transformado no esgoto de suas cidades e no depósito de detritos de suas indústrias. O secretário do CEIVAP? afirma que, se nada for feito, "a tendência é transformar o Paraíba em um caldo de lama preta".

Atualmente, a quantidade de demanda bioquímica de oxigênio (DBO) lançada em sua bacia é de 343 toneladas diárias 155 toneladas provêm do território paulista, 135 do fluminense e 53 do mineiro. Contudo, estimativas prevêem em 1990 mais de 400 toneladas diárias. As recentes análises de suas águas evidenciam que, nos trechos considerados "críticos" – regiões de São José dos Campos, Volta Redonda e Juiz de Fora, esta, através do afluente Paraibuna – as características do Paraíba se afastam do mínimo exigido a um rio classe II, de cujas águas se permite o abastecimento público mediante tratamento convencional.

Segundo o secretário do CEIVAP, em São Paulo o grande problema é a quantidade de DBO, os poluentes orgânicos de origem doméstica no Rio, eixo Resende – Barra Mansa – Volta Redonda, grande parte da poluição é de origem tóxica, como cianetos, fenóis, entre outros. E na área mineira, no curso do Paraibuna, "a preocupação vem dos materiais pesados, como mercúrio, zinco, chumbo". E outro ponto "crítico" está surgindo perto da Foz, em São Fidélis, onde uma nova área de garimpo está jogando mercúrio no Paraíba, acrescentou Dietmar Alvares.

Além de abastecer de água pura as suas cidades, o Paraíba foi estrada, já foi celeiro. Embarcações de todos os tipos levavam e traziam produtos e em suas margens os pescadores, sem muito esforço, conseguiam a mistura do dia para os moradores ribeirinhos. Hoje, o lodo que se formou no fundo do rio impede a navegação e os poucos piraquaras – quase em extinção – de vara em punho parecem que esperam pelo milagre da multiplicação dos peixes.

O secretário do CEIVAP diz que "os bons tempos" podem voltar. Basta uma decisão política do Governo federal e liberar recursos da ordem de 25 milhões de UPC para reduzir cerca de 70% a carga de DBO. Desses recursos. 20 milhões

de UPC seriam destinados ao tratamento dos esgotos das cidades com mais de cinco mil habitantes, ao todo 42, assim distribuídas: 15 em São Paulo, 20 no Rio de Janeiro e 7 em Minas Gerais.

Os restantes cinco milhões de UPC seriam canalizados para o tratamento isolado de efluentes das indústrias consideradas altamente poluidoras, aquelas que apresentam, individualmente, uma carga orgânica superior a 100 quilos de DBO por dia ou as que liberam poluentes quintos. São 114 indústrias nessas condições, sendo seis em território paulista, doze no mineiro e 96 no fluminense.

Mas, enquanto os recursos não chegam, o Paraíba vai morrendo aos poucos, ano a ano, justamente esse rio que, em Tupi-Guarani, significa "rio ruim, imprestável", o que indica que há mais de 500 anos os primitivos habitantes do Brasil enfrentavam problemas com suas cheias e correntezas e pareciam adivinhar a degradação total de um rio que já foi majestoso, caudaloso e navegável em quase toda a sua extensão.

Os dados precisos conseguidos para este alerta que estamos transmitindo, não só aos Estados interessados, mas à toda Nação, foram extraídos da revista *Poder Municipal* – nº 5.

Fica aqui Srs. Constituintes, nesta hora em que a casa vota uma nova Carta Magna para o nosso País, mais este alerta de, como nossos filhos e netos poderão encarar o futuro, se o essencial para viver, que é a água, dentro em pouco vai lhes faltar

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo esta tribuna para que, num protesto contra as agressões feitas aos garimpeiros de Serra Pelada, denunciar a morosidade das apurações dos fatos ali desenrolados.

Sr. Presidente. Srs. Constituintes, dias após o triste episódio em Serra Pelada, fui chamado àquele garimpo para ouvir os garimpeiros. Fui e constatei de perto a grande revolta daquela gente. A condição dos garimpeiros, quando falava a eles das providências que por certo o Governo tomaria, era que nenhum outro político entraria ali. A revolta pela perda e desaparecimento dos companheiros era latente em cada um daqueles rostos cansados e sofridos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não se pode acreditar que no momento em que todos nós criticamos a opressão e nos orgulhamos de uma democracia, fatos como este tenham acontecido.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 28-12-87, os garimpeiros, num protesto pacífico, tomaram a ponte do rio Tocantins, na esperança de uma negociação para verem seus direitos preservados. Eles reivindicaram a liberdade do pagamento do ouro que já fora encaminhado ao Banco Central do Brasil há mais de um ano e que o dinheiro correspondente não havia sido liberado. Diante do protesto, a polícia militar ordenou que a ponte fosse desocupada em uma hora. Por terem cumprido uma determinação esdrúxula – pois eles tentavam negociar – dentro do prazo determinado, a polícia cercou as duas extremidades da ponte e começou a atirar, ceifando vidas inocentes de homens, mulheres e crianças, fazen-

do vítimas fatais e ferindo outras. Até agora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não se sabe ao certo o número de vítimas de tão bárbara regressão aos direitos humanos.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, comunicar a esta Casa que estarei na frente deste pedido de solução para a apuração do número concreto de pessoas que foram vítima por este massacre. Como se não bastassem as atrocidades praticadas pela polícia militar, o Dentel mandou fechar o único meio de comunicação do garimpo, à rádio FM, que opera apenas até 5km de alcance. Fica a pergunta Por que? Diante dos fatos aqui mencionados, os Deputados Constituintes Rodrigues Palma, Osmir Lima, Alécio Dias, Francisco Diógenes, Narciso Mendes, Jesus Tajra, Jorge Malluli Neto, Virgílio Galassi, Mello Reis, José Tinoco, Felipe Mendes e Adrodo Streck, juntaram-se a mim numa atitude democrática e num espírito de justiça, por não aceitarem comportamento como este, por não aceitarem comportamento que poda direitos adquiridos, principalmente em se tratando de uma classe mais humilde, resultando em mortes de nossas mulheres e de nossas crianças. Esses Constituintes também pedem a interferência do Congresso e dos respectivos Ministros para a solução justa.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero solicitar à Mesa desta Casa que, numa atitude de justiça, solicite ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, que apure as atitudes tomadas pela Polícia Militar do Pará e que o Ministro das Comunicações, Sr. Antônio Carlos Magalhães, mande reabrir a Rádio FM de Serra Pelada.

Não se sabe o porque da não liberação do pagamento do ouro depositado no Banco Central do Brasil. Contudo, nós Constituintes, que estamos engajados para tentar ajudar aquela gente, na solução de seus problemas, pedimos a esta Mesa que peça uma definição ao Banco Central do Brasil, pois essas famílias comem, moram e, mais, dependam deste dinheiro para continuarem o seu trabalho e sua luta pela sobrevivência, para que não dependem dos cofres da União. Esse dinheiro é coisa líquida e certa, não é favor do Governo. Essa gente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, são na maioria do Norte e Nordeste, mas, neste momento, não estão pedindo favor, estão pedindo justiça, a qual, na maioria das vezes, lhes é negada de uma forma ou de outra, com alegações absurdas de dispêndio para a Nação.

É em favor dessa gente que estou pedindo aos meus colegas de Bancada e a todos os Constituintes que consideram seus direitos traídos, quando se trai aqueles que nos colocaram como seus representantes nesta Casa Convindo os para que, amados pelo sentimento de justiça e de humanidade, solicitemos ao Ministro da Justiça que nos dê o paradeiro dos homens que se encontram desaparecidos naquele fatídico dia. Pedimos ao Ministro essas providências para provarmos às famílias se os seus maridos e filhos não estão mortos à baía ou devorados pelas piranhas no fundo do rio.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos nós sabemos do espírito passivo do Senhor Presidente da República, todos nós sabemos que o Presidente José Sarney é contra a violência e a favor de decisões pacíficas, haja vista a atitude tomada por ele no incidente contra sua comitiva. E é res-

paldado pelo comportamento do homem e do Presidente que daqui deste Plenário peça a Sua Excelência uma solução para estes três itens: liberação do pagamento do ouro, já nos cofres do Banco Central do Brasil; – reabertura da rádio FM de Serra Pelada; – interferência do Ministro da Justiça para apurar o desaparecimento de pessoas que estavam no local no dia do incidente.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, espero que os clamores daquela gente não se percam no tempo, mesmo porque as nossas consciências não nos permitirão. Eles contam com esta Casa e daqui deverá sair uma solução, porque nós somos os seus representantes, mesmo que sejamos do Norte, Sul, Leste ou do Centro-Oeste, pois lá, tentam sobreviver gente de todas as regiões e todos são brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SR Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto a protestar contra a carga fiscal que pesa contra o povo, nos três níveis da administração pública federal, estadual e municipal.

A fúria arrecadadora empolga, cada vez mais, os governantes, principalmente na esfera da União. Incapazes de conter os gastos públicos, recorrem, com espantosa facilidade, ao aumento de impostos e de taxas, formalmente, quando não impõem ao contribuinte já sobrecarregado anos novos, sob as mais estranhas fórmulas e alegações, obedecendo ou não ao que lhes permite a legislação em vigor, a partir da própria Constituição indevidamente interpretada quando não abertamente desrespeitada.

Os chamados empréstimos compulsórios são exemplo eloqüente desse furor fiscal.

Outro recurso de que se tem servido, sem qualquer cerimônia, os que governam o País, desde a União até o município, tem sido a chamada atualização dos percentuais, das alíquotas dos impostos criados por leis, mas majorados à revelia do Legislativo, sem audiência da representação popular e sem levar em conta a capacidade da população de corresponder, sem sacrifício, à cobrança do poder público.

Um país que gasta sem peias e que desperdiça no serviço público o que pode e o que não pode, um país assolado pela corrupção administrativa e castigado pela impunidade, quando recorre à majoração fiscal, ao arrocho nos impostos, taxas e contribuições, não somente sacrifica a vida do contribuinte, mas gera, mais do que a justa insatisfação e descrença na administração pública, a explicável revolta popular.

Ofereci, nas comissões, assim como em Plenário, propostas de emendas destinadas a conter o abuso dos poderes públicos na área tributária e fiscal. A preservar o direito do contribuinte e a defendê-lo contra os excessos dos governantes insaciáveis. Dentre essas propostas, a Emenda ES 25097-3 estabelecendo que: "qualquer tributo somente poderá ser cobrado em um exercício financeiro, quando a lei que o houver instituído ou aumentado tiver sido publicada até 90 (noventa) dias antes do início deste exercício". Essa proposta, amparada no princípio de atualidade defende o contribuinte contra a voracidade fiscal do poder estatal. Visa conter o crescente abuso com

que o Estado tem recorrido à necessidade de fixar tributos.

Outra Emenda que apresentei, na mesma linha, para aliviar a carga tributária e fiscal que pesa sobre o povo, a que tomou o número ES25098-1, recebeu o seguinte teor. "A lei não poderá privilegiar o Estado em detrimento do contribuinte, na ordenação dos processos administrativos ou judiciais, na resolução de controvérsias tributárias".

Ao votarmos o projeto da nova Constituição brasileira, não podemos abrir mão desta posição de luta em defesa do contribuinte contra a voracidade do Estado, contra o abuso do poder estatal, pois é necessário e urgente acudir o sobrecarregado povo brasileiro acossado pela carga tributária e fiscal que pesa sobre ele.

O povo brasileiro paga mais imposto de renda do que o povo norte-americano. Em qualquer faixa salarial que se encontre, o contribuinte vem sendo mais tributado no Brasil que nos Estados Unidos.

Temos que conter essa deformação tributária injusta. O Governo mostra-se incapaz de controlar seus gastos e habituou-se a recorrer, sem o menor constrangimento, ao aumento da receita, penalizando o bolso do povo. Nosso dever é conter esse abuso. Na Constituinte e, a seguir, no Congresso Nacional.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de chamar a atenção para um problema que está afetando a todos nós nordestinos. A CHESF, independente do seu principal objetivo, que é o da geração e distribuição para as concessionárias da energia no Nordeste, tem também uma importante função, hoje na região, que é o da manutenção do nível de investimento nas futuras obras de geração de energia.

Isso será de importância vital para o Nordeste, para que a curto prazo não voltemos a ter um racionamento de energia que enormes prejuízos trouxe à região, em nível de empregos e novos projetos industriais, que se afastaram por receio com a oferta de energia.

Com o término do período de racionamento, já estamos sentindo na região a volta do tratamento diferenciado que o Nordeste vem recebendo junto a área econômica do Governo Federal. Só para se ter uma idéia do problema, hoje, a CHESF deve a fornecedores e empreiteiros quantia próxima a 10 bilhões de cruzados. Isso, numa região pobre como a nossa, gera, conseqüentemente, a redução do nível de empregos, além de todos os setores econômicos, tais como comércio, pequenos fornecedores e prestadores de serviço, sofrerem pelos atrasos nos pagamentos.

O programa de reassentamento de Itaparica encontra-se semi-paralisado, pois foram concluídas as agrovias e não foram iniciados os serviços de preparo dos lotes para a irrigação. Isto tem provocado bastante preocupação na região do São Francisco, com a continuidade das obras que, evidentemente, estão atrelados aos recursos fluírem normalmente, o que, infelizmente, não vem ocorrendo. Muitas das famílias já foram aloçadas, e é necessário que não se prejudique mais o cronograma das obras.

Outro ponto que eu gostaria de destacar é o problema dos 53 granjeiros do Projeto de Irrigação da Codevasf no Município de Petrolândia. A excessiva morosidade com que tramitam os processos de indenização daquelas famílias sacrificadas pelas obras da barragem, não deixa de ser um fato por demais preocupante.

É preciso que se determine um tratamento adequado a todos eles aqueles estão sendo penalizados pelos injustos pleitos de indenização fixados pela CHESF. Afinal, o real ressarcimento dos prejuízos que lhes são impostos em atendimento aos interesses da coletividade não se constitui em nenhum favor do Governo.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. TADEU FRANÇA (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente José Sarney, ao simular humildade e acatamento às, decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, em torno da duração de seu mandato, faz-se no máximo de Pilatos, que lava as mãos para centralizar na figura do serviçal Herodes, hoje travestido de Ministro da Habitação e com o nome de Prisco Viana, a picaretagem de boicote, perseguição cretina e caça dos "inimigos", rótulo que dão a todos os Constituintes que assumiram o compromisso, por fidelidade do povo e ao legado de Tancredo Neves, em votar por quatro anos o mandato de Sarney.

Especialista em alcaguetar o poder, de beija-pé de Maluf, o Sr. Viana evoluiu para a condição de beija-pé de Sarney, renegando o seu aliado de ontem.

O Sr. Viana não tem, em absoluto, o mero escrúpulo em negar os recursos mais legítimos e sagrados às causas mais justas e nobres de nossas comunas carentes, sem que antes seja passado pelo crivo de uma "conversa política" o Constituinte que representa eleitoralmente o município, para induzi-lo à capitulação imposta por não mais que os egocêntricos caprichos cincoanistas de Sarney.

"Administrar é premiar a subserviência", eis a grande diretriz do governo da transição, que se faz de surdo ao clamor de um povo que, de todos os quadrantes do país, quer a substituição urgentíssima do governo da mediocridade.

"Tudo pelos cinco anos" – essa é a verdade que se esconde sob a hipócrita roupagem sarneyista do "Tudo pelo social". De nada importam os meios utilizados pelo Viana justiceiro de Sarney, obsecado que está por não mais que introjetar doze meses de esterilidade ao governo antipovo de Sarney e repudiado por todas as pesquisas de opinião pública do País.

"O rei está nu" e, o que é pior, bajulado por seus cortiões, só ele é que insiste teimosamente em não enxergar a anatomia em colapso que a nação inteira vê.

**O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É um ato de sabedoria seguir o caminho da oposição, quando se tem insucesso nas umas: assumir sobranceiramente, a oposição. O PMDB elegeu 22 Governadores e o PFL, apenas 1.

Conhecido o resultado das urnas, o Deputado José Lourenço não deveria nunca aliar-se ao Pre-

sidente Sarney, com um apetite tão voraz, à procura de cargos em todos dos escalões, tendo uma longa vivência como um dos comensais do poder. Transformando-se num verdadeiro chagal.

Líder é aquele que propõe soluções ao governo e não impõe, dando o voto em troca de benesses, vendendo-se por um prato de lentilhas.

O Constituinte José Lourenço, com sua indiscrição lusitana e sua linguagem "brega", tem muitas vezes divertido a imprensa e o Plenário, mas, muitas delas, agride a reputação alheia com a sem cerimônia de quem não tem mais nada a perder no campo ético.

Pelo seu comportamento e sua linguagem, escudando-se nas imunidades para agredir os próprios pares, parece revelar-se como o melhor instrumento das astúcias de outros líderes, que nasceram para a política coetaneamente com o golpe de março de 1964, para servir, sempre, aos poderosos.

Com o PFL na oposição, o parlamento brasileiro retomará as suas tradições: a maioria é que governa, cumprindo às minorias criticar, se possível, construtiva e honestamente ao governo, sem atingir a honra pessoal dos seus componentes, votando em troca de favores de ordem pessoal, não é evidentemente uma prática portuguesa, com certeza. Muito menos, cabe no parlamento brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ÁTILA LIRA (PFL - PI. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero registrar a minha solidariedade aos funcionários das instituições de saúde do Estado do Piauí, que estão realizando a campanha por melhores salários.

Estão engajados no movimento de melhoria salarial a Associação Brasileira de Enfermagem, Secção do Piauí, a Associação de Nutrição do Estado do Piauí, a Associação dos Biólogos, Associação dos Fisioterapeutas, Associação Piauiense de Medicina, Associação Profissional dos Atendentes e Práticos de Enfermagem, Associação Profissional dos Enfermeiros, Associação Profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Sindicato dos Assistentes Sociais, Sindicato dos Médicos e Sindicato dos Odontologistas.

Os integrantes dessas entidades estão distribuindo um boletim na cidade, colocando a posição dos trabalhadores da área e ainda por cima, com um quadro comparativo dos salários em outros Estados e no Piauí, citando, também, o pessoal da Previdência Social.

Quero registrar o meu apoio na luta por melhores salários dos funcionários da área de saúde.

**O SR. JORGE UEQUED (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. e Sr<sup>as</sup> Congressistas:

O preâmbulo de uma Constituição que significa o início da caminhada em direção aos rumos pretendidos pelos Constituintes, não pode deixar de incluir o desejo da existência de um processo democrático participativo. Onde a sociedade, além dos seus representantes eleitos para o Legislativo possa participar na apresentação de emendas constitucionais, projetos de lei e solicitação de consulta plebiscitária.

Por isso, o meu apoio à idéia da liderança do PMDB no sentido de fundir o texto da sistematização com parte do texto da proposta do Centrão, mantendo-se sempre a idéia básica de que "a soberania reside no povo, que é a fonte de todo poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos pelos representantes eleitos diretamente pelo povo".

Isoladamente, os textos apresentam deficiências, por isso espero que a sensibilidade das lideranças políticas possam prevalecer para que se efetuem uma composição de texto para uma rápida aprovação.

Uma Constituição moderna e democrática não pode deixar de consagrar a participação popular, e as constituições de pós-guerra assim têm agido. Se não houver acordo, votarei no texto da Sistematização, que me parece o mais adequado ao Brasil de hoje.

**O SR. GUSTAVO DE FARIA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sra. Constituintes:

#### "QUEREM DAR UM GOLPE EM ITAGUAÍ

Está em vias de ser preparada uma traição inominável contra o povo de Itaguaí e dos demais municípios do Sul Fluminense. É um golpe político rasteiro, torpe, que procura atingir o Governador Moreira Franco, mas, na verdade, agride as populações, os prefeitos, os vereadores de Itaguaí e dos municípios vizinhos que tanto se empanharam em trazer para a região o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Os estudos e projetos que levaram à decisão de construir o Pólo em Itaguaí foram trabalhos sérios, elaborados por pessoal competente e correto. Essa manobra indigna é também falta de consideração e respeito profissional com esses técnicos, que empanham seu tempo e seus conhecimentos em um serviço responsável.

A manobra tem objetivos claros: é o agradecimento com recursos e prejuízo dos outros – por um punhado de votos arrancados aos eleitores do Norte Fluminense através de expedientes inconfessáveis. Até pode-se entender que o Prefeito de Campos, Zezé Barbosa, queira privilegiar sua região. Mas o Pólo Petroquímico jamais irá para Campos e sim para Macaé – se é que fosse mesmo tirado de Itaguaí, o que parece quase impossível. No mínimo isso seria uma injustiça.

É estranho que o Deputado Ronaldo César Coelho, ferrenho defensor do mandato de quatro anos para o Presidente Sarney, tenha acesso a decisões ministeriais de tal importância. Não se compreende também os motivos que levam o deputado-banqueiro a querer hostilizar decisões do Governador Moreira Franco, que tanto o tem prestigiado.

Já explicamos à exaustão os motivos políticos, além de técnicos, que justificam a ida do empreendimento para o Sul do Estado. O Norte Fluminense está nos planos do Governador Moreira Franco, com uma série de outros importantes projetos na área da agroindústria de cana e de agricultura e pecuária em geral. E no Sul do Estado que está a necessidade de uma indução de inves-

timentos e desenvolvimento. O Governador Moreira Franco, com seu bom senso, soube entender o problema e apoiou a construção do Pólo em Itaguaí.

É preciso, porém, confiar na retidão e na competência política e técnica do Ministro José Hugo Castelo Branco quê, certamente, não vai se deixar envolver por politicalhas. O Ministro não poderá levar em conta o privilégio a interesses pessoais tendo, como tem, todas as informações técnicas que comprovam o acerto da escolha de Itaguaí."

**O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB – PR Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Assembléia Nacional Constituinte não pode mais ficar à mercê de uma minoria de constituintes que, habitualmente, não comparece em Brasília.

A consequência é desastrosa falta permanente de **quorum**, descrédito junto à opinião pública e grande frustração entre a maioria dos constituintes que em Brasília se dedicam para a elaboração da nova Carta.

Isso não pode continuar. Afinal, fomos eleitos para elaborar a nova Constituição. Não para perambular pelos Ministérios hem, tampouco, para tratar de interesses particulares.

O lugar do constituinte é no plenário, aqui em Brasília.

Uma minoria negligente compromete todo o colegiada. A população passa, como está acontecendo, a nivelar por baixo.

É preciso adotar uma atitude imediata.

Neste sentido, formulamos um apelo à Mesa da Constituinte para, urgentemente, colocar, na ordem do Dia projeto de resolução de nossa autoria, propondo a perda de mandato ao Deputado ou Senador que faltar a três sessões plenárias consecutivas ou cinco alternadas.

Se o parlamentar prefere cuidar de seus interesses particulares é melhor que ceda seu lugar para cidadãos comprometidos como País.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, de 1988

Dispõe sobre a frequência e perda do mandato de Constituinte.

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º Será descontado um trinta avos do subsídio do Constituinte ausente às Sessões Plenárias da Assembléia Nacional Constituinte.

Art 2º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, perderá o mandato o Deputado ou Senador que faltar, sem justa causa a três sessões plenárias consecutivas ou a cinco sessões interpoladas.

§ 1º Verificadas as faltas nos termos deste artigo, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de ofício, ou a requerimento de partido político nela representado ou de qualquer Constituinte, declarará extinto o mandato do faltante.

§ 2º Caso a Mesa não cumpra o disposto no parágrafo anterior, qualquer Constituinte ou partido político recorrerá ao Plenário que decidirá, em sessão extraordinária, dentro de setenta e duas horas.

§ 3º Da decisão da Mesa pela extinção do mandato, caberá recesso para o Plenário.

#### Justificação

O povo elegeu os constituintes para elaborar a Carta Magna do País, o que pressupõe a presença efetiva do parlamentar às sessões e atividades necessárias ao exercício da missão constitucional.

Na medida em que se vem verificando falta de **quorum** em grande número de sessões, é perceptível a decepção e o descrédito do povo em relação aos trabalhos da Constituinte e aos membros da Assembléia.

Em defesa do conceito da Constituinte e da agilização de seus trabalhos, impõe-se criar meios para sancionar os Constituintes reiteradamente faltosos, que deixam de cumprir suas obrigações de assiduidade parlamentar, preferindo tratar de seus interesses particulares e de suas atividades político-eleitorais.

Sala das Sessões, – **Maurício Fruet**, Constituinte.

**O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O que mais se vê na imprensa nos dias de hoje é uma constante censura aos gastos das estatais. Todas, quase sem exceção, servem mais para criar cargos e mais cargos na administração para afilhados e amigos de diretores, do que propriamente para servir à Nação. Estas empresas sustentadas pelo povo que pagam impostos para cobrir os seus eternos déficits, já não sabem como criar ou inventar superintendências, gerências, de departamentos etc.

A Companhia Siderúrgica Nacional é exímia seguidora dessa prática.

Com o passar dos anos cresce o número de afilhados e com isso a CSN se vê na iminência de ter que contratar empresas para elaborar, a cada hora, organograma na administração a fim de abrigar tanta gente. Em breve chegaremos a uma situação **sui generis**: virando-se o organograma da CSN de cabeça para baixo é que nós o imagináramos correto, pois o maior número de funcionários seria para produzir e o menor número, para mandar.

Mas isso é pouco, pois o que de mais grave ocorre na CSN é o repasse de serviços para firmas empreiteiras. São dezenas. Recebem da CSN certa quantia por empregado e pagam a esses empregados 1/3 do que a estatal lhes dá.

Se os ministérios da área tivessem algum interesse, interesse de verdade com a moralização da coisa pública, era só fazerem um levantamento de tais fatos.

Do mesmo modo, por que não fazer um levantamento na qualidade e quantidade de "viagens a serviço" que ocorrem na CSN. Uma vergonha! Um escândalo o número de parasitas que, para aumentar seus salários, inventam "viagens a serviço", tanto no País como para o exterior. Tomem, por exemplo, os salários de altos funcionários que no ano de 1987 realizaram "viagens a serviço".

Pegue-se, por exemplo, o Coronel Bismark, alto funcionário da CSN, e facilmente se verifica o absurdo das "viagens a serviço".

Devemos lembrar aos ministérios da área, deste desgoverno Sarney, que não adianta nada ficarem aí esbanjando pronunciamentos, quando na verdade a pouca-vergonha está bem perto.

Podemos garantir que 70% das "viagens a serviço" na Companhia Siderúrgica Nacional são desnecessárias. Só servem para auritentos salariais e para propiciar passeios a esses turistas.

**O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O vestibular no Brasil está completamente desacreditado, absolutamente falido. A chamada "gota d'água que entorna o copo" que estava faltando, foi agora fornecida, e até com acréscimos, com esse inominável escândalo da fraude quase que generalizada, nesses últimos exames em muitas das principais universidades brasileiras, especialmente de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e (infelizmente) também de Goiânia.

O exame vestibular, para selecionar alunos para ingresso no terceiro grau de ensino, Sr. Presidente, nunca teve razão de ser. Ele é a prova cabal e acabada da falência do ensino de primeiro e de segundo graus. Não são todas as nações do mundo que adotam o exame vestibular para ingresso na universidade, nem são as principais que o adotam. Se a um aluno, que cursou normalmente o primeiro e o segundo graus de ensino, se requer que ele, para poder se matricular no grau seguinte, seja submetido a uma prova de conhecimentos, claro que ele não está preparado para a universidade, isto é, não foi devidamente preparado nos estágios anteriores, embora neles tenha sido aprovado.

A alegação de que esse selecionamento do vestibular é necessário porque o número de vagas na universidade é inferior à demanda também carece de fundamento. Essa declaração é outra prova cabal de que alguma outra coisa, na organização do ensino, está completamente errada e necessita de urgente reparação. O número de alunos no primeiro grau de ensino, Srs. constituintes, até nos Estados – mais adiantados da Federação, é absolutamente irrisório em relação às populações locais. Em nenhum Estado da Federação – repito, nenhum – nem todos os meninos e meninas em idade escolar, no primeiro grau, vão para a escola, pelas mais variadas razões, que vão desde a falta de salas de aula, falta de professores, falta de condução etc., até a incapacidade física, por inanição, para que a criança freqüente os bancos escolares.

Dado o número já pequeno dos que se matriculam no primeiro grau, entre estes, também, é muito pequeno o número dos que, pelas mais diversas razões, chegam até o fim, em condições e de cursar o segundo grau. Os que, por muita sorte, chegam a se matricular na escola de segundo grau, vão também ser vítimas de um cruel e selecionamento, que não passa ainda pela capacidade intelectual, e são outra vez erra número muito reduzido aqueles que chegam ao final do segundo grau de ensino. Em termos de estatística, Sr. Presidente, é inferior a 2% (dois por cento) a porcentagem nacional dos alunos que chegam até o

vestibular. Tudo o que eu disse até agora vale tanto para o ensino oficial, quanto para o particular.

Pois bem. Dito tudo isto, qual o argumento que uma nação como o Brasil, que se diz ser já a quinta maior vendedora de armamentos, a oitava economia do mundo e outros números do mesmo modo otimistas, pode usar para defender a existência dessa vergonha nacional, que é o exame vestibular para ingresso na universidade, sob a alegação de que não há número suficiente de vagas para todos os candidatos? Se não há vagas suficientes, é porque não há tantas quantas deveriam existir, se não existem universidades em número suficiente, é porque o dinheiro que se deveria gastar com elas está sendo gasto de outra forma menos digna (e o orçamento do Brasil para este ano repete o mesmo erro: de um total de 9 trilhões de cruzados, o Ministério da Educação leva uma verba de apenas 500 bilhões, enquanto o Ministério dos Transportes leva mais de 700 bilhões de cruzados.)

Veio agora a desmoralização total do exame vestibular: fraude generalizada, para que os poucos, pouquíssimos alunos (em relação ao total) que procuram o terceiro grau, o façam animados pela corrupção generalizada que assola o País, manchada pela impunidade oficializada. Agora, sim, era hora de se perguntar que país é este?

Era o que tinha para dizer.

**O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, passo a transcrever nos Anais desta Casa alguns trechos dos editoriais de ontem de alguns dos principais jornais do País. Diz **O Estado de S. Paulo** de hoje: "Alguns representantes do Centrão estão transformando este grupo partidário no ariete com o qual esperam arrombar a porta do IAPAS, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Educação, do CIP, da Sunab e não se sabe mais de quantas repartições se servem para dar prêmios aos que vendem sua honra mercadejam a representação que receberam do povo. Esses vendilhões da soberania popular devem ser afastados da vida pública juntamente com aquele que os tentam e a quem eles dão publicamente seu preço. Ninguém terá condições morais de defender a manutenção do atual Congresso, ou do mandato presidencial, se o Presidente Sarney obtiver os cinco anos neste clima prostibular".

Por sua vez, afirma a **Folha de S. Paulo** de hoje: "O cinismo tem suas virtudes. Despindo-se de qualquer senso das conveniências, traça um retrato fiel da realidade. É assim que algumas palavras, pronunciadas por líderes do Centrão, resumem toda a desfaçatez, o fisiologismo e a ausência de compromisso público com que orientam as ações do grupo." Mais adiante, prossegue a Folha "De representantes da população, estes exemplares do atraso, da mediocridade e da baixa parlamentar nada mais possuem. São o mero reflexo, tão explícito e desavergonhado como nunca, do fisiologismo, da desagregação moral, desse indistigado oportunismo de colarinho branco que tendo na questão do mandato presidencial nada mais do que um caso especial flagrante e odioso – pretende fazer de toda a população a vítima, sempre iludida, sempre expiada, sempre sem memória, de seu paratismo.

de seus golpes grandes e pequenos, de sua inclinação insaciável pelos cargos públicos, de seu talento para a farsa, de sua tentação descontrolada pela vigarice.

Também hoje afirma o **Jornal do Brasil** no editorial intitulado "Fim de Feira": "Não é que a indignação começa a sacudir os brasileiros o espetáculo é velho, os atores são de segunda classe e a repetição só tem piorado. No baixo nível em que se passam as propostas, isto não pode ser considerado representação política. A opinião pública está a ponto de explicar seu descontentamento em protesto: depois de ter visto perder-se um ano inteiro de trabalho constituinte pelo contrabando ideológico, é demais a obrigação de assistir ao baixo nível fisiológico que ameaça a fase final para aprovar a nova Constituição".

Nesses trechos de Jornais normalmente preocupados com a isenção e que fazem questão de alardear seu compromisso com a verdade está retratado o que nos espera neste início de votação da nova Constituição, que, a prevalecer a barganha de cargos que temos assistido, as retaliações contra governadores corajosos que se inclinam pelo sentimento popular de eleições presidenciais já, ao fisiologismo desenfreado que envergonha a Nação, não temos dúvidas em afirmar que estaremos frustrando as esperanças da Nação por uma ordem constitucional capaz de nos livrar do entulho autoritário e propiciar alguns avanços sociais indispensáveis num país que se pretende moderno e em condições de satisfazer algumas necessidades mínimas de sua população.

Como se não bastasse a sucessão de escândalos do governo, onde a intermediação de verbas na Seplan, e as comissões e propinas sob o manto do ex-Ministro Aníbal Teixeira são apenas a ponta de um gigantesco **iceberg**; como se não bastassem as escandalosas concessões de emissoras de rádio e de televisão a parlamentares sob a égide desse Rasputin baiano chamado pelo próprio povo da Bahia de Toninho Malvadeza, apontado hoje como verdadeiro primeiro-ministro deste governo ilegítimo, impopular e inepto, temos que aturar nesta Casa as manobras fisiológicas que visam a protelar a promulgação da nova Carta, prorrogar este governo de lesa-pátria e perpetuar a miséria do povo brasileiro.

Devo advertir a esta Casa que o povo saberá julgar corretamente os que votarem aqui contra suas aspirações e mais legítimos anseios, da mesma forma que hoje ele demonstra nas pesquisas sua total aversão por este que é o mais impopular governo de toda a história do país, sem nenhuma credibilidade interna ou externa, incapaz portanto de formular qualquer plano para retirar a Nação do atoleiro em que se encontra, onde a recessão, a arrocho salarial, os menores abandonados são: ingredientes óbvios para uma explosão social de rumos imprevisíveis.

Devo assegurar neste momento, que no meu Estado do Espírito Santo saberemos denunciar: publicamente os que votarem contra o povo brasileiro, que saberá responder aos que, em vez de defenderem os interesses da população, barganham votos por cargos ou pequenas concessões e favores. Esta classe política brasileira a cada dia mais desmoraliza perante as comunidades que elegeu os constituintes, acreditando em mudanças efetivas nos rumos da sociedade. Se essas mudanças foram realmente inviabilizadas, como



promete a maioria do Centrão, não tenham dúvidas de que as próximas eleições serão muito mais surpreendentes do que foram as realizadas no último mês de dezembro em Vila Velha, no Espírito Santo.

Faço esta advertência porque ainda há tempo para uma reflexão e uma tomada de posição que possibilite a criação das mudanças e a realização de eleições presidenciais o quanto antes, para que o país possa ter um governo com credibilidade, respaldado pela opinião pública, de modo a promover um programa de saneamento e recuperação, para salvação nacional. O contrário será o caos, Sr. Presidente, a frustração absoluta para com os políticos, pois a crise brasileira deixou de ser apenas econômica, social e política, para se transformar numa crise moral que a todos envergonha, constrange e faz um perigoso marginal parecer um amador, diante de tantos profissionais da corrupção, de colarinho branco, a atuar com tanta desfaçatez nos diversos escalões da República.

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Participamos, ontem, da abertura dos trabalhos da última fase de elaboração da nossa nova Carta Magna, quando foi votado o Preâmbulo da mesma, e tivemos a oportunidade de presenciar as discussões em torno do termo "proteção de Deus".

O que se verificou, naquela oportunidade, foi que a questão da "proteção de Deus" foi analisada sob o aspecto meramente ideológico. Como se Deus fosse uma espécie de "bandeira política" ostentada por uns, e repudiada por outros.

É bem verdade que muitos dos que votaram a favor ou contra a manutenção da "proteção de Deus" o fizeram em função de compromissos políticos com o intuito de estarem "bem" com este ou aquele segmento da sociedade.

Não contraditamos esta postura, pois entendemos o quanto é importante, aos homens públicos, procurarem alinhar suas posições embasados no pensamento de seu eleitorado. Além disto há o livre arbítrio que, diga-se de passagem, nos foi outorgado pelo próprio Deus, quando nos concede o direito de votar, se o desejamos, até mesmo contra a inclusão de seu nome no preâmbulo da Constituição.

O que me deixou apreensivo foi o enquadramento da pessoa de Deus num contexto meramente político. Incurrendo, desta forma, na repetição de jargões usados, muitas vezes, como uma tentativa de limitar a aceitação de Deus, a partir de pressupostos políticos.

Deus não é capitalista, e muito menos comunista. Ele não está condicionado aos conceitos ideológicos humanos, sejam de que natureza forem. Sua existência transcende as maquinações da mente humana. Ele é Deus, é o soberano do universo. É Senhor dos Judeus e Senhor dos Gentios. Ele não possui cor ideológica, ou vínculos raciais. Ele não se limita a uma corrente doutrinária e não se subjugua aos cânones humanos. Ele é, foi e sempre será o Deus dos bárbaros, o Deus dos gregos, o Deus dos orientais e ocidentais, dos comunistas, dos capitalistas e, até mesmo, o Deus dos ateus, mesmo que não o admitam.

Este é o mais relevante motivo por que não devemos temer que Deus esteja presente em nossa Carta Magna pois Ele, mesmo não sendo brasileiro, é também o Deus do Brasil.

**A SRA. ANNA MARIA RATTES (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A imprensa tem noticiado com a devida ênfase a possível decisão governamental de instalar em Campos, no norte fluminense, o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro. A medida, se adotada, irá contrariar as conclusões de uma comissão de técnicos, criada pelo Governo Federal no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, que, após seis meses de trabalho, apontou a região de Sepetiba, no Município de Itaguaí, como o melhor local para a localização do complexo petroquímico.

Quando tudo parecia definido, inclusive com um acordo entre a Companhia do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro e a Companhia Siderúrgica Nacional, a respeito da área a ser utilizada, eis que começaram os boatos sobre uma possível localização do pólo petroquímico no Município de Campos.

O que teria provocado a mudança?

Dois fatos que se completam e atingem em cheio os interesses pessoais do Senhor José Sarney. De um lado, o Governador Moreira Franco que, atento e sensível aos reclamos da opinião pública brasileira, adotou, na condição de maior autoridade política do Rio de Janeiro, a postura de defender o período de quatro anos para o mandato do atual presidente; de outro lado, o Prefeito de Campos, intransigente defensor dos cinco anos de mandato, que sabedor da vulnerabilidade dos atuais ocupantes do Palácio do Planalto ao argumento de um mandato maior, veio à Brasília reivindicar para o seu município a sede do pólo.

A partir daí começou a pressão contra o Governador carioca.

A princípio, argumentou-se que a área escolhida pertence à Companhia Siderúrgica Nacional que não concordava com a divisão do terreno por pretender instalar ali uma segunda unidade da empresa. Contudo, esse obstáculo foi superado graças a um acordo do qual participaram técnicos da Petrosquia, Petrobrás, BND S Docas, e Portobrás.

Agora, no entanto, são os próprios técnicos do Conselho de Desenvolvimento Nacional que alimentam a boataria com argumentos do tipo "se o critério econômico fosse prioritário o pólo iria para São Paulo, onde o mercado consumidor é bem maior".

Ora, se o critério não é econômico deve ser político e sendo assim, como esse é um "governo dos amigos" a decisão tende a atender aos apelos daqueles que são leais aos interesses do Presidente da República. Assim, mesmo com o risco de desestimular o empresariado em razão dos altíssimos custos de implantação no norte fluminense, o Governo federal poderá dar a última palavra segundo um critério absurdo cujos reflexos atingirão negativamente, a curto e a médio prazos, todo o Estado do Rio de Janeiro.

Disse Goethe que "a conduta é um espelho no qual todos exibem sua imagem". O Senhor José Sarney, por lhe faltar a grandeza do estadista,

age assim, de forma mesquinha e autoritária, conduzindo-se à semelhança dos velhos coronéis do nosso sertão e, em particular, daqueles patriarcas nordestinos que ele conhece tão bem a ponto deles ter assimilado os hábitos.

Sras. e Srs. Constituintes, ao trazer para plenário essa questão faço-o com a certeza de estar contribuindo para evitar a consumação de um erro. Erro político e erro administrativo. A opção por Itaguaí é o resultado de análises técnicas. Sem dúvida, lá é o melhor local para o pólo petroquímico.

Decidir politicamente com o intuito da vingança em função de uma posição política conflitante do Governador é, simplesmente, inaceitável. Até porque, como já disse, o Governador Moreira Franco não está sozinho quando prefere os quatro anos de mandato para o Presidente Sarney. Nem está só e nem acompanha a minoria. No Rio de Janeiro o povo, por maioria, quer eleições presidenciais o mais breve possível. Dessa forma, as retaliações contra o Governador e os políticos do Rio de Janeiro não atingirão apenas a estes. Pelo contrário, calarão fundo em cada um dos 13 milhões de brasileiros que ali vivem e trabalham.

Por isso faço daqui meu apelo à sensibilidade do Ministro José Hugo Castelo Branco e do próprio Presidente Sarney: em respeito ao laborioso povo do Rio de Janeiro e, também, em respeito às futuras gerações do Estado, não cometam esse tipo de vindicta que ao mesmo tempo que cria dificuldades para o nosso desenvolvimento em nada os engrandece perante o implacável registro da história.

"Segundo um dito popular o "político pensa na eleição seguinte e o estadista pensa na geração seguinte". O Presidente Sarney, para infelicidade de toda a nação, continua a pensar apenas na duração do seu próprio mandato e, estimulado por um grupo de maus assessores, transforma o ato de governar numa interminável e excecível barganha de interesses e cargos. De fora do processo, entre atônito e incrédulo, o povo sofre com a injustiça do desgoverno e só lhe resta, a esta altura, a esperança de que o mandato presidencial seja mesmo de quatro anos e a certeza de Platão quando afirmou que "quem comete uma injustiça é sempre mais infeliz que o injustiçado".

**O SR. ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ITAMAR FRANCO (PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> para solicitar ao jornal **Folha de S. Paulo** uma retificação quanto ao meu voto dado ontem. Aquele jornal, na edição de hoje, considerando os votos dos Srs. Constituintes, coloca como tendo-me absteído de votar, o que não corresponde à verdade a ser comprovado pela fita magnética, que poderá ser recolhida por V. Ex.<sup>a</sup> Solicito, portanto, com muito respeito, que V. Ex.<sup>a</sup> se dirija à direção-geral da **Folha de S. Paulo** para proceder a tal retificação. Veja que a matéria de ontem, apesar de sua importância, não é crucial. Se esses erros da imprensa persistirem, Sr. Presidente, teremos aqui uma série de aborrecimentos, razão pela qual solicito a devida

retificação ao jornal **Folha de S. Paulo** quanto ao meu voto de ontem.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– A Mesa atenderá ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. VICTOR FACCIANI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. VICTOR FACCIANI (PDS – RS):** – Sr. Presidente:

Requeiro seja transcrito nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte e transmitido ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, a resposta que deu hoje pela manhã o ex-Ministro Aníbal Teixeira na Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados à indagação, formulada por mim, antes do início da reunião, na presença de V. Ex.<sup>a</sup> e do Constituinte Fernando Gasparian, Presidente da Comissão, e posteriormente refeita pela Constituinte Dirce Quadros, se teria o ex-Ministro Aníbal Teixeira recebido, ou não, duas convocações da Mesa da Câmara dos Deputados, em função de decisão do Plenário da Casa, que aprovou o Requerimento nº 5, de convocação, de abril de 1987, e, em aditamento a esse, mais o Requerimento nº 26, de setembro do ano passado, para informar a respeito das acusações sobre corrupção na distribuição de verbas no Ministério, denunciada na imprensa nacional. Além disso, o requerimento do dia 14 de janeiro, dirigido ao Presidente da Câmara dos Srs. Deputados, indagando das providências e insistindo na convocação urgente, se ainda não feita, tendo em vista o anúncio na imprensa de que Aníbal Teixeira estaria por se demitir do cargo, e se ficaria prejudicada a convocação.

O ex-Ministro Aníbal Teixeira declarou para mim, na frente de V. Ex.<sup>a</sup> e, depois já em plena reunião à Constituinte Dirce Quadros que não recebeu nenhuma convocação, apenas tomou conhecimento pela imprensa. Disse mais que, diante da notícia na imprensa, telefonou ao Presidente da Câmara dos Deputados, colocando-se à disposição. Mas não recebeu nunca a respectiva convocação da Mesa da Câmara.

Fica o registro para deixar claro a omissão da Mesa da Câmara dos Deputados, na medida em que for procedente a informação do ex-Ministro, e a fim de que se possa chegar a uma definição de responsabilidade.

Diante do exposto, requeiro que seja encaminhada mais uma vez ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, a renovada indagação, agora tendo presente à resposta do ex-Ministro Aníbal Teixeira, pois estaremos complementando o processo para enquadramento em crime de responsabilidade a autoridade que foi omissa, de acordo o art. 38 da Constituição Federal. Tomou ou não a Mesa da Câmara, em tempo hábil, as providências convocatórias decididas pelo Plenário?

Era esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

De outra parte, aproveito a oportunidade também para solicitar uma retificação à notícia do **Jornal do Brasil**, de hoje, de que estaria este Constituinte sendo apontado, em Porto Alegre, como participante daqueles que estão no Centrão

apoiando cinco anos para o Presidente José Sarney. Não estou nem no Centrão nem nos cinco anos, ao contrário.

Obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Victor Faccioni, Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.*

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Virgílio Guimarães, para uma questão de ordem.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Lamentavelmente, vou repetir uma questão de ordem que tem, com certa regularidade, sido levantada aqui. Mas, infelizmente, a Mesa, que promete dar alguma solução para aquela enorme quantidade de projetos de resolução e de decisão, que se encontram na gaveta do Presidente Ulysses Guimarães, apesar dessas promessas não dá nenhuma solução.

Gostaria de saber, Sr. Presidente, se já há um cronograma de datas para essas questões serem votadas. Eu mesmo tenho um projeto de resolução sobre consulta plebiscitária que, segundo nosso Regimento, que ainda está em vigor nesse aspecto, previa uma época para projetos desse tipo. Foi apresentado tempestivamente, já passou pela Comissão de Sistematização e hoje se encontra na gaveta do Presidente Ulysses Guimarães. A Constituinte avança nos seus trabalhos e, no entanto, esse projeto não é colocado para discussão, votação e deliberação deste Plenário.

Minha questão de ordem, Sr. Presidente, infelizmente, é a repetição de dezenas de outras já levantadas em outros dias: quando os projetos saírem da gaveta do Presidente Ulysses Guimarães e irão a Plenário?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – A Presidência responde à questão de ordem suscitada por V. Ex.<sup>a</sup>, informando: primeiro, que tanto os projetos de resolução como os de decisão, que V. Ex.<sup>a</sup> focalizou, não apenas de um modo geral, mas especificamente o de autoria de V. Ex.<sup>a</sup>, essas proposições aguardam que o Presidente da Mesa, que já as distribuiu aos respectivos Relatores, determine a Ordem do Dia da sessão para inclusão dessa matéria. Ressalto que existem pendentes de apreciação pela Mesa, entre projetos de decisão e projetos de resolução, talvez umas 22 proposições. E, evidentemente, vai caber ao Presidente, que tem direcionado todas as suas atenções e todos os seus esforços para que se ofereça a maior celeridade possível àquilo que é o objetivo maior desta Assembléia, que é a elaboração da Nova Carta, e todos os esforços que estão sendo direcionados nesse sentido.

Mas diria a V. Ex.<sup>a</sup> que farei chegar ao Presidente Ulysses Guimarães, e V. Ex.<sup>a</sup> fará justiça, como a Casa também, à lide ininterrupta de S. Ex.<sup>a</sup>, buscando dirimir pendências e controvérsias visando à celeridade dos nossos trabalhos; eu próprio, Vice-Presidente, neste momento no exercício da Presidência levarei pessoalmente ao Deputado

Ulysses Guimarães a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, transformada em apelo para que no menor espaço de tempo, não apenas o projeto de V. Ex.<sup>a</sup> mas também as outras proposições relacionadas com projetos de resolução e projetos de decisão sejam trazidas em outro horário que não aquele destinado ao debate constitucional, para apreciação soberana do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. AIRTON CORDEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. AIRTON CORDEIRO (PDT – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero esclarecer a Casa e à imprensa, que me qualifica hoje como uma das baixas do Centrão, na votação de ontem, primeiro, que não subscrevi o documento que criou o Centrão; em segundo lugar, que não participei de qualquer reunião deste grupo político instituído internamente na Assembléia Nacional Constituinte; em terceiro lugar, eleito pelo povo do Paraná, votarei de acordo com minhas convicções pessoais a futura Constituição brasileira.

Sr. Presidente, apoiarei todas as propostas que foram elaboradas por Constituintes, democraticamente, permitindo que elas pudessem, aqui, ser discutidas. Apenas uma, Sr. Presidente, não apoiarei, é a emenda que estabelece o mandato de cinco anos para o atual Presidente da República, por entender que seria zombar do povo brasileiro permitir, com a minha assinatura, que esta questão fosse discutida neste Plenário, contrariando a vontade do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Fica registrada, portanto, a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup> na ata dos nossos trabalhos.

**O SR. PERCIVAL MUNIZ:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Percival Muniz.

**O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estava inscrito para fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, mas como não chegou a minha vez, gostaria de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que fizesse registrar nos Anais desta Casa o editorial da **Folha de S. Paulo**, de ontem, intitulado "Retrato do Centrão".

Gostaria, Sr. Presidente, que a Mesa e os representantes desse Grupo se manifestassem sobre esse editorial, porque termina passando uma imagem que prejudica a imagem de todos os Constituintes, de todos os Congressistas.

Sr. Presidente, o último parágrafo do editorial, diz:

"De representantes da população, estes exemplares do atraso, da mediocridade e da baixaza parlamentar nada mais possuem. São o mero reflexo, tão explícito e desavergonhado como nunca, do fisiologismo, da desagregação moral, desse indisciplinado opor-

tunismo de colarinho branco que – tendo na questão do mandato presidencial nada mais que um caso especialmente flagrante e odioso – pretende fazer de toda a população a vítima, sempre iludida, sempre explorada, sempre sem memória, de seu parasitismo, de seus golpes grandes e pequenos, de sua inclinação insaciável pelos cargos públicos, de seu talento para a farsa, de sua tentação descontrolada pela vigarice."

Este é o termo, Sr. Presidente, de um editorial da **Folha de S. Paulo**, um dos jornais de maior circulação no País, e que peço fique registrado nos Anais desta Casa e que se manifestem sobre esta questão os membros deste grupo suprapartidário, o Centrão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PERCIVAL, MUNIZ EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Quarta-feira, 27 de janeiro de 1988

**Folha de S. Paulo**

**RETRATO DO CENTRÃO**

O cinismo tem suas virtudes. Despindo-se de qualquer senso das conveniências, traça um retrato fiel da realidade. É assim que algumas palavras, pronunciadas por líderes do Centrão, resumem toda a desfaçatez, o fisiologismo e a ausência de compromisso público com que orientam as ações do grupo.

O Deputado José Lourenço (PFL – BA) explicitou as condições de seu apoio à tese dos cinco anos de mandato: ela só passará se o Presidente Sarney distribuir cargos públicos a quem sustentar essa pretensão. A oferta é vantajosa. Ministérios não são o fundamental. "Há o segundo e o terceiro escalão", diz José Lourenço. Para os padrões políticos brasileiros, até que o Centrão se vende com modéstia. O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB – SP) recobre de um tom evangélico sua proposta de barganha política. "É dando que se recebe", afirma com vil serenidade. Reitera, aliás, o preço do negócio – não reivindica, por enquanto, nada além de postos secundários no Governo.

Reconheça-se que os representantes do Centrão sabem a quem estão se dirigindo. Um governo que concede emissoras de FM e contabiliza financiamentos públicos aos que defendem cinco anos é, sem dúvida, um destinatário suficientemente adequado – pela mesquinhez, pelo oportunismo e pela estatura moral – a propostas desse nível.

É, de resto, o nível de que se aproxima grande parte da atividade política no Brasil. O Congresso constituinte parece concentrar, salvo as exceções costumeiras, os mais destacados e trêfegos artífices de todo um processo que pretende reduzir as instituições civis a um simples mercado de interesses pessoais, a democracia a uma feira de oportunidades negociadas com estrépito, o Governo a um balcão de ofertas de enriquecimento ilícito.

Na vanguarda desse processo encontra-se o Centrão, reduto deu um desmoralizado e ridículo

"liberalismo" – o liberalismo à brasileira, que apóia a censura aos meios de comunicação, que defende uma moralidade de tartufo na questão da família, que impede o Congresso de fiscalizar as estatais, que produz um projeto constitucional equivalente, em seus disparates e superfluidades, ao documento teratológico que imaginou a Comissão de Sistematização.

Em meio à febre do grande leilão político brasileiro, estes membros do Centrão não mais se preocupam em guardar as aparências. Apostam na desorganização da sociedade, na desinformação tolerante e desenganada dos cidadãos, no declínio ético por que passa o País inteiro. Reduzem a política a um exercício escuso, misto de negociata e cartorialismo. Confirmam, com uma limpidez baseada na certeza de impunidade, a imagem de contravenção pública, violência ao eleitorado, abastardamento da democracia, astúcia barata e venal subserviência que se associa à atividade política no Brasil.

De representantes da população, estes exemplares do atraso, da mediocridade e da baixez parlamentar nada mais possuem. São o mero reflexo, tão explícito e desavergonhado como nunca, do fisiologismo, da desagregação moral, desse indistinto oportunismo de colarinho branco que – tendo na questão do mandato presidencial nada mais que um caso especialmente flagrante e odioso – pretende fazer de toda a população a vítima, sempre iludida, sempre explorada, sempre sem memória, de seu parasitismo, de seus golpes grandes e pequenos, de sua inclinação insaciável pelos cargos públicos, de seu talento para a farsa, de sua tentação descontrolada pela vigarice.

**O SR. EDUARDO BONFIM:** – Peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra, o Sr. Constituinte Eduardo Bonfim.

**O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, na votação do Preâmbulo da Constituição, votei contra o substitutivo do Constituinte Aluizio Campos, a favor do Projeto da Comissão de Sistematização. A mesa, da minha cadeira, registrou o voto Não, e hoje surpreendido por uma informação, na **Folha de S. Paulo**, que me inclui entre aqueles que se abstiveram. Assim meu voto teria sido de abstenção.

Verifiquei na matéria que consta, através do computador, o nome dos Constituintes que votaram Sim ou Não e, efetivamente, consta diferentemente da votação da Mesa.

Queria solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que incluísse nos Anais desta Casa que meu voto foi Não e, aliás, será o voto que hoje darei à mesma matéria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Não há dúvida de que a forma mais explícita de esclarecimento foi o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

A Mesa adotará as providências solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de

**V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS**

**O SR. POMPEU DE SOUSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. POMPEU DE SOUSA (PMDB – DF. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Ocupo esta tribuna hoje, pela Liderança do meu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para anunciar que estou encaminhando à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte um projeto de resolução subscrito por mais de 100 Srs. Constituintes, muito acima, portanto, do **quorum** necessário. Digo apenas cento e poucos Srs. Constituintes, porque estou certo de que muito poucos não o assinariam.

Consiste essencialmente o projeto de resolução em acrescentar ao art. 2º do nosso Regimento, em que a "Direitona", com o apelido de Centrão, conseguiu encaixar a sua emenda, um parágrafo nos seguintes termos:

"Ficam asseguradas às emendas populares as mesmas prerrogativas fixadas para as emendas coletivas apresentadas na forma do art. 1º desta Resolução."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, devo acrescentar que esta emenda é subscrita pela quase totalidade dos Líderes nesta Casa, dos vários Partidos com assento em ambas as Casas do Congresso Nacional, portanto, nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Acredito que seja um dever nosso, como representantes do povo, não decepcionarmos mais o povo deste País. O povo deste País tem sido traído demais por aqueles que prometem e não cumprem as promessas de campanha, por aqueles que se propõem a ocupar o Governo por apenas um período de transição e querem continuar eternizados no poder, por aqueles que se comprometem perante os seus eleitores, perante, portanto, os seus mandantes e não cumprem o mandamento do povo. E o político que assim age, o mandatário que assim age, está sendo, na verdade, um mandatário infiel. Porque aqui, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, somos apenas os mandatários do povo, e o mandante é o povo. Nós não podemos trair esse mandamento, nós não podemos trair o mandamento dos nossos mandantes, sob pena de trairmos a condição de mandatários e sob pena de trairmos o povo e trairmos a Nação brasileira.

Nós criamos no povo deste País uma expectativa de participação direta na elaboração constitucional e nós devemos levar essa expectativa até a última etapa. Ela não pode morrer nas etapas iniciais, ela não pode morrer na poeira dos arquivos, nem nas páginas mortas dos Anais. O povo tem que estar presente aqui até a hora da promulgação da Constituição, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. Se nós não assegurarmos isto ao povo, estaremos; mais uma vez, decepcionando o povo, e a decepção que se cria no povo é uma decepção que se volta não apenas contra nós, mas contra as instituições democráticas, e este é o perigo maior que nós corremos.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se 280 assinaturas nossas, mandatários do povo, valem por essa preferência, valem por essa prerrogativa, valem por essa prioridade, por que as assinaturas de 30 mil brasileiros em cada uma dessas emendas, por que as assinaturas de 10 milhões e 700 mil brasileiros, no conjunto dessas emendas, não valem a mesma coisa, não têm a mesma preferência e a mesma prioridade? Nós devemos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ser fiéis aos nossos mandatos. Nós devemos, como mandatários do mandante povo, cumprir esse mandato, porque se não o cumprirmos estaremos traindo a nós mesmos e a Nação, volto a repetir, e nós, como mandatários do povo, temos a obrigação de cumprir os mandamentos do povo, que, afinal de contas, não se distanciam dos próprios Mandamentos de Deus. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte, no espaço de tempo restante destinado ao PMDB.

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Bíblia Sagrada, regimentalmente falando, está neste Plenário. Ela não foi colocada aqui por brincadeira, mas com um propósito muito sério e, por sinal, com um sentimento de justiça.

No art. 46 do Regimento está escrito:

"A Bíblia Sagrada deverá ficar sobre a mesa da Assembléia Nacional Constituinte, à disposição de quem dela quiser fazer uso."

E nesta hora dela faço uso, dizendo que é o maior código que a humanidade já conheceu, porque é ela quem traz o estatuto da criação do homem, da criação do universo. Tudo que o homem precisa saber em relação ao seu próximo consta desta Constituição, que tem cerca de quatro milênios, quando foi iniciada a sua escrita através de papiro e pergaminho e, posteriormente, veio dar símbolo à imprensa de Gutemberg, no século XV. Ela hoje, segundo a Unesco, é o livro mais traduzido do universo. Está traduzida em 1.840 idiomas e dialetos. Falamos 5.770 línguas nesta terra em que vivemos, e, para isso, precisamos ter uma instituição, que há cerca de dois milênios que foi completada e nunca precisou ser emendada, porque ela diz que o homem deve fazer, como deve comportar-se diante da família, da sociedade e de qualquer responsabilidade que desenvolver nesta terra.

E a Bíblia diz:

"Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor e o povo que ele escolheu para sua herança." (Salmo 33, v. 12.)

Foram as palavras de um rei, que reinava sobre Israel, chamado Davi. Ele deixou escrito palavras seguras que podem orientar o nosso comportamento. Nessa Bíblia estão os Dez Mandamentos da Lei de Deus, mostrando o necessário para o homem, em síntese, para que de tenha uma sustentação para o direito e para qualquer fonte de consulta ou referência dentro do tempo e do espaço histórico. É essa Bíblia que o próprio Cristo dissera, através de João: "Sem mim, nada podereis fazer".

Concluindo, quero dizer que haja a presença de Deus no Preâmbulo da Constituição, porque sem a presença de Deus nada poderemos fazer de bom para o povo, porque a presença de Deus, a proteção de Deus, é proteção através do amor, da justiça e da verdadeira democracia, que antes de democracia, é uma teocracia divina.

Conto com o auxílio dos meus pares, em nome de Jesus Cristo (Muito bem! Palmas.)

**O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu me considero na obrigação de, rapidamente, como fiz aqui ontem, dar uma palavra, em nome da minha Bancada, o PDS, pela maioria daqueles que falam e pertencem ao Centrão. Nós queremos repetir, mais uma vez, que somos Oposição, e que Governo está no PMDB e no PFL, embora muita gente do PMDB finje que não está no Governo, mas está com os cargos.

Não posso admitir que deputados do Centrão, sendo do Governo atribuam ao Centrão posições governistas. Respeito a posição do Constituinte Cardoso Alves, do Constituinte José Lourenço e de todos aqueles que estão no Governo.

Mas, repudio, veemente, a confusão que se faz entre Centrão, que é o organismo congressual, apartidário, que nada tem a ver nem com a Oposição nem com o Governo, atribuindo-se a ele uma oposição governista.

Sr. Presidente, fica muito mal para nós. A minha Bancada está-se sentindo mal colocada naqueles que estão dentro do Centrão. Não é possível que os meus companheiros, a quem respeito e a quem admiro, continuem a nos colocar na posição de pessoas que estão formando um grupo de Governo, naquilo que foi feito para ser posição constituinte e não governamental. Por isso quero deixar aqui bem claro que o PDS é Oposição. O PDS está aqui para se opor ao Governo, e não admite que se confundam homens como aqueles que se relacionaram ao Centrão, com aqueles que apóiam o Governo, em troca do que quer que seja. Não é problema nosso, é problema deles.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**A SR.<sup>a</sup> DIRCE TUTU QUADROS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra a nobre Constituinte.

**A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Hoje, em nossa primeira reunião da Comissão de Controle e Fiscalização do Governo, tivemos a presença do Ministro Aníbal Teixeira, que foi convocado por mim e pela Constituinte Irma Passoni.

Uma das perguntas que dirigi ao Ministro foi se S. Ex.<sup>a</sup> recebeu uma comunicação do Congres-

so, conforme Requerimento nº 5/87, de abril de 1987, e uma semana depois outra convocação da Câmara, de nº 25 de autoria do Deputado Victor Faccioni.

O ministro me disse que não recebeu essa comunicação. Gostaríamos aqui, em nome da comissão, de apurar os responsáveis. Porque, de acordo com o artigo 38, da Constituição, é crime de responsabilidade o não atendimento de convocação pelo Plenário da Câmara ou do Senado. Esta comissão quer provar que alguma coisa funciona nesse País, Sr. Presidente. A comissão vai fundo ao poço do problema. Queremos restabelecer a responsabilidade, e a moralização à classe política. Exigimos que se apresente o responsável por isso. Seria o Presidente Ulysses Guimarães ou o ministro, ou seria pura e simplesmente uma mentira do Sr. Aníbal Teixeira à nossa comissão, dizendo que não foi convocado?

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**A SRA. ABIGAIL FEITOSA:** Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra a nobre Constituinte.

**A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSB – BA. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago ao conhecimento da Casa que, a partir deste instante, deixo o PMDB e passo a integrar o Partido Socialista Brasileiro. Tomo esta atitude porque está sendo difícil continuar no PMDB, no instante que o PMDB tem um arco tão largo de pensamento que ficamos sem entender, exatamente, qual é a proposta do Partido.

Como meu compromisso é com o Brasil e acho que um país do Terceiro Mundo só começará a deslanchar e ser respeitado como deve, via socialismo. Os países do Primeiro Mundo têm, durante todos esses séculos, usado a América Latina, usado os países do Terceiro Mundo para aumentar os seus recursos. Os governos destes países têm sido subservientes, de modo que esta condução do problema, como também a maneira como é ela conduzida em relação ao povo, tem trazido descontentamento, ficando para mim muito difícil.

Quero, portanto, avisar aos companheiros que a partir deste instante participo da Bancada do PSB. Rendo homenagens aos companheiros do MUP, que vêm tendo esta discussão, e que têm contribuído para fazer com que as propostas do PMDB avancem no sentido do social.

Claro que o PMDB tem grandes líderes. Claro que o PMDB contribuiu muito para a derrubada da ditadura. A sua função histórica, a frente que conseguiu aglutinar para tirar os militares do poder, merece elogio. Mas, na minha análise do instante que estamos atravessando, temos que dar um passo à frente e recuperar o tempo perdido para que o trabalhador brasileiro consiga melhorar a sua condição de vida, para que o trabalhador brasileiro diminua o desemprego —uma questão social tão dolorosa entre nós que na minha visão só conseguiremos dirimir através do socialismo, para construirmos uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais fraterna. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. OSWALDO ALMEIDA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. OSWALDO ALMEIDA (PL – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

A imprensa nacional vem registrando, como uma das medidas a serem adotadas pelo atual Ministro da Fazenda, a concessão de subsídios aos juros agrícolas do Nordeste, medida que reputamos das mais justas. Todavia, Sr. Presidente, existem outras regiões que vivem o mesmo problema do Nordeste, o da adversidade climática. É exatamente o que ocorre com a nossa região, o norte fluminense.

Isso já foi motivo de solicitação de nosso Governo estadual junto à Presidência da República e até ao Ministro da Fazenda, com números que caracterizam, sobejamente, esse estado de coisas, de natureza dolorosa para uma comunidade que está sofrendo, não episodicamente, mas constantes e contínuas adversidades, há mais de uma década, e que por isso mesmo, dentro do princípio de equidade que deve prevalecer no tratamento das comunidades nacionais, deve merecer também esse tipo de tratamento do nosso Governo.

Dai o nosso apelo para que essa medida, que está por ser decidida, dentro desta semana, possa ter essa condição de poder fazer justiça de âmbito nacional à outra comunidade que, por ser do Estado do Rio de Janeiro, não pode ficar marginalizada nesse tratamento nacional.

Muito obrigada.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (Líder do PDT):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto à tribuna desta Casa, no horário destinado à Comunicação de Lideranças, chamando a atenção dos Srs. Constituintes. Não vou, aqui, fazer nenhum pronunciamento. Gostaria de ler e transcrever nos Anais desta Casa o editorial do **O Estado de S. Paulo**, publicado ontem, cujo título se denomina: **Vendilhões da Soberania**. Chamo a atenção para este editorial, porque os termos em que ele está colocado vêm ao encontro do requerimento feito pela Bancada do meu Partido, na pessoa do Constituinte Vivaldo Barbosa, que requer investigações para denúncias que estão a manchar a soberania, o respeito e, sobretudo, a própria honra da Assembléia Nacional Constituinte.

Diz o editorial:

#### "VENDILHÕES DA SOBERANIA

Qualquer cidadão dotado de medianas luzes seria capaz de encontrar razões para justificar o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Na simplicidade de seu

raciocínio, saberia juntar o conhecimento colhido nos bancos escolares com os dados da experiência. Não cometeria a tolice de dizer que a tradição republicana é de quatro anos, pois na República Liberal, a de 1946, o mandato presidencial foi de cinco anos. Enfim, unindo a razão à experiência, o cidadão comum saberia produzir um argumento convincente.

Ao contrário, os integrantes da classe política, que defendem o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, costumam transformar aquilo que seria um argumento correto e honesto num amontoado de artimanhas políticas. O resultado de tamanha desfaçatez é que o homem simples, que seria capaz de aceitar cinco anos para o Presidente Sarney, vê-se compelido a lutar pelos quatro – uma vez que não deseja ver-se metido numa aventura em que os cargos se negociam com uma falta de pudor só encontrada nos lupanares. Aderirá aos quatro anos porque não quer ser colocado ao lado de políticos que invadem a esfera do sagrado e blasfemam para justificar seus negócios: "Até Deus impõe condições para se entrar no céu. Por que aqui não se pode chutar a canela do Governo e desfrutar as vantagens?". O ilustre Deputado do PMDB paulista a quem se atribui essa frase sacrílega poderia lembrar-se dos ensinamentos que recebeu em criança ou de sua juventude democrata-cristã; quando compara o reino dos céus ao prostíbulo em que alguns membros do Centrão estão transformando a política brasileira seria, se não motivo de excomunhão automática, pelo menos alvo de severas críticas em todos os púlpitos. Desgraçadamente, para Deus – que se vê cada dia mais isolado e descobre que o sacrifício do Unigênito não é compreendido nem pelos que se proclamam cristãos – os mercadores do templo tomaram conta da política e o crime pode ser cometido à luz do dia, desde que os beneficiários dele sejam membros da mesma pandilha.

lendo-se as declarações de ilustres membros do Centrão sobre a troca que pretendem fazer com o Presidente Sarney – cargos por votos – tem-se a nítida sensação de que não há dez homens justos em Sodoma, perdão, nas hostes que se dizem democráticas e desfraldam a bandeira do liberalismo contra a esquerda. Pelo que publicam os jornais, o Deputado José Lourenço, com sua ousadia de marujo das caravelas, não hesita em ir às do cabo, e afirma com a cruzeza dos cruzados: "Regimento é feito para ajudar, quando atrapalha a gente põe de lado". Aduzindo, sem meias-palavras, que os que assinaram a emenda dos cinco anos pela votação desde que sejam beneficiados com cargos no segundo e terceiro escalões. O Deputado Daso Coimbra, escusando-se por não pertencer ao grupo fisiológico, expõe as razões pelas quais seu comportamento é liso e correto: "não tenho escola, rádio, hospital. Não preciso renovar a licença de funcionamento de nada. Minha família está crescida. Dos meus três filhos, dois são concursados, estáveis. Meus irmãos já passaram da idade de entrar no

serviço público. Não tenho o que pedir". Só faltou acrescentar, não tenho o que temer!! E o Deputado Cardoso Alves, o que compara o reino dos céus a Pasárgada de Brasília, tem um lampejo de cordialidade com o Presidente: "É preciso conferir quem vota nos cinco anos, sob pena de submetermos o Presidente a uma situação vexatória" – vale dizer, ser derrotado apesar de o número de assinaturas a favor da emenda dos cinco anos ser superior a 280.

É de estranhar que ninguém se dê conta do ambiente pecaminoso em que as negociações se processam. É como se os Constituintes dissessem: minha honra custa tantos empregos, a renovação de uma concessão de rádio, de um convênio com o IAPAS, a estabilidade de alguns irmãos. Em outros tempos, se uma senhora de boa origem formulasse condições parecidas a essas para ceder seus favores a um galante namorado, ou a um aventureiro, seria expulsa do convívio dos bons. Atualmente, Deputados podem dizer que seu voto vale isso, mais ou menos, e esperam ser bem recebidos pela sociedade que os elegeu para defender os princípios do liberalismo.

Essa é a maior traição que se está cometendo contra o princípio da representação popular. O povo, no qual reside a soberania, não votou em **entremetteurs** que sem nenhuma galanteria decidem da honra do mandato. O povo pensou escolher liberais, defensores da livre iniciativa, que até poderiam sustentar o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, usando os argumentos da experiência e da razão – nunca os do bordel. Na verdade, elegeu quem, a pretexto de defender o liberalismo, está colocando à venda seu precioso voto na Assembléia Nacional Constituinte, com o qual o Presidente Sarney – cujo respeito pela soberania e pela representação deixaram de existir desde o golpe de Estado de 18 de maio – espera poder ficar mais um ano na Presidência, não se sabe para que, a menos que seja para consagrar o triunfo dos **irmãos da opa**.

Alguns representantes do Centrão estão transformando esse grupo partidário no aríete com o qual esperam arrombar a porta do IAPAS, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Educação, do CIP, da Sunab e não se sabe mais de quantas repartições se servem para dar prêmios aos que vendem sua honra e mercadejam a representação que receberam do povo.

Esses vendilhões da soberania popular devem ser afastados da vida pública juntamente com aquele que os tenta e a quem eles dão publicamente seu preço. Ninguém terá condições morais de defender a manutenção do atual Congresso ou do mandato presidencial, se o Presidente Sarney obtiver os cinco anos neste clima prostibular. A realização de diretas já, em todos os níveis, impõe-se como medida de profilaxia. A Nação não pode conviver com deputados que alardeiam sua disposição de prostituírem-se invocando o nome de Deus. O ultraje é duplo: à soberania e à consciência religiosa do povo. Diante de

tal situação, a Nação tem o direito de proclamar; destruam-se os que mercadejam com a soberania popular."

Sr. Presidente, o editorial retrata o quadro atual da vida brasileira. Há muitos que usam o nome de Deus, mas, como dizia Cristos: "Nem todo aquele que diz Senhor, Senhor entrará no Reino dos Céus".

Usam o nome de Deus até para esconder os seus negócios, tais como os fariseus e os escribas no tempo que Cristo andou pela terra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente; peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

O processo constituinte colocado em prática, através das Subcomissões Temáticas e da Comissão de Sistematização foi, sem dúvida nenhuma, o processo mais democrático na elaboração constitucional de toda a história política do País. Foi exatamente através das Subcomissões que as entidades populares tiveram acesso aos parlamentares, puderam trazer as suas reivindicações, puderam levantar os seus problemas; e como fruto desse trabalho a Comissão de Sistematização elaborou um texto constitucional que não é esquerdista e radical, como os setores da direita tentaram identificá-lo. É, na verdade, um texto constitucional de conteúdo democrático, com algumas posições progressistas.

A história e os fatos vieram à tona. Os setores conservadores da sociedade organizaram-se através do Centrão, procurando colocar de lado o trabalho de quase um ano; levaram o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte praticamente ao imobilismo e introduziram um Regimento Interno com o objetivo de impor um processo de votação que fosse o esmagamento da Minoria.

No entanto, a criação de determinados mecanismos contraditórios levou ao quadro que se esboçou, ontem, aqui na Assembléia Nacional Constituinte.

Na primeira votação, Sr. Presidente, de um tema que praticamente não é polêmico, ou seja, o preâmbulo da Constituição, o que se viu é que o chamado Centrão não conseguiu colocar os 280 votos. Isso, companheiros, é uma lição para todos nós. Não há possibilidade de se fazer uma Constituição que não atenda aos reclamos da Nação e temos que aprender a lição de ontem exatamente para que a chamada Maioria não procure continuar a radicalizar o processo, na tentativa de impor um texto constitucional reacionário e conservador, porque isso não passará pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Aldo Arantes o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro Secretário.*

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Ainda na tarde de hoje, segundo tudo leva a crer, esta Assembléia Nacional Constituinte votará o preâmbulo e ainda o Título I e esperamos – e esta é a posição da Democracia Cristã – que no art. 1º seja contemplada a possibilidade da participação popular, honrando, respondendo, dessa forma, às aspirações e desejos de milhões de brasileiros de através de emendas populares, registrar, sem prejuízo do sistema representativo, a sua aspiração de ver colocado no texto constitucional este direito e dever do cidadão de participar plenamente, através de seu exercício de cidadania, no processo da administração e da criação legislativa do seu País.

De outro lado, Sr. Presidente, nos debruçamos também sobre o dia de amanhã, quando estaremos votando os Direitos e Garantias Individuais, e principalmente esta Assembléia Nacional Constituinte já se debruçará sobre a questão dos Direitos Sociais.

Desejo registrar aqui, Sr. Presidente, em nome do Partido Democrata Cristão, em nome dos Parlamentares Constituintes da democracia cristã, a nossa esperança de que não sejam arrancados do texto constitucional os avanços conquistados pela sociedade brasileira, as conquistas sociais aqui inscritas pela Assembléia Nacional Constituinte, em toda a sua tramitação.

E, novamente, registramos, Sr. Presidente, porque esta é a linha mestra do discurso do Partido Democrata Cristão, a nossa esperança de que todos juntos, criemos os instrumentos necessários para a efetiva construção de uma sociedade que, ao mesmo tempo seja livre, ao mesmo tempo seja justa, cimentando estes dois valores com a chama eterna da solidariedade. (Muito bem!)

**O SR. OLÍVIO DUTRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O processo constituinte, do qual dos 559 Constituintes somos parte e que incluem também, e necessariamente, os 135 milhões de brasileiros, vivem um momento dos mais importantes, o setor conservador, a direita, no Congresso Constituinte, que se autodenomina Centrão, estabeleceu regras novas no processo constituinte ao impor um Regimento Interno, diferente do que essa mesma maioria tinha aprovado no ano passado, nos primeiros meses de trabalho constituinte.

Ontem verificamos que a chamada maioria, efetivamente numérica aqui dentro, mas, que não é maioria lá fora, na sociedade, enredou-se na armadilha por ela mesma montada. O Regimento Interno desta Constituinte, da forma imposta pelo Centrão, pode levar a que o trabalho constituinte não se realize no prazo que o povo brasileiro quer que seja concluída a nova Constituição brasileira.

O Partido dos Trabalhadores, desde o início, tinha uma visão de que o processo constituinte

passava para uma articulação entre todas as forças que representam a sociedade aqui dentro, com a pressão de fora para dentro sobre o Congresso Constituinte.

O Regimento Interno proposto pelo Partido dos Trabalhadores, submetido à apreciação de todas as forças, aqui, no ano passado, não previa sequer a Comissão de Sistematização. Propunha quatro grandes Comissões, que concluindo o seu trabalho encaminhariam o seu resultado para o Plenário da Constituinte. Se assim fosse aprovado nós já teríamos a Constituição concluída no ano passado. Entendemos que este processo que estamos vivendo agora, em razão da maioria, nesse sentido ameaçado pelo próprio projeto que ela aprovou e alterado durante o próprio jogo em andamento, faz com que entendamos claramente aqueles que se numericamente são maioria aqui, não o são lá fora.

Gostaríamos de estar terçando posições e propostas com a coordenação de direita do Centrão, na praça pública, nos comícios, nas paradas de ônibus, nos sindicatos, nas associações comunitárias e nas ruas. O Centrão não vai conosco nesse debate aberto, prefere, através de manobras, a tentativa de substituir votos por assinaturas, levando a um impasse dentro do processo constituinte.

Queremos dizer, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que o PT está interessado na agilização do processo constituinte, mas entende que a pressa é inimiga da perfeição. Neste momento queremos que todas as questões sejam debatidas, que o voto seja transparente, que cada um dos integrantes do Centrão assumam as posições de frente para a opinião pública de frente à Nação e vote, uma por uma, as posições contra o direito dos trabalhadores, contra o desejo que a Nação quer de ter um Estado transparente, onde o Governo seja controlado pelos cidadãos e não ao contrário, como o Centrão está propondo nas suas emendas substitutivas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. GASTONE RIGHI (Líder do PTB):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vários Líderes de Partido se sucederam nesta tribuna criticando, censurando, admoestando o Centrão em decorrência da declaração de dois Líderes desta corrente que existe na Assembléia Nacional Constituinte, respectivamente os Líderes José Lourenço e Roberto Cardoso Alves. A bem da verdade suas declarações foram mais do que infelizes, atingiram no cerne a honra e a dignidade de muitos de nós. O Centrão foi um movimento nascido da identidade de pensamento de muitos Constituintes, que queriam corrigir um projeto nefasto, mal feito, cheio de contradições como era aquele provindo da Comissão de Sistematização.

Ao contrário do que aqui se fala, o Projeto da Comissão de Sistematização está eivado por contradições flagrantes. Enquanto diz de um lado que deve ser respeitada a propriedade privada,

de outro permitia a sua desapropriação sem sequer exigir indenização em dinheiro, por exemplo. Enquanto dizia que se preservava a livre iniciativa, de outra parte estatizava setores amplos e fundamentais como o da educação e da saúde. É claro que era um projeto contraditório, é evidente que o Regimento Interno tirava, até bem pouco tempo, o direito da maioria prevalecer em plenário. Foi isso que uniu os membros do Centrão.

Agora, no entanto, pelo erro de dois dos componentes do Centrão, vêm aqui aves de mau agouro pregar, perorar contra o Centrão, querendo-nos confundir com fisiológicos ou com aproveitadores do Governo. O Centrão nada tem a ver com o Governo, o Centrão nada tem a ver com o mandato de Sarney, o Centrão, nada tem a ver quanto à forma de governo. Se alguns fisiologicamente, se alguns por sua tacanhez erram nas suas palavras ou declarações, o Centrão, como movimento, não pode ser responsabilizado por isso. Desejamos apenas dotar a Nação de uma Carta constitucional que represente os reais anseios de nosso povo e que espelhe o alto nível desta Assembléia Nacional Constituinte. Apenas isso. Não nos confundam com o Governo e nem com os interesses fisiológicos que podem, porventura, estar junto ao Governo: Há governistas no Centrão? Há. Isso não é um crime e nada tem a ver com os objetivos e os ideais do Centrão, que continuam puros, que não podem ser postos sob suspeita.

Respondemos perante a Nação, com o dever nascido de nossos mandatos, e aqui estaremos para cumpri-lo integralmente, não importa o patrulhamento barato que certa imprensa e certos líderes de esquerda aqui têm tentado fazer.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao iniciarmos ontem a votação do projeto de Constituição do nosso País, chegamos a uma conclusão: esta Constituição não pode ser votada por um grupo, não pode ser votada por um Partido político, ela tem que ser fruto do entendimento de todos os grupos, correntes e partidos, com assento nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Lógico, Sr. Presidente, que algumas questões devem ser decididas democraticamente pelo voto, no entanto, Sr. Presidente, esperamos – e já participamos desde ontem de duas reuniões com as diferentes lideranças partidárias, onde chegamos a um entendimento sobre dois títulos desta Carta Magna, que será escrita por esta Assembléia Nacional Constituinte; O Preâmbulo e o Título I, nesta tarde serão votados, fruto do entendimento. Esperamos que os demais títulos, artigos, seções, incisos etc, sejam frutos de um entendimento para que a Carta Magna que vai sair desta Assembléia seja representativa da vontade da maioria de todo o nosso povo.

Esperamos, Sr. Presidente, que a votação da Constituição de nosso País, tão ansiosamente esperada pelo nosso povo, possa contar com a sen-

sibilidade de todos os líderes, de todos os grupos, para que, no mais breve espaço de tempo, traduzindo a vontade do povo, seja votada, e para que seja cumprida e respeitada precisa ser fruto do diálogo de todos os grupos e partidos.

Sr. Presidente, muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Velho militante e membro, desde 1933, do Partido Comunista Brasileiro, desejamos, neste momento, declarar para toda a Assembléia Nacional Constituinte que não nos sentimos absolutamente integrados ou atendidos nos termos desta Constituição.

Nem poderíamos sê-lo: somos uma minoria e lutamos incessantemente para que se venha a obter aquela Constituição que seja a mais favorável aos interesses da Nação e às legítimas aspirações das classes trabalhadoras.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, isto não quer dizer absolutamente que estejamos aqui para elaborar uma Constituição socialista. Queremos simplesmente dar a nossa cooperação para que se faça o melhor possível!

Podemos repetir as palavras do Constituinte Inocêncio Oliveira.

Evidentemente, é necessário estabelecer-se nesta Casa um clima de entendimento, um clima de conversações. Mas esse entendimento e essas conversações terão o limite daqueles pontos em que não possamos entrar num acordo. Aí sim, queremos ir civilizadamente para o voto de tal modo que cada Constituinte livremente expresse à Nação o seu ponto de vista quanto àquela questão que está em debate. Queremos a concórdia, queremos o entendimento, mas esse entendimento terá o limite daquelas questões que julgamos fundamentais. E, quais são elas? Exclusivamente as que dizem respeito aos interesses da Nação e das classes trabalhadoras.

Toda vez que qualquer dispositivo desta Constituição ameace a segurança da nossa Pátria e nos deixa à mercê das potências internacionais, naquelas questões de fundo como sejam a questão do minério, a questão do petróleo, a questão da soberania nacional, aí, Srs. Constituintes, queremos democraticamente disputar no voto e dizer à Nação, claro e inofensivamente, a nossa posição; a posição de cada Constituinte frente ao problema que estamos examinando. São com esses votos que iniciamos hoje essa sessão esperando que esses entendimentos progredam, sempre respeitando o contraditório que será decidido pelo voto. (Muito bem! Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Fernando Santana, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides. Fazendo soar as campanhas.):** – A Presidência de-

terminou o acionamento das campanhas para que os Srs. Parlamentares, que se encontram em seus Gabinetes, se desloquem imediatamente ao Plenário porque se vai proceder à votação da matéria constante da Ordem do Dia.

A Mesa está adotando esta providência para que os Srs. Senadores e Deputados Constituintes, portanto, que se encontram nos seus respectivos Gabinetes, se desloquem imediatamente para o Plenário porque dentro de cinco minutos terá início o processo de votação eletrônico. Portanto, a Mesa está adotando todas as providências para que nos seus respectivos Gabinetes os Srs. Constituintes se desloquem para o Plenário e aqui possam, efetivamente, nas suas cadeiras, exercitarem o direito de voto da matéria constante da Ordem do Dia.

**O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Amaral Netto.

**O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Para uma reclamação. Sem revisão do orador.):** – É uma reclamação de muita gravidade. Eu gostaria de relatar a V. Ex.<sup>a</sup> um problema muito sério: não há nesta Casa nenhum Deputado ou Senador, seja ele o mais antigo ou o mais novo, que não saiba que eu tenho em Paulo Affonso Martins de Oliveira um dos meus melhores amigos e a maior admiração pelo que ele é e pelo que representa para esta Casa. Mas sou obrigado a dizer que não acredito que o meu amigo Paulo Affonso Martins de Oliveira tenha dito o que informa hoje o jornal **O Globo**, como declarações suas – e vou revelar a V. Ex.<sup>a</sup>, nesta nossa bancada, ontem, estava à frente, na mesa, o Diretor-Geral Dr. Sabino. Eu tinha, ao meu lado, os Constituintes Delfim Netto e Adylson Motta, além do Constituinte, Secretário da Mesa, Arnaldo Faria de Sá. Posso invocar os três colegas para testemunhar a V. Ex.<sup>a</sup> sobre a gravidade do fato. Digitei meu número, Sr. Presidente: 266, e em seguida meu código. A luz vermelha acendeu, mandando redigitar, porque estava errado. Redigitei; a luz acendeu novamente. Virei-me para o Dr. Sabino, ali presente, porque pensei estar enganado, e disse: "Dr. Sabino, por favor, confirme o meu código". E o Dr. Sabino confirmou. Constatei que eu estava votando certo. Sr. Presidente, quando acionei pela terceira vez achei que o botão não estava funcionando e já ia me dirigindo para votar na bancada auxiliar quando o Constituinte Arnaldo Faria de Sá, Secretário da Mesa assim como os Constituintes Delfim Netto, Adylson Motta e outros, dos quais não me recordo, me disseram que eu estava cego e que meu voto estava no placar, contado.

Sr. Presidente, repito, esta é a mais pura verdade para a qual invoquei o testemunho desses Constituintes e de outros que não recordo. V. Ex.<sup>a</sup> sabe o que ocorreu? O computador expediu o documento que vai para a Ata constando o Constituinte Amaral Netto ausente. Não se trata nem mesmo de voto equivocado; meu voto não apareceu ontem, o que demonstra que há uma falha grave. Vou expor agora a V. Ex.<sup>a</sup> a gravidade que eu quis fazer sentir ao Presidente Ulysses e ao Secretário Paulo Affonso. Veja bem V. Ex.<sup>a</sup>: ontem, não houve problema; mas imagine se a votação de ontem fosse interrompida por causa de um voto, se hou-

vesse ontem 279 votos, o que aconteceria? Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> como vai se fazer isso? Qual a confiança que continuarei a ter na votação, se o placar eletrônico marca o meu nome e os digitadores informaram-me textualmente que, quando se erra na digitação, o placar rejeita o seu nome? Se você se equivoca, ele anota que você se equivocou. Mas, jamais aceitaria o meu nome, se não estivesse com o dígito certo.

Então, Sr. Presidente, quero saber que providência vai ser tomada. Não posso tranquilizar-me nem a minha Bancada — tenho a responsabilidade de uma Liderança, tenho a responsabilidade do meu mandato de Constituinte para quê? Para que apareça, amanhã, como apareceu hoje no **Correio Braziliense**: "ausente, não votou Amaral Netto", e no **O Globo**: "o Deputado Amaral Netto não sabia nem o seu dígito e não votou certo", como disse o meu amigo Paulo Affonso, o que não é verdade. Informaram-lhe o erro ou o **O Globo** informou errado; sabia o meu dígito e desconfiei dele, porque não queria ser acionada aqui a Bancada e ele foi confirmado pelo Diretor Geral da Casa.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que, pelo menos nesse espaço de esperar que os Deputados e Senadores cheguem aqui, fizesse um teste dessa aparelhagem, para ver o que vai acontecer, porque se isto, amanhã, ocorrer por causa de um ou dois votos que faltem para computar o total de número necessário, de 280, vamos ter uma desmoralização total do processo e do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** — A Presidência esclarece ao nobre Líder Amaral Netto que ontem mesmo, independentemente da sua reclamação formulada agora da tribuna, o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, diligenciou junto à equipe técnica que orienta os trabalhos do painel eletrônico, para que fosse procedida uma verificação com uma cautela redobrada, a fim de que o quadro relatado por V. Ex.<sup>a</sup>, testemunhado pela Casa — e ofereço, também, o meu testemunho da sua presença — para que esses fatos não voltem a se repetir e, portanto, se já houve essa preocupação, ainda mais a equipe foi advertida de que a sua atenção, deve ser redobrada, porque estão decidindo aquilo que é da maior importância para os dias do País e a nova Carta Magna.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA:** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** — Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL — CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente, há dois meses, justamente para evitar que ocorressem situações como essa que acaba de narrar o Deputado Amaral Netto, formulei um circunstanciado pedido de informações à Mesa Diretora dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, inclusive com perguntas objetivas e minuciosas, para que se esclarecesse, se ouvisse a assessoria técnica encarregada da montagem e do funcionamento do sistema eletrônico de votação, para que pudéssemos ter uma palavra oficial sobre a confiabilidade do sistema e, inclusive, como a Mesa deveria proceder em determinadas

situações. Isso, porque assistimos neste Plenário, em várias oportunidades, Constituintes afirmarem que tinham selecionado o seu voto e procedido corretamente, e o voto não tinha aparecido ou teria aparecido diferentemente daquela que foi a sua opção. De tal sorte que, considerando a importância dos trabalhos desta Assembléia e para termos a segurança absoluta sobre o sistema que está sendo utilizado, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e à Mesa Diretora dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte que informem o meu pedido, para que a Casa toda conheça da confiança do sistema e assim fiquemos todos seguros sobre a nossa votação.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Lúcio Alcântara, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** — A Mesa agradece a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> e esclarece que tomou providências técnicas. Mas, na evolução da votação, verificamos, de um lado, enganos e equívocos, que são compreensíveis, por parte dos Srs. Parlamentares. Isso não acontecerá com a repetição das votações. Agora, havendo eventuais falhas, elas serão, de pronto, corrigidas.

**O SR. JOSÉ GENÓINO:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** — Tem a palavra o Sr. Constituinte.

**O SR. JOSÉ GENÓINO (PT — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A questão de ordem que formulei a V. Ex.<sup>a</sup> diz respeito ao andamento dos trabalhos das sessões que irão discutir o Título II, Sr. Presidente. Pelo Regimento Interno, melhor dizendo, pelas normas, pela circular que V. Ex.<sup>a</sup> encaminhou aos Constituintes, o prazo para entregarmos as preferências de destaque para o Título III ou IV, deve ser até 18 horas do dia que antecede a votação do Título. Tudo indica, Sr. Presidente, que terminaremos a votação do Preâmbulo e do Título I hoje. Portanto, o prazo para entregarmos as preferências para o Título II, Capítulos I e II é até 18 horas de hoje. Não temos ainda em mãos a relação de todos os destaques que foram feitos ao Título II. A dúvida mortal é: como vamos entregar a preferência até 18 horas, se não temos a relação de todos os destaques? É impossível. Vai confundir a votação. A sugestão que faço a V. Ex.<sup>a</sup> é que o prazo para entregar as preferências do título seguinte, pudesse ser feito duas horas antes da votação da matéria; porque, se prevalecer o entendimento, temos que entregar as preferências para o Título II às 18 horas, e não temos em mãos a relação de todos os destaques. Como vamos pedir preferências sem conhecermos os destaques? Cada Partido conhece os seus destaques, mas não existe um conhecimento global de todos.

Sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que, para o bom andamento, o Título II, que é complexo, nós pudéssemos, nas preferências, já contribuir para a agilização da votação. E deveríamos ter outro prazo para entregar as preferências.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** — V. Ex.<sup>a</sup> está focalizando assunto que pode criar certos embaraços: a questão do prazo.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> entregando duas horas antes, poderia haver dificuldade na classificação. Neste Título II, acredito que se acautelaria o direito de V. Ex.<sup>a</sup> da Casa se a Mesa, em face das circunstâncias alegadas, considerasse que os pedidos de preferência pudessem ser entregues até meia-noite de hoje. Assim resolveria o assunto? Ao invés das 18 horas, o prazo será até meia-noite, porque já estão sendo distribuídos os elementos para que se possa pedir preferência.

**O SR. JOSÉ GENÓINO:** — Se tivermos em mãos a relação de todos os destaques, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** — V. Ex.<sup>a</sup> a terá dentro em breve.

**O SR. GERSON PERES:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup>, a palavra.

**O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Para uma questão de ordem.):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

É a seguinte a questão de ordem:

"Pela Resolução nº 3/88 que altera o Regimento Interno verificam-se dois momentos em que se exige intervalo entre uma e outra votação para decisão final do Plenário.

No primeiro, se constata no § 3º do art. 1º:

"se a votação da matéria destacada nos termos deste artigo não for alcançado o **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 horas de intervalo entre uma e outra para decisão final do Plenário;

No segundo momento, se verifica no art. 10:

"ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 horas...

Nesta última hipótese, no que pese o prazo excessivo de 48 horas, para "o relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de oferecer texto, nas mesmas condições do relator," trata-se de rejeição de matéria, conseqüentemente, com votação realizada com **quorum**.

Na primeira hipótese, a dúvida regimental é flagrante, em face da votação ter sido realizada sem que a matéria especificada tenha alcançado o **quorum** da maioria absoluta. Não estabelece nenhum procedimento posterior como faz no art. 10 citado. Por essa omissão, cria um impasse perene que não se recomenda à conclusão dos trabalhos redacionais da Constituição.

#### MÉRITO

É indispensável dar-se uma interpretação ao § 3º do art. 1º. Este dispositivo cria as figuras do impasse definitivo e o conseqüente "buraco negro", o que não ocorre com a regra do art. 10, que remove, formalmente.



o impasse e o "buraco negro". Em outras palavras, enquanto o art. 10 não deixa dúvidas para que os trabalhos da Assembléia prossigam sem impasse, o § 3º do art. 1º paralisa-os, se os entendimentos não reverterem a posição dos votos dados. Desse modo, respeitosamente, solicito que a douta Mesa resolva, definitivamente, o assunto e se não tiver atribuições para aplicar, por analogia, a mesma regra do art. 10, ao § 3º do art. 1º, que consulte o plenário a fazê-lo.

Do mesmo modo, em hipótese de, na pauta da mesma sessão, existirem mais de um Título, ou matérias diversificadas que se prossiga a votação do outro Título ou das matérias diversificadas subsequentes, enquanto se aguardam as providências regimentais adotadas pelo intervalo de 24 horas previsto no citado § 3º. Termos em que pede deferimento."

Sr. Presidente, encaminho esta questão de ordem escrita como uma contribuição a V. Ex.<sup>a</sup> porque sei que lhe dará curso e ela vai ser útil.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Agradeço a contribuição de V. Ex.<sup>a</sup>, que será examinada.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vai-se passar à Ordem do Dia.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS:

Adauto Pereira – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Aírton Sandoval – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Prieto – PFL; Artur da Távola – PMDB; Átila Lira – PFL; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos DeCarli – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Hé-

lio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – Jacy Scanagatta – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; Jorge Medauar – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Teixeira – PFL; José Tinoco – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Borges – PDC; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotonio Viela Filho – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valtor Pereira – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vítor Souza – PMDB; Vítor Buaiç – PT; Waldec Ornêlas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A lista de presença registra o comparecimento de 494 Srs. Constituintes.

#### VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

JOÃO CUNHA – Requerimento de registro em Ata de voto favorável ao Preâmbulo do Projeto

de Constituição conforme o texto da Comissão de Sistematização.

POMPEU DE SOUSA – Projeto de resolução que visa a assegurar preferência automática para a votação das emendas populares.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se à

#### VII – ORDEM DO DIA

##### Votação

##### PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação em primeiro turno:

a) Preâmbulo (votação já iniciada)

b) Título I

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que ocupem seus respectivos lugares no plenário.

A Presidência informa ao Plenário que será repetida a votação do Preâmbulo da Constituição na formulação oferecida pelo nobre Constituinte Aluizio Campos.

Desejo informar aos Srs. Constituintes, ainda, que realizaremos, hoje, uma reunião com as Lideranças que, por sua vez – estou certo – fizeram as consultas possíveis aos Srs. Constituintes, para uma votação, quanto possível, pelo entendimento.

A experiência que se tem – inclusive eu a tenho – é que quando se trata de votação por maioria simples, exigindo **quorum** de metade mais um, é difícil uma mobilização. Por exemplo, o Governo é ampla maioria, quanto mais quando tem que haver o **quorum** de presença e o **quorum** de votação para que haja decisão sobre a matéria. Portanto, desejo informar, como verificarão pela votação, que houve o propósito de um entendimento das matérias, quando isso foi possível, a fim de que, ainda hoje – peço a colaboração de todos, inclusive dispensando o encaminhamento de votação, que por se tratar de matéria acordada, é dispensável possamos terminar este Título e prorrogarei a sessão o tempo que for necessário.

A Nação, a opinião pública sabe que o Título I é da maior importância e o Preâmbulo, que é a filosofia, a doutrina, os pressupostos da futura Constituição brasileira, e os princípios fundamentais devem ser votados.

Então, os Srs. Constituintes que forem pela votação acordada, no sentido de se aprovar o Preâmbulo na redação oferecida pelo nobre Constituinte Aluizio Campos, nos dispositivos existentes na Bancada, votarão SIM, isto é, no sentido da aprovação; os que quiserem rejeitar o Preâmbulo oferecido pelo Sr. Constituinte Aluizio Campos votarão NÃO, e votarão pela abstenção aqueles que terão condições de registrar esta posição quanto à matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

##### EMENDA SUBSTITUTIVA DO SR. ALUÍZIO CAMPOS Nº 2.036

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o

bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

**O SR. MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Covas.

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não gostaria de atrasar ainda mais a votação, mas julgo de meu dever informar à Bancada do PMDB que, hoje pela manhã, participamos da elaboração de um acordo, pelo qual votaremos o Preâmbulo apresentado no Substitutivo, contrapartida, será votada uma fusão de emendas que dará nova redação ao a 1º do art. 1º, já que no Título I se consolida a idéia de participação popular.

Haverá também modificação no art. 4º, pela qual se incluirá no Texto algo que lhe pertenceu, qual seja, o princípio da não intervenção nas relações internacionais do Brasil.

Por outro lado, algumas das emendas, em particular as dos Constituintes José Genoíno, Benedita da Silva e Vasco Alves, serão votadas com liberdade, fora do acordo, para que cada um tome, em relação a elas, a posição que julgar do seu dever.

Gostaria de acrescentar isto porque, como V. Ex.<sup>a</sup> vai esgotar o Preâmbulo, era preciso que os companheiros tomassem conhecimento do conjunto. Vamos votar o Preâmbulo exatamente porque houve um acordo que envolveu não apenas o mesmo, como todo o Título I.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Peço também a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os ilustres Líderes do Centrão compareceram à reunião, a que se referiu o Sr. Constituinte Mário Covas, e chegaram à conclusão de que a votação do texto do Preâmbulo apresentado pelo Centrão, a votação do art. 1º do Título I, nos termos em que está, ficando o parágrafo único com uma pequena modificação e a votação das outras matérias de acordo com a Emenda de nosso ilustre Colega, Deputado Paes Landim, e também com as palavras "não intervenção", no que diz respeito à política internacional, do ilustre Senador José Fogaça, constituem um conjunto de entendimentos que não fogem à filosofia e aos pontos de vista básicos de nosso agrupamento Constituinte-Parlamentar. Por esta razão, aqueles que participaram desses entendimentos estão plenamente de acordo com a votação dentro desses termos.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai passar à votação e pede aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

Antes, porém, peço a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>, porque foram ouvidos os demais oradores. Confesso que abri uma exceção, porque de acordo com as disposições regimentais dever-se-ia fazer a votação, mas como é a primeira votação e, numa demonstração de boa vontade, querendo esclarecer aqueles que participaram dos entendimentos, vamos ouvir com a atenção que merece o nosso companheiro.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Faço isto em nome dos demais Partidos, juntamente com o Líder Mário Covas e os Líderes que assinaram as propostas de 280 assinaturas.

Participamos, sim, desse acordo. É importante informar à Casa. É o direito que temos de informar, porque se foi feito um acordo, todas as partes devem ter o direito de informar à Casa esse acordo. Desejo usar esse direito rapidamente.

Trago esta informação em nome dos companheiros do PDT: aprovamos o Preâmbulo, daremos sim, será votado o Título I, da emenda com 280 assinaturas; votamos o Título I, da emenda coletiva, ressalvados os destaques.

No parágrafo único, teremos o compromisso de aprovação, que é o núcleo central da participação popular.

Melhor seria que o **caput** do art. 1º fosse destacado, mas não vamos prejudicar o acordo em função de não existir esse destaque.

Entendemos que o destaque do nobre constituinte Antônio Mariz era a melhor redação para o **caput** do art. 1º, mas como esse destaque não está feito, não vamos criar problema para o acordo em função de não existir.

Em seguida, vamos ter as emendas e teremos a oportunidade, na segunda fase da votação, no segundo turno, de suprimir do **caput** do art. 1º aquelas expressões que não representam um avanço para a futura Constituição. Mas isto se dará no segundo turno. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se à votação.

Os Srs. constituintes que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

Os Srs. constituintes queiram selecionar os seus respectivos votos: Sim, Não ou Abstenção.

Se, eventualmente, houver algum problema, o Constituinte votará no avulso e indicará qual é a bancada e o lugar para que se verifique tecnicamente o que houve.

Os Srs. constituintes que se encontram nas bancadas, queiram acionar, ao mesmo tempo, o botão preto do painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

Os Srs. constituintes cujos votos não foram registrados, ou por não terem bancada para fazer-lo,

ou por qualquer outra circunstância, são convidados a fazê-lo em qualquer um dos quatro postos avulsos que estão à disposição dos que não votaram. (Pausa.)

A Mesa pede desculpas, pois houve um pequeno problema no painel. Ninguém lamenta mais do que a Presidência. Portanto, a Mesa pede desculpas aos companheiros por este pequeno atraso. Evidentemente, teremos que repetir as operações. A Mesa roga aos Srs. constituintes, que se encontram nas bancadas, para que registrem o código de votação.

Srs. constituintes, queiram selecionar Sim, Não ou Abstenção, nos respectivos votos. Havendo algum problema, eventualmente, os Srs. constituintes votarão em avulso e indicarão qual é a bancada, qual é o lugar, para que se verifique tecnicamente o que houve.

Os Srs. constituintes que se encontram nas bancadas queiram acionar, ao mesmo tempo, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes do código se apaguem. (Pausa.)

Vai-se passar à votação.

(Procede-se à votação.)

A Mesa vai encerrar a votação.

**O SR. EDUARDO BONFIM:** – Pela ordem. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. constituinte Eduardo Bonfim.

**O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Invoco o testemunho do técnico da computação da Mesa, Sr. Amaury, para registrar a V. Ex.<sup>a</sup> e à mesa que tentei votar com o meu código, fiz quatro tentativas e registrou-se código duplicado. Segundo informação do técnico Amaury significa que, além de mim, outra pessoa estaria votando com o meu código. Esta é uma possibilidade. Há código duplicado e o computador o está registrando.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, pois o meu nome não apareceu, que registre isso. Que me seja dada a informação de como votarei, porque estou sem votar, e alerta, também, V. Ex.<sup>a</sup> que ontem votei "Não", com o testemunho dos Constituintes Edmilson Valentim e Renan Calheiros e a lista do computador registrou hoje "Abstenção", no que eu fiz uma reclamação que foi prontamente atendida pelo Presidente em exercício.

Assim, para que não haja dúvida em relação ao meu voto, e diante da estranheza do fato, levando esta questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup>, aguardando pronunciamento a respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai tecnicamente verificar o que há. Realmente, a questão do código duplicado é um equívoco. Evidentemente, não pode ser, senão por equívoco. Alguém, em vez de estar registrando o seu número, estaria, eventualmente, registrando o de V. Ex.<sup>a</sup>. Esta é a explicação técnica que se tem quando isso ocorre. Mas, em face da reclamação de V. Ex.<sup>a</sup>, vamos examinar o caso referido. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim: 487

Não: 15

Abstenção: 2

Total: 504

Está aprovado o Preâmbulo, fica prejudicado o Projeto.

Votaram os Srs. constituintes:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.

Acival Gomes – Sim.

Adauto Ferreira – Sim.

Ademir Andrade – Sim.

Adhemar de Barros Filho – Sim.

Adolfo Oliveira – Sim.

Adroaldo Streck – Sim.

Adylson Motta – Não.

Aécio de Borba – Sim.

Aécio Neves – Sim.

Afonso Camargo – Sim.

Afif Domingos – Sim.

Afonso Arinos – Sim.

Agripino de Oliveira Lima – Sim.

Airton Cordeiro – Sim.

Alarico Abib – Sim.

Albano Franco – Sim.

Albérico Cordeiro – Sim.

Albérico Filho – Sim.

Alceni Guerra – Sim.

Aldo Arantes – Sim.

Alércio Dias – Sim.

Alexandre Costa – Sim.

Alexandre Puzyra – Sim.

Alfredo Campos – Sim.

Almir Gabriel – Sim.

Aloísio Vasconcelos – Sim.

Aloysio Chaves – Sim.

Aloysio Teixeira – Sim.

Aluísio Campos – Sim.

Álvaro Antônio – Sim.

Álvaro Valle – Sim.

Alysson Paulinelli – Sim.

Amaral Netto – Sim.

Amaury Müller – Sim.

Ángelo Magalhães – Sim.

Anna Maria Rattes – Sim.

Annibal Barcellos – Sim.

Antero de Barros – Sim.

Antônio Brito – Sim.

Antônio Câmara – Sim.

Antônio Carlos Franco – Sim.

Antônio Carlos Konder Reis – Sim.

Antônio Carlos Mendes Thame – Sim.

Antônio de Jesus – Sim.

Antonio Farias – Sim.

Antonio Gaspar – Sim.

Antonio Marins – Sim.

Antonio Salin Curiati – Sim.

Antonio Ueno – Sim.

Arnaldo Faria de Sá – Não.

Arnaldo Martins – Sim.

Arnaldo Moraes – Sim.

Arnaldo Prieto – Sim.

Arnold Fioravante – Sim.

Arolde de Oliveira – Sim.

Artur da Távola – Sim.

Asdrubal Bentes – Sim.

Augusto Carvalho – Sim.

Áureo Mello – Sim.

Basílio Villani – Sim.

Benedita da Silva – Sim.

Benito Gama – Sim.

Bernardo Cabral – Sim.

Beth Aize – Sim.

Bezerra de Melo – Sim.

Bocayuva Cunha – Sim.

Bonifácio de Andrada – Sim.

Bosco França – Sim.

Brandão Monteiro – Sim.

Caio Pompeu – Sim.

Cardoso Alves – Sim.

Carlos Alberto Caó – Sim.

Carlos Chiarelli – Sim.

Carlos Cotta – Não.

Carlos Sant'Anna – Sim.

Carlos Vinagre – Sim.

Carlos Virgílio – Sim.

Carrel Benevides – Sim.

Cássio Cunha Lima – Sim.

Célio de Castro – Não.

Celso Dourado – Sim.

César Maia – Sim.

Chagas Duarte – Sim.

Chagas Rodrigues – Sim.

Chico Humberto – Não.

Christóvam Chiaradia – Sim.

Cid Carvalho – Sim.

Cid Saboia de Carvalho – Sim.

Cláudio Ávila – Sim.

Cleonânio Fonseca – Sim.

Costa Ferreira – Sim.

Cristina Tavares – Sim.

Cunha Bueno – Sim.

Dalton Canabrava – Sim.

Darcy Deitos – Sim.

Darcy Pozza – Sim.

Daso Coimbra – Sim.

Davi Alves Silva – Sim.

Del Bosco Amaral – Sim.

Delfim Netto – Sim.

Délio Braz – Sim.

Denisar Arneiro – Sim.

Dionísio Dal Prá – Sim.

Dionísio Hage – Sim.

Dirce Tutu Quadros – Sim.

Dirceu Carneiro – Sim.

Divaldo Suruagy – Sim.

Djenal Gonçalves – Sim.

Domingos Juvenil – Sim.

Domingos Leonelli – Sim.

Doreto Campanari – Sim.

Edésio Frias – Sim.

Edison Lobão – Sim.

Edivaldo Motta – Sim.

Edme Tavares – Sim.

Edmilson Valentin – Sim.

Eduardo Jorge – Sim.

Eduardo Moreira – Sim.

Egídio Ferreira Lima – Sim.

Eliel Rodrigues – Sim.

Eliézer Moreira – Sim.

Enoc Vieira – Sim.

Eraldo Tinoco – Sim.

Eraldo Trindade – Sim.

Erico Pegoraro – Sim.

Euclides Scalco – Sim.

Eunice Michiles – Sim.

Evaldo Gonçalves – Não.

Exedito Machado – Sim.

Ézio Ferreira – Sim.

Fábio Feldmann – Sim.

Fábio Raunheitti – Sim.

Farabulini Júnior – Sim.

Fausto Fernandes – Sim.

Fausto Rocha – Sim.

Felipe Cheidde – Sim.

Felipe Mendes – Sim.

Feres Nades – Sim.

Fernando Bezerra Coelho – Sim.

Fernado Cunha – Sim.

Fernando Gasparian – Sim.

Fernando Gomes – Sim.

Fernando Henrique Cardoso – Sim.

Fernando Lyra – Sim.

Fernando Santana – Sim.

Fernando Velasco – Sim.

Firmo de Castro – Sim.

Flavio Palmier da Veiga – Sim.

Flávio Rocha – Sim.

Florestan Fernandes – Sim.

Floriano Paixão – Sim.

França Teixeira – Sim.

Francisco Amaral – Sim.

Francisco Benjamim – Sim.

Francisco Carneiro – Sim.

Francisco Coelho – Sim.

Francisco Diógenes – Sim.

Francisco Dornelles – Sim.

Francisco Küster – Sim.

Francisco Pinto – Não.

Francisco Rollemberg – Sim.

Francisco Rossi – Sim.

Francisco Sales – Sim.

Furtado Leite – Sim.

Gabriel Guerreiro – Sim.

Gandi Jamil – Sim.

Gastone Righi – Sim.

Genebaldo Correia – Sim.

Genésio Bernardino – Sim.

Geovani Borges – Sim.

Geraldo Alckmin Filho – Sim.

Geraldo Campos – Sim.

Geraldo Fleming – Sim.

Geraldo Melo – Sim.

Gerson Camata – Sim.

Gerson Marcondes – Sim.

Gerson Peres – Sim.

Gidel Dantas – Sim.

Gil César – Sim.

Gilson Machado – Sim.

Gonzaga Patriota – Sim.

Guilherme Palmeira – Sim.

Gumercindo Milhomem – Sim.

Gustavo de Faria – Sim.

Harlan Gadelha – Sim.

Haroldo Lima – Sim.

Haroldo Sabóia – Sim.

Hélio Costa – Sim.

Hélio Duque – Sim.

Hélio Manhães – Sim.

Hélio Rosas – Sim.

Henrique Córdova – Não.

Henrique Eduardo Alves – Sim.

Hermes Zaneti – Sim.

Hilário Braun – Sim.

Homero Santos – Sim.

Humberto Lucena – Sim.

Humberto Souto – Sim.

Ibsen Pinheiro – Sim.

Inocêncio Oliveira – Sim.

Iram Saraiva – Sim.

Irapuan Costa Júnior – Sim.  
 Irma Passoni – Sim.  
 Ismael Wanderley – Sim.  
 Itamar Franco – Sim.  
 Ivo Cersósimo – Sim.  
 Ivo Lech – Sim.  
 Ivo Mainardi – Não.  
 Ivo Vanderlinde – Sim.  
 Jacy Scanagatta – Sim.  
 Jairo Azi – Sim.  
 Jalles Fontoura – Sim.  
 Jamil Haddad – Sim.  
 Jarbas Passarinho – Sim.  
 Jayme Paliarin – Sim.  
 Jayme Santana – Sim.  
 Jesse Freire – Sim.  
 Jesualdo Cavalcanti – Não.  
 Jesus Tajra – Sim.  
 Joaci Goes – Sim.  
 João Agripino – Sim.  
 João Calmon – Sim.  
 João Carlos Bacelar – Sim.  
 João Castelo – Sim.  
 João Cunha – Sim.  
 João da Mata – Não.  
 João de Deus Antunes – Sim.  
 João Herrmann Neto – Sim.  
 João Lobo – Sim.  
 João Menezes – Sim.  
 João Natal – Sim.  
 João Paulo – Sim.  
 João Rezek – Sim.  
 Joaquim Bevilacqua – Sim.  
 Joaquim Francisco – Sim.  
 Joaquim Haickel – Sim.  
 Joaquim Sucena – Sim.  
 Jofran Frejat – Sim.  
 Jonas Pinheiro – Sim.  
 Jonival Lucas – Sim.  
 Jorge Arbage – abstenção.  
 Jorge Bornhausen – Sim.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Sim.  
 Jorge Medauar – Sim.  
 Jorge Uequet – Sim.  
 Jorge Vianna – Sim.  
 José Agripino – Sim.  
 José Camargo – Sim.  
 José Carlos Coutinho – Sim.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Martinez – Sim.  
 José Carlos Sabóia – Sim.  
 José Carlos Vasconcellos – Sim.  
 José Costa – Sim.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Sim.  
 José Egreja – Sim.  
 José Elias – Sim.  
 José Elias Murad – Sim.  
 José Fernandes – Sim.  
 José Fogaça – Sim.  
 José Freire – Sim.  
 José Genoio – Sim.  
 José Geraldo – Sim.  
 José Guedes – Sim.  
 José Ignácio Ferreira – Sim.  
 José Jorge – Sim.  
 José Lins – Sim.  
 José Lourenço – Sim.  
 José Luiz de Sá – Sim.  
 José Luiz Maia – Sim.  
 José Maranhão – Sim.  
 José Maria Eymael – Sim.  
 José Maurício – Sim.  
 José Melo – Sim.  
 José Mendonça Bezerra – Sim.  
 José Moura – Sim.  
 José Paulo Bisol – Sim.  
 José Queiroz – Sim.  
 José Richa – Sim.  
 José Santana de Vasconcelos – Sim.  
 José Serra – Sim.  
 José Tavares – Sim.  
 José Teixeira – Sim.  
 José Thomaz Nonô – Sim.  
 José Tinoco – Sim.  
 José Viana – Sim.  
 Jovani Masini – Sim.  
 Juarez Antunes – Sim.  
 Julio Campos – Sim.  
 Julio Costamilan – Sim.  
 Jutahy Magalhães – Sim.  
 Koyu Iha – Sim.  
 Lael Varella – Sim.  
 Lavoisier Maia – Sim.  
 Leite Chaves – Sim.  
 Lélío Souza – Sim.  
 Leopoldo Peres – Sim.  
 Leur Lomanto – Sim.  
 Levy Dias – Sim.  
 Lezio Sathler – Sim.  
 Lídice da Mata – Sim.  
 Louremberg Nunes Rocha – Sim.  
 Lourival Baptista – Sim.  
 Lúcia Braga – Sim.  
 Lúcia Vania – Sim.  
 Lúcia Alcântara – Sim.  
 Luís Eduardo – Sim.  
 Luís Roberto Ponte – Sim.  
 Luiz Alberto Rodrigues – Sim.  
 Luiz Freire – Sim.  
 Luiz Gushiken – Sim.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
 Luiz Leal – Sim.  
 Luiz Marques – Sim.  
 Luiz Salomão – Sim.  
 Luiz Soyer – Sim.  
 Luiz Viana – Sim.  
 Luiz Viana Neto – Sim.  
 Lysâneas Maciel – Não.  
 Maluly Neto – Sim.  
 Manoel Castro – Sim.  
 Manoel Ribeiro – Sim.  
 Mansueto de Lavor – Sim.  
 Marcelo Cordeiro – Sim.  
 Márcia Kubitschek – Sim.  
 Márcio Braga – Sim.  
 Márcio Lacerda – Sim.  
 Marco Maciel – Sim.  
 Marcondes Gadelha – Sim.  
 Maria de Lourdes Abadia – Sim.  
 Maria Lúcia – Sim.  
 Mário Assad – Sim.  
 Mário Covas – Sim.  
 Mário Lima – Sim.  
 Mário Maia – Sim.  
 Marluce Pinto – Sim.  
 Matheus Iensen – Sim.  
 Maurício Campos – Sim.  
 Maurício Corrêa – Não.  
 Maurício Fruet – Sim.  
 Maurício Nasser – Sim.  
 Maurício Pádua – Sim.  
 Maurílio Ferreira Lima – Sim.  
 Mauro Benevides – Sim.  
 Mauro Borges – Sim.  
 Mauro Campos – Sim.  
 Mauro Miranda – Sim.  
 Max Rosenmann – Sim.  
 Meira Filho – Sim.  
 Mello Reis – Sim.  
 Melo Freire – Sim.  
 Mendes Botelho – Sim.  
 Mendes Canale – Sim.  
 Mendes Ribeiro – Sim.  
 Messias Gois – Sim.  
 Michel Temer – Sim.  
 Milton Barbosa – Sim.  
 Milton Lima – Sim.  
 Milton Reis – Sim.  
 Miraldo Gomes – Sim.  
 Miro Teixeira – Sim.  
 Moema São Thiago – Sim.  
 Mozarildo Cavalcanti – Sim.  
 Mussa Demes – Sim.  
 Nabor Júnior – Sim.  
 Naphtali Alves de Souza – Sim.  
 Narciso Mendes – Sim.  
 Nelson Aguiar – Não.  
 Nelson Carneiro – Sim.  
 Nelson Jobim – Sim.  
 Nelson Sabrá – Sim.  
 Nelson Seixas – Sim.  
 Nelson Wedekin – Sim.  
 Nelton Friedrich – Sim.  
 Nestor Duarte – Sim.  
 Nilso Sguarezi – Sim.  
 Nilson Gibson – Sim.  
 Nion Albernaz – Sim.  
 Nyder Barbosa – Sim.  
 Octávio Elísio – Sim.  
 Olívio Dutra – Sim.  
 Orlando Bezerra – Sim.  
 Orlando Pacheco – Sim.  
 Oscar Corrêa – Sim.  
 Osmar Leitão – Sim.  
 Osmir Lima – Sim.  
 Osvaldo Bender – Sim.  
 Osvaldo Coelho – Sim.  
 Osvaldo Macedo – Sim.  
 Osvaldo Sobrinho – Sim.  
 Osvaldo Almeida – Sim.  
 Ottomar Pinto – Sim.  
 Paes de Andrade – Sim.  
 Paes Landim – Sim.  
 Paulo Delgado – Sim.  
 Paulo Macarini – Sim.  
 Paulo Marques – Sim.  
 Paulo Mincarone – Sim.  
 Paulo Paim – Sim.  
 Paulo Pimentel – Sim.  
 Paulo Ramos – Sim.  
 Paulo Roberto – Sim.  
 Paulo Roberto Cunha – Sim.  
 Paulo Zarzur – Sim.  
 Pedro Canedo – Sim.  
 Pedro Ceolin – Sim.  
 Percival Muniz – Sim.  
 Pimenta da Veiga – Sim.  
 Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
 Plínio Martins – Sim.  
 Pompeu de Sousa – Sim.

Rachid Saldanha Derzi – Sim.  
 Raimundo Bezerra – Sim.  
 Raimundo Lira – Sim.  
 Raquel Capiberibe – Sim.  
 Raul Ferraz – Sim.  
 Renan Calheiros – Sim.  
 Renato Johnsson – Sim.  
 Renato Vianna – Sim.  
 Ricardo Fiuza – Sim.  
 Ricardo Izar – Sim.  
 Rita Camata – Sim.  
 Rita Furtado – Sim.  
 Roberto Augusto – Sim.  
 Roberto Balestra – Sim.  
 Roberto Brant – Sim.  
 Roberto Campos – Sim.  
 Roberto D'Ávila – Sim.  
 Roberto Freire – Sim.  
 Roberto Jefferson – Sim.  
 Roberto Rollemberg – Sim.  
 Roberto Torres – Sim.  
 Roberto Vital – Sim.  
 Robson Marinho – Sim.  
 Rodrigues Palma – Sim.  
 Ronaldo Aragão – Sim.  
 Ronaldo Carvalho – Sim.  
 Ronaldo Cezar Coelho – Sim.  
 Ronan Tito – Sim.  
 Ronaro Corrêa – Sim.  
 Rosa Prata – Sim.  
 Rose de Freitas – Sim.  
 Rospide Netto – Sim.  
 Rubem Branquinho – Sim.  
 Rubem Medina – Sim.  
 Ruben Figueiró – Sim.  
 Ruberval Pilotto – Sim.  
 Ruy Bacelar – Sim.  
 Ruy Nede – Sim.  
 Sadie Hauache – Sim.  
 Samir Achoa – Sim.  
 Sandra Cavalcanti – Sim.  
 Santinho Furtado – Sim.  
 Sarney Filho – Sim.  
 Sérgio Spada – Sim.  
 Sérgio Werneck – Sim.  
 Severo Gomes – Sim.  
 Sigmaringa Seixas – Sim.  
 Sílvio Abreu – Sim.  
 Simão Sessim – Sim.  
 Siqueira Campos – Sim.  
 Sólon Borges dos Reis – Sim.  
 Sotero Cunha – Sim.  
 Stelio Dias – Sim.  
 Tadeu França – Sim.  
 Telmo Kirst – Sim.  
 Teotonio Vilela Filho – Sim.  
 Theodoro Mendes – Sim.  
 Tito Costa – Sim.  
 Ubiratan Aguiar – Sim.  
 Ubiratan Spinelli – Sim.  
 Uldurico Pinto – Sim.  
 Valmir Campelo – Sim.  
 Valter Pereira – Sim.  
 Vasco Alves – Sim.  
 Vicente Bogo – Sim.  
 Victor Faccioni – Sim.  
 Victor Fontana – Sim.  
 Victor Trovão – Sim.  
 Vieira da Silva – Sim.  
 Vilson Souza – Não.  
 Vingst Rosado – Sim.

Vinicius Cansação – Sim.  
 Virgildásio de Senna – Sim.  
 Virgílio Galassi – Sim.  
 Virgílio Guimarães – Sim.  
 Virgílio Távora – Sim.  
 Vítor Buaiz – Sim.  
 Vivaldo Barbosa – Sim.  
 Vladimir Palmeira – Sim.  
 Wagner Lago – Sim.  
 Waldeck Ornelas – Sim.  
 Waldyr Pugliesi – Sim.  
 Walmor de Luca – Sim.  
 Wilma Maia – Sim.  
 Wilson Campos – Sim.  
 Wilson Martins – Sim.  
 Ziza Valadares – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA  
 Nº 2.037

(Do Sr. Irapuan Costa Júnior),  
 ressaltados os destaques:

Dê-se ao Título do Projeto de  
 Constituição da Comissão de Sistematização,  
 a seguinte redação:

TÍTULO I

**Dos Princípios Fundamentais**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios, Distrito Federal e Territórios constitui-se em Estado Democrático de Direito, visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamento a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e a convivência em paz com a humanidade.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, e em seu nome é exercido.

Art. 2º São Poderes do Estado, harmônicos e independentes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º São objetivos fundamentais do Estado:

I – garantir a independência e o desenvolvimento nacionais;

II – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades entre as pessoas e regiões;

III – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

Art. 4º O Brasil fundamentará suas relações internacionais nos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos e da defesa da paz, bem como no repúdio ao terrorismo e ao racismo, e propugnará pela cooperação entre os povos e pelo progresso da humanidade.

Art. 5º O Brasil apoiará a livre integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se à votação do Substitutivo do Título I, ressaltados os destaques que, evidentemente, serão apreciados posteriormente.

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares para a votação.

Os Srs. Constituintes e os Srs. Líderes já estão suficientemente informados de que a matéria a ser votada agora, ou seja, o Substitutivo do Título I, de autoria do nobre Constituinte Irapuan Costa Júnior, foi objeto também de acordo, salvo os destaques, que serão apreciados no seu devido tempo.

**O SR. MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Mário Covas.

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Pela ordem, sem revisão do orador.):** – Apenas para uma esclarecimento, Sr. Presidente, vamos votar agora o texto integral do Título I, que fez parte do acordo de tal maneira que todos votaremos a favor?

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Exatamente.

**O SR. MÁRIO COVAS:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa já informou. Trata-se da votação referente ao Substitutivo do Título I, que foi objeto do acordo na apreciação, inclusive, de parte dos destaques. Para alguns, não houve acordo, e assim, haverá a votação de acordo com a consciência ou com a decisão pessoal de cada Constituinte.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON:** – Sr. Presidente, à guisa de informação: o texto que está sendo votado é o da emenda substitutiva, subscrita pelo constituinte Irapuan Costa Júnior. Vamos votar sim, ressaltando os destaques para, em seguida, orientar cada votação. Votaremos sim, com a emenda substitutiva do Constituinte Irapuan Costa Júnior.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Perfeitamente.

A Mesa faz mais um apelo aos Srs. Constituintes, no sentido de que tomem os seus lugares, tornando a votação mais rápida.

Repetindo: a votação diz respeito ao substitutivo do Título I, de autoria do Constituinte Irapuan Costa Júnior, que conta com mais de 280 assinaturas. O substitutivo será votado sem prejuízo dos destaques.

Passa-se à votação.

(*Procede-se à votação*).

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai encerrar a votação, uma vez que todos os Srs. Constituintes já votaram.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim: 480

Não: 9

Abstenção: 4

Total: 493

Foi aprovado o Substitutivo, sem prejuízo dos Destaques.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente Ulysses Guimarães –

Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.

Acival Gomes – Sim.

Adauto Pereira – Sim.  
 Ademir Andrade – Sim.  
 Adhemar de Barros Filho – Sim.  
 Adolfo Oliveira – Sim.  
 Adroaldo Streck – Sim.  
 Adylson Mottas – Sim.  
 Aécio de Borba – Sim.  
 Aécio Neves – Sim.  
 Affonso Camargo – Sim.  
 Afif Domingos – Sim.  
 Agassiz Almeida – Sim.  
 Agripino de Oliveira Lima – Sim.  
 Airton Cordeiro – Sim.  
 Alarico Abib – Sim.  
 Albano Franco – Sim.  
 Albérico Cordeiro – Sim.  
 Albérico Filho – Sim.  
 Alcení Guerra – Sim.  
 Aldo Arantes – Sim.  
 Alécio Dias – Sim.  
 Alexandre Costa – Sim.  
 Alexandre Puzyna – Sim.  
 Alfredo Campos – Sim.  
 Almir Gabriel – Sim.  
 Aloísio Vasconcelos – Sim.  
 Aloysio Chaves – Sim.  
 Aloysio Teixeira – Sim.  
 Aluizio Bezerra – Sim.  
 Aluizio Campos – Sim.  
 Álvaro Antônio – Sim.  
 Álvaro Valle – Sim.  
 Alysson Paulinelli – Sim.  
 Amaral Netto – Sim.  
 Amaury Müller – Não.  
 Ângelo Magalhães – Sim.  
 Anna Maria Rattes – Sim.  
 Annibal Barcellos – Sim.  
 Antero de Barros – Sim.  
 Antônio Britto – Sim.  
 Antônio Câmara – Sim.  
 Antônio Carlos Franco – Sim.  
 Antônio Carlos Konder Reis – Sim.  
 Antonio Carlos Mendes Thame – Sim.  
 Antônio de Jesus – Sim.  
 Antonio Farias – Sim.  
 Antonio Gaspar – Sim.  
 Antonio Mariz – Sim.  
 Antonio Salim Curiani – Sim.  
 Antonio Ueno – Sim.  
 Arnaldo Faria de Sá – Sim.  
 Arnaldo Martins – Sim.  
 Arnaldo Moraes – Sim.  
 Arnaldo Prieto – Sim.  
 Arnold Fioravante – Sim.  
 Arolde de Oliveira – Sim.  
 Artur da Távola – Sim.  
 Asdrúbal Bentes – Abstenção.  
 Átila Lira – Sim.  
 Augusto Carvalho – Sim.  
 Aureo Mello – Abstenção.  
 Basílio Villani – Sim.  
 Benedita da Silva – Sim.  
 Benito Gama – Sim.  
 Bernardo Cabral – Sim.  
 Beth Azize – Sim.  
 Bezerra de Melo – Sim.  
 Bocayuva Cunha – Sim.  
 Bonifácio de Andrada – Sim.  
 Bosco França – Sim.  
 Brandão Monteiro – Sim.  
 Caio Pompeu – Sim.  
 Cardoso Alves – Sim.  
 Carlos Alberto Caó – Sim.  
 Carlos Chiarelli – Sim.  
 Carlos Cotta – Não.  
 Carlos Sant'Anna – Sim.  
 Carlos Vinagre – Sim.  
 Carlos Virgílio – Sim.  
 Carrel Benevides – Sim.  
 Cássio Cunha Lima – Sim.  
 Célio de Castro – Não.  
 Celso Dourado – Sim.  
 César Maia – Sim.  
 Chagas Duarte – Sim.  
 Chagas Neto – Sim.  
 Chagas Rodrigues – Sim.  
 Chico Humberto – Sim.  
 Christóvam Chiaradia – Sim.  
 Cid Carvalho – Sim.  
 Cid Sabóia de Carvalho – Sim.  
 Cláudio Ávila – Sim.  
 Cleonânicio Fonseca – Sim.  
 Costa Ferreira – Sim.  
 Cristina Tavares – Sim.  
 Cunha Bueno – Sim.  
 Dalton Canabrava – Sim.  
 Darcy Deitos – Sim.  
 Darcy Pozza – Sim.  
 Daso Coimbra – Sim.  
 Del Bosco Amaral – Sim.  
 Delfim Netto – Sim.  
 Délio Braz – Sim.  
 Denisar Arneiro – Sim.  
 Dionísio Dal Prá – Sim.  
 Dionísio Hage – Sim.  
 Dirce Tutu Quadros – Sim.  
 Dirceu Carneiro – Sim.  
 Divaldo Suruagy – Sim.  
 Djenal Gonçalves – Sim.  
 Domingos Juvenil – Sim.  
 Domingos Leonelli – Sim.  
 Doreto Campanari – Sim.  
 Edésio Farias – Sim.  
 Edivaldo Motta – Sim.  
 Edme Tavares – Sim.  
 Edmilson Valentim – Sim.  
 Eduardo Bonfim – Sim.  
 Eduardo Jorge – Sim.  
 Eduardo Moreira – Sim.  
 Egídio Ferreira Lima – Sim.  
 Eliel Rodrigues – Sim.  
 Eliezer Moreira – Sim.  
 Enoc Vieira – Sim.  
 Eraldo Tinoco – Sim.  
 Eraldo Trindade – Sim.  
 Érico Pegoraro – Sim.  
 Euclides Scalco – Sim.  
 Eunice Michiles – Sim.  
 Evaldo Gonçalves – Sim.  
 Expedido Machado – Sim.  
 Ezio Ferreira – Sim.  
 Fábio Feldmann – Sim.  
 Fábio Raunheitti – Sim.  
 Farabulini Junior – Sim.  
 Fausto Fernandes – Sim.  
 Fausto Rocha – Sim.  
 Felipe Cheidde – Sim.  
 Felipe Mendes – Sim.  
 Feres Nader – Sim.  
 Fernando Bezerra Coelho – Sim.  
 Fernando Cunha – Sim.  
 Fernando Gasparian – Sim.  
 Fernando Gomes – Sim.  
 Fernando Henrique Cardoso – Sim.  
 Fernando Lyra – Sim.  
 Fernando Santana – Sim.  
 Fernando Velasco – Sim.  
 Firmo de Castro – Sim.  
 Flavio Palmier da Veiga – Sim.  
 Flavio Rocha – Sim.  
 Florestan Fernandes – Sim.  
 Floriceno Paixão – Sim.  
 França Teixeira – Não.  
 Francisco Amaral – Sim.  
 Francisco Benjamim – Sim.  
 Francisco Carneiro – Sim.  
 Francisco Coelho – Sim.  
 Francisco Diógenes – Sim.  
 Francisco Dornelles – Sim.  
 Francisco Küster – Sim.  
 Francisco Pinto – Não.  
 Francisco Rollemberg – Sim.  
 Francisco Rossi – Sim.  
 Furtado Leite – Sim.  
 Gabriel Guerreiro – Sim.  
 Gandi Jamil – Sim.  
 Gastone Righi – Sim.  
 Genebaldo Correia – Sim.  
 Genésio Bernardino – Sim.  
 Geovani Borges – Sim.  
 Geraldo Alckmin Filho – Sim.  
 Geraldo Campos – Sim.  
 Geraldo Fleming – Sim.  
 Gerson Camata – Sim.  
 Gerson Marcondes – Sim.  
 Gerson Peres – Sim.  
 Gidel Dantas – Sim.  
 Gil César – Sim.  
 Gilson Machado – Sim.  
 Gonzaga Patriota – Sim.  
 Guilherme Palmeira – Sim.  
 Gumercindo Milhomem – Sim.  
 Gustavo de Faria – Sim.  
 Harlan Gadelha – Sim.  
 Haroldo Lima – Sim.  
 Haroldo Saboia – Sim.  
 Hélio Costa – Sim.  
 Hélio Duque – Sim.  
 Hélio Manhães – Sim.  
 Hélio Rosas – Sim.  
 Henrique Cordova – Sim.  
 Henrique Eduardo Alves – Sim.  
 Hermes Zaneti – Sim.  
 Homero Santos – Sim.  
 Humberto Lucena – Sim.  
 Humberto Souto – Sim.  
 Iberê Ferreira – Sim.  
 Ibsen Pinheiro – Sim.  
 Inocêncio Oliveira – Sim.  
 Iram Saraiva – Sim.  
 Irapuan Costa Junior – Sim.  
 Irma Passoni – Sim.  
 Ismael Wanderley – Sim.  
 Itamar Franco – Sim.  
 Ivo Cersósimo – Sim.  
 Ivo Lech – Sim.  
 Ivo Mainardi – Sim.  
 Ivo Vanderlinde – Sim.  
 Jacy Scanagatta – Sim.  
 Jairo Azi – Sim.  
 Jalles Fontoura – Sim.  
 Jamil Haddad – Sim.  
 Jarbas Passarinho – Sim.

Jayme Paliarin – Sim.  
 Jessé Freire – Sim.  
 Jesualdo Cavalcanti – Sim.  
 Jesus Tajra – Sim.  
 Joaci Góes – Sim.  
 João Agripino – Sim.  
 João Calmon – Sim.  
 João Carlos Bacelar – Não.  
 João Castelo – Sim.  
 João da Mata – Abstenção.  
 João de Deus Antunes – Sim.  
 João Hermann Neto – Sim.  
 João Machado Rollemberg – Sim.  
 João Menezes – Sim.  
 João Natal – Sim.  
 João Paulo – Sim.  
 João Rezek – Sim.  
 Joaquim Bevilacqua – Sim.  
 Joaquim Francisco – Sim.  
 Joaquim Haickel – Sim.  
 Joaquim Sucena – Sim.  
 Jofran Frejat – Sim.  
 Jonas Pinheiro – Sim.  
 Jonival Lucas – Sim.  
 Jorge Arbage – Sim.  
 Jorge Bornhausen – Sim.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Sim.  
 Jorge Medauar – Sim.  
 Jorge Uequed – Sim.  
 Jorge Vianna – Sim.  
 José Agripino – Sim.  
 José Camargo – Sim.  
 José Carlos Coutinho – Sim.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Martinez – Sim.  
 José Carlos Sabóia – Sim.  
 José Carlos Vasconcelos – Sim.  
 José Costa – Sim.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Sim.  
 José Igreja – Sim.  
 José Elias – Sim.  
 José Elias Murad – Sim.  
 José Fernandes – Sim.  
 José Fogaça – Sim.  
 José Freire – Sim.  
 José Genóino – Sim.  
 José Geraldo – Sim.  
 José Guedes – Sim.  
 José Ignácio Ferreira – Sim.  
 José Jorge – Sim.  
 José Lins – Sim.  
 José Lourenço – Sim.  
 José Luiz de Sá – Não.  
 José Luiz Maia – Sim.  
 José Maranhão – Sim.  
 José Maria Eymael – Sim.  
 José Maurício – Sim.  
 José Mendonça Bezerra – Sim.  
 José Moura – Sim.  
 José Paulo Bisol – Sim.  
 José Queiroz – Sim.  
 José Richa – Sim.  
 José Santana de Vasconcellos – Sim.  
 José Serra – Sim.  
 José Tavares – Sim.  
 José Teixeira – Sim.  
 José Thomaz Nonô – Sim.  
 José Tinoco – Sim.  
 José Viana – Sim.

Jovanni Masini – Sim.  
 Juarez Antunes – Sim.  
 Júlio Campos – Sim.  
 Júlio Costamilan – Sim.  
 Jutahy Magalhães – Sim.  
 Koyu Iha – Sim.  
 Lael Varella – Sim.  
 Lavoisier Maia – Sim.  
 Leite Chaves – Sim.  
 Lélio Souza – Sim.  
 Leopoldo Peres – Sim.  
 Leur Lomanto – Sim.  
 Levy Dias – Sim.  
 Lézio Sather – Sim.  
 Lídice da Mata – Sim.  
 Louremberg Nunes Rocha – Sim.  
 Lourival Baptista – Sim.  
 Lúcia Braga – Sim.  
 Lúcia Vânia – Sim.  
 Lúcio Alcântara – Sim.  
 Luís Eduardo – Sim.  
 Luís Roberto Ponte – Sim.  
 Luiz Alberto Rodrigues – Sim.  
 Luiz Freire – Sim.  
 Luiz Gushiken – Sim.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
 Luiz Leal – Sim.  
 Luiz Marques – Sim.  
 Luiz Salomão – Sim.  
 Luiz Soyer – Sim.  
 Luiz Viana – Sim.  
 Luiz Viana Neto – Sim.  
 Lysâneas Maciel – Não.  
 Maluli Neto – Sim.  
 Manoel Ribeiro – Sim.  
 Mansueto de Lavor – Sim.  
 Marcelo Cordeiro – Sim.  
 Márcia Kubitschek – Sim.  
 Márcio Braga – Sim.  
 Márcio Lacerda – Sim.  
 Marco Maciel – Sim.  
 Marcondes Gadelha – Sim.  
 Maria de Lourdes Abadia – Sim.  
 Maria Lúcia – Sim.  
 Mário Covas – Sim.  
 Mário Lima – Sim.  
 Mário Maia – Sim.  
 Marluce Pinto – Sim.  
 Matheus Iensen – Sim.  
 Maurício Campos – Sim.  
 Maurício Corrêa – Sim.  
 Maurício Fruet – Sim.  
 Maurício Nasser – Sim.  
 Maurício Pádua – Sim.  
 Maurílio Ferreira Lima – Sim.  
 Mauro Benevides – Sim.  
 Mauro Borges – Sim.  
 Mauro Campos – Sim.  
 Mauro Miranda – Sim.  
 Max Rosenmann – Sim.  
 Meira Filho – Sim.  
 Mello Reis – Sim.  
 Melo Freire – Sim.  
 Mendes Botelho – Sim.  
 Mendes Ribeiro – Sim.  
 Messias Góis – Sim.  
 Michel Temer – Sim.  
 Milton Barbosa – Sim.  
 Milton Lima – Sim.  
 Miraldo Gomes – Sim.  
 Miro Teixeira – Sim.

Moema São Thiago – Sim.  
 Mozarildo Cavalcanti – Sim.  
 Mussa Demes – Sim.  
 Nabor Júnior – Sim.  
 Naphtali Alves de Souza – Sim.  
 Narciso Mendes – Sim.  
 Nelson Carneiro – Sim.  
 Nelson Jobim – Sim.  
 Nelson Sabrá – Sim.  
 Nelson Seixas – Sim.  
 Nelson Wedekin – Sim.  
 Nelson Friedrich – Sim.  
 Nestor Duarte – Sim.  
 Nilso Sguarezi – Sim.  
 Nilson Gibson – Sim.  
 Nion Albernaz – Sim.  
 Nyder Barbosa – Sim.  
 Octávio Elísio – Sim.  
 Olavo Pires – Sim.  
 Olívio Dutra – Sim.  
 Orlando Bezerra – Sim.  
 Orlando Pacheco – Sim.  
 Oscar Corrêa – Sim.  
 Osmar Leitão – Sim.  
 Osmir Lima – Sim.  
 Osvaldo Bender – Sim.  
 Osvaldo Coelho – Sim.  
 Osvaldo Macedo – Sim.  
 Osvaldo Sobrinho – Sim.  
 Osvaldo Almeida – Sim.  
 Ottomar Pinto – Sim.  
 Paes de Andrade – Sim.  
 Paes Landim – Sim.  
 Paulo Delgado – Sim.  
 Paulo Macarini – Sim.  
 Paulo Mincarone – Sim.  
 Paulo Pimentel – Sim.  
 Paulo Ramos – Sim.  
 Paulo Roberto – Sim.  
 Paulo Roberto Cunha – Sim.  
 Paulo Zarzur – Sim.  
 Pedro Canedo – Sim.  
 Pedro Ceolin – Sim.  
 Percival Muniz – Sim.  
 Pimenta da Veiga – Sim.  
 Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
 Plínio Martins – Sim.  
 Pompeu de Sousa – Sim.  
 Rachid Saldanha Derzi – Sim.  
 Raimundo Bezerra – Sim.  
 Raimundo Lira – Sim.  
 Raquel Cândido – Sim.  
 Raquel Capiberibe – Sim.  
 Raul Ferraz – Sim.  
 Renan Calheiros – Sim.  
 Renato Johnsson – Sim.  
 Renato Vianna – Sim.  
 Ricardo Fiuza – Sim.  
 Ricardo Izar – Sim.  
 Rita Camata – Sim.  
 Rita Furtado – Sim.  
 Roberto Augusto – Sim.  
 Roberto Balestra – Sim.  
 Roberto Brant – Sim.  
 Roberto Campos – Sim.  
 Roberto D'Ávila – Sim.  
 Roberto Freire – Sim.  
 Roberto Jefferson – Sim.  
 Roberto Rollemberg – Sim.  
 Roberto Torres – Sim.  
 Roberto Vital – Sim.

Robson Marinho – Sim.  
 Rodrigues Palma – Sim.  
 Ronaldo Aragão – Sim.  
 Ronaldo Carvalho – Sim.  
 Ronaldo Cezar Coelho – Sim.  
 Ronan Tito – Sim.  
 Ronaro Corrêa – Sim.  
 Rosa Prata – Sim.  
 Rospide Netto – Sim.  
 Rubem Branquinho – Sim.  
 Rubem Medina – Sim.  
 Ruben Figueiró – Sim.  
 Ruberval Pilotto – Sim.  
 Ruy Bacelar – Sim.  
 Ruy Nedel – Sim.  
 Sadie Hauache – Sim.  
 Samir Achôa – Sim.  
 Sandra Cavalcanti – Sim.  
 Sarney Filho – Sim.  
 Sérgio Spada – Sim.  
 Sérgio Werneck – Sim.  
 Severo Gomes – Sim.  
 Sigmaringa Seixas – Sim.  
 Sílvio Abreu – Sim.  
 Simão Sessim – Sim.  
 Siqueira Campos – Sim.  
 Sólon Borges dos Reis – Sim.  
 Sotero Cunha – Sim.  
 Stélio Dias – Sim.  
 Tadeu França – Sim.  
 Telmo Kirst – Sim.  
 Teotonio Vilela Filho – Sim.  
 Theodoro Mendes – Sim.  
 Tito Costa – Sim.  
 Ubiratan Aguiar – Sim.  
 Ubiratan Spinelli – Sim.  
 Uldurico Pinto – Sim.  
 Valmir Campelo – Sim.  
 Valter Pereira – Sim.  
 Vasco Alves – Sim.  
 Vicente Bogo – Sim.  
 Victor Faccioni – Sim.  
 Victor Fontana – Sim.  
 Victor Trovão – Sim.  
 Vieira da Silva – Sim.  
 Wilson Souza – Não.  
 Vingt Rosado – Sim.  
 Vinícius Cansanção – Sim.  
 Virgildásio de Senna – Sim.  
 Virgílio Galassi – Sim.  
 Virgílio Guimarães – Sim.  
 Virgílio Távora – Sim.  
 Vitor Buaiz – Sim.  
 Vivaldo Barbosa – Sim.  
 Vladimir Palmeira – Sim.  
 Wagner Lago – Sim.  
 Waldeck Ornêlas – Sim.  
 Waldyr Pugliesi – Sim.  
 Walmor de Luca – Sim.  
 Wilma Maia – Sim.  
 Wilson Campos – Sim.  
 Wilson Martins – Sim.  
 Ziza Valadares – Sim.

**O SR. EDUARDO BONFIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

**O SR. EDUARDO BONFIM (PC – do B – AL. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como tive que esperar o mapa do computador, já que, desta vez, meu nome e a votação foram registrados, e eu não poderia votar antes, por solicitação do técnico, no sentido de que iria ver o mapa de computação, eu queria deixar registrado com V. Ex.<sup>a</sup> que minha votação anterior foi Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Perfeito.

Em votação o art. 1º do Título I, ressaltado o destaque ao Parágrafo Único.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio Mariz.

**O SR. ANTÔNIO MARIZ (PMDB – PB. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como autor do destaque do art. 1º, quero dele desistir, em virtude dos entendimentos promovidos pelo meu Partido o PMDB e no interesse da preservação do princípio da participação popular direta, da democracia direta, nos termos da Constituição, do exercício direto do poder pelo povo, tal como o define a Constituição.

Espero que, no segundo turno, possam-se corrigir as contradições e redundâncias que se encontram entre este art. 1º e os arts. 20, 199 e 229 do Projeto e do Substitutivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, retirando o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – O Sr. Constituinte retirou o destaque.

**O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

**O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Atendendo ao apelo feito pela Liderança, solicito seja retirada a Emenda de nº 1.479-0, de minha autoria, que propõe modificação ao art. 1º da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Com a cooperação dos nobres Constituintes vão ser dispensadas, pelo menos, duas votações. A Mesa agradece essa colaboração inteligente e construtiva dos nossos companheiros. O artigo está aprovado.

Vai-se votar o seguinte texto, que resultou, como permite o Regimento, da fusão de várias emendas que tratam da matéria, dos nobres Constituintes Ricardo Izar, João Agripino, Ricardo Fiúza, e do autor do Substitutivo Irapuan Costa Júnior, também anuindo a esta fusão que modifica o texto de autoria de S. Ex.<sup>a</sup>. O requerimento é o seguinte:

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 03/88, a fusão das proposições para efeito de ser votado, como texto substitutivo ao parágrafo único do art. 1º, a seguinte redação:

“Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por representantes

eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1988. – **Irapuan Costa Junior – Ricardo Izar**, E 2P 02037-2 – **João Agripino**, Destaque nº 1.492 – **Ricardo Fiúza**, E. 2P 01529-8, Destaque nº 1.117.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Essa a matéria que será submetida à votação. Esse texto resultou de acordo entre as forças representativas de Lideranças da Assembléia Nacional Constituinte.

Srs. Constituintes, queiram retornar aos respectivos lugares para a votação.

A Mesa informa aos Srs. Constituintes, se é que isso seja necessário, que, embora haja acordo, é preciso a presença de V. Ex.<sup>a</sup> para que o **quorum** seja assegurado. E há matéria em que não houve acordo, para a qual não houve entendimento. De forma que é preciso a presença de todos até o final das votações. A Mesa aguarda alguns Constituintes que procuram assento no plenário.

Passa-se à votação.

(*Procede-se à votação.*)

(Pausa).

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim: 467

Não: 10

Abstenção: 2

Total: 479

O texto foi aprovado, em consequência prejudicadas as emendas referidas.

Votaram os Srs. Constituintes: Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.

Acival Gomes – Não.

Adauto Pereira – Sim.

Ademir Andrade – Sim.

Adhemar de Barros Filho – Sim.

Adolfo Oliveira – Sim.

Adroaldo Streck – Sim.

Adylson Motta – Sim.

Aécio de Borba – Sim.

Aécio Neves – Sim.

Afonso Camargo – Sim.

Afif Domingos – Sim.

Afonso Arinos – Sim.

Agassiz Almeida – Sim.

Agripino de Oliveira Lima – Sim.

Airton Cordeiro – Sim.

Alarico Abib – Sim.

Albano Franco – Sim.

Albérico Cordeiro – Sim.

Albérico Filho – Sim.

Alceni Guerra – Sim.

Aldo Arantes – Sim.

Alércio Dias – Sim.

Alexandre Costa – Sim.

Alexandre Puzyna – Sim.

Alfredo Campos – Sim.

Almir Gabriel – Sim.

Aloísio Vasconcelos – Sim.

Aloysio Chaves – Sim.

Aloysio Teixeira – Sim.

Aluizio Bezerra – Sim.

Aluizio Campos – Sim.



Álvaro Antônio – Sim.  
 Álvaro Valle – Não.  
 Alysson Paulinelli – Sim.  
 Amaral Netto – Sim.  
 Amaury Müller – Sim.  
 Ângelo Magalhães – Sim.  
 Anna Maria Rattes – Sim.  
 Annibal Barcellos – Sim.  
 Antero de Barros – Sim.  
 Antônio Britto – Sim.  
 Antônio Câmara – Sim.  
 Antônio Carlos Franco – Sim.  
 Antônio Carlos Konder Reis – Sim.  
 Antônio Carlos Mendes Thame – Sim.  
 Antonio de Jesus – Abstenção.  
 Antonio Farias – Sim.  
 Antonio Gaspar – Sim.  
 Antonio Mariz – Sim.  
 Antonio Salim Curiati – Sim.  
 Antonio Ueno – Sim.  
 Arnaldo Faria de Sá – Sim.  
 Arnaldo Moraes – Não.  
 Arnaldo Prieto – Sim.  
 Arnold Fioravante – Sim.  
 Arolde de Oliveira – Sim.  
 Artur da Távola – Sim.  
 Asdrubal Bentes – Sim.  
 Átila Lira – Sim.  
 Augusto Carvalho – Sim.  
 Aureo Mello – Sim.  
 Basílio Villani – Sim.  
 Benedita da Silva – Sim.  
 Benito Gama – Sim.  
 Beth Azize – Sim.  
 Bezerra de Melo – Sim.  
 Bocayuva Cunha – Sim.  
 Bonifácio de Andrada – Sim.  
 Brandão Monteiro – Sim.  
 Cardoso Alves – Sim.  
 Carlos Alberto Caó – Sim.  
 Carlos Chiarelli – Sim.  
 Carlos Cotta – Sim.  
 Carlos Sant'Anna – Sim.  
 Carlos Vinagre – Não.  
 Carlos Virgílio – Sim.  
 Carrel Benevides – Sim.  
 Cássio Cunha Lima – Sim.  
 Célio de Castro – Não.  
 Celso Dourado – Sim.  
 César Maia – Sim.  
 Chagas Duarte – Sim.  
 Chagas Neto – Sim.  
 Chagas Rodrigues – Sim.  
 Chico Humberto – Sim.  
 Christóvam Chiaradia – Sim.  
 Cid Carvalho – Sim.  
 Cid Sabóia de Carvalho – Sim.  
 Cleonânio Fonseca – Sim.  
 Costa Ferreira – Sim.  
 Cristina Tavares – Sim.  
 Cunha Bueno – Sim.  
 Dalton Canabrava – Sim.  
 Darcy Deitos – Sim.  
 Daso Coimbra – Sim.  
 Del Bosco Amaral – Sim.  
 Delfim Netto – Sim.  
 Délio Braz – Sim.  
 Denisar Arneiro – Sim.  
 Dionisio Dal Pra – Sim.  
 Dionisio Hage – Sim.  
 Dirce Tutu Quadros – Sim.  
 Dirceu Carneiro – Sim.  
 Divaldo Suruagy – Sim.  
 Djenal Gonçalves – Sim.  
 Domingos Juvenil – Sim.  
 Domingos Leonelli – Sim.  
 Doreto Campanari – Sim.  
 Edésio Frias – Sim.  
 Edivaldo Motta – Sim.  
 Edme Tavares – Sim.  
 Edmilson Valentim – Sim.  
 Eduardo Bonfim – Sim.  
 Eduardo Jorge – Sim.  
 Eduardo Moreira – Sim.  
 Egídio Ferreira Lima – Sim.  
 Eliel Rodrigues – Sim.  
 Eliézer Moreira – Sim.  
 Enoc Vieira – Sim.  
 Eraldo Tinoco – Sim.  
 Eraldo Trindade – Sim.  
 Erico Pegoraro – Sim.  
 Euclides Scalco – Sim.  
 Eunice Michiles – Sim.  
 Evaldo Gonçalves – Sim.  
 Expedito Machado – Sim.  
 Ézio Ferreira – Sim.  
 Fábio Feldmann – Sim.  
 Fábio Raunheitti – Sim.  
 Farabulini Júnior – Sim.  
 Fausto Fernandes – Não.  
 Felipe Mendes – Sim.  
 Feres Nader – Sim.  
 Fernando Bezerra Coelho – Sim.  
 Fernando Cunha – Sim.  
 Fernando Gasparian – Sim.  
 Fernando Gomes – Sim.  
 Fernando Henrique Cardoso – Sim.  
 Fernando Lyra – Sim.  
 Fernando Santana – Sim.  
 Fernando Velasco – Sim.  
 Firmo de Castro – Sim.  
 Flavio Palmier da Veiga – Sim.  
 Flávio Rocha – Sim.  
 Florestan Fernandes – Sim.  
 Foriceno Paixão – Sim.  
 França Teixeira – Sim.  
 Francisco Benjamim – Sim.  
 Francisco Carneiro – Sim.  
 Francisco Coelho – Sim.  
 Francisco Diógenes – Sim.  
 Francisco Dornelles – Sim.  
 Francisco Küster – Sim.  
 Francisco Pinto – Sim.  
 Francisco Rollemberg – Sim.  
 Francisco Rossi – Sim.  
 Francisco Sales – Sim.  
 Furtado Leite – Sim.  
 Gandi Jamil – Sim.  
 Gastone Righi – Sim.  
 Genebaldo Correia – Sim.  
 Genésio Bernardino – Sim.  
 Geovani Borges – Sim.  
 Geraldo Alckmin Filho – Sim.  
 Geraldo Campos – Sim.  
 Geraldo Fleming – Sim.  
 Geraldo Melo – Sim.  
 Gerson Camata – Sim.  
 Gerson Marcondes – Sim.  
 Gerson Peres – Sim.  
 Gidel Dantas – Sim.  
 Gil César – Sim.  
 Gilson Machado – Sim.  
 Gonzaga Patriota – Sim.  
 Guilherme Palmeira – Sim.  
 Gumercindo Milhomem – Sim.  
 Gustavo de Faria – Sim.  
 Harlan Gadelha – Sim.  
 Haroldo Lima – Sim.  
 Haroldo Sabóia – Sim.  
 Hélio Costa – Não.  
 Hélio Duque – Sim.  
 Hélio Manhães – Sim.  
 Hélio Rosas – Sim.  
 Henrique Córdova – Sim.  
 Henrique Eduardo Alves – Sim.  
 Heráclito Fortes – Sim.  
 Hermes Zaneti – Sim.  
 Homero Santos – Sim.  
 Iberê Ferreira – Sim.  
 Ibsen Pinheiro – Sim.  
 Inocência Oliveira – Sim.  
 Iram Saraiva – Sim.  
 Irapuan Costa Júnior – Sim.  
 Irma Passoni – Sim.  
 Ismael Wanderley – Sim.  
 Itamar Franco – Sim.  
 Ivo Cersósimo – Sim.  
 Ivo Lech – Sim.  
 Ivo Mainardi – Sim.  
 Ivo Vanderlinde – Sim.  
 Jacy Scanagatta – Sim.  
 Jairo Azi – Sim.  
 Jalles Fontoura – Sim.  
 Jamil Haddad – Sim.  
 Jarbas Passarinho – Sim.  
 Jayme Paliarin – Sim.  
 Jossé Freire – Sim.  
 Jesualdo Cavalcanti – Sim.  
 Joaci Goes – Sim.  
 João Agripino – Sim.  
 João Calmon – Sim.  
 João Carlos Bacelar – Sim.  
 João Castelo – Sim.  
 João da Mata – Sim.  
 João de Deus Antunes – Sim.  
 João Herrmann Neto – Sim.  
 João Machado Rollemberg – Sim.  
 João Menezes – Sim.  
 João Natal – Sim.  
 João Paulo – Sim.  
 João Rezek – Sim.  
 Joaquim Bevilacqua – Sim.  
 Joaquim Francisco – Sim.  
 Joaquim Haickel – Sim.  
 Joaquim Sucena – Sim.  
 Jofran Frejat – Sim.  
 Jonas Pinheiro – Sim.  
 Jonival Lucas – Sim.  
 Jorge Arbage – Sim.  
 Jorge Bornhausen – Sim.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Sim.  
 Jorge Medauar – Sim.  
 Jorge Uequed – Sim.  
 Jorge Viana – Sim.  
 José Agripino – Sim.  
 José Camargo – Sim.  
 José Carlos Coutinho – Sim.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Martinez – Sim.  
 José Carlos Sabóia – Sim.  
 José Carlos Vasconcelos – Sim.  
 José Costa – Sim.

José da Conceição – Sim.  
José Dutra – Sim.  
José Egreja – Sim.  
José Elias – Sim.  
José Dias Murad – Sim.  
José Fernandes – Não.  
José Fogaça – Sim.  
José Freire – Sim.  
José Genoíno – Sim.  
José Geraldo – Sim.  
José Guedes – Sim.  
José Ignácio Ferreira – Sim.  
José Jorge – Sim.  
José Lins – Sim.  
José Lourenço – Sim.  
José Luiz de Sá – Sim.  
José Luiz Maia – Sim.  
José Maranhão – Sim.  
José Maria Eymael – Sim.  
José Melo – Sim.  
José Mendonça Bezerra – Sim.  
José Moura – Sim.  
José Paulo Bisol – Sim.  
José Queiroz – Sim.  
José Richa – Sim.  
José Santana de Vasconcellos – Sim.  
José Serra – Sim.  
José Tavares – Sim.  
José Teixeira – Sim.  
José Thomaz Nonô – Sim.  
José Tinoco – Sim.  
José Viana – Sim.  
Jovanni Masini – Sim.  
Juarez Antunes – Sim.  
Júlio Campos – Sim.  
Júlio Costamilan – Sim.  
Jutahy Magalhães – Sim.  
Koyu Iha – Sim.  
Lael Varella – Sim.  
Lavoisier Maia – Sim.  
Leite Chaves – Sim.  
Lélio Souza – Sim.  
Leur Lomanto – Sim.  
Levy Dias – Sim.  
Lezio Sathler – Sim.  
Lídice da Mata – Sim.  
Louremberg Nunes Rocha – Sim.  
Lourival Baptista – Sim.  
Lúcia Braga – Sim.  
Lúcia Vania – Sim.  
Lúcio Alcântara – Sim.  
Luís Educardo – Sim.  
Luís Roberto Ponte – Sim.  
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.  
Luiz Freire – Sim.  
Luiz Gushiken – Sim.  
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
Luiz Leal – Sim.  
Luiz Marques – Sim.  
Luiz Salomão – Sim.  
Luiz Soyer – Sim.  
Luiz Viana Neto – Sim.  
Lysâneas Maciel – Sim.  
Maluly Neto – Sim.  
Manoel Castro – Sim.  
Manoel Ribeiro – Não.  
Mansueto de Lavor – Sim.  
Marcelo Cordeiro – Sim.  
Márcia Kubitschek – Sim.  
Marcio Braga – Sim.  
Márcio Lacerda – Sim.  
Marco Maciel – Sim.  
Marcondes Gadelha – Sim.  
Maria Lúcia – Sim.  
Mário Covas – Sim.  
Mário Lima – Sim.  
Mário Maia – Sim.  
Marluce Pinto – Sim.  
Matheus Iensen – Sim.  
Maurício Correa – Sim.  
Maurício Fruet – Sim.  
Maurício Nasser – Sim.  
Maurício Pádua – Sim.  
Maurílio Ferreira Lima – Sim.  
Mauro Benevides – Sim.  
Mauro Borges – Sim.  
Mauro Campos – Sim.  
Mauro Miranda – Sim.  
Max Rosenmann – Sim.  
Meira Filho – Sim.  
Mello Reis – Sim.  
Melo Freire – Sim.  
Mendes Botelho – Sim.  
Mendes Canale – Sim.  
Mendes Ribeiro – Sim.  
Messias Góis – Sim.  
Michel Temer – Sim.  
Milton Barbosa – Sim.  
Milton Lima – Sim.  
Milton Reis – Sim.  
Miraldo Gomes – Sim.  
Miro Teixeira – Sim.  
Moema São Thiago – Sim.  
Mozarildo Cavalcanti – Sim.  
Mussa Demes – Sim.  
Myrian Portella – Sim.  
Nabor Júnior – Sim.  
Naphtali Alves de Souza – Sim.  
Narciso Mendes – Sim.  
Nelson Carneiro – Sim.  
Nelson Sabrá – Sim.  
Nelson Seixas – Sim.  
Nelson Wedekin – Sim.  
Nelson Friedrich – Sim.  
Nestor Duarte – Sim.  
Nilso Sguarezi – Sim.  
Nilson Gibson – Sim.  
Nion Albernaz – Sim.  
Nyder Barbosa – Sim.  
Octávio Elísio – Sim.  
Olavo Pires – Sim.  
Olívio Dutra – Sim.  
Orlando Bezerra – Sim.  
Orlando Pacheco – Sim.  
Oscar Corrêa – Sim.  
Osmar Leitão – Sim.  
Osmir Lima – Sim.  
Oswaldo Bender – Sim.  
Oswaldo Coelho – Sim.  
Oswaldo Macedo – Sim.  
Oswaldo Sobrinho – Sim.  
Oswaldo Almeida – Sim.  
Ottomar Pinto – Sim.  
Paes de Andrade – Sim.  
Paes Landim – Sim.  
Paulo Delgado – Sim.  
Paulo Macarini – Sim.  
Paulo Mincarone – Sim.  
Paulo Paim – Sim.  
Paulo Pimentel – Sim.  
Paulo Ramos – Sim.  
Paulo Roberto – Sim.  
Paulo Roberto Cunha – Sim.  
Pedro Canedo – Sim.  
Pedro Ceolin – Sim.  
Percival Muniz – Sim.  
Pimenta da Veiga – Sim.  
Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
Plínio Martins – Sim.  
Pompeu de Sousa – Sim.  
Raimundo Bezerra – Sim.  
Raquel Cândido – Sim.  
Raquel Capiberibe – Sim.  
Raul Ferraz – Sim.  
Renan Calheiros – Sim.  
Renato Johnsson – Sim.  
Renato Vianna – Sim.  
Ricardo Fiuzza – Sim.  
Ricardo Izar – Sim.  
Rita Camata – Sim.  
Roberto Augusto – Sim.  
Roberto Balestra – Sim.  
Roberto Brant – Sim.  
Roberto Campos – Sim.  
Roberto D'Ávila – Sim.  
Roberto Freire – Sim.  
Roberto Jefferson – Sim.  
Roberto Rollemberg – Sim.  
Roberto Torres – Sim.  
Roberto Vital – Sim.  
Robson Marinho – Sim.  
Rodrigues Palma – Sim.  
Ronaldo Aragão – Sim.  
Ronaldo Carvalho – Sim.  
Ronaldo Cezar Coelho – Sim.  
Ronan Tito – Sim.  
Ronaro Corrêa – Sim.  
Rosa Prata – Sim.  
Rospide Netto – Sim.  
Rubem Branquinho – Sim.  
Rubem Medina – Sim.  
Ruben Figueiró – Sim.  
Ruberval Piloto – Sim.  
Ruy Nedel – Sim.  
Sadie Hauache – Sim.  
Samir Achôa – Sim.  
Sandra Cavalcanti – Sim.  
Santinho Furtado – Sim.  
Sarney Filho – Sim.  
Sérgio Spada – Sim.  
Sérgio Werneck – Sim.  
Severo Gomes – Sim.  
Sigmaringa Seixas – Sim.  
Silvio Abreu – Sim.  
Simão Sessim – Sim.  
Siqueira Campos – Sim.  
Sólon Borges dos Reis – Sim.  
Sotero Cunha – Sim.  
Stélio Dias – Não.  
Tadeu França – Sim.  
Telmo Kirst – Sim.  
Teotônio Vilela Filho – Sim.  
Theodoro Mendes – Sim.  
Tito Costa – Sim.  
Ubiratan Aguiar – Sim.  
Ubiratan Spinelli – Sim.  
Uldurico Pinto – Sim.  
Valmir Campelo – Sim.  
Valter Pereira – Sim.  
Vasco Alves – Sim.  
Vicente Bogo – Sim.  
Victor Fontana – Sim.  
Victor Trovão – Sim.

Vieira da Silva – Sim.  
 Vilson Sousa – Sim.  
 Vingt Rosado – Sim.  
 Vinicius Cansanção – Sim.  
 Virgildásio de Senna – Sim.  
 Virgílio Galassi – Sim.  
 Virgílio Guimarães – Sim.  
 Virgílio Távora – Sim.  
 Vitor Buaz – Sim.  
 Vivaldo Barbosa – Sim.  
 Vladimir Palmeira – Sim.  
 Wagner Lago – Sim.  
 Waldeck Ornélas – Sim.  
 Waldyr Pugliesi – Sim.  
 Walmor de Luca – Sim.  
 Wilma Maia – Sim.  
 Wilson Campos – Sim.  
 Wilson Martins – Sim.  
 Ziza Valadares – Sim.

**O SR. CLÁUDIO ÁVILA (PFL – SC):** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

**O SR. CLÁUDIO ÁVILA (PFL – SC. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, na presente votação, o meu código aparece como duplicado. E até o presente momento; a votação vinha se procedendo corretamente, com o meu nome. Nesta última, entretanto, apesar de não aparecer o meu nome no painel, o mecanismo de votação registra como código duplicado. Gostaria, então, de declarar que votei “SIM”.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa registra o voto de V. Ex.<sup>a</sup> e irá providenciar para que os técnicos esclareçam e regularizem essa situação.

**O SR. JESUS TAJRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

**O SR. JESUS TAJRA (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do Orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo deixar registrada a posição que assumi diante da votação do § 1º, pelo fato de discordar da redação dada, oriunda do acordo, porque prefiro o texto do projeto original da Comissão de Sistematização.

Faço este registro, apenas para que possa alimentar uma esperança de que, no segundo turno, se possa aprimorar e restabelecer o texto da Comissão de Sistematização.

**O Sr. VICTOR FACCIÓNI:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VICTOR FACCIÓNI – (PDS – RS. Pela ordem, sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero apenas comunicar que votei a favor do parágrafo único do acordo com a participação, mas estou verificando, agora, que não apareceu no painel o meu nome.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Ata registrará o voto de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. DARCY POZZA:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. DARCY POZZA (PDS – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O meu protesto é semelhante, o meu nome também não apareceu no placar. Quero registrar que o meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Está feito o registro de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

**EMENDA** substitutiva, do Sr. Paes Landim, nº 2004:

Dê-se ao art. 2º, do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º São poderes da União o Legislativo, o Executivo e Judiciário.”

Com referência a essa emenda, a Presidência gostaria de dizer que hoje, pela manhã, chegou-se a um acordo de que a redação dessa emenda é mais compacta, de acordo com a tradição com que este assunto tem sido tratado.

“São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, evitando-se a referência a Estado, que poderia depois ser repetido. Poderá vir o Estado Federativo, o Estado União, o Estado com soberania e o Estado as Unidades federadas. Evitar-se-ia esta repetição com esse texto.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

De acordo com os entendimentos hoje havidos, todos concordaram em votar a emenda do Constituinte Paes Landim, porque, tecnicamente, ela corresponde aos pontos de vista de todos.

**O SR. GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Pela ordem, sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tecnicamente, passaremos com esta emenda a chamar o Chefe do Poder Executivo de Chefe da União, em vez de Chefe do Estado. Parece que não vai coincidir com os outros dispositivos, porque vamos tratar do sistema de Governo, no qual teremos o Chefe do Estado e não Chefe da União. Com o que vem depois na redação dos demais dispositivos, tecnicamente essa emenda não coincide.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Alguns Constituintes votarão NÃO, se entenderem que o texto é imperfeito. Os que estiverem a favor – parece que se trata de um texto que define bem a matéria – votarão SIM.

**O SR. MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A bem da verdade, retratando o que ocorreu no período da manhã, esta emenda foi considerada, embora não tenha feito parte do acordo. Todavia, sem pretender encaminhar, nem sequer fazer uma consideração como se fosse para encaminhar, – V. Ex.<sup>a</sup> teria aberto a possibilidade de fazê-lo, – só quero declarar que a Liderança do PMDB votará a favor da emenda, embora não tenha sido parte do acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se à votação da Emenda Paes Landim.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim: 424

Não: 27

Abstenção: 2

Total: 453

A emenda foi aprovada.

Votaram os Srs. constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitora – Sim.

Acival Gomes – Sim.

Adauto Pereira – Sim.

Ademir Andrade – Sim.

Ademar de Barros Filho – Sim.

Adolfo Oliveira – Sim.

Adroaldo Streck – Sim.

Adylson Motta – Sim.

Aécio de Borba – Sim.

Aécio Neves – Sim.

Afonso Camargo – Sim.

Afif Domingos – Sim.

Afonso Arinos – Sim.

Agassiz Almeida – Sim.

Agripino de Oliveira Lima – Sim.

Airton Cordeiro – Sim.

Alarico Abib – Sim.

Albano Franco – Sim.

Albérico Cordeiro – Sim.

Alceni Guerra – Sim.

Aldo Arantes – Sim.

Alécio Dias – Sim.

Alexandre Costa – Sim.

Alexandre Puzyna – Sim.

Alfredo Campos – Sim.

Almir Gabriel – Sim.

Aloísio Vasconcelos – Sim.

Aloysio Chaves – Sim.

Aloysio Teixeira – Sim.

Aluizio Campos – Sim.

Alvaro Antônio – Sim.

Álvaro Valle – Não.

Alysson Paulinelli – Sim.

Amaral Netto – Sim.

Amaury Müller – Não.

Ângelo Magalhães – Sim.

Anna Maria Rattes – Sim.

Annibal Barcellos – Sim.

Antero de Barros – Sim.

Antônio Britto – Sim.

Antônio Câmara – Sim.  
 Antônio Carlos Franco – Sim.  
 Antônio Carlos Konder Reis – Não.  
 Antônio Carlos Mendes Thame – Sim.  
 Antônio de Jesus – Sim.  
 Antonio Farias – Sim.  
 Antonio Gaspar – Sim.  
 Antonio Mariz – Sim.  
 Antonio Salim Curiati – Sim.  
 Antonio Ueno – Sim.  
 Arnaldo Faria de Sá – Sim.  
 Arnaldo Moraes – Não.  
 Arnaldo Prieto – Sim.  
 Arnold Fioravante – Não.  
 Arolde de Oliveira – Sim.  
 Artur da Távola – Sim.  
 Asdrubal Bentes – Sim.  
 Átila Lira – Sim.  
 Augusto Carvalho – Sim.  
 Aureo Mello – Sim.  
 Basílio Villani – Sim.  
 Benedita da Silva – Sim.  
 Benito Gama – Sim.  
 Bernardo Cabral – Sim.  
 Bezerra de Melo – Sim.  
 Bocayuva Cunha – Sim.  
 Bonifácio de Andrada – Sim.  
 Brandão Monteiro – Não.  
 Carlos Alberto Caó – Não.  
 Carlos Chiarelli – Sim.  
 Carlos Cotta – Sim.  
 Carlos Sant'Anna – Sim.  
 Carlos Vinagre – Não.  
 Carlos Virgílio – Sim.  
 Carrel Benevides – Sim.  
 Cássio Cunha Lima – Sim.  
 Célio de Castro – Sim.  
 César Maia – Sim.  
 Chagas Duarte – Sim.  
 Chagas Rodrigues – Não.  
 Chico Humberto – Sim.  
 Christóvam Chiaradia – Sim.  
 Cid Sabóia de Carvalho – Sim.  
 Cláudio Ávila – Sim.  
 Cleonânio Fonseca – Sim.  
 Costa Ferreira – Sim.  
 Cristina Tavares – Sim.  
 Cunha Bueno – Sim.  
 Darcy Deitos – Sim.  
 Darcy Pozza – Sim.  
 Daso Coimbra – Sim.  
 Del Bosco Amaral – Sim.  
 Delfim Netto – Sim.  
 Délio Braz – Sim.  
 Denizar Arneiro – Sim.  
 Dionísio Dal Prá – Sim.  
 Dionísio Hage – Sim.  
 Dirce Tutu Quadros – Sim.  
 Dirceu Carneiro – Sim.  
 Divaldo Suruagy – Abstenção.  
 Djenal Gonçalves – Sim.  
 Domingos Juvenil – Sim.  
 Domingos Leonelli – Sim.  
 Edésio Frias – Sim.  
 Edivaldo Motta – Sim.  
 Edme Tavares – Sim.  
 Edmilson Valentim – Sim.  
 Eduardo Bonfim – Sim.  
 Eduardo Jorge – Sim.  
 Eduardo Moreira – Sim.  
 Egidio Ferreira Lima – Sim.  
 Eliel Rodrigues – Sim.  
 Eliézer Moreira – Sim.  
 Enoc Vieira – Sim.  
 Eraldo Tinoco – Sim.  
 Eraldo Trindade – Sim.  
 Erico Pegoraro – Sim.  
 Euclides Scalco – Sim.  
 Eunice Michiles – Sim.  
 Evaldo Gonçalves – Sim.  
 Expedito Machado – Sim.  
 Fábio Feldmann – Sim.  
 Farabulini Júnior – Sim.  
 Fausto Fernandes – Não.  
 Fausto Rocha – Sim.  
 Felipe Mendes – Sim.  
 Feres Nader – Sim.  
 Fernando Bezerra Coelho – Sim.  
 Fernando Cunha – Sim.  
 Fernando Gomes – Sim.  
 Fernando Henrique Cardoso – Sim.  
 Fernando Santana – Sim.  
 Fernando Velasco – Sim.  
 Firmo de Castro – Sim.  
 Flavio Palmier da Veiga – Sim.  
 Flávio Rocha – Sim.  
 Florestan Fernandes – Sim.  
 Floriceno Paixão – Sim.  
 França Teixeira – Não.  
 Francisco Amaral – Sim.  
 Francisco Benjamim – Sim.  
 Francisco Carneiro – Sim.  
 Francisco Coelho – Sim.  
 Francisco Diógenes – Sim.  
 Francisco Dornelles – Sim.  
 Francisco Küster – Sim.  
 Francisco Pinto – Sim.  
 Francisco Rollemberg – Sim.  
 Francisco Rossi – Sim.  
 Francisco Sales – Sim.  
 Gabriel Guerreiro – Sim.  
 Gandi Jamil – Sim.  
 Gastone Righi – Sim.  
 Genebaldo Correia – Sim.  
 Genésio Bernardino – Sim.  
 Geovani Borges – Sim.  
 Geraldo Campos – Sim.  
 Geraldo Fleming – Sim.  
 Geraldo Melo – Sim.  
 Gerson Marcondes – Sim.  
 Gerson Peres – Não.  
 Gidel Dantas – Sim.  
 Gil César – Sim.  
 Gilson Machado – Sim.  
 Gonzaga Patriota – Sim.  
 Guilherme Palmeira – Sim.  
 Gumerindo Milhomem – Sim.  
 Gustavo de Faria – Sim.  
 Harlan Gadelha – Sim.  
 Haroldo Lima – Sim.  
 Haroldo Sabóia – Sim.  
 Hélio Costa – Sim.  
 Hélio Duque – Sim.  
 Hélio Manhães – Sim.  
 Hélio Rosas – Sim.  
 Henrique Córdova – Sim.  
 Henrique Eduardo Alves – Sim.  
 Heráclito Fortes – Sim.  
 Hermes Zaneti – Não.  
 Homero Santos – Sim.  
 Humberto Lucena – Sim.  
 Iberê Ferreira – Sim.  
 Ibsen Pinheiro – Sim.  
 Inocêncio Oliveira – Sim.  
 Iran Saraiva – Sim.  
 Irapuan Costa Júnior – Sim.  
 Irma Passoni – Sim.  
 Ismael Wanderley – Sim.  
 Itamar Franco – Sim.  
 Ivo Cersósimo – Sim.  
 Ivo Lech – Sim.  
 Ivo Mainardi – Sim.  
 Ivo Vanderlinde – Sim.  
 Jacy Scanagatta – Sim.  
 Jairo Azi – Sim.  
 Jalles Fontoura – Sim.  
 Jamil Haddad – Sim.  
 Jarbas Passarinho – Sim.  
 Jayme Paliarin – Sim.  
 Jessé Freire – Sim.  
 Jesualdo Cavalcanti – Sim.  
 Jesus Tajra – Sim.  
 Joaci Góes – Sim.  
 João Agripino – Sim.  
 João Calmon – Sim.  
 João Carlos Bacelar – Não.  
 João Castelo – Sim.  
 João da Mata – Não.  
 João de Deus Antunes – Sim.  
 João Herrmann Neto – Não.  
 João Lobo – Sim.  
 João Machado Rollemberg – Sim.  
 João Menezes – Sim.  
 João Natal – Sim.  
 João Paulo – Sim.  
 João Rezek – Sim.  
 Joaquim Bevilacqua – Sim.  
 Joaquim Francisco – Sim.  
 Joaquim Heickel – Sim.  
 Joaquim Sucena – Sim.  
 Jofran Frejat – Sim.  
 Jonas Pinheiro – Sim.  
 Jonival Lucas – Sim.  
 Jorge Arbage – Sim.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Sim.  
 Jorge Medauar – Sim.  
 Jorge Uequed – Sim.  
 Jorge Vianna – Sim.  
 José Agripino – Sim.  
 José Camargo – Sim.  
 José Carlos Coutinho – Sim.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Martinez – Sim.  
 José Carlos Saboia – Sim.  
 José Carlos Vasconcelos – Sim.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Sim.  
 José Egreja – Sim.  
 José Elias – Sim.  
 José Elias Murad – Sim.  
 José Fernandes – Sim.  
 José Genoino – Sim.  
 José Geraldo – Sim.  
 José Guedes – Sim.  
 José Ignácio Ferreira – Sim.  
 José Lins – Sim.  
 José Lourenço – Sim.  
 José Luiz de Sá – Sim.  
 José Luiz Maia – Sim.  
 José Melo – Sim.  
 José Mendonça Bezerra – Sim.

José Moura – Sim.  
 José Paulo Bisol – Sim.  
 José Queiroz – Sim.  
 José Richa – Sim.  
 José Santana de Vasconcellos – Sim.  
 José Serra – Sim.  
 José Tavares – Sim.  
 José Teixeira – Sim.  
 José Thomaz Nonô – Não.  
 José Tinoco – Sim.  
 José Viana – Sim.  
 Jovanni Masini – Sim.  
 Júlio Campos – Sim.  
 Júlio Costamilan – Sim.  
 Jutahy Magalhães – Não.  
 Koyo Iha – Sim.  
 Lael Varella – Sim.  
 Lavoisier Maia – Sim.  
 Leite Chaves – Não.  
 Lélio Souza – Sim.  
 Leopoldo Peres – Sim.  
 Leur Lomanto – Sim.  
 Levy Dias – Sim.  
 Lídice da Mata – Sim.  
 Louremberg Nunes Rocha – Sim.  
 Lourival Baptista – Sim.  
 Lúcia Braga – Sim.  
 Lúcia Vania – Sim.  
 Lúcio Alcântara – Sim.  
 Luis Eduardo – Sim.  
 Luís Roberto Ponte – Sim.  
 Luiz alberto Rodrigues – Sim.  
 Luiz Freire – Não.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
 Luiz Leal – Sim.  
 Luiz Marques – Sim.  
 Luiz Salomão – Sim.  
 Luiz Soyer – Não.  
 Luiz Viana Neto – Sim.  
 Lysâneas Maciel – Sim.  
 Maluly Neto – Sim.  
 Manoel Castro – Não.  
 Manoel Ribeiro – Não.  
 Mansueto de Lavor – Sim.  
 Marcelo Cordeiro – Sim.  
 Márcia Kubitschek – Sim.  
 Marcia Braga – Sim.  
 Márcio Lacerda – Sim.  
 Marco Maciel – Sim.  
 Marcondes Gadelha – Sim.  
 Maria Lúcia – Sim.  
 Mário Covas – Sim.  
 Mário Ima – Sim.  
 Mário Maia – Sim.  
 Marluce Pinto – Sim.  
 Matheus Iensen – Sim.  
 Maurício Corrêa – Sim.  
 Maurício Fruet – Sim.  
 Maurício Pádua – Sim.  
 Maurílio Ferreira Ima – Sim.  
 Mauro Borges – Sim.  
 Mauro Campos – Sim.  
 Mauro Miranda – Sim.  
 Max Rosenmann – Sim.  
 Meira Filho – Sim.  
 Mello Reis – Sim.  
 Melo Freire – Sim.  
 Mendes Botelho – Sim.  
 Mendes Canale – Sim.  
 Mendes Ribeiro – Sim.  
 Messias Góis – Não.

Milton Barbosa – Sim.  
 Milton Lima – Sim.  
 Milton Reis – Sim.  
 Miraldo Gomes – Sim.  
 Miro Teixeira – Sim.  
 Moema São Thiago – Sim.  
 Mozarildo Cavalcanti – Sim.  
 Mussa Demes – Sim.  
 Myrtan Portella – Sim.  
 Nabor Júnior – Sim.  
 Naphtali Alves de Souza – Sim.  
 Narciso Mendes – Sim.  
 Nelson Sabrá – Sim.  
 Nelson Seixas – Sim.  
 Nelson Wedekin – Sim.  
 Nelson Friedrich – Sim.  
 Nestor Duarte – Sim.  
 Nilso Sguarezi – Sim.  
 Nilson Gibson – Sim.  
 Nion Albemaz – Sim.  
 Octávio Elísio – Sim.  
 Olavo Pies – Sim.  
 Olívio Dutra – Sim.  
 Orlando Bezerra – Sim.  
 Orlando Pacheco – Sim.  
 Oscar Corrêa – Sim.  
 Osmir Ima – Não.  
 Osvaldo Bender – Sim.  
 Osvaldo Macedo – Sim.  
 Osvaldo Sobrinho – Sim.  
 Osvaldo Almeida – Sim.  
 Ottomar Pinte, – Sim.  
 Paes de Andrade – Sim.  
 Paes Landim – Sim.  
 Paulo Delgado – Sim.  
 Paulo Macari – Sim.  
 Paulo Marques – Sim.  
 Paulo Mincarone – Sim.  
 Paulo Pimentel – Sim.  
 Paulo Ramos – Sim.  
 Paulo Roberto – Sim.  
 Paulo Roberto Cunha – Sim.  
 Pedro Canedo – Sim.  
 Pedro Ceolin – Sim.  
 Percival Muniz – Sim.  
 Pimenta da Veiga – Sim.  
 Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
 Plínio Martins – Sim.  
 Pompeu de Sousa – Sim.  
 Raimundo Bezerra – Sim.  
 Raquel Cândido – Sim.  
 Raquel Capiberibe – Sim.  
 Raul Ferraz – Sim.  
 Renan Calheiros – Sim.  
 Renato Johnsson – Sim.  
 Renato Viana – Sim.  
 Ricardo Fiúza – Sim.  
 Ricardo Izar – Sim.  
 Rita Camata – Sim.  
 Rita Furtado – Sim.  
 Roberto Augusto – Sim.  
 Roberto Balestra – Sim.  
 Roberto Brant – Sim.  
 Roberto Campos – Sim.  
 Roberto D'Ávila – Sim.  
 Roberto Freire – Sim.  
 Roberto Torres – Sim.  
 Roberto Vital – Sim.  
 Robson Marinho – Sim.  
 Rodrigues Palma – Sim.  
 Ronaldo Aragão – Sim.

Ronaldo Carvalho – Sim.  
 Ronaldo Cézar Coelho – Sim.  
 Ronan Tito – Sim.  
 Ronaro Corrêa – Sim.  
 Rosa Prata – Sim.  
 Rose de Freitas – Sim.  
 Rospide Neto – Sim.  
 Rubem Branquinho – Sim.  
 Rubem Medina – Sim.  
 Ruberval Piloto – Sim.  
 Ruy Bacelar – Sim.  
 Ruy Nadel – Sim.  
 Sadie Hauache – Sim.  
 Samir Achôa – Sim.  
 Sandra Cavalcanti – Sim.  
 Santinho Furtado – Sim.  
 Sérgio Spada – Sim.  
 Sergio Wemeck – Não.  
 Severo Gomes – Sim.  
 Sigmaringa Seixas – Sim.  
 Silvio Abreu – Sim.  
 Simão Sessim – Sim.  
 Siqueira Campos – Sim.  
 Sólton Borges dos Reis – Sim.  
 Satero Cunha – Sim.  
 Tadeu França – Sim.  
 Telmo Kirst – Sim.  
 Teotonio Vilela Filho – Sim.  
 Tito Costa – Sim.  
 Ubiratan Aguiar – Sim.  
 Ubiratan Spinelli – Sim.  
 Uldurico Pinto – Sim.  
 Valmir Campelo – Sim.  
 Valtér Pereira – Sim.  
 Vasco Alves – Sim.  
 Vicente Bogo – Sim.  
 Acta Facdoni – Sim.  
 Victor Fontana – Sim.  
 Victor Trovão – Sim.  
 Vieira da Silva – Sim.  
 Vilson Souza – Sim.  
 Vingt Rosado – Sim.  
 Vinícius Cansanção – Sim.  
 Virgildásio de Senna – Sim.  
 Virgílio Galassi – Sim.  
 Virgílio Guimarães – Sim.  
 Virgílio Távora – Sim.  
 Victor Buaiz – Sim.  
 Vivaldo Barbosa – Não.  
 Vladimir Palmeira – Sim.  
 Wagner Lago – Sim.  
 Waldeck Ornelas – Sim.  
 Waldyr Pugliesi – Sim.  
 Walmor de Luca – Sim.  
 Wilma Maia – Sim.  
 Wilson Campos – Sim.  
 Wilson Martins – Sim.  
 Ziza Valadares – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

**EMENDA** Aditiva, do Sr. José Genoíno, nº 1225:

Emenda Aditiva, pela qual se acrescenta ao inciso III do artigo 2º a expressão "orientação sexual". Com isto, os termos do inciso III do artigo 3º ficam sendo:

"III – promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, orientação, sexual, cor, idade e outras formas de discriminação."

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passamos agora à votação dos destaques referentes ao art. 3º.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno, autor da Emenda Aditiva que acrescenta ao inciso II do art. 3º a expressão "orientação sexual".

S. Ex.ª dispõe de 5 minutos.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT. – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Certamente, alguns colegas desta Assembléia podem encarar a inclusão desta emenda no texto constitucional, como uma matéria exótica ou que a mesma seja objeto de alguma manifestação que não possa abarcar a importância e a gravidade da nossa proposição. Para que fique clara a nossa proposta, lerei uma afirmação do Sr. Ministro da Justiça do Canadá, Sr. John Crosbie, feita no dia 4 de março de 1986:

"Recomendamos que a Lei Canadense dos Direitos do Homem seja modificada, a fim de nela acrescentar proibição de discriminação por orientação sexual aos demais casos já previstos, os quais são: raça, origem nacional ou étnica, cor, religião, idade, sexo, estado marital, estado familiar, deficiência física e condenação por um delito, cujo indulto já tenha sido concedido."

A nossa proposição refere-se exatamente ao inciso III do art. 3º que diz.

"III – promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação."

Queremos acrescentar "orientação sexual", e há uma confusão em relação à orientação sexual. Muitos Constituintes afirmam que a Carta Constitucional está orientando a opção sexual. Não é verdade! O que nós estamos colocando aqui é que aquelas pessoas que façam diferentes opções sexuais, movidas por uma determinada orientação, não sofram discriminação. O padre e a freira, por exemplo, recebem uma determinada orientação sexual. Isto é uma orientação sexual. Eles não podem ser discriminados. O celibatário faz uma opção sexual, recebe uma orientação sexual, portanto, não pode ser discriminado.

Quero entrar na questão crucial e sei que esta questão certamente colocará objeção à votação dessa emenda: é no que diz respeito ao problema do homossexualismo. Mas é bom deixar bem claro que se nós não colocarmos orientação sexual não estaremos combatendo um preconceito que existe em relação aos heterossexuais, aos homossexuais e aos bissexuais. Pergunto, olhando para o Plenário desta Casa, se este não é um fenômeno da modernidade; pergunto olhando para o rosto de todos os Srs. e das Sr.ªs Constituintes – Como é que vamos enfrentar o problema do preconceito em relação à AIDS? Pergunto a esta Assembléia se não há discriminação no Brasil em relação aos homossexuais?

Vejam os casos de violência que estão acontecendo no Rio de Janeiro e São Paulo! Pergunto a esta Casa como é que fica a decisão do Prefeito de São Paulo que baixou uma portaria proibindo que em uma determinada escola da Prefeitura de São Paulo, fossem matriculados homossexuais.

Este preconceito, esta discriminação existe, está espalhada na sociedade brasileira. E o que estamos propondo? É que em relação a este problema não haja discriminação. Queremos incluir a questão da orientação sexual entre aqueles casos tipificados que proíbe a discriminação.

E, para concluir, Sr. Presidente, alguém já disse aqui que estamos fazendo a Constituição do futuro. E pergunto que Constituição do futuro será esta se não inclui entre os preconceitos a serem combatidos no texto constitucional aquele referente às diferentes opções sexuais que as pessoas, pelos mais diferentes motivos, possam ter nas suas vidas e nos seus comportamentos?

Não vamos aqui consagrar uma Constituição que seja o reflexo de valores do medievalismo, de valores do preconceito, de valores da discriminação.

Se queremos abrir esta Constituição o para o século XXI, uma Constituição para o futuro, vamos, Sr. Presidente, inscrever este direito que é um direito de cidadania em relação às diferentes opções que as pessoas possam fazer em relação à orientação sexual.

Por isso, apelo a que esta Casa aprove a nossa emenda que inclui a expressão orientação sexual.

Não quero responder, Sr. Presidente, às expressões dos que não estão levando a sério o assunto, porque isto, certamente, será objeto de um psicólogo, que estudará as razões psicológicas de muitos que não querem levar a sério este problema

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra, para se manifestar contra a Emenda, o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrade.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome do Centrão, queremos trazer a nossa posição, que foi, aliás, dentro de nosso agrupamento, defendida com veemência pelos Ilustres Evangélicos Sr. Presidente, nossa posição é para votar contra, para votar NAO, em relação a esta Emenda (Palmas)

**O SR. MÁRIO COVAS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Covas,

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Liderança do PMDB distribuiu aos seus membros uma planilha quanto às votações de hoje, e, em dois ou três temas, aparece, no que se refere à votação, o texto em branco.

Com relação a essas votações que aparecem em branco – evidentemente que não é posição fechada na Bancada – a Bancada, com liberdade, votará segundo a convicção individual de cada um nesta Emenda

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

**O SR. RELATOR BERNADOR CABRAL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em que pese a argumentação do eminente Constituinte José Genoíno, não assiste razão a S. Ex.ª fazer a inclusão, após a palavra sexo, de

duas palavras, que, ai sim, acabarão por criar uma forma discriminatória, porque esta Casa acaba de aprovar o inciso III do art. 2º, que reza:

"Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação."

Em atendendo ao Constituinte José Genoíno, estamos criando um problema sério de discriminação que esta Casa não quer fazer.

Por isso, Sr. Presidente, o Relator vota contrariamente à Emenda do Constituinte José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra, porque se inscreveu para falar, o Sr. Constituinte Costa Ferreira, que se manifestará contra.

**O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aproveitamos a oportunidade para, em nome dos Evangélicos, também nos posicionarmos contra a proposição do Constituinte José Genoíno, porque, em nosso entender, ela vem discriminar. E o princípio geral do Direito orienta a que não discrimine os ninguém, principalmente na Pátria brasileira, onde sempre, por tradição, foi dado ao povo brasileiro, especialmente ao homem e à mulher, o tratamento que devem ter, quando se fala "sem discriminação sexual". Não poderemos aceitar a argumentação do Constituinte José Genoíno, porque estaremos trazendo para nós uma maldição que outros países já tiveram como é o caso de Sodoma e Gomorra, que foram destruídas porque aceitaram o convívio de homem com homem e de mulher com mulher. Esta é uma prática condenada por seus e o Brasil não pode fazer esta concessão, pois nenhuma nação do mundo tem na sua Constituição preceito como este. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passaremos à votação da matéria, já sobejamente conhecida da Casa. É óbvio que não houve quanto à mesma um entendimento.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa agradece a colaboração e a boa vontade dos companheiros e pede licença para que repitamos, desde o início, a votação.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares. (Pausa)

Srs. Constituintes, registrem o código de votação. (Pausa.)

Srs. Constituintes, selecionem os seus votos SIM, aprova a Emenda do Constituinte José Genoíno; NAO, rejeita-a. (Pausa.)

Queiram selecionar os seus votos. (Pausa.)

Vamos passar à etapa em que os Srs. Constituintes são convidados a acionar, simultaneamente, o botão preto do painel e a chave sob bancada, mantendo-os pressionados até que a luz do código se apague. (Pausa.)

A Mesa dá por encerrada esta fase.  
Vamos verificar o registro dos votantes com os seus nomes. (Pausa.)

(*Procede-se à rotação*)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim: 130

Não: 317

Abstenção: 14

Total: 461

A emenda foi rejeitada.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães –  
Abstenção.

Acival Gomes – Não.

Adauto Pereira – Não.

Ademir Andrade – Sim.

Adhemar de Barros Filho – Sim.

Adolfo Oliveira – Não.

Adroaldo Streck – Não.

Mylson Motta – Abstenção.

Aécio de Borba – Não.

Aécio Neves – Não.

Afonso Camargo – Não.

Afif Domingos – Não.

Afonso Arinos – Não.

Agassiz Almeida – Sim.

Agripino de Oliveira Lima – Não.

Airton Cordeiro – Não.

Alarico Abib – Não.

Albano Franco – Não.

Albérico Cordeiro – Não.

Alceni Guerra – Abstenção.

Aldo Arantes – Sim.

Alércio Dias – Não.

Alexandre Costa – Não.

Alexandre Puzyna – Não.

Almir Gabriel – Não.

Aloisio Vasconcelos – Não.

Aloysio Chaves – Não.

Aloysio Teixeira – Não.

Aluáio Campos – Não.

Álvaro Antônio – Não.

Álvaro Valle – Não.

Alysson Paulinelli – Não.

Amaral Netto – Não.

Amaury Müller – Sim.

Angelo Magalhães – Não.

Anna Maria Rates – Sim.

Annibal Barcellos – Não.

Antero de Barros – Sim.

Antônio Britto – Não.

Antônio Câmara – Não.

Antônio Carlos Franco – Não.

Antôniocarlos Konder Reis – Não.

Antônio de Jesus – Não.

Antônio Farias – Não.

Antonio Gaspar – Não.

Antonio Mariz – Sim.

Antônio Ueno – Não.

Arnaldo Faria de Sá – Não.

Arnaldo Martins – Não.

Arnaldo Moraes – Não.

Arnaldo Prieto – Não.

Arnoldo Fioravante – Não.

Arolde de Oliveira – Não.

Artur da Távola – Não.

Asdrubal Bentes – Não.

Átila Lira – Não.

Augusto Carvalho – Sim.

Aureo Mello – Sim.

Basílio Villani – Não.

Benedita da Silva – Sim.

Benito Gama – Não.

Beth Azeite – Sim.

Bezerra de Melo – Não.

Bocayuva Cunha – Sim.

Bonifácio de Andrada – Não.

Brandão Monteiro – Sim.

Cardoso Alves – Não.

Carlos Alberto Caó – Sim.

Carlos Chiareli – Não.

Carlos Cota – Não.

Carlos Sant'Anna – Não.

Carlos Vinagre – Não.

Carlos Virgílio – Não.

Carrel Benevides – Não.

Cássio Cunha Lima – Sim.

Célio de Castro – Sim.

Celso Dourado – Não.

César Maia – Sim.

Chagas Duarte – Não.

Chagas Rodrigues – Sim.

Chico Humberto – Não.

Christóvam Chiaradia – Não.

Cid Sabóia de Carvalho – Abstenção.

Cláudio Ávila – Não.

cleonânicio Fonseca – Não.

Costa Ferreira – Não.

Cristina Tavares – Sim.

Cunha Bueno – Não.

Dálton Canabrava – Não.

Darcy Deidos – Não.

Darcy Pozza – Não.

Daso Coimbra – Não.

Del Bosco Amaral – Não.

Delfim Netto – Sim.

Délio Braz – Não.

Denisar Arneiro – Não.

Dionisio Dal Prá – Não.

Dionisio Hage – Não.

Dirce Tutu Quadros – Sim.

Dirceu Carneiro – Abstenção.

Divaldo Suruagy – Não.

Djenal Gonçalves – Não.

Domingos Leoneili – Sim.

Doreto Campanari – Sim.

Edésio Frias – Não.

Edivaldo Motta – Não.

Edme Tavares – Não.

Edmilson Valentim – Sim.

Eduardo Bonfim – Sim.

Eduardo Jorge – Sim.

Eduardo Moreira – Não.

Egídio Ferreira Lima – Não.

Eliel Rodrigues – Não.

Eliezer Moreira – Abstenção.

Enoc Vieira – Não.

Eraldo Tinoco – Não.

Eraldo Trindade – Não.

Erico Pegoraro – Não.

Euclides Scalco – Não.

Eunice Michiles – Abstenção.

Evaldo Gonçalves – Não.

Expedito Machado – Não.

Ézio Ferreira – Não.

Fábio Feldmann – Sim.

Farabulini Júnior – Não.

Fausto Fernandes – Não.

Fausto Rocha – Não.

Felipe Mendes – Não.

Feres Nades – Não.

Fernando Bezerra Coelho – Sim.

Fernando Cunha – Não.

Fernando Gasparian – Não.

Fernando Gomes – Sim.

Fernando Lyra – Sim.

Fernando Santana – Sim.

Fernando Velasco – Não.

Firmo de Castro – Não.

Flavio Palmier da Veiga – Sim.

Flavio Rocha – Não.

Florestan Fernandes – Sim.

Floricenso Paixão – Sim.

França Teixeira – Sim.

Francisco Amaral – Sim.

Francisco Benjamim – Não.

Francisco Carneiro – Não.

Francisco Coelho – Não.

Francisco Diágenes – Não.

Francisco Dornelles – Não.

Francisco Kúuster – Sim.

Francisco Pinto – Sim.

Francisco Rolemberg – Não.

Francisco Rossi – Sim.

Gabriel Guerreiro – Não.

Gandi Jamil – Não.

Genebaldo Correia – Não.

Genesio Bernardino – Não.

Geovani Borges – Não.

Geraldo Campos – Sim.

Geraldo Fleming – Não.

Geraldo Melo – Não.

Gerson Camata – Não.

Gerson Marcondes – Não.

Gerson Pares – Não.

Gidel Dantas – Não.

Gil César – Sim.

Gilson Machado – Não.

Gonzaga Patriota – Sim.

Guilherme Palmeira – Não.

Gumerindo Milhomem – Sim.

Gustavo de Faria – Não.

Harlan Gadelha – Sim.

Haroldo Lima – Sim.

Haroldo Sabóia – Sim.

Hélio Costa – Sim.

Hélio Duque – Não.

Hélio Manhães – Sim.

Hélio Rosas – Sim.

Henrique Córdoba – Abstenção.

Henrique Eduardo Alves – Não.

Heraclito Fortes – Não.

Hermes Zanetti – Abstenção.

Iberê Ferreira – Não.

Ibsen Pinheiro – Sim.

Inocência Oliveira – Não.

Iram Saraiva – Não.

Irapuan Costa Júnior – Não.

Irma Passoni – Sim.

Ismael Wanderley – Não.

Itamar Franco – Sim.

Ivo Cersósimo – Não.

Ivo Lech – Não.

Ivo Mainardi – Não.

Ivo Vanderlinde – Não.

Jacy Scanagatta – Não.

Jairo Azi – Não.

Jalles Fontoura – Não.

Jamil Haddad – Sim.

Jarbas Passarinho – Não.

Jayme Paliarino – Não.

Jessé Freire – Sim.  
 Jesualdo Cavalcanti – Não.  
 Jesus Tajra – Não.  
 Joaci Góes – Não.  
 João Agripino – Não.  
 João Calmon – Não.  
 João Castelo – Não.  
 João da Mata – Não.  
 João de Deus Antunes – Não.  
 João Hermann Neto – Sim.  
 João Lobo – Não.  
 João Machado Rollemberg – Não.  
 João Menezes – Não.  
 João Natal – Sim.  
 João Paulo – Sim.  
 João Rezek – Não.  
 Joaquim Bevilacqua – Não.  
 Joaquim Francisco – Não.  
 Joaquim Sucena – Não.  
 Jofran Frejat – Não.  
 Jonas Pinheiro – Não.  
 Jonival Lucas – Não.  
 Jorge Bornhausen – Não.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Não.  
 Jorge Medauar – Não.  
 Jorge Uequet – Não.  
 Jorge Vianna – Não.  
 José Agripino – Não.  
 José Camargo – Não.  
 José Carlos Coutinho – Não.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Martinez – Não.  
 José Carlos Sabóia – Sim.  
 José Carlos Vasconcelos – Sim.  
 José Costa – Sim.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Não.  
 José Egreja – Não.  
 José Elias – Não.  
 José Elias Murad – Não.  
 José Fernandes – Não.  
 José Fogaça – Não.  
 José Freire – Não.  
 José Genoíno – Sim.  
 José Geraldo – Não.  
 José Guedes – Não.  
 José Jorge – Sim.  
 José Lins – Sim.  
 José Lourenço – Não.  
 José Luiz de Sá – Não.  
 José Luiz Maia – Não.  
 José Maranhão – Não.  
 José Mauricio – Sim.  
 José Melo – Não.  
 José Mendonça Bezerra – Não.  
 José Moura – Não.  
 José Paulo Bisol – Sim.  
 José Queiroz – Não.  
 José Richa – Não.  
 José Serra – Sim.  
 José Tavares – Sim.  
 José Teixeira – Não.  
 José Thomaz Nonô – Não.  
 José Tinoco – Não.  
 José Viana – Não.  
 Jovanni Masini – Não.  
 Juarez Antunes – Sim.  
 Júlio Campos – Não.  
 Júlio Costamilan – Sim.  
 Jutahy Magalhães – Abstenção  
 Koyo Iha – Não.  
 Lael Varella – Não.  
 Lavolsier Maia – Abstenção.  
 Leite Chaves – Não.  
 Lélvio Souza – Não.  
 Leopoldo Peres – Sim.  
 Leur Lomanto – Não,  
 Levy Dias – Não.  
 Lézio Sathler – Não  
 Lidice da Mata – Sim.  
 Lourenberg Nunes Rocha – Não.  
 Lourival Baptista – Não.  
 Lúcia Braga – Sim.  
 Lúcia Vania – Não.  
 Lúcio Alcântara – Não.  
 Luis Eduardo – Não.  
 Luís Roberto Ponte – Não  
 Luiz Alberto Rodrigues – Não.  
 Luiz Freire – Sim.  
 Luiz Gushiken – Sim.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
 Luiz Marques – Não.  
 Luiz Salomão – Sim,  
 Luiz Souer – Não.  
 Luiz Viana Neto – Não.  
 Lysâneas Maciel – Sim.  
 Malúly Neto – Não.  
 Manoel Castro – Não.  
 Manoel Ribeiro – Não.  
 Mansueto de Lavor – Sim  
 Márcia Kubitschek – Não.  
 Marcio Braga – Não.  
 Márcio Lacerda – Sim.  
 Marco Maciel – Não.  
 Marcondes Gadelha – Não.  
 Maria de Lurdes Abadia – Não.  
 Maria Lúcia – Não.  
 Mário Assad – Não.  
 Mário Covas – Sim.  
 Mário Lima – Não.  
 Mário Maia – Abstenção.  
 Marluce Pinto – Não.  
 Matheus Iensen – Não.  
 Maurício Corrêa – Não.  
 Maurício Fruet – Não.  
 Maurício Nasser – Não.  
 Mauricio Pádua – Não.  
 Mauricio Ferreira Lima – Sim.  
 Mauro Borges – Não.  
 Mauro Campos – Sim.  
 Mauro Miranda – Não.  
 Max Rosenmann – Não.  
 Meira Filho – Não.  
 Mello Reis – Não.  
 Mendes Botelho – Não.  
 Mendes Canale – Não.  
 Mendes Ribeiro – Não.  
 Messias Góis – Não.  
 Milton Barbosa – Não.  
 Milton Lima – Não.  
 Milton Reis – Não.  
 Miraldo Gomes – Não.  
 Miro Teixeira – Sim.  
 Moema São Thiago – Sim.  
 Mozarildo Cavalcante – Não.  
 Myrian Portella – Sim.  
 Nabor Junior – Não.  
 Naphtali Alves de Souza – Não.  
 Nelson Carneiro – Abstenção.  
 Nelson Sabiá – Não.  
 Nelson Seixas – Não.  
 Nelson Wedekin – Sim.  
 Nelton Friedrich – Sim.  
 Nestor Duarte – Não.  
 Nilso Sguarezi – Sim.  
 Nilson Gibson – Não.  
 Nion Albemaz – Não.  
 Noel de Carvalho – Sim.  
 Octávio Elísio – Sim.  
 Olavo Pires – Não.  
 Olívio Dutra – Sim.  
 Orlando Bezerra – Não.  
 Orlando Pacheco – Não.  
 Oscar Corrêa – Não.  
 Osmir Lima – Sim.  
 Osmundo Reboucas – Não.  
 Osvaldo Bender – Não.  
 Osvaldo Macedo – Não.  
 Osvaldo Sobrinho – Não.  
 Osvaldo Almeida – Não.  
 Paes de Andrade – Sim.  
 Paes Landim – Não.  
 Paulo Delgado – Sim.  
 Paulo Macarini – Não.  
 Paulo Marques – Não.  
 Paulo Mincarone – Não.  
 Paulo Paim – Sim.  
 Paulo Pimentel – Não.  
 Paulo Ramos – Sim.  
 Paulo Roberto – Não.  
 Paulo Roberto Cunha – Não.  
 Paulo Silva – Sim.  
 Pedro Cenedo – Não.  
 Pedro Ceolin – Não.  
 Percival Muniz – Sim.  
 Pimenta da Veiga – Não.  
 Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
 Plínio Martins – Não.  
 Pompeu de Sousa – Sim.  
 Raimundo Bezerra – Abstenção.  
 Raimundo Lira – Sim.  
 Raquel Candido – Sim.  
 Raquel Capiberibe – Sim.  
 Raul Ferraz – Não.  
 Renan Cavalheiros – Sim.  
 Renato Johnsson – Não.  
 Renato Vianna – Não.  
 Ricardo Fiuza – Não.  
 Ricardo Izar – Não.  
 Rita Camata – Sim.  
 Rita Furtado – Não.  
 Roberto Augusto – Não.  
 Roberto Balestra – Não.  
 Roberto Brant – Sim.  
 Roberto Campos – Não.  
 Roberto D'Ávila – Sim.  
 Roberto Freire – Sim.  
 Roberto Rolemberg – Não.  
 Roberto Torres – Não.  
 Roberto Vital – Não.  
 Robson Marinho – Não.  
 Rodrigues Palma – Não.  
 Ronaldo Aragão – Não.  
 Ronaldo Carvalho – Sim.  
 Ronaldo Cezar Coelho – Não.  
 Ronan Tito – Não.  
 Ronaro Corrêa – Não.  
 Rosa Prata – Não.  
 Rose de Freitas – Sim.  
 Rospide Netto – Não.  
 Rubem Branquinho – Não.



Rubem Medina – Não.  
 Ruben Figueiró – Não.  
 Ruberval Pilotto – Não.  
 Ruy Bacelar – Não.  
 Ruy Nedel – Não.  
 Sadie Hauache – Não.  
 Samir Achôa – Não.  
 Sandra Cavalcanti – Não.  
 Santinho Furtado – Não.  
 Sérgio Brito – Não.  
 Sergio Spada – Sim.  
 Sergio Wemeck – Sim.  
 Sigmaringa Seixas – Sim.  
 Silvio Abreu – Não.  
 Siqueira Campos – Não.  
 Sólton Borges dos Reis – Não.  
 Sotero Cunha – Não.  
 Tadeu Franca – Não.  
 Telmo Kirst – Não.  
 Teotônio Vilela Filho – Sim.  
 Tito Costa – Não.  
 Ubiratan Aguiar – Não.  
 Ubiratan Spinelli – Não.  
 Uldurico Pinto – Sim.  
 Valmir Campelo – Não.  
 Valter Pereira – Não.  
 Vasco Alves – Sim.  
 Vicente Bago – Sim.  
 Victor Faccioni – Não.  
 Victor Fontana – Não.  
 Victor Trovão – Não.  
 Vieira da Silva – Não.  
 Wilson Souza – Sim.  
 Vingt Rosado – Não.  
 Vinicius Cansanção – Não.  
 Virgildásio de Senna – Não.  
 Virgílio Galassi – Não.  
 Virgílio Guimarães – Sim.  
 Virgílio Távora – Não.  
 Vítor Buaziz – Sim.  
 Vivaldo Barbosa – Sim.  
 Vladimir Palmeira – Sim.  
 Wagner Iago – Não.  
 Waldeck Ornélas – Não.  
 Waldyr Pugliesi – Sim.  
 Walmor de Lago – Sim.  
 Wilma Maia – Sim.  
 Wilson Campos – Sim.  
 Wilson Martins – Não.  
 Ziza Valadares – Não.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

**EMENDA** aditiva, do Sr. Luiz Alberto Rodrigues, nº 1477:

"Acrescente-se ao Artigo 3º, do Projeto de Constituição (A), inciso de número IV, com a seguinte redação:

Artigo 3º:

São objetivos fundamentais do Estado:

I – .....

II – .....

III – .....

IV – Criar condições para a participação de todos os cidadãos brasileiros na produção da riqueza e na geração da prosperidade geral."

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se ao destaque à emenda subscrita pelo Sr. Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

Tem a palavra o nobre Constituinte

**O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. constituintes:

Atendendo aos entendimentos da liderança do meu Partido, feitos hoje pela manhã, solicito a retirada da emenda de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Grato a V. Ex.<sup>a</sup> pela colaboração, A Mesa registra o seu reconhecimento pela solidariedade de V. Ex.<sup>a</sup> a propósito de, quando possível, abreviarmos as votações.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

**EMENDA** aditiva nº 826 (Vasco Alves).

Acrescentar ao Artigo 3º do Projeto de Constituição o seguinte parágrafo:

"Art.

3º.....

Parágrafo único. A alimentação, a saúde, o trabalho e sua remuneração, a moradia, o saneamento básico; a seguridade social, o transporte coletivo e a educação, consubstanciam o mínimo necessário ao pleno exercício do direito à existência digna, e garantido é o primeiro dever do Estado."

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – O nobre Constituinte Vasco Alves é autor de uma Emenda aditiva ao parágrafo único do art. 3º

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup> para falar a favor. S. E.x.<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Acreditamos que não vamos precisar alongar-nos muito para justificar a nossa emenda aditiva. O art. 3º do Título I dos Princípios Fundamentais do Projeto de Constituição elenca, como objetivos fundamentais do Estado, estabelecendo os seguintes termos:

"Art. 3º São objetivos fundamentais do Estado:

I – garantir a independência e o desenvolvimento nacionais;

II – erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

III – promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação."

O Projeto do Centrão, na realidade, não possui diferenças com relação ao Projeto da Comissão de Sistematização.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. constituintes, a nosso ver, a Constituição brasileira há que determinar, como objetivo fundamental do Estado, a garantia de uma qualidade mínima de vida para o cidadão. Nesse sentido, propomos que seja aditado ao art. 3º o seguinte:

"Parágrafo único. A alimentação, a saúde, o trabalho e sua remuneração, a moradia, o saneamento básico, a seguridade social, os transportes coletivos e a educação con-

substanciam o mínimo necessário ao pleno exercício do direito à existência digna, e garanti-los é o primeiro dever do Estado."

Colocamos, portanto, que o primeiro dever do Estado é garantir o pleno exercício do direito à existência digna, e complementamos, estabelecendo que a alimentação, a saúde, o trabalho e sua remuneração, a moradia, o saneamento básico, a seguridade social, os transportes coletivos e a educação consubstanciam o mínimo necessário ao pleno exercício da existência digna.

Como os Srs. podem observar, a definição original do texto do projeto no caput do art. 3º, coloca de forma teórica, filosófica os objetivos fundamentais do Estado. Queremos, apenas, colocar de forma prática questões essenciais, direitos fundamentais, inclusive já previstos na Carta de Direitos Humanos da ONU, a saúde, a educação, o transporte e a moradia como direitos essenciais à vida.

Portanto, com toda humildade, peço aos Srs. e Srs. constituintes que apoiem a minha emenda. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada, que se manifestará contra.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.):** Presidente. Srs. Constituintes:

Compreendemos os altos e elevados intuídos do nobre Constituinte Vasco Alves, que acaba de apresentar a sua emenda, mas a matéria contida na emenda já está, de fato e em termos mais racionais, em outros artigos da Constituição, justamente na parte programática, que é o local destinado a esta matéria.

Por estas razões é que o Centrão dará o seu voto contra a proposição do ilustre Constituinte

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa. S. Ex.<sup>a</sup> tem cinco minutos para se manifestar a favor.

**O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não tenho dúvidas de que o texto constitucional será profundamente enriquecido com essa emenda do Constituinte Vasco Alves. S. Ex.<sup>a</sup> faz transpor para a introdução da Constituição brasileira aqueles princípios que definem a dignidade da vida moderna, princípios já inseridos na Carta das Nações Unidas, da qual não somos apenas signatários, mas, a nós, cumpre o dever de dar consequência prática àqueles princípios e àqueles declarações.

Quero chamar a atenção de que estranhei o pronunciamento do ilustre Deputado Constituinte Bonifácio de Andrada, ao dizer que o Centrão irá se colocar contra essa emenda. Estranhei muito porque essa emenda nada mais é do que a reprodução, em outras palavras, da emenda do Constituinte Ricardo Fiuza, a Emenda nº 1.529, e eu tenho toda a tranqüilidade de vê-la como a emenda do Centrão, da qual o Constituinte Ricardo Fiuza desistiu, abriu mão; a emenda diz:

"Cumpre aos Poderes Públicos cuidar do bem comum, proporcionando as condições necessárias a que todos possam desenvolver,

livre, plena e efetivamente, as potencialidades da natureza humana."

Esta emenda do Constituinte Ricardo Fiuza é apenas detalhada, enriquecida por aqueles princípios que já constam na Carta das Nações Unidas, aos quais temos o dever de dar consequência prática.

Agora, em virtude do pronunciamento do Constituinte Bonifácio de Andrada, alerto os nossos colegas integrantes do Centrão para o fato de que este princípio que agora vamos votar – aguardo e espero que seja uma votação favorável – já consta da emenda do Constituinte Ricardo Fiuza, e que por isto mesmo é um princípio de aceitação tanto do lado de cá do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte quanto do lado de lá deste mesmo Plenário. E por estarem mesmo inscritos na Carta das Nações Unidas são princípios que pairam por sobre qualquer discussão técnica, político-ideológica; são princípios que dizem respeito à dignidade da pessoa humana.

Neste instante, definirmos os princípios da dignidade humana, que ao Estado cumpre dar segmento e atendimento, será um instante de grandeza desta Assembléia Nacional Constituinte.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Relator da matéria, Constituinte Bernardo Cabral. Em seguida, proceder-se-á à votação.

**O SR. REATOR (Bernardo Cabral) – (PMDB – AM. Para proferir parecer.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta Assembléia sabe o apreço que tenho pelo Constituinte Vasco Alves e não menos pelo Constituinte Vivaldo Barbosa. Mas S. Ex.<sup>as</sup> cometeram – já ambos falaram – um duplo equívoco.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, o Relator teve o cuidado de oferecer parecer a cada emenda individual. Conseqüentemente o eminente Constituinte Vasco Alves tomou ciência do que figura no parecer em que se destacam três pontos e eu me fixo apenas no último. Chamo a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> de que a inclusão de tal regra, que S. Ex.<sup>a</sup> pretende num texto constitucional tenderia a impedir, ou pelo menos dificultar a execução de planos sociais, que visem a melhoria econômica e financeira da população, vez que o Governo seria compelido a desviar recursos para o atendimento de outras exigências

O eminente Constituinte Marcelo Cordeiro apresentou, no capítulo próprio do título correspondente, uma emenda que foi acolhida. E o que pretende esta emenda? Salário unificado para atender às necessidades como: habitação, alimentação, vestuário, educação, saúde, transporte, Previdência Social e lazer. Só que no capítulo próprio, na área constitucional própria não o fez. Assim, deploro ter que ser pela rejeição o eminente Constituinte Vasco Alves.

Sr. Presidente, o Relator opina contrário à emenda pela desaprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vai-se passar à votação da emenda.

Pelo que todos verificaram e me cumpre repetir, não faz parte do acordo, havendo a manifestação,

inclusive, do Relator, pelas razões expendidas, pela não aprovação da mesma.

Em votação. (Pausa.)  
(*Procede-se à votação*)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim: 175

Não: 272

Abstenção: 8

Total: 455

A emenda foi rejeitada. Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente Ulysses Guimarães –  
Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.

Acival Gomes – Sim.

Adauto Pereira – Não.

Ademir Andrade – Sim.

Adhemar de Barros Filho – Sim.

Adolfo Oliveira – Abstenção.

Adroaldo Streck – Sim.

Adylson Motta – Sim.

Aécio de Borba – Sim.

Aécio Neves – Não.

Alfonso Camargo – Não.

Agassiz Almeida – Não.

Agripino de Oliveira Lima – Não.

Airton Cordeiro – Não.

Alarico Abib – Não.

Albano Franco – Não.

Albérico Cordeiro – Não.

Alceni Guerra – Não.

Aldo Arantes – Sim.

Alexandre Costa – Não.

Alexandre Puzyna – Não.

Alfredo Campos – Não.

Almir Gabriel – Não.

Aloísio Vasconcelos – Não.

Aloysio Chaves – Não.

Aloysio Teixeira – Não.

Aluizio Campos – Não.

Álvaro Valle – Não.

Alysson Paulinelli – Não.

Amaral Netto – Não.

Amaury Müller – Sim.

Ângelo Magalhães – Não.

Anna Maria Rates – Sim.

Annibal Barcellos – Não.

Antero de Barros – Não.

Antônio Brito – Não.

Antônio Câmara – Não.

Antônio Carlos Franco – Não.

Antoniocarlos Konder Reis – Não.

Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.

Antônio de Jesus – Não.

Antonio Farias – Sim.

Antonio Ferreira – Não.

Antonio Gaspar – Sim.

Antonio Mariz – Sim.

Antonio Ueno – Não.

Arnaldo Faria de Sá – Sim.

Arnaldo Martins – Não.

Arnaldo Moraes – Não.

Arnaldo Prieto – Não.

Arnold Fioravante – Não.

Arolde de Oliveira – Não.

Artur da Távola – Não.

Asdrubal Bentas – Não.

Átila Lira – Não.

Augusto Carvalho – Sim.

Aureo Mello – Não.

Basílio Villani – Não.

Benedita da Silva – Sim.

Benito Gama – Não.

Beth Azize – Sim.

Bezerra de Melo – Não.

Bocayuva Cunha – Sim.

Bonifácio de Andrada – Não.

Bosco França – Não.

Brandão Monteiro – Sim.

Cardoso Alves – Não.

Carlos Alberto Caó – Sim.

Carlos Chiarelli – Não.

Carlos Costa – Não.

Carlos De'Carli – Não.

Carlos Sant'Anna – Não.

Carlos Vinagre – Não.

Carlos Virgílio – Não.

Carrel Benevides – Sim.

Cássio Cunha Lima – Sim.

Célia de Castro – Sim.

Celso Dourado – Não.

César Maia – Sim.

Chagas Duarte – Não.

Chagas Rodrigues – Sim.

Chico Humberto – Sim.

Christóvam Chiaradia – Não.

Cid Carvalho – Não.

Cid Sabóia de Carvalho – Abstenção

Cláudio Avila – Não.

Geonânio Fonseca – Não.

Costa Ferreira – Não,

Cunha Bueno – Não.

Darcy Deitos – Sim.

Darcy Pozza – Não.

Daso Coimbra – Não.

Del Bosco Amaral – Sim.

Delfim Netto – Não.

Délio Braz – Não.

Denisar Arneiro – Não.

Dionísio Dal Prá – Não.

Dionísio Hage – Não.

Dirce Tutu Quadros – Não.

Dirceu Carneiro – Sim

Djenal Gonçalves – Não.

Domingos Juvenil – Não.

Domingos Leonelli – Sim.

Doreto Campanari – Sim.

Edésio Frias – Sim.

Edivaldo Motta – Sim

Edme Tavares – Sim.

Edmison Volantim – Sim.

Eduardo Bonfim – Sim.

Eduardo Jorge – Sim.

Eduardo Moreira – Sim.

Egídio Ferreira Lima – Não.

Eliel Rodrigues – Não.

Enoc Vieira – Não.

Eraldo Tinoco – Não.

Eraldo Trindade – Não

Erico Pegoraro – Não.

Euclides Scalco – Não.

Eunice Michiles – Abstenção

Evaldo Gonçalves – Sim.

Expedito Machado – Não.

Ézio Ferreira – Não.

Fábio Feldmann – Sim

Farabulini Júnior – Não.

Fausto Fernandes – Não.

Fausto Rocha – Não.

Felipe Mendes – Não.

Feres Nader – Não.  
 Fernando Bezerra Coelho – Não.  
 Fernando Cunha – Não.  
 Fernando Gasparian – Não.  
 Fernando Gomes – Não.  
 Fernando Henrique Cardoso – Sim.  
 Fernando Lyra – Sim.  
 Fernando Santana – Não.  
 Fernando Velasco – Não.  
 Firmo de Castro – Não.  
 Flavio Palmier da Veiga – Não.  
 Flávio Rocha – Não.  
 Florestan Fernandes – Sim.  
 Floriceno Paixão – Sim.  
 França Teixeira – Não.  
 Francisco Amaral – Não.  
 Francisco Benjamim – Não.  
 Francisco Carneiro – Não.  
 Francisco Coelho – Não.  
 Francisco Diógenes – Não.  
 Francisco Dornelles – Não.  
 Francisco Küster – Sim.  
 Francisco Pinto – Sim.  
 Francisco Rollemberg – Não.  
 Francisco Rossi – Sim.  
 Gandi Jamil – Sim.  
 Genebaldo Correia – Não.  
 Genésio Bernardino – Não.  
 Geovani Borges – Não.  
 Geraldo Alckmin Filho – Não.  
 Geraldo Campos – Sim.  
 Geraldo Fleming – Não.  
 Geraldo Melo – Sim.  
 Gerson Marcondes – Sim.  
 Gerson Pores – Não.  
 Gidel Dantas – Não.  
 Gil César – Não.  
 Gilson Machado – Não.  
 Gonzaga Patriota – Sim.  
 Gumerindo Milhomem – Sim.  
 Gustavo de Faria – Não.  
 Harlan Gadelha – Sim.  
 Haroldo Lima – Sim.  
 Haroldo Sabóia – Sim.  
 Hélio Costa – Sim.  
 Hélio Duque – Não.  
 Hélio Manhães – Sim.  
 Hélio Rosas – Não.  
 Henrique Córdova – Sim.  
 Henrique Eduardo Alves – Não.  
 Heráclito Fortes – Sim.  
 Hermes Zaneti – Sim.  
 Hilário Braun – Não.  
 Humberto Souto – Não.  
 Iberê Ferreira – Sim.  
 Ibsen Pinheiro – Não.  
 Inocêncio Oliveira – Não.  
 Iram Saraiva – Sim.  
 Irapuan Costa Júnior – Não.  
 Irma Passoni – Sim.  
 Ismael Wanderley – Não.  
 Itamar Franco – Sim.  
 Ivo Cersósimo – Abstenção.  
 Ivo Lech – Não.  
 Ivo Mainardi – Não.  
 Ivo Vanderlinde – Abstenção.  
 Jacy Scanagatta – Não.  
 Jairo Azi – Não.  
 Jalles Fontoura – Não.  
 Jamil Haddad – Sim.  
 Jarbas Passarinho – Não.  
 Jayme Paliarin – Não.  
 Jessé Freire – Não.  
 Jesus Tajra – Não.  
 Joaci Góes – Sim.  
 João Agripino – Sim.  
 João Calmon – Sim.  
 João Carlos Bacelar – Não.  
 João Castelo – Não.  
 João da Mata – Não.  
 João de Deus Antunes – Não.  
 João Hermann Neto – Sim.  
 João Lobo – Não.  
 João Machado Rollemberg – Não.  
 João Menezes – Não.  
 João Natal – Sim.  
 João Paulo – Sim.  
 João Rezek – Não.  
 Joaquim Bevilacqua – Sim.  
 Joaquim Francisco – Não.  
 Joaquim Sucena – Não.  
 Jofran Frejat – Sim.  
 Jonas Pinheiro – Não.  
 Jonival Lucas – Não.  
 Jorge Bornhausen – Não.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Não.  
 Jorge Ueque – Sim.  
 Jorge Vianna – Não.  
 José Agripino – Não.  
 José Camargo – Não.  
 José Carlos Coutinho – Sim.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Martinez – Não.  
 José Carlos Sabóia – Sim.  
 José Carlos Vasconcelos – Sim.  
 José Costa – Sim.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Não.  
 José Egreja – Não.  
 José Elias – Não.  
 José Elias Murad – Sim.  
 José Fernandes – Sim.  
 José Freire – Não.  
 José Genoíno – Sim.  
 José Guedes – Não.  
 José Jorge – Sim.  
 José Lins – Não.  
 José Lourenço – Não.  
 José Luiz de Sá – Sim.  
 José Luiz Maia – Não.  
 José Maranhão – Não.  
 José Maurício – Sim.  
 José Melo – Não.  
 José Mendonça Bezerra – Não.  
 José Moura – Não.  
 José Paulo Bisol – Sim.  
 José Queiroz – Sim.  
 José Richa – Não.  
 José Serra – Não.  
 José Tavares – Não.  
 José Teixeira – Não.  
 José Tinoco – Sim.  
 José Viana – Não.  
 Juarez Antunes – Sim.  
 Júlio Campos – Não.  
 Júlio Costamilan – Não.  
 Jutahy Magalhães – Sim.  
 Koyu Iha – Não.  
 Lael Varella – Não.  
 Lavoisier Maia – Sim.  
 Leite Chaves – Sim.  
 Lélío Souza – Sim.  
 Leopoldo Perez – Não.  
 Leur Lomanto – Não.  
 Levy Dias – Não.  
 Lézio Sathler – Sim.  
 Lídice da Maia – Sim.  
 Lourival Baptista – Não.  
 Lúcia Braga – Sim.  
 Lúcia Vaníá – Não.  
 Lúcio Alcântara – Sim.  
 Luiz Eduardo – Não.  
 Luiz Roberto Ponte – Não.  
 Luiz Alberto Rodrigues – Não.  
 Luiz Freire – Sim.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
 Luiz Marques – Não.  
 Luiz Salomão – Sim.  
 Luiz Soyer – Não.  
 Luiz Viana Neto – Não.  
 Lysâneas Maciel – Sim.  
 Maluly Neto – Não.  
 Manoel Castro – Não.  
 Manoel Ribeiro – Não.  
 Mansueto de Lavor – Sim.  
 Marcelo Cordeiro – Não.  
 Márcia Kubitschek – Não.  
 Márcio Braga – Não.  
 Márcio Lacerda – Não.  
 Marco Maciel – Não.  
 Marcondes Gadelha – Não.  
 Maria de Lourdes Abadia – Sim.  
 Maria Lúcia – Não.  
 Mário Assad – Sim.  
 Mário Covas – Não.  
 Mário Lima – Sim.  
 Mário Maia – Sim.  
 Marluce Pinto – Não.  
 Matheus Iensen – Não.  
 Mauricio Corrêa – Sim.  
 Mauricio Fruet – Não.  
 Mauricio Nasser – Não.  
 Mauricio Pádua – Não.  
 Maurílio Ferreira Lima – Sim.  
 Mauro Benevides – Não.  
 Mauro Borges – Não.  
 Mauro Campos – Sim.  
 Mauro Miranda – Não.  
 Max Rosenmann – Não.  
 Meira Filho – Não.  
 Mello Reis – Não.  
 Mendes Botelho – Sim.  
 Mendes Ribeiro – Não.  
 Messias Góis – Não.  
 Michel Temer – Sim.  
 Milton Barbosa – Não.  
 Miraldo Gomes – Sim.  
 Miro Teixeira – Sim.  
 Moema São Thiago – Sim.  
 Mozariido Cavalcanti – Não.  
 Myrian Portella – Sim.  
 Nabor Júnior – Não.  
 Naphtali Alves de Souza – Não.  
 Narciso Mendes – Não.  
 Nelson Carneiro – Não.  
 Nelson Sabra – Sim.  
 Nelson Seixas – Sim.  
 Nelson Wedekin – Sim.  
 Nelton Friedrich – Sim.  
 Nestor Duarte – Sim.  
 Nilso Sguarezi – Sim.  
 Nilson Gibson – Não.

Nion Albemaz – Não.  
 Noel de Carvalho – Sim.  
 Octávio Elísio – Sim.  
 Olívio Dutra – Sim.  
 Orlando Bezerra – Não.  
 Oscar Corrêa – Não.  
 Osmir Lima – Não.  
 Osmundo Rebouças – Não.  
 Osvaldo Bender – Não.  
 Osvaldo Macedo – Sim.  
 Osvaldo Almeida – Não.  
 Ottomar Pinto – Não.  
 Paes de Andrade – Sim.  
 Paes Landin – Não.  
 Paulo Delgado – Sim.  
 Paulo Macarini – Não.  
 Paulo Marques – Sim.  
 Paulo Mincarone – Não.  
 Paulo Paim – Sim.  
 Paulo Pimentel – Não.  
 Paulo Ramos – Sim.  
 Paulo Roberto – Não.  
 Paulo Roberto Cunha – Não.  
 Paulo Silva – Sim.  
 Pedro Canedo – Não.  
 Pedro Ceolin – Não.  
 Percival Muniz – Sim.  
 Pimenta da Veiga – Sim.  
 Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
 Plínio Martins – abstenção.  
 Pompeu de Sousa – Sim.  
 Raimundo Bezerra abstenção.  
 Raimundo Lira – Não.  
 Raquel Cândido – Não.  
 Raquel Capiberibe – Sim.  
 Raul Ferraz – Não.  
 Renan Calheiros – Sim.  
 Renato Johnsson – Não.  
 Renato Vianna – Sim.  
 Ricardo Fiuza – Não.  
 Ricardo Izar – Não.  
 Rita Camata – Sim.  
 Rita Furtado – Não.  
 Roberto Augusto – Não.  
 Roberto Balestra – Não.  
 Roberto Brant – Não.  
 Roberto Campos – Não.  
 Roberto D'Ávila – Sim.  
 Roberto Freire – Sim.  
 Roberto Jefferson – Não.  
 Roberto Rollemberg – Sim.  
 Roberto Torres – Não.  
 Roberto Vital – Não.  
 Robson Marinho – Não.  
 Rodrigues Palma – Não.  
 Ronaldo Aragão – Não.  
 Ronaldo Carvalho – Sim.  
 Ronaldo Cezar Coelho – Não.  
 Ronan Tito – Sim.  
 Ronaro Corrêa – Não.  
 Rosa Prata – Não.  
 Rose de Freitas – Sim.  
 Rospide Netto – Não.  
 Rubem Branquinho – Não.  
 Rubem Medina – Não.  
 Ruben Figueiró – Não.  
 Ruberval Pilotto – Não.  
 Ruy Bacelar – Sim.  
 Ruy Nadel – Sim.  
 Sadie Hauache – Não.  
 Samir Achôa – Sim.

Sandra Cavalcanti – Não.  
 Santinho Furtado – Não.  
 Sérgio Brito – Não.  
 Sérgio Spada – Sim.  
 Sigmaringa Seixas – Sim.  
 Sílvio Abreu – Não.  
 Siqueira Campos – Não.  
 Sólon Borges dos Reis – Não.  
 Sotero Cunha – Não.  
 Tadeu França – Sim.  
 Telmo Kirst – Não.  
 Teotônio Vilela Filho – Sim.  
 Tito Costa – Não.  
 Ubiratan Aguiar – Não.  
 Ubiratan Spineili – Não.  
 Uldunco Pinto – Sim.  
 Valmir Campelo – Sim.  
 Valtér Pereira – Sim.  
 Vasco Alves – Sim.  
 Vicente Boga – Sim.  
 Victor Faccioni – Não.  
 Victor Fontana – Não.  
 Victor Trovão – Não.  
 Vieira da Silva – Não.  
 Wilson Souza – Sim.  
 Vingt Rosado – Não.  
 Vinicius Cansanção – Não.  
 Virgildásio de Senna – Não.  
 Virgílio Galassi – Não.  
 Virgílio Guimarães – Sim.  
 Virgílio Távora – Não.  
 Vítor Buaziz – Sim.  
 Vivaldo Barbosa – Sim.  
 Vladimir Palmeira – Sim.  
 Wagner Lago – Não.  
 Waldeck Ornélas – Não.  
 Waldyr Pugliesi – Sim.  
 Walmor de Luca – Sim.  
 Wilma Maia – Sim.  
 Wilson Campos – Sim.  
 Wilson Martins – Sim.  
 Ziza Valadares – Sim.

**O SR. ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo apenas fazer uma comunicação à Casa que considero importante. Criou-se uma celeuma muito grande quando foi elaborado, pela Comissão de Sistematização, um projeto. E foi levantado à Nação, pelos Líderes, que depois foram designados juntos com toda a sua articulação de Centrão, de que iríamos ter uma Constituição que 47, uma maioria na Comissão de Sistematização, iria impor, mesmo que 279 Srs. Constituintes votassem contra. Levantaram a questão de que a democracia estava sendo ferida; levantaram este País como sendo guardiões de uma democracia. Não é verdade. É uma fraude.

Agora, estamos assistindo a elaboração de uma Constituição com um artigo que não recebeu 280 votos concretamente para ficar, recebeu no geral, ressaltados os destaques. Da mesma forma que iria ocorrer com o Projeto de Sistematização, o que está ocorrendo agora é que um substitutivo,

que não foi aprovado por nenhuma Comissão, foi aprovado aqui para ser texto, com destaques que o ressalvam. não conseguiu 280 votos, mas vai ser a Constituição.

Quero apenas que conste isto nos Anais, para que não se cometa a fraude de dizer que o Centrão tentou fazer, através da reforma regimental, que a democracia aqui funcionasse. Não é verdade. (Palmas.)

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para contestar.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A questão de ordem do nobre Constituinte Roberto Freire não faz jus a sua inteligência e nem tampouco à eloquência das suas palavras. S. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que o Centrão defendeu e continua defendendo que a transparência na votação constitucional se manifeste através da maioria dos Srs. representantes da Assembléia Nacional Constituinte. Ora, o texto da reforma regimental, aprovado por esta Casa e apresentado pelo Centrão, deixou isto muito bem evidenciado e muito bem claro. São três, Sr. Presidente, os tipos de destaque: destaque para supressão, destaque para aprovação, no art. 7º da reforma regimental. Mas, nesse mesmo artigo, nesse mesmo texto da reforma regimental, está o art. 8º Este fala do destaque para votação em separado, que é permitido a 187 Srs. Constituintes, justamente para, em momentos como este colocar à apreciação da Casa o texto referido. E uma vez nesta hipótese, e só nesta hipótese, não tendo o destaque para votação em separado os 280 votos, isto é, menos dessa quantia, então, sim, o texto do dispositivo fica prejudicado e não entra no texto constitucional.

Mas o destaque para a aprovação, como é aquele que foi objeto, nesta hora, da apreciação da Casa, visando aditar matéria nova ao texto constitucional, esse destaque é votado automaticamente com a matéria a que se refere. E, no momento em que essa matéria não tem 280 votos, como está no art. 7º, de fato, a matéria fica rejeitada.

Portanto, Sr. Presidente, a tese do Centrão, que é aquela referente à votação em separado, está na reforma do Regimento, no art. 8º, de forma inequívoca e transparente, como instrumento da Casa para votar de acordo com os seus objetivos aí sim, não sendo aprovado, ficará fora do texto constitucional.

Não tem cabimento, portanto, Sr. Presidente, a questão de ordem do nobre Constituinte Roberto Freire, porque está inteiramente em desacordo com o texto aprovado da reforma regimental e está inteiramente em conflito, deturpando a posição do Centrão que continua, ontem como hoje, a favor da maioria, a favor da vontade majoritária da Assembléia Nacional Constituinte.

**O Sr. José Genoíno:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno,

para que, depois, a Mesa resolva a questão de ordem e a sessão prossiga.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Suponhamos, nessa questão que o nobre Constituinte Roberto Freire levanta – e é nesse sentido, auxiliando a Mesa, quando o problema concreto for colocado neste sentido, Sr. Presidente – que a emenda fosse substitutiva. Foi votado o texto básico, ressalvados os destaques, Se esse destaque era para substituir ou para suprimir, e essa emenda que fosse substitutiva ou supressiva, tivesse tido 175 votos e o texto básico tivesse tido 272 votos, estaria configurado um problema exatamente como o Centrão levantou, na época da Comissão de Sistematização, acusando-nos de que se estava colocando matéria na Constituição pela minoria E ai se coloca o problema. Veja bem, Sr. Presidente, se estamos votando o art. 6º, ressalvados os destaques, e há um destaque supressivo para o § 1º ou um destaque substitutivo para o § 1º, e esse destaque supressivo ou substitutivo não tem 280 votos, e o texto não tem 280 votos, ficar o texto é ficar na Constituição matéria que não tem 280 votos. Portanto, ou fica matéria na Constituição que não tem 280 votos ou quando se tratar de destaque substitutivo ou de destaque supressivo, essa matéria não pode figurar no Texto Constitucional, não pode constar como dispositivo constitucional.

Esta é a questão de ordem, Sr. Presidente. É um problema sério, e vai se colocar, imediatamente, em alguns destaques no Título II.

**O Sr. Del Bosco Amaral:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma rápida declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Del Bosco Amaral.

**O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP: Sem revisão do orador.):** Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero levantar uma reclamação sobre o processo de votação. Falaram dois – até o terceiro não deveria ter falado –, um contra e um a favor. Acho que só cabe a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, porque senão é a baderna se instalando no processo de votação. O meu pedido é que V. Ex.<sup>a</sup> usasse a autoridade como vem fazendo, de forma democrática, não permitindo que façam, agora, aqui, um piquenique político encima de matéria em que vota um a favor, um contra e V. Ex.<sup>a</sup> decide.

**O SR. CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, quero contraditar a questão de ordem do Sr. José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Mas já foi contraditada, nobre Constituinte.

**O SR. CARLOS SANT'ANNA:** – Já foi contraditada? Por quem?

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai decidir a questão de ordem.

O destaque apresentado á emenda, foi para aprovação; se é para a aprovação, ai é que há dificuldade, ai que há o apelo constante de presença dos Srs. Constituintes, no sentido de se atingir o **quorum** qualificado, que é difícil. Só

se poderá inserir no texto constitucional a proposição que tenha 280 votos positivo. Pode ser até 279, mas para se inserir no texto constitucional tem que ter 280, Isto é da doutrina, isto é dos tratadistas, isto é da prática, isto é da Constituição e é o que diz o art. 8º, que admite que, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, sejam apresentados para votação, em separado, – o que não é o caso – de 187 Constituintes mas, não atingindo o **quorum**, será tida como rejeitada.

De maneira que aplicando o texto à experiência parlamentar, a ensinamentos dos outros. lamentando discordar daqueles que têm uma opinião o contrária, não podemos inserir, no texto constitucional, proposição com menos de 280, com 175, com 70, com 20 ou com 30 assinaturas.

Está rejeitada a emenda.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Santana.

**O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA Sem revisão do orador.):** Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> Constituintes:

Desejo declarar, para que conste da Ata, que o meu voto era SIM e foi registrado NÃO.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vou submeter a votos o seguinte:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº D 1.496

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 7º da Resolução nº 3 de 1988, destaque para aprovação do art. 4º do Projeto para substituição do art. 4º do Substitutivo 2P 02037. – Antonio Matiz.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em votação a Emenda nº 40, do Constituinte Antonio Mario O que quer o nobre Constituinte? Que seja acrescentada ao art. 4º a expressão: "de grande significação no Direito Internacional. E, propugnará – evidentemente o País – pela criação de um Tribunal Internacional de Direitos Humanos.

Chega à Mesa a notícia de que há um entendimento para que esse acréscimo seja inserido no art. 4º Se isto acontecer, se o entendimento da soberania do Plenário aprovar essa inclusão referente à criação do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos, ficará também entendido que, por técnica legislativa, haverá deslocação, que parece mais apropriada e foi requerida, para o Título ou a parte da Constituição referente aos direitos e ao ato das Disposições Transitórias.

O parecem é favorável.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Antonio Matiz

**O SR. ANTONIO MARIZ (PMDB – PB. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O destaque do art. 4º, de minha autoria, na verdade, objetiva justamente resgatar a expressão relativa ao Tribunal Internacional dos Direitos da Pessoa Humana. Ao colocar o destaque, e aprovado esse tema programático, estabelece a política externa brasileira o compromisso de propug-

nar por esse Tribunal. Estaremos, de um lado, aprovando os princípios gerais informadores da posição internacional do Brasil, e permitindo que a idéia do Tribunal subsista no texto no ato das disposições gerais e transitórias.

Esse requerimento que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de ler é fruto de entendimentos entre Partidos, correntes e agrupamentos neste Plenário. Em função desse entendimento é que se apresentou o requerimento lido e que, por Isso mesmo, na expectativa criada, deverá integrar o amplo acordo feito desde o início desta votação. Assim sendo, Sr. Presidente, o Tribunal Internacional dos Direitos da Pessoa Humana, que constitui uma aspiração da humanidade, e que está inscrito entre os objetivos da Organização das Nações Unidas desde a declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, feita em Paris em 1948, poderá integrar a ação do Governo e da Nação brasileira.

Ao ser votada essa declaração, estabeleceu-se que haveria dois pontos essenciais: a definição jurídica desses direitos e a criação dos órgãos jurisdicionais. Existem, hoje, dois Tribunais Regionais em funcionamento: o Tribunal de Estrasburgo, fruto do tratado de Roma, em 1950, funcionando no âmbito da comunidade européia, e o Tribunal de São José da Costa Rica, resultado da convenção americana dos direitos humanos.

Com o Tribunal Internacional, na esfera de jurisdição da ONU, completa-se o quadro da proteção também dos direitos da pessoa

É esse o sentido, Sr. Presidente, do meu destaque e do requerimento que se encontra nas mãos de V. Ex.<sup>a</sup> Espero por isso, nos termos do entendimento, a aprovação, por este Plenário, do destaque em questão.

**O SR. GERSON PERES – Sr. Presidente,** peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. GERSON PERES (PDS – PA Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta emenda não consta da nossa pauta Solicito, então a V. Ex.<sup>a</sup>, que antes da votação faça a leitura, porque nós estamos ouvindo a explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Antes da votação atenderei à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>

Passa-se à votação.

Atendendo à solicitação que acaba de ser feita, a Mesa esclarece que a emenda objetiva aditar ao art. 4º, a seguinte expressão: "E propugnará pela criação de um Tribunal internacional dos Direitos Humanos".

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP):** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Covas.

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** –

Não sei se ficou claro a todos, mas essa entenda dependia de conversações que seriam feitas posteriormente e não no período da manhã. O que acaba de anunciar aqui o Constituinte Antônio Mariz é que houve um acordo posterior no sentido de que

se aprovasse, neste instante, a expressão, que seria Jogada para outro texto, outro local da Constituição que não o adequado. O PMDB votará a favor do dispositivo.

**O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA):** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, pelo que acabo de entender, a questão vai ser inserida nas Disposições Gerais.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Nas Disposições Transitórias.

**O SR. CARLOS SANT'ANNA** – Nas Disposições Gerais e Transitórias.

Ora, se vai ser inserida nas Disposições Gerais, seria o caso de que a sua votação fosse feita no momento da votação das mesmas. Então, pergunto: Vamos votar, agora, no Título I, dos Princípios Fundamentais, alguma coisa vai ser inserida nas Disposições Gerais, que é o título final da Constituição?

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa pondera que é destaque para um texto que já constava no Projeto da Comissão de Sistematização, que foi retirado naquele que foi aprovado e, aí, é questão de geografia. Se a Casa entender que ao invés de ficar aqui fique nas Disposições Transitórias, o momento hábil será agora, porque a emenda foi apresentada a este Título, a este momento.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO:** – Peço a palavra – pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Penso que nós não podemos – e essa é a interrogação – votar agora o dispositivo que irá para as Disposições Transitórias, haja vista que o próprio Regimento não permite a mudança de título ou antecipação. E está claro que se votarmos hoje uma matéria que irá para as Disposições Transitórias, abrir-se-á um precedente. Ou nós votamos hoje, neste momento para consagrar como artigo, como inicialmente destacado pelo Constituinte Antonio Mariz, ou penso que não será possível votarmos hoje para ir para as Disposições Transitórias.

É a indagação que faço a V. Ex.<sup>a</sup>, à luz do Regimento

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi.

**O SR. GASTONE RIGHI (Sem revisão do orador.):** – Apenas para acrescentar a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente que o precedente é altamente perigoso. Ao abrimos o precedente de votar hoje matéria atinente a Disposições Transitórias, poderemos fazê-lo também em relação a mandato presidencial e outros tantos. V. Ex.<sup>a</sup> não pode permitir

a abertura do precedente. É preciso que se observe a ordem de título por título, capítulo por capítulo, artigo por artigo, como determina o Regimento interno e como V. Ex.<sup>a</sup> tem sempre pregado, afirmado e reafirmado.

**O SR. ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. ALUIZIO CAMPOS (Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, não se trata de votar o mérito do destaque, a inclusão ou não da matéria no texto constitucional, mas apenas a sua transposição para as Disposições Gerais e Transitórias. Então, o dispositivo será votado, quando se cogitar da votação das Disposições Gerais e Transitórias. É assim que me parece.

**O SR. ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. ANTONIO MARIZ (Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, em face da controvérsia suscitada, desisto da votação agora e requeiro que a votação dessas expressões se faça nas Disposições Gerais e Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Deferido o pedido de V. Ex.<sup>a</sup> Grato pela colaboração.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vou submeter a votos o seguinte:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº D19

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º e 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do Projeto de Constituição A (Comissão de Sistematização) especificamente no que se refere ao art. 4º ... "da não-intervenção" – **José Fogaça**, autor – **José Carlos Sabóia** – **Pompeu de Sousa**.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se à votação da emenda que objetiva introduzir no art. 4º a expressão "da não intervenção", do nobre Constituinte José Fogaça.

A Mesa esclarece, primeiro, que se trata de um entendimento havido. Segundo, parece que houve um lapso, digamos, de que esta tradição brasileira, de respeitar a autodeterminação, também se estenda a não-intervenção. Quer-se corrigir, na verdade, um **lapsos linguae**, ou, se não, um **lapsos calami**, o que se poderia fazer até por emenda de redação. (Palmas.)

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, a aprovação desse destaque, ratificando o princípio da não-intervenção na ordem internacional, faz parte dos entendimentos havidos ontem e hoje pela manhã. Portanto, o Centrão dará o seu voto favorável a esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Havendo entendimento, acredito que ninguém quer fazer uso da palavra.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, desejo fazer uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA (Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento formal à Assembléia Nacional Constituinte.

A primeira impressão do Projeto da Comissão de Sistematização, realmente não continha a expressão "da não-intervenção", mas a segunda, datada de dezembro de 1987, trazia a expressão que foi aprovada pela comissão de Sistematização e pelas demais Comissões e subcomissões temáticas desta Assembléia Nacional Constituinte. Significa, portanto, resgatar um princípio fundamental de orientação da política externa brasileira. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se à votação da matéria. Os Srs. constituintes favoráveis à Emenda José Fogaça votarão SIM, e NÃO pela rejeição da mesma.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):**

A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim: 453

Não: 5

Abstenção: 1

Total: 459

A expressão foi aprovada.

Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente Ulysses Guimarães –

Abstenção.

Abigail Faltosa – Sim.

Acival Gomes – Sim.

Adauto Pereira – Sim.

Ademir Andrade – Sim.

Ademar de Barros Filho – Sim.

Adolfo Oliveira – Sim.

Adroaldo Streck – Sim.

Adylson Motta – Sim.

Áccio de Borba – Sim.

Ácido Neves – Sim.

Afonso Camargo – Sim.

Afif Domingos – Sim.

Agassiz Almeida – Sim.

Agripino de Oliveira Lima – Sim.

Airton Cordeiro – Sim.

Alarico Abib – Sim.

Albano Franco – Sim.

Alberico Cordeiro – Sim.

Aldo Arantes – Sim.

Alexandre Costa – Não.

Alexandre Puzyna – Sim.

Alfredo Campos – Sim.

Almir Gabriel – Sim.

Aloisio Vasconcelos – Sim.

Aloysio Chaves – Sim.

Aloysio Teixeira – Sim.

Aluizio Campos – Sim.

Álvaro Valle – Sim.

Alysson Paulinelli – Sim.

Amaury Müller – Sim.

Amaral Natto – Sim.

Ângelo Magalhães – Sim.

Anna Maria Rattes – Sim.

Annibal Barcellos – Sim.  
 Antero de Barros – Sim.  
 Antônio Britto – Sim.  
 Antônio Câmara – Sim.  
 Antônio Carlos Franco – Sim.  
 Antônio Carlos Konder Reis – Sim.  
 Antônio Carlos Mendes Thame – Sim.  
 Antônio de Jesus – Sim.  
 Antônio Farias – Sim.  
 Antônio Ferreira – Sim.  
 Antônio Gaspar – Sim.  
 Antônio Mariz – Sim.  
 Arnaldo Martins – Sim.  
 Arnaldo Moraes – Sim.  
 Arnaldo Prieto – Sim.  
 Arnold Fioravante – Sim.  
 Arolde de Oliveira Sim.  
 Arthur da Távola – Sim.  
 Asdrubal Bentes – Sim.  
 Átila Lira – Sim.  
 Augusto Carvalho – Sim.  
 Aureo Mello – Sim.  
 Basílio Villani – Sim.  
 Benedita da Silva – Sim.  
 Beneto Gama – Sim.  
 Bernardo Cabral – Sim.  
 Beth Azize – Sim.  
 Bezerra de Melo – Sim.  
 Bocayuva Cunha – Sim.  
 Bonifácio de Andrada – Sim.  
 Bosco França – Sim.  
 Brandão Monteiro – Sim.  
 Cardoso Alves – Sim.  
 Carlos Alberto Caó – Sim.  
 Carlos Chiarelli – Sim.  
 Carlos Cotta – Sim.  
 Carlos De'Carli – Sim.  
 Carlos Sant'Anna – Sim.  
 Carlos Vinagre – Sim.  
 Carlos Virgílio – Sim.  
 Carrel Benevides – Sim.  
 Cássio Cunha Lima – Sim.  
 Célio de Castro – Sim.  
 Celso Dourado – Sim.  
 César Maia – Sim.  
 Chagas Duarte – Sim.  
 Chagas Neto – Sim.  
 Chagas Rodrigues – Sim.  
 Chico Humberto – Sim.  
 Christóvam Chiaradia – Sim.  
 Cid Carvalho – Sim.  
 Cid Sabóia de Carvalho – Sim.  
 Cláudio Ávila – Sim.  
 Cleonânio Fonseca – Sim.  
 Costa Ferreira – Sim.  
 Cristina Tavares – Sim.  
 Cunha Bueno – Sim.  
 Darcy Deitos – Sim.  
 Darcy Pozza – Sim.  
 Daso Coimbra – Sim.  
 Del Bosco Amaral – Sim.  
 Delfim Netto – Sim.  
 Délio Braz – Sim.  
 Denisar Arneiro – Sim.  
 Dionísio Dal Prá – Sim.  
 Dionísio Hage – Sim.  
 Dirceu Tutu Quadros – Sim.  
 Dirceu Carneiro – Sim.  
 Djenal Gonçalves – Sim.  
 Domingos Juvenil – Sim.  
 Domingos Leonelli – Sim.  
 Doreto Campanari – Sim.  
 Edésio Frias – Sim.  
 Edme Tavares – Sim.  
 Edmilson Valentim – Sim.  
 Eduardo Bonfim – Sim.  
 Eduardo Jorge – Sim.  
 Eduardo Moreira – Sim.  
 Egdio Ferreira Lima – Sim.  
 Eliel Rodrigues – Sim.  
 Eliezer Moreira – Sim.  
 Enoc Vieira – Sim.  
 Eraldo Tinoco – Sim.  
 Eraldo Trindade – Sim.  
 Erico Pegoraro – Sim.  
 Euclides Scalco – Sim.  
 Eunice Michiles – Sim.  
 Evaldo Gonçalves – Sim.  
 Expedito Machado – Sim.  
 Ézio Ferreira – Sim.  
 Fábio Feldmann – Sim.  
 Farabulini Júnior – Sim.  
 Fausto Fernandes – Sim.  
 Fausto Rocha – Sim.  
 Felipe Mendes – Sim.  
 Feres Nader – Sim.  
 Fernando Bezerra Coelho – Sim.  
 Fernando Cunha – Sim.  
 Fernando Gasparian – Sim.  
 Fernando Gomes – Sim.  
 Fernando Henrique Cardoso – Sim.  
 Fernando Lyra – Sim.  
 Fernando Santana – Sim.  
 Fernando Velasco – Sim.  
 Firmo de Castro – Sim.  
 Flavio Palmier da Veiga – Sim.  
 Flávio Rocha – Sim.  
 Florestan Fernandes – Sim.  
 Floriceno Paixão – Sim.  
 França Teixeira – Sim.  
 Francisco Amaral – Sim.  
 Francisco Benjamim – Sim.  
 Francisco Carneiro – Sim.  
 Francisco Coelho – Sim.  
 Francisco Diógenes – Sim.  
 Francisco Dornelles – Sim.  
 Francisco Küster – Sim.  
 Francisco Pinto – Sim.  
 Francisco Rollemberg – Sim.  
 Francisco Rossi – Sim.  
 Francisco Sales – Sim.  
 Furtado Leite – Sim.  
 Gabriel Guerreiro – Sim.  
 Gandi Jamil – Sim.  
 Gastone Righi – Sim.  
 Genebaldo Correia – Sim.  
 Genésio Bernardino – Sim.  
 Geovani Borges – Sim.  
 Geraldo Alckmin Filho – Sim.  
 Geraldo Campos – Sim.  
 Geraldo Fleming – Sim.  
 Geraldo Melo – Sim.  
 Gerson Marcondes – Sim.  
 Gerson Peres – Sim.  
 Gidel Dantas – Sim.  
 Gil César – Sim.  
 Gilson Machado – Sim.  
 Gonzaga Patriota – Sim.  
 Gumercindo Milhomem – Sim.  
 Gustavo de Faria – Sim.  
 Harlan Gadelha – Sim.  
 Haroldo Lima – Sim.  
 Haroldo Sabóia – Sim.  
 Hélio Costa – Sim.  
 Hélio Duque – Sim.  
 Hélio Manhães – Sim.  
 Hélio Rosas – Sim.  
 Henrique Córdova – Sim.  
 Henrique Eduardo Alves – Sim.  
 Heráclito Fortes – Sim.  
 Hermes Zaneti – Sim.  
 Hilário Braun – Sim.  
 Homero Santos – Sim.  
 Humberto Souto – Sim.  
 Ibsen Pinheiro – Sim.  
 Inocêncio Oliveira – Sim.  
 Iram Saraiva – Sim.  
 Irapuan Costa Júnior – Sim.  
 Irma Passoni – Sim.  
 Ismael Wanderley – Sim.  
 Itamar Franco – Sim.  
 Ivo Cersósimo – Sim.  
 Ivo Lech – Sim.  
 Ivo Mainardi – Sim.  
 Ivo Vanderlinde – Sim.  
 Jacy Scanagatta – Sim.  
 Jairo Azi – Sim.  
 Jalles Fontoura – Sim.  
 Jamil Haddad – Sim.  
 Jarbas Passarinho – Sim.  
 Jayme Paliarin – Sim.  
 Jessé Freire – Sim.  
 Joaci Góes – Sim.  
 João Agripino – Sim.  
 João Calmon – Sim.  
 João Castelo – Sim.  
 João da Mata – Sim.  
 João de Deus Antunes – Sim.  
 João Herrmann Neto – Sim.  
 João Machado Rollemberg – Sim.  
 João Menezes – Sim.  
 João Natal – Sim.  
 João Paulo – Sim.  
 João Rezak – Sim.  
 Joaquim Beviláqua – Sim.  
 Joaquim Francisco – Sim.  
 Joaquim Sucena – Sim.  
 Jofran Frejat – Sim.  
 Jonas Pinheiro – Sim.  
 Jonival Lucas – Sim.  
 Jorge Arbage – Sim.  
 Jorge Bornhausen – Sim.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Sim.  
 Jorge Medauar – Sim.  
 Jorge Ueque – Sim.  
 Jorge Vianna – Sim.  
 Jose Agripino – Sim.  
 Jose Camargo – Sim.  
 José Carlos Coutinho – Sim.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Martinez – Sim.  
 José Carlos Sabóia – Sim.  
 José Carlos Vasconcelos – Sim.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Sim.  
 José Egreja – Sim.  
 José Elias – Sim.  
 José Elias Murad – Sim.  
 José Fernandes – Sim.  
 José Fogaça – Sim.  
 José Genofino – Sim.  
 José Geraldo – Sim.

José Guedes – Sim.  
José Jorge – Sim.  
José Lins – Sim.  
José Lourenço – Sim.  
José Luiz de Sá – Sim.  
José Luiz Maia – Sim.  
José Maranhão – Sim.  
José Maria Eymael – Sim.  
José Maurício – Sim.  
José Melo – Sim.  
José Mendonça Bezerra – Sim.  
José Moura – Sim.  
José Paulo Bisol – Sim.  
José Queiroz – Sim.  
José Richa – Sim.  
José Serra – Sim.  
José Tavares – Sim.  
José Teixeira – Sim.  
José Tinoco – Sim.  
José Viana – Sim.  
Juarez Antunes – Sim.  
Júlio Campos – Sim.  
Júlio Costamilan – Sim.  
Jutahy Magalhães – Sim.  
Koyu Iha – Sim.  
Lael Varella – Sim.  
Lavoisier Maia – Sim.  
Leite Chaves – Sim.  
Lélio Souza – Sim.  
Leopoldo Peres – Sim.  
Leur Lomanto – Sim.  
Levy Dias – Sim.  
Lézio Sathler – Sim.  
Lídice da Mata – Sim.  
Lourenberg Nunes Rocha – Sim.  
Lúcia Braga – Sim.  
Lúcio Alcântara – Sim.  
Luis Eduardo – Sim.  
Luis Roberto Ponte – Sim.  
Luiz Alberto Rodrigues – Sim.  
Luiz Freire – Sim.  
Luiz Gushiken – Sim.  
Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
Luiz Leal – Sim.  
Luiz Marques – Sim.  
Luiz Salomão – Sim.  
Luiz Soyer – Sim.  
Luiz Viana Neto – Sim.  
Lysâneas Maciel – Sim.  
Maluly Neto – Sim.  
Manoel Castro – Sim.  
Manoel Ribeiro – Sim.  
Mansueto de Lavor – Sim.  
Marcelo Cordeiro – Sim.  
Márcia Kubitschek – Sim.  
Márcio Braga – Sim.  
Márcio Lacerda – Sim.  
Marco Maciel – Sim.  
Marcondes Gadelha – Sim.  
Maria de Lourdes Abadia – Sim.  
Maria Lúcia – Sim.  
Mário Assad – Sim.  
Mário Covas – Sim.  
Mário Lima – Sim.  
Mário Maia – Sim.  
Marluce Pinto – Sim.  
Matheus Iensen – Sim.  
Maurício Corrêa – Sim.  
Maurício Fruet – Sim.  
Maurício Nasser – Sim.  
Maurício Pádua – Sim.  
Maurílio Ferreira Lima – Sim.  
Mauro Campos – Sim.  
Mauro Miranda – Sim.  
Max Rosenmann – Sim.  
Meira Filho – Não.  
Mello Reis – Sim.  
Mendes Botelho – Sim.  
Mendes Ribeiro – Sim.  
Messias Góis – Sim.  
Michel Temer – Sim.  
Milton Barbosa – Sim.  
Miraldo Gomes – Sim.  
Miro Teixeira – Sim.  
Moema São Thiago – Sim.  
Mozarildo Cavalcanti – Sim.  
Mussa Demes – Sim.  
Myrian Portella – Sim.  
Nabor Júnior – Sim.  
Naphtali Alves de Souza – Sim.  
Nelson Jobim – Sim.  
Nelson Sabra – Sim.  
Nelson Seixas – Sim.  
Nelson Wedekin – Sim.  
Nestor Duarte – Sim.  
Nilso Sguarezi – Sim.  
Nilson Gibson – Sim.  
Nion Albernaz – Sim.  
Noel de Carvalho – Sim.  
Nyder Barbosa – Sim.  
Octávio Elísio – Sim.  
Olívio Dutra – Sim.  
Onofre Corrêa – Sim.  
Orlando Bezerra – Sim.  
Oscar Corrêa – Sim.  
Osmir Lima – Sim.  
Osmundo Rebouças – Sim.  
Oswaldo Bender – Sim.  
Oswaldo Macedo – Sim.  
Oswaldo Sobrinho – Não.  
Oswaldo Almeida – Sim.  
Ottomar Pinto – Sim.  
Paes de Andrade – Sim.  
Paes Landim – Sim.  
Paulo Delgado – Sim.  
Paulo Macarini – Sim.  
Paulo Marques – Sim.  
Paulo Mincaroni – Sim.  
Paulo Paim – Sim.  
Paulo Pimentel – Sim.  
Paulo Ramos – Sim.  
Paulo Roberto – Sim.  
Paulo Roberto Cunha – Sim.  
Paulo Silva – Sim.  
Pedro Canedo – Sim.  
Pedro Ceolin – Sim.  
Percival Muniz – Sim.  
Pimenta da Veiga – Sim.  
Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
Plínio Martins – Sim.  
Pompeu de Sousa – Sim.  
Raimundo Bezerra – Sim.  
Raimundo Lira – Sim.  
Raquel Cândido – Sim.  
Raquel Capiberibe – Sim.  
Raul Ferraz – Sim.  
Renan Calheiros – Sim.  
Renato Johnsson – Sim.  
Renato Vianna – Sim.  
Ricardo Fiuza – Sim.  
Ricardo Izar – Sim.  
Rita Camata – Sim.  
Rita Furtado – Sim.  
Roberto Augusto – Sim.  
Roberto Balestra – Sim.  
Roberto Brant – Sim.  
Roberto Campos – Sim.  
Roberto D'Ávila – Sim.  
Roberto Jefferson – Sim.  
Roberto Rollemberg – Sim.  
Roberto Torres – Sim.  
Robson Marinho – Sim.  
Rodrigues Palma – Sim.  
Ronaldo Aragão – Sim.  
Ronaldo Carvalho – Sim.  
Ronaldo Cevar Coelho – Sim.  
Ronan Tito – Sim.  
Ronaro Corrêa – Sim.  
Rosa Prata – Sim.  
Rose de Freitas – Sim.  
Rospide Netto – Sim.  
Rubem Branquinho – Sim.  
Rubem Medina – Sim.  
Ruben Figueiró – Sim.  
Ruberval Pilotto – Sim.  
Ruy Bacelar – Sim.  
Ruy Nedel – Sim.  
Sadio Hauache – Sim.  
Samir Achôa – Sim.  
Sandra Cavalcanti – Sim.  
Santinho Furtado – Sim.  
Sérgio Brito – Sim.  
Sérgio Spada – Sim.  
Sérgio Werneck – Sim.  
Sigmaringa Seixas – Sim.  
Sílvio Abreu – Sim.  
Siqueira Campos – Sim.  
Sólton Borges dos Reis – Sim.  
Sotero Cunha – Sim.  
Tadeu França – Sim.  
Telmo Kirst – Sim.  
Teotônio Vilela Filho – Sim.  
Tito Costa – Sim.  
Ubiratan Aguiar – Sim.  
Ubiratan Spinelli – Sim.  
Uldurico Pinto – Sim.  
Valmir Campelo – Sim.  
Valter Pereira – Sim.  
Vasco Alves – Sim.  
Vicente Bogo – Sim.  
Victor Faccioni – Sim.  
Victor Fontana – Sim.  
Victor Trovão – Não.  
Vieira da Silva – Não.  
Wilson Souza – Sim.  
Vingt Rosado – Sim.  
Vinicius Cansanção – Sim.  
Virgildásio de Senna – Sim.  
Virgílio Galassi – Sim.  
Virgílio Guimarães – Sim.  
Virgílio Távora – Sim.  
Vitor Buaz – Sim.  
Vivaldo Barbosa – Sim.  
Vladimir Palmeira – Sim.  
Wagner Lago – Sim.  
Waldeck Ornélas – Sim.  
Waldyr Pugliesi – Sim.  
Walmor de Luca – Sim.  
Wilma Maia – Sim.  
Wilson Campos – Sim.  
Wilson Martins – Sim.  
Ziza Valadares – Sim.



**O SR. PERCIVAL MUNIZ:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Percival Muniz, para uma questão de ordem.

**O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Presidente, Srs. Constituintes:

Tivemos agora um total de 459 votos e temos exatamente 459 bancas com o terminal de votação instalado na Casa, onde cada Constituinte poderá votar. Estamos observando, Sr. Presidente, depois de 4 ou 5 votações, que o problema da demora do processo de votação ainda persiste. Há uma média de 60 a 70 constituintes que não estão utilizando os postos de votação, mesmo existindo vagas, o que resulta numa demora de 20 minutos a meia hora, após o término da votação dos Srs. Constituintes que estão sentados.

Quero levantar a seguinte questão de ordem: está certo que existem aqueles que têm dificuldades de aprender, de assimilar o processo de votação, entendemos para aqueles muito idosos, muito velhos, mas não é o que se passa na realidade. O que está acontecendo é a vontade de determinados Constituintes em prejudicar, aparecendo na frente do corredor para atrasar o processo de votação.

Neste sentido apelamos, em respeito àqueles que ficam sentados, àqueles que procuram agir corretamente, para que se agilize o processo, que fiquem sentados os Srs. Constituintes e que votem no posto de votação, fazendo-o à frente só aqueles que porventura errem ao votar e não como está acontecendo, com mais de cem Constituintes atrasando o processo de votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa agradece a intervenção e faz suas as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>.

Havendo condições de o voto ser dado do plenário, a Mesa pede a V. Ex.<sup>a</sup> que o faça; isto abreviaria o processo de votação. Somente no caso de haver algum equívoco ou na hipótese de não haver lugares, é que os postos avulsos devem ser utilizados, neste sentido é que foram criados.

A Mesa acha oportuníssima a intervenção do nobre companheiro e pede a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> nas votações, para que ganhemos tempo, pois este é precioso, e o ato devotar é meramente mecânico.

**O SR. MEIRA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Meira Filho.

**O SR. MEIRA FILHO (PMDB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Quero registrar, para que conste da Ata, um equívoco cometido involuntariamente: em vez de acionar a tecla do SIM, acionei a do NÃO. Por dever cívico e de consciência faço registrar esse meu lamentável equívoco.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Muito grato, inclusive, pela sinceridade de V. Ex.<sup>a</sup>.

O registro será feito.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

**EMENDA ADITIVA Nº 1.194**  
(Benedita da Silva)

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao artigo 4º do Projeto da Comissão de Sistematização:

"Art. 4º .....

Parágrafo único. O Brasil não manterá relações diplomáticas e nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial."

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vamos passar à votação da emenda requerida pela Sra. Constituinte Benedita da Silva, que concedeu co-autoria aos Srs. Constituintes Carlos Alberto Caó, Haroldo Lima e Paulo Paim.

O objetivo da emenda da Sra. Constituinte é o de acrescentar um parágrafo único ao art. 4º, com o seguinte teor.

"O Brasil não manterá relações diplomáticas e nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial."

Este é o texto que não foi objeto de acordo.

Tem a palavra a Sra. Constituinte Benedita da Silva.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Sem revisão da oradora.):** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

É com o dever, com emoção e idéias que venho a esta tribuna defender esta emenda; que o Brasil não corte somente suas relações diplomáticas com a África do Sul, mas com qualquer País que tenha oficialmente uma política de racismo. Falo baseada no processo histórico não apenas da sociedade brasileira, mas da humanidade, e observamos que o processo de colonização da raça negra se deu em todos os pontos do mundo onde existisse essa espécie e a cor da minha pele.

Quero, neste momento, pedir a atenção dos Srs. Constituintes de que a vontade do povo brasileiro, em protesto, tem se manifestado, contra o regime de segregação e temos nos utilizado legalmente até mesmo do Itamarati, quando esta Casa teve a oportunidade, na vinda de Desmond Tutu ao Brasil. Nós, mais 300 Constituintes entre Deputados e Senadores, fomos signatários de um abaixo-assinado pedindo o corte de relações diplomáticas com a África do Sul, porque entendíamos que era necessário que o Brasil tomasse essa medida concreta.

Na XXXVII Assembléia Geral da ONU, em 1982, o Brasil assume a posição **antiapartheid** e, ao assumir tal posição, ainda no Governo João Baptista Figueiredo, observamos que de há muito este País tem essa intenção.

Em 1985, na XL Assembléia Geral, o Presidente José Sarney reiterou a condenação ao **apartheid** e enfatizou com uma frase que deve tocar profundamente a cada um de nós Constituintes: "O racismo é contra a humanidade e contra o futuro". (Palmas.)

Na XLII Assembléia Geral, o Ministro Abreu Sodré renovou o protesto contra a insensatez da política do regime sul-africano.

Agora, em 1988, estamos diante de quem não apenas representa, mas sofre, no cotidiano, o que é ser negro. Neste momento, parece-me muito mais estar diante de um tribunal, defendendo uma causa que considero justa, e faço um apelo aos Srs. Constituintes que, conscientes das suas responsabilidades, votem favoravelmente a emenda, pois a prática institucionalizada da violência é a única forma de diálogo entre o Governo e a população negra da África do Sul.

Sabemos que a composição étnica da população brasileira tem 60% da sua origem na África. O subdesenvolvimento e a miséria de mais de 70% da população na África do Sul atinge tanto o branco quanto o negro. E a verdade sobre esses fatos, sobre as mortes, sobre os assassinatos, sobre o genocídio não consta, na sua totalidade, porque os fatos não podem ser relatados, pelo cerceamento da liberdade de imprensa, e temos o risco da perpetuação do sistema colonialista.

É por isso que aqui estou, na defesa desse compromisso, na convicção plena de que temos razões de sobra para não ficarmos apenas na retórica. O povo sul-africano, assim como todos os demais povos que são oprimidos, aguarda essa providência como uma forma de reconhecimento da luta desigual desencadeada pela conquista da liberdade.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, talvez não tenhamos, na História do Brasil, maior oportunidade de sermos sensíveis a uma causa tão justa e que me traz a esta tribuna, com toda a minha sensibilidade, para dizer que apelo aos sentimentos de cada um, que possam extrapolar a barreira ideológica e compreender que há uma necessidade plena de termos concretamente uma iniciativa para a segunda Nação mais negra do mundo.

Ser negro é lindo e quero assumir a minha negritude. Duro é ter a lei como açoite... (Palmas prolongadas.) – Quero repetir: ser negro é lindo. Duro é ter a lei como açoite, cortando nossa carne, destruindo nossos ideais e nos mantendo cativos.

Por isso, apelo ao Relator, ao Presidente, às Sr.<sup>as</sup> e ao Srs. Constituintes, para que votem favoráveis a esta emenda, como sendo o início de uma relação justa e fraterna num momento tão difícil para todos nós. (Palmas.)

**O SR. DEL BASCO AMARAL:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Del Bosco Amaral, para uma questão de ordem.

**O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Pela ordem, sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, tenho visto em todas as votações o Constituinte José Bonifácio de Andrada ou algum outro Constituinte ligado ao agrupamento ao qual pertenci, e ainda pertenço para algumas votações, levantar e dizer. "Nós, do Centrão..." Neste episódio eu, antecipadamente, digo que estão desautorizados a falar em nome do Centrão ou qualquer outra coisa. Que falem em nome de seus partidos ou em nome pessoal para que evitemos depois um mal maior!

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Líder José Lourenço.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Assunto debatido em todos os Parlamentos e Constituintes do Mundo, onde o racismo tem sido combatido – e temos uma posição clara contra essa prática de discriminação –, o Brasil tem uma política externa definida. Nós, este Parlamento e esta Constituinte, temos também uma posição definida contra o racismo, contra o **apartheid**. Mas acabamos de votar, há 5 minutos a não-intervenção nos assuntos internos de qualquer país. Acabamos de votar que não seríamos instrumentos de intervenção em qualquer decisão, de qualquer governo. As relações diplomáticas do Brasil, pela sua tradição...

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Pediria aos nobres colegas, para facilitar a votação, não criarem embaraços que, às vezes, até pode prejudicar a emenda.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO:** – ...têm sido, ao longo da nossa História, desde Rio Branco aos nossos dias, relações com nações e com países, e não com governos. Os governos passam, mas as nações e os países ficam. Os governos passam, mas os povos e os países permanecem. Pergunto: Qual será o instrumento maior para que possamos dar uma contribuição no sentido de haver mudanças na política interna desses países, já que aqui se referiu à África do Sul? Não será através de nossos embaixadores, do nosso capo diplomático, lá presente, em que nós, permanentemente, poderemos dizer às autoridades governamentais da África do Sul: estamos aqui para permanentemente dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que devem mudar essa política, que essa política não acompanha a evolução do mundo contemporâneo, que essa política não traduz, hoje, os valores morais e individuais da nossa História, que essa política não está de acordo com os valores que a Humanidade e as Nações Unidas defendem, que essa política está distante da Carta das Nações Unidas, da qual somos signatários. Não será de perto que poderemos influir mais para que haja a mudança. Ou será à distância, sem que nós possamos dizer aquilo que pensamos, aquilo que queremos, aquilo que pretendemos e aquilo que o nosso Governo deseja que seja feito?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, existem vários países que discriminam. Sabemos o que os judeus sofreram na Alemanha de Hitler, sabemos o que os silchs sofrem, até hoje, na Índia, entre hindus; sabemos os problemas existentes no Sri Lanka, sabemos os problemas existentes em diversos países do mundo, e iríamos discriminar uns sem discriminar outros? Então, teríamos que discriminar a todos aqueles que adotam políticas idênticas? Não! Vamos manter relações diplomáticas com todos, levantar a nossa voz, permanentemente, contra as suas políticas (palmas), através deste Parlamento e através dos nossos representantes diplomáticos, para dizermos a esses governos: somos contra e estaremos sempre aqui para dizer que somos contra e, mudem, porque o Brasil, com o peso que tem no contexto mundial irá, fatalmente, influir nas mudanças que irão ocorrer.

Era a o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra para falar a favor, o Sr. Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Diante de um assunto dessa magnitude, creio que nós deveremos tentar fazer com que a emoção nos prive de uma análise racional e política do que propõe a Emenda da Constituinte Benedita da Silva.

Aqui, ouvi há pouco um Constituinte colocar as suas razões, a sua posição e tive a impressão – e espero, sinceramente, que seja uma falsa impressão – de que ouvi a fala do trono, a fala daqueles que escamoteiam com belas palavras, com belos argumentos as responsabilidades éticas, culturais e históricas que temo povo, a Nação e o Estado brasileiro em relação aos povos da África que buscam a independência. (Palmas.) Não se trata de uma intervenção nos assuntos da África do Sul; trata-se, sobretudo, de o Governo brasileiro, de acordo com a tradição da nossa política internacional, contribuir e contribuir de forma decisiva e significativa – para que a Nação África do Sul – que é uma nação negra – alcance sua autodeterminação.

O Estado que ali se implantou, o Estado que ali se consolidou é o Estado que submete a Nação, é um Estado que subjugou um povo em profundidade, em magnitude que nós poderíamos lembrar aqui os ensinamentos de São Tomás de Aquino. "aquele povo negro para se transformar em nação, tem o pleno direito à insurreição". (Palmas.) Mas preferimos os caminhos da negociação, preferimos os caminhos do entendimento. E que faz o Governo brasileiro? Não direi que é apenas o Governo ou os Governos dos regimes militares, porque a Nova República realiza em relação a África do Sul uma política internacional marcada por um forte traço de ambigüidade, por um forte traço de ambivalência. Esse é o entido nuclear e não tenho dúvida que seria, já do ponto de vista de tradição e definição de política internacional, um desdobramento lógico da posição corajosa que assumiu o governo brasileiro ao reconhecer Angola; seria um desdobramento lógico desta posição que já tivéssemos realizado um processo de ruptura de relações comerciais, de relações diplomáticas ao **apartheid**. E veja bem, Srs e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, não se trata de insurgir contra o Governo – é verdade que os governos passam –, mas o **apartheid** não é simplesmente uma política de governo, é uma política institucional, todas as instituições da África do Sul, a carta Magna da África do Sul, as instituições operam de forma a segregar a maioria da população, operam de forma a abafar a voz da nação, e nós temos o compromisso – de acordo com tudo o que nós aprovamos aqui – inclusive dentro da lógica do Projeto de Constituição que estabelece como norma programática, de que o repúdio ao racismo é elemento constitutivo da política internacional, e como consequência natural, e como definição normativa há que se condenar constitucionalmente as políticas oficiais de discriminação; e quem assim pensa, não sou eu, individualmente; quem assim pensa é o Relator Dr. Bernardo Cabral, que durante os debates na Comissão de Sis-

tematização, embora se tivesse pronunciado contra a Emenda, considerou que era inevitável que dentro da lógica constitucional, ela fosse aprovada. E queremos concluir, Sr. Presidente, para dizer a proposta, que a emenda da Constituinte Benedita da Silva, com a co-autoria dos Constituintes Haroldo Lima, de mim pessoalmente e do Constituinte Paulo Paim, se há alguma coisa a marcar essa emenda, não é a sua natureza ideológica, é a sua natureza político-ética. Política de construção do Estado democrático e ética para as responsabilidades históricas de uma Nação brasileira que é formada na sua maioria pelos negros e descendentes de negros.

Portanto, peço a V. Ex.<sup>as</sup>, em nome da consciência democrática e liberal, que venhamos a aprovar a emenda da Constituinte Benedita da Silva. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães. Fazendo soar a campainha.):** – Está terminado o tempo de V. Ex.<sup>a</sup>. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que colabore, inclusive para a votação da emenda.

O Sr. Relator Bernardo Cabral tem condições regimentais para se manifestar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é evidente que a emoção passeia a largos passos neste Plenário. Ouvi e confesso que a emoção que carrega a Constituinte Benedita da Silva, o meu velho e querido amigo Carlos Alberto Oliveira, o Caó. Justas as palavras de ambos. Compreensíveis até. Justa, como justas serão as minhas palavras, porque é fácil ser simpático, é fácil se tomar um caminho. (Palmas.) Difícil é marcar uma posição. Quero marcá-la porque a emenda é bem intencionada. O único problema – e eu já disse isto à Constituinte Benedita da Silva – é que ela faz supor que a questão do repúdio ao racismo não esteja sendo objeto desta Assembléia Nacional Constituinte.

O Constituinte Carlos Alberto Caó apresentou uma emenda, que este Relator teve o cuidado de analisar em profundidade e a ela dar parecer favorável. E a emenda, Srs. Constituintes, tem este texto:

"A prática do racismo constituiu crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei."

Temos que partir desta premissa: o Relator acolheu uma emenda, considerando imprescritível o crime do racismo. O que se cuida hoje? Cuida-se agora, neste instante, da política externa brasileira. Então, não se pode tratar de um assunto tão sério, desta magnitude, em termos emocionais.

O **caput** do art. 4º declara os princípios basilares da formulação da nossa política externa. Quais são esses princípios basilares? Primeiro, prevalência dos direitos humanos; segundo, a defesa da paz; e, – chamo a atenção dos Srs. Constituintes – terceiro, o repúdio ao racismo.

Ora, esta posição define aquele que ocupou a tribuna no passado, no mês de maio, o primeiro Constituinte – tenho a honra de declarar tal fato – que fui para fazer um apelo que agora em 88 a Abolição da Escravatura comemorava 100 anos: Defendi a minha posição de repúdio ao racismo. Não há, realmente em nosso País o pre-

conceito racial, mas o social. O negro é colocado à margem. Porém, isso não pode ser confundido com a política externa brasileira. Quem a conduz? Observem que é o Congresso Nacional, somos nós. O Art. 59 diz:

"É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – aprovar ou não tratados, convenções e acordos internacionais."

Portanto, como vamos engessar num texto constitucional esta proibição que nada tem a ver com a política externa brasileira? Não posso, Sr. Presidente. Seria simpático a um velho amigo como o Carlos Alberto Caó, mas não posso violentar a minha consciência. Prefiro ser antipático a ela a fazer tráfico de influência com simpatia. O parecer do Relator é contrário à aprovação da emenda, com todos os lamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passa-se à aprovação da matéria. Todos a conhecem. Trata-se de uma emenda aditiva ao art. 4º, oferecido pela nobre Constituinte Benedita da Silva. Há co-autores conhecidos.

A Mesa pede que os Srs. Constituintes tomem assento no Plenário. Há lugares suficientes. Para facilitar a votação da emenda, aqueles que queiram aprová-la ou rejeitá-la, solicito que colaborem com a Mesa, para que não haja delongas inúteis.

A Mesa solicita aos Srs. Constituintes que registrem os seus códigos de votação.

Registrados os códigos de votação, vamos à seleção dos votos.

Quem quiser aprovar a emenda da nobre Constituinte Benedita da Silva registrará o voto Sim; o voto Não pela rejeição, e abstenção. Queiram selecionar os votos.

Selecionados os votos, a Mesa roga aos Srs. Constituintes que acionem o botão preto do painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

Tomada esta providência, a Mesa vai fazer com que o painel indique os Constituintes que votaram. (Pausa.)

Aqueles que não votaram podem fazê-lo nos postos avulsos.

Está aberta a votação dos postos avulsos:

(*Procede-se à votação*)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim: 265

Não: 166

Abstenção: 21

Total: 452

Não tendo sido atingido o quorum constitucional de 280 votos, a emenda foi rejeitada. Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente: Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – sim.

Acival Gomes – sim.

Adauto Pereira – não.

Ademir Andrade – sim.

Adhemar de Barros Filho – sim.

Adolfo Oliveira – abstenção.

Adroaldo Streck – abstenção.

Adylson Motta – sim.

Aécio de Borba – não.

Aécio Neves – sim.

Afonso Camargo – sim.

Afif Domingos – não.

Agassiz Almeida – sim.

Agripino de Oliveira Lima – não.

Airton Cordeiro – sim.

Alarico Abib – sim.

Albano Franco – não.

Albérico Cordeiro – sim.

Aldo Arantes – sim.

Alexandre Costa – não.

Alexandre Puzyna – não.

Alfredo Campos – sim.

Almir Gabriel – sim.

Aloísio Vasconcelos – Não.

Aloysio Chaves – sim.

Aloysio Teixeira – sim.

Aluizio Campos – sim.

Álvaro Valle – sim.

Alysson Paulinelli – não.

Amaral Netto – não.

Amaury Müller – sim.

Ângelo Magalhães – não.

Anna Maria Rattes – sim.

Annibal Barcellos – não.

Antero de Barros – sim.

Antônio Britto – sim.

Antônio Câmara – não.

Antônio Carlos Franco – não.

Antôniocarlos Konder Reis – não.

Antônio de Jesus – sim.

Antonio Farias – sim.

Antônio Ferreira – não.

Antonio Gaspar – sim.

Antonio Mariz – sim.

Arnaldo Faria de Sá – sim.

Arnaldo Martins – abstenção.

Arnaldo Moraes – sim.

Arnaldo Prieto – não.

Arnold Fioravanti – não.

Arolde de Oliveira – não.

Artur da Távola – sim.

Asdrubal Bentes – sim.

Atila Lira – sim.

Augusto Carvalho – sim.

Áureo Mello – abstenção.

Basílio Villani – não.

Benedita da Silva – sim.

Benito Gama – não.

Bernardo Cabral – não.

Beth Azize – sim.

Bezerra de Melo – sim.

Bocayuva Cunha – sim.

Bonifácio de Andrada – não.

Bosco França – não.

Brandão Monteiro – sim.

Cardoso Alves – não.

Carlos Alberto Cão – sim.

Carlos Chiarelli – sim.

Carlos Cotta – sim.

Carlos Sant'Anna – não.

Carlos Vinagre – sim.

Carlos Virgílio – não.

Carrel Benevides – não.

Cássio Cunha Lima – sim.

Célio de Castro – sim.

Celso Dourado – sim.

César Maia – sim.

Chagas Duarte – não.

Chagas Neto – não.

Chagas Rodrigues – sim.

Chico Humberto – sim.

Cristóvam Chiaradia – não.

Cid Sabóia de Carvalho – abstenção.

Cláudio Ávila – sim.

Cleonânicio Fonseca – não.

Costa Ferreira – sim.

Cristina Tavares – sim.

Cunha Bueno – não.

Darcy Deitos – sim.

Darcy Pozza – não.

Del Bosco Amaral – sim.

Delfin Netto – não.

Délio Braz – não.

Denisar Arneiro – não.

Dionísio Dal Prá – não.

Dionísio Hage – não.

Dirce Tutu Quadros – sim.

Dirceu Carneiro – sim.

Djenal Gonçalves – não.

Domingos Juvenil – não.

Domingos Leonelli – sim.

Doreto Campanari – sim.

Edésio Frias – sim.

Edme Tavares – sim.

Edmilson Valentin – sim.

Eduardo Bonfim – sim.

Eduardo Jorge – sim.

Eduardo Moreira – abstenção.

Egídio Ferreira Lima – sim.

Eliel Rodrigues – não.

Eliézer Moreira – não.

Enoc Vieira – não.

Eraldo Tinoco – não.

Eraldo Trindade – sim.

Érico Pegoraro – não.

Euclides Scalco – sim.

Eunice Michiles – não.

Evaldo Gonçalves – abstenção.

Ézio Ferreira – não.

Fábio Feldmann – não.

Farabulini Júnior – não.

Fausto Fernandes – sim.

Fausto Rocha – não.

Felipe Mendes – sim.

Feres Nader – sim.

Fernando Bezerra Coelho – não.

Fernando Gomes – não.

Fernando Henrique Cardoso – sim.

Fernando Santana – sim.

Fernando Velasco – sim.

Firmo de Castro – sim.

Flávio Palmier da Veiga – abstenção.

Flávio Rocha – não.

Florestan Fernandes – sim.

Floríceno Paixão – sim.

França Teixeira – abstenção.

Francisco Amaral – sim.

Francisco Benjamim – não.

Francisco Carneiro – não.

Francisco Coelho – não.

Francisco Diógenes – não.

Francisco Dornelles – não.

Francisco Küster – sim.

Francisco Pinto – sim.

Francisco Rollemberg – não.

Francisco Rossi – sim.

Francisco Sales – sim.

Gabriel Guerreiro – sim.

Gandí Jamil – sim.

Genebaldo Correia – sim.

Genésio Bernardino – não.

Geovani Borges – não.  
 Geraldo Alckmin Filho – sim.  
 Geraldo Campos – sim.  
 Geraldo Fleming – abstenção.  
 Geraldo Melo – sim.  
 Gerson Marcondes – sim.  
 Gerson Peres – não.  
 Gidel Dantas – abstenção.  
 Gil César – não.  
 Gilson Machado – não.  
 Gonzaga Patriota – não.  
 Gumercindo Milhomem – sim.  
 Gustavo de Faria – sim.  
 Harlan Gadelha – sim.  
 Haroldo Lima – sim.  
 Haroldo Sabóia – sim.  
 Hélio Costa – sim.  
 Hélio Duque – sim.  
 Hélio Manhães – sim.  
 Hélio Rosas – sim.  
 Henrique Córdova – sim.  
 Henrique Eduardo Alves – abstenção.  
 Heráclito Fortes – abstenção.  
 Hermes Zanetti – sim.  
 Hilário Braun – não.  
 Homero Santos – sim.  
 Humberto Souto – sim.  
 Ibsen Pinheiro – sim.  
 Inocêncio Oliveira – não.  
 Iram Saraiva – sim.  
 Irapuan Costa Júnior – não.  
 Irma Passoni – sim.  
 Ismael Wanderley – não.  
 Itamar Franco – sim.  
 Ivo Cersósimo – sim.  
 Ivo Lech – sim.  
 Ivo Mainardi – não.  
 Ivo Vanderlinde – sim.  
 Jacy Scanagatta – não.  
 Jairo Azi – não.  
 Jalles Fontoura – sim.  
 Jamil Haddad – sim.  
 Jarbas Passarinho – abstenção.  
 Jayme Paliarin – não.  
 Jessé Freire – não.  
 Jesus Tajra – sim.  
 Joacy Góes – Sim.  
 João Agripino – sim.  
 João Calmon – sim.  
 João Castelo – não.  
 João da Mata – não.  
 João de Deus Antunes – abstenção.  
 João Herrmann Neto – sim.  
 João Machado Rollemberg – sim.  
 João Menezes – não.  
 João Natal – sim.  
 João Paulo – sim.  
 João Rezek – Não.  
 Joaquim Bevilacqua – Sim.  
 Joaquim Francisco – Não.  
 Joaquim Sucena – Sim.  
 Jofran Frejat – Abstenção.  
 Jonas Pinheiro – Abstenção.  
 Jonival Lucas – Não.  
 Jorge Arbage – Não.  
 Jorge Bornhausen – Não.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Não.  
 Jorge Uequet – Sim.  
 Jorge Vianna – Não.  
 José Agripino – Não.  
 José Camargo – Não.  
 José Carlos Coutinho – Sim.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Sabóia – Sim.  
 José Carlos Vasconcelos – Sim.  
 José Costa – Sim.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Não.  
 José Egreja – Não.  
 José Elias – Não.  
 José Elias Murad – Não.  
 José Fernandes – Sim.  
 José Freire – Não.  
 José Genoíno – Sim.  
 José Guedes – Sim.  
 José Jorge – Não.  
 José Lins – Não.  
 José Lourenço – Não.  
 José Luiz de Sá – Sim.  
 José Luiz Maia – Não.  
 José Maranhão – Sim.  
 José Maria Eymael – Sim.  
 José Maurício – Sim.  
 José Melo – Não.  
 José Mendonça Bezerra – Não.  
 José Moura – Sim.  
 José Paulo Bisol – Sim.  
 José Queiroz – Sim.  
 José Richa – Sim.  
 José Tavares – Sim.  
 José Teixeira – Não.  
 José Thomaz Nonô – Não.  
 José Tinoco – Não.  
 José Viana – Não.  
 Juarez Antunes – Sim.  
 Júlio Campos – Não.  
 Júlio Costamilan – Não.  
 Jutahy Magalhães – Sim.  
 Koyu Iha – Sim.  
 Lael Varella – Não.  
 Lavoisier Maia – Sim.  
 Leite Chaves – Sim.  
 Lélio Souza – Sim.  
 Leur Lomanto – Não.  
 Levy Dias – Não.  
 Lézio Sathler – Sim.  
 Lídice da Mata – Sim.  
 Louremberg Nunes Rocha – Sim.  
 Lourival Baptista – Não.  
 Lúcia Braga – Sim.  
 Lúcia Vânia – Não.  
 Lúcio Alcântara – Sim.  
 Luis Eduardo – Não.  
 Luís Roberto Ponte – Não.  
 Luiz Alberto Rodrigues – Sim.  
 Luiz Freire – Sim.  
 Luiz Gushiken – Sim.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
 Luiz Leal – Não.  
 Luiz Marques – Não.  
 Luiz Salomão – Sim.  
 Luiz Soyer – Não.  
 Luiz Viana Neto – Sim.  
 Lysâneas Maciel – Sim.  
 Maluly Neto – Não.  
 Manoel Castro – Não.  
 Manoel Ribeiro – Sim.  
 Mansueto de Lavor – Sim.  
 Marcelo Cordeiro – Sim.  
 Márcia Kubitschek – Sim.  
 Márcio Braga – Sim.  
 Márcio Lacerda – Sim.  
 Marco Maciel – Não.  
 Marcondes Gadelha – Não.  
 Maria de Lourdes Abadia – Sim.  
 Maria Lúcia – Sim.  
 Mário Assad – Sim.  
 Mário Covas – Sim.  
 Mário Lima – Sim.  
 Mário Maia – Sim.  
 Marluce Pinto – Sim.  
 Matheus Iensen – Não.  
 Maurício Corrêa – Sim.  
 Maurício Fruet – Sim.  
 Maurício Nasser – Sim.  
 Maurício Pádua – Não.  
 Maurílio Ferreira Lima – Sim.  
 Mauro Campos – Sim.  
 Mauro Miranda – Não.  
 Max Rosenmann – Não.  
 Meira Filho – Não.  
 Mello Reis – Não.  
 Mendes Botelho – Não.  
 Mendes Canale – Sim.  
 Mendes Ribeiro – Sim.  
 Messias Góis – Não.  
 Michel Temer – Sim.  
 Milton Barbosa – Sim.  
 Miraldo Gomes – Sim.  
 Miro Teixeira – Sim.  
 Moema São Thiago – Sim.  
 Mozarildo Cavalcanti – Não.  
 Mussa Deme – Sim.  
 Myrian Portella – Sim.  
 Nabor Júnior – Sim.  
 Naphtali Alves de Souza – Não.  
 Narciso Mendes – Não.  
 Nelson Carneiro – Sim.  
 Nelson Jobim – Sim.  
 Nelson Sabra – Sim.  
 Nelson Seixas – Sim.  
 Nelson Wedekin – Sim.  
 Nelton Friedrich – Sim.  
 Nestor Duarte – Sim.  
 Nilso Sguarezzi – Sim.  
 Nilson Gibson – Não.  
 Nion Albernaz – Sim.  
 Noel de Carvalho – Sim.  
 Nyder Barbosa – Não.  
 Octávio Elísio – Sim.  
 Olívio Dutra – Sim.  
 Onofre Corrêa – Sim.  
 Orlando Bezerra – Não.  
 Oscar Corrêa – Não.  
 Osmir Lima – Sim.  
 Osmundo Rebouças – Não.  
 Osvaldo Bender – Não.  
 Osvaldo Coelho – Não.  
 Osvaldo Macedo – Sim.  
 Osvaldo Sobrinho – Sim.  
 Osvaldo Almeida – Abstenção.  
 Ottomar Pinto – Sim.  
 Paes de Andrade – Sim.  
 Paes Landim – Não.  
 Paulo Delgado – Sim.  
 Paulo Macarini – Sim.  
 Paulo Marques – Não.  
 Paulo Mincarone – Não.  
 Paulo Paim – Sim.  
 Paulo Pimentel – Não.  
 Paulo Ramos – Sim.  
 Paulo Roberto – Não.  
 Paulo Roberto Cunha – Não.

Paulo Silva – Sim.  
 Pedro Canedo – Sim.  
 Pedro Ceolim – Sim.  
 Percival Muniz – Sim.  
 Pimenta da Veiga – Sim.  
 Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
 Plínio Martins – Sim.  
 Raimundo Bezerra – Sim.  
 Raimundo Lira – Não.  
 Raquel Capiberibe – Sim.  
 Raul Ferraz – Sim.  
 Renan Calheiros – Sim.  
 Renato Johnsson – Não.  
 Renato Vianna – Sim.  
 Ricardo Fiuza – Não.  
 Ricardo Izar – Não.  
 Rita Camata – Sim.  
 Rita Furtado – Não.  
 Roberto Augusto – Não.  
 Roberto Balestra – Não.  
 Roberto Brant – Sim.  
 Roberto Campos – Não.  
 Roberto D'Ávila – Sim.  
 Roberto Freire – Sim.  
 Roberto Jefferson – Sim.  
 Roberto Rollemberg – Sim.  
 Roberto Torres – Sim.  
 Robson Marinho – Sim.  
 Rodrigues Palma – Sim.  
 Ronaldo Aragão – Sim.  
 Ronaldo Carvalho – Sim.  
 Ronaldo Cezar Coelho – Não.  
 Ronan Tito – Sim.  
 Ronaro Corrêa – Não.  
 Rosa Prata – Não.  
 Rose de Freitas – Sim.  
 Rospide Neto – Sim.  
 Rubem Branquinho – Não.  
 Rubem Figueiró – Sim.  
 Ruberval Pilotto – Não.  
 Ruy Bacerlar – Sim.  
 Ruy Nedel – Sim.  
 Sádya Hauache – Não.  
 Samir Achôa – Sim.  
 Sandra Cavalcanti – Sim.  
 Santinho Furtado – Sim.  
 Sergio Brito – Sim.  
 Sérgio Spada – Sim.  
 Sérgio Werneck – Não.  
 Sigmaringa Seixas – Sim.  
 Sílvio Abreu – Sim.  
 Siqueira Campos – Sim.  
 Solon Borges dos Reis – Não.  
 Sotero Cunha – Sim.  
 Tadeu França – Sim.  
 Telmo Kirst – Não.  
 Teotônio Vilela Filho – Sim.  
 Tito Costa – Não.  
 Ubiratan Aguiar – Sim.  
 Ubiratan Spinelli – Sim.  
 Uldurico Pinto – Sim.  
 Valmir Campelo – Abstenção.  
 Valter Pereira – Sim.  
 Vasco Alves – Sim.  
 Vicente Bogo – Sim.  
 Victor Faccioni – Abstenção.  
 Victor Fontana – Não.  
 Victor Trovão – Não.  
 Vilson Souza – Sim.  
 Vingt Rosado – Sim.  
 Vinicius Cansanção – Não.

Virgildásio de Senna – Sim.  
 Virgílio Galassi – Sim.  
 Virgílio Guimarães – Sim.  
 Virgílio Távora – Não.  
 Victor Buaiz – Sim.  
 Vivaldo Barbosa – Sim.  
 Vladimir Palmeira – Sim.  
 Wagner Lago – Sim.  
 Waldeck Ornélas – Não.  
 Waldyr Pugliesi – Sim.  
 Walmor de Luca – Sim.  
 Wilma Maia – Sim.  
 Wilson Campos – Sim.  
 Wilson Martins – Não.  
 Ziza Valadares – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vou submeter a votos o seguinte:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente, requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para rejeição do artigo 5º da Emenda Substitutiva nº 2P02037-2, Título I. – Marcondes Gadelha.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Passamos ao art. 5º. Será o último artigo, com alguns destaques.

Emenda do Constituinte Marcondes Gadelha. A Emenda Marcondes Gadelha tem a co-autoria, consentida pelo seu autor, do nobre Constituinte José Carlos Vasconcelos. A emenda tem por objetivo buscar a integração econômica, política social e cultural dos povos da América Latina.

**O SR. ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, apenas para um pedido de informação à Mesa. Quero saber se o destaque oferecido pelo Constituinte José Carlos de Vasconcelos não tem um pedido de preferência, pelo menos como informação. Claro que está resolvido pela co-autoria, mas só como informação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Grato pela colaboração sempre inteligente de V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. MARCONDES GADELHA (PFL – PB. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as propostas que apresentamos, eu e o Deputado José Carlos Vasconcelos, e que agora unificamos, visam a manutenção de um texto que foi aprovado pela quase unanimidade da Comissão de Sistematização, mais precisamente 86 votos dos 93 Constituintes integrantes daquele Colegiado. É um texto consagrado e adotado já em várias Constituições de países latino-americanos como, a exemplo, o Peru e o Uruguai. É um texto que tem fundas raízes históricas e um apelo extremamente atual, porque visa de um lado implementar os ideais bolivarianos de integração, que vem do Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826. Mas, por outro lado, pretende colocar a América Latina dentro da geopolítica dos grandes conjuntos que é a realidade dos dias de hoje. A Europa do Mercado Comum é um grande conjunto geopolítico; os Estados Unidos e o Canadá também formam, hoje, um grande conjunto geopolítico; o sudeste asiático forma um outro conjunto, e a China, por si só,

é um enorme conjunto geopolítico. As nações buscam as suas afinidades, os seus traços comuns, visando reforçar as suas aptidões e ampliar os seus mercados, acrescentando algo as suas virtualidades e capacidades. A América Latina até aqui desgraçadamente, tem-se comportado como um arquipélago. Ora, esta proposta pretende dar um impulso necessário que o Brasil está devendo ainda aos seus vizinhos.

Crítica-se o Brasil, à boca pequena, de viver permanentemente de costas para o continente, de viver de espaldas para os seus vizinhos, pois, esta proposta seria uma resposta contundente cabal, conclusiva e definitiva no sentido de que o Brasil não apenas quer essa integração, mas, como efetivamente participa, de agora por diante, como condutor desse processo.

Reconheço, Sr. Presidente, que o texto do Centrão também fala em integração da América Latina, entretanto, suprime a integração política; fala em integração econômica, fala em integração cultural, fala em integração social, mas, suprime a integração política. E, neste caso ficamos aquém dos próprios Poderes Executivos.

Pois, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foram os Poderes Executivos de 19 países da América Latina que ratificaram recentemente na cidade de Lima, o tratado de institucionalização do Parlamento Latino-Americano que é o maior símbolo de integração política e um grande passo no sentido da formação desta vasta comunidade de Nações.

Ora, Sr. Presidente, nós estaríamos no caso, negando este passo que foi dado pelos Poderes Executivos, sabiamente dado pelos Executivos de 19 países através de 19 plenipotenciários; passo sabiamente dado pelo nosso Ministério das Relações Exteriores, pelo Itamarati que sabe que o Brasil só tem a lucrar com essa integração, porque ampliará naturalmente os seus mercados, porque reforçará também a sua capacidade para o enfrentamento do grande problema do seu desenvolvimento que é a sua fragilidade no campo da ciência e da tecnologia.

Sabe, Sr. Presidente, que o Brasil só tem a lucrar com esta integração, que é também um mecanismo de defesa e de luta nesta conjuntura angustiosa que vivemos por conta do problema secular do endividamento externo.

Desta maneira, Sr. Presidente, a integração da América Latina, um sonho antigo, Longamente acalentado pelos nossos povos, receberia de agora por diante o influxo necessário e suficiente para a sua consecução.

Devo dizer que, neste momento, há uma expectativa ardente e ansiosa dos nossos vizinhos pela posição do Brasil neste campo, uma posição que por certo terá uma exemplaridade fecunda.

Sr. Presidente. o Presidente do Parlamento Latino-Americano, Senador Luiz Agostin Leon, arrancou da Assembléia-Geral do Parlamento o compromisso de todos os países membros de adotarem um texto semelhante a este do Brasil em cada uma das Constituições da América latina, como já o fizeram o Peru o Uruguai e alguns países do Caribe.

O Brasil, com esta posição definitiva, que espero ter o apoio desta Assembléia Nacional Constituinte, estará salvaguardando a sua posição histórica, estará aumentando a sua capacidade e o seu potencial e estará realizando a expectativa

de melhores dias de uma convivência pacífica e saudável com todos os seus vizinhos.

Devo dizer, Sr. Presidente, que não há nessa atitude, qualquer discriminação; não há, nesta atitude, qualquer idiossincrasia contra países ou blocos de nações; não consta que o Mercado Comum Europeu desenvolva qualquer idiossincrasia, qualquer discriminação contra os seu parceiros, estejam onde se encontrarem; não consta que os Estados Unidos e o Canadá; que se unificaram, agora, em termos de mercado, porque já formavam também uma comunidade cultural, desenvolvam também qualquer discriminação contra parceiros, estejam onde estiverem.

Esta é uma medida justa, de interesse das nossas nações, a favor dos nossos povos e contra ninguém. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Carneiro, para se manifestar a favor.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes: Falo, já agora, também em nome do nobre Constituinte Cardoso Alves.

Sr. Presidente, não poderia invocar testemunho melhor para a acolhida desta emenda do que o depoimento do Presidente Ulysses Guimarães, se S. Ex.<sup>a</sup> o pudesse fazer neste momento.

Antigo Presidente do Parlamento Latino-Americano, S. Ex.<sup>a</sup> há muitos anos tem vivido o drama dos países da América Latina, preocupado com a sua integração econômica, política, social e cultural.

Vivemos muitos anos de costas para os nossos irmãos da América Latina. Só recentemente, os últimos governos da Nova República se preocuparam com o atendimento a essa aspiração de integração dos países da América Latina. Estávamos sempre voltados para a Europa.

O Nobre Constituinte Marcondes Gadelha lembrou aqui que vivemos o momento das integrações. Os Estados Unidos, o México e o Canadá têm o seu mercado comum. A Ásia e a Europa têm o seu mercado comum. E nem se diga que a aceitação do texto da Comissão de Sistematização exclui Portugal – porque é essa a toada que se espalha. Portugal faz parte do Mercado Comum Europeu e nem por isso rompeu os laços de amizade e de solidariedade com o povo brasileira. Não vamos, portanto, invocar o exemplo de Portugal, os nossos laços sentimentais e históricos com Portugal, para evitar a aprovação do texto do nobre Constituinte Marcondes Gadelha.

Ainda recentemente, em Lima, 19 representantes dos Estados latino-americanos firmaram um tratado que será aprovado, em breve, pela Câmara e pelo Senado, proclamando a integração política, econômica, social e cultural da América Latina.

Estaremos regredindo, estaremos faltando ao dever de continuar servindo aos ideais que nos ligam aos nossos irmãos latino-americanos e voltaremos a dar as costas a esses países, preocupados apenas em ter os olhos voltados para outras nações do mundo.

Sr. Presidente, não apareceu ninguém para combater esta emenda, tanto que sou o segundo chamado para apoiá-la. Gostaria de conhecer desta tribuna os adversários, mas eles não apare-

ceram porque não querem expor a fraqueza dos seus argumentos.

Confio que esta emenda, adotada por esmagadora maioria na Comissão de Sistematização, seja igualmente aceita pelo Plenário, porque ela não discrimina, porque ela congrega a América Latina. É nesse interesse de congregação a América Latina, numa hora em que todos os continentes se preocupam com a sua própria integridade, é nesse momento que apelamos para que a Assembléia Nacional Constituinte acolha a emenda do nobre Constituinte Marcondes Gadelha. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Relator adjunto, para se manifestar, no mérito, sobre a proposição.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Já dei a palavra ao Relator. Depois ouviremos V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR ADJUNTO (José Fogaça. PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Constituinte Marcondes Gadelha, juntamente com o nobre Constituinte José Carlos Vasconcelos, intentam aprovar o texto da Comissão de Sistematização, que diz:

"O Brasil buscará integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, tendo em vista a formação de uma comunidade latino-americana."

A diferença com o texto da emenda coletiva que aprovamos agora é que o texto da emenda coletiva diz que "o Brasil apoiará", enquanto o projeto da Comissão de Sistematização dá mais efetividade e determinação, como bem argumentou o ilustre Constituinte Marcondes Gadelha, porque usa a expressão "buscará a integração econômica".

Como Constituinte pelo Rio Grande do Sul, posso testemunhar qual é o drama vivido por um Estado que tem fronteira cultural com a Argentina e como Uruguai. A bitola dos nossos trens, quando chegam à fronteira, já é diferente, não podendo, por conseguinte, passar para a Argentina ou para o Uruguai. E quem construiu as ferrovias foram os ingleses. Os aparelhos elétricos que usamos em Santana do Livramento não podem ser usados na cidade de Rivera, imediatamente vizinha, porque a voltagem é diferente. Dou apenas alguns exemplos, para mostrar que, do ponto de vista do mercado, da economia, do sistema de transporte, tudo foi feito ao longo de séculos para estabelecer a divisão, a fragmentação e o enfraquecimento dos interesses dos povos da América Latina.

A intenção dos nobres Constituintes Marcondes Gadelha e José Carlos Vasconcelos é resgatar, como princípio fundamental na Constituição brasileira, a integração desses povos e a busca permanente da sua unidade.

Nesse sentido, e a partir dessa argumentação, entende a Relatoria que a emenda deve ser aprovada. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o autor da emenda.

**O SR. MARCONDES GADELHA (PFL – PB. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente,

estão sobre a mesa de V. Ex.<sup>a</sup> três pedidos de destaque. Para facilitar a unificação do meu texto com o do Constituinte José Carlos Vasconcelos a V. Ex.<sup>a</sup> a retirada do Destaque nº 150, ficando apenas os dois que mandam preservar o texto da Comissão de Sistematização.

Quero advertir ao plenário, porque o avulso distribuído não faz referência às nossas propostas: à minha e à do Constituinte José Carlos Vasconcelos. Então, quero lembrar que estamos votando a preservação do art. 5º da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Defendo o pedido de V. Ex.<sup>a</sup>.

Vamos passar à votação. As propostas serão votadas simultaneamente devido à analogia da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vou submeter a votos os seguintes:

#### REQUERIMENTOS

##### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº D 152

Senhor Presidente,  
Requeiro, nos termos do art. 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do Artigo 5º do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.  
– **Marcondes Gadelha.**

##### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº d 1.271

Senhor Presidente,  
Requeiro, nos termos do art. 4º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do artigo 5º do Projeto de Constituição (Integração latino-americana.) – **José Carlos Vasconcelos, autor Roberto Freire.**

Tem a palavra o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Quero comunicar à Casa que a emenda do nobre Constituinte Marcondes Gadelha, juntamente com a do ilustre Constituinte José Carlos Vasconcelos, faz parte do acordo e dos entendimentos hoje havidos, razão pela qual os Constituintes do Centrão vão votar a favor dessa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Líder Mário Covas.

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, ao final da reunião de hoje, discutia-se o art. 5º e houve a afinação de que havia um compromisso com o Constituinte Marcondes Gadelha, no sentido de aprovar a emenda. Concordamos com essa aprovação. De forma que votaremos favoravelmente à proposta dos Constituintes Marcondes Gadelha e José Carlos Vasconcelos.

**O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, só para registrar e para que conste dos Anais, quero dizer que, dentre os entendimentos, ficou acertada, e nós pretendemos fazer, a apresentação de uma emenda, em redação final, substituindo o verbo buscar por promover.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderá fazê-lo.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, acho extremamente salutar o que estamos adotando, em função dos acordos, porque a prática demonstra que o formalismo tem que se render à realidade. Dizem que na Constituinte não tem liderança, mas aqui ficam explícitas as posições de liderança. O meu Partido também participou desse acordo e votará como Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Vamos pôr em votação as duas emendas destacadas: a do Constituinte Marcondes Gadelha e a do Constituinte José Carlos Vasconcelos.

A Mesa roga aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares no plenário e informa que teremos, depois desta, mais duas votações. (Pausa.)

A Mesa recorda, ainda, que, conforme anunciou, será o sistema adotado. Embora a Mesa possa convocar sessões para sábado e domingo, amanhã, sexta-feira, haverá sessão às 9 horas da manhã, contando com a presença dos Srs. Constituintes.

A Presidência anuncia que haverá apenas mais uma votação, porquanto a Emenda Jutahy Magalhães foi prejudicada em face da Emenda Paes Landim, aprovada soberanamente pelo Plenário. Assim, serão votadas somente as emendas com pareceres contrários, englobadamente.

Vai-se passar à votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Sim:	427
Não:	7
Abstenção:	7
Total:	441

Os destaques foram aprovados. Votaram os Srs. Constituintes:

Presidente Ulysses Guimarães – Abstenção.

Abigail Feitosa – Sim.  
Acival Gomes – Sim.  
Aduino Ferreira – Sim.  
Ademir Andrade – Sim.  
Adhemar de Barros Filho – Sim.  
Adolfo Oliveira – Abstenção.  
Adroaldo Streck – Sim.  
Adylson Motta – Sim.  
Aécio de Borba – Sim.  
Aécio Neves – Sim.  
Affonso Camargo – Sim.  
Agassiz Almeida – Sim.  
Aripino de Oliveira Lima – Sim.  
Airtón Cordeiro – Sim.  
Alarico Abib – Sim.  
Albano Franco – Sim.  
Albérico Cordeiro – Sim.  
Aldo Arantes – Sim.  
Alexandre Costa – Sim.  
Alexandre Puzyna – Sim.  
Alfredo Campos – Sim.  
Almir Gabriel – Sim.  
Aloísio Vasconcelos – Sim.  
Aloysio Chaves – Sim.  
Aluisio Campos – Sim.

Álvaro Valle – Sim.  
Alysson Paulinelli – Sim.  
Amaral Netto – Sim.  
Amaury Müller – Sim.  
Ângelo Magalhães – Sim.  
Anna Maria Rattes – Sim.  
Annibal Barcellos – Sim.  
Antero de Barros – Sim.  
Antônio Britto – Sim.  
Antônio Câmara – Sim.  
Antonio Carlos Franco – Sim.  
Antôniocarlos Konder Reis – Sim.  
Antoniocarlos Mendes Thame – Sim.  
Antônio de Jesus – Sim.  
Antonio Farias – Sim.  
Antonio Ferreira – Sim.  
Antonio Gaspar – Sim.  
Antonio Mariz – Sim.  
Arnaldo Faria de Sá – Sim.  
Arnaldo Martins – Sim.  
Arnaldo Moraes – Sim.  
Arnaldo Prieto – Sim.  
Arnold Fioravante – Abstenção.  
Arolde de Oliveira – Sim.  
Artur da Távola – Sim.  
Asdrubal Bentes – Sim.  
Átila Lira – Sim.  
Augusto Carvalho – Sim.  
Aureo Mello – Sim.  
Basílio Villani – Sim.  
Benedita da Silva – Sim.  
Benito Gama – Sim.  
Beth Azize – Sim.  
Bocayuva Cunha – Sim.  
Bonifácio de Andrada – Sim.  
Bosco França – Sim.  
Brandão Monteiro – Sim.  
Cardoso Alves – Sim.  
Carlos Alberto Caó – Sim.  
Carlos Chiarelli – Sim.  
Carlos Cotta – Sim.  
Carlos De Carli – Sim.  
Carlos Sant'Anna – Sim.  
Carlos Vinagre – Sim.  
Carlos Virgílio – Sim.  
Carrel Benevides – Sim.  
Cássio Cunha Lima – Sim.  
Célio de Castro – Sim.  
Celso Dourado – Sim.  
César Maia – Sim.  
Chagas Duarte – Sim.  
Chagas Rodrigues – Sim.  
Chico Humberto – Sim.  
Christovam Chiaradia – Sim.  
Cid Sabóia de Carvalho – Sim.  
Cláudio Ávila – Sim.  
Cleonânio Fonseca – Sim.  
Costa Ferreira – Sim.  
Cristina Tavares – Sim.  
Cunha Bueno – Sim.  
Darcy Deitos – Sim.  
Darcy Pozza – Sim.  
Daso Coimbra – Sim.  
Del Bosco Amaral – Sim.  
Délío Braz – Sim.  
Denisar Arneiro – Sim.  
Dionísio Dal Prá – Sim.  
Dionísio Hage – Sim.  
Dirce Tutu Quadros – Sim.  
Dirceu Carneiro – Sim.  
Djenal Gonçalves – Sim.

Domingos Juvenil – Sim.  
Domingos Leonelli – Sim.  
Doreto Campanari – Sim.  
Edésio Farias – Sim.  
Edme Tavares – Sim.  
Edmilson Valentim – Sim.  
Eduardo Bonfim – Sim.  
Eduardo Jorge – Sim.  
Eduardo Moreira – Sim.  
Egídio Ferreira Lima – Sim.  
Eliel Rodrigues – Sim.  
Eliézer Moreira – Sim.  
Eraldo Tinoco – Sim.  
Eraldo Trindade – Sim.  
Erico Pegoraro – Sim.  
Euclides Scalco – Sim.  
Eunice Michiles – Sim.  
Evaldo Gonçalves – Sim.  
Ézio Ferreira – Sim.  
Fábio Feldmann – Sim.  
Farabulini Júnior – Sim.  
Fausto Fernandes – Sim.  
Fausto Rocha – Sim.  
Felipe Mendes – Sim.  
Fernando Bezerra Coelho – Sim.  
Fernando Gomes – Sim.  
Fernando Henrique Cardoso – Sim.  
Fernando Santana – Sim.  
Fernando Velasco – Sim.  
Firmo de Casto – Sim.  
Flavio Palmier da Veiga – Sim.  
Flávio Rocha – Sim.  
Florestan Fernandes – Sim.  
Floríceno Paixão – Sim.  
França Teixeira – Sim.  
Francisco Amaral – Sim.  
Francisco Benjamim – Sim.  
Francisco Carneiro – Sim.  
Francisco Dornelles – Sim.  
Francisco Küster – Sim.  
Francisco Pinto – Sim.  
Francisco Rollemberg – Sim.  
Francisco Rossi – Sim.  
Francisco Sales – Sim.  
Gabriel Guerreiro – Sim.  
Gandí Jamil – Sim.  
Gastone Righi – Sim.  
Genebaldo Correia – Sim.  
Genésio Benardino – Sim.  
Geraldo Alckmin Filho – Sim.  
Geraldo Campos – Não.  
Geraldo Fleming – Sim.  
Geraldo Melo – Sim.  
Gerson Marcondes – Sim.  
Gerson Peres – Sim.  
Gidel Dantas – Sim.  
Gil César – Sim.  
Gilson Machado – Sim.  
Gonzaga Patriota – Sim.  
Gumercindo Milhomem – Sim.  
Gustavo de Faria – Sim.  
Harlan Gadelha – Sim.  
Haroldo Lima – Sim.  
Haroldo Sabóia – Sim.  
Hélio Costa – Sim.  
Hélio Duque – Sim.  
Hélio Manhães – Sim.  
Hélio Rosas – Sim.  
Henrique Córdova – Sim.  
Henrique Eduardo Alves – Sim.  
Heráclito Fortes – Sim.

Hermes Zaneti – Sim.  
 Hilário Braun – Sim.  
 Homero Santos – Sim.  
 Humberto Souto – Sim.  
 Iberê Ferreira – Sim.  
 Ibsen Pinheiro – Sim.  
 Inocêncio Oliveira – Sim.  
 Iram Saraiva – Sim.  
 Irapuan Costa Júnior – Sim.  
 Irma Passoni – Sim.  
 Ismael Wanderley – Não.  
 Itamar Franco – Sim.  
 Ivo Cersósimo – Sim.  
 Ivo Lech – Sim.  
 Ivo Mainardi – Sim.  
 Ivo Vanderlinde – Sim.  
 Jacy Scanagatta – Sim.  
 Jairo Azi – Sim.  
 Jalles Fontoura – Sim.  
 Jamil Haddad – Sim.  
 Jarbas Passarinho – Sim.  
 Jayme Paliarin – Sim.  
 Jessé Freire – Sim.  
 Jesus Tajra – Sim.  
 Joaci Góes – Sim.  
 João Agripino – Sim.  
 João Calmon – Sim.  
 João da Mata – Sim.  
 João de Deus Antunes – Sim.  
 João Hermann Neto – Sim.  
 João Machado Rollemberg – Sim.  
 João Menezes – Sim.  
 João Natal – Sim.  
 João Paulo – Sim.  
 João Rezek – Sim.  
 Joaquim Bevilacqua – Sim.  
 Joaquim Francisco – Sim.  
 Joaquim Sucena – Sim.  
 Jofran Frejat – Sim.  
 Jonas Pinheiro – Sim.  
 Jonival Lucas – Sim.  
 Jorge Arbage – Sim.  
 Jorge Hage – Sim.  
 Jorge Leite – Sim.  
 Jorge Uequet – Sim.  
 Jorge Vianna – Sim.  
 José Agripino – Sim.  
 José Camargo – Sim.  
 José Carlos Grecco – Sim.  
 José Carlos Martinez – Sim.  
 José Carlos Sabóia – Sim.  
 José Carlos Vasconcelos – Sim.  
 José Costa – Sim.  
 José da Conceição – Sim.  
 José Dutra – Sim.  
 José Egreja – Sim.  
 José Elias – Sim.  
 José Elias Murad – Sim.  
 José Fernandes – Sim.  
 José Freire – Sim.  
 José Genoíno – Sim.  
 José Guedes – Sim.  
 José Lins – Sim.  
 José Lourenço – Sim.  
 José Luiz de Sá – Sim.  
 José Luiz Maia – Sim.  
 José Maranhão – Sim.  
 José Maria Eymael – Sim.  
 José Maurício – Sim.  
 José Melo – Sim.  
 José Mendonça Bezerra – Sim.

José Moura – Não.  
 José Paulo Bisol – Sim.  
 José Queiroz – Sim.  
 José Richa – Sim.  
 José Serra – Sim.  
 José Tavares – Sim.  
 José Teixeira – Sim.  
 José Thomaz Nonô – Sim.  
 José Tinoco – Sim.  
 José Viana – Sim.  
 Juarez Antunes – Sim.  
 Júlio Campos – Sim.  
 Júlio Costamilan – Sim.  
 Jutahy Magalhães – Sim.  
 Koyu Iha – Sim.  
 Lael Varella – Sim.  
 Lavoisier Maia – Sim.  
 Leite Chaves – Sim.  
 Lélío Souza – Sim.  
 Leur Lomanto – Sim.  
 Levy Dias – Sim.  
 Lézio Sathler – Sim.  
 Lídice da Mata – Sim.  
 Louremberg Nunes Rocha – Sim.  
 Lúcia Braga – Sim.  
 Lúcia Vania – Sim.  
 Lúcio Alcântara – Sim.  
 Luís Eduardo – Abstenção.  
 Luís Roberto Ponte – Sim.  
 Luiz Alberto Rodrigues – Sim.  
 Luiz Freire – Sim.  
 Luiz Gushiken – Sim.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Sim.  
 Luiz Leal – Sim.  
 Luiz Marques – Sim.  
 Luiz Soyer – Sim.  
 Luiz Viana – Sim.  
 Luiz Viana Neto – Sim.  
 Lysâneas Maciel – Sim.  
 Maluly Neto – Sim.  
 Manoel Castro – Sim.  
 Manoel Ribeiro – Sim.  
 Mansueto de Lavor – Sim.  
 Marcelo Cordeiro – Sim.  
 Márcia Kubitschek – Sim.  
 Marco Braga – Sim.  
 Márcio Lacerda – Sim.  
 Marcio Maciel – Não.  
 Marcondes Gadelha – Sim.  
 Maria de Lourdes Abadia – Sim.  
 Maria Lúcia – Sim.  
 Mário Assad – Sim.  
 Mário Covas – Sim.  
 Mário Lima – Sim.  
 Mário Maia – Sim.  
 Marluce Pinto – Sim.  
 Matheus Iensen – Sim.  
 Maurício Corrêa – Sim.  
 Maurício Fruet – Sim.  
 Maurício Nasser – Sim.  
 Maurício Pádua – Sim.  
 Maurílio Ferreira Lima – Sim.  
 Mauro Campos – Sim.  
 Mauro Miranda – Sim.  
 Max Roseman – Sim.  
 Meira Filho – Sim.  
 Mello Reis – Sim.  
 Mendes Botelho – Sim.  
 Mendes Canale – Sim.  
 Mendes Ribeiro – Sim.  
 Messias Góis – Sim.

Michel Temer – Sim.  
 Milton Barbosa – Sim.  
 Miraldo Gomes – Sim.  
 Miro Teixeira – Sim.  
 Moema São Thiago – Sim.  
 Mozarildo Cavalcanti – Sim.  
 Mussa Demes – Sim.  
 Myrian Portella – Sim.  
 Nabor Júnior – Sim.  
 Naphtali Alves de Souza – Sim.  
 Nelson Aguiar – Sim.  
 Nelson Carneiro – Sim.  
 Nelson Jobim – Sim.  
 Nelson Sabra – Sim.  
 Nelson Seixas – Sim.  
 Nelson Wedekin – Sim.  
 Nelton Friedrich – Sim.  
 Nestor Duarte – Sim.  
 Nilson Sguarezi – Sim.  
 Nilson Gibson – Sim.  
 Nion Albernaz – Sim.  
 Noel de Carvalho – Sim.  
 Nyder Barbosa – Sim.  
 Octávio Elísio – Sim.  
 Olívio Dutra – Sim.  
 Onofre Corrêa – Sim.  
 Orlando Bezerra – Sim.  
 Oscar Corrêa – Sim.  
 Osmir Lima – Sim.  
 Osmundo Rebouças – Abstenção.  
 Osvaldo Bender – Sim.  
 Osvaldo Coelho – Sim.  
 Osvaldo Macedo – Sim.  
 Osvaldo Sobrinho – Não.  
 Ottomar Pinto – Sim.  
 Paes de Andrade – Sim.  
 Paes Landim – Abstenção.  
 Paulo Delgado – Sim.  
 Paulo Macarini – Sim.  
 Paulo Marques – Sim.  
 Paulo Mincarone – Sim.  
 Paulo Paim – Sim.  
 Paulo Pimentel – Sim.  
 Paulo Ramos – Sim.  
 Paulo Roberto – Sim.  
 Paulo Roberto Cunha – Sim.  
 Paulo Silva – Sim.  
 Pedro Canedo – Sim.  
 Pedro Ceolin – Sim.  
 Percival Muniz – Sim.  
 Pimenta da Veiga – Sim.  
 Plínio Arruda Sampaio – Sim.  
 Plínio Martins – Sim.  
 Raimundo Bezerra – Sim.  
 Raquel Capiberibe – Sim.  
 Raul Ferraz – Sim.  
 Renan Calheiros – Sim.  
 Renato Johnsson – Sim.  
 Renato Vianna – Sim.  
 Ricardo Fiuza – Sim.  
 Ricardo Izar – Sim.  
 Rita Camata – Sim.  
 Rita Furtado – Sim.  
 Roberto Augusto – Sim.  
 Roberto Balestra – Sim.  
 Roberto Brant – Sim.  
 Roberto Campos – Sim.  
 Roberto D'Ávila – Sim.  
 Roberto Freire – Sim.  
 Roberto Jefferson – Sim.  
 Roberto Rollemberg – Sim.



Roberto Torres – Sim.  
 Robson Marinho – Sim.  
 Rodrigues Palma – Sim.  
 Ronaldo Aragão – Sim.  
 Ronaldo Carvalho – Sim.  
 Ronaldo Cezar Coelho – Sim.  
 Ronan Tito – Sim.  
 Ronaro Corrêa – Sim.  
 Rosa Prata – Sim.  
 Rose de Freitas – Sim.  
 Rospide Netto – Sim.  
 Rubem Branquinho – Sim.  
 Rubem Medina – Sim.  
 Ruben Figueiró – Sim.  
 Ruberval Piloto – Sim.  
 Ruy Bacelar – Não.  
 Ruy Nedel – Sim.  
 Sadie Hauache – Sim.  
 Samir Achôa – Sim.  
 Sandra Cavalcanti – Sim.  
 Santinho Furtado – Sim.  
 Sérgio Brito – Sim.  
 Sérgio Spada – Sim.  
 Sérgio Werneck – Não.  
 Sigmaringa Seixas – Sim.  
 Sílvio Abreu – Sim.  
 Siqueira Campos – Sim.  
 Sólon Borges dos Reis – Sim.  
 Sotero Cunha – Sim.  
 Tadeu França – Sim.  
 Telmo Kirst – Sim.  
 Teotonio Vilela Filho – Sim.  
 Tito Costa – Sim.  
 Ubiratan Aguiar – Sim.  
 Ubiratan Spinelli – Sim.  
 Uldurico Pinto – Sim.  
 Valmir Campelo – Sim.  
 Valtir Pereira – Sim.  
 Vasco Alves – Sim.  
 Vicente Bogo – Sim.  
 Vítor Faccioni – Sim.  
 Victor Fontana – Sim.  
 Victor Trovão – Sim.  
 Vilson Souza – Sim.  
 Vinicius Cansanção – Sim.  
 Virgildásio de Senha – Sim.  
 Virgílio Galassi – Sim.  
 Virgílio Guimarães – Sim.  
 Virgílio Távora – Sim.  
 Vítor Buaiç – Sim.  
 Vivaldo Barbosa – Sim.  
 Vladimir Palmeira – Sim.  
 Wagner Lago – Sim.  
 Waldeck Ornelas – Abstenção.  
 Waldyr Pugliesi – Sim.  
 Walmor de Luca – Sim.  
 Wilma Maia – Sim.  
 Wilson Campos – Sim.  
 Wilson Martins – Sim.  
 Ziza Valadares – Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO:** – Queria deixar consignado o meu voto, porque ele não constou no painel e eu votei.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Será feito o registro.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO:** – O meu voto é positivo.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Ata registrará a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup>

Teremos agora a última votação, como manda o Regimento; não há emendas com pareceres favoráveis para votar englobadamente. Existem só as apresentadas pelos eminentes Constituintes Leur Lomanto, Agassiz Almeida, Raimundo Bezerra, Sarney Filho e Haroldo Lima. Não tendo sido destacadas, serão votadas englobadamente e os pareceres do Relator são no sentido da rejeição dessas proposições. Não houve destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em Plenário foram oferecidas e vai submeter a votos as seguintes:

#### EMENDAS

(Não destacadas, com parecer contrário)

#### Emenda Substitutiva

##### Nº 136 (Leur Lomanto)

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América latina, Portugal e África lusófona, tendo em vista a formação de uma comunidade latino-americana e uma comunidade luso-tropical de nações de que fará parte."

#### Emenda Modificativa

##### Nº 363 (Agassiz Almeida)

Dê-se, aos incisos II e III, do Art. 3º, do Projeto de Constituição (A), esta redação:

"II – eliminar as desigualdades sociais e regionais;

III – condenar os preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação."

#### Emenda Modificativa

##### Nº 467 (Raimundo Bezerra)

Art. 4º.....  
 Parágrafo único. O Brasil propugna que o espaço-exterior é patrimônio comum da humanidade, podendo ser usado apenas para fins pacíficos; seu uso e exploração não podem ser instrumento de dominação econômica, tecnológica, política, cultural ou militar de um país sobre outro, sendo vedado ao Brasil a participação de projeto ou aliança de militarização do espaço exterior.

#### Emenda Aditiva

##### Nº 881 (Sarney Filho)

Inclua-se, onde couber, suprimindo-se os artigos conflitantes no Título I – Dos princípios Fundamentais, o seguinte artigo:

"Art. Nos conflitos internacionais, o Brasil rege-se-á pela neutralidade."

#### Emenda Aditiva

##### Nº 882 (Sarney Filho)

Inclua-se onde couber. No título I:

"Art. São proibidos a fabricação, o armazenamento e o transporte de artefatos bélicos nucleares."

#### Emenda Aditiva

##### Nº 1.359 (Haroldo Lima)

Inclua-se dois parágrafos ao art. 4º do Projeto de Constituição com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

§ 1º O Brasil manterá relações diplomáticas com todas as entidades ou organizações representativas de povos, reconhecidas pela ONU;

§ 2º O Brasil não manterá relações diplomáticas com países que adotem políticas segregacionistas;"

Passa-se à votação.

**O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS.):** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra pela ordem o nobre Constituinte.

**O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS.):** – Para votar-se de acordo com o Relator como se vota, Sim ou Não?

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – O parecer é pela rejeição. Dizendo-se "Sim" está-se votando com o Relator e, conseqüentemente, rejeitando-se as seis emendas.

**O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS.):** – Sr. Presidente, então votando-se Sim, nós estamos votando com o Relator e, por conseguinte, rejeitando todas as emendas com parecer contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A mesa esclarece: o parecer não é votado, a Mesa pede escusas pela orientação que havia dado, que não em apropriada. O que se vota é a emenda é o destaque, não o parecer. Portanto, aqueles que desejarem a rejeição, constante do parecer do Relator, dirão "Não"; ou seja, "Não" é pela rejeição global; "Sim" é pela aprovação das emendas que têm parecer contrário do Relator.

Passa-se à votação.

**O SR. MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte.

**O SR. MÁRIO COVAS (PMDB):** – Não sei se entendi corretamente, mas há uma única emenda com parecer favorável. V. Ex.<sup>a</sup> considerou essa emenda prejudicada?

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Essa emenda foi rejeitada. Ela teria sido aproveitada, mas foi prejudicada por uma emenda anterior do nobre Constituinte Paes Landim.

Passa-se à votação da matéria.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG):** – Sr. Presidente, temos de votar "Não" para rejeitar todas as emendas?

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Votar "Não" é rejeitar coletivamente todas as emendas. Quem votar "Não" estará rejeitando as emendas Constantes do parecer do Relator; quem quiser aprovar dirá "Sim".

**O SR. ALOÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. (Assentimento da Presidência). Há uma emenda, com parecer favorável do Senador Juthay Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – As únicas emendas que têm condições de serem votadas foram as enunciadas.

Passa-se à votação. (Pausa.)

**O SR. MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, enquanto se aguarda a votação, informo que há uma certa controvérsia. Parece-me que o correto é o seguinte vamos votar as emendas com parecer contrário. Portanto, quem quiser manter o parecer, vota não.

Estamos votando as emendas, não é isto?

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A votação é sempre das emendas. As emendas têm parecer contrário. Portanto, quem quiser acompanhar o Relator, no voto contrário às emendas que serão votadas, dirão não. Não é a rejeição das emendas, acompanhando o Relator, sim, obviamente, não acompanha o Relator e aprova as emendas.

**O SR. ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, para tirar uma dúvida levanto essa questão de ordem.

Nós sabemos que o Regimento determina que essas emendas, com parecer contrário ou com parecer favorável, devem ser votadas em bloco. No entanto, isso cria um problema muito sério. Neste Título nós temos 6 emendas com parecer contrário ao do Relator e uma com parecer favorável, talvez mais fácil de se chegar a uma conclusão. Mas, dentre estas 6 emendas há algumas com as quais concordamos e outras com as quais discordamos. Como proceder a esta votação? Não vou nem levantar esta questão, mas já estou prevenindo o futuro quando houver 10 emendas que tenham pareceres favoráveis, forem colocadas em bloco e o Plenário não possa tomar posição.

Foi-nos dada a seguinte orientação: "À emenda que tivesse parecer favorável do Relator não haveria necessidade de pedido de destaque". Recebemos esta orientação, inclusive pelo Secretário-Geral da Casa. Ora, eu tenho emenda favorável em determinado capítulo; vamos dizer que outros Constituintes também tenham. No momento em

que se chegar aqui para votar e houver 15 emendas com parecer favorável dentro de um Título, como é que este Plenário vai ter condições de julgar se vota com o Relator ou contra o Relator, se o parecer é de 15 emendas com as quais nós podemos concordar ou discordar?

O grande problema, Sr. Presidente, é jogar para o futuro. Eu não pedi destaque para emenda favorável. Então, como é que vamos decidir uma questão desse tipo?

É preciso levar isso em consideração porque não foi pedido destaque para emenda com parecer favorável. V. Ex.<sup>a</sup> tem que estabelecer uma norma permitindo que estas emendas sejam votadas para que o Plenário possa tomar posição, individualmente, com cada uma delas.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A prescrição regimental é clara.

Aliás, é usado o sistema de votação no Senado e na Câmara, quando não há destaques ou qualquer prescrição regimental para votação isolada, temos que votar em bloco.

As emendas com pareceres favorável e contrário são votadas em bloco.

A Mesa, constrangida informou que houve um problema técnico que poderá trazer alguma demora, e, nestas condições, pedindo escusas ao Plenário, a votação das emendas será feita nominalmente.

Solicito que proceda à chamada.

Os Srs. Constituintes que queiram rejeita-las de acordo com o parecer, dirão NAO; dirão SIM aqueles que desejam aprová-las, embora seja pela rejeição o parecer do Relator.

Passa-se à chamada para votação nominal.

*O Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage 2º Vice-Presidente.*

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte.

**O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, apenas por uma deferência especial aos companheiros que estão em cadeira de rodas, eu gostaria de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que os mesmos votassem preliminarmente.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa autoriza a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> e informa ao Plenário que a chamada será feita de A a Z.

**O SR. EXPEDITO MACHADO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. EXPEDITO MACHADO:** – Sr. Presidente: O art. 9 da Resolução nº 3 diz o seguinte:

"Votar-se-á em primeiro lugar o Capítulo do respectivo Título, seguido dos destaques e, sucessivamente, o grupo de emendas conforme tenha o parecer favorável ou contrário.

São duas votações.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – A Mesa informa a V. Ex.<sup>a</sup> que está adotando esse procedimento.

Solicito aos Srs. Constituintes que tornem seus lugares.

Vai-se proceder à votação.

(*Procede-se à votação*)

O	SR.	PRESIDENTE	(Jorge
Arbage):	–	A	Mesa
proclamar	o	resultado	vai
votação:			da

Sim: 3

Não: 412

Abstenção: 6

Total: 421

Estão rejeitadas as emendas.

*Votaram os Srs. Constituintes*

Abigail Feitosa – Não, PMDB.

Acival Gomes – Não, PMDB.

Adauto Pereira – Não, PDS.

Ademir Andrade – Não, PSB.

Ademar de Barros Filho – Sim, PDT.

Adolfo Oliveira – Não, PL

Adroaldo Streck – Não, PDT.

Adylson Motta – Não, PDS.

Aécio de Barba – Não.;PDS.

Aécio Neves – Abstenção, PMDB.

Afonso Camargo – Não, PTB.

Agassiz Almeida – Não, PMDB.

Agripino de Oliveira Lima – Não, PFL.

Airton Cordeiro – Não, PFL.

Airton Sandoval – Não, PMDB.

Alarico Abib – Não, PMDB.

Albano Franco – Não, PMDB.

Albérico Cordeiro – Não, PFL

Aldo Arantes – Não, PC do B.

Alexandre Puzyna – Não, PMDB.

Alfredo Campos – Não, PMDB.

Aloísio Vasconcelos – Não, PMDB.

Aloysio Chaves – Não. PFL

Aluísio Campos – Não. PMDB.

Alysson Paulinelli – Não. PFL

Amaral Netto – Não, PDS.

Amaury Müller – Não, PDT.

Ângelo Magalhães – Não, PFL

Anna Maria Rattes – Não, PMB.

Annibal Barcellos – Não, PFL.

Antero de Barros – Não, PMDB.

Antônio Britto – Não, PMDB.

Antônio Câmara – Não, PMDB.

Antônio Carlos Franco – Não, PMDB.

Antônio Carlos Konder Reis – Não, PDS.

Antônio Carlos Mendes Thame – Não, PFL.

Antônio de Jesus – Não. PMDB.

Antonio Ferreira – Não, PFL

Antonio Gaspar – Não, PMDB.

Antonio Mariz – Não, PMDB.

Arnaldo Faria de Sá – Não, PTB.

Arnaldo Martins – Não, PMDB.

Arnaldo Moraes – Não, PMDB.

Arnaldo Prieto – Não, PFL.

Arnald Fioravante – Não, PDS.

Arolde de Oliveira – Não, PFL.

Artur da Távola – Não, PMDB.

Asdrubal Bentes – Não, PMDB.

Átila Lira – Não, PFL.

Augusto Carvalho – Não, PCB.

Aureo Mello – Sim, PMDB.

Basílio Villani – Não, PMDB.

Benedita da Silva – Não, PT.

Benito Gama – Não, PFL

Bernardo Cabral – Não, PMDB.

Beth Azize – Não, PSB.

Bocayuva Cunha – Não, PDT.

Bonifácio de Andrada – Não, PDS.  
 Bosco França – Não, PMDB.  
 Brandão Monteiro – Não, PDT.  
 Cardoso Alves – Não, PMDB.  
 Carlos Alberto Caó – Não, PDT.  
 Carlos Chiarelli – Não, PFL.  
 Carlos Cotta – Não, PMDB.  
 Carlos De'Carli – Não, PMDB.  
 Carlos Sant'Anna – Não, PMDB.  
 Carlos Vinagre – Não, PMDB.  
 Carlos Virgílio – Não, PDS.  
 Carrel Benevides – Não, PMDB.  
 Cássio Cunha Lima – Não, PMDB.  
 Célio de Castro – Não, PMDB.  
 Celso Dourado – Não, PMDB.  
 César Maia – Não, PDT.  
 Chagas Duarte – Não, PFL.  
 Chagas Neto – Não, PMDB.  
 Chagas Rodrigues – Não, PMDB.  
 Chico Humberto – Não, PDT.  
 Cid Sabóia de Carvalho – Não, PMDB.  
 Cláudio Ávila – Não, PFL.  
 Cleonânicio Fonseca – Não, PFL.  
 Costa Ferreira – Não, PFL.  
 Cristina Tavares – Não, PMDB.  
 Cunha Bueno – Não, PDS.  
 Darcy Deitos – Não, PMDB.  
 Darcy Pozza – Não, PDS.  
 Daso Coimbra – Não, PMDB.  
 Del Bosco Amaral – Não, PMDB.  
 Délio Braz – Não, PMDB.  
 Denisar Arneiro – Não, PMDB.  
 Dionísio Dal Prá – Não, PFL.  
 Dionísio Hage – Não, PFL.  
 Dirce Tutu Quadros – Não, PTB.  
 Dirceu Carneiro – Não, PMDB.  
 Djenal Gonçalves – Não, PMDB.  
 Domingos Juvenil – Não, PMDB.  
 Domingos Leonelli – Abstenção, PMDB.  
 Doreto Campanari – Não, PMDB.  
 Edésio Frias – Não, PDT.  
 Edme Tavares – Não, PFL.  
 Edmilson Valentim – Não, PC do B.  
 Eduardo Bonfim – Não, PC do B.  
 Eduardo Jorge – Não, PT.  
 Eduardo Moreira – Não, PMDB.  
 Egídio Ferreira Lima – Não, PMDB.  
 Eliel Rodrigues – Não, PMDB.  
 Eliézer Moreira – Não, PFL.  
 Eraldo Tinoco – Não, PFL.  
 Eraldo Trindade – Não, PFL.  
 Érico Pegoraro – Não, PFL.  
 Euclides Scalco – Não, PMDB.  
 Eunice Michiles – Não, PFL.  
 Evaldo Gonçalves – Não, PFL.  
 Ézio Ferreira – Não, PFL.  
 Fábio Feldmann – Abstenção, PMDB.  
 Farabulini Júnior – Não, PTB.  
 Fausto Fernandes – Não, PMDB.  
 Fausto Rocha – Não, PFL.  
 Felipe Mendes – Não, PDS.  
 Fernando Bezerra Coelho – Não, PMDB.  
 Fernando Gasparian – Não, PMDB.  
 Fernando Gomes – Não, PMDB.  
 Fernando Santana – Não, PCB.  
 Fernando Velasco – Não, PMDB.  
 Firmo de Castro – Não, PMDB.  
 Flavio Palmier da Veiga – Não, PMDB.  
 Flávio Rocha – Não, PL.  
 Floriceno Paixão – Não, PDT.  
 França Teixeira – Não, PMDB.  
 Francisco Amaral – Não, PMDB.  
 Francisco Benjamim – Não, PFL.  
 Francisco Carneiro – Não, PMDB.  
 Francisco Coelho – Não, PFL.  
 Francisco Dornelles – Não, PFL.  
 Francisco Küster – Não, PMDB.  
 Francisco Pinto – Não, PMDB.  
 Francisco Rollemberg – Não, PMDB.  
 Francisco Rossi – Não, PTB.  
 Francisco Sales – Não, PMDB.  
 Gandi Jamil – Não, PFL.  
 Gastone Righi – Não, PTB.  
 Genebaldo Correia – Não, PMDB.  
 Geovani Borges – Não, PFL.  
 Geraldo Alckmin Filho – Não, PMDB.  
 Geraldo Campos – Não, PMDB.  
 Geraldo Fleming – Não, PMDB.  
 Geraldo Melo – Não, PMDB.  
 Gerson Marcondes – Não, PMDB.  
 Gerson Peres – Não, PDS.  
 Gidel Dantas – Não, PMDB.  
 Gil César – Não, PMDB.  
 Gilson Machado – Não, PFL.  
 Gonzaga Patriota – Não, PMDB.  
 Gumercindo Milhomem – Não, PT.  
 Gustavo de Faria – Não, PMDB.  
 Harlan Gadelha – Não, PMDB.  
 Haroldo Lima – Não, PC do B.  
 Haroldo Sabóia – Não, PMDB.  
 Hélio Costa – Não, PMDB.  
 Hélio Duque – Não, PMDB.  
 Hélio Manhães – Não, PMDB.  
 Hélio Rosas – Não, PMDB.  
 Henrique Córdova – Não, PDS.  
 Henrique Eduardo Alves – Não, PMDB.  
 Heráclito Fortes – Não, PMDB.  
 Hermes Zaneti – Não, PMDB.  
 Hilário Braun – Não, PMDB.  
 Homero Santos – Não, PFL.  
 Humberto Souto – Não, PFL.  
 Iberê Ferreira – Não, PFL.  
 Ibsen Pinheiro – Não, PMDB.  
 Inocência Oliveira – Não, PFL.  
 Iram Saraiva – Não, PMDB.  
 Irapuan Costa Júnior – Não, PMDB.  
 Irma Passoni – Não, PT.  
 Ismael Wanderley – Não, PMDB.  
 Itamar Franco – Não.  
 Ivo Ceisósimo – Não, PMDB.  
 Ivo Lech – Não, PMDB.  
 Ivo Mainardi – Não, PMDB.  
 Jacy Scanagatta – Não, PFL.  
 Jairo Azi – Não, PFL.  
 Jalles Fontoura – Não, PFL.  
 Jamil Haddad – Não, PSB.  
 Jarbas Passarinho – Não, PDS.  
 Jayme Paliarin – Não, PTB.  
 Jessé Freire – Não, PFL.  
 Joaci Góes – Não, PMDB.  
 João Agripino – Não, PMDB.  
 João Calmon – Não, PMDB.  
 João Carlos Bacelar – Não, PMDB.  
 João da Mata – Não, PFL.  
 João de Deus Antunes – Não, PDT.  
 João Herrmann Neto – Não, PMDB.  
 João Machado Rollemberg – Não, PFL.  
 João Menezes – Não, PFL.  
 João Natal – Não, PMDB.  
 João Paulo – Não, PT.  
 João Rezek – Não, PMDB.  
 Joaquim Beviláçqua – Não, PTB.  
 Joaquim Sucena – Não, PMDB.  
 Jofran Frejat – Não, PFL.  
 Jonas Pinheiro – Não, PFL.  
 Jonival Lucas – Não, PFL.  
 Jorge Arbage – Abstenção, PDS.  
 Jorge Hage – Não, PMDB.  
 Jorge Leite – Não, PMDB.  
 Jorge Medauar – Não, PMDB.  
 Jorge Uequed – Não, PMDB.  
 Jorge Vianna – Não, PMDB.  
 José Agripino – Não, PFL.  
 José Camargo – Não, PFL.  
 José Carlos Coutinho – Não, PL.  
 José Carlos Grecco – Não, PMDB.  
 José Carlos Martinez – Não, PMDB.  
 José Carlos Sabóia – Não, PMDB.  
 José Carlos Vasconcelos – Não, PMDB.  
 José Costa – Não, PMDB.  
 José da Conceição – Não, PMDB.  
 José Dutra – Não, PMDB.  
 José Egreja – Não, PTB.  
 José Elias – Não, PTB.  
 José Elias Murad – Não, PTB.  
 José Fernandes – Não, PDT.  
 José Fogaça – Não, PMDB.  
 José Freire – Não, PMDB.  
 José Genoíno – Não, PT.  
 José Guedes – Não, PMDB.  
 José Ignácio Ferreira – Não, PMDB.  
 José Lins – Não, PFL.  
 José Lourenço – Não, PFL.  
 José Luiz de Sá – Não, PL.  
 José Luiz Maia – Não, PDS.  
 José Maranhão – Não, PMDB.  
 José Maria Eymael – Não, PDC.  
 José Maurício – Não, PDT.  
 José Mendonça Bezerra – Não, PFL.  
 José Moura – Não, PFL.  
 José Paulo Bisol – Não, PMDB.  
 José Queiroz – Não, PFL.  
 José Bicha – Não, PMDB.  
 José Serra – Não, PMDB.  
 José Teixeira – Não, PFL.  
 José Tinoco – Não, PFL.  
 José Viana – Não, PMDB.  
 Juarez Antunes – Não, PDT.  
 Júlio Campos – Não, PFL.  
 Júlio Costamilan – Não, PMDB.  
 Jutahy Magalhães – Abstenção, PMDB.  
 Koyu Iha – Não, PMDB.  
 Lael Varella – Não, PFL.  
 Lavoisier Maia – Não, PDS.  
 Leite Chaves – Não, PMDB.  
 Lélio Souza – Não, PMDB.  
 Leur Lomento – Sim, PFL.  
 Levy Dias – Não, PFL.  
 Lezio Sathler – Não, PMDB.  
 Lídice da Mata – Não, PC do B.  
 Louremberg Nunes Rocha – Não, PMDB.  
 Lourival Baptista – Não, PFL.  
 Lúcio Alcântara – Não, PFL.  
 Luís Eduardo – Não, PFL.  
 Luís Roberto Ponte – Não, PMDB.  
 Luiz Alberto Rodrigues – Não, PMDB.  
 Luiz Freire – Não, PMDB.  
 Luiz Gushiken – Não, PT.  
 Luiz Inácio Lula da Silva – Não, PT.  
 Luiz Leal – Não, PMDB.  
 Luiz Marques – Não, PFL.  
 Luiz Soyer – Não, PMDB.  
 Luiz Viana Neto – Não, PMDB.

Maluly Neto – Não, PFL.  
 Manoel Castro – Não, PFL.  
 Manoel Ribeiro – Não, PMDB.  
 Mansueto de Lavor – Não, PMDB.  
 Marcelo Cordeiro – Não, PMDB.  
 Márcia Kubitschek – Não, PMDB.  
 Márcio Lacerda – Não, PMDB.  
 Marco Maciel – Não, PFL.  
 Marcondes Gadelha – Não, PFL.  
 Maria de Lourdes Abadia – Não, PFL.  
 Maria Lúcia – Não, PMDB.  
 Mário Assad – Não, PFL.  
 Mário Covas – Não, PMDB.  
 Mário Lima – Não, PMDB.  
 Mário Maia – Não, PDT.  
 Marluce Pinto – Não, PTB.  
 Matheus Iensen – Não, PMDB.  
 Maurício Correa – Não, PDT.  
 Maurício Fruet – Não, PMDB.  
 Maurício Nasser – Não, PMDB.  
 Maurício Pádua – Não, PMDB.  
 Mauro Campos – Não, PMDB.  
 Mauro Miranda – Não, PMDB.  
 Max Rosenmann – Não, PMDB.  
 Meara Filho – Não, PMDB.  
 Mello Reis – Não, PDS.  
 Mendes Botelho – Não, PTB.  
 Mendes Canale – Não, PMDB.  
 Mendes Ribeiro – Não, PMDB.  
 Messias Góis – Não, PFL.  
 Michel Temer – Não, PMDB.  
 Milton Barbosa – Não, PMDB.  
 Miraldo Gomes – Não, PMDB.  
 Miro Teixeira – Não, PMDB.  
 Moema São Thiago – Não, PDT.  
 Mozarildo Cavalcanti – Não, PFL.  
 Mussa Demes – Não, PFL.  
 Myrian Portella – Não, PDS.  
 Nabor Júnior – Não, PMDB.  
 Naphtali Alves de Souza – Não, PMDB.  
 Nelson Aguiar – Não, PDT.  
 Nelson Carneiro – Não, PMDB.  
 Nelson Jobim – Não, PMDB.  
 Nelson Sabrá – Não, PFL.  
 Nelson Seixas – Não, PDT.  
 Nelson Wedekin – Não, PMDB.  
 Nelton Friedrich – Não, PMDB.  
 Nestor Duarte – Não, PMDB.  
 Nilso Sguarezi – Não, PMDB.  
 Nilson Gibson – Não, PMDB.  
 Nion Abernaz – Não, PMDB.  
 Noel de Carvalho – Não, PDT.  
 Nyder Barbosa – Não, PMDB.  
 Octávio Elísio – Não, PMDB.  
 Onofre Corrêa – Não, PMDB.  
 Orlando Bezerra – Não, PFL.  
 Oscar Corrêa – Não, PFL.  
 Osmir Lima – Não, PMDB.  
 Osmundo Rebouças – Não, PMDB.  
 Osvaldo Bender – Não, PDS.  
 Osvaldo Coelho – Não, PFL.  
 Osvaldo Macedo – Abstenção, PMDB.  
 Osvaldo Sobrinho – Não, PMDB.  
 Ottomar Pinto – Não, PTB.

Paes de Andrade – Não, PMDB.  
 Paes Landim – Não, PFL.  
 Paulo Delgado – Não, PT.  
 Paulo Macarini – Não, PMDB.  
 Paulo Marques – Não, PFL.  
 Paulo Paim – Não, PT.  
 Paulo Pimentel – Não, PFL.  
 Paulo Ramos – Não, PMDB.  
 Paulo Roberto – Não, PMDB.  
 Paulo Roberto Cunha – Não, PDC.  
 Paulo Silva – Não, PMDB.  
 Pedro Canedo – Não, PFL.  
 Pedro Ceolin – Não, PFL.  
 Percival Muniz – Não, PMDB.  
 Pimenta da Veiga – Não, PMDB.  
 Plínio Arruda Sampaio – Não, PT.  
 Rachid Saldanha Derzi – Não, PMDB.  
 Raimundo Bezerra – Não, PMDB.  
 Raimundo Lira – Não, PMDB.  
 Raquel Capiberibe – Não, PMDB.  
 Raul Ferraz – Não, PMDB.  
 Renan Calheiros – Não, PMDB.  
 Renato Bernardi – Não, PMDB.  
 Renato Johnsson – Não, PMDB.  
 Renato Vianna – Não, PMDB.  
 Ricardo Fiuza – Não, PFL.  
 Ricardo Izar – Não, PFL.  
 Rita Camata – Não, PMDB.  
 Rita Furtado – Não, PFL.  
 Roberto Augusto – Não, PTB.  
 Roberto Balestra – Não, PDC.  
 Roberto Brant – Não, PMDB.  
 Roberto Campos – Não, PDS.  
 Roberto D'Avila – Não, PDT.  
 Roberto Freire – Não, PCB.  
 Roberto Rollemberg – Não, PMDB.  
 Roberto Torres – Não, PTB.  
 Robson Marinho – Não, PMDB.  
 Rodrigues Palma – Não, PMDB.  
 Ronaldo Aragão – Não, PMDB.  
 Ronaldo Carvalho – Não, PMDB.  
 Ronaldo Cezar Coelho – Não, PMDB.  
 Ronan Tito – Não, PMDB.  
 Ronaro Corrêa – Não, PFL.  
 Rosa Prata – Não, PMDB.  
 Rose de Freitas – Não, PMDB.  
 Rospide Netto – Não, PMDB.  
 Rubem Branquinho – Não, PMDB.  
 Rubem Medina – Não, PFL.  
 Ruben Figueiró – Não, PMDB.  
 Ruberval Pilotto – Não, PDS.  
 Ruy Bacelar – Não, PMDB.  
 Ruy Nedel – Não, PMDB.  
 Sadia Hauache – Não, PFL.  
 Sadie Achôa – Não, PMDB.  
 Sandra Cavalcanti – Não, PFL.  
 Santinho Furtado – Não, PMDB.  
 Sérgio Brito – Não, PFL.  
 Sérgio Spada – Não, PMDB.  
 Sérgio Werneck – Não, PMDB.  
 Sigmaringa Seixas – Não, PMDB.  
 Siqueira Campos – Não, PDC.  
 Sólton Borges dos Reis – Não, PTB.  
 Sotero Cunha – Não, PDC.

Tadeu França – Não, PMDB.  
 Telmo Kirst – Não, PDS.  
 Teotônio Vilela Filho – Não, PMDB.  
 Tito Costa – Não, PMDB.  
 Ubiratan Aguiar – Não, PMDB.  
 Uldurico Pinto – Não, PMDB.  
 Valmir Campelo – Não, PFL.  
 Vasco Alves – Não, PMDB.  
 Vicente Bogo – Não, PMDB.  
 Victor Faccioni – Não, PDS.  
 Victor Fontana – Não, PFL.  
 Victor Trovão – Não, PFL.  
 Wilson Souza – Não, PMDB.  
 Vinicius Cansanção – Não, PFL.  
 Virgildásio de Senna – Não, PMDB.  
 Virgílio Calassi – Não, PDS.  
 Virgílio Távora – Não, PDS.  
 Vivaldo Barbosa – Não, PDT.  
 Wagner Lago – Não, PMDB.  
 Waldec Ornélas – Não, PFL.  
 Waldyr Pugliesi – Não, PMDB.  
 Wilma Maia – Não, PDS.  
 Wilson Campos – Não, PMDB.

## VIII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

*DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:*

Almilcar Moreira – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Artenir Wemer – PDS; Assis Canuto – PFL; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Messias Soares – PTR; Moysés Pimentel – PMDB; Odacir Soares – PFL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Vieira da Silva – PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Encerro a sessão, designando para amanhã dia 29, às 9 h a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II.

*(Encerra-se a Sessão às 21 horas á 25 minutos)*



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II – Nº 174

SÁBADO, 30 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA – DF

### ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

#### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 190ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 29 DE JANEIRO DE 1988.

##### I – Abertura da sessão.

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

##### III – Leitura do Expediente.

##### REQUERIMENTOS

Do Senhor Constituinte Hilário Braun, solicitando a retirada das emendas nº 760 e 761, de sua autoria, ao Projeto de Constituição.

Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, requerendo a retirada dos pedidos de Preferência nºs 153, 161, 162, 166 e 167, de sua autoria.

##### IV – Pequeno Expediente

IVO VANDERLINDE – Atuação da Frente Parlamentar Cooperativista Conquistas do cooperativismo.

GERSON PERES – Pressões exercidas por segmentos da Igreja Católica sobre os Constituintes.

VIRGILDÁSIO DE SENNA – Participação popular no processo democrática.

LÚCIA BRAGA – Agressões da Polícia Militar da Paraíba a membros de movimentos comunitários durante caminhada pacífica na Capital do Estado.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Obrigatoriedade de urgente regulamentação, pelo Poder Legislativo, do acesso dos partidos políticos aos programas gratuitos no rádio e na televisão.

CÉSAR MAIA – Conteúdo do novo pacote de medidas econômicas e administrativas baixado pelo Governo.

TADEU FRANÇA – Aplauso à atuação da Igreja Católica em apoio às iniciativas populares na Assembléia Nacional Constituinte. Desempenho do Ministro Prisco Viana para a fixação da duração do mandato do atual Presidente da República.

JUAREZ ANTUNES (Questão de ordem) – Apuração de agressão sofrida pelo orador durante sessão da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Juarez Antunes.

ERICO PEGORARO – Manutenção, nos discursos proferidos na Casa, do respeito devido aos colegas e da ética parlamentar.

AMAURY MÜLLER – Rejeição, pela Assembléia Nacional Constituinte, de emenda ao Projeto de Constituição sobre o rompimento, pelo Brasil, de relações diplomáticas com países que adotam políticas oficiais de discriminação racial. Acesso dos partidos políticos aos programas gratuitos no rádio e na televisão.

VASCO ALVES – Repúdio à anunciada entrega da exploração de parte do complexo portuário de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, à iniciativa privada.

PRESIDENTE – Saudação à Constituinte Cristina Tavares pelo retorno às atividades parlamentares.

CRISTINA TAVARES – Decisão do Conin sobre comercialização de softwares com similar nacional.

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Necrológico do Cônego Domênico Rangoni.

SOTERO CUNHA – Transcurso do aniversário de emancipação política de Nova Iguaçu. Estado do Rio de Janeiro.

EDUARDO JORGE – Acesso dos partidos políticos a programas gratuitos no rádio e na televisão.

LÚCIO ALCÂNTARA – Necessidade de revisão, pelo Governo, da cobrança de correção monetária plena nas operações de crédito agrícola na Região Nordeste.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Desenvolvimento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Projeto de Política Agrícola de Viabilização Econômica e Social da Pequena Propriedade Familiar, documento elaborado pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio Grande do Sul.

ATILA LIRA – Telegrama enviado pelo orador ao Sr. Wall Ferraz, Prefeito de Teresina, Estado do Piauí, sobre a realização de concursos públicos para o serviço municipal.

SÓLON BORGES DOS REIS – Reforma tributária.

JORGE ARBAGE – Artigo "limite da Ruptura", de autoria do Senador Jarbas Passarinho, publicado no jornal **O Liberal**.

PAULO PAIM – Reafirmação da disposição do PT para o diálogo com todos os segmentos representados pela Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO BENDER – Escassez de pneumáticos no mercado nacional, em decorrência da exportação do produto.

BOCAYUVA CUNHA – Localização do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

BENITO GAMA – Resgate, na futura Constituição, dos compromissos sociais assumidos durante a campanha política.

TADEU FRANÇA (Pela ordem) – Reafirmação de discurso sobre o comportamento do Ministro Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo.

JUAREZ ANTUNES – Dificuldades dos pequenos e médios proprietários e produtores rurais. Eleições presidenciais em 1988 e o Sr. Leonel Brizola como candidato.

#### V – Comunicação das Lideranças

HERMES ZANETI – Preocupação do orador como Capítulo sobre Educação da futura Constituição em face das propostas do Grupo "Centrão".

MENDES RIBEIRO – Apreciação em bloco das emendas idênticas como forma de abreviamento do processo de votação do Projeto de Constituição.

EDUARDO JORGE – Posição do PT em face do projeto de lei disciplinador do acesso dos partidos políticos aos programas gratuitos no rádio e na televisão. Maior publicidade às votações processadas na Assembléia Nacional Constituinte.

FAUSTO ROCHA – Regozijo com o retomo da Constituinte Cristina Tavares às atividades parlamentares.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Importância do conteúdo do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, do Projeto de Constituição.

ADEMIR ANDRADE – Desaprovação do PSB à decisão, pelas lideranças partidárias,

de adiamento da votação do Título II do Projeto de Constituição.

VICTOR FACCIONE – Inquietação nacional com os rumos da política governamental e da Assembléia Nacional Constituinte.

SIQUEIRA CAMPOS – Início da votação do Título II do Projeto de Constituição. Contribuição do PDC ao processo de elaboração constitucional.

FARABULINI JÚNIOR – Concessão, pela Assembléia Nacional Constituinte, de anistia ampla, geral e irrestrita.

BRANDÃO MONTEIRO – Publicação diária pela Mesa, da relação dos Constituintes ausentes às sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Responsabilidade do TSE pela concessão de horários gratuitos, no rádio e na televisão, ao PSP. Clima reinante na administração do Estado do Rio de Janeiro.

FERNANDO SANTANA – Rejeição, pela Assembléia Nacional Constituinte, de emenda ao Projeto de Constituição sobre o rompimento pelo Brasil, de relações diplomáticas com países que adotam políticas oficiais de discriminação racial.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Posição do PFL quanto à realização de plebiscito após a promulgação da futura Constituição.

ADROALDO STRECK (Questão de ordem) – Realização de sessões da Assembléia Nacional Constituinte nos sábados e domingos.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adroaldo Streck.

OCTÁVIO ELÍSIO (Pela ordem) – Publicação, pela Mesa, da relação dos Constituintes

ausentes às sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

LUIZ SALOMÃO (Pela ordem) – Existência de Ordem do Dia para a presente sessão.

PAULO DELGADO (Pela ordem) – Apoio do PT à publicação, pela Mesa, da relação dos Constituintes às sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Comunicação sobre instituição, pela Presidência e Líderes partidários, de sistema de entendimento prévio para ordenação do processo de votação. Possibilidade de convocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte para os sábados e domingos.

OCTÁVIO ELÍSIO (Questão de ordem) – Entendimento e existência de **quorum** como forma de abreviamento dos trabalhos de elaboração constitucional.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Octávio Elísio.

#### VI – Encerramento

Discursos proferidos pelo Sr. Aluizio Campos na sessão da Assembléia Nacional Constituinte de 27-1-88. Encaminhamento da votação do Preâmbulo e do Título I – Dos Princípios Fundamentais – da Constituição; Existência de destaque para o Preâmbulo da Constituição.

2 – **MESA** (Relação dos membros)  
3 – **LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** (Relação dos membros)  
4 – **COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** (Relação dos membros).

### Ata da 190ª Sessão, em 29 de janeiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;

#### ÀS 9 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PSB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB;

Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonicarlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Cao – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta –

PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Banevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Mota – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima

– PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PR; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Nenezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Maria Eymael – PDC; José Moura – PFL; José PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lídice da Mata

– PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Caricata – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Mirado Gomes – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincaroni – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Munir – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Sádias Hauache – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL;

Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vítor Buaiç – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB;

## I – ABERTURA DA SESSÃO

### O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 216 senhores constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II – LEITURA DA ATA

**O SR. MARIO MAIA, 2º** – Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º** – Secretário, procede à leitura do seguinte.

## III – EXPEDIENTE

### REQUERIMENTOS

**Do Sr. Hilário Braun, nos seguintes termos:**

Brasília, 27 de janeiro de 1988.  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Cumprimos cordialmente Vossa Excelência, oportunidade em que solicitamos a retirada, no Projeto de Constituição, das Emendas 2P00761-9 e 2P00760-1.

Limitados ao exposto, levamos a Vossa Excelência nossas atenciosas saudações.

Respeitosamente, – Deputado **Hilário Braun**.

**Do Sr. Brandão Monteiro, nos seguintes termos.**

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Requeiro a Vossa Excelência a retirada dos Pedidos de Preferência, de minha autoria, números: P00153, P00161, P00162, P00166 e P00167.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1988. – Deputado **Brandão Monteiro**.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao

## IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Ivo Vanderlinde.

**O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB – SC. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entre todos os movimentos e gru-

pos que se formaram dentro da Assembléia Nacional Constituinte, sem sombra de dúvida a Frente Parlamentar do Cooperativismo é um dos mais atuantes e dinâmicos e conta com a participação de 174 Srs. Deputados e Senadores.

A demonstração da força desse grupo na Constituinte se revela quando observamos a conquista de cerca de dez itens já constantes do atual Projeto de Constituição, que dizem respeito ao cooperativismo. No último dia 27 realizamos uma reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo, com a presença de aproximadamente duzentos líderes cooperativistas de todo o Brasil, que demonstrou não só a expressão do movimento, como sua representatividade na Constituinte, pois lá compareceram cerca de setenta Constituintes de dez partidos diferentes. Lá estava o Líder Mário Covas e o Presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, também se fez representar. Isto demonstra, de forma clara, a valorização e a importância do cooperativismo brasileiro, neste momento em que estamos escrevendo a nossa Constituição e definindo os parâmetros da construção de uma sociedade mais justa.

Temos ainda que lutar por três pontos fundamentais para a consolidação do cooperativismo nesta fase final da Constituinte, pois uma sociedade mais justa só poderá ser construída com a participação mais efetivado cooperativismo. Um desses três pontos é a implantação do ensino cooperativo. Somos uma nação com uma educação autoritária e paternalista. Precisamos criar o sentimento de solidariedade, e o cooperativismo é a forma mais solidária e mais democrática de se fazer com que as pessoas busquem soluções para os seus problemas. A inserção do ensino do cooperativismo como matéria opcional – a exemplo do ensino religioso – é fundamental dentro do novo texto constitucional.

Há também a questão das cooperativas de crédito. Para que democratizemos o crédito neste País, a fim de que tenham fim os oligopólios financeiros que aí estão, é necessário que a cooperativa de crédito conste do sistema de crédito oficial.

Finalmente, necessitamos ter o reconhecimento do ato cooperativo, a imunidade da operação do associado com a cooperativa, já que a cooperativa é só extensão.

Esses são os três pontos em torno dos quais vamos lutar no plenário e para os quais, na condição de coordenador da Frente Parlamentar do Cooperativismo, peço o apoio, a solidariedade, não só dos 174 Constituintes que compõem esta Frente, mas de todos os Constituintes, porque o cooperativismo é um instrumento que pode ajudar este País a superar seus problemas em curto espaço de tempo.

Sr. Presidente, solicito, para que fique registrado na História desta Casa e da Assembléia Nacional Constituinte, a transcrição, nos Anais, deste boletim, que relata as conquistas do cooperativismo até aqui, as novas propostas pelas quais ainda estamos lutando e o registro nominal dos 174 Constituintes que compõem essa Frente.

**PUBLICAÇÃO A QUE SE  
REFERE O ORADOR:  
"EXPRESSIONAMENTO DAS  
COOPERATIVAS NA  
CONSTITUINTE**

A expressão do cooperativismo na Constituinte se relaciona diretamente com o avanço da Frente

Parlamentar Cooperativista. O grupo de 174 Constituintes, entre estes, alguns simpatizantes do Sistema, outros comprometidos com suas causas, alcançou posição destacada no processo constitucional em vigência, o que se traduz em consideráveis conquistas para as cooperativas. Não fosse a incansável ação dos inúmeros Senadores e Deputados, por certo o patamar em que se encontram as cooperativas seria bem inferior ao estágio alcançado.

As postulações do Sistema Cooperativista, e encaminhadas por propostas e emendas pelo Sistema OCB e emenda popular do cooperativismo, se traduzem na expressão textual do Projeto da Comissão de Sistematização nos seguintes itens:

Art. 6º – § 44 É plena a liberação de associação, exceto a de caráter paramilitar. A fundação de associações e cooperativas independe de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Art. 7º – § 3º É proibida intermediação remunerada da mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação, salvo os casos previstos em lei.

Art. 203. – § 1º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

§ 3º O Estado organizará a atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção ao meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros, dando-lhes, prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas minerais, nas áreas onde já estejam atuando.

Art. 221. A alienação ou concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a quinhentos hectares a uma só pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 1º Excetuam-se do disposto no **caput** deste artigo as cooperativas de produção originárias do processo de reforma agrária.

Art. 225 – Parágrafo único. A política de participação de cooperativas em assentamentos, assistência técnica e creditícia, organização da produção, comercialização, distribuição e industrialização será definida em Lei.

Art. 234 – § 1º A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que poderá participar de forma supletiva do sistema único de saúde, sob as condições estabelecidas em contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais de procedências estrangeiras, dos serviços de assistência à saúde no País, conforme dispuser a Lei.

Examinando a Emenda Coletiva, apresentada pelo Centrão, verifica-se as seguintes propostas no seu texto:

Art. 6º – § 46 É plena a liberação de associações para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. A criação de associações e cooperativas independe de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Art. 7º – § 30 A lei disporá sobre a intermediação remunerada, de mão-de-obra, inclusive mediante locação.

Art. 172 – Inc. III letra c.

Art. 172 – Cabe à lei complementar

III – estabelecer normas gerais em matérias de legislação tributária, especialmente sobre:

c) o ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas e seu adequado tratamento tributário.

Art. 203 – § 1º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo, assegurando sua autogestão, e outras formas de associativismo.

§ 3º O Estado regulamentará a atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção ao meio ambiente e a formação econômico social dos garimpeiros. Satisfeitos os requisitos técnicos e econômicos, as cooperativas têm prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas minerais nas áreas onde já estejam atuando na forma da lei.

Art. 219. – A alienação ou concessão, a qualquer título de terras públicas com área superior a cinco hectares, a uma só pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Senado Federal.

§ 1º Excetuam-se do disposto no **caput** deste artigo as alienações ou concessões para fins de reforma agrária, ou para cooperativas agrícolas.

Art. 221 – § 2º A política de participação de cooperativas em assentamentos rurais será definida em lei.

§ 3º Cumpre ao Poder Público promover políticas adequadas de estímulo a assistência técnica, extensão rural, seguro agrícola, cooperativismo, colonização e crédito fundiário, bem como de desenvolvimento e financiamento para a atividade agropecuária, agroindustrial, pesqueira e florestal.

Art. 281 – § 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema nacional único de saúde, mediante contrato ou convênio, tendo preferência para este fim, as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

Art. 231. § 3º É vedada a participação no Sistema Nacional único de saúde, às empresas e capitais estrangeiros, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 64. As Cooperativas de Crédito, quanto a seus cooperados, obedecidos os requisitos que a lei determinar, serão asseguradas condições de funcionamento e operacionalidade próprias das demais instituições financeiras do mesmo gênero, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive quanto às operações de fomento.

Para garantir avanços que se fazem necessários ao cooperativismo, constituintes apresentaram emendas para apreciação pelo Plenário, em sua fase final sobre as seguintes matérias:

a) Cooperativas de Crédito, (Emenda 2 P 00630-2, de autoria do Constituinte Osvaldo Almeida), com o texto:

Art. 228. § 3º Às Cooperativas de Crédito, obedecidos os requisitos que a lei determinar serão asseguradas condições de funcionamento e operacionalidade próprias das demais instituições financeiras do mesmo gênero e de outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão da Administração Pública, sendo-lhes assegurado o acesso aos recursos públicos de fomento para fins de crédito rural.

b) Ensino do cooperativismo (Emenda nº 2P 00242-1, de autoria do Constituinte Ivo Vanderlinde), rezando:



Art 243. § 3º "O ensino do cooperativismo e do associativismo constituirá disciplina facultativa dos horários normais das escolas e instituições de ensino de todos os graus".

c) Ato cooperativo e sua imunidade tributária (Emendas nºs 2P 00858-5, de autoria do Constituinte Paulo Roberto Cunha e nº 2P 01378-3, de autoria do Constituinte Geraldo Alckmin Filho), com os textos, respectivamente:

Art 172. Cabe à lei complementar

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

c) o ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas e seu adequado tratamento tributário.

Art. 178. "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II – instituir impostos sobre:

e) os atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas legalmente constituídas, quando os mesmos envolverem obrigação tributária de responsabilidade direta dos sócios cooperados".

d) Reforma Agrária via cooperativas (Emenda nº 2P 00945-0, de autoria do Constituinte Adroaldo Streck), neste texto:

Art. "Os projetos de Reforma Agrária e colonização de terras, em áreas superiores a 20.000 ha, serão executados por intermédio de cooperativas de produtores, com suporte no Crédito Fundiário e utilização da infraestrutura humana e material das Forças Armadas, durante o período de sua implantação".

e) Finalmente, o Deputado Federal Constituinte Antônio Brito oferece destaque da Emenda Popular do Cooperativismo (Emenda PE 00025-3).

Resta, agora, aos cooperativistas usar suas energias e inteligência para convencer ao menos 280 Constituintes a votarem a favor das nossas propostas. Alcançado isto, o cooperativismo terá muito progredido em sua história.

**Vergílio Périus**, Assessor Parlamentar da OCB.

#### FRENTE PARLAMENTAR COOPERATIVISTA

SENADORES: Virgílio Távora – Cid Sabóia de Carvalho – Mauro Benevides – Meira Filho – Maurício Corrêa – Mansueto de Lavor – Edison Lobão – Guilherme Gracindo Palmeira – Divaldo Suruagy – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Mauro Borges – Wilson Barbosa Martins – Rachid Saldanha Derzi – Almir Gabriel – Jarbas Passarinho – Leite Chaves – Affonso Camargo – José Picha – José Fogaça – Carlos Alberto Chiarelli – José Paulo Bisol – Ivan Bonato – Nelson Wedekin – Dirceu Carneiro – Alfredo José de Campos Melo – Itamar Franco – Ronan Tito – Raimundo Lira – José Ignácio Ferreira – Gerson Camata – João Calmon – Márcio Lacerda.

DEPUTADOS FEDERAIS: José Lins Albuquerque – Osmundo Rebouças – Moysés Pimentel – Raimundo Bezerra – Aécio de Borba – Lúcio Alcântara – Ubiratan Diniz Aguiar – Paes de Andrade – Expedito Machado – Gidel Dantas – Bezerra de Mello – Antonio da Conceição Costa Ferreira – Albérico de França Ferreira Filho – Antônio Pinheiro Gaspar – Eliézer Moreira

Filho – José de Souza Teixeira – José Sarney Costa Filho – José Costa – Antonio Ferreira – Geraldo Bulhões – Albérico Cordeiro – José Thomaz Nonô – Renan Calheiros – José Freire – Aldo Arantes – Antônio de Jesus Dias – Délio Braz – Fernando Cunha Júnior – João Natal – Lúcia Vânia – Abrão Costa – Luiz Alberto Maguito Vilela – Luiz Soyer – Mauro Miranda – Naphtali Alves de Araújo – Nion Albernaz – Paulo Roberto Cunha – Pedro Canedo – Roberto Egídeo Balestra – Siqueira Campos – Jalles Fontoura de Siqueira – Jonas Pinheiro da Silva – Percival Muniz – Joaquim Sucena – Ruben Figueiró – Saulo Carda Queiróz – Carlos Vinagre – Eliel Rodrigues – Ademir Andrade.

#### O SR. GERSON PERES (PDS – PA.

**Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por diversos processos, grupos religiosos, destacadamente um dos segmentos da Igreja Católica a que pertencem, não estão procedendo democraticamente em relação aos Constituintes. Estão até mesmo violando os preceitos evangélicos que determinam o entendimento, o amor, a fraternidade, a caridade e a verdade. Esses grupos pressionam os Parlamentares, por meio de correspondência, a fim de obter a modificação das suas idéias quanto a determinada matéria; investem contra os Parlamentares na imprensa; utilizam os púlpitos da evangelização para denegrir a reputação de Constituintes. E, pior, muitas vezes mentem, talvez por falta de informação. Além disso, criaram na Constituinte um grupo de patrulhadores do nosso comportamento, que lhes fornecem informações distorcidas, nas quais acreditam, e partem para a ofensiva injuriosa, afirmando até, muitas vezes, que votamos contra determinada matéria, quando, na verdade, demos o nosso voto favorável a ela. E este não parece ser o comportamento adequado às grandes lideranças da Igreja Católica no Brasil.

Desta tribuna, portanto, com todo respeito que tributo a esses homens, com a minha palavra modesta e humilde de cristão, recomendo-lhes mais prudência nas atitudes quando receberem informações da Constituinte. Que procurem os Anais, que são documentos oficiais, e leiam, com atenção, os pronunciamentos. Finalmente, que cerquem de seriedade e responsabilidade suas posições, sobretudo quando fizerem afirmações contra os Parlamentares, pois a liberdade de pensamento é inerente à natureza humana, um dom que Deus deu ao homem e deve ser respeitado.

Como cristão faço este apelo, para que todos possam um dia habitar a Cidade Santa, onde a língua da mentira desaparece com a luz da verdade.

Teço estas considerações genéricas sobre este tema, mas oportunamente pretendo voltar à tribuna para analisar dados concretos, a fim de que os líderes religiosos meditem sobre o assunto e verifiquem que talvez haja infiltração de elementos estranhos aos princípios da Igreja que estejam criando problemas graves, com desprestígio para nossa instituição. Daí por que apelo a todos esses líderes religiosos, destacadamente aos da igreja Católica, para que revejam suas críticas aos Parlamentares e sejam mais comedidos, mais justos e procurem divulgar a verdade, abandonando o engodo e a mentira para impressionar a comunidade cristã e dirigi-la contra nós.

Estas são as minhas palavras, Sr. Presidente, ante o que estamos lendo nos jornais e verificando, através de correspondência, o que fazem esses líderes contra os Parlamentares.

#### O SR. VIRGILDÁSIO DE SENHA

**(PMDB – BA. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna para sublinhar aquilo que, no meu entendimento, parece fundamental no instante em que a Assembléia Nacional Constituinte, como um astro que entra em alongamento, chega aos instantes definitivos para a elaboração do nosso pacto constitucional. Tem passado à imprensa alguns comentários mais desavisados, inclusive de alguns Parlamentares, de que a votação de ontem se reportou exclusivamente à forma, isto é, não envolveu matéria substantiva.

Quero deixar assinalado nos Anais desta Casa o nosso entendimento a respeito deste assunto. Parece-me que a votação do primeiro dia da última fase da Assembléia Nacional Constituinte refletiu a maturidade com que começamos a enfrentar a questão da democracia no Brasil. O problema da participação popular não é apenas o da representação. Tem que haver na participação efetiva, que mude a qualidade da democracia no Brasil: uma democracia meramente farisaica mentirosa, colocada numa estufa, que é Brasília, para uma democracia vitalizada pela presença do povo na sua capacidade de deliberar.

Estas, Sr. Presidente, é uma questão de absoluta importância, de fundo, de substância mesmo, que vai conduzir daqui para frente, pela decisão de ontem, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O Brasil não podia manter uma democracia tipo ocidental, avançada, pluralista, moderna na forma, mas terceiro-mundista no comportamento, excluindo a participação popular. Democracia é, antes e acima de tudo, uma relação entre governantes e governados, e não só o cumprimento de formalidades, de ritos que a legislação celebrou.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a votação de ontem me reanimou, porque vi que até o chamado "Centrão" se curvou à realidade de uma democracia que tem a cor, a representação e a participação do povo, que pode, a cada instante, como ocorre nas democracias modernas do mundo ocidental, intervir e mudar os rumos. Se tivéssemos em mente, o instituto americano do **recall**, por exemplo, segundo o qual a soberania permanecendo no povo torna-o capaz, no instante em que julgar necessário, de cassar mandatos antes concedidos, não teria o "Centrão" cortado do Projeto de Constituição a participação popular. Os referendos, enfim, todas as formas de consulta direta à fonte soberana de mandato foram ontem resgatadas. E isso me parece absolutamente essencial, importante e fundamental que fique registrado.

#### A SRA. LÚCIA BRAGA (PFL – PB.

**Pronuncia o seguinte discurso.:** – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup>, e Srs. Constituintes, na hora em que a Assembléia Nacional Constituinte entra na sua fase final, da votação em plenário, gostaríamos de alertar os colegas Constituintes, em face da nossa grande responsabilidade como representantes do povo, em relação ao resgate da nossa dívida social para com cerca de quarenta milhões de brasileiros que

não têm o mínimo de condições para uma existência digna.

Falta-lhes tudo, emprego (vivem ou sobrevivem de subempregos), moradia, acesso aos programas de saúde e de educação, bem como o respeito às suas organizações, às suas reivindicações, à sua luta comunitária.

É preciso assumirmos o social nesta Assembléia Nacional Constituinte, cada um de nós, independentemente de partidos ou dos grupos que se formaram nesta Casa.

É preciso assumirmos o social, votando favoravelmente às emendas que reflitam essa prioridade.

Dentre elas, enfatizamos a questão da moradia, chamando a atenção deste Plenário para destaque de nossa autoria, que disciplina como obrigação do Governo a implantação de programas de construção de moradias, prioritariamente nas áreas de pobreza absoluta.

Sim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, em nosso País temos um déficit em torno de doze milhões de unidades habitacionais.

São os que moram nos alagados, nas palafitas, nos casebres de palha, em condições subumanas, e que esperam da nossa atuação na Assembléia Nacional Constituinte consignando na Lei Maior a obrigação do Governo de implantar programas habitacionais nas áreas de pobreza absoluta, melhoria da sua qualidade de vida.

É preciso que nós, Constituintes, investidos do mandato que nos foi outorgado pelo povo brasileiro, saibamos honrar este compromisso para com as populações que vivem em estado de pobreza absoluta.

E o nosso Compromisso não termina aí. É necessário que cada um de nós assuma intrinsecamente a verdade do povo, a verdade que está contida nas suas reivindicações, nas suas aspirações, nas suas organizações.

Lamentavelmente — queremos registrar aqui — assomam a esta tribuna vozes que não se qualificam diante do povo brasileiro, na hora em que encaram depreciativamente os movimentos populares.

É o caso do colega Constituinte Edivaldo Motta, da bancada paraibana do PMDB, que considerou no seu infeliz discurso do dia 27 do corrente mês, uma caminhada pacífica de cerca de dois mil moradores de favelas de João Pessoa, que reivindicavam do Governador moradia e melhoria habitacional, uma horda de baderneiros, que desejavam invadir o Palácio da redenção e promover desordens.

O nobre Parlamentar fala pelo gosto de deturpar a verdade, trazendo uma versão tendenciosa dos fatos.

Falamos porque estávamos presente aos acontecimentos, convocada que fomos pelo povo para apoiar o movimento reivindicatório das comunidades periféricas.

Políticos de todos os partidos foram convidados a participar da caminhada. Membros do PT estavam lá. Estava lá também o Frei Marcelino, com o seu idealismo e vibração pela causa do povo.

Mas o Deputado Edivaldo Motta não estava presente. Preferiu distorcer os fatos com o seu jeito costumeiro de agradar os poderosos do dia.

Foi assim que negou a provocação do aborto na comunitária Vanda pelos cassetes dos policiais.

Foi assim que omitiu ainda outros fatos:

1º) as agressões que sofremos da polícia, num desrespeito à nossa imunidade parlamentar, fato que já comunicamos oficialmente ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; Deputado Ulysses Guimarães, para que sejam tomadas as providências que a gravidade do fato requer;

2º) a morte da líder comunitária Terezinha de Lima Ferreira, esposa do Presidente da Federação das Favelas da Paraíba, Aristeu Ulysses, horas após haver sofrido pancadas da Polícia Estadual, quando, sob forte tensão emocional, foi vitimada por um enfarte.

Fatos como estes não podem ser omitidos e temos o dever de registrá-los no único espaço que nos resta, esta tribuna, a bem da verdade e do nosso forte compromisso com o povo, do qual não recuaremos, sejam quais forem as agressões, ameaças e calúnias por parte dos inimigos do povo.

O nobre Parlamentar perdeu, assim, uma grande oportunidade de ficar calado, pois no seu pronunciamento se desgastou diante do povo das periferias, ao qual se referiu com tanto desprezo e com tanto desrespeito para com sua organização e sua luta justa e pacífica.

As calúnias do nobre Deputado não nos atingem. Os que nos conhecem sabem que os nossos métodos políticos não são tortuosos nem fisiológicos. Sabem também da nossa identificação com a causa do povo.

Fica aqui o apelo inicial do nosso pronunciamento aos colegas Constituintes para que assumamos o social nesta votação plenária e o registro final de repúdio às palavras inconsistentes do Deputado Edivaldo Motta, para que o povo brasileiro conheça a linguagem e o posicionamento daqueles que preferem trair as causas populares escolhendo o caminho mais fácil para a obtenção das benesses governamentais — o caminho do servilismo.

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA**

**(PMDB — PE. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a representação política com assento nesta Casa deve desculpas ao povo brasileiro. Assistimos ontem a uma agressão a todos os telespectadores, e por culpa desta Casa porque tramitou no Congresso Nacional um projeto que poderia ter evitado o ocorrido. O pior é que essa agressão provocou um ato de desobediência civil. A Rádio Jornal do Brasil se recusou a retransmitir o programa, mostrando que, no nosso País, quando a lei não tem legitimidade, a sociedade a rejeita. Já temos um precedente em Alagoas, onde o Governador fala na diferença entre a legalidade e a legitimidade. Ontem ocorreu essa ação da Rádio Jornal do Brasil, que se recusou a cumprir determinação legal, por ser ela ilegítima. Não é correto que se queira impingir à opinião pública brasileira programas de baixo nível como o que foi apresentado ontem. A atitude tomada pela Rádio Jornal do Brasil deve levar esta Casa a refletir melhor sobre o assunto e a entender que temos, daqui por diante, de fazer não apenas leis que obedeçam a um formalismo legal, mas que tenham legitimidade e que possam ser aceitas pela sociedade brasileira.

Temos obrigação de colocar um basta e um ponto final nesse festival de besteiras em que se

estão transformando os programas político-partidários na televisão brasileira. A intenção do legislador foi permitir que os partidos realmente representativos pudessem utilizar os meios de comunicação para divulgar suas propostas e programas.

O que vimos ontem não foi a divulgação de nenhum programa, mas, repetimos, uma agressão à opinião pública. É necessário que esta Casa aprove o quanto antes o projeto que vem do Senado Federal, que elimina da televisão brasileira partidos cartoriais, sem nenhuma representatividade e que servem apenas para agredir a opinião pública brasileira.

**O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.):** — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o Governo, durante o dia de ontem baixou mais um pseudopacote de medidas econômicas e mais uma vez tenta iludir a opinião pública — no momento em

atitude de refluxo em relação ao Governo — com a tática publicitária de ganhar tempo.

Vamos recordar. Em agosto de 1985, essa tática começou com a troca de Ministros; em fevereiro de 1986, com o Cruzado; em julho de 1986, como "Cruzadinho"; em novembro de 1986, com o "Cruzadão"; em fevereiro de 1987, com a moratória; em maio de 1987, com troca de Ministros; em julho de 1987, com o Plano Bresser, em outubro de 1987, com a reforma ministerial e, agora, com esse pseudopacote de austeridade. O Governo anuncia, a extinção por decreto do Executivo, de quarenta mil cargos, o bloqueio de contratações, até o fim dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e a redução de despesas de custeio em cerca de 5% do global. Por que essa extinção de cargos não foi feita por lei? O que impediria o Governo, no futuro, por decreto, de repor esses cargos? Por que deixou em aberto a possibilidade de contratar em condições extraordinárias? Por que não fechou essa possibilidade, obrigando a si próprio, por decreto, a aprovar cada nomeação extraordinária?

É claro que tudo isso é feito porque as medidas não são para valer. O único efeito positivo do pacote é mais uma tentativa de desmoralização do setor público, das estatais e dos seus servidores. Isso nada tem a ver com austeridade.

Quanto o "Centrão" custou ao Governo até agora? Se tomarmos por base o preço de uma FM ou equivalente em encargos, obras, financiamentos etc., o Governo já teria dispendido pelo menos 1 bilhão de cruzados.

Na verdade, o Governo tenta iludir a opinião pública com mais esse pacote infeliz e, paralelamente, anuncia medidas que aumentam as suas despesas.

Queremos lembrar a recente resolução tomada pelo Conselho Monetário Nacional que permite aos bancos retirar do compulsório recursos para comprar debêntures de grandes empresas em situação difícil. Só esse pacote deve estar custando, hoje, ao Banco Central 25 bilhões de cruzados. Há ainda o recente empréstimo concedido a uma empresa diretamente ligada ao Palácio do Planalto e que custou ao BNDES 10 bilhões de dólares. Pior do que tudo isso, Sr. Presidente, o Ministro da Fazenda anuncia, no mesmo dia, que os juros continuaram altos e positivos. Como todo o mercado privado de títulos opera com correção monetária e, portanto, todos os seus juros são,

por definição, positivos, ele deve estar falando dos juros dos títulos públicos ou do mercado aberto.

Queremos lembrar, também, Sr. Presidente, que o serviço completo da dívida pública alcança, por ano, 25% do PIB e que 1% do aumento de juros custará ao Erário 1,5 bilhão de dólares ou 150 bilhões de cruzados.

Na verdade, o que o Governo quer é lançar uma cortina de fumaça em cima da crise de credibilidade que enfrenta, criando uma inércia em torno de expectativas para tentar vencer a discussão pelo mandato do Presidente da República. Acreditamos que não há política econômica exequível sem que se restabeleça a autoridade política, a autoridade legítima. Não há como fugir às eleições diretas imediatamente após a promulgação da Constituinte. A alternativa, Sr. Presidente, é o caos.

Muito obrigado.

**O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, gostaríamos de registrar a nossa admiração e incentivo pela linha de compromisso para com os pobres e oprimidos adotada pelo CNBB, e enaltecer, com particular ênfase, desempenho dos líderes religiosos envolvidos com a causa dos oprimidos, popularmente reconhecidos como os militantes das comunidades eclesiais de base da igreja popular, pelo seu apoio a esta Assembléia Nacional Constituinte e pelas denúncias das propostas do "Centrão" favoráveis às oligarquias e à abertura da nossa Pátria ao capital multinacional.

De outra forma não poderia ser, principalmente quando vemos os meios de comunicação de massa em grande parte comprometidos com esse interesse.

A voz da Igreja popular é a única que, no dia-a-dia, pelo seu testemunho sacrifício e martírio, em tantos casos, tem ficado eficazmente em torno da esperança para os oprimidos.

A verdade é que cada Pilatos tem o Herodes que merece.

O Presidente José Sarney, ao simular humildade e acatamento às decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte em torno da duração de seu mandato, faz-se no máximo o Pilatos que lava as mãos para centralizar na figura do serviçal Herodes, hoje transvestido de Ministro da Habitação e com o nome de Prisco Viana, a picaretagem de boicote, perseguição cretina e caça aos "inimigos", rótulo que dão a todos os Constituintes que assumiram o compromisso, por fidelidade ao povo e ao legado de Tancredo Neves, de votar por quatro anos o mandato de Sarney.

Especialista em alcagüetar o poder, de beija-pé de Maluf, o Sr. Viana evoluiu para a condição de beija-pé de Sarney, renegando o seu aliado de ontem.

O Sr. Viana não tem, em absoluto, o menor escrúpulo em negar os recursos mais legítimos e sagrados às causas mais justas e nobres de nossas comunas carentes, sem que antes seja passado pelo crivo de uma "conversa política" o Constituinte que representa eleitoralmente o Município, para induzi-lo à capitulação imposta por não mais que os egocêntricos caprichos cincoanistas de Sarney.

"Administrar é premiar a subserviência", eis a grande diretriz do Governo da transição, que se

faz de surdo ao clamor de um povo que de todos os quadrantes do País quer a substituição urgentíssima do governo da mediocridade.

"Tudo pelos cinco anos" – essa é a verdade que se esconde sob a hipócrita roupagem sarneysta do "tudo pelo social". De nada importam os meios utilizados pelo Viana justiceiro de Sarney, obcecado que está por não mais que introjetar doze meses de esterilidade ao governo antipovo de Sarney e repudiado por todas as pesquisas de opinião do País.

"O rei está nu" e, o que é pior, bajulado por seus cortesãos. Só ele é que insiste teimosamente em não enxergar a anatomia em colapso que a Nação inteira vê.

**O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, quando nesta Casa alguém postula descontar nos subsídios dos Deputados as faltas havidas durante o mês, quando o povo comparece às galerias e a Presidência alega que isto perturba os trabalhos, quando de alguma forma atenta-se contra a moral ou o decoro parlamentar, fere-se o Regimento Interno. Há quase dois meses, quando ia usar o microfone para levantar uma questão de ordem, fui agredido por um Constituinte que eu não conhecia e que pela imprensa vim a saber seu nome: Gilson Machado, usineiro de Pernambuco. Até hoje a Presidência da Casa ainda não me deu notícia do que acontece quanto à apuração deste fato. Já vamos para quase sessenta dias, pois parece que isto aconteceu no dia 3 de dezembro, data da instalação do "Centrão".

Quero cobrar da Presidência, em nome do decoro, das galerias vazias, porque perturbam a Casa, dos que recebem e não comparecem aqui, em nome da moral, integridade física de todos os Constituintes, o que foi feito até agora. A Comissão instituída por V. Ex.<sup>a</sup> tem prazo ou será preciso dar um soco no olho do Constituinte Gilson Machado – talvez procurá-lo, porque não o conheço para que tomem providências?

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Nobre Constituinte Juarez Antunes, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, presidida pelo insigne Deputado Ulysses Guimarães, tem-se preocupado e muito, em preservar a segurança e a normalidade dos nossos trabalhos. Não raras vezes temos recebido críticas pela rigidez com que se tem agido no sentido de manter uma estrutura de segurança capaz de garantir o funcionamento dos nossos trabalhos e, sobretudo, a integridade pessoal dos Srs. Constituintes e daqueles que se encontram nas galerias.

No caso específico de V. Ex.<sup>a</sup>, quando da ocorrência daquele fato em plenário entre V. Ex.<sup>a</sup> e o nobre Constituinte Gilson Machado, a Mesa, através do seu Vice-Presidente e Corregedor da Segurança, de imediato adotou as providências cabíveis e constituiu uma Comissão de Sindicância para apurar os fatos. Esta Comissão está integrada por Constituintes do mesmo grau de V. Ex.<sup>a</sup> e a ela compete o dever e a missão de apurar os fatos e apresentar o relatório. O relatório que está com a Corregedoria será levado à deliberação da Mesa. E somente após a manifestação do colegiado é que será dado conhecimento a V. Ex.<sup>a</sup> e à Mesa. Logo, não procede a alegação da falta de tomada de providências. E esclareço mais. Recebida uma representação de vários parlamen-

tares, relatando o fato relacionado com o episódio, fiz encaminhá-la no mesmo dia à douta consideração dessa Comissão. **Data venia** do respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, não cabe à Corregedoria policiar a atividade de uma Comissão que, acima de tudo, está consciente do dever que tem a cumprir. É a informação que tenho a dar a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. JUAREZ ANTUNES:** – Não se trata de policiamento. Queria apenas saber se V. Ex.<sup>a</sup> estabeleceu prazo para a Comissão. Ele pode ser maior ou menor, a critério de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):** – Não estabeleci prazo. Todavia, vou contactar com a Comissão para solicitar que agilize os trabalhos, já que V. Ex.<sup>a</sup> está empenhado numa solução imediata, o que me parece, de certo modo, justo.

**O SR. ERICO PEGORARO – (PFL – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o orador que me antecedeu na tribuna, o nobre Constituinte Tadeu França, teceu considerações pouco elogiosas ao nosso colega, hoje Ministro do Ministério do Desenvolvimento Urbano, MDU. Tal comportamento não condiz com a postura que deve haver entre colegas.

Quando se dirige, principalmente a um colega Constituinte, o mesmo respeito que o Deputado Juarez Antunes solicita que lhe seja dado pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, ou seja a atenção, o respeito pessoal, ético e moral, é o que se deve exigir, inclusive daqueles que usam este microfone para fazer declarações pouco elogiosas aos Ministros da República. E ainda mais tratando-se de um Ministro que ocupou, há bem pouco tempo, uma cadeira nesta Casa, e que, numa visão de valorização do Parlamento, foi chamado pelo Sr. Presidente da República para ocupar um pasta de Ministro do Governo da União.

O que está fazendo o MDU – Ministério do Desenvolvimento Urbano hoje? Está atendendo aos prefeitos, aos Governadores, aos Deputados Estaduais, aos Vereadores, aos Deputados, aos Senadores Constituintes de uma forma harmoniosa de entendimento ético, de perspectiva moral e de visão.

O pessoal de esquerda entende ser bom o que atende aos seus interesses. É uma visão curta de óculos de fundo de garrafa de que não enxerga além das suas janelas. Porque é bom que se chegue à presença do Ministro e lhe diga: V. Ex.<sup>a</sup> é um traidor, V. Ex.<sup>a</sup> é um comunista, ou V. Ex.<sup>a</sup> é um direitista. Que não se use subterfúgios. Quando se diz o que se quer, ouve-se o que não se quer. E o respeito a esta Casa exige que se ouça.

Ouvi com atenção, com todo respeito e admiração que tenho pelo Constituinte Tadeu França as suas palavras. Mas solicito a S. Ex.<sup>a</sup> que, quando se dirigir a um Deputado Constituinte, colega seu, pelo menos use a ética parlamentar, a cordialidade, o entendimento, para que, inclusive, não tenhamos a repetição de atos como os dos Constituintes Gilson Machado e Juarez Antunes, para que a Mesa não tenha que desviar a atenção dada aos trabalhos e constituir uma Comissão de averiguação de agressões físicas.

No sentido de colaborar com V. Ex.<sup>a</sup>, solicito que o procedimento dos Srs. Constituintes seja mais ético, de melhor postura, para que tenha-

mos, no final da Constituinte, um trabalho de entendimento e possa a futura Carta Constitucional espelhar a realidade dos brasis que existem dentro do nosso País. É esse entendimento, é essa palavra de ação que devemos ter, todos nós, Deputados e Senadores Constituintes, para que se renove a esperança entre os brasileiros e para que tenhamos de fato entre nós justiça social. Não numa visão esquerdizante, socializante, mas numa visão que atenda à realidade do Brasil de hoje.

**O SR. AMAURI MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, ninguém faz história de costas para o povo. Ontem; 166 Constituintes perderam a histórica oportunidade de escrever um texto constitucional em absoluta consonância com o pensamento e aspirações da sociedade brasileira.

A emenda rejeitada, de autoria da ilustre e operosa Constituinte Benedita da Silva, prevendo o rompimento de relações diplomáticas com países que adotam políticas oficiais de discriminação racial, foi inquestionavelmente a oportunidade que esta Casa teve de inscrever na futura Constituição um dispositivo que certamente faria história.

Sr. Presidente, não podemos aceitar que o ódio e a intolerância continuem sendo a marca registrada de nações que oprimem, humilham e degradam os direitos humanos. Não é apenas o **apartheid** uma nódua, uma chaga infamante que compromete seriamente os foros de nação civilizada na África do Sul. Discriminam-se também os palestinos, despojados de suas terras, numa guerra patrocinada pelo imperialismo norte-americano e que hoje vegetam tristemente cercados por um aparato militar descomunal, num flagrante e intolerável desrespeito aos direitos humanos. Por isso, gostaria aqui de registrar minha tristeza pelo que aconteceu ontem. Se tivéssemos aprovado esse dispositivo, certamente o Brasil se colocaria como vanguarda das nações que lutam para que os direitos humanos sejam integralmente respeitados. Isto, infelizmente, não aconteceu. Mas, de qualquer forma, a luta continua. Chegará o dia em que este País, cujas raízes estão plantadas África, haverá de se dirigir sentindo de uma política externa sadia e inteligente, inteiramente devotada àqueles que lutam para que o cidadão possa exercer plenamente os seus direitos.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção do ilustre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, para o fato de que o projeto de lei de autoria do Senador Affonso Camargo; que pretende impedir o acesso ao rádio e à televisão de partidos políticos fictícios, de siglas de aluguel, de partidos meramente cartoriais, não corresponde àquilo que o legislador precisa elaborar para fazer uma lei capaz de impedir que espetáculos degradantes, agressões e violências como o programa de ontem aconteçam novamente.

Estamos atentos para isso e vamos aperfeiçoar este dispositivo, a fim de que a lei – aí sim – impeça que qualquer picareta da política nacional qualquer malandro transvestido de político – venha agredir os lares brasileiros com programas insólitos e inaceitáveis como o de ontem.

Na terça-feira, as lideranças partidárias estarão reunidas para elaborar o substitutivo que aperfeiçoará esse projeto, sabidamente falho e com imperfeições.

Dadas as freqüentes advertências de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, eu, que penso não ter ocupado ainda o meu tempo, encerro meu pronunciamento, voltando ao tema do rompimento de relações diplomáticas com Países que desrespeitam os direitos humanos e fazem discriminação racial. Se a voz do povo é a voz de Deus, quando o povo não fala, Deus fica mudo. E ontem, Deus emudeceu diante da covardia da Assembléia Nacional Constituinte.

*Durante o discurso do Sr. Amaury Müller o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Tem a palavra o Sr. Vasco Alves. (Pausa)

**O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, temos assistido com a mesma perplexidade de toda a Nação brasileira a esta sucessão de escândalos envolvendo figuras dos altos escalões do Governo, que o transformaram neste mar de lama que estarece e envergonha o País, sem que nenhum dos culpados sofra qualquer tipo de punição que, ao menos, inibisse sua repetição. Agora mesmo nos chega ao conhecimento, através de telex assinado pelos Presidentes do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Espírito Santo e Sindicato dos Motoristas em Guindastes nos Portos do Espírito Santo, que mais um escândalo se encontra em curso, desta vez em meu próprio Município de Vila Velha, no Espírito Santo, onde se pretende entregar o cais de Paul, que integra o complexo portuário de Vila Velha, à iniciativa privada de Goiás e Minas Gerais. Este cais, bem como o complexo portuário de Vila Velha, cujo projeto de ampliação se encontra concluído, aguardando recursos para execução, pertencem à Companhia Docas do Espírito Santo, empresa do sistema Portobrás, aos portuários e ao povo do Espírito Santo.

É muito estranho, Sr. Presidente, que ao mesmo tempo em que planeja a ampliação do porto de Vila Velha, por força da contínua expansão de suas atividades ao longo dos últimos anos, pela necessidade crescente de ampliar a área para atracação de navios, se dedica também ao inverso, ou seja, a privatização de um dos primeiros e mais importantes cais de atracação construídos no Estado, à revelia das entidades representativas dos portuários capixabas.

E não apenas à revelia dos portuários, Sr. Presidente, mas também à revelia do próprio Município, sobretudo quando se sabe que Vila Velha tem desde o dia 1º deste mês um novo Prefeito escolhido em eleição democrática, além de sua Câmara Municipal e do seu Conselho Comunitário, que obrigatoriamente devem ser ouvidos sobre uma questão de tal magnitude.

Outro fato que nos causa estranheza é que o cais de Paul tem estado durante vários anos sob concessão da Usiminas, concessão esta que está vencida desde junho de 1986, e, decorrido mais de um ano e meio, a Companhia Docas do Espírito Santo ainda não tomou posse do local, caracterizando uma omissão inaceitável, que só corrobora a denúncia de que há interesses inescrupulosos e espúrios em andamento objetivando

entregar a área ao exclusivo interesse particular de terceiros, deixando, portanto, de se constituir em patrimônio do povo, para a geração de riquezas que se revertam em seu benefício.

Fazemos desta tribuna um apelo ao Governo Federal para que determine à Codesa reassumir a posse do cais de Paul, fazendo-o operar normalmente em suas funções específicas de contribuir para o progresso do Espírito Santo, em vez de entregá-lo aos interesses de grupos que nem sempre se coadunam com os interesses da maioria da população. É lamentável que o Governo do Estado até agora esteja omissivo e não tenha se manifestado sobre tão importante questão, e esperamos que, depois desse alerta, através de seus órgãos competentes, as autoridades se pronunciem com firmeza e veemência, somando sua voz na defesa dos interesses dos portuários e do povo capixaba.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Vasco Alves, o Sr. Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Cristina Tavares.

Antes de S. Ex.<sup>a</sup> se pronunciar, porém, quero dizer da nossa alegria – e estou certo de que falo por toda a Casa e pela Nação – ao vê-la forte, bonita e restituída aos nossos trabalhos. Que Deus a ajude! (Palmas prolongadas.)

**A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Sem revisão da oradora):** – Muito obrigada, Sr. Presidente e Companheiros Constituintes.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que subo a esta tribuna emocionada. De acordo com meu temperamento, estava muito brava, mas agora estou emocionada.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quero fazer um comentário sobre a decisão do Conin a respeito de matéria da maior relevância para o futuro deste País, de um país que tem um caminho assegurado, de um país que tem um limite que ultrapassará para inserir-se na economia da inteligência, na economia do século XXI, na economia pós-industrial. A decisão daquele conselho mata o esforço da inteligência e da engenharia brasileira, de tudo o que se fez neste País e ainda é incipiente em matéria de **software**.

Reunidos, os Ministros da Nova República tomaram uma decisão que contraria inclusive aquilo que este Congresso votou mediante negociações com todos os partidos políticos.

Vejo respondendo pela Liderança neste momento o constituinte que foi o Relator do projeto do **software** e que sobre ele se debruçou no Senado da República durante semanas de negociações.

O Presidente da República, José Sarney, desconsiderando uma decisão soberana desta Casa, não apenas veta o projeto, mas, com os seus Ministros reunidos, destitui o sentido da proposição, que era o de, nada mais, nada menos, capacitar este País para que nos possamos inserir entre aqueles países que escreveram a economia inteligente do século XXI.

O que é grave, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, é que, poucas semanas antes da decisão do Conin, lendo o jornal **The New York Times**, dos Estados Unidos, deparei com comentário que antecipava essa decisão do Governo brasileiro. O que se inferia daquele comentário era que o Brasil, como colônia tecnológica, deveria pagar tributo à sua matriz. Portanto, a lei do **software**, que este Congresso votou, na Câmara e no Senado, seria desrespeitada pelo Conin.

O momento que atravessamos é difícil. Há toda uma conspiração internacional para demonstrar que o Brasil não tem capacitação<sup>2</sup>, que seu povo e sua engenharia não podem ser inseridos entre as economias avançadas. Joga-se sobre nosso povo, nossa Nação, e este Congresso as vantagens comparativas. A partir de agora, o Brasil pode exportar sapato e laranja sem sobretaxa para os Estados Unidos, mas não pode fazer computador nem treinar de acordo com a lei do **software**.

Isto me parece, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, uma decisão impatriótica. Para conhecimento daqueles que estão fazendo a Constituição brasileira, é da nossa responsabilidade e agir com altivez a esta decisão, à qual estiveram presentes alguns dos homens mais importantes desta Nova República, ou desta **cosa nostra**. Inclusive, digo com muita tristeza, quase com abatimento, que presente à reunião estava o Ministro da Ciência e Tecnologia, nosso companheiro Deputado Luiz Henrique.

Fazendo esta denúncia, não quero apenas inserir nos Anais da Assembléia Constituinte esta grave e impatriótica decisão do Governo do Presidente José Sarney, mas conchamar os homens e mulheres, que estão com a legitimidade de escrever a nova Carta constitucional, para que possamos agir no sentido de retomar o Brasil àquilo que é nossa vocação histórica: país líder do século XXI.

Agradeço a V. Ex.<sup>as</sup> a manifestação de solidariedade. Tentarei ser tão ativa quanto merecem esta Casa e este povo. (Palmas.)

**O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS - SP. Pronuncia o seguinte discurso):** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna para reverenciar e prestar as merecidas homenagens póstumas a essa figura de sacerdote e de homem extraordinário que foi o Cônego Domênico Rangoni, que deixou esta vida no dia 8 de novembro passada.

O Estado de São Paulo, a Diocese de Santos e, de modo especial, Guarujá e Vicente de Carvalho sentem profundamente sua morte, pois a lacuna por ele deixada é irreversível.

Sacerdote devotado às coisas da Igreja e à solução dos problemas sociais, sua ausência representa dolorosa e grande perda para a sociedade paulista e a comunidade do Guarujá, alvos de seu intenso trabalho.

Tendo nascido na Itália em 1º de março de 1915, na Província de Bolonha, ordenou-se sacerdote em Turim, em 1938. Veio, então, o Cônego Domênico Rangoni para o Brasil, onde, a partir de 6 de março de 1954, passou a ocupar o cargo de Vigário da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima e Santo Amaro, no Município de Guarujá, cidade do litoral paulista, cargo esse que exerceu até 1976.

Um dos pontos altos de seu apostolado foi a inauguração da Matriz de Guarujá, construída nos dois primeiros anos de seu ministério, oportunidade em que recebeu o título de Cônego.

Logo em seguida, passou a dedicar-se à construção do Salão Paroquial e da Residência do Vigário, da Capela de Cristo Rei, na Praia de Pernambuco, da Capela de São Pedro e São Paulo, na Praia da Enseada, da melhoria da Capela de Vicente de Carvalho e da instalação dessa paróquia.

Uma vez estruturado o trabalho de atendimento às almas, passou ao atendimento social. Com auxílio das autoridades e da comunidade mais bem situada, construiu, no Guarujá, onde sequer existia um pronto-socorro, um qualificado hospital, hoje considerado modelo e o melhor do litoral paulista.

Dom Domênico construiu, ainda, a Creche "Ninho Maternal", com capacidade para 300 crianças, em regime de semi-internato, com assistência alimentar, educacional, recreativa e sanitária inteiramente gratuitas. A Creche também presta assistência às mães, oferecendo-lhes oportunidade de trabalho.

O título de Cidadão Guarujense, que lhe foi concedido em 1962, se deveu a seu empenho na construção da Maternidade local, dotada de 100 leitos, e que depois foi transformada em Hospital Geral, com capacidade para 400 leitos, cujo atendimento é inteiramente gratuito para os carentes. Também o clero da Diocese de Santos é ali atendido graciosamente.

A construção do Posto Médico-Social da Praia de Pernambuco também foi iniciativa do Cônego Rangoni, que, no campo educacional, realizou verdadeira proeza, com a fundação do Centro Educacional Dom Domênico, onde funcionam: Centro Comunitário Cultural, Biblioteca Pública Cultural, Escola de Educação Infantil de 1º e 2º Graus e Faculdades de Educação, Pedagogia, Letras, Estudos Sociais, História e Geografia, Enfermagem e Obstetrícia, Fisioterapia e Nutrição, com cerca de dois mil alunos, em três períodos.

Conseguiu, ainda, do Governo do Estado de São Paulo, a doação de um prédio onde foi instalado o Centro Comunitário João Paulo II em uma das maiores favelas do bairro do Pae Cará, em Vicente de Carvalho. Esse centro atende diariamente acerca de três mil pessoas, nas áreas de educação, saúde, profissionalização, recreação, esportes e lazer.

Temos que nos referir, também, ao Voluntariado de Assistência Social do Guarujá, criado por ele e constituído de um grupo de senhoras que se dedicam gratuitamente a trabalhos assistenciais no hospital local.

Ainda que possa parecer muito, Dom Domênico foi, também, durante 15 anos, Presidente do Mobral de Guarujá.

Essa intensa e benemérita atividade fez com que fosse agrado com um sem-número de comendas, medalhas e títulos, entre os quais citaria, só como ilustração, a Medalha do Mérito do Trabalho, concedida pela Câmara Municipal de Guarujá; a Medalha Paroquial de Caminha, do Instituto Geográfico, Histórico e Cultural, do mesmo nome, de São Paulo, e Medalha da Ordem do Mérito da Aeronáutica e o título de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga.

Temos certeza, todavia, de que entre todas as honrarias que recebeu durante a vida, aquela que o Cônego Rangoni mais prezava diz respeito aos elogios e Bênção Especial recebidos do Papa João Paulo II, após ter Sua Santidade tomado conhecimento das inumeráveis atividades e realizações desse sacerdote ímpar.

Como pessoa, Dom Domênico Rangoni caracterizava-se por uma excelente formação de caráter e extremo bom senso, que o levavam a abominar toda e qualquer espécie de discriminação ou luta de classe e a pregar a harmonia social.

Como prova de seus princípios igualitários, seu círculo de amigos ia desde o mais humilde operário de sua paróquia até os mais importantes empresários e figuras da sociedade paulista, que tratava com a mesma cortesia e atenção.

Para tanto empenho e dedicação, para tantas realizações, para esse ministro zeloso das coisas de Deus e dos homens, para esse homem probo, competente, generoso, que nos deixou a contribuição de toda uma vida de dedicação e trabalho, para esse exemplo de virtudes, voltam-se, neste momento, minha reverência e melhores homenagens.

Que a saudade que ficou em todos quantos tiveram o privilégio de conhecê-lo e privar de sua amizade se transforme em luz para seu espírito e frutifique nos corações que choram sua ausência, para que se possa dar continuidade à sua profícua e meritória ação nesta terra.

**O SR. SOTERO CUNHA (PDC - RJ. Pronuncia o seguinte discurso):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com muito orgulho que ocupamos esta tribuna para registrar o transcurso do aniversário da cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, Estado que temos a honra de representar nesta Casa.

Nova Iguaçu situa-se na Baixada Fluminense, porto à extremidade oriental da serra da Madureira.

A região começou a ser povoada na segunda metade do século XVI, com a distribuição das primeiras sesmarias e com o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar.

Originou-se a atual cidade de Nova Iguaçu de um dos engenhos estabelecidos na região, de Maxambomba, que era parada obrigatória para quem ia do Rio de Janeiro a Minas Gerais, surgindo no local o pequeno povoado.

Em 1858, com a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, a localidade prosperou, sendo elevada, em 1862, a freguesia. Em 1891, tornou-se sede do Município de Iguaçu e obteve foros de cidade, denominando-se, a partir de 1916, Nova Iguaçu.

A economia canavieira de Nova Iguaçu, das duas primeiras décadas, foi substituída pelo novo ciclo agrícola da laranja.

A população cresceu e vem crescendo rapidamente, o que teve início com as obras de saneamento básico realizadas a partir de 1963.

As atividades econômicas básicas do Município assentam-se nas indústrias de transformação, no comércio e nos serviços, produzindo, em larga escala, na área agrícola, mandioca, banana, laranja, cana-de-açúcar e batata doce.

Desejamos, desta forma, congratular-nos com o povo de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, manifestando nossa satisfação pelo ani-

versário da cidade, participando, também, da alegria dos iguaçuanos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Senhor Presidente, Srs. Constituintes, a propósito de polêmico projeto, originário do Senado, apoiado pelos partidos governistas e pelos grandes monopólios do rádio e da TV, que pretende dificultar ou impedir o acesso dos partidos políticos a programas gratuitos, se pronunciou o editorialista da "Folha de S. Paulo", Sr. Newton Rodrigues.

Por concordar inteiramente com sua argumentação, que tem sido a nossa, faço a leitura do artigo, publicado no dia 28 do corrente, para melhor conhecimento dos Congressistas e para seu registro no Legislativo.

Artigo a que faz referência o orador.

O PT, PC do B e PCB impediram que fosse aprovado o projeto pelo qual se reduz, pela metade, o tempo de horário gratuito dos partidos e se expulsa das transmissões qualquer organização, sem representantes no Congresso, fosse votado, ao se recusarem a participar de um acordo de lideranças.

Independentemente do que pretende o autor da proposta, Affonso Camargo; a lei que se quer passar a toque de caixa, será uma lei antidemocrática, favorável à concentração partidária e a beneficiar os donos das emissoras. É compreensível a necessidade de nova regulamentação que, entretanto, conserve o espírito da lei atual, expressa na possibilidade concedida a pequenos partidos de se dirigirem, pelo menos algumas vezes, ao grande público, em igualdade de condições com os grandes.

Quanto ao argumento de ter Marronzinho, do PSP, respondido a 30 processos, por calúnia e difamação, e possuir um jornal amarelo nada muda a questão. Que a Justiça o condene, se for o caso, sem deixar de fora das grades, também, outros de culpas mais graves, pois ladrões públicos.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, depois de mais um ano de seca, volta a chover no Ceará. Se é verdade que o início do inverno reacende a esperança no coração dos agricultores, as condições vigentes no crédito rural para a região nordestina inviabilizam de antemão qualquer possibilidade de que a normalidade das chuvas acarrete uma boa safra. A cobrança da correção monetária plena nas operações de crédito agrícola, em região comprovadamente de baixa produtividade, como a nordestina, torna impossível a contratação de empréstimos por parte dos proprietários rurais. Aliás, a questão é mais grave, pois estes não terão sequer como liquidar operações de crédito contratadas no passado observadas as normas bancárias em vigor. Trata-se, assim, de situação calamitosa que vai levar o setor à falência e conseqüente queda da produção de alimentos em região tradicionalmente importadora de produtos agrícolas e pecuários. O Governo, embora afirme estar estudando o assunto para dar-lhe solução, não parece dar-se conta da extensão do problema. Recentemente integrei um grupo de Parlamentares nordestinos que esteve com o Ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, para cobrar uma providência sua capaz de libertar

os produtores rurais nordestinos da angústia em que estão vivendo. Nunca as condições de crédito rural para o Nordeste foram, como agora, idênticas às de outras regiões mais prósperas. Por isto é que dizemos estarmos diante de uma verdadeira iniquidade praticada contra o Nordeste. E, o que é pior, justamente no momento em que o Presidente da República é um nordestino.

Espero que o esforço feito pelos representantes do Nordeste no Congresso Nacional não seja em vão. O Ministro nos prometeu uma solução dentro dos próximos dez dias. Ficou claro que não iremos aceitar passivamente medidas paliativas. A disposição é de luta para reverter essa constrangedora situação. Acredito que ainda reste ao Governo Federal um mínimo de sensibilidade suficiente para dar à matéria uma solução justa. Vamos aguardar, pois, a decisão do Governo, permanecendo mobilizados para cobrá-la dentro em breve.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao iniciarmos quarta-feira próxima passada, a votação, pelo Plenário, do Projeto Constitucional, medida tão ansiosamente aguardada por todo o povo brasileiro, apesar da mobilização feita não só pelo Presidente da Casa, mas também pelas Lideranças dos diferentes partidos e grupos representados na Assembléia Nacional Constituinte, não conseguimos a maioria absoluta na primeira votação – do Preâmbulo – havendo regimentalmente a suspensão dos trabalhos por 24 horas, para reiniciarmos o processo de votação. Tal fato, veio demonstrar a necessidade de entendimento dos diferentes grupos e partidos para votarmos a futura Carta Magna do nosso País.

Sempre defendemos que uma Constituição não pode ser fruto de um grupo, de uma corrente ou até mesmo de um partido. Ela tem, para ser cumprida e respeitada, de ser representativa da vontade da maioria do povo brasileiro.

Lógico que algumas questões polêmicas deverão ser decididas democraticamente pelo voto, sempre respeitando o direito da maioria, sem procurar menosprezar ou esmagar a minoria.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, representando a Liderança do Partido da Frente Liberal, participamos de duas reuniões com os demais lideranças partidárias com assento nesta Casa, e chegamos a um entendimento quanto à votação do Preâmbulo e do Título I, esperando que nos demais títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos e incisos, possamos também chegar a entendimento, tendo sempre em conta os mais sagrados interesses do nosso País, ação que deve nortear toda nossa atividade política.

Também gostaríamos, antes de encerrar estas considerações sobre os trabalhos da Constituinte, de nos referir a algumas declarações de representantes de entidades, que vivem apregando a necessidade de se fazer um plebiscito sobre algumas questões decididas, numa demonstração de desprestígio para esta Assembléia, cuja medida, se adotada, feriria a soberania da Constituinte, e seria um **capitis diminutio**, pois os seus representantes, eleitos num dos pleitos mais livres e democráticos da história eleitoral do nosso País,

têm atribuições para decidir sobre todos os assuntos.

Para finalizar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esperamos que no mais breve espaço de tempo possamos elaborar a nova Constituição do Brasil, traduzindo, assim, vontade da grande maioria do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes as agricultores do Rio Grande do Sul, preocupados com os problemas angustiantes ora enfrentados pela categoria no Estado, especialmente no que diz respeito aos pequenos produtores, mobilizaram-se em torno do estudo e apresentação de uma proposta de solução para suas aflições, traduzida em um Projeto de Política Agrícola de Viabilização Econômica e Social da Pequena Propriedade Familiar.

O documento foi elaborado por iniciativa do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul – FETAG/RS, com a participação dos 232 sindicatos de trabalhadores rurais.

É deveras inquietante a situação financeira, econômica e social vivida pela expressiva maioria dos pequenos agricultores gaúchos, os quais, muito embora responsáveis pela produção de alimentos básicos para a própria subsistência e para o suprimento da demanda do mercado interno, têm sido vítimas de uma política agrícola mal orientada, cujos resultados funestos, nos últimos anos, evidenciam-se na descapitalização e liquidação da pequena propriedade familiar.

Uma soma de fatores adversos concorre para o agravamento do problema, desde os preços mínimos irrisórios impostos – haja vista o atual preço fixado para a uva, manifestamente insatisfatório – até os absurdos aumentos do custo dos insumos, taxas de juros e correção monetária, condições essas que obrigam o agricultor a trabalhar com constantes prejuízos, configurando um desestímulo governamental, para não dizer abandono, em relação a essa atividade de importância básica em nossa vida econômica e social.

As propostas-base constantes do referido Projeto de Política Agrícola de Viabilização Econômica e Social da Pequena Propriedade Familiar foram fruto de um esforço solidário espontâneo que brotou de reuniões realizadas durante o ano de 1987, congregando lideranças sindicais, trabalhadores e jovens do meio rural, os quais, após prolongadas discussões em torno do assunto, propuseram e aprovaram diretrizes básicas tidas como prioritárias e imprescindíveis ao soerguimento e viabilização social e econômica da pequena propriedade familiar.

A concretização das propostas em causa, merecedores da melhor acolhida por parte das autoridades competentes do Executivo e dos integrantes desta Casa, pressupõe a aprovação, no texto constitucional, de um tratamento diferenciado para a pequena propriedade familiar, produtora de alimentos básicos, exigindo, igualmente, em fase posterior à promulgação da nova Carta Magna, a edição de leis ordinárias disciplinando a matéria.

A economia da Nação, abalada por crise sem precedentes, deve apoiar-se em uma agricultura

forte e dinâmica, através de crédito rural e assistência técnica adequados, qualquer estratégia de recuperação. A colaboração da FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul chega em boa hora e não pode de forma alguma, ser vista com indiferença.

Conto com o irrestrito apoio dos nobres pares para a causa dessa classe de empresários – aquela que mais se confunde com dos trabalhadores – cujos objetivos e aspirações coincidem, não por acaso, com os anseios de toda a Nação.

**O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero registrar nos Anais desta Assembléia a minha declaração sobre a nota do Prefeito Municipal de Teresina, Sr. Wall Ferraz, relativa ao concurso público.

O Prefeito sempre dizia que tinha como compromisso a realização de concursos públicos para admissão de servidores públicos.

O que se viu de início foi a demissão de um Secretário Municipal porque era favorável à adoção da medida. Daí para frente, foi feito apenas um concurso na área da Saúde e outro na da Educação, dando a idéia de que o papel era apenas colocar uma capa de aparente moralidade.

As demissões se processaram na gestão do Sr. Prefeito já no período da Nova República, sempre atendendo aos critérios políticos de proteção aos recomendados e indicados por Vereadores, candidatos e chefes políticos dos partidos do Prefeito (PMDB, PDS, PC do B).

Agora, no período eleitoral, o Prefeito vem dizer que defende o concurso público, quando a sua prática é totalmente diferente.

Transcrevo o telegrama que enviei ao Sr. Prefeito e seus Vereadores:

"Li jornais do Estado sua declaração sobre concurso público, ocasião posse união servidores municipais.

V. Ex.<sup>a</sup> deveria ter adotado concurso público desde início sua administração.

Medida agora é necessária, entretanto, V. Ex.<sup>a</sup> adotou empreguismo anos 86 e 87, e agora no ano eleitoral lembra-se concurso público.

Sua atitude é própria dos que saquearam País, sob a égide da Nova República, plano cruzado, etc...

E querem continuar iludindo povo piauiense.

Atenciosamente, Atila Lira".

Muito obrigado.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a reforma tributária prevista nas proposituras das quais resultarão a nova Constituição brasileira não é a reforma pela qual nos batemos tanto e há tanto tempo. Mas constitui um passo à frente no sentido de dotar os Estados e os Municípios de recursos orçamentários que lhes permitam atender às suas necessidades mais prementes no âmbito das responsabilidades administrativas e sociais que lhes cabem.

Todos sabemos, todos temos reclamado contra isso, que o regime tributário brasileiro privilegia demasiadamente os cofres da União em detrimento dos Estados e dos Municípios. O percentual destinado ao Município, no bolo tributário,

é insignificante; e o dos Estados, pequeno. Enquanto isso, a União fica com a parte do leão, no que se refere a impostos, taxas e contribuições, além de recorrer a expedientes de duvidosa legalidade, quando não abertamente ilegais ou até mesmo inconstitucionais, como é o caso dos empréstimos compulsórios. Ademais, dessa diferença injusta e lesiva ao interesse público a União ainda dispõe do jogo institucionalizado nas últimas décadas: a tradicional Loteria Federal, a Loteria Esportiva, a Loto, duas vezes por semana.

Os encargos dos Estados e dos Municípios são grandes tos recursos insuficientes. Esse regime injusto e inconveniente para o País e para o povo brasileiro vem sendo combatido por nós, e a essa questão atribuímos sempre importância fundamental. Foi assim que incluímos entre os cinco pontos principais do nosso programa eleitoral quando nos candidatamos a Deputado Federal para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1986, a reforma tributária, a fim de dar meios aos Municípios e aos Estados para o melhor desempenho de suas responsabilidades administrativas e sociais, no interesse da coletividade.

Felizmente, esta Casa encarou de frente a questão. Dentre as propostas estudadas, algumas medidas estão incluídas no Projeto de Constituição que já estamos votando. Não solucionam inteiramente o problema. Mas acodem, na emergência, os cerca de 4.300 Municípios brasileiros e os 23 Estados da Federação, permitindo-lhes dar melhor conta das obrigações que têm a cumprir e que afetam não apenas o desenvolvimento, mas também a vida do povo em suas necessidades primordiais.

Precisamos agora dar votação final aos dispositivos constitucionais que prevêem mudanças tributárias na linha de uma reforma que poderá, de futuro, ser mais profunda e mais extensa. A reforma tributária não pode abortar. Discreta, mas inadiável, precisa ser aprovada o quanto antes.

**O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, leio, para inserção nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, o artigo da lavra do ilustre Senador Jarbas Passarinho, que tem como título o "Limite da Ruptura", e se acha publicado no jornal "O Liberal", edição de domingo último.

A análise que o articulista faz a respeito da atual conjuntura brasileira exige ser encarada com seriedade e reflexão. Com efeito, o País se mostra exausto na dura caminhada para a transição democrática. E facilmente se percebe não ser possível sustentar por muito tempo os terríveis percalços gerados por uma economia enferma, cujo descontrole está conduzindo a sociedade para rumos perigosos e imprevisíveis nas suas consequências.

No artigo "Limite da Ruptura", seja pela seriedade que o caracteriza no que concerne ao relato da circunstância que vivemos, ou ainda quanto ao conteúdo de natureza inequívoca, porém moldado, ainda assim, em alto estilo diplomático, próprio da vocação intelectual e jornalística do autor, encontramos razões para iniciar desde já uma tomada de posição em defesa dos postulados democráticos, se é que desejamos prevenir o futuro deste País contra o inevitável retrocesso políti-

co-institucional que o ameaça e que apenas os céuticos parecem ignorar.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, no dia de hoje, quando estamos para completar um ano de instalação da Assembléia Nacional Constituinte, tornamos a nos encontrar todos, para estruturar os pontos finais do projeto que em breve deverá tornar-se a nova Constituição do País.

Longas discussões e acirrados debates certamente serão a tônica dos trabalhos daqui para a frente. Temos uma missão a cumprir, que é enfrentar com determinação e esforço redobrado esta fase conclusiva dos nossos trabalhos.

Até aqui temos defendido nossas idéias com entusiasmo e muita emoção, mas será preciso mais do que isso para chegarmos ao final desta Constituinte. Estamos conscientes de que lutamos até agora por uma sociedade mais justa, com maiores garantias e liberdades democráticas. E mais, procuramos estabelecer conquistas reais para o conjunto maior da população, que são os trabalhadores.

Os nossos argumentos, a nossa disposição e a nossa luta, foram pela afirmação de que é preciso haver avanços e maiores conquistas para a classe trabalhadora, que é preciso haver oportunidades iguais, melhores condições de saúde, previdência social e muitas outras coisas.

Com uma postura firme, enfrentamos as discussões com todos os segmentos, criando condições para o diálogo e o entendimento. E todos podem atestar que até agora houve lealdade nos encaminhamentos acordados por nós.

E neste momento, em que temos que enfrentar a realidade de olhos abertos, será preciso muito mais. Podem ter certeza de que redobramos os esforços para que vingem as nossas posições e as nossas propostas, lutaremos com vontade. Entretanto, podem ter a certeza de que também saberemos, no momento certo, estabelecer o diálogo necessário e solucionar as maiores controvérsias, para que os interesses maiores da classe trabalhadora e do conjunto da população sejam contemplados o mais amplamente possível.

É necessário, porém, que fique claro que não aceitaremos que um grupo eventualmente majoritário no Plenário da Constituinte imponha aos outros setores apenas a sua visão e o seu entendimento das coisas. Neste caso, qualquer possibilidade de entendimento maior ficaria prejudicado.

A maioria neste plenário, a partir de hoje, não deve ser o grupo "A" ou "B", o partido "X" ou "Y", mas sim o povo brasileiro, que espera com ansiedade ver inscrito na nova Carta Constitucional a consolidação de uma sociedade livre, democrática, que garanta uma vida melhor para todos nós.

Reafirmamos a nossa disposição para o diálogo com todos os segmentos aqui representados.

E é com satisfação que observamos que os Parlamentares do "Centrão", do Grupo dos 32 e do Grupo do Entendimento, aceitaram a nossa proposta para uma reunião de negociação junto com o DIAP, na próxima terça-feira, às 9h. e 30 min., na Biblioteca da Câmara dos Deputados.

Esperamos que prevaleça o bom senso. O confronto não levará a nada.

**O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, há poucos dias li no jornal a insatisfação reinante entre os nossos transportadores autônomos, motoristas autônomos, enfim, de todas as categorias profissionais ligadas ao transporte, especialmente o que se constitui em sistema individual, ou seja, minitransportadoras.

Anunciava-se a liberação dos fretes e não se teria mais um preço mínimo, o que prejudicaria grandemente a categoria Uns dias depois do que fora divulgado, as autoridades voltaram atrás e houve reajuste de, aproximadamente, 30% nos fretes.

Embora a medida tivesse sido bem recebida, pois pelo menos não ficaram entregues à sua própria sorte, como ficariam se os fretes tivessem sido liberados, o reajuste foi muito além da realidade.

Sabemos o que esta classe representa para a economia do nosso País: São milhares de motoristas autônomos que lutam com muito sacrifício pela sobrevivência. Os materiais necessários à manutenção e à conservação dos seus veículos subiram assustadoramente. A aquisição de novos veículos é humanamente impossível, considerando-se a forma como têm sido majorados durante o último ano. Se analisarmos os preços das peças e pneus, nos assustamos e, muitas vezes, ainda não os encontramos.

Com referência à falta de pneus, existe, obstante à agravante, um fato curioso: além dos motoristas não os encontrar, custam exatamente o dobro do que os mesmos pneus na vizinha República do Paraguai. Nós os exportamos para o Paraguai; são fabricados no Brasil, portanto, um produto brasileiro. O Brasil os exporta e os brasileiros vão até esse País com seus próprios veículos – pelo menos os que moram nas proximidades – e os trazem pela metade do preço, e, às vezes, vêm já rodando do Paraguai.

É quase impossível compreender que isto possa ocorrer. Fabricar, exportar e depois comprar de volta. Alguma coisa está errada. Não se pode dar incentivos para financiar produtos que faltam no nosso mercado, em virtude de exportação. Quero denunciar aqui este fato e pedir enérgicas providências para sanar essas irregularidades relacionadas com o mercado dos pneus. Antes que os exportemos, precisamos suprir o nosso mercado e baixar os preços exorbitantes que impossibilitam aos nossos caminhoneiros a aquisição dos mesmos. É preciso que haja uma reformulação tributária nos acessórios mais importantes, especialmente os pneus.

O reconhecimento dos serviços prestados pelos heróis do volante é indispensável. Não tenho a intenção de colocá-los num pedestal, ou torná-los mais importantes do que qualquer outra categoria, uma vez que sempre tenho afirmado que todas as classes são importantes no contexto da vida cotidiana. Todos querem um lugar melhor ao sol e todos são indispensáveis para a prestação de serviços, ajudando-se mutuamente, conforme a profissão de cada um. No entanto, o motorista, quer autônomo, ou apenas empregado, é aquele que renuncia ao conforto do seu lar para morar no caminhão e na estrada. Ora enfrentam estradas empoeiradas, ora cobertas de lama. Por vezes ficam longe da família durante meses, sem saber

notícias da esposa e dos filhos. Sempre estão em perigo, a cada instante se deparam com acidentes, com caminhões tombados à beira da estrada.

Quero reivindicar desta tribuna às autoridades competentes a atuação para tomarem conhecimento destas denúncias e delas se conscientizarem, tomando as devidas providências para amenizar e melhorar um pouco mais a vida destas pessoas que representam tanto, dentro da economia, do desenvolvimento e do progresso da Nação brasileira. São milhares que estão angustiados esperando por melhores dias. Fretes compensadores, veículos novos financiados com juros e correção monetária menores; pneus aos mesmos preços dos adquiridos no Paraguai; segurança nas estradas; financiamento de equipamentos de rádio para comunicação com qualquer parte, também com correção e juros acessíveis.

Confio nas autoridades, acredito sinceramente que não medirão esforços para tornar a vida deste contingente mais fácil, mais compensadora economicamente, para que possam sentir mais e maior incentivo nas suas atividades; para que possam ter lucro, pois quem trabalha precisa ganhar e ter lucro para dar melhor conforto à sua família e fazer uma economia para a renovação da sua ferramenta de trabalho, o caminhão.

**O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, os fatos estão a confirmar tudo aquilo que afirmei nos primeiros dias de dezembro ao **Jornal do Brasil**, a respeito da farsa do Sr. Wellington Moreira Franco com a "inauguração" do Pólo Petroquímico em Itaguaí.

Manifestei então minha estranheza com a fanfarronice e mistificação do afoito Governador, arvorando-se em dono deste empreendimento vital à economia fluminense. Não me venham com a calúnia de que nós, do PDT, somos contrários à instalação do Pólo Petroquímico em nosso Estado. Mas temos que reconhecer que a iniciativa foi do Governo Federal, do Presidente Sarney e do Ministro José Hugo Castello Branco – e é evidente que ao Ministério da Indústria e do Comércio e à Presidência da República cabe a última palavra sobre a iniciativa. Somos inteiramente a favor, e já lutávamos há muito tempo pela instalação do Pólo em nosso Estado. Mas nunca prejudicando a expansão da Cia. Siderúrgica Nacional, não só marco histórico da luta por nossa independência econômica como maior contribuinte do ICM no Estado do Rio de Janeiro.

A arrogância do trêfego Moreira, ao querer instalar o Pólo nos terrenos da Cia. Siderúrgica Nacional teria que dar no que deu. Estamos novamente na estaca zero – o País necessita da produção de produtos petroquímicos com urgência, a instalação da planta não pode demorar muito e no Estado do Rio tem que ser localizada, por muitas razões de ordem geopolítica, porque se fossem somente razões econômicas não teríamos dúvida de que perderíamos, nós, cariocas e fluminenses, para o Estado de São Paulo.

Mas é necessário mais humildade por parte das imaturas autoridades governamentais do Rio de Janeiro. Não há espaço, num empreendimento de tamanha envergadura, para pequenos exercidos de gabolice política.

Agora o problema está sendo levado ao CDI. Sabemos que os técnicos da CSN e da Copperj estão obtendo êxito na tentativa de acomodar os seus interesses: num esforço onde entram também a Cosigua e a Portobrás. Mas não teria sido mais fácil uma outra localização? Agora só nos resta esperar que interesses políticos, aliados à esperteza menor do Governador, não acabem por prejudicar os interesses maiores da economia de nosso Estado. Vamos todos lutar para que o Pólo fique lá, que no mais breve espaço de tempo tenhamos a decisão do CDI, do Ministério da Indústria e do Comércio, da Presidência da República, e que se inicie, finalmente, a sua construção. E que também se vençam os obstáculos para que se concretize a expansão da Cia. Siderúrgica Nacional, em Itaguaí, como previsto desde 1975. Queremos o Pólo: seja em Itaguaí, em Campos ou em Duque de Caxias, mas em nosso Estado e o mais rápido possível.

Muito ajuda quem não atrapalha, Governador.

**O SR. BENITO GAMA (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o País está com toda sua atenção voltada para este Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Desde a instalação desta Assembléia, em 1º de fevereiro de 1987, temos dito, em vários pronunciamentos, que a nossa responsabilidade é muito grave. Precisamos dotar o País de uma Constituição digna do seu povo: moderna, progressista no sentido real da palavra, onde os direitos do cidadão, de viver com dignidade, sejam a nossa meta maior.

Dentro da comunidade das nações, o Brasil tem apresentado uma boa performance na economia, tornando-se hoje a 8ª do mundo. Infelizmente, não podemos falar a mesma coisa do social. No social ainda ocupamos a sexagésima posição, ficando atrás até mesmo de pequenos países da Ásia e Europa. Temos muito que fazer pelo social, pelos nossos irmãos menos favorecidos, principalmente no Nordeste brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quero, neste meu breve pronunciamento, deixar o meu alerta, para que, no calor das discussões, nas votações que iniciamos esta semana, não esqueçamos de meditar sobre os avanços sociais que nos exige o povo brasileiro. Não podemos desiludir o povo que nos elegeu. Devemos aos nossos eleitores trabalho e lealdade aos compromissos assumidos na campanha eleitoral.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, não nos esqueçamos de que os olhos da Nação estão voltados para nós. Não vamos decepcioná-los.

Muito obrigado.

**O SR. JUAREZ ANTUNES – (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós, que exercemos o mandato mantendo sempre o contato com o povo nos fins de semana, visitando cidades e vilas de nosso Estado, conversando com pessoas de todas as classes ou camadas sociais, estamos estarrecidos com a situação difícil por que passam os pequenos e médios proprietários e produtores rurais.

Os juros altos como estão não permitem qualquer atividade rural com um mínimo de rentabilidade ao menos para sustento da família. Juros entre 20% e 30% ao mês levam os pequenos proprietários a vender suas terras para saldar



compromissos com os banqueiros e com outros agiotas. Os pequenos e médios produtores rurais, por teimosia, ou por não terem outra coisa como ganha-pão, investem em pequenas plantações, à custa de empréstimos que, ao final da colheita, dificilmente poderão liquidar.

Enfrentando as incertezas do tempo e sabendo que são obrigados a desenvolver qualquer atividade agrícola, correndo riscos de nada colherem, os produtores rurais – os que ainda conseguem sobreviver – esquecidos pelo governo, não podem fugir dessa roda-dágua.

Milhares desses proprietários e produtores, desde a fantasia do Plano Cruzado, quando acreditaram no Sr. Sarney, foram aos bancos e se endividaram. Hoje, ainda sofrem conseqüências por terem acreditado no Governo. Tomam dinheiro emprestado para pagar empréstimos que, pelos juros altos, levam a dívida a ser sempre maior do que a inicial. Aliás, coisa muito parecida com a dívida do País junto aos banqueiros internacionais.

Da mesma forma vivem os pequenos e médios comerciantes. Revendem o que compram já de terceiros. Nunca têm condições de competir em preço com os grandes supermercados, pois não podem comprar a vista as grandes safras. Vivem esses pequenos comerciantes um terrível corre-corre: vender, apurar pouco e correr ao banco para depositar. Nesse meio, os juros alimentam o constante tormento da classe. Muitos sucumbem. Quebram, encerram o negócio, quase sempre sem pagar as dívidas.

E o nosso Governo?

Desprestigiado, desacreditado, busca saída em medidas paliativas e paternalistas, como a distribuição de cestas de alimentos a carentes.

Tudo isto se soma ao crescente fluxo de camponeses para as cidades, na procura de empregos, pois o mundo rural não propicia mais condições de sobrevivência. As cidades superlotam-se aumentando o "exército de desempregado". E o Governo fica brincando com a Nação.

Tudo isto, Srs. Constituintes, não tem outra alternativa senão apressarmos as eleições para 1988 e empossarmos no governo um legítimo representante do povo. Não poderia ser outra pessoa senão o companheiro Leonel Brizola.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de

## V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

**O SR. TADEU FRANÇA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, o Constituinte Erico Pegararo, em sua exposição, referiu-se a mim nominalmente. Esta é a razão pela qual venho aqui rebater as colocações que foram feitas. Reafirmo tudo o que disse no sentido de que o Ministério da Habitação hoje nega recursos de atendimento aos Deputados que se compro-

meteram com 4 anos para o Presidente Sarney. Afirimo que, se não fui pessoalmente dizer isto ao Ministro é porque S. Ex.<sup>a</sup> não nos recebe em audiência, e o local de denúncias para o Parlamentar, para o Constituinte, é esta Casa. Portanto não me furto, de forma alguma, a cumprir meu papel, porque meu local de denunciar é exatamente aqui.

Finalmente, repudio as agressões insinuosas e as ameaças. Fui citado nominalmente, Sr. Presidente, e não posso calar-me.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode ter sido citado, mas pode não ter sido ofendido.

**O SR. TADEU FRANÇA:** – Estamos dispostos, em qualquer momento, a revidar toda e qualquer agressão. Não admitimos puxões de orelha, partam de onde partirem.

**O SR. HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, iniciamos ontem, neste plenário, a votação do texto da nova Constituição brasileira, com a prioridade regimentalmente devida ao texto do "Centrão" em função da coleta de mais de 280 assinaturas para seu texto. É em razão desse dispositivo e do conteúdo da proposta do "Centrão", em relação à educação que estamos tomando parte do tempo da Liderança do PMDB para estes comentários.

Chamamos a atenção da Assembléia Nacional Constituinte e da Nação brasileira para a gravidade do texto proposto pelo "Centrão" na área da educação. Tivemos oportunidade de presidir a Subcomissão de Educação com eminentes colegas especialistas na área da educação. Com eles construímos um texto razoavelmente bom. Depois, tivemos avanços e recuos ao longo do processo da elaboração constitucional. Quero dizer ao eminente Relator Bernardo Cabral que, embora não ideal, é verdade, também, que cada um de nós não veio aqui redigir a Constituição ideal para si mesmo. Embora não ideal, Sr. Relator, o texto da Comissão de Sistematização contém avanços que, ao longo de muitos anos, o movimento docente e a comunidade educacional brasileira lutaram para conseguir. Agora, o texto do "Centrão" – e temos estudo comparativo em mãos – é uma ameaça contra o presente da educação brasileira; é uma ameaça para o Brasil como Nação do futuro; é um texto que contempla tudo o que há de negativo, tudo aquilo que uma postura desejável de brasileiros exige para a educação do nosso País.

Há alguns pontos que, por sua gravidade, quero mencionar. Não fora simplesmente dizer que a educação, ao invés de ser um dever do Estado, passe a ser um dever da família e do Estado; não fora simplesmente ignorar a gestão democrática da escola brasileira, o texto do "Centrão" exclui o princípio da gratuidade do ensino público e, desde logo, perfila as verbas públicas ao lado e ao encontro das ambições do ensino privado, da empresa-escola, daquela empresa que tem no ensino sua mercadoria e quer fazer de sua ativi-

dade apenas um instrumento em busca do lucro, ignorando o alto compromisso que a educação tem para com a Nação e as futuras gerações. Além disso, lutamos com o Relator em fases distintas da elaboração constitucional, porque não estava adequadamente contemplado um princípio que havíamos inscrito na Subcomissão. O texto retornou e o "Centrão" ameaça exatamente o direito de creche para as crianças de zero a seis anos, substituindo-o por "direito de creche até seis anos", numa manobra sutil para aliviar o Poder Público de suas responsabilidades, com a amparo à infância desde o nascimento. Mais grave do que isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, é a parte onde o "Centrão" exclui do texto constitucional o § 1º do art. 241, que é exatamente o que estabelece que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. Ao retirar esta parte do texto constitucional, o "Centrão" deixa a do ensino obrigatório e gratuito a descoberto de um instrumento que o torne efetivo. A obrigatoriedade do ensino é uma via de mão dupla; que precisa ser assistido e oferecido pelo Poder Público. Se não damos este instrumento, estamos prevendo uma norma inócua e sem eficácia. Por esta razão, a Assembléia Nacional Constituinte não pode manter esta exclusão proposta pelo "Centrão". Mais do que isso, a proposta do "Centrão" escancara as portas das verbas públicas em direção ao ensino privado. Entendemos que a única escola democrática brasileira é a pública, pois, em havendo escola pública, gratuita, de qualidade, para todos e em todos os níveis, teremos assegurado o princípio da democratização do ensino, porque só esse tipo de escola pode permitir o acesso de todos os brasileiros e brasileiras. O "Centrão" ainda retira do texto a exigência de reconhecimento, credenciamento e verificação de qualidade para a escola privada. A partir daí, qualquer um, em qualquer lugar e a qualquer tempo, poderá instalar uma escola para ensinar o que bem entender, seguramente à revelia do interesse nacional, porque a escola que pode cuidar do interesse nacional é a pública. Com a exclusão do art. 244 o "Centrão" aniquilará o sistema de educação do País, porque não haverá previsão.

Em função do tempo, quero concluir com aquilo que considero o mais grave de todo o texto: a exclusão proposta pelo "Centrão". Gostaria de alertar ao Relator, o Sr. Presidente e os Srs. Constituintes que o texto do "Centrão" exclui o art. 249, que prevê o salário-educação como fonte adicional de financiamento para o ensino fundamental público. Com a exclusão desse artigo aniquilamos o ensino fundamental no País. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, se mantivermos a exclusão desse artigo será melhor extinguir a Constituinte, porque estaremos fechando as portas ao futuro do Brasil como Nação, estaremos aniquilando o ensino fundamental público e acabando com qualquer perspectiva para a Nação brasileira.

Quero alertar o povo e pedir-lhe que se levante para que o "Centrão" não possa dar seqüência a esse atentado contra a educação, contra o ensino fundamental e contra a Nação. (Palmas.)

**O SR. MENDES RIBEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, durante o ano marcamos posições na Assembléia Nacional Constituinte e durante as votações elas serão ainda mais clarificadas pelo voto nominal que será registrado em todas elas.

Venho, outra vez, trazer uma constatação meridiana, tentando colaborar para a abreviação dos trabalhos. Recebi, como todos os colegas, o quadro comparativo daquilo que é pretendido pelas duas grandes correntes existentes nesta Casa, onde existem nada mais, nada menos do que 56 coincidências – repito, 56 – relativamente ao Título II. Quem tiver o mapeamento terá facilidade em constatar as 56 coincidências no que se refere a esse Título.

Digo mais: as votações, por determinação regimental, são feitas com a ressalva de todas as emendas destacadas. Em consequência, a votação em bloco de matérias idênticas não traria nenhuma lesão aos princípios dos Srs. Constituintes que têm idéias diferentes. Isso não arranharia de forma alguma o processo regimental e ganharíamos tempo, pois estaríamos economizando 56 votações.

É por aí o caminho do entendimento, entendimento esse que ficou provado ser a melhor forma de se chegar a uma conclusão.

Achei muito bonito quando, ontem, partiu uma decisão de mais de 450 Constituintes, sabendo-se que pelo menos cinquenta estavam ausentes. Se a Constituição vier a satisfazer somente algumas pessoas ou grupos, não será uma boa Constituição. A maior certeza de que a Carta não servirá é se ela atender a interesses de grupos. Mas quando ela emana de uma decisão de 450 Constituintes ou mais, em uma Assembléia de 559 – com as ausências, sabidas e lamentadas, por motivos que não me cabe discutir – então é bonito, é o reflexo da sociedade.

Friso ao Sr. Presidente da Casa, que por certo já deve ter notado esta coincidência, que seria muito válido examinarmos novamente esses 56 tópicos absolutamente iguais. Uma só manifestação abreviaria o processo de votação desses 56 tópicos. Vimos, ontem, que cada votação durou vinte, trinta minutos. Repito, todas as emendas destacadas são ressalvadas. Todas as emendas com parecer favorável são votadas em bloco, desde que não destacadas. Todas as emendas com parecer contrário são votadas em bloco. Assim, com somente três votações teríamos aprovado todas as matérias idênticas, tudo aquilo que foi rejeitado e não foi alvo de destaque. Até os autores das emendas concordam com a rejeição. E tudo aquilo que, uma vez aprovado pelo Relator, se automaticamente for aprovado, estará incluído do texto constitucional.

Não quero trazer nenhuma novidade, mas apenas transmitir a alegria que senti ao ver que aprovamos cinco artigos e o preâmbulo com mais de 450 votos. Isso é lindo, porque a Constituição é de todos.

Estou, pois, tentando contribuir para o apressamento normal dos trabalhos. Acho que as questões conflitantes devem ser discutidas até à exaustão. Mas exatamente para dar margem a que elas venham a ser discutidas até à exaustão, ouso trazer essa obviedade à Presidência da Casa, aos Líderes e aos meus colegas. Matérias sobre as quais estamos concordes não podem dar mar-

gem a discussão. Neste caso que cito 57 coincidências que poderiam ser votadas de uma só vez: as emendas com parecer contrário e as emendas com parecer favorável, como é de praxe. Estaríamos, então, com o campo aberto para minudenciar aquilo que foi destacado por um ou outro Constituinte, seu ponto de vista divergente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes.

**O SR. EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães.):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituinte, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, mais uma vez venho discutir a questão do acesso dos partidos políticos à televisão, tema que, em função do programa de baixo nível transmitido ontem, volta a ser objeto de grande polêmica nos meios de comunicação. A posição do Partido dos Trabalhadores a respeito tem sido clara desde o início, quando esse debate surgiu no Congresso Nacional. Podemos resumir esse posicionamento em quatro pontos. Primeiro, não concordamos com a tentativa da redução de tempo, inserida no projeto que vem para ser votado. Não concordamos, igualmente, com o corte do acesso aos programas estaduais, também embutido no projeto a ser apreciado na Câmara. Concordamos que tem de haver um critério mais objetivo a respeito. Pode ser a representação nacional, seja na Câmara, seja no Senado, ou pode ser um critério ligado à organização partidária, por exemplo, número mínimo de filiados.

Em quarto lugar, o Partido dos Trabalhadores não pode concordar em que essa discussão se dê sob pressão das empresas de rádio e TV, para prejudicar o acesso dos partidos políticos à televisão, mesmo que seja sob o pretexto de não se repetir um programa de baixo nível, como o de ontem. Se aquele cidadão – a quem, aliás, em outros momentos, por exemplo, para apoiar a campanha do Sr. Jânio Quadros em São Paulo e para difamar o Senador Fernando Henrique Cardoso, foi concedido tempo na televisão – não merecia ter acesso à TV porque é um bandido, que se o colocasse na cadeira, que o Tribunal Eleitoral não lhe desse o direito de acesso à TV. O que não se pode, porém, sob esse pretexto, é cercear o acesso à televisão aos partidos políticos de maneira geral.

Esta tem sido a posição do Partido dos Trabalhadores, clara desde o início e aberta ao debate, sob esse aspecto, com todos os partidos, aqui na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, gostaria de fazer outra consideração que, acho, seria de justiça – e não me sentiria bem em deixar de fazê-la – com respeito a denúncias sobre o sentido de algumas votações de Parlamentares aqui na Constituinte. Quando da discussão do Regimento, fui autor de emenda aqui aprovada que estabelecia que não veria qualquer votação secreta na Constituinte. Acho que assim deve ser. O povo deve acompanhar cada votação, para ver como se comporta cada Parlamentar eleito. Essa emenda de minha autoria,

apresentada por sugestão da bancada do Partido dos Trabalhadores, foi aprovada e acho que é justa.

Em relação a denúncia envolvendo Parlamentares, é preciso se fazer justiça e não se denunciar com imprecisão. Cite, por exemplo, o caso da Constituinte do PFL, Maria de Lourdes Abadia. Li, num jornal de Brasília, que S. Ex.<sup>a</sup> foi acusada de votar contra a estabilidade, contra os direitos da gestante e uma série de outras questões. Acompanhei desde o início a votação na Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente e depois na Comissão da Ordem Social. Por isso, afirmo que essa denúncia não é verdadeira. Se S. Ex.<sup>a</sup> cometeu algum equívoco, foi de votar pela mudança do Regimento, proposta pelo "Centrão". O que lhe deve ser debitado é isto. Não é correto acusar as pessoas por algo que não fizeram, como ocorreu nesse caso da Constituinte Maria de Lourdes Abadia, que estou citando, e poderia fazê-lo com relação a outros colegas. Sou a favor de que se dê maior publicidade possível a cada votação, a fim de se saber como votou aqui cada Constituinte. A denúncia e o esclarecimento devem ser precisos, do contrário poderemos correr o risco de cometer uma injustiça, como no exemplo que citei. Poderia relatar o caso de outros companheiros em que isso também ocorreu, porque venho acompanhando a votação desde o início.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. FAUSTO ROCHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães.):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FAUSTO ROCHA (PFL – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, usarei apenas os dois minutos iniciais concedido ao PFL para prestar homenagem à nobre Constituinte Cristina Tavares.

Há instantes, ouvia a voz firme, num pronunciamento límpido, consistente e coerente, da nobre Constituinte Cristina Tavares.

Confesso, Sr. Presidente, que me emocionei. Nosso relacionamento é excelente. Admiro sua postura, digna e firme, embora muitas vezes defendendo, outras posições. Emocionei-me porque tenho acompanhado a luta pessoal que trava a Constituinte Cristina Tavares longo tratamento de saúde, problemas sérios. No entanto, ela não se deixa abater. Sua fibra de mulher atuante e de grande líder que é fez aumentar a consideração e o respeito que já nutríamos por ela. Especialmente os evangélicos se têm reunido para orar pela saúde, pela manutenção da vida de Cristina Tavares e para que este parlamento continue a se engrandecer pelo idealismo dessa colega.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães.):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, vamos iniciar a votação

do Capítulo II do Projeto de Constituição, que trata Dos Direitos e Garantias individuais.

A reflexão que fazemos a respeito da votação deste Título insere-se, mais uma vez, no altíssimo poder que o Estado detém neste País. Associada ao poder do Estado, temos a grande riqueza nacional, concentrada nas mãos de uns poucos, mas intimamente ligada ao Governo Federal. Naturalmente, quanto mais forte for o Estado, menos direitos e garantias terá o cidadão.

Os jornais vêm noticiando os altíssimos lucros que certas empresas estatais auferem – no fundo, o resultado do sacrifício e da miséria do povo brasileiro – lucros esses que são divididos entre alguns poucos acionistas, grandes detentores de ações. De outro lado, o povo continua pagando preço absurdo pela energia elétrica, enquanto os grandes conglomerados nacionais e multinacionais são fortemente subsidiados, como o complexo que hoje temos instalado no Maranhão, que recebe quinhentos milhões de dólares, anualmente, de subsídio pela energia elétrica por eles consumida. Quem paga esses subsídios? O povo brasileiro.

Então, ao falarmos nos nossos direitos e nas nossas garantias, temos que, nesta Constituição, dividir o poder que está concentrado, e muito, nas mãos dos Governos Federal e Estadual, dos cartéis que dominam a economia nacional, que impõem seu preço intimamente associado ao Governo Federal, com decisões do Conselho Monetário Nacional, decisões essas irrecorríveis e que alteram a nossa vida, no seu dia-a-dia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há que se pensar que temos de dividir a riqueza nacional, para que o cidadão brasileiro, o povo que paga seus impostos, tenha seus direitos individuais e coletivos reconhecidos. Assistimos hoje, neste País, no seu dia-a-dia, à concentração cada vez maior dos poderes nas mãos desses grandes grupos nacionais. Os bancos se tornaram verdadeiros supermercados, onde o bancário recebe um único salário para vender dezenas de produtos, de passagens aéreas, ouro, ações e seguros. E essa concentração está cada vez mais nas mãos desses poucos, enfraquecendo até os entendimentos nos acordos coletivos.

Sr. Presidente, a marcação da posição do Partido Liberal contra o poder do Estado e dos grandes grupos nacionais e internacionais tem que ficar patente na elaboração desta nova Constituição.

**O SR. ADEMIR ANDRADE Líder do PSB.:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Socialista Brasileiro tem, como os demais Líderes desta Casa e V. Ex.<sup>a</sup>, a maior pressão na conclusão dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte.

Entretanto, queremos registrar que não concordamos com as decisões tomadas hoje na reunião de Lideranças, com a participação de V. Ex.<sup>a</sup>, Presidente desta Assembléia. Não estamos de acordo com o adiamento da votação referente ao Título II para segunda-feira, como proposto na reunião,

e não concordamos, em absoluto, que haja qualquer encaminhamento de votação hoje sobre a matéria, porque, em primeiro lugar, é anti-regimental encaminharmos uma votação e não a realizarmos em seguida. Se V. Ex.<sup>a</sup> decidiu que não haverá votação hoje, o seu encaminhamento só poderá ser procedido na próxima segunda-feira, quando ela de fato se realizará.

Estaremos participando das reuniões de sábado e domingo para tentar chegar a um acordo, e mostraremos boa vontade, como fizemos nos instantes anteriores às votações do Título I e do Preâmbulo, porque, embora discordando principalmente do **caput** do art. 1º do Preâmbulo do "Centrão" e com a retirada do destaque do nobre Constituinte Antonio Mariz – inclusive houve concordância, na reunião de Lideranças de ontem, neste Plenário, quanto ao destaque que possibilitava a substituição do **caput** do art. 1º do Título I, sendo que à última hora o mesmo foi retirado – nós, do PSB, aceitamos a decisão, para não ser intransigentes como os demais partidos. Mas daqui para a frente temos nossa posição firme e coerente e, se não aceitarmos, embora apenas com 4 Constituintes nesta Casa, manifestaremos nossa posição e protesto.

Portanto, Sr. Presidente, registramos que não aceitamos encaminhar a votação hoje e, regimentalmente, protestaremos, na próxima segunda-feira, se não nos for permitido encaminhar a votação no momento adequado, de acordo com os entendimentos feitos e com as conveniências do momento, o que seria totalmente improdutivo realizarmos hoje.

Esta é a manifestação dos companheiros da bancada do Partido Socialista Brasileiro.

**O SR. VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.):** Sr. Presidente, Sr.<sup>ss</sup> e Srs. Constituintes, já é hora de decidir!

Há uma verdadeira inquietação nacional com os rumos da política do Governo, de um lado; de outro, com os rumos da Assembléia Nacional Constituinte, e o quadro conseqüente de indefinições.

Os partidos falharam, total e absolutamente, nas suas responsabilidades de coordenação, propostas e ação na Assembléia Nacional Constituinte, e talvez estamos assistindo e participando dos estereótipos de vida do atual quadro partidário nacional. Mormente dos grandes partidos, PMDB e PFL, os quais tendo maioria absoluta para decidir, digo mais, tendo mais de 2/3 do total, sequer propostas apresentaram como partidos para o novo texto constitucional, e sequer a ação de seus próprios membros conseguem coordenar, eis que cada um tem agido de **per si**, por não mais aceitar a coordenação do partido. Já não falo do partido que íntegro, o PDS, que saiu meio cambaleando das últimas eleições, ou dos demais, sem número para decidir. Daí o surgimento dos diversos grupos de coordenação e propostas, como "Centrão", Grupo dos 32, Grupo do Consenso. Grupo do Entendimento ou "Centrinho", Mup etc.

Chamo, pois, à responsabilidade as lideranças formais e informais que ainda restam dos quadros políticos, partidários ou extrapartidários. Da Constituinte e da sociedade civil. Mormente da sociedade civil que se reflete na Constituinte, pois esta é reflexo daquela.

É hora não apenas de reflexão, mas de decisão. O povo já não tem mais como esperar.

É hora de colocarmos na mesa as questões que nos unem como Nação e de colocar de lado, para data ocasião, as questões menores e mesmo maiores que nos desunem. Estas podem ficar para a legislação complementar e ordinária. Agora não. Agora é hora de união para decidir e para a ação.

A falta de rumos da política do Governo agrava a urgência dos trabalhos e definições da Constituinte. Eis o problema: o verdadeiro desafio a que somos chamados pelo povo brasileiro a responder de imediato. Querem transformar a Constituinte em pára-raios do Governo, se já não a transformaram, o que é muito perigoso, pois para nós, Constituintes, se transferem todas as tensões, todas as pressões e todas as esperanças da sociedade brasileira.

Preocupam-me as manobras protelatórias que já ocorreram ou que porventura ainda possam vir a ocorrer, seja a que pretexto for. Não é possível que a intransigência vá a tal ponto, mormente agora que tudo está pronto para a grande decisão e cujo desdobramento já começou, em que pese ao impasse inicial ocorrido, e do qual espero todos tenham tirado algum ensinamento. Assim, estão assentadas as bases para a etapa final da Constituinte, depois de um ano de longas discussões e lenta maturação. De um ano de intransigências que pareciam sem fim.

Começamos da estaca zero, o que foi um erro, e, sem parâmetro algum, logo seria, forçosamente, o vagar. Mas agora, não. Agora já existe um projeto e se já conhecem as alternativas para aperfeiçoá-lo, extirpando ao máximo as distorções. Não redundará mais, a estas alturas, numa obra perfeita, mas digamos pelo menos aceitável diante do quadro da hora presente. É o que se espera para o futuro deste nosso País.

Estamos sendo cobrados pelo povo por aquilo que nos cabe e até pelo que não nos cabe de responsabilidade. E depois de tudo, se ainda viermos a ter um impasse, será por demais intolerável, pois a Nação não merece leviandade de suas lideranças maiores, e só elas poderiam permitir que tal ocorresse.

A quem interessa o impasse? A quem interessa a demora? Ao Governo? Só se por raciocínio equivocado do próprio. Mais um erro dentre os muitos que tem cometido. A quem mais? Aos radicais? Da esquerda ou da direita radical?

Mas os democratas não seriam maioria na Constituinte? Creio que sim. Pois bem, aos democratas não interessa a protelação, porque em ambos os casos está sendo agravada a crise e desafiada a paciência popular, a resistência nacional.

É hora não apenas de reflexão, mas de decisão. O povo, a Nação já não têm mais como esperar. E para tanto aqui estamos e estaremos, custe o que custar.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (Líder do PDC):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, prosseguimos, hoje, com os nossos trabalhos, iniciando o processo de votação do Título II do Projeto de Constituição, o mais importante de todos, pois em seu texto estão inseridos os direitos e garantias fundamentais do povo brasileiro – direitos individuais e coletivos, direitos sociais, direitos da nacionalidade e direitos políticos.

Nos seus treze artigos, contendo 156 dispositivos, com propostas de alteração amparadas por quase 400 destaques, o Título II do Projeto de Constituição terá que abrigar preceitos finda montados nos princípios da democracia cristã, para atender a todos os anseios, às aspirações do povo brasileiro e para se harmonizar com o texto do Título I, que em seu art. 1º consigna o objetivo fundamental e inegociável da democracia cristã de construir uma sociedade livre, justa e solidária, sonho de todos os cristãos e humanistas de todos os países.

O Partido Democrata Cristão, pelos seis Constituintes que integram sua bancada, tem dado a maior contribuição possível para que saia desta Constituinte uma Carta Magna que corresponda às expectativas e aos anseios da Nação.

Desde o art. 1º até o último artigo do Projeto de Constituição, os Constituintes do PDC participaram e continuarão participando, até que sejam concluídos os nossos trabalhos, apresentando sugestões, emendas e destaques, presentes às reuniões de lideranças, das subcomissões, das comissões e do Plenário, com determinação, mas tendo por base, em sua ação parlamentar, o entendimento e a conciliação, nunca deixando a via do diálogo para consecução dos nobres objetivos que perseguem em nome do povo brasileiro.

A sociedade brasileira, basicamente a classe trabalhadora, a classe média, realiza, até aqui, muitas conquistas, muitos avanços por intermédio dos Constituintes do PDC. No entanto somente estaremos satisfeitos, nós, os democratas cristãos, se, ao final da elaboração da nova Constituição do Brasil, esse novo contrato social espelhar, de forma nítida, a decisão do povo brasileiro de transformar a sociedade, com mudanças profundas que a tornem livre, justa, solidária e próspera.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, nesse período em que cada um de nós vai votar, tenho certeza absoluta, com a consciência de quem estará servindo à Nação, à democracia, à liberdade individual, devo ressaltar o trabalho ingente do Constituinte Bernardo Cabral, que honrou esta Casa como Relator da Comissão de Sistematização.

Venho à tribuna para falar em anistia ampla, geral e irrestrita. Não posso admitir que a Assem-

bléia Nacional Constituinte encerre seus trabalhos sem haver fixado na Carta a anistia ampla, geral e irrestrita. Desde a Subcomissão dos Direitos Fundamentais até as comissões temáticas, a Comissão de Sistematização, o texto elaborado foi derogado em parte, e mesmo revogado em partes essenciais. E as emendas ora em discussão e votação atendem à alta reivindicação nacional de anistia geral e irrestrita.

Como pode uma Constituinte encerrar seus trabalhos sem incluir no novo texto a anistia aos trabalhadores que foram punidos, aos artistas cuja voz foi silenciada, aos políticos de 1964 cujos mandatos foram cassados os direitos políticos suspensos? E a partir de 1946 houve toda uma trama de injustiças que, na verdade, levou o povo brasileiro a sérias dificuldades. Refiro-me à ditadura, fase da vida política brasileira que não serviu à Nação.

É preciso que agora cada um de nós, Constituintes, independentemente de partido político, mesmo os que pertenceram ao Partido Democrático Social, como aqueles da Frente Liberal, que emigraram do PDS, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que compõe a maioria esmagadora desta Casa, tenhamos a certeza de que serviremos à Pátria e à democracia, se fixarmos bem fundo, em nossas consciências, a necessidade absoluta de promover a anistia ampla, geral e irrestrita.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO:** – Líder do PDT, Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, venho à tribuna, no horário de liderança destinado ao meu partido, para trazer as preocupações relativas a três assuntos diferentes.

Pediria vênua ao Sr. Presidente para que ouvisse a minha proposição. Como primeiro assunto, e em nome da Liderança do meu partido, amparado no art. 35, § 3º, da Constituição, solicito à Mesa que publique diariamente os nomes dos ausentes das sessões da Assembléia Nacional Constituinte. O art. 35, § 3º, refere inclusive na perda de mandato. Se a lei pode o mais, pode o menos.

Quanto ao segundo assunto, Sr. Presidente: todos os jornalistas e a classe política estão a comentar o programa do PSP, do Sr. Marronzinho de Oliveira, que mostra uma posição moralista, como se a responsabilidade fosse dos partidos políticos. A responsabilidade é do Tribunal Superior Eleitoral. Nunca se crítica neste País o Poder Judiciário, que, em determinado momento, é até mais autoritário do que o Chefe Militar. Ora, se o Tribunal impede que o Sr. Marronzinho se candidate a Deputado Federal porque condenado, esse mesmo Tribunal permite que esse senhor organize partido e, mais do que isso, lhe dá o direito de utilizar durante uma hora a televisão. Não vou me referir a outros fatos desse Tribunal que aí está, oriundo da ditadura, contudo reservo-me o direito de fazê-lo no momento oportuno.

Quanto ao terceiro assunto, chamo a atenção primeiramente dos Parlamentares do Rio de Ja-

neiro. Ah, se fosse no Governo Brizola! No Rio estamos passando pela maior crise de autoridade administrativa e política de nossa História. Antontem a Polícia Militar trocou tiros, polícia com polícia, na Avenida Rio Branco, acabando com a tranquilidade da população, dos trabalhadores e dos funcionários públicos, criando o maior caos no centro da cidade, em torno de reivindicações salariais. Ontem o fato se repetiu. Se fosse no Governo Brizola... Ele era um populista, Governador que não tinha autoridade. No Rio estamos com a temperatura de 42º, não temos água, a população não tem o que beber, não tem com que fazer as refeições nem tomar banho. O Governo Moreira Franco, ao assumiu, suspendeu todas as obras que se faziam nas adutoras do Rio de Janeiro. O Governo Moreira Franco, cujo nome é trabalho – e ele trabalha bem, mas trabalha para alguns – desencampou as empresas de ônibus do Rio de Janeiro, no maior escândalo dos últimos dez anos, devolvendo aos empresários as empresas de ônibus. O Governo Brizola as havia encampado, pago 205 milhões de cruzados, dos quais 80% foram sacados pelos empresários. Dois anos depois, sob a alegação de que o Governo não deve preocupar-se em administrar ônibus – as empresas estavam falidas, os ônibus imprestáveis – o Governo Moreira Franco devolve as empresas e ainda alega numa nota oficial que teria a pagar quatro bilhões e meio – o que é mentira – aos empresários. Pois bem, o que temos? empresas falidas, sem ônibus, ônibus imprestáveis. Tenho quatro bilhões e meio de cruzados para receber, abro mão disto e recebo um patrimônio quebrado, arrebentado e falido. Trata-se de um escândalo, Sr. Presidente, porque o Governador entregou as empresas, mas sem os terrenos que estavam acoplados às propriedades das mesmas, em função do "caixa dois", motel, iates, avião, garagens. Os empresários não deram um tostão do que receberam.

O dinheiro do Governo não cai do céu. O dinheiro de um governo é decorrente do pagamento de taxas, impostos, contribuições de melhorias, e a população que paga mais, tal como no episódio público, é exatamente quem ganha menos, porque imposto neste País é nivelado. Como Cristo disse – quando viu aquela velha dando uma esmola de 40 dracmas – aos escribas e fariseus que reclamavam da homenagem que prestavam a ela, enquanto eles haviam dado muito mais:

"Esta mulher está dando do que lhe falta, enquanto vocês estão dando o que lhes sobra."

É exatamente essa a situação do País. Temos um Governo que veio para liquidar com o Rio de Janeiro, que não tem água; a Polícia Militar troca tiros, as empresas foram desencampadas; o preço dos ônibus é um dos mais elevados do Brasil.

Quero deixar registrado essa colocação, e espero que os Parlamentares do Rio de Janeiro venham à tribuna desmentir-me.

**O SR. FERNANDO SANTANA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, nem sempre o pragmatismo acerta. Às vezes se equivoca. Foi o que ocorreu ontem, quando negou-se pragmaticamente por quinze votos a aprovação da Emenda da Constituinte Benedita da Silva. Fez-se isso em nome das possibilidades e dos negócios que se poderia realizar com a África do Sul; fez-se isso considerando a possibilidade de se manter uma embaixada brasileira ali como observadora. A meu ver não é essa a justificativa exata, em função da qual muitas embaixadas da Europa, da América Latina e dos Estados Unidos continuariam lá. Do ponto de vista pragmático comercial nada temos com a África do Sul, nenhum comércio, mas, se o Congresso brasileiro tivesse aprovado a proposição da Constituinte Benedita da Silva, abriríamos no mundo inteiro uma grande onda de simpatia e de boa vontade para com o nosso País, inclusive com relação aos 50 milhões de negros americanos que têm mais poder de compra do que toda a população brasileira. Até como negócio teria sido mais correto se aprovássemos a emenda da Constituinte Benedita da Silva. Não queremos tratar aqui do problema apenas do ponto de vista idealista e de solidariedade, o que nos move, mas ver a questão do ponto de vista das vantagens econômicas, sociais etc.

Srs. Constituintes, ontem cometemos um erro que prejudicará muito o nosso País, porque, caso aprovada a proposta da Constituinte, teríamos a África inteira de braços abertos para nós, os Estados Unidos e todos os povos subdesenvolvidos do mundo. Enquanto isso os Estados Unidos fazem retaliações contra nossos produtos, simplesmente porque queremos ter uma lei de informática, no setor dos micro e minicomputadores, reservando esse mercado para nossos produtos. Eles ameaçam com sanções comerciais porque não querem permitir que tenhamos uma tecnologia de ponta. Ainda ontem a imprensa divulgava que os Estados Unidos levariam muito a sério se o Brasil vendesse armas à Líbia.

Ora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, enquanto eles querem proibir que o Brasil negocie com a Líbia – um país livre que se está defendendo – aprovam a concessão de 200 milhões de dólares para auxílio aos "contras", na Nicarágua, na própria América Latina, provocando guerras intestinas e discórdia entre os povos latino-americanos.

" Deus, ó Deus, onde estás que não respondes  
Em que mundo, em que estrela  
Tu te escondes  
Embuçado nos céus!  
Há dois mil anos te mandei meu grito  
Que, embalde, desde então,  
corre o infinito"...

E nós, em nome de um pragmatismo falso, não atendemos a esse apelo do poeta, apelo esse que está mais atualizado do que há cem anos, quando ele o fez, e deixamos de resgatar uma dívida da Nação brasileira com os negros que sustentaram o Brasil nos ombros. (Palmas.)

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

**O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, no exercício da Liderança do meu partido, gostaria de comentar declarações de alguns presidentes e representantes de entidades de classes que vêm apregoando a necessidade de se fazer plebiscito após a promulgação da Carta Magna do nosso País.

Ora, Sr. Presidente, somos os legítimos representantes do povo brasileiro, eleitos num dos pleitos mais livres e democráticos da história eleitoral do País. Realizar-se um plebiscito, nesse caso, seria uma **capitis diminutio** e feriria a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, em nome do nosso partido, protesto contra essas declarações, que vêm conturbar ainda mais o processo político do País. Esperamos que esta Assembléia faça uma Constituição justa, moderna, duradoura e representativa da vontade da maioria do povo brasileiro, sem a necessidade de um referendo para convalidá-la, pois para isso os legítimos representantes do povo estão imbuídos do seu dever para fazer uma Carta Magna à altura das aspirações da Nação.

**O SR. ADROALDO STRECK:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, ontem fomos testemunhas de sua alegria no momento em que o painel eletrônico registrava os votos dos 504 Srs. Constituintes presentes à sessão. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> por que não fazemos sessões também aos sábados e domingos, pois já constatamos que houve um desaquecimento dos nossos trabalhos. Na segunda-feira teremos de começar tudo de novo. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> poderia determinar a realização de sessões também aos sábados e domingos.

Sugiro que "A Voz do Brasil" divulgue os nomes dos Constituintes que aqui não comparecerem nos dias de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> está nas cogitações do desenvolvimento de nosso trabalho.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, no início desta semana a Mesa da Constituinte define uma agenda de reuniões e estabeleceu que haveria sessões nas segundas-feiras a partir das 15h; de terça a quinta-feira, a partir das 14h; e às sextas-feiras a partir das 9h; e que as sessões seriam da Assembléia Nacional Constituinte, para discussão e votação do Projeto. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que em qualquer reunião ordinária da Assembléia Nacional Constituinte seja feita a chamada dos presentes e a publicação dos nomes dos ausentes. Portanto, se não houver votação hoje por falta de **quorum**, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que seja feita a chamada e publicados os nomes de todos os ausentes. (Palmas.)

**O SR. LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, entendi, conforme as explicações do nobre Constituinte Octávio Elísio, que hoje haveria Ordem do Dia, para acelerarmos os nossos já tão retardados trabalhos, pelos motivos de todos já conhecidos. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se haveria Ordem do Dia ou não, para que possamos avançar nos trabalhos. Nós, que estamos presentes aqui nesta sexta-feira, não podemos ter este tipo de prejuízo. Se não havia previsão da Ordem do Dia, hoje, deveríamos ter sido avisados, para que pudéssemos ir aos nossos Estados.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa concederá a palavra a outro constituinte e depois fará uma comunicação à Casa.

**O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores apoiamos integralmente a proposição dos Constituintes Octávio Elísio e Luiz Salomão, para que seja feita a chamada nominal para o registro dos presentes e dos ausentes às sessões.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa deseja comunicar aos Srs. constituintes que, por iniciativa desta Presidência, instituímos o sistema, nesta fase da votação, de um entendimento prévio das lideranças e das forças representativas da Constituinte. Este entendimento prévio já é um trabalho Constituinte e é uma prévia discussão e uma pré-votação. É claro que há a soberania do Plenário, que poderá concordar ou não. Mas os líderes dessas forças procuraram sempre representar aquilo que pensam seus liderados. Esse esforço deu resultado. Felizmente, ordenou-se a votação para que ela pudesse processar em torno do Preâmbulo e do Título I da Constituição. Todos já sabemos, por experiência, que é impossível elaborar um texto constitucional que não seja de maneira consensual, pelo menos em grande parte. É um texto muito extenso, muito complexo. O **quorum** qualificado para deliberação, de 280 votos, é extremamente difícil de ser atingido por um partido ou por forças que se agrupem na Assembléia Nacional Constituinte. Por isso é preciso haver debate prévio, para que se possa verificar onde a transigência é possível. Quando ela não for possível, será uma exceção, e aí então passaremos a colher os votos de cada grupo, de cada setor ou de cada liderança, que deverá mobilizar suas forças a fim de que prevaleça o entendimento.

Vamos agora ter, eu diria, uma prova de fogo, a votação do Título II. É um título extenso, com mais ou menos 180 incisos, com muitos artigos e matérias evidentemente suscetíveis de um amplo debate, para que se possa lograr um entendimento ou, quando não for possível, repito, cada setor assumir responsabilidade pela respectiva votação.

Hoje de manhã tivemos um encontro com todas as lideranças e as forças representativas, no sentido de ordenar a votação dos capítulos do Título II. Propus, e folgo em comunicar que a resposta foi favorável, que estes companheiros

estivessem em meu gabinete amanhã, às 9h e, se necessário, voltaremos a nos reunir à tarde. Se for possível ou necessário, ocuparemos também as tardes de sábado e de domingo, e, até mesmo a manhã de segunda-feira, para que haja um entendimento antes da sessão, às 15h.

Gostaria de reiterar aos companheiros presentes que estamos começando o processo de votação, e para que haja realmente a agilização de nossos trabalhos, hoje mesmo estou expedindo telegramas a todos os Srs. constituintes, que também serão convocados por telefone para que estejam aqui na segunda-feira, a fim de que possamos cumprir o calendário estabelecido de sessões de segunda a sexta-feira. Comunico também que usarei a prerrogativa que tenho de convocar, se for necessário, sessões para sábado e domingo, com anterioridade de aviso, para não haver surpresa. Não seria justo que um constituinte aqui não viesse porque, inopinadamente, não fosse avisado. Mas usarei essa prerrogativa dependendo do desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Nessa conversa havida com as lideranças e forças representativas, acentuou-se que seria fundamental esse entendimento por que ontem todo o dia foi absorvido no exame do Título I e a sessão far-se-ia realmente com a reiteração da convocação para que a votação se efetivasse na segunda-feira. Expus a alguns companheiros que me procuraram que realmente havia entendimento neste sentido. Portanto, contando com o desejo de cooperação de todos, a partir de segunda-feira, sem dúvida alguma, cumprimos as determinações regimentais.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Entendo que só evoluiremos com a rapidez desejada por V. Ex.<sup>a</sup>, por nós e pelo povo brasileiro, na Assembléia Nacional Constituinte, se dois caminhos foram definidos: em primeiro lugar, o do entendimento. Ninguém nega que é necessário, antes de vir para cá, sentarmos em volta de uma mesa para discutir e negociar os temas principais que serão votados. Ontem tivemos a experiência de que esse entendimento é possível e é o caminho mais adequado.

O Segundo ponto é o **quorum**. Não adianta entendimento lá fora sem **quorum** aqui dentro, para votar. O desejo de V. Ex.<sup>a</sup> de realizar sessões também aos sábados e domingos é o nosso desejo. Hoje, havendo sessão marcada e convocada por V. Ex.<sup>a</sup>, não houve **quorum**, embora todos tenham recebido telegrama pedindo a presença, em Brasília, durante todos os dias de sessão. Por isso digo a V. Ex.<sup>a</sup> que, se não houver uma decisão desta Assembléia, no sentido de que em todas as sessões seja feita a chamada e publicados os nomes dos presentes e dos ausentes, podemos até fazer as negociações lá fora, mas não teremos aqui **quorum** para votar. Portanto, insisto com V. Ex.<sup>a</sup> sobre a importância pedagógica de começarmos a chamada nesta sessão, fazendo publicar os nomes dos presentes e dos ausentes. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Em vista do entendimento neste sentido – e isso é essencial no dia de hoje – convoco sessão para segunda-feira, às 15h, e declaro encerrada a presente.

#### VI – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

#### DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Aécio de Borba – PDS; Afonso Arinos – PFL; Aírton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alexandre Puzyra – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Ueno – PFL; Artenir Werner – PDS; Assis Canuto – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Cals Neto – PDS; Cid Carvalho – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Expedito Machado – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Jorge Medauar – PMDB; Jorge Ueque – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Igreja – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Luiz de SÁ – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Lélío Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mau-

riício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Roberto Balestra PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Severo Gomes – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Theodoro Mendes – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Vieira da Silva – PDS; Wagner Lago – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Encerro a sessão, designando para a próxima 2ª-feira, dia 1º de fevereiro, às 15:00 h a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

##### PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II.

(Encerra-se a sessão às 11 horas e 25 minutos)

*DISCURSO PROFERIDO PELO SR. ALUÍZIO CAMPOS NA SESSÃO DE 27 DE JANEIRO DE 1988.*

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB):** – Sr. Presidente, Srs.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, todos chegamos a esta Assembléia Nacional Constituinte naturalmente movidos pela vontade de participar da transição democrática em plena ordem constitucional, ou seja, para dar um exemplo de como podem ser feitas mudanças institucionais sem necessidade de recorrer à violência e à força.

Hoje iniciamos o período do definitivo posicionamento de cada Constituinte em torno dos problemas fundamentais, cuja orientação deverá emanar do texto constitucional.

Sou autor do Preâmbulo adotado pelo substitutivo do "Centrao". Embora não estivesse integrado a esse grupo, mereci essa homenagem dos meus companheiros. Outros também entenderam que o texto por mim redigido expressa melhor os anseios e o conteúdo da futura Constituição deste País.

Devo ressaltar que, no meu trabalho nesta Assembléia Nacional Constituinte, não busquei nenhuma posição de estrelismo. Neste caso do Preâmbulo, fui fundamentalmente inspirado na

experiência, na clarividência e na exposição do Prof<sup>o</sup> Afonso Arinos, quando elaborou o anteprojeto da grande Comissão que presidiu. Apenas pincei de seu texto algumas expressões substanciais, como, por exemplo, os relativos ao bem-estar, ao desenvolvimento e aos direitos sociais e fundamentais da pessoa humana. Não busquei, nem busco, a autoria, porque acho que é hora de procurarmos o entendimento, para inserir normas no Projeto da Constituição que abram os horizontes esperados pela Nação para mudanças substanciais. Mas precisei modificar o Projeto da Comissão de Sistematização, da qual sou 1<sup>o</sup>-Vice-Presidente, porque entendi que as matérias nele contidas, pela sua natureza, devem constar do próprio corpo da Constituição, enquanto o Preâmbulo é apenas a enunciação das nossas esperanças. Não incluí a parte final do Preâmbulo da Comissão de Sistematização, porque a participação direta do povo em quaisquer iniciativas constitucionais não consta do substitutivo que adotou minha redação. Trata-se de matéria que poderemos incluir no Título I, com o meu total apoio.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Mesa lamenta informar ao eminente Constituinte que o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, pela importância da matéria, me conceda mais um minuto.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A matéria é importante e o orador mais ainda, mas temos de cumprir o Regimento. Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Então, Sr. Presidente, o texto proposto, que é enxuto, merece ser lido na hora da votação. Jurídica e politicamente, em termos de justiça social e econômica, apesar da sua redação sucinta, é mais completo do que aquele que substituí. Ele está sendo considerado bom pela maioria dos Constituintes, que

o transformou em Emenda Coletiva, subscrita por mais de 290 Congressistas. O eminente Relator, Deputado Bernardo Cabral, numa demonstração de grandeza e superioridade, deu parecer favorável, recomendando a sua aprovação como apoio de seus ilustres companheiros de relatório, Senador José Fogaça, nova revelação de homem público, com que nos brindou o Rio Grande do Sul, e pelos Deputados Konder Reis, cultura comprovada em assuntos constitucionais, Relator-Geral da Constituinte de 1967, e Adolfo de Oliveira, uma das mais expressivas figuras da representação fluminense. As lideranças do PMDB e dos partidos de esquerda também concordam com a aprovação do meu Preâmbulo, embora estejam pretendendo postergá-la, em face de razões políticas, através da Emenda do Deputado José Guedes, a qual poderá ser mais adequadamente aproveitada se incidir sobre o parágrafo único do art. 1<sup>o</sup>, restabelecendo o texto da Sistematização. Assim sendo, Sr. Presidente, o Preâmbulo já recebeu uma solidariedade ecumênica. Só resta mesmo aprová-lo como fulcro das soluções conciliatórias, que de hora por diante, certamente, passaremos a adotar.

Muito obrigado.

*DISCURSO PROFERIDO PELO SR ALUÍZIO CAMPOS NA SESSÃO DE 27 DE 1º DE 1588.*

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, há um destaque sobre o texto, de autoria do Constituinte José Guedes, pedindo que se adite ao Preâmbulo que for aprovado, na parte referente...

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Isso é para votação posterior. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que colabore com o andamento dos trabalhos. Esta é uma emenda aditiva.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – É exatamente sobre isso. Está sendo usado o argumento de que se deve votar...

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – V. Ex.<sup>a</sup> está novamente encaminhando a votação.

A Casa está informada de que há uma emenda aditiva objetivando acrescentar a expressão segundo a qual todo poder emana do povo e será exercido diretamente ou através dos seus representantes.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Desejo que V. Ex.<sup>a</sup> informe à Casa que depois...

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – A Casa já está informada, e é suficientemente lúcida para isso. Já foram distribuídos os avulsos e todos conhecem a matéria.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Depois de votado o Preâmbulo poderá ser votada a emenda aditiva.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Nobre Constituinte esta é uma atribuição da Mesa.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Também aproveito para dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o Preâmbulo tem parecer favorável do nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Nobre Deputado Aluizio Campos, a Mesa não esperava ter as dificuldades que está encontrando com V. Ex.<sup>a</sup>, dada sua responsabilidade como Vice-Presidente da Comissão de Sistematização. V. Ex.<sup>a</sup> deve ter um pouco de confiança na Mesa, quanto à orientação dos trabalhos, e também nos Constituintes, que leram os avulsos e conhecem sobejamente a matéria. (Palmas.)

Anuncio, e sei que isso também será objeto de palmas, a retirada de um destaque apresentado pelo nobre Constituinte Eraldo Tinoco.

Está retirado. (Muito bem! Palmas.)